



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão



Relatório de Avaliação do Plano Plurianual – PPA
Exercício - 2018

Avaliação do Plano Plurianual PPA 2016 – 2019

Exercício 2018



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Ibaneis Rocha

Governador do Distrito Federal

Paco Britto

Vice – Governador do Distrito Federal

André Clemente Lara de Oliveira

Secretário de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão

Adriane Luiza de Carvalho Lorentino

Secretária Adjunta de Planejamento e Orçamento

Joseilda Mendes de Mello

Subsecretária de Planejamento



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

EQUIPE TÉCNICA

ADRIANE FREITAS DE OLIVEIRA COTIAS E SILVA

ANA CAROLINA DA SILVA RAMOS

BRUNO PESSOA TAVARES

DANILO COSTA MACÊDO

DIOGO PORTELA ROCHA MARTINS

DONALDO CESAR RODRIGUES

E'LEN DE OLIVEIRA

ELIANA DE ANDRADE ROCHA

EUDÓXIA MARIA MACHADO DA SILVA ANDRADE

ERINALDO DA SILVA LÊLA

HÉRCULES BONIFÁCIO FERREIRA FILHO

JOÃO CARVALHO LEAL

JÚLIO CÉSAR LIMA

MARCO AURÉLIO TEIXEIRA

MARCUS VINICIUS LANE DE ABREU,

MARIA AUXILIADORA FERNANDES

RAFAEL DUARTE DE PAULA SILVA

VALÉRIA APARECIDA PAIS

Colaboração:

Conjuntura Econômica: Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central – Codeplan



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

SUMÁRIO	
APRESENTAÇÃO	08
1. METODOLOGIAS ADOTADAS	10
1.1. No Plano Plurianual PPA.....	10
1.2. Na Avaliação do PPA.....	13
1.3. Nota Explicativa.....	15
2. CONJUNTURA ECONÔMICA	17
2.1. Introdução.....	17
2.2. Economia Brasileira.....	17
2.3. Atividade Econômica do Distrito Federal.....	22
2.4. Análise de Preços.....	30
2.5. Mercado de Trabalho.....	38
2.6. Considerações Sobre a Análise da Conjuntura Nacional.....	43
2.7. Política Fiscal do Distrito Federal.....	44
2.7.1 Execução Orçamentária e Financeira do Distrito Federal.....	44
2.7.1.1. Receitas.....	44
2.7.1.2. Despesas.....	53
2.7.2. Resultado Primário.....	57
2.7.3. Resultado Nominal.....	58
2.7.4. Dívida Pública.....	59



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

2.7.5. Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF	59
2.8. Conclusão da Conjuntura Macroeconômica.....	61
3. SÍNTESE DA AVALIAÇÃO.....	62
3.1. Orientação Estratégica do Governo.....	62
3.1.1. Mapa Estratégico do Governo do Distrito Federal.....	62
3.2. Plano Plurianual PPA 2016-2019.....	63
3.2.1. Estrutura do PPA 2016-2019 (Lei nº 5.602/15 e alterações).....	64
3.2.2. Correlação entre a dimensão Estratégica (Mapa Estratégico e os Programas Temáticos.....	65
3.2.3. Estatística do PPA 2016-2019.....	66
3.3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL PPA – 2018.....	67
3.3.1. Diretrizes Estratégicas e Programas de Governo (Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social-OFSS, de Investimento das Estatais - OI e FCDF).....	67
3.3.2. Diretrizes Estratégicas (Programas Temáticos - OFSS, OI e FCDF).....	68
3.3.3. Programas Temáticos e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado (OFSS, OI e FCDF).....	79
3.3.4. Programas Temáticos e de Gestão Manutenção e Serviços ao Estado (OFSS).....	83
3.3.5. Programas Temáticos (Orçamento de Investimento das Estatais).....	85
3.3.6. Fundo Constitucional do Distrito Federal (Saúde, Educação e Segurança).....	88
3.4. DESEMPENHO DOS INDICADORES, METAS E AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS.....	93
3.4.1. Desempenho dos Indicadores.....	93
3.4.2. Desempenho de Metas e Ações Não Orçamentárias.....	96
4. ANÁLISE DOS PROGRAMAS TEMÁTICOS POR DIRETRIZES ESTRATÉGICAS, PROGRAMAS E OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	101
4.1. DIRETRIZ: VIVER BEM, DIREITO DE TODOS.....	102
6202 - Brasília Saudável	103
6221 - Educa Mais Brasília.....	224
6217 – Segurança Pública com Cidadania.....	328



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

6228 - Famílias Fortes	465
6211 - Direitos Humanos e Cidadania.....	553
6219 - Capital Cultural.....	629
6206 - Cidade do Esporte e Lazer	702
4.2. DIRETRIZ: ECONOMIA MAIS COMPETITIVA.....	725
6207 - Brasília Competitiva	726
4.3. DIRETRIZ: TERRITÓRIO PLANEJADO E ESTRUTURADO.....	851
6216 - Mobilidade Integrada e Sustentável	852
6210 - Infraestrutura e Sustentabilidade Socioambiental.....	937
6208 - Território da Gente	1056
4.4. DIRETRIZ ESTRATÉGICA: TODOS POR BRASÍLIA.....	1137
4.5. DIRETRIZ ESTRATÉGICA: GOVERNO ÉTICO, TRANSPARENTE E COM FOCO EM RESULTADOS.....	1137
6203 - Gestão para Resultados.....	1138
6204 -Atuação Legislativa	1260
5. TABELAS DE REFERÊNCIA.....	1273
Execução Orçamentária e Financeira – 2018, Programas Temáticos e Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado (Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social, de Investimentos das Estatais e Recursos do Fundo Constitucional) SIGGO.....	1273



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

APRESENTAÇÃO

A Avaliação do PPA 2016 – 2019 está prevista nos artigos 11, 12, 13, 14 e 15 da Lei nº 5.602, de 30/12/2015, que dispõe sobre o Plano Plurianual - PPA para o quadriênio 2016-2019 e suas alterações.

À Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão – SEFP, na qualidade de Órgão Central de Planejamento do Governo do Distrito Federal, por meio da Subsecretaria de Planejamento – SUPLAN, cabe a responsabilidade de coordenar o processo de elaboração, acompanhamento da execução das ações orçamentárias e avaliação de desempenho do Plano Plurianual.

A Avaliação Anual do Plano é elaborada em conjunto com os órgãos e entidades do GDF, os quais participam do processo encaminhando à SEFP as informações relativas à sua respectiva área de atuação, demonstrando os resultados da implementação das políticas públicas no exercício de 2018, os índices alcançados pelos indicadores ao término do exercício anterior, e a expectativa de alcance do índice final previsto. A Avaliação conjunta visa conferir maior consistência ao processo, considerando a necessidade de se identificar a concretização das diretrizes do planejamento estratégico de governo e das realizações previstas nos Programas Temáticos, Objetivos Específicos, Metas, Indicadores, Ações Orçamentárias e Não Orçamentárias.

A orientação da SEFP é no sentido de que a elaboração do relatório de avaliação de cada unidade deve ser realizada em conjunto com a equipe que participa da implementação do programa, com o responsável pelos Objetivos Específicos, pelas Metas, pelas Ações Não Orçamentárias e pelos Indicadores, bem como com os demais órgãos envolvidos, de forma a possibilitar uma visão ampla dos avanços para o alcance ou não dos Objetivos Específicos.

A SUPLAN/SEFP analisa e consolida as informações em relatório único, “Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2016-2019/Exercício 2018” e encaminha à Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF até o dia 30 de junho de 2019.

Este Relatório está estruturado de tal forma que, inicialmente, apresenta uma análise macroeconômica, enfatizando a conjuntura econômica do Brasil e do Distrito Federal em termos de atividade econômica; inflação; mercado de trabalho e política fiscal. Na abordagem relativa ao contexto nacional, essa análise macroeconômica, traz o panorama do nível da atividade econômica brasileira; bem como o comportamento da inflação; do mercado de trabalho e da política fiscal no Brasil no ano de 2018.

No enfoque do Distrito Federal, apresenta-se o comportamento da atividade econômica do DF, traçando-se breve panorama sob os indicadores econômicos locais em 2018, nos diversos segmentos da economia, destacando-se os setores do comércio e de serviços, nos quais o DF tem maior participação.

Na sequência, visando promover uma análise sobre a inflação, estudou-se o comportamento dos preços (INPC e INPCA) e ainda traçou-se uma breve leitura sobre o mercado de trabalho.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Ainda no enfoque do Distrito Federal traz-se uma análise mais detalhada da Gestão Fiscal, com foco na Execução Orçamentária e Financeira do DF, descrevendo o comportamento das receitas e das despesas, trazendo inclusive uma relação entre os gastos com pessoal e a receita corrente líquida no exercício de 2018 e ainda observa-se o comportamento do resultado primário, nominal e dívida pública do DF. Nesse sentido, busca-se avaliar o comportamento dos principais indicadores de desempenho, sua relação com a gestão governamental e os reflexos sobre a economia federal e local e seus desdobramentos sob o bem-estar da população de modo geral.

A estrutura da Conjuntura Econômica permite estabelecer uma conexão entre o contexto nacional e o distrital e apresenta uma análise dos resultados das Políticas Públicas implementadas pelo Governo do Distrito Federal, no exercício de 2018.

Em seguida, o Relatório apresenta uma síntese das informações consolidadas do Governo, buscando-se demonstrar de forma mais clara, a compatibilidade e o alinhamento entre o Mapa Estratégico do Governo, o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual. Desse modo, a execução orçamentária e financeira é apresentada em diversos níveis de agregação: por Diretrizes Estratégicas, Esfera Orçamentária, Programas Temáticos, Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado e Recursos do Fundo Constitucional do DF, além de apuração em nível agregado do desempenho dos indicadores, metas e ações não orçamentárias.

E ainda, em última análise, é apresentado o desempenho dos Programas Temáticos e respectivos Objetivos Específicos, com apuração do desempenho das metas, indicadores e ações não orçamentárias, por programa, de forma quantitativa e qualitativa. As abordagens foram realizadas pelas Unidades Orçamentárias responsáveis pelos Objetivos Específicos e seus atributos que buscaram elaborar a avaliação, estabelecendo um comparativo entre o que foi definido à época da elaboração do Plano e os resultados alcançados no exercício de 2018, com a finalidade de identificar os resultados alcançados pelas políticas públicas. Em complementação às informações são apresentados também, gráficos e tabelas comparativas por Programas e Ações dos valores previstos no Plano e, respectiva Execução Orçamentária e Financeira do exercício de 2018.

Sabe-se que a cultura de avaliação e mensuração de resultados no Setor Público deve ser incentivada, e por isso, a SEPLAG vem a cada ano trabalhando para o aprimoramento dos instrumentos de planejamento.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

1. METODOLOGIAS ADOTADAS

1.1. No Plano Plurianual – PPA

O Plano Plurianual 2016-2019, em sua concepção, incorpora parcialmente a metodologia adotada pelo Governo Federal, que busca resgatar a função de planejamento, ao adotar uma visão mais estratégica da ação governamental e permitir o efetivo monitoramento das políticas públicas.

A metodologia foi adaptada à realidade do Distrito Federal, à Lei Orgânica do DF e ao Planejamento Estratégico do Governo e reflete também os compromissos assumidos pela atual gestão perante a sociedade no Plano de Governo, permitindo estabelecer uma melhor compatibilização entre os instrumentos de planejamento governamental e uma comunicação mais estreita entre a sociedade e os atores envolvidos em sua implementação.

O PPA foi estruturado em três principais entregas, previstas no Planejamento Estratégico do Governo de Brasília, a serem alcançadas até 2019::

- a) aumentar a qualidade de vida e reduzir a desigualdade social;
- b) conquistar a confiança da população no governo;
- c) tornar Brasília modelo de cidade sustentável.

Para atender a esses resultados da ação governamental foram definidos cinco eixos/diretrizes estratégicas:

- 1) Viver bem, direito de todos;
- 2) Economia mais competitiva;
- 3) Território planejado e estruturado;
- 4) Todos por Brasília; e

5) Governo ético, transparente e com foco em resultados, nas quais estão ancorados 17 objetivos estratégicos que foram traduzidos em 13 Programas Temáticos e 03 Programas de Gestão Manutenção e Serviços ao Estado.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Os Programas Temáticos, onde estão refletidas as políticas públicas, alinham-se à visão estratégica do Governo, com seus atributos, como: contextualização; objetivos específicos; metas; indicadores; bem como ações orçamentárias e ações não Orçamentárias, estas quantificadas física e financeiramente. Esta estrutura possibilita o acompanhamento e a avaliação do Plano e proporciona a integração com os demais instrumentos de planejamento governamental (Lei de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias Anuais).

O Plano Plurianual, além de declarar as escolhas do Governo e da sociedade, indica os mecanismos para a efetivação das políticas públicas e orienta taticamente a ação do Estado para o alcance dos objetivos pretendidos, sendo estruturado nas seguintes dimensões:

- **Dimensão Estratégica:** é a orientação estratégica onde se encontram a Visão, os Eixos/Diretrizes Estratégicas e Objetivos Estratégicos com a visão de longo prazo do Governo. Nessa dimensão, o PPA foi elaborado de forma participativa, construído em sintonia com o Plano de Governo e em conjunto com o Governador, SEPLAG, Secretários de Estado e suas equipes técnicas.
- **Dimensão Tática:** é a dimensão em que se encontram os Programas Temáticos e os Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado que definem os caminhos exequíveis para o alcance dos objetivos e as transformações desenhadas na dimensão estratégica. O Programa Temático retrata a agenda de governo organizada por meio dos Temas das Políticas Públicas e orienta a ação governamental.

Ao definir os Programas Temáticos que expressam as Políticas Públicas a serem efetivadas pelo Governo no período de 2016 a 2019 foram elaboradas as contextualizações de áreas temáticas, nas quais se abordavam os seguintes aspectos:

- ▶ A interpretação completa e objetiva da temática tratada;
- ▶ As oportunidades e os desafios associados;
- ▶ Os contornos que a política pública deveria assumir;
- ▶ As transformações que se desejava realizar;
- ▶ Os desafios que deveriam ser considerados pelos Objetivos Específicos.

Cada Objetivo Específico apresenta uma caracterização que expressa os elementos de ordem tática que devem nortear a coordenação de governo e a implementação eficaz da política pública por parte de seus executores, evidenciando a caracterização da realidade posta para o Objetivo (linha de base para a meta) e, neste sentido foram detalhados: o escopo: *o que fazer, como fazer, em qual lugar e quando fazer*; e

- ▶ informações relevantes para o Objetivo, tais como: *aspectos legais, territoriais, tecnológicos, ambientais, de gestão e de financiamento*.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Para cada Objetivo Específico definiu-se então, metas, indicadores, ações, orçamentárias e/ou não-orçamentárias.

- **Dimensão Operacional:** relaciona-se com o desempenho da ação governamental no nível da eficiência, buscando a otimização na aplicação dos recursos disponíveis e a qualidade dos produtos entregues. Nessa dimensão foram definidas as ações, orçamentárias e/ou não-orçamentárias que, deveriam ser executadas para conduzir ao alcance do Objetivo.

Nas Dimensões Tática e Operacional a elaboração do PPA, foi realizada pela SEPLAG em conjunto com os órgãos e entidades do complexo administrativo do GDF e dividiu-se em duas fases:

- (1) **fase qualitativa**, de formulação qualitativa dos Objetivos Específicos e seus atributos;
- (2) **fase quantitativa**, de quantificação física e financeira das ações.

A partir da execução das ações previstas no Plano, desde a sua concepção, são realizadas as avaliações de desempenho anuais. Verificada a necessidade de ajustes para que os Objetivos Específicos sejam alcançados realizam-se as revisões necessárias para o melhor desempenho do Plano.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

1.2. Na Avaliação do PPA

A Avaliação do PPA 2016 – 2019 está prevista nos artigos 11,12, 13, 14 e 15, da Lei nº 5.602, de 30/12/2015, que dispõe sobre o Plano Plurianual - PPA para o quadriênio 2016-2019 e constitui-se em uma fase fundamental do ciclo de planejamento, com a finalidade de otimizar a obtenção dos resultados previstos nos Programas, por meio da melhoria da gestão e da alocação dos recursos previstos no PPA e nos Orçamentos Anuais.

A metodologia adotada pela SEPLAG definiu como principal parâmetro a elaboração de uma avaliação conjunta com os Órgãos e Entidades do Complexo Administrativo do GDF. Essa avaliação conjunta buscou conferir maior consistência ao processo, por meio da identificação das realizações previstas nos Programas Temáticos, Objetivos Específicos, Metas, Indicadores, Ações Orçamentárias e Não Orçamentárias em coerência com as diretrizes do planejamento estratégico de governo.

Para garantir melhor qualidade, uniformidade e coerência das informações a SUPLAN elaborou instruções e realizou reuniões técnicas no intuito de orientar as Unidades quanto às informações que deveriam compor o seu Relatório e subsidiar o Relatório Consolidado de Avaliação do Plano.

As principais orientações para as Unidades Orçamentárias responsáveis pelos Objetivos Específicos e seus atributos foram no sentido de que deveriam estabelecer um comparativo entre o que foi definido à época da elaboração do Plano e os resultados alcançados no exercício de 2017. As demais UO's que de alguma forma tenham contribuído para o alcance do Objetivo Específico, deveriam informar as realizações que contribuíram para a implementação do Objetivo Específico. Essa análise tem a finalidade de identificar os resultados alcançados pelas políticas públicas desenhadas por programas temáticos e os resultados alcançados, conduzindo à busca de um aperfeiçoamento contínuo do desenvolvimento das Políticas Públicas.

As unidades deveriam inicialmente apurar a evolução das metas e das ações não orçamentárias, fazendo uma análise quantitativa e qualitativa dos seus desempenhos. Com base nessas informações e na análise do desempenho dos indicadores, e execução orçamentária e financeira das ações orçamentárias as unidades foram orientadas a analisarem os resultados dos objetivos específicos, discorrendo sucintamente sobre o que foi abordado à época da elaboração do PPA.

Nessa análise deveria ser elaborada uma abordagem geral do Objetivo específico iniciando pela análise da caracterização, definida à época da elaboração do plano, informando em seguida sobre sua atuação no sentido de alcançar o Objetivo Específico proposto, identificando sempre que possível:

- (i) o público alvo beneficiado;
- (ii) a conexão com outras políticas públicas;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

(iii) os resultados da política pública (especialmente para as unidades responsáveis pela política); iv) se os resultados previstos foram alcançados);

(v) as entregas agregadas e outras informações julgadas relevantes como, por exemplo: citação de projetos específicos; geração de emprego; redução das desigualdades; melhorias verificadas e outros ganhos de gestão.

Em complementação à análise devem ser informados ainda, os fatores que contribuíram e os que dificultaram o cumprimento das metas previstas para o Objetivo Específico, a previsão de realização para 2018, os arranjos de gestão e as pactuações mais relevantes para o alcance do Objetivo, bem como as medidas institucionais adotadas na implementação dos programas de governo.

As informações prestadas pelas Unidades foram analisadas e consolidadas neste “Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2016-2019/ Exercício 2018” e consiste na análise das políticas desenhadas nos Programas Temáticos e seus respectivos atributos, a partir do diagnóstico do comportamento desses Programas.

Na tabela de metas 2016/2019, na coluna “forma de apuração” foi adotado o seguinte critério:

ACUM: reflete a situação atual da meta ao final do último exercício apurado. Enquadram-se nesta situação: metas cujo realizado de 2016 e 2017 já está somado no valor de 2018 e as metas que são iniciadas a cada exercício, sendo o valor de 2018 o final a ser considerado. Para ambas as situações, a “Meta Realizada Acumulada” é o valor informado em 2018.

No Relatório Consolidado, na análise de cada Programa Temático, há um quadro com a execução orçamentária e financeira de todas as ações orçamentárias realizadas naquele Programa, o qual pode ter sido executado por diversas unidades orçamentárias, não somente pela (s) Unidade (s) Responsável (is) pelo Objetivo (s) Específico (s). Dessa forma, verifica-se que o desempenho de cada Programa Temático conta com a participação de outras Unidades do Governo do Distrito Federal que colabora para àquele Programa na sua área de atuação, demonstrando, assim, a intersetorialidade no desenvolvimento das políticas públicas.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

1.3. Nota Explicativa

Fundo Constitucional do Distrito Federal

O Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) foi instituído pela Lei 10.633/2002, com a finalidade de prover os recursos necessários à organização e manutenção da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira para a execução de serviços públicos de saúde e educação, conforme disposto no inciso XIV do art. 21 da Constituição Federal.

Até o exercício de 2014, os recursos do FCDF eram executados diretamente no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI. A partir de 2015, a execução dos recursos destinados às áreas de saúde e educação passou a ser realizada por meio do Sistema Integrado de Gestão Governamental (SIGGO/DF), mediante transferência da União ao Distrito Federal. Os recursos da área de segurança pública continuaram a ser executados no SIAFI.

Nesse sentido, no Plano Plurianual do Distrito Federal (PPA) para o quadriênio 2016/2019, os valores provenientes do FCDF para aplicação em ações de educação e saúde foram classificados como recursos do Tesouro do DF (Transferências Correntes).

Contudo, em novembro de 2015, o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou que a execução orçamentária e financeira dos recursos do FCDF voltasse a ser realizada diretamente no SIAFI a partir do exercício de 2016 (Acórdão 2891/2015). Esse prazo foi posteriormente prorrogado pelo Tribunal para o exercício de 2017 e está sendo cumprido, ou seja, os recursos do fundo destinados às áreas de saúde e educação estão sendo executados atualmente no SIAFI.

Além disso, o Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), por meio da Decisão nº 75/2018, determinou que o PPA 2016/2019 do DF fosse revisto para contemplar os efeitos do reestabelecimento da sistemática em comento. A SEFP realizou a revisão do PPA no exercício de 2018 por meio da Lei nº 6.252 de 27/12/2018 para dar cumprimento à referida decisão. Conforme consta na Tabela VI da referida Lei, apresentada a seguir:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

TABELA VI - ALTERAÇÃO DE FONTE DE FINANCIAMENTO (EM CUMPRIMENTO À DECISÃO Nº 75/2018 DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL)

AÇÃO: 8502 - Administração de Pessoal

ACRÉSCIMO

ANO	PROG	AÇÃO	DESCRIPTOR AÇÃO	REG.	DESPESAS CORRENTES - TESOURO	DESPESAS CORRENTES - OUTRAS FONTES	DESPESAS CAPITAL - TESOURO	DESPESAS CAPITAL - OUTRAS FONTES	TOTAL
2017	6002	8502	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	99		1.043.911.286			1.043.911.286
2017	6002	8502	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	99		2.176.168.593			2.176.168.593
2018	6002	8502	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	99		1.064.789.512			1.064.789.512
2018	6002	8502	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	99		2.219.691.964			2.219.691.964
2019	6002	8502	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	99		1.107.381.092			1.107.381.092
2019	6002	8502	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	99		2.308.479.643			2.308.479.643

DECRÉSCIMO

ANO	PROG	AÇÃO	DESCRIPTOR AÇÃO	REG.	DESPESAS CORRENTES - TESOURO	DESPESAS CORRENTES - OUTRAS FONTES	DESPESAS CAPITAL - TESOURO	DESPESAS CAPITAL - OUTRAS FONTES	TOTAL
2017	6002	8502	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	99	-1.043.911.286				-1.043.911.286
2017	6002	8502	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	99	-2.176.168.593				-2.176.168.593
2018	6002	8502	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	99	-1.064.789.512				-1.064.789.512
2018	6002	8502	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	99	-2.219.691.964				-2.219.691.964
2019	6002	8502	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	99	-1.107.381.092				-1.107.381.092
2019	6002	8502	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	99	-2.308.479.643				-2.308.479.643



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

2. CONJUNTURA ECONÔMICA

2.1. INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta primeiramente uma análise da conjuntura da economia nacional em 2018. A análise da conjuntura nacional serve de contexto para a avaliação do desempenho dos principais agregados econômicos do Distrito Federal. Quando se analisam os números da economia do Distrito Federal ao longo de 2018, é possível perceber que houve avanço no desempenho do nível de atividade da economia local. O resultado anual mostrou variação positiva, ainda que longe de alcançar os níveis de produto e atividade pré-crise econômica.

Dentre os números positivos no ano, cita-se o indicador de desempenho da indústria, que foi positivo após mais de quatro anos em retração, e também, os números do mercado de trabalho formal, apontando abertura de empregos. Destaca-se também, a recuperação do setor de serviços não financeiros, responsável por cerca de 35% do PIB distrital.

Este relatório de conjuntura se estrutura com uma primeira seção avaliando o cenário nacional. Em seguida, são apresentados os resultados da economia do DF em 2018, medidos por meio do IDECON-DF e de pesquisas mensais de serviços e de comércio. A situação inflacionária da região é analisada pelo IPCA em seção seguinte. Logo após, oferece-se uma análise do mercado de trabalho, avaliando os números da PED e do banco de dados CAGED do Ministério do Trabalho. Por fim, a conclusão oferece um resumo dos principais resultados.

2.2. ECONOMIA BRASILEIRA

Nível de atividade

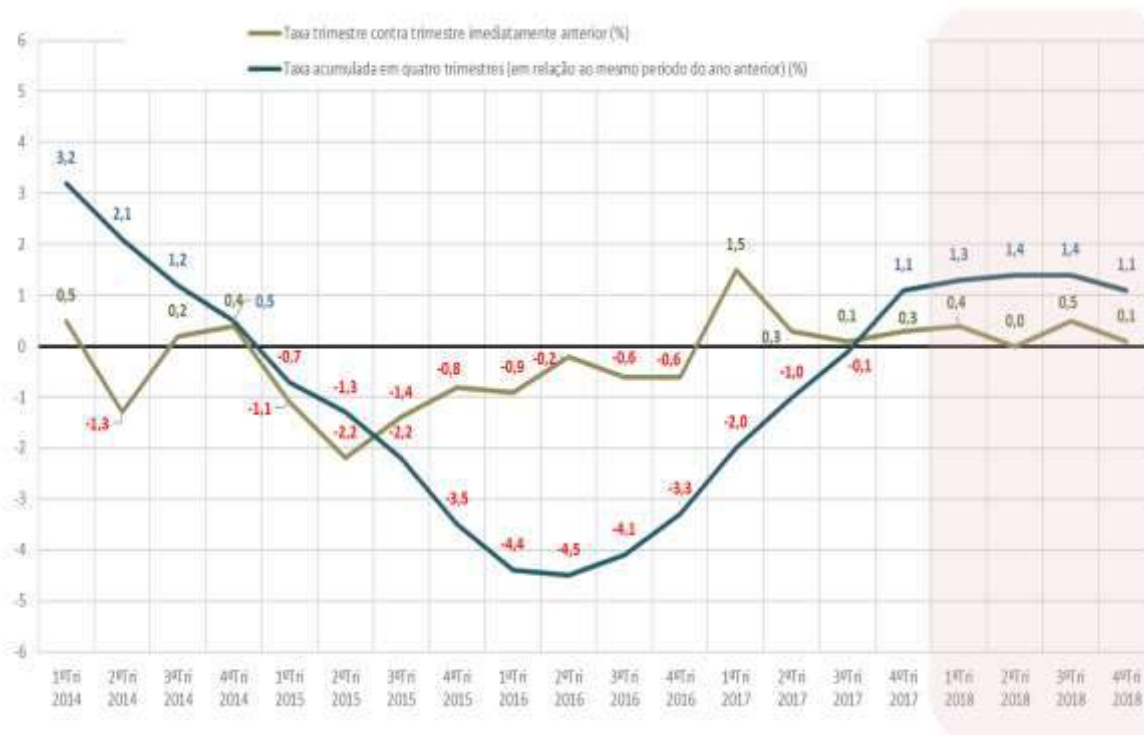
Conforme analisado no Boletim de Conjuntura do Distrito Federal referente ao 4º Trimestre de 2018¹, a estimativa preliminar do PIB de 2018, divulgada pelo IBGE, foi de variação de 1,1% no volume de atividade. Mais uma vez, o resultado confirmou a continuidade no processo lento de recuperação da atividade na economia brasileira. Quando analisado o último trimestre de 2018, na comparação com o terceiro, o PIB estabilizou com variação de 0,1%. Apesar de ser o oitavo resultado positivo nessa base de comparação, não se pode deixar de notar que houve uma desaceleração. O Gráfico 01 mostra justamente a dificuldade de a economia brasileira reagir, apresentando variações na margem em torno de 0% ao longo do ano de 2018, de maneira que o resultado acumulado em quatro trimestres mostra uma estabilização no crescimento em torno de um ponto percentual.

¹ O Boletim está disponível no endereço: <http://conjunturaeconomica.codeplan.df.gov.br/2019/03/12/boletim-de-conjuntura-do-distrito-federal-4o-trimestre-de-2018/>



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Gráfico 01 –Volume do PIB trimestral - variação acumulada em 4 trimestres e variação % trimestre contra trimestre imediatamente anterior com ajuste sazonal – Brasil – 1º trimestre de 2014 a 4º trimestre de 2018



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Em relação aos grandes setores, a variação de 1,1% no PIB de 2018 é resultado da estabilidade da Agropecuária, com 0,1% de variação no ano, de uma pequena elevação da Indústria, de 0,6%, e da alta de 1,3% nos Serviços. Para a Agropecuária era esperado uma variação mais modesta frente à supersafra do ano anterior (2017). Na Indústria, destacou-se positivamente os serviços industriais de utilidade pública (SIUP²), com alta de 2,3% e a indústria de transformação, com variação de 1,3%, tendo se destacado na fabricação de produtos de madeira, celulose,

² São compostos pelas atividades econômicas de eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos.

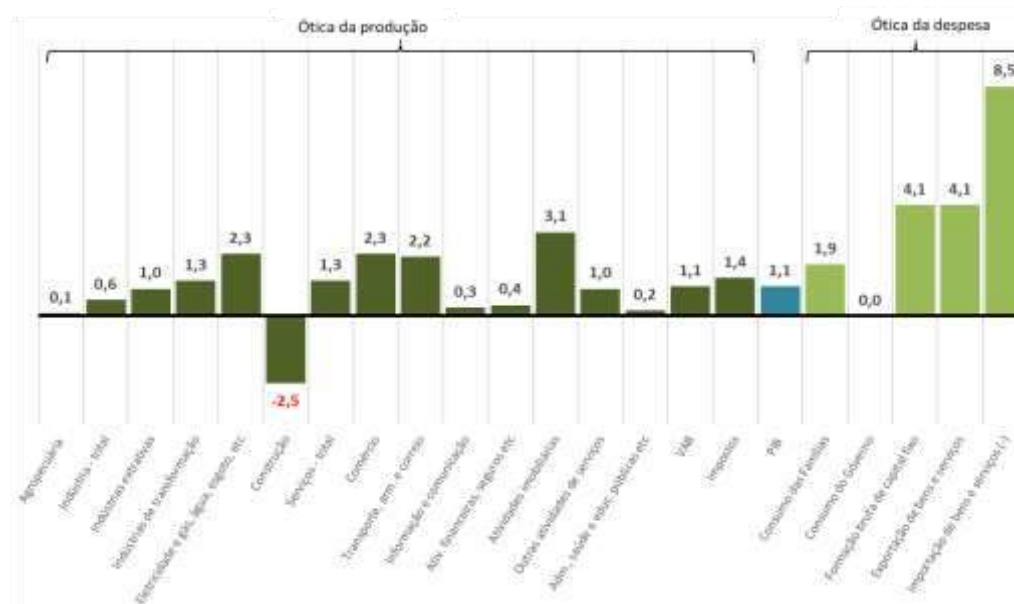


GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

papel e derivados, produção de farmoquímicos e farmacêuticos, metalurgia, e, com alta de 12,7% em 12 meses, na produção de veículos automotores, principalmente, automóveis para passageiros. Negativamente, destaca-se que a construção continuou a mostrar retração, com -2,5% no ano. Nos serviços, o setor que mais que cresceu foram as atividades imobiliárias (3,1%), contudo é importante a recuperação do comércio, com alta de 2,2% e das atividades de transporte, com 2,2% de variação, alguns dos segmentos que refletem o consumo das famílias.

O destaque no ano, no entanto, é de um componente da ótica da Despesa: a *Formação Bruta de Capital Fixo*, que variou 4,1%, após quatro anos seguidos de retração. Esse resultado adveio, principalmente, do consumo de máquinas e equipamentos, isto é, investimentos voltados à produção, seja para ampliação da capacidade produtiva ou para substituição de máquinas e equipamentos, aumentando a eficiência produtiva. Cabe, no entanto a ressalva de que este componente está superestimado devido à incorporação contábil de plataformas que já estavam em atividade, registradas no exterior. Isso ocorreu devido a mudanças nas regras do programa Repetro, um regime especial de tributação da indústria de petróleo e gás. Assim, tais plataformas foram registradas no País e contaram como importações e como Formação Bruta de Capital Fixo. O Gráfico 02 mostra a variação percentual do PIB, decomposto em ótica da produção e da despesa.

Gráfico 02 - Variação Trimestral (%) Produto Interno Bruto (PIB) – Setores e Subsetores - BRASIL – Taxa acumulada em quatro trimestres (em relação ao mesmo período do ano anterior) (%) – 4º Trimestre de 2018



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

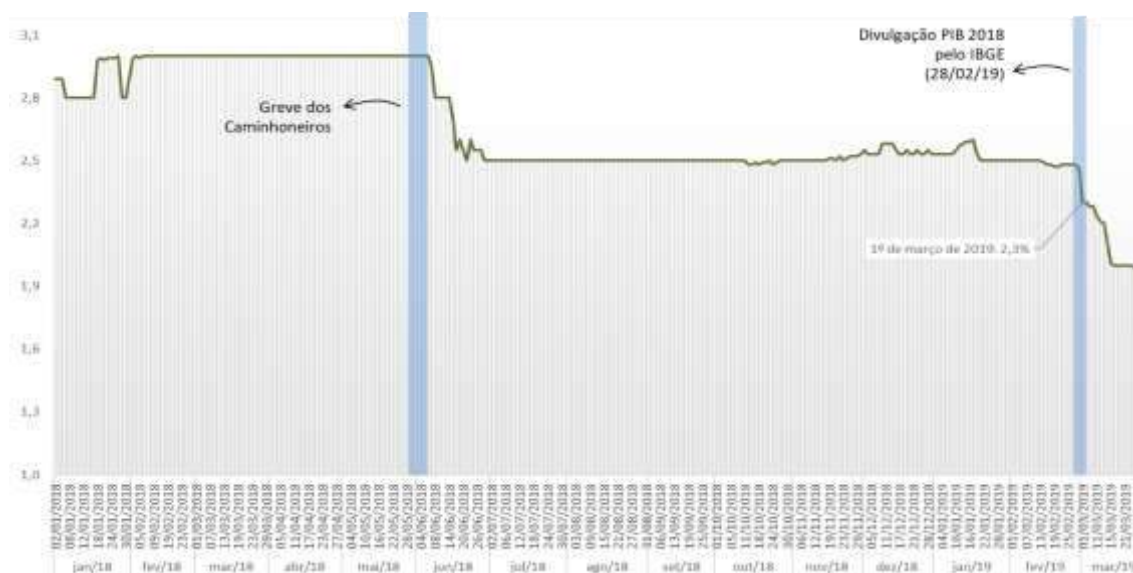


GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

No tocante ao comércio exterior, houve aumento do déficit do Balanço de Pagamentos no ano de 2018, atingindo 0,99% do PIB, frente a 0,04% do ano anterior. Esse resultado é proveniente de uma queda do superávit da Balança Comercial e do aumento do déficit da Conta Financeira, devido, principalmente, a *investimentos em carteira*. De outro lado, houve crescimento no saldo de *investimentos diretos no país*, compensando parte das perdas na Conta de Transações Correntes.

Quanto ao ano de 2019, as expectativas de mercado sintetizadas no boletim Focus do Banco Central de 29 de março de 2019, apontam para uma variação de 1,98%³ no volume do PIB de 2019. Este valor representa uma redução desde o início do ano, quando a previsão média era de alta de 2,53%. Esse ajuste vem ocorrendo devido a divulgações de índices de atividade econômica, como os resultados das Contas Nacionais Trimestrais e do Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil (IBC-Br), que apontou queda em janeiro. (Gráfico 03)

Gráfico 03 – Expectativa de PIB Total - variação % - Mediana - Anual – Brasil - Período de 01/01/2018 a 29/03/2019 para o ano de 2019



Fonte: Banco Central do Brasil – Elaboração GECON/DIEPS/CODEPLAN. Consulta 01/04/2019.

³ Mediana.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Inflação

A inflação brasileira, medida pelo IPCA, apresentou variação de 3,75% em 2018, acima do registrado em 2017, de 2,9%. De acordo com dados divulgados pelo IBGE, os grupos de alimentação e bebidas, transportes, e habitação forma os que mais pressionaram para cima o resultado do ano. Mesmo os três grupos representando mais de 50% da cesta de consumo das famílias brasileiras, suas variações não foram altas o suficiente para que o acumulado em 12 meses atingisse o centro da meta de 4,5% ao ano, perseguida pelo Banco Central do Brasil.

Já as expectativas de mercado para o ano de 2019 é de que a inflação também se mantenha em patamares abaixo da meta de inflação: em 29 de março de 2019, a mediana das expectativas do boletim Focus estava em 3,90%. Cabe notar que a meta de inflação foi reduzida pelo Conselho Monetário Nacional, e em 2019, passa a ser de 4,25%, com intervalos de tolerância de 1,5% para mais ou menos. Parte dessas expectativas se ancoram na reforma da previdência, e demais reformas que poderão ajustar as contas do governo e, outra parte, se baseiam nas estimativas do hiato do produto (de acordo com a última estimativa do IPEA, o hiato do produto (que mede a capacidade ociosa da economia) deve terminar 2019 em -1,3%)⁴.

Mercado de trabalho

O mercado de trabalho acompanha a trajetória da economia brasileira, com sinais de recuperação, ainda que com ociosidade. A taxa de desocupação, de acordo com dados da PNAD Contínua divulgados pelo IBGE, registrou 11,6% no quarto trimestre, menor taxa desde o segundo trimestre de 2016, porém, essa taxa significa um contingente de 12,2 milhões de desocupados. Dados do CAGED, divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), mostram que houve avanços no mercado de trabalho formal, com ganho líquido de 528,5 mil postos de trabalho em 2018, contra fechamento de 12 mil postos em 2017⁵, refletindo a recuperação do mercado de trabalho, ainda que modesto.

Quanto aos rendimentos reais de todos os trabalhos, dados da PNAD Contínua mostraram pequena redução, com valor estimado em torno de R\$ 2.336,00 em dezembro de 2018, ao mesmo tempo que houve um incremento da massa salarial. Isto é, o incremento da massa salarial reflete o aumento do número de pessoas ocupadas, ainda que com salários mais baixos. A manutenção do poder de compra dos trabalhadores, por meio dos rendimentos e da ocupação, é essencial para o consumo das famílias, que por sua vez se reflete no nível de atividade econômica.

Política fiscal

No que diz respeito às contas públicas, os dados disponíveis para o ano de 2018 mostram avanço em relação ao ano anterior, porém tímido, de forma que a situação das contas públicas se mostra ainda frágil. De acordo com dados divulgados pelo Tesouro Nacional, o resultado primário do Governo Central foi de um déficit, em valores nominais, de R\$ 120,3 bilhões contra R\$124,3 bilhões no ano anterior. Isso significa que o déficit primário alcançou 1,7% do PIB em 2018, resultado inferior à meta estabelecida de 2,3% do PIB (R\$159,0 bilhões). A Previdência Social continua a ser a principal fonte de pressão do resultado negativo do Governo Central. Para 2019, há uma expectativa de que seja realizada uma reforma previdenciária, com o objetivo de reduzir essa pressão, principalmente, no longo prazo.

⁴ José Ronaldo de C. Souza Júnior, Paulo Mansur Levy, Marco Antônio F. de H. Cavalcanti “Seção XI - Visão Geral da Conjuntura” Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA - Carta de Conjuntura IPEA, nº 41, 4º Trimestre de 2018

⁵ Os valores referem-se à soma dos dados dentro e fora de prazo, e não contabilizam a administração pública.

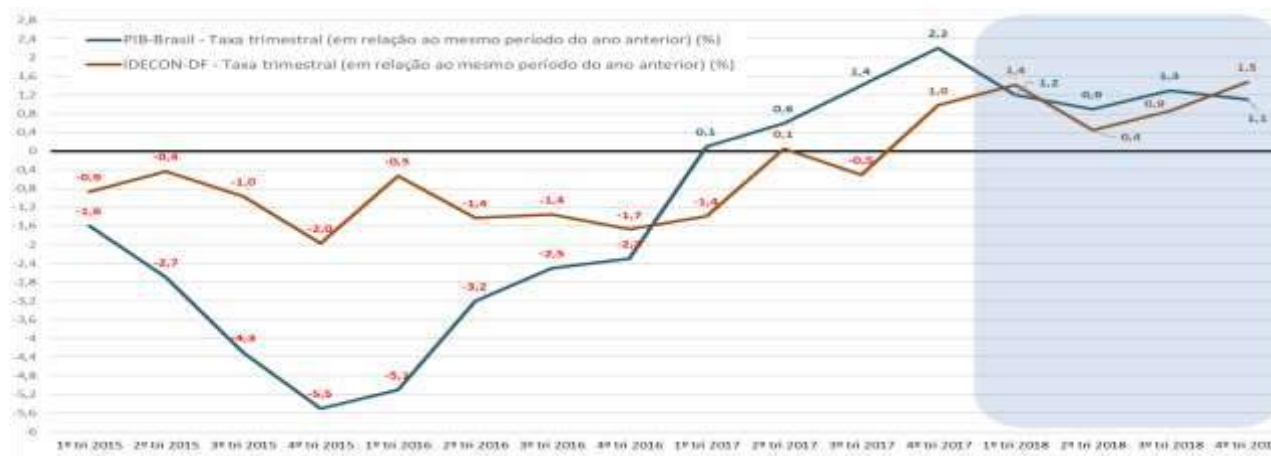


GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

2.3. ATIVIDADE ECONÔMICA DO DF

Em consonância com o passo lento da economia nacional, a economia do Distrito Federal tem mantido o pouco vigor de sua trajetória de recuperação. Após apresentar desaceleração no segundo trimestre – em certa medida por efeito da greve dos caminhoneiros –, a atividade econômica no Distrito Federal mostrou tímidos sinais de reação, nos trimestres seguintes. Mais especificamente, a leitura do Idecon-DF registrou avanço de 1,5% no quarto trimestre deste ano em relação ao mesmo trimestre de 2017. Cabe notar que este foi o único resultado do ano de 2018 em que o DF mostrou variação percentual maior do que o PIB do Brasil, calculado pelo IBGE (Gráfico 04).

Gráfico 04 – PIB-Brasil e Idecon-DF – 1º Trimestre de 2015 a 4º Trimestre de 2018. Taxa Trimestral – Variação (%) no trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior



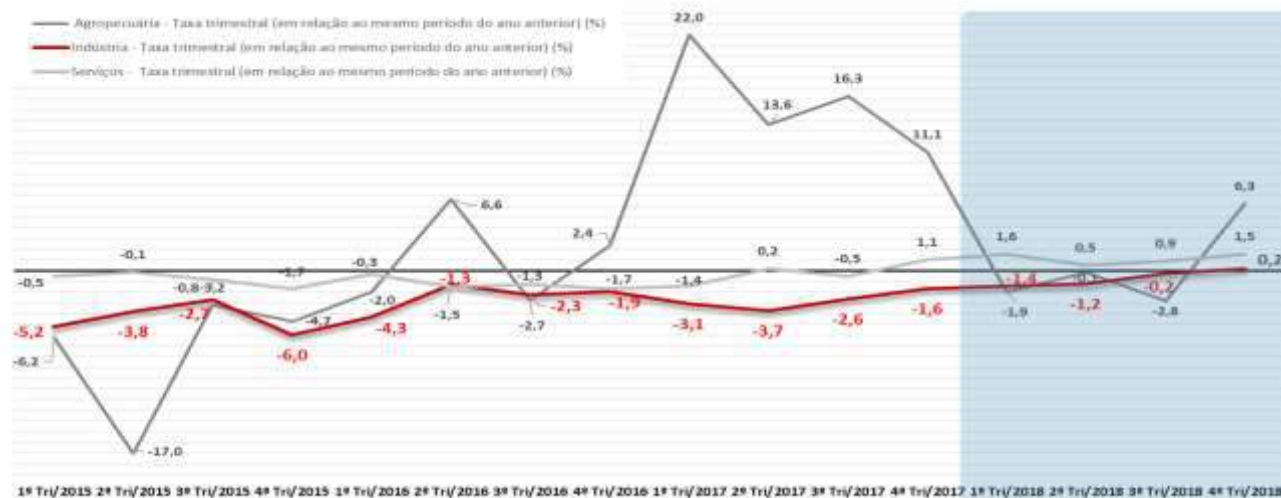
Fontes: IBGE e Codeplan. Elaboração: Gecon/Dieps/Codeplan

No que diz respeito aos grandes setores, o quarto trimestre de 2018 é o primeiro desde 2014 com registro de variação positiva nas três grandes atividades econômicas. A Agropecuária variou 6,3%, os Serviços, 1,5% e a Indústria, 0,2%. Esta variação positiva na Indústria foi a primeira em quatro anos, conforme aponta o gráfico 05, indicando o ano de 2018 com o melhor resultado da série histórica apresentada. Cabe a menção que foi o avanço de 1,5% nos Serviços que, novamente, garantiu o resultado positivo do trimestre, por causa do seu peso na economia local, que chega a 94,9%.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Gráfico 05 – Idecon-DF – Setores de atividade - 1º Trimestre de 2015 a 4º Trimestre de 2018. Taxa Trimestral – Variação (%) no trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior



Fontes: Codeplan. Elaboração: Gecon/Dieps/Codeplan

No resultado anual, cabe mencionar alguns destaques. O Idecon-DF registrou variação de 1,0% em 2018 enquanto o PIB brasileiro variou 1,1%. Note-se pelo gráfico 06 que quatro segmentos variaram na mesma direção no caso brasileiro e no Distrito Federal, enquanto os demais segmentos mostraram comportamento divergentes, apontando alta (queda) no DF enquanto no Brasil apontou queda (alta).

A agropecuária registrou retração no DF de 0,6% e, no Brasil, variação de 0,1%. Cabe lembrar que esse resultado se dá a partir da comparação com a produção do ano anterior, quando houve uma supersafra no país, de maneira que não se esperava um crescimento muito pronunciado em 2018.

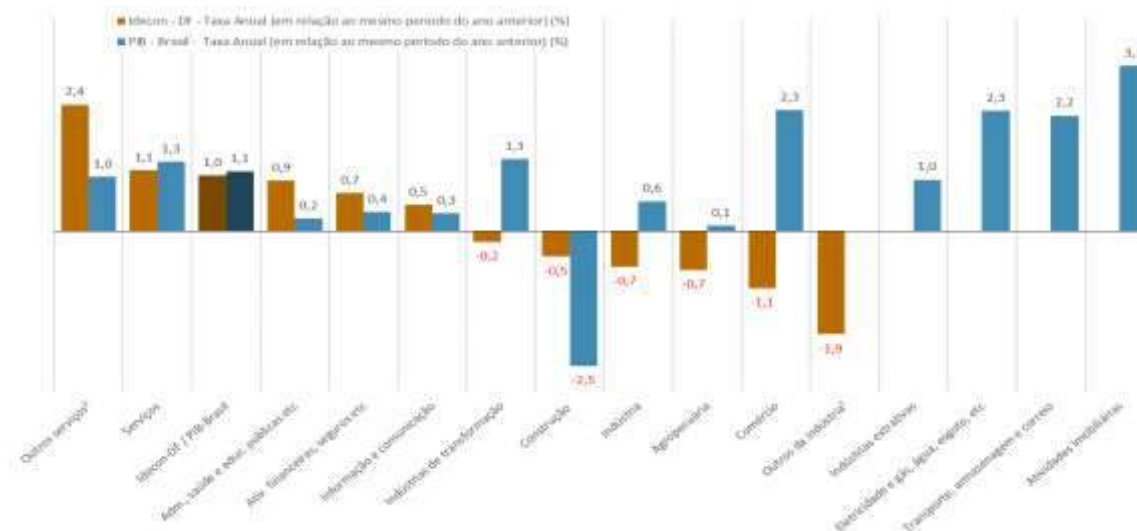
O setor de Serviços registrou números positivos tanto para o DF como para o país. Sendo responsável por praticamente 95% da economia local, a recuperação deste setor é essencial para a retomada do crescimento econômico do DF. Os números positivos dos Serviços são resultado de bom comportamento em praticamente todos os segmentos, a exceção sendo o comércio, que no DF, diminuiu 0,9% no ano.

No caso da Indústria, o Brasil mostrou retração somente na Construção, que é um setor marcado por maior defasagem de reação, contudo ainda não esboçou uma reação de fôlego para entrar em trajetória de recuperação, tanto no país, como em termos locais. Os segmentos da indústria no Distrito Federal ainda registram dificuldades, apesar dos números positivos no último trimestre de 2018.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Gráfico 06 - Variação Anual (%) - IDECON- DF e PIB – Distrito Federal e Brasil – Ano em relação ao ano anterior – 2018



Fonte: IBGE e Codeplan. Elaboração: Nucon/Gecon/Dieps/Codeplan. ¹Extrativa mineral e Eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana. ²Alojamento e alimentação; Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços; Educação e saúde mercantis; e Serviços doméstico; Transporte, armazenagem e correio e Atividades imobiliárias.

Conforme visto, os números do Idecon-DF mostram uma economia em trajetória ascendente, porém em ritmo bastante cadenciado, fato que vem alongando o processo de recuperação econômica. Contudo é importante enfatizar que é o quinto trimestre seguido que o Idecon-DF registra números positivos, indicando que a trajetória positiva é robusta. A seguir serão analisadas duas pesquisas do IBGE que explicam melhor o desempenho do comércio no trimestre e do setor de Serviços não financeiros.

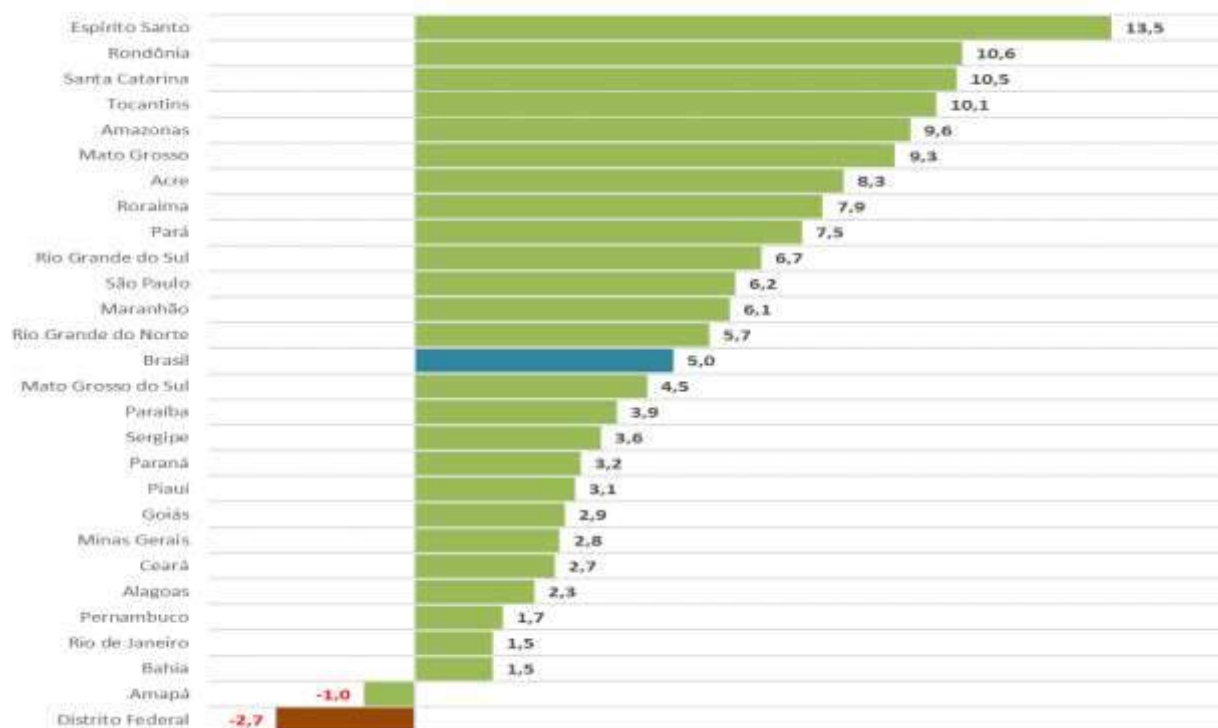
Comércio

A leitura dos dados da Pesquisa Mensal do Comércio Ampliado (PMC), divulgada pelo IBGE, mais uma vez ratifica o cenário de contração do segmento identificado no Idecon-DF e o cenário de variação positiva no Brasil. Com os números da PMC Ampliada, fica evidente que o resultado negativo registrado em 2018 é específico a duas unidades federativas, uma delas é o Distrito Federal. Assim, na média nacional, houve expansão de 5,0% em 2018 quando comparado a 2017 e houve retração 2,7% no DF no mesmo período de análise. (Gráfico 07).



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Gráfico 07 – Variação do volume de vendas no Comércio Varejista Ampliado - Taxa anual (%) – Brasil e Unidades Federativas – 2018



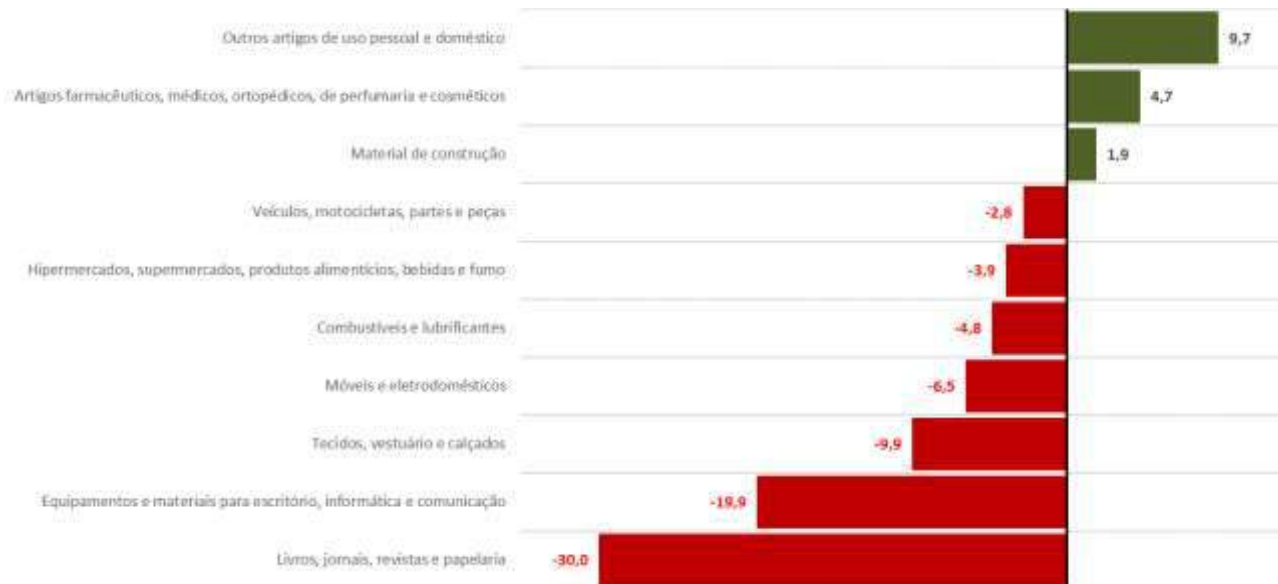
Fonte: IBGE. Elaboração: Gecon/Dieps/Codeplan

Na análise desagregada, é possível verificar que o resultado negativo do ano foi espraiado entre os segmentos, já que somente três deles registram alta no volume de vendas em 2018. Dois segmentos se destacam negativamente, o primeiro é Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, que apresenta grande oscilação ao longo do tempo. O segundo é o de Livros, jornais, revistas e papelaria, que é um mercado que está em crise em todo o país, e localmente, tem registrado a saída de grandes estabelecimentos da região. O Gráfico 08 apresenta os detalhes.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Gráfico 08 – Variação do volume de vendas no Comércio Varejista Ampliado por segmentos – Taxa anual (%) — Distrito Federal - 2018



Fonte: IBGE. Elaboração: Gecon/Dieps/Codeplan

O desempenho ruim pode ser visto ao longo dos meses no ano de 2018. Após uma recuperação em 2017, a partir de junho, a trajetória do comércio volta ao terreno negativo, isto é, de retração no Distrito Federal. Cabe notar, adicionalmente, o avanço no descolamento com a média nacional, novamente ratificando o movimento divergente entre os indicadores regional e nacional (Gráfico 09).



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Gráfico 09 – Variação acumulada em 12 meses do volume de vendas no Comércio Varejista Ampliado – (%) – Brasil e Distrito Federal



Fonte: IBGE. Elaboração: Gecon/Dieps/Codeplan

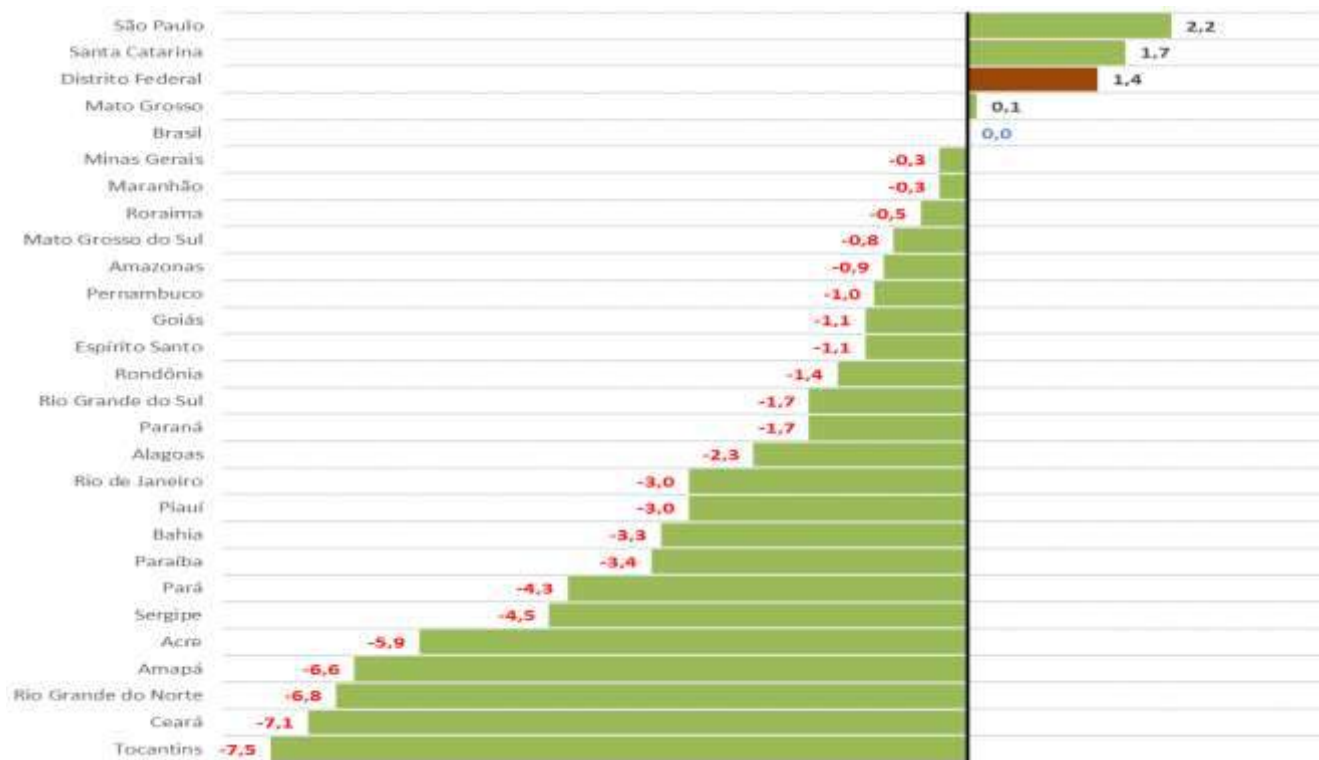


GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Serviços

Em sentido oposto ao comércio, a leitura da Pesquisa Mensal dos Serviços (PMS/IBGE) mostra um cenário mais favorável para os serviços do que o reportado pelo Idecon-DF. Mais especificamente, houve avanço de 1,4%, primeiro resultado anual positivo desde 2014. Na comparação com as demais regiões pesquisadas, o Distrito Federal registrou o terceiro melhor desempenho entre as UFs e superior à média nacional de 0,0% (Gráfico 10).

Gráfico 10 – Variação do volume de Serviços - Taxa anual (%) – Brasil e Unidades Federativas – 2018



Fonte: IBGE. Elaboração: Gecon/Dieps/Codeplan

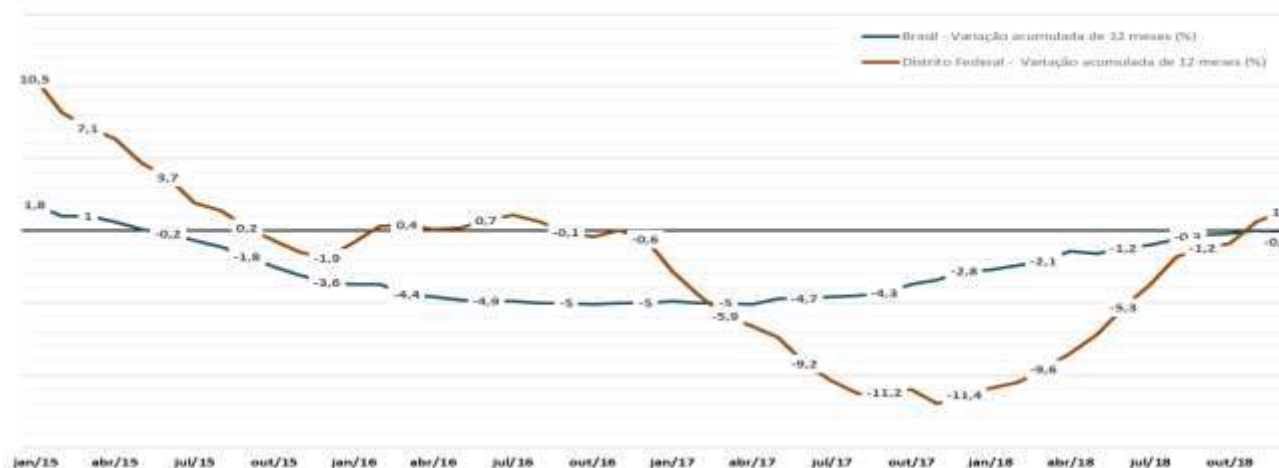


GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Na análise desagregada, nota-se que os Serviços de informação e comunicação (8,8%) foram os responsáveis pelo resultado do ano, com alguma ajuda do segmento de transportes (4,0%) e dos serviços prestados às famílias (1,1%). Do lado negativo, se encontram o segmento de Outros Serviços, com -6,4% e o segmento de Serviços profissionais, administrativos e complementares, com queda de 6,8% no ano. Esse segmento é, em geral, voltado a empresas, isto é, é caracterizado por ser de consumo empresarial e geralmente indica aquecimento da economia local. Uma queda desse grupo pode estar sinalizando alguma desaceleração local.

Ademais, observa-se no Gráfico 11 a trajetória de recuperação iniciada no final de 2017 no Distrito Federal. Esse resultado é relevante na medida que o setor privado de Serviços não financeiros é responsável por parcela significativa da atividade no Distrito Federal – cerca de 35%, de forma que o seu Crescimento influencia profundamente a economia local.

Gráfico 11 – Variação acumulada em doze meses do volume de Serviços – (%) – Brasil e Distrito Federal – janeiro 2015 a dezembro 2018



Fonte: IBGE. Elaboração: Gecon/Dieps/Codeplan

A análise dos principais indicadores de atividade mostra a economia do Distrito Federal em recuperação, embora em ritmo bastante gradual. Adicionalmente, nota-se que esta recuperação não é homogênea, mas apresenta-se com maior vigor no setor de Serviços. Isto pode ser observado também nos indicadores de mercado de trabalho e de nível de preços. Como será analisado mais à frente, o setor de Serviços vem sendo responsável pela maior parte da geração de postos formais no DF, de acordo com registros do CAGED, ao passo que a inflação dos serviços



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

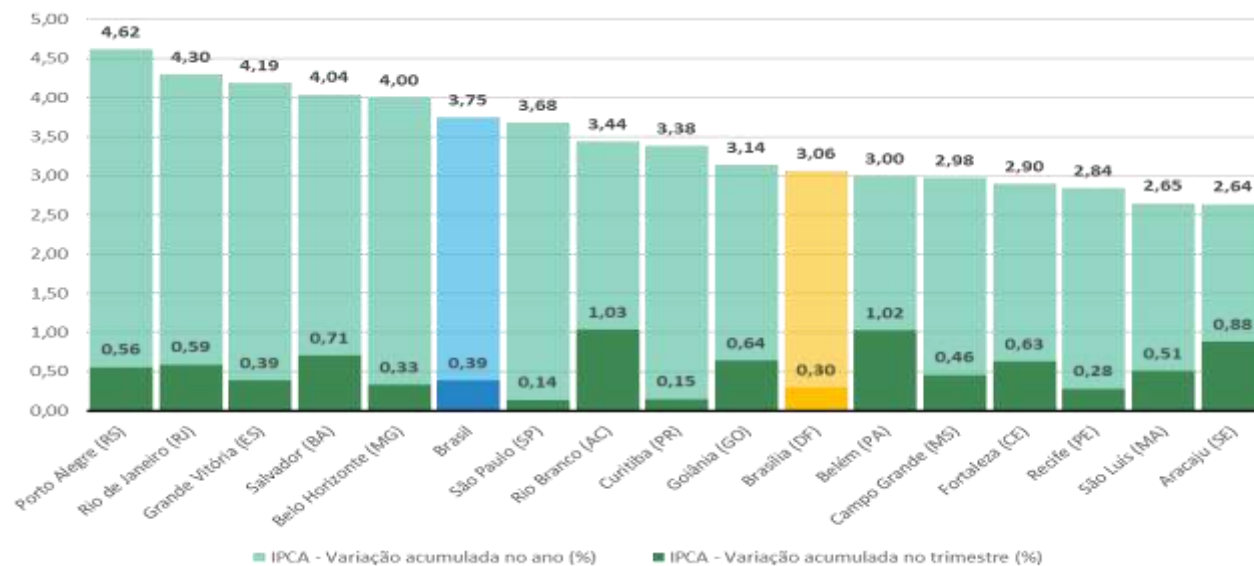
registrou a maior alta entre as categorias analisadas. A seguir, o comportamento dos preços no DF será avaliado, mostrando que a inflação está em consonância com uma economia em baixo crescimento.

2.4. ANÁLISE DE PREÇOS

Diferentemente do que ocorreu em 2017, quando Brasília havia disputado com Goiânia o posto de maior inflação do país, em 2018 os preços do Distrito Federal mostraram-se mais comportados, culminando em uma inflação bem próxima do limite inferior da meta estabelecida. O quarto trimestre teve papel importante nesse desempenho, visto que os itens de grande peso na cesta local de consumo registraram deflação nos preços, caso da Energia Elétrica e da Gasolina.

A inflação oficial de Brasília, medida pelo IPCA, calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, registrou no quarto trimestre de 2018, aumento de 0,30% na comparação com o trimestre anterior. Com este resultado, Brasília fechou o ano com inflação acumulada de 3,06%, bem abaixo do resultado brasileiro de 3,75%. (Gráfico 12)

Gráfico 12 - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA - Variação acumulada no trimestre e no ano (%) – Brasil e regiões – dezembro de 2018



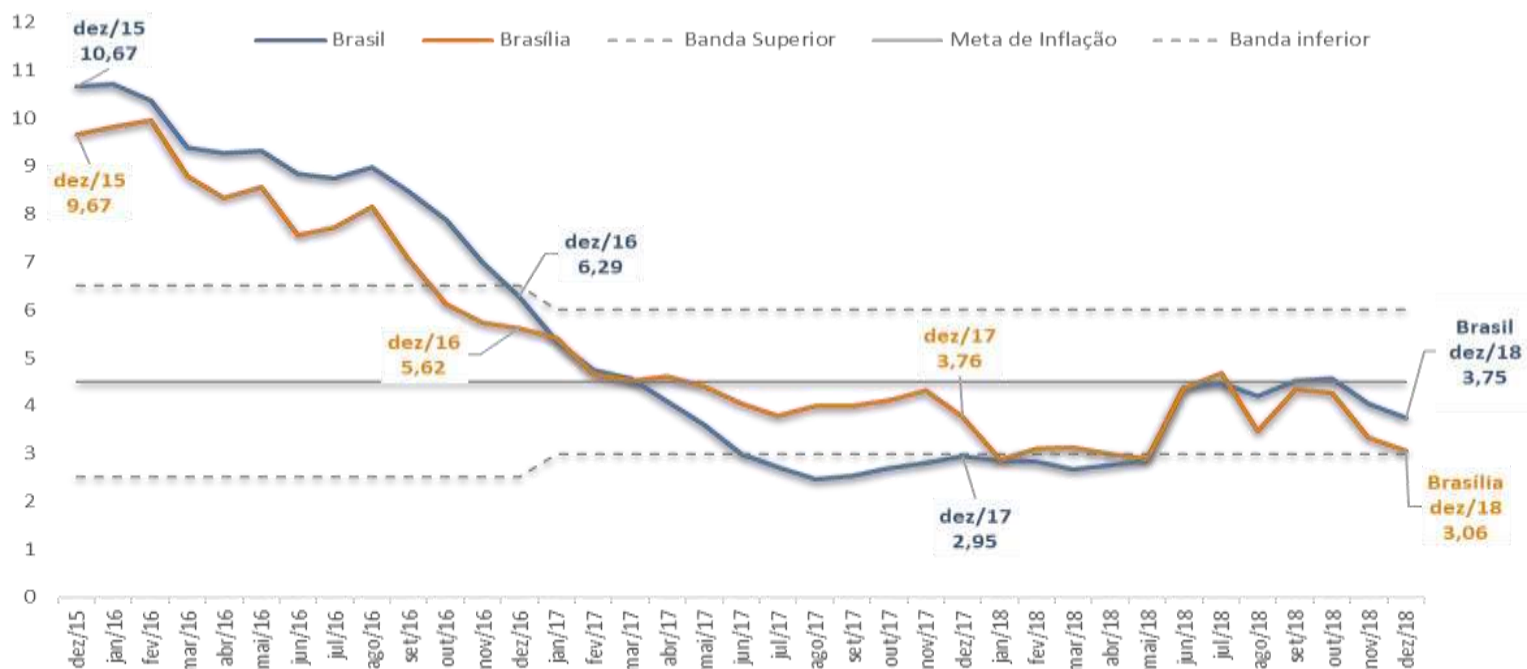
Elaboração: Gecon/DIEPS/Codeplan com dados do IBGE



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

A análise da trajetória do IPCA ao longo dos últimos 12 meses de 2018 revela que, a despeito dos fortes impactos derivados de segmentos específicos e do choque provocado pela paralisação dos caminhoneiros, no segundo trimestre a inflação seguiu em patamar compatível com a meta perseguida pelo Banco Central tanto no âmbito regional como na média nacional. Isto se deve ao fato do IPCA ter se situado abaixo do limite inferior da meta até maio de 2018, o que permitiu acomodar os choques de alta sem comprometer o objetivo da autoridade monetária (**Gráfico 13**). Cabe a menção de que essa manutenção da inflação em patamares baixos é, possivelmente, reflexo do comportamento do hiato do produto ou da elevada ociosidade na economia.

Gráfico 13 – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – Brasília/DF e Brasil - Variação acumulada em doze meses (%) –dezembro de 2015 a dezembro de 2018
Elaboração: Gecon/DIEPS/Codeplan com dados do IBGE



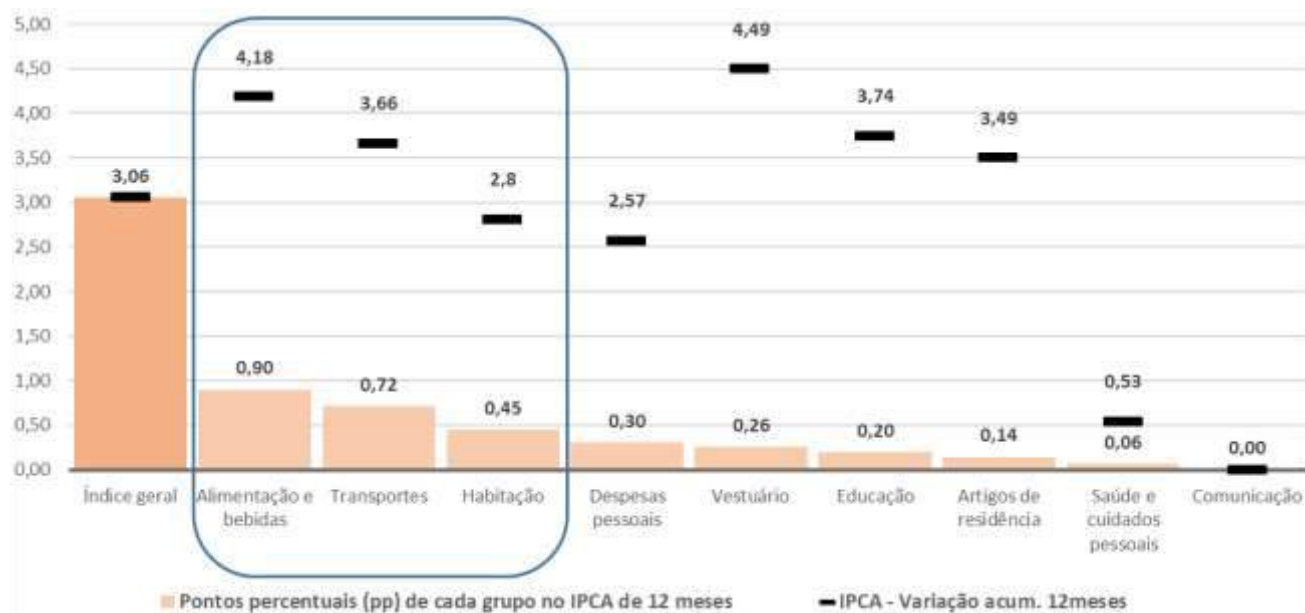
Em Brasília, o grupo que mais se destaca em 12 meses é *Alimentação e bebidas*, com 4,18% de alta acumulada (gráfico 14). Embora este valor não seja o mais alto registrado, este grupo possui grande peso na cesta das famílias do DF, de forma que é o que teve maior peso no ano. As refeições, o tomate e o pão francês foram os itens de maior impacto do grupo. Em seguida, se destaca o grupo *Transportes*, com alta de 3,66%. Este grupo teve papel de protagonista ao longo do ano devido ao preço da gasolina, no entanto, no último trimestre, o preço do item



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

recuou, de forma que os principais responsáveis pela inflação no ano foram passagens aéreas e preço dos automóveis novos. A terceira maior pressão adveio do grupo *Habitação*, impactado pela tarifa de energia elétrica, que teve dois reajustes locais ao longo do ano e devido às mudanças de bandeira tarifárias no período menos chuvoso.

Gráfico 14 – IPCA – Variação acumulada em 12 meses (%) por grupos de despesas – Brasília – Dezembro de 2018



Fonte: IBGE/ Elaboração: Codeplan/Gecon-Nupre

Ademais, a medida de núcleo por média aparada suavizada – a qual retira do índice original os itens com as maiores e as menores variações em cada mês e suaviza as variações dos itens administrados⁶ – encontra-se em patamar bastante confortável (3,47%) e seu comportamento ao longo de 2018 foi bem mais estável que no IPCA original (**Gráfico 15**). Assim, a variação

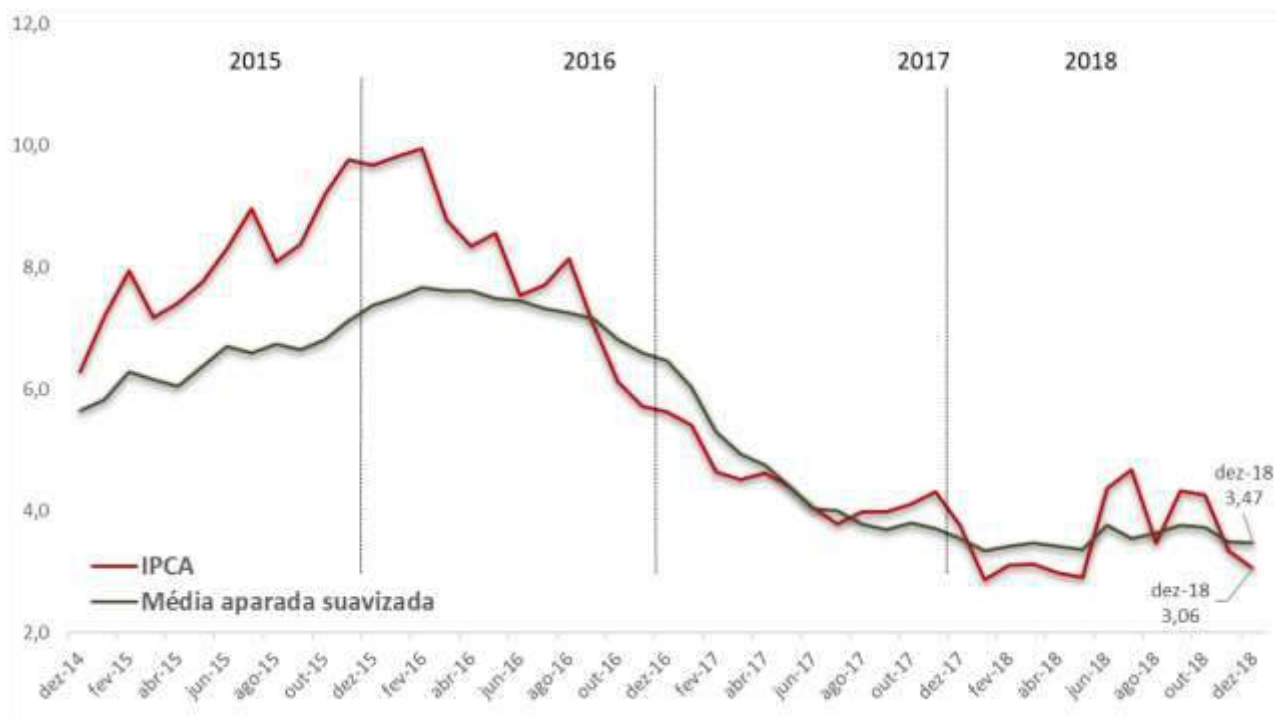
⁶ Para maiores detalhes sobre a construção deste indicador, ver a Nota Técnica “Medidas de Núcleo para a Inflação de Brasília”. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/NT-Medidas-de-N%C3%B3cleo-de-Infla%C3%A7%C3%A3o-para-Bras%C3%ADlia.pdf>



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

acumulada em 12 meses do núcleo manteve seu nível mesmo diante da queda verificada no último trimestre de 2018. Isto ratifica a conclusão de que, apesar de algumas variações terem sido mais disseminadas, aquelas que registraram maior magnitude foram concentradas em um conjunto menor de itens.

Gráfico 15 – IPCA – Índice original e núcleo por média aparada suavizada - Variação acumulada em 12 meses (%) – Brasília – dezembro de 2014 a dezembro de 2018



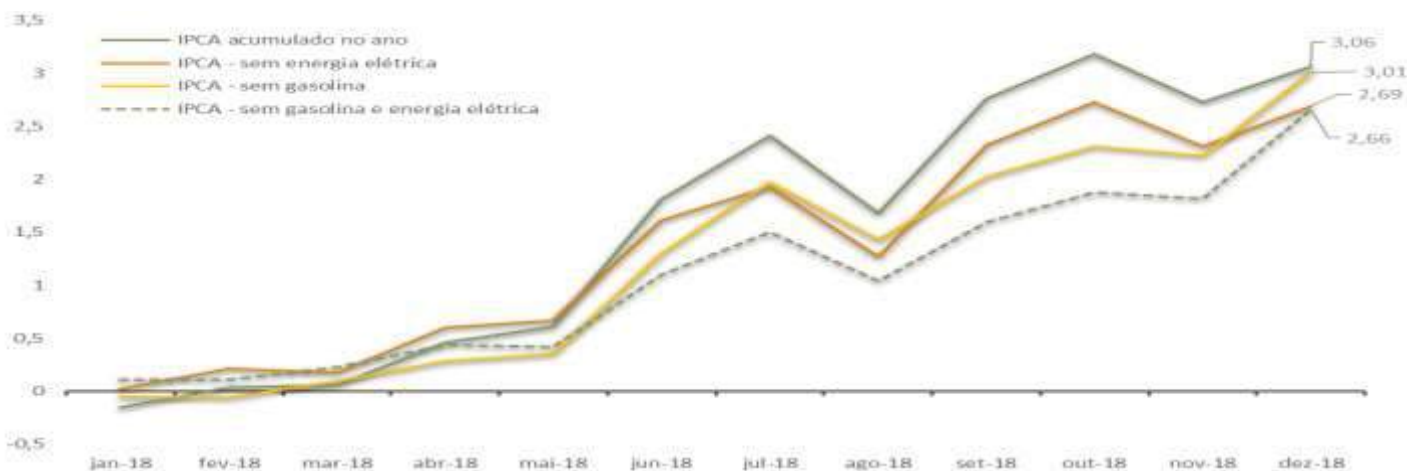
Elaboração: Gecon/DIEPS/Codeplan com dados do IBGE



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Uma outra análise possível é avaliar o comportamento do IPCA de Brasília quando se exclui dois dos subitens que mostraram protagonismo ao longo de 2018: energia elétrica e gasolina. O Gráfico 16 apresenta a trajetória da variação ao longo do ano do IPCA original, do IPCA excluindo a energia elétrica, do IPCA excluindo a gasolina, e do IPCA excluindo ambos subitens. A conclusão a que se chega é que ambos subitens são responsáveis por parte substancial da variação do IPCA de Brasília, com os descolamentos sendo mais perceptíveis a partir de junho.

Gráfico 16 – IPCA – Índice original, Índice exclusive gasolina, Índice exclusive energia elétrica, Índice exclusiva gasolina e energia elétrica – Variação acumulada no ano (%) – Brasília – janeiro de 2018 a dezembro de 2018



Elaboração: Gecon/DIEPS/Codeplan com dados do IBGE

Por fim, a análise da evolução de segmentos selecionados do IPCA⁷ no **Gráfico 17** revela os preços administrados, principais responsáveis pela alta ocorrida no segundo trimestre, tiveram contribuição negativa, auxiliando o IPCA a se manter em patamares baixos. No quarto trimestre, a redução dos preços da *Gasolina* e da *Energia Elétrica* foi o fator mais importante para esse

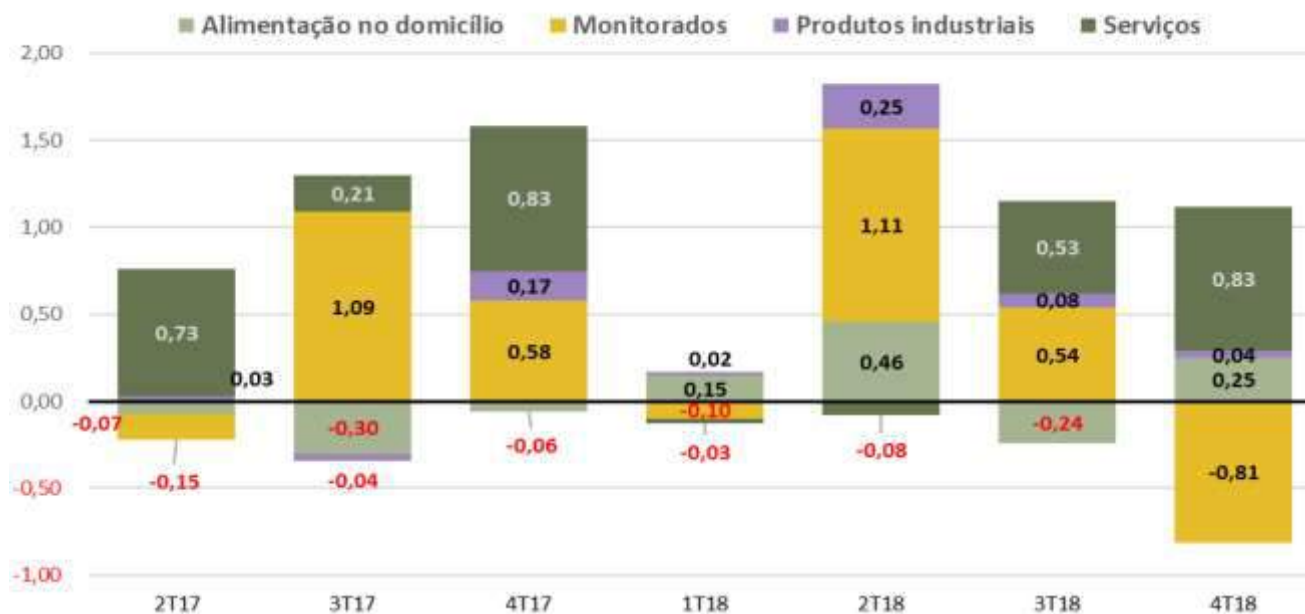
⁷ Os itens utilizados para construir os segmentos estão descritos no box “Atualizações das Estruturas de Ponderação do IPCA e do INPC e das Classificações do IPCA” do Relatório Trimestral de Inflação de Dezembro de 2011, divulgado pelo Banco Central do Brasil. Em especial, o segmento de produtos industriais é a soma dos segmentos de duráveis, semiduráveis e não-duráveis. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/relinf/port/2011/12/ri201112b3p.pdf>.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

impacto na inflação distrital. Nota-se, ainda, que foi a categoria *Serviços* que levou o IPCA para cima no quarto trimestre de 2018. Esta alta foi capitaneada pelas *Passagens Aéreas, Planos de Saúde e Emprego Doméstico*.

Gráfico 17 - IPCA por segmentos selecionados - Variação acumulada no trimestre (pp) – Brasília – 2º trimestre 2017 a 4º trimestre de 2018



Elaboração: Gecon/DIEPS/Codeplan com dados do IBGE

Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC

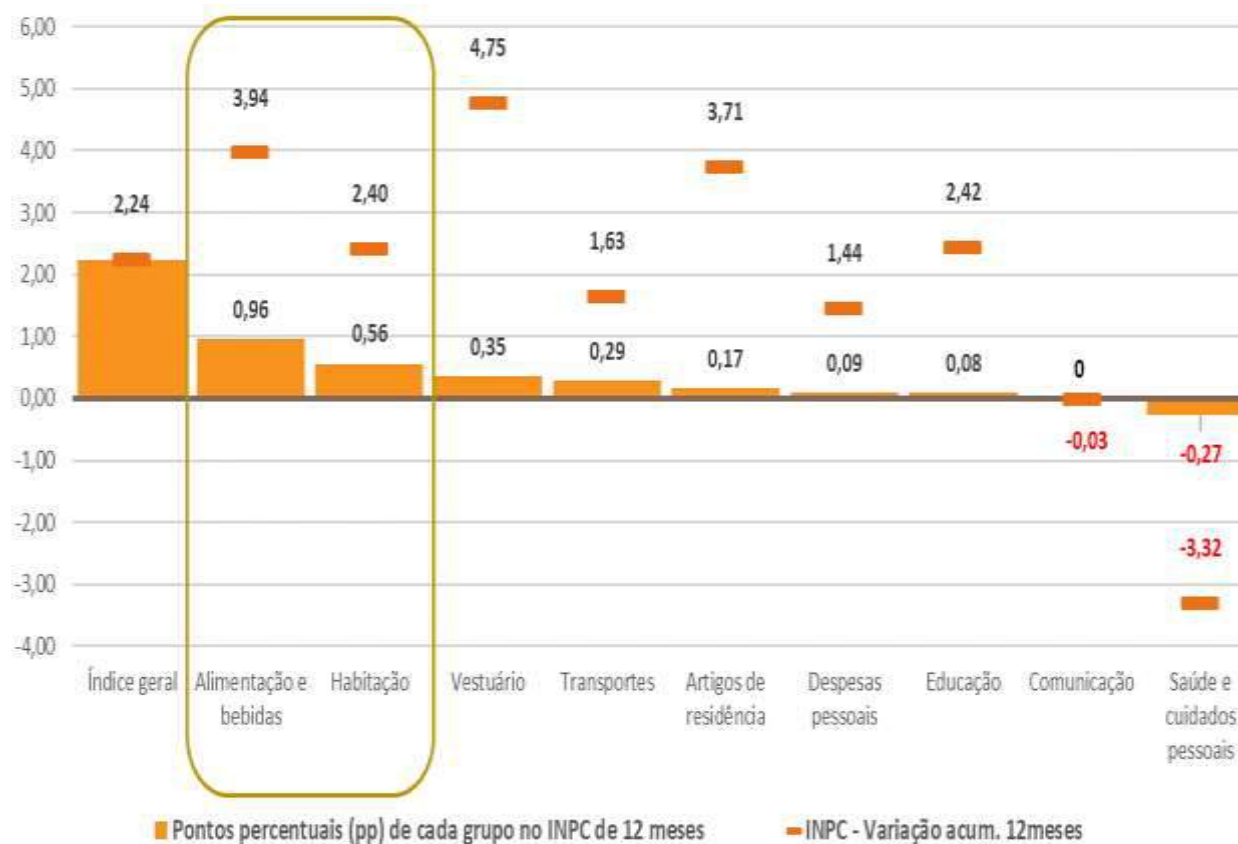
O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)/Brasília apresentou inflação de 0,04% em dezembro, mais baixo do que no Brasil. No ano de 2018, a inflação medida pelo INPCA ficou 2,24% no DF frente a 3,43% no Brasil. O resultado acumulado foi o mais baixo entre as regiões pesquisadas pelo IBGE.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Os grupos que mais influenciaram o resultado do INPC no ano de 2018 foram o grupo *Alimentação e bebidas* - capitaneado pelos preços do tomate, da refeição fora do domicílio, do leite longa vida e do pão francês – e o grupo *Habitação* – impactado pelas variações na tarifa de energia elétrica. O valor baixo do índice é também consequência da deflação registrada no grupo *Saúde e Cuidados Pessoais*, com redução nos preços de perfumes, produtos para pele e outros itens de cuidados pessoais, além de alguns fármacos.

Gráfico 18 – INPC – Variação acumulada em 12 meses (%) por grupos de despesas – Brasília – Dezembro de 2018

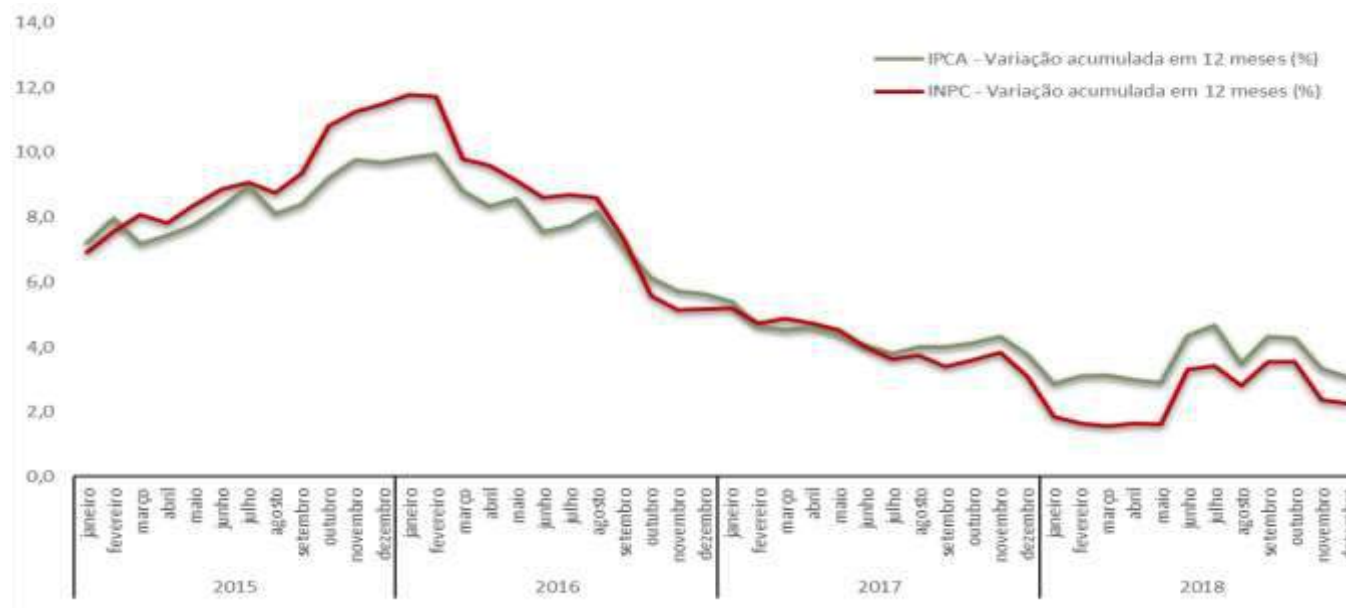




GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Fonte: IBGE/ Elaboração: Codeplan/Gecon-Nupre

IPCA x INPC



Nota-se, apesar de se comportarem em consonância, a magnitude de variação é diferente do IPCA em relação ao INPC⁸. No **Gráfico 19**, é possível observar que, desde meados de 2017, o INPC tem registrado variações menores do que o IPCA, indicando que para as famílias de menor renda, os preços têm se comportado de forma mais estável, sempre abaixo dos 4% em

⁸ Isso decorre de as cestas de consumo das famílias serem diferentes, dados os rendimentos diferentes. Assim, enquanto o INPC tem por base cesta de famílias que recebem até cinco salários mínimos, o IPCA avalia a cesta das famílias que recebem entre um e 40 salários mínimos. A diferença de restrição orçamentária faz com que alguns produtos tenham maior ou menor peso na cesta e, portanto, a variação de seus preços tem maior ou menor importância no índice de preços.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

12 meses. Assim, o INPC fechou o ano de 2018 com uma inflação acumulada, em 12 meses, de apenas 2,24%, enquanto o IPCA registrou 3,06% de variação. Itens de grande peso no IPCA e que tiveram grandes variações, como gasolina e passagens aéreas, possuem pesos menores do INPC. Ademais, destaca-se que, se por um lado, esse resultado reflete uma economia com capacidade ociosa, de outro lado, preços estáveis contribuem para retomada do consumo das famílias do Distrito Federal.

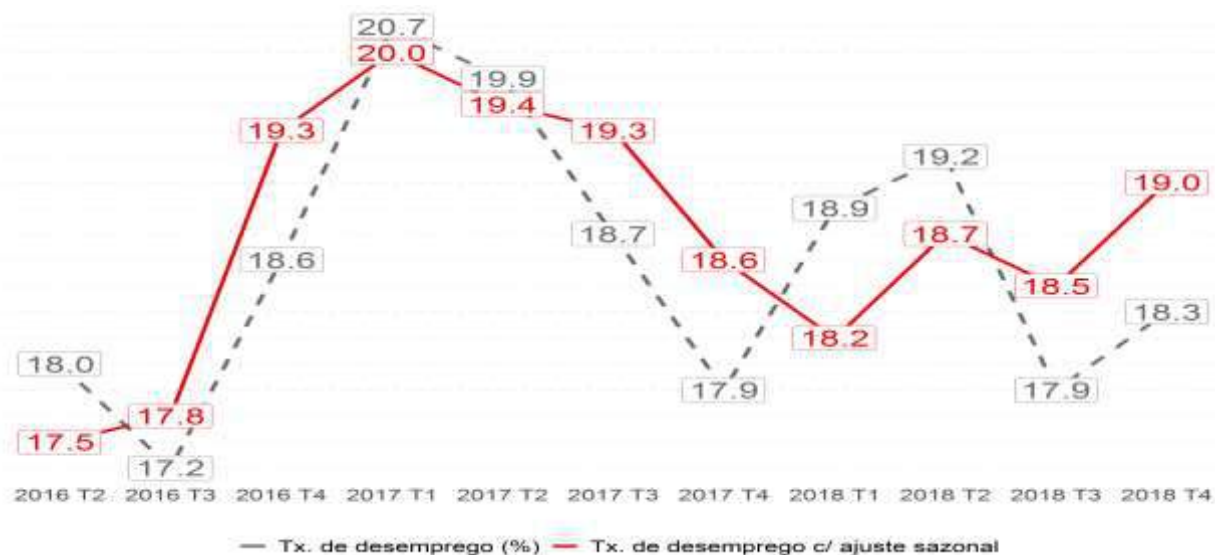
Gráfico 19 – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e – Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) – Brasília/DF - Variação acumulada em doze meses (%) – janeiro de 2015 a dezembro de 2018

Elaboração: Gecon/DIEPS/Codeplan com dados do IBGE

2.5. MERCADO DE TRABALHO

A taxa de desemprego medida pela PED foi de 19,0% no trimestre móvel encerrado em dezembro ante 18,5% em setembro, descontados os efeitos sazonais. O resultado é bem acima do registrado no início do ano e devolve boa parte da melhora observada desde o início de 2017. O Gráfico 20 apresenta as taxas de desemprego nos trimestre entre 2016 e 2018. O que se observa é uma trajetória de oscilação em 2018, contudo, com menores magnitudes de variação.

Gráfico 20 – Taxa de desocupação – Pesquisa do Emprego e Desemprego (PED) – 2º Trimestre de 2016 a 4º Trimestre de 2018 – (%) – Distrito Federal



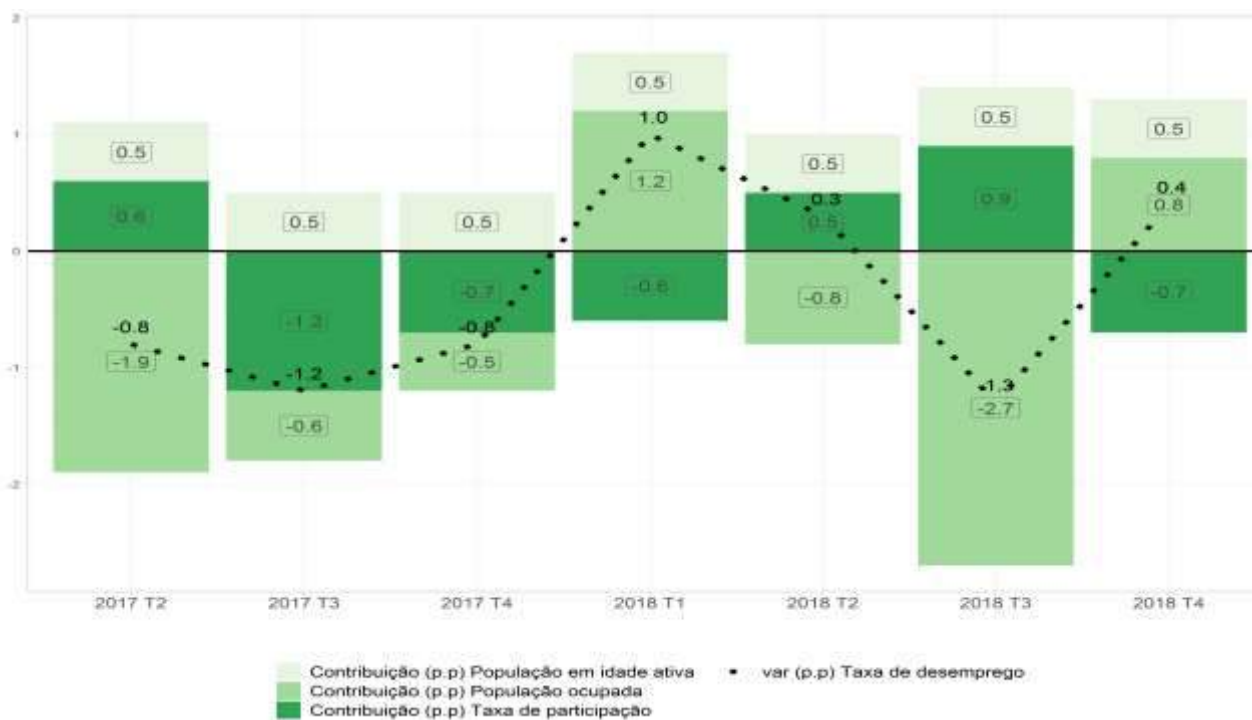


GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Fonte: Pesquisa do Emprego e Desemprego (PED) – Distrito Federal. Convênio Seatrab-GDF, Codeplan, Seade-SP e Dieese. Elaboração: Gecon/Dieps/Codeplan. Ajuste sazonal realizado pelo método X13-Arima.

O exercício de decomposição (Gráfico 21) revela que ao longo do ano de 2018, um dos componentes que mais incentivou a redução da taxa de desemprego foi o aumento da ocupação no DF, especialmente entre o segundo e terceiro trimestres. Diferentemente do que havia ocorrido em 2017, quando a menor procura por emprego foi protagonista para melhoria da taxa de desemprego.

Gráfico 21 – PED: decomposição da variação na taxa de desemprego– 2º trimestre de 2017 a 4º trimestre de 2018 - Contribuição em pp. – Distrito Federal



Fonte: Pesquisa do Emprego e Desemprego (PED) – Distrito Federal. Convênio Seatrab-GDF, Codeplan, Seade-SP e Dieese. Elaboração: Gecon/Dieps/Codeplan.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

No que diz respeito à composição, cabe destacar o maior número de ocupados em praticamente todas as categorias, quando a comparação se dá entre dezembro de 2017 e dezembro de 2018. As exceções são os empregados domésticos, com nove mil pessoas a menos, e o setor público, com menos três mil. Entretanto, as ocupações no setor privado com carteira assinada avançaram em 27 mil. Esses números ratificam os resultados anteriores de nível de atividade: há uma recuperação, porém, lenta. A Tabela 1 apresenta os resultados em detalhe.

Tabela 1 – Pesquisa do Emprego e Desemprego (PED) – dezembro de 2018 – Valores em milhares – Distrito Federal

	dez/17	nov/18	dez/18	dez-2018 / dez - 2017		dez-2018 / nov - 18	
				Variação %	Variação Absoluta	Variação %	Variação Absoluta
Indicadores (em mil pessoas)							
<i>População</i>							
Em idade ativa	2.478	2.534	2.539	2,5	61	0,2	5
Economicamente ativa	1630	1680	1667	2,3	37	-0,8	-13
Ocupados	1337	1370	1361	1,8	24	-0,7	-9
Desempregados	292	310	306	4,8	14	-1,3	-4
Inativos com 14 anos ou mais	849	854	872	2,7	23	2,1	18
<i>Posição na ocupação</i>							
Total de ocupados	1.337	1.370	1.361	1,8	24	-0,7	-9
Total de assalariados	956	977	980	2,5	24	0,3	3
Setor privado	663	681	690	4,1	27	1,3	9
Com carteira assinada	550	571	577	4,9	27	1,1	6
Sem carteira assinada	112	110	113	0,9	1	2,7	3
Setor público	293	296	290	-1,0	-3	-2,0	-6
Autônomos	195	194	200	2,5	5	3,1	6
Empregados domésticos	87	83	78	-10,3	-9	-6,0	-5
Demais posições	99	116	103	4,0	4	-11,2	-13
Taxas (em pontos percentuais)					Variação p.p.		Variação p.p.
Taxa de desemprego total	17,9	18,5	18,3		0,4	-	-0,2
Taxa de desemprego com ajuste sazonal	18,6	19,0	19,0				
Taxa de participação na força de trabalho	65,8	66,3	65,7		-0,1		-0,6
Rendimento médio real (em reais)					Variação % (nov - 2018 / nov - 2017)		Variação % (nov - 2018 / out - 2018)
Ocupados	R\$3.270,51	R\$3.534,23	R\$3.378,61		3,3		-4,4

Fonte: Pesquisa do Emprego e Desemprego (PED) – Distrito Federal. Convênio Seatrab-GDF, Codeplan, Seade-SP e Dieese. Elaboração: Gecon/Dieps/Codeplan.

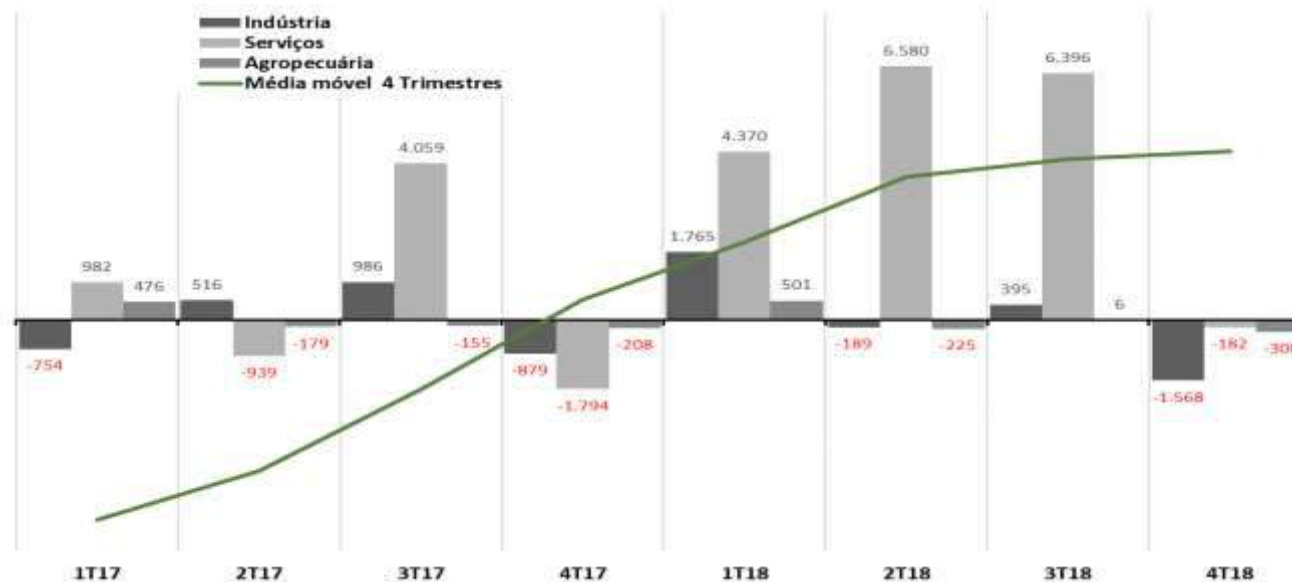


GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Os registros do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED/MTE) ratificam o desempenho do setor privado formal. Ademais, a média móvel de quatro trimestres mostra continuidade no avanço, embora com desaceleração no último trimestre de 2018. O grande destaque positivo do ano foi o setor de serviços, com resultado significativamente melhor que o verificado no quarto trimestre de 2017.

Para fins de comparação, em 2017 o CAGED registrou saldo positivo de 2.111 vínculos, e, em 2018, esse número foi de 17.541. Isto é, a geração de empregos em 2018 foi bem superior à geração de empregos verificada em 2017. Na análise agregada por grandes setores, *Serviços* foi o setor que criou mais empregos, com saldo de 17.164 vínculos, seguido da *Indústria*, que mostra a criação de 403 postos e, por fim, a *agropecuária* mostrou uma pequena retração, com fechamento de 26 postos de trabalho formais gerados em 12 meses.

Gráfico 22 – CAGED – Saldo entre admitidos (+) e demitidos (-) por grandes setores e média móvel de 4 trimestres do saldo total – Distrito Federal – 2º trimestre de 2017 T2 a 4º trimestre de 2018



Fonte: CAGED/MTE. Elaboração: Gecon/Dieps/Codeplan.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Dentre as categorias que apresentaram avanço no ano, destacam-se *Saúde Humana e Serviços sociais* (10.340), *Atividades administrativas e serviços complementares* (3.416) e *Outras atividades de serviços* (1.215), e a *Construção Civil* (1.169) – primeiro resultado positivo da Construção desde o início da crise. No sentido oposto, apenas cinco segmentos apresentaram retração do número de empregos, mais uma vez ratificando o cenário mais favorável do que o observado entre 2015 e 2017. (Gráfico 23).

Gráfico 23 – CAGED - Saldo entre admitidos (+1) e demitidos (-1) por Seção CNAE 2.0. – Distrito Federal - 2018



Fonte: CAGED/MTE. Elaboração: Gecon/Dieps/Codeplan.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

2.6. Considerações sobre a análise da Conjuntura Nacional

Os resultados do PIB do Brasil para 2018 indicam continuidade no processo de recuperação na economia brasileira, embora em ritmo bastante gradual. Na comparação com 2017, o PIB avançou 1,1%. Na comparação com terceiro trimestre de 2018, a variação foi de 0,1%, indicando uma desaceleração do nível de atividade. Pelo lado da oferta, a agropecuária avançou 0,1%. Serviços apresentou crescimento de 1,3%, e a indústria, por sua vez, registrou variação de 0,6%. Pelo lado da demanda, o destaque foi a formação bruta de capital fixo (4,1%).

A inflação brasileira, medida pelo IPCA, registrou avanço de 3,75% no ano, abaixo do centro da meta pelo segundo ano consecutivo. O resultado pode ser entendido em partes como uma acomodação de choques de oferta, e um reflexo do hiato do PIB, que ainda se encontra em magnitude significativa. O mercado de trabalho brasileiro apresenta evolução, embora ainda persistam sinais de ociosidade. A taxa de desocupação, de acordo com dados da PNAD Contínua divulgados pelo IBGE, registrou 11,6% no quarto trimestre de 2018. No ano, os dados do CAGED, divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), mostram avanços no mercado de trabalho formal, com ganho líquido de 528,5 mil postos de trabalho em 12 meses.

No que diz respeito às contas públicas, os dados disponíveis para o ano de 2018 mostram avanço em relação ao mesmo período do ano anterior. Mais especificamente, foi registrado um déficit primário de 1,7% do PIB, menor do que o estabelecido para o ano, de 2,3%. Cabe notar, entretanto, que a previdência social continua como o grande desafio para o ajuste fiscal.

Quanto à economia do Distrito Federal, a leitura do Idecon/DF apresenta quadro ainda favorável no quarto trimestre, ainda que a recuperação seja lenta. O DF mostrou uma variação de 1,0% em 2018, abaixo da do PIB brasileiro, que foi de 1,1%. Esse resultado advém uma pequena recuperação da Administração Pública, das Atividades Financeiras e dos serviços de Informação e Comunicação. O destaque negativo aparece na Construção e no Comércio, ambos com retração no ano.

As pesquisas setoriais, divulgadas pelo IBGE, corroboram o cenário de enfraquecimento do comércio e de recuperação dos serviços. A Pesquisa Mensal do Comércio Ampliada (PMC) aponta queda de 2,7% no volume do comércio varejista ampliado, com a maior parte dos setores apresentado retração. A Pesquisa Mensal dos Serviços (PMS), por sua vez, registrou elevação de 1,4% no volume dos serviços. Os destaques foram os segmentos Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio e Serviços de informação e comunicação.

De maneira geral, a economia do DF, tendo sua base nos de serviços, que é reconhecido como um setor de menor dinamismo, mostra um comportamento coerente com o peso desse setor. Isto é, há uma certa demora no processo de recuperação econômica, perceptível em vários segmentos produtivos. O mercado de trabalho e o comportamento dos preços locais corroboram esse movimento.

Em relação aos preços, diferentemente do que ocorreu em 2017, quando Brasília havia disputado com Goiânia o posto de maior inflação do país, em 2018 os preços do Distrito Federal mostraram-se mais comportados, culminando em uma inflação bem próxima do limite inferior da meta estabelecida.

Já no que toca ao mercado de trabalho, o Distrito Federal encerrou 2018 com taxa de desemprego acima daquela verificada em 2017 – 19,0% contra 18,6%, respectivamente, na série com ajuste sazonal. A taxa de participação permaneceu praticamente estável, mas o número de novos postos foi insuficiente para absorver o crescimento natural da demanda por vagas. Os destaques, nesta base de comparação, são o avanço modesto do total de empregados no setor público e a redução mais pronunciada dos empregados domésticos. Por outro lado, cabe notar que houve avanço no total de empregados no setor privado, em especial devido ao aumento dos postos com carteira assinada. Este bom desempenho do setor privado formal é ratificado pelos dados do CAGED, com a média móvel de quatro trimestres mostrando continuidade no avanço do mercado, embora com desaceleração no último trimestre.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

2.7. Política Fiscal do Distrito Federal

O Distrito Federal possui característica econômica distinta dos outros entes da Federação. No Distrito Federal a representatividade do Setor de Serviços é proporcionalmente maior que os demais setores da economia em comparação a outros Estados e Municípios brasileiros, em função da expressiva participação da Administração Pública (Governo Federal e Governo do Distrito Federal) no Produto Interno Bruto do DF. Neste contexto fica evidente o papel de destaque que o Governo local exerce no desenvolvimento econômico da região.

Os gastos efetuados pelo Governo do Distrito Federal influenciam de forma significativa o ciclo de geração de riquezas da região. As despesas do Governo com a compra de bens e serviços geram emprego e renda nas empresas. Por sua vez, a despesa de pessoal da máquina pública, além de promover a disponibilização de serviços à população, também gera riqueza para as famílias. Como consequência a riqueza disponibilizada, em grande parte se transforma em consumo, que gera a arrecadação de receitas para o Estado, alimentando assim parte significativa do ciclo econômico do Distrito Federal e do Entorno.

O desempenho da economia nacional nos últimos 4 anos interferiu diretamente na Gestão Fiscal do Governo do Distrito Federal e, por consequência atingiu a economia local. O comportamento das receitas do Governo do Distrito Federal tem determinado um ambiente de restrições orçamentárias e financeiras neste período.

As informações que se seguem refletem, em linhas gerais e em grandes agregados, os resultados da política fiscal do Distrito Federal no exercício de 2018.

2.7.1 Execução Orçamentária e Financeira do Distrito Federal

2.7.1.1 Receitas

O ingresso das receitas que integram o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Distrito Federal (desconsiderando as receitas Intra-orçamentárias), nos últimos quatro exercícios financeiros, ocorreu conforme demonstrado no quadro abaixo:

Receita	Valores em R\$ milhão			
	2015	2016	2017	2018
Tributárias	13.155	14.355	14.780	15.811
Transferências Correntes	7.894	7.295	1.988	2.079
Demais Receitas	4.828	4.610	4.888	5.019
TOTAL	25.877	26.260	21.656	22.809

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO – Dez/2018



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

O comportamento atípico ocorrido entre os anos de 2015 e 2016 se deve ao fato de que nestes exercícios as transferências do Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF destinadas às áreas de Saúde e Educação foram empenhadas e pagas no âmbito do orçamento do Governo do Distrito Federal. Em 2017 os recursos do FCDF voltaram a circular exclusivamente na esfera Federal, sendo executados por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.

Em 2018, a receita total destinada ao desenvolvimento de ações do Governo do Distrito Federal foi de R\$ 36.505.678.043, sendo R\$ 13.696.991.938 provenientes do Fundo Constitucional do Distrito Federal e R\$ 22.808.686.105 oriundos de receitas tributárias, transferências correntes e outras receitas que integram o orçamento fiscal e da seguridade do Distrito Federal (excetuando as receitas Intra-orçamentárias).

Comparativo entre Previsão de Receita e Receita Realizada - 2018

	Previsão Inicial	Previsão Atual.	Realizada
Total das Receitas	25.098.247.309	26.173.915.523	22.808.686.105

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO – Dez/2018

A diferença de valores ocorrida entre a receita efetivamente arrecadada e as previsões iniciais no orçamento do Distrito Federal se justifica pela frustração de receitas tributárias e pela não efetivação de algumas contratações de operação de crédito. A frustração de receitas obrigou o Governo a contingenciar parte de suas despesas correntes e postergar investimentos previstos para execução no exercício de 2018.

Receita Arrecadada em 2018

Item	Valor (R\$)
Receita Total	24.773.394.106
Receitas Corrente (*)	21.887.896.067
Receitas de Capital	920.790.038
Receitas Intra-Orçamentárias	1.964.708.001

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO – Dez/2018

As receitas Intra-orçamentárias (corrente e de capital) são destinadas ao registro de receitas provenientes de órgãos integrantes dos orçamentos Fiscal e da Seguridade do Governo do Distrito Federal.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

2.7.1.1.1 Receitas Correntes

As receitas correntes são destinadas a cobrir as despesas orçamentárias que visam à manutenção das atividades governamentais. A Lei nº 4.320 de 1964 define receita corrente como as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras, bem como as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes. Em 2018 as receitas correntes obtiveram arrecadação conforme demonstrado no quadro abaixo:

Demonstrativo da Receita Corrente	
Item	Valor (R\$)
Receita Corrente	21.887.896.067,21
Receita Tributária	15.811.232.572,87
Receita de Contribuição	1.439.756.778,63
Receita Patrimonial	580.003.986,13
Receita Agropecuária	10.292,00
Receita Industrial	4.593.003,18
Receita de Serviços	525.252.259,87
Transferências Correntes	2.078.822.244,78
Outras Receitas Correntes	1.448.824.867,12
Deduções da Receita Corrente	-599.937,37

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO – Dez/2018

A [Receita Corrente Líquida – RCL](#) é um dos parâmetros utilizados como referência para o cálculo dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, cujo cumprimento deve ser demonstrado quadrimestralmente nos Relatórios de Gestão Fiscal. [Para efeito de cálculo da RCL do exercício de 2018 foram consideradas as informações apresentadas conforme quadro abaixo:](#)



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Item	Valor (R\$)
Receita Corrente (*)	24.363.932.378,80
Deduções	4.223.270.700,99
Contribuições Previdenciárias	1.215.041.665,01
Compensação Financeira entre Regimes de Previdência	532.192.192,39
Receita para Formação do FUNDEB	2.476.036.311,59
Recursos do FCDF não destinados ao pagamento de Pessoal	1.601.901.341,04
Receita Corrente Líquida	21.742.563.018,85

(*) O valor total das Receitas Correntes considera as transferências para formação do FUNDEB (R\$ 2.476.036.311,59)

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO – Dez/2018

Receitas Tributárias

Receita Tributária é toda fonte de renda que deriva da arrecadação estatal de [tributos](#), dos quais são espécies os [Impostos](#), as [Taxas](#), as [Contribuições de Melhoria](#), os [Empréstimos Compulsórios](#) e as [Contribuições Especiais](#), todos prefixados em [lei](#) em caráter permanente ou não. As receitas tributárias têm como finalidade básica o custeio das despesas estatais e suas necessidades de investimento. Em 2018 o valor total arrecadado de receitas tributárias foi de R\$ **15.811.232.572,87** e a sua composição percentual se apresentou conforme o quadro abaixo.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Receita Tributária – Arrecadação 2018

Valores (R\$)

Item	2017 (a)	2018 (b)	Variação % (b/a)
IPTU	722.355.826,56	794.122.157,33	9,9%
IRRF	2.790.541.716,37	3.168.567.441,87	13,5%
IPVA	993.058.251,52	1.057.738.941,94	6,5%
ITCD	138.874.246,95	113.105.169,46	-18,6%
ITBI	368.596.696,80	411.462.600,02	11,6%
ICMS	7.557.718.627,23	7.988.958.099,72	5,7%
ISS	1.623.386.693,74	1.651.240.485,17	1,7%
Imposto Simples	369.302.510,88	401.705.758,41	8,8%
Taxas	215.899.508,30	224.331.918,95	3,9%
Receita Tributária	14.779.734.078,35	15.811.232.572,87	

Observação: Colunas (a) e (b) apresentadas em Valores Nominais

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO – Dez/2018

O quadro anterior demonstra que o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias – ICMS (principal item da receita tributária do Governo do Distrito Federal) arrecadado em 2018 apresentou baixo crescimento em termos reais em relação a 2017; descontada a inflação 3,75% (calculada com base no IPCA. Fonte: IBGE). Por sua vez, o Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF apresentou crescimento significativo no mesmo período.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Os números acima apresentados apontam uma ligeira recuperação na arrecadação das receitas tributárias e, de certa forma, uma pequena melhora no que diz respeito aos aspectos gerais da conjuntura macroeconômica do país no ano de 2018.

Transferências

Demonstrativo das Transferências da União – até dez/2018

Item	Valor (R\$)
Transferências Correntes	
Participação na Receita da União	818.352.363,18
Cota-parte do FPE	614.117.996,53
Cota-parte do FPM	176.093.015,59
Cota-parte do ITR	1.749.199,28
Cota-parte do IPI	7.102.891,38
Cota-parte Contribuição da Intervenção no Domínio Econômico	19.289.260,40
Outras Transferências da União	5.334.262,05
Contribuição s/ Recursos de Concursos de Prognósticos Esportivos	5.334.262,05
Compensação Financeira Esforço Exportador	-
Demais Transferências da União	-
Transferência de Compensação pela Exploração de Recursos Naturais	2.415.855,91
Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos	543.523,15
Cota-parte de Compensação de Recursos Minerais	1.872.332,76



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Transferência de Recursos do Sistema de Saúde - SUS	697.903.457,19
Transferência de Recursos do FNAS	14.536.382,44
Transferência de Recursos do FNDE	423.421.064,71
Transferência do Salário Educação	381.439.442,71
Recursos do PNAE	41.981.622,00
Recursos do PNATE	-
Recursos do Brasil Alfabetizado	-
Recursos do Programa Fazendo	-
Transferência Financeira do ICMS – Desoneração LC 87/1996	15.466.224,96
Transferência Financeira do Fundo Penitenciário Nacional	14.062.658,93
Transferências advindas de Emendas Parlamentares Individuais	32.513.737,31
Transferência de Convênios da União e suas Entidades	36.061.327,53
Transferências de Capital	
Transferências de Recursos do SUS	1.494.135,00



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Transferências Advindas de Emendas Parlamentares Individuais	26.355.754,16
Transferências de Convênios da União e Suas Entidades	16.131.719,45
TOTAL	2.104.048.942,8

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO – Dez/2018

2.7.1.1.2 Receitas de Capital

Categoria econômica da receita constituída de recursos provenientes de: conversão de bens e direitos em espécie (numerário), recebimento de amortizações de empréstimos concedidos, contratação de empréstimos de longo prazo transferências recebidas para a cobertura de despesas de capital, ou seja, investimentos, inversões financeiras, amortização da dívida. Em 2018 as receitas de capital ingressaram nos cofres do Tesouro do Governo do Distrito Federal, conforme quadro abaixo:

Receita	Valor
Receitas de Capital	920.790.037,54
Operação de Crédito	561.821.120,13
Alienação de Bens	59.154.100,45
Amortizações	21.251.530,95
Transferência de Capital	43.981.608,61
Outras Receitas de Capital (Depósitos Judiciais)	234.581.677,40

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO – Dez/2018



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Participação percentual da Receita de Capital – 2018

Item	Valor (R\$)	Percentual
Receitas Corrente (*)	21.887.896.067,21	96,0%
Receitas de Capital	920.790.037,54	4,0%
	22.808.686.104,75	100,0%

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO – Dez/2018

Operações de Crédito

Operações de crédito são as receitas oriundas da constituição de dívidas formalizadas por meio de empréstimos e financiamentos. O quadro a seguir demonstra o ingresso das receitas provenientes dessa fonte de recursos no período de 2015 a 2018:

Operação de Crédito	Valores em R\$			
	2015	2016	2017	2018
Interna (Fonte 135)	557.977.311	80.901.903	493.256.414	483.593.869
Externa (Fonte 136)	22.767.916	19.204.245	23.958.786	78.227.250
Total	580.745.228	100.106.148	517.215.200	561.821.120

Fonte: SIGGO

Com exceção do ano de 2016, os demais exercícios mantiveram números próximos provenientes de operações de crédito.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

2.7.1.2 Despesas

As despesas empenhadas no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade do Distrito Federal (não considerando Orçamento de Investimento das Empresas Estatais e do Fundo Constitucional do DF), nos últimos quatro exercícios se realizaram conforme quadro a seguir:

Valores em R\$ milhões

Despesa Empenhada	2015	2016	2017	2018
Pessoal	19.672	17.911	14.444	14.842
Juros e Encargos da Dívida	230	197	219	252
Outras Despesas Correntes	6.806	7.319	7.538	8.257
Investimentos	674	685	860	990
Inversões Financeiras	85	82	166	190
Amortização da Dívida	239	224	233	306
Total	27.707	26.417	23.460	24.837

Observação: o quadro acima considera as Despesas Intra-orçamentárias
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO – Dez/2018

As significativas variações nos valores da despesa de pessoal ocorridas no período de 2015 a 2018 se justificam pelos seguintes fatores:

- 1) As Despesas de pessoal das áreas de Saúde e de Educação passaram a ser executadas no âmbito do Orçamento do Distrito Federal nos exercícios de 2015 e 2016; e
- 2) No final do exercício de 2015 foi aprovada Lei de Crédito Extraordinário suplementando as dotações de Administração de Pessoal dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade no montante necessário ao pagamento mensal de uma folha de remuneração de pessoal. Este procedimento teve o intuito de registrar tais despesas de acordo com a sua competência anual e interromper a prática usualmente denominada como Pedalada Fiscal.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

No exercício de 2016, parte da despesa de pessoal das áreas de Saúde e Educação continuou sendo executada no orçamento do GDF. Contudo, em 2017, por força de Decisão do TCU, tais despesas voltaram a ser empenhadas diretamente no âmbito do Sistema SIAFI – Governo Federal.

Merece destaque o aumento significativo de recursos empenhados em despesas de capital (investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida) nos exercícios de 2017 e 2018, em comparação aos anos de 2015 e 2016.

2.7.1.2.1 Despesas Correntes

Despesa de Pessoal e Limites da LRF

Quadro Demonstrativo do percentual de Gasto de Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida.

Item	2015	2016	2017	2018
Despesa de Pessoal	46,78%	46,82%	46,07%	43,46%

Fonte: Relatório da Gestão Fiscal – RGF – Dez/2018

Os resultados apontados no Relatório da Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2018 indicaram redução significativa do percentual das despesas de pessoal do Poder Executivo em relação à Receita Corrente Líquida.

Outras Despesas Correntes

O valor total empenhado em Outras Despesas Corrente – Grupo de Natureza de Despesa – GND 3 - foi de R\$ 8,26 bilhões em 2018. Este valor foi executado em despesas classificadas nas seguintes funções:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Função	Valor	Part. %
Saúde	2.104.581.856	25,49%
Educação	1.601.666.789	19,40%
Transporte	1.023.291.954	12,39%
Urbanismo	933.735.682	11,31%
Administração	811.461.108	9,83%
Encargos Especiais	384.048.260	4,65%
Segurança Pública	383.458.502	4,64%
Assistência Social	245.692.778	2,98%
Direitos da Cidadania	202.618.853	2,45%
Legislativa	146.924.139	1,78%
Cultura	122.165.342	1,48%
Desporto e Lazer	69.854.244	0,85%
Demais Funções	227.554.611	2,76%
Total	8.257.054.117	100,00%

Fonte: SIGGO



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

2.7.1.2.2. Despesas de Capital

Em 2018, o total empenhado de Despesa de Capital foi de R\$ 1,37 bilhões, sendo R\$ 989,9 milhões em investimentos, R\$ 166,5 em Inversões Financeiras e R\$ 306,5 milhões em Amortização da Dívida.

O valor total de Investimentos – Grupo de Natureza de Despesa 4, foi empenhado em despesas classificadas nas seguintes funções:

Função	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização Dívida	Total
Legislativa	8.345.053	0	0	8.345.053
Essencial à Justiça	9.853.428	0	0	9.853.428
Administração	46.464.568	180.637.652	0	227.102.221
Segurança Pública	55.882.451	0	0	55.882.451
Assistência Social	3.469.243	0	0	3.469.243
Saúde	44.717.337	0	0	44.717.337
Trabalho	0	8.349.297	0	8.349.297
Educação	44.355.383	0	0	44.355.383
Cultura	2.562.495	0	0	2.562.495
Direitos da Cidadania	44.937.148	0	0	44.937.148
Urbanismo	463.896.877	0	0	463.896.877
Habitação	30.731.099	0	0	30.731.099
Saneamento	94	0	0	94
Gestão Ambiental	13.173.005	0	0	13.173.005
Ciência e Tecnologia	3.589.758	0	0	3.589.758



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Agricultura	4.877.737	852.117	0	5.729.853
Indústria	3.501.297	0	0	3.501.297
Comércio e Serviços	812.397	0	0	812.397
Energia	1.057.850	0	0	1.057.850
Transporte	201.506.169	0	0	201.506.169
Desporto e Lazer	6.243.010	0	0	6.243.010
Encargos Especiais	0	0	306.469.340	306.469.340
Total	989.976.399	189.839.066	1.179.815.464	1.369.654.530

Fonte: SIGGO

Quanto às despesas do Grupo Inversões Financeira, do total empenhado, 54,5% foi destinado ao aumento na participação acionária nas empresas públicas do Distrito Federal. Cabe destacar também, que do total gasto com inversões financeiras, R\$ 8,35 milhões foram destinados a financiamentos de pequenos empreendedores econômicos.

2.7.2. Resultado Primário

O Resultado Primário apurado nos últimos 4 exercícios se apresentou conforme quadro abaixo:

	(R\$ milhão)			
	2015	2016	2017	2018
Receita Primária	24.706	25.299	20.523	21.794
Despesa Primária	27.231	25.985	21.498	22.172
Resultado Primário	-2.525	-686	-975	-378

Observação: Cálculo da Despesa Primária 2018 considera a Metodologia da 8ª Edição do MDF/STN
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO – Dez/2017



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Os Resultados Primários acima indicam que as despesas da Administração Pública foram maiores que a arrecadação de cada período. Isso demonstra que, embora o Governo tenha implementado diversas ações no sentido de conter o gasto, a receita primária efetivamente ingressada nos cofres públicos não foi suficiente para fazer frente às despesas do período.

Cabe destacar que a meta de Resultado Primário apurada no final de 2018, de R\$ 377,9 milhões negativos, foi inferior à meta pactuada na LDO-2018, de **R\$ 2,15 bilhões negativos**. Este resultado indica que as previsões iniciais apontavam despesas maiores do que aquelas efetivamente realizadas até o final do exercício.

2.7.3. Resultado Nominal

O resultado nominal equivale à variação total da dívida fiscal líquida de determinado período. De maneira prática, o Resultado Nominal consiste na comparação entre o estoque da dívida no período atual com o estoque da dívida do ano anterior. O Resultado Nominal apurado em 2018 apresentou-se conforme quadro abaixo:

Dívida Fiscal	Saldo 2017 (a)	Saldo 2018 (b)
Dívida Consolidada	7.843.030.767	8.599.791.923
Deduções	844.363.219	952.280.533
Disponibilidade de Caixa	64.473.687	295.622.489
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.751.577.653	1.749.888.120
(-) RP Processado	1.687.103.966	1.454.265.631
(-) RP Processado	1.311.114.478	1.224.724.984
(-) RP Processado – Retenções Exercícios Anteriores	375.989.487	229.540.646
Demais Haveres Financeiros	779.889.532	656.658.044
Dívida Consolidada Líquida	6.998.667.548	7.647.511.389
Resultado Nominal (b – a)		-648.843.841
Meta Fiscal Fixada na LDO		1.198.886.678

Observação: para o cálculo do Resultado Nominal foi considerada a Metodologia da 8ª Edição do MDF/STN

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO – Dez/2018



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

2.7.4. Dívida Pública

Em conformidade com os ditames da Lei 4.320/64 e da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a Dívida Pública representa o montante das obrigações financeiras do Estado, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito.

A Dívida Consolidada do Distrito Federal é composta pela Dívida Contratual (interna e externa), precatórios emitidos a partir 05/05/2000 e parcelamentos de dívidas com tributos e contribuições sociais.

Em 2018, a Dívida Consolidada do Distrito Federal apresentou crescimento de R\$ 1,02 bilhões em relação a 2017, em valores nominais, conforme pode ser verificado no quadro abaixo:

Quadro Demonstrativo da Dívida Consolidada

Dívida Fiscal	Saldo 2017	Saldo 2018
Dívida Consolidada - DC (I)	7.843.030.767	8.599.791.923
Dívida Mobiliária		
Dívida Contratual	4.071.334.989	4.621.386.232
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 – Vencidos e não pagos	3.771.965.778	3.978.405.690
Deduções (II)	844.363.220	952.280.533
Dívida Consolidada Líquida – DCL (III) = (I – II)	6.998.667.548	7.647.511.389
Receita Corrente Líquida – RCL (últimos 12 meses)	20.719.829.099	21.742.563.018
Relação DC/RCL (I/RCL)	37,85%	39,55%
Relação DCL/RCL = (III/RCL)	33,78%	35,17%

Fonte: Relatório da Gestão Fiscal – RGF – Dez/2018

2.7.5. Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF

Em 2018 o Fundo Constitucional do Distrito Federal consignou R\$ 13.696.991.938 destinados à organização e à manutenção da polícia civil, da polícia militar e do corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como assistência financeira para execução de serviços públicos de saúde e educação. Deste total, R\$ 5.804.084.875 aplicados nas áreas de Educação e Saúde e R\$ 7.892.907 para a segurança pública do Distrito Federal.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

A composição das receitas destinadas ao desenvolvimento de ações do Governo do Distrito Federal em 2018 revela que o somatório dos recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal é próximo ao da arrecadação tributária no mesmo período, o que demonstra grande dependência do GDF em relação aos recursos provenientes do Governo Federal.

Demonstrativo da execução Orçamentária-Financeira do FCDF – 2003/2018

Ano	Orçamento Autorizado - FCDF	Dotação/Repasse		Participação %	
		Segurança	Educação e Saúde	Segurança	Educação e Saúde
2003	3.356.182.872	1.700.764.243	1.655.418.629	51%	49%
2004	3.975.924.185	1.907.137.692	2.068.786.493	48%	52%
2005	4.449.234.051	2.143.179.975	2.306.054.076	48%	52%
2006	5.257.655.452	2.543.486.940	2.714.168.512	48%	52%
2007	6.054.980.102	2.965.426.683	3.089.553.419	49%	51%
2008	6.591.809.994	3.534.122.560	3.057.687.434	54%	46%
2009	7.603.528.305	3.931.107.687	3.672.420.618	52%	48%
2010	7.685.571.324	4.099.145.234	3.586.426.090	53%	47%
2011	8.748.271.757	4.675.005.927	4.073.265.830	53%	47%
2012	9.967.887.188	4.887.447.932	5.080.439.256	49%	51%
2013	10.694.936.470	5.089.777.886	5.605.158.584	48%	52%
2014	11.664.776.507	5.429.547.818	6.235.228.689	47%	53%
2015	12.399.541.238	6.296.206.536	6.103.334.702	51%	49%
2016	12.017.318.201	6.739.110.380	5.278.207.821	56%	44%
2017	13.218.604.133	7.591.232.873	5.627.371.260	57%	43%
2018	13.696.991.938	7.892.907.063	5.804.084.875	58%	42%

Fonte: Secretaria de Fazenda do Distrito Federal – Coordenação de Gestão do FCDF

O histórico do Orçamento do Fundo Constitucional dos últimos quadros indica crescimento significativo da participação percentual das despesas da área de segurança em relação às demais áreas custeadas com pelo Fundo Constitucional no ano de 2018.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

As dotações destinadas à área de segurança pública, em 2018, foram acrescidas em 3,9% em relação a 2017 (em valores nominais). Por sua vez, o orçamento alocado nas áreas de saúde e educação cresceu 3,1% no mesmo período. Em relação à participação percentual dos recursos do FCDF, verifica-se uma tendência de aumento nas consignações disponibilizadas para a área de segurança pública, que passou de 47% em 2014 para 58% em 2018.

2.8. Conclusão

Em 2018 a economia do país mostrou sinais de recuperação, apresentando ligeira alta no Produto Interno Bruto – PIB pelo segundo ano consecutivo. O PIB brasileiro cresceu 1,1%, contudo ficou abaixo das expectativas iniciais do mercado. A inflação permaneceu controlada, com índice apurado no final do exercício de 3,75% (Fonte IBGE), porém a alta no preço de combustíveis, decorrente da greve dos caminhoneiros ocorrida no mês de maio, afetou, de modo geral, a produção e o PIB do país. A taxa média anual de desemprego calculada pelo IBGE foi de 12,3%. A população desempregada – formada por indivíduos que procuram emprego sem encontrá-lo somou 12,2 milhões pessoas neste período.

De forma análoga, a economia do Distrito Federal também apresentou resultados que indicam lento processo de recuperação. Em 2018, a atividade econômica medida pelo Idecon-DF (Índice de Desempenho Econômico) demonstrou alta de 1,0% em relação a 2017. Embora a Agropecuária e a Indústria tenham retraído 0,7% cada, o setor de Serviços, que representa a maior participação do PIB do DF, expandiu 1,1% no mesmo período.

O índice de desemprego no DF também se manteve elevado, com taxa superior à média nacional. Nas regiões administrativas onde a população possui maior renda, a taxa média de desemprego situou na faixa de 17%, enquanto das regiões de menor renda, (Fercal, Itapoã, Paranoá, Recanto das Emas, Estrutural e Varjão) o índice ultrapassou 23% no final de 2018. Esse fato, em certa medida, faz com que parte da população demande mais serviços públicos (em especial nas áreas de saúde e educação) e por consequência intensifica a pressão por ampliação dos gastos públicos.

Diante deste contexto, a situação fiscal do Governo do Distrito Federal foi impactada de forma desfavorável. O crescimento relativamente baixo na arrecadação dos principais tributos do Distrito Federal em 2018 evidenciam que a atividade econômica na Capital do País não demonstrou sinais sustentáveis de recuperação. Com a estagnação de parte da receita tributária, o Governo do Distrito Federal precisou adotar mecanismos de contenção de gastos mais rígidos no sentido de manter o equilíbrio fiscal.

Os resultados primários apontados nos últimos 4 exercícios evidenciam seguidos déficits e demonstram que as despesas empenhadas foram maiores que as receitas arrecadadas neste período. Consequentemente a Administração Pública Distrital tem recorrido ao endividamento público para executar suas programações.

Apesar de o Governo ter ampliado o valor total da dívida pública consolidada em 2018, este valor apresentou baixo crescimento em termos reais. Destaca-se que o pagamento de amortizações e encargos da dívida pública do DF possui pequena representatividade percentual nos gastos do Governo do Distrito Federal.

Em 2018 o valor total aplicado em investimentos foi superior ao do ano de 2017, principalmente influenciado pela maior captação de recursos provenientes de operações. Da mesma forma, as despesas correntes também apresentaram crescimento real. Todavia, o ambiente de restrições orçamentárias dificultou a ampliação no fornecimento de serviços públicos demandados pela população do Distrito Federal.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

3. SÍNTESE DA AVALIAÇÃO

3.1. Orientação Estratégica do Governo

A Orientação Estratégica do Governo está estruturada no Mapa Estratégico a seguir no qual estão definidos: a Visão para 2019, 03 Grandes Entregas, 05 Eixos/Diretrizes Estratégicas e 17 Objetivos Estratégicos.

3.1.1. Mapa Estratégico do Governo do Distrito Federal





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

3.2. Plano Plurianual PPA 2016-2019

A metodologia utilizada na elaboração da Estratégia do PPA preconizou, como ponto de partida, a construção de um “Mapa Estratégico” que orienta a definição do conjunto de indicadores que será utilizado na disseminação e no controle da execução da Estratégia do Governo, devidamente alinhada com o Plano Plurianual.

No Mapa Estratégico, três grandes entregas explicitam a Visão de Futuro do Governo “resgatar o orgulho de viver em Brasília”, quais sejam: I – aumentar a qualidade de vida e reduzir a desigualdade; II – conquistar a confiança da população no Estado; e III – tornar Brasília um modelo de cidade sustentável.

Nas cinco Diretrizes Estratégicas foram agrupados os Objetivos Estratégicos: I – Viver bem, direito de todos, que contempla os Objetivos Macros de Saúde, Segurança, Educação, Inclusão Social, Cidadania, Esporte, Lazer e Cultura; II – Economia mais competitiva, que aborda os objetivos de Economia, Ciência e Tecnologia e Turismo; III – Território Planejado e Estruturado, que se refere aos objetivos da Mobilidade, Infraestrutura, Meio Ambiente e Planejamento Territorial Urbano e Rural; IV – Todos por Brasília, que aglutina os objetivos relacionados com a participação social e dos servidores públicos; e V – Governo Ético, Transparente e com foco em Resultados, que abrange os objetivos relativos à transparência e à gestão pública. (Fonte: Lei nº 5.602 de 30/12/2015 – Lei do PPA/Anexo II – Estruturação e Base Estratégica do PPA).

Os 17 objetivos estratégicos agrupados foram retratados em 13 Programas Temáticos e 03 Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.

Os Programas Temáticos refletem as políticas públicas do governo e foram detalhados em 74 Objetivos Específicos, cada um contendo caracterização (texto abordando a situação da política pública no momento da elaboração do PPA e as expectativas de avanço até 2019). Após revisões, o PPA atualmente contém 607 Metas, 283 Indicadores, 415 Ações Não Orçamentárias e 924 Ações Orçamentárias (que se repetem nos programas). Os Programas Temáticos refletem as ações necessárias para a produção de bens e serviços a serem ofertados à sociedade.

Os Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado (6001 – Desenvolvimento; 6002 – Social e 6003 – Gestão Pública) refletem a atividade administrativa que, por sua vez, dão suporte às realizações dos Programas Temáticos.

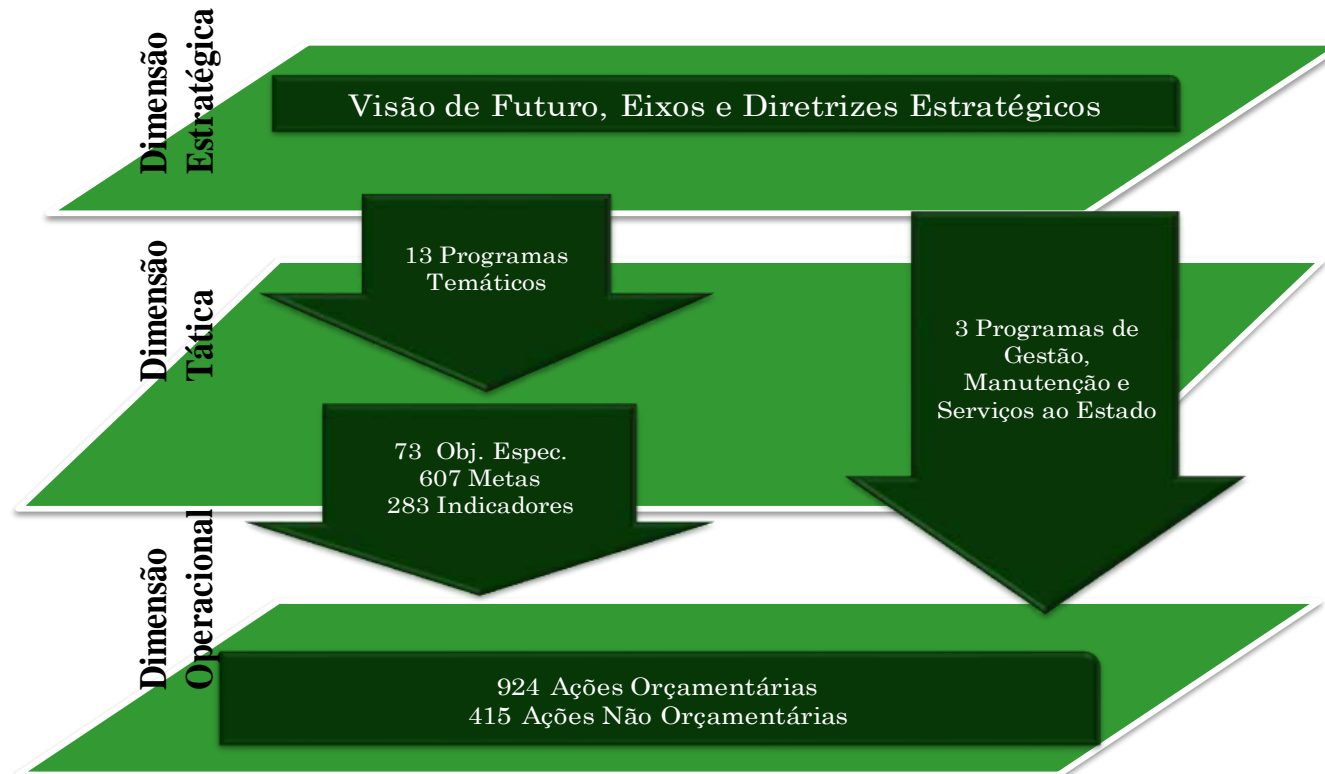


GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

3.2.1. Estrutura PPA 2016 – 2019 (Lei nº 5.602/15 e alterações)

ESTRUTURA PPA 2016 – 2019

[Dados da Lei nº 5.602/16, atualizada pelas Leis nºs 5.787/2016, 6.061/2017, 6.252/2018 e Decretos nº 37.517 e 39.461/2018](#)

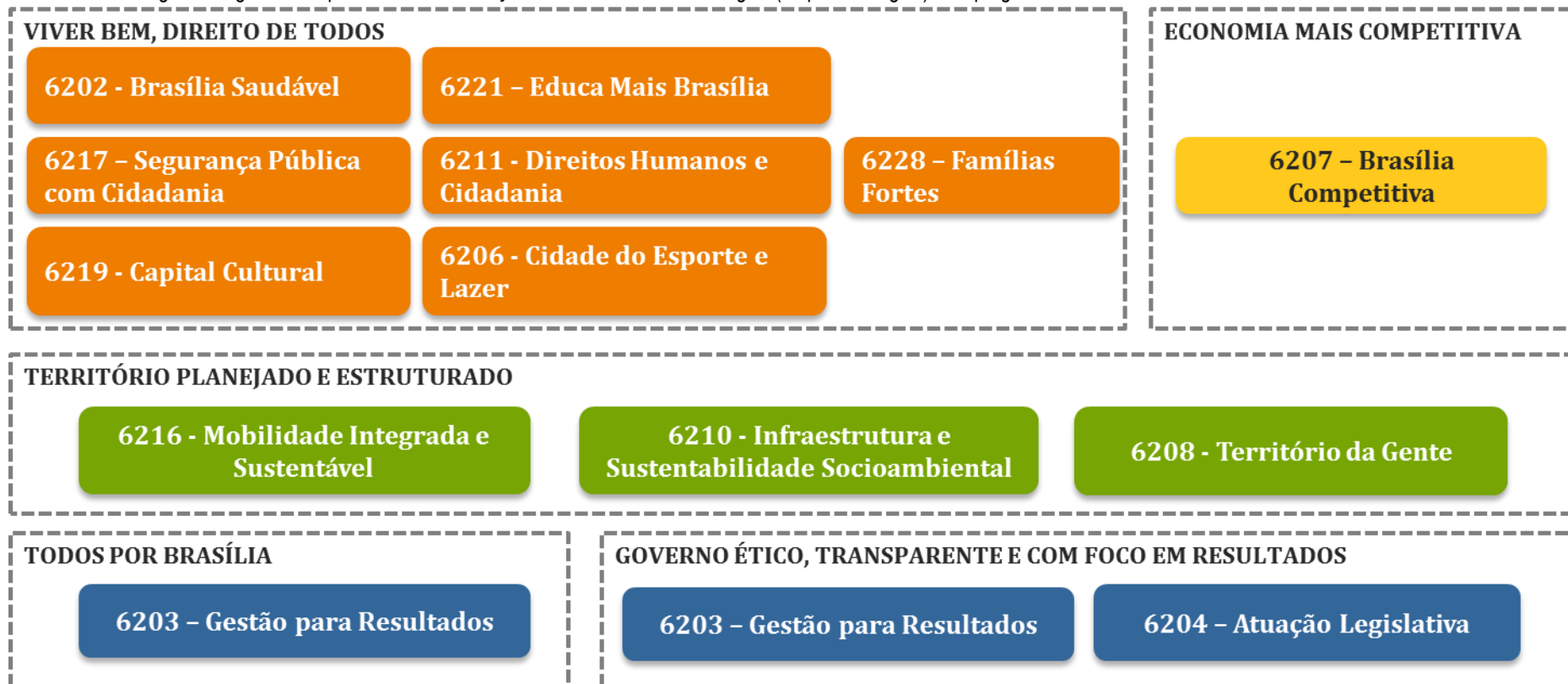




GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

3.2.2. Correlação entre a Dimensão Estratégica (Mapa Estratégico) e os Programas Temáticos do PPA

Na figura a seguir está representada a correlação entre a dimensão estratégica (mapa estratégico) e os programas temáticos do PPA.





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

3.2.3. Estatística do PPA 2016-2019

O quadro a seguir demonstra os dados consolidados do Plano Plurianual para o período de 2016 a 2019, atualizados até janeiro de 2019. A coluna “valores” representa o acumulado para os quatro anos.

PPA 2016-2019 EM NÚMEROS						
PROGRAMAS TEMÁTICOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	INDICADORES	AÇÕES		
				ORÇAMENTÁRIAS	VALORES	NÃO ORÇAMENTÁRIAS
VIVER BEM, DIREITO DE TODOS	44	368	160	451	15.721.601.206	201
6202 - BRASÍLIA SAUDÁVEL	9	57	34	89	6.449.793.094	16
6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	4	14	4	33	529.770.901	5
6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	6	40	17	51	784.005.154	63
6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	7	83	36	77	1.835.350.252	44
6219 - CAPITAL CULTURAL	5	63	18	63	612.529.024	35
6221 - EDUCA MAIS BRASÍLIA	6	54	27	65	3.910.155.300	25
6228 - FAMILIAS FORTES	7	57	24	63	1.599.037.481	13
ECONOMIA MAIS COMPETITIVA	7	92	27	96	3.128.898.914	82
6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	7	52	27	96	3.125.856.914	82
TERRITÓRIO PLANEJADO E ESTRUTURADO	15	142	64	248	17.700.671.428	99
6208 - TERRITÓRIO DA GENTE	4	38	11	48	1.406.282.252	41
6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	6	67	22	122	8.848.978.075	48
6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	5	37	21	78	7.445.411.101	10
TODOS POR BRASÍLIA E GOVERNO ÉTICO, TRANSPARENTE E COM FOCO EM RESULTADOS	8	45	42	43	2.347.428.246	33
6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	7	42	34	40	2.340.751.860	25
6204 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA	1	3	8	3	6.676.586	8
TOTAL PROGRAMAS TEMÁTICOS	74	607	283	838	38.890.569.794	415
PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	INDICADORES	AÇÕES		
				ORÇAMENTÁRIAS	VALORES	NÃO ORÇAMENTÁRIAS
6001 - DESENVOLVIMENTO	-	-	-	26	9.057.845.030	-
6002 - SOCIAL	-	-	-	24	68.624.678.945	-
6003 - GESTÃO PÚBLICA	-	-	-	34	12.656.251.515	-
TOTAL PROGRAMAS DE GESTÃO	-	-	-	84	90.338.575.490	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	INDICADORES	AÇÕES		
				ORÇAMENTÁRIAS	VALORES	NÃO ORÇAMENTÁRIAS
9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	2	561.515.118	-
TOTAL RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	2	561.515.118	-
TOTAL GERAL	74	607	283	924	129.795.660.402	415

Fonte: Lei nº 5.602/2015, alterada pelo Decreto nº 37.517, de 26/07/2016; Lei nº 5.787, de 22/12/16; Lei nº 8.061, de 29/12/17; Decreto nº 39.481, de 14/11/2018; e Lei nº 6.252, de 27/12/18.
 * O PPA 2016-2019 totaliza 724 ações orçamentárias que se repetem nos programas.
 Atualizado em Janeiro/2019.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

3.3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL – PPA – 2018

3.3.1. Totais de Governo (Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social-OFSS, de Investimento das Estatais - OI e FCDF)

Os recursos previstos no PPA para o exercício de 2018 totalizam o valor de R\$ **32.852.840.282,00** no qual estão incluídos os recursos dos Orçamentos: Fiscal, da Seguridade Social-OFSS, de Investimento das Estatais - OI e Recursos do Fundo Constitucional do DF- FCDF (exceto inativos) e o valor liquidado R\$ **32.506.173.372,37** (incluindo o FCDF).

ORÇAMENTOS	TOTAIS DE GOVERNO	PPA 2018	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	OFSS - Reserva de Contingência	25.381.798,00	1.762.926.176,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	OFSS - Programa para Operações Especiais	0,00	5.535.920.126,00	6.152.517.161,51	6.066.125.109,73	6.029.952.957,37	#DIV/0!	#DIV/0!
	OFSS - Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	14.566.869.252,00	11.933.175.224,00	12.433.288.867,53	12.295.178.900,81	12.053.782.144,80	84	83
	OFSS - Programas Temáticos	8.364.428.345,00	7.693.728.549,00	8.018.530.054,42	6.476.004.232,44	5.672.967.012,69	77	68
	OFSS - TOTAL	22.956.679.395,00	26.925.750.075,00	26.604.336.083,46	24.837.308.242,98	23.756.702.114,86	108	103
ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	OI - Programas Temáticos	889.260.093,00	1.739.250.016,00	1.869.487.480,00	0,00	528.985.861,24	0	59
	OI -Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	111.288.714,00	116.163.636,00	113.343.581,00	0,00	47.025.237,19	0	42
	OI - TOTAL	1.000.548.807,00	1.855.413.652,00	1.982.831.061,00	0,00	576.011.098,43	0	58
FUNDO CONSTITUCIONAL DO DF (exceto inativos)	FCDF - Programas Temáticos	356.306.965,00	1.655.318.655,00	1.602.221.450,00	1.601.901.341,04	1.380.727.478,73	450	388
	FCDF - Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	8.539.305.114,00	7.338.121.102,78	6.795.134.057,26	6.795.131.379,36	6.792.732.680,35	80	80
	FCDF TOTAL	8.895.612.079,00	8.993.439.757,78	8.397.355.507,26	8.397.032.720,40	8.173.460.159,08	94	92
TOTAL GERAL	(Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, Orçamento de Investimentos das Estatais e Fundo Constitucional)	32.852.840.281,00	37.774.603.484,78	36.984.522.651,72	33.234.340.963,38	32.506.173.372,37	101	99



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

3.3.2. Diretrizes Estratégicas (Programas Temáticos – (Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social-OFSS, de Investimento das Estatais - OI e FCDF)

As informações referentes à execução orçamentária e financeira comparadas aos recursos previstos no PPA buscam demonstrar diversos recortes que permitam visualizar o desempenho do Plano (por Diretrizes Estratégicas, por Programas, por esfera orçamentária entre outros).

Nesse primeiro conjunto de informações que se referem às Diretrizes Estratégicas, cabe ressaltar que no Mapa Estratégico são apresentadas 05 Diretrizes: I – Viver bem, direito de todos; II – Economia mais competitiva; III – Território Planejado e Estruturado; IV – Todos por Brasília; e V – Governo Ético, Transparente e com foco em Resultados. Para efeito de demonstração da execução orçamentária e financeira, as duas diretrizes estratégicas IV – Todos por Brasília; e V – Governo Ético, Transparente e com foco em Resultados estão consolidadas juntas e a execução orçamentária e financeira está representada pelos Programas Temáticos 6203 – Gestão para Resultados e 6204 – Atuação Legislativa.

Dimensões Estratégica, Tática e Operacional

Diretrizes/Objetivos Estratégicos	PROGRAMA	PPA 2018	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	% EMP/PPA	% LIQ/PPA
Viver bem, direito de todos								
Ampliar a capacidade de atender às necessidades de saúde com foco na prevenção.	6202 - BRASÍLIA SAUDÁVEL	1.685.793.659,00	1.606.441.227,00	1.603.867.430,93	1.436.346.494,29	1.125.886.056,83	85	67
Promover o amplo acesso e a qualidade da educação.	6221 - EDUCA MAIS BRASÍLIA	989.682.482,00	1.011.220.406,00	1.429.988.869,08	1.204.727.149,50	1.091.672.926,49	122	110
Aumentar a sensação de segurança, reduzindo a violência e a criminalidade.	6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	415.242.536,00	1.836.353.466,00	1.864.235.722,60	1.836.632.992,79	1.588.453.164,80	442	383
	6228 - FAMÍLIAS FORTES	388.101.692,00	291.617.695,00	426.479.981,13	358.128.805,88	331.896.614,31	92	86
Promover a cidadania, a proteção e a inclusão social.	6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	203.778.930,00	247.084.870,00	344.584.262,80	217.461.972,51	183.282.006,52	107	90
Valorizar a cultura como instrumento de desenvolvimento econômico e social.	6219 - CAPITAL CULTURA	148.238.853,00	107.734.208,00	146.114.955,34	132.773.045,89	126.281.455,34	90	85
Democratizar o acesso a atividades esportivas e de lazer.	6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	128.722.122,00	165.193.440,00	114.221.875,34	88.840.323,04	79.184.998,54	69	62
Viver bem, direito de todos - TOTAL		3.959.560.274,00	5.265.645.312,00	5.929.493.097,22	5.274.910.783,90	4.526.657.222,83	133	114
Economia mais competitiva								



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Diretrizes/Objetivos Estratégicos	PROGRAMA	PPA 2018	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	% EMP/PPA	% LIQ/PPA
Promover ambiente favorável ao desenvolvimento de negócios e à geração de emprego e renda.	6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	788.696.428,00	881.959.956,00	703.104.322,26	176.085.015,44	187.301.042,39	22	24
Consolidar Brasília como polo turístico nacionalmente atrativo.								
Tomar Brasília destaque em ciência, desenvolvimento tecnológico e inovação								
Economia mais competitiva - TOTAL		788.696.428,00	881.959.956,00	703.104.322,26	176.085.015,44	187.301.042,39	22	24
Território planejado e estruturado								
Ampliar a mobilidade tornando o transporte coletivo e não motorizado mais atrativos.	6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	1.868.992.016,00	1.318.436.825,00	1.201.920.608,95	1.089.230.446,87	997.668.359,86	58	53
Ampliar o acesso a serviços públicos de infraestrutura com qualidade e regularidade.	6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	2.025.559.493,00	3.069.076.319,00	3.129.903.198,26	1.254.708.703,73	1.470.290.876,40	62	73
Garantir a proteção e o uso sustentável do meio ambiente.								
Promover o planejamento, ordenamento e regularização territorial de forma integrada e sustentável.	6208 - TERRITÓRIO DA GENTE	332.374.201,00	283.974.693,00	303.143.602,18	66.110.950,46	207.156.349,09	20	62
Território Planejado e Estruturado - TOTAL		4.226.925.710,00	4.671.487.837,00	4.634.967.409,39	2.410.050.101,06	2.675.115.585,35	57	63
Todos por Brasília e Governo ético, transparente e com foco em resultados								
Tomar o cidadão protagonista na formulação e controle de políticas públicas.	6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS 6204 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA	633.181.155,00	266.327.315,00	222.102.355,55	216.541.505,74	193.298.663,21	34	31
Tomar o servidor público elemento fundamental para a implementação da estratégia do Governo.								
Assegurar o equilíbrio fiscal para garantir a capacidade de investimento do Governo.								
Dotar o Governo de mecanismos que ampliem a capacidade de execução e de gestão para resultados.		1.631.836,00	2.876.800,00	571.800,00	318.167,34	307.838,88	19	19
Todos por Brasília e Governo ético, transparente e com foco em resultados - TOTAL		634.812.991,00	269.204.115,00	222.674.155,55	216.859.673,08	193.606.502,09	34	30
TOTAL DOS PROGRAMAS TEMÁTICOS POR DIRETRIZES ESTRATÉGICAS		9.609.995.403,00	11.088.297.220,00	11.490.238.984,42	8.077.905.573,48	7.582.680.352,66	84	79

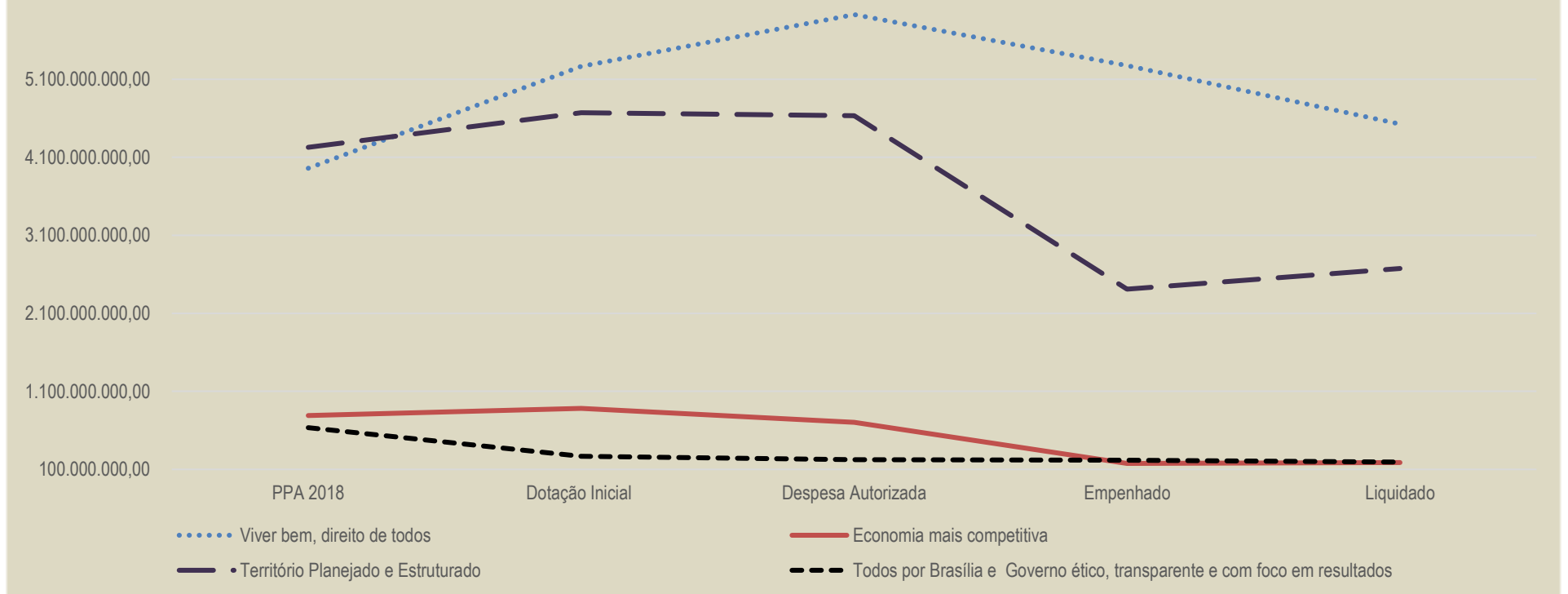
(1) Na coluna "E" constam somente os valores empenhados pelas unidades dos orçamentos fiscal e da seguridade social, visto que no orçamento de investimento não há empenho.

(2) Na coluna "F" constam os valores liquidados das unidades dos orçamentos fiscal, da seguridade social e Executado das unidades do Orçamento de Investimento (Estatais).



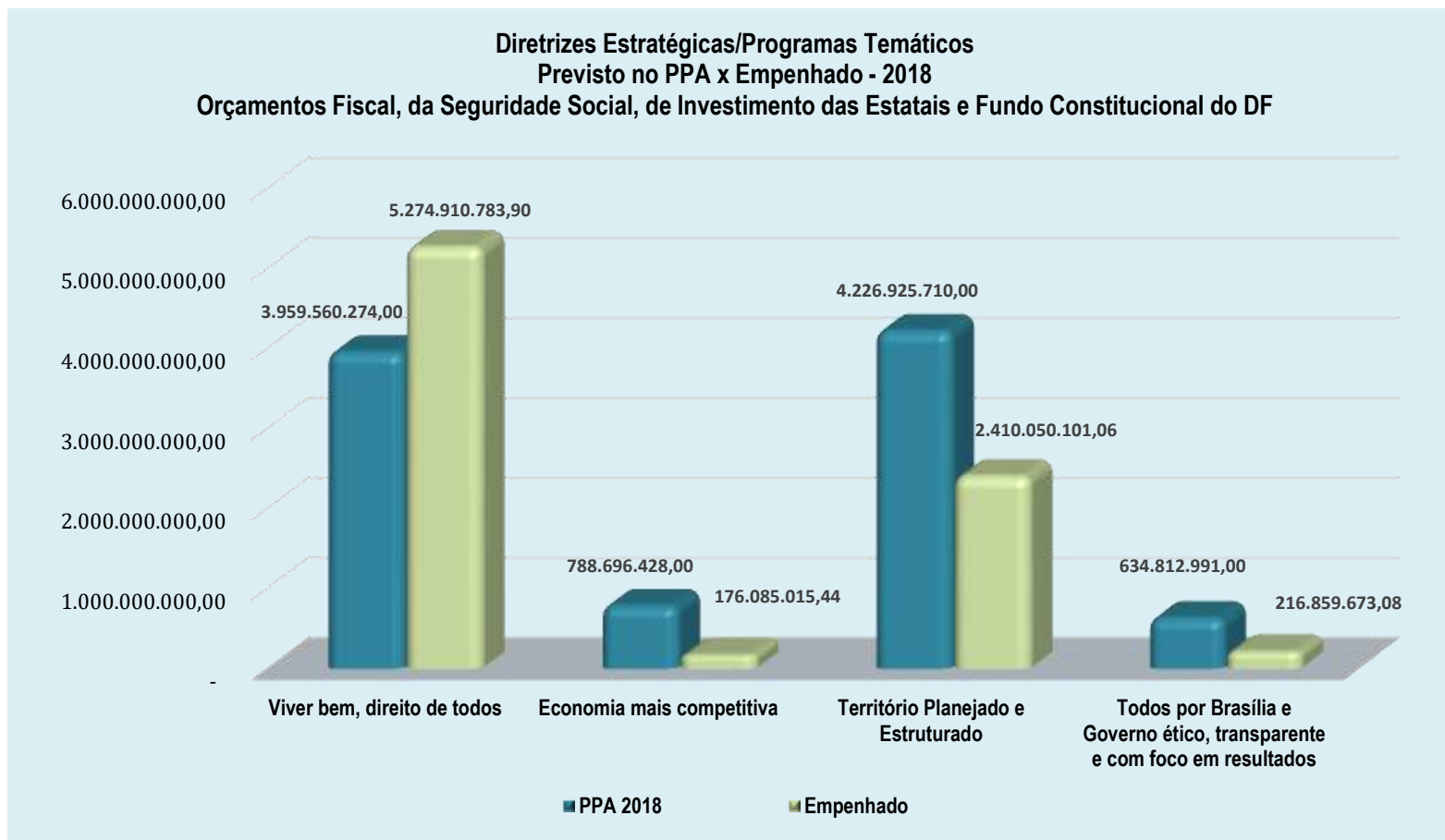
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Diretrizes Estratégicas
Execução Orçamentária e Financeira - 2018



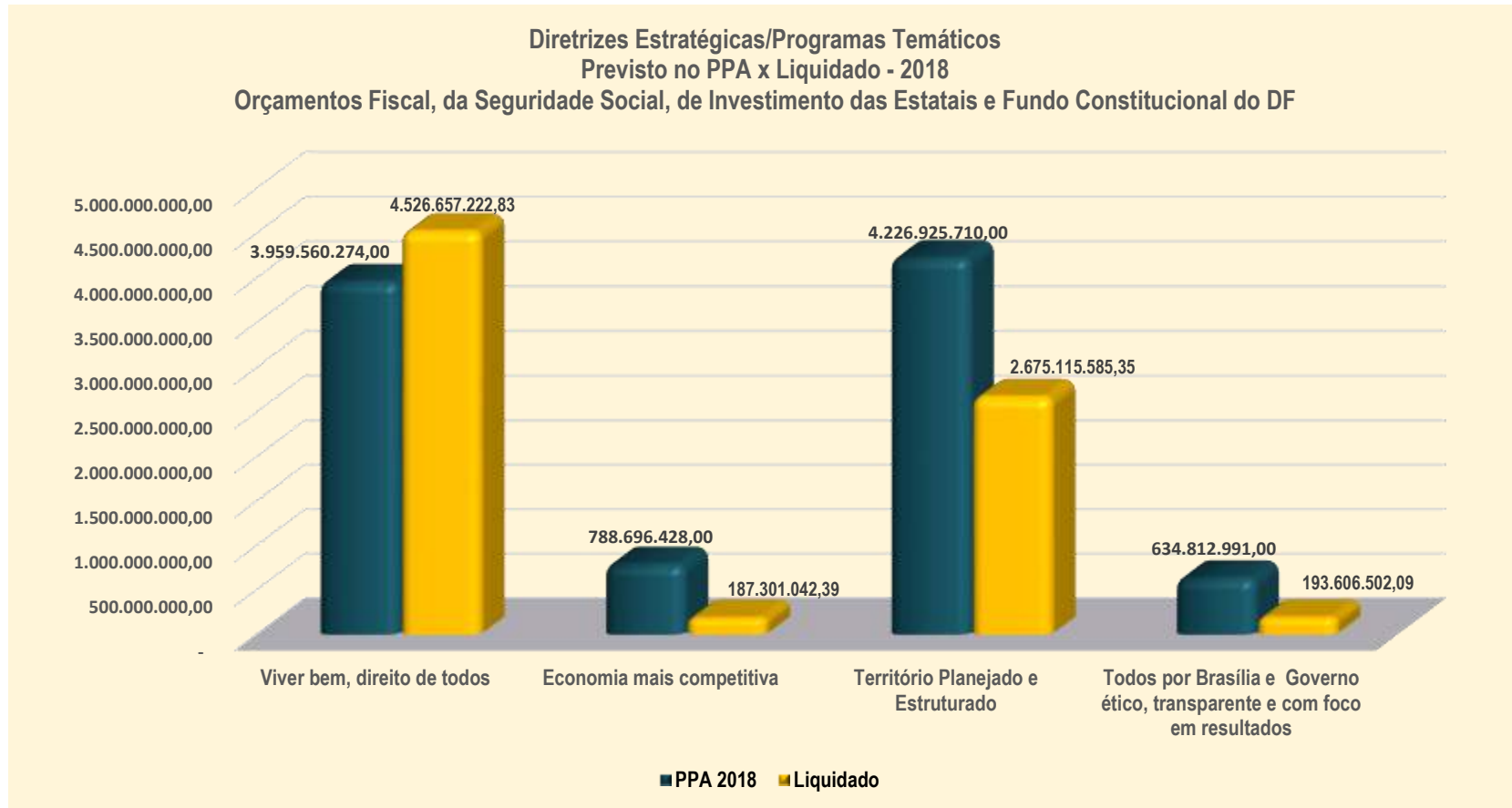


GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO





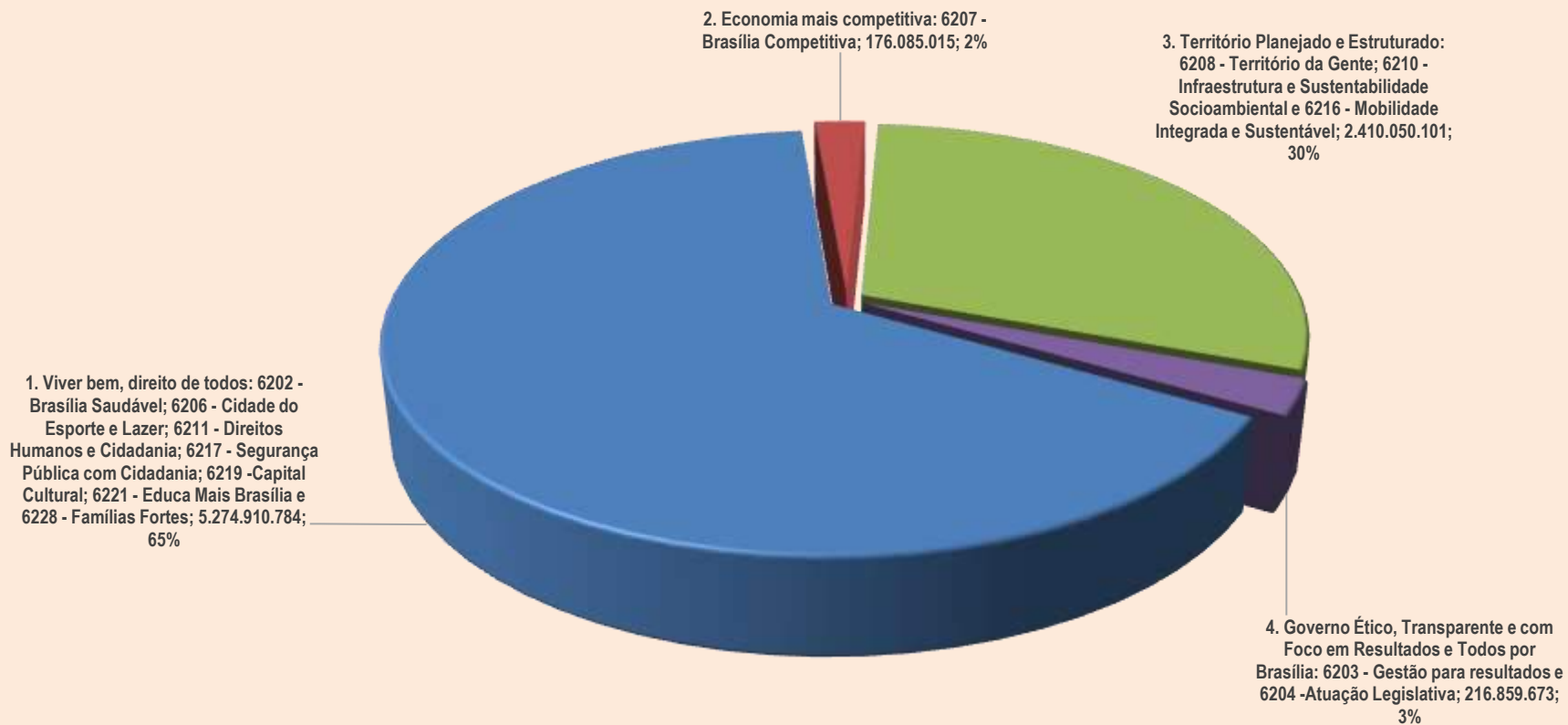
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

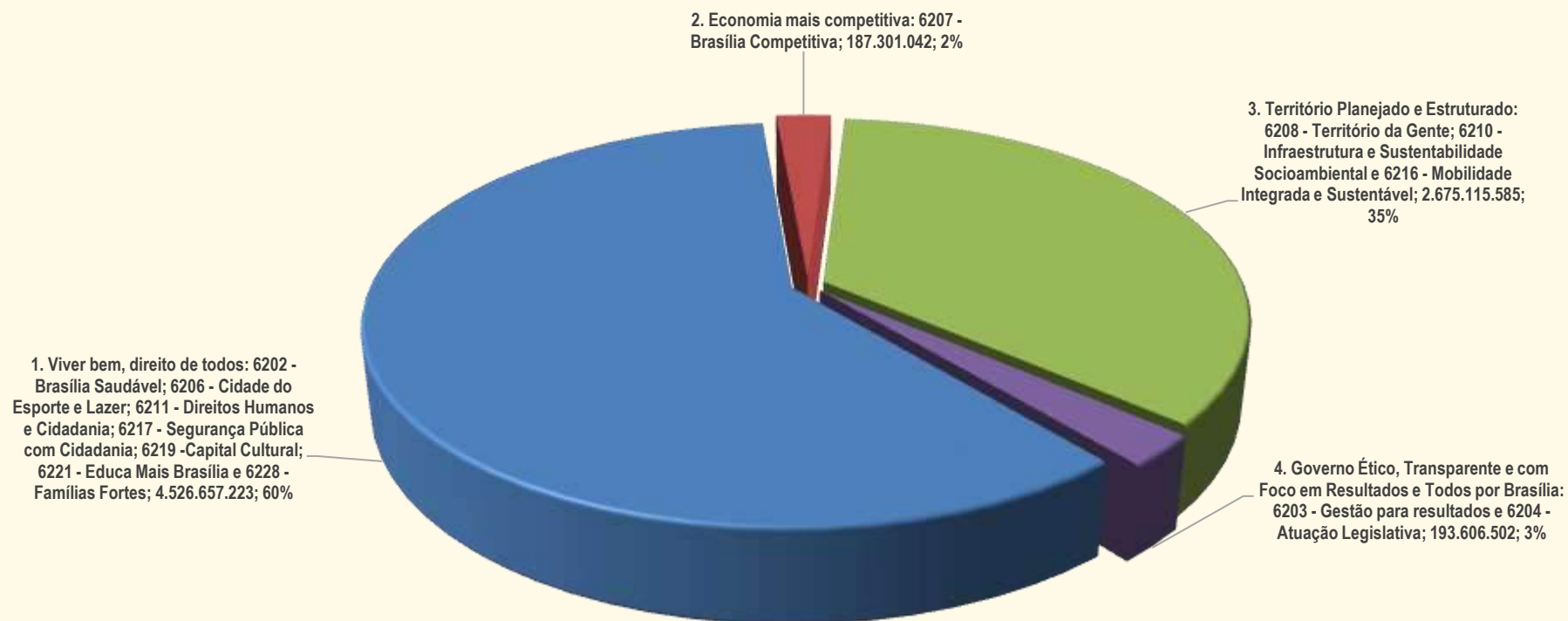
Diretrizes Estratégicas/Programas Temáticos
Valores Empenhados - 2018
Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social, de Investimento das Estatais e Fundo Constitucional do DF





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Diretrizes Estratégicas/Programas Temáticos
Valores Liquidados - 2018
Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social, de Investimento das Estatais e Fundo Constitucional do DF





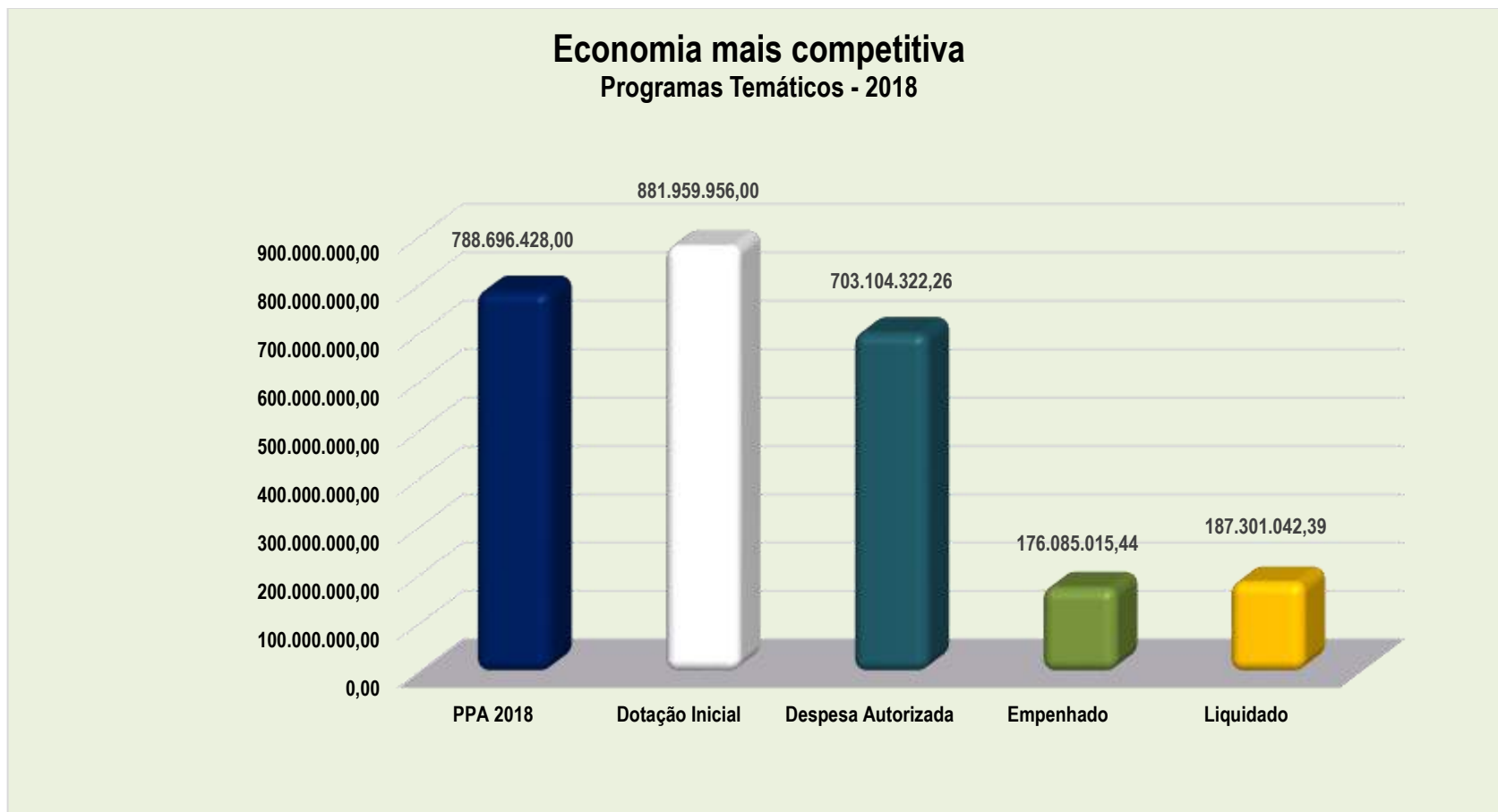
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO



(¹) Na coluna Empenhado, são considerados os valores empenhados pelas unidades dos orçamentos fiscal e da seguridade social, visto que no orçamento de investimento não há empenho.
(²) Na coluna Liquidado constam os valores liquidados das unidades dos orçamentos fiscal, da seguridade social e Executado das unidades do Orçamento de Investimento (Estatais).



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

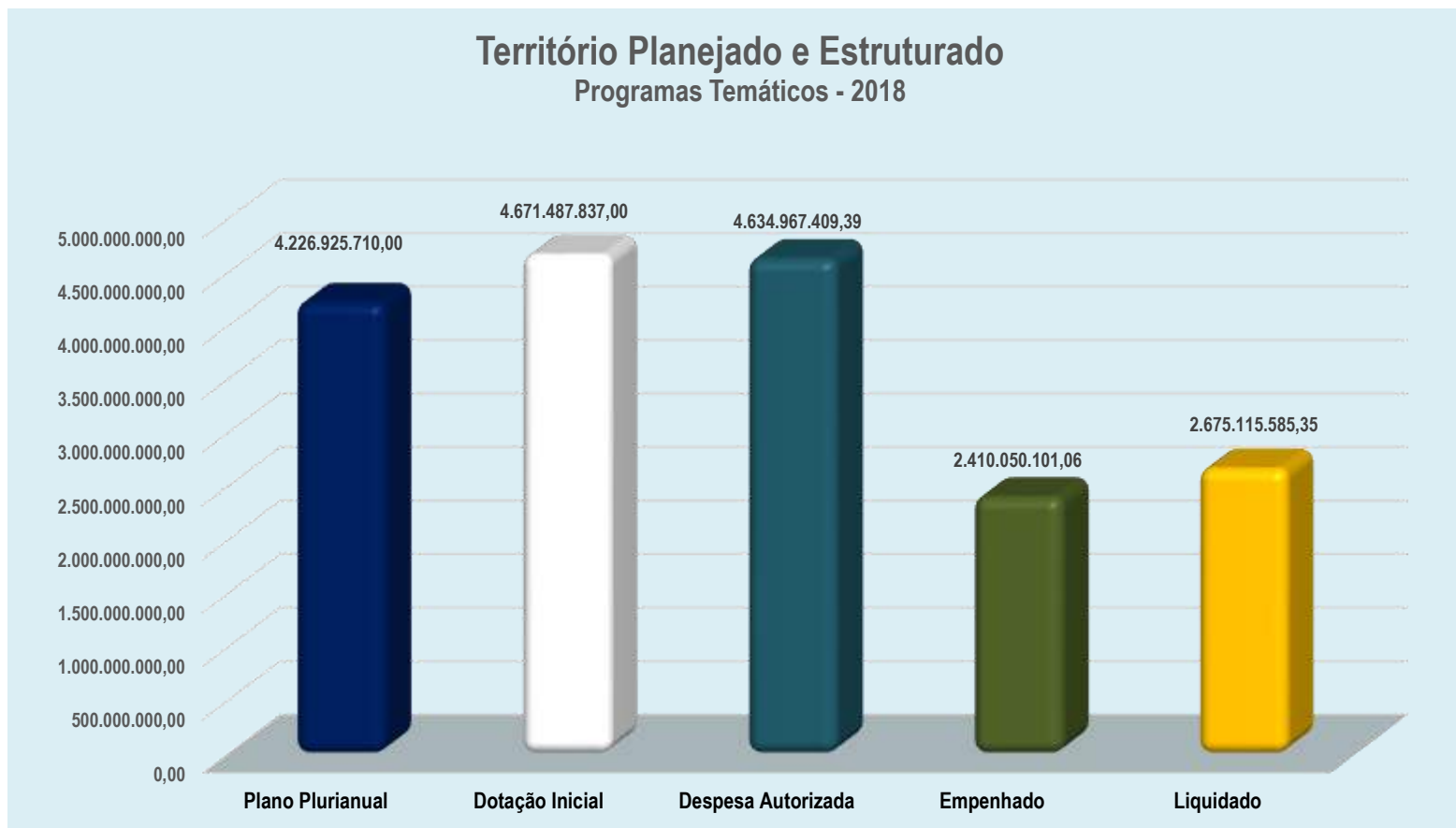


(¹) Na coluna *Empenhado*, são considerados os valores empenhados pelas unidades dos orçamentos fiscal e da seguridade social, visto que no orçamento de investimento não há empenho.

(²) Na coluna *Liquidado* constam os valores liquidados das unidades dos orçamentos fiscal, da seguridade social e Executado das unidades do Orçamento de Investimento(Estatais).



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

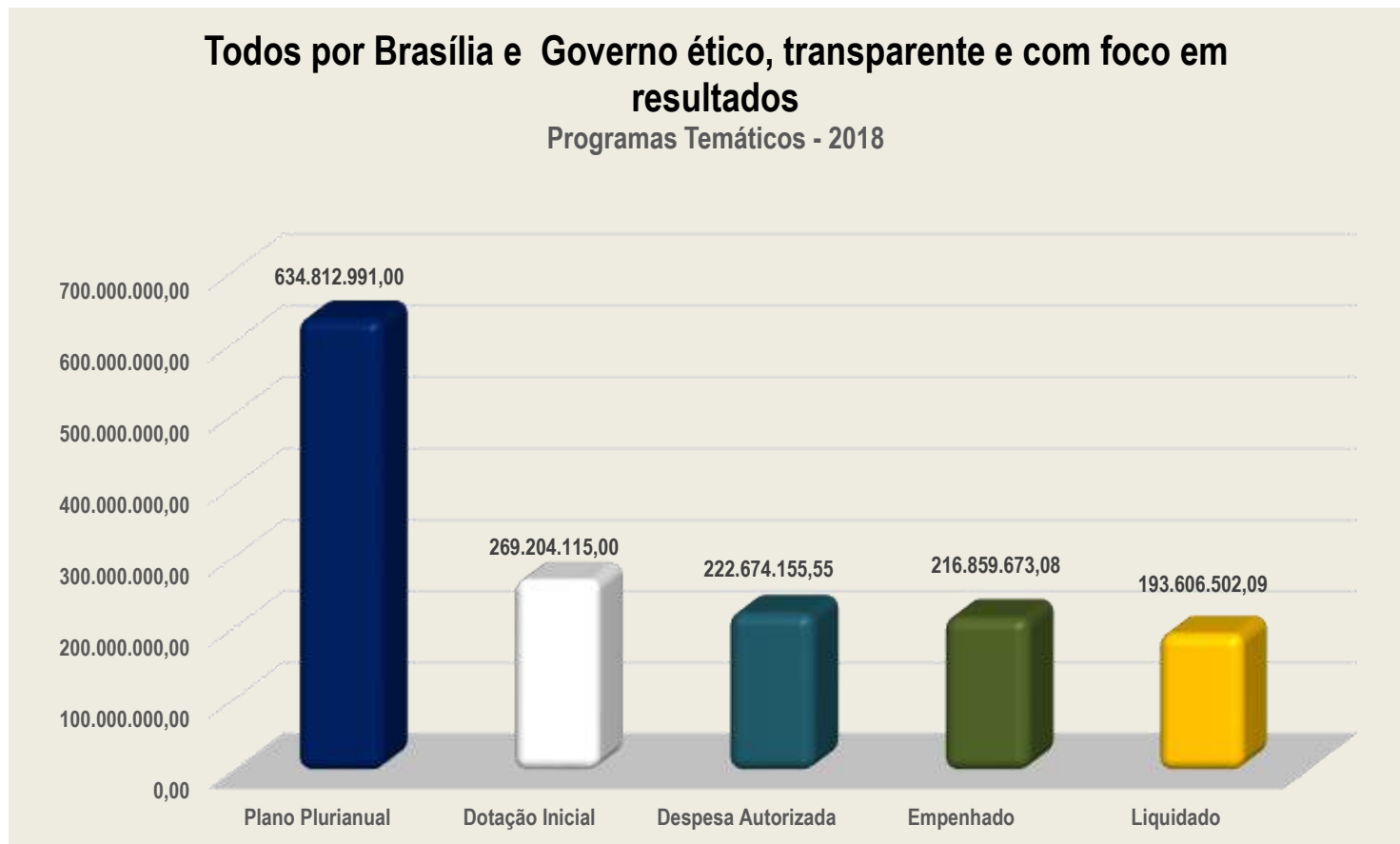


(¹) Na coluna Empenhado, são considerados os valores empenhados pelas unidades dos orçamentos fiscal e da seguridade social, visto que no orçamento de investimento não há empenho.

(²) Na coluna Liquidado constam os valores liquidados das unidades dos orçamentos fiscal, da seguridade social e Executado das unidades do Orçamento de Investimento(Estatais).



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO



(¹) Na coluna Empenhado, são considerados os valores empenhados pelas unidades dos orçamentos fiscal e da seguridade social, visto que no orçamento de investimento não há empenho.

(²) Na coluna Liquidado constam os valores liquidados das unidades dos orçamentos fiscal, da seguridade social e Executado das unidades do Orçamento de Investimento(Estatais).



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

3.3.3. Programas Temáticos e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado (OFSS, OI e FCDF)

Na estrutura do Plano Plurianual 2016-2019 constam 13 Programas Temáticos e 03 Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado. O principal objetivo foi buscar junto às Unidades do GDF a alocação de despesas efetivamente administrativas nos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado e as despesas finalísticas nos 13 Programas Temáticos.

Comparando-se os recursos previstos na LOA em 2018 para os Programas Temáticos, no valor de R\$ 11.088.297.220,00 em relação ao valor dos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado R\$ 19.387.459.962,77, em que pese a execução dos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado superarem as despesas dos Programas Temáticos, ressalte-se que valores consideráveis de recursos são aplicados em despesas de Pessoal e manutenção, que dão suporte à execução das Políticas Públicas, ou seja, estão intrinsecamente interligadas aos programas temáticos conforme mencionado anteriormente.

No quadro a seguir consta a Execução Orçamentária e Financeira do GDF, referente aos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social, de Investimentos das Estatais e Recursos do Fundo Constitucional, incluindo os Programas: 0001- Programa para Operações Especiais e 9999- Reserva de Contingência).



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Execução Orçamentária e Financeira - 2018
 Programas Temáticos e Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado
 Plano Plurianual - PPA x Lei Orçamentária Anual – LOA
 (Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social, de Investimentos das Estatais e Recursos do Fundo Constitucional)

PROGRAMA	PPA 2018	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL		5.535.920.126,00	6.152.517.161,51	6.066.125.109,73	6.029.952.957,37	0	0
6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	2.424.631.281,00	1.954.497.048,00	1.925.138.187,85	1.721.000.664,82	1.752.852.752,14	71	72
6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL	17.465.483.452,00	14.856.439.422,78	14.959.438.534,52	14.941.445.282,96	14.773.903.351,50	86	85
6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	3.327.348.347,00	2.576.523.492,00	2.457.189.783,42	2.427.864.332,39	2.366.783.958,70	73	71
6202 - BRASÍLIA SAUDÁVEL	1.685.793.659,00	1.606.441.227,00	1.603.867.430,93	1.436.346.494,29	1.125.886.056,83	85	67
6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	633.181.155,00	266.327.315,00	222.102.355,55	216.541.505,74	193.298.663,21	34	31
6204 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA	1.631.836,00	2.876.800,00	571.800,00	318.167,34	307.838,88	19	19
6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	128.722.123,00	165.193.440,00	114.221.875,34	88.840.323,04	79.184.998,54	69	62
6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	788.696.428,00	881.959.956,00	703.104.322,26	176.085.015,44	187.301.042,39	22	24
6208 - TERRITÓRIO DA GENTE	332.374.201,00	283.974.693,00	303.143.602,18	66.110.950,46	207.156.349,09	20	62
6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	2.025.559.493,00	3.069.076.319,00	3.129.903.198,26	1.254.708.703,73	1.470.290.876,40	62	73
6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	203.778.930,00	247.084.870,00	344.584.262,80	217.461.972,51	183.282.006,52	107	90
6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	1.868.992.016,00	1.318.436.825,00	1.201.920.608,95	1.089.230.446,87	997.668.359,86	58	53
6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	415.242.536,00	1.836.353.466,00	1.864.235.722,60	1.836.632.992,79	1.588.453.164,80	442	383
6219 - CAPITAL CULTURA	148.238.853,00	107.734.208,00	146.114.955,34	132.773.045,89	126.281.455,34	90	85
6221 - EDUCA MAIS BRASÍLIA	989.682.482,00	1.011.220.406,00	1.429.988.869,08	1.204.727.149,50	1.091.672.926,49	122	110
6228 - FAMÍLIAS FORTES	388.101.692,00	291.617.695,00	426.479.981,13	358.128.805,88	331.896.614,31	92	86
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.381.798,00	1.762.926.176,00	0,00	0,00	0,00	0	0
TOTAL GERAL (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, Orçamento de Investimentos das Estatais e Fundo Constitucional)	32.852.840.282,00	37.774.603.484,78	36.984.522.651,72	33.234.340.963,38	32.506.173.372,37	101	99

TOTAIS DE GOVERNO	PPA 2018	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
OFSS - TOTAL PROGRAMA 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS	0,00	5.535.920.126,00	6.152.517.161,51	6.066.125.109,73	6.029.952.957,37	0	0



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

OFSS - TOTAL PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	14.566.869.252,00	11.933.175.224,00	12.433.288.867,53	12.295.178.900,81	12.053.782.144,80	84	83
OFSS - TOTAL PROGRAMAS TEMÁTICOS	8.364.428.345,00	7.693.728.549,00	8.018.530.054,42	6.476.004.232,44	5.672.967.012,69	77	68
OFSS - TOTAL RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.381.798,00	1.762.926.176,00	0,00	0,00	0,00		
OFSS - TOTAL GERAL	22.956.679.395,00	26.925.750.075,00	26.604.336.083,46	24.837.308.242,98	23.756.702.114,86	108	103
OI - TOTAL PROGRAMAS TEMÁTICOS	889.260.093,00	1.739.250.016,00	1.869.487.480,00	0,00	528.985.861,24	0	59
OI - TOTAL PROGRAMAS DE DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	111.288.714,00	116.163.636,00	113.343.581,00	0,00	47.025.237,19	0	42
OI - TOTAL PROGRAMAS TEMÁTICOS E DE DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	1.000.548.807,00	1.855.413.652,00	1.982.831.061,00	0,00	576.011.098,43	0	58
FCDF - PROGRAMAS TEMÁTICOS	356.306.965,00	1.655.318.655,00	1.602.221.450,00	1.601.901.341,04	1.380.727.478,73	450	388
FCDF - PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	8.539.305.114,00	7.338.121.102,78	6.795.134.057,26	6.795.131.379,36	6.792.732.680,35	80	80
FCDF TOTAL- Fundo Constitucional do DF (Segurança Pública, Saúde e Educação - Exceto Inativos) - Integra o valor do PPA, transferência da União/SIAFI	8.895.612.079,00	8.993.439.757,78	8.397.355.507,26	8.397.032.720,40	8.173.460.159,08	94	92
TOTAL GERAL (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, Orçamento de Investimentos das Estatais e Fundo Constitucional)	32.852.840.281,00	37.774.603.484,78	36.984.522.651,72	33.234.340.963,38	32.506.173.372,37	101	99
TOTAL GERAL DOS Programas Temáticos (OFSS+OI+FCDF)	9.609.995.404,00	11.088.297.220,00	11.490.238.984,42	8.077.905.573,48	7.582.680.352,66	84	79
TOTAL GERAL DOS Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado(OFSS+OI+FCDF)	23.217.463.080,00	19.387.459.962,78	19.341.766.505,79	19.090.310.280,17	18.893.540.062,34	82	81
Programas Temáticos+Programas de Gestão (OFSS+OI+FCDF - exceto Programa 0001 e 9999))	32.827.458.484,00	30.475.757.182,78	30.832.005.490,21	27.168.215.853,65	26.476.220.415,00	83	81

(¹) Na coluna "E" constam somente os valores empenhados pelas unidades dos orçamentos fiscal e da seguridade social, visto que no orçamento de investimento não há empenho.

(²) Na coluna "F" constam os valores liquidados das unidades dos orçamentos fiscal, da seguridade social e Executado das unidades do Orçamento de Investimento(Estatais).



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Execução Orçamentária e Financeira - 2018
Programas Temáticos, Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado,
 (Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, Orçamento de Investimentos das Estatais e
 Fundo Constitucional - inclui programa 0001 e 9999)



Execução Orçamentária e Financeira - 2018
Programas Temáticos e Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado
 (Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, Orçamento de Investimentos das Estatais e
 Fundo Constitucional - exceto programa 0001 e 9999)



Execução Orçamentária e Financeira - 2018
Programas Temáticos
 (Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, Orçamento de Investimentos das Estatais e
 Fundo Constitucional - exceto Programa 0001 e 9999)



Execução Orçamentária e Financeira - 2018
Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado
 (Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, Orçamento de Investimentos das Estatais e Fundo Constitucional - exceto
 Programa 0001 e 9999)





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

3.3.4. Programas Temáticos e de Gestão Manutenção e Serviços ao Estado (OFSS)

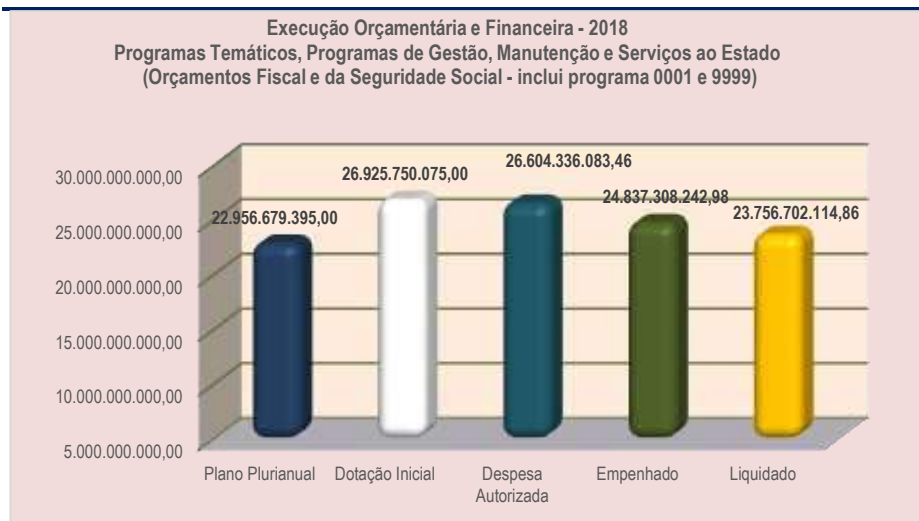
No quadro a seguir consta a Execução Orçamentária e Financeira do GDF, referente aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. O valor previsto no PPA para 2018 atingiu o montante de R\$ 22.956.679.395,00 sendo a Dotação Inicial R\$ 26.925.750.075,00 (LOA), Despesa Autorizada R\$ 26.604.336.083,46, Empenhado R\$ 24.837.308.242,98 e liquidado R\$ 23.756.702.114,86. Considerados no total os valores do Programa 0001, em relação ao previsto no PPA, os valores empenhados e liquidados representaram **108% e 103%** respectivamente.

PROGRAMA	Plano Plurianual	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL		5.535.920.126,00	6.152.517.161,51	6.066.125.109,73	6.029.952.957,37	#DIV/0!	#DIV/0!
6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO	2.313.342.567,00	1.838.333.412,00	1.811.794.606,85	1.721.000.664,82	1.705.827.514,95	74	74
6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL	8.926.178.338,00	7.518.318.320,00	8.164.304.477,26	8.146.313.903,60	7.981.170.671,15	91	89
6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	3.327.348.347,00	2.576.523.492,00	2.457.189.783,42	2.427.864.332,39	2.366.783.958,70	73	71
6202 - BRASÍLIA SAUDÁVEL	1.683.879.370,00	1.606.441.227,00	1.603.867.430,93	1.436.346.494,29	1.125.886.056,83	85	67
6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	633.181.155,00	266.327.315,00	222.102.355,55	216.541.505,74	193.298.663,21	34	31
6204 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA	1.631.836,00	2.876.800,00	571.800,00	318.167,34	307.838,88	19	19
6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	127.180.122,00	136.942.440,00	90.214.475,34	88.840.323,04	77.220.444,95	70	61
6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	618.832.847,00	701.720.768,00	511.168.498,26	176.085.015,44	154.263.560,25	28	25
6208 - TERRITÓRIO DA GENTE	268.064.201,00	160.822.693,00	121.338.930,18	66.110.950,46	51.560.784,06	25	19
6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	1.393.077.981,00	1.669.058.491,00	1.665.284.614,26	1.254.708.703,73	1.131.925.788,92	90	81
6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	203.778.930,00	247.084.870,00	344.584.262,80	217.461.972,51	183.282.006,52	107	90
6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	1.859.078.016,00	1.310.856.825,00	1.194.902.608,95	1.089.230.446,87	997.668.359,86	59	54
6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	69.337.060,00	181.034.811,00	262.014.272,60	234.731.651,75	207.725.686,07	339	300
6219 - CAPITAL CULTURAL	137.089.853,00	107.724.208,00	146.011.955,34	132.773.045,89	126.258.282,34	97	92
6221 - EDUCAÇÃO MAIS BRASÍLIA	981.195.282,00	1.011.220.406,00	1.429.988.869,08	1.204.727.149,50	1.091.672.926,49	123	111
6228 - FAMÍLIAS FORTES	388.101.692,00	291.617.695,00	426.479.981,13	358.128.805,88	331.896.614,31	92	86
OFSS - TOTAL RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.381.798,00	1.762.926.176,00	0,00	0,00	0,00	0	0
TOTAL GERAL - OFSS (inclui Programas 0001 e 9999)	22.956.679.395,00	26.925.750.075,00	26.604.336.083,46	24.837.308.242,98	23.756.702.114,86	108	103
OFSS - TOTAL PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO (EXCETO PROGRAMAS 0001 E 9999)	14.566.869.252,00	11.933.175.224,00	12.433.288.867,53	12.295.178.900,81	12.053.782.144,80	84	83
OFSS - TOTAL PROGRAMAS TEMÁTICOS (EXCETO PROGRAMAS 0001 E 9999)	8.364.428.345,00	7.693.728.549,00	8.018.530.054,42	6.476.004.232,44	5.672.967.012,69	77	68
TOTAL PROGRAMAS TEMÁTICOS E DE GESTÃO (EXCETO PROGRAMAS 0001 E 9999)	22.931.297.597,00	19.626.903.773,00	20.451.818.921,95	18.771.183.133,25	17.726.749.157,49	82	77

Observação: Na Coluna Plano Plurianual não se considera os valores do Programas 0001, que não integra o Plano.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO



Na execução orçamentária e financeira está Incluído o Programa 0001 – Programa para Operação Especial, que não integra a Lei do PPA



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

3.3.5. Programas Temáticos (Orçamento de Investimento das Estatais)

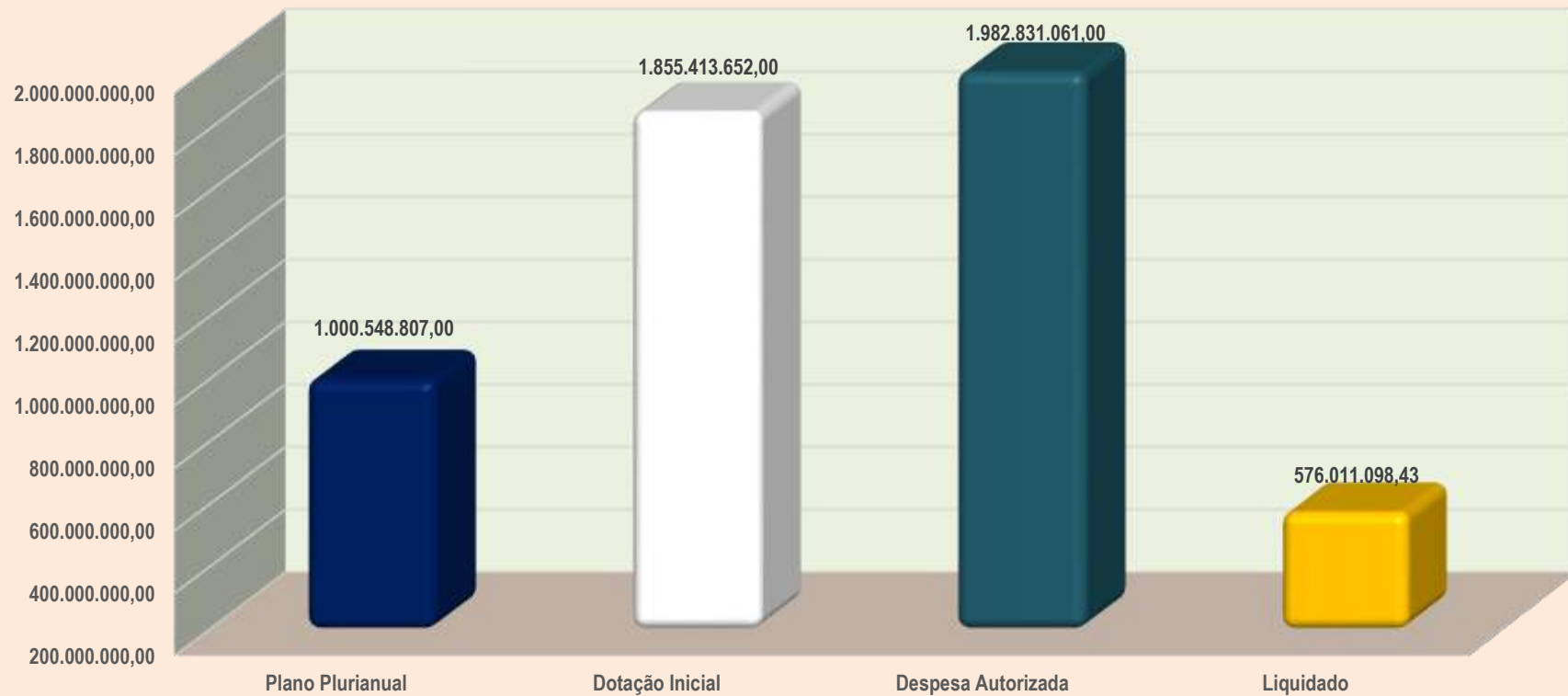
Com relação ao Orçamento de Investimento das Estatais, o gráfico a seguir demonstra que foram previstos no PPA recursos no valor de R\$ **1.000.548.807,00**, a Dotação Inicial totalizou **1.855.413.652,00**, o valor autorizado R\$ **1.982831.061,00** e o Liquidado R\$ **576.011.098,43**.

PROGRAMA	Plano Plurianual	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Liquidado	% LIQ/ PPA
6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOL	111.288.714,00	116.163.636,00	113.343.581,00	47.025.237,19	42
6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	1.542.000,00	28.251.000,00	24.007.400,00	1.964.553,59	127
6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	169.863.581,00	180.239.188,00	191.935.824,00	33.037.482,14	19
6208 - TERRITÓRIO DA GENTE	64.310.000,00	123.152.000,00	181.804.672,00	155.595.565,03	242
6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	632.481.512,00	1.400.017.828,00	1.464.618.584,00	338.365.087,48	53
6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	9.914.000,00	7.580.000,00	7.018.000,00	0,00	0
6219 - CAPITAL CULTURAL	11.149.000,00	10.000,00	103.000,00	23.173,00	0
OI - TOTAL PROGRAMAS TEMÁTICOS	889.260.093,00	1.739.250.016,00	1.869.487.480,00	528.985.861,24	59
OI - TOTAL PROGRAMAS DE DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	111.288.714,00	116.163.636,00	113.343.581,00	47.025.237,19	42
OI - TOTAL PROGRAMAS TEMÁTICOS E DE DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	1.000.548.807,00	1.855.413.652,00	1.982.831.061,00	576.011.098,43	58



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

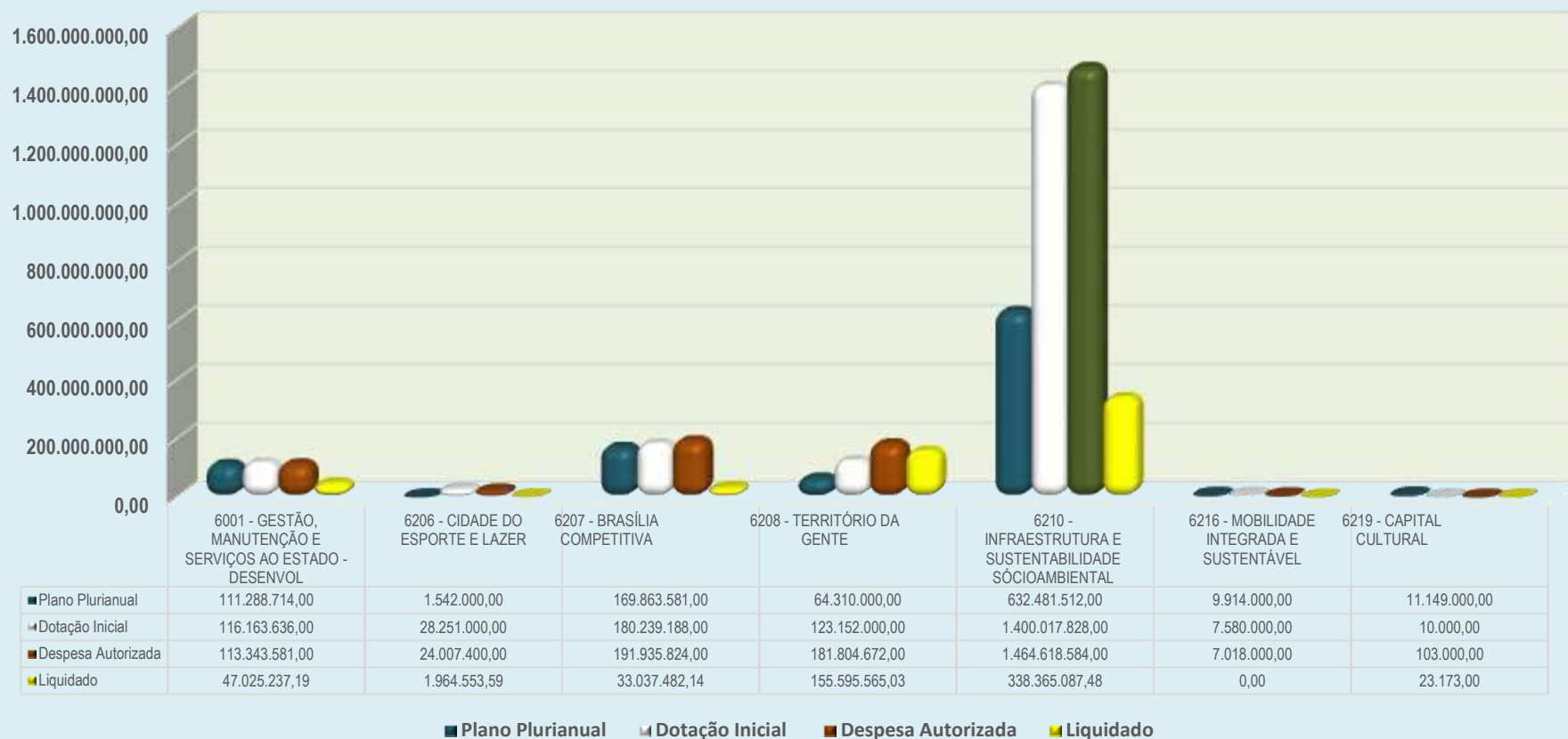
Execução Orçamentária e Financeira - 2018
Programas Temáticos, Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado
(Orçamento de Investimento das Estatais)





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Execução Orçamentária e Financeira - 2018
 (Orçamento de Investimento das Estatais - Por Programa de Governo)





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

3.3.6. Fundo Constitucional do Distrito Federal (Saúde, Educação e Segurança)

Os recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal para o exercício de 2018 foram os seguintes: Dotação Inicial R\$ **13.696.991.938,00**, Dotação atualizada R\$ **13.691.017.785,00**, Despesa Empenhada R\$ **13.690.679.062,98**, Despesa Liquidada R\$ **13.461.625.200,24** e Valor Pago R\$ **13.437.520.183,76**, executados diretamente no Sistema SIAFI do Governo Federal. As tabelas a seguir demonstram a execução por área:

UG Executoras		Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquid.	Valor Pago
Polícia Militar do DF		3.939.399.948,00	3.842.283.658,00	3.842.264.520,02	3.713.745.383,50	3.711.078.322,08
GND	1 - Ativo	1.759.637.214,00	1.373.622.586,00	1.373.622.586,00	1.373.622.586,00	1.373.507.315,47
	1 - Inativo	954.092.960,00	1.182.272.259,00	1.182.272.259,00	1.182.272.259,00	1.181.323.852,48
	1 - Pensionista	234.760.716,00	282.760.716,00	282.760.716,00	282.760.716,00	281.350.081,83
	3 - Outras Despesas Correntes	932.755.458,00	962.763.717,00	962.763.717,00	845.349.145,64	845.156.395,44
	4 - Investimentos	58.153.600,00	40.864.380,00	40.845.242,02	29.740.676,86	29.740.676,86
Corpo de Bombeiro Militar do DF		1.750.049.153,00	1.700.640.221,00	1.700.322.415,96	1.639.870.347,61	1.639.855.557,36
GND	1 - Ativo	781.751.140,00	680.518.621,00	680.515.943,10	678.601.296,12	678.601.296,12
	1 - Inativo	394.881.618,00	463.457.455,00	463.457.455,00	463.399.790,81	463.399.790,81
	1 - Pensionista	116.666.455,00	137.210.717,00	137.194.781,84	132.378.585,37	132.371.632,94
	3 - Outras Despesas Correntes	420.832.710,00	403.926.335,00	403.861.960,77	362.402.495,55	362.394.657,73
	4 - Investimentos	35.917.230,00	15.527.093,00	15.292.275,25	3.088.179,76	3.088.179,76
Polícia Civil do DF		2.203.457.962,00	2.184.189.825,00	2.184.188.046,00	2.144.715.102,56	2.144.546.184,34
GND	1 - Ativo	1.129.118.313,00	1.046.762.075,00	1.046.762.075,00	1.046.280.296,64	1.046.116.222,86
	1 - Inativo	866.679.992,00	958.287.825,00	783.025.174,20	783.025.174,20	783.025.174,20
	1 - Pensionista			175.262.650,80	175.262.650,80	175.262.650,80
	3 - Outras Despesas Correntes	172.659.657,00	144.139.925,00	144.138.146,00	126.757.334,83	126.752.490,39
	4 - Investimentos	35.000.000,00	35.000.000,00	35.000.000,00	13.389.646,09	13.389.646,09
Secretaria de Saúde do DF		3.326.876.264,00	2.914.878.671,00	2.914.878.671,00	2.914.878.671,00	2.893.680.313,25
GND	1 - Ativo			2.025.647.966,28	2.025.647.966,28	2.004.449.608,53
	1 - Inativo	3.326.876.264,00	2.914.878.671,00	887.914.585,49	887.914.585,49	887.914.585,49
	1 - Pensionista			1.316.119,23	1.316.119,23	1.316.119,23
	3 - Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	4 - Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria de Educação do DF		2.477.208.611,00	3.049.025.410,00	3.049.025.410,00	3.048.415.695,57	3.048.359.806,73
GND	1 - Ativo			1.668.582.808,98	1.668.580.535,31	1.668.580.535,31
	1 - Inativo	2.477.208.611,00	3.049.025.410,00	1.380.442.601,02	1.379.835.160,26	1.379.779.271,42
	1 - Pensionista			0,00	0,00	0,00
	3 - Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	4 - Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		13.696.991.938,00	13.691.017.785,00	13.690.679.062,98	13.461.625.200,24	13.437.520.183,76

Fonte: SIAFI - Tesouro Gerencial
 Posição em 31/12/2018

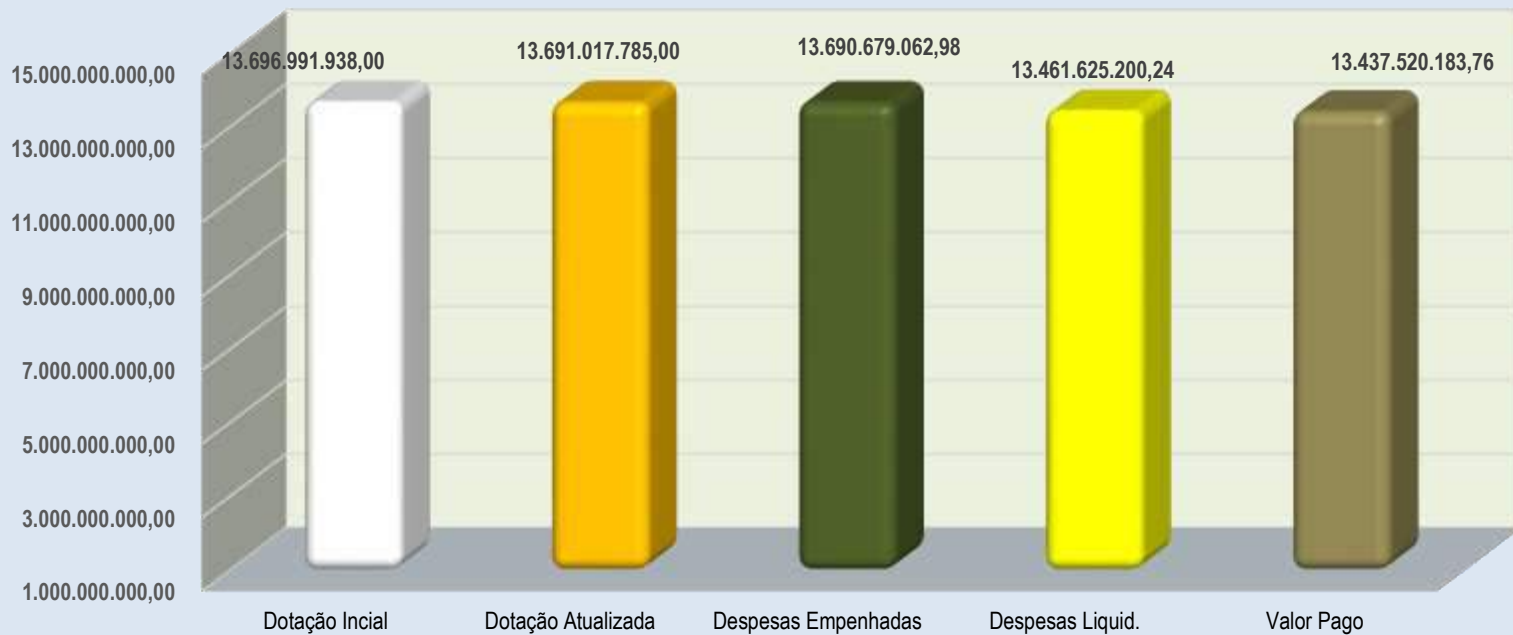
OBS:

- 1) A Dotação de Inativo e Pensionista da PCDF não tem distinção na LOA;
- 2) A Dotação de Pessoal da SEE e da SES não está dividida em Ativo, Inativo e Pensionista na LOA.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Execução Orçamentária e Financeira - 2018
Fundo Constitucional do Distrito Federal- Transferências da União - Inclui Inativos
Saúde, Educação e Segurança





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

No Plano Plurianual não constam os valores para inativos. Os valores previstos para o Fundo Constitucional do DF, exceto inativos, totalizam no PPA R\$ 8.593.305.114,00; **Dotação Inicial 8.993.439.757,78**, Dotação autorizada 8.397.355.507,26; **Empenhado 8.397.355.507,26**, liquidado 8.173.460.159,08.

SAÚDE, EDUCAÇÃO E SEGURANÇA INCLUI INATIVOS

Área	Plano Plurianual	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada
Educação	1.064.789.512,00	2.477.208.611,00	3.049.025.410,00	3.049.025.410,00	3.048.415.695,57
Saúde	2.219.691.964,00	3.326.876.264,00	2.914.878.671,00	2.914.878.671,00	2.914.878.671,00
Segurança	5.254.823.638,00	7.892.907.063,00	7.727.113.704,00	7.726.774.981,98	7.498.330.833,67
TOTAL(Inclui inativos)	8.539.305.114,00	13.696.991.938,00	13.691.017.785,00	13.690.679.062,98	13.461.625.200,24

Observação: No Plano Plurianual não constam os valores para inativos das 3 áreas

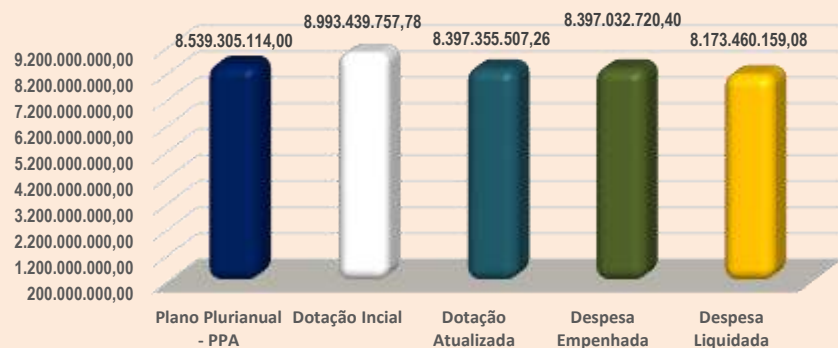
SAÚDE, EDUCAÇÃO E SEGURANÇA EXCETO INATIVOS

Área	Plano Plurianual - PPA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada
Educação	1.064.789.512,00	1.355.655.380,57	1.668.582.808,98	1.668.582.808,98	1.668.580.535,31
Saúde	2.219.691.964,00	2.311.959.055,20	2.025.647.966,28	2.025.647.966,28	2.025.647.966,28
Segurança	5.254.823.638,00	5.325.825.322,00	4.703.124.732,00	4.702.801.945,14	4.479.231.657,49
TOTAL (exceto inativos)	8.539.305.114,00	8.993.439.757,78	8.397.355.507,26	8.397.032.720,40	8.173.460.159,08



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Execução Orçamentária e Financeira - 2018
Fundo Constitucional do Distrito Federal- Transferências da União
Saúde, Educação e Segurança - exceto inativos



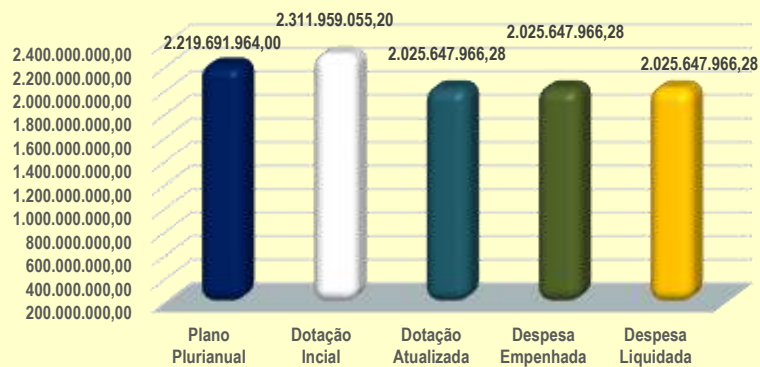
Execução Orçamentária e Financeira - 2018
Fundo Constitucional do Distrito Federal- Transferências da União - 2018
Segurança - exceto inativos



Execução Orçamentária e Financeira - 2018
Fundo Constitucional do Distrito Federal- Transferências da União
Educação - exceto inativos



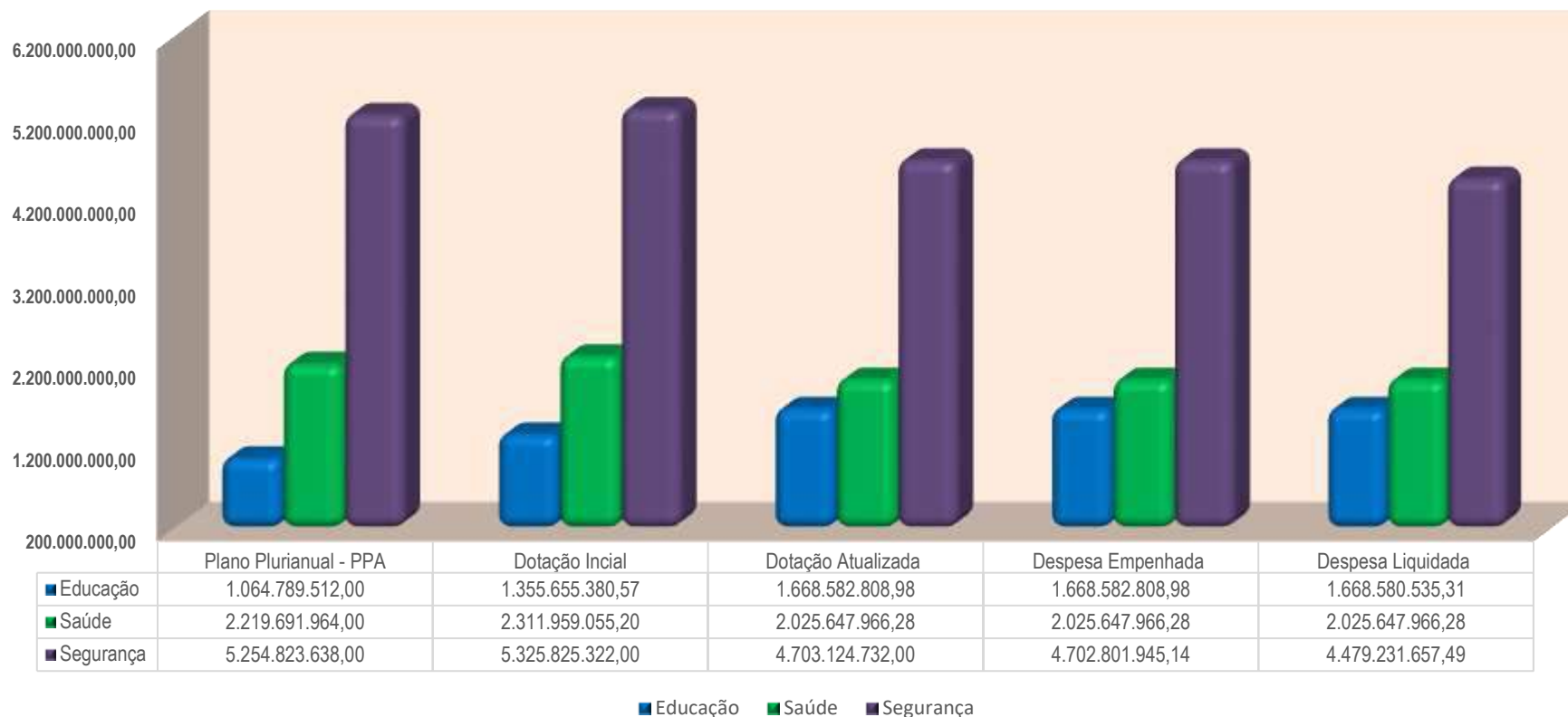
Execução Orçamentária e Financeira - 2018
Fundo Constitucional do Distrito Federal- Transferências da União
Saúde - exceto inativos





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Execução Orçamentária e Financeira - 2018
Fundo Constitucional do Distrito Federal- Transferências da União
Saúde, Educação e Segurança - exceto inativos





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

3.4. DESEMPENHO DOS INDICADORES, METAS E AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

3.4.1. Desempenho dos Indicadores

O Mapa Estratégico do Governo orienta a definição do conjunto de indicadores que será utilizado na disseminação e no controle da execução da Estratégia do Governo, devidamente alinhada com o Plano Plurianual.

Os indicadores demonstram a conexão entre o Planejamento Estratégico do Governo, os objetivos traçados para executá-los, as ações para sua implementação e os resultados alcançados pelas políticas públicas, objeto deste documento.

A análise dos indicadores no contexto do PPA 2016-2019 é complexa visto que estabelecer indicadores que possam traduzir a realidade que se deseja alterar e que possibilite o acompanhamento de seu desempenho ao longo do tempo, ainda está em evolução em várias áreas do Governo.

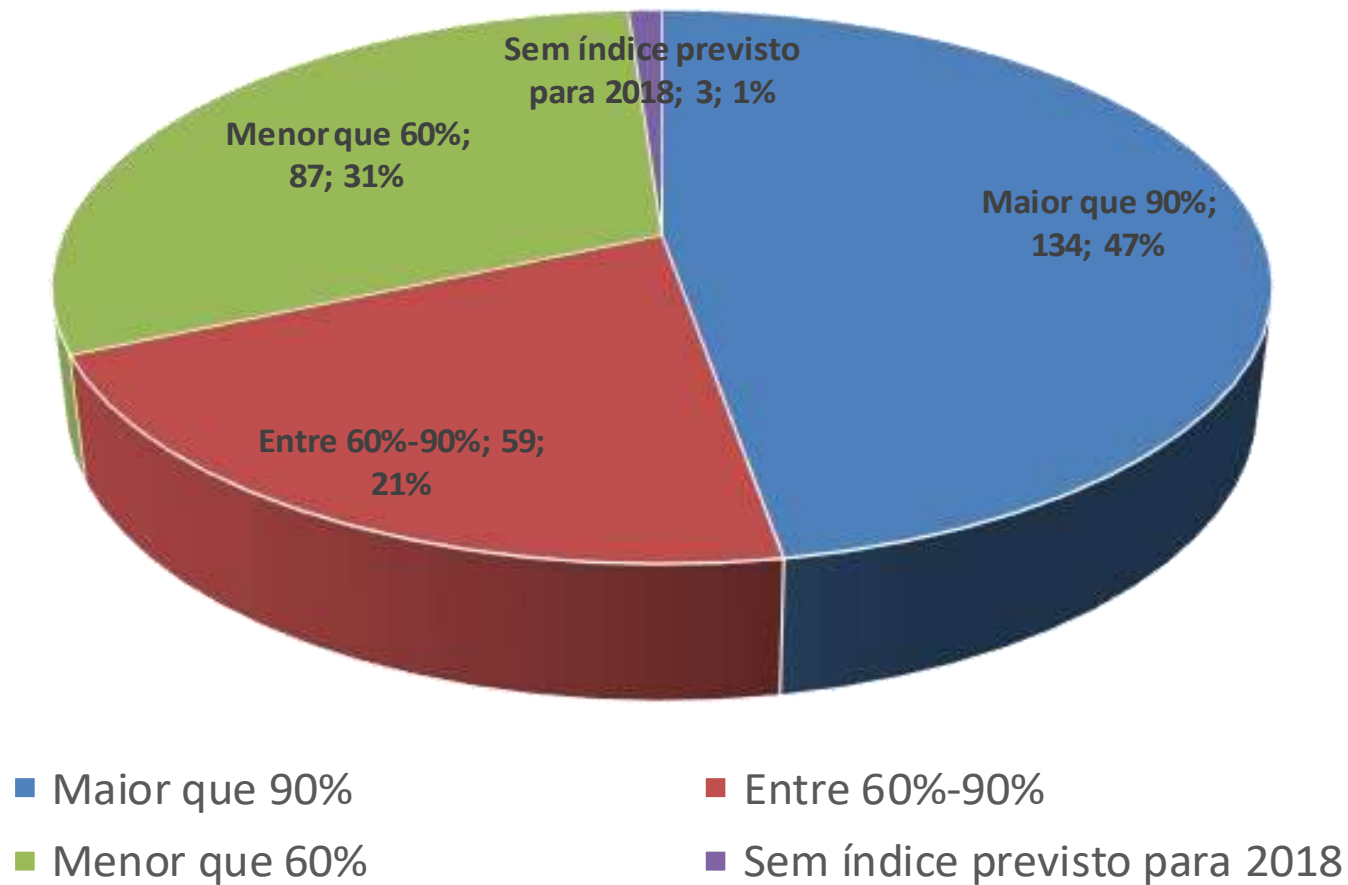
A orientação da SEFP aos órgãos e entidades do GDF é a de se buscar a definição de indicadores mais significativos para mensuração dos resultados de Governo. Os avanços foram perceptíveis no PPA 2012-2015 e o trabalho desenvolvido pela SEFP nesse sentido refletiu-se no PPA 2016-2019, com a redução de 475 indicadores no PPA anterior para 283 indicadores no PPA vigente.

Conforme quadro demonstrativo a seguir, dos 283 indicadores apresentados no PPA para 2018, 134 (47,35%) tiveram desempenho maior que 90% do desejado, 59 (20,85%) tiveram desempenho entre 60%-90% do desejado, 87 (30,74%) tiveram desempenho abaixo de 60% do desejado e 3 (1,06%) não têm índice desejado para este exercício.

% de Alcance dos Indicadores	Quantidades	%
Maior que 90%	134	47,35%
Entre 60%-90%	59	20,85%
Menor que 60%	87	30,74%
Sem índice previsto para 2018	3	1,06%
Total	283	100,00%



% de Alcance dos Indicadores em 2018





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Média de Desempenho dos Indicadores por Programa Temático

Análise Quantitativa - Quantidade e Percentual (%)

Código	Descrição do Programa Temático	Total de Indicadores por Programa (A)	Indicadores sem índice previsto para 2018 (B)	Quantidade de Indicadores (A-B)	% Médio de Alcance por Programa
6202	Brasília Saudável	34	0	34	57,56%
6203	Gestão para Resultados	34	0	34	85,28%
6204	Atuação Legislativa	8	0	8	86,03%
6206	Cidade do Esporte e Lazer	4	0	4	87,04%
6207	Brasília Competitiva	27	1	26	66,80%
6208	Território da Gente	11	0	11	68,74%
6210	Infraestrutura e Sustentabilidade Socioambiental	22	0	22	63,78%
6211	Direitos Humanos e Cidadania	17	0	17	52,97%
6216	Mobilidade Integrada e Sustentável	21	0	21	78,60%
6217	Segurança Pública com cidadania	36	0	36	61,82%
6219	Capital Cultural	18	0	18	65,56%
6221	Educa Mais Brasília	27	1	26	58,73%
6228	Famílias Fortes	24	1	23	82,76%
Percentual de Execução Total		283	3	280	70,44%

Obs: Para o cálculo da média de alcance, foram considerados 280 indicadores, uma vez que 3 não têm índice previsto para 2018.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

3.4.2. Desempenho das Metas e Ações Não Orçamentárias

As metas e ações não orçamentárias estabelecidas pelos Órgãos e Entidades do GDF têm previsão de execução ao longo do período de vigência do PPA, ou seja, 2016 a 2019. Os resultados apresentados referem-se ao terceiro ano de execução do Plano e eventuais valores médios baixos não significam que o desempenho foi abaixo do previsto, pois, por definição, a execução pode ocorrer em qualquer exercício entre 2016 a 2019.

Desempenho das Metas

A metodologia adotada para mensuração do desempenho das metas leva em consideração o fato de que várias metas são qualitativas. Para mensuração do desempenho, nos casos em que a meta não foi expressa de forma numérica ou não foi possível inferir de forma clara, os campos “Meta até 2019” e “Unidade de Medida” foi definido o percentual de alcance de 100%, respectivamente. Desta forma, todas as metas, inclusive as qualitativas, possuem uma meta numérica a alcançar.

Conforme mencionado no Relatório de Avaliação do PPA, quando apresentou nesse campo justificativa quanto a possíveis inconsistências quanto a apuração do resultado da Meta, relativo à recente metodologia adotada, neste exercício houve a necessidade de fazer alguns ajustes em relação aos dados apresentados no Relatório de Avaliação do PPA de 2016, especificamente, no que tange a Meta e ação não-orçamentária.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

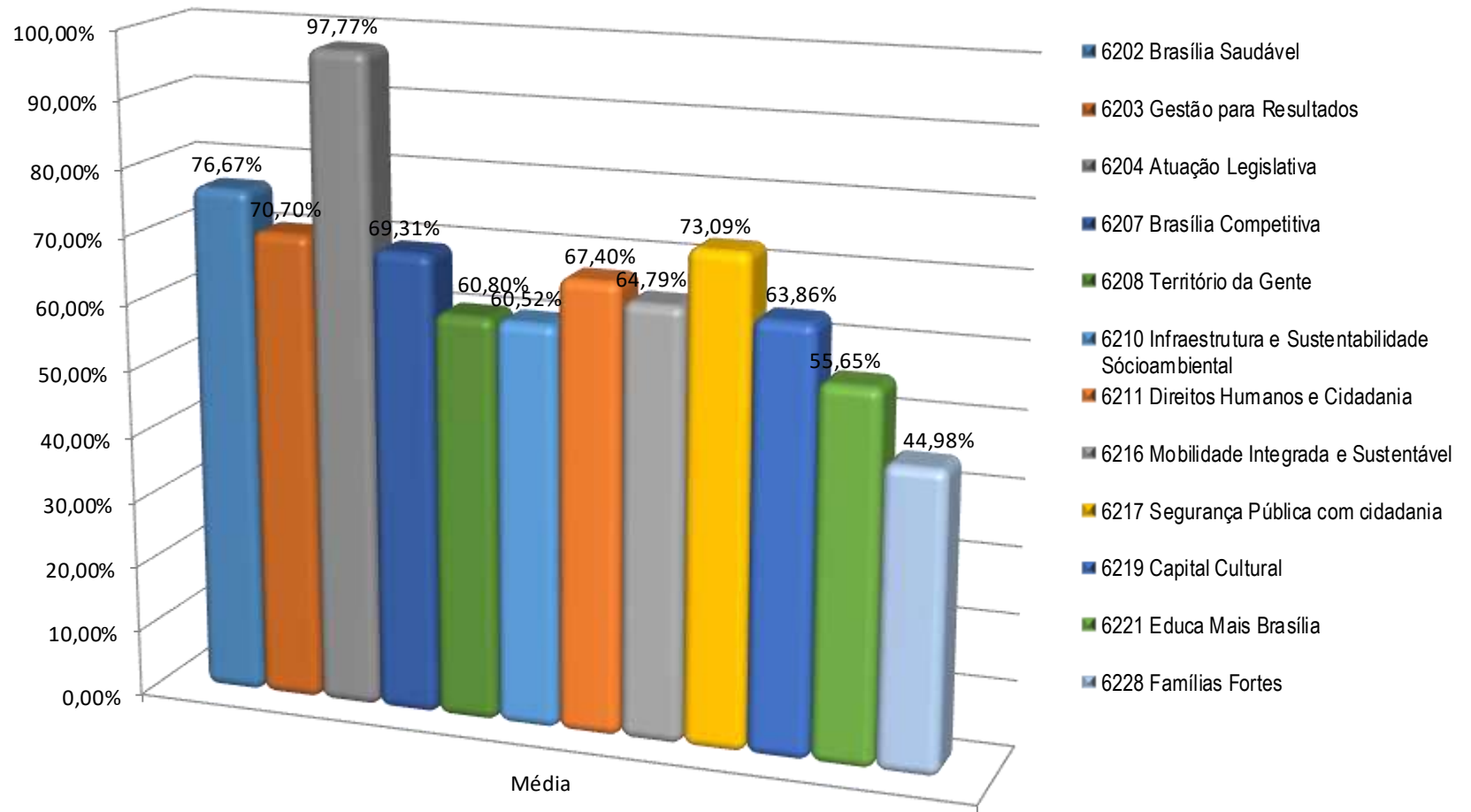
Código	Descrição do Programa	Quantidade	Média
6202	Brasília Saudável	57	76,67%
6203	Gestão para Resultados	39	70,70%
6204	Atuação Legislativa	3	97,77%
6206	Cidade do Esporte e Lazer (*)	-	-
6207	Brasília Competitiva	54	69,31%
6208	Território da Gente	38	60,80%
6210	Infraestrutura e Sustentabilidade Socioambiental	64	60,52%
6211	Direitos Humanos e Cidadania	37	67,40%
6216	Mobilidade Integrada e Sustentável	42	64,79%
6217	Segurança Pública com cidadania	79	73,09%
6219	Capital Cultural	63	63,86%
6221	Educa Mais Brasília	54	55,65%
6228	Famílias Fortes	52	44,98%
Total Geral		582	64,78%

Notas: (*) A Secretaria de Esportes não informou as execuções das Metas do Programa Cidade do Esporte e Lazer. Diante disso, não foi possível aferir as execuções médias das Metas do Programa.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

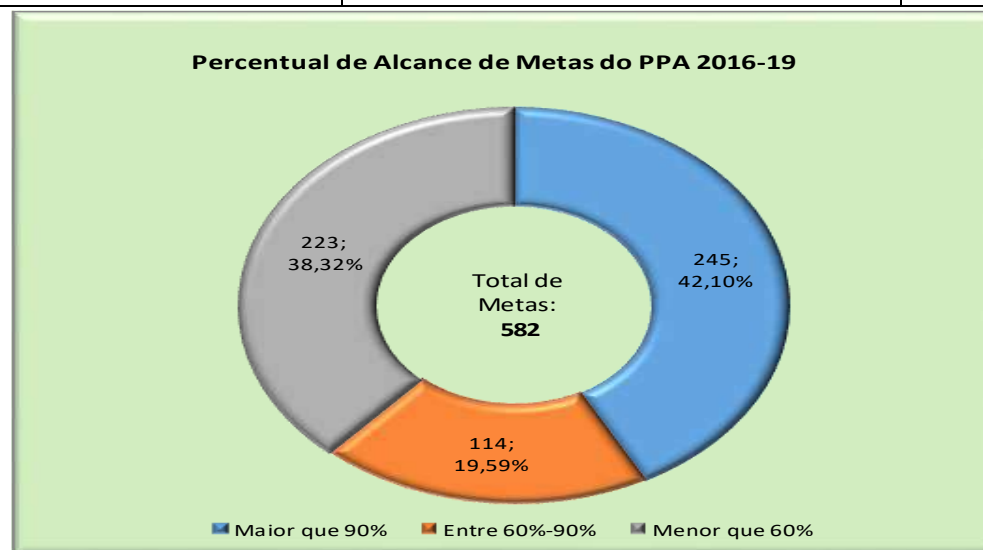
Percentual de Desempenho das Metas por Programa





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

% de Alcance das Metas 2016/2019	Quantidade	%
Maior que 90%	245	42,10%
Entre 60%-90%	114	19,59%
Menor que 60%	223	38,32%
Total	582	



Desempenho das Ações Não Orçamentárias

Para análise das Ações não Orçamentárias, os órgãos e entidades do GDF deveriam informar o percentual de implementação em 2018 e a análise da implementação. Padronizou-se para todas as Unidades a expectativa de alcance de 100% até 2019.

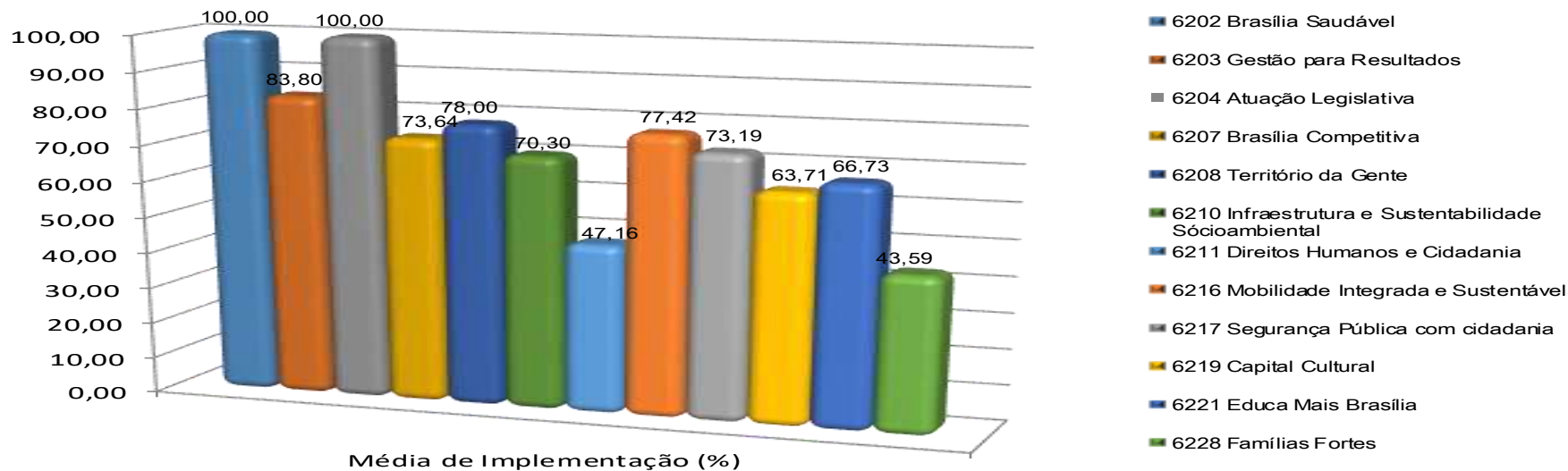
Na análise do desempenho das ações orçamentárias, os percentuais alcançados, constantes das tabelas e gráficos apresentados neste relatório podem apresentar alguma variação em relação ao efetivamente realizado, visto que a metodologia adotada ainda está em processo de aperfeiçoamento.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Código	Descrição do Programa	Quantidade	Média de Implementação (%)
6202	Brasília Saudável	8	100,00
6203	Gestão para Resultados	25	83,80
6204	Atuação Legislativa	8	100,00
6207	Brasília Competitiva	85	73,64
6208	Território da Gente	41	78,00
6210	Infraestrutura e Sustentabilidade Socioambiental	50	70,30
6211	Direitos Humanos e Cidadania	52	47,16
6216	Mobilidade Integrada e Sustentável	10	77,42
6217	Segurança Pública com cidadania	41	73,19
6219	Capital Cultural	35	63,71
6221	Educa Mais Brasília	26	66,73
6228	Famílias Fortes	11	43,59
Total Geral		392	69,74

Alcance das Ações Não Orçamentárias





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

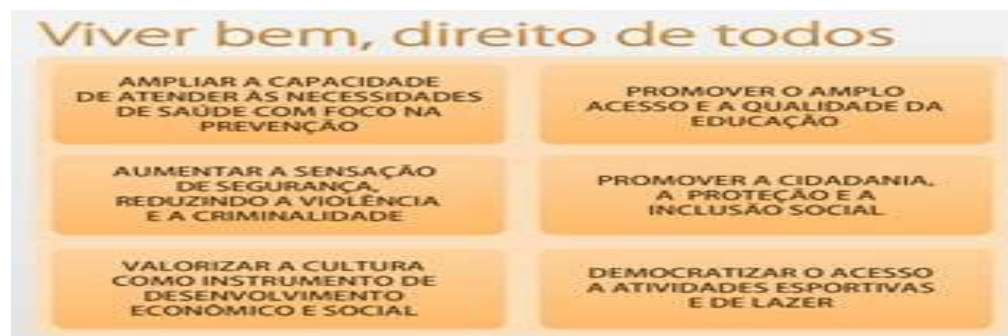
4. Análise dos Programas Temáticos por Diretrizes Estratégicas, Programas e Objetivos Específicos

A seguir, são detalhadas as análises dos Programas Temáticos, objetivos específicos, metas, indicadores e ações não orçamentárias com os resultados alcançados pelas Políticas Públicas no exercício de 2018. As informações apresentadas pelos Órgãos e Entidades do Complexo Administrativo do GDF, buscam estabelecer um comparativo entre o que foi definido à época da elaboração do PPA e os resultados alcançados no exercício de 2018.

Para melhor visualização do ciclo de planejamento, cada Programa Temático está vinculado a uma Diretriz Estratégica definida no Mapa Estratégico do Governo. Em seguida, são apresentados os dados gerais de cada programa: descrição, objetivos específicos vinculados e a execução orçamentária e financeira.

A partir dessas informações, são apresentadas as análises e informações prestadas pelas Unidades Responsáveis pelos Objetivos Específicos, Metas, Indicadores e Ações não orçamentárias.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA: VIVER BEM, DIREITO DE TODOS



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA FINANCEIRA POR DIRETRIZ E PROGRAMA (Valores em Reais)

Diretrizes/Objetivos Estratégicos	Programas Temáticos	Plano Plurianual	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	Emp/ PPA %	Liq/ PPA %
Viver bem, direito de todos								
Ampliar a capacidade de atender às necessidades de saúde com foco na prevenção.	6202 - Brasília Saudável	1.685.793.659,00	1.606.441.227,00	1.603.867.430,93	1.436.346.494,29	1.125.886.056,83	85	67
Promover o amplo acesso e a qualidade da educação.	6221 - Educa Mais Brasília	989.682.482,00	1.011.220.406,00	1.429.988.869,08	1.204.727.149,50	1.091.672.926,49	122	110
Aumentar a sensação de segurança, reduzindo a violência e a criminalidade.	6217 – Segurança Pública com Cidadania	415.242.536,00	1.836.353.466,00	1.864.235.722,60	1.836.632.992,79	1.588.453.164,80	442	383
	6228 - Famílias Fortes	388.101.692,00	291.617.695,00	426.479.981,13	358.128.805,88	331.896.614,31	92	86
Promover a cidadania, a proteção e a inclusão social.	6211 - Direitos Humanos e Cidadania	203.778.930,00	247.084.870,00	344.584.262,80	217.461.972,51	183.282.006,52	107	90
Valorizar a cultura como instrumento de desenvolvimento econômico e social.	6219 -Capital Cultural	148.238.853,00	107.734.208,00	146.114.955,34	132.773.045,89	126.281.455,34	90	85
Democratizar o acesso a atividades esportivas e de lazer.	6206 - Cidade do Esporte e Lazer	128.722.123,00	165.193.440,00	114.221.875,34	88.840.323,04	79.184.998,54	69	62
TOTAL		3.959.560.275,00	5.265.645.312,00	5.929.493.097,22	5.274.910.783,90	4.526.657.222,83	133	114

OBJETIVO ESTRATÉGICO: AMPLIAR A CAPACIDADE DE ATENDER AS NECESSIDADES DE SAÚDE COM FOCO NA PREVENÇÃO

PROGRAMA TÉMATICO: 6202 – BRASÍLIA SAUDÁVEL

OBJETIVO GERAL:

Garantir acesso universal com equidade de todos os segmentos sociais a uma rede de atenção integral à saúde, com ênfase na ampliação da cobertura da atenção primária e da atenção especializada, promoção à saúde, na prevenção de fatores que levam ao adoecimento e na educação em saúde para população.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

O Programa Temático é composto de 09 objetivos específicos, conforme seguem abaixo:

Unidade Responsável/Objetivo Específico

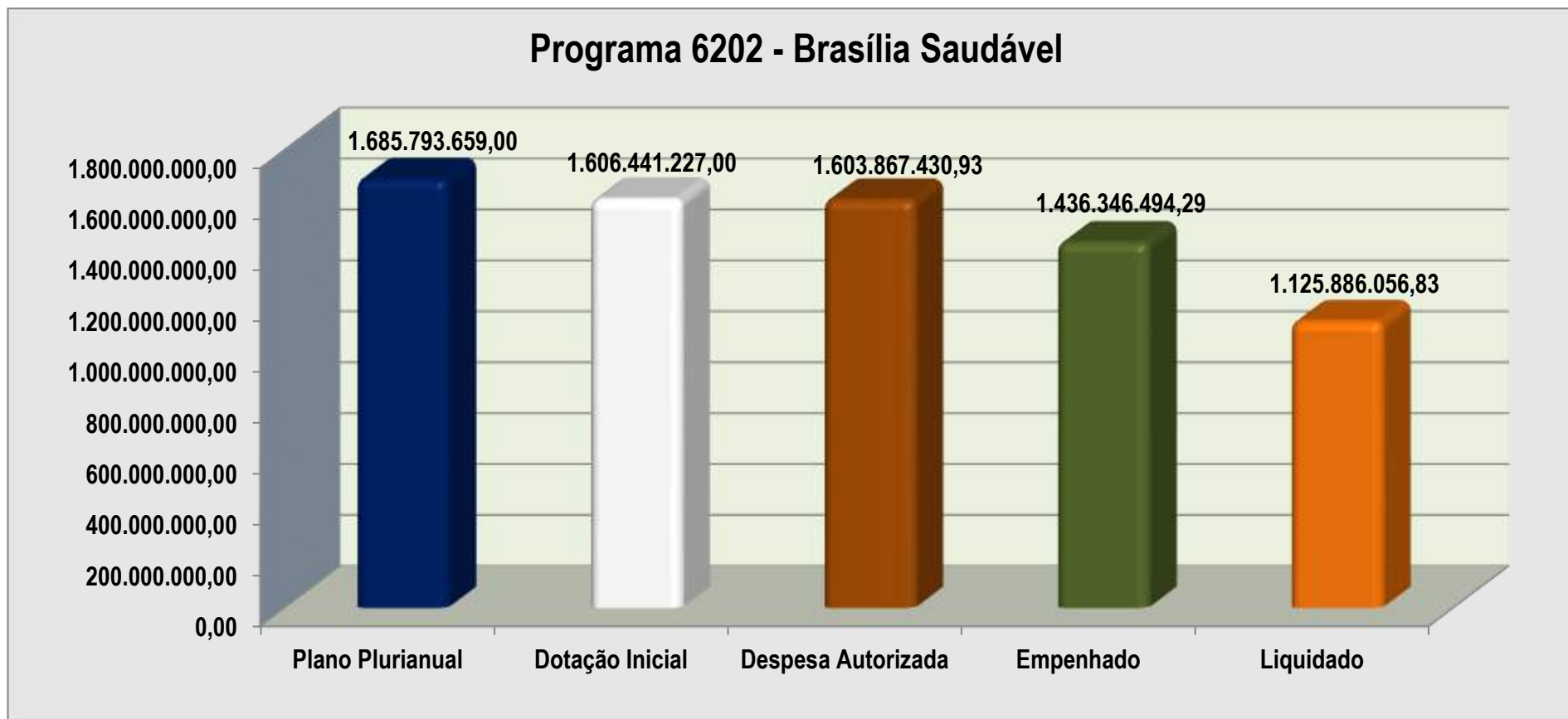
23.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL - SES
001 – ATENÇÃO PRIMÁRIA, PROMOÇÃO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE E PREVENÇÃO AO ADOECIMENTO: Expandir e qualificar a oferta da atenção primária em saúde por meio da Estratégia de Saúde da Família e de políticas públicas transversais para a oferta de ações voltadas dos cidadãos quanto aos fatores responsáveis pela boa saúde, a prevenção de fatores que levam ao adoecimento, para o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação, garantindo a universalidade do acesso aos serviços de saúde e a equidade no atendimento das necessidades da população
002 – ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE: Ampliar o acesso e a qualidade da atenção especializada (média e alta complexidade), por meio da adequação das estruturas físicas, tecnológicas e das ações em saúde que a compõem.
003 – REDES DE ATENÇÃO: Organização, implementação e expansão das Redes de atenção à saúde, orientadas a partir da Atenção Primária à Saúde para ampliação do acesso e da assistência com qualidade.
004 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA: Proporcionar à população do Distrito Federal acesso à assistência farmacêutica de qualidade em todos os níveis de atenção, promovendo o uso racional de medicamentos
005 – VIGILÂNCIA EM SAÚDE: Ampliação e qualificação da Política Pública de Vigilância em Saúde para prevenção, promoção, redução, eliminação dos riscos e agravos à saúde da população.
006 – GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: Aprimorar os processos de planejamento, participação, gestão, qualificação e formação de profissionais de saúde e do controle social no âmbito da SES e promover a descentralização de autonomia administrativa, financeira e responsabilização sobre os serviços prestados nas unidades de saúde com a integração de ações e serviços finalísticos, e compartilhamento com a academia, sociedade e demais atores, de maneira a imprimir qualidade e eficiência crescentes à atenção à saúde no DF
23.203 – FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE - FEPECS
007 – EDUCAÇÃO SUPERIOR EM SAÚDE: Garantir acesso e permanência no ensino superior e na educação profissional, bem como desenvolver ações de educação permanente e continuada, de pesquisa e extensão, com qualidade e socialmente referenciados, preparando profissionais para a atenção, gestão e educação em saúde, em consonância com as estratégias e prioridades do Sistema Único de Saúde (SUS) no Distrito Federal
23.202 – FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA - FHB
008 – Assegurar sangue, seus componentes e exames especializados com qualidade e em quantidade adequada para a população no DF, de acordo com os princípios e diretrizes do SU
23.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL - SES
009 – ATENÇÃO PRIMÁRIA, ATENÇÃO ESPECIALIZADA, PROMOÇÃO E EDUCAÇÃO À SAÚDE DE PESSOAS COM EPILEPSIA: Expandir e qualificar a oferta da atenção primária e da atenção especializada (média e alta complexidade) em saúde para o diagnóstico e tratamento dos pacientes com epilepsia em todos os graus de complexidade, garantindo a universalidade do acesso aos serviços de saúde, bem como a promoção de políticas públicas no sentido de propagar a disseminação de informação a respeito do tema epilepsia. (EP)

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA FINANCEIRA POR PROGRAMA E AÇÃO (Valores em Reais)

AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/PPA	% LIQ/PPA
1141 - REFORMA DO HEMOCENTRO	1.002.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	21.000.000,00	10.104.000,00	4.621.267,66	4.607.667,85	3.784.980,75	22	18
1743 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	60.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	7.500.000,00	3.000.000,00	1.236.687,94	1.128.611,94	523.450,94	15	7
2060 - ATENDIMENTO DE URGÊNCIA PRÉ-HOSPITALAR	13.000.000,00	5.269.152,00	13.023.589,62	5.767.654,80	4.384.989,16	44	34
2083 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO	50.000,00	10.000,00	7.241,78	7.241,78	7.241,78	14	14
2119 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	300.000,00	50.000,00	421,08	421,08	421,08	0	0
2145 - SERVIÇOS ASSISTENCIAIS COMPLEMENTARES EM SAÚDE	155.000.000,00	195.755.692,00	257.241.154,51	235.313.560,09	146.672.301,57	152	95
2175 - FOMENTO À PESQUISA	450.000,00	50.000,00	442.550,00	442.550,00	442.550,00	98	98
2230 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO	2.248.289,00	29.783,00	17.673,17	17.673,17	17.673,17	1	1
2554 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	866.000,00	50.000,00	48.916,29	48.916,29	48.916,29	6	6
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	6.625.000,00	22.060.000,00	14.534.744,34	14.382.365,34	8.278.981,58	217	125
2581 - LOGÍSTICA PARA ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES	3.000.000,00	5.136.000,00	1.344.711,81	1.344.711,81	1.026.698,48	45	34
2585 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA REDE DE ATENÇÃO AO USUÁRIO DE ALCOOL E OUTRAS DROGAS	7.500.000,00	6.000.000,00	2.563.398,30	1.929.435,14	1.061.976,00	26	14
2596 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DO LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA	4.100.000,00	5.578.110,00	3.217.493,57	2.894.790,47	1.485.326,52	71	36
2598 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR	1.400.000,00	1.400.000,00	35.446,61	3.425,61	2.916,87	0	0
2601 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL	2.600.000,00	4.511.645,00	299.533,43	299.533,43	299.533,43	12	12
2602 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	4.700.000,00	2.270.184,00	1.457.645,43	814.209,93	716.961,10	17	15
2605 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICAS	2.900.000,00	2.899.000,00	754.423,00	459.186,00	459.186,00	16	16
2610 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS	4.000.000,00	2.506.000,00	2.256.000,00	1.437.934,76	923.551,41	36	23
2654 - TRATAMENTO E MANEJO DE RESÍDUOS DE SAÚDE	4.667.000,00	3.374.149,00	4.885.924,00	4.468.615,54	3.662.757,24	96	78
2655 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO EM SAÚDE	26.045.142,00	12.625.851,00	12.782.484,08	12.782.484,08	8.432.840,98	49	32
2811 - CAPTAÇÃO DE DOADORES, COLETA E PROCESSAMENTO DE SANGUE	8.455.000,00	7.466.000,00	8.016.564,00	6.333.549,97	6.131.042,00	75	73
2812 - ANÁLISES LABORATORIAIS NAS AMOSTRAS DE SANGUE DE DOADORES	13.509.255,00	8.407.000,00	6.607.000,00	6.015.875,08	5.932.106,19	45	44
02876 - (EP) CAPTAÇÃO DE DOADORES DE TECIDOS, ÓRGÃOS E PARTES DO CORPO HUMANO PARA FINS DE TRANSPLANTE E TRATAMENTO	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2885 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	77.495.148,00	59.899.700,00	82.064.222,04	80.868.977,49	42.661.235,01	104	55
2899 - CONTRATUALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO	173.609.311,00	180.645.287,00	148.197.588,78	142.793.799,70	127.736.562,00	82	74
3009 - CONSTRUÇÃO DE SEDE DE CONSELHO	600.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3012 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA RESÍDUOS DE SAÚDE	1.500.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3025 - REFORMA DE BASES DO SAMU	500.000,00	1.000.000,00	146.126,00	0,00	0,00	0	0
3028 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA	2.500.000,00	50.000,00	15.802.487,00	1.007.030,89	1.007.030,89	40	40
3109 - REFORMA DO NÚCLEO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA	59.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3135 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	36.800.000,00	20.029.600,00	8.231.164,68	4.393.013,07	3.224.156,17	12	9
3136 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	720.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3140 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	28.690.000,00	123.598.888,00	867.322,19	719.117,19	648.942,19	3	2
3141 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	8.000.000,00	5.020.000,00	27.541.426,00	18.288.917,43	18.288.916,84	229	229
3153 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3154 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	400.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0

AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
3155 - REFORMA DE UNIDADE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	3.360.000,00	2.300.000,00	5.073.780,00	4.503.780,00	3.948.587,13	134	118
3165 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL	647.936,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3166 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3173 - CONSTRUÇÃO DAS BASES DO SAMU	1.520.000,00	240.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3222 - REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	17.000.000,00	30.394.841,00	2.864.394,00	0,00	0,00	0	0
3223 - REFORMA DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	35.000.000,00	18.198.058,00	32.882.979,35	6.740.022,26	4.605.327,70	19	13
3224 - REFORMA DE UNIDADES DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL	2.000.000,00	520.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3225 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL	9.500.000,00	580.000,00	1.014.525,90	173.861,57	173.861,57	2	2
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	6.302.330,00	24.687.840,00	13.457.912,00	7.294.254,78	1.309.337,80	116	21
3642 - (EP)CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA UTI NO HOSPITAL REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	650.000,00					0	0
3663 - CONSTRUÇÃO DO POSTO DE SAÚDE DO CURRALINHO EM BRAZLÂNDIA	800.000,00					0	0
3664 - CONSTRUÇÃO DO POSTO DE SAÚDE DO INCRA 08 EM BRAZLÂNDIA	2.300.000,00					0	0
3680 - AMPLIAÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR DE SAÚDE - CRDF	1.557.062,00	10.000,00	2.227.128,00	0,00	0,00	0	0
3689 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE APOIO	10.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	60.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
4054 - ANÁLISES LABORATORIAIS NAS AMOSTRAS DE SANGUE DE PACIENTES	13.509.000,00	9.016.000,00	10.836.000,00	9.172.266,54	9.122.743,77	68	68
4060 - BANCO DE SANGUE DE CORDÃO UMBILICAL E PLACENTÁRIO	1.569.000,00	2.407.000,00	2.007.000,00	952.789,45	928.099,45	61	59
4068 - ALIMENTAÇÃO ESPECIAL E NUTRIÇÃO NA INTEGRALIDADE DO SUS	23.600.000,00	18.548.346,00	16.380.074,64	15.501.665,47	13.408.027,69	66	57
4081 - PROCEDIMENTOS HEMOTERÁPICOS NA HEMORREDE	4.562.000,00	4.439.000,00	4.289.000,00	2.447.976,95	2.207.869,88	54	48
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	1.100.000,00	200.000,00	9.208.232,19	71.744,18	71.744,18	7	7
4091 - APOIO A PROJETOS	20.000,00	5.000,00	4.004.463,00	0,00	0,00	0	0
4133 - ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DE ADOLESCENTES EM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM REGIME FECHADO	936.882,00					0	0
4137 - CONTRATUALIZAÇÃO DOS HOSPITAIS DE ENSINO	14.376.970,00	10.424.198,00	3.728.388,00	2.558.651,97	165.083,55	18	1
4138 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE SERVIÇOS SOCIAIS	200.000,00	825.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
4145 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES INTEGRADAS DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	3.700.000,00	1.400.000,00	249.972,49	114.493,03	99.493,03	3	3
4165 - QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	800.000,00	547.000,00	4.153.793,00	2.167.917,51	1.634.347,51	271	204
4166 - PLANEJAMENTO E GESTÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA	17.000.000,00	11.000.000,00	16.149.999,97	16.149.999,97	16.091.965,00	95	95
4205 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	150.076.525,00	139.303.874,00	143.013.695,06	132.677.460,03	96.603.909,67	88	64
4206 - EXECUÇÃO DE CONTRATOS DE GESTÃO	129.329.540,00	80.515.000,00	128.120.719,33	128.120.719,33	118.774.540,06	99	92
4208 - DESENVOLVIMENTOS DAS AÇÕES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	105.000.000,00	59.355.230,00	21.534.050,00	11.834.458,94	5.975.568,10	11	6
4215 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	2.677.573,00	3.500.000,00	8.168.101,09	7.237.596,79	5.592.040,45	270	209
4216 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS	262.354.894,00	207.338.763,00	243.081.709,21	242.583.450,26	197.439.944,83	92	75
4225 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO ÀS REDES DE SAÚDE	16.000.000,00	31.622.766,00	35.729.311,29	25.122.335,47	19.033.914,38	157	119
4226 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES NAS UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA	9.700.000,00					0	0
4227 - FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO HOSPITALAR	108.606.789,00	120.000.000,00	137.930.929,48	137.930.929,48	119.300.863,89	127	110
6016 - FORNECIMENTO DE APARELHOS DE ÓRTESES E PRÓTESES	24.369.048,00	36.189.638,00	20.451.434,50	19.153.389,26	15.167.752,92	79	62
6049 - ATENÇÃO À SAÚDE BUCAL	3.495.109,00	4.588.135,00	4.061.928,00	1.162.273,60	384.223,34	33	11
6052 - ASSISTÊNCIA VOLTADA À ATENÇÃO DOMICILIAR	24.000.000,00	18.500.000,00	23.975.008,86	23.499.328,91	15.392.882,23	98	64
6055 - ASSISTÊNCIA À SAÚDE NO SISTEMA PRISIONAL	3.903.950,00	98.790,00	0,00	0,00	0,00	0	0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	6.000.000,00	1.900.000,00	2.818.796,69	2.394.961,04	2.381.785,49	40	40
9038 - CONCESSÃO DE BOLSA DOCENTE-COLABORADOR	354.000,00					0	0

AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/PPA	% LIQ/PPA
9060 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA	549.120,00	255.150,00	436.050,00	436.050,00	436.050,00	79	79
9083 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO	54.508.386,00	77.291.557,00	87.713.167,57	87.713.167,57	87.713.167,57	161	161
9108 - CONCESSÃO DE BOLSA MONITORIA	86.400,00	44.000,00	59.680,00	59.680,00	59.680,00	69	69
FUNDO CONSTITUCIONAL DO DF (Saúde)	1.914.289,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	1.683.879.370,00	1.606.441.227,00	1.603.867.430,93	1.436.346.494,29	1.125.886.056,83	85	67
TOTAL GERAL DO PROGRAMA 6202 (ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADES SOCIAL+ FCDF)	1.685.793.659,00	1.606.441.227,00	1.603.867.430,93	1.436.346.494,29	1.125.886.056,83	85	67



OBJETIVO ESPECÍFICO:

001 – ATENÇÃO PRIMARIA, PROMOÇÃO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE E PREVENÇÃO AO ADOECIMENTO: Expandir e qualificar a oferta da atenção primária em saúde por meio da Estratégia de Saúde da Família e de políticas públicas transversais para a oferta de ações voltadas dos cidadãos quanto aos fatores responsáveis pela boa saúde, a prevenção de fatores que levam ao adoecimento, para o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação, garantindo a universalidade do acesso aos serviços de saúde e a equidade no atendimento das necessidades da população.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

23.101 – SECRETARIA DE ESTADO SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL - SES

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	1	1	Aumentar a cobertura populacional estimada pelas equipes de Estratégia Saúde da Família para 75% até 2019 (SES). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 6061, de 29/12/17)	75	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	31,91	36,9	67,8		90,4
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	1	2	Realizar avaliação em 80% dos ingressos no Sistema Prisional até 2019. (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	80	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	89,02	89,4		100,0

Análise Qualitativa

1. Aumentar a cobertura populacional estimada pelas equipes de Estratégia Saúde da Família para 75% até 2019 (SES). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Em relação à referida meta, existiram normatizações que alteraram os cálculos, passando a ser considerado que uma Equipe de Saúde da Família - ESF deverá abranger 3.750 pessoas no Distrito Federal, utilizando-se o limite de 750 pessoas para cada Agente Comunitário de Saúde.

Quanto aos desafios para a implementação e o alcance da meta proposta, durante o ano de 2016, tivemos o aumento da Estrutura Física bem como ampliação das Unidades Básicas de Saúde – UBS para expandir a ESF, contratação de profissionais para consistir mais equipes de Saúde da Família e dessa forma, cadastrar no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, tornando o alcance da meta viável, principalmente no que diz respeito à contratação de Agentes Comunitários de Saúde – ACS e demais profissionais que fazem parte da ESF, como médicos de família e comunidade, enfermeiros e técnicos de enfermagem.

2017

Em janeiro de 2017 o DF contava com 243 equipes de Saúde da Família cadastradas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), número que passou para 293 em dezembro. O Ministério da Saúde através da portaria nº 2.436, de 21 de setembro DE 2017, aprovou a nova Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), estabelecendo a revisão de

diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), porém, o Sistema Nacional de cadastro de estabelecimentos e equipes de saúde (SCNES) até o momento, ainda não admite essa nova organização de serviços e dessa forma com o cálculo de 3.750 pessoas adstritas por equipe, registrou-se um aumento de cobertura populacional de 31,91% (2016) para 36,9% (dez/17). Porém, de acordo com as diretrizes da PNAB, as equipes do DF compostas com 01 médico, 01 enfermeiro e 02 técnicos de enfermagem em atuação no território também são contabilizadas, totalizando 441 equipes com uma cobertura populacional de 55,54% em dez/17.

Em relação ao quantitativo de atendimentos médicos e de enfermagem na ESF, houve aproximadamente 149.000 atendimentos, o que representa cerca de 30% da meta anual de atendimentos (500.000). Durante esse período foram identificadas várias formas de registro dos atendimentos da APS, em diversas plataformas, possibilitando perdas nas informações. Para corrigir essas inconformidades foi deliberado a implantação do eSUS AB em toda APS, e que após a finalização de sua implantação em dez.2017 já apresentava uma variação significativa na quantidade de registros dos atendimentos.

Para o alcance de melhores índices de cobertura da ESF, houve a expansão das equipes com o redimensionamento de pessoal e nomeação de novos servidores, capacitação de profissionais em assistência da família, além das melhorias nas infraestruturas, reformas em duas UBS e construção de novas três, que já estão em fase final, e aquisição de equipamentos e mobiliários para a APS.

2018

Ocorreu o aperfeiçoamento do método de cálculo, considerando para cobertura populacional apenas as equipes completas, com a carga horária mínima exigida pelo Ministério da Saúde, com ou sem agentes Comunitários de Saúde (ACS). Houve, também, a publicação da Nota Técnica esclarecendo o método de cálculo de cobertura para a Estratégia de Saúde da Família do DF.

Analisando a situação inicial em 2016 com a de 2018, verifica um acréscimo de 112,47%, embora a meta de 75% de cobertura em 2019 seja um grande desafio a ser superado considerando a necessidade de mais recursos financeiros para ampliação do quadro de pessoal, das estrutura física e equipamentos

2. Realizar avaliação em 80% dos ingressos no Sistema Prisional até 2019. (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).

2017

A meta a ser alcançada em 2017 era de 50% de avaliação dos ingressos no Sistema Prisional sendo superada com 89,02% dos ingressos avaliados. Na referida avaliação é realizada a imunização dos internos, levantamento das condições de saúde com os devidos atendimentos e identificação dos casos de urgência/emergência para encaminhamento imediato ao serviço de saúde.

A sensibilização dos servidores da SESIPE foi importante para superar a meta quantitativa. O envolvimento entre as equipes de saúde e segurança é fundamental para a realização do acolhimento. A superação da meta quantitativa não exclui a importância da busca pela melhoria na qualidade no acolhimento. Dando continuidade a essas ações propõe-se a realização de triagem e diagnósticos precoce, evitando o agravamento das condições, bem como melhorar a ambiência para a obtenção de resultados qualitativos.

2018

Os resultados alcançados superam a meta proposta, a equipe vem trabalhando para avaliar a qualidade do serviço prestado e quais os dados necessários e disponíveis para este tipo de avaliação, com a finalidade de promover a qualificação das ações nos acolhimentos nas Unidades Prisionais. Ressalta-se que foi elaborada Nota Técnica apontando a necessidade de maior integração e pactuação com a SESIPE/SSP para instituição de espaços adequados para implantar uma equipe mínima na porta de entrada do sistema prisional a fim de produzir resultados qualitativos.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1369	COBERTURA DE ACOMPANHAMENTO DAS CONDICIONALIDADES DE SAÚDE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	%	37,8	31/12/2014	50	33,90	45	37,07	50	40,54	55	SES / UO 23901/ OE 1
1372	PERCENTUAL DA POPULAÇÃO ATENDIDA PELAS EQUIPES DA ATENÇÃO DOMICILIAR (AD)	%	50	31/12/2014	66,6	65,17	70,8	55,49	75	55,04	80	GEAD/SAPS/SES / UO 23901 / OE 1
1373	PERCENTUAL DE INGRESSOS NO SISTEMA PRISIONAL COM PLANO DE CUIDADOS ELABORADO PELA EQUIPE DE SAÚDE	%	20	31/12/2014	30	-	40	89,02	60	96,06	80	SESIPE, DCCP, EABP/ SES / UO 23901 / OE 1
1689	PROPORÇÃO DO SERVIÇO DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS OFERTADAS NA REDE SES-DF	%	58	31/12/2015	58,50	46,40	59	55,75	60	54,91	60,5	SES / UO 23901/ OE 1

Justificativas 2016

Indicador 1369 – Dados jan-dez/2016. Indicador quanto maior melhor. O resultado alcançado representou 67,80% do alcance da meta. Ficando 32,20% abaixo do desejado. Segundo a área técnica, há necessidade de integração com a SEDESTMIDH no planejamento de ações para melhorar a captura dos dados e a atualização do sistema, bem como atualização e recadastramento dos beneficiários por parte da SEDESTMIDH.

Indicador 1372 – Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto maior melhor. Embora tenha atingido 97,85% da meta, ficou 2,15% abaixo da pactuada. A área técnica sugere o aprimoramento da coleta de dados.

Indicador 1373

Indicador 1689 – Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto maior melhor. O indicador de expansão da PIS (Práticas Integrativas de Saúde) para outras unidades de saúde não ocorreu, porém segundo a área técnica estas práticas foram implementadas nas unidades que já possuíam alguma, passando de 48 para 277 serviços, em especial, a shantala como apoio a humanização da Rede Cegonha.

Justificativas 2017

Indicador 1369 - Para cálculo deste indicador é considerado a 2ª vigência. A primeira compreende o período entre 1º de jan. a 30 de junho e a segunda, de 1º de Agosto a 31/12 de cada ano. O indicador permite monitorar as famílias beneficiárias do PBF (família em situação de pobreza e extrema pobreza com dificuldade de acesso e de frequência aos Serviços de Saúde). Do total de 58.432 famílias beneficiárias, 37,07% foram atendidas, 82,37% da meta pactuada.

Indicador 1372 - A variação de 15,31 pontos percentuais em relação a meta estabelecida, representou 78,38% da população atendida pelas equipes da AD. O resultado de 2017 ficou Abaixo do pactuado em 21,62%. Segundo a área técnica a falta de credenciamento de novas equipes de atenção domiciliar tem contribuído com o baixo desempenho. Pontua que é necessário a Adoção da AD como estratégia para mudança do modelo de saúde vigente: hospitalocêntrico, voltado para as cond. agudas e de alto custo.

Indicador 1373 - A variação de 49,02 pontos percentuais representa uma superação de 122,55% em relação a meta pactuada. No entanto, a área técnica esclarece que para este cálculo. Foram restritas a realização de teste rápido de HIV, sífilis, hepatite e vacinação.

Indicador 1689 - A variação de 3,25 pontos percentuais representa um alcance da meta de 94,49%. Segundo a área técnica há necessidade de sensibilizar gestores e servidores quanto os benefícios dessas práticas. Ações que foram empreendidas: capacitação de 81 servidores da SES e voluntários nos 8 cursos oferecidos de automassagem e Reiki, além de encontros. Atualmente 97 unidades básicas de saúde da SES ofertam estas práticas.

Justificativas 2018

Indicador 1369 - Dados de jan-dez. Indicador quanto maior melhor. Resultado parcial, tendo em vista que o sistema do MS fechará os dados em fev/2019. O indicador permite monitorar as famílias beneficiárias do PBF(famílias em situação de pobreza e extrema pobreza de acesso e de frequência aos serviços de saúde).

Indicador 1372 - Dados extraídos-jan-dez. Indicador quanto maior melhor. Resultado parcial em razão da produção do Recanto das Emas está ainda em fechamento.

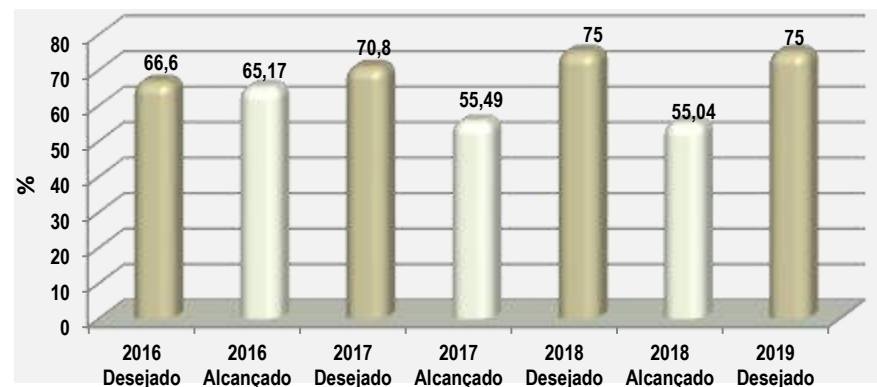
Indicador 1373 - Dados de jan-dez. Indicador quanto maior melhor. Resultado superado em 49,05%. No entanto, há ainda necessidade de qualificar melhor as ações no acolhimento nas unidades prisionais e ter espaços adequados para continuidade do acompanhamento dos ingressos.

Indicador 1689 - Dados de jan-dez. Indicador quanto maior melhor. O indicador alcançou 91,52% da meta preconizada, ficando abaixo 8,48%. As Práticas Integrativas em Saúde (PIS) nas unidades da Rede SESDF em 2018 teve um aumento, decorrente de capacitações, educação permanente e apoio aos facilitadores e gestores na implantação das mesmas. Das sete com as práticas, a Região Central apresenta o melhor desempenho (77,27%),

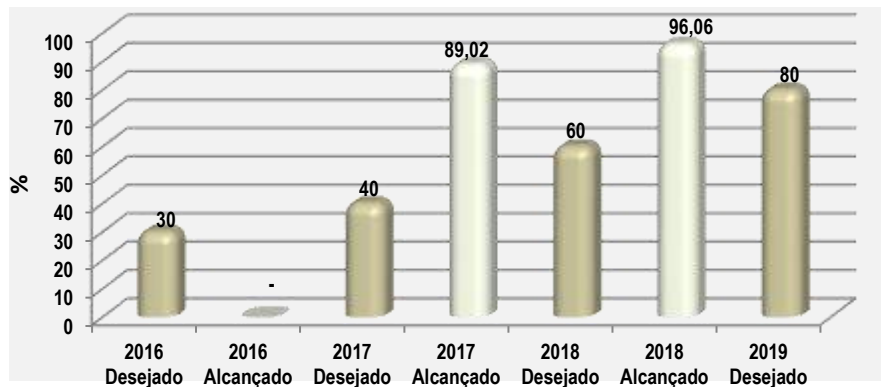
COBERTURA DE ACOMPANHAMENTO DAS CONDICIONALIDADES DE SAÚDE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA



PERCENTUAL DA POPULAÇÃO ATENDIDA PELAS EQUIPES DA ATENÇÃO DOMICILIAR (AD)



PERCENTUAL DE INGRESSOS NO SISTEMA PRISIONAL COM PLANO DE CUIDADOS ELABORADO PELA EQUIPE DE SAÚDE



PROPORÇÃO DO SERVIÇO DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS OFERTADAS NA REDE SES-DF



Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

2016/2018

A política de atenção primária à saúde é desenvolvida por meio de um conjunto de serviços prestados por 170 estabelecimentos públicos de saúde, de acordo com o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES. Em dezembro de 2016, a SES/DF contava com 248 equipes de Estratégia Saúde da Família - ESF, 12 Equipes de Estratégia de Agentes Comunitários - EAC, 88 Equipes de Saúde Bucal - ESB, 5 Núcleos de Apoio à Saúde da Família - ENASF e 2 Equipes de Atenção Básica - EAB, 3 Equipes de Consultório na Rua - eCR e 8 Equipes de Saúde Prisional.

No PPA 2016-2019 a meta para 2016 era de uma cobertura populacional pela estratégia de saúde da família de 40%, no entanto a cobertura alcançada em 2016 foi de 31,91%. A Região de Saúde com a maior cobertura de estratégia de saúde da família é a Região Sul (Gama e Santa Maria), e a Região com menor cobertura é a Região Centro – Norte (Asa Norte, Cruzeiro, Lago Norte, Sudoeste e Octogonal e Varjão), região com uma concentração baixa de população vulnerável.

Para alcance das metas propostas se faz necessário: Aumento da Estrutura Física bem como ampliação das Unidades Básicas de Saúde – UBS para expandir a Estratégia Saúde da Família, contratação de profissionais para consistir mais equipes de Saúde da família e dessa forma, cadastrar no CNES, tornando o alcance da meta viável, principalmente no que diz respeito a contratação de Agentes Comunitários de Saúde – ACS e demais profissionais que fazem parte da ESF, como médicos de família e comunidade, enfermeiros e técnicos de enfermagem.

No exercício de 2016, foram iniciadas as construções de três Unidades Básicas de Saúde, sendo duas unidades localizadas em Ceilândia e uma localizada em Samambaia. A construção da Unidade Básica de Saúde FERCAL iniciada por decisão judicial.

Quanto às reformas, foi concluída a Reforma do Centro de Saúde nº 05 do Lago Sul. Encontram-se paralisadas a Reforma do Centro de Saúde nº 08 do Gama, desde 22/07/2016, e a Reforma do Centro de Saúde nº 11 de Ceilândia desde 04/07/2016. A readequação para reforma de 14 Unidades Básicas de Saúde, e também para reforma da Penitenciária Feminina do Gama – UBS/PFDF serão viabilizadas por meio de uma parceria com a NOVACAP.

No que tange ao componente Ampliação de UBS, conforme PPA e PAS a previsão era de ampliação de 03 UBS no ano de 2016. Encontra-se em elaboração um Termo de Cooperação Técnica entre a SES/DF e a NOVACAP, para execução das obras, a saber: PSU Arapoanga, PSU Areal e PSU Itapoã.

Com o objetivo não só de expandir a Estratégia de Saúde da Família, mas também qualificar a rede de atenção primária já existente, foi lançado em junho de 2016, o PlanificaSUS, uma proposta de reestruturação da atenção primária do DF em parceria com o CONASS - Conselho Nacional dos Secretários de Saúde, pelo Governo de Brasília integrando o Projeto Brasília Saudável. Desde então, a Coordenação da Atenção Primária - COAPS e CONASS vem realizando cronograma de Oficinas na Atenção Primária no DF, além de diversas oficinas e treinamentos.

Em 2016, a SES/DF manteve a adesão ao Programa de Valorização da Atenção Básica - PROVAB e recebeu 09 médicos, sendo distribuídos nas Regionais de Saúde Ceilândia, Gama e Santa Maria, bem como manteve a adesão ao Programa Mais Médicos para o Brasil, do Ministério da Saúde - MS, tendo recebido ao longo do ano 46 médicos do referido Programa, mantendo assim a cobertura em áreas mais vulneráveis do DF e de difícil fixação de profissionais.

Entre as ações da Saúde da Criança, foram coletados 15.132,6 litros de leite humano, contemplando 8.481 receptores. Foram realizadas 125.115 consultas individuais para lactantes e lactentes na rede de banco de leite.

Os indicadores “Proporção de Óbitos Infantis Investigados” e “Taxa de Mortalidade Infantil - TMI” são acompanhados sistematicamente pela área. Dados preliminares indicam que a TMI no ano de 2016 está em torno de 12,4/1.000 nascidos vivos - NV (dados preliminares). Com relação à investigação dos óbitos, dos 423 óbitos notificados, 66% se encontram em investigação. Em tempo, informamos que a conclusão da investigação dos óbitos infantil e fetal relativos ao ano de 2016 findará após transcorridos os primeiros 120 dias do ano de 2017.

O número total de famílias beneficiárias no Programa Bolsa Família - PBF, a serem acompanhadas pelas equipes de saúde, foi de 69.626 na primeira vigência de 2016 (janeiro a julho); o número de famílias totalmente acompanhadas foi em torno de 33.133, perfazendo o percentual de cobertura de 47,58%.

A segunda vigência ainda está em andamento e com término previsto em 20 de janeiro de 2017. O número total de famílias beneficiárias a serem acompanhadas pelas equipes de saúde é de 68.086 (agosto a dezembro); o número de famílias totalmente acompanhadas é da ordem de 16.008, perfazendo o percentual de cobertura anual de 23,51%.

No caso da Sífilis congênita, a meta pactuada de 6,38%, para 2016, para o indicador taxa de casos novos de sífilis congênita, não foi alcançada, pois, entre outros fatores, tivemos reflexo do desabastecimento de medicamento – penicilina - em nível mundial, especialmente no início de 2016. Ainda há a dificuldade no atendimento e tratamento do parceiro da gestante considerando suas necessidades específicas.

Houve o aumento de novos serviços em Prática integrativa em Saúde - PIS, Hatha Yoga, Reiki, Shantala e Tai Chi Chuan, e parcerias com inserções de Práticas Integrativas em saúde na Secretaria de Educação, Secretaria de Segurança Pública e Secretaria de Meio Ambiente do DF, perfazendo um total de 277 serviços em PIS, devido a maior sensibilização. A Acupuntura e Homeopatia realizou 02 novos serviços no HRS e CSB 13 respectivamente.

Um dos principais projetos vinculados a este Objetivo Específico foi a implantação do Converte APS com o objetivo de expandir a Estratégia de Saúde da Família. No Pré - Converte as UBS, tradicionais ofertavam assistência que muitas vezes não se caracterizava como Primária, causando distorção das Redes de Atenção à Saúde e dificuldade de organização do modelo. A atenção era centrada no médico, a atuação limitada, fragmentada e desarticulada da enfermagem, da saúde bucal e da equipe multiprofissional. A estrutura da saúde pública no DF ainda tinha como foco primordial o hospital, com as UBS desconfiguradas, e a atenção ambulatorial especializada (nível secundário) extremamente frágil, distante da APS e sem regulação do acesso.

Deste modo, as Portarias nº 77 e 78 da SES/DF, de 14 de fevereiro de 2017, marcaram o início do processo de mudança do modelo assistencial da Atenção Primária à Saúde (APS) no Distrito Federal. A primeira estabeleceu a Política de Atenção Primária à Saúde do Distrito Federal, fundamentada na Estratégia de Saúde da Família. Já a Portaria nº 78 regulamenta o artigo 51 da Portaria 77, de 2017, que disciplina o processo de conversão da Atenção Primária à Saúde do Distrito Federal ao modelo de Estratégia Saúde da Família e estabelece normas e prazos a serem cumpridos neste processo.

Dos 168 médicos especialistas focais da Atenção Primária que efetivaram adesão ao processo de conversão, 135 foram incluídos em equipes de transição e submetidos ao processo de capacitação teórico-prática de 222 horas-aula pela EAPSUS/FEPECS, juntamente com 135 enfermeiros e 270 técnicos de enfermagem.

Mais 72 enfermeiros e 144 técnicos de enfermagem que também aderiram ao processo de conversão formaram 72 equipes de enfermagem (1 enfermeiro e 2 técnicos de enfermagem por equipe) para que fossem completadas com novos médicos da família e comunidade nomeados na SESDF.

A prova de avaliação de conhecimentos específicos, objetivando a avaliação dos profissionais que fizeram parte do programa de capacitação, foi realizada em novembro de 2017. No total 135 médicos realizaram a prova, e destes 121 foram aprovados.

Além disso, todos os 305 médicos da família e comunidade aprovados no concurso da SES/DF de 2014) foram nomeados até o final de 2017. Destes, 172 entraram em exercício e foram lotados nas áreas de maior vulnerabilidade e a ampliação da cobertura conforme o plano das Regiões de Saúde. Até o final de janeiro de 2018, mais 60 médicos poderão tomar posse no cargo pois ainda estarão no prazo.

Considerando essas ações e a partir da mudança do modelo assistencial na APS, houve a reorganização das equipes assistenciais buscando a formação de novas equipes de saúde da família. A meta anual para cobertura populacional pela ESF em 2017 é de 50%.

Em janeiro de 2017 haviam 243 equipes de saúde da família no DF cadastradas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES). Em novembro de 2017, última competência disponível no SCNES até a presente data, o DF contava com 293 equipes cadastradas. Utilizando os parâmetros do DF, com média de 3.750 pessoas adscritas por equipe, esses dados refletem um aumento de cobertura populacional de 31,91% para 36,9%. Para atingir a meta faltam 104 equipes a serem incluídas no sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES). Considerando as equipes não consistidas (total 441 ESF) atuantes, a cobertura passa para 55,54%.

A composição mínima exigida para cadastramento no SCNES de uma equipe de saúde da família é: um médico, um enfermeiro, um técnico ou auxiliar de enfermagem e um agente comunitário de saúde, todos com 40 horas semanais. Não foi possível aumento do quadro de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) na SES/DF pelo impedimento de novas contratações destes profissionais diante das questões jurídicas que precisaram ser esclarecidas. Sendo assim, além das equipes cadastradas existem ainda 104 equipes atuando no modelo de Estratégia Saúde da Família com toda a composição exigida, excetuando-se o ACS, o que reflete cobertura de mais 13% da população. Com isso, a cobertura total por ESF alcança 49,9%.

A mudança de especialidade na SES/DF de médicos especialistas focais em processo de transição pelo “Projeto Converte APS” para Medicina da Família e Comunidade deverá refletir em maior aumento até o final de janeiro de 2018. Diante do número de médicos aprovados no processo de avaliação estimamos que poderá ser alcançado aumento da cobertura populacional de até 15,2% com esses profissionais nas equipes, caso todos optem pela mudança.

Com a Política de Atenção Primária à Saúde do Distrito Federal, o parâmetro aplicado para atenção à saúde bucal é de 1 equipe de saúde bucal para cada 2 equipes de saúde da família. Ou seja, 1 equipe de saúde bucal é responsável em média por 7.500 pessoas adscritas. Em janeiro de 2017, o DF contava com 94 equipes cadastradas no SCNES, o que refletiria 23,6% de cobertura por saúde bucal. Em novembro de 2017, até a presente data, última competência disponível no SCNES, o DF contava com 110 equipes de saúde bucal cadastradas, com cobertura estimada de 25,4%. Com a nomeação de novos profissionais e reorganização das equipes, deve-se alcançar a expansão com novas equipes vinculadas as equipes de saúde da família, podendo alcançar em 2018 até 65% de cobertura por saúde bucal, utilizando os parâmetros de cobertura no DF.

Fortalecendo ainda mais a Política de Atenção Primária no Distrito Federal, além da reorganização das equipes de Saúde da Família e Saúde Bucal, houve aumento significativo do número de vagas nos programas de residência em Medicina de Família e Comunidade no DF, passando de oito vagas em 2013 para 60 em 2017, somente na ESCS. Isso gera uma expectativa de maior número de profissionais especialistas em disponibilidade no DF e no Brasil.

Outro ponto a destacar é a busca do “padrão ouro” para composição médica de equipes de saúde da família com especialistas em Medicina de Família e Comunidade. Houve então a alteração dos requisitos para investidura no cargo Médico, especialidade Médico da Família e Comunidade na SESDF, mediante alteração da Portaria Conjunta SGA/SES nº 08, de 18 de julho de 2006, com a publicação da Portaria Conjunta SEPLAG/SES nº 74, de 14 de dezembro de 2017, com inclusão do certificado de residência médica em Medicina de Família e Comunidade reconhecido pela Comissão Nacional de Residência Médica ou título de especialista em Medicina de Família e Comunidade reconhecido pela Associação Médica Brasileira (AMB). Destaca-se ainda a criação da especialidade de Enfermeiro de Família e Comunidade na mesma Portaria.

Nota-se então a importância de fortalecer a qualidade da atenção primária, por meio da contratação de especialistas em MFC, que contribuirão, inclusive, para apoiar com seu conhecimento as equipes formadas por profissionais do Projeto Converte-APS e fortalecer os cenários dos programas de residência médica no DF.

A perspectiva para o próximo ano, já no 1º semestre de 2018, é de se alcançar a cobertura por ESF na Região Norte de 96,7%, na Região Sul de 79,9%, na Região Leste de 75,4%, na Região Sudoeste de 68,3%, na Região Oeste de 65,9%, na Região Centro Sul de 61,1% e na Região Centro Norte de 41%. Isso reflete um potencial de aumento de 89,2% em todo o DF em relação à cobertura por ESF atual, sendo mais expressivo na Região Centro Norte com 31,00% de aumento e menos expressivo na Região Leste com aumento de 30,6%.

A partir da publicação da nova Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) pelo Ministério da Saúde, em setembro de 2017, devem ser reavaliados os parâmetros utilizados para fórmula de cálculo para a cobertura populacional por Estratégia Saúde da Família/APS, o que deve impactar nos dados de cobertura populacional em 2018.

Arestruturação do modelo assistencial do SUS/DF que fundamentou a Atenção Primária à Saúde (APS) como principal porta de entrada para a Rede de Atenção à Saúde, fundamentada na Estratégia Saúde da Família (ESF), reorganizada a partir da publicação das portarias SES/DF nº 77 e 78, em fevereiro de 2017, houve o processo de conversão a partir do Projeto CONVERTE APS e a expansão do número de equipes de Saúde da Família (eSF).

O processo de mudança de especialidade na SES/DF: médicos especialistas focais no “Projeto Converte APS” para com mudança de especialidade na SES para medicina de família e comunidade, concluído em fevereiro/2018 após capacitação, avaliação e aprovação de 110 médicos que passaram a atuar na SES como Médicos de Família e Comunidade.

A partir dessas ações houve uma alteração importante no número de eSF e conseqüentemente no indicador de cobertura alcançando 89,4. Importante salientar que o número de equipes é contabilizado no DF conforme Nota Técnica nº 8 2018 COAPS - Definição do método de cálculo do indicador cobertura populacional estimada pelas equipes de Saúde da Família no Distrito Federal - SEI_GDF - 00060-00546766/2018-50. A manutenção da completude das equipes, apesar do provimento de profissionais, é um grande desafio devido a afastamentos de servidores por licenças médicas, gestação e outros afastamentos legais, causando déficit nas equipes.

Uma das propostas para a qualificação das equipes eSF é o PlanificaSUS, um projeto de Planificação da Atenção à Saúde do DF, com o apoio técnico do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (CONASS). Sendo a APS a prioridade no Programa Brasília Saudável, a planificação se inseriu como meio de organizar a APS como a ordenadora das Redes de Atenção à Saúde (RAS) na medida em que integra à Atenção Secundária na construção de Linhas de Cuidado. A fundamentação metodológica da Planificação baseia-se no Modelo de Atenção às Condições Crônicas (MACC). Iniciado em 2016 no DF, foram definidas as linhas de cuidado de hipertensão arterial e diabetes mellitus como prioritárias tendo como modelo piloto as UBS nº 1 e 2 do Itapoã e a atenção secundária da região Leste.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

002 – ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE: Ampliar o acesso e a qualidade da atenção especializada (média e alta complexidade), por meio da adequação das estruturas físicas, tecnológicas e das ações em saúde que a compõem.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

23.101 – SECRETARIA DE ESTADO SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	2	1	Adequar a taxa de ocupação de leitos hospitalares do DF para 80% dos leitos de internação, seguindo os parâmetros do MS nos próximos quatro anos (SES);	80	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	74,7	75	76,2		95,3
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	2	2	Implementar centrais de laudos integradas e digitalizadas para cada uma das especialidades: Radiologia e Patologia Clínica até 2019. (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	2	3	Implantar em 100% das Unidades de Saúde de Média e Alta Complexidade da Rede SES/DF, no mínimo, 03 protocolos de segurança do paciente ("Higienização das Mãos", "Identificação dos Pacientes" e "Cirurgia Segura"), conforme recomendação da Organização Mundial de Saúde – OMS, Programa Nacional de Segurança do Paciente (Portaria GM/MS nº 529/2013) e RDC 36/2013 da ANVISA; (SES)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	60	60	X	X	X
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	2	4	Aumentar a oferta de serviços à regulação em 30% para redução das filas de espera. (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	30	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	X	X	X	X
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	2	5	Implantar as técnicas de imunohistoquímica em 03 núcleos de Anatomia Patológica e Citopatologia nos Hospitais de Taguatinga, Ceilândia e Sobradinho. (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016, e excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	3	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	2	6	Implantar, em 100% das Unidades de Saúde de Média e Alta Complexidade da Rede SES/DF, o protocolo de segurança do paciente "Higienização das mãos" até 2019 (SES) (Item incluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	X	X	82,6		82,6
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	2	7	Implantar, em 70% das Unidades de Saúde de Média e Alta Complexidade da Rede SES/DF, o protocolo de segurança do paciente "Identificação dos pacientes" até 2019 (SES) (Item incluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	70	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	X	X	65,2		93,1
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	2	8	Implantar o Protocolo de Cirurgia Segura em 67% dos centros cirúrgicos (SES) (Item incluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	67	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	X	X	46,1		38,8

Análise Qualitativa

1. Adequar a taxa de ocupação de leitos hospitalares do DF para 80% dos leitos de internação, seguindo os parâmetros do MS nos próximos quatro anos (SES);

2016

No alcance de 74,7% como taxa de ocupação de leitos hospitalares no DF, destacamos que para atingir este índice a gestão de leitos tem trabalhado na rotatividade de internação nos leitos de Clínica Médica, Clínica Cirúrgica, box, PS Clínica Médica e Cirúrgica, Maternidade e Ginecologia, procurando sempre atingir grande capacidade de ocupação dos leitos disponíveis na Rede SES/DF. A Gestão de Leitos tem realizado diariamente a evolução dos pacientes internados em CM e CG; visitas constantes aos Pronto Socorros, verificando suas ocupações e conversando com as equipes assistências sobre as necessidades dos pacientes; constante busca pela alta hospitalar de pacientes que possam ser acompanhados em atenção domiciliar; conhecer pacientes que estão sob pendências sociais que impossibilitam desocupação de leitos; constantes acompanhamento de leitos bloqueados com objetivo de desbloqueá-los. Salientamos algumas dificuldades encontradas para atingir o referido percentual, como déficit de recursos humanos; demora nos pareceres em unidades que não detém profissionais da especialidade necessária, atrasando altas; falta de insumos para realização de exames; falta de manutenção de equipamentos, entre outros.

2017

A taxa de ocupação de leitos hospitalares no DF em 2017 foi de 75%. Destacamos que, após a contratualização das Regiões de Saúde, foi ratificado o compromisso de mensuração e gerenciamento da gestão de leitos para a eficiência da rotatividade de internação, otimização do tempo de permanência no leito e ampliação do acesso da população. Ressaltamos como fatores de persistência da dificuldade de atingir o referido percentual 80% o atraso (em decorrência de vários ajustes) na disponibilização do Sistema de regulação de leitos clínicos e cirúrgicos (SISLEITOS) às unidades de internação, a restrição de leitos por déficit de recursos humanos, a deficiência no acesso à medicina de apoio diagnóstico (exames e pareceres de especialidades), a deficiência no abastecimento de insumos para realização de exames e OPMES, a deficiência na manutenção de equipamentos, entre outros.

2018

Foram usados 3 métodos de informação para a avaliação, regulação e controle: - Kanban - Censo diário - Indicadores de gestão.

O censo diário é realizado, diariamente, às 10:00 horas e às 16:00 horas e avalia a demanda de leitos x oferta de leitos (PS e Internação), sendo encaminhado para o Coordenador Técnico da Gestão de Leitos.

Realizada a padronização dos processos organizacionais de gestão de leitos com a instituição e implantação do NIR (Núcleo Interno de Regulação), já preconizado pelo Ministério da Saúde, nas diversas regionais da rede, proporcionando ao paciente uma assistência por uma equipe multidisciplinar trazendo diversos benefícios tanto para a rede quanto para o paciente, tais como: redução no tempo de internação hospitalar, maior eficiência no serviço prestado, e uma melhor distribuição das internações.

Ao final do ano de 2018, por meio do trabalho ininterrupto das AGL dos 13 Hospitais da rede da SES/DF, houve a redução geral da Taxa de Ocupação nas Emergências entre todos os 13 Hospitais no ano de 2018, que foi de 40,80%, e a redução do Tempo Médio de Permanência em 60%. Houve a redução na taxa de ocupação nas emergências e na média de permanência, impactando nos leitos de internação.

2. Implementar centrais de laudos integradas e digitalizadas para cada uma das especialidades: Radiologia e Patologia Clínica até 2019. (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)

2016

A central de Laudos de Radiologia está com projeto lógico pronto na Gerência. Porém, aguarda o projeto de instalação física, sob responsabilidade da SINFRA. A etapa de digitalização da radiologia nas unidades está 100% implementada.

A central de Laudos de Patologia Clínica foi reduzida para projeto piloto na Superintendência Centro Sul, ainda em discussão com a SAIS sobre a viabilidade de execução.

3. Implantar em 100% das Unidades de Saúde de Média e Alta Complexidade da Rede SES/DF, no mínimo, 03 protocolos de segurança do paciente (“Higienização das Mãos”, “Identificação dos Pacientes” e “Cirurgia Segura”), conforme recomendação da Organização Mundial de Saúde – OMS, Programa Nacional de Segurança do Paciente (Portaria GM/MS nº 529/2013) e RDC 36/2013 da ANVISA; (SES);

2016

Dos 15 hospitais da rede SES/DF, 60% detêm os 03 protocolos sugeridos implantados; 7,5% estão com 02 protocolos sugeridos implantados e 6,67% estão com 01 protocolo sugerido implantado.

2017

O ano de 2017 encerrou com a manutenção do percentual de implantação em 60%. Com intuito de ampliar o índice de implantação, teve início a criação do Plano Distrital em Segurança do Paciente e confecção de protocolos únicos para todas as Unidades de Saúde da Rede SES, por meio de Oficinas iniciadas em novembro junto aos Núcleos de Segurança do Paciente-NSP e Gerências de Risco em Serviços de Saúde-GRSS. O objetivo é padronizar as ações, baseadas nas metas internacionais de segurança.

2018

Foram implantados os Protocolos de “Higienização das Mãos”, “Identificação dos Pacientes” e “Cirurgia Segura” nas Unidades de saúde de média e alta complexidade atendendo à meta pactuada. Reiteramos que o Protocolo de Cirurgia Segura foi implantado nas unidades que possuem Centros Cirúrgicos

4. Aumentar a oferta de serviços à regulação em 30% para redução das filas de espera. (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Não atualizado pela SES-DF

5. Implantar as técnicas de imunohistoquímica em 03 núcleos de Anatomia Patológica e Citopatologia nos Hospitais de Taguatinga, Ceilândia e Sobradinho. (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016, e excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).

2016

O projeto de implantação para estas Unidades estava em sobrestado devido à falta de dotação orçamentária. A atual gestão retomou o projeto e está em andamento. Estima-se que a unidade do HRT seja implementada em 2017.

6. Implantar, em 100% das Unidades de Saúde de Média e Alta Complexidade da Rede SES/DF, o protocolo de segurança do paciente “Higienização das mãos” até 2019 (SES) (Item incluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)

2018

Das 23 unidades analisadas, 16 são Hospitais, 6 são UPAs e a Casa de Parto São Sebastião. O Protocolo de Higienização das Mãos está implantado em todas Unidades Hospitalares. Quanto as UPAs, apenas as unidades de Sobradinho e Samambaia possuem o protocolo implantado. Ressalta-se que a equipe técnica continua o trabalho sensibilização de todos os gestores e profissionais de todas as unidades de média e alta complexidade da rede ter o protocolo de Higienização das Mãos como um processo de segurança do paciente.

7. Implantar, em 70% das Unidades de Saúde de Média e Alta Complexidade da Rede SES/DF, o protocolo de segurança do paciente “Identificação dos pacientes” até 2019 (SES) (Item incluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)

2018

Das 23 unidades analisadas, 16 são Hospitais, 6 são UPAs e a Casa de Parto São Sebastião. A meta parcial pactuada foi alcançada com a implantação do protocolo em mais 3 unidades hospitalares (HRS, HRC e HRT). Ressalta-se que a equipe técnica continua o trabalho sensibilização de todos os gestores e profissionais de todas as unidades de média e alta complexidade da rede ter o protocolo de Identificação dos Pacientes como um processo de segurança.

8. Implantar o Protocolo de Cirurgia Segura em 67% dos centros cirúrgicos (SES) (Item incluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019) 2018

Informações fornecidas pelos Núcleos de Qualidade e Segurança do paciente de cada SES-DF, por meio de processo SEI e dados retirados do SIH, fornecidos pela Gerência de Processamento de Procedimentos Ambulatoriais e Hospitalares - GEPI. Alguns dados podem não ter sido coletados o que pode justificar o baixo desempenho. Ressalta-se que os hospitais HAB e HSVP e HRGu e Hospital Regional do Guará (Região Centro-Sul) não possuem unidades cirúrgicas, portanto não se aplica essa avaliação.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançados	2017 Desejado	2017 Alcançados	Desejado 2018	2018 Alcançados	Desejado 2018	Fonte Informação
1375	TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI PEDIÁTRICA	DIA	11,9	30/04/2015	11,9	29,70	11,9	16,00	11,9	10,57	11,9	SIS/SES / UO 23901 / OE2
1548	TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI GERAL	DIA	20	30/04/2015	14	18,59	12	22	8	22,07	6	SES/DF / UO 23901 / OE 2
1549	TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI PÓS - CIRÚRGICA	DIA	7	30/04/2015	6	7,97	5	6,05	4	4,30	3	SES/DF / UO 23901 / OE 2
1550	TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI NEUROTRAUMA	DIA	15	30/04/2015	12	14,44	10	14,87	8	12	6	SES/DF / UO 23901 / OE 2
1551	TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI CARDIO	DIA	10	30/04/2015	8	10,35	6	13,14	4	10,30	3	SES/DF / UO 23901 / OE 2
1552	TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI MATERNA	DIA	10	30/04/2015	8	6,17	6	4,71	4	4,41	3	SES/DF / UO 23901 / OE 2
1553	MÉDIA DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE OBSERVAÇÃO DO PRONTO SOCORRO	DIA	5	31/12/2014	5	5,21	4	-	3	8	1	SES/DF / UO 23901 / OE 2

Justificativas 2016

Indicador 1375 – Dados de jan-dez/2016. Segundo a área o resultado reflete que a longa permanência está diretamente ligada a ausência de leitos de cuidados prolongados e de internação domiciliar de alta complexidade.

Indicador 1547 – Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto menor melhor. A variação em 2,14 dias entre o desejado e alcançado representa 8,77% de redução de tempo de permanência. Isto demanda uma análise mais detalhada da área técnica para indicar os motivos das altas que reduziram o tempo permanência (óbito, cura ou transferência).

Indicador 1548 – Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto menor melhor. O tempo de permanência em leitos de UTI Geral carece de uma análise detalhada por parte da área técnica para apontar os motivos, visto que a variação de 4,59 dias significa um aumento de 32,77% de permanência no leito.

Indicador 1549 – Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto menor melhor. A variação de 1,97 dias representa 32,83% de aumento no tempo de permanência que pode estar associada a diversos motivos, devendo a área técnica detalhá-los.

Indicador 1550 – Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto menor melhor. A variação de 2,44 dias. Cabe esclarecer que o único hospital especializado existente no DF, é o HBDF, que atende toda a população de forma geral, independente de depender do SUS ou ter plano privado. Todos são atendidos no HBDF.

Indicador 1551 – Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto menor melhor. A variação de 2,35 dias representa 29,38% de aumento no tempo de permanência na UTI que segundo a área técnica demanda leitos com capacidade de hemodiálise.

Indicador 1552 – Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto menor melhor. A variação em 1,83 dias entre o desejado e alcançado representa 22,88 de redução de tempo de permanência. Isto demanda uma análise mais detalhada da área técnica para indicar os motivos das altas que reduziram o tempo permanência (óbito, cura ou transferência).

Indicador 1553 – Dados de jan-dez/2017. Indicador quanto menor melhor. A variação em 0,21 dias entre o desejado e alcançado representa 4,20% de aumento do tempo de permanência. Isto demanda uma análise mais detalhada da área técnica para indicar os motivos das altas que reduziram o tempo permanência (óbito, cura ou transferência).

Justificativas 2017

Indicador 1375 - O indicador é decrescente, quanto menor melhor. A variação de 4,10 pontos percentuais representa um aumento do tempo de permanência em leitos de UTI de 34,46%. Segundo a área técnica há necessidade de mais ações preventivas promovidas pela Rede Cegonha, bem como o melhor funcionamento dos Comitês de Investigação e Prevenção de Óbitos e gestores envolvidos nas ações preventivas.

Indicador 1547 - Este dado refere-se a um único hospital da Rede SES-DF (HRSM - jan-dez/2017) que atende alto risco. Segundo a área técnica os demais hospitais não enviaram dados para cálculo do indicador, o que inviabiliza a análise.

Indicador 1548 - O indicador é decrescente, quanto menor melhor. A variação de 10 pontos percentuais, representa um aumento no tempo de permanência do paciente. Segundo a área técnica, embora não se tenha alcançado a meta, a ação dos médicos rotineiros tem melhorado este tempo, pois o indicador reflete a gravidade que o paciente chega na unidade. Está relacionado ao tempo de espera na fila da CRIH e a demora do paciente sair da unidade após a alta, leitos de retaguarda

Indicador 1549 - O indicador é decrescente, quanto menor melhor. A variação de 1,05 pontos percentuais indica um aumento no tempo de permanência. Ao comparar com o ano anterior houve redução de 24,09%. Embora não se tenha alcançado a meta pretendida, a área técnica afirma que as ações do trabalho dos médicos rotineiros têm melhorado o desempenho deste indicador.

Indicador 1550 - Indicador decrescente, quanto menor melhor. A variação de 4,87 pontos percentuais indica um aumento no tempo de permanência. Segundo a área técnica o tempo poderia ser menor se o tempo por internação domiciliar e de leitos especializados de reabilitação fossem mais rápido. Há necessidade de suporte multidisciplinar e leitos de retaguarda para receber egressos sequelados.

Indicador 1551 - O indicador é decrescente, quanto menor melhor. A variação de 7,14, representa um aumento de 119% no tempo de permanência. Segundo a área técnica há necessidade de reativar a cirurgia cardíaca como forma de melhorar os resultados.

Indicador 1552 - O indicador é decrescente, quanto menor melhor. A variação de 1,29 pontos percentuais, indica um resultado positivo. Houve redução 21,50% no tempo de Permanência.

Indicador 1553 - Segundo a área técnica não foi possível coletar dados para cálculo do indicador no ano de 2017 em virtude da não implantação do SISLEITO, previsão para início de 2018.

Justificativas 2018

Indicador 1375 - Dados de jan-dez. Indicador quanto menor melhor. O indicador superou a meta em 11,18%. O IHBDF e HMIB mantiveram sua média de permanência. O HRSM teve sua UTI pediátrica assumida pela SES-DF em nov/2018. A UTI é de perfil de pacientes de longa permanência.

Indicador 1548 - Dados de jan-dez. Indicador quanto menor melhor. O indicador muito crítico. Presente perfil de pacientes com maior perfil de gravidade, o que eleva o prolongamento no tempo de alta, além de dificuldades relacionadas a transporte e vaga para egressos. Houve um resultado negativo de 175,88% a mais do esperado. A gestão de leitos está com programação de planos de ação para cada unidade hospitalar com pacientes com maior perfil de gravidade.

Indicador 1549 - Dados de jan-dez. Indicador quanto menor melhor. Está em alerta, apesar de ter tido melhora do indicador atribuída a transformação do HBDF em Instituto, o que permitiu a regularização dos processos que impactam no tempo de permanência em leitos próprios da SES-DF (falta de insumos, leitos de retaguarda e transporte). Houve um aumento indesejável de 7,50% de permanência. Ação programada de treinamento na Rede.

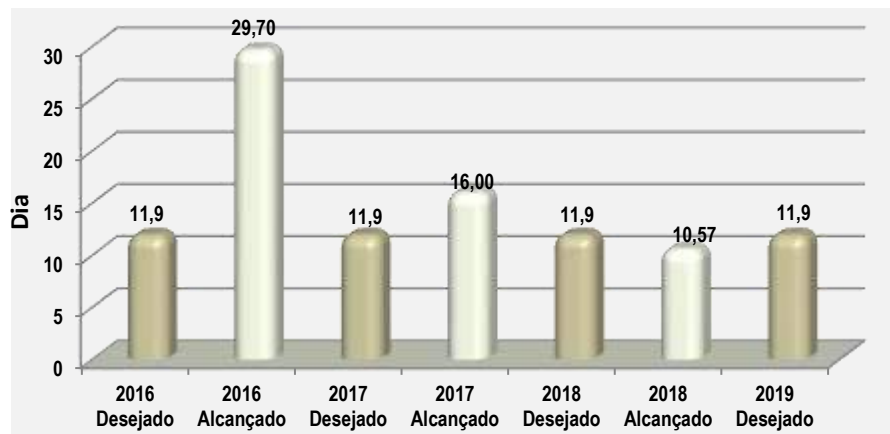
Indicador 1550 Dados de jan-dez. Indicador quanto menor melhor. O resultado abaixo da meta de 50% até abril/2018. Trata-se de perfil de pacientes com maior gravidade que exige maior tempo de internação. Indicador pactuado somente com o HBDF, transformado em Instituto. Em elaboração plano de ação para adequar as mudanças do Instituto. Problemas que afetam a Rede: falta de insumos, carência de leitos de retaguarda e transporte inter-hospitalar deficitário no pós-alta.

Indicador 1551 Dados de jan-dez. Indicador quanto menor melhor. O TMP sofre influência direta da indisponibilidade de suporte hemodinâmico e cardiocirúrgico. Parte da recuperação pode ser reflexo da transformação em Instituto, com auto-gestão. Resultado abaixo da meta pactuada em 57,50%. Nova pactuação será realizada em razão deste indicador ser na rede da HBDF, transformado em Instituto.

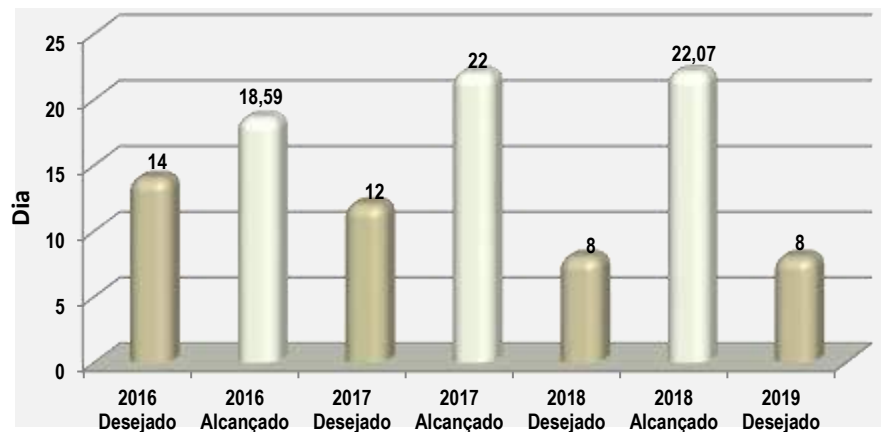
Indicador 1552 Dados de jan-dez. Indicador quanto menor melhor. Indicador abaixo da meta pactuado em 10,25%. Este sofre influência da falta na Rede de insumos essenciais ao atendimento de acidentados críticos, carência de leitos de retaguarda e de transporte sanitário resolutivo, que viabiliza a alta hospitalar em tempo hábil. UTI recebendo pacientes de hemodiálise, o que aumenta o TMP (para este perfil estima-se TMP de 5 dias, portanto a UTI aproxima-se da meta).

Indicador 1553 Dados de jan-dez. Indicador quanto menor melhor. Resultado abaixo da meta pactuado 310%, devido a espera para realização de exames e cirurgias, falta de médicos para atendimento, gerando aumento no tempo de espera nas emergências. A elevada taxa de ocupação também influencia indiretamente. Leva-se em consideração também problemas no sistema de acompanhamento (SISLEITOS), o que tem gerado recebimento incompleto de dados.

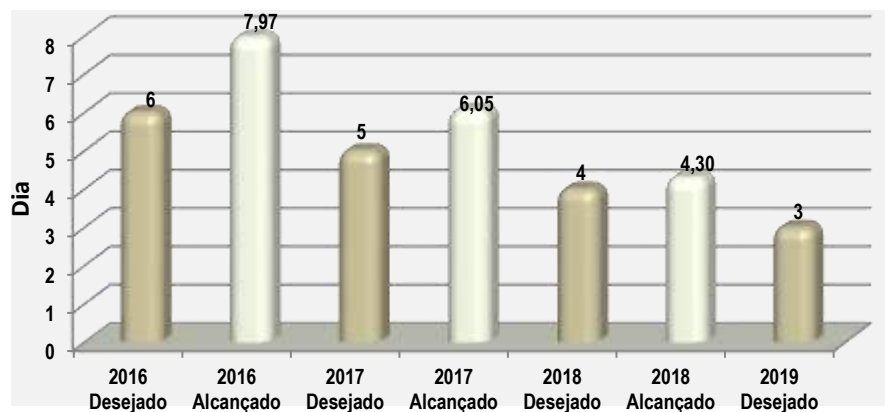
TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI PEDIÁTRICA



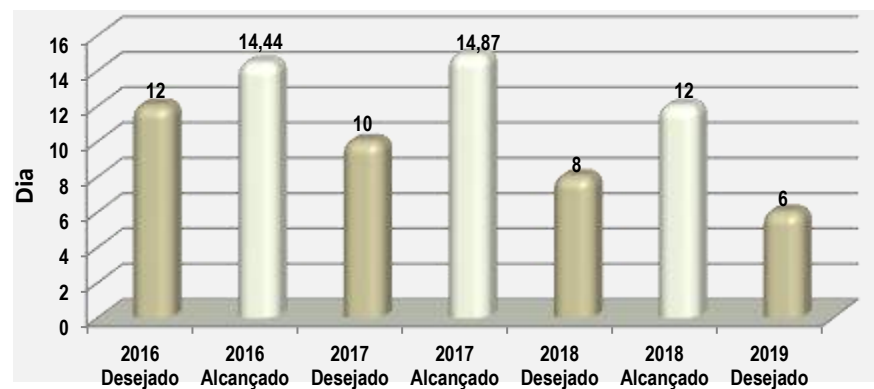
TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI GERAL



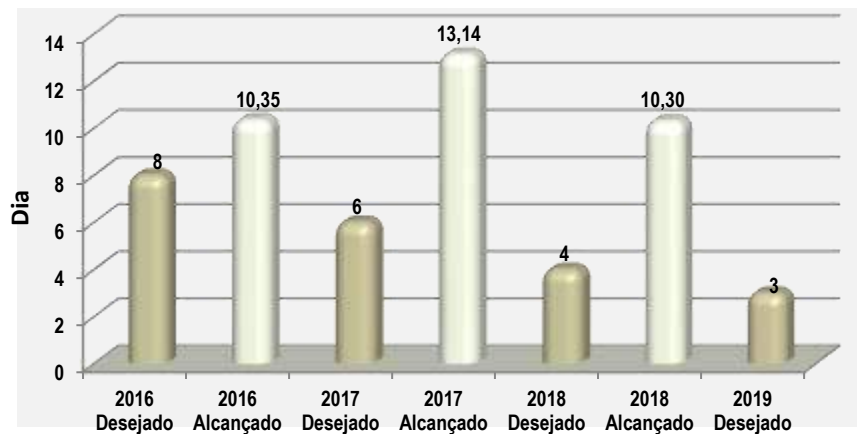
TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI PÓS - CIRÚRGICA



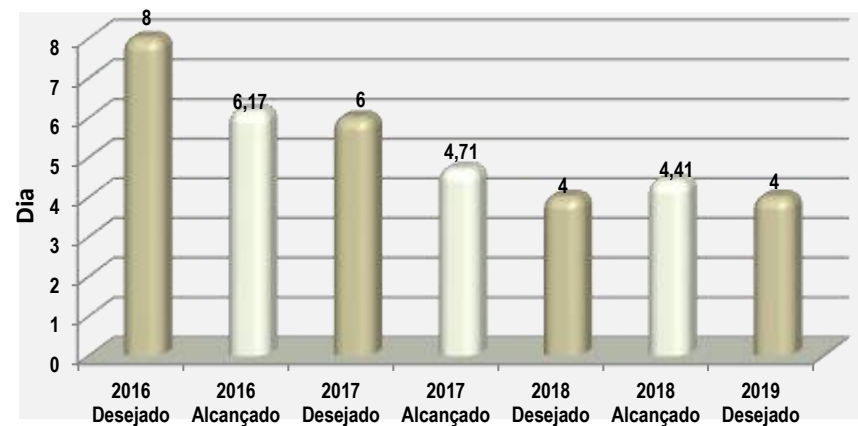
TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI NEUROTRAUMA



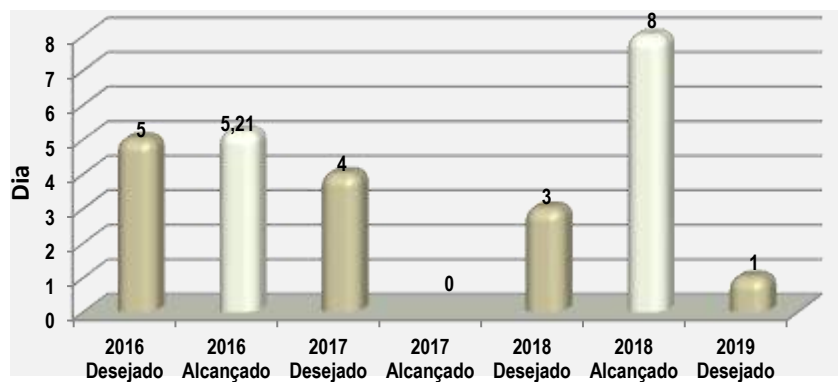
TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI CARDIO



TEMPO DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE UTI MATERNA



MÉDIA DE PERMANÊNCIA EM LEITOS DE OBSERVAÇÃO DO PRONTO SOCORRO



Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

2016/2018

A atenção especializada é realizada predominantemente nos hospitais da rede própria, com objetivo de implementar as ações de saúde de média e alta complexidade, com o desenvolvimento de programas específicos de promoção, proteção e recuperação da saúde, no âmbito do Distrito Federal.

Os grandes desafios atuais, relacionados a essa área incluem a necessidade de incrementar a qualidade dos serviços secundários e terciários prestados à população, em consonância com os princípios e diretrizes do SUS, bem como a necessidade de ampliação do acesso, de implementação de acolhimento eficiente e humanizado com atendimento integral e resolutivo incluindo o suporte para operacionalizar ações em serviço social, acesso integral aos serviços de nutrição e a atenção especializada em saúde bucal.

Quanto aos recursos médicos especializados, foram realizadas as ações coordenadas em conjunto com a assistência especializada, tais como a implantação do projeto de cirurgias de pequena e média complexidade no HRSAM; contratação de serviços em cardiologia ICDF contratação de serviço para realização de vitrectomias, contratação de serviço para realização de catarata, reelaboração do protocolo de injeção intravítrea de antiangiogênico, manutenção dos serviços de eletroencefalograma, realização do TAC de joelho e ombro, parceria SES/DF e SES/GO para tratamento pacientes trauma ortopédico, mapeamento e parametrização dos ambulatorios de especialidades pediátricas, reabertura da sala de parto no HRSM, entrega de 20 cardiotocógrafos, reestruturação das portas de atendimento de PS em clínica médica, execução da obra na capela de manipulação de quimioterápico – HRT, dentre outras ações.

Alta Complexidade

Quanto ao serviço de TRS, a rede dispõe de três unidades prestadoras habilitadas pelo Ministério da Saúde, cujos procedimentos ambulatoriais são realizados e ressarcidos através de laudos de APAC (Autorização de Procedimentos Ambulatoriais de Alta Complexidade) e oito serviços contratados que prestam serviço em Terapia Renal Substitutiva que totalizam 1.044 vagas de hemodiálise (HD) e 286 de diálise peritoneal (DP).

Uma parte dos custos envolvidos na realização dos procedimentos ambulatoriais de alta complexidade realizados na SES/DF é custeada pelo próprio GDF, enquanto que a complementação é feita pelo Ministério da Saúde.

Do total geral de procedimentos de alta complexidade ambulatoriais registrados por APAC no DF, mais de 39% (14.536) corresponde ao grupo da Oncologia (quimioterapia com hematologia e radioterapia). Portanto, essa área de atuação pode ser compreendida como a mais onerosa e que exige maior quantidade de recursos para investimentos, mas também como uma das que mais gera faturamento para reembolso pelo Ministério da Saúde.

De janeiro a dezembro de 2016, dos procedimentos ambulatoriais de alta complexidade realizados pela SES/DF e autorizados pela GAAC/DIASE, foram registrados um total de 37.117 laudos, o que representa um acréscimo de 3,46% com relação ao total geral de APAC do ano anterior (Fonte: Intranet - SES/DF).

Atenção Domiciliar

O público alvo prevalente do Programa de Internação Domiciliar - PID é o de idosos portadores de doença crônica agravada com incapacidade funcional e dependência física para as atividades da vida diária, com necessidade de um cuidador para seu acompanhamento, sob orientação da equipe de saúde. No ano de 2016, o Programa teve o total de 8.845 pacientes cadastrados, sendo que 1093 eram pacientes idosos ativos (68,5% do total). Ademais, neste ano, não houve credenciamento e implantação de novas equipes de AD, permanecendo o mesmo percentual de 67% de cobertura populacional, considerando a população estimada de 2012, período no qual foi aprovado o Plano de implantação de AD no DF.

Odontologia

No âmbito do serviço de Odontologia, foram realizadas de janeiro a outubro de 2016, 267.300 consultas odontológicas, atendimentos na Atenção Primária e Especializada, e 1588 atendimentos domiciliares. Atualmente, tem-se 88 Equipes de saúde Bucal - ESB na Rede SES/DF. A SES/DF tinha como meta, na Atenção Básica, consistir 10 novas Equipes de Saúde Bucal na Estratégia Saúde da Família no ano de 2016. No entanto, foi possível consistir 04 novas equipes. Com este aumento e com a regularização dos CBO e cargas horárias dos servidores, houve a ampliação para 33,57% na cobertura de saúde bucal em 2016 dentro do Programa da Estratégia de Saúde da Família.

Construções, Ampliações e Reformas

Na atenção especializada foi concluída a Elaboração de Projeto Executivo para reforma dos ramais alimentadores elétricos que são supridos pela Subestação de Energia Elétrica do Prédio de Internação do Hospital de Base do Distrito Federal – HBDF.

A Reforma da Cardiologia e Clínica Médica do Hospital Regional do Gama está sendo financiada com recurso de entidade de ensino privada (FACIPLAC).

DESCRIÇÃO DA OBRA / SERVIÇOS – Reformas	A / LOCAL	SUBTÍTULO	AÇÃO/	CUMPRIDO	(*) %
Reforma da Farmácia Central do Bloco Administrativo e das Fachadas do Prédio da Emergência do Hospital de Base do Distrito Federal - HBDF		003	3223.0	%	44,00
Elaboração de Projeto Executivo para reforma dos ramais alimentadores elétricos que são supridos pela Subestação de Energia Elétrica do Prédio de Internação do Hospital de Base do Distrito Federal - HBDF		001	4137.0	%	100,00
Reforma da Cardiologia e Clínica Médica do HRG	I		-	%	70,00

A atenção especializada tem como objetivos coordenar os processos da média e alta complexidade relacionados as formulação e promoção de políticas, linhas de cuidados, protocolos clínicos, fluxos assistenciais, fomentar e participar do processo de incorporação de tecnologias e inovação em saúde. As ações realizadas visam garantir o acesso do usuário ao SUS em todas as áreas de atendimento da atenção especializada, ou seja, consultas, exames, remédios, atendimentos de urgência e emergência e cirurgias médicas.

Os serviços de internação têm como principal objetivo desenvolver a gestão de leitos aprimorando o desempenho clínico das unidades, inclusive unidades de urgência e emergência, ampliando sua organização e resolutividade. Uma das ações implantadas e foi a gestão de vagas de internação que propicia o encontro entre a oferta e a demanda por leitos, estabelecendo prioridades em conformidade com os protocolos implantados nas unidades hospitalares, possibilitando assim maior agilidade na internação ou realocação dos pacientes de maior risco clínico.

As principais ações desenvolvidas dentro das áreas de atuação foram: a criação dos fluxos de saída dos pacientes da emergência nos hospitais da rede SESDF; a utilização do Kanban como método de informação para avaliação, regulação e controle e a proposição de estabelecimento de um Sistema de Informação de Gestão de Leitos com a coleta de informações sobre Taxa de Ocupação Hospitalar no PS, Taxa de Ocupação Hospitalar na Internação, Tempo Médio de Permanência no PS e Tempo Médio de Permanência na Internação nos 13 Hospitais da SES, discussão e análise das informações coletadas, discussão do diagnóstico situacional, discussão do Plano de Ação, discussão das metas a serem atingidas.

Em relação aos serviços ambulatoriais, este tem como principal objetivo gerenciar, promover e apoiar a organização do serviço ambulatorial, além de elaborar o diagnóstico situacional. Principais ações: elaboração do modelo assistencial com a atenção secundária baseando-se nas experiências existentes em alguns municípios do Brasil e alguns outros países com Sistemas Públicos de Saúde; elaboração do modelo de Atenção Ambulatorial Especializada regionalizado, ordenado pela Atenção Primária em Saúde, visando melhorar atenção preventiva, a diminuição do número de casos de doenças prev neníveis, a diminuição das hospitalizações por causas evitáveis; o reconhecimento dos problemas dos usuários, a redução do custo com a assistência de média e alta complexidade, a otimização os recursos humanos e insumos, e a pactuação do entendimento que os dados de parametrização da atenção ambulatorial especializada são dinâmicos, dependendo de vários fatores, principalmente epidemiológicos, e deverão ser atualizados e revistos periodicamente; organização dos fluxos e protocolos de encaminhamentos, além de protocolos clínicos de manejo de pacientes, não apenas pela atenção primária como também pela atenção secundária, por questões epidemiológicas e estratégicas, há um esforço maior nas Linhas de Cuidado da Saúde da Mulher, Linha de Cuidado da Saúde da Criança e Linha de Cuidado das Doenças Crônicas Não-Transmissíveis, nesta última já havendo Nota Técnica publicada que vem sendo amplamente utilizada como critérios de encaminhamento à atenção secundária; rediscussão do modelo assistencial, conforme estabelecido pelo converte APS, para abertura ou adequação da estrutura organizacional para o modelo de Policlínicas e a Inauguração do Centro de Diabetes, Obesidade e Hipertensão (CEDOH). Aguarda-se a inauguração do Ambulatório de Atenção Especializada Hipertensão e Diabetes da Regional Leste. Há previsão de mais onze estruturas neste modelo a serem implementadas em todas as regionais de saúde.

A Atenção Domiciliar (AD) é uma modalidade de atenção à saúde, integrada às Redes de Atenção à Saúde (RAS), caracterizada por um conjunto de ações de prevenção e tratamento de doenças, reabilitação, cuidados paliativos e promoção à saúde, prestadas em domicílio, garantindo a continuidade de cuidados. Essa modalidade assistencial é composta pelo Programa de Internação Domiciliar (PID DF), que segue as diretrizes do Programa Melhor em Casa do Ministério da Saúde pelo Serviço de Atenção Domiciliar de Alta Complexidade (SAD AC), e pelo Programa de Oxigenoterapia Domiciliar (POD).

Atualmente o PID DF atua com 16 Equipes Multiprofissional de Atenção Domiciliar - EMAD e 09 Equipes Multiprofissional de Apoio -EMAP, localizadas em todas as 07 Regiões de Saúde da SES-DF, das quais 13 EMAD e 05 EMAP estão credenciadas pelo Ministério da Saúde, por adesão ao Programa Melhor em Casa. Esse serviço tem como principal objetivo dar assistência a pacientes estáveis, classificados como alta complexidade, dependentes de ventilação mecânica invasiva, traqueostomizados, com necessidade de assistência intensiva de enfermagem e internados em Unidades de Terapia Intensiva da SES-DF e conveniados. Atualmente, 51 pacientes são atendidos por empresa de prestação de serviços de home care.

O POD assiste pessoas com doenças pulmonares que cursam com insuficiência respiratória crônica causada por lesões pulmonares irreversíveis (Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica - DPOC, bronquiectasia, fibrose cística e fibrose pulmonar), que tenham indicação para esse tratamento, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia. Atualmente estão cadastrados no programa 2.665 pacientes.

Os serviços especializados foram reorganizados em conformação com a reestruturação da SAIS/SES ficando a atenção especializada com a seguinte estrutura: Serviços de Urgências, Apoio Diagnóstico e Cirurgias, Serviços de Internação e Assistência Farmacêutica. Ressalta-se a oficialização administrativa da atenção secundária via Decreto nº 38.982, de 10 de abril de 2018 e Portaria nº 773/2018 (DODF, 07/08/2018).

Os serviços de Urgência e Emergência em 2018 atuaram em grandes áreas: organização da estrutura, elaboração de fluxos de trabalho, investimentos na força de trabalho e monitoramento dos indicadores da área. A Rede de Urgência e Emergência (RUE) passou a contar com colegiados de gestão para condução, pactuação e discussão das ações da área. Foram criados grupos condutores da RUE em cada região e o grupo central com membros da Administração Central.

Os Serviços de Apoio Diagnósticos iniciaram 2018 com um ciclo de visitas técnicas para levantamento do cenário de necessidades dos laboratórios da rede SES/DF. A produção mensal encaminhada pelos laboratórios da rede SES/DF, de janeiro a agosto de 2018, totalizou 4.124.830 exames laboratoriais realizados. Atualmente existem 11 contratos vigentes para realização de exames nas unidades laboratoriais da rede SES/DF. Para os serviços de Anatomia Patológica e Citopatológica, foram levantados dados para a parametrização do serviço. Encontra-se em andamento o processo de aquisição de equipamentos necessários a modernização e adequação de estrutura dos Núcleos de Anatomia Patológica e Central de Citologia, e um convênio com o Hospital Universitário de Brasília (HUB) para regulação de exames imuno-histoquímicos.

Os serviços de Patologia Clínica contam com 22 Laboratórios e também com 63 postos de coleta nas UBS tipo 2.

A Medicina Nuclear realiza atendimento público unicamente no Instituto Hospital de Base (IHB), porém há um Grupo de Trabalho, instituído pela SES/DF para estudar o incremento da oferta conforme as necessidades do território DF.

A Radiologia realizou redimensionamento da força de trabalho em conjunto com processos para aquisição de novos equipamentos, como mamógrafos digitais, aparelhos de ressonância magnética e tomógrafos computadorizados, dentre outros. Em 2018 foi realizada a compra dos equipamentos de mamógrafos digitais para o HRT, HRS, CRT e HMIB, que se encontram em fase de entrega, o que irá gerar o incremento mensal de 2.400 vagas para mamografia e 100 procedimentos de biópsia de mama guiada por mamografia.

Destaca-se que os serviços de atenção as pessoas com hemopatologias são tecnicamente coordenados pelo Hemocentro, existe um processo em pactuação com o Hospital de Apoio (HAB) sobre o fluxo para encaminhamento dos exames de eletroforese de hemoglobina, uma vez que a unidade será responsável pela realização do exame e emissão dos laudos em tempo hábil, isto viabiliza o preconizado na Portaria do MS nº 1.018, de 01 de julho de 2005 que institui no âmbito do Sistema Único de Saúde, o Programa Nacional de Atenção Integral as Pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias.

Em relação aos Serviços Cirúrgicos, houve avanços significativos em várias especialidades. Foram alcançados, no que diz respeito aos fluxos de referência e contrarreferência, protocolos clínicos de atendimento, definição de critérios de classificação de risco para priorização de pacientes regulados para realização de Cirurgias Eletivas, além dos protocolos de atendimento em nível ambulatorial, em conjunto com o Complexo Regulador.

Grupos de Trabalho e Câmaras Técnicas de Cirurgia Cardíaca, Cirurgia Oncológica, Proctologia, Urologia e Ortopedia foram criados com o intuito de apoiar tecnicamente e subsidiar deliberações, organizar o fluxo de atendimento primário, secundário e terciário da linha de cuidados da criança com afecção cirúrgica de urgência, emergência e eletiva na atenção cirúrgica de médio e grande porte na rede SES-DF, para definir os Protocolos de indicação e Uso de Terapia por Câmara Hiperbárica e de indicação e uso de terapia por curativo de pressão sub atmosférica.

Quanto aos cuidados paliativos, foram elaborados documentação técnica e de apoio com o objetivo de ampliar o acesso aos Cuidados Paliativos no Distrito Federal, seja no âmbito hospitalar, ambulatorial ou domiciliar, com o intuito de alcançar o uso racional de leitos hospitalares e de Unidades de Terapia Intensiva. Durante todo o ano o serviço foi apresentado, sensibilizado e implantado via capacitações e eventos.

A Nefrologia possui uma Câmara Técnica funcionando que toma decisões relacionadas aos problemas inerente ao serviço como: normas técnicas e administrativas, insumos etc. Nesse serviço destaca-se a prescrição da diálise peritoneal; realização da capacitação de equipe da UTI Materna do HMIB para realização de hemodiálise nas puérperas estando, portanto, habilitada a equipe para quando houver indicação de terapia renal substitutiva, o procedimento possa ser realizado na própria UTI Materna. Elaboração do novo Plano de Atenção ao Paciente com Doença Renal Crônica e Implementação do fluxo de encaminhamento da atenção básica para a especializada.

A Assistência Intensiva passou por vários desafios, pois o desempenho das UTI, sofre influência da falta de insumos essenciais ao atendimento de pacientes críticos, carência de leitos de retaguarda e de transporte sanitário resolutivo, que viabiliza a alta hospitalar em tempo hábil. Para isto foi elaborado e aprovado um Projeto Estratégico “ESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES DE CUIDADOS INTERMEDIÁRIOS NA REDE SESDF” como o intuito de alinhar a política de cuidados progressivos ao paciente crítico, conforme Portaria GM/MS No 895/2017, propondo a criação de 45 leitos de UTI Tipo B, leitos intensivos de menor complexidade. Observa-se melhorias nos indicadores, a mediana do número de leitos de UTI bloqueados foi 68 em 2017, e no mês de setembro de 2018 o número de leitos bloqueados foi 26, sendo variações esperadas e resolvidas.

O Serviço de Atenção Domiciliar de Alta Complexidade - SAD AC proporciona assistência domiciliar a 51 pacientes estáveis, oriundos de UTIs, classificados como alta complexidade e o Programa de Oxigenoterapia Domiciliar - POD assiste atualmente 1.126. A cobertura da Atenção Domiciliar pela SES/DF é de 57,85%. O resultado apesar de ainda ser considerado crítico, considerando a meta esperada de 75%, apresentou melhora com relação ao ano passado em mais de 10%, devido à criação de mais 01 EMAD.

O serviço de Internação hospitalar foi reforçado com a criação da Gestão de Leitos no âmbito dos 13 Hospitais da SES/DF com a finalidade de garantir o fluxo de saída dos pacientes das Emergências, regulando a ocupação dos leitos hospitalares conforme os critérios institucionais, levando em conta o risco clínico dos pacientes e a distribuição dos leitos hospitalares, segundo a característica clínica ou cirúrgica. A Gestão de Leitos reduziu a Taxa de Ocupação nas Emergências entre todos os 13 Hospitais no ano de 2018 em 40,80% e a redução do Tempo Médio de Permanência foi em 60%.

Quanto ao serviço de órteses e próteses, foram adquiridas 32.012 unidades de OPME cirúrgicas e 4.568 de OPME ambulatoriais, zerando filas de esperas e diminuindo o número de judicializações para fornecimento de OPME, isto foi possível, pelo reforço no número de servidores, a sistematização no acompanhamento dos processos em andamento e no acompanhamento do estoque dos materiais, a fim de identificar os pontos de reposição dos suprimentos.

A implementação da atenção ambulatorial especializada nas regiões de saúde foi estabelecida com a instituição das Diretorias Regionais de Atenção Secundária com os seguintes elementos estratégicos: componentes organizacionais (cadastro SCNES, escalas, perfil no Trackcare), dimensionamento de pessoal, matriciamento da APS nas linhas de cuidado prioritárias (saúde da mulher, saúde da criança, saúde bucal e manejo de doenças crônicas não transmissíveis – DCNT) e estrutura física das unidades. Com marcos técnicos (protocolos e notas técnicas) nas policlínicas em linhas de cuidado para: DCNT, Saúde da Mulher, Saúde da Criança, Saúde Mental e Saúde Bucal.

Em 2018, até o mês de outubro, foram realizados 14.413 atendimentos para dispensação das fórmulas pelo Programa de Terapia Nutricional Enteral Domiciliar – PTNED, além disto foi realizada a estruturação e implementação de ações para garantir o fornecimento de refeições e gêneros alimentícios nas unidades Hospitalares da SES DF a pacientes, acompanhantes legalmente instituídos e servidores, conforme a Portaria nº501/2018, de 28 de maio de 2010. No período de janeiro a setembro de 2018, foram fornecidas 6.529.830 refeições. No que concerne ao serviço de Nutrição na SES/DF, foram realizados 1.169.523 atendimentos nutricionais aos pacientes internados nos diversos hospitais da rede, sendo executadas 75.723 avaliações nutricionais. Destes pacientes, 232.903 receberam tratamento com terapia de nutrição enteral, considerando neonatologia, pediatria e pacientes adultos. No âmbito do atendimento nutricional de nível secundário à saúde foram realizados 997 atendimentos de primeira consulta e 3.383 retornos (dados parciais até setembro/2018).

No âmbito do serviço de Odontologia, em 2018, foram realizadas de janeiro a agosto de 2018, 209.824 consultas odontológicas, atendimentos na Atenção Primária e Especializada, com 166 equipes implantadas, 166 cadastradas e 328 credenciadas. Na Atenção Secundária, a estrutura da SES/DF contava, até setembro de 2018, com 10 Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs). Com a oficialização da atenção secundária, foi aprovado o projeto básico de implantação de outros 03 CEOs, nos Hospitais Regionais do Gama (HRG), do Guará (HRGu) e da região leste (HRL). Os serviços já funcionam como referência especializada para as respectivas regiões de saúde e necessitam de pequenos complementos de cargas horárias de especialistas para cumprimento dos requisitos Ministeriais de credenciamento. Quanto à Atenção Odontológica Hospitalar, destaca-se ainda o reforço com a lotação de Cirurgiões Dentistas nas Unidades de Terapia Intensiva dos Hospitais Regionais do DF.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

003 – REDES DE ATENÇÃO: Organização, implementação e expansão das Redes de atenção à saúde, orientadas a partir da Atenção Primária à Saúde para ampliação do acesso e da assistência com qualidade.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

23.101 – SECRETARIA DE ESTADO SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL - SES

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	3	1	Reduzir o número de trotes para 10% ao ano (SES). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	10	%	ACUM	MENOR, MELHOR	7	7,6	7,5		125,0
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	3	2	Reduzir a média do "Tempo resposta" de atendimento do SAMU para 20 minutos até 2019 (SES). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	20:00	MIN	ACUM	MENOR, MELHOR	39:32	30:30	37		-266200,0
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	3	3	Reduzir o número de óbitos para 2,8% no atendimento pré-hospitalar (via pública, logradouros e viaturas) (SES). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17) e excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA)	2,80	%	ACUM	MENOR, MELHOR	2	0,65	X	X	X
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	3	4	Qualificar 30 viaturas USBs e 7 viaturas USAs do SAMU/DF pelo Ministério da Saúde a partir do cumprimento das normas dos pré-requisitos estabelecidos pelo MS (Portaria GAB/MS nº-1010/2012 DE 21/maio 2012) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	37	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	3	5	Estruturar 01 ambulância de transporte de paciente psiquiátrico (USA e USB) com Equipe de Médico Psiquiatra, Psicólogo, Enfermeiro, Assistente Social e Condutor, de acordo com a Portaria SES/DF Nº 95, de 20 de maio de 2009 e Portaria SES/DF Nº 82, de 27 de maio de 2011. (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	1	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	1	X	X	X	X
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	3	6	Implantar 4 Serviços de Residências Terapêuticas (SRT's) (SES)	4	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0		0,0
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	3	7	Implantar ações de matriciamento realizadas por CAPS com equipes de Atenção Básica (SES). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	10,64	14,29	42,8		53,5
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	3	8	Reduzir a taxa de mortalidade por Infarto Agudo do Miocárdio- IAM nas primeiras 48 horas para 8% (SES) (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019).	8	%	ACUM	MENOR, MELHOR	2	2,93	6,83		86,2
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	3	9	Aumentar em 10% o número de pacientes submetidos a trombólise no Acidente Vascular Cerebral- AVC nas primeiras 4 horas; (SES) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	10	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	5	32,88	36,6		366,0

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	3	10	Diminuir o Tempo de Resposta ao Trauma para 12 minutos (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	12	MIN	ACUM	MENOR, MELHOR	-	X	X	X	X
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	3	11	Reduzir a taxa de ocupação dos prontos-socorros para 90% até 2019 (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	90	%	ACUM	MENOR, MELHOR	-	X	X	X	X
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	3	12	Programa "Cuidar Sempre": Ampliar 40 leitos de internação para Cuidados Paliativos. (SES) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	40	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	-	X	X	X	X

Análise Qualitativa

1. Reduzir o número de trotes para 10% ao ano (SES). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Para o monitoramento desta meta, foram utilizadas duas detecções:

A primeira trata-se do "Trote (qualificado pelo operador)", que no ano de 2016 atingiu a média de 7% do total de ligações 69.507/ chamados, tendo a média de 190/dia classificados como trote.

A atuação do Projeto Samuzinho nas escolas da rede pública e privada, no ano passado, atuou em 5.782 alunos, professores e todos os funcionários das escolas, prioridade feita através pelo rastreio de maior índice de chamados das cidades satélites, uma das razões mais significativas para a queda destes valores. No segundo semestre deste ano, o total de chamados classificados como trote do mês de agosto para o mês de dezembro atingiu uma redução de 23,32%.

A segunda trata-se do "Incidente desconhecido no local – Trote": Este é o item mais oneroso, devido ao envio da viatura, gastos com a equipe, insumos, além da viatura deixar de atender uma ocorrência. Observatório tem rastreado o modo de classificação deste incidente e da possibilidade de estar sendo subnotificado como "Localização não encontrada ou inexistente" e "Paciente não está no local".

2017

Na meta pactuada foi estabelecida a diminuição de trotes para 10% ao ano. Tendo em vista o resultado de 7% no ano de 2016, para o ano de 2017 o percentual deveria ser inferior a 7,2%. Entretanto, o ano foi encerrado com 7,6% de ligações classificadas como trotes. Esta meta será objeto de revisão de PPA, a qual será proposto alteração para "manter o percentual de trotes abaixo de 10% ao ano".

Ressalta-se que para atingir a meta é necessária a conscientização da população. Em relação a esse problema, ações como o Projeto Samuzinho estão sendo realizadas com a comunidade, instituindo a educação popular em saúde, capacitando mais de 4 mil leigos, dentre crianças, professores, monitores e brigadistas. Com isso, constata-se uma redução significativa no número de trotes.

2018

Os trotes ao SAMU além do prejuízo financeiro ao serviço público, prejudica as pessoas que precisam do serviço. A redução passa por atividades educativas para a população, em especial crianças e adolescentes. Entre as ações educativas destaca-se o projeto Samuzinho. Em 2018 do total de ligações recebidas na Central de Regulação de Urgências, 68.004 foram classificadas como trote qualificado pelo operador, correspondendo a 7,52% do total o que é considerado um bom resultado, pelos parâmetros técnicos que define como bom um percentual abaixo de 10%.

2. Reduzir a média do “Tempo resposta” de atendimento do SAMU para 20 minutos até 2019 (SES). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Desde o ano de 2015, vários fatores contribuíram para o aumento gradativo do tempo resposta, um indicador importante para redução da taxa de mortalidade e sequelas, porque a meta do Atendimento Pré-Hospitalar é a redução do tempo de limitação na oxigenação, hemodinâmica, e alteração no metabolismo do corpo humano. O cálculo é feito a partir da chegada da ligação ao médico regulador até a chegada da Equipe ao endereço solicitante da ocorrência. Os fatores negativos nestes meses, destes dois últimos anos, dados apresentados em todos os relatórios de prestação de contas e informações, necessários para auditoria do serviço de saúde, foram discutidos e trabalhados para evitar seu crescente o que prejudica o atendimento do usuário da saúde.

Após a análise de mais de 10.000 fichas Guia de Atendimento de Emergência - GAE com os dados do SAL, foram detectados fatores, sendo os de maiores incidências:

- 1) Divergência real no escrito da ficha de atendimento (GAE), e no tempo registrado pelo sistema SAU/SAMU;
- 2) Chegada no local sem comunicação por áudio do tempo real;
- 3) Dificuldade de notificação via tablet ou celular.

Detectado tais incidentes, os membros do Observatório-SAMU iniciaram as equipes USBs e USAs, em outubro/2016, campanha interna de “Otimização do Tempo-Resposta priorizando:

- 1) Sensibilizar as equipes quanto a importância e necessidade da manutenção do status atualizado a tempo e a hora;
- 2) Dar maior autonomia aos Rádios Operadores para monitoramento das equipes via GPS;
- 3) Atuar em parceria com todos os núcleos para orientação dos atores envolvidos no trabalho de APH desde os TARM, Médico Regulador, Operadores de Frota e Equipe de viaturas

na redução do tempo-resposta.

A campanha permanece como efetividade da educação permanente e continuada focando o melhor atendimento ao usuário desde a criação da ocorrência até a chegada da equipe objetivando a redução do tempo-resposta.

2017

Quanto ao "tempo resposta", mesmo havendo redução quando comparado ao ano anterior não se conseguiu atingir a meta. Encerrou o exercício com a média de 30,3 minutos. Esse indicador envolve várias etapas (tempo de atendimento do médico regulador, tempo de decisão, tempo de acionamento, tempo de partida e tempo de deslocamento da equipe até o local da ocorrência). Devido a isso, sofre interferências de vários fatores oriundos de outros serviços que compõem a rede de atenção às urgências. A localização das bases e distribuição das ambulâncias na cidade também influencia o tempo de chegada das equipes, uma vez que estão sujeitas as condições de mobilidade no trânsito. Há um grande número de macas retidas nos locais de recebimento dos pacientes transportados pelo SAMU acarretando que as equipes fiquem indisponíveis para realizar novos atendimentos, gerando a necessidade de deslocar equipes de outras regiões de saúde para fazer a cobertura da equipe que se encontra retida na unidade de saúde, como consequência, há o aumento do tempo resposta e também aumento na demanda reprimida.

Em 2017, o SAMU realizou 74.476 atendimentos pré-hospitalares em ruas e domicílios de todo o território do Distrito Federal, bem como 3.886 transferências inter-hospitalares de pacientes graves e críticos para UTIs. Realizou educação permanente em urgência e emergência de toda a Rede de Urgência e Emergência da SES/DF, ofertando 12.042 vagas em cursos para 8.944 pessoas distintas, além da educação popular em saúde por meio do Projeto Samuzinho para a comunidade, capacitando 4.148 leigos, dentre crianças, professores, monitores e brigadistas. Houve a ampliação do número de duplas de motolâncias de sete para oito duplas, reabilitação de 15 ambulâncias Unidades de Suporte Básico, 2 ambulâncias Unidades de Suporte Avançado e 16 motolâncias junto ao Ministério da Saúde. Realizado também a renovação da frota de 23 ambulâncias do serviço, contratados os seguros das viaturas, manutenção preventiva e corretiva dessas e também, reformadas 13 bases descentralizadas e 1 lava-jato.

2018

O tempo resposta ainda se encontra elevado, porém trata-se de indicador que envolve várias etapas (tempo de atendimento do médico regulador, tempo de decisão, tempo de acionamento, tempo de partida e tempo de deslocamento da equipe até o local da ocorrência) e sofre interferência de vários fatores oriundos de outros serviços que compõem a RUE. A localização das bases e distribuição das ambulâncias na cidade influencia o tempo de chegada das equipes, uma vez que estão sujeitas as condições de mobilidade no trânsito. Ainda é frequente a retenção de um grande número de macas nos locais de recebimento dos pacientes transportados pelo SAMU, acarretando, assim, indisponibilidade de equipes para a realização de novos atendimentos. Gera-se,

como consequência, a necessidade de se deslocar equipes de outras regiões de saúde para fazer a cobertura da equipe que se encontra retida/indisponível na Unidade de Saúde e, por conseguinte, o aumento do tempo resposta e também na demanda reprimida (intervenção necessária e sem meio). A redução da média do “Tempo resposta” de atendimento do SAMU mantém-se como um desafio ainda não superado, o resultado de 37 min apurado em dezembro de 2018 preocupa a equipe gestora do SAMU que propõe o tempo de 25min para 2019, o que demanda um aporte de pessoal e viaturas.

3. Reduzir o número de óbitos para 2,8% no atendimento pré-hospitalar (via pública, logradouros, e viaturas) (SES). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17) e excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA);

2016

Analisando os dados referentes aos óbitos, o comparativo de 2014 para 2016 apresenta diminuição significativa e importante, devido às condições técnicas dos trabalhadores e uso do autopulse, treinamento e protocolo novo do ATLS, e encaminhamento do usuário rapidamente a emergência do hospital ou UPA mais próximos do local de atendimento. Os óbitos denominados “Óbito sem intervenção*” (constatação) são apenas constatados/notificados pela equipe do SAMU apresentando sinais: Livor Mortis, Algor Mortis e/ou Rigor Mortis.

Houve mudança na nomenclatura do Sistema SAL/INOVA, para melhor descrição após a solicitação da inserção das subclassificações em fevereiro de 2016 sendo assim diferenciado a partir da data o “Óbito pós PCR” e “Óbito sem intervenção (constatação)”. Atualmente é possível a investigação dos óbitos pós Reanimação Cardio Pulmonar – RCP e possibilita detectar com melhor clareza os óbitos que não houve a assistência direta do SAMU, descritos como sem intervenção-constatação.

2017

O percentual no ano de 2017 foi de 0,65%, o que demonstrou que a constante atualização e treinamento das equipes no Suporte Básico de Vida e Suporte Avançado de Vida teve resultado efetivo na adoção dos protocolos de serviço. Apesar de obter um resultado acima da meta estabelecida, há fatores que podem ser melhorados para aumentar a eficiência do serviço, como por exemplo, a melhoria no abastecimento de materiais, insumos e medicamentos, a readequação de recursos humanos nas equipes, em especial médicos e um redimensionamento do número de viaturas de acordo com o aumento da população.

4. Qualificar 30 viaturas USBs e 7 viaturas USAs do SAMU/DF pelo Ministério da Saúde a partir do cumprimento das normas dos pré-requisitos estabelecidos pelo MS (Portaria GAB/MS nº-1010/2012 DE 21/maio 2012). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Em novembro 2013, iniciou-se Auditoria da Corregedoria Geral da União, onde foram apontados todos os pontos frágeis a serem corrigidos conforme as Portarias da criação da Coordenação Geral de Urgência e Emergência do Ministério da Saúde – CGUE/MS, com relatório emitido e enviado a SES/DF por volta de julho 2014. Por falta de resposta ao relatório da CGU, foram enviados funcionários da CGUE/MS para vistoriar os pontos frágeis que seriam corrigidos para evitar a desabilitação das viaturas, o que não foi cumprido.

Em virtude deste descumprimento a CGUE/MS, devido a apresentação de excelência do atendimento do SAMU/DF, provocou o corte do repasse proveniente do MS por viaturas, mantendo o repasse da regulação e nove Motolâncias.

A Habilitação permanece por um tempo determinado, até que se cumpram as falhas evidenciadas nos relatórios dos funcionários da CGUE/MS, como a caracterização das bases de acordo com o protocolo do MS, os seguros das viaturas, e a produtividade com atuação de todas as viaturas habilitadas.

O projeto de qualificação está descrito desde 2014, no entanto está aguardado o cumprimento normativo das bases e viaturas para ser enviado.

5. Estruturar 01 ambulância de transporte de paciente psiquiátrico (USA e USB) com Equipe de Médico Psiquiatra, Psicólogo, Enfermeiro, Assistente Social e Condutor, de acordo com a Portaria SES/DF Nº 95, de 20 de maio de 2009 e Portaria SES/DF Nº 82, de 27 de maio de 2011. (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Conforme apresentado no Conselho de Saúde do Distrito Federal, através do Plano Distrital de Saúde 2016-2019, o Núcleo de Saúde Mental - NUSAM tem funcionado, a partir de junho 2016, com equipe completa, Médico, Enfermeira, Psicólogo, Assistente Social, mas envolvendo muitas horas extras, passou a funcionar em Viatura de Intervenção Rápida, 24 horas por dia, com um profissional de saúde regulador em saúde mental. A viatura que atende clinicamente e com remoção em maior número de atendimento e a USB. O percentual 12,5% do número de atendimento trata-se de emergências psicossociais.

No protocolo de atendimento da saúde mental, a equipe especializada realiza a prevenção ao suicídio. A estatística demonstra aproximadamente 5 casos de tentativas de suicídio por dia, como também, atendimento por telessaúde e atendimento das ocorrências, a tempo e a hora, 1 a 4 intervenções posteriores, por tele atendimento, de forma a vincular o paciente na Rede de Atenção Psicossocial – RAPS. No atendimento da psicotraumatologia, a equipe executa os primeiros socorros psicológicos e psicossociais, como também a prevenção do estresse pós-traumático em situações de violência, acidentes, desastres e catástrofes.

6. Implantar 4 Serviços de Residências Terapêuticas - SRT's (SES);

2016

Em 2016, foi elaborado Projeto Básico para aquisição de imóveis para implantação de Serviços Residenciais Terapêuticos no Distrito Federal e autuado o Processo nº 0060-009411/2016, em setembro de 2016.

2017

A meta prevista para 2017 não foi atingida, não há nenhum Serviço de Residências Terapêuticas - SRT em atividade no DF. No decorrer do ano foram feitas várias tratativas para locação de imóveis em áreas de vulnerabilidade, mas foram frustradas por recusas da comunidade em relação a proximidade do Serviço terapêutico. Manteve-se a articulação com outros órgãos para viabilização de imóveis do GDF, bem como a regularização de imóveis da SES para este fim. Está previsto a abertura de 01 SRT em 2018.

2018

A meta ainda não foi cumprida e enfrenta vários desafios para seu cumprimento. Algumas ações estão sendo desenvolvidas, audiências públicas como o edital publicado no DODF nº 210 de 05 de novembro de 2018, com a finalidade de apresentação do projeto e subsidiar as prestadoras de serviço na elaboração das cotações de preços para a contratação de empresa especializada em Serviço Residencial Terapêutico, nas modalidades tipo I e tipo II, para adultos com transtornos mentais crônicos com necessidade de cuidados de longa permanência, egressos de internações psiquiátricas e de hospitais de custódia que não possuem moradia, suporte financeiro, social e /ou laços familiares que permitam outra forma de reinserção social. Também, encontra-se em processo Estudo Técnico Preliminar para a contratação de instituição que presta Serviço Residencial Terapêutico.

7. Implantar ações de matriciamento realizadas por CAPS com equipes de Atenção Básica (SES). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Em 2016, foi realizado a “V Jornada de Prevenção do Suicídio”, para 61 profissionais de saúde. Representa 10,64% dos profissionais capacitados do total de 573 que atuam nas equipes de saúde mental do DF, ou seja, a meta de 10 para 2016 foi atingida, no entanto é necessário promover mais capacitações sistematizadas aos profissionais que atuam nas equipes de saúde mental.

2017

O indicador está em estado muito crítico, com apenas 2 CAPS realizando ações de matriciamento com equipes de APS, totalizando 14,29% dos serviços habilitados. Para um melhor desempenho está sendo realizada a construção do Plano de Ação de Matriciamento em Saúde Mental, em parceria com a COAPS, e a capacitação das equipes dos CAPS e ESF.

2018

O resultado de 42,8ç% é muito crítico, existem problemas no registro e no fluxo dos encaminhamentos. A equipe técnica elaborou um Plano de Ação de Matriciamento em Saúde Mental na Atenção Primária à Saúde, que padroniza as ações matriciais dos CAPS com as Equipes de Saúde da Família com a execução desde espera-se superar os desafios e a meta ser alcançada em 2019.

8. Reduzir a taxa de mortalidade por Infarto Agudo do Miocárdio- IAM nas primeiras 48 horas para 8% (SES);

2016

Foi realizado treinamento no uso do anti-agregante plaquetário que integra a Linha de Cuidado do IAM. Não houve desabastecimento do anti-agregante plaquetário (tenecteplase) o que facilitou o êxito do planejamento. Há necessidade de treinamento dos servidores atuantes nas portas de emergência fixas.

2017

Meta superada com percentual de 2,93%. Houve treinamentos/capacitações de 135 servidores nas Linhas de Cuidado do Infarto Agudo do Miocárdio - IAM, promovendo o fortalecimento da promoção e prevenção da saúde, com aproximação do acompanhamento dos pacientes com fatores de risco para o IAM.

2018

O resultado 6,83 mostra que ainda há desafios para reduzir a taxa de mortalidade por Infarto Agudo do Miocárdio- IAM para 6% , para isso foram retomadas as capacitações para tratamento do IAM na rede SES buscando o fortalecimento dos centros especializados de cardiologia para atendimento qualificado dos casos mais complexos, encaminhamento oportunos e assim reduzir o Número de óbitos por IAM.

9. Aumentar em 10% o número de pacientes submetidos a trombólise no Acidente Vascular Cerebral- AVC nas primeiras 4 horas; (SES). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Foi possível cobrir, no que tange ao atendimento da Linha de Cuidado do AVC, dentro do centro de referência (HBDF), a taxa preconizada pelo Ministério da Saúde.

2017

Meta superada com percentual de 32,88%. Foi comprovada a redução da mortalidade e das sequelas em pacientes que sofreram AVC e foram submetidos ao protocolo trombolítico. Apesar de a meta ter sido alcançada, é importante otimizar e estender a aplicação do protocolo, mantendo ou ampliando o índice preventivo.

2018

Meta superada com percentual de 36,61. Houve aumento no número de pacientes atendidos dentro do protocolo, considerando melhora nas respostas de atendimento

10. Diminuir o Tempo de Resposta ao Trauma para 12 minutos (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)

2016

Informamos que não há instrumentos aos quais possibilitem quantificar este dado, mas que está em andamento uma proposta de análise efetiva da meta estipulada.

11. Reduzir a taxa de ocupação dos prontos-socorros para 90% até 2019 (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)

2016

Informamos que não foi possível a verificação da meta, visto que não há um sistema de informação que seja possível a extração/tabulação desses dados para análise da meta estipulada no ano de 2016, entretanto ressaltamos que ferramentas de trabalho estão sendo elaboradas no sentido de melhorar a rotatividade dos leitos com o objetivo de reduzir a taxa de ocupação bem como sua análise.

12. Programa “Cuidar Sempre”: Ampliar 40 leitos de internação para Cuidados Paliativos. (SES) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)

Meta Excluída

13. Manter a taxa de óbitos abaixo de 1% até 2019 (SES) (Item incluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)

2018

Resultado em 2018 foi de 0,72. Houve 538 óbitos de um total de 74.767 atendimentos pré-hospitalar. A meta para menos de 1% foi incluída no Decreto 39.461/2018, de 14/11/2018. Para o ano de 2019.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1376	TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL	1/ 1.000	11,5	30/04/2015	11,2	10,92	10,9	11,44	10,6	11,89	10,3	SIM/ SES / UO 23901 / OE 3
1377	PROPORÇÃO DE PARTO NORMAL NO SUS E NA SAÚDE SUPLEMENTAR	%	61,3	30/04/2015	63	62,85	-	46,02	70	47,46	72	SIH/ SINASC/ SES / UO 23901 / OE 3
1378	RAZÃO DE EXAMES CITOPATOLÓGICOS DO COLO DO ÚTERO EM MULHERES DE 25 A 64 ANOS E A POPULAÇÃO DA MESMA FAIXA ETÁRIA	RAZÃO	0,31	31/12/2014	0,3	0,18	0,32	0,19	0,5	0	0,7	SAI/ SISCAN/ SES / UO 23901 / OE 3
1379	RAZÃO DE EXAMES DE MAMOGRAFIA DE RASTREAMENTO REALIZADOS EM MULHERES DE 50 A 69 ANOS E POPULAÇÃO DA MESMA FAIXA ETÁRIA	RAZÃO	0,22	31/12/2014	0,22	0,03	0,10	0,05	0,25	0	0,35	SAI/ SISCAN/ SES / UO 23901 / OE 3
1381	COBERTURA DE CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	1/ 1.000	0,52	31/12/2014	0,54	0,53	0,49	0,52	0,52	0,51	0,63	(CNES)/ População (IBGE)/SES / UO 23901 / OE 3

Justificativas 2016

Indicador 1376 - Dados jan-dez/2016. Indicador quanto menor melhor. Dado parcial sujeito a alteração tendo em vista que o banco de dados do Ministério da Saúde fecha o sistema SIM e SINASC em jun/2017. O resultado parcial demonstra queda na mortalidade infantil no DF e tende a se manter.

Indicador 1377 - Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto maior melhor. Este considera os partos normais realizados na rede própria. Ao considerar todo o DF (público e privado) este resultado passa para 46,30%. Observa-se que os hospitais privados realizam mais partos cesários. Para o ano de 2018 a área técnica sugere a inclusão da rede suplementar, tendo em vista que a nível nacional este indicador passou a partir de 2017, ser obrigatório a informação. Assim sendo, como saúde pública será obrigatório.

Indicador 1378 - Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto maior melhor. Embora tenha alcançado 60% da meta, segundo a área técnica é necessário qualificar as equipes para o rastreo citológico de qualidade (captção, coleta e laudo), com ênfase na população de risco de 25 a 64 anos.

Indicador 1379 - Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto maior melhor. A falta de manutenção dos mamógrafos tem sido apontado pela área técnica como fator crítico de sucesso, além da falta de profissionais para operar os existentes (médicos radiologistas e técnicos). Poucas agendas são abertas para exames de mamografias, o que dificulta ainda mais a oferta.

Indicador 1381 - Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto maior melhor. O resultado mostra um alcance da meta de 98,15%. Para cálculo deste indicador são considerados apenas os CAPS que estão habilitados no Ministério da Saúde, 14. Que recebem recursos por atender todos os requisitos de funcionamento. Até dez/2016 a SES-DF estava com 17 CAPS em funcionamento, deste 3 sem habilitação junto ao Ministério da Saúde.

Justificativas 2017

Indicador 1376 - Dados parciais. Segundo área técnica o banco de dados de óbitos infantis só fecha em jun/2018. Assim sendo, não é possível fazer uma avaliação da mortalidade Infantil neste momento, embora o resultado atual aponte para o resultado esperado.

Indicador 1377 - O indicador é crescente, quanto maior melhor. Com a pactuação interfederativa, o indicador sofreu uma alteração em 2017. Antes era considerado apenas os partos normais da rede SES e agora passou a ser considerado o privado tb. Assim sendo, o resultado dos partos na SES foi: 60,84% de partos normais, enquanto que o privado foi de 14,55%. O parâmetro nacional é de 45,90% de partos normais no SUS. Historicamente o DF ocupa o ranking dos entes federados com partos normais.

Indicador 1378 - A variação de 0,13 pontos percentuais em relação a meta pactuada, representa um alcance da meta de 59,37%, ficando abaixo 40.63% da meta estabelecida. Segundo a área técnica o resultado abaixo se deve a quantidade de coleta inferior às necessidades da cobertura na APS, o acolhimento e o modelo de atendimento influenciam. Há também as limitações operacionais de citopatologia que represam laudos. Apontam como solução a ampliação do acesso a coleta na APS, recomposição do quadro, implantação do SISCAN.

Indicador 1379 - O resultado ficou abaixo 50% do pactuado. A área técnica informa que apesar dos dados do SISREG demonstrarem normalização das filas de espera por exame, a meta não foi alcançada devido à baixa demanda e subutilização do SISMAMA pelos serviços de Radiologia. Aponta como solução a criação de serviços de diagnóstico de mama pelo menos em cada superintendência de saúde e contratação de radiologistas e técnicos de radiologia dedicados para mamografia e implantação do SISCAN.

Indicador 1381 - A variação de 0,03 representa um aumento na cobertura dos CAPS. Segundo a área técnica há hoje no DF 17 CAPS, sendo 14 serviços habilitados pelo MS. Há três propostas de construção de CAPS cadastradas junto ao MS, com recurso de emenda parlamentar e funcionamento previsto para 2018 (CAPS i - Ceilândia Norte, CAPS ad III - Guará II e CAPS ad III - Taguatinga Norte).

Justificativas 2018

Indicador 1376 - Dados de jan-dez. Indicador quanto menor melhor. Dados parciais. Banco de Dados do MS fecha em out/2019. Resultado um pouco maior que em 2017 (11,20), e menor que a taxa observada no Brasil em 2016 (último dado disponível), que foi de 14,0. Entretanto, este indicador difere muito entre as regiões, estando em alerta as Regiões Sul, Leste e Centro Sul. Ações de capacitações da ESF, organização da Atenção Secundária e lotação de pediatras (R.Sul), estão sendo realizadas.

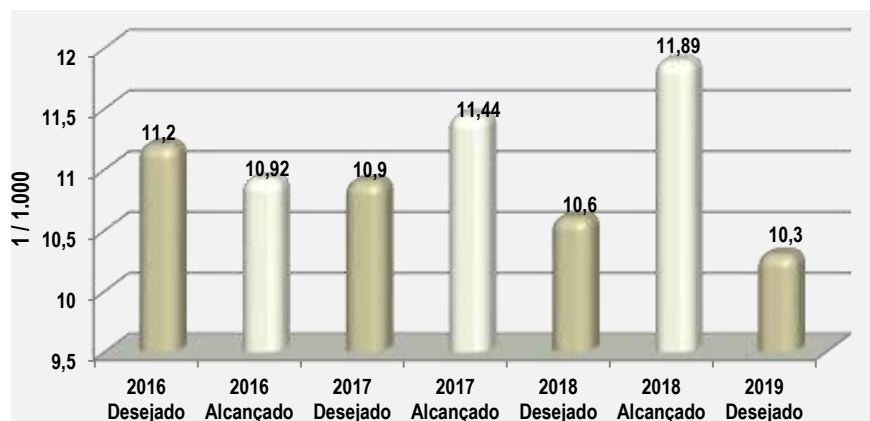
Indicador 1377 - Dados de jan-dez. O indicador quanto maior melhor. Dados do SUS e Saúde Suplementar. É importante considerar que no acumulativo de janeiro a dezembro na Rede SES DF, a porcentagem de parto normal foi de 59,80%, acima sempre do parâmetro nacional (45,90%). No entanto, é importante considerar, os esforços da saúde pública nacional em dificultar no Privado os partos cesáreos desnecessários e na Rede Pública campanhas educativas e esclarecimentos no pré natal sobre os benefícios do parto normal.

Indicador 1378 - Dados de jan-dez. O indicador apresenta resultado em razão. O indicador encontra-se sem possibilidades de ser calculado, devido ao sistema do MS, Siscan não está extraindo por faixa etária. Só foi possível saber que existem 3.425 citopatológicos de colo de útero laudos e liberados entre 01/12/2018 e 31/12/2018 para mulheres residentes no DF, totalizando 49.767 citopatológicos de colo de útero liberados no SISCAN entre 01/01/2018 e 31/12/2018. Notificado pelo SEI MS e INCA sobre o problema.

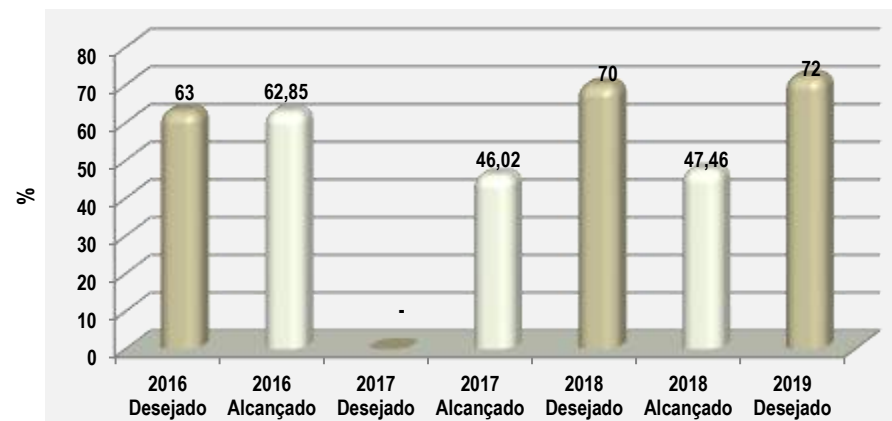
Indicador 1379- Dados de jan-dez. Não existe a possibilidade de gerar relatórios gerenciais ou extrair base de dados pelo SISCAN para o acompanhamento da produção dos exames, impossibilitando o levantamento de dados para o cálculo dos indicadores. Não há a possibilidade de estratificação dos dados por faixa etária, bairro, Região de Saúde ou Unidade de Saúde solicitante. SES notificou MS e INCA sobre o problema do DF. Aguardando providências até o momento.

Indicador 1381 - Dados de jan-dez. Indicador quanto maior melhor. A meta alcançada foi de 98,08%, ficando abaixo 1,92% da pactuada. Cabe esclarecer que a SES-DF possui 18 CAPS em funcionamento, o que corresponde a 0,64% de cobertura, sendo 14 habilitados pelo Ministério da Saúde (MS), que requer aumento de pessoal e investimento em novas unidades, conforme classificação pelo MS. O SUS-DF tem conseguido habilitar os CAPS junto ao Ministério da Saúde e manter as equipes consistidas.

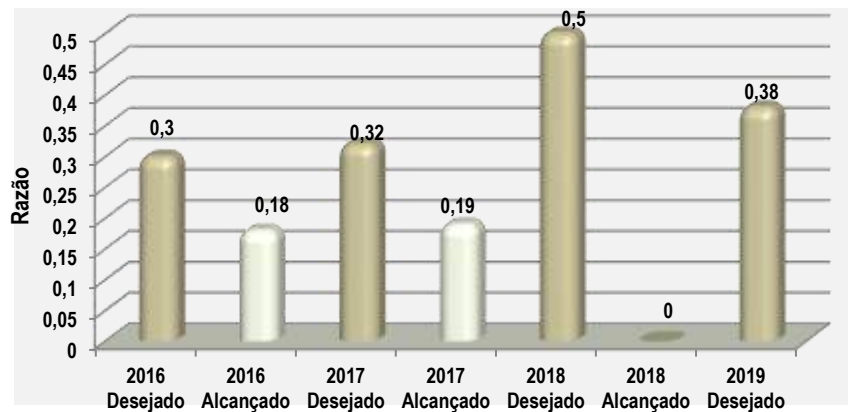
TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL



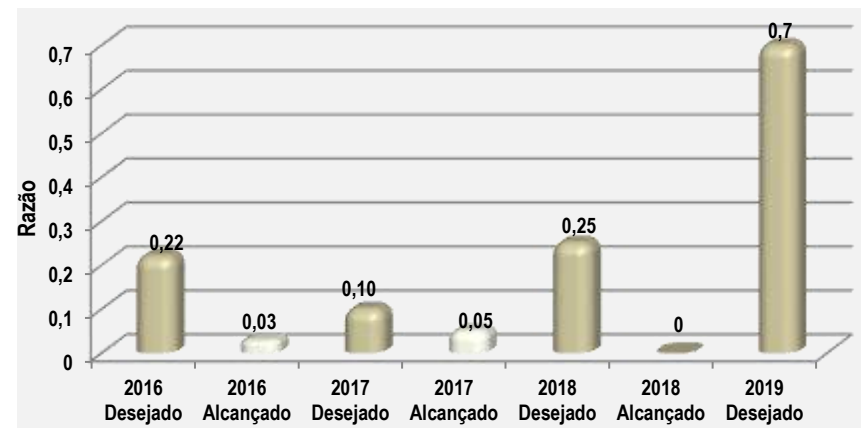
PROPORÇÃO DE PARTO NORMAL NO SUS E NA SAÚDE SUPLEMENTAR



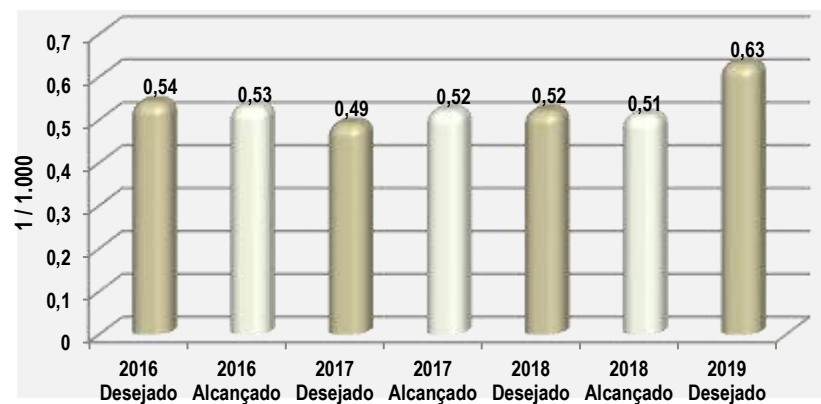
RAZÃO DE EXAMES CITOPATOLÓGICOS DO COLO DO ÚTERO EM MULHERES DE 25 A 64 ANOS E A POPULAÇÃO DA MESMA FAIXA ETÁRIA



RAZÃO DE EXAMES DE MAMOGRAFIA DE RASTREAMENTO REALIZADOS EM MULHERES DE 50 A 69 ANOS E POPULAÇÃO DA MESMA FAIXA ETÁRIA



COBERTURA DE CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6202	3	1	Intensificação das articulações das Redes de Atenção do DF para fortalecer as pactuações de fluxos e de protocolos visando garantir a atenção integral em Saúde Mental.	23101	Não Informado pela Unidade.	2016 A estruturação da equipe do NUSAM, a partir do 2º quadrimestre de 2016, fortalece a atenção em saúde mental na Rede de Urgência e Emergência garantindo a implementação dos fluxos e protocolos do MS para equipe de saúde mental móvel. 2017 – 2018 – Não informado pela Unidade
6202	3	2	Indução da implementação de Políticas Transversais e Intersetoriais.	23101	Não Informado pela Unidade.	Não Informado pela Unidade.
6202	3	3	Promoção de iniciativas de cultura, fóruns de discussão temáticos, simpósios e seminários intra e intersetorial.	23101	Não Informado pela Unidade.	Não Informado pela Unidade.
6202	3	4	Estabelecimento/ pactuação de fluxos de referência e contra referência entre os diferentes componentes da rede.	23101	Não Informado pela Unidade.	Não Informado pela Unidade.
6202	3	5	Estruturação de 60 equipes treinadas no Controle do Tabagismo, programa "Brasília sem Tabaco" até 2019.	23101	Não Informado pela Unidade.	Não Informado pela Unidade.
6202	3	6	Estruturação de um Centro de Orientação sobre os Fatores de Risco no Núcleo de Prevenção/GECAN/DIASE/SAS/SES/DF que executará ações educativas preventivas para 100% da demanda solicitada por unidades de saúde pública, privadas e demais instituições demandantes até 2019.	23101	Não Informado pela Unidade.	Não Informado pela Unidade.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

2016/2018

As Redes de Atenção à Saúde atuam na integração de serviços da rede de atenção à saúde da SES- DF, na implantação, condução e monitoramento das redes temáticas do Ministério da Saúde. Na integração dos serviços da rede SES-DF, planeja-se a organização da integralidade da assistência à saúde através das Linhas de Cuidados, com construção de fluxos de referência e contra referência. Além disso, fomenta as atividades de fortalecimento da atenção integral à saúde articulando e integrando os diversos níveis de complexidade da assistência.

Na coordenação e articulação das Redes Temáticas de Atenção à Saúde (RAS) a SES-DF desenvolveu a interlocução, cooperação, apoio e pactuação com o Ministério da Saúde para o planejamento, implantação, habilitação, execução, monitoramento e avaliação das RAS. São cinco redes temáticas conduzidas pela SES-DF, a partir da adesão do Distrito Federal às políticas nacionais de saúde desenvolvidas pelo Ministério da Saúde: Rede Cegonha, Rede de Cuidados à Pessoa Com Deficiência, Rede de Urgências e Emergências, Rede de Atenção Psicossocial e Rede de Cuidados às Pessoas com Doenças Crônicas.

Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)

Existem hoje no DF 17 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) em funcionamento, destes 06 (seis) CAPS destinam-se ao atendimento de pessoas que apresentam intenso sofrimento psíquico decorrente de transtornos mentais graves e persistentes; 07 (sete) CAPS Álcool e Drogas para atendimento a pessoas em intenso sofrimento psíquico decorrente do uso de crack, álcool e outras drogas; e 04 (quatro) CAPS para o atendimento Infanto-Juvenil.

Para fins de cálculo das taxas dos indicadores da Saúde Mental são considerados apenas os serviços implantados que estão credenciados junto ao Ministério da Saúde. Deve-se considerar que o cumprimento dos critérios de credenciamento dos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS junto ao Ministério da Saúde depende do esforço coletivo de vários setores da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e do próprio GDF.

Considerando somente os serviços habilitado no SCNES e a população estimada para o DF em 2015 pelo IBGE, a cobertura é de 0,53, uma cobertura adequada segundo os parâmetros do Ministério da Saúde.

No que se refere à implantação dos Centros de Atenção Psicossocial foram acompanhados os processos de construção, reforma ou ampliação, porém sem execução no ano de 2016. Cabe informar que há três propostas de construção de CAPS cadastradas junto ao Ministério da Saúde para execução com recurso de emenda parlamentar.

Foram acompanhados processos para a adequação do CAPS I Sobradinho, a construção de sala multiuso no CAPS II Planaltina e a ampliação da ala psiquiátrica do HBDF, que estão aguardando manifestação de outros setores desta secretaria.

No que diz respeito à implantação das Residências Terapêuticas-DF foi autuado o Processo nº 0060-009411/2016, em setembro de 2016, para aquisição de imóveis para implantação desse serviço no Distrito Federal.

Realizou-se também a V Jornada de Prevenção do Suicídio”, sendo capacitados 573 profissionais que atuam nos serviços de saúde mental do DF. Por fim, foi elaborado o Protocolo de Uso do Cloridrato de Metilfenidato para ser submetido à Comissão Permanente de Protocolos de Atenção à Saúde – CPPA e o Termo de Referência para contratação de estabelecimento para internação compulsória de usuários de drogas judicializados e o Projeto Básico para locação de imóveis para funcionamento de serviços de saúde mental, além de ter autuado o processo para chamamento público.

A Rede de Atenção Psicossocial destina-se a fomentar a implementação da Política Nacional de Saúde Mental que é pautada no processo da reforma psiquiátrica brasileira e tem como fundamento a transformação de um modelo de atenção centrado na internação psiquiátrica hospitalar para um modelo de atenção de base comunitária e territorial, constituído por uma rede diversificada de serviços, em consonância com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde(SUS).

A Saúde Mental na SES/DF atua na implementação e consolidação desse modelo, coordenando e supervisionando o processo de implantação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no Distrito Federal, com vistas à ampliação da cobertura assistencial em saúde mental de forma a propiciar qualidade na atenção e no cuidado dos usuários dos serviços de saúde mental, álcool e outras drogas, bem como de seus familiares.

Para fins de cálculo das taxas dos indicadores da Saúde Mental são considerados apenas os serviços implantados que estão habilitados junto ao Ministério da Saúde. Deve-se considerar que o cumprimento dos critérios de habilitação dos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS junto ao Ministério da Saúde depende do esforço coletivo de vários setores da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e do próprio GDF.

Rede de Urgência e Emergência

Dentre as ações realizadas pela RUE, destaca-se o acolhimento e Classificação de Risco, Revisão do Plano de Ação, além de ações para sanar dificuldades de funcionamento das linhas de cuidado (IAM, AVC, TRAUMA) (exemplo: manutenção dos tomógrafos da REDE, fundamentais para as linhas de AVC e TRAUMA) e discussão e reestruturação do atendimento pediátrico de urgência na rede.

A SES/DF conta com seis UPA's em funcionamento (Ceilândia, Sobradinho, São Sebastião, Núcleo Bandeirante, Recanto das Emas, Samambaia) e teve como principal desafio o processo de reabilitação da UPA da Ceilândia, a qual perdeu sua habilitação gerando a suspensão dos repasses do Ministério da Saúde. Para os Jogos Olímpicos Rio 2016, com o objetivo de melhorar e organizar a efetividade na prestação de assistência, houve atualização do Plano de Ação no funcionamento da assistência pré-hospitalar e hospitalar, com treinamento e capacitação das equipes envolvidas. Ficou definido que o atendimento médico e de transporte dentro do Estádio Nacional de Brasília para o público e família olímpica estaria aos cuidados da RIO 2016 por empresa contratada e de sua responsabilidade. Entretanto, no perímetro fora do Estádio, a assistência ficou a cargo da SES/DF com o SAMU-DF. Dentro do Estádio esteve presente equipe da SES/DF dando apoio e fazendo triagem para os hospitais da rede pública e particular, caso fosse necessário. Durante a realização da “Rio 2016” destacamos o trabalho em conjunto com a gestão de leitos para redução na taxa de ocupação dos hospitais de referência (HRAN e HBDF) durante o período de 03 a 13.08.2016. Houve reforço das equipes dos prontos-socorros nos hospitais de referência e apoio (HRAN, HBDF e HRT) conforme plano de ação de cada unidade.

O SAMU-DF capacitou cerca de 200 alunos de medicina para atuarem como socorristas durante os jogos, caso houvesse necessidade de utilização do Plano de Catástrofe. No concernente ao serviço de atendimento móvel – SAMU 192, outro componente da RUE, destacamos a oferta de 100% de cobertura no DF ao longo de 2016. Porém este serviço tem enfrentado

dificuldades em realizar a construção, ampliação e manutenção das suas bases descentralizadas, conforme preconiza o Ministério da Saúde. Este fato se dá devido à necessidade de termos de cessão em alguns casos, e/ou projeto de construção, e/ou recurso financeiro, e seguro das ambulâncias, o que tem acarretado em perda do repasse. Ressaltando que o processo de aquisição do seguro das ambulâncias encontra-se em andamento, aguardando parecer jurídico para prosseguimento do pleito e elaboração do plano de ação para o retorno do repasse das verbas das viaturas como também o seguro das mesmas. O SAMU/DF está habilitado, porém sem repasse de recursos (habilitação das bases do SAMU, conforme determina portaria) do Ministério da Saúde.

Quanto ao tempo de resposta no atendimento prestado pelo SAMU-DF, salientamos que este se encontra aquém do desejado, tendo como fatores de influência: a falta de manutenção dos equipamentos (monitores, oxímetros, ventiladores), desabastecimentos de alguns materiais médico-hospitalares, déficit de recursos humanos (médico, enfermeiro, técnico de enfermagem e condutor), instabilidade no contrato de manutenção. Contudo, é possível verificar uma melhora significativa a partir do mês de outubro/2016, logo após implantação da campanha de otimização do “Tempo-Resposta”, a qual se encontra vigente. O número de atendimentos que são considerados ligações “Encaminhadas para Regulação” mantêm-se dentro das expectativas. Devido a constante mudança da realidade e necessidade de saúde do DF, foi preciso realizar a revisão da RUE, pois é necessário que ela represente a realidade do usuário que procura o atendimento. Com a revisão pode-se levantar o quanto as Regiões Administrativas cresceram em população e território e quantas pessoas buscam cada serviço para atendimento de urgência e emergência.

Contratado o serviço de telemedicina que possibilita troca de conhecimentos proporcionando maior segurança para o profissional realizar o tratamento de pacientes em casos mais complexos. Fornecendo aos usuários mais segurança nos procedimentos realizados dos exames Tele ECG possibilita que os sinais elétricos do coração sejam analisados, por meio da fixação de eletrodos no tórax do paciente, Tele Holter possibilita o monitoramento da atividade elétrica cardíaca do paciente em suas atividades diárias, durante 24 horas, por meio de eletrodos (fios) fixados em seu peito. E o Tele Monitoramento Ambulatorial da Pressão Arterial (MAPA): método que possibilita a análise do comportamento da pressão arterial fora do ambiente de consultório médico, durante 24 horas. Visando também melhorar a atuação dos médicos que atendem nas UPA e Hospitais os casos de urgência e emergência, houve a criação da residência de Médico Emergencista, possibilitando que o usuário tenha um médico capacitado para atender os diversos casos que chegam à Urgência e Emergência dos Hospitais e UPAS do DF.

Com relação ao tempo resposta trata-se de indicador que envolve várias etapas (tempo de atendimento do médico regulador, tempo de decisão, tempo de acionamento, tempo de partida e tempo de deslocamento da equipe até o local da ocorrência) e sofre interferência de vários fatores oriundos de outros serviços que compõem a rede de atenção às urgências. A localização das bases e distribuição das ambulâncias na cidade influencia o tempo de chegada das equipes, uma vez que estão sujeitas as condições de mobilidade no trânsito. Há um grande número de macas retidas nos locais de recebimento dos pacientes transportados pelo SAMU acarretando que as equipes fiquem indisponíveis para realizar novos atendimentos, gerando a necessidade de deslocar equipes de outras regiões de saúde para fazer a cobertura da equipe que encontra-se retida na unidade de saúde, como consequência, há o aumento do tempo resposta e também aumento na demanda reprimida.

Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência

A Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência está organizada e com Grupo Condutor em atividade, que se reúne mensalmente, sendo que as principais atividades realizadas foram: o acompanhamento do processo da construção do CER IV em Ceilândia, a revisão do contrato visando continuidade dos atendimentos na área, e melhoria dos serviços prestados à população do DF; e a habilitação de uma Oficina Ortopédica Itinerante Terrestre.

Rede Cegonha

O Grupo Condutor Central da Rede Cegonha, desenvolveu no ano de 2016 ações como a condução do Colegiado de Maternidades da SES/DF, a realização de cursos de capacitação, visitas técnicas aos territórios, reabilitação dos leitos neonatais, para manutenção do repasse pelo programa, manutenção de propostas de reforma e ambiência do Hospital Regional de Samambaia e HMIB (criação de Centro de Parto Normal), condução de teste de triagem da gestante (Portaria Nº 247), triagem neonatal, triagem auditiva e habilitação de leitos canguru no HRT.

A respeito do pré-natal, o Distrito Federal apresenta um bom desempenho no que se refere ao número de consultas. Até o mês de novembro de 2017, aproximadamente 34 mil mulheres realizaram exames de triagem pré-natal no papel filtro, tendo sido realizadas mais de 245.000 consultas de pré-natal, com média de 74% das mulheres realizando pelo menos 7 consultas nesse período, em cumprimento ao preconizado pelo Ministério da Saúde.

Até novembro de 2017, foram registrados nos sistemas de informação a realização de 25.259 partos no serviço público do Distrito Federal, destes 60,6% foram partos normais. Importante ressaltar que esses números são parciais e provisórios, visto que, nesse momento ainda está ocorrendo a alimentação do sistema de natalidade.

O Grupo Condutor da Rede Cegonha direcionou os esforços para dar celeridade no andamento dos processos de construção/ambiência de Centros de Parto Normal (CPN), aprovados desde o ano de 2013 para o Hospital Regional da Samambaia (HRSAM) e Hospital Materno- infantil de Brasília (HMIB) com o objetivo de induzir a mudança para modelo obstétrico humanizado nos serviços da SES-DF. Atuou também na construção do Plano Distrital de Enfrentamento à Sífilis Congênita; na criação de fluxos de atendimento às emergências obstétricas por meio da Câmara

Técnica de Ginecologia; na conclusão do Protocolo de Atenção à Saúde da Mulher no Pré-Natal, Parto, Puerpério e Cuidados ao Recém-nascido; e no treinamento dos profissionais da atenção primária de saúde que aderiram ao CONVERTE APS.

Ainda, com objetivo de reduzir os números de sífilis congênita, a Rede Cegonha por meio das Áreas Técnicas de Saúde da Mulher e do Homem incluiu no Protocolo de Atenção à Saúde da Mulher no Pré-natal, Puerpério e cuidados ao Recém-nascido, capítulo dedicado à Paternidade Ativa, que visa incluir o homem no pré-natal, realizando consultas, exames e avaliação física, além de acompanhar o atendimento à gestante.

Com a reestruturação da Atenção Primária à Saúde, os comitês de óbitos precisaram ser modificados, o que pode explicar os baixos números de investigação de óbitos até o momento. Buscando reorganizar e retomar o trabalho dos comitês de investigação, o Comitê Central reestruturou a organização dos grupos, unificando os comitês de prevenção e investigação do óbito materno e de prevenção e investigação do óbito fetal, neonatal e infantil. Dessa forma, as regiões estão novamente instituindo seus comitês e definindo seus processos de trabalho para consequentemente retomar as investigações com a celeridade que o processo enseja.

Rede de Cuidados à Pessoa com Doença Crônica

A Rede de Cuidados às Pessoas com Doenças Crônicas é uma estratégia para realização da atenção às doenças de início gradual, com duração longa ou incerta, de forma integral nos diversos pontos de atenção da SES/DF a partir da realização de ações de promoção, proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento de reabilitação, redução de danos e manutenção da saúde. O enfoque inicial dado pelo MS foi aos temas Obesidade e Oncologia e no ano de 2016 foi escolhida a linha de cuidado da hipertensão e diabetes como a principal ação no processo de planificação de atenção à saúde em curso na SES-DF, em parceria com a EAPSUS e o CONASS.

A proposta de adesão à Linha de Cuidado (LC) para Prevenção e Tratamento do Sobrepeso e da Obesidade apresenta um formato inovador no âmbito da Rede de Atenção à Saúde, por meio da pactuação entre os diversos atores inseridos nos diferentes pontos de atenção à saúde, fortalecendo a comunicação institucional, bem como com outros atores governamentais e sociais presentes nas ações do DF. Em 21/03/2016 foi aprovado, por consenso, pelo Plenário do Colegiado de Gestão da SES/DF, o Plano de Ação da referida LC e no mesmo ano a Diretoria de Vigilância Sanitária (DIVISA) da SES/DF forneceu parecer favorável à habilitação do Serviço de Alta Complexidade para tratamento da obesidade (cirurgia bariátrica) no Hospital Regional da Asa Norte (HRAN)

A implementação do Centro de Diabetes, Obesidade e Hipertensão (CEDOH) foi bastante relevante tendo em vista que será referência para as Regiões Centro-Norte e Centro-Sul para o atendimento a estas patologias em nível de atenção secundário.

Nesse processo de implantação da Linha de Cuidado é fundamental uma articulação entre as ações de prevenção, promoção e tratamento do sobrepeso e obesidade, com o objetivo de garantir a integralidade do cuidado a este público promovendo resolutividade dos serviços.

Foram realizadas as etapas de capacitação para implementação da Linha de Cuidado da Obesidade nas Regiões Centro-Norte, Centro-Sul e Leste. Foram capacitados 83 servidores, cujos respectivos serviços já estão funcionando conforme recomendação e fluxo da LCO. Estima-se que em 2018 pelo menos duas Regiões de Saúde sejam capacitadas no primeiro semestre.

Além das cinco Redes prioritárias que são acompanhadas, também passaram a ser acompanhadas pela Assessoria de Redes de Atenção: a Rede de Bancos de Leite Humano do Distrito Federal, a Coordenação do Comitê de Investigação de Óbito materno, infantil e fetal, e a Responsabilidade Técnica da Triagem Neonatal.

No que tange à Rede de Banco de Leite Humano do Distrito Federal, as ações de estruturação e reforma dos serviços existentes tiveram bastante relevância e em julho de 2018. Foi reinaugurado o Banco de Leite do Hospital de Brazlândia, contando com uma nova área o que dobrou a capacidade de coleta de leite humano naquele serviço. Para o próximo ano foram programadas e já estão em andamento os processos de reforma de estrutura dos Bancos de Leite do Hospital Regional do Gama - HRG e do Hospital Regional da Asa Norte – HRAN.

No que diz respeito ao Comitê de Investigação de Óbito materno, infantil e fetal, o bom funcionamento deste, no nível central, foi de importância crucial para a orientação de funcionamento e apoio aos Comitês Regionais. Ocorreram reuniões mensais com os Comitês de Investigação Regionais e as taxas de investigação de óbitos tiveram um aumento significativo, conforme acompanhamento dos indicadores que ocorre mensalmente pela SVS e por esta SAIS, tendo em vista que esta é uma ação conjunta das duas Subsecretarias.

O Programa de Triagem Neonatal do Distrito Federal (PTN-DF) é ação de saúde essencial, capaz de reduzir a mortalidade infantil, que ocorre de forma continuada. Em outubro foi publicado no DODF a criação da Referência Técnica Distrital (RTD) em Triagem Neonatal, área técnica responsável pela gestão das triagens neonatais. A RTD faz parte do Grupo Condutor Central da Rede Cegonha. Até setembro de 2018 foram realizados 32.304 exames com cobertura de 100% dos recém-nascidos nas maternidades públicas do Estado. Todos os recém-nascidos são acompanhados e monitorados e quando diagnosticados encaminhados ao tratamento especializado.

Rede cegonha

No ano de 2018, o Grupo Condutor Central da Rede Cegonha (GCCRC) direcionou os esforços para dar celeridade no andamento dos processos de construção/ambiência de Centros de Parto Normal (CPN) para o Hospital Regional da Ceilândia (HRC) e Hospital Materno- infantil de Brasília (HMIB) com o objetivo de induzir a mudança para modelo obstétrico humanizado nos serviços da SES-DF.

A respeito do pré-natal, o Distrito Federal apresenta um bom desempenho no que se refere ao número de consultas. Até o mês de outubro de 2018, aproximadamente 42 mil mulheres realizaram exames de triagem pré-natal no papel filtro, tendo sido realizadas mais de 245.000 consultas de pré-natal, com média de 74% das mulheres realizando pelo menos 7 consultas nesse período, em cumprimento ao preconizado pelo Ministério da Saúde.

Para enfrentamento da questão do percentual de parto normal, além dos investimentos para modificação do modelo de atenção ao parto e nascimento, foi realizada uma reunião do Grupo Condutor Central da Rede Cegonha com representantes das Maternidades privadas do DF, com o intuito de iniciar uma discussão ampla quanto à necessidade de diminuição das taxas de partos cesáreos nestas instituições. O percentual de cesárea é maior na rede privada (84,5%) que na rede SES (37,7%) e a rede privada tem apresentado uma queda maior nesse percentual quando comparada à rede pública.

O GCCRC atuou ainda na construção do Plano Distrital de Enfrentamento à Sífilis Congênita; na criação de fluxos de atendimento às emergências obstétricas por meio da Câmara Técnica de Ginecologia; na conclusão do Protocolo de Atenção à Saúde da Mulher no Pré-Natal, Parto, Puerpério e Cuidados ao Recém-nascido; e no treinamento dos profissionais da atenção primária de saúde que aderiram ao CONVERTE APS. Houve no segundo semestre um esforço conjunto do Grupo Condutor Central da Rede Cegonha com os Grupos Condutores Regionais, com o intuito de investigar os casos de sífilis congênita e todas as regiões de saúde apresentaram seus casos em reuniões de discussões específicas.

Rede de Urgência e Emergência

No ano de 2018, o principal trabalho desenvolvido pelo Grupo Condutor Central da RUE foi a aprovação do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências e Emergências do Distrito Federal pelo Colegiado de Gestão da SESDF. Este Plano de Ação tem validade para os próximos dois anos e foi encaminhado ao Ministério da Saúde como documento orientador da Rede do DF, e as ações ali aprovadas serão monitoradas por este Ministério.

Ações desenvolvidas em conjunto pela Rede de Urgência e Emergência e Saúde Funcional contribuíram para a definição da Linha de Cuidado do AVC, no que se refere aos critérios e fluxos de encaminhamento para os serviços de reabilitação existentes. Esta definição tem por objetivo reduzir o tempo de espera para avaliação com o especialista da reabilitação, contribuindo, desta forma, para a redução dos danos e sequelas causadas pelo AVC, acelerando o processo de recuperação, com impacto direto na maior autonomia e independência funcional. Este fluxo tem abrangência em todos os níveis de atenção à saúde.

O SAMU 192 DF realizou no ano de 2018, 74.767 atendimentos pré-hospitalares em ruas e domicílios de todo o território do Distrito Federal, bem como 3.927 transferências inter-hospitalares de pacientes graves e críticos para UTIs. Capacitou através da educação permanente em urgência e emergência, em toda a Rede de Urgência e Emergência da SES/DF, ofertando 12.855 vagas em cursos para 10.807 pessoas distintas, incluindo a educação popular em saúde por meio do Projeto Samuzinho para a comunidade, capacitando 3.509 leigos, dentre crianças, estudantes, professores, monitores e brigadistas.

No sentido de diminuir a demanda reprimida ou intervenção necessária e sem meios de transporte disponível, foi construído um Plano de Ação Regional de Urgência e Emergência, com a previsão de expansão da frota. Está sendo construída uma portaria conjunta da SES –DF, com o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, com a finalidade de estabelecer a cooperação técnica necessária para realizar o atendimento pré-hospitalar de urgências e emergências, dentre outras ações, no Distrito Federal. Durante o primeiro semestre foi formado banco de talentos de técnicos de enfermagem com habilidade e interesse para a condução de veículos de emergência em direção defensiva.

Rede de Atenção Psicossocial

Atualmente existem no Distrito Federal (DF), 18 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) estão em funcionamento. Destes, 06 CAPS destinam-se às pessoas que apresentam intenso sofrimento psíquico decorrente de transtornos mentais graves e persistentes; 07 CAPS, para pessoas em intenso sofrimento psíquico decorrente do uso de crack, álcool e outras drogas; 04 CAPS para crianças e adolescentes que apresentam transtornos mentais graves e persistentes ou sofrimento psíquico decorrente do uso de crack, álcool e outras drogas; e 01 CAPS I, para pessoas de todas as faixas etárias com sofrimento ou transtorno mental, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas.

A cobertura atual é de 0,51 CAPS/100.000 habitantes (cobertura boa segundo parâmetros do Ministério da Saúde), quando considerado os serviços habilitados no CNES e a população estimada para o DF em 2016 pela DIVEP/SVS. Contudo, ao considerar todos os serviços em funcionamento no DF a cobertura é de 0,64.

No dia 07 de março de 2018 foi inaugurado o CAPS I Brazlândia, o primeiro serviço especializado em saúde mental desta região administrativa.

Considerando o indicador “Percentual de CAPS que realizam ações de matriciamento sistemáticos com Equipes de Atenção Básica”, foi elaborado o Plano de Ação de Matriciamento em Saúde Mental na Atenção Primária à Saúde, que padroniza as ações matriciais dos CAPS com as Equipes de Saúde da Família.

O monitoramento dessas ações foi iniciado em 2018 com o objetivo de qualificar e ampliar o registro desse procedimento pelos CAPS, com o intuito de corresponsabilizar o cuidado em saúde mental na Atenção Primária, conforme preconiza o Ministério da Saúde. Este indicador foi incluído no Acordo de Gestão Regional a partir de janeiro de 2018, e os dados parciais até setembro demonstram que 57,14% dos CAPS estão realizando ações de matriciamento, o que demonstra que a meta para 2018, que é de 50%, está sendo atingida.

As ações educativas realizadas no âmbito da Saúde Mental foram direcionadas para servidores da SES, estudantes e profissionais de saúde, e comunidade. São desenvolvidas regularmente, ações educativas de prevenção e tratamento para pessoas com uso e abuso de crack, álcool e outras drogas. Neste espectro, a internação em saúde mental é considerada como uma possibilidade terapêutica quando cessados outros recursos.

O Grupo Condutor Central da Rede de Atenção Psicossocial participou da discussão para a construção do Fluxo de atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, buscando a redefinição dos pontos de atenção e critérios para encaminhamento aos serviços destinados à esta população.

Rede de Cuidado às Pessoas Com Doenças Crônicas

Dentro das ações realizadas em 2018, destacam-se as capacitações para implementação da Linha de Cuidado da Obesidade nas Regiões de Saúde Norte e Sul.

A proposta de adesão à Linha de Cuidado para Prevenção e Tratamento do Sobrepeso e da Obesidade na Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas assume papel relevante para a população com obesidade atendida pela SES-DF. Esta proposta reposiciona o sobrepeso e a obesidade como agravos de saúde a serem priorizados nas ações e nos serviços públicos prestados.

No ano de 2018, a Saúde Funcional participou da discussão do protocolo de assistência ao paciente com Hanseníase, elaborado pela Diretoria de Assistência à Saúde e Integração de Serviços/COASIS/SAIS. O mesmo encontra-se em fase final de revisão para posterior publicação, contribuindo no alinhamento dos fluxos de encaminhamento para a reabilitação e prescrição/dispensação de órteses, esta publicação deverá contribuir para a consolidação da linha de cuidado para estes pacientes.

Foi constituído um Grupo de Trabalho da Radioterapia, que revisou a classificação de risco vigente para agendamentos de primeira consulta em radioterapia e a triagem presencial dos pacientes, que passaram a ser avaliados previamente pelo radioterapeuta no IHBDF, antes de terem a solicitação de consulta inserida no SISREGIII (Sistema Nacional de Regulação). Essa medida qualificou a inserção do paciente com diagnóstico oncológico para o tratamento em radioterapia, com diminuição acentuada do tempo de espera por consultas na especialidade e promoção da agilidade necessária ao tratamento dos casos mais graves e dependentes desse tipo de tratamento. Também a contratação da rede privada para prestação de serviços em radioterapia, que aumentou consideravelmente o número de tratamentos ofertados pela SES. Foram credenciados os seguintes prestadores: Hospital Santa Lúcia (74 vagas) e Instituto de Radioterapia de Taguatinga (24 vagas).

Há o projeto de construção do Hospital de Especialidades Cirúrgicas e Oncológico que prevê a instalação de 2 aceleradores lineares, em análise na Caixa Econômica Federal; o Projeto da Construção da unidade de Radioterapia no HRT em andamento e sob gestão do PER (Plano de Expansão de da Radioterapia) do Ministério da Saúde; e a Renovação do convênio PROADI (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS) com o Hospital Sírio Libanês, com aumento do número de atendimentos, com 33 vagas mensais para os anos de 2018 a 2020, com previsão de atendimento de 1.200 pacientes da SES.

Foram elaborados e enviados à Comissão de Protocolos da SES (CPPAS) os protocolos de tratamentos de câncer de pulmão, rim e mama, além da solicitação de padronização de medicamentos para Comissão de Farmácia e Terapêutica (CFT), para atualização e inovação dos diversos protocolos de tratamento da SES.

Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência

No ano de 2018 houve a requisição de novos servidores e a ampliação de carga horária de 60 horas de profissionais no CER II – Taguatinga, sendo 40 horas de médico ortopedista e 20 horas de terapeuta ocupacional. As ações realizadas possibilitaram a adequação do serviço ao instrutivo do Ministério da Saúde e o saneamento das pendências inicialmente apontadas.

A rede também realizou diversas ações importantes visando a qualificação técnica dos serviços e a otimização dos processos de trabalhos, tais como oficinas e treinamentos.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

004 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA: Proporcionar à população do Distrito Federal acesso à assistência farmacêutica de qualidade em todos os níveis de atenção, promovendo o uso racional de medicamentos.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

23.101 – SECRETARIA DE ESTADO SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL - SES

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	4	1	Manter regularizado o abastecimento de 100% dos medicamentos padronizados na SES/DF (SES)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	92,56	91,51	97,10		97,1
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	4	2	Atender 100% da necessidade de recursos humanos em número e qualificação adequada na Atenção Básica da Assistência Farmacêutica da SES/DF; (SES) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	X	X	X	X
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	4	3	Adequar a estrutura física e organizacional de 80% das farmácias das Unidades Básicas de Saúde da SES/DF; (SES) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	80	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	X	X	X	X
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	4	4	Capacitar, em práticas de farmácia clínica, 90% dos farmacêuticos que atuam nas unidades de saúde da SES/DF; (SES) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	90	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	X	X	X	X
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	4	5	Implantar o projeto da dose individualizada em 100% dos leitos da SES-DF (SES)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	54,08	68,06	44,72		44,7
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	4	6	Aumentar a cobertura dos pacientes acompanhados pelo serviço de farmácia clínica para 25% até 2019 (SES) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016, e alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	25	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	-	127,94		852,9
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	4	7	Informatizar 100% das farmácias das SES-DF (SES) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016, e alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	36,4	53,2	44,1		44,1
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	4	8	Expandir o serviço do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (Alto Custo) com a abertura de 2 novas unidades de atendimento (Gama e Sobradinho) (SES) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016 e excluído conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	2	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	1	X	X	X

Análise Qualitativa**1. Manter regularizado o abastecimento de 100% dos medicamentos padronizados na SES/DF (SES);****2016**

Informa-se que são programados, ou seja, possuem processo para aquisição, 847 medicamentos. Diante desse quantitativo, vários são os fatores que interferem no abastecimento regular de todos eles, a exemplo: fracassos por preço nos processos licitatórios, descontinuação de fabricação, falta de matéria prima no mercado, pedidos de troca de marca, atrasos nas entregas, pedidos de cancelamento de Atas e empenhos pelos fornecedores, morosidade dos processos de aquisição, entre outros. Além do mais, em 2016, outro grande entrave para o abastecimento da rede

foi a indisponibilidade financeiro-orçamentária. Dessa forma, todos esses fatores comprometem o atingimento da referida meta, apesar de terem sido atuados processos para a aquisição de todos eles.

2017

O abastecimento de medicamentos padronizados na Rede SES fechou o ano de 2017 com o percentual de 91,51%, valor inferior a 2016.

Com intuito de amenizar os fatores que interferem no abastecimento regular de medicamentos, a SULOLOG/SES, por meio de suas diretorias, reorganizou procedimentos de fluxos de trabalho e promoveu a implantação de uma nova ferramenta eletrônica, desenvolvida pela DIPRO/SULOLOG, para realizar o monitoramento ativo e permanente dos níveis de estoque de medicamentos e materiais médicos capaz de prever com antecedência de até 90 dias as situações de risco de desabastecimento desses produtos na rede SES e, dessa forma, adotar medidas para a mitigação desses riscos.

Além disso, com a adoção do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) espera-se maior celeridade, efetividade e economicidade dos processos de contratação e aquisição desses produtos.

Apesar do melhor desempenho alcançado com a nova ferramenta, é fundamental agilizar a emissão dos pedidos de materiais indisponíveis na Rede.

2018

A Subsecretaria de Logística em Saúde (SULOLOG), vem apresentando dificuldades com relação aos sistemas de informação fonte de dados das informações sobre abastecimento sobre os estoques de medicamentos disponíveis, pois os dados fornecidos pelos sistemas não reflete o real nível de disponibilidade de insumos na Rede, a Subsecretaria de Logística (SULOLOG) encontra-se em processo de desenvolvimento de novos indicadores de abastecimento (perspectiva de indicador baseado no atendimento das solicitações de insumos).

2. Atender 100% da necessidade de recursos humanos em número e qualificação adequada na Atenção Básica da Assistência Farmacêutica da SES/DF. (SES) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016);

3. Adequar a estrutura física e organizacional de 80% das farmácias das Unidades Básicas de Saúde da SES/DF (SES). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)

4. Capacitar, em práticas de farmácia clínica, 90% dos farmacêuticos que atuam nas unidades de saúde da SES/DF (SES). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016);

5. Implantar o projeto da dose individualizada em 100% dos leitos da SES-DF (SES).

2016

O projeto de implantação do sistema de distribuição por dose individualizada nos hospitais é crucial para melhoria do atendimento e da eficiência nos gastos públicos com medicamentos. É um Sistema no qual os pedidos de medicamentos são feitos especificamente para cada paciente (24horas), de acordo com a segunda via da prescrição médica. Com isso, há diminuição dos estoques nas unidades assistenciais; facilidade para devolução à farmácia; redução potencial de erros de medicação; reduz tempo do pessoal da enfermagem quanto as atividades com medicamentos; redução de custos com medicamentos; controle mais efetivo sobre medicamentos; aumento da integração do Farmacêutico com a equipe de saúde. No entanto, em 2016, não existiram melhoras significativas quando comparado aos resultados de 2015, e a meta em implantar o serviço em 60% dos leitos não foi alcançada (54,08%). Fatores que impactaram negativamente no projeto de implantação da dose individualizada foram a falta de recursos humanos nas Farmácias dos hospitais, e sobretudo morosidade na tramitação dos processos para aquisição de equipamentos e mobiliários para equipar as farmácias da SES/DF, quais sejam: refrigeradores, carrinho hidráulico para pallets, estação de trabalho com bins para materiais e medicamentos, pallets em polietileno de alta densidade, estantes, longarinas, plataformas, seladora, estação de trabalho, armários e caixas para medicamentos, carrinho para transporte de medicamentos em dose unitária e ar condicionado.

2017

Em 2017 também se obteve êxito nos processos de aquisição de equipamentos e insumos para a estruturação das farmácias, com o empenho de 57 refrigeradores para medicamentos termolábeis; 835 caixas organizadoras para o armazenamento de medicamentos e produtos para a saúde nos hospitais e UPAs; e 2 estufas para a secagem de plantas medicinais para a produção de fitoterápicos pela Farmácia Viva. Vale ressaltar que se tratam de processos autuados em 2013 e, com o novo modelo proposto pela SUAG e dada a devida prioridade, foi possível concluí-los no exercício.

2018

No ano de 2018 houve um decréscimo de 23,34% no resultado alcançado. A mensuração da meta é realizada tendo como numerador a quantidade de leitos com a dose individualizada implantada e como denominador o número de leitos hospitalares passíveis de implantação do sistema. Tendo em vista que os valores do denominador são alteráveis (tendem a crescer), é possível que haja uma regressão no percentual do resultado, ainda que a mensuração seja de forma cumulativa. Embora seja um desafio chegar a 100% até o fim de 2019, informa-se que a finalização dos processos de aquisição e a chegada de equipamentos específicos para dose individualizada permitirá a ampliação da cobertura dos leitos com dose individualizada. Foram solicitadas, também, nomeações de AOSD Farmácia com a intuito de minimizar o déficit desse servidor nas unidades hospitalares..

6. Aumentar a cobertura dos pacientes acompanhados pelo serviço de farmácia clínica para 25% até 2019 (SES). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016, e alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Após realização do curso de capacitação em Farmácia Clínica, o próximo estágio é implantar o serviço nas farmácias hospitalares e também nas unidades básicas de saúde (cuidado farmacêutico). No entanto, essa atividade está prevista para ser monitorada e acompanhada em 2017, uma vez que a meta foi inserida na revisão do PPA 2016-2019 ocorrida em 2016. Dessa forma, os dados e resultados acerca desta meta serão obtidos ao longo de 2017.

2017

Na área da assistência, o principal projeto foi a implantação dos serviços clínicos farmacêuticos na Atenção Primária à Saúde (APS) e o fortalecimento da Farmácia Clínica nos hospitais da rede. A partir de junho de 2017, os usuários puderam contar com o cuidado farmacêutico em 12 Unidades Básicas de Saúde (UBS), o que trouxe melhores resultados para as ações de saúde relacionadas à farmacoterapia. Para 2018, está prevista a ampliação do serviço para mais 12 UBS, a criação da Rede de Serviços Clínicos Farmacêuticos, que estabelecerá o fluxo de referência e contra referência na Assistência Farmacêutica, além da ampliação da Farmácia Clínica em nível ambulatorial, que, atualmente, está implantada no HCB, HAB e no HBDF. O serviço de Farmácia Clínica foi implantado em toda a Rede SES alcançou 100% das farmácias das unidades hospitalares.

Não há possibilidade de informar o dado em percentual, conforme inicialmente fora proposto. Será proposto alteração no texto da meta. No entanto, é possível informar que o número de pacientes acompanhados pela Farmácia Clínica foi 47.149.

2018

Trata-se do número de pacientes/dia acompanhados pelo farmacêutico clínico. A meta era 21.453, foram acompanhados 48.901 o que representa 127,94 da meta proposta. Ressalta-se que em 2018 foram feitos 4 boletins informativos de farmácia clínica, os quais estão disponíveis no site da SES. Foram definidos os parâmetros mínimos de RH para a assistência (Manual de parâmetros da SES/DF). Foi concluído o curso de capacitação de farmácia clínica em parceria com o HUB, para 30 profissionais, motivos que explicam o sucesso no resultado final em relação a meta proposta.

7. Informatizar 100% das farmácias das SES-DF (SES). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016, e alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Por se tratar de meta pactuada em 2016, no processo de revisão das metas do PPA 2016-2019, cuja atividade tinha início previsto para o início do ano de 2017, informa-se que há impossibilidade temporal de cumprimento da meta, tendo em vista que a presente avaliação se refere ao ano de 2016, momento o qual a meta ainda não estava vigente.

2017

Quanto às medidas para melhorar a gestão e controle de estoques nas unidades de saúde, foi ampliado o número de unidades básicas de saúde com gestão de estoque de maneira informatizada. Na APS elevou-se de 36,4%, em 2016, para 52,3% das UBS em 2017. Mesmo frente à falta de suporte para o sistema Alphasinc, optou-se por seguir com a informatização do controle

de estoques nas Farmácias, visto ser uma demanda urgente e de alto impacto para o abastecimento, programação e orçamento da Assistência Farmacêutica. A meta pactuada para o ano de 2017 foi de 54%, entretanto o alcance foi de apenas 52,3%.

O desenvolvimento do Projeto de Cuidado farmacêutico necessitou de concentração de esforços para implantação do serviço, além disso, as unidades básicas foram ajustadas para atendimento às Portarias 77 e 78/2017, o que comprometeu a gestão local no empenho junto a estruturação física e de ampliação de recursos humanos para informatização das farmácias. Além dos problemas de conectividade na rede e o ataque de vírus ocorridos com o sistema Alphalinc, não foi possível dar celeridade no processo de informatização, prejudicando o alcance da meta pactuada.

Outra ação para melhoria desses resultados, é a estruturação dos Núcleos de Logística Farmacêutica nas regiões para auxiliar a gestão das ações de estruturação física e de recursos humanos nas farmácias das UBS.

Entretanto, é importante ressaltar a necessidade de informatização das farmácias, bem como do apoio quanto às necessidades de adequações de estrutura física (espaço, rede lógica, internet) e reforço no RH para realização das atividades, para monitoramento, assistência e fornecimento de insumos farmacêuticos.

2018

Houve uma redução da meta em comparação ao anterior devido ao período entre maio a agosto de 2018, a SES DF decidiu por seguir com o Projeto de Implantação do Sistema Hórus, em substituição ao Alphalinc (SISmateriais), o qual teve como piloto as regiões Oeste e Norte. Desta forma, a informatização pelo Alphalinc ficou sobrestada. Contudo em agosto/2018, a SES/DF declinou do projeto devido sua inviabilidade. Assim, em setembro, retomou-se o processo de informatização pelo sistema SIS-materiais, contudo com condução pela SAG, SULOG, CTINF, SUPLAN e participação da DIASF.

8. Expandir o serviço do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (Alto Custo) com a abertura de 2 novas unidades de atendimento (Gama e Sobradinho) (SES). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016 e excluído conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019).

2016

Em 2016, houve bastante movimentação acerca da inauguração da Farmácia no Gama, no entanto não se iniciaram as obras. Dessa forma, estão previstas para que sejam iniciadas em 2017. Vale ressaltar que trata-se de uma meta inserida na revisão do PPA 2016-2019 ocorrida em 2016, com proposta de acompanhamento e monitoramento a ser realizado a partir de 2017.

2017

No segundo semestre de 2017 foi inaugurada a terceira farmácia do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - CEAF (Alto Custo) na região administrativa do Gama. Estima-se que cerca de 6.000 usuários residentes nas regiões próximas, antes atendidos nas demais unidades (Ceilândia e Brasília), serão realocados para a nova unidade. Dessa forma, espera-se maior celeridade na execução dos trâmites administrativos, com redução no tempo de espera para o atendimento, e redução de deslocamento para as unidades Asa Sul e Ceilândia.

A quarta unidade de farmácia do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - CEAF (Alto Custo) está programada para abertura até 2019 na RA de Sobradinho, conforme pactuado no PDS 2016-2019.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1383	PORCENTAGEM DE LEITOS DOS HOSPITAIS DA SES-DF COM IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO POR DOSE INDIVIDUALIZADA	%	48,88	31/12/2014	60	54,08	80	68,06	90	44,72	100	DIASF/SAS/ SES / UO 23901 / OE 4
1752	NÚMERO DE NOVAS UNIDADES DE ATENDIMENTO DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DE ALTO CUSTO (Indicador incluído, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	UNIDADE	0	31/12/2017	-	-	-	-	1	0	0	SES / UO 23901 / OE4

Justificativas 2016

Indicador 1383 - Dados de jan-dez/2016. Indicador quanto maior melhor. O resultado representa um alcance de 90,13% da meta.

Justificativas 2017

Indicador 1383 - Dados de jan-dez/2017 - A variação de 14,92 pontos percentuais representa um alcance da meta de 85,07% de leitos hospitalares com dose individualizada. No entanto, a área técnica aponta a necessidade de nomeação de servidores AOS-Farmácia e aquisição de mobiliários para as farmácias hospitalares.

Indicador 1752 – Este indicador não apresenta índice para ser medido/alcançado nesse período.

Justificativas 2018

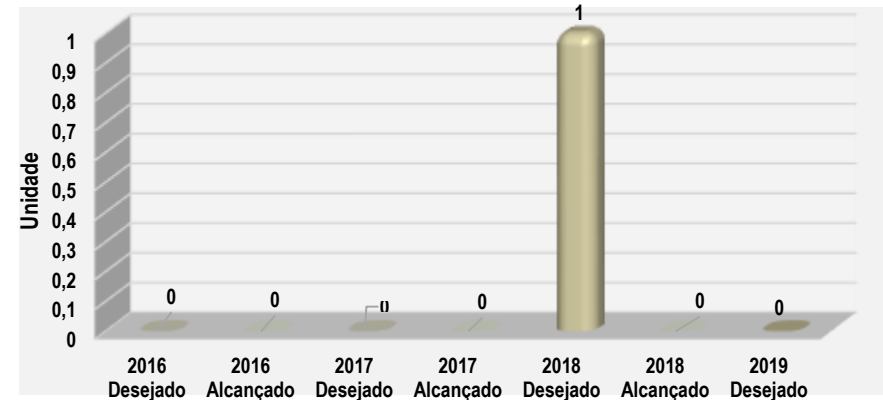
Indicador 1383 - Dados de jan-dez. Indicador quanto maior melhor. O resultado alcançado ficou abaixo da meta pactuada em 50,31%. A finalização dos processos de aquisição e a chegada de equipamentos específicos para dose individualizada permitirá a ampliação da cobertura dos leitos com dose. Outro fator importante é o capital humano. Com as nomeações de AOSD Farmácia, minimizará o déficit desse servidor nas unidades hospitalares, possibilitando a expansão da dose individualizada.

Indicador 1752 - Dados de jan-dez. Indicador quanto maior melhor. Não há projeto para abertura de uma nova unidade de farmácia do Componente Especializado no curto prazo. Já foi reiterado, por diversos instrumentos quanto a inviabilidade de abertura de nova unidade em 2018, como por exemplo, o processo SEI 00010-00000419/2017-81, além de nomeação de farmacêuticos e técnicos administrativos. Precisa de elaboração do projeto de construção ou reforma para adequação aos fluxos da farmácia com a visita e aprovação.

PORCENTAGEM DE LEITOS DOS HOSPITAIS DA SES-DF COM IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO POR DOSE INDIVIDUALIZADA



NÚMERO DE NOVAS UNIDADES DE ATENDIMENTO DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DE ALTO CUSTO



Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

2016/2018

Os percentuais empenhados e liquidados dos recursos do Fundo de Saúde foram relativamente maiores 96,22% e 81,50% respectivamente, quando comparado ao ano de 2015, no entanto, os cursos destinados à Assistência Farmacêutica foram menores. Dessa forma, mantendo a eficiência dos anos anteriores, foi possível elevar esse valor percentual.

É de extrema importância destacar que boa parte dos recursos são liberados no final do ano, o que compromete todo o planejamento realizado, tendo em vista que a demanda por medicamentos é contínua e muitas vezes regular ao longo dos 12 meses. No ano de 2016, a assistência farmacêutica desenvolveu ações para promover a oferta de medicamentos e produtos para a saúde e a melhoria nos serviços farmacêuticos prestados à população. No âmbito da assistência farmacêutica hospitalar, foi mantido o projeto para ampliar e melhorar o fornecimento de nutrição parenteral com a contratação de empresa para prestar o serviço de manipulação das fórmulas, tendo como requisito o atendimento diário, incluindo feriados e domingos.

Quanto ao projeto de implantação do sistema de distribuição por dose individualizada nos hospitais, em 2016, não houve melhoras significativas quando comparado a 2015, e a meta em implantar o serviço em 60% dos leitos não foi alcançada (54,08%). Fatores que impactaram negativamente no projeto de implantação da dose individualizada foram a falta de recursos humanos lotados nas farmácias dos hospitais, e sobretudo morosidade na tramitação dos processos para aquisição de equipamentos e mobiliários para equipar as farmácias da SES/DF, quais sejam: refrigeradores, carrinho hidráulico para pallets, estação de trabalho com bins para materiais e medicamentos, pallets em polietileno de alta densidade, estantes, longarinas, plataformas, seladora, estação de trabalho, armários e caixas para medicamentos, carrinho para transporte de medicamentos em dose unitária e ar condicionado.

Apesar das dificuldades, foi possível informatizar as farmácias satélites do Pronto Socorro do HRC, da farmácia de Dose individualizada - UTI do HRT, da farmácia do CAPS III Rodoviária e da farmácia do Pronto Socorro do HRBZ, o que permitiu melhorar o controle de estoque por parte das unidades de saúde e conseqüentemente oferecem melhores informações para a programação dos medicamentos, cujo consumo pode ser rastreado em virtude das baixas feitas pelo sistema. De certa forma houve grandes avanços nas informações obtidas por meio dos sistemas

informatizados, uma vez que foram inseridos dados das monografias de todos os antibióticos no sistema de prescrição TrakCare, pois estes dados aparecem nas prescrições dos profissionais médicos e enfermeiros, melhorando a qualidade do serviço e segurança do paciente.

Outra atividade que passou a ser desenvolvida foi o acompanhamento mensal do consumo de medicamentos padronizados da SES/DF, de modo geral e por nível de atenção. Este indicador é alimentado mensalmente, e ao final do ano é utilizado no planejamento da aquisição de medicamentos para o ano subsequente.

Além da definição do elenco mínimo de medicamentos nos CAPS com farmacêuticos, a assistência farmacêutica concluiu a elaboração de mais dois projetos: criação da Central de Unitarização de medicamentos; implementação e expansão dos serviços de farmácia clínica em todas as unidades hospitalares da SES/DF.

No âmbito da Atenção Primária, vale ressaltar o impacto causado pela alteração da estrutura administrativa no início do ano de 2016, a qual criou 7 núcleos de logística farmacêutica na atenção primária, sendo um núcleo em cada Região de Saúde. O escopo de atuação dos núcleos é prestar apoio e suporte às ações de estruturação e organização dos serviços farmacêuticos na rede de atenção primária.

Outra mudança ocasionada pela reestruturação foi a reorganização da gestão e territórios de abrangência, sendo que os centros de saúde, clínicas da família e postos de saúde urbanos e rurais, que antes eram subordinados às Gerências de Centros de Saúde ou às Gerências de Saúde da Família, passaram a ser geridos pelas Gerências de Serviços da Atenção Primária. Assim, ao todo, somam 105 gerências de serviços que são responsáveis por 162 unidades básicas de saúde e 7 unidades de saúde prisionais.

Na reestruturação das farmácias houve importante avanço com a informatização da gestão dos estoques. No início de 2016, eram 39 farmácias de unidades básicas informatizadas. Com o apoio dos núcleos de logística farmacêutica, foi possível reformar, adequar e informatizar mais 20 unidades básicas de saúde. Desta forma, de 24% de unidades informatizadas passamos a 36,4%.

No âmbito assistencial, cumpre-nos informar que atualmente, o Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - CEAF atende cerca de 30 mil pacientes, sendo 17.097 na Farmácia da Asa Sul e 12.088 na unidade da Ceilândia. No ano de 2016, as farmácias do componente especializado (antigo Alto Custo) realizaram 279.738 atendimentos, 25% a mais que no ano anterior. Houve, ainda, a ampliação do acesso aos medicamentos sujeitos a controle especial pela Portaria n.º 344, de 12 de maio de 1998 na região sudoeste, que antes contava com apenas uma unidade dispensadora em Taguatinga, e agora conta com 3 farmácias dispensadoras localizadas em Samambaia, Recanto das Emas e Vicente Pires.

O Núcleo de Farmácia de Ações está diretamente ligado à Diretoria de Assistência Farmacêutica o qual é responsável pela dispensação de medicamentos adquiridos por conta de determinações judiciais. Em 2016 o núcleo realizou 2.449 atendimentos a usuários de medicamento que foram adquiridos para atendimento de Ação Judicial, resultando uma média de 204 pessoas atendidas por mês.

Outro membro importante para a Assistência Farmacêutica é a Comissão Central de Farmácia e Terapêutica – CCFT, a qual desempenhou um papel imprescindível na avaliação dos itens padronizados pela SES/DF a fim de otimizar os gastos referentes à aquisição de medicamentos, acoplado a melhoria do acesso aos tratamentos de forma mais efetiva. Dessa forma foram revisados os itens padronizados da Atenção Básica, Média Complexidade e do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica. Foi definido juntamente com a Gerência do Componente Básico da Assistência Farmacêutica - GCBAF o elenco de medicamentos dos carrinhos de parada das unidades básicas de saúde, onde foram inseridos medicamentos injetáveis no rol de produtos padronizados para Atenção Básica.

O Núcleo de Farmácia Viva é outra unidade de saúde no quadro da DIASF, vinculado diretamente à GCBAF, o qual é responsável pelo cultivo e produção de fitoterápicos, além da distribuição para a rede pública. Em 2016 foram produzidos e distribuídos 25.277 fitoterápicos. Atualmente, o Núcleo de Farmácia Viva possui abrangência de distribuição de seus 13 fitoterápicos farmacopéicos a 21 Unidades de Saúde da SES/DF assim distribuídas: 01 Hospital, 17 Centros de Saúde; 01 Clínica da Família, 01 Estratégia Saúde da Família e o SAMU.

O ano de 2017 foi um período de mudanças estruturantes para a Assistência Farmacêutica no Distrito Federal, tendo em vista os importantes avanços alcançados nas diferentes áreas de atuação. Organizou-se o acompanhamento dos processos de aquisição e pareceres por meio de intervenções técnicas em diferentes etapas dos processos de compra de medicamentos, com a finalidade de aumentar a eficiência dos processos licitatórios, e aumentar a chance de sucesso nas aquisições. Neste sentido, a Assistência Farmacêutica tem acompanhado a situação de mercado dos medicamentos, principalmente para itens que não obtiveram sucesso em processos licitatórios, e, como consequência, é possível realizar ações corretivas como: revisar/ampliar descritivos inadequados/desatualizados; consolidação de informações sobre possíveis problemas de fabricação/comercialização; atuação junto à área responsável para definição de preços de referência no sentido de corrigir possíveis equívocos técnicos; atuação junto à área responsável pela elaboração do instrumento de compra, para adequação dos instrumentos convocatórios em casos de peculiaridades técnicas.

Na área da assistência, o principal projeto foi a implantação dos serviços clínicos farmacêuticos na Atenção Primária à Saúde (APS) e o fortalecimento da Farmácia Clínica nos hospitais da rede. A partir de junho de 2017, os usuários puderam contar com o cuidado farmacêutico em 12 Unidades Básicas de Saúde (UBS), o que trouxe melhores resultados para as ações de saúde relacionadas à farmacoterapia. Para 2018, está prevista a ampliação do serviço para mais 12 UBS, a criação da Rede de Serviços Clínicos Farmacêuticos, que estabelecerá o fluxo de referência e contra referência na Assistência Farmacêutica, além da ampliação da Farmácia Clínica em nível ambulatorial, que, atualmente, está implantada no HAB e no HBDF.

Cumprindo o papel de norteador da política das ações de Assistência Farmacêutica na SES/DF, editou -se Notas Técnicas, dentre as principais: NT nº 02 de 05/06/2017, que traz os instrumentos para organização do Cuidado Farmacêutico nas Unidades Básicas de Saúde da SES/DF; e a NT conjunta DIASF/COAPS nº 01, de 23/10/2017, que estabelece os parâmetros e requisitos para manutenção e redistribuição dos servidores técnicos/auxiliares nas farmácias das Unidades Básicas de Saúde da SES/DF. Ambas apoiam as regiões de saúde a organizarem as ações de Assistência Farmacêutica melhorando os serviços prestados.

Outra medida importante para melhorar os serviços ofertados à população foi à realização de oficinas junto às Superintendências para a ampliação da oferta de medicamentos sujeitos a controle especial em todas as UBS que tenham farmacêuticos. Para cumprimento dessa demanda editou-se a Circular SEI-GDF n.º 4/2017, de 27/11/2017, que estabelece os requisitos necessários para a guarda, controle e fornecimento dos medicamentos sujeitos a controle especial e concede o prazo de até 30 de março de 2018 para que todas as 55 UBS com farmacêutico estejam dispensando os referidos medicamentos.

De fevereiro a setembro, foi realizado o projeto de estruturação da logística da Região Leste, que teve como objetivo organizar e descentralizar a distribuição de medicamentos e insumos destinados às Unidades Básicas de Saúde da Região. O projeto obteve êxito e permitiu dar mais autonomia, resolutividade e controle da demanda desses produtos às equipes de saúde e usuários, com importante diminuição da carga de serviço das farmácias hospitalares relacionada às demandas das UBS. Em 2018, planeja-se estruturar a logística de mais 2 regiões de saúde (Centro-Sul e Sudoeste ou Norte).

Também merece destaque a inauguração da terceira farmácia do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - CEAF (antigo alto custo), em outubro, localizada na região administrativa do Gama. A ampliação do serviço se encaixa nos propósitos do governo para fortalecer os níveis de atenção de média e alta complexidade, contribuindo para a descentralização do atendimento hoje prestado, em consequência colaborando para a humanização do atendimento, aumento do acesso aos medicamentos e melhoria da assistência farmacêutica prestada. Estima-se que cerca de 6.000 usuários residentes nas regiões próximas, antes atendidos nas demais unidades (Ceilândia e Brasília), serão realocados para a nova unidade. Dessa forma, espera-se maior celeridade na execução dos trâmites administrativos, com redução no tempo de espera para o atendimento, e redução de deslocamento para as unidades Asa Sul e Ceilândia.

A quarta unidade de farmácia do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - CEAF (Alto Custo) está programada para abertura até 2019 na Região Norte (Sobradinho), conforme pactuado no PDS 2016-2019.

Outra ação realizada no âmbito do CEAF refere-se à divulgação dos estoques dos medicamentos dispensados nas unidades com o objetivo de prestar um serviço mais transparente e célere à população, mediante disponibilização da lista diária atualizada afixada nas unidades e por meio eletrônico no portal da transparência da SES-DF, evitando o enfrentamento de filas para verificar se o medicamento de interesse possui ou não estoque. Em 2018 se pretende ampliar as informações contidas no portal da SES-DF, a fim de que sejam disponibilizados em tempo real os quantitativos de estoques com apoio do DATASUS/Ministério da Saúde e demais informações quanto aos documentos necessários para solicitação de medicamentos nas unidades.

Em 2017 também obtivemos êxito nos processos de aquisição de equipamentos e insumos para a estruturação das farmácias, com o empenho de 57 refrigeradores para medicamentos termolábeis; 835 caixas organizadoras para o armazenamento de medicamentos e produtos para a saúde nos hospitais e UPAs; e 2 estufas para a secagem de plantas medicinais para a produção de fitoterápicos pela Farmácia Viva. Vale ressaltar que tratam-se de processos autuados em 2013, e com o novo modelo proposto pela SUAG e dada a devida prioridade, foi possível concluí-los no exercício.

A Farmácia Viva produziu 15.585 unidades de fitoterápicos até agosto, uma quantidade inferior a do último ano (25 mil) devido à falta de insumos, como o açúcar e potes plásticos. Entretanto, no mês de novembro, o abastecimento foi restabelecido e a produção já foi retomada. Essa produção própria atende atualmente 21 unidades de saúde. Contudo, está sendo realizado um recadastramento por meio de formulário enviado por e-mail às unidades atendidas, pois, dentre as atuais unidades de saúde cadastradas existem outras que atendem aos programas de saúde da família da região, e portanto, após o recadastramento acredita-se que esse número irá crescer.

A Farmácia Viva realizou neste ano a capacitação para mais de 40 servidores sobre plantas medicinais. Em 2018, planeja-se capacitação específica para os membros da equipe de saúde das UBS, visando multiplicar o conhecimento no tema para motivar os usuários sobre o plantio e uso adequado de plantas medicinais. Espera-se capacitar cerca de 60 servidores. Além disso, está em estudo a Inclusão do fitoterápico *Alpinia zerumbet* "Colônia", que possui ação ansiolítica.

Já o Núcleo de Farmácia Judicial realizou cerca de 3000 atendimentos na Farmácia de Ações. Atualmente existem 793 pacientes judicializados ativos cadastrados no NUFAJ. Estas ações referem-se ao fornecimento de medicamentos não padronizados, padronizados cuja patologia do paciente não se enquadra em protocolo clínico distrital ou federal e demandas por produtos padronizados apenas para atendimento hospitalar.

Houve trabalho intenso para a reorganização da Comissão de Farmácia e Terapêutica, a qual retomou suas atividades no segundo semestre do ano de 2017. Nesse período, os principais esforços foram despendidos na revisão da Relação de Medicamentos Padronizados da SES-DF – REMEDF e adequação do Regimento Interno a ser publicado seguindo as recomendações do Tribunal de Contas e as sugestões da DIORG/SUPLAN. Este trabalho visou a redução dos itens programáveis pela SES-DF a fim de otimizar os processos de trabalho, e segregar aqueles itens que vinham constando na relação, mas encontravam sérios problemas de aquisição, seja por problema de fabricação do produto, fracassos nos processos licitatórios, descontinuação na produção, itens sem consumo na rede.

Em 2018 houve avanços em diferentes áreas de atuação. A começar pela organização do acompanhamento dos processos de aquisição e pareceres, no qual houve intervenções técnicas em diferentes etapas de processos de compra de medicamentos, com a finalidade de aumentar a eficiência dos processos licitatórios e a chance de sucesso nas aquisições. A Diretoria de Assistência Farmacêutica - DIASF realizou sistematicamente investigação de situação de mercado de medicamentos, principalmente para itens que não obtiveram sucesso em processos licitatórios, e, como consequência, possa intervir com ações, tais como: revisar/ampliar descritivos inadequados/desatualizados; consolidação de informações sobre possíveis problemas de fabricação/comercialização; atuação na área responsável por definição de preços de referência no sentido de corrigir possíveis equívocos técnicos; atuação na área responsável pela elaboração de Instrumento de Compra, no sentido de adequação dos Instrumentos Convocatórios em casos que há peculiaridades técnicas, sugestões de novos procedimentos no processo licitatórios de forma a dar celeridade às aquisições, não deixando de cumprir as exigências legais. Destaca-se a atualização do Catálogo de Medicamentos da SES-DF, o qual já se encontra na sua terceira versão. Esse Catálogo compõe-se dos medicamentos da REME-DF sobre os quais a DIASF detém competências técnicas nos processos de aquisição, ou seja, excluindo-se os medicamentos da REME-DF manipulados, os cadastrados para compra eventual, os recém despadronizados e os que possuem saldo de estoque e medicamentos de compra centralizada pelo Ministério da Saúde. Considera-se também que houve importantes avanços na Assistência Farmacêutica da Atenção Primária à Saúde da SES/DF, com mudanças estruturantes que ampliaram o acesso da população aos medicamentos, bem como melhoraram a qualidade dos serviços prestados. Ampliou-se o número de unidades que fornecem medicamentos sujeito a controle especial, de 12 UBS, em 09/2015, para 26 em 2018. A Farmácia Viva, localizada no Riacho Fundo, lançou o chá medicinal de guaco e promoveu várias ações educativas sobre o uso adequado de plantas medicinais, para isto foram elaborados material educativo (panfletos) sobre goiabeira e tanchagem. Registra-se também a estruturação da Assistência Farmacêutica na APS, com aquisições de refrigeradores para armazenamento de medicamentos termolábeis e termohigrômetros nas farmácias das UBS.

No âmbito da atenção especializada, a assistência farmacêutica dedicou seus esforços principalmente na implantação da farmácia clínica nos hospitais, implantação da dose individualizada, e organização da cadeia de suprimentos, bem como elaboração e descrição dos procedimentos e atividades a nível principalmente hospitalar. Na SES/DF, as atribuições dos farmacêuticos clínicos compreendem ações de promoção do Uso Racional de Medicamentos (URM), entendido como o “processo pelo qual os pacientes recebem medicamentos apropriados para suas necessidades clínicas, em doses adequadas às suas características individuais, pelo período de tempo adequado e ao menor custo possível, para si e para a sociedade” (CFF 585/13). Para isso, os farmacêuticos utilizam processos estruturados como a análise de prescrição de medicamentos, a orientação e monitoramento dos horários de administração, a avaliação da resposta clínica do paciente, a evolução e orientação farmacêutica, entre outros. Como resultado, busca-se a otimização da farmacoterapia do paciente, a redução de custos dos tratamentos e a resolução dos problemas relacionados ao uso de medicamentos, por meio da avaliação da necessidade, efetividade e segurança de cada agente terapêutico.

Para cumprir a Portaria nº 490, de 24 de maio de 2018, que regulamenta o cumprimento das demandas judiciais no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, foi realizado um levantamento situacional dos 405 medicamentos e materiais não padronizados, cadastrados para aquisições específicas, visando o atendimento aos 1.165 pacientes atualmente ativos no Núcleo de Farmácia Ambulatorial Judicial (NUFAJ/DIASF), a fim de que as providências acerca da inicialização de procedimentos regulares para o fornecimento contínuo destes medicamentos. A conclusão da emissão de processo regular para estes 405 medicamentos e materiais de compra específica foi concluída na data de 25/10/2018, com a emissão de 26 SRP. Até o momento, 185 pedidos de aquisições foram deflagrados.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

005 – VIGILÂNCIA EM SAÚDE: Ampliação e qualificação da Política Pública de Vigilância em Saúde para prevenção, promoção, redução, e eliminação dos riscos e agravos à saúde da população.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

23.101 – SECRETARIA DE ESTADO SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL - SES

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	5	1	Ampliar a capacidade de resposta laboratorial em 7% ao ano, com ano base 2015 (SES) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016 e Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17 e excluída conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	28	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	9,64	12,34	X	X	X
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	5	2	Ampliar, em 10% ao ano, a análise fiscal de medicamentos. (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	10	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	27,72	X	X	X	X
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	5	3	Realizar 408 ações de vigilância em saúde do trabalhador até 2019 (SES) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17 e alterada conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	408	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	121	136	465		85,3
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	5	4	Manter o índice de infestação do Aedes aegypti a menos de 1% ao ano (SES)	<1	%	ACUM	MENOR, MELHOR	0,56	0,71	1,1		90,0
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	5	5	Ampliar, em 10% ao ano, o número de análises de amostras de água para consumo humano, em relação aos parâmetros nacionais (SES) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	40	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	85	-	95,7		100,0
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	5	6	Realizar inspeções sanitárias em 80% das farmácias de manipulação até 2019 (SES)	80	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	15,47	22,58	42,9		53,6
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	5	7	Realizar 105 inspeções sanitárias nos ambientes de alta complexidade de 100% dos hospitais do DF até 2019. (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016, e excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	105	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	46	X	X	X	X
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	5	8	Elaborar, anualmente, 15 documentos analíticos sobre o perfil epidemiológico e a situação de saúde no DF. (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	60	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	124	X	X	X	X
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	5	9	Encerrar, oportunamente, 90% dos casos de doenças de notificação compulsória por ano (SES)	90	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	93,3	91,91	93,4		100,0
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	5	10	Manter, anualmente, ≤ 1 o número de casos novos de AIDS em menores de 5 anos (SES). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	<=1	UNID	ACUM	MENOR, MELHOR	0,48	0,47	0		200,0
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	5	11	Realizar inspeção em 100% dos serviços de mamografia até 2019 (SES) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	-	75		75,0

Análise Qualitativa

1. Ampliar a capacidade de resposta laboratorial em 7% ao ano, com ano base 2015 (SES). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016 e Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

O aumento ocorreu pela implementação de novas técnicas de diagnóstico, no intuito de atender as demandas epidemiológicas do Brasil e sobretudo do Distrito Federal. Entre as principais análises destacam-se técnicas sorológicas para Zika vírus e Mayaro e, moleculares para vírus respiratórios e febre amarela. Além de incrementos na área de bacteriologia e micologia.

2017

Para alcance do Objetivo Aprimorar as ações do Laboratório Central para atender as demandas específicas de saúde pública no DF foi pactuado o indicador Total de ensaios implantados no escopo analítico do LACEN, tendo superado a meta (267), o que contribuiu para esse resultado foi o aumento do escopo (para 273), que foi possível devido a incorporação de novos exames na área de bacteriologia e virologia. Está em implantação o plano de ação a partir da execução das pactuações oficializadas

Com a DIVISA, DIVEP, DIVAL e outras instâncias como o Ministério da Saúde, além de outras unidades da SES como a Farmácia Viva e GEDIAG/DISAH, para ampliação do escopo. Durante o ano de 2017 o LACEN-DF a partir de articulações com Laboratórios de Referência nacionais e internacionais capacitou 08 servidores, em unidades renomadas como o Instituto Evandro Chagas, Fundação Ezequiel Dias, Universidade Federal de Uberlândia e Public Health England.

2018 – Não informado pela unidade.

2. Ampliar, em 10% ao ano, a análise fiscal de medicamentos. (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Em comparação ao ano anterior, há um aumento significativo no percentual das análises de produtos coletados. Pode-se destacar como ponto forte uma equipe exclusiva para realização de coletas de medicamentos. O ponto a melhorar é a realização de ensaios de identificação e teor.

3. Realizar 408 ações de vigilância em saúde do trabalhador até 2019 (SES). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17 e alterada conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)

2016

A meta definida para 2016 foi superada em 216%, tendo sido alcançada já no 1º Quadrimestre. Pontos fortes: Grande quantidade de Ações Educativas desenvolvidas e integração dos Projetos do Cerest. No 2º quadrimestre, a Diretoria do Cerest optou por focar nas ações de inspeção em ambiente de trabalho. Seguindo esse movimento, foram realizados dois cursos de Vigilância em Saúde do Trabalhador (VISAT), em parceria com a Fiocruz. Atualmente 90% dos técnicos do Cerest estão capacitados para realizar inspeções em ambiente de trabalho. Pontos a melhorar: Promover maior qualificação dos servidores do CEREST para realização de "Análise de Situação de Saúde" e fortalecer a integração com a Diretoria de Vigilância Sanitária para realização das "Inspeções Sanitárias em Ambientes de Trabalho".

2017

Quanto ao Objetivo Fortalecer as ações de vigilância e controle de agravos à Saúde do Trabalhador as ações planejadas foram executadas parcialmente, uma vez que de 03 ações somente 01 foi realizada: Participar de eventos com os Sindicatos e Controle Social com atividades educativas e/ou disponibilização de material informativo sobre Acidentes de Trabalho Graves, tendo o resultado (42) superado a meta (12).

É desejável dar continuidade as ações de saúde do trabalhador em todas as instâncias e pontos da Rede, mediante construção conjunta de protocolos, linhas de cuidado, fortalecendo e articulando as ações de vigilância em saúde na assistência, identificando os fatores de risco ambientais, para a proposição de ações.

2018

Cabe ressaltar que a meta para 2018 foi de 264 ações, e foram realizadas 465, verificada uma capacidade maior de desempenho da equipe a meta foi alterada conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019 para 545 a ser realizada em 2019. Em 2018 as inspeções em saúde do trabalhador efetivadas, 53% foram realizadas em parceria com a Vigilância Sanitária, com destaque para o Programa de Inspeções em Padarias e Açougues de Supermercados e Hipermercados do Distrito Federal e Marmorarias da Região Administrativa de Santa Maria. Outros segmentos também foram fiscalizados como unidades de saúde, distribuidoras de bebidas, dentre outras empresas dos ramos comercial e de prestação de serviços. As atividades educativas alcançaram 2.039 participantes e nas ações de inspeção em saúde do trabalhador foram beneficiados aproximadamente 2.882 trabalhadores. Os técnicos em vigilância em saúde do trabalhador também iniciaram em 2018 a atividade de investigação de óbitos decorrentes da atividade laboral, tendo sido investigados 32 casos, tendo sido confirmado onexo com acidentes de trabalho em 19 eventos. Quando possível, foram realizadas intervenções nos ambientes e processos de trabalho dos locais dos óbitos, visando evitar a recorrência de acidentes com outros trabalhadores.

4. Manter o índice de infestação do *Aedes aegypti* a menos de 1% ao ano (SES);

2016

Em 2016 foram realizados apenas 3 Levantamentos de Índice Rápido para *Aedes aegypti* - LIRAA dos 4 previstos em razão da priorização das visitas domiciliares, assim como a reprogramação das férias dos servidores do Ministério da Saúde que foram suspensas no primeiro semestre. No primeiro LIRAA realizado em abril, o índice de infestação predial do DF foi de 0,24%, classificado como satisfatório, e o depósito predominante foi o tipo B. Depósitos móveis: vasos/frascos com água, prato, pingadeira, recipiente de degelo de refrigeradores, bebedouros, pequenas fontes ornamentais.

No segundo LIRAA realizado em setembro, o índice de infestação predial do DF foi de 0,30%, classificado como satisfatório, e o depósito predominante, também foi o tipo B. No terceiro LIRAA realizado em dezembro, o índice de infestação predial do DF foi de 1,15%, classificado como de alerta e o depósito predominante foi o tipo D2. Depósitos passíveis de remoção/proteção: Lixo (recipientes plásticos, latas), sucatas em pátios e ferro velhos, entulhos.

Assim, o índice de infestação do *Aedes aegypti* para o DF em 2016, foi de 0,56%, ou seja, menor de 1% classificado como satisfatório.

2017

Em 2017, foram realizados 04 LIRAA programados para esse período.

No 1º LIRAA (fev/2017), foi identificado um aumento significativo de depósitos predominantes A2 (depósitos ao nível do solo para armazenamento doméstico – tonel, tambor, barril, tina, depósitos de barro (filtros,oringas, potes), cisternas, caixas d'água, captação de água em poço/cacimba/cisterna), em função da crise hídrica.

No 2º LIRAA (maio/2017), o índice de infestação predial do DF foi de 0,56%, classificado como satisfatório, e o depósito predominante permanece o tipo A2.

No 3º LIRAA (ago/2017), o índice de infestação foi 0,13%, classificado como satisfatório. O depósito predominante permanece o A2. Neste LIRA observamos uma redução do depósito predominante A2.

No 4º LIRAA (nov/2017), o índice de infestação predial do DF foi de 0,95%, classificado como satisfatório, e o depósito predominante foi o tipo A2 e B (depósitos móveis – Vasos/frascos com água, pratos, garrafas retornáveis, pingadeira, recipientes de degelo em geladeiras, bebedouros em geral, pequenas fontes ornamentais, materiais em depósitos de construção (sanitários estocados, canos, etc.), objetos religiosos/rituais).

Assim, o índice anual de infestação foi de 0,71%, alcançando a meta anual (<1%), no entanto, com resultado inferior ao ano anterior (0,56%).

Destaca-se entre as ações para o alcance da meta, o Programa Mensageiros da Água e a Ação Escola Sem Mosquito desenvolvido para o enfrentamento da mudança de comportamento em virtude da crise hídrica. Somente em maio de 2017 foram capacitados 514 profissionais da educação como multiplicadores. Essas ações foram fundamentais para orientação da população quanto ao uso racional da água, o armazenamento adequado e o combate ao *Aedes*.

De acordo com Informações fornecidas pela Terracap, em dezembro de 2017, o Distrito Federal possui 772.923 edificações. Aplicada a meta ao universo de imóveis do DF, o escopo das vistas, por ciclo, corresponde a 618.338. Portanto, para o alcance da meta são necessárias 2.473.353 visitas domiciliares no ano. Entretanto, não foi possível alcançar a meta devido principalmente ao déficit de servidores de campo. As equipes são formadas por 501 servidores que desenvolvem diretamente as atividades de visitas e inspeções domiciliares. No primeiro ciclo, foram realizadas 195.263 (31% da meta); no segundo ciclo 319.305 (47% da meta); no terceiro ciclo 304.992 (45% da meta); no quarto ciclo 261.578 (38% da meta); no quinto ciclo 271.941 (43% da meta); no sexto ciclo 283.810 (45% da meta).

De Janeiro a Outubro de 2017, foram realizadas as seguintes atividades: 124 Palestras (público atingido 7.480); 172 apresentações de Teatro (público atingido 25.627); 52 Stands (público atingido 6.845) e 07 capacitações de multiplicadores mirins (público atingido 1.370), 01 capacitação de multiplicador (público atingido 30 militares), distribuídas nas Regiões Administrativas de: Brazlândia; Ceilândia; Taguatinga; Santa Maria; Gama; Asa Norte; Asa Sul; Estrutural; Lago Sul; Guará; N. Bandeirante; Sobradinho; Planaltina; Samambaia; Recanto das Emas; Riacho Fundo I e II; Águas Claras; Paranoá; Itapuã; e São Sebastião.

As ações foram iniciadas em parceria com a secretaria das Cidades desde janeiro de 2017. Baseado no LIRA, as atividades são desenvolvidas a partir de áreas com IIP > 1% ou com circulação viral. 1º bimestre as RA's que receberam ações de manejo ambiental foram: Brazlândia, Ceilândia, Fercal, Sobradinho, Vila Planalto e Guará; 2º bimestre: Guará, Sobradinho I, Samambaia, Taguatinga, Riacho Fundo I; 3º bimestre: Santa Maria, Recanto das Emas, Riacho Fundo II, Águas Claras, Taguatinga; 4º bimestre: Taguatinga, Varjão, Lago Sul, Jardim Botânico; 5º bimestre: Gama, Park Way, Núcleo Bandeirante, Candangolândia, Lago Norte, Sudoeste, Octogonal e Cruzeiro.

Uma das ações propostas em 2017 foi a de realizar o Reconhecimento por Georreferenciamento nas regiões administrativas para subsidiar a SES nos programas de Saúde Pública (doenças transmitidas por vetores e zoonoses, animais peçonhentos, sinantrópicos e silvestres) (Ras). Em fevereiro iniciou-se o reconhecimento geográfico piloto em 1 RA (SAMAMBAIA). Houve a criação do formulário de reconhecimento geográfico. E dada a continuidade das atividades de reconhecimento geográfico nas RA's do Recanto das Emas e Gama; Santa Maria, Paranoá, Guará e Ceilândia.

2018

O 4º Levantamento Rápido do Índice de Infestação por *Aedes aegypti* (LIRA) realizado em novembro de 2018 foram localizados 388 imóveis positivos e 459 depósitos positivos nas 31 Regiões Administrativas. Das sete Regiões de Saúde, a Região Central apresentou o maior IIP, de 3,69%, com depósito predominante do tipo B; e a Região Sudoeste apresentou o menor IIP, de 0,49%. Quanto às Regiões Administrativas (RA's), 12 apresentaram IIP satisfatório, 15 apresentaram IIP de alerta e 4 apresentaram risco de surto. Verifica-se que apenas 1 RA (3,22%), Recanto das Emas, não apresentou depósitos positivos (situação representada por IIP 0,0% e ausência de depósito predominante. No entanto, mesmo que não sejam localizados depósitos positivos em uma determinada localidade o risco de infestação ainda existe, uma vez que o LIRA é realizado por amostragem. Além disso, por terem sido encontrados depósitos positivos nas demais Regiões Administrativas, o LIRA realizado no Distrito Federal detectou o aumento na presença do mosquito vetor, considerando o LIRA realizado no mês de agosto do ano corrente, mostrou que nas sete regiões de saúde a 31 regiões administrativa o índice infestação predial de Saúde os IIP's foram: Central: 3,14 (alerta); Norte: 4,56 (risco de surto); Sul: 1,71 (alerta); Leste: 2,24 (alerta); Oeste: 1,66 (alerta); Sudoeste 1,31 (alerta). O resultado final foi de 1,1 colocando o DF em alerta para um surto de arboviroses.

5. Ampliar, em 10% ao ano, o número de análises de amostras de água para consumo humano, em relação aos parâmetros nacionais (SES). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

Em 2017, para alcance da meta, foi prevista a coleta de 2.104 amostras. No entanto, foram coletadas somente 1.109 amostras para análise. Destas, foram analisadas 1.017 amostras, correspondendo a 91,70% do total coletado. Esse percentual refere-se de água tratada, as quais são realizados todos os parâmetros analíticos contidos neste indicador, quais sejam (coliformes totais, cloro residual e turbidez). As amostras restantes são de água não tratada, amostras estas para as quais não se analisa o parâmetro cloro residual, mantidas as análises de coliformes totais e turbidez.

Mesmo com a superação de algumas dificuldades detectadas durante o ano, esses quantitativos estão abaixo do esperado. A principal dificuldade foi o início tardio das coletas, que se deu em meados de abril, apenas em unidades de saúde, majoritariamente causado pela redução no quantitativo de servidores da unidade.

Adicionalmente, as limitações analíticas do LACEN-DF que restringem a 40 amostras semanais, no ano de 2017, não foi possível a pactuação interna (DIVAL/LACEN) para potencializar ações ou estratégias para atingir a meta.

Comparando o resultado de 2017 com o ano anterior, verificamos que não houve a ampliação esperada, conforme pactuado. Pois, em 2016, tinham sido realizadas 1.198 coletas e 1.131 análises, resultando em diminuição de um ano para outro, de 7% em relação às coletas e 10%, em relação ao número de análises.

Dentre as ações que poderão contribuir positivamente para o alcance da meta em 2018, destaca-se a Integração da Vigilância junto ao LACEN; a descentralização das coletas para os Núcleos Regionais de Vigilância ambiental em Saúde, a conclusão da reforma dos laboratórios do LACEN e o ajuste do quantitativo junto ao Ministério da Saúde.

Visando atingir as metas PAS/2018 de controle de qualidade da água para consumo humano, nos meses de novembro e dezembro 2017 foram realizadas reuniões com as equipes gerenciais da GEVAC/DIVAL e GCQPA/LACEN para alinhamento de quantitativos de amostras semanais e metodologias de coleta. Ante aos acertos foi construído Plano de Amostragem da Vigilância em saúde ambiental - Controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano no DF -2018.

2018

No primeiro quadrimestre, das 630 amostras coletadas, 596 foram analisadas (94%). Dessas amostras analisadas, cerca de 63% apresentaram resultado satisfatório, 29% insatisfatório e 8% foram positivas apenas para coliformes ou bactérias heterotróficas, não se adequando aos conceitos satisfatório ou insatisfatório. Das amostras insatisfatórias, 95% apresentaram resultado insatisfatório para cloro, 18% para microbiológico e 9% para turbidez. Com relação ao ponto de coleta, cerca de 81% das amostras analisadas apresentaram resultado insatisfatório pós reserva. No segundo quadrimestre o percentual de análise das amostras coletadas foi de 95,7%, sendo que 63,3% das amostras analisadas apresentaram resultado satisfatório, 29,6% resultado insatisfatório e 4,35% não se aplica aos parâmetros em análise. Das amostras insatisfatórias, 97% apresentaram resultado insatisfatório para cloro, 17% para microbiológico e 6,4% para turbidez. Com relação ao ponto de coleta, cerca de 82% das amostras analisadas apresentaram análise insatisfatória pós reserva. O resultado de 95,77% de análise das amostras coletadas deve a pactuação no Plano Distrital de Saúde e no Pacto dos indicadores interfederativo.

6. Realizar inspeções sanitárias em 80% das farmácias de manipulação até 2019 (SES);

2016

Devido à sobrecarga da equipe foram inspecionadas 50 empresas no universo de 83. Como pontos fortes podemos destacar a existência de uma equipe específica e dedicada. Um ponto a ser melhorado é planejar a distribuição da equipe de modo a atender as inspeções que não são programadas.

2017

Quanto a proporção de farmácias de manipulação inspecionadas, o resultado alcançado em 2017 foi de 22,58% ficando abaixo da meta (40,00%), programar as ações e debater com as equipes as possíveis intercorrências, facilitou e agilizou muito as inspeções de alta complexidade, porém, uma das equipes foi desfeita impactando no processo de trabalho.

2018

A Diretoria de Vigilância Sanitária, justifica o baixo desempenho por causa da insuficiência de pessoal, visto que a equipe que inspeciona farmácias é a mesma que inspeciona indústrias, e que as inspeções de fábrica de gases medicinais são complexos e demandam muitas reinspeções e adoção de outras medidas. A Equipe de Inspeção é composta por duas auditoras, sendo que uma faz parte do programa de inspeção em drogarias. A proposta para melhoria do alcance da meta para 2019 é identificar profissionais na VISA-DF com perfil para integrar o Programa de Inspeção em Farmácia com Manipulação e capacitá-los. Formar duas equipes, exclusivas, compostas por dois profissionais com formação em farmácia como também quatro auditores da carreira de Auditor de Atividades Urbanas a serem lotados na DIVISA.

7. Realizar 105 inspeções sanitárias nos ambientes de alta complexidade de 100% dos hospitais do DF até 2019. (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016, e excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Foram pactuadas 102 ações de VISA em 34 hospitais até 2019. Desse total em 2016 até o final do segundo quadrimestre foram realizadas 17 ações de VISA, sendo 07 no primeiro e 10 no segundo quadrimestre de 2016, o que representa 77,27% tendo como base 22 inspeções programadas em 2016. Como pontos fortes pode-se destacar planos de ação consolidados, legislação disponível, roteiro de inspeções elaborados, reconhecimento do setor regulado, implantação do sistema de informação; modelos de relatórios elaborados e vasto histórico sanitário dos hospitais do Distrito Federal. Destaca-se alguns pontos a serem melhorados, tais como: insuficiência de infraestrutura física e organizacional e de logística adequada à operacionalização das atividades fins da gerência; insuficiência de servidores lotados na gerência; insuficiência de capacitação e qualificação. No 3º quadrimestre o programa de inspeções nos hospitais do DF foi completamente cumprido no ano de 2016, considerando a meta de 22 hospitais.

8. Elaborar, anualmente, 15 documentos analíticos sobre o perfil epidemiológico e a situação de saúde no DF. (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

A GIISS produziu 11 documentos, destacando que o estudo do perfil de morb/mortalidade é fundamental para conhecer as condições de saúde e de doença de uma população. Saber onde e quantos adoecem e morrem, do que morrem, com que idade e as circunstâncias do óbito, é importante para avaliar o acesso e a qualidade do sistema de saúde e reorientar as políticas públicas de saúde, quando necessário. Dados dos relatórios estratificados em 2016 são referentes ao ano de 2015, dados parciais e provisórios na data dos relatórios. Fonte: SINAN- SIM-SINASC - as datas de fechamento dos bancos são de outubro do ano subsequente.

Foram produzidos e divulgados 2 Boletins Epidemiológicos (DST/Aids e de Sífilis) em 2016. Estes instrumentos são necessários para o conhecimento da situação e perfil epidemiológico dessas doenças nas regiões do DF e permitem analisar fatores que contribuem para essa situação e traçar recomendações de enfrentamento e/ou melhoria da atenção à saúde no DF.

O objetivo com a elaboração dos documentos analíticos sobre o perfil epidemiológico e a situação de saúde do DF foi divulgar dados e indicadores relevantes, dar ampla divulgação para diferentes públicos e fornecer informações para o planejamento e programação da SES/DF.

9. Encerrar, oportunamente, 90% dos casos de doenças de notificação compulsória por ano (SES);

2016

O cumprimento da meta depende das ações desenvolvidas pelas equipes de Vigilância Epidemiológica das Superintendências de Saúde, além da necessidade de uma rede informatizada para a inserção dos dados no Sistema Nacional de Agravos e Eventos de Notificação-SINAN, inseridos no local de atendimento do paciente. O desafio hoje é colocar o complexo penitenciário ligado diretamente na rede do SINAN SES/DF para captação dos casos oportunamente. Data de extração dos dados 13/03/2017, Fonte: SINAN, Dados parciais e provisórios, os dados definitivos encerram-se em outubro do ano subsequente ao da notificação.

2017

O resultado anual de 2017 foi de 91,91% - a meta foi superada.

Verifica-se que a utilização do SINAN vem contribuindo para o encerramento em tempo oportuno das doenças de notificação compulsória.

Em 2017, as regiões centro sul, oeste, sul e sudoeste tiveram todas as unidades de saúde com SINAN implantado, sendo que na região centro sul o treinamento dos servidores para uso do SINAN foi feito pela própria equipe da Vigilância Epidemiológica. As regiões centro norte, leste e norte ainda estão em fase de descentralização.

Como fatores positivo destaca-se a melhoria na rede intranet e internet SES, a quantidade de unidades que realizam a inserção dos dados a partir da unidade de atendimento do paciente e a descentralização do SINAN para todas as UBS.

2018

A vigilância epidemiológica em âmbito hospitalar tem como principal objetivo detectar, notificar e investigar as Doenças de Notificação Compulsória (DNCI) e demais agravos de relevância epidemiológica, principalmente para as doenças emergentes, reemergentes, os casos mais graves atendidas em hospital, pois são os hospitais que mais detectam casos de DNCI, por isso devem estar sempre alertas a qualquer suspeita de uma notificação no âmbito hospitalar. Foram encerrados oportunamente 93,42% dos casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI), superando a meta de 90% (dados parciais e provisórios 07/01/2019, fonte: Sinan). O resultado se deve à descentralização do Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN para as unidades básicas de saúde e que mostrou uma eficácia para o indicador, criando uma possibilidade do acompanhamento do caso desde a notificação até o encerramento, oportunidade de inserção dos dados. Foram realizadas capacitações in loco nas unidades de saúde públicas e privadas para o uso do programa, além de treinamentos para uso da ferramenta de análise do indicador.

10. Manter, anualmente, ≤ 1 o número de casos novos de AIDS em menores de 5 anos (SES). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Houve somente 01 caso registrado no DF no ano de 2016(*) (numa população de 209.853 hab. menores de 5 anos). As ações para o controle da transmissão vertical do HIV estão implementadas no âmbito da Rede Cegonha, que coordena a implantação do diagnóstico e tratamento oportuno da gestante no pré-natal e parto e tratamento do recém-nascido, bem como o

fornecimento de fórmula infantil substitutiva à amamentação. Em 2016(*) foram notificadas 65 gestantes com HIV, o que demonstra a eficácia das estratégias implementadas e a necessidade de sua manutenção. (*) Fonte SINAN 2016. Dados preliminares, sujeitos à alteração. Extraídos em 10/01/17.

2017

A incidência de AIDS em menores de 5 anos de idade teve o resultado alcançado (0,47) - coeficiente de incidência da AIDS ≤ 1 caso por 100.000 crianças menores de 5 anos , o que evidencia a eficiência das ações de controle da transmissão vertical do HIV. Foram notificados 52 casos de gestantes com HIV. No entanto ocorreu apenas 1 caso novo de AIDS em menores de 5 anos, demonstrando a eficiência das medidas de controle da transmissão vertical, com diagnóstico precoce, tratamento ARV à gestante e ao recém-nascido e o fornecimento de fórmula infantil, beneficiando por mês cerca de 60 crianças expostas ao HIV e HTLV até os 18 meses de idade.

2018

Não houve caso notificado de HIV em menor de 5 anos. Mantida estratégias de controle da transmissão vertical do HIV. Até a data da extração dos dados, os casos do mês de dezembro não estavam inseridos. O processo de aquisição de FI teve somente 1 item aprovado, podendo, assim, haver risco de falta de insumo no início de 2019. Iniciada as medidas para evitar desabastecimento.

11. Realizar inspeção em 100% dos serviços de mamografia até 2019 (SES) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).

2017

Como a meta é nova, apenas será mensurada a partir do ano de 2018

2018

Apesar de ter sido inspecionada todos os serviços de mamografia a avaliação dos inspecionados, a maioria das não conformidades encontradas no setor estão relacionadas com a utilização de monitores inadequadas para avaliação das imagens, falta de negatoscópio e processadoras de imagem desconformes com o necessário ao serviço. Quanto ao controle de qualidade as irregularidades relacionadas com a análise periódica do phantom e periodicidade da avaliação da qualidade dos processos. Cerca de 10 % dos serviços foram interditados por falta de controle de qualidade e outros pelo processamento inadequado de imagens.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1384	PERCENTUAL DE IMÓVEIS POSITIVOS NOS 04 LEVANTAMENTOS RÁPIDOS DE ÍNDICE PARA AEDES AEGYPTI (LIRAA) REALIZADOS	%	0,76	31/01/2015	<1	1,01	<1	0,71	<1	1,48	<1	SIST INF LIRAA/ GEVAPAC/DIVAL /SES / UO 23901 / OE 5
1385	PERCENTUAL DE CÃES VACINADOS COM A VACINA ANTIRRÁBICA NO DF	%	37	31/01/2015	80	53,81	80	36,83	80	50,67	80	GEVAZ/ DIVAL/ SES / UO 23901 / OE 5
1386	PROPORÇÃO DE VACINAS SELECIONADAS DO CALENDÁRIO NACIONAL DE VACINAÇÃO PARA CRIANÇAS MENORES DE DOIS ANOS DE IDADE - PENTAVALENTE (3ª DOSE), PNEUMOCÓCICA 10-VALENTE (2ª DOSE) , POLIOMELITE (3ª DOSE) E TRÍPLICE VIRAL (1ª DOSE)- COM COBERTURA VACINAL PRECONIZADA. (Indicador alterado, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).	%	100	31/01/2015	100	44,44	-	-	100	0	100	GEVEI/ DIVEP/ SES / UO 23901 / OE 5
1753	PROPORÇÃO DE SERVIÇOS DE MAMOGRAFIA INSPECIONADA (Indicador incluído, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	%	35	30/11/16	-	-	50	56	75	75	100	SES / UO 23901 / OE 5

Justificativas 2016

Indicador 1384 - Indicador quanto menor melhor. Foram realizados os 3 ciclos de LIRAA, o DF encontra-se em alerta em razão do índice está maior que 1, segundo a área técnica. Houve providências aos insumos como uniformes e outros materiais para o trabalho de campo, tendo ainda o desafio de falta de pessoal e veículos para a logística operacional.

Indicador 1385 - Indicador quanto maior melhor. O resultado representa 67,01% da meta. Para atingir a meta são necessários ampliação em 40% o número de postos de vacinação, dos vacinadores para 3.360 vacinadores o total de pessoas nos dias de campanha. Ainda continua baixo a quantidade de profissionais envolvidos na campanha.

Indicador 1386 - Indicador quanto maior melhor. Os dados são parciais por problemas em algumas regionais para fechamento do sistema. Segundo a área técnica providências estão sendo adotadas para correções no sistema (SIPIN - Sistema do Programa Nacional de Imunização com previsão para mar/2017).

Justificativas 2017

Indicador 1384 - O indicador é decrescente. Quanto menor melhor. A meta foi superada em 28,98%. O quarto LIRA foi realizado entre os dias 20/11 e 24/11. O índice de infestação predial do DF foi de 0,95%, classificado como satisfatório, e o depósito predominante foi o tipo B. A equipe técnica afirma que as ações que mais contribuíram para o alcance da meta foram: maior integração entre os núcleos regionais; identificação das áreas com maior incidência de infestação do *Aedes aegypti*.

Indicador 1385 - A variação de 43,17 pontos percentuais, representa um alcance da meta de 46,04%, ficando abaixo 53,96% da pactuada. Segundo a área técnica foram realizadas divulgações da vacina de rotina durante todo o ano nos postos de vacinação da rede. Indica como necessidade fomentar parcerias com demais órgãos como SEMA, IBRAM, EMATER, CBM, PMDF e Forças Armadas para ampliar os postos de vacinação de rotina e campanha.

Indicador 1386 - O indicador considera as quatro vacinas selecionadas na pactuação interfederativa pelo MS que considera o parâmetro de 95% para cada dose. Assim sendo, o DF só alcançou 87%, ficando 8,42% abaixo da meta preconizada nacionalmente, o que acaba zerando a informação.

Indicador 1753 - Dados de jan-dez/2017 - A variação de 6 pontos percentuais representa um aumento de 12% em relação a meta pactuada. São 96 serviços cadastrados no DF.

Justificativas 2018

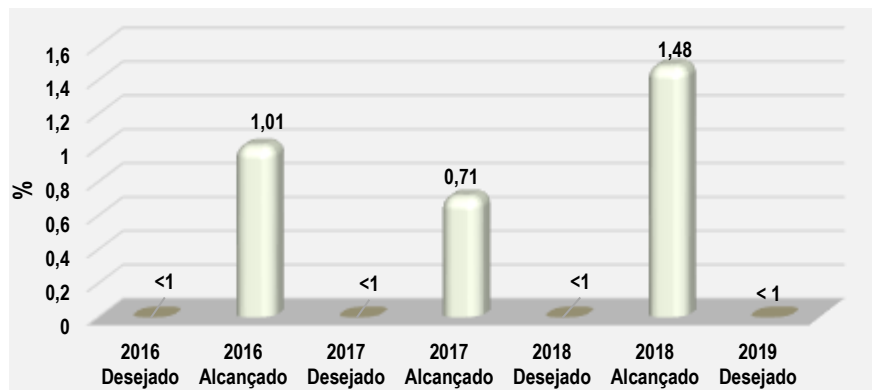
Indicador 1384 - Dados de jan-dez. O indicador quanto menor melhor. O resultado não foi alcançado. No quarto LIRAA realizado em novembro, foram localizados 388 imóveis positivos e 459 depósitos positivos nas 31 RA. Considerando as sete Regiões de Saúde, a Região Central apresentou o maior IIP, de 3,69% com depósito predominante do tipo B; e a Região Sudoeste apresentou o menor IIP, de 0,49%. Houve aumento na presença do mosquito vetor.

Indicador 1385 - Dados de jan-dez. Indicador quanto maior melhor. O resultado alcançado significou 73,64% da meta pactuada, ficando abaixo em 26,36. Quando comparado ao ano anterior houve um aumento de vacinação de 59,95%. Ações como apoio na coleta de produtividade de vacinação antirrábica das clínicas veterinárias, fortalecimento da divulgação em diferentes meios de comunicação e divulgação do Projeto de Credenciamento de Clínicas Veterinárias para Vacinação.

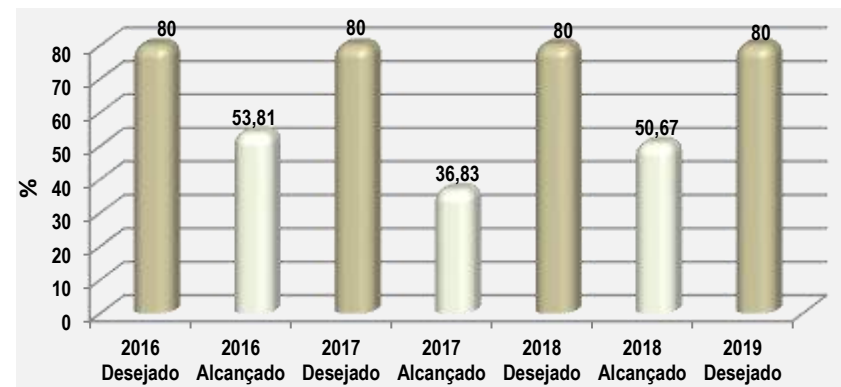
Indicador 1386 - Dados de jan-nov.- NÃO INFORMADO PELA SES-DF

Indicador 1753 - Dados de jan-dez. Indicador quanto maior melhor. O resultado ficou dentro do esperado. Quanto ao controle de qualidade as irregularidades relacionadas com a análise periódica do phantom e periodicidade da avaliação da qualidade dos processos. Cerca de 10 % dos serviços foram interditados por falta de controle de qualidade e outros pelo processamento inadequado de imagens

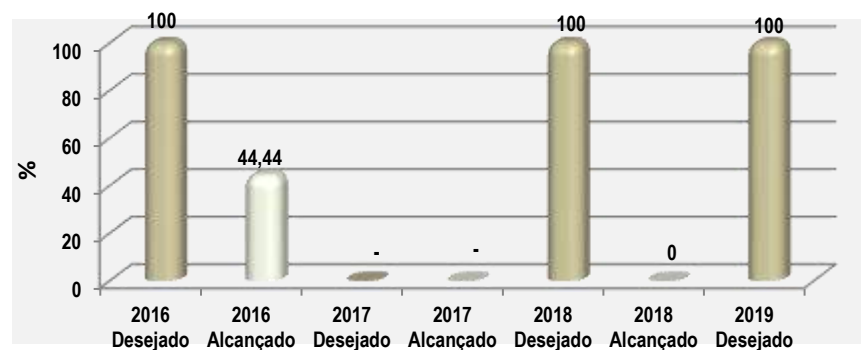
PERCENTUAL DE IMÓVEIS POSITIVOS NOS 04 LEVANTAMENTOS RÁPIDOS DE ÍNDICE PARA AEDES AEGYPTI (LIRAA) REALIZADOS



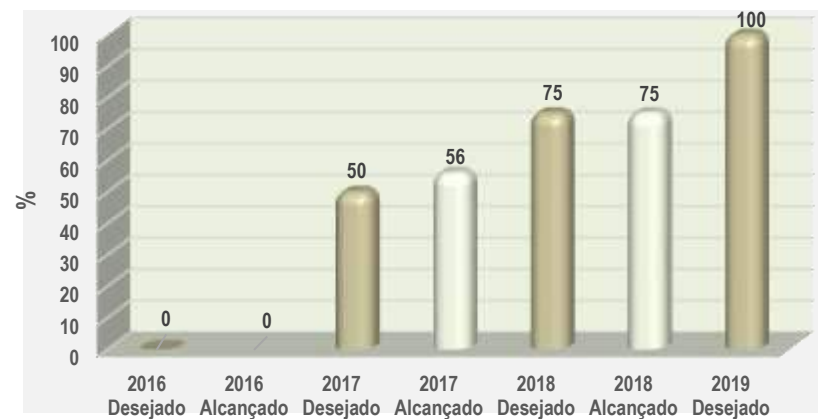
PERCENTUAL DE CÃES VACINADOS COM A VACINA ANTIRRÁBICA NO DF



PROPORÇÃO DE VACINAS SELECIONADAS DO CALENDÁRIO NACIONAL DE VACINAÇÃO PARA CRIANÇAS MENORES DE DOIS ANOS DE IDADE - PENTAVALENTE (3ª DOSE), PNEUMOCÓCICA 10 - VALENTE (2ª DOSE), POLIOMELITE (3ª DOSE) E TRÍPLICE VIRAL (1ª DOSE) COM COBERTURAS VACINAIS PRECO



PROPORÇÃO DE SERVIÇOS DE MAMOGRAFIA INSPECIONADA



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6202	5	1	Fortalecimento do Programa de Qualidade Laboratorial do LACEN.	23101	-	<p>2016 Foram realizadas visitas técnicas nos núcleos técnicos e administrativos do Lacen pela Gerencia do Sistema de Qualidade. Revisões de manuais e procedimentos operacionais padrões. Participação de dois servidores do Lacen no curso da norma ABNT NBR ISSO 15189/2015. Treinamento dos servidores no programa 5 s e em dois procedimentos gerenciais. Formação da comissão de qualidade e da comissão de resíduos químicos.</p> <p>2017 Para alcance do Objetivo Aprimorar as ações do Laboratório Central para atender as demandas específicas de saúde pública no DF foi pactuado o indicador Total de ensaios implantados no escopo analítico do LACEN para 273 tipos de exames, tendo superado a meta de 267, com a incorporação de novos exames na área de bacteriologia e virologia. O LACEN-DF em articulações com Laboratórios de Referência nacionais e internacionais capacitou 08 servidores, em unidades renomadas nacionalmente, como o Instituto Evandro Chagas, Fundação Ezequiel Dias, Universidade Federal de Uberlândia e Public Health England.</p> <p>2018 – Não Informado pela unidade</p>
6202	5	2	Promoção da educação continuada dos profissionais.	23101	-	<p>2016 Ações de educação continuada foram desenvolvidas pela SVS, nas seguintes Diretorias: Realizada a Oficina de Programação Distrital da Vigilância Sanitária - A programação fiscal distrital foi elaborada para facilitar o gerenciamento dos riscos sanitários e o monitoramento de estabelecimentos sujeitos à fiscalização da vigilância sanitária. Capacitação de gerentes, servidores lotados nas gerências e gabinete, chefes de núcleos de inspeção, auditores de atividades urbanas, gestores e especialistas lotados na Diretoria de Vigilância Sanitária para o desenvolvimento de programas distritais utilizando a metodologia preconizada pelo sistema de gestão da qualidade. Promoção de capacitações em hanseníase; capacitação para o diagnóstico precoce e manejo clínico adequado da tuberculose; e capacitação em classificação e manejo clínico das Arboviroses (dengue, Chikungunya e Zika) para diversos profissionais de saúde do Distrito Federal. Foram realizadas 9 capacitações para 1.145 profissionais de saúde tanto de nível médio como superior; As ações realizadas atingiram aos objetivos propostos contribuindo para o alcance das metas dos indicadores do Plano Distrital de Saúde e no COAP. Foi realizada uma exposição dialogada sobre "Causas Externas" no Ciclo de Debates. Realizadas capacitações para a atuação nas situações de violência e notificação compulsória das violências interpessoais e autoprovocadas. Realizamos também capacitação para o fortalecimento do Atendimento especializado à violência e encontros de capacitação continuada para os Chefes do NUPAV. Foram feitos 33 encontros de capacitações continuadas para a gestão dos NUPAV nas Regiões de Saúde do DF. 24 capacitações para a atuação nas situações de violência, e ficha de notificação de violência interpessoal/autoprovocada., mediação de conflitos e comunicação não violenta.</p> <p>2018 – não informado pela unidade</p>
6202	5	3	Fortalecimento de articulações com as demais Subsecretaria da SES/DF (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	23101	X	<p>2016-Realização de oficina de implementação da Vigilância em Saúde na Atenção Primária. Atuação no Grupo Condutor da Rede Cegonha, a fim de fortalecer a implementação das ações de diagnóstico e controle da sífilis em gestante, congênita, HIV em gestante e crianças expostas ao HIV. As ações realizadas atingiram aos objetivos propostos contribuindo para o alcance das metas dos indicadores do Plano Distrital de Saúde e no COAP. Foi realizada articulação com atenção primária a saúde para implantação da capacitação dos profissionais para implantação do Projeto Jogo de Cintura. Para a implantação da Linha de Cuidado para pessoas em situação de violência foram realizadas reuniões para coordenação, pactuação e articulação com as Superintendências, outros setores da Secretaria e Unidades Hospitalares de Referência Distrital. Foi realizada articulação com setores da Secretaria para a recomposição de recursos humanos e pactuação de fluxos e protocolos de atendimento a pessoas em situação de violência na rede da SES/DF.</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6202	5	4	Elaboração e implantação de Plano de Comunicação Interna e Externa (<i>Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17</i>)	23101	X.	2016 Quanto à elaboração e implantação de Plano de Comunicação Interna e Externa, a Secretaria utilizou os meios de comunicação interna e externa para sensibilizar e mobilizar para a temática da violência. Foram utilizados documentos oficiais, notas técnicas, fluxos, atividades de sensibilização e e-mail para a comunicação interna e uso do site e redes oficiais da SES/DF.]
6202	5	5	Realização de análises e estudos de modelos já existentes de Agências de Vigilância em Saúde (<i>Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17</i>)	23101	X	2016 A transformação da Subsecretaria de Vigilância à Saúde – SVS em Agência de Vigilância em Saúde encontra-se em análise nesta SES/DF.
6202	5	6	Elaboração de instrumento legal para viabilizar a criação da Agência Distrital de Vigilância em Saúde do DF e do Sistema Distrital de Vigilância em Saúde do DF (<i>Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17</i>)	23101	X	2016 A transformação da Subsecretaria de Vigilância à Saúde – SVS em Agência de Vigilância em Saúde encontra-se em análise nesta SES/DF.
6202	5	7	Criação de Grupo Técnico - GT para discutir a elaboração da Missão, Visão e Valores, bem como o Plano de Gestão da Agência Distrital de Vigilância em Saúde do DF. (<i>Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17</i>)	23101	X	2016 A transformação da Subsecretaria de Vigilância à Saúde – SVS em Agência de Vigilância em Saúde encontra-se em análise nesta SES/DF.
6202	5	8	Elaboração de Regimento Interno da Agência Distrital de Vigilância em Saúde do DF. (<i>Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17</i>)	23101	X	2016 A transformação da Subsecretaria de Vigilância à Saúde – SVS em Agência de Vigilância em Saúde encontra-se em análise nesta SES/DF.
6202	5	9	Elaboração de instrumento legal para criação da carreira de Vigilância em Saúde do DF. (<i>Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17</i>)	23101	X	2016 A transformação da Subsecretaria de Vigilância à Saúde – SVS em Agência de Vigilância em Saúde encontra-se em análise nesta SES/DF.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

2016/2018

Vigilância em Saúde do Trabalhador (VISAT)

A Saúde do Trabalhador, promoveu dois cursos com apoio da Fiocruz, para capacitação de servidores e representantes sindicais em inspeção sanitária. Foram executadas 121 ações de VISAT, sendo que a meta anual foi superada em 223%.

A vigilância em saúde se relaciona às práticas de atenção e promoção da saúde dos usuários e aos mecanismos adotados para prevenção de doença, com base na análise das situações de saúde, de forma a programar e desenvolver ações Inter setoriais, na intenção de dar respostas aos problemas e necessidades da saúde da população. A organização da vigilância em saúde no DF se dá por meio das áreas de vigilância ambiental, vigilância sanitária, vigilância da saúde do trabalhador, vigilância epidemiológica e também do Laboratório Central de Saúde Pública do DF, as quais devem se integrar entre si, bem como estar articulada com a assistência em saúde.

Uma importante ação neste ano foi a implantação do Comitê de Monitoramento de Eventos em Saúde Pública (CMESP), com reuniões semanais com o objetivo de monitorar eventos e surtos ocorridos no DF e propor resposta e controle oportunos. Foram publicados 03 documentos técnicos no âmbito da SVS decorrente da reuniões realizadas pelo Comitê.

Quanto ao Objetivo Fortalecer as ações de vigilância e controle de agravos à Saúde do Trabalhador, as ações planejadas foram executadas parcialmente, uma vez que de 03 ações somente 01 foi realizada: Participar de eventos com os Sindicatos e Controle Social com atividades educativas e/ou disponibilização de material informativo sobre Acidentes de Trabalho Graves, tendo o resultado (42) superado a meta (12). Foram realizadas 136 ações com foco em saúde do trabalhador. A maioria das inspeções em saúde do trabalhador foi realizada em parceria com a Vigilância Sanitária, com destaque para o Programa de Inspeções em Marmorarias e Serralherias, com o objetivo de sensibilizar os participantes sobre o impacto da atividade laboral na saúde do trabalhador, prevenção de agravos à saúde relacionados ao trabalho, bem como temas relativos ao âmbito da organização em diversos setores do Estado e das representações dos empregadores e trabalhadores.

Se faz necessário articular as ações de saúde do trabalhador em todas as instâncias e pontos da Rede, mediante construção conjunta de protocolos, linhas de cuidado, fortalecendo e articulando as ações de vigilância em saúde na assistência, identificando os fatores de risco ambientais, para a proposição de ações.

Em 2017 iniciou-se também a atividade de investigação de óbitos decorrentes da atividade laboral, tendo sido investigados 11 casos de acidentes de trabalho com óbito, sendo 100% dos casos investigados notificados no SINAN e sendo, quando possível, realizadas intervenções nos ambientes e processos de trabalho, visando evitar a recorrência de acidentes graves ou fatais.

Vigilância Ambiental

Em 2016, houve atuação intensa nas ações de inspeção, prevenção e controle dos fatores ambientais biológicos e não biológicos capazes de influenciar na saúde da população do DF. Também foram realizadas as ações de Mobilização Social visando a redução das doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti*. Outro destaque foi a Campanha de Vacinação de cães e gatos, na qual foi alcançado o maior número de animais vacinados desde de 2002, para as três etapas.

Para o controle, intervenção, monitoramento e orientações quanto aos vetores *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus* foram previstos ao longo do ano a realização de seis ciclos de visitas aos imóveis existentes do Distrito Federal. A meta estabelecida foi de 80% das visitas previstas, em pelo menos 4 dos 6 ciclos pactuados, totalizando 2.978.121 visitas.

Foram contabilizados cerca de 930.662 imóveis existentes no DF, de acordo com os dados da Sala de Situação para Enfrentamento ao *Aedes aegypti* do DF, e foram realizadas 2.273.314 visitas.

Foram adotadas novas metodologias de controle químico de vetores. Uma delas foi a aplicação do inseticida em aerossol (Aero System) para o bloqueio de transmissão intradomiciliar da dengue e outras endemias, priorizando os imóveis próximos aos hospitais e residências de grávidas. Além disso, também utilizou-se de biolarvicidas tanto na formulação líquida como em pastilhas para o tratamento de focos do vetor.

Outra estratégia utilizada para o monitoramento da infestação do *Aedes*, foi a implantação de armadilhas entomológicas para larva e mosquito adulto.

Nas ações de Levantamento de Índice Rápido para *Aedes aegypti* (LIRAA), foram realizadas 26.340 visitas para o primeiro ciclo, as ações aconteceram no período de 11 a 15/04/2016. Para o segundo quadrimestre, não foi possível a realização do LIRAA, uma vez que a programação para junho/2016 teve que ser adiada para setembro/2016, em virtude da orientação ministerial para que todos os esforços fossem centrados no combate de campo e nas visitas domiciliares. O segundo LIRAA foi realizado de 26 a 30/09/2016 com 26.480 imóveis visitados. O terceiro ciclo aconteceu de 05 a 09/12/2016 com 25.386 imóveis visitados.

Em relação a Vigilância entomológica de Febre Amarela, foram realizadas 100% das inspeções previstas mensalmente em 2016, e, não foi registrado nenhum resultado positivo quanto ao isolamento do vírus amarílico ou outro flavivírus a partir dos exemplares de culicídeos capturados oriundos das atividades de vigilância entomológica.

Nas atividades das arboviroses foram desenvolvidas ações de inspeção, prevenção, controle de Mobilização Social visando a redução das doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti*. Como uma das principais atividades para o controle, intervenção, monitoramento e orientações quanto aos vetores *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus* foram pactuados e programados 6 ciclos de visitas aos imóveis existentes do Distrito Federal ao longo do ano. Vale ressaltar que dos 6 ciclos de visitas pactuados, pelo menos 4 devem possuir 80% dos imóveis visitados. Além da reestruturação dos serviços, a atualização e adequação das metodologias de monitoramento e controle de vetores preconizadas pelo Programa Nacional de Controle da Dengue para a realidade do Distrito Federal, é fundamental para a qualificação das ações desenvolvidas, assim como uma melhor perspectiva de alcance das metas pactuadas. Para tanto, a edição e publicação do Manual de Ações de Vigilância Ambiental em Saúde são indispensáveis. Nos Levantamentos de Índice Rápido para *Aedes aegypti* (LIRAA), o primeiro ciclo ocorreu em março. O segundo ciclo foi realizado, em maio, com 26.209. O terceiro ciclo aconteceu em agosto com 26.552 imóveis visitados. O quarto ciclo aconteceu, em novembro, com 26.479 imóveis visitados. A realização dos quatro LIRAA foi fundamental para orientar a programação de ações e as estratégias pontuais de controle do *Aedes*. Em março de 2017, com a realização do 1º LIRAA foi possível identificar uma mudança de comportamento na

população do DF, que influenciada pela crise hídrica e o racionamento de água, passou a armazenar água para uso doméstico de forma indiscriminada, potencializando o surgimento de criadouros de vetores. Essa mudança promoveu uma transmissão sustentada de dengue no DF em período diverso do costumeiramente sazonal. Os resultados dos LIRAA também subsidiam a priorização das ações do Programa Cidades Limpas. Para enfrentamento da mudança de comportamento em virtude da crise hídrica, foi desenvolvido o Programa Mensageiros da Água e a Ação Escola Sem Mosquito. Somente em maio de 2017 foram capacitados 514 profissionais da educação como multiplicadores. Essas ações foram fundamentais para orientação da população quanto ao uso racional da água, o armazenamento adequado e o combate ao Aedes.

Vigilância Epidemiológica

Em 2016 foram notificados e investigados 716 casos de Doenças Imunopreveníveis em moradores do DF. No mesmo período, notificados e investigados 23 casos de Doenças de Transmissão Hídrica e Alimentar em moradores do DF.

A Campanha Nacional de Vacinação contra a Influenza aconteceu no período de 18 de abril a 20 de maio 2016. Ao todo foram vacinadas 666.130 pessoas, 106,5 % da meta estipulada pelo Ministério da Saúde. Além disso, em setembro foi realizada a Campanha Nacional de Multivacinação. Nessa Campanha, foram aplicadas 80.387 doses de vacinas, sendo 68.247 doses de vacinas em menores de 5 anos, 4.669 doses de Tríplice viral em menores de 19 anos e 7.471 doses contra HPV em meninas de 9 a 14 anos. No total, foram aplicadas 2.353.092 doses de vacina no DF, durante o ano.

Dengue, Chikungunya e Zika - Em 2016 houve um aumento significativo de 73,41% no número de casos confirmados de dengue em relação ao ano anterior. Ocorreu simultaneamente uma alta incidência no entorno e outros estados vizinhos (Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul foram os estados com maior incidência de Dengue no Brasil). O número de casos confirmados de chikungunya e zika no DF, em relação ao ano anterior, também teve um aumento importante, porém dentro do esperado visto que a circulação viral desses agravos já está estabelecida no Brasil e no DF. Foram priorizadas as atividades de treinamento das equipes de saúde da rede pública visando a melhoria do diagnóstico e manejo clínico dos casos de dengue produzindo uma redução significativa no coeficiente de letalidade por esse agravo. Esse coeficiente, em 2015 era de 0,49% e em 2016 baixou para 0,23%. (Fonte: Sinan Online e Net – dados atualizados em 20/03/2017 - sujeitos à alteração)

O número de casos prováveis de Chikungunya e Zika no DF em 2017, em relação ao ano anterior, também tiveram uma redução importante de 69% e 65% respectivamente. Até 2016 a maior parte dos casos de Chikungunya do DF vieram infectados de outros estados principalmente do Nordeste. Em 2017 este padrão mudou visto que a maior parte, 69% dos casos, se infectaram no próprio DF.

Em relação a dengue, 42% de óbitos que ocorreram no DF são provenientes de municípios do entorno. Historicamente, esses municípios possuem deficiências para o tratamento de pacientes graves casos além de contar com dificuldades ainda maiores como a falta regular de abastecimento de água e coleta de lixo.

Já a dengue, em 2017, teve uma redução de 76,68% no número de casos prováveis dessa doença em relação a 2016. No entanto, o racionamento de água fez com que a população armazenasse água, fator esse que manteve a circulação viral. Em algumas regiões administrativas, como Cidade Estrutural, São Sebastião, Planaltina, Fercal e Samambaia, as condições socioambientais colaboraram para a proliferação do vetor no período da seca. Neste ano o sorotipo predominante em 90% das amostras analisadas, foi o tipo DENV 2, o qual está associado ao aumento da ocorrência de casos graves com complicações neurológicas e óbitos. O coeficiente de letalidade por dengue foi de 0,4%, abaixo do valor aceito pela OMS que é de cerca de 1%, Aproximadamente 42% dos óbitos por dengue que ocorreram no DF são provenientes de municípios do entorno.

No que tange as **Doenças Sexualmente Transmissíveis**, identificou-se tendência de aumento de detecção de casos de HIV, quando comparado com os casos de AIDS, tal como se observa desde 2014. Isto significa incremento do diagnóstico precoce, antes do desenvolvimento da síndrome, e contribui significativamente para a qualidade do tratamento. Esses dados também apontam para a predominância no sexo masculino, alcançando quase 7 novos casos de HIV para cada caso feminino. Considerando que a forma de transmissão predominante entre os homens é a homossexual, deve-se considerar a vulnerabilidade deste segmento da população. Em 2016, foram notificados 595 casos de HIV e 388 de AIDS.

No âmbito da transmissão vertical do HIV, foram detectadas 67 gestantes com HIV. Em média, 80 crianças expostas ao HIV receberam fórmula infantil mensal ao longo do ano, tendo somente um caso de criança com HIV detectado em 2016, evidenciando a eficiência das medidas de prevenção neste segmento e a possibilidade de reduzir ainda mais os casos de transmissão vertical.

Segundo dados do Ministério da Saúde (Boletim Epidemiológico HIV/AIDS, 2016), 94% dos pacientes com HIV/Aids em tratamento no DF possuem carga viral considerada indetectável. Em 2016 foram intensificados os esforços para ampliação da oferta de testagem rápida. Até o final de novembro deste ano, foram repassados mensalmente para a rede de serviços de saúde da SES/DF e instituições parceiras, cerca de 15.000 testes rápidos para HIV (SISLOG-LAB, 2016).

Atualmente 11.075 pacientes estão recebendo medicamentos antirretrovirais, fornecidos pelo Ministério da Saúde e distribuídos por 10 Unidades Dispensadoras de Medicamentos (UDM) aos pacientes tanto em atendimento em serviços públicos de referência no DF como da rede privada. Observa-se nos últimos anos uma estabilização no número de casos novos.

Em 2017 foram notificados 863 casos (Fonte Sinan, dados parciais extraídos em 08/01/2018), mantendo a tendência de aumento de detecção de HIV e redução da detecção de AIDS de anos anteriores. Isto significa aumento do diagnóstico oportuno da infecção, possibilitando tratamento adequado e evitando o desenvolvimento da AIDS. Dos casos notificados este ano, 320 foram de AIDS e 543 de HIV. Ressalta-se a concentração maior na faixa etária de 25 a 39 anos, mas com crescimento detectado entre jovens de 15 a 24 anos e nas pessoas acima de 55 anos. O sexo masculino alcança quase 6 novos casos de HIV para cada caso feminino, tendo como forma predominante a transmissão homossexual. Atualmente, cerca de 12.600 pessoas com HIV/Aids recebem medicamento antirretroviral (ARV), no Distrito Federal. Houve, neste ano, somente um caso de AIDS em criança, dentre as 39 gestantes com HIV notificadas (Fonte:Sinan, dados parciais extraídos em 18/12/17), demonstrando a eficiência das medidas de controle da transmissão vertical, com diagnóstico precoce, tratamento ARV à gestante e ao recém-nascido e o fornecimento de fórmula infantil, beneficiando por mês cerca de 60 crianças expostas ao HIV e HTLV até os 18 meses de idade.

Das demais infecções sexualmente transmissíveis (IST), deve se destacar a situação da sífilis. Esta doença ainda apresenta uma tendência de crescimento. Em 2017 foram 1.431 casos novos de sífilis adquirida, o que representa um aumento de 11,1% em relação ao ano anterior. Nos casos de sífilis em gestantes, 285 casos foram notificados em 2017. Em relação à sífilis congênita o total de casos notificados foi de 261, representando um incremento de 19,6% em relação à 2016 (Fonte Sinan, dados parciais extraídos em 08/01/18), tal como observado nas demais regiões do país.

No âmbito da vigilância epidemiológica das hepatites, em 2016 foi intensificada a notificação dos casos detectados de hepatites B e C. Foram notificados 380 casos de hepatite B e 449 casos de hepatite C, com uma predominância de 64,7% de casos do sexo masculino. As regiões que apresentam mais casos notificados foram: Sudoeste, Centro-Sul e Centro-Norte.

Considerando o período de janeiro a dezembro de 2016, foram realizados um total de 1.637 atendimentos pela equipe do CIT DF, sendo os quais 42,8% (701) foram por acidentes/intoxicações por medicamentos, 12,1% (198) domissanitários, 7,6% (125) produtos químicos industriais, e 7,1% (116) animais peçonhentos e agrotóxicos de uso agrícola 4,4% (72 casos).

No que tange a Microcefalia, até o momento, o Comitê Técnico da SES/DF analisou 69 casos suspeitos de microcefalia relacionados às infecções congênitas segundo as definições dos protocolos estabelecidos pelo Ministério da Saúde. Destes casos, 51 foram descartados por critérios clínicos, epidemiológicos e de imagem, 05 casos estão sob investigação, e 13 casos foram confirmados de microcefalia e ou alterações do Sistema Nervoso Central. Dos casos confirmados, 02 foram por alterações genéticas, 03 por zika vírus e 08 por outras infecções relacionadas a STORCH - sífilis, toxoplasmose, rubéola, citomegalovírus e herpes simples.

As atividades de vigilância entomológica e controle vetorial da doença de Chagas são realizadas nos 64 Postos de Informações de Triatomíneos – PIT, que recolheram e examinaram 853 insetos suspeitos, dos quais 3 foram positivos para Doença de Chagas, gerando 7 borrifações domiciliares para controle da doença.

A vigilância e controle da Leishmaniose Visceral – LV e da Leishmaniose Tegumentar Americana - LTA realizou a instalação de 160 armadilhas luminosas para coletas dos flebotomíneos (mosquito palha) e realizou 27 levantamentos e monitoramento entomológico que consistem em verificar a presença e o comportamento dos vetores, inclusive na ocorrência de casos humanos para identificar o Local Provável de Infecção – LPI.

Para a vigilância entomológica de Febre Amarela foram capturados 181culicídeos em áreas silvestres vulneráveis à transmissão do vírus amarelíco. Foram realizadas 181 ações de monitoramento e de investigação entomológica em 27 áreas de registro de morte de primata não humana (PNH). Foram realizadas 100% das inspeções previstas mensalmente em 2017 e não foi registrado nenhum resultado positivo quanto ao isolamento do vírus amarelíco ou outro flavivírus a partir dos exemplares de culicídeos capturados.

No ano de 2017, foram confirmados três casos de febre amarela por critério laboratorial, sendo que todos evoluíram para óbito resultando em um coeficiente de letalidade de 100%, bastante acima da média nacional que é de 33%. Há que se intensificar a vigilância para ocorrência de casos moderados/leves de febre amarela a fim de reduzir o coeficiente em referência.

A Cobertura Vacinal do DF manteve-se como o restante do país, onde apenas a vacina da BCG atingiu a meta determinada pelo Ministério da Saúde. Foram realizadas várias discussões com o Programa Nacional de Imunização para as melhorias das coberturas em todo o país. As Coberturas Vacinais até dezembro (em menores ou iguais a 1 ano) são BCG (106,4%), Poliomielite (87,39%), Pneumocócica (91,11%), Tríplice Viral (84,62%), Febre Amarela (88,46%), Meningocócica (85,35%), Rotavírus (83,23%), Pentavalente (86,36%), Influenza (69,13%).

Com o objetivo de capacitar profissionais que atuam nas salas de vacina, na Atenção Primária à Saúde e na Vigilância Epidemiológica da SES/DF, foram realizadas capacitações nas 07 Regiões de Saúde, totalizando 552 servidores capacitados. Também foi realizado no dia 7 de dezembro o IV Fórum Distrital de Imunização e o I Fórum de Doenças Imunopreveníveis, com 105 participantes, com a finalidade de discutir as baixas coberturas vacinais, as alterações do calendário de 2018, os indicadores de imunização e sistema de informação (SIPNI) e alertar para as doenças imunopreveníveis. No ano de 2017 foram distribuídas 7.372 ampolas de soros e imunoglobulinas, 2.828.816 doses de vacinas e 2.913.777 insumos, como impressos para estatística, seringas, caixas térmicas e termômetros, que complementaram os estoques das salas de vacinas dos centros de saúde, prontos socorros e centros de referência de imunobiológicos especiais. Por isso, em 2017 foi iniciada a implantação do sistema de Informações de Insumos Estratégicos-SIES nas 126 salas de vacinas, porém só houve implantação em 55 salas (44%). Esse alcance decorreu da falta de conexão à internet, recurso indispensável tendo em vista o sistema ser web. Essa situação dificultou a gestão dos estoques, principalmente das vacinas que estavam com problemas de abastecimento, pois, sem sistema, não houve acesso aos estoques das salas de vacina.

Por isso, as estratégias de prevenção, associadas à vigilância epidemiológica e o fortalecimento do tratamento representam as principais medidas para o controle dessas infecções. Em 2017 foram distribuídos em média mensal 1,1 milhão de preservativos masculinos, 70 mil preservativos femininos e 40 mil unidades de gel lubrificante. Esses insumos beneficiaram as ações das unidades públicas de saúde, outros órgãos governamentais e as entidades não governamentais parceiras da SES/DF. No Carnaval, Dia Nacional Contra Sífilis e Semana Distrital de Prevenção/Dia Mundial Contra AIDS, foram apoiadas as ações das Regiões de Saúde, Sistema Prisional, entidades culturais, organizações comunitárias, empresas com cerca de 300 mil unidades extras de preservativos masculinos e 13 mil testes rápidos para HIV e sífilis (Fontes SICLOM e SISLOG, extraídos em 08/01/18).

As organizações não governamentais foram importantes parceiras nas ações, tendo distribuído por mês cerca de 80 mil preservativos masculinos e 15 mil géis lubrificantes (fornecidos pela SES), além de dois projetos ONG financiados pelo Ministério da Saúde que realizaram cerca de 150 (cento e cinquenta) testes rápidos para HIV por mês, com a metodologia de fluido oral.

A Profilaxia Pós-Exposição ao HIV (PEP) também é importante estratégia de prevenção, voltada para as situações de exposição ocupacional ou relação sexual (consensual ou mediante violência). Em 2018 será implementada a Profilaxia Pré-Exposição ao HIV (PrEP), compondo o leque de medidas de prevenção primária e secundária na rede pública. Em 2017 foram fornecidas 2.892 PEP para situações ocupacionais e sexuais (Fonte SICLOM, extraído em 08/01/18).

Ressalta-se ainda a ampliação da realização de testagem rápida para HIV e sífilis. Em 2017 foram em média repassados 25 mil testes rápidos para sífilis por mês, sendo em média cerca de 9 mil testes rápidos para o pré-natal. No caso do HIV, em 2017 foram em média cerca de 25 mil testes por mês fornecidos à rede pública e outras entidades.

Vigilância Sanitária

A Vigilância Sanitária realiza atividades normativas, de fiscalização e educação visando eliminar, reduzir ou prevenir riscos à saúde da população do DF e tem como público alvo a pessoa física ou jurídica que compra, vende, consome, presta serviços ou requer produtos e serviços de interesse direto ou indireto da saúde. Em 2016, foram realizadas 246 inspeções em serviços hospitalares privados de alta complexidade e 83 inspeções em serviços hospitalares públicos de alta complexidade. Na área de alimentos foram realizadas 321 inspeções e 4 atendimentos de denúncias. Foram realizadas ainda, 32.456 inspeções sanitárias em estabelecimentos afetos à saúde pública do DF.

Variações consideradas dentro da normalidade das atividades da DIVISA, ressaltando que as variações estão relacionadas aos jogos olímpicos ocorridos em Brasília dentro do período. A grande oportunidade de melhoria para a Vigilância Sanitária está concentrada na qualidade de seu corpo técnico. Ressalta-se, ainda, a implantação do Sistema de Informação da Vigilância Sanitária do DF que agiliza todo o procedimento administrativo das inspeções e proporciona qualidade nos serviços prestados à população.

Foi publicada a Portaria nº196, de 10 de abril de 2017 que institui a Política da Qualidade em Vigilância Sanitária (PQVS) do Distrito Federal no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), assim como a Portaria nº197 de 10 de abril de 2017 que institui o Comitê Permanente do Sistema de Gestão da Qualidade (CGQ). Outra ação importante realizada foi a elaboração do Plano de Ação para atender às recomendações apontadas no Relatório de Auditoria sendo enviado a ANVISA. Foi implementado o Sistema de Informação de Vigilância Sanitária - SISVISA em 20 Núcleos de Inspeção para as ações de cadastramento, licenciamento e inspeção sanitária que permita o monitoramento de ações e indicadores específicos, capazes de fazer a mediação com os problemas de saúde e da gestão em VISA. Quanto ao Percentual de execução de 7 ações de vigilância sanitária consideradas necessárias às regiões de saúde o resultado

alcançado foi de 100%, tendo sido realizadas inspeções sanitárias em estabelecimentos públicos e privados, que forneçam produtos e/ou serviços que promovam riscos à integridade da saúde do cidadão brasileiro. A Proporção de farmácias de manipulação inspecionadas o resultado alcançado em 2017 foi de 22,58% ficando abaixo da meta (40,00%), programar as ações e debater com as equipes as possíveis intercorrências, facilitou e agilizou muito as inspeções de alta complexidade, porém por força maior, uma equipe foi desfeita impactando no processo de trabalho. Quanto ao indicador Número de inspeções sanitárias realizadas nos ambientes de alta complexidade de todos os hospitais do DF (105 inspeções até 2019) o resultado alcançado em 2017 foi de 57 ficando acima da meta (35,00), o que favoreceu tal resultado foi o plano de ação da alta complexidade hospitalar que aconteceu como planejamento sendo finalizado em dezembro de 2017. A ação de capacitar os profissionais da DIVISA em auditoria, gestão e ações de Vigilância Sanitária, buscando qualificar os profissionais na sua área de atuação foi pactuada no Plano de Capacitações da DIVISA para o ano de 2018.

Laboratório Central de Saúde Pública do Distrito Federal – LACEN

Coordena a rede de laboratórios públicos e privados do Distrito Federal promovendo a capacitação dos recursos humanos, elaborando manuais com instruções de coleta, acondicionamento, processamento e transporte de amostras, definindo indicadores de qualidade das amostras recebidas, realizando procedimentos laboratoriais e ensaios complementares de alta e média complexidade para diagnósticos de agravos de interesse da saúde pública.

Relaciona-se com outros LACEN's, Centros Colaboradores e unidades vinculadas ao Ministério da Saúde, Laboratórios de Referência Nacional, que compõem a sub-rede do SISLAB para execução de análises, transferência de tecnologias e pesquisas científicas.

Também monitora a qualidade dos produtos e serviços de interesse da vigilância sanitária, pactuados entre os entes federados - ANVISA/MS, SEAPA/MAPA - e distritais - DIVISA/DF e DIVAL/DF.

Desenvolve programas de monitoramento terapêutico de medicamentos para acompanhamento de tratamento de pacientes da rede pública e pesquisas de intoxicação de interesse do Centro Distrital de Referência em Saúde do Trabalhador - CEREST, da Diretoria de Vigilância Ambiental- DIVAL e em casos de agravos a saúde. Em 2016, o LACEN realizou 303.733 exames, 3.738 ensaios, 14.226 análises e em 2017, realizou 177.191 exames, 15.934 ensaios, 3.983 análises até dezembro deste ano.

A ampliação das capacitações sobre a notificação das violências foi um dos eixos de atuação do NEPAV/GEDANT no ano de 2017 para que mais profissionais fossem sensibilizados e se sentissem empoderados para realizarem as notificações nos seus locais de atendimento. Os NUPAV contribuíram e contribuem essencialmente nesta proposta. Por outro lado, há um esforço para que os Núcleos de Vigilância Epidemiológica tanto hospitalares quanto os da APS possam estar mais próximos dessa dinâmica, inclusive participando de eventos de capacitação como foi o CBVE/DANT. As Regiões de Saúde estão em processo de elaboração de um plano operacional de implantação construído a partir do diagnóstico situacional.

No exercício de 2018, visando articular ações que se destinam à garantia da integralidade da atenção à saúde, a Subsecretaria de Vigilância à Saúde protagonizou dois Projetos Estratégicos na SES DF: a) Integração entre a Assistência e a Vigilância em Saúde: com o objetivo de minimizar a distância entre as duas áreas finalísticas da saúde, sobretudo nos seus processos de trabalho que possuem objetivos intimamente ligados no controle das doenças transmissíveis e as crônicas não transmissíveis, em especial as salas de vacinas. Em 2018 foram desenvolvidas entregas em todas as frentes da Vigilância à Saúde. Entre essas ações está a rede descentralizada da vacinação antirrábica com o objetivo de ampliar a cobertura vacinal de cães e gatos com a expansão de unidades vacinadoras no Distrito Federal. No Distrito Federal, a vigilância em saúde tem se organizado e atuado por meio das áreas de mobilização institucional e social para prevenção de endemias, vigilância ambiental, vigilância epidemiológica, vigilância sanitária, vigilância da saúde do trabalhador e também do Laboratório Central de Saúde Pública do DF, as quais integram entre si, bem como estão articuladas com a assistência em saúde.

A Vigilância Ambiental tem como principal foco a prevenção e controle das arboviroses. Para isto foram desenvolvidas inspeção de imóveis, monitoramento por armadilhas, manejo ambiental e mobilização social visando a redução das doenças transmitidas pelo Aedes. No que tange o controle da raiva, para a Campanha de 2018 foram adotadas estratégias diferenciadas, a fim de aumentar a cobertura vacinal. Nesse sentido, a campanha foi operacionalizada aos finais de semana em três dias "D" (21 de julho, 25 de agosto e 29 de setembro) e foi implementada a estratégia de vacinação itinerante durante os dias úteis em todas as regiões administrativas. Adicionalmente, a fim de conhecer a real cobertura do Distrito Federal, uma equipe foi formada, para coletar as produções de Vacinação Antirrábica nas Clínicas Veterinárias do Distrito Federal e também para divulgar a implantação da Rede Descentralizada de Vacinação Antirrábica no DF para consultórios, clínicas e hospitais veterinários e instituições de ensino particulares. Quanto a vigilância dos fatores não biológicos, que é realizada por meio do monitoramento da exposição de agravos decorrentes de fatores químicos e físicos, foram realizadas as seguintes ações: Implementação do Plano Integrado de Monitoramento da Qualidade da Água de Consumo Humano em função da Crise Hídrica; Participação atuante no Fórum Mundial de Água 2018 e no Conselho de Recursos Hídricos; Monitoramento estratégico da água de consumo humano do Lago Paranoá; Elaboração de programação e

repactuação do monitoramento de qualidade da água com LACEN e com os NUAL, com ampliação de amostras; Monitoramento contínuo de cianobactérias e vibrião colérico; Descentralização da coleta de amostras; Entrega de laudos nas unidades vistoriadas com orientações de medidas corretivas; e Recoleta de amostra em unidades com resultados insatisfatórios.

Na Vigilância Epidemiológica destaca-se o controle das infecções sexualmente transmissíveis, com a preocupação com o crescimento da sífilis no DF e no Brasil. Para aprimorar a resposta à sífilis, foi elaborado o Plano Integrado de Enfrentamento da Sífilis, aprovado pelo Colegiado de Gestão em setembro de 2018. As ações desse plano focam na ampliação da testagem, capacitação dos profissionais de saúde e melhoria do tratamento, tanto para a sífilis adquirida como para as gestantes e para sífilis congênita. Ao longo de 2018 foram apoiadas capacitações em sífilis para as equipes de investigação de mortalidade, Rede Cegonha, e demais profissionais de saúde das regiões Central, Sudoeste, Leste e Sul. As ações de prevenção HIV/AIDS e demais IST realizadas em 2018 distribuíram 4,1 milhões de unidades de preservativos masculinos, femininos e gel lubrificante. Além destes, foram mais de 45 mil unidades/mês de testes rápidos de HIV, sífilis, hepatites B e C e cerca de 480 unidades/mês de fórmula infantil para cerca de 70 crianças expostas ao HIV e HTLV. Estes insumos foram utilizados nas atividades de rotina e também em ações e intervenções realizadas no Carnaval 2018, Dia Nacional de Luta contra a Sífilis e Dia Mundial de Luta Contra a Aids. Também realizou-se as campanhas de vacinações para controle das doenças imunopreveníveis como: a 20ª Campanha Nacional de Vacinação contra a Influenza, que aconteceu no período de 23 de abril a 01 de junho de 2018, com um total de 590.042 pessoas integrantes dos grupos alvo vacinadas e a Campanha Nacional contra o Sarampo e a Poliomielite, que aconteceu no período de 06 de agosto a 22 de setembro, com um total de 145.810 crianças vacinadas contra a poliomielite e 144.841 contra o sarampo. Na área de análise de situação epidemiológica das DT foram elaborados e publicados 50 boletins epidemiológicos sobre dengue, Chikungunya, Zika e Febre Amarela; Leishmaniose Visceral e Tegumentar; Malária; Leptospirose; e Doença de Creutzfeldt-Jakob; elaboração e divulgação de 05 notas técnicas que abordaram a suspeição de Caso de Malária; procedimentos de Notificação e Investigação das Arboviroses; prevenção e Vigilância da Febre Amarela; encerramento de Casos de tuberculose; e Encerramento de Casos de Hanseníase; execução de 02 relatórios cujos contextos abordaram a avaliação das Ações de Controle da Hanseníase no distrito federal; V Campanha Nacional de Hanseníase e Geohelmintíases nas escolas, totalizando 58 documentos epidemiológicos. Na área de vigilância das doenças transmissíveis realizou durante o período oito eventos educacionais, totalizando 360 participantes, sendo os profissionais da saúde lotados na Administração Central e nas Superintendências Regionais de Saúde o público alvo dos eventos. Em relação ao quantitativo de servidores capacitados, doze profissionais participaram de reuniões, seminários, oficinas e cursos ofertados em sua maioria pelo Ministério da Saúde, totalizando 18 capacitações. Os temas referiram-se principalmente à hanseníase, tuberculose, arboviroses, leishmanioses, malária e febre amarela.

No tocante a capacitações, foram ofertadas por meio do Portfólio de Eventos técnicos Científicos às Regiões de Saúde. Também foram atendidas outras demandas externas, como a Legião da Boa Vontade - LBV e escolas. Foram capacitados no total 887 participantes nos variados temas de imunização: manejo da influenza, investigação de doenças exantemáticas, capacitação em vacinação, eventos adversos, calendário de vacinação, raiva, sarampo, rede de frio, treinamentos para campanhas.

Vigilância Sanitária - em 2018, foram inspecionados 16 estabelecimentos onde 07 representam novos estabelecimentos inspecionados em 2018 e 09 representam estabelecimentos que passaram por uma segunda inspeção em 2018 (prazo para o cumprimento de exigências elencadas em 2017). O que totaliza 20 estabelecimentos inspecionados pelo Programa Distrital de Inspeção em Fabricantes de Produtos para Saúde, sendo 12 estabelecimentos em 2017 e 18 estabelecimentos em 2018, de um universo de 22 estabelecimentos existentes no DF. Quanto às ações educativas relacionadas a Vigilância Sanitária, mensalmente os serviços de Controle de Infecção e Segurança do Paciente dos Hospitais do Distrito Federal, nas esferas pública, privada e militar, se reúnem para prestar esclarecimentos e orientações para o cumprimento da legislação e para estimular ações de proteção ao paciente durante a assistência à saúde.

Vigilância em Saúde do Trabalhador, no ano de 2018 foram realizadas as seguintes ações:

- Elaboração do Manual de Inspeção Sanitária em Saúde do Trabalhador, bem como a criação de formulários correspondentes;
- Capacitação da equipe, de servidores da SES/DF, de alunos e trabalhadores: realização mensal de evento científico (Café com Informação) e Seminários relativos às datas alusivas à Saúde do Trabalhador;
- Liberação de servidores e gestores para participação em Congressos, Cursos e outros eventos externos;
- Regionalização dos serviços: fomento à manutenção dos CEREST Regionais consistidos e à implantação dos Núcleos Regionais de Vigilância em Saúde do Trabalhador – NRVISAT ou, minimamente, a formalização de Referências Técnicas nas Superintendências Regionais de Saúde onde não há CEREST Regional; - Criação de espaços de participação social: apoio à implantação do Fórum Intersindical de Saúde do Trabalhador no DF e participação, como representante dos CEREST da Região Centro-Oeste, na Câmara Técnica da Comissão Inter setorial de Saúde do Trabalhador do Conselho Nacional de Saúde;
- Articulação intra e Inter setorial: participação em Comitês e Grupos de Trabalho externos; em ações e elaboração e documentos temáticos de Saúde do Trabalhador: cita-se a participação de gestora da DISAT na Comissão do Ministério da Saúde que está elaborando um documento com diretrizes sobre a Saúde Mental no Trabalho.

As atividades educativas alcançaram 2.039 participantes e nas ações de inspeção em saúde do trabalhador foram beneficiados aproximadamente 2.882 trabalhadores. Além disso, houve importante investimento na qualificação dos profissionais dos CERESTs, com vistas à melhoria dos processos de trabalho de vigilância em saúde do trabalhador, os quais participaram, até o mês de dezembro, de 60 capacitações, sendo abordadas diversas temáticas, tais como Seminário sobre o Dia Mundial de Prevenção LER/DORT, Conferência Nacional de Vigilância em Saúde, Oficina de Validação dos Roteiros de Inspeção, Curso de Assédio Moral no Trabalho, Oficina DIESAT - Articulação e Qualidade do Controle Social, XXVIII Seminário de Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho do Distrito Federal, Seminário de Saúde no Trabalho sobre a NR 35, Curso de Assédio Moral no Trabalho, Cafés com Informação Temáticos, dentre outros.

O Laboratório Central de Saúde Pública do Distrito Federal, durante o ano de 2018, o LACEN realizou diversas ações que colaboraram para a melhoria dos serviços prestados, nas quais, se destacam as seguintes atividades: Reforma do Bloco IV que abrange a área administrativa da Gerencia de Medicamentos e Toxicologia, área administrativa do núcleo de Virologia, Gerencia de Suporte Laboratorial. Também foi finalizada a reforma da Gerencia do Sistema da Qualidade e a casa de gases, acarretando melhora significativa das instalações físicas, o qual reflete em uma possibilidade para uma renovação do escopo analítico com maior excelência; Renovações de contratos de grande impacto para a saúde pública no que tange exames de HIV, Hepatites (A, B e C), dosagens de Imunossuppressores e Anticonvulsivantes, em uma perspectiva de renovação por até 60 meses; Catálogo de insumos utilizados, que permitirá a padronização dos mesmos, favorecendo a programação e as futuras aquisições; Aumento do escopo analítico, passando de 276 (2017) para 286(2018); Capacitação de profissionais do LACEN DF em outras unidades da federação para incremento ou aprimoramento de novas tecnologias no LACEN; Elaboração de DOD e DCD para Capacitação dos servidores e gestores em normas de qualidade específicas para Laboratório, no intuito de se obter certificados de qualidade nos próximos anos

OBJETIVO ESPECÍFICO:

006 – GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: Aprimorar os processos de planejamento, participação, gestão, qualificação e formação de profissionais de saúde e do controle social no âmbito da SES e promover a descentralização de autonomia administrativa, financeira e responsabilização sobre os serviços prestados nas unidades de saúde com a integração de ações e serviços finalísticos, e compartilhamento com a academia, sociedade e demais atores, de maneira a imprimir qualidade e eficiência crescentes à atenção à saúde no DF.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

23.101 – SECRETARIA DE ESTADO SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL - SES

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	6	1	Aumentar em 5% o faturamento no bloco de financiamento da Média e Alta Complexidade (MAC) da SES/DF ao ano (SES) Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	20	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-7,59	-6,46	6,27		125,4
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	6	2	Implantar o Programa a Gestão de Custos em 100% das unidades de saúde da SES/DF (SES) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	9,4	28,38	94,12		94,1
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	6	3	Regular 100% das primeiras consultas das especialidades de oncologia clínica, cirúrgica e radioterapia da rede habilitada até 2017. (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	6	4	Regular o Programa "Cuidar Cedo" - consultas para investigação e detecção precoce dos casos suspeitos para os 06 grupos de tumores com maior mortalidade: câncer de pulmão, câncer gastrointestinal, câncer de mama, câncer ginecológico, câncer urológico e câncer de cabeça e pescoço até 2019. (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X

Análise Qualitativa**1. Aumentar em 5% o faturamento no bloco de financiamento da Média e Alta Complexidade (MAC) da SES/DF ao ano (SES);****2016**

Para alcance da meta proposta foi verificado que um dos principais fatores era a melhoria da qualidade do registro das informações de faturamento por parte das unidades, assim como nivelamento de conhecimento em sistemas e processos de trabalho envolvidos. Visando sanar essas pendências, durante o primeiro quadrimestre foram realizadas diversas visitas técnicas nos hospitais, com reuniões envolvendo não só os diretores e coordenadores, mas também o corpo técnico do faturamento e coordenadores de especialidades das unidades. Em consequência dessas visitas, foi criado no mesmo período o Fórum Itinerante de faturamento, com palestras de uma hora meia, em vários horários e hospitais, destinados a nivelar o conhecimento sobre faturamento a todos os servidores das unidades. Este fórum treinou mais de 600 servidores, entre médicos, enfermeiros, técnicos diversos e demais profissionais da saúde. Para atendimento também do nivelamento de conhecimentos, foram realizadas capacitações nos principais sistemas de faturamento ministeriais utilizados pela SES para todos os servidores dos Núcleos de Captação e Análise de

Informações (NCAIS) dos hospitais e DIRAPS. Ainda visando melhoria da qualidade dos registros, também foram realizadas capacitações para os profissionais do CAPS de todas as regiões no sistema RAAS do MS, destinado a registro de todas as ações psicossociais. Desta forma, foi possível alcançar no ano de 2016 um aumento de 8% acima do valor processado no mesmo período no ano de 2015. Apesar do valor MAC ter sido fechado -7% em relação ao teto, verifica-se uma melhora considerável em relação ao início do ano, onde registrava-se um total de 23% abaixo do TETO MAC.

2017

No ano de 2017 não foi atingida a meta de ultrapassar em 5% o limite do teto MAC. O índice ficou 6,46% abaixo da meta (5% acima do teto MAC) nesse ano. Entretanto, alcançou 1,13% a mais que o percentual atingido em 2016, que foi de 7,59% abaixo do teto. Os fatores que contribuíram para o não alcance da meta estão relacionados, além das dificuldades de habilitar novos serviços junto ao Ministério da Saúde, a nova normatização do Ministério de Saúde que transferiu parte dos procedimentos anteriormente de repasse MAC para o FAEC, como por exemplo: parte de procedimentos de cirurgias eletivas, exames citopatológicos de colo uterino e mamografias para rastreamento. Esses procedimentos passaram a ser faturados via Fundo de Ações Estratégicas e Compensações – FAEC. Soma-se ao impacto causado no faturamento MAC pela mudança acima citada, outros fatores, relacionados a tipificação dos procedimentos utilizados pelas unidades de saúde para fins de faturamento. Essa migração de procedimentos do MAC para o FAEC, aliada a melhoria na classificação dos procedimentos, redução das glosas e atualização do CNES foram fatores que contribuíram para o aumento do faturamento no componente FAEC, que representaram entradas de recursos imediatos no Fundo de Saúde do DF. Em 2015 o faturamento FAEC foi de 53 milhões de reais; em 2016, 57 milhões e em 2017 ultrapassou 71 milhões.

2018

O monitoramento do indicador “5% de aumento do faturamento MAC na SES” possibilitou acompanhar o desempenho do faturamento dos estabelecimentos de saúde, bem como implementar ações para melhorar esse desempenho. Nesse sentido, foi realizado um estudo referente ao percentual do faturamento hospitalar que correspondia ao mês de processamento corrente, e verificou-se que muitos hospitais entregavam um percentual importante do faturamento fora da competência, chegando a 100%. Com isso, foi proposto um plano de recuperação do faturamento, com o objetivo de colocar em dia o processamento da produção hospitalar já realizada, porém ainda não apresentada. Inicialmente o plano de ação foi pactuado para acontecer entre maio e agosto, contudo necessitou ser prorrogado até novembro. Os resultados desse plano de ação foram essenciais para melhorar o desempenho do indicador. Ressalta-se que o Hospital Regional de Sobradinho, o Hospital Regional do Gama e o Hospital Regional de Planaltina permanecem com a apresentação do faturamento muito atrasada, sendo que o Hospital Regional de Sobradinho tem apresentado os últimos dois meses em que é permitido o envio, ou seja, com um atraso de até 4 meses.

2. Implantar o Programa a Gestão de Custos em 100% das unidades de saúde da SES/DF (SES). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Em 2016, com a reestruturação orgânica da SES/DF, foram criados novos Núcleos de Gestão de Custos - NGC, abrangendo todos hospitais e toda atenção primária, totalizando 25 NGC; contribuindo assim, sensivelmente, para o início da implementação da gestão de custos em todas unidades de saúde da Secretaria.

No decorrer do ano, foram realizadas diversas ações para desenvolver os NGC e criar a cultura de gestão de custos na SES/DF: Visitas técnicas nos NGC locais; Capacitações em metodologia do Programa Nacional de Gestão de Custos - PNGC; Treinamentos no Sistema de Apuração de Custos - APURASUS; palestras de sensibilização com os gestores locais. Totalizando em 30 servidores capacitados e 5 palestras de sensibilização em gestão de custos com gestores das Regiões de Saúde: Sul, Centro-Sul, Norte, Sudoeste, Oeste.

Durante o período, houve avanço na implementação da gestão de custos nas unidades hospitalares, totalizando 13 hospitais cadastrados no APURASUS com o custo total apurado. Na atenção primária, foi iniciado a construção de um modelo de apuração de custos que se adequasse ao PNGC, uma vez que é uma ação pioneira no Brasil. Em agosto, foi inserida no APURASUS, a primeira Unidade Básica de Saúde do país (UBS 01 da Asa Sul), contendo o custo total da unidade e o custo unitário dos principais produtos da unidade.

No último bimestre, também foi realizado o módulo Financeiro-Orçamentário do Curso de Regionalização em Saúde da SES/DF, em que a Gestão de Custos foi uma das temáticas. Nesse espaço, foi apresentado aos Superintendentes e gestores os resultados e benefícios da implantação da Gestão de Custos nas unidades de saúde e a relevância estratégica no processo da Regionalização.

2017

Houve avanços significativos no processo de implantação da gestão de custos no Serviço Móvel de Urgência – SAMU e Hospital Universitário de Brasília - HUB. Além de fomentar, por meio de boletins informativos, a disseminação da gestão de custos como importante ferramenta de gestão aos gestores das unidades de saúde da SES/DF. Considerando a rotatividade dos chefes

dos Núcleos de Gestão de Custos - NGCs nas unidades de saúde e a necessidade de avanços na consolidação da gestão de custos, foram ministrados cursos de capacitação, além das palestras de sensibilização com os gestores do HUB e Regiões de Saúde, bem como o 1º Fórum de Gestão de Custos em Saúde do DF, com o intuito de disseminar a importância de implantarmos a gestão de custos nas unidades e de solicitar colaboração para a coleta de informações de custos. A Rede SES/DF conta atualmente, com 63 unidades com custo total no sistema de apuração de custos ApuraSUS, sendo 14 unidades hospitalares, 44 UBSs, 4 UPAs e 1 Casa de Parto. Considerando as 222 unidades previstas para implantação, foi alcançado o percentual de 28,38%, abaixo da meta parcial para o ano, que era de 30%, porém muito próximo do alcance da mesma.

2018

O resultado de 100% está programado para o ano de 2019, quando termina o PPA 2016-2019. Assim o resultado esperado em 2018 era 94% e foi alcançado 94,12% e que coloca a meta de 100% em 2019 como exequível. Destac-se os avanços significativos no quantitativo de unidades com a gestão de custos implantada, consideramos que o processo de avaliação das unidades de saúde, com a criação e implantação do Instrumento de Monitoramento de Desempenho – IMD, possibilitou maior eficiência na adoção de medidas na condução dos processos, além de fomentar a disseminação da gestão de custos como importante ferramenta de gestão estratégica. Das 17 unidades hospitalares apenas o Hospital Universitário de Brasília - HUB, ainda não concluiu a implantação da gestão de custos, das Unidades de Referência Distrital - URDs, todas concluíram a implantação, o CRDF, embora constar como uma URD ele não entra como unidade hospitalar, por isso não consta no computo deste indicador.

3. Regular 100% das primeiras consultas das especialidades de oncologia clínica, cirúrgica e radioterapia da rede habilitada até 2017. (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Não informado pela SES-DF.

4. Regular o Programa “Cuidar Cedo” - consultas para investigação e detecção precoce dos casos suspeitos para os 06 grupos de tumores com maior mortalidade: câncer de pulmão, câncer gastrointestinal, câncer de mama, câncer ginecológico, câncer urológico e câncer de cabeça e pescoço até 2019. (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).

2016

Não informado pela SES-DF.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1387	PERCENTUAL DE UTILIZAÇÃO DO E-SUS AB NAS UNIDADES DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE DA SES/DF (Indicador alterado, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 5787/2016 e Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17 e Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	%	8,72	30/06/2015	20	11	49,5	100	75,5	98,84	100	SUTIS/ SES / UO 23901 / OE 6
1389	REGIÕES DE SAÚDE E UNIDADES DE REFERÊNCIA DISTRITAL CONTRATUALIZADAS COM A SES/DF (Indicador alterado, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17 e Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	UNIDADE	0	31/12/2017	12	0	7	7	10	7	10	SUPRAC/ SAS/SAPS/ SES / UO 23901 / OE 6
1692	PERCENTUAL DE RECURSOS DE TIC MODERNIZADOS (Indicador incluído, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 5787/2016, e alterado, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17 e Decreto nº 39461/2018 de Revisão	%	0	31/12/2017	-	-	45	12,78	65	40	85	CTINF/ UO 23901 / OE 6

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
	do PPA 2016-2019)											
1755	PERCENTUAL DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE COM PROGRAMA IMPLANTADO E CUSTO TOTAL APURADO	%	0	31/12/2018	-	-	-	-	30	43,98	50	SES/UO 23901/OE 6
1768	PERCENTUAL DE UNIDADES DE SAÚDE CONTRATUALIZADAS COM AS SUPERINTENDÊNCIAS (Item incluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	%	-	31/12/2017	-	-	-	-	50	0	100	SES / UO 23901 / OE 6

Justificativas 2016

Indicador 1387 - Considerando a diversidade das unidades da ESF da SES-DF, sendo algumas dentro do mesmo estabelecimento conforme consta do CNES e tendo em vista que houve falta de conectividade de internet fone cidade pela operadora OI, estima-se o alcance da meta de 11% em 2016 na utilização do Sistema Integrado de Saúde.

Indicador 1389 - Não houve contratualização com as Regiões de Saúde e Unidades de Referência Distrital em 2016. Foi priorizado a capacitação para os gestores com o curso de Gestão Regionalizada e o indicador repactuado para o ano de 2017.

Indicador 1692 – Não há índice desejado para 2016.

Indicador 1755 – Não há índice desejado para 2016.

Justificativas 2017

Indicador 1387 - Segundo a área técnica foi implantado nas 117 Unidades Básicas de Saúde, o sistema E-SUS AB, atingindo a meta antes de 2019. Esclarece que trata-se de um novo sistema, não tendo sido subestimada a meta. O próximo passo será a conclusão da capacitação de todos os servidores.

Indicador 1389 - Todas as sete Regiões de Saúde contratualizaram com a ADMC (SES-DF) em dez/2017, o Acordo de Resultados.

Indicador 1691 - Segundo a área técnica, 94,62% das demandas da SES-DF foram atendidas em razão da implantação do Sistema Web Atendimento TI-SES-DF, que permitiu registrar todas as demandas (pedido, em atendimento, atendido e/ou pendente).

Indicador 1692 - A variação de 32,22 pontos percentuais representa uma proporção de 28,44% de alcance da meta, ficando 71,60% abaixo da meta pactuada. Segundo a área técnica muitos processos estão em andamento para conclusão em 2018. No entanto, aponta a necessidade de mais servidores para atender a demanda da TI.

Indicador 1754 - Este indicador não apresenta índice para ser medido/alcançado nesse período.

Indicador 1755 - Este indicador não apresenta índice para ser medido/alcançado nesse período.

Indicador 1768 – Dados de jan-dez. Indicador quanto menor melhor. A contratualização que estava prevista neste indicador, reporta-se ao Decreto nº 37.515, de 26/07/2016. No entanto, foi priorizada a finalização dos Acordos de Resultados das Superintendências com a SES-DF e capacitados os gestores das unidades de saúde das Regiões para se apropriar do processo de Regionalização (240 gestores, no primeiro período), razão porque a meta não foi atingida e encontra-se em fase de apresentação à nova gestão-SES.

Justificativas 2018

Indicador 1387 - Dados de jan-nov. Do total de 172 Unidades Básicas de saúde (UBS), 170 unidades conseguiram até nov/2018 utilizar o E-SUS AB, o que correspondeu a 98,84%, superando em 30,91%, a meta pactuada. Ações como treinamento e implantação nas unidades foi decisivo à superação da meta.

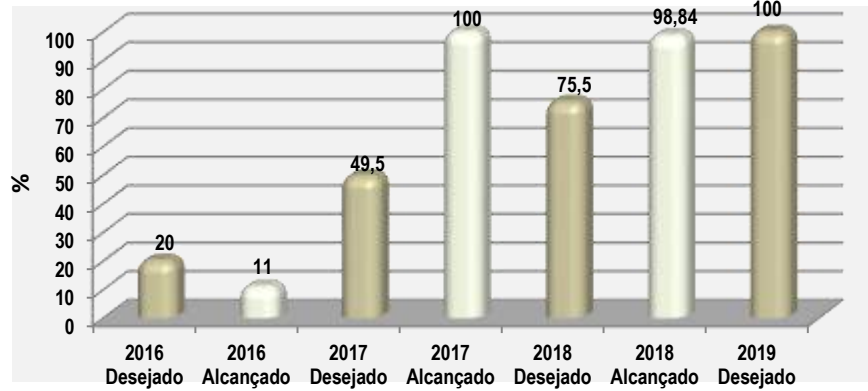
Indicador 1389 - Dados de jan-nov. Indicador quanto maior melhor. O resultado alcançado representou 70% da meta pactuada, abaixo 30%. Foram contratualizadas as 7 Regiões de Saúde existentes, ficando as Unidades de Referência Distrital - URD (HAB, HSVP e HMIB) em processo de elaboração dos Acordo de Resultados. As URD (IHBDF e HCB) possuem contrato de gestão, diferenciada das demais URD.

Indicador 1692 - Dados de jan-dez. No ano de 2018 foi desenvolvido por meio de Convênio com a Fiocruz a Sala de Situação da SES-DF. Os demais sistemas estão em fase de manutenção, não tendo sido realizados customizações.

Indicador 1755 - Dados de jan-out.

Indicador 1768 - Dados de jan-dez. Indicador quanto menor melhor. A contratualização que estava prevista neste indicador, reporta-se ao Decreto nº 37.515, de 26/07/2016. No entanto, foi priorizada a finalização dos Acordos de Resultados das Superintendências com a SES-DF e capacitados os gestores das unidades de saúde das Regiões para se apropriar do processo de Regionalização (240 gestores, no primeiro período), razão porque a meta não foi atingida e encontra-se em fase de apresentação à nova gestão-SES.

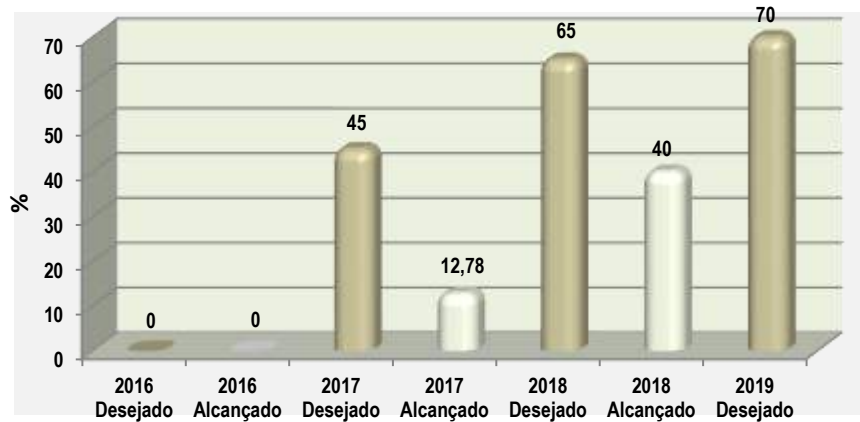
PERCENTUAL DE UTILIZAÇÃO DO E-SUS AB NAS UNIDADES DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE NA SES/DF



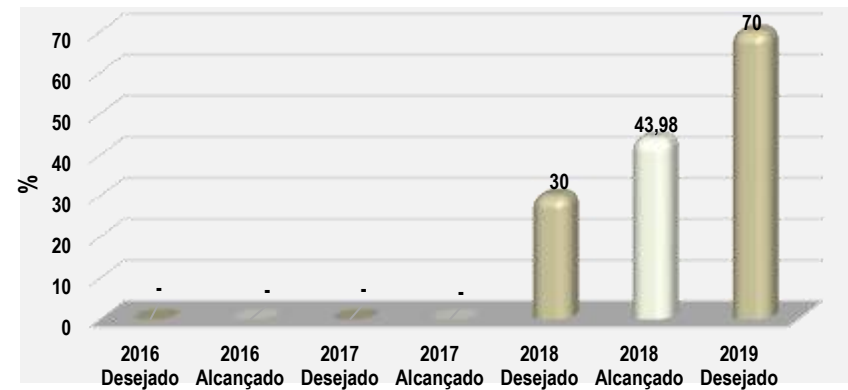
REGIÕES DE SAÚDE E UNIDADES DE REFERÊNCIA DISTRITAL CONTRATUALIZADAS COM A SES/DF



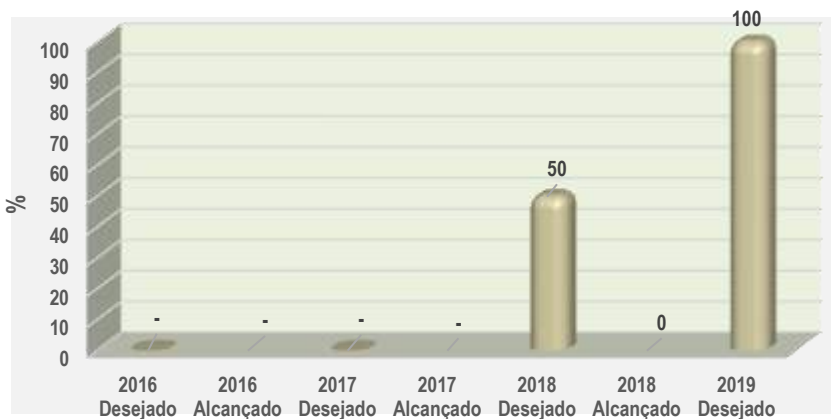
PERCENTUAL DE RECURSOS DE TIC MODERNIZADOS



PERCENTUAL DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE COM PROGRAMA IMPLANTADO E CUSTO TOTAL APURADO



PERCENTUAL DE UNIDADES DE SAÚDE CONTRATUALIZADAS COM AS SUPERINTENDÊNCIAS



Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

2016/2018

2016 - Conselho de Saúde

O Conselho de Saúde do Distrito Federal realizou 12 reuniões ordinárias e 20 reuniões extraordinárias, além de três reuniões do CSDF na Câmara Legislativa do DF com o tema “Saúde em Movimento”.

O Plano de Ação de Educação Permanente está sendo desenvolvido pela Comissão de Educação Permanente do Conselho de Saúde do Distrito Federal.

O Conselho de Saúde do Distrito Federal editou e publicou vinte resoluções de saúde no âmbito do DF. Foram aprovadas e publicadas pelo CSDF duas recomendações importantes para a saúde do DF por tratarem da manutenção de serviços essenciais à saúde e ao quadro de servidores da SES/DF.

Comunicação Social

A Assessoria de Imprensa da Secretaria de Saúde recebeu, no ano de 2016, uma média de 778 demandas mensais, com as mais variadas solicitações de informação sobre a pasta, sua atuação e gestão, atendendo a 9.327 pedidos da imprensa, o que corresponde a uma média de 26 demandas por dia, incluindo sábados, domingos e feriados, uma vez que o serviço é prestado de forma contínua. Durante o ano, para o atendimento destas demandas, foram emitidas inúmeras notas oficiais e disponibilizadas mais de 1,5 mil fontes para entrevistas. Pelo atendimento à imprensa foram atendidos mais de 500 pedidos de matérias positivas em televisão, até então um dos principais meios de comunicação de massa.

Pela Agência de Notícias foram produzidas 993 matérias positivas, uma média de 83 pautas por mês, que renderam 810.583 acessos ao site da secretaria. Estes textos se referem às melhorias realizadas na rede e foram publicadas no site da pasta, disponibilizadas nas redes sociais oficiais, oferecidas com exclusividade a alguns veículos de comunicação de acordo com a

estratégia de divulgação adotada e, as não exclusivas (99%), foram enviadas por e-mail a um mailing com mais de 500 jornalistas da imprensa local e nacional. Para cada uma destas matérias a dupla de fotógrafos da Ascom realizou cobertura e disponibilizou imagens para compor o conteúdo positivo.

Em 2016 foram produzidas 719 peças – média de 60 por mês de artes gráficas. Entre os materiais estão folders, cartazes, infográficos para reportagens especiais, banners, manuais, cartilhas, dentre outros.

A produção do Cerimonial, por sua vez, fechou o ano de 2016 com 101 eventos realizados. Entre eles, posse de servidores, formaturas de turmas da Escs, além de seminários e workshops desenvolvidos pelos mais diversos setores da rede.

Na área de Endomarketing e Comunicação Interna, foi implantado o programa de Marketing Interno (Endomarketing) da Secretaria de Saúde, que tem por intuito incorporar o público interno ao processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento de produtos e serviços, além de valorizar e capacitar as habilidades dos servidores e criar um ambiente no qual todos trabalhem com o mesmo foco e, conseqüentemente, os tornem agentes propagadores da instituição.

Foi criado o canal de comunicação interna Fique Ligado, como uma alternativa inovadora de comunicação interna, e que tem como missão levar aos servidores informações e assuntos que possam facilitar e valorizar a sua vida, como benefícios, incentivos e conveniências, dicas de serviços, cursos e atividades que permitam melhorias em sua vida pessoal e profissional, ou seja, tudo o que for do seu interesse. Em janeiro de 2017 chegou à 10ª edição. Nesse ano busca-se incentivar uma participação maior dos servidores e setores da SES/DF, estendendo o seu alcance por meio de novas mídias, como o aplicativo WhatsApp e o Twitter, cadastrando quem quiser receber mensagens por esses canais digitais.

Realizada pela primeira vez em 2016, a Semana do Servidor teve como objetivo integrar as relações do servidor com a SES/DF, numa prática de humanização da gestão, dando visibilidade às inúmeras atividades desenvolvidas na instituição. O formato usado foi: Ciclo de palestras, Cine-debate, Feira de Ciências/Serviços aos servidores e atividades práticas, lúdicas e didáticas.

Em 2016 foram realizados pelas Novas Mídias, a criação do site Amamenta Brasília (amamentabrasilia.saude.df.gov.br), a criação do site Brasília Saudável e o Aplicativo mobile Amamenta Brasília para entrar em teste. Além disso, foram realizados, 240 demandas da Casa Civil – Interação social, 52 Campanhas de Comunicação em Saúde com foco educativo e de utilidade pública, 1.197 atualizações do site institucional, o alcance de 9.934.385 pessoas nas redes sociais, 70.009 seguidores na Base de relacionamento, 2.204 Publicações e 2.662 Atendimentos no SAC 2.0.

Faturamento

No período de janeiro a novembro de 2016, o processamento das informações relacionadas aos atendimentos ambulatoriais e hospitalares gerou um faturamento de R\$ 367.153.618,59.

Observa-se que houve aumento no faturamento geral de recursos provenientes do Ministério da Saúde de 7% quando comparado ao mesmo período em 2015. Os financiamentos MAC e FAEC apresentaram um aumento de 8% e 5% respectivamente. Apesar de a assistência farmacêutica ter apresentado ainda uma queda de 9% em relação ao acumulado dos períodos, houve crescimento nos últimos meses, superando no mês de novembro o montante processado no mesmo período em 2015.

Gestão de Custos

Com a reestruturação orgânica da SES/DF, foram criados Núcleos de Gestão de Custos em todas unidades hospitalares e também nos serviços de atenção primária das Regiões de saúde. Fato que contribuiu para o início da implantação da gestão de custos nas unidades hospitalares que ainda não haviam iniciadas e também nas unidades básicas de saúde da atenção primária.

Com a reestruturações e organização dos fluxos de trabalho das unidades de saúde e o avanço na implantação da gestão de custos a SES/DF possui 13 unidades hospitalares, 02 unidades de saúde básica, 03 Unidades de Pronto Atendimento e 01 Casa de Parto, com custo total apurado no sistema de apuração de custos APURASUS.

A implantação se dá por meio de pontuação conferida conforme avanço nas quatro fases da implantação. O produto do monitoramento demonstra o status das Regiões de Saúde e suas respectivas unidades de saúde.

Regulação em Saúde

O processo regulatório ambulatorial se inicia por meio da inserção de uma solicitação médica (procedimento ou consulta) em qualquer unidade de saúde do DF. Nestes locais, através do sistema SISREG, é inserida a solicitação do paciente que automaticamente entra nas filas de espera dos procedimentos. Na CMCE, os médicos reguladores, baseado em diretrizes clínicas de regulação, o qual preconizam a priorização da solicitação e da oferta de vagas, e nas informações fornecidas pelos solicitantes; avaliam, priorizam e autorizam as solicitações. Quando autorizada (marcada) a solicitação, a operação (videofonistas) identifica, automaticamente, e informa ao usuário sobre o agendamento. Atualmente, o serviço de videofonia é terceirizado, contratado pela CODEPLAN.

O sistema utilizado para regulação ambulatorial é o SISREG III, ferramenta disponibilizada gratuitamente pelo Ministério da Saúde. Todas as unidades de saúde da rede SES/DF que possuem tecnologia de informação e acesso à internet, são habilitadas para realizar solicitações através do SISREG.

As especialidades Reguladas são: Consultas em dermatologia; Consultas e procedimentos em Oftalmologia; Consultas em Cardiologia; Exames cardiológicos: ecocardiografias, cateterismo cardíaco, angioplastia, estudo eletrofisiológico, holter 24 horas, MAPA, teste de esforço e tilt test; Consultas em radioterapia; Consultas em Especialidades Pediátricas: alergologia, cardiologia, cirurgia pediátrica, endocrinologia, gastroenterologia, homeopatia, imunologia, nefrologia, neurocirurgia, neurologia, onco-hematologia, pneumologia e reumatologia; Consultas em Endocrinologia; Consultas em Otorrinolaringologia; Consultas em Saúde Auditiva; Consultas em Alergologia e Imunologia Adulto; Consultas em Cirurgia Vascular; Consultas em Cirurgia Plástica; Consultas em Oncologia Clínica; Consulta em Radioterapia; Consultas em Mastologia; Exames radiológicos: mamografia, tomografia computadorizada, ressonância magnética e densitometria óssea; e Exames otorrinolaringológicos.

Apresenta-se, na tabela a seguir, a produtividade referente às especialidades reguladas até 31 de dezembro de 2016, em um quadro comparativo com o ano de 2015:

ESTATÍSTICA SISREG III – PRODUTIVIDADE E FILA DE ESPERA				
ESPECIALIDADES	PRODUTIVIDADE 2015	FILA 05/01/2016	PRODUTIVIDADE 2016	FILA 11/01/2017
Alergologia - Consultas	2.331	1.319	4.093	0
Cardiologia - consultas	24.901	31.180	23.042	33.880
Cardiologia - exames	44.052	31.047	50.305	26.595
Dermatologia - consultas	22.255	18.511	24.251	19.725
Oftalmologia - consultas	35.653	31.047	29.221	51.880
Oftalmologia - procedimentos	10.177	5.284	6.592	6.433
Radioterapia - consultas	820	713	442	1.291
Consultas pediátricas	12.423	29.798	15.662	31.886
Cirurgia vascular - consultas	2.136	21.758	1.919	26.486
Cirurgia Plástica - consultas	2.294	1058	2.592	31.886
Oncologia clínica – consultas	1.031	787	1.722	311
Endocrinologia	2.084	2940	3.465	1.945
Mastologia - consultas	4.022	88	4.092	190
Saúde Auditiva - consultas	1.904	0	2.253	0
Otorrinolaringologia - consultas	14.113	16.271	22.058	13.795
Mamografia	14.985	5.716	12.262	10.799
Ressonância Magnética	40.167	1.050	32.298	8.510
Tomografia Computadorizada	34.151	9.426	31.954	15.456
Densitometria óssea	10.139	3.832	7.684	7.083
TOTAL	279.638	199.522	275.907	288.151

Fonte: Sistema informacional SISREGIII/DATASUS

No segundo quadrimestre de 2016, iniciou-se a regulação dos exames otorrinolaringológicos, impossibilitando uma comparação referente a produtividade e fila com o ano anterior.

Nota-se diminuição na produtividade em 2016, que conseqüentemente ocasionou aumento na demanda reprimida. Tal situação pode ser justificada pela redução da oferta em virtude do remanejamento de profissionais para outras frentes de serviço, como pronto socorro, déficit na manutenção de aparelhos (tomógrafos, ressonância, radioterapia, vitreófago, etc.) e desabastecimento de insumos.

Com o intuito de dar celeridade ao acesso às especialidades, e proporcionar melhor qualificação das filas, garantindo assim o acesso do paciente de acordo com o grau de necessidade; durante o ano de 2016 a Gerência de Regulação Ambulatorial trabalhou junto aos coordenadores de especialidade, buscando aperfeiçoar as diretrizes clínicas de regulação. Tal processo deverá ser continuado no ano de 2017.

A Central de Regulação de Internação Hospitalar – CRIH é o setor responsável pela regulação dos leitos de UTI e UCIN dos estabelecimentos de saúde vinculados ao SUS no DF. Além dos leitos próprios da rede SES/DF, a CRIH conta com unidades conveniadas e contratadas para ampliar o acesso. É regulamentada por protocolos operacionais e clínicos previstos nas Portarias SES/DF nº 199 e 200, atualizadas em 06 de agosto de 2015, as quais determinam o funcionamento da CRIH, as atribuições dos profissionais integrantes da equipe e os critérios de admissão e alta das UTIs. A CRIH funciona 24 horas ininterruptas, em esquema de plantão, e utiliza a ferramenta informacional Trakcare/InterSystems.

Ressalta-se que a fim de assegurar maior transparência no processo de regulação da internação hospitalar, sem violar a privacidade do paciente e o sigilo profissional, o acesso às informações referentes à regulação dos leitos foi disponibilizado ao poder judiciário, Defensoria Pública da União e do DF e Ministério Público do DF.

De acordo com os parâmetros indicados na Portaria GM/MS nº 1.101/2002 para a cobertura assistencial, 4% a 10% do total de leitos gerais devem ser destinados como leitos de terapia intensiva. A SES/DF disponibilizou em 2014, segundo o Resumo dos Serviços Médicos Hospitalares e Consultas - 2014, um total de 4.885 leitos gerais. Desta forma, aplicando-se os parâmetros e considerando apenas a população do DF (estimativa de população do IBGE em 01/07/2016: 2.977.216 habitantes), a necessidade mínima para leitos de UTI seria de 297 leitos (4% de cobertura) e a máxima de 744 leitos (10% de cobertura).

Historicamente a SES DF se constituía como uma organização de modelo centralizado, com características de Estado e Município. Tornou-se assim uma estrutura robusta com processos que geram sobrecarga e morosidade na maior parte de suas ações. Resultando em pouca eficiência na utilização de recursos financeiros, na aquisição e manutenção de bens permanentes e de consumo e também na contratação de serviços. Há de se considerar ainda que esta configuração implica numa dificuldade de implementação do modelo de atenção à saúde nutrido assim um desequilíbrio da oferta de ações e serviços de saúde em nível primário, secundário e terciário.

Neste contexto surge em 2015, o Projeto da Gestão Regionalizada na Saúde com o objetivo de dotar as 7 Regiões de Saúde de capacidade de gestão de seus territórios para a conformação de Redes de Atenção à Saúde para a população do Distrito Federal, de forma a criar dispositivos para o enfrentamento dos problemas identificados. Foi publicado no DODF nº 143 de 27/07/2016 Decreto 37.515 de 26/07/2016 que Institui o Programa de Gestão Regional da Saúde - PRS para as Regiões de Saúde e Unidades de Referência Distrital. Foram realizadas muitas atividades tais como o Curso de Gestão Regionalizada com o Módulo I: Regimento Interno, Módulo II: Conhecendo a Região de Saúde, Módulo III: Desafios do Acesso na Atenção à Saúde, Módulo IV: Gestão de Pessoas, Módulo V: Gestão Financeiro-Orçamentária e Infraestrutura e Logística, e o Seminário de Contratualização. Foi assinado em dezembro de 2017 os Acordos de Gestão Regional, que tem o objetivo de efetivar a contratualização entre a Administração Central e Regiões de Saúde, no qual está contido uma matriz de metas determinando os processos prioritários a serem descentralizados e seus indicadores de acompanhamento.

Quanto ao desenvolvimento da metodologia de descentralização do eixo orçamentário e financeiro do Programa de Gestão Regional de Saúde foi formalizado grupo de trabalho através da Portaria nº 360/2017 com o objetivo de elaborar proposta normativa, visando regulamentar a descentralização. Após muitas reuniões, estudos e discussões do grupo foi proposto diretrizes ao gabinete do Secretário que encaminhou na forma de Projeto de Lei à AJL/SEPLAG que encontra-se em análise na Unidade de Orçamento e Gestão da SEPLAG.

De forma a contribuir para o Objetivo Fortalecer as ações de Planejamento, Monitoramento, Controle e Avaliação de Saúde para gerar melhores resultados na gestão da SES DF, a SUPPLANS ofertou durante todo o ano, apoio metodológico e orientativo para elaboração dos instrumentos de planejamento (PPA, PDS e PAS) inclusive da proposta orçamentária da SES/DF. Para aperfeiçoamento e qualificação dos processos de gestão em saúde a SUPPLANS desenvolveu ferramentas para apoio no monitoramento da gestão: o SESPLAN que permite a todos os gestores registrarem o desempenho das áreas, propiciando a análise e avaliação do resultado de suas ações e metas programadas nos instrumentos de planejamento pactuados. Atualmente a SESPLAN é uma ferramenta disponível na plataforma excel, porém está sendo desenvolvido o software da ferramenta a partir de um Convênio com a Fiocruz, gerenciado pela DGIE – Diretoria de Gestão de Informações Estratégicas e tendo a DIPLAN – Diretoria de Planejamento e Orçamento como desenvolvedora da ferramenta. Foi instituído o fluxo de monitoramento mensal das pactuações através da ferramenta SESPLAN, e implantada as Reuniões de Análise de Resultados - RAR bimestral e quadrimestral, para discussão e análise das ações e resultados dos instrumentos de planejamento, PAS e Etapa SAG, a qual operacionaliza o PDS na respectiva esfera de gestão e orienta eventuais redirecionamentos. Esse espaço é importante pois contribui para o aumento da capacidade de execução dos gestores com tempo hábil para correções e melhoramentos do processo, e do aprendizado franco e acelerado da gestão por resultados.

O Modelo para a implantação da Gestão de Informação Estratégica na SES/DF, está sendo implantado com o apoio da estruturação de uma sala de situação da SES DF. A sala de situação tem como objetivo disponibilizar informações, de forma executiva e gerencial, para subsidiar a tomada de decisão. As informações serão georreferenciadas e para isso foi feito o mapeamento de serviços da SES por regiões de saúde.

Dos macros processos gerenciais e de sustentação da SES-DF foi realizado a Modelagem Organizacional do Complexo Regulador em Saúde do DF; aprovado o Projeto de "Estruturação e Implantação do Escritório Setorial de Gestão de Projetos e Processos da Secretaria de Saúde", que visa dotar a SES/DF de competências e estrutura para que as suas Iniciativas relacionadas a processos, projetos e resultados demandados pela Estratégia Institucional seja um processo contínuo e estruturado. Esse Projeto está sendo desenvolvido em parceria da SES com a Governadoria, a Casa Civil e a SEPLAG. O prazo para conclusão termina em dezembro de 2017; Programa de Capacitação com Aprendizado na Prática para implantação da Gestão Estratégica com Foco em Processos e Projetos na SES/DF. (145 Agentes de Planejamento capacitados) - SUPLANS.

O ano de 2017 foi o ano da reestruturação da Política de Regulação Assistencial do Sistema Único de Saúde da SES-, para isso houve um fortalecimento da parceria com o Ministério da Saúde que disponibilizou a adequação do Sistema de Centrais de Regulação do Ministério da Saúde – SISREG III conforme a proposta de regulação assistencial ambulatorial e de cirurgias eletivas por panoramas de regulação apresentado pela SES/DF. Para a regulação dos leitos gerais foi desenvolvido em parceria da Regulação com a CTINF o SISLEITOS que permitirá o controle do quantitativo e da disponibilidade de leitos clínico-cirúrgicos em tempo real, bem como a mensuração de indicadores relacionados ao processo de regulação de leitos gerais. O Projeto Reestruturação da Regulação do Sistema Único de Saúde da SES-DF, é composto por três Subprojetos: Regulação de Internação Hospitalar, Regulação Ambulatorial e Regulação de Cirurgias Eletivas. Esses subprojetos visam dar maior transparência ao acesso de forma oportuna, referenciada, integral e equânime para os pacientes. Todos os subprojetos passaram a ser desenvolvidos concomitantemente após a efetiva estruturação do Complexo Regulador em Saúde do Distrito Federal como Unidade de Referência Distrital (URD), materializado no Decreto nº 38.488, de 13 de setembro de 2017, publicado no DODF de 14 de setembro de 2017, nos moldes recomendado pela Política Nacional de Regulação (Portaria GM/MS nº 1.559, de 1º de agosto 2008) e em atendimento à recomendação do TCDF.

O processo de mapeamento dos leitos gerais nas diversas unidades hospitalares da SES-DF e sua inserção no sistema de regulação específico já está concluído, aguardando somente a implantação do sistema SISLEITOS, que foi finalizado após a implantação do Complexo Regulador do Distrito Federal, para que o processo regulatório desses leitos seja concluído. A regulação da internação hospitalar está presente nas internações em leitos das unidades terapia intensiva - UTI adulto, pediátrica e neonatal, oferecendo suportes diversos tais como neurotrauma, coronariano, materno, dialítico, geral, dentre outros, e em leitos das unidades de cuidado intermediário neonatal – UCIN.

A regulação de acesso aos procedimentos de consultas e exames, no âmbito da SES/DF, encontra-se ancorada na utilização de um sistema informacional do Ministério da Saúde, o Sistema Nacional de Regulação – SISREG.

Considerando o objetivo Aprimorar os mecanismos de educação permanente para qualificar os profissionais do SUS temos dois indicadores pactuados a Média de horas de capacitação/ano por servidores capacitados e o Percentual da capacitação dos ACS por ano. Quanto ao indicador Percentual da capacitação dos ACS por ano, o resultado alcançado foi muito crítico (18,93%) em relação à meta (50,00), em decorrência de problemas de ordem administrativa, como planejamento, atraso no processo seletivo para instrutores, de 560 ACS apenas 106 continuam em capacitação (evasão de 60 ACS: 36%). A capacitação dos ACS é fundamental para a qualificação da prática assistencial na atenção primária. A média de horas de capacitação/ano por servidores alcançou o resultado de 11,75 ficando em alerta (10,50% abaixo da meta: 13,13). Nesse objetivo observa-se uma fragilidade na execução das ações uma vez que a SES DF ainda não possuía um Plano de Educação estruturado centralizado na SUGEP, encontram-se em andamento treinamentos e capacitações nas diversas áreas assistencial da SES-DF descentralizado, tais como Projeto de Conversão APS (COAPS), implantação do Sistema Eletrônico de Informação – SEI (DIDOC/SUAG), Protocolo Manchester, dentre outros. Salienta-se o acontecimento de inúmeras ações educativas no âmbito da SES-DF em 2017 não ordenadas por um Plano de Educação estruturado. Contudo aconteceram as capacitações em todas as regiões e administração central ao longo dos bimestres, sendo compilados e ofertados os dados na etapa SAG e Indicadores. Foi apresentada proposta de Plano na Oficina Regional Centro-Oeste sobre a atualização da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde promovida pelo Ministério da Saúde, ocorrida nos dias 23 e 24 de novembro de 2017, ocasião em que foi solicitado acompanhamento por parte do Departamento de Gestão da Educação em Saúde – DEGES/SGTES/MS para finalização da proposta em 2018. Frisamos que a SES/DF foi habilitada por meio da Portaria n.º 3342 em 08/12/2017 (DOU n.º 235) a receber o incentivo financeiro para a elaboração do Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde e execução de Ações de Educação Permanente em Saúde.

Em relação ao Objetivo Aprimorar a Gestão do Trabalho na SES-DF foi pactuado o indicador Taxa de absenteísmo de profissionais da saúde, observada cada categoria profissional. A taxa de absenteísmo alcançou um resultado de 7,87 ficando acima da meta (5,00), ou seja muito crítico, uma vez que quanto menor melhor. Dentre os principais motivos de faltas, a licença médica/odontológica é predominante o que demanda uma análise junto a medicina do trabalho para identificação das causas de adoecimento dos trabalhadores e assim planejar ações para

ambientes mais saudáveis aos trabalhadores. A SES possui 100% dos servidores com regime estatutário. Quanto a ação dimensionar carreiras não finalísticas conforme processos de trabalho por serviço foi postergada em detrimento ao dimensionamento das carreiras finalísticas, produto do GT com prioridade para 2017 na Revisão do Manual de Parâmetros de dimensionamento da força de trabalho das unidades assistenciais/finalísticas.

Quanto ao Objetivo Implementar as diretrizes da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa na SES-DF foi pactuado o indicador Número de Conselhos Regionais de Saúde do Distrito Federal ativos, em 2017 foram ativos 15 Conselhos Regionais: Brasília, Paranoá, São Sebastião, Itapoã, Ceilândia, Brazlândia, Planaltina, Sobradinho, Santa Maria, Gama, Guará, Riacho Fundo I, Taguatinga, Recanto das Emas e Samambaia. Foi realizado curso de capacitação de conselheiros em setembro de 2017 com 41 participantes.

Com a criação da Diretoria de Controle Social a participação da ouvidoria junto ao conselho foi reduzida, sendo os mesmos acompanhados pela nova diretoria, contudo as ouvidorias seccionais, na medida do possível, vem acompanhando as deliberações dos respectivos conselhos. Quanto à ação capacitação dos ouvidores, dos membros do controle social e servidores no curso de Mediação Sanitária, a negociação com a Fiocruz foi suspensa pela dificuldade de realização de convênio, porém segue sendo estudada possibilidades para a contratação. Foi solicitado a suspensiva de prazo para adequação do termo de referência.

Quanto ao Objetivo Aperfeiçoar a Captação e execução de recursos na SES-DF foi pactuado o indicador Percentual de aumento do faturamento no bloco de financiamento da Média e Alta Complexidade (MAC). Meta não foi alcançada (5% acima do limite do teto MAC). O índice alcançou 6,46% abaixo do teto MAC neste ano, 1,13% maior que o atingido em 2016 que foi de 7,59% abaixo do teto.

Os fatores que contribuíram para o não alcance da meta estão relacionados à parte da produção de procedimentos de cirurgias eletivas, exames citopatológicos de colo uterino e mamografias para rastreamento, passarem a ser faturados via Fundo de Ações Estratégicas e Compensações – FAEC atendendo a normatização do Ministério da Saúde. Por sua vez, a redução do MAC ocasionou aumento no componente FAEC, que representaram entrada de recursos imediatos no Fundo de Saúde do DF. Em 2015 o faturamento FAEC foi de 53 milhões de reais; em 2016, 57 milhões e em 2017 ultrapassou 71 milhões.

Para o financiamento FAEC houve um aumento de 28% nos valores dessa fonte o que impactou positivamente em R\$ 13.769.422,50, quando comparados com o mesmo período de 2016. No faturamento da Assistência Farmacêutica observou-se uma redução de R\$ 151.193,06 que corresponde à queda de 2% neste período quando comparado com o mesmo período de 2016. O financiamento MAC apresentou uma redução de R\$ 10.094.798,00, equivalente a 4% em relação ao mesmo período de 2016 e manteve-se abaixo do teto financeiro MAC. Sobre o pagamento de procedimentos dentro do teto MAC ou via FAEC, ressalta-se que o Ministério da Saúde não paga em duplicidade, ou seja, se determinado procedimento for tipificado pelo Ministério da Saúde como FAEC, não conta para efeito de faturamento dentro do teto MAC, o que é vulgarmente denominado “extra-teto”. Dessa forma, é esperado que para cada conjunto de procedimentos pagos como FAEC, haja redução proporcional no valor financeiro atribuído normalmente a eles dentro do teto MAC.

A partir de diagnóstico realizado em 2016, o ano de 2017 foi dedicado à realização de visitas técnicas nas unidades que apresentaram as maiores dificuldades no processamento de informações de faturamento, ou necessidades pontuais, quais sejam: Hospital Universitário de Brasília (HUB), Centro de Orientação Médico Psicopedagógico (COMPP), Hospital de Apoio de Brasília (HAB), Hospital Regional de Santa Maria (HRSM) e Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF). Nestas unidades foi realizada uma orientação para a operacionalização dos sistemas de informação Sistema de Informação Hospitalar (SIA) e Sistema de Informação Hospitalar (SIH), bem como de utilização do módulo de faturamento automático do prontuário eletrônico Trakcare. Uma das iniciativas do ano corrente foi a produção de um Relatório Geral, que versa sobre a produção de serviços, o status do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e das causas de glosas do faturamento, individual por região de saúde, para discussão sobre melhorias com as respectivas Superintendências.

Esses relatórios monitoram o envio tempestivo das bases dos sistemas SIA, SIH e SISAB pelas Regiões de Saúde, além de um conjunto de indicadores pactuados com o Ministério da Saúde (produção de exames citopatológicos de colo uterino e mamografia; número de internações por diabetes e hipertensão arterial); informações sobre a produção ambulatorial (atenção primária, atenção especializada, urgência e emergência e atenção psicossocial); informações sobre a produção hospitalar geral; informações sobre tipos de financiamento e glosas, bem como o ranking de faturamento de todas as unidades. O relatório também analisa o status da estrutura da rede SES, tais como leitos disponíveis no CNES.

No período de janeiro a dezembro de 2017, o processamento das informações relacionadas aos atendimentos ambulatoriais e hospitalares gerou um faturamento de R\$ 402.484.746,52. Para melhorar esse indicador foram planejadas ações tais como: concluir a cartela de serviços com potencial para habilitações das regiões e URDs, porém, existem serviços habilitáveis que podem ser criados em qualquer momento dentro das unidades hospitalares, busca ativa de serviços criados nas unidades hospitalares, elaborar e monitorar os planos de ações corretivas e ou de melhorias para habilitação, capacitar profissionais e gestores para melhoria da utilização dos sistemas de informação em faturamento por Unidades e Regiões.

Quanto ao Objetivo Sistematizar a avaliação da Execução Financeira e Orçamentária da SES-DF foi pactuado o indicador Percentual da execução orçamentária da SES DF tendo alcançado o resultado de 92,41 (abaixo de meta: 95,00). A execução inferior ao planejado foi em virtude da impossibilidade de empenhar o total da folha de competência dezembro/2017 no exercício corrente. Apesar do resultado ter ficado abaixo da meta, houve uma melhora do resultado no decorrer do ano de 2017. Aconteceu, pela primeira vez, cooperação entre todas as Subsecretarias da SES para revisão dos saldos dos empenhos emitidos e apontamento de cancelamentos, possibilitando redução do valor inscrito em restos a pagar. Embora essa atitude reduza o percentual de execução total, ela possibilita reduzir o endividamento, cumprir a LRF e uma execução real, com inscrição de restos a pagar apenas dos empenhos necessários para pagamento de insumos entregues e serviços prestados no exercício de competência. Para melhorar esse indicador foi planejado implantar o processo de trabalho para acompanhamento e avaliação da execução orçamentária, na qual está sendo elaborado um relatório de execução orçamentária, com periodicidade mensal, detalhado por programa de trabalho e encaminhado para as áreas técnicas, possibilitando monitorar, acompanhar e avaliar a execução orçamentária da SES:

Em relação ao Objetivo Fortalecer a integração da SES-DF com as instituições de Ensino Superior e de Nível Técnico foi atendida a demanda recebida das Instituições de Ensino Conveniadas, mantendo 100% dos estudantes nos campos/cenários das estruturas orgânicas da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES-DF) e entidades vinculadas. No ano de 2017 tivemos 7.234 estudantes que entraram nos cenários de ensino da SES.

No Objetivo Fomentar ações de produção do conhecimento e grupos de pesquisa no âmbito do SUS-DF foram pactuados 02 indicadores Gasto público com fomento à pesquisa em saúde e Percentual de bolsas de iniciação científica e desenvolvimento tecnológico e inovação em saúde por aluno de graduação da ESCS. No Programa Fomento à Pesquisa/ESCS/FEPECS previa utilizar no orçamento de 2017 R\$ 440.000,00, em seu processo seletivo, 8 projetos foram selecionados, mas apenas 7 apresentaram a documentação necessária para receber o recurso, o que resulta na utilização de 94,98% dos recursos anteriormente previstos (R\$ 417.915,30). Ainda assim, em comparação a 2016, o Programa cresceu: houve aumento do número de financiamentos (um projeto a mais em 2017); e mais recursos disponíveis (a diferença entre 2016 e 2017 é de R\$ 117.915,30). O aumento dos recursos possibilitou aumentar o teto das pesquisas para até R\$ 80.000,00, quando em 2016 foi até R\$ 60.000,00. Isso possibilitou contemplar pesquisas mais robustas (há 5 pesquisas variando entre R\$54.697,50 e R\$74.747,03, quando em 2016 havia apenas 2 pesquisas dentro dessa faixa de recursos).

Em relação ao Percentual de bolsas de iniciação científica e desenvolvimento tecnológico e inovação em saúde por aluno de graduação da ESCS, o número de bolsas de iniciação científica aumentou de 90 (2016) para 102 (2017), resultando num acréscimo de 12 bolsas. Em 2016, a relação era de 1 bolsa para cada 10 estudantes; em 2017, a relação passou a ser de 1 bolsa para cada 7 estudantes. Comparativamente, a UnB, em 2017, manteve a relação de 1 bolsa para cada 28 estudantes, abrangendo 3,5% da população de discentes/graduação. Com relação ao indicador da ESCS/FEPECS, o PIC abrangeu 13,3% dos estudantes de graduação (102 bolsas/765 estudantes). Assim, observa-se um crescimento extra de 1,83% daquilo que foi inicialmente planejado.

Para fortalecer o objetivo promover ações educativas de qualificação dos gestores da SES-DF foi realizado o Curso de Capacitação dos Gestores no Projeto de Regionalização da SES/DF que teve início em 2016 e término em março de 2017. Inscreveram-se 240 gestores e foram certificados 123, totalizando 200 horas/aula/gestor. Em 2016 foram realizados os módulos de Gestão de Atenção à Saúde, Gestão Financeira-Orçamentária, Gestão de Pessoas e Planejamento, e 2017 o Módulo de Infra-estrutura e Logística e o Seminário de Contratualização.

Para fortalecer o Objetivo Aprimorar os serviços de saúde da SES-DF para atuarem como ambiente de ensino aprendizagem foram pactuados 03 indicadores: Número de programas de residência em desenvolvimento, Número de preceptores capacitados por metodologias ativas e Número de bolsas de estudo de residência médica e de áreas de profissionais de saúde.

Em 2017 o número de programas de residência em desenvolvimento foi de 11, sendo eles: (1) Atenção Cardíaca; (2) Atenção Oncológica; (3) Saúde Coletiva; (4) Saúde da Família; (5) Saúde da Criança; (6) Saúde do Adulto e Idoso; (7) Saúde Mental - Adulto; (8) Saúde Mental - Infante-Juvenil; (9) Terapia Intensiva; (10) Urgência e Trauma; (11) Gestão em Políticas Públicas para a Saúde. O Número de preceptores capacitados por metodologias ativas foi de 110, num total acumulado de 190 preceptores: 2016: 80 e 2017: 110. E em relação ao número de bolsas de estudo de residência médica e de áreas de profissionais de saúde o resultado alcançado em 2017 foi de 1.454, sendo que estão cursando a residência médica 964 médicos e 490 residentes em áreas profissionais de saúde. Os 964 residentes médicos estão distribuídos em 106 programas. Dos 490 residentes em áreas profissionais; há 386 residentes na área multiprofissional distribuídos em 11 programas e 104 residentes na área uniprofissional distribuídos em 04 programas. Verifica-se discreta diminuição da residência médica e aumento na residência em áreas profissionais de saúde. Isso acontece em razão de transferências, decisões judiciais e desistências.

A SES/DF definiu a Estratégia Saúde da Família como o modelo de organização da Atenção Primária a Saúde (APS), tornando-a ordenadora de toda a Rede de Atenção à Saúde. Com a ampliação da APS tornou-se necessário a definição e o fortalecimento de uma Política de Atenção Secundária para o SUS/DF, com a implantação de serviços especializados ambulatoriais em todas as regiões de saúde.

Em Janeiro de 2018 Implantou o IHB – Instituto Hospital de Base, com gestão e autonomia para o desempenho de metas pactuadas. Apresentou no primeiro semestre do ano, alterações favoráveis nos processos de aquisição, contratação de profissionais e desempenho de resultados. Inaugurado o Bloco II do Hospital da Criança de Brasília, com acréscimo de 202 leitos para crianças e adolescentes, 167 leitos clínicos e cirúrgicos, 38 leitos de UTI – Unidade de Terapia Intensiva, 15 leitos de Terapia Semi-intensiva.

Ampliou o faturamento acima de 5% do Teto da Média e Alta complexidade (Teto MAC) meta inicial, e que nos últimos seis meses de 2018 evoluiu acima deste desafio. O faturamento total da SES/DF apresentou aumento em função da melhoria no processo de trabalho, tais como o plano de recuperação do faturamento, à implementação do fluxo de entrega das produções ambulatoriais e hospitalares através do SEI, à devolutiva das glosas/críticas às áreas envolvidas. Foram também realizadas estratégias para melhoria dos resultados e a realização de capacitação envolvendo as áreas fins.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - Comparando o exercício de 2018 com 2017 observou-se um aumento de 3,67% da dotação inicial. Esse aumento ocorreu principalmente devido à utilização do orçamento do FCDF para pagamento dos inativos da saúde. Abaixo segue demonstrativo de Execução Orçamentária por categoria de gasto, na SES/DF em 2018.

SES-DF							
Grupo de Natureza de Despesa	Dotação Autorizada		Empenhado		Liquidado		Saldo Orçamentário (disponível)
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	
1 – Pessoal e Encargos Sociais	2.110.870.462,55	48,56%	2.110.870.460,49	50,45%	2.089.191.288,67	55,77%	2,06
2 – Outras Despesas Correntes	2.138.889.126,38	49,20%	2.032.022.201,47	48,56%	1.629.970.814,25	43,51%	106.866.924,91
3 – Investimentos	95.362.485,74	2,19%	41.554.658,47	0,99%	26.713.727,73	0,71%	53.807.827,27
4 – Amortização da dívida	1.836.214,00	0,04%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	1.836.214,00
Total	4.346.958.288,67	100%	4.184.447.320,43	100%	3.745.875.830,65	100%	162.510.968,24

REGULAÇÃO EM SAÚDE - Iniciou em 2018 a implantação do Núcleo de Telessaúde em parceria com o Ministério da Saúde (MS) e o Hospital Sírio Libanês. No primeiro semestre foi realizada a qualificação de filas da regulação ambulatorial iniciado pela especialidade de endocrinologia.

LOGÍSTICA PARA ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS - Foi dado andamento ao processo de aluguel de um galpão para armazenamento de medicamentos e outros produtos sujeitos à vigilância sanitária adquiridos pela SES/DF ou provenientes de aquisição pelo Ministério da Saúde. Foi atuado processo para contratação de empresa especializada em Operação Logística da cadeia de suprimentos, em fase de Termo de Referência.

CONSELHO DE SAÚDE - Realizou 09 Reuniões Ordinárias e 02 Reuniões Extraordinárias. Editou e publicou treze Resoluções de saúde no âmbito do DF.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO - Foi implementado o Sistema Estratégico de Planejamento (SESPlan) em versão Web, visando acompanhar e integrar os instrumentos de planejamento em tempo real, e a Sala de Situação, com informações e estatísticas da SES/DF migradas dos sistemas nacionais e locais de informações em saúde, em tempo real e acesso irrestrito.

GESTÃO DE PESSOAS, INOVAÇÃO E GOVERNANÇA - Foram 3.834 servidores nomeados entre novas nomeações, substituição, exoneração e vacância. Visando o incremento da carga foram realizadas 140 concessões de ampliação de jornada de trabalho mediante a opção pelo regime de 40 horas de trabalho. Criação da coordenação e rede interna de inovação (InovaSES) e conclusão do processo seletivo para formação de 100 especialistas e 25 mestres em Monitoramento e Avaliação pela Fiocruz. Estabelecido o modelo de gestão orientada por processos e a criação do Escritório de Processos da SES/DF (EP), com destaque para a entrega da Cadeia de Valor.

REGIONALIZAÇÃO - No ano de 2018, deu-se continuidade ao Projeto de Implementação da Gestão Regionalizada. Após as assinaturas dos Acordos de Gestão Regional, em dezembro de 2017, iniciou-se a preparação para monitoramento dos resultados das metas pactuadas. Em paralelo, iniciou-se a formulação dos Acordos de Gestão Local (AGL) das unidades da Atenção Primária e também dos Acordos de Gestão com as Unidades de Referência Distrital (AGR-URD).

OBJETIVO ESPECÍFICO:

007 – EDUCAÇÃO SUPERIOR EM SAÚDE: Garantir acesso e permanência no ensino superior e na educação profissional, bem como desenvolver ações de educação permanente e continuada, de pesquisa e extensão, com qualidade e socialmente referenciados, preparando profissionais para a atenção, gestão e educação em saúde, em consonância com as estratégias e prioridades do Sistema Único de Saúde (SUS) no Distrito Federal

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

23.203 – FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE - FEPECS

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	7	1	Ampliar a oferta de cursos técnicos e pós-técnicos de 3 para 7 (FEPECS)	4	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	2	6		150,0
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	7	2	Qualificar 100% dos Agentes Comunitários de Saúde da SES/DF no Curso de Qualificação Profissional Inicial (FEPECS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	10,9		10,9
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	7	3	Implantar o turno noturno para a execução dos cursos de Educação Profissional (FEPECS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	15	20	0		0,0
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	7	4	Ampliar o número de docentes da ETESB (FEPECS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	15	16		16,0
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	7	5	Manter os Programas de Residência Médica atualmente ofertados (FEPECS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100		100,0
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	7	6	Ampliar os Programas de Residência Médica em áreas prioritárias para a SES/DF (FEPECS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	60	60	62		62,0
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	7	7	Ampliar os Programas de Residência em Áreas Profissionais de Saúde, modalidade multiprofissional (FEPECS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100		100,0
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	7	8	Criar a Residência em Gestão da Saúde (FEPECS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	50	100	100		100,0
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	7	9	Manter a oferta de curso de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> na modalidade Mestrado Profissional (FEPECS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100		100,0
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	7	10	Implementar a Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> na modalidade Mestrado Acadêmico (FEPECS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100		100,0
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	7	11	Implementar a Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> - Programa de Doutorado Interinstitucional (DINTER) (FEPECS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100		100,0
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	7	12	Ampliar os Projetos e Programas de Extensão da ESCS (FEPECS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	32,5	74,8	100		100,00
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	7	13	Ampliar as ações para qualificação da integração ensino-serviço na SES/DF (FEPECS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	20	20	20		20,0

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6202	BRASILIA SAUDÁVEL	7	14	Ofertar 3.400 vagas em ações educativas para servidores da SES-DF e comunidade (FEPECS)	3.400	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	2550	1.238	5.737		168,7
6202	BRASILIA SAUDÁVEL	7	15	Ampliar o fomento à pesquisa em saúde, fortalecendo e consolidando a ESCS/FEPECS como instituição produtora de conhecimento (FEPECS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	92,8	100		100,0
6202	BRASILIA SAUDÁVEL	7	16	Implantar o Programa de Iniciação Científica, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Saúde da ESCS (FEPECS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	10	10	10		10,0
6202	BRASILIA SAUDÁVEL	7	17	Aprimorar a Política editorial e veiculação/disseminação da Revista de Comunicação em Ciências da Saúde-CCS (FEPECS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	100	100		100,0
6202	BRASILIA SAUDÁVEL	7	18	Implantar o 3º curso de graduação (FEPECS) (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	X	X	X
6202	BRASILIA SAUDÁVEL	7	19	Construir o campus integrado da FEPECS (FEPECS) (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	X	X	X

Análise Qualitativa

1. Ampliar a oferta de cursos técnicos e pós-técnicos de 3 para 7 (FEPECS);

2016

A Escola Técnica de Saúde de Brasília-ETESB, mantida pela Fepecs, previu, até 2019, implantar três (03) novos cursos técnicos e um (01) pós-técnico, ampliando o portfólio de cursos ofertados nessas duas modalidades. São eles: (1) Hemoterapia, (2) Complementação do Auxiliar para o Técnico em Enfermagem, (3) Vigilância em Saúde e (4) Especialização em Saúde da Pessoa Idosa. Para tanto, em 2016, providências foram tomadas para que alguns dos cursos fossem aprovados pela Secretaria de Educação do DF, condição imprescindível para a implantação a partir de 2017. Os demais já contavam com parecer favorável daquela Secretaria. Além disso, foram elaborados editais e material didático. Isto posto, o próximo passo, planejado para execução, a partir de 2017, diz respeito à seleção dos instrutores, capacitação pedagógica, seleção dos estudantes e início do(s) curso(s).

2017

Em 2017, a Escola Técnica de Saúde de Brasília-ETESB ampliou a sua oferta com dois novos cursos nas modalidades:

- Técnica - Complementação do Auxiliar para o Técnico em Enfermagem, ofertado a servidores da SES/DF e comunidade;
- Pós-Técnica - Especialização Pós-Técnica em Saúde da Família, exclusivo para servidores da SES/DF que atuam na Atenção Primária.

A oferta do curso Pós-Técnico em Saúde da Família foi de grande relevância para a SES/DF, uma vez que em 2017 teve início o processo de conversão da Atenção Primária em Estratégia da Saúde da Família, fazendo-se necessária a capacitação de servidores da área técnica para melhor qualificação da assistência à população e ampliação da cobertura da Atenção Primária.

2018

Após análise das informações inseridas na tabela acima, foi verificada inconsistência na análise dos dados. Nessa meta, na coluna referente a 2016, faz-se necessária a inserção de 3 cursos (início);

Na coluna de 2017, aumentamos para dois novos cursos, então, retificando, o dado a ser inserido é 5;

Em 2018, aumentamos para mais um curso, então o dado a ser inserido é 6. O resultado alcançado foi satisfatório, restando a ser alcançado em 2019 apenas 1 curso para obtermos a meta programada de 7 cursos.

2. Qualificar 100% dos Agentes Comunitários de Saúde da SES/DF no Curso de Qualificação Profissional Inicial (FEPECS);

2016

O papel do Agente Comunitário de Saúde-ACS no âmbito do Sistema Único de Saúde-SUS é estratégico, porquanto mediador social que desenvolve ações de promoção da saúde e prevenção de agravos, por meio da informação e do processo educativo da comunidade. Para tanto, sua atuação está orientada às famílias, comunidades, indivíduos e grupos, visando intervir sobre os fatores a que a população está exposta, estimulando parcerias por meio de ações intersetoriais e de controle social. O curso de Qualificação Profissional Inicial para Agentes Comunitários de Saúde foi desenvolvido para favorecer o exercício da profissão, devendo, por tais motivos, abranger 100% dos ACS. Em 2016, foi executado em algumas regionais de saúde, tais como: São Sebastião, Paranoá, Planaltina e Sobradinho, abrangendo 20,6% da população alvo.

2017

O curso de Qualificação Profissional Inicial para Agentes Comunitários de Saúde-ACS é executado com recursos oriundos do Ministério da Saúde, disponibilizados no orçamento do Fundo de Saúde do DF, dependendo da publicação do superávit financeiro para a contratação de instrutores. Estes são selecionados por Edital de Processo Seletivo, que, devido a trâmites administrativos, demora em média 4 meses para conclusão.

Por isso, em 2016 foi possível iniciar 4 turmas somente no mês de outubro. Considerando, ainda, que o curso tem carga horária total de 400 horas e está vinculado à liberação dos ACS do serviço, não foi concluído no referido ano, portanto a informação citada acima em 2016 é incorreta visto que o dado quantitativo informado em 2016 foi retificado para 0%.

Em 2017, houve necessidade de nova seleção de instrutores para continuidade dessas 4 turmas, após a publicação do superávit, o que inviabilizou sua conclusão também no ano. Prevê-se a conclusão em 2018, bem como início de novas turmas, a serem pactuadas com o serviço.

2018

Nessa meta, houve um equívoco com relação à coluna da Meta até 2019 (A) que deveria ser em número absoluto (1120) ACS, para que no alcance total da meta, seja dividido o dado inserido no ano (D) pelo número absoluto (A) com resultado em porcentagem, que corretamente é 10,9%, e não a 100%. Foram formadas em 2018 as 4 turmas iniciadas em 2016. Motivos da interrupção do curso: 1 – atraso na publicação do superávit financeiro (maio); 2 – elaboração de Portaria Conjunta entre a SES e a FEPECS para a transferência dos recursos para a FEPECS (junho); 3 – Não autorização pela Secretaria de Estado de Fazenda da transferência de tais recursos; 4 – Não houve tempo hábil para que o início e o término das novas turmas acontecessem no mesmo ano.

3. Implantar o turno noturno para a execução dos cursos de Educação Profissional (FEPECS);

2016

A ETESB/Fepecs iniciou o processo de implantação de cursos noturnos em 2016, a partir da oferta de dois cursos na modalidade "Formação Inicial e Continuada": (1) Qualificação para Auxiliares e Técnicos em Enfermagem em Centro Cirúrgico e Central de Material e Esterilização e (2) Capacitação Pedagógica para docentes e instrutores. A população alvo de ambos os cursos consistiu de servidores da SES/DF. A iniciativa da Escola propiciou oportunidades de formação na área da saúde sem prejuízo das atividades profissionais exercidas no período diurno. No entanto, o objetivo é mais ousado porque diz respeito à oferta sistemática de cursos técnicos e pós-técnicos, favorecendo também os trabalhadores externos à SES/DF que necessitam de melhor qualificação no exercício de suas atividades ou melhoria profissional.

2017

A escola, no processo de implantação do turno noturno em 2017, ofertou mais um curso na modalidade "Formação Inicial e Continuada": Complementação do Auxiliar para Técnico em Enfermagem. Desta forma, ampliou a meta para 20%.

Em decorrência do reduzido corpo docente da ETESB, ainda não foram abertos os cursos regulares no turno noturno. No entanto, a escola tem trabalhado junto à Fepecs para ampliação do número de docentes, tendo em vista a necessidade de oferta noturna, uma vez que a sua clientela é, em grande maioria, formada por trabalhadores.

2018

Com relação a essa meta, há a necessidade de retificação, uma vez que houve ofertas de novos cursos no período noturno, mas não a implantação do turno noturno com oferta regular e sistemática. É importante ressaltar que em 2016 e 2017 o resultado foi 0 (zero).

4. Ampliar o número de docentes da ETESB (FEPECS);

2016

Considerando que a Fepecs não possui quadro de pessoal próprio, incluindo docentes, a instituição tem utilizado servidores cedidos pela Secretaria de Estado de Saúde do DF (SES/DF), em razão da Lei nº 2.676, de 12/1/2001, que dispõe sobre a criação da Fundação (DODF de 15/1/2001). No entanto, em 2016, embora gestões tenham sido feitas, reiteradamente, junto àquela Secretaria para cessão ou liberação de profissionais para o exercício da docência na ETESB, ainda assim não foi possível a ampliação do número de docentes. Reputa-se tal dificuldade à atual conjuntura da SES/DF, que se encontra com seu quadro de servidores da assistência reduzido.

2017

A ETESB contava com 13 docentes da assistência e, em 2017, conseguiu ampliar este número para 15, o que corresponde a um aumento de 15%. Diante da dificuldade de recursos humanos cedidos pela SES/DF, a escola contratou instrutores por meio de Processo Seletivo, utilizando recursos oriundo do Ministério da Saúde, via Fundo de Saúde do DF, para os cursos de Formação Inicial e Continuada, atendendo parcialmente às demandas da SES/DF e da comunidade.

2018

Nesse ano, embora tenhamos conseguido a liberação para a Escola de 6 novos docentes, dos 5 docentes que já estavam na ETESB, anteriormente, 3 se aposentaram e 2 retornaram ao órgão de origem. Atualmente contamos com 16 docentes.

5. Manter os Programas de Residência Médica atualmente ofertados (FEPECS);

2016

Em 2016 foram mantidos 103 programas de residência médica, com 905 residentes em atividades, distribuídos em 10 hospitais e outras unidades da SES/DF. Estes programas são geridos pelas coremes dos hospitais e pela Escola Superior de Ciências da Saúde-ESCS/Fepecs. O atingimento da meta (100%) destaca a SES/DF como uma das maiores instituições formadoras de especialistas do Brasil, além da sua função de atenção à saúde.

2017

A ESCS/Fepecs apoiou as atividades pedagógicas e administrativas da residência médica da SES/DF, desenvolvida por meio de 106 programas, dos quais participaram 964 residentes, distribuídos em 10 hospitais e outras unidades da SES/DF.

Registre-se que houve ampliação do número de programas em comparação ao ano de 2016, com incremento de mais três programas. Com efeito, houve um acréscimo percentual de 6.1 residentes.

Alguns programas foram desenvolvidos em rede, com rotatividade do residente em vários tipos de cenários: hospitais, centros de saúde, clínicas de família e unidades de pronto atendimento (UPA).

2018

A escola apoia as atividades pedagógicas e administrativas de 105 Programas, dos quais participam 981 residentes, distribuídos em 09 hospitais da SES/DF, o IHBDF e outras unidades, representando o acréscimo de 1,8% no número de vagas ofertadas em relação a 2017 (964 vagas).

6. Ampliar os Programas de Residência Médica em áreas prioritárias para a SES/DF (FEPECS);

2016

Em 2016 foi ampliado o Programa de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade. Assim, de 5 vagas (2015) passou-se a ofertar 48 vagas (2016), atingindo 60% da meta. O objetivo, até 2019, é oferecer 80 vagas. A ampliação da formação especializada em Medicina de Família e Comunidade é uma demanda prioritária para a SES/DF e tem papel importante na ampliação da cobertura e resolubilidade da Estratégia de Saúde da Família no Distrito Federal, elemento fundamental para a melhoria do Sistema Único de Saúde no Distrito Federal.

Além disso, outros programas estratégicos para o SUS também foram desenvolvidos no ano em análise: Anestesiologia, Cirurgia Geral, Psiquiatria da Infância, Medicina do Trabalho e Medicina Paliativa. Todos esses programas foram implantados em rede, que possui como pressuposto a rotatividade do residente em vários tipos de cenários: hospitais, centros de saúde, clínicas de família e unidades de pronto atendimento (UPA).

2017

Foram mantidos os seguintes programas de residência médica em áreas prioritárias de saúde, implantados em 2016:

- Medicina de Família e Comunidade, com 48 vagas, sendo 24 para R1 (1º ano) e 24 para R2 (2º ano). Em 2016, registre-se, houve ampliação no número de vagas, de 5 para 48; entretanto, a ocupação plena dessas vagas só ocorreu em 2017.

- Anestesiologia;
- Cirurgia Geral;
- Medicina do Trabalho;
- Psiquiatria da Infância; e
- Medicina Paliativa.

Assim, foi possível apenas manter a mesma oferta no ano anterior. No entanto, ainda em 2017 foi submetida, à Comissão Nacional de Residência Médica/Ministério da Saúde, solicitação de ampliação do número de vagas do programa de residência em Medicina de Família e Comunidade, que deverá passar de 48 para 60 vagas (30 para R1 e 30 para R2), com previsão de liberação dessas novas vagas em 2018.

2018

Em 2018 houve acréscimo de 6,5% no número de vagas ofertadas e ocupadas nos programas da Residência em Áreas Profissionais de Saúde, em comparação com o ano de 2017 (490 vagas).

7. Ampliar os Programas de Residência em Áreas Profissionais de Saúde, modalidade multiprofissional (FEPECS);

2016

Os Programas de Residência em Áreas Profissionais de Saúde – modalidades multiprofissional e uniprofissional – foram implantados em 2016, já com oferta de 13 programas (limite almejado até 2019), desenvolvidos em rede, tendo como pressuposto a rotatividade do residente em vários tipos de cenários. Esses programas visam criar a cultura da interdisciplinaridade entre os profissionais da saúde, garantindo a integralidade do cuidado aos pacientes.

Multiprofissional: (1) Atenção Cardíaca, (2) Atenção Oncológica, (3) Saúde Coletiva, (4) Saúde da Criança, (5) Saúde do Adulto e Idoso, (6) Saúde Mental – Adulto, (7) Saúde Mental – Infância-Juvenil, (8) Terapia Intensiva, (9) Urgência e Trauma.

Uniprofissional: (10) Cirurgia Bucomaxilofacial, (11) Enfermagem Obstétrica, (12) Enfermagem em Centro Cirúrgico, (13) Enfermagem em Nefrologia.

2017

Foram oferecidos 15 programas de Residência em Áreas Profissionais de Saúde, nas seguintes modalidades:

- Multiprofissional (11 programas, com 386 residentes): (1) Terapia Intensiva; (2) Saúde do Adulto e do Idoso; (3) Saúde Mental do Adulto; (4) Saúde Mental Infante-Juvenil; (5) Urgência e Trauma; (6) Saúde da Criança; (7) Atenção Oncológica; (8) Saúde Coletiva; (9) Atenção Cardíaca; (10) Saúde da Família - NOVO; e (11) Gestão em Políticas Públicas para a Saúde - NOVO.

- Uniprofissional (4 programas, com 104 residentes): (12) Enfermagem em Centro Cirúrgico; (13) Enfermagem Obstétrica; (14) Enfermagem em Nefrologia e (15) Cirurgia Bucomaxilofacial.

Comparando-se o biênio 2016-2017, verifica-se que houve ampliação de mais dois programas na modalidade multiprofissional (9 para 11).

Ainda em 2017, a Fepecs e a SES/DF concorreram ao edital de bolsas de residência, ofertadas pelo Ministério da Saúde, sendo contempladas com 50 bolsas para o ano de 2018: Saúde da Família; Atenção Oncológica; Urgência e Trauma; e Enfermagem em Centro Cirúrgico, esta última na modalidade uniprofissional.

Portanto, 490 residentes, entre enfermeiros, nutricionistas, odontólogos, psicólogos e fisioterapeutas, estiveram na rede pública de saúde do Distrito Federal desenvolvendo atividades em nível de pós-graduação (especialização), supervisionados por profissionais habilitados.

2018

A escola apoia as atividades pedagógicas e administrativas de 105 Programas, dos quais participam 981 residentes, distribuídos em 09 hospitais da SES/DF, o IHBDF e outras unidades, representando o acréscimo de 1,8% no número de vagas ofertadas em relação a 2017 (964 vagas). Em 2018, foram incluídos quatro novos Programas de Residência Médica em Rede: (1) Medicina Física e Reabilitação, (2) Medicina de Emergência, (3) Genética Médica e (4) Clínica Médica. Em relação ao Programa "Medicina Geral de Família e Comunidade", foram ofertadas 30 novas vagas em 2018, atendendo assim a determinação da Lei Federal Nº 12.871, que instituiu o Programa "Mais Médicos".

8. Criar a Residência em Gestão da Saúde (FEPECS);

2016

Em 2016 foi criado grupo de trabalho para implantação, em 2017, da Residência Multiprofissional em Gestão de Políticas Públicas para a Saúde, com oferta de 8 vagas. O projeto pedagógico foi encaminhado ao MEC para credenciamento e autorização de oferta de vagas. Espera-se, até 2018, ofertar 16 vagas. O projeto é desenvolvido em parceria com a FIOCRUZ e tem como objetivo formar futuros gestores do Sistema Único de Saúde no Distrito Federal.

2017

A residência em Gestão da Saúde - Gestão de Políticas Públicas - está inserida na Residência em Áreas Profissionais de Saúde, modalidade multiprofissional, e orienta-se pelos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). Teve início em 2017, com oferta de oito vagas para R1 (1º ano) abrangendo as seguintes profissões: enfermagem (4 residentes), serviço social (2 residentes) e saúde coletiva (2 sanitaristas), visando formar especialistas em gestão para o SUS. Este é o primeiro programa de residência multiprofissional em gestão de políticas públicas para a saúde no Brasil, desenvolvido em parceria com a Fiocruz.

Constituem cenários de prática para essa residência as Superintendências de Saúde da SES/DF - oeste e sudoeste -, nas quais são realizadas atividades supervisionadas por preceptores, contribuindo com os gestores na consolidação do modelo da Estratégia de Saúde da Família na Atenção Primária.

2018

A residência em Gestão da Saúde - Gestão de Políticas Públicas - está inserida na Residência em Áreas Profissionais de Saúde, modalidade multiprofissional, desde 2017 e orienta-se pelos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) Em 2018 foram oferecidas 8 vagas para R1 (1º ano) e 8 vagas para R2 (2º ano) totalizando 16 residentes.

9. Manter a oferta de curso de Pós-Graduação *stricto sensu* na modalidade Mestrado Profissional (FEPECS);

2016

O curso de Pós-Graduação *stricto sensu* na modalidade Mestrado Profissional está registrado na Área de Avaliação de Enfermagem da CAPES, com entradas anuais de 18 (dezoito) estudantes, resultado de demanda da SES/DF para qualificação dos profissionais inseridos nos serviços de saúde do SUS. O curso se encontra em sua 6ª turma, caracterizando oferta contínua. Foi

mantida em 2016 a oferta desse curso com ingresso de 18 mestrandos (médicos, psicólogos, nutricionistas, fisioterapeutas e enfermeiros) servidores da SES/DF e dos hospitais contratados, todos com vínculo com o SUS.

2017

O Programa de Pós-graduação, modalidade Mestrado Profissional-MP, ofereceu dois novos cursos:

(1) Ciências para a Saúde (2017/2019) - duas turmas, com ingresso de 26 mestrandos, todos servidores da SES/DF. Este curso atende à demanda da SES/DF de qualificação de seus profissionais.

(2) Saúde da Família - ProfSaúde (2017/2019) - aprovado pela CAPES em 2015, teve início em 2017 para 200 mestrandos, sendo 11 certificados pela ESCS/Fepecs. O ProfSaúde tem a finalidade de capacitar médicos para atuarem nos Programas de Residência Médica em Saúde de Família em nível nacional.

Para além, esteve em atividades acadêmicas a 5ª edição do mestrado em Ciências para a Saúde, com 15 mestrando (servidores da SES/DF).

Dois cursos finalizaram suas atividades, com certificação de 30 mestres, entre servidores da SES/DF, docentes e preceptores: (1) Ciências para a Saúde (4ª edição) e (2) Administração em Saúde: Gestão de Sistemas de Saúde (ofertado pelo Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro-UERJ, em razão de convênio entre a Fepecs e o Centro de Estudos e Pesquisa em Saúde Coletiva (CEPECS).

Desta forma, houve ampliação do número de mestrandos em atividades acadêmicas na ESCS/Fepecs em 82,2% (82 mestrandos) em relação a 2016 (45 mestrandos).

O MP beneficiou diretamente a SES/DF, bem como atendeu o Plano Distrital de Educação, a partir das ações resultantes:

- Capacitação de servidores em áreas do conhecimento de interesse da saúde, preparando profissionais para a atenção, gestão e educação em saúde, em consonância com as estratégias e prioridades do Sistema Único de Saúde (SUS) no Distrito Federal;

- Elevação gradual do número de matriculados na pós-graduação stricto sensu.

2018

O programa de pós-graduação stricto sensu na modalidade Mestrado Profissional em 2018 foi composto de 4 turmas de Ciências para a Saúde, sendo 1 turma aberta em 2018 (19 estudantes) e 3 contínuas de 2016 (15 estudantes - formados ao final de 2018) e 2017 (turmas de 18 e 8 estudantes), mais 1 turma de Saúde da Família aberta em 2017 (10 estudantes). No total, 70 estudantes compuseram as turmas.

10. Implementar a Pós-Graduação stricto sensu na modalidade Mestrado Acadêmico (FEPECS);

2016

Foi criado o Mestrado Acadêmico em Ciências da Saúde, do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde — projeto aprovado pela CAPES em 25/4/2016. Apresenta estrutura multidisciplinar em consonância com o perfil predominante dos Programas e Cursos de Pós-Graduação da Área de Avaliação — Medicina I da CAPES. A meta foi atingida em 2016, com a realização do processo seletivo que aprovou 18 (dezoito) mestrandos que iniciaram as aulas no primeiro semestre de 2017.

2017

Em 2017 foi implementado o curso de Mestrado Acadêmico em Ciências da Saúde, tendo ingressado na primeira turma 18 estudantes das áreas de Medicina, Fisioterapia, Enfermagem, Nutrição, Administração e Serviço Social.

Dessa forma, a ESCS ampliou sua capacidade de formação profissional no Distrito Federal, atendendo também o Plano Distrital de Educação a partir da elevação gradual do número de matriculados na pós-graduação stricto sensu.

2018

Em 2018 o curso de Mestrado Acadêmico em Ciências da Saúde ingressou 32 estudantes na Escola - a primeira turma de 2017/2019 com 17 alunos e a segunda turma 2018/2019 com 15 alunos - atendendo o Plano Distrital de Educação de aumento de matriculados na pós-graduação stricto sensu.

11. Implementar a Pós-Graduação stricto sensu - Programa de Doutorado Interinstitucional – (DINTER) (FEPECS);

2016

O Doutorado Interinstitucional (DINTER) está registrado na Área de Avaliação Medicina II da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), desenvolvido a partir de parceria entre o Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília (UnB), como instituição promotora, e a ESCS/Fepecs, como instituição receptora, tendo por objetivo a consolidação da pesquisa e dos programas de pós-graduação institucionais, bem como a viabilização de oferta futura de Curso de Doutorado próprio da ESCS/Fepecs. Em 2016, foi realizado o processo seletivo que aprovou 25 doutorandos (docentes, pesquisadores, preceptores de graduação/ESCS e preceptores de residência/SES/DF), tendo o curso iniciado no primeiro semestre do mesmo ano.

2017

O Doutorado Interinstitucional foi implementado com a oferta de uma única turma, tendo como um dos objetivos a viabilização de oferta futura de Curso de Doutorado próprio da ESCS/Fepecs. Manteve, durante o ano de 2017, 24 estudantes, contemplando docentes e preceptores que exercem atividades acadêmicas nos cursos de graduação da ESCS e Programas de Residências da ESCS e SES/DF.

Considerando que, dessa forma, será ampliado o número de profissionais habilitados para docência na Pós-Graduação, a ESCS poderá pleitear junto a CAPES seu próprio curso de Doutorado em futuro próximo.

2018

O Doutorado Interinstitucional manteve durante o ano de 2018 sua turma única de 24 estudantes, contemplando seu público alvo de anos posteriores.

12. Ampliar os Projetos e Programas de Extensão da ESCS (FEPECS);

2016

A Extensão Acadêmica, ofertada pela ESCS/Fepecs, compreende cursos, minicursos e projetos de curta e média duração, destinados a complementar os conhecimentos em áreas específicas, que respondam a demandas não atendidas regularmente pelo ensino formal da graduação e/ou pós-graduação. Em 2016, foram ofertados 25 cursos/minicursos e 05 projetos de extensão, dos quais participaram 1.626 pessoas, superando em 24% a meta de 1.306 pessoas previstas no PPA para o ano de 2016.

2017

A meta de ampliação dos Projetos e Programas de Extensão foi planejada para atingir uma clientela de 5.000 pessoas até o ano de 2019. As atividades de extensão, em 2017, compreenderam a realização de 13 minicursos, 10 cursos, 08 projetos de extensão e 03 eventos (simpósios e jornadas), abrangendo 3.742 pessoas, entre docentes, preceptores, residentes, estudantes e profissionais da área da saúde. Significa, em relação ao ano anterior, uma ampliação de 13% no número de atividades ofertadas. Dessa forma, foi alcançado 74,8% da meta prevista até 2019.

Visando à ampliação e modernização nos processos educativos, foi desenvolvida a Educação à Distância (EaD) na Fepecs, que contribuiu para o alcance de um maior número de pessoas. Com a utilização da plataforma moodle, foi possível tanto a oferta dos cursos preconizados pelo MEC como obrigatórios para certificação dos residentes, como a capacitação dos Preceptores dos Programas de Residências.

Destaca-se, na modalidade "projetos de extensão", trabalhos realizados junto à comunidade, confirmando o papel social da escola, bem como contribuindo com a formação dos futuros profissionais de saúde.

Portanto, nota-se que houve um equívoco no percentual realizado no ano de 2016 e o dado quantitativo foi retificado para 32,5%, concluindo-se que no ano de 2016 não houve o atingimento da meta no referido exercício.

2018

Observou-se no ano de 2018 que os eventos de extensão acadêmica ofertados pela ESCS/Fepecs até dezembro de 2018 compreenderam a participação de 4.510 pessoas, entre estudantes, residentes, docentes, preceptores e servidores/SES-DF. Entre 7 mini-cursos, 11 cursos, 13 projetos e 8 eventos destaca-se o mini curso em Bioética e Ética Profissional para residentes da SES-DF, realizado à distância pela Plataforma moodle, no qual foram certificados 350 Residentes.

13. Ampliar as ações para qualificação da integração ensino-serviço na SES/DF (FEPECS);

2016

Foi desenvolvida ação para a qualificação da integração do ensino-serviço na modalidade de Treinamento em Serviço. Realizado em parceria com o Centro de Referência, Pesquisa, Capacitação e Atenção ao Adolescente em Família – Adolescentro, o projeto pedagógico foi construído e desenvolvido com a equipe da unidade e avaliado pelos treinandos e supervisores. A adesão foi de 50 % em relação ao nº de inscritos e ao nº de participantes. Uma das causas da não ampliação dessa ação para outras unidades e serviços de saúde na SES/DF é a falta de profissionais, técnicos capazes de desenvolver o Projeto no âmbito da Escola de Aperfeiçoamento do SUS–EAPSUS/Fepecs.

2017

A EAPSUS/Fepecs tem sob sua responsabilidade o gerenciamento das Atividades Curriculares Supervisionadas desenvolvidas nas estruturas orgânicas da Secretaria de Estado de Saúde (SES/DF) e entidades vinculadas (Fepecs e Fundação Hemocentro de Brasília-FHB), por estudantes regularmente matriculados nos cursos técnicos e de graduação de instituições públicas e privadas conveniadas sediadas no Distrito Federal. São 23 Instituições de Ensino conveniadas com a SES/DF com intermediação da Fepecs. Em 2017 observou-se expressivo aumento de aditivos de cursos nestes convênios, aumento do número de turmas e o consequente aumento do número de estudantes para realizarem Atividades Curriculares Supervisionadas. Neste cenário, a Escola enfrentou grande dificuldade operacional e não foi possível ampliar o alcance dessa ação.

Por sua vez, a modalidade educativa de Treinamento em Serviço, que tem por finalidade a atualização e o aperfeiçoamento de servidores e profissionais de saúde nas unidades administrativas e de saúde da SES/DF e unidades vinculadas, foi suspensa por 90 dias em 21/11/2016 e 22/12/2017. Ainda assim, 66 profissionais desenvolveram atividades nessa modalidade.

Espera-se, com a implantação de um sistema informatizado de gerenciamento dos processos relativos às Atividades Curriculares Supervisionadas, que a Escola possa retomar e ampliar suas ações para qualificação da integração ensino-serviço.

2018

Norteadas pelas diretrizes da Política de Educação Permanente em Saúde, foram trabalhadas diferentes modalidades de ações educativas, que têm por objetivo último a qualificação da assistência e que se organizam a partir de quatro eixos, a saber: Ações regionalizadas – cujo objetivo é agregar maior número de participantes de uma mesma região, regional e/ou unidade de saúde, o que permite a construção de estratégias mais adaptadas às realidades locais e a constituição de parcerias entre os profissionais.

Turmas reduzidas – tendo como princípio o protagonismo dos profissionais em seu processo de aprendizagem, são utilizadas estratégias pedagógicas que promovam a discussão em grupos com o compartilhamento de experiências e soluções e, para tanto, propõe-se o desenvolvimento de turmas com 30-35 participantes.

Atividades em concentração e dispersão – as sequências de aprendizagem são elaboradas para serem vivenciadas tanto em ambientes planejados de aprendizagem (salas de aulas) como na realidade dos serviços e, posteriormente, partilhados no grupo.

Elaboração de Projetos de Intervenção – com o objetivo de possibilitar ações concretas de mudanças nas práticas de trabalho, propõe-se, como produto final ações, a elaboração de Projeto de Intervenção (PI), cujo grau de complexidade está relacionado à natureza e à duração das da ação educativa, e deve ser desenvolvido pelo participante do curso, a partir de sua realidade. Esse projeto geralmente é realizado em grupo, agregando os profissionais de uma mesma unidade/serviço.

Para o ano de 2018, previu-se o desenvolvimento de 25 ações educativas, organizadas em diferentes modalidades, dentre elas: cursos, eventos (seminários, oficinas, encontros) e Educação em ATOSS (Ações Temáticas Orientadas aos Serviços de Saúde). Nas diferentes modalidades ofertadas, participam diferentes públicos: servidores da SES/DF, parceiros interinstitucionais e a comunidade em geral.

14. Ofertar 3.400 vagas em ações educativas para servidores da SES-DF e comunidade (FEPECS);

2016

Pautada nas diretrizes da Política de Educação Permanente em Saúde e na metodologia da problematização, a Escola de Aperfeiçoamento do SUS–EAPSUS/Fepecs desenvolve ações educativas que têm por objetivo qualificar a assistência no âmbito da SES/DF, por meio da construção coletiva do conhecimento, da (re)organização do processo de trabalho e da troca de experiências. Tem como principal clientela os servidores da Secretaria de Saúde do DF.

Em 2016, a Escola realizou diferentes ações educativas, tais como: jornadas, seminários, cursos, oficinas, totalizando 2.550 participações. Para 2017, a EAPSUS tem no seu planejamento uma oferta estimada de 700 vagas. Tendo em vista a meta de ofertar 3.400 vagas até o ano de 2019, a tendência apontada é de superação da meta, considerado o período de 4 anos.

2017

A EAPSUS/Fepecs realizou diferentes ações educativas para diferentes áreas da SES/DF, totalizando 1.238 participações, beneficiando servidores, gestores, profissionais de saúde e comunidade, nas seguintes modalidades:

- Cursos: as participações nesta modalidade corresponderam a 35% do total de pessoas abrangidas pelas ações educativas;

- ATOSS (Ações Temáticas Orientadas aos Serviços de Saúde): configura educação para profissionais alinhada com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Educação Permanente e que responda as necessidades dos profissionais e dos serviços; a atividade foi responsável por 28% das participações;

- Eventos técnicos/científicos (jornadas, seminários, fóruns): registra-se 37% de participações nesta modalidade.

Em 2017, a Escola consolidou sua proposta político-pedagógico e trabalhou direcionando suas ações para a resolução de problemas enfrentados no cotidiano dos serviços, pautados na realidade e problematizado com os profissionais e suas equipes. Neste sentido, todos os cursos foram pedagogicamente organizados utilizando metodologias ativas, especialmente a metodologia da problematização. Nesta proposta pedagógica, o número de participantes deve ser entre 30 e 35 profissionais e são utilizadas técnicas de trabalhos em grupo, plenárias, apresentação de filmes e vídeos, além das teorizações. Nessa perspectiva, é possível compreender a redução do número de participantes/ano nas atividades ofertadas pela Escola, considerando-se o ano anterior.

De qualquer modo, mesmo com a redução dos números referentes a 2017, confirma-se a tendência de superação da meta projetada para 2016-2019 de 3.400 vagas/ano ofertadas.

2018

A EAPSUS busca avaliar todas as atividades educativas que realiza, por meio de instrumento próprio, aplicado ao final de cada evento, e por avaliações ao longo do processo. A análise e o debate acerca do resultado das avaliações com a área técnica demandante permite a readequação do material pedagógico, com inclusão ou exclusão de conteúdos, se for o caso. Nas diferentes modalidades ofertadas, participam diferentes públicos: servidores da SES/DF, parceiros interinstitucionais e a comunidade em geral. Cerca de 1.949 concluíram as atividades promovidas, acumulando a meta à 5.737 atividades promovidas desde 2016. Dentre as ações finalizadas no presente ano, que foram avaliadas por intermédio do instrumento padrão da Escola (N=4), todas obtiveram médias acima de 8,5, sendo que, na maioria delas (N=3), as médias foram superiores a 9,0.

15. Ampliar o fomento à pesquisa em saúde, fortalecendo e consolidando a ESCS/FEPECS como instituição produtora de conhecimento (FEPECS);

2016

No ano em análise não houve ampliação do fomento à pesquisa em saúde, com ações desencadeadas apenas para manutenção das atividades já executadas nos anos anteriores. Foram elas:

(1) Financiamento de seis projetos de pesquisa, abrangendo três linhas prioritárias em consonância com os eixos de pesquisa definidos pela Fepecs e SES/DF, quais sejam: (i) Política de Atenção à Saúde: Gestão, Acesso, Qualidade e Financiamento; (ii) Economia da Saúde e Tecnologias em Saúde; e (iii) Cuidados de Saúde de Grupos Populacionais Especificados;

(2) Publicação do periódico “Comunicação em Ciências da Saúde-CCS”, na versão *on line*, ano 2016, com recursos oriundos de parceria firmada com a Fundação Osvaldo Cruz – Fiocruz/Brasília.

As duas principais atividades foram executadas conforme planejado.

2017

A meta de ampliação do fomento à pesquisa almeja o financiamento de pesquisas na ordem de R\$ 450.000,00/ano até 2019.

Em 2017, o valor total do financiamento de projetos do Programa de Fomento à Pesquisa foi de R\$ 417.915,30. Significa dizer que 92,8% da meta do PPA já foi alcançada.

Em relação ao ano de 2016, registra-se uma ampliação de 39% no aporte de recursos. Os dados sinalizam a tendência de execução plena da meta proposta no Plano.

Também há que se considerar a ampliação na perspectiva quantitativa de pesquisas financiadas a cada ano:

- 2014: 4 projetos;

- 2015: 5 projetos;

- 2016: 6 projetos e

- 2017: 7 projetos.

Ainda em 2017, as sete pesquisas financiadas contemplaram cinco linhas prioritárias, com maior aporte de recursos na linha II (Economia da Saúde e Tecnologias em Saúde), totalizando 48,7% dos recursos. Isto não quer dizer maior interesse nesta linha prioritária; apenas nos informa que esses projetos atenderam plenamente os requisitos do edital seletivo. As pesquisas financiadas em 2017 foram desenvolvidas em quatro hospitais da Secretaria de Estado de Saúde (HBDF, HRAN, HMIB e HCB) e no Centro de Saúde 12 (Asa Norte).

Pode-se dizer que o aporte de recursos públicos à pesquisa científica, tecnológica e de inovação, em consonância com os eixos de pesquisa prioritários definidos pela Fepecs e SES/DF, contribuiu com o Sistema Único de Saúde do Distrito Federal, da educação em saúde e da qualidade de vida e saúde da população.

2018

O Programa de Fomento à Pesquisa da ESCS tem por finalidade fomentar pesquisas para o aprimoramento do Sistema Único de Saúde do Distrito Federal/SUS-DF, da educação em saúde e da qualidade de vida e saúde da população, em consonância com seis eixos de pesquisa prioritários definidos pela SES/DF, em parceria com a comunidade científica e gestores da saúde e da ciência e tecnologia, quais sejam: I Política de Atenção à Saúde: Gestão, Acesso, Qualidade e Financiamento; II Economia da Saúde e Tecnologias em Saúde; III Doenças e Agravos; IV Cuidados de Saúde de Grupos Populacionais Especificados;

V Promoção da Saúde; e VI Meio Ambiente e Vigilância em Saúde. 8 (oito) pesquisas selecionadas por meio do Edital nº 16/2018, com indicação de financiamento em 2018 (orçamento Fepecs, fonte 100 - Recursos do Tesouro) aguardaram a assinatura dos Termos de Outorga e Aceitação e consequente liberação dos recursos para início das atividades de pesquisa.

16. Implantar o Programa de Iniciação Científica, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Saúde da ESCS (FEPECS);

2016

A implantação do Programa de Iniciação Científica, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Saúde visa ampliar o Programa de Iniciação Científica atual da ESCS/Fepecs, incluindo, nas atividades de formação científica e pesquisa já existentes, as atividades de desenvolvimento tecnológico, de transferência de tecnologias e de inovação em saúde. A participação de estudantes de graduação poderá ser voluntária ou remunerada, por meio de concessão de bolsas de estudo. Em 2016 foi dado o passo inicial para a implantação do Programa, a partir do encaminhamento da proposta de Resolução Interna ao Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE/ESCS.

2017

Em 2017 houve um estudo aprofundado acerca da implantação do Programa de Desenvolvimento e Inovação em Saúde da ESCS. Verificou-se que, diante da estrutura ofertada hoje na SES/DF, não há viabilidade para a implantação do programa pelos próximos anos.

Em contrapartida, em 2017 houve a ampliação do Programa de Iniciação Científica da ESCS/Fepecs (PIC) em 12 novas bolsas, sendo 10 concedidas pela ESCS e 02 pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, totalizando 101 bolsas. Dessas, 81 são provenientes do orçamento da Fepecs e 21, do CNPq. No total, houve o crescimento de 12,2% do Programa em comparação a 2016, promovendo a proporção de uma bolsa para cada oito estudantes de graduação da ESCS. Isso significa que os estudantes estão sendo instigados a um pensar crítico, a desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes na área de pesquisa, auxiliando na formação acadêmica.

Assim, entende-se preservada a importância estratégica do Programa de Iniciação Científica de forma geral, principalmente no que diz respeito à capacitação de pessoas para o desenvolvimento científico do Distrito Federal.

2018

Em relação à importância estratégica do programa, vale salientar que, para o desenvolvimento social e econômico de um país, é fundamental que o mesmo possua uma sólida base científica e tecnológica. A ciência não é episódica nem instantânea, mas um processo gradual e incremental, que demanda tempo e maturação intelectual, possuindo três vertentes muito relevantes e indissociáveis: (i) capacitação contínua de pessoas, (ii) infraestrutura adequada e (iii) investimento permanente. O PIC/ESCS insere-se neste processo, principalmente fomentando a interação intra e interinstitucional da SES-DF na pesquisa científica comprometida com as políticas públicas de saúde e na capacitação de pessoas para o desenvolvimento científico do Distrito Federal e do País. Assim, por meio do Edital nº 17, de 13/4/2017 (DODF nº 74, de 18/4/2017), foram selecionados 81 projetos de pesquisa para recebimento das bolsas até julho de 2018, assim distribuídas: 72% para os estudantes da medicina e 28% para a enfermagem, não havendo participação de estudantes do ensino técnico no edital de seleção. Por intermédio do Edital nº 06, de 30/4/2018 (DODF nº 87, de 8/5/2018), foram selecionados 77 projetos de pesquisa para recebimento das bolsas até julho de 2019, assim distribuídas: IC – 81 bolsas; PIBIC – 21 bolsas; e PIBIC-af – 2 bolsas, além de 17 estudantes voluntários. Os estudantes são todos de graduação, não havendo inscrição de estudantes do ensino técnico nesse edital de seleção.

17. Aprimorar a Política editorial e veiculação/disseminação da Revista de Comunicação em Ciências da Saúde-CCS (FEPECS);

2016

Em 2016 não houve ação específica prevista para esta meta, porém foram desencadeadas as tratativas entre gestores institucionais para, em 2017, iniciar-se a revisão e aprimoramento da Política editorial e veiculação da Revista CCS.

2017

A revista "Comunicação em Ciências da Saúde-CCS" (criada como Revista de Saúde do Distrito Federal, em 1990) tem por finalidade divulgar trabalhos científicos relacionados a todas as áreas de saúde e ciências afins, que contribuam para a compreensão e resolução dos problemas de saúde. Ela foi distribuída na versão impressa no período de 1990 a 2015.

Como estratégia de qualificação da revista "Comunicação em Ciências da Saúde", foi reestruturado seu Corpo e Política Editorial, bem como suas diretrizes e normas. Como consequência, no ano de 2017 foi implementada a versão online, tanto para consulta como para submissão e avaliação de artigos.

Atualmente, a revista está hospedada no Serviço de Editoração Eletrônica de Revistas – SEER, desenvolvido pela Open Journal Systems (OJS). A OJS foi disponibilizada gratuitamente para a ESCS por meio de parceria com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT e a Universidade de Brasília -UnB.

Foi mantida a periodicidade de 04 fascículos (números) por ano, disponibilizados gratuitamente no sítio da revista: www.escs.edu.br/revistaccs.

2018

No 1º quadrimestre foram editados, para publicação em versão eletrônica, os dois primeiros números do volume 28, relativo ao ano de 2017: o primeiro número foi fruto de parceria com o Departamento de Ciência e Tecnologia-DECIT/MS e o segundo, obtido por meio de cooperação com a Fundação Oswaldo Cruz–FIOCRUZ Brasília. No 2º quadrimestre foram publicados os dois últimos números do volume 28, de 2017, a partir de artigos submetidos na página da revista CCS e em parcerias institucionais. Também foi finalizada uma edição especial, na forma de suplemento, com 17 (dezesete) relatos de experiências premiados na 1ª Mostra de Experiências Inovadoras da SES/DF.

18. Implantar o 3º curso de graduação (FEPECS);

2016

Esta meta foi prevista para início em 2017. As ações iniciais dizem respeito à:

- (1) Consulta à SES/DF acerca da área de conhecimento do 3º curso, considerando o interesse do SUS/DF;
- (2) Consulta à SES/DF acerca da possibilidade de liberação de servidores para atuarem como docentes e na área administrativa, uma vez que a Fepecs prescinde de quadro próprio de pessoal. Consoante à Lei nº 2.676/2001, os recursos humanos necessários para o funcionamento da Fepecs, até a aprovação do Quadro de Pessoal próprio, serão cedidos da SES/DF;
- (3) Ampliação de área física e obtenção de outros recursos materiais para funcionamento e suporte das atividades acadêmicas; hoje, a instituição não dispõe de infraestrutura física para recepção de novos alunos;
- (4) Ampliação do orçamento da Fepecs para acobertar as despesas referentes ao novo curso: bolsas de estudo, pagamento de gratificação a docentes e outras despesas.

2017

Os objetivos estabelecidos para o ano de 2017 para nortear a meta prevista não foram cumpridos, devido a dificuldades de recursos orçamentários e humanos e, ainda, considerando o cenário macroeconômico do Governo do Distrito Federal. Por tudo isso, infere-se inviável a execução da meta até 2019.

2018

Meta não foi cumprida ou levada adiante, tornada inviável no ano de 2017.

19. Construir o campus integrado da FEPECS (FEPECS).

2016

A meta diz respeito a uma sede que congregue as três escolas mantidas pela Fepecs (ESCS, ETESB e EAPSUS), com suas respectivas atividades acadêmicas. Para além, propõe-se um espaço com possibilidade de expansão do portfólio de cursos na área de saúde de interesse da população e, sobretudo, do SUS/DF, considerando as três modalidades já ofertadas: ensino superior, educação profissional e educação permanente e continuada. Com a infraestrutura atual é possível apenas a manutenção das atividades já implantadas e em funcionamento. Tal meta foi planejada para ter início a partir de 2018, porém dependerá da conveniência do governo do Distrito Federal, uma vez que a Fepecs, sendo instituição sem fins lucrativos, prescinde de receitas próprias para fazer frente à despesa. Assim, na data oportuna, consultar-se-á as instâncias competentes para avaliar a exequibilidade da pretensão e, sendo possível, o melhor momento.

2017

Não houve encaminhamentos em 2017 para esta meta, em razão de alguns fatos:

(1) O valor consignado no orçamento da Fepecs para o grupo de despesa "investimentos", fontes 100 e 220, foi de R\$ 377.858,00, com destinação a despesas certas, incluindo contrapartida de convênio. Em 2016, registra-se um aporte de R\$ 275.240,00 para o mesmo grupo. Embora se verifique um aumento percentual de 37%, não houve consignação na fonte 100, ou outras fontes, suficiente para encaminhamentos pertinentes à meta.

(2) A Fepecs, por ser instituição pública sem fins lucrativos, prescinde de receitas próprias de grande porte. Em 2017, por exemplo, programou-se o recebimento de R\$ 25.375,00 e auferiu-se R\$ 29.204,56.

(3) O cenário macroeconômico do governo quando da programação da meta sinalizava uma possibilidade para tal investimento. Em 2017 verificou-se um cenário desfavorável para a despesa proposta, considerando, ainda, as prioridades do governo.

2018 - Sem encaminhamentos

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1422	ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS PARTICIPANTES DAS AÇÕES EDUCATIVAS	%	0	31/12/2016	>=70	96,6	>=70	100	>=70	97,6	>=70	EAPSUS/ FEPECS / UO 23203 / OE 7
1423	TAXA DE EVASÃO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA	%	0	31/12/2016	15	16,8	14	20,2	14	36,5	10	ETESB/ FEPECS / UO 23203 / OE 7
1424	PROGRESSÃO DE CONHECIMENTOS DOS ESTUDANTES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM MEDICINA	PONTO	5	31/12/2014	5	5,4	5	6,6	5	4,3	5	ESCS/ FEPECS / UO 23203 / OE 7
1425	PROGRESSÃO DE CONHECIMENTOS DOS ESTUDANTES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM	PONTO	5	31/12/2014	5	5	5	6,0	5	5,7	5	ESCS/ FEPECS / UO 23203 / OE 7
1426	PERCENTUAL DE CONCLUINTE DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO	%	70	31/12/2014	87	90,6	93	78,7	90	89,3	100	ESCS/ FEPECS / UO 23203 / OE 7

Justificativas 2016

Indicador 1422 - O cálculo foi feito por amostragem. Acredita-se que os altos índices obtidos estão diretamente relacionados à proposta de trabalho da Escola/Fepecs, que busca elaborar os projetos educativos de maneira singularizada e pactuada com a unidade demandante, além de utilizar metodologias ativas na construção da sequência pedagógica, com vistas ao atendimento dos objetivos apontados, constantes no projeto educativo.

Indicador 1423 - Considera-se o diferencial aquém do planejado pouco significativo. Infere-se como principais causas da evasão na educação profissional a (1) necessidade de inserção dos estudantes no mercado de trabalho em horário incompatível com o curso e (2) aprovação em curso de graduação.

Indicador 1424 - A progressão de conhecimentos dos estudantes do curso de graduação em medicina baseia-se no resultado do Teste de Progresso/2016. O indicador utilizado é o aumento médio da mediana em cada série do curso com relação à série anterior. O resultado esperado é um incremento de 5 pontos em cada série. O resultado da medicina superou a meta estabelecida, indicando a aquisição adequada de conhecimentos dos estudantes.

Indicador 1425 - A progressão de conhecimentos dos estudantes do curso de graduação em enfermagem baseia-se no resultado do Teste de Progresso/2016. O indicador utilizado é o aumento médio da mediana em cada série do curso com relação à série anterior. O resultado esperado é um incremento de 5 pontos em cada série. O resultado da enfermagem alcançou a meta estabelecida, indicando a aquisição adequada de conhecimentos dos estudantes.

Indicador 1426 - Houve superação da meta, indicando maior número de novos profissionais de saúde de nível superior (médicos e enfermeiros) formados pelo sistema educacional público do Governo do Distrito Federal-GDF.

Justificativas 2017

Indicador 1422 - A avaliação foi feita por amostragem em sete ações educativas (11 turmas). Todas as ações avaliadas obtiveram média superior a 70% de satisfação. O instrumento abordou a satisfação dos participantes. O resultado alcançado foi extremamente importante, pois reitera a opção pedagógica da Escola, que é construir cursos e ações educativas pautando-se no referencial teórico e metodológico da pedagogia da problematização e a decisão de construir as propostas junto com a área técnica responsável.

Indicador 1423 - Com relação a 2016, verifica-se aumento da taxa de evasão escolar em 3,4%. Em relação ao programado para o ano, houve frustração em 6,2%. Infere-se o comportamento do indicador a alguns fatores, tais como:(1) inserção do aluno no mercado de trabalho, (2) aprovação em curso de nível superior e (3) oferta dos cursos em horário diurno, o que impossibilita o exercício profissional concomitante ao estudo. Esses fatores contribuíram para a evasão dos cursos.

Indicador 1424 – O indicador baseia-se na amostra da mediana da última série do curso de graduação em medicina (6ª série), obtida por meio do Teste Progresso/2017. O resultado demonstra a relação entre conteúdo e estrutura curricular da graduação em medicina e desenvolvimento dos estudantes, que, neste caso, superou as expectativas da meta estabelecida para o período.

Indicador 1425 – O indicador baseia-se na amostra da mediana da última série do curso de graduação em enfermagem (4ª série), obtida por meio do Teste Progresso/2017. O resultado demonstra a relação entre conteúdo e estrutura curricular da graduação em enfermagem e desenvolvimento dos estudantes, que, neste caso, superou as expectativas da meta estabelecida para o período.

Indicador 1426 - A Escola disponibiliza, a cada ano, 160 vagas para os dois cursos de graduação: 80 para medicina e 80 para enfermagem. Assim, para 2017, programou que 93% destes alunos concluiriam seus cursos. No entanto, apenas 78,7% o fizeram, sendo: 74 estudantes da medicina e 52 estudantes da enfermagem. Diversos fatores contribuíram para este resultado ao longo do período dos cursos (6 anos medicina e 4 anos enfermagem), tais como: desligamentos, reprovações, trancamentos e mobilidade acadêmica.

Justificativas 2018

Indicador 1422 Objetivo alcançado em virtude do bom trabalho realizado pela equipe de professores e o grande avanço demonstrado pelos alunos que se esmeraram em conseguir os objetivos colimados.

Indicador 1423 O cálculo foi realizado com base em 948 matriculados e 251 evadidos. As causas da evasão estão relacionadas a diversos fatores, isoladamente ou conjugados, tais como: Fatores motivados pelos próprios alunos - relacionados à habilidade de estudar, personalidade e formação anterior, falta de motivação, entre outros. Fatores externos à instituição - possibilidade de inserção no mercado de trabalho, falta de estímulo social, valorização do estudo por parte da família, entre outros.

Indicador 1424 O índice não foi alcançado devido ao desempenho abaixo do esperado por parte dos alunos da 5ª série, que apresentaram desvio do foco da aprendizagem e dedicaram-se ao MED-CURSO da 6ª série. Este óbice já foi corrigido para a próxima turma.

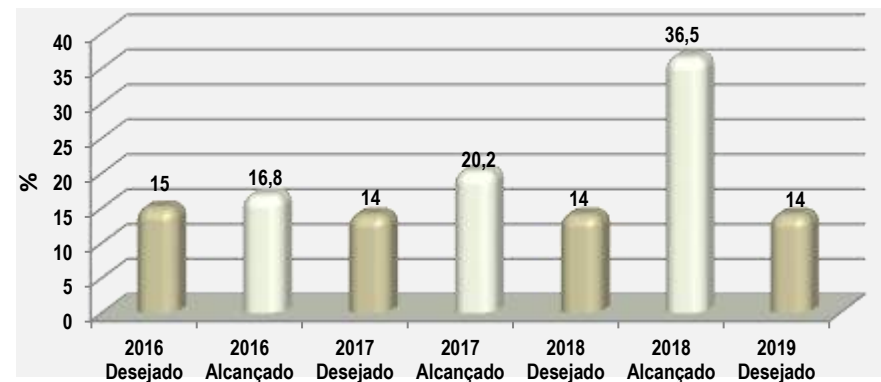
Indicador 1425 Os alunos foram além do mínimo estipulado, tendo alcançado nota máxima no MEC. Este índice deve-se ao bom desempenho de professores e alunos.

Indicador 1426 O índice deixou de ser alcançado em virtude de alunos jubilados por não cumprimento do prazo estipulado por lei federal, reprovados ou que obtiveram formaturas posteriores.

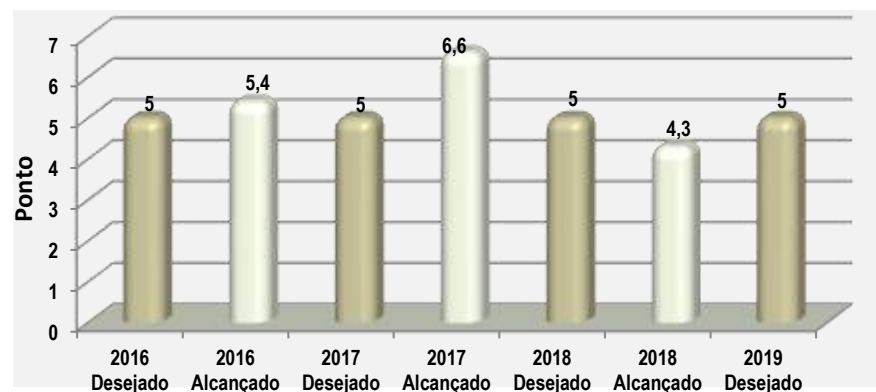
ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS PARTICIPANTES DAS AÇÕES EDUCATIVAS



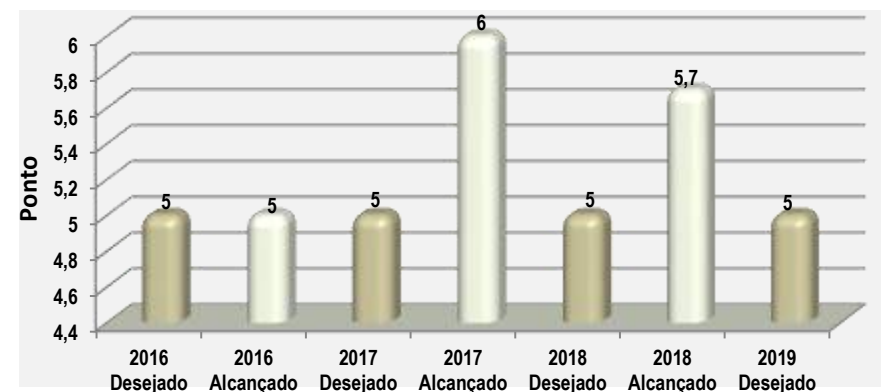
TAXA DE EVASÃO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL



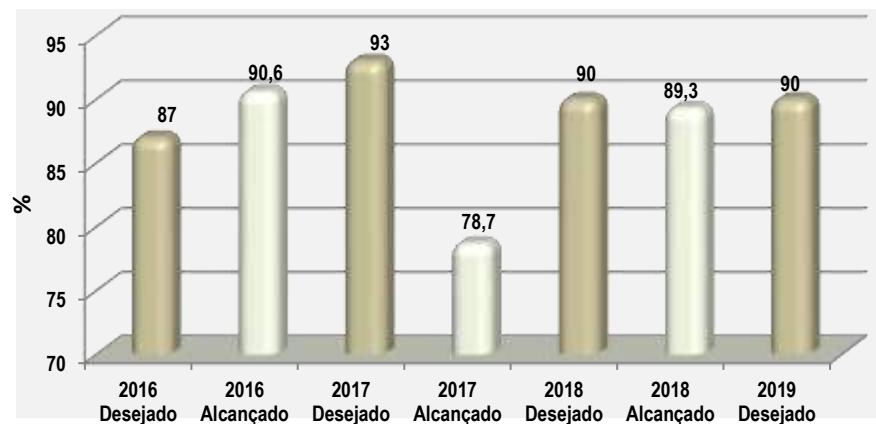
PROGRESSÃO DE CONHECIMENTOS DOS ESTUDANTES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM MEDICINA



PROGRESSÃO DE CONHECIMENTOS DOS ESTUDANTES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM



PERCENTUAL DE CONCLUINTES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6202	7	1	Elaboração e proposição de norma/lei para implantação da gratificação de atividade de ensino para a educação profissional da ETESB; (FEPECS).	23203	100	<p>2016 A minuta de Projeto de Lei-PL foi elaborada e encaminhada à SES/DF, com posterior remessa à PGDF. Ainda não foi obtida resposta quanto ao PL.</p> <p>2017 Substituída pelo Projeto de Lei da função docente na SES-DF, em tramitação.</p> <p>2018 Proposta esteve em andamento na FEPECS para reformulação.</p>
6202	7	2	Elaboração e proposição de norma para implantação da preceptoria na ETESB; (FEPECS)	23203	100	<p>2016 O estudo foi finalizado e as normas, elaboradas. No momento, a proposta está em análise pela PGDF.</p> <p>2017 Incluída no Projeto de Lei da função docente na SES/DF, em tramitação</p> <p>2018 Proposta esteve em andamento na FEPECS para reformulação.</p>
6202	7	3	Revisão de Proposta Pedagógica e Regimento Escolar da ETESB; (FEPECS)	23203	100	<p>2016 Em fase final de revisão, faltando apenas a validação pelo corpo docente e discente da Escola.</p> <p>2017 Aprovada a Proposta Pedagógica pela SEE/DF. O Regimento Escolar ainda se encontra na SEE/DF em fase final de aprovação.</p> <p>2018 Devolução para a ETESB do Regimento Escolar e Proposta Pedagógica para reformulação.</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6202	7	4	Formulação, aprovação e implantação de Política de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde para o SUS do Distrito Federal; (FEPECS)	23203	100	<p>2016 - Foi redigida uma proposta de Política de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde para o SUS do Distrito Federal pela ESCS/Fepecs, mas sua aprovação está condicionada a questões que extrapolam a Escola, fato que será avaliado em uma revisão das ações não orçamentárias para os próximos anos.</p> <p>2017 A Fepecs foi responsável, juntamente com a UnB e a Fiocruz, pela organização e fortalecimento da Rede Distrital de Avaliação de Tecnologia de Política em Saúde (REDAPTS), com a finalidade de incorporar tecnologias em saúde, construindo redes colaborativas no Distrito Federal para avaliar os efeitos e os impactos da tecnologia em saúde.</p> <p>2018 A Fepecs foi responsável, juntamente com a UnB e a Fiocruz, pela organização e fortalecimento da Rede Distrital de Avaliação de Tecnologia de Política em Saúde (REDAPTS), atualmente composta pelo Núcleo de Avaliação de Tecnologias em Saúde (NATS) do Hospital Universitário de Brasília (HUB) e pelo Centro de Avaliação de Tecnologias em Saúde (CATS/HBDF).</p>
6202	7	5	Criação e implantação de uma plataforma de gestão de acompanhamento de Pesquisa, Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde para o SUS-DF; (FEPECS)	23203	100	<p>2016 O projeto da Plataforma de Gestão foi confeccionado e submetido à Chamada Pública da FAP/DF/MS-DECIT/CNPQ/SES/DF nº 001/2016 do Programa Pesquisa para o SUS: Gestão compartilhada em saúde, porém não logrou êxito. O projeto foi também submetido ao Processo Seletivo do Programa de Iniciação Científica da ESCS. Assim, com auxílio de um estudante bolsista, está sendo desenvolvido um protótipo de Diretório de Pesquisa e Pesquisadores da SES/DF.</p> <p>2017 O protótipo não foi validado, permitindo novas discussões sobre um Diretório de Pesquisa e Pesquisadores da SES/DF. Ao final do ano, uma nova matriz de base de dados começou a ser desenvolvida, com a finalidade de identificar as pesquisas e pesquisadores da ESCS/Fepecs.</p> <p>2018 Foi desenvolvida, pela Coordenação de Pesquisa e Comunicação Científica – CPECC/ESCS/Fepecs, uma base de dados com as informações das pesquisas apoiadas pelos Programas de Iniciação Científica e de Fomento à Pesquisa em Saúde da ESCS/Fepecs. Continua em desenvolvimento pela mesma Coordenação a ampliação dessa base de dados para cadastro dos pesquisadores da SES-DF.</p>
6202	7	6	Formulação de marco regulatório para a criação e implantação do Laboratório de Inovação para o SUS-DF. (FEPECS)	23203	100	<p>2016 Não estava prevista nenhuma ação para o ano de 2016.</p> <p>2017 Foi feito um estudo sobre os Laboratórios de Inovação para o SUS-DF existentes no Brasil, com elaboração de Nota Técnica. Verificou-se que para a criação e implantação do laboratório de inovação há necessidade de discussões mais aprofundadas para abarcar essa demanda.</p> <p>2018 Em setembro de 2017 a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal aderiu à Rede Federal de Inovação no Setor Público - InovaGov, e regulamentou pela Portaria SES/DF nº 425, de 08 de abril de 2018, a Rede InovaSES, uma rede formada pela conexão de múltiplos atores, unidades organizacionais e outras instituições governamentais e não governamentais parceiras e atuantes na SES-DF, incluindo a FEPECS, com objetivo em comum de fomentar e viabilizar a inovação com foco na valorização das pessoas, no conhecimento e no compromisso com os resultados do SUS no Distrito Federal.</p>

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

2016/2018

O acesso aos cursos de graduação da Escola Superior de Ciências da Saúde-ESCS/Fepecs foi garantido com o preenchimento das 160 vagas previstas para os cursos de graduação. Destas vagas, 64 foram preenchidas por estudantes oriundos do ensino público do Distrito Federal. Desta forma, a ESCS contribuiu de maneira efetiva para a diminuição da desigualdade social por meio do acesso à graduação de estudantes de menor nível socioeconômico.

Ainda na graduação, 90,6% dos ingressantes concluíram o curso, superando a meta prevista para o ano. Dentre os fatores que promoveram a permanência dos estudantes, destacamos a política de concessão de bolsas de estudo, quais sejam: bolsa universitária, bolsa monitoria e bolsas de iniciação científica. A qualidade da formação atingiu os exigentes critérios previstos nas metas de progressão de conhecimentos, aferida pelo teste de progresso. Pelo fato da formação acontecer principalmente nos serviços de saúde da SES/DF e a partir do enfrentamento dos problemas de saúde da população desde o primeiro ano do curso, os profissionais formados adquiriram as competências necessárias para atender as necessidades de saúde da população do DF.

A Extensão Acadêmica também foi ampliada com superação em 24% da meta estabelecida, sendo ofertados 25 cursos/minicursos e 05 projetos de extensão, dos quais participaram 1.626 pessoas.

Em 2016 estiveram em funcionamento 103 programas de residência médica mantidos pela SES/DF e pela ESCS, totalizando 905 vagas, mantendo a SES/DF como uma das maiores instituições formadoras de especialistas do Brasil.

Como ação estratégica para o provimento de força de trabalho para o SUS/DF, houve expansão do número de vagas de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade. Em 2015 foram ofertadas 5 vagas, passando para 48 vagas em 2016, atingindo 60% da meta. O objetivo é alcançar 80 vagas até 2019. A ampliação da formação especializada em Medicina de Família e Comunidade é uma demanda prioritária para a SES/DF e tem papel importante na ampliação da cobertura e resolubilidade da Estratégia de Saúde da Família no Distrito Federal, elemento fundamental para a melhoria do Sistema Único de Saúde no Distrito Federal.

Foram criados 9 programas de residência multiprofissional em 2016, alinhando o Distrito Federal com a política do Ministério da Educação de criação de uma cultura da interdisciplinaridade entre os profissionais da saúde, ação estratégica para garantir a integralidade do cuidado aos pacientes. Outra ação de importância estratégica do ano de 2016 foi a criação da Residência Multiprofissional em Gestão de Políticas Públicas para a Saúde, com oferta de 8 (oito) vagas para início em 2017. Este projeto, desenvolvido em parceria com a FIOCRUZ, tem como objetivo formar futuros gestores para o Sistema Único de Saúde no Distrito Federal. Ademais, também se ofertou a modalidade uniprofissional, com 4 programas.

Houve uma expansão importante da pós-graduação com a entrada de mais 18 estudantes no mestrado profissional, atingindo a 6ª turma. Em 2016 foram criados o Mestrado Acadêmico em Ciências da Saúde, sendo selecionados 18 mestrandos que iniciarão as aulas no primeiro semestre de 2017, e o programa de Doutorado Interinstitucional (DINTER) desenvolvido a partir de parceria entre o Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília (UnB), com ingresso de 25 doutorandos.

Foram financiados seis projetos de pesquisa, abrangendo as linhas prioritárias em consonância com os eixos de pesquisa prioritários definidos pela Fepecs e SES/DF. Apesar da meta de gastos estabelecida não ter sido alcançada plenamente, as duas principais atividades (financiamento de pesquisa e publicação de periódico) foram executadas conforme planejado e com economia de recursos, por meio de parceria com a Fiocruz.

A meta de implantação do 3º curso de graduação ainda encontra-se em fase de estudos, sendo previstas para 2017 algumas ações, tais como: consultar a SES/DF acerca da área de conhecimento do 3º curso, considerando o interesse do SUS DF; obter recursos visando à elaboração de projeto de ampliação de área física; consultar a SES/DF acerca da disponibilidade de liberação de servidores para atuarem como docentes e na área administrativa, uma vez que a Fepecs prescinde de quadro próprio de pessoal e ampliar o orçamento da Fepecs para acobertar as despesas referentes ao novo curso.

A Educação Profissional é promovida pela Escola Técnica de Saúde de Brasília-ETESB/Fepecs, que trabalha alinhada às políticas de saúde da SES/DF, capacitando e formando quadros para dar respostas à implementação dessas políticas estratégicas, em especial, acompanhando a reformulação do modelo de Atenção Primária com a Estratégia Saúde da Família (ESF).

Garantir o acesso e permanência na Educação Profissional requereu implantação de algumas medidas, como a extensão do período para o noturno, desenvolvimento descentralizado dos cursos nos serviços de saúde, pactuação com os gestores referente à liberação dos servidores da SES/DF para a sua qualificação, elaboração de material didático e preparação dos profissionais de nível superior da SES/DF para a docência.

No ano em análise, três (03) cursos técnicos foram oferecidos à comunidade e aos servidores, como o Técnico em Enfermagem, Saúde Bucal e Análises Clínicas, além da oferta de cursos de Educação Permanente (Formação Inicial e Continuada) como Administração de Medicamentos e Protocolo de Sinais Vitais, Caminhos do Cuidado - Formação em Saúde Mental com ênfase em crack, álcool e outras drogas, Qualificação Profissional Inicial para ACS e Qualificação para Auxiliares e Técnicos em Enfermagem em Centro Cirúrgico e Central de Material e Esterilização.

Esses cursos oferecidos aos servidores da SES/DF são de relevância significativa, impactando na contribuição da ampliação da eficiência dos processos realizados nas suas unidades de saúde, na melhoria do atendimento à população por meio das suas equipes de Saúde da Família, nas ações educativas voltadas para o processo de cuidar, incluindo as diretrizes da Reforma Psiquiátrica, o conceito de Rede de Atenção Psicossocial, onde a atenção prestada pelas equipes de Saúde da Família se torna essencial.

Em 2016, houve algumas dificuldades para o desenvolvimento de ações na Educação Profissional, que deverão ser resolvidas nos próximos exercícios, a fim de não prejudicar a execução do objetivo específico. Dentre essas dificuldades destacamos a liberação de docentes para ministrarem aulas nos cursos técnicos da ETESB e dificuldade na liberação dos estudantes, servidores da assistência (ACS, Auxiliares e Técnicos em Enfermagem).

A Escola de Aperfeiçoamento do SUS-Eapsus/Fepecs é responsável por desenvolver ações educativas, na perspectiva da educação permanente e continuada, para os profissionais de saúde da SES/DF, por meio de diferentes modalidades, quais sejam: seminários, fóruns, encontros, ciclo de debates, educação em ATOSS e cursos. A proposta pedagógica da Escola, alinhada com os princípios da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), está orientada no sentido da construção de currículos singularizados e contextualizados na realidade dos profissionais e na utilização de metodologias ativas, especialmente a Metodologia da Problemática. Os cursos ofertados respondem as necessidades dos profissionais e das equipes, com vistas a desenvolver as competências necessárias para melhorar a qualidade dos serviços prestados. Ainda que os dados apontem para o alcance das metas pactuadas ao final de 2019, torna-se importante mostrar que, além do quantitativo de vagas ofertadas ter sido superado, a Escola conseguiu ampliar seu leque de ofertas respondendo as demandas de diferentes áreas técnicas seja no âmbito da promoção à saúde, prevenção, assistência, reabilitação, vigilância e, em maior número para profissionais da gestão. Para além, foram construídas ações educativas que abordaram temas de grande relevância e transversais na saúde pública como aqueles tratados no Seminário Finitude, Adoecimento e Morte e o Fórum de Prevenção do Suicídio. Assim, tanto qualitativa como quantitativamente, a análise do objetivo específico é bastante positiva para a Eapsus.

A Escola Superior de Ciências da Saúde, conforme o artigo 3º de seu Regimento Interno, tem por finalidade desenvolver e aperfeiçoar o ensino-aprendizagem das Ciências da Saúde, mediante cursos de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão.

Com referência à graduação, anualmente são disponibilizadas 160 vagas, cuja seleção ocorre por meio do Sistema de Seleção Unificada – SISU, das quais 40% são reservadas ao sistema de cotas, em cumprimento à Lei Distrital nº 3.361/2004, regulamentada conforme o Decreto nº 25.394/2004.

A Escola programou um percentual de concluintes na graduação (medicina e enfermagem) de 93%, porém alcançou 78,7% em decorrência de trancamentos, reprovações, mobilidade acadêmica e desligamentos.

A progressão do conhecimento dos estudantes dos cursos de graduação baseia-se na amostra da mediana da última série de cada curso, obtida por meio do Teste de Progresso. A meta de 5 pontos foi superada pelos dois cursos, medicina 6,6 pontos e enfermagem 6,0 pontos.

As atividades de extensão compreenderam a realização de 13 minicursos, 10 cursos, 08 projetos de extensão e 03 eventos (simpósios e jornadas), abrangendo 3.742 pessoas, entre docentes, preceptores, residentes, estudantes e profissionais da área da saúde. Significa, em relação ao ano anterior, uma ampliação de 13% no número de atividades ofertadas. Desta forma, foi alcançado o percentual de 74,8 da meta prevista até 2019.

Com a utilização da plataforma moodle foi possível tanto a oferta dos cursos preconizados pelo MEC como obrigatórios para certificação dos residentes, como também a capacitação dos Preceptores dos Programas de Residências. Destaca-se, ainda, na modalidade "projetos de extensão", trabalhos realizados junto a comunidade, confirmando o papel social da escola, bem como contribuindo com a formação dos futuros profissionais de saúde.

Com referência à pós-graduação (lato sensu) residência médica, foram mantidos os programas da SES/DF, totalizando 964 residentes, distribuídos entre 106 programas nos hospitais e unidades de saúde da SES/DF em regime de rotatividade, caracterizando treinamento em serviço, com supervisão de profissionais habilitados.

Quanto à residência das áreas profissionais de saúde, foram oferecidas vagas para 15 programas em rede SES/DF, sendo 78,8% na modalidade multiprofissional e 21,2% na modalidade uniprofissional, obtendo o total de 490 profissionais residentes para os 1º e 2º anos. O aumento do número de residentes demonstra o compromisso em preparar profissionais que contribuirão com a melhoria do SUS.

Na pós-graduação (stricto sensu) mestrado profissional, os estudantes desenvolveram diversas pesquisas durante o período do curso, que têm sido aplicadas na prática, produzindo mudança de rotinas, protocolos e condutas terapêuticas dos profissionais de saúde e nas políticas de saúde do idoso, da mulher e da segurança do paciente.

Destacamos, por exemplo, os resultados da dissertação da estudante Elisabete Mesquita Peres de Carvalho, intitulada "Elaboração de instrumento para análise da adesão dos profissionais às práticas obstétricas seguras na atenção ao parto", que foram apresentados no grupo condutor da rede cegonha da SES/DF e atualmente estão sendo usados para discutir a casa de parto normal em Ceilândia. O produto da dissertação da estudante Lia Esther Correa de Paula Neiva, intitulada "Incidentes relacionados ao cuidado obstétrico: estudo dos casos notificados e proposta de protocolo para o Sistema de Notificação de Incidentes para a Secretaria de Saúde do Distrito Federal", fará parte da Política Distrital em Segurança do Paciente, que está sendo elaborada em conjunto com os Núcleos de Qualidade e Segurança do paciente da SES/DF, sob supervisão do Órgão Regulador Central pertinente. A estudante Luana Salles de Moraes Girão desenvolveu projeto de pesquisa intitulado "Avaliação da efetividade do uso de um guia de orientação e cuidado ao idoso portador de doença pulmonar obstrutiva crônica: um ensaio clínico randomizado", no qual desenvolveu e testou uma cartilha de orientação aos pacientes, que ora encontra-se em fase de implantação para uso pelo serviço de Fisioterapia do Instituto Hospital de Base do Distrito Federal.

O Mestrado Acadêmico tem proporcionado o desenvolvimento de pesquisas no sentido de fortalecimento do SUS, tanto na atenção quanto no âmbito da qualidade da gestão. Além disso, tem dado oportunidade para que os professores de graduação da ESCS cursarem um programa de mestrado.

O Doutorado Interinstitucional foi implementado com a oferta de uma única turma, tendo como um dos objetivos a viabilização de oferta futura de Curso de Doutorado próprio da ESCS/Fepecs. Manteve, durante o ano de 2017, 24 estudantes, contemplando docentes e preceptores que exercem atividades acadêmicas nos cursos de graduação da ESCS e Programas de Residências da ESCS e SES/DF. Considerando que desta forma será ampliado o número de profissionais habilitados para docência na pós-graduação, a ESCS poderá pleitear junto a CAPES seu próprio curso de Doutorado em futuro próximo.

Ao longo do período de 2008- 2017, o Programa de Fomento tornou-se dispositivo relevante para o desenvolvimento das pesquisas no âmbito da SES/DF. Este recurso viabiliza a realização de pesquisas em nível de pós-graduação, em especial o mestrado e o doutorado da ESCS, aprovados e pontuados pela CAPES, que são desenvolvidas no âmbito da SES/DF e entidades vinculadas, gerando conhecimento relevante para o desenvolvimento local dos serviços de saúde.

A atividade de apoio financeiro a projetos de pesquisa tem por finalidade fomentar pesquisas para o aprimoramento do Sistema Único de Saúde do Distrito Federal/SUS-DF, da educação em saúde e da qualidade de vida e saúde da população, em consonância com os eixos de pesquisa prioritários definidos pela ESCS e SES/DF.

Em 2017, o valor total do financiamento de projetos do Programa de Fomento à Pesquisa foi de R\$ 417.915,30. Significa dizer que 92,8% da meta do PPA já foram alcançados. Em relação ao ano de 2016, registra-se uma ampliação de 39% no aporte de recursos. Também há que se considerar a ampliação na perspectiva quantitativa de pesquisas financiadas a cada ano: 2014 - 4 projetos; 2015 - 5 projetos; 2016 - 6 projetos e 2017 - 7 projetos.

Quanto a implementação do terceiro curso de graduação, os objetivos estabelecidos para o ano de 2017 para nortear a meta prevista não foram cumpridos devido a dificuldades de recursos orçamentários e humanos, além do cenário macroeconômico desfavorável do Governo do Distrito Federal. Essas circunstâncias sugerem ser inviável a execução da meta ainda neste PPA.

A Escola Técnica de Saúde de Brasília-ETESB, com a ampliação dos cursos oferecidos de forma descentralizada, vem desempenhando cada vez mais um papel imprescindível na formação, qualificação e especialização dos servidores da SES-DF, visando sempre à melhoria dos serviços de saúde no atendimento à população do DF.

No ano em questão, esteve alinhada com a nova política de atenção primária, oferecendo o curso de Especialização Pós-Técnica em Saúde da Família, com estudantes de várias regionais de saúde, com previsão de duas turmas por ano até 2019.

Com a implantação do turno noturno, houve ampliação no número de estudantes na Educação Profissional. A Escola espera que haja maior adesão aos seus cursos noturnos quando abrir processo seletivo para a comunidade, uma vez que, no momento, está atendendo apenas aos servidores da SES-DF.

Além dos cursos técnicos de Análises Clínicas, Saúde Bucal, Enfermagem e Complementação do Auxiliar para o Técnico em Enfermagem, foram oferecidos os cursos de Administração de Medicamentos, Refletindo sobre o Processo de Envelhecimento, Qualificação para Auxiliares e Técnicos em Enfermagem em Centro Cirúrgico e Central de Material e Esterilização, Curso de Atualização para Técnicos da área de Eletroencefalografia, Curso de Qualificação dos servidores de Farmácia da Atenção Primária a Saúde da SES-DF e o Curso de Qualificação Profissional Inicial para Agentes Comunitários de Saúde – ACS, perfazendo um total de 553 estudantes formados e em formação.

A ETESB, em 2018, tem previsão de implantar o curso Técnico em Hemoterapia, finalizar 4 turmas de ACS (iniciadas em 2016), dar continuidade a 7 novas turmas de ACS, realizar nova turma de Especialização Pós-Técnica em Saúde da Família e oferecer nova turma de Qualificação dos servidores de Farmácia da Atenção Primária a Saúde da SES-DF. Com isso, contribui de forma positiva com o objetivo específico do PPA.

A Escola de Aperfeiçoamento do SUS-Eapsus/Fepecs consolidou suas diretrizes teóricas e metodológicas e seu leque de ofertas, em diferentes modalidades educativas. Os cursos são elaborados em parceria com as áreas técnicas e buscam responder aos problemas identificados na realidade dos serviços. Implantou a modalidade Ações Temáticas Orientadas para os Serviços de Saúde (ATOSS), cuja ação é construída com o grupo de participantes e a área técnica demandante para atender a necessidade desses profissionais e de seus serviços. Nesta modalidade, os encontros são mensais e direcionados, o que permite a frequência dos profissionais e potencializa a ação. A Escola respondeu as demandas de diferentes áreas da SES/DF e manteve os temas de relevância e transversais na saúde pública, como aqueles tratados no VI Fórum de Prevenção do Suicídio.

É possível identificar, nos dados 2016-2017, diminuição no número de vagas em ações educativas: 2016 - 2.550; 2017 - 1.238. Essa diferença pode ser explicada pela implantação definitiva das metodologias ativas na Escola. A opção pedagógica de trabalhar com a Metodologia da Problematização, em consonância com a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) e com as diretrizes pedagógicas da Fepecs, pressupõe a redução do número de participantes por turmas. A redução quantitativa, neste caso, significa um ganho qualitativo significativo.

Assim, reiteramos que, tanto qualitativa como quantitativamente, a análise do objetivo específico se mantém bastante positiva para a Eapsus/Fepecs, no que diz respeito à sua missão de desenvolver atividades educativas em saúde, abrangendo a educação permanente e continuada dos servidores da SES/DF, profissionais de saúde, bem como o gerenciamento de cenários de aprendizagem na SES/DF.

No cenário distrital, a melhoria da assistência à saúde é hoje uma das maiores demandas da população e a existência de número suficiente de profissionais qualificados é fator fundamental na consolidação e êxito de um sistema de saúde de excelência. Considerando este cenário, em 2018, a Fundação manteve a oferta de cursos e ações educativas nas modalidades educação superior, educação profissional e educação permanente/continuada. Observando-se os dados, verifica-se que 8.537 pessoas participaram de atividades acadêmicas e ações educativas oferecidas pelas três escolas mantidas - ESCS, ETESB e EAPSUS, até outubro de 2018. A ESCS, naturalmente, pela diversidade de eventos oferecidos sob sua responsabilidade, em termos regimental e acadêmico, foi responsável por 79,4% do resultado.

Em 2018, manteve-se a política de concessão de bolsas de estudo, com a finalidade de apoiar e preparar tecnicamente o corpo discente, favorecendo uma educação de qualidade para os estudantes de graduação em medicina e enfermagem que foram beneficiados mensalmente. Cabe registrar que no caso da bolsa permanência, cujos estudantes são oriundos do Sistema de Cotas (Lei Nº 3.361/2004), o benefício se enquadra no rol das ações afirmativas, oferecendo igualdade de oportunidades para manutenção e graduação nos cursos oferecidos pela ESCS.

Para 2018, planejou-se a concessão de 40 Bolsas Monitoria (7 meses), 82 Bolsas de Iniciação Científica (12 meses) e 232 Bolsas Permanência (12 meses). Esta Fundação considera a meta cumprida quando o Percentual de Êxito estiver entre 90 a 100% (tolerância de 10%), quando, então, os determinantes que impactam na variação mensal são considerados e o esforço da instituição, reconhecido. Os dados sugerem que a Bolsa Permanência foi superestimada, o que sinaliza a necessidade de nova metodologia para definição da clientela em termos quantitativos. Outro ponto a ser considerado é a definição do tempo da Bolsa Monitoria, devendo ser levada em consideração a capacidade operacional da escola. A instituição pagou, até outubro, 2.432 bolsas, considerando os três tipos vigentes, perfazendo, até o momento, uma média mensal de 243,2 concessões/mês. O Percentual de Êxito (68,7%), como já explicado, foi influenciado pela Bolsa Permanência.

Em 2018, a EAPSUS/Fepecs buscou consolidar a missão da Escola no âmbito das ações educativas propostas pela Fepecs, na parceria com as áreas técnicas da SES-DF e em outras instâncias do Sistema Único de Saúde – SUS. Nesta direção teve sua candidatura aprovada e passou a integrar oficialmente a Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública, que é um espaço de diálogo permanente e valoroso de trocas de saberes, articulação e fortalecimento das escolas, dos núcleos e dos centros formadores em saúde pública e em saúde coletiva, que congrega instituições de ensino de saúde no Brasil. Destaca-se que integrar a Redescola possibilita tanto a apropriação de novos conhecimentos quanto a divulgação de seu trabalho e a proposição de inovações no campo da formação em saúde pública, dentro dos princípios da Educação Permanente em Saúde, com vistas ao fortalecimento do SUS.

O Encontro de Medicina e Enfermagem–EME-2018, com fomento pela FAP-DF e 840 participantes, foi palco de um grande momento de reflexão sobre a formação acadêmica desenvolvida na Escola Superior de Ciências da Saúde-ESCS/Fepecs. O evento, desenvolvido por meio de conferências, mesas temáticas e roda de conversa, propiciou a oportunidade de os estudantes e docentes dos cursos de graduação em medicina e enfermagem apresentarem projetos de intervenção e de iniciação científica. Ademais, houve palestrante internacional e outros de relevância nacional, além dos próprios docentes da Escola, que, por meio de suas apresentações sobre temas relacionados à inovação no cuidado, ensino e gestão, provocaram importantes reflexões para a ESCS. Ao final, foi elaborada uma carta retratando as expectativas e compromissos do EME 2018 com vistas à inovação do ensino na ESCS. Em busca da ampliação pela

interprofissionalidade, a ESCS/Fepecs, por meio do curso de graduação em enfermagem, fez parceria com a direção da Faculdade UnB-Ceilândia para concorrer ao Edital nº 10, de 23/7/2018 – PET-Saúde-Interprofissionalidade, da SGTES/Ministério da Saúde, cujo projeto foi aprovado, com início previsto em novembro/2018. Esta foi uma conquista relevante, com potencial para gerar futuras parcerias.

O cenário macroeconômico desfavorável do GDF impôs restrições orçamentárias à Fundação, inviabilizando algumas despesas importantes para a área fim, tais como a aquisição de livros acadêmicos, assinatura de bases de dados, periódicos eletrônicos e jornais de circulação nacional. Alguns desses itens integram os critérios de avaliação da Secretaria de Educação (INEP/MEC) no quesito “recursos informacionais”. Na mesma esteira, há as ações acadêmicas que, embora de caráter finalístico, não se enquadram nos critérios que privilegiam a alocação de recursos, principalmente quando estes recursos são limitados, tais como despesas legais, constitucionais, contratuais, entre outras. Outra situação digna de registro foi a impossibilidade de descentralização orçamentária de recursos do Fundo de Saúde do Distrito Federal-FSDF para o orçamento da Fepecs. Estes recursos são oriundos do Ministério da Saúde para a ETESB, via repasse Fundo a Fundo (Bloco de Gestão do SUS, fonte 138/338 - recursos do Sistema Único de Saúde). Assim, a Escola poderia custear cursos de média duração (entre os exercícios) sem descontinuidade dos pagamentos no início do ano, em razão da celeridade na apuração do superávit financeiro. Para tanto, foi publicada a Portaria Conjunta nº 27, de 29/6/2018 (DODF nº 143) visando essa descentralização, porém a providência restou fracassada, a partir do indeferimento da Secretaria de Fazenda do DF, que entendeu, à luz do art. 4º do Decreto Nº 37.427/2016, que a descentralização de créditos orçamentários somente deve ser efetivada, obrigatoriamente, no âmbito do SI AC/SI GGo, e desde que seus recursos estejam no Tesouro do Distrito Federal, administrado pela Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal. O recurso em questão é administrado pelo FSDF.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

008 –Assegurar sangue, seus componentes e exames especializados com qualidade e em quantidade adequada para a população no DF, de acordo com os princípios e diretrizes do SUS.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

23.202 – FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA - FHB

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	8	1	Manter o percentual de doações de sangue em relação à população do DF em 2%; (FHB)	2	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	1,94	2,35	2,43		121,5
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	8	2	Manter o percentual de doadores de sangue fidelizados em 50%; (FHB)	50	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	45	42	42		84,0
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	8	3	Manter o índice de satisfação do doador de sangue acima dos 95%; (FHB)	>95	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	95,2	95	92		96,8
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	8	4	Manter a certificação ISO para o ciclo de sangue; (FHB)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100		100,0
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	8	5	Expandir a certificação ISO para todos os laboratórios destinados aos exames de pacientes solicitados pelo ambulatório da FHB e rede SES/DF; (FHB)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	100	100		100,0
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	8	6	Manter a classificação de Instituição de Saúde de Baixo Risco pela Vigilância Sanitária, ultrapassando os 95% de conformidade nas inspeções sanitárias; (FHB)	>95	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	98,4	99,8	100		105,3
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	8	7	Responder a demanda de rotina das Agencias Transfusionais em, pelo menos, 80%, para manutenção de seu estoque estratégico; (FHB)	80	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100		125,0
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	8	8	Atender 100% da demanda dos procedimentos hemoterápicos; (FHB)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100		100,0

Análise Qualitativa**1. Manter o percentual de doações de sangue em relação à população do DF em 2% (FHB);**

2016

A Fundação Hemocentro de Brasília alcançou o índice de 1,94% de doações na população do Distrito Federal. Este índice corresponde ao mesmo percentual obtido no ano de 2015, o que demonstra que a doações de sangue cresceram no mesmo ritmo que o crescimento populacional do DF. Este índice corresponde a 97% da meta pretendida de 2,0% de doações em relação à população do Distrito Federal e que garantiu o atendimento a 100% da demanda. O índice considerado seguro pela OMS para doação de sangue em uma população é de 3 a 5%, considerando-se que a rede privada de banco de sangue responde a aproximadamente 1% das coletas e realizou um terço das transfusões computadas no ano de 2016, este índice aproxima-se do que é aceito como seguro pelas estimativas internacionais. Com o dever de adequar a oferta de sangue à demanda dos serviços de saúde, evitando desperdícios, podemos afirmar que para a atual dimensão da rede de

assistência à saúde pública do Distrito Federal a Fundação Hemocentro de Brasília não possui a necessidade de obtenção da meta pactuada, podendo gerenciar a coleta de forma mais racional para uma cobertura efetiva e segura de fornecimento de sangue ao Distrito Federal.

2017

Em 2017 foi realizada a correção no método de cálculo do indicador para atendimento do disposto na portaria MS/GM nº 1469/2006 e passou a se considerar no resultado todas as doações realizadas no território do DF. O indicador avaliado contempla as doações realizadas na FHB e também nos bancos privados de sangue que informam mensalmente à FHB o número de doações recebidas. Para o resultado alcançado de 2,35%, 1,75% das doações foram realizadas na FHB e 0,6% nos bancos de sangue privados. Considerando-se as excepcionalidades aplicadas à realidade do DF, pode-se afirmar que a oferta de sangue está ajustada à demanda dos serviços de saúde, evitando desperdícios. Para a atual dimensão da rede de assistência à saúde pública do Distrito Federal a Fundação Hemocentro de Brasília consegue gerenciar a coleta de forma mais racional para uma cobertura efetiva e segura de fornecimento de sangue ao Distrito Federal. Em casos de aumento da demanda e baixa nos estoques estratégicos são disparadas campanhas em mídia para aumentar a captação de doadores de sangue.

2018

Em 2018 o DF manteve o índice de doação de sangue acima da meta estipulada, uma vez que os parâmetros mundiais definidos pela Organização Mundial da Saúde apontam para uma necessidade mínima correspondente a 1% da população e o resultado apurado no DF foi de 2,43% em relação à população. Fonte: SVS/SES-DF a partir da última atualização feita pelo IBGE – Data de Referência: 01/07/2018. Em 2018 ocorreram 71.740 doações no DF, sendo 53.019 realizadas na Fundação Hemocentro de Brasília (74%) e 18.721 doações realizadas nos serviços privados (26%), em acordo com os números informados pelas instituições privadas via HEMOPROD. A Fundação Hemocentro de Brasília gerencia os estoques estratégicos dos hospitais públicos mantendo os índices em níveis seguros e adequados e, quando necessário fornece hemocomponentes em caráter emergencial, inclusive para hospitais privados conveniados, assegurando ainda uma reserva de 10% do produto no local de uso, prevenindo a falta em ocasiões de aumentos pontuais da demanda.

2. Manter o percentual de doadores de sangue fidelizados em 50% (FHB);

2016

Apesar de não ter alcançado a meta pactuada no PPA de 50% de doadores fidelizados, o índice obtido foi considerado adequado às necessidades da instituição para o cumprimento de sua missão, entendendo-se que é um fator positivo manter um número elevado de doadores fidelizados, para garantir a qualidade e quantidade dos produtos obtidos, porém é necessário um equilíbrio com a captação de novos doadores anualmente, elevando a divulgação do ato de doação de sangue e sua importância a novos públicos e ressaltando-se que não houve aumento do percentual de perda de sangue coletado por exames laboratoriais positivos, mostrando que a captação de novos doadores tem sido realizada de forma racional e segura, com orientação adequada da população.

2017

O não atingimento da meta proposta em 2017 não comprometeu o resultado institucional tendo sido atendidas as necessidades da instituição para o cumprimento de sua missão no que concerne à manutenção dos estoques estratégicos e o atendimento de 100% da demanda por hemocomponentes fora de rotina.

2018

A Fundação Hemocentro de Brasília vêm trabalhando intensamente não somente na captação de novos doadores, mas na manutenção dos doadores fidelizados e, para isso promoveu diversas campanhas e eventos para os doadores ao longo do ano. A isenção do pagamento de taxa de concurso para doadores de sangue e medula óssea foi uma das ações que contribuíram significativamente para o aumento da frequência de doações por um mesmo doador no ano.

3. Manter o índice de satisfação do doador de sangue acima dos 95% (FHB);

2016

Apesar das dificuldades enfrentadas ao longo do ano pela FHB com redução da força de trabalho e mobilizações de servidores (paralisações) que impactaram no aumento do tempo de espera e, conseqüentemente, piora na avaliação dos serviços pelo doador usuário, a meta foi alcançada e o índice de satisfação do doador de sangue mantém-se elevado, colocando a instituição como um dos serviços públicos mais bem avaliados pelos cidadãos usuários.

2017

O resultado alcançado demonstra o compromisso institucional em atender com excelência o doador de sangue na Fundação Hemocentro de Brasília. Ocorre que o fator tempo é considerado no questionário de pesquisa de satisfação aplicado e em dias de campanha de doação o tempo de espera aumenta o que pode ter interferido no resultado alcançado. Espera-se que com a chegada de novos servidores do concurso e medidas internas adotadas pela equipe da Gerência do Ciclo do Doador possam impactar positivamente elevando a satisfação do doador.

2018

O resultado apresentado representa o comprometimento da equipe da Fundação Hemocentro de Brasília em um esforço contínuo para atender aos doadores e usuários com excelência. Para garantir a satisfação do doador, a FHB acompanha diariamente a pesquisa de satisfação dos doadores realizada após a coleta de sangue. Em 2018, a satisfação do doador foi em média 92%, com oscilações durante o ano, chegando a 97% no mês de abril e 86% em julho, menor resultado apurado. Alguns fatores contribuíram para a diminuição da satisfação em alguns momentos, conforme manifestações realizadas na ouvidoria, como a alteração no lanche oferecido e o aumento do tempo de espera, especialmente em dias de campanha. Cabe ressaltar que a partir de julho houve mudança na metodologia aplicada ao questionário de satisfação ocasionando aumento de 400% no preenchimento do questionário pelos doadores, o que elevou o número de respostas, mas não impactou negativamente no resultado. Várias ações foram realizadas ao longo do ano de 2018 para aumentar a satisfação do doador. Espera-se que com a realização de treinamentos de equipe, a finalização da licitação de complementação do lanche oferecido na pós-doação e que, com a chegada de novos servidores, seja possível promover a melhoria desejada e o aumento na satisfação do doador em 2019. Ao longo do ano, foram realizadas diversas atividades comemorativas dedicadas aos doadores, porém em quantidade inferior aos outros anos devido ao período eleitoral

4. Manter a certificação ISO para o ciclo de sangue (FHB);

2016

A certificação ISO foi mantida para o ciclo do sangue no ano de 2016 demonstrando a manutenção da conformidade dos processos de trabalho sendo um selo de garantia dos serviços e produtos gerados.

2017

A certificação ISO foi mantida para o ciclo do sangue no ano de 2017 demonstrando a manutenção da conformidade dos processos de trabalho sendo um selo de garantia dos serviços e produtos gerados.

2018

Em 2018 grandes esforços foram empreendidos pela FHB para a manutenção da certificação de Qualidade, considerando a atualização da norma NBR ABNT ISO 9001 para a versão mais atual (2015) que trouxe inovações, especialmente relacionadas à incorporação da gestão de riscos à tomada de decisões pela alta gestão.

5. Expandir a certificação ISO para todos os laboratórios destinados aos exames de pacientes solicitados pelo ambulatório da FHB e rede SES/DF (FHB);

2016

No ano de 2016 foi comunicada à empresa certificadora da ISO contratada pela FHB sobre o aumento do escopo da certificação a iniciar a partir do ano de 2017, com expansão aos laboratórios de pacientes, tendo sido realizada toda a preparação e ajustes internos de processos de trabalho necessários para obtenção do sucesso na próxima auditoria de acreditação.

2017

Nos dias 21 a 24 de março de 2017, quando a FHB foi auditada pelo Instituto de Certificação Qualidade Brasil – ICQ Brasil foi mantida a certificação ISO 9001:2008 no Ciclo do Sangue e ampliou-se o escopo do certificado para os laboratórios de atendimento a pacientes (Núcleo de Laboratórios Especiais: Laboratório de Hemostasia; Núcleo de Imunohematologia: Laboratório de Imunohematologia do Paciente; Núcleo de Suporte ao Transplante: Banco de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário/ Transplante de Medula Óssea e Laboratório de Imunologia do Transplante).

2018

Além do ciclo do sangue e dos Laboratórios, em 2018 a FHB ampliou o escopo da certificação de qualidade para o Ambulatório de Pacientes Portadores de Coagulopatias Hereditárias e para a Ouvidoria nos requisitos da norma NBR ISO 9001:2015.

6. Manter a classificação de Instituição de Saúde de Baixo Risco pela Vigilância Sanitária, ultrapassando os 95% de conformidade nas inspeções sanitárias (FHB);

2016

De acordo com a auditoria conjunta da VISA/DF e ANVISA no ano de 2016, a FHB manteve-se como instituição de baixo risco sanitário, tendo elevado seu índice de conformidade dos itens auditados de 97,7% para 98,4% quando aplicadas as análises de risco utilizadas pelas instituições auditoras.

2017

Nos dias 23, 24 e 25 de maio de 2017, a FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA foi inspecionada pela equipe conjunta da VISA/DF e ANVISA, para monitoramento e avaliação do risco sanitário nos serviços de hemoterapia, e obteve percentual de conformidade com a legislação vigente de 99,80%. A instituição manteve o enquadramento na categoria de serviço de hemoterapia de BAIXO RISCO SANITÁRIO, atribuído a serviços que possuem percentual de conformidade superior a 95%.

2018

A Fundação Hemocentro de Brasília alcançou 100% de conformidade com a legislação vigente conforme termo de vistoria emitido pela VISA-DF, mantendo-se enquadrada na categoria de serviço de hemoterapia de baixo risco sanitário.

7. Responder a demanda de rotina das Agencias Transfusionais em, pelo menos, 80%, para manutenção de seu estoque estratégico (FHB);

2016

Os atendimentos de rotina referem-se ao total de concentrados de hemácias, um dos componentes do sangue de maior utilização nos serviços de transfusão, enviados regularmente às agências transfusionais atendidas pela FHB, baseado em análise de série histórica da utilização deste componente de forma a garantir a disponibilidade imediata do produto em seu local de uso pela formação de um estoque estratégico local. Este índice é considerado como índice alvo, sendo quanto menor melhor na faixa entre 100% até o limite pactuado na meta de 85%, que indica que houve uma disponibilidade do produto para o uso sem que tenha se consumido todo o estoque estratégico local e necessidade de solicitações de reposição do hemocomponente de forma emergencial. Apesar de não ter sido alcançada a meta, o resultado obtido indica que houve um dimensionamento adequado destes estoques locais e garantiu ainda uma reserva de 10% do produto no local de uso, prevenindo a falta em ocasiões de aumentos pontuais da demanda.

2017

A relação entre a média do número de bolsas de CH transfundidas sobre as produzidas corresponde ao resultado do indicador estratégico da FHB, onde o índice de transfusão de concentrado de hemácias mantém-se em níveis próximos a 90 %, ou seja, cerca de 10% de bolsas de concentrado de hemácias distribuídas para transfusão não foram utilizadas nos últimos três anos. A não utilização, de cerca de 10% dos concentrados de hemácias, pode ser considerada segura e adequada, visto que existem descartes inerentes ao processo e uma demanda estimada.

2018

A Fundação Hemocentro de Brasília manteve o controle rigoroso dos estoques estratégicos das agências transfusionais e da FHB, de forma a administrar a liberação dos hemocomponentes por rotina ou fora de rotina com o objetivo de compatibilizar a oferta e a demanda, mantendo o resultado do indicador dentro da meta estipulada ao longo do ano.

8. Atender 100% da demanda dos procedimentos hemoterápicos (FHB);

2016

Foi atendida 100% da demanda transfusional dos serviços usuários do sangue e seus componentes coletados e processados pela FHB, não havendo registro de falta destes produtos a nenhum paciente da rede pública do Distrito Federal no ano de 2016.

2017

A demanda transfusional dos serviços usuários do sangue e seus componentes coletados e processados pela FHB foi atendida em sua totalidade, não havendo registro de não realização de procedimentos por falta deste produto ou falha de atendimento à demanda de algum serviço da rede pública do Distrito Federal no ano de 2017.

2018

A demanda transfusional dos serviços de saúde do DF atendidos pela Fundação Hemocentro de Brasília foi atendida em 100%, não havendo registro de não realização de procedimentos por falta de produto ou falha de atendimento prestado por esta Fundação.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1427	PERCENTUAL DE DOAÇÕES PELA POPULAÇÃO	%	1,97	31/12/2014	2	1,94	2	2,35	2	2,37	2	FHB / UO 23202 / OE 8
1428	PERCENTUAL DE TRANSFUSÃO	%	91,8	31/12/2014	85	90,04	85	89,2	85	88,9	85	FHB / UO 23202 / OE 8

Justificativas 2016

Indicador 1427 - A taxa de crescimento de doadores acompanhou a taxa de crescimento da população do Distrito Federal do ano de 2015 para 2016. Apesar de abaixo da meta pactuada, este resultado permitiu que a Fundação Hemocentro de Brasília suprisse a demanda da rede hospitalar em 100%.

Indicador 1428 - O indicador tem polaridade quanto menor - melhor até o limite do índice desejado. Apesar de não ter alcançado a meta pactuada, o resultado indica que houve um melhor aproveitamento dos produtos enviados a rede hospitalar, pois houve aumento das transfusões sem aumento significativo da demanda, garantindo ainda assim uma margem de segurança nas agências transfusionais na ordem de 10%.

Justificativas 2017

Indicador 1427 - O resultado alcançado em 2017 superou a meta proposta porque, em acordo com a portaria 1469/2006, passou a considerar no cálculo todas as doações de sangue ocorridas no DF (público e privados) em relação à população total do DF estimada para o período.

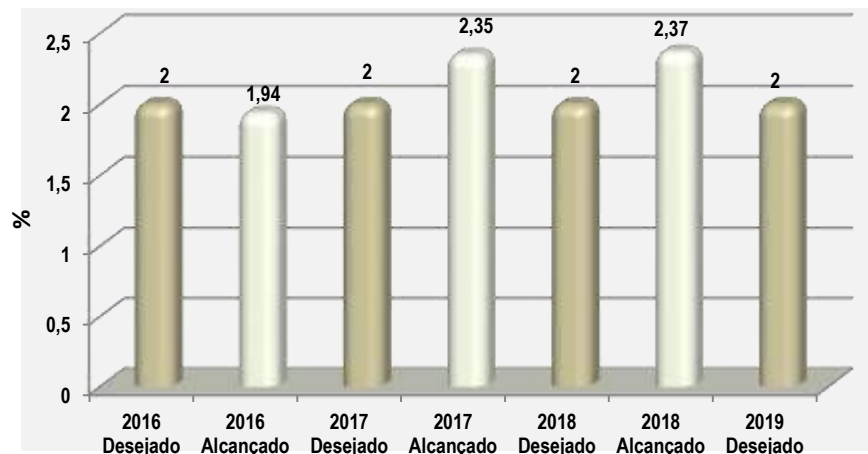
Indicador 1428 - O resultado alcançado em 2017 está dentro do resultado esperado (entre 85% e 95%) para garantir a segurança do estoque estratégico. A FHB atendeu 100% da demanda dos hospitais da SES-DF. *o resultado apurado no mês de dezembro ainda está sujeito a alteração.

Justificativas 2018

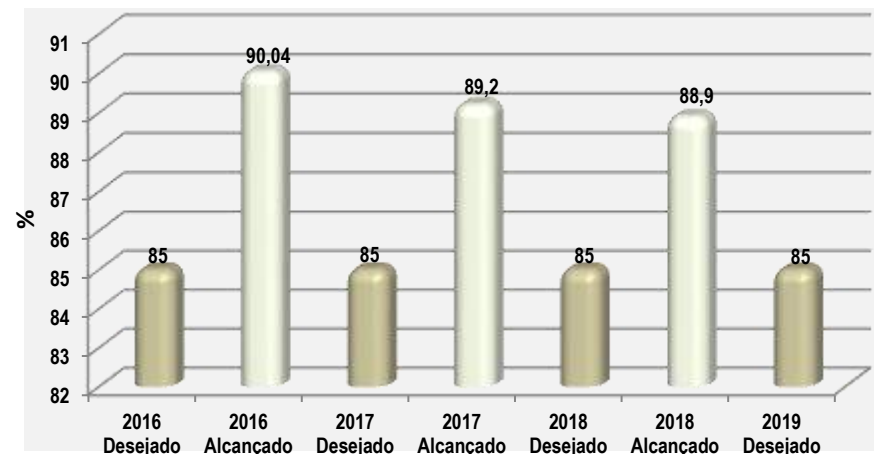
Indicador 1427 - Assim como no ano de 2017, o resultado alcançado em 2018 superou a meta proposta porque, em acordo com a portaria de consolidação número 05 de 28 de setembro de 2017 do Ministério da Saúde, passou a considerar no cálculo todas as doações de sangue ocorridas no DF (público e privados) em relação à população total do DF estimada para o período.

Indicador 1428 - O indicador tem polaridade quanto menor - melhor até o limite do índice desejado. Apesar de não ter alcançado a meta pactuada, o resultado indica que houve um melhor aproveitamento dos produtos enviados a rede hospitalar, pois houve aumento das transfusões sem aumento significativo da demanda, garantindo ainda assim uma margem de segurança nas agências transfusionais na ordem de 11,1%.

PERCENTUAL DE DOAÇÕES PELA POPULAÇÃO



PERCENTUAL DE TRANSFUÇÃO



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6202	8	1	Parcerias com a sociedade civil, setor privado e administração pública para captação de doadores visando estimular a participação e conscientização da sociedade quanto ao ato de doar sangue; (FHB)	23202	100%	<p>2016 A FHB atingiu o total de 2.008 parceiros cadastrados em 2016 que corresponde a um aumento de 11,6% do total de parceiros em relação ao ano de 2015, tendo realizado um total de 928 eventos com parceiros da sociedade, somando-se campanhas internas de coleta de sangue e treinamentos de multiplicadores.</p> <p>2017 A FHB atingiu o total de 2324 parceiros cadastrados em 2017, que corresponde a um aumento de 15,73% do total de parceiros em relação ao ano de 2016. Foram realizados um total de 635 eventos com parceiros da sociedade, dentre os eventos contabilizados incluem: campanhas internas de coleta de sangue e treinamento de multiplicadores de multiplicadores.</p> <p>2018 A FHB contabilizou em 2018 2.362 instituições parceiras e 4.562 multiplicadores cadastrados. Foram realizadas ao longo do ano cerca de 600 campanhas para doação de sangue na FHB .</p>
6202	8	2	Treinamento de multiplicadores na sociedade, pessoas que atuam em suas respectivas comunidades (escola, empresa, igreja e outras), com vistas a estimular a participação e conscientização da comunidade quanto ao ato de doar sangue. (FHB)	23202	100%	<p>2016 A FHB promoveu, no ano de 2016, 262 eventos de treinamento de multiplicadores atingindo um público total de 368 multiplicadores da doação voluntária de sangue na sociedade, garantindo sucesso nos eventos realizados para captação de doadores e contribuindo para a segurança transfusional no Distrito Federal e suprimento de 100% da demanda de hemocomponentes nos hospitais da rede pública de saúde e demais usuários dos produtos da FHB.</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						<p>2017 A FHB promoveu, no ano de 2017, 37 eventos de treinamento de multiplicadores. Neste ano, 260 instituições foram treinadas e foram formados 434 multiplicadores da doação voluntária de sangue na sociedade, garantindo sucesso nos eventos realizados para captação de doadores e contribuindo para a segurança transfusional no Distrito Federal e suprimento de 100% da demanda de hemocomponentes nos hospitais da rede pública de saúde e demais usuários dos produtos da FHB.</p> <p>2018 Em 2018, a FHB ofereceu 184 treinamentos de multiplicadores onde foram formados mais de 250 multiplicadores para atuarem como representantes do Hemocentro na captação de doadores.</p>

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

2016/2018

2016

A Fundação Hemocentro de Brasília cumpriu, no ano de 2016, o objetivo estratégico de assegurar sangue, seus componentes e exames especializados com qualidade e em quantidade adequada para a população no DF, de acordo com os princípios e diretrizes do SUS, de forma eficiente e eficaz. Para isto além de cumprir os indicadores e metas propostas, de forma a garantir a segurança transfusional em toda sua amplitude, desde a captação de doadores bem orientados e esclarecidos até o transporte dos hemocomponentes e suporte à transfusão nas agências transfusionais dos hospitais da rede SUS/DF e atendimento a 100% da demanda de componentes do sangue outras ações merecem destaque para que se entenda a eficiência de sua gestão, conforme elencadas a seguir:

- Correção de processos de trabalho em áreas administrativas, como o estabelecimento de prazos e normas para executores de contratos, trazendo maior agilidade e segurança para a área financeira e o novo fluxo para o recebimento de diplomas e certificados de conclusão de cursos para percepções de adicionais salariais, afastando o risco de fraudes neste processo.
- Mudança de uso do orçamento com redução de aproximadamente 50% dos recursos da fonte 100. As compras que pertenciam à área fim e que não utilizavam a fonte 138 (Fundo de Saúde) foram remanejadas à medida da contratação e da necessidade de renovação. Com a escassez de recursos, as mudanças na utilização dos recursos orçamentários da FHB foram essenciais para que não houvesse solução de continuidade nas atividades essenciais. Um bom exemplo foi a mudança de fonte do processo de licitação do transporte de hemocomponentes e doadores da Fundação Hemocentro, servindo como modelo para outros processos.
- Planejamento e início das atividades do futuro núcleo de contratos e convênios. A criação informal do núcleo já permitiu separar a área de Contratos da área jurídica. Isso trouxe melhoras no processo de *compliance* dos Contratos e aprimoramento do acompanhamento dos Termos de Referência (revisão) e dos processos. É de fundamental importância a regularização da estrutura da FHB, que formalizará o Núcleo de Contratos e Convênios. Com a implantação desse núcleo, haverá condições efetivas de acompanhar e prestar suporte aos executores de contratos, com melhorias da rotina de fiscalização e maior eficácia em vistorias, buscando aperfeiçoar a comunicação entre gestor, executores de contratos e contratado, bem como fazer um melhor acompanhamento da emissão de relatórios de execução, avaliação de resultados, dentre outros.
- Aquisição de software para realização de pesquisa de preço, solucionando um dos maiores gargalos da FHB, especificamente na área de Pesquisa de Preço e Análise de Viabilidade Econômica, que permitiu executar melhores pesquisas com maior agilidade.
- Renegociação de contratos, à medida de cada renovação, com adequação de valores quanto ao contrato original, permitindo uma redução total de valores renegociados de R\$ 8.588.591,82.

- Em novembro foi realizado treinamento dos médicos lotados em Unidades Básicas de Saúde que cumprirão parte da carga horário semanal em Unidades de Pronto Atendimento para atendimento a pacientes portadores de coagulopatias hereditárias, em parceria com a FEPECS e SAMU. Este projeto de inclusão de treinamentos para equipes de atendimento a Urgências e Emergências será mantido ao longo do ano de 2017 para alcançar a totalidade dos profissionais, a fim de garantir atenção integral a esses pacientes.
- Transferência da distribuição de Fator IX Recombinante da coagulação a pacientes com ações judiciais à Farmácia de Judicializados da SES/DF.
- Obtenção do índice de 99,70% de conformidade nos itens verificados pela Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia – Hemobras, para qualificação dos fornecedores de plasma. Devido à excelência dos serviços realizados, dos produtos disponibilizados e de seu corpo técnico, atua como Hemocentro Coordenador no Grupo de Assessoramento Técnico do Programa de Avaliação Externa da Qualidade em Hemocomponentes da CGSH/DAHU/SAS/Ministério da Saúde. A FHB vem recebendo visitas técnicas, não apenas para avaliação de seus serviços, mas também para conhecimento de sua prática e tem se preparado para a acreditação internacional pela *American Association of Blood Banks - AABB* e Associação Brasileira de Hematologia e Hemoterapia – ABHH.
- No que concerne à assistência hematológica aos pacientes portadores de coagulopatias hereditárias, a FHB manteve a assistência integral e multiprofissional, inclusive com o fornecimento de hemoderivados a 100% dos pacientes que estão em profilaxia, seguindo, plenamente, os protocolos técnicos estabelecidos pela SES/DF e pelo MS, para o adequado acompanhamento de tais pacientes.
- Realização da Gestão dos Equipamentos Críticos pela Assessoria de Infraestrutura, com a execução das respectivas manutenções preventivas, corretivas e calibrações programadas.
- Celebração de Acordo de Cooperação com a NOVACAP para licitação e acompanhamento das obras de reforma e ampliação das áreas de coleta e laboratórios da FHB.

2017

A Fundação Hemocentro de Brasília vem se desenvolvendo ao longo dos anos buscando manter a excelência na prestação de serviços, atendimento a 100% da demanda por hemocomponentes e outros serviços de assistência hemoterápica, além de aperfeiçoar seus mecanismos de gestão.

O planejamento estratégico vigente integra o modelo de gestão da Fundação Hemocentro de Brasília ao lado de outros instrumentos como Plano Plurianual – PPA, Plano de Saúde, Plano Estratégico da SES, inspeções sanitárias e auditorias internas, para o alinhamento e a integração da estratégia com o orçamento e as várias ações institucionais. Em 2017 os indicadores estratégicos da Fundação Hemocentro de Brasília foram revisitados para a composição de um novo painel estratégico. Esses indicadores são monitorados de forma contínua pela alta direção da FHB visando a avaliação das estratégias utilizadas e adoção de medidas eficazes para o alcance das metas definidas para alcance dos objetivos definidos.

As metas constantes do planejamento da FHB visam garantir que as ações realizadas pelas áreas estão alinhadas com os objetivos e missão institucionais. As metas são propostas e monitoradas de acordo com diretrizes da Secretaria de Estado de Saúde-Distrito Federal, Governo do Distrito Federal e Ministério da Saúde, bem como órgãos normativos e de controle competentes, tendo em vista o fortalecimento do SUS-DF.

Em 2017 grandes avanços que geraram maior transparência, economia e modernização de processos de trabalho para a FHB foram evidenciados, merecendo destaque para: Renovação da certificação ISO 9001/2008 com ampliação do escopo para os Laboratórios de pacientes, Laboratório de imunologia dos transplantes e Banco de sangue e cordão umbilical.

Nomeação de 79 novos servidores oriundos do concurso que diminuiu o déficit e reforçou o corpo técnico e administrativo da FHB.

Substituição de equipamentos dos laboratórios por outros mais modernos.

Implantação do sistema Alphalinc para controle de estoques nas agências transfusionais

Implantação do SEI em 11/12/2017.

Maior agilidade e modernização nos processos de compras com a qualificação dos executores de contrato e a padronização dos editais de compras e utilização de Sistema de Registros de preços.

Implantação da Política de Gestão de Riscos que incorporou a análise de riscos à tomada de decisão, sendo a FHB uma das instituições pioneiras no DF, em conformidade com as boas práticas de governança adotadas no setor público.

Além de realizar atendimento das necessidades da população em hemoterapia, conforme diretrizes estabelecidas na política de sangue do DF, a FHB manteve em 2017 o índice de conformidade da Vigilância Sanitária em 99,8% sendo considerada uma instituição de baixo risco.

Fortalecimento da FHB como executora e coordenadora das linhas estratégicas de atuação da hemorrede realizando diversos treinamentos para atendimento de emergência em pacientes com coagulopatias, notificação de incidentes transfusionais.

Participação como coordenadora no processo de avaliação externa da qualidade do Ministério da Saúde.

Alteração da estrutura da FHB, sem aumento de custos, conforme decreto nº 38.624 de 08/12/2017, com a realocação da Unidade de Tecnologia subordinada diretamente à presidência e a criação de duas novas unidades: Núcleo de Contratos e Convênios para fornecer condições efetivas de acompanhar e prestar suporte aos executores de contratos e nova Gerência de Procedimentos Especiais para melhor adequação dos processos de trabalho da área finalística.

Realização de ajustes para implantação de software específico para a área de Orçamento e Finanças (CEOFNET), permitindo acompanhamento das execuções orçamentárias por cada área de trabalho da FHB e conferindo maior agilidade na tramitação de notas fiscais e processos, mitigando o risco de atrasos nas liquidações.

No que concerne à assistência hematológica aos pacientes portadores de coagulopatias hereditárias, a FHB manteve a assistência integral e multiprofissional, inclusive com o fornecimento de hemoderivados a 100% dos pacientes que estão em profilaxia, seguindo, plenamente, os protocolos técnicos estabelecidos pela SES/DF e pelo MS, para o adequado acompanhamento de tais pacientes e retomada da entrega de hemocomponentes em domicílio.

Realização da Gestão dos Equipamentos Críticos pela Assessoria de Infraestrutura, com a execução das respectivas manutenções preventivas, corretivas e calibrações programadas;

Celebração de Acordo de Cooperação com a NOVACAP para licitação e acompanhamento das obras de reforma e ampliação das áreas de coleta e laboratórios da FHB.

2018

A Fundação Hemocentro de Brasília-FHB busca manter ao longo dos anos a excelência na prestação de serviços e o atendimento a 100% da demanda por hemocomponentes e outros serviços de assistência hemoterápica, além de aperfeiçoar seus mecanismos de gestão, apesar de algumas dificuldades vivenciadas em 2018. O déficit de Recursos Humanos existente, que apesar da nomeação de 69 servidores oriundos do concurso, permanece em 32,29% devido à perdas não repostas e saída de servidores que tomaram posse no concurso e no mesmo ano pediram exoneração, somada às questões que impediram o início da reforma na área de laboratórios e no ciclo do doador (recepção, triagem e coleta) com previsão de início em 2018, impactaram diretamente na qualidade dos serviços prestados e na satisfação dos doadores.

Mesmo com as dificuldades relatadas, grandes avanços que geraram maior transparência, qualidade nos procedimentos executados, economia e modernização de processos de trabalho na FHB foram evidenciados, merecendo destaque para:

Substituição dos equipamentos de imunohematologia do doador por outros com automação completa, conferindo maior agilidade no processamento e ganho em termos de segurança, qualidade e eficiência.

Recertificação da Fundação Hemocentro de Brasília com atualização para os requisitos da norma ISO 9001:2015 e ampliação do escopo para o Ambulatório de Coagulopatias e Ouvidoria.

Realização de auditoria Baseada em Riscos pela CGDF (entre 01/02/2018 a 16/03/2018) que constatou que o modelo de Gestão de Riscos da FHB superou as expectativas, com evolução no processo de Implantação da Gestão de Riscos e na maturidade institucional de consciente e definido para definido e gerenciado.

Implantação do Programa de Integridade na FHB, em parceria com a CGDF.

Elaboração de Código de Conduta da FHB.

Implantação de projeto de educação permanente para serviços de hemoterapia do DF, por meio do “Momento Imunohemato” –mensal, Palestra “Segurança Transfusional e Boas Práticas Hemoterápicas” – anual por hospital da SES-DF.

Publicação de normativas possibilitando à FHB realizar melhor gestão sobre o tratamento, bem como, o acompanhamento multidisciplinar dos pacientes portadores de coagulopatias no DF:

-Publicação da portaria SES-DF nº 725 (16 de julho de 2018) que atribui competência à Fundação Hemocentro de Brasília para atuar como Centro de Referência de Tratamento de Coagulopatias Hereditárias coordenando e regulando a atenção integral aos pacientes com coagulopatias hereditárias no DF.

-Publicadas instruções normativas da FHB nº 117 e 118 (24 de julho de 2018) que tratam da disponibilização, pela FHB, de estoque estratégico dos medicamentos pró-coagulantes usados para tratamento das coagulopatias hereditárias nos hospitais de referência do DF e do funcionamento da farmácia da FHB/disponibilização dos produtos farmacêuticos usados para tratamento das coagulopatias hereditárias nos serviços públicos do DF.

Realização de cerimônia de entrega de certificados de reconhecimento a servidores da Fundação Hemocentro de Brasília, elogiados por meio do Sistema de Ouvidoria.

Criação do Comitê de Pesquisa e Desenvolvimento Institucional da FHB com a finalidade de estimular as atividades de pesquisa, de produção e de gestão tecnológica na FHB, além de buscar parcerias com órgãos de fomento à pesquisa, entre outras funções visando instituir políticas e ações na área de pesquisa e desenvolvimento institucional.

Apresentação de seis trabalhos de servidores da FHB no Congresso Brasileiro de Hematologia, Hemoterapia e Terapia Celular – HEMO 2018, além de uma publicação em revista científica (Briefing Communication).

Inserção da enfermagem nas equipes das agências transfusionais dos hospitais (HRSM, HRAN e IHBDF) com realização de capacitação em hemoterapia para enfermeiros e técnicos de enfermagem.

100% de cobertura por responsáveis técnicos nas agências transfusionais devido à capacitação de médicos em hemoterapia oferecido pela FHB.

Conclusão dos estudos para validação do armazenamento e transporte de hemocomponentes intra-hospitalar e por emergência entre a FHB e as Agências transfusionais.

Realização de visitas técnicas e reuniões para orientação sobre o atendimento aos pacientes com coagulopatias hereditárias em todas as Unidades de Hematologia e Hemoterapia da SES e no SAMU.

Implantação da gestão de custos na FHB, com apresentação de custos de alguns procedimentos por grupo de trabalho instituído para este fim.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

009 – ATENÇÃO PRIMÁRIA, ATENÇÃO ESPECIALIZADA, PROMOÇÃO E EDUCAÇÃO À SAÚDE DE PESSOAS COM EPILEPSIA: Expandir e qualificar a oferta da atenção primária e da atenção especializada (média e alta complexidade) em saúde para o diagnóstico e tratamento dos pacientes com epilepsia em todos os graus de complexidade, garantindo a universalidade do acesso aos serviços de saúde, bem como a promoção de políticas públicas no sentido de propagar a disseminação de informação a respeito do tema epilepsia. (EP)

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

23.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL - SES

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	9	1	Implementar protocolo de atendimento ao portador de Epilepsia nas sete regiões de saúde (1 região por ano); (SES) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	27,7	42,85	100		100,0
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	9	2	Divulgar para todos os servidores da atenção primária o protocolo de atendimento ao portador de epilepsia; (SES). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	-	100		100,0
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	9	3	Realizar ao menos 01 campanha de conscientização por ano; (SES) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	4	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	1	1		6,3
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	9	4	Atualizar Parque Tecnológico da SES com aquisição de 13 novos aparelhos de EEG para unidades de média complexidade; (SES) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	13	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	10		76,9
6202	BRASÍLIA SAUDÁVEL	9	5	Implementar o serviço de vídeo - EEG. (SES) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0		0,0

Análise Qualitativa

1. Implementar protocolo de atendimento ao portador de Epilepsia nas sete regiões de saúde (1 região por ano). (SES) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Em 2016, foram realizados 2.772 atendimentos por neurologistas com o CID G40 e G41 que atendem todos os tipos de epilepsia. Estes dados se referem ao atendimento em média e alta complexidade. Em relação a 2015, houve um incremento de 27,7% no atendimento feito por neurologistas em relação a este CID. Em 2016, foram abertos dois ambulatórios de epilepsia de difícil controle com 80 atendimentos/mês no Hospital Regional de Sobradinho. Quanto ao atendimento em nível de atenção primária, esta diretoria não tem acesso aos dados.

2017

O fluxograma para atendimento ao portador de epilepsia foi aprovado junto com o protocolo de atendimento ao portador de epilepsia da SES-DF e publicado na portaria N°300 de 02 de junho de 2017, publicada no DODF, n°106 de 05 de junho de 2017. A proposta de Protocolo de Regulação com os critérios clínicos de prioridade para as consultas de Neurologia Adulto e para Epilepsia de difícil controle foram repassadas para a DIREG ainda em dezembro de 2017, sendo que esta RTD Neurologia não tem como precisar a finalização do processo para implementação da regulação. Houve capacitação em três regiões de saúde - Norte, Oeste e Sul - alcançando assim 42,85% da meta.

2018

Foi Implementado o protocolo de atendimento ao portador de Epilepsia nas sete regiões de saúde, com apoio de Referência Técnicas Auxiliares pertencentes ao quadro de médicos neurologistas em cada Hospital de Referência. Em dezembro de 2018, foi iniciado o processo de regulação do atendimento ambulatorial da Neurologia e também da epilepsia.

2. Divulgar para todos os servidores da atenção primária o protocolo de atendimento ao portador de epilepsia; (SES). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

O programa de capacitação em Neurologia foi iniciado em 2010 e consiste na capacitação contínua dos médicos da atenção primária nas doenças mais prevalentes em Neurologia – Cefaléia e Epilepsia. O programa de Epilepsia iniciou-se em 2013. Entre março de 2013 e setembro de 2014, na região Sul – Santa Maria e Gama. Entre outubro de 2014 até agosto de 2015, foi direcionado para região Leste – Paranoá e São Sebastião. Entre dezembro de 2015 e fevereiro de 2017, o programa esteve na região Norte, Planaltina e Sobradinho. Em 2017, o programa está sendo direcionado para região Oeste, tendo previsão de início em abril de 2017.

Entre outubro de 2015 e julho de 2016 foi elaborado o protocolo de atendimento ao paciente portador de epilepsia. Este protocolo foi submetido a consulta pública durante agosto de 2016. Após os questionamentos e a readequação do protocolo, o mesmo foi encaminhado para comissão de protocolos em 06 de março de 2017 para ser submetido a nova consulta pública e concluir os trâmites para publicação. O objetivo do protocolo é estabelecer e divulgar toda a linha de cuidado do paciente portador de epilepsia nos três níveis de atenção.

2017

Uma vez que o protocolo de atendimento ao portador de epilepsia da SES-DF foi publicado na portaria N°300 de 02 de junho de 2017, publicada no DODF, n°106 de 05 de junho de 2017, o processo de divulgação do referido protocolo teve início a partir de julho de 2017 por meio de eventos de atualização em Epilepsia realizados nas regiões de Saúde e por meio do projeto de Educação Continuada em Cefaléia e Epilepsia que atua desde 2014. Na tabela abaixo, estão listados os eventos realizados. Tendo em vista a dificuldade de mensurar o percentual de servidores capacitados, será solicitado alteração do indicador na revisão do PPA para evento de capacitação na região de saúde.

	Evento	Local	Periodo	Público-alvo	Unidade de Atendimento
10.1	Palestra de divulgação do protocolo de epilepsia	Auditório do Hospital Regional Planaltina	21/07/2017 8 às 12h	Médicos da atenção primária da região Planaltina	Atenção Primária
10.2	Palestra de divulgação do protocolo de epilepsia	Auditório do Hospital Regional Sobradinho	28/07/2017 8 às 12h	Médicos da atenção primária da região Sobradinho	Atenção Primária
10.3	Matriciamento de Neurologia/Epilepsia	Faciplac bloco E sala 318 – campus Gama	04/08/2017 Período matutino	Médicos da atenção primária do Gama	Atenção Primária
10.4	Matriciamento de Neurologia/Epilepsia	Faciplac bloco E sala 318 – campus Gama	18/08/2017 Período matutino	Médicos da atenção primária de Santa Maria	Atenção Primária
10.5	Palestra de divulgação do protocolo de epilepsia	Churrascaria Fogo de Chão	20/09/2017 20h-22h	Neurologistas e neuropediatras	Atenção Especializada
10.6	Capacitação em Neurologia – Cefaléia e Epilepsia	Região Oeste Auditório da Pediatria HRC	Início em 29/09/2017 em andamento até o momento dada a extensão da região	Médicos da atenção primária de Ceilândia e Brazlândia	Atenção Primária

2018

A divulgação do protocolo foi realizada nos cursos de capacitação realizados em 2017 e 2018 e será mantida pelo Apoio Matricial de cada região.

3. Realizar ao menos 01 campanha de conscientização por ano (SES). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Participação da coordenação de Neurologia e demais médicos que atuam em epilepsia no I Fórum de Epilepsia promovido pela frente parlamentar de defesa dos direitos da pessoa com epilepsia, em 30 de setembro de 2016, onde foi divulgado o protocolo de epilepsia.

2017

Foi realizada palestra de conscientização e divulgação do protocolo de atendimento ao portador de epilepsia junto aos neurologistas e neuropediatras do DF com o objetivo de ajudar na implementação do protocolo.

2018

A divulgação do protocolo foi realizada nos cursos de capacitação realizados em 2017 e 2018 e será mantida pelo Apoio Matricial de cada região.

4. Atualizar Parque Tecnológico da SES com aquisição de 13 novos aparelhos de EEG para unidades de média complexidade (SES). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

O processo para aquisição de novos aparelhos de EEG – processo nº0060-007746/2012 – segue em tramitação desde 2012 e encontra-se ainda na fase readequação de termo de referência, trabalho concentrado na CEIC/SUAG/SES desde dezembro de 2016.

2017

O processo para aquisição de novos aparelhos de EEG – processo nº0060-007746/2012 – foi finalizado gerando ata de registro de preço em Dezembro/2017 foi iniciado o processo de execução com vistas a efetiva compra, prevista para 2018.

2018

Foram adquiridos 10 (dez) equipamentos de EEG em fevereiro de 2018. Os mesmos não estão em pleno funcionamento porque o fornecedor não entregou os equipamentos em conformidade com o Termo de Referência do edital de aquisição. Aguardamos providências de instâncias superiores da SES-DF.

5. Implementar o serviço de vídeo - EEG. (SES). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).

2016

O processo para aquisição dos aparelhos de vídeo EEG segue em tramitação no âmbito da SES desde 2015.

2017

O processo para aquisição dos aparelhos de vídeo EEG segue em tramitação no âmbito da SES e do IHBDF desde 2015. Será solicitado a alteração do indicador para acesso a avaliação da possibilidade de tratamento cirúrgico para os portadores de epilepsia refratária.

2018

O Instituto Hospital de Base (IHB) tornou-se unidade autônoma, portanto esta aquisição da sua competência.

ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6202	9	1	Realizar exames Bioquímicos (Hemograma, Na, K, Creatina, Uréia, Gama GT, ALT, AST) na Atenção Básica, Média e Alta Complexidade.	23101	-	<p>2016 Os Exames de Hemograma, Na, K, Creatina, Uréia, Gama GT, ALT, AST estão disponíveis em todos os Laboratórios de Patologia Clínica da Rede SES/DF.</p> <p>2017 Os Exames de Hemograma, Na, K, Creatina, Uréia, Gama GT, ALT, AST estão disponíveis em todos os Laboratórios de Patologia Clínica da Rede SES/DF.</p> <p>2018 – Não Informado pela Unidade</p>
6202	9	2	Realizar exames de EEG (1 a 3 vezes ao ano) na Média Complexidade e (1 a 5 vezes ao ano) na Alta Complexidade;	23101	-	<p>2016 No primeiro semestre de 2016, somente 3 (HRS, HRAN e COMPP) estavam em funcionamento. No segundo semestre de 2016, graças ao empenho dos serviços desta coordenação e da disponibilização de verba foi possível a reativação dos aparelhos do HBDF, HRT e HRC. Com a reativação destes serviços houve um incremento na realização de EEG da ordem de 240 exames/mês. Em dezembro de 2016, existem seis serviços de EEG em funcionamento na rede SES/DF – HBDF, HRAN, COMPP, HRS, HRT e HRC. Foram realizados cerca de 4000 exames de EEG na rede SES/DF em 2016.</p> <p>2017 Em 2017, foram mantidos os seis serviços de EEG em funcionamento na rede SES/DF – HRAN, COMPP, HRS, HRT e HRC. Foram realizados cerca de 5473 exames de EEG na rede SES/DF em 2017. Aumento da ordem de 36% em relação a 2016.</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						2018 – Não Informado pela Unidade
6202	9	3	Realizar outros exames (TC, RNM crânio, SPECT) na Média e Alta Complexidade;	23101	-	2016 -Os exames de TC de Crânio estão disponíveis na Rede nas Unidades: HBDF, HRAN, HMIB, HRS, HRT, HRSAM, HRC, HRG, HRSM. Os exames de RM de Crânio são realizados por empresas credenciadas e marcados através da regulação. Os exames de SPECT não são disponíveis na Rede. A estimativa da implementação não pode ser mensurada, uma vez que o indicador é vago, os exames de TC e RM já são disponíveis na Rede e não apresenta meta a ser atingida. 2017 Não Informado pela Unidade. 2018 – Não Informado pela Unidade
6202	9	4	Implantar o funcionamento da Unidade de vídeo EEG no âmbito do HBDF, que já tem estrutura física pronta, por meio do remanejamento de servidores - técnicos de EEG, enfermeiros e auxiliares de enfermagem, especificamente para esse fim;	23101	-	2016 O processo de aquisição ainda está tramitando na Secretaria. Há expectativa de processo licitatório em 2017. Já houve visita técnica da Engenharia Clínica no HBDF para adequar a estrutura elétrica. Está sendo realizado treinamento de servidores que estavam em readaptação funcional para a função de técnico de EEG. 2017 Dada a transformação do HBDF em Instituto autônomo, o processo de implantação do serviço de cirurgia em epilepsia está sob a gestão do respectivo instituto. O processo de aquisição segue em andamento. 2018 – Não Informado pela Unidade
6202	9	5	Disponibilizar servidores aptos a executar a avaliação neuro-psicológica para unidade de vídeo EEG;	23101	-	2016 Esta demanda será enviada a gerência de psicologia assim que o processo de aquisição do aparelho de vídeo EEG estiver mais próximo da conclusão. 2017 Demanda enviada a gerência de Psicologia que informou ter quantitativo de profissionais reduzido, mas que quando da efetiva implantação do serviço seria estudada possibilidade de remanejamento. 2018 – Não Informado pela Unidade
6202	9	6	Oferecer suporte por meio de acompanhamento social aos pacientes da atenção básica com dificuldade em acesso a consultas, medicamentos e exames. Sugere-se um servidor da área de assistência social para monitoramento de determinada população garantindo o acesso daqueles que receberam indicação para centros de média e alta complexidade no tratamento em epilepsia;	23101	-	2016 Proposta a ser discutida com a gerência de Assistência Social após a publicação do protocolo de atendimento a pessoa com epilepsia da SES/DF (em fase final de aprovação). 2017 Demanda enviada a gerência de Assistência Social que informou ter quantitativo de profissionais reduzido, mas que quando da efetiva implantação do serviço seria estudada possibilidade de remanejamento. 2018 – Não Informado pela Unidade
6202	9	7	Organizar locais para realização de exames de eletrencefalografia sob sedação, com presença de médico anestesiológico, com equipamento de suporte adequado (carrinho de anestesia, carrinho de parada, desfibrilador) para pacientes encefalopatias que necessitam de sedação.	23101	-	2016 O serviço de EEG do HRAN disponibiliza o exame de EEG sob sedação com uma média de 10 exames por mês em 2016 com o suporte de anestesiológico. Até o momento a demanda está sendo atendida, não há queixas de demanda reprimida. 2017 O serviço manteve o funcionamento tal como em 2016. 2018 – Não Informado pela Unidade

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

2016/2018

Em 2016, a capacitação em Neurologia, com foco em epilepsia e cefaleia ambulatorial, foi realizada em conjunto com a atenção primária da superintendência Norte (população de cerca de 370.000 pessoas), com foco na região de Planaltina no primeiro semestre e na região de Sobradinho, no segundo semestre. Tivemos uma participação expressiva dos médicos da atenção primária, que tem se traduzido em uma melhora na assistência para população.

Houve um empenho da Coordenação de Neurologia e Neuropediatria em conjuntos com os médicos com atuação na área de Epilepsia da rede SES/DF em entregar o protocolo de atendimento ao portador de Epilepsia com foco na abordagem integral do paciente. Foram criados mais dois ambulatorios de epilepsia de difícil controle na SES/DF (um no HBDF e um no HRS) e o programa de capacitação continuada em epilepsia segue em atividade. Os pacientes que necessitam de vídeo EEG são enviados para outras unidades da federação (São Paulo e Goiás) por meio da Gerência de Tratamento Fora de Domicílio - TFD, garantindo assim o atendimento aos casos refratários e com possibilidade de tratamento cirúrgico, enquanto a unidade de cirurgia de epilepsia do DF não for implantada. Em 2016, foram encaminhados 24 processos de pacientes para TFD. Estas ações têm objetivo de qualificar e melhorar o atendimento, em todos os níveis de complexidade, de todos os portadores de epilepsia que buscam tratamento na rede SES/DF.

Há uma busca de parceria com os setores de faturamento e estatística no sentido de melhorar o faturamento dos procedimentos e exames em neurologia, cuja produtividade vem aumentando ao longo de 2016.

Há o monitoramento constante dos processos de aquisição de novos aparelhos e dos insumos necessários a manutenção do funcionamento dos serviços de Eletroencefalograma.

Em 2017, a principal realização foi a publicação do Protocolo de Atendimento ao Portador de Epilepsia, na portaria N°300 de 02 de junho de 2017, publicada no DODF, n°106 de 05 de junho de 2017. A partir de então foram realizadas palestras de divulgação para amplo conhecimento dos servidores da SES, tanto na atenção primária, como na atenção especializada.

Em relação à educação continuada em Epilepsia, em setembro, foi iniciado o projeto na região Oeste, que contempla Ceilândia e Brazlândia, em andamento até o momento, já na fase prática, com foco nos servidores médicos da atenção primária, ampliando o acesso ao tratamento.

Os pacientes que necessitavam de tratamento cirúrgico tiveram o acesso garantido por meio da Gerência de Tratamento Fora de Domicílio – TFD. Em 2017, foram encaminhados 39 processos de pacientes do DF, sendo que 37 já foram internados para atendimento e somente 2 ainda estão aguardando vaga.

Os processos para aquisições de insumos – pasta eletrolítica, eletrodos de EEG – foram regularizados, garantindo o funcionamento dos serviços existentes e permitindo um aumento no número de exames realizados para 5473 - aumento da ordem de 36%.

Foi realizado ainda o 1º Curso de Formação e Atualização para Técnicos em EEG, em setembro e outubro, com formação teórico e prática e participação de 30 servidores da rede SES-DF a fim de garantir equipe qualificada para realização de exames de EEG em toda rede SES.

Por fim, o processo de aquisição de novos aparelhos de EEG gerou uma Ata de registro de preço que se encontra na fase de execução. A finalização do processo de execução garantirá a renovação e modernização dos equipamentos e aprimoramento dos serviços de EEG da rede.

NÃO FOI INFORMADO PELA SES-DF, A ANÁLISE DO RESULTADO DESTES OBJETIVOS ESPECÍFICOS, REFERENTE ÀS REALIZAÇÕES DE DO EXERCÍCIO DE 2018.

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Promover o amplo acesso e a qualidade da educação.

PROGRAMA TEMÁTICO:
6221 – EDUCA MAIS BRASÍLIA

OBJETIVO GERAL:

Proporcionar uma educação pública democrática e de qualidade, voltada à formação integral do ser humano, com garantia da universalização do acesso à escola e da permanência, com êxito, no processo de ensino-aprendizagem; e assegurar a valorização dos profissionais da educação.

OBJETIVO ESPECÍFICO

O Programa Temático é composto de 06 objetivos específicos, conforme seguem abaixo:

Unidade Responsável/Objetivo Especifico

18.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DF – SEDF

001 – AMPLIAÇÃO DA COBERTURA DA EDUCAÇÃO: Ampliar significativamente o atendimento educacional em todos os níveis e as modalidades de ensino, prioritariamente para a educação Infantil (0-5 anos), de modo a promover um ambiente escolar com infraestrutura favorável ao ensino e às aprendizagens.

002 – QUALIDADE DO ENSINO: Democratizar o acesso à rede pública de ensino e assegurar a permanência, com êxito, dos estudantes, por meio da melhoria do fluxo escolar, trabalhando as habilidades socioemocionais e, sobretudo, da garantia das aprendizagens, de modo a promover condições de igualdade de oportunidades com vistas à construção da cidadania. (EP)

003 – GESTÃO NA EDUCAÇÃO: Fortalecer o sistema público de ensino por meio da valorização, da formação continuada e da otimização do quadro de profissionais da educação; e assegurar a gestão participativa e democrática.

004 – MELHOR INDICADOR: Promover a melhoria dos indicadores da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal por meio de ações que contemplem as dimensões de equidade, relevância, pertinência, eficácia e eficiência.

005 – SISTEMA DE AVALIAÇÃO: Implantar e implementar sistema de avaliação e monitoramento da Rede de Ensino com vistas à garantia do direito às aprendizagens dos estudantes do Distrito Federal.

18.202 – FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ABERTA DO DISTRITO FEDERAL - FUNAB

006 – Educação Superior: Ofertar vagas no ensino superior, para a formação nos níveis de graduação, pós-graduação e extensão universitária.

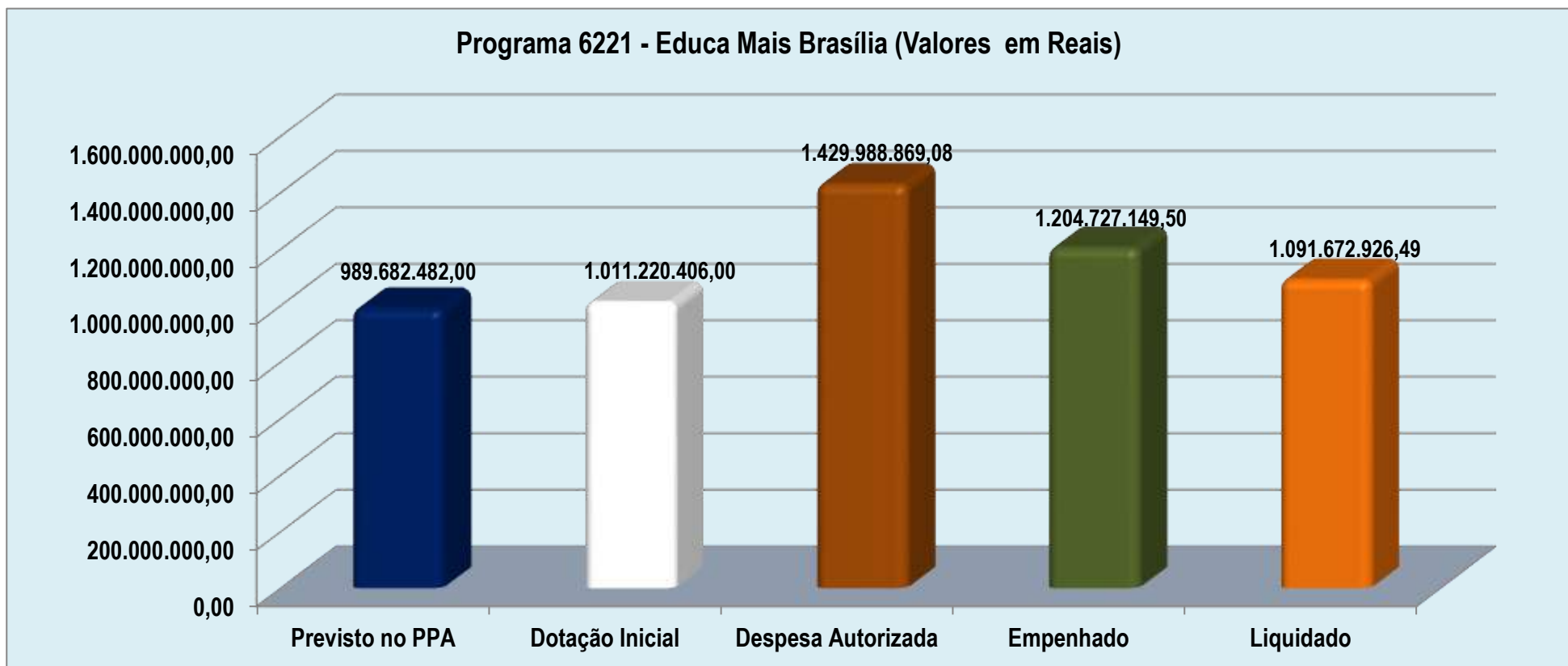
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA POR PROGRAMA E AÇÃO (Valores em Reais)

AÇÃO	PPA 2018	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
1001 - CONSTRUÇÃO DE CRECHES	16.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
1161 - CONSTRUÇÃO DE MUSEU	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	4.872.000,00	13.921,00	252.414,00	252.413,70	252.413,70	5	5
1731 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO E SEGURANÇA ESCOLAR	435.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
1745 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	1.000.000,00	600.000,00	1,00	0,00	0,00	0	0
1755 - PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TECNICO E EMPREGO - PRONATEC	3.828.000,00	20.006.600,00	38.594.402,00	11.972.020,70	9.890.092,64	313	258
1813 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO	409.071,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	632.817,00	61.770,00	249.084,00	242.789,84	240.331,88	38	38
2083 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO	367.671,00	200.000,00	235.426,56	235.426,56	235.426,56	64	64
2160 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FÍSICA	2.923.050,00	1.804.826,00	59.237,00	58.966,66	56.626,66	2	2
2175 - FOMENTO À PESQUISA	97.235,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2230 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO	436.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2387 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS	59.778.600,00	163.790.136,00	147.108.312,51	147.108.312,51	142.536.136,01	246	238
2388 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	198.757.089,00	195.576.182,00	239.879.859,00	220.310.496,86	212.198.805,25	111	107
2389 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	280.781.380,00	271.950.805,00	423.930.249,00	404.895.578,60	365.534.610,17	144	130
2390 - MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO	96.868.783,00	86.172.878,00	177.774.753,00	151.066.702,66	120.909.602,08	156	125
2391 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	15.411.522,00	5.051.399,00	6.087.273,00	4.364.504,34	3.852.959,53	28	25
2392 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	9.035.445,00	11.508.912,00	9.835.357,66	9.712.366,84	9.589.216,53	107	106
2393 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	3.429.210,00	4.452.011,00	5.011.510,00	4.634.774,57	3.983.681,66	135	116
2442 - CARTÃO CRECHE	239.250,00	1.392.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2446 - CARTÃO MATERIAL ESCOLAR	4.176.000,00	4.674.681,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2554 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	176.776,00	200.000,00	165.137,40	165.137,40	165.137,40	93	93
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	14.790.000,00	13.640,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2618 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	102.268,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2874 - (EP)MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO ESPECIAL - EQUOTERAPIA	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2921 - DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE PESQUISAS	54.315,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2939 - PROGRAMA BOLSA LIVRO DE IDIOMAS	245.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2964 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	30.080.000,00	64.963.917,00	81.448.231,95	77.572.369,69	74.306.509,24	258	247

AÇÃO	PPA 2018	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
3023 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC	60.482.700,00	1.687.850,00	16.710.262,00	7.768.987,97	2.659.311,73	13	4
3191 - REFORMA DAS ESTRUTURAS FÍSICAS	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3230 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL	2.254.838,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3231 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO	1.697.143,00	520.901,00	500.000,00	0,00	0,00	0	0
3232 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	2.122.200,00	1.371.679,00	1.259.496,00	0,00	0,00	0	0
3234 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE	14.324.850,00	165.000,00	17.311.147,00	4.078.629,73	2.607.614,59	28	18
3235 - RECONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	5.093.280,00	190.729,00	14.549.874,00	2.904.482,18	1.988.068,81	57	39
3236 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	1.061.100,00	8.706.004,00	13.410.240,00	1.505.717,05	1.505.717,05	142	142
3237 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO	14.189.410,00	10.754.217,00	50.001,00	0,00	0,00	0	0
3238 - REFORMA DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL	1.167.210,00	809.754,00	154.028,00	154.027,16	154.027,16	13	13
3239 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO PROFISSIONAL	500.000,00	450.100,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3241 - RECONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO	3.501.630,00	22.915,00	640.207,00	640.206,58	640.206,58	18	18
3271 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL	44.291.250,00	30.185.843,00	68.159.983,00	18.196.632,04	16.373.512,96	41	37
3272 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO MÉDIO	10.170.470,00	4.367.158,00	6.910.000,00	0,00	0,00	0	0
3482 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE	371.385,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3632 - SAÚDE ESCOLAR	2.861.623,00	517.003,00	138.277,00	102.021,33	102.021,33	4	4
3636 - (EP)CONSTRUÇÃO DE ESCOLA TÉCNICA EM BRAZLÂNDIA	350.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	5.940.599,00	941.766,00	877.255,00	635.860,00	466.841,50	11	8
3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS	909.045,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	90.904,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	90.904,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	56.815,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
4091 - APOIO A PROJETOS	35.355,00	0,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	283	283
4976 - TRANSPORTE DE ALUNOS	47.583.419,00	107.495.726,00	141.524.809,00	134.706.797,80	120.756.964,74	283	254
5023 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO	12.960.316,00	76.277,00	1.770.000,00	0,00	0,00	0	0
5051 - REFORMA DE UNIDADES DO ENSINO ESPECIAL	327.853,00	511.673,00	0,00	0,00	0,00	0	0
5112 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO ESPECIAL	5.344.703,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
5924 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	5.213.850,00	9.313.133,00	15.285.172,00	1.335.056,73	560.220,73	26	11
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	110.465,00	7.000,00	6.870,00	6.870,00	6.870,00	6	6
9060 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA	119.961,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0

AÇÃO	PPA 2018	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
9083 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO	119.961,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
9108 - CONCESSÃO DE BOLSA MONITORIA	12.661,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
FUNDO CONSTITUCIONAL DO DF (Educação)	8.487.200,00	0	0	0	0	0	0
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	981.195.282,00	1.011.220.406,00	1.429.988.869,08	1.204.727.149,50	1.091.672.926,49	123	111
TOTAL GERAL DO PROGRAMA 6221 (ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL+ FCDF)	989.682.482,00	1.011.220.406,00	1.429.988.869,08	1.204.727.149,50	1.091.672.926,49	122	110

Obs: Valores executados por diversas Unidades Orçamentárias (ex:18.101 – SEDF, FUNAB)



OBJETIVO ESPECÍFICO:

001 – AMPLIAÇÃO DA COBERTURA DA EDUCAÇÃO: Ampliar significativamente o atendimento educacional em todos os níveis e as modalidades de ensino, prioritariamente para a educação Infantil (0-5 anos), de modo a promover um ambiente escolar com infraestrutura favorável ao ensino e às aprendizagens.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

18.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DF – SEDF

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	1	1	Garantir que todas as unidades escolares a serem construídas estejam adequadas às necessidades da educação em tempo integral e às necessidades de acessibilidade arquitetônica, destinadas aos estudantes com deficiência. (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	25	100	100		100,0
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	1	2	Criar 01 Escola Parque, preferencialmente, em região que ainda não disponha desse tipo de atendimento. (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	20	20	20		20,0
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	1	3	Criar 01 Centro Educacional destinado a centralizar a gestão da documentação escolar dos estudantes dos estabelecimentos penais do Distrito Federal. (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100		100,0
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	1	4	Reformar as instalações físicas (estrutura física, rede elétrica e hidráulica) de 06 unidades escolares do Ensino Fundamental; 02 unidades escolares do Ensino Médio; e 01 unidade escolar de Educação Profissional. (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	10	10	20		20,0
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	1	5	Ampliar 08 unidades escolares do Ensino Fundamental; 01 unidade escolar de Ensino Médio; 01 Centro Interescolar de Línguas. (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	40	40	40		40,0
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	1	6	Construir 36 Centros de Educação da Primeira Infância; 04 Centros de Educação Infantil; 01 unidade escolar ofertante de Ensino Fundamental; 02 unidades escolares de Ensino Médio; 04 Centros de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional; e 01 Centro de Ensino Especial. (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	30	40	40		40,0
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	1	7	Adequar a estrutura física e a estrutura lógica dos espaços destinados à instalação dos laboratórios oriundos do Programa Brasil Profissionalizado da SETEC/MEC. (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0		0,0
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	1	8	Reconstruir 03 unidades escolares de Ensino Fundamental. (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	10		10,0
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	1	9	Ampliar a instalação de brinquedos em 105 unidades escolares. (SEDF)	105	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	115	115		109,5
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	1	10	Instalar 100 novos parques em unidades que ofertam Educação Infantil. (SEDF)	100	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	22		22,0

Análise Qualitativa

1. Garantir que todas as unidades escolares a serem construídas estejam adequadas às necessidades da educação em tempo integral e às necessidades de acessibilidade arquitetônica, destinadas aos estudantes com deficiência. (SEDF)

2016

A coordenação de Infraestrutura segue em seus projetos, todas as normas de acessibilidade estabelecidas na NBR 9050 atualizada da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que define todas as regras de acessibilidade a edificações, mobiliários espaços e equipamentos urbanos.

2017

A SEEDF continua seguindo em seus projetos todas as normas de acessibilidade estabelecidas na NBR 9050, atualizada da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que define todas as regras de acessibilidade a edificações, mobiliários espaços e equipamentos urbanos.

2018

No ano de 2018, a SEEDF continuou seguindo em seus projetos, todas as normas de acessibilidade estabelecidas na NBR 9050 atualizada da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que define todas as regras de acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos.

2. Criar 01 Escola Parque, preferencialmente, em região que ainda não disponha desse tipo de atendimento. (SEDF)

2016

A publicação da Portaria nº 265 de agosto de 2016, a SEEDF dispõe sobre implementação da Política Formal de Educação Patrimonial. Nesse contexto, ampliou-se a idéia de criação de uma escola parque para um Centro de Educação e Patrimônio Escola Parque. O projeto será concluído ainda no 1º semestre de 2017, após a finalização das tratativas com o IPHAN e SEMA/IBRAM relativas à criação de um Museu e à cessão de espaço no Parque Três Meninas localizado em Samambaia.

Em 30 de dezembro de 2015 o Centro Educacional nº 01 de Brasília, localizado na Asa Sul, foi institucionalizado como a unidade destinada a acolher a equipe gestora e a coordenação pedagógica, bem como centralizar a gestão da documentação escolar dos estudantes oriundos de estabelecimentos penais.

2017

Em 2016, a Secretaria de Estado de Educação, por meio da Subsecretaria de Educação Básica elaborou proposta pedagógica para criação de um Centro de Educação e Patrimônio Escola Parque, em articulação com o IPHAN e SEMA/IBRAM, a ser constituído no Parque Três Meninas em Samambaia. No entanto, a referida proposta não foi efetivada, visto que a SEMA/IBRAM solicitou a esta Secretaria a responsabilização pela manutenção estrutural do espaço, incompatíveis com nossas condições administrativas. Em face disso, esta meta está em fase de estudo para que seja realizada a criação de uma nova Escola Parque, nos termos do proposto na presente meta.

2018

Ao final do ano de 2018, foi encaminhado o projeto básico para a criação da Escola Parque de Planaltina, que se encontra tramitando internamente na casa. No final de 2018, a SEEDF possuía ao todo 07 (sete) escolas parque: EP 308 Sul; EP 313/314 Sul; EP 210/211 Norte; EP 303/304 Norte; EP 210/211 Sul; EP Anísio Teixeira de Ceilândia e EP da Natureza de Brazlândia.

3. Criar 01 Centro Educacional destinado a centralizar a gestão da documentação escolar dos estudantes dos estabelecimentos penais do Distrito Federal.

2016

Em 30 de dezembro de 2015 o Centro Educacional nº 01 de Brasília, localizado na Asa Sul, foi institucionalizado como a unidade destinada a acolher a equipe gestora e a coordenação pedagógica, bem como centralizar a gestão da documentação escolar dos estudantes oriundos de estabelecimentos penais.

2017

Meta alcançada 100%. Criação do Centro Educacional 01 de Brasília, responsável pela gestão da oferta da escolarização no Sistema Prisional do DF, pela Portaria nº 239 de 30 de dezembro de 2015.

2018

A criação do Centro Educacional 01 de Brasília – CED 01 de Brasília, através da Portaria nº 239 de 30 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal de 31 de dezembro de 2015, representou um marco na institucionalização da educação para pessoas em situação judicial de restrição de Liberdade. A criação da instituição proporcionou uma mudança significativa na oferta e na gestão do ensino regular no Sistema Prisional do Distrito Federal. Antes de sua criação, as atividades educacionais no Sistema Prisional do DF eram ofertadas através de Convênio com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP/DF.

4. Reformar as instalações físicas (estrutura física, rede elétrica e hidráulica) de 06 unidades escolares do Ensino Fundamental; 02 unidades escolares do Ensino Médio; e 01 unidade escolar de Educação Profissional. (SEDF)

2016

Em 2016, teve início a reforma da unidade de Educação Profissional do Guará que tem término previsto para o primeiro semestre de 2017. A reforma das demais unidades não teve início devido ao contingenciamento de recursos. A Coordenação de Infraestrutura, mesmo com todo o contingenciamento de recursos no exercício de 2016, conseguiu atender as demandas de manutenção das escolas.

2017

Não foi possível executar a presente meta, pois não se efetivou o contrato com empresa especializada na elaboração de projetos complementares, o que inviabiliza a elaboração dos referidos projetos. Soma-se a isso os seguintes fatos: o número de profissionais efetivos desta SEEDF vinculados ao setor responsável pelas obras não ser suficiente para atender a toda a demanda da rede e a indisponibilidade de recursos para realização de ações que já possuíam projetos elaborados.

2018

Obra de construção da Escola Técnica de Brazlândia foi iniciada com previsão de conclusão em 9 de Maio de 2019. Quanto às outras 2 escolas técnicas localizadas nas regionais de Paranoá e Santa Maria, encontram-se com projetos concluídos aguardando a elaboração do projeto Básico.

5. Ampliar 08 unidades escolares do Ensino Fundamental; 01 unidade escolar de Ensino Médio; 01 Centro Interescolar de Línguas. (SEDF)

2016

Da meta estipulada, a SEEDF em 2016 concluiu a reforma e ampliação dos setores de alimentação de 3 Centros de Ensino Fundamental, 2 Centros de Ensino Médio, melhorando consideravelmente o atendimento e o conforto para os alunos na área de alimentação escolar.

2017

Não foi possível executar a presente meta, pois não se efetivou o contrato com empresa especializada na elaboração de projetos complementares, o que inviabiliza a elaboração dos referidos projetos. Soma-se a isso o fato de o número de profissionais efetivos desta SEEDF vinculados ao setor responsável pelas obras não ser suficiente para atender a toda a demanda da rede e a indisponibilidade de recursos para realização de ações que já possuíam projetos elaborados.

2018

Em 2018, foram concluídas as coberturas de quadras em 05 (cinco) Escolas Classes, a saber: - Escola classe 13 de Taguatinga; - Escola classe 431 de Samambaia; - Escola Classe 218 de Santa Maria; - Escola Classe 05 de Sobradinho e - Escola Classe 14 de Planaltina.

6. Construir 36 Centros de Educação da Primeira Infância; 04 Centros de Educação Infantil; 01 unidade escolar ofertante de Ensino Fundamental; 02 unidades escolares de Ensino Médio; 04 Centros de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional; e 01 Centro de Ensino Especial. (SEDF)

2016

Foram concluídas e entregues em 2016, - 8 Centros de Educação da Primeira Infância - CEPs. Um Centro de Ensino Médio Integrado à Educação profissional está em fase de conclusão de obras, os outros 3 encontram-se em fase de elaboração de projetos. Não foi possível executar as demais ações tendo em vista a indisponibilidade orçamentária.

2017

Foram concluídos e entregues em 2017 dois Centros de Educação da primeira Infância – CEPs. Foram concluídas as Obras da Escola Técnica do Guará. A Escola Técnica de Brazlândia, concorrência 06/2017, encontra-se em análise de recursos apresentados pelas empresas participantes do certame. Quanto às outras duas escolas técnicas localizadas nas regionais de Paranoá e Santa Maria, encontram-se com projetos concluídos aguardando a elaboração do projeto básico.

2018

Foram concluídas e entregues 06 (seis) Centros de Educação da Primeira Infância – CEPI

7. Adequar a estrutura física e a estrutura lógica dos espaços destinados à instalação dos laboratórios oriundos do Programa Brasil Profissionalizado da SETEC/MEC. (SEDF)

2016/ 2018

Não houve disponibilidade orçamentária para execução desta ação.

8. Reconstruir 03 unidades escolares de Ensino Fundamental. (SEDF)

2016

Não houve disponibilidade orçamentária para execução desta ação.

2017

Não foi possível executar a presente meta, pois não se efetivou o contrato com empresa especializada na elaboração de projetos complementares, o que inviabiliza a elaboração dos referidos projetos. Soma-se a isso os seguintes fatos: o número de profissionais efetivos desta SEEDF vinculados ao setor responsável pelas obras não ser suficiente para atender a toda a demanda da rede e a indisponibilidade de recursos para realização de ações que já possuíam projetos elaborados.

2018

Em 2018, foi iniciada a reconstrução do CEF 01 da Vila Planalto.

9. Ampliar a instalação de brinquedos em 105 unidades escolares. (SEDF)

2016

Em 2016, a Diretoria de Educação infantil fez uma pesquisa quanto à demanda de parques das unidades escolares que atendem a Educação Infantil da rede pública, por meio das Coordenações Regionais de Ensino, na qual foi apontada a existência ou inexistência de parques infantis, bem como as condições físicas dos equipamentos. A partir do resultado, foi priorizada a aquisição de equipamentos somente para as unidades escolares que não tinham parques e também para aquelas em que os equipamentos se encontravam em condições precárias. Foi elaborado então o Termo de Referência instruído no Processo nº 084.000421/2016. O TCDF e a CGDF analisaram e apontaram algumas necessidades de ajustes, as quais foram acatadas. O termo foi alterado e encaminhado para as devidas providências junto a SUAG e posterior encaminhamento de abertura do Pregão Eletrônico.

2017

Em 2017, a SEEDF realizou o Pregão Eletrônico nº 27/2016 para aquisição de brinquedos pedagógicos, com o objetivo de atender escolas que possuem turmas de Educação Infantil. A SEEDF acredita que os primeiros anos de vida da criança é o período mais importante porque é marcado pelas várias interações oportunizadas a elas desde o nascimento, com os adultos, com outras crianças, com o ambiente e com a apresentação de objetos e brinquedos a fim de que se estabeleça comunicação e aprendizado. Tendo em vista que essas interações estimulam os sentidos e a curiosidade sobre o mundo, o brinquedo desempenha um importante papel quando, a partir dessas interações, influencia na qualidade do processo de aprendizagem e desenvolvimento.

Isto posto, foram entregues 291 brinquedos e 487 placas de tatames para 115 escolas que atendem turmas de Educação Infantil, distribuídas em várias cidades do Distrito Federal, conforme tabela abaixo:

ESCOLAS	BRINQUEDO	QNT
115	caixa tátil	176
	tatame	487
	casinha de boneca	115

2018

Desde o início de 2018, tramita o Processo n 084.000.937/2016 para aquisição de brinquedos pedagógicos a serem distribuídos às Unidades Escolares que ofertam Educação Infantil. Como o processo não foi concluído, uma nova aquisição e distribuição de brinquedos foi impedida de ser realizada para o ano de 2018, sendo remanejado para 2019.

10. Instalar 100 novos parques em unidades que ofertam Educação Infantil. (SEDF)

2016

A instalação de 100 novos parques encontra-se atrelada ao mesmo processo de ampliação dos 105 parques listados na meta nº 09, assim, depois de acatar as sugestões efetuadas pela Corregedoria Geral do Distrito Federal e pelo Tribunal de Contas, a Subsecretaria de Educação Básica está aguardando a abertura do Pregão Eletrônico para aquisição e instalação dos novos equipamentos.

2017

Em 2017, a SEEDF realizou o Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 28/2016. Para a instalação das primeiras unidades, Sete (7) unidades escolares foram selecionadas para iniciarem as obras necessárias para a citada instalação. A Instalação se dará no ano de 2018.

2018

Em 2018, 7 parques foram instalados, em caráter de amostra, para verificação, conforme estipulava o Edital licitatório. Após aprovação pela equipe técnica, outros 15 foram instalados, totalizando 22 parques em funcionamento.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1501	AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES COM SALAS DE LEITURA OU BIBLIOTECAS ESCOLARES E COMUNITÁRIAS	%	50	31/12/2014	55	-	60	0	70	70	80	SUPLAV/ SEDF / UO 18101 / OE 1

Justificativas 2016

Indicador 1501 - Não houve execução do índice por deficiência de recursos orçamentários disponíveis.

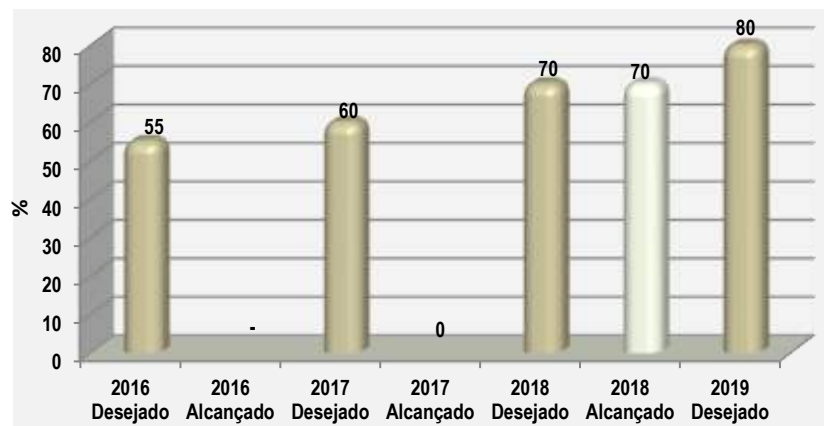
Justificativas 2017

Indicador 1501 - houve execução do índice por deficiência de recursos orçamentários disponíveis.

Justificativas 2018

Indicador 1501 - 70% das unidades escolares desta SEEDF contam com espaço para biblioteca escolar. Nos anos de 2016 e 2017 as metas foram alcançadas. É preciso esclarecer, no entanto, que esses dados se referem apenas ao espaço existente e não ao efetivo funcionamento das bibliotecas.

AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES COM SALAS DE LEITURA OU BIBLIOTECAS ESCOLARES E COMUNITÁRIAS



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6221	1	1	Realização de inspeções periódicas nas unidades escolares para averiguar as instalações físicas (predial, rede elétrica, hidráulica e de computadores), bem como as condições de segurança (patrimonial e de prevenção e combate de incêndio) para identificar e atender as prioridades de reforma e adequações na estrutura física; (SEDF)	18101	0	<p>2016 Tendo em vista o reduzido número de profissionais habilitados lotados na Coordenação de Infraestrutura, a realização de tal ação nas unidades escolares, vem sendo realizada por demanda.</p> <p>2017 Ainda, no ano de 2017, continuou a mesma dificuldade em relação ao reduzido número de profissionais habilitados lotados na Coordenação de Infraestrutura da SEEDF. Dessa forma, a realização de tal ação nas unidades escolares continua sendo realizada por demanda e não de forma periódica como estipulado na meta</p> <p>2018 A realização de inspeções nas escolas são feitas conforme demandas apresentadas pelas unidades de ensino e coordenações regionais de ensino.</p>
6221	1	2	Realização de estudos para promover adequações nas instalações físicas visando proporcionar condições de acessibilidade, conforto térmico e acústico nas salas de aula, favoráveis à aprendizagem; (SEDF)	18101	5	<p>2016 Os Estudos são realizados conforme demandas apresentadas pelas Coordenações Regionais de Ensino e pelas unidades.</p> <p>2017 Os Estudos continuam sendo realizados conforme demandas apresentadas pelas Coordenações Regionais de Ensino e pelas unidades escolares e administrativas.</p> <p>2018 Os Estudos são realizados conforme demandas apresentadas pelas Coordenações Regionais de Ensino e pelas unidades.</p>
6221	1	3	Elaborar estudos para viabilizar a implantação de infraestrutura de redes de computadores com pontos de acesso à internet sem fio, com alcance em todas as salas de aula e ambientes educativos. (SEDF)	18101	5	<p>2016 Os Estudos são realizados conforme demandas apresentadas pelas Coordenações Regionais de Ensino e pelas unidades.</p> <p>2017 Os Estudos continuam sendo realizados conforme demandas apresentadas pelas Coordenações Regionais de Ensino e pelas unidades escolares e administrativas.</p> <p>2018 Os Estudos são realizados conforme demandas apresentadas pelas Coordenações Regionais de Ensino e pelas unidades.</p>

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

2016/ 2018

Entendendo que a aprendizagem tem uma relação importante com o espaço físico no qual se desenvolve, a sua organização deve ser pensada e priorizada de modo a atender as necessidades sociais, cognitivas e motoras dos estudantes. Assim o objetivo específico 001 do PPA, no programa temático 6221, Educa mais Brasília, traz no seu escopo, a ampliação da cobertura da educação, dada a necessidade de adequar a rede física das unidades escolares da rede pública de ensino às condições necessárias para a uma boa prática pedagógica, demandando assim, um amplo trabalho de organização das ações de manutenção, de reformas, de obras de acessibilidade bem como de construção de novas unidades escolares.

Para ser factível o objetivo específico foi organizado em 10 metas, 28 ações orçamentárias, 3 ações não-orçamentárias e 1 indicadores. Dessa forma, em 2016, a Coordenação de Infraestrutura da Secretaria de Educação deu sequência em seus projetos obedecendo as normas de acessibilidade estabelecidas na NBR 9050 atualizada da ABNT que define as regras de acessibilidade a edificações destinadas a portadores de necessidades especiais.

Dando continuidade ao estabelecido no objetivo nº 01, foi destacado o Centro Educacional nº 1 de Brasília como unidade destinada a centralizar a gestão da documentação escolar oriunda dos estudantes de estabelecimento penais.

Igualmente, em concordância com as metas estabelecidas, foi iniciada a reforma da Unidade de Educação Profissional do Guará devendo ser finalizada no ano de 2017.

Houve também avanço na parte de alimentação escolar com a reforma e ampliação de três Centros de Ensino Fundamental e dois Centros de Ensino Médio, trazendo mais conforto para os alunos. Também foram concluídos e entregues em 2016 - oito Centros de Educação da Primeira Infância – CEPIs e um Centro de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional está em fase de conclusão da obra.

Lado outro, foi verificado o não alcance de percentual importante no conjunto das metas estabelecidas para o cumprimento do objetivo. Tal fato deu-se fundamentalmente por inexistência de disponibilidade orçamentária e, em menor monta, por inadequação técnica e da força de trabalho.

Assim, depreende-se que no conjunto de ações vinculadas – orçamentárias e não orçamentárias – atingiu-se a meta proposta para o período, em aproximadamente 50%, ou seja, o público alvo foi parcialmente contemplado.

Em 2017, a coordenação de infraestrutura deu sequência em seus projetos obedecendo às normas de acessibilidade estabelecidas na NBR 9050 atualizada da ABNT que definem as regras de acessibilidade a edificações destinadas a estudantes portadores de necessidades especiais.

Consolidou-se o Centro Educacional nº 1 de Brasília como unidade destinada a centralizar a gestão da documentação escolar oriunda dos estudantes de estabelecimentos penais, ficando essa unidade de ensino responsável pela gestão da escolarização do sistema prisional do Distrito Federal, meta esse cumprida integralmente.

Houve também a conclusão das obras da escola técnica do Guará e a conclusão dos projetos das escolas técnicas de Brazlândia, Paranoá e Santa Maria, bem como avanço na meta de construção de Centros de Educação da Primeira Infância com a construção e entrega de mais duas unidades.

Outro destaque foi a aquisição de equipamentos para as unidades escolares que não tinham parques e também para aquelas em que os equipamentos se encontravam em condições precárias e que começarão a ser entregues em 2018, e a aquisição de brinquedos pedagógicos para as escolas que atendem turmas de Educação Infantil, ultrapassando, apenas em 2017 toda a meta estabelecida para os 4 anos de vigência do Plano. Essa meta foi estabelecida em razão da Secretaria de Educação acreditar que os primeiros anos de vida da criança é o período mais importante, pois, é marcado pelas várias interações oportunizadas a elas desde o nascimento, com os adultos, com outras crianças, com o ambiente e com a apresentação de objetos e brinquedos a fim de que se estabeleça comunicação e aprendizado. Tendo em vista que essas interações estimulam os sentidos e a curiosidade sobre o mundo, o brinquedo desempenha um importante papel quando, a partir dessas interações, influencia na qualidade do processo de aprendizagem e desenvolvimento.

Por fim, verificou-se o não alcance de percentual importante no conjunto das metas estabelecidas para o cumprimento do objetivo específico 001, tal fato deu-se fundamentalmente por inexistência de disponibilidade orçamentária e tendo em vista não ter sido efetivado o contrato com empresa especializada na elaboração de projetos complementares, o que inviabilizou a elaboração dos referidos projetos, haja vista o número de profissionais efetivos desta Coordenação não ser suficiente para atender a toda a demanda da rede. Porém, no conjunto de ações vinculadas orçamentárias e não orçamentárias – a SEEDF continua avançando positivamente no cumprimento das metas estabelecidas neste PPA e o público alvo sendo parcialmente contemplado.

Com relação a 2018, entende-se que, para alcançar a qualidade do processo de ensino e das aprendizagens, é importante garantir a qualidade de diferentes fatores como o espaço físico adequado das unidades escolares da rede pública de ensino, visando atender as necessidades cognitivas, sociais e motoras dos estudantes.

Ao longo dos últimos anos, a SEEDF tem envidado esforços para o pleno alcance das metas do PPA 2016-2019 que estabelece, no seu objetivo específico 001, a ampliação significativa do atendimento educacional em todos os níveis e as modalidades de ensino, prioritariamente para a educação Infantil (0-5 anos), de modo a promover um ambiente escolar com infraestrutura favorável ao ensino e às aprendizagens. Nesse sentido, as condições necessárias para a uma boa prática pedagógica demandam um amplo trabalho de organização das ações de manutenção, de reformas, de obras de acessibilidade bem como de construção de novas unidades escolares.

Em relação à meta de criar 01 Escola Parque em região que ainda não disponha deste atendimento, ao final do ano de 2018, foi encaminhado o projeto básico para a criação da Escola Parque de Planaltina. Este processo encontra-se tramitando internamente na SEEDF. No final de 2018, a SEEDF possui ao todo 07 (sete) escolas parque: EP 308 Sul; EP 313/314 Sul; EP 210/211 Norte; EP 303/304 Norte; EP 210/211 Sul; EP Anísio Teixeira de Ceilândia e EP da Natureza de Brazlândia.

No intuito de ampliar a instalação de brinquedos pedagógicos nas unidades escolares, após tramitação de processo licitatório para aquisição de equipamentos e brinquedos pedagógicos, foram entregues, em 2017, 291 brinquedos e 487 placas de tatames para 115 escolas que atendem turmas de Educação Infantil. Não foi possível a nova aquisição e distribuição de brinquedos para o ano de 2018, sendo estas ações remanejadas para 2019, uma vez que, desde o início de 2018, tramita o processo n 084.000.937/2016 para aquisição de brinquedos pedagógicos a serem distribuídos às Unidades Escolares que ofertam Educação Infantil.

Dando continuidade aos trâmites processuais, iniciados em 2016, para instalação de parques nas unidades escolares, após a seleção de sete (7) unidades escolares para iniciarem as obras necessárias para a citada instalação, em 2018, esses parques foram instalados, em caráter de amostra, para verificação, conforme estipulava o Edital licitatório. Após aprovação pela equipe técnica, outros 15 foram instalados, totalizando 22 parques em funcionamento.

Igualmente, em concordância com as metas estabelecidas, foi iniciada a reforma construção da Unidade de Educação Profissional do Guará devendo ser finalizada no ano de 2019. Foi inaugurado o Centro de Educação Profissional Articulado do Guará Professora Tereza Ondina Maltese.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

002 – QUALIDADE DO ENSINO: Democratizar o acesso à rede pública de ensino e assegurar a permanência, com êxito, dos estudantes, por meio da melhoria do fluxo escolar, trabalhando as habilidades socioemocionais e, sobretudo, da garantia das aprendizagens, de modo a promover condições de igualdade de oportunidades com vistas à construção da cidadania. (EP)

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

18.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DF – SEDF

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	2	1	Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 e 5 anos de idade. (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	90	88	100		100,0
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	2	2	Ampliar, em 5% ao ano, a oferta de atendimento para crianças de 0-3 anos de idade. (SEDF)	20	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	18	26,94	53		265,0
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	2	3	Integrar à organização curricular de todas as unidades escolares que ofertam Educação Integral em tempo integral novos conhecimentos, tecnologias, ciências, culturas, artes e esportes; e novas atividades de turismo (Classes Transplantadas) e de meio ambiente (Brasília nos Parques). (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	10	25	25		25,0
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	2	4	Ampliar em 15% o número de estudantes da Rede Pública de Ensino participantes dos Jogos Escolares do Distrito Federal; em 30% o atendimento em educação física nos Centros de Educação Infantil e nos Jardins de Infância; e em 40% o atendimento da educação física nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. (SEDF) <i>(Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)</i>	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	60	67,11	X	X	X
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	2	5	Ampliar para, no mínimo, 30% a oferta de vagas para atendimento às pessoas em cumprimento de medida judicial de restrição de liberdade no sistema prisional do Distrito Federal. (SEDF)	30	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	14,3	14,3	14,3		47,7
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	2	6	Ampliar, até 2018, em 30% a oferta da Educação Profissional na Rede Pública de Ensino. (SEDF)	30	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	28,60	6,58		21,9
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	2	7	Garantir para 100% dos estudantes com deficiência ou com transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação identificados na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, independentemente da idade, o acesso à Educação Básica e ao Atendimento Educacional Especializado, preferencialmente, na rede regular e, quando necessário, em unidades de ensino especializado. (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100		100,0
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	2	8	Fomentar a adesão das unidades escolares aos ciclos no Ensino Fundamental e à semestralidade no Ensino Médio para o alcance de 50% das unidades	50	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	22	30,6	X	X	X

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
				escolares da Rede Pública de Ensino. (SEDF) <i>(Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)</i>									
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	2	9	Ampliar, em 50% o atendimento da Educação do Campo (escolas rurais). (SEDF)	50	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	3,83	14,43	10,38		20,8
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	2	10	Ampliar, em 50%, o atendimento à Educação de Jovens e Adultos, a fim de viabilizar o acesso do jovem trabalhador à educação formal. (SEDF)	50	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	9,2	9,2	9,2		18,4
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	2	11	Ofertar Educação Profissional nas unidades de internação para 50% dos adolescentes e dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. (SEDF)	50	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	10,98	10,98	8,88		17,8
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	2	12	Implantar projeto-piloto Escola Compartilhada em todas as unidades escolares da região administrativa da Estrutural (RA XXV-SCIA) e estender anualmente sua implantação para mais 01 Região Administrativa. (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	36	50	50		50,0
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	2	13	Implantar o Museu da Educação, cujo objetivo é a preservação do acervo histórico da Educação no Distrito Federal, em prédio reconstruído conforme projeto original do arquiteto Oscar Niemeyer para a Escola Classe Sarah Kubistchek. (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	50	50	50		50,0
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	2	14	Aumentar para 4.200 o número de matrículas para estudantes do Sistema Prisional do Distrito Federal. (SEDF)) <i>(Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)</i>	4.200	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	1.650	1.650	X	X	X
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	2	15	Aumentar a oferta de cursos técnicos de nível médio, presencial e a distância, na forma Integrada com a modalidade regular do Ensino Médio (CEMI/EPT) ou com a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA/EPT e PROEJA); cursos de formação inicial e continuada (FICs); e cursos na modalidade ofertante do PRONATEC, em aproximadamente 400%. (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	28,6	6,58		6,6
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	2	16	Ampliar em 15% o número de estudantes da Rede Pública de Ensino participantes dos Jogos Escolares do Distrito Federal (SEEDF) <i>(Item incluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)</i>	15	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	X	X	132		880,0
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	2	17	Ampliar em 30% o atendimento em educação física nos Centros de Educação Infantil e nos Jardins de Infância (SEEDF) <i>(Item incluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)</i>	30	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	X	X	16,13		53,8
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	2	18	Ampliar em 40% o atendimento da educação física nos anos iniciais do Ensino Fundamental (SEEDF) <i>(Item incluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)</i>	40	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	X	X	9		22,5
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	2	19	Fomentar a adesão aos ciclos para o alcance de 50% das unidades escolares da Rede Pública de Ensino que ofertam Ensino Fundamental (SEEDF) <i>(Item incluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)</i>	50	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	X	X	100		200,0
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	2	20	Fomentar a adesão à semestralidade para o alcance de 100% das unidades escolares da Rede Pública de Ensino que ofertam Ensino Médio (SEEDF) <i>(Item incluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)</i>	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	X	X	97,8		97,8

Análise Qualitativa

1. Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 e 5 anos de idade. (SEDF)

2016

A Secretaria de Educação, ciente de sua responsabilidade quanto à universalização da Educação Infantil, vem trabalhando em parceria com a Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação - SUPLAV visando à priorização do atendimento à Pré-escola. Assim, seus profissionais participam da Comissão de Análise dos Planos de Trabalho que visam a renovação dos convênios/Termos de Colaboração efetuados com instituições educacionais parceiras, ampliando o atendimento de 2015 que era de 14.577 crianças para 16.263 em 2016.

Participou também do Grupo de Trabalho que regulamentou por meio do Decreto nº 37.630, de 16 de setembro de 2016, a aplicação da Lei Distrital nº 5.672, de 15 de julho de 2016, que instituiu o Programa Bolsa Educação Infantil - Pré-escola, destinado a ampliação do atendimento de crianças na faixa etária de 4 a 5 anos.

Reforçando ainda mais o alcance desta meta, a Secretaria de Estado de Educação inaugurou em 2016, três Centros de Educação da Primeira Infância - CEPIS.

De acordo com a Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação - SUPLAV, a SEEDF promove anualmente a Chamada Escolar Obrigatória, conforme disposto na legislação vigente, em função disto, no mês de outubro do ano anterior, os responsáveis entram em contato com a Central Única de Atendimento Telefônico para informar o seu interesse em matricular o (a) filho (a) na Rede Pública de Ensino. Com relação ao quantitativo de crianças que solicitaram acesso à Pré-Escola no ano de 2016 temos a informar que 90% conseguiu ser alocada em unidade escolar da SEEDF.

2017

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, em 2017, buscou aumentar a oferta de Educação Infantil, para isso realizou as 03 (três) Chamadas Públicas, atendendo o disposto no Decreto 37.630, de 16 de dezembro de 2016, para corroborar com sua meta de Universalizar da Educação Infantil. Visando também o alcance dessas metas foram inauguradas nove unidades de Centros de Educação da Primeira Infância – CEPI em 2017.

Segundo dados do site :www.dados.df.gov.br no início do período letivo o Telematrículas recebeu 23.501 demandas de inscrição e foram contempladas 20.730 crianças, totalizando 88% de atendimento. Destaca-se que em 2017 o número de famílias que buscou uma vaga na Secretaria de Educação, pelo 156, para crianças em turmas de Educação Infantil aumentou, por isso, mesmo com o aumento de oferta de vagas apenas 88% dos estudantes que demandaram matrícula na rede pública de ensino nos anos em comento foram contemplados com vagas no início do ano letivo, entretanto, ao longo do ano, esta SEEDF envidou esforços a fim de suprir esta demanda reprimida de 12% e conseguiu terminar o ano de 2017 com a universalização do atendimento, nos termos do previsto na meta. Para tanto, em 2017, esta SEEDF reabriu a oferta educacional na Escola Classe 01 da Estrutural após sanear o problema do vazamento de gás. Criou e alterou a gestão de dois Centros de Educação para a Primeira Infância, quais sejam, Pinheirinho Roxo na CRE do Recanto das Emas que atendem o 1º período e Gavião na CRE do Plano Piloto/Cruzeiro que atende 1º e 2º período. Criou, ainda, dois Centros de Educação Infantil: CEI 4 de São Sebastião, vinculado à CRE de São Sebastião, que oferta Maternal II, 1º e 2º períodos; e CEI 7 de Taguatinga, vinculado à CRE de Taguatinga, que oferta 1º e 2º períodos. Foi criado, no 2º semestre de 2017, a Escola Classe 68 de Ceilândia, vinculada à CRE de Ceilândia, que ofertará o 1º e 2º períodos.

2018

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF formalizou 111 (cento e onze) parcerias com Organizações da Sociedade Civil – OSC para oferta de Educação Infantil à crianças de 0 a 5 anos, por 54 meses, por meio de Termos de Colaboração.

Com o intuito de ampliar a oferta de Educação Infantil, deu continuidade às Chamadas Públicas nº 02 e 03/2017 durante todo o ano de 2018, o que resultou em novas parcerias para gestão de 4 (quatro) Centros de Educação da Primeira Infância – CEPI, a saber: Araçá-Mirim na região administrativa de Sobradinho II, Mandacaru, Raposa- do- Cerrado, Algodão-do-Cerrado na RA de Samambaia. Além disso, foi estabelecida, também, uma parceria com a Creche Irmã Dulce, na RA de Planaltina. Ressalta-se que a ampliação da oferta da Primeira Etapa da Educação Básica se deu, também, em virtude do aumento no atendimento de crianças nos Centros de Educação Infantil, passando de 136 para 150 crianças.

A SEEDF iniciou a implementação do Decreto Distrital nº 37.843, de 13 de dezembro de 2016, que regulamenta a aplicação da Lei Nacional nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que dispõe sobre o regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública distrital e as organizações da sociedade civil no âmbito do Distrito Federal, a saber: a) Designou gestores para controlar e fiscalizar as parcerias; b) Capacitou pessoal por meio de cursos sobre o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC promovidos pela Escola de Governo – EGOV e disponibilizou

de estrutura para apreciação das propostas de parceria e das prestações de contas; c) Promoveu reuniões no âmbito central e nas Coordenações Regionais de Ensino visando a formação dos gestores designados para o acompanhamento e monitoramento das parcerias e d) Instituiu o Ato Normativo Setorial no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF, previsto no inciso XIV do caput do art. 2º do Decreto Distrital no 37.843, de 2016, que regulamenta a aplicação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC no âmbito do Distrito Federal. Em cumprimento ao referido Decreto, que estabelece regramentos para que a administração pública promova o monitoramento e a avaliação do objeto para o cumprimento da parceria, aplicou a Pesquisa de Satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizou os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas.

2. Ampliar em 5% ao ano, a oferta de atendimento para crianças de 0-3 anos de idade. (SEDF)

2016

Uma das estratégias para a ampliação do atendimento em Creche é o conveniamento, instrumento legal do qual o poder público se utiliza para associar-se a outra entidade pública ou privada sem fins lucrativos, com o intuito de fomentar políticas públicas. No Distrito Federal, para garantir a oferta da Educação Infantil, o Governo do Distrito Federal - GDF/SEEDF repassa recursos financeiros, para o atendimento educacional às crianças, na primeira etapa da Educação Básica, às instituições conveniadas que possuem prédio próprio, ou atuem em prédios públicos ou, ainda, nos Centros de Educação da Primeira Infância - CEPIs, desde que atendam aos critérios estabelecidos por esta Pasta e pelas legislações em vigor.

Tal estratégia pressupõe que as duas partes possuam interesses comuns que é o atendimento educacional à criança, e prestem mútua colaboração para atingir seus objetivos. A atuação do poder público não se limita ao repasse de recursos, mas também no envolvimento permanente, na orientação, supervisão, formação continuada e assessoria técnica e pedagógica.

Com o intuito de manter o percentual de ampliação do atendimento à Creche; foi criado um grupo de trabalho para proceder à análise dos planos de trabalho das entidades conveniadas assim como as que pleiteiam o conveniamento visando a otimização da renovação dos convênios/Termo de Colaboração com Instituições Educacionais Parceiras. Além disso, foram inaugurados, no período, três Centros de Educação da Primeira Infância – CEPIs.

O quantitativo de estudantes matriculados em Creches passou a ter uma ampliação significativa, conforme os números informados abaixo:

2012	2013	2014	2015	2016
6.034	7.944	9.171	9.324	11.074

Fonte: Censo Escolar/SEEDF

2017

Com o advento do Decreto 37.630, de 16 de dezembro de 2016, a SEEDF aumentou o número de parceria com Organizações Não Governamentais para o atendimento à demanda de matrículas de crianças de 0 a 3 anos de idade. Isto posto, a SEEDF superou a meta e em 2017 aumentou em 7% o atendimento à essa faixa etária. Em números absolutos, a SEEDF, em 2016, atendeu 11.074 crianças de 0 a 3 anos, em escolas públicas e Instituições Educacionais Parceiras e em 2017 atendeu 11.836 crianças, segundo dados do site da SEDF (<http://www.educac2018ao.df.gov.br/censo-escolar-2016>).

2018

A ampliação do atendimento em Creche: 11.836 crianças de 0 a 3 anos, em 2017, para 14.275 em 2018, se deu em virtude de novas parcerias da SEEDF com Organizações da Sociedade Civil – OSC para oferta de Educação Infantil à crianças de 0 a 3 anos, por 54 meses, por meio de Termos de Colaboração, instrumento de formalização de parcerias propostas pela SEEDF, com transferência de recursos, utilizado para associar-se a OSC, com o intuito de fomentar política pública – ampliação da oferta de creche. No Distrito Federal, para garantir a oferta da Educação Infantil, o Governo do Distrito Federal - GDF/SEEDF repassa recursos financeiros, para o atendimento educacional às crianças, na primeira etapa da Educação Básica, às instituições educacionais parceiras que possuem prédio próprio, ou atuem em prédios públicos ou, ainda, nos Centros de Educação da Primeira Infância - CEPIs, desde que atendam aos critérios estabelecidos pela SEEDF e pelas legislações em vigor.

Tal estratégia pressupõe que as duas partes possuam interesses comuns, que é o atendimento educacional à criança, e prestem mútua colaboração para atingir seus objetivos. A atuação do poder público não se limita ao repasse de recursos, mas também no envolvimento permanente, na orientação, supervisão, avaliação, formação continuada e assessoria técnica e

pedagógica aos gestores designados para o acompanhamento e monitoramento das parcerias e também aos profissionais das instituições que planejam práticas educativas de educar, cuidar brincar e interagir com foco no desenvolvimento integral das crianças.

A ampliação do atendimento da Educação Infantil, em Unidades Escolares Públicas em 2018: Inauguração do CEI 08 de Taguatinga e da Comunidade de Aprendizagem do Paranoá, com oferta de tempo parcial de 5 horas nos dois turnos. Em 2018 a Educação Infantil atendeu o total de 43.856 matrículas, em 267 Unidades Escolares Públicas.(CENSO ESCOLAR/SEEDF).

3. Integrar à organização curricular de todas as unidades escolares que ofertam Educação Integral em tempo integral, novos conhecimentos, tecnologias, ciências, culturas, artes e esportes; e novas atividades de turismo (Classes Transplantadas) e de meio ambiente (Brasília nos Parques). (SEDF)

2016

As 208 unidades escolares que ofertam a educação integral pelo programa Mais Educação, tiveram acesso em 2016 aos territórios culturais e às unidades de conservação por meio de ações pontuais, realizadas de acordo com a agenda cultural e ambiental do Distrito Federal e, ainda, a disponibilização de transporte para eventos e mostras de cinema, bem como visitas orientadas aos parques, conforme descrito abaixo:

Atividade em territórios ambientais e culturais	Local	CRE	Unidades Escolares	Quantidade de estudantes
Festivalzinho de Cinema	Museu Nacional	14	-	Previsão: 4.500 estudantes Atendidos: 4.500 estudantes de Ensino Fundamental – anos iniciais e finais
Concertos Didáticos – Orquestra Sinfônica	Teatro Pedro Calmon	14	60	Atendidos: 1.170 estudantes do Ensino Fundamental – anos iniciais e finais e Ensino Médio
Exposição Auguste Rodin	TCU	4	4	Previstos: 800 estudantes Ensino Fundamental - anos finais Atendidos: 200 estudantes Ensino Fundamental - anos finais
Visitas orientadas às Unidades de Conservação - UC	Brasília nos Parques: <ul style="list-style-type: none"> • Parques Águas Claras; • Sucupira; • Saburo Onoyama; • Três Meninas; • Parque do Riacho Fundo; Veredinhas; • Ezequias Heringer e • Haras Vale Feliz 	8	25	Atendidos: 3.563 estudantes do Ensino Fundamental - anos finais e 158 professores (formação)
Visitas Orientadas ao Centro Cultural Três Poderes	<ul style="list-style-type: none"> • Panteão da Pátria • Praça dos Três Poderes • Espaço Lúcio Costa • Museu Histórico de Brasília 	9	-	Atendidos: 1.994 estudantes de Ensino Fundamental
Visitas a Mostras de Artes Visuais e Instalações	Museu da República	12	-	Atendidos: 5.350 estudantes de Ensino Fundamental e Ensino Médio

As atividades desenvolvidas têm por Objetivo oportunizar e promover práticas educativas, identificando as áreas estratégicas de nosso desenvolvimento sustentável e de nosso patrimônio cultural (territórios culturais); fomentando a realização de atividades artístico-culturais e de educação ambiental nestes espaços, bem como a construção de estratégias ambientais e culturais de integração dos saberes.

Essas atividades só são consolidadas mediante a disponibilização de transporte. Por isso, muitas delas são canceladas e a oferta de agenda nem sempre pode ser sistemática e sistematizada.

2017

A meta em 2017 não se limitou a atendimento único e exclusivo aos estudantes das unidades escolares que ofertam Educação Integral pelo Programa Mais Educação. Toda rede pública teve oportunizado o acesso aos territórios culturais e às unidades de conservação por meio de ações pontuais, realizadas de acordo com a agenda cultural e ambiental do Distrito Federal e, ainda, a disponibilização de transporte para eventos e mostras de cinema, bem como visitas orientadas aos parques e espaços culturais.

As atividades desenvolvidas têm por objetivo oportunizar e promover práticas educativas, identificando as áreas estratégicas de nosso desenvolvimento sustentável e de nosso patrimônio cultural (territórios culturais); fomentando a participação em atividades artístico-culturais e de educação ambiental, bem como a construção de estratégias ambientais e culturais de integração dos saberes, nesses espaços. Com a Portaria do Parque Educador que estabelece parceria específica entre a Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA e a Secretaria de Estado de Educação – SEEDF, com a participação do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental – IBRAM, fortaleceu-se a educação ambiental na rede pública de ensino do Distrito Federal, no contexto da concepção da Educação Integral (SEEDF) e do Programa Brasília nos Parques (SEMA-IBRAM), entretanto, a ampliação do atendimento é comprometida face a necessidade de disponibilização de transporte para que os estudantes possam se deslocar aos parques de atendimento.

A publicação da Portaria Conjunta nº 17, de 19 de outubro de 2017, possibilitou a SEEDF e a SECULT o acesso à cultura, espaços e instituições culturais do Distrito Federal, oportunizando, prioritariamente, aos estudantes da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, a possibilidade de participarem de visitas mediadas e de conviverem com ações pedagógicas do Projeto Territórios Culturais e, igualmente, proporcionar iniciativas educacionais voltadas ao reconhecimento, à formação e à apropriação dos bens culturais do patrimônio material e imaterial, artístico e cultural da cidade. Com a instituição do Comitê Gestor que visa estabelecer metas de atendimento para os professores ora disponibilizados, esta pasta terá a oportunidade de ampliação das visitas orientadas aos territórios educativos da SECULT.

Atividade em territórios ambientais e culturais	Local	CRE	Unidades Escolares	Quantidade de estudantes
Festivalzinho de Cinema	* Cine Brasília * Teatro de Sobradinho * Teatro da Praça em Taguatinga * Auditório da Administração do Riacho Fundo * Cem 01 do Gama	14	-	Atendidos: 5.000 estudantes - Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Finais
Programa Cultura Educa * Circuito de Museus * Concertos Didáticos da Orquestra Sinfônica * Escola Vai Ao Cinema * Casa do Cantador Convida	Em todas as regiões administrativas do DF	14	-	Atendidos: + de 12.000 estudantes - Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Finais
Cine Detran Projeto Cine Detran/DF Mobilidade urbana nas escolas do DF	Cine Brasília	5 Ceilândia Samambaia Taguatinga Piloto	Guará - Plano	Atendidos: 2.238 estudantes
Visitas orientadas às Unidades de Conservação	Brasília nos Parques	8	25	Atendidos: 3.800 estudantes do Ensino Fundamental - Anos Finais

Visitas Orientadas ao Centro Cultural Três Poderes	* Panteão da Pátria * Praça dos Três Poderes * Espaço Lúcio Costa * Museu Histórico de Brasília	14	-	Atendidos: 17.988 Estudantes do e Ensino Fundamental – anos iniciais/finais e Ensino Médio
Visitas a Mostras de Artes Visuais e Instalações	Museu da República	14	-	Atendidos: 3.540 estudantes de Ensino Fundamental e Ensino Médio

2018

Em 2018, a atuação da SEEDF teve aumento significativo no que tange à atuação em espaços culturais e unidades de conservação em virtude dos projetos Parque Educador (SEEDF/SEMA/IBRAM) e Territórios Culturais (SEEDF/SECULT). Em relação ao Parque Educador, além da realização de coordenações coletivas dos professores junto ao Comitê Gestor, no primeiro semestre de 2018 foram atendidos 710 alunos regularmente, de 13 unidades escolares, além de 130 alunos atendidos de forma esporádica. Ao todo foram realizados 4553 atendimentos. No segundo semestre de 2018, dentre atendimentos regulares e visitas pontuais às unidades de conservação, foram contempladas, aproximadamente 41 escolas e 1680 alunos, totalizando mais de 13000 atendimentos nas quatro unidades de conservação.

Já em relação ao Projeto Territórios Culturais, é importante destacar que, por compreender que os espaços educativos ultrapassam os muros da escola, alcançando tanto espaços formais como informais de educação, e pensando também na importância de um projeto educativo que consiga abarcar a multidimensionalidade do ser humano, essas Secretarias formularam ações que buscaram ampliar os territórios do saber em consonância com os conceitos vivenciados pelas escolas da rede pública. Territórios culturais como os museus, teatros, cinemas, espaços arquitetônicos, centros históricos, têm como função social a comunicação do patrimônio que preservam e divulgam, bem como oferecer acesso a todos.

O projeto "Territórios Culturais" oferece uma dimensão pedagógica alternativa que amplia as possibilidades de aprendizagem, promove a convivência dos estudantes com outros sujeitos e formas de educação, bem como amplia os espaços tempos educativos.

No ano de 2018, foram atendidos mais de 8 mil estudantes nos equipamentos públicos da SECULT. Considerando imprescindível a integração entre escola e distintos territórios culturais para a construção da cidadania, individual e coletiva, justifica-se oportuna a reunião dos órgãos de educação e cultura em torno deste objetivo, prospectando saldo positivo para todos os envolvidos, prioritariamente, os estudantes.

4. Ampliar em 15% o número de estudantes da Rede Pública de Ensino participantes dos Jogos Escolares do Distrito Federal; em 30% o atendimento em educação física nos Centros de Educação Infantil e nos Jardins de Infância; e em 40% o atendimento da educação física nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. (SEDF) (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)

2016

A meta de ampliação da participação de estudantes da Rede Pública de Ensino nos Jogos Escolares foi superada significativamente. O resultado pode ser explicado pelo aumento da divulgação do projeto em 2016, especialmente em meios de comunicação de massa como televisão e rádio, além disso, o projeto foi amplamente divulgado com cartazes em todas as Coordenações Regionais de Ensino (CREs) e também em redes sociais e no site da Secretaria de Educação do DF (SEEDF). Outro fator importante foi a manutenção do serviço de transporte gratuito para estudantes das escolas públicas, item fundamental para democratizar a participação dos estudantes nos jogos escolares.

O Projeto Educação com Movimento (PECM) é a estratégia da SEEDF para ampliar o atendimento em educação física para os estudantes da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Em 2016, foram abertas carências para o atendimento da educação física nos Centros de Educação Infantil (CEIs) e Jardins de Infância (JI) além de escolas que ofertam os anos iniciais. O quantitativo de escolas com carências abertas do PECM considerou as metas estabelecidas neste PPA, contudo, ressalta-se que duas escolas não tiveram as carências bloqueadas pela falta de professores interessados e que tivessem o perfil para o projeto, assim o atendimento foi realizado em 10 escolas de tipologia CEI ou JI, mantendo-se o percentual de 17% . Com relação aos Anos Iniciais o PECM atendeu 17,7% das unidades escolares com essa etapa de ensino.

Ressalta-se que além da abertura das carências, foram desenvolvidas reuniões periódicas com os professores do Projeto além de cursos de formação continuada, abordando as especificidades desse atendimento e um Seminário Final, socializando o trabalho realizado ao longo do ano. Com relação aos desafios para o cumprimento da meta, destaca-se a necessidade de

abertura de novas carências de acordo com as metas projetadas, além da flexibilização dos critérios para aptidão no Procedimento de Remanejamento a fim de permitir uma maior adesão de professores que queiram atuar no Projeto.

2017

A meta de ampliação da participação de estudantes da Rede Pública de Ensino nos Jogos Escolares do Distrito Federal permanece sendo superada significativamente. No ano de 2017 o número mais que dobrou. O desejado era a participação de 4.305 estudantes, entretanto, alcançamos 10.668 participantes da rede pública de ensino. Tal aumento pode ser explicado em grande medida pela mudança do Regulamento Geral dos Jogos, que passou a ser regionalizado, ou seja, as escolas inicialmente jogam entre si em suas Coordenações Regionais de Ensino (CRE) – Etapa Regional, para depois se enfrentarem na Etapa Distrital. Tal mudança propiciou uma maior participação e integração das regionais na realização do evento, o que favoreceu a divulgação e a mobilização, principalmente, entre as escolas públicas. Insta salientar, que ações integradas de divulgação, especialmente em meios de comunicação de massa como televisão e rádio, cartazes, redes sociais e no site da Secretaria de Educação do DF (SEEDF), potencializaram a publicidade dos Jogos, contribuindo para os números alcançados. Por fim, cabe destacar a manutenção do serviço de transporte gratuito para estudantes das escolas públicas, item fundamental para democratizar a participação dos estudantes nos jogos escolares.

No ano de 2017, o Projeto Educação com Movimento (PECM) foi desenvolvido em 72 unidades escolares, das quais 63 unidades escolares de Anos Iniciais do Ensino Fundamental e 09 unidades escolares de Educação Infantil. Esse quantitativo representa um atendimento de 15,7% de unidades atendidas entre Centros de Educação Infantil e Jardins de Infância (Educação Infantil). Quanto aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, as 63 unidades escolares atendidas representam um atendimento de 16,5% em relação ao total de 382 unidades escolares apuradas em 2017.

Nesse sentido, constata-se um déficit no cumprimento da meta, o que demanda desta SEEDF esforços para o incremento da abertura de carências em outras unidades escolares e alterações nos procedimentos para inclusão de professores de educação física no Projeto.

5. Ampliar para, no mínimo, 30% a oferta de vagas para atendimento às pessoas em cumprimento de medida judicial de restrição de liberdade no sistema prisional do Distrito Federal. (SEDF)

2016

No ano de 2016 houve uma ampliação de 14.3% na oferta de vagas e matrículas no Centro Educacional 01 de Brasília. Vale ressaltar que o número de ofertas de vagas no Sistema Prisional do Distrito Federal está atrelado à disponibilidade de espaço físico dentro de cada Unidade Prisional e de Agentes Penitenciários, cuja função é garantir a movimentação dos estudantes e a segurança dos professores que atuam na Educação Prisional.

2017

O ano de 2017 não houve ampliação na oferta de vagas e matrículas no Centro Educacional 01 de Brasília. Vale ressaltar que o número de ofertas de vagas no Sistema Prisional do Distrito Federal está atrelado à disponibilidade de espaço físico dentro de cada Unidade Prisional e de Agentes Penitenciários, cuja função é garantir a movimentação dos estudantes e a segurança dos professores que atuam na Educação Prisional, dessa forma, pela falta de espaço físico e de Agentes Penitenciários suficientes a meta não pôde ser ampliada. Para os próximos exercícios, esta SEEDF está trabalhando juntamente com os órgãos responsáveis para sanar os problemas encontrados e voltar a aumentar o atendimento da presente meta.

2018

Em 2018, não houve ampliação da oferta de vagas para a escolarização formal na modalidade da EJA às pessoas em cumprimento de medida judicial de restrição de liberdade no sistema prisional do Distrito Federal, apesar das tratativas Inter setoriais com a SSPDF por meio da Subsecretaria do Sistema Penitenciário, já que não disponibilizam de espaços físicos e recursos humanos para atuação nos Núcleos de Ensino das unidades prisionais.

No entanto, o atendimento educacional no Sistema Prisional do DF foi ampliado com a execução do Projeto de Remição da Pena pela Leitura - Ler Liberta: uma perspectiva de ressocialização nos estabelecimentos penais do DF, a partir da publicação da Portaria Conjunta nº 01, de 11 de abril de 2018, da SEEDF e da SSPDF. Essa ação representou um marco para a efetivação das atividades de fomento à leitura, com vistas à remição da pena e à ressocialização, e a garantia dos direitos dos custodiados no âmbito do Distrito Federal. A participação no projeto é voluntária. Os participantes contam com o prazo máximo de 30 dias para efetuar a leitura. As obras foram classificadas por diferentes níveis de escolaridade: 1º nível - alfabetizados com Ensino Fundamental incompleto; 2º nível - Ensino Fundamental completo e 3º nível - Ensino Médio completo ou incompleto e 4º nível - Ensino Superior (completo ou incompleto) e pós-graduados. Além disso, após tratativas da SSPDF com a PMDF, houve a revogação da Portaria Conjunta nº 01/2018, SEEDF/SSPDF e a publicação da Portaria Conjunta nº 6, de 24 de agosto de 2018, a qual amplia o atendimento do Projeto

de Remição da pena pela leitura para os custodiados do Núcleo de Custódia da Polícia Militar (NCPM), do 19º Batalhão. Os documentos normativos que regem a execução do projeto preveem que o projeto atenda até 10% da população carcerária do sistema penitenciário do DF, que é de aproximadamente 15.000 pessoas. Contudo, para o início das atividades, as diretorias dos estabelecimentos penais disponibilizaram um número de vagas inferior ao previsto, a fim de permitir a adaptação da unidade à dinâmica do projeto.

Outra ação visando a ampliação da oferta educacional foi a execução do programa Pronatec Prisional, em duas etapas de 2018, por meio da oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). Foram realizadas 539 matrículas em diferentes cursos do catálogo do Pronatec para as pessoas em situação de privação de liberdade.

6. Ampliar, até 2018, em 30% a oferta da Educação Profissional na Rede Pública de Ensino. (SEDF)

2016

Em 2015 a Educação Profissional atendeu a 11.670 estudantes. Em 2016, houve a diminuição do atendimento para 11.590 estudantes. Estava prevista a entrega da Unidade Escolar do Guará com pretensão de atendimento a 2.000 estudantes em cursos técnicos de nível médio, no entanto até o momento (abril/2017) a obra não foi concluída. O Ministério da Educação (MEC) não pactuou as turmas de cursos técnicos de nível médio na modalidade à distância (Redee-Tec), deixando de ofertar, aproximadamente, 490 vagas.

A fim de ampliar a oferta de Educação Profissional, serão realizadas as seguintes ações: abertura de novas turmas de Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). Articulado com a Educação Profissional na modalidade EJA - 2º e 3º Segmentos e a oferta de cursos FIC nas demais formas, de Curso Técnico Articulado na modalidade a distância e presencial, a oferta de cursos em Unidades Remotas (PRONATEC) bem como a construção de novas unidades escolares.

2017

Em 2017, a Educação Profissional atendeu a 18.070 (dezoito mil e setenta) estudantes. Houve a ampliação de oferta de 28,60% em relação aos anos anteriores. Os cursos ofertados em 2017 estão disponíveis no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – SISTEC-MEC, composto de mais de 100 cursos, selecionados de acordo com as demandas da comunidade, capacidade e estrutura para oferta pelas Unidades Escolares. Neste sentido, seu detalhamento não seria de fácil descrição. O maior desafio diz respeito à ampliação da oferta em unidades próprias, tendo em vista o atraso no processo de construção e implementação das novas Unidades Escolares previstas, o que levou a SEEDF a ampliar a oferta de cursos por meio do PRONATEC através das Unidades Remotas.

2018

Com a redução do repasse de recurso financeiro do Pronatec por parte do Ministério da Educação, houve uma diminuição acentuada da oferta de cursos de 2017 para 2018, fazendo com que a oferta de educação profissional retornasse para o quantitativo próximo ao ofertado em 2016. O número de vagas ofertadas no ano de 2018 foi de 12.353 o que representa a porcentagem de 6.58% em relação à oferta de 2016. Cabe salientar que o impacto na redução do número de vagas para 2019 pode ser ainda maior, considerando que não há previsão de novos repasses financeiros para o Pronatec.

Foram ofertadas 1.752 vagas por meio do Pronatec Mediotec na forma concomitante para atender aos estudantes matriculados na rede pública de ensino do DF. Outra ação visando a ampliação da oferta educacional foi a execução do programa Pronatec Prisional, em duas etapas de 2018, por meio da oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). Foram realizadas 539 matrículas em diferentes cursos do catálogo do Pronatec para as pessoas em situação de privação de liberdade.

7. Garantir para 100% dos estudantes com deficiência ou com transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação identificados na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, independentemente da idade, o acesso à Educação Básica e ao Atendimento Educacional Especializado, preferencialmente, na rede regular e, quando necessário, em unidades de ensino especializado.

2016

Em relação ao acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado, verificou-se um aumento no número de estudantes beneficiados, não havendo hoje, demanda reprimida na área. Atualmente a Secretaria de Educação conta com salas de recursos em quase todas as escolas da rede, visando garantir o apoio especializado necessário aos processos de inclusão.

Garantiu-se também a ampliação do atendimento para 19 escolas a partir de demanda reprimida nas unidades escolares onde já existia o Programa de Educação Precoce, que atende crianças prematuras, de 0 a 3 anos e 11 meses, tendo atendido em 2016, 2.465 crianças nesta faixa etária, com deficiência e consideradas de risco, por serem vulneráveis e apresentarem atraso no seu desenvolvimento global. O Programa objetiva promover o desenvolvimento das potencialidades da criança no que se refere aos aspectos físicos, cognitivos, psicoafetivos, sociais e culturais, priorizando o processo de interação e comunicação, mediante atividades significativas e lúdicas, assim como a orientação, o apoio e o suporte à família e ao estudante no seu processo de desenvolvimento e aprendizagem. Hoje, o Programa de Educação Precoce está presente em todas as Regionais de Ensino do Distrito Federal

Além disso, a SEEDF em sua Escola Bilíngue – Libras e Português Escrito, garante uma educação específica, para estudantes surdos que têm a língua de sinais como sua primeira língua e o português escrito como segunda língua, sendo estas, as línguas de comunicação e de instrução das atividades escolares para o ensino de todas as disciplinas curriculares, em todos os níveis da educação básica (Lei 5.016/2013). Por fim e visando atender a todos os públicos inseridos nesta meta, a SEEDF atende aos estudantes impossibilitados de frequentar as aulas na unidade escolar em razão de tratamentos de saúde que impliquem em internação hospitalar ou atendimento ambulatorial por meio do Programa Classe Hospitalar e atendimento domiciliar.

2017

Os estudantes com Deficiência e Transtorno do Espectro Autista têm o acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado. Em decorrência disso, há um contínuo aumento no número de estudantes beneficiados. Não há demanda reprimida. Atualmente, a Secretaria de Educação conta com salas de recursos em quase todas as escolas da rede, visando garantir o apoio especializado necessário ao processo de inclusão dos estudantes com deficiência.

O Programa de Educação Precoce atende crianças de 0 a 3 anos e 11 meses, com Deficiência e Transtorno do Espectro Autista e consideradas em risco de atraso no seu desenvolvimento global. O Programa objetiva promover o desenvolvimento das potencialidades da criança no que se refere aos aspectos físicos, cognitivos, psicoafetivos, sociais e culturais, priorizando o processo de interação e comunicação, mediante atividades significativas e lúdicas, assim como a orientação, o apoio e o suporte à família e ao estudante no seu processo de desenvolvimento e aprendizagem. Hoje, o Programa de Educação Precoce está presente em todas as Regionais de Ensino do Distrito Federal. O Programa de Atendimento Precoce no ano de 2017 atendeu a 2.678 (duas mil, seiscentas e setenta e oito) crianças e ampliou a sua implementação para 19 Unidades Escolares. Por fim, visando atender a todos os públicos inseridos nesta meta, a SEEDF oferece aos estudantes impossibilitados de frequentar as aulas na unidade escolar em razão de tratamentos de saúde que impliquem em internação hospitalar ou atendimento ambulatorial por meio do Programa Classe Hospitalar e atendimento domiciliar.

2018

A Educação Especial atende aos estudantes com deficiências, Transtorno Global do Desenvolvimento/Transtorno do Espectro Autista e Altas Habilidades considerando que todas as Unidades Escolares são inclusivas. Dessa forma, não há demanda reprimida na área de Educação Especial. Ressalta-se ainda que a Rede Pública de Ensino do DF conta com atendimentos complementares, suplementares e substitutivos, conforme especificidade dos estudantes atendidos.

8. Fomentar a adesão das unidades escolares aos ciclos no Ensino Fundamental e à semestralidade no Ensino Médio para o alcance de 50% das unidades escolares da Rede Pública de Ensino. (SEDF) (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)

2016

A SEDF possui 521 Unidades Escolares na rede pública de ensino ofertando o Ensino Fundamental, sendo divididas em anos iniciais e final. Em 2016, 262 UE aderiram à Organização Escolar para o 2º Ciclo e 15 UE aderiram ao 3º Ciclo. A dificuldade de adesão ao 3º Ciclo se deu em virtude da incompreensão da política pública, resistência apresentada pelos professores, além falta de infraestrutura das escolas. Mesmo diante desse cenário, a Diretoria de Ensino Fundamental realizou inúmeras formações/seminários para os professores e gestores da rede, seja por iniciativa própria, seja por parcerias com o Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação (EAPE) e outras instituições públicas ou privadas. Das 90 Unidades Escolares que ofereceram o Ensino Médio em 2016, 33 já se encontravam na organização semestral, o que representa 37% da meta alcançada.

Em 2016, apenas uma escola aderiu à organização semestral, o que representa 1,1% das 90 escolas de Ensino Médio, perfazendo um total de 33 escolas na Semestralidade. A Diretoria de Ensino Médio realizou o primeiro Seminário da Semestralidade: avanços e desafios no Ensino Médio do Distrito Federal, na Universidade Paulista - UNIP, dia 07/04/2016. O evento contou com a colaboração da Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação (EAPE); Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação Educacional - SUPLAV; Subsecretaria de

Modernização e Tecnologia -SUMTEC. Durante o seminário foram debatidas as Diretrizes do Trabalho Pedagógico na Semestralidade e foram realizadas oficinas para fomentar a adesão a esta organização pedagógica.

O seminário resultou na produção de um relatório com todas as dificuldades para adesão a Semestralidade, tais como: a impossibilidade de distribuição de carga horária do professor em blocos quando a escola também oferece o Ensino Fundamental no mesmo turno; o desconhecimento acerca da política pública e as necessidades de adequação tecnológica para atender as UEs na Semestralidade.

Também foram realizadas visitas técnicas às Coordenações Regionais de Ensino para formação pedagógica das equipes gestoras e dos coordenadores pedagógicos das escolas que ainda não aderiram à Semestralidade. Nesses encontros, foram disponibilizados todos os materiais produzidos ao longo de 2016 sobre a Semestralidade: Mídia pedagógica com o material de formação completo a ser utilizado nas coordenações pedagógicas coletivas para formação do corpo docente, folders para os estudantes e pais com a finalidade de informar a comunidade escolar acerca da organização pedagógica na Semestralidade e boletins informativos.

Tanto o seminário quanto as visitas as CREs proporcionaram ampla divulgação dessa política pública, bem como a capacitação dos profissionais envolvidos para que as UEs implementem a Semestralidade.

2017

O ano de 2017 foi o último ano em que as Unidades Escolares que ofertam Ensino Fundamental - anos finais ainda podiam optar pela adesão à Política de Ciclos para as Aprendizagens. Assim, a taxa de adesão de 2016 para 2017 aumentou em 13,7%, o que representou 21% do total das escolas de anos finais. Em relação às escolas de Ensino Fundamental – anos iniciais, em 2017, chegamos a 66% de adesão aos ciclos. Foi encaminhada a Circular nº35/2017-GAB/SEE, em 27 de junho de 2017, que estabelece que, em 2018, em cumprimento também à meta 2, estratégia 2.3, do PDE 2015-2024, todas as escolas de ensino fundamental devem organizar o seu trabalho pedagógico em ciclos. Neste sentido, foram realizadas reuniões técnicas com todos os gestores das Unidades Escolares de Ensino Fundamental das Coordenações Regionais de Ensino sobre a obrigatoriedade da universalização da organização escolar em ciclos para o ano de 2018 com o objetivo de esclarecer dúvidas e orientá-los pedagogicamente para essa organização. As secretarias das Unidades escolares também foram orientadas a organizar as turmas para 2018 em blocos para favorecer a utilização das estratégias de intervenção pedagógica e reagrupamentos.

A SEEDF, por meio da SUBEB/COEIF/DIEF, em parceria com as CRE/UNIEB, tem fomentado junto às Unidades Escolares de Ensino Fundamental o uso/construção de práticas pedagógicas inovadoras, unidade do trabalho pedagógico e o fortalecimento das práticas avaliativas na concepção formativa, que formam as bases da Organização Escolar em Ciclos. Nesse sentido, foram realizadas formações, fóruns, seminários, elaborados materiais de apoio (impressão e distribuição de cadernos das diretrizes, mídia pedagógica, caderno tira-dúvidas), bem como feitas articulações com outras instâncias da SEEDF.

Em 2017, houve adesão de cinco unidades escolares à Semestralidade, o que representa 5,43% das 92 unidades escolares de Ensino Médio, perfazendo um total de 38 escolas na Semestralidade (41,3%).

A SEEDF, por meio do Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação (EAPE), propôs o curso de formação continuada sobre “Concepções e práticas na Semestralidade” para todos os professores de Ensino Médio da Rede, com intuito de formá-los para as práticas pedagógicas condizentes com as diretrizes educacionais da SEEDF. Essa ação faz parte das estratégias para implementação da Semestralidade, que, em 2018, abrangerá todas as escolas que ofertam Ensino Médio, conforme preconiza o Plano Distrital de Educação (PDE 2015-2024). Aspectos como planejamento, execução, acompanhamento e avaliação foram abordados durante o curso, habilitando 2.697 profissionais para trabalharem com uma organização pedagógica que tem demonstrado resultados satisfatórios, principalmente no que diz respeito à aprovação, à reprovação e ao abandono escolar.

Outra importante ação realizada foi o monitoramento e acompanhamento pedagógico, por meio de visitas planejadas às Unidades Regionais de Educação Básica (UNIEBs) e às unidades escolares (UEs) de diversas regionais que fizeram adesão à Semestralidade em 2017, a fim de orientar a comunidade escolar sobre a Organização do Trabalho Pedagógico na Semestralidade e propor soluções para os desafios.

Com o intuito de orientar as Coordenações Regionais de Ensino (CREs) e unidades escolares (UEs) de Ensino Médio sobre o cumprimento da Meta 3, Estratégia 3.3 do Plano Distrital de Educação, foi remetida a Circular nº 35/2017 – GAB/SEE do Gabinete do Secretário, informando que todas as unidades escolares de Ensino Médio devem estar organizadas na Semestralidade em 2018.

Para tanto, houve o encaminhamento do Memorando nº 95 (SUBEB) para SUPLAV/COSIE/DIOFE, solicitando a análise sobre a estratégia de matrícula para todas as unidades escolares de Ensino Médio, a fim de identificar os principais desafios para implementação da Semestralidade no ano de 2018 e traçar estratégias para superá-los.

Em algumas CREs, houve unidades escolares que aderiram à Semestralidade durante o período por adesão, porém retornaram à organização tradicional seriada, relatando dificuldades. A DIEM se colocou à disposição dos gestores e das UNIEBs com o objetivo de esclarecer as eventuais dúvidas sobre a Semestralidade, promovendo visitas técnicas e encontros pedagógicos de compartilhamento de experiências nas CREs que solicitaram apoio.

Encerrando as atividades de formação do ano de 2017, ocorreu a Rede Colaborativa na EAPE no dia 20/12/2017. Essa atividade teve como objetivo informar os coordenadores pedagógicos e os chefes de UNIEBs sobre os materiais produzidos pela DIEM em relação à Semestralidade, objetivando facilitar o trabalho de implementação em 2018. Desse modo, os participantes se apropriaram dos materiais sobre a Semestralidade e conheceram o conteúdo do drive compartilhado, criado com a finalidade de subsidiar o trabalho pedagógico das unidades escolares para o ano de 2018.

Com o foco ainda na Semestralidade, foi elaborado o Guia Prático da Semestralidade, documento de fácil linguagem, cujo objetivo é esclarecer os principais questionamentos sobre a Semestralidade, facilitando a manutenção dessa organização pedagógica nas unidades escolares que já se encontram assim organizadas e apoiando o trabalho de implementação daquelas que ainda não estão em organização semestral.

Os estudos e as análises dos dados e informações sobre a Semestralidade realizados por esta SEEDF foram publicados em um artigo para a revista Com Censo, resgatando as mudanças ocorridas no Ensino Médio desde a sua concepção até os dias atuais. O estudo demonstra como a última etapa da Educação Básica foi sendo reformulada ao longo dos tempos, enfatizando a reforma curricular; o panorama do Ensino Médio do Brasil; o Ensino Médio por Blocos de Disciplinas Semestrais no Paraná; o Ensino Semestral na escola Liceu Maracanaú do Ceará; e a Organização do Trabalho Pedagógico na Semestralidade Distrito Federal. Houve uma importante análise da Organização do Trabalho Pedagógico na Semestralidade para o Ensino Médio, adotada desde 2013 pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, objetivando diminuir os índices de reprovação e evasão no Ensino Médio, a fim de subsidiar tomadas de decisões para as políticas públicas na área educacional.

A adesão das unidades escolares na Semestralidade desde 2013 até 2017 está expressa no gráfico seguinte:



Observa-se um decréscimo na adesão à Semestralidade de 2013 a 2016. Essa diminuição, segundo os gestores das unidades escolares, está relacionada a dificuldades para modulação de professores, resistência à adesão por falta de incentivos financeiros e inadequação da estrutura física das unidades escolares. Entretanto, a partir dos trabalhos de formação de professores, visitas técnicas e produção de material pedagógico realizados pela SEEDF, mais cinco unidades escolares aderiram em 2017. A partir de 2018, consoante a Meta 3.3 do PDE, todas as unidades escolares que ofertam Ensino Médio devem estar funcionando nessa forma de organização.

9. Ampliar em 50% o atendimento da Educação do Campo (escolas rurais). (SEDF)

2016

A ampliação do atendimento da Educação do Campo faz-se, por um lado, pela ampliação da oferta de matrículas e, neste sentido, a partir de dados comparativos, estabelecidos entre os anos 2015 e 2016, tendo como referência os dados do Censo Escolar, realizado pela Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação - SUPLAV houve um aumento percentual, em termos absolutos, de 3,83% no total de matrículas em unidades escolares do campo, sendo importante observar que, no mesmo período, o atendimento à creche, que era inexistente, em 2015, passou a 30 (nº total); na Educação Infantil, o aumento foi de 29,96%; no Ensino Fundamental, de 1,02%; no Ensino Médio, de 2,09%; a Educação Profissional ainda não é atendida no meio rural; na Educação de Jovens e Adultos, o número de matrículas aumentou em 7,83%, e na Educação Especial, em 16%.

Quanto à transição entre as etapas da Educação Básica, observamos que dos Anos Iniciais para os Anos Finais, 38,75%, dos estudantes ficaram sem atendimento em escolas do campo e, dos anos Finais para o Ensino Médio, 69,62% dos estudantes não tiveram atendimento em unidades escolares do campo.

Por outro lado, a Gerência de Educação do Campo / Diretoria de Educação do Campo e Eixos Transversais, visando à garantia de direitos dos povos do campo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as unidades escolares do campo, conforme os marcos legais nacionais e Distritais para a Educação do Campo, considerando, ainda, o PDE, em sua Meta 8, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho, elaborou a proposta didático-metodológica para a construção do Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental das Unidades Escolares do Campo da SEEDF, cujo processo de implementação é acompanhado em 100% das unidades escolares do campo. Realizou 11 Dias do Campo com palestras, oficinas e debates em 100% das Regionais de Ensino que contam com essa modalidade de unidades escolares, iniciou o processo de articulação, debate e reflexão para a elaboração das Orientações Pedagógicas para a Educação Básica do Campo - SEEDF. Orientou a elaboração e execução dos Projetos Político-Pedagógicos das unidades escolares do campo, conforme os princípios e matrizes da modalidade de ensino. Coordenou e acompanhou a execução do Programa Nacional de Inclusão de Jovens, Projovem Campo – Saberes da Terra, formação integral na modalidade de Educação de Jovens e Adultos - EJA, associada à qualificação social e formação profissional em Agroecologia, destinada a jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos, que não tenham concluído o Ensino Fundamental. Deste modo, o processo de ampliação do atendimento à Educação do Campo implica: mapear as Regiões Administrativas do DF cuja oferta da Educação do Campo não atenda à demanda existente; realizar a abertura de turmas, observando todos os aspectos legais para tal fim; garantir a formação inicial e continuada dos profissionais que atuam na Educação do Campo, conforme previsto nos marcos regulatórios da Educação do Campo e no PDE, Meta 8; e na articulação intersetorial, entre as coordenações e diretorias da Subsecretaria de Educação Básica, assim como por intermédio de parcerias com o Governo Federal, Distrital e outros órgãos e instituições, visando à sustentabilidade no uso da terra e outras demandas locais.

2017

Como explicitado em 2016, a ampliação do atendimento da Educação do Campo faz-se, por um lado, pela ampliação da oferta de matrículas e, neste sentido, a partir de dados comparativos, estabelecidos entre os anos 2016 e 2017, tendo como referência os dados do Censo Escolar, realizado pela Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação - SUPLAV houve um aumento percentual, em termos absolutos, de 10,17% no total de matrículas em unidades escolares do campo. Sendo importante observar que, no ano de 2016 foram matriculados na Educação Infantil 2099 estudantes, em 2017, este número aumenta para 2310 matrículas, somando 211 a mais de atendimento nas escolas do Campo de Educação Infantil. Em 2016 houve a matrícula de 15983 estudantes no Ensino Fundamental, dado que melhorou para uma ampliação do atendimento que somou 16155 matriculados no ano de 2017, totalizando 172 a mais que o ano anterior. Já no Ensino Médio, das 1852 matrículas de 2016, foi confirmada a oferta de 1961 vagas de Ensino Médio nas Escolas do Campo, melhorando no ano seguinte o número de 109 ofertas. Houve uma melhora significativa na oferta de Educação de jovens e adultos entre os anos de 2016 e 2017. Das 1389 matrículas de 2016, foram realizadas em 2017 1936 matrículas nessa modalidade, um incremento de 546 matrículas. É importante pontuar a novidade da oferta na Educação Profissional: em 2017 houve 68 estudantes matriculados nesta modalidade, sendo que ano passado não houve oferta.

A GCAM coordenou e acompanhou a conclusão da execução do Programa Nacional de Inclusão de Jovens, Projovem Campo – Saberes da Terra, que consiste em formação integral na modalidade de Educação de Jovens e Adultos - EJA, associada à qualificação social e formação profissional em Agroecologia, destinada a jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos, que não tenham concluído o Ensino Fundamental. Ressalta-se que 67 (sessenta e sete) estudantes concluíram o referido curso, recebendo a certificação correspondente ao Ensino Fundamental.

Tendo em vista a institucionalização adequada da política e o melhoramento da qualidade do atendimento pedagógico, esta SEEDF está em fase final de elaboração das Orientações Pedagógicas para as Escolas do Campo no DF e tem articulado a construção de uma Portaria Conjunta (SUPLAV/SUGEP/SUBEB) no sentido fundamentar o trabalho das escolas e instituir normativas

de classificação e funcionamento das Escolas do Campo em alinhamento com as normativas nacionais. Neste sentido, acreditamos que ao longo dos anos de 2018 e 2019 haverá, a partir da publicação desses dois documentos, um melhoramento significativo da forma de atendimento das Unidades Escolares do Campo no DF.

As Orientações Pedagógicas para a Educação Básica do Campo do DF têm como objetivo a gestão e as práticas pedagógicas nas escolas do campo. Destinam-se a orientar a rede pública de ensino a reorganizar a sua prática educativa, tornando-a cada vez mais próxima da realidade dos sujeitos do campo, criando assim um sentimento de pertencimento dos estudantes e comunidade escolar cujo processo de ensino-aprendizagem faça sentido em suas vidas. A proposta é que a Portaria Conjunta da Política de Educação do Campo no DF possa nortear a comunidade escolar na oferta desta modalidade de ensino, conforme os princípios e matrizes da Educação do Campo, considerando que os sujeitos do campo têm direito à educação de qualidade pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais, tendo em vista o desenvolvimento sustentável do território em que a escola/comunidade está inserida. E, ainda, consiga resolver entraves relacionados à identificação, classificação e funcionamento das Escolas do Campo.

2018

Sobre o desafio de aumentar o atendimento na Educação do Campo, os dados do Censo demonstram melhora de 14% na creche e de quase 1% de crescimento na pré-escola (em comparação com 2017). Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o crescimento foi menor que 1% em 2018, e nos Anos Finais em torno de 1%. Esses números demonstram que a estratégia de matrícula precisa levar em conta as especificidades demográficas das regiões camponesas do DF, onde a densidade populacional é muito menor. Interessante apontar que, para a Política Pública de Educação Básica do Campo, a nucleação deve ser feita prioritariamente entre escolas do campo, a fim de evitar o encaminhamento de estudantes do campo para escolas urbanas. Essa priorização é necessária para garantir o atendimento educacional contextualizado para os sujeitos do campo.

Um dado grave no comparativo plurianual foi o recuo de oferta para o Ensino Médio no Campo (- 1,47%). Como esta etapa possui um número mínimo de estudantes para abertura de turmas maior, percebemos a dificuldade de garantir o atendimento nas regiões camponesas. Aliado a isso, a evasão se apresenta no Campo devido às dificuldades impostas pelas distâncias, pela insuficiência ou inadequação de transporte escolar e pela impossibilidade de adequação do Calendário Escolar às características de sazonalidade do trabalho, desfavorecendo, ou mesmo inviabilizando a continuidade dos estudos. Os números apontam, ainda, um alarmante recuo da oferta de EJA, em todos os segmentos nas regiões camponesas (-17,20% Ensino Fundamental e -13,98% Ensino Médio). Para jovens e adultos, ressaltamos que a não existência de salas de acolhimento para os filhos (de 0 há 8 anos de idade), em horário concomitante às aulas, aliado a pouca disponibilidade de transporte noturno para estudantes e seus filhos, é fator preponderante de evasão escolar nos territórios rurais do DF. Outro dado alarmante está concentrado na Educação Especial e Educação Profissional, apontando para a não oferta quase generalizada. É importante pontuar que a oferta de Educação Profissional no Centro Educacional Irmã Maria Regina Velanes Regis, da CRE de Brazlândia, no ano de 2018, foi de 76 vagas.

Esse quadro demonstra uma negação de direitos aos povos do campo, sujeitos dessa política pública. Segue tabela com o quantitativo em tela:

Dados Censo Escolar 2017/2018 - CRESCIMENTO 2017/2018

ETAPAS/MODALIDADES	TURMAS	MATRÍCULAS
Educação Infantil		
Creche	0,00%	16,66%
Pré-escola	5,30%	6,46%
Ensino Fundamental		
Anos Iniciais	1,15%	0,74%
Anos Finais	6,32%	5,33%
Ensino Médio	4,10%	-1,47%
Educação de Jovens e Adultos		
PRESENCIAL – Ens. Fund	14,68%	-17,20%
PRESENCIAL – Ens. Médio	-5,26%	-13,98%
EJA Combinada – Ens. Fundamental	47,73%	-15,02%
EJA Combinada – Ensino Médio	12,50%	-15,90%
Educação Especial		

CE/Atendimento exclusivo	15,38%	3,57%
Educação Precoce	NÃO TEM OFERTA	NÃO TEM OFERTA
Educação Profissional		
Educação Profissional Técnica	NÃO TEM OFERTA	NÃO TEM OFERTA
Educação Profissional integrada ao Ensino Médio	NÃO TEM OFERTA	NÃO TEM OFERTA
Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos	-36,7	0,00%
EAD	NÃO TEM OFERTA	NÃO TEM OFERTA
Total Geral	5,82%	0,15%

10. Ampliar em 50%, o atendimento à Educação de Jovens e Adultos, a fim de viabilizar o acesso do jovens trabalhador à educação formal. (SEDF)

2016

O atendimento à Educação de Jovens e Adultos - EJA na Rede Pública de Educação Básica do DF apresentou um aumento percentual de 9,2% no ano de 2016. Essa avaliação observa, comparativamente, a quantidade de matrículas na EJA entre os anos 2015 e 2016 tomando como referência os dados do 1º semestre do Censo Escolar nos anos mencionados, realizado pela Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação - SUPLAV. De forma complementar, é possível apontar que o processo de ampliação do atendimento à EJA tem implicado, também, em mapear as Regiões Administrativas do DF que possuem demanda pela EJA, mas carecem de sua oferta; realizar a abertura de turmas na EJA observando a possibilidade de oferta da modalidade prevista nas Diretrizes Operacionais da EJA, os princípios da Lei de Gestão Democrática, os deveres e as funções do gestor público; promover a formação inicial e continuada do profissional responsável por atuar na EJA; evitar o fechamento da modalidade EJA nas unidades escolares, salvo quando for comprovado que os alunos não serão prejudicados quanto ao direito de escolarização, acesso e permanência no ensino formal; ações de integração entre a EJA e a Educação Profissional.

2017

Utilizou-se os resultados do Censo Escolar, como parâmetro para a análise das informações. Destaca-se que, enquanto a oferta da modalidade da Educação de Jovens e Adultos – EJA é semestral, as informações do Censo Escolar são anuais e referem-se ao primeiro semestre de 2017. A análise comparativa da quantidade de matrículas na EJA entre os anos de 2016 e 2017 indicam que o quantitativo de estudantes atendidos pela EJA não foi ampliado neste período.

Apesar de a meta não ter avançado neste período, mantendo-se o percentual de aumento de 9,2% desde o início da vigência, vale ressaltar que 100% da procura por vagas na EJA são contempladas com este atendimento.

Como iniciativa para avançarmos à meta, foi realizado pela SEEDF, por meio da Gerência de Acompanhamento da EJA (GEJA) um levantamento estatístico da demanda social, por regional, utilizando as informações da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio (PDAD/2015) e do Censo Escolar. Com este estudo, foi realizado o mapeamento das Regiões Administrativas do DF que possuem demanda potencial, considerando o quantitativo da população não alfabetizada e o crescimento populacional.

O estudo possibilita, também, fomentar as ações para chamadas públicas contínuas, visando à matrícula a qualquer tempo na EJA nessas Regionais, nos próximos semestres. Como estratégia, considera-se promover a busca ativa com agentes colaboradores nas unidades escolares, coordenações regionais de ensino e em parceria com organizações da sociedade civil como preconizado na Estratégia 9.20 do Plano Distrital de Educação (PDE).

São realizados esforços para atendimento às unidades escolares que solicitam abertura ou ampliação de turmas da EJA. As solicitações de autorização encaminhadas são analisadas e, sendo pertinentes, realizam-se orientações e encaminhamentos para garantir este atendimento. Da mesma forma, evita-se o fechamento de turmas da EJA, salvo quando for comprovado que os alunos não serão prejudicados quanto ao direito de escolarização, acesso e permanência no ensino formal. Além do exposto, a SEEDF, também, propõe ações de integração entre a EJA e a Educação Profissional, visando a manutenção e adesão das unidades escolares a essa modalidade.

Por meio da formação inicial e continuada para os alfabetizadores e coordenadores voluntários do Programa DF Alfabetizado, houve o incentivo para que os alfabetizandos matriculados no Programa continuassem seus estudos no 1º Segmento da EJA. O Programa DF Alfabetizado está na sua 5ª edição, que contou com cerca de 836 vagas para alfabetizandos e se encontra em fase de finalização.

2018

Em 2018, não houve ampliação do atendimento à Educação de Jovens e Adultos presencial. No entanto, vale ressaltar que não houve redução na oferta de vagas. Com o objetivo de ampliação do atendimento à EJA e de acordo com as possibilidades de oferta da modalidade previstas nas Diretrizes Operacionais da EJA, foi iniciada em 2018 a oferta de EJA em EAD por meio da criação e credenciamento da nova unidade escolar para a EJA, o Centro de Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional a Distância (CEJAEP/EAD), conforme Parecer nº 119/2018-CEDF de 31 de Agosto de 2018. Apenas neste ano, foram atendidos cerca de 2000 estudantes, 844 no 2º Segmento e 1237 no 3º Segmento. Os professores da unidade escolar são responsáveis pela elaboração de material didático e AVAs apropriados para os diversos públicos da EJA/EAD.

Também, ampliou-se o atendimento por meio de parcerias com instituições para atendimento de seus servidores terceirizados, tais como: “Projeto Crescer” do Senado Federal, que atende servidores terceirizados para conclusão da educação básica, Projeto Cristolândia é um projeto vinculado à Igreja Batista, porém, não religioso, apenas educacional, em que resgata pessoas em situações de rua e viciadas em drogas e ofertam a escolarização, além de termos de cooperação como com o Serviço Social da Indústria da Construção Civil - SECONCI/DF, que objetiva à escolarização dos funcionários desta empresa, que não iniciaram ou concluíram os estudos com a oferta do Ensino Fundamental (Anos Iniciais), equivalente ao 1º Segmento da Educação de Jovens e Adultos nos canteiros de obras e com o Instituto Federal de Brasília e o CED 03 DE Planaltina com a oferta de cursos FIC Integrados à EJA.

11. Ofertar Educação Profissional nas unidades de internação para 50% dos adolescentes e dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. (SEDF)

2016

Em 2016, havia 1.047 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. A SEEDF ofereceu 150 vagas, destas, foram efetivadas 115 matrículas. Ao final do ano, 108 estudantes concluíram a jornada letiva, cumprindo assim, um percentual de 10, 98% de atendimento.

2017

A Secretaria de Educação disponibiliza o catálogo de curso do PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) para escolha e adesão aos cursos pela Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude/SECRIANÇA. A SECRIANÇA é o órgão demandante, pela pactuação e execução do programa dentro das Unidades de Internação Socioeducativas, ou seja, são os responsáveis pela senha de acesso ao SISTEC onde são realizadas as inscrições e confirmações. Nesse sentido, a SEEDF solicitará informações oficiais acerca do não atendimento em 2017 e primeiro semestre de 2018.

2018

A SEEDF disponibilizou o catálogo de curso do PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) para escolha e adesão aos cursos pela Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude/SECRIANÇA. A SECRIANÇA é o órgão responsável pela adesão e execução do programa dentro das Unidades de Internação Socioeducativas.

No ano de 2018, foram ofertadas, aproximadamente, 80 vagas para cursos nas Unidades de Internação Socioeducativas, o que corresponde a 8,88% do total de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Entretanto, não houve nenhuma adesão ao PRONATEC por parte da SECRIANÇA. Vale ressaltar que a oferta de cursos depende da disponibilidade de espaço físico dentro de cada Unidade de Internação Socioeducativa, além de quantitativo disponível de Agentes de Reintegração Social/ATRS, cuja função é garantir a movimentação dos estudantes e a segurança dos professores dentro das Unidades.

12. Implantar projeto-piloto Escola Compartilhada em todas as unidades escolares da região administrativa da Estrutural (RA XXV-SCIA) e estender anualmente sua implantação para mais 01 Região Administrativa. (SEDF)

2016

O projeto “Escola Compartilhada: espaço de encontro comunitário”, objetiva propiciar a abertura das Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, inclusive aos finais de semana, para o desenvolvimento de atividades culturais, esportivas, ambientais, de turismo, de ciência e tecnologia, de saúde, de agricultura, de direitos humanos e cidadania, entre outras, desenvolvidas por meio de ações intersetoriais. Essas atividades foram desenvolvidas em parceria com diversos órgãos, entre eles a Secretaria de Segurança Pública (CBMDF, PMDF, PCDF, DETRAN),

o Departamento de Estradas e Rodagem - DER, Secretaria de Saúde, Secretaria do Meio Ambiente, CAESB, Defensoria Pública do DF, Vigilância Ambiental, Secretaria de Esporte e as Administrações Regionais das regiões envolvidas.

Destaca-se que o Projeto foi realizado para toda a comunidade das Regiões Administrativas, com público estimado de 2 mil pessoas em cada encontro.

Cronograma referente ao ano de 2016:

- ✓ 1º semestre: RA Estrutural.
- ✓ 2º semestre: RA Ceilândia, RA Planaltina, RA Varjão e RA Samambaia.

2017

O projeto Escola Compartilhada: espaço de encontro comunitário foi realizado nas seguintes Regiões Administrativas:

CRE Guará – CEF 02da Estrutural – 30/04 e 25/06/2016

CRE Guará – CED 01 da Estrutural - 14/05, 11/06, 09/07/2016

CRE Ceilândia – CEF 18 – 17/09/2016

CRE Plano Piloto/Cruzeiro – EC Varjão – 01/10/2016

CRE Samambaia - CEF 411 – 22/10/2016

CRE Planaltina CEM 02 – 19/11/2016

CRE Santa Maria – Escola Classe 01 do Porto Rico – 10/06/2017

CRE Brazlândia – CED Irmã Regina - 12/08/2017

CRE Gama – CEF 10 Gama – 13/11/2017

2018

Em 2018, as ações previstas para a execução do projeto “Escola Compartilhada: espaço de encontro comunitário”, que objetiva propiciar a abertura das Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, inclusive aos finais de semana, para o desenvolvimento de atividades culturais, esportivas, ambientais, de turismo, de ciência e tecnologia, de saúde, de agricultura, de direitos humanos e cidadania foram realizadas apenas no 1º semestre. Não houve continuidade das ações no 2º semestre de 2018.

Dentre as ações destaca-se a ampliação do atendimento para a Região Administrativa de Sobradinho:

- CEF Queima Lençol - Fercal: Cerca de 800 pessoas, entre estudantes, pais e população em geral foram assistidas com serviços de saúde, educação, lazer, além de receber orientações de segurança e de trânsito.

13. Implantar o Museu da Educação, cujo objetivo é a preservação do acervo histórico da Educação no Distrito Federal, em prédio reconstruído conforme projeto original do arquiteto Oscar Niemeyer para a Escola Classe Sarah Kubistchek. (SEDF)

2016

O GDF assumiu a responsabilidade de construir o Museu da Educação do Distrito Federal (MUDE), na Candangolândia, por meio do Termo de Cooperação nº 01/2013, celebrado entre UnB e GDF (SEEDF, SECULT, IBRAM/DF, ArPDF e Administração Regional da Candangolândia). Em 2016 foi assinado o Termo de Cooperação Técnica Nº 05/2016, com a Fundação Darcy Ribeiro - FUNDAR, cujo objeto é a implantação do Projeto Museográfico do Museu da Educação do Distrito Federal, com captação de recursos por meio da Lei Rouanet.

2017

Foi solicitada pela Secretaria de Estado de Educação do DF a inclusão da Construção do Museu da Educação na Lei Orçamentária Anual, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). No primeiro semestre de 2017 foram realizadas pelo menos 5 (cinco) reuniões para acordos e tratativas com a presença da SEEDF, sobre a construção do Museu da Educação. Em maio/2017 realizou-se a Audiência Pública em prol do Museu da Educação onde contou com a presença de vários deputados, 2 (dois) Subsecretários da Educação, representantes da NOVACAP, IBRAM,

Administração da Candangolândia, entre outros. A NOVACAP ficou a cargo dos procedimentos licitatórios e execução de projetos. Ao longo de todo o ano de 2017 a coordenação do Museu da Educação empenhou-se no sentido de obter financiamento para construção do referido Museu, onde resultou em um montante de R\$ 2.050.000,00 (dois milhões e cinquenta mil reais) advindas de emendas parlamentares da CLDF. Parte das emendas não foram desbloqueadas, por não ter havido deflagração do processo licitatório pela NOVACAP. Atualmente os projetos complementares e arquitetônicos encontram-se prontos e as planilhas orçamentárias em execução pela NOVACAP. Processo 112.004215/2013.

2018

Dando continuidade às ações para a implantação do Museu da Educação, no ano de 2018, o processo 112.004215/2013, que trata da execução de serviços de edificações e os processos apensos com projetos complementares e arquitetônicos, tramitaram nas áreas técnicas de arquitetura e financeira da NOVACAP. Processos relacionados 112001443/15(O5VLS),(112000002/15(O5VLS), (112004215/13(O2VLS), (112001345/17. Atualmente o processo encontra-se no setor de arquitetura.

14. Aumentar para 4.200 o número de matrículas para estudantes do Sistema Prisional do Distrito Federal. (SEDF) *(Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)*

2016

O Atendimento aos estudantes pertencentes ao sistema prisional efetuado no Centro Educacional 01 de Brasília no ano de 2016 foi de aproximadamente 1.650 alunos. Este número costuma ser bastante volátil, pois, ao progredir de regime, o aluno tende a abandonar os estudos. Para atender a meta de 4.200 nos próximos anos, a SEDF vem articulando ações com a Secretaria de Segurança e a Subsecretaria do Sistema Penitenciário do Distrito Federal buscando a ampliação dos espaços reservados para a educação dentro das Unidades Prisionais. A SEEDF necessita, ainda, ampliar o quadro de servidores que atuam dentro nesta área.

2017

O atendimento aos estudantes privados de liberdade no Sistema Prisional depende de iniciativas e políticas intersetoriais, envolvendo a Secretaria de Educação e a Secretaria de Segurança Pública e da Paz Social.

A análise comparativa dos dados de oferta e matrículas de estudantes na Educação de Jovens e Adultos (EJA), entre 2016 e 2017, no âmbito do Sistema Penitenciário do DF, indica que o alcance da meta permaneceu inalterado neste período.

Em 2017, foram matriculados 1630 estudantes, no 1º, 2º e 3º segmentos da EJA, nos 6 estabelecimentos penais do DF. Esse quantitativo representa aproximadamente 10% da população de custodiados, que, de acordo com informações cedidas pela Subsecretaria do Sistema Penitenciário (SESIPE), alcançou um total de 15.800.

Os desafios para ampliação deste atendimento e alcance da meta são diversos e estão relacionados às especificidades do contexto do Sistema Penitenciário, como a falta de espaço físico, precárias condições estruturais, limitação do tempo disponível para permanência em sala de aula e o reduzido quantitativo de servidores da segurança, entre outros.

No entanto, apesar dos desafios, estão sendo realizados esforços para fomentar a melhoria na qualidade e ampliação da oferta da educação prisional. A criação de uma unidade escolar especializada para essa oferta, o Centro Educacional 01 de Brasília, representou um avanço significativo na coordenação das atividades pedagógicas, na formação continuada dos professores e gestores, permitindo o levantamento das dificuldades e potencialidades encontrados.

15. Aumentar a oferta de cursos técnicos de nível médio, presencial e a distância, na forma Integrada com a modalidade regular do Ensino Médio (CEMI/EPT) ou com a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA/EPT e PROEJA); cursos de formação inicial e continuada (FICs); e cursos na modalidade ofertante do PRONATEC, em aproximadamente 400%. (SEDF)

2016

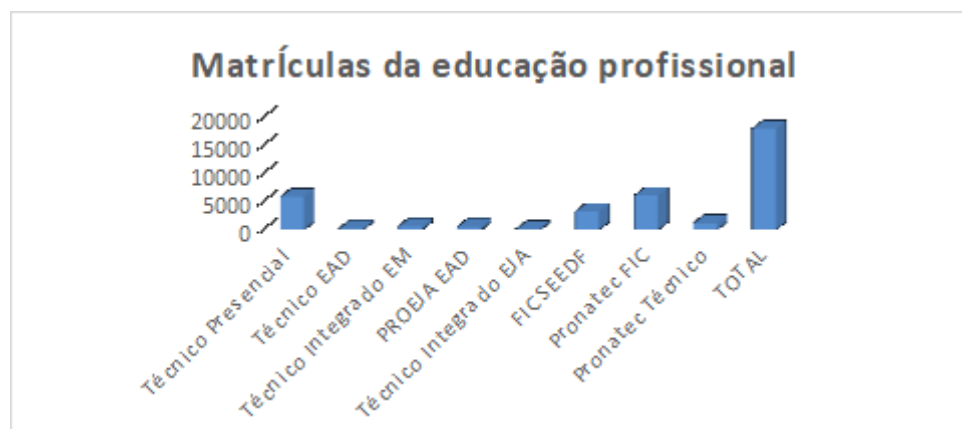
Até o ano de 2015, uma das políticas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF era a ampliação da oferta de Educação Profissional (EP) integrada, tanto com o Ensino Médio como com a Educação de Jovens e Adultos (EJA), cuja meta para 2016/17 era a implantação de 04 (quatro) Unidades Escolares com Educação Profissional (EP) integrada ao Ensino

Médio (EM) e mais 04 (quatro) com a oferta de EP com a EJA. Para o alcance desta meta foram construídos 03 (três) Planos de Cursos Integrados ao EM e 01 (um) Plano de Curso Integrado à EJA, todos aguardando a aprovação das instâncias competentes.

Em virtude da parceria com repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, foi possível ampliar a oferta em 300%, nos Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). Articulado com a EJA - 2º e 3º segmentos na modalidade presencial, cursos FIC nas demais formas de oferta. Além disso, houve parcerias e ofertas pela Rede Pública de Ensino com o objetivo de ampliar o quantitativo de oferta. Considera-se que o percentual de repasse de recursos para os programas depende de apontamento das ações orçamentárias do Governo Federal, influenciando o aumento do quantitativo da oferta e de estudantes atendidos. A abertura de novas turmas depende de espaço físico, o que poderia ter sido ajustado pela adesão à Educação Profissional por mais Unidades Escolares. Com efeito, tem-se que não houve aumento quantitativo de oferta/matricula no ano de 2016 em relação ao ano de 2015. Para 2017, espera-se que a oferta do Ensino Médio Técnico presencial e a distância, cursos em Unidades Remotas (PRONATEC) e criação de novas Unidades Escolares poderão aumentar o percentual para atendimento do PPA.

2017

A Educação Profissional desta SEEDF atendeu a 18.070 estudantes em 2017, com a ampliação do número de matrículas em 28,60% comparado aos anos anteriores. Os cursos ofertados em 2017 estão disponíveis no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – SISTEC-MEC, composto por mais de 100 cursos, selecionados de acordo com as demandas da comunidade, capacidade e estrutura para oferta pelas unidades escolares. Uma das políticas para ampliação da oferta foi a adesão ao Programa Brasil Profissionalizado, do Ministério da Educação, pela SEEDF por meio do Convênio nº 701593/2011, firmado com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, que possibilitou a construção do CEPAG, a primeira obra será entregue à população em maio de 2018. Há, ainda, mais três processos de construção e implementação das novas unidades escolares previstas no Paranoá, Santa Maria e Brazlândia. Outra forma de ampliação da oferta se deu, por meio do PRONATEC, através das 62 Unidades Remotas. Conforme descrito no gráfico a seguir.



Ainda na forma Integrada, há previsão de ampliação da oferta para 2019 com a adesão de mais 5 escolas (CED 07 de Taguatinga, CEM 03 de Taguatinga, CED LAN, CED JK do Núcleo Bandeirante e CED Myriam Ervilha do Recanto da Emas).

2018

A Educação Profissional Técnica de Nível Médio é desenvolvida nas formas articulada e subsequente ao Ensino Médio. A forma articulada, por sua vez, é desenvolvida nas seguintes formas: a) integrada, ofertada somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, com matrícula única na mesma instituição, de modo a conduzir o estudante à habilitação profissional técnica de nível médio ao mesmo tempo em que conclui a última etapa da Educação Básica; b) concomitante, ofertada a quem ingressa no Ensino Médio ou já o estejam cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, aproveitando oportunidades educacionais disponíveis, seja em unidades de ensino da mesma instituição ou em distintas instituições de ensino; e c) concomitante na forma, uma vez que é desenvolvida simultaneamente em distintas instituições educacionais, mas integrada no conteúdo, mediante a ação de convênio ou acordo de Inter complementaridade, para a execução de projeto pedagógico unificado. Já a forma subsequente é desenvolvida em cursos destinados exclusivamente a quem já tenha concluído o Ensino Médio.

Destaca-se que os dados informados na planilha do PPA relativos ao ano de 2017 são referentes à oferta geral da Educação Profissional, que compreende todas as unidades da rede pública do DF que ofertam cursos técnicos e cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) integrados ou não ao Ensino Médio e EJA, bem como cursos técnicos e FIC do Pronatec. Em 2017, a oferta de vagas nas unidades integradas foi de 838 vagas em cursos técnicos nas seguintes unidades escolares: CED 02 do Cruzeiro, CED Irmã Maria Regina Valenes Régis, CEMI Gama e CEMI Cruzeiro, CEP ETC. O Pronatec ofertou, ainda, 2.140 vagas de Curso FIC integrados à EJA.

A previsão de ampliação da oferta da Educação Profissional integrada ao Ensino Médio e a EJA não ocorreu conforme o esperado mesmo com a aprovação de um Plano de Curso para o Centro Educacional 07 de Taguatinga. Não houve a oferta do curso devido à necessidade de reparos na instalação elétrica da Unidade Escolar. As demais Unidades Escolares que foram previstas a ampliação, sendo elas: CEM 03 de Taguatinga, CEDLAN, CED JK do Núcleo Bandeirante e CED Myriam Ervilha do Recanto da Emas estão com suas propostas adiadas para 2020.

A oferta da Educação Profissional integrada em 2018, teve o acréscimo de 140 vagas com um curso no CED Stella dos Cherubins de Planaltina, o que possibilitou a elevação da oferta de 838 para 978 vagas. Soma-se a essa quantidade a oferta de 640 vagas ofertadas no CEPAG na forma concomitante e integrada no conteúdo. O Pronatec ofertou, também, 167 vagas de Curso FIC integrados à EJA.

Ressalta-se, ainda, que com a redução do repasse de recurso financeiro por parte do Ministério da Educação, houve uma diminuição acentuada da oferta de cursos de 2017 para 2018 por meio do Pronatec, fazendo com que a oferta de educação profissional retornasse para o quantitativo próximo ao ofertado em 2016. O número de vagas ofertadas no ano de 2018 foi de 12.353.

16. Ampliar em 15% o número de estudantes da Rede Pública de Ensino participantes dos Jogos Escolares do Distrito Federal (SEEDF) (Item incluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)

2018

Frisa-se que, no exercício de 2018, nos Jogos Escolares do Distrito Federal, na sua 58ª edição, houve participação significativa dos estudantes - atletas no evento, perfazendo um total de 9.324 (nove mil trezentos e vinte e quatro) estudantes de escolas públicas, ultrapassando novamente a meta estabelecida para o PPA 2016/2019. Essa participação ocorreu, especialmente, em virtude da manutenção da mudança do Regulamento Geral dos Jogos (realizada em 2017), que passou a ser dividido em Etapa Regional e Distrital, sendo as etapas regionais realizadas nas próprias CREs. Nesse formato, inicialmente as escolas da mesma CRE jogam entre si para depois se enfrentarem na Etapa Distrital. Esse novo formato parece ter estimulado uma maior participação das escolas públicas, em especial, de coordenações que tinham pouca participação no formato antigo.

Outros fatores relevantes para o sucesso na participação dos estudantes foram as estratégias de divulgação dos jogos. Destaca-se também a intervenção da Assessoria de Comunicação desta Pasta que proporcionou, por meio das redes sociais, do site desta Secretaria, dos meios de comunicação de massa como televisão e rádio, a publicidade dos respectivos Jogos, de forma a contribuir para os números alcançados, além dos esforços empenhados desta Gerência na distribuição de cartazes em todas as CREs.

Por fim, menciona-se a continuidade da manutenção dos serviços de transporte gratuito que foi fator fundamental para o aumento do índice de estudantes vinculados as escolas públicas, de forma a democratizar tal participação.

Participaram dos jogos Escolares do Distrito Federal de 2018, 13.335 (treze mil trezentos e trinta e cinco), considerando os estudantes de escolas públicas e particulares.

17. Ampliar em 30% o atendimento em educação física nos Centros de Educação Infantil e nos Jardins de Infância (SEEDF) (Item incluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)

2018

No ano de 2018, o Projeto Educação com Movimento (PECM) contemplou 10 Centros de Educação Infantil - CEI e Jardins de Infância. Esse quantitativo corresponde a um atendimento de 16,13% em relação ao total de 62 unidades escolares destas tipologias apuradas em 2018. Em que pese os esforços desta área técnica no sentido do incremento da abertura de carências em outras unidades escolares e alterações nos procedimentos para inclusão de professores de educação física no PECM (ausência de aptidão), anterior ao concurso de remanejamento 2017-2018, não foi possível o bloqueio da totalidade dessas vagas por professores de educação física, ocasionando um déficit no cumprimento da meta estabelecida para 2018. Ressalta-se que estudantes de educação infantil também estão sendo atendidos com aulas de educação pelo PECM em algumas escolas classe e em CAIC que oferecem esta etapa de ensino.

Por oportuno, informam-se as ações desenvolvidas no ano de 2018 em relação ao Projeto: aprovação do Projeto junto ao Conselho de Educação do Distrito Federal, conforme Portaria nº 270 de 13/09/2018; lançamento oficial do Caderno do Projeto no dia 12/12/2018, que será impresso e distribuído nas escolas da rede; planejamento conjunto com a SUGEP e definição das carências visando a ampliação para 2019, conforme meta estabelecida no PPA 2016/2019.

18. Ampliar em 40% o atendimento da educação física nos anos iniciais do Ensino Fundamental (SEEDF) (Item incluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)

2018

No ano de 2018, o Projeto Educação com Movimento (PECM) contemplou 74 unidades escolares de Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Esse quantitativo de unidades escolares de Anos Iniciais do Ensino Fundamental corresponde a um atendimento de 19,63% em relação ao total de 377 unidades escolares apuradas em 2018, ressalta-se que em 2014 foram atendidas 39 unidades escolares e em 2015, 68 unidades, o que descreve uma ampliação de 9% no atendimento da educação física nos anos iniciais do ensino fundamental.

Em que pese os esforços desta área técnica e desta Secretaria, no sentido de priorizar o atendimento nesses anos, com abertura de carências em outras unidades escolares e alterações nos procedimentos para inclusão de professores de educação física no Projeto (ausência de aptidão), anterior ao concurso de remanejamento 2017-2018, não foi possível o bloqueio da totalidade dessas vagas por profissionais de educação física. Dessa forma, apesar da ampliação, de 2017 para 2018, das escolas atendidas em educação física nos anos iniciais do ensino fundamental, o percentual de atendimento ficou abaixo da expectativa.

Por oportuno, informam-se as ações desenvolvidas no ano de 2018 em relação ao Projeto: aprovação do Projeto junto ao Conselho de Educação do Distrito Federal, conforme Portaria nº 270 de 13/09/2018; lançamento oficial do Caderno do Projeto no dia 12/12/2018, que será impresso e distribuído nas escolas da rede; planejamento conjunto com a SUGEP e definição das carências visando a ampliação para 2019, conforme meta estabelecida no PPA 2016/2019.

19. Fomentar a adesão aos ciclos para o alcance de 50% das unidades escolares da Rede Pública de Ensino que ofertam Ensino Fundamental (SEEDF) (Item incluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)

2018

A adesão à política de Ciclos para as Aprendizagens aconteceu de forma efetiva totalizando 100% das UE's em 2018. A partir desta política, cada Unidade Escolar em sua singularidade, teve autonomia para elaborar o Projeto Político Pedagógico e executá-lo conforme suas necessidades. Para a efetividade da implementação dos Ciclos para as Aprendizagens são necessários: monitoramento, acompanhamento, avaliação e política de formação dos profissionais e dos colegiados das instituições educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

Na perspectiva da formação docente, realizou-se um encontro com os profissionais da educação: gestores, equipe de apoio à aprendizagem, professores itinerantes, orientadores educacionais e professores da sala de recurso, sob o tema "A organização do trabalho pedagógico na escola em Ciclos e o papel de cada um", em que foram atendidos 450 profissionais da educação para a implantação do sistema. Ainda nesta perspectiva e com o objetivo de socializar experiências e fortalecer a Organização Escolar dos Ciclos para as Aprendizagens, foi elaborado o curso "Estratégias Didáticas para a Universalização dos Ciclos". Essa ação contou com a participação de 139 coordenadores intermediários de apoio - CIA's e coordenadores intermediários - CI's que acompanham escolas de Ensino Fundamental das 14 CRE's.

Progressão da Adesão da Política de Ciclos para o Ensino Fundamental				
Unidades Escolares	2015	2016	2017	2018
Anos Iniciais	208	254	241	379
Anos Finais	5	15	43	208

20. Fomentar a adesão à semestralidade para o alcance de 100% das unidades escolares da Rede Pública de Ensino que ofertam Ensino Médio (SEEDF) (Item incluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)

2018

A Organização do Trabalho Pedagógico na Semestralidade foi proposta para o Ensino Médio em 2013, por meio de Atas de Adesão, como estratégia de reorganização dos tempos e dos espaços escolares tradicionalmente estabelecidos em séries anuais, com vistas à melhoria dos índices de aprovação, redução das taxas de reprovação e evasão escolar, aumento da atratividade, diminuição da taxa de defasagem idade-série e a promoção de aprendizagens significativas para os estudantes. Tem como pressupostos pedagógicos a formação integral dos estudantes, o respeito à sua condição subjetiva, às suas experiências e aos seus saberes. Nessa forma de reorganização, o trabalho pedagógico anual está dividido em dois semestres, com os componentes curriculares distribuídos em dois blocos, à exceção de Língua Portuguesa, Matemática e Educação Física que perpassam o ano letivo inteiro.

A partir de 2018, de acordo com o Plano Distrital de Educação (PDE 2015-2024), a maioria das unidades escolares que ofertam Ensino Médio aderiram a Semestralidade, com exceção do CEMI do Gama e CED Taquara, devido à necessidade de aprovação da matriz curricular pelo CEDF. Dessa forma, esta Secretaria tem prestado apoio necessário para que essas unidades possam, o mais breve possível, se adequar. Para orientar as unidades escolares, principalmente aquelas que estavam aderindo pela primeira vez a semestralidade em 2018, foi produzido um vídeo institucional em formato de animação, voltado para estudantes e professores, a fim elucidar as principais mudanças trazidas pela nova organização do trabalho pedagógico.

Visando a consolidação da Semestralidade em todas as unidades escolares de Ensino Médio e objetivando propor soluções para os novos desafios que o Ensino Médio do DF vem enfrentando nos últimos anos, a SEEDF realizou o monitoramento e acompanhamento pedagógico através de reuniões e de visitas técnicas planejadas às UNIEBs. Ainda, com o objetivo de identificar os desafios enfrentados pelas escolas que fizeram a adesão pela primeira vez, a organização do trabalho pedagógico na semestralidade foi realizado ao longo do primeiro semestre de 2018, o levantamento das necessidades de formação continuada em todas as Unidades Escolares de Ensino Médio. O diagnóstico apontou os seguintes desafios relacionados à Semestralidade, a saber: a) Avaliação Formativa: avaliação diagnóstica, recuperação contínua, reagrupamentos, conselho de classe participativo e dependência; b) I-Educar e Diário WEB; c) Escritação e Adaptação/Complementação de Estudos.

Com o objetivo de promover a formação continuada sobre os desafios diagnosticados foi realizada a oficina Semestralidade em Ação. Dessa forma, os cursistas esclareceram dúvidas sobre aspectos relacionados ao diagnóstico da Semestralidade, bem como conhecer alternativas para superar eventuais desafios e refletir sobre os documentos orientadores da SEEDF.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1502	UNIDADES ESCOLARES DE EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO COM OFERTA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL	%	46	30/06/2015	47	41,45	48	46,53	49	46,53	50	Censo Escolar / SEDF / UO 18101 / OE 2
1503	ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL, E ENSINO MÉDIO ATENDIDOS EM TEMPO INTEGRAL	%	12	30/06/2015	13,5	8,74	15	13,11	16,5	13,11	18	Censo Escolar / SEDF / UO 18101 / OE 2

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1504	COBERTURA DA POPULAÇÃO POR ETAPA/MODALIDADE DE ENSINO - EDUCAÇÃO INFANTIL	UNIDADE	47072	31/12/2014	51.780	-	54.134	59.820	56.134	63.122	58.842	Censo Escolar / SEDF / UO 18101 / OE 2
1505	ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO PARTICIPANTES DOS JOGOS ESCOLARES DO DISTRITO FEDERAL.	UNIDADE	4005	31/12/2014	4.155	5.224	4.305	10.668	4.455	8.667	4.606	GEFDESC/SEDF / UO 18101 / OE 2
1506	CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E JARDINS DE INFÂNCIA COM ATENDIMENTO EM EDUCAÇÃO FÍSICA	%	17	31/05/2015	19,5	20	23,5	15,7	28,7	16,13	35	Censo Escolar/ SEDF / UO 18101 / OE2

Justificativas 2016

Indicador 1502 - Parte das Unidades Escolares suspenderam a oferta de Educação Integral por falta de repasse de verbas programas federais. Houve também dificuldades com a infraestrutura, recursos humanos, alimentação e transporte.

Indicador 1503 - Houve redução do número de vagas ofertadas em razão de dificuldades com infraestrutura, recursos humanos e alimentação.

Indicador 1504 – Dos responsáveis que entraram em contato com a Central única de Atendimento Telefônico para informar o seu interesse em matricular o (a) filho (a) na Rede Pública de Ensino, com relação ao quantitativo de crianças que solicitaram acesso à Pré-Escola no ano de 2016, 90% conseguiram ser alocada em unidade escolar da SEEDF. Já o quantitativo de estudantes matriculados na Creche passou a ter uma ampliação significativa com a política de conveniamento, instrumento legal do qual o poder público se utiliza para associar-se a outra entidade pública ou privada com o intuito de fomentar políticas públicas.

Indicador 1505 - A meta estabelecida foi superada significativamente. O resultado acima da expectativa pode ser explicado pela maior divulgação do projeto em 2016, especialmente nos meios de comunicação de massa. Outro fator importante para o sucesso da meta foi a manutenção do serviço de transporte gratuito para os estudantes da escola pública pois permitiu democratizar a participação dos alunos da rede pública nos jogos escolares.

Indicador 1506 - Houve uma ampliação em 2016 de 20% de centros de educação infantil e jardins de infância com atendimento em Educação física em relação ao ano anterior. Isso se deu devido o desenvolvimento educação com Movimento que inseriu o professor dessa disciplina na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental.

Justificativas 2017

Indicador 1502 - Foi ofertada a política de Educ. em Tempo Integral com orientações de 8 (oito) e 10 (dez) horas de jornada diária, ofertando educação integral nas 14 CRE. Foi implantado o Projeto de Educação Integral em Tempo Integral - PROEITI e o Projeto Rede Integradora em Educação Integral na Coordenação Regional de Ensino do Plano Piloto, com jornada 10 horas. Disponibilizados coordenadores pedagógicos para acompanhar a oferta de Educação Integral em cada Unidade Escolar e Educadores Sociais Voluntários.

Indicador 1503 - Foi ofertada a política de Educ. em Tempo Integral com orientações de 8 (oito) e 10 (dez) horas de jornada diária, ofertando educação integral nas 14 CRE, atendendo aproximadamente 57.272 estudantes da Educação Infantil ao Ensino Médio. Foi implantado o Projeto de Educação Integral em Tempo Integral - PROEITI e o Projeto Rede Integradora em Educação Integral na Coordenação Regional de Ensino do Plano Piloto, com jornada 10 horas.

Indicador 1504 - Em 2017, a SEEDF aumentou o atendimento de crianças de 0 a 5 anos com a inauguração de novos CEPIS, por meio da ampliação das parcerias com Instituições Educacionais que ofertam Educação Infantil (Chamamento Público nº 2/2017), e a abertura de mais turmas de educação infantil em unidades escolares da rede.

Indicador 1505 - Foram, ao todo, 6.363 estudantes a mais do que a meta projetada. O resultado pode ser explicado pelo aumento da divulgação do projeto, em 2016, especialmente em meios de comunicação como televisão e rádio, cartazes em todas as CREs e também em redes sociais e no site da SEDF. A realização dos torneios em nível regional incrementou sobremaneira a participação dos estudantes da rede pública de ensino. Outro fator foi a manutenção do transporte gratuito para estudantes da escola pública.

Indicador 1506 - O déficit demanda esforços para a abertura do Projeto em outras unidades e inclusão de professores de educação física. Várias ações não foram realizadas em 2017, prejudicando a mobilização e organização didático-pedagógica do Projeto, tais como: as reuniões ordinárias com os professores e a realização do curso de formação continuada. Entendem-se como motivos dessas ações não terem sido realizadas a falta pessoal e o não atendimento das solicitações de formação.

Justificativas 2018

Indicador 1502 - A SEEDF oferta educação em tempo integral nas 14 Coordenações Regionais de Ensino, atendendo estudantes da Educação Infantil ao Ensino Médio. Em 2018, contamos com 327 Unidades Escolares que ofertam Educação em Tempo Integral. A oferta da Educação Integral se dá por meio de projetos e atividades diversificadas desenvolvidas nas Unidades Escolares, em Escolas Parques, em equipamentos públicos, como Centros Olímpicos, Ginásios, Bibliotecas, etc

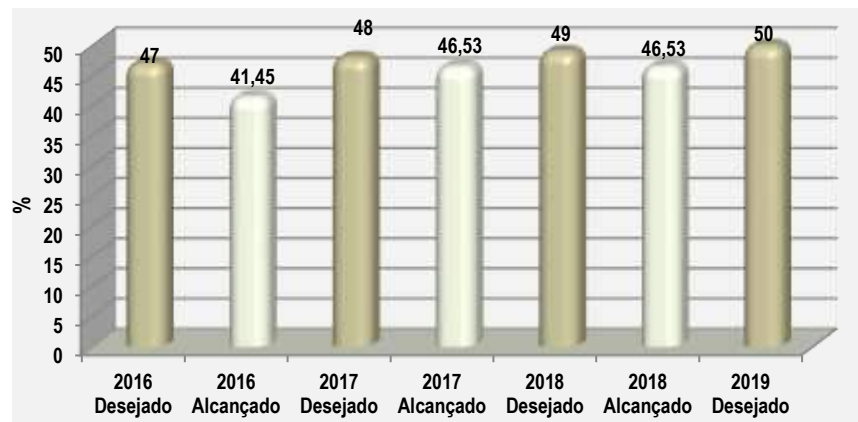
Indicador 1503 - A SEEDF apresenta uma política que subsidia com verba do PDAF, recursos humanos (Educador Social Voluntário e Coordenador Pedagógico Local), merenda e transporte escolar as Unidades Escolares para fomento a educação em tempo integral. Com a implantação do Projeto Rede Educadora, Educação Integral para o Ensino Médio e da construção de CEPI / Unidades Parceiras, em 2018, foram atendidos 57.352 estudantes na educação em tempo integral.

Indicador 1504 - Em 2018 a SEEDF atendeu 15.569 crianças de 0 a 3 anos e 47.553 crianças de 4 e 5 anos de idade, entre as Unidades Escolares Públicas e as Unidades Educacionais Parceiras. Convém destacar que o resultado alcançado atingiu a Meta 1 do PDE, relativa à universalização da Educação Infantil para 4 e 5 anos. Uma das estratégias para a ampliação é o repasse de recursos para o atendimento educacional às crianças às instituições conveniadas que possuem prédio próprio, ou atuem em prédios públicos.

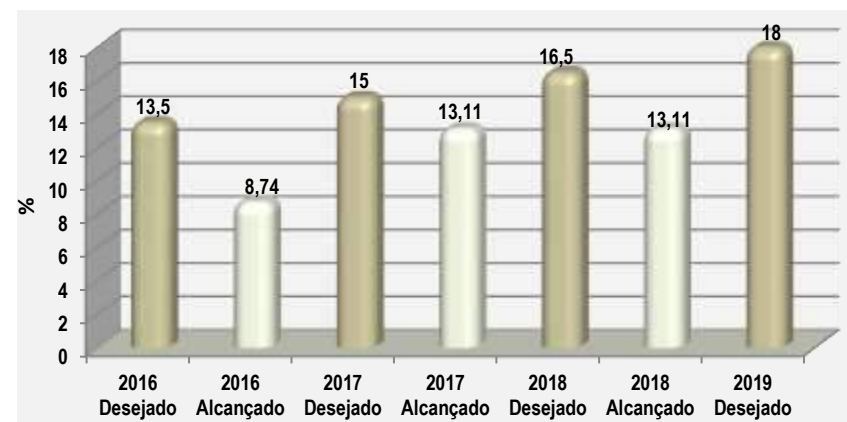
Indicador 1505 - A realização ocorreu em virtude da continuidade dos torneios no nível regional, e na distribuição dos locais das competições nos jogos escolares a nível distrital, além de valorizar a prática da atividade física nas escolas. A divulgação, por meio de cartazes, meios de comunicação de massa e a ininterrupção do serviço de transporte gratuito para os estudantes da escola pública, a fim de democratizar ainda mais sua participação nos jogos escolares contribuiram.

Indicador 1506 - O percentual de atendimento foi inferior ao desejável, pois esta Pasta priorizou o atendimento do Projeto nos anos iniciais. Informa-se além do acompanhamento, aprovação do Projeto junto ao Conselho de Educação do Distrito Federal, conforme Portaria nº 270 de 13/09/2018; lançamento oficial do Caderno do Projeto no dia 12/12/2018, que será impresso e distribuído nas escolas da rede; planejamento e definição das carências visando a ampliação para 2019, conforme meta estabelecida no PPA 2016/2019.

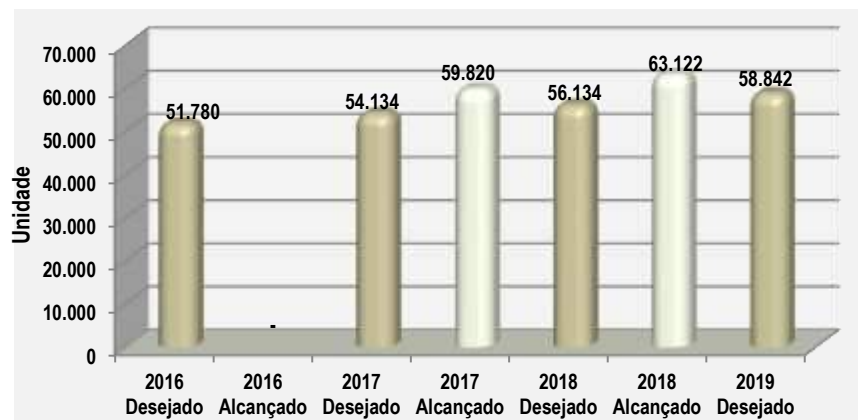
UNIDADES ESCOLARES DE EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO COM OFERTA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL



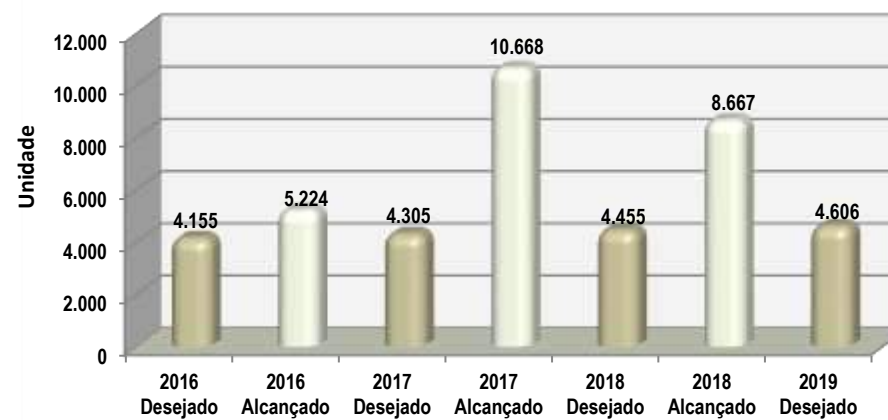
ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL, E ENSINO MÉDIO ATENDIDOS EM TEMPO INTEGRAL



COBERTURA DA POPULAÇÃO POR ETAPA/MODALIDADE DE ENSINO - EDUCAÇÃO INFANTIL



ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO PARTICIPANTES DOS JOGOS ESCOLARES DO DISTRITO FEDERAL



CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E JARDINS DE INFÂNCIA COM ATENDIMENTO EM EDUCAÇÃO FÍSICA



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6221	2	1	Ampliar o acesso aos programas e projetos do livro, da leitura e de eletrônicos/digitais (SEDF)	18101	100	<p>2016 A SEDF participa do Programa Nacional de Bibliotecas Escolares (PNBE), do Programa Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) e do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que atendem, com livros literários, didáticos e técnicos, todas as unidades escolares da Rede Pública de Ensino, tanto professores, quanto alunos. Além disso, a SEDF distribuiu no ano de 2016 1.146 tablets educacionais, adquiridos com recursos advindos do MEC/FNDE, através do Programa PROINFO.</p> <p>2017 A SEDF participa do Programa Nacional de Bibliotecas Escolares (PNBE), do Programa Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) e do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que atendem, com livros literários, didáticos e técnicos, todas as unidades escolares da Rede Pública de Ensino, tanto professores, quanto alunos. Além disso, registramos a publicação da Portaria Nº 364 de 24 de agosto de 2017, que dispõe sobre a organização, funcionamento e caracterização desses espaços na rede. Compra de uma quantidade média de 16 livros por unidade escolar na 33ª Feira do Livro de Brasília. Distribuição de 2.700 tablets educacionais, adquiridos com recursos advindos do MEC/FNDE, por meio do Programa PROINFO.-</p> <p>2018 Em 2018, todas as unidades escolares de Ensino Médio receberam livros didáticos novos (grade cheia) e as outras unidades escolares de EF receberam reposição, por meio da adesão ao Programa Nacional do Livro Didático. Para propiciar a formação de educadores e alunos leitores, em 2018, houve a escolha de livros de literatura, por meio do PDDE, para as unidades escolares de Educação Infantil, EF – anos iniciais e Ensino Médio. E, ademais, para favorecer o desenvolvimento de competências e habilidades de leitura e escrita dos estudantes, a SEEDF participou da 34ª Feira do Livro e da Bienal do Livro, propiciando aos estudantes a visita aos espaços dos eventos e a aquisição qualificada de livros para</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						compor acervo das bibliotecas (Feira – 25.872 livros literários e 851 obras de referência e Bienal – 30.104 livros de literatura e 517 livros de referência; totalizando 57.344 livros). Publicou-se, também, a Portaria nº 380, de novembro de 2018, que dispõe sobre o funcionamento das bibliotecas escolares e escolares comunitárias, assim como sobre a implementação da política de livro e leitura.
6221	2	2	Planejar, implementar, acompanhar e avaliar políticas de acesso, permanência e conclusão, com êxito, em seis núcleos de ensino das unidades de internação; (SEDF)	18101	20	<p>2016 A Institucionalização do Centro Educacional 01 como pólo agregador de todas as ações inerentes ao sistema prisional, facilitou e centralizou o trabalho de acompanhamento e avaliação das políticas de acesso à educação nos núcleos de ensino das unidades prisionais. A metodologia utilizada pelas coordenações pedagógicas propicia as discussões, o acompanhamento e a avaliação do atendimento executado. nos núcleos de ensino das unidades de internação.</p> <p>2017 Esta ação foi planejada para ocorrer anualmente. No ano de 2016 o projeto foi planejado e concluído, porém no ano de 2017 apenas 20% das etapas programadas foram realizadas.</p> <p>2018 Foram elaborados e publicados Plano de Trabalho e Portaria Conjunta nº 10/2018 - SEEDF/SECRIANÇA, que dispõe sobre a cooperação mútua entre as Pastas na oferta, acompanhamento e avaliação da política pública de escolarização de adolescentes em Internação Provisória, em cumprimento de Medidas Socioeducativas de Internação, Semiliberdade e Meio Aberto – Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) – e dos adolescentes atendidos pelo Núcleo de Atendimento Integrado (NAI) /SECRIANÇA.</p>
6221	2	3	Implementar nos Núcleos de Ensino das Unidades de Internação Socioeducativas as Diretrizes Pedagógicas da Escolarização na Socioeducação; (SEDF)	18101	100	<p>2016 A realização de evento de lançamento das Diretrizes, a disponibilização do documento impresso e virtual e a promoção de ações formativas para os profissionais da educação foram ações que contribuíram para sua implementação.</p> <p>2017 Realização de Coordenação Pedagógica Intersetorial e Intrasetorial. Essas Coordenações objetivam a articulação dos profissionais em nível central, intermediário e local, tanto da SECRIANÇA quanto da SEEDF. Ao longo de 2017, foram realizadas 10 (dez) Coordenações Pedagógicas Intrasetoriais e Intersetoriais.</p> <p>2018 Realização de Coordenação Pedagógica Intersetorial e Intrasetorial, em articulação com os níveis Central, Intermediário e Local da SEEDF e da SECRIANÇA</p>
6221	2	4	Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico das Unidades de Internação; (SECRIANÇA/SEDF)	18101/51101	85	<p>2016 SEDF – A SEEDF promove coordenações pedagógicas intersetoriais ordinárias com o objetivo de articular ações visando a elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos - PPPs de cada Unidade de Internação, bem como a realização de projetos e ações em parceria com a SECRIANÇA/Unidades de Internação. Tais atividades contatam com a participação de todas as unidades de internação do DF.</p> <p>SECRIANÇA - No exercício de 2016, não houve ações de desenvolvimento desta ação. Contudo, no 1º semestre de 2017 foram feitas as articulações para definição do formato e cronograma de execução de implementação, ficando estabelecido que no 2º semestre de 2017 a SECRIANÇA e a SEDF iriam realizar oficinas e a construção do texto do Projeto Político Pedagógico.</p> <p>2017 SEDF – Núcleos de Ensino das Unidades de Internação foram orientados, por meio do documento “Orientação Pedagógica – Projeto Político-Pedagógico e Coordenação Pedagógica, a elaborar/atualizar os PPP dos Núcleos.</p> <p>SECRIANÇA - Durante todo o ano de 2017, diversas reuniões foram realizadas em conjunto com a Secretaria de Estrado de Educação – SEEDF, culminando na produção, revisão e aperfeiçoamento de portaria conjunta, a qual estabelecerá procedimentos de atendimento educacional e pedagógico aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Trata-se de grande inovação e avanço no diálogo institucional e da incompletude institucional, dois postulados norteadores do sistema socioeducativo. A expectativa é a de que a portaria seja publicada muito em breve, melhorando o atendimento escolar dos jovens acompanhados.</p> <p>2018 A SEEDF orienta aos Núcleos de Ensino ações visando a elaboração/atualização dos Projetos Políticos Pedagógicos - PPP, bem como a realização de projetos e ações em parceria com a SECRIANÇA/Unidades de Internação.</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						<p>SECR</p> <p>No dia 06 de novembro de 2018, por meio do DODF nº 211, foi publicada a Portaria Conjunta nº 10 que dispõe sobre a cooperação mútua entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e a Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude (SECRIANÇA) para oferta, acompanhamento e avaliação da política pública de escolarização de adolescentes em Internação Provisória, em cumprimento de Medidas Socioeducativas de Internação, Semiliberdade e Meio Aberto - Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) e dos adolescentes atendidos pelo Núcleo de Atendimento Integrado – NAI. A publicação dessa Portaria formaliza as ações conjuntas da SECRIANÇA e SEE, favorecendo o diálogo entre estas pastas. Foram realizadas reuniões com gestores das Unidades para planejamento do processo de construção do Projeto Político Pedagógico das Unidades de Internação para elaboração em 2019.</p>
6221	2	5	Identificar e divulgar 50 experiências exitosas na área de Educação Especial e Inclusiva e 100% das pesquisas realizadas por profissionais egressos do afastamento de estudos da SEDF que desenvolveram seus estudos nessas áreas; (SEDF)	18101	80	<p>2016</p> <p>A divulgação foi feita por meio de Seminário realizado em parceria com o <i>Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES</i>, órgão do Ministério da Educação e centro nacional de referência na área da surdez no Brasil, para cerca de 600 participantes entre docentes, discentes e demais membros da comunidade surda. Foi também implantada na rede de ensino, a Semana Distrital de Conscientização e Promoção da Educação Inclusiva aos alunos com necessidades educacionais especiais em atendimento a Lei Distrital 5714/2016.</p> <p>2017</p> <p>A identificação e divulgação de experiências exitosas foram feitas por meio do II Encontro de Educação Especial do Distrito Federal, DIEE/SUBEB/UCB, e do Seminário de Educação Bilingue Matemática DIEE/SUBEB/CRE GAMA; Seminário de Educação de Surdos DIEE/SUBEB/CAS; Seminário de Educação Bilingue-DIEE/SUBEB/CAS/CLDF; Cerimônia de Comemoração dos 30 anos do Programa de Educação Precoce.</p> <p>2018</p> <p>Foram realizadas várias palestras ao longo do ano direcionadas às áreas específicas de atendimento da educação especial abrangendo docentes, itinerantes, coordenadores e demais profissionais envolvidos no processo de aprendizagem dos estudantes com deficiência, TGD/Tea e altas habilidades.</p>
6221	2	6	Promover ações de fortalecimento dos conselhos Escolares; (SEDF)	18101	0	<p>2016</p> <p>Em 2016, não houve ação visando o fortalecimento dos conselhos Escolares por falta de recursos humanos.</p> <p>2017</p> <p>Em 2017, esta SEEDF também enfrentou dificuldades no atingimento da ação visando o fortalecimento dos conselhos Escolares por falta de recursos humanos</p> <p>2018</p> <p>Em 2018, devido à falta de recursos humanos e a necessidade de atendimento às demandas prioritárias, não foi possível o atingimento da ação visando o fortalecimento dos Conselhos Escolares.</p>
6221	2	7	Desenvolver Programas e projetos em parceria com Órgão do Governo Federal e do Distrito Federal. (SEDF)	18101	100	<p>2016</p> <p>Não foi efetivado nenhum novo Programa de Cooperação com o Governo Federal A SEEDF desenvolve ações em parceria com a Secretaria da Criança com o objetivo de desenvolver atividades pedagógicas com adolescentes que estão em unidades de internação.</p> <p>2017</p> <p>Em 2017 foram concluídas as atividades do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Campo - Saberes da Terra, cujos públicos são jovens da agricultura familiar de 18 a 29 anos que não completaram o Ensino Fundamental, atendidos na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, associada à qualificação social e formação profissional em Agroecologia. O Programa foi implementado na CRE de Planaltina, no CEF Pipiripau II</p> <p>2018</p> <p>A SEEDF desenvolve programas em parceria com o Governo Federal, como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Em 2018, foram mantidos os termos de cooperação com o Instituto Federal de Brasília, com o objetivo de proporcionar formação continuada para docentes da Educação Profissional.</p> <p>A adesão ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC continuou ofertando cursos de formação inicial e continuada e cursos técnicos de nível médio para estudantes da SEEDF.</p>

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

2016/2018

SEDF

O Objetivo específico 002 – do PPA, no programa Temático 6221, Educa Mais Brasília, traz no seu escopo a Qualidade do Ensino. Assim a Secretaria de Educação, ciente de sua responsabilidade quanto a universalização da Educação Infantil, vem priorizando em sua gestão o atendimento à Pré-escola, destacando seus profissionais para participarem de Comissões de Análise dos Planos de Trabalho objetivando a renovação dos Convênios/Termos de Colaboração firmados com instituições educacionais parceiras ampliando significativamente o atendimento a crianças na Pré-escola.

Ainda nesse objetivo, a SEEDF atuou também no Grupo de Trabalho que regulamentou por meio do Decreto 37.630/2016 a aplicação da Lei Distrital 5.672/2016 que instituiu o Programa Bolsa Infantil – Pré-escola, voltado para o atendimento de crianças na faixa etária de 4 e 5 anos. Inaugurou em 2016 três novos Centros de Educação da Primeira Infância – CEPIS.

Houve ampliação da oferta de vagas em creche para atender as crianças de 0 a 3 anos que se deu em razão da atuação da SEEDF na renovação de Convênios/Termos de Colaboração com Instituições Educacionais parceiras, além da construção de novas unidades escolares.

Outro avanço significativo foi o aumento da participação de estudantes da Rede Pública de Ensino nos Jogos Escolares Estudantis que ocorreu em razão da boa divulgação do projeto nos meios de comunicação, agregando a isso, a manutenção do serviço de transporte gratuito para o deslocamento desses estudantes.

Destaca-se também a ampliação na oferta de vagas e matrículas para atendimento a pessoas em cumprimento de medida judicial de restrição de liberdade. Ainda na política de inclusão no acesso a Educação Básica e ao Atendimento Educacional Especializado houve importante aumento no quantitativo de estudantes beneficiados, contando a SEEDF, atualmente, com salas de recursos em praticamente todas as escolas da rede, visando assim, garantir o apoio especializado aos processos de inclusão. Houve um aumento em termos absolutos, no total de matrículas em unidades escolares do campo e também no atendimento à educação de jovens e Adultos e na Educação Profissional.

Após análise, verificou-se o não alcance, em menor percentual, no conjunto das metas estabelecidas para o cumprimento do objetivo específico 002. Tal fato, onde identificado, deu-se fundamentalmente por inexistência de disponibilidade orçamentária e, em menor proporção, por redução do quadro técnico da força de trabalho.

Assim, no Objetivo específico 002, depreende-se que no conjunto de ações vinculadas – orçamentárias e não orçamentárias – atingiu-se a meta em aproximadamente 70%, ou seja, o público alvo foi consideravelmente contemplado.

Em 2017, a Secretaria de Educação aumentou a oferta de educação infantil. No início do período letivo o Telematrículas recebeu 23.501 demandas de inscrição e foram contempladas 20.730 crianças. Destaca-se que em 2017 o número de famílias que buscou uma vaga na Secretaria de Educação, pelo 156, para crianças em turmas de Educação Infantil aumentou, por isso, mesmo com o aumento de oferta de vagas, apenas 88% dos estudantes que demandaram matrícula na rede pública de ensino nos anos em comento foram contemplados com vagas no início do ano letivo, entretanto, ao longo do ano, esta SEEDF emvidou esforços a fim de suprir esta demanda reprimida de 12% e conseguiu terminar o ano de 2017 com a universalização do atendimento, nos termos do previsto na meta. Inaugurou-se nove novas unidades de Centro de Educação da Primeira Infância – CEPI. Também houve o incremento nas parcerias com Organizações Não Governamentais visando o atendimento a crianças na faixa etária de 0 a 3 anos.

Houve também significativo avanço na oferta de educação profissional. Da mesma forma, a demanda para estudantes com Deficiência e Transtorno do Espectro Autista foi amplamente atendida permitindo a esses estudantes acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado. A Secretaria conta hoje com salas de recursos em praticamente toda a rede, assegurando o apoio especializado necessário ao processo de inclusão para estudantes com deficiência.

Outro destaque foi o aumento na adesão pelo Regime de Ciclos nas Unidades Escolares de Anos Finais de 13,7%, o que representou o aumento de 28 Unidades Escolares, totalizando 43 escolas até 31/12/2017. As demais Unidades Escolares, assim como aquelas que já haviam aderido anteriormente, realizaram formação em toda a rede promovida pela SEEDF com vistas à universalização em 2018.

A SEEDF também orientou a elaboração e execução dos Projetos Político-Pedagógicos das unidades escolares do campo, conforme os princípios e matrizes da modalidade de ensino. Coordenou e acompanhou a execução do Programa Nacional de Inclusão de Jovens, Pro-jovem Campo – Saberes da Terra, formação integral na modalidade de Educação de Jovens e Adultos - EJA, associada à qualificação social e formação profissional em Agroecologia, destinada a jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos, que não concluíram o Ensino Fundamental.

Por fim, foi verificado o não alcance no conjunto das metas estabelecidas para o cumprimento do objetivo específico 002. Já no conjunto de ações vinculadas – orçamentárias e não orçamentárias – cumpriu-se satisfatoriamente a meta e o público alvo foi consideravelmente contemplado.

Em 2018, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF formalizou 111 (cento e onze) parcerias com Organizações da Sociedade Civil – OSC para oferta vagas a crianças de 0 a 5 anos. Iniciou a implementação do Decreto Distrital nº 37.843, de 13 de dezembro de 2016 que regulamenta a aplicação da Lei Nacional nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que dispõe sobre o regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública distrital e as organizações da sociedade civil no âmbito do Distrito Federal.

Houve aumento significativo na atuação em espaços culturais e unidades de conservação, tais como, o Projeto Parque Educador (SEEDF/SEMA/IBRAM) e Territórios Culturais (SEEDF/SECULT). No Projeto Parque Educador foram atendidos 710 alunos regularmente, de 13 unidades escolares, além de 130 alunos atendidos de forma esporádica. Ao todo foram realizados 4.553 atendimentos. No segundo semestre de 2018, foram contempladas, aproximadamente 41 escolas e 1.680 alunos, totalizando mais de 13.000 atendimentos nas quatro unidades de conservação. O projeto “Territórios Culturais” oferece uma dimensão pedagógica alternativa que amplia as possibilidades de aprendizagem, promove a convivência dos estudantes com outros sujeitos e formas de educação, bem como amplia os espaços tempos educativos.

No ano de 2018, o Projeto Educação com Movimento (PECM) contemplou 10 Centros de Educação Infantil - CEI e Jardins de Infância, o que corresponde a 16,13% e contemplou 74 unidades escolares de Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o que corresponde a 19,63% em relação ao total de 377 unidades escolares apuradas em 2018.

Houve também significativa participação dos estudantes-atletas nos Jogos Escolares do Distrito Federal, na sua 58ª edição, perfazendo um total de 9.324 (nove mil trezentos e vinte e quatro) estudantes de escolas públicas, o resultado ultrapassou novamente a meta estabelecida para o PPA 2016/2019. Essa participação ocorreu, especialmente, em virtude da manutenção da mudança do Regulamento Geral dos Jogos (realizada em 2017), que passou a ser dividido em Etapa Regional e Distrital, sendo as etapas regionais realizadas nas próprias Coordenações Regionais de Ensino – CRE. Nesse formato, inicialmente as escolas da mesma CRE jogam entre si para depois se enfrentarem na Etapa Distrital. Entre outros fatores, a continuidade da manutenção dos serviços de transporte gratuito que foi fundamental para o aumento do índice de estudantes vinculados as escolas públicas, de forma a democratizar tal participação.

Vale destacar que a adesão à política de Ciclos para as Aprendizagens aconteceu de forma efetiva totalizando 100% das UE's em 2018. A partir desta política, cada Unidade Escolar em sua singularidade, teve autonomia para elaborar o Projeto Político Pedagógico. Na perspectiva da formação docente, foram atendidos 450 profissionais nos cursos “A organização do trabalho pedagógico na escola em Ciclos e o papel de cada um” e “Estratégias Didáticas para a Universalização dos Ciclos”. Essa ação contou com a participação de 139 coordenadores intermediários de apoio - CIA's e coordenadores intermediários - CI's que acompanham escolas de Ensino Fundamental das 14 CRE's.

Por outro lado, houve uma diminuição acentuada da oferta de cursos de 2017 para 2018 por meio do Pronatec, fazendo com que a oferta de educação profissional retornasse para o quantitativo próximo ao ofertado em 2016, com a redução do repasse de recurso financeiro por parte do Ministério da Educação. A oferta da Educação Profissional integrada em 2018, teve o acréscimo de 140 vagas, o que possibilitou a elevação da oferta de 838 para 978 vagas. Soma-se a essa quantidade a oferta de 640 vagas ofertadas no CEPAG na forma concomitante e integrada no conteúdo. O Pronatec ofertou, também, 167 vagas de Curso FIC integrados à EJA.

Em relação às políticas públicas para a educação do campo, houve um pequeno aumento na oferta para algumas etapas, no entanto, os dados analisados apontam para a necessidade de se considerar as especificidades dessas regiões com menor densidade populacional e dificuldade de transporte, assim a nucleação deve ser feita prioritariamente entre escolas do campo, a fim de evitar o encaminhamento de estudantes do campo para escolas urbanas. Essa priorização é necessária para garantir o atendimento educacional contextualizado para os sujeitos do campo.

A SEEDF tem envidado esforços para a superação das dificuldades para a garantia da oferta da EJA, para a manutenção da oferta e redução da evasão, no entanto, não houve ampliação no quantitativo de estudantes matriculados. Ciente deste compromisso e de acordo com as possibilidades de oferta da modalidade, previstas nas Diretrizes Operacionais da EJA, foi iniciada em 2018, a oferta de EJA em EAD por meio da criação e credenciamento da nova unidade escolar para a EJA, o Centro de Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional a Distância (CEJAEP/EAD), conforme Parecer nº 119/2018-CEDF de 31 de Agosto de 2018. Foram também realizadas parcerias com instituições para atendimento de seus servidores terceirizados. O atendimento da oferta de educação para pessoas em medida judicial de restrição de liberdade no Sistema Prisional do Distrito Federal foi ampliado com a execução do Projeto de Remição da Pena pela Leitura - Ler Liberta: uma perspectiva de ressocialização nos estabelecimentos penais do Distrito Federal, a partir da publicação da Portaria Conjunta nº 01, de 11 de abril de 2018, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e da Secretaria de Estado de Segurança Pública e da Paz Social SEEDF/SSPDF. Essa ação representou um marco para a efetivação das atividades de fomento à leitura, com vistas à remição da pena, a ressocialização e a garantia dos direitos dos custodiados no âmbito do Distrito Federal.

Por fim, foi verificado o alcance parcial no conjunto das metas estabelecidas para o cumprimento do objetivo específico 002. Já no conjunto de ações vinculadas – orçamentárias e não orçamentárias – cumpriu-se satisfatoriamente a meta e o público alvo foi consideravelmente contemplado.

SECRIANÇA

2016/ 2018

O Projeto Político Pedagógico das Unidades de Internação tem como missão a promoção da reintegração social do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação ou em internação provisória e a interferência na trajetória do adolescente apreendido em flagrante por prática de ato infracional, preparando-os para o convívio social a partir da reflexão sobre as consequências lesivas do ato infracional praticado, do desenvolvimento da autonomia, do aprendizado da cooperação e da construção de seu projeto de vida.

Para o bom desenvolvimento da medida socioeducativa de internação, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE (2006) apresenta que:

- (i) as Unidades e/ou programas de atendimento socioeducativo deverão construir seu projeto educativo contendo os princípios norteadores de sua proposta, o entendimento do trabalho que se quer, os objetivos e a organização que vai se dar para alcançar estes objetivos (p.42);
- (ii) o projeto pedagógico deve ser o ordenador de ação e gestão do atendimento socioeducativo, devem ter, obrigatoriamente, projeto pedagógico claro e escrito em consonância seus princípios;
- (iii) sua efetiva e conseqüente operacionalização estará condicionada à elaboração do planejamento das ações (mensal, semestral, anual) e conseqüente monitoramento e avaliação (de processo, impacto e resultado), a ser desenvolvido de modo compartilhado (equipe institucional, adolescentes e famílias) (p. 47);
- (iv) o espaço físico e sua organização espacial e funcional, as edificações, os materiais e os equipamentos utilizados nas Unidades de atendimento socioeducativo devem estar subordinados ao projeto pedagógico objetivando humanizar o atendimento e transformar as Unidades em ambientes verdadeiramente socioeducativos (p.48-49).

Para isso, a SECRIANÇA, em parceria com a Secretaria de Educação, participa da elaboração do Projeto Político Pedagógico das Unidades de Internação e disponibiliza seus recursos humanos, espaço físico para realização de reuniões e oficinas, suporte teórico e metodológico.

Em 2018, foi editada portaria conjunta que formaliza as ações conjuntas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e a Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude (SECRIANÇA) em prol da educação e escolarização de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. A portaria publicada atualiza as competências e contribuições de cada pasta, além de instituir um Comitê Gestor, paritário, dessas políticas transversais. Durante o ano de 2018, foram realizadas reuniões conjuntas para elaboração do respectivo Plano de Trabalho tendo em vista a necessidade emergente deste documento para instrução do processo administrativo. Foram, também, realizadas reuniões com gestores das Unidades de Internação para planejamento do processo de construção do Projeto Político Pedagógico.

Em 2018, foi editada portaria conjunta que formaliza as ações conjuntas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e a Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude (SECRIANÇA) em prol da educação e escolarização de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. A portaria publicada atualiza as competências e contribuições de cada pasta, além de instituir um Comitê Gestor, paritário, dessas políticas transversais. Durante o ano de 2018, foram realizadas reuniões conjuntas para elaboração do respectivo Plano de Trabalho tendo em vista a necessidade emergente deste documento para instrução do processo administrativo. Foram, também, realizadas reuniões com gestores das Unidades de Internação para planejamento do processo de construção do Projeto Político Pedagógico.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

003 – GESTÃO NA EDUCAÇÃO: Fortalecer o sistema público de ensino por meio da valorização, da formação continuada e da otimização do quadro de profissionais da educação; e assegurar a gestão participativa e democrática.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

18.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DF – SEDF

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6221	EDUCA MAIS BRASILIA	3	1	Prover recursos tecnológicos destinados a auxiliar o processo de gestão de pessoas, e garantir o acesso às tecnologias e aos conteúdos favorecedores do desenvolvimento do corpo docente e discente. (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	60	80	85		85,0
6221	EDUCA MAIS BRASILIA	3	2	Garantir a formação continuada de 100% dos profissionais da educação que atuam nas unidades de internação. (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	10	10	10		10,0
6221	EDUCA MAIS BRASILIA	3	3	Realizar formação continuada para 6.000 profissionais da educação, na perspectiva da educação inclusiva, para atuar nas unidades escolares, no Atendimento Educacional Especializado, e nos Centros de Ensino Especial. (SEDF)	6.000	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	2.203	4.153	6020		100,3
6221	EDUCA MAIS BRASILIA	3	4	Ofertar cursos, em conformidade com a Lei de Gestão Democrática, a 100% das equipes gestoras que atuam nas unidades escolares da Rede Pública de Ensino e nas instituições conveniadas, conforme preconizado no inciso III do artigo 38 da Lei nº 4.751, de 7 de fevereiro de 2012. (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	50	21		21,0
6221	EDUCA MAIS BRASILIA	3	5	Aperfeiçoar modelo de mediação de conflitos no ambiente de trabalho. (SEDF) (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	20	40	X	X	X
6221	EDUCA MAIS BRASILIA	3	6	Criar manual específico de gestão dos profissionais da educação, com informações relacionadas às normas, aos procedimentos e aos instrumentos aplicáveis à gestão de pessoas no âmbito da SEDF. (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	5	50	100		100,0
6221	EDUCA MAIS BRASILIA	3	7	Promover ações, junto à sociedade, voltadas a evidenciar e propagar a importância social dos professores e dos demais profissionais da educação. (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	5	15	60		60,0
6221	EDUCA MAIS BRASILIA	3	8	Instituir, até 2018, a modulação de profissionais para atuar nos níveis intermediário e central da Secretaria. (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	10	50	50		50,0

Análise Qualitativa

1. Prover recursos tecnológicos destinados a auxiliar o processo de gestão de pessoas, e garantir o acesso às tecnologias e aos conteúdos favorecedores do desenvolvimento do corpo docente e discente. (SEDF)

2016

A execução da meta está focada no desenvolvimento de sistema de gestão que apresente eficiência e eficácia em resposta as necessidades de gestão de pessoas. Tal sistema envolve diversos atores na SEEDF com suas especificidades e peculiaridades. O desafio engloba a maturidade e qualidade da informação para obtenção de êxito na proposta, assim como a capacidade de desenvolvimento de sistemas da área de tecnologia. As funcionalidades atendidas pelo sistema contemplam: modulação de pessoas (carreira magistério), folha de ponto, programa anual de férias – emissão (PAF), ficha cadastral (dados pessoais), concessão de benefícios relacionados a gestão de pessoas.

2017

As funcionalidades atendidas pelo sistema aprimorado contemplam: folha de ponto, ficha cadastral (dados pessoais), concessão de benefícios relacionados a gestão de pessoas, remanejamento (carreira do magistério público), melhorias na modulação de pessoas (carreira magistério público) e melhorias estruturais no sistema. A funcionalidade de programa anual de férias – emissão (PAF) foi retirada do sistema em decorrência da implantação do SEI – Sistema Eletrônico de Informações.

2018

As funcionalidades que contemplam folha de ponto, ficha cadastral (dados pessoais), concessão de benefícios relacionados a gestão de pessoas, remanejamento (carreira do magistério público) foram atendidas no Sistema de Gestão de Pessoas-SIGEP. O sistema teve reestruturada a modulação da carreira magistério público, com o objetivo de absorver as rotinas relacionadas ao contrato temporário de professores. Essa reestruturação também visou o atendimento da modulação das demais áreas de atuação da educação, tais como coordenadores, vigilantes, apoio administrativo, etc.

2. Garantir a formação continuada de 100% dos profissionais da educação que atuam nas unidades de internação. (SEDF)

2016

Vários cursos ofertados em 2016 atenderam aos profissionais da educação que atuam nas unidades de internação. Porém, o curso "Institucionalização da Educação do Sistema Prisional" teve o público-alvo voltado prioritariamente para coordenador intermediário de educação do sistema prisional, equipe gestora, orientador educacional, professores e demais profissionais da educação do Centro Educacional. 01 de Brasília. Nesse curso se inscreveram 15 profissionais e foram certificados 11 deles.

Considera-se esta meta parcialmente atendida em 2016, haja vista que não foram desenvolvidos mais programas de formação específicos para os profissionais do sistema prisional e ainda, que não há profissional especializado para ofertar formação continuada para esse público.

2017

A SEEDF possui a proposta abaixo destinada a profissionais da educação que atuam com estudantes que cumprem medida socioeducativa. Além de propor que os demais cursos ofertados pela EAPE, incluíssem um módulo estruturante com foco nas "adolescências", Diversidades e Garantias de Direitos.

Temáticas	Eixos de Conteúdo	Prováveis Parceria
Escolarização na Socioeducação	O Sistema Socioeducativo no Distrito Federal.	SECRIANÇA/ TJDF
	A escola como instrumento de promoção e garantia de direitos no sistema socioeducativo.	SEEDF e PROEDUC
	O desafio da rede do Distrito Federal e dos seus profissionais diante das medidas socioeducativas	UNB/SECRIANÇA/?SEEDF

Temáticas	Eixos de Conteúdo	Prováveis Parceria
	A organização do trabalho pedagógico na socioeducação: planejamento, ciclos, projetos e avaliação.	UNB e SEEDF
Módulos Estruturantes	Adolescência como fenômeno social	ADOLESCENTRO UNB
	O Sistema de Garantia de Direitos e a Educação	SECRIANÇA
	Educação em Direitos Humanos e a prática pedagógica	
	Diversidade e a prática pedagógica.	
	A escola e o trabalho em Rede	UNB

Apesar da iniciativa não houve oferta de cursos de formação continuada voltados aos profissionais da educação que atuam nas unidades de internação em 2017, uma vez que ainda não havia sido selecionado profissional para atuar na EAPE com formação na área para ministrar esses cursos

2018

Em 2018, foram realizados dois processos seletivos para cadastro reserva de formador, considerando levantamento prévio das necessidades e prioridades de formação continuada da SEEDF (Edital n° 10, de 13/03/18, publicado no DODF n° 50, de 14/03/18, página 42; Edital n° 34, de 27/07/18, publicado no DODF n° 143, de 30/07/18, página 71). Houve dois candidatos inscritos e selecionados para atuar como formador na área de sistema prisional, porém na situação de cadastro reserva, aguardando convocação.

3. Realizar formação continuada para 6.000 profissionais da educação, na perspectiva da educação inclusiva, para atuar nas unidades escolares, no Atendimento Educacional Especializado, e nos Centros de Ensino Especial. (SEDF)

2016

Foram ofertados diversos cursos com o objetivo principal de contribuir com a valorização e formação integral e continuada do profissional da educação, ampliando seus conhecimentos no que se refere às temáticas da educação inclusiva, entre eles: A deficiência intelectual na educação inclusiva: reflexões sobre o fazer pedagógico; A atuação do psicólogo escolar no SEEA; Desenvolvimento, aprendizagens e os transtornos funcionais específicos; Meio ambiente no ensino especial: confecção e manuseio de hortas orgânicas; Pesquisa em práticas pedagógicas na educação inclusiva; Práticas pedagógicas para o AEE; Práticas de letramento em matemática e em língua materna para estudantes com deficiência; Conhecendo o transtorno do espectro autista.

Importante formação de parcerias com o Centro de Capacitação dos Profissionais da Educação e Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS e o Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais – CEEDV: resultou nos cursos: Educação de surdos: práticas e perspectivas; Libras (básico, intermediário, avançado, para intérprete); Ensino de língua portuguesa como segunda língua para estudantes surdos; Sorobã; Vivência e convivência com estudantes com deficiência visual; Avaliação funcional da visão; Orientação e mobilidade.

Também houve parceria com outros setores da SEEDF: SUBEB (Atendimento educacional especializado para alunos com altas habilidades; Formação de professores regentes de classes especiais de TGD e TEA), Oficinas Pedagógicas nas Coordenações Regionais de Ensino - CREs (Método Teacch: tratamento e educação para autistas).

A Secretaria de Estado de Cultura desenvolveu o curso "Prática e vivência dos aspectos relevantes da pintura".

Esta meta foi atingida, pois foram inscritos 2.203 profissionais e certificados 1.557, uma média de 25% se considerado que o objetivo é formar 6.000 profissionais da educação até 2019, na perspectiva da educação inclusiva, para atuar nas unidades escolares, no atendimento educacional especializado e nos centros de ensino especial.

2017

A SEEDF, por meio da EAPE, ofertou 1.100 vagas em oficinas e palestras e 1.950 vagas em cursos voltados aos profissionais da educação que atuam nas unidades escolares, no Atendimento Educacional Especializado e nos Centros de Ensino Especial. Alguns cursos oferecidos foram: "Atendimento Educacional Especializado", "Conhecendo o Transtorno do Espectro Autista",

"A deficiência intelectual na educação inclusiva: reflexões sobre o fazer pedagógico", "Currículo em Movimento: práticas de letramento em língua materna e em matemática para o estudante com deficiência", "Práticas Pedagógicas para o Atendimento Educacional Especializado", "Tecnologia Assistiva com ênfase no Atendimento Educacional Especializado", "Transtorno do Espectro Autista e Educação Infantil".

Também foram ofertados cursos com instituições parceiras, como o Centro de Capacitação dos Profissionais da Educação e Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS e o Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais – CEEDV, tendo em vista contribuir com a valorização e formação continuada do profissional da educação no que se refere às temáticas da educação inclusiva: Atendimento aos alunos surdos nos anos iniciais – AEE, avaliação funcional da visão e psicopedagógica para estudantes com deficiência visual, educação de surdos: práticas e perspectivas, ensino de língua portuguesa como segunda língua para alunos surdos, libras básico, libras intermediário, surdocegueira, entre outros.

Além desses cursos, foram realizadas oficinas e palestras envolvendo a temática da educação inclusiva em eventos como o Seminário Distrital de Educação Matemática Bilingue, em parceria com a Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB) e outras instituições do Distrito Federal, e o Seminário do CAS de Educação de Surdos - desafios no processo educacional dos surdos na educação básica: os aspectos da visualidade na educação matemática de surdos; Uma análise linguística dos enunciados matemáticos; O professor intérprete educacional no contexto da aula de matemática; Sinal-termo, língua de sinais e glossário bilingue; entre outros.

2018

Com o objetivo principal de favorecer a educação inclusiva, foram ofertados cursos e outras ações de formação continuada em diversas temáticas, como deficiência intelectual, visual e auditiva; transtornos gerais do desenvolvimento; transtornos funcionais; tecnologia assistiva; atendimento educacional especializado; altas habilidades; educação precoce; atendimento domiciliar; outros. Ao longo de 2018, foram oferecidas 1.867 vagas em cursos e ações de formação pela SEEDF e em parceria com instituições como o Centro de Capacitação dos Profissionais da Educação e Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS e o Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais – CEED.

4. Ofertar cursos, em conformidade com a Lei de Gestão Democrática, a 100% das equipes gestoras que atuam nas unidades escolares da Rede Pública de Ensino e nas instituições conveniadas, conforme preconizado no inciso III do artigo 38 da Lei nº 4.751, de 7 de fevereiro de 2012. (SEDF)

2016

Em 2015, foi oferecido o curso "Gestão Escolar Democrática: das políticas públicas ao projeto político-pedagógico da escola", que teve duas edições, uma no primeiro semestre e outra no segundo. Esta qualificação dos diretores e dos vice-diretores escolares aconteceu em 6 polos (Plano Piloto, Planaltina, Sobradinho, Samambaia, São Sebastião, Paranoá) totalizando 20 turmas em cada edição. O objetivo do curso, que teve carga horária de 180 horas, foi formar gestores escolares para a compreensão das políticas públicas da gestão democrática e dos fundamentos teórico-metodológicos que embasam a organização do trabalho escolar, com a perspectiva de melhoria da qualidade da educação básica pública do Distrito Federal. A primeira edição, que aconteceu de 7 de abril a 13 de agosto, ofereceu 600 vagas, das quais 463 foram preenchidas por diretores e vice-diretores. Desse universo, houve 302 cursistas habilitados, o que representa 65%. A segunda edição, que aconteceu de 20 de agosto de 2015 a 10 de março de 2016, ofertou 660 vagas, das quais 388 foram preenchidas pelo mesmo tipo de público que se inscreveu na primeira edição, dos quais 246 foram habilitados (63%).

Em 2016, portanto, não foi ofertado este curso, haja vista que a grande maioria do público-alvo participou das edições de 2015 e parte de 2016. Em janeiro deste ano, 2017, tomaram posse os gestores escolares eleitos no processo eleitoral que aconteceu em novembro de 2016. Assim, outro curso está sendo preparado neste primeiro semestre de 2017 para atender aos dirigentes que se elegeram no ano passado.

Dessa forma, consideramos que a meta foi atendida, uma vez que o curso foi ofertado a todos os gestores em 2015 e 2016.

2017

Em 2017, o curso "Gestão Escolar Democrática: garantia do direito às aprendizagens" foi ofertado de junho a dezembro para gestores eleitos e reeleitos dos Centros Educacionais, Centros de Ensino Médio e Escolas Técnicas, totalizando 202 (duzentas e duas) vagas. Em 2018, o mesmo curso será ofertado para gestores eleitos e reeleitos de Centros de Ensino Fundamental e Escolas Classe.

2018

No primeiro semestre de 2018, foram ofertadas 296 vagas para os gestores dos centros de ensino fundamental. As vagas foram ofertadas com base no número de formadores disponíveis na EAPE no início de 2018, no caso três. Título do curso: Gestão Escolar Democrática: garantia das aprendizagens - 2ª edição, com o objetivo de contribuir para o fortalecimento da Gestão Escolar Democrática, com vistas à educação de qualidade social, considerando os aspectos políticos, administrativos, financeiros, pedagógicos, culturais e sociais da educação pública do DF, conforme preconiza o artigo 60 da Lei 4.751/2012 (Lei de Gestão Democrática). O curso foi desenvolvido com base em cinco módulos: I - políticas públicas para a educação básica e gestão democrática; II - dimensão político-pedagógica da gestão democrática: a organização do trabalho escolar e o projeto político-pedagógico; III - planejamento curricular; IV - avaliação educacional; V - a dimensão administrativa, financeira e de pessoas da gestão escolar democrática. Cada módulo coincidiu com o título do texto básico de cada temática, à exceção do último, intitulado “Modelo de Financiamento da Educação Básica Pública do Distrito Federal”.

Ressalta-se que 1.358 (diretores e vice-diretores) foram eleitos, ou seja, as eleições aconteceram em 664 escolas. Em 2017, foram ofertadas 204 vagas (somente para gestores de centros educacionais, centros de ensino médio e centro de educação profissional). Em 2018, conforme já destacado acima, 296 vagas foram ofertadas.

5. Aperfeiçoar modelo de mediação de conflitos no ambiente de trabalho. (SEDF) *(Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)*

2016

Até outubro de 2015, a mediação de conflitos na Secretaria de Educação era realizada sob o olhar da extinta Coordenação de Procedimentos Disciplinares e tinha o foco voltado para as ações de caráter correicionais. A partir da criação da Gerência de Mediação de Conflitos subordinada à Diretoria de Acompanhamento e Apoio ao Servidor a mediação de conflitos foi aprimorada com o objetivo de superação de conflitos antes mesmo da apuração disciplinar.

A GMEC passa a atuar independente da correição, aprimorando seus procedimentos e estabelecendo parcerias com outros órgãos do GDF como a Controladoria Geral do DF, a Defensoria Pública, o MPDFT e a UnB visando à capacitação da equipe por meio da participação nos cursos de “mediação de conflitos nas escolas”, “Mediação Comunitária” e aprofundamento da discussão acerca da mediação. Como procedimento de avaliação foi adotado um modelo de pesquisa de satisfação dos servidores atendidos buscando a melhoria dos serviços oferecidos. Como parte da implementação do modelo de mediação foram realizadas as apresentações dos serviços oferecidos pela GMEC a setores da SUGEP além das CREs de Samambaia, Gama, Plano Piloto, Sobradinho e Recanto das Emas. O trabalho de apresentação da Gerência, bem como de iniciação dos princípios da mediação terão continuidade ao longo do ano de 2017 com o encontro das experiências de mediação da Rede Pública de Ensino previsto para o primeiro semestre.

2017

Quadro demonstrativo dos procedimentos de mediação realizados durante o ano de 2017.

	RESULTADO	TOTAL
Procedimento	Acolhimentos Satisfatórios	31
	Mesa de Mediação Frutífera (consenso/gestão)	66
	Mediação Infrutífera	01
	Mediação Impedida pelo teor do caso	12
	Involuntariedade (Uma ou mais partes, não concordou em participar da Mesa de Mediação)	44
	Casos Finalizados	154

Outras ações desenvolvidas pela Gerência de Mediação, durante o ano:

1º Encontro das Práticas de Mediação no Âmbito da SEEDF: Oficina com a participação de 80 servidores da SEEDF interessados no tema Mediação de Conflitos – 25 mai/2017.

2º Encontro das Práticas de Mediação no Âmbito da SEEDF: Mesa-redonda com cerca de 80 servidores da SEEDF e alguns convidados da SEEDF, SES, SSP e MPDFT, mediadores e interessados no tema – 22 set/2017.

Visitas as 14 CRE para apresentação do trabalho desenvolvido pela GMEC e levantamento das demandas relacionadas a situações mais comuns de conflitos entre servidores e demais agentes públicos – abr/mai/jun/2017.

Reunião com a Corregedoria da Educação para alinhamento de ações – mar/out/2017.

Reunião com a Ouvidoria para apresentação do trabalho da GMEC e alinhamento de ações – abr/2017.

Encontro técnico com Controladoria Geral do DF para ratificação das ações em desenvolvimento na GMEC – mar/2017.

Encontro técnico com Mediador do TJDFT sobre o tema: Mediação Comunitária - abr/2017.

Encontro técnico com Mediadora da Defensoria Pública sobre o tema Comunicação Não Violenta – jul/2017.

Roda de conversa sobre Pedagogia Sistêmica e Constelação Familiar – ago/2017.

Acolhimento de profissionais do SSPDF, PGDF para compartilhamento do trabalho de Mediação de Conflitos da SEEDF – set/2017.

6. Criar manual específico de gestão dos profissionais da educação, com informações relacionadas às normas, aos procedimentos e aos instrumentos aplicáveis à gestão de pessoas no âmbito da SEDF. (SEDF)

2016

Durante o ano de 2016 a Subsecretaria de Gestão de Pessoas – SUGEP iniciou um levantamento de todas as suas atribuições regimentais. Assim pode preparar uma minuta de regimento para compor o Regimento Interno da SEEDF. Paralelamente vem utilizando o levantamento para auxiliar na elaboração do texto final do manual de gestão a ser publicado e distribuído na SEEDF.

2017

Durante o ano de 2017 foi realizado mapeamento das ações/demandas dos diversos setores da SEEDF, culminando com a elaboração de documento denominado “Portfólio de Projetos Estratégicos da Subsecretaria de Gestão de Pessoas”. Como decorrência, foi empossada servidora ocupante do cargo Analista de Gestão Educacional - Administração, cuja atividade estará centrada no desenvolvimento de ações de planejamento estratégico, a partir do referido documento.

2018

Durante 2018, foram feitos fóruns de gestão de pessoas com cunho de padronizar os procedimentos da gestão de pessoas. A partir daí, foi lançado o Manual de Procedimentos Administrativos para os servidores da SEEDF. Processo SEI 00080-00201987/2018-27.

7. Promover ações, junto à sociedade, voltadas a evidenciar e propagar a importância social dos professores e dos demais profissionais da educação. (SEDF)

Foi criada a Diretoria de Acompanhamento e Apoio ao Servidor – DISER, na Subsecretaria de Gestão de Pessoas, voltada à promoção do bem-estar e da qualidade de vida no trabalho. Suas gerências são responsáveis por sistematizar informações destinadas à melhoria da gestão de pessoas; acompanhar os servidores em situação funcional específica (readaptados, pessoas com deficiência, disciplinas extintas, terceirizados e contratos temporários) de modo a promover sua integração ao trabalho e promover procedimentos de mediação a servidores envolvidos em situação de conflito no ambiente de trabalho.

Foi realizada, em articulação com a Comunicação Institucional e Interação Social do Governo do Distrito Federal, a veiculação de propagandas destinadas a informar à sociedade, as ações desenvolvidas pela Secretaria e, sobretudo, realçar a importância dos profissionais da educação para o sucesso da educação pública do Distrito Federal.

Foi realizada uma campanha junto à população voltada à valorização e ao incentivo ao ingresso nas carreiras da educação pública efetuada pela instituição responsável pela realização do Concurso Público 2016. Buscou-se, com esta campanha e com os demais espaços na mídia televisiva, de rádio e na Web, ressaltar a importância dos profissionais da Carreira Magistério, bem como dos profissionais de 11 especialidades da Carreira Assistência à Educação, cuja última seleção pública foi há mais de 7 anos.

2017

Realizada, em 2017, campanha publicitária de volta às aulas, nos meios de comunicação com maior audiência em Brasília, ressaltando o êxito dos estudantes, professores e responsáveis pelo ingresso na Universidade de Brasília – UNB. Adicionalmente, outras ações, no âmbito interno desta Secretaria, foram conduzidas no sentido de estimular a autoestima e motivação dos profissionais da educação, sendo: implementação do Projeto SER-VIR com a oferta gratuita de atividades físicas, culturais e artísticas; evento Mês do Servidor, com o slogan #SOUEDUCADOR, com diversas atividades voltadas para a valorização do servidor, abrangendo como público alvo todos os profissionais da educação, com abordagem de temas voltados a qualidade de vida no trabalho, cuidados com a saúde do servidor, além de exposição de trabalhos artísticos e culturais dos servidores; atividades voltadas à valorização e reconhecimento da servidora da Secretaria de Educação, com o tema: Mulheres Educadoras; implementada a política de reintegração e valorização da atuação dos professores readaptados por meio da publicação das Portarias nº 12, de 13/01/2017 e 13, de 17/01/2017; e, ações de mediação de conflitos, deixando de ser ação de caráter correccional e oportunizando ao servidor encontros para o gerenciamento dos aspectos emocionais, no âmbito laboral, com vistas a facilitar a resolução dos conflitos, propiciar a melhoria das relações, no ambiente de trabalho e, a promoção de saúde integral dos profissionais da educação.

2018

Em 2018, com o objetivo de estimular a autoestima e motivação dos profissionais da educação, foram realizadas as seguintes ações: ampliação do Projeto SER-VIR com a oferta gratuita de atividades físicas, culturais e artísticas; II Ciclo de Palestras no Mês das Mulheres Educadoras; Programa de Educação Financeira; Programa de Orientação para a Aposentadoria; Projeto Piloto de Ativação Corporal; Projeto Piloto Cuidar de quem Educa; Fórum de Gestão de Pessoas; Palestras sobre a Saúde Mental Matern e Fórum de PCDs. Além disso foi lançado o Caderno de Ações visando a política de valorização, promoção de bem estar e qualidade de vida no trabalho 2019/2022 e diversas atividades voltadas para a valorização do servidor, abrangendo como público alvo todos os profissionais da educação, com abordagem de temas voltados a qualidade de vida no trabalho de acordo com a Portaria nº 287 de 26/09/2018.

8. Instituir, até 2018, a modulação de profissionais para atuar nos níveis intermediário e central da Secretaria. (SEDF)

2016

A modulação do nível intermediário que estabelece critérios de composição e modulação das Coordenações Regionais de Ensino da Rede Pública de Ensino - CREs e de suas unidades regionais jurisdicionadas, observando os princípios constitucionais de publicidade e igualdade, foi finalizada e publicada no Diário Oficial do Distrito Federal do dia 08 de fevereiro de 2017, por meio da Portaria nº 35. A modulação do nível central encontra-se em fase de estudos.

2017

Foi publicada a Portaria Nº 35, em 07 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre os critérios referentes à composição e modulação das Coordenações Regionais de Ensino e suas unidades regionais jurisdicionadas (DODF nº 28, de 08 de fevereiro de 2017). Está em fase de elaboração a Portaria que dispõe sobre a modulação de servidores para atuar no nível Central da Secretaria.

2018

A Portaria de modulação do nível central, publicada em 2017, foi reavaliada e encontra-se, novamente, em fase de elaboração.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1509	PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO ATENDIDOS EM CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA ATUAR NA EDUCAÇÃO INTEGRAL	UNIDADE	250	30/06/2015	250	-	250	235	250	645	250	EAPE/ SEDF / UO 18101 / OE 3
1510	TAXA DE ATENDIMENTO A PROFESSOR EFETIVO E À CARREIRA ASSISTÊNCIA PELO SISTEMA DE GESTÃO DE PESSOAS.	%			50	60	80	80	100	80	100	SUGEPE/ SEDF / UO 18101 / OE 3

Justificativas 2016

Indicador 1509 – Diversos cursos foram ofertados em 2016 prepararam o profissional para atuar em escolas de educação integral. Alguns, entretanto, têm público-alvo voltado prioritariamente para esses profissionais, tais como “Reeditor Ambiental” e “estratégias pedagógicas para a construção de escolas sustentáveis”, que contabilizam 46 inscritos e 37 habilitados. Entretanto, em função do sistema atualmente adotado pela EAPE para a inscrição nos cursos, não há como precisar o quantitativo de profissionais da educação inscritos, que de fato atuam em escolas de educação integral.

Indicador 1510 - O índice foi superado em razão de a gestão ter priorizado os professores, dado a criticidade do sistema e a ampla dedicação da equipe envolvida.

Justificativas 2017

Indicador 1509 - O EAPE oferece diversos cursos que preparam o profissional da educação para atuar em escolas de educação integral. Entretanto, o índice alcançado reporta-se ao curso "Formação de professores das Escolas Parque", ofertado exclusivamente para professores da SEEDF em exercício nas Escolas Parque que atendem as Unidades de Ensino que oferecem o regime integral, vinculadas à CREPPC.

Indicador 1510 - índice alcançado devido à inclusão do Remanejamento de Professores no Sistema.

Justificativas 2018

Indicador 1509 - Foram ofertados cursos e também oficinas de formação continuada cuja proposta pedagógica dispensa um olhar mais direcionado para a educação integral, entre eles: Oficinas: Organização do Trabalho Pedagógico na Educação Infantil; Organização do Trabalho Pedagógico nos Anos Iniciais; Organização do Trabalho Pedagógico nos Anos Finais; Cursos: Educação Física na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; Alternativas Pedagógicas .

Indicador 1510 - Foram desenvolvidas as funcionalidades para atender a Carreira Assistência (Quadro de Carência/Modulação). Porém, devido a priorização do desenvolvimento do módulo para gestão dos Contratos Temporários não tivemos tempo hábil para testar e homologar essas funcionalidades da CAE.

PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO ATENDIDOS EM CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA ATUAR NA EDUCAÇÃO INTEGRAL



TAXA DE ATENDIMENTO A PROFESSOR EFETIVO E À CARREIRA ASSISTÊNCIA PELO SISTEMA DE GESTÃO DE PESSOAS.



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6221	3	1	Produção de trabalhos científicos e didático-pedagógicos para fortalecer e ampliar as ações de formação continuada da EAPE, de modo a embasar práticas pedagógicas que auxiliem nas aprendizagens dos estudantes. (SEDF)	18101	90	<p>2016 Foram criados grupos de trabalho com o intuito de desenvolver a pesquisa como princípio formativo na EAPE. Por ter várias etapas, os grupos estão ainda em fase de produção. Entretanto, houve publicação de artigos de alguns formadores da EAPE na Revista Com Censo, 4ª edição regular, publicada em novembro de 2016, que tratou especificamente do tema "Diversidade e práticas educativas". A fim de fortalecer as ações didático-pedagógicas foram ofertados cursos voltados para essa temática como: Construindo a pesquisa no espaço escolar com 49 inscritos; Grupo de pesquisa "Intertextualidades: literatura e outras linguagens" com 11 inscritos; A preparação de artigos científicos e seminários temáticos sobre Ética - 40 inscritos; Grupo de pesquisa "Educação étnico-racial: a implementação das leis 10.639/03 e 11.645 nas escolas públicas do DF" com 38 inscritos. Assim, considerando que trabalhos estão em andamento e outros foram publicados, pode-se afirmar que a meta foi 50% atingida.</p> <p>2017 Nesse ano, deu-se continuidade à parceria EAPE-SUPLAV com publicação de artigos de formadores do EAPE no volume 4, n. 3, da Revista Com Censo, publicada em junho de 2017, com a temática "Ludicidade e Educação: 30 anos de Oficinas Pedagógicas". No segundo semestre, teve início a preparação de outra edição, com a temática voltada para o ensino especial, a ser lançada no primeiro semestre de 2018. A fim de fortalecer as ações didático-pedagógicas, foi ofertado o curso "Grupo de pesquisa: Construindo projetos na perspectiva dos letramentos artísticos e científicos", cujo objetivo foi contribuir para a construção de projetos interventivos nas escolas da SEEDF. Considera-se a meta 70% atingida.</p> <p>2018 Alguns cursos produzem seus próprios módulos, como o curso de Gestão Escolar Democrática. Além disso, foram também produzidos 35 videoaulas, que seguiram as etapas de elaboração de roteiro, captação, edição e finalização de áudio e vídeo e suas respectivas publicações. Todo esse material</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						proporcionou apoio técnico-pedagógico aos professores/formadores nos cursos ofertados por esta Pasta e nos cursos ministrados em articulação com instituições parceiras. Outra ação que teve continuidade em 2018 foi a oferta do curso "O projeto de pesquisa: a escrita científica na educação", cujo objetivo foi desenvolver as habilidades dos professores para a construção de projetos de pesquisa no espaço da educação básica, na perspectiva do Currículo em Movimento.
6221	3	2	Acompanhamento da contratação de profissionais da educação em todas as áreas da SEDF. (SEDF)	18101	100	<p>2016 A SUGEP acompanha todas as nomeações de servidores efetivos da Secretaria. O registro de 50% se dá tendo em vista que não há acompanhamento da contratação de profissionais terceirizados.</p> <p>2017 A SEEDF por meio da SUGEP faz o acompanhamento das necessidades de pessoal das Carreiras Magistério Público e Carreira Assistência à Educação, solicitando quando for o caso, a nomeação de professores efetivos junto à SEPLAG. Ofertado ainda, o curso Gestão Escolar Democrática: garantia das aprendizagens, destinado exclusivamente aos gestores das unidades escolares. Em 2017, o curso foi ofertado para 204 diretores e vice-diretores dos Centros de Ensino Médio, Centros Educacionais e Centros de Educação Profissional. Nomeados 292 professores no ano de 2017. Realizado, concurso público para provimento de 2.000 vagas para o cargo de professor. Foi realizado, ainda, concurso público para provimento de 900 vagas de profissionais da carreira administrativa, das quais 810 para os cargos de técnico e monitor de gestão educacional e 90 para os de analista de gestão educacional.</p> <p>2018 Foram nomeados 1.404 Professores de Educação Básica e 445 servidores da Carreira Assistência à Educação. Além disso, foi realizado o monitoramento sistemático e periódico das carências dando o suporte necessários às CRE evitando a falta de professores em regência de classe.</p>
6221	3	3	Promoção de cursos regulares na EAPE de formação continuada nas temáticas de Direitos Humanos e Diversidade. (SEDF)	18101	100	<p>2016 Os cursos ofertados pela EAPE com a temática de Direitos Humanos e Diversidade, tiveram como objetivo, favorecer a troca de informações e o debate. Ao longo do ano, ocorreram 19 cursos que contaram com a participação 1.030 profissionais da educação. Dessa forma, considera-se a meta cumprida para o ano de 2016, uma vez que os dados apresentados se encontram dentro da média para os cursos ofertados anualmente com essas temáticas na EAPE.</p> <p>2017 A SEEDF, por meio do Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação (EAPE) ofertou, ao longo do ano de 2017, aproximadamente 30 cursos regulares de formação continuada voltados para a temática Direitos Humanos e Diversidade, totalizando cerca de 1.600 vagas. Assim, considera-se a meta cumprida.</p> <p>2018 Assim como nos anos anteriores, em 2018, o respeito aos direitos humanos e a valorização da diversidade estiveram presentes na formação continuada dos profissionais da educação. Nesse sentido, ao longo do ano, foram ofertadas 1.918 vagas voltadas para essa temática, em 26 cursos. Outra ação de grande relevância foi a I Bienal da Ludicidade, que teve como tema a "Diversidade: vivências no brincar" e cujo intuito foi promover debates e reflexões acerca do reconhecimento e da valorização da diversidade e das formas lúdicas, criativas e autoexpressivas de se trabalhar esse tema na escola. O evento contou com palestras, rodas de conversa, oficinas, espetáculos, apresentações culturais e vivências lúdicas variadas e ofertou cerca de 2.500 vagas.</p>
6221	3	4	Acompanhamento de programas federais e locais de formação técnica da Educação Profissional e rede CERTIFIC. (SEDF)	18101	100	<p>2016 Com relação a Rede Certific, está ocorrendo desde 2015 tratativas entre a Diretoria de Educação Profissional/SEEDF e o Instituto Federal de Brasília - IFB visando atender aos professores que precisam legalizar suas habilitações junto à SEEDF. O IFB está estudando a possibilidade de viabilização desta oferta, pois existe somente em outros Estados. A Diretoria de Educação Profissional está aguardando os relatórios de atividades do 1º e 2º semestre de 2016, bem como o cumprimento dos encaminhamentos feitos nas reuniões ocorridas nos dias 25/01/2017 e 16/03/2017 da diretoria com a pró-reitoria do IFB.</p> <p>2017 A SEEDF está em tratativas com o IFB que, por sua vez, está em processo de atualização da sua legislação em âmbito interno. A SEEDF está realizando o levantamento dos professores que atuam sem habilitação específica para o componente curricular, bem como mapeamento da necessidade de certificação. Além disso, a SEEDF, deverá atualizar os editais, portarias para reconhecimento da certificação da Rede Certific.</p> <p>2018</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						Não houve avanços em relação aos anos anteriores e permanecem as tratativas com o Instituto Federal de Brasília na proposição de um novo termo de cooperação.
6221	3	5	Promoção de ações continuadas em gestão da política pública para a educação. (SEDF)	18101	100	<p>2016 Realização do curso <i>Gestão Escolar Democrática: das Políticas Públicas ao Projeto Político Pedagógico da Escola</i> destinado a 1.500 Diretores e Vice-Diretores das unidades escolares em atendimento ao previsto na Lei Nº 4.751/2012 - Lei de Gestão Democrática. Foram ofertadas 297 vagas para o curso "Gestão Escolar: competências essenciais da equipe gestora das instituições conveniadas e dos CEPs". Com carga horária de 180 horas, teve como público-alvo as equipes gestoras de instituições conveniadas e dos CEPs, bem como executores pedagógicos e financeiros das Coordenações Regionais de Ensino – CREs. 240 professores da Educação Básica aprovados em 16 áreas de conhecimento do Concurso Público realizado em 2013 foram nomeados no período. Contratação de empresa para realização de concurso em 2017, destinado ao preenchimento de 800 vagas e 1.200 cadastro reserva na Carreira Magistério Público e 370 vagas e 530 cadastro reserva na Carreira Assistência à Educação e também, a criação de sistema <i>on-line</i> de remanejamento de profissionais.</p> <p>2017 Ofertado o curso <i>Gestão Escolar Democrática: garantia das aprendizagens</i>, destinado exclusivamente aos gestores das unidades escolares. Em 2017, o curso foi ofertado para 204 diretores e vice-diretores dos Centros de Ensino Médio, Centros Educacionais e Centros de Educação Profissional. Nomeados 292 professores no ano de 2017. Realizado, concurso público para provimento de 2.000 vagas para o cargo de professor. Realizado, concurso público para provimento de 900 vagas de profissionais da carreira administrativa.</p> <p>2018 Em 2018 foi ofertado, para 296 diretores e vice-diretores dos centros de ensino fundamental, o curso "Gestão Escolar Democrática: garantia das aprendizagens - 2ª edição", com o objetivo de contribuir para o fortalecimento da Gestão Escolar Democrática, com vistas à educação de qualidade social, considerando os aspectos políticos, administrativos, financeiros, pedagógicos, culturais e sociais da educação pública do DF, conforme preconiza o artigo 60 da Lei 4.751/2012 (Lei de Gestão Democrática). Destaca-se que foram nomeados 1.404 professores de educação Básica e 445 servidores da Carreira Assistência à Educação no ano de 2018. Além disso, a SEEDF realizou o monitoramento sistemático e periódico das carências dando o suporte necessários às CREs procurando evitar a falta de professores em regência de classe.</p>
6221	3	6	Acompanhamento de programas federais e acordos de cooperação técnica que visam a melhoria da formação dos profissionais da educação. (SEDF)	18101	100	<p>2016-Além do curso de formação para gestores escolares que teve com oferta de 120 vagas, a EAPE também em parceria com o MEC, ofertou o curso "A <i>experimentação e vivência nos conhecimentos no Ambiente Virtual de Aprendizagem</i>". e hoje Coordena o Programa Profucionário, por meio do Decreto nº 37.336, de 16 de maio de 2016, que é o Programa Indutor de Formação Profissional em Serviço dos Funcionários da Educação Básica Pública obedecendo ao disposto no art. 61 e art. 62 da Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/1996 e a Lei nº 12.014/2009, por meio do qual a profissionalização tornou-se direito de todos os funcionários da educação. Esse Programa é desenvolvido por meio de parceria com o Ministério de Educação – MEC.</p> <p>2017 Foram ofertados, por meio de acordo de cooperação técnica, cursos de parceria entre esta SEEDF e instituições como o Cebbraspe (Curso de Capacitação Profissional em Planejamento e Construção de Avaliação em Larga Escala), a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Paz Social/Departamento de Trânsito do Distrito Federal (Detran nas Escolas), o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (Maria da Penha vai à Escola), entre outros.</p> <p>2018 Em 2018, foram ofertados cursos provenientes de termos e acordos de cooperação técnica visando à melhoria da formação continuada dos profissionais da educação.</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						<p>a) Termo de Cooperação Técnica nº 002/2016 - União (TJDFT, MPDFT) e GDF (SEEDF, STDSDF, SSPDF, PCDF, PMDF, DPDF E OAB): curso Maria da Penha vai à Escola - 240 vagas.</p> <p>b) Termo de Cooperação Técnica entre Detran e SEEDF: Programa Detran nas Escolas. - 2.460 vagas.</p> <p>c) Termo de Cooperação Técnica nº 11648/2018-51 (Corporação Andina de Fomento - CAF, Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura - OEI e Governo do Distrito Federal - DF): curso Mulheres Inspiradoras- 100 vagas</p> <p>d) Termo de Cooperação Técnica nº 08/2017 (SEBRAE e SEEDF): O Programa Nacional de Educação Empreendedora – PNEE - 600 vagas.</p> <p>e) Curso Projeto Parque Educador, voltado para estudantes da Rede Pública de Ensino do DF, comunidades escolares e comunidades locais do entorno dos Parques Ecológicos, para atender ao disposto na Portaria Conjunta nº 02, de 17 de junho de 2015, publicada no DODF nº 117, de 19 de junho de 2015, firmada entre a Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA e a Secretaria de Estado de Educação – SEEDF.</p>
6221	3	7	Oferta de cursos de formação continuada aos profissionais da educação por meio da Escola dos Profissionais da Educação – EAPE. (SEDF)	18101	100	<p>2016-Em 2016, o Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação - EAPE ofertou para os profissionais das carreiras Magistério Público e Assistência à Educação, 12.275 vagas em 105 cursos e 4.066 vagas em 21 eventos (colóquio, oficina, seminário, simpósio, encontro) envolvendo temáticas que contemplam cada etapa e modalidade do ensino, assim como as diretrizes do Currículo da Educação Básica. Do total de vagas oferecidas, houve 10.818 inscritos nos cursos/eventos e 8.158 profissionais da educação certificados.</p> <p>Assim, entendemos que esta ação está sendo atendida tendo em vista que há na Rede, aproximadamente 40 mil profissionais da educação e que, de 2016 a 2019, em média, todos terão realizados ao menos um curso de formação continuada ofertado pela EAPE.</p> <p>2017</p> <p>Foram ofertados por meio da EAPE, para as Carreiras Magistério Público e Assistência à Educação, 120 cursos de formação continuada, totalizando 8.289 vagas no primeiro semestre e 2.640 vagas no segundo semestre.</p> <p>2018</p> <p>A SEEDF realizou 184 ações de formação continuada, entre cursos/ações regulares e cursos/ações em parceria com outras instituições e outros setores da própria Pasta. Em cursos, foram ofertadas, ao longo do ano, 15.212 vagas, sendo 5.803 habilitados.</p>
6221	3	8	Aperfeiçoamento do modelo de mediação de conflitos no ambiente de trabalho. (SEDF)	18101	40	<p>2016</p> <p>A partir da criação da Gerência de Mediação de Conflitos em outubro de 2015, novas formas de mediação, agora com foco na mediação e superação de conflitos estão sendo implementadas, deixando o modelo correicional como última instância.</p> <p>2017</p> <p>Foi realizada a apresentação dos serviços oferecidos pela Gerência de Mediação de Conflitos aos setores da SUGEP, além das CREs de Samambaia, Gama, Plano Piloto, Sobradinho e Recanto das Emas, com previsão de apresentação nas demais CRE's, aprimorando seus procedimentos de mediação e estabelecendo parcerias com outros órgãos do GDF como a Controladoria Geral do DF, a Defensoria Pública, o MPDFT e a UnB. Foram, ainda, realizados o 1º Encontro das Práticas de Mediação no Âmbito da SEEDF: Oficina com a participação de 80 servidores da SEEDF interessados no tema Mediação de Conflitos – 25 mai/2017; e o 2º Encontro das Práticas de Mediação no Âmbito da SEEDF: Mesa-redonda com cerca de 80 servidores da SEEDF e alguns convidados da SEEDF, SES, SSP e MPDFT, mediadores e interessados no tema – 22 set/2017.</p> <p>2018</p> <p>Em 2018, foram realizados os Projetos de mediação de conflitos no contexto escolar com a participação de 90 servidores da SEEDF interessados no tema Mediação de Conflitos e o curso de Mediação de conflito como praxis pedagógica com 75 servidores. Também ocorreu o 3º e 4º Encontro de Práticas de Mediação de Conflitos.</p>
6221	3	9	Promoção de intercâmbio de experiências de sucesso de práticas pedagógicas por meio da participação dos profissionais em fóruns,	18101	100	<p>2016</p> <p>Em 2016, foram ofertados pela EAPE e parceiros, diversos eventos como oficinas, encontros, colóquios, seminários e simpósios. Ao todo, participaram 2.746 profissionais da educação, dos quais 2.698 foram certificados.</p> <p>2017</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			seminários, congressos entre outros. (SEDF)			<p>A EAPE possibilita aos profissionais da educação, por meio da participação em eventos científicos, o aprimoramento das práticas pedagógicas, de modo que possam rever e desenvolver concepções que norteiam o processo de ensino e aprendizagem. Em 2017, foram ofertados pelo EAPE e instituições parceiras, 47 eventos (seminários, oficinas, palestras), totalizando 4.233 vagas</p> <p>2018 Em 2018, os formadores da SEEDF participaram, dos mais variados eventos científicos nas áreas de educação e em outras relacionadas às temáticas educacionais, bem como representaram a Pasta nesses eventos, a saber: a) VI Fórum de Educação a Distância do Instituto Federal de Brasília - IFB, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães; b) Olimpíada do Conhecimento, no Centro Internacional de Convenções do Brasil; c) X COPENE - Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros, na Universidade Federal de Uberlândia - UFU; d) V Encontro Nacional da Pedagogia das Artes Cênicas, na Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC; e) Encontro Nacional 20 Anos da Educação do Campo e do Pronera, na Universidade de Brasília - UnB; f) Aprendizagem e Medicalização: os desafios do ensino (palestra), na Universidade Católica de Brasília - UCB; g) Seminário Conversando sobre drogas, saúde mental e violência intrafamiliar, Promotoria de Justiça do Riacho Fundo em parceria com o TJDF e o MPDFT; h) Mostra de Danças Mulheres Sagradas, no SESC-DF; i) 1º Workshop e Mostra de Dança de Valparaíso de Goiás, Prefeitura de Valparaíso, Goiás; j) 1º Encontro Brasiliense de Etnocologia, na Universidade de Brasília - UnB; k) 13º Festival do Instituto Federal de Brasília: "O que te move?", no Instituto Federal de Brasília - IFB; l) Encontro "O Olhar na Dança", Museu Nacional da República; m) Oficina "Despertar da Dança", Museu Nacional da República; n) VI Congresso da Associação Brasileira de Performance Musical, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN; o) IX Simpósio de Musicologia, na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; p) XIX ENDIPE - Encontro Nacional de Didáticas e Práticas de Ensino, na Universidade Federal da Bahia; q) 8º Fórum Mundial da Água, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães e no Estádio Nacional Mané Garrincha; r) Conferência Internacional de Estudos da Linguagem, no IFB e na FINATEC,</p>
6221	3	10	Divulgação de programas de apoio à saúde dos profissionais da educação. (SEDF)	18101	80	<p>2016-Vem sendo realizado o mapeamento de ações de promoção de bem-estar e qualidade de vida oferecidas nas diversas Regiões Administrativas divulgação e conhecimento dos servidores da Rede Pública de Ensino.</p> <p>2017 Fortalecimento das relações instituição/servidor, com vistas às CREs, promoção de ações diversas durante o mês do Servidor. Projeto SERVIR, e Projeto Piloto "Do Bem", implantado na Escola Parque Anísio Teixeira/CRE Ceilândia.</p> <p>2018 Foi lançado o Caderno de Ações 2019-2022, em 12 de dezembro de 2018, dividido em ações de curto, médio e longo prazo, que consigna ações de prevenção ao adoecimento e promoção à saúde dos servidores, a serem executadas por diversas Unidades desta Pasta. Ainda em 2018, foi realizado o Projeto Ser Vir nas CREs de Ceilândia e Brazlândia</p>

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

2016/2018

A Secretaria de Educação focou suas ações também, no desenvolvimento de um sistema de gestão que alcance eficiência e eficácia. O Objetivo específico é direcionado para a Gestão na Educação, estruturado para fortalecer o sistema de ensino por meio da valorização, da formação e da otimização do quadro de profissionais da educação, assegurando uma gestão participativa e democrática na resposta às necessidades de gestão de pessoas.

As funcionalidades atendidas pelo sistema contemplam a modulação de pessoas, folha de ponto, programa anual de férias, ficha cadastral, concessão de benefícios entre outros. Nessa esteira, Cursos foram ofertados, especialmente para os profissionais de educação que atuam em unidades de internação, com destaque para o curso Institucionalização da educação do Sistema Prisional.

Igualmente foram ofertados diversos cursos também com o objetivo de contribuir com a valorização e formação integral e continuada do profissional da educação, ampliando seus conhecimentos no que se refere às temáticas da educação inclusiva, entre eles: a deficiência intelectual na educação inclusiva, reflexões sobre o fazer pedagógico, desenvolvimento, aprendizagens e os transtornos funcionais específicos, meio ambiente no ensino especial, pesquisa em práticas pedagógicas na educação inclusiva.

Dando continuidade as ações estabelecidas nesse objetivo, foi ofertado o curso “Gestão Escolar Democrática: das políticas públicas ao projeto político-pedagógico da escola”, que teve duas edições, uma no primeiro semestre e outra no segundo. O objetivo desse curso com carga horária de 180 horas foi formar gestores escolares para a compreensão das políticas públicas da gestão democrática e dos fundamentos teórico-metodológicos que embasam a organização do trabalho escolar, com a perspectiva de melhoria da qualidade da educação básica pública do Distrito Federal. As duas edições do curso ofertaram um total de 1.260 vagas.

A Secretaria também deu início por meio de sua Subsecretaria de Gestão de Pessoas a um levantamento de todas as suas atribuições regimentais e assim pode preparar uma minuta de Regimento Interno da Secretaria de Estado de Educação, bem como a elaboração do manual de gestão que deverá, no decorrer do ano subsequente ser publicado e distribuído no âmbito da instituição.

Atuou também, diretamente na gestão voltada à promoção do bem estar e da qualidade de vida no trabalho. Instituiu Diretoria e Gerências diretamente responsáveis por sistematizar informações destinadas à melhoria da gestão de pessoas; acompanhar os servidores em situação funcional específica como readaptados, pessoas com deficiência, disciplinas extintas, terceirizados e contratos temporários de modo a promover sua integração ao trabalho e promover procedimentos de mediação a servidores envolvidos em situação de conflito no ambiente de trabalho.

Foi realizada em articulação com a *Comunicação Institucional e Interação Social* do Governo do Distrito Federal, a veiculação de propagandas destinadas a informar à sociedade, as ações desenvolvidas pela Secretaria e, sobretudo, realçar a importância dos profissionais da educação para o sucesso da educação pública do Distrito Federal.

Também foi realizada uma campanha junto à população voltada à valorização e ao incentivo ao ingresso na carreira da educação pública efetuada pela instituição responsável pela realização do Concurso Público 2016. Buscou-se, com esta campanha e com os demais espaços na mídia televisiva, de rádio e na *Web*, ressaltar a importância dos profissionais da Carreira Magistério, bem como dos profissionais de 11 especialidades da Carreira Assistência à Educação.

As ações não orçamentárias desse Objetivo Específico também tiveram significativo destaque, a saber: Foram criados grupos de trabalho com o intuito de desenvolver a pesquisa como princípio formativo na EAPE. Houve publicação de artigos de alguns formadores da EAPE na Revista *Com Censo*, 4ª edição regular, que tratou especificamente do tema "Diversidade e práticas educativas". A fim de fortalecer as ações didático-pedagógicas foram ofertados cursos voltados para essa temática como: Construindo a pesquisa no espaço escolar. Grupo de pesquisa "Intertextualidades: literatura e outras linguagens" A preparação de artigos científicos e seminários temáticos sobre Ética e a implementação das leis 10.639 e 11.645 nas escolas públicas do DF.

Por fim, foi verificado um alcance parcial no conjunto das metas estabelecidas para o cumprimento desse objetivo, especialmente nas ações vinculadas não orçamentárias. Nesse contexto podemos inferir que a meta foi alcançada em 70% ou seja, o público alvo foi consideravelmente contemplado.

Em 2017, a Secretaria de Educação continuou focando sua ação no desenvolvimento do sistema de gestão na tentativa de melhorar a eficiência e a eficácia em resposta às necessidades da gestão de pessoas. As funcionalidades atendidas atualmente pelo sistema contemplam remanejamento da carreira do magistério público, melhorias na modulação de pessoas e melhorias estruturais no sistema, folha de ponto, programa anual de férias, ficha cadastral e concessão de benefícios.

Houve também continuidade na oferta de diversos cursos com o objetivo de contribuir com a valorização e formação integral e continuada do profissional da educação. Foram realizadas oficinas e palestras, além de cursos voltados aos profissionais da educação que atuam nas unidades escolares, no Atendimento Educacional Especializado e nos Centros de Ensino Especial. Alguns cursos oferecidos foram: Atendimento Educacional Especializado, conhecendo o transtorno do Espectro Autista. A deficiência intelectual na educação inclusiva: reflexões sobre o fazer pedagógico, Currículo em Movimento, práticas de letramento em língua materna e em matemática para o estudante com deficiência, Práticas Pedagógicas para o Atendimento Educacional Especializado. Nessa sequência foram ofertados cursos por instituições parceiras, como o Centro de Capacitação dos Profissionais da Educação e Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS e o Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais – CEEDV, tendo em vista contribuir com a valorização e formação continuada do profissional da educação no que se refere às temáticas da educação inclusiva.

Foi também realizado mapeamento das ações/demandas dos diversos setores da SEEDF, culminando com a elaboração de documento denominado “Portfólio de Projetos Estratégicos da Subsecretaria de Gestão de Pessoas”.

A SEEDF atuou diretamente na gestão voltada à promoção do bem-estar e da qualidade de vida no trabalho. Instituiu na sua estrutura de gestão setor diretamente responsável por sistematizar informações destinadas à melhoria da gestão de pessoas; acompanhar os servidores em situação funcional específica como readaptados, pessoas com deficiência, disciplinas extintas, terceirizados e contratos temporários de modo a promover sua integração ao trabalho e promover procedimentos de mediação a servidores envolvidos em situação de conflito no ambiente de trabalho.

A Secretaria de Educação também atuou nas ações voltadas para a valorização dos profissionais da educação. Deu início também ao Projeto SERVIR, piloto de ações de bem-estar e qualidade de vida no trabalho, a ser ampliado no ano seguinte; foi ainda iniciada a coleta de dados relativa à primeira pesquisa institucional sobre Saúde do Servidor da Secretaria.

Foi realizada em articulação com a área de Comunicação Institucional e Interação Social do Governo do Distrito Federal a veiculação de propagandas destinadas a informar à sociedade as ações desenvolvidas pela SEEDF e, sobretudo, realçar a importância dos profissionais da educação para o sucesso da educação pública do Distrito Federal.

Também ocorreu a continuidade da campanha realizada junto à população voltada à valorização e ao incentivo ao ingresso nas carreiras da educação pública. Esta campanha tem objetivado ressaltar a importância dos profissionais da Carreira Magistério, bem como dos profissionais de 11 especialidades da Carreira Assistência à Educação.

Nesse contexto podemos inferir que as metas estabelecidas nesse objetivo foram parcialmente alcançadas e o público alvo contemplado de forma satisfatória.

Em 2018, a Secretaria de Educação continuou focando sua ação no desenvolvimento do sistema de gestão na tentativa de melhorar a eficiência e a eficácia em resposta às necessidades da gestão de pessoas. As funcionalidades atendidas atualmente pelo sistema contemplam remanejamento da carreira do magistério público, melhorias na modulação de pessoas e melhorias estruturais no sistema, folha de ponto, programa anual de férias, ficha cadastral e concessão de benefícios. Dentre as ações desta SEEDF relacionadas ao Objetivo presente, destacam-se:

1) Condução de Grupo de Trabalho que compilou o resultado de pesquisa realizada na Rede Pública de Ensino voltada para identificar as causas do Presenteísmo e Absenteísmo e, em dezembro/2018 lançou o Caderno de Ações 2019/2022 contendo ações de curto, médio e longo prazo visando combater esses dois problemas.

2) Realização do I Fórum de Gestão de Pessoas envolvendo todas as Coordenações Regionais de Ensino e suas unidades vinculadas tanto para esclarecer sobre os procedimentos administrativos e o Fórum de Gestão de Pessoas para esclarecimentos dos procedimentos da legislação pertinente à Distribuição de Carga Horária.

3) Realização do lançamento do Portfólio de Projetos Estratégicos da Subsecretaria de Gestão de Pessoas.

4) Realização do I Fórum de Pessoas com Deficiências voltado aos profissionais da Educação com deficiência.

5) Realização do Fórum para servidores Readaptados.

6) Instituição do Boletim Informativo visando a divulgação de ações pelo Bem Estar e Qualidade de Vida no Trabalho.

7) implementação do projeto “SUGEP NAS ESCOLAS” por meio de visitas e mapeamento das necessidades quanto à gestão de pessoas nas escolas visitadas.

8) Implementação do III Ciclo de Palestras bem-estar e qualidade de vida no trabalho. Março: O Mês das mulheres educadoras

9) Iniciar o Programa de Ativação Corporal – projeto piloto para os servidores da SUGEP/ Sede II

10) Em parceria com o TJDDF fomentar a Palestra: Educação Financeira realizada em 4 Pólos – Planaltina, Plano Piloto, Santa Maria e Ceilândia.

11) Em parceria com a Subsaúde/SEPLAG proporcionar o Programa de Orientação para Aposentadoria.

12) Realização do Fórum de formação com o Agentes de Gestão Educacional – Vigilância,

13) Realização do 4º Encontro de Práticas de Mediação de Conflitos no âmbito da SEEDF

OBJETIVO ESPECÍFICO:

004 – MELHOR INDICADOR: Promover a melhoria dos indicadores da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal por meio de ações que contemplem as dimensões de equidade, relevância, pertinência, eficácia e eficiência.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

18.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DF – SEDF

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	4	1	Implementar o Sistema de Gestão i-Educar em todas as etapas e as modalidades de ensino. (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	80	86	90		90,0
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	4	2	Aumentar para 75% o número de unidades escolares que ofertam Ensino Fundamental cadastradas no Programa Mais Educação. (SEDF)	75	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	39,92	39,92	39,92		53,2
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	4	3	Reduzir, até 2019, a taxa de reprovação no Ensino Médio da Rede Pública de Ensino em, no mínimo, 10%; a taxa de abandono escolar no Ensino Médio em, no mínimo, 30%; e o quantitativo de estudantes em condição de distorção idade/série no Ensino Fundamental em 50%. (SEDF) <i>(Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)</i>	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	20	20	X	X	X
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	4	4	Alfabetizar 100% dos estudantes com 8 anos de idade. (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	90	92,6	92,6		92,6
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	4	5	Garantir a implementação do currículo em todas as etapas e modalidades da Educação Básica. (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100		100,0
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	4	6	Reduzir, até 2019, a taxa de reprovação no Ensino Médio da Rede Pública de Ensino em, no mínimo, 10% (SEEDF) <i>(Item incluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)</i>	10	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	X	X	20		200,0
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	4	7	Reduzir, até 2019, a taxa de abandono escolar no Ensino Médio em, no mínimo, 30% (SEEDF) <i>(Item incluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)</i>	30	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	X	X	18		60
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	4	8	Reduzir, até 2019, o quantitativo de estudantes em condição de distorção idade/série no Ensino Fundamental em 50% (SEEDF) <i>(Item incluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)</i>	50	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	X	X	15		30,0

Análise Qualitativa

1. Implementar o Sistema de Gestão i-Educar em todas as etapas e as modalidades de ensino. (SEDF)

2016

O sistema de gestão escolar i-Educar visa contemplar as seguintes modalidades de ensino: Regular (ensino médio, educação infantil, ensino fundamental, EJA). A modalidade voltada para atender o ensino profissional será atendida pelo Sistema de Gestão Acadêmica – SGA. O sistema visa atender as unidades escolares quanto à vida acadêmica do estudante da rede pública de ensino. Mudanças de matriz curricular e perfil da modalidade são itens que comprometem o tempo de desenvolvimento e entrega do sistema.

2017

O sistema de gestão escolar i-Educar visa contemplar as seguintes modalidades e etapas de ensino: Regular (ensino médio, educação infantil, ensino fundamental, EJA). A modalidade voltada para atender o ensino profissional será atendida pelo Sistema de Gestão Acadêmica – SAGE. O sistema visa atender as unidades escolares quanto à vida acadêmica do estudante da rede pública de ensino. Mudanças de matriz curricular e perfil da modalidade são itens que comprometem o tempo de desenvolvimento e entrega do sistema. Durante o ano de 2017, foram desenvolvidos no i-Educar o Módulo de Eleições e implementada a modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA. Por outro lado, foram realizadas manutenções evolutivas no SAGE para a sua implantação na rede a partir de 2018.

2018

O i-Educar é uma plataforma que colabora com gestão da educação, não somente em relação aos registros da vida escolar dos estudantes, mas também em outras esferas tais como Telematrícula, gestão de creches conveniadas, Gestão Democrática. Estando integrado a outros sistemas, como o SIGEP, também disponibiliza informações para outros órgãos tendo como exemplo o DFTrans e a Polícia Civil do DF.

O sistema i-Educar que visava atender Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA, foi evoluído para atender também a Socioeducação, o Ensino Médio Integrado e Ensino Fundamental em Ciclos. Também está sendo evoluído para atender EJA a Distância, Sistema Prisional, CIL, Escolas Parque, Centros de Ensino Especial, dentre outros. Estando em fase de testes o módulo Transporte Escolar e de levantamento de requisitos o módulo Alimentação Escolar.

O SAGE, com foco nos registros dos estudantes, atendeu 4 (quatro) unidades de ensino que ofertam a Educação Profissional, estando ainda, em fase de implantação.

2. Aumentar para 75% o número de unidades escolares que ofertam Ensino Fundamental cadastradas no Programa Mais Educação. (SEDF)

2016

Das 521 unidades escolares que ofertaram o Ensino Fundamental em 2016, 208 (duzentas e oito) estavam cadastradas no Programa Mais Educação. A meta estabelecida para o ano de 2016 era de 63%, o que não foi alcançado. Cabe ressaltar que as principais dificuldades enfrentadas pelas unidades escolares foram, a falta de infraestrutura das escolas, a disponibilização de transporte para os alunos, a alimentação escolar e ainda, a falta de capacitação dos profissionais envolvidos para a elaboração de prestação de contas relativas ao recurso financeiro disponibilizado pelo FNDE para a execução do Programa. Com o objetivo de ampliar o número de escolas cadastradas, foram realizadas diversas reuniões com as Subsecretarias responsáveis pelo planejamento, infraestrutura, alimentação e transporte escolar.

2017

O Programa Novo Mais Educação integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral. Objetivando a melhoria da qualidade de ensino, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal oferta atendimento de Educação Integral, de 08 e 10 horas diárias, distribuídos nas 14 Coordenações Regionais de Ensino, perfazendo um total de 32.398 estudantes matriculados na Educação Infantil, Ensino Fundamental (series iniciais e finais) e Ensino Médio.

Após ampla divulgação junto às Unidades Escolares do Ensino Fundamental, a SEEDF fez a indicação de 245 (duzentas e quarenta e cinco) unidades escolares na plataforma do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC/PAR) para adesão ao Programa Novo Mais Educação. Vale ressaltar que os critérios para adesão ao Programa Novo Mais Educação são estabelecidos pelo Ministério de Educação. Dentre as indicadas, 208 (duzentas e oito) escolas se cadastraram no Programa Novo Mais Educação. Em 2017, contamos com 208 (duzentas e oito) Unidades Escolares cadastradas no Programa Novo Mais Educação, de um total de 581 Unidades Escolares do Ensino Fundamental.

Para que a implementação e acompanhamento do Programa nas Unidades escolares se desse de maneira mais clara possível, foram realizados 13 encontros regionais, para a equipe gestora e coordenadores, em cada CRE. As visitas técnicas de orientação e monitoramento para a execução e operacionalização do Programa Novo Mais Educação, com os responsáveis pelo acompanhamento das Unidades Educacionais.

2018

No ano de 2018, contou-se com 327 Unidades Escolares, entre instituições públicas e parceiras que ofertam atividades de Educação em Tempo Integral, com atendimento de 08, 09 e 10 horas diárias, com uma organização parcial ou integral (todos os alunos matriculados). As 14 CREs oferecem atividades de Educação Integral, atendendo aproximadamente um total de 49.523 estudantes da Educação Infantil, Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Finais) e Ensino Médio.

O Programa Novo Mais Educação, instituído pela MEC, tem como objetivo fomentar a implantação da educação integral nas escolas da rede pública de ensino. Porém, desde 2017, não foram possibilitadas novas adesões ao referido Programa. Para 2018, o MEC estabeleceu novos critérios para adesão ao Programa Novo Mais Educação o que resultou na redução do quantitativo de escolas que pudessem fazer adesão ao Programa, bem como houve redução no quantitativo de escolas que foram repassadas a verba a qual faz jus. Apenas 5 escolas receberam recurso federal para execução do Programa.

Outrossim, no sentido de atender a meta 6 do PDE e o que preconiza o Objetivo Estratégico 02 – Estratégia 1, apresentado no Planejamento Estratégico 2015-2018, bem como o PDE - meta 6, a SEEDF busca estabelecer a ampliação da oferta de Educação Integral aos estudantes e garantir os subsídios e benefícios necessários para a continuidade do trabalho pedagógico na educação em tempo integral, apresentando, com orientações de trabalho pedagógico de 8 (oito) e 10 (dez) horas de jornada diária, ofertando educação integral nas 14 CRE, atendendo aproximadamente 57.272 estudantes da Educação Infantil ao Ensino Médio. Nesse sentido algumas ações foram realizadas, a saber: a) Aprovação das Diretrizes Pedagógicas e Operacionais da Educação Integral da Rede Pública de Ensino do DF, com detalhamentos da matriz, carga horária e definição de critérios de atendimento, conforme parecer do CEDF nº 208, de 14/11/2017, e Portaria nº 530, de 05/12/2017. b) Implementação do Projeto de Educação Integral em Tempo Integral – PROEITI que prevê uma organização pedagógica diferenciada com atendimento de 10h diárias de jornada escolar à todos os estudantes matriculados na escola. c) Implementação o Projeto Rede Integradora de Educação Integral da CRE Plano Piloto, contemplando 17 escolas de ensino fundamental integradas às 05 Escolas Parques do Plano Piloto, com atendimento de 10h diárias. d) Instituição do Programa Ensino Médio em Tempo Integral-EMTI, destinado a ampliar a oferta de educação em tempo integral no ensino médio, de forma progressiva, nas unidades escolares da rede pública do DF, por meio da Lei Distrital nº 6.036, publicada no DODF nº 244, de 22/12/2017. Ampliada a oferta de Educação em Tempo Integral, de 07 para 13 escolas de ensino médio no Ano de 2017. e) Efetivação de parcerias com outros equipamentos públicos e privados como: Sec. Esporte (Centros Olímpicos), IPHAN, SEBRAE, SENAI, Universidades (Universidade Católica de Brasília, UNB, IESB), Sec. Cultura. f) Instituição de Comissão de Chamamento Público para análise e pactuação de parcerias para a gestão de instituição de CEPIs e Prédio Próprio e instituição do Programa Bolsa Educação Infantil. g) Contratação de pessoas da comunidade pelo Programa Educador Social Voluntário - ESV, para dar suporte ao atendimento à educação em tempo integral. No ano de 2018, foram selecionados aproximadamente 5.000 agentes voluntários.

3. Reduzir, até 2019, a taxa de reprovação no Ensino Médio da Rede Pública de Ensino em, no mínimo, 10%; a taxa de abandono escolar no Ensino Médio em, no mínimo, 30%; e o quantitativo de estudantes em condição de distorção idade/série no Ensino Fundamental em 50%. (SEDF) (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)

2016

Em 2016, com objetivo de promover a melhoria dos indicadores na Rede Pública, a Diretoria de Ensino Médio trabalhou na implementação e consolidação do Projeto da Organização Escolar em Semestres no Ensino Médio (Semestralidade). Com o intuito de preparar os coordenadores intermediários das Regionais de Ensino e os coordenadores locais das Unidades Escolares, a

Diretoria desenvolveu uma série de materiais sobre a Semestralidade, para fomentar o debate das Coordenações Regionais de Ensino com os gestores das unidades escolares de Ensino Médio, assim como servir de material base para a discussão entre gestores escolares e suas equipes docentes. Após análise dos dados das Unidades Escolares que estão na Semestralidade desde 2013 e fecharam o triênio em 2015 referentes a reprovação e ao abandono, verificou-se que a taxa de reprovação escolar no triênio 2010-2012 (organização anual) que era de 23,56% caiu para 16,12% no triênio 2013-2015 e a taxa de abandono, que era de 11,06% no triênio 2010-2012 caiu para 7,72% no triênio 2013-2015 de acordo com os dados do Censo Escolar de 2016. Ao analisarmos as taxas de rendimento de todo o Ensino Médio, verifica-se que de 2014 a 2015, o percentual de reprovação caiu de 19,27% para 18,30%, o que representa queda de 0,97% da taxa de reprovação e o percentual de abandono caiu de 19,04% para 14,64%, o que representa queda de 4,4% da taxa de abandono de acordo com os dados do Censo Escolar 2016. Esta Diretoria aguarda o Censo 2017 para realizar a análise dos dados referentes a 2016.

A Diretoria de Ensino Médio também acompanhou sistematicamente a produção dos Projetos Político - Pedagógicos das escolas, com objetivo de orientar e direcionar as ações desenvolvidas nas Unidades Escolares. Outras ações estão relacionadas a programas e projetos que buscam incentivar a participação ativa dos estudantes em todo o processo de aprendizagem de forma a promover a melhoria dos indicadores da Rede Pública. Neste foco, acompanhou, divulgou e estimulou a participação dos estudantes nos seguintes programas e projetos: Projeto Parlamento Juvenil do MERCOSUL; Programa Parlamento Jovem Brasileiro, desenvolvido pela Câmara dos Deputados; Programa Jovem Senador, desenvolvido pelo Senado Federal; Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP); Circuito de Ciências das Escolas Públicas; Etapa Distrital do V Circuito de Ciências; Olimpíada Brasileira de Robótica (OBR); Festival de Filmes Curta-Metragem das Escolas Públicas de Brasília; Participação da Avaliação dos Projetos de Ensino Médio apresentados para concorrer ao Prêmio Professores do Brasil; Olimpíadas do Conhecimento, Olimpíadas de Língua Portuguesa, Biologia, Astronomia e Foguetes, Química Júnior, Química e Física, dentre outras e a participação em Feiras e concursos Nacionais e Internacionais. No âmbito do distrito Federal, os alunos participaram do Programa Conhecendo o Parlamento, desenvolvido pela Câmara Legislativa do Distrito Federal; participação na Semana para a Vida - Maio Amarelo, desenvolvida pelo DETRAN; O que você tem a ver com a corrupção, desenvolvido pelo Ministério Público; Por Dentro dos Exames do Ensino do Ensino Médio, desenvolvido pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

Já no Ensino Fundamental, foi apresentado o Programa para Avanços das Aprendizagens Escolares - PAAE, em substituição às Orientações Pedagógicas para Correção da Distorção Idade-Série, aprovado pelo Conselho de Educação do Distrito Federal por meio do Parecer CEDF nº 43/2016, homologado pela Portaria SEDF nº 69/2016. Após lançamento deste programa, a DIEF atuou na sensibilização da comunidade escolar, por meio de oficinas, fórum permanente para acompanhamento do programa, principalmente no tocante à abertura de turmas como forma de resgatar o estudante que se encontra em situação de defasagem escolar. Diversas dificuldades foram enfrentadas no processo, dentre as quais elencamos a resistência das Unidades Escolares em atender esses estudantes já estigmatizados, dificuldades de espaço físico e indisponibilidade de professores com dupla habilitação. Como forma de potencializar a adesão das UEs ao programa, a SEEDF apresentou a Portaria nº 448/2016, que estabelece e orienta o processo de abertura de turmas do Programa nas escolas de Ensino Fundamental.

2017

Segundo dados do Censo escolar os valores da presente meta, para o ano de 2017, foram os seguintes:

	2015	2016	2017
Reprovação	16,37	15,78	15,73
Abandono	7,39	7,22	7,7
Defasagem	22,05	22,24	21,69

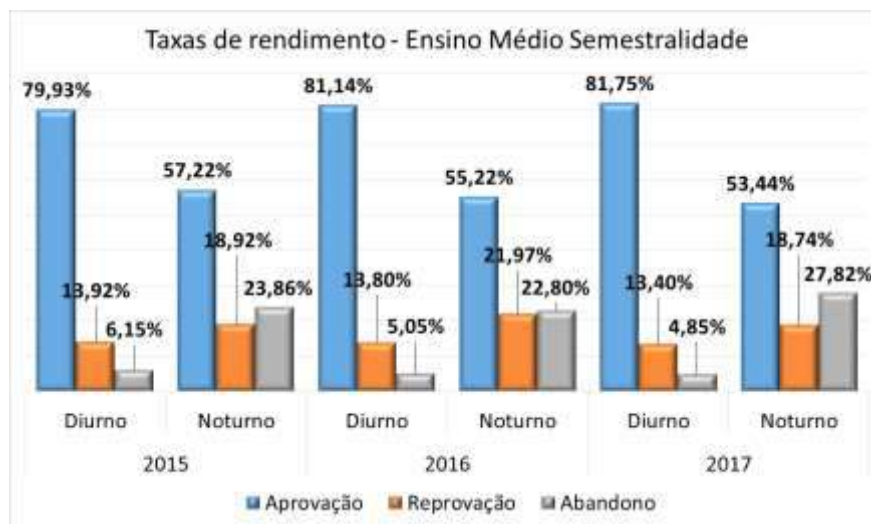
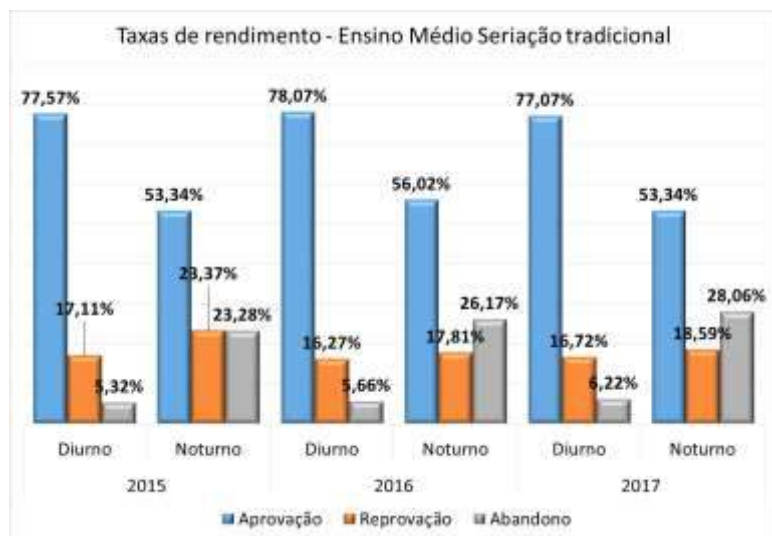
Tendo em vista o processo de implementação da Organização do Trabalho Pedagógico na Semestralidade em todas as unidades escolares de Ensino Médio em 2018, conforme preconiza a Meta 3, Estratégia 3.3 do Plano Distrital de Educação (PDE 2015-2024), a SEEDF trabalhou, em 2017, com a perspectiva de solucionar os desafios relacionados à Semestralidade. Nesse sentido, no primeiro semestre de 2017, foi proposto, em parceria com o Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação, o curso “Concepções e práticas na Semestralidade”, ofertado para todos os professores de Ensino Médio da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

O curso “Concepções e práticas na Semestralidade” foi idealizado no sentido de formar professores multiplicadores da prática pedagógica na Semestralidade juntamente às unidades escolares, por meio dos seus coordenadores pedagógicos locais. Nesse sentido, em 2017, foram formados e habilitados 2.697 professores de Ensino Médio, índice que contribuiu significativamente para superar os desafios relacionados à Organização Pedagógica na Semestralidade.

Em consonância com o curso “Concepções e práticas na Semestralidade”, a SEEDF, por meio da Diretoria de Ensino Médio-DIEM, realizou visitas técnicas às Coordenações Regionais de Ensino (CREs), com objetivo de compartilhar as boas práticas e identificar os desafios que essa nova experiência trouxe às unidades escolares, além de esclarecer dúvidas e auxiliar na superação de eventuais problemas decorrentes da nova organização pedagógica.

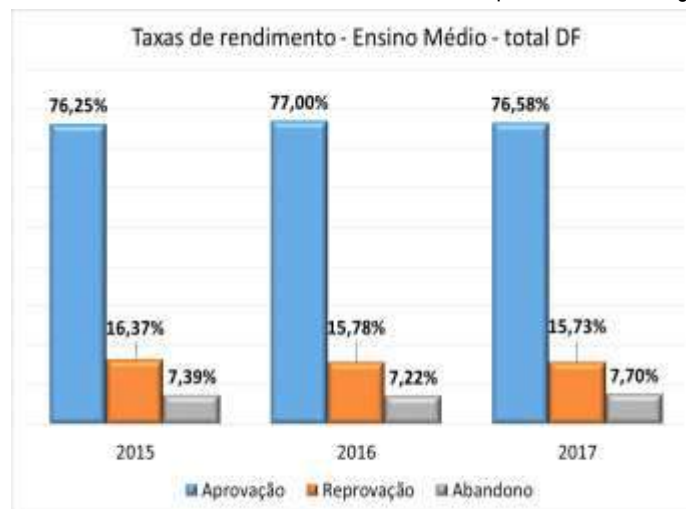
Buscando, ainda, dar suporte à implementação da semestralidade e ajudar na formação continuada de professores, a SEEDF criou um DRIVE DE EQUIPE, compartilhado com as UNIEBs e unidades escolares com uma série de materiais pedagógicos:

- Guia Prático da Semestralidade;
- Vídeos sobre Semestralidade voltado para professores e estudantes;
- Slides sobre a organização do trabalho pedagógico na Semestralidade;
- Folders para os estudantes com as principais questões sobre Semestralidade.
- Os dados de rendimento escolar no Ensino Médio estão apresentados nas figuras a seguir, relativos à Seriação tradicional e à Semestralidade, respectivamente.



Como se observa, as escolas que adotaram a Semestralidade apresentaram rendimentos superiores àquelas que permaneceram na Sérição tradicional. Considerando que, a partir de 2018, todas as escolas devem organizar o trabalho pedagógico na Semestralidade, espera-se uma melhora considerável nesses indicadores a partir desse ano.

Com relação aos dados totais de rendimento do Ensino Médio no DF, como estabelecido na meta em tela, apresentam-se as figuras a seguir:



	Variação percentual em relação a 2015			
	2016	2017	2018	2019
Aprovação	1%	0%	*	*
Reprovação	-4%	-4%	*	*
Abandono	-2%	4%	*	*

Em 2016, houve redução de 4% da taxa de reprovação dos estudantes no Ensino Médio, valor que se manteve em 2017. No entanto, com relação à taxa de abandono, percebe-se uma redução de 2% em 2016, seguido de um aumento de 4% em 2017. Ao se comparar os turnos de oferta, conclui-se que houve aumento muito superior nas taxas de abandono do noturno, o que indica a necessidade de ações próprias direcionadas para esse turno. As dificuldades encontradas no noturno incluem a insuficiente formação continuada para os professores, jornada de trabalho acumulada com a escola para os estudantes e a maior concentração de estudantes em situação de distorção idade/série nesse turno.

A perspectiva é que, a partir de 2018, as taxas de reprovação e abandono sejam reduzidas, em virtude da adoção da Semestralidade em todas as unidades escolares da Rede Pública, em consonância com a meta estipulada no presente PPA.

No ano de 2017, a SEEDF, visando uma maior atuação na diminuição da taxa de distorção idade-série, atuou na articulação e realização de ações para implementação e fortalecimento do Programa para Avanço das Aprendizagens Escolares – PAAE, no ensino fundamental, principalmente na ampliação da oferta e na orientação do trabalho pedagógico das Unidades Regionais de Educação Básica – UNIEB, que acompanham Unidades Escolares que ofertaram turmas do programa. Dessa forma, foi elaborada a Circular Conjunta SUBEB/SUPLAV nº 04/2017, que deu publicidade à Portaria nº 448, DODF 240 de 22/12/2016 que dispõe sobre procedimentos para abertura de turmas de PAAE. Conforme informações do Sistema i-Educar/2017, foi constatado a existência de 176 turmas de PAAE no Ensino Fundamental, as quais atenderam o quantitativo de 4.829 estudantes, distribuídos em 13 (treze) CRE da Rede Pública de Ensino. Houve crescimento na oferta do atendimento se comparado aos anos anteriores.

Ainda nesse sentido de fortalecimento da ação, foram ofertadas 2 (duas) formações para os professores que atuam em turmas do PAAE, frutos de parcerias com a EAPE e a UNICEF: cursos “Quem sabe faz a hora...” e “Promovendo Autoria e Protagonismo de Adolescentes de 15 a 17 anos”. As formações contemplaram cerca de 100 (cem) professores, do total de 170 que atuaram no programa.

Outra ação realizada e que tem impacto direto na redução da defasagem escolar do DF se trata do ENCCEJA – Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos, objeto da Circular SEI-GDF nº 49/2017 – SEE/GAB/SUBEB. No ano de 2017, o Distrito Federal que contou com cerca de 58 mil participantes do Ensino Fundamental e Médio.

Segundo dados do Censo escolar os valores da presente meta, para o ano de 2017, foram os seguintes:

	2015	2016	2017
Reprovação	16,37	15,78	15,73
Abandono	7,39	7,22	7,7
Defasagem	22,05	22,24	21,69

Tendo em vista o processo de implementação da Organização do Trabalho Pedagógico na Semestralidade em todas as unidades escolares de Ensino Médio em 2018, conforme preconiza a Meta 3, Estratégia 3.3 do Plano Distrital de Educação (PDE 2015-2024), a SEEDF trabalhou, em 2017, com a perspectiva de solucionar os desafios relacionados à Semestralidade. Nesse sentido, no primeiro semestre de 2017, foi proposto, em parceria com o Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação, o curso “Concepções e práticas na Semestralidade”, ofertado para todos os professores de Ensino Médio da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

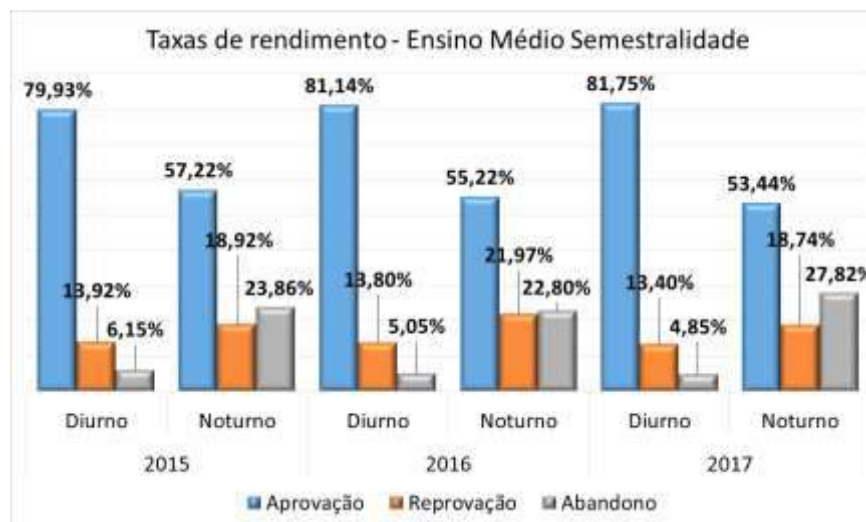
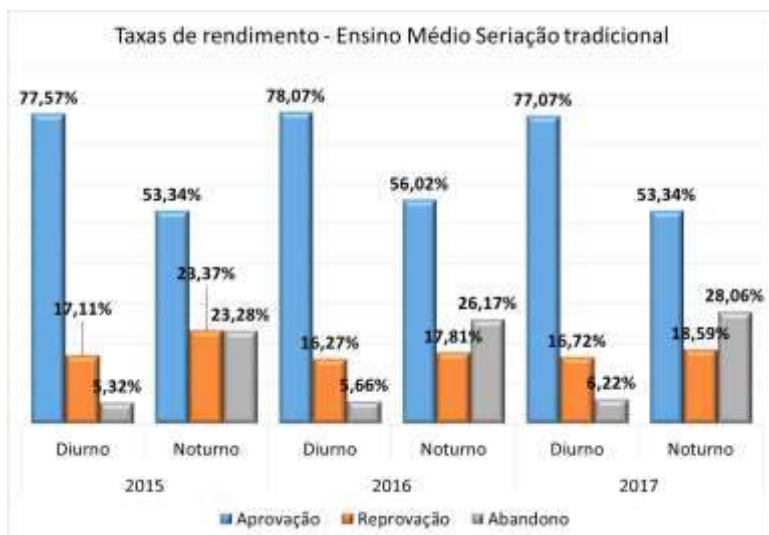
O curso “Concepções e práticas na Semestralidade” foi idealizado no sentido de formar professores multiplicadores da prática pedagógica na Semestralidade juntamente às unidades escolares, por meio dos seus coordenadores pedagógicos locais. Nesse sentido, em 2017, foram formados e habilitados 2.697 professores de Ensino Médio, índice que contribuiu significativamente para superar os desafios relacionados à Organização Pedagógica na Semestralidade.

Em consonância com o curso “Concepções e práticas na Semestralidade”, a SEEDF, por meio da Diretoria de Ensino Médio-DIEM realizou visitas técnicas às Coordenações Regionais de Ensino (CREs), com objetivo de compartilhar as boas práticas e identificar os desafios que essa nova experiência trouxe às unidades escolares, além de esclarecer dúvidas e auxiliar na superação de eventuais problemas decorrentes da nova organização pedagógica.

Buscando, ainda, dar suporte à implementação da semestralidade e ajudar na formação continuada de professores, a SEEDF criou um DRIVE DE EQUIPE, compartilhado com as UNIEBs e unidades escolares com uma série de materiais pedagógicos:

- Guia Prático da Semestralidade;

- Vídeos sobre Semestralidade voltado para professores e estudantes;
- Slides sobre a organização do trabalho pedagógico na Semestralidade;
- Folders para os estudantes com as principais questões sobre Semestralidade.
- Os dados de rendimento escolar no Ensino Médio estão apresentados nas figuras a seguir, relativos à Seriação tradicional e à Semestralidade, respectivamente.



Como se observa, as escolas que adotaram a Semestralidade apresentaram rendimentos superiores àquelas que permaneceram na Seriação tradicional. Considerando que, a partir de 2018, todas as escolas devem organizar o trabalho pedagógico na Semestralidade, espera-se uma melhora considerável nesses indicadores a partir desse ano.

Com relação aos dados totais de rendimento do Ensino Médio no DF, como estabelecido na meta em tela, apresentam-se as figuras a seguir:



	Variação percentual em relação a 2015			
	2016	2017	2018	2019
Aprovação	1%	0%	*	*
Reprovação	-4%	-4%	*	*
Abandono	-2%	4%	*	*

Em 2016, houve redução de 4% da taxa de reprovação dos estudantes no Ensino Médio, valor que se manteve em 2017. No entanto, com relação à taxa de abandono, percebe-se uma redução de 2% em 2016, seguido de um aumento de 4% em 2017. Ao se comparar os turnos de oferta, conclui-se que houve aumento muito superior nas taxas de abandono do noturno, o que indica a necessidade de ações próprias direcionadas para esse turno. As dificuldades encontradas no noturno incluem a insuficiente formação continuada para os professores, jornada de trabalho acumulada com a escola para os estudantes e a maior concentração de estudantes em situação de distorção idade/série nesse turno.

A perspectiva é que, a partir de 2018, as taxas de reprovação e abandono sejam reduzidas, em virtude da adoção da Semestralidade em todas as unidades escolares da Rede Pública, em consonância com a meta estipulada no presente PPA.

No ano de 2017, a SEEDF, visando uma maior atuação na diminuição da taxa de distorção idade-série, atuou na articulação e realização de ações para implementação e fortalecimento do Programa para Avanço das Aprendizagens Escolares – PAAE, no ensino fundamental, principalmente na ampliação da oferta e na orientação do trabalho pedagógico das Unidades Regionais de Educação Básica – UNIEB, que acompanham Unidades Escolares que ofertaram turmas do programa. Dessa forma, foi elaborada a Circular Conjunta SUBEB/SUPLAV nº 04/2017, que deu publicidade à Portaria nº 448, DODF 240 de 22/12/2016 que dispõe sobre procedimentos para abertura de turmas de PAAE. Conforme informações do Sistema i-Educar/2017, foi constatado a existência de 176 turmas de PAAE no Ensino Fundamental, as quais atenderam o quantitativo de 4.829 estudantes, distribuídos em 13 (treze) CRE da Rede Pública de Ensino. Houve crescimento na oferta do atendimento se comparado aos anos anteriores.

Ainda nesse sentido de fortalecimento da ação, foram ofertadas 2 (duas) formações para os professores que atuam em turmas do PAAE, frutos de parcerias com a EAPE e a UNICEF: cursos “Quem sabe faz a hora...” e “Promovendo Autoria e Protagonismo de Adolescentes de 15 a 17 anos”. As formações contemplaram cerca de 100 (cem) professores, do total de 170 que atuaram no programa.

Outra ação realizada e que tem impacto direto na redução da defasagem escolar do DF se trata do ENCCEJA – Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos, objeto da Circular SEI-GDF nº 49/2017 – SEE/GAB/SUBEB. No ano de 2017, o Distrito Federal que contou com cerca de 58 mil participantes do Ensino Fundamental e Médio.

4. Alfabetizar 100% dos estudantes com 8 anos de idade. (SEDF)

2016

A Diretoria de Ensino Fundamental realizou fóruns de discussões nas 14 Coordenações Regionais de Ensino - CREs acerca da implantação da Política Pública de Ciclos para as Aprendizagens referente ao 2º bloco do 2º ciclo nas Unidades de Ensino com o intuito de discutir sobre a unidade pedagógica da escola e a garantia do direito de aprender dos estudantes. Atuou ainda na formação/articulação com os Centros de Referência para os Anos Iniciais - CRAI e com as unidades escolares, tratando sobre avaliação sistematizada dentro da sua rotina de trabalho, levando os profissionais do CRAI a incentivar as escolas a realização desta, por meio do acompanhamento pedagógico, tomando a avaliação formativa como base.

Atuou ainda no aprofundamento dos estudos e da perspectiva trazida pela formação do Pacto Nacional para a Alfabetização na Idade Certa - PNAIC/MEC de professor-pesquisador, de modo a assegurar a permanência dos estudantes com sucesso na escolarização, implicando diretamente na elevação dos índices de aprendizagem dos estudantes matriculados nos anos iniciais. Desta

forma, o trabalho realizado considerou os dados colhidos das avaliações externas, IDEB, SAEB e outros instrumentos utilizados nas unidades escolares, os quais balizaram o planejamento de ações por esta diretoria.

Como resultado, atingimos o índice 3 referente à meta da Provinha Brasil (alunos alfabetizados, capazes de ler textos curtos, inferir informações e reconhecer a finalidade deles) em mais de 90% provas dos estudantes que realizaram a avaliação, no item leitura, restando ainda atingir os 10% restantes. Vale ressaltar que

A “Provinha Brasil” é uma avaliação diagnóstica, de âmbito nacional que visa investigar as habilidades desenvolvidas pelas crianças matriculadas no 2º ano do ensino fundamental das escolas públicas brasileiras. Composta pelos testes de Língua Portuguesa e de Matemática, a Provinha Brasil permite aos professores e gestores obter mais informações que auxiliem o monitoramento e a avaliação dos processos de desenvolvimento da alfabetização e do letramento inicial e das habilidades iniciais em matemática, oferecidos nas escolas públicas brasileiras, mais especificamente, a aquisição de habilidades de Leitura e de Matemática.

Aplicada duas vezes ao ano, a avaliação é dirigida aos alunos que passaram por, pelo menos, um ano escolar dedicado ao processo de alfabetização. Todos os anos os alunos da rede pública de ensino, matriculados no 2º ano do ensino fundamental, têm oportunidade de participar do ciclo de avaliação da Provinha Brasil. A adesão a essa avaliação é opcional, e a aplicação fica a critério de cada secretaria de educação das unidades federadas.

5 - Garantir a implementação do currículo em todas as etapas e modalidades da Educação Básica. (SEDF)

A Diretoria de Ensino Fundamental realizou, em 2016, diversos seminários e rodas de conversas formativas com os coordenadores pedagógicos intermediários, gestores escolares, e em momentos pontuais, com professores, com o objetivo também de fomentar a implementação e discussão dos documentos normativos da SEDF, incluindo o Currículo em Movimento da Educação Básica (2014), de modo a torná-lo conhecido e aplicável. Como decorrência, a DIEF percebeu a necessidade de se definir os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os estudantes do ensino fundamental, possibilitando a garantia do que poderá/deverá ser aprendido ao se concluir essa etapa. O processo de definição desses objetivos de aprendizagem configura ação da DIEF e deverá ser finalizada em 2017.

A Diretoria de Ensino Médio desenvolveu ainda, um resumo sistemático da Orientação Pedagógica " Projeto Político Pedagógico e Coordenação Pedagógica" da SEEDF e disponibilizou para as unidades escolares, por meio dos Coordenadores Intermediários do Ensino Médio das 14 CREs, com o objetivo de orientá-las na construção e/ou reformulação dos seus Projetos Políticos Pedagógicos, já que o PPP é o instrumento de gestão escolar que concretiza o currículo e todas as atividades da escola. Ao analisarmos a versão final dos Projetos Políticos Pedagógicos enviados para a SUBEB, verificamos que o currículo está sendo implementado nas escolas de Ensino Médio.

Já a Diretoria de Educação Infantil promoveu reuniões mensais de formação/orientação pedagógica aos Coordenadores Intermediários e Executores Pedagógicos, bem como atendimento individualizado, elaboração de relatórios de acompanhamento pedagógico junto às unidades escolares (bimestral – pública e quadrimestral – conveniada). Foi elaborado instrumento orientador de acompanhamento da semana de inserção/adaptação das crianças atendidas nas creches e Pré-escola, também por meio dos Coordenadores Intermediários e Executores Pedagógicos. Reelaboração do documento Orientações Pedagógicas para conveniamento e outros instrumentos específicos para o acompanhamento pedagógico. A realização de formação para todos os profissionais atuantes nas turmas de educação infantil, além de elaboração de ementa de dois cursos em parceria com a EAPE, com prioridade para as linguagens do Currículo de Educação Infantil (1- Aprendizagens, prática pedagógica e inclusão na Educação Infantil; 2- Gestão escolar, competências essenciais da equipe gestora das instituições conveniadas e dos CEPs); fortaleceram ainda mais o trabalho realizado.

A realização do projeto IV Plenarilha de Educação Infantil “A cidade e o campo que as crianças querem”; a realização da Semana Distrital de Educação Infantil; e o desenvolvimento do projeto Educação Infantil no Circuito de Ciências tem vindo ao encontro do atendimento da implementação do currículo .

2017

A SEEDF realizou encontros e oficinas junto às Coordenações Regionais de Ensino a fim de fortalecer o trabalho do CRAI, junto às UNIEB/CRE, nas formações e nas ações de acompanhamento das aprendizagens dos estudantes das UE que ofertam atendimento aos anos iniciais. Após análise do resultado das principais avaliações externas (ANA e Prova Brasil) e dos

indicadores de reprovação, por meio do projeto “INTERVINDO PARA AS APRENDIZAGENS” a SEEDF por meio da Diretoria de Ensino Fundamental - DIEF acompanhou as 70 escolas que apresentaram redução nos índices no IDEB entre 2013 e 2015, propondo ações e intervenções, a fim de potencializar o trabalho pedagógico e minimizar as principais dificuldades das aprendizagens dessas UE; Como resultado dessas ações, atingimos os índices 4 e 5 referente à meta da Provinha Brasil - 2ª etapa em 92,6% em Leitura e 95,02% em matemática das provas dos estudantes que realizaram a avaliação.

2018

A SEEDF realizou oficinas pedagógicas em atendimento às demandas das UNIEB's e das Unidades Escolares das 14 CRE's), encontros mensais para o acompanhamento, orientação e formação voltados para a prática pedagógica a fim de subsidiar o trabalho dos articuladores do CRAI, além de acompanhamento e apoio nos Fóruns mensais de Coordenadores Locais e finalmente, ações de acompanhamento, orientação e formação pedagógica (de acordo com a necessidade e solicitação das UNIEB's).

Ainda na perspectiva formativa docente, em parceria com a UnB/CFORM, a SEEDF promoveu um curso referente ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC para os professores atuantes no Bloco I do 2º Ciclo para as Aprendizagens. Nesse sentido, a Pasta elaborou propostas de atividades, compiladas em um material de apoio pedagógico (consumível) denominado “Cadernos Pensar, Fazer e Aprender”, importante recurso didático no processo de alfabetização em língua materna e matemática e destinados aos estudantes dos 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental. Além desse material, os 1.773 professores alfabetizadores puderam contar com as orientações contidas no caderno “Organização do Trabalho Pedagógico”, contribuindo dessa forma para a formação continuada dos docentes, na perspectiva do PNAIC.

Distribuição dos Cadernos do PNAIC em 2018 Coleção “Pensar, fazer e aprender”				
Nº de Escolas atendidas	Nº de Turmas	Nº de Professores/ Coordenadores atendidos	Nº de estudantes atendidos	Total de cadernos entregues para professores, coordenadores e estudantes
379	4.351	5.320	98.285	103.605

Outra ação foi a realização da Prova Diagnostica com objetivo de avaliar os estudantes de 2º, 3º e 4º anos do 2º Ciclo para as Aprendizagens. A partir dos relatórios de desempenho desta avaliação é possível planejar intervenções pedagógicas, tendo como referência os índices de erro e de acerto, podendo assim identificar quais descritores e habilidades (em leitura e matemática) estão as fragilidades e potencialidades dos estudantes.

5. Garantir a implementação do currículo em todas as etapas e modalidades da Educação Básica. (SEDF)

2016

A Diretoria de Ensino Fundamental realizou, em 2016, diversos seminários e rodas de conversas formativas com os coordenadores pedagógicos intermediários, gestores escolares, e em momentos pontuais, com professores, com o objetivo também de fomentar a implementação e discussão dos documentos normativos da SEDF, incluindo o Currículo em Movimento da Educação Básica (2014), de modo a torná-lo conhecido e aplicável. Como decorrência, a DIEF percebeu a necessidade de se definir os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os estudantes do ensino fundamental, possibilitando a garantia do que poderá/deverá ser aprendido ao se concluir essa etapa. O processo de definição desses objetivos de aprendizagem configura ação da DIEF e deverá ser finalizada em 2017.

A Diretoria de Ensino Médio desenvolveu ainda, um resumo sistemático da Orientação Pedagógica " Projeto Político Pedagógico e Coordenação Pedagógica" da SEEDF e disponibilizou para as unidades escolares, por meio dos Coordenadores Intermediários do Ensino Médio das 14 CREs, com o objetivo de orientá-las na construção e/ou reformulação dos seus Projetos Políticos Pedagógicos, já que o PPP é o instrumento de gestão escolar que concretiza o currículo e todas as atividades da escola. Ao analisarmos a versão final dos Projetos Políticos Pedagógicos enviados para a SUBEB, verificamos que o currículo está sendo implementado nas escolas de Ensino Médio.

Já a Diretoria de Educação Infantil promoveu reuniões mensais de formação/orientação pedagógica aos Coordenadores Intermediários e Executores Pedagógicos, bem como atendimento individualizado, elaboração de relatórios de acompanhamento pedagógico junto às unidades escolares (bimestral – pública e quadrimestral – conveniada). Foi elaborado instrumento orientador de acompanhamento da semana de inserção/adaptação das crianças atendidas nas creches e Pré-escola, também por meio dos Coordenadores Intermediários e Executores Pedagógicos. Reelaboração do documento Orientações Pedagógicas para conveniamento e outros instrumentos específicos para o acompanhamento pedagógico. A realização de formação para todos os profissionais atuantes nas turmas de educação infantil, além de elaboração de ementa de dois cursos em parceria com a EAPE, com prioridade para as linguagens do Currículo de Educação Infantil (1- Aprendizagens, prática pedagógica e inclusão na Educação Infantil; 2- Gestão escolar, competências essenciais da equipe gestora das instituições conveniadas e dos CEPs); fortaleceram ainda mais o trabalho realizado.

A realização do projeto IV Plenarilha de Educação Infantil “A cidade e o campo que as crianças querem”; a realização da Semana Distrital de Educação Infantil; e o desenvolvimento do projeto Educação Infantil no Circuito de Ciências tem vindo ao encontro do atendimento da implementação do currículo.

2017

Como a SEEDF empenha-se em garantir não apenas o acesso de todos e todas à educação básica, mas, sobretudo, a permanência com qualidade referenciada nos sujeitos sociais, foi desenvolvido o projeto Intervindo para as Aprendizagens que acompanhou o desenvolvimento pedagógico das 70 escolas de Anos Iniciais, que diminuíram seus resultados no (IDEB) entre 2013 e 2015 e das 70 que possuem índice de reprovação maior ou igual a 15%, nos Anos Finais, proporcionando reflexões e ações acerca das aprendizagens propostas pelo Currículo da Educação Básica do Distrito Federal por meio da interação entre a Diretoria de Ensino Fundamental, as UNIEB's e as unidades escolares. Além disso, a SEEDF fomentou e acompanhou as ações pedagógicas desenvolvidas nas Coordenações Regionais de Ensino, no que se refere ao atendimento específico das unidades escolares selecionadas, propôs ações para minimizar as principais dificuldades pedagógicas dessas e subsidiou as coordenações coletivas através da UNIEB de cada Coordenação Regional de Ensino participante do projeto.

A SEEDF em 2017 promoveu reuniões de formação/orientação pedagógica com os Gestores Pedagógicos responsáveis pelo acompanhamento das Instituições Educacionais Parceiras, bem como atendimento presencial estabelecido em cronograma anual e elaboração de relatórios de acompanhamento pedagógico semanal e trimestral junto à essas unidades, além de acompanhamento in loco, em algumas unidades públicas e parceiras. Foi elaborado ainda, documento de orientação pedagógica para a semana de adaptação das crianças atendidas nas creches e Pré-escola dessa SEEDF. Para atender a unidades escolares públicas e parceiras esta SEEDF promoveu a V Plenarilha da Educação Infantil, momento em que o currículo é evidenciado por meio de um tema que é traduzido da vivência da criança e ofereceu formações para professores e coordenadores com o tema da Plenarilha Criança na Natureza: por um crescimento sustentável e com o tema Desenvolvimento Infantil. Vale ressaltar que foi garantido em Calendário Escolar 3 dias de Formação para professores de Educação Infantil de toda a rede. Em 2017 também foram lançados 2 grandes projetos para garantir a implementação do Currículo: O Projeto Alimentação na Educação Infantil, mais de que cuidar: educar, brincar e interagir - que efetuiu a substituição dos utensílios de plástico do lanche escolar por utensílios de vidro e inox e trouxe as linguagens do Currículo para esse momento privilegiado para aprendizagens, primando por mudanças de comportamentos e atitudes diante da alimentação saudável, que tanto almejamos. Por último foi lançado o 1º Prêmio Professores de Educação Infantil do Distrito Federal. O Prêmio teve como objetivos identificar, valorizar, estimular e dar visibilidade ao trabalho pedagógico realizado pelos professores das Unidades Escolares Públicas e das Instituições Educacionais Parceiras da SEEDF, de modo a promover o seu caráter científico e dar publicidade às boas práticas pedagógicas que contribuem para a melhoria da qualidade da Educação Infantil ofertada no Distrito Federal.

2018

No Distrito Federal, o aceite ao processo de implementação da BNCC da Educação Infantil e Ensino Fundamental deu-se através da assinatura ao Termo de Adesão previsto na Portaria nº 331. Desde o mês de fevereiro de 2018, um grupo de profissionais da rede iniciou as discussões sobre os rumos do trabalho a ser desenvolvido e em indicar uma equipe preliminar de redatores de currículo.

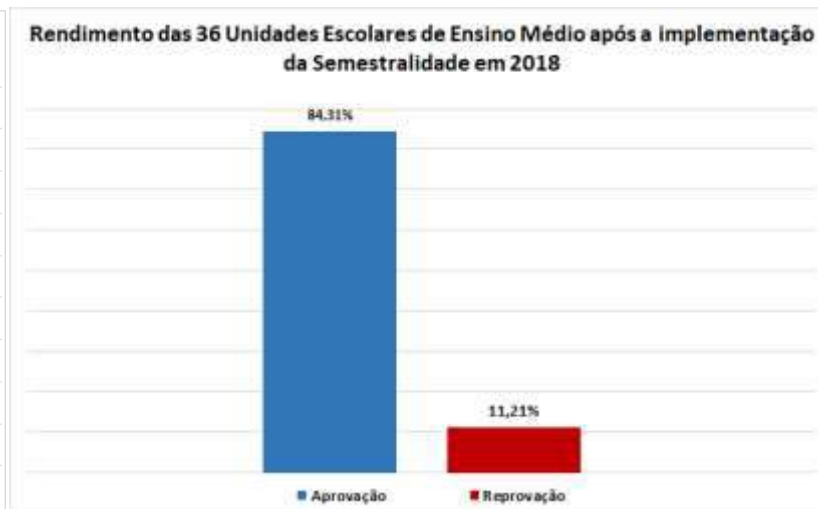
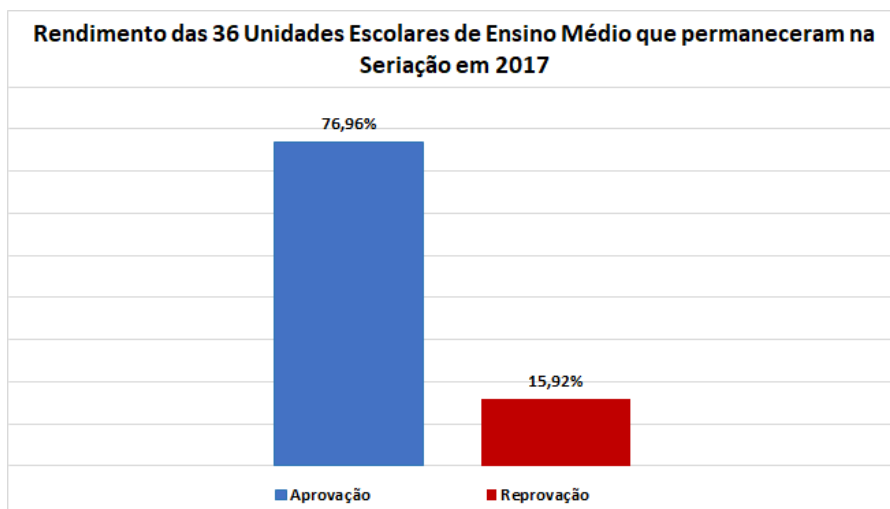
Em março de 2018, foi estabelecido o Movimento Currículo da Educação Básica do Distrito Federal e BNCC - Educação Infantil e Ensino Fundamental. Após as discussões suscitadas pela equipe de implementação. Pro BNCC foi decidido tomar como referência o Currículo em Movimento da Educação Básica, publicado no ano de 2014. Para todos os profissionais envolvidos nesse processo, tornou-se mister atender aos elementos obrigatórios previstos na BNCC sem, no entanto, desconsiderar os avanços e elementos centrais consolidados no Currículo em Movimento, resultados de amplas discussões entre profissionais da educação.

Assim, em dezembro de 2018, foi publicada uma edição revisitada dos cadernos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Currículo em Movimento da Educação Básica.

6. Reduzir, até 2019, a taxa de reprovação no Ensino Médio da Rede Pública de Ensino em, no mínimo, 10% (SEEDF) (Item incluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)

2018

Dando continuidade ao processo de implementação da Semestralidade nas Unidades Escolares de Ensino Médio, conforme preconiza a Meta 3, estratégia 3.3 do Plano Distrital de Educação (PDE 2015-2024), a SEEDF trabalhou na perspectiva de solucionar os desafios relacionados a Semestralidade para que todas as Unidades Escolares que não aderiram a organização semestral em 2017 pudessem se adequar para o cumprimento da referida Meta em 2018. Desta forma, observou-se por meio da análise dos indicadores que essa política pública tem propiciado a redução das taxas de reprovação, conforme demonstram os dados do Censo Escolar de 2017/2018 nos gráficos a seguir:



Ao analisar os gráficos de rendimento das 36 Unidades Escolares que estavam na seriação em 2017 e implementaram a organização do trabalho pedagógico na Semestralidade em 2018, verifica-se que as taxas de reprovação escolar foram reduzidas de 15,92% para 11,21%, ou seja, uma redução de 4,71%. O gráfico a seguir demonstra o rendimento geral de todas as Unidades Escolares de Ensino Médio (Diurno e Noturno) nos anos de 2017 e 2018, conforme dados preliminares do Censo Escolar.



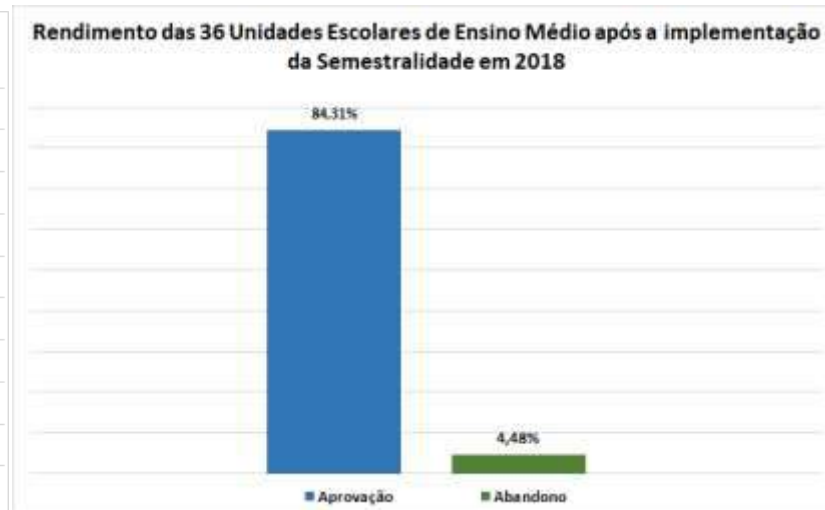
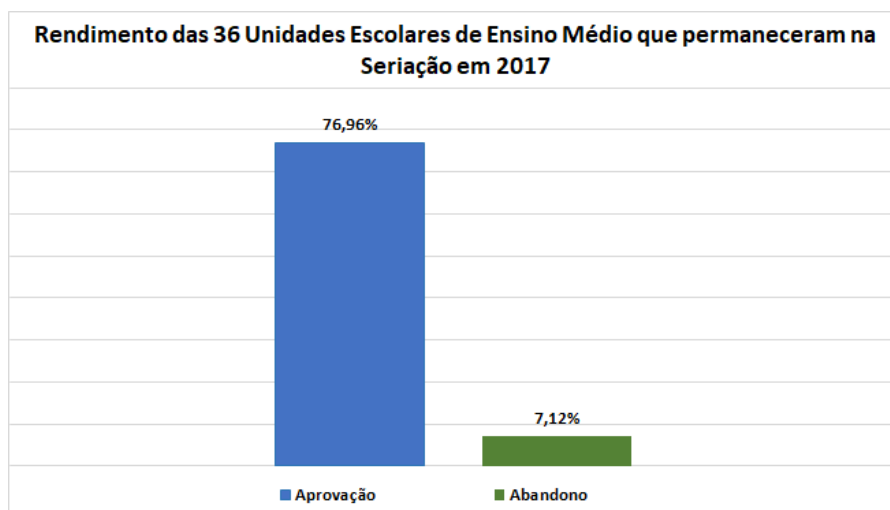
Ao analisar os gráficos de rendimento geral de todas as unidades Escolares de Ensino Médio (Diurno e Noturno), observa-se que as taxas de reprovação escolar foram reduzidas de 15,73% para 12,53%, ou seja, uma redução de 3,2%.

Dentro deste contexto, a SEEDF considera que a reorganização dos tempos e espaços propiciados pela Semestralidade, tem contribuído significativamente e quantitativamente para a redução das taxas de reprovação, pois essa política pública otimiza o rendimento das Unidades Escolares tornando o trabalho pedagógico mais eficiente e efetivo, favorecendo o processo de ensino aprendizagem em conjunto com outras ações articuladas, como a avaliação formativa, a reestruturação curricular, o fortalecimento da coordenação pedagógica, do conselho de classe e da diversificação das estratégias de ensino.

7. Reduzir, até 2019, a taxa de abandono escolar no Ensino Médio em, no mínimo, 30% (SEEDF) (Item incluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)

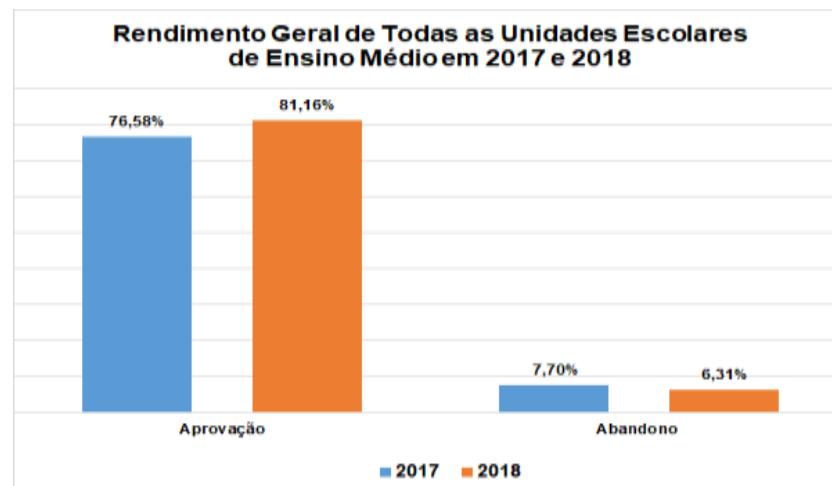
2018

Em 2018, dando continuidade ao processo de implementação da Semestralidade nas Unidades Escolares de Ensino Médio, conforme preconiza a Meta 3, estratégia 3.3 do Plano Distrital de Educação (PDE 2015-2024), a SEEDF trabalhou na perspectiva de solucionar os desafios relacionados a Semestralidade para que todas as Unidades Escolares que não aderiram à organização semestral em 2017 pudessem se adequar para o cumprimento da referida Meta em 2018. Observou-se que por meio da análise dos indicadores que essa política pública tem propiciado a redução das taxas de abandono, conforme demonstram os dados do Censo Escolar de 2017/2018 nos gráficos a seguir:



Ao analisar os gráficos de rendimento das 36 Unidades Escolares que estavam na seriação em 2017 e implementaram a organização do trabalho pedagógico na Semestralidade em 2018, verifica-se que as taxas de abandono das referidas Unidades Escolares foram reduzidas de 7,12% para 4,48%, ou seja, uma redução de 2,64%.

O gráfico a seguir demonstra o rendimento geral de todas as Unidades Escolares de Ensino Médio (Diurno e Noturno) nos anos de 2017 e 2018, conforme dados preliminares do Censo Escolar.



Ao analisar os gráficos de rendimento geral de todas as unidades Escolares de Ensino Médio (Diurno e Noturno), tem-se que as taxas de abandono das referidas Unidades Escolares foram reduzidas de 7,70% para 6,31%, ou seja, uma redução de 1,39%. A SEEDF considera que a reorganização dos tempos e espaços propiciados pela Semestralidade, tem contribuído significativamente e quantitativamente para a redução de abandono, pois essa política pública otimiza o rendimento das Unidades Escolares tornando o trabalho pedagógico mais eficiente e efetivo, favorecendo o processo de ensino aprendizagem em conjunto com outras ações articuladas, como a avaliação formativa, a reestruturação curricular, o fortalecimento da coordenação pedagógica, do conselho de classe e da diversificação das estratégias de ensino.

8 - Reduzir, até 2019, o quantitativo de estudantes em condição de distorção idade/série no Ensino Fundamental em 50% (SEEDF) (Item incluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)

2018

A redução do quantitativo de estudantes em condição de distorção idade/série no Ensino Fundamental foi de 15% a partir da análise comparativa entre os valores de 2015 e 2018.

Em 2018, com os índices de defasagem escolar ainda elevados, a SEEDF continuou empreendendo esforços para abertura de turmas e formação aos profissionais e vem realizando um projeto piloto experimental para subsidiar a reelaboração de nova proposta metodológica de atendimento para correção de fluxo escolar, considerando fim da vigência do Programa para Avanço das Aprendizagens Escolares (PAAE) (2016-2018). A SEEDF assinou o Memorando de Entendimento, que formaliza a parceria entre o GDF e o UNICEF, com vistas à realização da Busca Ativa Escolar e atendimento aos estudantes de 15 a 17 anos em defasagem escolar, bem como fomentou junto às Coordenações Regionais de Ensino, a adesão dos estudantes ao Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos - ENCCEJA.

A estratégia Trajetórias de Sucesso Escolar do UNICEF foi difundida para as escolas com turmas de PAAE de modo a fomentar a sua utilização no trabalho com os estudantes, melhorando o desenvolvimento das turmas e dos estudantes dessas turmas, elaborando proposta de política pública para a correção de fluxo dos estudantes em defasagem idade/ano. Observa-se um aumento no atendimento em turmas de correção de fluxo e uma redução do número total de estudantes em defasagem escolar no decorrer dos últimos quatro anos (Tabela abaixo). Apesar do Programa para Avanço das Aprendizagens Escolares – PAAE representar um avanço na garantia do direito à permanência com qualidade e na oferta à educação àqueles que não a tiveram em idade própria, o atendimento esperado ficou aquém da meta planejada, cuja pretensão era o atendimento de 50% dos estudantes em defasagem escolar no ano de 2015 (62.900).

Ano	Ensino Fundamental	Defasagem	% defasagem	Atendimento em turmas de correção
2015	285.263	62.900	22,05	2.917
2016	279.697	62.191	22,24	2.605
2017	279.568	60.633	21,69	4.420
2018*	272.504	53.478	19,62	3.510

Tabela - Taxa de defasagem escolar em relação ao total de estudantes matriculados no Ensino Fundamental e atendimento no PAAE (2015-2018)

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1511	TAXA DE ATENDIMENTO PLENO DE ESTUDANTES POR MEIO DA OFERTA DO SISTEMA DE GESTÃO I-EDUCAR.	%	70	31/07/2015	80	90	85	91	95	92	100	Censo Escolar/ SEDF / UO 18101 / OE 4
1512	PERCENTUAL DE UNIDADES ESCOLARES QUE OFERTAM ENSINO FUNDAMENTAL CADASTRADAS NO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO.	%	60	30/06/2015	63	58,98	67	58,98	71	52	75	PDE Interativo / Censo Escolar / SEDF / UO 18101 / OE 4
1513	AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO (Itens alterados, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	NOTA	3,6	31/12/2013	-	-	4,4	-	4,4	3,4	-	IDEB/ SEDF / UO 18101 / OE 4
1514	AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (Itens alterados, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	NOTA	5,5	31/12/2013	-	-	6,0	-	6	6	-	IDEB/INEP/ SEDF / UO 18101 / OE 4
1515	AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (Itens alterados, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	NOTA	4,1	31/12/2013	-	-	4,8	-	4,8	4,3	-	IDEB/INEP/ SEDF / UO 18101 / OE 4
1516	TAXA MÉDIA DE REPROVAÇÃO NO ENSINO MÉDIO (DIURNO E NOTURNO) DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL.	%	17,79	31/05/2014	17,3	-	16,9	-	16,4	14,82	16	Censo Escolar / SEDF / UO 18101 / OE 4
1517	QUANTITATIVO DE ABANDONO NO 1º ANO DO ENSINO MÉDIO NOTURNO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL.	UNIDADE	6.873	31/05/2014	6.358	-	5.843	-	5.328	885	4.811	Censo Escolar / SEDF / UO 18101 / OE 4
1518	TAXA MÉDIA DE ESTUDANTES ATENDIDOS EM TURMAS DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NO ENSINO FUNDAMENTAL.	%	5,05	31/12/2014	7,6	3,96	19,9	5,71	33,6	6,13	50,0	Censo Escolar / SEDF / UO 18101 / OE 4
1519	TAXA MÉDIA DE ESTUDANTES NO ENSINO MÉDIO COM DEFASAGEM DE IDADE EM RELAÇÃO À SÉRIE CORRETA.	%	31,77	31/07/2015	30,09	30,05	28,41	31,09	26,73	31,27	25,5	Censo Escolar/ SEDF / UO 18101 / OE 4

Justificativas 2016

Indicador 1511 - O índice foi alcançado de forma exitosa em razão da atuação intensa da equipe no atendimento dos estudantes do ensino fundamental, anos iniciais, finais e ensino médio.

Indicador 1512 - Houve redução no número de Unidades Escolares cadastradoras em razão do desligamento do programa por parte de algumas dessas Unidades.

Indicador 1513 - Índice bianual. Será averiguado em 2017.

Indicador 1514 - Índice bianual. Será averiguado em 2017.

Indicador 1515 - Índice bianual. Será averiguado em 2017.

Indicador 1516 – Após análise dos dados das Unidades Escolares que estão na Semestralidade desde 2013 e fecharam o triênio em 2015 referentes a reprovação, verificou-se que a taxa de reprovação escolar no triênio 2010-2012 (organização anual) que era de 23,56% caiu para 16,12% no triênio 2013-2015 de acordo com os dados do Censo Escolar de 2016. Ao analisarmos as taxas de rendimento de todo o Ensino Médio, verifica-se que de 2014 a 2015, o percentual de reprovação caiu de 19,27% para 18,30%, o que representa queda de 0,97% da taxa de acordo com os dados do Censo Escolar 2016.

Indicador 1517 – Após análise dos dados das Unidades Escolares que estão na Semestralidade desde 2013 e fecharam o triênio em 2015 referentes ao abandono, verificou-se que a taxa de abandono, que era de 11,06% no triênio 2010-2012 caiu para 7,72% no triênio 2013-2015 de acordo com os dados do Censo Escolar de 2016. Ao analisarmos as taxas de rendimento de todo o Ensino Médio, verifica-se que de 2014 a 2015, o percentual de abandono caiu de 19,04% para 14,64%, o que representa queda de 4,4% da taxa de abandono de acordo com os dados do Censo Escolar 2016.

Indicador 1518 - Até 2016 a abertura de turmas foi realizada por adesão pelos gestores das unidades escolares praticada como ato discricionário. Posteriormente foi regulamentada pela portaria nº 448/2016

Indicador 1519 - O índice ficou abaixo por não ter havido implantação do programa de correção de fluxo no ensino médio no biênio 2015/16. Mesmo a Secretaria possuindo orientação pedagógica para a correção idade/série no ensino médio, a implantação é dificultada em razão do estudante em defasagem ser caracterizado por apresentar dois anos de atraso escolar em relação a idade pretendida para o ingresso nessa etapa que é cursada em três anos.

Justificativas 2017

Indicador 1511 - índice alcançado devido à inclusão da Gestão Democrática, do Módulo Creche, parecer 171 e integração com DFTRANS.

Indicador 1512 - Conforme o PDE prevê o atendimento de no mínimo 7h diárias para ser oferta de Educação Integral, a SEDF fez adesão ao Programa Novo Mais Educação. Em outubro de 2016, foram indicadas 245 unidades escolares na plataforma do SIMEC/PAR para o Programa Novo Mais Educação. Dentre as indicadas, cadastraram-se no Programa Novo Mais Educação, através da plataforma do PDDE Interativo, 208 escolas da SEEDF.

Indicador 1513 - Dados ainda não divulgados pelo INEP/MEC. Segundo a Portaria INEP Nº 551, DE 22 DE MARÇO DE 2017, a divulgação dos resultados finais e micro dados públicos da pesquisa pelo Inep será no dia 31/01/2018.

Indicador 1514 - Dados ainda não divulgados pelo INEP/MEC. Segundo a Portaria INEP Nº 551, DE 22 DE MARÇO DE 2017, a divulgação dos resultados finais e micro dados públicos da pesquisa pelo Inep será no dia 31/01/2018.

Indicador 1515 - Dados ainda não divulgados pelo INEP/MEC. Segundo a Portaria INEP Nº 551, DE 22 DE MARÇO DE 2017, a divulgação dos resultados finais e micro dados públicos da pesquisa pelo Inep será no dia 31/01/2018.

Indicador 1516 - Disponíveis a partir de 5 meses do ano subsequente à coleta da matrícula inicial, conforme cronograma disposto na PORTARIA INEP Nº 551, DE 22 DE MARÇO DE 2017.

Indicador 1517 - Disponíveis a partir de 5 meses do ano subsequente à coleta da matrícula inicial, conforme cronograma disposto na PORTARIA INEP Nº 551, DE 22 DE MARÇO DE 2017.

Indicador 1518 - Baixa adesão das Unidades Escolares de Ensino Fundamental pelos seguintes motivos: resistência em trabalhar com estudantes em defasagem escolar, escassez de professores com dupla habilitação, não pagamento de horas residuais, falta de espaço físico, não responsabilização dos gestores/professores ao descumprirem as normas/orientações vigentes.

Indicador 1519 - Os estudantes provenientes do Ensino Fundamental que já apresentam distorção são matriculados no Ensino Médio. Outro aspecto são índices elevados de reprovação, abandono e a evasão escolar devido à falta de estratégias de ensino e de práticas de avaliação formativa, que somada a fatores pessoais, familiares, econômicos e sociais fazem com que os estudantes não adquiram as aprendizagens necessárias para avançarem.

Justificativas 2018

Indicador 1511 - A implantação dos Ciclos e inclusão de ensino integral, alteraram as regras existentes no i-Educar, o que ocasionou em uma reestruturação de todo o sistema, não permitindo alcançar em 2018, o índice desejado.

Indicador 1512 - Não houve incremento, uma vez que o quantitativo de Unidades Escolares indicadas pelo MEC para adesão ao programa novo mais educação foi reduzido. A redução se deve à implantação do Programa Mais Alfabetização, visto que as turmas de 1º e 2º anos deixaram de ser atendidos no Programa Novo Mais Educação, reduzindo assim o quantitativo de estudantes contemplados com a educação integral.

Indicador 1513 - O valor apurado, não corresponde à realidade do DF, pois apenas 11 u. escolares tiveram seus dados registrados. Isso relaciona-se às mudanças ocorridas na metodologia de coleta de dados, conforme Portaria nº 447, de 24/05/2017, e às mudanças políticas que o Brasil atravessava. Vale ressaltar que as Unidades Escolares que ofertam Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio não entraram nos cálculos para mensuração do Ideb.

Indicador 1514 - Registra-se uma evolução do índice em questão, que considera proficiência e fluxo escolar, ao longo dos últimos anos. Considera-se que este é resultado da implementação de políticas como a Organização Escolar em Ciclos para as Aprendizagens, que evidencia a concepção de avaliação para a aprendizagem e propõem uma (re) organização do trabalho pedagógico. Para otimizar os resultados é importante consolidar a proposta de acompanhamento pedagógico envolvendo os níveis central, intermediário e local.

Indicador 1515 - Percebe-se que houve uma evolução do índice em questão, que considera proficiência e fluxo escolar, ao longo dos últimos anos. Todavia, a referida evolução ainda não atingiu o nível desejado. Diante do fato, a SEEDF vem implementando políticas como a Organização Escolar em Ciclos para as Aprendizagens, que evidencia a concepção de avaliação para a aprendizagem e propõem uma (re) organização do trabalho pedagógico.

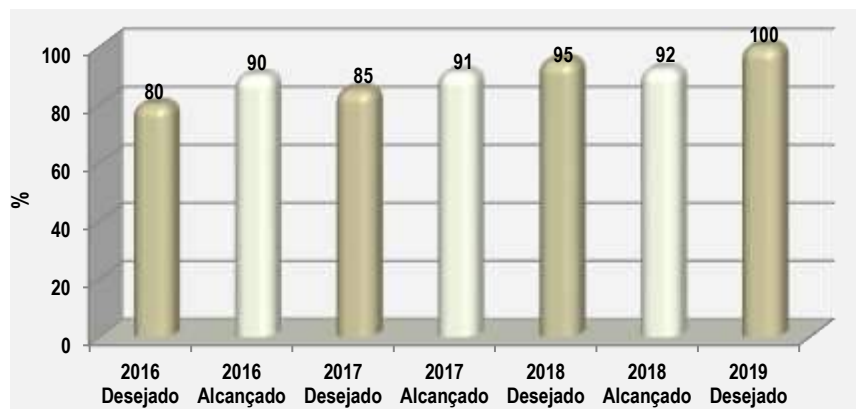
Indicador 1516 - A partir de 2018, consoante a Estratégia 3.3 do PDE, todas as unidades escolares que ofertam Ensino Médio devem estar funcionando com a Semestralidade. Havendo um tempo maior de contato entre o professor e os estudantes, permitindo que sejam desenvolvidas estratégias pedagógicas diversificadas mais adequadas às necessidades educacionais de cada estudante, favorecendo, assim, as aprendizagens e reduzindo as taxas de reprovação.

Indicador 1517 - Consoante a Estratégia 3.3 do PDE, todas as unidades escolares de Ensino Médio devem ofertar a Semestralidade. Havendo um tempo maior de contato entre o professor e os estudantes, permitindo que sejam desenvolvidas estratégias pedagógicas diversificadas mais adequadas às necessidades educacionais de cada estudante, favorecendo, assim, as aprendizagens e tornando o ensino mais atrativo, o que faz que os estudantes permaneçam na escola reduzindo as taxas de abandono.

Indicador 1518 - Por se tratar de um programa que é realizado mediante adesão da gestão da escola, observa-se alguns dificultadores para a mobilização e oferta das turmas do programa. Para alcançar os resultados desejados se faz necessário ajustar a modulação dos professores, reduzir a rotatividade de professores contratados em regime temporário, avaliar a quantidade de estudantes por sala de aula, instituir políticas de formação continuada para os docentes de modo sistemático.

Indicador 1519 - Com a Lei nº13.415/2017, que altera substancialmente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e com a homologação da nova DCNEM e da BNCC em 2018, novas políticas serão implementadas no Distrito Federal para melhoria do acesso, progresso e aprendizagem dos estudantes. Assim, a SEEDF já está desenvolvendo uma nova proposta pedagógica administrativa para o ensino médio do Distrito Federal, a fim de superar os desafios relacionados ao acesso, progresso e aprendizagens dos estudantes

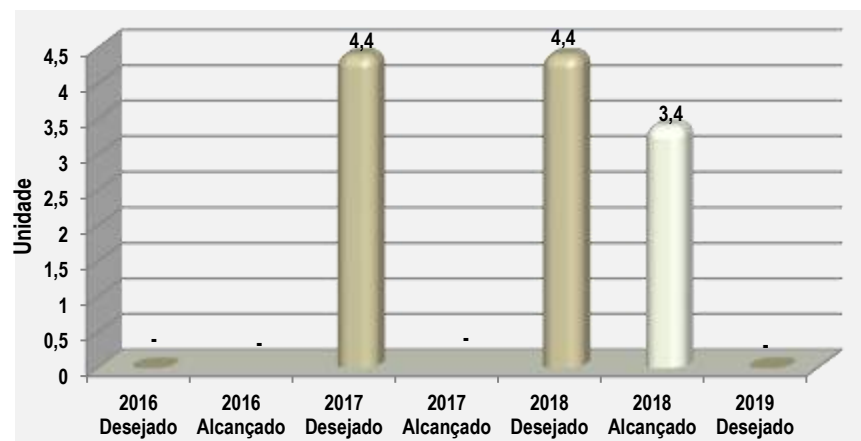
TAXA DE ATENDIMENTO PLENO DE ESTUDANTES POR MEIO DA OFERTA DO SISTEMA DE GESTÃO I-EDUCAR.



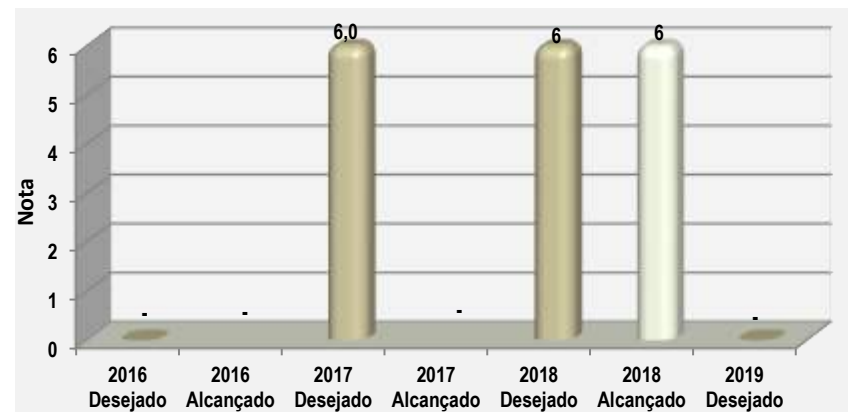
PERCENTUAL DE UNIDADES ESCOLARES QUE OFERTAM ENSINO FUNDAMENTAL CADASTRADAS NO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO.



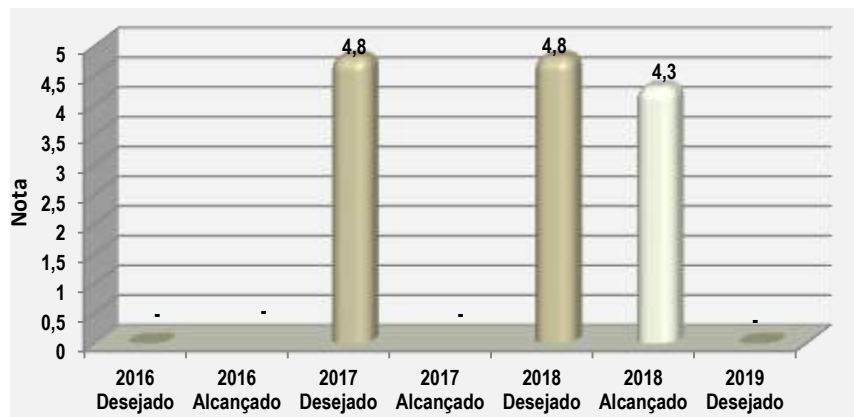
AValiação de desempenho dos estudantes do ensino médio



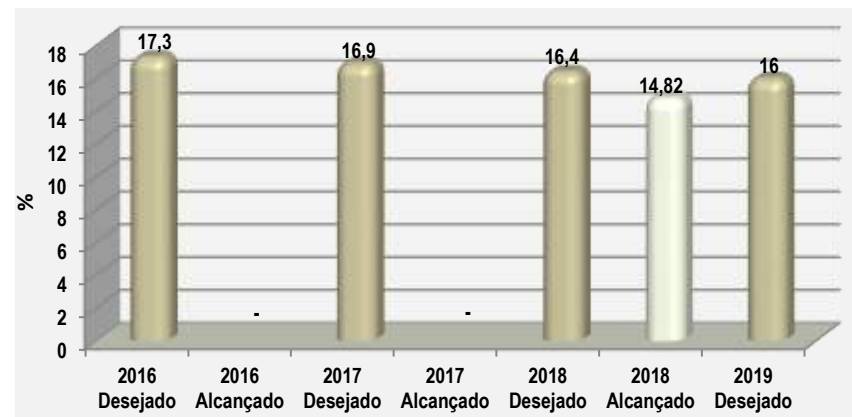
AValiação de desempenho dos estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental.



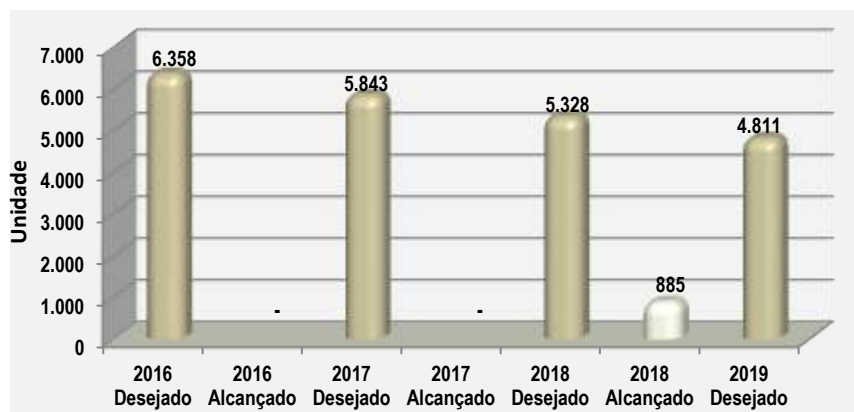
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.



TAXA MÉDIA DE REPROVAÇÃO NO ENSINO MÉDIO (DIURNO E NOTURNO) DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL.



QUANTITATIVO DE ABANDONO NO 1º ANO DO ENSINO MÉDIO NOTURNO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL.



TAXA MÉDIA DE ESTUDANTES ATENDIDOS EM TURMAS DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NO ENSINO FUNDAMENTAL.



TAXA MÉDIA DE ESTUDANTES NO ENSINO MÉDIO COM DEFASAGEM DE IDADE EM RELAÇÃO À SÉRIE CORRETA.



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6221	4	1	Realização de estudos para a criação de um Sistema de Informação da Secretaria específico para acompanhar, monitorar e avaliar a oferta de escolarização para crianças, adolescentes em situação de vulnerabilidade social (população em situação de rua, acolhimento institucional e medidas protetivas), de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Internação, Liberdade Assistida e Semiliberdade, bem como as populações historicamente excluídas (negros/as, indígenas, ciganos/as, travestis e transexuais) e população camponesa. (SEDF).	18101	10	<p>2016 A SEDF aplicou um questionário diagnóstico que objetivou o mapeamento das ações das unidades escolares em relação à aplicação dos Eixos Transversais Cidadania e Educação e para os Direitos Humanos e Educação para a Diversidade. Tal ação possibilitou a criação de um relatório que está sendo utilizado como balizador para a elaboração e proposição de políticas educacionais específicas para todas e cada uma das temáticas apresentadas nesta meta.</p> <p>2017 Após análise do questionário aplicado em 2016, verificou-se que estes estavam contaminados, pois as perguntas apresentavam vícios de construção. Para os próximos exercícios, a SEEDF irá viabilizar a articulação entre SUBEB/SUMTEC/SUPLAV para utilização de banco de dados dos sistemas I-EDUCAR, CENSO ESCOLAR, EDUCACENSO, AVALIAÇÃO EM DESTAQUE para efetivar proposta de desenvolvimento de Sistema Integrado de Informação</p> <p>2018 Houve início as tratativas para criação/inclusão de um Sistema de Informação específico para acompanhamento, monitoramento e avaliação da escolarização da população camponesa, população em situação de rua, estudantes em acolhimento institucional, adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Internação, Liberdade Assistida e Semiliberdade, bem como as populações historicamente excluídas (negros/as, indígenas, ciganos/as e LGBTs).</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6221	4	2	Elaboração de relatórios semestrais para as Secretarias envolvidas com a proteção integral dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. (SEDF)	18101	100	<p>2016 O fluxo previsto de acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas está previsto na Portaria nº 09/2013 que prevê momentos de articulação entre SECRIANÇA e SEEDF, inclusive com emissão de relatórios. Por solicitação das Unidades de Meio Aberto - UAMA/SECRIANCA foram emitidos relatórios individuais, e em fluxo contínuo, de estudantes em cumprimento de medidas socioeducativas.</p> <p>2017 Foi elaborado relatório anual dos Núcleos de Ensino das Unidades de Internação. Por solicitação das Unidades de Meio Aberto - UAMA/SECRIANCA demandando os relatórios individuais de estudantes em cumprimento de medidas socioeducativas, esclarecemos que todos os relatórios solicitados pela SECRIANÇA foram emitidos.</p> <p>2018 Foram elaborados, pelos Núcleos de Ensino das Unidades de Internação Socioeducativas, Relatórios Anuais de Acompanhamento da Política de Escolarização de Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Internação</p>
6221	4	3	Desenvolvimento de instrumento de indicadores de qualidade para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimentos aos estudantes com deficiências, Transtorno Global do Desenvolvimento e Altas Habilidades/ Superdotação, para avaliar 100% das instituições que oferecem atendimento complementar ou suplementar aos estudantes da Educação Especial. (SEDF)	18101	10	<p>2016-Foi realizado contato com a governadoria e a Fundação de apoio a Pesquisa - FAP lançou edital para avaliação dos indicadores de qualidade da Educação Especial na perspectiva da Escola Inclusiva O Edital foi lançado em agosto/2016, resultando em 13 projetos aprovados. O resultado final ainda não é de conhecimento desta Casa.</p> <p>2017 Está em elaboração o instrumento de indicadores de qualidade para funcionamento das instituições públicas que prestam atendimento aos estudantes com deficiência, TGD/TEA e AH/S que oferecem atendimento complementar ou suplementar; informamos que ainda não há acompanhamento de instituições particulares.</p> <p>2018 Não foi concluída a elaboração do instrumento de indicadores de qualidade para funcionamentos das instituições públicas que prestam atendimento aos estudantes com deficiência, TGD/TEA e altas habilidades.</p>
6221	4	4	Realização de mapeamento das áreas de insegurança alimentar para atendimento especial com relação à alimentação escolar. (SEDF)	18101	100	<p>2016 Levantamento das instituições situadas em área de vulnerabilidade social; encaminhamento de circular para as Coordenações Regionais de Ensino elencando as instituições situadas em áreas de vulnerabilidade que não estavam contempladas pela oferta de refeição complementar; determinação das escolas que demonstraram interesse e condições das instalações físicas; início do processo em 2016. As principais dificuldades enfrentadas foram a infraestrutura das cozinhas e depósitos que não permitem o aumento da oferta de mais uma refeição e a carência de recursos humanos. Hoje, das 198 escolas situadas em territórios de vulnerabilidade social, 38 foram atendidas com a refeição complementar, perfazendo um total de 19% das escolas atendidas. Das 77 escolas situadas em zona rural, 35 foram atendidas com refeição complementar, perfazendo um total de 45% das escolas atendidas.</p> <p>2017 O atendimento com a refeição complementar aos estudantes das unidades escolares em áreas de vulnerabilidade social e em zona rural foi mantido ao longo de todo ano letivo de 2017, mas não houve possibilidade de inclusão de novas unidades escolares.</p> <p>2018 Durante o ano de 2018, o atendimento com a refeição complementar e a mudança de atendimento para modalidade de duas refeições aos estudantes das unidades escolares em áreas de vulnerabilidade social e em zona rural foi mantido, bem como houve várias</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						tentativas por parte das áreas técnicas interessadas em ampliar este atendimento. Restou impossibilitada a inclusão de novas unidades escolares rurais no atendimento preconizado em razão da falta de estrutura física para acondicionamento de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, bem como falta de pessoal (manipuladores de alimentação escolar) para que fosse ampliada a oferta, segundo as justificativas das escolas provocadas. Além de tal, foi iniciado no final do ano de 2018 um novo mapeamento quanto à adesão de escolas em região de vulnerabilidade social e zonas rurais para levantamento de dados mais fidedignos quanto ao quadro existente.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

2016/2018

O Objetivo específico 04, intitulado como Melhor Indicador, direcionou suas ações para promover a melhoria dos indicadores da rede pública de ensino do Distrito Federal, contemplando as dimensões de equidade, relevância, pertinência, eficácia e eficiência.

Assim, nesse objetivo, A SEEDF direcionou sua atuação para a implantação do Sistema de Gestão i-educar nas modalidades de ensino: médio, fundamental, educação infantil e Educação de jovens e Adultos.

Avançou também o cadastramento das unidades escolares ofertantes do ensino fundamental no Programa Mais Educação.

Apurou ainda, uma redução nas taxas de reprovação e abandono escolar no ensino médio e uma redução no percentual de estudantes em distorção idade/série no Ensino fundamental.

Essas melhorias deram-se fundamentalmente pela ação contínua da Secretaria de Educação, na implementação e consolidação do Projeto da Organização Escolar em Semestres no Ensino Médio. Houve uma preparação dos coordenadores intermediários das Regionais de Ensino e dos coordenadores locais das Unidades Escolares. A Secretaria desenvolveu uma série de materiais sobre a Semestralidade a fim de fomentar o debate nas Coordenações Regionais de Ensino com os gestores das unidades escolares de Ensino Médio envolvendo também as equipes docentes.

A SEEDF, por meio da Diretoria de Ensino Médio, também acompanhou sistematicamente a produção dos Projetos Político - Pedagógicos das escolas, com objetivo de orientar e direcionar as ações desenvolvidas nas Unidades Escolares. Outras ações diretamente relacionadas a programas e projetos que buscam incentivar a participação ativa dos estudantes em todo o processo de aprendizagem de forma a promover a melhoria dos indicadores da Rede Pública também foram implementadas.

Por meio de sua Diretoria de Ensino Fundamental da subsecretaria de Educação Básica, realizou fóruns de discussões em todas as Coordenações Regionais de Ensino acerca da implantação da Política Pública de Ciclos para as Aprendizagens referente ao 2º bloco do 2º ciclo nas Unidades de Ensino, com o intuito de discutir sobre a unidade pedagógica da escola e a garantia do direito de aprender dos estudantes. Atuou ainda na formação e articulação com os Centros de Referência para os Anos Iniciais - CRAI e com as unidades escolares, tratando sobre avaliação sistematizada dentro da sua rotina de trabalho, levando os profissionais do CRAI a incentivar às escolas, a realização desta por meio do acompanhamento pedagógico, tomando a avaliação formativa como base.

Atuou ainda no aprofundamento dos estudos e da perspectiva trazida pela formação do Pacto Nacional para a Alfabetização na Idade Certa - PNAIC/MEC de professor-pesquisador de modo a assegurar a permanência dos estudantes com sucesso na escolarização, implicando diretamente na elevação dos índices de aprendizagem dos estudantes matriculados nos anos iniciais.

Como resultado, foi atingido o índice 3 referente à meta da Provinha Brasil - alunos alfabetizados, capazes de ler textos curtos, inferir informações e reconhecer a finalidade deles - em mais de 90% das provas dos estudantes que realizaram a avaliação no item leitura.

Ainda seguindo as metas definidas no referido Objetivo, a Secretaria de Educação realizou seminários e reuniões formativas com os coordenadores pedagógicos intermediários, gestores escolares, e professores com o objetivo, também, de fomentar a implementação e discussão dos documentos normativos da SEEDF, incluindo o Currículo em Movimento da Educação Básica, de modo a torná-lo conhecido e aplicável.

Foi desenvolvido também um resumo sistemático da Orientação Pedagógica "Projeto Político Pedagógico e Coordenação Pedagógica" da SEEDF, que foi disponibilizado para as unidades escolares por meio dos Coordenadores Intermediários do Ensino Médio das 14 CREs, com o objetivo de orientá-los na construção e/ou reformulação dos seus Projetos Políticos Pedagógicos

Houve reuniões mensais de formação/orientação pedagógica com Coordenadores Intermediários e Executores Pedagógicos, bem como atendimento individualizado, elaboração de relatórios de acompanhamento pedagógico junto às unidades escolares. Foi elaborado instrumento orientador de acompanhamento da semana de inserção/adaptação das crianças atendidas nas creches e Pré-escola, também por meio dos Coordenadores Intermediários e Executores.

Nas ações não orçamentárias, houve iniciativas importantes como a realização de estudos para a criação de um Sistema de Informação da Secretaria, específico para acompanhar, monitorar e avaliar a oferta de escolarização para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social - população de rua, acolhimento institucional e medidas protetivas de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Internação, Liberdade Assistida e semi liberdade, bem como as populações historicamente excluídas. Também foi desenvolvido instrumento de indicadores de qualidade para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimentos aos estudantes com deficiências, Transtorno Global do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação.

Por fim, foi verificado também o não alcance de percentual total no conjunto das metas estabelecidas para o cumprimento do objetivo. Tal fato deu-se fundamentalmente por inexistência de disponibilidade orçamentária e, em menor proporção, por inadequação do quantitativo da força de trabalho.

Assim, avalia-se que, no conjunto de ações vinculadas – orçamentárias e não orçamentárias – atingiu-se a meta em aproximadamente 60% ou seja, o público alvo foi parcialmente contemplado.

Em 2017, a SEEDF direcionou sua atuação para a implantação do Sistema de Gestão i-educar nas modalidades de ensino: médio, fundamental, educação infantil e educação de jovens e adultos, dando continuidade na meta estabelecida. Foram desenvolvidos no i-Educar o Módulo de Eleições e implementada a modalidade de educação de jovens e adultos – EJA. Por outro lado, foram realizadas manutenções evolutivas no Sistema de Gestão Acadêmica - SAGE visando à sua implantação na rede a partir do próximo ano.

Avançou no cadastramento das unidades escolares ofertantes do ensino fundamental no Programa Mais Educação, bem como houve uma redução nas taxas de reprovação escolar no ensino médio e uma redução no percentual de estudantes em distorção idade/série no Ensino fundamental.

Em 2017, a SEEDF atuou na articulação de ações de implementação do Programa para Avanço das Aprendizagens Escolares – PAAE, ampliação do atendimento da oferta e na orientação do trabalho pedagógico das Coordenações Regionais de Ensino, que acompanham unidades escolares que ofertaram turmas do Programa. Foram constatadas 176 turmas do PAAE no Ensino Fundamental em 13 Regionais de Ensino. Esse atendimento representou o alcance de 4.829 (quatro mil, oitocentos e vinte e nove) estudantes. Foram ofertados ainda cursos para os docentes atuantes no Programa em parceria com a EAPE e UNICEF.

A SEEDF também acompanhou sistematicamente a produção dos Projetos Político-Pedagógicos das escolas, com objetivo de orientar e direcionar as ações desenvolvidas nas Unidades Escolares. Outras ações diretamente relacionadas a programas e projetos que buscam incentivar a participação ativa dos estudantes em todo o processo de aprendizagem de forma a promover a melhoria dos indicadores da Rede Pública também foram implementadas.

A SEEDF por meio da Diretoria de Ensino Fundamental realizou fóruns de discussões em todas as Coordenações Regionais de Ensino acerca da implantação da Política Pública de Ciclos para as Aprendizagens, referente ao 2º bloco do 2º ciclo nas Unidades de Ensino com o intuito de discutir sobre a unidade pedagógica da escola e a garantia do direito de aprender dos estudantes. Atuou ainda na formação/articulação com os Centros de Referência para os Anos Iniciais - CRAI e com as unidades escolares, tratando sobre avaliação sistematizada dentro da sua rotina de trabalho, levando os profissionais do CRAI a incentivar as escolas a realização desta, por meio do acompanhamento pedagógico, tomando a avaliação formativa como base.

Também em 2017 a SEEDF por meio da Diretoria de Ensino Fundamental realizou encontros e oficinas junto às Coordenações Regionais de Ensino a fim de fortalecer o trabalho do CRAI, junto às UNIEB/CRE, nas formações e nas ações de acompanhamento das aprendizagens dos estudantes das UE que ofertam atendimento aos anos iniciais. Após análise do resultado das principais avaliações externas e dos indicadores de reprovação, por meio do projeto intervindo para as aprendizagens a Secretaria por meio da Diretoria de Ensino Fundamental acompanhou as 70 escolas que apresentaram redução nos índices no IDEB, propondo ações e intervenções a fim de potencializar o trabalho pedagógico e minimizar as principais dificuldades das aprendizagens. Como resultado dessas ações, atingiu-se os índices 4 e 5 referente à meta da Provinha Brasil - 2ª etapa em 92,6% em Leitura e 95,02% em matemática das provas dos estudantes que realizaram a avaliação.

Atuou ainda no aprofundamento dos estudos e da perspectiva trazida pela formação do Pacto Nacional para a Alfabetização na Idade Certa - PNAIC/MEC de professor-pesquisador de modo a assegurar a permanência dos estudantes com sucesso na escolarização, implicando diretamente na elevação dos índices de aprendizagem dos estudantes matriculados nos anos iniciais. Como

resultado, foi atingido o índice 3 referente à meta da Provinha Brasil - alunos alfabetizados, capazes de ler textos curtos, inferir informações e reconhecer a finalidade deles - em mais de 90% das provas dos estudantes que realizaram a avaliação no item leitura.

Ainda seguindo as metas definidas no referido Objetivo Específico, a Secretaria de Estado de Educação realizou seminários e reuniões formativas com os coordenadores pedagógicos intermediários, gestores escolares, e professores com o objetivo também de fomentar a implementação e discussão dos documentos normativos da SEEDF, incluindo o Currículo em Movimento da Educação Básica, de modo a torná-lo conhecido e aplicável.

Foi desenvolvido um resumo sistemático da Orientação Pedagógica "Projeto Político Pedagógico e Coordenação Pedagógica" da SEEDF e disponibilizado para as unidades escolares por meio dos Coordenadores Intermediários do Ensino Médio das 14 CREs, com o objetivo de orientá-los na construção e/ou reformulação dos seus Projetos Políticos Pedagógicos

Tendo em vista o processo de implementação da Organização do Trabalho Pedagógico na Semestralidade em todas as unidades escolares de Ensino Médio em 2018, conforme preconiza a Meta 3, Estratégia 3.3 do Plano Distrital de Educação (PDE 2015-2024), a SEEDF trabalhou, em 2017, com a perspectiva de solucionar os desafios relacionados à Semestralidade. Como se pode observar pelos dados apresentados no Objetivo acima, as escolas que adotaram a Semestralidade apresentaram rendimentos superiores àquelas que permaneceram na Seriação tradicional. Considerando que, a partir de 2018, todas as escolas devem organizar o trabalho pedagógico na Semestralidade, espera-se uma melhora considerável nesses indicadores a partir desse ano.

Houve reuniões mensais de formação/orientação pedagógica com Coordenadores Intermediários e Executores Pedagógicos, bem como atendimento individualizado, elaboração de relatórios de acompanhamento pedagógico junto às unidades escolares. Foi elaborado instrumento orientador de acompanhamento da semana de inserção/adaptação das crianças atendidas nas creches e pré-escola, também por meio dos Coordenadores Intermediários e Executores.

Nas ações não orçamentárias desse Objetivo houve iniciativas importantes como a realização de estudos para a criação de um Sistema de Informação da Secretaria, específico para acompanhar, monitorar e avaliar a oferta de escolarização para crianças, adolescentes em situação de vulnerabilidade social - população de rua, acolhimento institucional e medidas protetivas, de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de internação, liberdade assistida e semiliberdade, bem como as populações historicamente excluídas. Também foi desenvolvido instrumento de indicadores de qualidade para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimentos aos estudantes com deficiências, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Por fim, verificou-se que houve dificuldade no atingimento de percentual total no conjunto das metas estabelecidas para o cumprimento do objetivo específico 004. Isso se deu fundamentalmente por inexistência de disponibilidade orçamentária e, em menor proporção, pelo quantitativo da força de trabalho.

Em 2018, a SEEDF continuou direcionando suas ações para promover a melhoria dos indicadores da rede pública de ensino do Distrito Federal, contemplando as dimensões de equidade, relevância, pertinência, eficácia e eficiência.

Assim, nesse objetivo, a SEEDF atuou no processo de implementação da BNCC. Assim, após estudos, discussões e instituição do Movimento Currículo da Educação Básica do Distrito Federal e BNCC - Educação Infantil e Ensino Fundamental no âmbito da Subsecretaria de Educação Básica - SUBEB. Em dezembro de 2018, foi publicada uma edição revisada dos cadernos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Currículo em Movimento da Educação Básica.

Valorizando a formação docente, a SEEDF realizou curso no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC para os professores atuantes no Bloco I do 2º Ciclo para as Aprendizagens. Nesse sentido, a SEEDF elaborou propostas de atividades, compiladas em um material de apoio pedagógico denominado "Cadernos Pensar, Fazer e Aprender", importante recurso didático no processo de alfabetização em língua materna e matemática e destinados aos estudantes dos 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental.

Outro avanço foi o fortalecimento da realização da Prova Diagnóstica que na edição de 2018, teve como objetivo avaliar os estudantes de 2º, 3º e 4º anos do 2º Ciclo para as Aprendizagens. A partir dos relatórios de desempenho desta avaliação é possível planejar intervenções pedagógicas, tendo como referência os índices de erro e de acerto, podendo assim identificar em quais descritores e habilidades (em leitura e matemática) estão as fragilidades e potencialidades dos estudantes.

Houve também, em 2018, uma redução de 15% no quantitativo de estudantes em condição de distorção idade/série no Ensino Fundamental, a partir da análise comparativa entre os valores de 2015 e 2018. Para isso, com os índices de defasagem escolar ainda elevados, a SEEDF continuou empreendendo esforços para abertura de turmas e formação aos profissionais e vem realizando um projeto piloto experimental para subsidiar a reelaboração de nova proposta metodológica de atendimento para correção de fluxo escolar, considerando fim da vigência do PAAE (2016-2018). Também fomentou junto às Coordenações Regionais de Ensino, a adesão dos estudantes ao Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos - ENCCEJA.

A SEEDF, por meio da Diretoria de Ensino Médio, continuou no acompanhamento sistemático da produção das Propostas Pedagógicas das escolas, com objetivo de orientar e direcionar as ações desenvolvidas nas Unidades Escolares. E foram realizados esforços para mitigar os desafios da redução do abandono e reprovação. Além disso, foram realizados encontros regionais para a discussão e reflexão sobre a reforma do Ensino Médio.

Uma estratégia importante para registro e levantamento de informações para acompanhamento, monitoramento e avaliação da escolarização da população camponesa, população em situação de rua, estudantes em acolhimento institucional, adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Internação, Liberdade Assistida e Semiliberdade, bem como as populações historicamente excluídas (negros/as, indígenas, ciganos/as e LGBTs) foi o início das tratativas para criação de um Sistema de Informação específico (ou inclusão nos já implementados pela SEEDF).

A SEEDF também atuou para que os Núcleos de Ensino das Unidades de Internação Socioeducativas elaborassem os Relatórios Anuais de Acompanhamento da Política de Escolarização de Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Internação.

Por outro lado, no ano de 2018, a elaboração do instrumento de indicadores de qualidade para funcionamentos das instituições públicas que prestam atendimento aos estudantes com deficiência, TGD/TEA e altas habilidades não foi concluída.

Observa-se que apesar dos avanços em consequência dos esforços realizados pelas áreas técnicas dessa Secretaria, continuam sendo identificadas dificuldades para se atingir metas relativas aos indicadores.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

005 – SISTEMA DE AVALIAÇÃO: Implantar e implementar sistema de avaliação e monitoramento da Rede de Ensino com vistas à garantia do direito às aprendizagens dos estudantes do Distrito Federal.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

18.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DF – SEDF

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL(D/A)
6221	EDUCA MAIS BRASILIA	5	1	Implantar Diretrizes de Avaliação definidas pela SEDF para 100 % dos estudantes da Educação Especial. (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	50	60	60		60,0
6221	EDUCA MAIS BRASILIA	5	2	Elaborar itens para compor o Banco de Itens com o acréscimo anual de, no mínimo, 10% em relação ao ano anterior, de modo a promover condições para a realização do acompanhamento do desempenho do rendimento escolar dos estudantes da Rede de Ensino do Distrito Federal. (SEDF)	10	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0		0,0
6221	EDUCA MAIS BRASILIA	5	3	Promover a Avaliação Institucional, destinada à realização de diagnóstico do contexto escolar, junto a 100% dos gestores das unidades escolares da Rede Pública de Ensino cadastradas no Censo Escolar. (SEDF) <i>(Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)</i>	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	97	97	100		100,0
6221	EDUCA MAIS BRASILIA	5	4	Realizar a Avaliação Institucional em 100% das instituições de ensino da Rede Particular de Ensino cadastradas no Censo Escolar do Distrito Federal. (SEDF) <i>(Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)</i>	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	58,2	58,2	58,2		58,2
6221	EDUCA MAIS BRASILIA	5	5	Realizar a Avaliação Institucional, destinada à realização de diagnóstico do contexto escolar, junto a 75% dos docentes das unidades escolares da Rede Pública de Ensino, cadastradas no Censo Escolar. (SEDF)	75	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	27	45,65	45,65		60,9
6221	EDUCA MAIS BRASILIA	5	6	Realizar a Avaliação Institucional, destinada à realização de diagnóstico do contexto escolar, junto a 70% dos estudantes das unidades escolares da Rede Pública de Ensino, cadastradas no Censo escolar. (SEDF)	70	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0		0,0
6221	EDUCA MAIS BRASILIA	5	7	Implementar, até 2016, sistemática de avaliação de rede, vinculada ao Currículo da Educação Básica e às demais diretrizes educacionais do Distrito Federal, por meio de sistema informatizado destinado a gerenciar os dados das avaliações externas e os indicadores educacionais. (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	30	70	100		100,0
6221	EDUCA MAIS BRASILIA	5	8	Criar, até 2018, metas de aprendizagens para as avaliações externas e para os indicadores educacionais de todas as unidades escolares de todas as etapas e as modalidades da Educação Básica. (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	10		10,0

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL(D/A)
6221	EDUCA MAIS BRASILIA	5	9	Elaborar, até 2016, estratégias para o acompanhamento de todas as unidades escolares com baixo desempenho nas avaliações externas. (SEDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100		100,0

Análise Qualitativa

1. Implantar Diretrizes de Avaliação definidas pela SEDF para 100 % dos estudantes da Educação Especial. (SEDF)

2016

A partir da publicação das Diretrizes de Avaliação Educacional em 2014, As áreas técnicas da Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação e da Subsecretaria de Educação Básica realizaram diversas ações para a implantação do referido documento, como cursos de formação com gestores, coordenadores pedagógicos locais e professores das 14 Coordenações Regionais de Ensino além da sistematização de procedimentos de exames externos com adequação aos estudantes atendidos pela Educação Especial. Em 2017 foi instituído em Grupo de Trabalho para proceder a avaliação e revisão do referido documento.

2017

A reformulação das diretrizes de avaliação (2014-2016) foi encaminhada pela SEEDF por meio da Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB) para consulta pública com a contribuição das áreas técnicas da Diretoria de Avaliação. Após esta etapa o documento será encaminhado para o Conselho de Educação do Distrito Federal para aprovação.

2018

Em novembro e dezembro de 2018, a SEEDF finalizou o documento de reformulação diretrizes de avaliação educacional (2014-2016) o qual foi posteriormente encaminhado ao Conselho de Educação do Distrito Federal.

2. Elaborar itens para compor o Banco de Itens com o acréscimo anual de, no mínimo, 10% em relação ao ano anterior, de modo a promover condições para a realização do acompanhamento do desempenho do rendimento escolar dos estudantes da Rede de Ensino do Distrito Federal. (SEDF)

2016

O referido banco de itens deverá compor o Sistema Permanente de Avaliação Educacional da SEEDF que ainda está em processo de implementação uma vez que demanda sistematizações pedagógicas e institucionais para a sua finalização e execução. Este momento de consolidação do sistema caracteriza-se por ações processuais que, institucionalmente, necessitam de articulações técnicas e pedagógicas e, ainda, em conjunto com a comunidade escolar, abrir espaço para conhecimento e discussões acerca do Sistema de Acompanhamento.

2017

Essa ação ainda não foi efetivada por demandar outros procedimentos técnicos tais como: elaboração de uma matriz de referência de avaliação para a SEEDF, curso de formação e preparação de ambiente tecnológico. Ressalta-se que para a iniciarmos a referida ação foi necessária a aprovação (mesmo que parcial), por parte do Ministério da Educação e Conselho Nacional de Educação, da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), para dar início ao trabalho de construção da matriz de referência da SEEDF. Sendo assim, a referida ação terá início em junho/2018, após aprovação da BNCC, a qual encontra-se para aprovação junto ao Conselho Nacional de Educação. Para a construção da matriz de referência serão designados professores, por área de conhecimento, a partir até junho/2018. Será elaborado, em conjunto ao Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (EAPE), Curso de Formação para elaboração de itens. Esta ação ocorrerá

independentemente da aprovação da BNCC. Para a construção de uma matriz de referência, após a elaboração dos itens propostos pelos professores, deverá ser realizada a metodologia de testagens dos itens prevista para novembro e dezembro/2018. A testagem de itens é necessária para se comprovar a veracidade metodologia aplicada nas metodologias utilizadas para exames em larga escala.

2018

A ação ainda não foi efetivada por demandar outros procedimentos técnicos, tais como publicação do Currículo da SEEDF e elaboração de uma matriz de referência de avaliação para a SEEDF, curso de formação e preparação de ambiente tecnológico. Com a publicação da BNCC do Ensino Fundamental, as secretarias de educação tiveram que reformular seus currículos para se adequar à base, momento que aconteceu na SEEDF durante o ano de 2018, o que culminou, em dezembro de 2018, na publicação do novo currículo. Após a publicação, a SEEDF está sistematizando a elaboração da Matriz de Referência da SEEDF. Ressalta-se que ainda não foi elaborado o novo currículo do Ensino Médio. Após esses procedimentos, é possível iniciar as elaborações de itens e pré-testagens de itens para ser inseridos em um banco de itens.

3. Promover a Avaliação Institucional, destinada à realização de diagnóstico do contexto escolar, junto a 100% dos gestores das unidades escolares da Rede Pública de Ensino cadastradas no Censo Escolar. (SEDF) (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)

2016

Em 2016 foi desenvolvido um novo sistema para preenchimento do formulário avaliativo, o que proporcionou um acréscimo de 27% de participação em relação à última aplicação em 2014 (aplicação Bianual). Uma fragilidade encontrada na implantação está na utilização dos endereços eletrônicos das unidades escolares, uma vez que muitos são pessoais, e outros que foram alterados, mas não foram comunicados à área central. Para superar essa fragilidade, serão criadas contas de e-mail padronizadas por Unidade Escolar, conforme Projeto #Conecta DF instituído pela Portaria 16 de 25/01/2017 - DODF.

2017

Índice não apurado pois a Avaliação Institucional é realizada bianualmente, assim, no ano de 2017 não houve avaliação. Entretanto, no exercício de 2017, os resultados de 2016 foram analisados e disponibilizados por meio de um sistema de consulta desenvolvido por técnicos da SEEDF. Os resultados com tratamento estatístico foram apresentados em forma de pôster na Reunião da Associação Brasileira de Avaliação – ABAVE – em agosto de 2017.

2018

Avaliação realizada no período de 17/09/2018 a 13/10/2018 em quase a totalidade das escolas. Apenas o Centro Educacional 01 de Brasília não respondeu ao formulário por apresentar especificidades intrínsecas à sua gestão (as salas de professores e salas de leitura localizam-se dentro das unidades prisionais do Distrito Federal (6 unidades), os dados quantitativos foram arredondados para 100% pois o percentual de representação de 1 unidade escolar que não participou é muito pequeno. Relatório com resultados preliminares encontra-se disponível no endereço: <http://avaliacao.se.df.gov.br/> -

4. Realizar a Avaliação Institucional em 100% das instituições de ensino da Rede Particular de Ensino cadastradas no Censo Escolar do Distrito Federal. (SEDF) (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)

2016

A Avaliação Institucional da Rede Privada foi realizada pela primeira vez, de forma censitária. Para um apoio na sensibilização quanto a importância da participação dos gestores, foi realizada uma parceria como o Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal - SINEPE. O desafio para as próximas edições será aumentar a participação dos gestores no processo avaliativo.

2017

Índice não apurado pois a Avaliação Institucional é realizada bianualmente, assim, no ano de 2017 não houve nova aplicação. Os resultados de 2016 foram analisados e disponibilizados à COSIE/COPAV- SUPLAV por meio de um sistema de consulta desenvolvido por técnicos da DIAV. Os resultados analisados com base na legislação foram apresentados em forma de relatório à COSIE/COPAV/SUPLAV.

2018

Avaliação reprogramada para o ano de 2019 em razão de dificuldades na organização cadastral dos e-mails, por força do momento eleitoral, como também devido à reduzida equipe disponível (duas servidoras estavam em licença). Optou-se por priorizar o projeto piloto do SIPAEDF.,

5. Realizar a Avaliação Institucional, destinada à realização de diagnóstico do contexto escolar, junto a 75% dos docentes das unidades escolares da Rede Pública de Ensino, cadastradas no Censo Escolar. (SEDF)

2016

A aplicação desta avaliação é bianual e como estratégia para realização em 2016, foi elaborado um novo sistema para preenchimento do formulário avaliativo. Um dos grandes desafios na implementação está na fragilidade cadastral dos docentes e de seus endereços eletrônicos. Assim, como estratégias para superação desses obstáculos, a SEEDF está providenciando a criação de contas de e-mail padronizadas, conforme consta no Projeto #ConectaDF instituído pela Portaria 16 de 25/01/2017 – DODF e também, sensibilizando os profissionais da educação quanto a importância da participação de todos os docentes no processo avaliativo.

2017

O público-alvo da avaliação foi ampliado para todos os profissionais da educação da Rede Pública do DF – Base da SUGEP – 37 mil servidores cadastrados. 37 mil links de acesso ao formulário online foram enviados aos e-mails dos servidores da SEEDF lotados nas escolas, Administração da CRE, das Sedes e Bibliotecas. Responderam 16.891 profissionais da educação o que corresponde a 45,65% dos servidores cadastrados.

2018

Avaliação realizada bianualmente. Assim, no ano de 2018 não houve aplicação. Foi disponibilizado, para os gestores centrais, acesso aos dados brutos da aplicação de 2017, que envolveu todos os profissionais da educação, por meio do endereço eletrônico: <http://www.suplav.se.df.gov.br/sistemas/avi/index.php/admin> e encontra-se disponível no endereço: <http://avaliacao.se.df.gov.br/>

6. Realizar a Avaliação Institucional, destinada à realização de diagnóstico do contexto escolar, junto a 70% dos estudantes das unidades escolares da Rede Pública de Ensino, cadastradas no Censo escolar. (SEDF)

2016

Será aplicada pela primeira vez em 2017 uma vez que foram encontrados alguns entraves no desenvolvimento do processo como a fragilidade cadastral dos estudantes e a falta de informação quanto a importância da participação nesse procedimento avaliativo. A SEEDF vem trabalhando para minimizar tais entraves através do recadastramento dos endereços eletrônicos dos alunos e promoção de sensibilização e conscientização da importância do processo avaliativo.

2017

Será aplicada de forma amostral em 2018 como piloto de aplicação. A necessidade de alteração da meta proposta em 2016 para uma aplicação amostral deve-se ao fato da importância de realização de um piloto para verificar viabilidade de infraestrutura, funcionamento e adequabilidade do sistema, uma vez que a proposta inovadora da DIAV é a aplicação de instrumentos online com a criação de contas padronizadas em parceria com a Google (Gsuite).

2018

Avaliação ainda não realizada por dificuldades na organização cadastral dos e-mails dos estudantes, como também em razão das dificuldades tecnológicas de disponibilização de equipamentos para acesso dos estudantes aos formulários de aplicação. Foi realizado um projeto piloto, no dia 25/04/2018, com aplicação on-line de forma amostral de formulários contextuais para o estudante do Ensino Médio da Rede Pública. Realizaram a prova diagnóstica on-line 232 estudantes da 3ª série, 137 estudantes da 2ª série. Quanto ao formulário contextual, finalizaram o preenchimento 117 estudantes da 2ª série e 204 estudantes da 3ª série do Ensino Médio. Até o momento esta ação está sendo realizada de forma amostral em caráter de pré-testagem do sistema informatizado utilizado para coleta dos dados.

7. Implementar, até 2016, sistemática de avaliação de rede, vinculada ao Currículo da Educação Básica e às demais diretrizes educacionais do Distrito Federal, por meio de sistema informatizado destinado a gerenciar os dados das avaliações externas e os indicadores educacionais. (SEDF)

2016

Essa atividade compõe o Sistema Permanente de Avaliação Educacional da SEEDF que ainda está em processo de implantação uma vez que demanda sistematizações pedagógicas e institucionais para a sua finalização e execução.

Houve atraso por parte do Ministério de Educação, na publicação do documento “Base Nacional Comum Curricular” e também, por parte da SEEDF, da revisão das Diretrizes de Avaliação Educacional. Esses fatores dificultaram a execução dessa ação. Por outro lado, o sistema que denominamos Avaliação em Destaque já está em funcionamento. Até o momento, foram coletados os dados da Provinha Brasil e gerados relatórios e sínteses de desempenho dos estudantes nesta avaliação.

2017

Foi aplicada a Prova Diagnóstica para o Ensino Fundamental e Médio com o objetivo de verificar o conhecimento dos estudantes nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática e, a partir de seus resultados, possibilitar aos professores o planejamento de estratégias pedagógicas e suas intervenções para que os estudantes, ao final do ano letivo, alcançassem os objetivos de aprendizagem propostos para o ano/série. Inicialmente, participaram da aplicação 13 escolas do Ensino Médio e, posteriormente, os estudantes do Ensino Fundamental do 5º, 7º e 9º ano censitariamente. Para 2018, a realização da Prova será destinada aos estudantes do 2º ano e 4º ano do Ensino Fundamental e para a 2ª série e 3ª série do Ensino Médio.

2018

Foi aplicada a Prova Diagnóstica para o Ensino Fundamental e Médio com o objetivo de verificar o conhecimento dos estudantes nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática e, a partir de seus resultados, possibilitar aos professores o planejamento de estratégias pedagógicas e suas intervenções para que os estudantes, ao final do ano letivo, alcançassem os objetivos de aprendizagem propostos para o ano/série. A Prova Diagnóstica foi aplicada para todas as unidades escolares de Ensino Fundamental e Médio da rede pública do DF para turmas de 2º, 4º (Anos Iniciais), 6º e 8º ano (Anos Finais) e 1ª e 2ª série do Ensino Médio, abrangendo 234 mil estudantes e sendo subsidiada por Sistema próprio de monitoramento e avaliação denominado SISTEMA AVALIAÇÃO EM DESTAQUE, o qual possui aporte sistemático para o acompanhamento do Sistema Permanente de Avaliação (SIPAEDF), instituído pela Portaria 420, de 21 de dezembro de 2018.

O Sistema Avaliação em Destaque foi desenvolvido com objetivo de gerenciar dados de desempenho da rede de ensino do Distrito Federal nas avaliações de larga escala. No ano de 2018, foi desenvolvido o quarto módulo nomeado de Avaliações Externas, a partir do qual é possível que todas as unidades escolares, coordenações regionais de ensino e gestão da SEEDF acompanhem seus resultados nas avaliações externas por meio de relatórios e gráficos. O sistema informatizado pode ser consultado por todo servidor da SEEDF com acesso ao I-Educar: <http://www.avaliacaoemdestaque.se.df.gov.br/>.

8. Criar, até 2018, metas de aprendizagens para as avaliações externas e para os indicadores educacionais de todas as unidades escolares de todas as etapas e as modalidades da Educação Básica. (SEDF)

2016

A Diretoria de Avaliação criou a meta de aprendizagem 5/15/80, baseada nas estratégias descritas no Plano Nacional de Educação 2014-2024, para facilitar o acompanhamento e o entendimento dos resultados das avaliações externas pelas Coordenações Regionais de Ensino e Unidades Escolares. Por meio dela também é possível elaborar o redirecionamento das ações e políticas públicas da SEEDF. Está sendo elaborado um modelo estatístico de organização (categorização) das variáveis obtidas por meio da Avaliação Institucional, no intuito de formar agrupamentos de questões com base em sua similaridade. Busca-se também uma fundamentação legal por meio de leis federais e distritais que amparem a categorização estatística. As variáveis mais relevantes poderão ser confrontadas com o desempenho escolar dos estudantes com o objetivo de subsidiar a definição de indicadores educacionais próprios da SEEDF.

2017

Em continuidade ao que foi proposto em 2016, a SEEDF utilizou como estratégia para auxiliar na análise e na compreensão dos resultados das avaliações externas a meta de aprendizagem 5/15/80, baseada no Plano Nacional de Educação 2014-2024. Por meio da referida estratégia objetiva-se subsidiar as discussões e análise dos resultados nas unidades escolares e Coordenações Regionais de Ensino.

2018

De acordo com as discussões realizadas nas unidades escolares e CRE sobre a análise dos resultados das avaliações externas, entendeu-se a necessidade de desenvolver novas metas para as unidades escolares. Não foi possível a criação de metas específicas para a SEEDF uma vez que o retardo na BNCC impediu o andamento das tratativas.

9. Elaborar, até 2016, estratégias para o acompanhamento de todas as unidades escolares com baixo desempenho nas avaliações externas. (SEDF)

2016

Tal como houve necessidade de se criar um instrumento de avaliação para a meta nº 8, a meta de aprendizagem 5/15/80 foi criada também para facilitar o acompanhamento e o entendimento dos resultados das avaliações externas por parte dos diversos setores da SEEDF. Por meio dela, também é possível elaborar o redirecionamento das ações e políticas públicas dessa Secretaria. Além disso, criou a estratégia do “Estudo das Bandeiras” onde é realizada a análise individual das unidades escolares de Anos Iniciais e Finais do ensino fundamental em relação ao IDEB considerando dois indicadores, o alcance da meta estabelecida para o ano aferido e o crescimento em relação ao último IDEB, com o objetivo de auxiliar o acompanhamento do trabalho pedagógico da escola.

2017

Além da criação da meta 5/15/80 foi criada a estratégia do “Estudo das Bandeiras” onde foi realizada a análise individual de todas as unidades escolares de Anos Iniciais e Finais do ensino fundamental que tiveram o resultado do IDEB divulgado. Tal estudo considerou dois indicadores, o alcance da meta estabelecida para o ano aferido e o crescimento em relação ao último IDEB.

2018

Foi realizada uma análise individual de todas as unidades escolares de Anos Iniciais e Finais do ensino fundamental e Ensino Médio em que o resultado do IDEB é divulgado. Tal estudo considerou dois indicadores: alcançou ou não alcançou a meta estabelecida para o ano aferido; e em cada um deles considerou três subdivisões: evoluiu, manteve ou diminuiu seu índice com relação ao ano anterior. Assim, foi possível observar a variação de cada unidade escolar, avaliando-a a partir de sua realidade, evitando comparações e ranqueamentos e construindo políticas públicas efetivas. O acompanhamento pode ser feito pelo Sistema Avaliação em Destaque: <http://www.avaliacaoemdestaque.se.df.gov.br/>.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1520	UNIDADES ESCOLARES QUE OFERTAM ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO PARTICIPANTES DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ESCOLAR DO ESTUDANTE.	%			10	30	25	87	50	100	75	GERADE/SEDF / UO 18101 / OE 5
1521	INDICADORES EDUCACIONAIS DE TODAS AS UNIDADES ESCOLARES QUE OFERTAM TODAS AS ETAPAS E AS MODALIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL.	%			50	75	75	75	100	75	100	GAVARE/SEDF / UO 18101 / OE 5
1522	GESTORES DAS UNID. ESCOLARES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO PARTICIPANTES DA AVALIAÇÃO/TOTAL DE UNID. ESCOLARES CADASTRADAS NO CENSO ESCOLAR NO REFERIDO ANO	%	80	30/06/2014	85	97	90	-	95	99,99	100	GAVAED/SEDF / UO 18101 / OE 5
1523	GESTORES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA REDE PARTICULAR PARTICIPANTES DA AVALIAÇÃO/TOTAL DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO PARTICULARES CADASTRADAS NO CENSO ESCOLAR NO REFERIDO ANO	%	0	31/12/2016	50	58,2	55	-	60	-	70	GAVAED/SEDF / UO 18101 / OE 5
1524	DOCENTES DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO PARTICIPANTES DA AVALIAÇÃO.	UNIDADE	924	30/09/2014	15.000	-	20.000	16.891	25.000	-	30.000	GAVAED/SEDF / UO 18101 / OE 5
1525	ESTUDANTES MATRICULADOS NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO PARTICIPANTES DA AVALIAÇÃO, CONFORME CENSO ESCOLAR ANUAL.	UNIDADE	17.285	30/09/2014	100.000	00	150.000	-	200.000	-	250.000	GAVAED/SEDF / UO 18101 / OE 5

Justificativas 2016

Indicador 1520 - O índice foi superado em razão da aplicação do simulado a 43 mil estudantes da 3ª série do ensino médio da rede pública e privada e 3º segmento da educação de jovens e adultos. O simulado também foi aplicado para 15 mil estudantes do 1º, 3º, 6º e 7º anos do ensino fundamental

Indicador 1521 - Alcançado, contemplando ensino fundamental anos iniciais e finais e ensino médio. Houve também aumento de pessoas na equipe permitindo a melhor construção dos instrumentos.

Indicador 1522 - Houve desenvolvimento de sistema próprio de coleta dos dados. Formação com os gestores das escolas da rede privada e acompanhamento sistemático do formulário online.

Indicador 1523 - Desenvolvimento de sistema próprio de coleta dos dados. Formação com os gestores das escolas da rede privada e acompanhamento sistemático do preenchimento do formulário online.

Indicador 1524 - Aplicação Bianual. Portanto será aplicado em 2017

Indicador 1525 - A avaliação não foi realizada. Aguardando procedimentos do Grupo de Trabalho do Projeto ConectaDF - Portaria nº16/2017, para realizar a aplicação.

Justificativas 2017

Indicador 1520 - No ano de 2017 foi elaborada, organizada e sistematizada a aplicação da Prova Diagnóstica do Ensino Fundamental para todas as unidades escolares de Ensino Fundamental (509 unidades escolares) e a Prova Diagnóstica do Ensino Médio Integral (13 unidades escolares).

Indicador 1521 - Os indicadores específicos referentes à Educação Especial e Educação Profissional ainda não foram produzidos.

Indicador 1522 - Avaliação realizada bianualmente assim, no ano de 2017, não houve aplicação. No ano de 2017, foram analisados os resultados de 2016 e disponibilizados por meio de um sistema de consulta.

Indicador 1523 - Avaliação realizada bianualmente assim, no ano de 2017, não houve aplicação. No ano de 2017, foram analisados os resultados de 2016 e disponibilizados por meio de um sistema de consulta.

Indicador 1524 - Avaliação realizada bianualmente. O público-alvo da avaliação foi ampliado para todos os profissionais da educação da Rede Pública do DF. 37 mil links de acesso ao formulário online foram enviados aos e-mails dos servidores da SEEDF lotados nas escolas, Administração da CRE, das Sedes e Bibliotecas.

Indicador 1525 - Avaliação ainda não realizada por dificuldades na organização cadastral dos estudantes, cadastro do e-mail.

Justificativas 2018

Indicador 1520 - No ano de 2018 foi aplicado a Prova Diagnóstica para 100% das unidades escolares que atendiam os anos e séries de aplicação: 2º, 3º, 4º, 6º e 8º anos do Ensino Fundamental, 1º, 2º e 3º série do Ensino Médio. Total de 516 unidades escolares de Ensino Fundamental e 91 unidades escolares de Ensino Médio.

Indicador 1521 - Os indicadores específicos referentes à Educação Especial e Educação Profissional ainda não foram concluídos pois, no ano de 2018, a BNCC e currículo em movimento da SEEDF estavam passando por reformulações, o que impossibilitou a construção por serem documentos essenciais

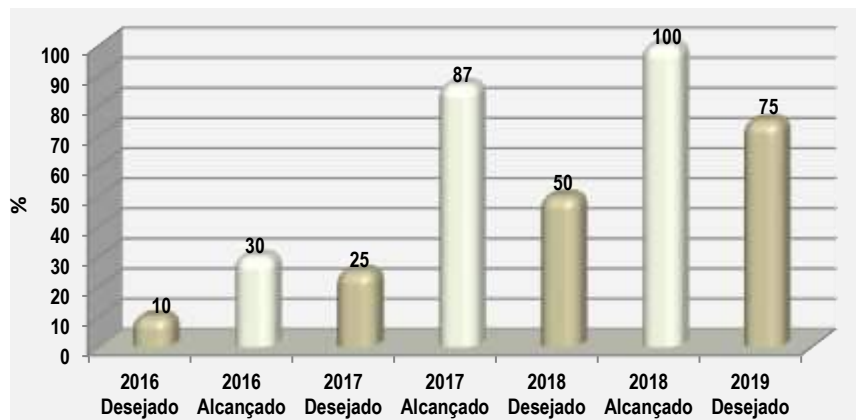
Indicador 1522 - Avaliação realizada no período de 17/09 a 13/10/2018. Apenas o Centro Educacional 01 de Brasília não respondeu ao formulário por apresentar especificidades intrínsecas à sua estação (as salas de professores e salas de leitura localizam-se dentro das unidades prisionais do Distrito Federal (6 unidades). Relatório com resultados preliminares encontra-se disponível no endereço <http://avaliacao.se.df.gov.br>.

Indicador 1523 - Avaliação reprogramada em razão de dificuldades na organização cadastral dos e-mails, por força do momento eleitoral, como também devido à reduzida equipe disponível.

Indicador 1524 - Avaliação realizada bianualmente. Assim, no ano de 2018 não houve aplicação. Foram disponibilizados, para os gestores centrais, acesso aos dados brutos da aplicação de 2017, que envolveu todos os profissionais da educação, por meio do link <http://www.suplav.se.df.gov.br/sistemas/avi/index.php/admin>

Indicador 1525 - Avaliação ainda não realizada por dificuldades na organização cadastral dos e-mails dos estudantes, como também em razão das dificuldades tecnológicas de disponibilização de equipamentos para acesso dos estudantes aos formulários de aplicação, os quais são realizados eletronicamente por sistema próprio. Foi realizado um projeto piloto no dia 25/04/2018 com aplicação on-line, de forma amostral, de formulários contextuais para 117 estudantes da 2ª série e 204 estudantes da 3ª série do Ensino Médio

UNIDADES ESCOLARES QUE OFERTAM ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO PARTICIPANTES DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ESCOLAR DO ESTUDANTE.



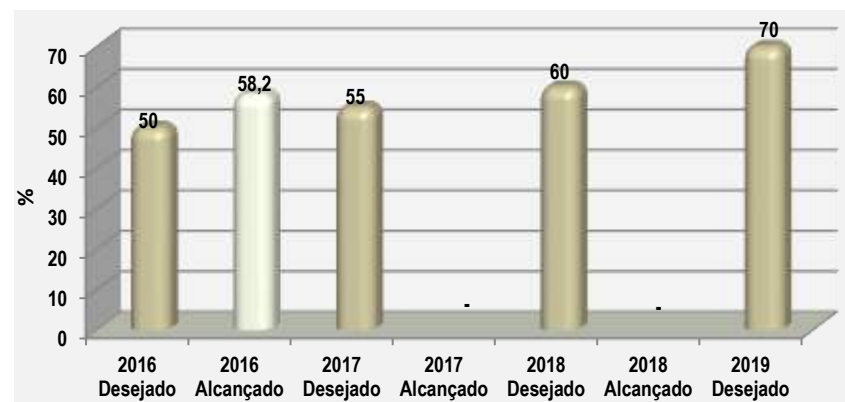
INDICADORES EDUCACIONAIS DE TODAS AS UNIDADES ESCOLARES QUE OFERTAM TODAS AS ETAPAS E AS MODALIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL.



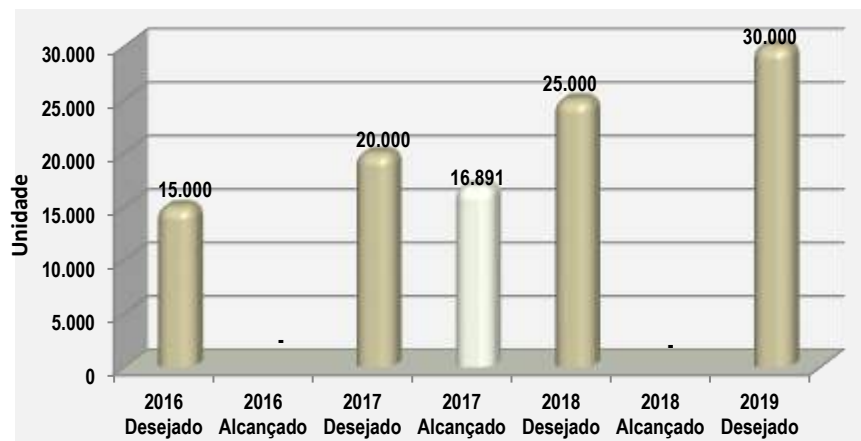
GESTORES DAS UNID. ESCOLARES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO PARTICIPANTES DA AVALIAÇÃO/ TOTAL DE UNID. ESCOLARES CADASTRADAS NO CENSO ESCOLAR NO REFERIDO ANO



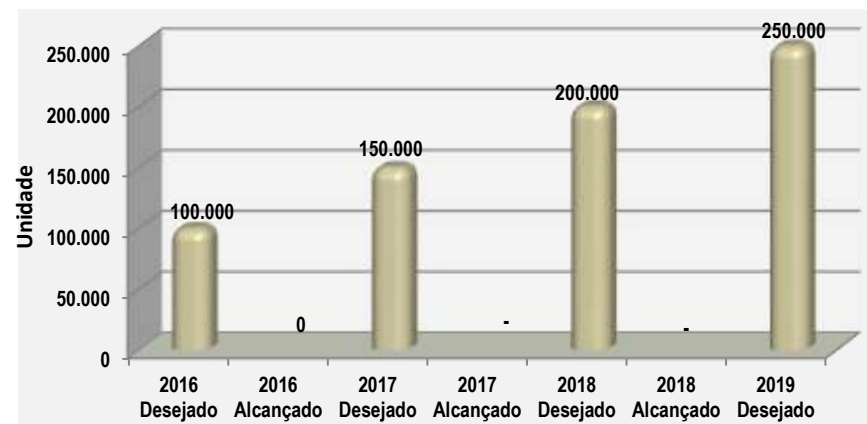
GESTORES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA REDE PARTICULAR PARTICIPANTES DA AVALIAÇÃO/ TOTAL DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO PARTICULARES CADASTRADAS NO CENSO ESCOLAR NO REFERIDO ANO



DOCENTES DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO PARTICIPANTES DA AVALIAÇÃO.



ESTUDANTES MATRICULADOS NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO PARTICIPANTES DA AVALIAÇÃO, CONFORME CENSO ESCOLAR ANUAL.



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6221	5	1	Elaboração e validação de referencial curricular para avaliação do ensino fundamental e médio. (SEDF)	18101	35	<p>2016 Essa atividade compõe o Sistema Permanente de Avaliação Educacional da SEEDF que está em processo de implementação, por demandar sistematizações pedagógicas e institucionais para a sua finalização e execução, isto é, o atraso na publicação da Base Nacional Comum Curricular pelo Ministério de Educação e também, a revisão das Diretrizes de Avaliação Educacional da SEEDF foram fatores que dificultaram a execução dessa ação.</p> <p>2017 Não foi possível a realização desta ação. Entretanto, ainda no exercício de 2018, com a publicação da BNCC do Ensino Fundamental, a SEEDF iniciará o processo de elaboração da Matriz de Referência. A referida ação encontra-se em fase de formatação para ter início em junho/2018, como mencionado na Meta 6 do presente Objetivo.</p> <p>2018 A ação ainda não foi concluída por demandar outros procedimentos técnicos tais como, publicação do Currículo da SEEDF e a elaboração de uma matriz de referência de avaliação para a SEEDF, curso de formação e preparação de ambiente tecnológico. Com a publicação da BNCC do Ensino Fundamental, as Secretarias de Educação tiveram que reformular seus currículos para adequar a base. Na SEEDF, esse momento aconteceu no ano de 2018 e, em dezembro de 2018, houve a publicação do novo currículo. Após a publicação, será sistematizado a elaboração da Matriz de Referência da SEEDF. Ressalta-se que ainda não foi elaborado o novo currículo do Ensino Médio.</p>

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

2016/2018

O Objetivo nº 05, Sistema de Avaliação, tem suas ações voltadas à implantação e implementação de sistema de avaliação e monitoramento da Rede de Ensino com vistas a garantia do direito às aprendizagens dos estudantes do Distrito Federal.

A SEEDF a, partir da publicação das Diretrizes de Avaliação Educacional, realizou diversas ações para a implantação do sistema de avaliação e monitoramento da rede. Foram realizados cursos de formação com gestores, coordenadores pedagógicos locais e professores de todas as Coordenações Regionais de Ensino, além da sistematização de procedimentos de exames externos com adequação aos estudantes atendidos pela Educação Especial. No ano de 2016, foi desenvolvido um novo sistema para preenchimento do formulário avaliativo o que proporcionou um acréscimo de 27% de participação em relação a última aplicação que é bianual.

Seguindo o descrito na meta também foi realizada pela primeira vez, de forma censitária, a avaliação institucional da rede privada. Este evento foi realizado pela SEEDF em parceria com o Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal.

A Secretaria criou também, por meio da Diretoria de Avaliação da Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação - SUPLAV, a meta de aprendizagem 5/15/80, que é baseada nas estratégias descritas no Plano Nacional de Educação 2014-2024, para facilitar o acompanhamento e o entendimento dos resultados das avaliações externas pelas Coordenações Regionais de Ensino e Unidades Escolares. Por meio dela também é possível elaborar o redirecionamento das ações e políticas públicas da Secretaria. Está sendo elaborado um modelo estatístico de organização – categorização - das variáveis obtidas por meio da Avaliação Institucional, no intuito de formar agrupamentos de questões com base em sua similaridade. Busca-se também uma fundamentação legal por meio de leis federais e distritais que amparem a categorização estatística. As variáveis mais relevantes poderão ser confrontadas com o desempenho escolar dos estudantes com o objetivo de subsidiar a definição de indicadores educacionais próprios da Secretaria de Educação.

Por fim, tal como houve necessidade de se criar um instrumento de avaliação para a meta nº 8, a meta de aprendizagem 5/15/80 foi criada também para facilitar o acompanhamento e o entendimento dos resultados das avaliações externas por parte dos diversos setores da SEEDF. Por meio dela, também é possível elaborar o redirecionamento das ações e políticas públicas dessa Secretaria. Além disso, criou a estratégia do “Estudo das Bandeiras” onde é realizada a análise individual das unidades escolares de Anos Iniciais e Finais do ensino fundamental em relação ao IDEB considerando dois indicadores, o alcance da meta estabelecida para o ano aferido e o crescimento em relação ao último IDEB, com o objetivo de auxiliar o acompanhamento do trabalho pedagógico da escola.

Por fim, foi verificado o não alcance de algumas metas no conjunto estabelecido para o cumprimento do objetivo específico 005, tal fato, onde identificado, deu-se fundamentalmente por indisponibilidade orçamentária e, em menor proporção, por inadequação da força de trabalho.

Assim, conclui-se que no conjunto de ações vinculadas – orçamentárias e não orçamentárias – atingiu-se a meta em aproximadamente 65% ou seja, o público alvo foi consideravelmente contemplado.

Em 2017, a partir da publicação das Diretrizes de Avaliação Educacional em 2014 a SEEDF realizou diversas ações para a implantação do referido documento, como cursos de formação com gestores, coordenadores pedagógicos locais e professores das 14 Coordenações Regionais de Ensino além da sistematização de procedimentos de exames externos com adequação aos estudantes atendidos pela Educação Especial. Em 2017 foi instituído Grupo de Trabalho para proceder a avaliação e revisão do referido documento. A proposta de reformulação das diretrizes de avaliação 2014-2016 foi encaminhada pela SEEDF para consulta pública, após essa etapa o documento será encaminhado para o Conselho de Educação do Distrito Federal para aprovação.

Outro destaque foi o desenvolvimento do sistema para preenchimento do formulário avaliativo institucional, destinada à realização de diagnóstico do contexto escolar junto a 100% dos gestores das unidades escolares da Rede Pública de Ensino, cadastradas no Censo Escolar. Essa Avaliação Institucional é realizada bianualmente, os resultados do ano anterior foram analisados em 2017 e disponibilizados por meio de um sistema de consulta. Foram também apresentados em forma de pôster na Reunião da Associação Brasileira de Avaliação – ABAVE.

Quanto à avaliação institucional destinada a realização de diagnóstico junto ao corpo docente da SEEDF, trata-se uma ação bianual e que no ano de 2017 foi ampliada para os profissionais da Secretaria de Educação. Visando a eficácia desse processo avaliativo dos profissionais da Rede Pública de ensino, a Secretaria criou contas de emails padronizadas e vem buscando sensibilizar os profissionais da educação quanto a importância da participação de todos os servidores no processo avaliativo. Em 2017 aproximadamente 46% dos trabalhadores da educação participaram do processo.

Outro avanço importante foi na implantação da sistemática de avaliação da Rede, vinculada ao currículo da Educação Básica e demais diretrizes educacionais do Distrito Federal, feito por meio de sistema informatizado destinado a gerenciar os dados das avaliações externas e os indicadores educacionais. Com isso, em 2017, foi aplicada a Prova Diagnóstica para o Ensino Fundamental

e Médio com o objetivo de verificar o conhecimento dos estudantes nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática e, a partir de seus resultados, possibilitar aos professores o planejamento de estratégias pedagógicas e intervenções para que os estudantes, ao final do ano letivo, alcancem os objetivos de aprendizagem propostos para o ano/série.

Destaca-se também o alcance de 100% da meta de aprendizagens para as avaliações externas e para os indicadores educacionais de todas as unidades escolares em todas as fases e modalidades da Educação Básica. A SEEDF criou a meta de aprendizagem 5/15/80, baseada nas estratégias descritas no Plano Nacional de Educação 2014-2024, para facilitar o acompanhamento e o entendimento dos resultados das avaliações externas pelas Coordenações Regionais de Ensino e Unidades Escolares. Assim, foi possível elaborar o redirecionamento das ações e políticas públicas da Secretaria. Foi também elaborado um modelo estatístico de organização –categorização - das variáveis obtidas por meio da Avaliação Institucional no intuito de formar agrupamentos de questões com base em sua similaridade. Buscou-se também uma fundamentação legal por meio de leis federais e distritais que visassem amparar a categorização estatística. As variáveis mais relevantes puderam então ser confrontadas com o desempenho escolar dos estudantes com o objetivo de subsidiar a definição de indicadores educacionais próprios da Secretaria de Educação.

Por fim, por meio da meta de aprendizagem 5/15/80, foi possível redirecionar as ações e políticas públicas da Secretaria de Educação, com a criação de uma estratégia intitulada Estudo das Bandeiras que permitiu realizar a análise individual das unidades escolares de anos iniciais e finais do ensino fundamental em relação ao IDEB, considerando dois indicadores fundamentais: o alcance da meta estabelecida para o ano aferido e o crescimento em relação ao último IDEB com o objetivo de auxiliar o acompanhamento do trabalho pedagógico da escola.

Isto posto, depreende-se que em 2017, mesmo com toda limitação de recursos orçamentários, houve significativos avanços no conjunto das metas estabelecidas para esse objetivo específico. Conclui-se desse modo que o conjunto das ações vinculadas – orçamentárias e não orçamentárias, alcançou resultados amplamente positivos.

No ano de 2018, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal criou, por intermédio da Portaria 420, de 21 de dezembro de 2018, o Sistema Permanente de Avaliação da Educação do Distrito Federal – SIPEDF.

O SIPAEDF é uma proposta de avaliação contínua, participativa, com função diagnóstica, prognóstica e investigativa, cujas informações deverão proporcionar o redirecionamento da ação pedagógica e educativa, reorganizando as ações do professor, do estudante, da turma e da unidade escolar, a fim de prosseguir no desenvolvimento da aprendizagem. Sua realização está em conformidade ao estabelecido no Art. 11 do Plano Nacional de Educação (2014-2020), aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Em cumprimento à RESOLUÇÃO Nº 1/2006-CEDF, de 21 de março de 2006, e ainda em atendimento ao Regimento Interno da SEEDF em seu Art. 61 e 69, ficam estabelecidas normas para o processo de avaliação do Sistema de Ensino do Distrito Federal.

Com relação à criação do banco itens para compor o SIPAEDF, identificou-se entraves para sua iniciação por demandar outros procedimentos técnicos, tais como: a publicação do Currículo da SEEDF a partir da aprovação da Base Nacional Curricular (BNCC); a elaboração de uma matriz de referência a partir do currículo revisado; o curso de formação e a preparação de ambiente tecnológico para absorver itens. Com a publicação da aprovação da BNCC do Ensino Fundamental, as Secretarias de Educação tiveram que reformular seus currículos para adequar a base. Na SEEDF, esse momento aconteceu conforme cronograma posto que seria no final de 2018.

A aplicação da avaliação institucional da rede privada de ensino não foi possível ser realizada em razão de dificuldades na organização cadastral dos e-mails.

A avaliação institucional dos docentes da rede pública de ensino não ocorreu, uma vez que, conforme definido na Portaria 420 (SIPAEDF), será aplicada bianualmente, sendo sua aplicação no ano de 2019.

No que tange à avaliação institucional destinada ao corpo discente, no ano de 2018, foi realizado um projeto piloto, com aplicação de formulários contextuais, no dia 25/04/2018, em formato digital e de forma amostral aos estudantes do Ensino Médio da Rede Pública. Neste ano, realizaram a prova diagnóstica digital (on-line) 137 estudantes da 2ª série e 232 estudantes da 3ª série. Quanto ao formulário contextual, finalizaram o preenchimento 117 estudantes da 2ª série e 204 estudantes da 3ª série do Ensino Médio.

Em 2018, de acordo com as discussões realizadas nas unidades escolares e CRE sobre a análise dos resultados das avaliações externas, entendeu-se a necessidade de desenvolver novas metas para as unidades escolares, a partir da realidade do Distrito Federal. Não foi possível a criação de metas específicas para a SEEDF, uma vez que o retardo na BNCC impediu o andamento das tratativas. Consequentemente, foi permitido que o currículo tivesse o prazo de um ano para sua (re)formulação. Assim, esse atraso ocorreu por uma decisão jurídica superior, no caso as recomendações advindas do Ministério da Educação. Assim posto, foi findada a reformulação do Currículo em Movimento, no final de 2018, e, como supracitado, neste mesmo momento, o SIPAEDF foi constituído, estabelecendo-se os procedimentos para o processo avaliativo da SEEDF.

Nas tratativas para o planejamento escolar do ano de 2019, foi estabelecido no Calendário Escolar os dias 10 e 11 de abril 2019 para a aplicação, de forma censitária, da primeira avaliação diagnóstica da rede pública, após a constituição do SIPAEDF. Registra-se que, na organização da avaliação da SEEDF, avalia-se os ciclos. Sendo de forma censitária os 2º, 4º, 6º, 8º do fundamental e 1ª e 2ª séries do ensino médio.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

006 – Educação Superior: Ofertar vagas no ensino superior, para a formação nos níveis de graduação, pós-graduação e extensão universitária.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

18.202 – FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ABERTA DO DISTRITO FEDERAL - FUNAB

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	6	1	Criar a Escola Superior de Magistério; (FUNAB)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100		100,0
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	6	2	Oferecer 3 Cursos de Graduação; (FUNAB)	3	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0		0,0
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	6	3	Oferecer 2 Cursos de Pós-Graduação; (FUNAB)	2	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0		0,0
6221	EDUCA MAIS BRASÍLIA	6	4	Oferecer 10 Cursos de Extensão Universitária. (FUNAB)	10	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	3	5	8		80,0

Análise Qualitativa**1. Criar a Escola Superior de Magistério (FUNAB);****2016**

A Portaria nº 190, de 28 de junho de 2016, credenciou a Escola Superior de Magistério – ESM, junto ao Conselho de Educação do Distrito Federal, pelo prazo de cinco anos, bem como, autorizou a oferta do Curso de Pedagogia, Licenciatura, na modalidade presencial, nas seguintes unidades: Centro de Ensino Médio 2 da Ceilândia, Escola Classe 22 do Gama e Centro de Ensino Fundamental 2 de Planaltina.

A Escola não está em funcionamento em nenhuma de suas três Unidades.

2017

Embora a meta tenha sido alcançada em 2016, a Escola Superior de Magistério ainda não está em funcionamento, tendo em vista que a Ação ajuizada pelo Ministério Público ainda se encontra em tramitação.

2018

Embora a meta tenha sido alcançada, ou seja, a Escola Superior de Magistério foi criada, ela ainda não está em funcionamento, tendo em vista que a Ação ajuizada pelo Ministério Público se encontra em fase recursal.

2. Oferecer 3 Cursos de Graduação (FUNAB);

2016

Em 06/06/2016 foi publicado no DODF nº 106, Seção III, p. 35/37, o Edital nº 08/2016, que tratava do Processo Seletivo Interno Simplificado (PSIS) de professores da carreira de magistério da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, para compor banco de talentos para exercício futuro de tutoria, no curso de graduação em pedagogia, da Escola Superior de Magistério – ESM da SEDF. O Edital deu origem a 02 (duas) etapas: 1ª etapa) seleção de professores, por meio de análise documental; 2ª etapa) realização do *Curso de Introdução a Metodologias Ativas e Tutoria para a Escola Superior de Magistério – ESM da SEDF*.

O *Curso de Introdução a Metodologias Ativas e Tutoria para a Escola Superior de Magistério – ESM da SEDF* foi iniciado em 11 de julho de 2016, na Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS), nos horários matutino (8h às 12h) e vespertino (14h às 18h), com duração de 80 horas (60h presenciais e 20h a distância), em conformidade com os itens 7 e 8 do Edital nº 08/2016. O curso foi interrompido por determinação do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), fato que inviabilizou a oferta do Curso de Graduação no exercício de 2016.

2017

A Portaria nº 450/2017 da SEDF homologou o parecer do Conselho de Educação do Distrito Federal aprovando o credenciamento da Escola Superior de Gestão – ESG e autorizou a oferta do Curso de Graduação Tecnólogo em Gestão Pública. A FUNAB e a EGOV estão trabalhando em um Acordo de Cooperação Técnica para detalhar os módulos da primeira série do curso de graduação e capacitar tutores e preceptores para o início efetivo do mesmo.

2018

A Escola Superior de Gestão (ESG), vinculada a EGOV, encontra-se em processo final de implantação, após seu credenciamento pelo Conselho de Educação do DF e autorização de funcionamento do Curso de Graduação Tecnólogo em Gestão Pública. Foram ofertadas 2 (duas) formações em metodologias ativas visando composição do banco de talentos de professores/tutores da ESG. De forma concomitante, a Escola Superior do Cerrado, vinculada ao Jardim Botânico de Brasília, encontra-se em fase de credenciamento junto ao Conselho de Educação do DF para a oferta do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental.

3. Oferecer 2 Cursos de Pós-Graduação (FUNAB);

2016

Embora a Escola Superior de Magistério tenha sido credenciada junto ao Conselho de Educação do Distrito Federal, o não funcionamento no âmbito da SEDF, impõe um limite importante para as ações de execução da FUNAB.

Dessa forma, esta Fundação elaborou uma proposta de Pós-Graduação acadêmica que poderia se realizar somente após o início das atividades do Curso de Graduação em Pedagogia da Escola Superior de Magistério. Considerando que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios interrompeu o processo seletivo interno de tutores para o referido curso, o Programa de Pós-Graduação não se realizou nos moldes propostos inicialmente.

2017

Para contornar o impedimento apostado à Escola Superior de Magistério, em função de decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, esta Fundação, em 2017, planejou duas especializações para ocorrerem em 2018: uma a ser ofertada à Polícia Civil e outra a ser ofertada a professores da SEDF.

2018

A partir da demanda apresentada pela Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB), a FUNAB debruçou-se, junto a um grupo de professores da SEDF, na construção de uma especialização em alfabetização e letramento matemático a ser ofertada em 2019.

4. Oferecer 10 Cursos de Extensão Universitária (FUNAB).

2016

Foram realizados 3 (três) cursos de extensão.

A partir da parceria com a Academia de Polícia Civil do Distrito Federal (APC), a FUNAB elaborou e realizou dois cursos de Introdução à Formação em Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), com um total de 72 (setenta e duas) pessoas capacitadas. O primeiro curso, realizado de 04 a 24/05/2016 nas dependências da APC, com carga horária de 60 horas, envolveu os formadores da instituição, entre eles: Agentes de Polícia, Delegados e Papiloscopistas. O segundo curso, nos mesmos moldes, realizado no período de 23/11 a 14/12/2016, envolveu os Peritos Criminais que irão atuar como formadores no curso de pós-graduação a ser ofertado na APC em 2017. Ambos os cursos contaram com a participação de cursistas de outros dois parceiros institucionais da FUNAB: o Instituto Federal de Brasília (IFB) e a Escola Técnica de Saúde de Planaltina, com os quais a FUNAB deverá articular formações específicas em 2017.

O Curso de Introdução a Metodologias Ativas e Tutoria para a Escola Superior de Magistério (ESM/SEDF) deu-se na modalidade de extensão universitária. No entanto, não foi considerado nos indicadores de desempenho, uma vez que não foi concluído, tendo sido interrompido por determinação do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT).

2017

A partir da parceria com a Escola Técnica de Saúde de Planaltina (CEP Saúde) da SEE, a FUNAB elaborou e realizou 02 (dois) cursos de extensão denominados "Introdução à Formação em Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP)", resultando na formação de 29 cursistas. O curso de especialização para os docentes da SEDF, em fase de planejamento, também envolve uma ação de extensão a ser desenvolvida com unidades escolares do ensino fundamental.

2018

A partir da parceria com a Escola Superior de Polícia Civil do Distrito Federal (ESPC), a FUNAB elaborou e realizou curso de Introdução à Formação em Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), com um total de 40 (quarenta) professores capacitados. A formação visou constituir grupo de professores capacitados em metodologias ativas para oferta da especialização em segurança pública no 2º semestre de 2018. Ainda, em 2018, a FUNAB ofertou duas formações em metodologias ativas para Escola Superior de Gestão, com a oferta de 70 (setenta) vagas.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2017 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1672	MATRÍCULA NA GRADUAÇÃO	UNIDADE			240	0	720	0	1.440	0	2.400	FUNAB / UO 18202 / OE 6
1673	MATRÍCULA NA PÓS-GRADUAÇÃO	UNIDADE			60	0	120	0	120	40	120	FUNAB / UO 18202 / OE 6
1674	MATRÍCULA NA EXTENSÃO	UNIDADE			120	72	180	29	300	110	300	FUNAB / UO 18202 / OE 6
1675	MATRÍCULA NA GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	UNIDADE			-	-	1.500	-	-	-	1.000	FUNAB / UO 18202 / OE 6

Justificativas 2016

Indicador 1672 - Demonstra o número absoluto de estudantes matriculados nos cursos de graduação da Universidade Aberta do Distrito Federal, no ano considerado. A meta não foi cumprida em razão do não funcionamento da Escola Superior de Magistério (ESM), de responsabilidade da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEDF), devido ao cancelamento do Processo Seletivo Interno Simplificado de profissionais, determinado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Indicador 1673 - Demonstra o número absoluto de estudantes matriculados nos cursos de pós-graduação da Universidade Aberta do Distrito Federal, no ano considerado. A meta não foi cumprida, pois, cursos de pós-graduação, pela legislação atual, só se dão em instituições de ensino superior. Nesse sentido, o não funcionamento da Escola Superior de Magistério (ESM), de responsabilidade da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEDF), também impediu o desenvolvimento da pós-graduação.

Indicador 1674 - Demonstra o número absoluto de estudantes matriculados nos cursos de extensão da Universidade Aberta do Distrito Federal, no ano considerado. A meta foi parcialmente cumprida com a matrícula de 72 (setenta e dois) cursistas da Academia de Polícia Civil do Distrito Federal (APC), Instituto Federal de Brasília (IFB) e Escola Técnica de Saúde de Planaltina, em dois cursos de Introdução à Formação em Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP).

Indicador 1675 - Demonstra o número absoluto de estudantes matriculados na graduação - educação à distância da Universidade Aberta do Distrito Federal, no ano considerado. Não existe meta estabelecida para o exercício de 2016.

Justificativas 2017

Indicador 1672 - As restrições impostas pela obediência à Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), a carência de recursos humanos e materiais atuaram como impeditivo para a implantação das Unidades Acadêmicas vinculadas aos parceiros da FUNAB, como SEDF, CBMDF, JBB, EGOV e PCDF que, após credenciamento, também ofertarão cursos de graduação.

Indicador 1673 - Em função da Legislação Vigente, apenas Instituições de Ensino Superior em funcionamento poderão ofertar cursos de pós-graduação. Assim, como as Unidades Acadêmicas previstas ainda não entraram em funcionamento, a meta não pôde ser atingida.

Indicador 1674 - A meta foi parcialmente atingida, tendo em vista a carência de Recursos Humanos e Matérias, que dificultou a implantação das Unidades Acadêmicas vinculadas aos parceiros da FUNAB.

Indicador 1675 - A meta não foi cumprida em razão dos protocolos exigidos pelo Conselho de Educação do Distrito Federal - CEDF, para a oferta de Graduação à Distância, somado a isso a carência de recursos humanos e materiais. Os documentos exigidos encontram-se em fase de elaboração (PDI, PPI e PPC) dos cursos a serem ofertados pelas Unidades Acadêmicas vinculadas aos parceiros SEDF, CBMDF, JBB, EGOV e PCDF, para serem apreciados pelo CEDF.

Justificativas 2018

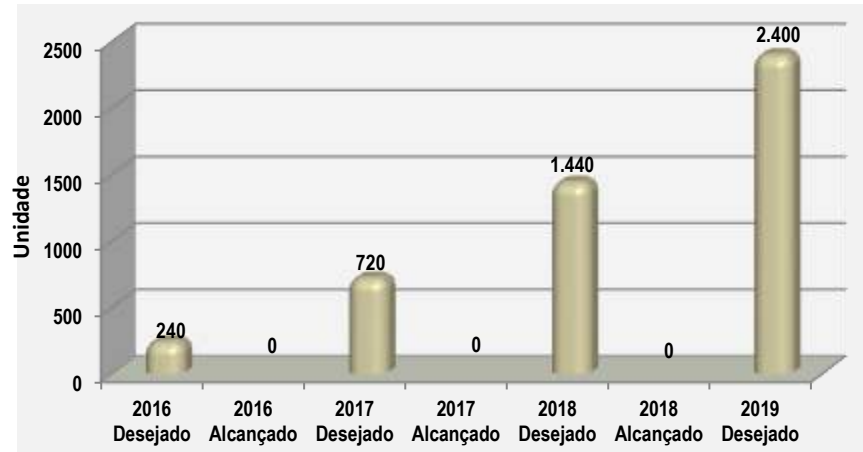
Indicador 1672 - Por meio da Portaria SEDF Nº 405 DE 19/09/2017, foi credenciada a Escola Superior de Gestão - ESG, e autorizado a oferta do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, na modalidade presencial, a Comissão para Elaboração de Critérios de Ingresso de Servidores Públicos no Curso Superior de Gestão Pública, recomendou que a ESG aderisse a edição 2/2019 do SISU por motivos de prazo e questões administrativas, inviabilizando o início do curso em 2018.

Indicador 1673 - Meta atingida parcialmente com a matrícula de 40 alunos na Pós-Graduação em Segurança Pública na Academia de Polícia Civil do Distrito Federal - APCDF.

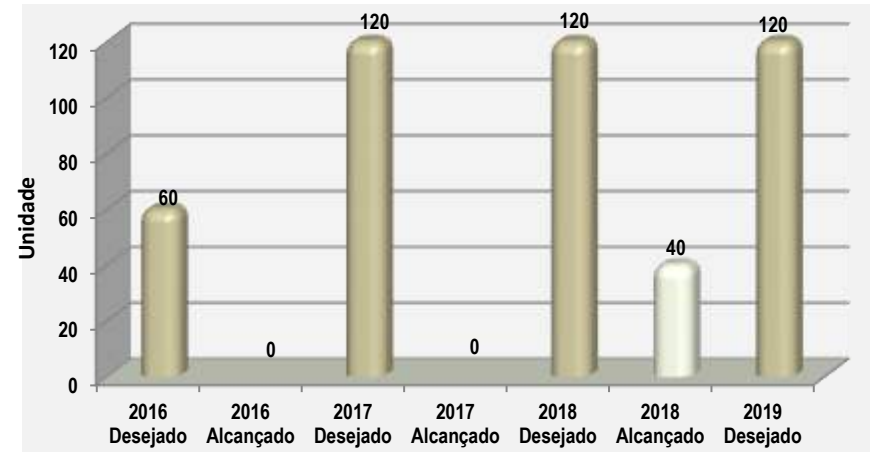
Indicador 1674 - A meta foi parcialmente cumprida com a matrícula de 110 Cursistas no Curso de Extensão de Desenvolvimento Curricular da Escola Superior de Gestão - ESG.

Indicador 1675 - Não há índice desejado para o exercício.

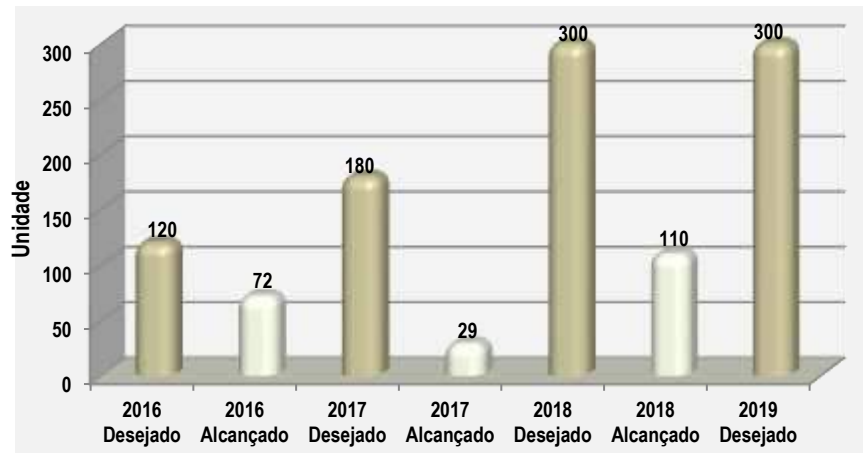
MATRÍCULA NA GRADUAÇÃO



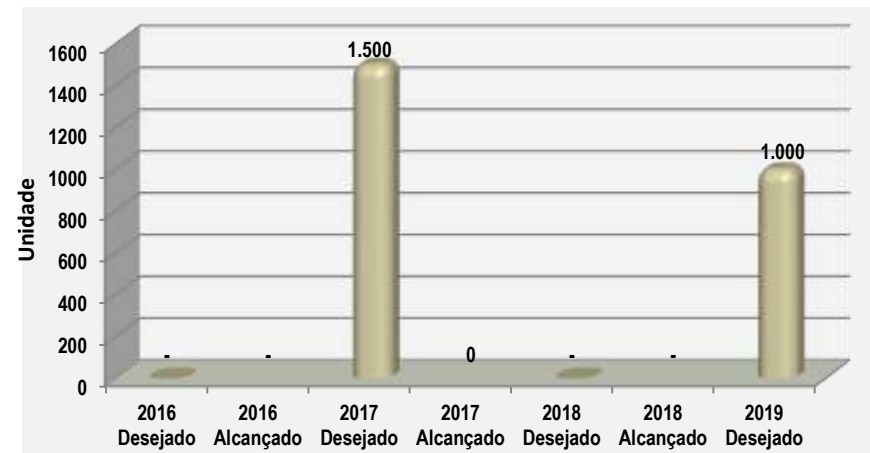
MATRÍCULA NA PÓS-GRADUAÇÃO



MATRÍCULA NA EXTENSÃO



MATRÍCULA NA GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA



Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

2016/2018

À época da elaboração do PPA 2016-2019, considerou-se que a formação em nível superior era estratégica para a melhoria da qualidade de vida da população do Distrito Federal e RIDE, em geral, e dos serviços públicos ofertados pelo Governo do Distrito Federal, em particular. Haja vista, a ideia de uma universidade do Distrito Federal focada no desenvolvimento regional, como importante diferencial.

Em 2016, os principais resultados alcançados foram três: (i) criação da Escola Superior de Magistério (ESM); (ii) parcerias interinstitucionais e (iii) matrículas nos cursos de extensão.

Em síntese, a vida acadêmica consistente e substancial se dá em torno de uma graduação consolidada. A partir dela, as demais ações universitárias se desenvolvem para fortalece-la e expandi-la, como via de regra. Isso posto, o não funcionamento dos cursos de graduação na ESM se configurou em grande obstáculo. Contudo, ações foram desenvolvidas no sentido de fortalecer parcerias e atividades outras. Nesse sentido, uma das pactuações importantes se deu com a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG), por meio de sua Escola de Governo (EGOV), cuja parceria institucional levou à elaboração de documentação pertinente ao pedido, junto ao Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF), de credenciamento da Escola Superior de Gestão (ESG) e de autorização de funcionamento do curso superior tecnológico de gestão pública, ao longo do ano de 2016. Outras parcerias foram desenvolvidas ao longo desse ano, cujas ações se evidenciam, por exemplo, em: (i) Grupo de Trabalho Escola de Música de Brasília – parceria com a SEDF, Portaria n. 54, de 8 de março de 2016; (ii) Grupo de Trabalho Instituto Federal de Brasília (IFB); (iii) Curso de Formação Docente em Metodologias Ativas – parceria com o CEP Saúde, Planaltina; dentre outros.

A oferta de vagas por meio da extensão universitária está avançada. Foram 47 (quarenta e sete) estudantes na primeira edição do curso ofertado de Metodologias Ativas para a Academia de Polícia Civil do Distrito Federal; na segunda edição foram 25 (vinte e cinco). A seguir, foram 80 (oitenta) estudantes que cursaram o curso de Iniciação às Práticas de Metodologias Ativas, em parceria com a SEDF (inconcluso), motivo pelo qual esse quantitativo não foi incluído nos indicadores de desempenho.

Os obstáculos encontrados na implantação da ESM têm prejudicado muito o cumprimento dos objetivos propostos por esta Fundação. Em 2017, foram interpostas várias ações para reverter a decisão judicial, mas os tempos do Poder Judiciário são próprios, não havendo como abreviá-los. Alternativas vem sendo construídas: resposta a demandas por setores e órgãos do GDF para criação de novas Escolas Superiores com a Escola Superior de Gestão junto com a EGOV (já credenciada pelo CEDF); estruturação de um Curso de Especialização em Segurança Pública a ser ofertado no primeiro semestre de 2018 , demanda da Academia de Polícia da PCDF; elaboração do PPI, PCI e PPC para criação da Escola Superior de Bombeiros, demanda do CBMDF; elaboração do PPI, PCI e PPC para criação da Escola Superior do Cerrado, atendendo demanda do JBB; elaboração de instrumentos jurídicos para firmar Termo de Cooperação e/ou Convênios entre a FUNAB e órgãos do GDF e do Governo Federal (caso do IFB) para regular a implantação das Escolas Superiores e respectivos cursos para oferta de graduação e pós-graduação, além de ações de extensão.

As ações da FUNAB, em 2018, deram continuidade ao planejamento das metas delineadas em 2016-2017. Acrescenta-se o empenho no credenciamento das Escolas Superiores junto ao Conselho de Educação bem como o estabelecimento de parcerias com os órgãos do DF com vistas à implementação das referidas Escolas.

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Aumentar a sensação de segurança, reduzindo a violência e a criminalidade.

PROGRAMA TEMÁTICO:

6217 – SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

OBJETIVO GERAL:

Preservar os direitos e garantias individuais por meio de ações de redução da criminalidade violenta e contra o patrimônio, de educação, fiscalização e engenharia de trânsito, de prevenção e resposta a desastres e de melhoria da qualidade dos serviços de segurança pública em geral, incluindo a perspectiva cidadã às intervenções.

OBJETIVO ESPECÍFICO

O Programa Temático é composto de 09 objetivos específicos, conforme seguem abaixo:

Unidade Responsável/Objetivo Específico

24101 – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA PAZ SOCIAL - SSP
001 – QUALIDADE DO ATENDIMENTO AO CIDADÃO: Realizar procedimentos que visem melhor atender o cidadão que necessite dos serviços de segurança pública.
002 – RESPOSTA QUALIFICADA A CRIMINALIDADE : Promover a integração e modernização dos segmentos de segurança pública, reduzindo os índices de crimes violentos de forma imediata e permanente.
003 – PREVENÇÃO, GESTÃO DE RISCO E RESPOSTAS ÀS EMERGÊNCIAS E DESASTRES: Identificar e minimizar os riscos de ocorrência e os efeitos causados por emergências e desastres por meio da prevenção, da preparação da população e pronta resposta dos órgãos de segurança pública.
004 – PAZ NO TRÂNSITO: Promover a paz no trânsito como uma política permanente de educação ampliando, modernizando e aperfeiçoando a fiscalização, a engenharia e a segurança viária de forma a prevenir ocorrências e interferências no fluxo de pessoas, bens e serviços de modo a reduzir os índices de acidentes.
005 – CULTURA DE PAZ: Enfrentar a violência e todas as formas de discriminação, combater o racismo, sexismo, homofobia, lesbofobia, transfobia, tráfico de pessoas, trabalho infantil, violência sexual, física, letal e outras formas de violência, respeitando a vida e promovendo a solidariedade. Fortalecer, ampliar e divulgar a rede de enfrentamento à violência, acolher vítimas e familiares, bem como proteger testemunhas.
006 – GOVERNANÇA GESTÃO E PESSOAS: Desenvolver a gestão por resultados integrada de todos os órgãos de segurança pública com planejamento e aperfeiçoamento na execução dos processos internos, bem como promover a valorização dos profissionais de segurança pública, com vistas a atingir a excelência dos serviços prestados à comunidade.
24105 – POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL - PCDF
007 – REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE: Promover segurança pública com excelência na elucidação de infrações penais e no desempenho da função de polícia judiciária, tendo como pilares a ética, os direitos e garantias fundamentais, o capital humano qualificado e motivado, ações de inteligência e recursos tecnológicos avançados

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA POR PROGRAMA E AÇÃO (Valores em Reais)

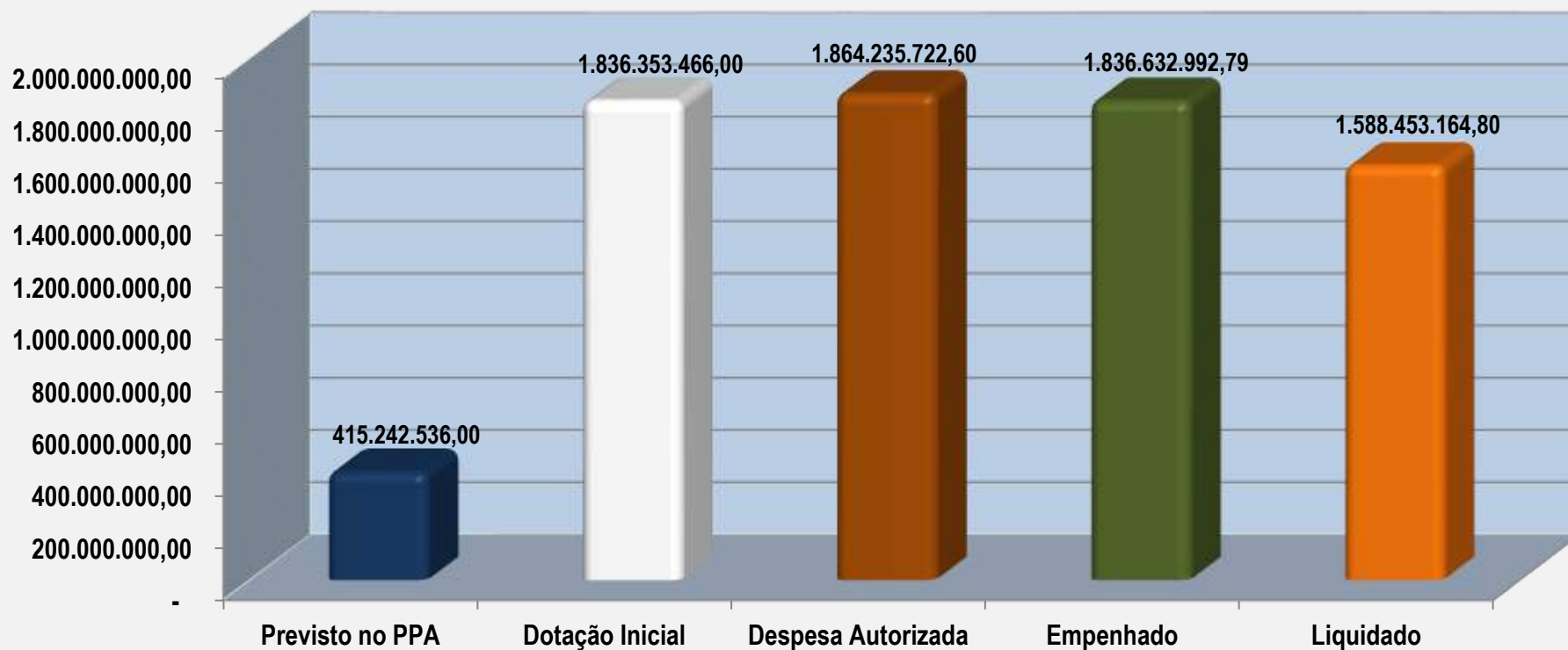
AÇÃO	PPA 2018	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	% EMP/PPA	% LIQ/PPA
1094 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA INFORMATIZADA	12.426.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1142 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	9.000.000,00	4.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	5.272.186,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1474 - CONSTRUÇÃO DE QUARTÉIS	12.641.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1482 - REFORMA DE QUARTÉIS	5.194.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1564 - REFORMA DE UNIDADE DE ATENDIMENTO	300.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1569 - DESENVOLVIMENTO DOS PROGRAMAS NACIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA	2.411.056,00	14.220.000,00	47.819.476,39	32.426.084,31	29.588.687,92	1.345	1.227
1571 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE ATENDIMENTO	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	400.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2060 - ATENDIMENTO DE URGÊNCIA PRÉ-HOSPITALAR	81.242,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2205 - ENFRENTAMENTO DAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	214.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2322 - BOMBEIRO AMIGO	48.441,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2334 - COLETA DOMICILIAR DE LEITE MATERNO	20.360,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2340 - BOMBEIRO MIRIM	25.999,00	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2360 - IDENTIDADE SOLIDÁRIA	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2362 - CENTRO PILOTO DE PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS	140.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2412 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO A CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL	380.866,00	250.000,00	41.100,00	40.858,40	30.616,58	11	8
2460 - CAMPANHAS EDUCATIVAS DE TRÂNSITO	3.100.000,00	3.930.000,00	945.672,01	945.672,01	945.672,01	31	31
2469 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE ENGENHARIA DE TRÂNSITO	47.316.320,00	20.732.563,00	53.452.852,50	53.452.852,50	47.820.289,48	113	101
2541 - POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	29.912.189,00	23.940.786,00	34.991.139,96	34.991.139,96	34.991.139,96	117	117
2554 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	10.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2.515.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2627 - MANUTENÇÃO DA CASA DA MULHER BRASILEIRA	1.212.500,00	3.500.000,00	2.648.154,64	655.633,60	402.471,72	54	33
2629 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO DETRAN-DF	26.400.000,00	29.152.323,00	24.115.938,11	24.115.938,11	17.539.165,86	91	66
2698 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE FROTA	7.100.000,00	6.700.000,00	12.272.773,22	12.272.773,22	9.965.603,65	173	140
2773 - MANUTENÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE COMANDO E CONTROLE REGIONAL - CICCR	5.464.806,00	400.000,00	264.454,32	264.454,32	244.393,61	5	4

AÇÃO	PPA 2018	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	% EMP/PPA	% LIQ/PPA
2775 - FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA PREVENTIVA DE SEGURANÇA CIDADÃ	5.880.266,00	1.250.000,00	80.107,00	80.107,00	80.107,00	1	1
2776 - PREVENÇÃO E REPOSTAS ÀS EMERGÊNCIAS E DESASTRES	333.105,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2779 - ATENDIMENTO ÀS SITUAÇÕES DE DESORDEM PÚBLICA (INCIVILIDADES)	334.999,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2783 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA PRIMEIRA INFÂNCIA	160.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2784 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO	6.400.000,00	6.050.000,00	7.389.822,80	7.389.822,80	7.024.640,24	115	110
2801 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	10.000.000,00	5.250.000,00	16.521.658,43	16.521.658,43	12.520.180,91	165	125
2904 - MANUTENÇÃO DA ESCOLA VIVENCIAL DE TRÂNSITO	2.320.000,00	2.200.000,00	299.351,22	299.351,22	299.351,22	13	13
2984 - MANUTENÇÃO DA FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS	6.647.408,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3029 - MODERNIZAÇÃO E REEQUIPAMENTO DAS UNIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA	22.429.710,00	19.758.316,00	36.952.031,43	27.495.751,23	25.262.374,83	123	113
3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	9.550.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3051 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO ESPECIALIZADO DE ATENDIMENTO À MULHER	58.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3061 - IMPLANTAÇÃO DE ESCRITÓRIO DE GÊNERO	8.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3062 - CONSTRUÇÃO DA SEDE DO INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3063 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE COORDENAÇÃO OPERACIONAL - UCOP	11.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3080 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL	583.763,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3083 - AMPLIAÇÃO DOS POSTOS DE ATENDIMENTO DO PRÓ-VÍTIMA	100.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3088 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS	100.000,00	710.000,00	700.000,00	700.000,00	700.000,00	700	700
3095 - CONSTRUÇÃO DA ACADEMIA DE TRÂNSITO	200.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3097 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES POLICIAIS E DELEGACIAS	15.983.487,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3098 - REFORMA DE UNIDADES POLICIAIS E DELEGACIAS	2.685.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3138 - IMPLANTAÇÃO DO OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA	210.185,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3139 - APRIMORAMENTO DA EFETIVIDADE POLICIAL E DA PREVENÇÃO - SEGURANÇA CIDADÃ	1.932.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3175 - IMPLANTAÇÃO DE MUSEU	63.266,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3208 - IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA	500.000,00	1.000.000,00	459.999,97	459.999,97	459.999,97	92	92
3209 - IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO ESTATIGRÁFICA	3.500.000,00	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3269 - IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL	321.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3419 - REEQUIPAMENTO E REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES DA SEGURANÇA PÚBLICA	21.175.940,00	1.250.000,00	3.737.096,81	3.337.096,81	3.128.546,81	16	15
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	500.000,00	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3646 - (EP)CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL	12.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

AÇÃO	PPA 2018	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	4.565.687,00	1.557.931,00	1.632.256,50	1.632.255,84	1.349.286,94	36	30
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	1.204.582,00	600.000,00	205.307,69	205.307,69	205.307,69	17	17
4031 - MONITORAMENTO POR CÂMERA DE VÍDEO	14.075.248,00	3.300.000,00	1.377.628,30	1.377.627,70	1.377.627,70	10	10
4034 - INTEGRAÇÃO DER/DETRAN - GERENCIAMENTO DE TRÁFEGO - TRÂNSITO INTELIGENTE	200.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4039 - MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	7.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	6.468.921,00	5.000,00	370.474,00	335.289,33	335.289,33	5	5
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	1.845.289,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4101 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL	13.700.000,00	13.216.000,00	10.060.893,48	10.060.893,48	7.930.277,24	73	58
4122 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO - PROVÍTIMA	135.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4189 - IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS JUNTO À COMUNIDADE - PM	15.823.705,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4197 - MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO ESTATIGRÁFICA	5.000.000,00	3.780.000,00	2.698.313,17	2.698.313,17	2.698.313,17	54	54
4198 - MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA	2.200.000,00	2.000.000,00	1.749.438,14	1.749.438,14	1.749.438,14	80	80
4211 - MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO À VÍTIMA E AO AGRESSOR	1.012.020,00	950.000,00	610.140,11	610.140,11	581.152,79	60	57
4213 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES RELACIONADAS AO PACTO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	1.000.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	10.932.769,00	6.281.892,00	613.192,40	613.192,40	495.751,30	6	5
5027 - IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO	273.921,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO CONSTITUCIONAL DO DF (Segurança Pública)	345.905.476,00	1.655.318.655,00	1.602.221.450,00	1.601.901.341,04	1.380.727.478,73	463	399
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	69.337.060,00	181.034.811,00	262.014.272,60	234.731.651,75	207.725.686,07	339	300
TOTAL GERAL DO PROGRAMA 6217 (ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL+ FCDF)	415.242.536,00	1.836.353.466,00	1.864.235.722,60	1.836.632.992,79	1.588.453.164,80	442	383

Obs: Valores executados por diversas Unidades Orçamentárias (ex:(24.101 – SSP, 24.105 PCDF, PMDF, CBMDF, DETRAN)

Programa 6217 - Segurança Pública com Cidadania (Valores em Reais)



OBJETIVO ESPECÍFICO:**001 – QUALIDADE DO ATENDIMENTO AO CIDADÃO: Realizar procedimentos que visem melhor atender o cidadão que necessite dos serviços de segurança pública.****UNIDADES RESPONSÁVEIS:****24.101 – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA PAZ SOCIAL - SSP****ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS****Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	1	1	Reestruturar as ações e os canais de atendimento a ocorrências; (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100		100,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	1	2	Aprimorar os sistemas de comunicação das Forças de Segurança Pública; (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	25	75		75,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	1	3	Capacitar 230 pessoas, entre membros da comunidade e profissionais da segurança pública, na filosofia de policiamento comunitário (SSP) (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019);	230	PESSOA	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	-	38		16,5
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	1	4	Aperfeiçoar o atendimento às situações de desordem pública (incivilidades); (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	-	100		100,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	1	5	Reduzir os índices de violência e criminalidade a níveis desejáveis para uma convivência harmônica e pacífica de toda a sociedade brasileira; (PMDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	6,98	8,60	40,59		40,6
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	1	6	Diminuir, anualmente, em 29 segundos o tempo médio decorrido entre o despacho da ocorrência e a disponibilização do socorro no local do evento para as ocorrências APH (Atendimento Pré-Hospitalar), salvamentos, incêndios urbanos e acidentes automobilísticos, de modo a atingir índices cada vez mais favoráveis à população; (CBMDF)	8:00	MINUTO	ACUM	MENOR, MELHOR	0:09:47	-	0:10:54		63,8

*Não foi possível mensurar a meta.

Análise Qualitativa

1. Reestruturar as ações e os canais de atendimento a ocorrências (SSP);

2016

Foi publicada Portaria Conjunta Nº 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2016, que instituiu medidas emergenciais de reestruturação do funcionamento da Central Integrada de Atendimento e Despacho – CIADE, o que proporcionou o atingimento de 77,67% de chamadas atendidas em dezembro de 2016.

2017

Meta atingida. Em 2017, graças às medidas de reestruturação, o Índice de Capacidade de Atendimento da CIADE aumentou para 92,24% (dez/2017), ultrapassando a meta estimada de 85%; o que pode ser creditado à efetividade das alterações estruturais realizadas no ano anterior, bem como a capacitação dos atendentes e despachantes no “Curso para Atendimento e Despacho de Operações da Polícia Militar do Distrito Federal/ Copom”, com carga horária de 12 h/a, organizado pela SEVAP, no período de 29 a 31 de março, nas instalações da EGOV e com certificação da SEVAP para 25 capacitados.

2018

Meta atingida. Com a criação do Centro Integrado de Operações de Brasília – CIOB, por meio do Decreto Nº 39.227, de 10 de julho de 2018 (DODF Nº 130, DE 11 de julho de 2018), com a finalidade de promover a gestão integrada das operações de segurança pública, mobilidade, fiscalização e prestação de serviços públicos do Distrito Federal, a Central Integrada de Atendimento e Despacho - CIADE foi incorporada ao CIOB, o que permitiu melhorias na capacidade dos atendimentos emergenciais.

2. Aprimorar os sistemas de comunicação das Forças de Segurança Pública (SSP);

2016

Meta parcialmente atingida. Foram adquiridos 272 terminais de radiocomunicação digital, 100 terminais de comunicação digital tetra portátil, e 677 terminais de radiocomunicação.

2017

Meta parcialmente atingida. Durante o exercício de 2017, foi realizada a contratação de uma nova empresa especializada na execução de serviços de infraestrutura de rede de fibra ótica (instalação, manutenção e certificação) com fornecimento de materiais nas redes existentes que suportam a Solução de Videomonitoramento da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social. A Solução de Videomonitoramento proporcionará o aprimoramento da comunicação entre as Forças de Segurança Pública do Distrito Federal, uma vez que será capaz de monitorar áreas estratégicas das Regiões Administrativas do DF e permitirá a vigilância eletrônica de vários locais ao mesmo tempo com um número reduzido de operadores. A Solução de Videomonitoramento é uma ferramenta importante de reforço na segurança que permitirá visualizar, em tempo real, situações que necessitem de um controle detalhado dos acontecimentos e dimensionar a gravidade de uma ocorrência para o envio do atendimento adequado, bem como garantirá o armazenamento de imagens para posterior análise, nos casos de investigação criminal. A solução permitirá, ainda, uma gestão mais eficaz dos recursos humanos disponíveis para atendimento de emergências, pois as forças de pronta resposta somente são enviadas se comprovada a necessidade.

As imagens serão capturadas por câmeras e transmitidas por meio de rede de cabos de fibra ótica a grandes distâncias das Centrais de Monitoramento Regional (CMR), localizadas em 04 (quatro) áreas do Distrito Federal e uma Central de Monitoramento Centralizada (CMC), situada na Secretaria de Segurança Pública do DF, onde permanecem armazenadas as imagens capturadas por período determinado de tempo. As imagens também serão disponibilizadas aos profissionais da Polícia Militar e Polícia Civil, respectivamente, para diminuir o tempo de resposta de ocorrências registradas pelas câmeras e servir de banco de dados para investigação criminal dos delitos gravados.

2018

Meta atingida. A Unidade de Tecnologia da Informação e Comunicação - UTIC, atual Subsecretaria de Modernização Tecnológica desenvolveu o Sistema de Gestão de Eventos e Incidentes (Ex: Carnaval, Enem, 7 de setembro, etc) que consiste num Sistema Integrado de Eventos Multiagências, para utilização no Centro Integrado de Operações de Brasília - CIOB. O Sistema contempla as seguintes unidades: SOPI (Núcleo de eventos e CIME); SI (eventos); SESIPE (Saída Especial de Custodiado "Saidão"); SUSEC e Agências que integram o CIOB. Todas as informações

sobre os eventos (DHL - Data/Hora/Local) constam no mapa do CIOB com as criticidades classificadas por cada agência integrante do sistema. Eventos planejados ou incidentais são cadastrados e acompanhados. Foi utilizada a metodologia de desenvolvimento ágil SCRUM com documentações específicas e reuniões periódicas. O Sistema se encontra em uso pelo SSP/SOPI/CIOB.

Para dar continuidade à Solução de Videomonitoramento no DF, foram contratadas empresas especializadas com previsão de entregas em duas etapas: a primeira consiste na recomposição de Fibra Ótica e a segunda a instalação das Câmeras em Depósito e Manutenção a Solução.

Para a execução da primeira etapa foi assinado em 26/12/2017 o Contrato de Prestação de Serviços nº 43/2017 com empresa especializada, no valor de R\$ 1.680.120,00, com vigência até 25/12/2018. Em 13/09/2018 foi publicado o extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato 43/2017-SSP, no valor de R\$ 150.327,50, com vigência até 25/12/2018, perfazendo um valor total de R\$ 1.830.447,50. Das 444 câmeras previstas para a primeira etapa, 436 foram ativadas até a data de 18/12/2018.

Para a execução da segunda etapa, foi publicado em 05/11/2018, aviso de adjudicação e homologação do Pregão Eletrônico nº 07/2018 para realização de Registro de Preços de Solução de Videomonitoramento, no valor de R\$ 6.098.004,98, firmado com empresa especializada para execução dos serviços.

3. Capacitar 230 pessoas, entre membros da comunidade e profissionais da segurança pública, na filosofia de policiamento comunitário (SSP) (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019);

2016

Meta não atingida.

2017

Considerando que o cumprimento da meta de reestruturação do policiamento comunitário compete essencialmente à Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), a SSP/DF informa que, no momento da Avaliação do PPA, esta meta será renomeada para “Prover qualificação relativa ao Policiamento Comunitário”. No entanto, cumpre esboçar as principais ações desenvolvidas por esta pasta com o intuito de Reestruturar o policiamento comunitário.

Em 2017, esta SSP/DF passou por uma reestruturação orgânica, Decreto nº 38.046, a qual possibilitou a criação da Diretoria de Segurança Comunitária dentro da estrutura da Subsecretaria de Segurança Cidadã (SUSEC). Tal iniciativa fortaleceu o acompanhamento e difusão da filosofia de polícia comunitária no Distrito Federal.

As várias iniciativas de amadurecimento da política de policiamento comunitário continuaram sendo realizadas, a exemplo do Seminário Internacional para multiplicação da filosofia de Polícia Comunitária, fruto do Acordo de Cooperação Técnica Internacional para implementação do Projeto de Difusão Nacional da Polícia Comunitária no Brasil, o qual contou com palestras de profissionais da Secretaria Nacional de Segurança Pública e peritos japoneses. O Seminário foi realizado na Escola de Governo (EGOV) e reuniu os embaixadores do Japão, da Espanha, da Nicarágua e de El Salvador; além de representantes das forças de segurança, dos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGS), líderes comunitários e profissionais do sistema de segurança pública; totalizando 176 (cento e setenta e seis) pessoas. Ademais, um policial militar do DF participou do Curso de Gestor de Polícia Comunitária - Sistema Koban, realizado em Tóquio, a fim de absorver experiências e atuar como multiplicador.

Entre os meses de julho e setembro de 2017, com o intuito de proporcionar a maior participação social nas ações de segurança pública, e propor o alinhamento de conceitos e troca de experiências, a SSPDF promoveu o curso “Promotor de Polícia Comunitária”, o qual capacitou 76 (setenta e seis) pessoas entre servidores da segurança pública e líderes comunitários das regiões administrativas do Paranoá e de Planaltina, áreas consideradas de risco.

No dia 22 de novembro de 2017, esta SSP celebrou o Acordo de Cooperação Técnica com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) para a implementação e expansão da abordagem de justiça restaurativa no DF. A cooperação se dará, inicialmente, por meio da capacitação de servidores e comunidade na referida abordagem, a qual será realizada pelo TJDFT, e, por outro lado, haverá o encaminhamento de pessoas em situação de vulnerabilidade social e criminal para os projetos de prevenção da SSP. Nesse primeiro momento, será executado um projeto piloto na região administrativa de Planaltina.

Dessa forma, a Secretaria de Segurança Pública vem fomentando a adoção de práticas que fortaleçam a proposta de policiamento comunitário, com a aproximação e integração do cidadão com a polícia, a fim de romper o distanciamento entre estes atores.

2018

Meta parcialmente atingida. A SSP/DF promoveu o Curso intitulado “Segurança Comunitária” voltado para aproximação da comunidade com as Forças de Segurança Pública, englobando temáticas como direitos humanos, relações interpessoais, mediação de conflitos, mobilização social, relação entre polícia e comunidade, entre outros.

Entre os dias 14 e 22 de maio de 2018 foi realizado o Curso de Promotor de Polícia Comunitária na região administrativa da Estrutural. Além da comunidade local, a capacitação reuniu profissionais da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Departamento de Trânsito e outros órgãos governamentais. As aulas foram ministradas na Administração Regional e a cerimônia de certificação realizada no Centro Especializado de Assistência Social – CREAS da Estrutural. Entre comunidade e profissionais de segurança pública, concluíram o curso 38 (trinta e oito) pessoas.

4. Aperfeiçoar o atendimento às situações de desordem pública (incivilidades) (SSP);

2016

Os eixos que orientam as ações do programa Viva Brasília – Pacto pela Vida, são: combate aos crimes contra a vida, como homicídios, roubos seguidos de morte e lesões corporais seguidas de morte; crimes contra o patrimônio, que incluem roubos a pedestres, em coletivos e em comércio; além da melhoria dos serviços de segurança oferecidos à população, que refletem na qualidade de vida e na sensação de segurança.

Contudo outros fenômenos atuam diretamente para que as pessoas se sintam inseguras, e são classificados como desordens ou incivilidades. Entre eles estão problemas com som alto, falta de iluminação pública, lixo e resíduos acumulados, ou seja, problemas que refletem na segurança pública, mas que ultrapassam a atuação das forças de segurança. Nesse sentido foi criada a Ação Centro Legal - iniciada em 11 de janeiro de 2016, esta ação revitalizou o Setor Comercial Sul. Além da presença do policiamento preventivo permanente por meio de rondas, o governo melhorou a iluminação pública, levou eventos socioculturais para o local, mudou a sinalização do trânsito, coibiu o comércio irregular e retirou dali pessoas que vivem nas ruas.

Com ações integradas entre governo e sociedade civil organizada em 2016, o Setor Comercial Sul tornou-se o principal exemplo dos resultados da metodologia do “Viva Brasília — Nosso Pacto pela Vida”. Desde outubro de 2015 até dezembro de 2016, nenhum homicídio foi registrado na área, e crimes como tráfico, uso e porte de drogas diminuíram consideravelmente.

2017

A Meta foi atingida como demonstrado nas ações a seguir, porém a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal – SSPDF entende que as ações a serem desenvolvidas para o alcance da Meta estão intrinsecamente vinculadas às atividades desenvolvidas pela Secretaria Especial da Ordem Pública e Social – SEOPS. Pelo exposto, em momento oportuno, quando da atualização do Plano Plurianual 2016-2019 esta SSPDF solicitará a alteração do responsável pela meta.

É importante observar as ações integradas realizadas por esta SSP e outros órgãos, visando mitigar fenômenos que impactam diretamente na sensação de insegurança da população, são classificados como desordens ou incivilidades. Entre eles, problemas como som alto, falta de iluminação pública, lixo e resíduos acumulados, ou seja, problemas que refletem na segurança pública, mas que ultrapassam a atuação das forças de segurança. Nesse sentido, foi criada a Ação Centro Legal - iniciada em 11 de janeiro de 2016 – a qual revitalizou o Setor Comercial Sul. Além da presença do policiamento preventivo permanente por meio de rondas, o governo melhorou a iluminação pública, levou eventos socioculturais para o local, mudou a sinalização do trânsito, coibiu o comércio irregular e retirou dali pessoas em situação de rua, encaminhando-as a abrigos públicos.

Com ações integradas entre governo e sociedade civil, o Setor Comercial Sul não registrou, entre outubro de 2015 até dezembro de 2016, nenhum homicídio e ocorrências relativas ao uso e porte de drogas diminuíram consideravelmente; tal iniciativa tornou-se o principal exemplo dos resultados da metodologia do Viva Brasília — Nosso Pacto pela Vida, programa que possui como uma de suas iniciativas a divisão territorial do Distrito Federal em Áreas e Regiões integradas de segurança pública e do monitoramento através de grupos de trabalhos com representantes dos órgãos de segurança pública, de vários outros órgãos do governo e da Sociedade.

Resumidamente, a Região Integrada de Segurança Pública (RISP) consiste na instância de deliberações sobre encaminhamentos para os problemas estruturais que repercutem em mais de uma Área Integrada de Segurança Pública (AISP). Cada uma das RISPs é composta por cinco AISPs. É competência desse comitê, portanto, estabelecer e coordenar as operações integradas e diretrizes para o enfrentamento dos problemas comuns e propor soluções estruturantes a serem mobilizadas e consolidadas nos comitês de governança seguintes.

Em 2017, esta Secretaria passou a contar com a figura dos articuladores territoriais, personagens que fortaleceram o supracitado modelo de gestão, o qual preceitua a importância da mobilização da comunidade para autoproteção e resolução de problemas que geram crises, com foco na resolução de problemas geradores de crime e desordem. Assim, os articuladores territoriais, em conjunto com os Conselhos de Segurança Comunitários (CONSEGs), trazem ao poder público as demandas de incivildade e desordem pública da sua região, propiciando o incremento da metodologia de mapeamento desses riscos e contribuindo para o plano de intervenção estatal. Assim, a polícia assume funções que não se limitam apenas à repressão ou a atendimentos emergenciais, pois o trabalho preventivo de saneamento de desordens tende a minimizar ou, até mesmo, evitar que problemas se desdobrem em situações mais complexas e de maior perigo.

2018

Meta atingida. O Distrito Federal está dividido em Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP) e Áreas Integradas de Segurança Pública (AISPs) e, mensalmente, a SSPDF por meio da Unidade de Coordenação de Políticas Públicas – UCPP participa da organização das Regiões Administrativas do DF com profissionais de segurança pública e com as comunidade, que têm o objetivo de promover a organização e integração das comunidades locais com os órgãos governamentais para discutir, priorizar e solucionar problemas de segurança pública. Os Comitês das Áreas Integradas de Segurança Pública-CAISPs são integrados pelos chefes dos órgãos de segurança pública de cada Área Integrada de Segurança Pública (AISP): delegados-chefe da Polícia Civil; comandantes de batalhão da Polícia Militar; comandantes de grupamento militar do Corpo de Bombeiros; e diretores de policiamento do Departamento de Trânsito, bem como os presidentes de CONSEG. A coordenação do colegiado é rotativa, de forma que a cada mês uma força de segurança conduz a reunião.

As situações de desordens e incivildades são apresentadas pela comunidade nas reuniões de CAISPs, que ocorrem no âmbito dos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs) e dos Comitês de Área Integrada de Segurança Pública e são acompanhadas pelas quatro diretorias da UCPP: Diretorias da Rede Colaborativa Leste, da Rede Colaborativa Metropolitana, da Rede Colaborativa Oeste e Rede Colaborativa Sul, que priorizam as demandas a serem atendidas e discutem as soluções possíveis para a resolução dos problemas apresentados junto aos órgãos de segurança pública.

Já nas reuniões de CONSEG, a comunidade leva ao conhecimento das autoridades locais os principais problemas enfrentados na região. Atualmente, estão em funcionamento 35 CONSEGs, os quais são compostos pelo Administrador Regional; dirigentes locais das forças de segurança pública; representantes do Departamento de Estradas de Rodagem (DER); da Agência de Fiscalização do DF (Agefis); da Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social; Mulheres; Igualdade Racial e Direitos Humanos (Sedestmidh); Coordenação Regional de Ensino; e Conselho Tutelar.

Destaca-se ainda que as desordens são mapeadas pelos Assessores Técnicos orientados pelos documentos produzidos pela SGI-SSPPS/DF acerca das manchas de calor relativas as incidências criminais no Distrito Federal. Quando esses servidores fazem a checagem da desordem já mapeada e a encontra resolvida, o fato observado é registrado no My Maps do Google, ficando com a sinaleira verde, pois as desordens mapeadas geram uma sinaleira na cor vermelha. O objetivo deste acompanhamento por parte da SSPDF é melhorar o ambiente público onde os crimes acontecem a fim de que haja um impacto positivo na redução da criminalidade e na sensação de insegurança.

5. Reduzir os índices de violência e criminalidade a níveis desejáveis para uma convivência harmônica e pacífica de toda a sociedade brasileira (PMDF);

2016

A diminuição de 6,98% nos índices de violência e criminalidade se refere aos crimes de Homicídio, Latrocínio e Homicídio tentado. Foi utilizada essa metodologia, pois a apuração desses crimes transmite dados de maior confiabilidade, visto que todos os homicídios são registrados nos órgãos de segurança pública, afastando assim a cifra negra.

2017

Nesse exercício, houve uma diminuição de 8,60% no índice de crimes e violência. Apenas como exemplo, no homicídio tivemos uma redução de 17%; no latrocínio, que é o roubo seguido de morte, uma redução de 20%; na tentativa de homicídio, uma redução de 2%; e no roubo a comércio, uma redução de 23%. Esses resultados foram alcançados a despeito de uma perda considerável de policiais militares que ingressaram na reserva remunerada (7000 policiais). As ações de reestruturação organizacional e implementações de novas ações de Policiamento Ostensivo têm refletido nos índices de redução do crime e da violência, aumentando a sensação de segurança da sociedade.

2018

Quanto ao cumprimento dessa Meta, conforme relatório de Gestão de 2018, enviado ao TCU, o Distrito Federal apresentou decréscimo de 12,22% no índice de homicídio; 17,78% no roubo seguido de morte; 4,64% no homicídio tentado; 10,57% no estupro; 30,86% no roubo a residência; 10,63% no roubo a transeunte; 17,10% no roubo a comércio; 40,89%; no roubo a transporte coletivo; e 17,61% no furto de veículo. Em uma média aritmética geral obteve-se uma redução total de 18,033% nos índices de violência e crime no exercício de 2018. O índice acumulado ficou em 40,59%. O resultado se deve a diversas operações realizadas nas RAs, a despeito do baixo efetivo da Corporação. Atualmente a PMDF conta com menos 7.000 Policiais Militares em seu efetivo por conta de pedidos para reserva remunerada.

6. Diminuir, anualmente, em 29 segundos o tempo médio decorrido entre o despacho da ocorrência e a disponibilização do socorro no local do evento para as ocorrências APH (Atendimento Pré-Hospitalar), salvamentos, incêndios urbanos e acidentes automobilísticos, de modo a atingir índices cada vez mais favoráveis à população (CBMDF);

2016

A redução gradual no tempo de chegada das guarnições do socorro é elencada como meta, dada a importância do fator tempo em relação a preservação da vida e das propriedades. Para alcançar esta redução estão em andamento iniciativas de capacitação dos militares que recebem as notícias dos sinistros, e a melhora sistemática do processo de atendimento e despacho, fase crucial para o acionamento das equipes de socorro. Encontra-se em implantação o sistema “Fênix” do qual almeja-se maior agilidade no atendimento e despacho permitindo o pronto acionamento das equipes e início do deslocamento. Aliado a isso, ocorrem medidas estruturais com a ampliação da rede de atendimento do CBMDF com a construção, ampliação e reforma das unidades operacionais, e a aquisição de viaturas e equipamentos que propiciem maior agilidade ao atendimento.

A meta definida para 2016 não foi alcançada propriamente, no entanto, permanecemos próximos a ela, as medidas de capacitação, implementação de sistema e ampliação da rede de atendimento constituem um processo, ao que esperamos contribuir positivamente para o alcance das metas. Existem ainda fatores externos que interferem, tais como o cenário de mudanças na legislação previdenciária que tem impelido militares a ingressarem antecipadamente na reserva remunerada, diminuindo o efetivo disponível para guarnecer os quartéis, e retirando da atividade fim, profissionais experientes, sendo que o tempo exigido para desenvolvimento de habilidades e experiência é superior ao período disponível para alcançar as metas.

2017

Devido às mudanças efetuadas no Sistema de Atendimento de Ocorrências do CBMDF na SSP para o ano de 2017, e conforme reuniões que estão sendo estabelecidas para solucionar os problemas decorridos dessas mudanças (incompatibilidade da replicação dos dados da SSP para o CBMDF), as informações relacionadas ao atendimento não poderão ser fornecidas, até que as informações replicadas sejam validadas.

2018

Espera de melhora com a criação de aplicativos para que os comandantes de socorro possam acompanhar/complementar a ocorrência por meio de smartphones e/ou dispositivos embarcados, como tablets. Esses aplicativos devem auxiliar as guarnições na localização da ocorrência, diminuindo o Tempo Resposta.

Estudos para elaboração de projeto para aquisição de 20 Unidades de Resgate – UR, aumentando a capacidade de atendimento de ocorrências do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF). Com isso, deve-se diminuir os grandes deslocamentos, quando viaturas são deslocadas para atender ocorrências em áreas de outras OBMs que não possuam viaturas de atendimento pré-hospitalar no momento.

Distribuição de mais 09 viaturas ABSL, que são viaturas leves e rápidas, permitindo um atendimento mais ágil das ocorrências.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1576	OCORRÊNCIAS POLICIAIS ATENDIDAS POR RA	UNIDADE	4.155,53	31/07/2015	17.600	20.913	18.800	24.786	20.000	27.384	21.200	PMDF / UO 24103 / OE 1
1577	EFETIVO DIÁRIO EMPREGADO NO POLICIAMENTO OSTENSIVO	UNIDADE	2.924	31/12/2014	2.818	2.906	2.800	1.033	2.795	2.090	2.834	DOP/PMDF / UO 24103 / OE 1
1578	QUANTIDADE DE PALESTRAS PROVID (POLICIAMENTO DE PREVENÇÃO ORIENTADA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA)	UNIDADE	1.353	31/12/2014	1.500	2.339	1.500	3.420	1.500	3.420	1.500	UPMs/ PMDF / UO 24103 / OE 1
1579	TEMPO-RESPOSTA DO CBMDF PARA OPERAÇÕES DE APH, BUSCA E SALVAMENTO, INCÊNDIOS URBANOS E ACIDENTES DE TRÂNSITO	MINUTO	8,18	31/08/2014	9,26	9,47	8,57	4,62	8,29	10,9	8	SeGeo/ CBMDF / UO 24104 / OE 1
1582	CHAMADAS ATENDIDAS NA CIADE	%	78	31/07/2014	80	77,67	85	92,24	90	90,95	95	SOPS/SSP / UO 24101 / OE 1

Justificativas 2016

Indicador 1576 - O número apresentado se origina da divisão do número total de ocorrências atendidas pela Polícia Militar do Distrito Federal pela quantidade de meses do ano. Foi possível superar a meta tendo em vista várias ações desenvolvidas pelo Comando da Corporação de intensificação da ação de presença, com o enxugamento do efetivo administrativo, utilização das Cotas de Serviço voluntário gratificado, o que propiciou a otimização do processo finalístico gerando maior efetividade no serviço operacional.

Indicador 1577 - O indicador foi obtido por meio da média do efetivo empregado diariamente pela Polícia Militar, tendo superado a meta prevista para o período, mesmo em detrimento da redução do efetivo da corporação em decorrência dos excessivos pedidos de ingresso na reserva remunerada, o que diminuiu sobremaneira o efetivo disponível para o pronto emprego.

Indicador 1578 - Informamos que o resultado apresentado representa o público que assistiu às palestras ministradas. A meta foi superada devido à intensificação das palestras voltadas ao problema com a especialização e aumento do efetivo afim aumentar o alcance da atividade de prevenção primária do crime e da violência.

Indicador 1579 - Conforme análise do indicador institucional equivalente, o resultado vem mantendo-se no mesmo patamar nos últimos quatro anos. Este indicador passou a constar como objetivo estratégico para o ciclo 2017-2020. Fatores como quantidade de viaturas e militares, rotina de atendimento do CIADE e deslocamento até o local influenciam no resultado. Essas variáveis vêm sendo trabalhadas, a fim de potencializar o alcance das próximas metas, que são ainda mais ousadas e desafiadoras.

Indicador 1580 - Operações de Combate ao Comércio Ilegal e Pirataria: A Unidade responsável pelo Indicador Operações de Combate ao Comércio Ilegal não faz mais parte da estrutura desta pasta, conforme Decreto 36.842, de 26 de outubro de 2015 foi transferida para estrutura da casa Militar da Governadoria do Distrito Federal.

Indicador 1581 - Operações de Combate à Ocupação Irregular do Solo: A Unidade responsável pelo Indicadores Operações de Combate ao Comércio Ilegal e Pirataria e Operações de Combate à Ocupação Irregular do Solo não fazem mais parte da estrutura desta pasta, conforme Decreto 36.842, de 26 de outubro de 2015 foi transferida para estrutura da casa Militar da Governadoria do Distrito Federal.

Indicador 1582 - Chamadas Atendidas na CIADE: O índice foi alcançado devido à reestruturação da CIADE e a capacitação dos atendentes e despachantes.

Justificativas 2017

Indicador 1576 - O indicador apresentado consiste na divisão total do número de ocorrências atendidas pela PMDF pela quantidade de meses do ano. Verifica-se que a meta foi superada e continua em tendência de crescimento em relação ao ano imediatamente anterior. A Intensificação da ação de presença, confiança da população na PMDF para solução de conflitos e o retorno do atendimento e despacho (COPOM) pela corporação são fatores que influenciaram diretamente no aumento do atendimento de ocorrências.

Indicador 1577 - Redução decorrente do número crescente de aposentadorias. Não obstante, existem processos seletivos para contratação de pessoal em andamento para recompor o quadro da corporação.

Indicador 1578 - Este número não se refere a quantidade de palestras, mas ao número de pessoas que assistiram às palestras ministradas por policiais militares que atuam no PROVID.

Indicador 1579 - O tempo foi obtido de forma indireta, devido à mudança no sistema de registro de ocorrências (Fênix) e à nova classificação. A implantação do sistema Fênix e a transferência do despacho para os Grupamentos de Bombeiro Militar do CBMDF tiveram impacto positivo na redução do tempo para atendimento.

Indicador 1582 -2017 - Chamadas Atendidas na CIADE: O índice foi alcançado devido a reestruturação da CIADE e a capacitação dos atendentes e despachantes.

Justificativas 2018

Indicador 1576 - A exemplo do ano 2017, verifica-se que a meta foi superada e continua em tendência de crescimento em relação aos anos anteriores. A Intensificação da ação de presença, confiança da população na PMDF para solução de conflitos e o retorno do atendimento e despacho (COPOM) pela corporação são fatores que influenciaram diretamente no aumento do atendimento de ocorrências.

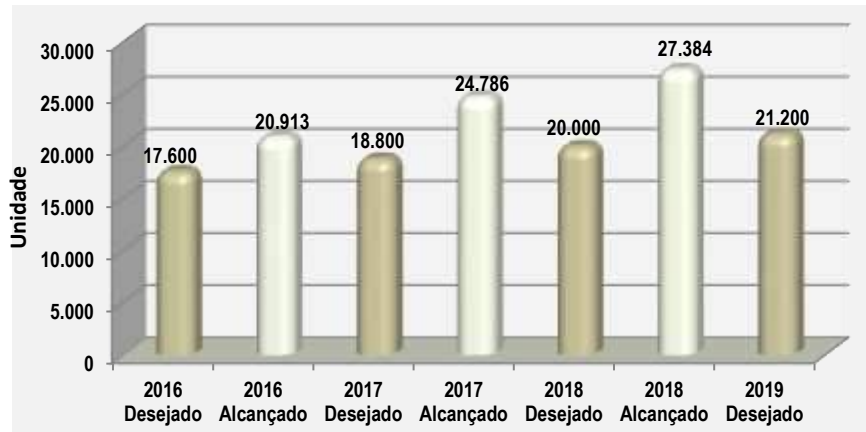
Indicador 1577 - O indicador foi obtido por meio da média do efetivo empregado diariamente pela Polícia Militar do Distrito Federal, incluindo os policiais escalados por meio do Sistema Voluntário Gratificado.

Indicador 1578 - O resultado apresentado refere-se ao número total de pessoas que participaram das palestras ministradas. A superação da meta se deve ao fato da realização do III curso de policiamento de prevenção orientado à violência doméstica, no qual foram capacitados 29 (vinte e nove) policiais militares da PMDF, 01 (um) bombeiro militar do CBMDF e 03 (três) policiais militares de outros estados (PMESP, PMPI e PMAP).

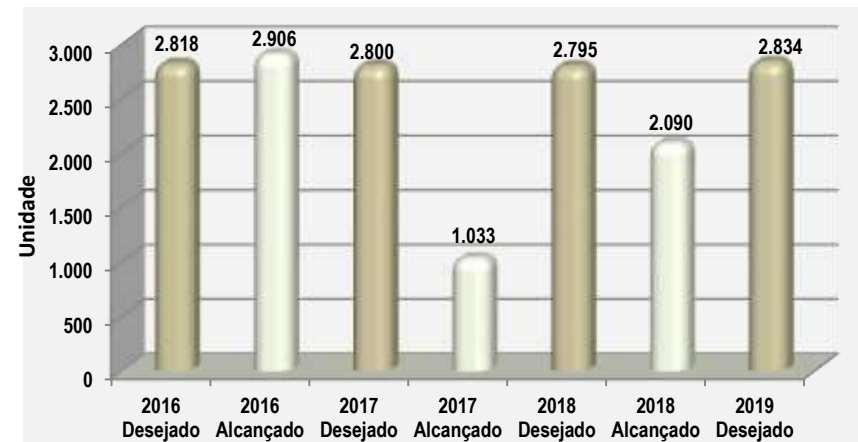
Indicador 1579 - O aperfeiçoamento do Sistema Fênix permitiu a irradiação da ocorrência concomitante para a SECOM do GBM e mesa de atendimento do CIADE, dando maior agilidade no acionamento do socorro envolvido. Mesmo havendo despacho automático à OBM envolvida, há de se considerar que falta um maior controle nos tempos de saída do socorro da OBM e de chegada ao local da ocorrência, uma vez que esses dependem de informações do SECOM e do Comandante de socorro.

Indicador 1582 - 2018 - O índice foi alcançado devido a reestruturação (física e equipamentos) da CIADE e a capacitação dos atendentes e despachantes.

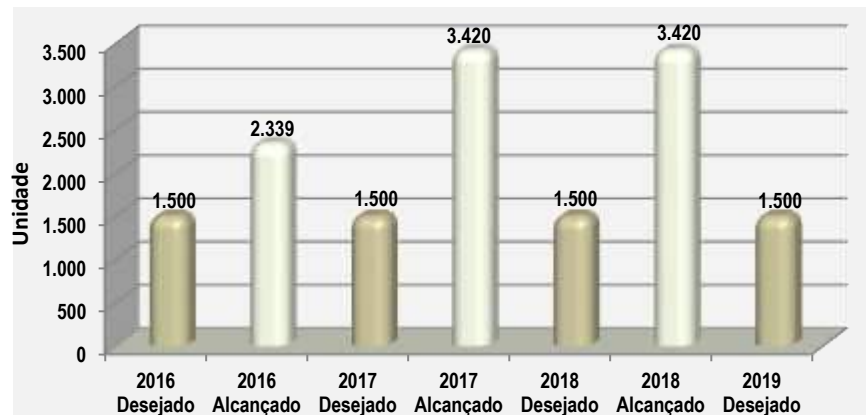
OCORRÊNCIAS POLICIAIS ATENDIDAS POR RA



EFETIVO DIÁRIO EMPREGADO NO POLÍCIAMENTO OSTENSIVO



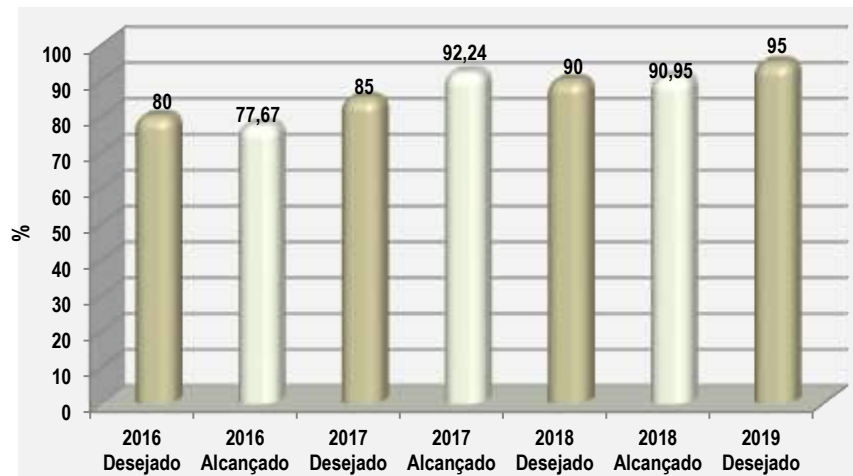
QUANTIDADE DE PALESTRAS PROVID (POLÍCIAMENTO DE PREVENÇÃO ORIENTADA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA)



TEMPO-RESPOSTA DO CBMDF PARA OPERAÇÕES DE APH, BUSCA E SALVAMENTO, INCÊNDIOS URBANOS E ACIDENTES DE TRÂNSITO



CHAMADAS ATENDIDAS NA CIADE



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6217	1	1	Implementar uma cultura de prevenção ao crime; (PMDF)	24103	-	<p>2016 Não há dados para se afirmar. A ação possui um núcleo indefinido o qual não se verificou mecanismo de aferição.</p> <p>2017 Trata-se de uma meta qualitativa onde o viés principal é a sensação de segurança sentida pela sociedade desta forma realizar a mensuração de sensação de segurança ficou prejudicada.</p> <p>2018 Mensuração prejudicada.</p>
6217	1	2	Implementar ações de mediações de conflito em todos os níveis de infrações penais, inclusive nas de menor potencial ostensivo; (PMDF)	24103	70%	<p>2016 Não há dados para se afirmar. A ação possui um núcleo indefinido o qual não se verificou mecanismo de aferição.</p> <p>2017 Em fase de implementação, com aproximadamente 70% da ação já em execução.</p> <p>2018 Em fase de implementação, com aproximadamente 70% da ação já em execução.</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6217	1	3	Realização de palestras para alunos, professores e pais, em toda a rede escolar do DF, agindo diretamente na prevenção primária; (PMDF)	24103	80%	<p>2016 A Polícia Militar do Distrito Federal realizou 386 palestras para alunos, professores e pais, em toda a rede escolar do DF, atendendo um público de 25.220 participantes.</p> <p>2017 Neste exercício a Corporação aumentou muito sua produção, sendo realizadas 70.168 palestras, incluindo aí, o PROERD, TEATRO RODOVIA, PROJETO LOBO GUARÁ, PROVID entre outros agindo diretamente na prevenção primária ao crime e a violência.</p> <p>2018 Neste exercício a Corporação aumentou muito sua produção, sendo realizadas 168.429 palestras, incluídos os projetos PROERD, TEATRO RODOVIA, PROJETO LOBO GUARÁ, PROVID entre outros.</p>
6217	1	4	Reestruturação do Policiamento comunitário; (PMDF)	24103	6,78%	<p>2016 A PMDF iniciou em 2016 o processo de ampliação das atividades do PROVID, estendendo-o para todas as regiões administrativas do Distrito Federal. Instaurou também uma comissão com objetivo de estudar mecanismo para incrementar o policiamento comunitário. Contudo, não foi possível apurar o grau de implementação.</p> <p>2017 Segundo dados coletados no Centro de Políticas Públicas da PMDF, com a reestruturação do Policiamento Comunitário da PMDF, foram alcançados 2,75% da População com nossos programas de prevenção primária ao crime e violência. Isso representa 83.701 pessoas, em uma população de 3.039.444 habitantes.</p> <p>2018 Segundo dados coletados no Centro de Políticas Públicas da PMDF, com a reestruturação do Policiamento Comunitário da PMDF, alcançamos 6,78% da População com nossos programas de prevenção primária ao crime e violência. Isso representa 201.751 pessoas, em uma população de 2.974.703 habitantes, que demonstra a alta efetividade dos programas sociais desenvolvidos pela Corporação.</p>
6217	1	5	Ampliação das operações "RIC" (Redução dos Índices de Criminalidade); (PMDF)	24103	0%	<p>2016 A Corporação realizou diversas Operações, a fim de preservar a ordem pública no Distrito Federal, porém nenhuma Operação foi denominada como RIC. Isso será revisto para os anos seguintes.</p> <p>2017 Embora a corporação tenha realizado diversas operações a fim de preservar a ordem pública no Distrito Federal, nenhuma dessas operações foi denominada "RIC". As ações de combate ao crime e à violência foram ampliadas, a despeito da perda de um número considerável de policiais militares que ingressaram na reserva remunerada. Isso demonstra o alto grau de eficiência das operações.</p> <p>2018 Embora a corporação tenha realizado diversas operações a fim de preservar a ordem pública no Distrito Federal, nenhuma dessas operações foi denominada "RIC". As ações de combate ao crime e à violência foram ampliadas, a despeito da perda de um número considerável de policiais militares que ingressaram na reserva remunerada. Isso demonstra o alto grau de eficiência e efetividade das operações.</p>
6217	1	6	Realização de capacitação continuada. (PMDF)	24103	27,97%	<p>2016 No ano de 2016, foram 1.575 operadores da Segurança Pública formados em diversos cursos patrocinados pela PMDF.</p> <p>2017 No exercício financeiro de 2017 foram realizados 1.560 cursos de formação e aperfeiçoamento de operadores da segurança pública, representando 13,92% do efetivo da corporação do serviço ativo.</p> <p>2018 Dando continuidade ao seu processo de formação superior, a PMDF iniciou o curso de formação de oficiais com 119 integrantes, que ao final de três anos se formarão. No que diz respeito a formação em curso superior de tecnólogo em segurança pública, a Polícia Militar do DF, em 2018, contou com 156 alunos matriculados no Instituto Superior de Ciências Policiais ISCP. Para melhor cumprir sua atividade fim, e ainda fomentar a segurança pública em um contexto mais amplo, a Polícia Militar do DF ainda realizou 564 cursos de especialização técnico profissional e realizou 8.484 habilitações e treinamentos, o que impactou diretamente o processo finalístico da Corporação, refletindo diretamente nos resultados efetivos alcançados. Em seu Plano Anual de Ensino a PMDF realizou 73 cursos obrigatórios e outros, trazendo resultados que diretamente fomentaram a segurança pública do DF.</p>

Análise dos Resultados do Objetivos Específico

2016/2018

SSP

O Objetivo Específico “Qualidade do Atendimento ao Cidadão: realizar procedimentos que visem melhor atender o cidadão que necessite dos serviços de segurança pública”, caracteriza-se pela incessante busca por parte desta Secretaria no sentido de implementar práticas que aprimoram e ampliam o acesso do cidadão aos serviços públicos de qualidade. O exercício da democracia e a preservação dos direitos e garantias inerentes têm exigido dos órgãos incumbidos de exercerem a segurança pública a adoção de modelos de gestão que ampliem a capacidade de atender, com mais eficiência, eficácia e efetividade, as novas e crescentes demandas da sociedade.

Nessa perspectiva, objetivando a constante melhoria da qualidade do atendimento ao cidadão, a Secretaria da Segurança Pública e da Paz Social em perfeita consonância com as unidades vinculadas do respectivo sistema, tem implementado ações que visam ao aprimoramento da gestão dos serviços públicos correlatos, à ampliação da participação e do controle social por parte do cidadão, bem como o aperfeiçoamento da prestação dos serviços públicos de segurança pública.

Diante da análise qualitativa das metas e ações, entende-se que a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social atingiu integralmente o objetivo proposto para o exercício de 2018, em que se destaca: I) ativação de 436 câmeras do Projeto Videomonitoramento; II) capacitação de membros da comunidade e profissionais da segurança pública na filosofia de policiamento comunitário; III) realização da Pesquisa de Vitimização; IV) capacitação de 8.595 servidores, por meio de diversos cursos de aperfeiçoamento; e V) Ações de Valorização Profissional.

Em 2018 o Índice de Capacidade de Atendimento da CIADE alcançou o patamar de 90,05% (dez/2018). Houve ainda a realização dos seguintes diagnósticos: Pesquisa de Vitimização, Pesquisa de Qualidade de Vida no Trabalho dos Profissionais de Segurança Pública; Avaliação da Qualidade do Atendimento Emergencial; Avaliação da Qualidade do Atendimento nos processos de Vistoria, Perícia de Incêndio e Análise de Projetos (CBMDF) e Monitoramento da Violência e Criminalidade nas Instituições de Ensino.

PMDF

A PMDF pautou suas ações em um conjunto de medidas com o objetivo de reduzir a violência e estabelecer a paz social. Tais ações são alicerçadas por valores que orientam a construção da política de segurança, sendo eles: articulação entre segurança pública e direitos humanos; incorporação da política de melhoria da gestão; prioridade no combate aos crimes letais intencionais e violentos contra o patrimônio. Nessa perspectiva, objetivando a constante melhoria da qualidade do atendimento ao cidadão, a PMDF fomentou programas que visam o aprimoramento da gestão dos serviços de segurança.

A Corporação envidou ainda, esforços no sentido incrementar ferramentas de gestão relacionadas ao monitoramento, avaliação e controle dos serviços prestados. Nesse viés, desenvolveu o sistema Gênese, onde é registrado as atividades policiais, o que melhorou o acompanhamento e planejamento das ações voltadas ao policiamento preventivo, bem como iniciou a implementação do COPM (Central de Ocorrências Policial Militar), cujo objetivo principal é o despacho das ocorrências do 190.

Além disso, no ano de 2016, iniciou-se uma intensa evolução do Programa de Policiamento de Prevenção Orientado à Violência Doméstica e Familiar (PROVID) cujo objetivo é promover a segurança pública e os direitos humanos, atuando na prevenção e enfrentamento da violência doméstica e familiar, tendo 03 eixos orientadores: ações e campanhas no âmbito da prevenção primária, em especial ações educativas, voltadas para prevenção à violência doméstica; ações de prevenção secundária, com foco nas famílias em contexto de violência doméstica e familiar, por meio do policiamento ostensivo e visitas solidárias; e articulação em rede de enfrentamento da violência doméstica e familiar, que envolve órgãos governamentais, não governamentais e a sociedade.

Por outro lado, considerando a disparada demográfica experimentada pelo Distrito federal, será necessária a contratação de servidores necessários para atender satisfatoriamente a progressão da população.

Nota-se que, mesmo diante de algumas dificuldades, tais como, problema com a escassez de servidores e falta de orçamento, a Polícia Militar vem evoluindo como órgão, tornando-se preparada para atender os anseios e demandas da sociedade. Como contribuição para o alcance do Objetivo Específico cita-se o desenvolvimento do sistema Gênesis, onde é registrado as atividades policiais, a implementação do COPM (Central de Ocorrências Policial Militar), cujo objetivo principal é o despacho das ocorrências do 190, e ampliação das atividades do PROVID.

Nesse exercício houve uma diminuição de 8,60% no índice de crimes e violência. Apenas como exemplo, no homicídio tivemos uma redução de 17%; no latrocínio, que é o roubo seguido de morte, uma redução de 20%; na tentativa de homicídio, uma redução de 2%; e no roubo a comércio, uma redução de 23%. Esses resultados foram alcançados a despeito de uma perda considerável de policiais militares que ingressaram na reserva remunerada (7000 policiais). As ações de reestruturação organizacional e implementações de novas ações de Policiamento Ostensivo têm refletido nos índices de redução do crime e da violência, aumentando a sensação de segurança da sociedade

Quanto ao cumprimento dessa Meta, conforme relatório de Gestão de 2018, enviado ao TCU, o Distrito Federal apresentou decréscimo de 12,22% no índice de homicídio; 17,78% no roubo seguido de morte; 4,64% no homicídio tentado; 10,57% no estupro; 30,86% no roubo a residência; 10,63% no roubo a transeunte; 17,10% no roubo a comércio; 40,89%; no roubo a transporte coletivo; e 17,61% no furto de veículo. Em uma média aritmética geral obteve-se uma redução total de 18,033% nos índices de violência e crime no exercício de 2018. O índice acumulado ficou em 40,59%. O resultado se deve a diversas operações realizadas nas RAs, a despeito do baixo efetivo da Corporação. Atualmente a PMDF conta com menos 7.000 Policiais Militares em seu efetivo por conta de pedidos para reserva remunerada.

O Comando Operacional (COMOP) vem conscientizando os operadores de rádio, bem como os comandantes de socorro, quanto à importância de se registrar, com precisão, os horários de deslocamento das viaturas.

Vale destacar, também, dentre as realizações da PCDF no exercício de 2018, no tocante ao alcance desse Objetivo Específico, à distribuição de 21 viaturas Auto Busca e Salvamento Leve - ABSL.

CBMDF

O Comando Operacional (COMOP) vem conscientizando os operadores de rádio, bem como os comandantes de socorro, quanto à importância de se registrar, com precisão, os horários de deslocamento das viaturas. O CBMDF, também efetuou a distribuição de 21 viaturas Auto Busca e Salvamento Leve – ABSL, nesse ano de 2018.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

002 – RESPOSTA QUALIFICADA A CRIMINALIDADE: Promover a integração e modernização dos segmentos de segurança pública, reduzindo os índices de crimes violentos de forma imediata e permanente.

UNIDADES RESPONSÁVEIS:

24101 – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA PAZ SOCIAL - SSP

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	2	1	Reestruturar e fortalecer a Coordenação de Homicídios e Proteção à Pessoa do Distrito Federal (CHPP); (PCDF) (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	100		100,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	2	2	Fortalecer a atividade pericial; (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100		100,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	2	3	Fortalecer o combate ao tráfico de drogas; (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100		100,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	2	4	Integrar as Agências de Inteligência em atuação no DF; (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100		100,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	2	5	Elevar o atual Índice de Resolução dos Crimes de Homicídios em 10% até dezembro de 2019 (PCDF)	44,34	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	44,24	41,6	52		117,3
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	2	6	Elevar a Taxa de Inquéritos Relacionados, anualmente, em 2% até dezembro de 2019; (PCDF)	83,39	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	52,79	62,96	63		75,5
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	2	7	Promover a assertividade orçamentária e financeira com a execução de 100% do orçamento autorizado; (PCDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	99,76	98	96		96,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	2	8	Apreender uma média de 2.000 armas de fogo a cada ano; (PMDF)	8.000	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	2.023	4.085	5.865		73,3

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	2	9	Expedir uma média de 81.075 laudos a cada ano, sendo: 30.000 pelo Instituto de Criminalística, 51.000 pelo Instituto de Medicina Legal e 4.075 pelo Instituto de Identificação. (PCDF)	324.300	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	95.071	91.805	272.468		84,0

Análise Qualitativa

1. Reestruturar e fortalecer a Coordenação de Homicídios e Proteção à Pessoa do Distrito Federal (CHPP); (PCDF) (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)

2016

Meta não atingida.

2017

A SSP realizou a revisão do PPA 2016-2019 e será solicitada à SEPLAG a transferência de responsabilidade por entender que a matéria pertence à PCDF. Consta como ação concluída no Relatório das Iniciativas Estratégicas 2015-2018/PCDF, publicado em janeiro de 2018, referente ao Objetivo Específico Resposta Qualificada à Criminalidade, item 8), a criação do Serviço de Proteção à Pessoa na estrutura da Coordenação de Homicídios 2018.

2018

Meta atingida.

A Coordenação de Repressão a Homicídios e de Proteção à Pessoa - CHPP foi reestruturada por força do Dec. 38.815/2018. Passou a contar com o Serviço de Proteção à Pessoa e com a Divisão de Repressão a Homicídios e Proteção à Pessoa. Esta com o fim precípuo de atender a casos de desaparecimento de pessoas, e questões nas quais o Direito à Vida se encontre coletivamente ameaçado ou infringido. Portanto, no que tange à reestruturação, considera-se a meta alcançada no ano de 2018.

Como forma de fortalecer a própria CHPP, foram adotadas medidas administrativas voltadas estritamente para a obtenção de melhores resultados quanto a apuração de crimes de homicídio e feminicídio. Ainda em 2017, foi criado normativo interno, o qual determina às delegacias circunscricionais o envio de inquéritos policiais àquela coordenação especializada, ensejando investigações policiais mais acuradas nos casos de crimes contra a vida. A medida propicia o desenvolvimento de investigações de melhor qualidade em razão de os inquéritos policiais terem suas investigações levadas a efeito por policiais civis que se qualificam contínua e especificamente para resolução desta modalidade de delito.

Em 2018, policiais da CHPP participaram de Curso de Entrevista Especial para Crianças e Adolescentes e Curso de Investigação de Homicídio e Feminicídio, este último ministrado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública para delegados e peritos criminais de todo o Brasil.

Esta meta encontrava-se sob a responsabilidade da Secretaria de Segurança Pública até o primeiro semestre de 2018. Por esta razão, a PCDF realizará estudos a fim de aperfeiçoar o método de aferição dos resultados.

2. Fortalecer a atividade pericial (SSP);

2016

Em 01 de abril de 2016 a SSP/DF publicou aviso de Ratificação de Homologação e Adjudicação de Licitação, cujo objeto é a contratação de empresa para executar a construção do Centro Regional de Excelência em Perícias do Centro Oeste – Edifício do Instituto de Pesquisa de DNA Forense, em terreno localizado no Complexo da Polícia Civil do Distrito Federal. Convênio 798.422/2013 MJ.

2017

A Meta foi atingida como demonstrado nas ações a seguir. No entanto, a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal – SSPDF entende que as ações a serem desenvolvidas para o alcance da Meta estão intrinsecamente vinculadas às atividades desenvolvidas pela Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF. Pelo exposto, em momento oportuno, quando da atualização do Plano Plurianual 2016-2019 esta SSPDF solicitará a alteração do responsável pela meta.

Consta no Relatório das Iniciativas Estratégicas 2015-2018/PCDF, publicado em janeiro de 2018, referente ao Objetivo Específico do PPA “Resposta Qualificada à Criminalidade”, nos itens: 15) Aquisição de 20 veículos (TrailBlazer) para uso nas atividades especiais e de perícia (concluído); 16) Utilização de 3 Pajeros e 6 Air Cross customizadas para uso da perícia criminal, com geladeira para transporte de vestígios; 17) Desenvolvimento do software CriminalDroid utilizado nas perícias externas do Instituto de Criminalística, proporcionando a confecção de laudo semiautomático (concluído); 18) Fortalecimento do uso de drones na perícias (em andamento); 19) Descentralização do Sistema LIMS, de gestão de vestígios - Sistema de Gestão e Informações Periciais - em delegacias: implantação na Coordenação de Repressão às Drogas (a iniciar em 2018); 33) Implantação do sistema de agendamento das perícias de pátio do Instituto.

2018

A Meta foi atingida no exercício 2017.

3. Fortalecer o combate ao tráfico de drogas (SSP);

2016

Publicado no DODF nº 168, de 05/09/2016, o Extrato de Cooperação Técnica entre o DF e os estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Minas Gerais e Rondônia. O Acordo de Cooperação terá validade de 48 meses a contar da assinatura (em 19/8/2016) e tem por finalidade a conjugação de esforços dos participantes, visando ao estabelecimento e a implementação de ações conjuntas de segurança pública e defesa social nos seus territórios, por meio de uma Câmara de Segurança Pública e/ou Defesa Social, da integração do serviço de inteligência dos organismos de Segurança Pública, de ações integradas entre as instituições de Segurança Pública e/ou Defesa Social, de reuniões de governança entre os órgãos públicos com vistas à avaliação e à obtenção de resultados, de ações de prevenção de violências, de ações de repressão qualificada da criminalidade e do encaminhamento de proposições legislativas.

2017

Cabe ressaltar que são objetivos do Acordo de Cooperação Técnica entre os participantes: redução dos crimes violentos letais intencionais; redução dos crimes violentos contra o patrimônio; aumento da confiança da população nas instituições de segurança pública e/ou Defesa Social e a melhoria da prestação do serviço público de segurança, aumento da identificação de autoria de homicídio, aumento de apreensão de armas, aumento de apreensão de drogas, aumento de desbaratamento de organizações criminosas, aumento das ações de combate a incêndio, salvamento, atendimento pré-hospitalar e ações de Defesa Civil; e, por fim, diminuição da vulnerabilidade social por meio da promoção de políticas de prevenção de violência e de inclusão social.

Desta feita, a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal – SSPDF entende que as ações a serem desenvolvidas para o alcance da Meta estão intrinsecamente vinculadas às atividades desenvolvidas pela PCDF e a PMDF. Pelo exposto, em momento oportuno, quando da atualização do Plano Plurianual 2016-2019, esta SSPDF solicitará a alteração do responsável pela meta.

2018

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal – SSPDF entende que as ações a serem desenvolvidas para o alcance da Meta estão intrinsecamente vinculadas às atividades desenvolvidas pela PCDF e a PMDF.

Destaque para a atuação da Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF e da Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF que deflagraram diversas operações ao longo do ano com o objetivo de combater o tráfico de drogas no Distrito Federal e Entorno.

Apreensões realizadas pela PMDF: Maconha 5.394 Kg; Cocaína 68 Kg; Crack 42 kg; LSD 960 microssselos; Ecstasy 13.493 comprimidos; e Rohypnol 4.518 comprimidos.

Apreensões realizadas pela PCDF: Maconha 3.873 kg; Cocaína 100 Kg; Crack 64 Kg; haxixe 11 Kg; Ecstasy 1.732 comprimidos; LSD 835 microssselos; e Lança Perfume 573 frascos (100 ml).

4. Integrar as Agências de Inteligência em atuação no DF (SSP);

2016

A Subsecretaria de Inteligência passou a integrar o Sistema Brasileiro de Inteligência de Segurança Pública, por meio da celebração de Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria Nacional de Segurança Pública/MJ (extrato do Acordo de Cooperação Técnica publicado no DOU nº 140, de 22 de julho de 2016, Seção 3).

No dia 01 de julho de 2016, foi inaugurada a Célula de Inteligência Integrada do Pacto Integrador de Segurança Pública Interestadual no prédio da SIOSP/SSP/DF. Nesse mesmo evento, foi formulado um Plano de Trabalho de todos os Comitês do Pacto Integrador - Gestor, de Análise Criminal, de Planejamento Estratégico e Operacional, de Inteligência e de Ações Sociais Integradas, o qual foi aprovado pelos Secretários de Segurança Estaduais e do Distrito Federal.

2017

Com a publicação do Decreto 38.541, de 05 de outubro de 2017, que criou o Sistema de Inteligência de Segurança Pública do Distrito Federal (SISPDF), houve o fortalecimento da atribuição finalística de manter um canal técnico interligando as Agências de Inteligência dos órgãos de Segurança Pública do Distrito Federal e a possibilidade de ampliação deste sistema, por meio de Termos de Cooperação ou instrumentos congêneres.

A Coordenação de Integração de Multiagências – CIM/SOPI/SSP/DF (antigo CICCR - Centro Integrado de Comando e Controle Regional) utiliza o modelo de gestão integrada com a participação de diversas agências diretamente relacionadas a operações e eventos de alta complexidade, permitindo que cada um dos participantes possa executar suas ações e atribuições operacionais de forma integrada com as demais, a fim evitar sobreposição de competência, otimização de recursos materiais e humanos.

Durante o exercício de 2017, conforme propõe o Sistema de Inteligência de Segurança Pública do Distrito Federal (SISPDF), a SSPDF utilizou a Célula de Inteligência Integrada de Segurança Pública, inicialmente voltada ao Pacto Integrador, com o intuito de planejar e executar diversas ações integradas e, promovendo a segurança da população durante os eventos que ocorreram em datas comemorativas e em ações específicas de repressão ao crime no Distrito Federal.

2018

Meta atingida no exercício 2017.

5. Elevar o atual Índice de Resolução dos Crimes de Homicídios em 10% até dezembro de 2019 (PCDF);

2016

Meta não atingida. A PCDF teve seu contingente de policiais civis diminuído em razão do alto número de aposentadorias e insuficiente recomposição do quadro funcional da Instituição. Estes elementos impactaram na resolução dos Crimes de Homicídios. O movimento paredista também contribuiu para o decréscimo do índice de resolução de crimes de homicídios em 2016. Considerando que a meta até 2019 é de 10%, ou seja, para todo o quadriênio, sendo desejável o índice de 2,5 % ao ano, verifica-se que a meta a ser atingida em 2016 era de 41,17 %. Contudo, alcançou-se 40,17%, o que corresponde a 2,44%. O índice de alcance total foi de 24,40 %.

2017

No sentido de alcançar melhores resultados no exercício de 2017, foram envidados esforços em favor da elucidação de crimes contra a vida com a criação do Serviço de Proteção à Pessoa, na Coordenação de Repressão a Homicídios e de Proteção à Pessoa - CHPP. A Coordenação iniciou o emprego de metodologia mais efetiva na repressão de homicídios, visando maior integração entre delegados, agentes, peritos e papiloscopistas, para obter resultados mais céleres na elucidação dos crimes.

Processos internos foram otimizados, como a implementação de protocolo de investigação e realização de perícias nos crimes de feminicídio no âmbito do Distrito Federal, colaborando de forma decisiva para implementação eficaz da política de Segurança Pública e Paz Social contrapondo-se à Violência de Gênero.

Assim, a meta prevista para o índice de Resolução de Crimes de Homicídios em 2017 era de 42,20%, contudo alcançou-se 41,60%, índice muito próximo do desejado.

Nota: O índice de 2016 é objeto de solicitação de revisão. Se aprovada a revisão, o índice alcançado passará de 44,24% para 43,32%, enquanto o índice esperado para o ano deveria ser de 41,17%.

2018

Meta atingida, visto que a PCDF alcançou o índice de 52%, quando o índice desejado para o ano de 2018 é de 43,25 %, logo, o índice de Resolução de Crimes de Homicídios (IRCH) superou o resultado anual desejado em 8,75%. A boa performance no exercício de 2018 deu-se pela execução de ações coordenadas de gestão administrativa, como o incremento das ações no Serviço de Inteligência Policial – SIP. Este foi contemplado com mais servidores e equipamentos tecnológicos, tendo condições de dar suporte as seções de investigações das unidades circunscricionais. O apoio investigativo das SIPs/PCDF não se limita a um único tipo de delito, auxiliando na apuração das mais variadas modalidades criminosas, porém com forte ênfase na apuração de crimes de homicídio e demais crimes violentos letais intencionais.

Por último, registre-se que a Coordenação de Repressão a Homicídios e Proteção à Pessoa desenvolveu trabalho singular, alterando formas de atuação ao trabalhar de modo mais integrado com as demais delegacias circunscricionais

6. Elevar a Taxa de Inquéritos Relatados anualmente em 2% até dezembro de 2019 (PCDF);

2016

Meta não atingida – A Instituição Policial teve seu contingente de policiais civis diminuído em razão do alto número de aposentadorias e insuficiente recomposição do quadro funcional. O movimento paredista também contribuiu para o decréscimo do índice de Inquéritos Relatados Anualmente. Estes fatores impactaram no índice deste indicador. Considerando que a meta até 2019 é de 2% anualmente, o índice desejável de Inquéritos Relatados é de 78,58%. Contudo, o índice alcançado foi de 56,49%, o que corresponde a 1,46%. O índice de alcance total foi de 73%.

2017

A meta restou aquém do esperado. Em 2017, apenas 62,96% da universalidade dos inquéritos policiais foi relatada. O índice do TIR desejado para o exercício de 2017 era de 80,15%.

Em razão do baixo efetivo policial, houve fechamento de Delegacias no período noturno e mobilização dos policiais civis para atendimento em plantões policiais nas centrais de flagrantes, o que prejudicou as investigações policiais.

Os dados registrados sobre a evolução de Efetivo Policial entre 2003 a 2017 demonstram alguns dados em série histórica e ilustra a análise da questão de Pessoal no âmbito da PCDF.

Segundo dados fornecidos pelo Departamento de Gestão de Pessoas/PCDF, percebe-se o aumento no número de policiais no ano de 2006, ocasião em que a PCDF teve seu ápice de vagas preenchidas (5.606 vagas). Desde então, a média de decréscimo de pessoal foi de 166,33 entre os anos 2010 e 2013, ocorrendo uma queda brusca na recomposição do quadro funcional entre os anos de 2014 e 2015, oportunidade em que a diferença correspondeu a uma diminuição de 275 (duzentos e setenta e cinco) servidores policiais, excedendo a média de decréscimo anterior em 65% (sessenta e cinco por cento). Ao final de 2017, a PCDF contava com 4.625 (quatro mil seiscentos e vinte e cinco) policiais em atividade, configurando o pior cômputo em quatorze anos.

Este é notoriamente fator preponderante para o não atingimento da meta, configurando um quadro de reduzido efetivo de policiais nas Delegacias de Polícia, o que prejudica as investigações e impede que parte dos inquéritos sejam concluídos, impactando negativamente no número de inquéritos “relatados”.

Nota: O índice da taxa de inquéritos relatados em 2017 foi objeto de solicitação de revisão em maio de 2018, em razão de erro material. O índice alcançado foi elevado de 50% para 62,96%.

2018

Meta não atingida. A Taxa de Inquéritos Relatados (TIR) desejada para 2018 corresponde a 81,75%. Em razão do índice de 2017 ter alcançado 62,9%, verifica-se que este se manteve estável. Obteve-se o índice de 63% de inquéritos relatados em 2018. A estabilidade deste índice deve-se a diversos fatores, dentre eles a posse de 59 (cinquenta e nove) delegados de Polícia no exercício de 2018, os quais representam o segmento da força de trabalho institucional competente para a relatoria de inquéritos policiais.

O resultado foi avaliado apenas como razoável. Espera-se que devam ser promovidas novas ações para obtenção de melhores resultados no próximo exercício.

7. Promover a assertividade orçamentária e financeira com a execução de 100% do orçamento autorizado (PCDF);

2016

Meta atingida - A PCDF obteve o índice de assertividade orçamentária e financeira de 99,76%, executando com proficiência seus recursos e obtendo eficiência e eficácia dos seus gastos.

2017

A PCDF planeja e executa programação orçamentária - financeira de modo escorreito. Demonstrando proficiência em execução orçamentária, a PCDF atingiu a meta, alcançando 98% em assertividade orçamentária em 2017. Ressalte-se que o correspondente indicador de desempenho para a PCDF tem como índice desejado > 95% de assertividade orçamentária.

O arcabouço estratégico traçado pelo Governo do Distrito Federal, sob a perspectiva "Viver bem, direito de todos", vem sendo rigorosamente seguido, aplicando conjuntamente premissas de planejamento e de orçamento.

Em nível operacional, novas medidas administrativas no âmbito da gestão de aquisições de materiais, bens e serviços foram tomadas, com a adoção de boas práticas em Administração, bem como de eficientes ferramentas de gestão orçamentária.

2018

Mantendo a proficiência na gestão orçamentária e financeira, a PCDF novamente apresenta índice positivo quanto a assertividade orçamentária. Atingiu 96% em relação ao total de recursos disponíveis. Consigne-se que a meta é de 100%. O índice final foi calculado com base no montante total de recursos disponibilizados pelo Tesouro do Distrito Federal e pelo Fundo Constitucional do Distrito Federal.

8. Apreender uma média de 2.000 armas de fogo a cada ano (PMDF);

2016

Embora a média seja um valor consideravelmente alto, pois a apreensão de armas de fogo é uma ação que não depende exclusivamente da vontade do policial, havendo diversos fatores para o sucesso, a PMDF conseguiu alcançar a meta com muito esforço de seus servidores.

2017

A quantidade de armas apreendidas segue aumentando. Nesse ano foram apreendidas 2.062 armas de fogo, uma leve alta em relação ao ano anterior. Esse resultado foi obtido a despeito do reduzido efetivo de policiais, o que representa um ganho em eficiência.

2018

Apesar de a quantidade de armas apreendidas neste ano não ter atingido a meta, ficando em 1.780 o total de apreensões, deve-se considerar que este indicador envolve variáveis não controláveis pela PMDF. Mas uma análise conjunta com outros indicadores criminais evidencia uma tendência de redução dos índices criminais no período.

9. Expedir uma média de 81.075 laudos a cada ano, sendo: 30.000 pelo Instituto de Criminalística, 51.000 pelo Instituto de Medicina Legal e 4.075 pelo Instituto de Identificação (PCDF).

2016

Meta atingida - A PCDF ultrapassou a meta de laudos expedidos em 11%, totalizando no ano de 2016 o número de 95.071 laudos. Um dos fatores determinantes para tal desempenho foi a aquisição de bens mais modernos. Ressalte-se a compra de um Tomógrafo Computadorizado e de um Scanner Radiográfico a serem utilizados nas apurações de crimes, seguindo-se a aquisição de equipamentos laboratoriais e novos equipamentos para necropsia; de nova central de guarda e custódia de vestígios, de aparelho para diagnóstico por imagens em cadáveres humanos, além de aquisição de materiais para serviços de análises de amostras biológicas para a Seção de Perícias e Análises Laboratoriais - SPAL/IC/PCDF, o que resultou na prestação de um serviço de excelência por parte da Polícia técnica-científica do Distrito Federal.

2017

Considerando o cômputo total de laudo expedidos por todos os institutos de Polícia Técnica da PCDF, a meta foi superada. O Departamento de Polícia Técnica, contemplado com arrojadas aquisições materiais, robusteceu seu desempenho, o que pode ser percebido a partir da análise do quadro de laudos produzidos até 31.12.2017 pelo Instituto de Medicina Legal, Instituto de Criminalística e Instituto de Identificação: 91.805 (noventa e um mil, oitocentos e cinco) laudos periciais. O Instituto de Criminalística superou o estabelecido em 6.267 (seis mil duzentos e sessenta e sete) laudos. Por sua vez, o Instituto de Identificação superou o cômputo aguardado em 785 (setecentos e oitenta e cinco) laudos.

2018

Meta atingida. Até 31 de outubro de 2018, a PCDF já havia produzido o total de 73.330 laudos periciais, tendo o Instituto de Medicina Legal - IML confeccionado 37.901 documentos periciais. Até então, o Instituto de Criminalística - IC emitira 26.114 laudos, enquanto o Instituto de Identificação - II expedira 9.315 laudos periciais criminais.

Ao final do exercício de 2018, foram expedidos 85.592 laudos periciais criminais pelos três institutos de Polícia Técnica, tendo o Instituto de Medicina Legal - IML expedido 45.160 laudos; enquanto o Instituto de Criminalística - IC e o Instituto de Identificação atingiram o número de 30.234 laudos e 10.198, respectivamente.

Apenas o Instituto de Medicina Legal - IML não atingiu a resultado individual desejado. Em contrapartida, o Instituto de Identificação ultrapassou as expectativas, excedendo o número de laudos aguardados em 6.123.

O número total de laudos criminais produzidos, contudo, superou os 81.075 laudos desejados para o período em 5,57%.

A boa atuação é tida como reflexo de suporte material e da implementação de novas medidas administrativas na seara da Polícia Técnica, dentre elas a adoção de procedimentos operacionais padrão - POPs e de protocolo de coleta de vestígios, além da modernização das soluções e sistemas tecnológicos utilizados nos processos internos.

O cálculo dos índices acumulados nos anos de 2016, 2017 e 2018 resulta no total de 272.468 laudos periciais.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1583	OPERAÇÕES POLICIAIS REALIZADAS POR REGIÃO ADMINISTRATIVA	UNIDADE	262,57	31/07/2015	1.050	4.732	1.100	15.764	1.150	17.235	1.200	PMDF / UO 24103 / OE 2
1584	APREENSÃO DE DROGAS POR QUILOGRAMA (Indicador alterado, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	KG	60,67	30/06/2015	600	2.190	630	2.348	660	5.506	690	PMDF / UO 24103 / OE 2
1586	INQUÉRITOS CONCLUÍDOS COM AUTORIA DEFINIDA	UNIDADE	16.708	31/08/2015	16.700	13.765	16.867	13.693	17.036	16.583	17.206	PCDF / UO 24105/ OE 2
1587	APREENSÃO DE DROGAS PELA POLÍCIA CIVIL DO DF	KG	5.214	30/06/2015	3.000	4.204	3.150	5.144,021	3.308	4.050	3.473	PCDF / UO 24105/ OE 2
1591	ÍNDICE DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DE INTELIGÊNCIA	%	72,70	31/07/2015	80	74,27	80	-	85	-	85	SI/ SSP / UO 24101 / OE 2
1696	CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS - CVLI	UNIDADE	694	31/12/2015	649	635	605	539	561	474	517	SSP/ UO 24101/ OE 2
1697	CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	UNIDADE	1933	31/12/2015	1812	2129	1694	1.966	1581	1640	1472	SSP/ UO 24101/ OE 2

Justificativas 2016

Indicador 1583 - O resultado obtido foi superior à meta, em função da formalização das atividades operacionais policiais.

Indicador 1584 - O indicador apresentado consiste na quantidade de drogas apreendida no ano de 2016. A meta foi superada, face as várias ações pró-ativas, desencadeadas pelas Unidades Policiais Militares, com o enxugamento da atividade administrativa com a nova implantação da nova estrutura administrativa proposta, o que gerou aumento de efetivo nas ruas, aumentando a sensação de segurança da população e inibindo as ações de tráfico e uso de drogas, com aumento da capacidade de abordagem a pessoas suspeitas.

Indicador 1586 - O índice não foi alcançado em vista do reduzido efetivo de policiais civis nas Delegacias de Polícia

Indicador 1587- Forte atuação de PCDF na repreensão ao tráfico de drogas no Distrito Federal.

Indicador 1591 - Índice de Produção de Conhecimento de Inteligência: O índice não atingiu o desejado em virtude do efetivo limitado para fazer frente a alta demanda, uma vez que a SI passou a integrar o Sistema Brasileiro de Inteligência de Segurança Pública.

Indicador 1696 - Crimes Violentos Letais Intencionais: O balanço da criminalidade referente ao ano de 2016 mostra que foram registrados 19,7 homicídios por taxa de 100 mil habitantes, índice mais baixo registrado no Distrito Federal desde 1993, quando somaram 25,4/100 mil habitantes.

Indicador 1697 - O Indicador demonstra o número de Crimes Contra o Patrimônio por 100.000 habitantes, os quais não apresentaram queda quando comparados aos anos anteriores. Mas razões para tais índices precisam ser buscadas no cenário nacional de crise econômica, na pressão sofrida por Brasília ser a capital política do país e em variações específicas de cada AISP.

Justificativas 2017

Indicador 1583 - Em relação as operações policiais realizadas por R.A. em 2017, o valor apurado de 15.764 refere-se ao total de operações das 31 R.A.'s englobadas pelos 8 Comandos de Policiamento Regionais da PMDF, em virtude de um único Comando Regional atender várias R.A.'s.

Indicador 1584 - O indicador apresentado consiste na quantidade de drogas apreendidas no ano de 2017. A meta foi superada em decorrência da ação reinterada, consistente e proativa da PMDF no combate as drogas ao longo do ano. A atuação das Unidades policiais militares nas ações de uso e porte bem como tráfico e drogas logrou êxito em retirar mais de 2 toneladas de entorpecentes das ruas do Distrito Federal, mantendo a sensação de segurança da população e inibindo ações criminosas de tráfico.

Indicador 1586 - A PCDF produziu 13.693 inquéritos concluídos com autoria definida em 2017. O índice desejado era de 16.867 casos concluídos com autoria definida. (Fonte: DATE/DGI/PCDF) justificativa: 2017: Reduzido número de policiais civis atuantes nas delegacias de Polícia.

Indicador 1587- A PCDF superou o número de apreensões de drogas desejado para o período (3.150 Kg). Foram apreendidos 5.144,021 kg de drogas. O número de apreensões superou 63% do total desejado para o exercício de 2017. (Fonte: DATE/DGI/PCDF) justificativa: 2017: Comprometimento dos policiais civis, aliado ao bom desempenho do Instituto de Criminalística quanto ao tempo de resposta para entregas de laudos de constatação de substância entorpecente.

Indicador 1591 - 2017 - Justificativa: 2016 - A metodologia de cálculo não se mostrou consistente, fato este que impossibilitou o cotejamento entre o valor desejado e realizado. Esta Pasta irá propor em momento oportuno a exclusão do Indicador.

Indicador 1696 - 2017 - Crimes Violentos Letais Intencionais: O balanço da criminalidade referente ao ano de 2017 mostra que foram registrados 16,3 homicídios por taxa de 100 mil habitantes, índice mais baixo registrado no Distrito Federal nos últimos 29 anos.

Indicador 1697 - 2017 - O Indicador demonstra o número de Crimes Contra o Patrimônio por 100.000 habitantes, os quais apresentaram queda quando comparados ao ano de 2016. O Índice foi alcançado graças ao trabalho harmonioso e responsável das forças integrantes do sistema de segurança pública do Distrito Federal e da integração com outros órgãos de governo.

Justificativas 2018

Indicador 1583 - Em relação as operações policiais realizadas por R.A. em 2018, o valor apurado de 17.235 refere-se ao total de operações das 31 R.A.'s atendidas pela PMDF, em virtude de um único Comando atender várias R.A.'s.

Indicador 1584 - No ano de 2018 houve grandes apreensões, fazendo com o que o indicador tivesse um resultado maior do que o dobro do ano anterior. A atuação da Polícia Militar no combate ao tráfico de drogas vem sendo realizada de forma constante e ininterrupta, com o apoio da Inteligência de Segurança Pública. O resultado foram mais de 5,5 toneladas de drogas retiradas de circulação em 2018, além de diversas pessoas relacionadas com o tráfico presas à disposição da justiça.

Indicador 1586 - O índice de inquéritos concluídos com autoria definida não foi alcançado. Justifica-se em razão do reduzido efetivo de policiais civis nas delegacias de Polícia.

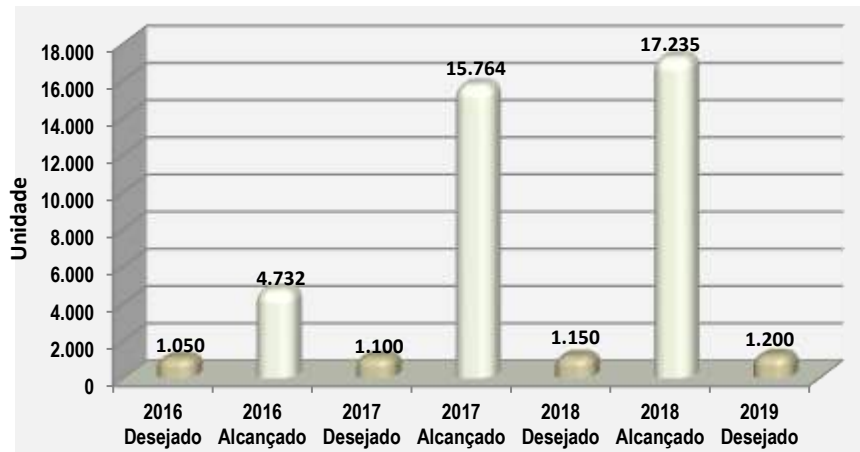
Indicador 1587 - O índice de apreensão de drogas superou o cômputo esperado para 2018 em 22% (vinte e dois por cento). Considera-se que tal resultado positivo resulta de recentes investimentos tecnológicos em Inteligência Policial, além de capacitação dos policiais civis para ações contra o Crime Organizado por meio de iniciativas institucionais como o II Seminário de Inteligência Policial Judiciária e o Curso de capacitação e treinamento para Combate à corrupção e à Lavagem de dinheiro.

Indicador 1591 - A metodologia de cálculo não se mostrou consistente, fato este que impossibilitou o cotejamento entre o valor desejado e realizado.

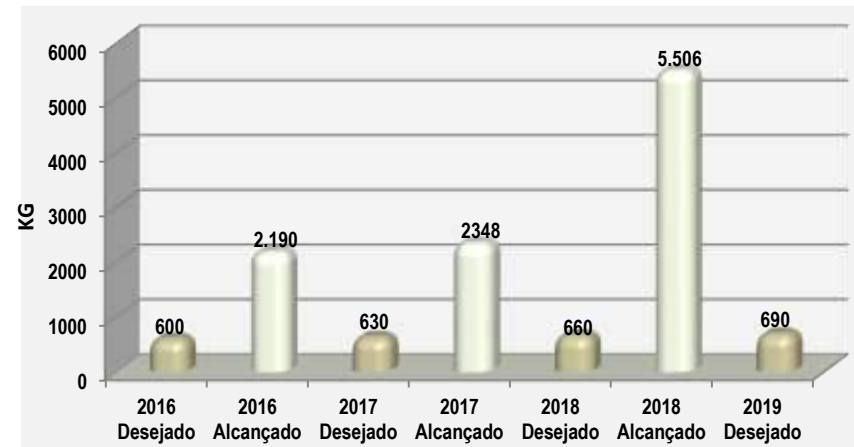
Indicador 1696 - O balanço da criminalidade referente ao ano de 2018 mostra que foram registrados 15,2 homicídios por taxa de 100 mil habitantes, índice mais baixo registrado no Distrito Federal nos últimos 29 anos.

Indicador 1697 - O Indicador demonstra o número de Crimes Contra o Patrimônio por 100.000 habitantes, os quais apresentaram queda quando comparados ao ano de 2017. O Índice foi alcançado graças ao trabalho harmonioso e responsável das forças integrantes do sistema de segurança pública do Distrito Federal e da integração com outros órgãos de governo.

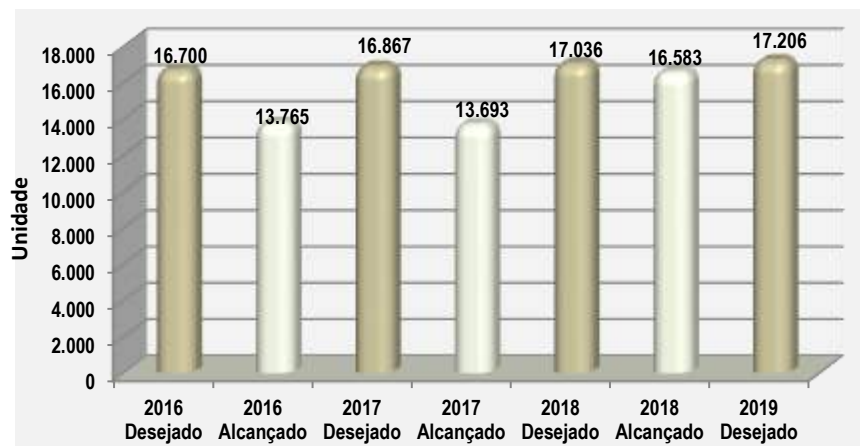
OPERAÇÕES POLICIAIS REALIZADAS POR REGIÃO ADMINISTRATIVA



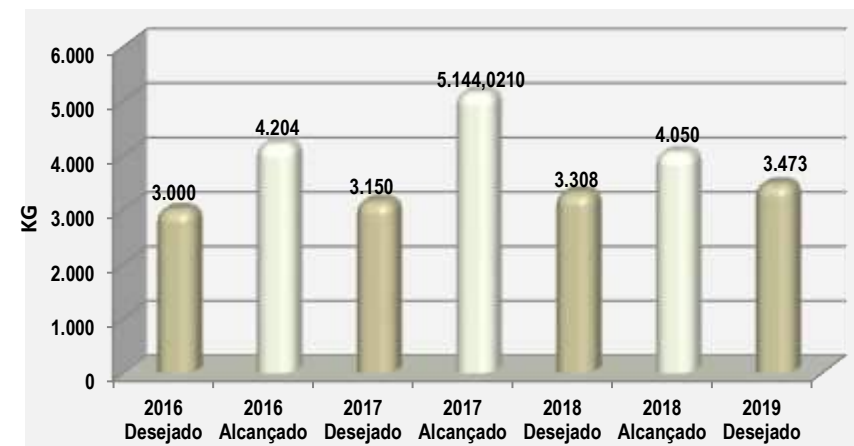
APREENSÃO DE DROGAS POR QUILOGRAMA



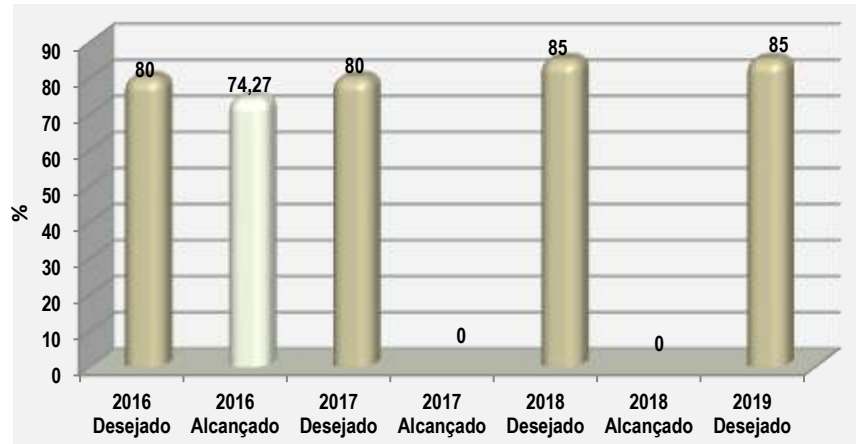
INQUÉRITOS CONCLUÍDOS COM AUTORIA DEFINIDA



APREENSÃO DE DROGAS PELA POLÍCIA CIVIL DO DF



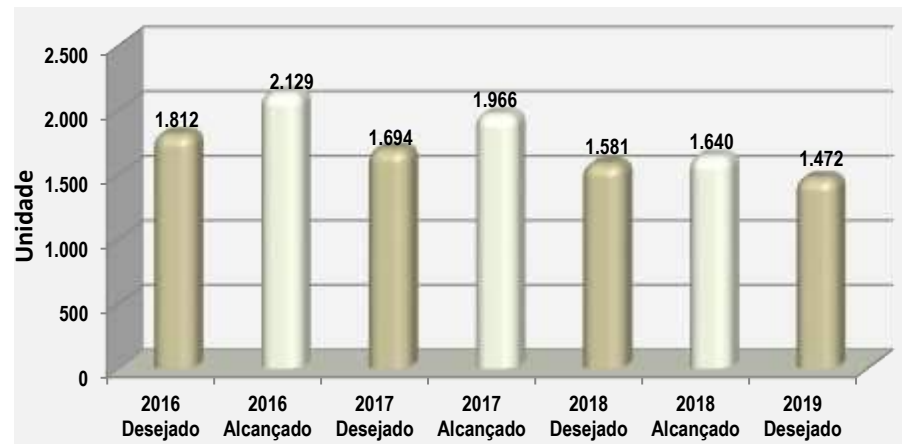
ÍNDICE DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DE INTELIGÊNCIA



CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS - CVLI



CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6217	2	1	Funcionamento da Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios; (SSP)	24101	100	<p>2016 Fase inicial de funcionamento.</p> <p>2017 Não houve reunião da Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios.</p> <p>2018 A Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios e Feminicídios - CTMHF foi criada por meio da Portaria Nº 176, de 13 de setembro de 2018 (DODF Nº 179, 19 de setembro de 2018)</p>
6217	2	2	Funcionamento da Câmara Técnica de Políticas contra as Drogas; (SSP)	24101	0	<p>2016 Câmara Técnica Segurança: Pessoas em Situação de Rua e de Drogas, vinculada ao Comitê Executivo de Cultura de Paz com foco na segurança comunitária, conforme Portaria nº 06 de 18 de março de 2016, publicada no DODF nº 54, de 21 de março de 2016.</p> <p>2017 Câmara Técnica de Políticas contra as Drogas não foi implementada em 2017</p> <p>2018 Câmara Técnica de Políticas contra as Drogas não foi implementada em 2018.</p>
6217	2	3	Criação do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública do Distrito Federal – SISPDF. (SSP)	24101	100	<p>2016 Ação Orçamentária não implementada.</p> <p>2017 Decreto 38.541, de 05 de outubro de 2017, que criou o Sistema de Inteligência de Segurança Pública do Distrito Federal (SISPDF).</p> <p>2018 Decreto 38.541, de 05 de outubro de 2017 criou o Sistema de Inteligência de Segurança Pública do Distrito Federal (SISPDF).</p>

Análise dos Resultados do Objetivo Específico

2016/2018

SSP

O Objetivo Específico “Resposta Qualidade a Criminalidade: *promover a integração e modernização dos segmentos de segurança pública, reduzindo os índices de crimes violentos de forma imediata e permanente*”, caracteriza-se por buscar alcançar índices satisfatórios que representem o aumento da sensação de segurança, através do incremento imediato e permanente das respostas ao avanço da criminalidade, notadamente, os delitos violentos letais intencionais e os crimes violentos contra o patrimônio.

Para tanto, os investimentos em segurança pública no exercício de 2016 foram direcionados com vistas a responder ao crime com racionalidade científica, inteligência estratégica, produção qualificada de provas e com garantia de direitos. Em face de premissa construída, o panorama de aperfeiçoamento das políticas de segurança demanda atualização e qualificação dos mecanismos e dos atores incumbidos da repressão.

Portanto, a repressão da criminalidade moderna e sofisticada não deve ser reativa, mas pró-ativa. Sua atuação qualificada deve compreender, necessariamente, as dimensões da Inteligência, da Informação, da Tecnologia e da Gestão.

No que tange ao preparo dos profissionais de segurança pública, treinamentos e operações que incluam e valorizem o uso diferenciado, proporcional e progressivo da força, bem como a incorporação de tecnologia menos letal (com aquisição de equipamentos apropriados) proporcionam um policiamento mais eficaz, capaz de cumprir sua tarefa repressiva de maneira legítima, sem violar direitos e produzir mais vítimas, ao mesmo tempo em que constrói uma relação de confiança com a população e valoriza a atividade policial

Dessa forma, reforçando o já apregoado em linhas anteriores, o alcance do objetivo pretendido encontra seu sucesso na elevação do nível de cooperação e integração entre os órgãos componentes do Sistema de Segurança Pública do Distrito Federal, por meio da articulação das ações, do compartilhamento de dados e pela adequada gestão das informações produzidas e disseminadas pelas respectivas instituições.

Diante da análise qualitativa das metas e ações, entende-se que a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social atingiu parcialmente o objetivo proposto para o exercício de 2016, onde podemos destacar: I) início do processo licitatório cujo objeto é a contratação de empresa para executar a construção do Centro Regional de Excelência em Perícias do Centro Oeste – Edifício do Instituto de Pesquisa de DNA Forense por meio de convenio; II) formalização do Acordo de Cooperação Técnica entre o DF e os estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Minas Gerais e Rondônia, com a finalidade de conjugar esforços dos partícipes, visando ao estabelecimento e a implementação de ações conjuntas de segurança pública e defesa social nos seus territórios; e III) inaugurada a Célula de Inteligência Integrada do Pacto Integrador de Segurança Pública Interestadual no prédio da SIOSP/SSP/DF.

Destacam-se ainda que os indicadores monitorados por esta Secretaria foram divididos nos dois grupos priorizados pelo “Viva Brasília”: CVLI – Crimes Violentos Letais Intencionais e CCP – Crimes Contra o Patrimônio. O CVLI é um indicador composto de três naturezas: Homicídio; Latrocínio; Lesão corporal seguido de morte e o CCP, composto de seis naturezas: Roubo a transeunte; Roubo de veículo; Roubo em transporte coletivo; Roubo em comércio; Roubo em Residência; e Furto em veículo, para esses indicadores as metas previstas para 2016, foram a redução de 6% no CVLI e 4% no CCP.

O balanço da criminalidade referente ao ano de 2016 mostra que foram registrados 19,7 homicídios por taxa de 100 mil habitantes, índice mais baixo registrado no Distrito Federal desde 1993, quando somaram 25,4/100 mil habitantes.

“Quando analisado o grupo dos três crimes contra a vida, monitorados pelo” Viva Brasília – Nosso Pacto pela Vida – homicídio”, latrocínio e lesão seguida de morte – também se verifica reduções. Foram 21,3 mortes para cada 100 mil habitantes. O número está abaixo da média nacional, que atualmente é de 25,7/ 100mil, segundo o 10º Anuário de Segurança Pública de 2016. A aplicação desse tipo de taxa é uma metodologia recomendada pelas Organizações das Nações Unidas para aferir o nível de violência de determinado lugar, relativizando o número da criminalidade com a população.

Os Crimes Contra os Patrimônios não apresentaram queda em 2016, quando comparados aos anos anteriores.

Em 2017, a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social atingiu parcialmente o objetivo proposto, onde pode-se destacar que em 05 de dezembro de 2017 foi editada a Portaria Conjunta Nº 02, que dispõe sobre a composição e funcionamento da Unidade de Coordenação do Pacto pela Vida e regulamenta as ações e atividades a serem desenvolvidas pela Secretaria de Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal – SSPDF, pela Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, pela Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF e pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN-DF.

Destaca-se ainda que o número de homicídios cometidos em 2017 caiu 15,7% em relação a 2016 – os índices passaram de 591 para 498. Com isso, o Distrito Federal bateu a marca da menor taxa de homicídios por 100 mil habitantes dos últimos 29 anos, ou seja 16,3 por 100 mil habitantes. Isso quer dizer que desde 1988 não havia uma taxa tão baixa. Roubos e furtos também apresentaram redução entre os anos analisados. Se forem analisados apenas os números absolutos, ao invés de taxa índice, 2017 fechou com o menor número de homicídios em 15 anos. No conjunto dos crimes violentos letais intencionais – homicídios, latrocínios e lesões seguidas de morte – a queda verificada foi de 15,8% ou 101 casos a menos. Foram 640 ocorrências em 2016 e 539 em 2017. Separadamente, os latrocínios baixaram de 44 para 36; e as lesões seguidas de morte mantiveram-se com os mesmos índices nos dois anos: cinco ocorrências.

Em relação aos roubos e furtos que integram a categoria dos crimes contra o patrimônio monitorados pelo Viva Brasília, a diminuição foi de 5,6%. Os casos registrados nas delegacias caíram de 63.491 em 2016 para 59.953 em 2017. Nesse montante consideram-se roubos a pedestres, de veículo, em transporte coletivo, em comércio, em residência e furto em veículo.

Em número percentual, a menor queda dos crimes contra o patrimônio foi no registro de roubo em comércio: 23% (2.774 para 2.136). Essa natureza criminal inclui casas lotéricas, postos de combustíveis e estabelecimentos comerciais no geral. O roubo de veículo teve um decréscimo de 14,3%: 5.663 registros em 2016 e 4.855 em 2017. Os roubos em transportes coletivos, por sua vez, saíram de 3.130 para 2.681, ou seja, menos 14,3%.

A queda nos casos de roubo em residência foi de 6,2%, passando de 919 em 2016 para 862 em 2017. Roubos a pedestres – que têm o celular como principal alvo – tiveram baixa de 3,8% (38.206 para 36.763). Os furtos em veículos, incluindo arrombamentos, saíram de 12.799 para 12.656 (-1,1%).

Diante da análise qualitativa das metas e ações, entende-se que a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social atingiu objetivo proposto para o exercício de 2018.

Desde a implantação do Viva Brasília, em 2015, 753 vidas foram preservadas. A informação leva em conta a seguinte análise: se o DF tivesse mantido a incidência de mortes violentas que havia em janeiro de 2015, até o final de outubro de 2018, mais de setecentas pessoas teriam sido assassinadas.

Dos três Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), também monitorado com prioridade pelo Viva Brasília – Nosso Pacto pela Vida, houve redução de 10,9% no número de vítimas. O balanço revelou também queda no crime de latrocínio, que é quando o motivo do homicídio é o roubo, caiu de 36 (trinta e seis) para 28 (vinte e oito) casos. Nos meses de setembro e outubro deste ano, não foram registrados casos de lesão corporal seguido de morte.

Importante destacar que, segundo o Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública referente ao ano de 2017, essa realidade observada no DF caminha em sentido contrário da realidade do restante do território brasileiro, em que o número de mortes vem crescendo, garantindo ao DF a terceira unidade da Federação em redução de mortes violentas, no ranking nacional.

Em relação aos seis principais Crimes Contra o Patrimônio (CCP) – roubos e furtos a pedestre, a comércio, de veículo, em transporte coletivo e a residência, monitorados também pelo Viva Brasília – Nosso Pacto Pela Vida, todos apresentaram queda, atingindo a taxa de 14,6% de redução em 2018 quando comparados ao mesmo mês do ano anterior. Dos crimes analisados, o roubo em transporte coletivo foi a modalidade com maior queda, 40,8% a menos que em 2017 (de 2.672 ocorrências, em 2017, para 1.582 em 2018 - 1.090 ocorrências a menos).

O segundo CPP com maior redução em 2018 em relação ao mesmo mês de 2017 foi o roubo a residência, com 30,9% de queda (de 863 para 596 registros), em seguida vem o roubo a comércio, com redução de 17% (de 2.141 para 1.776 ocorrências). Roubos a veículo também apresentou queda, passando de 4.851, em 2017 para 3.986 em 2018 (-17,8%). Já as ocorrências de roubo a pedestre, por sua vez, caíram 10,7%. Nos furtos em veículos houve 17,9% de redução.

Atribuem-se estas significativas reduções ao trabalho integrado com outros órgãos do governo, aliado à realização de ações com foco em áreas críticas, nos crimes de maior impacto na sensação de insegurança das pessoas e com influência em todas as naturezas criminais.

No que se refere à Violência sexual, os registros de estupros diminuíram 9,5% em 2018 em comparação a 2017. Foram 744 casos, em 2017, para 673 este ano. De acordo com análise da SSP/DF, em 85% dos casos de estupro de vulnerável o autor e a vítima tinham vínculo como, por exemplo, parentesco. Observa-se que quando se trata de adultos, a relação também é alta: 50%.

PMDF

No que tange à redução os índices de crimes violentos de forma imediata e permanente, a PMDF buscou realizar seus investimentos na direção de responder ao crime com racionalidade científica, inteligência estratégica, produção de provas e com garantia de direitos. Tendo em vista a premissa construída, norteou-se no aperfeiçoamento dos métodos e técnicas relacionados à preservação da ordem pública e ao policiamento ostensivo, qualificando dos 1.575 operadores da Segurança Pública, no ano de 2016. Ademais, no ano de 2016, foram realizadas as tratativas relacionadas a estande de tiro. Na PMDF, não havia local seguro para o Treinamento de Tiro Policial Militar e o Teste de Aptidão de Tiro Policial Militar, cujo objetivo é geral do é a atualização do conhecimento necessário ao desenvolvimento de competências cognitivas, operacionais e atitudinais específicas, no exercício das atividades demandantes de procedimentos operacionais, além de promover a melhoria do desempenho do policial militar no uso e manuseio do armamento e a uniformização de procedimentos. Isso com o escopo de criar uma doutrina corporativa no uso e manuseio do armamento visando diminuir os índices de acidentes e de erros em ocorrências no serviço e no horário de folga do policial militar.

Com o foco ainda na redução os índices de crimes violentos, a PMDF ampliou, e continua realizando estudo para aumentar ainda mais, o policiamento de proximidade, o qual promove o amparo das ações repressivas através de ações policiais de índole preventiva, em função do seu potencial de interação com a comunidade.

Houve ainda concentração de energias no preparo dos profissionais de segurança pública, que incluam e valorizem o uso diferenciado, proporcional e progressivo da força, bem como a incorporação de tecnologia menos letal. Houve investimentos na aquisição de equipamentos apropriados os qual proporcionam um policiamento mais eficaz, capaz de cumprir sua tarefa repressiva de maneira legítima, sem violar direitos e produzir mais vítimas.

Como contribuição para o alcance do Objetivo Específico, a PMDF norteou-se no aperfeiçoamento dos métodos e técnicas relacionados à preservação da ordem pública e ao policiamento ostensivo, bem como buscou o terreno para a implementação do estende de tiro da PMDF. Além disso, ampliou, e continua realizando estudo para aumentar ainda mais, o policiamento de proximidade, o qual promove o amparo das ações repressivas através de ações policiais de índole preventiva, em função do seu potencial de interação com a comunidade. Existiram investimentos na aquisição de equipamentos apropriados os qual proporcionam um policiamento com uso diferenciado, proporcional e progressivo da força mais eficaz, capaz de cumprir sua tarefa repressiva de maneira legítima.

Nesse exercício houve uma diminuição de 8,60% no índice de crimes e violência. Apenas como exemplo, no homicídio tivemos uma redução de 17%; no latrocínio, que é o roubo seguido de morte, uma redução de 20%; na tentativa de homicídio, uma redução de 2%; e no roubo a comércio, uma redução de 23%. Esses resultados foram alcançados a despeito de uma perda considerável de policiais militares que ingressaram na reserva remunerada (7000 policiais). As ações de reestruturação organizacional e implementações de novas ações de Policiamento Ostensivo têm refletido nos índices de redução do crime e da violência, aumentando a sensação de segurança da sociedade

No exercício de 2018 verifica-se que houve decréscimo de 12,22%, no homicídio, 17,78% no roubo seguido de morte, 4,64% no homicídio tentado, 10,57% no estupro, 30,86% no roubo a residência, 10,63%, no roubo a transeunte, 17,10% no roubo a comércio, 40,89% no roubo a transporte coletivo, e 17,61% no furto de veículo. Em uma média aritmética geral, houve uma redução total de 18,033% nos índices de violência e crime.

PCDF

Dentre as ações orçamentárias vinculadas ao objetivo específico 02 está previsto o Centro Piloto de Prevenção ao uso de Drogas. As palestras e exposições realizadas pelas unidades fixa e móvel do Museu de Drogas tiveram 7.302 expectadores e visitantes. Em outra vertente, quanto a sistemas de Informação, e abrangendo os aspectos de integração e modernização dos segmentos de Segurança Pública, foi desenvolvido o Sistema TCNet, responsável pela confecção do termo circunstanciado eletrônico, o qual objetiva o registro de crimes de menor potencial ofensivo. Tal solução tecnológica propicia o cumprimento de acordo de cooperação celebrado entre a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, Polícia Civil do Distrito Federal e Departamento de Trânsito do Distrito Federal. Noutro giro, o desenvolvimento e entrega de Sistema de Gestão Administrativa - SGA possibilitou a automação dos controles e procedimentos afetos aos recursos humanos da PCDF. Ainda contribuiu decisivamente para a modernização dos ativos da Polícia Civil a aquisição de Painéis de Gestão da Informação, voltados ao monitoramento de dados estatísticos, de análise criminal e procedimentos policiais, bem como controle de atividades não finalísticas da Instituição Policial: consumo de água, abastecimento de viaturas e dados referentes a recursos humanos. No que tange a modernização institucional, deu-se a construção da nova página virtual da Delegacia Eletrônica da Polícia Civil em 2017, além do aperfeiçoamento de sua plataforma *on line*, disponível para uso em dispositivos móveis. Registre-se que houve a inclusão de 04 (quatro) novas tipificações criminais para registro via internet, totalizando 17 (dezesete) tipos penais, o que possibilitou o aumento dos registros eletrônicos em 30% (trinta por cento) do total já realizado pela Polícia Civil. As edificações havidas no âmbito da Polícia Civil também contribuíram para o alcance deste objetivo, a saber: Construção da 15ª DP - Ceilândia Centro; Construção da 38ª DP (Vicente Pires); Construção do Instituto de Criminalística - IC e Construção da 16ª DP - Planaltina. Conclui-se que, em relação ao objetivo específico em comento, a Polícia Civil do Distrito Federal teve desempenho exitoso, contribuindo com relevantes conquistas voltadas para a integração e modernização dos segmentos de segurança pública, e conseqüentemente, colaborando para a redução dos índices de crimes violentos.

A PCDF prima pela modernização de seus processos internos e respectivas ferramentas a fim de obter o resultado almejado: a redução dos índices de crimes violentos.

Com este intuito, as investigações criminais são continuamente aperfeiçoadas pelo uso de novas técnicas investigativas e aparato tecnológico moderno.

Como exemplo disto, temos o Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro – LAB-LD/PCDF, o qual se mostra atuante no combate à lavagem de valores de procedência ilícita, o que gera inegável impacto sobre o crime organizado.

No que se refere à integração com as demais forças de segurança, registre-se a atuação coordenada e o estabelecimento de metas para as Áreas Integradas de Segurança Pública, por período avaliado, e de acordo com as peculiaridades de cada área administrativa do Distrito Federal, atendendo a demandas específicas. As modalidades de ações delituosas a serem combatidas foram identificadas de acordo com dados estatísticos extraídos dos sistemas SIGEO/SSP e do POLARIS/PCDF, dentre outros.

Por todo o exposto, considera-se que houve êxito parcial quanto ao atingimento desse Objetivo Específico. Não obstante as dificuldades enfrentadas, a Polícia Civil do Distrito Federal segue em sua missão de promover Segurança Pública com excelência na elucidação de infrações penais, mantendo o foco na investigação policial de qualidade, no intuito de garantir que a resposta ao avanço da criminalidade seja célere e permanente.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

003 – PREVENÇÃO, GESTÃO DE RISCO E RESPOSTAS ÀS EMERGÊNCIAS E DESASTRES: Identificar e minimizar os riscos de ocorrência e os efeitos causados por emergências e desastres por meio da prevenção, da preparação da população e pronta resposta dos órgãos de segurança pública.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

24101 – SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DA PAZ SOCIAL - SSP

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	3	1	Criar e implementar o plano de prevenção e respostas às emergências e desastres; (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	44	100	100		100,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	3	2	Modernizar o sistema de segurança contra incêndio e pânico; (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	100	100		100,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	3	3	Aumentar anualmente a quantidade de perícias de incêndios realizadas em 30 perícias a mais que o ano anterior; (CBMDF)	368	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	670	1165	1690		459,2
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	3	4	Aumentar anualmente a quantidade de prevenções em 581 prevenções realizadas; (CBMDF)	5721	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	12.879	14.854	18494		323,3
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	3	5	Manter o quantitativo de atendimentos dos projetos sociais. (CBMDF)	100	%	ACUM	MANTER	100	100	100		100,0%

Análise Qualitativa**1. Criar e implementar o plano de prevenção e respostas às emergências e desastres; (SSP)****2016**

Meta parcialmente atendida. O Distrito Federal possui 18 Regiões Administrativas – RA's com identificação de áreas de risco. Em 2016 foram vistoriadas 15 áreas de riscos em 8RA's, sendo que o número total de residências em áreas de risco foi reduzido de 4.960 para 4.762, em decorrência das ações do Governo (pavimentação, implantação de rede de esgoto, água potável e drenagem de águas pluviais, melhora construtiva, etc).

2017

Meta atingida. A Subsecretaria de Defesa Civil – SUDEC/SSP, realizou o mapeamento das áreas de risco do Distrito Federal para o quadriênio 2016-2019. Os riscos incluem desabamento, incêndio, eletrocussão, entre outros. A SUDEC/SSP, buscando identificar e minimizar os riscos de ocorrências e os efeitos causados por emergências e desastres por meio da prevenção, da preparação da população e pronta resposta dos órgãos de segurança pública, realizou treinamento e preparação para os agentes e as comunidades envolvidas com o Sistema de Proteção e Defesa Civil, para que,

em caso de normalidade, possam agir na prevenção junto as suas áreas ou, em situações de anormalidades, atuem como auxiliares do Sistema de Proteção e Defesa Civil, tendo capacitado 3.125 pessoas. O Distrito Federal possui 18 Regiões Administrativas – RA's com identificação de áreas de risco. Em 2017, foram vistoriadas 10 áreas de riscos em 2 RA's, sendo que o número total de residências em áreas de risco foi reduzido de 4.960 para 4.733, em decorrência das ações do Governo (pavimentação, implantação de rede de esgoto, água potável e drenagem de águas pluviais, melhora construtiva, etc). Cabe ressaltar que a SUDEC/SSP, anualmente, elabora os planos de contingência relativos aos períodos chuvosos e de estiagem, que são apresentados nos meses de setembro e abril respectivamente, bem como a elaboração do plano de atuação com um calendário de ações a serem desenvolvidas durante todo o ano nas Regiões Administrativas do DF.

2018

Meta atingida. A Subsecretaria de Defesa Civil – SUDEC/SSP realizou o mapeamento das áreas de risco do Distrito Federal para o quadriênio 2016-2019. O Sistema de Defesa Civil do Distrito Federal tem por objetivo a prevenção, a preparação, a resposta e a reconstrução de áreas afetadas por desastres humanos e/ou naturais. Nesse sentido, o gerenciamento de risco constitui-se em uma atividade da gestão ambiental e urbana, procurando identificar os pontos de riscos das Regiões Administrativas do DF. Por meio do planejamento, a Defesa Civil propõe medidas para minimizar os riscos, prepara os órgãos de resposta e articula-se para restabelecer as condições de normalidade destes locais. Os objetivos deste trabalho são elencados em: 1. Identificação das ameaças e das vulnerabilidades (conhecimento do problema); 2. Análise e mapeamento dos riscos; 3. Adoção de medidas não estruturais com implantação de planos preventivos e de contingência, com monitoramento e atendimento das situações de emergência; 4. Adoção de medidas estruturais para a redução de riscos e prevenção de desastres; 5. Informação pública e capacitação para prevenção de riscos, de desastres e autoproteção; e 6. Levantamento de riscos em edificações com 4 pavimentos ou mais na RA Vicente Pires.

2. Modernizar o sistema de segurança contra incêndio e pânico; (SSP)

2016

Meta não atingida.

2017

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal – SSPDF entende que as ações a serem desenvolvidas para o alcance da Meta estão intrinsicamente vinculadas às atividades desenvolvidas pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF. Pelo exposto, em momento oportuno, quando da atualização do Plano Plurianual 2016-2019, a SSPDF solicitará a alteração do responsável pela meta.

O CBMDF implantou o Sistema SCIPWEB que tem por objetivo oferecer à sociedade os serviços de consulta prévia, análise dos projetos e vistorias, com acesso direto via internet, minimizando gastos, deslocamentos, perda de tempo e retrabalho. O CBMDF criou o Centro de Referência em Investigação de Incêndio que realiza a aquisição de equipamentos, materiais e insumos para equipar os laboratórios de investigação de incêndio e ciência do fogo, da Diretoria de Investigação de Incêndio. Por meio dessa nova infraestrutura será possível realizar amplas pesquisas sobre a ciência do fogo, gerando conhecimento capaz de aprimorar os processos operacionais de combate a incêndios. Nesse sentido, teremos um reflexo positivo na qualidade dos serviços prestados aos cidadãos do DF, além de se possibilitar a caminhada para a formulação de técnicas mais eficientes, que demandem menor utilização de recursos naturais, como água, na extinção de incêndios. Os esforços da corporação estão alinhados às premissas de responsabilidade socioambiental do governo.

2018

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal – SSPDF entende que as ações a serem desenvolvidas para o alcance da Meta estão intrinsicamente vinculadas às atividades desenvolvidas pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF.

Para o atingimento da meta destacam-se na atuação do CBMDF em 2018 as seguintes iniciativas: implementação de um novo regime de serviço operacional de perícia; implantação contínua do sistema SCPIWEB; capacitação de peritos na nova metodologia aplicada à investigação de incêndios; e desenvolvimento de protocolo juntamente com a PCDF para atendimentos aos incêndios classificados como Causa de Ação Pessoal Intencional.

Desenvolveu ainda o aperfeiçoamento do Sistema Fênix, que permitiu a irradiação da ocorrência concomitante para a seção de comunicação do grupamento de bombeiro militar e mesa de atendimento do CIADE, dando maior agilidade no acionamento do socorro envolvido.

3. Aumentar anualmente a quantidade de perícias de incêndios realizadas em 30 perícias a mais que o ano anterior; (CBMDF)

2016

Em relação a quantidade de perícias de incêndios, a meta está mais do que alcançada. O aspecto inovador desse interesse foi a implantação do relatório de retroalimentação do sistema de segurança contra incêndio e pânico, uma vez que a partir das atividades de perícia e prevenção, buscou-se estabelecer o nexo entre tais atividades, verificando in loco se a legislação de prevenção esteve sendo respeitada, se tais normas foram eficientes para a preservação das pessoas e dos bens, se a técnica, a tática e a estratégia do combate e do atendimento contribuíram com este intuito de preservação, indicando desta forma a eficiência de todo o sistema e permitindo a correção da legislação e dos manuais profissionais.

2017

Com a aplicação dos novos critérios para o cômputo do indicador da Diretoria de Investigação de Incêndio - DINVI, houve uma mudança significativa na forma de tratamento da informação referente às ocorrências de incêndio. A DINVI abandonou o critério quantitativo e adotou o critério qualitativo para o tratamento da informação referente às ocorrências de incêndio. A implantação do critério qualitativo trouxe uma maior eficiência na prestação do serviço de perícia de incêndio realizado pelo CBMDF. A DINVI mudou os critérios para acionamento da equipe de perícia de incêndio para incêndio em veículo produto de furto e para incêndio em que já havia registro de Boletim de Ocorrência da PCDF com solicitação de perícia criminal. Essa mudança qualitativa na prestação do serviço de perícia de incêndio teve como objetivo prestar um serviço melhor com o menor empenho de recurso humano e material possível. A mudança qualitativa fica evidente na comparação dos números de 2016 e 2017. Em 2016 foram 991 atendimentos (67%); já em 2017 foram 746 atendimentos (66,35%). Uma diferença de 245 atendimentos de um ano para o outro. Esses 245 atendimentos estão relacionados com perícias de incêndio que não foram eleitas como perícias realizáveis, como exemplo: veículo produto de furto ou roubo - já encaminhados para a PCDF. Assim, a mudança para o critério qualitativo otimizou o emprego dos recursos humanos e materiais disponíveis na DINVI sem que tenha havido perda da eficiência do serviço de perícia de incêndio prestado pelo CBMDF.

2018

Para o resultado alcançado consideram-se os seguintes fatores: Redução no quadro de Oficiais Peritos de Incêndios lotados na DINVI – Diretoria de Investigação de Incêndio; implementação do sistema - SCIPWEB (Sistema Contra incêndio e Pânico); alterações na metodologia para a investigação de incêndio; ocorrências que envolvem atuação da PCDF (Polícia Civil do Distrito Federal); Falta de conhecimento das guarnições de socorro urbano quanto ao procedimento de acionamento da Perícia CBMDF. Diante das dificuldades decidiu-se: Implantar novo regime de serviço operacional de perícia; empregar continuamente o sistema SCIPWEB; capacitar os peritos quanto à nova metodologia aplicada à investigação de incêndios; desenvolver um protocolo juntamente com a PCDF para atendimentos aos incêndios classificados com a causa de "Ação Pessoal Intencional".

Para 2019 permanece a busca da melhoria do desempenho através de:

Elevação de demandas atendidas pelo serviço de perícia de incêndios, através de formação de novos Peritos pelo CPI (Curso de Perícia de incêndio);

Realização de eventos técnico-científicos;

Consolidação do SCIPWEB para efetivação da retroalimentação e implementação do modelo de gestão de conhecimento para a Administração Pública no CBMDF;

Capacitação dos militares do COMOP a respeito do trabalho da DINVI;

Divulgação para a comunidade do DF a respeito do trabalho e importância da investigação pericial; e

Produção do Termo de Ajuste e Conduta- TAC, entre a Diretoria de Investigação de Incêndio e PCDF.

4. Aumentar anualmente a quantidade de prevenções em 581 prevenções realizadas; (CBMDF)

2016

A quantidade de prevenções também foi amplamente alcançada, dado que reflete as atividades do sistema de prevenção contra incêndio e pânico em vistorias, credenciamentos, análises de projetos e desenvolvimento de legislação específica, e também a atuação direta das unidades operacionais em eventos com concentração de público, passeios escolares, atividades de aproximação

da corporação ao público nas quadras, nas escolas e no interesse de criar, despertar e incentivar uma cultura de prevenção de sinistros, por meio de iniciativas de educação junto à comunidade, e nos comitês de segurança comunitária.

2017

Cabe destacar que o dado lançado no quadro acima referente ao ano de 2017 corresponde apenas ao número de prevenções em eventos promovidas pelo Comando Operacional do CBMDF. Em 2017, foram realizadas 1.975 prevenções, atendendo aproximadamente 3.009.578 pessoas. Em 2016, o Comando Operacional do CBMDF realizou 2.288 prevenções em eventos, atendendo cerca de 3.712.359 pessoas. Ao comparar o quantitativo de prevenções operacionais entre 2016 e 2017, observa-se uma diminuição em cerca de 13% no número de prevenções em 2017. Isso se justifica, pois, em 2016, o Distrito Federal recebeu vários jogos das Olimpíadas. Ainda em decorrência dos jogos olímpicos muitos outros eventos sediaram a cidade, e contaram com atividades preventivas promovidas pela corporação, aumentando assim o quantitativo de prevenções em 2016. Portanto, a diminuição nos atendimentos operacionais foi quantitativa e não qualitativa.

2018

Houve decréscimo no resultado do indicador em relação a 2017. Embora tenha crescido o número de projetos aprovados e vitórias realizadas para licença de funcionamento e habite-se, notou-se crescimento muito maior do número de projetos e vitórias protocolados. O quantitativo de militares mostrou-se insuficiente para atender à alta demanda decorrente da adoção do protocolo eletrônico de solicitações de serviços (e-mail e WhatsApp). A saída de Oficiais e praças para frequentar cursos de progressão de carreira também limitou a capacidade de resposta à demanda bem como impossibilitou a realização do CEPI/2018. Diante das dificuldades encontradas, buscou-se ampliação do quadro de pessoal com militares da ativa e da PTTC, a ampliação das viaturas para o serviço e a implementação do sistema SCIPWeb (módulo de análise de projetos concluído e módulo de vitórias em andamento) como formas de alcançar o incremento de produtividade.

5. Manter o quantitativo de atendimentos dos projetos sociais. (CBMDF)

2016

Dada a dificuldade de renovação do efetivo da corporação, e às inúmeras atividades fins que ela executa, pretende-se manter o quantitativo de atendimentos dos projetos sociais. Esta meta foi alcançada mesmo com a dificuldade de manter os militares disponíveis para os projetos.

2017

Apesar de redução de efetivo, por motivo de reforma de militares, na Assessoria de Programas Sociais, o quantitativo de atendimentos nos programas sociais manteve-se estável e de acordo com a meta esperada.

2018

Mesmo com a redução de efetivo, por motivo de reforma de militares, a Assessoria de Programas Sociais manteve o número de atividades e atendimentos esperado no ano de 2018, atingindo 100% da meta pretendida.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1592	INCÊNDIOS PERICIADOS	UNIDADE	277	31/01/2015	278	670	308	495	338	349	368	DINVI/CBMDF / UO 24104 / OE 3
1593	AÇÕES PREVENTIVAS	UNIDADE	4376	31/01/2015	3.977	12.879	4.558	1.975	5.140	3.604	5.721	COMOP/CBMDF / UO 24104 / OE 3
1594	TAXA DE MAPEAMENTO DE ÁREAS DE RISCO	%	90	31/12/2014	15	44	50	75	75	100	100	SUPROD/ SSP / UO 24101 / OE 3
1595	QUANTIDADE DE CIDADÃOS CAPACITADOS PARA PREVENÇÃO DE DESASTRES	UNIDADE	2.279	31/12/2014	3.279	4.954	4.279	3.125	5.279	710	6.279	SUPROD/ SSP / UO 24101 / OE 3

Justificativas 2016

Indicador 1592 - A forma de tratamento das perícias passou por um processo de reformulação, permitindo o aumento do valor numérico do indicador, que parece ter atingido um patamar de estabilidade entre 600 e 700 perícias por ano, intrínseco à quantidade de ocorrências de incêndio, bem como as condições de trabalho da Diretoria de Investigação de Incêndio.

Indicador 1593 - Foram realizadas ações de descentralização dos serviços dos sistemas de prevenção contra incêndio e pânico através da implantação de postos de atendimento no Na Hora da Rodoviária do Plano Piloto. Aliadas a estas ações foram realizadas prevenções in loco em eventos de grande concentração de público, bem como campanhas com o intuito de difundir a cultura de prevenção, via simulados de abandono de escolas, palestras e demonstrações. Esse resultado já reflete toda esta atuação.

Indicador 1594 - Taxa de Mapeamento de Áreas de Riscos: O índice superou o desejado em virtude da intensificação de ações para mapear as áreas de risco.

Indicador 1595 - Quantidade de Cidadãos Capacitados para Prevenção de Desastres: O índice alcançado superou o desejado em virtude dos treinamentos realizados e a preparação para os agentes e comunidade envolvidos com o Sistema de Proteção e Defesa Civil terem sido intensificados.

Justificativas 2017

Indicador 1592 - Com a ampliação dos novos critérios para a contagem do indicador da Diretoria de Investigação de Incêndio - DINVI, houve uma mudança significativa na forma de tratamento da informação referente às ocorrências de incêndio. A DINVI abandonou o critério quantitativo e adotou o critério qualitativo para o tratamento da informação referente às ocorrências de incêndio e otimizou o emprego dos recursos e materiais disponíveis na DINVI sem perda de eficiência do serviço de perícia de incêndio do CBMDF.

Indicador 1593 - O total de ações corresponde ao público de 3.099.578 pessoas. O número de prevenções atendidas em 2017 foi um pouco menor do que em 2016, tendo em vista o Distrito Federal não sediou nenhum grande evento nacional como as Olimpíadas. Cabe ressaltar que muitas prevenções do tipo "aquática" deixaram de ser atendidas devido ao corte da cota de serviço voluntário, anteriormente destinada para esta função.

Indicador 1594 - 2017 - Taxa de Mapeamento de Áreas de Riscos: O índice superou o desejado em virtude da intensificação de ações para mapear as áreas de risco.

Indicador 1595 - 2017 - Quantidade de Cidadãos Capacitados para Prevenção de Desastres: O índice alcançado ficou abaixo do desejado pois nos meses de junho e julho as capacitações foram interrompidas devido ao emprego dos agentes na Operação de Levantamento de dados dos Reservatórios de Água nas Escolas Públicas do DF, e nos meses de novembro e dezembro houve novamente interrupção, pois, os agentes foram empregados nas Operações relacionadas ao período chuvoso.

Justificativas 2018

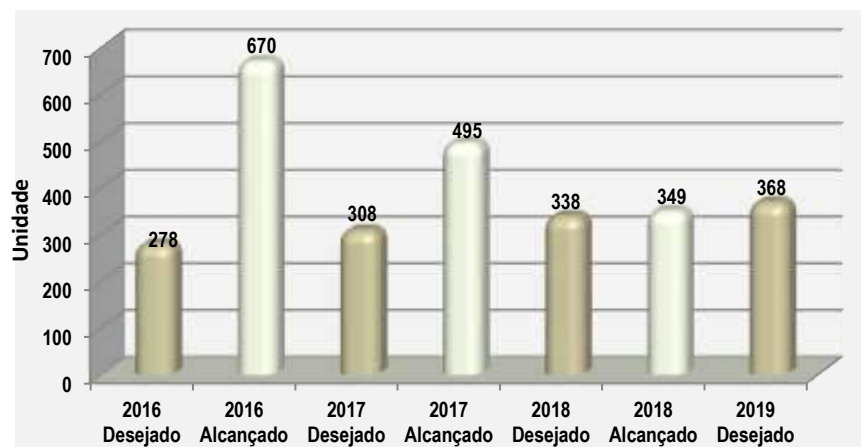
Indicador 1592 - Foi implementado novo regime de serviço operacional de perícia; implantação contínua do sistema SCPIWEB; capacitação de peritos na nova metodologia aplicada à investigação de incêndios; e desenvolvimento de protocolo juntamente com a PCDF para atendimentos aos incêndios classificados como Causa de Ação Pessoal Internacional.

Indicador 1593 - Houve decréscimo no resultado do indicador em relação a 2017. Embora os numeradores dos componentes do índice tenham crescido, notou-se crescimento muito maior do número de projetos e vistorias protocolados - o quantitativo de militares mostrou-se insuficiente para atender a alta demanda decorrente da adoção do protocolo eletrônico de solicitações de serviços. A saída de militares para frequentar cursos de progressões de carreira também limitou a capacidade de resposta à demanda.

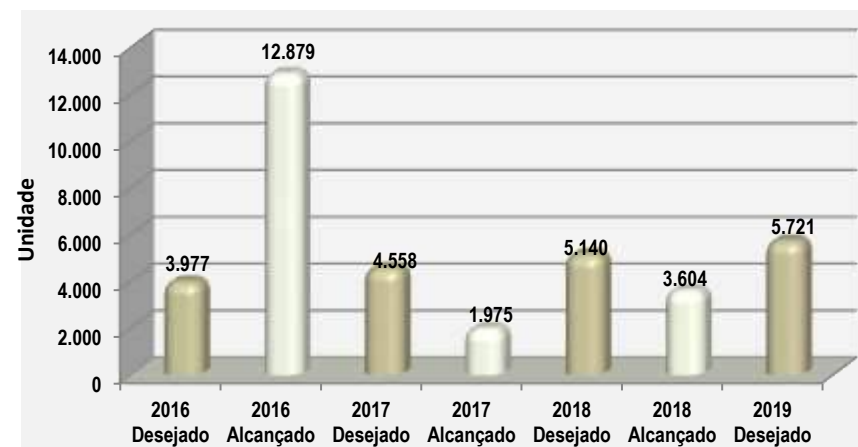
Indicador 1594 - O índice superou o desejado em virtude da intensificação de ações para mapear as áreas de risco Distrito Federal.

Indicador 1595 - O índice alcançado ficou abaixo do desejado pois houve interrupção no programa de capacitação, sendo que os agentes foram empregados nas Operações relacionadas ao período chuvoso.

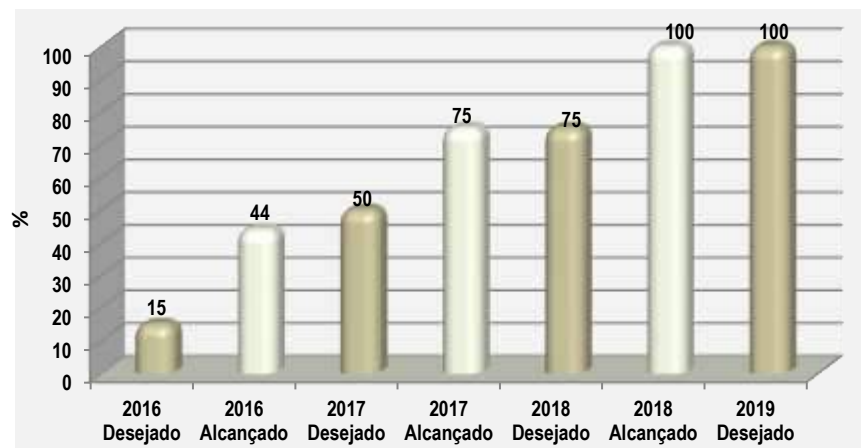
INCÊNDIOS PERICIADOS



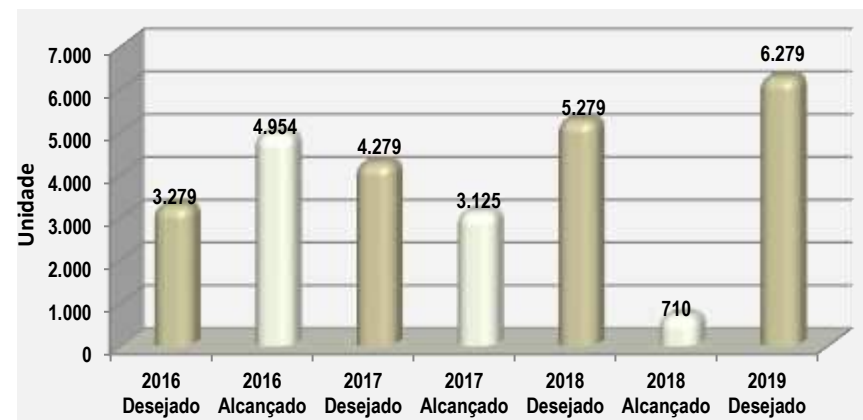
AÇÕES PREVENTIVAS



TAXA DE MAPEAMENTO DE ÁREAS DE RISCO



QUANTIDADE DE CIDADÃOS CAPACITADOS PARA PREVENÇÃO DE DESASTRES



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6217	3	1	Formação de multiplicadores internos para acompanhar voluntários/agentes comunitários de defesa civil; (SSP)	24101	100%	<p>2016 No ano de 2016 foi executado o Projeto NUDEC JOVEM, com crianças (3 a 12 nos) e adolescentes (13 a 17 anos) de acordo com a tipificação, sendo utilizado o Teatro Infantil de Defesa Civil com o uso de fantoches, abordando assuntos diversos de prevenção de desastre e cidadania, e ainda para os adolescentes foram oferecidos 13 horas/aula sobre assuntos diversos de prevenção e cidadania. Foram realizados também treinamento e preparação para os agentes e as comunidades envolvidas com o Sistema de Proteção e Defesa Civil, para que em caso de normalidade possam agir na prevenção junto as suas áreas ou em situação de anormalidades atuem como auxiliares do Sistema de Proteção e defesa Civil, totalizando 4.954 pessoas capacitadas em 2016.</p> <p>2017 O Sistema de Proteção e Defesa Civil, por meio do Projeto Nudec Jovem, capacitou 3.125 pessoas em 2017 para que em caso de normalidade possam agir na prevenção junto as suas áreas ou em situação de anormalidades atuem como auxiliares do Sistema de Proteção e Defesa Civil.</p> <p>2018 O Sistema de Proteção e Defesa Civil, por meio do Projeto Nudec Jovem, capacitou 671 pessoas em 2018 para que em caso de normalidade possam agir na prevenção junto as suas áreas ou em situação de anormalidades atuem como auxiliares do Sistema de Proteção e Defesa Civil.</p>
6217	3	2	Bombeiros nas Escolas; (CBMDF)	24104	49%	<p>2016 Foram realizados 39 simulados de abandono nas escolas. Aliados aos eventos de bombeiros nas escolas e nas quadras, foram realizados ainda 207 simulados diversos. O objetivo é aproximar o profissional de situações de socorro operacional, promovendo o treinamento em locais de concentração de público tais como estádio, empresas, órgãos públicos, shoppings e instalações de manipulação de produtos perigosos.</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						<p>2017 Foram realizados 48 simulados de abandono nas escolas. Aliados aos eventos de bombeiros nas escolas e nas quadras, foram realizados 152 simulados diversos. O objetivo é aproximar o profissional de situações de socorro operacional, promovendo o treinamento em locais de concentração de público tais como estádio, empresas, órgãos públicos, shoppings e instalações de manipulação de produtos perigosos.</p> <p>2018 Foram realizados 21 simulados de abandono nas escolas. O objetivo é aproximar o profissional de situações de socorro operacional, assim promovendo o treinamento em locais de público. Deste modo, teve-se o alcance de um público de 8.305 pessoas.</p>
6217	3	3	Bombeiros nas Quadras. (CBMDF)	24104	100%	<p>2016 Foram desenvolvidos 43 eventos de Bombeiros nas Quadras. Outras ações de prevenção e resposta a emergências e desastres desenvolvidas: 2.659 prevenções aquáticas, 486 palestras e 303 reuniões comunitárias com a participação de militares.</p> <p>2017 Foram desenvolvidos 68 eventos de Bombeiros nas Quadras, com um público de aproximadamente 18.993. Também foram realizadas 400 prevenções aquáticas, atendendo a um público de aproximadamente 151.161 pessoas. Foram ministradas 885 palestras a um público de aproximadamente 161.885; e realizadas 439 reuniões comunitárias com a participação de militares.</p> <p>2018 Foram desenvolvidos 41 eventos de Bombeiros nas Quadras, alcançando um público de 10.623 pessoas.</p>

Análise dos Resultados Alcançado pelo Objetivo Específico

2016/2018

SSP

O Objetivo Específico “Prevenção, Gestão de Riscos e Respostas às Emergências e Desastres: identificar e minimizar os riscos de ocorrências e os efeitos causados por emergências e desastres por meio da prevenção, da preparação da população e pronta resposta dos órgãos de segurança”, caracteriza-se por coordenar as medidas destinadas a prevenir as consequências nocivas de eventos desastrosos e a socorrer as populações e áreas atingidas por esses eventos.

Buscando identificar e minimizar os riscos de ocorrência e os efeitos causados por emergências e desastres por meio da prevenção, da preparação da população e pronta resposta dos órgãos de segurança pública, a SSPDF, por meio da Subsecretaria do Sistema de Defesa Civil, realizou treinamento e preparação para os agentes e as comunidades envolvidas com o Sistema de Proteção e Defesa Civil para agir na prevenção, em caso de normalidade, ou atuarem como auxiliares do Sistema de Proteção e Defesa Civil em situação de anormalidades, totalizando 671 pessoas capacitadas em 2018.

No primeiro semestre de 2018 foram realizadas 2.714 vistorias in loco pela equipe de Defesa Civil, gerando os termos (Comparecimento, Notificação, Interdição, Desinterdição e Licenças de funcionamento eventual e comércio) conforme cada caso.

Dentre as principais ocorrências atendidas destacam-se: 31,67% de rachaduras e fissuras; 15,42% de desabamento; 14,79% de infiltrações; 13,96% de risco de desabamento de muro; 6,25% de recalque de fundações (rebaixamento de terras); 5 % de problemas encontrados em instalações elétricas; 4,17% de incêndio; 3,125% de deslocamento de revestimento; 2,71% de problemas na rede de esgoto; 2,08% de erosão; e 0,83% de alagamento.

No ano de 2018 foram realizadas as seguintes operações preventivas:

- continuação na operação em bares e boates, com o objetivo de vistoriar e fiscalizar as condições estruturais e de segurança das instalações das novas casas de show e boates;
- continuação na Operação Carnaval, que tem como objetivo vistoriar as estruturas provisórias montadas no evento a fim de garantir segurança aos participantes; finalizada a Operação da detonação da rocha no Taquari – BR-020; e, realizada a operação para acompanhamento na demolição do tático, localizado no Sol Nascente;
- realizada operação via-sacra com o objetivo de fiscalizar, orientar e monitorar os eventos realizados pelas Paróquias em cada Região Administrativa do Distrito Federal;
- continuação da Operação Afrodite, onde tem por objetivo verificar as condições estruturais e de segurança dos motéis de Brasília;
- realizada a operação de fiscalização integrada juntamente com o setor de Produtos Perigosos, nas BR 040 – 060- 020, conforme determinado no planejamento anual da SUDEC.

CBMDF

Em 2016 este objetivo específico é de responsabilidade da unidade.

Foram realizados 48 simulados de abandono nas escolas do DF, com um público de aproximadamente 16.546 pessoas – um aumento de 9%, se comparado ao ano anterior, mostrando que o programa alcançou quase a metade das escolas do DF. Foram promovidos 68 eventos Bombeiros nas Quadras – um aumento de 14,3 % comparado a 2016. Aliados aos eventos de bombeiros nas escolas e nas quadras, também foram realizados 153 simulados, com um público de aproximadamente 54.455 pessoas; e 885 palestras com um público de 161.885. Em eventos dessa natureza, a população é instruída sobre como agir ao enfrentar situações de emergência e como acionar os serviços de segurança pública. A comunidade tem ainda a oportunidade de conhecer a rotina operacional do CBMDF, por meio de instruções, palestras e visualização e manipulação de equipamentos de resgate. Essas ações aproximam o público dos profissionais, bem como promovem capacitação para atuação em situações de risco, ou mesmo em situações de rotina que envolvam manipulação de substâncias inflamáveis ou tóxicas. A corporação também participou de 439 reuniões comunitárias – um aumento de mais de 40% se comparado a 2016. Com essas medidas a unidade se aproxima da comunidade obtém um conhecimento maior de suas necessidades.

A Operação Bombeiros nas Quadras foi implementada com os seguintes objetivos: aproximar a comunidade do Distrito Federal do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e passar à comunidade conhecimento básicos quanto à prevenção de acidentes. Em eventos dessa natureza, a população é instruída sobre como agir ao enfrentar situações de emergência e como acionar os serviços de segurança pública. A comunidade tem ainda a oportunidade de conhecer a rotina operacional do CBMDF, por meio de instruções, palestras e visualização e manipulação de equipamentos de resgate. Essas ações aproximam o público dos profissionais, bem como promovem capacitação para atuação em situações de risco, ou mesmo em situações de rotina que envolvam manipulação de substâncias inflamáveis ou tóxicas.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

004 – PAZ NO TRÂNSITO: Promover a paz no trânsito como uma política permanente de educação ampliando, modernizando e aperfeiçoando a fiscalização, a engenharia e a segurança viária de forma a prevenir ocorrências e interferências no fluxo de pessoas, bens e serviços de modo a reduzir os índices de acidentes.

UNIDADES RESPONSÁVEIS:

24101 – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA PAZ SOCIAL – SSP

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	4	1	Modernizar a sinalização e o monitoramento das vias (DETRAN) (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100		100,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	4	2	Criar e implementar o plano de educação no trânsito (DETRAN) (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100		100,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	4	3	Modernizar a perícia em acidentes de trânsito (PCDF) (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	100	100		100,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	4	4	Implantação do projeto Detran nas Escolas; (DETRAN)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100		100,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	4	5	Ampliação das ações educativas em Campanhas Educativas de Trânsito; (DETRAN)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	25	25	75		75,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	4	6	Implantar um Centro Interativo de Educação no Trânsito – CIET (DETRAN) (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	25	40		40,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	4	7	Implantação da plataforma de Ensino à Distância; (DETRAN)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	25	25	100		100,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	4	8	Implantação de nova sistemática para o serviço de sinalização estratigráfica; (DETRAN)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	60	75	85		85,0

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	4	9	Licenciar 75% da frota anual do DF (DETRAN) (Item alterado, conforme Lei nº 6061/2017 e Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	25	68	65		86,7
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	4	10	Ampliar a inspeção veicular em 12% da frota de veículos do Distrito Federal; (DETRAN)	12	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	3	3	9		75,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	4	11	Ampliar o serviço de vistoria em 30%; (DETRAN)	30	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	7,5	11,4	21,4		71,3
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	4	12	Ampliar os serviços oferecidos no sítio do Detran/DF; (DETRAN)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	15	40	100		100,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	4	13	Abrir unidades de atendimento presencial; (DETRAN)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0		0,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	4	14	Reformar, ampliar e construir em seis unidades de atendimento; (DETRAN)	6	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	4	4	5		83,3
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	4	15	Construir unidade de atendimento em Samambaia.; (DETRAN)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	-	0		0,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	4	16	Diminuir, anualmente, em 20 segundos o tempo médio decorrido entre o recebimento da ocorrência por parte do CBMDF e a disponibilização do socorro no local do evento, para as ocorrências do tipo de acidente automobilístico; (CBMDF)	7:00	MINUTO	ACUM	MENOR, MELHOR	8:58	-	0:10:54		44,3
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	4	17	Reduzir os índices de acidentes de trânsito a níveis desejáveis para uma convivência harmônica e pacífica de toda a sociedade brasileira; (PMDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	52,17	21	19,56		19,6
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	4	18	Atender uma média de 70.000 pessoas a cada ano pelo Teatro Rodovia. (PMDF)	280.000	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	22.259	38.571	65.326		23,3

Análise Qualitativa

1. Modernizar a sinalização e o monitoramento das vias (DETRAN) (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)

2016

A Engenharia de Trânsito desenvolveu projetos de mudança viária visando melhorar a fluidez e a segurança dos veículos. As atividades rotineiras de pintura horizontal e sinalização vertical e semafórica nas vias foram consideradas satisfatórias, atendendo praticamente a todas as Regiões Administrativas do Distrito Federal, exceto, àquelas em algumas vias dependiam de

pavimentação asfáltica. Foram implantados 267.694,56 m² de Sinalização Horizontal; 5.670 placas de Sinalização Vertical; 55.781 unidades de Tacha e Tachão e 09 novos cruzamentos semaforizados. Destaca-se ainda a execução das principais atividades este ano:

- Desenhos georreferenciados e cadastros dos equipamentos eletrônicos e cruzamentos semaforizados;
- Mapa com os pontos dos equipamentos eletrônicos e cruzamentos georreferenciados;
- Cadastros e atualizações das aferições realizadas pelo Inmetro;
- Inserções dos dados de movimentações e infrações fornecidos pelas empresas;
- Relatórios de funcionamentos dos equipamentos para os pagamentos de fatura;
- Fornecimento de consultas geradas pelo SIGDETRAN para usuários internos e externos;
- Inserções nos mapas georreferenciados dos pontos dos acidentes fatais.

2017

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal – SSPDF entende que as ações a serem desenvolvidas para o alcance da Meta estão intrinsicamente vinculadas às atividades desenvolvidas pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN/DF. Pelo exposto, em momento oportuno, quando da atualização do Plano Plurianual 2016-2019 esta SSPDF, solicitará a alteração do responsável pela meta.

No exercício de 2017 destacamos as seguintes ações:

- Instalação de focos leds em 3.160 semáforos instalados nas vias urbanas do DF (lâmpadas vermelhas) resultando e, uma economia de 92% dos custos com energia elétrica consumida pelos equipamentos semaforicos;
- Instalação de 8 semáforos nas vias urbanas que apresentam maior incidência de acidentes de trânsito.
- Modernização da Central Semafórica (AR 2017);
- Implantação dos bolsões de motos;
- Sinalização de 3.800 faixas de pedestres;
- Substituição ou reciclagem de 5.113 placas de trânsito.

2018

Destaca-se as principais ações na área de Engenharia de Trânsito: Análise e aprovação de 852 análises de demandas e elaboração de projetos de sinalização viária; Instalação de 3.081 placas de sinalização; Recuperação de 1061 placas de sinalização; Implantação de 256.105,34 metros de sinalização horizontal; Sinalização de 3.060 lombadas; Sinalização de 1.597 faixas de pedestres; Implantação de 59.926 tachas/tachões; Implantação do projeto de bolsões de motos, com instalação de 145 bolsões; Instalação de cruzamentos semaforizados em: Águas Claras - Avenida Castanheiras, próximo ao Balão da Unieuro e Planaltina - Avenida Piauí x Av. Independência; Implantação de sinalização para inversão dos sentidos nas Ruas 36 e 37 em Águas Claras; Análise e aprovação de projetos de novos parcelamentos urbanos como: Vicente Pires, Sol Nascente, Porto Rico, Paranoazinho; Implantação do projeto piloto de ordenamento no estacionamento da SCLSW 301 do Sudoeste, com implantação de cilindros delimitadores; Análise de 55 demandas de Polos Geradores de Tráfego, com emissão de exigência ou Parecer de Anuência; Execução de contratos de sinalização horizontal, manutenção semaforica e fornecimento de energia; Implementação de sistema de controle dos contratos no geoprocessamento; Levantamento e cadastro georreferenciado de todos os equipamentos de fiscalização eletrônica; Levantamento e cadastro georreferenciado das faixas de pedestres existentes, com disponibilização no Geoportal/Segeth.

2. Criar e implementar o plano de educação no trânsito (DETRAN) (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)

2016

Com a finalidade de Reduzir os índices de acidentes com vítimas fatais em todo Distrito Federal, aperfeiçoando a educação para o trânsito, a fiscalização, a engenharia e o atendimento ao público, o Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN-DF implementou as seguintes realizações finalísticas:

A Educação de Trânsito realizou o acompanhamento, supervisão e fiscalização das atividades pedagógico administrativas desenvolvidas pelas Instituições de Ensino de Trânsito credenciadas pelo Detran-DF, totalizando 17 análises de projetos pedagógicos, 09 análises de credenciamento e 3.165 registros de certificados das IETs. (Instituições de Ensinos de Trânsito). Foram realizados cursos na área de trânsito, totalizando 378 turmas e atendendo a 4.655 alunos, realizou-se 843 coordenações pedagógicas, emitiu-se 28 segundas vias de certificados e reproduziu-se 339.872 materiais didáticos.

A Educação de Trânsito atendeu mais de 225 mil pessoas de forma direta no período de janeiro a dezembro, realizou 09 campanhas educativas atendendo a um público de 305.242 pessoas, 124 campanhas temáticas/comemorativas, 131 blitz educativas, 216 ações sociais, 105 ações do Projeto Detran nas Escolas e promoveu 24 eventos do tipo: congressos, seminários, feiras e workshops. Foram distribuídos 312.611 folders educativos e 418.579 brindes educativos. Foram atendidas 29.943 pessoas nas diversas palestras sobre segurança viária, legislação de trânsito, direção defensiva, primeiros socorros e relações interpessoais no trânsito.

Foram ainda formados 141 Agentes Mirins na Colônia de Férias do Detran-DF.

2017

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal – SSPDF entende que as ações a serem desenvolvidas para o alcance da Meta estão intrinsicamente vinculadas às atividades desenvolvidas pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN/DF. Pelo exposto, em momento oportuno, quando da atualização do Plano Plurianual 2016-2019, esta SSPDF solicitará a alteração do responsável pela meta.

No ano de 2017 houve:

- Estruturação de plataforma EAD para oferta de cursos em educação no trânsito; formação de 100 agentes mirins em educação no trânsito; Jogos Pedagógicos aplicados aos alunos das turmas do 2º período de Educação Infantil do DF; 100 Alunos da Rede Pública de Ensino formados em Educação no Trânsito (curso teórico);
- Realização do 1º Prêmio DETRAN-DF de Educação de Trânsito;
- Realização de Cursos, dos quais destacamos: Curso de Superação do Medo de Dirigir e Curso de Mecânica, Condução Defensiva para Motociclistas e Formação e Mobilidade e Trânsito (capacitando 2.700 educadores para atuarem ativamente no Programa DETRAN nas Escolas);
- O DETRAN - DF foi premiado pelo Observatório Nacional de segurança Viária, em São Paulo, pelas atividades de educação e fiscalização desenvolvidas no "Maio Amarelo";
- Campanhas educativas do DETRAN voltadas para o uso de celular ao volante, bebidas ao volante, entre outras (806 ações, público atingido 721.057 pessoas). No ano de 2017, o número de vítimas mortas reduziu 35% nas vias do DF comparado ao ano anterior. Dados mostram que, em 2017, foram registradas 255 mortes em acidentes de trânsito, contra 390 ocorridas em 2016. Sendo esta a menor redução desde o início da contabilização dos dados no ano de 1995. Em dezembro de 2017, o DF apresentou um índice de 8,4 mortos por 100 mil habitantes.

2018

A Diretoria de Educação de Trânsito com foco na criação de um ambiente favorável à implementação de uma cultura orientada para a cidadania, preservação e qualidade de vida, com valores e princípios éticos a serem disseminados por meio de ações educativas, realizou: Ampliação da oferta de vagas do Programa Detran/DF nas Escolas, com distribuição de kits de jogos educativos de educação para o trânsito, distribuição de livros didáticos da coleção Educa; Primeira turma experimental, com 20 alunos de escolas públicas, objetivando validação da nova proposta pedagógica para o curso teórico de obtenção da CNH, pautada no perfil desejado para condutores no trânsito do Distrito Federal. Os preceitos da metodologia estão vinculados à aprendizagem significativa e na compreensão da importância que o comportamento indispensável aos futuros condutores seja fixado para além das atitudes previsíveis e meramente mecânicas; Atendimento de 1.053.490 pessoas em mais de 1.000(mil) ações educativas - campanhas temáticas/comemorativas, seminários, cursos de atualização, capacitação de condutores e formação de professores e palestras sobre segurança viária, direção defensiva e legislação de trânsito.

3. Modernizar a perícia em acidentes de trânsito (PCDF) (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)

2016

Meta não atingida.

2017

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal entende que as ações a serem desenvolvidas para o alcance da Meta estão intrinsicamente vinculadas às atividades desenvolvidas pela Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF. Pelo exposto, em momento oportuno, quando da atualização do Plano Plurianual 2016-2019, esta SSPDF solicitará a alteração do responsável pela meta.

Ao longo do período 2016-2017 a PCDF realizou aquisição de 20 veículos (TrailBlazer) para uso nas atividades especiais e de perícia; utilização de 3 Pajeros e 6 Air Cross customizadas para uso da perícia criminal, com geladeira para transporte de vestígios; desenvolveu o software CriminalDroid utilizado nas perícias externas do Instituto de Criminalística, proporcionando a confecção de laudo semiautomático e fortalecimento do uso de drones nas perícias.

2018

Meta atingida. A Polícia Civil do Distrito Federal deu cumprimento a referida Meta por meio de investimentos em soluções de Informática que propiciaram o aprimoramento dos atendimentos de perícia de local de acidentes de trânsito. Os sistemas informatizados adotados pela Polícia Civil propiciaram a celeridade na prestação de serviço e otimização dos recursos de pessoas. A primeira alteração positiva consistiu em utilização de tablets, seguindo-se a disponibilização de laudos em meio eletrônico, reduzindo gastos com deslocamento do usuário de segurança pública e com a impressão de papel por parte da instituição policial. Cabe também ressaltar o uso de sistema de elaboração de laudos preliminares que atende, dentre outras equipes, à da Seção de Delitos de Trânsito – SDT/IC/PCDF.

Outra providência que ensejou melhorias na prestação de serviços ao público foi a disponibilização de agenda eletrônica para atendimento das perícias relacionadas a veículos.

O uso de drones também favorece registros de imagens relacionadas a acidentes de trânsito, impactando na celeridade e qualidade do serviço policial.

No que tange a capacitação profissional dos peritos criminais para o atendimento em local de acidentes de trânsito, cite-se a participação de servidores no Simpósio Anual em Segurança no Trânsito (Symposium on Traffic Safety), no Curso de Noções de Abordagem Policial, no Simpósio de Segurança de Trânsito realizado em Orlando –EUA e na Feira de Equipamentos de Segurança – LAAD Security, sediada em São Paulo.

Esta meta encontrava-se sob a responsabilidade da Secretaria de Segurança Pública até o primeiro semestre de 2018. Por esta razão, a PCDF realiza estudos a fim de aperfeiçoar o método de aferição dos resultados.

4. Implantação do projeto Detran nas Escolas (DETRAN);

2016

O Projeto foi implantado parcialmente, sendo assinado o acordo de cooperação entre o DETRAN e a Secretaria de Educação do DF em dezembro de 2015. Porém, em relação à capacitação de 750 professores inscritos no programa, informa-se que o Curso de Educação para o Trânsito, que abarca a Educação Infantil e o Ensino Fundamental teve adesão inicial de 804 professores. Contudo, a capacitação não aconteceu já que o processo de parceria com a UNESCO ficou na Casa Civil devido a uma certidão positiva trabalhista, considerando que a UNESCO é organismo internacional, estando assim impossibilitada de fornecer a certidão em questão. Com relação ao número de adesões, foi feita uma análise e identificado que o número provável de inscrições na capacitação será de 457 professores. Considerando esta informação, é possível a abertura de mais 273 vagas para que se chegue ao número de 750 capacitações.

2017

O Projeto foi implantado, sendo assinado o acordo de cooperação entre o Detran-DF e a Secretaria de Educação do DF em dezembro de 2015. No ano de 2016, ocorreu a capacitação de 18 professores para o desenvolvimento da formação inicial de condutores. Ainda em 2016, iniciou-se a formação inicial teórica para condutor, sendo realizada em 5 (cinco) escolas de Ensino Médio, tendo ao final do processo, em 2017, certificado 608 estudantes de Ensino Médio. No ano de 2017, teve início a formação dos professores em Educação para o Trânsito. No I Ciclo de Formação em Mobilidade e Trânsito, entre setembro à dezembro de 2017, foram realizadas 9 (nove) palestras, 25(vinte cinco) oficinas regionalizadas e 3(três) cursos de Formação em Mobilidade e Trânsito, na modalidade Educação a Distância. Participaram das palestras e oficinas, em torno de 1.700 (Hum mil e setecentos) educadores. Nos cursos de formação inscreveram-se um total de 533 (quinhentos e trinta e três) professores, sendo que destes, 316(trezentos e dezesseis) acessaram o Ambiente Virtual de Aprendizagem, confirmando suas matrículas e sendo certificados 122 (cento e vinte e dois) professores. Para o ano de 2018, a continuidade da capacitação oferecerá 2.000 vagas, já estando inscritos para os cursos do II Ciclo de Formação em Mobilidade e Trânsito, 752 (setecentos e cinquenta

e dois) professores, a serem desenvolvidos no 1º semestre de 2018. Até maio de 2018, serão entregues 760 kits dos Jogos Educativos de Educação de Trânsito para a Educação Infantil. Um conjunto de 6(seis) jogos, produzidos em parceria com a SEDF, voltados para crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos. Está em fase de editoração os livros didáticos, pertencentes a coleção “Educa”, disponibilizado pelo ONSV e, aprovado pelo Contran, para o 4º e 5º anos do Ensino Fundamental. No primeiro semestre de 2018 serão disponibilizados, aos professores que participarem da capacitação, cerca de 24.000 livros didáticos de apoio, para o trabalho em sala de aula.

2018

No intuito de cumprir a meta o Detran, deu continuidade ao Projeto para a formação dos professores em Educação para o Trânsito; Nos II e III Ciclos de Formação em Mobilidade e Trânsito em 2018 foi ampliada a oferta, contemplando 1.268 professores da SEDF, que participaram dos cursos na modalidade Educação a Distância (Ead). Foram distribuídos e entregues 840 kits dos Jogos Educativos de Educação de Trânsito para a Educação Infantil, que contém um conjunto de 6 (seis) jogos, produzidos em parceria com a SEDF, voltados para crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos; Produção de livros didáticos, pertencentes à coleção Educa, disponibilizado pelo ONSV e aprovado pelo Contran, para o 4º e 5º anos do Ensino Fundamental.

5. Ampliação das ações educativas em Campanhas Educativas de Trânsito (DETRAN);

2016

As ações foram de fato ampliadas, e atendidas, no ano de 2016, 499.104 pessoas, em 600 ações durante o ano, em comparação com 2015, em que 103.056 pessoas foram atendidas num total de 165 ações. Isso foi possível devido à Ata de Registro de Preço firmada com uma Agência de Eventos.

2017

As ações foram de fato ampliadas, e atendidas no ano de 2017 o quantitativo de 727.465 pessoas, em 826 ações durante o ano, em comparação com 2015, em que 103.056 pessoas foram atendidas num total de 165 ações. E, em 2016, que foram realizadas 600 ações, com atendimento a 499.104 pessoas. O Detran-DF foi premiado pelo Observatório Nacional de segurança Viária, em São Paulo pelas atividades de educação e fiscalização desenvolvidas no "Maio Amarelo".

2018

As ações desenvolvidas nas Campanhas Educativas de Trânsito de 2018, comparadas ao ano de 2017, foram da mesma proporção, porém o público atingido por essas campanhas aumentou expressivamente, passando de 727.645 em 2017 para 1.023.390, sendo 295.745 a mais que obtiveram uma Educação de Trânsito; Grande parte deste aumento se deu em virtude de produtos obtidos por meio de Cooperações Técnicas a nível internacional – UNESCO, que elevaram sensivelmente a qualidade das ações - resultou na entrega de jogos educativos de trânsito, campanhas virtuais de trânsito, que foram de grande aceitação e extrema amplitude de público.

6. Implantar um Centro Interativo de Educação no Trânsito – CIET (DETRAN)(Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)

2016

Esta meta, além de constar do PPA, deu origem a um projeto estratégico para execução no biênio 2017-2019, também compondo o acordo de resultados.

2017

A proposta é de implantar um Centro Interativo de Educação de Trânsito - CIET, em substituição a uma Academia, tendo em vista as seguintes razões:

- a) a proposta de CIET tem como objetivo atender o público de Brasília de forma inovadora, interativa e experimental sobre temas de segurança de trânsito, mobilidade urbana e sustentabilidade, conforme preconiza o inciso quinto do artigo 1º do CTB.
- b) Brasília carece de um espaço como este, tendo tão somente uma cidade mirim (DER); O Detran-DF ao longo dos seus 51 anos não dispõe de nenhum espaço educativo para abordar de forma experimental e interativa, por exemplo, fatores de risco no trânsito.
- c) No mundo, existem poucos espaços como o que se propõe ser o CIET. Brasília é uma cidade inovadora e tem todas as condições de sediar um projeto como este por meio do Detran-DF, despontando no Brasil e, talvez, no mundo como uma referência.

- d) A ideia anterior, de academia, atende a público específico, em geral servidores públicos. Vide as Academias das corporações da SSP-DF, por exemplo. Já o CIET se propõe ser um espaço aberto ao público, com visitas frequentes de escolares e grupos de universitários, além de despontar como um possível local de grande visitação de turistas.
- e) O Detran-DF tem condições de fazer um projeto que deixará para a cidade um legado jamais visto no Brasil, despontando como referência no cenário da educação de trânsito. Vale destacar que o CIET será um espaço privilegiado de formação e complementará as atividades do Programa Detran-DF nas Escolas, fortalecendo-o. Por esta razão, altera-se o nome desta meta para CIET, superando a concepção anterior de Academia.

O processo de solicitação do terreno para a construção do CIET foi encaminhado à SEDF, que aprovou a cedência. No entanto, a TERRACAP é a proprietária atual do terreno. No momento, está sendo negociada, na Casa Civil do GDF, uma Lei que possa ceder o terreno em definitivo para a SSPPS, com vista ao uso pelo Detran-DF.

No entanto, existem tratativas para o CIET seja implantado, temporariamente, em um prédio a ser alugado pelo Detran-DF. Desta forma espera-se que ainda em 2018, tenhamos o CIET em funcionamento.

2018

Em 2018 foi possível concluir a fase de projetos, de implantação do Centro Interativo de Educação de Trânsito – CIET, correspondente a 40%. A continuidade do projeto e alteração de meta, entretanto, será disposta no PPA 2020-2023, e nos demais instrumentos de planejamento. Inicialmente previsto para entrar em funcionamento em 2018, há que se refazer a previsão, dada a grandeza do empreendimento, que não pode ser concluído em menos de cinco anos.

7. Implantação da plataforma de Ensino à Distância (DETRAN);

2016

A plataforma EaD não pode ser implantada em 2016, sendo transferida para o Acordo de Resultados do ano de 2017, bem como o Planejamento Estratégico do Detran para o biênio 2017-2019. Um dos problemas apontados pela gestão à época foi que devido à morosidade da tramitação nos diversos setores deste DETRAN, a pesquisa de preço foi comprometida.

2017

A plataforma EaD foi implantada em setembro/2017, neste ano, foram ofertados 7 (sete) cursos, com um total de 631(seiscentos e trinta e um) inscritos. A oferta foi de 03 (três) cursos para professores da SEDF e 4 (quatro) cursos para professores da EPT e profissionais do Detran-DF, PCDF, PMDF e BMDF. Para o ano de 2018 está prevista a abertura de 5.200 vagas, em diversos cursos, para professores da SEDF, profissionais do Detran-DF, PCDF, PMDF, BMDF, DER e PRF.

2018

Modalidade de ensino à distância foi iniciada em agosto de 2017. As primeiras turmas buscaram atender ao Projeto Detran/DF nas Escolas e sua implantação mediante a assinatura de Acordo de Cooperação Internacional com a Unesco. O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) utiliza o Moodle (Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment), plataforma online e gratuita, que foi configurado para as necessidades da Escola Pública de Trânsito. O sistema de gerenciamento de aprendizado oferece a possibilidade de disponibilizar capacitações ou apenas materiais didáticos, dentre outros recursos ideais para realizar avaliações, propor discussões e demais interações entre os alunos.

8. Implantação de nova sistemática para o serviço de sinalização estratigráfica (DETRAN);

2016

O DETRAN/DF, por meio da fábrica de software contratada, está desenvolvendo o Sistema de Sinalização Horizontal para o Núcleo de Geoprocessamento da Diretoria de Engenharia. Atualmente a primeira etapa do sistema está em fase de testes. Houve um atraso que já era esperado pela complexidade das funcionalidades do sistema, mas que não comprometeu a entrega. Teremos, também, uma fase adaptativa para as empresas contratadas especializadas em sinalização horizontal e para os executores do contrato no tocante à emissão das Ordens de Serviços. Podemos mensurar que 60% da proposta já foi alcançada. Não obstante, apesar do sistema já está bastante adiantado, trata-se da primeira etapa de 02, ou seja, falta o desenvolvimento de mais uma etapa, que corresponderá à elaboração dos painéis e mapas gráficos de sinalização horizontal, onde a sociedade brasileira poderá acompanhar, de forma transparente, intuitiva e objetiva, o processo de sinalização.

2017

O Detran-DF, por meio da fábrica de software contratada, desenvolveu o Sistema de Sinalização Horizontal para o Núcleo de Geoprocessamento – Nugeo da Diretoria de Engenharia de Trânsito - Diren. Atualmente a primeira etapa do sistema foi totalmente implantada com êxito e está sendo utilizado pelos executores e pelas empresas contratadas, possibilitando uma melhor gestão e controle dos serviços executados até o controle e emissão da ordem de pagamento. A segunda etapa do sistema está sendo desenvolvida, que será o aperfeiçoamento da gestão do contrato. Pode-se mensurar que 75% da proposta já foi alcançada.

2018

Por meio da fábrica de software contratada, houve evolução do Sistema de Sinalização Horizontal – SISTRAN. Implantado georreferenciamento dos serviços de sinalizações revitalizadas e das novas sinalizações implantadas com possibilidade de disponibilização das sinalizações espacialmente ao cidadão, seja por meio do portal do Detran/DF, GeoPortal-DF ou outros meios que solicitarem. Além disso, foram catalogadas e georreferenciadas todas as faixas de pedestres sob jurisdição da Autarquia. A catalogação e codificação das faixas de pedestres por RA (Região Administrativa) permite ter controle efetivo de revitalização e manutenção.

9. Licenciamento 75% da frota anual do DF (DETRAN) (Item alterado, conforme Lei nº 6061/2017 e Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)

2016

- Alocação do efetivo em locais estratégicos para melhor desenvolvimento das atividades de fiscalização da frota de veículos;
- Utilização de monitoramento da frota via sistema de identificação de veículos presente nos equipamentos adquiridos pela Autarquia;
- Aumento de efetivo nas missões diurnas para a melhoria das atividades de fiscalização nos horários com maior fluxo de veículos;

2017

No início do ano foram alteradas escalas de serviço dos Agentes de Trânsito de forma a proporcionar um melhor atendimento às demandas de fiscalização. Sobretudo, para melhorar o atendimento nos locais e nos horários de maior necessidade. Contudo, mesmo com a adequação do efetivo, a frota de veículos licenciados não teve um grande aumento por se tratar de um ano notadamente de crise financeira. Os números de veículos licenciados de 2016 e 2017 mantiveram-se próximos.

2018

A meta buscada não foi atingida, pelo contrário houve redução em relação ao ano anterior em 3(três) pontos, em boa parte, pelas dificuldades econômicas vivenciadas pela população do Distrito Federal, face à conjuntura política e econômica que passa o País. Contudo, visando mitigar tais problemas, novas ações foram buscadas como a implementação de parcelamento de débitos por meio de cartão de crédito, mediante credenciamento de empresas, o que proporcionaria maior adimplemento dos proprietários de veículos; por outro lado o Detran intensificou as ações integradas temáticas, com outros órgãos, a exemplo da Lei Seca, Athena, pontos para a vida, entre outras, porém não refletindo, o resultado da meta.

10. Ampliar a inspeção veicular em 12% da frota de veículos do Distrito Federal (DETRAN);

2016

- Aumento do efetivo nos postos de vistoria com acréscimo de agendamentos e, por consequência, aumento na quantidade de inspeção;
- Melhoria e padronização dos procedimentos de inspeção veicular, diminuindo o tempo de espera e o intervalo entre as inspeções;
- Melhoria da tecnologia empregada nas inspeções para ampliar o atendimento e aumentar o número de inspeções realizadas nos postos.

2017

Não foi possível aumentar a inspeção veicular, conforme a previsão do PPA, em razão da falta de computadores para a Gerência de Inspeção Veicular. As máquinas só chegaram ao fim do ano, logo espera-se uma melhoria nas metas para o ano de 2018.

2018

Não houve aumento de postos de vistorias devido à redução do número de servidores na Autarquia; porém aumentou-se o número de computadores para as áreas de vistoria e melhora na distribuição dos vistoriadores, para melhorar o atendimento nos postos de maior demanda.

11. Ampliar o serviço de vistoria em 30% (DETRAN);

2016

As vistorias e as inspeções são realizadas nos mesmos postos. Portanto, seguem os mesmos planos de metas.

Adequação do efetivo de vistoriadores em locais de maior demanda. Principalmente nos postos do Setor de Cargas, Shopping Popular e Taguatinga;

Aumento do efetivo nos postos de vistoria com acréscimo de agendamentos e, por consequência, aumento na quantidade de inspeção;

Melhoria e padronização dos procedimentos de vistoria veicular, diminuindo o tempo de espera e o intervalo entre as inspeções;

Melhoria da tecnologia empregada nas vistorias para ampliar o atendimento e aumentar o número de vistorias realizadas nos postos.

2017

Com a melhoria na gestão do pessoal de vistoria, a criação do sistema de agendamento e a chegada dos computadores no último trimestre do ano, foi possível ampliar em 11% a quantidade de vistorias em relação a 2016 e de 17% em relação a 2015. Números expressivos se forem levados em consideração a redução de servidores em razão de aposentadorias e outras vacâncias.

2018

Mesmo com a redução de efetivo, a gestão do efetivo permitiu um acréscimo de mais de 22 mil vistorias, em relação ao ano de 2017. Vale ressaltar que o Detran/DF passou por um período de quase um mês de greve, com grandes prejuízos para o serviço de vistoria. Esse resultado só foi possível com gestão na distribuição dos vistoriadores, pela melhor adequação do efetivo e com aumento do número de equipamentos.

12. Ampliar os serviços oferecidos no sítio do Detran/DF (DETRAN);

2016

Em 2016 foi implementado a 1ª fase do pré-atendimento de serviços de veículo com vistoria. Os resultados começaram a aparecer com a diminuição de retornos ao atendimento e redução do tempo de espera, apesar do crescimento da demanda. Também foi concluída a fase de mapeamento da implementação de serviços online por meio do planejamento estratégico. O processo de cadastramento/habilitação dos usuários foi definido. Também se definiu a relação dos serviços que deverão ser entregues em cada etapa. Apresentou-se o projeto para a prestadora de serviços. Esta, por sua vez, já iniciou a análise do projeto. A meta para 2017 é começar a cadastrar os usuários e disponibilizar inicialmente 04 serviços online.

2017

O Portal de Serviços Online foi desenvolvido e encontra-se em fase de testes. Será disponibilizado no sítio do Detran-DF após o início do cadastramento biométrico, que deve ocorrer até o fim de 2018. O acesso à plataforma será criado no momento do cadastramento biométrico e a ferramenta contará, inicialmente, com 4(quatro) serviços. Outros serviços serão incluídos gradativamente.

Está sendo desenvolvido o agendamento de atendimento médico do Detran-DF no sítio, que também dependerá do início do projeto da biometria, pois esta modificará toda a forma de identificação de usuários. Por meio desse sistema será possível, inicialmente, agendar 2(dois) serviços. A intenção é continuar aumentando essa oferta.

O agendamento de prova teórica no sítio está sendo ajustado para se adequar ao projeto da biometria. Este módulo também deverá entrar juntamente com o cadastro biométrico.

2018

O Detran/DF vem gradativamente incluindo serviços em seu sítio e/ou outros meios tecnológicos; No entanto, em 2018 não foi possível a inclusão de alguns serviços por falta de mecanismo de segurança no acesso à função, a qual exige a identificação do cidadão por influírem diretamente na propriedade de veículos e/ou acesso a dados restritos do cidadão. Porém, para ampliar o acesso do cidadão, iniciou-se o procedimento de identificação biométrica, cadastro de e-mails e telefone celular, o que permitirá o contato com o cidadão para controle de senha e consequentemente permitir o acesso a uma quantidade maior de serviços.

13. Abrir unidades de atendimento presencial (DETRAN);

2016

O projeto está sendo revisto. A proposta agora é concentrar esforços para oferecer serviços online, que é uma tendência mundial para proporcionar facilidade, agilidade, e satisfação, aliados à segurança.

2017

Projeto parado. Os esforços têm sido no sentido de ofertar serviços por meio digital, proporcionando comodidade, agilidade e segurança ao usuário dos serviços do Detran-DF. Essa medida irá desafogar os atendimentos presenciais existentes hoje, possibilitando a otimização dos serviços prestados nas unidades.

2018

Atualmente, o órgão vem expandindo os serviços online, tendência mundial do seguimento da informatização, desafogando assim o atendimento presencial.

14. Reformar, ampliar e construir em seis unidades de atendimento (DETRAN);

2016

Em 2016 foram realizadas as seguintes obras nas unidades de atendimento: Reforma/adequação do Auditório do Edifício Sede Detran (Plano Piloto); Reforma/ampliação na Unidade de Atendimento do Detran Gama - Copol Sul; Reforma/adequação dos Edifícios: Sede Detran (acessibilidade), Unidade de Atendimento no Shopping Popular e DVA 1 (Plano Piloto).

2017

Não foram realizadas obras de reforma, ampliação e construção em virtude do encerramento de contrato e não houve tempo hábil para celebração de um novo certame.

2018

Foram realizadas ampliações e melhorias na infraestrutura da unidade da Copol Oeste (Taguatinga).

15. Construir unidade de atendimento em Samambaia. (DETRAN);

2016

Ainda não houve formalização da posse do terreno pelo Detran/DF. Há previsão de construção para os anos de 2018/2019.

2017

Foi solicitada a exclusão desta meta por meio do Ofício n.º 890 de 06 de julho de 2017, encaminhado à Suplan/Sefp, considerando às necessidades desta Autarquia e em conformidade com o Planejamento Estratégico do Detran-DF.

2018

Não há até a presente data formalização de posse de terreno ao DETRAN/DF, o que houve foi uma proposta de uso de espaço no Shopping da Samambaia.

16. Diminuir anualmente em 20 segundos o tempo médio decorrido entre o recebimento da ocorrência por parte do CBMDF e a disponibilização do socorro no local do evento, para as ocorrências do tipo de acidente automobilístico (CBMDF);

2016

A busca pela diminuição do tempo utilizado para iniciar o atendimento é maior ainda quando se trata dos acidentes de trânsito. Por padrão internacional, entende-se que o ideal é que o primeiro socorro alcance uma ocorrência dessa natureza em oito minutos. No entanto, muitos são os fatores que interferem no alcance deste índice, tais como o dia, o local, a hora ou se acontecem outros sinistros simultaneamente. Iniciativa como a Operação “Avançar o Socorro” faz com que as equipes de serviço adiantem as viaturas e suas guarnições para locais com maior histórico de acidentes, promovendo não apenas o pronto-atendimento, mas também a conscientização e o alerta de perigo, ao permanecerem os veículos sinalizados e com luzes de emergência acionadas indicando o aumento da atenção.

Para diminuir esse tempo-resposta, procura-se também ampliar a rede de atendimento com a construção de quartéis e aquisição de viaturas e equipamentos. Em que pese o momento econômico atual, o objetivo é que cada região administrativa tenha seu quartel, ou mesmo instalações próximas que as alcancem prontamente. Outro fator que interfere diretamente nesse atendimento é a redução do efetivo dado o alcance do tempo de serviço para a inatividade, as perdas naturais de militares, e principalmente a falta de reposição do efetivo por meio de concurso público. Ressalte-se que a diferença entre o efetivo fixado em lei e a força de trabalho disponível atualmente é da ordem de 43%. Esse quantitativo não acompanha o aumento da população do DF e a criação de novos polos habitacionais.

2017

Devido às mudanças efetuadas no Sistema de Atendimento de Ocorrências do CBMDF na SSP para o ano de 2017, e conforme reuniões que estão sendo estabelecidas para solucionar os problemas decorridos dessas mudanças (incompatibilidade da replicação dos dados da SSP para o CBMDF), as informações relacionadas ao atendimento não poderão ser fornecidas, até que as informações replicadas sejam validadas.

2018

Espera-se alcançar essa Meta com a criação de aplicativos para que os comandantes de socorro possam acompanhar/complementar a ocorrência por meio de smartphones e/ou dispositivos embarcados, como tablets. Esses aplicativos devem auxiliar as guarnições na localização da ocorrência, diminuindo o Tempo Resposta.

Estudos para elaboração de projeto para aquisição de 20 Unidades de Resgate – UR, aumentando a capacidade de atendimento de ocorrências do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF). Com isso, devem-se diminuir os grandes deslocamentos, quando viaturas são deslocadas para atender ocorrências em áreas de outras OBMs que não possuam viaturas de atendimento pré-hospitalar no momento.

Distribuição de mais 09 viaturas ABSL, que são viaturas leves e rápidas, permitindo um atendimento mais ágil das ocorrências.

A forma de calcular o indicador sofreu alteração, devido às mudanças que ocorreram no Despacho das Ocorrências. Antes o tempo ocorrido entre o recebimento da chamada no CIADE e o encaminhamento da mesma para a mesa da CECOM no GBM fazia parte de outro indicador. Doravante, com a descentralização do Despacho, esse tempo fica incluído nesse indicador, pois não faz mais sentido separá-los. Assim, não faz sentido comparar os resultados do indicador a partir de 2018 com a série histórica.

17. Reduzir os índices de acidentes de trânsito a níveis desejáveis para uma convivência harmônica e pacífica de toda a sociedade brasileira; (PMDF)

2016

O índice de 2016 refere-se à quantidade de mortes em acidentes de trânsito e diz respeito a informações de novembro de 2016 até março de 2017, onde houve uma redução de 23 mortes em acidentes de trânsito para 11 mortes – Informações coletadas junto ao Batalhão de Trânsito.

Os índices de acidentes de trânsito tiveram uma redução, devido a várias ações da PMDF que intensificaram o policiamento e a fiscalização de trânsito. Só no ano de 2016, tem-se os seguintes números: 206.645 autuações de trânsito e 8.217 notificações por embriagues ao volante.

2017

No ano de 2017 houve uma redução de 21% no número de mortes e de acidentes de trânsito com vítimas. Esse índice é resultado do aumento do número de operações. Os casos de alcoolemia - uso do veículo após o consumo de álcool - aumentaram em 101%. Isto se deve, preponderantemente, ao aumento da operação álcool zero, que sai de 2.305 operações em 2016 para 3.580 operações, refletindo diretamente no resultado alcançado. Ressalta-se ainda o combate ao transporte irregular de passageiros – em 2017 foram 5.592 casos, um aumento de 71% em relação ao ano anterior.

2018

No ano de 2018 houve muitas ações visando reduzir os acidentes de trânsito a níveis desejáveis. Esse índice é resultado do aumento do número de operações. Quanto aos casos de alcoolemia - uso do veículo após o consumo de álcool - foram notificadas 17.685 pessoas, não havendo variação percentual em relação à quantidade de notificações aplicadas em 2017. Outros resultados obtidos: notificações por uso de celular: 53.374; notificações por falta de uso do cinto de segurança: 38.871; e transporte pirata: 7.211. Assim estes índices impactaram diretamente a redução nos acidentes de trânsito de uma forma geral, o que gerou paz no trânsito e uma qualidade de vida melhor para a sociedade tornando as relações pedestre veículo mais sociável.

18. Atender uma média de 70.000 pessoas a cada ano pelo Teatro Rodovia. (PMDF)

2016

A meta não foi alcançada, visto que 70.000 pessoas é um número elevado, além do mais, a PMDF possui a necessidade de completar seu quadro de servidores. A previsão é de 18.000 policiais, porém o ano de 2016 encerrou-se com menos de 12.000.

2017

A meta não foi alcançada e deverá ser revista. A PMDF necessita recompor seu quadro de servidores.

2018

No ano de 2018 foram atendidas 26.755 pessoas pelo Teatro Rodovia, número que se encontra acima da média do que foi executado nos anos anteriores como já exposto, este índice impacta direta a prevenção primária ao crime e a violência.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1597	TEMPO RESPOSTA DO CBMDF PARA ACIDENTES DE TRÂNSITO (Indicador excluído, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	MINUTO			8:00	8:58	7:40	-	7:20		7:00	SeGeo/ CBMDF / UO 24104 / OE 4
1598	PROPORÇÃO DE MORTOS POR 10.000 VEÍCULOS NAS VIAS URBANAS DO DF (Indicador alterado, conforme lei de revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	PROPORÇÃO	0,90	31/12/2014	0,85	0,88	0,80	0,52	0,75	0,50	0,70	GEREST/ DETRAN / UO 24201 / OE 4
1599	ABRANGÊNCIA DAS CAMPANHAS EDUCATIVAS - ACE	%			10	10	15	24	20	34,48	25	DIREUC/ DETRAN / UO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
												24201 / OE 4
1600	SATISFAÇÃO DO USUÁRIO (1 A 5)	NOTA			4,5	4,4	4,5	3,9	4,5	3,5	4,5	DIRCONV/ DETRAN / UO 24201 /OE 4
1620	SATISFAÇÃO DO USUÁRIO (1 A 5)	NOTA			4,5	4,4	4,5	3,9	4,5	3,5	4,5	DIRCONV/ DETRAN / UO 24201 /OE 6
1736	PRAZO DE AGENDAMENTO DE VISTORIA VEICULAR (<i>Indicador incluído, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17</i>)	DIA	7	31/12/2016	-	-	4	9,4	4	9,6	3	DIRPOI/GERINSP/ 24201/OE 4
1737	TEMPO MÉDIO DE ESPERA NO ATENDIMENTO DO DETRAN/DF (<i>Indicador incluído, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17</i>)	MINUTO	30	31/05/2017	-	-	25	31	23	69	20	DIRCONV/CGATE/ 24201/OE 4

Justificativas 2016

Indicador1598 - O índice foi alcançado em razão da intensificação das campanhas educativas de trânsito, do planejamento das ações da engenharia de trânsito e das ações de policiamento e fiscalização de trânsito.

Indicador1599 - O índice foi alcançado em virtude da veiculação sistemática de campanhas educativas nos diversos meios de comunicação.

Indicador1600 - O índice alcançado é justificado mediante a reformulação tecnológica e treinamento de mão de obra implementada no callcenter, tornando o atendimento mais rápido e Dinâmico e consequentemente, agradando os usuários.

Justificativas 2017

Indicador1598 - O índice foi alcançado em razão da intensificação das campanhas educativas de trânsito com ampla divulgação nas maiores mídias, do planejamento das ações da engenharia de trânsito e das ações de policiamento e fiscalização de trânsito.

Indicador1599 - O índice de 2017 foi superado em virtude da intensificação e da veiculação sistemática de campanhas educativas nos diversos meios de comunicação de massa e ações nas escolas e em diversos pontos do DF.

Indicador 1600 - A metodologia deste indicador foi modificada em virtude da realização de pesquisa de satisfação que aconteceu em 2016 e, em 2017, quando foi calculada a nota média de satisfação do usuário do Detran/DF. Em 2016, a nota média foi de 3,81. O ano de 2017 apresentou uma melhora de 0,9 pontos.

Indicador 1620 - A metodologia deste indicador foi modificada em virtude da realização de pesquisa de satisfação que aconteceu em 2016 e, em 2017, quando foi calculada a nota média de satisfação do usuário do Detran/DF. Em 2016, a nota média foi de 3,81. O ano de 2017 apresentou uma melhora de 0,9 pontos.

Indicador 1736 - O sistema do Detran/DF, por motivos técnicos, ficou sem agendamento da vistoria por 13 dias consecutivos no início de julho, o que ocasionou uma demanda reprimida associada ao aumento sazonal da procura por esse serviço própria dos meses de novembro e dezembro refletindo, desta forma, no indicador.

Indicador 1737 - A devolução, em 2017, de 27 servidores do SLU que prestavam serviço nas unidades de atendimento presenciais do Detran/DF foi determinante para o aumento no tempo de espera dos usuários refletindo, desta forma, no indicador.

Justificativas 2018

Indicador 1598 O índice foi superado em razão da intensificação das campanhas educativas de trânsito, do planejamento das ações da engenharia de trânsito e da ações de policiamento e fiscalização de trânsito.

Indicador 1599 O índice foi superado em virtude da veiculação sistemática de campanhas educativas nos diversos meios de comunicação, sendo realizadas campanhas para um público alvo de 1.025.604, considerada a população do DF de 2.974.703 (Fonte: IBGE)

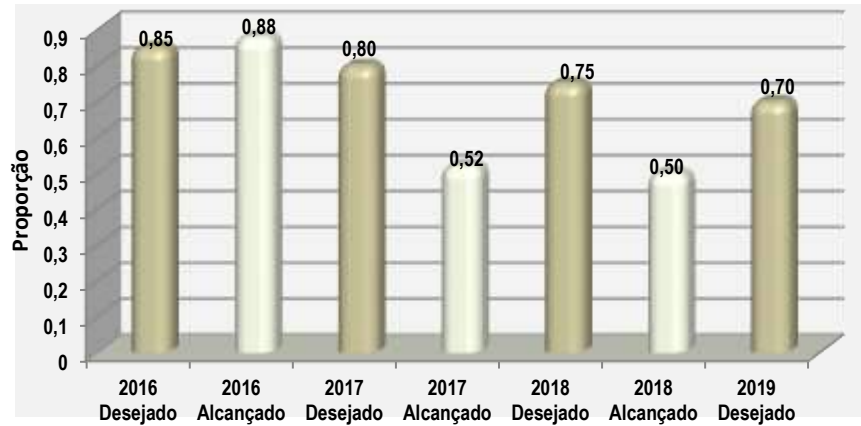
Indicador 1600 A nota apurada, menor que a dos anos anteriores, se deve em parte em virtude de o aumento expressivo da demanda (220 mil atendimentos) mais que em 2017), o que gerou aumento no tempo de espera, cuja avaliação da nota caiu de 3,1 para 2.7.

Indicador 1620 A nota apurada, menor que a dos anos anteriores, se deve em parte em virtude de o aumento expressivo da demanda (220 mil atendimentos) mais que em 2017), o que gerou aumento no tempo de espera, cuja avaliação da nota caiu de 3,1 para 2.7.

Indicador 1736 A meta não foi alcança, visto que houve mudança no sistema informatizado o que dificultou o agendamento da vistoria por parte do usuário, bem como, redução do quadro de vistoriadores por motivos diversos, entre eles o de aposentadoria.

Indicador 1737 A nota apurada, menor que a dos anos anteriores, se deve em parte em virtude de o aumento expressivo do tempo de espera se deve especialmente a três fatores:1) Aumento da demanda (220 mil atendimentos) mais que em 2017), 2) Redução de servidores, que eram requisitados e que foram devolvidos e 3) Da dificuldade encontrada em utilizar o sítio do Detran, pelos os usuários.

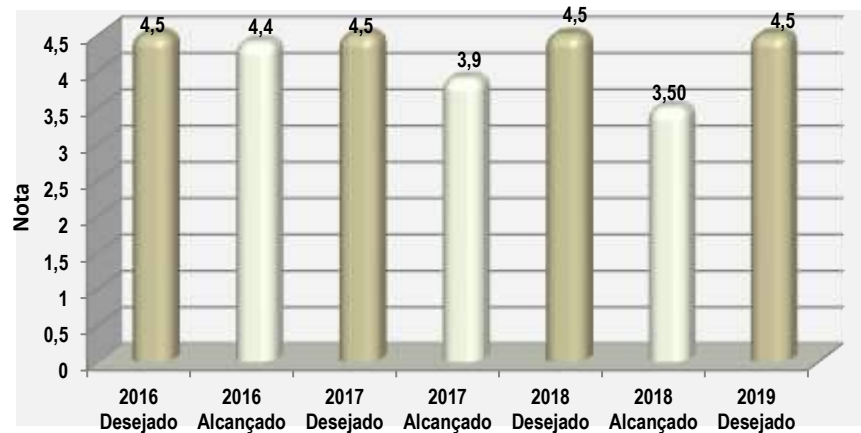
PROPORÇÃO DE MORTOS POR 10.000 VEÍCULOS NAS VIAS URBANAS DO DF



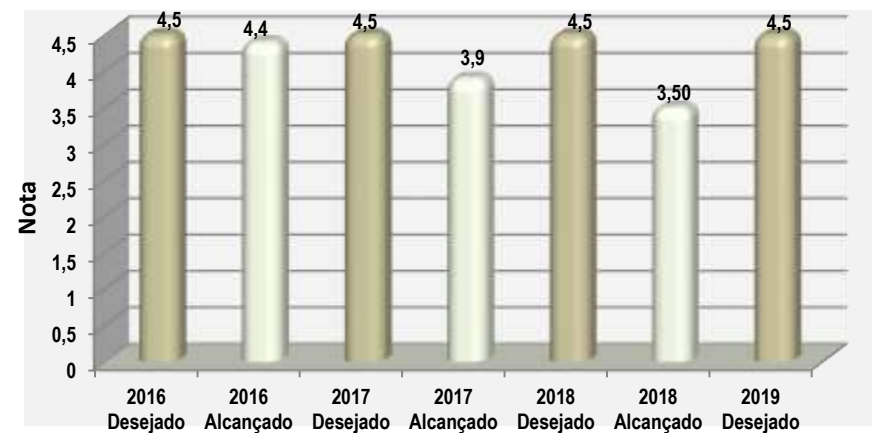
ABRANGÊNCIA DAS CAMPANHAS EDUCATIVAS - ACE



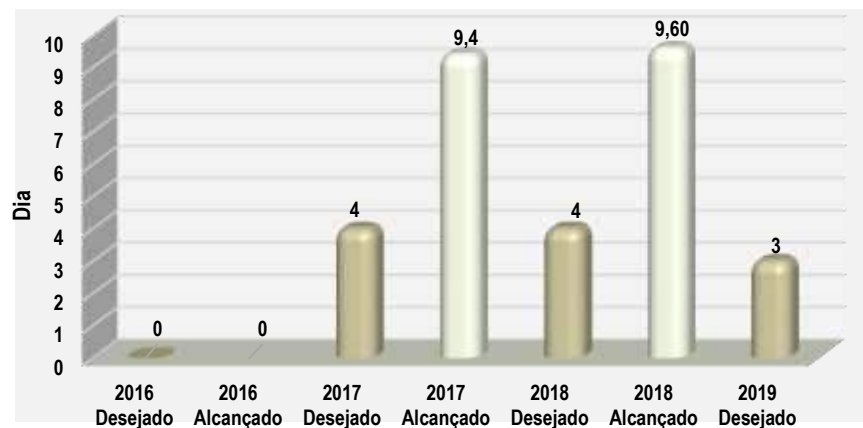
SATISFAÇÃO DO USUÁRIO (1 A 5)



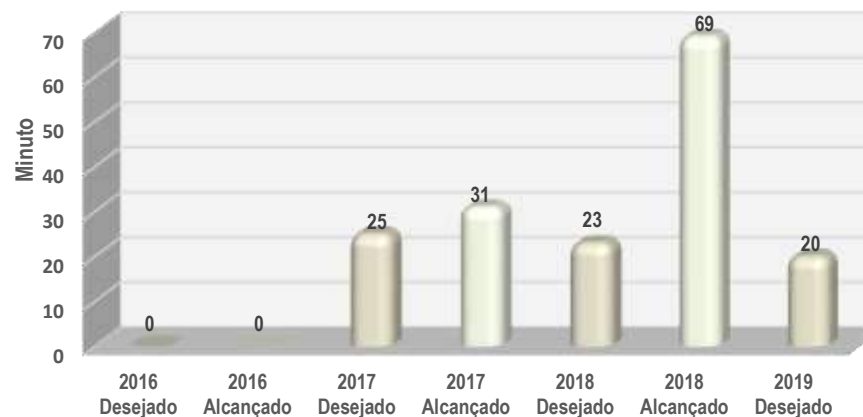
SATISFAÇÃO DO USUÁRIO (1 A 5)



PRAZO DE AGENDAMENTO DE VISTORIA VEICULAR



TEMPO MÉDIO DE ESPERA NO ATENDIMENTO DE DETRAN/DF



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6217	4	1	Funcionamento da Câmara Técnica de Paz no Trânsito; (SSP)	24101	0	<p>2016 Ação não implementada.</p> <p>2017 Ação não implementada.</p> <p>2018 Ação não implementada.</p>
6217	4	2	Elaboração de projeto de atuação da educação para o trânsito; (DETRAN)	24201	90	<p>2016 Houve um grande aumento nas ações educativas nas escolas, porém, muitas ações estavam planejadas junto à UNESCO, que restou prejudicada, pois o processo de parceria ficou na Casa Civil devido a uma certidão positiva trabalhista, considerando que a UNESCO é organismo internacional, estando assim impossibilitada de fornecer a certidão em questão.</p> <p>2017 Houve um aumento importante de ações educativas, o início do Acordo de Cooperação Internacional com a Unesco, permitiu o complemento das atividades planejadas para o período.</p> <p>2018 As ações educativas foram ampliadas, sendo ofertadas mais vagas aos profissionais de magistério por meio do programa Detran nas Escolas. Implantou-se a primeira turma experimental para curso teórico de obtenção da CNH para alunos da rede pública de ensino do Distrito Federal, como mais uma ação da reformulação pedagógica, e ampliou-se o número de pessoas atendidas pelas ações educativas nas campanhas, palestras e seminários. O acordo Internacional com a Unesco possibilitou a divulgação de práticas internacionais eficientes para a cultura de paz no trânsito.</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6217	4	3	Definição de política de atuação da fiscalização do DETRAN/DF; (DETRAN)	24201	92	<p>2016</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fiscalização constante em locais de acidentes com vítimas, para a redução de vítimas no trânsito; - Mapeamento as áreas com maiores retenções nas vias urbanas para planejamento e execução de ações de mobilidade e controle de tráfego com o objetivo de melhorar a fluidez das vias; - Adequação do efetivo nas regiões com maiores demandas de violência no trânsito e cometimento de infrações que geram riscos à segurança viária. - Desenvolvimento e ampliação das Unidades de Motociclistas, Logística Operacional e Aérea com o objetivo de melhorar a fiscalização, além das ações de mobilidade e fluidez nas vias; <p>2017</p> <ul style="list-style-type: none"> - Intensificação de Operações Específicas para combater irregularidades pontuais como veículos clonados, transporte irregular de passageiros, condutores com o direito de dirigir suspenso ou cassado, entre outros; - Criação de operações com uso tecnológico: Uso dos Drones e do sistema de Monitoramento na identificação de irregularidades no trânsito. <p>2018</p> <p>Readequação do efetivo colocando todos os agentes para cumprir a mesma escala do CIOB, demanda antiga da SSP. Instalação de novo sistema de rádio, dividindo a frequência em duas mesas no CIOB, melhorando a comunicação entre as equipes e o centro. Já foram instalados os rádios fixos e já existe a divisão no sistema SGO do CIOB; Intensificação na fiscalização com operações importantes, como as voltadas para a Lei Seca; Operação Athena; Operação Pontos para a Vida; Operação com Drones e demais operações integradas com a SSP/DF.</p>
6217	4	4	Remodelagem do sitio do Detran, inserindo-o no conceito de foco no usuário, aumentando os Serviços disponíveis; (DETRAN)	24201	75	<p>2016</p> <p>Foi implementada a 1ª fase do pré-atendimento de serviços de veículo com vistoria. Essa fase do projeto proporciona ao usuário do serviço um entendimento melhor sobre seu requerimento (serviço solicitado) e faz as consultas necessárias para habilitar ou não o atendimento para aquele veículo.</p> <p>Finalizado o mapeamento e desenho do macroprocesso de serviços online pelo planejamento estratégico do Detran.</p> <p>2017</p> <p>Foi desenvolvido uma plataforma onde os serviços serão oferecidos, o Portal de Serviços Online. O projeto foi dividido em fases sendo que os primeiros serviços ofertados neste módulo já estão em testes e devem ser disponibilizados ao público com o início do cadastro biométrico, até o fim de 2018.</p> <p>Outros projetos de serviços disponíveis em meio digital estão em andamento. Um deles é o agendamento de serviços médicos pelo sitio do Detran-DF. Serão disponibilizados inicialmente 2 serviços, e está em estudo a possibilidade de aumentar a oferta. O projeto tem previsão de início em 2019.</p> <p>Outro módulo que está em andamento é o agendamento de prova teórica pelo sitio do Detran-DF. O sistema está em adaptação para se adequar ao cadastro biométrico, e deve ficar pronto até o fim de 2018.</p> <p>2018</p> <ul style="list-style-type: none"> - Alteração de endereço pelo próprio usuário, via site; - Implantação do sistema de identificação biométrica; - Integração com financeiras para o parcelamento de débitos aos usuários; - Protocolo de Circulação; - Implantação da CNH digital; - Implantação do CRLV digital

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6217	4	5	Realização de pesquisa de satisfação do cliente; (DETRAN)	24201	100	<p>2016 A pesquisa foi realizada com a aplicação de 1.325 questionários, pela manhã e a tarde em 20 unidades de atendimento ao usuário. A metodologia se baseou na premissa da adesão espontânea dos usuários em responder o questionário antes, durante e após a finalização do atendimento e teve uma margem de erro 05 pontos percentuais para mais e para menos e nível de confiança de 95%. A faixa etária dos usuários situou-se entre 18 e 60 anos de idade. Foi realizada entre pessoas de ambos os sexos e por escolaridade. Os quesitos foram: Tempo de espera, conforto, limpeza, tempo de atendimento, cordialidade, entre outros. Foi obtida a nota 3,81 dentre as variações: 1-péssimo e 5-ótimo.</p> <p>2017 A pesquisa de satisfação foi aplicada entre os meses de outubro e novembro de 2017, somando 1.881 questionários válidos, em vinte e quatro unidades de atendimento presencial do Detran-DF. A metodologia se baseou na premissa da adesão espontânea dos usuários em responder o questionário antes, durante e após a finalização do atendimento nas unidades de atendimentos da Autarquia. O plano de amostragem e erro amostral teve por definição população infinita com base no número de atendimentos durante o ano 2017, uma margem de erro 5(cinco) pontos percentuais para mais e para menos e nível de confiança de 95%. A média das notas dadas em 2017 foi 3,9, superior à obtida em 2016, que foi de 3,8.</p> <p>2018 A pesquisa de satisfação foi aplicada entre os meses de novembro e dezembro de 2018, somando 1.246 questionários válidos, em vinte e três unidades de atendimento presencial do Detran-DF. A metodologia se baseou na premissa da adesão espontânea dos usuários em responder o questionário antes, durante e após a finalização do atendimento nas unidades de atendimentos da Autarquia. O plano de amostragem e erro amostral teve por definição população infinita com base no número de atendimentos durante o ano 2018, uma margem de erro 3(três) pontos percentuais para mais e para menos e nível de confiança de 95%. A média das notas dadas em 2018 foi de 3,5.</p>
6217	4	6	Unificação do conhecimento junto as unidades de atendimento do DETRAN/DF;	24201	90	<p>2016 Implementado o Manual de Procedimento de Atendimento ao Público de Veículo. O servidor pode acessá-lo de modo rápido e fácil quando precisar, sendo sua atualização informada por meio de leitura obrigatória. O documento contempla os procedimentos de rotina que devem ser executados pelo servidor, seus conceitos e fundamentação legal. Falta a elaboração e publicação dos manuais dos setores de habilitação e multa.</p> <p>2017 O Manual de Procedimento de Atendimento ao Público de Veículos está em pleno funcionamento. É constantemente atualizado e dessa forma mantém a uniformização dos procedimentos nesta área. O manual do Depósito está sendo construído e deve finalizar até o final de 2018. Os manuais de habilitação e multas ainda não foram elaborados devido às diversas modificações que estas áreas sofreram recentemente. A previsão é de que uma comissão seja montada até 2019 para desenvolver esse trabalho.</p> <p>2018 Houve unificação do conhecimento na área de veículo com a implantação do manual de procedimentos, e como forma de agregar outras áreas está sendo desenvolvido o SISMAN (Sistema de Manual) junto à Gerplan, que agregará todas as áreas do DETRAN/DF, consolidando assim uma única fonte de consulta e procedimentos.</p>
6217	4	7	Operação Avançar o Socorro Do CBMDF. (CBMDF)	24104	100	<p>2016 Desde muitos anos é uma rotina dos quartéis operacionais adiantarem o socorro nos horários de maior movimento nas rodovias do DF. Apenas as regiões administrativas onde ainda não foi implantada unidade operacional que a operação não acontece.</p> <p>2017 O programa que posiciona as viaturas e o socorro em prontas condições de atendimento em pontos estratégicos em horários de pico do tráfego automotivo manteve o alcance de 60%.</p> <p>2018 Houve 9.397 Operações Bombeiros Avançar em 2018, segundo informações colhidos do Sistema FÊNIX.</p>

Análise dos Resultados do Objetivo Específico

2016/2018

SSP

Em 2016, o Objetivo Específico “Paz no Trânsito: *promover a paz no trânsito como uma política permanente de educação ampliando, modernizando e aperfeiçoando a fiscalização, a engenharia e a segurança viária de forma a prevenir ocorrências e interferências no fluxo de pessoas, bens e serviços de modo a reduzir os índices de acidentes*”, caracteriza-se pelo complexo desafio do Departamento de Trânsito do DF em reduzir o índice de morte em acidentes de trânsito, focando suas ações na intensificação da educação para o trânsito, na agilidade nos procedimentos de atendimento ao público e na adoção de critérios eficientes e eficazes de fiscalização e engenharia de trânsito.

Em relação ao atendimento prestado às vítimas envolvidas em acidentes de trânsito, o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, em face de suas atribuições constitucionais, assume o papel de protagonista máximo. O atendimento destas ocorrências, via de regra, iniciam-se com um deslocamento de viatura até o local do evento e não raramente do local do evento até um dos hospitais do DF e entorno.

Noutro passo, a Polícia Militar do Distrito Federal, sendo uma das instituições que compõe o sistema de segurança pública, tem papel fundamental na Educação para o Trânsito, haja vista que executa o policiamento ostensivo geral, inclusive o policiamento ostensivo de trânsito previsto no Código de Trânsito Nacional (Lei no 9503/1997), contando atualmente com duas Unidades destinadas para esse fim: BPTTran e BPRv.

Assim, tal objetivo visa disciplinar o cidadão para o uso compartilhado das vias terrestres, como ruas, rodovias, estradas, etc, a condução responsável de veículo automotor, bem como a promoção de harmonia no trânsito.

Portanto, a pacificação do trânsito, por meio da priorização na redução significativa dos índices relacionados aos acidentes automobilísticos, passa por uma série de ações articuladas e integradas voltadas para a política de prevenção no trânsito, assim como a implementação continuada de projetos de educação e conscientização dos condutores acerca de seu papel e sua responsabilidade no sistema de trânsito do Distrito Federal.

Diante da análise qualitativa das metas e ações, entendemos que a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social atingiu o objetivo proposto para o exercício de 2016, onde podemos destacar: I) a modernização da sinalização e do monitoramento das vias e II) implantação do plano de educação no trânsito.

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social e DETRAN-DF tem o entendimento de que as realizações de 2016 foram bem positivas para o anseio desta Autarquia que é o reconhecimento pela excelência no atendimento e na gestão de trânsito, por meio da promoção de um trânsito seguro e civilizado com o objetivo de proporcionar segurança e fluidez do trânsito viário à sociedade, contribuindo para melhor qualidade de vida.

Em se tratando da maior missão do DETRAN-DF que é a de salvar vidas, apresenta-se o índice de mortos por 10 mil veículos, nas vias urbanas, em 0,88. Destaca-se que este índice vem melhorando ano após ano e que se encontra abaixo do valor considerado aceitável pela ONU para países em desenvolvimento que é de até três mortes a cada 10 mil veículos.

Em 2017, em relação ao atendimento prestado às vítimas envolvidas em acidentes de trânsito, o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, em face de suas atribuições constitucionais, assume o papel de protagonista máximo. O atendimento destas ocorrências, via de regra, inicia-se com um deslocamento de viatura até o local do evento e não raramente do local do evento até um dos hospitais do DF e entorno.

Em outro passo, a Polícia Militar do Distrito Federal, sendo uma das instituições que compõe o sistema de segurança pública, tem papel fundamental na Educação para o Trânsito, haja vista que executa o policiamento ostensivo geral, inclusive o policiamento ostensivo de trânsito previsto no Código de Trânsito Nacional (Lei no 9503/1997), contando atualmente com duas Unidades destinadas para esse fim: BPTTran e BPRv.

Assim, tal objetivo visa disciplinar o cidadão para o uso compartilhado das vias terrestres, como ruas, rodovias, estradas, entre outros, à condução responsável de veículo automotor, bem como a promoção de harmonia no trânsito.

Portanto, a pacificação do trânsito, por meio da priorização na redução significativa dos índices relacionados aos acidentes automobilísticos, passa por uma série de ações articuladas e integradas voltadas para a política de prevenção no trânsito, assim como a implementação continuada de projetos de educação e conscientização dos condutores acerca de seu papel e sua responsabilidade no sistema de trânsito do Distrito Federal.

Diante da análise qualitativa das metas e ações, entendemos que a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social atingiu o objetivo proposto para o exercício de 2016, onde podemos destacar: I) a modernização da sinalização e do monitoramento das vias e II) implantação do plano de educação no trânsito.

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social e DETRAN-DF tem o entendimento de que as realizações de 2017 foram bem positivas para o anseio desta Autarquia que é o reconhecimento pela excelência no atendimento e na gestão de trânsito, por meio da promoção de um trânsito seguro e civilizado com o objetivo de proporcionar segurança e fluidez do trânsito viário à sociedade, contribuindo para melhor qualidade de vida.

Em se tratando da maior missão do DETRAN-DF, que é a de salvar vidas, apresentamos o índice de mortos por 10 mil veículos nas vias urbanas em 0,52, índice que vem melhorando ano após ano e que se encontra abaixo do valor considerado aceitável pela ONU para países em desenvolvimento que é de até três mortes a cada 10 mil veículos.

Destaque para a atuação do Detran/DF, cujas ações contribuíram para a redução das mortes no trânsito em 35%. Em 2016, 390 pessoas envolveram-se em acidentes fatais, enquanto em 2017 foram 254 casos, ou seja, 136 a menos. A queda é resultado da grande quantidade de ações educativas desenvolvidas pelo órgão (826 apenas em 2017) e fiscalização, com a autuação de 24.425 condutores que insistiam em dirigir embriagados. Além disso, 6.808 placas de trânsito foram recuperadas, implantadas e substituídas ao longo do ano.

Esta redução das mortes nas vias do DF é consequência da maior conscientização dos motoristas e está ligada às punições que o órgão impôs aos que insistem em dirigir mesmo com a CNH cassada ou suspensa. Durante todo o ano, quase cinco mil condutores tiveram a carteira de motorista suspensa ou cassada, e nas ações da PMDF e do Detran/DF foram mais de 24 mil autuações por alcoolemia e o mais importante é que 98% dessas autuações foram feitas antes do envolvimento dos condutores com acidentes de trânsito.

O Objetivo Específico “Paz no Trânsito: promover a paz no trânsito como uma política permanente de educação ampliando, modernizando e aperfeiçoando a fiscalização, a engenharia e a segurança viária de forma a prevenir ocorrências e interferências no fluxo de pessoas, bens e serviços de modo a reduzir os índices de acidentes”, caracteriza-se pelo complexo desafio do Departamento de Trânsito do DF em reduzir o índice de morte em acidentes de trânsito, focando suas ações na intensificação da educação para o trânsito, na agilidade nos procedimentos de atendimento ao público e na adoção de critérios eficientes e eficazes de fiscalização e engenharia de trânsito.

Em se tratando da maior missão do DETRAN-DF que é a de salvar vidas, apresenta-se o índice de mortos por 10 mil veículos, nas vias urbanas, em 1,6. Destaca-se que este índice vem melhorando ano após ano e que se encontra abaixo do valor considerado aceitável pela ONU para países em desenvolvimento que é de até três mortes a cada 10 mil veículos.

Destaque para a atuação do Detran/DF, cujas ações contribuíram para a redução das mortes no trânsito. No período de 2015 a 2018 o número de vítimas fatais reduziu 24% nas vias do DF comparado com os anos de 2011 a 2014. Dados mostram que no período de 2015 a 2018 foram registradas 1.277 vítimas fatais em acidentes de trânsito, contra 1.673 ocorridas no período 2011 a 2014. E para as vítimas feridas uma redução de 22%, de 48.541 para 37.649.

A queda é resultado da grande quantidade de ações educativas desenvolvidas pelo órgão (558 apenas em 2018) e fiscalização, com a autuação de 7.638 condutores por alcoolemia. Além disso, 4.142 placas de trânsito foram recuperadas, instaladas e substituídas ao longo do ano.

CBMDF

A Operação Bombeiros Avançar foi implementada com os seguintes objetivos: diminuir o Tempo-Resposta para o atendimento às ocorrências de trânsito nas vias do Distrito Federal, por meio de recursos do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal estabelecidos em pontos estratégicos e proporcionar à população do Distrito Federal a sensação de segurança ao visualizar viaturas do CBMDF ao longo das vias.

PMDF

Como contribuição para o alcance do Objetivo Específico, a PMDF focou em várias ações que intensificaram o policiamento e a fiscalização de trânsito. Só no ano de 2016, temos os seguintes números: 206.645 autuações de trânsito e 8.217 notificações por embriaguez ao volante, além de realizar campanhas educativas, a fim de promover a paz no trânsito, com o escopo de prevenir ocorrências e interferências no fluxo de pessoas, bens e serviços.

No ano de 2018 houve diversas ações visando reduzir os acidentes de trânsito a níveis desejáveis. Esse índice é resultado do aumento do número de operações. Quanto aos casos de alcoolemia - uso do veículo após o consumo de álcool - foram notificados 17.685 pessoas, não havendo variação percentual em relação a quantidade de notificações aplicadas em 2017. Outros resultados obtidos: notificações por uso de celular: 53.374, notificações por falta de uso do cinto de segurança: 38.871 e transporte pirata: 7.211.

DETRAN

Em 2016, foi desenvolvido dois softwares para otimização dos serviços de engenharia. O primeiro diz respeito à gestão da sinalização horizontal, e o segundo trata das autorizações para de obra e evento em via pública. Os sistemas estão em fase de teste. O primeiro permitirá um maior controle das garantias das sinalizações e possibilitará uma gestão mais eficiente no tocante as repinturas, evitando que as vias fiquem com a sinalização apagada por falta de manutenção. Já o segundo possibilitará um maior controle sobre os acontecimentos, obras e eventos, nas vias, evitando sobreposições de eventos e/ou autorizações de eventos além da capacidade operacional da SSP/DF.

Dois retrorefletômetros foram adquiridos para auxiliar na conferência das especificações das sinalizações verticais e horizontais. Evitando a utilização de materiais de baixa qualidade ou materiais com especificações diversas das contratadas. Está em andamento o processo de contratação de manutenção semafórica, no qual está previsto também uma ata de registro de preços com vistas a implantação de 30 novos cruzamentos semafóricos, a interligação dos semáforos (criação da rede (subárea)) de Águas Claras e padronização, finalização das obras de sentido único das Avenidas Comercial e Samdu de Taguatinga e melhoramento dos aspectos físicos do Parque Semafórico Urbano do Distrito Federal como todo.

Está em andamento também a modernização da Central de Controle de Semáforos em duas frentes: a primeira com a mudança da Diren para o prédio da 906 Sul, com vistas ao melhor acompanhamento das rotinas de gestão do tráfego e centralização de seus Núcleos, e a segunda frente é a contratação da consultoria técnica para definição da estratégia, tecnologia e infraestrutura necessária para a modernização da Central.

A área de Educação contribuiu atendendo um total de 499.104 pessoas, em 600 ações durante o ano, um grande aumento em comparação com 2015, em que 103.056 pessoas foram atendidas num total de 165 ações.

Em 2017, o software para controle dos serviços de sinalização horizontal foi desenvolvido e está sendo utilizado pelos executores e pelas empresas contratadas com bastante êxito, possibilitando uma melhor gestão e controle dos serviços executados até o controle e emissão da ordem de pagamento. Com a utilização dos retrorrefletômetros adquiridos a equipe consegue manter um melhor controle de qualidade dos serviços executados. Estamos fazendo levantamentos para alimentar a base de dados do sistema a fim de complementá-lo e disponibilizá-lo de forma remota a outros órgãos. Quanto ao segundo sistema que possibilitará um maior controle sobre as obras e eventos em vias, será encaminhado Termo de Referência para a contratação. A licitação para a contratação da manutenção semafórica e modernização do sistema foi aberta em fevereiro/2018, mas está suspensa por ordem do Tribunal de Contas do Distrito Federal. A mudança do núcleo de manutenção de equipamentos eletrônicos - Numeq está sendo providenciada, com a execução de pequenas obras de adaptação no prédio do Detran-DF na 906 sul. A intenção é implementar o Centro de Controle Semafórico no prédio, e a proximidade do executor e da equipe é essencial para uma melhor gestão dos serviços visando um melhor acompanhamento das rotinas que envolvem a gestão do tráfego.

Intensificação nas operações de fiscalização com o intuito de reduzir as mortes no trânsito e atingir a menor quantidade de óbitos em vinte anos.

As ações sofreram ajustes no planejamento e na execução de forma a garantir mais segurança a todos os usuários das vias no Distrito Federal, com o mapeamento de locais de acidentes com vítimas, para a redução de vítimas no trânsito, bem como das áreas com maiores retenções nas vias urbanas para ações de mobilidade e controle de tráfego com o objetivo de melhorar a fluidez das vias.

Além disso, houve uma grande adequação do efetivo nas regiões com maiores demandas de violência no trânsito e cometimento de infrações que geram riscos à segurança viária.

Foram criadas as Unidades de Motociclistas, Inteligência e Logística Operacional, além da melhoria de alguns setores como a Unidade Aérea e Depósitos. Criação de operações com uso tecnológico: Uso dos Drones e do sistema de Monitoramento na identificação de irregularidades no trânsito.

As ações educativas de trânsito foram de fato ampliadas, e atendidas no ano de 2017 o quantitativo de 727.465 pessoas, em 826 ações durante o ano. O Detran-DF foi premiado pelo Observatório Nacional de segurança Viária, em São Paulo pelas atividades de educação e fiscalização desenvolvidas no "Maio Amarelo".

As ações educativas em 2018 foram intensificadas e voltadas para a transformação de comportamentos, potencializando a cultura de paz no trânsito. Com esse objetivo foram realizadas 1.117 ações e atendidas 1.053.490 pessoas.

A Fiscalização de Trânsito permaneceu empenhada na missão de preservar vidas e no compromisso de dar à população um trânsito mais seguro e ordeiro. Melhorias no trabalho das Gerências e Unidades contribuíram para a entrega de melhores serviços. Foram mantidas as políticas de adequação de efetivo nas áreas e nos horários de maior necessidade e houve um grande

aumento nos cursos de capacitação para os agentes de trânsito para um atendimento de maior qualidade à população. O sistema de gestão de sinalização horizontal foi aperfeiçoado e o levantamento das faixas de pedestres instaladas em todo o DF, proposto em 2017 para alimentar a base de dados, foi concluído levando a um maior controle sobre parte dos ativos existentes das vias urbanas do Distrito Federal. Este instrumento também serve para balizar os executores da sinalização horizontal sobre os serviços a serem executados, sua garantia e necessidade de manutenção. Todo o mapeamento das faixas de pedestres está disponível também ao público. Não houve avanço no desenvolvimento do sistema para controle das obras e eventos em vias públicas, restando à Diren aguardar. A licitação para a contratação da manutenção semafórica e modernização do sistema, que estava suspensa por ordem do Tribunal de Contas do Distrito Federal, foi liberada e encaminhada em dezembro/2018 à Gerência de licitações para os demais encaminhamentos. A continuidade dos trabalhos de implementação do Centro de Controle é essencial para uma melhor gestão dos serviços, sempre em busca do acompanhamento das rotinas que envolvem a gestão do tráfego.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

005 – CULTURA DE PAZ: Enfrentar a violência e todas as formas de discriminação, combater o racismo, sexismo, homofobia, lesbofobia, transfobia, tráfico de pessoas, trabalho infantil, violência sexual, física, letal e outras formas de violência, respeitando a vida e promovendo a solidariedade. Fortalecer, ampliar e divulgar a rede de enfrentamento à violência, acolher vítimas e familiares, bem como proteger testemunhas.

UNIDADES RESPONSÁVEIS:

24101 – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA PAZ SOCIAL - SSP

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	1	Realizar intervenções ambientais e urbanísticas em espaços públicos degradados; (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	100	100		100,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	2	Implantar Centros Especializados de Atendimento à Mulher – CEAMs; (SSP) (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	X		0,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	3	Fortalecer as redes de enfrentamento à violência; (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	100	100		100,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	4	Implementar ações de prevenção e combate ao racismo; (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	100	100		100,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	5	Ampliar e reformar os postos de acolhimento às vítimas de violência (SEJUS) (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	100		100,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	6	Ampliar a rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas (SEJUS) (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0		0,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	7	Implantar o Centro Integrado de Atendimento às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual; (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100		100,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	8	Fortalecer a gestão da estratégia preventiva de segurança cidadã. (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100		100,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	9	Manter a média da soma anual de atendimentos por trimestre de 9000 pessoas atendidas. (CBMDF)	144.000	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	18.568	-	134.593		100,0

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	10	Manter a média anual de 13.586 litros de coleta de leite humano; (CBMDF)	54.344	LITRO	ACUM	MAIOR, MELHOR	16.387	17.081	19.389		97,3
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	11	Capacitar todos os profissionais da área multidisciplinar do Pró-Vítima, educadores, servidores, por meio de cursos, palestras, campanhas educativas e atualização EaD; (SEJUS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	30	100	0		100,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	12	Realizar 01 (um) seminário nacional sobre os direitos das vítimas de violência por ano; (SEJUS)	4	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0		0,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	13	Criar o Portal Pró-Vítima e um aplicativo para celular; (SEJUS) <i>(Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	0,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	14	Implantar o Projeto Ônibus Itinerante (SEJUS) <i>(Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0		0,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	15	Realizar parcerias com órgãos ocupantes de prédios públicos para a instalação de postos de atendimentos do Pró-Vítima em regiões atualmente não atendidas (SEJUS) <i>(Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	33,3		33,3
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	16	Criar espaços físicos como brinquedotecas e salas individuais (com vedação acústica) para terapia em grupo, atendimento jurídico-social e psicológico, tornando o atendimento multidisciplinar mais humanizado (SEJUS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	50	0		0,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	17	Realizar palestras, distribuir folders e cartilhas informativas nos atendimentos às vítimas de violência, em escolas públicas, em delegacias, na rede social de atendimento, no Ministério Público do DF, no Tribunais de Justiça do DF, nas ações sociais e seminários; (SEJUS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100		100,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	18	Realização de Seminário, Simpósio, Oficinas, Encontro, Capacitação, Ações, Caminhada e Palestras sobre Prevenção ao Tráfico de Seres Humanos e Políticas Migratórias do DF para os diversos públicos do Distrito Federal; (SEJUS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	10		100,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	19	Apoio ao lançamento de trabalhos acadêmicos em tráfico de pessoas; (SEJUS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100		100,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	20	Implantação do Posto Humanizado de Atendimento ao Migrante em local estratégico de mobilidade humana; (SEJUS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0		0,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	21	Formalizar de Acordo de Cooperação Técnica entre SEJUS e Instituto Federal de Brasília (IFB) para projeto de atendimento ao migrante e refugiado residente no DF; (SEJUS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0		0,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	22	Reduzir a taxa de Femicídio para 5 (quantidade de óbitos por feminicídios X 100.000 / população de mulheres do DF); (SEDESTMIDH) <i>(Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)</i>	5	%	ACUM	MENOR, MELHOR	-	X	X	X	0,0%

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	23	Reduzir a taxa de jovens negros de 15 a 29 anos assassinados para 12 (quantidade de óbitos por assassinato de jovens negros de 15 a 29 anos X 100.000 / população de jovens de 15 a 29 anos do DF); (SEDESTMIDH) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	12	%	ACUM	MENOR, MELHOR	-	X	X	X	0,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	24	Reduzir para metade a taxa de negros/as vítimas de violência racial (quantidade de registros de ocorrência desse tipo de violência / total de ocorrências de violência no DF); (SEDESTMIDH) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	100	%	ACUM	MENOR, MELHOR	-	X	X	X	0,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	25	Reduzir para metade a taxa de mulheres vítimas de violência de gênero (quantidade de registros de ocorrência desse tipo de violência / total de ocorrências de violência no DF); (SEDESTMIDH) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	100	%	ACUM	MENOR, MELHOR	-	X	X	X	0,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	26	Taxa de pessoas idosas vítimas de violência (quantidade de registros de ocorrência desse tipo de violência / total de ocorrências de violência no DF); (SEDESTMIDH) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	100	%	ACUM	MENOR, MELHOR	-	X	X	X	0,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	27	Taxa de pessoas com deficiência vítimas de violência (quantidade de registros de ocorrência desse tipo de violência / total de ocorrências de violência no DF); (SEDESTMIDH) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	100	%	ACUM	MENOR, MELHOR	-	X	X	X	0,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	28	Taxa de pessoas LGBT vítimas de violência (quantidade de registros de ocorrência desse tipo de violência / total de ocorrências de violência no DF); (SEDESTMIDH) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	100	%	ACUM	MENOR, MELHOR	-	X	X	X	0,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	29	Sensibilizar 300 profissionais de Segurança Pública em Direitos Humanos; (SEDESTMIDH)	300	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	85	-		0,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	30	Formar 300 novos profissionais de Segurança e Paz Social como multiplicadores de Direitos Humanos (SEDESTMIDH) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	300	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	-		0,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	31	Realizar 16 rodas de conversa sobre Direitos Humanos; (SEDESTMIDH)	16	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	15	4	-		0,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	32	Formar 400 mulheres negras de comunidades carentes como multiplicadoras dos direitos raciais; (SEDESTMIDH) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	400	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	0,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	33	Publicar um Protocolo de ação elaborado junto com a Secretaria de Segurança Pública para denúncias de crimes raciais; (SEDESTMIDH)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	100	100		100%

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	34	Promover os direitos da primeira infância. (SECRIANÇA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100		100,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	35	Desenvolver campanhas, mobilizar a sociedade e fomentar atividades que promovam os direitos de crianças e adolescentes na perspectiva do enfrentamento às violações de direitos; (SECRIANÇA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100		100,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	36	Realizar eventos com o objetivo de difundir o sistema de garantias de direitos das crianças, adolescentes e juventude do Distrito Federal; (SECRIANÇA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100		100,0%
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	37	Capacitar 100% dos servidores; (SECRIANÇA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	40	92,18	92,18		92,2
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	38	Atender uma média de 9.000 pessoas, a cada ano, em Projetos Sociais; (CBMDF)	36.000	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	15.954	28.186	45170		125,5
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	39	Coletar uma média de 13.586 litros de leite materno a cada ano; (CBMDF)	54.344	LITRO	ACUM	MAIOR, MELHOR	16.387	33468	52857		97,3
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	40	Capacitar uma média de 175 profissionais da rede de proteção e promoção social, acerca do tema violência sexual contra crianças e adolescentes, a cada ano; (SECRIANÇA)	700	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	160	285	277		39,6
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	5	41	Atender uma média de 85 crianças e adolescentes a cada ano no Centro de Atendimento Integrado a Crianças e Adolescentes vítimas de violência sexual. (SECRIANÇA)	340	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	257	289		85,0

Análise Qualitativa

1. Realizar intervenções ambientais e urbanísticas em espaços públicos degradados (SSP);

2016

O modelo de gestão do “Viva Brasília” foi idealizado a partir de compilação de diferentes estratégias de políticas nacionais e internacionais de segurança pública consideradas exitosas. A adequação e aprovação dos indicadores da divisão territorial em áreas (AISPs) e regiões integradas (RISPs) de segurança pública e do monitoramento e avaliação do programa foram realizadas mediante a implantação de grupos de trabalho com representantes dos órgãos de segurança pública, de vários outros órgãos do governo e da sociedade civil.

A Região Integrada de Segurança Pública – RISP consiste na divisão geográfica do território do Distrito Federal para fins de segurança pública que permite a articulação e integração regional, no nível tático e operacional, das Polícias Civil e Militar, Corpo de Bombeiros e o Departamento de Trânsito, entre si e com os demais atores internos e externos que possuam interfaces com o tema.

A Área Integrada de Segurança Pública – AISP consiste na divisão geográfica de uma RISP e se caracteriza por um espaço geográfico comum, urbano ou rural, destinado à articulação e à integração.

Tabela 1 – Regiões e Áreas de Segurança Pública

RISP	AISPs
Metropolitana	Plano Piloto, Cruzeiro, Octogonal, Sudoeste, Guará, SIA, SCIA, Estrutural e Lago Sul
Sul	Gama, Riacho Fundo, Núcleo Bandeirante, Candangolândia, Park Way, Santa Maria e Jardim Botânico
Oeste	Taguatinga, Brazlândia, Ceilândia, Samambaia, Águas Claras e Vicente Pires
Leste	Planaltina, Lago Norte, Varjão, Paranoá, Itapoã, São Sebastião, Jardim Botânico, Sobradinho, Sobradinho II e Fercal.

Fonte: SGI/SSP/DF

Assim, para cada uma das AISPs considerada prioritária, foi elaborado um Plano Integrado de Ação, em que foram especificados: a situação-problema, a ação-resposta, o responsável e o prazo. (Na reunião devolutiva dos Planos Integrados, uma nova coluna, de status da ação, foi inserida). Com a pactuação dos Planos, a equipe da UCPPV passou a realizar o monitoramento de todas as ações, fazendo, operacionalizando reuniões e realizando bilaterais, quando os órgãos responsáveis tinham dificuldades nessas articulações, ao mesmo tempo que monitorava, junto a SGI, o efeito das ações sobre os índices de segurança a cada dez dias.

Por isso, vale retomar aqui os resultados positivos encontrados a partir da elaboração, pactuação e monitoramento dos Planos Integrados de Segurança (“intervenção”):

Tabela 2 – Comparação CCP nas AISPs Prioritárias (Antes e Depois da Implementação do Plano Integrado, atualizado em 21/11/2016)

Área crítica	Crime com maior incidência	Antes da intervenção	Após a intervenção	Diferença percentual
Estrutural	Roubo a transeunte	164	73	-55,50%
Samambaia	Roubo a transeunte	736	595	-19,20%
Santa Maria	Roubo a transeunte	475	388	-18,30%
Taguatinga	Roubo a transeunte	511	442	-13,50%
Ceilândia	Roubo a transeunte	881	784	-11,00%
Brasília	Furto em veículo	847	768	-9,30%
São Sebastião	Roubo a transeunte	221	205	-7,20%
Planaltina	Roubo a transeunte	371	417	12,40%

Fonte: SGI/SSP/DF

A SSP/DF também participou da Ação Centro Legal - iniciada em 11 de janeiro de 2016, a ação revitalizou o Setor Comercial Sul. Além da presença do policiamento preventivo permanente por meio de rondas, o governo melhorou a iluminação pública, levou eventos socioculturais para o local, mudou a sinalização do trânsito, coibiu o comércio irregular e retirou dali pessoas que vivem nas ruas. Com ações integradas entre governo e sociedade civil organizada em 2016, o Setor Comercial Sul é o principal exemplo dos resultados da metodologia do “Viva Brasília — Nosso Pacto pela Vida”. Desde outubro de 2015 até dezembro de 2016, nenhum homicídio foi registrado na área, e crimes como tráfico, uso e porte de drogas diminuíram consideravelmente.

2017

Ao longo de 2017 a SSPDF, por meio da Subsecretaria de Segurança Cidadã – SUSEC, participou da organização e realizou o acompanhamento de reuniões nas Regiões Administrativas do DF com profissionais de segurança pública e comunidade para discutir, priorizar e solucionar problemas de segurança pública locais. Esses encontros visavam promover a organização e integração das comunidades locais com os órgãos governamentais e ocorreram no âmbito dos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs) e Comitês de Área Integrada de Segurança Pública (CAISPs).

A SUSEC possui quatro diretorias responsáveis por coordenar e acompanhar tais reuniões: Diretorias da Rede Colaborativa Leste, da Rede Colaborativa Metropolitana, da Rede Colaborativa Oeste e Rede Colaborativa Sul.

Nas reuniões de CONSEG, a comunidade leva ao conhecimento das autoridades locais os principais problemas enfrentados na região. Já nos encontros de CAISP, os dirigentes dos órgãos de segurança pública priorizam as demandas a serem atendidas e discutem as soluções possíveis para a resolução dos problemas apresentados.

Diretoria da Rede Colaborativa Oeste - RISP OESTE

	Infraestrutura	Segurança Pública	Trânsito	Fiscalização	SSP	Total
Demandas	196	227	234	64	1	722
Demandas Resolvidas	75	149	186	6	-	416
Demandas Pendentes	121	78	48	58	-	305
Quantidade e Tipo de Público	2.402 (Líderes comunitários, associações, moradores e síndicos)					

Abaixo, seguem consolidadas tabelas informando as principais demandas apresentadas nas reuniões dos Conselhos Comunitários de Segurança realizadas em 2017, organizadas por Região Integrada de Segurança Pública (RISP):

Diretoria da Rede Colaborativa Leste - RISP LESTE

	Infraestrutura	Segurança Pública	Trânsito	Fiscalização	SSP	Total
Demandas	544	274	162	144	12	1.136
Demandas Resolvidas	403	217	125	99	5	750
Demandas Pendentes	141	57	37	45	7	386
Quantidade e Tipo de Público	1.620 (Moradores, Associações e Lideranças comunitárias, síndicos e representantes dos órgãos governamentais)					

Diretoria da Rede Colaborativa Metropolitana - RISP METROPOLITANA

	Infraestrutura	Segurança Pública	Trânsito	Fiscalização	SSP	Total
Demandas	344	216	164	152	-	876
Demandas Resolvidas	179	154	72	82	-	487
Demandas Pendentes	165	62	92	70	-	389
Quantidade e Tipo de Público	2.861 (Moradores, Associações e Lideranças comunitárias, síndicos e representantes dos órgãos governamentais)					

Diretoria da Rede Colaborativa Sul - RISP SUL

	Infraestrutura	Segurança Pública	Trânsito	Fiscalização	SSP	Total
Demandas	168	201	96	49	2	516
Demandas Resolvidas	79	147	45	26	1	298
Demandas Pendentes	89	54	51	23	1	218
Quantidade e Tipo de Público	2.654 (Moradores, Associações e Lideranças comunitárias, síndicos e representantes dos órgãos governamentais)					

2018

Meta parcialmente atingida. O objeto do Programa Viva Brasília nas Escolas consiste no estabelecimento de mútua cooperação entre SSP e SEEDF visando prevenir e reduzir vulnerabilidades sociais e criminais nas escolas públicas do Distrito Federal e seus perímetros, por meio do desenvolvimento de diagnóstico da situação de violência no ambiente escolar, valorização dos profissionais de educação e segurança, formação da comunidade escolar e articulação de políticas sociais, programas, projetos e ações que promovam a Cultura de Paz.

Diante da impossibilidade de executar o projeto em questão ainda em 2018, em razão da necessidade de produção e aprovação de documentos por diversas instâncias deste e outros órgãos, esta Secretaria em parceria com a Secretaria de Educação realizou intervenções pontuais em duas escolas do DF: Escola Parque da Cidade - PROEM e Centro de Ensino Médio 03 (Ceilândia), escolhidas com base no público alvo beneficiário do projeto, ou seja, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social e criminal. O Objetivo das intervenções foi sensibilizar os alunos para a pauta da segurança cidadã, adquirir experiência prévia e conhecer melhor o território onde se pretende atuar, bem como avaliar a receptividade dos alunos ao projeto, por meio da realização de atividades de direitos humanos e segurança cidadã entre os dias 24 e 26 de outubro de 2018 no Centro de Ensino Médio de Ceilândia e na Escola do Parque da Cidade – PROEM.

Foram dois dias de atividades em cada escola: um destinado ao tema de segurança cidadã e outro para abordar o tema direitos humanos. No PROEM, participaram das atividades aproximadamente 30 estudantes em cada dia de intervenção. Já no CEM 03, estiveram presentes cerca de 40 alunos no primeiro dia de atividade e 90 estudantes no último dia de intervenção. Ao total houve a participação de 160 alunos nas duas escolas envolvidas.

Na primeira quinzena de outubro de 2018 foi realizado pregão para contratação de empresa que irá capacitar em mediação de conflitos para 150 pessoas das Instituições de Segurança Pública e comunidade escolar. O curso ocorreu nos dias 22 e 23 de novembro. A capacitação fez parte do planejamento de ações preparatórias para a implementação do novo projeto em 2019.

Além disso, A SUSEC realizou intervenção na Escola Maria do Carmo Lima, localizada em Águas Lindas - GO com a parceria da Faculdade IESB, campus Ceilândia, em decorrência do fato de um dos alunos da instituição ter sido assassinado na escola, o que deixou os professores amedrontados e desmotivados com o trabalho. Nesse sentido, uma psicóloga do IESB e seus alunos, acompanhados de um policial da SUSEC, foram até o local para uma conversa com os docentes. A atividade foi realizada no dia 31 de outubro, no período da tarde, e reuniu aproximadamente 38 professores (18 do IESB).

As atividades desenvolvidas pela SUSEC relacionadas às intervenções nas escolas públicas estão descritas no quadro abaixo:

Atividades Realizadas do Teatro Pátria Minha/ Teatro Comunitário

Atividades	Público Atendido
Intervenção no Proem	30 estudantes
Intervenção no CEM 03	130 estudantes
Total	160 estudantes

Fonte: SUSEC/SSP/DF

2. Implantar Centros Especializados de Atendimento à Mulher – CEAMs; (SSP) (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)

2016

Meta não atingida.

2017

Para o atingimento da meta, a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal – SSPDF desenvolveu ações pontuais em parceria com os CEAMs, tais como: oficina de Desenho e Pintura/Grafite em Planaltina. Também entende que as ações a serem desenvolvidas para o seu alcance estão intrinsecamente vinculadas as atividades desenvolvidas pela SEDESTMIDH/SAMIDH. Pelo exposto, em momento oportuno, quando da atualização do Plano Plurianual 2016-2019, esta SSPDF solicitará a alteração do responsável pela meta.

3. Fortalecer as redes de enfrentamento à violência (SSP);

2016

Foi instituído no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social, o Núcleo de Enfrentamento ao Feminicídio (NEF), diretamente subordinado ao Comitê Executivo do Viva Brasília: Nosso Pacto pela Vida, por meio da Portaria nº 32, de 27/06/2016: Considerando que o Decreto n.º 36.619, de 21 de julho de 2015, instituiu o “Pacto pela Vida - PPV como um conjunto de estratégias e ações do Governo do Distrito Federal voltados à segurança pública e à paz social, que será conduzido pelo Governador do Distrito Federal e coordenado pela Secretária de Estado da Segurança Pública e da Paz Social.

Foi constituído Grupo de Trabalho encarregado de realizar completo, detalhado e analítico levantamento da execução do Termo de Adesão ao Programa "Crack é Possível Vencer", celebrado pelo Distrito Federal em 07/12/2012, cujo objeto é além da adesão ao referido programa a atuação integrada junto à União com vistas a implementação de ações Inter setoriais de enfrentamento ao crack e outras drogas, nos termos do art. 5º-A do Decreto 7.179, de 20 de maio de 2010, por meio da Portaria nº 66, de 09 de setembro de 2016, DODF N° 173, de 13/09/16.

2017

Em 2017 foi lançado o programa Viva Flor, voltado para mulheres vítimas de violência. Trata-se de um aplicativo instalado no celular da ofendida que poderá ser acionado quando ela se sentir ameaçada pelo agressor. Em caso de acionamento, uma viatura da Polícia Militar se deslocará até o endereço onde a mulher estiver. A partir deste programa, a rede de enfrentamento à violência contra a mulher foi fortalecida com atores trabalhando conjuntamente, tais como SEDESTMIDH, SSPDF, PMDF, PCDF, CBMDF, TJDF e MP, por meio de reuniões de Grupo de Trabalho e assinatura de Acordo de Cooperação Técnica entre os partícipes.

Ademais, reuniões do Núcleo de Enfrentamento ao Feminicídio (NEF) foram realizadas, dando continuidade ao trabalho iniciado em 2016.

2018

Meta atingida. O Programa de Segurança Preventiva para Ofendidas sob Medida Protetiva de Urgência inclui o Projeto Viva Flor que é voltado à proteção de mulheres vítimas de violência. Trata-se de um aplicativo instalado no celular da ofendida que poderá ser acionado quando ela se sentir ameaçada pelo agressor. Em caso de acionamento, uma viatura da Polícia Militar se deslocará até o endereço onde a mulher estiver. O projeto beneficiará inicialmente até cem mulheres.

No ano 2018 foram recebidas 25 (vinte e cinco) para Cadastro no programa e incluídas no Sistema de Georreferenciamento - SGO da SSP. Deste montante, 02 (dois) mulheres foram substituídas, totalizando o número de 23 (vinte e três) usuárias. Em outubro do mesmo ano encontram-se ativas no Programa 15 (quinze) usuárias. Das 08 (oito) usuárias restantes, houve 03 (três) desistências e 05 (cinco) mulheres que constavam com pendências, foram acompanhadas e finalizado o processo de instalação.

Ainda em 2018 a SSPDF criou a Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios e Feminicídios – CTMHF, que é uma instância de apoio técnico e estratégico à governança da política do Viva Brasília: Nosso Pacto pela Vida, criada no âmbito da Secretaria de Segurança Pública com natureza propositiva e deliberativa nas questões afetas a casos de homicídios e feminicídios, composta por integrantes da SSP, PMDF, PCDF, CBMDF e DETRAN.

São atribuições da CTMHF, conforme Portaria nº 176, de 13/09/2018, publicada no DODF nº 179, de 19/09/2018: 1. elaborar diagnósticos criminais e criminológicos específicos sobre a dinâmica dos homicídios e feminicídios no Distrito Federal; 2. realizar e propor a realização de estudos e pesquisas; 3. propor operações integradas dos órgãos que compõem o Sistema de Segurança

Pública do Distrito Federal, do Departamento de Trânsito do Distrito Federal e de outras IOA's; 4. propor medidas de prevenção e repressão voltadas ao enfrentamento do homicídio e feminicídio; 5. subsidiar o Comitê Executivo do Viva Brasília: Nosso pacto Pela Vida com informações gerenciais; 6. aprimorar o fluxo de trabalho do Sistema de Segurança Pública para o monitoramento dos homicídios e feminicídios no Distrito Federal; 7. articular a cooperação interagências para o monitoramento dos homicídios e feminicídios no Distrito Federal.

A CTMHF realizou as seguintes atividades, dentre outras: a) elaboração de questionário criminal e criminológico de homicídio e feminicídio; b) realização de estudo criminal e criminológico individualizado, caso a caso, das 73 ocorrências de feminicídio consumado e das ocorrências de tentativa, desde a entrada em vigor da Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015 (concluído), dos 40 casos mais graves envolvendo tentativa de feminicídio com reincidência na Lei Maria da Penha (nº 11.340/2006) e dos casos de homicídios do ano de 2018; c) escolha técnica das cidades de Ceilândia e Planaltina como vetores que impulsionam em dados absolutos, naquela ocasião, os números de homicídio no Distrito Federal em 32% do total; d) identificação a partir de estudos das Subsecretarias de Gestão da Informação – SGI e Inteligência – SI, em particular o case da Ceilândia, de 32 estabelecimentos comerciais (depósitos de bebidas ou bares) que possuem algum vínculo com as manchas criminais de homicídios, inclusive com mortes ocorridas dentro do próprio estabelecimento; e) planejamento conjunto de operações integradas com as forças de segurança pública e outras IOAs (instituições, órgãos e agências) nas cidades de Ceilândia e Planaltina, sendo possível constatar por meio de dados da SGI que nos dias das operações em Ceilândia não houve ocorrência de homicídio; f) indução do modelo de sucesso das operações integradas para outras cidades, mediante planejamento do Comitê de Áreas Integradas de Segurança Públicas – CAISP: Taguatinga, Águas Claras, Samambaia, Paranoá e Recanto das Emas; g) realização de curso EAD disponibilizado às forças de segurança promovido pela SENASP/MJ a respeito do tema de preservação do local de crime; h) estudo de caso a respeito da ocorrência de violação do equipamento de monitoração eletrônica (tornozeleira), que culminou com a tentativa de feminicídio contra a mulher que estava sob medida protetiva; i) visita aos Batalhões da Polícia Militar e às Delegacias de Polícia da RA de Ceilândia no dia 12/8, ao Batalhão de Polícia Militar, ao Grupamento do Corpo de Bombeiros e às Delegacias de Polícia da RA de Planaltina no dia 13/8.

4. Implementar ações de prevenção e combate ao racismo (SSP);

2016

Meta parcialmente atendida. Foi criada Câmara Técnica Segurança: Juventude e Igualdade Racial, vinculada ao Comitê Executivo de Cultura de Paz com foco nas Vulnerabilidades Sociais, conforme Portaria nº 06 de 18 de março de 2016, publicada no DODF nº 54, de 21 de março de 2016.

2017

Meta atingida. Em 2017, por meio da articulação com a Escola de Governo do Distrito Federal foram indicados servidores, inclusive administrativos, que estão lotados na estrutura da Secretaria de Estado de Segurança Pública e da Paz Social, para o curso de Promoção de Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo: realizado de 27 a 31 de março, com 9 concludentes da SSP/DF.

2018

Meta atingida em 2017. Nenhuma ação realizada em 2018.

5. Ampliar e reformar os postos de acolhimento às vítimas de violência (SEJUS) (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019);

2016

Meta não atingida.

2017

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal entende que as ações a serem desenvolvidas para o alcance da Meta estão intrinsicamente vinculadas as atividades desenvolvidas pela Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos - SEDESTMIDH. Pelo exposto, em momento oportuno, quando da atualização do Plano Plurianual 2016-2019, esta SSPDF solicitará a alteração do responsável pela meta.

2018

O PPA 2016-2019 prevê a instalação de três novos núcleos nas regiões administrativas de Taguatinga, Samambaia e Sobradinho. Em 2018, daqueles previstos, apenas o núcleo de Taguatinga foi instalado. Embora sem previsão, as cidades satélites de São Sebastião, Planaltina e Santa Maria também foram contempladas. Reformas e melhorias nos núcleos existentes não foram realizadas.

6. Ampliar a rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas (SEJUS) (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019);

2016

Meta não atingida.

2017

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal entende que as ações a serem desenvolvidas para o alcance da Meta estão intrinsicamente vinculadas às atividades desenvolvidas pela Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania – SEJUS. Pelo exposto, em momento oportuno, quando da atualização do Plano Plurianual 2016-2019, esta SSPDF solicitará a alteração do responsável pela meta.

2018

Embora tenham ocorrido articulações para parcerias com órgãos e entidades ligados à temática, pouco se avançou para promover a ampliação da rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas. As ações exercidas limitaram-se à coordenação das atividades do Comitê Distrital de Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos, bem como à realização de palestras em eventos organizados por entidades parceiras e a participação em ações e encontros temáticos

7. Implantar o Centro Integrado de Atendimento às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual (SSP);

2016

Meta atingida. O GDF inaugurou no dia 25 de outubro de 2016 o primeiro espaço do Centro Oeste dedicado a integrar os serviços de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. O Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio está funcionando na 307 sul, área central de Brasília, contando com profissionais treinados para o atendimento especializado na área de saúde e assistência da Secretaria da Criança, da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

2017

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal entende que as ações a serem desenvolvidas para o alcance da Meta estão intrinsicamente vinculadas às atividades desenvolvidas pela Secretaria de Estado da Criança – SECRIA. Pelo exposto, em momento oportuno, quando da atualização do Plano Plurianual 2016-2019, esta SSPDF solicitará a alteração do responsável pela meta.

2018

Meta atingida. O GDF inaugurou no dia 25 de outubro de 2016 o primeiro espaço do Centro Oeste dedicado a integrar os serviços de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. O Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio está funcionando na 307 sul, na área central de Brasília, contando com profissionais treinados para o atendimento especializado na área de saúde e assistência da Secretaria da Criança, da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

8. Fortalecer a gestão da estratégia preventiva de segurança cidadã (SSP);

2016

Ao longo do período, no Projeto Esporte à Meia Noite, foram desenvolvidas atividades em 10 núcleos, nas seguintes Regiões Administrativas: 1) Ceilândia; 2) Estrutural; 3) Gama; 4) Itapoã; 5) Jardim Roriz (Planaltina); 6) Vila Buritis (Planaltina); 7) Samambaia; 8) Santa Maria; 9) São Sebastião; e 10) Sobradinho II. De acordo com os dados fornecidos pela Gerência de Programas de Prevenção à Violência e à Criminalidade, estão sendo atendidas 300 adolescentes e jovens, em média, mensalmente.

No Projeto Picasso não Pichava foram realizadas oficinas de Serigrafia, Desenho e Pintura/Grafite, DJ, Audiovisual/Cinema e Capoeira. O Projeto está presente nas Regiões Administrativas de Planaltina, Ceilândia, Estrutural, Itapoã, Cruzeiro e Plano Piloto, e atendeu cerca de 165 adolescentes, jovens e mulheres sob medida protetiva por mês.

Ainda em 2016 foi firmada Parceria por meio desta Subsecretaria de Segurança Cidadã com a Secretaria de Estado da Criança e do Adolescente para o oferecimento de oficina de audiovisual, com duração de 3 meses, para jovens atendidos pelas seguintes UAMA's do Distrito Federal: Samambaia, Taguatinga, Recanto das Emas, São Sebastião, Paranoá, Ceilândia, Gama e Santa Maria.

Durante o ano de 2016, foi realizada parceria com a Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude, de modo a expandir as atividades do Projeto para as Unidades de Meio Aberto do Sistema Socioeducativo - UAMAS, sendo os atendimentos ampliados para os jovens que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto. Atualmente, cerca de 60 adolescentes aderiram às atividades e são vinculados a 07 (sete) UAMAS, quais sejam: Ceilândia – 2 UAMAS, Estrutural, São Sebastião, Samambaia, Santa Maria e Paranoá. Com exceção da Região Administrativa do Paranoá, as atividades são desenvolvidas em Centros Olímpicos.

2017

Meta atingida. No ano de 2017, foram realizadas atividades do Projeto "Picasso não Pichava" nas Regiões Administrativas do Itapoã, Paranoá, Ceilândia, Planaltina, Samambaia, São Sebastião e Recanto das Emas, com oferta de oficinas de cinema, discotecagem/DJ, pintura, capoeira, serigrafia, música, fotografia e intervenções de grafite. Durante o ano, foram atendidos 344 adolescentes e jovens, desses, 104 em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto.

As atividades são realizadas em parceria com Espaço Cultural Céu das Artes do Recanto das Emas, Casa do Cantador, em Ceilândia, Horta Comunitária do Itapoã, Centro Especializado de Atendimento à Mulher – CEAM/ Planaltina, Centro Cultural Imaginário de Samambaia e com as Unidades de Atendimento em Meio Aberto – UAMAs e Unidade de Acolhimento para Crianças e Adolescentes – UNAC.

O quadro abaixo apresenta informações das oficinas realizadas durante o ano:

Atividade	Localidade	Frequência	Quantidade de alunos atendidos
Oficina de Capoeira	Horta Comunitária – Itapoã	3ª e 5ª	26
	Casa do Cantador – Ceilândia	2ª e 4ª	26
Oficina de Serigrafia	FUNAP/CIR – São Sebastião	3ª e 5ª	10
	CED 02 – Cruzeiro	2ª e 5ª	30
Oficina de Desenho e Pintura/Grafite	CEAM – Planaltina	3ª	85
Oficina de Audiovisual/ Cinema	Espaço Imaginário – Samambaia	2ª e 4ª	70
	Céu das Artes – Recanto das Emas	3ª e 5ª	17
	UAMA – Paranoá	3ª e 5ª	17
	Casa da Criança Baturai – Ceilândia	3ª e 5ª	11
	Secretaria de Segurança Pública Asa Norte Auditório – Jovens da UAMA	3ª e 5ª	17
Oficina de DJ	Céu das Artes – Recanto das Emas	2ª e 4ª	15
Oficina de Música	Céu das Artes – Recanto das Emas	3ª e 5ª	20
Total de Alunos			344

O Projeto Picasso Não Pichava também realiza parcerias com organizações governamentais e da sociedade civil para oferta de suas atividades em eventos comemorativos, para fortalecimento de vínculos comunitários e/ou para ocupação do espaço público. São ofertadas oficinas de Pintura em Tela, Serigrafia, intervenções de grafite, apresentação de roda de capoeira, exposição de telas, entre outras ações. Ao longo de 2017 mais de 3000 pessoas tiveram acesso às atividades do "Picasso Não Pichava" em eventos realizados nas regiões administrativas do DF.

Outro importante Projeto é o "Esporte à Meia Noite" que conta com 10 (dez) núcleos onde são realizadas as atividades e dispõe de 18 (dezoito) professores de Educação Física da Secretaria de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas. As atividades ocorrem, em geral, no período noturno (22h às 02h) e são organizadas em esportivas coletivas (futsal, voleibol, basquetebol) e individuais (jogos de tabuleiros – dama, xadrez e tênis de mesa)

Visando a qualificação do trabalho desenvolvido, os professores passaram por duas capacitações em 2017:

- Curso "Primeiros Socorros". Ofertado pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, por meio do Grupamento de Atendimento Pré-hospitalar – GAEPH com o objetivo de atualizar e aprimorar os conhecimentos quanto à aplicação dos primeiros socorros e alguns cuidados a serem tomados para prestação de auxílio imediato aos participantes do projeto. Realizado entre os dias 29 e 31 de março.
- Metodologia de prevenção ao crime por meio do esporte. Parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes para capacitar em abordagem de prevenção ao crime, à violência e ao abuso e uso de drogas por meio de prática esportiva. Realizada entre os dias 30, 31 de outubro e 01 de novembro.

Durante o ano, foram realizados mais de oito mil atendimentos pelo "Esporte à Meia Noite", conforme demonstra tabela abaixo:

Tabela – Atividades do Esporte à Meia Noite

NÚCLEOS	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO	MÉDIA DE ATENDIMENTOS POR MÊS -2017
Ceilândia	21h às 01h, de segunda a sexta-feira.	100
Estrutural	22h às 01h, de segunda a sexta-feira	120
Gama	22h às 01h, de segunda a sexta-feira	150
Planaltina (Jardim Roriz)	22h às 01h, de segunda, terça, quinta e sexta-feira (exceto a quarta-feira).	60
Planaltina (Vila Buritis)	19h às 22h, de segunda a sexta-feira.	90
Samambaia	22h às 01h, de segunda a sexta-feira.	60
São Sebastião	22h às 01h, de segunda a sexta-feira.	110
Recanto das Emas	14h às 18h, as segundas, terças e quintas.	50
Média de público atendido por mês		740
Média de atendimentos por ano		8.880

FONTE: SUSEC/SSPDF

Destacamos também o objeto da atual proposta do Viva Brasília nas Escolas que consiste no estabelecimento de mútua cooperação entre SSPDF e SEEDF visando prevenir e reduzir vulnerabilidades sociais e criminais nas escolas públicas do Distrito Federal e seus perímetros, por meio do desenvolvimento de diagnóstico da situação de violência no ambiente escolar, valorização dos profissionais de educação e segurança, formação da comunidade escolar e articulação de políticas sociais, programas, projetos e ações que promovam a Cultura de Paz.

O programa está organizado em quatro eixos:

- Diagnóstico da situação de violência no ambiente escolar. Atingiu até o momento 50% das escolas públicas do Distrito Federal;
- Valorização dos Profissionais de Educação e Segurança. Em fase de elaboração da minuta de desenho curricular para workshop/curso de capacitação com os profissionais de educação e segurança. Previsão: março de 2018;

- Formação da Comunidade Escolar. Em fase de construção o planejamento para metodologia de trabalho, que inclui a proposta de formação da comunidade escolar (alunos, famílias, equipe gestora da escola, entre outros) e de Comitês de Paz com os alunos;
- Articulação de Políticas Sociais, Programas, Projetos e Ações que promovam a Cultura de Paz nas escolas: Em fase de construção do planejamento para mapeamento e articulação de políticas sociais, programas, projetos e ações que promovam a Cultura de Paz nas Escolas.

Dos novos projetos, destaca-se o lançamento do "Programa de Segurança Preventiva para Ofendidas sob Medida Protetiva de Urgência - Sistema Viva Flor", voltado para mulheres vítimas de violência. Trata-se de um aplicativo instalado no celular da ofendida que poderá ser acionado quando ela se sentir ameaçada pelo agressor. Em caso de acionamento, uma viatura da Polícia Militar se deslocará até o endereço onde a mulher estiver. O projeto piloto beneficiará, em seu primeiro ano, até cem mulheres.

Ainda em 2017, foram desenvolvidas ações de sensibilização de cultura de paz e formação de vínculos com os alunos da escola Zilda Arns, localizada na Região Administrativa do Itapoã, para a formação de Comitê de Paz. Também foram realizadas diversas atividades no Centro de Ensino Médio – CEM 02, em Planaltina, conforme informações na tabela abaixo:

Tabela – Atividades do Viva Brasília nas Escolas

Atividade	Professor/Responsável	Localidade	Participantes
Oficina de Teatro	Teatro Comunitário do Itapoã – órgão responsável.	CEM 02	40 alunos
Palestras de Direitos Humanos (Parte I)	Comissão Especial de direitos da criança, adolescentes da OAB DF. União Brasileira de Estudantes Secundaristas - UBES PROMODEF	CEM 02	
Painel de Direitos Humanos (Parte II)	Subsecretaria de Igualdade Racial/SEDESTMDH	CEM 02	
Painel sobre bullying e cultura de paz	Equipe da Subsecretaria de Segurança Cidadã /SUSEC/SSP/DF com psicóloga voluntária e Subsecretaria de Educação Básica / SUBEB/SEEDF	Escola Zilda Arns	40 alunos
Total de Participantes 2017			80 ALUNOS

FONTE: SUSEC/SSPDF

Para 2018 a SSPDF pretende manter os atuais projetos em atividade e regulamentar a atividade voluntária na Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social. A captação de voluntários justifica-se pela necessidade de ampliação e qualificação dos projetos desenvolvidos pela SUSEC, bem como pelo incentivo a participação cidadã em projetos do estado. A presente minuta de Portaria autoriza e regulamenta o serviço voluntário social e profissional, não remunerado, no âmbito da Secretaria de Segurança Pública, adotando como princípios fundamentais. Os voluntários se inscreverão nos projetos de prevenção às violências da SSP, por meio do Portal do Voluntariado, parte do Programa Brasília Cidadã do GDF.

2018

Meta atingida. Em funcionamento desde o ano de 1999 por meio do Decreto nº 20.610 de 20 de setembro de 1999, o Esporte à Meia Noite oferece a adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social e criminal, atividades esportivas coletivas e individuais. Atualmente, o Projeto contempla 08 (oito) Regiões Administrativas do Distrito Federal e dispõe de 09 (nove) núcleos fixos e as atividades ocorrem de segunda- feira à sexta-feira, no período noturno, de 22h às 02h. O Programa atende, ainda, jovens que cumprem medidas socioeducativas em 04 (quatro) Unidades de Meio Aberto – UAMAS, no período vespertino, uma vez por semana.

Em 2018 o Programa Esporte a Meia Noite realizou 21. 948 atendimentos noturnos, 90 Atendimentos diurnos e contou ainda com 6.760 participantes em eventos externos.

O Programa Picasso não Pichava realizou oficinas educativas, artísticas e culturais voltadas às crianças, adolescentes, jovens e mulheres em situação de vulnerabilidade social e criminal. O atendimento ao público ocorreu conforme a abertura de turmas específicas para cada área.

No 1º Semestre de 2018 foram ofertadas 08 (oito) modalidades de oficinas nas áreas de Serigrafia, DJ, Audiovisual, Cinema, Pintura em Tela, Rimas, Grafite e Capoeira, nas Regiões Administrativa de Ceilândia, Brasília (Asa Sul), Estrutural, Gama, Itapoá, Paranoá, Planaltina, Recantos das Emas e Samambaia, conforme quadro 16 abaixo 253 alunos concluíram as atividades.

Já no 2º Semestre de 2018 foram ofertadas 06 (seis) modalidades de oficinas, quais sejam: Audiovisual, Cinema, Grafite, Rimas e Poesias, Pintura em Tela e Serigrafia nas Regiões Administrativas de Brasília (Asa Sul), Ceilândia, Gama, Estrutural, Planaltina, Recanto das Emas e Samambaia, com a conclusão de 275 alunos.

Resumo Anual da Execução do Picasso Não Pichava

Descrição	1º semestre	2º semestre	Total
Turmas	20	20	40
Alunos Inscritos (vagas)	308	331	639
Alunos Certificados/atendidos	253	275	528

9. Manter a média da soma anual de atendimentos por trimestre de 9000 pessoas atendidas. (CBMDF)

2016

Tomando apenas os atendimentos às urgências urbanas (acidente de trânsito, atendimento pré-hospitalar, ocorrências de socorro, busca e salvamento e combate a incêndio) totalizam-se 74.274 intervenções da Corporação. Existem muitos outros atendimentos prestados e o intuito é de impor excelência em cada atuação. Para tanto, o empenho em bem atender se inicia no planejamento institucional, perpassando toda a gestão de recursos para proporcionar o atendimento mais apropriado, digno e devido. Assim o esforço de capacitação tem o foco na qualidade do atendimento, na seriedade da atuação e o foco no cidadão.

2017

Devido às mudanças efetuadas no Sistema de Atendimento de Ocorrências do CBMDF na SSP para o ano de 2017, e conforme reuniões que estão sendo estabelecidas para solucionar os problemas decorridos dessas mudanças (incompatibilidade da replicação dos dados da SSP para o CBMDF), as informações relacionadas ao atendimento não poderão ser fornecidas, até que as informações replicadas sejam validadas.

2018

Segundo o Sistema FÊNIX, em 2018 o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal atendeu a 134.593 ocorrências, sendo assim distribuídas: 34.309 acidentes com veículos, 16.535 atividades preventivas, 43.593 emergências médicas, 16.212 incêndios, 23.852 operações e 92 atendimentos no Estado de Goiás.

10. Manter a média anual de 13.586 litros de coleta de leite humano (CBMDF);

2016

Nos termos da parceria entre o CBMDF e a Secretaria de Saúde, é realizada a coleta de leite humano em todo o Distrito Federal e entorno. A coleta atende aos 12 bancos de leite contando com 24 militares e 10 viaturas. Esses veículos são locados pelo GDF e a corporação cede os motoristas e as coletoras de leite.

2017

A coleta de leite humano realizada pelos militares da Assessoria de Programas Sociais em parceria com a Secretaria de Saúde do DF atingiu a meta desejada. O programa continua com o número de 24 militares disponíveis para a execução das coletas em domicílio. A meta de coleta de leite humano foi superior ao número esperado para o período.

2018

A coleta de leite humano realizada pelos militares da Assessoria de Programas Sociais em parceria com a Secretaria de Saúde do DF atingiu a meta desejada. O programa continua com o mesmo quantitativo de militares (24) disponíveis para a execução das coletas em domicílio.

11. Capacitar todos os profissionais da área multidisciplinar do Pró-Vítima, educadores, servidores, por meio de cursos, palestras, campanhas educativas e atualização EaD (SEJUS);

2016

Durante o Exercício de 2016, 30% dos servidores da SEJUS foram capacitados por meio de cursos presenciais e à distância oferecidos pela rede de atendimento, a saber: Escola de Governo do Distrito Federal, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDFT, Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos – SEDESTMIDH, Universidade de Brasília – UNB, Rede Multidisciplinar das RA's (onde há postos do Pró-Vítima) e os cursos organizados e promovidos pela própria Subsecretaria.

Entretanto, os cursos especializados que tinham custo e demandavam providências quanto à elaboração de projeto básico e verificação de dotação orçamentária não se concretizaram em razão de diversas reestruturações administrativas que levaram à alta rotatividade de servidores. Assim, não foi possível a Subsecretaria de Proteção às Vítimas de Violência – PRÓ-VÍTIMA/SEJUS alcançar a Meta nº 11 que indicou inicialmente a capacitação e 25 servidores em 2016, sendo possível capacitar apenas 07 servidores do total, perfazendo um total de 30% no Exercício/2016.

2017

Durante o Exercício de 2017, servidores da SEJUS/ PRÓ-VÍTIMA foram capacitados por meio de cursos presenciais e à distância oferecidos pela rede de atendimento, a saber: Escola de Governo do Distrito Federal, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDFT, Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos – SEDESTMIDH, Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude - SECRIANÇA, Secretaria de Estado de Saúde do DF - SES, Universidade de Brasília – UNB, Rede Multidisciplinar das Regiões Administrativas (onde há postos do Pró-Vítima). Não houve cursos de capacitação organizados e promovidos pela própria Subsecretaria.

Os cursos especializados que tinham custo e demandavam providências quanto à elaboração de projeto básico e verificação de dotação orçamentária não se concretizaram em razão de diversas reestruturações administrativas e extinção da Subsecretaria de Proteção às Vítimas de Violência – PRÓ-VÍTIMA/SEJUS em maio de 2017, que foi incluída nas atividades geridas pela SUBJUSPRED/SEJUS.

Devido à capacitação oferecida pela Rede de Atendimento, a Meta nº 11 foi alcançada plenamente, considerando-se que todos os servidores do psicossocial participaram de, pelo menos, um curso de capacitação, dos 56 cursos realizados em 2017, entre seminários, palestras, jornadas e conferências. Assim, garantiu-se 100% de aproveitamento da meta.

2018

Não foi possível alcançar o percentual satisfatório em relação à capacitação da equipe técnica do Pró-Vítima, uma vez que as estruturas dos núcleos estavam em fase de consolidação e o Programa passou por uma expressiva expansão, por meio da implementação de novos núcleos em quatro cidades satélites. Desta forma, o cumprimento da meta restou prejudicado, em razão da insuficiência de recursos para fazer frente à necessidade de capacitação. Contudo, considerando que a Meta é acumulada e que em 2017 atingiu-se 100%, quando da análise quantitativa, considera-se Meta atingida.

12. Realizar 01 um seminário nacional sobre os direitos das vítimas de violência por ano (SEJUS);

2016

Apesar das tratativas desta Secretaria de Justiça e Cidadania com os órgãos parceiros (Banco de Brasília – BRB, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios TJDFT, Secretaria de Estado de Segurança Pública – SSP/DF, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, Secretaria de Estado da Mulher) não foi possível a realização do Seminário Nacional Sobre os

Direitos das Vítimas de Violência que almejava, entre outros objetivos, alcançar um público estimado de 400 pessoas e, por conseguinte, a produção de documento oficial (cartilha) que reuniria as propostas de melhorias no atendimento dos serviços prestados às vítimas de violência.

Mudanças no secretariado do Governo do Distrito Federal impactaram nas atividades e nas rotinas administrativas da Subsecretaria de Proteção às Vítimas de Violência – PRÓ-VÍTIMA/SEJUS (somente em 2016, 03 Secretários ocuparam a pasta da SEJUS) o que ocasionou a descontinuidade das ações e inviabilizou o alcance da Meta nº 12 no Exercício/2016.

2017

Não foi possível a realização do Seminário Nacional Sobre os Direitos das Vítimas de Violência, entre outros objetivos, como alcançar um público estimado de 400 pessoas e, por conseguinte, a produção de documento oficial (cartilha) que reuniria as propostas de melhorias no atendimento dos serviços prestados às vítimas de violência.

Mudanças no secretariado da SEJUS impactaram nas atividades e nas rotinas administrativas, bem como a alteração da estrutura administrativa da SEJUS, na qual a Subsecretaria de Proteção às Vítimas de Violência foi extinta e os serviços ofertados continuaram na SUBJUSPRED, o que ocasionou a descontinuidade das ações e inviabilizou o alcance da Meta nº 12 no Exercício/2017.

2018

Embora haja a previsão de realização anual do Seminário Nacional Sobre os Direitos das Vítimas de Violência, não foi possível a sua concretização em 2018, em virtude das alterações estruturais, administrativas e restrições orçamentárias, que impactaram diretamente na realização das atividades.

13. Criar o Portal Pró-Vítima e um aplicativo para celular (SEJUS). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Trata o PORTAL PRÓ-VÍTIMA de uma ferramenta que servirá para armazenar os registros de atendimento de pessoas vitimadas, garantindo ao usuário acesso aos processos judiciais, realização de downloads de cartilhas, de leis e de matérias relativas ao programa. A meta proposta no PPA 2016/2019 – Ano-Base 2016 era alcançar uma marca de 200.000 acessos. Infelizmente, a meta não foi alcançada.

Os custos e a carência de profissionais habilitados para operar o Portal conduziram os gestores, à época, a estudar a possibilidade de utilizar o próprio site da SEJUS. Entretanto, a ideia também não se consolidou em razão da descontinuidade das ações promovidas pela alta rotatividade de pessoal em postos estratégicos da Secretaria.

A meta proposta no PPA 2016/2019 relativa à implementação do Botão do Pânico (aplicativo de celular para chamadas urgentes em situações de violência), indicava uma projeção de 90 acessos no primeiro ano do Plano Plurianual (Ano-Base 2016), entretanto, como o aplicativo não foi criado e a Secretaria de Estado de Segurança Pública – SSP/DF implementou a meta e a executou por meio de sua central de atendimentos, ressalte-se que esta Subsecretaria oficiará suas unidades superiores para que se manifestem acerca da manutenção ou retirada da Meta nº 13 do rol de metas da SEJUS.

2018

Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17

14. Implantar o Projeto Ônibus Itinerante (SEJUS). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Em 2016 a Assessoria da Subsecretaria de Proteção às Vítimas de Violência elaborou uma minuta de projeto básico e realizou tomadas de preços, com vistas à implementação do PRÓ-VÍTIMA ITINERANTE, entretanto, nenhum outro andamento foi dado no sentido de consolidar a transferência de recursos do BID para o GDF (Vide Mapeamento de Ação Orçamentária) o que inviabilizou a contratação de empresa para aquisição do ônibus adaptado. O repasse, que corresponde à R\$ 773.000,00 não ocorreu. Nem mesmo autuou-se processo para solicitar providências em direção à Meta nº 14.

2017

O projeto básico para a implantação do Ônibus Itinerante não foi finalizado em 2017 por razões de diversas trocas de gestores o que inviabilizou dar continuidade às ações iniciadas em 2016. Deste modo, a meta não se consolidou.

2018

Embora tenham sido realizadas articulações, estudos e parcerias para viabilizar a instituição do núcleo móvel, a implantação do ônibus itinerante não foi concretizada. Por motivo de alterações estruturais e mudança de servidores, não há maiores informações sobre a meta nos históricos da área responsável

15. Realizar parcerias com órgãos ocupantes de prédios públicos para a instalação de postos de atendimentos do Pró-Vítima em regiões atualmente não atendidas (SEJUS). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Não houve instalação de nenhum dos três postos indicados na Meta. Em relação à Taguatinga, houve tratativas no sentido de adaptar um espaço de atendimento à vítima de violência nas dependências da unidade NA HORA de Taguatinga, entretanto, a Meta nº 15 não se consolidou porque, devido à rotatividade de pessoal dentro do Programa (que incluiu a substituição do Subsecretário do PRÓ-VÍTIMA por duas vezes em 2016), as negociações não avançaram. O objetivo desta instalação visa otimização de custos e a facilidade de acesso.

Relativo à instalação do Posto de Sobradinho, informe-se que houve conversas informais entre o então Subsecretário do Pró-Vítima e o representante do Fórum do Tribunal do Justiça do Distrito Federal e Territórios daquela Região Administrativa, mas o acordo não foi finalizado por motivos de substituição de pessoal, e a gestão que assumiu posteriormente decidiu pela paralização das tratativas.

Relativa à instalação do Posto de Samambaia, não há nenhum registro, nem processo formal que apontem andamentos em direção ao alcance da Meta.

Para efeito de esclarecimentos, informamos que há servidores nomeados para atuar nos postos nas RA's de Taguatinga, Sobradinho e Samambaia desde 2015 (conforme Decreto nº 37.032, de 30 de dezembro de 2015, relativo à estrutura da SEJUS, mas os postos não foram instalados até a presente data).

2017

Em 2017, não houve parcerias com outros órgãos para a instalação de mais postos do Pró-Vítima, mantendo-se em funcionamento os postos já existentes nas cidades de, Ceilândia, Asa Sul, Paranoá, Guará e uma unidade na sede da SEJUS, no SAIN/DF.

2018

O PPA 2016-2019 prevê a instalação de três novos núcleos nas regiões administrativas de Taguatinga, Samambaia e Sobradinho. Em 2018, daqueles previstos, apenas o núcleo de Taguatinga foi instalado. Embora sem previsão, as cidades satélites de São Sebastião, Planaltina e Santa Maria também foram contempladas. Não foram localizados registros das tratativas e do procedimento administrativo que visou a implantação de demais unidades em Sobradinho e Samambaia.

16. Criar espaços físicos como brinquedotecas e salas individuais (com vedação acústica) para terapia em grupo, atendimento jurídico-social e psicológico, tornando o atendimento multidisciplinar mais humanizado (SEJUS);

2016

A meta proposta no PPA 2016/2019 relativa à reforma e ampliação dos Postos do Pró-Vítima indicava uma projeção de reforma/ampliação de 01 (um posto) no primeiro ano (Ano-Base 2016), entretanto, a Meta nº 16 não foi alcançada.

Posto Paranoá: em virtude das condições precárias do espaço situado à Quadra 05, conjunto 03 – AE D, Parque de Obras – Paranoá/DF, foi elaborado projeto básico com descrições de etapas, objetivos, custos e cronograma de execução para a celebração de um convênio entre a SEJUS e a NOVACAP, entretanto, a ação não se consolidou.

Para a referida celebração, era necessário um repasse desta Secretaria à NOVACAP no valor de R\$ 1.556.869,22 e, com a substituição de chefia, a nova gestão manifestou-se pela não continuidade das tratativas, por considerar que o alto valor apreçado para aquela reforma não se justificava já que o prédio utilizado pelo Posto Paranoá é apenas cedido pela Administração Regional, podendo a RA não renovar o Termo quando do término de sua vigência. Este fato levou a então Subsecretária a repensar a relação custo-benefício quanto à celebração do convênio com a NOVACAP, para a reforma do espaço.

Posto Guará e Posto Ceilândia: não houve nenhuma ação ou autuação de processo com andamentos para a ampliação e reforma destes postos.

Postos Samambaia, Posto Taguatinga e Posto Sobradinho: estes postos sequer foram instalados, não havendo que se falar em ampliação/reforma.

Posto 114 Sul: apesar de não constar do rol da Meta nº 16, haverá necessidade de sua inclusão para possíveis ampliações e/ou reformas ao longo do quadriênio 2016/2019. Informamos que esta Subsecretaria de Proteção à Vítima de Violência enviará solicitação de inclusão deste posto na Meta em tela.

2017

A meta proposta no PPA 2016/2019 relativa à criação de espaços físicos como brinquedotecas e salas individuais para terapia e atendimento psicológico foi alcançada em 2017 haja vista a inauguração de 02 (duas) ludotecas nos Postos de Atendimento da Ceilândia e do Paranoá, fruto do Termo de Cooperação assinado entre a SEJUS e o Instituto SABIN. As ludotecas (espaços lúdicos para atendimentos psicológicos infantis às vítimas de violência) foram inauguradas nos dias 14/09/2017 e 17/11/2017, respectivamente. E, considerando-se a média de criação destes espaços de uma por ano (pelo menos), em 2017 o acumulado percentual da meta alcançou 50%, em relação aos quatro anos do PPA 2016/2019.

2018

Não foram criados espaços físicos como brinquedotecas e salas individuais para terapia e atendimento psicológico nos núcleos do Pró-Vítima.

17. Realizar palestras, distribuir folders e cartilhas informativas nos atendimentos às vítimas de violência, em escolas públicas, em delegacias, na rede social de atendimento, no Ministério Público do DF, nos Tribunais de Justiça do DF, nas ações sociais e seminários (SEJUS);

2016

Atingimos com êxito a Meta nº 17 no que tange à quantidade de pessoas atendidas nas ações do Pró-Vítima por meio de palestras, ações sociais e seminários. A meta proposta no PPA 2016/2019, indicava uma projeção de cerca de 480 atendimentos. Tal expectativa foi superada porque apenas nas escolas o Pró-Vítima atingiu mais de 1.300 crianças, além de pais, professores e corpo técnico. Além disso, o Programa também realizou ações conjuntas (entes públicos e privados) nas RAs do Ipapuã, Paranoá, Recanto das Emas, Arapoanga, Fercal, Sobradinho, Taguatinga, Plano Piloto, perfazendo um estimado de mais de 3.000 atendimentos.

Em parceria com as Varas de Violência Doméstica foi distribuído, nas 957 audiências, material gráfico com orientações do Programa (cartilhas e folders). Considerando-se que em cada audiência distribuía-se, uma média de 03 cartilhas/folders aos vitimados e acompanhantes, temos um estimado de distribuição de cerca de 2.870 materiais gráficos. Além disso, também promoveu-se a publicidade do Programa nas seguintes ações: Campanha 18 de Maio; Encontro com a Rede (encontros mensais que acontecem em fóruns, nos conselhos tutelares, CREAs, CRAs); Pro-Vítima nas Escolas; Papo de Mulher pra Mulher; Pedala pra Vida, Ação Global (participação do Pró-Vítima), Mutirão da Cidadania, com distribuição de pelo menos 200 folders/cartilhas por evento, perfaz-se um total aproximado de 1.400 unidades distribuídas.

Também houve ações de publicidade por meio da confecção de material gráfico em parceria com o Exército Brasileiro.

2017

Atingiu-se com êxito a Meta nº 17 no que tange à quantidade de pessoas atendidas nas ações do Pró-Vítima por meio de palestras, ações sociais e seminários. A meta proposta no PPA 2016/2019, indicava uma projeção de cerca de 480 atendimentos. Tal expectativa foi superada porque apenas no Projeto Pró-Vítima nas Escolas foram oferecidas palestras a 3.100 alunos, além de pais, professores e corpo técnico.

Além disso, o Programa também realizou ações conjuntas (entes públicos e privados) perfazendo um estimado de mais de 3.000 atendimentos, com o Mutirão da Criança no Paranoá em 21/10/2017, o Mutirão da Criança em Ceilândia, nos dias 28/10/2017, os Mutirões da Cidadania, Papo de Mulher nos 05 (cinco) postos de atendimentos. Também ocorreram caminhadas em prevenção ao abuso sexual infantil, participações em ações sociais públicas e privadas e outros.

Em 2017 também promoveu-se a publicidade do Programa nas seguintes ações: Campanha 18 de Maio; Encontro com as Redes Sociais (encontros mensais que acontecem em fóruns, nos conselhos tutelares, CREAs, CRAs); Mutirão da Cidadania com a distribuição de folders bem como atendimentos e encaminhamentos.

2018

Dentre as atividades promovidas sobre a temática de enfrentamento à violência, destaca-se a realização de quatro Mutirões da Criança; cinco encontros do Papo de Mulher; um Papo de Homem e três Pró-Vítima nas escolas, além da participação em cursos, palestras e seminários afetos ao tema, bem como em reuniões com as redes assistenciais locais para a divulgação do programa. Dessa forma, garantiu-se a divulgação e publicidade ao Programa, tanto por meio das atividades concretas quanto pelo material informativo distribuído durante as atividades mensuradas.

18. Realização de Seminário, Simpósio, Oficinas, Encontro, Capacitação, Ações, Caminhada e Palestras sobre Prevenção ao Tráfico de Seres Humanos e Políticas Migratórias do DF para os diversos públicos do Distrito Federal (SEJUS);

2016

Conforme relato da Diretoria de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Apoio ao Migrante e Refugiado, as ações desenvolvidas em 2016 alcançaram de forma direta 2.439 pessoas, que participaram de palestras, oficinas, capacitações, seminário, simpósio, caminhada, etc, e foram distribuídos cerca de 8.000 materiais informativos sobre as temáticas atinentes a suas competências como folders, panfletos, cartilhas.

No sentido de ampliar a Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no DF será publicado em janeiro de 2017, o Edital de Chamada de entidades não governamentais da sociedade civil organizada interessadas em participar como membros representantes consultivos no Comitê Distrital de Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos.

2017

A SEJUS realizou em 2017 mais de trinta ações preventivas acerca do enfrentamento ao tráfico de pessoas no Distrito Federal entre seminários, simpósios, oficinas, palestras e capacitações. Estas atividades alcançaram um público de cerca de 6 mil pessoas. Também foram distribuídos cerca de 7.500 materiais informativos durante as atividades realizadas no Exercício/2017.

2018

Houve a participação no Comitê Distrital de Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos e a realização de um simpósio, em parceria com a UnB, por ocasião da quinta semana nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas no DF.

19. Apoio ao lançamento de trabalhos acadêmicos em tráfico de pessoas (SEJUS);

2016

A Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania realizou o I Simpósio da Rede de Atenção ao Migrante, Refugiado e Vítimas de Tráfico de Pessoas, nos dias 26 e 27 de julho de 2016, no auditório da Defensoria Pública da União – DPU, oportunidade em que foram apresentados 09 trabalhos acadêmicos, entre os quais: 07 destes em formato de artigos científicos e 02 em formato pôster, ambos relacionados às temáticas de migrações, refúgio e tráfico de pessoas. Os estudos apresentados foram realizados por estudantes de universidades públicas e privadas do Distrito Federal e de outros estados, além de pesquisadores ligados às áreas mencionadas.

2017

A SEJUS realizou o II Simpósio da Rede de Atenção ao Migrante, Refugiado e Vítimas de Tráfico de Pessoas, dias 26 e 27 de julho de 2017, no Auditório da UPIS, com o apoio da DPU, MJ, UNODC, MPDFT, TJDF. Na oportunidade, foram apresentados seis artigos científicos para um público multiplicador de 70 pessoas. Um dos objetivos desta ação é a perspectiva de publicação dos

trabalhos, por meio de parceria com a Universidade de Brasília - UNB. Considerando-se a realização de atividade que cooperou para o apoio ao lançamento de trabalhos acadêmicos ligados à temática do tráfico de pessoas, considera-se o alcance da Meta em sua integralidade para o exercício/2017.

2018

Apoio à publicação do livro "Tráfico de Pessoas e Mobilidade Urbana". A coletânea de artigos foi resultado de esforço multilateral, construído por intermédio de trabalhos de valorização da temática, viabilizado pelo Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (Ceam/UnB) e pela Editora Universidade de Brasília, com o apoio da Subsecretaria de Apoio a Vítimas de Violência.

20. Implantação do Posto Humanizado de Atendimento ao Migrante em local estratégico de mobilidade humana (SEJUS);

2016

Quanto à implantação do Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante em local estratégico de mobilidade humana, até o presente momento, não foi possível efetivá-lo devido à indisponibilidade orçamentária, insuficiência de recurso humano e cessão de espaço para tal finalidade.

2017

A implantação do Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante ainda não se efetivou em razão das mesmas questões apresentadas em 2016. Ausência de disponibilidade orçamentária e de insuficiência de pessoal impossibilitaram a implantação no referido Exercício.

2018

Em 2018, com vistas a buscar parcerias para disponibilização de espaço físico e implementação do Posto, foram realizadas reuniões com a Polícia Civil, Administração Regional da Rodoviária Interestadual de Brasília, Inframérica (administradora do aeroporto de Brasília) e Polícia Federal. Embora se tenha realizado tais articulações, a implantação do Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante não foi concretizada em razão da ausência de disponibilidade orçamentária, insuficiência de pessoal e indisponibilidade de local adequado para sua implantação

21. Formalizar de Acordo de Cooperação Técnica entre SEJUS e Instituto Federal de Brasília (IFB), para projeto de atendimento ao migrante e refugiado residente no DF (SEJUS);

2016

No que diz respeito à formalização de Acordo de Cooperação Técnica entre a SEJUS e o Instituto Federal de Brasília (IFB), para projeto de atendimento a migrante estrangeiro e refugiado residente no DF, encontra-se em fase avançada carecendo apenas de pequenos ajustes para a sua concretização. A despeito disto, foi realizado o I Curso de Língua Portuguesa e Cultura Brasileira para o referido público, de 16/11/16 a 07/03/17, em parceria com o IFB, Instituto de Migração e Direitos Humanos (IMDH) e Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), via PRONATEC, que contou com a participação de 36 alunos 2017.

2017

Em 2017 foram retomadas as tratativas para a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica - ACT entre a SEJUS e o Instituto Federal de Brasília - IFB, mas em razão das mudanças de gestão, impossibilitou-se sua finalização. Mas, considerando o interesse do IFB em prosseguir com a parceria, deverá a SEJUS continuar com os ajustes à Minuta do ACT. Informe-se que assinatura está prevista para o 1º semestre de 2018, conforme delineado no Processo nº 0400-000240/2016.

A SEJUS solicita a alteração para 0% do percentual relativo a 2016, tendo em vista que o Acordo de Cooperação Técnica entre SEJUS e o IFB não foi realizado. Ademais, trata-se de meta percentual, e não unitária. Portanto, a informação 36 no ano de 2016 estava incorreta.

2018

Meta não alcançada, visto que no processo de formalização de Acordo de Cooperação Técnica entre a SEJUS e o Instituto Federal de Brasília (IFB), visando o atendimento e capacitação ao migrante e refugiado, foi possível verificar que, apesar de o procedimento administrativo ter observado a tramitação regular e, embora tenham sido realizadas diligências e tratativas para a sua assinatura, a formalização não foi concretizada

22. Reduzir a taxa de Femicídio para 5 (quantidade de óbitos por feminicídios X 100.000 / população de mulheres do DF); (SEDESTMIDH) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016);

23. Reduzir a taxa de jovens negros de 15 a 29 anos assassinados para 12 (quantidade de óbitos por assassinato de jovens negros de 15 a 29 anos X 100.000 / população de jovens de 15 a 29 anos do DF) (SEDESTMIDH). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016);

24. Reduzir para metade a taxa de negros/as vítimas de violência racial (quantidade de registros de ocorrência desse tipo de violência / total de ocorrências de violência no DF); (SEDESTMIDH). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016);

25. Reduzir para metade a taxa de mulheres vítimas de violência de gênero (quantidade de registros de ocorrência desse tipo de violência / total de ocorrências de violência no DF); (SEDESTMIDH) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016);

26. Taxa de pessoas idosas vítimas de violência (quantidade de registros de ocorrência desse tipo de violência / total de ocorrências de violência no DF); (SEDESTMIDH) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016);

27. Taxa de pessoas com deficiência vítimas de violência (quantidade de registros de ocorrência desse tipo de violência / total de ocorrências de violência no DF); (SEDESTMIDH) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016);

28. Taxa de pessoas LGBT vítimas de violência (quantidade de registros de ocorrência desse tipo de violência / total de ocorrências de violência no DF); (SEDESTMIDH) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016);

29. Sensibilizar 300 profissionais de Segurança Pública em Direitos Humanos (SEDESTMIDH);

2016

Não houve implementação da meta pela ausência de liberação de orçamento para implementação dos projetos.

2017

Foi proposto pela Secretaria a Escola de Governo do Distrito Federal (EGOV), uma capacitação na temática étnico-racial aos servidores da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social. O curso de Promoção de Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo, foi ofertado em março de 2017 pela EGOV, com a participação de 85 agentes de segurança pública.

2018

Meta não avaliada pela unidade responsável, apresentando como justificativa alteração na estrutura do Órgão - remanejado para a SEJUS, conforme Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019. Processo SEI nº 00400-00012624/2019-11.

30. Formar 300 novos profissionais de Segurança e Paz Social como multiplicadores de Direitos Humanos (SEDESTMIDH). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Ação corresponde ao projeto Multiplicadores contra o Racismo Institucional, aprovado em 2015 para financiamento no âmbito do Programa Viva Brasília – Pacto pela Vida em 2016, cujo o financiamento (carta consulta BID) foi inviabilizado uma vez que o Programa Viva Brasília deixou de ser projeto prioritário no Plano de Assistência à Família - PAF do DF junto ao MPOG. Ressalta-se a importância de verificação e articulação intersecretarial no que tange à previsão de liberação dos recursos do Viva Brasília – Pacto pela Vida para nova avaliação técnica de projetos da Secretaria aprovados no mesmo, em que pese o tempo que ainda sobra para suas execuções e a adequação da equipe remanescente para o pleno desenvolvimento das ações.

2017

Não foi realizado.

2018

Meta não avaliada pela unidade responsável, apresentando como justificativa alteração na estrutura do Órgão - remanejado para a SEJUS, conforme Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019. Processo SEI nº00400-00012624/2019-11.

31. Realizar 16 rodas de conversa sobre Direitos Humanos (SEDESTMIDH);

2016

Foram realizadas 15 rodas de conversa sobre o projeto Por Dentro da Lei Maria da Penha, focada nas mulheres dos territórios e servidores das administrações regionais

2017

No ano de 2017 foram realizadas 4 (quatro) rodas de conversa no âmbito do Projeto Por Dentro da Lei Maria da Penha, focado em levar informações às mulheres dos diversos territórios do DF e aos servidores das Administrações Regionais.

2018

Meta não avaliada pela unidade responsável, apresentando como justificativa alteração na estrutura do Órgão - remanejado para a SEJUS, conforme Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019. Processo SEI nº00400-00012624/2019-11.

32. Formar 400 mulheres negras de comunidades carentes como multiplicadoras dos direitos raciais; (SEDESTMIDH) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)

2016

Não houve implementação da meta pela ausência de liberação de orçamento para implementação dos projetos.

33. Publicar um Protocolo de ação elaborado junto com a Secretaria de Segurança Pública para denúncias de crimes raciais (SEDESTMIDH);

2016

No ano de 2016, foi elaborada minuta de instrução normativa que regulamenta o fluxo da coleta das manifestações oriundas do Disque Racismo e o Protocolo de Atendimento a ser utilizados pelos atendentes do Disque Racismo. A minuta foi elaborada com a participação da representante da Delegacia Especial de Repressão aos Crimes, por Discriminação Racial, religiosa, ou por Orientação Sexual, ou Contra a Pessoa Idosa ou Com Deficiência (DECRIN). Neste sentido, tal protocolo poderá servir de indicativo às outras Delegacias e deverá ser objeto de diálogo com representante da SSP.

2017

Em 2017 foi publicada no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) nº 158, 17 de agosto de 2017, pág. 10, a Instrução Normativa nº 02, a qual institui o fluxo de demandas do Disque Racismo e o protocolo de atendimento para melhoria na prestação de serviços ao cidadão.

2018

Meta não avaliada pela unidade responsável, apresentando como justificativa alteração na estrutura do Órgão - remanejado para a SEJUS, conforme Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019. Processo SEI nº 00400-00012624/2019-11.

34. Promover os direitos da primeira infância (SECRIANÇA);

2016

Para promover os direitos da primeira infância, a SECRIANÇA deu continuidade a coordenação do Comitê Distrital pela Primeira Infância, tendo realizado cerca de 12 reuniões com seus integrantes, a promoção da 1º Semana do Bebê do DF, levantando de informações sobre a situação da primeira infância no DF e advocacy na Câmara legislativa sobre o Projeto de Lei do Marco legal da Primeira Infância no DF.

Sendo uma ação incentivada pelo Fundo das Nações Unidas pela Infância, a semana do Bebê mobilizou 396 atividades entre os dias 18 a 28/10/2016 envolvendo a comunidade, escolas de educação básica e os profissionais da rede de atendimento a primeira infância. Elas foram promovidas pela rede que compõe o Comitê e a Secriança esteve envolvida diretamente na organização da atividade de abertura no dia 24/10/2016 com a Apresentação e debate do Filme “O Começo da Vida” e Lançamento do Guia Metodológico de fomento à Participação Infantil nas Políticas Públicas, além da Audiência Pública “O Bebê Sujeito de Direitos no contexto do Plano Distrital pela Primeira infância”, no dia 27/10/16.

O Projeto de Lei nº 821/2015 foi construído no âmbito do Comitê em consonância com as discussões nacionais e o processo de elaboração da Lei nº 13.257, marco legal para primeira infância no Brasil. O Projeto de Lei (PL) foi apresentado à Câmara Legislativa do DF em Dezembro de 2015 e durante o ano de 2016 a SECRIANÇA acompanhou seu trâmite. Após sofrer 03 emendas supressivas, 01 substitutiva e apensamento de outros dois PLs, foram realizadas negociações com os Deputados e Casa Civil para negociar sua viabilidade, no entanto ele ainda está em discussão.

2017

Com o intuito de promover os direitos da primeira infância (crianças de 0 a 6 anos de idade) do DF, a SECRIANÇA deu continuidade ao trabalho de coordenação do Comitê Distrital pela Primeira Infância, conforme Decreto 34.136 de 05/02/2013 e Decreto 36.509 de 22 de maio de 2015. Em 2017 o Comitê realizou suas reuniões ordinárias regularmente, levantou informações sobre a situação da primeira infância no Distrito Federal, acompanhou os tramites do programa do Governo Federal, o Criança Feliz, realizou a 1º e a 2º Semana do Bebê do DF, além da articulação e acompanhamento do Projeto de Lei do Marco Legal da Primeira Infância do DF apresentado na Câmara Legislativa no final de 2015.

A Semana do Bebê é uma ação incentivada pelo Fundo das Nações Unidas pela Infância para que os Estados e Municípios deem visibilidade para a primeira infância, propondo, discutindo e avaliando a política pública e a realidade desta população. Em 2017 a semana aconteceu entre os dias 24/06 a 02/07, com **31 atividades que mobilizaram uma média de 6.578 pessoas, com a temática “O desenvolvimento infantil”**. Durante a Semana do Bebê foram realizadas atividades de lazer para a comunidade, contação de histórias, oficina de shantala, pinturas de rosto, oficina de sling, roda de amamentação, formação dos profissionais da rede de educação infantil, saúde, apresentação e debate de Filmes sobre a temática, Lançamento de material didático; Audiências Públicas, Seminário e Oficina sobre Violência.

O Projeto de Lei nº 821/2015 foi construído no âmbito do Comitê em consonância com as discussões nacionais e o processo de elaboração da Lei nº 13.257, marco legal para primeira infância no Brasil. O Projeto de Lei (PL) foi apresentado à Câmara Legislativa do DF em Dezembro de 2015, durante o ano de 2017 a SECRIANÇA acompanhou seu trâmite. Após sofrer 03 emendas supressivas, 01 substitutiva e apensamento de outros dois PLs foram realizadas negociações com os Deputados e Casa Civil para negociar sua viabilidade, no entanto no dia 28 de julho de 2017 a Câmara Legislativa aprovou a Lei Nº 5.936, que tratava da mesma temática, inviabilizando a proposta apresentada pelo Governo do DF.

2018

A fim de promover os direitos da primeira infância (crianças de 0 a 6 anos de idade) do DF, a SECRIANÇA deu continuidade ao trabalho de coordenação do Comitê Distrital pela Primeira Infância, conforme Decreto nº 34.136 de 05/02/2013 e Decreto 36.509 de 22/05/2015. Coordenado pela Secriança, o Comitê organizou a 3ª Semana do Bebê do Distrito Federal, apoiou na organização do Seminário do Programa Criança Feliz e vem acompanhando a implementação do Programa no Distrito Federal. Em 2018 realizou a terceira edição da Semana do Bebe, nos dias 13 a 22 de abril, com o tema “O Direito de Brincar!”. Foi novamente organizada pelo Comitê Distrital pela Primeira Infância em parceria com as Secretarias de Estado, Sociedade Civil, Sistema de Justiça e Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, a III Semana do Bebê do DF contou com uma programação de lazer para crianças e famílias, formação profissional, atendimento jurídico e ações em saúde. Foram realizadas 6 atividades específicas que mobilizaram uma média de 2.280 pessoas, além da adesão das 540 equipes de saúde que atenderam 2.023 crianças sob a perspectiva do brincar para o desenvolvimento infantil.

35. Desenvolver campanhas, mobilizar a sociedade e fomentar atividades que promovam os direitos de crianças e adolescentes na perspectiva do enfrentamento às violações de direitos (SECRIANÇA);

2016

Conforme planejamento da SECRIANÇA foram realizadas diversas campanhas de mobilização com o objetivo de sensibilizar a sociedade e articular as entidades do Poder Público e da Sociedade Civil sobre o enfrentamento às violações de direitos, tais como o trabalho infantil e o abuso e exploração sexual, dentre outras, e a promoção dos direitos de crianças e adolescentes. Trata-se de uma ação contínua, com calendário definido e ampliado anualmente.

Campanha de Proteção à Criança e ao Adolescente no Carnaval, com mobilização dos Conselhos Tutelares e distribuição de material; Campanha de Enfrentamento a Violência Sexual - 18 de maio: Dia Nacional de Luta contra o Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, 37 ações com a rede de proteção dos direitos da criança e do adolescente; Campanha de Mobilização para o Dia 12 Junho - Trabalho Infantil, cerca de 20 ações com a rede de proteção; Mês da Criança, ação de lançamento da campanha ‘Direito de ser criança. Direito de ser feliz.’, festa do dia das crianças e Campanha de Arrecadação de Brinquedos 2016.

2017

Conforme planejamento da SECRIANÇA, foram realizadas campanhas de mobilização com o objetivo de sensibilizar a sociedade e articular as entidades do Poder Público e da Sociedade Civil sobre o enfrentamento às violações de direitos, tais como o trabalho infantil e a violência sexual e a promoção dos direitos de crianças e adolescentes. Trata-se de uma ação contínua, com calendário definido e ampliado anualmente. Em 2017 a SECRIANÇA trabalhou com cerca de 80 parceiros para a adesão e divulgação das campanhas nas diferentes regiões administrativas do DF e RIDE com fomento de informações sobre as temáticas, mapeamento das atividades locais, distribuição de materiais gráficos, atividades educativo-culturais, solenidades de abertura das campanhas, seminários e oficinas.

São as campanhas: Campanha de Proteção à Criança e ao Adolescente no Carnaval; Campanha da Ação Coletiva para a Proteção de Crianças e Adolescentes durante as Olimpíadas de 2016 - “Respeitar, Proteger, Garantir - Todos Juntos pelos Direitos das Crianças e Adolescentes”; Campanha de Enfrentamento a Violência Sexual - 18 de maio: Dia Nacional de Luta contra o Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, Campanha de Mobilização para o Dia 12 Junho - Dia Mundial contra o Trabalho Infantil; Semana do Bebê – Mobilização pelos Direitos na Primeira Infância, Mês da Criança – “Direito de Ser Criança, Direito de Ser Feliz” e “Direito de Ser Criança, Direito de Brincar”, e Campanha de Arrecadação de Brinquedos para os Conselhos Tutelares e as crianças vinculadas ao Banco de Alimentos da Central de Abastecimento do DF que reuniu 17.000 brinquedos em 2016 e 23.000 brinquedos em 2017.

2018

Em 2018 foram realizadas campanhas de mobilização com o intuito de sensibilizar a sociedade e articular as entidades do Poder Público e da Sociedade Civil sobre o enfrentamento às violações de direitos, tais como o trabalho infantil, a violência sexual e a promoção dos direitos de crianças e adolescentes. Trata-se de uma ação contínua, com calendário definido. As campanhas realizadas durante o ano de 2018 foram: Campanha de Carnaval 2018, Campanha - 18 de Maio: Dia Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, Campanha - 12 de junho: Dia Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, Campanha de Arrecadação de Brinquedos 2018. Entretanto, no referido ano a Campanha de Arrecadação de Brinquedos não pôde ter divulgação ampla à sociedade, em razão de óbice da legislação eleitoral.

36. Realizar eventos com o objetivo de difundir o sistema de garantias de direitos das crianças, adolescentes e juventude do Distrito Federal (SECRIANÇA);

2016

✓ Semana do Bebe - Apresentação e debate do filme "O Começo da Vida" e Lançamento do Guia Metodológico de Fomento à Participação Infantil nas Políticas Públicas e Audiência Pública: "O Bebe sujeito de direitos no contexto do plano distrital pela primeira infância".

✓ 18 de maio - Show pela Vida em parceria com o Comitê Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, CDCA/ DF e Fórum nacional PETI,

✓ Trabalho Infantil - Seminário Trabalho Infantil - Diálogos Sobre uma Experiência Coletiva em parceria com o CEASA e o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.

✓ Construção do Plano Decenal dos Direitos da Criança e Adolescente - foram realizadas 04 Oficinas Abertas com a participação da rede de atendimento, organizações da sociedade civil e adolescentes para discussão e elaboração do Plano.

✓ Conferências foram realizadas 04 Conferências Regionais e 01 Conferência Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente.

✓ 2º Encontro Nacional de Centros de Atendimento Integrado e Capacitação da Rede - Curso promovido pela SECRIANÇA em parceria com a Childhood Brasil e UNICEF para a capacitação da rede de atendimento a criança e adolescente vítima de violência sexual. Foi realizado nos dias 21 a 24 de março de 2016 com a participação de 260 pessoas.

2017

A Secriança realizou diversos eventos com os parceiros da rede de atenção a criança e ao adolescente no intuito de difundir o sistema de garantia de direitos, tais como:

✓ Ação do trem da proteção no Metro DF por ocasião do 18 de maio; 2º e 3º Encontros Nacionais de Centros de Atendimento Integrado e Capacitação da Rede; Festa do dia das crianças; Lançamento da Campanha de Arrecadação de Brinquedos; Atividade de Lançamento da Semana do Bebê, entre outras.

✓ Lançamento da Campanha de Proteção no Carnaval na atividade de pré-carnaval do Bloco Suvaquinho da Asa; Seminário Distrital de Enfrentamento a Violência e a Exploração Sexual de Crianças e adolescentes; Lançamento do Programa Criança Candanga, 3 reuniões com o Comitê executivo do Programa, 13 reuniões bilaterais com órgãos e empresas do GDF e 1 reunião com conselhos de direitos e setorias referentes a área da infância. Inauguração do Centro Integrado 18 de Maio, Atividade de lazer para famílias e bebês no parque da Cidade, Audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 821/2015 que trata o Marco Legal da Primeira Infância no DF; Oficina Crescer sem Violência; 04 Rodas de Conversas sobre os Direitos da Criança e do Adolescente na Semana Universitária da UnB; 02 Encontros de fortalecimento de redes na Universidade UNIP; 02 Palestras sobre violência contra mulheres Crianças e adolescentes em escolas e Universidades, Participação nas atividades dos 16 dias de ativismo contra a violência de mulheres e meninas; Seminário sobre a Lei 13.431/2017 e o Atendimento Integrado às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violências; Aniversário do Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio; Apresentações da Experiência do Centro Integrado 18 de Maio em 02 cidades do Brasil; Festa do dia das crianças com 03 ações descentralizadas; entre outras.

2018

A Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal realizou diversos eventos com os parceiros da rede de atenção à criança e ao adolescente no intuito de difundir o sistema de garantia de direitos, tais como:

✓ III Semana do Bebê

✓ 8º Fórum Mundial da Água (Programa Criança Candanga)

✓ Carnaval 2018: Bloco de Carnaval Baratinha

✓ "Uma Ação Pela Proteção", em comemoração à campanha do 18 de Maio e 12 de Junho

✓ Blitz da Proteção: 18 de Maio, evento para conscientização de enfrentamento à violência Sexual

- Distrito Federal
- ✓ Assinatura, pelo Governador, do Decreto nº 39.087, de 29 de maio de 2018, que institui a Política Inter setorial de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes no Distrito Federal
 - ✓ II Congresso Brasileiro de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes Eventos
 - ✓ Seminário da Política Distrital de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e Escuta Especializada.
 - ✓ 4ª Reunião do Comitê Executivo do Programa Criança Candanga.

37. Capacitar 100% dos servidores (SECRIANÇA);

2016

A SECRIANÇA tem oferecido muitos cursos, a maioria voltada para o Sistema Socioeducativo, área que conta com o maior número de servidores da Secretaria e de grande importância para as políticas públicas a crianças e adolescentes. Outros cursos foram ofertados pela Escola de Governo – EGOV, a maioria direcionada a atividades administrativas.

2017

A SECRIANÇA ofereceu diversos cursos, seminários e workshops voltados para atividades administrativas e de gestão, bem como para as políticas públicas a crianças e adolescentes, como podemos citar: capacitação de Conselheiros Tutelares, capacitação para a equipe especializada em atendimento às vítimas de violência sexual no Centro de Atendimento Integrado para Crianças e Adolescentes e capacitação voltado para o Sistema Socioeducativo.

Além dos organizados pela Pasta, foram oferecidos cursos pela Escola de Governo do DF – EGOV e outras instituições governamentais. Os servidores desta pasta participaram de 60 daqueles ofertados.

2018

Foram capacitados 1.084 servidores (de 2590 servidores o total) na Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do DF, configurando 41,85% dos servidores a serem capacitados.

38. Atender uma média de 9.000 pessoas, a cada ano, em Projetos Sociais (CBMDF);

2016

O programa Bombeiro Mirim é voltado para crianças e adolescentes de 7 a 14 anos realizando atividades da cultura de prevenção a acidentes domésticos em instruções semelhantes às atividades de bombeiro quanto a prevenção de incêndio, primeiros socorros, salvamento e instrução militar. Acontecem ainda atividades educativas de música, artesanato, artes, cidadania, educação de trânsito e vídeos, bem como atividades esportivas com as modalidades de futebol, futsal, voleibol, basquete, karatê, natação e atletismo. Acontecem ainda atividades recreativas e culturais por meio de visitas, passeios e gincanas e comemorações.

As atividades acontecem em 12 regiões administrativas de segunda a sexta-feira nos turnos matutino e vespertino coordenadas por bombeiros militares e auxiliadas por voluntários.

2017

Os Programas Sociais do CBMDF atenderam, em 2017: 5.773 doadoras de leite humano; 1.600 crianças e adolescentes no Programa Bombeiro Mirim; 81 crianças no programa de Taekwondo; 910 idosos no Programa Bombeiro Amigo; 3 pessoas no Programa Cão Guia; e 3.868 usuários no Programa Caminhando com a Saúde. As ações totalizaram um número de 12.232 pessoas atendidas em 2017, o que corresponde a um aumento de 35,91% da meta projetada para o ano de 2017.

A Assessoria de Programas Sociais manteve todas as unidades de atendimento dos Programas em funcionamento em 2017 e os objetivos previstos para o período foram atingidos de acordo com as metas projetadas.

2018

Os Programas Sociais do CBMDF atenderam, em 2018: 6.090 doadoras de leite humano; 1.827 crianças e adolescentes no Programa Bombeiro Mirim; 63 crianças no programa de Taekwondo; 880 idosos no Programa Bombeiro Amigo; 2 (duas) pessoas no Programa Cão Guia; e 9.002 usuários no Programa Caminhando com a Saúde.

As ações totalizaram um número de 16.984 pessoas atendidas em 2018, o que corresponde a um aumento de 38,84% da meta projetada para o ano de 2018. A Assessoria de Programas Sociais manteve todas as unidades de atendimento dos Programas em funcionamento em 2018 e os objetivos previstos para o período foram atingidos de acordo com as metas projetadas.

A coleta de leite humano realizada pelos militares da Assessoria de Programas Sociais em parceria com a Secretaria de Saúde do DF atingiu a meta desejada. O programa continua com o nº de 24 militares disponíveis para a execução das coletas em domicílio. A meta de coleta de leite humano foi superior ao número previsto para o período.

39. Coletar uma média de 13.586 litros de leite materno a cada ano (CBMDF);

2016

Essa meta reflete os mesmos interesses da meta 10.

2017

A coleta de leite humano realizada pelos militares da Assessoria de Programas Sociais em parceria com a Secretaria de Saúde do DF atingiu a meta desejada. O programa continua com o nº de 24 militares disponíveis para a execução das coletas em domicílio. A meta de coleta de leite humano foi superior ao número esperado para o período.

2018

A coleta de leite humano realizada pelos militares da Assessoria de Programas Sociais em parceria com a Secretaria de Saúde do DF atingiu a meta desejada. O programa continua com o mesmo quantitativo de militares (24) disponíveis para a execução das coletas em domicílio

40. Capacitar uma média de 175 profissionais da rede de proteção e promoção social, acerca do tema violência sexual contra crianças e adolescentes, a cada ano (SECRINANÇA);

2016

Para a realização dessa meta foram realizadas três atividades de capacitação em parceria com a rede de atendimento a criança e o adolescente.

No primeiro Semestre de 2016, no contexto do processo de implantação do Centro de Atendimento Integrado 18 de maio, foi realizado em parceria com a Childhood/Brasil e o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, o *II Encontro Nacional dos Centros de Atendimento Integrado e Capacitação da Rede* com o objetivo de capacitar os profissionais da rede de proteção para atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. O evento teve três dias de duração e contou com 190 participantes.

No segundo semestre de 2016 foi realizada a 4ª edição do Curso de Formação Continuada em Prevenção à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes para os profissionais da rede de promoção e proteção, em parceria com Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação – EAPE, com carga horária de 60 horas.

O curso formou 103 profissionais e trabalhou os conceitos teóricos sobre abuso e exploração sexual; a compreensão do funcionamento da rede de proteção de crianças e adolescentes no DF envolvendo as violações de direito; o conhecimento das principais características das crianças e/ou adolescentes vítimas de violência sexual e estabelecimento no âmbito da comunidade escolar, assistência social, justiça e Conselhos Tutelares de estratégias de enfrentamento à violência sexual de forma preventiva com o apoio da rede de proteção local.

Também no segundo semestre aconteceu a Oficina Crescer sem Violência como fruto da parceria entre a Secretaria da Criança, o Canal Futura e o Comitê Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, tendo como objetivo o fortalecimento da rede de proteção local na defesa dos direitos da criança e do adolescente para atuar na prevenção e no enfrentamento às violências sexuais, por meio do uso pedagógico do kit educativo Crescer sem Violência. A oficina atendeu 21 participantes. Foram contemplados no total de 314 profissionais.

2017

Com o intuito de capacitar a rede sobre esta temática, a Secriança realiza desde 2012 o Curso de Formação Continuada em Prevenção à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes em parceria com a Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação – EAPE possibilitando aos servidores, conselheiros tutelares, professores e demais membros da rede de atenção à crianças e ao adolescente, o alinhamento teórico e prático sobre a sua atuação no enfrentamento a violência sexual contra essa população, assim como o entendimento dos conceitos básicos dos direitos humanos de crianças, adolescente e juventude e a perspectiva de enfrentamento àquela violação de direitos na abordagem de redes. Em 2017 o curso aconteceu em sua 5ª edição, tendo carga-horária total de 60 horas. Em 2017 foram dois turnos, 118 inscritas e 55 que o finalizaram.

Em 2017 foi realizado o I Seminário sobre a Lei 13.431/2017 e o Atendimento Integrado às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violências e III Encontro Nacional dos Centros de Atendimento Integrado e contou com a participação de 329 pessoas. Essas atividades foram um momento de aprimoramento das metodologias de trabalho para o atendimento integrado às crianças e adolescentes vítimas de violências, e no *advocacy* da plataforma dos Centros Integrados para os novos gestores das capitais dos estados brasileiros, que iniciaram mandatos a partir de janeiro deste ano. Foi uma importante atividade para a capacitação, articulação e aproximação da rede do DF (Conselhos Tutelares, Polícia civil, sistema de justiça, servidores da saúde, etc) e Estados, além dos servidores do Centro Integrado 18 de maio.

Em 2017 houve também uma Formação dos Conselheiros Tutelares sobre a Lei 13.431/2017 e os Fluxos do Centro Integrado 18 de Maio. A formação foi criada com o intuito de formar os conselheiros para a atuação frente à nova legislação que trata da proteção a crianças e adolescentes vítimas de violência, alinhando o trabalho e a parceria do Centro com os Conselhos. A formação aconteceu em dois dias e contou com 70 conselheiros.

2018

Neste ano ocorreram duas edições do curso de natureza presencial com carga horária de 60 horas. No primeiro semestre as aulas iniciaram no dia 16 de março e foram até 18 de junho de 2018, todas às segundas-feiras na Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação - EAPE. As aulas foram ministradas por profissionais especialistas em diferentes temáticas convergentes ao curso. Como resultado ocorreu a formação de 57 profissionais de diferentes áreas. No segundo semestre as aulas iniciaram no dia 27 de Agosto de 2018 e a EAPE disponibilizou 60 vagas, formando 35 profissionais de diferentes áreas.

Ocorreu também o Seminário da Política Distrital de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e Escuta Especializada. Este evento foi de grande importância e teve o intuito de divulgar a Política Distrital de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes e a metodologia de Escuta Especializada no atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, bem como construir o Plano Distrital de Enfrentamento a Violência Sexual a ser encaminhado pelo comitê ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal.

41. Atender uma média de 85 crianças e adolescentes a cada ano no Centro de Atendimento Integrado a Crianças e Adolescentes vítimas de violência sexual (SECRIANÇA).

2016

O Centro de atendimento integrado de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, denominado Centro de Atendimento integral 18 de Maio, foi inaugurado pelo Governador do Distrito Federal em outubro de 2016. A partir de sua inauguração, em novembro, os servidores iniciaram um processo de capacitação, realizado em parceria com a Childhood Brasil e o TJDF, na escuta especializada de crianças e adolescentes. Como o atendimento do Centro requer uma especialização em seu atendimento a gestão optou pela formação inicial de seu corpo de servidores para depois iniciar o atendimento a comunidade. Neste sentido, os últimos dois meses do ano de 2016 foram concentrados na capacitação dos servidores e no mapeamento e articulação da rede de atendimento para que em janeiro de 2017 o Centro iniciasse os atendimentos.

2017

O Centro tem como objetivo atender crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e suas famílias, de uma forma integrada e especializada, evitando a revitimização. Nesse sentido a equipe realiza diversos procedimentos: escuta especializada, estudo psicossocial, acompanhamento das famílias ao hospital, acompanhamento das famílias ao IML, elaboração de relatório psicossocial e encaminhamentos para a rede de proteção. No ano de 2017 o Centro atendeu 257 crianças e adolescentes e suas respectivas famílias e realizou 1.354 procedimentos.

Outra vertente de trabalho do Centro é a aproximação da rede de atendimento e do Sistema de Garantia de Direitos e o nivelamento conceitual da rede de atendimento de forma que os casos tenham mais celeridade no atendimento. Nesse sentido foram realizados 11 estudos de casos, 121 reuniões com a rede de proteção, 22 supervisões ministradas pelo TJDF, 44 conferências, seminários ou encontros, 7 cursos/palestras, 8 visitas de outros estados/países no Centro, duas reuniões entre os demais Centros do País e 2 viagens para a disseminação do Centro.

2018

Em 2018, o Centro realizou o atendimento de 289 crianças e adolescentes e de suas famílias, com o objetivo de realizar as primeiras ações de proteção, bem como de articular junto à rede proteção as ações necessárias para continuidade do acompanhamento desses usuários. Além disso, foram realizadas 25 reuniões de equipe com a participação dos servidores lotados no Centro.

Em relação à articulação junto à rede de atendimento e proteção do Distrito Federal, foram realizadas 58 reuniões com equipes diversas (Polícia Militar, equipes de apoio pedagógico da Secretaria de Educação do DF, equipe de saúde mental da Secretaria de Saúde do DF, equipe de atendimento do NAI/SECRIANÇA, Coordenadores dos Conselhos Tutelares do DF, entre outras) com vistas à aproximação dos serviços, pactuação e fortalecimento de fluxos de atendimento e encaminhamento, além da construção de metodologias de atendimento e de escuta especializada.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1763	TAXA DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA PREVISTA NA LEI MARIA DA PENHA (Itens incluídos, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	UNIDADE	879,1	31/12/2016	-	-	-	-	861,50	-	844,3	SUBSECRETARIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO / SSP / UO 24101 / OE 5
1764	ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL GERAL (Itens incluídos, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	UNIDADE	5,61	30/10/2017	-	-	-	-	6,20	-	5,93	SUBSECRETARIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO / SSP / UO 24101 / OE 5
1765	ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL FEMININO (Itens incluídos, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	UNIDADE	7,09	30/10/2017	-	-	-	-	6,57	-	6,33	SUBSECRETARIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO / SSP / UO 24101 / OE 5
1766	ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL JUVENIL (Itens incluídos, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	UNIDADE	6,24	30/10/2017	-	-	-	-	6,41	-	6,18	SUBSECRETARIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO / SSP / UO 24101 / OE 5
1767	TAXA DE FEMINICÍDIO / 100.000 HABITANTES (Itens incluídos, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	TAXA/ 100.000	1,25	24/08/2018	-	-	-	-	1,1	1,93	1,0	SUBSECRETARIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO / SSP / UO 24101 / OE 5

Justificativas 2016

Indicador 1602 - Redução da Vulnerabilidade (Social e Criminal). Jovem: A Subsecretaria de Gestão da Informação/SSP - SGI/SSP informou que os referidos indicadores necessitam da manipulação de bases de dados as quais esta Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social não possui acesso. Assim a SGI propõe os seguintes os seguintes indicadores para o PPA 2016-2019: Índice de Vulnerabilidade Social Geral, Índice de Vulnerabilidade Social Feminino, e Índice de Vulnerabilidade Social Juvenil.

Indicador 1603 - Redução da Vulnerabilidade (Social e Criminal) - Reincidência de Egressos: A Subsecretaria de Gestão da Informação/SSP - SGI/SSP informou que os referidos indicadores necessitam da manipulação de bases de dados as quais esta Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social não possui acesso. Assim a SGI propõe os seguintes os seguintes indicadores para o PPA 2016-2019: Índice de Vulnerabilidade Social Geral, Índice de Vulnerabilidade Social Feminino, e Índice de Vulnerabilidade Social.

Indicador 1604 - A principal dificuldade para aferir os indicadores é encontrada no balcão de atendimento das delegacias e de outros órgãos de registro, existe ainda, a cultura de não registrar os dados para detalhamento de ocorrências os quais irão subsidiar a atualização dos indicadores.

Indicador 1605 - A principal dificuldade para aferir os indicadores é encontrada no balcão de atendimento das delegacias e de outros órgãos de registro, existe ainda, a cultura de não registrar os dados para detalhamento de ocorrências os quais irão subsidiar a atualização dos indicadores.

Indicador 1606 - A principal dificuldade para aferir os indicadores é encontrada no balcão de atendimento das delegacias e de outros órgãos de registro, existe ainda, a cultura de não registrar os dados para detalhamento de ocorrências os quais irão subsidiar a atualização dos indicadores.

Indicador 1608 - Taxa de satisfação ao atendimento às vítimas de violência sexual no Centro de Atendimento Integrado para Crianças e Adolescentes, não alcançado por não se aplicar às diretrizes de gestão, tendo em vista que as crianças e os adolescentes atendidos no Centro encontram-se em uma situação extremamente delicada, tendo como causa de estarem sob atendimento, uma violência sexual, e suas famílias encontram-se em processo de reorganização, frente à revelação da violência.

Justificativas 2017

Indicador 1602 - 2017 - Redução da Vulnerabilidade (Social e Criminal) jovens: A Subsecretaria de Gestão da Informação/SSP - SGI/SSP informou que os referidos indicadores necessitam da manipulação de bases de dados as quais está Secretaria de Estado da Segurança Pública e d a Paz Social não possui acesso. Assim a SGI propõe os seguintes indicadores para o PPA 2016-2019: Índice de Vulnerabilidade Social Geral, Índice de Vulnerabilidade Social Feminino, e Índice de Vulnerabilidade Social Juvenil.

Indicador 1603 - 2017 - Redução da Vulnerabilidade (Social e Criminal) - Reincidência de Egressos: A Subsecretaria de Gestão da Informação/SSP - SGI/SSP informou que os referidos indicadores necessitam da manipulação de bases de dados as quais está Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social não possui acesso. Assim a SGI propõe os seguintes indicadores para o PPA 2016 -2019: Índice de Vulnerabilidade Social Geral, Índice de Vulnerabilidade Social Feminino, e Índice de Vulnerabilidade Social.

Indicador 1604 - Não é possível calcular o índice alcançado, pois é um dado de apuração e responsabilidade da SSP/DF, cuja principal dificuldade é encontrada no balcão de atendimento das delegacias e de outros órgãos de registro, existindo ainda, a cultura de não registrar a ocorrência

Indicador 1605 - Não é possível calcular o índice alcançado, pois é um dado de apuração e responsabilidade da SSP/DF, cuja principal dificuldade é encontrada no balcão de atendimento das delegacias e de outros órgãos de registro, existindo ainda, a cultura de não registrar a ocorrência

Indicador 1606 - Não é possível calcular o índice alcançado, pois é um dado de apuração e responsabilidade da SSP/DF, contudo foram realizados 22.372 atendimentos a mulheres vítimas de violência de gênero em 2017 nas seguintes unidades: Casa da Mulher Brasileira, Casa Abrigo, Unidades Móveis, Centros Especializados de Atendimento à Mulher, Núcleos de Atendimento às Mulheres e aos Autores de Violência Doméstica.

Indicador 1608 - Não alcançado por não se aplicar às diretrizes de gestão, tendo em vista que as crianças e os adolescentes atendidos no Centro encontram-se em uma situação extremamente delicada, tendo como causa de estarem sob atendimento, uma violência sexual, e suas famílias encontram-se em processo de reorganização, frente à revelação da violência. Assim, questionar acerca do nível de satisfação após o atendimento não nos é possível como em outros serviços.

Justificativas 2018

Indicador 1763 - Índice não informado pela Unidade.

Indicador 1764 - Índice não informado pela Unidade.

Indicador 1765 - Índice não informado pela Unidade.

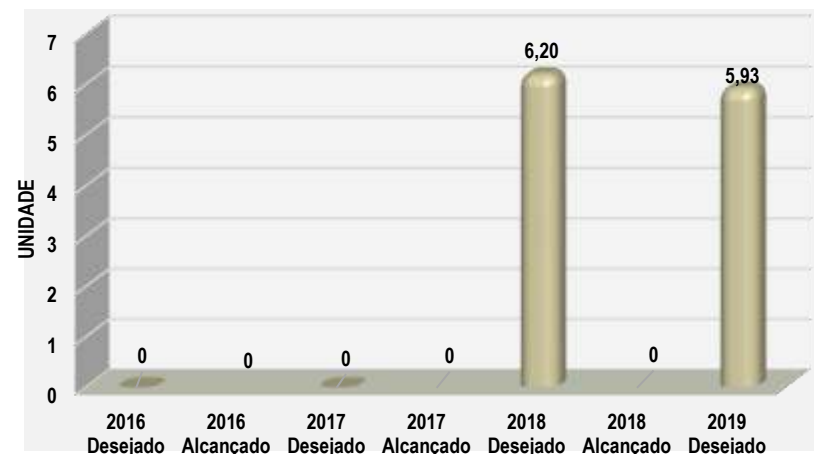
Indicador 1766 - Índice não informado pela Unidade.

Indicador 1767 - Segundo a SSP foram registrados 29 casos de feminicídio em 2018. Para calcular o Índice Alcançado, foi utilizado a fórmula: $\text{Numero de Feminicídio} \times 100.000 / \text{População Feminina estimada no DF}$.

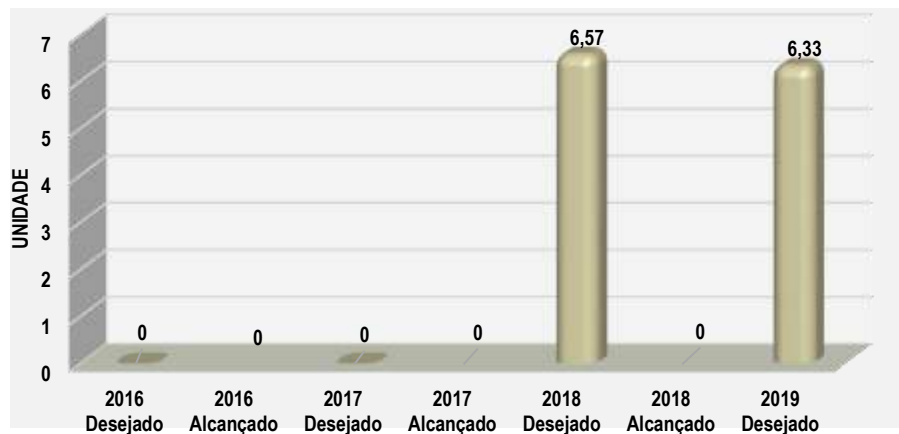
TAXA DE MULHERES VÍTIMAS DOMÉSTICAS PREVISTAS NA LEI MARIA DA PENHA



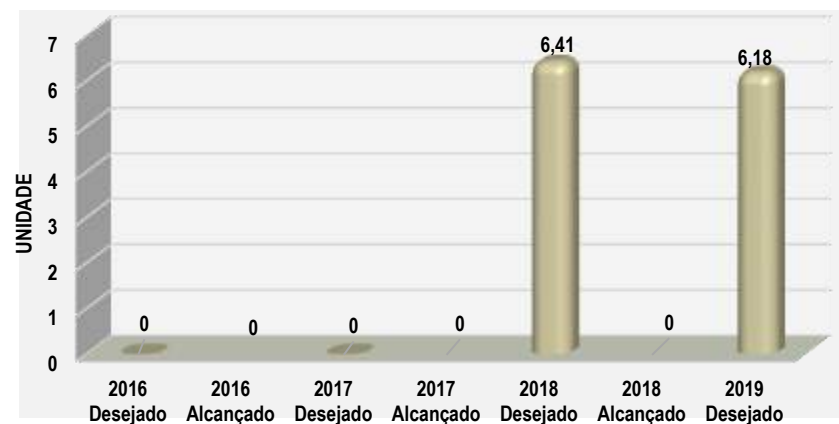
ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL GERAL



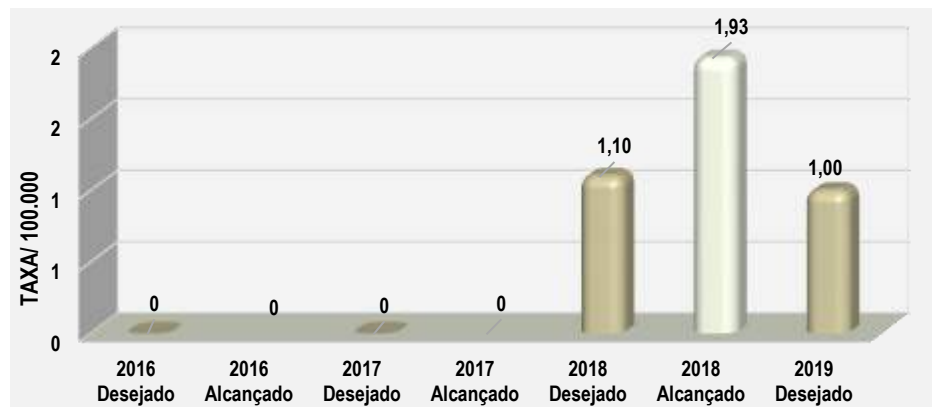
ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL FEMININO



ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL JUVENIL



TAXA DE FEMINICÍDIOS/ 100.000 HABITANTES



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6217	5	1	Criação do Conselho Distrital de Segurança Pública do DF; (SSP)	24101	100	<p>2016 Publicação do DECRETO Nº 37.554, DE 17 DE AGOSTO DE 2016. Altera o Decreto nº 36.909, de 25 de novembro de 2015, que cria o Conselho Distrital de Segurança Pública – CONDISP e Publicação da PORTARIA Nº 101, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016. Torna pública a composição do Conselho Distrital de Segurança Pública do Distrito Federal - CONDISP para o biênio 2016-2018.</p> <p>2017 A implementação da ação aconteceu no ano de 2016.</p> <p>2018 A implementação da ação aconteceu no ano de 2016.</p>
6217	5	2	Revisão do Portfolio de Projetos Temáticos para a Cultura de Paz; (SSP)	24101	100	<p>2016 A Carteira de Projetos Temáticos foi atualizada por meio da Matriz de Priorização de Projetos.</p> <p>2017 A Carteira de Projetos Temáticos foi atualizada por meio da Matriz de Priorização de Projetos.</p> <p>2018 A Carteira de Projetos Temáticos é anualmente atualizada por meio da Matriz de Priorização de Projetos.</p>
6217	5	3	Funcionamento da Câmara Técnica de Combate à Violência contra a Mulher; (SSP)	24101	100	<p>2016 Ação não orçamentária não implementada.</p> <p>2017 Ação orçamentária não implementada.</p> <p>2018</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						Ação implementada. A SSPDF criou a Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios e Feminicídios – CTMHF por meio da Portaria Nº 176, de 13 de setembro de 2018 (DODF Nº 179, de 19 de setembro de 2018).
6217	5	4	Funcionamento da Câmara Técnica de Atenção a Pessoas em Situação de Rua; (SSP)	24101	100	<p>2016 Câmara Técnica Segurança: Pessoas em Situação de Rua e de Drogas, vinculada ao Comitê Executivo de Cultura de Paz com foco na segurança comunitária, conforme Portaria nº 06 de 18 de março de 2016, publicada no DODF nº 54, de 21 de março de 2016.</p> <p>2017 Ação implementada em 2016.</p> <p>2018 Ação implementada no ano de 2016.</p>
6217	5	5	Estabelecer articulação com a rede de serviços especializados e não especializados nas regiões onde os CEAMs serão implantados; (SEDESTMIDH)	25101	-	<p>2016 Ações e atividades realizadas em 2016: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Roda de conversas com o IFB em Planaltina, com 20 professores participantes. ✓ Palestra no CECOSAL – Centro Comunitário São Lucas, com 30 pessoas.] </p> <p>2017 Em 2017 os servidores dos CEAMs, NAFAVDs, Casa Abrigo e Unidades Móveis participaram ativamente das reuniões mensais e das ações promovidas pelas redes locais, compostas por serviços como os CREAS, CRAS, o Pró-Vítima da SEJUS; os PAVs da SES-DF; a DEAM da PCDF; o PROVID da PMDF; o Núcleo de Defesa da Mulher da DPDF; o Centro Judiciário da Mulher do TJDF; o Núcleo de Gênero Pró- Mulher do MPDFT; e pela sociedade civil, como forma de aprimoramento do trabalho e atendimento global das demandas, visto o benefício do trabalho em rede, especialmente no atendimento às mulheres em situação de violência Doméstica.</p> <p>2018 Em 2018, assim como em 2017, os servidores dos CEAMs, NAFAVDs, Casa Abrigo e Unidades Móveis participaram ativamente das reuniões mensais e das ações promovidas pelas redes locais, compostas por serviços como os CREAS, CRAS, o Pró-Vítima da SEJUS; os PAVs da SES-DF; a DEAM da PCDF; o PROVID da PMDF; o Núcleo de Defesa da Mulher da DPDF; o Centro Judiciário da Mulher do TJDF; o Núcleo de Gênero Pró- Mulher do MPDFT; e pela sociedade civil, como forma de aprimoramento do trabalho e atendimento global das demandas, visto o benefício do trabalho em rede, especialmente no atendimento às mulheres em situação de violência Doméstica</p>
6217	5	6	Sensibilizar e qualificar para a temática do racismo, sob a perspectiva de direitos humanos, 800 profissionais da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Paz Social; (SEDESTMIDH) (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	25101	X	<p>2016 Não houve implementação pela ausência de liberação de orçamento para implementação dos projetos.</p>
6217	5	7	Confeccionar protocolo de atendimento para o Disque Racismo e para Delegacias que recebam denúncias de racismo; (SEDESTMIDH)	25101	-	<p>2016 No ano de 2016, foi elaborada minuta de instrução normativa que regulamenta o fluxo da coleta das manifestações oriundas do Disque Racismo e o Protocolo de Atendimento a ser utilizados pelos atendentes do Disque Racismo. A minuta foi elaborada com a participação da representante da Delegacia Especial de Repressão aos Crimes, por Discriminação Racial, Religiosa, ou por Orientação Sexual, ou Contra a Pessoa Idosa ou Com Deficiência (DECRIN). Neste sentido, tal protocolo poderá servir de indicativo às outras Delegacias e deverá ser objeto de diálogo com representante da SSP.</p> <p>2017</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						Publicação da Instrução Normativa nº 02, a qual institui o fluxo de demandas do Disque Racismo e o protocolo de atendimento para melhoria na prestação de serviços ao cidadão, no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) nº158, 17 de agosto de 2017, pág. 10. 2018 A estrutura, na qual contém as unidades administrativas de que trata a solicitação, foi remanejada para a SEJUS, entre elas o <i>acervo documental e processual</i> , conforme dispõe o Parágrafo Único do artigo 53, do Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019. Processo SEI nº00400-00012624/2019-11
6217	5	8	Elaborar material didático sobre racismo; (SEDESTMIDH) (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	25101	X	2016 Não houve implementação pela ausência de liberação de orçamento para implementação dos projetos.
6217	5	9	Fazer registro audiovisual do processo de formação em direitos humanos de 400 mulheres negras (projeto "mulheres negras"); (SEDESTMIDH) (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	25101	X	2016 O recurso da carta de consulta BID foi inviabilizado por não se tratar de prioridade no PAF DF.
6217	5	10	Estabelecer parceria para a reformulação dos cursos formativos para as Polícias Militar e Civil com a inserção da temática racial e da importância de se trabalhar o racismo institucional nas práticas policiais; (SEDESTMIDH) (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	25101	X	2016 Não houve implementação pela ausência de liberação de orçamento para implementação dos projetos.
6217	5	11	Sensibilizar policiais sobre direitos humanos e racismo, incluindo realização de atividades culturais que envolvam musicalidade, dramaturgia, práticas desportivas, artes gráficas e dança para adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidades sociais (projeto "sou da sua rua"); (SEDESTMIDH) (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	25101	X	2016 Não houve implementação pela ausência de liberação de orçamento para implementação dos projetos.
6217	5	12	Promover rodas de conversa com a juventude e policiais voluntários do projeto de combate ao racismo para formação política conjunta e implementação de políticas de	25101	X	2016 Não houve implementação pela ausência de liberação de orçamento para implementação dos projetos.

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			promoção de igualdade racial;(SEDESTMIDH) (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)			
6217	5	13	Articulação intersetorial; (SECRIANÇA)	51101	100	<p>2016 A promoção de políticas para crianças e adolescentes tem como uma das suas atribuições principais a articulação e o fomento para a garantia dos direitos da criança e do adolescente. Neste sentido em 2016 a SECRIANÇA iniciou o processo de construção do Programa Criança Candanga, que visa articular e fomentar a Política da Criança e do Adolescente no governo, e na sociedade, com destaque para as áreas: Direitos Humanos; Saúde; Assistência Social; Educação; Cultura, Esporte e Lazer; Segurança e Paz Social e Meio Ambiente. O programa foi construído com as seguintes pastas responsáveis pelas áreas acima, bem como com a governadoria e a colaboradora do Governo de Brasília Marcia Rollemberg. O programa foi lançado em abril de 2017.</p> <p>2017 A SECRIANÇA vem trabalhando com a articulação intersetorial em todas as suas ações. Nesse sentido compõe comitês, GTs e conselhos, realiza campanhas de forma integrada as Secretarias, ONGs e demais parceiros, implementou o Centro integrado 18 de Maio e lançou o Programa Criança Candanga em conjunto com a Governadoria.</p> <p>2018 A Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude fortaleceu a articulação setorial com as demais Secretarias de Estado do DF, organizações civis e famílias para a implementação e desenvolvimento das políticas públicas para crianças e adolescentes. Foram realizadas diversas reuniões com as autoridades das diversas pastas do Governo ligadas ao tema da infância, por meio das reuniões dos Comitês previstos através do Programa Criança Candanga.</p>
6217	5	14	Monitoramento e avaliação das políticas públicas para crianças, adolescentes e juventude; (SECRIANÇA)	51101	100	<p>2016 Para a criação do programa criança candanga, bem como para o comitê da primeira infância. Foi realizado um primeiro levantamento dos programas, ações e projetos de diversas secretarias. Importante ressaltar que a sistematização dessas ações não é fácil e com a implementação do Programa Criança Candanga essas informações serão coletados por um sistema de monitoramento.</p> <p>2017 - Este trabalho vem sendo realizado no âmbito do Programa Criança Candanga e está em andamento.</p> <p>2018 A Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude fortaleceu a articulação setorial com as demais Secretarias de Estado do DF, organizações civis e famílias para a implementação e desenvolvimento das políticas públicas para crianças e adolescentes. Foram realizadas diversas reuniões com as autoridades das diversas pastas do Governo ligadas ao tema da infância, por meio das reuniões dos Comitês previstos através do Programa Criança Candanga.</p> <p>SECR O monitoramento e avaliação do Programa Criança Candanga foi publicado através do Caderno Criança Candanga em parceria da SECRIANÇA com a SEPLAG e CODEPLAN, com os indicadores de todas as ações realizadas no GDF pelas diversas Secretarias de Estado.</p>
6217	5	15	Proposição de audiências públicas e participação em eventos regionais, nacionais e internacionais sobre direitos humanos de crianças e adolescentes; (SECRIANÇA)	51101	100	<p>2016 Em 2016 a SECRIANÇA participou ativamente da construção metodológica e da realização das 4ª Conferências Regionais, com a participação de 295 adultos, 88 jovens e 279 adolescentes, totalizando 662 pessoas, bem como da Conferência Distrital aconteceu nos dias 11 e 12/03/16. Realizou o 2º encontro nacional dos Centros de Defesa em março de 2016 com parceria da Childhood Brasil e Unicef; Participou como delegada da conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescentes entre outras ações. Participou de quatro audiências públicas na câmara distrital. Participação em eventos relacionados à criança e aos adolescentes na Câmara Federal. Participação na Construção do protocolo de atendimento a vítimas de violência sexual promovido pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos.</p> <p>2017</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						<p>Realizou 02 audiências públicas durante a Semana do Bebê, 02 seminários nacionais e 01 do DF na temática do enfrentamento a violência sexual, Lançamento do Programa Criança Candanga, 04 Conferências regionais e 01 Conferência Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente, 01 Seminário do DF sobre trabalho infantil, 02 Apresentações da Experiência do Centro 18 de Maio no Brasil; Participação em 02 Seminários Nacionais sobre enfrentamento a violência sexual e nas atividades nacionais de comemoração ao dia mundial de enfrentamento ao trabalho infantil, 02 Seminários nacionais sobre a primeira infância, participação em diversas audiências públicas sobre enfrentamento a violência sexual na CLDF e nas RAs do DF, dentre outras.</p> <p>2018 Foi realizada Audiência Pública na CLDF sobre as políticas de enfrentamento ao Trabalho Infantil.</p>
6217	5	16	Aprovar Projeto de Lei que dispõe sobre a política distrital da primeira infância. (SECRIANÇA)	51101	20	<p>2016 Após a apresentação do Projeto de Lei nº 821/2015 na Câmara Legislativa do DF, foram feitas 03 emendas supressivas (Nºs01, 02 e 03); 01 emenda substitutiva; além de apensarem ao PL os projetos de Lei nº 295/2015 e nº 267/2015. Desde o início do ano foram realizados contatos telefônicos e 05 reuniões com a assessoria da Secretaria Adjunta de Assuntos Legislativos da Casa Civil, reuniões com deputados, solicitando seus apoios. O trabalho foi finalizado com a criação do Substitutivo nº 01 que não corresponde a todos os anseios da Secretaria e do Comitê, mas foi o documento possível para o contexto vivenciado na Câmara Legislativa do DF. No entanto até o final do ano passado o PL não tinha sido colocado para a aprovação.</p> <p>2017 O Projeto de Lei (PL) foi apresentado à Câmara Legislativa do DF em Dezembro de 2015 e durante o ano de 2016 e 2017 a SECRIANÇA acompanhou seu trâmite. Após sofrer 03 emendas supressivas, 01 substitutiva e apensamento de outros dois PLs, foram realizadas negociações com os Deputados e Casa Civil para negociar sua viabilidade, no entanto no dia 28 de julho de 2017 a Câmara Legislativa aprovou a Lei Nº 5.936, de autoria da Deputada Sandra Faraj, que tratava da mesma temática, inviabilizando a proposta apresentada pelo Governo do DF.</p> <p>2018 O projeto de Lei foi inviabilizado em razão da publicação da Lei nº 5.936 que possuía a mesma temática, contudo a Política Distrital pela Primeira Infância continuou no âmbito da Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude para ser tratado no Comitê Distrital pela Primeira Infância. Coordenado pela SECRIANÇA, durante o ano de 2018, o Comitê organizou a 3ª Semana do Bebê do Distrito Federal, apoiou na organização do Seminário do Programa Criança Feliz e vem acompanhando a implementação do Programa no Distrito Federal.</p>

Análise dos Resultados do Objetivo Específico

2016/2018

SSP

Objetivo Específico “Cultura de Paz”: *enfrentar a violência e todas as formas de discriminação, combater ao racismo, sexismo, homofobia, lesbofobia, transfobia, tráfico de pessoas, trabalho infantil, violência sexual, física, letal e outras formas de violência, respeitando a vida e promovendo a solidariedade. “Fortalecer, ampliar e divulgar a rede de enfrentamento à violência, acolher vítimas e familiares, bem como proteger testemunhas”, caracteriza-se por expressar os elementos de ordem tática que devem nortear a coordenação de governo e a implementação eficaz da política pública de segurança e paz social. Também evidencia que a realidade posta é de violência de gênero, violência racial e violência contra segmentos sociais historicamente discriminados na sociedade. O foco na prevenção e na aproximação com esses segmentos historicamente discriminados e mais fortemente atingidos pela violência produzirá um efeito de cultura de paz em toda a sociedade. Em outras palavras, o escopo do objetivo cultura de paz é prevenir a violência com foco nos grupos mais fortemente atingidos por ela.*

Todas as ações são voltadas para disseminar valores da tolerância e coexistência humana sem preconceitos no âmbito no Sistema de Segurança Pública e Paz Social e, assim, na sociedade do Distrito Federal. Para tanto, propõe-se qualificar e estreitar as relações institucionais entre agentes do Sistema de Segurança Pública e Paz Social e as comunidades historicamente discriminadas.

Dessa forma, as políticas públicas preventivas, além de contribuírem substancialmente para o atingimento dos objetivos do programa, são os canais efetivos e recomendados para sustentar a pacificação social conquistada pela atuação conjunta e integrada dos órgãos de segurança pública.

Em síntese, o Programa Cultura de Paz define estratégias para a redução das vulnerabilidades sociais que afetam as comunidades mais violentas do DF, além da efetivação de práticas que ajudem a combater a criminalidade e o ciclo da violência, e divide-se em oito Subprogramas:

1. Egressos e pessoas em conflito com a lei;
2. Segurança comunitária: cooperação social e prevenção às violências;
3. Pessoas em situação de rua e drogas;
4. Gênero e LGBT;
5. Criança, adolescente e idoso;
6. Paz nas escolas;
7. Pessoas com deficiência;
8. Juventude e igualdade racial.

Diante da análise qualitativa das metas e ações, entendemos que a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social atingiu parcialmente o objetivo proposto.

Destacam-se em 2016 as seguintes ações: I) articulação de ações nas Áreas Integrada de Segurança Pública – AISP; II) participação na ação Centro Legal (policimento ostensivo); III) criação do Núcleo de Enfrentamento ao Homicídio; desenvolvimento dos Projetos Esporte à Meia Noite, Picasso não Pichava, Oficina de Cinema e Peça de Teatro Baby; IV); assinatura do protocolo de intenções entre a SSP/DF, MPDFT e o TJDFT para implantação do Programa de Segurança Pública Preventiva para Mulheres sob Medida Protetiva de Urgência; e V) publicação do Decreto 37.462, de 05 de julho de 2016, que dispõe sobre a denominação, finalidade, estrutura, composição, atribuições dos componentes, funcionamento, forma de atuação e criação de novos Conselhos Comunitários de Segurança do Distrito Federal.

Referente ao ano de 2017, são listadas as seguintes ações: I) Atividades desenvolvidas pelo Projeto Picasso não Pichava: Oficina de Capoeira, Oficina de Serigrafia, Oficina de Audiovisual/Cinema, entre outras. Público atendido: 344 (trezentos e quarenta e quatro) alunos; II) Atividades desenvolvidas pelo Projeto "Esporte a Meia Noite": Curso de Primeiros Socorros, atividades esportivas. Público atendido: 8.880 (oito mil, oitocentos e oitenta) alunos; III) Atividades desenvolvidas pelo Programa Viva Brasília nas Escolas: Palestras de Direitos Humanos, Bullying e Cultura de Paz. Público atendido: 80 (oitenta) alunos; IV) Criação da Diretoria de Segurança Comunitária; V) Realização do Seminário Internacional de Polícia Comunitária; VI) Lançamento do Programa de Segurança Preventiva para Ofendidas sob Medida Protetiva de Urgência - Sistema Viva Flor; e VII) Fortalecimento da articulação territorial por meio da realização de mais de 300 reuniões junto aos Conselhos Comunitários de Segurança - CONSEGs.

Referente ao ano de 2018, são listadas as seguintes ações:

I) Atividades desenvolvidas pelo Projeto Picasso não Pichava: oficinas nas áreas de Serigrafia, DJ, Audiovisual, Cinema, Pintura em Tela, Rimas e Pesias, Grafite e Capoeira, nas Regiões Administrativa de Ceilândia, Brasília (Asa Sul), Estrutural, Gama, Itapoá, Paranoá, Planaltina, Recantos das Emas e Samambaia: 528 (quinhentos e vinte e oito) alunos;

II) Atividades desenvolvidas pelo Projeto "Esporte a Meia Noite": atividades esportivas. Público atendido: 22.038 (vinte e dois mil e trinta e oito) alunos;

III) Atividades desenvolvidas pelo Programa Viva Brasília nas Escolas: atividades de direitos humanos e segurança cidadã. Público atendido: 160 (cento e sessenta) alunos;

IV) Realização do Curso Segurança Comunitária;

V) Atividades Realizadas pelo Teatro Pátria Amada (Teatro Comunitário). Público atendido em Oficinas e apresentações da Peça Baby: 630 (seiscentos e trinta) pessoas.)

VI) Consolidação do Programa de Segurança Preventiva para Ofendidas sob Medida Protetiva de Urgência - Sistema Viva Flor;

VII) Fortalecimento da articulação territorial por meio da realização de mais de 157 reuniões junto aos Conselhos Comunitários de Segurança - CONSEGs; e

VIII) Criação da Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios e Feminicídios – CTMHF.

SECRIANÇA

Referente ao ano de 2016: a Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude (SECRIANÇA) está alinhada com a Política Nacional de Direitos Humanos que tem como princípios norteadores o reconhecimento de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e que esses direitos são universais, com equidade e justiça social.

Nosso objetivo é a consolidação de uma Política que promova a garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes no âmbito da família, da sociedade e do Estado, respeitando as condições de pessoas com deficiência, as diversidades de gênero, orientação sexual, cultural, étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade e de opção política.

Nossas ações seguem as diretrizes da Convenção sobre os Direitos da Criança, do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes fundamentadas na universalidade e indivisibilidade dos direitos, intersetorialidade e atuação em rede.

As Políticas para Crianças e Adolescentes atuam em três linhas estratégicas, são elas:

- 1) Política de Formação Continuada em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes
- 2) Política de Enfrentamento às Violências contra Crianças e Adolescentes
- 3) Política de Promoção de Direitos de Crianças e Adolescentes

Para garantia dessas políticas públicas foram realizadas diversas ações, em especial:

1) A inauguração do **Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio**, que visa o atendimento multidisciplinar e humanizado de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, foi realizado no dia 25 de outubro de 2016, está localizado na 307 Sul e veio consolidar as políticas públicas pretendidas no Programa Temático 6217, Objetivo Específico 005. O nome 18 de Maio é uma referência ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

A unidade disponibiliza uma estrutura de profissionais que possibilitam a intersetorialidade e centralidade no atendimento de forma a evitar a revitimização com a repetição do relato dos fatos, aproximando os atendimentos protetivos, com enfoque psicossocial, da responsabilização do autor. O objetivo é a escuta especializada da criança e do adolescente, com profissionais extremamente capacitados, em que a oitiva ocorre sempre com o acompanhamento de um agente da polícia civil. Em todas as etapas do processo — da oitiva da criança ou do adolescente à responsabilização do autor —, o foco é evitar a chamada revitimização, que acontece quando a pessoa que sofreu violação é obrigada a lembrar e recontar o fato. Os produtos do Centro são o relatório psicossocial encaminhado à rede após o estudo, o boletim de ocorrência para iniciar os processos investigativos, a oitiva gravada para fins legais e de consulta, quando necessário e respeitados os critérios de sigilo, o acompanhamento dessa família aos serviços emergenciais da rede e o monitoramento da situação da família.

Nas primeiras semanas de funcionamento, o Centro ofereceu capacitação para servidores. Os atendimentos começaram em 6 de novembro de 2016, a partir dos encaminhamentos feitos pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), pela Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) e pelos Conselhos Tutelares do DF.

Os atendimentos de profilaxia, bem como os demais exames e tratamentos de saúde necessários às vítimas são feitos no Hospital Materno-Infantil de Brasília (HMIB) e no Hospital Regional da Asa Norte (HRAN), unidades de saúde de referência nesses casos.

O Laboratório Sabin, o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a organização Childhood são parceiros na ludoteca do Centro, nos equipamentos e mobiliários e na capacitação, respectivamente.

A expectativa é atender cerca de 360 pessoas por ano, atendendo a demanda atual, conforme dados de denúncias do Disque 100 no Distrito Federal. O diferencial do Centro 18 de Maio em relação às demais instituições é a possibilidade que tem a vítima de violência sexual de prestar depoimento apenas uma vez. A escuta qualificada permite o atendimento qualificado e integrado para que a criança não tenha que contar o que lhe ocorreu a cada instância da rede, revitimizando-a nesse processo.

Os maiores desafios para a implementação do Centro atualmente são: as ausências dos profissionais da Secretaria de Saúde que seriam cedidos para compor a equipe do Centro e ainda não foram, atrapalhando o processo de formação, a composição das equipes e o completo funcionamento do serviço; a disponibilização do sistema para o Registro de Ocorrências policiais a fim de garantir o atendimento previsto por parte dos agentes de polícia; a disponibilização de mais uma agente de polícia com a finalidade de compor a equipe no período da tarde, conforme tratativas; a

ausência de equipamento próprio de gravação das oitivas, dependendo de equipamento emprestado e sem as características desejadas; e a ausência de um banco de dados interno para a armazenagem segura das informações de cada caso.

2) O **Comitê pela Primeira Infância**, criado pelo Decreto nº 34.136 de 05/02/2013 e reestruturado pelo Decreto nº 36.509 de 22 de maio de 2015, possui a atribuição precípua de aprimorar a integração das políticas distritais para criança de até seis anos de idade e monitorar, avaliar e fiscalizar a implementação do Plano Distrital pela Primeira Infância, aprovado pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente pela Resolução ordinária Nº 135/2013, de 28 de novembro de 2013.

Coordenado pela SECRIANÇA-DF por meio da Subsecretaria de Políticas para Crianças e Adolescentes, durante o ano de 2016, o Comitê realizou o mapeamento das ações para a primeira infância nas Secretarias de Estado, acompanhou o Projeto de Lei nº 821/2015 e organizou a 1ª Semana do Bebê do Distrito Federal.

Se bem estruturado, o Comitê tem potencial de contribuir para o aumento da qualidade do atendimento prestado a crianças de 0 a 6 anos, aumento do acesso dessas crianças a bens públicos e políticas de garantia de direitos fundamentais (educação, saúde, assistência social, dentre outras), redução no número de violações de direitos de crianças pequenas, aumento da participação de crianças de até 6 anos na formulação e consolidação de políticas públicas, dentre outros.

3) As **campanhas e mobilizações contra violação de direitos de crianças e adolescentes** têm como objetivo sensibilizar a sociedade e articular as entidades do Poder Público e da Sociedade Civil sobre o enfrentamento às violações de direitos, tais como o trabalho infantil e o abuso e exploração sexual, dentre outras. Trata-se de uma ação contínua, com calendário definido e ampliado anualmente. As campanhas de enfrentamento a violência sexual mobilizam as redes locais de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência, por meio de ações de prevenção em escolas, distribuição de materiais em feiras, caminhadas e blitz educativas sobre o tema. Além dessas ações a sociopolítica realizou em 2016 duas ações importantes de capacitação da rede do DF na temática, em março de 2016 foi realizado o II Encontro Nacional dos Centros de Atendimento a vítimas de violência, reunindo experiências de todo o país e da rede do DF e no segundo semestre foi realizado, em parceria com a EAPE, o Curso de formação em prevenção a violência sexual para professores, conselheiros tutelares e demais servidores da rede de garantia de direitos do DF.

4) Com o objetivo de fortalecer as políticas públicas de defesa dos direitos infantis, o governo de Brasília lançou, no dia 10/10/2016, o **Mês da Criança** com o tema 'Direito de ser criança. Direito de ser feliz', sob a coordenação da SECRIANÇA-DF. As ações objetivam o direito a informação e ao entretenimento com a finalidade de sensibilizar e mobilizar a sociedade para a prevenção e enfrentamento das violências contra crianças e adolescentes, e fomentar a implementação e o fortalecimento de políticas públicas visando à inclusão social.

5) **Erradicação do Trabalho Infantil no Lixão da Cidade Estrutural** por meio da participação da Secretaria de Estado da Criança, Adolescente e Juventude no Grupo de Trabalho (GT) instituído pelo Decreto nº 36.437, de 02 de abril e prorrogado pelo Decreto nº 36.618 de 20 de julho, ambos de 2015, com a finalidade de elaborar e de executar um Plano de Intervenção para o encerramento das atividades irregulares no Aterro Controlado do Jóquei.

Ao final de 2016, foi feita realização de Reuniões sob coordenação da Casa Civil objetivando a retomada das atividades do Grupo de Trabalho voltado a desenvolver ações para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil na Estrutural.

Em dezembro foram disponibilizadas 46 vagas do Programa Jovem Candango para jovens residentes na Cidade Estrutural indicados na questão do Trabalho Infantil na Estrutural.

A SECRIANÇA tratou ainda a questão do melhoramento do Conselho Tutelar da Estrutural como ferramenta de apoio para qualificação dos atendimentos, a infraestrutura do Conselho passará por melhorias. Outra ação que a SECRIANÇA estará promovendo em parceria com a SEDESTMIDH será a reativação da Comissão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil do DF (CEPETI) para discussão da situação do Trabalho Infantil no DF.

6) **Enfretamento do Trabalho Infantil na Central de Abastecimento do Distrito Federal - CEASA**. A CEASA coordena as ações para o enfrentamento a situações de trabalho infantil identificadas nas cadeias produtivas que circunscrevem as atividades ali desenvolvidas, em atendimento ao Termo de Ajustamento de Conduta Inquérito Civil nº 000684.2013.10.000/8, e se colocam para construir e aperfeiçoar estratégias de fortalecimento da rede de proteção aos direitos humanos de crianças e adolescentes e de desempenhar o controle social necessário para acompanhar e monitorar a situação.

Para fortalecimento dos trabalhos desenvolvidos foi realizado uma ação de capilaridade nos territórios, com a realização de Seminário Trabalho Infantil - Diálogos sobre uma Experiência Coletiva, no dia 24 de junho. Como últimos encaminhamentos de 2016, o Grupo de trabalho da Ceasa solicitou a SECRIANÇA-DF a elaboração de Ofício a ser encaminhado para o Ministério Público do Trabalho objetivando um maior controle da situação da disponibilização de vagas para aprendizado de empresas no DF e a inclusão dos adolescentes detectados em situação de trabalho infantil na Ceasa.

Referente ao ano de 2017: uma das formas de se criar uma cultura de paz se dá pelo reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direito, em fase peculiar de desenvolvimento e que demandam do Estado, da família e da sociedade ações que promovam seu desenvolvimento integral, saudável e livre de violências, conforme é preconizado pelos marcos legais nacionais e internacionais.

Nesse sentido, a Secriança vem trabalhando de modo a enfrentar as violências, problematizando-as por meio das campanhas, seminários, oficinas, capacitações, participação em Grupos de Trabalho, Comissões, Comitês e demais eventos e atividades que mobilizem a sociedade e as diferentes pastas de Estado. Além da promoção de uma mentalidade que entenda a importância da garantia de direitos para o bom desenvolvimento humano.

Na missão delicada de construir políticas que garantam os direitos postos, bem como sua ampliação, é necessário ainda melhorar os serviços públicos oferecidos e assim a Secriança vem se empenhando em consolidar o Programa Criança Candanga, que visa o aprimoramento da política de atenção a criança e ao adolescente, a partir da intersetorialidade, e o Centro de Atendimento Integrado 18 de maio que realiza atendimento inicial a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual de modo que não venham sofrer revitimização com o processo subsequente a violência sofrida.

No ano de 2018 a cultura de paz foi alcançada pelo reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direito, em fase peculiar de desenvolvimento e que demandam do Estado, da família e da sociedade ações que promovam seu desenvolvimento integral, saudável e livre de violências, conforme é preconizado pela legislação nacional e internacional.

A Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude trabalhou o tema de enfrentamento às violências por meio das campanhas, seminários, oficinas, capacitações, participação em Grupos de Trabalho, Comissões, Comitês e demais eventos e atividades diversas sobre o tema.

O principal resultado de 2018 foi obtido através do fortalecimento da intersetorialidade entre as diversas Secretarias de Estado do DF, as organizações civis e as famílias engajadas em trabalhar o tema dos direitos e garantias das crianças e adolescentes, bem como alcançar objetivos para a efetiva implementação de tais direitos. Através da publicação do Caderno Criança Candanga ficou registrado o grande trabalho do Distrito Federal na promoção dos direitos para as crianças e adolescentes.

Na linha estratégica de política de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes foram desenvolvidas ações focadas no enfrentamento a violência sexual de crianças e adolescentes, no qual estão contempladas a manutenção e funcionamento do Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio, a Política Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual, além das ações direcionadas a erradicação do trabalho infantil. Por último, entendendo a importância de um processo formativo em direitos humanos de crianças e adolescentes a SECRIANÇA desenvolveu o curso de formação continuada em prevenção à violência sexual de crianças e adolescentes, bem como trabalho na realização de congressos, seminários, e formação dos servidores que atuam no Centro 18 de Maio.

Diante da realização das ações desenvolvidas foram encontrados alguns desafios ao longo do ano, como garantir a execução das ações conforme o cronograma e planejamento preestabelecidos. No ano de 2018 tivemos a paralização dos caminhoneiros que impactou nas atividades relacionadas ao mês de maio, também devido ao período eleitoral tivemos a impossibilidade de divulgação das ações planejadas, o que nos forçou a readequar, por exemplo, a Campanha de Brinquedos e nos impossibilitou de realizar a Campanha do Mês da Criança.

Para o funcionamento do Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio o processo de remanejamento foi muito importante para garantir a lotação de servidores neste equipamento. No entanto o número de vagas destinadas ao Centro é inferior a quantidade necessária para o seu bom funcionamento, neste sentido um dos desafios foi a ampliação do número de vagas de lotação para garantir o melhor atendimento para a população e de saúde para o servidor.

CBMDF

Uma vez que o objetivo pertence a unidade 24101 – Secretaria de Estado da Segurança Pública e Paz Social, a participação do CBMDF por meio dos seus projetos sociais é essencial. Ao oportunizar às crianças e adolescentes atendidos pelo projeto as noções de cidadania, desenvolvendo as culturas de respeito a vida e prevenção de acidentes domésticos e de trânsito. O contato com os profissionais bombeiros, as atividades desenvolvidas e a prática desportiva são recursos para o desenvolvimento do público atendido e a proteção quanto a ameaças externas.

A parceria com a Secretaria de Saúde para a coleta domiciliar de leite também assegura aos assistidos pelo programa o nutriente indispensável ao desenvolvimento e à saúde.

O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal assume papel de relevância por meio dos seus projetos sociais. Em 2017 foram ensinadas noções de cidadania a crianças e adolescentes atendidos pelo projeto, desenvolvendo a cultura de respeito à vida e prevenção de acidentes domésticos e de trânsito. O contato com os profissionais bombeiros, as atividades desenvolvidas e a prática desportiva são recursos para o desenvolvimento do público atendido e a proteção quanto a ameaças externas.

A parceria com a Secretaria de Saúde para a coleta domiciliar de leite também assegura aos assistidos pelo programa o nutriente indispensável ao desenvolvimento e à saúde.

Uma vez que o objetivo pertence à unidade 24101 – Secretaria de Estado da Segurança Pública e Paz Social, a participação do CBMDF por meio dos seus projetos sociais é essencial. A unidade ofereceu a crianças e adolescentes atendidos noções de cidadania, desenvolvendo as culturas de respeito à vida e prevenção de acidentes domésticos e de trânsito. O contato com os profissionais bombeiros, as atividades desenvolvidas e a prática desportiva são recursos para o desenvolvimento do público atendido e a proteção quanto a ameaças externas. A parceria com a Secretaria de Saúde para a coleta domiciliar de leite também assegura aos assistidos pelo programa o nutriente indispensável ao desenvolvimento e à saúde. O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal assume papel de relevância por meio dos seus projetos sociais.

SEDESTMIDH

Para enfrentar a violência e todas as formas de discriminação, combater o sexismo, e a transfobia, violência sexual, física, letal e outras formas de violência, respeitando a vida e promovendo a solidariedade com vistas a fortalecer, ampliar e divulgar a rede de enfrentamento à violência, acolher vítimas e familiares, bem como proteger testemunhas a secretaria adentrou nos territórios e desenvolveu rodas de conversas sobre direitos humanos, inclusive em centros comunitários e núcleos universitários nos territórios, além das administrações regionais e assentamentos ou núcleos rurais.

Apesar da maioria das ações relativas à segurança pública e igualdade racial terem sido atreladas ao financiamento dos projetos, a ação não orçamentária referente ao Disque Racismo de elaboração normativa vem sendo implementada com a minuta de instrução normativa.

Foi firmado, em 20 de novembro de 2017, o Termo de Cooperação Técnica Nº 001/2017 entre o Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social - SSP/DF, Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos - SEDESTMIDH e a Defensoria Pública do Distrito Federal, a Polícia Civil do Distrito Federal, a Polícia Militar do Distrito Federal e o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e a União, por intermédio do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, tendo como objeto a criação e implantação do Programa de Segurança Preventiva para ofendidas em Medida Protetiva de Urgência (MPU) por meio da disponibilização de um aplicativo – software a ser instalado em aparelhos telefônicos celulares. Tal acordo vem sendo executado com a participação da unidade CEAM da Casa da Mulher Brasileira e vem ao encontro do objetivo do Programa no enfrentamento às violências contra as mulheres, bem como à sua proteção.

SEJUS

O Pró-Vítima é um programa de Assistência Multidisciplinar às Vítimas de Violência, vinculado à Secretaria de Estado e Justiça e Cidadania do Distrito Federal e é executado pela Subsecretaria de Proteção às Vítimas de Violência - PROVITIMA.

O Pró-Vítima ocupa-se da pessoa que, individual ou coletivamente, tenha sofrido um prejuízo ou atentado à sua integridade física ou mental, um sofrimento de ordem moral, uma perda material, ou um grave atentado aos seus direitos fundamentais, como consequência de atos ou de omissões violadores das leis penais em vigor.

É sabido que as vítimas de crimes violentos ou seus familiares muitas vezes não são contemplados pelos programas sociais oferecidos pelo Estado o que aumenta não só o nível de desamparo da pessoa que sofreu o dano, como o sentimento de que o Estado, ao exercer o direito de punir o agente que ofendeu a Lei, ocupe-se mais do agressor do que do agredido.

Durante o ano de 2016, foram realizadas ações que ofereceram assistência multidisciplinar na área psicossocial e jurídica às famílias vitimadas por crimes: homicídio, tentativa de homicídio, estupro, estupro de vulnerável, violência no trânsito, sequestro, violência doméstica, desaparecimento, latrocínio, tentativa de latrocínio e feminicídio. Tais ações têm como foco cumprir a obrigação do Estado de dar assistência e acolhimento às vítimas de violência e seus familiares, bem como suprir a falta de atendimento aos que necessitam.

No que se refere à proteção às vítimas, às testemunhas e seus familiares, a SEJUS deu orientação jurídica com participações e acompanhamentos às vítimas comparecendo às audiências nas Varas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher em diversos Fóruns do Distrito Federal, totalizando 957 audiências e atendimentos realizados, bem como realizou acompanhamento processual e prestou 144 atendimentos jurídicos aos acolhidos do programa em sua sede e nos postos estabelecidos nas Regiões Administrativas do Distrito Federal (Posto da 114 Sul, Ceilândia, Guará e Paranoá). Os aludidos Postos de Atendimento e a sede (Estação Rodoviária – Asa Norte) contabilizaram 1.859 atendimentos psicossociais às vítimas de violência doméstica e familiar, sendo: a) 296 no Posto da 114 Sul; b) 774 em Ceilândia; c) 311 no Guará; d) 341 no Paranoá e; e) 137 na Sede.

Foram realizados 127 atendimentos jurídicos e 62 atendimentos psicossociais com parceiros da Rede (que envolve agentes públicos e privados como Universidades, Secretarias de Estado, Sistema S, ONGs, clínicas etc.). Com base no desempenho dos indicadores e nas metas podemos afirmar que o Ano-Base 2016, sob a avaliação, não alcançou todas as metas propostas no PPA 2016/2019 por razões que envolvem, sobretudo, mudanças de gestão.

A Secretaria de Justiça e Cidadania desenvolveu diversas ações, dentre as quais se destacam a realização: do Mutirão da Criança, do Papo de Mulher, do Papo de Homem, do Pró-Vítima nas escolas e a participação no Comitê de Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos.

Quanto ao Programa de Atendimento Psicossocial a Vítimas de Violência (Pró-Vítima), além daqueles instalados na Sede, na 114 Sul, no Guará, em Ceilândia e no Paranoá, foram implantados núcleos em Taguatinga, Planaltina, Santa Maria e São Sebastião. Segundo informações contidas no Relatório de Atividades (RAT Ano 2018), cada núcleo realizou, mensalmente, cerca de 150 a 200 atendimentos. Destaca-se que não houve a implementação da unidade móvel, conforme previsto.

A ação denominada Mutirão da Criança visou a realização de atividades de lazer, de cultura e de saúde. Contou com a parceria de entidades, órgãos públicos e representantes da iniciativa privada. Conforme RAT, quatro Mutirões da Criança foram realizados, que totalizaram uma média de 3.450 participantes e contaram com a realização de atividades diversificadas e distribuição de material informativo (o qual não é informado).

A Secretaria de Justiça e Cidadania participou da 7ª e da 8ª edição do Mutirão da Cidadania, promovido por órgãos/entidades do DF, realizado na Escola Classe 831 de Samambaia Norte/DF, no dia 17/03/2018, e no Centro de Ensino Fundamental Zilda Arms – Ceilândia/DF. Na oportunidade, ofereceu atendimento psicossocial à população, por meio do Pró-Vítima e do núcleo de enfrentamento ao tráfico de pessoas. A quantidade de participantes ao referido evento não foi informada.

No âmbito do Projeto Papo de Mulher foram realizadas rodas de bate papo com mulheres, nas quais as participantes puderam expor suas ideias em torno de uma temática, tendo como ponto de partida uma palestra. Quanto ao “Projeto Papo de Homem”, cujo objetivo visa sensibilizar os homens sobre a violência contra a mulher e, sobretudo, levantar o diálogo sobre o tema.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

006 – GOVERNANÇA GESTÃO E PESSOAS: Desenvolver a gestão por resultados integrada de todos os órgãos de segurança pública com planejamento e aperfeiçoamento na execução dos processos internos, bem como promover a valorização dos profissionais de segurança pública, com vistas a atingir a excelência dos serviços prestados à comunidade

UNIDADES RESPONSÁVEIS:

24101 – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA PAZ SOCIAL - SSP

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	6	1	Modernizar o modelo e as ferramentas de gestão na segurança pública; (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	100	100		100,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	6	2	Aprimorar e integrar o processo de coleta, processamento e tratamento das informações; (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100		100,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	6	3	Implantar instâncias de governança e gestão participativa; (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100		100,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	6	4	Criar e implementar modelo de gestão da frota de veículos e equipamentos operacionais; (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	100	100		100,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	6	5	Ampliar e modernizar a infraestrutura física e os equipamentos; (SSP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100		100,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	6	6	Criar e implementar plano de adequação e complementação do efetivo; (SSP) (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	50	100	X	X	X
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	6	7	Criar e implementar plano de qualificação dos profissionais da segurança pública (SSP) (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	100	100		100,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	6	8	Fomentar a segurança no Distrito Federal, utilizando-se de tecnologia de ponta, modernos equipamentos e do trabalho desenvolvido por policiais militares atualmente capacitados; (PMDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	10	20	50		50,0
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	6	9	Capacitar policiais militares em formação superior continuada, em área específica de segurança pública; (PMDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	25	42,5	119		119,0

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	6	10	Elevar, anualmente, em 2% o índice de disponibilidade da frota operacional. (CBMDF)	93,6	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	84,49	90,88	62,99		67,3
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	6	11	Capacitar uma média de 3.000 servidores, a cada ano, em cursos integrados ofertados no período (SSP) (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	7.030	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	4.607	12.480	100		1,4
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	6	12	Capacitar uma média de 3.720 policiais militares, a cada ano, em Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública. (PMDF)	14.880	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	60	74	156		1,0

Análise Qualitativa

1. Modernizar o modelo e as ferramentas de gestão na segurança pública; (SSP)

2016

Estruturar e implantar o escritório de projetos da Segurança Pública: Autuação de processo que trata da Contratação de prestação de serviços técnicos de apoio à elaboração e/ou revisão do Planejamento Estratégico da SSP/DF, estruturação e implantação do Escritório de Projetos, com adoção de metodologia integrada de planejamento estratégico, de projetos e de processos, com operação assistida à execução do Plano Estratégico da SSP/DF, bem como elaboração e revisão de normas e políticas inerentes às atividades da AGEPRO/SSP.

Elaboração do Planejamento Estratégico da SSP 2016-2019 (Concluído): Caderno Executivo finalizado, aguardando aprovação e validação pelo Secretário, para fins de publicação e disseminação ao público interno e externo. Aguardando também o *layout* pela Assessoria de Comunicação Social, para após a aprovação, realizar as impressões.

Elaboração e Lançamento do Plano Integrado de Segurança do Consórcio Brasil Central (RIDE-DF): Cooperação tem por finalidade a conjugação de esforços entre os partícipes, visando ao estabelecimento e à implementação de ações conjuntas de segurança pública e defesa social nos territórios do Distrito Federal, Estado de Goiás, Estado de Mato Grosso, Estado de Mato Grosso do Sul, Estado de Rondônia, Estado de Tocantins, Estado da Bahia, Estado de Minas Gerais e Estado do Maranhão por meio da criação de uma Câmara de Segurança Pública e/ou Defesa Social, a integração do serviço de inteligência dos organismos de segurança pública, ações integradas entre as instituições de segurança pública e/ou Defesa Social, reuniões de governança entre os órgãos públicos com vistas à avaliação e obtenção de resultados, ações de prevenção de violências e ações de repressão qualificada da criminalidade, do encaminhamento de proposições legislativas e a construção de um Acordo de Cooperação Interestadual de Segurança Pública e/ou Defesa Social Integrada.

2017

Meta atingida. A SSP elaborou o Planejamento Estratégico da SSP 2016-2019: Caderno Executivo finalizado, aprovado e validado pelo Secretário, para fins de publicação e disseminação ao público interno e externo.

Elaborou e implantou a Matriz de Priorização de Projetos, ferramenta que permite ao Gestor uma tomada de decisão baseada em critérios técnicos (determinação legal, impacto nas metas estratégicas, complexidade, custos, riscos, tempo de geração de resultados, entre outros) para escolha dos projetos a serem executados, considerando o orçamento disponível.

2018

Meta atingida. Em 2018 as ações e os canais de atendimento às ocorrências foram reestruturadas. A Central Integrada de Atendimento e Despacho – CIADE foi incorporada ao Centro Integrado de Operações de Brasília - CIOB, que passou a atuar a partir do conceito de multiagência. O CIOB é um centro destinado a promover a gestão integrada das operações para além da segurança, incorporando a mobilidade, fiscalização e prestação de serviços públicos do Distrito Federal. O centro é dotado de equipes de alto desempenho, sistemas tecnológicos e ferramentas de

inteligência destinadas a prover ampla consciência situacional e em tempo real dos eventos de interesse. O CIOB é um ambiente destinado a promover a coordenação e integração das instituições, órgãos e agências – IOAs que o compõem, baseado na cooperação e complementaridade, auxiliando-as no cumprimento de suas atribuições legais.

O CIOB é composto por 25 instituições, órgãos e agências – IOAs: SSP – Secretaria de Segurança – SESIPE (CIME); SES – Secretaria de Saúde; SEFAZ – Secretaria de Fazenda; SEGETH – Secretaria de Habitação; SINESP – Secretaria de Infraestrutura; SEMOB – Secretaria de Mobilidade; SECID – Secretaria das Cidades; SECOM – Secretaria de Comunicação; PMDF; PCDF; CBMDF; DETRAN; DER; AGEFIS; NOVACAP; CEB; CAESB; METRÔ; DFTRANS; SLU; IBRAM; SAMU; SECRIA – Secretaria da Criança; SSPDF – Subsecretaria de Inteligência; SSPDF – Defesa Civil. Das 25 IOA's, apenas 04 não têm prazo para compor o CIOB: SEGETH – Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal; SINESP – Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal; DFTRANS – Transporte Urbano do Distrito Federal e a CAESB – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal.

A participação das instituições no CIOB se dá da seguinte maneira: 1. Com 24/7 de permanência - CBMDF, CEB, DER, DETRAN, PCDF, PMDF, SAMU, SEMOB e SI/SSP-DF; 2. Com permanência de 08h às 18h (segunda à sexta-feira) - AGEFIS, ASCOM/SSP-DF, CAESB, CASA CIVIL, CASA MILITAR, DEFESA CIVIL, IBRAM, METRÔ, NOVACAP, SECRETARIA DAS CIDADES, SECRETARIA DA CRIANÇA, SECRETARIA DE CULTURA, SECRETARIA DE FAZENDA E SLU.

2. Aprimorar e integrar o processo de coleta, processamento e tratamento das informações; (SSP)

2016

Portaria nº 16, de 23/05/2016: Regulamenta o art. 5º do Decreto nº 36.620/2015, que dispõe da criação do Comitê Gestor de Dados e Informações sobre Segurança Pública, composto por um representante titular e um suplente indicado pelos órgãos que compõem o sistema de Segurança Pública do DF e do DETRAN.

2017

Meta atingida. Uma importante ferramenta utilizada pela SSPDF é a plataforma de gestão de ocorrências criminais e de desordens Gis Gestão – SIGEO, que tem subsidiado o planejamento de operações e auxiliado os gestores no acompanhamento dos resultados de suas intervenções. A plataforma SIGEO já faz parte da rotina de trabalho de mais de 430 servidores do GDF, dos seguimentos das Forças de Segurança e de outras Secretarias. Seu principal produto é a disponibilização tempestiva de informação concernente aos índices de criminalidade, desordens e sensação de insegurança.

Já o Sistema de Gestão de Ocorrência (SGO) será a ferramenta de gestão utilizada pela CIADE para o acompanhamento das ocorrências e de seus desdobramentos, bem como para aferição da qualidade do atendimento”. O Sistema SGO 3.0, registra as solicitações de atendimento nos números 190, 193 e 199.

Ao longo de 2017, a SSPDF realizou importantes diagnósticos que ajudaram a compreender o estado da segurança pública no Distrito Federal. Destacamos a seguir os principais levantamentos empreendidos:

- Pesquisa Distrital de Segurança Pública (Vitimização): a Pesquisa Distrital de Segurança Pública foi concluída em junho de 2017 totalizando 19.922 entrevistas;

- Pesquisa de Qualidade de Vida no Trabalho da SESIPE e SSPDF: a Pesquisa de Qualidade de Vida no Trabalho foi concluída entrevistando 348 servidores da SESIPE e 163 servidores da SSPDF;

- Pesquisa de Qualidade do Atendimento Emergencial: a Pesquisa de Qualidade do Atendimento Emergencial segue em suas etapas de forma contínua, desenvolvendo seus produtos a cada trimestre;

- Pesquisa de Violência nas Escolas: a Pesquisa de Violência nas Escolas concluiu a coleta de dados entrevistando ao todo 362 escolas do DF.

Em dezembro de 2017 a Secretaria da Segurança Pública e da Paz Social (SSP/DF) e a Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF) assinaram os Termos de Outorga e Aceitação (TOAs) dos projetos de pesquisas considerados prioritários pelas forças de segurança do Distrito Federal.

Ao todo, 10 pesquisas foram selecionadas, nas quais serão investidos cerca de R\$ 750 mil para realização dos projetos que deverão ser desenvolvidos em até um ano, a partir de 2018. Os temas, como locais com maior incidência de acidentes de trânsito, diagnóstico e estratégias sobre acidentes domésticos, juventude e Segurança Pública e projeto de remição de pena pela leitura, foram sugeridos pelas forças de segurança. Os resultados das pesquisas vão subsidiar ações do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal (CBMDF), da Subsecretaria do Sistema Penitenciário (Sesipe), da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) e do Departamento de Trânsito do Distrito Federal (DETRAN).

2018

Meta atingida. Ao longo de 2018, a SSPDF realizou importantes diagnósticos que ajudaram a compreender o estado da segurança pública no Distrito Federal. Destacamos a seguir os principais levantamentos empreendidos:

- Pesquisa Distrital de Segurança Pública (Vitimização): a Pesquisa Distrital de Segurança Pública foi realizada de maneira periódica, combinando a forma presencial (2015, 2017 e 2018) e por meio de telefone (2016 e 2017). Em cada pesquisa amostral, foram aplicados cerca de 20 mil questionários constituindo uma amostra representativa da população com idade acima de 16 anos por Região Administrativa.

- Pesquisa de Vitimização Rural: a Pesquisa é resultado de uma parceria com a SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública) e CNA (Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária). O trabalho de campo iniciou em outubro/2018 e a expectativa é que tenhamos os dados coletados e analisados em nível nacional até março de 2019

- Pesquisa de Qualidade de Vida no Trabalho dos Profissionais de Segurança Pública: esta pesquisa é realizada em parceria com as forças de segurança pública, utilizando formulários eletrônicos que são aplicados pelas próprias forças, a ser preenchido pelos profissionais pela internet por adesão voluntária;

- Sistema de Avaliação da Qualidade do Atendimento Emergencial das Forças de Segurança: o Sistema de Avaliação da Qualidade do Atendimento das Forças de Segurança funciona, realizada desde 2016, tem o objetivo averiguar a opinião dos atendidos pelos órgãos de segurança pública (PM, PC, CBM e DETRAN) quanto à qualidade do atendimento recebido e identificar os fatores intervenientes nesta opinião.

Atualmente, existem dois módulos do sistema em operação dedicados aos (1) atendimentos emergenciais trazidos ao conhecimento da PM (190) e CBM (193) e (2) Vistorias realizadas pelo CBM. Além disto, há previsão de iniciar um módulo de avaliação dedicado ao atendimento da Polícia Civil no registro das ocorrências presencialmente nas delegacias.

- Sistema de Monitoramento da Violência nas Escolas: este sistema engloba 3 iniciativas distintas com o objetivo de diagnosticar a situação da violência e criminalidade nas instituições de ensino: (1) diagnóstico das ocorrências registradas na polícia pelas instituições de ensino, (2) diagnóstico da situação das escolas (ensino médio e fundamental) respondido pelo diretor das escolas semestralmente e (3) diagnóstico da situação das instituições de ensino superior respondido pela comunidade acadêmica

3. Implantar instâncias de governança e gestão participativa; (SSP)

2016

O grande diferencial do “Viva Brasília” corresponde à metodologia de gestão compartilhada que utiliza para coordenar e articular as ações intragovernamentais e intergovernamentais entre: o Sistema de Segurança Pública e Justiça Criminal, áreas intersetoriais do governo, com destaque para as Secretarias de Estado voltadas para políticas sociais, sociedade civil e movimentos sociais do Distrito Federal. Tal gestão compartilhada parte da elaboração de diagnósticos específicos sobre a situação de criminalidade de cada Região Administrativa do DF e busca o alcance de indicadores e metas de desempenho pactuadas, além da realização de reuniões sistemáticas para aferir resultados e propor soluções dos problemas cotidianos de segurança pública.

Nesse sentido, o Programa “Viva Brasília – Nosso Pacto pela Vida” desenvolve um modelo de gestão em segurança pública amparado na perspectiva de que a situação de vulnerabilidade a violências, desordens, incivildades e crimes requer do Estado a consolidação de estratégias de intervenção articuladas entre o setor policial e outros diferentes setores. É inspirado em modelos, estratégicas e procedimentos de gestão por resultados implementados e testados em territórios que promoveram uma redução acentuada em suas taxas de violência e criminalidade, tais como: Nova York, Bogotá, Minas Gerais, Espírito Santo e Pernambuco. Desse modo, a metodologia se vale da elaboração de indicadores e metas de desempenho, além da realização de reuniões periódicas para aferir resultados e propor soluções dos problemas cotidianos de segurança pública de forma pactuada entre os órgãos de segurança pública, demais áreas do governo e a sociedade civil do DF.

No ano de 2016, o processo de articulação e coordenação do “Viva Brasília” baseou-se na realização de reuniões periódicas, contemplando diferentes níveis de tomada de decisão, para: analisar problemas de segurança pública, buscar soluções e avaliar resultados. A preparação das reuniões ocorreu a partir de um levantamento abrangente sobre os problemas de segurança pública que mais afetam a população.

As fontes de informação utilizadas para a definição dos assuntos a serem discutidos nas reuniões do “Viva Brasília” foram oriundas das estatísticas, análises criminais e pesquisas de vitimização produzidas pela Subsecretaria de Gestão da Informação (SGI/SSP-DF). Também foram fontes de informações as demandas da população apresentadas das reuniões dos 37 Conselhos Comunitários de Segurança Pública (CONSEG) e nos eventos Rodas de Conversa e Voz Ativa, que promoveram o diálogo direto do Governador com a comunidade local.

2017

Meta atingida. No ano de 2017 foi elaborada a Portaria Conjunta Nº 2, de 05 de dezembro de 2017, publicada no DODF nº 06, de 09 de janeiro de 2018 que dispõe sobre a composição e funcionamento da Unidade de Coordenação do PPV e regulamenta as ações e atividades a serem desenvolvidas pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal-SSPDF, pela Polícia Militar do Distrito Federal-PMDF, pela Polícia Civil do Distrito Federal-PCDF, pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal-CBMDF e pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal-DETRAN-DF no âmbito do Pacto pela Vida. As reuniões de governança, em todos os níveis, foram retomadas e o resultado foi a redução da criminalidade como um todo no Distrito Federal.

2018

Meta atingida. As reuniões de governança, em todos os níveis, foram retomadas e o resultado foi a redução da criminalidade como um todo no Distrito Federal. A SSPDF, por meio da Unidade de Coordenação de Políticas Públicas – UCPP, participa da organização das Regiões Administrativas do DF com profissionais de segurança pública e com as comunidade, que têm o objetivo de promover a organização e integração das comunidades locais com os órgãos governamentais para discutir, priorizar e solucionar problemas de segurança pública.

4. Criar e implementar modelo de gestão da frota de veículos e equipamentos operacionais; (SSP)

2016

Meta não atingida.

2017

Meta atingida. A SSP não adquiriu ferramentas tecnológicas de apoio como sistemas de controle de frota. No entanto, desenvolveu ações no sentido de cumprir a Meta estabelecida. Observando o que Dispõe o Decreto DECRETO Nº 32.880, DE 20 DE ABRIL DE 2011, publicado no DODF de 25/04/2011 que trata sobre o uso, aquisição, locação e cessão de veículos oficiais no âmbito do Poder Executivo do Distrito Federal e dá outras providências, a SSPDF tem administrado as informações de todos os veículos da sua carga, tais como: o estado, prazos para cada manutenção (preventiva e corretiva), trocas de peças e assim por diante. Tudo isso com foco em economia para evitar gastos desnecessários.

Outra medida importante foi implantação do gerenciamento de pool de veículos, o que vem trazendo mais praticidade aos servidores. Em plena operação o modelo trouxe organização, agilidade e eficiência na requisição das solicitações dos veículos que precisam (mediante agendamento), seja para serviços externos ou viagens.

2018

Meta atingida no exercício 2017.

5. Ampliar e modernizar a infraestrutura física e os equipamentos; (SSP)

2016

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social realizou o acompanhamento, fiscalização e recebimento das seguintes obras: ampliação do Centro de Detenção Provisória – CDP, no Complexo Penitenciário da Papuda, permitindo o acréscimo de 400 vagas, foram concluídas e entregues em 25 de dezembro de 2016; ampliação da Penitenciária Feminina do Distrito Federal – PFDF, na Fazenda Colméia no Gama, que permitiu o acréscimo de mais 400 vagas, foram concluídas e entregues em 14 de setembro de 2016; construção de um galpão destinado a atividades profissionais na Penitenciária Feminina do Distrito Federal, obra entregue em dezembro de 2016, objetivando capacitar 300 internas.

Quanto às obras de construção dos Centros de Detenção Provisória, CDP's 1, 2, 3 e 4, no Complexo da Papuda está seguindo o cronograma previsto e se encontrava na 17ª medição, realizada em 15/12/2016, com execução de 42% da obra, e o acompanhamento é realizado em parceria com a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania.

As aquisições abaixo discriminadas foram de suma importância para o atingimento dos objetivos propostos pela SSP, bem como colaboraram para prestação de um serviço eficiente à população do Distrito Federal.

Outras Aquisições

DESCRIÇÃO BEM	QTD	VALOR TOTAL	CONVÊNIO
Impressora multifuncional	08	80.000,00	FUNDO PENITENCIÁRIO DO DF
Extintores Diversos	1.393	1.286.866,00	
Terminal de radiocomunicação digital	272	858.976,00	
Terminal de radiocomunicação digitaltetra portátil	100	374.200,00	751904/2010-SENASP/MJ
Terminal de radiocomunicação	37	194.583,00	751904/2010-SENASP/MJ
Terminal de radiocomunicação	640	2.021.120,00	751904/2010-SENASP/MJ
CorrelacionadorOminiespectrais de radiofrequência	02	484.666,00	775735/2012-SENASP/MJ
Detector de junção não linear com 2,4GHZ de frequência de transmissão	02	264.588,00	775735/2012-SENASP/MJ
Veiculo tipo camionete com tração integral 4X4 a gasolina modelo TRAILBLAZER 7 lugares ano/modelo 2016	01	265.729,00	789133/2013-SENASP/MJ
Veiculo tipo camionete com tração integral 4X4 a gasolina modelo TRAILBLAZER 7 lugares ano/modelo 2016	01	16.271,00	789133/2013-SENASP/MJ-CONTRAPARTIDA
Lancha de salvamento e combate a incêndio medindo	01	1.000.000,00	802614/2014-SENASP/MJ
Lancha de salvamento e combate a incêndio	01	424.970,00	802614/2014-SENASP/MJ-CONTRAPARTIDA
Veiculo tipo camionete com tração integral 4X4 a gasolina modelo TRAILBLAZER	09	1.136.782,00	802615/2014-SENASP/MJ
Veiculo tipo camionete com tração integral 4X4 a gasolina modelo TRAILBLAZER 7 lugares ano/modelo 2015/2016	01	132.218,00	802615/2014-SENASP/MJ-CONTRAPARTIDA
Móveis Diversos (Cadeiras, Mesas, Gaveteiros, Armários, Outros)	1.301	1.117.836,00	

FONTE: SUAG/SSP/DF

2017

Meta atingida. Em 2017 foram realizadas novas aquisições como discriminadas abaixo, foram de suma importância para o atingimento dos objetivos propostos pela SSP, bem como colaboraram para prestação de um serviço eficiente à população do Distrito Federal.

DESCRIÇÃO BEM	QTD	VALOR TOTAL	CONVÊNIO
Colchões	15.000	1.768.500	
Cobertores	15.000	190.200	
Tomozeleiras	6.000	11.658.240	
Tablets	28	43.085	
Microcomputadores	195	818.805	
Tomógrafo computadorizado	01	800.000	SENASP/MJ nº 793.101/2013
Miras Holográficas e Magnificadores de Miras	56 e 15 (respectivamente)	296.648	SENASP/MJ nº 840.979/2016
Analizador Genético de DNA	01	400.625	SENASP/MJ nº 776.522/2012
Central de Monitoramento de Temperatura	01	101.000	SENASP/MJ nº 793.101/2013
Mesas de necropsias	04	290.000	SENASP/MJ nº 793.101/2013
Aparelhos de Ar Condicionado	170	471.478	
Coletes balísticos	590	1.511.193	
Câmara de Fumigação de Cianoacrilato e Câmaras Triplas para Aceleração de Ninidrina		1.468.800	

Fonte: SUAG/SSP/DF

2018

Meta atingida. Em 2018 foram realizadas novas aquisições como discriminadas abaixo, as quais foram de suma importância para o atingimento dos objetivos propostos pela SSPDF, bem como colaboraram para prestação de um serviço eficiente à população do Distrito Federal.

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	FONTE
Honda Motocicleta XRE 300	35	958.410,25	332
Viatura Toyota ETIOS 1.5 XS M/T Hatch	38	1.983.310,00	100
Viatura Nissan VERSA 1.6 S M/T Sedan	27	1.984.310,00	332
Viatura Nissan VERSA 1.6 S M/T Sedan	24	1.592.400,00	100
Veículos - Viatura Auto Busca e Salvamento Leve – ABSL. Mercedes-Benz Sprinter 515	7	1.947.400,00	332
Veículos - Viatura Toyota Hilux, cabine dupla 4x4, diesel standard, Pick Up	3	403.800,00	332
Viatura Jeep Renegade Sport MT 1.8 L	10	764.023,30	332
Aeronave teleguiada Veículo aéreo não tripulado tipo drone	7	958.410,25	332
Aeronave teleguiada Veículo aéreo não tripulado tipo drone	7	958.410,25	332
Gateway E1 de Telefonia Voip	2	1.983.310,00	100
Refrigerador científico vertical	2	16.000,00	100
Refrigerador para uso em laboratório	1	11.912,44	100
Capela de exaustão de gases semindustrial	1	1.984.500,00	332
Autoclave vertical	1	1.592.400,00	332
Concentrador de amostras	1	1.947.400,00	332
Coloscópio Tipo Tela Plana	1	403.800,00	332
Correlato para câmara ambiental	3	764.023,30	332
Magnificador de mira holográfica	15	958.410,25	332
Mira holográfica	56	1.983.310,00	332
Coletes de proteção balística nível II	25	68.756,00	100
Módulo e divisória de ambientes	386 m2	326.085,70	100
Total		12.264.684,57	

6. Criar e implementar plano de adequação e complementação do efetivo; (SSP) (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)

2016

Estudo do Dimensionamento do Efetivo de Segurança Pública.

2017

A meta foi atingida em 2016, com a elaboração do Estudo do Dimensionamento do Efetivo

7. Criar e implementar plano de qualificação dos profissionais da segurança pública (SSP) (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)

2016

Em 2016 foram realizadas as seguintes ações: Diagnóstico das Condições de Trabalho dos Atendentes da Central Integrada de Atendimento e Despacho – CIADE; Feira da Saúde (com aferição de pressão arterial, exame de glicemia, campanha do meio ambiente com a Defesa Civil, saúde bucal, palestras motivacionais, orientações sobre doação de órgãos, otorrinolaringologia);

Iniciativas visando Institucionalizar o Programa de Prevenção do Estresse e cumprir com as atividades que constam no plano de trabalho pactuado no Convênio nº 760.179/2011 com a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP/MJ

2017

Meta atingida. No ano de 2017 destacamos as seguintes ações que contribuíram para o atingimento da meta: elaboração do Plano de Ação da Subsecretaria de Ensino e Valorização Profissional; Workshop de Valorização Profissional – Prevenção ao Suicídio no Contexto da Segurança Pública do Distrito Federal; Workshop de Valorização Profissional: o Papel do Profissional de Segurança Pública na Atuação e Prevenção da Violência contra a Mulher.

2018

Meta atingida com a elaboração e execução do Plano de Ação da Subsecretaria de Ensino e Valorização Profissional para o exercício de 2018. Principais ações destacadas na próxima meta " Capacitar uma média de 3.000 servidores, a cada ano, em cursos integrados ofertados no período".

8. Fomentar a segurança no Distrito Federal, utilizando-se de tecnologia de ponta, modernos equipamentos e do trabalho desenvolvido por policiais militares atualmente capacitados; (PMDF)

2016

A Corporação dentro desta ótica procurou reformular todo o seu sistema de radiocomunicação adquirindo o sistema TETRA, implantou torres de redes de transmissão de dados, e está adquirindo novas estações de trabalho com tecnologias modernas, além do mais, trabalha na questão de auxiliar a SSP na implantação do vídeo monitoramento das ruas do Distrito Federal.

2017

Neste exercício a Corporação, dando continuidade ao seu processo de reaparelhamento e modernização, adquiriu novos e modernos coletes balísticos para todo efetivo e ainda iniciou o processo de renovação de sua frota oficial; adquiriu novas e modernas estações de trabalho para a atividade meio; adquiriu ainda, de forma inovadora, macacões com air bag para motociclistas. Isto alinhado às conquistas do exercício anterior capacitou a Corporação na busca da meta traçada, otimizando e trazendo mais segurança aos Policiais Militares no desenvolvimento do negócio da Corporação, garantido maior eficácia e efetividade no processo fim.

2018

Foram feitos investimentos em materiais e munições químicas, em material de proteção e segurança. Incluem-se ainda gastos com preservação dos próprios do Estado (BENS IMÓVEIS). No que tange à modernização dos seus processos internos, foram feitos investimentos nas aquisições de software e em equipamentos de processamentos de dados. Também foram realizados investimentos na renovação da frota na ordem de R\$ 15.488.318,00.

9. Capacitar policiais militares em formação superior continuada, em área específica de segurança pública; (PMDF)

2016

No ano 2016, a Polícia Militar do Distrito Federal promoveu a formação de 20 policiais militares no curso de pós-graduação stricto sensu (mestrado), e está inovando agora oferecendo curso superior a população do Distrito Federal, por meio do Instituto Superior de Ciências Policiais.

2017

A Polícia Militar do Distrito Federal promoveu a formação de novos policiais militares no curso de pós-graduação stricto sensu (mestrado), e está inovando agora oferecendo curso superior à população do Distrito Federal, por meio do Instituto Superior de Ciências Policiais. Houve também a formação de 14 Policiais Militares em graduação de tecnólogo em segurança pública.

2018

Dando continuidade ao seu processo de formação superior continuada, a PMDF iniciou o curso de formação de oficiais com 119 integrantes, que serão formados ao final de três anos.

10. Elevar anualmente em 2% o índice de disponibilidade da frota operacional. (CBMDF)

2016

Apesar de não haver alcançado a meta de elevar a disponibilidade da frota, é necessário observar o que índice obtido demonstra elevada eficiência em manter os veículos em plenas condições de uso. Para tanto, a manutenção das viaturas é realizada de forma direta no setor vocacionado e indireta por meio de contratação dos serviços e aquisição de peças. O exercício de 2016 se caracterizou pela ampliação da rede de oficinas credenciadas, aumentando o alcance dos contratos quanto as marcas e tipos de veículos. Outra realização foi o lançamento de edital para contratação de mecânicos não apenas para as viaturas, mas também para as aeronaves, garantindo a continuidade da manutenção própria e o acompanhamento especializado das empresas fornecedoras de peças e serviços terceirizados.

2017

Fatores:

1. Os Comandos de Áreas-(COMAR's) têm uma defasagem de pessoal de 15% na Qualificação Bombeiro Militar Geral 01 (combatente) - QBMG-01 e 8% de militares do Qualificação Bombeiro Militar Geral - 02 (condutor e operador de viatura) - QBMG-02, para o atender ao mínimo previsto pela matriz, considerando a média de afastamentos dos últimos 2 anos;
2. As Escadas tipo AEM e ABE somente 65,6% do tempo (2017) estavam em condições mecânicas de serem ativadas;
3. Há necessidade de equalizar os afastamentos previstos.

Decisões tomadas:

1. Implantação diária das IN 019/2016(Compartilhamento de Guarnição) e 024/2016 (Remanejamentos Prévios);
2. Realização de 2610 remanejamentos de Combatentes comporem SOS em unidade diversa a sua;
3. Realização de 2152 remanejamentos de Condutores para ativação/disponibilização de viaturas para SOS em unidade diversa a sua;
4. Acompanhamento das manutenções das viaturas tipo escadas (AEM e ABE) junto à autorizada juntamente com o executor de contrato visando dar celeridade e agilidade na liberação das viaturas;
5. Implantação do SMA (Sistema Marcação de Afastamentos) para a marcação das férias 2018 segundo todos os critérios da portaria 027/2010.

*É válido salientar que os valores correspondentes aos anos de 2016 e 2017 são incomparáveis, no sentido de que o primeiro índice contemplava apenas a disponibilidade da viatura, enquanto que, a partir de 2017, passou-se a considerar também a disponibilidade da equipe de socorro (condutor e guarnição).

2018

Para o resultado alcançado consideram-se os seguintes fatores: Redução no quadro de Oficiais Peritos de Incêndios lotados na DINVI; Implementação do sistema - SCIPWEB (Sistema Contra incêndio e Pânico); Alterações na metodologia para a investigação de incêndio; Ocorrências que envolvem atuação da PCDF (Polícia Civil do Distrito Federal); Falta de conhecimento das guarnições de socorro urbano quanto ao procedimento de acionamento da Perícia CBMDF. Diante das dificuldades decidiu-se: Implantar novo regime de serviço operacional de perícia; Empregar continuamente o sistema SCIPWEB; Capacitar os peritos quanto à nova metodologia aplicada à investigação de incêndios; Desenvolver um protocolo juntamente com a PCDF para atendimentos aos incêndios classificados com a causa de "Ação Pessoal Intencional".

11. Capacitar uma média de 3.000 servidores, a cada ano, em cursos integrados ofertados no período (SSP) (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)

2016

A longo do ano foram capacitados 4.607 servidores, por meio de diversos cursos de aperfeiçoamento e especialização, presencial (844 servidores) e à distância (3.763 servidores), com temas que se correlacionam com as atividades profissionais da pasta, dentre os quais se destacam: Curso de Prevenção e Repressão a Entorpecentes, Curso de Gestor de Unidades de Combate às Drogas, Curso de Investigações Cibernéticas e Crime Organizado, Curso de Análise Criminal, Curso de Sistema de Comandos e Incidentes, Curso de Investigação de Homicídios, Curso de Capacitação para Atendimento de Pessoas com Deficiência em Situação de Violência com Introdução à Libras, Workshop Lançamento do Plano Estratégico 2016-2019, Capacitação de Atendentes da CIADE e outros.

2017

Em 2017 a SSPDF, por meio da Subsecretaria de Ensino e Valorização Profissional – SEVAP, também atuou continuamente na oferta de diversos cursos, seminários, workshops com o objetivo de fomentar a estratégia de execução do programa “Viva Brasília – Nosso Pacto pela Vida”, por meio do Eixo 3: aumento da confiança e melhoria do serviço público de segurança, embasado por duas diretrizes: valorização dos profissionais de segurança pública e qualificação da gestão da segurança pública por meio de indicadores de desempenho e de resultado.

A SEVAP atuou fortemente na reestruturação das ações e canais e atendimento a ocorrências, do “Viva Brasília, nosso Pacto pela Vida”, com cursos voltados para os atendentes e despachantes da CIADE, no intuito de aperfeiçoar esta mão-de-obra tão importante para o sistema da segurança pública e atender os anseios da comunidade na melhoria dos serviços prestados por aquela Central.

O Programa de Implantação do SEI na Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social foi um sucesso. Hoje o sistema está funcionando plenamente. Como consequência, a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão concedeu à SSPDF o Certificado: “Honra ao Mérito – Eu Virei a Chave”, pela modernização e simplificação na gestão de documentos, alcançando a marca de 100% na utilização do processo eletrônico.

A SEVAP participou de todo processo de implantação do Programa “Viva Flor”, em especial formando os multiplicadores da PMDF, PCDF e CBMDF.

Ao longo do ano foram capacitados 7.873 servidores, por meio de cursos, seminários, workshops presenciais (3.212 servidores) e à distância (4.661 servidores), com temas que se correlacionam com as atividades profissionais da pasta, dentre os quais destacamos:

- Curso para Atendimento e Despacho do Centro de Operações da Polícia Militar do Distrito Federal (Copom);
- Workshop: Atividade de Inteligência – Técnica de Entrevista e Análise de Veracidade;
- Seminário Internacional de Polícia Comunitária;
- Curso de Comando de Incidentes (SCI) – nível básico;
- Seminário sobre o Sistema Penitenciário do Distrito Federal
- Curso de Justiça Restaurativa, Mediação e Outros Métodos Participativos em Área Penal;
- Oficina de Segurança para Profissionais da Imprensa em Áreas de Manifestações;
- Seminário Pacto pela Vida: Resultados e Perspectivas;
- Treinamento, Prevenção e Combate a Princípio de Incêndio;
- Curso de Prevenção e Investigação de Lavagem de Dinheiro;
- Curso de Formação de Multiplicadores – Atendimento de Ofendidas em Medidas Protetivas de Urgência;
- Curso de Habilitação para Pistola .40;
- Programa de Implantação do SEI – ensino presencial;
- Capacitação sobre a Percepção de Risco e Atuação de Emergências;
- Workshop de Valorização Profissional – Prevenção ao Suicídio no Contexto da Segurança Pública do Distrito Federal.
- Workshop de Valorização Profissional: o Papel do Profissional de Segurança Pública na Atuação e Prevenção da Violência contra a Mulher;
- Capacitação em Armamento e Tiro-Pistola Calibre .40;
- Capacitação em Ferramentas de Análise de Fenômenos de Segurança Pública;

- Plano de Abandono do Edifício Sede da SSPDF;
- Exercício Simulado de Abandono do Edifício Sede da SSPDF, entre outros.

2018

Meta atingida. A SSPDF, por meio da Subsecretaria de Ensino e Valorização Profissional – SEVAP, atuou continuamente na oferta de diversos cursos, seminários, workshops com o objetivo de fomentar a estratégia de execução do programa “Viva Brasília – Nosso Pacto pela Vida”, por meio do Eixo 3: aumento da confiança e melhoria do serviço público de segurança, embasado por duas diretrizes: valorização dos profissionais de segurança pública e qualificação da gestão da segurança pública por meio de indicadores de desempenho e de resultado.

Foram reestruturadas as ações e canais e atendimento a ocorrências, do “Viva Brasília, nosso Pacto pela Vida”, com cursos voltados para operacionalização do Centro Integrado de Operações de Brasília – CIOB, no intuito de aperfeiçoar esta mão-de-obra tão importante para o sistema da segurança pública e atender os anseios da comunidade na melhoria dos serviços prestados por aquele Centro.

Foi realizada a capacitação da PMDF, PCDF e CBMDF, com formação de multiplicadores, no âmbito da implantação do Programa “Viva Flor”, atividade necessária para garantir a efetividade do programa.

Houve também a capacitação de 93 servidores e dependentes em línguas estrangeiras.

Ao longo do ano foram capacitados 8.595 servidores, por meio de cursos, seminários, workshops, presencial (3.400 servidores) e à distância (6.891 servidores), com temas que se correlacionam com as atividades profissionais da pasta, dentre os quais destacamos:

- Workshop: Viva Brasília nas Escolas;
- XX Reunião do Comitê Setorial de Segurança Pública Municipal da União de Cidades Capitais Ibero-Americanas (UCCI);
- Curso Básico para Statistical Package for Social Sciences para Pesquisadores (SPSS);
- Programa de Implantação do SEI – ensino presencial;
- Treinamento de Operacionalização do CIOB;
- Curso de Formação de Oficiais – Disciplina Lei Maria da Penha e Atendimento Policial;
- Palestra sobre Segurança Pública para a Associação dos Adidos Policiais de Embaixadas sediadas em Brasília, entre outros.

12. Capacitar uma média de 3.720 policiais militares, a cada ano, em Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública. (PMDF)

2016

Antes de 2015 a Polícia Militar do Distrito Federal formou mais de 3000 Policiais Militares em Tecnólogo Em Segurança Pública, em 2016 foram formados 60 Policiais Militares como pode ser observado na tabela acima.

2017

Antes de 2015 a Polícia Militar do Distrito Federal formou mais de 3000 Policiais Militares em Tecnólogo Em Segurança Pública, em 2017 foram formados 14 Policiais Militares.

2018

Antes de 2015 a Polícia Militar do Distrito Federal formou mais de 3000 policiais militares em curso Tecnólogo Em Segurança Pública. Em 2017 foram formados 14 policiais, em 2018, 52 policiais. Esclarece-se que, da média desejada de 3.720 formados, a Polícia Militar do DF formou 3.000 Policiais Militares em curso superior de tecnologia em segurança pública. O objetivo era graduar todo o efetivo da PMDF, mas a meta foi influenciada pelo fato de quase a totalidade do efetivo já possuir nível superior.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1612	ADEQUAÇÃO METODOLÓGICA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS	%	0	30/06/2015	50	100	75	100	80	100	90	AGEPRO/ SSP / UO 24101 / OE 6
1613	ÍNDICE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	%	99,82	30/06/2015	85	99,48	90	99,62	90	92,63	90	SUAG/SSP / UO 24101 / OE 6
1615	PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO PARA A GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA	UNIDADE	255	31/07/2015	255	-	255	-	255	-	255	SGI/SSP / UO 24101 / OE 6
1616	ÍNDICE DE APROVAÇÃO DE RECURSOS DE INVESTIMENTO EM RELAÇÃO AO PROPOSTO (<i>Indicador alterado, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17</i>)	%	26,90	31/01/2015	100	59,43	100	41,58	100	79,01	100	PMDF / UO 24103 / OE 6
1618	DISPONIBILIDADE DA FROTA OPERACIONAL	%	85,13	31/01/2015	87,6	84,49	89,6	90,88	91,6	63,0	93,6	CEMEV/ CBMDF / UO 24104 / OE 6
1619	ACIDENTES DE SERVIÇO	%			4,4	8,7	3,52	15,98	2,63	32,48	1,75	Diret. Saúde / CBMDF / UO 24104 / OE 6
1620	SATISFAÇÃO DO USUÁRIO (1 a 5)	NOTA			4,5	4,4	4,5	3,9	4,5	3,6	4,5	Dirconv/ DETRAN / UO 24201 / OE 4, 6

Justificativas 2016

Indicador 1611 - Índice de Aquisições para Renovação Tecnológica da SSP: Não foi possível a mensuração do Indicador, pois a metodologia de cálculo não se mostrou consistente, fato este que impossibilitou o cotejamento entre o valor desejado e realizado. Esta Pasta irá propor em momento oportuno um novo indicador que além de relevância, validade e confiabilidade, também tenha um grau de cobertura adequado aos propostos que se presta, tendo também como propriedades a cobertura, comunicabilidade, custos factíveis

Indicador 1612 - Todos os projetos estratégicos da SSP/DF relacionados no Acordo de Resultados 2016 forma gerenciados em consonância com a metodologia definida pelo Guia PMBOK, pela SUPPE/SEPLAG e consequentemente pelo Escritório de Projetos desta SSP/DF.

Indicador 1613 - Índice de Execução Orçamentária: o índice alcançou o desejado devido ao aprimoramento dos processos de execução orçamentário-financeiro, considerando apenas os recursos da fonte 100.

Indicador 1615 - Produção de Conhecimento para a Gestão da Segurança Pública: A Subsecretaria de Gestão da Informação/SSP - SGI/SSP informou que os referidos indicadores necessitam da manipulação de bases de dados as quais esta Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social não possui acesso. Assim a SGI propõe os seguintes os seguintes indicadores para o PPA 2016-2019: Índice de Vulnerabilidade Social Geral, Índice de Vulnerabilidade Social Feminino, e Índice de Vulnerabilidade Social Juvenil.

Indicador 1616 - Devido a crise econômica enfrentada pelo país, os recursos apresentados na proposta orçamentária da PMDF, para investimento, não foram viabilizados integralmente na Lei Orçamentária Anual.

Indicador 1618 - Verificou-se que durante o ano de 2016 houve interrupção de contrato de fornecimento de peças. Contudo, a regularização dos contratos de fornecimento de peças no decorrer do 1º trimestre contribuiu para que o resultado ficasse bem próximo da meta, tendo crescido em relação ao ano de 2015, um fator positivo.

Indicador 1619 - Verificou-se que no ano de 2016 houve melhora no resultado do indicador em relação aos 3 anos anteriores. Apesar do resultado aquém da meta, este setor vai envidar esforços no sentido de verificar se há correlação entre parte dos acidentes relatados com os meses de seca (Operação Verde Vivo) e/ou a realização de cursos operacionais, a fim de melhorar o alcance ou reanalisar as metas estipuladas com parâmetros internacionais.

Indicador 1620 - O índice alcançado é justificado mediante a reformulação tecnológica e treinamento de mão de obra implementados no callcenter, tornando o atendimento mais rápido e Dinâmico e consequentemente agradando os usuários.

Justificativas 2017

Indicador 1611 - 2017 - - Índice de Aquisições para Renovação Tecnológica da SSP: Não foi possível a mensuração do Indicador, pois a metodologia de cálculo não se mostrou consistente, fato este que impossibilitou o cotejamento entre o valor desejado e realizado. Esta Pasta irá propor em momento oportuno um novo indicador que além de relevância, validade e confiabilidade, também tenha um grau de cobertura adequado aos propostos que se presta, tendo também como propriedades a cobertura, comunicabilidade custos.

Indicador 1612 - 2017 - Todos os projetos estratégicos da SSP/DF relacionados no Acordo de Resultados 2017 foram gerenciados em consonância com a metodologia definida pelo Guia PMBOK, pela SUPPE/SEPLAG e, consequentemente, pelo Escritório de Projetos desta SSP/DF.

Indicador 1613 - 2017 - Índice de Execução Orçamentária: o índice alcançou o desejado devido ao aprimoramento dos processos de execução orçamentário-financeiro, considerando apenas os recursos da fonte 100.

Indicador 1615 - 2017 - Produção de Conhecimento para a Gestão da Segurança Pública: A Subsecretaria de Gestão da Informação/ SSP - SGI/SSP informou que os referidos indicadores necessitam da manipulação de bases de dados, os quais está Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social não possui acesso. Assim a SGI propõe os seguintes indicadores para o PPA 2 016-2019: Índice de Vulnerabilidade Social Geral, Índice de Vulnerabilidade Social Feminino, e Índice de Vulnerabilidade Social.

Indicador 1616 - Devido a crise econômica enfrentada pelo país, os recursos apresentados na proposta orçamentária da PMDF para investimentos não foram viabilizados integralmente na Lei Orçamentária Anual.

Indicador 1618 - Verificou-se que, durante o ano de 2017, foi possível atender de forma eficiente a demanda de manutenção, alcançando o índice acima do desejado e confirmando a crescente evolução aos anos anteriores. A obtenção do resultado positivo se deu em decorrência da eficaz gestão de recursos humanos e materiais para otimizar o tempo gasto nas manutenções e, consequentemente, diminuir o tempo em que as viaturas ficaram efetivamente baixadas para manutenção.

Indicador 1619 - O número de acidentes em serviço vem se mantendo constante. Só havendo aumento considerável em meses de seca e cursos. A redução do número de acidentes em serviço depende do treinamento que é um meio de desenvolver competências nos bombeiros para que se tornem mais produtivos, criativos, inovadores e conscientes de suas responsabilidades, sendo outro recurso a oferta de cursos objetivando o aprimoramento técnico-profissional, administrativo e cultural, para o desempenho de suas funções.

Justificativas 2018

Indicador 1612 - 2018 - Todos os projetos estratégicos da SSP/DF relacionados no Acordo de Resultados 2017/2018 foram gerenciados em consonância com a metodologia definida pelo Guia PMBOK, pela SUPPE/SEPLAG e, conseqüentemente, pelo Escritório de Projetos desta SSP/DF.

Indicador 1613 - O índice alcançou o desejado devido ao aprimoramento dos processos de execução orçamentário-financeiro, considerando apenas os recursos da fonte 100.

Indicador 1615 - A metodologia de cálculo não se mostrou consistente, fato este que impossibilitou o cotejamento entre o valor desejado e realizado.

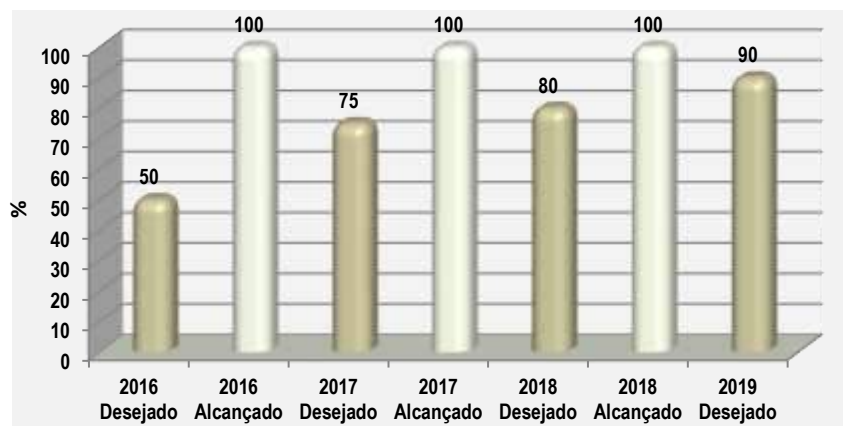
Indicador 1616 - Devido à crise econômica, os recursos solicitados pela Corporação para investimento, na proposta orçamentária, não foram totalmente viabilizados, ficando muito aquém do solicitado. Pesa ainda em desfavor da Corporação o fato de que parte dos recursos autorizados na Lei Orçamentária Anual foram contingenciados na setorial de orçamento. Ao final do exercício financeiro, foram cancelados recursos da ordem de R\$ 12.199.220,00, e suplementado em outro órgão alheio a Polícia Militar.

Indicador 1618 - Optou-se pela manutenção das Instruções Normativas 019/2016/COMOP/CBMDF (Compartilhamento de Guarnição) e 024/2016/COMOP/CBMDF (Remanejamento Prévios) e equalização diárias feita por remanejamento de pessoal entre os GBMs, tanto de militares combatentes como de condutores; manutenção de contratos para fornecimento de peças e serviços para viaturas e implantação do SMA (Sistema de Marcação de Afastamentos) para o estabelecimento das férias pelos critérios da Portaria 27/2010-CBMDF.

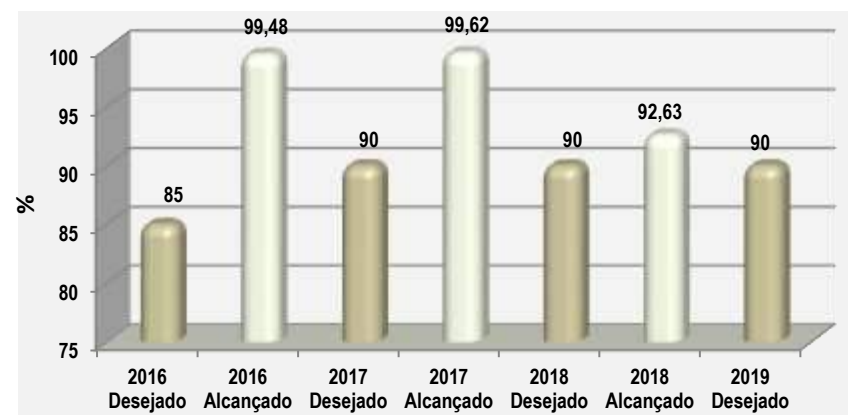
Indicador 1619 - Houve aumento do efetivo do CBMDF, com inserção e treinamentos dos candidatos aprovados em concurso público. A redução do número de acidentes em serviço depende do treinamento, que é um meio de desenvolver competências nos bombeiros para que se tornem mais produtivos, criativos, inovadores e conscientes de sua responsabilidade. Também é necessário haver cursos objetivando o aprimoramento técnico-profissional, administrativo e cultural.

Indicador 1620 - A nota apurada, menor que a dos anos anteriores, se deve em parte em virtude de o aumento expressivo da demanda (220 mil atendimentos) mais que em 2017), o que gerou aumento no tempo de espera, cuja avaliação da nota caiu de 3,1 para 2.7.

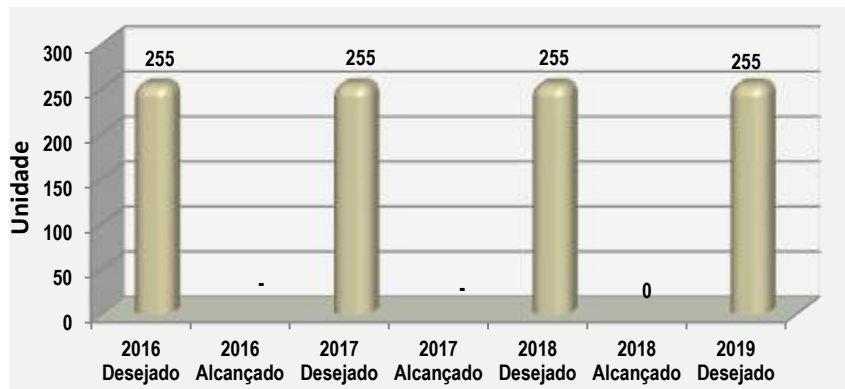
ADEQUAÇÃO METODOLÓGICA DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS



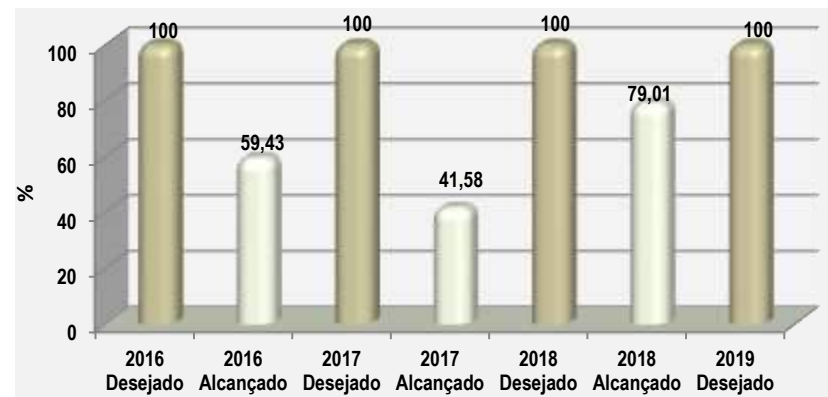
ÍNDICE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA



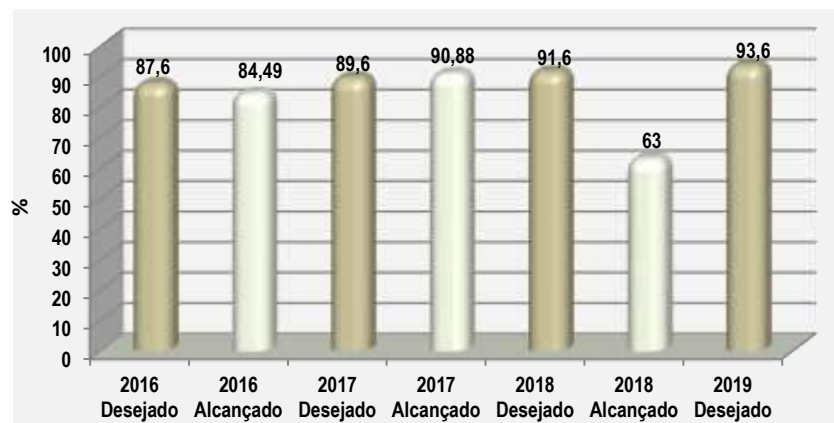
PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO PARA A GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA



ÍNDICE DE APROVAÇÃO DE RECURSOS COM INVESTIMENTO EM RELAÇÃO AO PROPOSTO



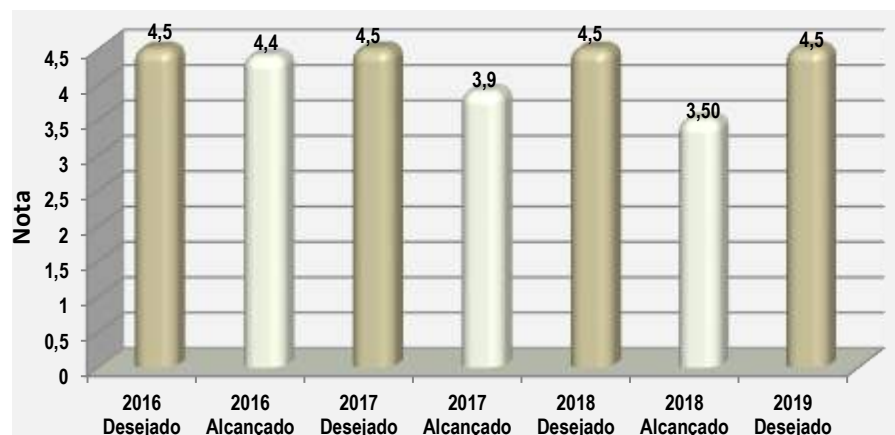
DISPONIBILIDADE DA FROTA OPERACIONAL



ACIDENTES DE SERVIÇO



SATISFAÇÃO DO USUÁRIO (1 A 5)



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6217	6	1	Formulação Planejamento Estratégico integrado entre SSP e Forças de Segurança; (SSP)	24101	100	<p>2016 Plano Estratégico elaborado, aguardando validação do Secretário.</p> <p>2017 Caderno Executivo do Plano Estratégico finalizado, aprovado e validado pelo Secretário, para fins de publicação e disseminação ao público interno e externo.</p> <p>2018 Caderno Executivo do Plano Estratégico finalizado</p>
6217	6	2	Implantação de Metodologia de Gestão Estratégica; (SSP)	24101	100	<p>2016 Metodologia implantada, utilizando Matriz de Priorização de Projetos, Monitoramento e Avaliação do modelo.</p> <p>2017 Metodologia implantada, utilizando Matriz de Priorização de Projetos, Monitoramento e Avaliação do modelo.</p> <p>2018 Metodologia implantada. A Portaria Nº 39, de 15 de março de 2018, publicada no DODF Nº 57 de 23 de março de 2018, institui o Comitê de Gestão Estratégica da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal – SSP/DF.</p>
6217	6	3	Aprimoramento da Metodologia de Gerenciamento de Projetos; (SSP)	24101	100	<p>2016 Ação não orçamentária parcialmente implementada, utilizando o modelo de gestão proposto pelo GDF usando as seguintes ferramentas para o detalhamento dos projetos estratégicos: Termo de Abertura do Projeto - TAP, Estrutura Analítica do Projeto - EAP e Cronograma.</p> <p>2017</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						Ação não orçamentária totalmente implementada, utilizando o modelo de gestão proposto pelo GDF usando as seguintes ferramentas para o detalhamento dos projetos estratégicos: Termo de Abertura do Projeto - TAP, Estrutura Analítica do Projeto - EAP e Cronograma. A SSP/DF também utiliza o Sistema Integrado de Monitoramento e Gestão do DF. 2018 Ação não orçamentária totalmente implementada, utilizando o modelo de gestão proposto pelo GDF usando as seguintes ferramentas para o detalhamento dos projetos estratégicos: Termo de Abertura do Projeto - TAP, Estrutura Analítica do Projeto - EAP e Cronograma. A SSP/DF também utiliza o Sistema Integrado de Monitoramento e Gestão do DF.
6217	6	4	Divulgação das atribuições e atividades da Ouvidoria; (SSP)	24101	100	2016 Não houve nenhuma atividade de divulgação específica desta Pasta. Divulgação realizada apenas pela Ouvidoria Geral do GDF. 2017 A divulgação das atribuições e atividades da Ouvidoria foram realizadas pela Ouvidoria Geral do GDF e também por meio do Projeto Ouvidoria Itinerante nos Presídios. 2018 A divulgação das atribuições e atividades da Ouvidoria foram realizada pela Ouvidoria Geral do GDF e também por meio do Projeto Ouvidoria Itinerante nos Presídios.
6217	6	5	Criação do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação (SSP) (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	24101	100	2016 Ação orçamentária não implementada. 2017 Ação orçamentária não implementada. 2018 Ação implementada com a criação do o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC da SSPDF.
6217	6	6	Gestão junto à Governança-DF para retomada de projetos paralisados; (SSP) (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	24101	-	2016 A gestão junto a governança para a retomada de projetos foi realizada a partir de demandas pontuais desta pasta. 2017 A gestão junto a governança para a retomada de projetos foi realizada a partir de demandas pontuais desta pasta.
6217	6	7	Criar e implantar um manual técnico voltado para a redução dos custos da administração; (PMDf)	24103	80%	2016 No ano de 2016, iniciou-se a criação do Manual de Orçamento das PMDF e do Manual de Logística da PMDF. Ambos estão em fase de conclusão. 2017 Ação ainda não implementada 2018 Ação ainda não implementada – Atualmente encontra-se na Assessoria Técnico Jurídica da Corporação para ajustes finais e publicação manual de gestão orçamentária e financeira, que tem por escopo mitigar os riscos nos processos de aquisição de bens e serviços, otimizando as contratações e deixando a execução físico-financeira do orçamento mais transparente.
6217	6	8	Divulgar para a sociedade, as atividades realizadas e os resultados obtidos pela Corporação; (PMDf)	24103	100%	2016 A Corporação divulga diariamente sua produtividade em seu SITE oficial, estando disponível a toda a População do Distrito Federal. 2017 Cumprindo a Lei de Acesso a Informação, a corporação disponibiliza atualmente em seu site oficial informações a respeito de seus resultados. 2018

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						Cumprindo a Lei de Acesso a Informação, a corporação disponibiliza atualmente em seu site oficial informações a respeito de seus resultados permitindo o acesso a toda a sociedade brasileira garantindo desta forma o controle social.
6217	6	9	Implantar o Código de Ética da Polícia Militar do Distrito Federal; (PMDF)	24103	100%	<p>2016 A proposta do Código de Ética da Polícia Militar do Distrito Federal foi concluída no que se refere às providências possíveis da PMDF. Como o código será um Decreto Federal, a proposta está seguindo a tramitação específica.</p> <p>2017 Ação já totalmente implantada, possível de sofrer revisões e atualizações</p> <p>2018 Ação não implantada e carece de revisão e atualizações, há uma proposta de código de ética que necessita de ser atualizada para assim ser publicada.</p>
6217	6	10	Criação e implementação de programas motivacionais voltados para melhoria da produtividade do serviço policial militar; (PMDF)	24103	0%	<p>2016 Não há dados para se afirmar. A ação possui um núcleo indefinido o qual não se verificou mecanismo de aferição</p> <p>2017 Em 2017 a Corporação adquiriu coletes balísticos para todo o efetivo; roupas com air bags para motociclistas; iniciou o processo de renovação de sua frota, bem como adquiriu novas e modernas estações de trabalho para a atividade meio, impactando diretamente a motivação dos Policiais Militares na execução do negócio da Corporação, servindo de fator motivador para o aumentar o desempenho dos Policiais Militares na atividade fim. Outro fator a ser levado em consideração foi a aquisição de novas estações de trabalho, e ainda o início da renovação da frota oficial da PMDF.</p> <p>2018 Ação não implantada e carece de revisão e atualizações, há uma proposta de código de ética que necessita de ser atualizada para assim ser publicada.</p>
6217	6	11	Implementação da reestruturação da carreira policial militar; (PMDF)	24103	0%	<p>2016 Em andamento.</p> <p>2017 O processo de reestruturação da carreira continua em andamento.</p> <p>2018 O processo de reestruturação da carreira continua em andamento.</p>
6217	6	12	Criar e Implantar a Perícia Criminal da Polícia Militar do Distrito Federal. (PMDF)	24103	70%	<p>2016 A corporação formou 03 peritos oficiais, a fim de efetuarem atividades próprias de Perícia Criminal. Foi criado dentro da Corregedoria da PMDF, o Núcleo de Perícia Criminal. Contudo, para a efetivação completa, necessita-se de aquisição de equipamentos específicos.</p> <p>2017 A ação orçamentária em questão encontra-se em processo de implantação e inicialização. A Polícia Militar já capacitou 07 oficiais e está em processo de capacitação de mais oficiais em cursos de perícia no país e no mundo. A perspectiva é de implantar o núcleo de perícia PMDF para atender à Corporação nos próximos anos.</p> <p>2018 As principais missões realizadas pela Criminalística foram: Acompanhamento do Projeto de Estruturação do NuCrim SEI nº 00054-00028293/2018-38; Acompanhamento do processo licitatório de compras de materiais e equipamentos de perícia conforme processo SEI nº 00054-00075289/2018-69 ; Acompanhamento da Minuta de Portaria sobre Cadeia de Custódia. Dentre outras ações necessárias para o atingimento da meta.</p>

Análise dos Resultados do Objetivo Específico

2016/2018

SSP

O Objetivo Específico “Governança, Gestão e Pessoas: desenvolver a gestão por resultados integrada de todos os órgãos de segurança pública com planejamento e aperfeiçoamento na execução dos processos internos, bem como promover a valorização dos profissionais de segurança pública, com vistas a atingir a excelência dos serviços prestados à comunidade”, caracteriza-se por fazer parte de um projeto amplo de desenvolvimento, que proporcione a melhoria concreta das corporações e instituições de segurança pública, assim como das organizações e dos métodos praticados, da informação gerencial e da capacitação de pessoas, assumindo os contornos estratégicos pretendidos.

A atual proposta de gestão e governança da segurança pública do Distrito Federal, passa pelo surgimento de um novo profissional da área, identificado por uma gestão de pessoas eficientes, embasada na capacitação de competências. Dessa forma, como características principais da nova gestão da segurança pública, merecem destaque: busca pela revitalização da função da segurança pública e profissionalização dos servidores inerentes, bem como pela competência institucional, enfatizando a redução da criminalidade violenta e a proteção social; foco em resultados, mediante avaliação permanente; direcionamento dos serviços de segurança pública para o cidadão-usuário; simplificação de procedimentos, transparência e garantia de acesso às informações públicas; implantação de arranjos institucionais que visam à representação dos interesses coletivos, fortalecendo o controle social e enfatizando a gestão da informação. É pertinente elencar as diretrizes básicas que norteiam a governança do programa o Programa Segurança com Cidadania: Transparência, Equidade, Prestação de Contas e Responsabilidade Institucional.

No que tange aos mecanismos de gestão aplicados, convém acentuar que os mesmos são responsáveis pelo desenvolvimento do Sistema de Segurança Pública, através das melhores práticas de gestão, objetivando sempre o aperfeiçoamento da integração dos órgãos vinculados à segurança pública, conquistando a sinergia entre recurso, ação e resultado.

Evidencia-se, portanto, que a governança e a gestão das políticas públicas de segurança orientam-se para a sociedade, deslocando o foco exclusivo e tradicional da atividade repressiva para o alcance de objetivos sociais mais amplos. Com isso, surge o imperativo de fortalecer e trazer efetivamente a sociedade para o centro do processo de decisão política do planejamento da segurança pública, promovendo a gestão assentada no interesse público.

Releva notar, que nesse processo, os agentes de segurança pública estão em posição de protagonismo central, pois são os responsáveis por levar a efeito os atos de governança, para o que se requisita a formação e a mobilização de competências específicas e direcionadas de conteúdo técnico e político.

Nesse contexto, a área de gestão de pessoas, notadamente a de desenvolvimento e valorização dos profissionais de segurança pública, assume posição destacada. Ao serem orientados e capacitados para agirem em seu próprio nome, no bojo do cenário social imposto e junto às instituições vinculadas, com a colaboração maciça das respectivas academias de ensino, os servidores públicos da segurança exercem a cidadania e propiciam o engajamento transversal no alcance e manutenção da paz social.

Com a qualificação adequada e direcionada dos profissionais de segurança pública, reforçam-se os mecanismos de envolvimento institucional e social na formulação, na execução, na correção da trajetória e do aperfeiçoamento das políticas públicas de segurança, norteando a direção da busca pela excelência dos serviços prestados à comunidade.

Diante de tais considerações, entende-se que a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social atingiu parcialmente o objetivo proposto para o exercício de 2016, onde podemos destacar: I) a conclusão e implementação do Planejamento Estratégico e alinhamento deste com o PPA da Secretaria; II) Elaboração e Lançamento do Plano Integrado de Segurança do Consórcio Brasil Central (RIDE-DF); III) implantação do Sistema de Gestão da Informação em Segurança Pública – SIGEO; conclusão das obras de ampliação do Centro de Detenção Provisória – CDP (400 vagas) e ampliação da Penitenciária Feminina do Distrito Federal – PFDF (400 vagas); IV) construção de um galpão destinado a atividades profissionais na Penitenciária Feminina do Distrito Federal, V) aquisição de diversos equipamentos; VI) conclusão do Estudo do Dimensionamento do Efetivo de Segurança Pública; VII) realização da Pesquisa de Vitimização; e VIII) capacitação de 4.607 servidores, por meio de diversos cursos de aperfeiçoamento e especialização.

Para o ano de 2017, destacam-se as seguintes ações: I) a elaboração e implantação da Matriz de Priorização de Projetos; II) Realização dos seguintes diagnósticos: Pesquisa Distrital de Segurança Pública (Vitimização), Pesquisa Distrital de Segurança Pública, Pesquisa de Qualidade de Vida no Trabalho da SESIPE e SSPDF, Pesquisa de Qualidade de Vida no Trabalho, Pesquisa de Qualidade do Atendimento Emergencial, Pesquisa de Qualidade do Atendimento Emergencial e Pesquisa de Violência nas Escolas; III) elaboração da Portaria Conjunta Nº 2, de 05 de dezembro de 2017, publicada no DODF nº 06, de 09 de janeiro de 2018 que dispõe sobre a composição e funcionamento da Unidade de Coordenação do PPV; IV) Realização de melhorias, adequações, reparos e

manutenção no Bloco III do Centro de Progressão Penitenciária - CPP, no Bloco I do Centro de Detenção Provisória - CDP, na Área de Tratamento Psiquiátrico - ATP da Penitenciária Feminina do Distrito Federal - PPDF; e V) capacitação de 7.873 (sete mil, oitocentos e setenta e três) servidores, por meio de diversos cursos de aperfeiçoamento e especialização.

Destaca-se que os objetivos foram alcançados graças ao trabalho harmonioso e responsável das forças integrantes do sistema de segurança pública do Distrito Federal.

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social atingiu o objetivo e as metas traçadas para o exercício de 2018, vez que no conjunto dos crimes violentos letais intencionais (homicídios, latrocínios e lesões seguidas de morte) houve uma diminuição de 12,7%, apenas os Homicídios cometidos caíram 12,5% em relação a 2017, com isso o DF atingiu a taxa de 14,1 por 100 mil habitantes. Em relação aos roubos e furtos que integram a categoria dos crimes contra o patrimônio, a diminuição foi de 14,6%.

Houve a inauguração do Centro Integrado de Operações de Brasília – CIOB, que tem como finalidade promover a gestão integrada das operações de segurança pública, mobilidade, fiscalização e prestação de serviços públicos do Distrito Federal

Na implementação de políticas de prevenção a violência destacamos o atendimento a adolescentes e jovens que cumprem medidas socioeducativas por meio de oficinas artísticas e culturais e atividades esportivas no âmbito dos Projetos Picasso Não Pichava e Esporte à Meia Noite e a expansão do Programa de Segurança Preventiva para Ofendidas sob Medida Protetiva de Urgência.

Criação da Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios e Femicídios – CTMHF com as seguintes atribuições: 1) elaborar diagnósticos criminais e criminológicos específicos sobre a dinâmica dos homicídios e feminicídios no Distrito Federal; 2) realizar e propor a realização de estudos e pesquisas; 3) propor operações integradas dos órgãos que compõem o Sistema de Segurança Pública do Distrito Federal, do Departamento de Trânsito do Distrito Federal e de outras IOA's; 4) propor medidas de prevenção e repressão voltadas ao enfrentamento do homicídio e feminicídio; 5) subsidiar o Comitê Executivo do Viva Brasília: Nosso pacto Pela Vida com informações gerenciais; 6) aprimorar o fluxo de trabalho do Sistema de Segurança Pública para o monitoramento dos homicídios e feminicídios no Distrito Federal; 7) articular a cooperação interagências para o monitoramento dos homicídios e feminicídios no Distrito Federal

Destacamos que os objetivos foram alcançados graças ao trabalho harmonioso e responsável das forças integrantes do sistema de segurança pública do Distrito Federal e da integração com outros órgãos de governo.

CBMDF

Em 2017, o número de Acidentes de Serviço vem se mantendo constante. Só havendo aumento considerável em meses de seca e durante a realização de cursos. A redução do número de acidentes em serviço depende do treinamento, que é um meio de desenvolver competências dos bombeiros que os tornem mais produtivos, criativos, inovadores e conscientes de suas responsabilidades.

Em 2018, a forma de calcular o indicador Disponibilidade da Frota Operacional sofreu alteração, devido ao amadurecimento dos processos institucionais relacionados ao mesmo. Antes a fórmula considerava apenas a disponibilidade da Viatura para o socorro. A partir de 2018 também entram no cálculo do resultado a disponibilidade de Condutor e da Guarnição. Assim, não faz sentido comparar os resultados do indicador a partir de 2018 com a série histórica.

Aumento do efetivo do Corpo de Bombeiros com a inserção e treinamento dos novos candidatos aprovados em concurso público, fato que consequentemente contribuiu para o aumento dos índices de ocorrência de acidentes, uma vez que no de 2017, em que não houve admissão de militares por meio de concurso, o percentual de acidentes resultou apurado em 14,84 acidentes para 1000 militares, já no ano de 2018, em que houve a inserção de novos bombeiros ao efetivo, resultou apurado em 32,48 acidentes para cada 1000 militares; Influência de fatores como a atmosfera do local de trabalho até as instalações, equipamentos, substâncias e métodos de trabalho emprega do Efetivo insuficiente para execução dos procedimentos para apuração dos acidentes em serviço, bem como, para execução efetiva de atividades relacionadas à prevenção de acidentes em serviço ou à segurança do trabalho.

PMDF

Como contribuição para o alcance do Objetivo Específico, a Corporação atuou ainda com o foco na redução dos índices de crimes violentos. Houve concentração de energias no preparo dos profissionais de segurança pública, valorizando o uso diferenciado, proporcional e progressivo da força, bem como a incorporação de tecnologia menos letal. Houve ainda investimentos na aquisição

de equipamentos apropriados que proporcionam um policiamento mais eficaz, capaz de cumprir sua tarefa repressiva de maneira legítima, sem violar direitos e produzir mais vítimas. A corporação formou ainda 03 peritos oficiais, a fim de efetuarem atividades próprias de Perícia Criminal. Foi criado dentro da Corregedoria da PMDF o Núcleo de Perícia Criminal. Encontra-se em elaboração um manual técnico voltado para a redução dos custos da administração. Ademais, a proposta do Código de Ética da Polícia Militar do Distrito Federal foi concluída no que se refere às providências possíveis da PMDF, sendo que resta apenas a tramitação específica.

DETRAN

Visando a valorização dos profissionais no âmbito do DETRAN/DF, foram realizados cursos e eventos de formação continuada. No ano de 2016 foram atendidos 434 servidores no período de 18 de fevereiro a 06 de dezembro, contemplados nos eventos assim especificados: cursos presenciais foram atendidos 371 profissionais, nos cursos à distância foram 63 servidores. Já no ano de 2017, foram atendidos 608 servidores no período de fevereiro a de dezembro, com destaque para a implantação do Sistema Eletrônico de Informação - SEI no âmbito do Departamento, possibilitando maior agilidade e eficiência nos processos administrativos

Em 2017, os profissionais também puderam participar de seminários e congressos fora do DF a fim de aprenderem com a experiência de outros Estados. Nesse caso, 14 servidores no ano de 2016 e 29 servidores no ano de 2017 deslocaram-se para outras unidades com objetivo de serem capacitados nas diversas áreas de interesse do órgão, como por exemplo: educação, engenharia e fiscalização.

No ano de 2018, visando à valorização dos profissionais no âmbito do DETRAN/DF, foram realizados cursos e eventos de formação continuada. Foram atendidos 502 servidores no período de janeiro a dezembro, contemplados em eventos assim especificados: cursos presenciais atendendo 427 profissionais e nos cursos à distância, 75 servidores. Realizou-se, ainda, o recadastramento e análise de 472 certificados de conclusão de cursos dos servidores que recebem a Gratificação de Atendimento ao Público – GAP; análise de 844 certificados de servidores que solicitaram ou renovaram o Adicional de Qualificação – AQ e de 31 diplomas para Gratificação de Titulação; e a realização da Promoção Funcional de aproximadamente 271 servidores do Detran/DF. Em 2018, houve ainda a implantação do um novo Sistema de Avaliação Desempenho para os servidores do órgão e aplicação do questionário 2018 para aproximadamente 1200 servidores.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

007 – REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE: Promover segurança pública com excelência na elucidação de infrações penais e no desempenho da função de polícia judiciária, tendo como pilares a ética, os direitos e garantias fundamentais, o capital humano qualificado e motivado, ações de inteligência e recursos tecnológicos avançados

UNIDADES RESPONSÁVEIS:

24.105 – POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL - PCDF

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	7	1	Elevar o atual Índice de Resolução dos Crimes de Homicídios em 10% até dezembro de 2019; (PCDF)	44,34	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	44,24	41,6	52		117,3
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	7	2	Elevar a Taxa de Inquéritos Relatados anualmente em 2% até dezembro de 2019; (PCDF)	83,39	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	52,79	62,96	63		75,5
6217	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	7	3	Promover a assertividade orçamentária e financeira com a execução de 100% do orçamento autorizado. (PCDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	99,76	98	96		96,0

Análise Qualitativa**1. Elevar o atual Índice de Resolução dos Crimes de Homicídios em 10% até dezembro de 2019; (PCDF)****2016**

Meta não atingida - A PCDF teve seu contingente de policiais civis diminuído em razão do alto número de aposentadorias e insuficiente recomposição do quadro funcional da Instituição. Estes elementos impactaram na resolução dos Crimes de Homicídios. O movimento paredista também contribuiu para o decréscimo do índice de resolução de crimes de homicídios em 2016. Considerando que a meta até 2019 é de 10%, ou seja, para todo o quadriênio, sendo desejável o índice de 2,5 % ao ano, verifica-se que a meta a ser atingida em 2016 era de 41,17 %. Contudo, alcançou-se 40,17%, o que corresponde a 2,44%. O índice de alcance total foi de 24,40 %.

2017

O índice de resolução de crimes de homicídio (IRCH) alcançou 41,6% em 2017. Não alcançou a meta almejada de 42,2% prevista para o período, ficando aquém do esperado em 0,6%. Frise-se que a premissa contida na meta é o aumento de 10% do índice de resolução até 2019.

Em que pese este obstáculo, a Alta Gestão da instituição policial tomou medidas e apoiou várias ações convergentes para rápida elucidação dos crimes de homicídios, como a capacitação de peritos criminais em contemporâneas técnicas de necropsia virtual, instituição do protocolo para atendimento de casos de feminicídio e reestruturação organizacional da Coordenação de Homicídios e Proteção à Pessoa - CHPP, com respectiva criação do serviço de proteção a pessoa. Todavia, as constantes paralisações dos servidores, bem como a insuficiência de recursos humanos provocada pelo alto número de aposentadorias e pela evasão de pessoal profissionalmente capacitado em razão da falta de aumento salarial foram fatores negativos que determinaram o resultado aquém do esperado.

Justificativa -se o não atingimento da meta em razão da redução do efetivo policial nas Delegacias de Polícia. O desempenho da atividade finalística em 2017 foi impactado negativamente, mormente, pelo movimento paredista denominado PCDF LEGAL que, por mais um ano, provocou o decréscimo do índice de resolução de crimes de homicídios no exercício de 2017. Como outros fatores que também contribuíram para o não atingimento da meta temos a insuficiência de Recursos Humanos e o alto índice de aposentadorias.

Nota: O índice de 2016 é objeto de solicitação de revisão. Se aprovada a revisão, o índice alcançado passará de 44,24% para 43,32%, enquanto o índice esperado para o ano deveria ser de 41,17%.

2018

Meta Atingida. O índice desejado para o ano de 2018 é de 43,25 %, tendo alcançado 52%. Logo, o índice de Resolução de Crimes de Homicídios (IRCH) superou o resultado anual desejado em 8,75%.

Quanto às ações, providências e atividades desenvolvidas em 2018, visando aprimorar a sistema de apuração de crimes de homicídio, coube à Polícia Civil por meio das Delegacias Circunscriçionais alocar mensalmente forças policiais em várias ações e operações policiais deflagradas no intuito de combater os crimes de homicídio e outros delitos. Para tanto, foram pontualmente definidas metas, em conjunto com a Secretaria de Segurança Pública e demais forças de segurança. Frise-se que os delitos foram definidos de acordo com dados estatísticos extraídos dos sistemas informatizados utilizados pelas forças de segurança.

2. Elevar a Taxa de Inquéritos Relatados anualmente em 2% até dezembro de 2019; (PCDF)

2016

Meta não atingida – A Instituição Policial teve seu contingente de policiais civis diminuído em razão do alto número de aposentadorias e insuficiente recomposição do quadro funcional. O movimento paredista também contribuiu para o decréscimo do índice Inquéritos Relatados Anualmente. Estes fatores impactaram no índice deste indicador. Considerando que a meta até 2019 é de 2% anualmente, o índice desejável de Inquéritos Relatados é de 78, 58%.

2017

A meta almejada não foi atingida.

Em 2017, somente 62,96% dos inquéritos policiais foram relatados, sendo desejado atingir o cômputo de 80,15%.

A Polícia Civil do Distrito Federal tem como fim precípua o exercício da Investigação Policial. Esta é o supedâneo de um relatório final exitoso. Contudo, o processo investigativo restou prejudicado pela insuficiência de recursos humanos no ano de 2017.

Justificativa 2017: Reduzido efetivo de policiais nas Delegacias de Polícia prejudica as investigações, impedindo que parte dos inquéritos sejam concluídos, impactando negativamente no número de inquéritos relatados.

Nota: Índice da taxa de inquéritos relatados em 2017 foi objeto de solicitação de revisão em maio de 2018, em razão de erro material. O índice alcançado foi elevado de 50% para 62,96%.

2018

Meta não atingida. A elevação gradual de 2% ao ano da Taxa de Inquéritos Relatados - TIR não foi obtida. O percentual de inquéritos relatados atingiu 63%, porém o índice desejado corresponde a 81,75% em 2018. A posse de 59 (cinquenta e nove) delegados de Polícia no ano de 2018, força de trabalho responsável pela relatoria de inquéritos policiais, é fator decisivo para o bom desempenho, havendo necessidade de incremento de efetivo policial da carreira de Delegado de Polícia Civil para aumentar o número de inquéritos policiais relatados. O relato de inquéritos policiais também se mostra prejudicado pela falta de servidores que colaboram diretamente para a conclusão dos feitos (escrivães e agentes de Polícia).

3. Promover a assertividade orçamentária e financeira com a execução de 100% do orçamento autorizado. (PCDF)

2016

Meta atingida - A PCDF obteve o índice de assertividade orçamentária e financeira de 99,76%, executando com proficiência seus recursos e obtendo eficiência e eficácia dos seus gastos.

2017

Demonstrando proficiência em execução orçamentária, a PCDF atingiu a meta desejada no Plano Plurianual (>95%), alcançando 98% em assertividade orçamentária em 2017.

Convergindo para o alcance deste objetivo específico, Plano e Agenda de Governo foram alinhados às diretrizes do Programa Avançar da PCDF em nível tático, realizando com sucesso o desdobramento da estratégia corporativa, traduzida em ações elencadas na Matriz de Projetos da PCDF, parte integrante do Programa Avançar. Projetos estratégicos na esfera governamental foram considerados prioritários e suas execuções garantidas em razão de um plano orçamentário bem estruturado, no qual foi realizada acurada projeção de custos e o planejamento de investimentos.

2018

A arrojada meta estabelecida (100%) não foi alcançada. Todavia, o resultado foi considerado extremamente positivo, culminando em 96% de assertividade orçamentária. O resultado do índice de Assertividade Orçamentária foi obtido mediante consideração dos recursos provenientes do Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF e do Tesouro do GDF

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1622	ÍNDICE DE RESOLUÇÃO DOS CRIMES DE HOMICÍDIOS (IRCH) (Item alterado, conforme Lei nº 6061/2017 de Revisão do PPA 2016-2019)	%	40,17	31/12/2014	44,18	44,24	42,20	41,6	43,25	52	44,34	DGI/PCDF / UO 24105 OE 7
1623	TAXA DE INQUÉRITOS RELATADOS (TIR)	%	77,04	31/12/2014	78,58	52,79	80,15	50	81,75	63	83,39	DGI/PCDF / UO 24105 OE 7
1624	ÍNDICE DE ASSERTIVIDADE ORÇAMENTÁRIA	%			> 95	99,76	> 95	98	> 95	96	> 95	DGI/PCDF / UO 24105 OE 7

* Alterado mediante solicitação da unidade (Processo SEI nº 00052 – 00013697/2018 – 83)

Justificativas 2016

Indicador 1622 - Em que pese a PCDF priorizar a elucidação de crimes de homicídios em todo Distrito Federal, as diversas paralisações ocorridas em razão do movimento paredista, o crescente número de aposentadoria de policiais civis, além da insuficiente recomposição do quadro funcional da Instituição prejudicaram o desempenho quanto à resolução dos crimes de homicídios.

Indicador 1623 - As várias paralisações dos servidores em razão do movimento paredista, o crescente número de aposentadoria de policiais civis e a insuficiente recomposição do quadro funcional da Instituição ensejaram a redução da taxa de inquéritos relatados nas Delegacias de Polícia.

Indicador 1624 - O índice de Assertividade da PCDF alcançou de 99,76%. Ressalte-se que o Departamento de Administração Geral tem em sua estrutura organizacional uma Comissão Permanente de Licitação e uma Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial, as quais atuam em estrita conformidade com as orientações e decisões normativas dos Órgãos Fiscalizadores e de Controle Externo. Estas comissões se encontram vinculadas ao Objetivo Estratégico - otimização dos processos administrativos e operacionais, ref.: P 13, quadro de Objetivos Estratégicos, Programa AVANÇAR do Planejamento Estratégico da PCDF.

Justificativas 2017

Indicador 1622 - O índice de resolução de crimes de homicídio (IRCH) alcançou 41,6%, em 2017. Não alcançou a meta de 42,2% prevista para o período. Frise-se que a premissa contida na meta é o aumento de 10% do índice de resolução até 2019, ou seja, atingir um aumento percentual de 2.5% ao ano até final do quadriênio. (Fonte: DATE/DGI/PCDF) justificativa 2017: Reduzido efetivo de policiais nas Delegacias de Polícia.

Indicador 1623 - O índice de inquéritos relatados decaiu. Em 2017, apenas 50% da universalidade dos inquéritos policiais foi relatada. (Fonte: DATE/DGI/PCDF) justificativa: 2017 - Reduzido efetivo de policiais nas Delegacias de Polícia prejudica as investigações, impedindo que parte dos inquéritos sejam concluídos, impactando negativamente no número de inquéritos "relatados".

Indicador 1624 - Demonstrando proficiência em execução orçamentária, a PCDF atingiu o índice desejado no Plano Plurianual (>95%), alcançando 98% em assertividade orçamentária em 2017. (Fonte: DOF/DAG/PCDF) justificativa 2017: Novas medidas administrativas para as aquisições de materiais, bens e serviços. Adoção de boas práticas em Administração. Adoção de eficientes ferramentas de gestão orçamentária e de materiais.

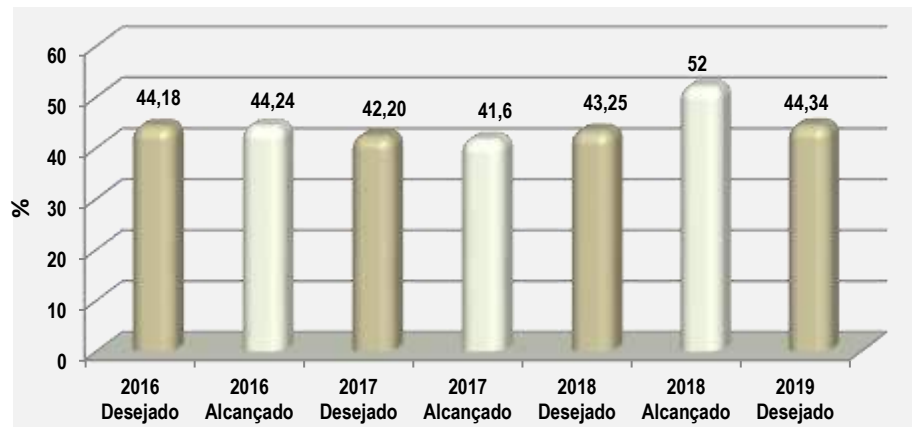
Justificativas 2018

Indicador 1622 - O índice de Resolução de Crimes de Homicídio superou o índice desejado em 8,75%. Justifica-se o bom resultado pela adoção de iniciativas que favoreceram as apurações criminais para crimes de feminicídio e melhorias no serviço de proteção à pessoa nos anos anteriores. Ainda o alto índice de autuações em flagrante delito para crimes de homicídio em 2018 ensejou o imediato conhecimento da autoria do delito contra a vida.

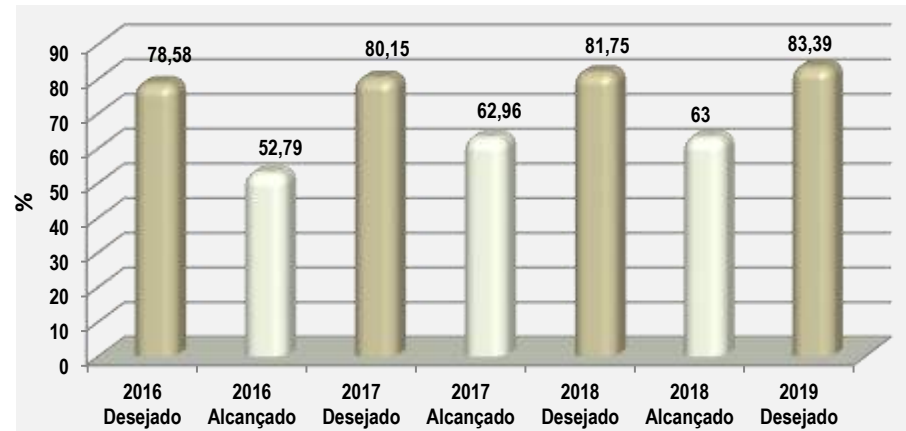
Indicador 1623 - O índice da Taxa de Inquéritos Relatados restou aquém do esperado para o exercício de 2018. Reduzido efetivo de policiais civis nas delegacias de Polícia refletiu negativamente no número de inquéritos relatados.

Indicador 1624 - O índice de assertividade orçamentária superou o índice desejado. Adoção de boas práticas administrativas e eficientes ferramentas de gestão orçamentária.

ÍNDICE DE RESOLUÇÃO DOS CRIMES DE HOMICÍDIOS (IRCH)



TAXA DE INQUÉRITOS RELATADOS (TIR)



ÍNDICE DE ASSERTIVIDADE ORÇAMENTÁRIA
 > 95 99,76 > 95 98 > 95 96 > 95



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6217	7	1	Desenvolvimento do Projeto Construindo O Amanhã (PCDF) (Item incluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	24105	50	<p>2018 Projeto Ativo e parcialmente executado. O projeto Construindo o Amanhã tem como público-alvo pais, professores e diretores de escolas públicas do Distrito Federal, os quais recebem visitas de policiais civis, que atuam no combate a atos infracionais análogos a crimes praticados por adolescentes infratores. Na Delegacia da Criança e do Adolescente I - DCA I, foram atendidas 06 escolas, cerca de 50 adolescentes, bem como 87 responsáveis e 99 professores da rede pública e privada. No âmbito da Delegacia da Criança e do Adolescente II - DCA II, o projeto não funcionou em 2018. Justificou-se o não desenvolvimento do projeto naquela unidade policial pela necessidade de ajustes metodológicos e conformação a normas referentes a projetos.</p>
6217	7	2	Desenvolvimento do Projeto Lidera (PCDF) (Item incluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	24105	100	<p>2018 Projeto Ativo. Sob o slogan "Empoderar para Multiplicar", a Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF idealizou e executa o Projeto LIDERA, por intermédio da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher, com o escopo de incentivar lideranças comunitárias, sociais e institucionais que divulguem conhecimento e instrumentos legais de enfrentamento à violência contra a mulher. O principal objetivo do projeto é proporcionar o desenvolvimento de ações de prevenção e de resposta mais eficiente à violência e criminalidade contra as mulheres do DF, mediante um trabalho educativo multiplicado. Em 2018, houve 08 turmas, com a participação de 235 pessoas.</p>
6217	7	3	Desenvolvimento do Projeto Caminho das Flores (PCDF) (Item incluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	24105	100	<p>2018 Projeto Ativo. O Projeto CAMINHO DAS FLORES consiste em um portfólio de eventos através dos quais são promovidas celebrações, palestras, ações comunitárias de proteção e valorização da Mulher, através de parceria celebrada entre a PCDF e a sociedade civil organizada. Em 2018, foram realizadas 15 atividades com a temática de Gênero, Empoderamento Feminino e Protagonismo Social, apoiando mulheres e mulheres idosas vítimas de maus tratos. Total do público atendido: 1.104 pessoas.</p>
6217	7	4	Implantação do Projeto Investigador Mirim (PCDF) (Item incluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	24105	0	<p>2018 Projeto não implementado. Projeto em fase de planejamento. O Projeto Investigador Mirim visa contemplar periodicamente crianças e adolescentes, os quais, após o período escolar, deverão participar de atividades educacionais pautadas na formação da consciência cívica. Todas as atividades que constituem o projeto atuam no processo educativo-formativo, considerando o estado de vulnerabilidade social dos menores de idade, a ser detectado por representantes de escolas da rede pública e dos Conselhos Tutelares do Distrito Federal. O Projeto Investigador Mirim é precipuamente uma ação preventiva contra a criminalidade.</p>

Análise dos Resultados do Objetivo Específico

2016/2018

Impende consignar que o Objetivo Específico proposto para o período para execução do PPA 2016-2019 compreende a essência e a funcionalidade da Polícia Civil do Distrito Federal /PCDF, tendo o mesmo logrado pleno êxito, pois, diuturnamente a Instituição foi instada a alcançá-lo.

Nesse sentido, a PCDF elaborou a partir de sua ideologia corporativa que são expressas na concepção de seu Negócio, Missão, Visão e Valores, o “Projeto Avançar – Programa de Educação Executiva para Gestão Estratégica da Polícia Civil do DF” - projeto este voltado à implantação do Planejamento Estratégico da Instituição para o período 2014-2020, quais sejam:

Negócio: Elucidar infrações penais com efetividade, exercer as funções de polícia judiciária e promover a cidadania.

Missão: Até 2020, ser referência nacional como instituição policial em resolução das infrações penais e atendimento ao cidadão, incrementando os respectivos índices atuais em 30%, com repercussão na diminuição da criminalidade no DF.

Visão: Promover segurança pública com excelência na elucidação de infrações penais e no desempenho da função de polícia judiciária, tendo como pilares a ética, os direitos e garantias fundamentais, o capital humano qualificado e motivado, ações de inteligência e recursos tecnológicos avançados, visando aprimorar o exercício da cidadania.

Noutro giro, consignamos que a PCDF tem gerido de forma eficiente e eficaz seus Orçamentos Anuais no período PPP 2016-2019, atentando para os objetivos do Programam Temático - 6217 - Segurança Pública – assim como para as disposições contidas nas diretrizes de execução orçamentária, financeira e contábil do Governo Federal e Distrital.

Por fim, é fácil perceber a similitude das reflexões conceituais do Projeto Avançar – Programa de Educação Executiva para Gestão Estratégica da Polícia Civil com o Objetivo Específico indicado para execução do PPA 2016-2019, fortalecendo, destarte, a busca da Instituição por incremento dos índices de resolução de crimes, por meio da elaboração de procedimentos formais.

Em 2017 foram implementadas ações para fomentar a contínua capacitação profissional dos mesmos por meio de cursos técnicos, dentre eles:

Curso	Servidores Capacitados
CURSOS DE PROGRESSÃO FUNCIONAL	791
CAPACITAÇÃO CONTINUADA	703
ACADEMIA VAI ATÉ VOCÊ	474
TREINAMENTO	200
TOTAL	2.168

Fonte: Academia de Polícia Civil – APC (2017).

Ademais, com o fim de imprimir celeridade na redução da criminalidade, a Polícia Civil do Distrito Federal promoveu a instalação do Núcleo de Audiência de Custódia - NAC em prédio do Complexo da Polícia Civil.

No âmbito interno da PCDF foram promovidas as seguintes ações orçamentárias para o atingimento do objetivo específico:

Quanto à **Modernização de Sistema de Informação**, além do Sistema de Gestão Administrativa - SGA e de Painéis de Gestão da Informação - adquiridos para o monitoramento de estatística, análise criminal e procedimentos policiais, bem como controle de consumo de água, abastecimento de viaturas e recursos humanos -, atendendo a 80 unidades policiais e 337 policiais habilitados, cabe consignar a implementação do TCnet, sistema responsável pela padronização dos termos circunstanciados gerados na PCDF e integração eletrônica com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, o qual passou a automatizar todo o processo de apuração de delitos de menor potencialidade ofensiva em 2017. Por sua vez, o Sistema de Gestão Administrativa - SGA, criado para a melhoria da gestão administrativa da PCDF, consiste em instrumento de gerenciamento, monitoramento e controle de procedimentos afetos aos recursos humanos da PCDF, garantindo maior eficiência e melhor gestão dos ativos institucionais.

Quanto as ações de Inteligência e aos recursos tecnológicos almejados para o cumprimento do objetivo específico em comento, cite-se a realização do 1º Seminário de Inteligência Policial Judiciária da Polícia Civil do Distrito Federal, com o fim de discutir a atuação das inteligências das Polícias Judiciárias, o qual foi marco importante nos processos de integração dos operadores de Segurança Pública, agregando valor aos profissionais. O evento reuniu 302 (trezentos e dois) participantes, oriundos de 37 (trinta e sete) órgãos públicos das esferas federal, estadual e distrital, representando 11 (onze) Unidades da Federação

Em relação ao **Centro Piloto de Prevenção ao uso de Drogas**, destacamos o desenvolvimento de Atividades Comunitárias no Centro de Educação e Prevenção ao Uso de Drogas- CEPUD/APC/PCDF em pleno funcionamento após modernização de suas instalações. O CEPUD desenvolve importante trabalho social no Museu de Drogas da Academia de Polícia Civil do Distrito Federal e também pelo Museu Itinerante. Desempenham um papel fundamental na política de Segurança Comunitária, tanto no que se refere à aproximação com a comunidade quanto à prevenção da criminalidade. Em 2017 foi possível promover uma ampla reforma no Museu de Drogas da Academia de Polícia Civil, resultando num ambiente mais atualizado e adequado ao recebimento de visitantes, sobretudo crianças em idade escolar. Vale ressaltar que não há um único perfil ou público-alvo, mas há predominância de visitantes jovens. No citado exercício, prestou-se o serviço a escolas públicas e privadas, empresas privadas, igrejas e demais agremiações religiosas, além de o museu itinerante ter ido de encontro a ações sociais governamentais. Também Organizações não Governamentais - ONG's voltadas ao atendimento de jovens em situação de vulnerabilidade foram atendidas e usufruíram do espaço para trabalhos socioeducativos, além dos demais órgãos de Segurança, como a Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF e o Grupo de e formação de Guardas Municipais das cidades do Entorno do Distrito Federal, por intermédio do Instituto Federal de Goiás - IFGO. Enfim, foram contabilizados 7.302 (sete mil trezentos e dois) eventos de apresentação, dentre visitas, palestras e exposições em 2017.

Na seara das obras e construções de Unidades Policiais e Delegacias, tem-se:

Descrição	Região Administrativa	Etapa realizada até 31/12/2017	Estágio
15ª DP -	IX	100%	Em fase de recebimento
38ª DP -	XXX	100%	Em fase de recebimento
Instituto Criminalística de	XXII	81,75%	Em andamento
16ª DP -	VI	69,36%	Em andamento

Fonte: DAE/DAG/PCDF (2017).

Por último, consigna-se que o número de carteiras de identidade expedidas pela instituição alcançou o cômputo de 1.161 (mil cento e sessenta e um) documentos.

Vale ressaltar, quanto a análise, propriamente desta, desse Objetivo Específico, que houve resultado positivo em promover a assertividade orçamentária da instituição, proporcionando meios materiais para o exercício da função de Polícia Judiciária, e robustecendo seus ativos fixos e tangíveis através das ações orçamentárias. Considerando as diretrizes já traçadas para o exercício

da Segurança pública no Distrito Federal, dentre elas a otimização dos procedimentos e ampliação de acesso do cidadão aos serviços de segurança pública, é notória a modernização das ferramentas tecnológicas para o exercício da função de Polícia Judiciária. Houve resultados satisfatórios quanto a modernização dos sistemas informatizados e ações de voltadas para a segurança da Informação. Porém, tais ações, utilizadas como meios para alcançar o Objetivo, não foram suficientes para superar a falta de investimento em recursos humanos, o que causou um o decréscimo nos resultados esperados pela Polícia Civil quanto aos índices de inquéritos concluídos com autoria definida e de resolução de crimes de homicídios.

Com o intuito de reduzir a criminalidade e elucidar infrações penais, foram desenvolvidas ações relevantes no ano de 2018.

Como Polícia Judiciária com foco na investigação policial, ressaltamos a criação da Coordenação Especial de Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e aos Crimes contra a Administração Pública – CECOR com sua estrutura normatizada pelo Decreto nº 38.815, de 18 de janeiro de 2018, a qual constitui um marco divisor em atuação para a PCDF. Destacaram-se em 2018 operações policiais como a Operação SHOOTER (desarticulação de associação criminosa voltada ao comércio ilegal de armas de fogo e munições); COERTIO (combate a fraudes no Sistema de Bilhetagem Automática –SBA utilizado pelo DFTrans/GDF) e ARENAE (combate a esquema de fraude e sonegação fiscal).

Em toda a instituição policial foram computadas 784 (setecentos e oitenta e quatro) operações policiais neste exercício (fonte: DATE/DGI/PCDF).

Resguardar os direitos individuais e coletivos durante o exercício da atividade policial é característica inerente à PCDF, que promove frequente reciclagem profissional em prol da sensibilização do policial civil quanto a técnicas de abordagem e revista policial, gestão de conflitos e métodos em oitivas. No campo da capacitação profissional, registre-se que foram ministrados pela Escola Superior da Polícia Civil - ESPC em 2018 cursos de técnicas operacionais em ação policial, de análise criminal e de análise de vínculos. A Escola Superior da Polícia Civil – ESPC promoveu também cursos “Análise dos Seis Canais de Comunicação e Avaliação de Veracidade e Credibilidade” e curso de “Depoimento Especial, Procedimento de Oitiva de Criança ou Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência”.

Para melhor atuação e desempenho da Polícia Técnica, houve aquisição de novos equipamentos como o cromatógrafo de ions e o difrator de Raios -X, que permitirão ao Instituto de Criminalística a realização de exames periciais relacionados a explosão de caixas eletrônicos e identificação de pesticidas em casos de crimes contra o meio ambiente, além de avaliação econômica de pedras preciosas. Também a aquisição de drones para a PCDF permitiu os registros de imagens relacionadas aos crimes contra o meio ambiente, acidentes de trânsito com vítimas, crimes contra a pessoa e registro de imagens em locais de incêndio ou explosão.

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Aumentar a sensação de segurança, reduzindo a violência e a criminalidade.

PROGRAMA TÊMÁTICO:
6228 – FAMÍLIAS FORTES

OBJETIVO GERAL:

Promover o desenvolvimento humano e social, garantindo o respeito às individualidades por meio da integração das políticas públicas voltadas à inclusão social, cidadania, direitos humanos e proteção.

OBJETIVO ESPECÍFICO

O Programa Temático é composto de 07 objetivos específicos, conforme seguem abaixo:

Unidade Responsável/Objetivo Específico

25.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS - SEDESTMIDH
001 – ACESSO À RENDA: Elevar a renda como forma de contribuir com a redução da pobreza e extrema pobreza.
002 – DIREITO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL: Garantir o acesso à alimentação adequada e saudável por meio da consolidação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN.
003 – DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL: Garantir proteção social às pessoas em situação de vulnerabilidade social por meio da consolidação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, conferindo eficiência e eficácia à rede de atendimento e proteção social dos usuários da política de assistência.
51.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE - SECRIANÇA
004 – PROTEÇÃO INTEGRAL ÀS CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE: Fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças, Adolescentes e Juventude, preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), SINASE e Estatuto da Juventude, promovendo seus direitos fundamentais.
44.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA – SEJUS
005 – PREVENÇÃO DO USO DE DROGAS, ATENÇÃO INTEGRAL E REINSERÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS: Promover a conscientização da população, a prevenção do uso de álcool e outras drogas, a inserção social dos usuários, com foco na promoção da saúde, prevenção e tratamento, atenção psicossocial integral, redução de danos, reestabelecimento e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, bem como a inserção no mundo do trabalho.
51.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE - SECRIANÇA
006 – RESGATE DA CIDADANIA - Resgatar a cidadania dos adolescentes e jovens em situação de conflito com a lei com dignidade, dando-lhes oportunidades de crescimento pessoal e profissional, através da educação, arte, cultura, esporte, lazer entre outros, promovendo o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.
51.901 – FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FDCA
007 – FORTALECIMENTO DE PARCERIAS - Fortalecimento do sistema de garantias de direitos das crianças e adolescentes do DF por meio de parcerias, com o objetivo de ampliar, adequar e qualificar o funcionamento e o atendimento das instituições da sociedade civil e entidades governamentais.

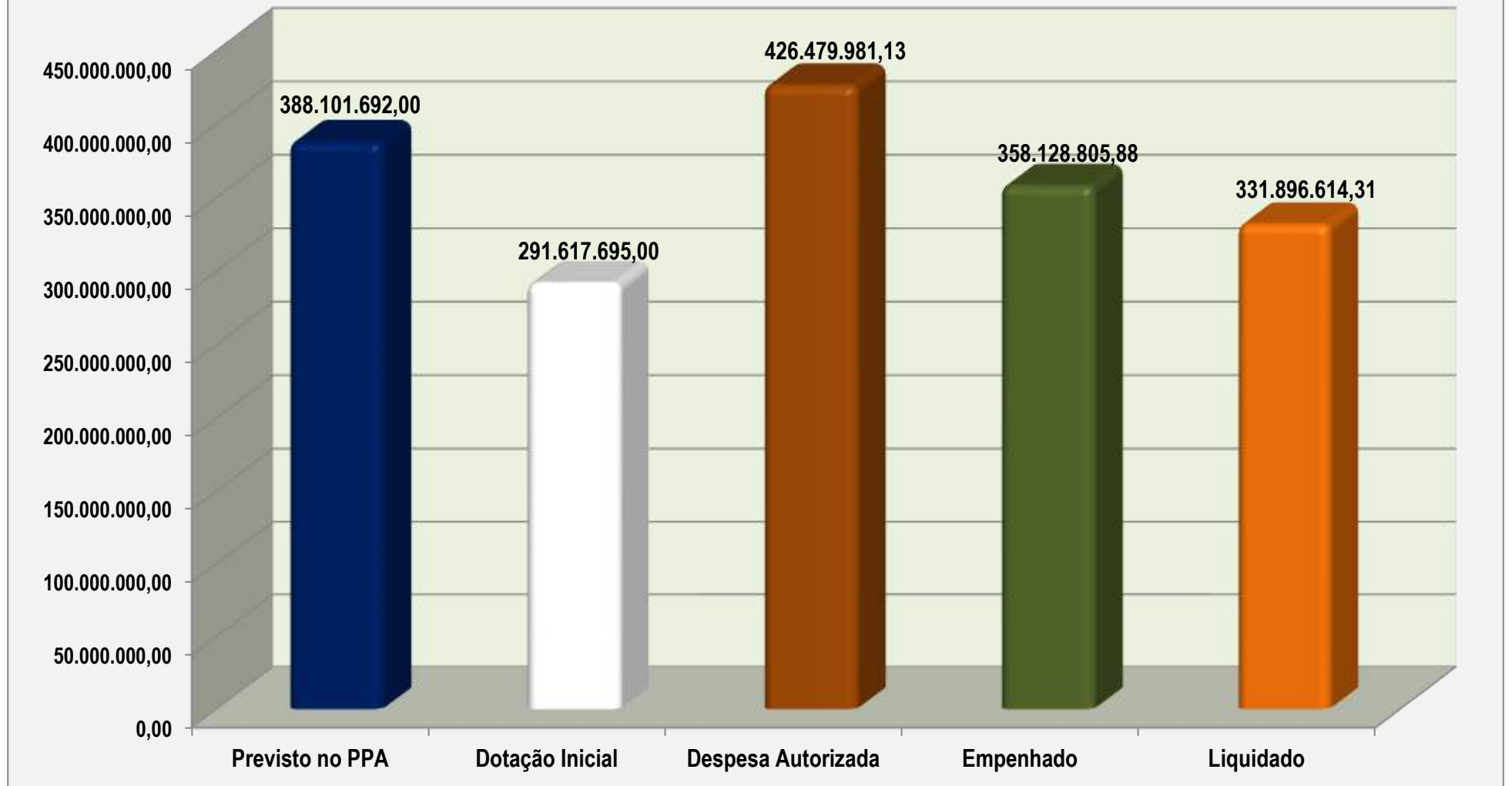
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA POR PROGRAMA E AÇÃO (Valores em Reais)

PROJETO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADADO	% EMP/PPA	% LIQ/PPA
1235 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL - CRAS	1.635.916,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
1237 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS DO SUAS	408.979,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	214.000,00	10.000,00	1.587.087,49	1.587.087,49	1.587.087,49	742	742
1583 - REFORMA DE CENTRO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS	703.388,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
1754 - REFORMA DE UNIDADES DE ATENDIMENTO À CRIANÇA, AO ADOLESCENTE E SEUS FAMILIARES.	1.067.860,00	440.000,00	1.229.276,00	1.228.772,98	1.228.772,98	115	115
1825 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO	2.919.561,00	1.860.997,00	16.251.830,00	14.410.833,00	10.575.877,80	494	362
2102 - ASSISTÊNCIA AOS ADOLESCENTES EM RISCO PESSOAL E SOCIAL	13.068.014,00	27.015.136,00	51.793.715,00	12.983.925,77	12.983.925,77	99	99
2179 - ASSISTÊNCIA AOS DEPENDENTES QUÍMICOS DO DISTRITO FEDERAL	2.145.349,00	1.784.744,00	3.254.580,08	3.254.580,08	3.117.388,36	152	145
2411 - GESTÃO DESCENTRALIZADA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - IGDSUAS	302.007,00	472.164,00	515.000,00	14.558,56	11.023,47	5	4
2461 - APOIO ÀS AÇÕES INTERSETORIAIS DE PROTEÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	7.067.632,00	9.981.279,00	5.277.738,00	1.770.000,00	1.770.000,00	25	25
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	588.500,00	3.500.000,00	24.926,34	24.926,34	24.476,34	4	4
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	3.606.256,00	4.024.706,00	2.663.145,77	2.412.953,64	2.084.214,60	67	58
2623 - CUIDANDO DA VIDA	1.900.540,00	10.000,00	420.791,95	383.901,95	237.081,95	20	12
2737 - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE REINserÇÃO SOCIAL E PREVENÇÃO ÀS DROGAS	400.000,00	10.000,00	1.596.639,03	1.592.866,69	1.592.866,69	398	398
2754 - PROGRAMA RENDA JOVEM CIDADANIA	428.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2761 - FORNECIMENTO DE CAFÉ DA MANHÃ AO TRABALHADOR	966.504,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2794 - ASSISTÊNCIA AO JOVEM	37.731.259,00	26.097.856,00	57.246.197,00	57.246.194,72	52.400.941,95	152	139
2914 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	25.764.237,00	15.980.270,00	21.988.992,46	20.418.615,35	19.353.289,04	79	75
2917 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	30.534.840,00	22.903.825,00	34.945.242,87	33.428.128,66	30.693.714,96	109	101
2924 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	15.776.296,00	15.867.442,00	21.509.773,24	21.161.273,05	18.980.749,50	134	120
3009 - CONSTRUÇÃO DE SEDE DE CONSELHO	1.070.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3044 - AMPLIAÇÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO SUAS -CRAS	572.571,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3049 - AMPLIAÇÃO DE CENTRO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS (COSE)	190.857,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3079 - IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA DE CONSELHOS	382.609,00	972.824,00	962.824,00	0,00	0,00	0	0
3177 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENDIMENTO À JUVENTUDE	108.070,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3184 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	654.366,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3185 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA - CRE POP	327.183,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3186 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ACOLHIMENTO - UACs	1.516.432,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3188 - REFORMA DE CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS	755.082,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3192 - REFORMA DE CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS	503.388,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3195 - CONSTRUÇÃO DE COZINHA COMUNITÁRIA	545.306,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3233 - IMPLANTAÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO À JUVENTUDE	214.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3270 - REFORMA DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO À JUVENTUDE	107.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3487 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO REGIME SOCIOEDUCATIVO	8.572.076,00	13.479.532,00	13.879.766,00	9.180.000,00	8.160.000,00	107	95

PROJETO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	1.758.083,00	2.603.342,00	2.503.342,00	489.588,55	489.588,55	28	28
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	2.763.437,00	1.829.365,00	1.829.365,00	0,00	0,00	0	0
4072 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO À JUVENTUDE	1.316.100,00	500.000,00	369.700,00	369.440,57	328.710,18	28	25
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	1.123.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
4091 - APOIO A PROJETOS	214.000,00	567.000,00	1.239.641,00	1.239.639,80	1.239.639,80	579	579
4118 - ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	736.483,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
4159 - AÇÕES COMPLEMENTARES DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	198.528,00	49.395,00	8.532,60	8.532,60	6.803,70	4	3
4161 - GESTÃO E APRIMORAMENTO DE BENEFÍCIOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	4.897.711,00	2.427.836,00	11.118.933,87	3.708.952,66	3.465.631,21	76	71
4162 - TRANSFERÊNCIA DE RENDA PARA FAMÍLIAS DO DF CADASTRADAS NO CADÚNICO	111.579.274,00	74.740.912,00	92.162.068,64	92.145.617,39	91.573.206,45	83	82
4172 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA CÂMARA GOVERNAMENTAL INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	97.975,00	6.000,00	432.274,00	412.448,65	412.448,65	421	421
4173 - FORNECIMENTO EMERGENCIAL DE ALIMENTOS	11.998.761,00	6.000.000,00	12.300.564,56	12.300.564,56	12.072.669,92	103	101
4174 - FORNECIMENTO CONTINUADO DE ALIMENTOS	7.703.784,00	2.950.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
4175 - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES NOS RESTAURANTES COMUNITÁRIOS	39.826.498,00	15.900.000,00	29.454.405,29	29.454.405,29	23.478.677,29	74	59
4176 - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES NAS COZINHAS COMUNITÁRIAS	2.120.268,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
4181 - VIGILÂNCIA SOCIAL NOS TERRITÓRIOS	302.007,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
4182 - GESTÃO DO TRABALHO E CAPACITAÇÃO NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS	604.015,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
4183 - DIVULGAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DAS AÇÕES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS	362.409,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
4185 - CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV	0,00	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	#DIV/0!	#DIV/0!
4187 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	8.596.648,00	10.059.275,00	12.265.980,59	12.265.980,59	12.216.229,62	143	142
4188 - AÇÕES COMPLEMENTARES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	319.300,00	2.186.000,00	3.896.000,00	903.877,06	884.802,48	283	277
4217 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO	25.122.203,00	24.750.000,00	21.968.854,00	21.958.811,93	19.285.943,60	87	77
4232 - AÇÕES COMPLEMENTARES AO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	1.531.672,00	330.000,00	329.999,35	329.999,35	198.523,36	22	13
5004 - REFORMA DE UNIDADES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO	963.000,00	2.042.795,00	1.442.795,00	1.442.328,60	1.442.328,60	150	150
5762 - CONSTRUÇÃO DE RESTAURANTE COMUNITÁRIO	717.958,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
7294 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
TOTAL GERAL DO PROGRAMA 6228 (ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL)	388.101.692,00	291.617.695,00	426.479.981,13	358.128.805,88	331.896.614,31	92	86

Obs: Valores executados por diversas Unidades Orçamentárias (ex:25.101 – SEDESTMIDH ; 44.101 – SEJUS e 51.101 – SECRIANÇA, FDCA)

Programa 6228 - Famílias Fortes (Valores em Reais)



OBJETIVO ESPECÍFICO:**001 – ACESSO À RENDA: Elevar a renda como forma de contribuir com a redução da pobreza e extrema pobreza.****UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:****25.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS - SEDESTMIDH****ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS****Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6228	FAMÍLIAS FORTES	1	1	Instituir programa de transferência de Renda para famílias pobres e/ou extremamente pobres do DF cadastradas no Cadúnico; (SEDESTMIDH)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100		100,0
6228	FAMÍLIAS FORTES	1	2	Ampliar o registro do acompanhamento das condicionalidades de saúde e educação das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. (SEDESTMIDH)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	61,5	63,4	73,4		73,4

Análise Qualitativa**1. Instituir programa de transferência de Renda para famílias pobres e/ou extremamente pobres do DF cadastradas no Cadúnico (SEDESTMIDH);****2016**

O Programa DF Sem Miséria foi criado pela Lei nº 4.601, de 14 de julho de 2011 a qual é alterada pela lei nº 4.737, de 29 de dezembro de 2011, a qual estabelece critérios e parâmetros a serem adotados para elegibilidade para suplementação financeira, a famílias que recebem o Programa Bolsa Família e não atingem o valor de 140 reais. A suplementação financeira visa reduzir as desigualdades sociais e a superação da extrema pobreza.

2017

O Programa DF Sem Miséria (DFSM) contemplou todas as famílias que após inscrição/atualização no âmbito do Cadastro Único apresentaram perfis elegíveis à concessão do benefício. Em dezembro/2017, haviam 79.206 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), destas 60.712 receberam suplementação financeira do Governo do Distrito Federal no âmbito do DFSM, Bolsa Alfa e Programa Vida Melhor, o que corresponde a 76,65% do universo de famílias beneficiárias. Ressalte-se que as demais famílias que somente eram beneficiárias PBF, não foram selecionadas para o DFSM por não atenderem os critérios de elegibilidade.

2018

O Programa DF Sem Miséria (DFSM) permaneceu contemplando todas as famílias que após inscrição/atualização no âmbito do Cadastro Único apresentaram perfis elegíveis à concessão do benefício. Em dezembro/2018, havia 72.535 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), destas 54.946 receberam suplementação financeira do GDF no âmbito do DFSM, o que corresponde a 75,75% do universo de famílias beneficiárias. Ressalte-se que as demais famílias que somente eram beneficiárias PBF, não foram selecionadas para o DFSM por não atenderem os critérios de elegibilidade. Ademais, ainda em consideração à transferência de renda direta, o GDF concede o benefício Bolsa Alfa às famílias beneficiárias do PBF que tenham membro com idade

superior a quinze anos que estiverem inscritos e frequentando os Cursos de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Em dezembro/2018 havia 396 famílias beneficiárias do Bolsa Alfa.

2. Ampliar o registro do acompanhamento das condicionalidades de saúde e educação das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (SEDESTMIDH);

2016

As condicionalidades são os compromissos que a família assume, nas áreas de educação, saúde e assistência social, ao entrar no Programa Bolsa Família/PBF. São destinadas às crianças e aos adolescentes, entre 0 e 17 anos, às grávidas e às mães em amamentação.

Para cada política existe uma forma de registro do acompanhamento da família, são eles:

✓ Informações sobre saúde são registradas a cada seis meses no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), respeitando o calendário do Ministério da Saúde. O responsável pelo registro dos dados é o técnico da área de Saúde.

✓ O registro da frequência escolar é feito no sistema do Ministério da Educação (MEC). Os dados da frequência escolar podem ser registrados pela própria escola, ou por um técnico indicado.

✓ As informações da frequência às atividades do Serviço Socioeducativo do PETI são registradas no SisPETI, Sistema da Secretaria Nacional da Assistência Social do MDS.

Para acompanhar todo esse processo das 03 políticas, tem-se o Sistema de Condicionalidades - SICON, que sistematiza e disponibiliza informações que evidenciam dificuldades relacionadas à frequência escolar e ao acesso a serviços de saúde.

Assim para uma boa gestão do PBF é importante o cumprimento por todas as políticas de seu papel no acompanhamento das condicionalidades.

No ano de 2016, houve a retomada do Comitê Gestor Intersetorial do PBF, composto pela SEDESTMIDH, Secretaria de Estado de Educação/SEE e Secretaria de Estado de Saúde/SES. O comitê tem se constituído em importante espaço de definição de estratégias para superação das dificuldades relativas ao acompanhamento das condicionalidades da saúde estabelecidas pelo PBF. Algumas das estratégias definidas foram: ações de telemarketing ativo para a famílias com perfil de acompanhamento da saúde; impressão de materiais que contribuirão para a organização do registro de atendimento; repasse de informações atualizadas do CadÚnico relativas a famílias público para localização da SES e a realização de atendimento para localização das famílias pelos agentes comunitários da saúde. Este trabalho resultou no acompanhamento de 83% das condicionalidades referentes a política de educação e 33% da política de saúde.

2017

Perduraram as atividades do Comitê Gestor intersetorial do Programa Bolsa Família (PBF) no DF, conforme Portaria Nº 111, de 23 de agosto de 2016 – SEDESTMIDH que objetiva o fortalecimento das ações intersetoriais do Programa Bolsa Família, junto à Saúde e Educação, sendo realizadas 06 (seis) reuniões deliberativas. Junto à Secretaria de Saúde foram realizados dois seminários intersetoriais nas regiões Sudoeste (Recanto das Emas, Samambaia e Taguatinga) e Leste (Itapoã, Paranoá e São Sebastião) de forma a fortalecer a rede intersetorial local, garantindo assim a proteção social às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Uma vez que o acompanhamento das condicionalidades vinculadas à saúde ocorre semestralmente, em ambas vigências do referido ano foram divulgadas nas plataformas digitais da SEDESTMIDH (facebook, sítio da Secretaria, www.sedest.df.gov.br) as listagens das famílias beneficiárias que deveriam cumprir as condicionalidades.

Ainda no 1º semestre, foram realizadas convocações das famílias por telemarketing ativo em parceria à CODEPLAN. Em suma, no 1º período de 2017, das 67.517 famílias com perfil vinculada à condicionalidade de saúde, 31.084 executaram o registro do acompanhamento, o que representa índice de 46,04%. Este índice é o segundo maior da média histórica do DF. No 2º semestre de 2017, de 58.435 famílias beneficiárias PBF, 21.662 executaram o registro do acompanhamento, o que per fez índice de 37,07%. A média apresentada dos 2 (dois) períodos de 2017 é 41,55%. Para a Educação foram retomadas as discussões acerca de projeto piloto que visa qualificar as informações dos alunos infrequentes, bem como ajustar as informações escolares no Sistema Presença da Educação e no Cadastro Único, de forma que sejam reduzidos os alunos Não Localizados (NLoc) por inconsistência das informações entre essas duas bases. Nota-se redução no número de beneficiários com perfis passíveis de acompanhamento de frequência escolar de 124.327 crianças e adolescentes em novembro/2016 para 104.967 em novembro/2017. Em reflexo, o quantitativo de famílias acompanhadas também foi reduzido de 111.558 em novembro/2016 para 95.843 em novembro/2017. Entretanto, percentualmente houve acréscimo total, uma vez que em novembro/2016 a taxa de acompanhamentos efetuados era de 89,73% e em novembro/2017 a taxa alcançou os 91,31% percentuais. O índice médio alcançado nos 06 períodos de registro de frequência escolar no ano de 2017 foi de 85,278%. A média entre os índices médios alcançados no acompanhamento das condicionalidades do PBF de Educação (85,27%) e Saúde (41,55%) em 2017 foi 63,41%.

2018

Ainda no 1º semestre, foram realizadas convocações das famílias por telemarketing ativo em parceria à CODEPLAN. Em suma, no 1º período de 2018, das 62.408 famílias com perfis vinculados à condicionalidade de saúde, 35.194 executaram o registro do acompanhamento, o que representa índice de 56,39%. No 2º semestre de 2018, de 123.053 famílias beneficiárias do PBF com perfis vinculados à condicionalidade de saúde, 71.595 executaram o registro do acompanhamento, o que fez índice de 58,18%. Este índice é o maior já executado pelo DF por semestre. A média apresentada dos 2 semestres de 2018 é 57,29%.

Nota-se redução no número de beneficiários com perfis passíveis de acompanhamento de frequência escolar de 104.967 crianças e adolescentes em novembro/2017 para 96.761 em novembro/2018. Em reflexo, o quantitativo de famílias acompanhadas também foi reduzido de 95.843 em novembro/2017 para 89.059 em novembro/2018. Entretanto, percentualmente houve acréscimo total, uma vez que em novembro/2017 a taxa de acompanhamentos efetuados era de 91,31 % e em novembro/2018 a taxa alcançou os 92,04%. O índice médio alcançado nos 06 (seis) períodos de registro de frequência escolar no ano de 2018 foi de 89,62%.

A média entre os índices médios alcançados no acompanhamento das condicionalidades do PBF de e Saúde (57,29%) e Educação (89,62%) em 2018 foi 73,46%.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1390	TAC: TAXA DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL	%	0,42	31/12/2014	0,55	0,58	0,65	0,68	0,75	0,68	0,75	Cadastro Único / MDS / UO 25101 / OE 1
1391	TAFE: TAXA DE FREQUENCIA ESCOLAR	%	0,81	31/12/2014	0,83	0,89	0,83	0,91	0,85	0,89	0,85	SICON/MDS / UO 25101 / OE 1
1392	TAAS: TAXA DE ACOMPANHAMENTO DA AGENDA SAÚDE	%	0,37	31/12/2014	0,40	0,33*	0,42	0,46	0,45	0,56	0,50	SICON/MDS / UO 25101 / OE 1

* Índice atualizado em relação ao Relatório de Prestação de Contas de 2016 e SIGGO (0,47)

Justificativas 2016

Indicador 1390 - Fundamental a parceria estabelecida com o MDSA para efetivação do procedimento. Neste processo os cadastros desatualizados por período igual a superior a 48 meses são retirados da base cadastral.

Indicador 1391 - A superação da meta estabelecida se deu em virtude da retomada do Comitê Gestor Inter setorial do Programa Bolsa Família, composto pela SEDESTMIDH, SEE e a SES. Conjuntamente foram criadas soluções relativas ao acompanhamento da frequência escolar.

Indicador 1392 - A retomada do Comitê Gestor Inter setorial do PBF, composto pela SEDESTMIDH, SEE e SES, criou soluções para as dificuldades relativas ao acompanhamento da condicionalidades estabelecidas pelo Programa: telemarketing ativo para a famílias com perfil de acompanhamento da saúde; impressão de materiais que contribuíram para a organização do registro de atendimento; repasse de informações atualizadas do CadÚnico relativas a famílias público para localização da SES e realização de atendimento.

Justificativas 2017

Indicador 1390 - Foi fundamental a parceria do MDS com a Exclusão Lógica - cadastros desatualizados por período igual ou superior a 48 meses são retirados da base cadastral. Outras ações importantes foram: Telemarketing ativo para as famílias cujos cadastros se encontravam com prazo de validade extrapolado (2 anos); Procedimentos de apuração de irregularidades de recebimento de benefício de transf. renda; Chamamento de famílias para exclusões lógicas futuras e Aprimoramento do Sistema de Agendamento 156

Indicador 1391 - Deu-se em virtude de: Fortalecimento do Comitê Gestor Inter setorial do PBF, composto pela SEDESTMIDH, SEDU e SESAU; criadas soluções para dificuldades relativas ao acompanhamento da frequência escolar: foi apresentado ao MEC um problema identificado na rotina de reg. de frequência no Sistema Presença e estão sendo desenvolvidas estratégias no sentido de qualificar as informações escolares dos alunos em descumprimento de condicionalidades da Saúde com recursos do IGDPBF.

Indicador 1392 - Deu-se em virtude de: Fortalecimento do Comitê Gestor Inter setorial do PBF, composto pela SEDESTMIDH, SEDU e SESAU; Criadas soluções para as dificuldades relativas ao acompanhamento das condicionalidades de saúde: telemarketing orientando comparecimento ao PS; Impressão de materiais para organização do registro; Repasse de informações atualizadas do CadÚnico; Realização de dois seminários Inter setoriais de forma a fortalecer a rede e divulgação das listagens das famílias que precisam ser acompanhadas.

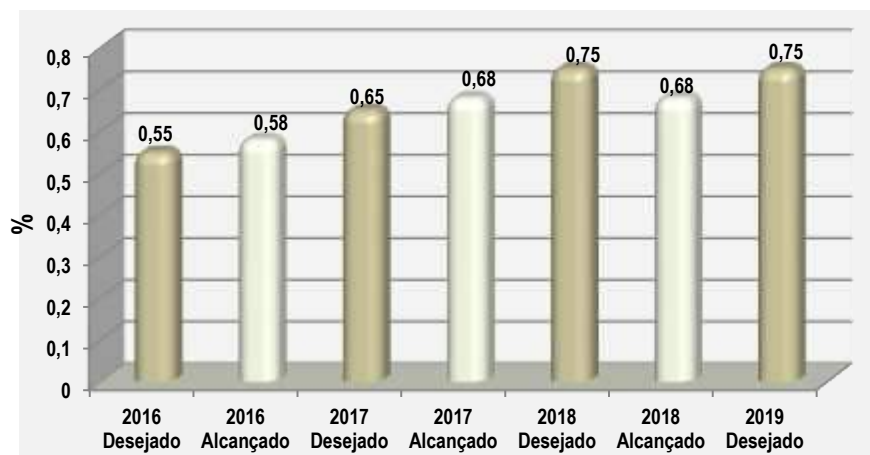
Justificativas 2018

Indicador 1390 - Busca ativa por meio de telemarketing ativo em convocação às famílias cujos registros estavam na iminência de desatualização; Implementação de procedimentos de apuração de irregularidades na prestação de informações cadastrais; Aprimoramento dos procedimentos e do sistema de Agendamento por meio da Central 156.

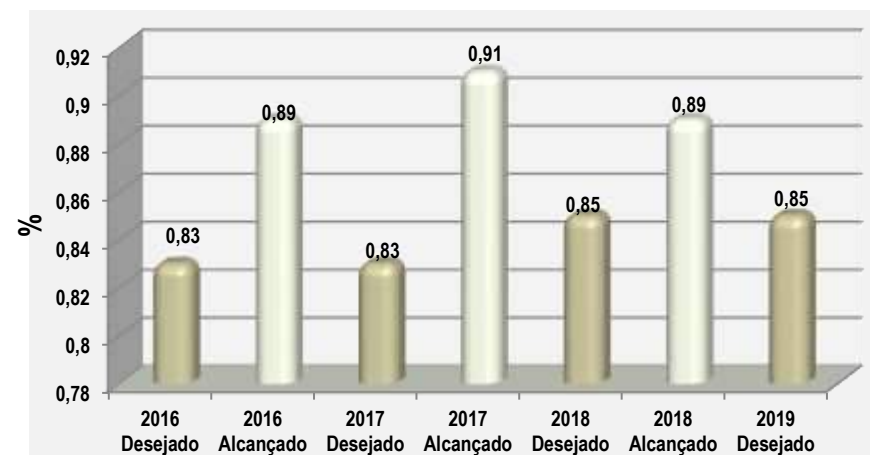
Indicador 1391 - Fortalecimento do Comitê Gestor Intersetorial do PBF, composto pela SEDES e SESAU; Aprimoramento dos fluxos e processos de Acompanhamento das Condicionalidades de Frequência Escolar por meio da ampliação dos equipamentos da rede socioassistencial que compõem a SEDES.

Indicador 1392 - Fortalecimento do Comitê Gestor Intersetorial do PBF (SEDES e SESAU); Aprimoramento das estratégias de acompanhamento das condicionalidades; Impressão de materiais e informativos necessários à aplicação dos registros; atualização das informações do CadÚnico e Sistema Integrado de Desenvolvimento Social (SIDS) para maior efetividade no contato das famílias beneficiárias do PBF com perfil vinculado às condicionalidades; busca ativa das famílias por meio de telemarketing ativo e visita domiciliar.

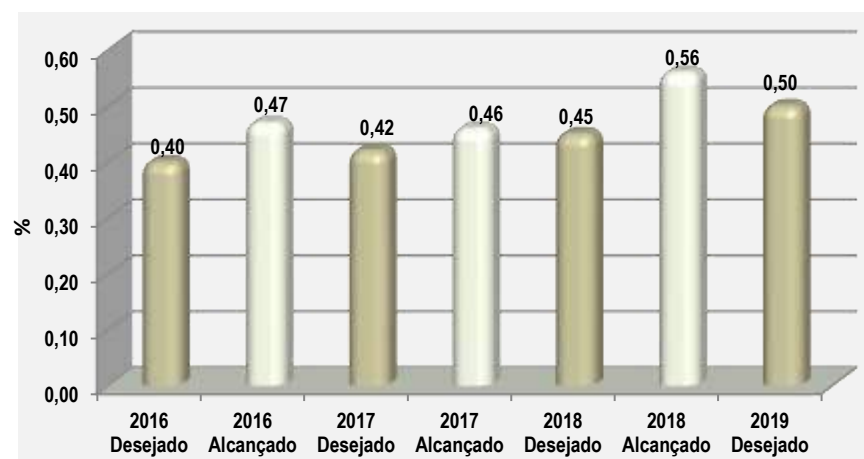
TAC: TAXA DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL



TAFE: TAXA DE FREQUENCIA ESCOLAR



TAAS: TAXA DE ACOMPANHAMENTO DA AGENDA SAÚDE



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6228	1	1	Cadastramento e atualização cadastral das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. (SEDESTMIDH)	25101	95,67	<p>2016 Segundo o último Censo IBGE (2010) o DF possuía 161.263 famílias de baixa renda. Com base no Espelho do Cadastro extraído em 21/01/2017, existiam 161.663 famílias de baixa renda, ou seja, com renda per capita mensal de até ½ salário mínimo, que correspondem a mais de 100% da estimativa de famílias de baixa renda, indicando a identificação desse público. A taxa de atualização cadastral tem recebido incremento e superou o índice mínimo estabelecido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.</p> <p>2017 Em comparativo à estimativa do Censo IBGE 2010, estima-se que no DF residam 95.674 famílias pobres e extremamente pobres, desta forma em dezembro/2017 haviam 78.969 famílias inscritas no CadÚnico com o registro atualizado, o que corresponde a 82,53%. Se consideradas às inscrições atualizadas e não atualizadas, o quantitativo total é de 103.860, o que corresponde a 108,55% sobre a estimativa do Censo. Cabe ressaltar que os valores apresentados no relatório para o ano de 2016, considerou a estimativa de famílias de baixa renda, e não pobreza e extrema pobreza, diante disso considerou 100% da demanda atendida.</p> <p>2018 Em referência à estimativa do Censo IBGE 2010, que define o total de 95.674 famílias pobres e extremamente pobres residentes no DF, observa-se que, em dezembro/2018, o Cadastro Único reportou a inscrição de 91.528 famílias destes segmentos, o que corresponde a 95,67%. Destas, 73.297 encontravam-se com o registro atualizado, ou seja 80,08%; e, 18.231 encontravam-se com o registro desatualizado, ou seja, 19,92%.</p>

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

2016/2018

No Distrito Federal, das famílias selecionadas para o Programa Federal Bolsa Família, 100% das que possuem perfil de elegibilidade ao DF sem Miséria encontram-se beneficiadas, fato que contribui para elevação da renda como forma de contribuir para a redução da pobreza e extrema pobreza. A seleção das famílias é realizada a partir das informações constantes no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. A validade das informações cadastrais é de 24 meses, sendo necessária a atualização após esse período, ou, sempre que houver alteração de dados.

Desde a unificação das bases cadastrais de famílias de baixa renda no DF e utilização do Cadastro Único como instrumento exclusivo de seleção de famílias para programas de transferência de renda, houve a intensificação da busca ativa de famílias, objetivando a inserção de todas aquelas com perfil compatível com o exigido para inscrição no Cadastro Único. Ademais, a demanda por inserção de dados no Cadastro Único tem sido ampliada devido à necessidade de utilização obrigatória* dessa base de dados para seleção de beneficiários e integração de programas sociais voltados à família de baixa renda. Como medida de manutenção/atualização das informações cadastrais, além do processo de Revisão Cadastral ocorreu a exclusão de cadastros com data de atualização superior a 48 meses, processo denominado “Exclusão Lógica”, culminado na elevação da Taxa de Atualização Cadastral para 58%.

A melhoria da TAC influencia na elevação da localização das famílias, contribuindo, indiretamente, para o incremento da Taxa de Acompanhamento da Frequência Escolar (TAFE) e Taxa de Acompanhamento da Agenda da Saúde (TAAS).

*Decreto nº 6.135/2007

Considera-se família de baixa renda todo núcleo familiar que possua renda mensal total até 3 (três salários-mínimos), em valores atuais - R\$2.862,00 (dois mil e oitocentos e sessenta e dois reais) - e/ou que possua renda per capita até meio salário-mínimo - R\$477,00 (quatrocentos e setenta e sete reais)

As famílias pobres são as que possuem renda per capita entre R\$85,01 (oitenta e cinco reais e um centavo) e R\$170,00 (cento e setenta reais), já as famílias extremamente pobres são aquelas que possuem renda per capita inferior até R\$85,00 (oitenta e cinco reais).

No âmbito do Cadastro Único (CadÚnico) são considerados atualizados todos os registros cujo prazo de 24 meses contados da última data de atualização não tenham expirado.

Desta forma em dezembro de 2017 haviam 56.370 famílias extremamente pobres e 22.599 famílias pobres com o registro atualizado, o que soma 78.969 famílias pobres e extremamente pobres com o registro atualizado. No mesmo mês haviam 13.173 famílias extremamente pobres e 11.718 pobres com o registro desatualizado, o que soma 24.891 famílias pobres e extremamente pobres com o registro desatualizado.

Em comparativo à estimativa do Censo IBGE 2010, estima-se que no DF residam 95.674 famílias pobres e extremamente pobres, desta forma em dezembro/2017 haviam 78.969 famílias inscritas no CadÚnico com o registro atualizado, o que corresponde a 82,53%. Se consideradas às inscrições atualizadas e não atualizadas, o quantitativo total é de 103.860, o que corresponde a 108,55% sobre a estimativa do Censo.

Cabe ressaltar que os valores apresentados neste relatório para o ano de 2016, considerou a estimativa de famílias de baixa renda, o que gerou uma discrepância com relação à operacionalização de conceitos desenvolvida neste documento.

Em comparativo à estimativa do Censo IBGE 2010, estima-se que no DF residam 95.674 famílias pobres e extremamente pobres, desta forma em dezembro/2018 haviam 91.528 famílias inscritas no CadÚnico com o registro atualizado, o que corresponde a 95,67%.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

002 – DIREITO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL: Garantir o acesso à alimentação adequada e saudável por meio da consolidação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

25.101 – SECRETARIA DE ESTADO TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS - SEDESTMIDH

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6228	FAMÍLIAS FORTES	2	1	Diminuir a insegurança alimentar e nutricional (IAN) em níveis moderado e grave em 90% dos domicílios do DF, estimados em 3,5% dos domicílios (2013); (SEDESTMIDH)	90	%	ACUM	MENOR, MELHOR	-	-	-		0,0
6228	FAMÍLIAS FORTES	2	2	Reduzir em 100% o percentual de domicílios em situação de insegurança alimentar e nutricional grave; (SEDESTMIDH)	100	%	ACUM	MENOR, MELHOR	-	-	-		0,0
6228	FAMÍLIAS FORTES	2	3	Construir 03 Restaurantes Comunitários e 05 Cozinhas Comunitárias; (SEDESTMIDH)	8	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	1	1	1		12,5
6228	FAMÍLIAS FORTES	2	4	Reformar e modernizar 08 Restaurantes Comunitários; (SEDESTMIDH)	8	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	1	1	1		12,5
6228	FAMÍLIAS FORTES	2	5	Promover a aquisição de produtos da agricultura familiar, por meio da incorporação das compras institucionais nos Programas de Provitamento Alimentar(contínuado ou não); (SEDESTMIDH)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	30	100		100,0
6228	FAMÍLIAS FORTES	2	6	Implantar o Programa Café da Manhã do Trabalhador; (SEDESTMIDH)	14	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	1	3	4		28,6
6228	FAMÍLIAS FORTES	2	7	Coordenar a implementação do SISAN no Distrito Federal; (SEDESTMIDH)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100		100,0
6228	FAMÍLIAS FORTES	2	8	Distribuir 120.000 cestas emergenciais de alimentos a cada ano. (SEDESTMIDH)	480.000	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	78.007	142.620	222.880		46,4

Análise Qualitativa

1. Diminuir a insegurança alimentar e nutricional (IAN) em níveis moderado e grave em 90% dos domicílios do DF, estimados em 3,5% dos domicílios (2013) (SEDESTMIDH);

2016

A meta não pode ser apurada, uma vez que os dados da PNAD/IBGE ainda não foram divulgados.

2017

A meta não pode ser apurada, uma vez que os dados da PNAD/IBGE e CODEPLAN ainda não foram divulgados.

2018

A meta não pode ser apurada, uma vez que os dados da PNAD/IBGE e CODEPLAN ainda não foram divulgados

2. Reduzir em 100% o percentual de domicílios em situação de insegurança alimentar e nutricional grave (SEDESTMIDH);

2016

A meta não pode ser apurada, uma vez que os dados da PNAD/IBGE ainda não foram divulgados.

2017

A meta não pode ser apurada, uma vez que os dados da PNAD/IBGE e CODEPLAN ainda não foram divulgados.

2018

A meta não pode ser apurada, uma vez que os dados da PNAD/IBGE e CODEPLAN ainda não foram divulgados.

3. Construir 03 Restaurantes Comunitários e 05 Cozinhas Comunitárias (SEDESTMIDH);

2016

Em 23/05/2016 foi inaugurado o Restaurante Comunitário do Sol Nascente, em Ceilândia Norte, alcançando a meta de construção de 01 restaurante em 2016. As demais unidades estão previstas para serem construídas nos outros anos.

2017

Não houve alteração na meta proposta, considerando que não foi construída nenhuma Unidade de Restaurante e/ou Cozinha Comunitária no exercício de 2017.

2018

Não houve alteração na meta proposta, considerando que não foi construída nenhuma Unidade de Restaurante e/ou Cozinha Comunitária no exercício de 2018.

4. Reformar e modernizar 08 Restaurantes Comunitários (SEDESTMIDH);

2016

Em 2016 foram realizadas apenas obras de manutenção e reparo nos RCs, tais como as intervenções no RC do Itapoã, com reparo do piso, pintura, manutenção do sistema de água e saneamento, para retomada das atividades, em 21/11/16; e os reparos nas caixas d'água de Ceilândia Centro, Estrutural, Itapoã e Santa Maria.

No tocante às reformas ampliação e modernização dos RCs, o programa tem previsão de início em 01/01/2018 e término em 31/12/2019.

2017

Embora não tenha sido efetuada nenhuma reforma e/ou modernização das Unidades, foram realizadas obras de manutenção e reparo nos seguintes Restaurantes Comunitários: Estrutural - reparo na caixa d'água; Brazlândia - piso da cozinha, piso das câmaras fria e congelada, e reparo na parte elétrica; Ceilândia - piso das câmaras fria e congelada; Samambaia - piso da cozinha, adequação das canaletas de águas pluviais, e reparo no telhado; Santa Maria - reforma no telhado e forro; Paranoá - reforma do telhado e calhas, piso da cozinha, e reparos na parte elétrica; Sobradinho - piso da cozinha, e reparo nas caixas de gordura e esgoto.

2018

Foram trocadas as caixas d'água em todos os 14 restaurantes comunitários, além de obras de manutenção e reparos nos equipamentos das cozinhas, vidros, caixa de gordura, câmaras frias e telhados, para o bom funcionamento dos mesmos e para melhoria do atendimento dos usuários.

5. Promover a aquisição de produtos da agricultura familiar, por meio da incorporação das compras institucionais nos Programas de Provisão Alimentar (continuado ou não); (SEDESTMIDH)

2016

Os editais das licitações dos programas e ações de SAN da SEDESTMIDH incluíram a compra da produção da agricultura familiar do DF como item prioritário. Para o Programa de Provisão Alimentar Institucional – PROVISAN a Secretaria adquire leite, iogurte, queijos e manteiga por meio do Programa de Aquisição da Produção da Agricultura –

PAPA/DF, diretamente da agricultura familiar, assim como o Programa de Provimento Alimentar Emergencial, que prevê a aquisição de cestas verdes e sua distribuição para pessoas e famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio da aquisição da produção da agricultura familiar do Distrito Federal.

2017

Todos os Editais de Licitação e/ou Chamamento Público dos programas e ações de Segurança Alimentar e Nutricional desta SEDESTMIDH incluíram a compra da produção da agricultura familiar do Distrito Federal como item preferencial, o que vem sendo cumprido.

2018

Todos os Editais de Licitação e/ou Chamamento Público dos programas e ações de Segurança Alimentar e Nutricional desta SEDESTMIDH incluíram a compra da produção da agricultura familiar do Distrito Federal como item preferencial, o que vem sendo cumprido.

6. Implantar o Programa Café da Manhã do Trabalhador; (SEDESTMIDH)

2016

O programa está previsto para iniciar em 2017. Porém, a avaliação da Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional indica que a distribuição das refeições fora do ambiente dos restaurantes comunitários pode gerar dificuldades técnicas e logísticas que inviabilizem sua implementação. Não obstante, o Restaurante Comunitário do Sol Nascente, que iniciou suas atividades servindo almoço à população, passou a ofertar também o café da manhã a partir de 23 de novembro de 2016 e há previsão de que os demais RCs também avancem na oferta dessa modalidade de refeição.

2017

O programa foi reestruturado e implantado nos Restaurantes Comunitários do Sol Nascente. Em novembro de 2017, os Restaurantes Comunitários de Brazlândia e Paranoá voltaram a funcionar por meio de contratação regular, iniciando suas atividades ofertando a refeição do tipo almoço à população e implantarão o café da manhã a partir de janeiro de 2018. Após a conclusão do processo licitatório, que já está em fase final de instrução, todas as Unidades dos Restaurantes Comunitários contarão com a concessão do café da manhã, almoço e jantar.

2018

O programa Café da Manhã do Trabalhador foi realizado nos restaurantes Comunitários do Sol Nascente, Brazlândia e Paranoá

7. Coordenar a implementação do SISAN no Distrito Federal; (SEDESTMIDH)

2016

Em 2016 foram realizadas 06 reuniões ordinárias e 01 reunião extraordinária do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, além das reuniões dos grupos de trabalho. Também foram realizadas discussões e aprovada uma proposta de alteração no regimento interno e no Decreto que organiza o funcionamento do CONSEA/DF. Além disso, no segundo semestre ocorreu o processo de seleção das novas entidades que representariam a sociedade civil no Conselho.

A CAISAN/DF realizou uma reunião dos Plenos Executivo e Secretarial. Em 2016, as atividades desta Câmara Intersetorial ficaram voltadas para a realização de uma avaliação das metas do I PDSAN que teve a sua vigência encerrada em 2015 e para a articulação com o CONSEA/DF e com a CAISAN Nacional, além de realizar discussões que culminaram na publicação do Decreto n.º 37.865/2016, que alterou o Decreto n.º 33.142/2011.

2017

Integram o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN no âmbito do Distrito Federal, a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) e o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), além de outros componentes. Ressalta-se que o Distrito Federal aderiu ao SISAN em 2011 e, desde então, vem trabalhando na estruturação dos componentes no âmbito distrital.

Em 2017 a prioridade da Secretaria Executiva da CAISAN/DF foi a elaboração do II PDSAN- 2016/2019, com isso, foi realizado o levantamento das metas do I PDSAN junto aos órgãos responsáveis pelas mesmas e análise dos Programas Temáticos do Plano Plurianual de Governo-PPA 2016/2019, na perspectiva de verificar as metas relacionadas com a segurança alimentar e nutricional.

Em decorrência do Decreto nº 37.895/2016, foi trabalhado no Pleno Executivo da CAISAN a recomposição da Câmara, considerando a estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal e competências dos órgãos, em especial, da SEDESTMIDH que tem sob sua gestão políticas relacionadas com a SAN, como: segurança alimentar e nutricional, assistência social, direitos humanos e igualdade racial.

Em decorrência da Frente Parlamentar de Desenvolvimento Social, criada em 2016, que na área de segurança alimentar e nutricional encaminhou a proposição de criação da nova Lei de Segurança Alimentar e Nutricional do Distrito Federal, tendo por referência a Lei nº 4.085/2008 e 4.725/2011 e o trabalho realizado pela CAISAN/DF e CONSEA/DF na gestão anterior, que propôs algumas alterações sem realizar os encaminhamentos necessários à publicação.

Assim, está tramitando na SEDESTMIDH a minuta de Lei que institui o SISAN no Distrito Federal e alteração da Lei de Segurança Alimentar e Nutricional do Distrito Federal.

2018

O SISAN- Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional - no âmbito do Distrito Federal, é formado pela Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) e o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), além de outros componentes.

Foram realizadas 7 reuniões durante o ano de 2018 abordando assuntos referentes a Pobreza, Insegurança Alimentar e Mapa da Fome; Aprovação PAA 2018; "Carta aos futuros governantes do DF: construção e estratégias para chegar até eles e elas", PNAE DF; Aprovação PAA/CONAB 2018; Criação do GT de monitoramento do II PDSAN, Programas de Segurança Alimentar e Nutricional SEDESTMIDH; Eleição de delegados para a Conferência de Direitos Humanos no DF e Aprovação do Regimento Interno do Consea.

8. Distribuir 120.000 cestas emergenciais de alimentos a cada ano. (SEDESTMIDH)

2016

Em 2016 foram distribuídas 54.027 cestas secas e 23.980 cestas verdes, totalizando 78.007 cestas emergenciais. Iniciou-se um processo de nova contratação para aquisição das cestas secas, de modo a ampliar a quantidade de cestas adquiridas por mês, no entanto, este processo ainda está em andamento.

2017

Em 2017, foram entregues 54.423 cestas secas e 10.290 cestas verdes, totalizando 64.613. Houve um decréscimo em relação à demanda de 2016, provavelmente devido ao novo protocolo de concessão de cestas emergenciais, que visa melhorar o processo de análise e concessão do benefício emergencial.

2018

Em 2018, foram entregues 69.970 cestas secas, e entregues e 10.290 cestas verdes totalizando 80.260.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1393	DOMICÍLIOS EM SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - IAN	%	9,8	31/12/2014	9,8	-	-	-	-	-	5,5	PNAD/IBGE / UO 25101 / OE 2
1394	MÉDIA MENSAL DE PESSOAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA DE PROVIMENTO ALIMENTAR CONTINUADO	UNIDADE	24.000	30/04/2015	26.000	25.627	26.000	0	30.000	0	30.000	SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 2

Justificativas 2016

Indicador 1393 - O indicador não pode ser apurado, uma vez que os dados da PNAD/IBGE ainda não foram divulgados.

Indicador 1394 - Os atendimentos foram realizados em 200 instituições sociais cadastradas no Programa de Provimento Alimentar Continuoado - PROVISAN da SEDESTMIDH.

Justificativas 2017

Indicador 1393 - O indicador será apurado ao final do Quadriênio, com os dados da PNAD/IBGE

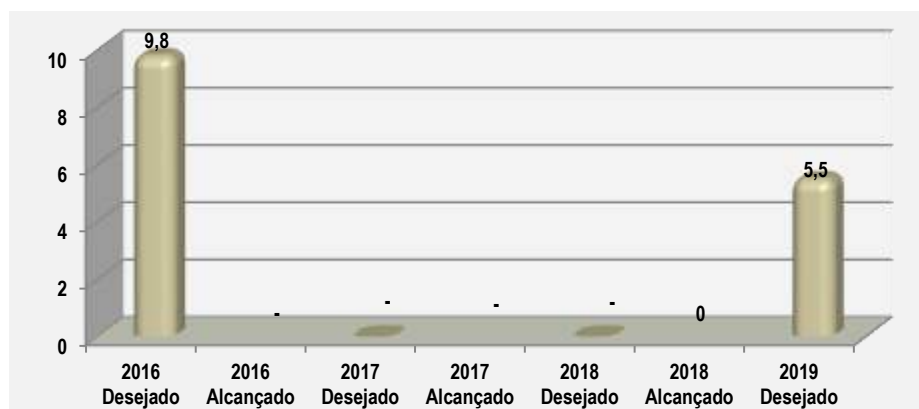
Indicador 1394 - Os atendimentos não foram realizados nas instituições sociais cadastradas no Programa de Provimento Alimentar Continuado-PROVISAN, o contrato foi encerrado por desistência da então contratada e o processo licitatório não foi concluído. A dificuldade em contratar está ligada ao desenho do programa, que inclui no valor da aquisição o custo de entrega ponto a ponto, o que encarece a contratação e limita o número de cooperativas de agricultores familiares com capacidade técnica de atender a demanda

Justificativas 2018

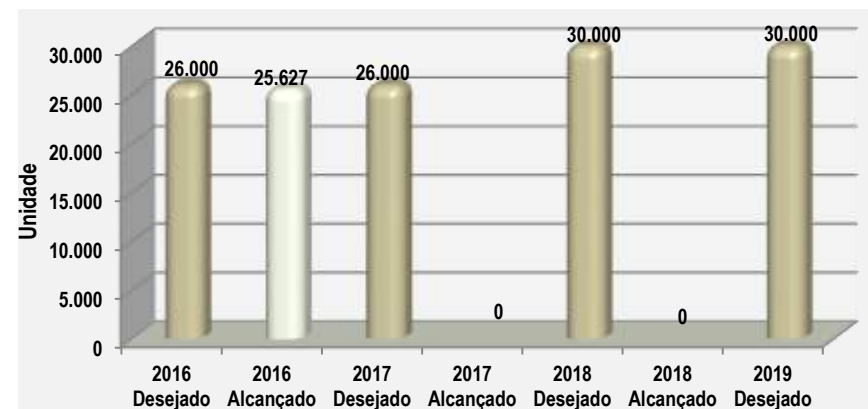
Indicador 1393 - O indicador será apurado ao final do Quadriênio, com os dados da PNAD/IBGE

Indicador 1394 - O PROVISAN - modalidade leite e derivados não está sendo executado, porém está sendo tratado no Processo nº 00431-00018009/2018-99 um novo chamamento público.

DOMICÍLIOS EM SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - IAN



MÉDIA MENSAL DE PESSOAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA DE PROVIMENTO ALIMENTAR CONTINUADO



Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

2016/2018

Conforme previsto no art. 10 do Decreto n.º33.329, de 10 de novembro de 2011, o direito humano à alimentação adequada às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional é garantido por meio de ações e programas intersetoriais, mediante ampliação do acesso dessas famílias à rede de equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional (no caso da

SEDESTMIDH, são os restaurantes comunitários), aos programas de transferência de renda ou aos programas de provimento alimentar. Além disso, para a promoção desse direito faz-se necessário o adequado funcionamento do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito do Distrito Federal.

Restaurantes Comunitários

O Programa Restaurantes Comunitários (RC) do DF foi responsável por servir mais de 13.422 (treze mil quatrocentas e vinte e duas) refeições por dia, totalizando 4.013.431 (quatro milhões, treze mil, quatrocentos e trinta e uma) refeições servidas ao longo do ano de 2016.

Em outubro de 2015 o Governo do Distrito Federal anunciou um pacote de medidas, incluindo o aumento do valor das tarifas para o consumo nos Restaurantes Comunitários para R\$ 3,00 (três reais) no que foi constatada queda significativa no número de refeições nos meses seguintes. Contudo, em maio de 2016, foi publicado o Decreto nº 37.355/2016 implementando a tarifa diferenciada no valor de R\$ 1,00 (um real) para as famílias cadastradas no Cadastro Único com renda familiar de três salários mínimos ou meio salário mínimo per capita e o valor de R\$ 2,00 (dois reais) para a população em geral. Com isso, o quantitativo de vendas a partir do referido mês teve um aumento significativo em todos os Restaurantes, conforme quadro abaixo.

Restaurante	Meses											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
Brazlândia	14.931	8.055	16.244	16.245	18.374	24.060	27.633	26.551	16.723	9.138	0	0
Ceilândia	41.005	11.038	39.959	39.956	44.238	57.152	62.003	61.847	54.449	50.144	46.850	54.300
Estrutural	14.015	13.849	15.095	13.839	15.126	20.957	23.460	13.857	19.739	26.873	26.543	26.783
Gama	8.776	18.561	33.300	30.152	34.010	45.607	48.264	48.406	44.065	43.627	41.333	45.009
Itapoã	11.223	7.526	0	0	0	0	0	0	0	0	8.534	31.282
Paranoá	14.035	11.533	17.738	16.165	17.646	25.046	23.878	27.911	20.837	11.345	0	0
Planaltina	20.118	7.954	0	0	22.484	63.199	50.421	53.532	49.313	52.554	51.636	54.063
Recanto das Emas	12.695	13.251	14.465	14.451	15.202	24.144	27.759	17.682	20.070	24.639	24.267	33.594
Riacho Fundo	15.389	14.917	15.707	15.269	16.888	25.866	29.840	32.028	28.164	26.048	25.049	0
Samambaia	20.400	20.814	22.827	22.204	24.511	32.257	35.521	20.453	26.126	34.817	33.527	39.524
Santa Maria	17.978	17.003	16.916	17.670	18.875	26.403	28.161	15.766	11.133	26.752	28.110	31.743
São Sebastião	17.203	15.906	17.435	13.715	18.874	27.050	29.772	17.449	27.441	31.093	29.339	33.502
Sobradinho	18.249	16.626	0	13.028	19.017	28.815	32.798	35.037	34.362	33.086	32.397	34.250
Sol Nascente	0	0	0	0	9.290	42.972	45.566	39.930	34.943	34.684	32.819	37.794

Em 23 de maio de 2016, esta Secretaria de Estado inaugurou o 14º Restaurante Comunitário do Distrito Federal, o Restaurante Comunitário do Sol Nascente, que iniciou suas atividades ofertando a refeição almoço à população e passou a ofertar também o café da manhã a partir de 23 de novembro. O Restaurante Comunitário do Itapoã ficou inoperante entre os meses de março a outubro, devido ao processo licitatório para a contratação de nova empresa gestora da unidade. No período em que esteve fechado, o Restaurante passou por reforma significativa. Os Restaurantes de Brazlândia e Paranoá estão inoperantes desde os dias 17 e 18 de outubro, respectivamente. A empresa gestora dessas unidades mostrou desinteresse em continuar prestando o serviço de preparação e oferta das refeições e anunciou a entrega dos equipamentos nas datas mencionadas. Assim, estão em andamento processos licitatórios emergenciais visando novas contratações.

Educação Alimentar e Nutricional

Foram realizadas diversas atividades de Educação Alimentar e Nutricional pela Secretaria entre as quais destacam-se a formação de 15 Multiplicadores em Educação Alimentar e Nutricional nos Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Estrutural e Paranoá – março/16; Atividade de Educação Alimentar e Nutricional com foco em alimentação saudável e Direito Humano à Alimentação Adequada, em parceria com a FUNAP - setembro/16; Coma Bem Viva Bem - Projeto de Política de Segurança Alimentar e Nutricional, com o objetivo de promover o direito humano a alimentação adequada, foram desenvolvidas atividades e oficinas nos restaurantes comunitários da Estrutural, Planaltina e Samambaia em outubro de 2016.

Programa de Lanches e Refeições

A Secretaria é responsável pela execução da política de assistência social no Distrito Federal, que promove a oferta de serviços que visam proteção social e garantia dos direitos socioassistenciais em 62 unidades. Este programa visa garantir uma alimentação adequada aos usuários atendidos nestas unidades.

Em 2016, a contratação dos serviços de fornecimento de lanches e refeições para as unidades socioassistenciais do DF se deu por meio de chamamento público (contratação emergencial) formalizado por meio dos contratos de prestação de serviços. No período, foram servidos 1.033.579 lanches e refeições

Programa de Provisão Alimentar Institucional – PROVISAN

Atualmente, a Secretaria adquire leite, iogurte, queijos e manteiga por meio do Programa de Aquisição da Produção da Agricultura – PAPA/DF, diretamente da agricultura familiar. Por meio desse programa, que objetiva complementar a alimentação ofertada nas unidades cadastradas sob o escopo do Decreto Distrital nº 33.329, de 10 de novembro de 2011 e da Portaria nº 51, de 05 de outubro de 2012, foram atendidas cerca de 200 instituições e programas sociais (um aumento de 5% de entidades cadastradas em relação a 2015). E, em 2016, o PROVISAN colaborou com a alimentação de aproximadamente 25.627 pessoas - média mensal.

Em novembro de 2016, as entregas foram interrompidas pela contratada por enfrentar dificuldades em cumprir o contrato, devido à alegação de defasagem nos preços praticados. Foi solicitado o realinhamento dos preços dos produtos, porém foi negado pela Procuradoria Geral do Distrito Federal por entender que os motivos alegados pela Cooperativa não seriam suficientes para subsidiar tais alterações. Com a situação mantida, a empresa não teve condições de manter as entregas regulares, o que motivou medidas pertinentes por parte dos setores competentes.

Programa de Provisão Alimentar Emergencial

Consiste na concessão de cestas de alimentos em caráter temporário e transitório direcionadas às famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Em 2016, foram entregues 54.027 secas e 23.980 cestas verdes, totalizando 78.007 cestas emergenciais entregues. Percebeu-se um aumento em relação à demanda de 2015, provavelmente devido à crise que está ocorrendo no Brasil. Foi apresentado um Protocolo de concessão de cestas emergenciais, de forma a melhorar o processo de análise e concessão do benefício emergencial.

Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN

Integram o SISAN, no âmbito do Distrito Federal, a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional e o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, além de outros componentes.

A CAISAN tem por finalidade promover a articulação e a integração dos órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal, ligados à área de SAN, além de elaborar, monitorar e avaliar de forma integrada, a destinação e aplicação de recursos em ações ou programas de interesse de SAN. Em 2016 as articulações realizadas tiveram como foco principal o levantamento das metas do I PDSAN, com vista à elaboração do II Plano Distrital. Esse exercício propiciou o monitoramento das metas, ainda que de forma simplista. Quanto às demais competências da Câmara não foram exercidas.

Seguem abaixo as principais atividades desenvolvidas:

1. Participação em Eventos:
 - 12º Encontro das CAISAN's - fevereiro;
 - 13º Encontro das CAISAN's - maio;
 - 14º Encontro das CAISAN's- setembro;
 - Oficina Indicadores de SAN- setembro;
 - Seminário Regional de EAN + compra institucional- outubro;
 - Lançamento Frente Parlamentar de Desenvolvimento Social.
2. Levantamento metas do I PDSAN e órgãos responsáveis pelo cumprimento das mesmas;
3. Articulação com os órgãos responsáveis por metas no I PDSAN solicitando posicionamento com relação às mesmas, o que envolveu outros órgãos do GDF para além dos que compõem a Câmara.

4. Revisão Decreto criação da CAISAN: o novo Decreto (nº 37.865) foi publicado no DODF de 28/12/2016, que altera a composição da Câmara por áreas de atuação que tem interface com a Política de SAN e não nominando as Secretarias. Acrescenta-se ainda a vinculação da Câmara à Secretaria responsável pela Política de SAN, assim como da Secretaria Executiva da CAISAN à mesma área.
5. Prorrogação convênio Nº 48/2012: Definição das ações para o novo Plano de Trabalho considerando a prorrogação do convênio até dezembro/2017.
6. Reuniões:
 - Secretaria de Agricultura e Secretaria de Saúde: discussão das metas de responsabilidade das duas Secretarias no I PDSAN e sensibilização para a necessidade de posicionamento com relação às mesmas;
 - CAISAN Nacional: discussão prorrogação convênio nº 48/2012, que tem por objeto a consolidação do SISAN no Distrito Federal, por meio da elaboração do I Plano Distrital de SAN e o fortalecimento dos componentes do SISAN;
 - CODEPLAN: solicitação participação reunião da CAISAN e apresentação do estudo realizado sobre os aspectos da SAN no Distrito Federal;
 - Pleno Secretarial e Pleno Executivo: outubro;
 - CONSEA/DF: participação na 49ª e 50ª reuniões ordinárias do Conselho, sendo que na última teve como um dos pontos de pauta apresentação da proposta de alteração no Plano de Trabalho para prorrogação do convênio, mediante aditamento do convênio até dezembro de 2017. A proposta foi aprovada pelo Pleno;
 - Reuniões Comissão de Transição para realização dos procedimentos de indicação ou recondução dos membros da sociedade civil no CONSEA.

A Constituição Federal por meio da Emenda Constitucional nº 64, de 04 de fevereiro de 2010, que alterou a redação do art. 6º da Constituição Federal, introduziu a alimentação como um direito social de todos os cidadãos, bem como a assistência aos desamparados, sendo, portanto, dever do Estado garantir a alimentação de forma regular, saudável, equilibrada e de qualidade nos aspectos da nutrição e da segurança alimentar. No âmbito distrital temos o Decreto nº 33.329/2011, que regulamenta a Lei nº 4.601/2011, que institui o Plano pela Superação da Extrema Pobreza – DF sem Miséria, dispõe que o direito humano à alimentação adequada às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional é garantido por meio de ações e programas intersetoriais, mediante ampliação do acesso dessas famílias à rede de equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, aos programas de transferência de renda, ou ao provimento alimentar direto. Assim, levando-se em consideração as ações desta Secretaria de Estado, voltadas para o desenvolvimento de atividades, programas e atendimentos socioassistenciais e tendo em vista a garantia do direito humano à alimentação adequada são desenvolvidos os seguintes Programas:

Restaurantes Comunitários

Responsável por servir aproximadamente 17.881 refeições por dia, totalizando 5.274.896 refeições servidas ao longo do ano de 2017. Sendo que deste total 16.104 são refeições do tipo café da manhã no Restaurante Comunitário do Sol Nascente.

Quantitativo de Refeições Servidas nos Restaurantes Comunitários - 2017

Mês	Brazlândia	Ceilândia	Estrutural	Gama	Itapoá	Paranoá	Planaltina	Recanto	Riacho	Samambaia	Sta. Maria	São Sebastião	Sobradinho	Sol Nascente	Unidade
JAN	0	54.151	27.691	46.073	32.662	0	50.385	32.261	1.366	42.810	34.033	32.917	35.022	36.616	425.987
FEV	0	35.281	24.476	40.455	28.662	0	43.633	25.049	25.201	37.894	29.801	28.169	30.417	31.767	380.805
MAR	0	53.884	30.492	47.396	33.248	0	52.932	28.399	32.191	45.171	33.862	30.070	34.285	36.459	458.389
ABR	4.119	43.268	22.414	37.605	24.388	16.071	40.488	22.074	26.837	34.902	25.045	25.069	26.498	27.971	376.749
MAI	36.212	54.410	28.858	47.521	30.449	29.111	50.663	26.987	34.549	44.426	32.222	33.165	32.927	35.479	516.979
JUN	35.822	51.802	29.066	44.397	30.722	30.075	50.121	27.861	38.214	29.552	33.764	33.139	32.640	36.586	503.761
JUL	37.985	54.165	32.212	44.268	33.248	33.827	52.263	30.478	40.329	50.063	39.952	34.214	33.844	36.679	553.527
AGO	37.208	53.084	33.211	45.467	31.600	34.326	51.486	30.386	42.399	50.367	39.314	30.999	34.877	36.980	551.704
SET	20.147	49.819	29.601	44.266	0	17.681	49.657	28.821	37.078	47.696	0	29.830	32.178	33.534	420.308
OUT	0	40.170	29.165	30.822	0	0	50.731	26.611	36.246	44.932	0	29.530	31.620	28.895	348.722

Mês	Brazlândia	Ceilândia	Estrutural	Gama	Itapoã	Paranoá	Planaltina	Recanto	Riacho	Samambaia	Sta. Maria	São Sebastião	Sobradinho	Sol Nascente	Unidade
NOV	25.235	18.984	27.484	18.111	4.806	16.933	47.013	25.618	33.456	48.322	9.213	28.001	12.100	10.914	326.190
DEZ	19.422	40.711	29.266	21.156	25.564	24.371	40.721	29.053	35.543	60.961	34.876	31.062	3.759	15.310	411.775
Ano	216.150	549.729	343.936	467.537	275.349	202.395	580.093	333.598	383.409	537.096	312.082	366.165	340.167	367.190	5.274.896

Está em fase final de instrução um processo licitatório visando o Registro de Preços para a contratação de empresa para a prestação de serviços de alimentação e nutrição, para gestão de Restaurante Popular, a partir do preparo, fornecimento e distribuição de refeições do tipo café da manhã, almoço e jantar nas 14 Unidades dos Restaurantes Comunitários do Distrito Federal.

Em novembro de 2017, os Restaurantes Comunitários de Brazlândia e Paranoá voltaram a funcionar por meio de contratação regular, iniciando suas atividades ofertando a refeição do tipo almoço à população, com implantação do café da manhã a partir de janeiro de 2018.

Educação Alimentar e Nutricional - EAN

Foram realizadas diversas atividades de Educação Alimentar e Nutricional, cujo objetivo é fornecer informações sobre alimentação, estimulando hábitos alimentares conscientes, sustentáveis e saudáveis, tornando os Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional (EPSAN) locais não só do fornecimento de refeições, mas também de educação e promoção de saúde e cidadania.

Em 2017, foram atendidos 2.253 usuários com as atividades, com os seguintes temas: Direito Humano à Alimentação Adequada; Higienização e Conservação dos Alimentos; Aproveitamento Integral dos Alimentos; e Alimentos industrializados: sódio, gordura e açúcar.

Lanches e Refeições

A SEDESTMIDH, por meio da SEADS, é responsável pela execução da política de assistência social no Distrito Federal, que promove a oferta de serviços que visam proteção social e garantia dos direitos socioassistenciais em 67 Unidades. O público atendido nestas Unidades é composto de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade ou de risco pessoal e social, por ocorrência de violação de direitos, ambos em sua maioria com insuficiência ou ausência de renda, tendo como uma das consequências o comprometimento da segurança alimentar e nutricional dessas famílias e indivíduos.

Em 2017, foram servidos aproximadamente 1.132.764 lanches e refeições.

Provisionamento Alimentar Institucional – PROVISAN

O Programa "Provisionamento Alimentar Institucional – PROVISAN" foi formatado a partir de uma revisão do fornecimento de pão e leite, oriundo da extinta ação Nutrindo à Mesa – Nosso Pão e Nosso Leite. Atualmente, a Secretaria adquire leite, iogurte, queijos e manteiga por meio do Programa de Aquisição da Produção da Agricultura – PAPA/DF, diretamente da agricultura familiar. A ação integra duas estratégias: colaborar com as entidades e programas sociais e contribuir com a redução da pobreza rural, uma vez que os alimentos são adquiridos de agricultores familiares.

Por meio desse programa, que objetiva complementar a alimentação ofertada nas unidades cadastradas sob o escopo do Decreto Distrital nº 33.329, de 10 de novembro de 2011 e da Portaria nº 51, de 05 de outubro de 2012, seriam atendidas cerca de 200 instituições e programas sociais.

Em 2017 realizou a contratação de novo fornecedor foi concluído no último trimestre, porém não houve orçamento para a sua implantação e, por isso, os atendimentos ainda não foram iniciados.

Provisionamento Alimentar Emergencial - Cestas

As ações de provisionamento alimentar em caráter emergencial consistem na concessão de cestas de alimentos em caráter temporário e transitório direcionadas às famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Em 2017, foram entregues 54.423 cestas secas e 10.190 cestas verdes, totalizando 64.613. Houve um decréscimo em relação à demanda de 2016, provavelmente devido ao novo protocolo de concessão de cestas emergenciais, que visa melhorar o processo de análise e concessão do benefício emergencial.

	SECAS	VERDES
JAN	4.320	0
FEV	4.320	0
MAR	4.320	0
ABR	6.048	0
MAI	5.992	0
JUN	0	1.280
JUL	0	960
AGO	7.083	1.800
SET	3.750	1.050
OUT	5.625	2.000
NOV	7.500	2.000
DEZ	5.465	1.100
TOTAL	54.423	10190
TOTAL GERAL		64.613

Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN

Em 2017 foi elaborado o II Plano Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional- II PDSAN, apenas aguardando algumas definições para sua publicação.

Principais atividades desenvolvidas:

CAISAN/DF:

- Reuniões componentes CAISAN/DF: Pleno Executivo - 3;
- Pleno Setorial - 1 e Comitê Técnico nº 07 - 13.
- Frente Parlamentar Desenvolvimento Social: Reuniões - Grupo de Trabalho da Assistência Social - 2;
- Grupo de Trabalho da Segurança Alimentar e Nutricional - 8.

CAISAN Nacional:

- 15º e 16º Encontro das CAISAN's Estaduais;
- Audiência Pública/Frente Parlamentar - Assistência Social;
- Seminário/Frente Parlamentar - Segurança Alimentar e Nutricional;
- Plenária Regionalizada de Assistência Social do Núcleo Bandeirante;
- XII Conferência de Assistência Social do Distrito Federal;
- Etapa Distrital para a 5ª Conferência +2;

- Resoluções Publicadas: Resolução nº 01 - composição da CAISAN/DF, considerando o Decreto nº 37.895/2016 e Resolução nº 02
- Instituição do Comitê Técnico nº 07, responsável pela elaboração do II Plano Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional - II PDSAN

CONSEA/DF:

- Foram realizadas 4 reuniões ordinárias e 1 reunião extraordinária;
- Fevereiro/17 - Posse da nova gestão 2017 a 2019;
- Realização de capacitação para os novos conselheiros;
- Publicação do novo decreto que dispõe sobre a composição, a organização e o funcionamento e as atribuições do CONSEA /DF;
- Aprovação da Nova Lei do SISAN DF em plenária do CONSEA/DF;
- Aprovação do II Plano Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional em plenária do CONSEA/DF;
- Análise e Elaboração do Novo Regimento do CONSEA/DF;
- Em dezembro/17 foi realizada a 4ª Conferencia Distrital +2 de SAN na qual foi elaborado um relatório de propostas que subsidiou o documento síntese para a 5ª Conferência Nacional

+2 de SAN em 2018.

Restaurantes Comunitários

O Programa Restaurantes Comunitários (RC) do DF serviu 6.212.997 refeições em seus 14 restaurantes ao longo do ano de 2018.

Sendo a tarifa diferenciada no valor de R\$ 1,00 (um real) para as famílias cadastradas no Cadastro Único com renda familiar de três salários mínimos ou meio salário mínimo per capita e o valor de R\$ 2,00 (dois reais) para a população em geral. Conforme quadro abaixo.

MÊS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	UNIDADE/A NO	DESCRIÇÃO	
UNIDADE/DIA	26	24	25	24	25	26	25	27	23	25	23	22			
BRAZLÂNDIA	33.505	31.129	35.474	33.438	32.770	31.858	29.242	30.352	25.186	26.107	24.556	26.894	360.511	ALMOÇO	
	7.163	14.537	25.702	15.842	10.237	8.891	7.194	9.812	7.229	9.433	7.885	6894	130.819	CAFÉ	
média	1289	1.297	1.419	1.393	1.311	1.225	1.170	1.124	1.095	1.044	1.068	1.222	14.657	MÉDIA ALMOÇO	
	276	606	1.028	660	409	342	288	363	314	377	343	313	5.320	MÉDIA CAFÉ	
CEILÂNDIA	72.130	61.586	60.433	53.355	55.721	57.915	53.976	55.905	46.185	49.422	44.707	31.048	642.383	ALMOÇO	
média	2774	2566	2.417	2.223	2.229	2.228	2.159	2.071	2.008	1.977	1.944	1.411	26.007	MÉDIA ALMOÇO	
ESTRUTURAL	30.040	25.647	30.099	27.702	29.014	31.558	30.246	32.791	27.908	28.374	26.580	26.002	345.961	ALMOÇO	
média	1155	1069	1.204	1.154	1.161	1.214	1.210	1.214	1.213	1.135	1.156	1.182	14.067	MÉDIA ALMOÇO	
GAMA	39.991	33.646	39.310	38.475	38.288	29.953	38.864	43.427	36.692	39.835	34.653	23.206	436.340	ALMOÇO	
média	1538	1402	1.572	1.603	1.532	1.152	1.555	1.608	1.595	1.593	1.507	1.055	17.712	MÉDIA ALMOÇO	
ITAPOÃ	28.024	26.052	25.282	23.974	19.415	17.576	30.683	32.155	27.243	28.321	24.271	16.934	299.930	ALMOÇO	
média	1078	1086	1.011	999	777	676	1.227	1.191	1.184	1.133	1.055	770	12.187	MÉDIA ALMOÇO	
PARANOÁ	25.742	22.093	28.775	27.759	19.061	30.917	26.604	31.849	24.168	25.738	23.786	24.093	310.585	ALMOÇO	
	2.967	11.397	17.870	11.087	6.604	6.537	6.961	7.781	6.076	7.254	7.172	6.502	98.208	CAFÉ	
média	990	921	1.151	1.157	762	1.189	1.064	1.180	1.051	1.030	1.034	1.095	12.623	MÉDIA ALMOÇO	
	114	475	715	462	264	251	278	288	264	290	312	296	4.010	MÉDIA CAFÉ	
PLANALTINA	57.160	45.648	52.516	50.102	54.585	58.218	57.010	61.049	51.189	55.117	49.967	50.281	642.842	ALMOÇO	
média	2198	1902	2.101	2.088	2.183	2.239	2.280	2.261	2.226	2.205	2.172	2.286	26.141	MÉDIA ALMOÇO	
REC. DAS EMAS	28.236	23.769	28.443	27.793	30.259	29.198	30.143	31.418	27.194	27.220	23.755	25.451	332.879	ALMOÇO	
média	1086	990	1.138	1.158	1.210	1.123	1.206	1.164	1.182	1.089	1.033	1.157	13.536	MÉDIA ALMOÇO	
RIACHO FUNDO	39.288	32.020	33.807	33.783	36.885	37.543	36.606	38.868	32.545	29.477	34.072	31.658	416.552	ALMOÇO	
média	1511	1334	1.352	1.408	1.475	1.444	1.464	1.440	1.415	1.179	1.481	1.439	16.943	MÉDIA ALMOÇO	
SAMAMBAIA	55.944	47.564	47.241	45.128	47.473	48.554	46.960	50.833	41.296	45.023	39.364	40.481	555.861	ALMOÇO	
média	2152	1982	1.890	1.880	1.899	1.867	1.878	1.883	1.795	1.801	1.711	1.840	22.579	MÉDIA ALMOÇO	
SÃO SEB.	32.868	29.735	35.279	34.347	37.653	37.689	40.527	40.026	33.617	35.652	32.736	34.455	424.584	ALMOÇO	
média	1264	1.239	1.411	1.431	1.506	1.450	1.621	1.482	1.462	1.426	1.423	1.566	17.282	MÉDIA ALMOÇO	
SOBRADINHO	28.571	16.552	29.280	28.723	31.187	25.698	32.811	35.258	28.794	31.793	30.102	19.701	338.470	ALMOÇO	
média	1099	974	1.171	1.197	1.247	988	1.312	1.306	1.252	1.272	1.309	896	14.023	MÉDIA ALMOÇO	
SOL NASC.	30.976	29.123	34.332	34.536	34.960	37.493	38.060	41.297	33.636	34.722	32.448	21.838	403.421	ALMOÇO	
	1.294	7.378	19.494	14.901	11.284	11.252	15.637	17.532	14.775	13.825	13.127	6.827	147.326	CAFÉ	
média	1.191	1.213	1.373	1.439	1.398	1.442	1.522	1.530	1.462	1.389	1.411	993	16.364	MÉDIA ALMOÇO	
	50	307	780	621	451	433	625	649	642	553	571	310	5.993	MÉDIA CAFÉ	
STA. MARIA	40.244	31.844	28.877	25.470	26.989	27.835	26.787	26.730	23.147	24.423	20.736	23.243	326.325	ALMOÇO	
média	1.548	1.327	1.155	1.061	1.080	1.071	1.071	990	1.006	977	902	1.057	13.244	MÉDIA ALMOÇO	TOTAL GERAL
TOTAL GERAL/MÊS	542.719	456.408	509.148	484.585	494.260	502.005	518.519	551.958	458.800	481.224	441.733	395.285		ALMOÇO	5.836.644
	11.424	33.312	63.066	41.830	28.125	26.680	29.792	35.125	28.080	30.512	28.184	20.223		CAFÉ	376.353
	554.143	489.720	572.214	526.415	522.385	528.685	548.311	587.083	486.880	511.736	469.917	415.508		CAFÉ+ALMOÇO	
MÉDIA GERAL/MÊS	20.874	19.017	20.366	20.191	19.770	19.308	20.741	20.443	19.948	19.249	19.206	17.968		MÉDIA ALMOÇO	6.212.997
	439	1.388	2.523	1.743	1.125	1.026	1.192	1.301	1.221	1.220	1.225	919		MÉDIA CAFÉ	

Educação Alimentar e Nutricional

Foram realizadas diversas atividades de Educação Alimentar e Nutricional pela Secretaria entre as quais destaca-se a atividade de EAN feita mensalmente em todos os 14 (quatorze) restaurantes comunitários durante todo o ano de 2018

Programa de Lanches e Refeições

A Secretaria é responsável pela execução da política de assistência social no Distrito Federal, que promove a oferta de serviços que visam proteção social e garantia dos direitos socioassistenciais, onde em 2018 foram criadas mais 1 unidade, totalizando em 64 unidades. Este programa visa garantir uma alimentação adequada aos usuários atendidos nestas unidades.

Programa de Provisão Alimentar Emergencial

Consiste na concessão de cestas de alimentos em caráter temporário e transitório direcionadas às famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Em 2018, foram entregues 69.970 secas e 10.290 cestas verdes, totalizando 80.260 cestas emergenciais entregues.

Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN

Integram o SISAN, no âmbito do Distrito Federal, a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional e o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, além de outros componentes.

A CAISAN tem por finalidade promover a articulação e a integração dos órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal, ligados à área de SAN, além de elaborar, monitorar e avaliar de forma integrada, a destinação e aplicação de recursos em ações ou programas de interesse de SAN. Em 2016 as articulações realizadas tiveram como foco principal o levantamento das metas do I PDSAN, com vista à elaboração do II Plano Distrital. Esse exercício propiciou o monitoramento das metas, ainda que de forma simplista. Quanto às demais competências da Câmara não foram exercidas.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

003 – DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL: Garantir proteção social às pessoas em situação de vulnerabilidade social por meio da consolidação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, conferindo eficiência e eficácia à rede de atendimento e proteção social dos usuários da política de assistência. (Objetivo alterado, conforme Lei de Revisão do PPA n°. 6061, de 29/12/17)

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

25.904 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL - FAS

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6228	FAMÍLIAS FORTES	3	1	Recompôr e ampliar o quadro de recursos humanos da Subsecretaria de Assistência Social em 60%, visando a gestão e execução dos serviços socioassistenciais (SEDESTMIDH). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA n°. 6061, de 29/12/17)	60	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0		0,0
6228	FAMÍLIAS FORTES	3	2	Capacitar 1.400 operadores do SUAS, entre gestores, dirigentes, trabalhadores e conselheiros de Assistência Social da Política de Assistência Social; (SEDESTMIDH)	1.400	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0		0,0
6228	FAMÍLIAS FORTES	3	3	Desenvolver o sistema de Vigilância Socioassistencial da Política Pública de Assistência Social do Distrito Federal; (SEDESTMIDH)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0		0,0
6228	FAMÍLIAS FORTES	3	4	Expandir o quantitativo de vagas/referenciamento em serviços socioassistenciais, de referência e referenciados, em 41%, por meio da execução direta e indireta, com vistas à ampliação da cobertura do atendimento prestado pela Secretaria à população do Distrito Federal; (SEDESTMIDH) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA n°. 6061, de 29/12/17)	41	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	0,0
6228	FAMÍLIAS FORTES	3	5	Ampliar o acompanhamento de famílias beneficiárias do Programa de Transferência de Renda do Programa Bolsa Família, em descumprimento de condicionalidades, alcançando 100%, no Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias – PAIF; (SEDESTMIDH) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA n°. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	14,12	X	X	X	0,0
6228	FAMÍLIAS FORTES	3	6	Inserir e acompanhar a frequência de 3.300 crianças e adolescentes identificados nas situações prioritárias para atendimento no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes – SISC; (SEDESTMIDH)	3.300	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	2.104	2.130	2.150		65,2
6228	FAMÍLIAS FORTES	3	7	Realizar a XII e XIII Conferências de Assistência Social do Distrito Federal; (SEDESTMIDH)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	50	50		50,0
6228	FAMÍLIAS FORTES	3	8	Construir 10 Centros de Referência de Assistência Social – CRAS; 05 Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – COSE e 08 Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS em territórios de vulnerabilidade	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	1	X	X	X	0,0

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
				do Distrito Federal; (SEDESTMIDH) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)									
6228	FAMÍLIAS FORTES	3	9	Construir 02 Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centro Pop); (SEDESTMIDH) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	0,0
6228	FAMÍLIAS FORTES	3	10	Construir 04 Unidades de Acolhimento no Distrito Federal; (SEDESTMIDH) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	25	X	X	X	0,0
6228	FAMÍLIAS FORTES	3	11	Conceder 9.866 benefícios eventuais até 2019; (SEDESTMIDH)	9.866	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	22.192	47.574	77.257		783,1
6228	FAMÍLIAS FORTES	3	12	Conceder 12.018 benefícios excepcionais até 2019. (SEDESTMIDH)	12.018	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	4.277	12.832	17.899		148,9
6228	FAMÍLIAS FORTES	3	13	Expandir em 30% o quantitativo de vagas em serviços socioassistenciais, de execução direta e indireta, com vistas à ampliação da cobertura do atendimento prestado pela SEDESTMIDH à população do Distrito Federal; (SEDESTMIDH). Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	30	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	10,99	16,26		54,2
6228	FAMÍLIAS FORTES	3	14	Ampliar o acompanhamento de famílias beneficiárias do Programa de Renda do Programa Bolsa Família em descumprimento de condicionais na modalidade suspensão, alcançando 100%, no Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias – PAIF; (SEDESTMIDH). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	11,25	9,10 (Meta Anual)		9,1
6228	FAMÍLIAS FORTES	3	15	Construir 01 Centro de Referência de Assistência Social – CRAS em território de vulnerabilidade do Distrito Federal; (SEDESTMIDH). Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	1	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0	0		0,0
6228	FAMÍLIAS FORTES	3	16	Construir 03 Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – COSE em territórios de vulnerabilidade do Distrito Federal; (SEDESTMIDH). Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	3	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0	0		0,0
6228	FAMÍLIAS FORTES	3	17	Construir 02 Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS em territórios de vulnerabilidade do Distrito Federal; (SEDESTMIDH). Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	2	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0	0		0,0

Análise Qualitativa

1. Recompôr e ampliar o quadro de recursos humanos da Subsecretaria de Assistência Social em 60%, visando a gestão e execução dos serviços socioassistenciais (SEDESTMIDH). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

A meta não foi alcançada em virtude da revogação de autorização para realizar o concurso público para a carreira pública de assistência social, conforme resolução do Comitê de Governança de Pessoal publicada no DODF nº 218 de 13/11/2015. De acordo com o levantamento apresentado pela Diretoria de Pessoal da SEDESTMDH, a atual situação dos Recursos Humanos da Secretaria é de que dos 2.000 cargos de Especialista em Assistência Social, apenas 450 estão ocupados atualmente, existindo, portanto, uma vacância de 1.150, ou seja 77,50%.

2017

A meta não foi alcançada em virtude da não realização de concurso público. Entretanto, já existe um processo o qual encontra-se na SEDESTMIDH desde o dia 28/03/2018 para dar prosseguimento e a gestão realizar os devidos direcionamentos.

2018

A meta não foi alcançada em virtude da não realização de concurso público. No entanto, foi contratada instituição para realização do concurso. O certame será realizado em 2019 e a previsão de contratação de pessoal é até o final do ano de 2020.

2. Capacitar 1.400 operadores do SUAS, entre gestores, dirigentes, trabalhadores e conselheiros de Assistência Social da Política de Assistência Social (SEDESTMIDH);

2016

Houve uma tentativa de contratação de Instituição de Ensino credenciado ao Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA, no entanto, as propostas apresentadas foram superiores a R\$500.000,00 da disponibilidade orçamentaria disponível para a ação. Em novembro de 2016 foi iniciado novo procedimento para procedimento licitatório que será concluído em 2017.

2017

Está previsto a contratação de Instituição de Ensino para capacitação de 1.110 trabalhadores, gestores e conselheiros da Política de Assistência Social. Ouve uma redução previsão de capacitações uma vez que ocorreu redução do quadro de servidores em virtude de desligamentos e afastamentos de servidores.

2018

Meta não atendida. A licitação para contratar a instituição de Ensino só foi autorizada só no final do Ano.

3. Desenvolver o sistema de Vigilância Socioassistencial da Política Pública de Assistência Social do Distrito Federal; (SEDESTMIDH)

2016

A Secretaria vem trabalhando no desenvolvimento de sistemas que auxiliam no mapeamento das áreas de maior vulnerabilidade social de acordo com os dados de CADÚNICO, em sistema de registro de atendimentos realizados pelas unidades operativas, em sistema de vagas de acolhimento. Esse conjunto de sistemas favorece o sistema de vigilância nos territórios do DF.

2017

A SEDESTMIDH, está desenvolvendo estudo preliminar de estruturação bem como a implantação da Política de Vigilância Socioassistencial, desta fase está sendo feita estimativa de custo, para ampliação e modernização dos sistemas existentes, bem como as necessidades de aquisições de licenças específicas para cruzamento e mapeamento de dados e território.

2018

A SEDESTMIDH, está desenvolvendo estudo preliminar de estruturação bem como a implantação da Política de Vigilância Socioassistencial, está sendo feita estimativa de custo, para ampliação e modernização dos sistemas existentes, bem como as necessidades de aquisições de licenças específicas para cruzamento e mapeamento de dados e território.

4. Expandir o quantitativo de vagas/referenciamento em serviços socioassistenciais, de referência e referenciados, em 41%, por meio da execução direta e indireta, com vistas à ampliação da cobertura do atendimento prestado pela Secretaria à população do Distrito Federal; (SEDESTMIDH) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

O ano de 2016 foi marcado por grande crise financeira gerada pela diminuição na arrecadação financeira do Governo do Distrito Federal, o que resultou na diminuição do orçamento destinado as ações da Política de Assistência Social, prejudicando assim a ampliação dos serviços, sendo possível apenas a manutenção do serviço já existente.

5. Expandir o quantitativo de vagas/referenciamento em serviços socioassistenciais, de referência e referenciados, em 41%, por meio da execução direta e indireta, com vistas à ampliação da cobertura do atendimento prestado pela Secretaria à população do Distrito Federal; (SEDESTMIDH) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

O Programa Bolsa Família tem um papel fundamental em reforçar o acesso das famílias à educação e à saúde, por meio de alguns compromissos, chamados condicionalidades. Na área de educação os responsáveis devem matricular as crianças e os adolescentes de 06 a 17 anos na escola. A frequência escolar deve ser de, pelo menos, 85% das aulas para crianças e adolescentes de 06 a 15 anos e de 75% para jovens de 16 e 17 anos, todo mês. Na área de saúde, os responsáveis devem levar as crianças menores de 7 anos para tomar as vacinas recomendadas pelas equipes de saúde e para pesar, medir e fazer o acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento; as gestantes devem fazer o pré-natal e ir às consultas na Unidade de Saúde.

Todo esse esforço se justifica para garantir que o poder público ofereça, efetivamente, os serviços de educação e de saúde à população em situação de pobreza e extrema pobreza; identificar quadros de vulnerabilidades entre as famílias que estão com dificuldades para acessar esses serviços públicos; encaminhar famílias para a rede de assistência social, a fim de que elas possam superar a vulnerabilidade e voltar a cumprir seus compromissos; e contribuir para o desenvolvimento saudável das crianças e para que os estudantes de famílias do Bolsa Família concluam a educação básica, tendo melhores condições de vencer o ciclo de pobreza.

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) é oferecido nos 27 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) do DF e tem como objetivo apoiar as famílias, prevenindo a ruptura de laços, promovendo o acesso a direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

O PAIF oferece atendimento às famílias, visitas domiciliares, orientações e encaminhamento a outros serviços e políticas públicas. Não foi possível atingir a meta de 100% prevista pela insuficiência de Recursos Humanos nos CRAS. Foi possível acompanhar 700 famílias em descumprimento de condicionalidades pelo PAIF no ano de 2016. De acordo com o Sistema de Condicionalidades do MDSA, 4.966 famílias descumpriram as condicionalidades. Dessa forma, conseguiu-se atingir 14,12% da meta estimada de 100%.

6. Inserir e acompanhar a frequência de 3.300 crianças e adolescentes identificados nas situações prioritárias para atendimento no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes – SISC (SEDESTMIDH);

2016

De acordo com os dados registrados no SISC, a inserção e acompanhamento da frequência de usuários identificados nas situações prioritárias previstas na Resolução CIT nº 1/2013 e na Resolução CNAS nº1/2013 alcançou 2.104 usuários em 2016. Esse número corresponde a 61% da meta pactuada no PPA a ser atingida até o ano de 2019.

Dentro da lógica de complementaridade do trabalho social com famílias, o encaminhamento de usuários para o SCFV a partir de avaliação técnica das unidades CRAS, CREAS, Centro Pop e unidades de acolhimento. Esse processo é realizado em conjunto com o Técnico de Referência do SCFV no CRAS.

A avaliação e registro das situações prioritárias são realizados inicialmente no atendimento supracitado. Entretanto, muitas situações vivenciadas pelos usuários são identificadas pela equipe do SCFV apenas no decorrer do atendimento/acompanhamento oriundo das atividades desenvolvidas pelo Serviço. Essas informações são inseridas no SISC e ao Técnico de Referência do SCFV para avaliação das providências necessárias para a inserção da família no acompanhamento familiar.

Adicionalmente ao exposto acima, existem casos onde a (s) situação (ões) de prioridade do usuário é superada e a atualização da informação no SISC se faz necessária, de forma a garantir que os registros correspondam à realidade da oferta do serviço nos territórios. De uma forma geral, o número de usuários vinculados ao SCFV como público prioritário varia de acordo com o panorama descrito.

Destarte, pode-se realizar uma análise positiva do alcance, já em 2016, de 61% da meta pactuada e a perspectiva de aumento desse percentual em 2017 em decorrência do atendimento associado ao retorno do Programa Caminhos da Cidadania (SCFV - 15 a 17 anos) e do aperfeiçoamento no processo de articulação entre o SCFV – PAIF – PAEFI.

2017

De acordo com os dados registra no SISC, a inserção e acompanhamento da frequência de usuários identificados nas situações prioritárias previstas na Resolução CIT nº 1/2013 e na Resolução CNAS nº1/2013 alcançou o quantitativo de 2.130 usuários em 2017. Esse número corresponde a 64,5% da meta pactuada no PPA a ser atingida até o ano de 2019.

Dentro da lógica de complementaridade do trabalho social com famílias, o encaminhamento de usuários para o SCFV é realizado por meio da avaliação técnica das unidades CRAS, CREAS, Centro Pop e Unidades de Acolhimento. O processo de inserção dos usuários no SCFV é realizado de forma conjunta pelo Técnico de Referência do CRAS, Especialista do SCFV e Especialista da Proteção Social Especial (nos casos encaminhados pela média ou alta complexidade).

A avaliação e registro das situações prioritárias são realizados inicialmente no atendimento supracitado. Entretanto, muitas situações vivenciadas pelos usuários são identificadas pela equipe do SCFV apenas no decorrer do atendimento/acompanhamento oriundo das atividades desenvolvidas no Serviço. Essas informações são inseridas no SISC pelo Especialista de referência e formalizadas ao Técnico de Referência do SCFV para avaliação das providências necessárias para a inserção da família no acompanhamento familiar.

Adicionalmente ao exposto acima, existem casos onde a situação de prioridade do usuário é superada e a atualização da informação no SISC se faz necessária, de forma a garantir que os registros correspondam à realidade da oferta do serviço nos territórios. De uma forma geral, o número de usuários vinculados ao SCFV como público prioritário varia de acordo com o panorama descrito.

Destarte, pode-se realizar uma análise positiva do alcance de 64,5% da meta em 2017 e a perspectiva de aumento significativo desse valor em 2018 em decorrência da consolidação do atendimento associado ao Programa Caminhos da Cidadania (SCFV - 15 a 17 anos), do aperfeiçoamento no processo de articulação entre o SCFV – PAIF – PAEFI, do alinhamento conceitual e técnico junto as Organizações da Sociedade Civil parceiras (execução indireta do SCFV) e, principalmente, da previsão de início da utilização do Sistema Integrado de Desenvolvimento Social (SIDS) pelos Especialistas do SCFV.

2018

Dentro da lógica de complementaridade entre o SCFV, PAIF e PAEFI para o atendimento integral das famílias, o processo de inserção dos usuários no SCFV tem sido realizado de forma conjunta pelo Técnico de Referência do CRAS, Especialista do SCFV e Especialista da Proteção Social Especial (nos casos encaminhados pela média ou alta complexidade).

Dessa forma, a avaliação técnica e o registro das situações prioritárias são realizados inicialmente no atendimento supracitado. Entretanto, muitas situações vivenciadas pelos usuários são identificadas pela equipe do SCFV apenas no decorrer do atendimento/acompanhamento oriundo das atividades desenvolvidas no Serviço. Essas informações são inseridas no SISC e formalizadas ao Técnico de Referência do SCFV para avaliação das providências necessárias e para a inserção da família no acompanhamento familiar.

Para além disso, existem casos onde a situação de prioridade do usuário é superada e a atualização da informação no SISC se faz necessária, de forma a garantir que os registros correspondam à realidade da oferta do serviço nos territórios. De uma forma geral, o número de usuários vinculados ao SCFV como público prioritário varia de acordo com o panorama descrito.

É importante ressaltar que a identificação de usuários em situação prioritária e conseqüente inserção e acompanhamento da frequência destes depende de recursos humanos em quantidade satisfatória nos diferentes equipamentos envolvidos (Centros de Convivência, CRAS e CREAS). Neste sentido, a defasagem de servidores registrada na Secretaria contribuiu de forma significativa para o não alcance da meta pactuada.

Isto posto, a perspectiva de alcance da referida meta em 2019 perpassa pelo aperfeiçoamento da articulação entre os Serviços da Proteção Social Básica e Especial, da consolidação do processo de trabalho relacionado ao fluxo de seleção-inserção-acompanhamento-desligamento dos usuários no SCFV e do início da utilização de perfil específico do Sistema Integrado de Desenvolvimento Social (SIDS) pelos Especialistas do SCFV.

7. Realizar a XII e XIII Conferências de Assistência Social do Distrito Federal (SEDESTMIDH);

2016

A conferência de assistência social do DF ocorre a cada 2 anos, sendo que a XII conferência realizar-se-á em outubro de 2017 e a XIII Conferência em 2019.

2017

Foi realizada a XII Conferência de Assistência Social no ano de 2017, durante o período de agosto a setembro. Ao todo foram realizadas 14 (quatorze) Conferências Regionais e 01 (uma) Conferência Distrital. Considerando que as Conferências acontecem a cada 2 (dois) anos, a XIII Conferência será realizada em 2019.

2018

Foi realizada a XII Conferência de Assistência Social no ano de 2017, durante o período de agosto a setembro. Ao todo foram realizadas 14 (quatorze) Conferências Regionais e 01 (uma) Conferência Distrital. Considerando que as Conferências acontecem a cada 2 (dois) anos, a XIII Conferência será realizada em 2019.

8. Construir 10 Centros de Referência de Assistência Social – CRAS; 05 Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – COSE e 08 Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS em territórios de vulnerabilidade do Distrito Federal; (SEDESTMIDH) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Foi construído o Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (COSE) de São Sebastião, não foi possível construir as demais unidades previstas devido a insuficiência de recursos financeiros. No entanto, ressaltamos que esta secretaria não apresenta condições para implantar novas unidades em razão do déficit de servidores para execução dos serviços.

9. Construir 02 Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centro Pop); (SEDESTMIDH) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Recursos referentes a construção de novos equipamentos foram contingenciados no exercício de 2016. No entanto, ressaltamos que esta secretaria não apresenta condições para implantar novas unidades em razão do déficit de servidores para execução dos serviços.

10. Construir 04 Unidades de Acolhimento no Distrito Federal; (SEDESTMIDH) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)

2016

Das 04 unidades prevista, foram construídas: a Unidade de Acolhimento para Adultos e Famílias de Ceilândia – UNAF- Ceilândia; a UNAF de Planaltina e a UNAF de São Sebastião estão ainda em fase de finalização da construção, no entanto, provavelmente esses imóveis terão suas destinações alteradas. A UNAF de Planaltina foi repassada para a Secretaria de Educação.

Quanto a 4ª unidade, não foi possível prever recursos para a construção, pois houve contingenciamento de recursos devido à baixa arrecadação financeira do GDF.

11. Conceder 9.866 benefícios eventuais até 2019 (SEDESTMIDH);

2016

A Lei estabelece que Benefícios Eventuais são provisões suplementares e provisórias, prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, de morte, situações de vulnerabilidade temporária, desastre e/ou de calamidade pública. Os benefícios eventuais integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, com fundamentação nos princípios da cidadania e dos direitos sociais humanos.

Os benefícios eventuais classificam-se nas seguintes modalidades: I - auxílio natalidade; II - auxílio por morte; III - auxílio em situação de vulnerabilidade temporária; IV - auxílio em situações de desastre e calamidade pública.

No ano de 2016, esta Secretaria atingiu a quantidade de 22.192 benefícios pagos, número que supera em muito a meta estimada. Uma das razões para a ocorrência disso é o crescente empobrecimento da população do Distrito Federal agravado com a crise econômica instalada.

2017

No ano de 2017, esta Secretaria atingiu a quantidade de 25.382 benefícios pagos, número que supera em muito a meta estimada. Duas razões para a ocorrência disso é o crescente empobrecimento da população do Distrito Federal agravado com a crise econômica instalada e as capacitações que foram realizadas nas unidades, da política de Assistência Social, explicando os critérios de concessão de cada Benefício Eventual.

2018

No ano de 2018, esta Secretaria atingiu a quantidade de 29.683 benefícios pagos, número que supera em muito a meta estimada. Duas razões para a ocorrência disso é o crescente empobrecimento da população do Distrito Federal agravado com a crise econômica instalada e, para além disso, a realização de oficinas e reuniões junto às unidades da política de Assistência Social, com intuito de explicar os critérios de concessão de cada Benefício Eventual.

12. Conceder 12.018 benefícios excepcionais até 2019 (SEDESTMIDH);

2016

O auxílio em razão do desabrigo temporário é prestação excepcional no âmbito da assistência social, subsidiária à Política de Habitação, decorrente da existência de situações de vulnerabilidade temporária ocasionadas pela falta ou pela inadequação da moradia, sendo destinado, exclusivamente, ao pagamento de aluguel de imóvel residencial. O auxílio em razão do desabrigo temporário é concedido a pessoas ou famílias privadas da respectiva moradia em decorrência de um dos seguintes adventos: I – catástrofe, desastre ou calamidade pública; II – situações de risco geológico; III – situações de risco à salubridade; IV – desocupação de áreas de interesse ambiental; V – processos de realocação, remoção ou reassentamento; VI – risco pessoal e eventos de risco, em casos excepcionais; VII – situações de rua.

No ano de 2016, esta Secretaria concedeu 4.277 benefícios.

2017

No ano de 2017, esta Secretaria concedeu 8.555 benefícios. Considerando a soma dos anos de 2016 e 2017 atingimos a meta estipulada até o ano de 2019 e a tendência é o aumento dessas concessões visto crescente empobrecimento da população do Distrito Federal.

2018

No ano de 2018, esta Secretaria concedeu 5.067 benefícios. até o ano de 2019 a tendência é o aumento dessas concessões visto crescente empobrecimento da população do Distrito Federal.

13. Expandir em 30% o quantitativo de vagas em serviços socioassistenciais, de execução direta e indireta, com vistas à ampliação da cobertura do atendimento prestado pela SEDESTMIDH à população do Distrito Federal; (SEDESTMIDH). Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

A meta não foi atendida. No entanto, a SEDESTMIDH, como tentativa para viabilização da ampliação da oferta, publicou 11 editais de chamamento público, para realização de parceria com Organizações da Sociedade Civil, dos quais 06 foram habilitadas. No entanto, com a restrição orçamentaria do exercício de 2017, não houve a possibilidade de firmar parcerias e, desta forma, convergiu na não expansão do quantitativo de vagas em serviços socioassistenciais de execução indireta. Com relação a execução direta dos serviços, a ampliação do mesmo implica em aumento do efetivo de servidores, considerando que não houve a realização do concurso público, não foi possível expandir o serviço, considerando que a incapacidade operacional para oferta do serviço.

2018

A meta não foi atendida. Cabe ressaltar que a SEDESTMIDH, celebrou 08 (oito) termos de colaboração com Organizações da Sociedade Civil - OSC - que foram selecionadas por meio de Editais de Chamamento Público visando a ampliação da oferta de serviços socioassistenciais. No entanto, com a restrição orçamentária do exercício de 2018, não houve a possibilidade de firmar mais parcerias. Desta forma, não foi possível a expansão do quantitativo de vagas em serviços socioassistenciais de execução indireta. Com relação a execução direta dos serviços, a ampliação implica em aumento do efetivo de servidores. Considerando que não houve a realização de concurso público, não foi possível ampliação de serviços.

14. Ampliar o acompanhamento de famílias beneficiárias do Programa de Renda do Programa Bolsa Família em descumprimento de condicionalidades na modalidade suspensão, alcançando 100%, no Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias – PAIF ; (SEDESTMIDH);

Periodicamente, o MDS gera uma base de dados com o público para acompanhamento das condicionalidades, ou seja, uma tabela com informações das crianças e dos adolescentes de 6 a 17 anos que deverão ter a frequência escolar verificada e informações das crianças de 0 a 6 anos que deverão ter o calendário vacinal, o peso e a altura acompanhados, além de dados das mulheres em idade fértil para identificação das gestantes e acompanhamento do pré-natal.

Quando uma família descumpre os compromissos do Bolsa Família, são aplicados efeitos que podem causar repercussão nos benefícios. Os casos de descumprimento podem sinalizar situações que requeiram a atuação da assistência social.

O acompanhamento familiar às famílias em descumprimento de condicionalidades é um dos serviços oferecidos pelo CRAS, através do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias – PAIF. O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF é oferecido nos 27 Centros de Referência da Assistência Social – CRAS do DF e tem como objetivo apoiar as famílias, prevenindo a ruptura de laços, promovendo o acesso a direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

Através do PAIF, o trabalho social com famílias proporciona o apoio aos usuários na superação de vulnerabilidades sociais e no enfrentamento das situações de risco. O serviço, aliado à garantia de renda por meio da interrupção dos efeitos do descumprimento efetuada no SICON, potencializa a capacidade de recuperação, preservação e desenvolvimento da função protetiva das famílias, contribuindo para sua autonomia e emancipação.

Contudo, a meta estipulada no PPA de alcançar 100% do acompanhamento no PAIF não foi alcançada pela insuficiência de recursos humanos nos CRAS, bem como a dificuldade de localizar essas famílias através da busca ativa.

Durante o ano de 2017, em relação a beneficiários BFA – Bolsa Família, na faixa etária de 06 a 15 anos, num total de 12.462 famílias em descumprimento passível de recurso, foram realizados 1.459 registros de recursos no SICON pelos CRAS. Em relação BVJ - Benefício Variável Jovem, para jovens com idade de 16 e 17 anos, num total de 1.868 famílias passíveis de recursos, foram realizados 149 registros de recursos no SICON pelos CRAS.

Durante o ano de 2017, em relação a beneficiários BFA – Bolsa Família, na faixa etária de 6 a 15 anos, num total de 12.462 famílias em descumprimento passível de recurso, foram realizados 1.459 registros de recursos no SICON pelos CRAS. Em relação BVJ - Benefício Variável Jovem, para jovens com idade de 16 e 17 anos, num total de 1.868 famílias passíveis de recursos, foram realizados 149 registros de recursos no SICON pelos CRAS.

2018

O Programa Bolsa Família tem um papel fundamental em reforçar o acesso das famílias à educação e à saúde, por meio de alguns compromissos, denominados condicionalidades. Periodicamente, o MDS gera uma base de dados com o público para acompanhamento das condicionalidades, ou seja, uma tabela com informações das crianças e dos adolescentes de 6 a 17 anos que deverão ter a frequência escolar verificada, informações das crianças de 0 a 6 anos que deverão ter o calendário vacinal, o peso e a altura acompanhados, além de dados das mulheres em idade fértil para identificação das gestantes e acompanhamento do pré-natal.

Quando uma família descumpra esses compromissos do Programa Bolsa Família, com a educação e saúde, são aplicados efeitos que podem causar repercussão nos benefícios. Esses efeitos são gradativos e variam conforme o histórico de descumprimento da família, registrado no Sicon. Os efeitos dos descumprimentos são advertência, bloqueio, suspensão e cancelamento.

Os casos de descumprimento podem sinalizar situações que requeiram a atuação da assistência social. O acompanhamento familiar é um dos serviços oferecidos às famílias em descumprimento de condicionalidades, prioritariamente àquelas que estão com o benefício suspenso. Essa ação se dá através do trabalho social com famílias, desenvolvido no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), ofertado nos 27 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) do DF.

O PAIF tem como objetivo apoiar as famílias, prevenindo a ruptura de laços, promovendo o acesso a direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

Para as famílias em descumprimento de condicionalidades, o PAIF oferece atendimento, visitas domiciliares, orientações e encaminhamento a outros serviços e políticas públicas.

Em 2018, não foi possível atingir a meta de acompanhamento prevista, pela insuficiência de Recursos Humanos nos CRAS, agravado por uma greve de servidores por mais de 60 dias. De acordo com o Sistema de Condicionalidades do Ministério da Cidadania, 7.254 famílias descumpriram as condicionalidades. Importante destacar que a mesma família pode ter múltiplos descumprimentos. Dessas, 654 famílias em descumprimento de condicionalidades foram acompanhadas pelo PAIF no ano de 2018.

Dessa forma, conseguiu-se atingir 9,10% da meta estimada de 100%.

15. Construir 01 Centro de Referência de Assistência Social – CRAS em território de vulnerabilidade do Distrito Federal; (SEDESTMDH). Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

Considerando que no exercício de 2017, não houve disponibilidade orçamentaria para construção de equipamentos, essa meta não pode ser alcançada. Somado a falta de orçamento, tem-se a falta de pessoal. Desta forma, enquanto não houver a recomposição do quadro de servidores desta SEDESTMDH, fica inviabilizado a abertura de novos equipamentos, uma vez que, atualmente, não estamos cumprindo com o número mínimo de servidores nas unidades executivas da Política de Assistência Social, exigidos pelas normativas nacionais da Política.

2018

Considerando que no exercício de 2018, não houve disponibilidade orçamentaria para construção de equipamentos, essa meta não pode ser alcançada. Somado a falta de orçamento, tem-se a falta de pessoal. Desta forma, enquanto não houver a recomposição do quadro de servidores desta SEDESTMDH, fica inviabilizado a abertura de novos equipamentos, uma vez que, atualmente, não estamos cumprindo com o número mínimo de servidores nas unidades executivas da Política de Assistência Social, exigidos pelas normativas nacionais da Política.

16. Construir 03 Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – COSE em territórios de vulnerabilidade do Distrito Federal; (SEDESTMDH). Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

Foi construído o Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (COSE) de São Sebastião. Considerando que no exercício de 2017, não houve disponibilidade orçamentaria para construção de equipamentos, essa meta não pode ser alcançada. Somado a falta de orçamento, tem-se a falta de pessoal. Desta forma, enquanto não houver a recomposição do quadro de servidores

desta SEDESTMDH, fica inviabilizado a abertura de novos equipamentos, uma vez que, atualmente, não estamos cumprindo com o número mínimo de servidores nas unidades executivas da Política de Assistência Social, exigidos pelas normativas nacionais da Política.

2018

Considerando que no exercício de 2018, não houve disponibilidade orçamentaria para construção de equipamentos, essa meta não pode ser alcançada. Somado a falta de orçamento, tem-se a falta de pessoal. Desta forma, enquanto não houver a recomposição do quadro de servidores desta SEDESTMDH, fica inviabilizado a abertura de novos equipamentos, uma vez que, atualmente, não estamos cumprindo com o número mínimo de servidores nas unidades executivas da Política de Assistência Social, exigidos pelas normativas nacionais da Política.

17. Construir 02 Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS em territórios de vulnerabilidade do Distrito Federal; (SEDESTMIDH). Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).

2017

Considerando que no exercício de 2017, não houve disponibilidade orçamentaria para construção de equipamentos, essa meta não pode ser alcançada. Somado a falta de orçamento, tem-se a falta de pessoal. Desta forma, enquanto não houver a recomposição do quadro de servidores desta SEDESTMDH, fica inviabilizado a abertura de novos equipamentos, uma vez que, atualmente, não estamos cumprindo com o número mínimo de servidores nas unidades executivas da Política de Assistência Social, exigidos pelas normativas nacionais da Política.

2018

Implantação do Centro de Referência Especializado de Assistência Social do Núcleo Bandeirante. Apesar de não ter havido disponibilidade orçamentaria para construção de equipamentos, foi possível a abertura do CREAS no mesmo espaço do CRAS Núcleo Bandeirante, com remanejamento de recursos humanos de outras Unidades. A unidade se destina a atender regiões que antes eram atendidas pelos CREAS Brasília e Taguatinga, permitindo acesso mais efetivo de parte da população.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1396	NÚMERO DE TÉCNICOS EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - TAS E ESPECIALISTAS EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - EAS	UNIDADE	869	31/12/2014	1.005	818	1.103	803	1.198	740	1.238	FAS/DF / UO 25101 / OE 3
1397	ATENDIMENTOS NOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS E AÇÕES COMPLEMENTARES CORRELATAS E AFINS	UNIDADE	301.922	30/06/2015	312.596	437.014	347.569	426.552	405.671	402.870	445.044	Sinopse Estatística / SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 3
1398	VAGAS E/OU REFERENCIAMENTO PARA ATENDIMENTO A POPULAÇÃO NOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	UNIDADE	278.940	30/06/2015	292.380	278.940	306.268	205.856	351.808	240.808	372.788	SUBSAS / SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 3

Justificativas 2016

Indicador 1396 - A meta estabelecida não foi alcançada, havendo inclusive redução em relação ao valor apurado pelo índice mais recente, que foi 869. O alcance ou superação da meta só poderá ser viabilizado mediante a realização de concurso público para a carreira pública de assistência social.

Indicador 1397 - Apesar da redução do número de servidores Técnicos em Assistência Social e Especialistas em Assistência Social, a meta de atendimentos foi superada. O atual contexto de crise econômica que assola o país pode ser um dos fatores que levaram um número maior de famílias a buscarem atendimento pela política pública de assistência social.

Indicador 1398 - A meta não foi alcançada em virtude da não concretização de ações previstas: - Implantação de 01 CRAS: 5.000 novas vagas de atendimento/mês; - Ampliação de 700 vagas/mês de SCFV por meio de execução indireta; - Execução Programas FAST e PFF: 75 vagas/mês - Implantação de Centro Dia por meio de Parceria: 60 vagas/mês; - Ampliação do Serviço de Acolhimento

Institucional para Adultos e Famílias: > UNAF Planaltina: 120 vagas/mês > UNAF Ceilândia: 150 vagas/mês – algumas nas metas não foram executadas em razão da falta de disponibilidade orçamentária e financeira.

Justificativas 2017

Indicador 1396 - A meta estabelecida não foi alcançada, havendo inclusive redução em relação ao apurado pelo índice mais recente, que foi 869. O alcance da meta só poderá ser viabilizado mediante a realização de concurso público para a carreira pública de assistência social. A autorização para o concurso foi dada por meio da portaria nº 248 de 01 de junho de 2017, foi elaborado Projeto Básico para provimento de 314 vagas, o qual está submetido a SEPLAG para análise e aprovação.

Indicador 1397 - Foram realizados 426.552 atendimentos em 2017, destes 229.352 referentes a proteção social básica e 197.200 pela proteção social especial. Apesar da redução do número de servidores Técnicos em Assistência Social e Especialistas em Assistência Social, a meta de atendimentos foi superada. O atual contexto de crise econômica que assola o país é um dos fatores que levaram um número maior de famílias a buscarem atendimento pela política pública de assistência social.

Indicador 1398 - A capacidade de atendimento/ mês das unidades públicas de Assistência Social, em 2017, foi de 205.856 pessoas. Destas, 27.508 são da Proteção Social Especial e 178.348 da Proteção Social Básica. A meta não foi alcançada em virtude da não concretização de ampliações de serviços e implantação de novos serviços previsto.

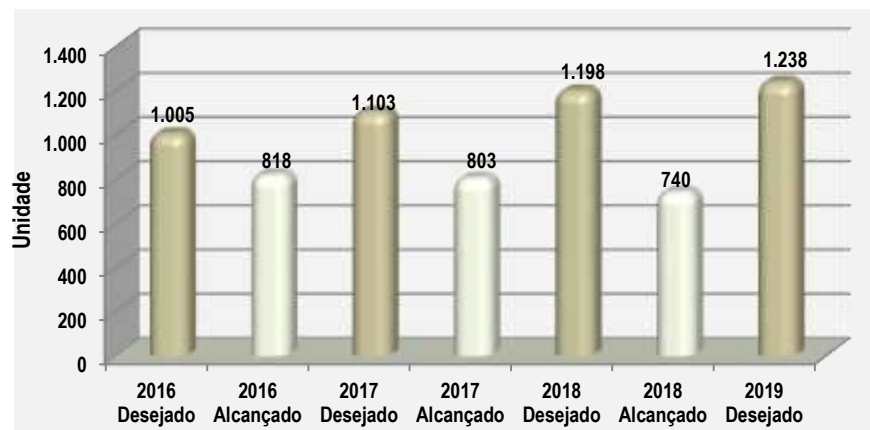
Justificativas 2018

Indicador 1396 - O alcance da meta só poderá ser viabilizado por meio da realização de concurso público para a carreira de assistência social. Dois editais para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva foram publicados, quais sejam, para os cargos de Técnico em Assistência Social e Especialista em Assistência Social (DODF 225, 27/11/2018)

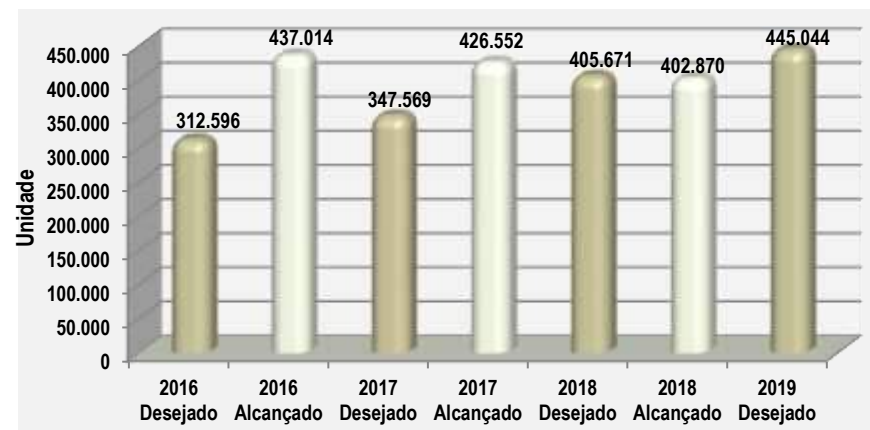
Indicador 1397 - Meta não alcançada. Com a redução do número de servidores, houve dificuldades em aumentar o número de atendimentos e ações complementares e alcançar a meta.

Indicador 1398 - A meta não foi alcançada em virtude da não concretização de ampliação e/ou implantação de novos serviços previstos.

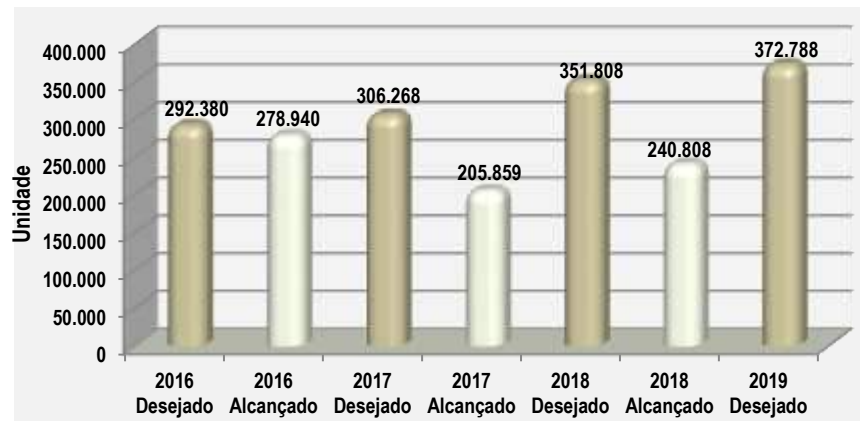
NÚMERO DE TÉCNICOS EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - TAS E ESPECIALISTAS EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - EAS



ATENDIMENTOS NOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS E AÇÕES COMPLEMENTARES CORRELATAS E AFINS



VAGAS E/OU REFERENCIAMENTO PARA ATENDIMENTO A POPULAÇÃO NOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS



Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

2016/2018

O Sistema Único de Assistência Social-SUAS, organiza as ações da política pública de assistência social em dois níveis de proteção: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. A primeira destina-se à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda, destina-se a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos. Considerando os níveis de agravamento, a natureza e a especificidade do atendimento ofertado, a Proteção Social Especial se subdivide em dois níveis de complexidade: Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Para oferta dos serviços em cada equipamento das proteções sociais tem-se a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos dos SUAS – NobSuas/RH – publicada pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, por meio da Resolução Nº 01, em 25 de janeiro de 2007, que se constitui em um documento norteador para a estruturação dos equipamentos do SUAS, apresentando a quantidade mínima de recursos humanos para garantir a qualidade dos serviços socioassistenciais disponibilizados à sociedade, além de apontar para a necessária política de qualificação e valorização das/os trabalhadoras/es do sistema.

Atualmente a SEDESTMIDH, não consegue dispor em seus equipamentos de execução, o quadro mínimo de servidores instituído pela NOB/RH, o que impacta diretamente na execução e oferta de serviço à população em situação de vulnerabilidade do DF.

É importante ressaltar que mesmo com grande a redução do quadro de servidores, em 2016 na proteção social básica, os CRAS realizaram 195.173 atendimentos pelo PAIF, que se constitui em uma importante ferramenta para o trabalho social com famílias, com a finalidade de fortalecer a função protetiva da família, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Os CRAS também realizaram 156.036 atendimentos de inserção e atualização do Cadastro Único para programas Sociais/CADÚNICO; concederam ainda: 54.406 Cestas de Alimentos em Caráter Emergencial; 8.965 auxílios natalidade, 124 auxílios por morte, 13.007 auxílios em situação de vulnerabilidade temporária e 5.328 benefícios excepcionais na modalidade auxílio em razão de desabrigo temporário.

Além do atendimento direto a população os gestores e técnicos das unidades participaram de capacitação por meio do Projeto Rodas Qualifica SUAS, entre os meses de fevereiro e junho. A metodologia utilizada envolveu um cronograma de estudos com as equipes, a fim de propiciar momentos de reflexão e discussão sobre as orientações técnicas sobre o PAIF e sobre as terminologias técnicas do SUAS/DF, presentes na rotina de trabalho das unidades.

No Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos foram registrados 34.127 atendimentos pelas unidades vinculadas e 51.340 atendimentos na execução indireta. Foi realizado junto aos educadores sociais a revisão e a qualificação de processos de trabalho: realinhamento para preenchimento do Sistema de Informação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SISC/MDSA, ampliação das ações de monitoramento e supervisão por meio da recomposição da equipe da Diretoria responsável, bem como por meio de acompanhamento in loco e realização de reuniões regionalizadas que auxiliaram no processo de compartilhamento de métodos e estratégias de trabalhos e oficinas de convivências.

Na Proteção Social Especial, foram registrados 11.488 atendimentos pelo PAEFI, um dos serviços realizados pelo CREAS, também foram realizadas oficinas e capacitações pelos CREAS e pelo Centro da Diversidade, de acordo com as principais demandas da área de abrangência, especialmente: população em situação de rua e trabalho infantil; grupos de acolhida com adolescentes encaminhados pelo NAI/UAL (adolescentes com medida socioeducativa); desenvolvimento de campanhas educativas em todo o Distrito Federal relacionadas às temáticas ao enfrentamento da violência contra a mulher, combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e combate ao Trabalho Infantil destacando-se o desenvolvimento de ações conjuntas na CEASA e no Lixão da Estrutural; e ações com a rede do território envolvendo pessoas em situação de rua, revisão e qualificação de processos de trabalho: construção de estratégias para lidar com a demanda reprimida; construção do Planejamento Estratégico dos CREAS. Ressalte-se ainda que o Serviço Especializado de Abordagem Social executado por meio de termo de colaboração com a Organização da Sociedade Civil - OSC Associação Casa Santo André, realizou 30.294 atendimentos.

Os dois Centros de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua - Centro POP registraram 80.865 atendimentos a pessoas em situação de rua, dentre as ações, destaca-se atividades em grupo para as pessoas em situação de rua: grupo voltado para a preparação de usuários para a saída da rua e a organização de suas moradias; grupo voltado para a redução de danos com dependentes de álcool e outras drogas; grupo para oportunizar o autoconhecimento, autoestima, autonomia e a interação entre os demais usuários e servidores da Unidade, parceria com a Revista Traços com o objetivo promover autonomia das pessoas em situação de rua, contribuindo para o processo de saída das ruas.

Os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes realizaram 774 acolhimentos nas unidades de acolhimento de crianças e adolescentes e 3.216 acolhimentos nas Organização da Sociedade Civil - OSC com termos de colaboração firmados com a Secretaria.

Em relação ao acolhimento de adultos, famílias, mulheres, pessoa idosa e pessoa com deficiência, registramos 2.250 acolhimentos nas unidades de acolhimento e 7.656 acolhimentos nas OSC com termos de colaboração firmados com a Secretaria.

A Política de Assistência Social se organiza na forma de Sistema Único de Assistência Social - SUAS. O SUAS integra uma política pactuada nacionalmente, que prevê uma organização participativa e descentralizada da Assistência Social, com ações voltadas para o fortalecimento da família. Assim ele se organiza em 02 (dois) níveis de Proteção: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, e estas garantem a oferta por meio de Serviços, Programa, Projetos e Benefícios, os quais são aprovados por meio atos normativos do Governo Federal.

A Política de Estado de Assistência Social é cofinanciada pelos entes federados, com regulações específicas quanto a uso do recurso e equipe mínima para execução dos serviços, dentro dos equipamentos públicos de assistência social.

A Norma Operacional Básica de RH - NOB-RH, dá as diretrizes relacionadas a equipes que devem executar cada serviço, bem como quantitativo mínimo em cada unidade pública da assistência social (CRAS, CREAS, Unidade de acolhimento, Centros Pop), assim considerando as normativas do DF, atualmente não cumpre as mesmas, no que diz respeito ao quantitativo e as especificidades de profissionais e isso impacta na capacidade sobremaneira no atendimento, na qualidade da oferta do serviço à população, bem como no repasse de verbas, pelo Governo Federal.

No entanto, mesmo com as dificuldades de recursos humanos e diminuição do orçamento em relação a anos anteriores a SEDESTMIDH atendeu no ano de 2017:

Na Proteção Social Básica:

- Os CRAS registraram 145.617 atendimentos pelo PAIF. Para além do atendimento PAIF foram feitos 93.773 atendimentos referentes ao Cadastro Único, 33.594 Cestas de Alimentos em Caráter Emergencial; Concessão de 7.951 auxílios natalidade, 85 auxílios por morte, 14.541 auxílios em situação de vulnerabilidade temporária e 6.699 benefícios excepcionais na modalidade auxílio em razão de desabrigo temporário;

- No Serviço de Convivência, 37.288 atendimentos pela execução direta e 47.520 atendimentos na execução indireta, que são as parcerias com as Organizações da Sociedade Civil - OSC;

- A concessão total de Benefícios Eventuais no exercício de 2017 foi de 29.484 benefícios e 13.875 pagamentos referentes a Bolsas Sociais (Programa Agentes de Cidadania Ambiental, Caminhos da Cidadania e Compensação Financeira de Catadores)

Na Proteção Social Especial:

- Proteção Social de Média Complexidade:

Os CREAS registram atendimento de 16.657 pelo PAEFI. Além do atendimento em CREAS, a PSMC, realiza o Serviço de Abordagem Social através de parceria com OSC, onde em 2017 foram registradas 13.870 abordagens pessoa em situação de rua no DF. Nos Centros de Pop, em 2017, foram registrados 136.916 atendimentos.

Em 2017 foram registrados 11.760 atendimentos nas Organizações da Sociedade Civil Parceiras. Atendimento integral e garantia de condições de estadia, convívio e endereço de referência para adultos e famílias em situação de rua e desabrigo por abandono ou calamidades, migração e/ou ausência de residência, ou pessoas em trânsito e sem condições de autosustento.

- Proteção Social de Alta Complexidade:

Foram registrados 1.603 acolhimentos na execução direta e 3.120 acolhimentos na execução indireta;

Foram registrados 216 acolhimentos na execução direta e 2.680 na execução indireta a pessoas idosas; Acolhimento de jovens e adultos com deficiência, cujos vínculos familiares estejam rompidos ou fragilizados, em 2017 foram registrados 2.265 acolhimentos na execução indireta;

Foram registrados 2.678 atendimentos pela UPS24h.

- Realização de levantamento socioeconômico em 49 áreas distintas do DF que gerou aproximadamente 1.700 atendimentos à população e participação de 121 operações da AGEFIS/SUOPS in loco e esteve de sobreaviso em outras 94 operações;

Reordenamento dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, com a definição de gestão autônoma de cada Unidade, realização da transição entre os modelos e apoio ao processo de relocação de servidores.

Em 2017 foram feitos 4.179 acolhimentos de crianças e adolescentes, nos serviços de execução direta e indireta, e 610 atendimentos pela Central de Acolhimento.

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras. Com a qualificação das informações cadastrais é possível conhecer de forma mais fidedigna a realidade das famílias de baixa renda do DF, de forma a desenvolver políticas públicas setoriais mais efetivas, em especial no que concerne à transferência de renda direta às famílias em situação de extrema pobreza (renda per capita até R\$ 85,00 independente da composição familiar) e pobreza (renda per capita entre R\$85,01 e R\$177,00 que possuem em sua composição crianças e adolescentes 173.923 famílias inseridas no Cadastro Único pelo Distrito Federal. Dessas 79.206 estão beneficiadas no Programa Bolsa Família, sendo que 60.712 são suplementadas no âmbito do programa DF sem Miséria.

Realização de ação de cadastramento/ atualização cadastral de 371 famílias da demanda reprimida do 156 com o maior número de ligações na Central 156.

A Política de Assistência Social se organiza na forma de Sistema Único de Assistência Social - SUAS. O SUAS integra uma política pactuada nacionalmente, que prevê uma organização participativa e descentralizada da Assistência Social, com ações voltadas para a proteção social de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e risco. É organizada em 02 (dois) níveis de Proteção: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial que garantem a proteção por meio da oferta de Serviços, Programas, Projetos e Benefícios, que são aprovados por meio atos normativos do Governo Federal.

A Política Pública de Assistência Social é cofinanciada pelos entes federados, com regulações específicas quanto a uso do recurso e equipe mínima para execução dos serviços, dentro dos equipamentos públicos de assistência social.

A Norma Operacional Básica de RH - NOB-RH, dá as diretrizes relacionadas a equipes mínimas necessárias para executar cada serviço nas unidades (CRAS, CREAS, Unidade de acolhimento, Centros Pop). Assim, considerando as normativas acerca de recursos humanos, o Distrito Federal não atende aos quantitativos mínimos e as especificidades de profissionais previstas, o que impacta na capacidade de atendimento, na qualidade da oferta do serviço à população, bem como no repasse de verbas, pelo Governo Federal.

Ainda assim, mesmo com as dificuldades de recursos humanos e diminuição do orçamento em relação a anos anteriores, a SEDESTMIDH atendeu no ano de 2018:

- Na Proteção Social Básica:

Os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, registraram 85.121 atendimentos pelo Programa de Atendimento Integral à Família - PAIF. Para além do atendimento PAIF foram realizados 79.716 atendimentos referentes ao Cadastro Único, 38.484 Cestas de Alimentos em Caráter Emergencial; Concessão de 7.205 auxílios natalidade, 110 auxílios por morte, 18.920 auxílios em situação de vulnerabilidade temporária e 5.067 benefícios excepcionais em razão de desabrigo temporário;

No Serviço de Convivência, foram realizados 30.938 atendimentos pela execução direta e 45.200 atendimentos na execução indireta, que são as parcerias com as Organizações da Sociedade Civil - OSC;

A concessão total de Benefícios Eventuais no exercício de 2018 foi de 25.308 benefícios. Além disso, foram realizados 9.442 pagamentos referentes a Bolsas Sociais (Programa Agentes de Cidadania Ambiental, Caminhos da Cidadania e Compensação e Mestre do Saber).

Foram concedidos 3.156 benefícios eventuais - auxílio por morte, na modalidade Bens de Consumo.

Foram emitidas 3.000 Carteiras do Idoso.

- Na Proteção Social Especial:

Proteção Social Especial de Média Complexidade:

Os Centros de Referência Especializada de Assistência Social – CREAS, registraram 15.809 atendimentos no Programa de Atendimento Especializado à Família e Individuos - PAEFI. Além dos atendimentos realizados nos CREAS, a PSMC, realiza o Serviço Especializado em Abordagem Social por meio de parceria com OSC. Em 2018 foram registradas 27.870 abordagens de pessoas em situação de rua no DF.

Nos Centros de Pop, em 2018, foram registrados 27.395 atendimentos. Atendimento integral e garantia de condições de estadia, convívio e endereço de referência para adultos e famílias em situação de rua e desabrigo por abandono ou calamidades, migração e/ou ausência de residência, ou pessoas em trânsito e sem condições de autosustento.

Foram registrados também 11.760 atendimentos nas Organizações da Sociedade Civil Parceiras voltadas a pessoas com deficiência.

Proteção Social de Alta Complexidade:

Foram registrados 1.487 acolhimentos na execução direta e 3.120 acolhimentos na execução indireta;

Foram registrados 216 acolhimentos na execução direta e 2.680 na execução indireta a pessoas idosas. No que se refere a acolhimento de jovens e adultos com deficiência, cujos vínculos familiares estejam rompidos ou fragilizados, em 2018 foram registrados 2.265 acolhimentos por meio de execução indireta.

Foram registrados 1.688 atendimentos pela Unidade de Proteção Social 24 Horas.

Realização de levantamento socioeconômico em diversas áreas do DF que gerou aproximadamente 2.010 atendimentos à população.

Em 2018 foram feitos 3.271 acolhimentos de crianças e adolescentes, nos serviços de execução direta e indireta, e 832 atendimentos pela Central de Acolhimento.

Cadastro Único:

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras. Com a qualificação das informações cadastrais é possível conhecer de forma mais fidedigna a realidade das famílias de baixa renda do DF, de forma a desenvolver políticas públicas setoriais mais efetivas, em especial no que concerne à transferência de renda direta às famílias em situação de extrema pobreza (renda per capita até R\$ 85,00 independente da composição familiar) e pobreza (renda per capita entre R\$85,01 e R\$177,00 que possuam em sua composição crianças e adolescentes.)

No Distrito Federal, 162.062 famílias estão inseridas no Cadastro Único (Cento e sessenta e dois mil e sessenta e dois). Dessas 74.331 (setenta quatro mil, trezentos trinta e um) são beneficiadas no Programa Bolsa Família/PBF, sendo que 57.713 (cinquenta sete mil e setecentos e treze) são suplementadas no âmbito do programa DF sem Miséria.

No ano de 2018, mesmo com as dificuldades de recursos humanos e diminuição do orçamento em relação a anos anteriores, a SEDESTMIDH atendeu:

- Na Proteção Social Básica:

Os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, registraram 85.121 atendimentos pelo Programa de Atendimento Integral à Família - PAIF. Para além do atendimento PAIF foram realizados 79.716 atendimentos referentes ao Cadastro Único, 38.484 Cestas de Alimentos em Caráter Emergencial; Concessão de 7.205 auxílios natalidade, 110 auxílios por morte, 18.920 auxílios em situação de vulnerabilidade temporária e 5.067 benefícios excepcionais em razão de desabrigo temporário;

No Serviço de Convivência, foram realizados 30.938 atendimentos pela execução direta e 45.200 atendimentos na execução indireta, que são as parcerias com as Organizações da Sociedade Civil - OSC;

A concessão total de Benefícios Eventuais no exercício de 2018 foi de 25.308 benefícios. Além disso, foram realizados 9.442 pagamentos referentes a Bolsas Sociais (Programa Agentes de Cidadania Ambiental, Caminhos da Cidadania e Compensação e Mestre do Saber).

Foram concedidos 3.156 benefícios eventuais - auxílio por morte, na modalidade Bens de Consumo.

Foram emitidas 3.000 Carteiras do Idoso.

- Na Proteção Social Especial:

Proteção Social Especial de Média Complexidade:

Os Centros de Referência Especializada de Assistência Social – CREAS, registraram 15.809 atendimentos no Programa de Atendimento Especializado à Família e Indivíduos - PAEFI. Além dos atendimentos realizados nos CREAS, a PSMC, realiza o Serviço Especializado em Abordagem Social por meio de parceria com OSC. Em 2018 foram registradas 27.870 abordagens de pessoas em situação de rua no DF.

Nos Centros de Pop, em 2018, foram registrados 27.395 atendimentos. Atendimento integral e garantia de condições de estadia, convívio e endereço de referência para adultos e famílias em situação de rua e desabrigo por abandono ou calamidades, migração e/ou ausência de residência, ou pessoas em trânsito e sem condições de autosustento.

Foram registrados também 11.760 atendimentos nas Organizações da Sociedade Civil Parceiras voltadas a pessoas com deficiência.

Proteção Social de Alta Complexidade:

Foram registrados 1.487 acolhimentos na execução direta e 3.120 acolhimentos na execução indireta;

Foram registrados 216 acolhimentos na execução direta e 2.680 na execução indireta a pessoas idosas. No que se refere a acolhimento de jovens e adultos com deficiência, cujos vínculos familiares estejam rompidos ou fragilizados, em 2018 foram registrados 2.265 acolhimentos por meio de execução indireta.

Foram registrados 1.688 atendimentos pela Unidade de Proteção Social 24 Horas.

Realização de levantamento socioeconômico em diversas áreas do DF que gerou aproximadamente 2.010 atendimentos à população.

Em 2018 foram feitos 3.271 acolhimentos de crianças e adolescentes, nos serviços de execução direta e indireta, e 832 atendimentos pela Central de Acolhimento.

Cadastro Único:

No Distrito Federal, 162.062 famílias estão inseridas no Cadastro Único (Cento e sessenta e dois mil e sessenta e dois). Dessas 74.331 (setenta quatro mil, trezentos trinta e um) são beneficiadas no Programa Bolsa Família/PBF, sendo que 57.713 (cinquenta sete mil e setecentos e treze) são suplementadas no âmbito do programa DF sem Miséria.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

004 – PROTEÇÃO INTEGRAL ÀS CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE: Fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças, Adolescentes e Juventude, preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), SINASE e Estatuto da Juventude, promovendo seus direitos fundamentais.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

51.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE - SECRIANÇA

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6228	FAMÍLIAS FORTES	4	1	Construir 04 (quatro) unidades de internação (2016 – Unidade feminina do Gama; 2017 – Colônia Agrícola de Sobradinho; 2018 – Unidade de internação de Ceilândia; 2019 – Unidade de internação de Samambaia); (SECRIANÇA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	10	20		20,0
6228	FAMÍLIAS FORTES	4	2	Capacitar os socioeducandos e acompanhar os egressos do Sistema Socioeducativo; (SECRIANÇA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	75		75,0
6228	FAMÍLIAS FORTES	4	3	Dar continuidade ao Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM com o objetivo de proteger crianças e adolescentes que se encontram em situação de ameaça de morte, bem como ampliar sua rede de atendimento; (SECRIANÇA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	80	80	100		100,0
6228	FAMÍLIAS FORTES	4	4	Implementar o Observatório Distrital dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Juventude; (SECRIANÇA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0		0,0
6228	FAMÍLIAS FORTES	4	5	Construir 07 (sete) Conselhos Tutelares com sede própria até 2019; (SECRIANÇA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0		0,0
6228	FAMÍLIAS FORTES	4	6	Implementar a Escola de Conselho com o objetivo de capacitar 100% dos Conselheiros Tutelares, Conselheiros de Direito e Conselheiros da Juventude; (SECRIANÇA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	30	20	70		70,0
6228	FAMÍLIAS FORTES	4	7	Implementar o Programa Renda Jovem Cidadania; (SECRIANÇA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	-		0,0
6228	FAMÍLIAS FORTES	4	8	Promover a formação técnico-profissional dos jovens do Distrito Federal por meio do Programa Jovem Candango e aumentar a sua rede de atendimento; (SECRIANÇA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	90,7	53,33	-		0,0
6228	FAMÍLIAS FORTES	4	9	Implantar 5 (cinco) Centros da Juventude, 2 (duas) Praças da Juventude e 5 (cinco) Polos de Estudo no Distrito Federal. (SECRIANÇA)	12	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	3	-		0,0

Análise Qualitativa

1. Construir 04 (quatro) unidades de internação (2016 – Unidade feminina do Gama; 2017 – Colônia Agrícola de Sobradinho; 2018 – Unidade de internação de Ceilândia; 2019 – Unidade de internação de Samambaia). (SECRIANÇA);

2016

No exercício de 2016 foram realizadas as etapas de instrução processual para a construção da Unidade de Internação Socioeducativa do Gama, com orçamento estimado em R\$ 16.636.168,88 (dezesesseis milhões, seiscentos e trinta e seis mil, cento e sessenta e oito reais e oitenta e oito centavos). O objeto da contratação de empresa especializada para Construção e

Equipagem da Unidade de Internação Feminina no Gama/DF, na forma do Edital da Concorrência Nº 01/2017-SECRIANÇA, foi realizado por meio do Processo nº 417.000.056/2016 e sua execução está prevista para início de junho 2017.

2017

Em 28 de junho de 2017 teve início a construção da Unidade de Internação Feminina do Gama. Atualmente a obra está em andamento com estimativa de 40% de execução. As outras Unidades ainda não tiveram suas obras iniciadas. Portanto, sendo a expectativa de quatro unidades, cada uma representando 25% da meta a ser atingida, pode-se dizer que apenas 10% da meta inicial foi executada.

2018

Foi construída e finalizada a Unidade Feminina do Gama, com previsão de inauguração para 2019.

2. Capacitar os socioeducandos e acompanhar os egressos do Sistema Socioeducativo (SECRIANÇA);

2016

Atualmente a SECRIANÇA divide em duas as políticas de capacitação de socioeducandos e as políticas para egressos. Para os socioeducandos, as políticas de capacitação são implantadas por meio de cursos e oficinas dentro das Unidades de atendimento (internação e semiliberdade), por meio de projetos e parcerias desenvolvidas pela Coordenação do Sistema Socioeducativo e instituições parceiras.

Quanto à política para egressos, havia um Projeto de Atendimento aos Egressos do Sistema Socioeducativo do DF, o qual se daria sob contratação de entidade especializada conveniada com o CDCA para o acompanhamento de 50 adolescentes egressos, por 12 meses. O projeto visava facilitar a transição entre o sistema socioeducativo e a vida comunitária e familiar, por meio da oferta de atividades culturais, esportivas, capacitação profissional, acompanhamento escolar, dentre outras. Contudo, devido intempéries administrativas e intersetoriais, quando da abertura do processo, o projeto foi arquivado, para que um novo plano de ação seja apresentado nos moldes sugeridos pelo CDCA, o que acarretou a interrupção desta ação até a data presente, com a política de acompanhamento de egressos permanecendo com o percentual de 0% (zero).

2017

Atualmente a SECRIANÇA divide em duas as políticas de capacitação de socioeducandos e as políticas para egressos. Para os socioeducandos, as políticas de capacitação são implantadas por meio de cursos e oficinas dentro das Unidades de atendimento (internação e semiliberdade), por meio de projetos e parcerias desenvolvidas pela Coordenação do Sistema Socioeducativo e instituições parceiras.

Quanto à política para egressos, havia um Projeto de Atendimento aos Egressos do Sistema Socioeducativo do DF, o qual se daria sob contratação de entidade especializada conveniada com o CDCA para o acompanhamento de 50 adolescentes egressos, por 12 meses. O projeto visava facilitar a transição entre o sistema socioeducativo e a vida comunitária e familiar, por meio da oferta de atividades culturais, esportivas, capacitação profissional, acompanhamento escolar, dentre outras. Contudo, devido intempéries administrativas e intersetoriais, quando da abertura do processo, o projeto foi arquivado, para que um novo plano de ação seja apresentado nos moldes sugeridos pelo CDCA, o que acarretou a interrupção desta ação até a data presente, com a política de acompanhamento de egressos permanecendo com o percentual de 0% (zero).

Importa ressaltar que há outro processo em tramitação para a contratação de entidade especializada no atendimento a egressos do Sistema Socioeducativo e, enquanto a contratação não se aperfeiçoa, a SECRIANÇA tem tomado as providências cabíveis para encaminhar os egressos aos programas de atendimento disponíveis, em especial o Jovem Candango.

2018

A capacitação de socioeducandos e o acompanhamento de egressos constituem ações distintas que serão, portanto, analisadas separadamente. Cada uma dessas ações irá compor 50% do indicador da meta nº 2. Para os socioeducandos a capacitação acontece por meio de cursos profissionalizantes e oficinas dentro das Unidades de atendimento ou em espaços próprios de instituições parceiras. Durante o ano de 2018, foram realizadas diversas parcerias visando à implementação de atividades de capacitação e profissionalizantes com instituições públicas e privadas, como é o caso do projeto "Direito para Liberdade", executado em parceria com a Defensoria Pública do Distrito Federal e o Termo de Cooperação Firmado com o Ministério Público do Trabalho e SENAI, com a oferta de cursos técnicos nas unidades de internação. Desta feita, entende-se que a política de capacitação encontra-se atendida (50%).

Quanto ao atendimento para egressos, durante o ano de 2018 aconteceram dois marcos relevantes para o Projeto de Atendimento aos Egressos do Sistema Socioeducativo do DF:

- A aprovação de Programa Governamental de Atenção ao Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa, **VIGENTE** até 27/09/2020 de acordo com a Resolução de Registro nº 34, de 27/09/2019, publicada no Diário Oficial (14269995) do Distrito Federal – DODF nº 185 de 27/09/2018.

- Aprovação do Projeto de Egressos do Sistema Socioeducativo em Plenária do CDCA (DODF nº 213 de 8 de Novembro de 2018) e pelo Conselho de Administração do Fundo da Criança e do Adolescente (DODF nº 240 de 19 de Dezembro de 2018).

Desta feita, entende-se que esta política encontra-se parcialmente atendida (25%), considerando a necessidade apenas de realização de chamamento público para contratação de Organização da Sociedade Civil (OSC) que irá executar a política.

3. Dar continuidade ao Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM com o objetivo de proteger crianças e adolescentes que se encontram em situação de ameaça de morte, bem como ampliar sua rede de atendimento (SECRIANÇA);

2016

O Programa tem como objetivo prover a proteção integral e a convivência familiar de 50 pessoas, entre familiares e criança ou adolescente protegido no Distrito Federal e na RIDE - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (acrescido pelo Decreto Distrital Nº 35.485/2014), em conformidade com os termos da Lei Federal nº 8.069/90, do Decreto Federal nº 6.231/2007. Com isso, a SECRIANÇA tem conseguido incluir as crianças e adolescentes ameaçados que procuram a inclusão no programa através de sua entidade executora, pelas respectivas portas de entrada: Conselhos Tutelares, Ministério Público ou qualquer outro poder judiciário.

2017

O Programa tem como objetivo prover a proteção integral e a convivência familiar de 50 (cinquenta) pessoas, entre familiares e criança e/ou adolescente protegido no Distrito Federal e na RIDE (acrescido pelo Decreto Distrital Nº 35.485/2014), em conformidade com os termos da Lei Federal nº 8.069/90, do Decreto Federal nº 6.231/2007, com isso, tem conseguido incluir todas as crianças e adolescentes ameaçados que procuram a inclusão no programa através de sua entidade executora, pelas respectivas portas de entrada: Conselhos Tutelares, Ministério Público ou qualquer outro poder judiciário.

2018

O Programa tem como objetivo prover a proteção integral e a convivência familiar de 50 (cinquenta) pessoas, entre familiares, crianças e/ou adolescentes no Distrito Federal e na RIDE (acrescido pelo Decreto Distrital Nº 35.485/2014), em conformidade com os termos da Lei Federal nº 8.069/90 e do Decreto Federal nº 6.231/2007. Durante o exercício de 2018, foi possível atender todos os casos que se enquadraram nos critérios de inclusão. Além disso, foram realizadas capacitações em parceria com a entidade executora, a fim de qualificar as portas de entrada do programa, a saber: Conselhos Tutelares, Ministério Público, Poder Judiciário e Defensoria Pública.

4. Implementar o Observatório Distrital dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Juventude (SECRIANÇA);

2016

O Observatório era um projeto em parceria com a Secretaria de Segurança Pública, por meio do Programa Pacto pela Vida. Contudo, esse projeto não é mais prioridade no atual Governo e encontra-se arquivado.

2017

O Observatório era um projeto em parceria com a Secretaria de Segurança Pública, por meio do Programa Pacto pela Vida. Contudo, esse projeto não é mais prioridade do Governo e encontra-se arquivado.

2018

O Observatório era um projeto em parceria com a Secretaria de Segurança Pública, por meio do Programa Pacto pela Vida. Contudo, esse projeto não é mais prioridade do Governo e encontra-se arquivado.

5. Construir 07 (sete) Conselhos Tutelares com sede própria até 2019 (SECRIANÇA);

2016

Por motivos de prioridades de governo e falta de recursos orçamentários não foi realizada nenhuma ação relacionada a construção de Conselhos Tutelares, mas estamos trabalhando por meio de emenda parlamentar o projeto básico para a construção do Conselho Tutelar do Núcleo Bandeirante até 2019.

2017

Por uma escala de prioridades e por falta de recursos financeiros, nenhuma edificação destinada a Conselho Tutelar foi construída ou está em obras no momento.

2018

Por falta de recursos financeiros nenhuma edificação destinada ao Conselho Tutelar foi construída ou está em obras no momento. O projeto básico para a construção do Conselho Tutelar do Núcleo Bandeirante não teve prosseguimento.

6. Implementar a Escola de Conselho com o objetivo de capacitar 100% dos Conselheiros Tutelares, Conselheiros de Direito e Conselheiros da Juventude (SECRIANÇA);

2016

Em 2016 o projeto foi entregue ao CDCA e encontra-se em fase de sobrestamento para discussão em plenária, votação, liberação de verba do Fundo da Criança e do Adolescente e organização estratégica para a evolução do cronograma e direcionamento das próximas fases, foi liberado os recursos para construção da escola, estamos trabalhando nas mudanças necessárias no projeto básico junto ao CDCA.

2017

O Projeto regrediu, entretanto ainda está em análise para a implementação da Escola de Conselho.

2018

Buscou-se novas possibilidades de parceria para a implementação da Escola de Conselho, contudo não houve avanços e o projeto ainda está em estudo para sua viabilização. Entretanto, no ano de 2018 foram oferecidas diversas capacitações para os Conselheiros Tutelares, ministradas por parceiros ou pela equipe técnica da SECRIANÇA.

7. Implementar o Programa Renda Jovem Cidadania (SECRIANÇA);

2017

O Programa Renda Jovem de Cidadania tem por finalidade apoiar o jovem no desenvolvimento de sua autonomia pessoal, incentivar a permanência na escola, reduzir os determinantes das vulnerabilidades sociais e promover a participação cidadã para sua plena inserção social. Para tanto, deverá ser concedida, no âmbito do Programa, bolsa a jovens da rede pública de ensino do Distrito Federal, no valor mensal de R\$ 300,00. Como o programa prevê transferência de renda, foi solicitado orçamento para tal ação, no entanto, não houve dispensa de recurso para esta pasta o que inviabilizou a implementação do Programa.

2017

O Programa Renda Jovem de Cidadania tem por finalidade apoiar o jovem no desenvolvimento de sua autonomia pessoal, incentivar a permanência na escola, reduzir os determinantes das vulnerabilidades sociais e promover a participação cidadã para sua plena inserção social. Para tanto, deverá ser concedida, no âmbito do Programa, bolsa a jovens da rede pública de ensino do Distrito Federal, no valor mensal de R\$ 300,00. Como o programa prevê transferência de renda, foi solicitado orçamento para tal ação, no entanto, não houve dispensa de recurso o que inviabilizou a implementação do Programa.

2018 – A unidade não informou.

8. Promover a formação técnico-profissional dos jovens do Distrito Federal por meio do Programa Jovem Candango e aumentar a sua rede de atendimento (SECRIANÇA);

2016

O Brasília + Jovem Candango foi recepcionado pela SECRIANÇA por meio do Decreto 37.107, de 04 de fevereiro de 2016. Na época, 2028 aprendizes estavam contratados, e concluíram o Programa em setembro. Em outubro do ano corrente houve renovação dos contratos, e mais 1600 jovens iniciaram a formação técnico-profissional no mês de dezembro. Com isso, conseguiu-se atingir 90,7% da meta estabelecida – que era de 4 mil jovens. Havia a intenção de contratar 3 mil jovens na segunda edição do Programa, no entanto, devido ao decreto que limita o valor dos contratos em R\$ 10 milhões, não foi possível cumprir 100% da meta estabelecida.

2017

Conseguiu-se atingir 90,7% da meta estabelecida – que era de 4 mil jovens (2.028+1.600 = 3.628). Havia a intenção de contratar 3 mil jovens na segunda edição do Programa, no entanto, devido ao decreto que limita o valor dos contratos em R\$ 10 milhões, não foi possível cumprir 100% da meta estabelecida, ou seja, foram contratados apenas 1.600 dos 3.000 jovens, o que totalizou 53,33% da meta para esse ano de 2017.

2018 - A unidade não informou.

9. Implantar 5 (cinco) Centros da Juventude, 2 (duas) Praças da Juventude e 5 (cinco) Polos de Estudo no Distrito Federal (SECRIANÇA).

2016

A implantação dos 5 Centros de Juventude dependia de ações da NOVACAP, dentre elas, a finalização dos projetos executivos e a licitação das obras. No entanto, nenhuma das ações foi concretizada pela empresa pública, impedindo assim a concretização da ação. A implantação das Praças da Juventude dependia da finalização das obras que eram executadas pela NOVACAP, porém tais obras não foram concluídas no prazo estabelecido. Sobre a implantação dos Polos de Estudo, cabe informar que foi solicitado orçamento, mas não houve dispensa de recurso para esta pasta, impedindo assim a concretização da ação.

2017

Até o momento foram implantados um Centro de Juventude na Samambaia e dois Polos de Estudo - Estude Aqui – nas cidades Estrutural e Samambaia.

As Praças da Juventude ainda estão sendo construídas e nesta fase são de responsabilidade da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos e da TERRACAP. Após a conclusão das obras e entrega da edificação a gestão das Praças será desta Subsecretaria, a qual já possui o Plano de Trabalho, Guia Operacional e Edital de Chamamento Público para execução das atividades no referido equipamento, sendo essas as atribuições que cabem à SUBJUV.

Os recursos para construção de 5 Centros de Juventude foram devolvidos ao FUNDURB-SEGETH em 2017, devido a morosidade na confecção dos projetos executivos por parte da NOVACAP, após dois anos com os projetos paralisados, optou-se por devolver os recursos ao Fundo para que este subsidiasse projetos em fases mais avançadas. No entanto, foi reformada a unidade de Samambaia e inaugurado o Centro de Juventude da Samambaia em fevereiro de 2018.

Em 2017 não foram inaugurados polos de estudo – Estude Aqui – por falta de recursos financeiros. Cabe informar que foi solicitado orçamento, mas não houve dispensa de recurso para esta pasta, impedindo assim a concretização da ação

2018 - A unidade não informou.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador / Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1401	TAXA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES PROTEGIDOS PELO PROGRAMA DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADAS DE MORTE DO DF - PPCAAM/DF	%			60	100	70	100	85	100	90	Subproteca/ SECRIANÇA / UO 51101 / OE 4
1402	TAXA DE CONSELHEIROS TUTELARES E CONSELHEIROS DE DIREITOS EM FORMAÇÃO CONTINUADA	%			60	80	80	80	90	80	100	Subproteca/ SECRIANÇA / UO 51101 / OE 4
1403	TAXA DE SOCIOEDUCANDOS ATENDIDOS NAS OFICINAS PROFISSIONALIZANTES E OCUPACIONAIS	%			20	76,94	40	65,93	60	73	80	COORPS / SUBSIS/ SECRIANÇA / UO 51101 / OE 4
1404	TAXA DE CONSELHEIROS DA JUVENTUDE CAPACITADOS	%			50	9,09	80	0	50	0	80	Subjuv/SECRIANÇ / UO 51101 / OE 4
1405	TAXA DE JOVENS ATENDIDOS NOS CENTROS DE JUVENTUDE DO DF	%			10	11,40	20	12,08	30	52,73	40	Subjuv/ Cadastro Único/ SECRIANÇA / UO 51101 / OE 4

Justificativas 2016

Indicador 1401 - Taxa de crianças de adolescentes protegidos pelo programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte do DF- PPCAAM-DF, em 2016, todas as crianças e adolescentes (e seus respectivos familiares, quando necessário) que procuraram as portas de entrada do programa, com comprovada ameaça de morte, foram incluídas no programa.

Indicador 1402 - Taxa de conselheiros Tutelares em formação, em 2016, 80% dos Conselheiros Tutelares (160 pessoas) passaram por formações vinculadas as suas funções. As formações foram oferecidas a todos os Conselheiros Tutelares, atingindo o contingente de 200 pessoas. Por motivos diversos (afastamento por férias, doenças, motivos pessoais) 20% dos conselheiros tutelares (40 pessoas) não participaram das capacitações.

Indicador 1403 - Taxa de socioeducandos atendidos nas oficinas profissionalizantes e ocupacionais, dentre as oficinas profissionalizantes e ocupacionais ofertadas, 76,94% dos jovens incluídos no sistema socioeducativo puderam ser capacitados/ocupados. O que demonstra uma taxa superior ao que foi estabelecido.

Indicador 1404 -Taxa de conselheiros da juventude capacitados - No ano de 2016, foram capacitados apenas os conselheiros distritais da juventude, 20 conselheiros, os quais foram eleitos em 2016. Não foi possível realizar a eleição dos 200 novos conselheiros territoriais da juventude devido à insuficiência de recursos.

Indicador 1405 -Taxa de jovens atendidos nos Centros de Juventude do DF - Em números absolutos, a Subsecretaria da Juventude atendeu 35 mil jovens em programas e projetos direcionados para a juventude, deste total apenas 4 mil foram atendidos nos Centros de Juventude.

Justificativas 2017

Indicador 1401 -. Taxa de crianças e adolescentes protegidos pelo programa de Proteção a Crianças e Adolescentes ameaçados de morte do DF- PPCAAM-DF. Em 2017, todas as crianças e adolescentes (e seus respectivos familiares, quando necessário) que procuraram as portas de entrada do programa, com comprovada ameaça de morte, foram incluídas no programa.

Indicador 1402 - As formações foram oferecidas a todos os Conselheiros Tutelares. Por motivos diversos (afastamento por férias, doenças, motivos pessoais), 20% dos conselheiros tutelares não participaram das capacitações.

Indicador 1403 - Taxa de socioeducandos atendidos nas oficinas profissionalizantes e ocupacionais, dentre as oficinas profissionalizantes e ocupacionais ofertadas, 65,93% dos jovens incluídos no sistema socioeducativo puderam ser capacitados/ocupados.

Indicador 1404 - Informamos que tramita na Secriaça o processo nº 417.002.324/2016 que tem como objeto o Termo de Cooperação Técnica com a Organização das Nações Unidas para a Educação, à Ciência e a Cultura - UNESCO. Porém ainda não foi confirmada a liberação dos recursos financeiros.

Indicador 1405 - Taxa de jovens atendidos nos Centros de Juventude do DF foi extraída do número total de jovens atendidos e dividido pelo número total de jovens atendidos pelos Centros e pelo #BoraVencer Profissionalizante, que realizou suas aulas nas dependências dos Centros de Juventude.

Justificativas 2018

Indicador 1401 - Taxa de crianças e adolescentes protegidos pelo programa de Proteção a Crianças e Adolescentes ameaçados de morte do DF- PPCAAM-DF, somando a quantidade de protegidos, ao longo de janeiro a outubro de 2018, foi de 100% da quantidade de vagas disponíveis (50 vagas) utilizadas por crianças e adolescentes (e seus respectivos familiares, quando necessário) que procuraram as portas de entrada do programa, com comprovada ameaça de morte e foram incluídas no programa.

Indicador 1402 - Taxa de Conselheiros Tutelares em formação, até outubro de 2018, 80% dos Conselheiros Tutelares, passaram por formações vinculadas as suas funções. As formações foram oferecidas a todos os Conselheiros Tutelares. Por motivos diversos (afastamento por férias, doenças, motivos pessoais) 20% dos Conselheiros Tutelares não participaram das capacitações. Informamos que pela Lei Distrital nº 5.294/14, todos os conselheiros devem passar por formações para aprimoramento de sua prática. Informamos que

Indicador 1403 - Taxa de adolescentes atendidos nas medidas de meio aberto. Considerando os indicadores acima, é possível observar que 73% dos adolescentes do Sistema Socioeducativo do DF foram atendidos em oficinas profissionalizantes e ocupacionais; bem como foram atendidos nas medidas de internação e semiliberdade todos aqueles sentenciados para o cumprimento dessas medidas.

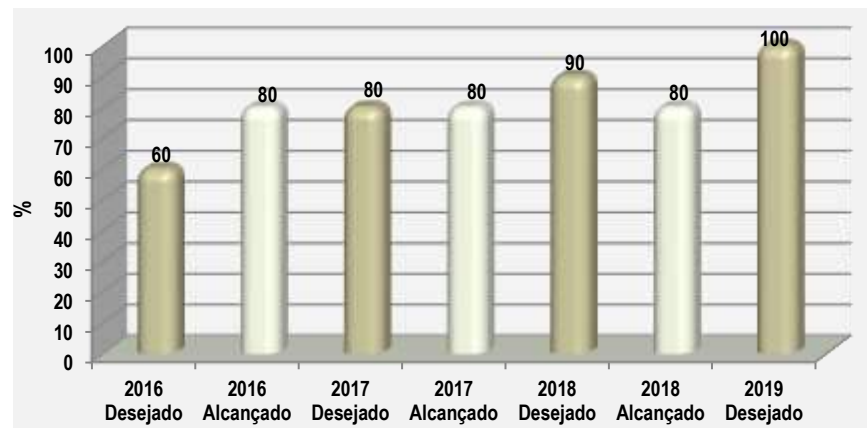
Indicador 1404 - Em relação a taxa de Conselheiros de Juventude capacitados, informamos que o processo 417.002.324/2016, que tem como objeto o Termo de Cooperação Técnica com a Organização das Nações Unidas para a Educação, à Ciência e a Cultura - UNESCO, segue em tramitação. O seguinte termo trata de apoio a Secretaria para a formação e capacitação dos Conselheiros de Juventude e encontra-se em fase final, sendo que o mesmo já foi autorizado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

Indicador 1405 - Quanto à taxa de jovens atendidos nas unidades dos Centros de Juventude do Distrito Federal, o número foi extraído do seguinte cálculo: Número total de jovens atendidos nos Centro de Juventude até outubro de 2018 (15.000), somado ao número de jovens atendidos pelo #Boravencer Intensivão e Profissionalizante, realizados nas dependências dos Centros de Juventude em 2018 (1.830), vezes 100%, dividido pelo total de jovens atendidos em todos os programas desta Subsecretaria (31.916)

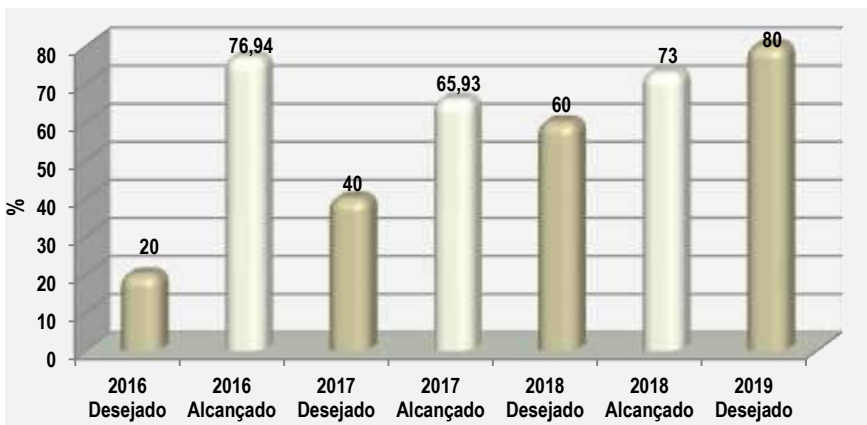
TAXA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES PROTEGIDOS PELO PROGRAMA DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADAS DE MORTE DO DF - PPCAAM/DF



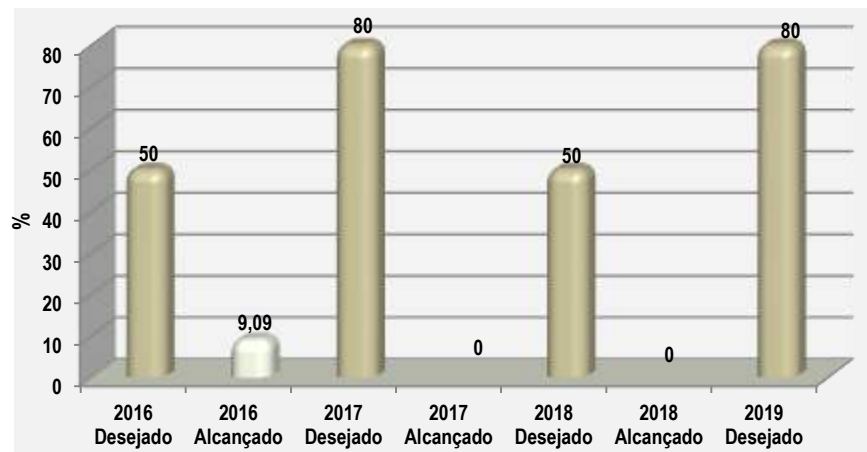
TAXA DE CONSELHEIROS TUTELARES E CONSELHEIROS DE DIREITOS EM FORMAÇÃO CONTINUADA



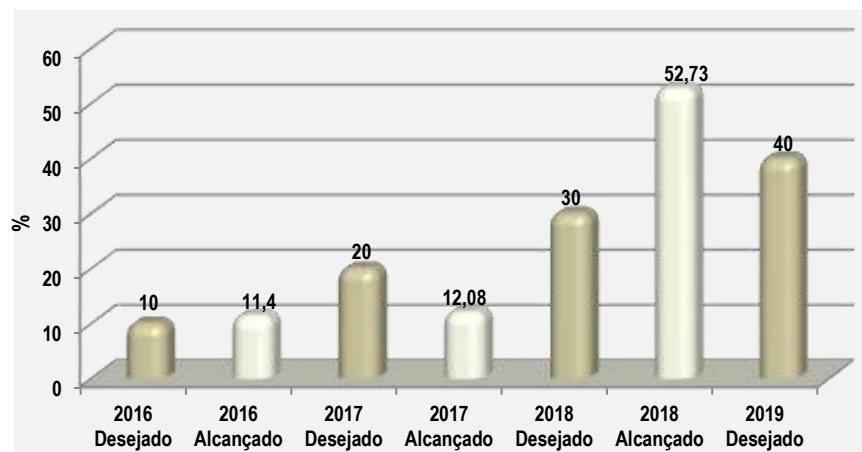
TAXA DE SOCIOEDUCANDOS ATENDIDOS NAS OFICINAS PROFISSIONALIZANTES E OCUPACIONAIS



TAXA DE CONSELHEIROS DA JUVENTUDE CAPACITADOS



TAXA DE JOVENS ATENDIDOS NOS CENTROS DE JUVENTUDE DO DF



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6228	4	1	Criação do Observatório Distrital dos Direitos de Crianças, Adolescentes e Juventude: Constituição de sítio na internet que agregue informações, pesquisas e diagnósticos relativos a Crianças, Adolescentes e Juventude (SECRIANÇA)	51101	0	<p>2016 / 2017 O projeto não será concluído, pois se trata de um projeto em parceria com a Secretaria de Segurança Pública pelo programa pacto pela vida que não está sendo mais aplicado pela respectiva Secretaria.</p> <p>2018 O Observatório era um projeto em parceria com a Secretaria de Segurança Pública, por meio do Programa Pacto pela Vida. Contudo, esse projeto não é mais prioridade do Governo e encontra-se arquivado</p>
6228	4	2	Enfrentamento e erradicação de todas as formas de trabalho infantil (SECRIANÇA)	51101	100	<p>2016 As proposições construídas pelo GT de Erradicação do Trabalho Infantil, anteriormente coordenado pela SECRIANÇA, estão sendo trabalhadas no âmbito da Ação Civil Pública, coordenadas por um Juiz do Trabalho. Ao final de 2016 foi feita realização de Reuniões sob coordenação da Casa Civil objetivando a Retomada das atividades do Grupo de Trabalho, em dezembro foram disponibilizadas 46 vagas do Programa Jovem Candango (coordenado pela SECRIANÇA) para jovens residentes na Cidade Estrutural indicados na questão do Trabalho Infantil na Estrutural. Ações de mobilização ao trabalho</p> <p>2017 As proposições construídas pelo GT de Erradicação do Trabalho Infantil, anteriormente coordenado pela SECRIANÇA, estão sendo trabalhadas no âmbito da Ação Civil Pública, processo 0000117-64.2012.5.10.002, coordenadas pelo Juiz do Trabalho GUSTAVO CARVALHO CHEHA. Ao final de 2016 foi feita realização de Reuniões sob coordenação da Casa Civil objetivando a Retomada das atividades do Grupo de Trabalho, em dezembro foram disponibilizadas 46 vagas do Programa Jovem Candango (coordenado pela SECRIANÇA) para jovens residentes na Cidade Estrutural indicados na</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						questão do Trabalho Infantil na Estrutural. Ações de mobilização ao trabalho infantil no CEASA. 2018 A Campanha 12 de Junho Dia Contra o Trabalho Infantil - 2018 do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) contou com a participação da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude - SECRIANÇA para a mobilização e articulação da Rede do DF. As principais mobilizações foram discutidas no âmbito do Fórum PETI-DF o qual foi reativado no dia 25 de abril de 2018. Além da Campanha, foram realizadas Audiência Pública na CLDF e Ação no MPT sobre trabalho infantil nas feiras.
6228	4	3	Criação do Fundo da Juventude com o objetivo de prever recursos para a execução de projetos destinados ao fomento da Política de Juventude (SECRIANÇA)	51101	-	2016 / 2017 A dinâmica estabelecida pela SECRIANÇA foi inserir o Fundo Distrital de Juventude no mesmo documento do Plano Distrital de Juventude. Este documento está sendo construído, desde dezembro de 2016, por meio do Comitê Intragovernamental Permanente de Acompanhamento e Articulação das Ações de Juventude. No entanto, demanda-se tempo na sua elaboração, pois envolve consultas públicas aos jovens de todo o DF. Além disso, para a construção do Plano não foi liberada dotação orçamentária, o que prejudica a sua construção. 2018 - A unidade não informou
6228	4	4	Construir os Centros de Juventude com orçamento do Fundo de Desenvolvimento Urbano – FUNDURB/SEDHAB (SECRIANÇA)	51101	-	2016 A construção dos Centros de Juventude dependia da finalização dos projetos executivos e da licitação das obras por parte da NOVACAP. No entanto, nenhuma das ações foi realizada, impedindo assim, o acesso aos recursos do FUNDURB. 2017 Os recursos para construção de 5 Centros de Juventude foram devolvidos ao FUNDURB-SEGETH em 2017, devido a morosidade na confecção dos projetos executivos por parte da NOVACAP, após dois anos com os projetos paralisados, optou-se por devolver os recursos ao Fundo para que este subsidiasse projetos em fases mais avançadas. 2018 - A unidade não informou.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

2016/2018

O Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente. Dentro do Sistema de Garantia de Direitos os Conselhos Tutelares desempenham uma função estratégica: a de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

No ano de 2016, 76,48% das denúncias recebidas por meio dos canais disque 100, plantão da SECRIA-DF-DF (CISDECA), ouvidoria ou por procura espontânea nos Conselhos Tutelares foram encaminhadas e/ou solucionadas. Compreende-se a partir da legislação vigente que o Conselho Tutelar é porta de entrada do Sistema de Garantia de Direitos, órgão que aciona a rede de proteção para a efetivação dos direitos. Os casos não encaminhados e/ou solucionados estão sendo apurados pela Comissão de Ética dos Conselhos Tutelares e pela SECRIANÇA. A maioria das demandas não solucionadas diz respeito a casos encaminhados de forma errada ou falhas na apuração do caso.

Além dos Conselhos Tutelares, a fim de garantir o Sistema de Garantia de Direitos, contamos também com:

O Programa de Proteção de Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte PPCAAM, instituído pelo Decreto 34.142/2013, tem a finalidade de manter a integridade física e a vida de crianças e adolescentes expostos a grave ameaça que podem estar envolvidos em redes de tráfico e de exploração sexual. Busca conciliar a proteção do direito à vida e a garantia dos demais direitos específicos, com convivência familiar e comunitária e com acesso a serviços e programas públicos. Sob a Coordenação da Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude foi assumida a política de proteção de crianças e adolescentes ameaçados de morte, bem como a Coordenação do Conselho Gestor e do Programa PPCAAM.

A Cartilha dos Direitos traz um resumo dos principais assuntos ligados aos direitos da criança e do adolescente com linguagem adaptada e simples para que todos possam entender e saber como buscar ajuda quando precisar. O projeto, que é uma articulação da rede de proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes e conta com o apoio técnico aos Conselhos Tutelares, tem por objetivo promover diálogo, estabelecer fluxos e incidir nas lacunas da rede de proteção dos direitos da criança e do adolescente do Distrito Federal, tendo como referência a diretriz estratégica de atuação do Conselho Tutelar.

O Comitê de Proteção da Criança e do Adolescente para grandes Eventos instituído no Distrito Federal o (Decreto nº 34.301, de 22 de abril de 2013). O Comitê de Proteção foi criado como um dispositivo intersetorial e integrado para a proteção integral dos direitos humanos de crianças e adolescentes durante os megaeventos. Constituído com a participação de Secretarias de Estado, do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do DF – CDCA e da sociedade civil na perspectiva de construir e potencializar estratégias conjuntas para o enfrentamento de violações de direitos de crianças e adolescentes que tendem a se acentuar nesses contextos.

A Biblioteca Virtual no portal da SECriança consiste na compilação de documentos, legislações nacionais e normativas internacionais que compõe a política de proteção dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil, disponíveis no site da SECriança. Funciona como uma ferramenta de utilidade pública de formação e pesquisa.

Serviço 24 horas do Centro de Referência da Criança e do Adolescente – CRCA que tem como finalidade receber denúncias referentes à violação de direitos de crianças e de adolescentes e de acionar os Conselhos Tutelares, bem como outros órgãos de competência, de modo a dar celeridade ao atendimento das denúncias. O CRCA monitora os casos recebidos e o funcionamento é ininterrupto, inclusive aos finais de semana e feriados.

No que se refere à juventude do Distrito Federal, o exercício de 2016 representou um marco, pois diversas políticas públicas direcionadas a este público puderam ser executadas. Com os projetos realizados pela SECRIANÇA foi possível atender diretamente cerca de 40 mil jovens, o que nos aproxima de atingir o objetivo de incluir, emancipar e proporcionar aos jovens de Brasília um cenário propício para o seu desenvolvimento e protagonismo. Todos os projetos desenvolvidos pela SECRIANÇA têm como alicerce os preceitos da Política Distrital de Atenção ao Jovem que norteiam a elaboração e a execução de políticas públicas assertivas para a juventude, e os princípios estabelecidos pelo Estatuto da Juventude.

As crianças, os adolescentes e os jovens compõem uma importante parcela da população total do Distrito Federal, o que torna imprescindível a formulação e execução de políticas públicas assertivas e direcionadas. Portanto, não podem ser encaradas apenas como uma fase de transição para a vida adulta e, em especial, quando se trata de um território marcado por desigualdades no acesso às oportunidades, como o DF. Nesse caso, trata-se de uma fase determinante na construção de trajetórias autônomas em vários sentidos, seja o econômico, o social, o cultural ou o político, fato que pode transformar a realidade de uma região.

Diante da realidade do Distrito Federal, a SECRIANÇA, em parceria com os demais órgãos do Governo e com a sociedade civil, tem a árdua tarefa de formular, executar e articular ações que assegurem os direitos, promovam a melhoria das condições de vida e estimule o protagonismo de crianças, adolescentes e jovens, por meio do acesso à educação, cultura, esporte e lazer, saúde, assistência social, promoção da cidadania, garantia dos direitos sociais, qualificação e inserção profissional, prevenção do uso de drogas ilícitas, controle da reincidência de atos infracionais e da letalidade, estímulo a participação cidadã e à ação comunitária.

Para tanto, a SECRIANÇA possui projetos que asseguram o estímulo ao protagonismo. Em 2017, as políticas públicas de juventude atingiram 60.211 jovens, por meio de projetos como: #BoraVencer, Centros de Juventude, Brasília + Jovem Candango, Mês da juventude e atividades pontuais.

O Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente. Dentro do Sistema de Garantia de Direitos os Conselhos Tutelares desempenham uma função estratégica: a de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

Os Conselhos Tutelares materializam a participação popular, representando a sociedade civil na política e na atenção a população. Com base na atuação comunitária, as ações dos Conselheiros Tutelares são voltadas à exigibilidade dos direitos previstos na legislação e na materialização dos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O Conselho Tutelar é serviço público de natureza essencial e permanente, sendo imprescindível ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal.

Atualmente, de acordo com a Lei nº 5.294, de 13 de fevereiro de 2014, temos 40 Conselhos Tutelares no Distrito Federal, totalizando 200 Conselheiros. Eles encontram-se vinculados administrativamente à SECRIANÇA-DF. Todos os Conselhos tutelares do DF contam com equipe técnica administrativa, carro, sede, telefone e internet.

Qualquer pessoa pode ter atendimento do Conselho Tutelar pelo telefone do Conselho Tutelar ou indo diretamente ao Conselho Tutelar.

As denúncias também podem ser feitas por meio dos seguintes órgãos:

- 1) Plantão 24h CISDECA, pelos telefones (61) 3234-8555 e (61) 3234-2876ou e-mail craplantao@crianca.df.gov.br;
- 2) Disque 100. Secretaria de Direitos Humanos/Presidência da República;
- 3) Ouvidoria geral do GDF via telefone 162;

4) Portal SIPIA/CT/WEB, por meio do Link www.sipia.gov.br.

Todas as denúncias que forem realizadas a esses órgãos, serão encaminhadas ao Conselho Tutelar mais próximo da residência da criança ou adolescente que está com os direitos violados.

O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente foi criado para assegurar e fortalecer a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente e é composto por três eixos: Defesa, Promoção de Direitos e Controle Social. Tanto o eixo de Promoção de Direitos, que é voltado para materializar o que está previsto na lei em ações práticas, quanto o eixo de Defesa de Direitos, que é voltado para a fiscalização do cumprimento destes direitos, são realizados por diversos atores, o Estado, as famílias e a sociedade civil.

No ano de 2018, a taxa de crianças e adolescentes protegidos pelo Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte- PPCAAM-DF, somando a quantidade de protegidos, ao longo do ano de 2018, foi de 100% da quantidade de vagas disponíveis (50 vagas). Essas vagas foram utilizadas por crianças, adolescentes e seus respectivos familiares com comprovada ameaça de morte.

A taxa de Conselheiros Tutelares que participaram das formações oferecidas, até outubro de 2018, é de 80%. Por motivos diversos (afastamento por férias, doenças, motivos pessoais) 20% dos Conselheiros Tutelares não participaram das capacitações. Informamos que pela Lei Distrital nº 5.294/14, todos os conselheiros devem passar por formações para aprimoramento de sua prática.

No ano de 2018 continuamos com ações voltadas as melhorias das condições físicas e estruturais dos Conselhos Tutelares e neste ano realizamos manutenções pontuais conforme a necessidade dos Conselhos Tutelares. Em junho de 2018, os quarenta Conselhos Tutelares do Distrito Federal receberam um kit contendo: materiais informativos, gibis sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, cartazes, cartilhas e brinquedos para formar o Espaço Criança Candanga em cada unidade. Os brinquedos foram oriundos das diversas arrecadações de brinquedos realizadas por esta Secretaria.

A Coordenação de Denúncias de Violação dos Direitos da Criança e do Adolescente – CISDECA recebeu, de janeiro até outubro de 2018, 689 (seiscentas e oitenta e nove) denúncias de violações, tais como negligência, violência física, violência psicológica, violência sexual trabalho infantil.

Em maio de 2018 aconteceu o lançamento do Programa PAI - Programa de Atendimento Integrado, uma parceria entre a Defensoria Pública e a Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude - SECRIANÇA, com o objetivo de qualificar e conceder agilidade aos atendimentos prestados por Conselheiros Tutelares em interface com a Defensoria Pública.

A SECRIANÇA, conforme pactuado no contrato de convênio do Programa VIRA VIDA, colaborou com o SESI em relação à divulgação junto aos Conselhos Tutelares do convite “Café com a Rede”, o qual teve como objetivo articulação junto às instituições que atuam com adolescentes e jovens em situação de extrema vulnerabilidade e sensibilizar a rede de enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes, por meio de levantamento de instituições social e diagnóstico da realidade.

Ao longo do ano participamos de ações de Monitoramento do Pacto pela Vida (PPV) e do Comitê Gestor do Centro Integrado de Operações de Brasília - CIOB .

A Campanha 12 de Junho Dia Contra o Trabalho Infantil - 2018 do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) contou com a participação da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude - SECRIANÇA para a mobilização e articulação da Rede do DF. As principais mobilizações foram discutidas no âmbito do Fórum PETI-DF o qual foi reativado no dia 25 de abril de 2018. Além da Campanha, foram realizadas Audiência Pública na CLDF e Ação no MPT sobre trabalho infantil nas feiras.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

005 – PREVENÇÃO DO USO DE DROGAS, ATENÇÃO INTEGRAL E REINserÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS: Promover a conscientização da população, a prevenção do uso de álcool e outras drogas, a inserção social dos usuários, com foco na promoção da saúde, prevenção e tratamento, atenção psicossocial integral, redução de danos, reestabelecimento e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, bem como a inserção no mundo do trabalho.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

44.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA – SEJUS

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6228	FAMÍLIAS FORTES	5	1	Qualificar o serviço de Consultório na Rua em funcionamento na RA I – Brasília, na modalidade III, para trabalhar junto aos usuários de álcool, crack e outras drogas, com a estratégia de redução de danos; (SEDESTMIDH)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0		0,0
6228	FAMÍLIAS FORTES	5	2	Realizar a inserção social de 500 pessoas que fazem uso problemático de álcool e outras drogas e que encontram em situação de rua, até 2019, dentre cerca de 1.000 pessoas de 4 regiões administrativas do DF (Brasília, Taguatinga, Ceilândia e Gama), engajadas nas atividades do programa “Cuidando da Vida”, mediante ações intersetoriais articuladas de oferta de moradia social, inserção no mundo do trabalho, atendimento integral à saúde, redução de danos, acesso a cultura, esporte e lazer, facilitação do acesso às políticas de assistência social e auxílio à construção de projetos de vida; (SEDESTMIDH)	500	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	104	654		130,8
6228	FAMÍLIAS FORTES	5	3	Capacitar 270 atores em “tratamento comunitário” para a formação de multiplicadores para intervenções de fortalecimento das redes, integração das políticas, prevenção e aquisição de saberes para lidar com usuários de drogas, entre servidores públicos, gestores, líderes comunitários e usuários, além de promover a aproximação entre a universidade, o poder público e a comunidade, dentro do “Programa Crack é Possível Vencer”; (SEDESTMIDH)	270	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	7	57	57		21,1
6228	FAMÍLIAS FORTES	5	4	Capacitar 270 atores em “tratamento comunitário” para a formação de multiplicadores para intervenções de fortalecimento das redes, integração das políticas, prevenção e aquisição de saberes para lidar com usuários de drogas, entre servidores públicos, gestores, líderes comunitários; (SEJUS) <i>(Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	270	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	3	X	X	X	0,0
6228	FAMÍLIAS FORTES	5	5	Ministrar palestras para 30.000 alunos por ano; (SEJUS)	120.000	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	20.155	21.000	31.319		26,1
6228	FAMÍLIAS FORTES	5	6	Consultoria didática para 72 escolas por ano; (SEJUS) <i>(Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	288	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	0,0
6228	FAMÍLIAS FORTES	5	7	Realizar 01 evento esportivo (caminhada, corrida ou outra atividade), com disponibilização de informações de prevenção do uso de drogas por ano; (SEJUS)	4	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	1	1	0		0,0
6228	FAMÍLIAS FORTES	5	8	Atender ou prestar serviços de informação para 1.000 famílias por ano; (SEJUS)	4.000	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	1.041	1.020	3.091		77,3
6228	FAMÍLIAS	5	9	Alcançar 500.000 pessoas por meio de vídeos de conscientização; (SEJUS)	500.000	UNID	ANUAL	MAIOR,	0	1.500	0		0,0

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
	FORTES							MELHOR					
6228	FAMÍLIAS FORTES	5	10	Distribuir 100.000 cartilhas informativas por ano; (SEJUS)	400.000	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	47.866	3.000	8.400		2,1
6228	FAMÍLIAS FORTES	5	11	Atender ou prestar serviços de reinserção para 1.000 dependentes químicos e profissionais da área por ano; (SEJUS)	4.000	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	898	0	2.951		73,8
6228	FAMÍLIAS FORTES	5	12	Implantar 02 novos Conselhos Regionais por ano; (SEJUS) <i>(Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	8	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	0,0
6228	FAMÍLIAS FORTES	5	13	Credenciar 25 novos Entes e Agentes Antidrogas por ano; (SEJUS)	100	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	13	8	11		11,0
6228	FAMÍLIAS FORTES	5	14	Disponibilizar 500 leitos para atendimento às pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas, com aumento de 5% nos anos seguintes; (SEJUS)	579	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	316	316	400		69,1
6228	FAMÍLIAS FORTES	5	15	Apoiar projetos que visem à redução da oferta e da demanda de drogas; (SEJUS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	25	0	2		2,0
6228	FAMÍLIAS FORTES	5	16	Instalar 7 Conselhos Distritais/Regionais de Políticas sobre Drogas. (SEJUS)	7	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	0	0		0,0

Análise Qualitativa

1. Qualificar o serviço de Consultório na Rua em funcionamento na RA I – Brasília, na modalidade III, para trabalhar junto aos usuários de álcool, crack e outras drogas, com a estratégia de redução de danos (SEDESTMIDH);

2016

Esta ação está dentro do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras drogas, no entanto, é uma ação desenvolvida pela Secretaria de Saúde.

2017

Esta ação está dentro do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras drogas, no entanto, é uma ação desenvolvida pela Secretaria de Saúde.

2018

Esta ação está dentro do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras drogas, no entanto, é uma ação desenvolvida pela Secretaria de Saúde.

2. Realizar a inserção social de 500 pessoas que fazem uso problemático de álcool e outras drogas e que encontram em situação de rua, até 2019, dentre cerca de 1.000 pessoas de 4 regiões administrativas do DF (Brasília, Taguatinga, Ceilândia e Gama), engajadas nas atividades do programa “Cuidando da Vida”, mediante ações intersetoriais articuladas de oferta de moradia social, inserção no mundo do trabalho, atendimento integral à saúde, redução de danos, acesso a cultura, esporte e lazer, facilitação do acesso às políticas de assistência social e auxílio à construção de projetos de vida (SEDESTMIDH);

2016

O Projeto cuidando da vida é uma parceria com o Ministério da Justiça, que tem como público pessoas em situação de rua, usuárias de álcool, crack e outras drogas, e será executado no Distrito Federal, no que compete a área de assistência social pela Secretaria em parceria com a Organização Sociedade Civil - OSC - NAMASTÉ, com objetivo de atender 200 pessoas na Região Administrativa de Brasília, a partir de 2017. No entanto, a proposta do projeto são ações intersetoriais que serão desenvolvidas por outras Secretarias do DF.

As regiões de Taguatinga e Ceilândia serão atendidas pela Secretaria de Justiça e Cidadania. A RA do Gama ainda não tem definição de qual órgão irá desenvolver o projeto.

2017

O Projeto cuidando da vida está sendo executado em parceria com a Organização Sociedade Civil - OSC - NAMASTÊ, com a meta de atendimento de 200 pessoas na Região Administrativa de Brasília até o fim do projeto em 2018. Em 2017, foram atendidas 104 pessoas. As regiões de Taguatinga e Ceilândia serão atendidas pela Secretaria de Justiça e Cidadania. A RA do Gama ainda não tem definição de qual órgão irá desenvolver o projeto.

2018

O projeto cuidando da vida atendeu 654 pessoas superando a meta estabelecida. 14 tiveram inserção laboral e produtiva e 14 acessaram moradia com o apoio do Benefício Excepcional e suas atividades laborais.

3. Capacitar 270 atores em “tratamento comunitário” para a formação de multiplicadores para intervenções de fortalecimento das redes, integração das políticas, prevenção e aquisição de saberes para lidar com usuários de drogas, entre servidores públicos, gestores, líderes comunitários e usuários, além de promover a aproximação entre a universidade, o poder público e a comunidade, dentro do “Programa Crack é Possível Vencer” (SEDESTMIDH);

2016

Foi realizado em novembro de 2016, Curso de Extensão em Tratamento Comunitário promovido pela Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS/SEDF), com participação 7 servidores da proteção social especial entre cuidadores sociais e especialistas.

2017

Foi realizado, em março de 2017, um curso de extensão "Vulnerabilidades Sociais e Redes de Proteção Comunitária" com 120 horas com a participação de 50 profissionais, executado pela SEDESMIDH em parceria com a Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília.

2018

Foram realizados encontros de supervisão mensais.

4.Capacitar 270 atores em “tratamento comunitário” para a formação de multiplicadores para intervenções de fortalecimento das redes, integração das políticas, prevenção e aquisição de saberes para lidar com usuários de drogas, entre servidores públicos, gestores, líderes comunitários (SEJUS). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Em 2016, 03 servidores da SEJUS participaram do Curso de Tratamento Comunitário do Centro Regional de Referência - CRR da Escola Superior de Ciências da Saúde do Distrito Federa – ESCS.

Alguns fatores dificultaram a consecução da capacitação em tratamento comunitário, entre os quais, mudanças dos gestores da SEJUS a partir do mês de maio de 2016 e o quadro reduzido de servidores do Conselho de Política sobre Drogas – CONEN, que conta apenas com 02 servidores para atendimento às diversas demandas da Secretaria-Executiva.

Apesar das adversidades que incluem ausência de estrutura física adequada e de recursos humanos e materiais, o Colegiado conseguiu desempenhar a contento suas atribuições legais por meio da promoção de fiscalizações e orientações nas Comunidades Terapêuticas, buscando-se alternativas para melhor capacitá-las a desenvolverem suas atividades de acordo com as exigências legais.

2018

Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17.

5. Ministras palestras para 30.000 alunos por ano; (SEJUS)

2016

A SEJUS conseguiu alcançar a Meta nº 05 em 16,7% considerando a meta para os quatro anos do PPA e 67% para 2016, o que representa, em valores absolutos, mais de 20.100 alunos alcançados por palestras em 2016. Entraves como o desenvolvimento de trabalhos sem recursos financeiros, mudança de gestão em maio/2016, ausência de registro das atividades desenvolvidas durante os meses de abril e maio de 2016, foram elencados como impeditivos para o alcance dos 100% da meta estabelecida (30 mil/12meses).

2017

A SEJUS alcançou em 2017 uma média de 21.000 alunos de áreas de maior vulnerabilidade social do Distrito Federal. Por meio dos Mutirões da Criança e da Cidadania ocorridos nas escolas, foi possível democratizar informações relacionadas com o uso e abuso de drogas. O recurso mais utilizado na oportunidade foram palestras. Importante salientar que a escassez de recursos financeiros e as constantes alternâncias de gestores em cargos estratégicos geraram dificuldades para uma melhor execução da meta.

2018

Projeto RAPensando tem como atividade principal a reflexão e a prática dos princípios filosóficos e artísticos do HIP HOP como contribuição para a prevenção ao uso/abuso de drogas e redução de violências provenientes dele. A proposta tem caráter de inclusão e reinserção social, minimizando a discriminação e o preconceito. Desta forma, o projeto funcionou como uma atividade saudável, resgatando jovens dos vários cenários de violências e prevenindo conflitos. Além disso, agregou valores como trabalho em equipe, respeito e tolerância. Foi desenvolvido em 25 escolas da rede pública de Ensino de Ceilândia/DF, sendo 02(duas) intervenções por escola nos turnos matutino e vespertino, totalizando 50 intervenções

6. Consultoria didática para 72 escolas por ano;(SEJUS). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Esta ação faz parte do projeto "Curtição Sim, Drogas Não", criado em 2015 por esta SEJUS e interrompido em 2016 por razões de irregularidades encontradas no Processo. Além disso, trata-se de uma ação que deveria ter sido realizada em conjunto com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Deste modo esta Secretaria solicitará a retirada da Meta nº 06 por meio de Ofício endereçado à SUPLAN/SEPLAG, nos termos da Lei nº 5.0602/2015 do PPA 2016/2016.

2018

Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17.

7. Realizar 01 evento esportivo (caminhada, corrida ou outra atividade), com disponibilização de informações de prevenção do uso de drogas por ano (SEJUS);

2016

Foi realizada a 1ª Caminhada de Prevenção às Drogas pela Cultura da Paz, em 26 de junho de 2016, no Eixão Sul de Brasília, em comemoração ao Dia Internacional de Combate ao Uso e ao Tráfico de Drogas. Este evento levou muita gente às ruas para lembrar a importância de prevenir e tratar o uso de entorpecentes e preservar a saúde, mantendo-se longe do mundo das drogas. Contou ainda com a presença de autoridades governamentais, líderes comunitários, artistas, estudantes e público em geral.

Durante a ação, a Secretaria de Justiça e Cidadania divulgou seus programas de enfrentamento ao uso de drogas. Na oportunidade, houve distribuição de material informativo, dicas de nutrição e treino, aferição de pressão e glicemia, avaliação física, e sorteio de brindes.

2017

Foi realizado um campeonato de futebol no projeto "Mutirão da Criança" que ocorreu no Paranoá, no dia 21 de outubro de 2017. A programação entrou no calendário do mês das crianças e oportunizou ao público-alvo um ambiente recreativo e também reflexivo já que um dos principais motes do projeto abordou as questões relacionadas à Também ocorreram atividades voltadas para a promoção da cidadania e da integração social entre as famílias envolvidas e o poder público, tendo como objetivo principal a prevenção ao uso de drogas, com uma linguagem acessível, considerando a faixa etária dos participantes. A SEJUS também aproveitou a oportunidade para reforçar informações de combate ao tráfico de pessoas, e de apoio às pessoas vítimas de violência.

2018

As constantes mudanças na Secretaria de Justiça e Cidadania ao longo do exercício de 2018 inviabilizaram a continuidade dos trabalhos e metas estipuladas. Além disso, a criação, pelo Decreto n.º 38.994, de 18 de abril de 2018, da Subsecretaria de Enfrentamento às Drogas também contribuiu para a não implementação da meta.

8. Atender ou prestar serviços de informação para 1.000 famílias por ano (SEJUS);

2016

“Ame, mas não Sofra”, programa criado para orientar famílias de dependentes químicos, conseguiu atuar na prevenção ao abuso de drogas por meio de diversas ações como a Unidade de Apoio (onde são prestadas orientações individuais às famílias), o Curso de Multiplicadores Sociais (mix de palestras de especialistas com depoimentos e grupos de apoio) e a Unidades Itinerantes (com terapia comunitária e palestra nas RA's do Distrito Federal).

O resultado, por ação corresponde a 438 participantes formados em duas edições do Curso de Multiplicadores Sociais; 494 atendimentos realizados pela Unidade de Apoio, e 109 pessoas beneficiadas nas Unidades Itinerantes, o que permitiu ultrapassar a meta nº 08 em 4% relativa à quantidade de atendimento anual proposta.

2017

A Secretaria de Justiça e Cidadania criou, em 2017, o Núcleo de Atendimento Psicossocial às Famílias para realizar atendimentos e informar/empoderar os familiares de indivíduos que fazem uso nocivo de álcool e outras drogas. Nos meses de janeiro a março foram realizadas rodas de conversa com o objetivo de informar aos familiares sobre assuntos correlatos à temática de drogas. Em média, 100 famílias passaram por esse atendimento. Realizou-se, ainda, palestras de orientação aos pais de alunos de escolas do Distrito Federal e uma ação/homenagem dirigida às mães foi executada na Rodoviária do Plano Piloto. Estes eventos alcançaram uma média de 920 famílias.

2018

Meta para 2018 leva em consideração as famílias das pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas, que foram acolhidos em comunidades terapêuticas em regime de residência. Em 2018 havia 11 (onze) comunidades terapêuticas credenciadas pelo Conselho de Políticas sobre Drogas com relação de prestação de serviço com a Secretaria de Justiça e Cidadania, ocasionando o atendimento de 3.091 famílias ao longo do ano.

9. Alcançar 500.000 pessoas por meio de vídeos de conscientização (SEJUS);

2016

Tendo em vista que os recursos constantes do Convênio nº 57/2013 (destinados à produção de vídeos de conscientização sobre o uso de droga), não puderam ser utilizados em razão da necessidade de alteração do Plano de Trabalho do referido Convênio, não foi possível alcançar as 500 mil pessoas por meio da produção dos vídeos educativos/informativos. Tal Convênio, celebrado entre o Fundo Nacional Antidrogas do Ministério da Justiça e a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal, encontra-se registrado no SICONV. O novo Plano de Trabalho aguarda aprovação do Ministério da Justiça para a execução das metas, que inclui, a contratação de empresa para a criação e produção de 12 vídeos de 30 segundos para campanha em cinemas, TV, rádio, internet e/ou outros meios de comunicação, de conscientização sobre o papel da família na prevenção e recuperação contra as drogas.

2017

Tendo em vista que os recursos constantes do Convênio nº 57/2013 (destinados à produção de vídeos de conscientização sobre o uso de droga) não puderam ser utilizados em razão da necessidade de alteração do Plano de Trabalho do referido Convênio, não atingiu a quantidade prevista de pessoas em 2017 com a produção dos vídeos educativos e informativos tratados nesta meta. Informe-se que o convênio, celebrado entre o Fundo Nacional Antidrogas do Ministério da Justiça e a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal, encontra-se registrado no SICONV e o novo Plano de Trabalho aguarda aprovação do Ministério da Justiça para a execução das metas, que inclui a contratação de empresa para a criação e produção de 12 vídeos de 30 segundos para campanha em cinemas, TV, rádio, internet e/ou outros meios de comunicação. A temática dos vídeos abrange assuntos de conscientização sobre o papel da família na prevenção e recuperação contra as drogas.

A despeito destas questões, foi possível realizar o Mutirão da Criança no Paranoá, dia 21 de outubro de 2017, e na Ceilândia, dia 28 de outubro de 2017, em referência ao mês das crianças, que contou com um público de 1.500 crianças. Neste evento, foi possível reproduzir vídeos de prevenção ao uso de drogas por meio de uma parceria com o PROERD/PMDF.

2018

Meta não realizada em virtude da criação pelo Decreto nº 38.994, de 18 de abril de 2018, da Subsecretaria de Enfrentamento as Drogas e, por conta da reestruturação, essa meta não foi possível ser realizada

10. Distribuir 100.000 cartilhas informativas por ano; (SEJUS)

2016

A Prevenção ao Uso de Drogas distribuiu 22.626 cartilhas informativas em 90 instituições educacionais e nos teatros de fantoches do projeto intitulado: Aprendendo a Dizer Não. O projeto Ame, mas não Sofra também distribuiu 5.240 cartilhas e folders informativos nas ações de apoio às famílias. Informe-se que não houve contrato em 2016 para a produção de material gráfico confeccionado pela própria SEJUS (folders e cartilhas). O material distribuído a que se refere a Meta nº 10 foi fornecido pelo SENAD, restando prejudicado o alcance da meta.

2017

Não houve contrato em 2017 para a produção de material gráfico confeccionado pela própria SEJUS (folders e cartilhas). Assim, foram distribuídas cartilhas da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas - SENAD/MJ nos eventos que a Secretaria de Justiça e Cidadania realizou e participou como parceira. Uma média de 3 mil cartilhas informativas foi distribuída em diversas ações organizadas pela Sejus ou que contaram com a sua participação.

2018

Não houve contrato em 2018 para a produção de material gráfico confeccionado pela própria SEJUS (folders e cartilhas). Assim, foram distribuídas cartilhas da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas - SENAD/MJ nos eventos que a Secretaria de Justiça e Cidadania realizou e participou como parceira. Uma média de 8.400 mil cartilhas informativas foi distribuída em diversas ações organizadas pela SEJUS ou que contaram com a sua participação.

11. Atender ou prestar serviços de reinserção para 1.000 dependentes químicos e profissionais da área por ano (SEJUS);

2016

Foram prestados serviços contínuos de acolhimento (na modalidade internação, em regime de residência) a 898 pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas. As parcerias renovadas entre esta Secretaria de Estado e as comunidades terapêuticas Abba Pai, Caverna de Adulão, Instituto Crescer, Renovando a Vida e ONG Salve a Si foram formalizadas por meio de Contratos, com vigência até o Exercício/2016. A SEJUS lançou o Edital de Credenciamento nº 001/2016, publicado no DODF nº 164, de 30 de agosto de 2016, com vistas à seleção de novas entidades para a prestação serviços de acolhimento de pessoas com transtornos decorrentes do uso de drogas.

2017

Em 2013, iniciou-se uma parceria SEJUS/SENAD com vistas à reinserção de dependentes químicos no âmbito das comunidades terapêuticas, entretanto, em razão de as metas propostas no Plano de Trabalho não estarem compatíveis com a realidade de execução do projeto, a SEJUS propôs alteração das metas na oportunidade à SENAD (ente concedente do recurso). Ressalte-se que o referido Plano não foi autorizado por aquela Secretaria, para a descontinuidade das ações inicialmente pactuadas. Durante o exercício/2017, as alterações propostas no Plano de Trabalho não tiveram andamento realizadas em razão de frequentes mudanças de gestão à frente desta Pasta o que impossibilitou o atingimento da Meta 11.

2018

Foram prestados serviços contínuos de acolhimento (na modalidade internação, em regime de residência) a 2.951 (dois mil novecentos e cinquenta e um) pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas. As parcerias renovadas entre esta Secretaria de Estado e as comunidades terapêuticas: Abba Pai, Caverna de Adulão, Instituto Crescer, Renovando a Vida, Salve a Si, desafio jovem, mar vermelho, despertai, maanain, amai e novo tempo

12. Implantar 02 novos Conselhos Regionais por ano; (SEJUS) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Tendo em vista a similitude da Meta nº 12 com a de nº 16, será solicitada manifestação ao Conselho de Políticas sobre Drogas – CONEN para que opte por sua retirada (caso entenda tratar-se do mesmo objeto), ou pela sua manutenção. Sobre o alcance desta meta, a SUBJUSPRED tratou de detalhar a avaliação logo mais adiante, na Meta 16.

2018

Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17

13. Credenciar 25 novos Entes e Agentes Antidrogas por ano (SEJUS);

2016

Em 2016, por meio do Conselho de Políticas sobre Drogas, foram realizadas aproximadamente 15 visitas de orientação, fiscalização e averiguação das condições para concessão ou renovação de registro no Cadastro de Entes e Agentes Antidrogas do Distrito Federal. Também houve a celebração de novos contratos com as Comunidades Terapêuticas - CTs, o que possibilitou o aumento de 5 para 13 CTs contratadas.

2017

Tendo em vista que o credenciamento dos entes é válido por três anos, e que em 2017 o Conselho de Políticas sobre Drogas credenciou oito delas, a SEJUS solicitará, em momento oportuno, a adequação da Meta nº 13 para a seguinte redação: "Credenciar 8 Novos Entes e Agentes Antidrogas por Ano". O objetivo é compatibilizar as metas propostas neste PPA com a realidade de ações promovidas pela Secretaria de modo que a fiscalização, orientação e averiguação das condições para concessão e renovação de registro no cadastro de entes e agentes antidrogas do DF estejam em conformidade com a meta apresentada.

2018

Foram concedidos 11(onze) novos credenciamentos de entes e agentes antidrogas, sendo 5(cinco) agentes que são pessoas físicas que tem interesse de trabalhar na área de drogadição e 6(seis) entes, nesse caso com nova concessão a comunidades terapêuticas com cadastro vencidos.

14. Disponibilizar 500 leitos para atendimento às pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas, com aumento de 5% nos anos seguintes (SEJUS);

2016

Em 2016, por meio do Conselho de Políticas sobre Drogas – CONEN, houve a celebração de novos contratos com comunidades terapêuticas, o que aumentou de 5 para 13 o número de entidades contratadas. Deste modo, foi possível ampliar a quantidade de leitos de 152 para 316, destinados a pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas. Com o fim de alcançar a Meta nº 14, o CONEN/DF realizou 09 reuniões ordinárias e 30 atendimentos presenciais e 200 telefônicos a representantes das Comunidades Terapêuticas; liderou reuniões com os representantes das CT's para esclarecimento de dúvidas acerca dos contratos com a SEJUS; organizou 02 reuniões para a elaboração da minuta de edital de credenciamento para contratação de vagas em CT's; promoveu 20 visitas para a concessão de registro e/ou apuração de denúncias e 02 rodas de conversas entre a CT's e o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas – CAPSAD.

2017

Em outubro de 2017 foi publicado no Diário Oficial do Distrito Federal o Edital de Chamamento Público nº. 01/2017-FUNPAD/DF, entretanto, não houve celebração dos Termos de Colaboração tendo em vista a insuficiência de recursos orçamentários para cobrir as despesas para ampliação das vagas/leitos com fins de acolhimento a pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas.

Parcerias da SEJUS com entes privados possibilitaram que o Fundo Antidrogas do Distrito Federal - FUNPAD executasse o referido acolhimento em regime de residência. E, durante o ano, foi pleiteada a ampliação da capacidade de atendimento e de custeio para 400 vagas por mês, conforme previsto no Plano Plurianual 2016/2019, ao custo de R\$ 1.000,00/vaga.

Durante o exercício 2017 foram custeados, com recursos do Fundo Antidrogas do Distrito Federal – FUNPAD, 316 vagas/leitos para dependentes químicos, e o compromisso do FUNPAD/SEJUS é ampliar a quantidade de vagas para 500 em 2018, compreendendo-se que ainda se trata de um número pequeno de cobertura, se levarmos em conta a demanda por internação nas comunidades terapêuticas e consequente necessidade de ampliação do serviço.

2018

Foram disponibilizadas 400(quatrocentos) vagas para o acolhimento de pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas, em internação em regime de residência, no dia 15 de dezembro de 2018 houve a cerimônia de assinatura dos 13(treze) termos de colaboração com 13(treze) comunidades terapêuticas Credenciadas pelo Conselho de Políticas sobre Drogas do Distrito Federal para o trabalho de internação em regime de residência.

15. Apoiar projetos que visem à redução da oferta e da demanda de drogas (SEJUS);

2016

A SEJUS apoiou em 2016 o projeto “Ame, mas não Sofra” o qual engloba ações direcionadas às famílias de dependentes químicos, atendimento multidisciplinar de equipe formada de psicólogo e assistente social, seminário de multiplicadores de ações sociais de apoio às famílias e rodas de terapia comunitária, com foco nas ações:

- a) Preventiva: apoio às famílias dos dependentes;
- b) Multiplicadora: realização de seminários para disseminação de informações e formação de multiplicadores;
- c) De Apoio: foi criada uma Unidade de Apoio às famílias para promover acolhimento e informação, com sede na SEJUS, localizada no SAIN Estação Rodoferroviária, Térreo;
- d) Interativa: a Secretaria criou o canal de comunicação com as famílias por meio do endereço eletrônico amemasnaosofra@sejus.df.gov.br e da página do Projeto no site da SEJUS: <http://www.sejus.df.gov.br/projetos/ame-mas-nao-sofra>.

2017

A SEJUS apoiou até o primeiro semestre de 2017 o projeto “Ame, mas não Sofra” com ações dirigidas às famílias de dependentes químicos. Além disso, realizou ações continuadas de prevenção ao uso de drogas e às violências em escolas públicas do Distrito Federal e criou o Núcleo de Atendimento Psicossocial às Famílias visando prestar acolhimento e orientação às famílias de dependentes de substâncias psicoativas visando a conscientização sobre a codependência.

2018

Em 2018 foram executados os projetos RAPensando e SER CRIANÇA. As atividades do Projeto RAPensando partem da reflexão e da prática dos princípios filosóficos e artísticos do HIP HOP como contribuição para a prevenção ao uso/abuso de drogas e redução de violências provenientes dele. A proposta tem caráter de inclusão e reinserção social, minimizando a discriminação e o preconceito. Portanto, funciona como uma atividade saudável, resgatando jovens dos vários cenários de violências e prevenindo conflitos. O projeto agrega valores como trabalho em equipe, respeito e tolerância. Será desenvolvido em 25 escolas da rede pública de Ensino de Ceilândia/DF, sendo 02(duas) intervenções por escola nos turnos matutino e vespertino, totalizando 50 intervenções.

O projeto Ser Criança tem por objeto desenvolver atividades artísticas teatrais, com temas voltados à Orientação e Prevenção às Drogas em Escolas Públicas pré-agendadas nas cidades de: Planaltina, São Sebastião, Paranoá, Itapoã, Núcleo Bandeirante, Candangolândia, Riacho Fundo I e II, bem como Praças e/ou espaços destinados a realização de Eventos, a serem determinados pela SEJUS-DF

16. Instalar 7 Conselhos Distritais/Regionais de Políticas sobre Drogas. (SEJUS)

2016

Sobre a criação dos Conselhos Regionais a PGDF apresentou à SEJUS algumas manifestações para explicitar alguns pontos da minuta do decreto. A Procuradoria enumerou algumas questões a serem dirimidas para que melhor compreenda a formatação que a minuta do diploma ora em análise pretende emprestar aos CONRED's: Sobre a legitimidade para a criação dos Conselhos - art. 1º; Sobre a natureza privada dos CONRED's – art. 7º; Sobre o sentido da expressão “cooperação voluntária” – art. 7º; Forma de custeio dos Conselhos; Criação de assessoria Jurídica para os CONRED's. A AJL da SEJUS respondeu aos questionamentos feitos pela PGDF e encaminhou os autos ao CONEN para atendimento do teor do parecer da Procuradoria.

2017

Para a instalação dos Conselhos Distritais/Regionais de Políticas sobre Drogas são necessárias parcerias que envolva a participação de outros órgãos públicos como as Administrações Regionais, por exemplo, por meio da cessão de espaços físicos para as referidas instalações. Foi autuado o processo nº 400.001.290/2015 Não foi possível estabelecer essas parcerias por ausência de espaços físicos nas RA's, razão pela qual não foi possível a criação dos CONRED's também durante o Exercício/2017.

2018

As constantes mudanças na Secretaria de Justiça e Cidadania ao longo do exercício de 2018 inviabilizaram a continuidade dos trabalhos e metas estipuladas. Além disso, a criação, pelo Decreto n.º 38.994, de 18 de abril de 2018, da Subsecretaria de Enfrentamento às Drogas também contribuiu para a não implementação da meta.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1406	COBERTURA DE ATENÇÃO AO USUÁRIO OU DEPENDENTE DE DROGAS	%			45	-	65	12,5	75	57	80	SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 5
1407	INSERÇÃO LABORAL OU PRODUTIVA	%			5	-	18	15	35	14	53	SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 5
1408	INSERÇÃO HABITACIONAL	%			10	-	20	50	30	30	37	SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 5
1668	ALUNOS ALCANÇADOS PELAS AÇÕES DE PREVENÇÃO CONTRA O USO E ABUSO DE DROGAS	PESSOA	0	31/12/2016	30.000	18.961	30.000	25.000	30.000	38.180	30.000	SUPRED/ SEJUS / UO 44101 / OE 5
1669	FAMÍLIAS ALCANÇADAS PELAS AÇÕES DO PROGRAMA "AME, MAS NÃO SOFRA" (DEPENDENTE QUÍMICO)	FAMÍLIA	0	31/12/2016	1.000	1.341	200	120	200	228	200	SUPRED/ SEJUS / UO 44101 / OE 5
1670	DEPEDENTES QUÍMICOS INSERIDOS EM PROGRAMAS OU SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO OU INSERÇÃO SOCIAL	PESSOA	0	31/12/2016	1.000	898	400	316	400	343	400	SEJUS / UO 44101 / OE 5

Justificativas 2016

Indicador 1406 - Em 2016 foram realizadas adequações pertinentes à Lei Nacional nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que dispõe sobre o regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública e Organizações da sociedade civil, no Termo de Referência para publicação de Chamamento Público com vistas ao estabelecimento de parceria com Organização da Sociedade Civil para execução do Programa Cuidando da Vida.

Indicador 1407 - Em 2016 foram realizadas adequações pertinentes à Lei Nacional nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que dispõe sobre o regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública e Organizações da sociedade civil, no Termo de Referência para publicação de Chamamento Público com vistas ao estabelecimento de parceria com Organização da Sociedade Civil para execução do Programa Cuidando da Vida

Indicador 1408 - Em 2016 foram realizadas adequações pertinentes à Lei Nacional nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que dispõe sobre o regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública e Organizações da sociedade civil, no Termo de Referência para publicação de Chamamento Público com vistas ao estabelecimento de parceria com Organização da Sociedade Civil para execução do Programa Cuidando da Vida.

Indicador 1668 - O índice foi alcançado através da articulação de ações integradas nas diversas áreas (saúde, educação, segurança pública, cultura, esporte e lazer) de modo a garantir a intersectorialidade da Política sobre Drogas; através do projeto escola compartilhada. Que tem como objetivo e missão de desenvolver e coordenar as políticas sobre drogas voltadas para a melhoria da qualidade de vida de diversos alunos em escola pública e particular.

Indicador 1669 - A superação da meta foi conquistada em virtude do programa de informação, apoio e orientação as famílias de dependentes químicos e de preservação ao abuso de drogas, por meio da unidade de apoio no qual são prestadas orientações individuais às famílias; curso de multiplicadores sociais, composto por palestras de especialistas, depoimentos de grupos de apoio. Realizadas campanha virtual prevenção da Rede, cartazes com intuito de sensibilizar as famílias p. o seu papel na prevenção das drogas.

Indicador 1670 - O índice foi alcançado, não como se pretendia. Mas, dentro geral foi bastante satisfatório. Garantiu a implementação, efetivação e melhoria do programa, ações e atividades de redução da demanda (prevenção, tratamento, recuperação e reinserção social e ocupacional) e redução de danos, levando em consideração os indicadores de qualidade de vida.

Justificativas 2017

Indicador 1406 - O projeto conta atualmente com 5 usuários frequentando o CAPS AD. Ressaltamos que outras pessoas buscaram nesse período tratamento para a superação de sofrimento relacionado ao abuso de substâncias. No entanto, ainda estão em processo de mobilização ou vinculação aos CAPS AD e não foram quantificados nessa etapa.

Indicador 1407 - Um dos principais motivos do atraso no cumprimento desta meta foi a extinção do PRONATEC Pop Rua, que seria a grande via de capacitação e profissionalização dos parceiros do Projeto Cuidando da Vida. Para buscar novas estratégias de inclusão das pessoas no mundo do trabalho, foi realizada supervisão com Léo Pinho, financiada pela FIOCRUZ, no dia 29/08, para discutir a construção de uma incubadora de empreendimentos para a população em situação de rua.

Indicador 1408 - Perceberam-se várias mudanças significativas no comportamento e na atitude dos usuários, após sua entrada no Projeto e fica patente a diferença na qualidade do acolhimento prestado a estas pessoas pelo Projeto Cuidando da Vida.

Indicador 1668 - A impossibilidade de alcance deste índice de desempenho deve-se, entre outras razões, por não haver equipe de pessoal em quantitativo suficiente à demanda de atendimentos indicados. Além da carência na área de qualificação técnica para a execução de atividades do Programa. Não obstante o exposto, as constantes alterações na gestão da Secretaria e as substituições de equipes inteiras por novos servidores também comprometeram a continuidade regular dos projetos.

Indicador 1669 - O indicador de desempenho relativo ao Programa AME, MAS NÃO SOFRA não foi alcançado como desejado porque também esbarra na insuficiência quantitativa de equipe de pessoal. Há também a carência de qualificação técnica para a execução das atividades do Programa, bem como, alterações constantes na gestão da Secretaria e substituições de equipes de pessoal por novos servidores, o que comprometeu o regular andamento das ações.

Indicador 1670 - Os resultados poderiam ter sido maximizados com a ampliação do efetivo de servidores e/ou a criação de novos cargos em comissão para compor a estrutura administrativa do CONEN. Além disso, os recursos orçamentários suplementares destinados ao Edital de Chamamento nº 01/2017 somente foram liberados em SET/2017, o que reforçou sobremaneira a impossibilidade de alcance da meta do indicador.

Justificativas 2018

Indicador 1406 - Perceberam-se várias mudanças significativas no comportamento e na atitude dos usuários, após sua entrada no Projeto e observamos aumento no número de atendidos. No entanto, ainda são necessárias articulações com a rede e desenvolvimento de estratégias para o alcance da meta.

Indicador 1407 - A extinção do Pronatec Pop Rua, que seria a grande via de capacitação e profissionalização dos parceiros do projeto Cuidando da Vida resultou no atraso do cumprimento dessa meta.

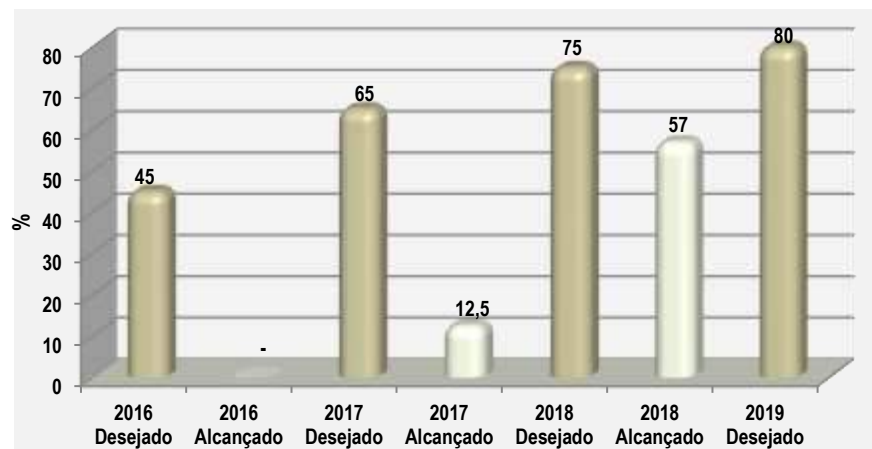
Indicador 1408 - Perceberam-se várias mudanças significativas no comportamento e na atitude dos usuários, após sua entrada no Projeto o que facilitou o cumprimento dessa meta.

Indicador 1668 - Este número foi superado especialmente devido à implementação de dois Projetos de Prevenção no combate ao uso de drogas: projetos "Ser Criança" e "RaPensando". O primeiro, com 174 (cento e setenta e quatro) intervenções de prevenção em 80 (oitenta) colégios de ensino pré-escolar; e o segundo, com 50 (cinquenta) intervenções em 25 (vinte e cinco) colégios de ensino fundamental da Região Administrativa da Ceilândia.

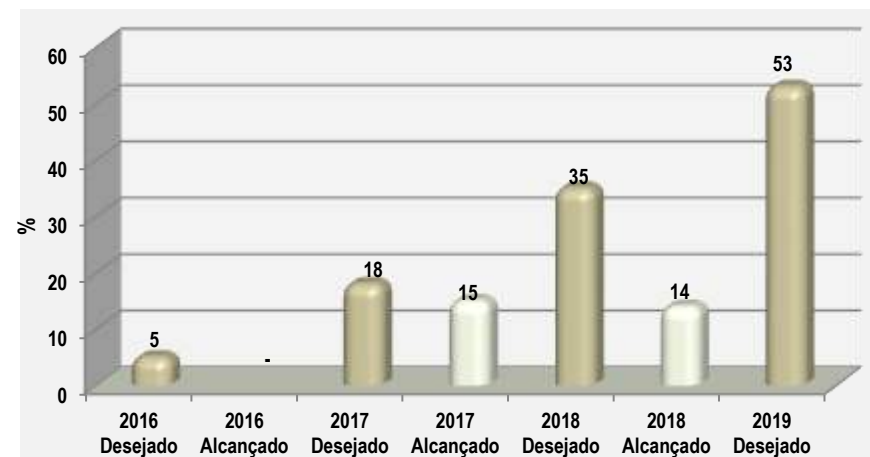
Indicador 1669 - Embora o número alcançado tenha superado o índice desejado de atendimentos, poder-se-ia ser maior caso a estrutura da Subsecretaria de Enfrentamento às Drogas, criada por força do Decreto n°. 38.994, de 18 de abril de 2018, tivesse contemplado em sua estrutura um Núcleo de Atendimento próprio para as famílias. Deste modo, o atendimento ocorre basicamente em ações de prevenções realizadas em Mutirões da Cidadania, Ações Globais, Mutirões da Criança e outros eventos realizados pela SEJUS.

Indicador 1670 - O cumprimento da meta fica correlacionada a uma maior oferta de vagas para acolhimento. Considerando que somente em Dezembro de 2018 foram assinados novas parcerias por meio de Termos de Colaboração, espera-se o atingimento da meta para o exercício 2019.

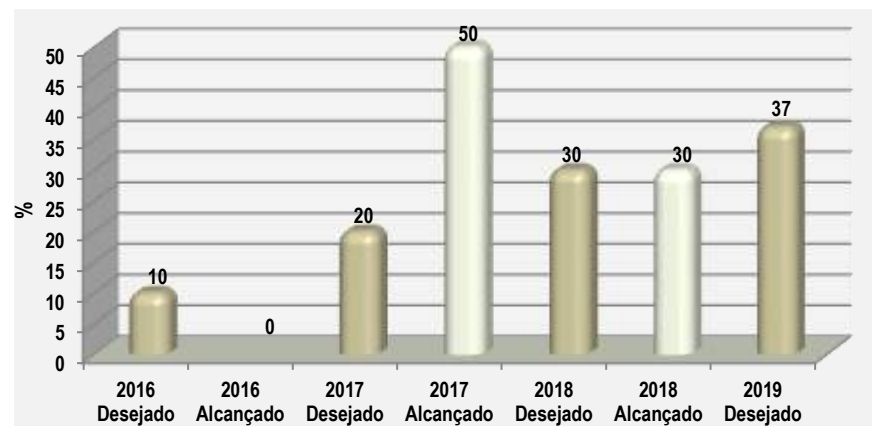
COBERTURA DE ATENÇÃO AO USUÁRIO OU DEPENDENTE DE DROGAS



INSERÇÃO LABORAL OU PRODUTIVA



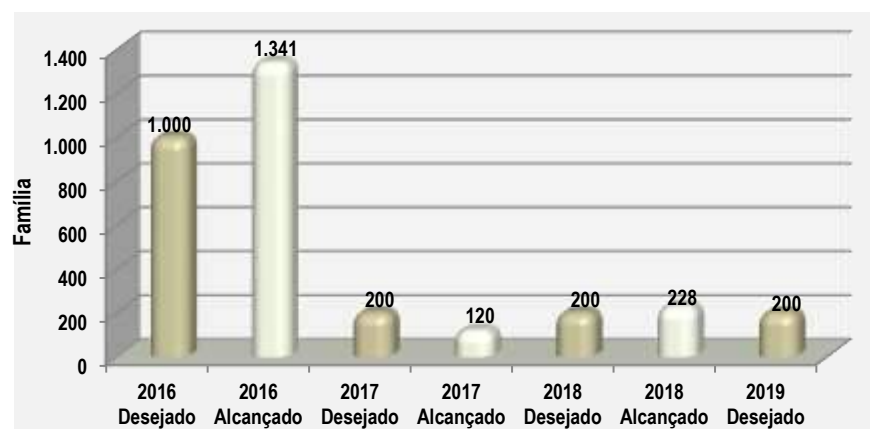
INSERÇÃO HABITACIONAL



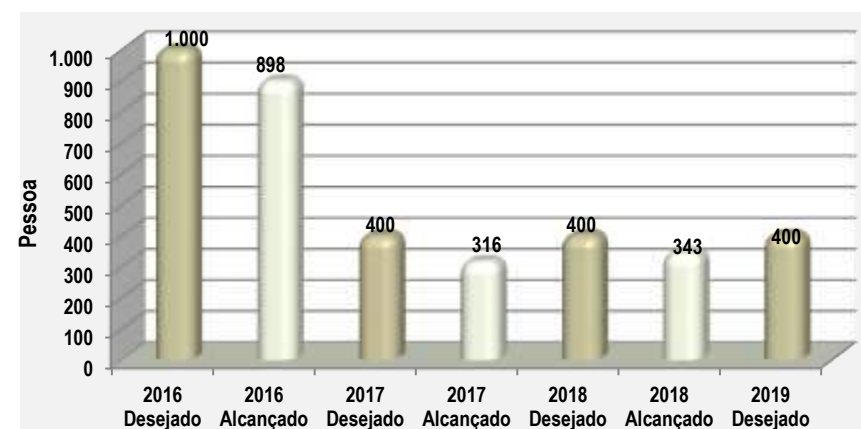
ALUNOS ALCANÇADOS PELAS AÇÕES DE PREVENÇÃO CONTRA O USO E ABUSO DE DROGAS



FAMÍLIAS ALCANÇADAS PELAS AÇÕES DO PROGRAMA "AME, MAS NÃO SOFRA" (DEPENDENTE QUÍMICO)



DEPENDENTES QUÍMICOS INSERIDOS EM PROGRAMAS OU SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO OU INSERÇÃO SOCIAL



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6228	5	1	Articulação das redes de atenção integral a usuários de álcool e outras drogas para a execução intersectorial de projetos, atividades e ações transversais. (SEDESTMIDH)	25101	50	<p>2016 O programa será iniciado em 2017, no entanto, a equipe da Secretaria vem desenvolvendo parceria com a equipe do Consultório na Rua e com os Centros de Atenção Psicossocial, ampliando a capacidade de atendimento integrado bem como estabelece articulação com os centros especializados em casos de pessoas com uso de problemático de álcool e drogas, Articulação realizada fora do Projeto Cuidando da Vida.</p> <p>2017 O Projeto Cuidando da Vida foi iniciado em 12 de abril de 2017, sendo executado por meio de parceria com a organização da Sociedade Civil Namastê, com meta de atendimento de 200 pessoas na região administrativa de Brasília. O projeto é desenvolvido por meio de articulação entre a equipe da OSC, do Centro Pop Brasília, Consultório na Rua e Centro de Atenção Psicossocial Candango.</p> <p>2018 O Projeto foi desenvolvido por meios de diversas parcerias governamentais e não governamentais. SES, SEE e AEUD e OSC, Namastê.</p>
6228	5	2	Lançar edital de chamamento público, no DODF, para seleção de projetos que visem à redução da oferta e da demanda de drogas. (SEJUS)	44101	0	<p>2016 A respectiva ação visa garantir a participação e colaboração da sociedade na proposição de políticas públicas no que tange à oferta e a demanda de drogas. Além disso, a respectiva iniciativa pretende dar maior efetividade às políticas sobre drogas atualmente desenvolvidas pela SEJUS. No entanto, tal iniciativa, ainda carece de implementação em virtude de mudanças de gestão as quais impactaram o lançamento do edital de chamamento público, pois, os gestores que ocuparam cargos em 2016 não detinham o conhecimento das ações constantes do PPA (2016/2019). Para o segundo semestre de 2017 pretende-se lançar o aludido edital de chamamento público.</p> <p>2017 Em 2017, não foi possível realizar a implementação do objetivo elencado considerando que os recursos liberados para o FUNPAD, mesmo após a suplementação realizada em programa específico, foram utilizados em praticamente sua totalidade no atendimento ao acolhimento/tratamento de dependentes químicos através de comunidades terapêuticas credenciadas no Cadastro de Entes e Agentes Antidrogas do Distrito Federal (CEAAD). Com a recriação de uma unidade orgânica específica para a gestão dos projetos e assuntos relacionados à temática da drogadição,</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						deverá ser publicado no 2º semestre de 2018 um edital para o atendimento do objetivo. 2018 Em 2018, foi publicado o DECRETO Nº 39.148, DE 26 DE JUNHO DE 2018, dispondo sobre a concessão do Selo Empresa Parceira às empresas e organizações privadas que reservarem vagas para inserção de dependentes químicos no mercado de trabalho.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

2016/2018

SEJUS

Em 2016, o objetivo específico decorre da necessidade de descentralizar e integrar os diversos atores envolvidos nas ações de enfrentamento às Drogas, em especial da sociedade civil. Situação que se coaduna com o que prevê o Decreto nº 36.628, de 22 de julho de 2015, o qual consolida a legislação sobre o Comitê de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, uma vez que esse Decreto prevê como objetivo a promoção e ampliação da participação comunitária nas políticas e ações de prevenção do uso, tratamento, redução de danos, reinserção social e ocupacional de usuários de crack e outras drogas e fomento da multiplicação de boas práticas, bem como o fortalecimento das ações de enfrentamento ao tráfico de crack e outras drogas em todo o território do Distrito Federal.

O objetivo em 2017 manteve-se consoante ao mencionado em 2016, isto quer dizer que ações continuaram sendo realizadas no sentido de descentralizar e integrar os diversos atores envolvidos nas ações de enfrentamento às drogas.

Em 2018, por meio do Decreto Nº 38.994, DE 18 DE ABRIL DE 2018, foi criada a Subsecretaria de Enfrentamento as Drogas na Secretaria de Justiça e Cidadania, área responsável por melhor direcionar a política sobre drogas no Distrito Federal e o Conselho de Política sobre Drogas passou a estar vinculado a esta Subsecretaria, conforme artigo 5º do mesmo Decreto "Art. 5º O Conselho de Política Sobre Drogas do Distrito Federal - CONEN-DF, passa a subordinar-se à Subsecretaria de Enfrentamento às Drogas, da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal".

No mês de junho de 2018 foi realizado o primeiro Fórum de Drogas do Distrito Federal com o tema de Reinserção Social com Dignidade, assim como foi lançado o selo empresa parceira, por meio do DECRETO Nº 39.148, DE 26 DE JUNHO DE 2018, para empresas privadas que reservarem vagas para inserção no mercado de trabalho de pessoas com problemas de dependência química.

No dia 15/12/2018 foi assinado em cerimônia na Fazenda Esperança (comunidade terapêutica feminina) os 13 (treze) termos de colaboração com comunidades terapêuticas que vigem no momento.

SEDESTMIDH

Para alcance das metas estabelecidas em 2016 foram realizadas adequações pertinentes à Lei Nacional nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que dispõe sobre o regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública e Organizações da sociedade civil, bem como no Termo de Referência que orientou o Chamamento Público para seleção e estabelecimento de parceria com Organização da Sociedade Civil para execução do Programa Cuidando da Vida, no entanto, os procedimentos administrativos para realização da efetivação da parceria será finalizado no exercício subsequente.

O Projeto Cuidando da Vida é direcionado ao público em condição de alta vulnerabilidade social, em situação de rua e uso problemático de crack e outras drogas, de forma articulada e integrada com a rede intersetorial, visando a garantia do acesso das pessoas à moradia, qualificação profissional, renda, emprego, cultura, lazer, esporte e outras políticas públicas. Ele é executado por meio de parceria com a Associação Cultural Namastê e com financiamento da Secretaria Nacional de Política sobre Drogas – SenaD/MJ.

O Cuidando da Vida é um projeto piloto da metodologia do Housing in First (habitação em primeiro lugar) como estratégia de atendimento a pessoas em situação de rua com vínculo extremamente problemático com drogas e com grande dificuldade de acesso aos serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e do Sistema Único de Saúde (SUS).

O Housing in First é uma tecnologia recente de intervenção das políticas sociais voltadas para pessoas em situação de rua. Ela é uma alternativa aos serviços de acolhimento e lógicas de moradia de transição, que rompem com a perspectiva que considera que o acesso a uma habitação é a última etapa de uma intervenção organizada por acesso gradativo às políticas sociais. Nessa nova perspectiva, o acesso a uma habitação estável é considerado a prioridade da intervenção e instrumento da transformação integral do sujeito e reconstrução de laços comunitários.

A SEDESTMIDH prorrogou a execução do projeto até o dia 05 de junho de 2018, coincidindo com o prazo de vigência do Convênio SICONV nº 814349/2014, fonte dos recursos desta parceria. Nesse processo de aditamento, também foram realizadas alterações nas metas previstas do Plano de trabalho.

A expectativa do projeto era incluir em moradia 30 pessoas do público alvo mais vulnerável. Contudo, só foi viável a garantia de moradia a 20 pessoas, em razão das enormes verificadas no provimento de aluguéis residenciais para o público mais vulnerável e a sobrecarga sobre a equipe do projeto na viabilização do acompanhamento na moradia com a proximidade e frequências necessárias.

O projeto tinha a meta de qualificação profissional e acesso a renda de 65 pessoas. Contudo, essa ação precisou ser concentrada em 20 pessoas. A qualificação e o acesso à renda das 65 pessoas eram previstos por meio de cursos a serem ofertados pelo Programa PRONATEC Pop Rua. Contudo, o Programa PRONATEC Pop Rua deixou de ser executado nacionalmente. Também era prevista a inserção das pessoas atendidas no Projeto da Revista Traços, no entanto, percebe-se que, com relação às pessoas que fazem uso problemático de substâncias, no grau de comprometimento do público referenciado pelo Cuidando da Vida, os beneficiários, à exceção de alguns poucos, não se interessaram pela proposta da Revista.

Por outro lado, foi observado que a metodologia adotada permitiu o aumento significativo do número de pessoas engajadas em tratamento de saúde e redução na vinculação problemática com drogas.

Com o aditamento, o projeto ainda está em curso e terá seus resultados avaliados no final da sua execução. O Cuidando da Vida também está sendo acompanhado pela Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, por meio do Projeto Redes, o qual visa à promoção de articulação intersetorial de políticas sobre Drogas, tendo como objetivo principal realizar assessoria no desenvolvimento de metodologias de articulação intersetorial territorial para integração entre as políticas públicas de inclusão social e do exercício da cidadania das pessoas com problemas relacionados às drogas.

A avaliação do projeto teve uma avaliação positiva por parte da equipe executora, inclusive foi solicitado sua prorrogação, que não foi concedido. A principal razão do pedido de prorrogação do projeto é a avaliação por parte dos profissionais envolvidos, do grande risco de retrocesso na cessação do acompanhamento intensivo dos beneficiários das ações executadas, visto que ainda demandam apoio e atenção diferenciados para manter e avançar nas importantes aquisições alcançadas, em especial o acesso à moradia, a incipiente integração sociocomunitária e a significativa redução no consumo de substâncias. O entendimento da equipe é de que a prorrogação permitiria a implementação de medidas corretivas e aperfeiçoadoras do Projeto, entre as quais: contratação de um psicólogo para atenção clínica aos beneficiários do Projeto que requerem apoio psicoterápico; aluguel de espaço físico adequado, próximo ao território focalizado na intervenção, a saber, a Q. 05 do Setor Comercial Sul, principal cena de uso de crack do Distrito Federal; locação de mais uma viatura de pequeno porte para agilidade das visitas e outras providências inerentes à rotina da equipe.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

006 – RESGATE DA CIDADANIA - Resgatar a cidadania dos adolescentes e jovens em situação de conflito com a lei com dignidade, dando-lhes oportunidades de crescimento pessoal e profissional, através da educação, arte, cultura, esporte, lazer entre outros, promovendo o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

51.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE - SECRIANÇA

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNIDADE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6228	FAMÍLIAS FORTES	6	1	Atender as necessidades básicas dos adolescentes e jovens vinculados ao Sistema Socioeducativo; (SECRIANÇA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	95	100		100,0
6228	FAMÍLIAS FORTES	6	2	Atender 100% dos socioeducandos em unidades que seguem as diretrizes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, quanto ao espaço físico, infraestrutura e capacidade; (SECRIANÇA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	80	80		80,0
6228	FAMÍLIAS FORTES	6	3	Promover ações de orientação educacional aos internos do sistema socioeducativo; (SECRIANÇA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	95	100		100,0
6228	FAMÍLIAS FORTES	6	4	Instalar Scanner Corporal em todas as Unidades de Internação do Distrito Federal; (SECRIANÇA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	45	100		100,0
6228	FAMÍLIAS FORTES	6	5	Implantar o sistema de monitoramento informatizado em 100% das unidades e conselhos da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude; (SECRIANÇA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	35	60	76		76,0
6228	FAMÍLIAS FORTES	6	6	Implantar um sistema gerador de relatórios e estatísticas para todas as áreas fins da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude. (SECRIANÇA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	52	70	90		90,0

Análise Qualitativa**1. Atender as necessidades básicas dos adolescentes e jovens vinculados ao Sistema Socioeducativo (SECRIANÇA);****2016**

Esta meta é alcançada com êxito dentro do Sistema Socioeducativo por meio das ações que satisfazem serviços de higiene, salubridade dentro das internações e semiliberdades, alimentação, saúde, conforto nos quartos (colchões e lençóis) e vestuário.

2017

As necessidades básicas dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas vêm sendo providas com êxito. Os kits de higiene pessoal e vestuário foram distribuídos a todos os adolescentes que passaram pelas Unidades Socioeducativas do DF em 2017, além de as famílias estarem autorizadas a fornecerem alguns desses materiais por voluntariedade própria (dentro dos padrões estabelecidos).

Quanto à alimentação, vale destacar que o contrato atual de alimentação está em fase final e foi elaborado termo de referência para a contratação de nova empresa, a licitação está em fase de contratação junto à SEPLAG. Neste aspecto, imperioso é destacar que, ampliando a oferta de atendimento de necessidades básicas aos adolescentes atendidos, foi previsto o fornecimento de kit lanche para as Unidades de Atendimento em Meio Aberto, eis que tais unidades realizam atendimentos periódicos aos adolescentes.

2018

Foram atendidos 100% dos adolescentes em suas necessidades básicas. Em todas as Unidades de privação e restrição de liberdade asseguraram-se os itens básicos necessários para os adolescentes, como alimentação, apoio para documentação, acesso a meios de comunicação, visita de familiares, integridade física e psicológica, bem como foram garantidos os direitos à escolarização, profissionalização, saúde, esporte, cultura e lazer. Destaca-se, quanto à alimentação, que foi formalizado novo contrato de alimentação ampliando a oferta de atendimento de necessidades básicas aos adolescentes atendidos, com fornecimento de kit lanche para as Unidades de Atendimento em Meio Aberto.

2. Atender 100% dos socioeducandos em unidades que seguem as diretrizes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, quanto ao espaço físico, infraestrutura e capacidade (SECRIANÇA);

2016

Atualmente o Sistema Socioeducativo atende 100% da demanda de adolescentes sentenciados ao cumprimento das medidas socioeducativas de Internação e Semiliberdade, porém com espaço físico, infraestrutura e capacidade aquém do necessário e previsto nas diretrizes do SINASE. Atuamos, em média, 10% acima da capacidade das Unidades de Internação e 50% acima da capacidade das Unidades de Semiliberdade. A adequação necessária será ajustada, em parte, quando do atendimento da meta prevista no Programa 6228, objetivo específico 4, meta 1.

2017

A SECRIANÇA conta com Central de Vagas, órgão ao qual compete promover a gestão das vagas e encaminhamentos dos jovens que dão entrada no Sistema Socioeducativo. Assim sendo, a gestão da capacidade das vagas das Unidades Socioeducativas passa por diário acompanhamento, a fim de que haja um contrabalanço na gestão das vagas das Unidades de acordo com a sua capacidade. Não se nota preocupante superlotação, até porque o Sistema Socioeducativo é demasiadamente dinâmico, de modo que diariamente entram e saem jovens das Unidades. Ainda sobre a capacidade, é importante mencionar que a Central de Vagas realiza permanente gestão junto ao Poder Judiciário, de maneira que algumas audiências de reavaliação são realizadas periodicamente, nas quais ocorre, quando a situação assim o permite, a liberação dos jovens que já estão em fase final de cumprimento da medida.

Quanto ao espaço físico, a SECRIANÇA conta com 08 Unidades de Internação, 06 Unidades de Semiliberdade e 15 Unidades de Atendimento em Meio Aberto. Existe a previsão de inauguração de mais duas Unidades de Internação, em Brazlândia e uma Unidade exclusivamente para atendimento de jovens do sexo feminino no Gama. As obras de Brazlândia estão em avançado estado de edificação, de maneira que em breve esta Unidade deverá estar em funcionamento. Quanto à obra do Gama, esta está ainda em fase inicial de construção.

2018

A gestão da capacidade das vagas das Unidades Socioeducativas passa por diário acompanhamento a fim de que haja um contrabalanço na gestão das vagas das Unidades de acordo com a sua capacidade. A cada semestre é feito um relatório pela Central de Vagas do Sistema Socioeducativo, constando o perfil dos adolescentes e a relação de capacidade versus efetivo. Ainda sobre a capacidade, é importante mencionar que a Central de Vagas realiza permanente gestão junto ao Poder Judiciário, de maneira que algumas audiências de reavaliação de medida socioeducativa são realizadas periodicamente, nas quais ocorre, quando a situação assim o permite, a liberação dos jovens que já estão em fase final de cumprimento da medida. O espaço físico, a infraestrutura e a capacidade das Unidades permanecem, contudo, aquém do necessário e previsto nas diretrizes do SINASE.

Quanto ao espaço físico, o Sistema Socioeducativo conta com 08 Unidades de Internação, 06 Unidades de Semiliberdade e 15 Unidades de Atendimento em Meio Aberto. Existe a previsão de inauguração de mais duas Unidades de Internação, em Brazlândia e uma Unidade exclusivamente para atendimento de adolescentes e jovens do sexo feminino no Gama. As obras de Brazlândia estão em avançado estado de edificação, porém, devido à falência da empresa contratada para a obra, a inauguração foi comprometida. Quanto à obra do Gama, existe previsão de inauguração em junho de 2019. Durante o ano de 2018, foram realizadas visitas técnicas de pesquisadores do Núcleo de Edificações Penais da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, visando à elaboração de relatório técnico das edificações e contribuições para a melhoria dos espaços.

Ademais, em 2018, foi iniciado projeto realizado a partir de Termo de Cooperação Técnica Internacional com o Fundo das Populações Unidas (UNFPA/ONU) visando o diagnóstico do Sistema Socioeducativo e ações propositivas para conformidade da política de atendimento com a legislação vigente.

Em dezembro de 2018, por meio de ação civil pública ajuizada pelo MPDFT, foi destinado recurso do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal exclusivamente para a construção de unidades de semiliberdade.

3. Promover ações de orientação educacional aos internos do sistema socioeducativo (SECRIANÇA);

2016

As ações de orientação educacional são realizadas por meio dos atendimentos dos especialistas socioeducativos aos adolescentes e jovens, especialmente na figura do Pedagogo. Palestras, oficinas e eventos desta temática também são realizados com certa periodicidade, o que visa estimular o desenvolvimento pessoal e a cidadania destes jovens.

2017

Os adolescentes não cessam de receber escolarização nas Unidades Socioeducativas privativas de liberdade, eis que em nenhum momento esse serviço foi negado. Nas Unidades de Atendimento em Meio Aberto, considerando que os adolescentes são encaminhados para as escolas da rede pública de ensino, ou estudam em escolas particulares, considera-se que o acompanhamento escolar foi ofertado e os jovens encaminhados acompanhados pelas equipes técnicas em sua jornada escolar. Ademais, a minuta de portaria conjunta entre a SECRIANÇA e a SEEDF, que prevê o fluxo de atendimento escolar e pedagógico dos jovens atendidos pelo Sistema Socioeducativo, está em fase final de elaboração e nos trâmites derradeiros para sua efetiva publicação em Diário Oficial.

2018

No ano de 2018, foi instituída Portaria Conjunta entre SECRIANÇA e SEE visando a oferta, o acompanhamento e a avaliação da política pública de escolarização de adolescentes em Internação Provisória, em cumprimento de Medidas Socioeducativas de Internação, Semiliberdade e Meio Aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade) e dos adolescentes atendidos pelo Núcleo de Atendimento Integrado - NAI. Ademais, ações de orientação educacional são realizadas por meio dos atendimentos dos especialistas socioeducativos aos adolescentes e jovens. Vale ressaltar o grande número de termos e acordos de cooperação técnica formalizados em 2018, com a participação de Organizações da Sociedade Civil, entes públicos e privados, que realizaram ações ostensivas e periódicas para oferta de ações educacionais, profissionalizantes, culturais e de lazer.

4. Instalar Scanner Corporal em todas as Unidades de Internação do Distrito Federal (SECRIANÇA);

2016

A compra dos scanners está em fase de licitação. É uma contratação na modalidade integral e pelo critério de menor preço para a compra de 08 (oito) conjuntos de inspeção pessoal e de volumes como forma de humanizar a revista pessoal nas Unidades de Internação do Sistema Socioeducativo, incluindo os equipamentos, sala de operação, instalações, treinamentos, testes e assistência técnica.

2017

O processo de aquisição dos scanners corporais foi finalizado com êxito, sendo contratada empresa especializada em tais equipamentos. Atualmente, a empresa está em fase inicial de instalação dos equipamentos nas Unidades Socioeducativas e de capacitação dos servidores. As obras de instalação foram iniciadas na Unidade de Atendimento Inicial, na Unidade de Internação Provisória de São Sebastião, na Unidade de Internação do Recanto das Emas e na Unidade de Internação de Saídas Sistemáticas. A previsão é de que nos próximos meses sejam instalados scanners em todas as Unidades de Internação e que sejam capacitados todos os servidores que nelas laboram.

2018

Foram instalados todos os scanners corporais adquiridos (8) e realizado termo aditivo para compra de um novo scanner, visando à instalação na Unidade de Internação Feminina no Gama. A compra e instalação dos novos scanners também foram finalizadas. Ademais, todos os servidores que laboram com o scanner foram capacitados pela empresa contratada.

5. Implantar o sistema de monitoramento informatizado em 100% das unidades e conselhos da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude (SECRIANÇA);

2016

A SECRIANÇA, na gestão atual, fez o levantamento de todas as unidades. No que se refere a implantação do sistema de monitoramento informatizado, os cálculos foram feitos considerando a quantidade de unidades e 4 etapas de implantação (Infraestrutura, Equipamentos, Instalação dos Equipamentos e Configuração do Software).

Atualmente o sistema de monitoramento está instalado em sua totalidade nas Unidades de Internação, porém de forma deficitária. Visando corrigir as imperfeições de planejamento da contratação feita em 2012 e 2013, a SECRIANÇA tomou as seguintes providências: 1) após levantamento das constantes quedas e picos de energia nas Unidades de Internação fizemos um estudo de custos para aquisição de Nobreak com Módulo de Baterias. Foi aberto o processo de aquisição do material, porém não autorizaram a aquisição, mas que em 120 dias estaria disponibilizada uma Ata de Registro de Preços; 2) Outra ação tomada e já executada foi a reforma das salas onde estão instalados os equipamentos servidores e de monitoramento; 3) Para serviços de manutenção corretiva e preventiva foi aberto um processo, que está iniciando a fase de ETP – Estudo Técnico Preliminar da Contratação; 4) Para serviços de expansão de arquivamento das imagens foi aberto um processo, que está entrando na fase de cotação.

2017

A SECRIANÇA, na gestão atual, fez o levantamento de todas as unidades. No que se refere a implantação do sistema de monitoramento informatizado, a SECRIANÇA fez seus cálculos considerando a quantidade de unidades e 4 etapas de implantação (Infraestrutura, Equipamentos, Instalação dos Equipamentos e Configuração do Software). Segue-se abaixo o quadro de cálculos indicado que foi finalizada 35 % na totalidade das unidades:

Unidades	Quantitativo de Unidades			Etapas de Implantação				Percentual Final
	Quant.	Percentual		Infraestrutura	Equipamentos	Instalação	Software	
CENTROS	3	4%	0,046	1				1%
CONSELHOS	40	61%	0,615	1				15%
SEMI	7	11%	0,108	1				3%
UAMA	6	9%	0,092	1				2%
INTERNAÇÃO	7	11%	0,108	1	1	1	1	36%
SEDE	1	2%	0,015	1	1			1%
GALPÃO	1	2%	0,015	1	1	1	1	2%
	65	100%	1,000					60%

Atualmente o sistema de monitoramento está instalado em sua totalidade nas Unidades de Internação, porém de forma deficitária. Visando corrigir as imperfeições de planejamento da contratação feita em 2012 e 2013, a SECRIANÇA tomou as seguintes providências.

- Após levantamento das constantes quedas e picos de energia nas Unidades de Internação foi feito um estudo de custos para aquisição de Nobreak com Módulo de Baterias. Porém a SEPLAG não autorizou a aquisição informando que o referido Termo de Referência estaria incluído no processo eletrônico (SEI) nº 00410-00011969/2017-40, bem como em Plano de Suprimentos (PLS) e dentro de 120 dias estaria disponibilizada uma Ata de Registro de Preços. O que não ocorreu no ano de 2017.
- A reforma das salas onde estão instalados os equipamentos servidores e de monitoramento está em fase de acabamento sendo concluída no mês de abril de 2018.
- Foi autuado também o Processo 0417-001299/2016 para contratação de serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva do SMV, que esta em fase final de Estudo Técnico Preliminar em conjunto com a área fim. Devido ao valor de 7 milhões estimados no primeiro ETP estamos adequando este segundo por questões de ECONOMICIDADE.
- Para serviços de expansão de arquivamento das imagens foi aberto o processo 0417-000516/2017, que está entrando na fase de Instalação.

2018

A SECRIANÇA, na gestão de 2018, deu continuidade aos projetos e estudos iniciados no ano de 2017, visando ao prosseguimento das ações de implantação do sistema de monitoramento. Para tanto, procedeu com as seguintes medidas:

- Apuração dos problemas de infraestrutura nas Unidades de Internação que dificultavam a instalação dos equipamentos disponíveis. Apurados, sendo esses principalmente na parte elétrica, visto que os estabelecimentos são antigos, procedeu-se com as devidas reparações junto a Divisão de Engenharia.
- Contratação de empresa especializada em armazenamento e segurança de dados da informação, pelo Processo SEI nº 0417-000516/2017, necessária para a posterior instalação adequada do sistema de monitoramento.
- Integração de todos os Conselhos Tutelares, Unidade de Meio Aberto e Semiliberdade no domínio “criança.gdfnet.df”, para aprimorar o compartilhamento de documentos e informações e visando também maior dinamicidade no momento da instalação do sistema de monitoramento.

A partir dessas ações e demais medidas internas tomadas no ano, verificou-se o seguinte avanço em termos quantitativos:

Unidades	Quantitativo de Unidades			Etapas de Implantação				Percentual Final(sobre o percentual relativo da unidade)
	Quant.	Percentual		Infraestrutura	Equipamentos	Instalação	Software	
CENTROS	3	4%	0,046	3	1	-	-	35%
CONSELHOS	40	61%	0,615	25	5	-	-	48%
SEMI	7	11%	0,108	5	3	-	-	22%
UAMA	6	9%	0,092	4	2	-	-	18%
INTERNAÇÃO	7	11%	0,108	2	3	2	1	80%
SEDE	1	2%	0,015	1	1	-	-	60%
GALPÃO	1	2%	0,015	1	1	1	1	100%
	65	100%	1,000					76%

6. Implantar um sistema gerador de relatórios e estatísticas para todas as áreas fins da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude (SECRIANÇA);

2016

No que tange ao sistema de relatórios e estatística, a SECRIANÇA fez os cálculos considerando a quantidade de demandantes, complexidade de desenvolvimento e 3 etapas de implantação (infraestrutura, sistemas e relatórios). Visando este objetivo, primeiramente foram criados os servidores SRV008 (Application Server) e SRV009 (Database Server) na SEPLAG e foram desenvolvidos os seguintes sistemas de captação de dados:

- **SISTEMA DE REMANEJAMENTO DE SERVIDORES – 2016** (linguagem PHP com servidor de banco de dados MySql)
- **SISTEMA DE ATENDIMENTO – DITI:** Sistema para gestão dos chamados e serviços, de todas as unidades da Secriança, realizados pela Diretoria de Informática e Tecnologia da Informação foi desenvolvido o Sistema de Atendimento da DITI – linguagem DELPHI (para desktop) e PHP (para Web).
- **SISTEMA DE INSCRIÇÃO PARA O #BORAVENCER INTENSIVÃO – SUBJUV:** Sistema de Inscrição do processo seletivo para selecionar jovens para o preenchimento de 1.750 (um mil, setecentos e cinquenta) vagas para o projeto #BoraVencer Intensivão - curso preparatório intensivo gratuito para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) – linguagem PHP com servidor de banco de dados MySql.
- **SISTEMA DE PORTARIA – SECRIANÇA:** Sistema de controle de acesso de visitantes e servidores na sede desta secretaria que trabalha em conjunto com o sistema de catracas e cartões. – linguagem PHP com servidor de banco de dados MySql.
- **SISTEMA DE INSCRIÇÃO PARA O I FÓRUM DE PRIORIZAÇÃO DO MEIO ABERTO – SUBSIS:** Sistema de Inscrição do I Fórum de Priorização do Meio Aberto – linguagem PHP com servidor de banco de dados MySql.
- **INTRANET – linguagem PHP com servidor de banco de dados MySql.**
- **SISTEMA GESTÃO – SUBSIS – (LIVRO DO MÓDULO, GESTÃO NAI e PROCESSOS CV):** Sistema de gerenciamento de socioeducandos passando pelo NAI, controlando os processos judiciais na Central de Vagas e controlando o dia a dia do adolescente dentro das unidades de internação – linguagem PHP e C# com servidor de banco de dados MySql.
- **SISTEMA DE GEORREFERENCIAMENTO – SECRIANÇA:** Sistema de georreferenciamento criado com o intuito de centralizar os dados produzidos pelos sistemas criados dentro da secretaria da criança, trazendo a localização de longitude e latitude, registradas na API do Google Maps (interface de localização em GPS do Google), de todas as unidades da secretaria – linguagem PHP e GMAPBOARD com servidor de banco de dados MySql.

Após a implantação destes sistemas, a SECRIANÇA pretende realizar a integração de dados e criação dos relatórios e painéis estatísticos.

2017

No que tange ao sistema de relatórios e estatística, a SECRIANÇA fez seus cálculos considerando a quantidade de Demandantes, Complexidade de desenvolvimento e 3 etapas de implantação (Infraestrutura, Sistemas e Relatórios). Segue-se abaixo o quadro de cálculos indicando que finalizamos 52 % na totalidade das unidades

Demandantes	Complexidade	Etapas de Implantação			Percentual Final
		Infraestrutura	Sistemas	Relatórios	
CENTROS	5	1			5%
CONSELHOS	10	1			6%
SEMI	15	1			8%
UAMA	15	1			8%
INTERNAÇÃO	30	1	1		23%
SEDE	25	1	1		20%
					70%

Visando este objetivo, primeiramente foram criados os servidores SRV008 (Application Server) e SRV009 (Database Server) na SEPLAG e foram desenvolvidos os seguintes sistemas de captação de dados:

- **SISTEMA DE REMANEJAMENTO DE SERVIDORES – 2017** (linguagem PHP com servidor de banco de dados MySql)
- **SISTEMA DE ATENDIMENTO – DITI:** Sistema para gestão dos chamados e serviços, de todas as unidades da Secriança, realizados pela Diretoria de Informática e Tecnologia da Informação foi desenvolvido o Sistema de Atendimento da DITI. – linguagem DELPHI (para desktop) e PHP (para Web).
- **SISTEMA DE INSCRIÇÃO PARA O #BORAVENCER INTENSIVÃO – SUBJUV:** Sistema de Inscrição do processo seletivo para selecionar jovens para o preenchimento de 1.750 (um mil setecentos e cinquenta) vagas para o projeto #BoraVencer Intensivão - curso preparatório intensivo gratuito para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) – linguagem PHP com servidor de banco de dados MySql.
- **SISTEMA DE PORTARIA – SECRIANÇA:** Sistema de controle de acesso de visitantes e servidores na sede desta secretaria que trabalha em conjunto com o sistema de catracas e cartões. – linguagem PHP com servidor de banco de dados MySql.
- **SISTEMA DE INSCRIÇÃO PARA O I FÓRUM DE PRIORIZAÇÃO DO MEIO ABERTO – SUBSIS:** Sistema de Inscrição do I Fórum de Priorização do Meio Aberto – linguagem PHP com servidor de banco de dados MySql.
- INTRANET – linguagem PHP com servidor de banco de dados MySql.
- **SISTEMA GESTÃO – SUBSIS – (LIVRO DO MÓDULO, GESTÃO NAI e PROCESSOS CV):** Sistema de gerenciamento de sócio-educandos passando pelo NAI, controlando os processos judiciais na Central de Vagas e controlando o dia a dia do adolescente dentro das unidades de internação – linguagem PHP e C# com servidor de banco de dados MySql.
- **SISTEMA DE GEORREFERENCIAMENTO – SECRIANÇA:** Sistema de georreferenciamento criado com o intuito de centralizar os dados produzidos pelos sistemas criados dentro da secretaria da criança, trazendo a localização de longitude e latitude, registradas na API do Google Maps (interface de localização em GPS do Google), de todas as unidades da secretaria – linguagem PHP e GMAPBOARD com servidor de banco de dados MySql.
- **CONSULTA PÚBLICA DA CARREIRA SOCIOEDUCATIVA 2018 – SUBSIS:** Dispõe sobre a reestruturação da carreira Socioeducativa no Quadro de Pessoal do Distrito Federal e dá outras providências– linguagem PHP com servidor de banco de dados MySql.
- INTRANET – linguagem PHP com servidor de banco de dados MySql.

Depois da implantação destes sistemas, partiremos para a etapa de integração de dados e criação dos relatórios e painéis estatísticos.

2018

Dando continuidade às ações de desenvolvimento de sistemas para atender a demanda, bem como o aprimoramento dos que já estavam em processo de criação foram geradas as seguintes informações acerca da situação final deste período:

Ações aprimoradas

- SISTEMA DE REMANEJAMENTO DE SERVIDORES (FORAM FEITOS 3 REMANEJAMENTOS COM ESTE SISTEMA) Plataforma, via WEB, em que os servidores interessados em participar pudessem se inscrever, acompanhar o processo e obterem sua colocação individual seguindo critérios estabelecidos no edital e portaria do certame. O sistema foi elaborado em linguagem PHP com servidor de banco de dados MySQL. Todas as tecnologias utilizadas foram gratuitas, não havendo nenhum gasto com a produção do serviço final. O sistema possui uma base de dados corporativa com todos os servidores que fazem parte do quadro da Secriança. Depois da confirmação da inscrição e fim de período, o sistema calcula, sem a interferência de mãos humanas, a classificação dos servidores de acordo com os critérios estabelecidos pelas normas que regiram o remanejamento.

- SISTEMA DE INTRANET (Atualizado com frequência), integrada ao Sistema de atendimento ao usuário, por meio do Link: sistemas.crianca.df.gov.br/atendimento. A interface foi desenvolvida em linguagem HTML e PHP, utilizando do banco em versão MySQL. O sistema será a página inicial de todos os navegadores nas máquinas dos servidores nas unidades da Secriança (como Chrome e Internet Explore). Quando o usuário não estiver dentro da secretaria ele poderá acessar a intranet utilizando login (usuário) e senha. Este sistema visa primordialmente a abertura de Ordens de Serviços para atendimento em TI, e, para fins gerenciais, fornece informações sobre a situação da demanda do órgão em deficiências estruturais na área da Tecnologia da Informação, respaldando a elaboração do PDTI.

ACÃO EM FASE DE IMPLANTAÇÃO

- LIVRO DE DADOS (Banco de dados em ACCESS) Instalado inicialmente nas unidades de Internação, o livro é um banco de dados integrado em rede, (servidor de dados e rede criança 10.233.50.7), que armazena e disponibiliza em tempo real as informações acerca das Crianças e Adolescentes que deram entrada nas unidades de Internação. Este banco de dados visa otimizar o serviço de deslocamento dos menores nas unidades e o fornecimento de informações corretas sobre os mesmos para os demais órgãos envolvidos. O livro está em fase de testes nos Conselhos Tutelares, onde, em alguns, a infraestrutura de rede ainda não suporta este nível de transferência de dados.

Observação. A Diretoria de Tecnologia da Informação da Secretaria da Criança era composta, essencialmente, por servidores de livre nomeação e exoneração, de forma que, com o fim da gestão 2015-2018, os ocupantes destes cargos foram exonerados, perdendo-se substancialmente a memória de informações acerca da atual situação dos serviços de TI do órgão. Fato este que prejudicou a elaboração do relatório de ações.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1409	TAXA DE ADOLESCENTES ATENDIDOS NAS MEDIDAS DE MEIO ABERTO	%			70	63,07	70	84	70	68,36	70	Coordema / SUBSIS/ SECRIANÇA / UO 51101 / OE 6
1410	TAXA DE ADOLESCENTES ATENDIDOS NAS MEDIDAS PRIVATIVAS OU RESTRITIVAS DE LIBERDADE	%			30	36,93	30	47,74	30	100	30	SUBSIS/ SECRIANÇA / UO 51101 / OE 6
1411	TAXA DE ADOLESCENTES ATENDIDOS EM SUAS NECESSIDADES BÁSICAS	%	82	31/12/2014	90	93,72	95	100	100	100	100	SUBSIS/ SECRIANÇA / UO 51101 / OE 6
1412	TAXA DE UNIDADES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO COM SISTEMA DE MONITORAMENTO INFORMATIZADO	%	85	31/12/2014	90	90	95	75	100	95	100	Dir Inform e Tecnologia/ SECRIANÇA / UO 51101 / OE 6

Justificativas 2017

Indicador 1409 - Taxa de adolescentes atendidos nas medidas de meio aberto, considerando as medidas de meio aberto, sendo prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida em relação ao total vinculado ao sistema socioeducativo, totalizando 84%.

Indicador 1410 - Taxa de adolescentes atendidos nas medidas privativas ou restritivas de liberdade, em contrapartida à taxa de meio aberto, traduz o complemento de adolescentes vinculados à medidas restritivas ou privativas de liberdade, total de 47,74%.

Indicador 1411 - Taxa de adolescentes atendidos em suas necessidades básicas, como alimentação, vestuário, higiene meta superada, atingindo 100%.

Indicador 1412 - Taxa de unidades do sistema socioeducativo com sistema de monitoramento informatizado considera o número de unidades do sistema socioeducativo com sistema de monitoramento informatizado implantado sobre o número total de unidades do sistema socioeducativo. O índice apurado caiu devido à falta dos recursos necessários.

Justificativas 2018

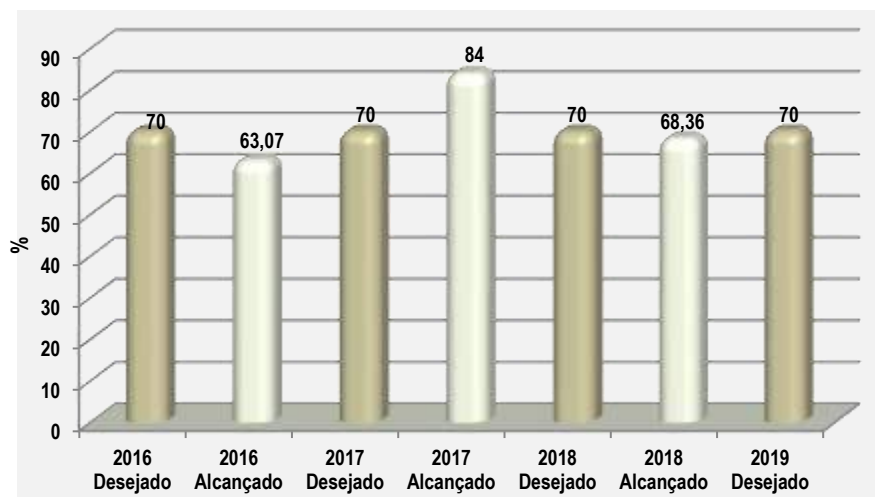
Indicador 1409 - Taxa de adolescentes atendidos nas medidas de meio aberto. Foram atendidos 68,36% em medidas em Meio Aberto daqueles sentenciados para o cumprimento destas.

Indicador 1410 - Taxa de adolescentes atendidos nas medidas privativas ou restritivas de liberdade, em contra partida à taxa de meio aberto, traduz o complemento de adolescentes vinculados à medidas restritivas ou privativas de liberdade.

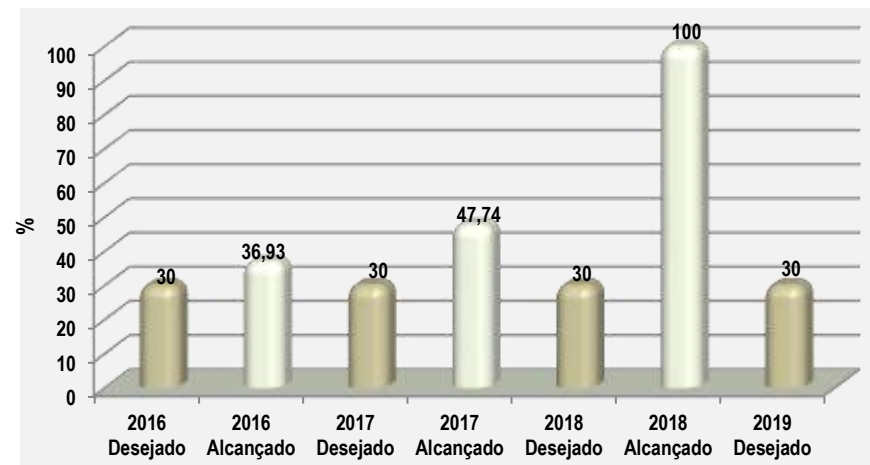
Indicador 1411 - Taxa de adolescentes atendidos em suas necessidades básicas. Também foram atendidos 100% dos adolescentes, em suas necessidades básicas. Destaca-se, portanto, que todas as Unidades de privação e restrição de liberdade asseguraram os itens básicos necessários para os adolescentes, como alimentação, apoio para documentação, acesso a meios de comunicação, visita de familiares, integridade física e psicológica; bem como, em todas as Unidades do Sistema Socioeducativo foram garantidos os direitos

Indicador 1412 - Taxa de unidades do sistema socioeducativo com sistema de monitoramento informatizado. Número de unidades do sistema socioeducativo com sistema de monitoramento informatizado implantado sobre o número total de unidades do sistema socioeducativo. Algumas ações estão em andamento para manutenção e continuidade do processo de monitoramento. Foram adquiridos storages de armazenamento para atender as unidades UAI, UIP, UISM e UIPSS, pois as mesmas estavam com os equipamentos danificados.

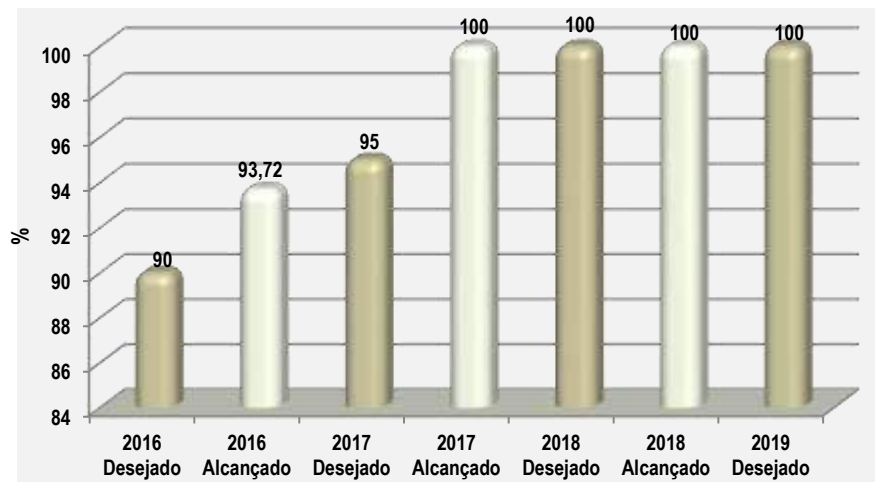
TAXA DE ADOLESCENTES ATENDIDOS NAS MEDIDAS DE MEIO ABERTO



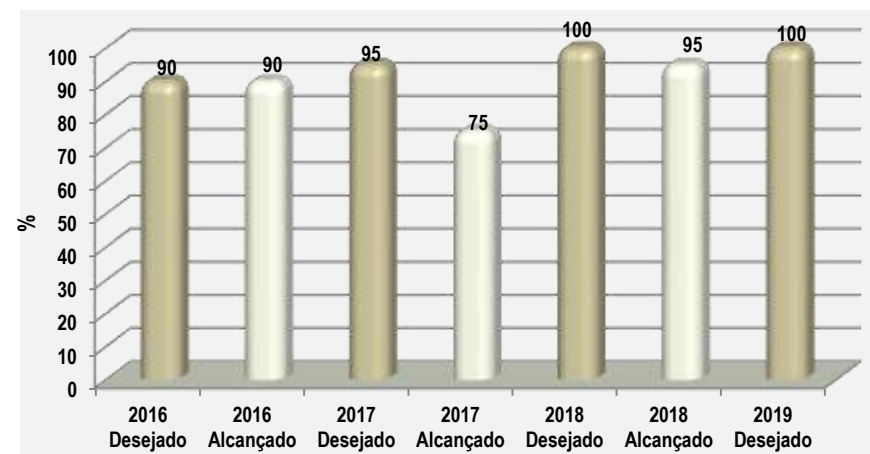
TAXA DE ADOLESCENTES ATENDIDOS NAS MEDIDAS PRIVATIVAS OU RESTRITIVAS DE LIBERDADE



TAXA DE ADOLESCENTES ATENDIDOS EM SUAS NECESSIDADES BÁSICAS



TAXA DE UNIDADES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO COM SISTEMA DE MONITORAMENTO INFORMATIZADO



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6228	6	1	Implantar do novo manual de segurança a ser utilizado em 100% das Unidades de Internação. (SECRIANÇA)	51101	100	<p>2016 / 2017 A portaria n°. 160, de 19 de setembro de 2016, aprovou o os Procedimentos de Segurança Socieducativa-PSS, no âmbito da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal. Esta entrou em vigor na data de sua publicação.</p> <p>2018 A Portaria n° 160, de 19 de setembro de 2016, aprovou os Procedimentos de Segurança Socieducativa -PSS no âmbito da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal.</p>

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

2016/2018

Frente a estes objetivos, a SECRIANÇA considera que a infância e a adolescência, bem como os direitos a elas direcionados - crescimento pessoal e profissional, cidadania, dentre outros - têm que estar sempre na linha de frente do trabalho a ser desenvolvido, diante disso, esta Secretaria vem implementando ações para enfrentar as dificuldades de realização e implementação destas políticas e metas estabelecidas.

A maioria das metas listadas dentro dos objetivos específicos foi alcançada, algumas com êxito além do esperado e outras estão em andamento. Entretanto, algumas dessas metas carecem de um olhar mais detalhado, atenção para seu cumprimento e resoluções burocráticas. Vale frisar que não é por falta de esforços institucionais e governamentais que se encontram em suspensão, mas há fragilidades que envolvem o todo e dificultam seu cumprimento. A SECRINÇA, em esforço com outros órgãos distritais, bem como as Unidades de Atendimento aos adolescentes, encontra dificuldades, as quais impõem barreiras que travam o desenrolar das atividades e o pleno atendimento aos socioeducandos, logo, o cumprimento de algumas metas estabelecidas.

A primeira delas se refere, especialmente, ao déficit do quantitativo de servidores que atuam nas Unidades do Sistema Socioeducativo - SSE. O baixo efetivo de servidores compromete de sobremaneira o atendimento e cumprimento das metas estabelecidas, porque inviabiliza muita das atividades que ocorrem nas Unidades, as quais necessitam de um número expressivo de servidores envolvidos – como exemplo os agentes socioeducativos, os quais acompanham de perto os menores em atividades escolares e profissionalizantes. Portanto, faz-se necessário que haja o empenho de todos os setores da Secretaria no sentido de garantir e manter o número de servidores atuantes nas Unidades em quantitativo ideal para que haja todos os atendimentos e realização das atividades de interesse dos acautelados. Frisamos que houve a realização de concurso público recentemente, e os aprovados aguardam a nomeação, a qual foi pedida à SEPLAG em maio de 2017 pelo então Secretário desta.

Outra dificuldade para atingir as metas faltantes é a ausência e/ou insuficiência de recursos orçamentários/financeiros e estrutura física. Não é raro que falem materiais básicos de uso dos servidores, e também não raro, que falem materiais e insumos necessários à realização das mais diversas atividades e oficinas no contexto das Unidades.

Com o objetivo de resgatar a cidadania dos adolescentes e jovens em situação de conflito com a lei a SECRIANÇA realizou diversas atividades e projetos com a finalidade de atender ao referido objetivo, todas beneficiando o público alvo: adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade.

- Atividade de Constelação Familiar nas Unidades de Atendimento em Meio Aberto -UAMA, oferecendo grupos terapêuticos de desenvolvimento pessoal aos jovens;
- Encaminhamentos para programas de jovem aprendiz e estágio junto ao CIEE, Jerônimo Candinho e SENAC;
- Reuniões intersetoriais com a SEDF e planejamento de nova rotina de acompanhamento escolas dos socioeducandos;
- Atividades culturais e de lazer como visita a exposição de arte da Frida Kahlo e Feira do Livro;
- Projeto Esporte à Meia Noite nas UAMAs;

- Projeto de Futebol nas UAMAs Planaltina, Paranoá e Ceilândia e campeonato entre as Unidades;
- Projeto CineUAMA, com oficina de apresentação de filmes e debates socioeducativos na UAMA Paranoá; e projeto de ampliação para todas as UAMAs;
- Oficina de fotografia com celular para os jovens das UAMAs;
- 1ª turma de PSC em audiovisual, na qual os jovens em cumprimento de medida produziram um curta-metragem a partir da reflexão sobre seu contexto social (parceria com a Secretaria de Segurança Pública);
- Articulação intersetorial com DFTrans para facilitar o acesso dos socioeducandos ao transporte;
- Inclusão digital de adolescentes no projeto “PEDAGOGIA DA HORA: UMA APRENDIZAGEM CONECTADA”, através de uma parceria do IESB com socioeducandos da UAMA Ceilândia;
- Rodas de Conversa e Oficinas que abordam temáticas relacionadas às realidades juvenis através do projeto “OUTRAS EXPRESSÕES, NOVAS TRAJETÓRIAS” desenvolvido pela instituição Vida e Juventude;
- Atividades de fortalecimento de vínculos familiares e valorização da relação mãe-bebê, promovidas nas UAMAs durante a Semana do Bebê;
- Incentivo às atividades coletivas na UAMAs e oferta de kit lanches;
- Adequação da estrutura física das UAMAs;
- Cursos de capacitação de Saúde Mental
- Eventos que promoveram qualificação profissional de Saúde Mental
- Inclusão cultural dos socioeducandos;
- Atendimento religioso aos/as adolescentes que manifestarem expressamente seu interesse;
- Práticas desportivas com o objetivo de aumentar a auto-estima, estimular a socialização e colaborar para afastar os jovens das drogas;
- Atividades profissionalizantes;
- Educação Formal: todos (100%) os socioeducandos menores de 18 anos de idade, independentemente de sua faixa etária, preferencialmente, são matriculados nas unidades de ensino público situadas o mais próximo da UAMA de sua vinculação.

Para efetivar o Sistema de Monitoramento Informatizado, a SECRIANÇA deu prioridade ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, ao atendimento das necessidades contínuas de informática e telefonia (atendimentos de suporte), ao levantamento do parque tecnológico e à estruturação física visando o desenvolvimento de softwares para atender a SECRIANÇA-DF, assim como criou o banco de dados corporativo e um servidor de sistemas e desenvolveu 10 sistemas de informação e está criando um manual de normas e procedimentos de informática.

Atualmente, no Distrito Federal, existem seis Unidades de Internação que atendem, aproximadamente, 700 adolescentes e jovens, quais sejam: Unidade de Internação de Santa Maria (UISM), Unidade de Internação de Planaltina (UIP), Unidade de Internação do Recanto das Emas (UNIRE), Unidade de Internação de São Sebastião (UISS), Unidade de Internação de Brazlândia (UIBRA) e Unidade de Internação de Saida Sistemática (UNISS).

No que se refere à Internação Provisória, há uma Unidade que atende cerca de 150 adolescentes e jovens do sexo masculino, a Unidade de Internação Provisória de São Sebastião (UIPSS). As adolescentes em internação provisória, temporariamente, são atendidas na UISM, uma vez que a Unidade de Internação Feminina do Gama encontra-se em construção.

No Núcleo de Atendimento Integrado são atendidos em média 570 adolescentes e jovens por mês.

No âmbito da escolarização, o direito à educação para todos os adolescentes em Internação Provisória e em cumprimento de Medidas Socioeducativas de Internação é garantido com a oferta e acesso à educação de qualidade a todos os níveis de educação formal. Nesse contexto, por meio de cooperação mútua entre a Secretaria de Estado de Educação (SEEDF) e a SECRIANÇA, são ofertadas aulas diárias nos Núcleos de Ensino (NUEN) das Unidades, de forma a cumprir a carga horária mínima, definida em Lei, conforme matriz curricular apresentada nas Diretrizes Pedagógicas de Escolarização na Socioeducação.

A capacitação profissional dos adolescentes e jovens e a inserção em oficinas ocupacionais são realizadas por meio de atividades ofertadas pelas Unidades de Internação, Internação Provisória e NAI, em execução direta, ou em parceria com outros órgãos, organizações da sociedade civil, institutos, universidades e outros.

Dentre as atividades realizadas em 2018, destacam-se:

Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebraram o GDF, por intermédio da SECRIANÇA, o Ministério Público do Trabalho do Distrito Federal e Territórios (MPTDFT), por intermédio da Procuradoria; o Ministério do Trabalho, por intermédio da Superintendência, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), Defensoria Pública do Distrito Federal, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) - Departamento Regional do Distrito Federal, publicado no DODF nº 202, em 23 de outubro de 2018.

Ressalta-se que esse Acordo de Cooperação tem por objeto a implantação da aprendizagem profissional nas Unidades de Internação do Sistema Socioeducativo do DF e terá vigência de vinte e quatro meses, a contar da data de sua assinatura, em 15 de outubro de 2018, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes. O projeto teve início na UNIRE e UISM, com duas turmas de 15 adolescentes e jovens em cada uma dessas Unidades. Serão, portanto, 60 socioeducandos atendidos, que participarão do programa de aprendizagem por um período de 10 meses, com atividades teóricas e práticas, recebendo o valor de R\$ 434,00 mensais.

Projeto Nota 10 de Enfrentamento à Violência: Oferece Oficinas de Grafite e apresentações de dança e rap para adolescentes e jovens UNIRE, UISM, UISS, UIP E UIBRA. Execução em outubro de 2018, válido por seis meses.

Projeto Direito para a Liberdade: Cooperação celebrada entre a SECRIANÇA, a SEEDF, a Defensoria Pública do Distrito Federal e a Vara da Infância e da Juventude do TJDFT. O Projeto visa capacitar adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação no que se refere às temáticas em direitos básicos com foco na “Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos”. As aulas estão sendo ministradas na Unidade de Internação de Saída Sistemática – UNISS, com início da terceira turma previsto para dezembro deste ano.

Projeto Socioeducando: Desenvolvido pelo Instituto Ladainha, com ofertas em todas as Unidades de Internação ao longo de 2018, de oficinas de capoterapia, rodas de conversas e terapia comunitária.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

007 – FORTALECIMENTO DE PARCERIAS - Fortalecimento do sistema de garantias de direitos das crianças e adolescentes do DF por meio de parcerias, com o objetivo de ampliar, adequar e qualificar o funcionamento e o atendimento das instituições da sociedade civil e entidades governamentais.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

51901 – FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FDCA

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6228	FAMÍLIAS FORTES	7	1	Implementar a escola de conselho para a formação continuada para os operadores do sistema de garantia de direitos; (FDCA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0		0,0
6228	FAMÍLIAS FORTES	7	2	Informatizar o cdca com o objetivo de obter um diagnóstico real do atendimento das instituições governamentais e não governamentais que atuam com crianças e adolescentes; (FDCA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0		0,0
6228	FAMÍLIAS FORTES	7	3	Implementar o centro de atendimento integrado a crianças vítimas de violência sexual; (FDCA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	80,67	100	100		100,0
6228	FAMÍLIAS FORTES	7	4	Realizar pesquisas para fins de diagnóstico de situações de: vulnerabilidade, risco social e violação de direitos de crianças e adolescentes no DF; (FDCA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0		0,0
6228	FAMÍLIAS FORTES	7	5	Expandir em 80% o número de atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade por meio de parcerias com a sociedade civil nos regimes estabelecidos no ECA; (FDCA)	80	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	122,08	39,84		49,8
6228	FAMÍLIAS FORTES	7	6	Fortalecer os programas governamentais por meio de parcerias voltadas para o atendimento de crianças e adolescentes, conforme estabelece o art. 53 da resolução Nº 71 do CDCA; (FDCA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	13,53	11,56	44,04		44,0
6228	FAMÍLIAS FORTES	7	7	Realização de conferências e eventos de promoção à criança e ao adolescente. (FDCA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100		100,0

Análise Qualitativa**1. Implementar a escola de conselho para a formação continuada para os operadores do sistema de garantia de direitos (FDCA);**

2016

Ainda não foi apresentado nenhum projeto no sentido de implementar a escola de conselho para a formação continuada para os operadores do sistema de garantia de direitos;

2017

Ainda não foi apresentado nenhum projeto no sentido de implementar a escola de conselho para a formação continuada para os operadores do sistema de garantia de direitos no ano de 2017.

2018

Ainda não foi apresentado nenhum projeto no sentido de implementar a escola de conselho para a formação continuada para os operadores do sistema de garantia de direitos no ano de 2018.

2. Informatizar o CDCA com o objetivo de obter um diagnóstico real do atendimento das instituições governamentais e não governamentais que atuam com crianças e adolescentes (FDCA);

2016

Ainda não foi apresentado nenhum projeto no sentido de informatizar o CDCA com o objetivo de obter um diagnóstico real do atendimento das instituições governamentais e não governamentais que atuam com crianças e adolescentes;

2017

Ainda não foi apresentado nenhum projeto no sentido de informatizar o CDCA com o objetivo de obter um diagnóstico real do atendimento das instituições governamentais e não governamentais que atuam com crianças e adolescentes.

2018

Ainda não foi apresentado nenhum projeto no sentido de informatizar o CDCA com o objetivo de obter um diagnóstico real do atendimento das instituições governamentais e não governamentais que atuam com crianças e adolescentes no ano de 2018.

3. Implementar o centro de atendimento integrado a crianças vítimas de violência sexual (FDCA);

2016

O projeto de Implantação do Centro de Atendimento Integrado a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual (Centro de Atendimento 18 de Maio) foi aprovado pelo CDCA no ano de 2015 no valor total de R\$265.307,16 para ser implementado em 2016. Nesse mesmo ano, o referido projeto foi ajustado para R\$361.966,55. Entretanto, no ano de 2016 foi empenhado R\$292.007,62 por meio de adesões a Atas de Preços para aquisição de: mobiliários, equipamento de videoconferência, TV's, Switchs, aparelhos de ar condicionado e computadores. Dessa forma, o valor empenhado representa 80,67% do valor total do projeto, ficando um saldo de R\$69.958,93 do projeto para ser executado no ano de 2017.

2017

Em 2017 havia destinado no QDD do FDCA para o término do projeto de implantação do Centro de Atendimento Integrado a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual o valor total de R\$ 100.000,00, o qual já havia em curso quatro processos de aquisição de equipamentos, brinquedos pedagógicos, bens de consumo e serviços de impressão gráfica no valor aproximado de R\$ 69.958,93. Entretanto, devido à morosidade no processo de licitação e o fim do exercício financeiro de 2017, não houve o empenho de nenhum valor relativo a esta meta. Mesmo que em 2017 não conste nenhum valor empenhado a conta do orçamento do FDCA para equipagem do Centro de Atendimento Integrado a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual (Centro de Atendimento 18 de Maio) o mesmo já está pleno funcionamento desde o início do ano de 2017, uma vez que para a sua implementação total houve também a parceria com outros órgãos do Distrito Federal.

2018

O Centro de Atendimento Integrado a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual (Centro de Atendimento 18 de Maio) já está pleno funcionamento desde o início do ano de 2017, por isso essa meta já foi alcançada em 2017.

4. Realizar pesquisas para fins de diagnóstico de situações de: vulnerabilidade, risco social e violação de direitos de crianças e adolescentes no DF (FDCA);

2016

Em 2016 foi discutido na 265ª Reunião Plenária Ordinária do CDCA o projeto de parceria com a CODEPLAN para a realização de pesquisa sobre "Os Adolescentes do Sistema Socioeducativo". Apesar da discussão sobre este projeto, o mesmo ainda não foi executado, assim como não foi apresentado nenhum outro projeto de pesquisa para fins de diagnóstico de situações de: vulnerabilidade, risco social e violação de direitos de crianças e adolescentes no DF, e por isso considera-se como 0% de atingimento da meta.

2017

Em dezembro de 2017, foi feita a descentralização orçamentária à Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN, no valor total de R\$ 174.947,21 (cento e setenta e quatro mil, novecentos e quarenta e sete reais e vinte e um centavos), por meio de duas Portarias Conjuntas, com o objeto de custear despesas com aquisição de material permanente, computadores

e tabletes, bem como serviços de terceiros - pessoa jurídica para fornecimento de licenças para a CODEPLAN, a qual em contrapartida a CODEPAN iria realizar uma pesquisa para fins de diagnóstico de situações de: vulnerabilidade, risco social e violação de direitos de crianças e adolescentes no DF. Porém, devido à proximidade do fim do exercício, a CODEPLAN não chegou a executar nenhum valor relativo a descentralização e, por conseguinte, não foi feita nenhuma pesquisa relacionada a esta meta.

2018

Ainda não foi apresentado nenhum projeto no sentido realizar uma pesquisa para fins de diagnóstico de situações de: vulnerabilidade, risco social e violação de direitos de crianças e adolescentes no pelo FDCA no ano de 2018.

5. Expandir em 80% o número de atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade por meio de parcerias com a sociedade civil nos regimes estabelecidos no ECA (FDCA);

2016

O número de atendimentos de crianças e adolescentes em 2015 foi de 3.591 por meio 20 projetos de parcerias com entidades da sociedade civil. Já no ano de 2016, o número de atendimentos foi de 6.563 por meio de 30 projetos com entidades da sociedade civil, sendo assim, houve uma expansão de 82,76% o número de atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade por meio de parcerias com a sociedade civil nos regimes estabelecidos no ECA, o que representa mais de 100% do atingimento da meta.

2017

Em 2017 foram atendidas 7.975 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade por meio de 22 parcerias com a sociedade civil nos regimes estabelecidos no ECA, o que gerou uma expansão de 122,08% em relação ao número de atendidos de 2015, que foi de 3.591 de crianças e adolescentes atendidas. Essa expansão foi muito acima da expectativa para a meta prevista no PPA 2016-2019, que se explica pelo fato do aumento do número de instituições registradas no CDCA que passaram acessar os recursos FDCA/DF, bem como a entrada em vigor do novo marco regulatório (a Lei nº 13.019/14 e o Decreto nº 37.843/16) que deu mais celeridade na liberação dos recursos. Além disso, houve o aumento do limite financiado por projeto no Edital nº 01/2016 para 800 mil por instituição, um aumento de quase 200% em relação aos Editais anteriores, o que atraiu ainda mais a participação de mais entidades que atendem crianças e adolescentes.

2018

Em 2018 foram atendidas 11.153 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, por meio de 43 (quarenta e três) parcerias com as instituições da sociedade civil nos regimes estabelecidos no ECA, o que representou uma expansão de 39,84% em relação ao número de atendidos de 2017, que foi de 7.975. Essa expansão que está muito acima do valor desejado do indicador 1676 previsto no PPA 2016-2019, de 3.600 crianças e adolescentes atendidos, que é explicado pelo aumento de quase 100% no número de projetos beneficiados com recursos do FDCA em relação ao ano anterior.

6. Fortalecer os programas governamentais por meio de parcerias voltadas para o atendimento de crianças e adolescentes, conforme estabelece o art. 53 da resolução Nº 71 do CDCA (FDCA);

2016

Conforme dispõe o art. 53 da Resolução nº 71 do CDCA, as entidades governamentais devem proceder à inscrição de seus programas de atendimento às crianças e adolescentes conforme os regimes de atendimento. Após a inscrição, esses programas governamentais são fortalecidos por meio de parcerias com entidades governamentais, que tem seus projetos aprovados pelo CDCA na modalidade de aplicação direta (modalidade 90). Essa modalidade de aplicação apresentou uma dotação total em 2016 de R\$14.839.064,00 distribuídos em 7 programas de trabalho. Assim, a Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescente e Juventude apresentou 7 projetos de parcerias no ano de 2016, todos aprovados pelo CDCA como, por exemplo, o projeto de aquisição de Scanners Corporais, o projeto da frota Socioeducativa, o projeto Plena Harmonia, o projeto de Implantação do Centro Integrado 18 de Maio, entre outros. Desses projetos, foi empenhado um total de R\$2.009.134,48 em 2016, o que representou 13,53% da dotação para essa modalidade de aplicação, o que também representa 13,53% do alcance da meta. As execuções desses projetos contemplaram certa de 1.930 crianças e adolescentes em 2016.

2017

Em 2017 foram realizadas 6 parcerias com entidades governamentais, sendo 4 projetos propostos pela Secretaria Executiva do CDCA que foi a aquisição de Sistema de Banco de Preços e a realização dos Eventos "Atividades comemorativas ao Dia da Criança", "Simpósio Nacional de Socioeducação", Seminário "O Conselho Tutelar no Distrito Federal" e o seminário "Encontros de Formação e Apoio ao Comitê Consultivo de Adolescentes"; e 2 projetos sociais propostos pela Secretaria de Estado de Política para Crianças, Adolescentes e Juventude - SECRIANÇA que foi o de aquisição de 2 veículos tipo Microônibus que atenderá todas Unidades do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal e o de evento do "18 de Maio – Dia Nacional de

Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes". Essas 6 parcerias contribuíram para o fortalecimento dos respectivos programas governamentais dos órgãos, conforme estabelece o art. 53 da resolução Nº 71 do CDCA, atingindo assim o percentual de 11,56% do alcance meta estabelecida, uma vez que o valor total previsto em 2017 para aplicação direta era de R\$ 14.202.210,79 e foi empenhado um montante total de R\$ 1.642.749,54.

2018

Em 2018 tivemos 4 (quatro) programas governamentais, sendo 02 programas novos, que foi o "Programa de Atenção ao Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa" e o "Programa Criança Candanga" e 02 reavaliações de programas, que foi o "Programa Capital Cultural da Secretaria de Cultura" e o "Programa de Consolidação da Política de Promoção e Proteção dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes da extinta SECRIANÇA", todos conforme estabelece o Art. 53 da resolução Nº 71 do CDCA. Esses programas governamentais foram fortalecidos por meio de 5 (cinco) parcerias com outros órgãos governamentais, como, por exemplo, o projeto de aquisição de 9 (nove) conjuntos de inspeção pessoal e de volumes para as unidades do Sistema Socioeducativo. Essas parcerias somaram um montante total executado de R\$ 8.660.727,00, que representou 44,04% orçamento previsto em 2018 para essas organizações, que foi de R\$ 19.661.824,00.

7. Realização de conferências e eventos de promoção à criança e ao adolescente (FDCA).

2016

Em 2016, foi realizada a IX – Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente no valor total de R\$ 310.707,25 no qual atendeu a um público de cerca de 1.064 pessoas entre crianças e adolescentes. A conferência ocorre a cada dois anos, considera-se como atingido 50% da meta já no ano de 2016, já que a próxima conferência está prevista para 2018. Além da conferência, foram realizados outros eventos em 2016 como, por exemplo, os seminários “Os desafios no enfrentamento às violações de Direitos no Sistema Socioeducativo do Distrito Federal” e “Encontros de Formação e Apoio ao Comitê Consultivo de Adolescentes”, no valor total de R\$ 125.510,00.

2017

As Conferências dos Direitos da Criança e do Adolescente são Bianaais, sendo que a última que ocorreu no ano de 2016 a próxima está prevista para o ano de 2018. Quanto aos eventos de promoção à criança e ao adolescente, ocorreram os eventos “18 de Maio – Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes” que atendeu cerca de 2.350 crianças e adolescentes do Distrito Federal; os eventos em comemoração ao “Mês da Criança” e o “Simpósio Nacional de Socioeducação”; também em 2017, ocorreram os seminários: "O Conselho Tutelar no Distrito Federal" e “Encontros de Formação e Apoio ao Comitê Consultivo de Adolescentes”. Como a Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente só ocorrerá em 2018, só será levado em conta os 5 (cinco) eventos de promoção à criança e ao adolescente que contribuíram com 100% do alcance da meta, uma vez que contemplou todo o calendário de eventos relacionados ao tema.

2018

As Conferências dos Direitos da Criança e do Adolescente são a cada 04 anos, sendo que a última que ocorreu no ano de 2016 a próxima está prevista para o ano de 2019. Quanto aos eventos de promoção à criança e ao adolescente, ocorreram os eventos “18 de Maio – Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes” que atendeu cerca de 2.000 crianças e adolescentes do Distrito Federal; os eventos em comemoração ao “Mês da Criança” e o “Simpósio Nacional de Socioeducação”. Também em 2018, ocorreram os seminários: "O Conselho Tutelar no Distrito Federal", seminário dos Conselheiros de Direito em parceria com os Conselheiros Tutelares "Quem cuida e Protege" e “Encontros de Formação e Apoio ao Comitê Consultivo de Adolescentes. Como a Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente só ocorrerá em 2019, só será levado em conta os 6 (seis) eventos de promoção à criança e ao adolescente que contribuíram com 100% do alcance da meta, uma vez que contemplou todo o calendário de eventos relacionados ao tema.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1676	CRIANÇAS ATENDIDAS EM PARCERIA COM INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS E NÃO-GOVERNAMENTAIS	UNIDADE	2.400	30/06/2015	2.800	6563	3.200	7.975	3.600	17.095	4.000	UNGEF/CDCA / UO 51901 / OE 7

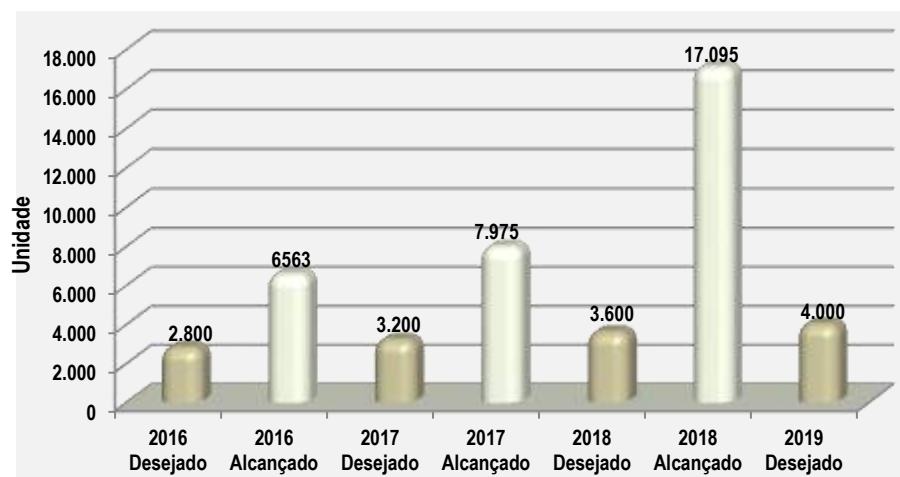
Justificativas 2017

Indicador 1676 - Houve um aumento de mais 100% do número de atendidos em relação ao ano interior em função do aumento da dotação conforme destinação mínima de três décimos por cento da receita tributária líquida, conforme Art. 269-A da LODF; também em função do aumento do teto de gastos dos projetos do Edital 1/2016 para 800 mil; e por fim, em função da entrada em vigor da Lei nº 13.019/2014, regulamentado pelo Decreto nº 37.843/2016, que deu maior celeridade à análise e liberação de recursos dos projetos.

Justificativas 2018

Indicador 1676 - O planejamento no índice desejado foi originado anterior ao Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC e outras ferramentas de trabalho, como o SEI, o que originou uma celeridade na execução orçamentária, financeira e jurídica dos projetos governamentais e não governamentais do FDCA/DF, anuidos pelo CDCA/DF e, por conseguinte, ensejou em um índice alcançado superdimensionado. Atingindo, com isso, a função social do FDCA/DF de maneira satisfatória.

CRIANÇAS ATENDIDAS EM PARCERIA COM INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS E NÃO-GOVERNAMENTAIS



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6228	7	1	Ampliação e expansão da rede de serviços específicos de defesa de direitos; (FDCA)	51901	3,82	<p>2016 Em 2016, o FDCA ampliou a rede de atendimento à criança e adolescente por meio da ampliação no número de Instituições da Sociedade Civil registradas no CDCA. Além disso, houve o crescimento no número de registros de programas dos órgãos governamentais, conforme estabelece o art. 53 da resolução Nº 71 do CDCA.</p> <p>2017 O FDCA ampliou a rede de atendimento à criança e adolescente por meio do aumento no número de Instituições da Sociedade Civil registradas no CDCA. Em 2017, havia 157 (cento e cinquenta e sete) instituições da Sociedade Civil registradas no CDCA, uma expansão de 41,44% em relação ao ano de 2015, que havia 111 (cento e onze) instituições da Sociedade Civil registradas no CDCA.</p> <p>2018 O FDCA ampliou a rede de atendimento à criança e adolescente por meio do aumento no número de Instituições da Sociedade Civil registradas no CDCA. Em 2017, havia 157 instituições da Sociedade Civil registradas no CDCA e no ano de 2018 foram 163 entidades. Infelizmente ocorreu o cancelamento de 80 entidades por falta de condições de funcionamento como, por exemplo, a perda do atestado de qualidade e eficiência da Vara da Infância do TJDF, se não fosse isso teríamos 243 entidades registradas, o ano de 2018 foi um ano em houve muita procura para novas inscrições.</p>
6228	7	2	Monitorar e acompanhar as ações governamentais e não governamentais desenvolvidas com crianças e adolescentes no DF; (FDCA)	51901	0	<p>2016 A principal ideia dessa ação era criar um Sistema de TI capaz de monitorar e acompanhar as ações desenvolvidas no atendimento às crianças e aos adolescentes no Distrito Federal. Mas, em 2016 verifica-se a ausência de encaminhamentos para essa finalidade.</p> <p>2017 Em 2017, houve uma reunião com a área de TI no sentido de se criar um sistema para gerir os registros das instituições e os programas governamentais, bem como criar uma ferramenta de cadastro e acompanhamento dos Planos de Trabalho de projetos das instituições com o FDCA; houve a implantação do Sistema Eletrônico de Informações - SEI no âmbito da Secretaria Executiva, do CDCA e de suas Comissões, que auxiliam no processo monitoramento e acompanhamento das ações governamentais e não governamentais .</p> <p>2018 - Em 2018 não houve nenhum projeto nesse sentido.</p>
6228	7	3	Realizar planejamento estratégico do CDCA; (FDCA)	51901	0	<p>2016 Em 2016 não há registro de ações concluídas referente à elaboração do Planejamento Estratégico.</p> <p>2017 Em 2017 não há registro de ações concluídas referente à elaboração do Planejamento Estratégico</p> <p>2018 - Em 2018 não há registro de ações concluídas referente à elaboração do Planejamento Estratégico.</p>
6228	7	4	Ações direcionadas especificamente ao fomento e fortalecimento do protagonismo juvenil; (FDCA)	51901	70	<p>2016 Em 2016, foi efetivado o Comitê Consultivo dos Adolescentes, escolhidos em assembleia específica, com direito a voz no CDCA-DF. Foram feitas várias reuniões com os adolescentes abordando temas diversos de seus interesses, para que dessa forma suas demandas fossem levadas às reuniões plenárias do CDCA.</p> <p>2017 Em 2017 foi realizado o seminário "Encontros de Formação e Apoio ao Comitê Consultivo de Adolescentes", no qual envolveu ações que fortaleceram o protagonismo juvenil.</p> <p>2018</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						Em 2018 foi realizado o seminário "Encontros de Formação e Apoio ao Comitê Consultivo de Adolescentes" e, além disso, todos os meses em 01 (um) sábado houve encontros, no qual envolveu ações que fortaleceram o protagonismo juvenil.
6228	7	5	Agilizar o processo de liberação dos recursos do fundo. (FDCA)	51901	60	<p>2016 A fim de dar mais agilidade para a liberação dos recursos do fundo foi criado um Grupo de Trabalho específico por meio da Portaria nº 206, de 25/11/2016, para análise dos processos e para a formulação de pareceres técnicos de habilitação/inabilitação dos projetos dos Editais 01 e 02/2016. Além disso, a Secretaria Executiva do CDCA apresentou projeto para a contratação da ferramenta de pesquisas e comparação de preços praticados pela Administração Pública, a fim de facilitar a pesquisa de mercado para validar os custos dos projetos apresentados pela Sociedade Civil, objeto do Edital 01/2016.</p> <p>2017 Em 2017, houve uma reestrutura administrativa na Secretaria Executiva do CDCA com a criação de uma Diretoria e Gerência específica de Projetos; foi criada a Comissão de Seleção do CDCA destinada a processar e julgar projetos de parcerias do FDCA; houve o contrato de 12 meses para o fornecimento da ferramenta de pesquisa do Banco de preços, para dar agilidade na pesquisa e comparação dos preços das instituições; e por fim, foram nomeados 3 servidores efetivos para o CDCA, sendo 2 Técnicos Administrativos e 1 Contador.</p> <p>2018 Em 2018 foram liberados 76 processos referente ao edital 01/2016 - (edital de projetos) sendo este finalizado e 04 processos referente ao edital 02/2016 (edital de captação) e foi lançado o edital 05/2018 - (edital de projetos) e o edital 18/2018 - (edital de captação) o que ocasionou essa celeridade foi a nomeação 3 servidores efetivos para o CDCA, sendo 2 Técnicos Administrativos e 1 Contador e 2 servidores comissionados totalizando 05 servidores somente para área de projetos.</p>

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

2016/2018

No ano de 2016, o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal apresentou um resultado positivo para o alcance do Objetivo Específico nº 007, que é o "fortalecimento do sistema de garantias de direitos das crianças e adolescentes do DF por meio de parcerias, com o objetivo de ampliar, adequar e qualificar o funcionamento e o atendimento das instituições da sociedade civil e entidades governamentais".

Esse fortalecimento do Sistema de Garantias de Direitos (SGD), no âmbito da sociedade civil, se deu por meio de parcerias (convênios) com 30 instituições sem fins lucrativos, que através do Edital de Chamada Pública nº 01/2015 receberam um montante total de R\$ 5.601.640,00, contemplando assim um público de 6.563 crianças e adolescentes de várias regiões do DF, sendo que essas instituições atuam em projetos que vão desde a área de aprendizagem e de acolhimento institucional, até com adolescentes do sistema socioeducativo, entre outras áreas.

Já o fortalecimento do SGD no âmbito das entidades governamentais se deu por meio de parcerias com a Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude que, ainda neste ano, teve cinco projetos financiados pelo FDCA/DF, no qual podemos destacar o projeto da Frota do Sistema Socioeducativo que adquiriu quatro veículos novos, tipo Van, para atender as demandas das Unidades do Sistema Socioeducativo, que conta com cerca de 853 adolescentes em regime de internação, garantindo o direito de um deslocamento seguro entre as unidades e as atividades externas.

Há destaque também para o projeto de implantação do Centro de Atendimento Integrado a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual (Centro de Atendimento 18 de Maio), no qual o FDCA destinou um orçamento de R\$ 462.185,00 cujo valor executado em 2016 foi de R\$ 292.007,62 com a aquisição de: mobiliários, equipamento de videoconferência, TV's, Switchs, aparelhos de ar condicionado e computadores. Este centro, que faz parte da rede do SGD, foi instituído pelo Decreto nº 34.517, de 11 de julho de 2013, tem por finalidade realizar o atendimento inicial de cerca de 360 de crianças e adolescentes por ano que são vítimas de violência sexual, assim como de suas respectivas famílias, a fim de minimizar a revitimização decorrente de sucessivas escutas não qualificadas e dar celeridade aos procedimentos a serem adotados de proteção à vítima e à família.

Ainda em 2016, ocorreu o projeto apresentado pela Secretaria Executiva do CDCA para realização da IX – Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal, que contou com a participação de cerca de 1.064 crianças e adolescentes, conferência essa que ocorre a cada dois anos, foi um evento com um espaço de diálogo e proposições, voltados para o exercício da cidadania e do compromisso com a promoção e a defesa dos direitos humanos, nesse caso em especial, dos direitos de crianças, adolescentes e jovens, que também é visto como uma maneira de fortalecer o SGD.

Quanto à análise das metas, de modo geral houve um alcance muito satisfatório em 3 das 7 ações orçamentárias (metas nº 3,5 e 7), na qual duas atingiram a meta pré-determinada em 100% (metas 5 e 7) e a outra meta (número 3) chegou aos 80,67% do objetivo para o ano de 2016. A meta de nº 6 embora tenha alcançado apenas os 13,53% do objetivo, não se torna menos relevante uma vez que ainda há outros três anos para alcançar os 100% no acumulado. Essas quatro metas analisadas foram as que contribuíram de modo mais positivo para o alcance do objetivo específico, uma vez que sendo executadas de modo integral ou não, proporcionaram parcerias com as instituições públicas e privadas que trabalham diretamente com o público de crianças e adolescentes, que são público alvo das ações voltadas para o sistema de garantia de direitos – SGD. Por outro lado, houve também as metas que não lograram êxito em 2016, que foram as de nº 1, 2 e 4 que foram exatamente as ações que não houve nenhuma proposição de projetos junto ao órgão concedente, no caso o Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente – CDCA, de modo que essas metas tiveram 0% de alcance do objetivo.

Quanto à análise das ações não orçamentárias, das cinco ações apresentadas apenas as ações de nº 1, 4 e 5 apresentaram alguns avanços positivos, sendo que as demais ações tiveram desempenho de 0% da sua meta estipulada. Dentre as ações que houve algum avanço, destacando-se a ação nº 1, que buscou uma “ampliação e expansão da rede de serviços específicos de defesa de direitos”, e para isso o CDCA se mobilizou para aumentar o número de registros das instituições da sociedade civil junto ao órgão, bem como aumentar o número de registros de programas das instituições governamentais, o que proporcionou um desempenho de 30% da meta para essa ação. Destaca-se também a ação não orçamentária nº 4, que tinha como objetivo “ações direcionadas especificamente ao fomento e fortalecimento do protagonismo juvenil”, que para isso foi criado o Comitê Consultivo dos Adolescentes, escolhidos em assembleia específica, com direito a voz no CDCA-DF, no qual foram realizadas várias reuniões com os adolescentes abordando temas diversos de seus interesses, para que dessa forma suas demandas fossem levadas às reuniões plenárias do CDCA, o que fez com que essa ação tivesse um desempenho de 20% da meta. Já a ação nº 5, no qual tinha o objetivo de “agilizar o processo de liberação dos recursos do fundo”, foi criado um Grupo de Trabalho específico por meio da Portaria nº 206, de 25/11/2016, para fazer a análise dos processos e a formulação de pareceres técnicos de habilitação/inabilitação dos projetos dos Editais de 2016 a fim de dar mais agilidade na liberação dos recursos. Também nesse sentido a Secretaria Executiva do CDCA apresentou um projeto para a contratação da ferramenta de pesquisas e comparação de preços praticados pela Administração Pública para facilitar a pesquisa de mercado e validar os custos dos projetos apresentados pela Sociedade Civil, com essas medidas essa ação teve um desempenho de 25% do alcance da meta.

Em 2017, o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal, apresentou um resultado razoável para o alcance do Objetivo Específico nº 007, que é o “Fortalecimento do Sistema de Garantias de Direitos das Crianças e Adolescentes do DF por meio de parcerias, com o objetivo de ampliar, adequar e qualificar o funcionamento e o atendimento das instituições da sociedade civil e entidades governamentais”.

Esse fortalecimento se consolidou por meio de parcerias (termos de colaboração) com 17 instituições da Sociedade Civil, que através de 22 (vinte e dois) projetos aprovados pelo Edital de Chamada Pública nº 01/2016, no qual foi liberado para as instituições um montante total de R\$ 4.943.608,25 (valor liquidado) contemplando assim um público de 7.975 crianças e adolescentes de várias regiões do DF, sendo que as mesmas atuaram em projetos que vão desde fortalecimento institucional, por meio de aquisição de equipamentos, bens permanentes e obras, até oficinas de musicalização e contação de história.

Já quanto as entidades governamentais, esse fortalecimento se deu por meio de parcerias com a Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude e a Secretaria Executiva do CDCA, que juntas apresentaram 6 (seis) projetos, somando um montante total de R\$ 1.642.749,54 executados em 2017 com recursos FDCA/DF como, por exemplo, o projeto social para aquisição de dois veículos tipo Micro-ônibus, que atenderá todas as Unidades do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal, que contam com um efetivo diário de 972 adolescentes e jovens, sendo 853 em regime de internação e 119 em regime de semiliberdade.

Quanto à análise das metas, verifica-se que elas tiveram um desempenho satisfatório para o alcance do Objetivo Específico nº 007, uma vez que das 7 metas apresentadas no PPA-2016-2019, 3 metas (nºs 3,5 e 7) alcançaram o seu objetivo, sendo que a meta nº 5 superou a expectativa, atingindo o percentual de 122,08%. A meta de nº 6 alcançou um resultado regular ficando com o percentual de 11,56% do objetivo, entretanto há a expectativa de um melhor resultado com a execução de outros projetos no próximo exercício, como por exemplo, o projeto do Scanner Corporal e o Plena Harmonia. Por outro lado, as metas de nºs 1, 2 e 4 não lograram êxito no ano 2017, pois para essas ações não houve a proposição de nenhum projeto junto ao órgão concedente, no caso o Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente – CDCA, de modo que essas metas ficaram com o percentual 0% de alcance do objetivo.

Quanto à análise das ações não orçamentárias, teve um grande avanço em relação ao ano de 2016, uma vez que das cinco ações não-orçamentárias apresentadas, três alcançaram o um percentual de cerca de 50% do objetivo, que foram as ações de nº 1,4 e 5. Esse avanço se deu principalmente por conta da entrada em vigor de nova legislação, bem como da implantação de sistema de gestão de informação e reestrutura administrativa nos órgãos do CDCA. Entretanto, as ações de nº 2 e 3 não tiveram um resultado positivo, ficando com o percentual respectivo de 20% e 0% do alcance da meta.

No ano de 2018, da unidade do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente - FDCA apresentou um resultado razoável na medida em que algumas de suas metas e ações não orçamentárias contribuíram de forma positiva para o alcance do seu objetivo específico nº 007, que é o "fortalecimento do sistema de garantias de direitos das crianças e adolescentes do DF por meio de parcerias, com o objetivo de ampliar, adequar e qualificar o funcionamento e o atendimento das instituições da sociedade civil e entidades governamentais".

No âmbito da sociedade civil, esse fortalecimento do Sistema de Garantias de Direitos - SGD se deu por meio de 43 parcerias (Termos de Colaboração) com 35 instituições sem fins lucrativos, por meio do Edital de Chamada Pública nº 01/2016, no qual essas instituições receberam um montante total de R\$ 12.972.786,42 (doze milhões novecentos e setenta e dois mil setecentos e oitenta e seis reais e quarenta e dois centavos) e que beneficiaram um total de 11.153 crianças e adolescentes de várias regiões do Distrito Federal, o que corresponde uma expansão de quase 40% em relação ao ano anterior, conforme se verificou na meta nº 5 das ações orçamentárias. Para consecução dos projetos, essas instituições executaram tanto despesas correntes (subvenção social) como, por exemplo, contratação professores, pedagogos, assistentes sociais, instrutores de equitação, dança, música, informática e oficinas de atividades, quanto despesas de capital (auxílio investimento), como, por exemplo, aquisição de bens permanentes e despesas com serviços de obras e engenharia.

Por outro lado, o fortalecimento do SGD no âmbito das entidades governamentais se deu por meio de 5 (cinco) projetos, que ao todo somaram um montante total executado de R\$ 8.660.727,00 (oito milhões seiscentos e sessenta mil setecentos e vinte e sete reais), que representou um percentual de 44,04% do valor total para previsto para essas entidades em 2018, conforme consta na meta nº 6. Dentre esses projetos, podemos destacar o projeto de aquisição de aquisição 9 (nove) conjuntos de inspeção pessoal e de volumes - scanners corporais da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude (conforme se observa na meta nº 6 das ações orçamentárias) que beneficiou diretamente cerca de 857 (oitocentos e cinquenta e sete) adolescentes do regime de internação, sendo o primeiro ente da federação a adquirir os equipamentos dessa natureza para o Sistema Socioeducativo, afastando a revista íntima aos adolescentes que os colocava em situação vexatória e desumana; outro projeto de destaque foi o evento do "18 de Maio – Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes" que atendeu cerca de 2.000 crianças e adolescentes do Distrito Federal. Esses projetos são os que causam grande impacto na avaliação, uma vez que resultam em políticas públicas que atendem diretamente as demandas voltadas para a promoção dos direitos da criança e do adolescente, e por conta disso contribuíram positivamente para o resultado do objetivo específico.

Quanto à contribuição dessas ações orçamentárias no objetivo específico nº 007, verificou-se que: 2 (duas) metas alcançaram o seu objetivo em 100% (metas nº 3 e 7); 2 (duas) metas atingiram parcialmente o seu objetivo (metas 5 e 6, com 39,84% e 44,04%, respectivamente); e, 3 (três) metas ficaram com percentual de 0% de alcance (metas nº1, 2 e 4), ou seja, não tiveram nenhum resultado. A meta de nº 3, embora conste como 100%, ela não causou impacto para avaliação do PPA em 2018, uma vez que essa meta foi atingida em 2017. No mesmo modo, a meta de nº 7 não teve um impacto relevante, em que pese ter atingindo os 100% em 2018, ela faz referencia a última Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente realizada em 2016. Já quanto às metas de nº 5 e 6, elas são as metas mais relevantes nessa análise, uma vez que comportam grande parte dos recursos do FDCA que são executados durante o exercício financeiro. Além disso, essas duas últimas metas são as que comportam a maioria das políticas públicas ligadas diretamente ao sistema de garantias de direitos das crianças e adolescentes, de modo que mesmo não atingindo nem 50% do percentual estipulado, elas representaram cerca de 80% do total de recursos gastos no ano de 2018 e, logo, foram as que mais contribuíram de modo significativo para o

alcance do objetivo específico da unidade. Cabe salientar que quanto ao resultado negativo das metas de nºs 1,2 e 4, que tiveram resultado 0% em 2018, não causaram tanto impacto nessa avaliação, pois são ações ligadas à própria área meio do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente - CDCA, de forma que funcionariam como uma ferramenta de apoio ao alcance das demais metas.

Quanto a contribuição das ações não orçamentárias no objetivo específico do FDCA, apenas 2 (duas) das 5 (cinco) ações previstas tiveram resultados relevantes, quais sejam, as de nº 4 e 5 com um percentual de desempenho de 70% e 60%, respectivamente. A ação de nº 4, referente a "ações direcionadas especificamente ao fomento e fortalecimento do protagonismo juvenil", obteve uma evolução, pois teve um percentual 20% maior em relação ao ano anterior, o que deduz que foi dando em 2018 um maior espaço ao protagonismo juvenil em relação às políticas voltadas para SGD. Nesse sentido, a ação de nº 5, referente a "Agilizar o processo de liberação dos recursos do fundo" teve o mesmo percentual em relação ao ano anterior (60%), no entanto, mostrou-se mais efetivo no exercício de 2018, já que houve um foco maior no encaminhamento dos processos de liberação de recursos à unidade executora, e não apenas em procedimentos internos e de recursos humanos. Por outro lado, teve as ações não orçamentárias que não contribuíram ou que contribuíram muito pouco para o atingimento do objetivo específico da unidade, que foram as ações de nº 1,2 e 3. As ações de nº 2 e 3 ficaram com o percentual de 0% em 2018, ou seja, não ocorreu nenhum projeto por parte da área demandante no sentido de implementar essas ações. E por fim, a ação de nº 1, referente à "Ampliação e expansão da rede de serviços específicos de defesa de direitos", obteve um percentual pequeno de 3,82% que foi referente ao aumento de 157 para 163 instituições da sociedade civil registradas no Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente - CDCA, isso em relação ao ano anterior, o que não representou uma contribuição significativa para o alcance do objetivo específico.

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Promover a cidadania, a proteção e a inclusão social.

PROGRAMA TEMÁTICO:
6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

OBJETIVO GERAL:

Promover a defesa e garantia dos direitos humanos assegurando a cidadania plena, com dignidade, por meio da oferta de informações e serviços integrados com qualidade.

OBJETIVO ESPECÍFICO

O Programa Temático é composto de 06 objetivos específicos, conforme seguem abaixo:

Unidade Responsável/Objetivo Específico

25.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS DO DISTRITO FEDERAL - SEDESTMIDH
001 – ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO PARA SEGMENTOS SOCIAIS HISTORICAMENTE DISCRIMINADOS: Promover o acesso ao mundo do trabalho para segmentos sociais historicamente discriminados como afrodescendentes, mulheres, pessoas com deficiência, pessoas LGBT, povos e comunidades tradicionais, entre outros; promovendo a igualdade de oportunidades para esses segmentos no mundo do trabalho e no empreendedorismo.
09.101 – SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL, RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E SOCIAIS DO DISTRITO FEDERAL – CACI
002 – POLÍTICA PARA CATADORES: Promover a inclusão social e econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis por meio da integração de políticas públicas voltadas à assistência social, geração de trabalho, renda e acesso aos serviços públicos.
44.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA/PROCON – SEJUS/PROCON
003 – EXERCÍCIO DA CIDADANIA: Orientar, proteger e defender os direitos sociais, bem como buscar a harmonização das relações de consumo, oferecendo atendimento de qualidade, com eficiência e rapidez, facilitando o acesso aos serviços públicos.
004 – CIDADANIA CARCERÁRIA: Promover a ressocialização da população carcerária; orientar, proteger e defender os direitos sociais, facilitando o acesso aos serviços públicos, visando à promoção da justiça social e da cidadania, bem como apoio à reinserção no mercado de trabalho.
25.101 – SECRETARIA DE ESTADO TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS DO DISTRITO FEDERAL - SEDESTMIDH
005 – PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS: Promover a igualdade de gênero, a igualdade racial e étnica; promover uma Brasília sem preconceitos e com acessibilidade; conscientizar a população em relação aos direitos humanos; fortalecer a rede de defesa dos direitos humanos; sensibilizar a população para o enfrentamento a todos os tipos de violação dos direitos humanos.
48.101 – DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL - DPDF
006 – ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRADA E GRATUITA: Prestar assistência jurídica integral, gratuita e com eficiência aos necessitados, em defesa da dignidade da pessoa humana, da cidadania plena e da inclusão social, priorizando a solução extrajudicial dos litígios como forma de pacificação social.

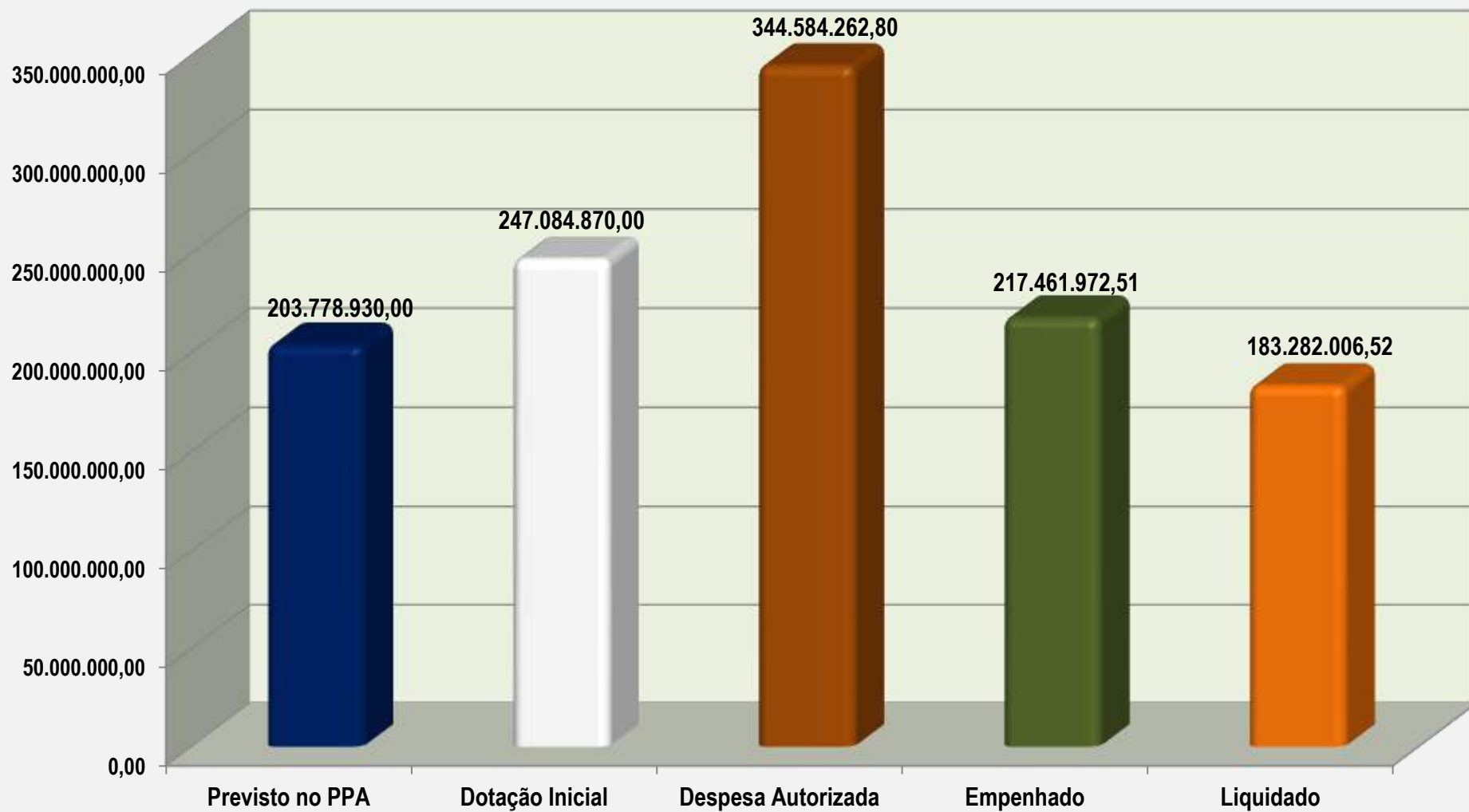
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA POR PROGRAMA E AÇÃO (Valores em Reais)

AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	1.530.000,00	2.100.000,00	200.760,00	200.760,00	200.760,00	13	13
1709 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
1720 - REFORMA DE UNIDADES DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	1.828.125,00	800.001,00	0,00	0,00	0,00	0	0
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	595.868,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2094 - PROMOÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMUNITÁRIA	283.162,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2267 - ASSISTÊNCIA AO CONSUMIDOR	2.837.619,00	2.094.140,00	260.516,52	260.516,52	260.516,52	9	9
2268 - ASSISTÊNCIA AO IDOSO	1.287.662,00	835.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2360 - IDENTIDADE SOLIDÁRIA	87.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	41.513.200,00	68.355.036,00	55.829.388,79	55.705.388,79	37.189.321,29	134	90
2512 - COORDENAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DA COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA	10.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2516 - COORDENAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE INCLUSÃO SOCIAL E ECONÔMICA DOS CATADORES	10.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2540 - FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO AOS PRESIDÁRIOS	33.570.962,00	60.000.000,00	85.500.432,91	85.500.432,91	76.310.085,23	255	227
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	390.000,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	1.385.000,00	170.000,00	214.704,74	214.704,74	214.704,74	16	16
2583 - INCLUSÃO PRODUTIVA DOS CATADORES	2.800.000,00	4.815.858,00	852.538,69	547.538,77	547.538,77	20	20
2593 - PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS, TESTEMUNHAS E SEUS FAMILIARES - PROVITA	700.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2628 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE DIREITOS HUMANOS	700.000,00	1.410.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2667 - PROMOÇÃO DE AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL PARA PESSOAS VULNERÁVEIS	750.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2726 - MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DO SISTEMA PRISIONAL	5.040.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2727 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO DF	43.500.000,00	38.511.566,00	49.046.671,51	49.046.671,51	44.511.238,09	113	102
2764 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE JUSTIÇA E CIDADANIA	239.634,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2877 - (EP)PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	5.050.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2890 - REALIZAÇÃO DE AÇÕES ALTERNATIVAS PENAIS	800.000,00	1.000.000,00	200.000,00	200.000,00	56.102,94	25	7
2931 - BRASÍLIA CIDADÃ	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2965 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - PROJUR	172.237,00	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0	0
2989 - MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO INTEGRADO - NA HORA	26.300.000,00	9.688.867,00	14.461.956,30	14.461.956,30	13.444.206,39	55	51
3030 - MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA DPDF	6.831.920,00	2.890.107,00	5.611.107,00	196.350,00	196.350,00	3	3
3072 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL AO PACIENTE JUDICIÁRIO	2.000.000,00	236.967,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3073 - CONSTRUÇÃO DE COZINHA PARA PREPARAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO DOS INTERNOS	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3077 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE DETENÇÃO PROVISÓRIA - CDP	2.000.000,00	49.243.198,00	77.703.564,00	0,00	0,00	0	0
3189 - REFORMA DE CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA - CRE POP	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3190 - REFORMA DE UNIDADES DE ACOLHIMENTO - UACs	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3481 - CONSTRUÇÃO DA ESCOLA PENITENCIÁRIA - SESIPE	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3568 - (EP)CONSTRUÇÃO DE CENTRO-DIA DO IDOSO - CDI	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	1.412.500,00	510.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3779 - AMPLIAÇÃO DO MODELO DE ATENDIMENTO INTEGRADO - NA HORA	1.000.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	1.212.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0

AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
4111 - PROMOÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA DA POPULAÇÃO RURAL	100.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
4121 - ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	1.712.500,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
4123 - PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	1.212.500,00	10.000,00	733.000,00	733.000,00	733.000,00	60	60
4126 - MANUTENÇÃO DE ESCOLA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA	150.000,00	70.000,00	70.000,00	5.929,01	5.929,01	4	4
4127 - DEFENSORIA PÚBLICA NA COMUNIDADE	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
4128 - SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E AUTOCOMPOSIÇÃO	110.000,00	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0	0
4129 - REALIZAÇÃO DE EXAME DE DNA	400.000,00	200.000,00	200.000,00	18.000,00	14.622,22	5	4
4138 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE SERVIÇOS SOCIAIS	110.000,00	30.000,00	30.000,00	12.760,00	12.096,00	12	11
4207 - AÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE A HOMOFOBIA	1.212.500,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	4.833.041,00	2.807.130,00	53.547.622,34	10.357.963,96	9.585.535,32	214	198
4240 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE DEFESA, GARANTIA E AMPLIAÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER	1.000.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	1.000,00	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0	0
TOTAL GERAL DO PROGRAMA 6211 (ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL)	203.778.930,00	247.084.870,00	344.584.262,80	217.461.972,51	183.282.006,52	107	90

Obs: Valores executados por diversas Unidades Orçamentárias (ex: SEJUS, SEDESTMIDH , CACI, DPDF)

Programa 6211 - Direitos Humanos e Cidadania (Valores em Reais)



OBJETIVO ESPECÍFICO:

001 – ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO PARA SEGMENTOS SOCIAIS HISTORICAMENTE DISCRIMINADOS: Promover o acesso ao mundo do trabalho para segmentos sociais historicamente discriminados como afrodescendentes, mulheres, pessoas com deficiência, pessoas LGBT, povos e comunidades tradicionais, entre outros; promovendo a igualdade de oportunidades para esses segmentos no mundo do trabalho e no empreendedorismo.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

25.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS DO DISTRITO FEDERAL - SEDESTMIDH

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	1	1	Destinar 50% dos recursos das políticas de microcrédito e para o empreendedorismo para a população negra e 50% para a população feminina (SEDESTMIDH); (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	1	2	Alcançar 80% de avaliação positiva pelas/os beneficiárias/os das políticas de apoio para as/os afroempreendedoras(es) e para as mulheres empreendedoras (SEDESTMIDH) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	80	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	1	3	Fomentar o acesso do público alvo às políticas de Microcrédito e empreendedorismo. (SEDESTMIDH). (Item incluído, conforme Lei nº 6061/2017 de Revisão do PPA 2016-2019, e alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	1000	PESSOA	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	542	996		99,6

Análise Qualitativa

1. Destinar 50% dos recursos das políticas de microcrédito e para o empreendedorismo para a população negra e 50% para a população feminina (SEDESTMIDH); (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)

2016

Em parceria com o PRONATEC, em 2016, foram capacitadas 567 mulheres que estarão aptas a acessarem às políticas de microcrédito.

Em relação à população negra, a meta não se encontra em condição de ser efetivamente aferida devido a não implementação do quesito raça/cor no formulário de cadastro dos usuários beneficiários das políticas públicas do Governo de Brasília. Em 2017 será feita articulação intersetorial para a implementação do referido cadastro.

2. Alcançar 80% de avaliação positiva pelas/os beneficiárias/os das políticas de apoio para as/os afroempreendedoras(es) e para as mulheres empreendedoras (SEDESTMIDH) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)

2016

A Secretaria está em diálogo para a implementação deste item, de modo que seja possível fazer a pesquisa de satisfação junto e estes usuários. Ainda, com base na Instrução Normativa nº 01, de 27 de janeiro de 2017, da Subsecretaria de Publicidade e Propaganda, da SECOM, que prioriza a realização de campanhas publicitárias acerca da temática do afroempreendedorismo, entre outros temas, intenta-se promover campanha publicitária específica para dar ciência ao público-alvo sobre a existência da linha de crédito e dos resultados dos programas envolvidos.

3. Fomentar o acesso do público alvo às políticas de Microcrédito e empreendedorismo. (SEDESTMIDH). (Item incluído, conforme Lei nº 6061/2017 de Revisão do PPA 2016-2019, e alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019/2017)

2017

Foram contempladas 542 pessoas negras com microcrédito no programa PROSPERA.

2018

Foram contempladas 454 pessoas negras com microcrédito no programa PROSPERA em 2018, totalizando no período (2017-2018) 996 pessoas negras atendidas no programa PROSPERA.

Microcrédito no programa PROSPERA. A ação é um meio de fomentar a rede local, bem como incentivar a economia criativa solidária e fortalecer os vínculos empreendedores e afetivos destas mulheres. Participaram 21 mulheres na capacitação dia 18 e 05 no dia 24 de agosto.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1538	PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INSERIDAS NO MUNDO DO TRABALHO. (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	UNIDADE	0	31/12/2017	200	331	500	560	800	397	850	SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 1

Justificativas 2016

Indicador 1538 – Foram enviados 3.687 currículos a empresas com mais de 100 funcionários, dos quais foram contratados 331 candidatos.

Justificativas 2017

Indicador 1538 – Foram encaminhados pela SAMIDH 2.587 (dois mil e quinhentos e oitenta e sete) currículos a empresas, sendo que foram realizadas 218 (duzentos e dezoito) contratações. Ocorre que também cabe à SEATRAB promover a mediação de vagas de trabalho às pessoas, dentre elas as pessoas com deficiência, onde foram realizadas 342 (trezentos e quarenta e duas) contratações de pessoas com deficiência por meio das ações de intermediação realizadas pelas Agências do Trabalhador do DF.

Justificativas 2018

Indicador 1538 - Foram encaminhados 2.608 (dois mil e seiscentos e oito) currículos a empresas, sendo que 131 (cento e trinta e uma) pessoas com deficiência foram contratadas. Cumpre observar que a Secretaria Adjunta do Trabalho, promove a mediação de vagas de trabalho, onde foram realizadas 266 (duzentos e sessenta e seis) contratações de pessoas com deficiência por meio das ações de intermediação realizadas pelas Agências do Trabalhador do DF



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6211	1	1	Garantir a equidade racial e de gênero em todas as políticas de apoio ao empreendedorismo e ao microcrédito implementadas pelo Governo de Brasília; (SEDESTMIDH) (Ação excluída, conforme Lei	25101	X	2016 Ação não aferida devido a não implementação do quesito raça/cor no formulário de cadastro dos usuários beneficiários das políticas de microfinanciamento. A Secretaria está articulando para implementação do quesito raça/cor.

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			<i>de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>			
6211	1	2	Elaborar, orientar, acompanhar e monitorar projetos apoiados pela Lei do Afroempreendedorismo (Ação alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	25101	-	<p>2016 Ação não aferida devido a não implementação do quesito raça/cor no formulário de cadastro dos usuários beneficiários das políticas de microfinanciamento. A Secretaria está articulando para implementação do quesito raça/cor</p> <p>2017 - Publicação do Plano Operativo do Programa Afroempreendedor - A Portaria Nº 161, de 28 de julho de 2017, estabeleceu diretrizes para execução do Plano Operativo do Programa Afroempreendedor e deu outras providências. Publicada no DODF Nº 146, de 1º de agosto de 2017. Objetivo: Institucionalização do POPAFRO. Situação atual: etapa cumprida. - Elaboração do Projeto de Afro Incubadoras para o CEU's das Artes e Box da Torre. - Feira de Afroempreendedores no Centro de Economia Solidária</p> <p>2018 4ª edição da "Feira de Empreendimentos Sociais da SEDESTMIDH.</p>
6211	1	3	Orientar, acompanhar e monitorar os projetos apresentados por mulheres e apoiados pela política de microcrédito, a fim de contribuir para o sucesso dos projetos apoiados e evitar a inadimplência; (SEDESTMIDH) (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	25101	X	<p>2016 A meta está sendo revista pois a Legislação do Fundo de Geração de Emprego e Renda do Distrito Federal não prevê destinação específica de recursos para contemplar cota de gênero e raça. O programa de microcrédito atende sem distinção toda clientela alvo proposta por micro e pequenas empresas, microempreendedores individuais, empreendedores informais, produtores rurais e cooperativas de trabalho, conforme dispõem as leis complementares nºs 704/2005 e 868/2013 assim como Decretos nºs 25745/2005 e 34720/2013.</p>
6211	1	4	Organizar uma rede de afroempreendedoras/es para troca de experiências e avaliação da política de apoio ao afroempreendedorismo; (SEDESTMIDH)	25101	-	<p>2016 Foi realizado o mapeamento inicial das redes e eventos relativos a afroempreendedores no DF e alguns municípios do Entorno, e ao empreendedorismo relativo às comunidades tradicionais de terreiro, nos termos da Lei nº 5447 de 12 de janeiro de 2015. Reuniões com sociedade civil para retomada da rede estão previstas para reiniciarem em junho de 2017.</p> <p>2017 - Realizada a reunião de Articulação da Rede Afroempreendedores em 12/07/17 - Foram consolidadas as seguintes redes: Cemegro (Recanto das Emas e Riacho Fundo); Coletivo Vale Jovem (Vale do Amanhecer/Planaltina); Rede de Mulheres Negras do DF e Entorno; e Rede Coisa de Preto.</p> <p>2018 Não informado pela Unidade - A estrutura, na qual contém as unidades administrativas de que trata a solicitação, foi remanejada para a SEJUS, entre elas o <i>acervo documental e processual</i>, conforme dispõe o Parágrafo Único do artigo 53, do Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019. Processo SEI nº00400-00012624/2019-11</p>
6211	1	5	Organizar uma rede de mulheres empreendedoras para troca de experiências e avaliação da política de apoio ao empreendedorismo feminino; (SEDESTMIDH)	25101	50	<p>2016 Em 2016 foram criados três grupos de mulheres empreendedoras a partir das capacitações oferecidas em parceria com a Secretaria de Educação, que são: Mulheres de HAMSÁ, Flores do Cerrado e Revitalize.</p> <p>2017 Em 2017 os três grupos de mulheres empreendedoras não deram sequência aos trabalhos. - REALIZAÇÃO E APOIO DE FEIRAS Articulação e intercâmbio entre afroempreendedoras (es), com o Fórum de Mulheres do Campo e do Cerrado, com o Fórum de Economia Solidária do Distrito Federal e Entorno e empresas do setor privado, com vistas a geração de oportunidades e renda para mulheres negras, ciganas, indígenas, quilombolas e de terreiro. - FEIRA DE AFROEMPREENDEDORES</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						16 a 18 de novembro / Local: Centro de Economia Solidária - FEIRA BRASIL DIVERSIDADES 01 a 10 de dezembro / Local: Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade - FEIRA DAS MULHERES DO CAMPO E DO CERRADO 08 a 10 de dezembro / Local: Estacionamento da Administração do Parque da Cidade. 2018 - Exposição e Venda de Produtos do Fórum Distrital Permanente das Mulheres do Campo e do Cerrado e das mulheres do Distrito Federal / Data: 25/02/2018 / Local: Box da Torre de TV – Nº 96, Ala "C" / - Palestra: "Mulheres que Fazem" – parceria com a BSGI Brasília / Data: 08/03/2018 / Local: Templo Budista – L2 Sul
6211	1	6	Oferecer palestras continuadas sobre empreendedorismo, cooperativismo e economia solidária para o público feminino na Casa da Mulher Brasileira; (SEDESTMIDH)	25101	25	2016 Projeto de cursos semestrais de recolocação profissional para mulheres acompanhadas pela Casa da Mulher Brasileira (Serviço de Promoção da Autonomia Econômica das Mulheres – SPAE - CMB), com duas turmas concluídas. Realização de uma palestra sobre economia solidária com o Instituto Marista. 2017 Ações e atividades realizadas: O Serviço de Promoção da Autonomia Econômica (SPAIE) elaborou um trabalho em duas frentes: articulação e atendimento, onde na primeira frente estão as parcerias e projetos estabelecidos e na segunda, o atendimento às mulheres em situação de violência e em busca de sua autonomia econômica, por meio da educação financeira, qualificação profissional e de inserção no mercado de trabalho: - Realização de uma Palestra sobre como organizar projetos com consultora voluntária, além de auxiliar na criação do grupo de trabalho derivado do curso de massoterapia, o "Mulheres de HAMSÁ". - Parceria com a Secretária Adjunta do Trabalho - SEATRAB com duas turmas de recolocação profissional, contemplando 71 (setenta e uma) mulheres. - Minicurso de Educação Financeira com parceria do Banco de Brasília (BRB) e às mulheres atendidas pela Casa da Mulher Brasileira - CMB. Ocorreram 2 (dois) cursos durante o ano de 2017, 01 (um) por semestre. 2018 Devido a interdição da Casa da Mulher Brasileira, ocorrida em Abril de 2018, as atividades não foram mais realizadas.
6211	1	7	Promover a qualificação profissional das mulheres de Brasília; (SEDESTMIDH)	25101	25	2016 Em 2016, através de parceria da SEDESTMIDH com o PRONATEC/Mulheres Mil, mulheres atendidas nos equipamentos foram qualificadas profissionalmente nos cursos de recepcionista, massagista, assistente administrativo, cuidadora de idosos, agente comunitário de saúde, manicure, pedicuro e copeira, sendo 180 na Casa da Mulher Brasileira e 217 nos Centro Especializado de Atendimento as Mulheres. O projeto Coma Bem Viva Bem capacitou 110 mulheres nos cursos de Cozinha Básica e Pão Artesanal. Ocorreram ainda, oficinas de bordados, bijuteria com material reciclado, confecção de puff feitos com pneu, boneca de pano, pintura em tecido e decoração de cadernos. Capacitando 60 mulheres na Casa Abrigo. 2017 Em 2017 foi mantida a parceria entre Secretaria de Estado de Educação - SEEDF, SEDESTMIDH e MEC para a oferta de cursos do PRONATEC/Mulheres Mil. Foram abertas 1.509 vagas distribuídas em cursos diversos, realizados nos equipamentos da Secretaria. Os cursos eram voltados às mulheres vítimas de violência doméstica atendidas pelos equipamentos. Das 1.414 mulheres matriculadas, 945 concluíram os cursos. Além disso, nos dias 28 e 29/11 e 05/12, a Secretaria promoveu, em parceria com o SEBRAE-DF, uma capacitação no âmbito dos preparativos para o Lançamento da Feira das Mulheres do Campo e do Cerrado. As 21 artesãs selecionadas para expor seus produtos, as integrantes do Fórum Distrital Permanente de Mulheres do Campo e do Cerrado e Mulheres Afroempreendedoras foram convidadas para participar das capacitações com temas: Como atrair, conquistar e manter clientes (Atendimento ao público); preparando para começar bem; como vender em datas comemorativas; e educação financeira (formação de preços).

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						<p>Casa da Mulher Brasileira: foram qualificadas 75 (setenta e cinco) mulheres por meio da parceria com o Programa PRONATEC/Mulheres MIL – SEEDF. Em 2017, a CMB não foi unidade remota para cursos, realizou a seleção e encaminhamento para matrícula nos cursos, os mapas da vida em todas as turmas que ocorreram em diversas Regiões Administrativas do Distrito Federal, como Cruzeiro, Recanto das Emas, Gama e Estrutura.</p> <p>2018 Formatura de mulheres em cursos do Pronatec Mulheres Mil por meio da parceria com o Programa PRONATEC/Mulheres MIL – Secretaria de Estado de Educação, iniciados em 2017.</p>
6211	1	8	Promover políticas de microcrédito existentes em Brasília junto à população feminina e afrodescendente; (SEDESTMIDH)	25101	30	<p>2016 A meta está sendo revista pois a Legislação do Fundo de Geração de Emprego e Renda do Distrito Federal não prevê destinação específica de recursos para contemplar cota de gênero e raça. O programa de microcrédito atende sem distinção toda clientela alvo proposta por micro e pequenas empresas, microempreendedores individuais, empreendedores informais, produtores rurais e cooperativas de trabalho, conforme dispõem as leis complementares nºs 704/2005 e 868/2013 assim como Decretos nºs 25745/2005 e 34720/2013.</p> <p>2017 Objetivo: Controle Social do POPAFRO e fortalecimento da Rede de Afroempreendedores. O público foi composto majoritariamente por mulheres negras (28), sendo que a grande maioria eram afroempreendedoras atuantes no Distrito Federal. Dentre o público estavam presentes empreendedores africanos que mantêm suas atividades no DF há mais de 7 anos. Outrossim, 90% dos participantes da reunião desempenham suas atividades comerciais no DF, 52% dos participantes eram mulheres negras. Diversas áreas de atuação dos afroempreendedores foram identificadas na reunião: etnogastronomia, moda, beleza, educação, consultoria, importação e exportação, produção cultural, agricultura familiar, tecnologia, negócios sociais, Organizações da Sociedade Civil, pesquisa, entre outros.</p> <p>2018 Participação de 20 afroempreendedores vinculados ao Programa Afroempreendedor(POPAFRO).</p>
6211	1	9	Orientar mulheres empreendedoras beneficiárias das políticas de microcrédito de Brasília; (SEDESTMIDH) <i>(Ação alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	25101	30	<p>2016 A meta está sendo revista pois a Legislação do Fundo de Geração de Emprego e Renda do Distrito Federal não prevê destinação específica de recursos para contemplar cota de gênero e raça. O programa de microcrédito atende sem distinção toda clientela alvo proposta por micro e pequenas empresas, microempreendedores individuais, empreendedores informais, produtores rurais e cooperativas de trabalho, conforme dispõem as leis complementares nºs 704/2005 e 868/2013 assim como Decretos nºs 25745/2005 e 34720/2013.</p> <p>2017 CICLO DE CAPACITAÇÕES DA SEDESTMIDH A Secretária realizou uma oficina sobre o PROSPERA – Fundo de Geração de Emprego e Renda e organização em rede para cerca de 25 empreendedores vinculados ao Centro de Referência do Negro (CerNegro), localizado no Recanto das Emas. OFICINAS DO SEBRAE 25/10/2017 - Empreendedorismo para começar bem (4h/a). Capacitação para 30 afroempreendedores vinculados ao Programa Afroempreendedor (POPAFRO). 26/10/2017 - Redes Associativas na Medida - Modulo 1 - Despertando para o Associativismo (4h/a). Capacitação para 20 afroempreendedores vinculados ao Programa Afroempreendedor (POPAFRO).</p> <p>2018 Capacitação para 20 afroempreendedores vinculados ao Programa Afroempreendedor (POPAFRO).</p>
6211	1	10	Promover o cooperativismo feminino, por meio da organização de uma rede de articulação; (SEDESTMIDH)	25101	30	<p>2016 A meta está sendo revista pois a Legislação do Fundo de Geração de Emprego e Renda do Distrito Federal não prevê destinação específica de recursos para contemplar cota de gênero e raça. O programa de microcrédito atende sem distinção toda clientela alvo</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						<p>proposta por micro e pequenas empresas, microempreendedores individuais, empreendedores informais, produtores rurais e cooperativas de trabalho, conforme dispõem as leis complementares nºs 704/2005 e 868/2013 assim como Decretos nºs 25745/2005 e 34720/2013.</p> <p>2017 Em atenção a solicitação do Fórum Distrital Permanente das Mulheres do Campo e do Cerrado, foram promovidas duas edições da Feira das Mulheres do Campo e do Cerrado, no Parque da Cidade, com a participação das mulheres rurais, afroempreendedoras, mulheres de comunidades tradicionais e egressas dos equipamentos da SEDESTMIDH. Tal solicitação decorreu da necessidade de comercialização dos produtos, a fim de escoar a produção. Houve, também, com um box na Torre de TV, com sistema rotativo de expositores.</p> <p>2018 Exposição e Venda de Produtos do Fórum Distrital Permanente das Mulheres do Campo e do Cerrado e das mulheres do Distrito Federal. / Data: 25/02/2018 / Local: Box da Torre de TV – Nº 96, Ala “C”</p>
6211	1	11	Acompanhar, capacitar e orientar artesãs/ãos afrodescendentes e/ou de comunidades tradicionais de Brasília para utilização do box da Feira de Artesanato da Torre de TV; (SEDESTMIDH) (Ação alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	25101	30	<p>2016 Em 2016 o projeto foi elaborado e no Acordo de Resultados de 2017 está contemplada a meta de utilização dos boxes de Artesanato da Torre de TV.</p> <p>2017 A Feira das Mulheres do Campo e do Cerrado, ao Lado da Administração do Parque da Cidade, objetivou promover a autonomia e independência econômica e financeira das mulheres produtoras rurais, ciganas, indígenas, afrodescendentes e quilombolas, por meio da oferta de local estratégico para comercialização de seus produtos, seu lançamento ocorreu no dia 08/12/17. A venda dos produtos ocorreu também nos dias 09 e 10/12/17 e 15, 16 e 17/12/17, esta foi a primeira parte da execução do Projeto "Torre de TV". As artesãs se inscreveram a partir da publicação do Edital 01, publicado no site www.mulher.df.gov.br e foram selecionadas pela Comissão Avaliadora dos Produtos da Feira das Mulheres do Cerrado, criada por meio da Ordem de Serviço Nº 04, de 06 de novembro de 2017, publicada no DODF Nº 218, de 14 de novembro de 2017.</p> <p>EMISSÃO DE CARTEIRAS DE ARTESÃ A Secretaria em articulação com a Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer do DF - SETUL realizaram força tarefa, para beneficiar 21 (vinte e uma) artesãs – 16 (dezesseis) foram cadastradas e tiraram a carteira do artesão, e as outras 05 (cinco) renovaram o cadastro.</p> <p>2018 - Abertura do Box da Torre de TV – Nº 96, Ala “C” – Exposição e Venda de Produtos do Fórum Distrital Permanente das Mulheres do Campo e do Cerrado e das mulheres do Distrito Federal. / Data: 25/02/2018 - Artesãs do Fórum Distrital Permanente da Mulher do Campo e do Cerrado já estão utilizando o Box inaugurado</p>
6211	1	12	Fomentar a participação de artesãs/ãos nas atividades organizadas pelo Governo de Brasília; (SEDESTMIDH)	25101	30	<p>2016 Foram realizadas 12 exposições, sendo: CMB 6, CEAM Ceilândia 1, CEAM Planaltina 1, Casa Abrigo 3 e também foi realizada a Tenda 16 dias de Ativismo ONU Mulheres e Governo de Brasília. Foi iniciado em 2016 articulação para a Feira de Mulheres do Campo e do Cerrado, uma reivindicação dos membros do Fórum Permanente de Mulheres do Campo e do Cerrado. A feira será realizada no Parque da Cidade e dará oportunidade para as artesãs e produtoras rurais venderem seus produtos.</p> <p>2017 A Feira das Mulheres do Campo e do Cerrado, ao Lado da Administração do Parque da Cidade, objetivou promover a autonomia e independência econômica e financeira das mulheres produtoras rurais, ciganas, indígenas, afrodescendentes e quilombolas, por meio da oferta de local estratégico para comercialização de seus produtos, seu lançamento ocorreu no dia 08/12/17. A venda dos produtos ocorreu também nos dias 09 e 10/12/17 e 15, 16 e 17/12/17, esta foi a primeira parte da execução do Projeto "Torre de TV". As artesãs se inscreveram a partir da publicação do Edital 01, publicado no site www.mulher.df.gov.br e foram selecionadas pela</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						Comissão Avaliadora dos Produtos da Feira das Mulheres do Cerrado, criada por meio da Ordem de Serviço Nº 04, de 06 de novembro de 2017, publicada no DODF Nº 218, de 14 de novembro de 2017. 2018 - Artesãs do Fórum Distrital Permanente da Mulher do Campo e do Cerrado já estão utilizando o Box da Torre de TV com exposição e venda de produtos do Fórum Distrital Permanente das Mulheres do Campo e do Cerrado e das mulheres do Distrito Federal.
6211	1	13	Apoiar empreendimentos econômicos solidários e a redes de economia solidária, no âmbito dos espaços de matriz africana; (SEDESTMIDH) (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	25101	X	2016 A meta está sendo revista pois a Legislação do Fundo de Geração de Emprego e Renda do Distrito Federal não prevê destinação específica de recursos para contemplar cota de gênero e raça. O programa de microcrédito atende sem distinção toda clientela alvo proposta por micro e pequenas empresas, microempreendedores individuais, empreendedores informais, produtores rurais e cooperativas de trabalho, conforme dispõem as leis complementares nºs 704/2005 e 868/2013 assim como Decretos nºs 25745/2005 e 34720/2013.
6211	1	14	Promover qualificação profissional de afrodescendentes, indígenas e população cigana de Brasília. (SEDESTMIDH)	25101	50	2016 Fase final de estudo e elaboração do projeto de apoio ao empreendedorismo indígena através da realização de Feira de Artesanato na Praça do Índio, localizada na Asa Sul. Por falta de previsão orçamentária, a Escola Técnica Aberta de Afroempreendedorismo - CRIAR aguarda implementação. As mulheres ciganas foram incluídas no programa de capacitação PRONATEC/Mulheres Mil. 2017 As mulheres afrodescendentes, indígenas e população cigana de Brasília continuaram tendo acesso ao Programa de Capacitação PRONATEC/Mulheres Mil. 2018 As mulheres afrodescendentes, indígenas e população cigana de Brasília continuaram tendo acesso ao Programa de Capacitação PRONATEC/Mulheres Mil.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

2016/2018

Em 2016, com vistas a promover o acesso ao mundo do trabalho para segmentos sociais historicamente discriminados como mulheres e promover a igualdade de oportunidades para esses segmentos, especialmente no mundo do trabalho e no empreendedorismo, foram realizadas parcerias para fortalecer a autonomia econômica das mulheres vítimas de violência, por meio do PRONATEC e do Instituto Marista. Pelo projeto Coma Bem foram realizadas oficinas de pães artesanais, e ainda oficinas de artesanato e confecção de bijuterias. A secretaria apoiou a estruturação de 03 redes de mulheres empreendedoras, realizadas 12 exposições de artesanato com mulheres empreendedoras, e capacitação de 567 mulheres, que a partir de 2017 contarão com novos caminhos para a promoção de sua autonomia econômica.

Considerando que a variável racial não estava sendo mensurada na política de microcrédito, ações foram realizadas no âmbito institucional para proporcionar a inserção do quesito raça-cor no sistema de cadastro e gestão do microcrédito.

No ano de 2017, foram desenvolvidas ações com vistas à inserção das mulheres no mercado de trabalho, com especial foco às mulheres vítimas de violência doméstica, pois é indiscutível a importância da promoção da autonomia econômica para o regaste da cidadania de mulheres nessa situação. Apesar das tentativas de sair do ciclo de violência, muitas voltam ao convívio com seus (suas) agressores (as) por não vislumbrarem outras formas de sustentarem a si e seus dependentes, ou seja, a conquista da independência financeira é fator fundamental para o empoderamento e ressignificação de vida.

Além da oferta de atendimento em serviços especializados, foram realizadas capacitações para mulheres artesãs; oficinas diversas realizadas nos Centros Especializados de Atendimento à Mulher, e foram promovidos os cursos profissionalizantes por meio do PRONATEC/Mulheres Mil com foco na qualificação para o mercado de trabalho. Foram 1.509 vagas abertas, 1.414 mulheres matriculadas e destas, 945 concluíram os cursos

Somado a isso, foi firmado o Acordo de Cooperação Técnica nº 0012/2017, celebrado entre a Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos – SEDESTMIDH e o Senado Federal, e o Acordo de Cooperação Técnica nº 001/2017, celebrado com a Câmara Legislativa do Distrito Federal, visando a execução dos Programas de Assistência a Mulheres em Situação de Vulnerabilidade Econômica em Decorrência de Violência Doméstica dos referidos Órgãos, com destinação do percentual de 2% das vagas nos contratos de prestação de serviços continuados e terceirizados do Senado e CLDF, promovendo assim a inserção das mulheres no mercado de trabalho.

Em 14 de dezembro de 2017, foi sancionada a Lei Nº 6.022 que assegura a criação do Banco de Empregos para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar no âmbito do Distrito Federal. Esta recente conquista na área das políticas públicas voltadas à promoção da autonomia econômica de mulheres em situação de violência doméstica é resultado do Projeto de Lei Nº 334/2015, de iniciativa parlamentar, aprovado pela Câmara Legislativa no dia 22 de novembro de 2017. A proposta é que o Banco de Empregos seja uma ferramenta que agregará as políticas, programas e projetos, públicos ou privados, voltados à promoção da autonomia econômica de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, como os Acordos de Cooperação Técnica celebrados com outros Órgãos e as parcerias com instituições públicas e privadas. A lei está em fase de regulamentação.

Uma das principais conquistas para a política de promoção da autonomia econômica foi o Termo de Cooperação Técnica assinado entre SEDESTMIDH e o Senado Federal, que destina 2% das vagas de novas contratações de terceirizados às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. No ano de 2017, ocorreu a contratação para a vaga de atendente, com o período de seleção no mês de maio de 2017. Na oportunidade, a Casa da Mulher Brasileira - CMB entrevistou mulheres atendidas que possuíam o perfil profissional solicitado pela empresa e encaminhou 08 currículos, dividindo a seleção com mulheres também encaminhadas pelos equipamentos da CEVICOM (Coordenação de Enfrentamento à Violência contra a Mulher).

Por meio do PRONATEC mulheres Mil, foram ministrados diversos cursos até dezembro de 2017 em várias Regiões Administrativas do DF. Estes cursos são um desdobramento do SPAE na Casa da Mulher Brasileira e envolvem também os demais equipamentos da Pasta de Mulheres. Além do encaminhamento de mulheres, participamos junto ao programa com a sensibilização dos professores, aula inaugural, desenvolvimento do Mapa da Vida, com palestras sobre tipos de violências e atendimento psicossocial.

Além destas articulações, foram realizadas as seguintes ações: Realização de matrículas de mulheres nos cursos ofertados pelos Campis do Instituto Federal de Brasília. incentivo à matrícula no EJA (Educação de Jovens e Adultos), para elevação de escolaridade, divulgando os prazos de inscrição para matrícula na rede pública de ensino pelo 156, realização de parceria com o Instituto Marista de Solidariedade para mulheres interessadas no tema Economia Solidária, palestras sobre como organizar projetos com consultora voluntária, além de auxiliar na criação do grupo de trabalho derivado do curso de massoterapia, o “Mulheres de Hamsá”, Desenvolvemos parceria com o Instituto Íthaka e Grupo Salto Alto que ofertaram oficinas de Design Thinking, voltado para organização profissional e pessoal, com duas turmas de recolocação profissional, contemplando 71 (setenta e uma) mulheres e em parceria com o Banco de Brasília, foram ofertados 02 minicursos de Educação Financeira, atendendo a 66 mulheres.

No ano de 2018, foram realizadas ações desenvolvidas para a política de promoção da autonomia econômica como a Feira Internacional de Artesanato (FINNAR), o qual participaram mais 14 artesãos da Economia Solidária, que além de comercializarem seus produtos ofertaram também atividades de oficinas ocorridas no dia 14 e 15 de abril/2018. A Feira Temática Rua 25 de março em Brasília, o qual atraiu uma média de 110.000 pessoas.

A Implementação da Feira de Empreendimentos Sociais da SEDESTMIDH, fruto de parceria entre a Secretaria e a SEPLAG. O projeto tem como objetivo a realização de 18 edições da Feira no Espaço de Convivência do Servidor do Anexo do Palácio do Buriti, com frequência mensal, entre julho de 2018 e dezembro de 2019, visando a integração dos servidores e geração de renda para mulheres contempladas nas políticas públicas implementadas pela secretaria, como mulheres negras, mulheres rurais, de comunidades tradicionais e mulheres encaminhadas pelos equipamentos.

Em 2018, foram realizadas 6 edições da Feira, entre julho e dezembro de 2018, porém com participação da pasta de mulheres apenas em 4 delas, ocorridas nos dias 16/08/18, 13/09/18, 18/10/18 e 13/12/18. Até o momento, uma média de 16 mulheres encaminhadas pelas políticas de mulheres participaram das edições.

Iniciou-se a implantação do Prospera, Programa de microcrédito produtivo oriundo da Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres Igualdade Racial e Direitos Humanos. O objeto é fortalecer os pequenos e microempreendimentos produtivos, formais e informais das áreas urbanas, através de fornecimento de crédito, utilizando recursos do Fundo para Geração de Emprego e Renda do Distrito Federal (FUNGER DF), a fim de propiciar a geração de renda e ocupação de trabalho.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

002 – POLÍTICA PARA CATADORES: Promover a inclusão social e econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis por meio da integração de políticas públicas voltadas à assistência social, geração de trabalho, renda e acesso aos serviços públicos.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECIFICO:

09.101 – SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL, RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E SOCIAIS DO DISTRITO FEDERAL - CACI

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	2	1	Coordenar a implantação do projeto “Coleta Seletiva Solidária” em 100% dos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do DF para destinação dos materiais recicláveis às cooperativas e associações de catadores; (CACI)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	10	40	90		90,0
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	2	2	Coordenar a implantação do “Plano de Inclusão Social e Econômica dos Catadores”. (CACI)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	25	50	75		75,0

Análise Qualitativa

1. Coordenar a implantação do projeto “Coleta Seletiva Solidária” em 100% dos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do DF para destinação dos materiais recicláveis às cooperativas e associações de catadores (CACI);

2016

A ação teve início com os órgãos e entidades sediados no Palácio do Buriti e Edifício Anexo, sendo realizadas, inicialmente, reuniões com os servidores da limpeza para explicar sobre o início da campanha; a forma que seria feito o descarte correto do material (lixo seco ou orgânico) e; a separação para a destinação à cooperativa e associações de catadores. Assim, no mês de maio de 2016 teve início a campanha com foco principal na conscientização dos servidores públicos e prestadores de serviços quanto à importância e os benefícios da redução da geração de resíduos e do correto descarte no ambiente de trabalho. Nesse contexto, a equipe responsável pela campanha distribuiu panfletos aos servidores e afixou cartazes em todos os andares do prédio, além de divulgar mensagens na intranet e spots nos elevadores com informações e explicações sobre o início da Coleta Seletiva Solidária. Também foram distribuídas lixeiras coletoras (em papelão) para separação do lixo seco do orgânico e o estímulo aos servidores para retirada das lixeiras individuais substituindo-as pelas lixeiras coletivas. Em 2017, iniciou-se o mapeamento dos demais órgãos que ainda não realizam a coleta seletiva e está sendo preparada campanha aos demais órgãos e entidades da Administração Pública com entrega de material informativo. Um dos grandes desafios é a necessidade de alterar o Decreto nº 35.817/2014, que trata da coleta seletiva, para aperfeiçoar sua aplicação, o que está trêmite para publicação até maio de 2017.

2017

Foram realizadas ações para potencializar a Coleta Seletiva Solidária que não se mostrava efetiva em todos os órgãos do GDF, principalmente pelas dificuldades enfrentadas pelos órgãos para atender os dispositivos do decreto anterior (Dec. nº 35.817/2014), sendo editado o novo Decreto nº 38.246/2017, a fim de aperfeiçoar os procedimentos para implementação e ampliação

das ações de coleta seletiva como, por exemplo, a previsão de instituir Comissão de Gestão da Coleta Seletiva em cada órgão e os procedimentos para distribuição dos materiais coletados que passou a ser regulamentado pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU, deixando de ser uma “obrigação “ de cada órgão fazer a seleção da associação/cooperativa, o que dificultava a doação dos materiais coletados.

Nesse contexto, foi realizado o “*Encontro de Multiplicadores de Coleta Seletiva Solidária no Distrito Federal*” no mês de julho de 2017, que reuniu servidores de 83 órgãos e entidades da administração pública distrital, ocasião em que os representantes governamentais foram orientados acerca dos procedimentos para implementar e potencializar as ações de Coleta Seletiva Solidária nas respectivas Unidades Administrativas de cada órgão/entidade.

Para acompanhar e gerenciar a implantação e a execução da Coleta Seletiva Solidária na administração pública distrital, a Secretaria da Casa Civil iniciou em 2017, o desenvolvimento de sistema informatizado que será disponibilizado em 2018 a todos os órgãos/entidades, cuja expectativa é que se tenha, em tempo real, informações atualizadas sobre as ações desenvolvidas e os impactos e resultados alcançados.

2018

Por meio de parceria com a Secretaria de Meio Ambiente e o Serviço de Limpeza Urbana – SLU, foram realizados “Encontro de Multiplicadores da Coleta Seletiva Solidária” com ações de sensibilização dos servidores públicos e prestadores de serviços atente para à importância e os benefícios de se fazer o descarte correto dos resíduos sólidos gerados nos espaços institucionais do Governo de Brasília.

Em fevereiro de 2018, foi realizado o II Encontro de Multiplicadores da Coleta Seletiva Solidária com a participação de 32 órgãos com a apresentação detalhada sobre a legislação atinente ao tema, passando pelas etapas da implementação da Coleta Seletiva Solidária, abordando ainda todas as implicações do processo.

Em abril, foi realizado o III Encontro de Multiplicadores da Coleta Seletiva Solidária com a participação de 47 órgãos públicos, inclusive alguns que nunca haviam comparecido aos encontros anteriores.

Em maio, foi realizada a I Oficina de Capacitação da Coleta Seletiva Solidária com os órgãos de governo vinculados à Secretaria do Meio Ambiente como forma de alinhamento e nivelamento destes, visto que são os que devem fornecer exemplo de boas práticas aos demais (JBB, IBRAM e ZOO).

No dia 17 de maio, foi realizada a II Oficina de Capacitação para a Coleta Seletiva Solidária e estiveram presentes: as Administrações Regionais da Fercal, Sobradinho II, Estrutural e Samambaia; SETUL, SEGETH, FUNAB, INAS e SEMOB.

No dia 24 de maio, foi realizada a III Oficina de Capacitação para a Coleta Seletiva Solidária e estiveram presentes os seguintes órgãos: Administrações Regionais do Riacho Fundo II, Gama, Candangolândia, Cruzeiro, Parkway, Plano Piloto, Varjão, Lago Norte, Itapoã e Planaltina; SEEDF, SECriança e Hemocentro.

No dia 30 de junho, foi realizada a Capacitação para Elaboração de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para Órgãos Públicos em parceria com o SENAI/DF e contou com a participação de 31 órgãos da administração pública do DF.

Em 21 de agosto, foi realizada a IV Oficina de Capacitação, em 04 de setembro a V e, em 24 de outubro foi realizada a VI, todas no Auditório da Administração do Plano Registre-se, ainda, que está em andamento nova campanha de conscientização dos serviços dos órgãos/entidades instalados no Palácio do Buriti e Edifício Anexo quanto ao correto descarte dos resíduos gerados, com utilização do Pregão Eletrônico nº 129/2017 para impressão e distribuição de cartazes informativos para melhor identificação das lixeiras coletoras, além da elaboração de spots para TV dos elevadores e intranet, a fim de sensibilizar e reforçar a necessidade de realizar a disposição adequada os resíduos.

E, para acompanhar e gerenciar a implantação e a execução da Coleta Seletiva Solidária na administração pública distrital, a Secretaria da Casa Civil desenvolveu e está em fase inicial de testes um sistema informatizado denominado “E-COLETA” que será disponibilizado em breve a todos os órgãos/entidades da administração pública distrital, cuja expectativa é que se tenha, em tempo real, informações atualizadas sobre as ações desenvolvidas e os impactos e resultados alcançados.

2. Coordenar a implantação do “Plano de Inclusão Social e Econômica dos Catadores”. (CACI)

2016

Essa ação está sendo realizada no âmbito do Comitê Gestor Intersetorial para Inclusão Social e Econômica de Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis, instituído com o objetivo de promover a articulação e coordenação do diálogo com os catadores do Distrito Federal. Nesse contexto, foram realizadas no decorrer de 2016 reuniões para debater o tema contando com a participação dos órgãos de governo envolvidos direta e indiretamente com a temática (CACI / Escritório de Projetos Especiais da Governadoria / SLU / SEMA / SEDESTMIDH), além das entidades

representativas dos catadores, com destaque para as duas centrais CENTCOOP e REDE ALTERNATIVA, que congregam ao todo 32 associações e cooperativas de catadores, o que representa aproximadamente 3.244 catadores de materiais recicláveis. A agenda de trabalho foi organizada da seguinte forma: a discussão do Plano de Transição (encerramento das atividades no Aterro Controlado do Jóquei e o funcionamento dos Centro de Triagem e Reciclagem); regularização dos terrenos ocupados por cooperativas de catadores e; a contração das cooperativas para prestação de serviços de coleta seletiva no Distrito Federal. Também foi realizada a apresentação aos catadores do novo modelo de Coleta Seletiva que será adotado no Distrito Federal e que terá reflexo direto na execução do Plano de Transição/Inclusão.

2017

A Coordenação da implantação do “Plano de Inclusão Social e Econômica dos Catadores” é executada no âmbito do Comitê Intersetorial de Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis do Distrito Federal – CIISC/DF, instituído pelo Decreto n 34.329/2013, por meio do constante diálogo com os catadores e a articulação e o acompanhamento sistemático das ações realizadas por outros órgãos de governo que executam as diferentes políticas setoriais. Destaca-se, como resultado dessa ação, a iniciativa da Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos – SEDESTMIDH que atendeu 900 (novecentos) catadores no programa “Agente de Cidadania Ambiental”, com repasse de bolsa no valor mensal de R\$ 300,00 para cada beneficiário que participa de 12 horas mensais de capacitação e outras atividades voltadas a reciclagem e ao meio ambiente. Também foram contemplados um total de 600 adolescentes entre 15 a 17 anos, (filhos de catadores) no programa “Caminhos da Cidadania” com recebimento de bolsa auxílio de R\$ 190,00, os quais participam de diversas atividades de formação e cidadania. Destaca-se, ainda, a seleção de mais 07 cooperativas/associações de catadores pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal para fazer a triagem e/ou coleta seletiva em rotas específicas que somadas as 6 contratadas em 2016, perfazem um total de 13 contratações no período.

Ademais, como uma das ações desenvolvidas no âmbito do Plano de Inclusão, foi assinado com os representantes das cooperativas/associações que atuam no Aterro Controlado do Jóquei (Lixão da Estrutural) um Termo de Compromisso para o encerramento das atividades irregulares naquele local, sendo que as 8 cooperativas/associações que ali atuavam foram transferidas para 5 galpões alugados pelo SLU contendo máquinas e equipamentos de proteção individual para que possam realizar seu trabalho com segurança e salubridade, além de serem contratadas para prestar serviço de triagem dos matérias da coleta seletiva com pagamento por tonelada comercializada como forma de incrementar a renda dos mesmos. Nesse sentido, o governo elaborou e foi validado pelos catadores o Modelo de Gestão dos Centros de Triagem e também foi editada a Lei nº 5.893/2017, que cria Programa de Compensação Financeira Temporária aos catadores que atuavam no Aterro Controlado do Jóquei que passaram a trabalhar nos galpões cedidos as cooperativas/associações, sendo que em 2017 um total de 80 primeiros catadores já começaram a receber o auxílio no valor mensal de R\$ 360,75. A expectativa é que esse número chegue a 1.200 catadores em 2018, quando todos estiverem atuando nos galpões, e atendidas as demais exigências legais, a fim de garantir a efetiva inclusão social e econômica dos catadores de materiais recicláveis do Distrito Federal.

2018

Por meio do diálogo com os catadores, a articulação e o acompanhamento sistemático das ações realizadas por outros órgãos de governo que executam as diferentes políticas setoriais destacando-se como resultado dessa ação:

FECHAMENTO DO LIXÃO DA ESTRUTURAL:

Em 20 de janeiro de 2018, após 50 anos o Aterro Controlado do Jóquei (Lixão da Estrutural) foi fechado e os rejeitos começaram a ser despejados no Aterro Sanitário de Brasília, em Samambaia, ao lado da DF-180. Assim, os catadores foram transferidos para cinco galpões de reciclagem com capacidade para 1,2 mil trabalhadores cada.

Para implantar o manejo adequado dos materiais recicláveis oriundos da coleta seletiva do Distrito Federal, o governo licitou quatro Instalações de Recuperação de Resíduos - IRR. Duas destas obras foram contratadas e duas tiveram sua licitação interrompida por problemas diversos. A primeira IRR construída encontra-se em funcionamento e um primeiro galpão alugado já foi devolvido. A instalação é bastante moderna, tem alto nível construtivo e opera em dois turnos por duas cooperativas. A segunda IRR entrará em operação ainda em 2018 e outras duas cooperativas ocuparão o espaço, permitindo a devolução de outro imóvel alugado. Duas outras unidades e uma central de triagem estão em construção e deverão entrar em funcionamento em 2019, quando então deverão ser entregues os demais galpões alugados.

Destarte, a transição dos catadores que trabalhavam no lixão para uma nova realidade se deu de forma gradual, precedido de longo debate, diálogo e negociação entre o governo e os catadores no âmbito do Comitê Gestor Intersetorial para a Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis do Distrito Federal - CIISC/DF; de modo a possibilitar atender, na medida do possível, as demandas e os anseios dos catadores, reduzindo eventuais problemas ocasionados pela mudança não só de local de trabalho, mas também da forma de atuação (em equipe e de modo organizado).

GALPÕES DE TRIAGEM:

Disponibilização de cinco Centros de Triagem, alugados pelo Serviço de Limpeza Urbana, para uso por cerca de 1.200 catadores que integram oito associações/cooperativas que atuavam no lixão. As instalações dispõem de banheiros, bebedouros e espaço adequado para fazer a triagem dos materiais, além de equipamentos de proteção individual, esteiras, prensas, contêineres, dentre outros.

1. Galpão da Ceilândia - SMC Quadra 8, Lote 4/5 (Cooperativa Ambiente)
2. Galpão SIA A - SIA Trecho 17, Lote 1400 (Cooperativa Coopere)
3. Galpão SIA B - SIA Trecho 17, Rua 8, Lote 105 (Coorace e Coopernos)
4. Galpão SAAN - Quadra 2, Lote 650 (Cooperativas Cooperlimpo e Plasferro)
5. Galpão SCIA - SCIA Quadra 10, Conj. 1, Lote 2 (Cooperativas Construir e Coortrap)

COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS CENTROS DE TRIAGEM:

Para acompanhar e apoiar a gestão dos Centros de Triagem, foi instituída por força do Decreto nº 38.803, de 15 de janeiro de 2018, a Comissão de Monitoramento e Avaliação dos Centros de Triagem de Resíduos Sólidos e de Comercialização de Materiais Recicláveis do Distrito Federal composta por representantes desta Secretaria da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais; da Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos; da Secretaria de Meio Ambiente: e, do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal.

CONTRATAÇÃO DAS COOPERATIVAS PARA O SERVIÇO DE COLETA SELETIVA:

Destaca-se, ainda, a seleção de mais 07 cooperativas/associações de catadores pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal para fazer a triagem e/ou a coleta seletiva em rotas específicas que somadas as 6 contratadas em 2016, perfazem um total de 13 contratações e 28 contratos no período. Para o serviço de coleta seletiva, o governo contratou 11 cooperativas/associações:

1. Acobraz (Brazlândia)
2. Central de Reciclagem do Varjão - CRV (Varjão)
3. Cooperdife (Sobradinho)
4. Coopere (Estrutural)
5. Ecolimpo (São Sebastião)
6. R3 (Santa Maria)
7. Recicla Brasília - Vencendo Obstáculos (Estrutural)
8. Recicla Mais Brasil (Paranoá)
9. Recicle a Vida (Ceilândia)
10. Renascer (Núcleo Bandeirante)

No dia 26 fevereiro de 2018, as sete cooperativas contratadas passaram a prestar serviços em dez regiões administrativas (RAs):

1. Itapoã (Recicla Mais Brasil)
2. Paranoá (Recicla Mais Brasil)
3. Lago Sul (Recicla Brasília)
4. Varjão e Lago Norte (CRV)
5. São Sebastião (Ecolimpo)
6. Sobradinho I (Cooperdife)
7. Riacho Fundo I (Coopere)
8. Riacho Fundo II (Coopere)
9. Cruzeiro Velho (Vencendo Obstáculos)
10. Lago Norte (CRV)

Atualmente, há 15 contratos firmados com 11 organizações de catadores e toda a remuneração é feita em função do cumprimento das rotas ou pelo número de viagens. Além disso, em todos os contratos estão previstos educadores ambientais que fazem a mobilização da população e a divulgação do tipo de material a ser selecionado e do dia e hora da coleta. Dessa forma, os resultados têm melhorado gradativamente.

CAPACITAÇÃO DE CATADORES:

Foi assinado um termo de cooperação entre o SLU, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Distrito Federal (Senai-DF) e a Federação das Indústrias do Distrito Federal (Fibra) para a capacitação profissional de catadores que atuam nos Centros de Triagem. Nessa parceria, serão oferecidos cursos de qualificação gratuitos como, por exemplo, para preparar os catadores para que possam ascender não só socialmente, mas também economicamente.

Em 2018, foi firmado Termo de Cooperação Técnica com o Serviço Nacional da Indústria - Senai para realizar curso de 160h para catadores que atuavam no antigo lixão e estavam trabalhando em galpões de triagem, contratados pelo SLU. Foram inscritos 707 alunos, distribuídos em 20 turmas, com média de 35 alunos em cada turma, com conteúdo voltados para gestão, operação e manutenção de equipamentos, em seis módulos.

Em maio de 2018, iniciou-se o curso de informática de 40 horas, ministrado pelo Senai e pelo SLU, direcionado aos 60 catadores responsáveis pela prestação de contas dos contratos com o SLU. Também foi formalizada parceria com o Instituto Federal de Brasília - IFB, para ofertar curso de Letramento e de Informática para 30 catadores não alfabetizados ou que queriam retornar aos estudos. O IFB está ofertando também curso para Técnico em Reciclagem, com duração de dois anos, para qualificação de até 40 catadores. Os catadores também foram capacitados sobre o uso adequado dos equipamentos adquiridos pelo SLU, pelos representantes dos fabricantes.

Há ainda a previsão da capacitação in loco, prevista no contrato com o BNDES, que está financiando a construção de mais duas IRR e uma central de comercialização, para melhorar os processos produtivos, aumentando a eficiência na triagem e obtendo ganhos maiores na comercialização.

DISPONIBILIZAÇÃO TEMPORÁRIA DE TRANSPORTE:

Foi oferecido pelo Governo em parceria com o Programa Brasília Cidadã da SAMIDH/ SEDESTMITH transporte diário, nos 2 primeiros meses, de segunda a sexta, no período de 05/02/2018 a 05/04/2018, para o deslocamento dos catadores até os Centros de Triagem mais distantes da Cidade Estrutural (SAAN e Ceilândia);

PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:

Instituição do Programa de Compensação Financeira Temporária por meio da Lei 5.893/2017 com concessão de auxílio no valor de R\$ 360,75, por um período de até 6 meses, para os catadores que estão atuando efetivamente nos Centros de Triagem, condicionando os catadores a estarem cadastrados no CAD ÚNICO e terem participarem dos cursos de capacitação oferecidos pelo Governo. A concessão da bolsa foi uma forma de compensar os trabalhadores pela redução da demanda de resíduos em função da desativação do lixão que passaram a trabalhar nos galpões cedidos as cooperativas/associações, sendo que em 2018 cerca de 500 catadores estão recebendo o auxílio com possibilidade de ampliação (desde que atendidas as exigências legais), a fim de garantir a efetiva inclusão social e econômica dos catadores de materiais recicláveis do Distrito Federal.

PROGRAMA AGENTES DE CIDADANIA AMBIENTAL:

Executado pela Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos - SEDESTMIDH o programa atende atualmente 700 catadores com repasse de bolsa no valor mensal de R\$ 300,00 para cada beneficiário que participa de 12 horas mensais de capacitação e outras atividades voltadas a reciclagem e ao meio ambiente.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1539	COLETA SELETIVA IMPLANTADA NOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO GDF	%			10	10	30	30	30	30	30	SAD REL INST E SOCIAIS/ CASA CIVIL / UO 09101 / OE 2

Justificativas 2016

Indicador 1539 - Implantação da Coleta Seletiva Solidária em 10 órgãos, sendo eles: Gabinete da Governadoria e respectivas Assessorias; Comunicação Institucional e Interação Social; Casa Civil; Casa Militar; Secretaria das Cidades; Secretaria de Mobilidade; Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão; Secretaria Adjunta de Políticas para Igualdade Racial e a Secretaria Adjunta de Promoção dos Direitos Humanos da SEDE; Controladoria Geral do DF e Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do DF.

Justificativas 2017

Indicador 1539 - Dando prosseguimento às ações para potencializar a Coleta Seletiva Solidária, destaca-se o "Encontro de Multiplicadores de Coleta Seletiva Solidária no Distrito Federal" que reuniu servidores de 83 órgãos e entidades da administração pública distrital. Ainda, foi publicado o Decreto nº 38.246/2017, a fim de aperfeiçoar os procedimentos para implementação e ampliação das ações de coleta seletiva e a distribuição dos materiais coletados que passaram a ser regulamentados pelo SLU.

Justificativas 2018

Indicador 1539 - O acompanhamento sistemático e a implementação de novas ações, contribuíram para o alcance da meta, em destaque: Fechamento do lixão estrutural, galpões de triagem, capacitação de catadores e compensação financeira.



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6211	2	1	Revisão do Plano de Inclusão Social e Econômica dos Catadores. (CACI)	9101	75	<p>2016 Implementação em andamento. Todavia, as etapas previstas para 2016 consistiram na realização de reuniões, diálogo e articulação com catadores e representantes de órgãos públicos que tem relação direta com essa temática, a fim de auxiliar na construção de entendimentos e no encaminhamento de propostas que visem a efetiva inclusão social e econômica desse público.</p> <p>2017 A implantação do Plano de Inclusão Social e Econômica dos Catadores, que integra e converge as diferentes ações desenvolvidas pelos demais órgãos de governo para atender esse público, contribuiu significativamente para o encerramento das atividades irregulares no Aterro do Jôquei (Lixão da Estrutural) garantindo trabalho e renda para os catadores com disponibilização de 5 centros de triagem (galpões) com infraestrutura e instalações salubres, com banheiro e refeitório, além de equipamentos de proteção individual e máquinas (como esteiras e empilhadeiras) que facilitam e aumentam a produtividade. Ademais, a contratação de cooperativas pelo SLU para realizar serviço de triagem tem incrementado a renda dos grupos.</p> <p>2018 Fechamento do lixão da estrutural, e transferência dos catadores para galpões de reciclagem, com capacidade de 1,2 mil trabalhadores. Monitoramento e avaliação dos centros de triagem, e contratação de cooperativas para os serviços de coleta seletiva. Assinado termo de cooperação entre o SLU, e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Distrito Federal (Senai-DF) e a Federação das Industriais do Distrito Federal (Fibra) para capacitação profissional de catadores que atuam nos centros de triagem.</p>

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

2016/2018

Em 2016, iniciou-se efetivamente a Coleta Seletiva Solidária nos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal o que possibilitará ampliar, significativamente, o quantitativo de materiais recicláveis doados às associações e cooperativas de catadores, a fim de incrementar a renda desses grupos.

Coordenar a implantação do “Plano de Inclusão Social e Econômica dos Catadores” por meio do diálogo com os catadores e a articulação e o acompanhamento sistemático das ações realizadas por outros órgãos de governo, que executam as diferentes políticas setoriais. Destaca-se nessa ação a iniciativa da Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos – SEDESTMIDH que incluiu 900 (novecentos) catadores no programa “Agente de Cidadania Ambiental”, com repasse de bolsa no valor mensal de R\$ 300,00 para cada beneficiário que participa de 12 horas mensais de capacitação e outras atividades voltadas a reciclagem e ao meio ambiente. Também foram contemplados um total de 199 adolescentes entre 15 a 17 anos, (filhos de catadores) no programa “Agentes de Cidadania” com recebimento de bolsa auxílio de R\$ 190,00, os quais participam de diversas atividades de formação e cidadania. Destaca-se, ainda, a contratação de 06 cooperativas de catadores pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal para fazer a coleta seletiva em rotas nas cidades de Brazlândia, Candangolândia, Núcleo Bandeirante, Santa Maria e Samambaia, com previsão de que em 2017 seja ampliado para até 10 novas rotas com a contratação de mais cooperativas de catadores. Para os próximos exercícios (2017-2019) estão previstos:

- i) disponibilização de 5 Centros de Triagem e 01 Centro de Comercialização;
- i) capacitação dos catadores para operar as referidas Unidades;
- ii) ampliação do número de vagas para crianças entre 6 a 12 anos (200 filhos de catadores) no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos executado no âmbito da Política de Assistência Social;

- iii) implementação de um benefício temporário de compensação para 2.300 catadores que atuam no Aterro Controlado do Jóquei (Lixão da Estrutural) no valor de R\$ 360,00, em função do encerramento das atividades naquele local e o início de trabalho nos Centros de Triagem, a fim de garantir a efetiva inclusão social e econômica dos catadores de materiais recicláveis do Distrito Federal.

Em 2017 deu-se continuidade às ações educativas para implantação efetiva da Coleta Seletiva Solidária nos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal o que tem possibilitado ampliar, significativamente, o quantitativo de materiais recicláveis doados à associações e cooperativas de catadores, contribuindo, assim, para incrementar a renda desses grupos.

Continuidade das ações de implantação do “Plano de Inclusão Social e Econômica dos Catadores” por meio do constante diálogo com os catadores e a articulação e o acompanhamento sistemático das ações realizadas por outros órgãos de governo, que executam as diferentes políticas setoriais. Destaca-se nessa ação a iniciativa da Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos – SEDESTMIDH que manteve 900 (novecentos) catadores no programa “Agente de Cidadania Ambiental”, com repasse de bolsa no valor mensal de R\$ 300,00 para cada beneficiário que participa de 12 horas mensais de capacitação e outras atividades voltadas a reciclagem e ao meio ambiente. Também se ampliou para 600 adolescentes entre 15 a 17 anos, (filhos de catadores) inseridos no programa “Agentes de Cidadania” com recebimento de bolsa auxílio de R\$ 190,00, os quais participam de diversas atividades de formação e cidadania. Foi instituído pela Lei nº 5.893/2017, o Programa de Compensação Financeira Temporária aos catadores que atuavam no Aterro Controlado do Jóquei (Lixão da Estrutural) que passaram a trabalhar nos 5 Centro de Triagem (galpões) cedidos as cooperativas/associações pelo SLU, sendo que em 2017 um total de 80 primeiros catadores já começaram a receber o auxílio no valor mensal de R\$ 360,75 e a expectativa é que esse número chegue a 1.200 catadores em 2018. Destaca-se, ainda, a contratação de mais 07 sete cooperativas/associações de catadores pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal, perfazendo um total de 13 contratações para o serviço de coleta seletiva e/ou triagem dos resíduos, o que tem contribuído para incrementar a renda dos grupos. Para os próximos exercícios (2018-2019) estão previstos: Construção de 02 Centros de Triagem e Reciclagem; ii) capacitação dos catadores para operar e gerir as referidas Unidades; iii) ampliação do número de vagas para crianças entre 6 a 12 anos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos executado no âmbito da Política de Assistência Social; e iv) ampliação do número de catadores que recebem o benefício de Compensação Temporária (passando para 1.200), que atuavam no Aterro Controlado do Jóquei (Lixão da Estrutural) com recebimento do valor de R\$ 360,00, em função do encerramento das atividades naquele local e o início de trabalho nos Centros de Triagem, a fim de garantir a efetiva inclusão social e econômica dos catadores de materiais recicláveis do Distrito Federal.

Em 2018, deu-se prosseguimento às ações educativas e implantação efetiva da Coleta Seletiva Solidária nos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal o que tem possibilitado ampliar, significativamente, o quantitativo de materiais recicláveis doados à associações e cooperativas de catadores contribuindo, assim, para incrementar a renda desses grupos. Dentre outros: Capacitação de catadores, transporte temporários para deslocação de catadores e programa de agentes de cidadania ambiental.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

003 – EXERCÍCIO DA CIDADANIA: Orientar, proteger e defender os direitos sociais, bem como buscar a harmonização das relações de consumo, oferecendo atendimento de qualidade, com eficiência e rapidez, facilitando o acesso aos serviços públicos.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

44.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA/PROCON – SEJUS/PROCON

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	3	1	Efetivar e implementar a Escola do Consumidor, objetivando divulgar os Direitos do Consumidor, fomentar o consumo consciente e ético e capacitar agentes que atuam na defesa do consumidor; (PROCON)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0		0,0
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	3	2	Implantar novos postos de atendimento do PROCON/DF, proporcionando, ainda, atendimento diferenciado às pessoas com deficiência e garantia de acessibilidade; (PROCON)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	100	100		100,0
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	3	3	Ampliar o número de veículos para o PROCON Móvel; (PROCON)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0		0,0
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	3	4	Aumentar a média mensal de atendimento do NA HORA para 374.991; (SEJUS)	374.991	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	216.921	239.041	244.662		65,2
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	3	5	Aumentar o índice de satisfação do usuário para 99%; (SEJUS)	99	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	99,97	99,97	99,98		101,0
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	3	6	Diminuir o tempo médio de espera para 07 minutos; (SEJUS)	07:00	MINUTO	ACUM	MENOR, MELHOR	15:32	14:43	11:50		31,0
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	3	7	Diminuir o tempo médio de atendimento para 05 minutos; (SEJUS)	5:00	MINUTO	ACUM	MENOR, MELHOR	4:46	4:34	7:40		46,7
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	3	8	Diminuir o número de pessoas sem Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica, realizando pelo menos dois mutirões por ano a fim de erradicar o sub-registro, e capacitar 100 (cem) agentes públicos por ano para atuarem como multiplicadores; (SEJUS) <i>(Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	100	%	ACUM	MENOR, MELHOR	0	X	X	X	X
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	3	9	Ampliar o acesso e o número de Entidades que almejam o título de utilidade pública no Governo de Brasília; (SEJUS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	-	0		0,0

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	3	10	Realizar dois eventos do Casamento Comunitário por ano, alcançando 100 casais em cada (SEJUS). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	8	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	2	4	6		75,0
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	3	11	Encaminhar jovens dispensados do serviço militar obrigatório para o mercado de trabalho (SEJUS). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	25,75	55,53	-		0,0
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	3	12	Democratizar o acesso dos recursos do Fundo à sociedade civil, mediante seleção de projetos voltados ao direito do consumidor; (FDDC)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0		0,0
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	3	13	Ampliar o conhecimento sobre a legislação consumerista; (FDDC)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0		0,0
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	3	14	Manter a produção e distribuição anual de 250.000 cartilhas para o consumidor. (FDDC)	1.000.000	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0		0,0
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	3	15	Aumentar o número de unidades do Na Hora para 7 unidades (SEJUS) (Item incluído, conforme Lei nº 6061/2017 de Revisão do PPA 2016-2019, e alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	7	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	2	07		100,0

Análise Qualitativa

1. Efetivar e implementar a Escola do Consumidor, objetivando divulgar os Direitos do Consumidor, fomentar o consumo consciente e ético e capacitar agentes que atuam na defesa do consumidor (PROCON);

2016

Esta meta relaciona-se com a implantação da Escola do Consumidor, objetivando divulgar os Direitos do Consumidor, fomentar o consumo consciente e ético e capacitar agentes que atuam na defesa do consumidor. Em virtude da Lei de Responsabilidade Fiscal, não foi possível alcançar a meta já que esta depende de orçamento e contratação de novos servidores por meio de concurso público.

2017

De junho de 2016 até setembro de 2017 não teve servidor nomeado, impossibilitando a implantação das ações. Dessa forma, o Procon aguarda novas nomeações.

2018

Em setembro de 2018, teve início o planejamento estratégico da Escola do Consumidor visando sua implantação, por meio do estudo de identificação do cenário interno e externo, bem como a identificação dos requisitos para a construção de cronograma de ação e metas a serem atingidas no ano de 2019.

2. Implantar novos postos de atendimento do PROCON/DF, proporcionando, ainda, atendimento diferenciado às pessoas com deficiência e garantia de acessibilidade; (PROCON);

2016

Em virtude da Lei de Responsabilidade Fiscal, não foi possível alcançar a meta já que esta depende de orçamento e contratação de novos servidores por meio de concurso público. Não há como abrir novos postos por conta da falta de servidores.

2017

O PROCON criou o Núcleo de atendimento do Riacho Fundo, localizado no "Na Hora", que foi publicado no DODF, Anexo II do Decreto nº 38.078, de 22 de Março de 2017.

2018

O PROCON/DF não implantou novos Postos de Atendimento no ano de 2018, contudo, atualmente, o atendimento é prestado em 10 (dez) unidades presenciais, e em 01 (uma) unidade telefônica, por meio do serviço 151. Importante destacar que a implementação de novos postos depende, além da capacidade de orçamento, do quantitativo de servidores, sendo que há carência de servidores no órgão, razão pela qual optou-se pela melhor distribuição dos servidores entre as unidades já existentes no decorrer do ano 2018, para assegurar a melhor qualidade e celeridade dos atendimentos prestados.

3. Ampliar o número de veículos para o PROCON Móvel (PROCON);

2016

A ampliação do número de veículos necessita de novos servidores para dirigi-los e, portanto, em virtude da Lei de Responsabilidade Fiscal, não foi possível alcançar a meta já que esta depende de orçamento e contratação de novos servidores por meio de concurso público.

2017

O PROCON não adquiriu novos veículos, porém a estrutura do Ônibus do PROCON Móvel foi revitalizada, possibilitando a continuidade das ações.

2018

No ano de 2018, não foi realizada nenhuma aquisição de veículos, pois havia carência de pessoal para elaboração de Projetos para aquisição de veículos e contratação de mão-de-obra específica (motoristas).

4. Aumentar a média mensal de atendimento do NA HORA para 374.991 (SEJUS);

2016

A fim de atingir o maior número de pessoas com o menor tempo de espera possível, a Subsecretaria de Modernização do Atendimento Imediato ao Cidadão – NA HORA ampliou o número de parceiros em 2016. Com o ingresso dos serviços da Defensoria Pública da União – DPU, da Polícia Rodoviária Federal – PRF e da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB foi possível elevar em 10,35% o número de atendimentos em comparação ao ano de 2015.

Além disso, foi autuado o anteprojeto de lei que cria o Instituto do Serviço de Atendimento ao Cidadão do Distrito Federal, que tem por meta ampliar a política de excelência no atendimento ao cidadão no âmbito da Administração Pública Direta, Indireta, Fundacional e Autárquica do Distrito Federal.

2017

Com o propósito de dar maior transparência aos serviços prestados nas Unidades do Na Hora e de conferir maior agilidade no atendimento ao cidadão, a Subsecretaria de Modernização do Atendimento Imediato ao Cidadão – NA HORA firmou novas parcerias em 2017 com os Correios e com a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego. Isto provocou um aumento nos atendimentos comparados à 2016.

2018

Com o intuito de prestar serviço com excelência e agilidade, o Atendimento Imediato ao Cidadão Na Hora obteve um aumento significativo em relação aos anos anteriores, apesar de não atingir a meta desejada. Essa melhoria foi alcançada graças a projetos de capacitação de servidores por órgãos parceiros, assim como pela maior eficiência e excelência no atendimento, no aumento de serviços prestados pelos órgãos e na inauguração da Unidade de Brasília.

5. Aumentar o índice de satisfação do usuário para 99% (SEJUS);

2016

Foi possível superar o índice de satisfação do usuário em razão do comprometimento e dedicação dos servidores/colaboradores do Na Hora.

2017

Em 2017 repetiu-se o padrão do ano de 2016. Deste modo, superou-se o índice de satisfação do usuário, ou seja, a previsão de 99% de satisfação do usuário chegou a 99,7% em razão, entre outros, da capacitação e do incentivo do espírito de equipe suscitado entre os servidores/colaboradores do NA HORA.

2018

A fim de aumentar o índice de satisfação do usuário, o Atendimento Imediato ao Cidadão (Na Hora) não mediu esforços em capacitar seus servidores para um atendimento mais eficiente. Ao longo do ano de 2018, foram executadas reformas e mudanças de localização das Unidades para um maior bem-estar e conforto dos servidores e usuários, com isso foi obtido um aumento no índice de satisfação, chegando a 99,99%. Vale ressaltar que, com a mudança do sistema de relatórios de acompanhamento das Unidades para o IMAGON FASTLINE, as informações tornaram-se mais claras e fidedignas.

6. Diminuir o tempo médio de espera para 07 minutos (SEJUS);

2016

Embora tenha havido esforços no sentido de reduzir o tempo médio de espera do cidadão (pós-guichê até ser atendido pelo órgão de seu interesse), o NA HORA enfrentou, em 2016, um déficit de 274 servidores, conforme levantamento realizado em 2015 pelo Núcleo de Atensão ao Servidor – NA HORA.

Naquela oportunidade, o NA HORA encaminhou documento à Diretoria de Gestão de Pessoas - para manifestação e andamentos administrativos no sentido de realizar concurso público para o provimento 1.200 vagas, das quais 274 eram para provimento imediato, e as demais para o cadastro reserva em caso de nomeações futuras nas unidades. Além do déficit de pessoal, o NA HORA também enfrentou em 2016 o aumento do fluxo de atendimentos do DETRAN/DF que, nos últimos três meses daquele Exercício, passaram a emitir todos os CRLVs via NA HORA.

A fim de diminuir o tempo médio de espera para 07 minutos, o NA HORA solicitou a redução da carga horária dos servidores das unidades, o que serviria de incentivo para atrair e expandir a parceria com outros órgãos e, como consequência do aumento da força de trabalho, poderia ocorrer a redução do tempo médio de espera dos usuários, a diminuição do tempo médio de atendimento e o aumento do índice de satisfação do usuário. O processo que trata de proposição para a redução da carga horária dos servidores que trabalham nas unidades do NA HORA encontra-se na carga da AJL/SEJUS para análise e manifestação acerca da viabilidade da solicitação, desde o dia 18 de abril de 2017.

2017

Em 2017, o índice desejado de 07 min de espera chegou a 14,43 min de espera. A redução do tempo médio de espera do cidadão para o cumprimento dos índices apontados depende de maior contingente de servidores e implantação de mais unidades do NA HORA nas Regiões Administrativas do DF. A descentralização do atendimento também é uma forma de reduzir o tempo de espera nas unidades. Atualmente, as medidas tomadas para que se cumpra essa meta é a projeção de novas unidades no Aeroporto, Brazlândia e Samambaia.

2018

O Atendimento Imediato ao Cidadão (Na Hora) obteve uma melhora considerável, em relação aos anos anteriores, com o remanejamento e solicitação de novos servidores, ainda que não seja suficiente para alcançar a meta desejável. O grande aumento da procura dos serviços do Na Hora pela população e pelo fato da Unidade da Rodoviária estar em reforma e, assim, aumentou o fluxo nas outras Unidades. Cabe salientar que o déficit de servidores prejudica o alcance da meta.

7. Diminuir o tempo médio de atendimento para 05 minutos (SEJUS);

2016

Foi possível superar o índice Tempo Médio de Atendimento em razão do comprometimento e dedicação dos servidores/colaboradores do NA HORA.

2017

O tempo médio de espera desejada de 05 min esperado para 2017 foi alcançado com êxito e até superado já que este tempo de espera caiu para 4,34 min. A superação do índice deu-se por motivo de capacitação profissional dos servidores e em razão do comprometimento e dedicação dos servidores/colaboradores do NA HORA.

2018

O tempo médio de atendimento sofreu aumento em relação ao índice desejado, em decorrência da adoção de análises criteriosas de documentação, com vistas a manter um padrão de qualidade e segurança no atendimento e pelo déficit de servidores nas Unidades

8. Diminuir o número de pessoas sem Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica, realizando pelo menos dois mutirões por ano a fim de erradicar o sub-registro, e capacitar 100 (cem) agentes públicos por ano para atuarem como multiplicadores (SEJUS). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Tendo em vista as diretrizes do Governo Federal, em especial do Ministério de Direitos Humanos da antiga Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e, considerando-se a redução no percentual de sub-registro civil de 14% para 1%, conforme Censo do IBGE de 2014, esta Secretaria de Estado optou pela não realização de mutirões voltados para a disponibilização de registro civil de nascimento e acesso à documentação básica. Diante do exposto, a SEJUS providenciará a solicitação de substituição desta Meta por similar que elimine a ideia de mutirões e concentre as ações em comunidades e/ou públicos específicos como população quilombola, cigana, de rua, indígena etc.

9. Ampliar o acesso e o número de Entidades que almejam o título de utilidade pública no Governo de Brasília (SEJUS);

2016

Tendo por escopo a ampliação do conhecimento acerca dos requisitos para concessão do Título de Utilidade Pública, foi realizado um “Fórum de Utilidade Pública e Cidadania”, em 30/09/2016, com a participação de 96 pessoas, entre as quais representantes de 48 entidades filantrópicas do DF.

Foram alcançados os seguintes objetivos: entendimento da Lei 1.617/97 e do Decreto 19.004/98 e suas respectivas alterações, exposição de mudanças trazidas pelo MROSC (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil) no âmbito federal e distrital e exposição do ponto de vista das entidades do terceiro setor.

Ao longo de 2016, também foram analisados 96 processos administrativos de pedidos de declaração de utilidade pública, entre os quais 39 referem-se à concessão e 57 à atualização de dados sobre prestação de contas.

2017

Com a reestruturação ocorrida na SEJUS, em 2017, extinguiu-se a Gerência de Utilidade Pública, unidade responsável pela emissão de títulos. Isto inviabilizou o alcance da meta. A extinção fundamentou-se na revogação da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935 e na aprovação da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações através da Lei nº 13.204/2015, conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC.

Com a publicação da referida lei e do Decreto nº 38.370/2017, restou claro que a vontade do legislador foi desobrigar a emissão do Título de Utilidade Pública, razão pela qual não restou a necessidade de manutenção de sua concessão. Assim, a Gerência de Utilidade Pública responsável por essa emissão no âmbito desta Secretaria foi extinta. A SEJUS solicita a atualização do índice de 2016 para 100%, considerando que se trata de meta cuja unidade de medida é percentual, e não unitária.

2018

Conforme exposto no ano anterior, a publicação da referida lei e do Decreto nº 38.370/2017 desobrigou a emissão do Título de Utilidade Pública.

10. Realizar dois eventos do Casamento Comunitário por ano, alcançando 100 casais em cada (SEJUS);

2016

Em 2016, aconteceram a 13ª e 14ª edição do Casamento Comunitário, com 122 e 68 casais inscritos, respectivamente.

A realização das cerimônias foi possível graças ao apoio do poder público por meio da liberação de pagamento de taxas de cartório, da Administração de Brasília e da AGEFIS, além da disponibilização do espaço para a cerimônia. As duas edições também contaram com a participação da sociedade civil com a disponibilização de brindes de utilidades do lar, vestidos de noiva, dia da noiva, decoração do espaço, fotos, cenário, cerimonial e lanches para os nubentes e voluntários.

Alguns fatores, entretanto, dificultaram a realização das cerimônias de casamento comunitário como a falta de recurso financeiro da SEJUS para as demandas necessárias à execução dos eventos; a ausência de projetos para a contratação de fornecedores e a ausência de memória documental relativa às edições anteriores.

2017

Em 2017 a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania realizou duas edições do projeto Casamento Comunitário. A 15ª edição foi responsável pela regularização do estado civil de 74 casais, e na 16ª edição regularizou-se a situação de 80 casais hipossuficientes. As cerimônias foram possíveis graças a parcerias firmadas com a Associação dos Notários e Registradores do Brasil - ANOREG (liberação do pagamento das taxas de cartório); com a Agência de Fiscalização do Distrito Federal - AGEFIS, com a Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos - SEDESTIMIDHT, com o Comando do 7º Distrito Naval da Marinha do Brasil, entre outros. Além destes, firmamos também parcerias com empresas e colaboradores do setor privado que contribuíram com o fornecimento de brindes, vestidos de noiva, lanches, fotografias e decoração para a realização do evento. Alguns fatores, entretanto, dificultaram a realização da cerimônia como o cancelamento, sem prévio aviso, ou morosidade na oferta de alguns serviços ofertados por entes públicos e privados, bem como, escassez de recursos financeiros. A SEJUS solicitou a alteração do dado informado em 2016 para 02, relativo a 02 eventos de casamento comunitário realizados em 2016.

2018

Durante o ano de 2018, a Secretaria de Justiça e Cidadania realizou duas edições do projeto. A 17ª edição aconteceu no Centro de Convenções Ulisses Guimarães em 24 de junho de 2018, com 63 casamentos e 2 mil convidados. A 18ª edição aconteceu no dia 25 de novembro de 2018, no Museu da República, com 92 casamentos e 900 convidados.

11. Encaminhar jovens dispensados do serviço militar obrigatório para o mercado de trabalho (SEJUS); (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)

2016

Considerando que os serviços prestados pela Diretoria de Articulação das Atividades da Junta Militar são exclusivamente de ordem militar, há necessidade de construção de um novo projeto, sob a supervisão de outro setor, para o encaminhamento dos jovens dispensados do serviço militar ao mercado de trabalho independente da Junta Militar. Em 2016, registrou-se 08 cerimônias de compromisso à bandeira nacional; entregou-se 715 Certificados de Dispensa de Incorporação 1ª via e 307 Certificados de Incorporação 2ª via; e realizou-se 581 alistamentos. Ampliou-se, ainda, o atendimento nas cidades do Cruzeiro, Octogonal, Setor Militar Urbano, Sudoeste, Noroeste e Estrutural. No total, existem registrados 7.629 atendimentos realizados pela Junta Militar.

2017

Em 2017, emitimos 586 Certificados de Dispensa de Incorporação - 1ª via e 141 Certificados de Incorporação - 2ª via e realizamos 465 alistamentos, além da realização de 06 cerimônias de compromisso à bandeira nacional. Perfazendo um total de 1.192 atendimentos em 2017. Considerando-se uma média de atendimento anual de 1.000 alistamentos (perfazendo um somatório de 4 mil atendimentos em quatro anos), os percentuais alcançados nos exercícios 2016 e 2017 são da ordem de 25,73% e 29,80%, respectivamente, o que significa uma média de 55,53% do alcance da meta, no acumulado dos dois primeiros anos do PPA 2016/2019.

Importante frisar que, em momento adequado, solicitaremos a alteração da redação da Meta nº 10 para o seguinte texto: "Alistar jovens para o serviço militar e emitir Certificado de Dispensa e Incorporação". Dessa forma, a meta estará consoante às atividades desenvolvidas pela Junta Militar/SEJUS.

Além disso, solicitaremos a edição da coluna "2016": Onde se lê atualmente "0", pediremos a correção para o quantitativo de "25,75%" atendimentos, tendo em vista que a unidade de medida da meta é percentual, e não em unidades

2018

Devido a extinção da Junta Militar na atual estrutura da Secretaria de Justiça e Cidadania, não foi possível mensurar a meta.

12. Democratizar o acesso dos recursos do Fundo à sociedade civil, mediante seleção de projetos voltados ao direito do consumidor (FDDC);

2016

No ano de 2016, o FDDC lançou o primeiro edital de chamamento público para seleção de projetos para entidades sem fins lucrativos. O objetivo era firmar convênios com entidades que tivessem fins voltados a atividades de defesa do consumidor. O edital foi publicado no mês de dezembro de 2015 e republicado no mês de março de 2016. Foram previstos oito temas de direito do consumidor e o objetivo era firmar, no mínimo, dois convênios no ano de 2016. No entanto, não houve qualquer proposta apresentada, não tendo sido alcançado o objetivo inicial. As empresas relataram a dificuldade na publicidade do edital e o pouco tempo que tiveram para apresentar propostas, sugestões estas que deverão ser acatadas para o edital de 2017.

2017

O Conselho de Administração lançou o Edital de Chamamento nº 01/2017 (publicado no Diário Oficial do DF nº 114, de 16 de junho de 2017, página 288) para seleção de projetos de Organizações da Sociedade Civil, conforme autorização na 02ª Reunião Ordinária de 2017 do CA/FDDC (01 de junho de 2017) e processo administrativo nº 015.000.029/2017. Foram apresentados 15 projetos, porém, a seleção pelo Conselho não caminhou na velocidade necessária para serem executados. Os projetos deverão ser selecionados em 2018.

2018

Nos termos do processo administrativo 015.000.029/2017, os Conselheiros fizeram exigências complementares às entidades da sociedade civil, não estando os projetos devidamente instruídos, razão pela qual o julgamento ficou para 2019.

13. Ampliar o conhecimento sobre a legislação consumerista (FDDC);

2016

A previsão para essa ação era de capacitar os servidores do PROCON, a fim de melhorar o atendimento ao público do Instituto. Com a grande evasão de servidores ocorrida nos anos de 2015/2016, o PROCON perdeu grande parte da área técnica de projetos, o que dificultou a elaboração de termos de referência para capacitar seus servidores. Há enorme necessidade de que o PROCON se aperfeiçoe nas áreas de projetos básicos para que haja a correta execução orçamentária anual. Sobram ideias, porém, pecam na execução dos projetos. Há que se ressaltar ainda que o PROCON passou por três Diretores-Gerais no ano de 2016, havendo enorme mudança no quadro de servidores comissionados em cada gestão, dificultando a continuidade dos projetos iniciados.

2017

A Secretaria Executiva elaborou Circular a fim de aumentar o interesse dos servidores nos cursos de capacitação a serem custeados pelo Fundo de Defesa dos Direitos do Consumidor. Porém, não houve interessado, restando a meta prejudicada.

2018

No programa específico, o CA/FDDC não recebeu qualquer projeto relacionado ao tema, não tendo havido execução no programa de trabalho. Para o ano de 2019, o objetivo é capacitar os servidores na área de projetos, objetivando alcançar a correta execução orçamentária.

14. Manter a produção e distribuição anual de 250.000 cartilhas para o consumidor (FDDC);

2016

O PROCON iniciou um processo de aquisição de serviços gráficos para confecção das cartilhas educativas. No entanto, o projeto encontrou falhas na elaboração, notadamente na parte de pesquisa de preço, o que resultou no arquivamento do processo. Não houve evolução nessa ação, portanto. Há que se ressaltar ainda que o PROCON passou por três Diretores-Gerais no ano de 2016, dificultando a continuidade dos projetos iniciados.

2017

Foi autuado processo administrativo para criação, elaboração e distribuição de cartilhas para implementação do "Selo do Consumidor" que iria beneficiar os fornecedores que tivessem melhor desempenho nas fiscalizações do PROCON. O projeto não foi a frente por falta de continuidade. Por outro lado, as 350.000 cartilhas existentes (Procon Mirim) não puderam ser utilizadas em razão de processo administrativo investigativo aberto na Autarquia.

2018

Em razão de processo administrativo, esse programa restou muito prejudicado. Aguarda-se a conclusão para que possam ser utilizadas.

15. Aumentar o número de órgãos parceiros que prestam serviços nas unidades do Na Hora para 7 unidades. (SEJUS) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17 e alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019).

2017

A Subsecretaria de Modernização do Atendimento Imediato ao Cidadão – NA HORA firmou duas novas parcerias em 2017 com a entrada dos Correios e da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em suas atividades. Ressalte-se que o aumento de órgãos parceiros que podem prestar serviços nas unidades do Na Hora é uma meta que passa por um interesse bilateral na celebração dos Acordos de Cooperação entre o Na Hora e o (s) órgão (s) que deseja (m) ofertar seus serviços à população dentro daquela estrutura.

2018

Em 2018, a Secretaria de Justiça e Cidadania do DF, por meio da Subsecretaria de Modernização do Atendimento Imediato ao Cidadão (NA HORA), além de reformar a Unidade da Rodoviária e mudar a Unidade de Sobradinho para uma estrutura do Governo, proporcionando aos usuários mais segurança e conforto, inaugurou sua sétima Unidade em Brazlândia, atingindo a meta estabelecida.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1540	RESOLUTIVIDADE DAS RECLAMAÇÕES FUNDAMENTADAS	%	42	31/12/2014	50	39	60	60	70	43,82	80	PROCON/DF / UO 44202/ OE 3
1541	CONVÊNIOS CONSUMIDOR/SOCIEDADE CIVIL	UNIDADE	0	31/12/2016	02	0	02	0	02	0	02	FDDC / UO 44902 / OE 3

Justificativas 2016

Indicador 1540 - No ano de 2016, o PROCON teve mudança de gestão, ficando cerca de 5 meses sem nomeação de Diretores e Diretor-Geral, acarretando perda da produtividade. Ademais, houve perda de 30% do quadro efetivo da carreira.

Indicador 1541 - Foi lançado edital de chamamento público em dezembro de 2015 para que entidades civis apresentassem projetos com perspectiva de convênios a serem firmados com o fundo de defesa do consumidor. No entanto, após 5 meses de edital, não houve proposta válida e aprovada pelo Conselho de Administração, motivo pelo qual não foi alcançado o índice desejado.

Justificativas 2017

Indicador 1540 - Promover a defesa e garantia dos direitos humanos, assegurando o exercício do direito à cidadania. O índice foi alcançado devido a treinamentos e conscientização dos atendentes do PROCON. O tempo médio que o cidadão passa para resolver suas questões foi reduzido devido aos novos procedimentos adotados pelo órgão.

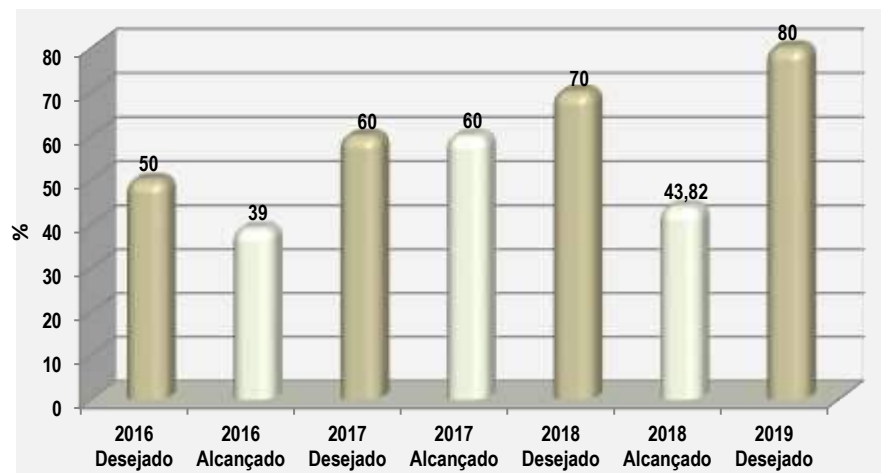
Indicador 1541 - Foi lançado edital de chamamento público em junho de 2017 e 18 projetos chegaram ao Conselho, porém, com o final do mandato dos Conselheiros, estes solicitaram que se aguardasse nova composição. Assim, o julgamento e a execução dos convênios ficarão para 2018.

Justificativas 2018

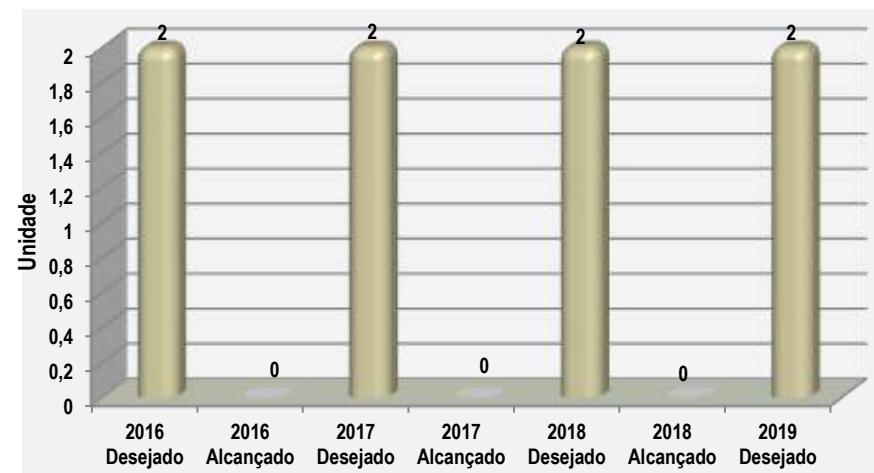
Indicador 1540 - Inicialmente cabe frisar que as reclamações, em regra, são atendidas em fase de CIP (Carta de Informações Preliminares), portanto, já nessa segunda fase de resolução superada a fase de CIP, quando as reclamações estão prontas para serem decididas como fundamentadas, os índices de resolutividade geralmente são mais baixos. Outro ponto a ser destacado é a carência de servidores no Procon-DF. processo SEI n.º: 00015-00001718/2019-63, Memorando n.º 65 (19016255):

Indicador 1541 - Os Conselheiros fizeram exigências complementares às entidades da sociedade civil, não estando os projetos devidamente instruídos, razão pela qual o julgamento ficou para 2019. Ano que vem, a expectativa é que sejam firmados dois convênios.

RESOLUTIVIDADE DAS RECLAMAÇÕES FUNDAMENTADAS



CONVÊNIOS CONSUMIDOR/SOCIEDADE CIVIL



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6211	3	1	Assinatura de Termos de Cessão de Uso com as Administrações Regionais para instalação de Postos de Atendimento e Escola do Consumidor; (PROCON)	44202	0	<p>2016 A abertura de novos postos de atendimento demanda a contratação de servidores para prestar informações. Diante da impossibilidade, a ação não foi implementada.</p> <p>2017 Não houve assinatura de termos em função do quadro reduzido de servidores.</p> <p>2018 Não houve assinatura de termos para instalação de Postos de Atendimento e Escola do Consumidor, pois a implementação de novos postos depende, além da capacidade de orçamento, do quantitativo de servidores, sendo que há carência de servidores no órgão, razão pela qual se optou pela melhor distribuição dos servidores entre as unidades já existentes no decorrer do ano 2018 para assegurar a melhor qualidade e celeridade dos atendimentos prestados.</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6211	3	2	Elaboração de Termo de Demanda para aquisição de veículos, pesquisa de Atas de Registro de Preços em validade no DF, editais de licitação visando adquirir veículos para funcionamento do PROCON Móvel; (PROCON)	44202	0	<p>2016 Para o ano de 2016, o PROCON optou por usar seus recursos na melhoria da sede do Instituto. A ação foi prorrogada para o ano de 2017.</p> <p>2017 O PROCON não adquiriu novos veículos, porém a estrutura do Ônibus do PROCON Móvel foi revitalizada, possibilitando a continuidade das ações.</p> <p>2018 Não foi elaborado Termo de Demanda para aquisição de veículos em virtude da carência de pessoal, tanto para elaboração de um Projeto de aquisição, quanto de mão de obra específica (motoristas).</p>
6211	3	3	Parcerias com órgãos públicos, empresas públicas e privadas, por meio de acordos de cooperação técnica. (SEJUS)	44101	73,91	<p>2016 O NA HORA conta com 23 órgãos parceiros, dos quais 11 encontram-se com os Termos de Cooperação vigentes e 12 em processo de regularização. A SUBJUSPRED celebrou diversos acordos de cooperação técnica, sendo um deles com o Ministério da Justiça (MJ), Procuradoria Geral do Trabalho (PGT), tendo sido iniciadas articulações com o Instituto Federal de Brasília (IFB) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Os acordos firmados com o MJ e a PGT preveem ações relacionadas ao Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas em consonância com a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, instituído pelo Decreto Presidencial nº 5.948/2006 e o II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, publicado pela Portaria Interministerial nº 625, de 22 de fevereiro de 2013.</p> <p>2017 Os Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) firmados com o Ministério da Justiça e a Procuradoria Geral do Trabalho ainda estão vigentes. Em 2017 foram retomadas as tratativas para a assinatura do ACT com o Instituto Federal de Brasília, mas devido às mudanças de gestão, impossibilitou-se sua finalização. No entanto, foi constatado em reunião com o IFB o interesse em prosseguir com essa parceria, devendo a SEJUS continuar com os ajustes à Minuta do ACT para assinatura prevista para o 1º semestre de 2018 (Processo nº 0400-000240/2016). Sobre os Termos de Cooperação firmados com o NA HORA, informe-se que atualmente há 23 órgãos parceiros dos quais: 17 vigentes e 6 em processo de regularização. Deste modo, em termos percentuais, os valores em 2016 e 2017 são da ordem de 47,83% e 73,91%, respectivamente, considerando-se os 23 órgãos parceiros.</p> <p>2018 O Na Hora conta com 23 órgãos parceiros atuando dentre suas 7 (sete) Unidades. Em 2018, foram renovados os Termos de Cooperação com a Secretaria de Estado de Fazenda e com o Instituto de Defesa do Consumidor - Procon e firmado um novo Termo de Cooperação com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Território - TJDF, totalizando 24 parceiros e 19 termos vigentes. Iniciou-se, ainda, tratativas para se firmar acordo com o Banco do Brasil S. A., com previsão de término para o 1º semestre de 2019. Visando o atendimento e capacitação ao migrante e refugiado, foi possível verificar que, embora tenham sido realizadas diligências e tratativas para assinatura, a formalização de Acordo de Cooperação Técnica entre a SEJUS e o Instituto Federal de Brasília (IFB) não foi concretizada</p>
6211	3	4	Publicação anual de edital de chamamento público para seleção de projetos de entidades civis sem fins lucrativos; (FDCC)	44902	0	<p>2016 Foi publicado no Diário Oficial de março de 2016, o primeiro Edital de Chamamento Público para seleção de projetos de entidades civis sem fins lucrativos.</p> <p>2017</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						Foi publicado no Diário Oficial de junho de 2017, o segundo Edital de Chamamento Público para seleção de projetos de entidades civis sem fins lucrativos 2018 O edital de 2017 não foi finalizado, não havendo necessidade de lançamento de outro em 2018
6211	3	5	Firmar convênios com as entidades selecionadas nos editais; (FDDC)	44902	0	2016 Ainda que tenha havido o edital, não houve apresentação de propostas válidas ao Conselho, o que resultou no número informado. 2017 Ainda que tenha havido o edital, não houve apresentação de propostas válidas ao Conselho, o que resultou no número informado 2018 Os Conselheiros fizeram exigências complementares às entidades da sociedade civil, não estando os projetos devidamente instruídos, razão pela qual o julgamento ficou para 2019. Ano que vem, a expectativa é que sejam firmados dois convênios.
6211	3	6	Termo de referência para confecção de cartilhas voltadas para direito do consumidor. (FDDC)	44902	0	2016 O processo administrativo passou por falhas técnicas na pesquisa de preço, o que resultou no seu arquivamento no ano de 2016. 2017 Não houve interesse na elaboração ou continuidade nos projetos antigos de confecção de cartilhas para o ano de 2017 2018 Não houve interesse na elaboração ou continuidade em projetos de confecção de cartilhas.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

2016/2018

SEJUS

O Serviço de Atendimento Imediato ao Cidadão – NA HORA, foi instituído no Distrito Federal por meio do Decreto nº 22.125, de 11 de Maio de 2001, e visa reunir, em um único local, representações de órgãos públicos distritais e federais para a prestação de serviços públicos de qualidade primando-se pela eficiência, agilidade e acessibilidade. Em 2016, Isto foi possível graças à parceria firmada com 23 órgãos públicos distritais e federais. Deste total, havia 11 Termos de Cooperação vigentes e 12 em processo de regularização para a manutenção de todos os serviços atualmente prestados nas Unidades. As parcerias visam à diminuição da burocracia, à otimização de tempo do usuário (que encontra no mesmo lugar a possibilidade de solucionar várias questões), à ampliação dos canais de comunicação entre o Estado e o cidadão e à simplificação de processos e clareza nas informações. As parcerias também auxiliam na redução dos custos sociais e financeiros do serviço público.

A iniciativa de firmar parcerias com órgãos públicos, empresas públicas e privadas, por meio de acordos de cooperação técnica, decorre da necessidade de se estreitar as relações com setores estratégicos para consecução de objetivos comuns, entre eles o desenvolvimento de ações intersetoriais e integradas que permitam uma maior efetividade das políticas públicas executadas. Dada essa necessidade, alguns acordos foram celebrados com órgãos do Governo Federal, em específico o Ministério da Justiça e a Procuradoria Geral do Trabalho, para o estabelecimento de ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas, conforme a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Tais acordos resultam também da necessidade de fortalecer a atuação integrada dos atores governamentais de forma descentralizada, apoiando os Núcleos e Comitês de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, garantindo a articulação das ações, o intercâmbio

de experiências e a participação da sociedade civil. Além disso, a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas estabeleceu como diretrizes o fortalecimento do pacto federativo, por meio da atuação conjunta e articulada de todas as esferas do Governo, na prevenção e repressão ao tráfico de pessoas, bem como no atendimento à reinserção social das vítimas e a estruturação de rede de enfrentamento a essa modalidade de crime, envolvendo todas as esferas de governo e organizações da sociedade civil.

Há, ainda em consolidação e construção, acordo de cooperação a ser celebrado com o SENAC para consecução de atividades que envolvam a prevenção da violência, ao tráfico de pessoas e ao uso de Drogas, bem como a qualificação técnica de vítimas atendidas pelo Programa de Proteção às Vítimas de Violência e a reinserção social de dependentes químico em fase final de tratamento. Ademais, as tratativas para celebração de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o Instituto Federal de Brasília (IFB) almeja o desenvolvimento de ações direcionadas aos migrantes estrangeiros de modo a permitir a sua integração ao território, a inserção laboral e social.

Em 2017, os ACTs firmados com o Ministério da Justiça e a Procuradoria Geral do Trabalho ainda estão vigentes. Foram ainda retomadas as tratativas para a assinatura do ACT com o Instituto Federal de Brasília. No entanto, devido às mudanças de gestão, impossibilitou-se sua finalização. Todavia, foi constatado em reunião com o IFB o interesse em prosseguir com essa parceria, devendo a SEJUS continuar com os ajustes à Minuta do ACT, cuja assinatura está prevista para o 1º semestre de 2018 (Processo nº 0400-000240/2016).

Sobre os Termos de Cooperação firmados com o NA HORA, informe-se que atualmente há 23 órgãos parceiros dos quais 17 estão vigentes e 6 em processo de regularização. Visa-se prestar atendimento de alto padrão de qualidade, ampliar o acesso do cidadão aos serviços públicos, simplificar as obrigações de natureza burocrática e ampliar os canais de comunicação entre o Estado e o cidadão.

Também houve tratativas de cooperação com o SENAC para consecução de atividades que envolvam a prevenção à violência, e com o Instituto Federal de Brasília para o combate ao tráfico de pessoas (com vistas ao desenvolvimento de ações direcionadas aos migrantes estrangeiros de modo a permitir a sua integração ao território, a inserção laboral e social) e parcerias para a prevenção ao uso de drogas, com a reinserção social de dependentes químicos em fase final de tratamento, além das que tratam de qualificação técnica de vítimas atendidas pelo Programa de Proteção às Vítimas de Violência.

Mantendo o foco nos objetivos do Na Hora, que é prestar atendimento de alto padrão de qualidade, eficiência e rapidez, facilitar o acesso do cidadão aos serviços públicos e simplificar as obrigações de natureza burocrática, em 2018 foram renovados os Termos de Cooperação com a Secretaria de Estado de Fazenda e com o Instituto de Defesa do Consumidor - Procon. Também foi firmado um novo Termo de Cooperação com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Território - TJDFT. Dos 24 órgãos parceiros, 19 estão com os Termos de Cooperação vigentes. Iniciaram-se, ainda, tratativas com o Banco do Brasil, restando detalhes finais e assinaturas para o 1º semestre de 2019.

PROCON

Em 2016, o PROCON fiscalizou diversas empresas, aplicando mais de R\$ 6 milhões de reais em multas sancionatórias. Ademais, efetuou mutirão com o Banco de Brasília – BRB S/A a fim de renegociar dívidas de consumidores com a instituição financeira. Por fim, foi realizada parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil para realização de audiências de conciliação com o intuito de diminuir a quantidade de demandas no PROCON.

Em 2017, o PROCON, em parceria com o BRB e BRB CARD, em 2017, realizou mutirão de renegociação de dívida com 2.270 atendimentos (valor renegociado: aproximadamente R\$ 10,5 milhões). Foi realizado mutirão com a Caixa Econômica Federal no período de 18 a 29 de setembro de 2017, totalizando 558 atendimentos e um valor envolvido de aproximadamente R\$ 900.000,00. O PROCON implantou a plataforma Consumidor.Gov em 2017 (www.consumidor.gov.br/pages/principal/) em seu sistema para atender os consumidores na solução alternativa de conflitos de consumo via internet. A sede passou por reformas e aquisição de mobiliário e divisórias (aquisição de mesas, estações de trabalho, cadeiras e longarinas para a sede e todos os postos de atendimento) para atender às condições de trabalho dos servidores, houve reforma dos banheiros, renovação de pintura e instalação elétrica. O PROCON fez acordo de cooperação técnica com o Sindicato dos Advogados e a Rede Internacional de Excelência Jurídica para instalação e implementação do Centro de Medição, Negociação e Conciliação na sede.

Em 2018, embora não tenha havido o atingimento das metas estabelecidas para o Procon-DF, contribuíram para o alcance do Objetivo Específico: (003- **EXERCÍCIO DA CIDADANIA:** Orientar, proteger e defender os direitos sociais, bem como buscar a harmonização das relações de consumo, oferecendo atendimento de qualidade, com eficiência e rapidez, facilitando o acesso aos serviços públicos), as seguintes ações:

- 1 - A realização aproximada de 214 (duzentos e quatorze) audiências de conciliação;
- 2 - A realização de eventos externos junto à população do Distrito Federal, tais como:
 - a) Dia Internacional do Consumidor - Data:15/03/2018 - Quantidade de pessoas atendidas: 33;
 - b) Mutirão da Cidadania em Samambaia - 17/03/2018 - Quantidade de pessoas atendidas: 05
 - c) XXVI Ação Social Rotary - Data:22/04/2018 - Quantidade de pessoas atendidas: 07
 - d) Ação Global Nacional em Itapuã - Data: 26/05/2018 - Quantidade de pessoas atendidas: 09
- 3 - A realização de Mutirões de Renegociação de Dívida e Resolução de Demandas:
 - a) BRBCARD - Data:de 02/04 a 13/04/2018 - Quantidade de pessoas atendidas: 1461 clientes
 - b) OI S.A - Data:01/10/2018 a 31/10/2018 - Quantidade de pessoas atendidas: 103
 - c) CLARO S.A/NET / COMBO NET / EMBRATEL - Data: 01/10/2018 a 07/11/2018 - Quantidade de pessoas atendidas:183
 - d) Telefônica Brasil S.A VIVO, GVT. - Data:22/10/2018 a 26/10/2018 - Quantidade de pessoas atendidas: 33
- 4 - A realização de ações Fiscalizatórias onde foram lavrados aproximadamente 1400 (mil e quatrocentos) autos de infração; Cerca de 3.000 (três mil) autos de constatação e relatório de visitas. Perfazendo um total médio de 3.800 ações fiscalizatórias.
- 5 - A autuação das empresas resultou em um valor estimado de R\$ 17.822.599,28 (dezesete milhões, oitocentos e vinte e dois mil, quinhentos e noventa e nove reais e vinte e oito centavos), correspondente à aplicação de multas.

FDDC

O Fundo de Defesa dos Direitos do Consumidor – FDDC tem como objetivo principal financiar atividades voltadas à melhoria das relações entre consumidores e fornecedores, seja através de projetos que contemplem a educação para o consumo, seja estruturando os órgãos de defesa do consumidor. No ano de 2016, foram apresentados 05 projetos, dos quais 4 destes foram aprovados pelo Conselho de Administração do FDDC – CA/FDDC. Dois projetos envolviam a melhoria na estrutura do IDC-PROCON/DF, tendo sido empenhado cerca de R\$ 1.800.000,00, pendentes de finalização, na reforma do espaço da Sede. Um dos projetos envolveu a melhoria no Núcleo Telefônico do PROCON (telefone 151), com a aquisição de novos conjuntos de fone de ouvido (headset) para os atendentes. Por fim, em ação civil pública que buscou regularizar projeto de engenharia, o FDDC aprovou o pagamento de perícia para determinar se houve falha no projeto, prejudicando centenas de consumidores.

No ano de 2017, o FDDC evoluiu enormemente na aprovação de projetos de interesse dos órgãos de defesa do consumidor do DF. Foram 5 projetos aprovados para o PROCON-DF: aquisição de novos computadores, scanners, storage, firewall, servidores de rede, cabos de fibras óticas. São projetos ligados à área de tecnologia da informação, fazendo a ponte entre a implementação do sistema SEI no atendimento ao consumidor e a estrutura adequada do órgão. A partir do ano de 2018, todos os atendimentos do PROCON, bem como os projetos do Fundo, serão elaborados por processos eletrônicos, diminuindo o custo e espaço do Órgão. No entanto, apesar de aprovados, os projetos demandam esforços da área de licitação e contrato no sentido de executá-los. Por outro lado, foi feita uma parceria com a Defensoria Pública do DF (NUDECON/DPDF) que resultou na aprovação de um grande projeto de estruturação do novo Núcleo de Atendimento da DPDF: aquisição de mobiliário, equipamentos e serviços para produção de vídeos, soluções tecnológicas e livros para biblioteca. Esses projetos serão executados no ano de 2018. Por fim, o PROCON executou dois projetos que mudaram a cara da Autarquia: aquisição de novos mobiliários e divisórias, permitindo uma melhor forma de atender o consumidor, seja esteticamente, seja na dinâmica dos setores.

Em 2018, foram adquiridos duas melhorias no campo da tecnologia da informação: 1) aquisição de 56 scanners que auxiliaram a transição entre o processo administrativo físico e o processo SEI, atualmente completamente implementado no PROCON e, 2) aquisição de cabos de fibras óticas, cuja instalação permitiu a melhoria da capacidade da internet da Autarquia.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

004 – CIDADANIA CARCERÁRIA: Promover a ressocialização da população carcerária; orientar, proteger e defender os direitos sociais, facilitando o acesso aos serviços públicos, visando à promoção da justiça social e da cidadania, bem como apoio à reinserção no mercado de trabalho.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

24.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DA PAZ SOCIAL - SSP

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	4	1	Nomear 300 servidores da Carreira de Atividades Penitenciárias em 2016; (SSP) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	300	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	209	384		128,0
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	4	2	Criar 1.000 vagas para o cargo de Agente de Atividades Penitenciárias em 2019 (SSP) (Item alterado, conforme Lei nº 5787/2016 e Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	1.000	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	1.400		140,0
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	4	3	Reduzir o reingresso no sistema Penitenciário em 1,5% até o ano de 2019; (SSP) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016, e excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	1,50	%	ACUM	MENOR, MELHOR	-	-	X	X	0,0
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	4	4	Disponibilizar até 6.000 torozeleiras até o ano de 2019; (SSP) (Item alterado, conforme Lei nº 5787/2016 e Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	6.000	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	48	6.000		100,0
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	4	5	Implementar e realizar assistência técnica em hortas da Fazenda Modelo da Papuda (EMATER);	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100		100,0
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	4	6	Ampliar o atendimento aos sentenciados no período de 2016-2019, com ações educativas, de formação profissional, capacitação e intermediação junto a iniciativa privada, para a reintegração no mercado de trabalho, com abrangência a 3.000 sentenciados e apoio assistencial a 3.000 famílias; (FUNAP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	69,01	89	41,4		41,4
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	4	7	Aumentar para 12.299 o número de vagas do sistema penitenciário. (SSP) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	12.299	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	7.496	7395	7.395		60,1

Análise Qualitativa

1. Nomear 300 servidores da Carreira de Atividades Penitenciárias em 2016; (SSP) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016);

2016

Concurso em andamento conforme edital Nº 1 – SEAP-SSP, de 12 de dezembro de 2014. Todas as informações do Curso de Formação Profissional serão divulgadas no seguinte site do Instituto Brasil de Educação (IBRAE), opção concursos em andamento: www.ibrae.com.br.

2017

Meta parcialmente atingida. O edital de concurso público para provimento dos cargos de Agente Atividades Penitenciárias foi publicado no dia 12 de dezembro de 2014. O resultado final, com a divulgação dos aprovados, foi publicado no DODF, em 06 de novembro de 2017.

Desde a homologação do concurso, já foram nomeados 209 (duzentos e nove) candidatos.

2018

Meta atingida. Foram nomeados mais 175 servidores da carreira de Atividades Penitenciárias no período de janeiro a outubro de 2018, conforme previsão para o período.

2. Criar 1.000 vagas para o cargo de Agente de Atividades Penitenciárias em 2019 (SSP) (Item alterado, conforme Lei nº 5787/2016 e Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019);

2016

Meta não atingida.

2017

Meta não atingida. Em que pese a meta ter estipulado um marco temporal para ser realizada - ano de 2016 - cumpre destacar que durante os anos de 2015 e 2016, devido à grave crise financeira que assolou os Estados da Federação, o Distrito Federal atingiu o limite prudencial de gastos públicos com despesa de pessoal, o que impossibilitou o acréscimo de cargos ao quadro de servidores da Carreira de Atividades Penitenciárias. No entanto, o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao terceiro quadrimestre de 2017, apontou a redução do percentual dos gastos do Distrito Federal e a sua saída do limite prudencial. Diante disso, as tratativas referentes à criação de 1.400 (hum mil e quatrocentas) vagas para a Carreira de Atividades Penitenciária foram retomadas, conforme demonstra o processo SEI nº 0050-001110/2017; o qual trata da minuta do projeto de lei para ampliação do supracitado quadro de 1.600 (hum mil e seiscentos) para 3000 (três mil) cargos.

2018

Meta atingida. Foram criadas no quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal, 1.400 cargos de provimento efetivo integrantes da Carreira de Atividades Penitenciárias, por meio da Lei nº 6.167 de 03 de julho de 2018. Publicada no DODF nº 125 de 04/07/2018.

3. Reduzir o reingresso no sistema Penitenciário em 1,5% até o ano de 2019; (SSP) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016, e excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019);

2016

Meta não atingida.

2017

A referida meta encontra-se em análise por esta Secretaria de Segurança Pública e passará por alterações durante a Avaliação do PPA, visto que atualmente não existem mecanismos eficazes para a sua mensuração, uma vez que a redução do reingresso no sistema penitenciário envolve todo o sistema de execução penal.

Pela SSP, há duas iniciativas em andamento, sendo a primeira em execução desde setembro de 2017, com a implantação da Central Integrada de Monitoração Eletrônica, como uma medida alternativa à pena por meio da utilização de tornozeleiras eletrônicas. A segunda é a Central de Alternativas Penais, fruto do convênio nº 823.776/2015 – DEPEN/MJ e que está em processo de implantação.

É importante destacar os benefícios trazidos pela implementação dos trâmites das Audiências de Custódia, projeto que possibilita que, durante a audiência, o juiz analise a prisão sob o aspecto da legalidade, da necessidade e da adequação da continuidade da prisão ou da eventual concessão de liberdade com ou sem a imposição de outras medidas cautelares. Ou seja, proporcionam agilidade aos procedimentos com relação aos presos, promoção da justiça e economia de recursos públicos ao serem criadas alternativas à detenção. Tal processo favorece a redução de reingressos no Sistema Penitenciário uma vez que o juiz pode dispor de medidas como a concessão de liberdade provisória, substituição da prisão em flagrante por medidas cautelares diversas, análise da consideração do cabimento da medida penal, evitando a judicialização do conflito; corroborando com práticas restaurativas e outros encaminhamentos de natureza assistencial. Dessa forma, previnem-se os ciclos de violência, de criminalidade e de encarceramento, quando possibilitam ao juiz analisar se está diante da prisão de um criminoso ocasional ou daqueles envolvidos em facções criminosas.

4. Disponibilizar até 6.000 tornozeleiras até o ano de 2019; (SSP) (Item alterado, conforme Lei nº 5787/2016 e Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019);

2016

Contratação do serviço em andamento -. Convênio nº 812.110/2014-DEPEN. A SSPDF informa, com fulcro no inciso IX do Artigo 11, do Decreto nº 5.450/2005, a Adjudicação do objeto do certame com empresa contratada, no valor unitário de R\$ 161,92 por dispositivo/mês; total mensal R\$ 971.520,00 por 6.000 dispositivos/mês; total anual de R\$ 11.658.240,00 para 6.000 dispositivos/12 meses. Informa ainda a Homologação do certame com fulcro no inciso VI, do Artigo 8º, do Decreto nº 5.450/2005.

2017

Meta parcialmente atingida. O monitoramento eletrônico, através do uso de tornozeleiras, fortalece o sistema de execução penal e cumpre uma função ressocializadora ao permitir que o apenado tenha acesso a uma medida cautelar diversa da prisão. Amparada por esses preceitos, a Secretaria de Segurança Pública instruiu, em 2016, processo nº 050.000.511/2016, com o objetivo de realizar um registro de preços para o serviço de monitoração e rastreamento eletrônico de pessoas vinculadas a procedimentos judiciais, por meio de dispositivo eletrônico portátil tipo tornozeleiras.

Após a realização de estudos que objetivaram especificar os serviços que se adequariam ao Sistema Penitenciário de Brasília, elaboração de fluxos de trabalho e a conclusão dos trâmites licitatórios, houve a inauguração, no dia 04 de setembro de 2017, da Central Integrada de Monitoração Eletrônica. Desde a sua inauguração, até o dia 31/12/2017, a Central já monitorou 48 (quarenta e oito) apenados, sendo 35 (trinta e cinco) de medidas cautelares e 7 (sete) de decisões da VEP e 06 (seis) da VEPERA.

O contrato celebrado prevê a possibilidade de instalação de até 6.000 (seis mil) tornozeleiras que serão instaladas a partir das decisões expedidas pelo Poder Judiciário. Dessa forma, é importante ratificar que o número de tornozeleiras instaladas é uma meta que depende substancialmente dos trâmites judiciais, e diante disso, esta SSP proporá, no momento de Avaliação do PPA, ajustes nesta meta a fim de adequá-la ao contexto de execução penal. Diante desse contexto, cumpre informar que esta Secretaria, no momento de Avaliação do Plano Plurianual, proporá a modificação da meta para “Disponibilizar 6.000 (seis mil) tornozeleiras até 2019”.

2018

Meta revisada (e atingida) conforme Decreto 39.461/2018, publicado no DODF Nº 218, de 16 de novembro de 2018, que altera informações gerenciais e atributos dos Objetivos Específicos dos Programas Temáticos do Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019. Em 2018, o Centro Integrado de Monitoração Eletrônica – CIME, unidade integrante da Subsecretaria do Sistema Penitenciário, realizou a monitoração de 700 detentos. O contrato celebrado prevê a possibilidade de instalação de até 6.000 (seis mil) tornozeleiras que serão instaladas a partir das decisões expedidas pelo Poder Judiciário. Dessa forma, é importante ratificar que o número de tornozeleiras instaladas é uma meta que depende substancialmente dos trâmites judiciais.

5. Implementar e realizar assistência técnica em hortas da Fazenda Modelo da Papuda (EMATER);

2016

Foi elaborado o projeto de irrigação para as produções de hortaliças, de mudas e de plantas medicinais e foi realizado reuniões de planejamento e mobilização.

2017

Em 2017 foram realizadas cinco visitas técnicas para orientação em temas diversos, incluindo as atividades pecuárias desenvolvidas no local suinocultura, bovinocultura e piscicultura. Foi realizado ainda um curso de capacitação de 40 horas para 34 internos. Nas atividades agrícolas foi orientada a implantação de 1,3 ha de pimenta e 5,0 ha de milho.

2018

Neste ano não foram realizadas ações referentes a esta meta, uma vez que a meta já foi alcançada em 2016 e 2017.

6. Ampliar o atendimento aos sentenciados no período de 2016-2019, com ações educativas, de formação profissional, capacitação e intermediação junto a iniciativa privada, para a reintegração no mercado de trabalho, com abrangência a 3.000 sentenciados e apoio assistencial a 3.000 famílias (FUNAP);

2016 – 2017

Após o segundo semestre de 2016 foram intensificadas as ações desenvolvidas pela FUNAP/DF, como:

No projeto “Liberdade sobre Rodas”, foram construídas 20 cadeiras de rodas a partir de peças bicicletas doadas pela Secretaria de Segurança, estas bicicletas seriam destruídas por serem produto de crimes, com isso seis reeducandos do CIR/PAPUDA, foram inseridos no projeto como serralheiros, para aprender a profissão e serão os instrutores dos próximos reeducandos desta oficina.

Todas as oficinas do CIR, PPDF, PDF I, Marcenaria, Serralheria, Mecânica, Funilaria, Alfaiataria, Panificação, e Informática, a partir do segundo semestre do ano de 2016, deram início a reformas e aquisição de equipamentos novos e insumos, para que no ano de 2017 seja possível a classificação de um número maior de reeducandos para aprenderem uma nova profissão.

Na Fazenda da FUNAP/DF, localizada na PAPUDA, teve início a reforma de todas as instalações da mesma, como o viveiro de mudas onde foi iniciado um contrato com a TERRACAP para a produção de 120.000 mudas de árvores nativas do Cerrado; foram plantados mais de cinco hectares de milho para consumo interno pelos bovinos, aves, equinos e suínos; foi iniciado o aproveitamento de rejeitos orgânicos, restos de alimento fornecido pelo CIR/PAPUDA, utilizados como lavagem para suínos e compostagem para produção de adubo orgânico; foi criada uma horta com produção de diversas espécies de hortaliças e verduras, para isso foi necessário a ampliação do número de reeducandos classificados para trabalharem na Fazenda.

No “Projeto Borboleta”, a FUNAP/DF arrecada doações de roupas, calçados, bijuterias e outros produtos que possa aumentar a autoestima dos reeducandos, no final do ano.

Todos os contratos de prestação de serviços, por reeducandos, oferecidos pela FUNAP/DF, aos diversos seguimentos da administração pública e privada, foram analisados com intuito de serem ampliados para o ano de 2017, criando assim a possibilidade real de atingir as metas do PPA.

Foi iniciado o planejamento para a realização de diversas parcerias com mais órgãos da administração pública e privada, principalmente para realização de cursos profissionalizantes e contatos para ativação de novos contratos de prestação de serviços realizados, assim ampliando significativamente o número de reeducandos inseridos no mercado de trabalho.

2018

Considerando a meta de ampliação ao atendimento dos sentenciados no período de 2016-2019, com ações educativas, de formação profissional, capacitação e intermediação junto a iniciativa privada, para a reintegração no mercado de trabalho, com abrangência a 3.000 sentenciados e apoio assistencial a 3.000 famílias, por esta Fundação, cumpre informar o seguinte:

I - Para a devida clareza na porcentagem lançada no item supra destacamos que a meta de 3.000 sentenciados foi dividida pelos quatros anos de planejamento, com isso se obteve a porcentagem de 41,4%.

II - Destaca-se ainda que, o exercício de 2018 foi encerrado com aproximadamente 1.240 sentenciados atendidos pelo programa Reintegra Cidadão.

7. Aumentar para 12.299 o número de vagas do sistema penitenciário. (SSP) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016).

2016

Meta não atingida.

2017

Meta parcialmente atingida. Durante o exercício de 2016, foram inauguradas 800 (oitocentas) novas vagas para o Sistema Penitenciário do Distrito Federal, sendo 400 (quatrocentas) no Centro de Detenção Provisória e 400 (quatrocentas) na Penitenciária Feminina do Distrito Federal. A referida ampliação ocasionou uma diminuição no déficit do número de vagas e proporcionou um fortalecimento das normas de segurança prisional. Ademais, promoveu uma condição mais digna para os presos, a ampliação dos espaços, uma melhor condição de ventilação das celas e a modernização da estrutura.

Além disso, o Convênio nº 787683 (SICONV), celebrado entre o Distrito Federal e o Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário Nacional, cujo objeto é a construção de mais quatro blocos no Complexo Penitenciário, proporcionará, mais 3.200 (três mil e duzentas) vagas.

No entanto, é importante destacar que com a transferência da Subsecretaria do Sistema Penitenciário para a Secretaria de Justiça e Cidadania (SEJUS), nos termos do Decreto nº 36.236 de 1º de janeiro de 2015, o supracitado convênio estava sendo executado pela SEJUS. No decorrer da execução do Contrato algumas contrariedades foram enfrentadas pelo órgão gestor e a empresa, o que ocasionou na paralisação da obra, já com 58,61%. Diante desse contexto, considerando o retorno da Subsecretaria do Sistema Penitenciário e a importância da conclusão da referida obra e seus benefícios ao Complexo da Papuda, foi executada a sub-rogação do Convênio para esta Secretaria de Estado de Segurança Pública em 29/12/2017 (DOU nº 4, de 05/01/2018, p. 57), a fim de que a obra possa ser retomada o mais breve possível.

Ainda como demonstração dos esforços para aumentar o número de vagas no Sistema Penitenciário, no dia 16 de novembro de 2017, através da Portaria nº 102, esta Secretaria descentralizou recursos orçamentários para que a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP) possa elaborar os projetos executivos e complementares para a construção de mais uma unidade no Complexo Penitenciário da Papuda, a Penitenciária do Distrito Federal III (PDFIII).

2018

Meta parcialmente atingida. É importante destacar que, com a transferência da Subsecretaria do Sistema Penitenciário para a Secretaria de Justiça e Cidadania (SEJUS), nos termos do Decreto nº 36.236 de 1º de janeiro de 2015, o supracitado convênio estava sendo executado pela SEJUS. No decorrer da execução do Contrato, algumas intercorrências foram enfrentadas pelo órgão gestor e a empresa, o que ocasionou na paralisação da obra, já com 58,61%. Diante desse contexto, considerando o retorno da Subsecretaria do Sistema Penitenciário e a importância da conclusão da referida obra e seus benefícios ao Complexo da Papuda, foi executada a sub-rogação do Convênio para esta Secretaria de Estado de Segurança Pública em 29/12/2017 (DOU nº 4, de 05/01/2018, p. 57), a fim de que a obra possa ser retomada o mais breve possível.

Ao longo de 2018, a SSPDF desenvolveu uma série de ações com vistas a execução do remanescente da Obra de Construção de 4 (quatro) Centros de Detenção Provisória no Setor C, Fazenda Papuda, Rodovia DF 465, km 1,2, São Sebastião/DF, composta dos seguintes itens: 2 (dois) Módulos de Recepção e Revista; 2 (dois) Módulos de Administração; Dois Módulos de Saúde; 16 (dezesesseis) Módulos de Vivência; 5 (cinco) Guaritas; 4 (quatro) Reservatórios de água; Urbanização e Infraestrutura (Implantação). Sendo o Extrato do Contrato de Execução da Obra pelo Distrito Federal Nº 22/2019 publicado no DODF Nº 64, 4 de abril de 2019.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1543	PESSOAS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE NO SISTEMA PRISIONAL DO DF QUALIFICADOS/CAPACITADOS EM CURSOS PROFISSIONALIZANTES/ OFICINAS PRODUTIVAS	%	0	31/12/2016	5	1,92	10	2,39	15	5	20	FUNAP / UO 24202 / OE 4
1544	ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS DAS PESSOAS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE NO SISTEMA PRISIONAL DO DF	%	0	31/12/2016	5	3,98	10	7,2	15	5	20	FUNAP / UO 24202 / OE 4
1688	PESSOAS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE NO SISTEMA PRISIONAL DO DF INSERIDOS NO MERCADO DE TRABALHO	%	0	31/12/2016	10	8,66	15	3,07	20	7	25	FUNAP / UO 24202 / OE 4
1759	Presos em Atividade Laboral – Trabalho Interno (Item incluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	PESSOA	2.025	31/07/2017	-	-	-	-	2.126	1.818	2.232	SESIPE/SSP / UO 24101 / OE 4
1760	Presos em Atividade Laboral – Trabalho Externo (Item incluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-	PESSOA	2.251	31/07/2017	-	-	-	-	2.363	858	2.481	SESIPE/SSP / UO 24101 / OE 4

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
	2019)											
1761	Presos em Escolarização (Item incluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	PESSOA	1.268	31/07/2017	-	-	-	-	1.331	2.339	1.397	SESIPE/SSP / UO 24101 / OE 4
1762	Presos Capacitados por meio de Oficinas (Item incluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	PESSOA	219	31/07/2017	-	-	-	-	229	09	240	SESIPE/SSP / UO 24101 / OE 4

Justificativas 2016

Indicador 1543 – A partir do segundo semestre de 2016, foram firmadas parcerias com o “Sistema S” MEC/PRONATEC e EMATER, para a oferta de cursos de qualificação profissional em diversas áreas. O percentual baixo de atendimento do indicador relaciona-se às dificuldades nas pactuações de parcerias com órgãos Públicos e Privados, como também na manutenção do preso nos cursos profissionalizantes e oficinas de trabalho em razão de normas internas de segurança estabelecidas pelas unidades prisionais.

Indicador 1544 - A aferição do indicador de atendimento às famílias das pessoas presas começou a ser computado no segundo semestre/2016, em razão de mudança na Gestão da FUNAP. O indicador necessita de alteração, visto que não há como mapear o número total de familiares das pessoas presas, que, atualmente, chega a uma média de 15.000 presos, além daqueles que recebem prisão domiciliar. Em 2017, a proposta é que seja computado o número de familiares de presos em regime domiciliar e egressos atendidos pela FUNAP.

Indicador 1545 - Devido ao aumento de 4,93% na população carcerária do Distrito Federal em 2016, resultou no aumento do Déficit de vagas no Sistema Penitenciário em 7504 vagas.

Indicador 1688 - No ano de 2016 foram celebrados mais nove contratos de trabalho da FUNAP com órgãos públicos e privados, para a empregabilidade de mão-de-obra carcerária e egressa no mercado de trabalho. No final de dez/2016 havia 1.201 pessoas inseridas nestes contratos. A previsão da FUNAP para 2017 é aumentar 30% o número de contratos, com vistas a inserir um maior número de presos no mercado de trabalho.

Justificativas 2017

Indicador 1543 – 2017 - A partir do segundo semestre de 2017, foi celebrado parceria com sistema "S" para a oferta de cursos de qualificação profissional, de panificação, corte e costura e eletricitista predial para 75 internos do sistema prisional do DF. O percentual baixo de atendimento refere se aos dados prestados junto a SESIP, quanto ao número de internos que tiveram direito ao trabalho externo deferido.

Indicador 1544 - 2017-A aferição do indicador de atendimento às famílias das pessoas presas começou a ser computado no segundo semestre/2017, em razão de mudanças na Gestão da FUNAP. O indicador necessita de alteração, visto que não há como mapear o número total de famílias das pessoas presas, que, atualmente, chega a uma média 15.000 presos, além daqueles que recebem prisão domiciliar. Em 2018, a proposta é que sejam computados o nº de familiares de presos em regime domiciliar e egressos atendidos pela FUNAP

Indicador 1545 - Devido ao aumento de 5,02% na população carcerária do Distrito Federal em 2017, resultou no déficit de 8.358 vagas no Sistema Penitenciário.

Indicador 1688 - 2017- A Funap conta com 96 contratos, com órgãos públicos e empresas privadas, de prestação de serviços de mão de obra de sentenciados do sistema prisional do DF. Em JAN/17, segundo informações da Sesipe, haviam 2912 presos com trabalho externo deferido e 1215 presos trabalhando vinculados à Funap. Já em DEZ/17, a quantidade de presos com trabalho externo deferido subiu para 3132 e os de presos trabalhando vinculado à FUNAP foram 1403, ocorrendo um aumento de 3,07% na contratação de sentenciados

Justificativas 2018

Indicador 1543 - 2018- A Funap detém aproximadamente 76 contratos, com órgãos públicos, empresas privadas e terceiro setor, de prestação de serviços de mão de obra com sentenciados do sistema prisional do DF. Em JAN/18, havia 1.403 presos inseridos em postos de trabalho, contudo em DEZ/18, a quantidade diminuiu para 1.100, devido a Normatização feita pela Portaria 3/2018 da VEP (Vara de Execuções Penais).

Indicador 1544 - 2018- A Funap detém aproximadamente 76 contratos, com órgãos públicos, empresas privadas e terceiro setor, de prestação de serviços de mão de obra com sentenciados do sistema prisional do DF. Em JAN/18, havia 1.403 presos inseridos em postos de trabalho, contudo em DEZ/18, a quantidade diminuiu para 1.100, devido a Normatização feita pela Portaria 3/2018 da VEP (Vara de Execuções Penais).

Indicador 1688 - 2018- A Funap detém aproximadamente 76 contratos, com órgãos públicos, empresas privadas e terceiro setor, de prestação de serviços de mão de obra com sentenciados do sistema prisional do DF. Em JAN/18, havia 1.403 presos inseridos em postos de trabalho, contudo em DEZ/18, a quantidade diminuiu para 1.100, devido a Normatização feita pela Portaria 3/2018 da VEP (Vara de Execuções Penais).

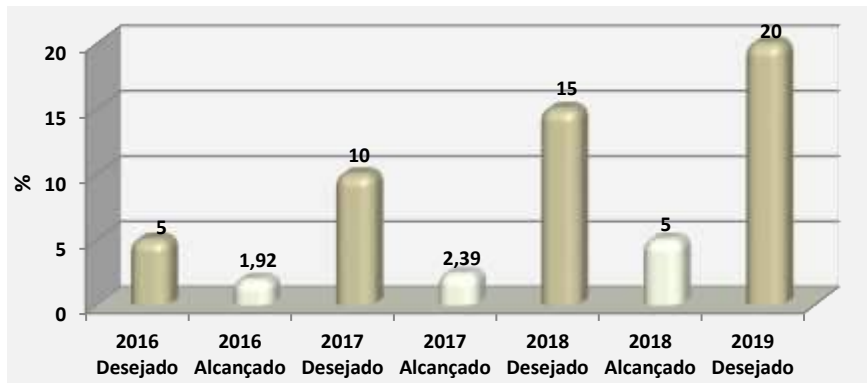
Indicador 1759 – O indicador em comento foi prejudicado pelo baixo número de custodiados que laboraram nas oficinas.

Indicador 1760 – A FUNAP empregou 470 (quatrocentos e setenta) sentenciados, por enquanto que empresas privadas contrataram 388 (trezentos e oitenta e oito) presos, totalizando 858 (oitocentos e cinquenta e oito) custodiados com trabalho externo autorizado e efetivado. Um fator determinante para o não alcance do índice foi o número limitado de servidores.

Indicador 1761 – O índice alcançou o desejado devido ao aprimoramento do trabalho desenvolvido pela FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO - FUNAP.

Indicador 1762 – Meta superestimada e entraves na implementação de oficinas pela Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso -FUNAP.

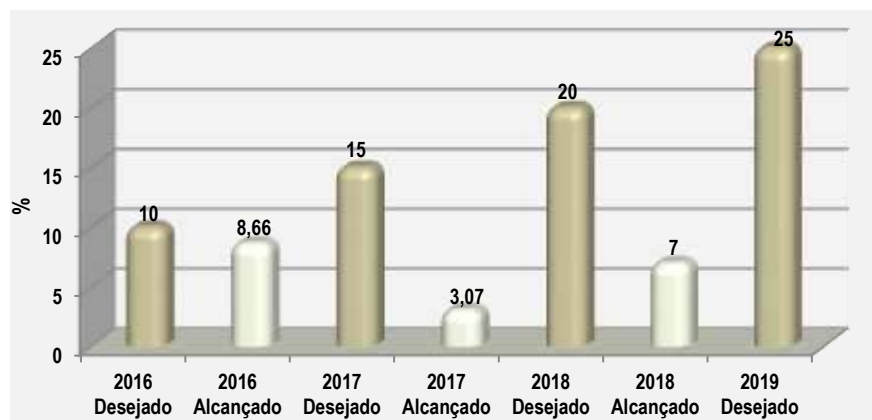
**PESSOAS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE NO SISTEMA PRISIONAL DO DF
QUALIFICADOS/CAPACITADOS EM CURSOS PROFISSIONALIZANTES/
OFICINAS PRODUTIVAS**



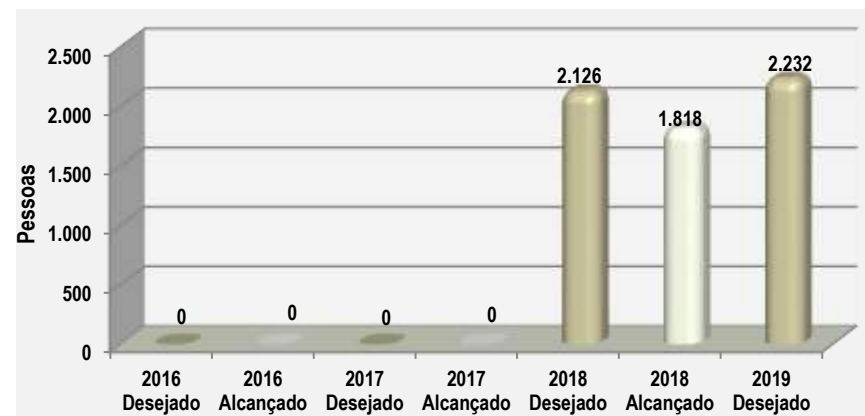
**ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS DAS PESSOAS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE
NO SISTEMA PRISIONAL DO DF**



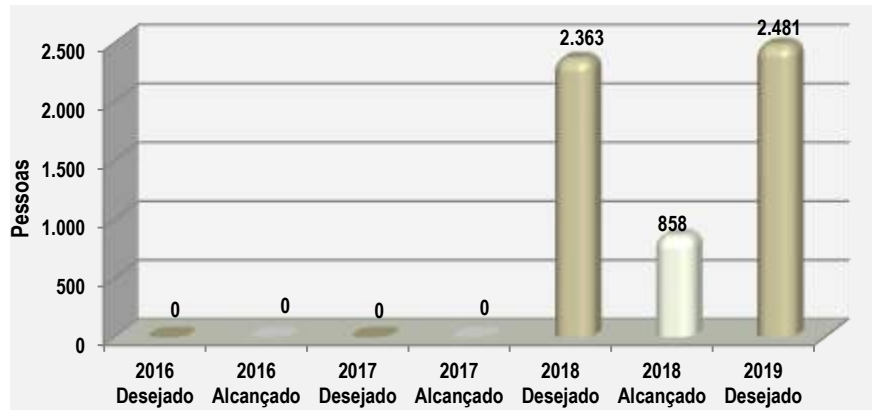
**PESSOAS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE NO SISTEMA PRISIONAL DO DF
INSERIDOS NO MERCADO DE TRABALHO**



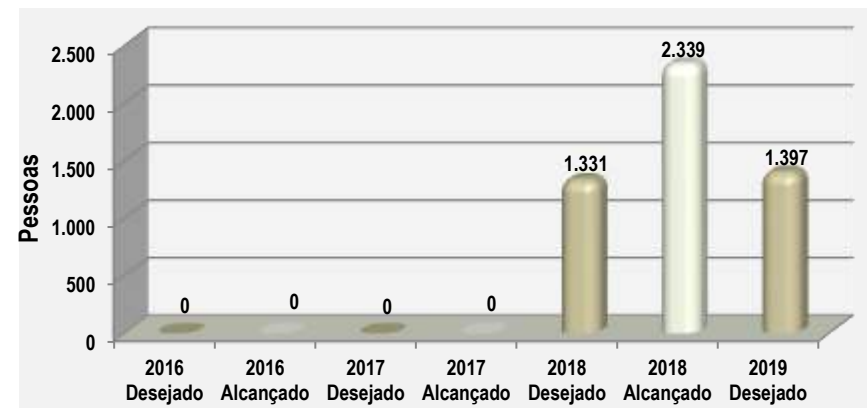
PRESOS EM ATIVIDADE LABORAL - TRABALHO INTERNO



PRESOS EM ATIVIDADE LABORAL - TRABALHO EXTERNO



PRESOS EM ESCOLARIZAÇÃO



PRESOS CAPACITADOS POR MEIO DE OFICINAS



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6211	4	1	Articulação junto a Iniciativa Privada e Órgãos Setoriais do GDF, Instituições Federais (Tribunais), Redes de Educação Profissional, para inserção do sentenciado no mercado de trabalho; (FUNAP)	24202	89	<p>2016 A FUNAP/DF iniciou o ano de 2016 com 59 contratos e 941 reeducando contratados, finalizando o ano com 68 contratos e 1.201 reeducando contratados por órgãos do GDF, Governo Federal e iniciativa privada.</p> <p>2017 Atualmente há 72 contratos em vigência e 1376 reeducandos contratados por órgãos do GDF, Governo Federal e iniciativa privada.</p> <p>2018 Em 2018, por meio das articulações desenvolvidas pela Diretoria Executiva desta Fundação, o exercício foi encerrado com a celebração de 74 contratos, com aproximadamente 89%.</p>
6211	4	2	Articulações junto aos Órgãos Setoriais do GDF, para uma atuação de Complementaridade; (FUNAP)	24202	89,1	<p>2016 Foram contatados todos os órgãos do GDF para iniciarem contratos com a FUNAP/DF. Ao final do ano foram efetivados 68 contratos. Parcerias foram feitas com SEBRAE, Secretaria de Educação e por meio do PRONATEC.</p> <p>2017 Foram contatados todos os órgãos do GDF para iniciarem contratos com a FUNAP/DF. Ao final foram efetivados 72 contratos. Parcerias foram feitas com SEBRAE, Secretaria de Educação e por meio do PRONATEC.</p> <p>2018 Mantiveram-se as articulações com a Secretaria de Educação por meio do PRONATEC, sendo atendidos 288 sentenciados</p>
6211	4	3	Articulações com Organizações Não Governamentais e Organismos Internacionais para otimização do orçamento da FUNAP/DF; (FUNAP)	24202	0	<p>2016 Não foram realizadas parcerias para esta finalidade no ano de 2016.</p> <p>2017 Não foram realizadas parcerias para esta finalidade no ano de 2017.</p> <p>2018 Não foram realizadas parcerias para esta finalidade no ano de 2018.</p>
6211	4	4	Articulação com o Departamento Penitenciário-DEPEN, para capacitação profissional dos sentenciados, por meio do PRONATEC. (FUNAP)	24202	100	<p>2016 Foram realizados os seguintes cursos profissionalizantes junto ao PRONATEC: Pintor de obras imobiliárias, Eletricista predial, Instalador de revestimento cerâmico e Pedreiro e com SEBRAE os cursos, "Sei vender", "Sei empreender" e "Sei controlar meu dinheiro". Atendendo 180 reeducandos.</p> <p>2017 Foram realizados os seguintes cursos profissionalizantes junto ao PRONATEC: Pintor de obras imobiliárias, Eletricista predial, Instalador de revestimento cerâmico e Pedreiro. Foram atendidos mais de 250 reeducandos.</p> <p>2018 Mantiveram-se as articulações com a Secretaria de Educação por meio do PRONATEC, sendo atendidos 288 sentenciados</p>

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

2016/2018

SSP

O Objetivo Específico “Cidadania Carcerária: *promover a ressocialização da população carcerária; orientar, proteger e defender os direitos sociais, facilitando o acesso aos serviços, visando à promoção da justiça social e da cidadania, bem como apoio a reinserção no mercado de trabalho*”, fundamenta-se na implementação de políticas públicas voltadas ao combate da superlotação dos presídios, do déficit de servidores e na dificuldade em proceder a ressocialização dos presos, reintegrando-os a sociedade de tal forma que se evite a reincidência na prática de novos crimes. O primordial e indispensável é a assistência de todos os internos do Sistema Penitenciário do Distrito Federal por meio do fornecimento de condições básicas, tais como: alimentação, saúde e educação.

Para sanar o grave problema de superlotação carcerária e visando a manutenção e aperfeiçoamento da segurança nos presídios, em 2016, foram implementadas ações para a redução no déficit de vagas no Complexo Penitenciário do DF através da construção de novas vagas que proporcionam aos internos uma vida digna enquanto privados de sua liberdade.

Visando facilitar o andamento das atividades, a implantação de tecnologias como as tornozeleiras eletrônicas, facilitará o controle de presos que cumprem pena em regime semiaberto, aberto e prisão domiciliar. Tal medida, além de proporcionar ao preso o bem estar de ter maior convívio familiar, ajudará na escassez de servidores do Sistema, visto que um número menor de pessoas ficaria responsável pela fiscalização do cumprimento efetivo da pena.

Para promover e administrar a custódia dos presos com segurança e dignidade faz-se necessária a adoção de medidas de educação e cultura que viabilizem um alto número de pessoas reintegradas a sociedade, reduzindo assim o reingresso no Sistema Prisional. Para tanto, a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP tem por principais objetivos, promover a ressocialização da população carcerária, em regime aberto, semiaberto e na condicional; defender os direitos sociais e apoiar com ações assistenciais a família do sentenciado; oportunizar a qualificação educacional e profissional do sentenciado, com intermediação junto à iniciativa privada e órgãos públicos, para ampliar as oportunidades de trabalho.

Diante da análise qualitativa das metas e ações, entende-se que a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social atingiu parcialmente o objetivo proposto para o exercício de 2016, em que se destaca: I) conclusão das obras de ampliação do Centro de Detenção Provisória – CDP (400 vagas) e ampliação da Penitenciária Feminina do Distrito Federal – PPDF (400 vagas); II) construção de um galpão destinado a atividades profissionais na Penitenciária Feminina do Distrito Federal; e III) execução de 42% da construção dos Centros de Detenção Provisória – CDP's 1, 2, 3 e 4; e licitação do Serviço de Monitoração e Rastreamento Eletrônico de Pessoas vinculadas a procedimentos judiciais no TJDF, por meio de dispositivo eletrônico portátil tipo tornozeleiras.

Em 2017, visando facilitar o andamento das atividades, a SSP/DF inaugurou a Central Integrada de Monitoração Eletrônica (monitoração por meio tornozeleiras eletrônicas) o que facilitará o controle de presos que cumprem pena em regime semiaberto, aberto e prisão domiciliar. Tal medida, além de proporcionar ao preso o bem-estar de ter maior convívio familiar, ajudará na escassez de servidores do Sistema, visto que um número menor de pessoas ficaria responsável pela fiscalização do cumprimento efetivo da pena.

Realizações de 2017: I) conclusão da obra de um galpão com 609 m² para funcionamento de oficinas profissionalizantes; II) melhorias, adequações, reparos e manutenções no sistema hidráulico e elétrico do Bloco III do Centro de Progressão Penitenciária - CPP, no Bloco I do Centro de Detenção Provisória - CDP, e na Área de Tratamento Psiquiátrico - ATP da Penitenciária Feminina do Distrito Federal - PPDF; e III) implantação do Projeto Ouvidoria Itinerante nos Presídios.

Em 2018, com a utilização de mecanismo tecnológico como as tornozeleiras eletrônicas, além de proporcionar maior eficiência do Estado pela redução do gasto per capita com custodiados do Sistema Penitenciário, contribui para a redução do déficit de vagas nas unidades prisionais, já que reduz o número de custodiados no Sistema Penitenciário; dá efetividade à fiscalização da medida cautelar e a ao controle estatal sobre essas pessoas; bem como promove a humanização da medida cautelar diversa da prisão, pois permite atender necessidades especiais relacionadas à idade, limitações físicas e psicológicas. O Centro Integrado de Monitoração Eletrônica – CIME, unidade integrante da Subsecretaria do Sistema Penitenciário, realizou a monitoração de 700 detentos ao longo do ano.

Ainda em 2018, foram nomeados mais 175 servidores da Carreira de Atividades Penitenciárias e criadas no quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal, 1.400 cargos de provimento efetivo integrantes da Carreira de Atividades Penitenciárias.

EMATER

O projeto voltado para produção de alimentos é uma iniciativa que favorece aos apenados que trabalham na horta e pode funcionar como um incentivo à diminuição dos índices de reincidência. Tanto do ponto de vista profissional como motivacional pois oportuniza capacitação e treinamento por meio de cursos e atividades regulares, não somente nas hortas, mas também em outras atividades existentes no local (suinocultura, bovinocultura e psicultura). Assim, além dos apenados produzirem alimentos, cria-se oportunidade para a profissionalização e futuramente estas ações poderão facilitar a ressocialização dos egressos do sistema carcerário.

No exercício de 2018, não foram realizadas ações de capacitação junto aos apenados, uma vez que a meta já foi alcançada em anos anteriores. Entretanto, para 2019, a ação será continuada pela EMATER-DF por meio de treinamentos e capacitações na Fazenda Modelo da Papuda, tendo em vista a importância da ação do Estado em oferecer capacitação para a recuperação dos egressos do sistema carcerário.

FUNAP

A FUNAP tem a previsão de criar novos contratos para atender mais reeducando, como é possível observar na tabela abaixo dos reeducandos inseridos no mercado de trabalho em 2016, via FUNAP.

Mês	Contratos em Vigência No Mês	Reeducando Trabalhando
Janeiro	59	941
Fevereiro	61	1.020
Março	61	1.061
Abril	62	1.037
Mai	62	1.032
Junho	65	1.079
Julho	64	1.198
Agosto	66	1.209
Setembro	66	1.190
Outubro	66	1.201
Novembro	67	1.230
Dezembro	68	1.201

A partir da metade do ano de 2016, foram realizadas parcerias com a Secretaria de Educação (CED 01) e o Sistema S, devido a estas parcerias foi possível obter estes atendimentos realizados.

Unidade CIR: Pedreiro de Alvenaria - 20 internos atendidos (vespertino); Aplicação de Revestimento Cerâmico - 20 internos atendidos (Matutino); Aplicação de Revestimento Cerâmico – 20 internos atendidos (Vespertino); Operador de Computador - 20 internos atendidos (diurno); Práticas Agrícolas - 30 internos atendidos (matutino).

Unidade CPP: Pintor de obras imobiliária -20 internos atendidos (noturno); Aplicador de Revestimento Cerâmico – 20 internos atendidos (matutino)

Oficinas: “Sei Vender” - 16 internos atendidos (matutino); “Sei Empreender” -12 internos atendidos (matutino); “Sei Controlar o Meu Dinheiro” - 15 internos atendidos (matutino).

Unidade PDF1: Padeiro – 20 internos atendidos (matutino); Padeiro – 20 internos atendidos (matutino); Assistente Administrativo - 20 internos atendidos (matutino); Informática Básica: 15 internos atendidos (matutino).

Unidade CDP: Instalador Eletricista Predial: 20 internos atendidos (matutino).

Total de reeducando - que concluíram cursos profissionalizantes: 283

Devido à falta de registro do atendimento às famílias das pessoas em privação de liberdade no sistema prisional do Distrito Federal pela FUNAP/DF, relativas ao início do ano, somente a partir do mês de julho de 2016 que foi possível o acesso às informações concretas acerca destes atendimentos realizados, neste período, de julho a dezembro de 2016, foram atendidas 590 pessoas no Núcleo Psicossocial, Financeiro e Diretoria somados.

No ano de 2018, foram realizados os seguintes cursos por meio do PRONATEC, nas Penitenciárias do Distrito Federal:

Unidade CIR: Copeiro - 11 internos atendidos; Assistente Administrativo - 09 internos atendidos;

Unidade PDF I: Assistente Administrativo: 21 internos atendidos

Unidade PDF II: Assistente Administrativo: 15 internos atendidos; Pedreiro de Alvenaria: 26 internos atendidos;

Unidade PFD: Artesão e Pintura: 11 internos atendidos; Assistente Financeiro: 25 internos atendidos; Cuidador de Idoso: 50 internos atendidos; Manicure e Pedicuro: 08 internos atendidos; Serigrafo: 26 internos atendidos;

Unidade CPP: Copeiro: 28 internos atendidos;

Unidade DEPEN: Almojarife: 25 internos atendidos .

OBJETIVO ESPECÍFICO:

005 – PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS: Promover a igualdade de gênero, a igualdade racial e étnica; promover uma Brasília sem preconceitos e com acessibilidade; conscientizar a população em relação aos direitos humanos; fortalecer a rede de defesa dos direitos humanos; sensibilizar a população para o enfrentamento a todos os tipos de violação dos direitos humanos.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

25.101 – SECRETARIA DE ESTADO TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS DO DISTRITO FEDERAL - SEDESTMIDH

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	5	1	Implementar 50% do II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres; (SEDESTMIDH) (Item alterado, conforme Lei nº 6061/2017 e Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	30	30	40		80,0
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	5	2	Implementar ao menos 60% das ações previstas no II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres ao término de sua vigência (SEDESTMIDH). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	60	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0		0,0
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	5	3	Cumprir ao menos 60% das metas previstas no II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres ao término de sua vigência; (SEDESTMIDH) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	60	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0		0,0
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	5	4	Atender ao menos 50% do público alvo de pessoas com perfil de atendimento no Centro de Referência em Direitos Humanos, por segmentos de público (pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas em situação de vulnerabilidade, LGBT e igualdade racial). (SEDESTMIDH) (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	50	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	20	20	X	X	X

Análise Qualitativa

1. Elaborar e implementar Plano Distrital de Direitos Humanos e o II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres (SEDESTMIDH). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17 e Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019);

2016

Realizada Conferência de Direitos Humanos em 2016, cujo relatório servirá de documento orientador para elaborar o Plano Distrital de Direitos Humanos. Foi realizada a avaliação do I Plano Distrital de Políticas para as Mulheres, cujo relatório servirá de base para elaboração do II Plano Distrital para as Mulheres.

2017

Elaborado relatório de monitoramento do I Plano Distrital de Políticas para as Mulheres, visando nortear a elaboração do II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres (IIPDPM), cuja elaboração e apresentação será realizada em 2018. Desta forma, considerando que o IIPDPM não foi elaborado, por conseguinte, registra-se que não houve a respectiva implementação.

2018

Em 2018, foram realizadas diversas reuniões para implementação do II PDPM com organizações governamentais e não-governamentais, iniciando em fevereiro de 2018, até novembro de 2018, com discussões de diversos eixos do II PDPM. Porém, apesar dos esforços, ainda não foi implementado em 2018.

2. Implementar ao menos 60% das ações previstas no II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres ao término de sua vigência (SEDESTMIDH). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Está previsto para 2017 a elaboração do II Plano Distrital para Mulheres – II PDPM

2017

Considerando que o II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres (IIPDPM) não foi elaborado em 2017, registra-se que não houve implementação das respectivas ações.

2018

Considerando que o II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres (IIPDPM) não foi elaborado em 2018, registra-se que não houve implementação das respectivas ações.

3. Cumprir ao menos 60% das metas previstas no II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres ao término de sua vigência (SEDESTMIDH). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Está previsto para 2017 a elaboração do II Plano Distrital para Mulheres – II PDPM.

2017

Considerando que o II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres (IIPDPM) não foi elaborado em 2017, registra-se que não houve implementação das respectivas metas.

2018

Considerando que o II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres (IIPDPM) não foi elaborado em 2018, registra-se que não houve implementação das respectivas metas.

4. Atender ao menos 50% do público alvo de pessoas com perfil de atendimento no Centro de Referência em Direitos Humanos, por segmentos de público (pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas em situação de vulnerabilidade, LGBT e igualdade racial). (SEDESTMIDH). (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)

2016

Atualmente a Estação da Cidadania (112 Sul) atende o segmento pessoas com deficiência e para a pessoa idosa, conforme Lei 5.307/2014, já está instalado o Conselho do Idoso e está em implementação de equipe para atendimento de referência para enfrentamento da violência contra a pessoa idosa. A partir de Emenda Parlamentar será implementado espaço complementar do Centro de Referência em Direitos Humanos para o segmento LGBT no CEU das Artes do Recanto das Emas. Para o segmento igualdade racial e pessoas em situação de vulnerabilidade, será implementado espaço na 112/312 Sul, espaço cedido a partir de articulação com a Polícia Civil do DF.

2017

A Secretaria não possui equipamento público de Centro de Referência em Direitos Humanos, os atendimentos/atividades voltado para o segmento das Pessoas com Deficiência são realizados na Estação da Cidadania, espaço esse localizado na Estação do Metrô da 112 Sul

Desta feita, são ofertados naquele espaço atendimento direto à Pessoa com Deficiência por meio da Central de Libras, a qual oferta serviço gratuito de intérpretes de Libras (Língua Brasileira dos Sinais) a pessoas com deficiência auditiva; da Gerência de Oportunidades de Trabalho, a qual realiza o encaminhamento de currículos de pessoas com deficiência a empresas com mais de 100 funcionários, conforme orienta a legislação nacional para a temática (Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, lei sobre contratação de pessoas com deficiência nas empresas e a Lei nº 8213/91, que prevê cotas para pessoas com deficiência e dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência); da Gerência do Passe Livre Especial, a qual realiza, em conjunto com o DFTrans, a concessão do Passe Livre Especial para Pessoa com Deficiência.

Na Estação da Cidadania encontra-se instalado, ainda, o Conselho de Direitos das Pessoas Idosas do Distrito Federal – CDI/DF

No exercício de 2016 eram realizados atendimentos a Pessoas Idosas, por meio de Termo de Colaboração celebrado com a Fundação de Assistência Jurídica – FAJ, da OAB/DF. Contudo, em que pese os esforços envidados para a prorrogação de termo de colaboração com a Fundação de Assistência Judiciária (FAJ/OAB), que tinha por objetivo a prestação de assistência jurídica ao idoso, a OAB se manifestou pela não prorrogação do termo, alegando falta de recursos.

Outra parceria almejada seria com o Núcleo de Enfrentamento à Violência Contra a Pessoa Idosa da entidade União Planetária. A proposta era que de que equipe psicossocial estivesse na Estação durante a semana para a realização de atendimento aos idosos e familiares. Contudo, pelo não repasse de recursos de convênio com o Governo Federal, a União Planetária se viu inviabilizada de manter seu corpo técnico (assistente social, psicólogo e advogado) e dar continuidade às suas atividades.

No exercício de 2016, foi firmado Convênio nº 827656/2016, com o atual Ministério de Direitos Humanos, para a implementação de Cursos de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos de LGBT na Região Administrativa XV, Recanto das Emas, Distrito Federal. Em razão da necessidade de adequações ao Plano de Trabalho, o Convênio foi prorrogado até dezembro de 2018 e tem previsão de início para o mês de junho do corrente ano.

Ademais, no exercício de 2017 foi implementado o Centro de Artes e Esportes Unificados – CEU das Artes” do Recanto das Emas, o qual integra num mesmo espaço programas e ações culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e de inclusão digital, para promover a cidadania em territórios de alta vulnerabilidade social.

No exercício de 2018, serão inaugurados os Centros de Artes e Esportes Unificados da QNM 28 e da QNR 02, ambos localizados na cidade de Ceilândia/DF

Desta feita, importa asseverar que a Secretaria não possui espaço de referência para atendimento aos segmentos dos direitos humanos, mas realiza o atendimento por meio de outros espaços e ações.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1554	CAMPANHAS REALIZADAS PARA SENSIBILIZAÇÃO DA POPULAÇÃO PARA TEMÁTICAS DE DIREITOS HUMANOS	UNIDADE	0	31/12/2016	1	3	3	7	5	13	7	SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 5
1555	SERVIDORES PÚBLICOS DO GDF CAPACITADOS/SENSIBILIZADOS PARA TEMÁTICAS DE DIREITOS HUMANOS (ESPECIALMENTE DAS ÁREAS DE SEGURANÇA PÚBLICA, SAÚDE E EDUCAÇÃO)	UNIDADE	0	31/12/2016	600	519	600	952	600	20	600	SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 5

Justificativas 2016

Indicador 1554 - Campanha violência contra a mulher, contra o estupro e a campanha de enfrentamento à violência contra pessoa idosa.

Indicador 1555 - Capacitação para servidores da Central 156 (Disque Idoso e Disque Racismo), curso sobre a Lei Maria da Penha, Racismo Institucional, Igualdade Racial, Atendimento ao Idoso, entre outros.

Justificativas 2017

Indicador 1554 - Campanha publicitária da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa; Projeto "Caravana da Pessoa Idosa"; Mobilização Social nos Centros de Artes e Esportes Unificados - CEU's das Artes DF, com 31 (trinta e uma) oficinas, no Rec. das Emas, na QNM 28 e na QNR 02 de Ceilândia; Campanha do Dia Internacional da Mulher - março; Campanha no Aniversário da Lei Maria da Penha - agosto; Campanha Outubro Rosa - e Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher - nov e dez.

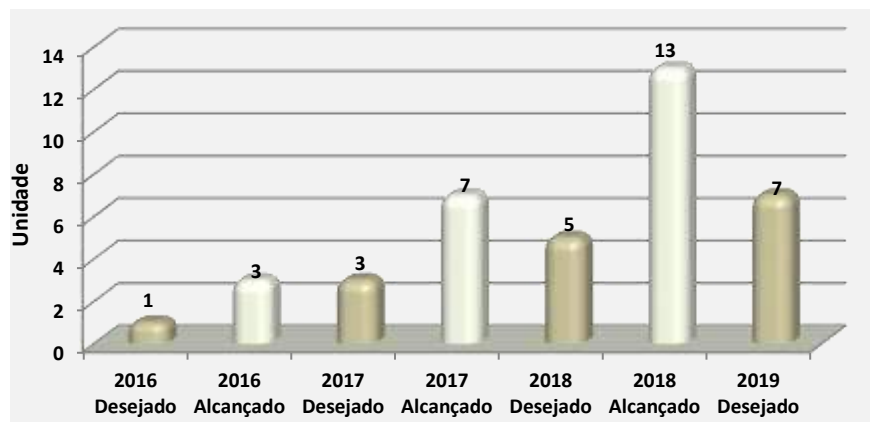
Indicador 1555 - Projeto UBUNTU, nas temáticas relacionadas ao racismo, violência contra mulher e direitos humanos no Varjão, Ceilândia e Itapuã; Capacitação de operadores da Central 156, com o objetivo de repassar/discutir aspectos relacionados ao bom atendimento a pessoa idosa, bem como os direitos do idoso; III Ciclo de Palestras sobre Vulnerabilidades com Foco em Orientação Sexual e Identidade de Gênero p/ 500 serv. da PCDF e Capacitação no Projeto Lidera - "Empoderar para Multiplicar".

Justificativas 2018

Indicador 1554 - Foram realizadas campanhas, caravanas, seminários oficinas

Indicador 1555 - Foram capacitados servidores da Secretaria de Segurança Pública do DF , Polícia Civil, Militar e Detran - sobre atendimento, acolhimento e abordagem adequadas a população LGBT. A Coordenação de Diversidade, em parceria com a Subsecretaria de Segurança Cidadã (SUSEC), realizou capacitação as forças policiais (Polícia Civil e Militar) e DETRAN, sobre atendimento, acolhimento e abordagem adequadas a população LGBT. Na ocasião foram capacitados 20 (vinte) servidores públicos

CAMPANHAS REALIZADAS PARA SENSIBILIZAÇÃO DA POPULAÇÃO PARA TEMÁTICAS DE DIREITOS HUMANOS



SERVIDORES PÚBLICOS DO GDF CAPACITADOS/SENSIBILIZADOS PARA TEMÁTICAS DE DIREITOS HUMANOS (ESPECIALMENTE DAS ÁREAS DE SEGURANÇA PÚBLICA, SAÚDE E EDUCAÇÃO)



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6211	5	1	Facilitar o acesso da população aos serviços e informações relativos aos direitos humanos e formas de garanti-los; (SEDESTMIDH)	25101	-	<p>2016</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Ações e atividades realizadas em 2016: ✓ 1ª Edição do Di@loga SEDESTMIDH com divulgações dos serviços, eventos e mobilização por meio das redes sociais; Elaboração do Mapa da Rede de Proteção à Mulher para divulgação; Criação da página do GT permanente de combate ao Feminicídio. ✓ Elaboração da carta de serviços ofertados à População LGBT. ✓ Elaboração de material gráfico com Serviços da SEDESTMIDH; Enfrentamento à Violência Contra à Pessoa Idosa e Prevenção ao HIV/Aids para pessoas idosas, foram distribuídos 1.500 folders e 300 cartazes. ✓ Lançamento do Projeto Ubuntu que visa capacitação e transversalização das temáticas nos territórios via administrações regionais <p>2017</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de material gráfico (cartilha) sobre a Rede de Atendimento a Pessoa Idosa no Distrito Federal e divulgação dos canais de denúncia nos casos de violações de direitos contra o público idoso, ao todo foram distribuídas 1000 (uma mil) cartilhas e 300 (trezentos) cartazes; - Realização de 01 (uma) palestra referente ao Projeto Comunidade Global - Jovens Embaixadores dos Direitos Humanos, em parceria com Organização das Nações Unidas - ONU, na Escola Dra Zilda Arns, com o intuito de contribuir para a construção de uma cultura dos direitos humanos, incentivo e fortalecimento de práticas cidadãs e de direitos humanos no ambiente escolar. O Projeto será multiplicado para demais escolas do DF no primeiro semestre de 2018; - Realização de 03 (três) Ações nos Centros Especializados para População em Situação de Rua (Plano Piloto e Taguatinga) e Unidade de Acolhimento para Adultos e Famílias em formato de rodas de conversa com o objetivo de sensibilizar a população com relação aos direitos da

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						<p>população em situação de rua, bem como as formas de participação e controle social junto ao Governo do Distrito Federal;</p> <p>- Realização de 02 (duas) Ações na Penitenciária Feminina do Distrito Federal realizada em parceria com o Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos – CDPDDH, Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal - CDM, Conselho da Pessoa Idosa - CDI, Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Distrito Federal – CODDEDE e diversos Órgãos Públicos e do Governo do Distrito Federal, com foco na orientação jurídica, encaminhamento psicossocial e atendimento e orientação odontológica aos familiares das sentenciadas;</p> <p>- Realização de 06 (seis) Ações na Penitenciária Masculina do Distrito Federal, distribuídas nos complexos CDP, PDF I e PDF II, construída em parceria com o Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos – CDPDDH, Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal - CDM, Conselho da Pessoa Idosa - CDI, Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Distrito Federal – CODDEDE e diversos Órgãos Públicos e do Governo do Distrito Federal, com foco na orientação jurídica, encaminhamento psicossocial e atendimento e orientação odontológica aos familiares dos sentenciados;</p> <p>- O Comitê Distrital da Diversidade Religiosa, criado pelo Decreto Distrital 37.056/2016, se constitui num espaço de diálogo entre a sociedade e o Estado, cujo objetivo é o fomento e promoção dos direitos humanos para a diversidade religiosa, o combate à intolerância religiosa e a defesa da laicidade. Nesse sentido, ao longo de 2017 foram realizadas 13 (treze) reuniões com o intuito de pactuar o regimento interno do Comitê, bem como articular rede de atendimento às vítimas de agressões em virtude da intolerância religiosa.</p> <p>2018 Não informado pela Unidade.</p> <p>A estrutura, na qual contém as unidades administrativas de que trata a solicitação, foi remanejada para a SEJUS, entre elas o <i>acervo documental e processual</i>, conforme dispõe o Parágrafo Único do artigo 53, do Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019. Processo SEI nº00400-00012624/2019-11.</p>
6211	5	2	Proporcionar à população um espaço físico para a promoção, garantia e defesa dos direitos humanos; (SEDESTMIDH)	25101	-	<p>2016 Ações e atividades realizadas em 2016:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Fortalecimento da Estação da Cidadania como espaço de referência para a pessoa idosa. ✓ Reordenação e qualificação dos Centros de Convivência para Idosos, com atividades planejadas e sistematizadas. ✓ Acompanhamento da Implantação de Centro Dia em consonância com a Política de Assistência Social, é um equipamento destinado a Proteção Social Especial de Média Complexidade, classificado como Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, aprovada pelo Conselho Nacional da Assistência Social, conforme resolução nº 109/09, o serviço tem a finalidade de promover a autonomia, inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas participantes em situação de dependência que requeiram cuidados permanentes ou temporários. <p>2017 - Inauguração do equipamento público "Centro de Artes e Esportes Unificados – CEU das Artes" do Recanto das Emas, o qual integra num mesmo espaço programas e ações culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e de inclusão digital, para promover a cidadania em territórios de alta vulnerabilidade social. Para tanto, foram realizadas 14 (quatorze) Oficinas de Mobilização Social com a finalidade de sensibilizar a comunidade local quanto a gestão compartilhada do equipamento público.</p> <p>No exercício de 2018 serão inaugurados os Centros de Artes e Esportes Unificados da QNM 28 e da QNR 02, ambos localizados na cidade de Ceilândia/DF. Desta feita, no ano de 2017 foram realizadas 11 (onze) Oficinas de Mobilização Social na QNM 28 e 06 (seis) Oficinas na QNR 02 de Ceilândia.</p> <p>2018 Não informado pela Unidade.</p> <p>A estrutura, na qual contém as unidades administrativas de que trata a solicitação, foi remanejada para a SEJUS, entre elas o <i>acervo documental e processual</i>, conforme dispõe o Parágrafo Único do artigo 53, do Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019.</p> <p>Processo SEI nº00400-00012624/2019-11</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6211	5	3	Melhorar a comunicação entre o poder público e a população em matéria de direitos humanos; (SEDESTMIDH)	25101	-	<p>2016 Ações e atividades realizadas em 2016:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Criação do GT Permanente de Combate ao Femicídio e Outras Formas de Violência Contra a Mulher com a participação da Sociedade Civil, realizando 8 reuniões e 2 seminários. ✓ Articulação com Central 156, opção 8 (disque idoso), serviço destinado ao repasse de informações e orientações sobre temas relacionados a pessoa idosa, tais como acesso a documentação civil, benefícios socioassistenciais e rede de atendimento a pessoa idosa no Distrito Federal. As atividades Desenvolvidas foram a atualização da Base de Conhecimentos da Central; foram realizadas reuniões para alinhamento de informações e planejamento de ações, bem como capacitação de quatro turmas de operadores realizadas. <p>2017</p> <ul style="list-style-type: none"> - Capacitação dos operadores da Central 156 - 8 (Disque- Idoso) e Central 162, com o intuito de fomentar um melhor atendimento ao público idoso, divulgar a rede de atendimento ao idoso no DF e discutir aspectos relacionados a violência contra a pessoa idosa. Na ocasião participaram 50 (cinquenta) operadores; - Realização de 04 (quatro) Caravanas da Pessoa Idosa, cujo objetivo foi levar ao público idoso dos territórios informações e orientações sobre a rede de atendimento a pessoa idosa no DF e, ainda, ofertar serviços de diversas políticas públicas setoriais. Ao todo participaram 1000 (mil) pessoas; - No ano de 2017 foi publicado o Decreto nº 38.440, de 25 de agosto de 2017, o qual estabelece que a Coordenação do Comitê Intersetorial de Acompanhamento da Política para Inclusão Social da População em Situação de Rua do Distrito Federal – CIAMP/RUA compete a SEDESTMIDH, por meio da Subsecretaria de Políticas de Direitos Humanos/Coordenação de Vulnerabilidade. Nesse sentido, o CIMAP/RUA retomou suas atividades, sendo que no exercício de 2017 foram realizadas 04 (quatro) Reuniões Ordinárias com os componentes do Comitê. <p>Atualização da Base de Conhecimento do serviço 156, opção 07 (Disque Racismo) e Realização de treinamento aos atendentes do Disque Racismo, a fim de oferecer informações que subsidiem no acolhimento de denúncias de racismo e injúria racial. No total foram 139 atendentes capacitados.</p> <p>2018 Não informado pela Unidade.</p> <p>A estrutura, na qual contém as unidades administrativas de que trata a solicitação, foi remanejada para a SEJUS, entre elas o <i>acervo documental e processual</i>, conforme dispõe o Parágrafo Único do artigo 53, do Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019. Processo SEI nº00400-00012624/2019-11</p>
6211	5	4	Recepcionar a pessoa necessitada, qualificar a sua demanda, dar os devidos encaminhamentos aos órgãos competentes e, acompanha-los até o seu desfecho final; (SEDESTMIDH)	25101	-	<p>2016 Ações e atividades realizadas em 2016:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Implantada unidade da Ouvidoria na qual as pessoas que são vítimas de racismo podem fazer sua denúncia pessoalmente. ✓ Central de Libras, oferece o serviço gratuito de intérpretes de Libras às pessoas com deficiência auditiva. O serviço é previamente agendado e auxilia pessoas com deficiência em bancos, fóruns, delegacias, hospitais, universidades, escritórios, consultórios médicos, delegacias e órgãos do Governo Federal que ainda não contam com intérpretes de Libras. A CIL é parte da Política Nacional da Pessoa com Deficiência. A Central está implementando também um serviço de atendimento online e conta com computadores equipados com webcam e microfone. Em 2016 foram realizados 13.135 atendimentos. <p>2017</p> <ul style="list-style-type: none"> - A Central de Libras – CIL, estrutura que compõe a Coordenação de Pessoas com Deficiência, da Subsecretaria de Políticas de Direitos Humanos, oferece o serviço gratuito de intérpretes de Libras (Língua Brasileira dos Sinais) a pessoas com deficiência auditiva. O serviço é previamente agendado e auxilia pessoas com deficiência em bancos, fóruns, delegacias, hospitais, universidades, escritórios, consultórios médicos, delegacias e órgãos do Governo Federal que ainda não contam com intérpretes de Libras. A CIL é parte da Política Nacional da Pessoa com Deficiência. Nesse sentido, no exercício de 2017 foram realizados 34.792 (trinta e quatro mil e setecentos e noventa e dois) atendimentos <p>2018 Não informado pela Unidade.</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						A estrutura, na qual contém as unidades administrativas de que trata a solicitação, foi remanejada para a SEJUS, entre elas o <i>acervo documental e processual</i> , conforme dispõe o Parágrafo Único do artigo 53, do Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019. Processo SEI nº00400-00012624/2019-11
6211	5	5	Produzir e disseminar conteúdos relativos aos direitos humanos, bem como divulgação de campanhas, legislações afetos à temática, dados estatísticos e demais informações úteis; (SEDESTMIDH)	25101	-	<p>2016 Ações e atividades realizadas em 2016:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Veiculação de campanha de combate a violência doméstica contra a mulher, de incentivo à denúncia nas mídias e redes sociais no decenário da Lei Maria da Penha. ✓ Agendas representativas da causa feminina: Outubro Rosa, 16 dias de Ativismo, Aniversário da Lei Maria da Penha e o Mês da Mulher. ✓ Lançamento do Edital de Chamamento Público nº 02, que trata de processo de seleção para os representantes da sociedade civil que compõem o Comitê Distrital da Diversidade Religiosa. ✓ Realização dos encontros da Rede de Proteção e Atendimento à Pessoa Idosa em parceria com a OSCIP União Planetária. ✓ Participação no Projeto Rede em Debate, iniciativa da Promotoria de Justiça da Pessoa Idosa. <p>2017 - Realização de campanha em mídia televisiva, cartilhas e cartazes sobre a violência contra a pessoa idosa, canais de denúncia e formas de enfrentamento. Distribuição de 1000 cartilhas e 300 cartazes</p> <p>2018 Não informado pela Unidade.</p> <p>A estrutura, na qual contém as unidades administrativas de que trata a solicitação, foi remanejada para a SEJUS, entre elas o <i>acervo documental e processual</i>, conforme dispõe o Parágrafo Único do artigo 53, do Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019. Processo SEI nº00400-00012624/2019-11</p>
6211	5	6	Criar, implementar e manter preventiva e corretivamente o Portal de referência em Direitos Humanos, proporcionando à população um canal virtual de espaço para a promoção, garantia e defesa dos direitos humanos; (SEDESTMIDH) (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	25101	X	<p>2016 Ação não desenvolvida em 2016 considerando a dificuldade técnica na execução. Tal ação está sendo revista a fim de implementar o projeto</p>
6211	5	7	Realizar campanhas educativas de combate a atos discriminatórios; (SEDESTMIDH)	25101	-	<p>2016 Ações e atividades realizadas em 2016:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Veiculação da campanha sobre a violência doméstica e de incentivo à denúncia nas mídias e redes sociais ✓ Parceria com o METRÔ-DF para duas campanhas educativas de combate ao racismo e intolerância religiosa. ✓ Realização de atividades educativas nas efemérides referente aos grupos étnicos/raciais com divulgação dos serviços de combate ao racismo (disque 156, opção 7), cartilhas e estatuto. ✓ Divulgação dos marcos legais de atos discriminatórios através do site e face book da Secretaria. ✓ Evento sobre o enfrentamento à violência contra a pessoa idosa (Brasília nos Parques – Parque Ezequias Heringer) com 200 participantes. ✓ Realização de ato público de alusão ao Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa. <p>2017 - Realização de ações alusivas ao "Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa", dia 21 de janeiro, data instituída como o Dia Nacional de</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						<p>Combate à Intolerância Religiosa. Desta feita, na semana do dia 21 de janeiro foram realizados eventos alusivos à data, os quais foram promovidos pelas representações governamentais e não governamentais, com o apoio da SEDESTMIDH, quais sejam:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Rodas de conversa sobre intolerância religiosa; 2. Ato inter-religioso para lembrar o "Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa"; 3. Seminário sobre o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, em parceria com a Comissão de Liberdade Religiosa da OAB/DF; 4. Realização de roda de conversa sobre a intolerância religiosa em conjunto com a Iniciativa das Religiões Unidas – URI Brasília, Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil, Rede Ecumênica da Juventude – REJU, Comunidade Bahá'i e Movimento Espiritualidade em Ação. <p>Propostas de campanhas publicitárias elaboradas pela Secretaria: Disque Racismo; Quesito Raça/Cor/Etnia: Eu Declaro; POPAFRO e Afro Incubadoras</p> <p>2018 Não informado pela Unidade.</p> <p>A estrutura, na qual contém as unidades administrativas de que trata a solicitação, foi remanejada para a SEJUS, entre elas o <i>acervo documental e processual</i>, conforme dispõe o Parágrafo Único do artigo 53, do Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019. Processo SEI nº 00400-00012624/2019-11</p>
6211	5	8	Criar e implementar Plano de Capacitação em Direitos Humanos para servidores públicos do GDF; (SEDESTMIDH)	25101	-	<p>2016 Ações e atividades realizadas em 2016:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Capacitação de servidores do Centro Olímpico de Samambaia e Riacho Fundo I na temática da excelência ao atendimento ao idoso. 80 servidores capacitados. ✓ Articulação com o DFTrans para capacitação de motoristas de ônibus em excelência no atendimento à Pessoa Idosa. 60 motoristas capacitados. ✓ Realizada reunião para implementar a formação de agentes da Delegacia Especial de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou por Orientação Sexual ou Contra a Pessoa Idosa ou com Deficiência – DECREIM sobre as especificidades da população LGBT. <p>2017</p> <ul style="list-style-type: none"> - Realização de capacitação para agentes do Departamento de Polícia Especializada da Polícia Civil do Distrito Federal e da Delegacia Especial de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou por Orientação Sexual ou Contra a Pessoa Idosa ou com Deficiência (DECRIN) sobre as especificidades da população LGBT - cerca de 250 (duzentas e cinquenta) pessoas. - Capacitações sobre Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial aos servidores públicos da Administração Regional de Ceilândia e da Administração Regional do Itapoã, por meio do Projeto UBUNTU, no ano de 2017. Foram capacitados 46 servidores da RA Ceilândia e 10 da RA Itapoã. - Realização de palestra sobre Políticas de Igualdade Racial e ações da SIR, ministrada no III Módulo de Curso de Gerentes da SEDESTMIDH e no IV Fórum de Gestão de Pessoas da SEPLAG, ocorrida em 2017, na EGOV, com a participação de 120 servidores públicos. - Articulação com a Escola de Governo do Distrito Federal para realização do Curso de Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo. Foram realizadas 5 (cinco) edições deste curso no ano de 2017, sendo 88 servidores capacitados. - Atividade: Capacitar Servidores. Título: Temática Étnico Racial. Subtítulo: Promoção da Igualdade racial. Data 31/07/2017. Local: Cras Ceilândia Sul. Público: Servidores. Quantidade: 10. - Atividade: Palestra. Título: Políticas de Igualdade Racial e ações da Subsecretaria de Igualdade Racial no III Módulo de Curso de Gerentes da SEDESTMIDH. Subtítulo: Capacitação de Multiplicadores. Data 04/07/2017. Local: EGOV. Público: Gestores da SEDESTMIDH. Quantidade: 40. - Atividade: Palestra. Título: Políticas de Igualdade Racial e ações da Subsecretaria de Igualdade Racial no VI Fórum de Gestão de Pessoas da SEPLAG. Subtítulo: Capacitação de Multiplicadores Data: 29/08/2017. Local: EGOV Público: Gestores do Governo de Brasília Quantidade: 80. <p>2018 Não informado pela Unidade.</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						A estrutura, na qual contém as unidades administrativas de que trata a solicitação, foi remanejada para a SEJUS, entre elas o <i>acervo documental e processual</i> , conforme dispõe o Parágrafo Único do artigo 53, do Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019. Processo SEI nº00400-00012624/2019-1
6211	5	9	Criar e implementar o Projeto Jornadas em Direitos Humanos; (SEDESTMIDH) (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	25101	-	<p>2016 Ação não iniciada em 2016, estão previstas várias ações em 2017, dentre elas o Festival em Direitos Humanos por meio da realização de atividades artísticas e culturais em alusão ao dia da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que acontecerá no mês de dezembro de 2017.</p> <p>2017 Ação não implementada em razão da limitação orçamentária-financeira e, sobretudo, em virtude da redução da equipe técnica de trabalho que restringiu, até mesmo, o desenvolvimento dos projetos já pactuados.</p>
6211	5	10	Realizar cursos, palestras, oficinas e rodas de discussão sobre Direitos Humanos; (SEDESTMIDH)	25101	25	<p>2016 Ações e atividades realizadas em 2016:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Foram realizadas 15 palestras com 450 pessoas sobre a Lei Maria da Penha, com cerca de 225 servidores das administrações das RAs. ✓ Seminário Femicídio, por Luiza Bairos (120 pessoas) e Seminário da Lei do Femicídio (200 pessoas). ✓ Seminário "A Atuação do Sistema de Justiça Criminal do Distrito Federal na Aplicação da Lei nº 9.455/97", que define os crimes de tortura, com 50 pessoas. ✓ Ação na Penitenciária Feminina do DF construída em parceria com diversos órgãos do Governo que realizou atendimento psicossocial, assessoria jurídica, atendimento de saúde e outros atendimentos para familiares e detentas. ✓ Realização da Conferência Distrital Conjunta de Direitos Humanos e acolheu 03 Conferências Temáticas: 3ª Conferência Distrital de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais - LGBT; 4ª Conferência Distrital dos Direitos Humanos da Pessoa com Deficiência e 5ª Conferência Distrital de Direitos Humanos, com a presença de 600 participantes. ✓ Participação e apoio na organização do Encontro dos Conselheiros do CDI/DF e Instituições de atendimento à pessoa idosa. Durante a Conferência Conjunta de Direitos Humanos, foi realizada a capacitação dos novos conselheiros do CDI/DF. ✓ Realização de eventos em alusão aos direitos da pessoa idosa no espaço da 112 Sul, com a participação de 150 pessoas. ✓ Palestra para idosos nas unidades do SESC sobre os direitos da pessoa idosa, com 450 participantes. ✓ Palestra para idosos em visitação na Residência Oficial de Águas Claras (ROAC), com 120 idosos participantes. ✓ Seminário sobre Preparação para a Aposentadoria, promovido pela Subsaúde – SEPLAG/DF com 150 participantes. ✓ Palestra em evento da Associação Brasileira de Alzheimer, com 120 participantes. ✓ Participação na mesa do Encontro Nacional de Aposentados e Pensionistas sobre Envelhecimento Ativo com 200 participantes. ✓ Evento alusivo ao Dia de Mundial de Luta contra a Aids da Associação de Idosos de Taguatinga com 40 participantes. ✓ Projeto Matiné da Maturidade na Associação de Idosos onde funciona o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) de Taguatinga com o objetivo de proporcionar a reflexão sobre temas afetos à velhice e ao envelhecimento de forma lúdica e dialogada, com 30 participantes. ✓ Exposição de filme longa metragem Envelhescência na Semana de Valorização da pessoa idosa com 100 participantes. <p>2017</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Foram realizadas 23 rodas de conversa sobre a Lei Maria da Penha no âmbito do Núcleo das Unidades Móveis, com foco nas mulheres vítimas de violência doméstica. ✓ Realização de 03 (três) Diálogos de Direitos Humanos e 01(um) Fórum Distrital de Empoderamento da Pessoa Idosa, em parceria com o Conselho dos Direitos do Idoso do DF. Participação de 400 pessoas no total; ✓ Foram realizadas 02 palestras para Idosos na Residência Oficial de Águas Claras sobre a violência contra a pessoa idosa, direitos e rede de atendimento, 150 (cento e cinquenta) pessoas participantes; ✓ Oficinas com os gestores dos Centros de Convivência para Idosos – CCIs: ✓ Foram realizadas de 09 (nove) palestras do Ciclo de palestras sobre direitos com mais de 1.750 (hum mil, setecentos e cinquenta) pessoas; ✓ Atividade: UBUNTU. Título: Capacitação de Servidores. Subtítulo: Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial. Quantidade: 45

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						<p>participantes;</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Capacitação de servidores público e atendentes do Disque Racismo 156. Subtítulo: Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial. Quantidade: 133; ✓ Foram realizadas 09 palestras: Políticas de Igualdade Racial e sobre promoção da Igualdade Racial, com 2.031 (dois mil e trinta e um) participantes. <p>2018 Não informado pela Unidade.</p> <p>A estrutura, na qual contém as unidades administrativas de que trata a solicitação, foi remanejada para a SEJUS, entre elas o <i>acervo documental e processual</i>, conforme dispõe o Parágrafo Único do artigo 53, do Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019. Processo SEI nº 00400-00012624/2019-11</p>
6211	5	11	Articular ações com as demais Secretarias de Estado do DF para que todas as políticas públicas tenham as perspectivas de direitos humanos, com ênfase na igualdade racial e na equidade de gênero; (SEDESTMIDH)	25101	-	<p>2016 Ações e atividades realizadas em 2016:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Foram realizadas 09 reuniões do Comitê Intersetorial do Disque Racismo, nas quais os participantes foram sensibilizados e capacitados em políticas de promoção da igualdade racial. ✓ Foi elaborado o Plano Distrital de Promoção da Igualdade Racial. ✓ Criado o curso de Racismo Institucional e Igualdade Racial. ✓ Elaborado plano operativo do Afroempreendedorismo. ✓ Foi retomado o comitê técnico de saúde da população negra. ✓ Projeto Papo Reto capacitou 576 participantes nos marcos regulatórios do SINAPIR <p>2017 Articulação com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal para reformulação e publicação da Portaria Conjunta Nº 17, a qual disciplina a implementação de ações voltadas à Educação para as Relações Étnico-Raciais.</p> <p>2018 Não informado pela Unidade.</p> <p>A estrutura, na qual contém as unidades administrativas de que trata a solicitação, foi remanejada para a SEJUS, entre elas o <i>acervo documental e processual</i>, conforme dispõe o Parágrafo Único do artigo 53, do Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019. Processo SEI nº 00400-00012624/2019-11.</p>
6211	5	12	Instituir Grupo de Trabalho para a elaboração do II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres; (SEDESTMIDH)	25101	80	<p>2016 Ação não iniciada, aguardando a finalização do monitoramento do I Plano Distrital de Políticas para as Mulheres – I PDPM</p> <p>2017 Ação não iniciada. Em setembro de 2017 foi apresentado o relatório de monitoramento do I Plano Distrital de Políticas para ser utilizado.</p> <p>2018 O grupo de Trabalho para elaboração do II PDPM foi instituído e foram realizadas diversas reuniões durante o ano de 2018.</p>
6211	5	13	Instituir Grupo Técnico para o monitoramento da implementação das ações do II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres, realizando audiências públicas para debater cada capítulo do II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres com a sociedade civil, diversas pastas	25101	0	<p>2016 Ação não iniciada, aguardando a finalização do monitoramento do I Plano Distrital de Políticas para as Mulheres – I PDPM</p> <p>2017 Ação não iniciada, uma vez que o II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres – II PDPM não foi elaborado.</p> <p>2018 No que pese o Grupo de Trabalho para a elaboração ter sido instituído no ano de 2018, esta ação não foi iniciada, uma vez que o II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres – II PDPM não foi publicado.</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			governamentais e demais instituições parceiras; (SEDESTMIDH)			
6211	5	14	Monitorar a implementação das ações do II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres bimestralmente; (SEDESTMIDH)	25101	0	2016 Ação não iniciada, aguardando a finalização do monitoramento do I Plano Distrital de Políticas para as Mulheres – I PDPM 2017 Ação não iniciada, uma vez que o II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres – II PDPM não foi elaborado. 2018 No que pese o Grupo de Trabalho para a elaboração ter sido instituído no ano de 2018, esta ação não foi iniciada, uma vez que o II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres – II PDPM não foi publicado.
6211	5	15	Apresentar a implementação das ações do II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres nas reuniões do Conselho Distrital dos Direitos da Mulher e avaliar anualmente a implementação de suas ações e o cumprimento de suas metas. (SEDESTMIDH)	25101	0	2016 Ação não iniciada, aguardando a finalização do monitoramento do I Plano Distrital de Políticas para as Mulheres – I PDPM 2017 Ação não iniciada, uma vez que o II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres – II PDPM não foi elaborado. 2018 No que pese o Grupo de Trabalho para a elaboração ter sido instituído no ano de 2018, esta ação não foi iniciada, uma vez que o II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres – II PDPM não foi publicado.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

2016/2018

Nas ações de promoção da igualdade de gênero, para promover uma Brasília sem preconceitos e conscientizar a população em relação aos direitos humanos; fortalecer a rede de defesa dos direitos humanos; sensibilizar a população para o enfrentamento a todos os tipos de violação dos direitos humanos, desenvolveu-se ações focadas na comunicação, como a carta de serviços e o mapa da rede de proteção à mulher, mobilização de redes sociais e movimentos sociais. Foi criado o Grupo de Trabalho permanente de Combate ao feminicídio, com a ampla participação da Sociedade Civil, aproximando o diálogo e a interação dos equipamentos com a rede local de enfrentamento à violência, veiculadas campanhas de mídia e agendas representativas da pauta feminina, palestras, seminários e ações focadas em diversos segmentos, como feminicídio e a questão racial, Lei Maria da Penha e mulheres presas, entre outras.

A Secretaria vem articulando ações transversais de promoção de igualdade racial e étnica por meio de atividades formativas, culturais, articulação de redes com a sociedade civil, assim como implementação de políticas de combate ao racismo e ao preconceito racial tanto na sociedade quanto nas instituições públicas do Distrito Federal.

Dentre as dificuldades encontradas para a implementação das ações definidas no PPA 2016 destacamos a não prorrogação da parceria firmada com o Fundo de Assistência Judiciária da OAB/DF e União Planetária, por falta de interesse daqueles na manutenção das atividades na Estação da Cidadania. Registramos que a implantação do Núcleo de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa, cuja proposta é a oferta de atendimento aos idosos e familiares por meio de equipe psicossocial na Estação da Cidadania está prevista para 2017.

Considerando que o desenvolvimento das ações esbarrou em dificuldades de ordem estrutural, decorrentes da falta de servidores para composição das equipes as ações de reordenamento dos Centros de Convivência do Idoso, instalação do Conselho LGBT foram prejudicadas. No entanto, destacamos um saldo positivo no que tange a capacitação em direitos humanos de servidores do Governo de Brasília, os tornando agentes multiplicadores da temática. Tem-se, então, como meta a ampliação dessas parcerias, para que se possa redimensionar o alcance e para que a política pública atenda a quem de fato necessita.

A Secretaria realizou a IV Conferência Distrital de Promoção da Igualdade Racial – IV CODIPIR, no Centro de Convecções Ulysses Guimarães, dias 12 e 13 de janeiro de 2018, com a temática “Brasília na Década de Afrodescendentes: reconhecimento, justiça, desenvolvimento e igualdade de direitos”. Contou com a 320 participantes, sendo que 129 foram delegados (as) da IV CODIPIR e 64 inscritos para Delgados (as) da IV Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial. As Conferências são espaços de participação popular necessárias para deliberações de políticas públicas e promoção dos direitos das populações negras, indígenas, ciganas e comunidades de matriz africana.

Nas ações referentes a implementação do II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres, destaca-se que foram previstas para o início de 2018 reuniões para as definições referentes a comissão de monitoramento. Ressalta-se que o relatório do I Plano Distrital de Políticas para as Mulheres será um norteador para a elaboração das metas e ações do II PDPM.

Com relação a 2018, a Unidade não prestou informação justificando que a estrutura, na qual contém as unidades administrativas de que trata a solicitação, foi remanejada para a SEJUS, entre elas o *acervo documental e processual*, conforme dispõe o Parágrafo Único do artigo 53, do Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

006 – ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRADA E GRATUITA: Prestar assistência jurídica integral, gratuita e com eficiência aos necessitados, em defesa da dignidade da pessoa humana, da cidadania plena e da inclusão social, priorizando a solução extrajudicial dos litígios como forma de pacificação social.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

48.101 – DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL - DPDF

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	6	1	Elevar para 19 o número de medidas para tutela de interesses coletivos; (DPDF)	19	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	17	26	32		168,4
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	6	2	Elevar o número de projetos institucionais e sociais desenvolvidos de 11 para 20; (DPDF)	20	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	15	15	19		95,0
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	6	3	Aumentar para 48 o número de participação em Comissões, Conselhos e Programas; (DPDF)	48	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	37	37	49		102,1
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	6	4	Elevar para 20 o número de campanhas publicitárias de divulgação ou educativas; (DPDF)	20	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	83	136	171		855,0
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	6	5	Elevar o índice de audiências realizadas com a presença do Defensor de 70% para 85%; (DPDF)	85	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	73	78	78		91,8
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	6	6	Elevar o número de audiências realizadas sob o patrocínio da Defensoria Pública de 83.600 para 89.300; (DPDF)	89.300	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	70.457	105.310	151.826		170,0
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	6	7	Manter em 25 minutos o tempo de espera; (DPDF)	25:00	MINUTO	ACUM	MANTER	25:00	0:25:00	-		0,0
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	6	8	Manter em 90% o índice de satisfação do usuário; (DPDF)	90	%	ACUM	MANTER	90	90	-		0,0
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	6	9	Elevar de 85 para 100 o número de menção positiva das ações na mídia; (DPDF)	100	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	498	950	650		650,0
6211	DIREITOS HUMANOS E	6	10	Elevar o índice de processos organizacionais padronizados de 60% para 90%; (DPDF)	90	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	60	80	80		88,9

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
	CIDADANIA												
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	6	11	Elevar o índice médio de capacitação de 40% para 55%; (DPDF)	55	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	42	48	48		87,3
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	6	12	Elevar o número de medida de desenvolvimento da competência de 85 para 100; (DPDF)	100	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	89	90	90		90,0
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	6	13	Elevar o percentual de Medida de Clima Organizacional de 85% para 100%; (DPDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	85	87	87		87,0
6211	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	6	14	Elevar o índice de projetos estratégicos implantados de TI de 85% para 100%. (DPDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	85	90	90		90,0

Análise Qualitativa

1. Elevar para 19 o número de medidas para tutela de interesses coletivos (DPDF);

2016

Conforme a demanda da sociedade, a DPDF vem aumentando o ingresso de Ações Cíveis Públicas.

2017

Aumentou para 26 o número de medidas para tutela de interesses Coletivos.

2018

A elevação dessa medida acima da meta estabelecida decorre da realização de Planejamento Estratégico com os Núcleos Especializados e da melhor estruturação do Núcleo de Promoção e Defesa de Direitos Humanos. Esse Núcleo é voltado para a tutela coletiva das pessoas em situação de rua, das pessoas idosas, das pessoas com deficiência de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, das vítimas de discriminação de raça ou etnia, de credo, de identidade de gênero, de orientação sexual, bem como para a garantia do acesso universal e de qualidade à habitação, à mobilidade urbana e ao ambiente equilibrado dos grupos e minorias em condição de vulnerabilidade.

2. Elevar o número de projetos institucionais e sociais desenvolvidos de 11 para 20 (DPDF);

2016

A DPDF constantemente analisa as necessidades da sociedade e elabora projetos institucionais e sociais criando inovações que beneficiem a população mais carente com atividades e políticas públicas.

2017

A DPDF constantemente analisa as necessidades da sociedade e elabora projetos institucionais e sociais criando inovações que beneficiem a população mais carente com atividades e políticas públicas, com prospecção de iniciar novos projetos.

2018

Após dois anos sem alteração, diante dos esforços da nova gestão, a DPDF conseguiu expandir o escopo de projetos sociais e institucionais chegando muito próximo à realização da meta. Dentre os principais projetos, relacionamos: Projeto Renovação para Surdos, Pessoas em Situação de Rua e Mulheres Vítimas de Violência Doméstica; Projeto Paternidade Responsável; Projeto Jovens em Harmonia com a Vida.

3. Aumentar para 48 o número de participação em Comissões, Conselhos e Programas (DPDF);

2016

A DPDF vem elevando a participação em comissões, conselhos e programas buscando dessa forma o aprimoramento da assistência à comunidade. No ano de 2016 participou de diversas comissões, tais como: Comissão Especializada na Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher; Comissão do Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais – CONDEGE; Comissão de Direito Social à Moradia e Questões Fundiárias dentre outras.

2017

A DPDF vem elevando a sua participação em Comissões, Conselhos e Programas, na medida em que é solicitada a sua participação ou quando a participação da DPDF é exigida, por competência das suas atribuições, para garantia dos Direitos Individuais (cidadania) e Sociais (coletividade). A DPDF participa da Comissão Especializada na Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher; da Comissão do Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais - CONDEGE; da Comissão de Direito Social à Moradia e Questões Fundiárias, e de outros Conselhos regularmente instituídos.

2018

A DPDF vem elevando a sua participação em Comissões, Conselhos e Programas, na medida em que é solicitada a sua participação ou quando a participação da DPDF é exigida, por competência das suas atribuições, para garantia dos Direitos Individuais (cidadania) e Sociais (coletividade), conseguindo superar no ano de 2018 a meta estabelecida.

4. Elevar para 20 o número de campanhas publicitárias de divulgação ou educativas (DPDF);

2016

Em 2016 a DPDF enfatizou na divulgação de suas campanhas publicitárias e educativas, com o intuito de conscientizar a população da finalidade essencial dos serviços prestados por ela aos mais carentes. Esses trabalhos continuarão sendo desenvolvidos para o amplo conhecimento de toda sociedade.

2017

Em 2017 a DPDF enfatizou a divulgação de suas campanhas publicitárias e educativas, as quais foram feitas no site da Defensoria e junto ao jornalismo, com o intuito de conscientizar a população da finalidade essencial dos serviços prestados pelo órgão aos mais carentes. Esse trabalho continuará a ser desenvolvido para dar amplo conhecimento a toda sociedade sobre os seus direitos e a Assistência Jurídica prestada pela Defensoria.

2018

Em 2018 a DPDF enfatizou a divulgação de suas campanhas publicitárias e educativas, as quais foram feitas no site da Defensoria e junto ao jornalismo, com o intuito de conscientizar a população da finalidade essencial dos serviços prestados pelo órgão aos mais carentes. Esse trabalho continuará a ser desenvolvido para dar amplo conhecimento a toda sociedade sobre os seus direitos e a Assistência Jurídica prestada pela Defensoria.

5. Elevar o índice de audiências realizadas com a presença do Defensor de 70% para 85% (DPDF);

2016

No ano de 2016 foram nomeados novos Defensores possibilitando dessa forma a elevação da presença deste profissional nas audiências.

2017

Em 2017 foram nomeados 22 novos Defensores Públicos, o que ajudou na melhoria do índice "atendimento com a presença de Defensor Público nas audiências realizadas"

2018

Em 2018, apesar da diminuição do efetivo em função de aposentadorias e vacâncias, foi mantido o índice de participação dos Defensores nas audiências.

6. Elevar o número de audiências realizadas sob o patrocínio da Defensoria Pública de 83.600 para 89.300 (DPDF);

2016

No ano 2016 não foram implantadas medidas que busquem elevar o número de audiências patrocinadas pela Defensoria Pública.

2017

No ano de 2017 houve aumento de 49% nas audiências, em comparação com o exercício de 2016. O aumento do Quadro de Defensores e de Analistas (nível superior), melhoria nas instalações físicas, equipamentos de tecnologia da informática e comunicação de dados, juntos, são fatores positivos e preponderantes na melhoria do índice e na elevação da quantidade das ações de patrocinadas pela Defensoria Pública no ano de 2017.

2018

No ano de 2018, questões metodológicas e de sistema afetaram a apuração dos dados de modo que o número efetivo é superior ao número apurado, que foi de 46.516 audiências.

7. Manter em 25 minutos o tempo de espera (DPDF);

2016

O tempo de espera para atendimento ao público vem sendo mantido em 25 minutos.

2017

O tempo de espera para o atendimento ao público continua satisfatório e dentro da previsão de 25 minutos.

2018

A nova gestão, iniciada em 2018, implementou reestruturações internas e revisões metodológicas de tal modo que não foi possível apuração referente a esse objetivo.

8. Manter em 90% o índice de satisfação do usuário (DPDF);

2016

O índice de satisfação, em 2016, foi mantido, mesmo com o aumento da demanda da população mais carente.

2017

Mantido o índice de satisfação na casa dos 90%, mesmo com o aumento da demanda dos serviços prestados pela DPDF.

2018

A nova gestão, iniciada em 2018, implementou reestruturações internas e revisões metodológicas de tal modo que não foi possível apuração referente a esse objetivo.

9. Elevar de 85 para 100 o número de menção positiva das ações na mídia (DPDF);

2016

Constantemente houve menções positivas quanto as ações executadas pela DPDF e que foram ao encontro dos anseios da população assistida por esta Defensoria, conforme demonstrado pela análise quantitativa acima.

2017

As menções positivas sobre a DPDF foram executadas por meio de divulgação no site do órgão e por meio de matérias jornalísticas enviadas aos diversos veículos de comunicação e divulgação (jornais, TV e outros).

2018

As menções positivas sobre a DPDF foram executadas por meio de divulgação no site do órgão e por meio de matérias jornalísticas enviadas aos diversos veículos de comunicação e divulgação (jornais, TV e outros).

10. Elevar o índice de processos organizacionais padronizados de 60% para 90% (DPDF);

2016

No ano de 2016 não foram implantadas medidas para elevar o índice de processos organizacionais padronizados.

2017

No ano de 2017 foram implantadas medidas de divulgação e incentivo na participação dos servidores nos cursos realizados pela EASJUS - DPDF, EGOV, ENAP e outras Escolas (Universidades) abertas de outros órgãos públicos, visando elevar o nível do conhecimento e conformidade sobre "processos organizacionais padronizados".

2018

A aferição dessa meta permanece a mesma de 2017, tendo em vista que a partir da nova gestão, iniciada em 2018, ações estratégicas foram tomadas para revisão e aprimoramento das metas e indicadores realmente relevantes para esta Defensoria Pública no horizonte dos próximos anos.

11. Elevar o índice médio de capacitação de 40% para 55% (DPDF);

2016

A Escola de Assistência Judiciária – EASJUR vem desenvolvendo o trabalho, conforme análise da demanda da população, para a capacitação de todos os servidores do órgão, buscando sempre o aprimoramento no atendimento e satisfação do assistido para atender sua necessidade.

2017

No ano de 2017 foram implantadas medidas de divulgação e incentivo na participação dos servidores nos cursos realizados pela EASJUS - DPDF, EGOV, ENAP e outras Escolas (Universidades) abertas de outros órgãos públicos, objetivando elevar o nível de capacitação dos servidores da Defensoria.

2018

Foi replicado o valor de aferição dessa meta até 2017, tendo em vista que a partir da nova gestão, iniciada em 2018, foram realizadas reestruturações internas e revisões metodológicas de tal modo que não foi possível apuração referente a esse objetivo.

12. Elevar o número de medida de desenvolvimento da competência de 85 para 100 (DPDF);

2016

Constantemente a EASJUR, após cada curso ministrado, busca avaliar o grau de importância da capacitação oferecida.

2017

O nível de desenvolvimento da competência foi mantido estável em relação ao ano de 2016.

2018

Foi replicado o valor de aferição dessa meta até 2017, tendo em vista que a partir da nova gestão, iniciada em 2018, foram realizadas reestruturações internas e revisões metodológicas de tal modo que não foi possível apuração referente a esse objetivo.

13. Elevar o percentual de Medida de Clima Organizacional de 85% para 100% (DPDF);

2016

A DPDF em 2016 mudou para a nova sede administrativa, com o espaço físico mais apropriado, mas infelizmente teve que devolver vários servidores a seus órgãos de origem, o que conseqüentemente vem dificultando a elevar o percentual de Medida de Clima Organizacional.

2017

A DPDF manteve o elevado índice de aceitação no Clima Organizacional.

2018

Foi replicado o valor de aferição dessa meta até 2017, tendo em vista que a partir da nova gestão, iniciada em 2018, foram realizadas reestruturações internas e revisões metodológicas de tal modo que não foi possível apuração referente a esse objetivo.

14. Elevar o índice de projetos estratégicos implantados de TI de 85% para 100% (DPDF).

2016

Em 2016 não foi implantado nenhum projeto estratégico de TI, apenas houve a reestruturação e aquisição de computadores e um servidor de rede.

2017

Foi criada a Subsecretaria de Inovação, Tecnologia da Informação e Comunicação - SITIC, com reformulação de todo o setor, que passou a integrar a alta gestão da DPDF e foi alçada à posição de Subsecretaria. O quadro de servidores da informática foi renovado e recomposto, passando o enfoque para as habilidades e competências da gestão. As prioridades passaram a ser definidas por um Comitê de TI e houve investimentos na aquisição de 310 computadores, 100 scanners e 620 monitores. A TI realizou convênio com a DP de Tocantins para disponibilização de sistema de atendimento ao público - Sistema SOLAR. Foram realizadas ações de treinamento dos técnicos e a implantação está prevista para iniciar em 2018. A TI desenvolveu uma prova de conceito com a interface de aplicativo para celular que permite ao usuário a consulta sobre o andamento de processos relacionados às suas demandas, com prospecção de implantação de outras etapas dessa funcionalidade prevista para 2018, com a integração com o Sistema Solar. A TI também consolidou a utilização do Processo Judicial Eletrônico em 70% dos núcleos no ano de 2017.

2018

A aferição dessa meta permanece a mesma de 2017, tendo em vista que a partir da nova gestão, iniciada em 2018, ações estratégicas foram tomadas para revisão e aprimoramento das metas e indicadores realmente relevantes para esta Defensoria Pública no horizonte dos próximos anos.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1556	ÍNDICE DE ACORDOS REALIZADOS	%	0	31/12/2016	10	0,02	11	1,21	12	1,24	13	DPDF / UO 48101 / OE 6
1557	NÚMERO DE ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL	UNIDADE	1.123	31/12/2014	2.000	1.465	2.200	1.610	2.400	29.556	2.600	DPDF / UO 48101 / OE 6
1558	ÍNDICE DE JUDICIALIZAÇÃO	%	0	31/12/2014	18	12	17	7,42	16	9,33	15	DPDF / UO 48101 / OE 6
1559	ATENDIMENTOS REALIZADOS	UNIDADE	440.000	31/12/2014	500.000	479.525	600.000	334.100	700.000	330.670	800.000	DPDF / UO 48101 / OE 6

Justificativas 2016

1556 - O índice estabelecido, como desejado, foi superestimado, em razão de não contemplar todos os serviços prestados por esta Defensoria, que além dos ajuizamentos de petições, também, prestamos atendimentos de orientação jurídica, bem como outros processos onde o acordo é juridicamente impossível (criminal, execução penal, etc).

1557 - No exercício de 2016 houve aumento no número de atuação extrajudicial em razão da capacitação de Mediadores pela Escola da Defensoria Pública, bem como das inovações trazidas pelo novo Código de Processo Civil - CPC, refletindo assim na celeridade do processo.

1558 - Fundamenta-se no número de processos autuados, considerando às seguintes variáveis dos dados estatísticos: iniciais exame, iniciais medicamentos, iniciais propostas, iniciais tratamentos, iniciais UTI e proposituras. A meta prevista era de 18% sobre o total de atendimento, no entanto, a meta ficou abaixo do previsto, em 12%, o que justifica o excelente serviço prestado por esta Defensoria, contribuindo assim para a redução no número de processos judiciais autuados no ano de 2016.

1559 - Fundamenta-se no número de atendimentos de forma geral, considerando às seguintes variáveis dos dados estatísticos: atendimento externo, atendimento idoso, atendimento psicólogo, atendimento servidor, atendimento social, atendimento vítima doméstica e visitas; também contabiliza os atendimentos realizados nas Varas do Tribunal de Justiça onde, a Defensoria prestava serviço em torno de 60% da capacidade das Varas, e com as medidas implantadas no ano 2016, a capacidade aumentou para 94%.

Justificativas 2017

Indicador 1556 - O índice estabelecido como desejado foi superestimado, em razão de não contemplar todos os serviços prestados por esta Defensoria que, além dos ajuizamentos de petições, também presta atendimento de orientação jurídica, em que cabe à vontade das partes realizar ou não os acordos, bem como os processos em que o acordo é juridicamente impossível (criminal, execução penal, etc.)

Indicador 1557 - Atuação extrajudicial para resolução dos conflitos depende da atuação de mediadores e conciliadores, bem como da vontade das partes. Considerando o índice estabelecido, como desejado, foi alcançado 73,5%.

Indicador 1558 - Fundamenta-se no número de processos autuados, considerando as seguintes variáveis dos dados estatísticos: iniciais exame; iniciais medicamentos; iniciais propostas; iniciais tratamentos; iniciais UTI e proposituras. A meta prevista era de 17% sobre o total de atendimento; no entanto, a meta ficou melhor do que o previsto, em 7,5%, o que justifica o excelente serviço prestado por esta Defensoria, contribuindo assim para a redução no número de processos judiciais autuados no ano de 2017.

Indicador 1559 - Fundamenta-se no número de atendimentos de forma geral, considerando as seguintes variáveis dos dados estatísticos: atendimento externo; atendimento ao idoso; atendimento psicológico; atendimento ao servidor; atendimento social; atendimento a vítima doméstica e visitas. Também contabiliza os atendimentos realizados nas Varas do Tribunal de Justiça em que a Defensoria prestava serviço. Considerando que o valor desejado foi superestimado, mesmo assim, alcançou índice de 55,5%.

Justificativas 2018

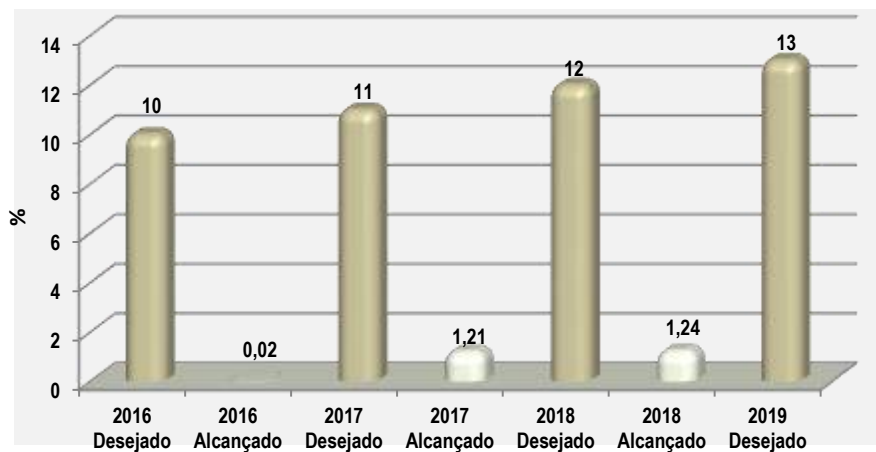
Indicador 1556 - O índice estabelecido como desejado foi superestimado em razão de não contemplar todos os serviços prestados pela Defensoria que, além dos ajuizamentos de petições, também presta atendimento de orientação jurídica, em que cabe à vontade das partes realizar ou não os acordos. Deve-se destacar também que há processos em que o acordo não é juridicamente permitido (ex: criminal, execução penal, etc).

Indicador 1557 - O incremento substancial no valor apurado decorre principalmente de dois fatores: primeiramente, o desenvolvimento de uma sistemática apropriada para mensuração desse dado, o que denota que a meta encontrava-se subestimada, e, em segundo lugar, o esforço e as medidas adotadas pela administração da Defensoria com o objetivo de ampliar o atendimento voltado à solução da problemática de modo extrajudicial.

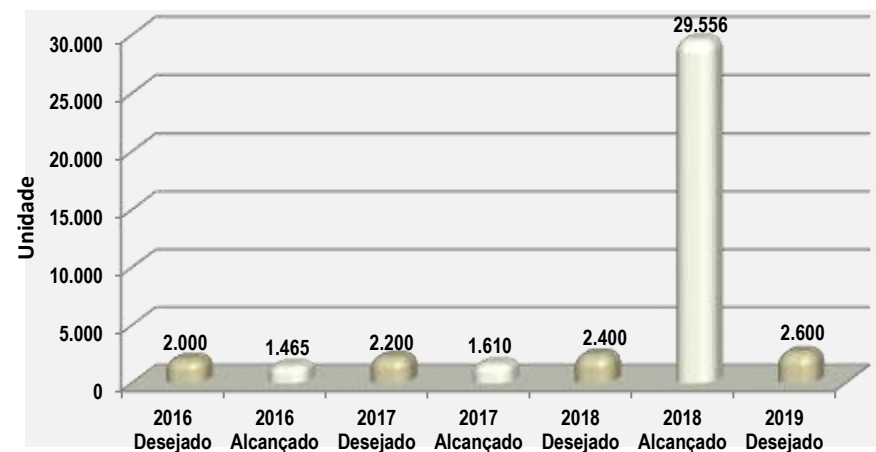
Indicador 1558 - Fundamenta-se no número de processo autuados, considerando os seguintes dados: iniciais exames, iniciais medicamentos, iniciais propostas, iniciais tratamentos, iniciais UTI e proposituras. O índice apurado em 9,33% foi substancialmente melhor que a meta prevista de 16% sobre o total de atendimento, podendo ser explicado pelo excelente serviço prestado pela Defensoria, contribuindo assim para a redução no número de processos autuados no ano de 2018.

Indicador 1559 - Fundamenta-se no número de atendimentos de forma geral, considerando os seguintes tipos de atendimento: social, psicológico, externo, ao idoso, ao servidor, à vítima social. Também contabiliza as visitas realizadas os e o atendimento nas Varas do Tribunal de Justiça em que a Defensoria presta serviço. Considerando que o valor desejado foi superestimado e que houve redução no efetivo de defensores públicos, o quantitativo manteve-se em nível semelhante ao exercício anterior.

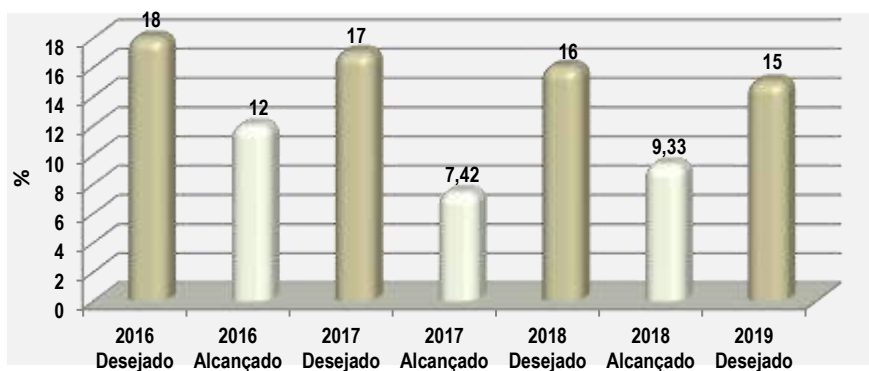
ÍNDICE DE ACORDOS REALIZADOS



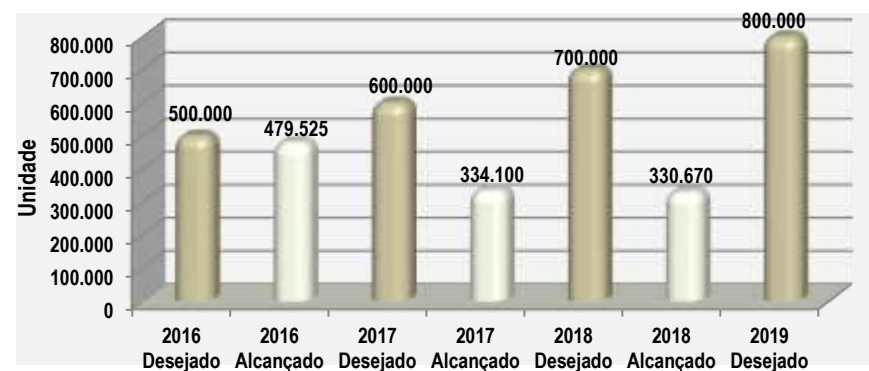
NÚMERO DE ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL



ÍNDICE DE JUDICIALIZAÇÃO



ATENDIMENTOS REALIZADOS



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6211	6	1	Elaborar e buscar aprovação da Lei de organização e funcionamento da Defensoria Pública; (DPDF).	48101	100 %	<p>2016 Foi publicada a Lei Complementar 908 de 11/01/16 que modifica a Lei Complementar 828 de 26/07/10, que trata sobre as atribuições e competências da Defensoria Pública do DF.</p> <p>2017 Mantida situação</p> <p>2018 Mantida a situação</p>
6211	6	2	Acompanhar, propor e demandar a implementação das políticas públicas voltadas à população carente, grupos vulneráveis e proteção de direitos humanos; (DPDF).	48101	85 %	<p>2016 Acompanhamento dos processos legislativos afetos às áreas temáticas tais como: violência doméstica, idoso, infância. Demanda a implementação de leis, decretos, resoluções para a concretização de direitos na saúde, consumidor, idoso, bem como o funcionamento dos equipamentos públicos. A Defensoria Pública do DF tem membros nos diversos conselhos de direitos: mulher, idoso, infância, direitos humanos.</p> <p>2017 A DPDF faz acompanhamento dos processos legislativos afetos às áreas temáticas, tais como: violência doméstica, idoso, infância. Demanda a implementação de leis, decretos, resoluções para a concretização de direitos na saúde, consumidor, idoso, bem como o funcionamento dos equipamentos públicos. A Defensoria Pública do DF tem membros nos diversos conselhos de direitos: mulher, idoso, infância, direitos humanos.</p> <p>2018 Mantida a situação</p>
6211	6	3	Realizar anualmente audiências públicas com entidades da sociedade civil, a fim de identificar suas demandas e estabelecer parcerias, subsidiando novas ações estratégicas; (DPDF).	48101	90 %	<p>2016 A Defensoria participa anualmente de audiência pública em diversos órgãos e instituições tais como: Secretaria de Saúde, Câmara Legislativa do DF, Secretaria de Educação, Secretaria da Criança e Adolescente, e com a sociedade civil.</p> <p>2017 A Defensoria aumentou sua participação em audiência pública em diversos órgãos e instituições tais como: Secretaria de Saúde, Câmara Legislativa do DF, Secretaria de Educação, Secretaria da Criança e Adolescente, e com a sociedade civil.</p> <p>2018 Mantida a situação</p>
6211	6	4	Criar política de comunicação institucional para divulgar as ações exitosas da instituição; (DPDF).	48101	80 %	<p>2016 Faz parte da política de comunicação a divulgação das ações exitosas da instituição pelo departamento próprio, com inserção no <i>site</i>, <i>facebook</i>, entrevistas, rádio, televisão e por mídia impressa.</p> <p>2017 Faz parte da política de comunicação a divulgação das ações exitosas da instituição por meio de sua Assessoria de Comunicação, com inserção de matérias no seu próprio no <i>site</i>, <i>facebook</i>, entrevistas, rádio, televisão e por mídia impressa.</p> <p>2018 Faz parte da política de comunicação a divulgação das ações exitosas da instituição por meio de sua Assessoria de Comunicação, com inserção de matérias no seu próprio no <i>site</i>, <i>facebook</i>, entrevistas, rádio, televisão e por mídia impressa.</p>
6211	6	5	Implantar serviço de diligência; (DPDF).	48101	0 %	<p>2016 Não foi implantado.</p> <p>2017 Não foi implantado</p> <p>2018 Restrições Orçamentárias não permitiram a contratação de profissionais qualificados para implantação da ação.</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6211	6	6	Manter critérios objetivos para aferir a hipossuficiência; (DPDF).	48101	100 %	2016 É aferida por meio da aplicação dos critérios da Resolução nº 140 de 24/06/15. 2017 É aferida por meio da aplicação dos critérios da Resolução nº 140 de 24/06/15 2018 É aferida por meio da aplicação dos critérios da Resolução nº 140 de 24/06/15.
6211	6	7	Fortalecer a atuação nos juizados especiais e de violência doméstica e familiar contra a mulher; (DPDF).	48101	100 %	2016 A Defensoria Pública tem investido na lotação de Defensores para atuar nos Juizados de Violência Doméstica. 2017 A DPDF mantém atuação constante nas esferas dos juizados especiais e de violência doméstica e familiar (contra a mulher), e ainda atua por meio de projetos e programas específicos 2018 Mantida a situação
6211	6	8	Fortalecer a atuação da Defensoria Pública nos Tribunais e turmas recursais, criando a rotina de trabalho para a realização da sustentação oral e de apresentação de justificativa em caso de não interposição de recursos; (DPDF).	48101	20 %	2016 Fortalecimento da atuação nos Tribunais através de capacitação pela EASJUR e reuniões entre os Defensores do 2º Grau com os Núcleos Temáticos. 2017 Mantida a situação em relação ao ano de 2016 2018 Mantida a situação
6211	6	9	Fortalecer a atuação da Defensoria Pública no 1º Grau, atuando em todas as unidades jurisdicionais do Distrito Federal, justificando os casos de impossibilidade de comparecimento; (DPDF).	48101	80 %	2016 A Defensoria Pública tem investido na lotação de Defensores para aumentar a atuação nas unidades jurisdicionais do Distrito Federal. O ganho institucional depende da contratação de Defensores, o que está diretamente relacionado à dotação orçamentária. 2017 Com a posse dos 22 novos Defensores em 2017, houve uma condição de melhoria na atuação nas diversas instâncias de Justiça 2018 Em 2018 houve diminuição do efetivo de Defensores e Analistas em função de aposentadorias e vacâncias sem a possibilidade de reposição iminente.
6211	6	10	Implantar CallCenter; (DPDF).	48101	0 %	2016 Não iniciou a implantação. 2017 Não iniciou a implantação. 2018 Restrições Orçamentárias não permitiram a contratação de força de trabalho (servidores efetivos, comissionados e/ou estagiários) para compor o quadro de atendimento do CallCenter.
6211	6	11	Fortalecer a atuação dos Núcleos no acompanhamento e elaboração de políticas públicas, bem como na tutela de interesses coletivos; (DPDF).	48101	95 %	2016 A Defensoria Pública vem inovando esforços para que os Núcleos Temáticos atuem de forma articulada entre as diversas áreas de atuação, junto às Secretarias, Órgãos, Instituições, Sociedade Civil, na defesa da tutela dos interesses coletivos. 2017 A DPDF fortaleceu sua atuação coletiva, com a implantação do Núcleo de Direitos Humanos 2018 A DPDF fortaleceu sua atuação coletiva, com a implantação da Defensoria de Tutela Coletiva no Núcleo de Execuções Penais e da Defensoria das Audiências de Custódia e da Tutela Coletiva dos Presos Provisórios.

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6211	6	12	Fortalecer a atuação das câmaras temáticas, criando rotinas de trabalho para o exercício uniformizado da assistência jurídica; (DPDF).	48101	50 %	2016 Atualmente existe uma dificuldade na participação dos Defensores para compor as câmaras temáticas. 2017 Mantido a situação de 2016, com prospecção de ações para 2018 2018 A DPDF fortaleceu a atuação das câmaras temáticas, com a revisão da estrutura de funcionamento para conferir funções mais relevantes e abrangentes para a promoção dos interesses da DPDF. Além disso, conseguiu a participação dos Defensores para compor todas as comissões.
6211	6	13	Criar sistema de comunicação para as partes das decisões; (DPDF).	48101	75 %	2016 Tal funcionalidade é essencial nos sistemas a serem desenvolvidos ou implementados no âmbito da DPDF, no entanto, ainda não há ações neste sentido. 2017 Apesar da inexistência de um sistema próprio, a comunicação da DPDF com a parte interessada é feita por meio de telefone, correspondência, e-mail e WhatsApp. 2018 O sistema de comunicação das partes por telefone, por correio eletrônico, por aplicativo de mensagens eletrônicas e pela via postal foi padronizado pela Portaria nº 416/2018
6211	6	14	Estabelecer sistema de atendimento pessoal pelo Defensor ou de supervisão direta das orientações por este; (DPDF).	48101	80 %	2016 Através da análise e comparação entre os fluxos dos diversos núcleos da Defensoria Pública para priorizar a uniformização do atendimento. Atualmente os Núcleos trabalham com o atendimento pessoal pelo Defensor e de supervisão direta das orientações. 2017 O atendimento é feito preferencialmente, por Defensor Público ou por ele supervisionado 2018 Mantida a situação
6211	6	15	Padronizar o sistema de atendimento ao público; (DPDF).	48101	60 %	2016 Foi desenvolvido um sistema de atendimento ao público, no entanto, ainda não foi finalizado para atender às demandas de adequações da Defensoria ao PJ-e, bem como não foi implementado. 2017 o atendimento está padronizado, via e-sic, e outras funcionalidades implantadas pelo sistema SOLAR. 2018 Mantida a situação
6211	6	16	Estruturar curso de formação voltado para motivação e criação de espírito institucional.	48101	70 %	2016 A EASJUR vem trabalhando na formação e capacitação dos Defensores, assim como, aperfeiçoando demais servidores. 2017 Por meio de Escola Própria (EASJUR), que mantém programa de formação e capacitação de servidores e Defensores. 2018 80 % (o campo não estava editável) - Por meio de Escola Própria (EASJUR) houve ampliação das atividades de formação voltadas para motivação e criação de espírito institucional.
6211	6	17	Implantar cursos obrigatórios de aperfeiçoamento e reciclagem anual por área de atuação; (DPDF).	48101	0 %	2016 Não iniciou a implantação de cursos obrigatórios. 2017 Não iniciou a implantação de cursos obrigatórios. 2018 Não se iniciou a implantação de cursos obrigatórios.
6211	6	18	Implementar pesquisa de	48101	20 %	2016

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			satisfação do assistido; (DPDF)			<p>Não iniciou a implantação.</p> <p>2017 Houve iniciativas de realização de pesquisa de satisfação em alguns Núcleos de Atendimento Jurídico.</p> <p>2018 Mantida a situação.</p>
6211	6	19	Realizar a análise e melhoria de processos organizacionais; (DPDF)	48101	60 %	<p>2016 A Defensoria Pública do DF está mapeando os fluxos de serviços dos diversos núcleos.</p> <p>2017 A DPDF está mapeando os fluxos de serviços prestados à população nos diversos Núcleos.</p> <p>2018 Mantida a situação.</p>
6211	6	20	Reestruturar a organização administrativa; (DPDF).	48101	80 %	<p>2016 A Administração Superior vem trabalhando para compatibilizar o crescimento do órgão com a estrutura administrativa.</p> <p>2017 A Administração Superior trabalha para compatibilizar o crescimento do órgão com a estrutura administrativa - Foi criada a Subsecretaria de Inovação, Tecnologia da informação e Comunicação (SITIC).</p> <p>2018 A Administração Superior implementou diversos avanços na estrutura administrativa.</p>
6211	6	21	Elaborar o Regimento Interno da Defensoria Pública; (DPDF)	48101	25 %	<p>2016 Não foi elaborado.</p> <p>2017 Não foi elaborado</p> <p>2018 Foi iniciado o processo de elaboração do Regimento Interno a partir da Subsecretaria de Administração Geral</p>
6211	6	22	Padronizar a organização administrativa da Defensoria Pública; (DPDF).	48101	80 %	<p>2016 Em decorrência da análise dos processos organizacionais, a Defensoria Pública do DF já implementou algumas rotinas de trabalho.</p> <p>2017 A DPDF já implementou algumas rotinas de trabalho e prospecta melhorar a padronização de processos organizacionais em 2018</p> <p>2018 Em 2018 a Subsecretaria de Administração Geral - SUAG realizou uma análise e melhoria de seus processos administrativos. Foram mapeados os processos críticos, aplicado a matriz GUT para priorização dos processos críticos além de uma análise orçamentária para a melhoria dos processos. Como resultado foi dado início a formulação do Regimento Interno da Subsecretaria de Administração Geral da Defensoria Pública.</p>
6211	6	23	Padronizar procedimentos de gestão de pessoas; (DPDF)	48101	75 %	<p>2016 Restou implementado fluxo de procedimentos no Departamento de Pessoal, o que está muito adiantado, faltando maior padronização nos Núcleos.</p> <p>2017 Padronização de procedimentos de gestão de pessoas em implantação.</p> <p>2018 Avanços na obtidos com o mapeamento dos processos e o decorrente início de elaboração do regimento interno</p>
6211	6	24	Elaborar e buscar aprovação da Lei que cria o quadro de funções comissionadas da Defensoria Pública; (DPDF)	48101	0 %	<p>2016 Não foi elaborado.</p> <p>2017 Não foi elaborado.</p> <p>2018</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						Não foi possível obter autorização prévia na LDO/2019 para criação dos cargos, conforme exigência art. 169, § 1º, II da Constituição Federal.
6211	6	25	Implementar pesquisa para medir o desenvolvimento da competência; (DPDF)	48101	0 %	2016 Não foi implementada. 2017 Não foi implementada 2018 Restrições Orçamentárias não permitiram a contratação de profissionais qualificados para implantação da ação.
6211	6	26	Implementar pesquisa de satisfação do servidor; (DPDF)	48101	0 %	2016 Não foi implementada. 2017 Não foi implementada 2018 Restrições Orçamentárias não permitiram a contratação do serviço ou de profissionais qualificados para implantação da ação.
6211	6	27	Reestruturar a área de Informática; (DPDF)	48101	100 %	2016 Houve pequenas ações de reestruturação, e houve aquisição de 200 computadores e um servidor de rede. 2017 Foi criada a Subsecretaria de Inovação, Tecnologia da Informação e Comunicação (SITIC) com a reformulação de todo o setor, que passou a integrar a alta gestão da DPDF e foi alçada à posição de Subsecretaria. O quadro de servidores da informática foi renovado e recomposto, passando o enfoque para as habilidades e competências da gestão 2018 Em 2018 a Subsecretaria de Inovação, Tecnologia da Informação e Comunicação - SUTIC foi transformada em Coordenação de Tecnologia de Informação e Comunicação - COOTIC. Subordinada diretamente à Subsecretaria de Administração Geral, o setor de TI passa a fornecer o suporte necessário aos mecanismos de automatização dos processos organizacionais e administrativos, proporcionando maior agilidade na assistência aos Núcleos de Atendimento Judiciário e à própria sede administrativa.
6211	6	28	Implantar o sistema de informações e processo judicial eletrônico. (DPDF)	48101	100 %	2016 A utilização do Processo Judicial Eletrônico já está iniciada em dois Núcleos da DPDF (NAJ Família e NAJ Mulher). 2017 Implantado por meio do PJe, em todos os Núcleos de Atendimento. 2018 Implantado por meio do PJe e do SEI, em todos os Núcleos de Atendimento.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

2016/2018

No ano de 2016, a Defensoria Pública do Distrito Federal teve mudança da sede administrativa, pois estava localizada no Edifício Zarife no Setor Comercial Sul, onde as dependências físicas estavam precárias e insalubres. A mudança para a nova sede no SIA trouxe melhores acomodações físicas, pois a estrutura do prédio é nova, com salas climatizadas, amplo estacionamento, o que proporciona um ambiente de trabalho mais adequado.

No mesmo intuito, buscou-se a modernização da área administrativa/jurídica, em que a Diretoria de Informática adquiriu 200 (duzentos) novos computadores para serem distribuídos aos núcleos de atendimento e vem aperfeiçoando o sistema informatizado de diversos setores.

Para assegurar bons resultados, a DPDF identificou que para o atendimento das metas e dos programas prioritários do Órgão, deveria estar presente em todos os Fóruns do Distrito Federal, ação esta de difícil cumprimento, pois a DPDF não possui prédios próprios, necessitando de locações de espaços para as instalações dos Núcleos de Atendimento Jurídicos (NAJs) ou cessão de espaço. Nesse sentido, em 2016, a DPDF inaugurou mais dois NAJs: Recanto das Emas e Águas Claras.

É imperioso ressaltar que a DPDF possui uma Sede Administrativa, localizada em prédio alugado, localizada no SIA Sul, Trecho 17, Rua 07 – Lote 45, bem como possui um terreno cedido para construção de sua Sede nas proximidades da Ponte JK em Brasília, no Setor de Clubes Sul, porém faltam recursos financeiros para a construção.

A demanda da DPDF aumenta conforme o crescimento demográfico da população do Distrito Federal, e a DPDF não mede esforços para atender toda essa procura. Em 2016 nomeou mais 23 (vinte e três) Defensores Públicos e 22 (vinte e dois) Analistas Judiciários, ambos os concursos estão vigentes e, na medida da disponibilidade financeira, estarão sendo nomeados.

Por sua vez, em 2017, a Defensoria Pública do Distrito Federal promoveu a inauguração da Unidade de Atendimento Integrado (UAI) destinado a aprimorar as atividades fim desta Defensoria e proporcionar um ambiente de trabalho confortável, de excelente acesso para a população, bem como proporcionando a infraestrutura adequada aos servidores, para que possam exercer suas atividades com a devida dignidade, o que resultará na agilidade do atendimento em prazo de tempo exíguo e a continuidade das ações da DPDF, em defesa dos interesses do cidadão, tendo em vista que o serviço prestado necessita de continuidade da triangulação processual, quais sejam, assistidos, procuradores e o Poder Judiciário.

A UAI / DPDF foi instalada no Edifício Rossi Esplanada Business, térreo, localizado na Quadra 01, Lote G, Setor Comercial Norte, para onde foram realocadas 10 Unidades: NAJ Defesa do Consumidor; NAJ Execução de Medidas Socioeducativas; NAJ Execução Penal; NAJ Fórum Júlio Mirabete; NAJ Iniciais de Brasília (e Mediação); NAJ Saúde; NAJ Segundo Grau e Tribunais Superiores; NAJ Fazenda Pública; Psicossocial; e Escola Jurídica da DPDF.

No mesmo intuito, buscou-se a modernização da área de Tecnologia da Informação, com a criação da Subsecretaria de Inovação, Tecnologia da Informação e Comunicação - SITIC, que passou a integrar a alta gestão da DPDF e foi alçada à posição de Subsecretaria. O quadro de servidores da informática foi renovado e recomposto, passando o enfoque para as habilidades e competências da gestão.

Foram adquiridos diversos equipamentos de Informática e Comunicação, ressaltando a aquisição de: 310 computadores, 100 scanners e 620 monitores, os quais foram distribuídos nos diversos setores administrativos e nos Núcleos de Atendimento Jurídico, sendo objeto de melhoria das condições de trabalho dos servidores da Defensoria.

Para assegurar bons resultados das metas estabelecidas, a DPDF identificou que entre os programas prioritários do Órgão deveriam ter sua presença em todos os Fóruns do Distrito Federal, sendo que algumas ações são de difícil cumprimento, pois a DPDF não possui prédios próprios, necessitando de locações de espaços para as instalações dos NAJs ou cessão de espaços de outros órgãos, bem como da necessidade de acomodar os NAJs que estão provisoriamente ocupando espaços cedidos nos fóruns do TJDF. Para isso foram iniciados processos de chamamento público, visando as locações de imóveis para abrigar os NAJs de Santa Maria, São Sebastião e da Infância e Juventude, cujos processos não foram finalizados em 2017 e as instalações desses NAJs poderá ocorrer no exercício de 2018.

Em 2017, foram nomeados mais 22 (vinte e dois) Defensores Públicos e 8 (oito) Analistas Judiciários, para comporem o quadro da Defensoria e assim reforçar a força de trabalho e o atendimento da população do Distrito Federal.

Em 2018 foram implementadas diversas medidas para aprimorar a capacidade e qualidade de atendimento aos assistidos, promover mais transparência institucional, gerar economicidade de recursos e reestruturar administrativamente a instituição com foco na padronização e otimização de processos. Dentre essas medidas destacam-se:

- Criação e divulgação da Carta de Serviços da instituição.
- Criação de novo sítio institucional da DPDF na internet, com informações mais detalhadas e acessíveis sobre as atividades da instituição.
- Criação da Intranet da DPDF, com informações de interesse dos defensores e servidores públicos.
- Criação do Portal da Transparência da DPDF, com informações sobre atos, convênios, licitações, contratos, despesas e auditorias realizadas, além de outras informações de interesse público.
- Obtenção de prêmio da Controladoria-Geral do Distrito Federal por ter alcançado o índice de 100% de transparência ativa.
- Lotação de estagiários passou a ser realizada de forma dialogada com Coordenadores, levando em consideração as necessidades dos órgãos de execução.

- Democratização do processo de escolha de Coordenadores dos Núcleos de Assistência Jurídica pelos Defensores Públicos.

- Ampliação da divulgação, em todos os meios de comunicação, dos serviços prestados pela DPDF em prol da proteção de pessoas que encontram especiais dificuldades em exercitar com plenitude perante o sistema de justiça os direitos reconhecidos pelo ordenamento jurídico. Melhor ênfase das ações e serviços desenvolvidos pela DPDF em favor: (i) de crianças e adolescentes, (ii) de idosos, (iii) de pessoas com deficiência, (iv) de pessoas pertencentes a minorias que sejam vítimas de preconceito em razão de gênero, identidade de gênero, raça, etnia e origem, (v) de pessoas em situação de privação de liberdade, (vi) de vítimas da violência institucional, familiar e doméstica e (vii) de vítimas da pobreza e da miséria. Aprimoramento do diálogo entre os Defensores Públicos e a Assessoria de Comunicação, para facilitar o intercâmbio de informações e o reconhecimento de litígios estratégicos a serem divulgados.

- Produção e circulação de vídeos institucionais para informar à sociedade civil os serviços da DPDF, para divulgar os bons exemplos de nossa atuação institucional e para promover a capacitação cruzada entre agentes da instituição.

- Manutenção e aprimoramento dos Projetos Sociais desenvolvidos pela Defensoria Pública do DF.

- Publicação de orientações para o atendimento humanizado na DPDF, visando o melhor atendimento do público vulnerável.

- Aprimoramento das práticas da Ouvidoria da Defensoria Pública do DF, de modo a promover a ampliação do diálogo com a sociedade civil e dos mecanismos democráticos de gestão, para aprimorar os serviços prestados pela DPDF, promover a troca de saberes e garantir o funcionamento mais próximo, acessível e satisfatório da Instituição aos olhos dos usuários dos serviços.

- Celebração de protocolo de intenções com o MPDFT e o TJDFT, visando à implementação de programas de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher.

- Celebração de cooperação com a DPU, objetivando atuação conjunta relacionada ao atendimento jurídico e psicossocial da população em situação de rua nas cidades do DF.

- Celebração de cooperação com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e com o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, visando à consecução das ações a serem promovidas pela Central Judicial do Idoso no âmbito do Distrito Federal.

- Revisão dos valores pagos a título de aluguel em todas as unidades da defensoria pública, com economia de cerca de 1 milhão de reais ao ano.

- Obtenção de prédio público para a instalação do núcleo de assistência jurídica de Taguatinga.

No âmbito da EASJUR, foi realizada a interação com mais de uma centena de entidades como escolas públicas do DF, conselhos tutelares do DF, faculdades de direito do DF e entorno, unidades do Governo do DF, entidades da sociedade civil organizada, instituições integrantes do sistema de Justiça, divulgando a práxis da DPDF, levando conhecimento jurídico a diversos setores da sociedade e desenvolvendo parcerias para atuação nas mais variadas temáticas sociais.

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Valorizar a cultura como instrumento de desenvolvimento econômico e social.

**PROGRAMA TEMÁTICO:
6219 – CAPITAL CULTURAL**

OBJETIVO GERAL:

Incentivar, fomentar e difundir a cultura, em toda a sua diversidade, considerando-a como direito fundamental do cidadão, tão importante quanto o voto, a moradia, a alimentação, a saúde e a educação. O programa compreende a cultura em sua diversidade e sob uma perspectiva integrada, envolvendo Brasília e Entorno, com base em uma concepção que considera a cultura em suas dimensões simbólica, cidadã, artística, educativa, patrimonial e econômica, como um vetor estratégico para a inovação e o desenvolvimento do DF.

OBJETIVO ESPECÍFICO

O Programa Temático é composto de 05 objetivos específicos, conforme seguem abaixo:

Unidade Responsável/Objetivo Específico

16.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL - SECULT

001 – CULTURA PARA TODOS: Disseminar circuitos de arte e cultura, desenvolver políticas de distribuição e formação de apreciadores para arte, bem como de formação de agentes e produtores culturais e de comunicação para a cultura, garantindo o acesso dos cidadãos à fruição e à produção cultural, aos bens culturais, à memória e ao patrimônio cultural e histórico, bem como o acesso à formação e à pesquisa e o acesso interativo a conhecimentos e conteúdos.

002 – PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA CULTURAL: Ampliar a oferta de espaços e equipamentos culturais nas regiões do DF, com estratégias de gestão modernas, participativas e integradas, bem como reestruturar e fortalecer a política pública de patrimônio, material e imaterial – em sua dimensão cultural, histórica, artística e arqueológica –, a fim de preservar e promover a dimensão de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade, com mecanismos de salvaguarda de curto, médio e longo prazos, e também, a fim de transcender a área tombada, por meio da promoção e do reconhecimento das dimensões identitárias, territoriais e educacionais do patrimônio nas várias regiões do DF.

003 – DESENVOLVIMENTO PARA AS ARTES: Ampliar e proteger os recursos para fomento e incentivo a produções artísticas e culturais, inclusive de pesquisa, experimentais, tradicionais e aquelas historicamente excluídas, por meio da formulação de uma política inovadora, participativa e integrada para as artes, que contemple a produção, o acesso, a difusão, a promoção e a circulação das mais diversas linguagens em todas as regiões do DF.

004 – DIVERSIDADES: Potencializar as iniciativas culturais de grupos e comunidades historicamente desassistidas pelo Estado, principalmente na forma de premiações e no apoio aos projetos de espaços culturais denominados Pontos de Cultura e suas unidades de articulação e mobilização, dentro de uma política transversal de valorização e promoção da cidadania, do protagonismo e da diversidade cultural no DF.

005 – MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO CULTURAL: Promover a eficácia dos serviços públicos de cultura, por meio da modernização da gestão cultural e de políticas permanentes de valorização dos servidores públicos, bem como dos serviços prestados diretamente à população, com foco na avaliação de resultados e no fortalecimento das políticas do setor cultural sob a ótica de Estado e na inclusão de cultura como base essencial para o desenvolvimento pleno da Capital brasileira.

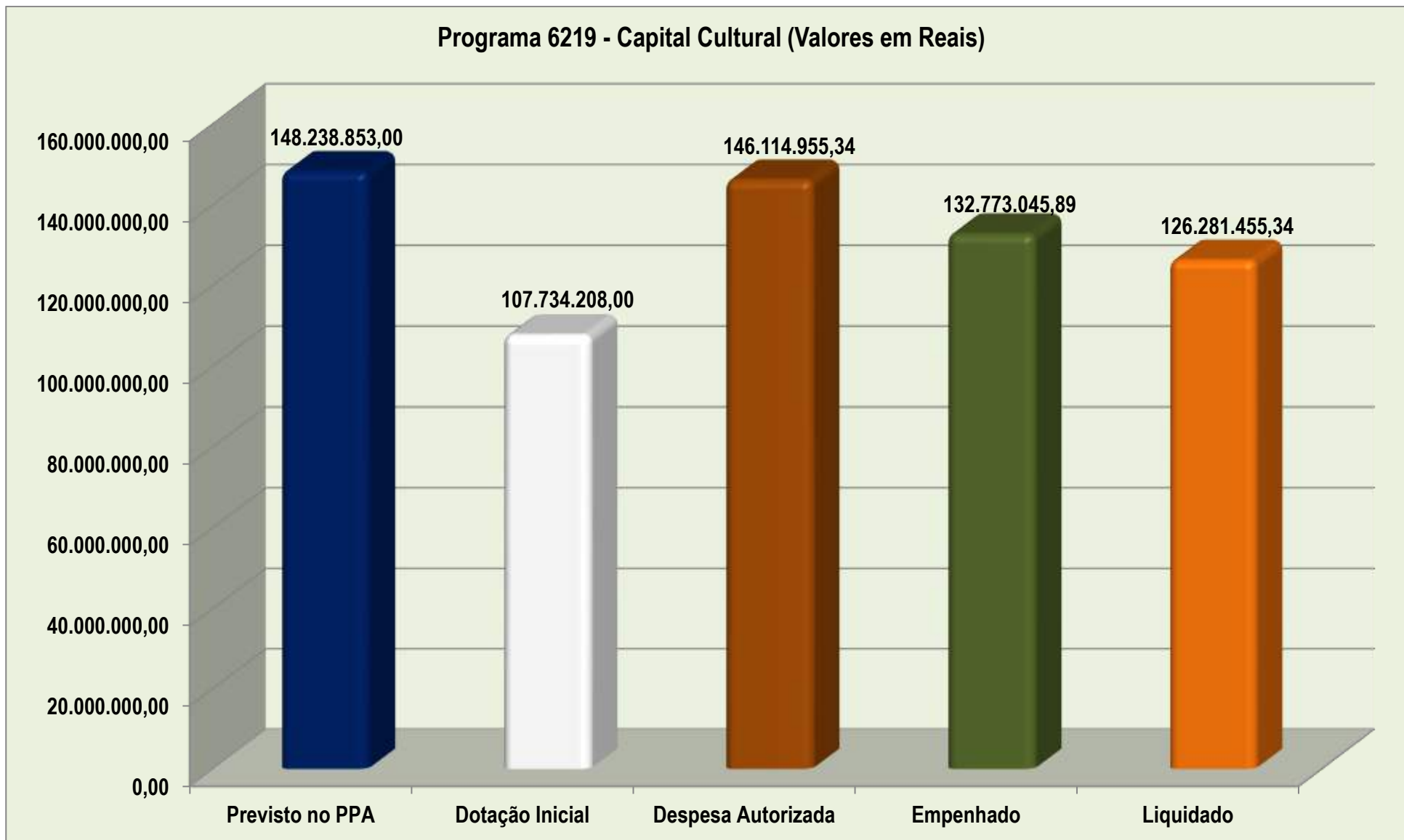
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (Valores em Reais)

PROJETO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
1161 - CONSTRUÇÃO DE MUSEU	51.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	190.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
1606 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE ESPORTE E CULTURA	104.000,00	134.000,00	4.483.405,41	3.733.037,33	2.373.557,74	3.589	2.282
2417 - MANUTENÇÃO DA RÁDIO CULTURA	40.000,00	188.000,00	139.358,08	139.358,08	93.895,52	348	235
2478 - MANUTENÇÃO DA ORQUESTRA SINFÔNICA DO TEATRO NACIONAL CLÁUDIO SANTORO	263.408,00	210.000,00	459.282,22	459.282,22	408.712,25	174	155
2803 - REALIZAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DE BRASÍLIA	2.300.000,00	50.000,00	1.318.346,94	1.318.346,94	1.318.202,62	57	57
2810 - APOIO AO PROJETO CULTURA EDUCA	1.545.000,00	10.000,00	16.900,00	16.900,00	16.900,00	1	1
2815 - APOIO AO CARNAVAL DE BRASÍLIA	3.000.000,00	5.050.000,00	4.543.206,27	4.543.206,27	4.543.000,36	151	151
2817 - REALIZAÇÃO DO FESTIVAL DE CINEMA DE BRASÍLIA DO CINEMA BRASILEIRO	4.500.000,00	1.500.000,00	2.491.000,00	2.491.000,00	2.491.000,00	55	55
2831 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS	5.190.304,00	2.950.000,00	11.419.011,22	10.779.059,03	9.478.880,60	208	183
2837 - REALIZAÇÃO DE PROJETOS ESPECIAIS DA ORQUESTRA SINFÔNICA	840.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2844 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA CULTURA E CIDADANIA	5.000.000,00	350.000,00	4.696.330,67	3.208.295,51	3.187.075,01	64	64
2845 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO RAÍZES	200.000,00	300.000,00	1.800.000,00	1.800.000,00	1.800.000,00	900	900
2880 - REALIZAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DE SÃO SEBASTIÃO	180.000,00	50.000,00	43.492,23	43.492,23	43.492,23	24	24
2911 - REALIZAÇÃO DE AÇÕES CULTURAIS - CONEXÃO CULTURA FAC	2.000.000,00	3.500.000,00	4.760.500,00	3.235.723,81	3.105.779,68	162	155
2978 - APOIO A ATIVIDADES CULTURAIS	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3178 - REFORMA DE EDIFICAÇÕES E ESPAÇOS CULTURAIS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO	1.350.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3178 - REFORMA DE EDIFICAÇÕES E ESPAÇOS CULTURAIS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO	1.1149.000,00	10.000,00	103.000,00	-	23.173,00	0	0
3304 - APOIO ÀS AÇÕES DE PROMOÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL	1.280.000,00	400.000,00	1.474.720,90	1.470.339,62	1.470.339,62	115	115
3308 - APOIO ÀS AÇÕES DE LIVRO, LEITURA E LITERATURA	5.000.000,00	200.000,00	42.010,96	42.010,96	38.723,60	1	1
3313 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO FINANÇAS CULTURA	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3340 - IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE ARTE E CULTURA DO DF	17.735.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3348 - PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	10.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3364 - REFORMA DO MUSEU DE ARTE DE BRASÍLIA	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3402 - REFORMA DO ESPAÇO CULTURAL RENATO RUSSO	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3458 - REFORMA DO CENTRO DE DANÇA	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3508 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE EQUIPAMENTOS E ESPAÇOS CULTURAIS	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3510 - FOMENTO E INCENTIVO PARA A CULTURA E AS ARTES	300.000,00	1.210.000,00	1.960.000,00	1.875.000,00	1.395.000,00	625	465
3531 - AMPLIAÇÃO DE CENTRO CULTURAL	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3576 - REVITALIZAÇÃO DE ESPAÇOS CULTURAIS NO DISTRITO FEDERAL	1.000.000,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3577 - REFORMA DE ESPAÇO CULTURAL NO DISTRITO FEDERAL	400.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3580 - REFORMA DE ESPAÇO CULTURAL CINE ITAPOÁ	500.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3582 - (EP)CONSTRUÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES AGROPECUÁRIA DE BRAZLÂNDIA	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	3.610.220,00	6.472.987,00	14.981.840,72	14.924.025,25	14.854.045,91	413	411
3693 - REALIZAÇÃO DO PROJETO CULTURA VIVA DF	400.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3696 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA CULTURAL	2.565.000,00	2.315.000,00	310.114,85	180.139,85	150.840,85	7	6
3706 - FORTALECIMENTO DA PROGRAMAÇÃO E GESTÃO DOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS E PRÓPRIOS	1.900.000,00	400.000,00	2.308.309,21	2.308.309,21	2.305.615,79	121	121

PROJETO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
3710 - IMPLEMENTAÇÃO DO PARQUE AUDIOVISUAL	120.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3718 - IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA CULTURAL	530.000,00	450.000,00	1.100.668,61	339.691,56	339.691,56	64	64
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	1.977.708,00	9.533.155,00	20.164.089,56	20.163.770,56	20.086.894,44	1.020	1.016
4091 - APOIO A PROJETOS	61.108.600,00	62.475.154,00	60.697.141,00	53.978.348,48	51.887.782,48	88	85
4196 - APOIO A PROGRAMAS CULTURAIS PELA CLDF	567.000,00	374.000,00	274.000,00	270.499,89	261.499,89	48	46
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	3.587.068,00	2.351.128,00	3.051.128,00	1.976.110,60	1.130.253,70	55	32
5928 - IMPLANTAÇÃO DE BIBLIOTECAS	1.140.449,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
5968 - CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO CULTURAL	1.365.096,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
9112 - APOIO FINANCEIRO AO MEMORIAL JK	2.000.000,00	3.985.784,00	3.477.098,49	3.477.098,49	3.477.098,49	174	174
ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS ESTATAIS	11.1149.000,00	10.000,00	103.000,00	0,00	23.173,00	0	0!
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	137.089.853,00	107.724.208,00	146.011.955,34	132.773.045,89	126.258.282,34	90	85
TOTAL GERAL DO PROGRAMA 6219 (ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL E DE INVESTIMENTO)	148.238.853,00	107.734.208,00	146.114.955,34	132.773.045,89	126.281.455,34	90	85

Obs1: Valores executados por diversas Unidades Orçamentárias (ex:16.101 – SECULT, Administrações Regionais etc)

Programa 6219 - Capital Cultural (Valores em Reais)



OBJETIVO ESPECÍFICO:

001 – CULTURA PARA TODOS: Disseminar circuitos de arte e cultura, desenvolver políticas de distribuição e formação de apreciadores para arte, bem como de formação de agentes e produtores culturais e de comunicação para a cultura, garantindo o acesso dos cidadãos à fruição e à produção cultural, aos bens culturais, à memória e ao patrimônio cultural e histórico, bem como o acesso à formação e à pesquisa e o acesso interativo a conhecimentos e conteúdos.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO:

16.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL - SECULT

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6219	CAPITAL CULTURAL	1	1	Patrocinar 1.786 projetos culturais por meio dos Editais do Fundo de Apoio a Cultura; (SECULT)	1.786	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	287	287	2.360		132,1
6219	CAPITAL CULTURAL	1	2	Beneficiar 18 proponentes por meio do programa de bolsas do Fundo de Apoio a Cultura; (SECULT) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	18	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	18	X	X	X	X
6219	CAPITAL CULTURAL	1	3	Patrocinar 117 projetos culturais por meio do Fundo de Apoio a Cultura; (SECULT) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	117	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	48	X	X	X	X
6219	CAPITAL CULTURAL	1	4	Realizar estudo para composição de indicadores de gestão das contratações artísticas; (SECULT) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X
6219	CAPITAL CULTURAL	1	5	Desenvolver e implantar a plataforma de dados abertos e de gestão compartilhada com a sociedade civil, bem como de aplicativo de celular para rápido acesso da agenda cultural do DF em 2016; (SECULT) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	X	X	X	X
6219	CAPITAL CULTURAL	1	6	Articular rede de informações sobre eventos do Distrito Federal, tanto do Governo quanto da Sociedade Civil, para alimentação continuada da plataforma e aplicativo; [2016/2017]; (SECULT) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	X	X	X	X
6219	CAPITAL CULTURAL	1	7	Reduzir 50% dos custos de contratação de serviços para execução dos eventos; (SECULT) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	50	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	50	X	X	X	X
6219	CAPITAL CULTURAL	1	8	Expandir de forma inédita a programação do Aniversário de Brasília em diversas Regiões Administrativas; (SECULT) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	2	X	X	X	X
6219	CAPITAL CULTURAL	1	9	Realizar 60 eventos de maneira descentralizada nas 31 regiões administrativas (SECULT); (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	60	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	10	100	253		421,7
6219	CAPITAL CULTURAL	1	10	Beneficiar 06 cidades do DF com apresentação das mostras de filmes do Festival de Brasília de Cinema Brasileiro; (SECULT)	6	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	6	16	35		583,3

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6219	CAPITAL CULTURAL	1	11	Conceder 18 Bolsas de Estudos para formação artística. (SECULT)	18	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	18	18	57		316,7
6219	CAPITAL CULTURAL	1	12	Promover o acesso de 20.000 alunos de escolas públicas às atividades culturais realizadas pela Secretaria de Cultura do DF (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	20.000	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	3.060	46.882		234,4
6219	CAPITAL CULTURAL	1	13	Oferecer 50 oficinas de formação técnica ou profissional em arte e cultura (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	50	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	50	161		322,0
6219	CAPITAL CULTURAL	1	14	Promover a cultura do DF por meio da organização de delegações artísticas em 15 feiras e mercados nacionais e internacionais (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	15	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	24	32		213,3
6219	CAPITAL CULTURAL	1	15	Incentivar o intercâmbio cultural dos bens e serviços culturais do DF com a articulação de 10 bolsas internacionais e 10 bolsas nacionais de gestão, produção e criação artística (SECULT) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	20	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0	20		100,0
6219	CAPITAL CULTURAL	1	16	Apoiar 10 plataformas de promoção do DF para ampliação da participação de lideranças nacionais e internacionais em eventos no território (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	10	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	10	13		130,0
6219	CAPITAL CULTURAL	1	17	Fortalecer a exibição e circulação artística em 20 espaços culturais independentes nas RAs (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	20	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	20	40		200,0
6219	CAPITAL CULTURAL	1	18	Realizar 50 eventos de incentivo ao livro, leitura e literatura em bibliotecas públicas de maneira descentralizada nas RAs (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	50	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	50	108		216,0
6219	CAPITAL CULTURAL	1	19	Ampliar o acervo das bibliotecas públicas do DF em 5 mil exemplares (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	5.000	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	9.900	470.905		9418,1
6219	CAPITAL CULTURAL	1	20	Realizar os eventos do calendário oficial da SEC/DF – Reveillon, Carnaval, Aniversário de Brasília, Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, Natal (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	100	104		104,0
6219	CAPITAL CULTURAL	1	21	Apoio a 10 equipamentos culturais próprios da SEC/DF para fortalecimento da programação e gestão (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	10	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	10	30		300,0

Análise Qualitativa

1. Patrocinar 1.786 projetos culturais por meio dos Editais do Fundo de Apoio à Cultura (SECULT);

2016

Em 2016, foram financiados projetos artísticos e culturais através da contratação e pagamento de projetos contemplados em seleções realizadas por meio de editais lançados nos anos de 2014, 2015 e 2016. Os projetos apoiados em 2016 não se restringiram apenas às produções culturais, como também projetos direcionados à formação e qualificação artística e cultural, estímulo ao conhecimento dos bens e valores culturais, manutenção de grupos e espaços culturais, promoção, circulação e difusão da produção cultural do Distrito Federal. Dos projetos contratados e pagos em 2016, 284 foram contemplados no Edital nº 1/2015- FAC, que teve seu resultado final publicado em de fevereiro de 2016. Os projetos referentes ao edital nº 1/2015, apoiados em 2016, contemplaram

diversas regiões do Distrito Federal, atingindo um público de mais de 500 mil pessoas e gerando cerca de 5.200 empregos diretos. No ano de 2016, também foram contratados e pagos dois projetos de audiovisual contemplados na categoria de Produção de Longa Metragem de Ficção para exibição no circuito de salas de cinema, referente ao edital nº 7/2014-FAC. Além desses, também foi apoiado um projeto de Manutenção de Grupos Artísticos contemplado no Edital de Manutenção de Grupos e Espaços nº 12/2014.

2017

Em 2017, como resultado de estreito e profícuo diálogo estabelecido internamente na SEC ficou acordado o aumento do volume de recursos para a linha de patrimônio no edital do FAC Áreas Culturais. No edital nº 3/2017, lançado em 25 de agosto, o volume de recursos para área de patrimônio multiplicou. Criou-se uma sublinha específica e inédita para expografia e acervos museológicos. A SEC procurou difundir-lo da forma mais ampla possível às comunidades acadêmicas e instituições públicas e privadas relacionadas ao tema do patrimônio cultural. O edital foi difundido nas salas diretas e redes de informação do IPHAN/DF, do IBRAM/MINC, e de diversas instituições. No dia 18 de julho, o segmento do patrimônio, memória e museus foi objeto, pela primeira vez, de uma conversa pública no marco da rodada de "Diálogos Culturais" promovida pela secretaria para divulgar e tirar dúvidas sobre os editais. A conversa pública contou com expressiva participação de cerca de 30 pessoas. Como resultado dos esforços de divulgação, o número de projetos recebidos pela linha de patrimônio aumentou de 20 para 29, dos quais 17 foram aprovados.

2018

Foram divulgados pela Rádio Cultura FM e realizados pela SEC os seguintes projetos provenientes de editais do FAC dentre outros: Violas e Violeiros; Nas Cordas do Choro; Canta Nordeste; Então foi assim?; CULT 22; Gramofone. A Casa do Cantador recebeu grandes manifestações culturais em seu espaço, atraindo um público recorde oriundo de todas as regiões do DF, de todas as classes sociais e de todas as idades. A descentralização de editais do FAC foi um dos grandes motivos de a Casa do Cantador ter recebido tantos projetos até o final de 2018. O FAC Regionalizado e o FAC Ocupação trouxeram para este espaço projetos como "O Tributo a Luiz Gonzaga", com público aproximado de 500 pessoas; "Domingão Vespéral", com público aproximado de 300 pessoas; "Oficina de Luteria para músicos, professores e estudantes do DF", com público aproximado de 500 pessoas; "Cantoria na Casa", com público aproximado de 250 pessoas; "Rock CEI", com público aproximado de 500 pessoas; "Mamulengo de Repente", com público aproximado de 500 pessoas; "Tocando Cinema na Casa do Cantador", com público aproximado de 150 pessoas; "Cordel e Cantorias", com público aproximado de 500 pessoas; "Cordel e suas Cantorias", com público aproximado de 500 pessoas; "4º Encontro dos Campeões do Repente de Brasília", com público aproximado de 1.500 pessoas durante todo o evento. Os projetos trouxeram muita visibilidade ao espaço e atraiu um público significativo, conforme mencionado. Alguns projetos, frutos de convênios ou Termos de Fomento, também foram de grande valia para este espaço, destacando-se: o "2ª Festival Regional de Viola Caipira do Cerrado" e a "4ª Feira de Arte e Cultura da Ceilândia". Estima-se que os dois projetos tenham atraído mais de 10.000 pessoas. A Casa do Cantador também passou a ser palco da "Batalha do Cantador", encontros de MCs de várias regiões do DF, todas as quartas feiras. O projeto Arte Jovem que possui pelo menos 200 alunos de instrumentos de sopro e percussão, que recebem aulas às segundas, quartas e sábados, também tem feito a diferença para a comunidade da Ceilândia. Estima-se que a Casa do Cantador ao término do ano de 2018 tenha recebido um público superior 30.000 pessoas. No Ano de 2017, a Casa do Cantador foi oficializada como Pontão de Cultura, no entanto até a data da realização deste relatório não houve desbloqueio dos recursos do MINC destinados ao convênio da SEC-DF e MINC, o que poderia ter resultado em muitas outras ações efetivas. O agendamento das atividades foi prejudicado devido ao atraso no fim das obras do espaço. Muitas atividades precisaram ser reagendadas porque a obra ainda não estava pronta e também devido à necessidade de reparos posteriores como a aplicação de resina no piso da Praça Central que exigiu a suspensão das atividades durante 10 dias. A execução das atividades também foi prejudicada pela falta de móveis e materiais, como por exemplo, de iluminação e de som, além, da escassez de recursos humanos. No Centro Cultural Três Poderes, no mês de abril, teve início atividades do projeto Poderes da Arte, com a projeção mapeada "maquete em 4D", no espaço Lúcio Costa, oferecida pelo Projeto Escala Brasília, apoiado pelo FAC. Neste projeto ainda participaram bandas e DJs locais. Neste mesmo mês, foi realizado o projeto Brinquedo de Ler, espetáculo teatral para crianças, realizado com o apoio do FAC, que adentrou o mês de maio de 2018. Além desses projetos, houve ainda premiações honoríficas com recursos do FAC. O objetivo para a meta foi considerado realizado com êxito.

2. Beneficiar 18 proponentes por meio do programa de bolsas do Fundo de Apoio a Cultura; (SECULT). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Em 2016, foram apoiados 18 agentes culturais com concessão de bolsas de estudo para capacitação em instituições de ensino formal ou ações de intercâmbio voltadas à residência artística. Através desse programa atua-se de forma mais efetiva no campo do intercâmbio, capacitação e formação continuada buscando melhor estruturar o setor cultural do Distrito Federal.

3. Patrocinar 117 projetos culturais por meio do Fundo de Apoio a Cultura; (SECULT). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Além dos projetos selecionados e apoiados através dos editais lançados no decorrer do ano, o FAC apoio ações de intercâmbio através de programa permanente Promoção, Difusão e Intercâmbio Cultural. O Programa instituído desde 2011 apoia solicitações de passagens e diárias de agentes e grupos culturais do DF que pretendem participar de eventos, festivais, feiras, mercados, seminários, congressos ou rodadas de negócios, que interessem ao Sistema de Arte e Cultura do Distrito Federal, em âmbito nacional e internacional. Em setembro de 2016 o programa foi reestruturado e ampliado através da Resolução nº3/2016 do Conselho de Cultura do Distrito Federal que trouxe inovações como a nova linha de apoio “Circulação Nacional, Internacional ou Mista” que destina-se a pedidos de concessão de apoio financeiro para apresentações e exposições artísticas e culturais de circulação nacional, internacional ou mista de pessoas físicas ou jurídicas que atuem como agentes ou grupos artísticos e culturais no Distrito Federal. Em 2016, foram 45 projetos apoiados na linha de participação de eventos, 3 na nova linha de Circulação. Ao todo o programa beneficiou nas linhas de participação de eventos e circulação 356 agentes e entes culturais do Distrito Federal.

4. Realizar estudo para composição de indicadores de gestão das contratações artísticas (SECULT). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

A implementação da ação encontra-se em processo de discussão e planejamento visando à realização para o exercício 2018 em diante.

5. Desenvolver e implantar a plataforma de dados abertos e de gestão compartilhada com a sociedade civil, bem como de aplicativo de celular para rápido acesso da agenda cultural do DF em 2016 (SECULT). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Em relação à implantação da plataforma de dados, foi realizado em 2016 o lançamento do projeto “Mapa nas Nuvens”, nos dias 29 e 30/06, em parceria, com estruturas de sonorização; iluminação; mobiliário; banners; serviços gráficos; contratação de serviços temporários de RH; alimentação; produção; hospedagem com alimentação, além de serviços de treinamento aos participantes. O Mapa nas Nuvens o público atingiu 300 pessoas e o objetivo foi alcançado com êxito. O Mapa nas Nuvens (mapa.cultura.df.gov.br) é um espaço livre e colaborativo de identificação e mapeamento georreferenciado de pessoas, culturas, lugares, territórios e ações artísticas e culturais do Distrito Federal e RIDE. Servirá como bússola para a Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal na elaboração de diagnósticos e formulação de ações, programas e políticas culturais. Para os artistas e gestores culturais, ele servirá também como página de divulgação de seus projetos e espaços, por meio da criação de sua própria página com fotos, vídeos, áudio, logos, histórico de atuação. A partir da ferramenta é possível criar informações sobre agenda cultural do DF, acessar o registro completo dos produtores e espaços culturais de uma região, assim como contatar produtores culturais da cidade. Em paralelo, foi também criada a plataforma Cultura nas Nuvens (agenda.cultura.df.gov.br), agenda atualizada dos projetos que estão acontecendo no território do DF e sincronizada com as informações inseridas na base de dados do Mapa nas Nuvens.

6. Articular rede de informações sobre eventos do Distrito Federal, tanto do Governo quanto da Sociedade Civil, para alimentação continuada da plataforma e aplicativo; [2016/2017] (SECULT). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

O lançamento Mapa nas Nuvens tem crédito da Agência Brasília com suas matérias publicadas seguinte forma: “Plataforma colaborativa mapeará eventos culturais do DF”. “Agenda cultural do DF é construída com participação de entidades civis”; “Mapa nas Nuvens tem artistas, produtores e empresários inscritos; “Projeto vai mapear as atividades culturais no Distrito Federal”.

7. Reduzir 50% dos custos de contratação de serviços para execução dos eventos (SECULT). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Em 2016, não foi possível reduzir custos concernentes à contratação de serviços, tanto os prestados para atender às estruturas dos eventos quanto em relação às contratações artísticas, tendo em vista uma demanda maior de eventos em relação ao exercício 2015, o que levou a um gasto superior ao previsto no valor de aproximadamente, R\$ 7.841.162,00. Para o exercício 2017, planeja-se um custo inferior ao exercício 2015.

8. Expandir de forma inédita a programação do Aniversário de Brasília em diversas Regiões Administrativas (SECULT). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)

2016

Em 2016, a programação do aniversário de Brasília aconteceu na Região Administrativa de Brasília, na Torre de TV, de 21 a 23/04/2016, com estruturas, cachês e fornecimento de passagens aéreas aos artistas; no Memorial dos Povos Indígenas com a abertura da exposição “Abril Indígena”, no dia 19/04/2016, com público de 70.000 pessoas durante todo o evento; na Região Administrativa do Núcleo Bandeirante, no Museu Vivo da Memória Candanga, com Mostra de Cinema Feminino de Brasília, de 20 a 22 de abril de 2016, com público de 100 pessoas.

9. Realizar 60 eventos de maneira descentralizada nas 31 regiões administrativas (SECULT). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Em 2016, foram realizados 10 eventos provenientes de termos de fomento nas regiões administrativas de alta vulnerabilidade:

1. III Be There – homenagem a Michael Jackson, com 4 apresentações gratuitas nas regiões administrativas do Gama e da Ceilândia; pocket show como contrapartida social na AC Namastê, no Núcleo Bandeirante;
2. Caravana Cultural Quilombos da Liberdade, nas escolas públicas de Samambaia e do Riacho Fundo I e II. Abordou as manifestações culturais como metodologia de ensino e potencialização da criação intelectual de crianças/jovens com oficinas; palestras; rodas de conversa; fóruns culturais;
3. Avivar Hip Hop – 9ª edição, reuniu representantes da cultura urbana, do segmento hip hop gospel em Santa Maria. A atividade foi para jovens em situação de vulnerabilidade social;
4. Ação Social Jovens com Atitude – na Ceilândia contemplando os segmentos da cultura urbana, e Hip Hop;
5. Elemento 5 – na Ceilândia por meio da reunião de artistas de várias partes do país para troca de saberes e oficinas dos elementos Hip Hop e basquete de rua. Envolveu poesia, música e dança popular e urbana num sarau para valorizar os artistas locais no intercâmbio com artistas de todo o Brasil;
6. Hip Hop contra a Fome – apresentações, encontro automotivo e uma edição do lazer das antigas com coleta de 1 Kg de alimento como ingresso;
7. Rock Ecologia – apresentação de 20 bandas e coletivos de rock em São Sebastião, Samambaia e Ceilândia. Houve shows e atividades, oficinas, plantio de árvores nativas do cerrado entre outras;
8. 8ª Parada LGBT da Ceilândia, tendo por tema “Por um Brasil que criminalize a violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – LGBT”; aconteceu em 21/08 na Ceilândia;
9. 8ª Parada LGBT no Gama, o tema abordou a importância da regulamentação de lei que criminalize a LGBT fobia no âmbito do DF: Minha vida, minha luta, Lei 2.615 já; aconteceu no dia 14/08 no estádio Bezerrão;

10. Educarte; Roda de Cultura e Cidadania, visando promover acesso às fontes de cultura a 120 crianças de 6 a 12 anos, de famílias em situação de vulnerabilidade social da região adm. de São Sebastião. Teve oficinas de artesanato, desenho e pintura, literatura e contação de histórias, roda de músicas e brincadeiras tradicionais; dança e expressão corporal, como forma de integração sociocultural entre os participantes, as famílias e a comunidade. O projeto durou 7 meses. O objetivo da meta foi parcialmente alcançado, porém com êxito nas realizações.

2017

Realizaram-se 90 eventos: aniversário das regiões administrativas; Brasília Junina; Encontro de Cultura Urbana; Dia Nacional da Visibilidade; Circuito de Atividades Circenses; Encontro de Capoeira; Festa Cigana no Mês da Diversidade; Festa da Goiaba; 6º Festival Japão Brasília; Cruzada Cultural Gospel da Paz; 22ª Festa do Morango; Mês da Diversidade Cultural e Luta contra a AIDS; CEU das Artes; Ações Educativas: Escola vai ao Cinema; Circuito dos Museus e Concertos Didáticos da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro; 60 Anos dos Remanescentes do HJKO; Virada do Cerrado; 11ª Primavera dos Museus; De Olho no Futuro; Sexta do Repente; Sabadão do Forró; Viola e Violeiros; Cantatas de Páscoa; Arraiá do Cruzeiro; Cruzada Cultural Gospel da Paz; Via Sacra dos Surdos; Via Sacra ao Vivo; Arranjo Produtivo Local; Oficinas p/ Ampliação da Rede de Pontos de Cultura; Brasília Cênica; Artes nas Cidades; Gira Cultura; Paradas LGBT: Gama, Ceilândia e Guará; 13ª Ação Lésbica DF e Entorno; 37ª Noite Cultural T-Bone; Clube do Choro Convida; Jornada Inclusiva LGBT; Hip Hop Contra a Fome; Programação do Centro de Dança; Carnavalesca; Mostra Zezito de Circo; Sarau da Ponta da Asa; Bacural da Artes; 32º Ferrock; Quarta Dimensão; Revista Traços e Encontros; São Bатуque; Ducina Doce Sina; Periferia 360º; I'll Be There; Tenho mais discos que amigos; 12º Festival Taguatinga de Cinema; Rock do Quadrado; Um Som com a Comunidade; Aviva Hip Hop; Campeonato Stylos; Arte Luta Brasil de Capoeira; Gruvipi Circuito de Samba; Feira Cultural da Ceilândia; 16º Encontro de Folia de Reis; Mossoró Dayó; Encontro de Violeiros Caipiras de Brasília/Viola Caipira do Cerrado; A feira tem cultura nordestina; Festival de Música Gospel; Desfile da Beleza Negra; Quinta Cultural. Alcançou-se o objetivo da meta.

2018

A Secretaria de Estado de Cultura realizou/apoiou 143 atividades/eventos/projetos culturais como forma de difusão e promoção culturais, incluindo no contexto eventos provenientes de emendas parlamentares destinadas ao órgão na Lei Orçamentária Anual, termos de fomento, bem como descentralizações de crédito orçamentário/financeiro cedidas, dentre alguns: 13º Festival de Cinema de Taguatinga, com público aproximado de 8.000 pessoas; Ferrock Calendário Cultural 2018, com público aproximado de 3.000 pessoas; Festival T-Bone, público de 10.000 pessoas; Festival hip hop Up Crew, público aproximado de 40.000 pessoas; Escola de Formação Hip Hop; 5º Sarau Prosa Latina; manutenção do espaço Moinho de Vento; Paixão do Cristo Negro – 20ª Edição, público aproximado de 1.200 pessoas; 10º Lobo Fest, com público aproximado de 10.000 pessoas; Educarte Roda de Cultura & Cidadania, beneficiando 120 crianças oriundas de famílias em situação de risco e vulnerabilidade social; Usina de Projetos Culturais; Parque Cultural Open Air, com público aproximado de 10.000 pessoas; Arte Onde eu Queria – Cinema, Música e Poesia, com público aproximado de 500 pessoas; Hip Hop Contra a Fome – Isso sim, é ser solidário, com público aproximado de 5.000 pessoas; XVII Lavagem do Acarajé da Yayá, com público aproximado de 200 pessoas; Balé da Cidade de Brasília, com público aproximado de 1.500 pessoas; O Maior São João do Cerrado, com público aproximado de 100.000 pessoas; Circuito de Festejos Juninos, com público aproximado de 8.000 pessoas; Aviva Hip Hop, com público aproximado de 5.000 pessoas; Smurphies – Eu sou das Antigas, com público aproximado de 20.000 pessoas; Gama em Ação, com público estimado de 600 pessoas; 45ª Via Sacra ao Vivo em Planaltina, com público aproximado de 180.000 pessoas; Quilombo da Liberdade, com público de 10.000 alunos; Via Sacra de Sobradinho II, com público aproximado de 7.500 pessoas, Aniversário de Sobradinho I, com público aproximado de 1.000 pessoas, Lançamento do Mapeamento de Terreiros do DF e RIDE, com público aproximado de 300 pessoas; LGBTFOBIA, com público aproximado de 5.000 pessoas; Caravana de Histórias, com público aproximado de 3.000 alunos; Folia do Divino Espírito Santo, com público aproximado de 1.000 pessoas; Vamos Comemorar Ceilândia, com público aproximado de 10.000 pessoas; Na Palma da Mão, com público aproximado de 140 pessoas; Cultura e Cidadania, com público aproximado de 2.000 pessoas; 6º Concurso Brasileiro de Quadrilhas.

Juninas, com público aproximado de 10.000 pessoas; Complexo de Literatura, Arte e Cultura de São Sebastião; Feicotur – Feira da Indústria, Comércio e Turismo, com público aproximado de 60.000 pessoas; 16ª Festa Comunitária da Feira da Guariroba, com público aproximado de 9.000 pessoas; 13ª Parada do Orgulho LGBTs de Taguatinga, com público aproximado de 3.000 pessoas; Feira Cultural da Ceilândia, com público aproximado de 1.200 pessoas; Festival Regional de Repentistas e Sabadão do Forró, com público aproximado de 10.000 pessoas, entre outros. Considera-se cumprido com êxito o objetivo proposto para a meta.

10. Beneficiar 06 cidades do DF com apresentação das mostras de filmes do Festival de Brasília de Cinema Brasileiro (SECULT);

2016

Em 2016, foi levada a diversos tipos de públicos, 13 mostras do Festival Internacional de Brasília do Cinema Brasileiro, inclusive nas embaixadas e em algumas regiões administrativas do DF. Mostras Cinematográficas entre elas: Mostra da Alemanha, Festival de Cinema Europeu, Cine Esloveno, Festival de Cinema de Escolas Públicas do DF, Festival Internacional de Cinema - BIFF, com o quantitativo de público de 25.051 pessoas no total. A programação das Mostras Temáticas foi realizada em parceria com embaixadas, órgãos públicos e associações, investimento através de bens e serviços; a programação comercial, as mostras temáticas e os festivais aconteceram em conformidade com o planejado pelo curador do espaço, com público de 51.797 pessoas.

2017

O Festival de Brasília do Cinema Brasileiro foi realizado ao longo de dez dias e as exibições das mostras programadas aconteceram em quase todo o Distrito Federal, sendo: Cine Brasília, Museu da República, Taguatinga, Sobradinho, Gama, Riacho Fundo I, entre outras localidades. Ao longo desse período, o público pode assistir aos filmes das mostras competitivas e das mostras paralelas, além de comparecer aos debates, painéis, conversas, encontros, master class e lançamentos de livros, realizados em vários locais da cidade, alcançando-se o objetivo proposto para a meta

2018

A 51ª edição do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro foi realizada durante 10 dias entre mostras cinematográficas, cinema voador, atividades formativas, debates e programação de conversas e negócios para o audiovisual, do ambiente de mercado em 13 cidades do Distrito Federal. Durante todo o evento, somou-se um público de 46.358 pessoas. O objetivo superou com êxito a expectativa prevista na meta.

11. Conceder 18 Bolsas de Estudos para formação artística (SECULT);

2016

Em 2016, houve o apoio proporcionado através de bolsas de estudo visando à formação artística a 18 agentes culturais para a capacitação em instituições de ensino formal e/ou ações de intercâmbio voltadas à residência artística. Através desse Programa atua-se de forma mais efetiva no campo do intercâmbio, capacitação e formação continuada buscando melhor estruturar o setor cultural no Distrito Federal.

2018

Em cumprimento à meta, o Centro de Dança do DF promoveu formação artística voltada a diversas áreas. O trabalho começou com a realização de aulas dentro da programação do Centro de Dança com a residência artística Corpo Presente; a oficina de gestão e o compartilhamento de conhecimentos em série de mentorias; espaço de criação e pesquisa, desenvolvendo processo investigativo em dança. A convocatória de aulas continuadas com 33 inscritos permitiu a escolha de sete variadas propostas de professores do Distrito Federal para oferta de aulas de dança e práticas corporais regulares, a partir de maio. As aulas continuadas, com 33 inscritos, permitiu a escolha de sete variadas propostas de professores do Distrito Federal para oferta de aulas de dança e práticas corporais regulares, de maio a dezembro de 2018. Nessas turmas, 21 pessoas dentre 155 candidatos inscritos adquiriam bolsas de 50% ou 100%. Houve, ainda, a demanda espontânea, convocatória permanente para acolhimento de pedidos diversos da classe da dança, tais como ensaios, oficinas, residências, intercâmbios, lançamentos de livros, mostras e festivais. Entre abril e dezembro, 116 atividades foram realizadas através deste mecanismo, totalizando mais de 6.800 horas de ações propostas e realizadas pela sociedade civil. O objetivo alcançado superou o proposto com êxito.

12. Promover o acesso de 20.000 alunos de escolas públicas às atividades culturais realizadas pela Secretaria de Cultura do DF (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

A secretaria expandiu atividades nas escolas públicas do DF levando a cultura aos alunos em várias modalidades: projeto Duas Asas: oficinas de canto, teatro, percussão e outras; conv. nº 822552/15 - MINC, de maio a setembro, e atendimento a 3.000 alunos; Brasília de todas as Culturas, conv. nº 786497/13, entre a SEC/MINC para realização de ações que difundem ritmos musicais: samba, blues e cultura popular, a arte urbana do grafite e do Hip Hop, e atividades de teatro em escolas da rede pública do DF, proveniente de emenda parlamentar, e público estudantil de 5.000 alunos; Caravana das Histórias: realização de espetáculos de contação de histórias, para escolas e creches públicas do DF, proveniente de emenda parlamentar, de 18/09 a 31/10, com público

de 2.500 alunos; projeto 10 Anos de Samba, de outubro a dezembro; na ARUC e nas escolas públicas do DF, apoio com estruturas e contratação artística, e público de 500 alunos aproximadamente; projeto Educarte - Roda de Cultura e Cidadania; realização de oficinas em São Sebastião, de 24/07/17 a 24/03/18, com público de 300 pessoas por dia; Oficina das Artes, através de emenda parlamentar; realização de oficinas de música e apresentações de orquestras em São Sebastião, de 09/12/17 a 05/03/18, dentre outros, com público, em dezembro, de 300 alunos; Música na Escola, entre a SEC e a Organização da Sociedade Civil Clube do Choro de Brasília, de 01/08 a 31/10, visando mostrar às crianças a importância da cultura musical, com realização de 20 encontros de visitação de alunos das escolas do DF ao Clube do Choro, para atividades de teatro, manuseio de instrumentos musicais e participação em oficinas instrumentais, proveniente de emenda parlamentar, atingindo um público 2.400 estudantes; Eixo Imaginário, com realização de atividades culturais, sendo 14 espetáculos, 12 ações de formações, 7 ruas de lazer, 1 colônia de férias, 8 vivências para estudantes da rede pública de ensino, proveniente de emenda parlamentar, de 1º/11/17 a 31/08/18, com público aproximado de 2.500 pessoas por dia de evento; 6ª edição do projeto Quilombos da Liberdade - Identidade, proveniente de emenda parlamentar, nas escolas públicas, público aprox. 2.000 alunos; A Quebrada em Cena - audiovisual, proveniente de emenda parlamentar, realizada de 28/11 a 20/12, nas escolas públicas de Santa Maria, com público aproximado de 80 alunos; A Roda de Samba vai à Escola, proveniente de emenda parlamentar, de 14/12/17 a 30/03/18, em São Sebastião, com público aproximado de 3.000 alunos. No geral, promoveu-se o acesso ao público estudantil nos eventos culturais durante 2017 num total de aproximadamente 30.060 alunos de creches e escolas públicas do DF, alcançando-se assim, o objetivo pretendido para a meta

2018

O acesso de estudantes às atividades culturais realizadas/apoiadas pela secretaria se deu em virtude de variados eventos, tais como: Festival de Cinema de Brasília que promoveu oficinas relacionadas à área, além da apresentação de filmes diversos com o cinema voador e outros; Quilombo da Liberdade nas escolas públicas de várias regiões administrativas do DF; Caravana de Histórias em creches e escolas públicas do DF; A Roda de Samba vai à Escola; Plano Nota 10; atividades no Museu do Catetinho que contaram com a apresentação da peça de teatro de bonecos "Dona Passinha conta Brasília", para alunos da rede de ensino público; projeto Turismo Cívico com visitação de estudantes ao Centro Cultural 3 Poderes; oficina de film commission com a participação de alunos da rede pública; projeto Arte Jovem para estudantes que apreciam aprendizado de instrumentos musicais. Ao todo, no decorrer do exercício, foram atendidos de forma global 16.822 alunos, superando com êxito o objetivo proposto na meta.

13. Oferecer 50 oficinas de formação técnica ou profissional em arte e cultura (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

Promoveram-se oficinas para formação técnica/profissional nas áreas de TI; canto; teatro; instrumentos musicais; dança; música e outros, em diversas áreas beneficiando jovens e adultos dentro da programação cultural desta secretaria: Caravana Cultural, de 20/12/17 a 30/05/18, consistindo na promoção à cultura e capacitação profissional em diversas áreas de tecnologia digital para jovens e adultos de 9 regiões administrativas do DF, proveniente de emendas parlamentares, com público aproximado até o final de 2017 de 2.070 pessoas; projeto Duas Asas: oficinas de canto, teatro, percussão e outras em várias regiões administrativas do DF; projeto Educarte - Roda de Cultura e Cidadania; oficinas em São Sebastião; Oficina das Artes: oficinas de música; Música na Escola: oficinas de teatro, música, instrumentos musicais; Arte na Praça: oficinas de diversas modalidades; Oficinas de artesanato no Museu Vivo da Memória Candanga; projeto Capacita Recanto: realização de cursos de capacitação e qualificação de jovens e inclusão social; de 01 a 10/09, por meio de descentralização de crédito orçamentário/financeiro para o Recanto das Emas, através da Portaria Conjunta nº 30, de 27/06/17, DODF nº 127, de 05/07/17, proveniente de emenda parlamentar, com público aproximado de 2.500 pessoas; Elemento 5: realização de oficinas, apresentações culturais, sarau e outros, de novembro a dezembro, proveniente de emenda parlamentar; - Instituto Acesso - Integração Cultural entre Gerações: oficinas diversas, dança do ventre, forró; balé, hip hop, violão popular, proveniente de emenda parlamentar, de 11/09/2017 a 11/04/2018, com público aproximado de 4.200 pessoas; realização do Seminário de Equidade de Gênero nas Profissões da Cultura – II Semina: oficinas de palhaçaria, discotecagem, rima e apresentações musicais, no período de 13 a 17/03, com contratações artísticas por meio de convite, na Casa Abrigo e no CCBB, e de 08 a 18/05, com estruturas; houve alcance do objetivo.

2018

Para ofertar conhecimento técnico, potencializar, articular, mobilizar e ampliar ações de projetos culturais, a Secretaria de Estado de Cultura desenvolveu oficinas em espaços culturais com atuação nas áreas de formação musical (percussão e vestuário-corte e costura modelagem, serigrafia) além de outras. Foram 02 oficinas de corte e costura; 01 de modelagem; 01 de serigrafia; 03 oficinas de percussão; 01 de teoria e prática; 01 de Prática de conjunto que aconteceram em setores distintos da cidade; foram realizadas Aulas Espetáculo, exposições e apresentação de pesquisa, de forma articulada, em espaços referenciais da cidade como samba da comunidade e nos próprios espaços para sediar ações culturais diversas. Além disso, o desafio de identificar empreendimentos atuantes no carnaval superou a sua meta inicial; da previsão de 40 empreendimentos para mapeamento, o projeto alcançou 88. Os 13 arranjos musicais voltados para os estilos samba e frevo, de músicas inéditas ou não inéditas, mobilizou e articulou artistas em torno do tema do carnaval com uma rica variedade de estilos musicais, como: o pop rock, MPB, RAP, além do samba e do frevo. Houve ainda a Usina de Projetos Culturais que consistiu na realização de oficinas de capacitação de sete blocos de regiões administrativas para prover os artistas, produtores culturais e micro e pequenos empreendedores do campo criativo de informações e ferramentas para acesso às fontes de financiamento público e aos produtos e serviços financeiros disponibilizados por órgãos públicos e por instituições do terceiro setor. Considera-se que o objetivo foi alcançado dentro do previsto na meta com êxito.

14. Promover a cultura do DF por meio da organização de delegações artísticas em 15 feiras e mercados nacionais e internacionais (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

A cultura está presente nas suas variadas formas e se expande cada vez mais em feiras culturais e afins. Em 2017 houve projetos desenvolvidos para essa modalidade: - Arte na Praça, com a realização de uma feira de artesanato com praça de alimentação; feira de produtos orgânicos, espaços para as palestras, oficinas e apresentações artísticas com diversas linguagens totalizando 24 encontros, proveniente de emenda parlamentar, com período de realização entre 1º de julho de 2017 a 15 de março de 2018, com público aproximado estimando em 32.000 durante todo o evento.

2018

Para promoção da cultura artística em feiras e mercados nacionais e internacionais, foram realizadas, por meio de termos de convênio celebrados com órgãos do governo federal e outros, os seguintes projetos: Feicotur - Feira da Indústria, do Comércio e Turismo; Circuito de Feiras do Livro; feiras de negócios criativos; Ambiente de Mercado; Rodadas de Negócio; feiras de negócio; 4ª Feira de Arte e Cultura da Ceilândia; Arte na Praça com feiras culturais diversas, alcançando o objetivo na meta para o exercício com êxito.

15. Incentivar o intercâmbio cultural dos bens e serviços culturais do DF com a articulação de 10 bolsas internacionais e 10 bolsas nacionais de gestão, produção e criação artística (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

Não houve realização.

2018

No exercício foram contemplados 20 agentes culturais participantes de intercâmbios nacionais e internacionais, sendo 10 de cada, alcançando o objetivo proposto na meta com êxito.

16. Apoiar 10 plataformas de promoção do DF para ampliação da participação de lideranças nacionais e internacionais em eventos no território (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

Jornada Internacional: Gestão do Patrimônio Urbano Moderno em parceria com a Superintendência do IPHAN no DF. O evento ocorreu no Cine Brasília nos dias 21 e 22 de agosto e teve por objetivo aprofundar as discussões sobre os desafios da gestão do patrimônio cultural moderno com convidados internacionais que apresentaram suas experiências relativas aos instrumentos e mecanismos dessa gestão nas cidades de Le Havre (França) e Telavive (Israel), e debate entre o IPHAN-DF, a SEC e outros órgãos do GDF sobre o encaminhamento das questões locais; - Mostra de Cultura dos Povos Indígenas: de 17 a 23 de abril realizaram-se diversas contações de história e rodas de conversa, além de exposição de artesanato de vários povos indígenas brasileiros. As atividades foram realizadas em parceria com a Funai no contexto das comemorações do Dia do Índio e do "Abril Indígena 2017". Os eventos contaram com a participação de cerca de 5.500 pessoas; - Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato: no dia 15 de maio o Museu dos Povos Indígenas recebeu a oficina internacional para o Intercâmbio de Informações e experiência de proteção em saúde dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato, organizada pela Funai. A oficina propiciou o intercâmbio com ênfase na vigilância em saúde indígena e de populações que vivem no entorno destes povos e na atenção à saúde em processos de contato. O evento contou com a participação de cerca de 650 pessoas; - VI Encontro Internacional da Nación Pachamama: de 16 a 18 de junho o MPI recebeu o evento de diálogo internacional promovido pela ONG Pachamama, com espetáculos artísticos e debates sobre temas ligados às culturas originárias e à proteção do meio ambiente. Entre os participantes destacam-se o músico uruguaio Antônio Cárceres; o artista plástico Bené Fonteles, coordenador do movimento Artistas pela Natureza, o presidente e líder espiritual da Nación Q'eros (Peru), Francisco Quespi; Kamuu Dan Wapichana, membro do Conselho Nacional de Política Indigenista; a representante latino-americana do Comitê Central do Tibete Network, professora Sandra Erikson do Rio Grande do Norte; o coordenador da Missão Q'eros 2017, da ONG Pachamama, o argentino Rama Flores, e o escritor e idealizador dos movimentos "Mística andina" e "Nación Pachamama", Lucidor Flores. O evento teve a participação de 1.500 pessoas; - lançamento de edital de premiação Plataforma - conexão Cultura DF; foi firmado acordo de cooperação técnica internacional: Fortalecimento e Modernização das Políticas Públicas de Cultura no DF – UNESCO. Houve alcance do objetivo proposto na meta.

2018

Dentre as ferramentas elencadas como prioritárias, a secretaria consolidou o portal do sistema de museus e a implantação de um sistema de gerenciamento de acervos digitais por meio da plataforma Tainacan, que vem sendo patrocinada pelo Instituto Brasileiro de Museus. A ação é resultado do trabalho desenvolvido por consultoria contratada no marco do acordo PRODOC com a UNESCO, que tem como meta mapear os acervos do Memorial dos Povos Indígenas, Museu Nacional e Museu de Arte de Brasília, tratar sua documentação; propor estratégias para a construção de um repositório digital e propor uma arquitetura para o sítio eletrônico do sistema de museus do DF. O uso da ferramenta Tainacan apoia a qualificação dos processos de gerenciamento de acervo e promove o acesso aos conteúdos que integram os acervos museais e documentais que o órgão acumulou ao longo dos anos. O Decreto da Política de Estímulo a Filmagens no DF, que cria a Brasília Film Commission. Com uma estrutura nuclear de servidores e em parceria com a Secretaria de Segurança Pública e o CIOB - Centro Integrado de Operações de Brasília visa centralizar e dinamizar os pedidos de filmagens mais equipamentos e logradouros públicos, estabelecendo prazos e fluxos simplificados. A partir da plataforma on line, a secretaria terá um cadastro único para os pedidos de filmagem, que terão atendimento em até 5 (cinco) dias, e acompanhamento pela equipe da Brasília Film Commission em caso de filmagens mais complexas. A portaria de regulamentação foi editada dentro do prazo de implantação previsto pelo Decreto. O 51º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro e o 2º Ambiente de Mercado tiveram papel indutor importante nesse processo, não apenas através do Seminário Internacional de Film Commission, mas também com a oficina que contou com a participação, dentre outros alunos, de 12 servidores de diversas áreas da gestão pública do DF, de maneira a sensibilizar múltiplas áreas do governo sobre a conveniência e oportunidade estratégica da implantação da Brasília Film Commission. Considera-se o objetivo alcançado com êxito.

17. Fortalecer a exibição e circulação artística em 20 espaços culturais independentes nas RAs (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

Foram oferecidos 25 cursos de artesanato nas áreas de tecelagem, cerâmica, papel artesanal, costura, meio ambiente, gravura, audiovisual e madeira, atingindo cerca de 250 alunos, no Museu Vivo da Memória Candanga, além de outros, e visitas diversas. No Museu do Catetinho, dentre as atividades de educação patrimonial, ocorreu no dia 25 de abril os espetáculos "Quilombos da Liberdade" e "Da Discórdia ao Quadrilátero que descobriu o Brasil". O evento contou com a participação de 90 alunos do ensino fundamental da rede pública. No Memorial dos Povos Indígenas também aconteceram atividades para o público em 2017, dentre elas: - Twin Labs: no dia 17 de março o MPI participou do evento inserido no projeto "Pontos de Encontro & Criação Performática", reunindo artistas do Brasil e da Dinamarca. Após um breve período de vivência no espaço os artistas realizaram performances feitas especialmente para o Memorial dos Povos Indígenas. O foco artístico destas atividades foi a interação com a arquitetura de Oscar Niemeyer e com a arte indígena, de maneira a criar uma experiência de diálogo cultural de vanguarda. O evento

contou com a participação de cerca de 400 pessoas; - Mostra de Cultura dos Povos Indígenas: de 17 a 23 de abril realizaram-se diversas contações de história e rodas de conversa, além de exposição de artesanato de vários povos indígenas brasileiros. As atividades foram realizadas em parceria com a Funai no contexto das comemorações do Dia do Índio e do "Abril Indígena 2017". Os eventos contaram com a participação de cerca de 5.500 pessoas.

2018

Em 2018, foram realizadas várias atividades culturais nos espaços da SEC, a saber: Museu Vivo da Memória Candanga - visitação diária de fotógrafos, totalizando 4204 pessoas; curso de audiovisual, de 22 a 27/01/18; reunião do Concretamente Brasília, de 20 a 27/02/18; 06 a 27/03/18; e 05 a 24/05/18, com grupo de artesãos; filmagem da empresa Pupila Audiovisual, de 27/02 a 16/03/2018, com alunos da UNB; curso de torno e modelagem, de 27/02 a 30/06/2018; curso básico de torno, de 03/03 a 30/06/18; curso de papel artesanal e cartonagem, de 09/04 a 02/06/18; exposição "Restauro de Mobiliário Moderno", de 19/04 a 04/05/18, que contou com o apoio do IPHAN; exposição de gravura "O Almoço da Artista", de 06/05 a 16/07/18; exposição Circus de Carlos Pamparana, no Foyer da sala Vila Lobos, de 14 a 31/05/18; A semana da Gravura no MVMC, de 15 a 18/05/18; Encontro de Gravuristas, em 19/05/18, com roda de conversa e varal de gravuras; Aventura Modernista Brasileira, exposição realizada de 13/06 a 01/07/18, com desenhos e bordados; Feira do Quadrado, realizada no dia 14/07/18, com exposição de artistas, música, debates e shows, contando com a presença de 3.000 pessoas; exposição Brasília – Cerrado, de 28/07 a 16/09/18, com exposição de gravuras do cerrado e do DF; Oficina das Bonecas, realizada no dia 28/07/18; curso arte na argila e na cerâmica, realizado de 03/09 a 31/12/2018; ensinando técnicas de modelagem manual; curso Reconhecendo meu Território, de 03/09 a 11/12/18, com o objetivo de descobrir possibilidades sobre audiovisual, locais, eventos e festividades da cultura local; curso de Torno Elétrico, de 06/09 a 31/12/18, com decoração, queimas e esmaltação em baixa temperatura; Oficina de Colagravura, de 26 a 27/10/18; atividades do Museu do Catetinho - apresentação da peça de teatro de bonecos "Dona Passinha Conta Brasília" para estudantes da rede de ensino público, de 05 a 20 de abril, evento que contou com a participação de 540 alunos. O Museu do Catetinho recebeu aproximadamente 30.000 visitantes em 2018. Entre as atividades do Memorial dos Povos Indígenas houve a parceria MROSC: o projeto "Preservação e Dinamização do Memorial dos Povos Indígenas" vem sendo realizado por meio de parceria entre a Secretaria de Cultura e o CTI – Centro de Trabalho Indigenista, e tem como objetivo geral reafirmar a missão do memorial buscando realçar o protagonismo dos povos indígenas no exercício de seus direitos e nos processos de conformação dos tecidos socioculturais no Brasil. Dinamizar o memorial significa mantê-lo em ativo movimento para valorização das identidades dos diversos povos indígenas no Brasil. No âmbito deste projeto o CTI visa consolidar o memorial como um espaço de referência na promoção, no reconhecimento e na valorização das identidades dos diversos povos indígenas no Brasil. Por meio da realização de 3 eventos que envolvem arte e educação, o projeto evidencia narrativas e expressões das culturas materiais e imateriais indígenas, ressaltando a importância da interculturalidade na compreensão da sociedade brasileira, destacando o combate a premissas coloniais, preconceituosas, opressoras, assistencialistas ou assimilacionistas nas relações com os povos indígenas no Brasil. O Termo de Colaboração foi firmado em dezembro de 2017 e a primeira parcela dos recursos orçamentários provenientes da fonte direta (Secretaria de Cultura do Distrito Federal) foi repassada para a conta do projeto em 19 de janeiro de 2018, quando teve início as primeiras atividades por meio da contratação de membros da equipe. A parceria prevê diversas ações no marco de sete subprojetos diferentes: reorganização do acervo e da reserva técnica; exposições de longa e curta duração; educação patrimonial; articulação e trocas culturais dos povos indígenas; promoção e cultura digital; pesquisa e memória institucional e adequações do espaço físico do MPI; exposição "Índios: Os Primeiros Brasileiros", em exibição desde setembro de 2018, a exposição propõe um passeio pela história do Brasil assinalando as diferentes formas pelas quais os indígenas foram vistos e incorporados ao processo de construção nacional. Para isso, a exposição focaliza em especial a região Nordeste e integra quatro espaços distintos – o primeiro encontro, o mundo colonial (a história que se pode ler nos livros e documentos), o mundo indígena e o Brasil contemporâneo (com suas lutas e desafios). O objetivo é estimular um processo de reavaliação efetiva oferecendo ao público imagens e informações de natureza histórica e cultural, apresentando as culturas indígenas como algo vivo e dinâmico, sobretudo propiciando uma identificação positiva com tais coletividades. A exposição favoreceu o despertar de novas questões e possibilitou tornar-se uma estrada aberta ao fim da qual cada um poderá reexaminar seus próprios conceitos e opiniões, distanciando-se dos estigmas e preconceitos com os quais opera tanto o senso comum quanto as representações eruditas. Para tanto são oferecidas ao público imagens, materiais e informações de natureza histórica e etnográfica, causando emoções e sínteses, propiciando uma identificação positiva com aquelas coletividades e um melhor entendimento de suas práticas, valores e utopias atuais. A exposição Índios: "Os Primeiros Brasileiros" teve sete exibições: em Recife, 2006 e 2007; Fortaleza, 2008; Rio de Janeiro, 2010; Córdoba-Argentina, 2013; Natal, 2014; Salvador, 2016- 2017, com um público total estimado em mais de 230.000 visitantes. Vale destacar ainda entre as realizações da secretaria o projeto Turismo Cívico, das Secretarias de Turismo, Cultura e Educação que já traz, há dois anos, alunos de escolas públicas para visitação ao Centro Cultural, tendo este ano, trazido 2.082 estudantes dentro do projeto. Sistema de Museus do DF - A estratégia de reestruturação do Sistema de Museus do DF prevê a consolidação de um portal eletrônico que integre a gestão e a disponibilização de ferramentas que apoiem a qualificação dos museus públicos e privados que existem no Distrito Federal. Apesar de ambiciosa, esta estratégia foi concebida para ser implantada em etapas, garantindo entregas dentro do período da atual gestão e subsídios para sua consolidação no médio e longo prazo. O uso da ferramenta Tainacan apoiou na qualificação dos processos de gerenciamento de acervo e promoveu o acesso aos conteúdos que integram os acervos museais e documentais que o órgão acumulou ao longo dos anos. O Museu Nacional da República recebeu as

Jornadas do Patrimônio Cultural, evento realizado pela Secretaria de Cultura em parceria com Secretaria de Educação, com o objetivo de debater ações de preservação e valorização dos bens culturais do DF como meios de fortalecer a identidade e a cidadania de diversos segmentos da cidade. Nos três dias do evento, que integrou as comemorações pelo Dia do Patrimônio Cultural, teve lugar a seguinte programação: Avanços e desafios da gestão compartilhada do patrimônio cultural com mesas redondas; projeto "Territórios Culturais" em parceria com a Secretaria de Educação onde disponibiliza professores para ações de educação patrimonial em equipamentos da Secretaria de Cultura: Museu Nacional da República; Cine Brasília; Centro Cultural Três Poderes; Memorial dos Povos Indígenas; Catetinho; Museu Vivo da Memória Candanga; uma consultoria contratada no marco do PRODOC forneceu subsídios à elaboração do Plano de Educação Patrimonial como instrumento estruturador da política de educação patrimonial no âmbito da Secretaria de Estado de Cultura, além da criação de um observatório de educação Patrimonial em parceria com a SEEDF, anunciado nas Jornadas do Patrimônio; implementação de rodas de conversa com gestores públicos e segmentos da população, entre outras. O objetivo foi alcançado com êxito dentro do proposto na meta.

18. Realizar 50 eventos de incentivo ao livro, leitura e literatura em bibliotecas públicas de maneira descentralizada nas RAs (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do 2017 PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

Foram realizados cursos de formação para 320 pessoas, em restauração e auxiliar de biblioteca; realizados convênios entre a SEC e a Secretaria de Estado de Educação para ministrar cursos de formação em Braille, em 2 bibliotecas públicas de Taguatinga, curso esse, ainda em tramitação. Foram realizadas 235 Malas do Livro, sendo 51 malas recolhidas, 20.355 doações realizadas, e 22.630 doações recebidas; visitas técnicas a bibliotecas públicas e Administrações Regionais, captação de possíveis parceiros de apoio, participação em atividades culturais: Feiras do Livro; exposições; grupos de estudos; gestão e acompanhamento de atividades inerentes ao setor; apoio ao Circuito de Feiras Culturais, realizado em 9 regiões administrativas do DF, perfazendo um público de 40.000 pessoas. As Malas do Livro compreenderam: malas instaladas e residenciais, nos Centros Olímpicos, nas estações do Metrô; no Capes; na Secretaria de Saúde; na Secretaria da Criança e do Adolescente; nas unidades de internação, nas casas de semiliberdade, na Casa Abrigo; nas unidades prisionais da Secretaria de Segurança Pública (penitenciária da Papuda e presídio feminino) Coses; Zoológico e SENAI. As atividades desenvolvidas pelas malas do livro foram: visitas e acompanhamento das atividades dos agentes de leitura; participação em eventos de incentivo à leitura (DF e entorno): feiras do livro; Bial do Livro e da Leitura; participação em atividades socioculturais promovidas pelos Centros Olímpicos; Coses e outras instituições; realização de encontros mensais com os agentes de leitura; realização de cursos de formação (contação de histórias voluntariado e outros) para os agentes de leitura. Alcançou-se o objetivo proposto para a meta

2018

No exercício, para cumprimento da meta em relação ao livro, à leitura e literatura, houve mobilização dos agentes culturais da cadeia produtora do Livro e Leitura para a realização da audiência pública sobre política cultural dessa área visando à construção do texto base da portaria sobre a política setorial da leitura, escrita e oralidade. A Mala do Livro participou com stand institucional na 34ª Feira Internacional do Livro de Brasília e na 4ª Bial do Livro e da Leitura. As bibliotecas se organizaram também com doação de livros para a inauguração dos Centros de Artes e Esportes Unificados - CEU, da Ceilândia; aconteceu a participação nas reuniões técnicas do Comitê Interinstitucional de Cooperação Informacional e Bibliotecária coordenado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. As bibliotecas propuseram projeto junto ao MINC, via edital, para aquisição de e-books com o objetivo de ofertar aos usuários da biblioteca pública de Brasília e da Biblioteca Nacional de Brasília o serviço de empréstimo de livros eletrônicos. Dentre os eventos realizados com a participação da Mala do Livro destacam-se: Ação Social Unidade Móvel Assentamento Rosa Luxemburgo; Mutirão da Criança; Ação Social Unidade Móvel Secretaria da Mulher; Bial Poética - Açogue Cultural T-Bone; Ação Social - Aniversário de Brasília; Ação Sem dimensão e Casa Azul, no Recanto das Emas; Projeto Integrador; Seminário Internacional de Economia Criativa do DF e III Encontro de Turismo Criativo; Fantástica Máquina do Livro; Workshop Faculdade Anhanguera Santa Terezinha; Virada do Cerrado pela Coleta Seletiva; Mutirão da Criança; Inauguração do Parque de Esculturas 3D; Histórias na Praça - Companhia nos Trilhos da Leitura; Férias no Zoológico; Curso para Agentes de Leitura e da Biblioteca - Grito do Livro; 11º Festival Arraiá entre Vizinhança - Festa Cultural Coletiva; 4ª Feira do Livro da Câmara Legislativa do DF; Dia Internacional da Juventude; 20º Piquenique com Artes; 25º Portões Abertos; Festival Quadrilátero Cruls. Houve ainda eventos como: Exposição Convergências; Oficinas Pontos de Cultura; Exposição Êxodos; Oficina de Percussão Brasileira; 29ª Edição do encontro de Bboys e BGirls do DF e Entorno; projeto Trans Formação da Onu; Entreolhares; Vigília Cultural; Mostra Itinerante do Concurso de Desenho e Redação; I Encontro de Conscientização sobre Transtorno Espectro Autista do DF; lançamento do livro A Lucidez da Lenda: um ensaio sobre o futuro; abertura do 1º Encontro de Artista Educadores de Brasília; palestra e debate sobre o software Tainacan; Diálogos sobre 1988; audiência pública sobre Política Cultural de Livro e Leitura; exposição do projeto Caravana Cultural; palestra Caminhos da Audição - Implante Coclear; projeto Cultura no Ônibus; I Seminário de Informações e Indicadores Culturais do Distrito Federal; exposição Eu Leitor; lançamento do livro Igreja;

abertura da 2ª Semana Árabe; Festival Despertacular - Federação dos Surdos; Paepalantus - trabalho de contação de histórias para idosos; formatura do PROEM dentre outros. O objetivo foi alcançado com êxito de acordo com o proposto na meta.

19. Ampliar o acervo das bibliotecas públicas do DF em 5 mil exemplares (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

Foram adquiridos em acervos: 6.500 exemplares para consultas; 3.400 através de doação recebida, e 15.496 exemplares doados nas feiras do livro. Alcançou-se o objetivo proposto para essa meta.

2018

No exercício, o acervo das bibliotecas públicas do Distrito Federal foi ampliado em 461.005 livros, incluindo todas as bibliotecas, alcançando-se além do objetivo proposto na meta com êxito.

20. Realizar os eventos do calendário oficial da SEC/DF – Reveillon, Carnaval, Aniversário de Brasília, Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, Natal (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

O Carnaval 2017 foi realizado inicialmente contando com serviço de consultoria, e apresentações em vários locais do DF: Complexo Cultural da República; Museu Nacional e Biblioteca Nacional de Brasília, nas mediações da Funarte e nas regiões administrativas do DF, com estruturas em geral; desfiles de escolas de samba e blocos carnavalescos; contratações artísticas por chamamento público; baile da 3ª idade, e contou com um público confirmado de aproximadamente 1.500.000 pessoas; - 57º Aniversário de Brasília, ocorrido no mês de abril, contou com a realização de contratações de artistas por meio de edital de chamamento público e contratos de inexigibilidade, estruturas em geral, exposições, espetáculos teatrais e outros. As apresentações ocuparam diversos locais do DF: o Museu Nacional da República; a Torre de TV; a Casa do Cantador - Ceilândia, com a realização do Encontro da Rede de Pontos e Pontões de Cultura, de 14 a 16/04; as estações do Metrô; o Complexo Cultural Três Poderes com atividades diversas e espetáculos teatrais, comemorando ainda os 30 anos da declaração de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO; as exposições comemorativas aconteceram no Museu Nacional: Projeto Museu 10 Anos MAB/MUN, de 19/04 se estendendo a 04/06; no SESC da 504 Sul: "Brasília, cidade que eu inventei", de 05 a 13/04; no Museu Vivo da Memória Candanga: "Um Olhar sobre Brasília", de 20/04 a 31/05; no Memorial dos Povos Indígenas, foi realizada a Semana da Índio, com a Mostra de Cultura dos Povos Indígenas, de 17 a 23/04 dentre outras atividades. As comemorações do 57º aniversário da cidade, no geral, atraíram um público de aproximadamente 50.000 pessoas; - Festival de Brasília do Cinema Brasileiro realizou a sua 50ª edição entre os dias 15 e 24/09/2017; - Festividades de Final de Ano: Dia do Samba, nos dias 30 e 31/12, na Praça dos Orixás - Prainha, proveniente de emenda parlamentar, pagamento de ECAD e cachês, com público aproximado de 30.000 pessoas durante todo o evento; 7ª Ação Natalina do Instituto Pipoquinha, com atividades culturais proporcionando às crianças um espaço que estimule a expressividade, a criatividade individual e coletiva, proveniente de emenda parlamentar, com realização no período de 21 de dezembro de 2017 a 22 de fevereiro de 2018, com público aproximado de 500 pessoas por dia de evento; - Revèillon, na Esplanada dos Ministérios nos dias 30 e 31, com público aproximado de 50.000 pessoas durante todo o evento. Alcançou-se o objetivo proposto.

2018

A secretaria elaborou e publicou a Portaria nº 14, de 19/01/2018, que institui o Plano de Apoio ao Carnaval do Distrito Federal 2018, bem como a Portaria nº 49, de 09/02/2018, que institui o Plano Diretor do Comércio Ambulante do Carnaval de Brasília de 2018, nos termos do art. 12, do Decreto Distrital nº 38.019, de 21/02/2017. O Carnaval 2018 contou com apoio institucional e logístico para atendimento a 145 carnavalescos, no período de 8 a 18 de fevereiro, com a contratação de artistas, bandas e escolas de samba por meio de chamamento público e pagamento de cachês. O público para o carnaval de rua foi de aproximadamente 4.500 pessoas e do evento em geral foi de 750.000 pessoas, alcançando o objetivo proposto na meta; o 58º aniversário de Brasília aconteceu mediante a contratação de artistas para apresentações musicais por meio de edital de chamamento público e contratos de inexigibilidade, além da locação de estruturas em geral para a realização do evento durante 2 dias na Esplanada dos Ministérios. As comemorações foram realizadas com êxito atingindo um público de 12.000 pessoas na Esplanada dos Ministérios e de 30.000 pessoas incluindo todo o DF, alcançando o objetivo proposto; o 51º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro ocorreu em 13 cidades do DF com mostras cinematográficas e outras atividades durante 10 dias de evento, somando um público de 46.358 pessoas no geral, alcançando o objetivo proposto na meta; as festividades de final de ano Natal/Reveillon, aconteceram na Esplanada dos

Ministérios e na Prainha, com a contratação de artistas por meio de edital de chamamento público e inexigibilidade; estruturas em geral; catering para camarins e outros. O Reveillon 2019 foi composto por uma programação cultural, artística e transversal, focada na juventude, na criatividade e na sensibilização dos cidadãos quanto à importância da inovação de produtos e serviços culturais para a revitalização e valorização de espaços públicos. A iniciativa visa valorizar as identidades e vocações culturais do DF, expressas na arte, na música, na dança, que agregam valor às manifestações locais promovendo o intercâmbio e a difusão cultural a partir da interatividade e da participação social no fortalecimento das práticas de cidadania ativa. O público nas festividades de final de ano foi de 50.000 pessoas no geral durante todo o evento. Alcançou-se o objetivo proposto na meta.

21. Apoio a 10 equipamentos culturais próprios da SEC/DF para fortalecimento da programação e gestão (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).

2017

Atendendo à programação dos espaços culturais: Dia Mundial da Água, em 25/03, apoio com estruturas, no Museu Nacional e na Ermida Dom Bosco, com público aproximado de 900 pessoas; - Encontro de Grafite do DF, 26 a 28/05, com estruturas, no Museu Nacional e no Parque da Cidade, com público aproximado de 2.000 pessoas; Seminário de Revisão Institucional do Memorial dos Povos Indígenas que ao longo de sua história, atravessou diferentes fases que refletiram não apenas contextos políticos e administrativos distintos como também concepções diversas sobre os propósitos e objetivos da instituição. Em 2017, ano em que se completam 30 anos de sua construção, a secretaria concentrou esforços e recursos para promover debates que permitam uma avaliação da trajetória da instituição e de sua situação atual. Este processo de revisão institucional tem por finalidade conferir mais clareza sobre a vocação do MPI, bem como aprimorar seus princípios norteadores e sua atuação no cenário cultural do DF e cenário nacional de instituições que atuam pelo reconhecimento e apoio aos povos indígenas. O Seminário de Revisão Institucional do MPI, com dois dias de duração, reuniu um grupo de interlocutores para elaboração dialógica de proposta de linhas gerais do plano de gestão museológica, debatendo sobre escopo e abrangência, linhas narrativas, abordagem e conteúdo do MPI, e chegando à reformulação de sua missão e visão institucional, valores e objetivos. Alcançou-se o objetivo proposto para o exercício.

2018

Para fortalecimento da programação e gestão, a Secretaria de Estado de Cultura utilizou-se de seus próprios culturais para apoiar os seguintes eventos: Espaço Território Criativo, na Biblioteca Nacional de Brasília; realização de oficinas, mostras de videodança; ensaios; intercâmbios; festivais; apresentações artísticas entre outros, no Centro de Danças do DF, com um balanço de 1.510 pessoas; realização de visitas do programa Cultura Educa ao Memorial dos Povos Indígenas, Museu do Catetinho e Museu Vivo da Memória Candanga; Concertos Didáticos e Regulares da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro; programação do Ambiente de Mercado, Encontro de Pontos e Pontões de Cultura; entrega de prêmios do Prêmio Cultura Viva & Cidadania 2018; Plena! Visibilidade LGBTQI+, no Espaço Cultural Renato Russo - 508 Sul; esse último também no Foyer da sala Vila Lobos do Teatro Nacional Cláudio Santoro e na Casa de Cultura da América Latina; programação comercial de filmes no Cine Brasília; projetos de viola; Sabadão do Forró e Sexta do Repente entre outros na Casa do Cantador; exposições no Museu Nacional e no Complexo Cultural da República, bem como visitas entre outros, alcançando o objetivo proposto com êxito.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1738	EVENTOS APOIADOS PELA SECULT/DF (Indicador incluído, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	UNIDADE	0	31/07/2017	-	-	30	25	30	64	30	SPDPC/SCDC/SUP 16101/OE 1
1739	EVENTOS REALIZADOS PELA SECULT/DF (Indicador incluído, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	UNIDADE	0	31/07/2017	-	-	20	65	20	42	20	SPDPC/SCDC/SUP 16101/OE 1
1740	AGENTES CULTURAIS PARTICIPANTES DE INTERCÂMBIOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS (Indicador incluído, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	UNIDADE	0	31/07/2017	-	-	20	10	20	20	20	SPDC/SUFIC/SEC 16101/OE 1

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1741	AGENTES CULTURAIS PARTICIPANTES DE FEIRAS E MERCADOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS <i>(Indicador incluído, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	UNIDADE	0	31/07/2017	-	-	10	8	20	18	20	SPDPC/SUFIC/SE 16101/OE 1

Justificativas 2017

Indicador 1738 - As subsecretarias integrantes da Secretaria de Estado de Cultura apoiaram institucional e logisticamente 25 eventos incluindo emendas parlamentares, alcançando o objetivo proposto com êxito.

Indicador 1739 - A Secretaria de Estado de Cultura realizou, através de suas subsecretarias, um quantitativo de eventos culturais, incluindo emendas parlamentares, que superou o que fora inicialmente previsto, alcançando com êxito o objetivo proposto.

Indicador 1740 - Foram efetivadas ações de intercâmbio cultural através do termo de fomento Brasil de todos os choros e 7 estados brasileiros, difundindo a cultura e alcançando o objetivo proposto com êxito.

Indicador 1741 - Índice parcialmente alcançado, porém com sucesso.

Justificativas 2018

Indicador 1738 - A Secretaria superou quantitativamente o proposto no apoio de eventos culturais institucionais, logísticos e emendas parlamentares, alcançando o objetivo com êxito.

Indicador 1739 - A Secretaria superou quantitativamente o proposto na realização de eventos culturais institucionais e logísticos, alcançando o objetivo com êxito.

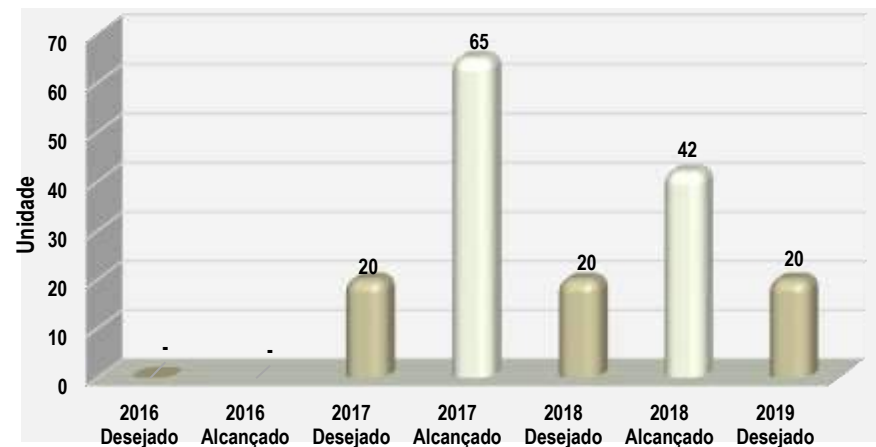
Indicador 1740 - Foram efetivadas ações através de termo de fomento para atender à programação do Centro de Dança do DF com a realização de 3 (três) atividades de intercâmbio nacional e internacional, ligadas à pesquisa e criação artística, alcançando o objetivo com êxito.

Indicador 1741 - O Ambiente de Mercado aproximou fluxos de negócios e criatividade reunindo, nas Rodadas de Negócios, agentes nacionais e internacionais como: Canal Brasil; Canal Curta; Cine Brasil TV; Downtonw Filmes; Discovery; Encrypta; Fashion TV; Looke; Music Box Brasil; NBC Universal; Prime Box Brazil; Travel Box Brazil; Tv Escola; Viacom e Vitrine Filmes e de maneira inédita a Netflix, dentro da programação do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, alcançando o objetivo com êxito.

EVENTOS APOIADOS PELA SECULT/DF



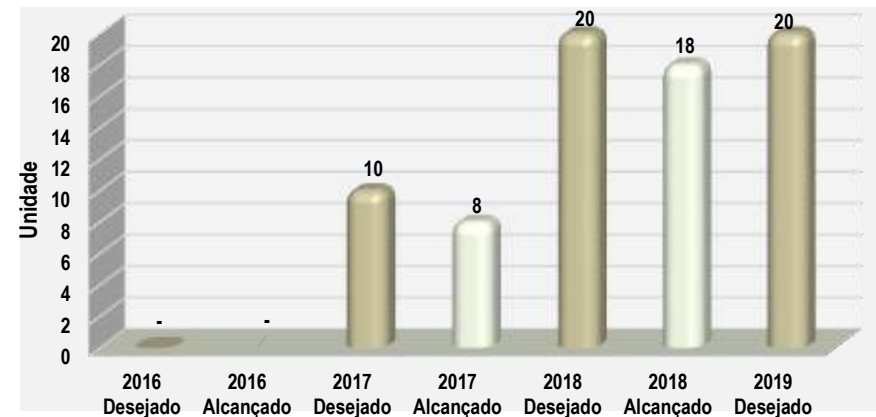
EVENTOS REALIZADOS PELA SECULT/DF



AGENTES CULTURAIS PARTICIPANTES DE INTERCÂMBIOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS



AGENTES CULTURAIS PARTICIPANTES DE FEIRAS E MERCADOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6219	1	1	Formação de rede de informações e entidades interessadas no mapeamento de eventos e atividades culturais no Distrito Federal, visando à alimentação de dados, compartilhada entre Estado e Sociedade Civil; (SECULT) (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	X	2016 Lançamento do projeto Mapa nas Nuvens, em parceria com o Observatório de Economia Criativa da UNB. Integrou o I Encontro da Rede Articuladora de Informações Culturais (RAIC), onde realizaram-se: III reunião da Rede Mapas Culturais, com 6 estados e 7 municípios, e o primeiro encontro do GT Indicadores Culturais do DF, com participação da CODEPLAN e do IPEA. Em 4 meses mobilizou 470 agentes culturais, mapeou 175 espaços culturais, e realizou 86 eventos. Investiu R\$ 37.574,15 contou com 200 pessoas entre agentes culturais, conselheiros regionais de cultura, membros da Rede Articuladora de Informações Culturais; Rede Mapas Culturais e outros.
6219	1	2	Revisão do Decreto nº 34.577/2013 através de participação popular em consultas por plataforma digital para pactuação de um novo marco das contratações artísticas no DF; (SECULT) (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	X	2016 Não houve implementação dessa ação no exercício 2016, tendo em vista outras demandas que impossibilitaram a realização, porém encontra-se em discussão para efetivação a partir do exercício 2017 com pretensão de conclusão até 2019.
6219	1	3	Estabelecimento de um novo modelo de Edital de Chamamento de Artistas que simplifique a relação entre o Estado e os artistas e suas produções. (SECULT) (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	X	2016 O ano de 2016 foi investido para equacionar diversas questões relacionadas à realização das atividades previstas na Secretaria de Estado de Cultura, dentre elas o desenvolvimento de um novo modelo de edital de chamamento público para viabilizar a seleção e a realização de contratações artísticas.
6219	1	4	Instituir instrumentos para o fortalecimento dos mecanismos de seleção artística desburocratizados e democráticos (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	100	2017 A Secretaria de Estado de Cultura instituiu novo instrumento para contratações artísticas e realização de eventos culturais por meio de MROSC - Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, e Organizações da Sociedade Civil (OSC) visando fortalecer o mecanismo de seleção. 2018 Instrumento instituído em sua integralidade em 2017, dando continuidade com inovação, participação social e transparência à gestão com a realização de eventos através de termo de colaboração e Fomento.
6219	1	5	Institucionalização do Programa Cultura Educa (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	100	2017 Curso de conservação e restauro - Pronatec/Mediotec: desde o segundo semestre de 2017, o museu recebe estudantes do ensino médio da rede pública matriculados no curso técnico de conservação e restauro. Ministrada nas dependências do museu, a profissionalização é voltada para o entendimento sobre conservação de documentos, noções de arquivamento e de restauro de obras de arte e preservação do patrimônio. A iniciativa faz parte do MedioTec, modalidade do Pronatec para adolescentes oferecida em concomitância com o ensino médio regular. O projeto é viabilizado pelo governo federal, mas executado em parceria entre as Secretarias de Educação e de Cultura, por meio do programa Cultura Educa. Na primeira turma foram matriculados 13 alunos. 2018 Institucionalização integral do programa em 2017, dando continuidade às iniciativas em 2018, com desenvolvimento de uma série de visitas socioeducativas, com preparação e mediação prévias em sala de aula, para estudantes do ensino fundamental e médio da rede pública de ensino do Distrito Federal.

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6219	1	6	Institucionalização do Programa Conexão Cultura DF (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	100	2017 Lançamento de edital de premiação Plataforma - Conexão Cultura. , voltado à promoção e difusão da arte e cultura produzida no Distrito Federal, incluindo a circulação, distribuição e intercâmbio de agentes, bens e serviços culturais e criativos. 2018 Programa instituído em sua totalidade em 2017 e dado continuidade em 2018 com a realização de projetos voltados à arte e cultura.
6219	1	7	Instituir mecanismos para fortalecimento da descentralização das atividades culturais para as 31 RAs (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	100	2017 Por meio de Termo de Fomento, através da MROSC - Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, e Organizações da Sociedade Civil (OSC) visando dar maior celeridade à realização de projetos inseridos no orçamento desta Secretaria de Estado de Cultura. 2018 Mecanismos instituídos integralmente em 2017, e utilizados no exercício para contratações por meio de Termo de Fomento, através de MROSC.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

2016/2018

No exercício de 2016, foi realizado financiamento de projetos artísticos e culturais por meio de editais lançados de 2014 a 2016; apoiado ainda projetos direcionados a diversas funcionalidades, inclusive de audiovisual; agentes culturais com a concessão de bolsas de estudo, atuando de forma efetiva no que concerne a intercâmbio, capacitação e formação continuada, os quais visam estruturar o setor cultural do Distrito Federal. Também merecem destaque projetos contemplados através dos editais lançados no decorrer do exercício com ações de intercâmbio através de Programa de Promoção, Difusão e Intercâmbio Cultural, incluindo passagens aéreas fornecidas a agentes e grupos culturais de todo o DF visando a participação ativa em eventos, festivais, feiras, mercados, seminários, congressos ou rodadas de negócios direcionados ao Sistema de Arte e Cultura do Distrito Federal, em âmbito nacional e internacional. No exercício 2016 o programa foi reestruturado e ampliado, o que trouxe grandes inovações. O objetivo proposto para as metas foi alcançado com êxito.

Como ações de disseminação e promoção da plataforma, foi realizado, nos dias 18 e 19 de julho, 16 horas de capacitação sobre a usabilidade da plataforma Mapa nas Nuvens aos servidores da cultura da SEC/DF, em parceria com o Instituto TIM. Teve um público de 200 participantes envolvidos.

O 56º aniversário de Brasília, ocorrido no mês de abril onde foram realizadas apresentações musicais nos três dias de evento ocupou o gramado da Torre de TV com artistas locais. O investimento total foi de R\$ 217.500,00 (duzentos e dezessete mil e quinhentos reais) em cachês dos artistas participantes; R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais) em estrutura de palco, totalizando R\$ 767.500,00 (setecentos e sessenta e sete mil e quinhentos reais); evento cívico cultural realizado com sucesso, com público de 70.000 pessoas, atingindo o objetivo proposto.

Em 2016, foram realizados eventos nas regiões de alta vulnerabilidade provenientes de termos de fomento que não foram previstos nos programas institucionais constantes do PPA 2016-2019 desta secretaria quando de sua elaboração, tendo em vista se tratar de emendas parlamentares, inseridas no Quadro Detalhamento Despesa – QDD desta unidade no decorrer do exercício 2016 à medida que os referidos orçamentos eram desbloqueados pelo órgão competente. Em virtude disso não há contextualização do programa temático e da consequente caracterização do objetivo específico, bem como dos indicadores de desempenho e ações afins. O objetivo da meta foi parcialmente alcançado, porém com êxito nas realizações.

A Secretaria de Estado de Cultura, em 2017, desenvolveu suas atividades conforme planejado dentro das limitações orçamentárias, havendo grande quantidade de realização e/ou apoio de eventos decorrentes de emendas parlamentares em sua maioria, disponibilizadas para esta unidade, e termos de fomento/colaboração/convênios firmados, através da publicação de editais de chamamento público e/ou convite para contratação de artistas fora dessa localidade, dentro do programa de difusão e intercâmbio cultural. Dificuldades houveram, porém, somente em relação a

bloqueios orçamentários, bem como por morosidade no andamento de processos de licitação, e ainda indisponibilidade orçamentário-financeira para algumas realizações; no entanto, de um modo geral, cumpriu com êxito os trabalhos realizados. Foram realizados 90 eventos culturais descentralizados para todas as regiões administrativas do DF, levando a cultura e o lazer a toda a população do Distrito Federal e alcançando o objetivo proposto para o exercício. Foram realizados ainda cursos de teatro, dança; ministradas oficinas em diversas áreas, e palestras difundindo a cultura em todas as suas formas. Para o Festival de Brasília do Cinema Brasileiro foram beneficiadas 10 regiões administrativas com a mostra de filmes durante o período do festival. Promoveu-se acesso de 30.060 alunos de escolas públicas às atividades culturais realizadas pela Secretaria de Cultura em todo o DF; oferecidas 50 oficinas de formação técnica ou profissional em arte e cultura, além de feiras artesanais e de diversas modalidades culturais; foi realizado um total de 50 eventos de incentivo ao livro, leitura e literatura em bibliotecas públicas de maneira descentralizada nas diversas regiões administrativas do DF; ampliado o acervo das bibliotecas públicas do DF em 9.900 exemplares, sendo que, 6.500 são para consultas; 3.400 de doação recebida, e 15.496 exemplares doados nas feiras de livro. As realizações quanto ao Carnaval 2017, o Aniversário de Brasília e as festividades de final de ano compreendendo Natal e Réveillon também tiveram êxito beneficiando todo o público de Distrito Federal, alcançando-se o objetivo proposto.

Em relação à projeção para o alcance do objetivo específico da ação, em 2018, considera-se que no exercício as metas previstas tiveram êxito em suas realizações, dentre elas, os projetos culturais realizados pela secretaria com recursos provenientes de editais do FAC; os eventos culturais para promoção e difusão nas regiões administrativas do DF, bem como a realização do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro em sua 51ª edição foram realizados de maneira descentralizada; houve a concessão de bolsas para formação artística na área de dança promovida pelo Centro de Dança do DF, promovendo-se ainda o acesso de alunos de escolas públicas às atividades culturais voltadas à educação realizadas pela secretaria; além disso, foram promovidas oficinas de formação técnica em arte e cultura superando o quantitativo previsto na lei do orçamento para o exercício. Ofereceram-se bolsas de gestão, produção e criação artística nacionais e internacionais com êxito. Criaram-se, no exercício, plataformas de promoção cultural visando celeridade nos serviços desta secretaria tendo em vista que, com o avanço nas celebrações dos termos de fomento, colaboração e convênios federais, entende-se que haverá o aumento das demandas para acompanhamento da execução do objeto celebrado com as organizações da sociedade civil, bem como a análise da conformidade da prestação de contas e a elaboração de prestação de contas na plataforma web SICONV. Quanto às ações referentes ao Sistema de Bibliotecas Públicas do DF, a SEC atuou com êxito, conforme previsto em seus projetos, suas atividades e outras ações com a mobilização dos agentes culturais da cadeia produtora do Livro e Leitura para realização da audiência pública sobre política cultural de livro e leitura visando à construção do texto base da portaria sobre a política setorial da leitura, escrita e oralidade. Propôs projeto junto ao MinC (via edital) para aquisição de e-books com o objetivo de ofertar aos usuários da biblioteca pública de Brasília e da Biblioteca Nacional de Brasília o serviço de empréstimo de livros eletrônicos. No tocante à instituição de instrumentos para fortalecer os mecanismos de seleção tornando-os desburocratizados e democráticos, esses foram executados no exercício 2018 visando às contratações artísticas e à realização de eventos culturais por meio de MROSC - Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, e Organizações da Sociedade Civil (OSC), alcançando o objetivo. Ainda dentro da análise do objetivo específico, a institucionalização do Programa Cultura Educa buscou gerar uma compreensão mais sistêmica, uma atuação mais programática e uma gestão mais eficiente das ações desenvolvidas e/ou apoiadas pela Secretaria de Cultura na interface das agendas de Cultura e Educação. Obteve-se avanço no sentido de diagnosticar as áreas que necessitavam de maior atuação por parte do órgão, bem como de ambientes que também necessitavam de melhor coordenação quanto ao desenvolvimento de projetos e demais iniciativas. Observou-se, ainda, o fortalecimento das iniciativas tradicionalmente desenvolvidas no âmbito do programa, em destaque as visitas socioeducativas, principalmente no que se refere à aderência ao planejamento político-pedagógico das escolas e a grade curricular dos estudantes atendidos. Alguns desafios, entretanto, ainda persistem em decorrência da escassez de recursos para a execução. A capacidade operacional visando promover a contínua gestão sistêmica das atividades realizadas ainda é fator limitante para a qualificação e ampliação do programa, recomendando-se a criação de uma assessoria ligada diretamente à secretaria, dedicada à formulação; ao planejamento; desenvolvimento e controle do programa. Outro desafio é a regulamentação da marca/selo desenvolvida para aplicação em peças de comunicação de atividades incidentes na interface das agendas de cultura e educação que tenham sido realizadas e/ou apoiadas. Prevista na Lei Complementar nº 934/2017, a regulamentação da Rede de Formação, Qualificação e Profissionalização Cultural do Distrito Federal deve constituir importante processo a ser conduzido com intensa participação social em 2019, propiciando um ambiente de integração e qualificação de iniciativas de instituições públicas, entidades privadas e agentes culturais com atuação no Distrito Federal e na RIDE-DF, além de fortalecer especificamente a articulação continuada do programa junto às iniciativas da Secretaria de Educação. Em perspectiva programática, vale destacar iniciativa não implementada de ciclo formativo sobre mediação

cultural para professores da rede pública de ensino do Distrito Federal, sendo sinalizado interesse de articulação junto ao Instituto Federal de Brasília e à Universidade de Brasília, de forma a propiciar um processo formativo consistente e descentralizado a partir de alocação de horas de coordenação em especial as coletivas dos professores interessados. A captação de recursos propiciará o fortalecimento e a expansão do programa em 2019. Dentro do programa institucionalizado Conexão Cultura, foi realizado o café Conexão Ambiente de Mercado MIP Markets seguido de uma rodada de perguntas e respostas com os participantes. Foi divulgada a atividade e a lista de presença da atividade, realizada no dia 06/06 com explicações sobre a dinâmica de grandes mercados internacionais para conteúdos audiovisuais – também oportunizadas pelas linhas abertas para eventos MIP no Conexão Cultura DF. Da sinergia, foi prospectado o prêmio MIP no Pitching Aberto do Ambiente de Mercado do 51º Festival de Cinema, ofertando credenciais, um dos eventos do calendário mundial. Com esses resultados, considera-se que o objetivo específico foi alcançado com êxito.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

002 – PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA CULTURAL: Ampliar a oferta de espaços e equipamentos culturais nas regiões do DF, com estratégias de gestão modernas, participativas e integradas, bem como reestruturar e fortalecer a política pública de patrimônio, material e imaterial – em sua dimensão cultural, histórica, artística e arqueológica –, a fim de preservar e promover a dimensão de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade, com mecanismos de salvaguarda de curto, médio e longo prazos, e também, a fim de transcender a área tombada, por meio da promoção e do reconhecimento das dimensões identitárias, territoriais e educacionais do patrimônio nas várias regiões do DF.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO:

16.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL - SECULT

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6219	BRASÍLIA COMPETITIVA	2	1	Elaborar e Executar plano de ação para implementação das políticas nos museus próprios; (SECULT) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X
6219	BRASÍLIA COMPETITIVA	2	2	Elaboração política preservação e manutenção de acervos do DF; (SECULT) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X
6219	BRASÍLIA COMPETITIVA	2	3	Realização de inventário, catalogação e software dos acervos dos museus; (SECULT) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X
6219	BRASÍLIA COMPETITIVA	2	4	Realização de higienização, acondicionamento e restauro dos acervos dos museus da SECULT-DF; (SECULT) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	1	X	X	X	X
6219	BRASÍLIA COMPETITIVA	2	5	Realização de inventário e Plano de Salvaguarda de Bens Imateriais Registrados e dos Bens Materiais Tombados no DF; (SECULT) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	5	X	X	X	X
6219	CAPITAL CULTURAL	2	6	Reabertura de pelo menos 02 Equipamentos da Secretaria de Cultura que estejam fechados ao público (SECULT); (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	2	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	2	3	8		400,0
6219	CAPITAL CULTURAL	2	7	Tombar pelo menos 02 bens e registrar pelo menos 02 bens tombados como patrimônio cultural do Distrito Federal (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	4	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	2	4		100,0
6219	CAPITAL CULTURAL	2	8	Realizar o inventário e plano de preservação de pelo menos 02 bens tombados como patrimônio cultural do Distrito Federal (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	2	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0	0		0,0
6219	CAPITAL CULTURAL	2	9	Realizar o inventário e plano de salvaguarda de pelo menos 02 bens registrados como patrimônio cultural do Distrito Federal (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	2	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0	0		0,0
6219	CAPITAL	2	10	Elaborar e implantar plano museológico e regimento interno para pelo menos 02	2	UNID	ACUM	MAIOR,	-	1	1		50,0

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
	CULTURAL			museus da Secretaria de Cultura (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)				MELHOR					
6219	CAPITAL CULTURAL	2	11	Aumentar em 15% o número total de visitantes aos museus da Secretaria de Cultura até 2019, tendo como referência as estatísticas de 2015 (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	15	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	10	40		266,7
6219	CAPITAL CULTURAL	2	12	Restauração e pequenas intervenções em bens tombados (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	20	28		28,0
6219	CAPITAL CULTURAL	2	13	Restauração e manutenção de peças de acervo ou bens integrados à edificação tombada (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	30	30		30,0
6219	CAPITAL CULTURAL	2	14	Implantação de novo projeto expográfico para o Museu do Catetinho e para o Museu Vivo da Memória Candanga (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	20	20		20,0
6219	CAPITAL CULTURAL	2	15	Reforma da maquete do Espaço Lúcio Costa (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0	11		11,0
6219	CAPITAL CULTURAL	2	16	Reforma da Pira do Panteão da Pátria (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0	1		1,0
6219	CAPITAL CULTURAL	2	17	Realização de inventários e planos de preservação de bens tombados como patrimônio cultural do Distrito Federal (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0	0		0,0
6219	CAPITAL CULTURAL	2	18	Realização de inventários e planos de salvaguarda de bens registrados como patrimônio cultural do Distrito Federal (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0	0		0,0
6219	CAPITAL CULTURAL	2	19	Elaboração e implantação de planos museológicos e regimentos internos para o Memorial dos Povos Indígenas, Museu do Catetinho e Museu Vivo da Memória Candanga (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0	30		30,0
6219	CAPITAL CULTURAL	2	20	Realização das Jornadas do Patrimônio (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	100	100		100,0
6219	CAPITAL CULTURAL	2	21	Realização do Prêmio José Aparecido (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	100	100		100,0

Análise Qualitativa

1. Elaborar e Executar plano de ação para implementação das políticas nos museus próprios (SECULT). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Não houve apresentação de projeto.

2. Elaboração política preservação e manutenção de acervos do DF (SECULT). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Não houve apresentação de projeto.

3. Realização de inventário, catalogação e software dos acervos dos museus (SECULT). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Não houve apresentação de projeto.

4. Realização de higienização, acondicionamento e restauro dos acervos dos museus da SECULT-DF (SECULT). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Houve a restauração do mobiliário do Museu Histórico e Artístico de Planaltina, e elaborado o projeto básico, além de laudos técnicos de conservação e mapeamento de danos das peças descritas no processo.

5. Realização de inventário e Plano de Salvaguarda de Bens Imateriais Registrados e dos Bens Materiais Tombados no DF (SECULT). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Visando à elaboração e execução deste plano de ação foi criada uma comissão para participação em debates em particular no âmbito das câmaras técnicas sobre o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília e sobre a Lei Complementar de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal; aconteceram vistorias técnicas para monitoramento de bens tombados do Distrito Federal; foram feitas vistorias nas igrejas São Geraldo, no Paranoá, e São José Operário, na Candangolândia, e elaborado relatório com recomendações para a preservação dos bens, encaminhado à Cúria Metropolitana de Brasília.

Foi criada ainda uma Comissão Permanente de Análise de Pedidos de Registro e Tombamento (CPRT) com o objetivo de instruir processos referentes ao patrimônio cultural e se pronunciar sobre assuntos a ele pertinentes. Em 2016, foi instruído o processo de tombamento da Casa do Artesão (antigo Paço Municipal) de Planaltina.

6. Reabertura de pelo menos 02 Equipamentos da Secretaria de Cultura que estejam fechados ao público (SECULT). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Em setembro de 2016, teve início a obra de readequação do Espaço Cultural Renato Russo; obra que está sendo executada com recursos da TERRACAP, com fiscalização da NOVACAP e conseqüentemente acompanhamento de técnico da Secretaria de Estado de Cultura. A obra de readequação do Centro de Dança continua em andamento desde 2014 e está sendo realizada com parceria entre a TERRACAP, a NOVACAP e a Secretaria de Cultura.

Em 2016, também houve a recuperação do Conjunto Fazendinha (Vila Planalto), através de projetos de restauro; realizou-se projeto básico para ampliação do estacionamento da Biblioteca Nacional e do Museu Nacional com abertura de entrada no Eixo Monumental.

2017

No segundo semestre de 2017, a secretaria orientou as obras de instalação de equipamentos de segurança e combate a incêndio requerido pelo CBMDF para a reabertura do Foyer da sala Villa Lobos ao público. No dia 7 de dezembro, data comemorativa dos 30 anos da declaração de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, o Foyer foi reaberto em solenidade que contou com a presença do Governador, do Secretário de Estado de Cultura e de algumas autoridades.

2018

Houve a reabertura do Centro de Danças do DF, no dia 28/02/2018; da biblioteca pública da EQ 312/313 Sul, no dia 15/05/2018 que passou por reestruturação nos banheiros, pintura, troca de piso, de forro e das instalações hidráulicas; na parte externa as calçadas foram recuperadas, e as paredes grafitadas, em substituição às antigas pichações na fachada do prédio. Reabriu também o Espaço Cultural Renato Russo - 508 Sul, em 30/06/2018, com uma festa que aconteceu nos dias 30 de junho e 1 de julho. A reforma do espaço está na segunda fase de acabamento, etapa que envolve a finalização do piso superior. O projeto contempla reforma das salas multiuso, dos teatros, da Biblioteca das Artes e do foyer; reparação de toda a estrutura predial; revisão das instalações hidráulica e elétrica; instalação de elevador e intervenções para garantir acessibilidade, além de sistemas de luz, som e projeção para salas e galerias. As intervenções nas áreas internas e na fachada do Espaço Cultural Renato Russo iniciaram em setembro de 2016. O equipamento cultural já estava fechado há três anos por determinação do Ministério Público e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal por trazer risco à segurança do público e de artistas frequentadores do local. Em meio à finalização das obras, a população do Distrito Federal foi convidada a opinar sobre a ocupação e a programação do Espaço Cultural Renato Russo em dois momentos: consulta on-line e audiência pública, realizadas nos meses de março e abril de 2018. Foram recebidas 437 contribuições, sendo 378 na enquete de perguntas e 59 sobre os eixos e diretrizes. Todas as contribuições recebidas pela Secretaria de Cultura nas consultas públicas foram avaliadas e levadas em consideração na elaboração do documento de Diretrizes de Uso e Ocupação do Espaço Cultural Renato Russo. Essas diretrizes vão nortear o plano de trabalho da organização da sociedade civil selecionada por meio de chamamento público para cuidar, em parceria com a Secretaria de Cultura, da gestão do equipamento cultural, pensando numa programação a partir das demandas da comunidade artística da cidade e da opinião de quem frequenta ou deseja frequenta-lo, alcançando o objetivo previsto com êxito.

7. Tombar pelo menos 02 bens e registrar pelo menos 02 bens tombados como patrimônio cultural do Distrito Federal (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

Em 2017, a pedido do Secretário de Estado de Cultura, iniciou-se o processo de registro da Praça dos Orixás e do Cine Drive In como patrimônios imateriais do Distrito Federal. Teve participação no Conselho Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial e Metropolitano (CCPPTM), órgão colegiado de caráter permanente que tem por finalidade contribuir no processo decisório e na implementação das políticas de preservação e do planejamento metropolitano, coordenado pela SEGETH.

2018

Através de deliberação do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural do Distrito Federal - CONDEPAC-DF, órgão colegiado e vinculado à Secretaria de Estado de Cultura, responsável por temas relacionados à proteção do patrimônio cultural imaterial e material do DF, foi registrado como patrimônio cultural imaterial do DF a Praça dos Orixás - Prainha, e a Festa de Iemanjá, através de uma comissão composta por cinco servidores da SEC - Comissão Permanente de Análise de Pedidos de Registro e Tombamento - CPRT, e homologada pela CONDEPAC-DF, alcançando o objetivo proposto com êxito.

8. Realizar o inventário e plano de preservação de pelo menos 02 bens tombados como patrimônio cultural do Distrito Federal (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

Assinado Termo de Colaboração entre o CTI e a Secretaria de Estado de Cultura para a execução do projeto "Preservação e Revitalização do Memorial dos Povos Indígenas", pelo prazo de 2 anos. Apesar da informação de assinatura do Termo de Colaboração para execução, nenhum dos 2 bens tombados foi inventariado e nem o projeto de preservação iniciado em 2017, desta forma considera-se "0%" na realização.

2018

Houve uma participação no Seminário de Formação Museu dos Povos Indígenas - MPI para explanação sobre conservação preventiva; agentes de deterioração; gerenciamento de riscos reserva técnica e plano de trabalho GECOR - MPI. O seminário foi finalizado, porém o plano de preservação ainda não está concluído, não alcançando o objetivo proposto na meta.

9. Realizar o inventário e plano de salvaguarda de pelo menos 02 bens registrados como patrimônio cultural do Distrito Federal (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

Não houve realização.

2018

Não houve realização, portanto, objetivo não alcançado.

10. Elaborar e implantar plano museológico e regimento interno para pelo menos 02 museus da Secretaria de Cultura (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

Em novembro de 2016, a Fundação Ford, por meio do Institute of International Education - IEE viabilizou a contratação de uma consultoria de pesquisa para o desenvolvimento de proposta de plano museológico de gestão do MPI, envolvendo levantamento de dados sobre o histórico da instituição e da coleção; proposta de revisão e atualização da missão, visão, valores e objetivos institucionais; desenvolvimento de diagnóstico atual, destacando desafios e potencialidades; análise e proposta de planejamento de programas e projetos em andamento e a desenvolver; revisão de funções de equipe e organograma; e proposta de estratégias de gestão e captação de recursos. Além de encontros presenciais com a equipe da Secretaria de Estado de Cultura e do Memorial dos Povos Indígenas, a consultoria também envolveu suporte metodológico para a organização de um seminário de revisão institucional do MPI, realizado em 22 e 23 de março de 2017, com a participação de convidados com notória atuação junto aos povos indígenas. O Seminário de Revisão Institucional do MPI, com dois dias de duração, reuniu um grupo de interlocutores para elaboração dialógica de proposta de linhas gerais do plano de gestão museológica, debatendo sobre escopo e abrangência, linhas narrativas, abordagem e conteúdo do MPI, e chegando à reformulação de sua missão e visão institucional, valores e objetivos. Também foram colhidas sugestões e propostas para as diversas linhas de atuação museológica, incluindo ampliação e fortalecimento das parcerias com organizações da sociedade civil. Diante do grande potencial cultural do Memorial dos Povos Indígenas, das experiências que apontaram caminhos favoráveis nas parcerias com a sociedade civil e dos subsídios colhidos no seminário de revisão institucional, chegou-se à proposta de fortalecimento do modelo de participação social na gestão do museu por meio de um chamamento público com o objetivo de selecionar Organização da Sociedade Civil - OSC para a gestão, solidificando e dando maior eficiência e transparência ao modelo de gestão participativo e inclusivo que já está presente na trajetória institucional do MPI. O edital de chamamento público nº 17/2017 foi publicado no dia 20 de outubro. Em 6 de novembro realizou-se conversa pública, que contou com a participação de cerca de 20 pessoas, entre representantes da sociedade civil e de órgãos interessados, como o IBRAM/MINC. Concluído o prazo de 30 dias para recebimento de propostas foi recebida apenas uma proposta, a do Centro de Trabalho Indigenista - CTI. A proposta foi aprovada e, após reuniões para adequação do plano de trabalho apresentado pela OSC foi assinado Termo de Colaboração entre o CTI e a Secretaria de Estado de Cultura para a execução do projeto "Preservação e Revitalização do Memorial dos Povos Indígenas", pelo prazo de 2 anos.

2018

Aconteceu o Seminário de Formação MPI; apresentação e discussão para implantação do Plano Museológico do MPI, bem como a elaboração da redação do Regimento interno que se encontra ainda em andamento, não havendo, portanto, a implantação do Plano Museológico nem do Regimento Interno do museu. Em relação ao Museu do Catetinho e Museu Vivo da Memória Candanga, o Plano Museológico, apesar de ter dado início, foi suspenso por falta de orçamento. O objetivo da meta não foi alcançado.

11. Aumentar em 15% o número total de visitantes aos museus da Secretaria de Cultura até 2019, tendo como referência as estatísticas de 2015 (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

Em 2017, a Secretaria de Estado de Cultura atuou na gestão do patrimônio cultural do DF de diversas formas, dentre elas, na realização de estatísticas de visitação, em que unifica mensalmente as estatísticas diárias de visitação dos museus próprios, coletadas mediante livro de visitas e agendamentos escolares. Tais estatísticas são encaminhadas ao Observatório do Turismo, vinculado à Secretaria de Esporte, Turismo e Lazer. No exercício, em comparação a 2015, houve um aumento na proporção de 10% em relação às visitas aos museus próprios desta secretaria.

2018

No exercício, a Secretaria de Estado de Cultura atuou nessa gestão atentando para o controle de visitação aos museus, próprios desta unidade, através de assinaturas nos livros de controle disponibilizados em cada museu, havendo um aumento de 30% no percentual de visitação.

12. Restauro e pequenas intervenções em bens tombados (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

Restauro do mobiliário do Museu Histórico e Artístico de Planaltina: a secretaria buscou apoio do IPHAN-DF para a execução e, em 29 de setembro de 2017, realizou reunião com representantes daquele instituto e do Instituto Federal de Brasília (IFB) - Campus Samambaia para estabelecer parceria para desinfestação e restauro do acervo do museu. O IFB se prontificou a fazer a desinfestação imediata do acervo sem custos. A retirada do material infestado foi realizada em 19 de outubro e entregue na sede do IFB - Samambaia no mesmo dia, com a supervisão desta Unidade. As peças receberam o tratamento imediato. O IFB prontificou-se ainda a realizar o restauro das peças desde que fosse providenciado o material necessário. A secretaria fez então gestões junto à Administração de Planaltina para solicitar recursos visando aquisição dos materiais. A administração aguarda o desbloqueio dos recursos para proceder à aquisição do material do restauro do mobiliário.

2018

Houve restauro do mobiliário do Museu de Planaltina e do mobiliário do Instituto Federal de Brasília - IFB Campus de Samambaia, bem como intervenção no acervo do Memorial dos Povos Indígenas - MPI, em conjunto com a equipe do CTI. O início das intervenções se deu de acordo com o plano de trabalho visando as seguintes ações: documentação fotográfica, higienização, acondicionamento, organização da Reserva Técnica. O objetivo foi alcançado com êxito para o proposto na meta.

13. Restauro e manutenção de peças de acervo ou bens integrados à edificação tombada (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

A SEC realizou higienização, catalogação e disponibilização do acervo documental da sede em parceria com a UNB; executou também serviços de restauro e recomposição de diversos itens da exposição permanente do Museu do Catetinho, tais como: o traje do ex-presidente Juscelino Kubitschek, o sofá e diversos itens do cenário da cozinha.

2018

No exercício, a SEC restaurou o mobiliário do Museu de Planaltina e o mobiliário do IFB, campus de Samambaia, alcançando o objetivo proposto na meta com êxito.

14. Implantação de novo projeto expográfico para o Museu do Catetinho e para o Museu Vivo da Memória Candanga (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

FAC Patrimônio: como resultado de estreito e profícuo diálogo estabelecido internamente na SEC ficou acordado o aumento do volume de recursos para a linha de patrimônio no edital do FAC Áreas Culturais. Assim, no edital nº 3/2017, lançado em 25 de agosto o volume para a área de patrimônio multiplicou e criou-se uma sublinha específica e inédita para expografia e acervos museológicos.

2018

Não houve realização; objetivo, portanto, não alcançado.

15. Reforma da maquete do Espaço Lúcio Costa (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

Não houve.

2018

A Secretaria de Estado de Cultura atuou com uma vistoria prévia e um diagnóstico de conservação da maquete do Espaço Lúcio Costa; na elaboração do levantamento e diagnóstico de restauro, com 400 páginas, documento que subsidiou a intervenção de restauro; no planejamento de todas as ações correlatas; no levantamento de orçamento estimado para a execução do serviço; levantamento de empresas de confecção e restauração de maquete; elaboração da Nota Técnica e do Termo de Referência para contratação dos serviços. No entanto, não houve proposta adequada ao Termo de Referência e esse processo foi encerrado. Elaborou-se nova TR de compra de material para a equipe da GECOR executar a higienização e o restauro da maquete atuando-se novo processo. Reformou-se o rebaixo do piso que abriga a maquete, porém esta secretaria está aguardando a aquisição de materiais para o restauro. Considera-se o alcance parcial da meta.

16. Reforma da Pira do Panteão da Pátria (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

A Secretaria de Estado de Cultura solicitou apoio da Casa Militar e da Defesa Civil visando elaboração do projeto básico para licitação de reforma da pira. O resultado dessa licitação foi publicado em 18 de dezembro de 2017, para execução em 2018. Não atingiu o objetivo da meta.

2018

Interditada por dois anos, após constatação de vazamento de gás, a Pira do Panteão da Pátria foi reacesa no dia 22 de outubro de 2018, após passar por um processo amplo e inédito de modernização através de processo licitatório. A obra teve início no mês de março de 2018 e contemplou melhorias relacionadas à segurança e à revitalização estética do monumento. Foi feita troca do sistema de armazenamento e da tubulação para transporte do GLP (gás liquefeito de petróleo), combustível que mantém a chama acesa – por modelos mais seguros e com maior capacidade; modernização do acendedor da chama; além de limpeza completa do revestimento da base, com substituição das pedras quebradas. Como se trata de um patrimônio histórico e cultural de Brasília, o projeto da reforma da Pira do Panteão da Pátria passou pela aprovação dos órgãos de preservação do patrimônio cultural na esfera distrital (Secretaria de Cultura) e federal (Iphan). É a primeira vez, desde a inauguração do Panteão da Pátria em 1986, que a Pira passa por um procedimento completo de reforma. Os reparos se traduzem em mais segurança e eficiência ao sistema de acendimento da chama, preservando a estética original do monumento tombado como símbolo da liberdade e da democracia brasileira. Alcançou-se o objetivo proposto para a meta com êxito.

17. Realização de inventários e planos de preservação de bens tombados como patrimônio cultural do Distrito Federal (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

A secretaria tem participado ativamente dos debates do Conselho, em particular no âmbito das câmaras técnicas sobre o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) e sobre a LUOS - Lei Complementar de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal. Atuou na elaboração de Nota Técnica sobre suas competências e atribuições. A Nota Técnica nº 7 visa

informar as competências nos procedimentos de aprovação/licenciamento de projetos, obras, serviços, eventos, instalação ou retirada de mobiliário urbano (incluindo postes, engenhos publicitários e de comunicação visual, esculturas, vegetação, sinalização de trânsito vertical e horizontal, entre outros) que envolvam bens tombados no DF, além de obras de manutenção de infraestrutura em espaços públicos inseridos em áreas de tutela. O objetivo é prestar orientação a respeito das obrigações anteriores à execução de quaisquer intervenções físicas ou realização de eventos em bens tombados e em suas respectivas áreas de tutela. Atuou na análise de projetos de intervenção em bens tombados e áreas de tutela (Praça das Fontes; Praça Cel. Salviano Monteiro - Planaltina). Realizou vistorias técnicas regulares para monitoramento de bens tombados (Palácio do Planalto; Palácio do Jaburu; Museu do Catetinho; Praça do Relógio - Taguatinga; Museu Histórico de Planaltina; diversos painéis de Athos Bulcão).

2018

Não houve realização, portanto, objetivo não alcançado

18. Realização de inventários e planos de salvaguarda de bens registrados como patrimônio cultural do Distrito Federal (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

Não houve realização.

2018

Não houve realização, portanto, objetivo não alcançado.

19. Elaboração e implantação de planos museológicos e regimentos internos para o Memorial dos Povos Indígenas, Museu do Catetinho e Museu Vivo da Memória Candanga (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

Não houve realização.

2018

A secretaria se empenhou na elaboração do Plano Museológico e do Regimento Interno do Museu dos Povos Indígenas da seguinte forma: realizou o Seminário de Formação, no dia 22/10/2018, com equipe de servidores do MPI, GECOR e funcionário do Centro de Trabalho Indigenista (CTI) - MROSC para discussão sobre Plano Museológico, bem como iniciou a elaboração da redação do texto do Regimento Interno do museu com a colaboração de um consultor PRODOC, regimento este, ainda em andamento. Elaborou-se Nota Técnica e edital para MROSC visando à elaboração do Plano Museológico do Museu Vivo da Memória Candanga - MVMC e do Museu do Catetinho, porém a atividade foi suspensa por indisponibilidade orçamentária no exercício. Considera-se, portanto, que o objetivo foi alcançado em 30% em relação ao previsto até 2019.

20. Realização das Jornadas do Patrimônio (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

A Secretaria de Estado de Cultura atuou na educação patrimonial de diversas formas, dentre elas na realização da "Jornada Internacional: Gestão do Patrimônio Urbano Moderno" em parceria com a Superintendência do IPHAN no DF. O evento ocorreu no Cine Brasília nos dias 21 e 22 de agosto e teve por objetivo aprofundar as discussões sobre os desafios da gestão do patrimônio cultural moderno com convidados internacionais que apresentaram suas experiências relativas aos instrumentos e mecanismos dessa gestão nas cidades de Le Havre (França) e Telavive (Israel), e debate entre o IPHAN-DF, a SEC e outros órgãos do GDF sobre o encaminhamento das questões locais. Atingiu o objetivo da meta.

2018

Nesse exercício, no que concerne à educação patrimonial, dentro do projeto "Jornadas do Patrimônio", o Museu Nacional da República recebeu, de 15 a 17 de agosto, as Jornadas do Patrimônio Cultural, evento realizado em parceria com a Secretaria de Educação, com o objetivo de debater ações de preservação e valorização dos bens culturais do DF como meios de fortalecer a

identidade e a cidadania de diversos segmentos da cidade. Nos três dias de evento, que integrou as comemorações do Dia do Patrimônio Cultural, que se comemora em 17/08, houve uma programação vasta sobre avanços e desafios da gestão compartilhada do patrimônio cultural com mesas redondas; a dimensão imaterial do patrimônio cultural, também com mesas redondas; novas modalidades de gestão e financiamento do patrimônio; educação patrimonial; patrimônio cultura, segurança e acessibilidade. Alcançou-se o objetivo proposto na meta.

21. Realização do Prêmio José Aparecido (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).

2017

A secretaria atuou no fomento e na valorização do patrimônio cultural do DF de diversas formas: na retomada do Prêmio José Aparecido de Oliveira; o prêmio foi instituído pelo Decreto nº 28.379, de 24 de outubro de 2007, DODF nº 206, de 25 de outubro de 2007, cujo objetivo é premiar ações que contribuam para a preservação de Brasília, O Decreto estabelece que o evento contemple duas premiações, para primeiro e segundo colocados, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) respectivamente, além de indicar as instituições que comporão a Comissão Julgadora que fará a escolha da melhor proposta. Desde a sua criação foram realizadas cinco edições do Prêmio José Aparecido de Oliveira, a última delas em 2012. Tendo em vista o interesse da secretaria em retomar a realização do evento no ano em que se comemoram os 30 anos da declaração de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO constatou-se a necessidade de reavaliar os dois decretos acima mencionados. Passados dez anos da criação do evento verificou-se a conveniência de realizar algumas alterações no Decreto para atualizar os valores da premiação, modificar o procedimento de designação da Comissão Julgadora e suprimir a entrega do troféu como parte da premiação. Como resultado elaborou-se minuta de decreto com acompanhamento da Assessoria Jurídica Legislativa da SEC. O Decreto nº 38.669/2017 foi assinado pelo Governador no dia 7 de dezembro, dia em que se completaram 30 anos da declaração de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade. A próxima edição do prêmio, agora em novas bases, deverá ser realizada pela secretaria no primeiro semestre de 2018. Atingiu o objetivo proposto.

2018

Meta atingida no ano anterior, sem nova realização neste exercício.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1742	ESPAÇOS INAUGURADOS (Indicador incluído, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	UNIDADE	0	31/07/2017	0	-	1	1	1	3	2	SUPAC/SECULT/U 16101/OE 2
1743	ESPAÇOS TOMBADOS E REGISTRADOS COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DO DF (Indicador incluído, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	UNIDADE	0	31/07/2017	-	-	1	2	1	1	3	SUPAC/SECULT/U 16101/OE 2
1744	INVENTÁRIOS E PLANOS DE PRESERVAÇÃO DE BENS TOMBADOS REALIZADOS (Indicador incluído, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	UNIDADE	0	31/07/2017	-	-	0	-	1	0	1	SUPAC/SECULT/U 16101/OE 2
1745	INVENTÁRIOS E PLANOS DE SALVAGUARDA DE BENS REGISTRADOS COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DO DF REALIZADO (Indicador incluído, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	UNIDADE	0	31/07/2017	-	-	0	-	1	0	1	SUPAC/SECULT/U 16101/OE 2

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1746	PLANOS MUSEOLÓGICOS E REGIMENTOS INTERNOS EM MUSEUS IMPLANTADOS (Indicador incluído, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	UNIDADE	0	31/07/2017	-	-	0	-	1	0	1	SUPAC/SECULT/U 16101/OE 2
1747	NÚMERO DE VISITANTES AOS MUSEUS PRÓPRIOS AUMENTADO (Indicador incluído, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	%	0	31/07/2017	-	-	5	3,22	5	30	5	SUPAC/SECULT/U 16101/OE 2

Justificativas 2017

Indicador 1742 - Inaugurada a Praça da Cidadania, no dia 29 de julho de 2017, alcançando o objetivo com êxito.

Indicador 1743 - Em 2017, a Comissão Permanente de Análise de Pedidos de Registro e Tombamento, composta por cinco servidores da SEC, deu início ao processo de registro da Praça dos Orixás - Prainha, e do Cine Drive In como patrimônios imateriais do Distrito Federal, contribuindo para o alcance do objetivo proposto que superou o proposto inicialmente.

Indicador 1744 -

Indicador 1745 -

Indicador 1746 -

Indicador 1747 - Em 2017, o total de visitantes aos museus próprios da SEC englobaram 6 (seis) museus, a saber: Complexo Cultural Três Poderes composto do Panteão da Pátria, fechado a partir de julho para manutenção; Espaço Lúcio Costa e o Museu da Cidade; Museu do Catetinho; Memorial dos Povos Indígenas, fechado no mês de maio e em junho não houve visitação; Museu Vivo da Memória Candanga. Alcançou-se o objetivo proposto

Justificativas 2018

Indicador 1742 - Reinauguração do Espaço Cultural Renato Russo - 508 Sul e a inauguração dos Complexos Culturais de Planaltina e de Samambaia, alcançando o objetivo proposto com êxito.

Indicador 1743 - Foi tombado como bem imaterial a Praça dos Orixás - Prainha, alcançando o objetivo com êxito.

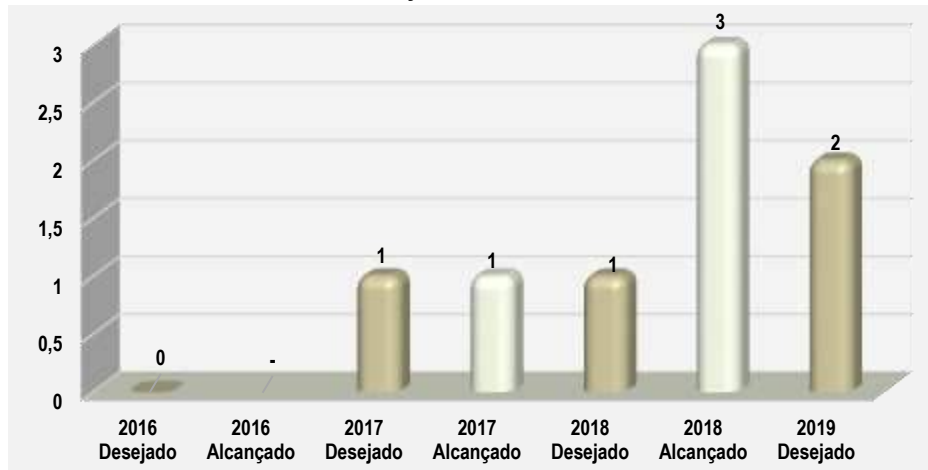
Indicador 1744 - Não houve realização de inventários e planos de preservação de bens tombados, não alcançando portando o objetivo proposto.

Indicador 1745 - Não houve realização de inventários e planos de salvaguarda de bens registrados como patrimônio cultural do DF, não alcançando portando o objetivo proposto.

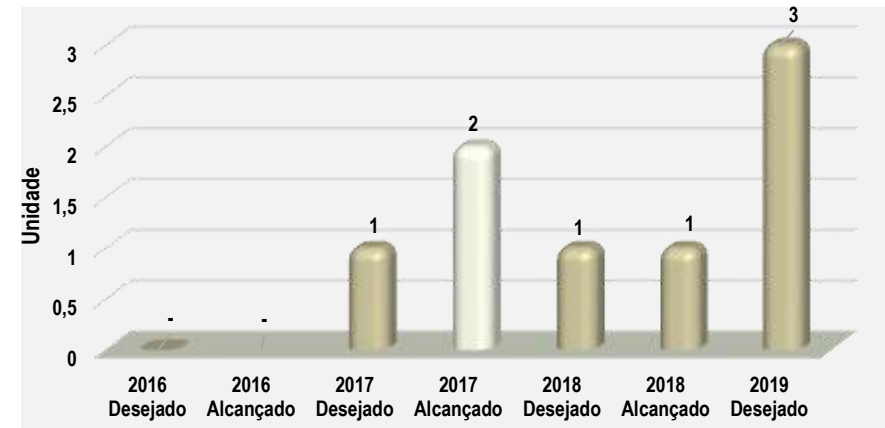
Indicador 1746 - Não houve realização de planos museológicos e regimentos internos em museus implantados, não alcançando portando o objetivo proposto.

Indicador 1747 - O número de visitante aos museus superou o percentual estimado, alcançado o objetivo com êxito.

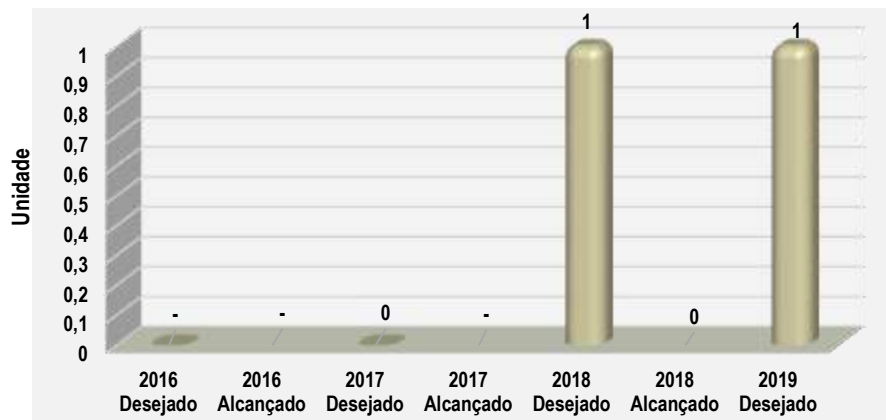
ESPAÇOS INAUGURADOS



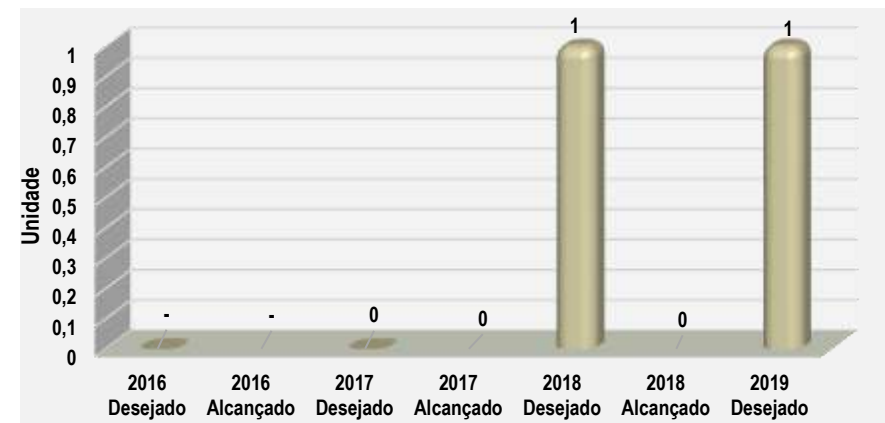
ESPAÇOS TOMBADOS E REGISTRADOS COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DO DF



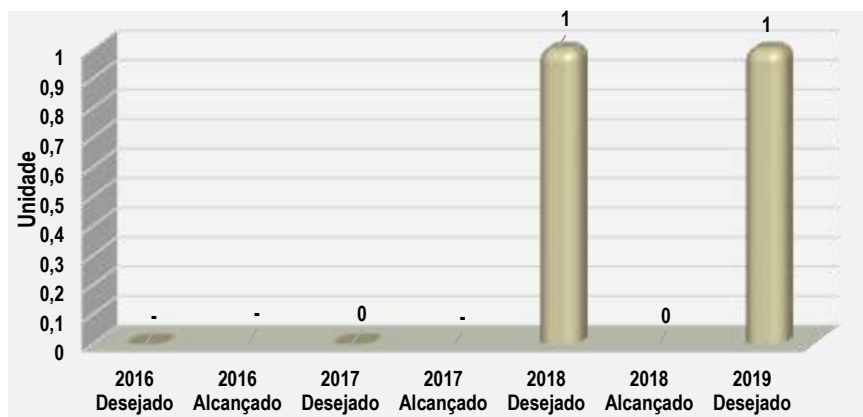
INVENTÁRIOS E PLANOS DE PRESERVAÇÃO DE BENS TOMBADOS REALIZADOS



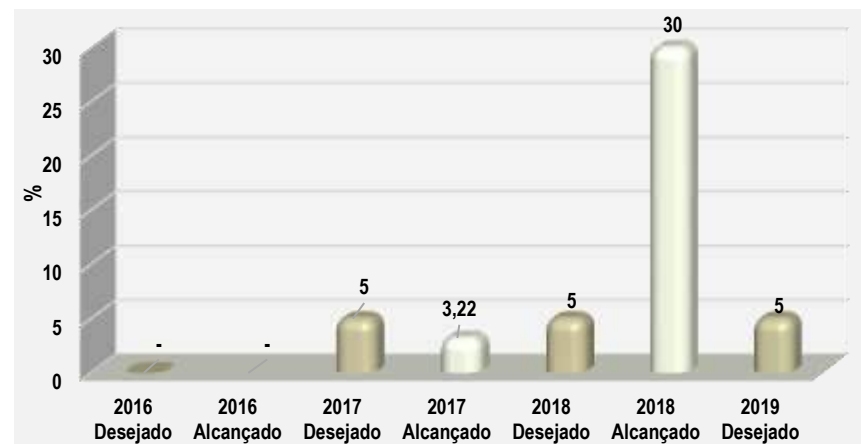
INVENTÁRIOS E PLANOS DE SALVAGUARDA DE BENS REGISTRADOS COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DO DF REALIZADO



PLANOS MUSEOLÓGICOS E REGIMENTOS INTERNOS EM MUSEUS IMPLANTADOS



NÚMERO DE VISITANTES AOS MUSEUS PRÓPRIOS AUMENTADO



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6219	2	1	Revisar Portarias de regulamentação de Tombamento e Registro (CPRT) e elaborar plano de ação para educação patrimonial no DF (Ação alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	100	2017 Elaborado plano de ação para educação patrimonial no DF através da Jornada Internacional: Gestão do Patrimônio Urbano Moderno com o objetivo de aprofundar as discussões sobre os desafios da gestão do Patrimônio Cultural Moderno 2018 Plano de ação elaborado em 2017 dentro do projeto Jornadas do Patrimônio Cultural.
6219	2	2	Elaborar e Executar plano de ação para implementação das políticas nos museus próprios; (SECULT) (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	X	
6219	2	3	Elaboração e implantação da política de acervos da Secretaria de Cultura do DF (Ação alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	0	2017 - Não houve realização. 2018 - Não houve, portanto, objetivo não alcançado.
6219	2	4	Criação do Instituto de Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC). (SECULT) (Ação excluída, conforme Lei de	16101	X	

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			<i>Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>			
6219	2	5	Elaboração e implantação do modelo de reforma, gestão e programação do Teatro Nacional Cláudio Santoro (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	100	<p>2017 Em 2017, a secretaria realizou diálogos com entidades e assinou um acordo de cooperação com o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) para custeio do estudo de adequação do projeto executivo, cujo estudo é realizado pelo escritório de arquitetura Acunha Solé, responsável pelo projeto original. A secretaria iniciou contatos com o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (Unops) com o intuito de solucionar necessidades técnicas como a elaboração de projeto estrutural, estudos e análises sobre possíveis modelos de gestão e financiamento para a obra. Com isso o projeto de reforma foi incluído no escopo do acordo entre a Unops e a Unidade de Parcerias Público-Privadas da Secretaria de Fazenda. Entre os dias 24 e 26/10/2017 o Secretário de Estado de Cultura viajou ao Rio de Janeiro para prospectar parceiros e patrocinadores visando chamamento público, para a reforma do Teatro Nacional. A viagem objetivou promover e divulgar entre interlocutores relevantes o modelo de parcerias MROSC desenvolvido e aplicado pela SEC. Em 20 de outubro, a SEC lançou edital de seleção de Organização da Sociedade Civil para parceria na reforma do espaço. O vencedor do certame foi o Instituto Pedra, que captará recursos via Lei Rouanet e executará a reforma da sala Martins Penna, prevista para início de 2018.</p> <p>2018 Acordo realizado integralmente em 2017, porém, aguardando recurso orçamentário/financeiro para execução.</p>

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

2016/2018

No exercício 2016, cumprindo-se parte desses objetivos, houve a participação de servidores no Conselho Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial e Metropolitano (CCPPTM), órgão colegiado de caráter permanente que tem por finalidade contribuir no processo decisório e na implementação das políticas de preservação e do planejamento metropolitano. Coordenado pela SEGETH, o CCPPTM é composto por 64 conselheiros do governo e da sociedade civil.

A Secretaria de Estado de Cultura, no âmbito do CCPPTM, tem participado ativamente nos debates do Conselho, em particular no âmbito das câmaras técnicas sobre o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) e sobre a LUOS - Lei Complementar de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal; com as vistorias técnicas para monitoramento de bens tombados em âmbito distrital intensificou-se o trabalho nos museus e próprios culturais.

Técnicos da SEC fizeram vistorias em diversos bens culturais, bem como nas igrejas São Geraldo, no Paranoá, e São José Operário, na Candangolândia, e foram elaborados relatórios contendo todas as recomendações que visem à preservação dos bens, encaminhando-os à Cúria Metropolitana de Brasília.

Bem se sabe que os bens mobiliários dos museus e demais próprios culturais da Secretaria de Estado de Cultura necessitam de restauro permanente em virtude da idade já bastante avançada. No exercício 2016 houve a restauração do mobiliário do Museu Histórico e Artístico de Planaltina retornando à sociedade um bem material renovado, sendo ainda elaborado o projeto básico acompanhado de laudos técnicos essenciais e necessários à conservação e ao mapeamento de danos das inúmeras peças descritas e que são parte integrante do patrimônio histórico e artístico do DF.

Visando iniciativas de tombamento e registro de bens materiais e imateriais do DF, foi instituída a Comissão Permanente de Análise de Pedidos de Registro e Tombamento (CPRT) conduzida por cinco servidores e com a responsabilidade de instruir todos os processos referentes ao patrimônio cultural, bem como de se pronunciar sobre assuntos que se referem a ele. Os processos de tombamento referem-se à declaração de um bem como patrimônio material e os de registro de um bem como patrimônio imaterial. No exercício 2016, foi instruído o processo de

tombamento da Casa do Artesão (antigo Paço Municipal) de Planaltina, no entanto, o encaminhamento do processo foi suspenso ao se tomar conhecimento da decisão judicial que retira do Governo do Distrito Federal a jurisdição administrativa sobre o Setor Tradicional de Planaltina, onde se encontra o referido imóvel.

Está em fase final de instrução o processo de tombamento da Fazenda Velha, casarão rural da segunda metade do século XIX situado na zona rural de Sobradinho. Encontra-se em estudo também um plano de gestão para o imóvel, de modo a viabilizar sua preservação diante da forte pressão imobiliária da região.

Em 2016, intensificou-se o compromisso da Secretaria de Cultura com a reabertura e revitalização dos espaços culturais do Distrito Federal. Em setembro de 2016 teve início à obra de readequação do Espaço Cultural Renato Russo, fechado desde janeiro de 2014. A obra está sendo executada com recursos da TERRACAP, fiscalização da NOVACAP e acompanhamento de técnico da SEC. A previsão de reabertura do equipamento é para o primeiro semestre de 2017. Continua em andamento a obra de readequação do Centro de Dança, iniciada em outubro de 2014 e realizada por meio de parceria entre a TERRACAP, a NOVACAP e a Secretaria de Cultura. A SEC desenvolveu o projeto de reforma, compatibilizando a arquitetura e propondo soluções, e segue alocando técnico responsável que tem acompanhado a execução da obra. A previsão de reabertura do equipamento é no primeiro semestre de 2017. Visando ainda a recuperação do Conjunto Fazendinha (Vila Planalto), a SEC desenvolveu projetos de restauro para duas das cinco casas do Conjunto Fazendinha, no âmbito do Plano de Ação para a Vila Planalto e de forma a atender à Notificação n.º 3/2015, expedida pela 1ª Prourb/MPDFT por meio do Ofício n.º 146/2015–PGJ–MPDFT. A elaboração dos projetos executivos contou com o apoio da SEGETH e da NOVACAP; realizou-se projeto básico para ampliação do estacionamento da Biblioteca Nacional e do Museu Nacional com abertura de entrada no Eixo Monumental. O projeto foi encaminhado para a NOVACAP em junho de 2016 para a elaboração de projeto executivo. Considerando-se todas essas realizações no exercício 2016 para o objetivo específico em questão, alcançou-se parcialmente o objetivo nas ações propostas.

Em 2018, ocorreu a reabertura do Foyer da Sala Vila Lobos do Teatro Nacional Cláudio Santoro, após todas as providências tomadas em relação à segurança contra incêndios e outros; iniciou-se o processo de registro da Praça dos Orixás - Prainha, bem como do Cine Drive In como patrimônios imateriais do Distrito Federal, com a participação do Conselho Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial e Metropolitano (CCPPTM), órgão colegiado de caráter permanente que tem por finalidade contribuir no processo decisório e na implementação das políticas de preservação e do planejamento metropolitano, coordenado pela SEGETH. Foi assinado o Termo de Colaboração entre o CTI e a Secretaria de Estado de Cultura para a execução do projeto "Preservação e Revitalização do Memorial dos Povos Indígenas", pelo prazo de 2 anos. A secretaria contratou ainda serviços de consultoria visando à elaboração de um plano museológico, com suporte metodológico visando a organização do Seminário de Revisão Institucional do Museu dos Povos Indígenas - MPI, para elaboração dialógica de proposta de linhas gerais do plano de gestão museológica, debatendo sobre escopo e abrangência, linhas narrativas, abordagem e conteúdo do MPI, chegando assim à reformulação de sua missão e visão institucional, valores e objetivos. A SEC realizou restauros em alguns próprios culturais; higienização, catalogação e disponibilização do acervo documental da sede em parceria com a UNB; atuou na educação patrimonial com a realização da "Jornada Internacional: Gestão do Patrimônio Urbano Moderno" em parceria com a Superintendência do IPHAN no DF visando aprofundar as discussões sobre os desafios da gestão do patrimônio cultural moderno. A secretaria retomou o Prêmio José Aparecido de Oliveira, instituído pelo Decreto nº 28.379, de 24 de outubro de 2007, cujo objetivo é premiar ações que contribuam para a preservação de Brasília. Atingiu o objetivo proposto para algumas metas, sendo algumas iniciadas para dar continuidade em 2018.

No exercício de 2018, dentre as realizações da Secretaria de Estado de Cultura que contribuíram para o objetivo específico visando obter êxito em relação às estratégias de gestão, na ampliação de espaços próprios da SEC, na implementação de ações de restauro, bem como no trabalho de implementação de inventários, Planos Museológicos, Regimentos internos e outros, incluíram-se as seguintes ações: reabertura de 3 (três) espaços culturais próprios que estavam fechados para reforma: o Centro de Danças do DF; o Espaço Cultural Renato Russo - 508 Sul, e a biblioteca pública da 311/312 Sul para melhor atender à população do Distrito Federal. Em meio à finalização das obras, a população do Distrito Federal foi convidada a opinar sobre a ocupação e a programação do Espaço Cultural Renato Russo, em dois momentos: consulta on-line e audiência pública, realizadas nos meses de março e abril de 2018. Foram recebidas 437 contribuições, sendo 378 na enquete de perguntas e 59 sobre os eixos e diretrizes. Todas as contribuições recebidas pela Secretaria de Estado de Cultura nas consultas públicas foram avaliadas e levadas em consideração na elaboração do documento de Diretrizes de Uso e Ocupação do Espaço Cultural Renato Russo. Essas diretrizes vão nortear o plano de trabalho da organização da sociedade civil selecionada por meio de chamamento público para proceder à gestão do equipamento cultural com programação adequada conforme a demanda artística, bem como com a participação da população. A ampla reforma da Pira do Panteão da Pátria contribuiu também para o objetivo necessitando passar pela aprovação, tanto da Secretaria de Estado de Cultura como do IPHAN por se

tratar de um patrimônio histórico e cultural de Brasília; a reforma do Centro de Dança que incluiu reinstalações, grandes e pequenas reformas e construções, bem como a renovação de todo o sistema elétrico e hidráulico dentre outros também representou uma grande realização em 2018, tendo em vista esse espaço encontrar-se fechado durante um período longo de tempo. A ação foi lastreada pelo Plano de Cultura do DF, anexo da Lei Orgânica da Cultura, em especial a função de articular e garantir a finalização de construção ou reforma dos equipamentos culturais próprios no Distrito Federal. Outro aspecto que contribuiu para realização do objetivo específico foi o registro da Praça dos Orixás - Prainha e da Festa de Iemanjá como patrimônios culturais imateriais através da Comissão Permanente de Análise de Pedidos de Registro e Tombamento de bens; promoveram-se ações de gestão para implementação do Plano de Preservação do Memorial dos Povos Indígenas - Plano Museológico, bem como a criação do Regimento Interno do Museu. Desta forma, o objetivo foi alcançado com êxito.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

003 – DESENVOLVIMENTO PARA AS ARTES: Ampliar e proteger os recursos para fomento e incentivo a produções artísticas e culturais, inclusive de pesquisa, experimentais, tradicionais e aquelas historicamente excluídas, por meio da formulação de uma política inovadora, participativa e integrada para as artes, que contemple a produção, o acesso, a difusão, a promoção e a circulação das mais diversas linguagens em todas as regiões do DF.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECIFICO:

16.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL - SECULT

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6219	CAPITAL CULTURAL	3	1	Criação da Fundação das Artes de Brasília [2016], com foco em Promoção, Marketing, e difusão da Cultura do Distrito Federal; (SECULT) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X
6219	CAPITAL CULTURAL	3	2	Ampliação da Fundação [2017] com atendimento a 03 setoriais: Artes do Espetáculo, Música, Audiovisual e Fotografia; (SECULT) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X
6219	CAPITAL CULTURAL	3	3	Ampliação da Fundação [2018] com atendimento a 06 setoriais: Artes do Espetáculo; Música; Audiovisual e Fotografia; Cultura Popular, Artesanato e Circo; Cultura Urbana e Afrobrasileira; Livro, Leitura e Literatura; (SECULT) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X
6219	CAPITAL CULTURAL	3	4	Ampliação da Fundação [2019] com atendimento a 8 setoriais: Artes do Espetáculo; Música; Audiovisual e Fotografia; Cultura Popular, Artesanato e Circo; Cultura Urbana e Afrobrasileira; Livro, Leitura e Literatura; Design de Moda, Gráfico, de Objetos; Arte e Tecnologia (jogos e aplicativos). (SECULT) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X
6219	CAPITAL CULTURAL	3	5	Ampliação da Carteira de empresas incentivadoras da Lei de Incentivo à Cultura – LIC (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0	0		0,0
6219	CAPITAL CULTURAL	3	6	Apoio a manutenção, revitalização, salvaguarda e uso do Patrimônio Cultural da Cidade com a LIC (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0	0		0,0
6219	CAPITAL CULTURAL	3	7	Patrocinar 150 projetos culturais por meio do programa Conexão Cultural DF, conforme as seguintes linhas de apoio: Participação em eventos; Circulação Nacional, Internacional ou mista; e concessão de bolsa de estudo, capacitação, pesquisa e residência e intercâmbio, por meio do Fundo de Apoio à Cultura (FAC) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	150	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	93	263		175,3
6219	CAPITAL CULTURAL	3	8	Patrocinar 1.436 projetos culturais por meio dos Editais do Fundo de Apoio a Cultura (FAC) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	1436	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	381	848		59,1
6219	CAPITAL	3	9	Premiar 240 personalidades, grupos, organizações artísticas de significante contribuição para	240	UNID	ACUM	MAIOR,	-	60	137		57,1

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
	CULTURAL			estabelecimento e consolidação da identidade cultural do Distrito Federal com vistas ao reconhecimento e recebimento de prêmios honoríficos por meio dos recursos do Fundo de Apoio a Cultura (FAC) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)				MELHOR					

Análise Qualitativa

1. Criação da Fundação das Artes de Brasília [2016], com foco em Promoção, Marketing, e difusão da Cultura do Distrito Federal (SECULT). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

Não houve realização.

2. Ampliação da Fundação [2017] com atendimento a 03 setoriais: Artes do Espetáculo, Música, Audiovisual e Fotografia (SECULT). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

Não houve realização.

3. Ampliação da Fundação [2018] com atendimento a 06 setoriais: Artes do Espetáculo; Música; Audiovisual e Fotografia; Cultura Popular, Artesanato e Circo; Cultura Urbana e Afrobrasileira; Livro, Leitura e Literatura (SECULT). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

Não houve realização.

4. Ampliação da Fundação [2019] com atendimento a 8 setoriais: Artes do Espetáculo; Música; Audiovisual e Fotografia; Cultura Popular, Artesanato e Circo; Cultura Urbana e Afrobrasileira; Livro, Leitura e Literatura; Design de Moda, Gráfico, de Objetos; Arte e Tecnologia(jogos e aplicativos) (SECULT). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

Não houve realização.

5. Ampliação da Carteira de empresas incentivadoras da Lei de Incentivo à Cultura – LIC (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

Não houve realização.

2018

Não houve realização.

6. Apoio a manutenção, revitalização, salvaguarda e uso do Patrimônio Cultural da Cidade com a LIC (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

Criação de uma portaria para incentivo a projetos voltados ao patrimônio. Tais projetos deverão se enquadrar na Portaria SEC nº 103, de 05 de abril de 2017, que trata de incentivo fiscal a projetos voltados ao patrimônio histórico e artístico do DF. Paralelamente, a secretaria realizou diversas reuniões de trabalho com intuito de definir as rotinas e os procedimentos administrativos a serem aplicados aos projetos da LIC que versam sobre reforma, restauro e manutenção de patrimônio material.

2018

Não houve realização.

7. Patrocinar 150 projetos culturais por meio do programa Conexão Cultural DF, conforme as seguintes linhas de apoio: Participação em eventos; Circulação Nacional, Internacional ou mista; e concessão de bolsa de estudo, capacitação, pesquisa e residência e intercâmbio, por meio do Fundo de Apoio à Cultura (FAC). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

Além dos projetos selecionados e apoiados através dos editais, o FAC apoia ações de difusão e Intercâmbio através do programa permanente Conexão FAC. O Programa instituído desde 2011, passou por uma reestruturação em 2016, após a publicação da Resolução nº3/2016 do Conselho de Cultura do DF. O Programa tem como objetivos: I – ampliar a oferta e a fruição dos bens e serviços culturais e criativos; II - possibilitar a adoção de mecanismos de promoção, circulação e distribuição dos bens e serviços culturais produzidos no Distrito Federal a outras regiões do país e do mundo, privilegiando-se a América Latina; III – facilitar e promover a participação de artistas, produtores, empreendedores e grupos artísticos e culturais em eventos nacionais e internacionais; IV – estimular o intercâmbio de conhecimento entre agentes do DF e seus pares nacionais e internacionais; V – estimular o empreendedorismo cultural, inserindo bens e serviços culturais e criativos no mercado nacional e internacional; VI – fortalecer a formação e capacitação artística e cultural dos agentes do Distrito Federal; VII - produzir, estimular e divulgar dados e informações estratégicas para a promoção de agentes, bens e serviços culturais e criativos, no âmbito nacional e internacional; e VIII - criar plataformas, virtuais e presenciais, de promoção de agentes, bens e serviços culturais e criativos. Os recursos destinados ao Conexão FAC são divididos entre três linhas de apoio: I - Participação em Eventos; II - Circulação Nacional, Internacional ou mista; e III - Concessão de Bolsas de Estudo, Capacitação, Pesquisa e Residência. Em 2017 foram 50 projetos apoiados na linha de participação de eventos, 13 na nova linha de Circulação e 30 na linha de Concessão de Bolsas de Estudo, Capacitação, Pesquisa e Residência. Ao todo o programa beneficiou mais de 300 agentes e entes culturais do Distrito Federal.

2018

A portaria que regulamentava o Programa Conexão Cultura DF foi alterado em abril de 2018 através da Portaria nº 106, que consolidou modalidades e linhas de apoio específicas. Cada projeto inscrito nas linhas de “Circulação Nacional, Internacional ou Mista”, “Participação em Eventos Estratégicos”, “Promoção de Plataformas” e “Intercâmbios e Residências Artísticas”, pode solicitar, no máximo, R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), respeitando os limites por beneficiário de até R\$ 6.000,00 (seis mil reais) para viagens nacionais e até R\$ 12.000,00 (doze mil reais) para viagens internacionais. Na modalidade de estímulo à formação e pesquisa artística e cultural, além dos valores mensais das bolsas de estudo, também existia a possibilidade concessão de apoio às despesas com inscrição, deslocamento e instalação, devendo os valores solicitados para essas despesas respeitarem os limites de até R\$ 6.000,00 (seis mil reais) para bolsas nacionais e até R\$ 12.000,00 (doze mil reais) para bolsas internacionais, sendo que para cursos com período de realização igual ou inferior a 60 dias somente foram custeadas as despesas com inscrição, deslocamento e instalação, devendo ser respeitado o limite mencionado anteriormente.

A inscrição de projetos no Programa Conexão Cultura (Permanente), em 2018, passou a ser realizada por meio do Sistema de Editais do FAC e a seleção contou com as fases de admissibilidade e julgamento de mérito por comissão específica. Foram inscritos no âmbito do programa mais de 290 projetos culturais. Ao longo de 2018, foram contemplados no âmbito do programa 170 projetos, beneficiando mais de 500 agentes culturais.

8. Patrocinar 1.436 projetos culturais por meio dos Editais do Fundo de Apoio à Cultura (FAC). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

O Fundo de Apoio à Cultura – FAC, no exercício de 2017, cumpriu sua finalidade de financiar projetos artísticos e culturais através da contratação e pagamento de projetos contemplados em seleções realizadas por meio de editais lançados nos anos de 2014, 2015 e 2016. Os projetos apoiados pelo FAC em 2017 não se restringiram apenas às produções culturais, foram apoiados também projetos direcionados à formação e qualificação artística e cultural, estímulo ao conhecimento dos bens e valores culturais, manutenção de grupos e espaços culturais, promoção, circulação e difusão da produção cultural do Distrito Federal.

Dos projetos contratados e pagos em 2017, 29 foram contemplados no Edital do FAC nº 1/2015, que teve seu resultado final publicado no dia 2 de fevereiro de 2016. O valor total destinado ao pagamento de projetos contemplados no edital nº 1/2015 foi de R\$ 2,9 milhões.

No dia 11 de outubro de 2016 foi publicado no DODF o resultado final do edital FAC Audiovisual 2016. Esse edital consolidou o Fundo como um dos maiores apoiadores a projetos cinematográficos no país. Foram 71 projetos contemplados em 16 linhas de apoio, um grande salto em relação ao edital anterior, de 2014, quando foram apoiados 48 projetos distribuídos entre 9 linhas de apoio. A contratação e pagamentos dos projetos contemplados neste edital teve início no ano de 2017, foram 65 projetos contratados e pagos durante o exercício.

Em 2017 também foram pagos com recursos do FAC projetos contemplados nos editais FAC Áreas Culturais, FAC Regionalizado, FAC Ocupação e FAC Manutenção de Grupos e Espaços. Lançados em setembro de 2016 e com resultados finais publicados em julho de 2017, os editais apresentaram grandes inovações em relação a editais anteriores do FAC. Foram pagos em 2017 o total de 281 projetos contemplados no bloco de editais composto pelos Editais FAC Áreas Culturais, FAC Regionalizado, FAC Ocupação e FAC Manutenção de Grupos e Espaços, totalizando um investimento de R\$ 22,5 milhões.

No ano de 2017, também foram pagas a segunda parcela do apoio financeiro a seis projetos de grupos ou espaços contemplados no Edital de Manutenção de Grupos e Espaços nº12/2014.

2018

No ano de 2018 foram apoiados com recursos do FAC mais de 460 projetos culturais contemplados por meio dos seguintes editais: Editais nº 12/2014, nº 5/2016 e nº6/2017 - FAC Manutenção de Grupo e Espaços Culturais; Editais nº 2/2016 e nº 4/2017 - FAC Regionalizado; Editais nº 3/2016 e 5/2017 - FAC Ocupação; Editais nº 4/2016 e 3/2017 - FAC Áreas Culturais; e Edital nº 2/2017 - FAC Audiovisual . Ao todo foi aplicado mais de R\$46 milhões em apoio a projetos culturais com recursos do FAC no ano de 2018.

9. Premiar 240 personalidades, grupos, organizações artísticas de significativa contribuição para estabelecimento e consolidação da identidade cultural do Distrito Federal com vistas ao reconhecimento e recebimento de prêmios honoríficos por meio dos recursos do Fundo de Apoio a Cultura (FAC). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).

2017

Iniciativa inédita da Secretaria de Cultura, os Editais de Prêmios do FAC tiveram seus resultados publicados em abril de 2017 e contemplaram 70 artistas, grupos ou coletivos da cidade por contribuições importantes para a formação da identidade local e para a consolidação das expressões artísticas no DF no hip-hop, na equidade de gênero e nas culturas popular e afro-brasileiras. Cada artista recebeu R\$ 15 mil e um troféu, que foi entregue em evento realizado na Casa do Cantador em Ceilândia, como parte das atividades do Encontro da Rede de Pontos e Pontões de Cultura do DF realizado nos dias 13, 15 e 16 de abril. Dos 70 prêmios, 60 foram pagos em 2017.

2018

Em 2018, foram lançados dois editais de Premiação, Edital de Prêmio Cultura e Cidadania e Edital de Prêmio Cultura Viva.

O Prêmio “Cultura e Cidadania” está em sua segunda edição. Em comparação ao ano de 2017, foram previstas novas categorias, como as voltadas para Cultura Cigana e para Cultura Indígena. O Edital 2018 premiou cerca de 87 agentes culturais, entre pessoas físicas e jurídicas, nas seguintes categorias: Equidade de gêneros na cultura, Cultura LGBTI, Culturas afro-brasileiras, Cultura HIP HOP, Culturas indígenas, Arte inclusiva, Acessibilidade Cultural, Culturas Ciganas e Culturas populares saberes e fazeres das culturas populares tradicionais - Mestras e Mestres dos Saberes e Fazeres das Culturas Populares e Tradicionais. O valor previsto no edital foi de R\$ 1.305.000,00. O processo de seleção contou com a fase de admissibilidade e avaliação de mérito cultural, coordenada pela Diretoria de Implementação de Modalidades de Fomento Cultural da SUFIC. Estamos na fase de pagamento dos premiados.

O Edital de Prêmio “Cultura Viva” premiou os pontos e os pontões de cultura e teve por objeto chamamento público para a seleção de agentes culturais de base comunitária que prestaram relevante contribuição ao desenvolvimento artístico ou cultural do Distrito Federal através de iniciativas relacionadas aos princípios e objetivos da Política Distrital Cultura Viva, Portaria nº 109/2018. Ao todo foram contemplados cerca de 40 agentes culturais, tendo sido aportado o valor total de R\$ 600.000,00. O processo de seleção contou com a fase de admissibilidade e avaliação de mérito cultural, coordenado pela Subsecretaria de Diversidade e Cidadania, ficando a cargo da Subsecretaria de Fomento e Incentivo Cultural, realizar os pagamentos para os premiados.

Até o fim de 2018 foram efetivamente pagos 77 premiados através dos editais "Cultura e Cidadania" e "Cultura Viva", totalizando um montante de R\$ 930 mil. Os premiados que não foram pagos em 2018 serão pagos no ano de 2019.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1748	PROJETOS APOIADOS PELO FAC <i>(Indicador incluído, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	UNIDADE	0	31/07/2017	-	-	33	33	39	39	40	SUFIC/SECULT/U 16903/OE 3
1749	POLÍTICAS SETORIAIS INSTITUCIONALIZADAS	UNIDADE	0	31/07/2017	-	-	3	2	3	5	0	SPDPC/GAB/SECU 16101/OE 3

Justificativas 2017

Indicador 1748 – Indicador 1748 No exercício de 2017, o Fundo de Apoio a Cultura atingiu a meta prevista/desejada de concessão de apoio financeiro a 33 projetos no programa projeto apoiado Cultura Educa que, a partir do exercício atual (2018), passou a ter a denominação de Programa Conexão FAC.

Indicador 1749 – Indicador 1749 No âmbito do projeto de cooperação 914BRZ4020: "Fortalecimento e modernização das políticas públicas de cultura no DF", firmado entre a Secretaria de Estado de Cultura e a UNESCO, foram contratadas 2 (duas) consultorias para elaboração de planos de desenvolvimento de setores econômicos da cultura, relacionados aos campos socioproductivos da música e audiovisual. As consultorias serão desenvolvidas entre janeiro e setembro de 2018.

Justificativas 2018

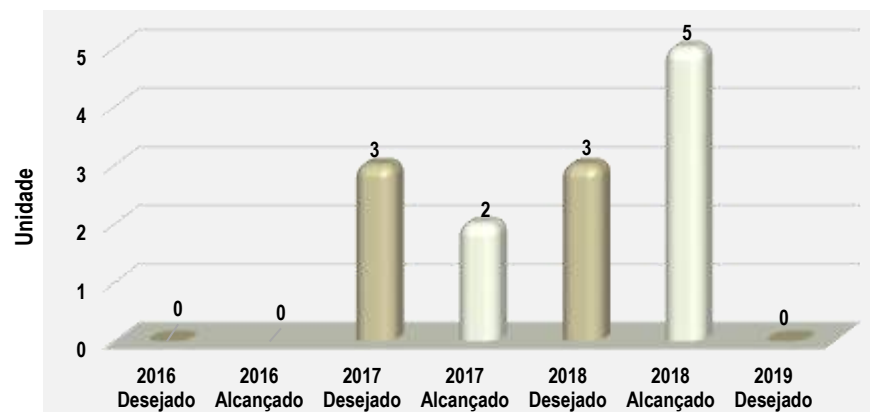
Indicador 1748 - Informamos que o indicador nº 1748 com a denominação Projetos Apoiado pelo FAC, está errado pois na realidade o indicador refere-se a projeto apoiados dentro do Programa Conexão FAC. dessa forma solicitamos fazer a devida correção. Então sendo o Programa Conexão FAC, o mesmo atingiu o índice desejado.

Indicador 1749 - A Secretaria atuou no lançamento das seguintes políticas culturais institucionalizadas: audivisual; leitura, escrita e oralidade; música; artes visuais e teatro, alcançando o objetivo com êxito.

PROJETOS APOIADOS PELO FAC



POLÍTICAS SETORIAIS INSTITUCIONALIZADAS



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6219	3	1	Articulação dos Colegiados Setoriais (SECULT) (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	X	
6219	3	2	Implantação de um sistema informatizado da SEF junto à SEC para habilitação e abatimento fiscal das incentivadoras (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	0	2017 - Não houve realização. 2018 - A SEC elaborou e publicou a Portaria nº 253, de 13/08/2018 visando estabelecer procedimentos para a execução dos projetos culturais aprovados no âmbito do Programa de Incentivo Fiscal previsto na Lei Complementar nº 934, de 07/12/2017, que instituiu a Lei Orgânica da Cultura. Em parceria com a Unesco, a secretaria lançou um estudo propositivo de metodologia de execução de campanhas digitais específicas sobre a implantação das inovações da Lei Orgânica da Cultura relacionadas à dinamização dos equipamentos públicos de cultura e às estratégias de captação de recursos para sua manutenção, com destaque para o Fundo de Política Cultural e os mecanismos de incentivo fiscal e patrocínio direto.
6219	3	3	Prospecção de novas incentivadoras por segmento empresarial (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	0	2017 - Não houve realização. 2018 - Não houve realização.
6219	3	4	Proporcionar maior segurança jurídica para empresas incentivadoras: novo decreto simplificando regras e condições para incentivo (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	50	2017 - Não houve realização. 2018 - a SEC, em parceria com a Unesco, elaborou estudo propositivo de metodologia de execução de campanhas digitais de comunicação específicas sobre a implantação das inovações da Lei Orgânica da Cultura relacionadas à desburocratização do fomento à cultura e à consolidação das normas voltadas à gestão pública cultural no Distrito Federal.
6219	3	5	Criação de linhas de incentivo prioritárias (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	0	2017 - Não houve realização. 2018 - Não houve realização
6219	3	6	Habilitação de todas as empresas do Distrito Federal na Lei de	16101	0	2017 - Não houve realização.

			Incentivo à Cultura – LIC (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)			2018- Não houve realização.
6219	3	7	Institucionalização de políticas de fomento para as diversas expressões artísticas (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	50	2017 - Não houve realização. 2018 -A SEC elaborou portarias normativas referentes à modalidade de fomento para contratações de serviços de natureza artística e cultural - Portaria nº 98, de 9/04/2018, que dispõe sobre a modalidade de que trata o Decreto nº 38.933, de 15/03/18, para contratação desses serviços.
6219	3	8	Ampliação e fortalecimento do Fundo de Apoio à Cultura (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16903	100	2017 Inversão das etapas do processo de seleção, permitindo que os projetos contemplados sejam realmente aqueles que possuem o maior mérito cultural. - Novos critérios de seleção: coerência dos gastos destinados entre o pagamento de profissionais técnicos e artísticos que atuarão no projeto; conformidade da experiência profissional do proponente com as atividades exercidas por ele no projeto; e sensibilização de novos públicos. - Fortalecimento do FAC com garantia expressa em lei de que não pode ser contingenciado e com indicação de calendário anual para os editais. 2018 -a SEC elaborou portarias normativas referentes à modalidade de fomento para contratações de serviços de natureza artística e cultural - Portaria nº 98, de 9/04/2018, que dispõe sobre a modalidade de que trata o Decreto nº 38.933, de 15/03/18, para contratação desses serviços. FAC Publicação do Decreto 38933/2018 que regulamenta o regime jurídico de fomento à cultura do DF - Publicação da Portaria nº 106/2018 que alterou a portaria nº 158/2018 que institui o Programa Conexão Cultura DF, para promoção e difusão nacional e internacional da arte e cultura do DF
6219	3	9	Institucionalização, requalificação e aprimoramento técnico da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	50	2017 - Não houve realização. 2018- a SEC elaborou a minuta da Portaria que institui o Regimento Interno da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro que se encontra em fase de deliberação. Foi elaborado relatório de diagnóstico e prognóstico final da consultoria da Unesco sobre o regramento dos equipamentos culturais, dentre eles a orquestra sinfônica
6219	3	10	Institucionalização, requalificação e aprimoramento técnico da Rádio Cultura (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	50	2017 - Não houve realização. 2018- a SEC elaborou a Portaria nº 299, de 5/09/18, que altera a redação da Portaria nº 197, de 05/07/17, que institui a política de valorização da Rádio Cultura. Elaborou também a Portaria nº 372, de 24/10/18, que institui o Regimento Interno do Conselho Curatorial da Rádio Cultura.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

2016/2018

FAC

Os editais FAC Áreas Culturais, FAC Regionalizado, FAC Ocupação e FAC Manutenção de Grupos e Espaços, lançados em setembro de 2016 e com resultados finais publicados em julho de 2017, apresentaram grandes inovações em relação a editais anteriores do FAC. O inédito edital FAC Regionalizado contemplou projetos artísticos e culturais apresentados e realizados por artistas locais de diversas regiões administrativas do DF, sendo um grande avanço na gestão dos recursos do FAC, uma vez que pela primeira vez na história, o Fundo priorizou efetivamente a descentralização dos recursos, historicamente concentrados em atividades no Plano Piloto, além do fortalecimento da cena artística das diversas regiões administrativas do DF. O Edital FAC Ocupação, que distribuiu seus recursos entre as Categorias de Cultura e Cidadania, Cultura Educa, Cultura nos Parques e Ocupação Cultural de Espaços e Equipamentos Públicos, pela primeira vez

estimulou a realização de projetos culturais no âmbito da valorização do patrimônio cultural, do meio ambiente, direitos humanos e educação. O edital FAC Manutenção de Grupos e Espaços contemplou projetos de Grupos Artísticos e Espaços Culturais do DF, tendo como grande diferencial proporcionar aos grupos ou espaços contemplados a garantia de aporte de recursos durante dois anos consecutivos para manutenção e desenvolvimento de suas atividades, contribuindo para sustentabilidade do trabalho de coletivos e espaços culturais. Fechando o bloco, o já tradicional edital FAC Áreas Culturais, disponibilizou linhas de apoio estruturadas em torno das diversas linguagens artísticas: Artes Visuais, Fotografia, Artesanato, Circo, Cultura Popular, Dança, Design e Moda, Livro e Leitura, Música, Ópera, Patrimônio, Radiodifusão e Teatro.

Outro fator relevante foi a sanção pelo governador, em dezembro de 2017, da Lei Orgânica da Cultura do Distrito Federal (LOC). Elaborada pelo Executivo em parceria com a sociedade, a Lei atendeu a uma demanda histórica da categoria de entes e agentes culturais. Entre os avanços da norma está o fortalecimento do FAC, com a garantia expressa de não contingenciamento do Fundo e indicação de calendário anual para os editais.

Em março de 2018 com a publicação do Decreto 38.933/2018 foi dado um grande passo para a ampliação da produção e acesso à cultura no Distrito Federal. O decreto diversifica as fontes de fomento, cria normas simplificadas, agiliza o tramite de processos e foca no cumprimento do objeto, contribuindo para o processo de democratização do acesso da classe artística aos mecanismos de financiamento

Em abril de 2018 O premiado programa Conexão Cultura, que investe na promoção, difusão e intercâmbio das produções culturais realizadas por artistas do Distrito Federal, teve a sua regulamentação atualizada., trazendo como principais avanços a criação de novas linhas de apoio e a desburocratização dos mecanismos de repasse dos recursos financeiros.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

004 – DIVERCIDADES: Potencializar as iniciativas culturais de grupos e comunidades historicamente desassistidas pelo Estado, principalmente na forma de premiações e no apoio aos projetos de espaços culturais denominados Pontos de Cultura e suas unidades de articulação e mobilização, dentro de uma política transversal de valorização e promoção da cidadania, do protagonismo e da diversidade cultural no DF.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECIFICO:

16.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL - SECULT

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6219	CAPITAL CULTURAL	4	1	Ampliar a atuação junto aos grupos culturais historicamente excluídos, bem como nos territórios de vulnerabilidade, por meio de premiações, capacitações e realização/apoio a eventos culturais de base comunitária (SECULT); (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	100		100,0
6219	CAPITAL CULTURAL	4	2	Criar política de promoção, valorização e fortalecimento das culturas populares, identitárias e tradicionais do DF; (SECULT)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	100		100,0
6219	CAPITAL CULTURAL	4	3	Ampliar em 100% o investimento e o reconhecimento de espaços, pontos de cultura, redes e circuitos culturais, até 2019; (SECULT)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	4	4	100		100,0
6219	CAPITAL CULTURAL	4	4	Ampliar em 30% o apoio a eventos, atividades e iniciativas culturais de base comunitária, até 2019; (SECULT)	30	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	18,5		61,7
6219	CAPITAL CULTURAL	4	5	Reconhecer e fomentar iniciativas culturais voltadas para o reconhecimento, fomento e promoção da cultura LGBTQ (SECULT); (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	4	4	100		100,0
6219	CAPITAL CULTURAL	4	6	Produzir, entre 2016 e 2017, um mapa da diversidade cultural do Distrito Federal e Região Metropolitana, valorizando as expressões e manifestações culturais e suas identidades históricas e territoriais; (SECULT) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X
6219	CAPITAL CULTURAL	4	7	Realizar 20 eventos culturais de base comunitária; e (SECULT) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	20	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	20	X	X	X	X
6219	CAPITAL CULTURAL	4	8	Apoiar 80 Pontos de Cultura apoiados pela Secretaria de Cultura. (SECULT) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	80	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X
6219	CAPITAL CULTURAL	4	9	Fomentar, valorizar e preservar a cultura e o patrimônio afro-brasileiro através da realização e apoio a projetos específicos (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0	100		100,0
6219	CAPITAL CULTURAL	4	10	Desenvolver e apoiar ações voltadas para o acesso e fruição da produção artística e cultural das pessoas com deficiência (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0	0		0,0

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6219	CAPITAL CULTURAL	4	11	Ampliar o acesso e o fomento à produção artística de jovens e crianças (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0	100		100,0
6219	CAPITAL CULTURAL	4	12	Apoiar pesquisa, investigação e produção de conteúdos sobre o patrimônio cultural imaterial (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0	0		0,0
6219	CAPITAL CULTURAL	4	13	Promover formação e qualificação para agentes culturais (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0	55,5		55,5
6219	CAPITAL CULTURAL	4	14	Ampliar as atividades de estudo, pesquisa e base de dados relacionadas às expressões artísticas e culturais que compõem a diversidade cultural do DF e RIDE (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0	100		100,0

Análise Qualitativa

1. Ampliar a atuação junto aos grupos culturais historicamente excluídos, bem como nos territórios de vulnerabilidade, por meio de premiações, capacitações e realização/apoio a eventos culturais de base comunitária (SECULT). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Não houve realização. Objetivo não alcançado.

2017

Não houve realização.

2018

A secretaria atuou com êxito dentro das metas previstas e realizadas neste item. Num total de 80 eventos destinados a premiações honoríficas com recursos provenientes do FAC, foram realizadas 43; quanto a capacitações, de 300 previstas, efetivaram-se 166; em referência às atividades culturais de base comunitária com previsão de 200, foram apoiadas 37. Considera-se atingida a meta em relação ao previsto.

2. Criar política de promoção, valorização e fortalecimento das culturas populares, identitárias e tradicionais do DF (SECULT);

2016

Não houve realização. Objetivo não alcançado.

2017

Não houve realização.

2018

Foram criadas, em 2018, 5 (cinco) políticas voltadas à promoção, valorização e fortalecimento das culturas populares, identitárias e tradicionais, bem como outras duas que permanecem em processo de publicação: a Política Distrital Cultura Viva (Portaria nº 109, 25/04/2018) tem por objetivo estimular e promover a produção, a difusão e a fruição da cultura, bem como o acesso aos direitos culturais dos agentes culturais de base comunitária, suas expressões artísticas e culturais e suas cadeias produtivas no campo da diversidade cultural do Distrito Federal e Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE; a Política Cultural de Acessibilidade (Portaria nº 100, 11/04/2018) tem por objetivo fortalecer, valorizar e fomentar ações que

promovam a acessibilidade e assegurem o pleno exercício das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida na criação e na fruição cultural; a Política Distrital de Equidade de Gênero na Cultura (Portaria nº 58, 27/02/2018) tem por objetivo o diagnóstico, a defesa e a promoção de direitos culturais de mulheres no âmbito da Secretaria de Estado de cultura do Distrito Federal e; a Política de Valorização do Grafite (Decreto 39.174, 03/07/2018) tem por objetivo o fortalecimento, valorização e fomento do Grafite no Distrito Federal e Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE. Outras 2 Políticas estavam em andamento em 2018 (Política de Proteção e Fomento aos Saberes e Fazer das Culturas Tradicionais e Política Distrital Cultura Viva), todavia não foram publicadas. Considera-se atingida a meta em relação ao previsto.

3. Ampliar em 100% o investimento e o reconhecimento de espaços, pontos de cultura, redes e circuitos culturais, até 2019 (SECULT);

2016

Em 2016, realizaram-se: Circuito de Circo - com espetáculos circenses e workshops gratuitos nos dias 23, 24 e 25 de dezembro de 2016 em dez Regiões Administrativas: Ceilândia, Itapoã, Varjão, Planaltina, Estrutural, Samambaia, São Sebastião, Brazlândia, Recanto das Emas e Taguatinga (Areal); investimento: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais); os espetáculos e workshops realizados conforme o proposto. Público: 1.500 pessoas;

- Circuito de Feiras e Mostras Culturais da Reforma Agrária: compreendeu um circuito com 03 feiras realizadas nas cidades de Brazlândia, Planaltina-DF e Formosa, uma feira em cada cidade, para comercialização de produtos e comidas típicas oriundas dos acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária do DF e Entorno e realização de mostras culturais. Paralelamente às feiras, foram realizadas atividades de debates, oficinas, seminários e palestras, com temas relacionados à agroecologia, segurança alimentar, economia solidária, entre outros, além de um circuito de mostras culturais relacionados ao universo da Reforma Agrária e do campo. Toda a programação das feiras foi gratuita e aberta ao público em geral do DF e Entorno e teve atividades para o público infantil, jovem e adulto. Aconteceu nos dias 09, 10 e 11 de dezembro;

- Circuito de Feiras do Livro do DF, com participação da Mala do Livro, no período de 28 a 31/03/2016, na Ceilândia e em Taguatinga, e de 01 a 27/04/2016 em várias cidades do DF.

- Circuito Internacional de Triathlon, no dia 14/05/2016, no SESC, com público de 500 pessoas. O objetivo da meta foi alcançado dentro do proposto.

2017

Não houve realização.

2018

Foram disponibilizados recursos para ampliação de custeio para realização de circuitos culturais, dentre eles, o Circuito de Museus; Circuito de Festejos Juninos no Paranoá; Circuito de Cultura Popular e Afro-brasileira; Circuito Brasília Junina; Circuito de Feiras do Livro, bem como realização de atividades inseridas na rede de Pontos de Cultura, alcançando-se o objetivo proposto na meta.

4. Ampliar em 30% o apoio a eventos, atividades e iniciativas culturais de base comunitária, até 2019 (SECULT);

2016

Não houve realização. Objetivo não alcançado.

2017

Não houve realização.

2018

No exercício, houve apoio por esta secretaria a eventos culturais diversos de base comunitária num total de 37, dentro da expectativa de realização de 200 eventos. Em relação à meta prevista até 2019, considera-se alcançado parcialmente o objetivo em 18,5%.

5. Reconhecer e fomentar iniciativas culturais voltadas para o reconhecimento, fomento e promoção da cultura LGBTQ (SECULT). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

. As iniciativas voltadas à valorização da cultura LGBT contaram com a realização das paradas em várias localidades do DF: 8ª Parada LGBT da Ceilândia - teve por tema: "Por um Brasil que criminalize a violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – LGBT". Aconteceu no dia 21 de agosto, na Ceilândia Centro;

- 8ª Parada LGBT do Gama - O tema da edição de 2016 abordou a questão da importância da regulamentação de uma lei que criminalize a LGBT fobia no âmbito Distrito Federal: Minha vida, minha luta. Lei 2.615 já! A Parada aconteceu no dia 14 de agosto, no estacionamento do Estádio Bezerrão.

Conferência Conjunta dos Direitos Humanos - realizada de 9 a 13 de março, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, reuniu quatro segmentos: direitos humanos, pessoas com deficiência, direitos da pessoa idosa, e LGBT. A Secretaria de Cultura apoiou a realização da Conferência Conjunta;

A classe foi contemplada com uma Conferência Conjunta dos Direitos Humanos - realizada de 9 a 13 de março, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães que reuniu quatro segmentos: direitos humanos, pessoas com deficiência, direitos da pessoa idosa, e LGBT. A Secretaria de Cultura apoiou a realização da Conferência Conjunta.

-19ª Parada LGBT de Brasília - no dia 26 de junho, na Esplanada dos Ministérios. Tendas ofereciam apoio a vítimas de preconceito e testes rápidos de HIV. A concentração ocorreu no Congresso Nacional e teve um público aproximado de 15.000 pessoas.

2017

Não houve realização.

2018

A secretaria no decorrer dos exercícios vem apoiando, por meio de emendas parlamentares, os eventos voltados para a comunidade LGBTQI+ de forma regionalizada. Neste exercício, foi apoiado um total de 8 eventos para essa classe, sendo beneficiados 12 locais com apresentações musicais dentre outros. Apoiou-se: LGBTFOBIA, na Ceilândia e em Sobradinho, com público total de 5.000 pessoas; 13ª Parada do Orgulho LGTB em Taguatinga, com público aproximado de 3.000 pessoas; Bocadim - Festival LGBT, na Funarte, com público aproximado de 1.000 pessoas; Plena! Visibilidade LGBTQI+, no Espaço Cultural Renato Russo - 508 Sul, no Teatro Nacional Cláudio Santoro - Foyer, e na Casa de Cultura da América Latina; Dia do Orgulho LGBTQI+; Brasília sem LGBTFOBIA, em Santa Maria e no Guará; 1ª Parada LGBT em São Sebastião, e LGBT em Ação, alcançando, portanto, o objetivo para a meta.

6. Produzir, entre 2016 e 2017, um mapa da diversidade cultural do Distrito Federal e Região Metropolitana, valorizando as expressões e manifestações culturais e suas identidades históricas e territoriais. (SECULT); (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Não houve realização.

2017

Não houve realização.

7. Realizar 20 eventos culturais de base comunitária (SECULT). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Em 2016, foram realizados os seguintes eventos: Caravana Cultural Quilombos da Liberdade; Avivar Hip Hop - 9ª Edição; Festival de Cultura Namastê; Via Sacra dos Surdos; Ação Social Jovens com Atitude; Elemento 5; Metamorfose; Conferência Conjunta dos Direitos Humanos; Hip Hop Contra a Fome; Dia Mundial do Skate; Rock Ecologia; Seminário de Equidade de gênero nas Profissões da Cultura; Festival Hip Hop - Periferia 360º; 5ª Edição do Festival Sai da Lata; Exposição Multimídia Catadores de História – Reflexões sobre Lixo; Casa Abrigo – Dia das Crianças e Carnaval; Grito de Liberdade - espetáculo "Quilombos da Liberdade"; Dia da Consciência Negra; Duas Asas – Fase 1; Ballet Tradicional de Angola Nzinga Mbandi. Objetivo alcançado com êxito.

8. Apoiar 80 Pontos de Cultura apoiados pela Secretaria de Cultura (SECULT). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Não houve realização. Objetivo não alcançado

9. Fomentar, valorizar e preservar a cultura e o patrimônio afro-brasileiro através da realização e apoio a projetos específicos (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

Não houve realização.

2018

Houve a realização do projeto São Batuque 2018 - Circuito de Cultura Popular e Afro-brasileira, nas regiões administrativas do Plano Piloto e de Taguatinga por meio de Termo de Fomento, valorizando e preservando a cultura afro-brasileira, alcançando com êxito o objetivo da meta.

10. Desenvolver e apoiar ações voltadas para o acesso e fruição da produção artística e cultural das pessoas com deficiência (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

Não houve realização.

2018

Não houve realização.

11. Ampliar o acesso e o fomento à produção artística de jovens e crianças (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

Não houve realização.

2018

Através do programa Cultura Educa e dentro das atividades dos Concertos Didáticos foi proporcionado ao público jovem a iniciação musical por meio de ações junto à Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro. Além dessa, foram também apoiadas atividades voltadas à dança com o Movimento Internacional de Dança. Houve ainda a realização do projeto "Feira do Sonho - Oficinas; Vivências com Jovens de São Sebastião", buscando socializar a juventude através da participação nas oficinas de diversas modalidades. Considera-se que o objetivo foi alcançado com êxito.

12. Apoiar pesquisa, investigação e produção de conteúdos sobre o patrimônio cultural imaterial (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

Não houve realização.

2018

Não houve realização.

13. Promover formação e qualificação para agentes culturais (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

Não houve realização.

2018

De uma previsão inicial de capacitação de 300 agentes culturais para o exercício, foram beneficiados 166, alcançando-se parcialmente o objetivo em 55,5%.

14. Ampliar as atividades de estudo, pesquisa e base de dados relacionadas às expressões artísticas e culturais que compõem a diversidade cultural do DF e RIDE (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)

2017

Não houve realização.

2018

A LOC, ao estabelecer os sistemas de cultura como subsistemas do SAC-DF, criou a Política Distrital Cultura Viva, regulamentada pela Portaria nº 109, de 25 de abril de 2018, com o objetivo de estimular e promover a produção, a difusão e a fruição de cultura, bem como o acesso aos direitos culturais dos agentes culturais de base comunitária, suas expressões artísticas e culturais e suas cadeias produtivas no campo da diversidade cultural do Distrito Federal e da Região do Entorno - RIDE. Em função de sua importância e relevância para a comunidade cultural do Distrito Federal, a secretaria transformou as disposições da Portaria em uma minuta de decreto visando à implementação de uma política consolidada voltada às especificidades culturais do DF e da RIDE. A referida minuta foi encaminhada em dezembro à Casa Civil para deliberação e publicação. Neste contexto atingiu-se o objetivo proposto da meta.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1569	PREMIAÇÕES HONORÍFICAS COM RECURSOS DO FAC <i>Indicador alterado, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	UNIDADE	0	31/12/2016	10	0	70	70	80	13	90	SUFIC/SCDC / SECULT/UO 16101 / OE 4
1570	ATIVIDADES CULTURAIS DE BASE COMUNITÁRIA APOIADOS. <i>Indicador alterado, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	UNIDADE			12	42	150	0	200	37	250	SCDC / UO 16101 / OE 4
1571	AGENTES CULTURAIS CAPACITADOS. <i>Indicador alterado, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	PESSOA			50	0	250	235	300	166	350	SCDC / UO 16101 / OE 4

Justificativas 2016

Indicador 1569 - Premiação para as artes: não houve realização por indisponibilidade orçamentária e financeira. Objetivo não realizado.

Indicador 1570 - Atividades apoiadas: Caravana Cultura Viva; Seminário de Acessibilidade Cultural; Gisberta; Caravana Cultural Quilombos da Liberdade; Boi nas Escolas - Salvaguardando o Patrimônio Cultural de Brasília; Avivar Hip Hop; Ação Social Jovens com Atitude; Brasília Junina; Paradas LGBT; Rock Ecologia Trilha Parque; ampliação da rede Pontos de Cultura e outros; objetivo alcançado superando o esperado.

Indicador 1571 - Agentes capacitados: objetivo não alcançado; não houve realização por indisponibilidade orçamentária e financeira.

Justificativas 2017

Indicador 1569 - Índice alcançado com sucesso, conforme previsto.

Indicador 1570 - Não houve apoio por indisponibilidade orçamentária.

Indicador 1571 - Índice parcialmente alcançado, porém com sucesso.

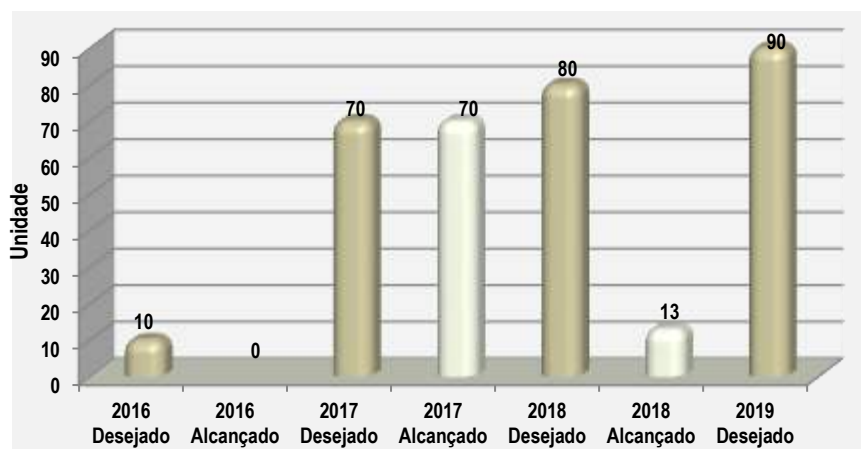
Justificativas 2018

Indicador 1569 - Premiação de quadrilhas juninas dentro do projeto "Premiação Brasília Junina 2018". No Projeto de Lei Orçamentária de 2018 foi previsto a quantidade de 80 quadrilhas juninas para participação do evento, porém foram inscritas 43 e premiadas 13, alcançando o objetivo com êxito, dentro desse patamar.

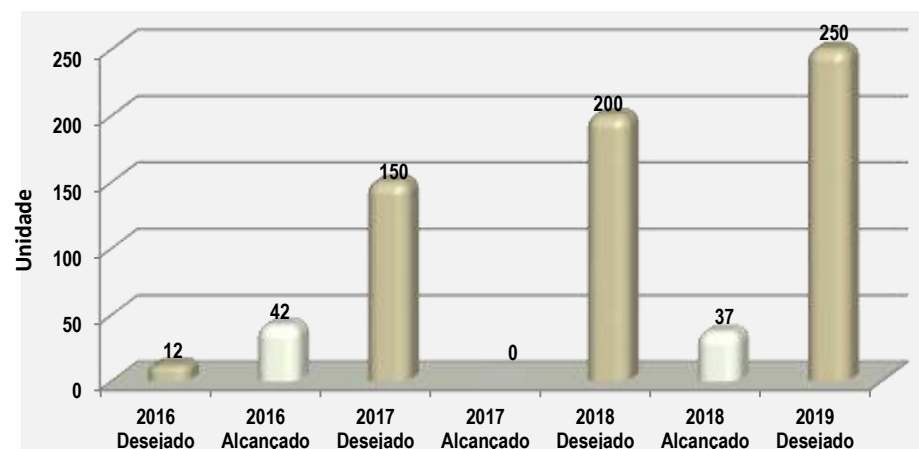
Indicador 1570 - Foram apoiadas atividades de base comunitária inseridas nas políticas distritais: Cultura Viva; Valorização do Grafite; Política Cultural de Acessibilidade; Política Distrital de Equidade de Gênero na Cultura, alcançando o objetivo com êxito.

Indicador 1571 - A Secretaria capacitou 166 agentes culturais, alcançando parcialmente o objetivo.

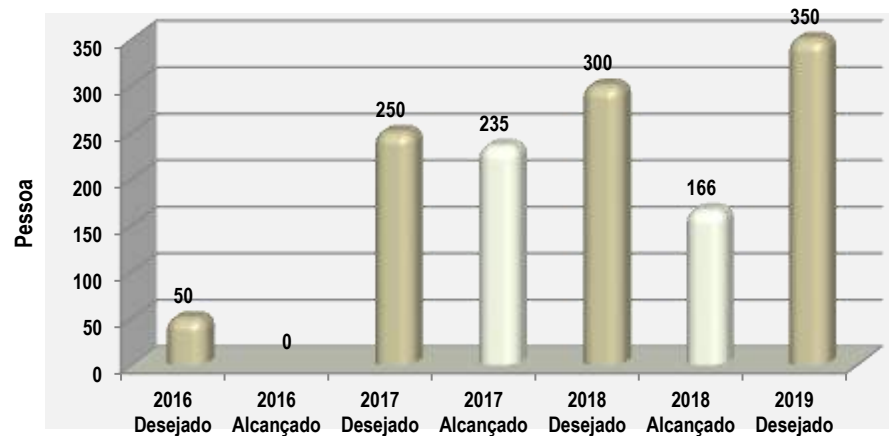
PREMIAÇÕES HONORÍFICAS COM RECURSOS DO FAC



ATIVIDADES CULTURAIS DE BASE COMUNITÁRIA APOIADOS.



AGENTES CULTURAIS CAPACITADOS.



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6219	4	1	Formulação de Política Distrital de Acessibilidade Cultural e Arte Inclusiva (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	100	2017 - Não houve. Elaboração completa lançamento em 2018. 2018 - Houve a elaboração da Portaria nº 100, de 11/04/2018, que institui a Política Cultural de Acessibilidade no âmbito da gestão pública cultural do DF.
6219	4	2	Formulação da Lei Cultura Viva DF (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	100	2017 - Criada na LOC com previsão de publicação em 2018 juntamente com a portaria 2018 - A secretaria elaborou e publicou a Portaria Política Distrital Cultura Viva - sob o nº 109, de 25/04/2018, que dispõe sobre a questão e detalha o regime jurídico simplificado de fomento da Cultura Viva, instituído pelo art. 32, VI, da Lei Distrital Complementar nº 934, de 7 de dezembro de 2017 - Lei Orgânica da Cultura.
6219	4	3	Formulação da Política de Equidade de Gêneros na Cultura (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	100	2017 - Elaboração completa lançamento em 2018 2018 -A secretaria elaborou e publicou a Portaria nº 58, de 27/02/2018, que institui a Política Distrital de Equidade de Gênero na Cultura .
6219	4	4	Elaboração de diagnóstico sobre a cadeia produtiva dos festejos juninos no DF e Entorno (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	0	2017 - Ação foi revogada, devendo ser excluída. 2018 -Não houve realização
6219	4	5	Formulação de política de reconhecimento, promoção, difusão e fomento dos festejos juninos do DF e RIDE – Brasília Junina (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	100	2017 - Publicação do Decreto nº 38.385/2017, torna público o edital da modalidade de fomento de premiação da comunidade cultural 2018 - A secretaria instituiu a política do Brasília Junina através do Decreto nº 38.385, de

						1º/08/2017.
6219	4	6	Formulação de política distrital para a cultura LGBTQ (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	0	2017 - Portaria nº 277 de 28/09/2017, posteriormente revogada 2018-Não houve realização, conforme supramencionado
6219	4	7	Formulação de política distrital de proteção às culturas populares e tradicionais (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	0	2017 - Em fase e de elaboração contratado executor para a realização do levantamento 2018- Encontra-se em tramitação na secretaria, visando instituir a Política de Proteção e Fomento aos Saberes e Fazer das Culturas Tradicionais, no âmbito do Distrito Federal e região do Entorno - RIDE
6219	4	8	Realização de Encontro de Acessibilidade e Arte Inclusiva (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	0	2017 - Não realizada, dependendo de orçamento 2018- Não houve realização.
6219	4	9	Lançamento de edital voltado para a cultura LGBTQ (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	0	2017 - Elaboração completa, lançamento em 2018 2018 - Não houve realização.
6219	4	10	Realização do Encontro dos Pontos de Cultura do DF (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	100	2017 - Realizada a Teia em abril de 2017 2018 - Encontro de Pontos e Pontões de Cultura, em sua 2ª edição, no Espaço Cultural Renato Russo - 508 Sul, com implementação de discussões formativas e ações de intercâmbio voltadas à cultura.
6219	4	11	Mapeamento das Comunidades Tradicionais de Terreiro do DF e Entorno (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	100	2017 - Não houve. Previsão para 2018. 2018- Houve o lançamento do Mapeamento de Terreiros, no dia 03/05/2018, no auditório do Museu Nacional.
6219	4	12	Realização de Seminário de Equidade de Gênero na Cultura – SEMINA (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	100	2017 - Realizada em março 2017 2018- Realizou-se o Semina II, no período de 6 a 24/03/2018, em vários locais do Distrito Federal.
6219	4	13	Realização de premiações para pontões e pontos de cultura do DF para as culturas populares, cultura LGBTQ, equidade de gêneros, cultura juventude, inclusão cultural da pessoa idosa e arte inclusiva (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	100	2017 Elaboração completa, lançamento em 2018 2018 Houve ações de premiação no Espaço Cultural Renato Russo - 508 Sul, referente aos contemplados nos editais dos Pontos e Pontões de Cultura; Prêmio Cultura Viva e Cultura & Cidadania; Plena! Visibilidade LGBTQI+
6219	4	14	Apoio a projetos culturais que promovam a cidadania e a diversidade cultural (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	100	2017 - 32 Termos de Fomento em 2017 2018 - Houve apoio a diversos projetos através de termos de fomento voltados à diversidade cultural tais como o "Cultura Viva"; "Equidade de Gêneros" dentre outros.
6219	4	15	Realização da programação do mês da consciência negra (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	100	2017 - Realizada em novembro de 2017. 2018- Ação atingida no ano anterior, sem nova realização neste exercício.
6219	4	16	Realização de encontros de grafite do DF e RIDE (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	100	2017 - Iniciadas reuniões em maio de 2017 para realização em 2018 2018-A publicação do Decreto de Valorização do Graffiti, sob o nº 39.174, de 03/10/2018, possibilitou o fortalecimento da realização do projeto "Encontro de Graffiti do Distrito Federal e Entorno", promovido com várias exposições no DF e entorno.
6219	4	17	Realização do circuito Brasília Junina (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	100	2017 - Realização do projeto Brasília Junina, de 16/06 a 23/07; apoio com estruturas e pagamento de cachês às quadrilhas juninas, nas diversas regiões administrativas do DF; contou com um público aproximado de 4.900 pessoas. 2018 - Realizado de junho a setembro de 2018, com público aproximado de 30.000 pessoas.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

2016/2018

No exercício 2016 aconteceram diversos projetos já previstos neste segmento, tais como:

- Caravana Cultural Quilombos da Liberdade - realizado durante o mês de novembro de 2016, o projeto aconteceu em escolas públicas das regiões administrativas de Samambaia, do Riacho Fundo I e II. A 5ª edição do projeto abordou a temática das manifestações culturais como metodologia de ensino e potencialização da criação intelectual de crianças e jovens a partir de oficinas práticas de capoeira, palestras sobre metodologias de aplicação e seus fundamentos, rodas de conversa temáticas, fóruns culturais, dentre outras atividades que buscaram, através da vivência da capoeira com os mestres, promover a cultura popular e integrar o processo de preservação e popularização dos Saberes e Fazeres culturais na formação de alunos dos níveis de ensino básico, fundamental e médio.

- Avivar Hip Hop - 9ª Edição - o evento reuniu representantes da cultura urbana, sobretudo representantes do segmento de Hip Hop Gospel, na Área Central de Santa Maria, em frente à Administração Regional. A atividade foi voltada para jovens em situação de vulnerabilidade social.

- Festival de Cultura Namastê - no dia 12 de junho na Funarte. O evento ofereceu apresentações musicais, oficinas diversas, foodtrucks, exposições, ações sociais e de consciência ambiental. A programação foi mais voltada para o rap, mas trouxe também cultura popular e MPB. As oficinas oferecidas foram em diversas áreas e linguagem, como na música, sustentabilidade, circo e terapias.

- Via Sacra dos Surdos - O teatro a céu aberto é todo encenado por atores surdos e tem tradução para Língua Portuguesa simultânea. Um espetáculo acessível e inclusivo, com diversos recursos de acessibilidade para pessoas com diferentes deficiências. Aconteceu no dia 02/04, na comunidade Obra de Maria, na Vila Cauhy, no Núcleo Bandeirante.

- Ação Social Jovens com Atitude - O evento aconteceu nos dias 18 e 25 junho, na Ceilândia, contemplando os segmentos da cultura urbana, em especial do movimento Hip Hop (Break, DJ, Graffiti e MC);

- Elemento 5 - realizou uma série de atividades na Ceilândia, por meio da reunião de artistas de várias partes do país para uma troca de saberes e oficinas dos elementos que compõem a cultura Hip Hop (Rap, Break, Graffiti e DJ), incluindo o basquete de rua. A iniciativa buscou, ainda, envolver diversos segmentos artísticos, tais como poesia, música e dança popular e urbana, em um grande sarau a fim de valorizar os artistas locais nesse intercâmbio com artistas de todo o Brasil. As atividades aconteceram entre os dias 7 e 19 de novembro;

- Metamorfose - projeto de restauração e revitalização dos 102 murais de arte no muro da Escola Pública CAIC UNESCO de São Sebastião, com temática de diversidade cultural, pintados em 2012. Os murais foram idealizados pelo artista plástico Chico Metamorfose e pintados de maneira colaborativa por participantes do Instituto Metamorfose Cidadão com Profissão, formado por artistas plásticos, jovens aprendizes e convidados. Os 462,60 metros lineares do muro resultaram na maior intervenção urbana com arte já realizada em São Sebastião. Através da restauração desta obra de arte pretende-se resgatar o vínculo com o espaço em São Sebastião e o compromisso com a preservação do patrimônio através da identificação da população com as obras;

- Hip Hop Contra a Fome - nos dias 08 e 09 de julho, no Taguaparque e no Estádio Serejão, em Taguatinga, com apresentações culturais, encontro automotivo, e uma edição do Lazer das Antigas dentro do projeto Hip Hop contra a Fome. Foram mais de 30 atrações de rap que se apresentaram dentro da programação.

- Dia Mundial do Skate – aconteceu no mês de junho no Museu Nacional, com apoio da Secretaria de Cultura. O evento contou com obstáculos para a prática do esporte e apresentações culturais para celebrar a data;

- Caravana das Histórias - apresentando “Histórias de Encantamento e de Respeito à Natureza e à Sabedoria”, a Caravana atendeu principalmente o público infantil, crianças de séries iniciais e as creches da rede pública do Distrito Federal. Foram 76 apresentações de contação de histórias em 26 dias, o que corresponde a 3.420 minutos contando e cantando histórias para cerca de 22.800 alunos em julho;

- II Mostra de Contadores de Histórias - realização entre os dias 03 e 09 de dezembro, voltada para o incentivo à leitura com base no trabalho dos contadores de histórias da Associação Amigos das Histórias e convidados, oferecendo ambiente e espaço para que a sociedade e o poder público comemorem, avaliem, qualifiquem e planejem ações e políticas voltadas para o incentivo à leitura no Distrito Federal;

- Rock Ecologia - Iniciativa da Secretaria de Cultura em convênio com o Ministério da Cultura que selecionou 20 bandas e coletivos de rock para se apresentar nos dias 18/09, 25/09 e 1 e 2/10 nos parques vivenciais localizados nas regiões administrativas de São Sebastião, Samambaia e da Ceilândia. Além de shows e atividades artísticas, foram realizadas oficinas de permacultura, material reciclável, brinquedos populares, plantio de mudas de árvores nativas do cerrado, entre outras ações. Todas as atividades foram gratuitas e abertas a todos os públicos;

- Seminário de Equidade de gênero nas Profissões da Cultura - aconteceu entre os dias 08 e 11/12 e contou com painéis, palestras e workshops na sala Cássia Eller, na Funarte e no Museu Nacional da República. Também compôs a programação a exposição Monólogos de Gênero, no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) Brasília. O evento debateu os desafios encontrados pelas mulheres nas profissões relacionadas à cadeia produtiva da Cultura no Distrito Federal e de que maneira as desigualdades de gênero no mercado de trabalho refletem na cadeia produtiva da cultura, especialmente nas profissões técnicas;

- Festival Hip Hop - Periferia 360° - pelo Dia Mundial do Hip Hop, nos dias 11 e 12/11 com 15 dias de atividades, representando elementos do Hip Hop (Break, Grafite, MCs, DJs). A iniciativa contou com mais de 50 atrações entre bboys, grafiteiros, DJs, poetas e rappers de todo o país;

- 5ª Edição do Festival Sai da Lata - Nos dias 16 e 17/09, no Museu Nacional da República. Festival de artes integradas que celebrou a juventude e a diversidade cultural em Brasília, visando gerar, através da arte e da cultura, benefícios socioculturais. Público de 30.000 pessoas. Tem como objetivo defender e promover a juventude e a diversidade cultural em Brasília, divulgando as artes integradas por meio da economia criativa para conscientizar sobre temas de relevância: igualdade racial, valorização da cultura nacional, reciclagem, consumo dos recursos naturais, tecnologia e a sociabilização através da música;

- Exposição Multimídia Catadores de História – Reflexões sobre Lixo, Consumo e Impermanência - realizada entre os dias 15 e 30/09, no Museu Nacional da República. Trouxe temas como incineração x reciclagem, coleta seletiva x coleta seletiva solidária, logística reversa x logística perversa, tecnologias de tratamento de resíduos, mecanização x reciclagem popular, lixão x aterro sanitário, jovens catadores, etc. Vários objetos produzidos com a participação dos catadores compõem a mostra, conduzindo os visitantes ao universo da reciclagem;

- Casa Abrigo – Dia das Crianças e Carnaval - no dia 14/10 foram disponibilizados brinquedos infláveis e atividades lúdicas para celebrar o Dia das Crianças. Essa ação contou ainda com a discotecagem da DJ Donna. Teve brincadeiras como guerra de cotonetes, escorregador inflável, mesa de pebolim, e barraquinhas de pipoca, mini-cachorro-quente e algodão doce. Houve um baile de carnaval na instituição no dia 04/02 com DJ Donna nas pick-ups; o baile teve músicas de todos os estilos, mas principalmente Black Music, sua especialidade;

- Mossoró Dayo – evento da ancestralidade através da corporeidade, o grupo cultural Obará realizou uma nova temporada com o espetáculo que apresenta dança, teatro, cantos em iorubá e a música para falar das condições atuais da população negra e da cultura afro-brasileira. O espetáculo aconteceu nos dias 22 e 23/11 no teatro Ulysses Guimarães - UNIP (Asa Sul);

- Educarte, Roda de Cultura e Cidadania - promoveu acesso às fontes de cultura a 120 crianças, de 06 a 12 anos, de famílias em situação de risco e vulnerabilidade social de São Sebastião-DF. Aconteceram oficinas de: artesanato; desenho e pintura; literatura e contação de histórias; rodas de músicas e brincadeiras tradicionais; dança e expressão corporal como forma de integração sociocultural entre os participantes e as famílias, a comunidade: 02 “saraus culturais” com a participação de artistas locais de distintas expressões culturais, estimulando a produção, valorização e difusão da cultura local de forma a possibilitar a fruição, o intercâmbio, a troca de saberes e a continuidade das tradições. O projeto durou 07(sete) meses;

- Grito de Liberdade - O espetáculo “Quilombos da Liberdade” passou por escolas públicas do DF promovendo manifestações culturais afro-brasileiras como metodologia de ensino e potencialização da criação intelectual de crianças e jovens. Houve oficinas práticas de capoeira; palestras sobre metodologias de aplicação e fundamentos; rodas de conversa; fóruns culturais, dentre outras atividades visando a preservação e popularização da cultura afro-brasileira nos níveis básico, fundamental e médio. Aconteceu entre abril e outubro em escolas dos Riachos Fundos I e II, Gama, Núcleo Bandeirante, da Ceilândia, Asa Sul e do Recanto das Emas. Na 5ª edição visou facilitar o acesso e valorizar a arte através de identificação com a cultura brasileira;

- Dia da Consciência Negra - no dia 20 de novembro, Ellen Oléria convidou Lazzo Matumbi e Paula Lima para uma apresentação histórica na Praça dos Orixás - Prainha, numa noite de valorização e promoção da cultura afro-brasileira;

- Duas Asas – Fase 1 – chamamento público, objetivou a seleção de artistas com vistas à prestação de serviços coordenador pedagógico, oficinairo, oficinairo assistente e grupos/artistas para realização das atividades previstas na primeira fase, realizada a partir de 03/11/2016 onde selecionarão 01 educador cultural, 01 oficinairo, 01 assistente e 01 artista;

- Ballet Tradicional de Angola Nzinga Mbandi – celebrando o 41º aniversário da independência da República de Angola, comemorado no dia 11/11. Promoção em parceria com a Embaixada da Angola, uma apresentação do grupo de ballet, o grupo divulga danças folclóricas de Angola: Kudima, Rainha Njinga, Força dos Indígenas, Muxiki, Chianda, Xinguilamento e Semba. Apresentaram acrobacias e números que incluem pirotecnia, tradicionais na cultura do país. O espetáculo foi no dia 09/11, na sala Plínio Marcos da Funarte;

- Seminário de Acessibilidade para Produtores - Voltado para produtores de atividades culturais do DF, objetivou apresentar as normas de acessibilidade aplicadas à cultura, explicar a Lei Brasileira de Inclusão e o seu impacto nas produções culturais do DF, bem como oferecer um panorama a respeito de acessibilidade cultural, arte inclusiva e assuntos relacionados. Aconteceu no dia 02 de março no Museu Nacional da República. O objetivo foi alcançado com êxito nas atividades propostas;

- Via Sacra de Planaltina - No intuito de realizar o maior espetáculo teatral a céu aberto do Brasil o Grupo Via Sacra ao Vivo apresenta a proposta para a 44ª Via Sacra ao Vivo que será realizada de 08 a 16 de abril na cidade de Planaltina-DF e no Morro da Capelinha;

- Quintas Culturais - Realização do projeto “Quinta Cultural”, uma ação semanal, que reúne apresentações artísticas, gastronomia e projetos sociais, durante 5 meses, no Setor Comercial Sul, em Brasília. O projeto, que contará com 20 edições em 2017, movimentará em cada uma de suas edições cerca de 600 pessoas, como trabalhadores do entorno, turistas e artistas, e busca a revitalização desses centros por meio da ocupação cultural e artística;

- Periferia 360 Oficinas - Promover e fomentar a cultura do HIP HOP, por meio de atividades formativas de debates, palestras e gravação em estúdios, envolvendo 4 cidades de diferentes regiões do Distrito Federal com a finalidade despertar novos talentos, formar plateias e sensibilizar a juventude a se comprometer com os movimentos de protesto e denuncia;

- Educarte - Promover o efetivo acesso às fontes de cultura a 120 (cento e vinte) crianças, 06 a 12 anos, oriundas de famílias em situação de risco e vulnerabilidade social da Região Administrativa de São Sebastião-DF, por meio de oficinas de artesanato, desenho e pintura, literatura e contação de histórias, rodas de músicas e brincadeiras tradicionais e, dança e expressão corporal, de forma que tenham acesso a essas manifestações culturais, valorização assim a identidade cultural da região;

- 9ª Parada LGBT Gama - As Paradas são eventos, realizados a partir da mobilização dos grupos organizados da sociedade civil, engajados na promoção dos direitos de LGBT, com intuito de chamar a atenção da sociedade brasileira tanto pelo crescente número de participantes quanto por reivindicações que objetivam estimular a rediscussão de valores, a recomposição do campo político e a ampliação dos direitos sociais e civis dos LGBT;

- Quilombos da Liberdade - O Projeto – QUILOMBOS DA LIBERDADE – IDENTIDADE realizado pelo Centro Cultural e Social Grito de Liberdade - Mestre Cobra, trata-se da circulação do espetáculo artístico – cultural QUILOMBOS DA LIBERDADE em escolas da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, integrando o processo de preservação e popularização dos Saberes e Fazeres culturais na formação de alunos dos níveis de ensino: básico, fundamental e médio;

- XVII Encontro de Violeiros - O Encontro de Violeiros de 2017 chega em sua 17ª edição para celebrar a semana nacional do folclore, tendo como ícone um dos grandes folcloristas do Brasil, o artista e violeiro Cornélio Pires. Em paralelo o Clube do Violeiro, articulado com a Associação Nacional dos Violeiros e Violeiros do Brasil está em articulação com a Câmara Federal para poder instituir o dia nacional da viola e música caipira no dia 22 de julho;

- 10ª Aviva Hip Hop - A décima edição do Aviva Hip Hop será realizado na cidade de Santa Maria, no estacionamento da Administração Regional e no ginásio de esportes da Praça Central, sendo que no dia 27 de agosto acontecerão apresentações musicais com artistas de várias regiões do Brasil e de 28 de agosto à 29 de setembro haverá a elaboração de um documentário intitulado Voz de Rua;

- Projeto Instituto ACESSO - Realização de 05 (cinco) oficinas culturais nas modalidades de: dança do ventre, balé infantil, hip-hop/breaking, forró e violão popular beneficiando diretamente 100 (cem) pessoas pelo período de 06 (seis) meses facilitando a população, especialmente às crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos o livre e efetivo acesso às fontes de cultura, por meio de ações capazes de incentivar e estimular a produção e a difusão cultural e artística regional, bem como a troca de experiências e vivências através da dança e música valorizando as expressões e vocações socioculturais da comunidade de forma a possibilitar à difusão de ideias, elementos da cultura, tradições e hábitos sociais da população;

- Caravana das Histórias - Contribuir para a qualificação do ambiente escolar com a itinerância de espetáculos de contação de histórias, especialmente desenvolvidos para escolas e creches das RA's de Planaltina, Guará, Núcleo Bandeirante, Ceilândia, Cruzeiro, Brazlândia e Gama;

- Noite Cultural T-Bone - A Noite Cultural T-Bone é um evento tradicional da cidade que já completa 19 anos de existência, com a primeira edição realizada em 1998. Faz parte do Calendário Cultural oficial do Distrito Federal (Lei nº. 3.193, de 25 de setembro de 2003) e tem apoio da Secretaria de Cultura do DF e da Administração Regional de Brasília. É um projeto cultural multilinguagem, que reúne música, poesia e artes cênicas em uma programação que contempla toda a família, realizado ao ar livre, em espaço público, com acesso totalmente gratuito, contribuindo assim para a democratização do acesso à arte e à cultura;

- Círculo de Samba - O projeto Cultural GRUVIPI Círculo do Samba 2017 tem a finalidade de valorizar a história social do samba a partir do resgate da nossa memória musical e tem o objetivo de despertar e desenvolver a integração social, o bem-estar e a construção de uma cultura de paz e fortalecimento da autoestima. Com a intenção de promover inovar, divertir, interagir o sociocultural para toda a família que é à base da sociedade;

- Feira Cultural de Ceilândia - Promover a realização de 03 (três) eventos com espetáculos diversos no intuito de afirmar a identidade cultural de Ceilândia por meio da produção artística de grupos de diversos segmentos atuantes em Ceilândia;

- 10 anos de samba - Realização de 05 apresentações descentralizadas em sedes de 5 Escolas de Samba do DF e entorno;

- Eventos Culturais (ASDAS) - Os Eventos Culturais do Grupo Arte Luta Brasil de Capoeira (ASDAS) o Encontro Feminino e o Batizado e Troca de Cordas são fruto de um trabalho realizado há mais de quinze anos com crianças, adolescentes, jovens, adultos e pessoas com necessidades especiais e, sobretudo, com aqueles em situação de vulnerabilidade social;

- Elemento 5 - A realização do ELEMENTO 05 - PROJETO VILA DOS SONHOS que pretende reunir Arte Educadores para oferecer através de oficinas o ensino da arte para alunos egressos e não egressos de escola pública ou de escola particular se assim a organização do projeto desejar. Os elementos do hip hop estarão inclusos nas atividades a serem ministradas agregando outras artes como parte das oficinas. Realização de um seminário cultural e a realização de um evento de caráter SARAU na cidade de Ceilândia;

- Festival São Batuque - Celebrar a diversidade e riqueza do batuque brasileiro com um festejo que proporciona à vivência coletiva do trabalho, do entretenimento e da formação de cidadãos que valorizam o tambor, e suas tradições e técnicas de toques, por meio da realização do X São Batuque a festa, contando parte da história/memória construída com instrumentos percussivos, mediante o oferecimento do evento com entrada e as atividades franqueadas ao público e classificação indicativa livre;

- 1º Festival de viola caipira do cerrado - O Festival de Viola Caipira do Cerrado será realizado na intenção de difundir a cultura da música caipira em uma cidade do Distrito Federal que não tenha a cultura da viola tão forte quanto nas regiões administrativas de Brazlândia e Planaltina;

- Oficina das Artes - O Instituto José Maurício (JoMa) é uma entidade sem fins lucrativos, de direito privado e interesse público. Criado no ano de 2009 por iniciativa de pais e artistas da comunidade de São Sebastião, que vem desde então desenvolvendo no Distrito Federal, os grupos Canarinhos de Brasília, Camerata José Maurício, grupo de Teatro e de Dança, e assim buscam oferecer um aprimoramento artístico na comunidade. O processo artístico desenvolvido pelo JoMa é oferecido de forma gratuita aos nossos bolsistas, os quais são orientados por artistas profissionais das mais diversas qualificações, bem como por meio do voluntariado; tendo assim obtido, resultados promissores ao conduzir os nossos alunos as universidades, bandas militares, orquestras de câmara e sinfônicas e grupos culturais;

- Festival Periferia 360 - Promover e fomentar a cultura do HIP HOP, por meio do Festival Periferia 360 com 02 dias de vasta programação de música, dança, grafite e hip hop, promovendo a arte urbana de periferia de Brasília para um público de 15 mil pessoas. O Festival será realizado no estacionamento do Estádio Serejinha em Taguatinga;

- Hip Hop Contra a Fome - O Projeto Hip Hop Contra a Fome: Isso Sim é Ser Solidário já realizou 10 edições em várias cidades do Distrito Federal dentre elas Planaltina, Sobradinho, Taguatinga e Ceilândia;

- Um Som pela Comunidade - O projeto UM SOM COM A COMUNIDADE é uma proposta da ABNS - ASSOCIAÇÃO BATERIA NOTA SHOW com o propósito de oferecer a crianças, adolescentes e adultos oficinas de Dança e Capoeira e iniciação musical, de maneira que os mesmos possam deslumbrar qualificação para a inserção no mercado de trabalho;

- Na Feira Tem Cultura Nordestina - O Projeto “Na Feira tem Cultura Nordestina Viola, Coco de Embolada e Sanfona – Poesia e Pé de serra nas Feiras da Ceilândia” consiste na apresentação de espetáculos musicais e teatrais nas três maiores feiras da Cidade de Ceilândia, em três domingos consecutivos, levando para cada feira 8 (oito) atrações (Cinco trios de Forró de pé de serra, uma dupla de repentistas, uma dupla de coco de embolada e um grupo de teatro de mamulengo) além de uma apresentação coletiva que será um rodão de sanfona composto por no mínimo 20 sanfoneiros;

- Campeonato de Stylos - Promover e fomentar a cultura de DANÇAS URBANAS, por meio do “Campeonato de Stylos”, Atividades Sociais do “Arte Cultura e Cidadania” em 03 dias de vasta programação de música e dança promovendo arte urbana de vários estilos com Intersersões Culturais, Oficinas para um público estimado em três mil pessoas;

- Desfile Beleza Negra - O Desfile Beleza Negra pretende oferecer oficinas gratuitas e um desfile apresentando as possibilidades das nuances fashion e comercial para o público negro, promover a inclusão social, resgatar jovens e adolescentes do ócio, das ruas, do trauma, do bullying, e dessa forma melhorar a autoestima rumo à construção da cidadania;

- Dia da Diversidade Cultural de Luta Contra a AIDS - Dia da Diversidade Cultural de Luta contra HIV/AIDS; - Encontro Cultural de Hip Hop - O presente projeto visa a promover e fomentar a cultura com realização de um evento aonde serão desenvolvidas atividades culturais e esportivas, sendo elas: 1) Batalha de rima; 2) Apresentações de break dance; 3) e skate, mini-rampa para apresentações de manobras; 4) Encontro de equipes de flashback 5) Encontro 3x3 de basquete de rua e 6) Apresentações musicais do gênero Rap. O evento terá duração de 1 dia, totalizando 12 horas, sendo as atividades disponíveis gratuitamente para a comunidade;

- A Roda de Samba vai a Escola - Realizar o projeto A Roda de Samba Vai à Escola com a semana cultural do samba, com realização de Oficinas, Palestras e Apresentações em quatro escolas públicas da Região Administrativa de São Sebastião no período entre 04/12/2017 à 15/12/2017;

- PARADAS DO ORGULHO LGBT /2017 - Realização da 9ª Parada do Orgulho LGBT na Ceilândia/DF – dia 19 de novembro de 2017 no local Praça do Trabalhador (ao lado da Administração da Ceilândia) e horário 14 às 00h; Realização da 4ª Parada do Orgulho LGBT do Guará/DF – dia 26 de novembro de 2017 no local AO LADO DO Estacionamento do Cave (ao lado da Feira Permanente) e horário das 14h às 00h;

- Folia a Reis - Realização da 16ª edição do Encontro de Folia de Reis do DF, que acontece na Casa do Cantador, em Ceilândia, e reúne 15 grupos e 300 foliões do DF e Entorno, e também de outros Estados. É um projeto que promove a divulgação e a valorização das manifestações artísticas agregadas às folias de reis, atuando como um instrumento de interface entre diferentes grupos e suas músicas, danças e performances, em uma valorização dos mestres e das mestras de cultura popular e a convivência destes com as novas gerações. Conta ainda com apresentações de espetáculos musicais que se relacionem à cultura caipira, bem como cavalgada de tropeiros, oficinas, rodas de prosa e exposição de elementos ligados às Folias;

- Festival de Música Gospel - Posicionar o estilo de linguagem cristã no resgate de valores sociais, tendo como fio condutor, a música, as expressões da palavra, da musicalidade, da oralidade, da poesia e das expressões com objetivo final em alegrar e contribuir na transformação de vidas com propósito de levar a felicidade.

Em 2018, a secretaria atuou com grande celeridade para o alcance de seu objetivo voltado às ações do Fundo de Apoio à Cultura - FAC, à diversidade cultural, dentre outros. Em sua gestão, cumpriu as metas de premiações honoríficas do FAC e da capacitação de agentes do mundo artístico, bem como da promoção, valorização e do fortalecimento das culturas populares, identitárias e tradicionais; atuou na disponibilização de recursos para ampliação de custeio visando à realização de circuitos culturais dentre outros eventos culturais inclusive de base comunitária; na criação de políticas distritais em prol da cultura; na elaboração e publicação da portaria que institui a Política Cultural de Acessibilidade no âmbito da gestão pública cultural do DF que tem por objetivo o diagnóstico, a defesa e a promoção de direitos culturais de mulheres no âmbito da Secretaria de Estado de cultura do Distrito Federal. Lançou o edital que tem por objeto chamamento público para a seleção de agentes culturais de base comunitária e que tenham prestado relevante contribuição ao desenvolvimento artístico ou cultural do Distrito Federal através de iniciativas relacionadas aos princípios e objetivos da Política Distrital Cultura Viva, Portaria nº 109/2018, que regulamenta a Lei Complementar 934/2017 e se constitui na política de base comunitária do Sistema de Arte e Cultura do Distrito Federal. As candidaturas selecionadas foram premiadas, conforme autoriza o art. 17, II, do Decreto no 38.933/2018. Tem por objetivo fortalecer, valorizar e fomentar ações que promovam a acessibilidade e assegurem o pleno exercício das pessoas com deficiência ou com mobilidade difusão e a fruição da cultura, bem como o acesso aos direitos culturais dos agentes culturais de base comunitária, suas expressões artísticas e culturais e suas cadeias produtivas no campo da diversidade cultural do Distrito Federal e Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno

– RIDE. Foi lançado o edital MROSC Brasília Junina, processo de seleção de OSC para celebrar termo de colaboração visando à realização da 3ª edição do Circuito Brasília Junina no DF e na RIDE, como uma das principais ações da Política Brasília Junina, instituída pelo Decreto nº 38.385, de 1º de agosto de 2017. i) Editais de Premiação (Brasília Junina e Políticas Afirmativas) – processos de seleção para reconhecer e a valorizar a trajetória e valor artístico-cultural dos grupos, coletivos e organizações de quadrilhas juninas do Distrito Federal e RIDE e de iniciativas relacionadas à política de ações afirmativas. O Circuito Brasília Junina teve um público aproximado de 30.000 pessoas durante todo o evento. Também aconteceu, por meio do convênio 859.018/2017, com o Ministério da Cultura a abertura de edital de chamamento público na modalidade de premiação intitulada Premiação Brasília Junina 2018, com público aproximado de 3.440 pessoas. Vale destacar ainda a ampliação da Rede de Pontos de Cultura do Governo do Distrito Federal a partir da seleção e reconhecimento de 22 (vinte e dois) Pontos de Cultura e 1 pontão de cultura em consonância com a Política Nacional de Cultura Viva, Lei 13.018/2014. A 2ª edição do "Encontro de Pontos e Pontões de Cultura" aconteceu no período de 17 a 20/08, no Espaço Cultural Renato Russo, com discussões, formativas, intercâmbio de casos e experiências; a prestação da primeira parcela da prestação de contas foi aprovada, e está aguardando a liberação da segunda parcela. Em 2018, ainda aconteceu o evento denominado Mapeamento de Terreiros, com fornecimento de estruturas em geral; serviços de coffee break e recursos humanos temporários para a realização do Lançamento do Mapeamento de Terreiro do DF e RIDE, executado no âmbito desta secretaria, no dia 03/05/2018, no auditório do Museu Nacional da República. O evento teve por escopo servir de ferramenta institucional da formulação/concretização das políticas públicas e ações com vistas a proteger, promover, fomentar e incrementar, por meio de cooperação técnica-científica-pedagógica-cultural, ações afirmativas efetivas com atividades de reconhecimento, valorização, promoção e fomento da cultura afro-brasileira no Distrito Federal e Entorno, em especial a RIDE no âmbito do DF, com o mapeamento e visibilidade dos terreiros de povos de comunidades tradicionais de matriz africana no Distrito Federal e Entorno, em parceria com a Universidade de Brasília e Fundação Cultural Palmares. Destaca-se também a manifestação artístico-cultural do grafite como um fenômeno presente na maior parte das metrópoles contemporâneas. A arte dos grafiteiros se disseminou rapidamente pelo país e, hoje, o grafite brasileiro é considerado um dos melhores do mundo, segundo estudiosos do tema. Por advir dos centros de dominância, carrega características próprias destes centros. Com vistas a reconhecer e valorizar em âmbito distrital a cultura urbana e o movimento do grafite, bem como proporcionar os direitos de criação e fruição cultural aos grafiteiros (um grupo historicamente excluído), a SEC propôs a minuta do Decreto de Valorização do Graffiti que culminou na publicação do Decreto nº 39.174, de 03 de outubro de 2018. O referido decreto tem o condão de incentivar o empreendedorismo e a formação de jovens no âmbito artístico-cultural; valorizar os artistas locais e a cultura hip-hop; dialogar com a sociedade por meio da arte, impulsionando o interesse dos segmentos da cadeia produtiva da cultura e do turismo para a importância do turismo criativo como forma de diversificar a oferta dos produtos e serviços do Distrito Federal e da RIDE, entre outros; o evento contou com a exposição itinerante do Fórum de Grafite resultante do Encontro do Graffiti no Distrito Federal 2018, com o suporte técnico do Museu Nacional da República. Houve dentro do projeto a exposição Cidade Graffiti, no período de 9/11 a 14/12/2018, no Foyer da sala Vila Lobos e em locais itinerantes do Distrito Federal. Em destaque também o seminário denominado Semina III – Seminário de Equidade de Gênero nas Profissões da Cultura, uma iniciativa da secretaria visando provocar reflexão sobre as razões do avanço ou não, de mulheres em áreas ocupadas em sua maioria por homens nas profissões da cultura; realização com a contratação de artistas, passagens aéreas, estruturas e serviços gráficos, no período de 6 a 24/03, em vários locais do DF, público aproximado de 1.500 pessoas; a Premiação Pontos de Cultura - entrega de prêmios aos contemplados nos editais de Prêmios Cultura Viva e Cultura & Cidadania 2018. Alcançou-se com isso o objetivo proposto na meta.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

005 – MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO CULTURAL: Promover a eficácia dos serviços públicos de cultura, por meio da modernização da gestão cultural e de políticas permanentes de valorização dos servidores públicos, bem como dos serviços prestados diretamente à população, com foco na avaliação de resultados e no fortalecimento das políticas do setor cultural sob a ótica de Estado e na inclusão de cultura como base essencial para o desenvolvimento pleno da Capital brasileira.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

16.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL - SECULT

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6219	CAPITAL CULTURAL	5	1	Implementação do Sistema de Indicadores e Informações Culturais SIIC-DF (SECULT); (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	70		70,0
6219	CAPITAL CULTURAL	5	2	Modernização da rede de equipamentos e informação da Secretaria de Cultura, para desenvolvimento e programação de plataforma de dados abertos e de gestão compartilhada com a sociedade civil; (SECULT) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X
6219	CAPITAL CULTURAL	5	3	Realização de Pré-Conferências Regionais em 4 macrorregiões do Distrito Federal (SECULT); (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0		0,0
6219	CAPITAL CULTURAL	5	4	Lançamento da plataforma SIIC DF [2017] - caravana de cadastramento dos agentes, equipamentos culturais e ações culturais continuadas no SIIC DF; Articulação de Rede de Informações, Dados e Indicadores Culturais do Distrito Federal para continuidade de pesquisa e produção de material passível de ser substrato dos planejamentos em gestão estratégica e políticas culturais do Distrito Federal; (SECULT) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X
6219	CAPITAL CULTURAL	5	5	Realização da V Conferência Distrital de Cultura [2017]; (SECULT)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0		0,0
6219	CAPITAL CULTURAL	5	6	Participação na IV Conferência Nacional de Cultura [2017]; (SECULT) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X
6219	CAPITAL CULTURAL	5	7	Diálogos Culturais nas Regiões Administrativas do Distrito Federal para avaliação das metas do Plano de Cultura do Distrito Federal durante a gestão [2018]. (SECULT) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	10	X	X	X	X
6219	CAPITAL CULTURAL	5	8	Eleição de 31 Conselhos Regionais de Cultura (SECULT)	31	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0	31		100,0
6219	CAPITAL CULTURAL	5	9	Institucionalização e fortalecimento dos Colegiados Setoriais de Cultura (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0	50		50,0
6219	CAPITAL CULTURAL	5	10	Fortalecimento e modernização do Conselho de Cultura do DF (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0	0		0,0
6219	CAPITAL	5	11	Autorização para criação da Fundação das Artes do DF (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei	100	%	ACUM	MAIOR,	-	0	100		100,0

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
	CULTURAL			de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)				MELHOR					
6219	CAPITAL CULTURAL	5	12	Autorização para criação da Fundação do Patrimônio do DF (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0	0		0,0
6219	CAPITAL CULTURAL	5	13	Formulação e aprovação do Sistema de Arte e Cultura do DF (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0	100		100,0
6219	CAPITAL CULTURAL	5	14	Formulação e aprovação do Plano de Cultura do DF (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0	100		100,0
6219	CAPITAL CULTURAL	5	15	Formulação das metas e indicadores do Plano de Cultura do DF (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0	0		0,00
6219	CAPITAL CULTURAL	5	16	Realizar Diálogos Culturais nas Regiões Administrativas do Distrito Federal para coleta de informações para formulação do Sistema e Plano de Cultura (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0	100		100,0
6219	CAPITAL CULTURAL	5	17	Desenvolver e implantar plataforma colaborativa, em código aberto, sobre a cultura do DF, bem como de aplicativo de celular para rápido acesso da agenda cultural do DF (SECULT) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0	0		0,0
6219	CAPITAL CULTURAL	5	18	Mobilizar agentes culturais, tanto do poder público quanto da sociedade civil, para a inclusão continuada de dados na plataforma de mapeamento sobre ações, agentes e equipamentos culturais no DF e RIDE (SECULT) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0	100		100,0
6219	CAPITAL CULTURAL	5	19	Institucionalização da política de informações culturais, com proposta de carteira de indicadores sobre a cultura do DF (SECULT) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0	0		0,0
6219	CAPITAL CULTURAL	5	20	Instituir instrumentos de modernização da gestão e financiamento dos equipamentos culturais do DF (SECULT) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0	100		100,0
6219	CAPITAL CULTURAL	5	21	Garantir o pleno funcionamento dos espaços públicos e independentes de cultura do Distrito Federal (SECULT) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0	100		100,0

Análise Qualitativa

1. Implementação do Sistema de Indicadores e Informações Culturais SIIC-DF (SECULT). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Não houve realização pela grande demanda de atividades.

2017

Não houve realização.

2018

Em atendimento aos objetivos do Sistema de Indicadores e Informações Culturais - SIIC, no sentido de desenvolver, reunir e disponibilizar dados, informações, indicadores e parâmetros quantitativos e qualitativos necessários à fundamentação das políticas de fomento e incentivo das artes e ao desenvolvimento dos sistemas, arranjos e cadeias produtivas da cultura, foi previsto pelo inciso III do art. 39, da Lei Orgânica da Cultura do DF, o Seminário de Informações e Indicadores Culturais do DF, uma ação de promoção de debates sobre dados, informações e indicadores culturais, em especial os do DF visando realização a cada quatro anos, por ser parte integrante do SIIC. Tal seminário foi realizado no exercício 2018, nos dias 28 e 29 de junho, em

parceria com a CODEPLAN e a UNESCO, na Biblioteca Nacional de Brasília, e teve como tema "Cultura na Era da Informação e do Conhecimento", reunindo profissionais nacionais e internacionais para debater como a comunidade cultural, os pesquisadores e os gestores públicos e privados devem se utilizar de dados e informações culturais, a fim de fortalecer suas iniciativas nos territórios. Apresentando-se com mais espaço de diálogo e colaboração no amadurecimento da gestão pública e das políticas culturais locais a partir do viés da participação, transparência e do controle social, o seminário foi estruturado com equilíbrio, mesclando apresentações de referenciais práticos e técnicos por meio de mesas redondas, palestras, diálogos em formato de entrevista e oficina para interação, produção colaborativa e troca de experiências sobre usos de dados, elaboração de indicadores, construção de narrativas, redes e tecnologia no monitoramento e avaliação da produção cultural. Assim buscou-se, além de ampliar o conhecimento dos atores da produção, gestão e políticas culturais sobre o uso das informações e dos indicadores culturais, construir um espaço, propositivo e profícuo, sobre a construção de um ambiente onde recursos teóricos, metodológicos e tecnológicos combinados pudessem favorecer um diálogo mais amplo e complexo sobre gestão e políticas culturais. A programação contou com as seguintes atividades: dia 28/06 - Mesa "Fontes integradas e qualidade de dados na gestão cultural"; Mesa "Referenciais para monitoramento, avaliação e tomada de decisão"; Diálogos sobre "Sociedade do Conhecimento: teias, redes e dados nas tomadas de decisão"; Diálogos sobre "Cultura, Tecnologia e Futuro"; Diálogos sobre o "Papel da participação social na produção de dados"; Oficina "Produção colaborativa de dados e indicadores locais e comunitários: uma perspectiva para produtores culturais"; Provocações sobre "Inovação Social Digital: controle social e cidadania ativa"; Networking Coffee: "Você usa dados em suas ações estratégicas na cultura?"; palestra "Sociedade Pólen: trabalho cultural em rede e capitalismo cognitivo". O evento recebeu 107 pessoas, entre elas 55 novos servidores da Secretaria de Estado de Cultura do DF. Participaram também do evento representantes do governo federal; pesquisadores de universidades federais; Conselhos Regionais de Cultura do DF; outros servidores do GDF. Considera-se que o objetivo da meta foi cumprido em 70% com êxito.

2. Modernização da rede de equipamentos e informação da Secretaria de Cultura, para desenvolvimento e programação de plataforma de dados abertos e de gestão compartilhada com a sociedade civil; (SECULT). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

O projeto de modernização da rede de informática encontra-se em andamento, ainda não concluído.

3. Realização de Pré-Conferências Regionais em 4 macrorregiões do Distrito Federal (SECULT). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Não houve realização.

2017

Não houve realização.

2018

Não houve realização.

4. Lançamento da plataforma SIIC DF [2017] - caravana de cadastramento dos agentes, equipamentos culturais e ações culturais continuadas no SIIC DF; Articulação de Rede de Informações, Dados e Indicadores Culturais do Distrito Federal para continuidade de pesquisa e produção de material passível de ser substrato dos planejamentos em gestão estratégica e políticas culturais do Distrito Federal; (SECULT) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)

2016

Projetos em andamento para ampliar a realização englobando o máximo de ações, daí o motivo pelo qual não houve realização. Objetivo não alcançado.

5. Realização da V Conferência Distrital de Cultura [2017] (SECULT);

2016

Projeto em aprimoramento para realização; motivo pelo qual não houve realização. Objetivo não alcançado.

2017

Não houve realização.

2018

Não houve realização.

6. Participação na IV Conferência Nacional de Cultura [2017] (SECULT) e Eleição de 31 Conselhos Regionais de Cultura (SECULT); (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).

2016

Projeto em estudo para ampliar a participação da Secretaria de Estado de Cultura em eventos de âmbito nacional levando a cultura do DF a outros estados. Objetivo não alcançado.

7. Diálogos Culturais nas Regiões Administrativas do Distrito Federal para avaliação das metas do Plano de Cultura do Distrito Federal durante a gestão [2018]. (SECULT). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)

2016

Em 2016, aconteceram reuniões mensais sobre Diálogos Culturais, ocasião em que Gerentes de Cultura disponibilizaram apoio presencial e virtual aos gerentes de cultura na inserção dos dados na plataforma, cumprindo-se as metas do Plano de Cultura do Distrito Federal, em 10%, em parceria com a CODEPLAN.

8. Eleição de 31 Conselhos Regionais de Cultura (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

Não houve realização.

2018

Houve a eleição dos 31 Conselhos Regionais de Cultura com ações de qualificação e empoderamento dos conselheiros regionais. Cumpriu-se o objetivo da meta com êxito.

9. Institucionalização e fortalecimento dos Colegiados Setoriais de Cultura (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

Não houve realização.

2018

Foram realizados debates sobre a Lei Orgânica da Cultura nas 31 regiões administrativas do DF, diversas reuniões com o Ministério da Cultura, cujas reuniões os Colegiados Setoriais participaram dentro da programação do Fórum Nacional de Dirigentes de Cultura, o que serviu para o seu fortalecimento. Considera-se que o objetivo alcançou 50% da meta.

10. Fortalecimento e modernização do Conselho de Cultura do DF (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

Não houve realização.

2018

Não houve realização.

11. Autorização para criação da Fundação das Artes do DF (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

Não houve realização.

2018

A política setorial das artes do Distrito Federal surge, nesse contexto, a fim de cumprir o pacto federativo estabelecido de modo a garantir que as especificidades próprias de cada setor da cultura sejam observadas e atendidas por políticas públicas. A elaboração desta política considera ainda o novo marco legal da cultura, estabelecido pela Lei Orgânica nº 934/2017 (LOC), especialmente quanto à sua base principiológica constante nos artigos 3º e 4º, e a Lei Complementar nº 933/2017 que autoriza a criação da Fundação das Artes do Distrito Federal – FundARTE-DF e visa o fortalecimento dos setores das artes no Distrito Federal. Iniciada com a portaria que institui a Política de Estímulo e Valorização da Dança no Distrito Federal, no âmbito da Política das Artes são propostas portarias nos setoriais de Artes Visuais, Audiovisual, Música, Teatro e Leitura, Escrita e Oralidade. Neste processo, a fim de garantir interfaces de participação social e fortalecer as práticas de cidadania ativa, conforme estratégia 1 definida no Plano de Cultura, Anexo único da Lei Complementar nº 934/2017, foram realizadas audiências públicas e consultas virtuais com a comunidade do Distrito Federal para colher subsídios específicos para cada setor. As audiências públicas foram realizadas entre os dias 28 a 30 de maio no Território Criativo e na Biblioteca Nacional de Brasília e contou com a participação de agentes culturais de cada setor e da população que contribuíram a partir das diretrizes e estratégias iniciais sugeridas pela coordenação de cada setor. Posteriormente, entre os dias 12 e 25 de junho ficou disponível a consulta pública virtual que possibilitou o recebimento de contribuições por parte da comunidade de ações que comporiam as estratégias propostas pela secretaria a partir dos subsídios recolhidos nas audiências presenciais. Tem-se, portanto, que o processo de elaboração das políticas nessas áreas – Artes Visuais; Audiovisual; Música; Teatro; e Leitura, Escrita e Oralidade – foi realizado como alicerce nas contribuições feitas pela comunidade do Distrito Federal. De modo que o processo de escuta à comunidade, tanto de forma virtual como presencial, ofereceu subsídios essenciais para a elaboração das referidas políticas, conforme Lei Complementar 934/2017, inciso VIII do art. 3º, que determina enquanto princípio do SAC-DF a “ampliação e democratização dos processos de participação e controle social na formulação, execução e avaliação das políticas culturais”. Nesse sentido, considera-se que o objetivo para a meta foi atingido com êxito dentro do proposto.

12. Autorização para criação da Fundação do Patrimônio do DF (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

Não houve realização.

2018

Não houve realização.

13. Formulação e aprovação do Sistema de Arte e Cultura do DF (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

Não houve realização.

2018

Foi elaborada e publicada a Portaria nº 145, de 25/05/2018, que institui disposições transitórias para o funcionamento e a gestão do Fundo de Apoio à Cultural - FAC durante o período de implementação do Sistema de Arte e Cultura do DF. Alcançou-se o objetivo proposto para a meta.

14. Formulação e aprovação do Plano de Cultura do DF (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

Não houve realização.

2018

As soluções capazes de promover a pretendida modernização na gestão pública cultural estão previstas na Lei Orgânica da Cultura (LOC), em especial a partir da instituição do Sistema de Arte e Cultura do DF, composto por órgãos e entidades da administração pública direta e indireta e por esferas de articulação e participação social, destinado à formulação, financiamento e gestão das políticas públicas de cultura no âmbito distrital, bem como pela aprovação do Plano de Cultura do DF. Este foi criado pela Lei nº 12.343, de 2/12/2010, tendo por objetivo estabelecer não apenas ações e políticas públicas estruturadas para salvaguarda dos direitos culturais e do patrimônio cultural da sociedade como também prevendo ações do poder público voltadas à promoção do desenvolvimento econômico do setor cultural, inclusive por meio da colaboração com agentes privados. Em 2017, após aprovada a Lei Orgânica da Cultura do DF - LOC/DF, por meio da Lei Complementar nº 934, de 7/12/2017, complementou-se a legislação distrital sobre o tema, aprovando o Plano de Cultura do DF.

15. Formulação das metas e indicadores do Plano de Cultura do DF (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

Não houve realização.

2018

Não houve realização.

16. Realizar Diálogos Culturais nas Regiões Administrativas do Distrito Federal para coleta de informações para formulação do Sistema e Plano de Cultura (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

Não houve realização.

2018

Após o envio da Lei Orgânica da Cultura - LOC à Câmara Legislativa do DF, a secretaria iniciou uma série de encontros abertos ao público para apresentação dos conteúdos da lei e mobilização do setor cultural para aprovação dos projetos que a compõem. Para tanto, foram realizados diálogos culturais com a participação desta secretaria que resultaram em: 24 encontros presenciais; 2 consultas públicas online hospedadas no site Participa.Br, por um período de 4 meses; 55 entrevistas com lideranças culturais das regiões administrativas para compreender as dificuldades dos produtores locais, com 953 participantes e 1.341 contribuições recebidas. Foram realizados debates sobre a LOC com a população de todas as regiões administrativas, conforme mencionado neste relatório, bem como a condução da tramitação de 40 emendas à LOC, garantindo a assinatura de todas pelos parlamentares apoiadores da cultura sendo protocoladas na Comissão Especial de Orçamento e Finanças. Alcançou-se o objetivo proposto na meta com êxito.

17. Desenvolver e implantar plataforma colaborativa, em código aberto, sobre a cultura do DF, bem como de aplicativo de celular para rápido acesso da agenda cultural do DF (SECULT) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

Não houve realização.

2018

Não houve realização.

18. Mobilizar agentes culturais, tanto do poder público quanto da sociedade civil, para a inclusão continuada de dados na plataforma de mapeamento sobre ações, agentes e equipamentos culturais no DF e RIDE (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

Não houve realização.

2018

A secretaria realizou estudo técnico-jurídico elaborando relatório contendo estratégias de capacitação dos agentes públicos culturais sobre os desafios concretos da implementação dos atos normativos propostos para a regulamentação do novo regime jurídico de fomento cultural criado pela LOC, a partir da execução de experiências-piloto. Elaborou e publicou a portaria sobre Patrocínio Privado Direto - LOC - Portaria nº 235, de 31 de julho de 2018, portaria, essa, que dispõe sobre o patrocínio privado direto aos projetos, ações e equipamentos culturais, no âmbito da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal que institui minutas padronizadas. Considera-se o objetivo alcançado com êxito.

19. Institucionalização da política de informações culturais, com proposta de carteira de indicadores sobre a cultura do DF (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

Não houve realização.

2018

Não houve realização.

20. Instituir instrumentos de modernização da gestão e financiamento dos equipamentos culturais do DF (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

Não houve realização.

2018

Com escopo voltado à formulação de estudos técnicos que subsidiaram atos normativos e minutas padrão sobre equipamentos culturais, no contexto de regulamentação da Lei Orgânica da Cultura, foi contratado um consultor Unesco através de processo seletivo aberto por chamada pública para desenvolver o trabalho e entregar resultados satisfatórios. Tal contratação foi planejada para suprir a necessidade de elaboração especializada em metodologias, fluxos e funcionamento de redes e sistemas de equipamentos culturais, para viabilizar a implantação da Rede de Equipamentos Culturais do DF, criada pela LOC. Para tanto, ao longo do trabalho desenvolvido o consultor se comprometeu a entregar os seguintes produtos: Produto 1 - Documento técnico contendo: (1.1) detalhamento de escopo e metodologia de estudo, referencial teórico e fontes de informação nacionais e internacionais a serem acessadas; (1.2) mapeamento dos principais pontos previstos na Lei Orgânica da Cultura referentes a equipamentos culturais, com identificação de aspectos de continuidade/ inovação e detalhamento dos principais desafios de regulamentação relacionados; Produto 2 - Documento técnico com enfoque em metodologias e fluxos, contendo: (2.1) subsídios e diretrizes sobre o regramento de arrecadação de receitas de bilheteria de equipamentos públicos de cultura; (2.2) subsídios e diretrizes sobre o regramento de uso ordinário e uso especial de equipamentos, inclusive abrangendo procedimentos de cobrança pelo uso especial; Produto 3 - Documento técnico com enfoque em metodologias e fluxos, contendo: (3.1) subsídios e diretrizes sobre concessões com exploração econômica em equipamentos públicos de cultura, tais como cafés, restaurantes e livrarias; (3.2) proposição de minutas de atos normativos de regulamentação da temática a partir da Secretaria de Estado de Cultura do DF; disposto na Lei Orgânica da Cultura e de minutas de instrumentos jurídicos de viabilização das concessões; Produto 4 - Documento técnico com enfoque em metodologias e fluxos, contendo: (4.1) subsídios e diretrizes sobre a relação dos equipamentos públicos e privados de cultura com o programa de incentivo fiscal de que trata a Lei Orgânica da Cultura; (4.2) proposição de minutas de atos normativos de regulamentação da temática a partir do disposto na Lei Orgânica da Cultura e de minutas de instrumentos jurídicos de viabilização do acesso ao mecanismo; Produto 5 - Documento técnico com enfoque em metodologias e fluxos, contendo: (5.1) subsídios e diretrizes sobre o regramento de organização interna e gestão curatorial; (5.2) proposição de minutas de atos normativos de regulamentação da temática a partir do disposto na Lei Orgânica da Cultura, inclusive regimentos internos de no mínimo oito equipamentos públicos de cultura. Cumpre destacar que a elaboração dos

produtos acima descritos envolveu reuniões técnicas e audiências públicas junto a agentes e entidades locais; análise das experiências locais, nacionais e internacionais de destaque na gestão de macropolíticas culturais; coleta de dados para composição dos documentos requeridos, utilizando metodologia adequada; análise qualitativa e quantitativa dos dados e das informações obtidos; sistematização do referencial teórico e metodológico sobre ferramentas de gestão das macropolíticas culturais relacionadas à temática dos produtos; e produção de seus estudos técnicos, minutas adequadas às necessidades do contexto de regulamentação da Lei Orgânica da Cultura, visando à institucionalização e continuidade das macropolíticas culturais. Como consequência do trabalho desenvolvido, a secretaria conta atualmente com as entregas a seguir: Detalhamento de escopo e metodologia de estudo, referencial teórico e fontes de informação nacionais e internacionais a serem acessadas; e mapeamento dos principais pontos previstos na LOC referentes a equipamentos culturais, com identificação de aspectos de continuidade/ inovação e detalhamento dos principais desafios de regulamentação relacionados; Relatório com subsídios e diretrizes sobre o regramento de uso ordinário e uso especial de equipamentos, inclusive abrangendo procedimentos de cobrança pelo uso especial e regramento de arrecadação de receitas de bilheteria de equipamentos públicos de cultura; Minuta de regulamentação para uso dos equipamentos culturais; Relatório com estudo sobre regramento do patrocínio privado direto, cujo regime jurídico foi criado pela LOC; Minutas-modelo de edital de Chamamento Público para Patrocínio Privado Direto, acordo de patrocínio privado direto, termo aditivo de acordo de patrocínio privado direto e aviso público de manifestação de interesse em patrocínio direto; Relatório com subsídios e diretrizes sobre concessões de uso com exploração econômica em equipamentos públicos de cultura, tais como cafés, restaurantes e livrarias; Minuta-padrão de edital de concorrência; Guia: Como elaborar um edital de concorrência para equipamentos culturais; Relatório com estudos técnicos para formas de uso dos espaços públicos de cultura; Relatório com subsídios e diretrizes sobre a relação dos equipamentos públicos e privados de cultura com o programa de incentivo fiscal; Relatório com subsídios e diretrizes sobre o regramento de organização interna e gestão curatorial dos equipamentos públicos de cultura; Minutas de regimentos internos para: - Biblioteca Nacional; - Centro Cultural Três Poderes; - Cine Brasília; - Espaço Cultural Renato Russo; - Memorial dos Povos Indígenas; - Museu Nacional; - Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro; - Rádio Cultura; Relatório de diagnóstico e prognóstico final da consultoria sobre o regramento dos equipamentos culturais. Com isso alcançou-se o objetivo proposto para a meta.

21. Garantir o pleno funcionamento dos espaços públicos e independentes de cultura do Distrito Federal (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).

2017

Não houve realização.

2018

A secretaria realizou ações de apoio cultural institucionalmente e através de emendas parlamentares mantendo o funcionamento dos espaços públicos e independentes que promovem a cultura popular, alcançando com êxito o objetivo proposto.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1574	INSTRUMENTO DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PUBLICADOS (Indicador alterado, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	UNIDADE			10	0	15	15	15	42	15	GAB/AJL/SECULT/ UO 16101 /OE 5
1575	IMPLEMENTAÇÃO DOS CONSELHOS REGIONAIS DE CULTURA (Indicador alterado, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	UNIDADE	10	31/07/2015	20	0	31	28	0	0	0	SECULT; SAD REL INST SOCIAIS/ CASA CIVIL / UO 16101 / OE 5
1750	AGENTES CULTURAIS MAPEADOS NO SIIC (Indicador alterado, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	UNIDADE	0	31/07/2017	-		500	500	1.000	1.654	1.000	SPDPC/SECULT/U 16101/OE 5

Justificativas 2017

Indicador 1574 - Índice alcançado com sucesso.

Indicador 1575 - Não foram instituídos ainda 3 (três) Conselhos Regionais de Cultura: em Taguatinga e na Candangolândia, por manifestação da área cultural quanto à participação de membros culturais não moradores das duas regiões administrativas, mas que exercem atividades nessas. Portanto, aguardando nova resolução da Assessoria Jurídico-Legislativa da SEC para dar continuidade ao processo. A solicitação foi feita pelo Conselho de Cultura - CCDF; na RA do SIA não houve seminário nem eleição por falta de inscrições.

Indicador 1750 - Objetivo alcançado com sucesso.

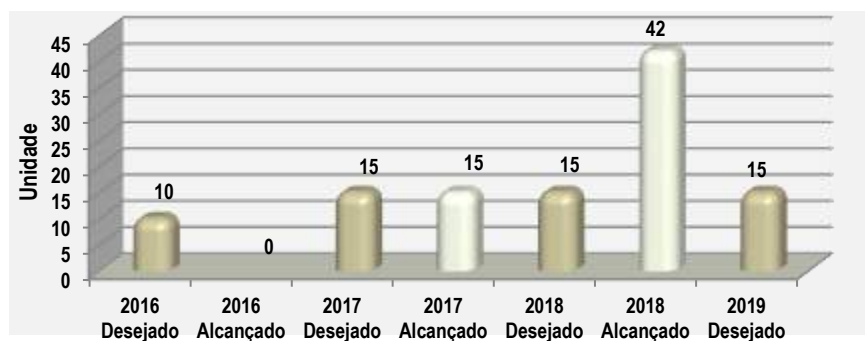
Justificativas 2018

Indicador 1574 - A Secretaria publicou 42 instrumentos de modernização da gestão, entre decretos e portarias normativas, contendo normas gerais e abstratas, alcançando o objetivo com êxito.

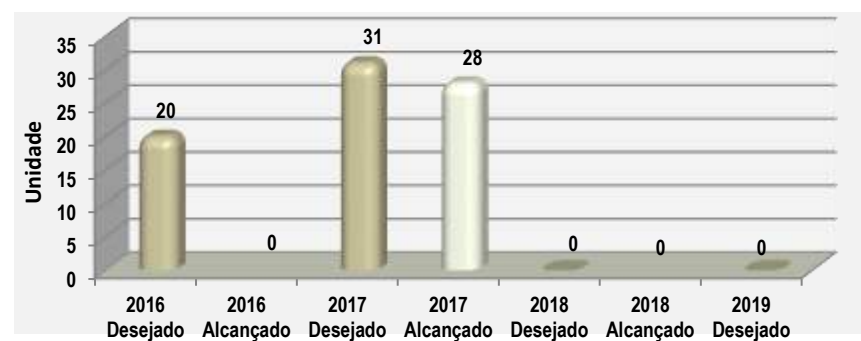
Indicador 1575 - Não possui justificativa.

Indicador 1750 - A Secretaria mapeou 1654 agentes no Projeto "Mapa nas Nuvens", alcançando o objetivo com êxito.

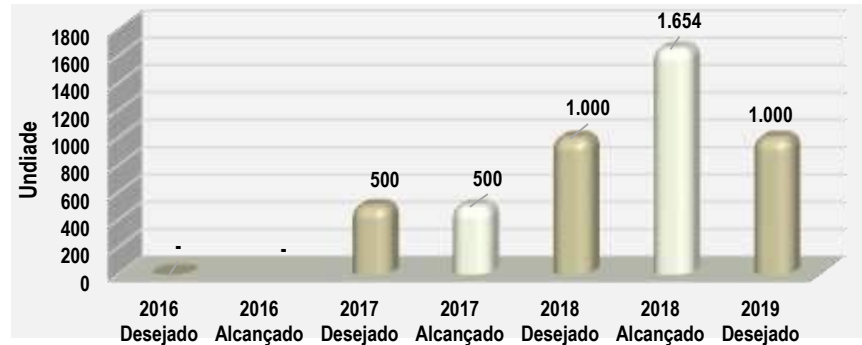
INSTRUMENTO DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICADOS



IMPLEMENTAÇÃO DOS CONSELHOS REGIONAIS DE CULTURA



AGENTES CULTURAIS MAPEADOS NO SIIC



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6219	5	1	Parcerias com os órgãos CODEPLAN, IBGE, IPEA, OBCULT, OBEC, MINC, SERIS, SEE, Administrações Regionais, bem como instituições da sociedade civil voltadas para plataformas para políticas e indicadores culturais; (SECULT)	16101	100	2017 - Não houve realização. 2018 - A secretaria articulou processos de parceria visando o avanço dos termos de fomento, colaboração e Convênios Federais entendendo haver aumento das demandas para acompanhamento da execução do objeto celebrado com as organizações da sociedade civil. No eixo de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, um conjunto de estudos promovidos no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica nº 06/2017, firmado entre a Secretaria de Cultura e a Companhia de Planejamento do Distrito Federal ofereceram um campo de intelecção do cenário da economia criativa local dentre outras parcerias.
6219	5	2	Finalização da proposta de Lei Geral da Cultura e encaminhamento para aprovação da Câmara Legislativa [2016]; (SECULT) <i>(Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	16101	X	2016 - Implementação do LOC – lei Orgânica da Cultura que institui o Sistema de Arte e Cultura do Distrito Federal, dispõe sobre o financiamento à cultura e formaliza como instrumentos de gestão o Plano de Cultura, o Sistema de Informações e Indicadores da Cultura e a Rede de Formação e Qualificação Cultural".
6219	5	3	Elaboração de planejamento estratégico para implementação das metas do Plano [2016]; (SECULT) <i>(Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	16101	X	
6219	5	4	Revisão do planejamento estratégico de implementação do Plano a partir dos anais publicados [2019]. (SECULT) <i>(Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	16101	X	
6219	5	5	Avaliação, implementação e acompanhamento de políticas de infraestrutura, gestão e programação dos espaços culturais públicos e independentes do Distrito Federal <i>(Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	16101	100	2017 - Não houve realização. 2018 - A secretaria atuou positivamente em relação à condução das atividades e dos eventos culturais inseridos no âmbito das políticas de infraestrutura, gestão e programação dos espaços culturais do DF, implementando ações viáveis que permitiram a realização de eventos culturais, exposições, filmes; palestras; seminários; atividades teatrais dentre outras.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

2018

Houve a realização do Seminário de Informações e Indicadores Culturais do DF - SIIC, cujo evento trouxe à tona a importância da utilização de dados, indicadores e tecnologia para a formulação e monitoramento das políticas públicas culturais em suas especificidades. Após esse evento, foi aprovada a reestruturação do organograma da Secretaria de Estado de Cultura e a criação da Unidade de Informações e Indicadores Culturais representando um marco para a institucionalização da política de informações culturais e à gestão pública da cultura do DF. Aconteceu ainda a eleição dos Conselhos Regionais de Cultura, em que a SEC participou das ações de qualificação e empoderamento dos conselheiros regionais de cultura. No eixo de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, um conjunto de estudos promovidos no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica nº 06/2017, firmado entre a Secretaria de Cultura e a Companhia de Planejamento do Distrito Federal, ofereceu um campo de intelecção do cenário da economia criativa local. Entretanto desafios ainda se fazem necessários para propiciar o atendimento do objetivo neste campo de ação, dentre os quais destacam-se: a necessidade de informações do setor cultural e criativo, ainda na informalidade, que de acordo com a perspectiva apontada pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED/DIEESE) devem representar 47% do mercado de trabalho desses setores; a necessidade de desenvolvimento de estudos de inteligência de mercado específicos de setores criativos locais, sendo aconselhável a parceria com o SEBRAE; e a geração de informações que possam contribuir de forma assertiva aos processos de tomada de decisões de empreendimentos criativos do DF, especialmente quanto ao desenvolvimento de novos produtos e serviços e inserção em novos mercados nacionais e internacionais. Dentre as ações que poderiam contribuir para o enfrentamento desses desafios e aprimorar a efetividade desse eixo de ação, pode-se destacar: a realização de pesquisa sobre hábitos culturais da população do DF e das barreiras econômicas, comunicacionais e simbólicas que cerceiam o processo de consumo/fruição cultural, tendo sido sinalizada oportunidade a partir de embarque à Pesquisa de Emprego e Desemprego desenvolvida pelo DIEESE, conforme debatido e registrado no âmbito da sétima reunião ordinária do CONEC/DF; fortalecer e integrar questões sobre a economia criativa no âmbito da Pesquisa Distrital por Amostragem Domiciliar desenvolvida pela Codeplan; conforme previsto no Plano de Trabalho do Acordo de Cooperação Técnica firmado, desenvolver painel dinâmico de indicadores sobre a economia criativa do Distrito Federal, tendo a experiência desenvolvida pelo Instituto Jones dos Santos Neves e o Brasília em Números como referências; e, por fim, propiciar o protagonismo da sociedade civil na identificação de temas a serem explorados e no desenvolvimento de estudos sobre a economia criativa no Distrito Federal, podendo ser viabilizado por meio da implementação de linhas de fomento à pesquisa em gestão cultural com tal finalidade no âmbito do Fundo de Apoio à Cultura do DF. Considera-se o objetivo atingido com êxito no que foi proposto.

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Democratizar o acesso a atividades esportivas e de lazer.

**PROGRAMA TÊMÁTICO:
6206 – CIDADE DO ESPORTE E LAZER**

OBJETIVO GERAL:

Garantir à sociedade brasileira o acesso à prática esportiva educacional, de participação, de rendimento e lazer, com vistas na promoção de vida saudável, redução das desigualdades sociais e democratização do acesso às atividades esportivas e de lazer.

OBJETIVO ESPECÍFICO

O Programa Temático é composto de 04 objetivos específicos, conforme seguem abaixo:

Unidade Responsável/Objetivo Específico

34.101 – SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE, TURISMO E LAZER DO DISTRITO FEDERAL - SETUL

001 – ESPORTE DE PARTICIPAÇÃO E LAZER: Promover e desenvolver a prática de atividade física em busca de uma vida saudável por meio do Esporte de Participação e Lazer em sua amplitude de alcance social aos cidadãos do Distrito Federal, por meio de ações de fomento às práticas esportivas, atividades físicas de lazer, incentivando a ocupação dos espaços públicos e implantando projetos.

002 – ESPORTE EDUCACIONAL: Ampliar as ações voltadas ao Esporte Educacional por meio do desenvolvimento e o incentivo à qualificação profissional, provimento de equipamentos (escolas, centros esportivos, Centros Olímpicos e Paraolímpicos e áreas esportivas das Regiões Administrativas), acessibilidade, serviço e recurso às pessoas com deficiência, bem como, realização de eventos esportivos educacionais.

003 – ESPORTE DE RENDIMENTO: Potencializar, ampliar e apoiar os trabalhos desenvolvidos no Distrito Federal de Esporte de Rendimento por meio da qualificação profissional, maior participação de atletas em competições, provendo de equipamentos de treino e competição, fortalecendo a relação dos atores esportivos e sociedade, escolas, universidades, instituições de administração do esporte e empresas, incentivando a realização de estudo, pesquisa e oferecendo suporte multiprofissional.

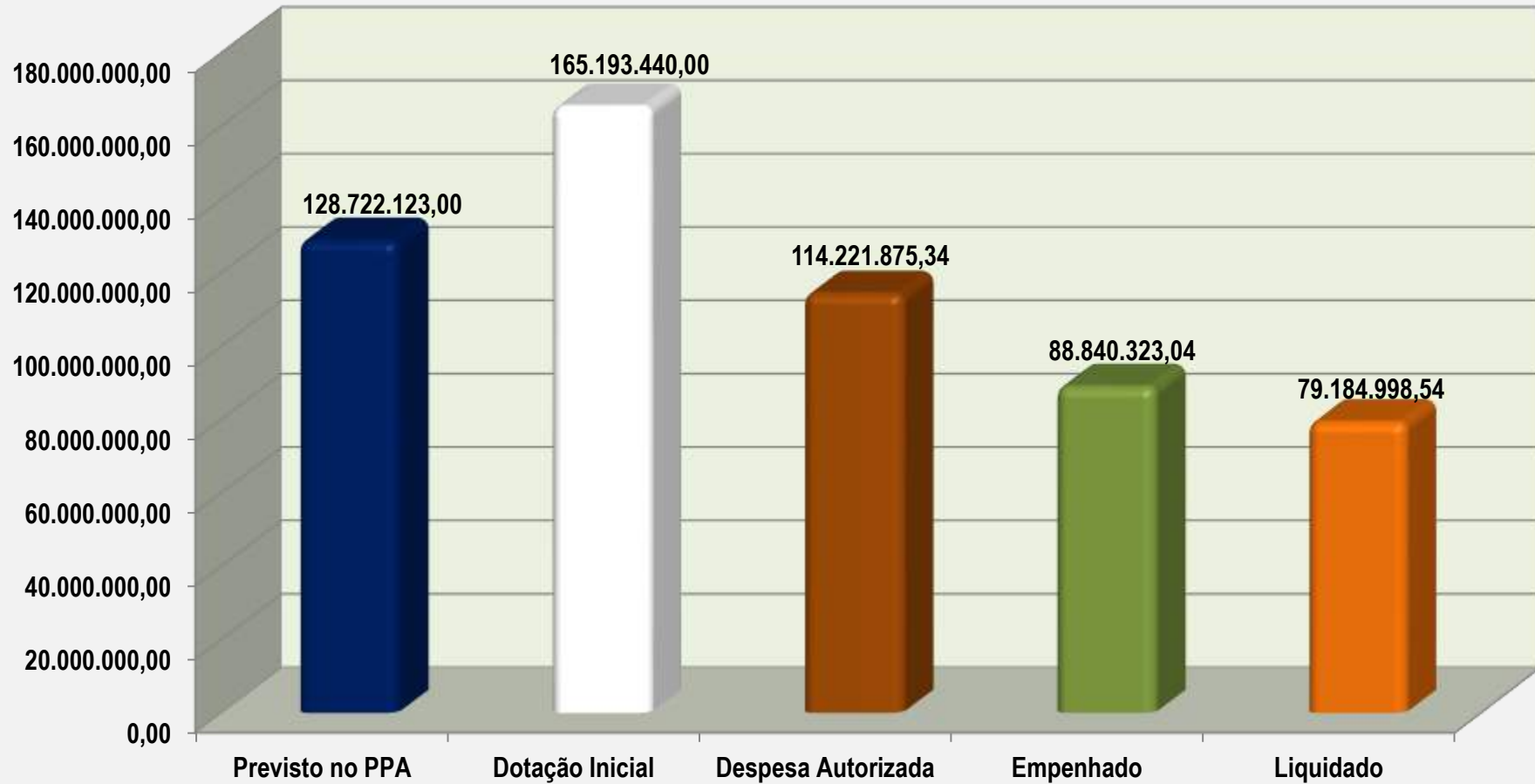
004 - GESTÃO E INFRAESTRUTURA ESPORTIVA E DE LAZER: Qualificar e capacitar a comunidade esportiva, promover estudo e pesquisa com vistas a contribuir para o desenvolvimento esportivo e paraesportivo. Implantar nas Regiões Administrativas, estrutura para o desenvolvimento do esporte e lazer, com acessibilidade, permitindo, dessa forma, a plena participação social, com qualidade e segurança.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA POR PROGRAMA E AÇÃO (Valores em Reais)

AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	441.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
1745 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	7.955.014,00	25.167.332,00	2.026.086,62	2.026.085,09	1.062.930,16	25	13
1745 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES		10.000,00	69.000,00	-	-	#DIV/0!	#DIV/0!
1950 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	8.184.989,00	3.807.023,00	1,00	0,00	0,00	0	0
1950 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	1.442.000,00	28221000	23931400	-	1964553,59	0	136
2024 - APOIO AO DESPORTO E LAZER	2.622.050,00	1.401.000,00	3.211.351,31	3.011.350,23	2.695.027,64	115	103
2425 - MANUTENÇÃO DE ESTÁDIOS DESPORTIVOS	2.325.085,00	3.062.458,00	2.253.468,97	2.031.919,94	1.819.140,15	87	78
2474 - MANUTENÇÃO DE PRAÇA DE ESPORTE E CULTURA	110.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	441.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2631 - APOIO AO COMPETE BRASILIA	915.050,00	3.300.000,00	5.629.952,46	5.629.952,46	4.538.248,32	615	496
2875 - PROJETO BOLEIROS	6.500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3023 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC	1.297.074,00	7.849.294,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3047 - IMPLANTAÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	611.000,00	4.520.000,00	3.922.325,15	3.922.324,93	3.356.800,39	642	549
3048 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	591.814,00	2.425.500,00	700.000,00	700.000,00	344.376,93	118	58
3048 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	100.000,00	10.000,00	4.000,00	-	-	0	0
3175 - IMPLANTAÇÃO DE MUSEU	110.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3440 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES	1.921.787,00	10.129.956,00	3.872.528,00	2.935.427,75	1.378.126,77	153	72
3440 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES		10.000,00	3.000,00	-	-	#DIV/0!	#DIV/0!
3507 - BRASILIA CIDADE OLÍMPICA	100.000,00	1.500.000,00	274.210,00	274.210,00	274.210,00	274	274
3596 - IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA	14.124.117,00	3.992.734,00	1.699.195,73	1.699.194,74	1.489.357,54	12	11
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	1.728.085,00	3.250.600,00	845.033,66	829.544,47	829.543,97	48	48
3902 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	5.334.177,00	3.551.500,00	2.232.414,00	2.232.411,02	1.224.259,38	42	23
4035 - MANUTENÇÃO DE CENTROS ESPORTIVOS	34.959.833,00	32.481.215,00	39.652.897,49	39.652.897,49	34.636.698,06	113	99
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	114.480,00	155.060,00	0,00	0,00	0,00	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	2.133.991,00	7.344.683,00	5.637.429,79	5.637.426,17	5.586.475,04	264	262
4091 - APOIO A PROJETOS	3.600.875,00	3.686.884,00	995.518,00	995.516,84	979.635,24	28	27
4092 - MANUTENÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	525.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
4170 - MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	2.574.338,00	2.300.600,00	2.043.600,00	2.043.600,00	1.892.737,75	79	74
4177 - INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO DE ATLETAS EM EVENTOS ESPORTIVOS	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
4178 - APOIO AO ESPORTE PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS	11.025,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
5183 - REVITALIZAÇÃO DE PARQUES	820.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
7112 - CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTES	14.613.531,00	14.314.803,00	13.419.248,00	13.419.246,75	13.419.246,75	92	92
7244 - REFORMA DE ESTÁDIO	10.446.044,00	80.000,00	35.760,00	35.760,00	13.771,17	0	0
9084 - CONCESSAO DE BOLSA ATLETA	1.957.513,00	2.018.798,00	1.763.455,16	1.763.455,16	1.679.859,69	90	86
ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS ESTATAIS	1.542.000,00	28.251.000,00	24.007.400,00	0,00	1.964.553,59	0	127
ORÇAMENTOS FISCAL E SEGURIDADE SOCIAL	127.180.122,00	136.942.440,00	90.214.475,34	88.840.323,04	77.220.444,95	70	61
TOTAL GERAL DO PROGRAMA 6206 (ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL+ INVESTIMENTO)	128.722.122,00	165.193.440,00	114.221.875,34	88.840.323,04	79.184.998,54	69	62

Obs¹: Valores executados por diversas Unidades Orçamentárias (22.101 – SINESP ; 22.201 – NOVACAP; 28.106; 34.101 – SETUL e 34.902 – FAE).

Programa 6206 - Cidade do Esporte e Lazer (Valores em Reais)



OBJETIVO ESPECÍFICO:

001 – ESPORTE DE PARTICIPAÇÃO E LAZER: Promover e desenvolver a prática de atividade física em busca de uma vida saudável por meio do Esporte de Participação e Lazer em sua amplitude de alcance social aos cidadãos do Distrito Federal, por meio de ações de fomento às práticas esportivas, atividades físicas de lazer, incentivando a ocupação dos espaços públicos e implantando projetos.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

34.101 – SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE, TURISMO E LAZER DO DISTRITO FEDERAL - SETUL

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6206	CIDADE DO ESPORTE E LAZER	1	1	Realizar 28 etapas do Circuito de Lazer (SETUL) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	28	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	10	13	Não informado		0,0
6206	CIDADE DO ESPORTE E LAZER	1	2	Realizar 40 etapas do Circuito de Corridas/Ciclismo; (SETUL)	40	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	6	12	Não informado		0,0
6206	CIDADE DO ESPORTE E LAZER	1	3	Realizar 04 Jogos da Cidade, tomando o Evento parte do Calendário Esportivo da Cidade; (SETUL)	4	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	1	2	Não informado		0,0
6206	CIDADE DO ESPORTE E LAZER	1	4	Ampliar em 20% o número de jogos do Projeto Boleiros; (SETUL)	20	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	5	10	Não informado		0,0
6206	CIDADE DO ESPORTE E LAZER	1	5	Implantar o Projeto de Esporte de Vizinhaça em 20 escolas; (SETUL)	20	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	5	7	Não informado		0,0
6206	CIDADE DO ESPORTE E LAZER	1	6	Realizar 36 Etapas do Projeto Atividades Física Orientada; (SETUL). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	36	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	10	X	X	X	X

Análise Qualitativa**1. Realizar 28 etapas do Circuito de Lazer (SETUL). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);****2016**

Diante da importância de ampliar o número de projetos e eventos esportivos no Distrito Federal e, assim melhorar a qualidade de vida e do bem-estar dos participantes, bem como incentivar a prática regular de atividades físicas, a Secretaria de Esporte, Turismo e Lazer, promoveu o Projeto Circuito de Lazer, voltado ao Esporte de Participação, nos espaços públicos do Distrito Federal, explorando locais de maior concentração popular, visando à democratização do acesso ao esporte e lazer nas Regiões Administrativas.

Em 2016 foram realizadas 10 etapas do Projeto, durante os circuitos são realizadas atividades voltadas para criança, adolescente, adulto, idosos e pessoas com deficiência, as atividades são desenvolvidas de acordo com o perfil cada Região e local disponibilizado. Outra forma de explorar os espaços públicos foi o apoio ao programa “Brasília nos Parques” realizado em conjunto com a Secretaria de Meio Ambiente.

2017

Desenvolver o Esporte de Participação e Lazer, promovendo mais saúde e vida saudável aos brasilienses e, entendendo a importância do lazer e das práticas da atividade física como fator de integração social, em sua amplitude de alcance social aos cidadãos do Distrito Federal. Para isso foram realizadas ações do Projeto Circuito de Lazer, nos espaços públicos do Distrito Federal, sendo atendidas 495 pessoas.

2018– Não Informado pela Unidade

2. Realizar 40 etapas do Circuito de Corridas/Ciclismo (SETUL);

2016

O projeto Circuito de Corridas e Ciclismo é realizado pela Secretaria de Esporte, Turismo e Lazer com apoio aos diversos Órgãos do Governo de Brasília. Todas as etapas são programadas e contam com a participação, também, de idosos e pessoas com deficiência. As atividades são realizadas de acordo com o calendário de temas transversais e eventos importantes para o DF. O objetivo da parceria com outros Órgãos do Governo de Brasília é realizar de forma transversal temas e datas importantes para a cidade, como por exemplo, “outubro rosa”, “novembro azul” dentre outras campanhas de conscientização da população. O circuito de corridas de rua tem o intuito de estimular a prática de atividades físicas, o desenvolvimento de uma vida saudável, assim como o exercício da cidadania, realizados como dito, com enfoque em cada temática abordada. As principais corridas de rua no DF são realizadas no Plano Piloto. Em 2016 foram realizadas 05 etapas do Circuito de Corridas: primeira etapa em 31/01/2016 com a Corrida de Reis, que contou com 8.000 inscritos; a segunda em 19/03/2016, realizada no parque da cidade, cujo tema foi “Corrida da Paz”, a qual contou com 1.000 inscritos; a terceira etapa foi realizada no dia 15/05/2016, no Eixão Norte, obteve 1.000 inscritos e o tema foi 2ª Corrida do Gari; e a quarta e quinta etapas foram realizadas no dia 29/05/2016, com o tema “Corrida Tiradentes pela Cidadania”, e alcançou 2.000 inscritos. No exercício de 2016 foi realizada uma etapa do circuito de ciclismo no dia 06 de novembro com a participação de 500 atletas.

2017

Com intuito de estimular a prática esportiva, foram realizadas 6 etapas do Circuito de corridas: a 1ª. Etapa, Corrida de Reis que contou com 8.000 inscritos; 2ª Etapa, Corrida do Trabalhador, 2.000 inscritos; 3ª Etapa, O Gari mais Veloz, 2.000 inscritos; 4ª Etapa, Corrida Tiradentes, 2.000 inscritos; 5ª Etapa, maio Amarelo DER, 1.000 inscritos e 6ª Etapa, Virada do Cerrado com 1000 inscritos.

2018– Não Informado pela Unidade

3. Realizar 04 Jogos da Cidade, tornando o Evento parte do Calendário Esportivo da Cidade (SETUL);

2016

Os Jogos Abertos de Brasília têm como finalidade fomentar a participação em atividades esportivas no Distrito Federal e promover a ampla mobilização da comunidade em torno do esporte. Participaram das competições atletas e paratletas, com idade acima de 16 anos, representando as Regiões Administrativas. As modalidades dos Jogos são: atletismo, judô, natação, basquetebol, handebol, tênis de mesa, futsal e voleibol nas categorias feminino e masculino, as modalidades adaptadas são: tênis de mesa, atletismo e natação. Realizado em novembro de 2016, a 2ª edição dos Jogos, ocorreu no período de 19 novembro a 04 de dezembro de 2016. Participaram das competições 3.200 atletas sendo que 197 são paratletas, representando 20 regiões administrativas.

2017

Realizado em maio, a 3ª edição dos Jogos Abertos de Brasília, teve como finalidade fomentar a participação em atividades esportivas no Distrito Federal e promover a ampla mobilização da comunidade em torno do esporte. As competições foram realizadas no período de 11 a 28 de maio. Participaram das competições 2.580 nas modalidades coletivas e 210 nas individuais as disputas ocorrem em nove modalidades olímpicas (atletismo, judô, ciclismo, natação, tênis de mesa, basquetebol, futsal, handebol e voleibol) e quatro paralímpicas (basquete em cadeira de rodas, atletismo, natação e tênis de mesa) com premiação para todas.

2018– Não Informado pela Unidade

4. Ampliar em 20% o número de jogos do Projeto Boleiros (SETUL);

2016

O Projeto Boleiros tem como finalidade fomentar e apoiar o desenvolvimento do esporte amador, praticado em qualquer região administrativa do Distrito Federal. O apoio é concedido a entidades sem fins lucrativos (ligas ou associações) por meio da disponibilização de serviços de arbitragem, premiação e a compra de material de estrutura básica (bolas, redes, coletes e formulários de súmula). A partir de 2017 será realizado atendimento a pessoas com deficiência, pois a modalidades paralímpica foi incluída na Lei nº 5.649, de 31 de março 2016. Em 2016, foram realizados 10.081 serviços de arbitragem, beneficiando um público estimado de 100.081 mil pessoas, contemplando 27 regiões administrativas.

2017

Por meio da disponibilização de serviços de arbitragem, premiação e a compra de material de estrutura básica (bolas, redes, coletes e formulários de súmula), em 2017, foram gerados 10.674 serviços de arbitragem, beneficiando um público estimado de 437.400 pessoas, contemplando 27 regiões administrativas.

2018– Não Informado pela Unidade

5. Implantar o Projeto de Esporte de Vizinhança em 20 escolas (SETUL);

2016

O Projeto “Esporte de Vizinhança” é um projeto transversal ao Projeto “Escola Compartilhada” da Secretaria de Educação do DF. O objetivo é abrir as unidades de ensino aos sábados e oferecer diversos serviços públicos à comunidade local. Em parceria com a Secretaria de educação a Secretaria de Esporte, Turismo e Lazer, proporcionou aos participantes do programa atividades em 5 escolas: CED 01 e CEF 02 da Estrutural, CEF 18 Ceilândia, CEM 02 Planaltina e Escola Classe do Varjão, totalizando 9 ações e beneficiando um público estimado de 1.780 participantes.

2017

Em parceria com a Secretaria de Educação, a SETUL proporcionou aos participantes do programa atividades esportivas no CED Irmã Maria Regina Velanes Regis - EPCT - DF-430 – Rodeador e CED 2 Gama, realizando 234 atendimentos.

2018– Não Informado pela Unidade

6. Realizar 36 Etapas do Projeto Atividades Física Orientada; (SETUL). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).

2016

Os Circuitos de Atividade Orientada foram realizados em conjunto com os 10 Circuitos de Lazer.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	Desejado 2018	2018 Alcançado	Desejado 2019	Fonte Informação
1707	PÚBLICO ALCANÇADO POR MEIO DAS PRÁTICAS ESPORTIVAS E DE LAZER (Indicador incluído, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	PESSOA	313.180	31/12/2016	-	-	435.000	451.034	435.000	209.519	435.000	SUEL/SEL/UO 34101/OE1

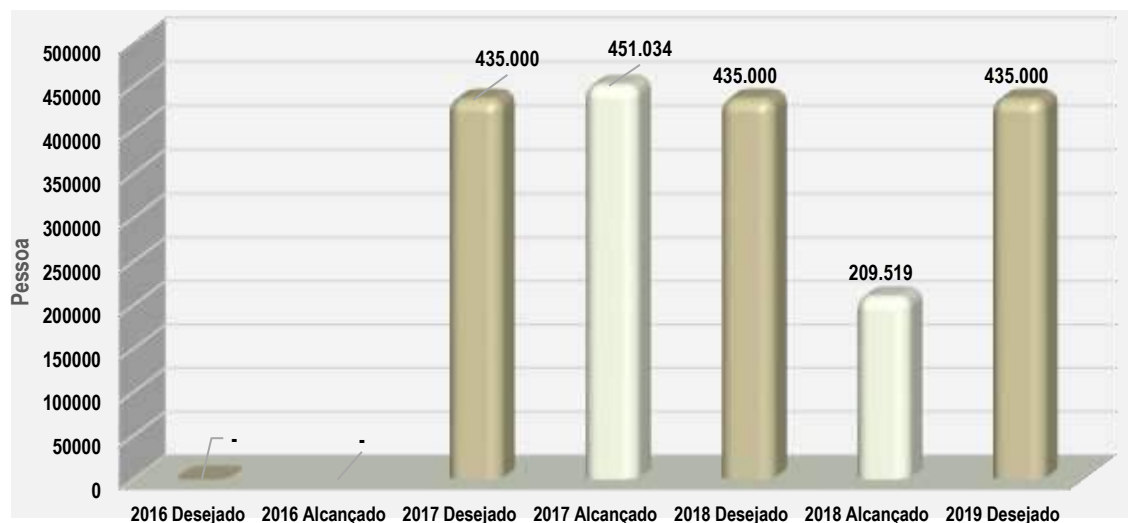
Justificativas 2017

Indicador 1707 - Esse índice foi alcançado devido ao êxito obtido nos Circuitos de Corridas, Jogos da Cidade, Escola Compartilhada e, mesmo com dificuldades orçamentárias, a Secretaria conseguiu atender ao Programa Boleiros.

Justificativas 2018

Indicador 1707 - 2018 - A grande dificuldade para alcançar o índice desejado, foi o Programa Circuito de Corridas, onde esta Secretaria encontrou grandes dificuldades para sua execução.

PÚBLICO ALCANÇADO POR MEIO DAS PRÁTICAS ESPORTIVAS E DE LAZER



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6206	1	1	Realizar parcerias com as Regiões Administrativas, Parques e Secretarias do GDF. (SETUL)	34101	25	<p>2016</p> <p>A Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer, participa ativamente do Plano de Governo do Distrito Federal em diversos eixos, e contribui com outras políticas públicas potencializando e contribuindo para a eficácia dos serviços prestados às comunidades. No ano de 2016 foram renovadas 25 parcerias, as quais foram realizadas por meio do Programa Centros Olímpicos e Paralímpicos – COPs:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Secretaria de Estado da Saúde: Programa Saúde da Família – PSF; Os COPs disponibilizam espaço físico para receber as equipes das unidades de saúde da família de acordo com a necessidade e interesse; - Secretaria de Estado da Cultura: Programa Mala do Livro, que amplia as possibilidades de acesso ao livro com a utilização de minibibliotecas para

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						<p>atividades de empréstimo;</p> <p>- Secretaria de Estado de Educação: Programa CID – contribuindo para que dentro do interesse e necessidade dos CIDs, disponibiliza espaços nos COPs para que possam ser realizadas as atividades do Programa assim como utilizar também para competições.</p> <p>Programa Escola Integral – Os COPs disponibilizam espaço físico além de profissionais qualificados que lecionam atividades esportivas, visando o atendimento dos alunos das escolas de ensino integral;</p> <p>- Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude: com o Programa de Prestação de serviço à comunidade-PSC, semiliberdade contribuindo na recuperação dos adolescentes/jovens que cumprem medidas sócio educativas e possibilitando que a medida seja cumprida nos COPs.</p> <p>- Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos – SEDESTMIDH: Programa Centro de orientação Socioeducativa-Cose, disponibilizam espaço físico além de profissionais qualificados que lecionam atividades esportivas, que consiste em trabalhar os aspectos biopsicossociais com crianças, jovens e adolescentes nas diversas modalidades esportivas, oferecidas nos COPs, utilizando-se como base o esporte. Para integrar o Sistema Esportivo do Distrito Federal, a SETUL, vem mantendo o diálogo com outras Secretarias para o desenvolvimento apoio e realização de eventos esportivos e Lazer visando maior integração e manifestação social ao esporte através de projetos esportivos.</p> <p>- Secretaria de Meio Ambiente – Brasília nos Parques.</p> <p>2017</p> <p>No ano de 2017 foram renovadas as 25 parcerias, as quais foram realizadas por meio do Programa Centros Olímpicos e Paralímpicos – COPs. Além das parcerias mantidas a SETUL, firmou uma nova parceria com Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude através do Núcleo de atendimento Integrado - NAI/UAI, UAMA e Esporte a Meia Noite para que adolescentes/jovens cumpram medidas sócio educativas nos COPs. Além dos termos de colaboração com o instituto do tênis, Clube de Golfe de Brasília, UNODOC/ONU, FIFA e Projeto Velejando.</p> <p>2018 - Não informado pela unidade</p>

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

2016/2018

A Secretaria de Estado do Esporte, Turismo e Lazer, entendendo a importância do lazer e das práticas da atividade física como fator de integração social, em sua amplitude de alcance social aos cidadãos do Distrito Federal, tem como objetivo promover diversas ações que proporcionem a integração e o bem-estar da comunidade, através da prática esportiva, incentivando a ocupação dos espaços públicos e implantando projetos. Assim à SETUL realizou diversas ações no sentido de apoiar eventos voltados ao lazer, como por exemplo:

- a) Circuito do lazer, que trata de uma ação que visa o livre acesso à prática de atividades esportivas e de lazer explorando os espaços públicos de maior concentração popular visando à democratização do acesso ao esporte e lazer nas Regiões Administrativas.
- b) Circuito de corridas/ciclismo oportunizou a comunidade a participação de corrida de rua e circuito de ciclismo sem custo. As corridas foram realizadas de acordo com o calendário de temas transversais e eventos importantes para o DF.
- c) Jogos da Cidade, a 2ª edição dos Jogos Abertos de Brasília, teve como finalidade fomentar a participação em atividades esportivas no Distrito Federal e promover a ampla mobilização da comunidade em torno do esporte.
- d) Programa Boleiro, disponibilização de serviços de arbitragem.
- e) Projeto Esporte de Vizinhança, uma ação em parceria com a Secretaria de Educação que utilizou escolas públicas nos finais de semana, possibilitando à comunidade local atividades físicas e de lazer.

Com essas ações a SETUL, também, teve a preocupação em aumentar a participação de crianças e adolescentes e pessoas com deficiência na prática esportiva e para isso foi realizado junto às Regiões Administrativas, diagnóstico da estrutura esportiva e de lazer, que apresentou praças de esporte e lazer sem manutenção; equipamentos quebrados e não adequados às pessoas com deficiência e ausência de projetos que estimulem a prática do esporte e lazer.

Deste modo, a SETUL entende que para aumentar a participação da população em atividades esportivas é necessário, além da manutenção dos espaços já existentes, ampliar a oferta de espaços e instalações adequadas para a prática de atividades físicas na cidade.

Vale destacar que a SETUL participa ativamente do Plano de Governo do Distrito Federal em diversos eixos, e contribui com outras políticas públicas potencializando e contribuindo para a eficácia dos serviços prestados às comunidades e para o desenvolvimento, apoio e realização de eventos esportivos e Lazer a Secretaria e para isso vem mantendo o diálogo com outras Secretarias. No exercício de 2016, foram renovadas as parcerias, realizadas por meio do Programa Centros Olímpicos e Paralímpicos – COPs, com a Secretaria de Estado da Saúde: Programa Saúde da Família; Secretaria de Estado da Cultura: Programa Mala do Livro; Secretaria de Estado de Educação: Programa CID e Programa Escola Integral; Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude: com o Programa de Prestação de Serviço à Comunidade-PSC; e Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos – SEDESTMIDH: Programa Centro de Orientação Socioeducativa-Cose.

Para promover mais saúde e vida saudável aos brasilienses e, entendendo a importância do lazer foi fomentado às práticas esportivas incentivando a ocupação dos espaços públicos. Com isso a SETUL possibilitou através dos jogos abertos promover encontros esportivos e integrar as regiões administrativas, por meio de jogos onde as equipes esportivas e paraesportivas representassem a sua cidade. Outra forma de desenvolver a prática esportiva por meio do esporte de participação foi expandir as ações relativas à premiação, material de jogo e contratação de arbitragem, para o esporte amador com a promoção de jogos comunitários através do Projeto Boleiros. Além dessas ações a SETUL, em parceria com a Secretaria de Políticas para Criança, Adolescentes e Juventude, desenvolveu ações nas Unidades de Internações no recesso escolar, onde os adolescentes e jovens que estão em medidas de restrição de liberdade praticassem uma atividade esportiva. Além disso, a SETUL em parceria com a Secretaria de Educação desenvolveu o Projeto Escola Compartilhada levando ações esportivas às comunidades onde os projetos são desenvolvidos. No decorrer do ano algumas ações foram prejudicadas interferindo em sua execução.

A SETUL encontrou dificuldades para execução de algumas ações, especificamente quanto à readequação dos processos, fazendo necessária a redução de contratos e convênios, o que interferiu na execução de algumas ações planejadas.

A expectativa para o ano de 2018 é que as atividades possam ser expandidas e ampliadas através da renovação das parcerias por Meio do Programa Centros Olímpicos e Paralímpicos.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

002 – ESPORTE EDUCACIONAL: Ampliar as ações voltadas ao Esporte Educacional por meio do desenvolvimento e o incentivo à qualificação profissional, provimento de equipamentos (escolas, centros esportivos, Centros Olímpicos e Paraolímpicos e áreas esportivas das Regiões Administrativas), acessibilidade, serviço e recurso às pessoas com deficiência, bem como, realização de eventos esportivos educacionais.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

34.101 – SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE, TURISMO E LAZER DO DISTRITO FEDERAL - SETUL

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6206	CIDADE DO ESPORTE E LAZER	2	1	Realizar, por ano, 2 etapas do Projeto Esporte nas Férias (SETUL)	8	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	1	3	Não Informado		0,0
6206	CIDADE DO ESPORTE E LAZER	2	2	Manter as atividades esportivas da Escola de Esporte da SETUL; (SETUL)	100	%	ACUM	MANTER	100	100	Não Informado		0,0
6206	CIDADE DO ESPORTE E LAZER	2	3	Realizar, por ano, 02 ações nas Unidades de "Acolhimento Sócio Educativo"; (SEL) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	8	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	7	9	Não Informado		0,0
6206	CIDADE DO ESPORTE E LAZER	2	4	Certificar 600 crianças no Projeto Ensinando a Nadar da Princesa de Mônaco; (SETUL) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	600	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X
6206	CIDADE DO ESPORTE E LAZER	2	5	Realizar 11 cursos de esporte e lazer para jovens líderes no Projeto Pacto pela Vida; (SETUL) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6060, de 29/12/17)	11	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X

Análise Qualitativa**1. Realizar, por ano, 2 etapas do Projeto Esporte nas Férias (SETUL);****2016**

O Projeto Esporte nas férias tem como objetivo executar ações voltadas ao esporte (educacional e participação), de lazer e cultural, por meio de atividades dinâmicas, atendendo crianças, adolescentes, jovens e pessoas com deficiência de 04 a 17 anos matriculados ou não nos COPs. O Projeto é voltado ao Esporte Educacional e Participação, que visa ampliar as ações no período de férias e recessos escolares de acordo com o calendário anual da rede pública de ensino do DF, por meio de ações dinâmicas de promoção de atividades esportivas e paraesportivas com eixos temáticos educacionais nos 11 Centros Olímpicos e Paralímpicos do DF. Em 2016, foi realizado o Projeto piloto nos 11 Centros Olímpicos e Paralímpicos no período de recesso escolar do dia 1º ao dia 12 de agosto.

2017

Em 2017 foi realizado o Projeto nos 11 Centros Olímpicos e Paralímpicos no período de férias escolares do dia 3 ao dia 27 de janeiro realizando 28.534 atendimentos, Recesso Escolar do dia 11 a 28 de julho de 2017, realizando 27.810 atendimentos.

2018 – Não Informado pela Unidade

2. Manter as atividades esportivas da Escola de Esporte da SETUL (SETUL);

2016

As aulas nas Escolas de Esporte foram ministradas nos espaços esportivos da Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer, possibilitando à comunidade aprender modalidades esportivas, incentivando a prática esportiva entre crianças e adolescentes de 4 a 17 anos, integrando o adulto, o idoso e as pessoas com deficiência em programas que estimulem um hábito de vida saudável e formar equipes esportivas que possam revelar talentos para o cenário esportivo. As matrículas são abertas a toda comunidade do DF. Em 2016 foram mantidas as 12 Escolas de Esporte da Secretaria de Esporte, Turismo e Lazer do DF.

2017

Foram mantidas as 12 escolas de esportes e com a inauguração do Centro Olímpico e Paralímpico de Planaltina com uma estrutura pedagógica de atendimento a criança, jovem adulto e pessoas com deficiências totalizando 13 escolas mantidas.

2018– Não Informado pela Unidade

3. Realizar, por ano, 02 ações nas Unidades de “Acolhimento Sócio Educativo”; (SETUL) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

A Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer, em parceria com a Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude, realiza o Projeto “Esporte nas Férias” com intuito de contribuir com a ressocialização dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa e proporcionar momentos de lazer e diversão. O projeto é realizado no período de férias nas sete Unidades de Internação com orientação de atividades esportivas aos jovens de 12 a 17 anos e com a realização de torneios esportivos, por meio da atuação de estagiários de educação física do Programa Centros Olímpicos e Paralímpicos, supervisionados pelos professores de educação física das unidades. A ação realizada em 2016 aconteceu de 11/01/2016 a 29/01/2016 nas 07 unidades de Internação do DF e atendendo aproximadamente 850 internos, objetivando que esses jovens não fiquem ociosos nas férias, visto que, de acordo com a Secretaria da Criança, no período de férias e recesso escolar os socioeducandos, acredita-se que em face da ociosidade, costuma aumentar o índice de suicídio nas Unidades de Internação.

2017

O projeto foi realizado no período de férias em três Unidades de Internação com torneios esportivos voltados em média a 800 socioeducandos, por meio da atuação de estagiários de educação física do Programa Centros Olímpicos e Paralímpicos sendo atendidos 830 socioeducandos no período de 11 a 29 de janeiro e 800 socioeducandos no período de 02 a 12 agosto.

2018– Não Informado pela Unidade

4. Certificar 600 crianças no Projeto Ensinando a Nadar da Princesa de Mônaco; (SETUL) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Não foram realizadas ações nesse projeto. Inclusive a SETUL propôs na revisão do PPA a exclusão desta ação do PPA 2016 - 2019.

5. Realizar 11 cursos de esporte e lazer para jovens líderes no Projeto Pacto pela Vida; (SETUL) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6060, de 29/12/17).

2016

Não foram realizadas ações nesse projeto. Inclusive a SETUL propôs na revisão do PPA a exclusão desta ação do PPA 2016 - 2019.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	Desejado 2018	2018 Alcançado	Desejado 2019	Fonte Informação
1708	PÚBLICO ALCANÇADO POR MEIO DAS AÇÕES VOLTADAS AO ESPORTE EDUCACIONAL (Indicador incluído, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	PESSOA	68.670	31/12/2016	-	-	95.670	84.722	97.970	353.065	97.970	SUEL/SEL/UO 34101/OE 2

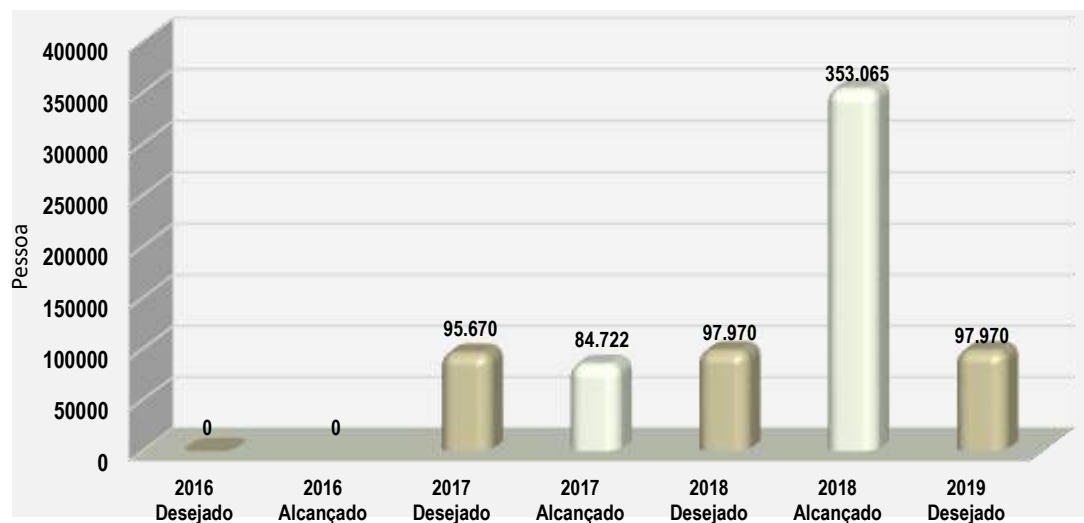
Justificativas 2017

Indicador 1708 - A grande dificuldade para atingir em 100% desse objetivo foi o Programa Esporte Acesso de Todos nas unidades socioeducativas, com somente duas unidades de internação disponibilizadas. Porém o número de atendimentos nos Centros Olímpicos e Paraolímpicos, Escolas de Esporte e no Esporte nas Férias foram bastante satisfatórios

Justificativas 2018

Indicador 1708 - 2018 - O destaque para a superação do índice desejado está nos atendimentos dos 12 COP'S - Centros Olímpicos e Paraolímpicos que teve a participação de 294.845 pessoas e o Programa Esporte nas Férias com 53.881 participantes.

PÚBLICO ALCANÇADO POR MEIO DAS AÇÕES VOLTADAS AO ESPORTE EDUCACIONAL



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6206	2	1	Realizar parcerias com as Regiões Administrativas, Banco Internacional de Desenvolvimento BID e Secretarias do GDF. (SETUL)	34101	25	<p>2016 A SETUL prioriza ações de ocupação de espaços públicos esportivos com programas e projetos desenvolvidos pela SETUL ou em parceria com entidades do Governo do Distrito Federal (administração direta, autarquias, fundações); entidades do Poder Judiciário (Vara da Infância, Adolescente e Juventude, Tribunais, Conselhos, Promotoria) e entidades privadas (federações, associações, clubes, confederações) outros órgãos e entidades da sociedade civil, com objetivo de ampliar as ações comunitárias e suporte aos Programas do Governo do Distrito Federal.</p> <p>No ano de 2016 foram renovadas as parcerias realizadas por meio do Programa Centros Olímpicos e Paralímpicos - COPs, com a Secretaria de Estado da Saúde: Programa Saúde da Família; Secretaria de Estado da Cultura: Programa Mala do Livro; Secretaria de Estado de Educação: Programa CID e Programa Escola Integral; Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude: com o Programa de Prestação de serviço à comunidade - PSC; e Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos – SEDESTMIDH: Programa Centro de orientação Socioeducativa-Cose.</p> <p>2017 No ano de 2017 foram renovadas as parcerias, as quais foram realizadas por meio do Programa Centros Olímpicos e Paraolímpicos – COPs. Além das parcerias mantidas a SETUL, firmou parceria com Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude através do Núcleo de atendimento Integrado - NAI/UAJ, UAMA e Esporte a Meia Noite para que adolescentes/jovens cumpram medidas sócio educativas nos – COPs.</p> <p>2018 - Não Informado pela unidade.</p>

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

2016/2018

É inegável que a prática esportiva vem estimulando e transformando a vida de muitas crianças, jovens, adultos e idosos e pessoas com deficiência, a superar barreiras e limitações e o crescimento das noções de solidariedade e respeito às diferenças. O esporte, portanto, torna-se essencial para a formação de um cidadão, compreendendo seus direitos e deveres.

Desse modo, os projetos e programas vêm ampliando as ações de desenvolvimento de atividades recreativas e de lazer, oferecidas às crianças e adolescentes das Unidades de Internação, no período de férias escolares, diferente das antigas colônias de férias.

Nesse sentido, destacam-se as ações desenvolvidas no âmbito do “Programa Esporte Acesso de Todos”, com a realização de torneios esportivos voltados a esse público, com a atuação de estagiários de educação física do Programa Centros Olímpicos e Paralímpicos, realizada no período de férias nas sete Unidades de Internação. Trata-se de uma parceria com a Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude que em seu quarto ano de realização beneficiando jovens que cumprem medidas sócias educativas.

A SETUL priorizou ações de ocupação de espaços públicos esportivos com programas e projetos desenvolvidos em parceria com outros órgãos e entidades da sociedade civil, seguindo estratégia de apresentar a prática esportiva como forma de inclusão social, de socialização, de respeito e de melhoria da qualidade de vida, associada a atividades continuadas com a implementação de programas e projetos.

As dificuldades encontradas por esta Secretaria foram executar a realização de capacitações nos segmentos esportivos e orientação aos gestores; falta de manutenção nas escolas de esporte; recursos financeiros e a diminuição no quadro de servidores.

Em 2017, a SETUL continuou com as parcerias com a Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude, por meio do Projeto Acesso de Todos visando atender os internos das unidades de internação e ampliar para duas ações por exercício o Projeto Esporte nas Férias; com a Secretaria de Educação no apoio a realização dos jogos escolares e o Projeto Esporte nas Férias realizado nos Centros Olímpicos e Paralímpicos.

Assim, a perspectiva da SETUL para o exercício 2017, foi aumentar o atendimento a crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, e pessoas com deficiência, por meio das escolas de esportes, oportunizando além das atividades esportivas, outras ações de intercâmbios com atividades culturais e sociais, bem como, gerenciar atos que possam promover a manifestação relativa à diversidade, meio-ambiente, atividade física, qualidade de vida, sempre contando com a participação da equipe profissional dos Centros Olímpicos e Paralímpicos de outras Secretarias e ou entidades, em benefício da comunidade em geral.

Para o ano 2018, a expectativa é continuar mantendo e aumentando os atendimentos às crianças, adolescentes, e pessoas com deficiência, por meio das escolas de esportes, com a participação da equipe profissional dos Centros Olímpicos e Paralímpicos de outras Secretarias e ou entidades, em benefício da comunidade em geral.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

003 – ESPORTE DE RENDIMENTO: Potencializar, ampliar e apoiar os trabalhos desenvolvidos no Distrito Federal de Esporte de Rendimento por meio da qualificação profissional, maior participação de atletas em competições, provendo de equipamentos de treino e competição, fortalecendo a relação dos atores esportivos e sociedade, escolas, universidades, instituições de administração do esporte e empresas, incentivando a realização de estudo, pesquisa e oferecendo suporte multiprofissional.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

34.101 – SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE, TURISMO E LAZER DO DISTRITO FEDERAL - SETUL

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6206	CIDADE DO ESPORTE E LAZER	3	1	Apoiar 2.500 atletas/comissão técnica por ano no Projeto Compete Brasília (SEL) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	10.000	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	2.647	7085	Não Informado		0,0
6206	CIDADE DO ESPORTE E LAZER	3	2	Realizar e/ou apoiar, por ano, 03 Grandes Eventos Esportivos (SEL) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	12	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	13	15	Não Informado		0,0
6206	CIDADE DO ESPORTE E LAZER	3	3	Apoiar 160 atletas no Projeto Atleta da Casa; (SETUL) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	160	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X
6206	CIDADE DO ESPORTE E LAZER	3	4	Apoiar mensalmente 147 atletas convencionais e 120 atletas paraolímpicos no Projeto Bolsa Atleta, conforme lei nº 2.402 de 10/01/1999 (SEL) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	1068	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	215	482	Não Informado		0,0
6206	CIDADE DO ESPORTE E LAZER	3	5	Premiar 400 atletas/dirigentes no Prêmio Brasília Esporte (SEL).	400	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	49	105	Não Informado		0,0

Análise Qualitativa**1. Apoiar 2.500 atletas/comissão técnica no Projeto Compete Brasília (SEL) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);****2016**

O Projeto Compete Brasília tem o objetivo de incentivar a participação de atletas de alto rendimento das mais diversas modalidades em campeonatos nacionais e internacionais, por meio da concessão de transporte aéreo (destinos nacionais e/ou internacionais) e/ou transporte terrestre (destinos nacionais). O apoio é dado por meio de concessão de passagens aéreas ou terrestres e em caso de equipes por aluguel de ônibus ou micro-ônibus. Em 2016 foram apoiados 2.647 atletas. A execução do projeto depende da demanda dos atletas e da disponibilidade orçamentária.

2017

O Projeto Compete Brasília apoiou 3.519 atletas e 919 membros de comissão técnica totalizando 4.438 atendimentos, com a concessão de passagens aéreas e terrestres em competições nacionais e internacionais, o que proporcionou uma maior visibilidade do Distrito Federal em diversas competições nacionais e internacionais, uma vez que houve um aumento significativo de atletas e paratletas beneficiados, em comparação com os anos anteriores.

2018– Não Informado pela Unidade

2. Realizar e/ou apoiar, por ano, 03 Grandes Eventos Esportivos (SEL) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

A SETUL realizou no ano de 2016, 15 eventos esportivos de grande porte, proporcionando à comunidade do Distrito Federal a oportunidade de participar dos “Megs eventos esportivos”. Corrida de Reis; Revezamento da Tocha Olímpica; 10 Jogos de Futebol dos Jogos Olímpicos Rio 2016, Revezamento da Tocha Paralímpica e finais da Superliga de vôlei masculino e feminino. As Olimpíadas Rio 2016 teve seu início na capital federal em três de maio com o revezamento da tocha Olímpica, em um percurso que passou por cinco regiões administrativas e mais de 15 pontos turísticos. Além do revezamento da tocha, a capital federal recebeu dez jogos do torneio de futebol. O Estádio Nacional Mané Garrincha foi palco de sete partidas do torneio masculino, incluindo os dois primeiros confrontos da seleção brasileira, e três do feminino. Assim, como a passagem da tocha olímpica em maio, Brasília recebeu em setembro o revezamento da tocha Paralímpica.

2017

Foram realizados 02 eventos esportivos de grande porte: a tradicional - Corrida de Reis, onde o Circuito destinado aos adultos e aos paraatletas reuniu cerca de 20.800 participantes entre inscritos e pipoca; a Corrida de Reis Mirim contou com 1.000 inscritos com idade até 13 anos; os Jogos Escolares da Juventude, reuniu aproximadamente 4 mil atletas de 15 a 17 anos, de 1.360 colégios públicos e particulares de todas as regiões do país. Os jogos foram realizados em 21 espaços esportivos contemplado 14 modalidades. O Distrito Federal teve grande destaque uma vez que foi a cidade sede e ainda conquistou 16 medalhas.

2018– Não Informado pela Unidade

3. Apoiar 160 atletas no Projeto Atleta da Casa; (SETUL) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Não foram realizadas ações nesse projeto. Inclusive, a SETUL propôs na revisão do PPA a retirar desta ação do PPA 2016 - 2019.

4. Apoiar mensalmente 147 atletas convencionais e 120 atletas paraolímpicos no Projeto Bolsa Atleta, conforme lei nº 2.402 de 10/01/1999 (SEL) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

O Programa Bolsa Atleta foi criado pela Lei nº 2.402, de 15/01/1999, com o intuito de garantir recursos para a manutenção pessoal dos atletas em plena atividade esportiva. Ao mesmo tempo, o programa busca dar condições necessárias para que os atletas possam dedicar-se ao treinamento esportivo e participar de competições que permitam o desenvolvimento de suas carreiras. Atualmente, o programa não atende à demanda de atletas de rendimento e nem à demanda das modalidades no DF, que hoje beneficia 120 atletas e 95 paratletas mensalmente em 19 modalidades paralímpicas e 17 olímpicas.

2017

O benefício do Programa Bolsa Atleta é concedido no ano exercício, configurando até 12 recebimentos. O valor mensal do benefício é concedido de acordo com a classificação dos atletas e dos níveis da modalidade. Foram disponibilizadas, 120 bolsas paralímpicas e 147 convencionais mensalmente, totalizando 3.204 atendimentos em 2017.

2018– Não Informado pela Unidade

5. Premiar 400 atletas/dirigentes no Prêmio Brasília Esporte. (SETUL).

2016

Denominado “Prêmio Esporte Brasília” trata-se de reconhecimento oferecido pelo Governo do Distrito Federal aos esportistas, treinadores e outros segmentos que apoiam e contribuem para o desenvolvimento do Esporte do Distrito Federal. O objetivo do “Prêmio Brasília Esporte” é reconhecer e premiar atletas e paratletas, técnicos, equipes, jornalistas, patrocinadores, árbitros e agentes sociais que se destacaram no esporte em Brasília, por meio de eleição popular e técnica. De 5 a 9 de dezembro de 2016, 8.680 pessoas escolheram o seu esportista preferido em enquete disponível na página eletrônica do evento. O “Prêmio Brasília Esporte” 2016 foi realizado por meio de patrocínio privado, dessa forma, tendo em vista a otimização do recurso e o levantamento realizado em parceria com as federações esportivas, verificou-se que a concessão de 49 premiações atenderia a demanda das modalidades esportivas da cidade.

2017 - A edição do Prêmio Brasília Esporte 2017 premiou 56 atletas e paratletas.

2018– Não Informado pela Unidade

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	Desejado 2018	2018 Alcançado	Desejado 2019	Fonte Informação
1709	NÚMERO DE ATLETAS ATENDIDOS (Indicador incluído, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	PESSOA	20.899	31/12/2016	-	-	25.467	30.954	23.667	28.628	35.867	SUEL/SEL/UO 34101/OE 3

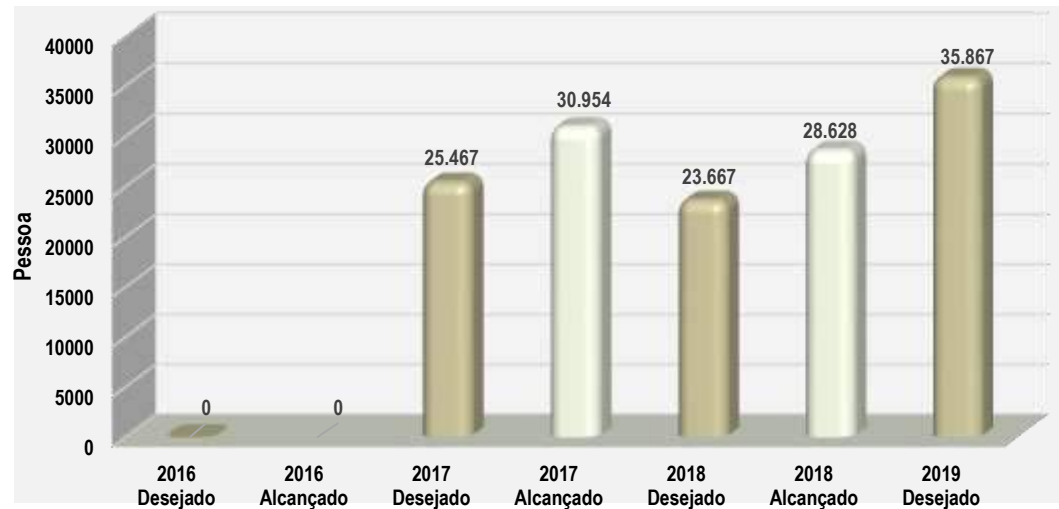
Justificativas 2017

Indicador 1709 - O Programa Compete Brasília tem como objetivo incentivar a participação de atletas e paratletas de alto rendimento das mais diversas modalidades em campeonatos nacionais e internacionais. Foram atendidos 3.519 atletas no Programa Bolsa Atleta, foram concedidas 1.384 bolsas para atletas convencionais e 1.251 bolsas para atletas paraolímpicos, em Grandes Eventos foram 4.000 atletas participantes dos Jogos da Juventude e 20.800 participantes da Corrida de Reis 2017. Com isso o índice foi superado.

Justificativas 2018

Indicador 1709 - 2018 o Programa Compete Brasília tem como objetivo incentivar a participação de atletas de alto rendimento das mais diversas modalidades em campeonatos nacionais e internacionais, foram atendidos 2.916 atletas/ Comissão Técnica. Foram concedidas 1.416 bolsas para atletas convencionais 1.296 Paraolímpicas. Em Grandes Eventos tivemos a 48ª Edição da Corrida de Reis, com 1.000 inscrições de crianças entre 5 e 12 anos de idade e cerca de 22.000 participantes entre jovens e adultos.

NÚMERO DE ATLETAS ATENDIDOS



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6206	3	1	Realização de parcerias com as Regiões Administrativas, Comitê Olímpico Brasileiro, Confederações e Federações Esportivas (local, nacional e internacional), Embaixadas, Comitê RIO 2016, Órgãos Federais e Secretarias do GDF. (SETUL).	34101		<p>2016 A SETUL tem entre suas competências divulgar as informações de interesse público e contribuir para a construção de uma comunicação pública eficaz, pautada na atuação social e democrática. Dessa forma a SETUL têm interagido com as regiões administrativas, apoiando eventos com, por exemplo, aniversário da cidade, corridas entre outros. Além das regiões administrativas, essa Secretaria interage com professores, treinadores, profissionais do esporte, profissionais das ciências da saúde, acadêmicos e atletas do Distrito Federal envolvido no Sistema Nacional do Desporto (federações, associações, ligas, clubes, academias).</p> <p>2017 Por meio do desenvolvimento de uma parceria entre o Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Ministério do Esporte, Grupo Globo, Coca-Cola, Secretaria de Educação, e Exército a SETUL realizou os Jogos Escolares da Juventude, que contemplaram 14 (quatorze) modalidades esportivas, reunindo cerca de 5.000 alunos/atletas escolares, milhares de instituições de ensino públicas e privadas e 27 Unidades Federativas do Brasil.</p> <p>2018 - Não Informado pela unidade</p>

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

2016/ 2018

Objetivando ampliar o acesso ao esporte de rendimento a SETUL vem potencializando e ampliando os trabalhos desenvolvidos no Distrito Federal relativo a essa categoria de esporte. No exercício de 2016, a Secretaria realizou 15 eventos esportivos de grande porte, proporcionando à comunidade do Distrito Federal a oportunidade de participar dos "Megas eventos esportivos". Corrida de Reis; Revezamento da Tocha Olímpica; 10 Jogos de Futebol dos Jogos Olímpicos Rio 2016, Revezamento da Tocha Paraolímpica e as finais da Superliga de Vôlei. As Olimpíadas Rio 2016 teve seu início na Capital Federal em 03/05/2016, com o revezamento da tocha Olímpica, em um percurso que passou por cinco regiões administrativas e mais de 15 pontos turísticos.

Outra forma de ampliar o acesso ao esporte de rendimento é a concessão bolsa atleta, que visa garantir recursos para a manutenção pessoal aos atletas em plena atividade esportiva. Atualmente, o Programa não atende à demanda de atletas de rendimento e nem à demanda das modalidades no DF, que hoje beneficia 120 atletas e 95 paratletas mensalmente em 19 modalidades paralímpicas e 17 olímpicas.

Além da Bolsa Atleta a SETUL proporcionou a concessão de transporte aéreo (destinos nacionais e/ou internacionais) e/ou transporte terrestre (destinos nacionais) através do Programa Compete Brasília beneficiando 2.647 atletas.

Em 2017, a SETUL trabalhou para promover o esporte para todos, incluindo-os como meio para alcançar as metas de desenvolvimento, assegurando que os atletas e paratletas atendidos pelos Programas Bolsa Atleta e Compete Brasília, possam contribuir com o país por meio de seus resultados. Outra forma de fomentar o esporte de rendimento são os apoios mediante a disponibilização de serviços relacionados à arbitragem desportiva, montagem de infraestrutura, fornecimento de bens de consumo, mão de obra e apoio logístico aos campeonatos realizados por federações de diversas modalidades.

As dificuldades encontradas foram à execução dos Programas já existentes e a realização de grandes eventos, por exemplo, Corrida de Reis que teve parceria da iniciativa privada. Assim, ficaram prejudicadas, por falta de recursos, a execução de diversas ações previstas, inclusive na proposta orçamentária de 2016, visto ser consideradas relevantes para o incentivo ao esporte e lazer; adequação ao Decreto nº 37.843 de 13 de dezembro de 2016, que dispõe sobre o regime jurídico das parcerias, envolvendo ou não a transferência de recursos. Essa adequação resultou em um Edital de chamamento público para Organizações da

A perspectiva da SETUL é continuar mantendo os Centros Olímpicos, visando proporcionar uma melhora na qualidade de vida da população do Distrito Federal, além de apoiar os atletas do Distrito Federal, tanto no âmbito do desporto amador, como no esporte de alto rendimento nas mais diversas modalidades em campeonatos nacionais e internacionais, além de fomentar um aumento no Programa Bolsa Atleta, que é um programa de patrocínio individual de atletas e paratletas de alto rendimento que obtêm bons resultados em competições nacionais e internacionais de sua modalidade e que não possuam patrocínio; aprimorar e manter os Programas Compete Brasília e Bolsa Atleta, visando apoiar os atletas e paratletas do Distrito Federal, no esporte de rendimento nas mais diversas modalidades em campeonatos nacionais e internacionais, além de fomentar um aumento de atletas e paratletas em competições nacionais e internacionais.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

004 - GESTÃO E INFRAESTRUTURA ESPORTIVA E DE LAZER: Qualificar e capacitar a comunidade esportiva, promover estudo e pesquisa com vistas a contribuir para o desenvolvimento esportivo e paraesportivo. Implantar nas Regiões Administrativas, estrutura para o desenvolvimento do esporte e lazer, com acessibilidade, permitindo, dessa forma, a plena participação social, com qualidade e segurança.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

34.101 – SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE, TURISMO E LAZER DO DISTRITO FEDERAL - SETUL

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6206	CIDADE DO ESPORTE E LAZER	4	1	Conservar e reformar: 12 centros olímpicos e Paralímpicos; o Complexo Poliesportivo; 47 quadras de esportes nas Regiões Administrativas; 04 campos de areia e 40 campos sintéticos; (SETUL). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	104	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X
6206	CIDADE DO ESPORTE E LAZER	4	2	Implantar 10 coberturas em quadras esportivas; (SETUL). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	10	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X
6206	CIDADE DO ESPORTE E LAZER	4	3	Construir o ginásio poliesportivo Claudio Coutinho; (SETUL). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X
6206	CIDADE DO ESPORTE E LAZER	4	4	Construir 05 pistas de skate e 04 campos sintéticos; (SETUL). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	9	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X
6206	CIDADE DO ESPORTE E LAZER	4	5	Implantar cobertura e aquecimento em 11 piscinas dos centros olímpicos e paraolímpicos; (SETUL)	11	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	Não Informado		0,0
6206	CIDADE DO ESPORTE E LAZER	4	6	Conservar e manter 12 Centros Olímpicos e Paraolímpicos, Estádio Bezerrão e Complexo Poliesportivo (SETUL) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	14	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	12	Não Informado		0,0

Análise Qualitativa

1.Conservar e reformar: 12 centros olímpicos e Paralímpicos; o Complexo Poliesportivo; 47 quadras de esportes nas Regiões Administrativas; 04 campos de areia e 40 campos sintéticos; (SETUL). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Em 2016 foram mantidos os 15 espaços esportivos da SETUL em condições de uso (11 Centros Olímpicos e Paralímpicos, Complexo Aquático, Ginásio Nilson Nelson, Estádio Bezerrão e Autódromo). As manutenções e reparos são realizados conforme a demanda de cada local e de acordo com a disponibilidade orçamentária. Quanto à construção e revitalização de

espaços e equipamentos esportivos e de lazer a SETUL não tem gerência sobre quadras poliesportivas, campos de areia, campos sintéticos e PECs nas Regiões Administrativas, assim a meta não foi implementada em 2016, inclusive será proposta sua revisão.

2. Implantar 10 coberturas em quadras esportivas; (SETUL). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Não foram realizadas ações nesse sentido. Inclusive a SETUL propôs na revisão do PPA a exclusão desta ação do PPA 2016 - 2019.

3. Construir o ginásio poliesportivo Claudio Coutinho; (SETUL). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Não foram realizadas ações nesse sentido. Inclusive a SETUL propôs na revisão do PPA a exclusão desta ação do PPA 2016 - 2019.

4. Construir 05 pistas de skate e 04 campos sintéticos; (SETUL). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Não foram realizadas ações nesse sentido. Inclusive a SETUL propôs na revisão do PPA a exclusão desta ação do PPA 2016 - 2019.

5. Implantar cobertura e aquecimento em 11 piscinas dos centros olímpicos e paraolímpicos; (SETUL);

2016

A implantação das coberturas e aquecimento das piscinas dos Centros Olímpicos e Paralímpicos encontra-se em processo de licitação junto a NOVACAP.

2017

A implantação das coberturas das piscinas dos Centros Olímpicos e Paralímpico encontra-se em processo de licitação junto a NOVACAP e a instalação dos aquecedores começou no exercício de 2018.

2018– Não Informado pela Unidade

6. Conservar e manter 12 Centros Olímpicos e Paraolímpicos, Estádio Bezerrão e Complexo Poliesportivo (SETUL) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).

2017

No ano de 2017 foram conservados todos os Próprios da SETUL e inaugurado mais um Centro Olímpico e Paralímpico.

2018– Não Informado pela Unidade

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1710	PROFISSIONAIS DA ÁREA ESPORTIVA QUALIFICADOS (Indicador incluído, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	PESSOA	92	31/12/2016	-	-	105	284	125	286	145	SUEL/SEL/JO 34101/OE 4

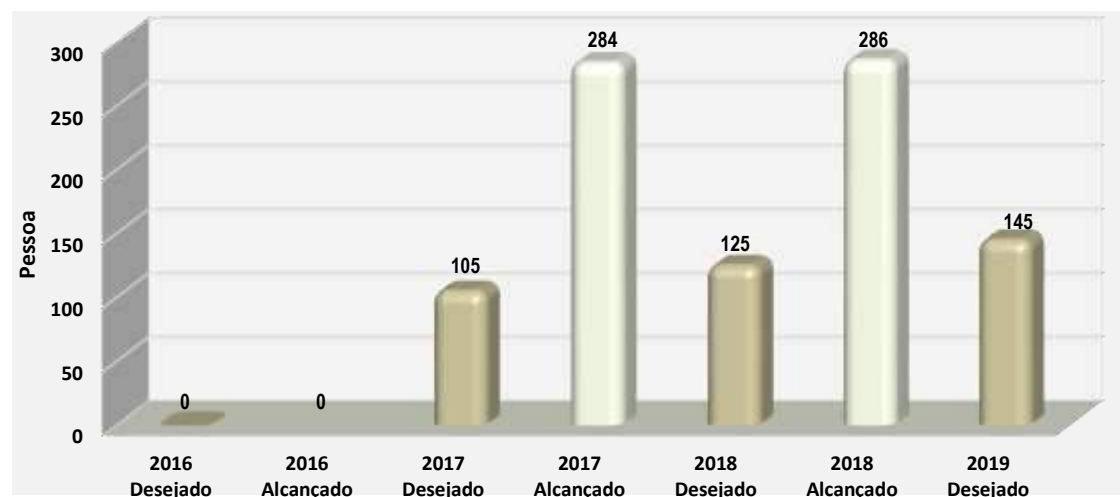
Justificativa 2017

Indicador 1710 - Foram realizados diversos cursos para capacitação de profissionais desta Secretaria em diversas modalidades, o que superou o índice desejado.

Justificativa 2018

Indicador 1710 - 2018 - Foram realizados diversos cursos para capacitação de profissionais desta Secretaria em diversas modalidades, o que superando o índice desejado.

PROFISSIONAIS DA ÁREA ESPORTIVA QUALIFICADOS



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6206	4	1	Projeto Compartilhar - Realizar a gestão participativa dos espaços esportivos das Regiões Administrativas (Estádios, PECs, Ginásios, Campos Society, entre outros) (SETUL);	34101	0	<p>2016 Para o desenvolvimento do esporte no Distrito Federal e melhoria da qualidade de vida da população é fundamental a garantia da oportunidade do acesso à prática esportiva para as gerações presentes e futuras. Para tanto se faz necessário à construção da rede de infraestrutura interligando os próprios da SETUL (Centros Olímpicos e Paralímpicos, Complexo Ayrton Senna, Estádios) com espaços esportivos de outras entidades tais como: Administrações Regionais, Secretaria de Educação, Órgãos de Segurança, entre outros</p> <p>2017 Em 2017 a SETUL em parceria com a Secretaria de Estado das Cidades solicitou o apoio no sentido em que todas as administrações regionais forneçam os referidos diagnósticos acerca dos equipamentos públicos esportivos. Com as informações de 13 RAs, foi possível verificar quais são os equipamentos e os tipos de manutenção necessária. A grande dificuldade da SETUL é que as informações não são fidedignas e a ausência de</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						informações por parte de algumas Administrações Regionais: (Brazlândia, Candangolândia, Ceilândia, Guará, Itapoã, Jardim Botânico, Lago Sul, Núcleo Bandeirante, Paranoá, Park Way, Planaltina, Plano Piloto, Riacho Fundo II, Sobradinho, Taguatinga e Varjão), prejudicou a análise do diagnóstico. 2018
6206	4	2	Planejar e formalizar parcerias para promover as melhores condições para a prática do esporte e do lazer (licitações para manutenção, padronizar instrumentos e processos de trabalho, entre outros) (SETUL).	34101	28	2016 Trata-se de um projeto a ser realizado em três níveis: primeiro com os servidores da Secretaria do Esporte, Turismo e Lazer; depois, por meio de convênios (SEBRAE) e parcerias com Universidade de Brasília, Faculdades Particulares, Secretaria de Educação, Escola de Governo; em seguida convidando profissionais brasileiros e estrangeiros que possam colaborar com a formação esportiva destes servidores e, por fim, expandindo para outros profissionais que atuam nessa área e também a comunidade. No ano de 2016 foram capacitados profissionais do Programa Centros Olímpicos e Paralímpicos em parceria com: UNB (Psicomotricidade), Instituto do Tênis (Tênis), Clube de Golfe de Brasília (Solf Golfe), e CETEFE (Tênis de mesa). 2017 Foram capacitados 284 profissionais dos Centros Olímpicos e Paralímpicos em parceria com: Professor Gilvan (capacitação de capoterapia); UNODOC / ONU (Prevenção ao crime por meio do esporte); Centro Especializado de Atendimento as Mulheres -CEAM(Brasília de Todas as Mulheres); FIFA (Prevenção de Lesões FIFA 11+);UNODOC / ONU (Youth Dialogues) e Instituto do Tênis (capacitação de tênis). Com isso houve um incremento de 8%, totalizando 28% até 2017. 2018 – Não Informado pela unidade

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

2016/2018

O Governo de Brasília, por meio da Secretaria de Estado do Esporte, Turismo e Lazer prioriza a melhoria das infraestruturas já existentes, onde ocorrem programas e projetos, realizando, quando necessário, reformas e manutenção das instalações esportivas já existentes, salientando a necessidade de gestão dos espaços, é promovendo o uso dessas instalações, além de zelar pelo bom estado de conservação dos mesmos, em especial nos aspectos de localização, acessibilidade e modalidades esportivas oferecidas.

A SETUL, manteve os 15 espaços esportivos da SETUL em condições de uso (11 Centros Olímpicos e Paralímpicos, Complexo Aquático, Ginásio Nilson Nelson, Estádio Bezerrão e Autódromo). As manutenções e reparos são realizados conforme a demanda de cada local e de acordo com a disponibilidade orçamentária. No exercício anterior não foram realizadas manutenções nos próprios da SETUL por indisponibilidade orçamentária, porém há previsão de retomada das manutenções periódicas no próximo exercício, em virtude da assinatura de portaria conjunta com a NOVACAP.

No exercício de 2017, a SETUL inaugurou o Centro Olímpico e Paralímpico de Planaltina oferecendo atendimento a mais de 3 mil pessoas (crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência) que serão beneficiados em atividades esportivas e de lazer regulares e aos finais de semana.

As dificuldades encontradas pela SETUL foram relativas à construção, revitalização e manutenção de espaços e equipamentos esportivos e de lazer, que tratam dos equipamentos de responsabilidade das Administrações Regionais, por não ter a gerência e por se tratar de uma ação contínua com grande prioridade e necessária para que as demais ações possam ser bem-sucedidas.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA: ECONOMIA MAIS COMPETITIVA



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA FINANCEIRA POR DIRETRIZ E PROGRAMA (Valores em Reais)

Diretrizes/Objetivos Estratégicos	Programa Temático	Plano Plurianual	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	Emp/ PPA %	Liq/ PPA %
Economia mais competitiva								
Promover ambiente favorável ao desenvolvimento de negócios e à geração de emprego e renda.	6207 - Brasília Competitiva	788.696.428,00	881.959.956,00	703.104.322,26	176.085.015,44	187.301.042,39	22	24
Consolidar Brasília como polo turístico nacionalmente atrativo.								
Tornar Brasília destaque em ciência, desenvolvimento tecnológico e inovação								
TOTAL		788.696.428,00	881.959.956,00	703.104.322,26	176.085.015,44	187.301.042,39	22	24

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS: PROMOVER AMBIENTE FAVORÁVEL AO DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS E À GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA. CONSOLIDAR BRASÍLIA COMO PÓLO TURÍSTICO NACIONALMENTE ATRATIVO. TORNAR BRASÍLIA DESTAQUE EM CIÊNCIA, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO.

**PROGRAMA TEMÁTICO:
6207 – BRASÍLIA COMPETITIVA**

OBJETIVO GERAL:

Tornar Brasília competitiva por meio de políticas de desenvolvimento sustentável, de geração de trabalho, emprego e renda, e de inovação.

OBJETIVO ESPECÍFICO

O Programa Temático é composto de 07 objetivos específicos, conforme seguem abaixo:

Unidade Responsável/Objetivo Específico

20.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO DF - SEDES

001 – AMBIENTE DE NEGÓCIOS: Criar ambiente favorável aos negócios, geração de trabalho, emprego e renda, com políticas públicas inovadoras e sustentáveis ao encontro das **potencialidades do DF e RIDE.**

002 – BRASÍLIA CRIATIVA: Promover o desenvolvimento econômico e territorial sustentável de Brasília, por meio do fortalecimento das cadeias e arranjos produtivos intensivos em economia criativa, visando projeção da cidade como polo de inovação, criatividade, cultura e turismo.

34.101 – SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE, TURISMO E LAZER DO DF - SETUL

003 – DESTINO BRASÍLIA: Promover Brasília como referência nacional e internacional em Turismo, reconhecida pela excelência de qualidade de vida e pelos diferenciais associados a sua arquitetura moderna, identidade e diversidade cultural, criatividade, mobilidade e acessibilidade.

14.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL - SEAGRI

004 – ECONOMIA RURAL: Consolidar as cadeias produtivas rurais, incentivando a criação e desenvolvimento de empreendimentos, parcerias e agregação de valor a produção e a comercialização no Distrito Federal e RIDE.

09.101 – SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL, RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E SOCIAIS - CACI

005 – CIÊNCIA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA: Transformar Brasília em referência pela capacidade de realizar pesquisas científicas, desenvolvimento tecnológico e inovação, com a presença de institutos de pesquisa, centros de pesquisa científica, centros de educação tecnológica e de educação superior, e empresas intensivas no uso de tecnologia.

25.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS -SEDESTMIDH

006 – TRABALHO, EMPREGO E RENDA: Estimular o crescimento e o desenvolvimento econômico e social do DF por meio do fortalecimento do sistema público de emprego, garantindo a qualificação social e profissional de jovens e adultos, intermediação de mão de obra, seguro desemprego e trabalho decente, além de apoiar o setor produtivo, as micro e pequenas empresas, a economia solidária, o cooperativismo, o associativismo e o empreendedorismo.

14.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL - SEAGRI

007 – SANIDADE DOS REBANHOS E LAVOURAS: Garantir a sanidade dos rebanhos e das lavouras, por intermédio da execução de programas de prevenção, controle e erradicação de pragas e doenças de notificação obrigatória e zelar pela produção de um alimento seguro, por meio de ações de fiscalização e inspeção de produtos de origem vegetal e animal, visando a saúde e a segurança alimentar da população do Distrito Federal.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA POR PROGRAMA E AÇÃO (Valores em Reais)

AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
1176 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO BIBLIOTECA DIGITAL	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
1302 - CONSTRUÇÃO DE FEIRAS	10.280.000,00	3.734.182,00	1.001.624,39	1.001.623,76	830.819,40	10	8
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	221.762,00	500.000,00	574.549,00	574.548,83	52.748,84	259	24
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	138.832.687,00	157.883.833,00	157.883.833,00	-	27.382.252,86	0	20
1715 - IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA EM PISCICULTURA	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
1758 - REFORMA DE CENTRO DE ATENDIMENTO AO TURISTA	4.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	96.464,00	300.429,00	0,00	0,00	0,00	0	0
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	18.088.787,00	30.500.000,00	30.000.000,00	1.411.570,93	1.411.570,93	8	8
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	2.925.000,00	6.778.860,00	18.874.496,00	-	-	0	0
2173 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	807.356,00	250.000,00	5.156.613,09	2.015.354,53	1.367.046,76	250	169
2239 - BOLSA DO MENOR APRENDIZ	89.505,00	116.000,00	103.383,16	103.383,16	101.877,23	116	114
2465 - PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DOCUMENTAL DO DF E RIDE	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	567.922,00	160.000,00	148.569,91	148.569,91	136.216,30	26	24
2575 - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTÁVEL DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS	7.000.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2590 - FOMENTO A EMPREENDIMENTOS E TERRITÓRIOS CRIATIVOS	7.240.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2612 - FOMENTO À DEFESA AGROPECUÁRIA	20.000,00	16.000,00	913.609,50	473.005,01	473.005,01	2.365	2.365
2614 - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	10.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2620 - FOMENTO ÀS ATIVIDADES RURAIS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2639 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DE PARQUE DE EXPOSIÇÕES	237.013,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2643 - FOMENTO À AGROINDUSTRIALIZAÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2661 - FORTALECIMENTO DO COOPERATIVISMO, ASSOCIATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA	200.890,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2667 - PROMOÇÃO DE AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL PARA PESSOAS VULNERÁVEIS	4.827.587,00	7.712.000,00	7.328.341,66	7.328.341,66	6.908.072,52	152	143
2668 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA OS SEGMENTOS DO EMPREENDEDORISMO	245.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2772 - FOMENTO À DEFESA SANITÁRIA VEGETAL E ANIMAL	10.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2780 - INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL E ANIMAL	10.000,00	20.000,00	644,00	644,00	644,00	6	6

AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/PPA	% LIQ/PPA
2781 - INCENTIVO À CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2786 - DIFUSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	9.000.000,00	37.000.000,00	37.000.000,00	19.241.431,20	19.241.431,20	214	214
2846 - RODADAS DE NEGÓCIOS DA LEI DE INCENTIVO À CULTURA	121.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2856 - IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE MICROCRÉDITO CULTURAL	300.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2873 - (EP)PROMOÇÃO E DIFUSÃO NACIONAL E INTERNACIONAL DA PRODUÇÃO DE DESIGN DO DISTRITO FEDERAL	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2885 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	42.152,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2889 - APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR	40.000,00	350.000,00	11.032.801,29	0,00	0,00	0	0
2900 - EXPANSÃO DA OFERTA DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL PROFISSIONAL PARA JOVENS E ADULTOS	6.300.000,00	500.000,00	1.745.871,00	1.704.896,68	1.704.896,68	27	27
2998 - MANUTENÇÃO DO PLANETÁRIO	5.351.469,00	4.400.000,00	5.124.182,18	5.124.182,18	5.037.689,28	96	94
3032 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE DAS AVES	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3033 - INSTALAÇÃO DA TORRE DE TV DIGITAL	20.000,00	70.000,00	2.183.665,00	1.740.125,40	1.740.125,40	8.701	8.701
3035 - REVITALIZAÇÃO DA VILA PLANALTO	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3036 - AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE CONVENÇÕES	1.000,00	50.000,00	989.197,00	321.978,46	321.978,46	32.198	32.198
3039 - IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ARTESANATO E ARTE POPULAR BRASILEIRA	157.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3040 - REVITALIZAÇÃO DO PARQUE DA CIDADE	104.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3041 - IMPLANTAÇÃO DE POLO DE INSTALAÇÃO DE AGROINDUSTRIAS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3045 - INSTALAÇÃO DE PONTOS DE ATENDIMENTO	10.420.000,00	1.685.250,00	1.685.250,00	-	-	0	0
3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	199.187,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3064 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO EMPREGA MAIS DF	250.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3066 - CONSTRUÇÃO DA ESTAÇÃO TRABALHO	230.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3074 - MELHORIAS NA SINALIZAÇÃO TURÍSTICA	54.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3087 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE	4.000,00	100.000,00	490.418,78	490.418,78	56.752,22	12.260	1.419
3092 - IMPLANTAÇÃO DE AGENDAS AMBIENTAIS	14.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3093 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE ATENDIMENTO AO TURISTA	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3174 - BRASÍLIA CAPITAL CRIATIVA	400.000,00	120.000,00	119.414,23	88.794,40	87.996,40	22	22
3176 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO CIDADE AEROPORTUÁRIA	4.273.986,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3191 - REFORMA DAS ESTRUTURAS FÍSICAS	9.000.000,00	1.607.900,00	1.457.900,00	-	-	0	0
3213 - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO	304.000,00	200.000,00	168.213,00	168.212,30	168.212,30	55	55
3226 - IMPLANTAÇÃO DA ILUMINAÇÃO DIGITAL	412.512,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3247 - REFORMA DE FEIRAS	10.390.000,00	8.748.809,00	3.853.484,00	3.839.497,27	3.298.117,54	37	32
3247 - REFORMA DE FEIRAS	0,00	90.000,00	24.000,00	-	-	#DIV/0!	#DIV/0!
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	2.762.743,00	735.130,00	1.336.789,80	872.068,87	872.068,87	#REF!	#REF!
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	507.375,00	305.420,00	355.420,00	-	-	0	0
3486 - PROPOSIÇÃO DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS	300.000,00	1.816.500,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3501 - REFORMA DE PONTOS DE ATENDIMENTO	7.678.519,00	6.115.925,00	6.115.925,00	-	119.300,28	0	2
3534 - CONSTRUÇÃO DE GALPÃO	50.000,00	3.280.000,00	6.071.120,21	548.141,06	548.141,06	1.096	1.096
3619 - REVITALIZAÇÃO DO PROJETO ORLA	13.109.501,00	100.000,00	2.020.500,00	-	-	0	0
3676 - CAPTAÇÃO DE EVENTOS	3.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	390.000,00	901.000,00	3.915.314,32	3.915.312,86	3.915.312,86	1.004	1.004
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	559.300,00	410.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	500.000,00	5.762.000,00	5.536.000,00	-	5.535.929,00	0	1.107
3936 - REVITALIZAÇÃO DA TORRE DE TV	7.000,00	100.000,00	480.952,00	480.952,00	395.548,56	6.871	5.651

AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/PPA	% LIQ/PPA
3936 - REVITALIZAÇÃO DA TORRE DE TV	0,00	10.000,00	3000	-	0	#DIV/0!	#DIV/0!
4067 - CONCESSÃO DE BOLSA UNIVERSITÁRIA	1.000.000,00	2.376.357,00	2.376.357,00	0,00	0,00	0	0
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	54.000,00	461.000,00	920.533,96	920.533,46	920.533,46	1.705	1.705
4090 - APOIO A EVENTOS	17.534.000,00	1.191.000,00	541.666,00	326.272,90	319.986,59	2	2
4091 - APOIO A PROJETOS	250.532,00	460.000,00	531.001,00	531.000,00	31.000,00	212	12
4102 - APOIO AO TRABALHADOR NO ÂMBITO DO SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO	3.599.719,00	7.663.985,00	2.596.615,09	2.596.615,09	2.208.543,54	72	61
4107 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	221.762,00	192.643,00	1.562.940,09	1.458.538,86	1.164.549,33	658	525
4115 - APOIO ÀS COMPRAS DIRETAS DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
4119 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO SETOR AGROPECUÁRIO	10.000,00	300.000,00	799.977,00	745.255,85	745.255,85	7.453	7.453
4120 - EXECUÇÃO DE SERVIÇOS MOTOMECANIZADOS	10.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
4199 - PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DE BRASÍLIA COMO DESTINO TURÍSTICO	739.117,00	1.371.671,00	479.822,28	479.822,28	379.302,19	65	51
4200 - SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO TURISTA	203.000,00	100.000,00	59.414,26	59.414,26	59.414,26	29	29
4210 - GESTÃO DA ILUMINAÇÃO DIGITAL	4.000.000,00	1.052.000,00	607.551,24	607.551,24	553.393,56	15	14
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	20.000,00	206.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
5011 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA E INTEGRAÇÃO DA RIDE	600.000,00	5.000,00	597.094,80	597.094,80	597.094,80	100	100
5021 - MODERNIZAÇÃO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DAS ÁREAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DF - PROCIDADES	14.263.605,00	129.647.815,00	131.049.633,00	9.305.130,52	4.937.206,79	65	35
5523 - REFORMA DE GALPÃO	53.100,00	20.000,00	49.620,00	49.620,00	49.620,00	93	93
5832 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO CAPITAL DIGITAL	150.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
6026 - FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	130.558.830,00	135.000.000,00	128.984.094,00	3.512.050,91	3.303.166,04	3	3
6037 - ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE PROCEDIMENTOS E PROJETOS	6.500.000,00	5.500.000,00	4.650.628,00	0,00	0,00	0	0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	3.000.000,00	3.500.000,00	3.500.000,00	504.950,00	367.110,00	17	12
9061 - FINANCIAMENTOS VINCULADOS A INCENTIVOS CREDITÍCIOS	184.368.151,00	140.000.000,00	42.622.173,42	42.622.173,42	42.622.173,42	23	23
9062 - EMPRÉSTIMO ESPECIAL PARA O DESENVOLVIMENTO	110.000.000,00	130.300.000,00	35.128.431,66	35.128.431,66	35.128.431,66	32	32
9081 - FINANCIAMENTO A PEQUENOS EMPREENDEDORES ECONÔMICOS	12.500.339,00	8.386.525,00	8.349.296,73	8.349.296,73	8.349.296,73	67	67
9083 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO	18.000.000,00	25.000.000,00	25.000.000,00	15.675.319,00	2.834.319,00	87	16
9089 - GARANTIA DE AVAL AOS PRODUTORES RURAIS	544.738,00	552.763,00	27.438,47	27.438,47	27.438,47	5	5
9107 - APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES	240.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
9109 - APOIO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL	2.815.112,00	4.180.075,00	950.396,63	950.396,63	950.396,63	34	34
9110 - RESSARCIMENTO A PRODUTORES RURAIS	130.706,00	135.884,00	45.056,11	45.056,11	45.056,11	34	34
ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS ESTATAIS	169.863.581,00	180.239.188,00	191.935.824,00	0,00	33.037.482,14	0	19
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	618.832.847,00	701.720.768,00	511.168.498,26	176.085.015,44	154.263.560,25	28	25
TOTAL GERAL DO PROGRAMA 6207 (ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL+INVESTIMENTO)	788.696.428,00	881.959.956,00	703.104.322,26	176.085.015,44	187.301.042,39	22	24

Obs: Valores executados por diversas Unidades Orçamentárias (ex: 14.101 – SEAGRI)

Programa 6207 - Brasília Competitiva



OBJETIVO ESPECÍFICO:

001 – AMBIENTE DE NEGÓCIOS: Criar ambiente favorável aos negócios, geração de trabalho, emprego e renda, com políticas públicas inovadoras e sustentáveis ao encontro das potencialidades do DF e RIDE.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

20.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO DF – SEDES

Análise Quantitativa

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	1	1	Implantar o Programa de Atração de Investimentos; (SEDICT)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	30	45		45,0
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	1	2	Implantar projeto de urbanismo e infraestrutura e promover o desenvolvimento empresarial nas ADEs; (SEDICT)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	8	38		38,0
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	1	3	Fomentar o desenvolvimento dos polos econômicos da Região Metropolitana – RIDE; (SEDICT)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0		0,0
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	1	4	Implantar 100% da Política de Desenvolvimento Econômico; (SEDICT)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0		0,0
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	1	5	Firmar 20 Parcerias Público-Privadas e promover 20 concessões ou permissões de serviços públicos, arrendamento de bens públicos ou concessão de direito real de uso (SUPPE/SEF) <i>(Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	40	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	0	-		0,0
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	1	6	Implantar o Projeto Cidade Aeroportuária na Região Administrativa de Planaltina/DF; (SEDICT)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0		0,0
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	1	7	Implantar o Projeto de Desenvolvimento Econômico Territorial – DET; (SEDICT)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	90	90	95		90,0
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	1	8	Implantar a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (RedeSim); (SEDICT)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100		100,0
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	1	9	Implementar as ações do tratamento direto das compras públicas (Licitação Exclusiva) das Micro e Pequenas Empresas e dos Empresários Individuais do DF e RIDE; (SEDICT)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	70	90	95		95,0
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	1	10	Elaborar 300 projetos de crédito do Prospera para produtores rurais do DF e RIDE (EMATER);	300	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	272	527	714		238,0
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	1	11	Realizar e participar de feiras de Economia Solidária e Fóruns de Cooperativismo e Associativo para agricultores do DF e RIDE; (EMATER)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	80	80	100		100,0
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	1	12	Contribuir para geração de empregos e estimular a economia. (SEJUS) (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	X	X	X
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	1	13	Contribuir para a formalização de 300 empresas no Distrito Federal; (SEJUS) (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	300	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	-	0	X	X	X
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	1	14	Contribuir para a formalização de 500 empreendedores individuais; (SEJUS) (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	500	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	-	0	X	X	X

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	1	15	Capacitar 400 empreendedores; (SEJUS) (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	400	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	-	0	X	X	X
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	1	16	Criar a Agência Brasiliense de Promoção de Investimentos até 2016; (EP) (SEDICT)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	50		50,0
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	1	17	Aprovar legislação que institui a Política de Desenvolvimento Industrial do Distrito Federal, as normas regulamentadoras e as soluções de governança até 2016. (EP) (SEDICT)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0		0,0

Análise Qualitativa

1. Implantar o Programa de Atração de Investimentos (SEDICT);

2016

Ressalta-se que o Programa de Atração de Investimentos, objeto específico do Componente II do Programa Procidades, cujo desenvolvimento das ações dependem diretamente da concretização das ações 2.1.1 – Consultoria para Elaboração do Plano Estratégico de Atração de Investimentos (Políticas de Desenvolvimento Produtivo) e 2.2.1 – Consultoria individual para apoiar a elaboração de Termos de Referência do Programa de Atração de Investimentos. Assim, o que foi executado, em 2016, foram os termos de referência; os orçamentos e o Edital para a contratação de empresa de consultoria técnica especializada, com o objetivo de elaboração de um Plano Estratégico de Atração de Investimentos. Os documentos para esta aquisição foram submetidos à análise do BID e a avaliação final dos documentos licitatórios será realizada por consultor individual a ser contratado. Cabe informar que os Termos de Referência e os orçamentos para a contratação de consultoria individual, para prestar apoio na elaboração dos Termos de Referência do Programa de Atração de Investimentos, também já foram produzidos. Tais ações deverão ser implantadas em 2017.

2017

O Componente II foi reformulado por completo, por conta da publicação do Decreto nº 38.228, de 25 de maio de 2017, que reestruturou a Secretaria de Economia, dando à Coordenação de Atração de Investimentos (COATI), com a atribuição da promoção, atração, fidelização e ampliação dos investimentos produtivos no Distrito Federal, suprimindo a criação da Agência supragovernamental, Brasília Negócios, e imputando tal responsabilidade à referida coordenação. Ressalte-se que a reformulação foi aprovada junto ao BID e ao colegiado da pasta no final de outubro de 2017. A análise, formulação e elaboração do novo cronograma do componente, que tem aporte do BID na operação de crédito nº 2957/OC BR, prevê 06 (seis) contratações: 01 (uma) uma contratação internacional de empresas para elaboração de Estudo Técnico que resultem em projetos de melhoria do ambiente de negócios, de concessão de benefícios (fiscais ou creditícios), de arranjos produtivos, aglomerados econômicos, distritos industriais ou parques tecnológicos, no DF; 01 (um) Consultor individual para a análise do Ecossistema de Inovação do DF; 01 (um) consultor individual para elaboração de estudo sobre os Arranjos produtivos, Aglomerados Econômicos e vocações empreendedoras de cada uma das áreas de interesse econômico do DF; 01 (uma) contratação de empresa para realização do Censo 2018 das Áreas de Desenvolvimento Econômico ADEs e avaliação estática comparativa com base no censo de 2008 elaborado pela SETE, sobre as ADEs; (02) dois consultores individuais (recursos humanos) para atuarem na estruturação do Plano Distrital de Atração de Investimentos para os próximos anos. Outro destaque importante foi a recepção da Agenda de Longo Prazo para Atração de Investimentos no DF, realizado pela Tendências Consultorias Integradas, que, além do diagnóstico recente da economia local (2016) apontam quatro eixos de atuação para atração de investimentos: Ambiente de Negócios, Infraestrutura, Concessão de Benefícios e Parques Tecnológicos. Estão previstas ainda parcerias com organizações da sociedade civil, representantes da iniciativa privada e do setor produtivo, outros subnacionais e organismos internacionais de desenvolvimento econômico e atração de investimentos. Destacamos a criação do Grupo de trabalho para tratar da Política de Desenvolvimento Econômico do DF, coordenado pela SEDICT e que tem como base nas diretrizes do Projeto de Lei do ZEE-DF, em fase de votação na CLDF.

2018

A agenda de longo prazo aponta 4 grandes eixos de atuação nos quais o governo deve aportar seus recursos para fomentar a economia, atraindo investimentos produtivos: Benefícios (fiscais e creditícios), ambiente de negócios, infraestrutura logística e parques tecnológicos. Considerando essas recomendações foi elaborado o plano de contratações com base no novo escopo definido. Assim, foi realizada a contratação, com aporte do BID, de alguns estudos técnicos e de mão de obra especializada para a formulação e elaboração do PDAI: 1. Contratação de 02 (dois) consultores especializados para auxiliarem na formulação e elaboração do PDAI; 2. Contratação de estudo técnico para o mapeamento detalhado e pormenorizado da atividade produtiva no DF; 3. Contratação de investigação técnica sobre o Ecossistema da Economia da Inovação do DF (atores, dimensão e volume de negócios).

2. implantar projeto de urbanismo e infraestrutura e promover o desenvolvimento empresarial nas ADEs (SEDICT);

2016

No tocante ao Componente IV – Urbanismo e Infraestrutura nas ADES, vale destacar: 1.ADE CENTRO NORTE (CEILÂNDIA): 1.1 Complementação da Pavimentação: projetos de urbanização pronto; orçamentos em revisão, previsão de publicação da Manifestação de Interesse em abril/2017; 1.2 Complementação da Urbanização e Mobilidade Urbana: Projetos de urbanização pronto; orçamentos em revisão; previsão de publicação da Manifestação de Interesse em abril/2017; 1.3 Limpeza e cercamento das Lagoas de Detenção: projetos executivos concluídos; previsão de encaminhamento à comissão de licitação (abril/2017). 2.ADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (CEILÂNDIA):2.1 Complementações da Urbanização e Mobilidade Urbana: orçamentos: em revisão pela SINESP; Previsão de licitação das obras em abril/2017. 3.ADE SETOR DE INDÚSTRIA (CEILÂNDIA): 3.1 Drenagem Pluvial: o orçamento está em finalização e ajustes na SINESP; IBRAM já solicitou providências da TERRACAP para dar continuidade a análise da Licença; 3.2 Pavimentações: orçamento em finalização na SINESP; Projeto encaminhado para o BID com vistas a N.O; IBRAM solicitou providências da TERRACAP para dar continuidade a análise da Licença; 3.3 Complementações da Urbanização e Mobilidade Urbana (IDEM 2.1); 3.4 Limpeza e Cercamento das Lagoas de Detenção: projetos executivos concluídos; previsão de encaminhamento à comissão de licitação (abril/2017). 4. ADE AMA DO GAMA (SETOR DE MÚLTIPLAS ATIVIDADES): 4.1. Desocupação da Área para complementação da Urbanização dos Conjuntos S a Y (chacareiro) - Área desocupada; 4.2. Complementação da Urbanização e Mobilidade Urbana (IDEM 1.2); 4.3. Complementação do Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário dos Conjuntos S a Y (2ª Etapa): os orçamentos estão em revisão na UGP para posterior encaminhamento ao BID com vistas a N.O; Licenciamento ambiental: Ver observação antes de 4.1; 4.4. Complementação da Rede de Distribuição de Energia dos Conjuntos S a Y (2ª Etapa): CEB deve encaminhar complementação dos projetos (memorial descritivo). O representante da UGL/CEB solicitou reunião com a equipe da UGP para o dia 23/03/2017, para acertar as adequações; 4.5. Pavimentação e Drenagem Pluvial dos Conjuntos S a Y (2ª Etapa): os orçamentos estão em revisão na UGS/SINESP; Previsão da publicação de licitação das obras em abril/2017; 5.ADE POLO JK (SANTA MARIA): 5.1. Linha de Distribuição de Energia: A CEB está concluindo as adequações nos documentos de licitação para o padrão BID. O representante da UGL/CEB solicitou reunião com a equipe da UGP para o dia 23/03/2017, para acertar as adequações necessárias; 5.2. Implantação de Subestação de Energia: Aguardando a Não Objeção do BID para os documentos de licitação; TDR, orçamentos e M.I serão encaminhados ao BID para N.O; 5.3. Drenagem, Lagoas de Amortecimento e Lançamento Final: Aguardando manifestação do BID ao pedido de Não Objeção para as obras; 5.4. Urbanização e Mobilidade Urbana: Edital para contratação dos projetos executivos em elaboração; 5.5. Complementação da Urbanização e Mobilidade Urbana (IDEM 1.2).

Em relação ao Desenvolvimento empresarial nas ADEs – Componente III destaca-se que foi encaminhado Ofício com a Solicitação da **Não Objeção** do BID a fim de antecipar o desenvolvimento do item sob o nº 3.6 - Casa do Empreendedor, cuja previsão está contemplada no POA de dezembro/2016, porém ainda não contemplada no Plano de Aquisições, de Dezembro/2016, em busca de atender ao setor produtivo. Quanto às demais ações deste Componente, salienta-se que estão em fase de definição pela SEDES os respectivos objetos, escopos, cronogramas e orçamentos para discussão com o BID e posterior início dos procedimentos licitatórios.

2017

Em relação às atividades para o Desenvolvimento empresarial nas ADEs – Componente III, o item nº 3.6 - Implantação da Casa do Empreendedor, foi descontinuado pela nova administração que assumiu a SEDICT (na época SEDS) em abril de 2017. Os itens a seguir, referem-se ao Componente III, Plano de Aquisições a partir de abril de 2017: Item nº 4.6 - O Desenvolvimento das ações da SAADE/CODIN, que efetuou a contratação direta (prevista no Regulamento Operacional do Programa - ROP) - do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE/DF, por intermédio do contrato nº 07/2017, assinado em 08/08/2017. Contrato em execução, com vigência de 08/08/2017 a 08/04/2018. Item nº 4.7 - Capacitação dos trabalhadores nas ADEs - Reunião realizada com a FIBRA/DF, representante do Sistema "S" (SESI, SENAI, SENAT, IEL) no dia 12/09/2017. Para execução dessa atividade, era necessária a capacitação preliminar dos executivos, a qual não foi executada. Foi realizada apenas uma prospecção para identificar possíveis parceiros. No momento, o SENAI de Taguatinga apresentou uma proposta que poderá atender

essa etapa do projeto. Item nº 4.8 - foi feita uma reunião para coleta de informações sobre o contrato de Modernização técnica, inovação e acesso a novas tecnologias, com o SEBRAE/DF, no dia 14/09/2017.

Componente 4 – Urbanismo e infraestrutura nas ADEs - 1. ADE CENTRO NORTE (CEILÂNDIA): Tendo em vista a necessidade de adequação e atualização com as normas vigentes, bem como atender as recomendações para aprovação, não houve tempo hábil para realização de licitação. Em razão do exposto as contratações previstas foram interrompidas. Além disso, há que se considerar os prazos dos órgãos controladores (PGDF, TCDF e Ministério Público) para análise e aprovação dos editais. 2. ADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (CEILÂNDIA): 2.1. Complementação da urbanização e mobilidade urbana: Os Projetos Executivos e o Orçamento foram revistos, atualizados e aprovados pelos órgãos competentes. O IBRAM concedeu a Licença de Instalação (LI 040/2017) em 27/10/2017, e foi obtida a não-objeção, dando continuidade ao processo pelo BID. A licitação das obras está prevista para fevereiro/2018. 3. ADE SETOR DE INDÚSTRIA (CEILÂNDIA): 3.1. Execução das Obras de drenagem pluvial, de pavimentação asfáltica e de complementação da urbanização e mobilidade urbanas. 4. ADE AMA DO GAMA (SETOR DE MÚLTIPLAS ATIVIDADES): 4.1. Complementação da rede elétrica e iluminação pública: Projeto básico e orçamento de energia elétrica no Setor de Múltiplas Atividades, Conjuntos S, U, V, W, X e Y elaborados pela CEB. Previsão de licitação em fevereiro de 2018. Após a aprovação do Projeto Executivo, será elaborado o Projeto Básico para implantação da rede de iluminação pública. 4.2. Complementação da Infraestrutura de esgoto, conjuntos X e Y do Setor de Múltiplas Atividades - Projeto e orçamento elaborados pela CAESB e atualizados. Foi obtida a não-objeção pelo BID e emitida a Autorização Ambiental nº 030/2017 – IBRAM, bem como a Autorização de Supressão Vegetal. Foi preparada a minuta do edital e o envio dos autos à PGD, para avaliação. 4.3. Complementação da infraestrutura de drenagem e pavimentação asfáltica da ADE, Conjuntos S a Y: Projetos executivos em fase de elaboração em função de adequações necessárias e os orçamentos estão sendo revistos. 4.4. Complementação da Urbanização e Mobilidade Urbana: Projetos executivos em elaboração, devido às adequações necessárias e os orçamentos serão revistos. 5. ADE POLO JK (SANTA MARIA): 5.1. Linha de transmissão de energia, Termo de Referência e orçamento elaborados pela CEB, e publicada Manifestação de interesse em 3/5/2017. A contratação de consultoria para elaboração de projeto executivo de uma linha de transmissão de 138kv foi enviada a PGDF, para análise. 5.2. Implantação de subestação de energia: publicação do edital de licitação em 27/9/2017. O TCDF suspendeu a licitação em 3/11/2017 para atender as medidas corretivas. Correção do edital conforme recomendações do TCDF. 5.3. Complementação de drenagem, lagoas de amortecimento e lançamento final: Publicação do edital de licitação em 12/7/2017. TCDF suspendeu a licitação para as devidas correções e/ou justificativas. Correção do edital, dos projetos e do orçamento. Publicação do aviso de reabertura da licitação em 10/11/2017 e novamente o TCDF analisou o edital. 5.4. Complementação de pavimentação da 1ª e 2ª etapas e complementação da urbanização e mobilidade urbana: Projetos executivos em elaboração.

2018

No que se refere a este projeto a atuação da Secretaria é através dos Componentes 3 e 4, desenvolvidos no âmbito do programa do BID e descritas a seguir: Componente 3 - Finalizada a contratação direta com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Distrito Federal - SEBRAE/DF, por intermédio do contrato nº 07/2017, assinado em 08/08/2017. Os relatórios contendo o diagnóstico e as capacitações realizadas foram entregues em dezembro de 2018 e aprovados pela Comissão Executora do Contrato - CEBRA. Componente 4 – Urbanismo e infraestrutura nas ADEs - 1. ADE CENTRO NORTE CEILÂNCIA e 2. ADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (CEILÂNDIA): 2.1. Obra contratada e em execução; 3. ADE SETOR DE INDÚSTRIA (CEILÂNDIA): 3.1. Obra contratada e em execução; 4. ADE AMA DO GAMA (SETOR DE MÚLTIPLAS ATIVIDADES): 4.1. Obra contratada pela Terracap. Após a execução dos serviços será implantada rede de iluminação pública no Setor de Múltiplas Atividades, Conjuntos S, U, V, W, X e Y elaborados pela CEB; 4.2. Licitação realizada mas houve apenas uma proposta, processo indeferido pelo BID. Nova licitação está sendo feita; 4.3. Aguardando análise da PGDF; 4.4. Projeto Executivo de Urbanismo elaborado pela SEGETH, no entanto, haverá necessidade de contratação de projeto complementar; 5. ADE POLO JK (SANTA MARIA): 5.1; SDE aguarda a finalização do Projeto Executivo da Linha de Transmissão de 138Kv pela CEB; 5.2 Licitação realizada e empresa contratada; 5.3 Licitação suspensa pelo TJDF e Territórios; 5.4. Edital finalizado em 2018 e encaminhado à PGDF para análise.

3. Fomentar o desenvolvimento dos polos econômicos da Região Metropolitana – RIDE (SEDICT);

2016

Não houve execução desta meta em 2016.

2017

O Conselho da RIDE (COARIDE), ficou em torno de 03 (três) anos sem se reunir, retomando suas atividades no final de 2017. A partir desta data passou-se a elaborar projeto de interesse da RIDE em parceria com o Sebrae/DF e Sebrae/GO, além de receber proposta de projetos do Setor Produtivo. O projeto está em fase de conclusão com o nome de Projeto Líder,

objetivando incluir os Agentes de Desenvolvimento Econômico – ADT, nas regiões da RIDE, estimulando o desenvolvimento econômico da localidade, levando palestras, orientações, desburocratização, simplificação e fomento ao crédito. A SURESP/SEDICT mantém assento como membro no Conselho de Desenvolvimento, Sustentável e Estratégico do Distrito Federal – CODESE/DF, especificamente na Câmara Temática Eixo Brasília Goiânia e RIDE e nas reuniões com o Setor Produtivo, onde são tratados assuntos relativos ao desenvolvimento econômico das referidas cidades e municípios que compõe a RIDE. Essas reuniões acontecem quinzenalmente. Há também parceria técnica com a CODEPLAN que fornece estudos de vocação econômica das Regiões Administrativas e dos Municípios, mapeamento do Setor Produtivo e potenciais ambientes de negócios para desenvolvimento de novos empreendimentos.

2018

Projeto Líder finalizado e sua implantação será iniciada no ano de 2019, em parceria com o SEBRAE/DF, nas regiões administrativas de Taguatinga, Ceilândia, Samambaia, Águas Claras, Vicente Pires, SCIA -Estrutural, Guará, SIA e Plano Piloto.

4. Implantar 100 % da Política de Desenvolvimento Econômico (SEDICT);

2016

Não houve execução desta meta em 2016.

2017

A SEDICT dentro da parceria com o BID - PROCIDADES, irá contratar, em 2018 serviços de consultoria que realizará estudo para orientar as iniciativas da criação da Política de Desenvolvimento.

2018

A contratação foi realizada no âmbito da parceria de serviços de consultoria do BID - PROCIDADES para elaborar o estudo que irá orientar as iniciativas da criação da Política de Desenvolvimento.

5. Firmar 20 Parcerias Público-Privadas e promover 20 concessões ou permissões de serviços públicos, arrendamento de bens públicos ou concessão de direito real de uso (SUPPE/SEF). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

As parcerias público/privadas ou concessões referem-se às mais variadas áreas de atuação, desde mobilidade, lazer, cultura, entretenimento e desenvolvimento econômico e social. Dentre os projetos em desenvolvimento no âmbito desta Subsecretaria de parcerias Público-Privadas, hoje, pertencente à estrutura orgânica da Secretaria de Estado de Fazenda, destaca a seguir o andamento das propostas de PPP: Via Transbrásilia e Iluminação Pública, tiveram os estudos concluídos e seguirão para avaliação pelo Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos – UNOPS; Centro de Convenções Ulysses Guimarães, encontra-se sob avaliação do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF; Shopping Popular, está na fase de desenvolvimento dos estudos; Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek e Complexo Esportivo e de Lazer do Guará – CAVE, ambos em fase de desenvolvimento dos estudos.

2017

Concluíram-se os seguintes estudos dos projetos: a) Complexo Esportivo e de Lazer do Guará - CAVE; b) Shopping Popular; e c) Via Transbrásilia. Seguem em fase de estudos os projetos: a) Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek; e b) Iluminação Pública. Também em 2017, foi publicado o Edital de Concorrência Pública 001/2016/SEF, para concessão do Centro de Convenções Ulysses Guimarães, que ocorrerá em 27/03/2018.

2018

6. Implantar o Projeto Cidade Aeroportuária na Região Administrativa de Planaltina/DF (SEDICT);

2016

Trata do processo da gestão do Termo de Convênio nº 036/2013, formalizado entre a União e o Distrito Federal, cujo objeto é a delegação para exploração do aeródromo de Planaltina (SWPV). O Processo de Contratação do Plano Aeroviário do Distrito Federal foi suspenso temporariamente, em razão da crise financeira enfrentada pelo GDF que teve que priorizar outras ações.

2017

A respeito das tratativas em andamento quanto ao Convênio nº 36/2013, o processo foi encaminhado a Casa Civil, para que a autoridade signatária, o Excelentíssimo Sr. Governador, se pronunciasse quanto ao interesse do governo do GDF dar continuidade ou não ao referido Convênio. Após avaliação a Casa Civil do GDF restituiu a esta Secretaria de Estado, para que, na qualidade de responsável pelo Convênio, procedesse uma avaliação técnica e definisse quanto à pertinência ou não de continuidade do mesmo. Neste momento estamos realizando as análises e avaliações necessárias, efetuando estudos e consultas aos atores envolvidos para apresentação de uma resposta definitiva.

2018

O projeto foi descontinuado em função da disponibilidade de utilização do Aeroporto Internacional de Brasília, tendo em vista infraestrutura instalada e a capacidade de carga ociosa. A unidade solicitará exclusão da meta.

7. Implantar o Projeto de Desenvolvimento Econômico Territorial – DET (SEDICT);

2016

O Projeto de Desenvolvimento Territorial, dentre outras ações, oferece aos micro e pequenos empresários da região cursos, oficinas e palestras além de consultorias personalizadas, (de acordo com suas demandas e necessidades). Desta forma, o empresário irá participar de capacitações e receber um consultor dentro de sua empresa, sem a necessidade de se deslocar e deixar seu local de trabalho. As comunicações entre a SDES, o Sebrae e as RA's, são os Agentes de Desenvolvimento Territorial-ADT, que ficam na sala do empreendedor que funciona dentro das Regiões Administrativas, a meta é implantar a sala em todas as RA's.

2017

Em parceria com o Sebrae/DF, realizamos cursos de atualização para treinar os ADTs, na formalização de microempreendedor individual, emissão de nota fiscal eletrônica, registro de licenciamento de empresa, através da implantação da plataforma do RLE@Digital.

2018

O projeto expandiu suas atividades para além das Administrações Regionais, com a inauguração no IBRAM da primeira Sala Ambiental do Empreendedor do país, espaço de atendimento orientado para prestar informações sobre formalização de empresas e negócios, licenciamento ambiental e demais serviços de interesse do empreendedor no órgão. Ao todo foram instaladas 25 Salas do Empreendedor sob a coordenação do Simplifica PJ, nas localidades: Sala Ambiental do Empreendedor – IBRAM/Asa Norte, Águas Claras, Brazlândia, Candangolândia, Ceilândia, Cruzeiro, Estrutural/SCIA, Gama, Guará, Itapuã, Lago Norte, Lago Sul, Paranoá- (ADM Regional, Paranoá – Feira), Planaltina, Plano Piloto, Recanto das Emas, Riacho Fundo I, Santa Maria, São Sebastião, Sobradinho II, Sudoeste/Octogonal, Varjão, Fercal e Riacho Fundo II.

8. Implantar a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (RedeSim) (SEDICT);

2016

O sistema de Registro de Legalização das Empresas – RLE, foi totalmente implantado, faltando apenas aperfeiçoamentos que poderão surgir ao longo de sua execução.

2017

Buscando agilizar a abertura, licenciamento e baixa de empresa, alteramos a plataforma do RLE para RLE@Digital, onde atualmente ocupamos o primeiro lugar no ranking nacional em integração do sistema.

2018

O Distrito Federal conquistou o 1º Lugar no RANKING DE INTEGRAÇÃO DA REDESIM, a implantação do RLE@DIGITAL contribuiu para melhorar a posição do DF no ranking dos Estados da REDESIM, medido pela Receita Federal do Brasil. O DF saiu da 27ª posição e alcançou a primeira colocação no ranking, mantendo esse patamar ao longo de 2018, o que confere ao DF maior competitividade na atração de novos negócios e investimentos, em função dos processos integrados, simplificados e céleres.

COMITÊ GESTOR DA REDESIM-DF (CGSIM-DF) - foi criado pelo Decreto 38.539, de 05 de outubro de 2017, que institui o Comitê Gestor e confere ao DF a adesão oficial à REDESIM. Esta medida formaliza e organiza uma instância governamental, com vistas ao melhor planejamento, coordenação, execução e monitoramento das ações da REDESIM no DF, de forma integrada e harmônica entre GDF, União e organizações da sociedade civil.

9. Implementar as ações do tratamento direto das compras públicas (Licitação Exclusiva) das Micro e Pequenas Empresas e dos Empresários Individuais do DF e RIDE (SEDES);

2016

Foram efetuados 80% (oitenta por cento) das ações, referente a compras públicas; Criação da legislação; elaboração de editais, credenciamento dos estabelecimentos comerciais de papelaria para o cartão material escolar em parceria com a Secretaria de Estado de Educação.

2017

Foram efetuados o credenciamento de 271 microempreendedores individuais, através de chamada pública, para prestação de pequenos reparos nas escolas públicas de São Sebastião, nas especialidades de: eletricista, bombeiro hidráulico, serralheiro, pintor, chaveiro, jardineiro, técnico em informática, técnico em eletrodoméstico e pedreiro.

2018

Não Informado pela Unidade.

10. Elaborar 300 projetos de crédito do Próspera para produtores rurais do DF e RIDE (EMATER);

2016

Elaboração de projetos de crédito rural com a finalidade de custeio e investimentos para as atividades desenvolvidas por produtores familiares atendidos pela EMATER no Distrito Federal. Estes projetos possibilitaram o investimento de R\$ 4.408.571,31 nas atividades rurais desenvolvidas pelos produtores contemplados, gerando aumento da renda familiar, manutenção e contratação de mão de obra na área rural, impactando no aumento da produção agropecuária do Distrito Federal.

2017

Elaboração de projetos e crédito rural com a finalidade de custeio e investimentos para as atividades desenvolvidas por produtores familiares atendidos pela EMATER no Distrito Federal. Estes projetos possibilitaram o investimento de R\$ 4.231.281,97 nas atividades rurais desenvolvidas pelos produtores contemplados, gerando aumento da renda familiar, manutenção e contratação de mão de obra na área rural, impactando o aumento da produção agropecuária do Distrito Federal. Devido as questões relacionadas a crise econômica enfrentada pelo Brasil e a crise hídrica enfrentada pelo Distrito Federal, no ano 2017, o acesso ao crédito rural foi reduzido, uma vez que os produtores enfrentaram maiores dificuldades e incertezas no desenvolvimento das atividades produtivas.

2018

Elaboração de projetos e crédito rural com a finalidade de custeio e investimentos para as atividades desenvolvidas por produtores familiares atendidos pela EMATER no Distrito Federal. Estes projetos possibilitaram o investimento de R\$ 3.327.160,05 nas atividades rurais desenvolvidas pelos produtores contemplados, gerando aumento da renda familiar, manutenção e contratação de mão de obra na área rural, impactando no aumento da produção agropecuária do Distrito Federal

11. Realizar e participar de feiras de Economia Solidária e Fóruns de Cooperativismo e Associativo para agricultores do DF e RIDE (EMATER);

2016

A EMATER incentiva a participação dos seus agricultores na comercialização de espaços referentes à economia solidária como feiras, eventos e espaços físicos, como o espaço na Torre de TV Digital, onde agricultores participam da comercialização em espaço coletivo. Foram realizadas através do apoio da Emater cerca de 8 ambientes de comercialização solidária com a participação de 72 agricultores e artesãos. Ocorreram exposições e comercialização de artesanatos, produtos de agroindústria, orgânicos, lanches, plantas ornamentais e apresentações culturais. São iniciativas de produção própria com comercialização de forma coletiva para o consumidor final.

Em 2016 participaram de espaços solidários: 28 artesãos, 33 agroindústrias (formais e não formais), 11 agricultores de plantas ornamentais, 1 criador de animais exóticos, 4 grupos de orgânicos. Com apoio da EMATER, seus produtos foram expostos e comercializados em espaços e feiras como a Torre de TV Digital, Centro de Comercialização e Capacitação da Agricultura Familiar, na Agrobrasil, Festa do Morango, Conferência Nacional de Ater (Cnater) e feirinhas locais. No total, foram comercializados R\$ 157.893,00 em produtos da agricultura familiar.

O Fórum com parceria junto à Secretaria de Trabalho não ocorreu em 2016 e com proposta para realizar em 2018.

2017

Em 2017 a EMATER-DF continua com ações alternativas econômicas para incrementar a renda das famílias, oportunizando a inclusão social, resgatando a cultura, promovendo a participação no desenvolvimento e a equidade, especialmente de segmentos menos privilegiados como as mulheres, idosos, jovens, agricultores familiares e assentados de reforma agrária; realizou dentro de eventos maiores espaços de feiras de Economia Solidária com a participação dos agricultores de atividades associadas ao turismo rural. Nestes espaços ocorreram a comercialização com a participação de 28 artesãos; 33 agroindústrias (formais e não formais); 11 agricultores de plantas ornamentais; 1 criador de animais exóticos; 4 grupos de orgânicos e fornecimento de 3 alimentação/lanches. Participaram de alguns espaços e feiras como: Centro de Comercialização e Capacitação da Agricultura Familiar, AgroBrasília, Festa do Morango, Congresso de Agroecologia e Festival das Flores, com a comercialização dos produtos associados ao turismo rural. Comercializaram o valor total de R\$ 157.893,00.

2018

Em 2018 a EMATER-DF deu continuidade ao trabalho de alternativa econômica para incrementar a renda das famílias; favorecendo a inclusão social, resgatando a cultura, promovendo a participação no desenvolvimento, e a equidade, especialmente de segmentos menos privilegiados como as mulheres, idosos, jovens, agricultores familiares e assentados de reforma agrária; realizou dentro de eventos como feiras de economia Solidária com a participação dos agricultores de atividades associadas ao turismo rural. Nestes espaços ocorreram a comercialização com a participação de 103 participantes do artesanato, da agroindústria (formal e não formal), agricultores de plantas ornamentais, grupos de orgânicos e fornecimento de alimentação/lanches. Participaram de alguns espaços como: Centro de Comercialização e Capacitação da Agricultura Familiar, AgroBrasília, Festa do Morango, Torre Digital e Feira da Colônia com a comercialização dos produtos associados ao turismo rural. Comercializaram o valor total de R\$ 222.073,00.

12. Contribuir para geração de empregos e estimular a economia (SEJUS) (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019);

2016

Esta meta relaciona-se com a implantação de mais uma unidade do NA HORA, voltada para o atendimento ao público empresarial. Em virtude da Lei de Responsabilidade Fiscal, não foi possível alcançar a meta já que esta depende de orçamento e contratação de novos servidores por meio de concurso público. A iniciativa para implantação da referida unidade empresarial foi objeto do Processo 400.000.0509/2015, que apresenta projeto básico de adequação física para a implantação do Na Hora no Shopping Popular de Brasília.

2017

Embora a SUB/NAHORA tenha solicitado a manutenção desta meta, por meio de e-mail em 13 de setembro de 2017, não houve ações/movimentações nesse sentido. Ao contrário, os gestores recém nomeados informaram que solicitarão a retirada da meta em momento oportuno, pelo mesmo motivo apresentado em 2016.

2018

Item excluído, conforme Decreto nº 39.461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019

13. Contribuir para a formalização de 300 empresas no Distrito Federal (SEJUS) (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019);

2016

Meta Não Encontrada no PPA da SEJUS. Esta unidade solicitará sua retirada por meio de Ofício endereçado à SUPLAN/SEPLAG.

2017

Embora a SUB/NAHORA tenha solicitado a manutenção desta meta, por meio de e-mail em 13 de setembro de 2017, não houve ações/movimentações nesse sentido. Ao contrário, os gestores recém nomeados informaram que solicitarão a retirada da meta em momento oportuno, pelo mesmo motivo apresentado em 2016.

2018

Item excluído, conforme Decreto nº 39.461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019

14. Contribuir para a formalização de 500 empreendedores individuais (SEJUS) (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019);

2016

Meta Não Encontrada no PPA da SEJUS. Esta unidade solicitará sua retirada por meio de Ofício endereçado à SUPLAN/SEPLAG.

2017

Embora a SUB/NAHORA tenha solicitado a manutenção desta meta, por meio de e-mail em 13 de setembro de 2017, não houve ações/movimentações nesse sentido. Ao contrário, os gestores recém nomeados informaram que solicitarão a retirada da meta em momento oportuno, pelo mesmo motivo apresentado em 2016.

2018

Item excluído, conforme Decreto nº 39.461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019

15. Capacitar 400 empreendedores (SEJUS) (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019);

2016

Meta Não Encontrada no PPA da SEJUS. Esta unidade solicitará sua retirada por meio de Ofício endereçado à SUPLAN/SEPLAG.

2017

Embora a SUB/NAHORA tenha solicitado a manutenção desta meta, por meio de e-mail em 13 de setembro de 2017, não houve ações/movimentações nesse sentido. Ao contrário, os gestores recém nomeados informaram que solicitarão a retirada da meta em momento oportuno, pelo mesmo motivo apresentado em 2016.

2018

Item excluído, conforme Decreto nº 39.461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019

16. Criar a Agência Brasileira de Promoção de Investimentos até 2016 (EP) (SEDICT);

2016

Não houve execução desta meta em 2016.

2017

O Decreto nº 38.228, de 25 de maio de 2017, reestruturou a Secretaria de Economia, criando a Coordenação de Atração de Investimentos com a atribuição da promoção, atração e ampliação dos investimentos produtivos no Distrito Federal, em resposta à proposta de criação Agência de Promoção de Investimentos do DF.

2018

Não houve execução desta meta, as ações realizadas foram no âmbito da Coordenação de Atração de Investimentos. Os resultados indicados referem-se aos estudos em curso pela COATI – Coordenação de Atração de Investimentos, que tem a previsão de conclusão no ano de 2019.

17. Aprovar legislação que institui a Política de Desenvolvimento Industrial do Distrito Federal, as normas regulamentadoras e as soluções de governança até 2016. (EP)

2016

Não houve execução desta meta em 2016.

2017

A realização desta meta está condicionada ao estudo que irá orientar a elaboração da Política de Desenvolvimento.

2018

Para a realização desta meta, se faz necessária a conclusão do estudo relativo a Política de Desenvolvimento, que encontra-se em elaboração.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1471	MÉDIA MENSAL DE ATENDIMENTO	PESSOA	308.506	31/03/2015	323.931	142.431	340.127	239.041	357.134	244.662	374.991	SIGAWEB/ SEJUS / UO 44101 / OE 1
1472	ÍNDICE DE SATISFAÇÃO	%	97,59	31/03/2015	98	99,96	98,5	99,97	98,5	99,98	99	SIGAWEB/ SEJUS / UO 44101 / OE 1
1473	TEMPO MÉDIO DE ESPERA	MINUTO	13	31/03/2015	11	13,40	10	14,43	8	11,50	7	SIGAWEB/ SEJUS / UO 44101 / OE 1
1474	TEMPO MÉDIO DE ATENDIMENTO	MINUTO	6,27	31/03/2015	6	4,38	5,8	4,34	5,5	7,40	5	SIGAWEB/ SEJUS / UO 44101 / OE 1

Justificativas 2016

Indicador 1471 - O índice não foi alcançado devendo-se ao fato de que, visando à diminuição do tempo de espera e do tempo médio de atendimento, a fim de atender à demanda do público assistido, tendo em vista falta de servidores.

Indicador 1472 - A superação do índice foi alcançada devido ao treinamento e conscientização dos atendentes tanto nos guichês, quanto na recepção. Uma vez que o NA HORA investiu em treinamento dos servidores. Sendo o índice de satisfação medido por cada usuário, tendo à sua disposição quatro opções de avaliação, a saber: ótimo, bom, regular e ruim.

Indicador 1473 - O alcance do índice de diminuição do tempo não foi atingido devido a alguns fatores como a falta de atendentes, entre outros, que, conseqüentemente caracterizaram altas demandas concentradas de serviços aos órgãos, os quais contribuíram para a majoração no tempo médio de espera.

Indicador 1474 – O tempo médio que o cidadão em atendimento passa para resolver suas questões, foi reduzido devido a eficiência dos procedimentos adotados pelos atendentes que padronizou o atendimento.

Justificativas 2017

Indicador 1471 - O atendimento aos chamamentos públicos (aluguel de imóveis), a adequação de mobiliários e divisórias em espaços já destinados à implantação de novas unidades e a redução da substituição de equipes de pessoal que acompanham os projetos de manutenção das atividades do NA HORA constituiriam ferramentas para a expansão dos atendimentos rumo ao índice desejado.

Indicador 1472 - Embora a quantidade de atendimentos não tenha alcançado o índice planejado, o percentual de satisfação foi superior, considerando-se a proporção no que diz respeito à quantidade de atendimentos em 2017.

Indicador 1473 - O aumento do tempo de espera de atendimento atribui-se, entre outros, ao fato de a equipe de pessoal do NA HORA/SEJUS necessitar de incremento tanto do ponto de vista de seu quantitativo (com a realização de concurso público e/ou nomeação para cargos comissionados) quanto do ponto de vista de capacitação técnica (com treinamentos e reciclagens em escolas de governo).

Indicador 1474 – O tempo médio de atendimento foi reduzido em relação ao índice desejado em cerca de 1',14" o que aponta para uma significativa melhora do atendimento. Espera-se manter a superação da meta nos próximos exercícios.

Justificativas 2018

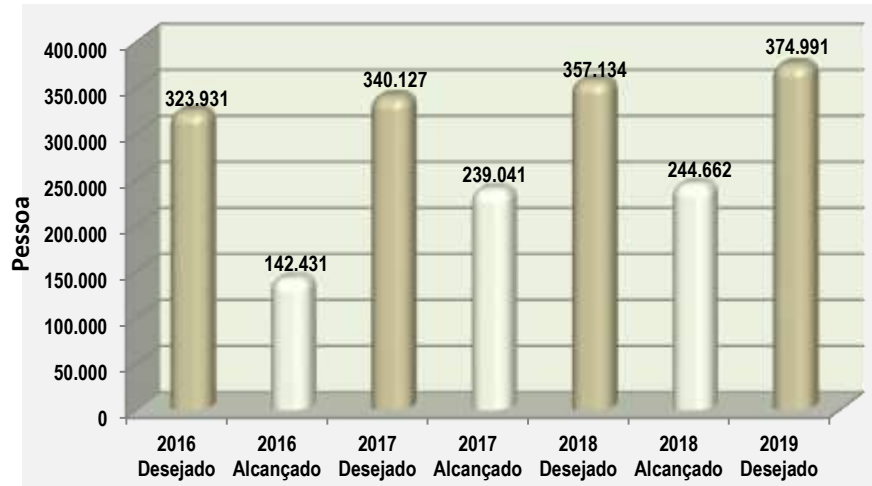
Indicador 1471 - O índice mensal de atendimento não foi alcançado em decorrência da mudança predial da Unidade Sobradinho e da reforma da Unidade da Rodoviária, isto porque ocorreu paralisação do atendimento. Outros fatores que comprometeram o alcance da meta esbarram na escassez de recursos financeiros com contingenciamentos e cancelamentos orçamentários, além de carência de servidores nos órgãos parceiros.

Indicador 1472 - O índice de satisfação compreende o contentamento dos serviços prestados ao cidadão e, em 2018, o índice superou o esperado em razão do aumento na qualidade e presteza dos atendimentos dos servidores e seus gestores, impulsionadas por capacitação e motivação interna.

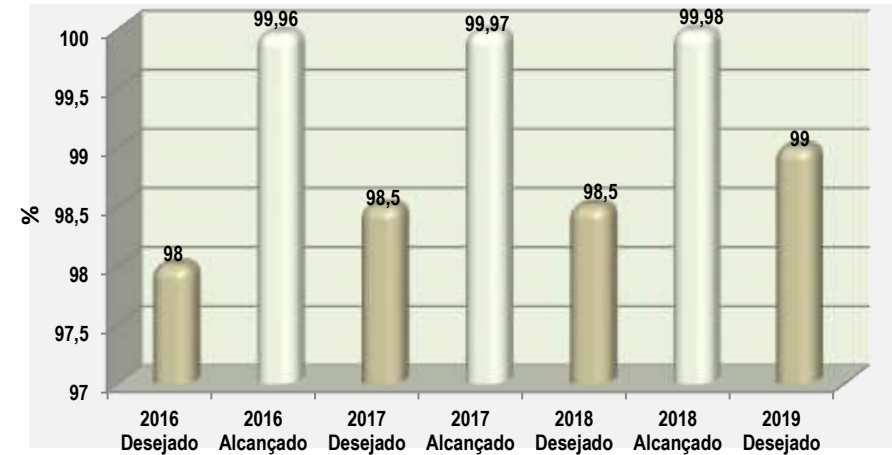
Indicador 1473 - O tempo médio de espera apresentou uma diminuição em relação aos anos anteriores, mas ainda não atingiu o índice desejado por motivos de escassez de servidores dos órgãos parceiros.

Indicador 1474 - O tempo médio de atendimento teve um aumento significativo em relação ao índice desejado porque muitos órgãos parceiros do serviço de atendimento ao cidadão passaram a adotar uma análise mais criteriosa sobre as documentações decorrentes de suas atividades, com vistas à maior segurança de seus procedimentos.

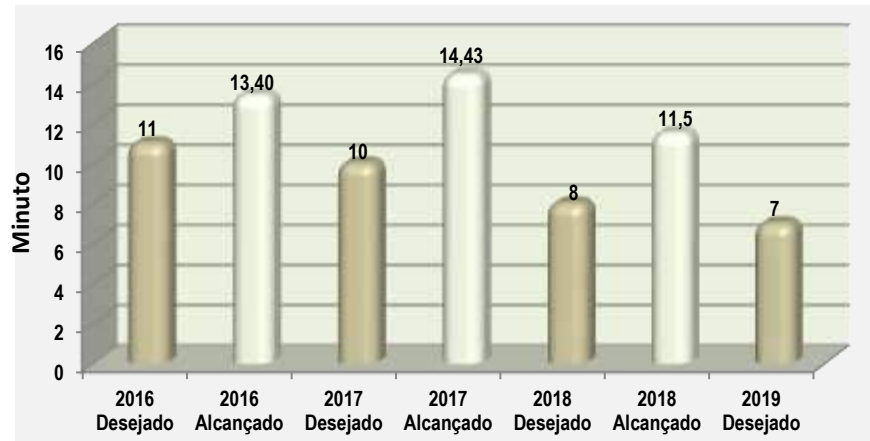
MÉDIA MENSAL DE ATENDIMENTO



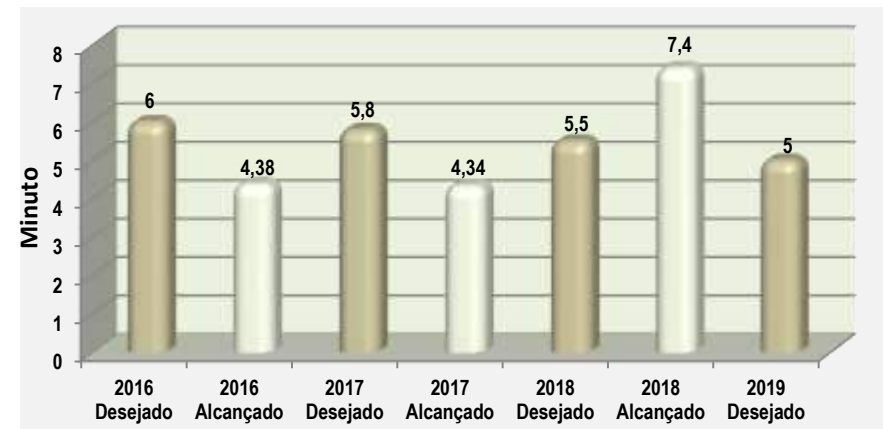
ÍNDICE DE SATISFAÇÃO



TEMPO MÉDIO DE ESPERA



TEMPO MÉDIO DE ATENDIMENTO



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6207	1	1	Articulação do alinhamento das políticas tributárias com as demais Unidades Federativas ;	20101	100	<p>2016 Não houve execução desta meta em 2016.</p> <p>2017 Articulação com os estados do Centro-Oeste, no intuito de alinhar os benefícios tributários concedidos na região, conforme a lei complementar 160/2017.</p> <p>2018 Concluído em 2017</p>
6207	1	2	Fomento à economia solidária por meio da criação de espaços para comercialização de produtos; <i>(Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	20101	X	<p>2016 O circuito ECOSOL – Economia Solidária, Feira de Economia Solidária, é uma iniciativa da Secretaria Adjunta do Trabalho e surgiu da necessidade de comercialização dos Empreendimentos Econômicos Solidários e REDES, que encontravam barreiras para expor em feiras tradicionais. Em 2016, foram realizados 15 circuitos ECOSOL em diversas regiões do Distrito Federal, reunindo em média 20 empreendimentos por circuito.</p>
6207	1	3	Implementação de ações de incentivo ao desenvolvimento da Região Metropolitana – RIDE;	20101	25	<p>2016 Foram realizadas visitas aos municípios que fazem parte da RIDE, integradas por prefeitos e autoridades municipais, com o fim de debater políticas eficientes e ações possíveis considerando os casos abordados. Nesse sentido, um dos maiores problemas encontrados no exercício de suas funções, fora conseguir o êxito em determinadas demandas quando a ação estava atrelada a outro órgão a resposta por muitas vezes, foram negativa.</p> <p>2017 O Conselho da RIDE (COARIDE), ficou em torno de 03 (três) anos sem atividades, retomando sua atuação no final de 2017. Estão sendo elaborados projetos de interesse da RIDE em parceria com o Sebrae/DF e Sebrae/GO, além de propostas de projetos do Setor Produtivo.</p> <p>2018 Foram realizadas reuniões com o CODESE e SUDECO, que ainda não traduziram em propostas de incentivo na região.</p>
6207	1	4	Fortalecimento do cooperativismo e o associativismo como fonte de geração de renda; <i>(Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	20101	X	<p>2016 Visando empreender essa ação, foi idealizado o Projeto “Saber Cooperativo” de iniciativa da Secretaria Adjunta do Trabalho e consiste em um circuito de palestras com intuito de compartilhar conhecimento sobre o cooperativismo para todos aqueles que estão em busca de uma oportunidade de trabalho. Essa iniciativa surge da ideia de difundir e fomentar as práticas do cooperativismo como uma importante ferramenta na geração de trabalho e renda sustentável.</p>
6207	1	5	Incremento e fortalecimento do empreendedorismo;	20101	85	<p>2016 Não houve execução desta meta em 2016.</p> <p>2017 Elaboração de Projeto Líder em parceria com o Sebrae do DF e GO, visando estimular o desenvolvimento dos municípios e regiões administrativas, simplificando, desburocratizando e promovendo o fomento ao crédito. Participação no Conselho da RIDE e nas Câmara Temática Eixo Brasília/Goiânia. Parceria com a Codeplan na elaboração de estudos vocacionais e mapeamento de potenciais ambientes de negócios.</p> <p>2018 Projeto Líder em andamento em 9 (nove) regiões administrativas: Taguatinga, Ceilândia, Samambaia, Águas Claras, Vicente Pires, SCIA-Estrutural, Guará, SIA e Plano Piloto</p>
6207	1	6	Disponibilização de áreas para a	20101	30	<p>2016 Não houve execução desta meta em 2016.</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			implantação e ampliação de empreendimentos industriais;			<p>2017 O TCDF, através da decisão 5458/2017, suspendeu a disponibilização de áreas para implantação e ampliação de empreendimentos industriais. As realizações referem-se a benefícios concedidos em anos anteriores e implementados em 2017.</p> <p>2018 A decisão do TCDF continuou em vigor no ano de 2018, impossibilitando qualquer ação neste item.</p>
6207	1	7	Atração, adensamento e fortalecimento das cadeias produtivas dos setores estratégicos;	20101	100	<p>Não houve execução desta meta em 2016.</p> <p>2017 Contratado a consultoria do SEBRAE/DF, no âmbito do BID, para realizar diagnóstico setorial, capacitação em consultoria de gestão e consultoria para a cadeia produtiva, nas regiões administrativas do DF.</p> <p>2018 Contratação do Sebrae/DF finalizada e relatórios contendo o diagnóstico das ADEs entregues. Capacitações realizadas</p>
6207	1	8	Promoção da ampliação e diversificação da pauta de exportações do Distrito Federal (SEDICT) (<i>Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019</i>);	20101	X	<p>Não houve execução desta meta em 2016.</p> <p>2017 Não houve execução em 2017. Esta ação será excluída do PPA, conforme a solicitação da Subsecretaria de Relações com o Setor Produtivo – SURESP.</p>
6207	1	9	Simplificação do acesso a linhas de crédito e financiamento;	20101	85	<p>Não houve execução desta meta em 2016.</p> <p>2017 Está sendo estruturado, junto ao Banco do Brasil, a Caravana do FCO nas Federações, Associações, Sindicatos e em todo o Setor Produtivo. O Banco do Brasil e o BRB foram integrados ao Simplifica PJ.</p> <p>2018 Em movimentação integrada com os principais players públicos e cooperativos do sistema financeiro no Distrito Federal (Banco de Brasília, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e SICOOB/BANCOOB), a SURESP deixou a postura apenas reativa e passou a promover eventos de aproximação e encontro entre aqueles que administram créditos públicos e os que precisam acessá-lo. Nesse movimento, passaram a integrar o SIMPLIFICA PJ, o Banco de Brasília e o Banco do Brasil, oferecendo aos usuários daquele espaço acesso a crédito nos mais diversos níveis, desde o Microcrédito Produtivo Orientado – MPO até o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), dentre outros.</p>
6207	1	10	Implantação e fortalecimento de soluções de governança necessárias ao desenvolvimento produtivo e à melhoria do ambiente de investimentos;	20101	-	<p>Não houve execução desta meta em 2016.</p> <p>2017 Implantado o Simplifica PJ com a finalidade de simplificar, desburocratizar o atendimento das empresas, fomentar o empreendedorismo visando melhorar o ambiente de negócios, sendo realizado em uma central onde reúnem em um só local, os órgãos responsáveis pela abertura, registro, licenciamento e baixa de empresas.</p> <p>2018 Etapa concluída, com o seguinte resultado: O Simplifica PJ acumula mais de 51 mil atendimentos e capacitações realizadas, em 01 ano e 03 meses de sua inauguração, mantendo uma média de 4,8 mil atendimentos por mês.</p>
6207	1	11	Ampliação de opções de incentivos ao desenvolvimento;	20101	30	<p>Não houve execução desta meta em 2016.</p> <p>2017 Em função da decisão do TCDF 5458/2017, de suspensão dos benefícios econômicos, os fundos IDEAS e FIDE foram reativados para as empresas que se encontravam nos programas de incentivos ao desenvolvimento.</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						2018 Não houve execução desta ação não orçamentária. A continuidade foi estrita aos beneficiários já aderidos ao programa.
6207	1	12	Promoção da ampliação e diversificação do setor produtivo da Região Metropolitana/RIDE para o aumento da geração de trabalho, emprego e renda	20101	40	2016 Está na fase de confecção de projetos. 2017 Em fase final do Projeto LIDER em parceria com o Sebrae DF/GO e integrante do conselho da RIDE, que tem como função coordenar e decidir sobre a execução dos projetos de interesse da região metropolitana. 2018 Não informado pela Unidade
6207	1	13	Implementação e incentivo do empreendedorismo;	20101	100	2016 Fase de confecção de projetos. 2017 Realizado através do Projeto Pequenos Reparos, com o credenciamento de microempreendedores individuais e microempresas para prestação de serviços às escolas públicas e participação nas compras governamentais. 2018 Etapa concluída, com o seguinte resultado: serviços realizados em 24 escolas urbanas e rurais de São Sebastião. Novo Edital visando a inclusão de todas as regiões administrativas.
6207	1	14	Estabelecimento de compromisso de Estado para garantir a estabilidade e continuidade do projeto da Cidade Aeroportuária;	20101	15	2016 Contratação do Plano Aeroviário do Distrito Federal, contudo foi suspenso temporariamente, em razão da crise financeira enfrentada pelo GDF que teve que priorizar algumas ações. 2017 Estão sendo realizadas análises, avaliações, estudos e consultas aos atores envolvidos. 2018 Não mensurado. A unidade solicitará a exclusão da ação não orçamentária
6207	1	15	Articulação, junto aos agentes financeiros, para implementação de política de crédito rural; (EMATER)	14203	100	2016 Articulação com os agentes financeiros e as Secretarias de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos e de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, visando facilitar o acesso dos produtores rurais do Distrito Federal às linhas de crédito rurais disponíveis, como PRONAF, PROSPERA, FDR, FCO, RO. Todas as articulações foram realizadas, inclusive as tratativas junto ao Banco do Brasil para contrato de correspondente bancário agropecuário. 2017 Articulação com os agentes financeiros e as Secretarias de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos e da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Inclusive com as tratativas com BB e assinatura do contrato de Correspondente Bancário no país para inclusão de projetos de PRONAF. 2018 Articulação com os agentes financeiros e as Secretarias de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos e da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Além das tratativas com BRB e BB, com este último, em especial para operacionalização do Correspondente Bancário agronegócio para acolhimento dos projetos de PRONAF
6207	1	16	Firmar convênios com os órgãos parceiros por meio de termos de cooperação; (SEJUS).	44101	100	2016 Considerando-se a inviabilidade de implantação do NA HORA EMPRESARIAL, durante o Exercício/2016, não foi possível estabelecer parcerias por meio de termos de cooperação com órgãos públicos que atuam especificamente junto às empresas empresários.

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						<p>2017 Foram renovados 6 (seis) termos de cooperação do NA HORA: DETRAN, DFTRANS, Receita Federal, TRE, CODHAB e CAESB. Firmou-se, ainda, dois novos termos de cooperação com os Correios e com a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego – MTE</p> <p>2018 No ano de 2018 foram renovados 2 (dois) Termos de Cooperação: com o Instituto de Defesa do Consumidor - PROCON e com a Secretaria de Estado de Fazenda. Firmou-se um novo acordo com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios</p>
6207	1	17	Elaborar o Plano de Desenvolvimento Empresarial do Distrito Federal, em parceria com o setor privado.(SECTI) (EP)	20101	100	<p>2016 Não houve execução desta meta em 2016.</p> <p>2017 Parceria com a CODEPLAN para fornecer estudos sobre a vocação econômica das Regiões Administrativas e dos Municípios. Mapeamento do Setor Produtivo e de potenciais ambientes de negócios.</p> <p>2018 Projeto concluído</p>

Análise do Resultado do Objetivo Específico

2016/2018

Visando alcançar o Objetivo Específico em análise, em 2016 foram desenvolvidas diversas ações do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – PROCIDADES II, cujos objetivos, também, prevê: desenvolvimento econômico, mediante melhoria nas condições para a atração de investimentos, urbanismo e infraestrutura, bem como, a promoção e o desenvolvimento empresarial no DF, o qual contou com a participação da Companhia Energética de Brasília e Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP, possibilitando o suporte ao Componente IV do Programa (melhoria das condições urbanas de infraestrutura nas ADEs) com estudos para o investimentos nas áreas de saneamento urbano, iluminação pública e demais aspectos de infraestrutura.

Também foi implantado o Projeto de Desenvolvimento Econômico Territorial – DET, com o objetivo de desenvolver e fortalecer as atividades produtivas locais, geradoras de emprego e renda, através do fomento ao empreendedorismo baseado no potencial de oportunidades e vocações locais, de modo a contribuir com a inclusão produtiva e geração de novos negócios, com a implementação e potencialização de seus eixos de atuação.

Público Alvo: Pequenos negócios existentes nas 17 (dezesete) Regiões Administrativas do DF – RA/DF, sendo Microempreendedores Individuais – MEI; Microempresa – ME; Potenciais Empresários; Potencial Empreendedor; *Ações de Atendimento:* Conhecimento e informação qualificada do território; Articulação de uma rede de cooperação público e privada; Outros Atendimentos – Geração e fortalecimento dos pequenos negócios; SEI; Na Medida; Negócio a Negócio; Sebraetec; Educação Empreendedora; Acesso a Mercados; *Regiões Administrativa beneficiadas:* 17 Regiões Administrativas com 46 pontos de aglomerados subnormais Gama: Ponte Alta e Engenho das Lajes; Brazlândia: Vila São José; Planaltina: Vila Pacheco, Vale do Amanhecer, Quintas do Amanhecer, Vale do Sol, Arapoangas e seus 21 pequenos condomínios, Estância, Mestre D'armas, Vila Nossa Sra. De Fátima; Paranoá: Toda região; Itapoá: Toda Região; Ceilândia: Condomínio Sol Nascente, Por do Sol e Privê; Samambaia: Quadra 800, 1000 e Expansão da Samambaia; Santa Maria: Condomínio Porto Rico; São Sebastião: Morada do Bosque, Vila Nova, Bela Vista, Residencial Vitória, Vila Boa e Morro da Cruz ;Recanto das Emas: Agua Quente e Quadras 500, 600 e 800;Riacho Fundo: Sucupira; Riacho Fundo II: CAUB I e II; Varjão: Toda Região; SCIA – Cidade Estrutural: Toda Região; Sobradinho II: Sobradinho dos Melos, Vila do Menê e Vila Rabelo e transversais; Sobradinho I: Nova Colina, Nova Dignéia e Vila Denocs; Fercal: Toda região; Obter índice de aplicabilidade dos produtos e serviços realizados com o projeto. *Resultados esperados:* Obter índice de satisfação dos clientes atendidos pelo projeto, aumentar o número de pequenos negócios que fornecem para o Governo do Distrito Federal e Governo Federal, aumento da nota da implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no Distrito Federal, Aumento da

implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no Distrito Federal. Salas do Empreendedor funcionando de acordo com os requisitos do Termo de Referência publicado pela UDT Nacional, Nomeação dos Agentes de Desenvolvimento com planos de trabalho estratégicos.

Acrescenta-se que foram estabelecidas parcerias entre a SEDES, Regiões Administrativas - RA's e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, para que juntos atuem como agentes de Desenvolvimento Territorial – ADT. Os empresários das diversas Regiões Administrativas poderão participar de capacitações além da possibilidade de contar com a presença de um consultor em sua empresa.

Destaca-se entre as ações realizada em 2016 a implantada a Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIMPLES, uma ação que integra os diversos órgãos e entidades responsáveis pelo registro e legalização de empresas no âmbito da União, Estados e Municípios, com a utilização do Sistema Nacional Informatizado – RLE. Desse modo, os procedimentos unificados e simplificados no REDESIMPLES veem agilizar a abertura, alteração cadastral, licenças de funcionamento e baixas de empresas.

O diferencial da REDESIMPLES é dar fé a palavra do cidadão, substituindo a apresentação de documentos e vistorias prévias por declarações. Outra inovação é a desvinculação de processos como o Habite-se no ato de abertura e legalização de empresas. Essas medidas são importantes para simplificar e agilizar a etapa de licenciamento de atividade, maior gargalo do processo de abertura. Iniciada como piloto no Governo de Brasília a REDESIMPLES permitirá a criação e a legalização de empresas com significativa redução de esforços, custo e tempo. O cidadão poderá realizar qualquer processo (abertura, alteração ou baixa de empresas) pela internet, desde de que possua um certificado digital.

Com relação às Ações do Tratamento Direto das Compras Públicas (licitação exclusiva) das Micro e Pequenas Empresas e dos Empresários Individuais do DF e RIDE, foi editado o Decreto nº 36.820/2015, de 21 de outubro de 2015, que escabece as garantias e regras da *participação das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e aos Microempreendedores Individuais nos processos de contratações de serviços, obras e aquisições do Distrito Federal*. No âmbito desse projeto, ressalta-se que no ano de 2016, a SEDES credenciou 271 papelarias para participarem do Programa Cartão Material Escolar, que dentro de sua finalidade também visa fomentar o comércio local.

No sentido de contribuir para o fomento e dinamizar a atividade econômico do DF, com maior atratividade aos equipamentos públicos, maior geração de emprego e renda e incremento na arrecadação tributária do DF, o Governo de Brasília desenvolveu diversas ações objetivando firmar Parcerias Público Privada de alguns equipamentos públicos de Brasília, entre estes o Centro de Convenções Ulysses Guimarães, encontra-se sob avaliação do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF; o Shopping Popular, está na fase de desenvolvimento dos estudos; o Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek e o Complexo Esportivo e de Lazer do Guará – CAVE, ambos em fase de desenvolvimento dos estudos.

No que tange a criação de políticas públicas inovadoras e sustentáveis visando às potencialidades do DF e RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento Econômica, destaca-se a chamada Economia Solidária – ECOSOL, O circuito ECOSOL, Feira de Economia Solidária, surgiu da necessidade de comercialização dos Empreendimentos Econômicos Solidários e REDES (diversidades de atores que interagem entre se e se apoiam coletivamente), que encontravam barreiras para expor em feiras tradicionais. Assim, o Governo, por meio da Secretaria Adjunta de Trabalho, em 2016, realizou 15 circuitos ECOSOL em diversas regiões do Distrito Federal, reunindo uma média de 20 empreendimentos por circuito.

Outra importante iniciativa foi estabelecer o lugar onde será o Centro Público de Economia Solidária (CDEPS-DF), dando início a reforma estrutural do local. O espaço para o centro está localizado no Setor Comercial Norte, antigo SINE, com a inauguração prevista para abril de 2017.

Com o objetivo de difundir e fomentar as práticas do cooperativismo como uma importante ferramenta na geração de trabalho e renda sustentável propôs-se o Projeto “Saber Cooperativo”, trata-se de circuito de palestras “Saber Cooperativo” que é um projeto que consiste em compartilhar conhecimento sobre o cooperativismo para todos aqueles que estão em busca de uma oportunidade de trabalho.

Em 2016 foram realizadas diversas ações nesse sentido, destacam-se a palestra “Saber Cooperativo” que aborda temas relativos à história do cooperativismo; princípios e valores; direitos e deveres; ramos do cooperativismo; funcionamento das cooperativas e outros temas. Destaca-se, também, que no segundo semestre de 2016, foram realizadas 4 palestras “Saber Cooperativo”, reunindo um total de 67 participantes, uma média de quase 17 pessoas por palestra.

Em abril de 2017, a Secretaria de Desenvolvimento Ciência, Inovação e Tecnologia - SEDICT - passou por uma mudança de gerenciamento, onde alguns objetivos específicos foram revisitados e revistos pela nova gestão. Considerando as dificuldades econômicas e financeiras que iniciaram em 2015, e que continuou avançando inclusive no ano de 2017, a SEDICT, adotou como forma de continuidade aos planos de ação a construção de parcerias, tanto no âmbito governamental como no setor privado. Entre elas destacamos a parceria com o SEBRAE/DF e órgãos do governo (Agência de Fiscalização do DF - Agefis; Banco de Brasília - BRB ; Conselho Regional de Contabilidade do DF; Corpo de Bombeiros Militar do DF; Instituto Brasília Ambiental - Ibram; Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; Junta Comercial do DF; Secretaria da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Secretaria das Cidades; Secretaria de Fazenda;

Secretaria de Gestão do Território e Habitação – Central de Aprovação de Projetos ; Secretaria da Segurança Pública e da Paz Social; Secretaria de Saúde – Diretoria de Vigilância Sanitária e Receita Federal do Brasil). Esse conjunto de parceiros institucionais possibilitou a instalação do Simplifica PJ - órgão centralizador para o acolhimento das demandas dos empresários. Nesta unidade de atendimento, os empreendedores poderão legalizar empresas com significativa redução de esforços, custos e tempo, com acesso a serviços de abertura, alteração ou baixa de empresas. Esses procedimentos abreviaram significativamente os processos que demoravam, no mínimo, 45 dias. Essas ações, aperfeiçoaram o ambiente de negócios, facilitando a atração de novas empresas

No que diz respeito à atração de investimentos, foram iniciados estudos para orientar os programas a serem realizados na área, sendo eles: realização do Censo nas ADE's para avaliação do desempenho do antigo modelo do PRO - DF; assessoria na formulação do Plano Distrital de Atração de Investimentos – PDAI; mapeamento do ecossistema de inovação e identificação dos aglomerados com vocações econômicas; e contratação de empresa de nível internacional para estudo técnico em projetos na área de Concessão de Benefícios, Infraestrutura e Ambiente de Negócios.

O programa PROCIDADES lançou 03 (três) manifestações de interesses nas áreas de infraestrutura e urbanismo, sendo eles: 1) execução da supervisão civil e ambiental das obras; 2) execução do programa de comunicação social e educação ambiental nas ADEs, contempladas pelo PROCIDADES; e 3) elaboração do projeto executivo de linha de distribuição de energia elétrica a ser implantada na ADE Polo JK . Em continuidade foram realizados os editais de licitação para a contratação: 1) das obras de complementação da drenagem pluvial da ADE Polo JK; 2) das obras de complementação da infraestrutura das ADEs ; e 3) fornecimento de 02 (dois) transformadores para a subestação de energia elétrica na ADE Polo JK.

Importante salientar que em 30 de agosto de 2017, a Secretaria Adjunta de Ciência, Tecnologia e Inovação – SACTI/DF passou a integrar a estrutura da Secretaria de Economia e Desenvolvimento Sustentável, nos termos do Decreto n ° 38.456/2017, o que ampliou sobremaneira as demandas desta Unidade considerando o intenso fluxo de trabalho recepcionado, aliado à proximidade com o final do exercício financeiro. Apesar das dificuldades naturais de adequações, realizou-se o possível para garantir a regular continuidade dos contratos, convênios e ações que já se encontravam em andamento naquela Secretaria.

Destacamos também a assinatura e publicação da Portaria Conjunta n° 01 – SEDICT/SEF, de 22/05/2017 (DODF n° 98, de 24/05/2017), o Financiamento Especial para o Desenvolvimento – FIDE, que foi reativado, tendo sido beneficiadas 09 (nove) empresas cujos projetos foram aprovados pelo Conselho de Gestão do Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do Distrito Federal - COPEP/DF, em 2017. Tal benefício consiste na concessão de empréstimo bancário, em até 25% sobre o faturamento mensal, para atender às operações interestaduais realizadas pelas empresas incentivadas, especialmente o setor atacadista, na tentativa de se igualar as condições oferecidas pelo Estado de Goiás. O FIDE tem como fonte os recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal - FUNDEFE e como agente financeiro o Banco de Brasília – BRB. O Financiamento Industrial para o Desenvolvimento Econômico Sustentável – IDEAS Industrial também foi reativado com a assinatura e publicação da Portaria Conjunta n° 03 – SEDICT/SEF, de 14/09/2017 (DODF n° 180, de 19/09/2017), tendo sido beneficiadas 06 (seis) empresas cujos projetos foram aprovados pelo Conselho de Gestão para o Financiamento ao Desenvolvimento Econômico e Sustentável - CG IDEAS. O benefício consiste na concessão de financiamento para instalações, capital de giro e produção a indústrias no DF, em até 13% do faturamento bruto mensal. Assim, como no FIDE, os recursos que amparam o IDEAS Industrial são provenientes do FUNDEFE, sendo o Banco de Brasília – BRB o agente financeiro.

Com o objetivo de aperfeiçoar os instrumentos de gestão da Secretaria, pretende-se adotar no próximo exercício a Gestão dos Riscos, melhorando o processo de decisão, diminuindo a incerteza e promovendo a transparência e a melhoria contínua dos processos da organização. Com a adoção dessa ferramenta a Secretaria pretende adquirir a capacidade de melhor identificar eventos com potencial de riscos estabelecendo respostas a estes, reduzindo surpresas e custos ou prejuízos associados. As soluções para mitigação dos riscos poderão contemplar desde revisão de processos, bem como a inclusão de controles em sistemas, criação de relatórios e indicadores de desempenho, políticas de procedimentos, implantação de mecanismos de monitoramento e controle. Espera-se, com as diretrizes fixadas em 2017, que o exercício de 2018 se desenvolva de maneira mais eficiente, impessoal e transparente.

2018

PROGRAMA PROCIDADES conseguiu avançar em várias ações no ano de 2018, dentre elas destacamos:

- Projetos executivos licitados e em fase de execução e/ou contratação, processos para otimização da rede lógica, aquisição de programas e computadores para a Secretaria.
- Contratação de consultores para a elaboração do projeto executivo do Plano Distrital de Atração de Investimentos PDAI, que irá orientar na elaboração das políticas públicas de desenvolvimento econômico da SEDICT, por meio da promoção, atração, fidelização e ampliação de investimentos produtivos para o DF, com o horizonte de 20 anos.
- O Contrato com o SEBRAE/DF para realização de diagnóstico sobre empresas localizadas nas ADEs e serviços de capacitação para empresários, tendo como resultados 3.375 pessoas qualificadas, sendo 72% microempresas, 18% microempreendedores individuais e 10% de empresas de pequeno porte.

- O Programa foi auditado pelo TCDF referente ao período de abril/2017 a outubro/2018, cujas contas foram examinadas e julgadas regulares, sem qualquer ressalva ou recomendação.

PROGRAMA SIMPLIFICA PJ E SALAS DO EMPREENDEDOR

Foi instituído pelo Decreto nº 38.022/2017 que tem o objetivo de simplificar e desburocratizar o atendimento às empresas, fomentar o empreendedorismo e melhorar o ambiente de negócios no Distrito Federal. Trabalhou-se na criação de espaços integrados nas Regiões Administrativas para atendimento e orientação exclusiva aos empreendedores do DF.

O Simplifica PJ, unidade de atendimento sob a coordenação da Subsecretaria de Relação com o Setor Produtivo, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico SURESP/SDE, foi inaugurado em 05/10/2017, e localiza-se na QI 19, Lotes 28 a 32, no Setor Industrial de Taguatinga. O Simplifica PJ representa o espaço integrado e totalmente dedicado ao empreendedor. Sua existência é resultado da integração e credibilidade depositada pelo setor empresarial e industrial do DF, uma vez que o prédio é de propriedade da Federação das Indústrias de Brasília – FIBRA, cedido ao GDF em comodato de forma gratuita pelo prazo de 5 anos, prorrogável por igual período, além da reforma e da cessão do mobiliário realizada pelo SEBRAE.

Integra atualmente 15 órgãos e entidades de apoio ao empreendedor são eles: Secretaria de Desenvolvimento Econômico/SDE, Secretaria de Fazenda/SEFP, Diretoria de Vigilância Sanitária /DIVISA, Secretaria Executiva das Cidades/SECID, Administração de Taguatinga, Secretaria de Estado de Agricultura/SEAGRI, Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal/ CBMDF, Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil do Distrito Federal, Agência de Fiscalização do Distrito Federal/AGEFIS, Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal - CRC/DF, Central de Aprovação de Projetos - CAP/SEGETH, Instituto Brasília Ambiental/ IBRAM, Polícia Civil do Distrito Federal/ PCDF, Receita Federal do Distrito Federal/ RFB-DF, Banco do Brasil/ BB e Banco de Brasília/ BRB.

MUTIRÃO DA SIMPLIFICAÇÃO

O evento “Mutirão da Simplificação” promovido em parceria com o SEBRAE/DF, órgãos do GDF, União e entidades de classe tem por objetivo prestar atendimento aos empresários em sua localidade e ofertar serviços públicos, no que refere à formalização e regularização dos seus empreendimentos com orientações quanto abertura, licenciamento e baixa de empresas no RLE@DIGITAL, além de capacitações e consultorias.

FOMENTO AO CRÉDITO

Em movimentação integrada com os principais agentes públicos e cooperativos do sistema financeiro no Distrito Federal (Banco de Brasília, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e SICOOB/BANCOOB), a SURESP passou a promover eventos de aproximação entre aqueles que administram créditos públicos e os empreendedores. Com esse movimento, passaram a integrar o SIMPLIFICA PJ, o Banco de Brasília e o Banco do Brasil oferecendo diversos produtos financeiros, desde o Microcrédito Produtivo Orientado – MPO até o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), dentre outros.

PEQUENOS REPAROS

A partir da experiência exitosa obtida na Regional de São Sebastião foi dado início ao processo de ampliação do Programa Pequenos Reparos para todas as escolas públicas do Distrito Federal., A proposta é de iniciar com a expansão para todas as Regionais de Ensino da Rede Pública do Distrito Federal, considerando a concentração de recursos disponíveis no PDAF.

ATESTADOS DE IMPLANTAÇÃO - PRÓ-DF II

Foram emitidos 63 (sessenta e três) Atestados de Implantação às empresas beneficiadas do incentivo econômico do Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do Distrito Federal - PRÓ-DF II e Programas Anteriores vigentes, as quais comprovaram a geração de 6.281 (seis mil, duzentos e oitenta e um) empregos e declararam o investimento realizado em obras civis de R\$ 104.214.337,64 (cento e quatro milhões, duzentos e quatorze mil, trezentos e trinta e sete reais e sessenta e quatro centavos).

PUBLICAÇÃO DA PORTARIA Nº 32/2018

Com o intuito de atualizar/consolidar as normatizações ora existentes e dar maior transparência aos critérios utilizados pela Secretaria no acompanhamento da implantação das empresas beneficiárias do PRÓ-DF II, bem como em atendimento a algumas das recomendações constantes da Decisão nº 5458/2017 - TCDF, em 13/07/2018 foi publicada a referida portaria, a qual trata da normatização referente à realização de vistorias, emissão de Atestados de Implantação Provisórios e Definitivos e Declaração de Cumprimento de Metas, no limite da legislação de regência do Programa.

PUBLICAÇÃO DA PORTARIA Nº 26/2018

O prazo para implantação das empresas beneficiárias do PRÓ-DF II e programas anteriores cujos contratos foram assinados até o dia 31/12/2013 com a TERRACAP, com incentivos econômicos vigentes e que comprovem a geração de emprego e renda, foram prorrogados até 29/03/2019.

LEI DISTRITAL Nº 6.251/2018 - Regularização de Áreas

Trata-se de Lei aprovada em 2018 que objetiva a regularização de áreas que em gestões passadas o GDF concedeu à diversas empresas autorizações de ocupação de imóveis em áreas do DF, com a promessa de que os mesmos seriam posteriormente regularizados com a concessão de descontos e/ou inclusão das mesmas nos Programas de desenvolvimento econômicos. No entanto, por ausência de regularização fundiária do imóvel, pelo reassentamento econômico e pelo reordenamento urbano não foi possível efetivar a assinatura do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso com opção de Compra junto à TERRACAP. A regularização dessas áreas deverá ser efetivada com a convalidação do benefício econômico nos termos do PRÓ-DF II, observado todo o regramento da Lei de Regência do Programa e os dispositivos constante na própria Lei.

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico desenvolve este conjunto de programas para criar um ambiente de negócios competitivo e que promova a atração de investimentos. Neste contexto foram estabelecidas metas a serem alcançadas por seus programas, no sentido de atender estes objetivos. Estes programas se integram e contemplam desde a elaboração de estudos que orientem a política de desenvolvimento ao apoio ao segmento de empresas de pequeno porte. Destacamos que ações de infraestrutura, legalização de empresas, acesso a compras governamentais são objeto constante de avaliação e aprimoramento, no sentido de tornar o ambiente empresarial cada vez mais favorável aos empreendimentos. Os resultados favoráveis obtidos até o momento refletem o esforço dispendido pela Secretaria.

EMATER

Em termos de política agrícola de fomento, prestamos serviços na divulgação, elaboração e acompanhamento técnico dos projetos de crédito, além de verificar o andamento destes, junto aos agentes financiadores, sendo um instrumento facilitador no acesso ao crédito. Neste ano de 2017, ainda existem reflexo dos problemas relacionados à crise econômica vivida pelo País, o acesso ao crédito rural pelos produtores foi diminuído devido a dificuldades como garantias, endividamento e insegurança para investimento, dentre outros. Destaca-se a oferta de crédito pelas linhas do Governo do Distrito Federal onde foram contratados cerca de 250 projetos do Prospera, totalizando cerca de R\$ 4.230.000,00 e Fundo de Desenvolvimento Rural – FDR com a contratação de 19 projetos, totalizando cerca de R\$ 2.450.000,00 enquanto no ano de 2016 os números eram de 250 projetos do Prospera, no valor de R\$ 4.400.000,00, e 15 projetos no FDR no valor de R\$ 1.873.296,03. Os principais itens financiados são custeio agropecuário, matrizes bovinas, veículos utilitários, estufas agrícolas, dentre outros, possibilitando um efeito multiplicador nas variáveis macroeconômicas como geração de renda e aumento no consumo

SEF

Ressaltamos que este Relatório foi baseado nas informações prestadas pelas seguintes Unidades da SEF/DF: Coordenação de Cobrança Tributária-CBRAT, Gerência de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito GEFMT, Assessoria de Estudos Econômicos-Fiscais – AEF/SEF/DF, Gerência de Julgamento e Contencioso -GEJUC e Subsecretaria do Tesouro- SUTES.

SEJUS

Em 2016, a SEJUS quanto ao Programa temático 6207- Brasília Competitiva, no objetivo específico 001- Ambiente de Negócios: “Criar ambiente favorável aos negócios, geração de trabalho, emprego e renda, com políticas públicas inovadoras e sustentáveis ao encontro das potencialidades do DF e RIDE” têm no seu alcance a meta número12 – Contribuir para geração de empregos e estimular a economia, meta esta que engloba a implantação de mais uma unidade do NA HORA, voltada para o público empresarial e que, em virtude da Lei de Responsabilidade Fiscal, não foi possível alcançá-la já que esta depende de orçamento e contratação de novos servidores por meio de concurso público.

Em relação aos indicadores de desempenho, o indicador “Média mensal de atendimento” não atendeu, no ano de 2016, o número de atendimentos desejados em função do déficit quantitativo de servidores; do aumento de serviços prestados pelo NA HORA e em razão da ampliação de parcerias estabelecidas em 2016 com a Defensoria Pública do Distrito Federal, com a

Rodoviária Federal e com a CODHAB. O indicador “índice de satisfação” foi alcançado por ocasião de treinamento, capacitação e conscientização dos atendentes de guichês e das recepções das unidades do NA HORA. O indicador “tempo médio de espera” não foi atingido em razão de fatores associados à insuficiência nos quadros de pessoal das unidades do NA HORA, o que contribuiu para o aumento do tempo médio de espera do cidadão; e o indicador “tempo médio de atendimento” foi atendido e reduzido devido à eficiência dos procedimentos adotados pelos atendentes após uma padronização do atendimento.

Em relação às ações não orçamentárias, a ação “firmar convênios com os órgãos parceiros por meio de termos de cooperação” não foi estabelecida considerando a inviabilidade de implantação do NA HORA Empresarial durante o exercício de 2016. Desta forma, não foi possível estabelecer parcerias por meio de termos de cooperação com órgãos públicos que atuam especificamente junto às empresas.

Em 2017, com o propósito de dar maior transparência aos serviços prestados nas Unidades do Na Hora e de conferir maior agilidade no atendimento ao cidadão, a Subsecretaria de Modernização do Atendimento Imediato ao Cidadão – NA HORA firmou parcerias com os Correios e com a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego - MTE, o que provocou um aumento de 22% nos atendimentos comparados à 2016. O objetivo destas parcerias foi de ampliar o atendimento à população. A SEJUS também renovou os Termos de Cooperação com o DETRAN, Receita Federal, TRE, CODHAB, DFTRANS e CAESB visando dar agilidade à prestação de serviços públicos ao cidadão.

Importante ressaltar que as unidades do NA HORA ainda apresentam déficit quantitativo de servidores o que implica em um número de atendimentos inferior à meta desejada, mas, em relação ao índice que mede a satisfação e tempo médio de atendimento, foi possível cumprir a meta devido à capacitação profissional dos servidores, devido à padronização do atendimento e ao controle de qualidade do serviço prestado.

Em 2018, seguindo os objetivos do Na Hora de simplificar as obrigações de natureza burocrática e facilitar o acesso do cidadão aos serviços públicos, os Termos de Cooperação com o Instituto de Defesa do Consumidor - PROCON e com a Secretaria de Estado de Fazenda foram renovados e, buscando cada vez mais unir parcerias, firmou-se um novo acordo com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDFT.

Registra-se ainda que a mudança da Unidade de Sobradinho, a reforma da Unidade Rodoviária e a inauguração da Unidade de Brazlândia trouxeram mais conforto e segurança para o cidadão e proporcionaram aos servidores mais motivação, fatores estes que contribuíram para quase 100% de satisfação do usuário em relação ao serviço Na Hora, mesmo com déficit de servidores e a não diminuição do tempo de espera

OBJETIVO ESPECÍFICO:

002 – BRASÍLIA CRIATIVA: Promover o desenvolvimento econômico e territorial sustentável de Brasília, por meio do fortalecimento das cadeias e arranjos produtivos intensivos em economia criativa, visando projeção da cidade como polo de inovação, criatividade, cultura e turismo.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

20.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO, INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SEDICT

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	2	1	Institucionalizar 4 territórios criativos; (SEDICT) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	4	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	2	2	Mapear os setores criativos de 20 Regiões Administrativas do DF; (SEDICT) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	20	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	2	3	Implantar o Polo de Desenvolvimento Intensivo em Economia Criativa; (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	2	4	Capacitar 200 Artesãos Rurais nos aspectos da Produção, da Gestão e da Comercialização do Artesanato. (EMATER)	200	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	88	99	358		179,0
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	2	5	Disponibilizar espaço para uso em modelo de gestão compartilhada, que estimule a Cultura, a troca de Saberes e o Desenvolvimento Colaborativo de Tecnologias Digitais Livres e de Gestão Compartilhada. (SECULT). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	30	X	X	X	X
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	2	6	Qualificar 600 agentes criativos nos aspectos de modelagem de negócios e gestão de empreendimentos (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	600	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	570	3.020		503,3
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	2	7	Acelerar 30 empreendimentos dos setores criativos (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	30	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0	15		50,0
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	2	8	Elaborar 4 planos de desenvolvimento setorial em economia criativa (SECULT); (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	4	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0	4		100,0

Análise Qualitativa**1. Institucionalizar 4 territórios criativos; (SEDICT). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);**

2016

Meta não implementada em face da extinção da unidade orgânica que desenvolvia ações desse seguimento econômico.

2. Mapear os setores criativos de 20 Regiões Administrativas do DF; (SEDICT), (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Meta não implementada em face da extinção da unidade orgânica que desenvolvia ações desse seguimento econômico.

3. Implantar o Polo de Desenvolvimento Intensivo em Economia Criativa. (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Meta não implementada em face da extinção da unidade orgânica que desenvolvia ações desse seguimento econômico.

4. Capacitar 200 Artesões Rurais nos aspectos da Produção, da Gestão e da Comercialização do Artesanato (EMATER);

2016

Foram realizadas diversas ações utilizando métodos coletivos de extensão rural como: oficinas, cursos, reuniões, palestras com o objetivo de capacitar o público rural que se dedica ao artesanato em técnicas de artesanato, qualificação, organização e gestão.

Os artesãos são acompanhados nas comunidades rurais onde os trabalhos com recursos naturais, em retalhos, bordados e bonecas de tecidos, predominam. Os produtores participaram de espaços de comercialização (feiras, exposições), proporcionando inclusão social e econômica.

2017

A EMATER-DF deu continuidade à capacitação ao artesanato, principalmente incentivando os trabalhos com recursos naturais existentes na localidade e produtos com tecidos, linhas e bordados tradicionais da cultura brasileira. Além de apoio e capacitação aos (às) artesãos (ãs) da área rural do DF na produção e qualificação, também apoiou na busca de mercado para comercialização de seus produtos e inserção nas políticas públicas. Frente aos trabalhos realizados neste segmento foram alcançados os seguintes resultados: 227 pessoas atendidas e 99 pessoas capacitadas com repetição em técnicas do artesanato, qualificação, organização e outras 28 pessoas encaminhadas para comercialização em feiras e eventos, gerando o montante de R\$ 32.954,00 de renda bruta.

2018

Em 2018 a EMATER-DF deu continuidade na capacitação ao artesanato, principalmente incentivando os trabalhos com recursos naturais existentes na localidade, tais como tecidos, linhas e bordados tradicionais da cultura brasileira. Além do apoio e capacitação aos artesãos da área rural do Distrito Federal na produção e qualificação. Também apoiou na busca de mercado para a comercialização de seus produtos e inserção nas políticas públicas. Frente aos trabalhos realizados neste segmento, foram alcançados os seguintes resultados: 207 pessoas atendidas e 83 pessoas capacitadas com repetição em técnicas do artesanato, qualificação e organização e 28 pessoas encaminhadas para comercialização em feiras e eventos, gerando o montante financeiro de R\$ 37.862,00 de renda bruta.

5. Disponibilizar espaço para uso em modelo de gestão compartilhada, que estimule a Cultura, a troca de Saberes e o Desenvolvimento Colaborativo de Tecnologias Digitais Livres e de Gestão Compartilhada. (SECULT). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Visando disponibilizar espaço adequado para atender o projeto "Território Criativo – Incubadora Criativa do DF – Criativa Birô", foi contratada inicialmente, por meio de processo licitatório, no valor de R\$ 4.450,00 (quatro mil, quatrocentos e cinquenta reais) uma empresa especializada na prestação de serviços de transporte, tendo em vista a necessidade de mudança de espaço e deslocamento de equipamentos e correlatos para a realização do projeto. Considera-se que a meta atingiu aproximadamente 30% de realização, diante da qual o espaço disponibilizado representa uma das principais ações para obter o êxito almejado.

6. Qualificar 600 agentes criativos nos aspectos de modelagem de negócios e gestão de empreendimentos (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

Por meio dos circuitos de oficinas “Como Transformar Criatividade em Negócio” e “Economia Criativa na Prática”, que atravessaram 16 Regiões Administrativas, parte do plano de trabalho previsto no âmbito do Termo de Colaboração nº 10/2017, foram capacitados 570 agentes criativos nos aspectos de modelagem de negócios e gestão de empreendimentos. Considera-se que a meta atingiu 95% de realização.

2018

Em 17/09/2018 foi firmado entre o Instituto Bem Cultural e a Secretaria de Estado de Cultura do DF o Termo de Fomento nº 53/2018, que tem por objeto criar e realizar a Feira de Economia Criativa do DF (E-Criativa DF) composta por empreendimentos dos setores da moda; design; audiovisual; gastronomia; turismo; tecnologia e culturais, entre outros, criando um espaço dedicado à dinamização da economia entre as empresas; troca de experiências; rodadas de negócios e, ainda, preparar os empreendedores para a participação em feiras de negócio. A população atendida foi de aproximadamente 2.450 empreendedores culturais e criativos. Alcançou-se o objetivo proposto com a manutenção das atividades do termo de Colaboração e a assinatura do Termo de Fomento nº 53/2018, com a realização de feiras de negócios criativos e missão ao MICBR.

7. Acelerar 30 empreendimentos dos setores criativos (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

Por meio do “Laboratório de Empreendedorismo e Negócios”, parte do plano de trabalho previsto no âmbito do Termo de Colaboração nº 10/2017, foi lançada convocatória para seleção de 15 empreendimentos criativos nos setores de moda, música e audiovisual (5 de cada setor abrangido) a serem acelerados. Considera-se que a meta atingiu 0% de realização, mas com perspectiva de realização de 50% em 2018.

2018

Em continuidade à convocatória em 2017, nesse exercício, como terceiro e último ciclo de atividades previsto no plano de trabalho original, lançou-se o "Laboratório de Empreendedorismo e Negócios do Programa Território Criativo" (Lab Território Criativo), um ciclo de aceleração intensivo que atuou com negócios locais nos setores da moda, música e do audiovisual, sendo selecionados 15 empreendimentos, 5 de cada um dos três setores. Os cinco empreendimentos de cada setor selecionado por meio de chamamento público tiveram acesso a 80 horas de formação incluindo palestras com referências nacionais e oficina de prototipagem, e 30 horas de mentoria individualizada; além disso, ao final do processo, apresentaram seus negócios para uma banca de formadores de opinião e potenciais investidores. Alcançou-se o objetivo previsto na meta com êxito.

8. Elaborar 4 planos de desenvolvimento setorial em economia criativa (SECULT). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).

2017

Por meio do Projeto de Cooperação 914BRZ4020, firmado entre esta Secretaria e a UNESCO, foram contratados dois consultores que subsidiarão o desenvolvimento dos planos setoriais em economia criativa para a música e o audiovisual. Considera-se que a meta atingiu 0% de realização, mas com perspectiva de realização de 50% em 2018.

2018

Conforme relatado acima, em 2017 foi realizada a contratação por meio de processo seletivo, de dois consultores, sendo um para o setor da música e outro para o setor de audiovisual. O intuito da contratação dos profissionais objetivou para ambos a proposição de mecanismos, desenvolvimento de estratégias e ações para formulação e aperfeiçoamento de políticas de fomento para expansão dos processos de criação, produção, distribuição, circulação e fruição dos conteúdos dos setores musical e audiovisual. A consultoria de música concluiu os trabalhos em 01/10/2018 com 4 (quatro) documentos técnicos a seguir: (i) detalhamento de escopo e metodologia de estudo; referencial teórico; modelo analítico do setor socioprodutivo e fontes de informação a serem acessadas; (ii) sistematização dos dados socioeconômicos do setor da música no DF e análise do setor produtivo da música do DF em perspectiva comparada à realidade nacional; (iii) prospecção e análise de políticas, programas e projetos, nas esferas local, nacional e internacional, voltadas à dinamização do sistema socioprodutivo do setor da música; e (iv) propostas de projetos e ações de fomento e regulação do setor da música no DF. Os produtos articulam importantes subsídios para a formulação e implementação de política adequada ao desenvolvimento estruturado do setor

socioproductivo da música no Distrito Federal, compreendendo os seguintes campos de incidência: (i) formação; (ii) financiamento; (iii) pesquisa, desenvolvimento e inovação; e (iv) estruturação do ambiente econômico. Em relação à consultoria do setor de audiovisual, essa está desenvolvendo o trabalho com previsão para conclusão em 29/03/19 com documentos técnicos elaborados da mesma forma da consultoria de música. Até outubro apenas o produto 1 “detalhamento de escopo e metodologia de estudo, referencial teórico, modelo analítico do setor socioproductivo e fontes de informação a serem acessadas” foi devidamente entregue. A consultoria oferecerá subsídios para a formulação e implementação de política adequada ao desenvolvimento estruturado do setor socioproductivo do audiovisual no Distrito Federal, compreendendo também, como a música, os seguintes campos de incidência: (i) formação; (ii) financiamento; (iii) pesquisa, desenvolvimento e inovação; e (iv) estruturação do ambiente econômico. Em 2018, portanto, considera-se como concluído 60% dos trabalhos, sendo 50% totalmente finalizados do setor da música e 10% do setor de audiovisual. Contudo o objetivo de cumprimento da meta para elaboração de 4 (quatro) planos de desenvolvimento setorial em economia criativa foi alcançado com êxito na área da música.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1475	PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO PIB DO DISTRITO FEDERAL.	%	1,6	31/12/2012	25	-	25	1,4	-	1,1	1,75	SEDES/ CODEPLAN / UO 20101 / OE 2

Justificativas 2016

Indicador 1475 - O índice mais recente apurado pela CODEPLAN refere-se ao ano de 2014 (1,8%), divulgado em nov/2016. O dado tem periodicidade anual e é apurado com defasagem de dois anos. As informações relativas aos anos de 2015 e 2016 serão divulgadas em 2017 e 2017 e 2018, serão divulgados em 2019 e em 2019 e 2020 serão apurados em 2021, esclare-se que o índice desejado de 25% se refere ao incremento no índice alcançado do ano anterior.

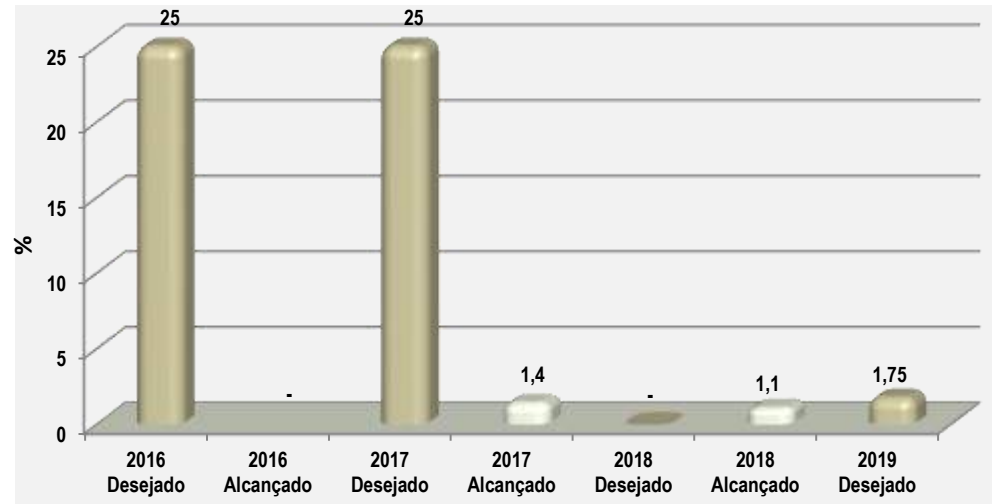
Justificativas 2017

Indicador 1475 - O Índice mais recente foi apurado pela CODEPLAN. Comunicamos que a última informação disponível relativa à solicitação da Participação da Indústria de Transformação no Valor Adicionado do PIB/DF refere-se ao ano de 2015 (1,4%), divulgado em novembro/2017. O dado tem periodicidade anual e é apurado com defasagem de dois anos. As informações relativas aos anos de 2016 e 2017 serão divulgadas em 2018 e 2019, respectivamente.

Justificativas 2018

Indicador 1475 - O índice mais recente foi apurado pela CODEPLAN. Comunicamos que a última informação disponível relativa à solicitação da Participação da Indústria de Transformação no Valor Adicionado do PIB/DF refere-se ao ano de 2016 (1,1%), divulgado em novembro/2018. O dado tem periodicidade anual e é apurado com defasagem de dois anos. As informações relativas aos anos de 2017 e 2018 serão divulgadas em 2019 e 2020 respectivamente.

PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO PIB DO DISTRITO FEDERAL.



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6207	2	1	Instituição do Fórum de Economia Criativa do Distrito Federal (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).	20101	X	2016 Ação não realizada.
6207	2	2	Formação de rede de laboratórios de cultura digital, público e privados. (SECULT). (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	X	2016 A ação a ser implementada encontra-se em processo de discussão para execução.
6207	2	3	Instituição do Conselho de Economia Criativa do Distrito Federal (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	100	2017 A Portaria nº 251, de 30 de agosto de 2017, instituiu o Conselho de Economia Criativa do Distrito Federal, que também encontra lastro legal no artigo 27 da Lei Complementar nº 934/2017. Foi publicada, no Diário Oficial do Distrito Federal, em 09 de novembro de 2017, a Portaria nº 327/2017, que designa os representantes governamentais e da sociedade civil a comporem o Conselho de Economia Criativa do Distrito Federal. Em tempo, vale salientar que a primeira reunião ordinária do referido colegiado ocorreu no dia 07 de dezembro de 2017, das 14h às 17h, na Secretaria de Cultura do Distrito Federal. 2018

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						O Conselho de Economia Criativa do DF foi instituído integralmente em 2017 visando contribuir para o desenvolvimento socioeconômico sustentável e integrado do DF por meio de articulação entre poder público e sociedade civil. Em 2018, como resultado dos estudos desenvolvidos concluíram que eles contribuem para o melhor entendimento sobre o funcionamento da economia criativa no DF e do perfil de seus agentes econômicos e propiciam a qualificação dos agentes públicos e privados no campo.
6207	2	4	Implantação do Espaço de Referência do Território Criativo (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101	100	2017 O Espaço Território Criativo foi inaugurado no dia 30 de agosto de 2017, sendo sua gestão operada a partir do Termo de Colaboração nº 10/2017, firmado junto ao Instituto Bem Cultural com o objetivo de realização do projeto Território Criativo. Considera-se que a meta atingiu 100% de realização. 2018 O projeto implantado integralmente em 2017 promoveu a capacitação direta de empreendimentos culturais e criativos locais e mobilizou agentes culturais do Distrito Federal.
6207	2	5	Implantação de Painel de Indicadores da Economia Criativa do Distrito Federal (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16101/ 32201	100	2017 Encaminhou-se, junto à Codeplan, o desenvolvimento de um Acordo de Cooperação Técnica que prevê, em seu plano de trabalho, o desenvolvimento de Painel de Indicadores da Economia Criativa do Distrito Federal. A assinatura do ACT está prevista para o dia 20/03/2018. 2018 Foram disponibilizados dados informativos para compor o painel de indicadores sobre a economia criativa local, conjugado ao Sistema de Informações e Indicadores Culturais do DF, conforme acordo assinado pelos titulares das pastas em 20/03/2018. CODEPLAN Foram desenvolvidas as seguintes atividades, conforme o ACT celebrado em 20/03/2018 com a SEC do DF: 1. Estudo da Economia Criativa; 2. Estudo do Microempreendedor Individual (MEI); 3. Avaliação de Impacto do Fundo de Apoio à Cultura (FAC) - documentos SEI de números 16628396 e 16628580; 4. Internalização de ferramentas - ID Cultura e Sistema de Editais - cadastro ID Cultura e Sistema de Editais; 5. Internalização do Portal Brasília Film Commission - Portal Filmcommission; 6. Elaboração do Portal Cultura; 7. Integração e melhoria do ID Cultura ao Portal Cultura - acesso pelo Portal Cultura; 8. Início de melhorias no Sistema de Editais; 9. Elaboração da ferramenta de Selos da Cultura (Selos CEAC e CAPP) - área restrita do Portal Cultura.

Análise do Resultado do Objetivo Específico

2016/2018

SEDICT

A Economia criativa é o conjunto de negócios baseados no capital intelectual, cultura que na sua execução gera valor econômico social. Na indústria criativa estimula a geração de renda, cria empregos e produz receitas de exportação, enquanto promove a diversidade cultural e desenvolvimento humano. Abrange ciclos de criação, produção e distribuição de bens e serviços que usam criatividade, cultura e capital intelectual como insumos primários. Trabalhar essa ação é fundamental para o desenvolvimento das cidades, e do País como um todo, já que essas atividades

possibilitam um crescimento sustentado ao longo do tempo e têm grande potencial para contornar períodos de crise. A despeito de considerar a importância desse seguimento econômico para Distrito Federal, não foi implementada nenhuma ação no âmbito desse Objetivo Específico no ano de 2016, especificamente, por não haver sido destacado unidade orgânica para coordenar as ações desse seguimento, visto que por meio do Decreto 36.826, de 22 de outubro de 2015, se verifica a extinção da Subsecretaria de Economia Criativa e Solidária, da estrutura da Secretaria de Economia e Desenvolvimento Sustentado, responsável pelo Objetivo Específico 002– BRASÍLIA CRIATIVA: *Promover o desenvolvimento econômico e territorial sustentável de Brasília, por meio do fortalecimento das cadeias e arranjos produtivos intensivos em economia criativa, visando projeção da cidade como polo de inovação, criatividade, cultura e turismo.*

Em função do Decreto nº 38.228, de 25 de maio de 2017, que reestruturou a Secretaria de Economia foram excluídas das atribuições desta pasta as metas e ações não orçamentárias, referentes ao objetivo específico - Brasília Criativa.

EMATER

O artesanato é uma das opções de geração de renda que as famílias rurais têm à sua disposição, sendo igualmente uma atividade ocupacional e de lazer. Atualmente existem famílias da área rural que tem o artesanato como renda principal e para outras famílias é apenas uma renda complementar no orçamento.

As ações são realizadas no sentido de gerar alternativas que auxiliem na inclusão dos agricultores no processo produtivo, bem como ao estímulo do artesanato, atividade geradora de renda que proporciona a inserção social e a autonomia de mulheres, idosos jovens e agricultores familiares. Nessa área de atuação, é comum a utilização de materiais existentes dentro da propriedade rural para a fabricação dos produtos, como vasos e esculturas em barro, cachepos, bolsas, caixas e diversos outros produtos feitos com fibra de bananeira, flores e sementes do Cerrado. Trabalhar a qualidade do produto para que seja aceito no mercado e preservar o valor agregado pelo conteúdo cultural são as premissas para introdução de produtos no mercado; desse modo, permite – se que as pessoas envolvidas produzam produtos com qualidade e com potencial para comercialização

Em 2018 o Artesanato tem por tradição ser uma produção de caráter familiar, gerador de renda, fator de inserção de membros da família rural na atividade produtiva, além de ser uma atividade ocupacional e de lazer. Além do apoio e capacitação aos artesãos da área rural do Distrito Federal na produção e qualificação para a inserção no mercado de forma competitiva, a EMATER-DF também busca por pontos de comercialização dos produtos e a inserção nas políticas públicas. Cabe salientar que a EMATER-DF prima pelo incentivo aos trabalhos com recursos naturais, existentes na localidade do artesão, tais como tecidos e linhas para a produção de bordados tradicionais da cultura brasileira. Importante ressaltar que a produção artesanal é também um resgate da cultura e dos saberes da comunidade rural.

CODEPLAN

OBS: A Ação Orçamentária 5 foi lançada como Meta nº 15 no Programa 6203, ver texto na análise qualitativa, parte final.

SECULT

O exercício de 2016 foi investido para equacionar diversas questões relacionadas à realização das atividades previstas conforme segue: a logística de mudança da sede executiva do BSB Criativa, as readaptações que se fizeram necessárias no plano de trabalho do Convênio nº 774952/2012 para possibilitar a continuidade das ações e a utilização dos rendimentos para geração de ativos do projeto; o desenvolvimento de edital de chamamento público para seleção de organização da sociedade civil para operar de forma cogeriada o ambiente executivo da ação e das ações empreendidas em seu âmbito; e realização de contratações de serviços e aquisição de equipamentos necessários às novas instalações. Além desses elementos, vale ressaltar, a gestão da proposta, ainda não conveniada, junto ao MinC para fortalecimento da BSB Criativa, Edital aberto pelo Ministério no qual o projeto apresentado pela Secretaria de Estado de Cultura obteve primeiro lugar na classificação. Diante das perspectivas considera-se que o objetivo foi parcialmente alcançado.

Dentre as ações não orçamentárias, foram plenamente alcançadas as referentes à Instituição do Conselho de Economia Criativa do Distrito Federal e Implantação do Espaço de Referência do Território Criativo, conforme detalhamento acima. Ao que se refere à implantação de painel de indicadores da Economia Criativa do Distrito Federal, vale ressaltar que as tratativas institucionais para encaminhamento da entrega foram desenvolvidas, restando perspectiva de implementação ao longo de 2018. Diante das questões considera-se que o objetivo foi parcialmente alcançado, mas com previsão de sua completa realiza em 2018.

2018

O programa Brasília Criativa, instituído por meio da Portaria nº 197/2018, a partir de revisão da Portaria nº 251/2017, que consiste na atuação da secretaria no sentido de proporcionar o desenvolvimento de uma agenda integrada para a economia criativa no Distrito Federal, e que tem como objetivo fortalecer cadeias e arranjos produtivos intensivos em economia criativa, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico sustentável e integrado do Distrito Federal, por meio de seus eixos de ação, atuou no exercício, na obtenção de recursos e processos formativos voltados ao desenvolvimento de competências técnicas e gerenciais; no fortalecimento de arranjos e mecanismos de apoio financeiro; na difusão de dados, informações e tecnologias, e na promoção de um ambiente de negócios propício ao desenvolvimento estruturado do mercado criativo local. Atuou com êxito ainda na implementação de ações não orçamentárias, uma vez que, em consequência da instituição do Conselho de Economia Criativa do DF em 2017 realizaram-se oito reuniões ordinárias sendo que as primeiras foram destinadas a buscar a consolidação formal da instância de participação social da seguinte forma: (i) instituindo seu Regimento Interno, por meio da Portaria nº 223/2018; e estabelecendo parâmetros conceituais e técnicos para a Agenda Executiva da Política de Economia Criativa do Distrito Federal em 2018, no âmbito do Programa Território Criativo, lavrado na Portaria nº 295/2018. Iniciando os trabalhos executivos foram instituídas duas Câmaras Temáticas: Financiamento com foco na elaboração de estudo prospectivo para constituição de Ecossistema de acesso a crédito produtivo para empreendimentos culturais; Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação objetivando contribuir com o desenvolvimento de projeto de pesquisa e ferramenta de coleta de dados voltados à compreensão dos hábitos culturais dos moradores do DF e as principais barreiras de acesso ao consumo e fruição cultural da população local. No âmbito do Acordo de Cooperação Técnica nº 06/2017 firmado entre a Secretaria de Cultura e a Companhia de Planejamento do Distrito Federal foram desenvolvidos dois estudos sobre a economia criativa no Distrito Federal sendo: (i) Microempreendedores da Cultura no Distrito Federal; e (ii) O Mercado Formal de Trabalho da Economia Criativa no Distrito Federal. Esses estudos contribuíram para o melhor entendimento sobre o funcionamento da economia criativa no Distrito Federal e do perfil de seus agentes econômicos e, dessa forma, propicia a qualificação da atuação dos agentes públicos e privados no campo. Conforme previsão constante do Plano de Trabalho que compõe o Acordo em tela, os dados e informações operados pelos estudos compuseram um painel de indicadores sobre a economia criativa local, conjugado ao Sistema de Informações e Indicadores Culturais do DF, tendo como referência o desenvolvido no âmbito do projeto "Brasília em Números". Em 2018 iniciou-se também o projeto Território Criativo, ambiente executivo central do programa Brasília Capital Criativa, consistindo na atuação da secretaria no desenvolvimento de uma agenda integrada para a economia criativa do DF. Esse programa teve como objetivo fortalecer cadeias e arranjos produtivos intensivos em economia criativa, o que contribuiu para o desenvolvimento socioeconômico sustentável e integrado do Distrito Federal. Por meio de seus eixos de formação, o programa atua no desenvolvimento de recursos e processos formativos voltados ao desenvolvimento de competências técnicas e gerenciais; no fortalecimento de arranjos e mecanismos de apoio financeiro; na difusão de dados, informações e tecnologias, e na promoção de um ambiente de negócios propício ao desenvolvimento estruturado do mercado criativo local. Foram firmados dois termos aditivos ao Termo de Colaboração do projeto Território Criativo sendo um de valor global do projeto e outro de vigência prorrogando o encerramento do instrumento para 26 de abril de 2019. No que se refere aos eixos de Formação citados anteriormente, pode-se considerar o locus programático de maior atuação do Território Criativo em 2018. Foi descentralizado um ciclo de processos formativos voltados às competências necessárias a empreendimentos e empreendedores culturais e criativos locais com ampla adesão. Com relação à implantação de Painel de Indicadores da Economia Criativa do DF, o intuito é estabelecer um regime de mútua cooperação técnica e operacional entre a Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN e Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal - SEC/DF, visando à implementação de ações conjuntas que assegurem o desenvolvimento e compartilhamento de estudos, pesquisas, tecnologias e produção técnica de conhecimento para subsidiar a formulação e avaliação de políticas públicas de cultura. Neste sentido, o termo do acordo foi encaminhado para a Assessoria Jurídico-Legislativa desta secretaria para análise em 22/01/2018, tendo parecer favorável à viabilidade da parceria entre os dois órgãos. Em 20/03/2018 o termo de cooperação foi assinado pelos titulares das duas pastas para um período de execução de 12 meses, podendo ser prorrogado, conforme Plano de Trabalho aprovado e publicado pela CODEPLAN no DODF Nº 85, de 04/05/2018, pág. 95. Em 08/05/2018, foram designados dois servidores da Codeplan como membros titular e suplente do acordo, restando ainda designação de servidores desta secretaria. Em 04/12/2018 foi enviado à SEC um memorando da Codeplan solicitando ao então Secretário de Estado de Cultura manifestação sobre o interesse ou não, de prorrogação do acordo que venceria em 20/03/2019. Foram enviados pela Codeplan estudos técnicos a respeito do Fundo de Apoio à Cultura e outros, e o relatório de andamento do acordo firmado com os resultados alcançados. "Os parceiros deste acordo cumpriram com louvor a missão a que se prestaram, conforme as atividades planejadas e descritas a seguir: Estudo da Economia Criativa; Estudo do Microempreendedor Individual; Avaliação de Impacto do Fundo de Apoio à Cultura; Internalização de Ferramentas - ID Cultura e Sistema de Editais; Internalização do portal Brasília Film Commission; Elaboração do Portal Cultura; Integração e Melhoria do ID Cultura ao Portal Cultura; Início de Melhorias ao Sistema de Editais; Elaboração da ferramenta de Selos da Cultura". No dia 27/12/2018 foi reiterado o ofício ao então Secretário de Estado de Cultura solicitando a prorrogação do acordo. Alcançou-se o objetivo com êxito, conforme proposto na meta.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

003 – DESTINO BRASÍLIA: Promover Brasília como referência nacional e internacional em Turismo, reconhecida pela excelência de qualidade de vida e pelos diferenciais associados a sua arquitetura moderna, identidade e diversidade cultural, criatividade, mobilidade e acessibilidade.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

34.101 – SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE, TURISMO E LAZER DO DF - SETUL

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	3	1	Participar de 6 Feiras Nacionais ou Internacionais anualmente (SETUL) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA n.º 6061, de 29/12/17)	24	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	4	7	4		16,7
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	3	2	Implementar 2 Polos do Projeto Orla em 4 anos; (SETUL) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA n.º 6061, de 29/12/17)	2	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	3	3	Implementar o Centro de Artesanato e da Arte Popular Brasileira; (SETUL) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA n.º 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	3	4	Qualificar 1.000 profissionais do Setor de Turismo ao ano; (SETUL) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA n.º 6061, de 29/12/17)	1.000	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	3	5	Implementação de 70% do Projeto de Capitalidade de Brasília; (SETUL) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA n.º 6061, de 29/12/17)	70	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	10	X	X	X	X
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	3	6	Implementação do Laboratório de Cultura Digital (SECULT) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA n.º 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	3	7	Apoiar 80 eventos visando o incremento do calendário de eventos do DF (SETUL) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA n.º 6061, de 29/12/17)	80	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	59	65		81,3
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	3	8	Realizar 60 ações de promoção de Brasília em eventos com fluxo turístico (SETUL) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA n.º 6061, de 29/12/17)	60	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	15	08		13,3
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	3	9	Captar 06 eventos/ano geradores de fluxo turístico para Brasília (SETUL) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA n.º 6061, de 29/12/17)	18	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	14	09		50,0
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	3	10	Viabilizar a comercialização do artesanato do DF em 80 eventos locais, regionais ou nacionais/ano (SETUL) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA n.º 6061, de 29/12/17)	240	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	125	93		38,8
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	3	11	Implementar 02 ações do Plano de Turismo Criativo por ano (SETUL) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA n.º 6061, de 29/12/17)	6	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	2	02		33,3

Análise Qualitativa

1. Participar de 6 Feiras Nacionais ou Internacionais anualmente (SETUL). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17); 2016/2017

Em 2016, a SETUL, por meio da Secretaria Adjunta de Turismo participou de duas feiras nacionais, a WTM - World Travel Latin America 2016 e a 44ª ABAV Expo Internacional de Turismo, ambas em São Paulo, e uma feira internacional, a ANATO 2016 em Bogotá, Colômbia. A participação nessas feiras foi viabilizada por meio de parceria com o Ministério do Turismo - MTUR e com a EMBRATUR, seja com passagens aéreas e posto de trabalho (ANATO), seja com a contratação de piso e montagem de estande (WTM e ABAV). A Secretaria, também, atuou no Rio Mídia Center no Rio de Janeiro, o centro de mídia dos jogos olímpicos, com o objetivo de promover Brasília para os jornalistas nacionais e internacionais no maior evento esportivo do mundo. O espaço foi garantido por meio de apoio do MTUR. Em todas as feiras, o objetivo foi promover Brasília. Para isso, a Secretaria Adjunta de Turismo fechou uma extensa agenda de reuniões com os principais operadores turísticos com o objetivo de estreitar o relacionamento com o trade turístico e profissionais da indústria do turismo, estabelecer parcerias e dar maior visibilidade ao Destino Brasília no mercado nacional e internacional. A meta era participar de 10 feiras, mas, por conta de restrição orçamentária com relação às despesas com viagens, ela não foi alcançada. Essa meta é considerada razoável se comparada aos destinos brasileiros e internacionais que melhor se posicionam e atraem considerável fluxo de turista, por isso, avalia-se que é necessário haver mais investimento em 2017 para que se possa alcançar a meta de dez feiras, e posicionar Brasília como um destino atraente e criativo.

Em 2017 a SETUL fez poucas investidas em ações promocionais em feiras e eventos fora de Brasília, devido à determinação estabelecida no Decreto nº 37.121, de 16 de fevereiro de 2016, de reduzir em 10%, em relação ao exercício anterior, os gastos com passagens aéreas. Porém, destacamos a importância da participação da Secretaria nos eventos do mercado turístico, tendo em vista a necessidade contínua de promoção e de melhor entendimento das perspectivas dos trades local e internacional, já que as feiras de turismo são uma das ferramentas que melhor proporcionam tal aproximação.

Assim, os eventos em que Brasília esteve presente, são:

- **WTM LatinAmerica (abril/2017) em São Paulo/SP** - A participação da Secretaria foi um importante mecanismo para a apresentação de argumentos de vendas do destino Brasília para o trade turístico internacional e nacional. Foram realizados aproximadamente 100 encontros com diversos atores do trade turístico, quando foi possível obter uma dimensão mais prática e comercial do produto Brasília. Durante toda a feira realizou-se atendimento aos Agentes de Viagem elucidando questões sobre o destino Brasília e sobre o papel da Secretaria Adjunta de Turismo. Além de fomentar a participação dos integrantes da Missão do SEBRAE/DF, tendo também aproveitado a oportunidade para entender as dificuldades de venda do destino e se colocar à disposição do mercado. Diante da participação foi possível o estreitamento e fortalecimento do relacionamento com o trade turístico. Além disso, foi possível conhecer melhor o panorama do mercado atual, tanto de operadoras como de agências de viagem e as ferramentas de trabalho mais adequadas para o mercado em 2017/2018.

- **45ª ABAV - Expo internacional de Turismo & 48º Encontro Comercial Braztoa – Setembro/2017 em São Paulo/SP** - A participação da Secretaria em tal ação visou a continuidade em ampliar o conhecimento do trade nacional e internacional sobre a diversidade da oferta turística brasiliense, estimulando a formação de parcerias e a geração de negócios, ampliando e fortalecendo os processos de segmentação mercadológicos do turismo em Brasília. Para o alcance de tais objetivos foram realizados aproximadamente 300 atendimentos diretos aos agentes de viagem no estande de Brasília. Os agentes buscavam informações acerca da promoção de turística de Brasília e, principalmente, os produtos que vêm sendo trabalhados no conceito de turismo criativo.

Adventure Fair – Outubro/2017 em São Paulo/SP - Trata-se da principal feira do mercado de aventura e ecoturismo, proporciona o contato direto entre a marca e o público final e ambiente para fazer negócios. São 3 dias de exposição privilegiada para um público de cerca de 30 mil visitantes qualificados. O evento é reconhecido como referência na prática de atividades ao ar livre, envolvendo toda a indústria de turismo e esportes de aventura. É o canal que atua frente ao segmento, oferecendo suporte e benefícios que impulsionam o mercado durante todo o ano. A participação neste evento não gerou custos ao GDF, tendo em vista que o servidor representou Brasília custeando as despesas com recursos próprios.

2018

Visando o alcance de resultados que corroborem com o posicionamento competitivo da cidade, principalmente relacionado a Cidade do Design, houve a participação:

- Mostra Fresh From Brasil - Maio em Nova Iorque/EUA: Realizada no período de 19 a 22, na Feira Wanted Design como parte da Programação da New York Design Week no qual foram expostas obras de 12 designers brasileiros em um ambiente especialmente preparado para ressaltar a beleza e qualidade do design brasileiro. Os participantes foram selecionados através de edital publicado pela Secretaria Adjunta de Turismo e o público circulante no evento superou as expectativas da Plataforma Wanted Design, com mais de 500 mil pessoas no total;
- I Mostra BSB Cidade Design – junho/julho, no mezanino Torre de TV, em Brasília/DF: Foram contemplados 104 expositores selecionados por meio de curadoria especializada em diferentes campos que o design atua, incluindo conexões com a ciência e a tecnologia, com público de mais de 26.000 participantes;
- Seminário Internacional Distrito Criativo - Junho, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília/DF: Contemplou o "3º Encontro de Turismo Criativo de Brasília", o "I Seminário Internacional de Economia Criativa" e a "I Mostra BSB Cidade Design". Evento realizado em parceria com o Sebrae/DF e a Secretaria de Cultura do Distrito Federal. Durante o Seminário Internacional Distrito Criativo foi lançado o "Mapa Brasília Cidade Criativa do Design" como primeiro produto destinado aos turistas e visitantes interessados na temática do design, após Brasília integrar a Rede de Cidades Criativas da Unesco, na categoria Design. O mapa pretende guiar os visitantes pelos bons endereços de design da cidade;
- World Travel Market - WTM - setembro, São Paulo/SP: A participação, em uma das principais feiras internacionais realizada no Brasil, em parceria com o Ministério do Turismo.

2. Implementar 2 Pólos do Projeto Orla em 4 anos; (SETUL). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

A gestão das ações em relação ao Projeto Orla, atualmente está sob a responsabilidade da Casa Civil. Em 2016 foram realizados 56% do Projeto Orla Sul, executado com recursos da TERRACAP, o qual prevê, entre outros itens, a construção de calçadões de madeira, parques, ciclovias e estacionamentos.

3. Implementar o Centro de Artesanato e da Arte Popular Brasileira (SETUL). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Foram desenvolvidas ações no sentido de implementar o Centro de Artesanato, inclusive com o estabelecimento de parceria com o Sebrae, contudo, o Governo de Brasília ainda não identificou local que atendesse a necessidade. Assim, por falta de disponibilidade de um prédio adequado ou que pudesse ser adequado à implementação do Centro de Artesanato e da Arte Popular Brasileira e em face de restrições orçamentárias do GDF e do Sebrae ainda não foi possível implementar esta meta em 2016.

4. Qualificar 1.000 profissionais do Setor de Turismo ao ano; (SETUL). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Ação não implementada, especificamente em face das alterações ocorridas na estrutura organizacional desta Secretaria. Os projetos e as responsabilidades pela qualificação ainda estão sendo discutidas junto à SEDESTMID, por meio da Subsecretaria Adjunta de Trabalho, principal órgão do GDF responsável pela qualificação de postos de trabalho de qualquer atividade econômica. Entretanto, em acompanhamento ao andamento dos projetos qualificação daquela Secretaria-Adjunta, identificou-se que não houve priorização para o setor de turismo.

5. Implementação de 70% do Projeto de Capitalidade de Brasília; (SETUL). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

O Projeto de Capitalidade de Brasília trata-se de um Macro Projeto, que tem como objetivo "Renovar o conceito de Brasília como Cidade-símbolo da modernidade no Brasil e no mundo mediante o Plano de Posicionamento de Brasília no qual, sobre a base de suas potencialidades, dê uma resposta inovadora e sustentável aos profundos desafios de mudanças sociais, econômicas e culturais do século XXI, com base na história, vontade e expectativas do povo brasileiro e também dos brasileiros". Este projeto reúne inúmeras iniciativas/projetos. Dentro do roll de projetos foram desenvolvidos o Plano de Turismo Criativo, elaborado de forma participativa e lançado em novembro de 2016; Criação da Câmara de Hospitalidade e Turismo formada por entidades representativas do mercado e a Secretaria de Turismo que tem se mobilizado para reposicionar o destino Brasília; Lançamento do concurso da marca Brasília, bem como lançamento do portal do concurso (www.marcabrasilia.com.br).

6. Implementação do Laboratório de Cultura Digital (SECULT). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Não houve realização.

2018

Não houve realização. Meta excluída

7. Apoiar 80 eventos visando o incremento do calendário de eventos do DF (SETUL). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

Entende-se que o incentivo a eventos que atraiam públicos de outros Estados e países, realizados em Brasília, trata-se de uma estratégia de desenvolvimento do Turismo de Evento no Distrito Federal, sendo este segmento da atividade turística um dos vetores de desenvolvimento econômico e social. Assim, compete à Secretaria fomentar a realização de eventos que utilizem da infraestrutura turística receptiva, atrativos e equipamentos turísticos disponíveis em Brasília.

Outras ações que corroboram para este objetivo é a celebração de Termos de Fomento e o apoio disponibilizado a eventos importantes para Brasília, quer seja por meio de descontos na locação dos equipamentos administrados pela Secretaria ou com viabilização de estrutura e pessoal. Tais eventos contribuem para posicionar a capital federal no imaginário coletivo de alguns segmentos de forma positiva, como referência nacional e até internacional.

Eventos realizados/apoiados, em 2017:

- Carnaval realizado em Brasília, fevereiro - Coordenação e organização dos Blocos de Carnaval - Apoio no cadastramento e alvarás; distribuição de material Cheking fotográfico; disponibilização do Centro de Atendimento ao Turista – CAT móvel e equipe;
- Dançando na Praça - Bloco Eduardo e Mônica, 26/02/2017 - Participação na organização, estruturas, divulgação e equipe;
- 9ª Via Sacra dos Surdos em Taguatinga Norte, 08/04/2017 - Apoio com estrutura e equipe;
- Dançando na Praça - Edição Rock na Ciclovía, 29/04/2017 - Realização com estrutura completa e equipe;
- VI Festival do Japão 2017, no Pavilhão do Parque da Cidade, de 05/05/2017 a 07/05/2017 - Apoio com estruturas, divulgação e equipe;
- Wings For Life, em 07/05/2017 - Articulação para receber o evento e apoio com UTEs móvel, divulgação que gerou grande destaque para a cidade, com um evento de nome mundial;
- Uma Noite 10 com o Craque Zico no Auditório Master do Centro de Convenções Ulysses Guimarães, 18/05/2017 - Apoio com brigadistas e equipe;
- Festa do Divino Espírito Santo, em Planaltina, de 20/05/2017 a 30/05/2017 - Coordenação e organização de estruturas junto as paróquias, apoio com parceiros na doação de materiais e interlocução com órgãos no apoio ao evento;
- 33ª Feira do Livro de Brasília, em Brasília/DF, de 16/05/2017 a 25/06/2017 - Apoio com estrutura e equipe;
- 23ª Reunião Técnica do CONACI – Conselho Nacional de Controle Interno, no Palácio do Buriti - Apoio com coquetel, ambientação e equipe;
- 2ª Edição Top Cufa – Funarte, em Brasília/DF, 08/07/2017 - Apoio com estrutura e equipe;
- VIVA+, no Estacionamento 4 do Parque da Cidade, de 22/07/2017 e 23/07/2017 - Apoio com estrutura e equipe;
- XIV Brasília Capital Moto Week, na Granja do Torto, de 22/07/2017 a 26/07/2017 – Apoio à realização por meio da celebração de Termo de Fomento;
- C.O.M.A - Convenção de Música e Arte, no Clube do Choro - Gramado da Funarte - Apoio à realização por meio da celebração de Termo de Fomento;
- TAP - 10 Anos da Rota Lisboa/Brasília, Mezanino da Torre de TV, 08/08/2017 - Apoio com coquetel, ambientação e equipe;
- 70 Anos da Copa Airlines e 6 Anos da Rota Brasília /Cidade do Panamá, Mezanino da Torre de TV, 31/08/2017 - Apoio com coquetel, ambientação e equipe;

- 14ª Brasília Tatroo Festival, Centro de Convenções Ulysses Guimarães, de 03/11/2017 a 05/11/2017 - Apoio com estrutura e equipe;
- Dançando na Praça - Edição Paranoá, ao Lado da Administração Regional do Paranoá, de 04/11/2017 - Realização com estrutura completa e equipe;
- Dançando na Praça – Edição Arraiá, Taguaparque – Taguatinga, 16/11/2017 - Realização com estrutura completa e equipe;
- X Latinidades - Festival da Mulher Afro Latino Americana e Caribenha, Estádio Nacional Mané Garrincha, 25/11/2017 - Apoio com estrutura e equipe;
- 20º Porão do Rock, Estádio Mané Garrincha, 25/11/2017 - Apoio com estrutura e equipe;
- Natal Monumental, Torre de TV e Esplanada dos Ministérios, de 17/12/2017 a 25/12/2017 - Realização incluindo apoio de estrutura e equipe;
- Natal da Inovação, Esplanada dos Ministérios, de 20/12/2017 a 10/01/2018 - Realização incluindo apoio de estrutura e equipe.

2018

Dentre o apoio a realização de eventos, destacamos as parcerias celebradas com as Organizações da Sociedade Civil através de Termos de Fomento com recursos financiados por emendas parlamentares:

- EXPO ESTADOS - A Festa dos Estados Brasileiros, nas datas de 04 a 14 de julho, com estimativa de público de 10.000 pessoas;
- Encontro Nacional de Promoção da Cidadania e Apoio às Pessoas com Epilepsia, nas datas de 14 a 17 de março, com estimativa de público de 200 pessoas;
- FAMA – Fórum Alternativo Mundial da Água, nas datas de 18 a 22 de março, com estimativa de público de 8.000 pessoas;
- 10ª Via Sacra dos Surdos, na data de 24 de março, com estimativa de público de 5.200 pessoas;
- Festa do Divino, na data de 22 de maio, com estimativa de público de 100.000 pessoas;
- 34ª Feira do Livro de Brasília, na data de 17 de junho, com estimativa de público de 150.000 pessoas;
- Brasília Cidade Criativa, nas datas de 19 a 22/05 e 05 a 07/07, com estimativa de público de 40.000 pessoas;
- V Feira de Artesanato, Bordados e Rendas - "RENDA-SE", nas datas de 28 de junho a 01 de julho, com estimativa de público de 10.000 pessoas;
- Congresso Internacional Cidades Lixo Zero, na data de 07 de junho, com estimativa de público de 3.000 pessoas;
- Aloha Spirit, nas datas de 21 a 24 de junho, com estimativa de público de 20.000 pessoas;
- Brasília - da Utopia a Capital (Moscou), na data de 31 de julho, com estimativa de público de 30.000 pessoas;
- Capital Moto Week, nas datas de 19 a 28 de junho, com estimativa de público de 680.000 pessoas;
- 20º ENCONTRO DAS AMÉRICAS, EUROPEU E AFRICANO DE CAPOEIRA, na data de 08 de julho, com estimativa de público de 2.000 pessoas;
- Convenção de Música e Arte - COMA, na data de 12 de agosto, com estimativa de público de 15.000 pessoas;
- Conferências COMA, nas datas de 10 a 12 de agosto, com estimativa de público de 2.000 pessoas;
- Bienal do Livro, nas datas de 17 a 26 de agosto, com estimativa de público de 250.000 pessoas;
- Granja 2018, na data de 09 de setembro, com estimativa de público de 80.000 pessoas;
- Vôo Livre - Asa Delta, nas datas de 26 de agosto a 01 de setembro, com estimativa de público de 30.000 pessoas;
- FEIRA INTERNACIONAL DE PESCA & NÁUTICA DF e o SIMPÓSIO BIODIVERSIDADE BRASILEIRA, nas datas de 14 a 16 de setembro, com estimativa de público de 10.000 pessoas;
- 6º Congresso Brasileiro de Saúde Mental, nas datas de 02 a 04 de setembro, com estimativa de público de 3.000 pessoas;
- Porão do Rock 2018, nas datas de 29 a 30 de setembro, com estimativa de público de 30.000 pessoas;
- TOP CUFA 2018, nas datas de 13 de outubro a 27 de novembro, com estimativa de público de 5.000 pessoas;
- Fab Four Experience - A História do Beatles, nas datas de 17 de outubro a 10 de dezembro, com estimativa de público de 22.000 pessoas;

- TRAMPA, na data de 11 de outubro, com estimativa de público de 5.000 pessoas;
- Brasília Tattoo Festival, nas datas de 09 a 11 de novembro, com estimativa de público de 50.000 pessoas;
- I JOBIS – Jogos Brasileiros das Instituições de Segurança Pública, visando a promoção do destino Brasília e a captação de eventos no DF, nas datas de 01 a 10 de novembro, com estimativa de público de 5.000 pessoas;
- MICBR2018 | BRASÍLIA CIDADE CRIATIVA – Estímulo ao Turismo e Encontros Prospectivos no MICBR- Mercado das Indústrias Criativas da América do Sul no Brasil, nas datas de 05 a 11 de novembro, com estimativa de público de 10.000 pessoas;
- OKTOBER JAZZ BIER FESTIVAL, nas datas de 15 a 17 de novembro, com estimativa de público de 15.000 pessoas;
- Brasília Trends - Design Fashion Week, nas datas de 22 a 25 de novembro, com estimativa de público de 15.000 pessoas;

8. Realizar 60 ações de promoção de Brasília em eventos com fluxo turístico (SETUL). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

As iniciativas que impactam esta meta tratam-se de ações que promovem Brasília durante os eventos realizados na cidade ou em outras localidades. Com estas promoções foi potencializada a oportunidade do visitante aproveitar melhor a nossa cidade, aumentar o tempo de permanência aqui e o desejo de conhecer ou retornar a Brasília. Com essa perspectiva foram realizadas as seguintes ações:

- XIV Brasília Capital Moto Week, Granja do Torto, de 22/07/2017 a 26/07/2017 - Apoio na divulgação do evento Atendimento ao turista com envio de CAT móvel com grande distribuição de material turístico.
- C.O.M.A - Convenção de Música e Arte, Clube do Choro e Gramado da Funarte - Apoio com estrutura e equipe com atendimento ao turista, envio de CAT móvel e com grande distribuição de material turístico.
- Jogos Nacionais da Anamatra – Minas Brasília Tênis Clube de 1 a 4 de novembro com distribuição de material, exibição de filmes de Brasília.
- 13ª Congresso Brasileiro de Prevenção de Acidentes de Trânsito no Centro de Convenções Brasil XXI de 05 a 09 de setembro, com distribuição de material, exibição de filmes de Brasília.
- Jogos Escolares da Juventude em Brasília de 16 a 25 de novembro, com distribuição de material, exibição de filmes de Brasília, participação de equipe da Secretaria de Esporte e do Turismo.

Outros eventos assistidos pela Secretaria em 2017:

- Hiper Feirão Flytour – processamento qualificado da demanda, identificação e disponibilização de material promocional.
- Dança nos parques música na árvore - exibição de filmes promocionais de Brasília e processamento qualificado da demanda, identificação e disponibilização de material promocional.
- 6º Festival do Japão - exibição de filmes promocionais de Brasília e processamento qualificado da demanda, identificação e disponibilização de material promocional.
- "XI Encontro Norte, Nordeste e Centro-Oeste de Catalise" - processamento qualificado da demanda, identificação e envio de material promocional.
- L'Européenne de Cirques 2017 em Toulouse - processamento qualificado da demanda, identificação e envio de material promocional.
- III Semana de Comunicação Organizacional - processamento qualificado da demanda, identificação e envio de material promocional.
- Eventos Fetratuh DF nos dias 10 a 15 de maio de 2017 - processamento qualificado da demanda, identificação e disponibilização de material promocional.
- Mopar Centro Oeste nos dias 6,7 e 8 de maio na área externa do Brasília Palace Hotel - processamento qualificado da demanda, identificação e disponibilização de material promocional.
- ENFAM - Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de magistrados - processamento qualificado da demanda, identificação e envio de material promocional.
- Workshop estratégias para agricultura familiar de 3 a 5 de outubro - processamento qualificado da demanda, identificação e envio de material promocional.

2018

Realizada promoção de Brasília e de roteiros Brasil Central integrando a capital federal aos demais destinos turísticos do Centro-Oeste em espaços destacados, de grande fluxo de pessoas, e nos principais eventos do mercado turístico nacional:

- Festuris, em novembro, Gramado/RS: Foram mais de 2 mil marcas do Brasil e de 60 destinos internacionais presentes em uma área de 22 mil metros quadrados, com mais de 9 mil visitantes profissionais, superando em 10% a edição 2017;

- World Travel Market - WTM, em setembro, São Paulo/SP: Uma das principais feiras internacionais realizada no Brasil. A participação, com a compra de piso e montagem de stand, foi viabilizada por conta da parceria com o Ministério do Turismo.

9. Captar 06 eventos/ano geradores de fluxo turístico para Brasília (SETUL). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

A captação de eventos também atua apoiando a promoção do destino Brasília por meio da atração de eventos estratégicos para serem realizados na cidade, visando a geração de expressivos impactos econômicos no mercado turístico, bem com, na economia local como um todo. Em 2017, foram captados 14 novos eventos para Brasília, com impacto econômico em 2017 de R\$ 75.656.580,00 e previsão para 2018 de R\$ 93.686.400,00.

Eventos Captados 2017	Edição	Ano de realização dos eventos captados em 2017	Nº Participantes	Impacto Econômico Estimado R\$	Abrangência
Congresso Brasileiro de Transplantes	19º	2021	2.000	4.507.000,00	Nacional
Congresso Brasileiro de Cirurgia	33º	2019	5.000	11.267.600,00	Nacional
Jogos Escolares da Juventude		2017	5.000	11.267.600,00	Nacional
Congresso Brasileiro de Medicina do Trabalho	17º	2019	3.000	6.760.000,00	Nacional
Congresso Brasileiro de Engenharia Agrícola	47º	2018	1.000	2.216.900,00	Nacional
Congresso Brasileiro de Nutrição	25º	2018	3.500	7.787.000,00	Nacional
7 th World Junior WushuChampionship	7º	2018	600	2.250.000,00	Internacional
Conferência Internacional de Pilates	-	2018	5.000	11.267.600,00	Internacional
Congresso Internacional "Américas Summit Brasília 2017"	-	2017	150	675.000,00	Internacional
50º Congresso Brasileiro de Geologia	50º	2020	2.500	5.633.800,00	Nacional
17º Congresso da Fundação Otorrinolaringologia	17º	2018	3.000	6.760.000,00	Nacional
FENAC 2017 - Festival Nacional da Juventude	-	2017	200	450.700,00	Nacional
Congresso Rede Nacional de Contabilidade	2º	2018	500	563.380,00	Nacional
AlohaSpirit		2018	2.000	4.250.000,00	Nacional

2018

Como área estratégica para o alcance de resultados na atividade turística e para trazer visitantes para o Distrito Federal, foram captados os seguintes eventos com impacto econômico calculado utilizando como base o valor gasto por dia do turista de negócios e evento nacional/internacional multiplicado pelo número de participantes nos dias de evento. O gasto médio diário do turista nacional foi de R\$ 563,38 e do turista internacional de R\$ 1.125,01.

Eventos Captados 2018	Edição	Ano de realização dos eventos	Impacto Econômico Estimado R\$	Abrangência
Neymar Jr's Five	-	2018	-	Internacional

Eventos Captados 2018	Edição	Ano de realização dos eventos	Impacto Econômico Estimado R\$	Abrangência
Congresso Brasileiro Anclivepa	40º	2019	6.760.560,00	Nacional
Frente Nacional dos Prefeitos e V Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável	5º	2019	23.943.650,00	Nacional
Convenções de Gerente da Caixa Brasil	2º	2018	3.380.280,00	Nacional
Convenção G12 (Igreja Batista)	20º	2018	6.760.560,00	Nacional
Bud Basement	4º	2018	3.943.660,00	Nacional
Congresso Brasileiro de Urologista	38º	2021	6.760.560,00	Nacional
Cirque du Solei	-	2019	-	Nacional
XIV Congresso do Colégio Brasileiro de Cirurgia e Anestesiologia Veterinária - CBCAV	14º	2019	4.777.462,40	Nacional

10. Viabilizar a comercialização do artesanato do DF em 80 eventos locais, regionais ou nacionais/ano (SETUL). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

Mensalmente os artesãos do DF têm a oportunidade de participarem de eventos realizados ou apoiados pela Secretaria. Tratam-se de eventos como a Rota do Artesanato e outros eventos realizados por terceiros nos equipamentos administrados pela SAT. São disponibilizados espaços de forma gratuita para que Artesãos e Trabalhadores Manuais definidos por meio de um edital de seleção, devidamente registrados no SICAB - Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro, possam expor e comercializar seus produtos. Em 2017 foram criadas as seguintes oportunidades/resultados:

- Comercialização do artesanato do DF viabilizada em 125 eventos locais, regionais ou nacionais em 2017, beneficiando cerca de 2.375 artesãos diretamente;
- Impacto econômico da comercialização do artesanato em eventos na área privada/áreas públicas: R\$ 1.192.005,69 (hum milhão, cento e noventa e dois mil, cinco reais e sessenta e nove centavos).

2018

Para a comercialização das peças do artesanato candango, artesões foram selecionados para a participação de diversos eventos e feiras, com destaque às Feiras Nacionais 11º Salão do Artesanato no Distrito Federal, a 19ª FENEARTE em Pernambuco e 11º Salão do Artesanato em São Paulo. Foi articulada a disponibilização de espaços gratuitos, e em 2018, foi inaugurada a loja da Feira do Guará. Também foram disponibilizados espaços nos seguintes eventos:

- Feira da Lua
- 8º Fórum Mundial da Água
- 2º Funn Festival 2018
- 34º Feira do Livro
- 4ª Bienal Brasil de Livro
- Inauguração Complexo Cultural Planaltina DF, dentre outros.

11. Implementar 02 ações do Plano de Turismo Criativo por ano (SETUL). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).

2017

Foram implementadas as seguintes ações em 2017:

Marca Brasília – Desenvolver nova imagem da marca Brasília mediante a promoção de um processo de branding da cidade, que permita reforçar o prestígio, fomentar a fidelidade, garantir a qualidade, transmitir valores e dotar as pessoas de identidade e sentimento de pertencimento. Marca Brasília entregue a sociedade em novembro de 2017.

Candidatar Brasília para compor a Rede de Cidades Criativas da UNESCO (UNESCO CREATIVE CITIES NETWORK-UCCN) – a candidatura de Brasília à Rede de Cidades Criativas foi apresentada por meio de um Dossiê em 16 de junho de 2017, em 31 de outubro de 2017 foi apresentado o resultado mundial e Brasília alcança êxito em sua candidatura e passa a integrar o seletivo grupo de cidades criativas do mundo.

2018

O Plano de Turismo Criativo configura-se como um projeto de desenvolvimento sustentável para Brasília e Entorno, transformando-as em polo nacional e internacional do turismo cultural, gastronômico, cívico, rural, ecológico, místico, religioso, esportivo, rural e de eventos. Em junho de 2018, foi apresentada a versão digital finalizada do mapa City Guide Brasília, com os principais empreendimentos relacionados ao turismo criativo.

Implementação do Projeto Brasília Cinematográfica com a criação da Brasília Film Commission, por meio do Decreto nº 39.343, de 18 de setembro de 2018, que institui a política de estímulo a filmagens do Distrito Federal, cria a Brasília Film Commission e dispõe sobre a autorização de uso de espaços públicos para filmagens, dentre outras providências e contratações de consultoria técnica especializada em turismo e áreas afins para a elaboração de critérios e formatação do "Mapa Guia de Empreendimentos do Turismo Rural no Distrito Federal" e para a realização de estudos e a elaboração de mapa com roteiros auto guiados para turistas nas modalidades a pé e de bicicleta, a serem implementados na zona central de Brasília/DF, chamado de "BSB Guide Map - Free walking tour & bike tour", por meio do Acordo de Cooperação Técnica Internacional com a Unesco.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1476	TAXA DE TURISTAS INTERNACIONAIS RECEBIDOS ANUALMENTE	%	0	31/12/2016	5	-11,2	5	-25,37	5	-5,84	5	SAD TUR/ SEC ESP, TUR LAZER/ UO 34101/OE 3
1711	PERMANÊNCIA MÉDIA DO TURISTA NO DESTINO. (Indicador incluído, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	DIA	3,75	31/12/2016	-	-	3,8	-	3,9	5	4	SEC. ADJ.TUR/SETUL/U 34101/OE 3
1712	CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE BRASÍLIA EM EVENTOS INTERNACIONAIS A PARTIR DOS DADOS DA ICCA. (Indicador incluído, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	CLASSIFICAÇ	10	31/12/2015	-	-	10	3	10	0	10	MTUR-EMBRATUR/SETUL 34101/OE 3

Justificativas 2016

Indicador 1476 - O total de passageiros internacionais que chegaram a Brasília em 2016 somam 308.636 (trezentos e oito mil seiscentos e trinta e seis) passageiros, conforme dados obtidos de vôos internacionais e disponibilizados pela Inframérica à SAT. Ocorre que houve um decréscimo de 11,2% do número de passageiros em 2016, mesmo com a ocorrência do evento Olímpico devido aos últimos meses do ano quando Brasília perdeu importantes voos internacionais, das empresas Aerolíneas Argentina, Air France e Gol.

Justificativas 2017

Indicador 1476 - O total de passageiros internacionais que chegaram a Brasília em 2017 somam 230.101 (duzentos e trinta mil centos e um) passageiros, conforme dados de voos internacionais que chegaram à Brasília, disponibilizados pela Inframérica à SETUL. Houve um decréscimo de 25,37% do número de passageiros em relação a 2016, porque os voos internacionais cancelados no 2º semestre daquele ano impactaram significativamente no ano de 2017, tendo em vista que se trata de dados do período relativo a 12 (doze) meses

Indicador 1711 - A Permanência Média do turista no destino não foi aferida em 2017. Foi realizado o processo licitatório para contratação da pesquisa, entretanto por entraves burocráticos não foi realizada em 2017. A SETUL/SAT espera que em 2018 seja possível apurar esse índice.

Indicador 1712 - Apesar do objetivo não ser alcançado, Brasília subiu 1 posição no ranking devido ao aumento do número de eventos ocorridos na cidade, que subiram de 11 para 18.

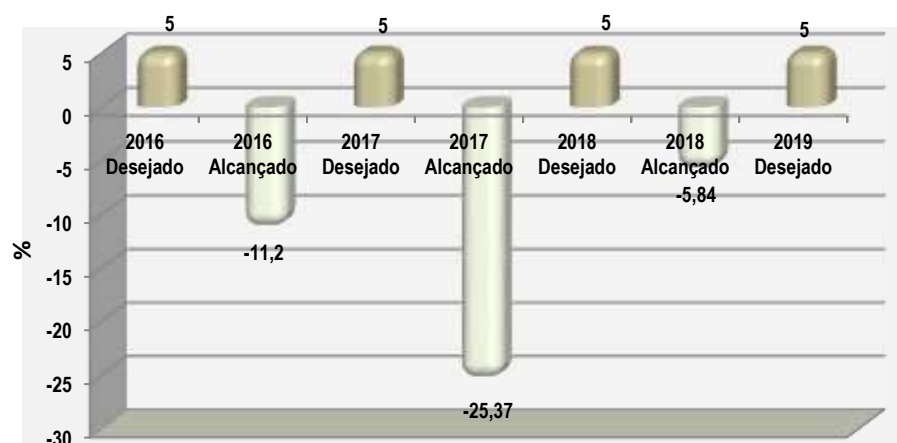
Justificativas 2018

Indicador 1476 - A série histórica consiste em uma mensuração frágil, pois o indicador na verdade se baseia no número de desembarques internacionais no Aeroporto de Brasília, reportados pela Inframérica sem distinção de nacionalidade, destino final e passageiros em conexão, com isso houve um decréscimo de 5,84% em relação ao ano de 2017. Fonte: Coordenação de Produtos e Políticas de Turismo

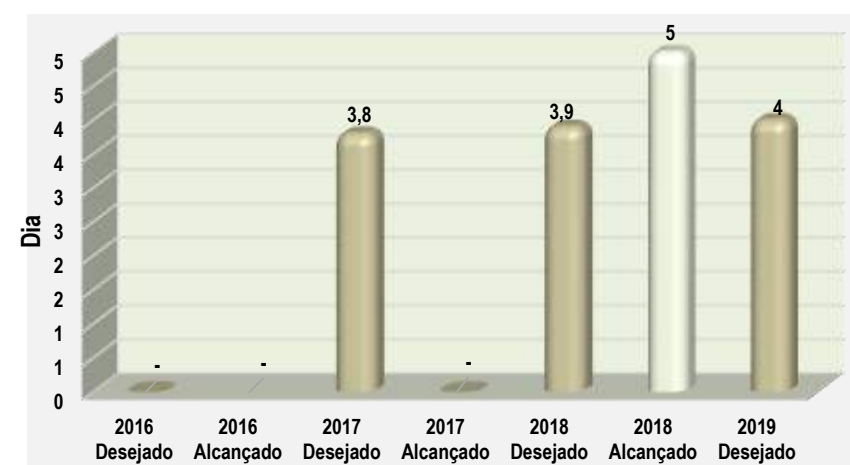
Indicador 1711 - A permanência média do turista no destino Brasília se baseava em apurações das pesquisas de perfil do turista realizadas pela Secretaria nos principais feriados e eventos relevantes na cidade. Em 2018 o índice mais atualizado baseia-se numa pesquisa de perfil do turista da alta temporada que constatou a permanência média de 5 dias no destino.

Indicador 1712 - O indicador era atualizado pela Unidade de Captação de Eventos e é baseado em relatório anual disponibilizado pela ICCA. Em contato com o antigo gestor da Unidade, o mesmo informou que os dados referentes ao ano de 2018 deverão ser disponibilizados somente a partir de abril ou maio/19. Fonte: Coordenação de Produtos e Políticas de Turismo.

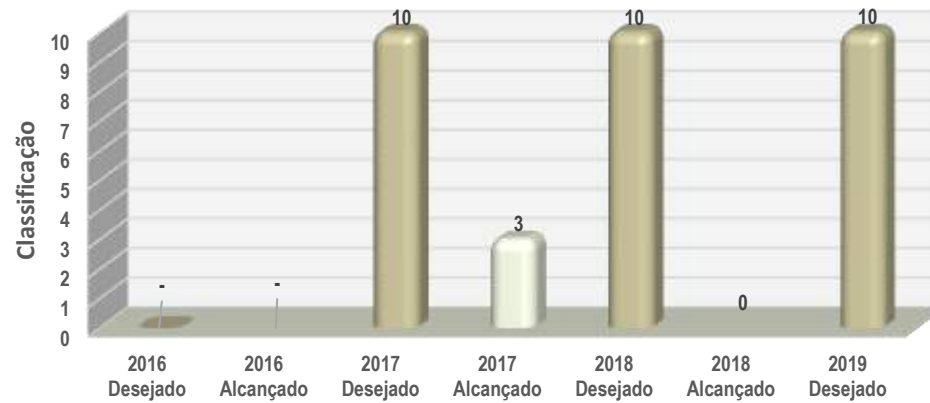
TAXA DE TURISTAS INTERNACIONAIS RECEBIDOS ANUALMENTE



PERMANÊNCIA MÉDIA DO TURISTA NO DESTINO



CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE BRASÍLIA EM EVENTOS INTERNACIONAIS A PARTIR DOS DADOS DA ICCA



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6207	3	1	Formulação de critérios de participação em feiras, rotas e eventos para a normatização do processo de seleção dos artesãos; (SETUL)	34101	100%	<p>2016 Os critérios de participação em feiras e eventos organizações pela Secretaria foram formulados e implantados.</p> <p>2017 Os critérios de participação em feiras e eventos organizações pela Secretaria foram formulados e implantados em 2016.</p> <p>2018 Após pesquisas no âmbito do SEI, não foi possível identificar informações da ação em questão, permanecendo o percentual de implementação informado em 2016.</p>
6207	3	2	Instalação do Conselho de Artesanato do Distrito Federal; (SETUL)	34101	80%	<p>2016 Em andamento. A minuta do decreto de instalação do Conselho foi enviada à assessoria jurídica para análise, retornou com orientações para modificações na minuta do decreto e criação do regimento interno. O processo está na Unidade de Gestão do Artesanato para adequações. Os órgãos que compõem o conselho enviaram os dados dos representantes, titulares e suplentes.</p> <p>2017 Em abril de 2017, a AJL emitiu parecer com recomendação pela aprovação do Regimento Eleitoral do Conselho do Artesanato do Distrito Federal. Em julho, a Unidade de Gestão do Artesanato - UGARTE tomou conhecimento do Projeto de Lei nº 1.882/2014, que institui o Estatuto do Artesão e dá outras providências. O projeto de lei previa a criação do Conselho do Artesanato do Distrito Federal, vinculado à Secretaria de Cultura, o que paralisou o processo. A UGARTE apresentou nota técnica manifestando-se contrariamente ao PL.</p> <p>2018 A Lei nº 6.092, de 02 de fevereiro de 2018, institui o Estatuto do Artesão no DF, e em seu artigo 17, dispôs da criação do Conselho</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						Distrital do Artesanato, vinculado à Secretaria de Estado de Cultura do DF. O Conselho não foi instalado.
6207	3	3	Formulação dos parâmetros para o desenvolvimento do Sistema de Informação da Produção Associada ao Turismo; (SETUL)	34101	100%	<p>2016 O Sistema de Informação da Produção Associada foi implementado com vistas à produção de um Catálogo da Produção Associada ao Turismo do Distrito Federal, conforme convênio firmado em 2012 com Ministério do Turismo.</p> <p>2017 O Sistema de Informação da Produção Associada foi implementado com vistas à produção de um Catálogo da Produção Associada ao Turismo do Distrito Federal, conforme convênio firmado em 2012 com Ministério do Turismo.</p> <p>2018 Após pesquisas no âmbito do SEI, não foi possível identificar informações da ação em questão, permanecendo o percentual de implementação informado em 2017</p>
6207	3	4	Criação do Plano de Festas Regionais, com aproveitamento da dimensão religiosa e do turismo rural e ecológico em todas as cidades do Distrito Federal; (SETUL)	34101	30%	<p>2016 Foi feito um levantamento das festas regionais, realizado por acadêmicos da graduação em turismo, da Universidade de Brasília.</p> <p>2017 Esta ação não foi trabalhada em 2017.</p> <p>2018 Após pesquisas no âmbito do SEI, não foi possível identificar a conclusão da ação em questão.</p>
6207	3	5	Cadastramento e recadastramento de artesãos e trabalhadores manuais do Distrito Federal; (SETUL)	34101	100%	<p>2016 Os tramites para o serviço de emissão de Carteira do Artesão mediante demonstração de habilidade técnica e avaliação da produção artesanal foi 100% implementado. Em 2016, foram cadastrados 751 e recadastrados 544 artesãos e trabalhadores manuais. Desses, 399 foram atendidos em cadastramento externo.</p> <p>2017 De acordo com dados de outubro de 2017, O Distrito Federal está em 4º lugar no quantitativo de artesãos e trabalhadores manuais cadastrados com os seguintes resultados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 779 artesãos beneficiados diretamente; • Total de 1.644 carteiras emitidas em 2017 (média mensal: 137 carteiras confeccionadas/renovadas); • 2.580 atendimentos realizados <p>2018 Atendimento para informações e agendamentos - 2018 Atendimentos telefônicos: 480 / Média mensal: 40 Atendimentos presenciais: 660 / Média mensal: 55 Atendimentos virtuais: 1.140 / Média mensal: 95 Total de atendimentos: 2.280 / Média mensal: 190 Emissão de Carteira do Artesão e Carteira do Trabalhador Manual - 2018 Carteiras emitidas - novas: 582 / Média mensal: 48 Carteiras renovadas: 707 / Média mensal: 59 Total de carteiras em 2018: 1.289 / Média mensal: 107 Obs.: No período de 09 a 19/07/2018 o serviço de cadastramento e recadastramento foi interrompido em razão de mudança de endereço da Unidade de Gestão do Artesanato.</p>
6207	3	6	Mapeamento, diagnóstico e implementação de um programa integrado, entre Cultura,	34101	50%	<p>2016</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			Turismo e Esportes/Lazer que definam usos e funções dos espaços públicos de interesse do turismo, em todas as cidades de Brasília; (SETUL)			O projeto Abrace o Parque e está no momento sendo ajustado pelo jurídico e demais Subsecretarias da SETUR. Dependendo destas manifestações para sua conclusão e lançamento. No Plano de Turismo Criativo foram contemplados inúmeros projetos que definem os usos e funções dos espaços públicos de interesse turístico, para a sua viabilização foi desenvolvida uma minuta de termo de cooperação com a Sec. de Cultura, que está em análise pelos parceiros. 2017 2018 Após pesquisas no âmbito do SEI, não foi possível identificar informações da ação em questão.
6207	3	7	Criação de comitê interinstitucional para formulação de políticas visando à formação didática e pedagógica dos estudantes, a partir da inserção de conteúdos que contemplem conceitos de cultura, turismo, esporte, meio ambiente, cidadania e civismo, tendo a escola como centro dessas políticas; (SETUL)	34101	100%	2016 Foi assinado um Termo de Cooperação assinado entre a TCB, Sec. De Esporte, Turismo e Lazer, Casa Militar, Sec. de Educação, Sec de Cultura, e a SEDESTMIDH, para viabilizar a realização do Turismo Cívico, com saídas 2ª, 3ª e 4ª. Em 2016 51 turmas de escolas Públicas e do COSE (Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos) foram atendidas o que totalizaram 1.565 crianças alcançadas. 2017 Em 2017 foi lançado o Projeto Abrace o Parque que vem sendo ajustado pelo jurídico e demais Subsecretarias da SETUL. No Plano de Turismo Criativo foram contemplados inúmeros projetos que definem os usos e funções dos espaços públicos de interesse turístico. 2018 Após pesquisas no âmbito do SEI, não foi possível identificar informações da ação em questão, permanecendo o percentual de implementação informado em 2017.
6207	3	8	Criação de GT para Implantação e priorização do Projeto Capitalidade com o Plano de reposicionamento estratégico da "Marca Brasília"; (SETUL).	34101	50%	2016 Criação da Câmara de Hospitalidade e Turismo que trabalhou no lançamento do concurso da Marca Brasília, que está em andamento normal. 2017 Em 2017, este Projeto atingiu um público de mais de 4mil beneficiados. 2018 Após pesquisas no âmbito do SEI, não foi possível identificar informações da ação em questão.
6207	3	9	Consolidação e difusão de um mapa turístico expandido e georreferenciado de Brasília, RIDE e região Centro-Oeste; (SETUL) (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	34101	X	2016 Não teve andamento em 2016. 2017
6207	3	10	Apoio à criação do Museu do Esporte no Estádio Nacional de Brasília; (SETUL)	34101	5%	2016 O projeto foi contemplado no âmbito do Termo de Cooperação Técnica Internacional com a UNESCO - PRODOC, entretanto está aguardando disponibilização de recurso. 2017 Devido à PPP do Estádio Nacional de Brasília, o Projeto será excluído na revisão substantiva do PRODOC e não poderá mais ser viabilizado. 2018
6207	3	11	Realização de Acordo com a Secretaria de Educação e com o Ministério da Educação	34101	0%	2016 Não teve andamento em 2016.

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			para estabelecer a obrigatoriedade de uma Unidade Didática sobre Brasília, com vistas ao Projeto de Lei para contemplar o turismo cívico a nível nacional nas escolas; (SETUL).			<p>2017 Não teve andamento em 2017.</p> <p>2018 Após pesquisas no âmbito do SEI, não foi possível identificar informações da ação em questão.</p>
6207	3	12	Consolidação de uma agenda oficial do Governo do Distrito Federal que integrem eventos de interesse do turismo; (SETUL).	34101	50%	<p>2016 A Secretaria Adjunta de Turismo está consolidando a agenda de eventos que promovam o turismo em Brasília. Um exemplo é o Carnaval de Brasília, realizado em parceria com a Secretaria de Cultura, que a cada ano atrai mais foliões e turistas de outros estados e se consolidou como a maior festa de Brasília. Outro exemplo é o projeto Dançando na Praça, que tem como objetivo promover a arte, a música e a cultura de Brasília. No ano de 2016, foram feitas três edições, a primeira edição, realizada no Carnaval, levou mais de 10 mil pessoas para o Bloco Eduardo & Mônica, que se apresentou no projeto.</p> <p>2017 Está em consolidação a agenda de eventos que promovam o turismo em Brasília. Em 2017 as realizações que corroboraram para este objetivo foram: Carnaval, Natal e Réveillon e Dançando na Praça.</p> <p>2018 Após pesquisas no âmbito do SEI, não foi possível identificar informações da ação em questão</p>
6207	3	13	Estímulo ao turismo receptivo por meio da certificação das empresas e profissionais autônomos, bem como a criação e qualificação de produtos e serviços turísticos com vistas à dinamização da oferta turística; (SETUL). <i>(Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	34101	X	<p>2016 Não teve andamento em 2016. Tendo em vista o alto custo do processo de certificação, foi entendido como inviável a implementação desta ação.</p>
6207	3	14	Articulação e estabelecimento de termo de parceria com as Instituições de Ensino Superior para oferecimento de vagas para prestação de estágio obrigatório nos centros de atendimento ao turista; (SETUL).	34101	50%	<p>2016 Foi firmado um Termo de Cooperação Técnica com a UPIS para o oferecimento de vagas de estágio nos Centros de Atendimento ao Turista, entretanto esta colocação exige tutoria integral dos estudantes durante a atuação o que inviabiliza o projeto por parte da Secretaria. Foi identificada a possibilidade da parceria para atuação dos alunos para receberem Hora Aula Complementar, que necessita apenas de tutoria parcial, prevista para dar andamento em 2017.</p> <p>2017 Não houve avanços em 2017.</p> <p>2018 Em junho de 2018 - 15 (quinze) alunos do Curso Superior de Turismo da faculdade UPIS - União Pioneira de Integração Social atuaram como voluntários nos CATs, sem vínculo empregatício e sem qualquer ônus para a SETUL-DF, visando cumprir grade curricular de "Atividade Complementar", pré-requisito de conclusão do curso de turismo da UPIS. Esta ação é fruto de esforços que foram envidados pela SETUL - DF, no sentido de propiciar oportunidade a alunos de Instituições de Ensino Superior - IES, que possuem curso regular em Turismo, a obterem uma experiência prática e enriquecedora no turismo. Em novembro de 2018 a DIRECT recebeu dois alunos do curso superior de gestão pública para cumprirem estágio supervisionado na sede da SETUL, esta ação é fruto de esforços junto a SEPLAG para que alunos de curso superior de várias áreas, inclusive Turismo, possam estagiar na Secretaria.</p>
6207	3	15	Encaminhamento de proposta e criação do GT para alteração de norma (Decreto transporte coletivo privado turístico); (SETUL).	34101	60%	<p>2016 Foram realizadas reuniões com a Secretaria de Mobilidade e DFTRANS para alinhamento. Esta proposta está no Acordo de Cooperação desse ano e o Processo enfrenta dificuldades devido a alteração de gestores nos órgãos ligados à regulação de transportes no Distrito Federal.</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						<p>2017 Nova minuta em construção, consolidada com contribuições e propostas dos entes da iniciativa privada (trade turístico) e entes públicos interessados (SETUL, SEMOB, DFTRANS). Em setembro de 2017 a proposta consolidada foi encaminhada para análise da SEMOB.</p> <p>2018 Após pesquisas no âmbito do SEI, não foi possível identificar informações da ação em questão</p>
6207	3	16	Realização de visitas e fiscalizações preventivas junto aos prestadores de serviços turísticos; (SETUL). <i>(Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	34101	X	<p>2016 Não foram realizadas devido ao parecer da Procuradoria Geral do DF que alertou que esta Secretaria não tem poder para fiscalizar, por não ter no quadro servidores concursados para a carreira de fiscalização.</p>
6207	3	17	Elaboração de Termo de Ajuste de Conduta para sanar problemas inerentes ao transporte turístico interestadual com o estado de Goiás; (SETUL).	34101	100%	<p>2016 A SETUL fez parte do grupo de trabalho que elaborou a Resolução 5.017 de 2016, que alterou os artigos da resolução 4777 de 2015, onde o problema do transporte terrestre interestadual foi resolvido.</p> <p>2017 A SETUL fez parte do grupo de trabalho que elaborou a Resolução 5.017 de 2016, que alterou os artigos da resolução 4777 de 2015, onde o problema do transporte terrestre interestadual foi resolvido.</p> <p>2018 A SETUL fez parte do grupo de trabalho que elaborou a Resolução 5.017 de 2016, que alterou os artigos da resolução 4777 de 2015, onde o problema do transporte terrestre interestadual foi resolvido.</p>
6207	3	18	Elaboração de Acordo de Cooperação Técnica para execução de ações voltadas à estruturação e diversificação da oferta turística; (SETUL).	34101	50%	<p>2016 Foi elaborada uma Proposta de Portaria Conjunta para o Acordo de Cooperação Técnica que está em análise pela Sec. De Cultura.</p> <p>2017 Foi elaborada uma Proposta de Portaria Conjunta para o Acordo de Cooperação Técnica que está em análise pela Secretaria de Cultura.</p> <p>2018 Após pesquisas no âmbito do SEI e na legislação vigente, através do SINJ-DF, não foi possível identificar a conclusão da ação em questão.</p>
6207	3	19	Formulação de Plano de Comunicação e Marketing; (SETUL)	34101	50%	<p>2016 A formulação do Plano de Comunicação e Marketing está em andamento. O projeto básico já foi desenvolvido e, este ano, será contratada uma empresa para implementar esse projeto.</p> <p>2017 No ano de 2017, algumas iniciativas foram desenvolvidas, no entanto, não foram passíveis de execução.</p> <p>A Secretaria, tendo em vista e em curso o Projeto de Cooperação Técnica Internacional com a UNESCO, 914BRZ3032 - Consolidação de uma agenda de turismo, esporte e legado no Distrito Federal em função dos Jogos Olímpicos de 2016, identificou no projeto, dentro do resultado 2, atividade 2.4 - mapear e propor estratégias e instrumentos de gestão para a promoção e marketing do destino Brasília, um caminho para a viabilidade técnica e execução do Plano de Comunicação e Marketing.</p> <p>O Plano será inserido como um novo componente do Projeto de Cooperação Internacional, a partir da revisão substantiva apresentada no ano 2018, uma vez que a ação está alinhada e vem de encontro com o propósito de valorização da cidade de Brasília como Patrimônio Mundial.</p> <p>2018 O referido Plano de Comunicação e Marketing não foi contemplado como novo componente do Projeto de Cooperação Técnica Internacional com a UNESCO, como descrito no ano de 2017. Não consta, na Rede Interna da SETUR, bem como no SEI –</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						SETUR/DF, a elaboração de Plano Estratégico que viabilize, tecnicamente, a execução de Plano de Comunicação e Marketing.
6207	3	20	Captação de recursos via convênios e emendas parlamentares para a realização de ações de interesse e fomento ao segmento de Turismo; (SETUL).	34101	100%	<p>2016 A Secretaria Adjunta de Turismo realiza constantemente a captação de recursos, seja via convênio, emendas parlamentares ou parcerias para fomentar o turismo em Brasília. Em 2016, realizamos convênios com o Ministério do Turismo para a realização da Celebração da Tocha Olímpica em Brasília, além da participação em feiras nacionais. Foi realizado também uma parceria com o Comitê Rio 2016 para promover os Jogos Olímpicos na cidade. Ressalta-se, também, a realização de parceria com a Fecomércio para promover o Natal e transformar essa época de baixa estação turística em uma oportunidade de atrair turistas para Brasília. Nesse sentido, ainda foi executado emendas parlamentares, como o Festival do Japão, Festa do Divino, Brasília Festival Tatto, entre outros eventos de interesse turístico.</p> <p>2017 Foram realizados 10 Termos de Fomento todos viabilizados por Emendas Parlamentar, tais como: Feira do Livro, 16 a 25 /05/2017; Top Cufa, 08/07/2017; Moto Week, 21 a 30/07/2017; COMA, 5 e 6 de/08/2017; Brasília Tattoo Festival, 3 a 5/11/2017; Latinidades, 24/11/2017; Porão do Rock, 25/11/2017; Natal Monumental, 16, 23,24 e 25/12/2017; Natal da Inovação, 16/12/2017 a 06/01/2018; Expo estados, 27/12/2017 e 20/01/2018. Foram investidos um total de R\$ 5.825.000,00 (cinco milhões, oitocentos e vinte e cinco mil reais).</p> <p>2018 Foram realizados diversos Termos de Fomento que totalizaram aproximadamente R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais), tais como: Expo Estados (04 a 14/07), FAMA – Fórum Alternativo Mundial da Água (18 a 22/03), Capital Moto Week (19 a 28/06), Bial do Livro (17 a 26/08), dentre outros.</p>
6207	3	21	Ampliação do número de seguidores da Secretaria de Turismo nas mídias sociais; (SETUL).	34101	62%	<p>2016 O crescimento do número de seguidores nas mídias sociais da Secretaria Adjunta de Turismo é orgânico. Isto é, não existe post patrocinado nem qualquer outro investimento de recurso financeiro nas mídias sociais. Ainda assim, o número atual de seguidores da fanpage vem crescendo. Hoje são mais de 12.200 seguidores, o que significa um crescimento de 50% em relação de pessoas em relação ao ano anterior, quando tínhamos aproximadamente 8 mil seguidores.</p> <p>2017 Alcançamos um total de 13.678 curtidas. Um crescimento de 1.478 curtidas a mais. O crescimento é orgânico e sem qualquer tipo de investimento por impulsionamento de publicações, ou postagens patrocinadas. Ainda que o crescimento de curtidas seja baixo referente aos outros anos, apostamos no engajamento com nossos seguidores, tornando as publicações mais atrativas e de maior interação com o público. Atualmente estamos com quase 100% de taxa de respostas na página, o que nos coloca em uma escala muito positiva pelo próprio Facebook. Os dados mostram também que o período onde mais alcançamos nosso público e obtivemos maior engajamento foi no período do carnaval, onde nossos seguidores buscam na nossa página, toda a programação e agenda de eventos comemorativos dessa data.</p> <p>2018 Não consta, na Rede Interna da SETUR, bem como no SEI – SETUR/DF, relatório final de análise da ampliação do número de seguidores da Secretaria de Turismo em suas Redes Sociais no período de 2018. No entanto, em janeiro de 2019 foi realizada análise de diagnóstico para levantar dados de ampliação das redes sociais da Secretaria.</p>
6207	3	22	Recuperação e avaliação do plano de uso e ocupação do Parque da Cidade; (SETUL).	34101	100%	<p>2016 Conclusão do plano e encaminhado para a Secretaria de Fazenda, com vistas a Subsecretaria de Parcerias Público Privada, com o objetivo de orientar a PPP do Parque da Cidade.</p> <p>2017 A conclusão do plano foi encaminhada pela SEGETH à Secretaria de Fazenda, com vistas a Subsecretaria de Parcerias Público Privada, com o objetivo de orientar a PPP do Parque da Cidade. A Administração do Parque colaborou com as informações</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						necessárias à elaboração do Plano de Uso e Ocupação e iniciou os diálogos com a SEFAZ para apoiar o trabalho da PPP do Parque da Cidade. 2018 A conclusão do plano foi encaminhada pela SEGETH à Secretaria de Fazenda, com vistas a Subsecretaria de Parcerias Público Privada, com o objetivo de orientar a PPP do Parque da Cidade. A Administração do Parque colaborou com as informações necessárias à elaboração do Plano de Uso e Ocupação e iniciou os diálogos com a SEFAZ para apoiar o trabalho da PPP do Parque da Cidade.
6207	3	23	Criação de GT com a finalidade de promover levantamentos sobre a situação do parque da cidade (transferência de responsabilidades); (SETUL).	34101	100%	2016 Grupo de trabalho criado e processo construído – Levantamento sobre a situação do Parque da Cidade. 2017 Grupo de trabalho criado e processo construído – Levantamento sobre a situação do Parque da Cidade. 2018 Após pesquisas no âmbito do SEI, não foi possível identificar informações da ação em questão, permanecendo o percentual de implementação informado em 2017
6207	3	24	Diagnostico sobre a situação dos permissionários e ambulantes dentro da área do Parque da Cidade; (SETUL).	34101	100%	2016 Levantamento em andamento realizado em conjunto com Secretaria das Cidades, previsto para ser concluído em abril de 2017 a última publicação do Cadastro Único dos Permissionários do Parque da Cidade. Após a Secretaria das Cidades e a AGEFIS realizarão ações para a retirada dos Permissionários irregulares. 2017 Levantamento realizado pela Secretaria das Cidades, com a publicação das permissões no DODF. 2018 Após pesquisas no âmbito do SEI, não foi possível identificar informações da ação em questão, permanecendo o percentual de implementação informado em 2017..
6207	3	25	Elaboração de manuais de gestão e procedimentos dos próprios da SETUR (CCUG, Torre de TV, Casa de Chá, 26 - Parque da Cidade, Pavilhão ExpoBrasília e Estádio); (SETUL)	34101	100%	2016 Foi elaborada a Minuta da Portaria que trata da locação, descontos, procedimentos e normas de utilização dos próprios, que está em revisão pelas áreas técnicas. 2017 Foram elaborados os Manuais de gestão do CCUG e Torre de TV. Esses instrumentos serão disponibilizados no sítio da Secretaria para consulta e "download". Com relação ao ENB, foi elaborado o Plano de Ação e o Plano de Prevenção e Proteção contra Incêndios – PPCI, ambos voltados para a segurança dos servidores e público frequentador do ENB. A Casa de Chá não é um equipamento que está à disposição para locação, portanto, não foi elaborado o Manual de Gestão. O Manual do Pavilhão de Exposições está em elaboração. Em novembro de 2017, foi publicada a Portaria que estabelece normas e procedimentos de locação dos CCUG, Torre de TV, Parque da Cidade, Pavilhão ExpoBrasília e Estádio Nacional. 2018 A partir de pesquisas sobre a ação, é possível verificar sua conclusão. Contudo, diante das alterações na estrutura organizacional e competência sobre a gestão dos próprios, a atual equipe pretende elaborar uma nova Portaria sobre a matéria.
6207	3	26	Articulação com as instituições competentes a gestão de um sistema de mobilidade urbana e instalação de sinalização turística, de modo a	34101	100%	2016 Em 2016 a SETUL iniciou o acompanhamento das ações da UNESCO para instalação de totens em comemoração aos 30 anos da inclusão de Brasília como Patrimônio da Humanidade. O projeto já foi elaborado e está em fase de licitação para fabricação,

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			atender às necessidades do setor, em todas as cidades de Brasília; (SETUL).			transporte e instalação. 2017 Em procedimento licitatório. Segundo informações da área técnica competente, o Edital será publicado em junho/2018. 2018 Contratação para fabricação e instalação de totens de sinalização turística de Brasília como Patrimônio Mundial (Contrato nº 12/2018) oriundo do projeto de Cooperação Internacional 914BRZ3032 firmado com a UNESCO
6207	3	27	Implantação do sistema de agenciamento e cadastramento de locação dos próprios da SETUR; (SETUL).	34101	50%	2016 O sistema foi elaborado e implementado internamente, entretanto o contrato com a empresa que desenvolveu o sistema teve o prazo expirado. Assim, o sistema ficou sem manutenção e não foi disponibilizado para o público. 2017 O sistema foi elaborado e implementado internamente, entretanto o contrato com a empresa que desenvolveu o sistema teve o prazo expirado. Assim, o sistema ficou sem manutenção e não está disponível para o público. 2018 Após pesquisas no âmbito do SEI, não foi possível identificar a conclusão da ação em questão.
6207	3	28	Publicação de Grupo de Trabalho para retomada do Projeto Orla; (SETUL)	34101	100%	2016 As ações do Projeto Orla não estão sob a responsabilidade da SETUL, contudo em 2016 foram executados 56% do Projeto Orla Sul. PS.: Ação totalmente executada pela Casa Civil. 2017 2018 Após pesquisas no âmbito do SEI, não foi possível identificar informações da ação em questão, permanecendo o percentual de implementação informado em 2017.
6207	3	29	Implantação da Agência Brasil Central de Turismo ABC. (SETUL)	34101	100%	2016 Com a criação do Consórcio Brasil Central os objetivos da Agência Brasil Central foram absorvidos por uma Câmara criada dentro Consórcio com foco no desenvolvimento do Turismo do Centro-Oeste. 2017 Já em 2017 foi desenvolvido e implementado um Plano de Ações para a promoção do turismo do Brasil Central. 2018 Após pesquisas no âmbito do SEI, não foi possível identificar informações da ação em questão, permanecendo o percentual de implementação informado em 2017.
6207	3	30	Transformação em iluminação Pública da energia gasta com o Monumento – Torre de TV (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	34101	100%	2017 Por meio de uma articulação via Administração de Brasília, esta ação foi concluída com sucesso em 2017. 2018 Após pesquisas no âmbito do SEI, não foi possível identificar informações da ação em questão, permanecendo o percentual de implementação informado em 2017.
6207	3	31	Implantação do sistema de agenciamento e cadastramento de locação dos próprios da SETUR (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	34101	100%	2017 O sistema foi elaborado e implementado internamente, entretanto o contrato com a empresa que desenvolveu o sistema teve o prazo expirado. Assim, o sistema ficou sem manutenção e não está disponível para o público. 2018 Após pesquisas no âmbito do SEI, não foi possível identificar informações da ação em questão, permanecendo o percentual de implementação informado em 2017.

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6207	3	32	Elaboração e publicação de estudos, pesquisas e publicações técnicas do setor de turismo (5 por ano) (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	34101	100%	<p>2017 Em 2017 foram realizadas 6 pesquisas em feriados e datas comemorativas (Carnaval, 21 de abril, Corpus Christi, 7 de setembro, 12 de outubro e 2 de novembro), todas com os devidos relatórios publicados, foi apoiada a realização de 3 pesquisas em eventos (Perfil do Público do COMA, Perfil do Público do Moto Week, Perfil do Público do Porão do Rock). Além disso, foram elaboradas 2 publicações (Perfil do turista de eventos, Perfil dos turistas que visitam os CAT's,). Portanto, ao total foram 11 publicações em 2017.</p> <p>2018 Foi contratada empresa especializada para realizar "Pesquisa de Perfil e Satisfação do Turista no Distrito Federal - Alta e Baixa Temporada – 2018", por meio do Acordo de Cooperação Técnica Internacional com a Unesco. Nos Centros de Atendimento ao Turista – CAT's foram realizadas pesquisas para identificar perfis e satisfação, como também, em feriados, datas comemorativas e eventos (Carnaval, 1º de maio, 7 de setembro, 12 de outubro, 8º Forum Mundial da Água, Evento Distrito Criativo, Campus Party, Moto Week e Granja) para conhecer melhor o público que visita a capital e seu quantitativo.</p>
6207	3	33	Realizar o cadastramento e recadastramento dos prestadores de serviços do setor de turismo no CADASTUR (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	34101	100%	<p>2017 Atividade contínua, delegada pelo MTur por meio do Acordo de Cooperação Técnica, cujas ações visam executar o "Programa de Regulamentação e Normatização do Turismo", no tocante às funções de cadastramento, orientação, sensibilização e apoio à fiscalização dos prestadores de serviços turísticos no DF. Cadastros Iniciais: 200 Renovação e alteração de cadastros: 284</p> <p>2018 Acordo de Cooperação Técnica vigente até novembro de 2021. Demonstrativo Anual Acumulado Exercício 2018 Cadastros Iniciais: 418 Renovação e alteração de cadastros: 447 Alteração de Cadastros: 135</p>
6207	3	34	Realizar atendimento ao Turista prestando informações relevantes sobre o turismo na cidade (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	34101	100%	<p>2017 Atividade de caráter contínuo, que ocorre nos Centros de Atendimento aos Turistas localizados no Aeroporto Internacional de Brasília Presidente Juscelino Kubitschek e na Praça dos Três Poderes, no tocante ao atendimento aos turistas e demais usuários, com fornecimento de informações turísticas e culturais, distribuição de material promocional do Distrito Federal e levantamento de dados estatísticos e de impressões dos turistas sobre a cidade. Total dos atendimentos realizados em 2017: 17.789 - Internacionais = 4.302</p> <p>2018 Atividade de caráter contínuo, que ocorre nos Centros de Atendimento aos Turistas localizados no Aeroporto Internacional de Brasília Presidente Juscelino Kubitschek, Praça dos Três Poderes (Casa de Chá) e na Torre Digital de TV (Flor do Cerrado), no tocante ao atendimento aos turistas e demais usuários, com fornecimento de informações turísticas e culturais, distribuição de material promocional do Distrito Federal e levantamento de dados estatísticos e de impressões dos turistas sobre a cidade. Total dos atendimentos realizados em 2018: 18.269</p>

Contribuição para Alcance do Resultado do Objetivo Específico

2016/2018

O ano de 2016 foi um ano importante para o turismo, momento em que foi realizada as Olimpíadas Rio 2016 e Brasília foi cidade sede de 10 partidas de Futebol. Entretanto, o órgão oficial de turismo passou por uma reestruturação e não conseguiu alcançar as metas estabelecidas na sua totalidade.

Dentre os principais resultados alcançados está a criação da Câmara de Hospitalidade e Turismo que tem desenvolvido ações que visem o fortalecimento do sentimento de pertencimento do brasiliense e a promoção de uma imagem positiva de Brasília em diversos aspectos. O lançamento do concurso para a criação da Marca Brasília foi outro importante avanço para o alcance dos objetivos.

Complementando a promoção de Brasília enquanto destino turístico, a Secretaria participou de 4 eventos, sendo 1 deles no exterior, que possuem como seu principal público os mercados geradores de fluxo para o Distrito Federal, a priorização dos eventos considerou sua importância e o melhor custo/benefício para o Destino. Na ANATO (FEV/2016) – Colômbia foram realizadas 36 reuniões e três capacitações do Destino Brasília para operadores e agentes de viagem colombianos; Na WTM Latin America (MAR/2016) - maior feira internacional de turismo realizada no Brasil, em São Paulo, foram realizadas 43 reuniões com operadores e agentes de viagem; Na ABAV (SET/2016) - Participação na 44ª ABAV, a ABAV Expo Internacional de Turismo, em São Paulo, a mais completa, tradicional e importante feira de turismo brasileira, com o objetivo de promover Brasília nacional e internacionalmente. Na ocasião foi apresentado Brasília com a tecnologia de vídeo em 360 graus, a mais moderna maneira de apresentar destinos turísticos.

Sendo assim, identifica-se que os esforços realizados em 2016 contribuem para o alcance dos objetivos propostos para a Pasta do Turismo.

No exercício de 2017 além dos espaços mantidos (15 espaços esportivos da SETUL em condições de uso -11 Centros Olímpicos e Paralímpicos, Complexo Aquático, Ginásio Nilson Nelson, Estádio Bezerrão e Autódromo) a SETUL inaugurou o Centro Olímpico e Paralímpico de Planaltina oferecendo atendimento a mais de 3 mil pessoas (crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência) que serão beneficiados em atividades esportivas e de lazer regulares e aos finais de semana. Uma dificuldade encontrada pela SETUL é à manutenção de espaços e equipamentos esportivos e de lazer, uma ação contínua com grande prioridade e com necessidades para que as demais ações possam ser bem-sucedidas.

2018

Dentre as ações de fortalecimento de políticas públicas voltadas ao Turismo, está o Programa de Ensino à Distância (EAD) contemplando os cursos "Brasil Braços Abertos", "Gestor de Turismo", e "Atendimento ao Turista - Brasil Braços Abertos", desenvolvidos em Plataforma de Engajamento e Aprendizagem - PEA do Ministério do Turismo, nos quais foram inscritos mais de 1,5 mil pessoas. Em complemento, no Qualifica Mais Brasília, os cursos de espanhol, inglês e noções gerais para prestação de serviços turísticos (Turismo Legal), se transformaram em módulos do preparatório de Agente de Turismo atingindo 1.420 inscrições com mais de 500 alunos qualificados.

Diversos projetos foram realizados visando consolidar o artesanato candango enquanto setor econômico de forte impacto no desenvolvimento das comunidades e no turismo local, através da identificação de espaços mercadológicos adequados à divulgação e à comercialização. Os artesãos selecionados por meio de edital público participaram de diversos eventos movimentando a economia local, gerando emprego e renda.

Elaboração de roteiros auto guiados walking tour e bike tour, como umas das ações resultantes do Plano de Turismo Criativo de Brasília. De forma criativa, esses roteiros visaram fomentar os tipos de turismo de que a Zona Central de Brasília.

Houve a contratação de empresa especializada em turismo e áreas afins para elaborar um mapa com roteiros auto guiados para turistas em trânsito, a serem realizados a pé ou de bicicleta nos atrativos turísticos disponíveis na Zona Central de Brasília e adjacências.

Também foram elaborados critérios e formatação do mapa guia de empreendimentos do Turismo Rural no Distrito Federal (Contratação via Unesco). O projeto é uma das ações resultantes do Plano de Turismo Criativo de Brasília e tem como objetivo apresentar estratégias de valorização da oferta de produtos e serviços para impulsionar o desenvolvimento do segmento de turismo rural no Distrito Federal.

No mês de julho de 2018, por meio do PRODOC/UNESCO, foi lançado edital para contratação de empresa de consultoria especializada em turismo e áreas afins para elaboração de critérios e formatação do Mapa Guia de Empreendimentos do Turismo Rural do Distrito Federal. Os trâmites para contratação da empresa vencedora do processo licitatório ocorreram até o final de outubro e a contratação foi formalizada em meados de novembro, para que os serviços a serem prestados tivessem início.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

004 – ECONOMIA RURAL: Consolidar as cadeias produtivas rurais, incentivando a criação e desenvolvimento de empreendimentos, parcerias e agregação de valor a produção e a comercialização no Distrito Federal e RIDE.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

14.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL - SEAGRI

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	4	1	Adequar e manter 1.300 km de estradas rurais de terra; (SEAGRI)	1.300	KM	ACUM	MAIOR, MELHOR	428	313	796		61,2
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	4	2	Implantar 02 polos agroindustriais no DF; (SEAGRI)	2	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0		0,0
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	4	3	Ampliar em 75% a participação de agricultores familiares do DF no Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE; (SEAGRI)	75	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	25%	53,5%	303		404,0
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	4	4	Ampliar em 60% a participação de agricultores familiares e atender as 151 entidades sócioassistenciais por meio desse programa (PAA); (SEAGRI)	60	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	45%	29%	49		81,7
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	4	5	Ampliar em 230% a participação de agricultores familiares do DF no Programa de Aquisição da Produção da Agricultura – PAPA/DF; (SEAGRI)	230	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	85%	556%	93,14		40,5
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	4	6	Atender 100% das famílias de agricultores familiares; (EMATER)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100%	100%	100		100,0
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	4	7	Capacitar 10.000 beneficiários de ATER; (EMATER)	10.000	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	5594	5.339	15.053		150,5
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	4	8	Implantar unidades de validação de tecnologia; (EMATER)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	23,33%	100%	100		100,0
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	4	9	Criar e implementar a Certificação de Excelência para propriedades rurais (SEAGRI/ EMATER);	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100%	100%	100		100,0
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	4	10	Ampliar para 2800 o número de propriedades rurais em transição agroecológica, orgânicas e de base agroecológica; (EMATER)	2.800	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	1474	1.474	4.467		159,5
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	4	11	Implementar e realizar assistência técnica em hortas escolares, assistenciais, hospitalares e comunitárias; (EMATER)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100%	100	100		100,0
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	4	12	Construir, ampliar e reformar unidades de apoio para a área rural (SEAGRI/ EMATER/ CEASA);	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0%	0%	73,8		73,8
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	4	13	Fazer com que o CEASA funcione mais dias por semana para o produtor rural; (CEASA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100%	100%	100		100,0
6207	BRASÍLIA	4	14	Construir nova unidade da CEASA; (CEASA)	100	%	ACUM	MAIOR,	0	10%	10		10,0

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
	COMPETITIVA							MELHOR					
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	4	15	Alcançar equilíbrio econômico financeiro da CEASA; (CEASA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100%	100%	100		100,0
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	4	16	Reestruturar o organograma, visando a eficiência operacional e aumento da capacidade de gestão para entrega de resultados à sociedade. (CEASA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	20%	20%	20		20,0

Análise Qualitativa

1. Adequar e manter 1.300 km de estradas rurais de terra (SEAGRI);

2016

Dentro da disponibilidade de máquinas da SDR e a demanda existente de adequação e manutenção em 2016, foi possível executar a meta. Execução direta de adequação e manutenção de estradas rurais ultrapassando a meta anual de 350 km (foi 428 km, o que se justifica pela maior disponibilidade de equipamentos não previstos anteriormente). Foram entregues equipamentos agrícolas para as Administrações Regionais, por meio de transferência de patrimônio da Seagri, sendo para a A.R. de São Sebastião (17 equipamentos novos e 03 usados), e A.R. de Brazlândia (09 novos e 06 usados) para atendimento de serviços diversos à produtores rurais do Distrito Federal.

2017

Apesar da disponibilidade de máquinas da SDR e a demanda existente de adequação e manutenção em 2017, foram executados 89% da meta anual. Este resultado é consequência de paralização dos serviços de campo por duas vezes nos meses de agosto e outubro, com duração total de 35 dias, devido à exaustão da cota mensal de combustível e a demora na liberação de cota extra.

2018

No ano de 2018, apesar da continuidade dos problemas relativos ao abastecimento das máquinas no primeiro semestre, tivemos cerca de 70% da frota de estradas operacional ao longo de todo ano, o que possibilitou o alcance apresentado. Outro aspecto a ser considerado foi o início do funcionamento da Patrulha de Estradas da Porteira Para Dentro, em 07 de julho de 2018, e que executou a manutenção de 123 Km de estradas internas às propriedades rurais das regiões do Paranoá e São Sebastião.

2. Implantar 02 polos agroindustriais no DF (SEAGRI);

2016

Em 2016, foram feitas as Notas Técnicas e foram publicados os Decretos do GDF- D.O., referentes a implantação dos 02 Polos, PAD-DF/ Decreto Nº 37937 de 30/12/2016 e Rio Preto/ Decreto Nº 37861 de 16/12/2016. Os desafios de implementação estão relacionados ao perfil do projeto, que tem características únicas, o que gerou atraso inicial em discussões e metodologias a serem aplicadas, porém haverá o alcance de implantação que foram planejados e abertos os processos. Foram feitas as reuniões nas comunidades onde foram elaboradas e discutidas apresentações conceituais e obtidos os direcionamentos. O Prazo de implantação dos Polos será PAD-DF até 20/10/2017 e Rio Preto até fevereiro de 2018. Foram colhidas propostas para aperfeiçoamento dos projetos em 2017, com bases no anseio público e visando à implantação.

2017

O Caderno Técnico de apresentação do Projeto para implantação do Polo do PAD/DF foi submetido ao Instituto Brasília Ambiental – IBRAM/DF, em março de 2017, a fim de que seja elaborado o Termo de Referência para o Licenciamento de parcelamento do solo. De forma a complementar a documentação supracitada, foi encaminhado o recibo do cadastro Ambiental Rural em setembro de 2017. Destaca-se que o prosseguimento das ações depende da apresentação do Termo de Referência que está sendo elaborado pelo IBRAM/DF.

2018

No ano de 2017, foram realizados levantamentos de dados necessários à execução dos projetos técnicos e encaminhada a solicitação de licenciamento prévio do parcelamento do Polo Agroindustrial do PAD-DF, ao IBRAM.

No ano de 2018, após realização de estudo da área e definição das demandas esperadas de água, foram solicitadas e obtidas, da ADASA, a outorga prévia dos poços necessários à operação das agroindústrias esperadas. Foram concluídos os projetos técnicos básicos dos Polos Agroindustriais do PAD-DF e do Rio Preto. O projeto do Polo do PAD-DF foi encaminhado ao IBRAM, que solicitou a apresentação de projeto de drenagem das vias internas, o qual deve ser finalizado em abril de 2019. Após o Licenciamento, pelo IBRAM, será feita audiência pública e lançado o edital de licitação dos lotes agroindústrias do Polo do PAD-DF. A solicitação de licenciamento do Polo do Rio Preto deverá ser encaminhada ao IBRAM, em maio de 2019. Espera-se fazer a licitação e contratação dos lotes de ambos os polos ainda no ano de 2019. O processo para implantação dos 02 polos agroindustriais encontra-se com 50% executado.

3. Ampliar em 75% a participação de agricultores familiares do DF no Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE (SEAGRI);

2016

No Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, foi realizado, em 2015 para execução no exercício seguinte, a Chamada Pública 001/2015 SEDF, para aquisição de gêneros alimentícios com o objetivo de atender o Projeto Piloto. Tal Projeto tinha como objetivo de identificar todos os eventuais entraves para efetiva execução do Programa. Ele foi realizado na regional de ensino do Recanto das Emas, atendendo 26 escolas da rede pública, com valor de R\$ 361.000,00 e foram selecionadas 01 cooperativa e 01 associação de agricultores familiares. Identificada e sanadas as dificuldades, foi lançada a Chamada Pública 004/2016 SEDF para atendimento de 06 regionais de ensino, 186 escolas e um montante financeiro de R\$ 6.100.000,00. Foram selecionados para essa chamada 07 associações e cooperativas, sendo atendidos por elas 308 agricultores familiares.

Portanto, em 2016 foram atendidos 250 agricultores familiares pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar, tendo um acréscimo de 25% além da meta proposta para esta política em 2016.

2017

Foi lançada a Chamada Pública 004/2016 SEDF, executado em 2017, para atendimento de 06 regionais de ensino, 186 escolas e um montante financeiro de R\$ 6,1 milhões. Foram selecionados para essa chamada 07 associações e cooperativas, sendo atendidos 308 agricultores familiares.

2018

O Distrito Federal recebe anualmente do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE, um volume financeiro da ordem de 40 milhões de reais. Este recurso é repassado para a SEEDF como objetivo de complementar a alimentação escolar. Destes 40 milhões de reais, 30% devem ser adquiridos diretamente da agricultura familiar. Por muito tempo, este limite mínimo de 30% não foi destinado à aquisição da agricultura familiar local, reduzindo-se as oportunidades no mercado institucional. Esta realidade, por meio de muito trabalho e cooperação entre as Secretarias de Educação, de Agricultura e da EMATER-DF, tem mudado, e o agricultor familiar do DF e da RIDE tem tido uma participação expressiva no programa. No último ano (2017/2018) publicou-se chamada de mais de 13 milhões de reais sendo atendida em 12 milhões. Com mais de 600 agricultores familiares participando, por meio de 12 organizações sociais da agricultura familiar, foi alcançado 10 regionais de ensino com 397 escolas e aproximadamente 270 mil alunos da rede pública de ensino. Este programa em muito superou a meta inicial, o que ajudou a mitigar a baixa no resultado final.

Com expectativa de superar a chamada pública anterior no que se refere ao limite financeiro, em aproximadamente 30%, atendendo a 100% das regionais de ensino do distrito federal e mais de 500 mil alunos, será possível contribuir ainda mais com o desenvolvimento econômico da agricultura no DF e melhorar substancialmente a qualidade da alimentação dos alunos da rede pública.

O trabalho do Grupo de Acompanhamento, criado por meio de portaria conjunta, SEE-DF/SEGRI-DF de nº 3/2014, contribuiu de forma significativa para o desempenho do programa. Com o desenvolvimento de projeto piloto para entendimento dos processos de compras de alimentos pela Secretaria de Educação, foram essenciais para grande sucesso desta empreitada. A meta foi superada em 228%. O número de agricultores participantes no ano de 2018 foi de 607 e para 2019 estima-se um aumento ainda mais significativo.

4. Ampliar em 60% a participação de agricultores familiares e atender as 151 entidades sócioassistenciais por meio desse programa (PAA) (SEAGRI);

2016

No Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, na modalidade Termo de Adesão, em 2016 foi realizado um edital, PAA/TA 001/20016, de chamamento público pela SEAGRI para cadastramento dos agricultores familiares interessados em aderir ao Programa. Foram 983 agricultores familiares cadastrados nesta proposta de participação. Para o público beneficiário consumidor foram cadastradas, em 2016, 112 entidades socioassistenciais com público assistidos por elas de 32 mil pessoas. Para este ano, 2017, haverá um incremento de cerca de 20% das entidades, sendo atendido mais de 37 mil pessoas. No PAA modalidade Compra Institucional participaram 111 Agricultores Familiares, na modalidade CONAB participaram 47 Agricultores Familiares. O número total de famílias de agricultores familiares atendidos em 2016 é da ordem de 1.138. Com isso, obtivemos um acréscimo de 4% acima da meta estabelecida de atendimento à agricultores familiares.

2017

No Programa de Aquisição De Alimentos – PAA, na modalidade Termo de Adesão, em 2017 foi aberto um edital de chamamento público, PAA/TA 001/2017, pela Seagri para cadastramento dos agricultores familiares interessados em aderir ao Programa. Foram 1.014 agricultores familiares cadastrados nesta proposta de participação. Para o público beneficiário consumidor foram cadastradas, em 2017, 126 entidades socioassistenciais com público assistidos por elas de 30 mil pessoas.

2018

No âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos por termo de adesão PAA/TA, os recursos repassados não foram ampliados conforme esperado. Apesar disso, e contando com outras modalidades do PAA como o CDS/Conab e Compra Institucional, ainda conseguimos auferir um crescimento de 39% sobre o marco inicial, mantendo o atendimento a mais de 32 mil pessoas em estado de insegurança alimentar e nutricional, por meio das compras de alimentos provenientes da agricultura familiar. Foram 1.169 agricultores habilitados para a comercialização no ano de 2018. Contamos ainda com programas como o Programa de Coleta e Distribuição de Alimentos e o Programa Desperdício Zero para promoção da segurança alimentar e nutricional destas pessoas.

5. Ampliar em 230% a participação de agricultores familiares do DF no Programa de Aquisição da Produção da Agricultura – PAPA/DF (SEAGRI);

2016

No Programa de Aquisição da Produção da Agricultura – PAPA/DF foram realizadas 05 chamadas públicas, nas quais participaram 63 Agricultores Familiares – AF. O resultado obtido foi abaixo do esperado, pois a demanda dos órgãos do Executivo por produtos da agricultura familiar foi abaixo do que em anos anteriores. No entanto, cabe ressaltar que, apesar do número de chamadas públicas terem sido menor, foram negociados R\$ 2.041.886,68, para uma aquisição de 495 toneladas de alimentos. Desta maneira, o número de agricultores familiares participantes no PAPA/DF não deve ser observado de maneira isolada para mensurar o desempenho do programa, pois diante de um cenário de crise a injeção de mais de dois milhões de reais na área rural do DF é um resultado expressivo, participaram 63 Agricultores Familiares – AF. Ampliou-se 85% até 2016 a participação de agricultores familiares do DF no Programa de Aquisição da Produção da Agricultura – PAPA/DF.

2017

No Programa de Aquisição da Produção da Agricultura – PAPA/DF foram realizadas 08 chamadas públicas, nas quais participaram 178 Agricultores Familiares – AF. Foram negociados R\$ 8.412.634,08, para uma aquisição de 2.528 toneladas de alimentos.

2018

Criado em 2012 pelo governo do Distrito Federal, este programa permite que os órgãos do executivo do Estado adquiram produtos diretamente da agricultura familiar por meio de edital de chamada pública. O programa se desenvolveu de forma muito satisfatória, movimentando mais de 20 milhões de reais em um único ano, porém com as dificuldades financeiras que o país tem enfrentado nos últimos anos, houve uma sensível redução no volume adquirido. Contratantes como a então SEDES, antiga SEDEST MIDTH, frustrou, com a justificativa de ausência de orçamentos, contrato da ordem de 7,5 milhões de reais para fornecimento da agricultura familiar a programas como o PROVISAN, que destinava alimentos, em caráter emergencial, às famílias em estado de insegurança alimentar. Este cenário, que não se restringiu a parceria com a SEDES, contribuiu para frustração da meta estipulada.

6. Atender 100% das famílias de agricultores familiares (EMATER);

2016

Em 2016, foram atendidos 7.931 beneficiários de ATER classificados como familiares, sendo 55.737 atendimentos individuais. As atividades são voltadas para o desenvolvimento humano e social, produção agropecuária, negócios, gestão ambiental, desenvolvimento de agroecologia e atividades não agrícolas, como turismo rural, artesanato e agroindústria.

2017

Foram atendidos 7.627 beneficiários familiares de ATER, sendo 83.172 atendimentos individuais. As atividades são voltadas para os eixos temáticos ambiental, social e econômico, nos aspectos de desenvolvimento da produção agropecuária, desenvolvimento humano e social, desenvolvimento da agricultura orgânica e agroecologia, de comercialização através das atividades das compras institucionais, de turismo, artesanato e agroindústria, gestão de propriedades rurais, adequação ambiental, dentre outras inúmeras atividades voltadas para as políticas públicas do Governo do Distrito Federal e do Governo Federal.

2018

Em 2018 foram atendidos 6.165 beneficiários familiares de ATER, totalizando 77.174 atendimentos individuais. As atividades estão voltadas para os eixos temáticos ambiental, social e econômicos nos aspectos de desenvolvimento da produção agropecuária, desenvolvimento humano e social, desenvolvimento da agricultura orgânica e agroecologia, de comercialização através das atividades das compras institucionais, de turismo, artesanato e agroindústria, gestão de propriedades rurais, adequação ambiental, dentre outras inúmeras atividades voltadas para as políticas públicas do Governo do Distrito Federal e do Governo Federal. Houve um trabalho voltado a 500 famílias de produtores rurais familiares, através de um Instrumento Específico da ANATER, onde ações foram focadas a esse público.

7. Capacitar 10.000 beneficiários de ATER (EMATER);

2016

No ano de 2016 foram capacitadas 5.594 pessoas em gestão de negócios, nos aspectos do desenvolvimento da produção agropecuária, do desenvolvimento humano e social, da gestão ambiental, do desenvolvimento da agroecologia e de atividades não agrícolas (artesanato e agroindústria), visando colaborar com o desenvolvimento e o aprimoramento das habilidades e vocações do agricultor.

2017

Foram capacitados 5339 beneficiários de ATER nos eixos temáticos social, ambiental e econômico, visando o aprimoramento e desenvolvimento de habilidades de toda família rural atendida pela Emater-DF.

2018

No ano 2018 foram capacitados 4.120 beneficiários de ATER nos eixos temáticos social, ambiental e econômico, visando o aprimoramento das habilidades individuais do indivíduo, bem como ações de capacitação com espectro coletivo, como associações e cooperativas do Distrito Federal e RIDE.

8. Implantar unidades de validação de tecnologia (EMATER);

2016

A unidade de validação de tecnologia é importante para transformar a tecnologia em inovação, ou seja, para que as pesquisas geradas nas instituições de pesquisa/ensino sejam testadas, avaliadas e adaptadas a realidade do público beneficiário. É importante a criação e manutenção das redes de inovação sendo firmadas parcerias entre várias instituições e o público beneficiário. Segue as unidades implementadas em 2016:

- Uppo – Unidade Participativa de Produção de Leite Orgânico – 1 unidade – local: Agrobrasil. Parceria com Embrapa Cerrados, MDA e Rede de inovação Tecnológica de produção de leite agroecológica (UFSC);
- Unidades de reprodução de cultivares de mandioca – 10 unidades – local: Agrobrasil. Parceria com Embrapa Cerrados;
- Unidade de Experimentação e Demonstração de Pitáia – 01 unidade – Local: Agrobrasil. Parceria com Embrapa Cerrados;
- Unidade de Experimentação e Demonstração de Maracujá Pérola – 01 unidade – Local: Agrobrasil. Parceria com Embrapa Cerrados; e

- Unidade de Experimentação e Demonstração de Multicultivo (Banana e Café) – 01 unidade – Local: Agrobrasil. Parceria com Embrapa Cerrados.

2017

Além das unidades já existentes, em 2017 foram implantadas 04 unidades demonstrativas de Integração Lavoura Pecuária Floresta – ILPF, sendo duas em propriedades de agricultores (uma em Planaltina-DF e a outra no PAD-DF) e duas na Fazenda Água Limpa da UnB. A área total das 4 unidades é de 40 Hectares. Outras 20 Unidades de avaliação e multiplicação de cultivares de mandioca, em parceria Emater-DF e Embrapa Cerrados, foram implantadas em 2017. Estas unidades foram planejadas a partir dos trabalhos desenvolvidos na REDE de INOVAÇÃO: Captar e sistematizar a oferta e demanda para novos conhecimentos em tecnologias rurais (Emater). Obs. A meta eram 8. Destas foram implantadas 6. Existem mais 8 para serem implantadas em 2018 além das 20 já relatadas.

2018

Neste ano as unidades demonstrativas de mandioca foram colhidas, avaliadas em termos de produtividade e qualidade de cozimento e as ramas redistribuídas aos pequenos produtores. Ainda este ano foram implantadas áreas de multiplicação na área demonstrativa da EMATER-DF no AgroBrasília para fornecimento de ramas aos produtores do DF e RIDE. Esta cultura é de grande relevância para algumas regiões administrativas do DF, a exemplo Sobradinho e Planaltina e está presente em mais de 1500 propriedades do DF.

Na área pecuária implantou-se uma unidade demonstrativa para uso de biotecnologia da reprodução (Inseminação por Tempo Fixo - IATF; e Transferência de Embrião in vitro) de forma a validar tecnologias avançadas aplicadas à pequenas propriedades rurais com sustentabilidade econômica e ambiental. Esta unidade foi realizada em parceria com a Embrapa Cerrados através do CTZL.

9. Criar e implementar a Certificação de Excelência para propriedades rurais (SEAGRI/ EMATER);

2016

Em 2016 foi publicada, no DODF nº 128, a Portaria nº 35, de 12 de maio 2016, que instituiu o Programa de Boas Práticas Agropecuárias do Distrito Federal – Brasília Qualidade no Campo. O selo de Boas Práticas Agropecuárias – BPA vem para certificar as propriedades rurais produtoras de alimentos in natura, estimulando a produção de alimentos seguros, a promoção de ações que visam melhorar a qualidade sanitária da produção agrícola e proteger a saúde da população do Distrito Federal.

As Boas Práticas Agropecuárias são definidas como o conjunto de princípios, conceitos, práticas, tecnologias, métodos e recomendações técnicas apropriadas aos sistemas de produção de insumos, de animais e de alimentos aplicados e implementados em nível de campo a fim de fomentar e agregar valor às atividades agropecuárias e de promover a saúde e o bem-estar humano e animal.

Para obter a certificação do selo, o produtor interessado deve procurar a Seagri ou o escritório local da Emater mais próximo de sua cidade e assinar o Termo de Adesão e Compromisso, comprometendo-se a atender as exigências previstas pelo Programa. De posse do Termo de Adesão e Compromisso a Emater realiza a vistoria no estabelecimento rural e elabora o Plano de Adequação da Propriedade.

O BPA foi implementado em 02 de junho de 2016, foram elaborados 67 Planos de Adequação das Propriedades e 10 propriedades receberam a certificação Também foram realizadas ações envolvendo qualificação e certificação de agricultores, resultou em 78 agricultores fomentados na transição agroecológica que anteriormente atuavam na produção convencional e foram feitas as concessões do Selo Brasília Alimento Seguro em 11 propriedades.

2017

A fim de certificar as propriedades rurais produtoras de alimentos in natura, foram realizadas, durante o ano de 2017, a adesão de 1.119 propriedades rurais, a elaboração de 11 projetos de adequação, a certificação de cinco propriedades e a realização de quatro cursos em Boas Práticas Agropecuárias.

EMATER - As ações em 2017 foram focadas em capacitações e orientações para promoção da produção de alimentos com qualidade higiênico-sanitária na adequação das propriedades rurais com vista a Certificação das propriedades do DF e resultaram em:

1.104 termos de adesão ao Programa Qualidade no Campo;

78 planos de adequação a propriedade elaborados;

03 propriedades com certificados de infraestrutura sendo 1 produção de leite, 1orgânica e 1 hidropônica, totalizando 15 certificados.

88 propriedades com fossas implantadas.

2018

A meta referente à Criação e implementação da Certificação de Excelência para propriedades rurais foi alcançada no ano de 2016, onde foi publicada, no DODF nº 128, a Portaria nº 35, de 12 de maio 2016, que instituiu o Programa de Boas Práticas Agropecuárias do Distrito Federal – Brasília Qualidade no Campo. O selo de Boas Práticas Agropecuárias – BPA vem para certificar as propriedades rurais produtoras de alimentos in natura, estimulando a produção de alimentos seguros, a promoção de ações que visam melhorar a qualidade sanitária da produção agrícola e proteger a saúde da população do Distrito Federal. Assim, não houve nenhuma nova informação referente à criação da certificação. Porém, destaca-se que no ano de 2018 foram elaborados 54 Planos de Adequação das Propriedades rurais e 07 propriedades receberam a certificação.

Emater - Em 2018 o projeto de Qualidade dos Alimentos teve enfoque nos agricultores que entregam alimentos aos programas institucionais (PAA/PNAE) dando continuidade das ações do Programa Brasília Qualidade no Campo, programa em parceria com o Sistema Agricultura e a DIVISA que tem o intuito de promover as Boas Práticas Agropecuárias (BPA) na produção de alimentos in natura, com Certificação das propriedades.

Nossas ações foram focadas em capacitação e orientação, com foco na adequação e com vista à Certificação das propriedades rurais, totalizando:

499 termos de adesão ao Programa Qualidade no Campo;

66 planos de adequação a propriedade elaborados;

12 propriedades certificadas no Programa de Qualidade dos Alimentos ;

3.113 pessoas atendidas, sendo 6.142 atendimentos com repetição, considerando a realização dos seguintes métodos coletivos: campanhas, dias especiais, excursões, cursos e unidades de experimentação; e

197 agricultores e trabalhadores rurais capacitados em Boas Práticas Agrícolas para folhosas, raízes, frutos e de manejo adequado de agrotóxico.

10. Ampliar para 2800 o número de propriedades rurais em transição agroecológica, orgânicas e de base agroecológica (EMATER);

2016

Houve apoio à transição agroecológica e à conversão para a produção orgânica por parte das instituições públicas, através de ações de assistência técnica e extensão rural agroecológica em todo o DF, envolvendo aspectos tecnológicos da produção, comercialização, aspectos sociais e ambientais. Estas ações resultaram em cerca de 400 agricultores com sistemas produtivos de base agroecológica, em processos de conversão para a produção orgânica e em mais de 210 agricultores(as) já certificados ou cadastrados(as) como orgânicos no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

2017

Foram realizadas ações no sentido de certificar as propriedades em transição agroecológicas para atender à demanda crescente de produtos orgânicos e ainda abrir novas oportunidades de comercialização, através da abertura de novas feiras no DF para comercialização de tais produtos, incentivando novas modalidades de venda direta nos chamados circuitos curtos de comercialização. Outro mercado em ascensão para produtores familiares são as compras institucionais de produtos orgânicos, onde 116 produtores comercializaram a sua produção para o PNAE, PAA e PAPA-DF. Em 2017 a venda direta de produtos orgânicos ao consumidor aumentou 34%. Apesar da crise hídrica que afetou a produção agroecológica local, os esforços envidados para certificação, mudança da forma de reconhecimento da produção orgânica nas propriedades que tinham declaração de orgânico reconhecida pelo Ministério da Agricultura, culminaram ao final do ano em uma resposta positiva para o setor de produtos orgânicos local.

2018

Neste ano foram atendidos 1.519 beneficiários, sendo que as demandas de conhecimento mais procuradas foram: práticas agroecológicas sobre adubação verde e compostagem, manejo da fertilidade do solo, plantio e tratamentos culturais agroecológicos. Nesse contexto, além do público originário dos assentamentos sobre gestão, comercialização e mercado de produtos orgânicos. Em 2018 os extensionistas da EMATER-DF atenderam a 2.483 ações de extensão rural voltadas a práticas agroecológicas. No Distrito Federal, são produzidas 8.200 toneladas de hortaliças orgânicas.

11. Implementar e realizar assistência técnica em hortas escolares, assistenciais, hospitalares e comunitárias (EMATER);

2016

A meta foi atingida e está diretamente relacionada com a disponibilidade de insumos, ferramentas, adubos e sementes aos participantes das atividades. Esses insumos estiveram disponíveis no ano de 2016, provenientes de convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS firmado em 2011 e encerrado em novembro de 2016.

2017

A meta continua sendo atingida no ano de 2017, com as atividades de hortas escolares e hortas comunitárias. Foi concluído o segundo Curso Produção e Cultivo de Alimentos Saudáveis por meio da Hidroponia, numa parceria com a Fábrica Social (SEDESTMIDH), com a capacitação mais duas turmas de público urbano (25 participantes cada turma) iniciada no mês de setembro. Como subsídio à produção das hortas Escolares e Hortas Comunitárias foram disponibilizados insumos na forma de adubos, sementes, ferramentas e assistência técnica a 43 hortas escolares, beneficiando estimados 21.500 alunos, 03 hortas comunitárias e ainda 20 entidades assistenciais tais como centros de atendimento à população de rua (Centro POP), CAPS e centros de saúde. Além desses, também foram atendidas, 06 unidades de internação socioeducativas da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do DF.

2018

Neste ano foram concluídos o terceiro e quarto curso de Produção e Cultivo Saudáveis com 25 participantes para cada turma. Como subsídio à produção das hortas escolares e hortas comunitárias foram disponibilizados insumos na forma de adubos, sementes, ferramentas e assistência técnica a 119 hortas escolares (escolas e creches), beneficiando, estimados 50.000 alunos, 02 hortas comunitárias e, ainda, 20 entidades assistências tais como centros de atendimento à população de rua (centro POP), CAPS, ONG's, além de hospitais e centros de saúde. Foram também atendidas 11 unidades da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal.

12. Construir, ampliar e reformar unidades de apoio para a área rural (SEAGRI/ EMATER/ CEASA);

2016

Através de parceria com a Companhia Urbanizadora da Nova Capital. - NOVACAP, a Emater viabilizou o empenho conforme consta nos Processos nº 112.004.966/16, 112.004.864/16, 112.004.865/16, referente à contratação da elaboração do projeto de reforma dos Escritórios Locais: Gama, Alexandre Gusmão e Vargem Bonita.

Foi aprovado pelo Conselho de Administração da Emater- DF por meio da Deliberação Nº 14/2016 de 26 de setembro de 2016 a definição de programação orçamentária de recurso próprio para reforma do prédio Sede. Cabe ressaltar que o quadro de empregos permanentes da Emater não dispõe de vagas para a especialidade engenharia civil, sendo necessária à contratação de empresa especializada para elaboração de projeto, execução e fiscalização da obra.

Ressaltamos que foi pactuado com a Secretária Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - SEAD, órgão ligado a Casa Civil da Presidência da República, tendo como interveniente a Caixa Econômica Federal, o Contrato de Repasse de Nº 839.700/2016 - SICONV, com a finalidade de construção do Centro da Agricultura Familiar, composto por um galpão multiuso, banheiros públicos e unidade de apoio administrativo, com área total construída de 1.739,75 m², localizado no "módulo A, Lote 14, PAD-DF" situada no imóvel rural denominado Poço Claro ou Lamarão, Região Administrativa do Paranoá.

Em 2016, houve a atuação da Seagri em elaboração de projetos e análises/orçamentos, mas não se iniciou construção, ampliação e reforma de unidades de apoio para a área rural. Apesar de esta meta integrar o PPA 2016, ela somente seria atendida após a sequência: elaboração de projeto, aprovação de orçamento e execução (se houver recurso disponível).

A Ceasa em 2016 não teve participação na construção, ampliação e reforma de unidades de apoio para a área rural. No entanto, a mesma possui em seu espaço, unidades de apoio que funcionam em atendimento aos usuários da Ceasa.

2017

No exercício de 2016 houve parceria com a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap) para viabilizar a contratação e elaboração de projeto de reforma dos Escritórios Locais da Emater como Gama, Alexandre Gusmão e Vargem Bonita. Foi realizada ainda a definição de programação orçamentária de recurso próprio para reforma do prédio Sede. Além disso, foi efetuada a contratação de um engenheiro civil para a execução e fiscalização de obra. Entretanto, por uma questão orçamentária, juntamente com a não aprovação dos projetos complementares pelos órgãos competentes, não ocorreu a execução desta meta no exercício de 2017.

A Ceasa em 2017 não teve participação na construção, ampliação e reforma de unidades de apoio para a área rural. No entanto, a mesma possui em seu espaço, unidades de apoio que funcionam em atendimento aos usuários da Ceasa.

2018

Em 2018 houve a atuação da SEAGRI na elaboração de projetos e análises/orçamentos, mas não se iniciou construção, ampliação e reforma de unidades de apoio para a área rural. Apesar de esta meta integrar o PPA 2016-2019, ela somente seria atendida após a sequência: elaboração de projeto, aprovação de orçamento e execução (se houver recurso disponível).

A Ceasa em 2018 teve participação na construção, ampliação e reforma de unidades de apoio para a área rural, como, por exemplo: Construção de nova portaria para facilitar o controle e melhorar a logística de trânsito na CEASA-DF. A obra foi 100% concluída em 2018; Construção do tanque de retardo, bem como drenagem e pavimentação de áreas de circulação da CEASA-DF. A obra até 31/12/2018 estava com 80% concluída; Construção de novos pavilhões. A obra, até 31/12/2018, estava com 18% concluída; Construção de coberturas metálicas nos pavilhões B11 e B12. A obra, até 31/12/2018, estava com 71 % concluída; Construção de Mezanino localizado no Pavilhão B8. A obra, até 31/12/2018, estava com 100% concluída.

Emater - No exercício de 2018 não foram executados metas referentes a reforma, construção ou ampliação do edifício Sede e dos Escritórios Locais da EMATER-DF. Os projetos de engenharia para reforma do Gama, Vargem Bonita e Alexandre Gusmão que estavam sob a responsabilidade da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), não foram concluídos em 2018. No entanto, existe a expectativa de que após a conclusão que se estima para o exercício de 2019, será realizada a capacitação de recursos com o objetivo da Construção, reforma e ampliação dos escritórios locais.

13. Fazer com que o CEASA funcione mais dias por semana para o produtor rural (CEASA);

2016

A Ceasa tem buscado ampliar o atendimento aos produtores rurais que desejam comercializar seus produtos no Mercado Livre do Produtor. Esse mercado funciona de segunda a sexta das 5h às 12 horas, sendo seu maior fluxo de comercialização nos dias de segunda e quinta-feira. Dada a consolidação desses dois dias da semana no calendário de comercialização da Ceasa, a Seção de Mercado junto a Gerência Técnica Operacional tem trabalhado para estimular a ampliação da quantidade de produtores que comercializam nos demais dias. Para isso, no último ano foi ampliada a divulgação entre os compradores da realização de feiras atacadistas durante toda a semana, criação de atendimento imediato dos produtores que desejam comercializar sua produção nos dias de terça, quarta e sexta, sem taxaço, para estimular o desenvolvimento e crescimento do mercado nesses dias. Dessa forma, a Ceasa tem garantido o funcionamento do mercado em todos os dias da semana, investindo agora em divulgação e na consolidação da comercialização nesses dias.

2017

A Ceasa manteve as ações criadas em 2016, durante o ano de 2017, mantendo com isso 100% no atendimento deste requisito.

2018

Foram divulgados e contemplados espaços nos dias de terça, quarta e sexta-feira de imediato, produtores e permissionários que por sua vez, tiver disponibilidade de comercializar sua produção nesses dias, fazendo com que o espaço do Mercado Livre do Produtor, duplicasse os dias de comercialização.

14. Construir nova unidade da CEASA. (CEASA);

2016

A execução da meta estabelecida no PPA 2016/2019 não foi realizada em 2016, considerando as características específicas para o terreno a ser selecionado para receber novas instalações da Ceasa tais como área ampla, topografia plana e de fácil escoamento de águas, estrutura viária para grande fluxo de veículos leves e pesados e livre de outras destinações, não foi possível a definição do local para providências de projeto e outras tratativas pertinentes à execução. Em 1º de dezembro de 2016 foi encaminhado à SEAGRI as justificativas relacionadas à necessidade de transferência da estrutura de atacadistas da Ceasa para nova área. Esse documento deu origem ao Processo 0071-000006/2017 – Ceasa que se encontra na casa Civil para análise.

2017

O Processo 0071.000196/2017 foi encaminhado para a SEAGRI conforme expediente em 08 de Agosto de 2017 após criação do grupo de trabalho para elaboração da proposta de expansão das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal.

2018

Aberto Processo SEI 00071-00000495/2019-14 para embasar novo local, foi realizado relatório técnico, e o processo está em andamento para a implantação de um novo entreposto da CEASA-DF (CEASA NOVA) para a instalação de Centros de Distribuição-CD, de empresas do ramo alimentício.

15. Alcançar equilíbrio econômico financeiro da CEASA (CEASA);

2016

Em 2016, a Ceasa implantou o programa de demissão voluntária, no qual foi possível reduzir custos com pessoal, além de renovar sua força de trabalho com a convocação de novos empregados. Além disso, houve um controle mais efetivo da cobrança e do controle dos inadimplentes, fazendo com a inadimplência tenha diminuído de 17%, em 2015, para 12% em 2016, o que representou a recuperação de créditos a receber considerável através de parcelamentos, que beneficiaram tanto o usuário como a Ceasa. Através dessas ações, a empresa conseguiu apurar um resultado financeiro positivo em 2016 de aproximadamente R\$ 870.000,00 reais, o que representou não apenas a recuperação do equilíbrio financeiro da empresa, como também a possibilidade de planejar novos investimentos na melhoria do serviço oferecido pela empresa aos produtores rurais e empresários. Por fim, para os próximos exercícios são previstos novos investimentos em construções que gerarão receitas para a empresa, o que consolidará de vez o equilíbrio econômico financeiro da Ceasa.

2017

A Ceasa manteve as ações criadas em 2016, durante o ano de 2017, mantendo com isso 100% no atendimento deste requisito.

2018

Com o objetivo fundamental de buscar o equilíbrio entre receitas e despesas, a CEASA-DF realizou nos últimos anos algumas ações muito importantes, uma delas foi o programa teve por objetivo a recuperação de créditos e a diminuição da inadimplência junto a CEASA-DF, de pessoas físicas e jurídicas, oferecendo a oportunidade de liquidar seus débitos mediante a redução de juros de mora e multas. Aderiram ao programa 19 pessoas jurídicas e físicas com o valor de Implantação de R\$ 2.330.431,21. Até o dia 31 de dezembro de 2018 já foram recuperados R\$ 671.867,52. Até o final do programa espera-se recuperar o valor de R\$ 2.629.307,42.

Acordo Judicial

Desde 2011, tramitava no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios uma ação movida pela CEASA-DF em desfavor da empresa ENGECOPA Construtora Incorporadora S/A que culminou com a assinatura de um acordo judicial nos seguintes termos e com a seguinte ordem cronológica: A ENGECOPA se comprometeu a quitar integralmente o débito devidamente atualizado de R\$ 24.073.271,62 (vinte e quatro milhões, setenta e três mil, duzentos e setenta e um reais e sessenta e dois centavos) apresentado pela CEASA-DF da seguinte forma: R\$ 13.459.197,71, ou seja, 55% da dívida em parcelas mensais e sucessivas até o encerramento do Contrato de Concessão de Uso nº 002/94, que se dará em 11 de março de 2021, tendo seu valor residual atualizado com juros de 1% ao mês e incidência de atualização monetária tendo como base o INPC; os outros 45% da dívida, ou seja, R\$ 10.614.073,91 serão pagos em parcelas intermediárias sendo 5% na ocasião do vencimento da 12ª (décima segunda) parcela, 20% na ocasião do vencimento da 20ª (vigésima) parcela e 20% no dia 10 de março de 2021.

16. Reestruturar o organograma, visando a eficiência operacional e aumento da capacidade de gestão para entrega de resultados à sociedade (CEASA).

2016

Por meio do processo nº 071.000.121/2015 foi proposta a criação de novos cargos para adequação da estrutura organizacional da Ceasa. O objetivo é criar cargos que melhorem a estrutura da empresa, tornando os processos internos mais eficientes, atendendo as demandas internas e externas de forma satisfatória. O processo foi encaminhado para a Governança do Distrito Federal, porém em 2016 foram solicitados diversos ajustes, que foram realizados e encaminhados novamente para apreciação dos órgãos competentes. Dessa forma, a Ceasa depende hoje da análise e aprovação de outros órgãos para poder cumprir essa meta, tendo realizado todas as etapas de sua competência no ano de 2016.

2017

Neste quesito não houve avanço no ano de 2017.

2018

A despeito de o plano ter sido nomeado por reestruturação de organograma, ao longo de 2017-2018 na Ceasa/DF efetivou-se a criação de dois cargos em comissão, e não uma reestrutura de organograma propriamente dita, cargos esses criados dentro do processo SEI 00071-00001043/2018-61, em papel originalmente 071.000.121/2015. Assim, ações de re-estrutura do organograma institucional não são de conhecimento do atual corpo diretivo, e não consta nenhuma alteração de tal natureza efetivada no ano de 2018.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1480	CANAL RECUPERADO	KM	11	31/12/2014	15	19,675	15	1,47	15	17,486	5,5	SDR/ SEAGRI / UO 14101 / OE 4
1481	PRODUTOR ASSISTIDO EM DOAÇÃO DE INSUMOS	PESSOA	1030	31/12/2014	650	438	650	4.390	650	933	650	SAF/ SEAGRI / UO 14101 / OE 4
1482	PARTICIPAÇÃO DO AGRICULTOR NOS PROGRAMAS DE COMPRAS INSTITUCIONAIS	PESSOA	1161	30/06/2015	1.550	1.451	1.700	1.321	1.850	1.793	2.000	SAF/ SEAGRI / UO 14101 / OE 4
1483	AGRICULTOR ASSISTIDO	UNIDADE	10.000	31/01/2015	10.900	11284	11.800	12.362	12.700	10.417	13.600	EMATER-DF / UO 14203 / OE 4
1484	PARTICIPAÇÃO NO PAA/PNAE/PAPA-DF	PESSOA	637	31/12/2014	870	1.626	1110	1.501	1360	1.657	1600	EMATER-DF / UO 14203 / OE 4
1485	AGRICULTORES COM ESPAÇO PARA COMERCIALIZAÇÃO NA CEASA-DF	UNIDADE	460	31/05/2015	506	392	552	564	607	586	667	CEASA-DF / UO 14202 / OE 4
1486	ÁREA (BOX) DISPONÍVEIS PARA EMPRESAS ATACADISTAS COM PERMISSÃO DE USO	UNIDADE	233	31/01/2015	245	226	256	245	256	278	256	CEASA-DF / UO 14202 / OE 4
1487	ORGANIZAÇÕES DE AGRICULTORES FAMILIARES COM INCENTIVO PARA COMERCIALIZAÇÃO	UNIDADE	38	31/05/2015	48	35	50	38	53	38	55	CEASA-DF / UO 14202 / OE 4
1488	PESSOAS EM INSEGURANÇA ALIMENTAR BENEFICIADAS ATRAVÉS DAS INSTITUIÇÕES ATENDIDAS PELO BANCO DE ALIMENTOS	UNIDADE	41.300	31/01/2015	45.000	35.754	32.000	32.528	32.500	32.091	33.000	CEASA-DF / UO 14202 / OE 4
1489	RESULTADO FINANCEIRO OPERACIONAL LÍQUIDO	%	0,34	31/05/2015	2	3	5	4,5	7,5	5,4	10	CEASA-DF / UO 14202 / OE 4

Justificativas 2016

Indicador 1480 - Houve uma demanda superior ao que havia sido planejado, mas ocorreram aquisições de novas máquinas e implementos, possibilitando o atendimento à nova demanda superior.

Indicador 1481 - Foram distribuídos 211 trajetos/caminhões de apara de poda e 672 toneladas de composto orgânico/calcário.

Indicador 1482 - No Programa de Aquisição de Alimentos - PAA 980 Agricultores Familiares - AF foram cadastrados. No PAA na modalidade Institucional participaram 111 Agricultores Familiares -AF. No PAA modalidade CONAB participaram 47 Agricultores Familiares - AF. No Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE participaram 250 Agricultores Familiares - AF. No Programa de Aquisição da Produção da Agricultura - PAPA/DF participaram 63 Agricultores Familiares - AF.

Indicador 1483 -11.284 beneficiários de ATER (agricultores, trabalhadores, mulheres, jovens e organizações rurais) assistidos, com repetição, totalizando 79.095 atendimentos. As pessoas foram assistidas em desenvolvimento da produção agrícola e produção animal, desenvolvimento de negócios, humano e social, gestão ambiental e atividades não agrícolas.

Indicador 1484 - Participação de 1.138 agricultores familiares no PAA, 250 no PNAE e 238 no PAPA. O índice foi superado, principalmente, devido a disponibilização de recursos da área federal. Também houve a inclusão de novos produtos nas chamadas públicas, inclusive orgânicos; renovação e execução de contratos firmados em anos anteriores; e apoio a associação e cooperativa na execução de projetos.

Indicador 1485 - Conforme informações mais recentes do setor de estatística da CEASA/DF foram atendimentos 510 agricultores com espaço para comercialização na CEASA/DF, os espaços destinados ao agricultor foram ampliados e melhorados.

Indicador 1486 - Conforme informações recentes da Diretoria Operacional da CEASA/DF são disponibilizados 245 boxes para usuários na CEASA/DF. Em 2016, houve a retomada de alguns boxes por motivo de inadimplência através de processo judicial.

Indicador 1487 - A meta de 48 organizações não foi atingida oficialmente, porém já temos no espaço do Mercado de Agricultura Familiar 35 organizações cadastradas e mais 60 agricultores familiares desvinculados de organizações. Esses agricultores estão utilizando a área sem cadastro, por estarem no prazo regimental. O regulamento do Mercado prevê que esses produtores possam utilizar a área enquanto providenciam a regularização da organização, estabelecendo, para isso, o prazo de doze meses. Assim sendo, a expectativa

Indicador 1488 - Conforme informações do Banco de Alimentos da CEASA/DF a adequação à resolução nº 72 do MDS suspendeu o atendimento a diversas entidades por não estarem adequadas as obrigações da resolução.

Indicador 1489 - Com a realização de programa de desligamento voluntário incentivado e a diminuição da inadimplência média mensal, a CEASA/DF conseguiu aumentar o percentual de seu resultado operacional líquido em 2016.

Justificativas 2017

Indicador 1480 - Devido a pouca disponibilidade de pessoal com atribuição para coordenação de equipes de campo, não foi possível alcançar o índice desejado. O número alcançado é resultado do empenho normal da equipe.

Indicador 1481 - O alcance do índice desejado foi possível por ter sido trabalhado paulatinamente conforme os preceitos legais vigentes, com o avanço controlado de seu cumprimento, avaliando o desempenho das ações e assegurando a prestação de contas, primando sempre pela qualidade do atendimento e serviços prestados.

Indicador 1482 - Devido à diminuição de recursos disponibilizados pelo MDSA, o atraso ao iniciar as atividades do PAA no segundo semestre de 2017 e falta de recursos das secretarias do DF para contratação no PAPA, não foi possível alcançar o índice desejado. O valor obtido se deve ao empenho normal da equipe.

Indicador 1483 - Em 2017 foram atendidos 12.362 beneficiários de ATER, compreendendo as categorias de agricultores, trabalhadores, mulheres, jovens e organizações rurais, sem repetição. Os atendimentos com repetição somaram 118.374. As pessoas foram assistidas em desenvolvimento da produção agrícola e produção animal, desenvolvimento de negócios, humano e social, gestão ambiental e atividades não agrícolas.

Indicador 1484 - Em 2017 houve a participação de 1.016 agricultores familiares no PAA; no PNAE 307 e no PAPA-DF 178. O índice foi superado em razão da disponibilização de recursos da área federal, além da inclusão de novos produtos nas chamadas públicas, inclusive orgânicos; renovação e execução de contratos firmados em anos anteriores; e apoio a associação e cooperativa na execução de projetos.

Indicador 1485 - Foi atendida a expectativa de agricultores com espaço para comercialização graças à expansão da abertura das atividades na pedra para todos os dias da semana.

Indicador 1486 - A CEASA/DF está em processo de licitação para ampliação dos novos pavilhões para atender ainda mais boxes para empresas atacadistas.

Indicador 1487 - São 38 organizações, porém o espaço disponível da agricultura familiar está sendo preenchido em sua totalidade, pois algumas organizações possuem mais de um espaço.

Indicador 1488 - A CEASA/DF tem capacidade de atender ainda mais instituições do que está atendendo hoje. O número de instituições atendidas hoje está limitado devido ao Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal ter reduzido drasticamente o volume comprado, o que, mesmo com o aumento do volume recebido pelo Programa Desperdício Zero, não conseguiu ser superado.

Indicador 1489 - Houve perdas importantes de receita no ano de 2017, dentre eles a receita do Makro e o Posto de Gasolina que não permitiram que o índice fosse alcançado este ano.

Justificativas 2018

Indicador 1480 - Devido disponibilidade de equipamentos e combustível, e concentração das ações em poucas frentes, houve uma superação do índice desejado de 16,6% no exercício de 2018.

Indicador 1481 - O índice alcançado foi superior 43,5% do desejado para o exercício de 2018. Na ação foi levado em consideração o tamanho da propriedade e o tipo de empreendimento do produtor. No caso de: Adubo: 188 produtores foram atendidos; cada beneficiário recebeu em média 24m³, ou o equivalente à 2 caminhões; foram entregues 3.490 m³. Sementes: 745 produtores foram atendidos; Cada Agricultor Familiar recebeu em média 2 sacas de sementes (20 kg), mesclado entre semente de milho e feijão.

Indicador 1482 - O índice alcançado ficou abaixo 3% do desejado. A participação alcançada se deu pela adesão aos programas: PAA/TA, PAA/Conab, PNAE e PAPA-DF. O Programa de Aquisição da Produção da Agricultura do Distrito Federal - PAPA-DF, não apresentou o resultado esperado no exercício de 2018, o que comprometeu o resultado. Isto foi motivado pelas dificuldades financeiras enfrentadas pelo Estado no período.

Indicador 1483 - Em 2018 foram assistidos 10.417 beneficiários de ATER sem repetição, compreendendo as categorias de agricultores, trabalhadores, mulheres, jovens e organizações rurais. Os atendimentos com repetição somaram 108.848 assistidos. Os beneficiários das políticas públicas foram assistidos em desenvolvimento da produção agrícola, produção animal, desenvolvimento de negócios, desenvolvimento humano e social, gestão ambiental e atividades não agrícolas.

Indicador 1484 - Em 2018 ocorreu a participação de 1.033 agricultores familiares no PAA, 612 no PNAE e 12 no PAPA-DF. O índice foi superado em virtude da maior disponibilização de recursos para o PNAE, bem como a inclusão de novos produtos nas chamadas públicas, incluindo os orgânicos, a renovação e a continuidade de contratos firmados em anos anteriores e o apoio de associações e cooperativas na execução de projetos.

Indicador 1485 - 2018 - Durante o ano de 2018 a CEASA realizou a verificação in loco de todos os agricultores, durante essa verificação foram realizados recadastramentos a fim de manter atualizados os dados e o atendimento dos pré-requisitos de ocupação dos espaços, alguns agricultores não possuíam a documentação e foram retirados dos espaços até a apresentação dos documentos.

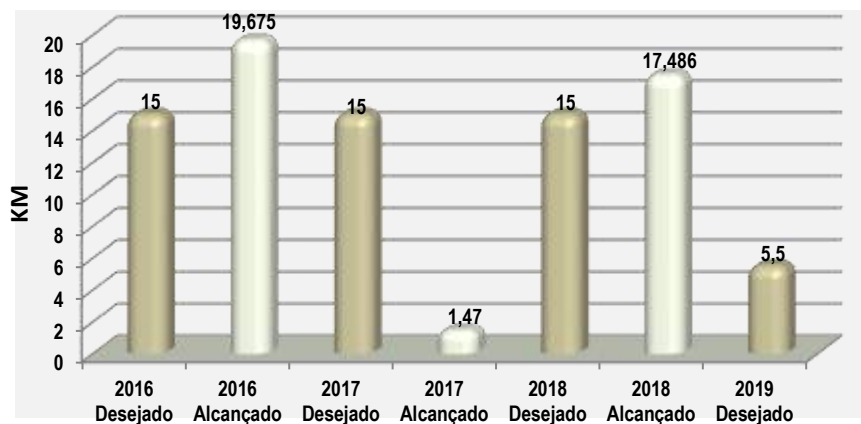
Indicador 1486 - 2018 - O número de espaços disponíveis foi atendido através do plano de negócios da CEASA, implantado em 2017, desde então a CEASA disponibilizou mais espaços para os permissionários.

Indicador 1487 - 2018 - 38 associações estão cadastradas e possuem autorização de uso precária dos espaços, os espaços estão sendo ocupados em sua totalidade, porém algumas associações estão com mais de um espaço.

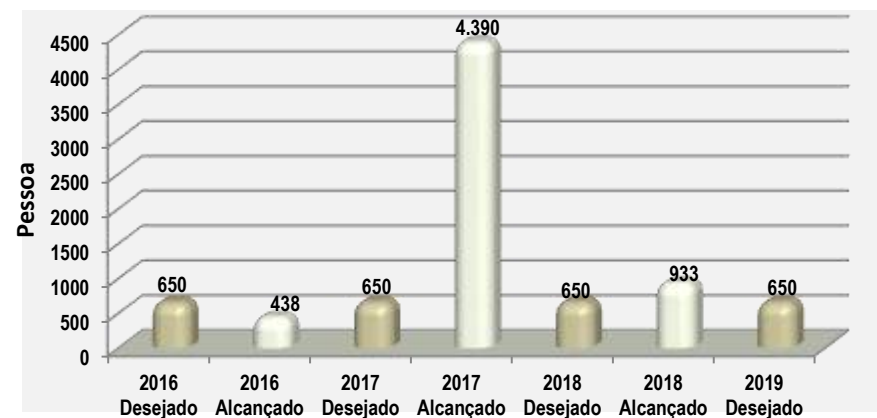
Indicador 1488 - 2018 - O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem relevante representatividade no quantitativo de alimentos distribuídos pelo Banco de Alimentos de Brasília, contudo, observa-se que do ano de 2015 até os dias de hoje, ocorreu uma redução significativa deste volume de alimentos movimentado. Tal redução se explica pelo montante do recurso repassado ao Governo do Distrito Federal pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, uma realidade que tende a perdurar nos próximos anos.

Indicador 1489 - 2018 - Durante o ano de 2018 não houve recomposição dos valores de receitas perdidas em 2017, culminando em um resultado menor do que o esperado.

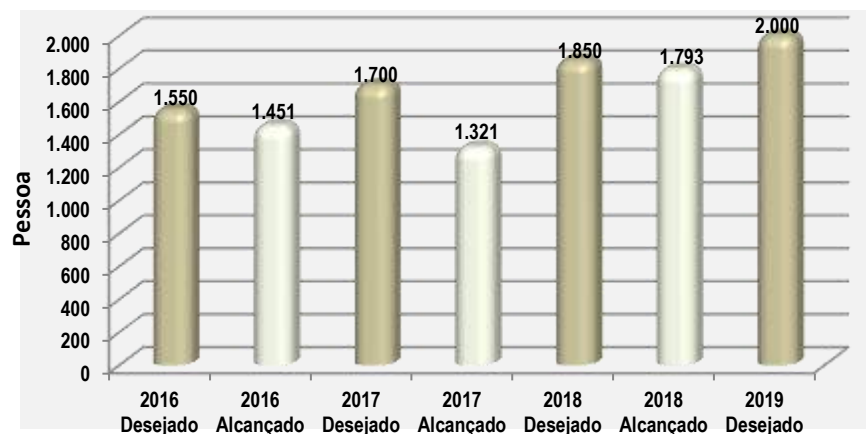
CANAL RECUPERADO



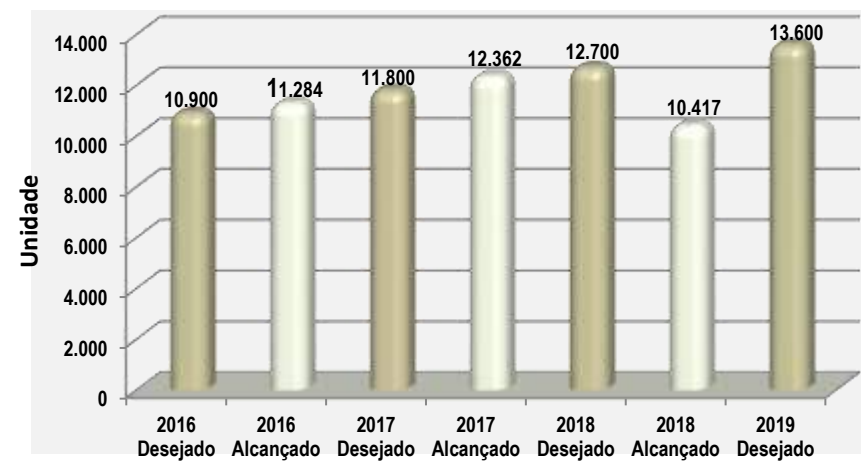
PRODUTOR ASSISTIDO EM DOAÇÃO DE INSUMOS



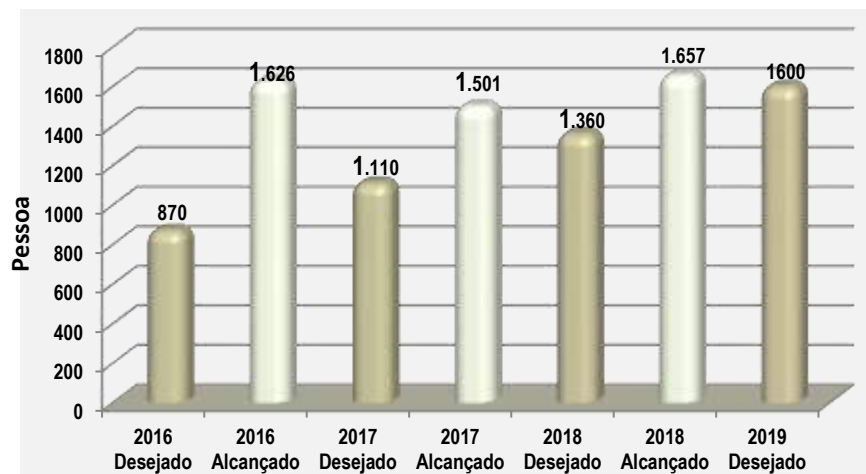
PARTICIPAÇÃO DO AGRICULTOR NOS PROGRAMAS DE COMPRAS INSTITUCIONAIS



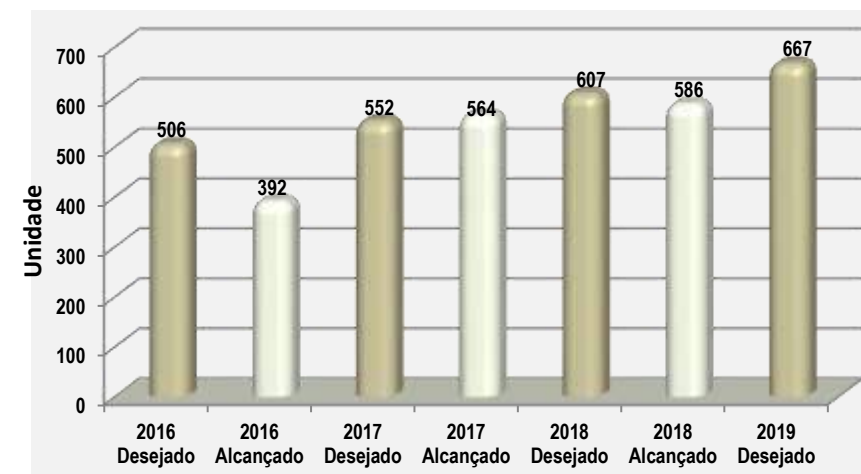
AGRICULTOR ASSISTIDO



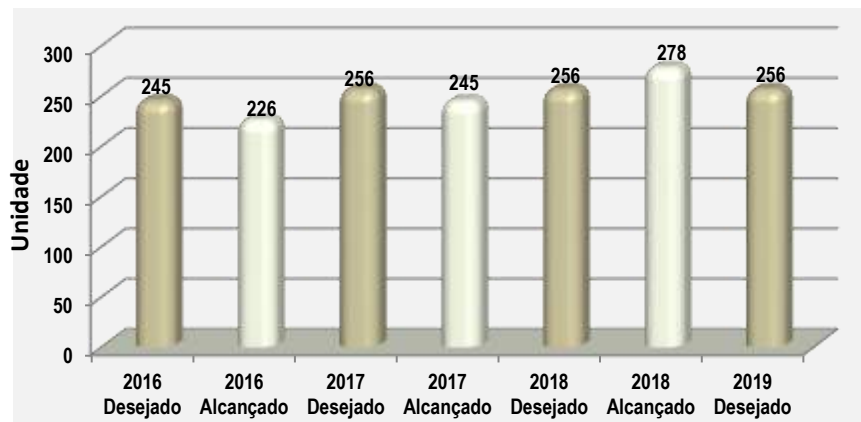
PARTICIPAÇÃO NO PAA/PNAE/PAPA-DF



AGRICULTORES COM ESPAÇO PARA COMERCIALIZIZAÇÃO NA CEASA-DF



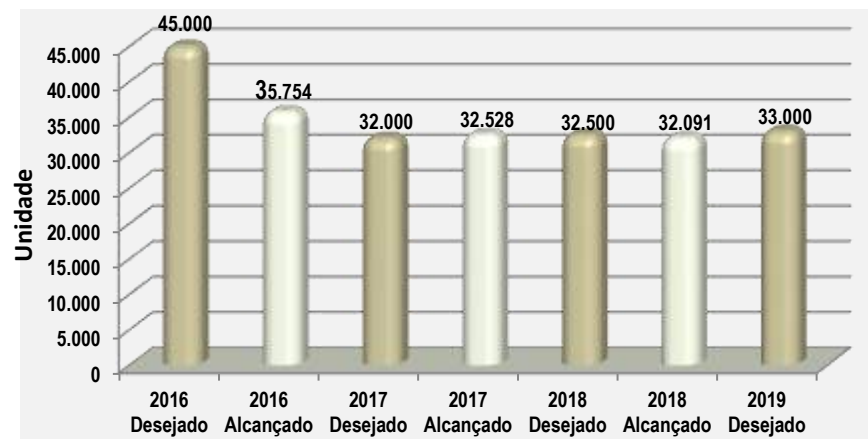
ÁREA (BOX) DISPONÍVEIS PARA EMPRESAS ATACADISTAS COM PERMISSÃO DE USO



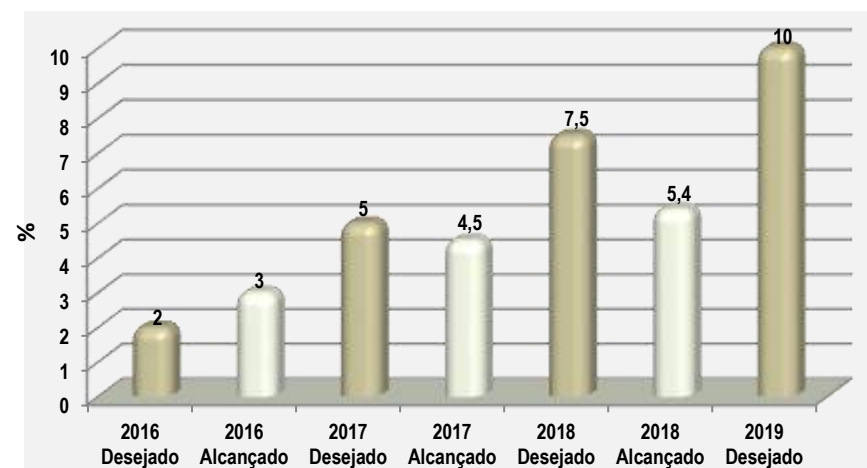
ORGANIZAÇÕES DE AGRICULTORES FAMILIARES COM INCENTIVO PARA COMERCIALIZAÇÃO



PESSOAS EM INSEGURANÇA ALIMENTAR BENEFICIADAS ATRAVÉS DAS INSTITUIÇÕES ATENDIDAS PELO BANCO DE ALIMENTOS



RESULTADO FINANCEIRO OPERACIONAL LÍQUIDO



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6207	4	1	Articulação junto à AGEFIS, à Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo, à Secretaria de Gestão do Território e Habitação, à Subsecretaria de Ordenamento das Cidades, dentre outros órgãos, para a elaboração, implementação e acompanhamento de políticas públicas voltadas à área rural do Distrito Federal (SEAGRI, EMATER)	14101/ 14203	100%	<p>2016 A Segari-DF está com projeto em implementação que é o "Direto na Roça" que envolve a comercialização de produção agrícola de forma direta do produtor rural na utilização de espaços públicos. O projeto foi elaborado e a implementação está no aguardo de decisões da Seagri/Gabinete relativas à adequação de legislações. Várias articulações foram realizadas junto aos órgãos distritais. Ação com 30% de implementação. A articulação com as instituições governamentais no âmbito do GDF está instituída no Plano Integrado de Enfrentamento à Crise Hídrica. Em 2017 o V Seminário Distrital e do Entorno de Agroecologia e o X Congresso Brasileiro de Agroecologia, acontecerá em Brasília, foi articulada a participação do GDF no referido evento em estreita parceria com a entidade representante dos produtores orgânicos do DF, através da Emater, em 2016. Ação com 100% implementação. Como a ação não orçamentária é executada pelas Unidades Seagri e Emater, consideramos a média de 65% de implementação.</p> <p>2017 Em parceria com a SEMA estamos implantando o projeto "Brasília nos Parques" que vai selecionar produtores de orgânicos que estejam interessados em comercializar nos parques de Brasília. Em 2017 aconteceu em Brasília o V Seminário Distrital e do Entorno de Agroecologia e o X Congresso Brasileiro de Agroecologia, com articulação do GDF, Embrapa, Incra e representantes de produtores orgânicos do DF. Prospera em parceria com BRB/SEDESTMIDHT com aprovação de 255 projetos num total de R\$ 4.321.000,00. - Elaboração do Plano de enfrentamento da Crise Hídrica na Bacia do Descoberto com articulação com entidades do GDF (Emater, Seagri, Caesb, Adasa, etc) - Compras institucionais com parceria entre Emater, Seagri, Secretaria de Educação e Governo Federal.</p> <p>2018 A SEAGRI, em parceria com outras instituições, elaborou propostado projeto Programa Produtor de Água para ser implantado na bacia do Descoberto. O Programa Produtor de Água no Descoberto será uma iniciativa que promoverá ações de conservação da água e do solo em propriedades rurais do Alto Descoberto, região de cabeceira do principal manancial do DF. O Produtor de Água no Descoberto busca estimular o uso racional da água na bacia do Alto Descoberto e incentivar a atividade rural sustentável nesta região, que é estratégica para o principal reservatório do Distrito Federal por estar a montante (acima) dele e por possuir cursos d'água que deságuam na barragem. Assim, o que acontece no Alto Descoberto acaba refletindo sobre a população que consome a água do manancial, como as populações das cidades-satélites de Águas Claras, Ceilândia, Samambaia e Taguatinga. A cidade de Águas Lindas de Goiás também poderá ser beneficiada, já que existem planos para que o Descoberto passe a abastecê-la. Em parceria com a SEDESTMIDHT, através da Fábrica Social a Emater-DF ministrou o curso de produção de hortaliças em estufas, cujo objetivo foi promover a inclusão sócio produtiva por meio da educação profissional para pessoas em situação de vulnerabilidade social, com vistas a sua autonomia socioeconômica que capacitou 50 trabalhadores. Foram realizadas com a parceria da Secretaria de Saúde, por meio do Centro Estadual de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), Centro de Informação e Assistência Toxicológica (CIAT), Diretoria de Atenção Primária Saúde e Estratégica da Saúde da Família (DIAPS), Diretoria de Saúde do Trabalhador (DISAT), Laboratório Central (LACEN) e Diretoria de Vigilância Ambiental (DIVAL), Corpo de Bombeiro do DF, NOVACAP e SLU, sendo a principal atividade o "Dia Especial de Saúde", onde são realizadas palestras de promoção da saúde, orientações e alguns exames. Assim, em 2018, foram realizados 18 Dias especiais de saúde com atendimento de 461 beneficiários. Como subsídio à produção das hortas escolares e hortas comunitárias, foram disponibilizados insumos na forma de adubos, sementes e ferramentas, além de assistência técnica. Foram 119 hortas, entre escolas e creches beneficiando 50.000 alunos, 02 hortas comunitárias e 20 entidades assistenciais, tais como os Centros de Atendimento à População de Rua (Centro POP), CAPS, ONG's, além de hospitais e centros de saúde. Também foram atendidas, 11 unidades da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal. A EMATER-DF auxiliou na execução do Projeto REFLORESTAR da SEAGRI, e fez 224 visitas com repetições, beneficiando 181 produtores rurais.</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						<p>No Programa Produtor de Água, cujo objetivo é estimular a preservação dos mananciais por meio da política de pagamento por serviços ambientais voltados a proteção hídrica no Brasil. No DF, o programa foi implantado na bacia do Ribeirão do Pipiripau, foram elaborados 28 Projetos Individuais de Propriedade (PIP) e a EMATER-DF atuou na Restauração e Conservação de Área de Preservação Permanente e Vegetação Nativa, com o plantio de aproximadamente 35.250 mudas.</p> <p>Em 2018, Brasília foi a cidade-sede do 8º Fórum Mundial da Água, maior evento global sobre o tema água. O Sistema Agricultura participou com aproximadamente 50 servidores e trouxe ao evento 08 temas vinculados à questão da água que foram apresentados em 35 momentos. Vale destacar que a participação da Empresa foi intensa, contando com 27 expositores e 15 palestrantes.</p> <p>A EMATER-DF, em parceria com a SEAGRI-DF e CAESB, somaram esforços para a revitalização do canal comunitário de irrigação do Núcleo Rural Santos Dumont, que é derivado do Ribeirão Pipiripau, tendo sido revestido aproximadamente 04 km do canal, até meados de novembro de 2018. Durante as ações para enfrentamento a crise hídrica na bacia do Ribeirão Pipiripau a EMATER-DF mobilizou os irrigantes e usuários de recursos hídricos em reuniões para acompanhamento das alocações negociadas anteriormente, com o total 217 participantes. Foram realizadas visitas para sensibilização, elaboração e acompanhamento do plano de manejo da irrigação em 199 propriedades, sendo instalados 60 equipamentos de monitoramento da umidade do solo, para manejo da irrigação, principalmente de hortaliças. Em duas dessas propriedades foram realizadas visitas de outros produtores para sensibilização quanto ao manejo correto da irrigação (unidades demonstrativas). Em parceria com a SEDESTMIDHT através do Programa PROSPERA foram aprovados 187 projetos resultando na aplicação de R\$ 3.327.160,05 nas atividades desenvolvidas por agricultores familiares.</p> <p>Na modalidade PAA Termo de Adesão, firmado entre o Governo do Distrito Federal e o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA contemplou a inscrição de 1.033 agricultores familiares em 2018, com um recurso financeiro disponibilizado de R\$ 2 milhões, que possibilitou a compra de frutas, hortaliças, frango caipira, doces de frutas e panificados que foram distribuídos para 151 entidades sócias assistenciais do DF (creches, asilos, institutos de combate às drogas, entre outros), totalizando a participação de 30 mil beneficiários nessas instituições. Na modalidade PAA Compra Institucional, cujo objetivo é a aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar pelos órgãos públicos federais, através de chamamento público, foi contratado pelo Ministério da Defesa (Ranchos da Marinha, Exército e Aeronáutica) o valor de R\$1.510.434,62 para suprir seus refeitórios de hortifrutigranjeiros e agroindustrializados.</p> <p>Foram obtidos avanços significativos que foram contemplados na Chamada Pública do PNAE, resultado da atuação do grupo de trabalho composto por membros da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal - SEAGRI-DF, Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal - SEDF e EMATER-DF. Houve a execução financeira de R\$ 9.958.000,00 em 12 contratos.</p>
6207	4	2	Apresentação de projetos para acessar recursos de Fundos de financiamento e Emendas Parlamentares (SEAGRI);	14101	100	<p>2016 01 Projeto de Emenda Parlamentar Federal no valor de R\$ 421.800,00 SDR/DDR para aquisição de 78 kits para fomentar agroecologia. Observação: a implementação depende da liberação do recurso para a compra dos insumos</p> <p>2017 O projeto que foi apresentado no exercício de 2016 para aquisição de 78 kits para fomentar agroecologia por meio de Emenda Parlamentar Federal, Convênio nº 835680/2016, teve o recurso liberado em julho de 2017 no valor de R\$ 421.800,00 com contrapartida do GDF no valor de R\$ 423,00. Em 2017 foi apresentado 01 projeto para acessar recurso de Emenda Parlamentar Federal no valor de R\$ 442.563,00 para adequação ambiental da Serrinha do Paranoá, referente ao Convênio nº 862554, mas o recurso ainda não foi liberado para a Seagri.</p> <p>2018 • Aquisição de Equipamento para Patrulha de Terraplanagem para Fomento da Infraestrutura e Desenvolvimento Econômico e Social da Região Rural do Distrito Federal, SICONV 037810/2018 590.000,00; • Propiciar instalações adequadas ao recebimento dos produtos comercializados e o bom atendimento à clientela da Feira do Lago Norte. N° da Proposta SICONV 037885/2018; • Aquisição de Equipamentos para Fomento da Infraestrutura e Desenvolvimento Econômico e Social da Região Rural do Distrito Federal. N° da Proposta SICONV 065014/2018; • Dotar a SEAGRI de condições mínimas para ampliar sua atuação no sistema produtivo da agricultura familiar do distrito federal, por meio da aquisição de máquinas de terraplanagem, caminhão pipa, implementos de solo e veículo automóvel de apoio, que serão utilizados na conservação e manutenção de estradas rurais de acesso aos produtores rurais assentados. N° da Proposta SICONV: 062263/2018 no valor total</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						R\$ 1.950.390,00. <ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de máquinas e equipamentos para fomento da infraestrutura e desenvolvimento econômico e social da região rural do Distrito Federal. N° da Proposta SICONV: 063974/2018 no valor total R\$ 1.001.360,00; • Dotar a SEAGRI de condições mínimas para ampliar sua atuação no sistema produtivo da agricultura do Distrito Federal, por meio da aquisição de caminhões pipa e veículo automóvel de apoio, que serão utilizados na conservação e manutenção de estradas rurais de acesso aos produtores rurais do DF. N° da Proposta SICONV: 062260/2018 no valor total R\$ 967.135,02; • Aquisição e disponibilização de mudas e insumos para a agricultura familiar do Distrito Federal. N° da Proposta SICONV 880586/18 no valor total R\$ 200.207,94
6207	4	3	Celebração de Termos de Cooperação Técnica com Jardim Botânico de Brasília, Novacap, Rede de Sementes do Cerrado (renovação), IBRAM, Secretarias de Estado e Universidades, entre outros; (SEAGRI, EMATER)	14101/ 14203	100	2016 Foi elaborado o Acordo de Cooperação Técnica entre a Seagri e Rede de Sementes do Cerrado e encaminhado à Assessoria Jurídica Legislativa desta Secretaria para a análise e prosseguimento. Ação com 12,5% de implementação. Emater não celebrou nenhum Termo de Cooperação com essas instituições. Ação com 0% de implementação. Como a ação não orçamentária é executada pelas Unidades Seagri e Emater, consideramos a média de 6,25% de implementação. 2017 Foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica– Aliança do Cerrado. 2018 A SEAGRI elaborou minuta de Acordo de Cooperação Técnica com o SENAR, a fim de promover ações de capacitações ao público rural . EMATER - Meta Atingida em 2017 - Acordo assinado
6207	4	4	Apresentação de projetos para acessar recursos de Fundos de Financiamento FAP-DF, FUNAM, Fundo Clima, FBB, inclusive federais e internacionais (IICA, PNUMA); (SEAGRI, EMATER)	14101/ 14203	100	2016 A Seagri elaborou projeto junto ao IICA para encaminhamento ao Edital IKI -Iniciativa Internacional de Proteção do Clima do Governo Alemão. Obteve-se resposta da não contemplação desta proposta. O valor da proposta era de 4 milhões 520 mil Euros. Ação com 25% de implementação. Emater: apresentado e aprovado ao FUNAM o Projeto Programa de Assistência à Inscrição no Cadastro Ambiental Rural – CAR dos Imóveis Rurais localizados na APA da Bacia do Rio Descoberto DF e aos que tiverem até 4 Módulos Fiscais em todo o DF, no valor de R\$ 1.114.514,70. Ação com 100% de implementação. Como a ação não orçamentária é executada pelas Unidades Seagri e Emater, consideramos a média de 62,5% de implementação. 2017 A Seagri celebrou Convênio de Cooperação Financeira com a Fundação Banco do Brasil para alocação de recursos financeiros necessários à implementação do Projeto nº 16.276, intitulado "Implantação do Plano de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Alto Rio Descoberto", destinado a promover o desenvolvimento rural, econômico e sustentável na Bacia do Alto Rio Descoberto. A Seagri submeteu a proposta "Agroforestry in the Brazilian Savanna: transition to a low-carbon agricultural production in the Brazilian Federal District", em parceria com o IICA, ao IKI (iniciativa do Ministério do Meio Ambiente do Governo Alemão), a fim de acessar recursos da Iniciativa Internacional do Clima. Emater: Instrumento Específico da Anater para atendimento em ATER de forma continuada de 500 produtores familiares totalizando R\$ 1.555.504,00 em 03 anos de prestação de serviço 2018 A SEAGRI não elaborou nenhum projeto para acessar recursos de Fundos de Financiamento. EMATER - Convênio entre o MAPA e a EMATER-DF, que estabelece como objetivo a realização de assistência técnica e extensão rural aos médios produtores rurais do Distrito Federal, com o compromisso de atender, com visitas e outros métodos coletivos de ATER, a um universo de 800 médios produtores. No ano 2018 os resultados alcançados nesse convênio foram: 535 Propriedades atendidas; 431 Diagnósticos elaborados; 214 Planos de ATER realizados; acompanhamentos técnicos efetuados, 13 Atividades coletivas (Dias de campo, Dias especial de saúde e cursos) coletivo, com um total de 510 participantes. Destaca-se também a realização de uma Capacitação técnica para 07 profissionais, viabilizada através da participação desses colaboradores no XII Encontro e IV Simpósio Brasileiro de Hidroponia realizado em Santa Catarina. Instrumento Específico ANATER – Mais Gestão- Trata-se de

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						parceria firmada entre a ANATER e a EMATER- DF que tem por objetivo a qualificação em "Gestão de Empreendimentos da Agricultura Familiar", a organizações sociais (Associações e Cooperativas); sendo 14 (quatorze) localizadas no Distrito Federal e 1 (uma) no município de Luziânia – GO. As ações previstas nessa parceria Iniciaram-se, efetivamente, a partir de novembro de 2018, e apresentaram nesse período os seguintes resultados: 01 reunião de apresentação/socialização do Projeto junto às organizações sociais; 13 Formalizações de termos de adesão; 13 Cadastramentos das Organizações participantes; 01 Diagnóstico Inicial (T-0); 01 Plano de gestão de empreendimento; 80 Horas de assessoria técnica as organizações sociais (empreendimentos) eleitos
6207	4	5	Criação de Grupos de Trabalho interinstitucionais para diagnóstico de potencialidades e elaboração dos Programas de Desenvolvimento; (EMATER).	14203	100	2016 Acordo de Cooperação entre Seagri/Emater/Ceasa para promover a política de desenvolvimento rural, através de programas que articulem ações dos setores de produção, beneficiamento, comercialização e consumo de alimentos. 2017 Formação de Grupo de trabalho em parceria com a Seagri no sentido de elaborar legislação para Agroindústria de pequeno porte. - Plano de enfrentamento da Crise hídrica na Bacia do Descoberto com elaboração de 638 diagnósticos de irrigantes em parceria com a Seagri/Adasa/Caesb- 2018 Jardim Botânico de Brasília com EMATER-DF para trabalhar as orquídeas de cerrado com valor comercial; -Grupo de Trabalho de análise de Planos de Utilização das Unidades de Produção; - Grupo de Trabalho da Aliança pelo Descoberto; - Grupo de Trabalho - tratativas de atendimento pelo Distrito Federal das obrigações da Convenção de Estocolmo; - GT sobre ocupações na Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) Granja do Ipê; - Grupo de Trabalho para discussão sobre diretrizes sanitárias simplificadas e diferenciadas para estruturação e funcionamento das agroindústrias de pequeno porte; -Grupo de Trabalho Interinstitucional de Educação Ambiental.
6207	4	6	Celebração de Termos de Cooperação Técnica e outros instrumentos legais com órgãos governamentais e não governamentais para desenvolvimento e implantação dos Programas de Desenvolvimento; (EMATER).	14203	100%	2016 Acordos de cooperação técnica vigentes no exercício 2016: Associação dos produtores do Núcleo Rural Lago Oeste – ASPROESTE; Cooperativa Agrícola da Região de Planaltina – COOTAQUARA; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Avançado Cristalina-GO – IFC Goiano; Tribunal Regional do Trabalho – TRT; Agência Nacional de Águas – Ana Cooperativa Agropecuária da Região do Distrito Federal - Coopa-DF; Instituto Agronômico do Paraná – Iapar; Incra SR(28)-DF ;Seagri / Ceasa / Emater; Prefeitura de Cristalina; Município de Padre Bernardo – GO; Fape-DF; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Cerrados; Sebrae-DF. 2017 Foram celebrados os seguintes termos de cooperação: Câmara de Comércio Brasil – Portugal Centro Oeste, Seapro/AC, Emater-AC, FUB, Associação Brasileira de Agroecologia-ABA, Finatec, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB, Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico – Adasa, Crea-DF. 2018 Em 2018 foram celebrados os seguintes Acordos de Cooperação Técnica: Embrapa Hortaliças e Instituto de Colonização e Reforma Agrária-INCRA-SR28.
6207	4	7	Atualização, publicidade e implantação de novo regulamento de mercado da CEASA-DF; (CEASA);	14202	100	2016 A atualização do Regulamento de Mercado foi realizada por um Grupo de Trabalho, formado por funcionários da Ceasa, amplamente debatido com as associações de produtores e empresários. A minuta foi aprovada pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho administrativo desta empresa. A cerimônia de apresentação das novas regras de mercado ocorreu em 9 de maio de 2016 no Mercado Livre do Produtor. Na ocasião, o regulamento de Mercado foi distribuído para os produtores e empresários, além disso, o arquivo está disponível por meio físico na Gerência de Mercado e por meio eletrônico no site da Ceasa.

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						<p>2017 Regulamento já implantado.</p> <p>2018 Foi constituído um grupo de trabalho, em parceria e com a contribuição de informações dadas pelas associações, para atualização do regulamento de mercado, visto que os modelos de comercialização tem se modernizado, o regulamento citado, está em sua etapa final, para ser entregue a assessoria jurídica para análise e publicação. Que em 2019 o grupo foi remontado e ainda no primeiro semestre, esta prevista publicação de uma versão revisada do Regulamento.</p>
6207	4	8	Elaboração de manual de boas práticas de comercialização de alimentos no âmbito da CEASA-DF; (CEASA)	14202	50	<p>2016 As ações para a elaboração do manual de boas práticas de comercialização foram interrompidas. Os contatos foram refeitos e aguarda-se posicionamento dos envolvidos para dar continuidade aos procedimentos. Concomitantemente, a Ceasa está colocando em prática algumas atividades que deverão ser incluídas no Manual, tais como a Gestão dos resíduos sólidos e Higienização seguida de padronização das caixas plásticas no Mercado Livre do Produtor.</p> <p>2017 As ações para a elaboração do manual foram interrompidas devido à desentendimentos entre os parceiros envolvidos no trabalho. Os contatos feitos para dar continuidade aos trabalhos não surtiram efeito até o momento. Posto isto, o desenvolvimento dos trabalhos deverão continuar com equipe interna. Concomitantemente a isso, estamos colocando em prática algumas atividades que deverão ser incluídas no Manual de Boas Práticas de Comercialização, tais como a implantação dos projetos de Gestão dos Resíduos Sólidos da Ceasa/DF.</p> <p>2018 O desenvolvimento dos trabalhos está sendo realizado com equipe interna da CEASA-DF, visto que tentou ser feito com parceiros externos e não obteve resultados, concomitantemente a isso, estamos colocando em prática algumas atividades que deverão ser incluídas no Manual de Boas Práticas de Comercialização, tais como a implantação dos projetos de Gestão dos Resíduos Sólidos da Ceasa/DF, Comissão de Gestão da Coleta Seletiva Solidária que já foi instituída, entre outras ações que fará parte do manual de boas práticas de comercialização de alimentos na CEASA-DF.</p>
6207	4	9	Aprimoramento do programa de agro-qualidade, considerando o planejamento estratégico, inclusive com implantação do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos ;(CEASA)	14202	90	<p>2016 As ações do Programa de Agroqualidade têm sido desenvolvidas em relação às práticas de comercialização dos permissionários da Ceasa. O Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PGIRS foi desenvolvido e entregue finalizado. O PGIRS encontra-se em fase de execução do proposto, onde criou-se mudanças na execução do serviço de limpeza da empresa atua na aquisição de novos contêineres adaptados. Ademais, está sendo elaborado um novo Termo de Referência para contratação de uma nova empresa especializada em coleta seletiva, adaptado ao previsto no PGIRS. Em relação aos resíduos sólidos buscou-se também alternativas para destinação final e tratamento dos resíduos sólidos gerados no âmbito da Ceasa.</p> <p>2017 As ações do Programa de Agroqualidade estão sendo aprimoradas juntamente com os técnicos de comercialização. Ações têm sido desenvolvidas em relação às praticas de comercialização dos permissionários da Ceasa/DF, desenvolvendo pareceres técnicos e relatórios que subsidiarão o Manual de Boas Práticas de Comercialização da Ceasa/DF. O Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PGIRS, foi desenvolvido e entregue finalizado no início de 2017. O PGIRS se encontra em fase de execução do proposto, com mudanças na execução do serviço de limpeza e varrição da atual empresa terceirizada, com a reforma e aquisição de novos contêineres adaptados. Ademais, foi elaborado um novo Termo de Referência para contratação de uma nova empresa especializada em coleta seletiva e varrição, adaptado ao previsto no PGIRS, e está em fase de licitação. Outro Termo de Referência também foi elaborado para a coleta, transporte e destinação final dos resíduos, e também está em fase de licitação. Os EcoPontos foram demandados à equipe de manutenção e estão em fase de início de construção. Em relação aos resíduos sólidos orgânicos especificamente, está sendo elaborado um projeto de compostagem. Uma comissão de gestão da coleta seletiva solidária foi formada também no âmbito da Ceasa/DF.</p> <p>2018 As ações do Programa de Agroqualidade estão sendo aprimoradas juntamente com os técnicos de comercialização. Ações têm sido desenvolvidas em relação às praticas de comercialização dos permissionários da Ceasa/DF, desenvolvendo pareceres técnicos e relatórios que</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						subsidiarão o Manual de Boas Práticas de Comercialização da Ceasa/DF. O Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PGIRS, foi desenvolvido e entregue finalizado no início de 2017. O PGIRS se encontra em fase de execução do proposto, com mudanças na execução do serviço de limpeza e varrição da atual empresa terceirizada, com a reforma e aquisição de novos contêineres adaptados. A contratação de nova empresa especializada em coleta seletiva e varrição encontra-se em fase licitatória. Os ecopontos foram instalados com sucesso.
6207	4	10	Implantação de CNPJ do Banco de Alimentos (CEASA);	14202	0	2016 Foram realizados estudos em 2016 para implantação do CNPJ do Banco de Alimentos da Ceasa, porém a ação foi considerada inviável. A criação de um CNPJ significaria a criação de uma nova personalidade jurídica, com custos próprios, gerando um gasto com o governo. Portanto, entendeu-se pela não necessidade da implantação do CNPJ, continuando o banco de alimentos com seu funcionamento como parte integrante do complexo administrativo da agricultura do Distrito Federal. 2017 Situação anteriormente considerada inviável. 2018 – Situação inviável
6207	4	11	Regulamentação da atuação dos carregadores avulsos (Lei 12.023, de 2009) (CEASA);	14202		2016 Em 2015 foi autuado processo administrativo nº 071.000.169/2015, objetivando a aplicabilidade da Lei nº 12.023/2009 que trata das atividades da movimentação de mercadorias em geral. Com isso foi firmado entre a Ceasa e o SINTRAMB - Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias de Brasília. Foi apresentado pelo SINTRAMB um plano de trabalho, incluindo o cronograma para cumprimento das normas. A Ceasa nomeou servidores para fiscalizar o Termo de Cooperação e o mesmo foi colocado em prática no ano de 2016. No entanto ainda há ações a serem desenvolvidas, que serão firmadas em novo acordo em 2017, onde se dará continuidade aos trabalhos iniciados. 2017 No dever de acompanhar e fiscalizar o funcionamento do mercado atacadista nesta Ceasa-DF e em relação à aplicabilidade da Lei nº 12.023/2009, informamos que foram realizadas ações como o cadastramento dos carregadores e distribuição de uniformes para os profissionais da classe. No entanto, ainda existem ações a serem realizadas no que trata a Lei supracitada. 2018 No dever de acompanhar e fiscalizar o funcionamento do mercado atacadista nesta Ceasa-DF e em relação à aplicabilidade da Lei nº 12.023/2009, informamos que foram realizadas ações como o cadastramento dos carregadores e distribuição de uniformes para os profissionais da classe ainda no ano de 2017, no ano de 2018 houve novas reuniões para implantação e o fornecimento de identificação do trabalhador habilitado se encontra em andamento e vem sendo realizado pelo Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral de Brasília-DF-SINTRAMB. No entanto, ainda existem ações a serem realizadas no que trata a Lei supracitada.
6207	4	12	Administração do Mercado da Agricultura Familiar (CEASA);	14202	100	2016 O espaço passou a ser administrado pela Ceasa em 2016. Nesse ano, foram regularizadas as documentações das organizações familiares, adquiridas bancas padronizadas para comercialização, reorganizado o layout, confeccionado placas para diferenciação de produtos convencionais e orgânicos, elaborada normativa para funcionamento do mercado entre outras. Atualmente, cerca de 35 organizações comercializam todos os sábados no Mercado de Agricultura Familiar, as ações implementadas pela Ceasa foram fundamentais para organizar o uso do espaço e regulamentar normas para seu funcionamento. Houve um ganho significativo de valor atribuído, com crescimento nas vendas e na imagem final levada ao consumidor. 2017 A Ceasa manteve as ações criadas em 2016, durante o ano 2017, mantendo com isso 100% no atendimento deste requisito. 2018 A Ceasa manteve as ações criadas em 2016, durante o ano 2017 e em 2018/2019, contemplou mais instituições uma delas foi a ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA SANTA CRUZ CNPJ nº 32.803.292/0001-97 de Formosa-GO que, tem mais de 100 produtores contribuindo para uma quantidade maior de produtos comercializados no Mercado da Agricultura Familiar, atraindo e aumentando a comercialização local.
6207	4	13	Realização de avaliação e atualização do ativo permanente	14202	80	2016 Foi autuado em 2016 o processo nº 071.000.217/2016 com o intuito de se realizar a avaliação e atualização dos ativos permanentes da Ceasa, o

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			da CEASA-DF (CEASA);			mesmo foi analisado pela Diretoria Administrativa e encontra-se em fase de licitação. Após a contratação da empresa, será realizado estudo para reavaliação imobiliária e do ativo permanente da empresa. 2017 A Ceasa manteve as ações criadas em 2016, durante o ano 2017, mantendo com isso o mesmo percentual no atendimento deste requisito. 2018 Foi feita a contratação da empresa para serviços de reavaliação e atualização do ativo permanente da Ceasa/DF (Pregão Eletrônico 01/2017, processo original 071.000217/2016, não digitalizado). A empresa entregou o serviço. O resultado da avaliação e a consecutória atualização dos valores estão sendo analisadas pelas áreas competentes da Ceasa/DF.
6207	4	14	Desenvolvimento de ferramenta de avaliação do Clima Organizacional e de processos de resposta aos seus resultados (CEASA);	14202	60	2016 Em 2016 a Ceasa através da Diretoria Administrativa, responsável pelo gerenciamento de recursos humanos, desenvolveu um estudo, o qual foi possível a criação de ferramenta de avaliação do Clima Organizacional. Nesse tempo, diversas atividades foram organizadas na empresa com o intuito de trazer ganhos positivos para o clima na empresa. Com a ferramenta desenvolvida, a realização de pesquisa para avaliação ocorrerá no primeiro semestre do exercício de 2017. 2017 A Ceasa manteve as ações criadas em 2016, durante o ano de 2017, mantendo com isso o percentual de atendimento deste requisito. 2018 A Ceasa manteve as ações criadas em anos anteriores, mantendo com isso o percentual de atendimento deste requisito foi criada instrução de serviço com procedimento de avaliação do clima.
6207	4	15	Readequação de organograma/atividades das gerencias de apoio, conforme demanda do planejamento operacional e redesenho dos processos visando melhoria, sobretudo no apoio às atividades finalísticas, com adequação do Regimento Interno (CEASA);	14202	20	2016 A Ceasa possui em andamento o processo nº 071.000.121/2015 para readequação do seu organograma, com o objetivo de dar maior eficiência aos processos gerenciais da empresa. Além disso, foi decidido pela Diretoria da empresa, a renovação do regimento interno da empresa, com o intuito de apresentar no regimento as atividades reais que cada Diretoria e suas divisões desenvolvem, os relatórios de cada Diretoria foram entregues no final de 2016 e o mesmo será discutido e implantado nos próximos meses. 2017 A Ceasa manteve as ações criadas em 2016, durante o ano de 2017, mantendo com isso o percentual de atendimento deste requisito. 2018
6207	4	16	Realização de estudos para novo concurso público (CEASA);	14202	15	2016 A Ceasa em 2016 encontrava-se ainda com seu concurso realizado em 2012 vigente. Dessa forma, em 2016 foi desenvolvido e estabelecido um cronograma para realização das ações necessárias para realizar um novo concurso público. Com o encerramento da validade do concurso anterior, em 2017 serão realizadas as ações previstas no cronograma. 2017 A Ceasa manteve as ações criadas em 2016, durante o ano de 2017, mantendo com isso o percentual de atendimento deste requisito. 2018 Foi aprovada em reunião de Diretoria Colegiada a abertura de processo para contratação de empresa para realização de concurso público..
6207	4	17	Realização de planejamento orçamentário, fiscal e financeiro da CEASA (CEASA);	14202	90	2016 A Diretoria Financeira, através de diversas reuniões com as outras Diretorias da empresa, realizou planejamento orçamentário e financeiro para os próximos exercícios com o intuito de planejar e visualizar o crescimento da empresa. Cada setor conseguiu informar suas necessidades e possibilidade de cortar gastos. Além disso, com o intuito de executar o planejamento estratégico da empresa, foi estabelecido plano de investimentos para os próximos anos, com o objetivo de buscar novas fontes de receitas e consolidar os bons resultados financeiros da Ceasa. 2017 A Ceasa manteve as ações criadas em 2016, durante o ano de 2017, mantendo com isso o percentual de atendimento deste requisito. 2018 A CEASA-DF está concluindo seu plano de investimentos com recursos próprios e atingiu até dezembro de 2018 o percentual de 43%, que

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						totalizou uma execução de R\$ 8.953.351,92 de uma programação orçamentária de R\$ 20.837.816,00, aprovada para o ano de 2018. A Diretoria Financeira da CEASA-DF procurou trabalhar tendo por pressupostos quatro pilares estratégicos de sustentação: Programação Orçamentária; Controle Financeiro; Organização Contábil, e Responsabilidade Fiscal.
6207	4	18	Implantação de rotina de auditoria externa e interna na CEASA (CEASA);	14202	100	2016 Em 2016, foi elaborado pela Diretoria Financeira da Ceasa termo de referência para contratação de auditoria externa, o processo de contratação da empresa foi analisado pela Diretoria Administrativa e pela dificuldade de conseguir cotações e pelos preços elevados para contratação, foi solicitada a realização de ajustes no termo de referência. Foi dado andamento ao processo, no entanto a empresa não foi contratada no exercício de 2016, dessa forma, será elaborado novo termo de referência para executar essa ação no exercício de 2017. 2017 Auditoria externa: foi licitada empresa de auditoria externa, entretanto, o serviço ainda não foi contratado. Com previsão de término para o 2º semestre de 2018. Auditoria Interna: Não foi implantada até o momento. 2018 A CEASA possui implantada rotina anual de contratação de empresa de auditoria externa.
6207	4	19	Construção e implantação de um plano de comunicação interna (CEASA);	14202	80	2016 A Diretoria Administrativa em conjunto com a Assessoria de comunicação estabeleceram um cronograma de reuniões e ações para "redesenhar" a intranet da empresa, com o objetivo de desenvolver a comunicação interna da empresa. Além disso, foram realizados seminários com o corpo gerencial da empresa com o intuito de conscientizar e criar normas para comunicação interna. No próximo ano será desenvolvida e implantada a nova intranet da Ceasa. 2017 A Ceasa manteve as ações criadas em 2016, durante o ano de 2017, mantendo com isso o percentual de atendimento deste requisito. 2018 Enquanto ações de comunicação interna, foram feitos ajustes pontuais e melhorias de lay-out na intranet institucional, tornando-a mais amigável, de tal monta que essa ferramenta segue sendo constantemente alimentada pela ASCOM e GETIC, sempre sob demanda dos interessados em divulgar as informações. A melhoria da comunicação interna, via fluxo de informações, é trabalhada a partir de 2019, sendo tratada em processo específico (SEI 00071-00000316/2019-31).
6207	4	20	Mapeamento e manualização dos processos internos (CEASA);	14202	80	2016 A Diretoria da Ceasa em 2016 determinou que os setores realizassem mapeamento e manualização dos processos internos da empresa. Nesse sentido, diversos setores já criaram manuais para seus processos internos, os quais serão disponibilizados na intranet da empresa em momento oportuno. Além disso, processos internos de pagamento, de gestão de pessoas, aquisição de bens foram mapeados e divulgados internamente na empresa para conhecimento de todos os funcionários. 2017 A Ceasa manteve as ações criadas em 2016, durante o ano de 2017, mantendo com isso o percentual de atendimento deste requisito. 2018 A gestão decidiu por trabalhar os fluxos de informações diretoria a diretoria, havendo uma consolidação geral quando cada diretoria já tiver uma noção dos fluxos insitos às suas atividades. Em relação à DIRAD, todos os fluxos estão sendo trabalhados diretamente pela Gerência Administrativa, dentro do processo SEI 00071-00000316/2019-31, ao qual há de ser dado total transparência no conteúdo na intranet quando de sua consolidação e conclusão. Trabalha-se com a proposição final do fluxo DIRAD ainda no mês de abril-19.
6207	4	21	Aprimoramento do site da CEASA-DF, no sentido de facilitar a consulta e melhorar o acesso às informações	14202	80	2016 – Em 2016, a Ceasa criou juntamente com a Assessoria de Comunicação cronograma para melhoria do site institucional. Diversos novos itens foram adicionados ao site com o intuito de melhorar a transparência das ações desenvolvidas pela empresa, como relatório financeiro, demonstrativo de rateio, relatórios gerenciais, entre outros. Para o exercício de 2017, a Assessoria de Comunicação, juntamente com a Diretoria Administrativa e a Secretaria de Estado de Comunicação desenvolverão novas melhorias para o site da empresa.

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			(CEASA).			<p>2017 A Ceasa manteve as ações criadas em 2016, durante o ano de 2017, mantendo com isso o percentual de atendimento deste requisito.</p> <p>2018 Foi implantado o novo site da Ceasa-DF que segue o padrão adotado pelo GDF para todos os órgãos e entidades ligadas ao Governo. A atualização do site foi dividida entre a Assessoria de Comunicação; Gerência de Tecnologia da Informação; Ouvidoria; Controle Interno; e Gerência de Mercado. Assim os setores com maior demanda de dados a serem postados ganharam autonomia, respeitada a limitação de segurança dada a cada usuário. A descentralização gerou agilidade nas atualizações. O desafio para 2019 é atingir 100% no ranking de avaliação de transparência da Controladoria Geral do DF, que busca verificar o grau de cumprimento de dispositivos da Lei de Acesso à Informação (LAI) e de outros normativos sobre transparência no Distrito Federal, % implementada até 2018 - 80% (oitenta pontos percentuais)</p>

Análise do Resultado do Objetivo Específico

2016/2018

SEAGRI

Dentro do Objetivo Específico, houve o atendimento às demandas de produtores assistidos em doação de insumos que atingiu resultados dentro dos parâmetros possíveis conforme a demanda que houve. A mesma situação ocorreu na participação do Agricultor nos Programas de Compras Institucionais, que depende da necessidade concreta de se realizar compras e haver oferta de propostas. Economicamente estes programas vêm atingindo suas finalidades ao público assistido.

Os programas de compras institucionais (PAA, PAPA/DF e PNAE) executados, diretamente ou em parceria com outros órgãos, pela Seagri são de grande importância para o fortalecimento da Agricultura Familiar. Estes programas viabilizam a aquisição direta, sem licitação, de alimentos e produtos oriundos dos agricultores familiares, para abastecimento da rede socioassistencial ou do mercado governamental, gerando renda para as famílias do campo e contribuindo para a criação de empregos e diminuição do êxodo rural.

Os programas, em sua maioria, visa garantir a segurança alimentar e nutricional e o direito humano à uma alimentação adequada à população do Distrito Federal estando inseridos no Plano Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional – PDSAN/DF.

Os Programas, PAA e PNAE, os recursos utilizados para o fortalecimento da agricultora familiar vem da União, o primeiro do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e o segundo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Já o recurso utilizado para as aquisições do PAPA/DF é proveniente do próprio Distrito Federal.

Cabe ressaltar que, em conjunto, essas políticas vêm avançando em seus objetivos, levando cada vez mais renda ao campo, aumentando numero de famílias de agricultores familiares tendo acesso e garantindo a suplementação alimentar nutricional da população que se encontra em insegurança alimentar e nutricional do Distrito Federal.

A Seagri vem atuando de forma conjunta nos projetos de assentamentos, prestando todo suporte nas questões envolvendo a mecanização de manutenção e abertura de estradas, na conservação de solo e drenagem. Destaca-se também a atuação da Seagri através de suas ações de capacitação de conversação ambiental e em programa de boas práticas aos agricultores familiares que englobam o público atendido.

A articulação com as instituições governamentais no âmbito do Governo Federal e organizações da sociedade civil também está instituída na elaboração de ações não orçamentárias a fim de promover a economia rural no Distrito Federal. Diante disso, foram realizados Acordos de Cooperação Técnica entre a Seagri e Rede de Sementes do Cerrado, onde serão propostos projetos de recuperação ambiental por meio de tecnologias de semeadura direta bem como com o plantio de mudas nativas do Bioma Cerrado, favorecendo diretamente as ações relacionadas ao Plano Integrado de Enfrentamento à Crise Hídrica. Paralelo a isso, a promoção de canais de comercialização direta ao pequeno produtor rural é uma assertiva que viabilizará ao pequeno produtor comercializar os seus produtos diretamente com o consumidor, sem a presença do atravessador, proporcionando renda ao pequeno produtor rural. Esta proposta, nomeada por “Brasília nos Parques”,

tem como finalidade regulamentar pontos de comercialização direta, privilegiando os circuitos curtos, em pontos estrategicamente posicionados em parques públicos do Distrito Federal, devidamente autorizados para esse fim pelos órgãos competentes.

A Seagri, por meio do Convênio SICONV nº 795520/2013, firmado com o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e Caixa Econômica Federal, adquiriu em 2016 Patrulhas Rurais compostas por tratores e implementos e cultivadores motorizados (tobatas) acompanhados de implementos, mas só no exercício de 2017 foram entregues aos assentamentos da reforma agrária. Em 2017 foram adquiridos: caminhão pipa, caminhão caçamba basculante, rolo compactador vibratório, motoniveladora e pá carregadeira com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar. Desse Convênio resta pendente a obra do Centro de Capacitação Ozziel Alves. O valor inicial do projeto estava em R\$ 19.675.146,76, entretanto, devido a necessidades de ajustes orçamentários o valor foi atualizado para R\$ 4.400.000,00.

O projeto de execução para a Obra do Centro de Capacitação de Assentados Ozziel Alves III foi licitado, restando a etapa subsequente de licitação da obra em si. Para tanto há o saldo remanescente de R\$ 4.022.100,00.

No âmbito da Coordenação de Políticas de Assentamento realizou-se 03 Chamamentos Públicos em que foram selecionadas 66 famílias de agricultores familiares para os assentamentos Santarém, Patrícia & Aparecida e 10 de junho, este último a ser concluído no primeiro trimestre de 2018.

No tocante à entrega dos insumos, entre os meses de Agosto a Dezembro de 2017 foram distribuídos 1740 m³ de água e entregues 2000 m³ de aparas de poda.

As parcerias com Emater, Adasa e CEB proporcionaram o manejo e conservação do solo, a outorga de água e a disponibilização de luz nos assentamentos assistidos pela Seagri.

No âmbito do PAA, em 2017 foram adquiridas 578 toneladas de alimentos destinadas a 30 mil pessoas por meio de 126 entidades sociais do DF. Para tanto, foram cadastrados 1.014 agricultores familiares no PAA Termo de Adesão. Foram investidos no campo R\$ 1,79 milhões que contribuíram para o desenvolvimento e inclusão socioproductiva dos agricultores familiares do DF.

Para o biênio de 2016 e 2017 foram adquiridas 1.146 toneladas de alimentos, com 1.988 agricultores cadastrados no programa. Esse volume de produtos foi distribuído às 159 entidades socioassistenciais que atendem a aproximadamente 40 mil pessoas em estado de vulnerabilidade alimentar.

No tocante ao Programa de Aquisição da Produção da Agricultura – PAPA/DF, foram realizadas 08 chamadas públicas em 04 órgãos públicos (Secriança, Sedestmidh, Emater e BRB), no valor total de R\$ 8.412.634,08, com a participação de 178 agricultores familiares.

2018

No intuito de promover a economia rural do Distrito Federal, faz-se necessária articulação com as instituições governamentais no âmbito do GDF, Governo Federal, organizações da sociedade civil. Para isso, a SEAGRI se empenhou em elaborar minutas de Acordos de Cooperação Técnica com instituições parceiras para promover a reabilitação ambiental das áreas rurais na região da Bacia Hidrográfica do Alto Rio Descoberto, bem como difundir tecnologias aos produtores rurais do Distrito Federal.

Destaca-se que a proposta do produtor de água na Bacia Hidrográfica do Alto Rio Descoberto, por se tratar de uma ação de pagamento por serviços ambientais (PSA), o programa Produtor de Água no Descoberto pagará para produtores rurais do Alto Descoberto que aderirem à iniciativa proporcionalmente às ações de conservação de água e solo implementadas, como cercamento de nascentes, plantio de matas ciliares, adequação de estradas rurais, terraceamento, saneamento rural, entre outras ações que permitam o aumento da qualidade e da quantidade da água na região, o que acaba se refletindo no reservatório.

Os recursos serão provenientes dos aportes técnicos e financeiros das instituições que, ao assinarem o Acordo, se comprometem em atuar para a recuperação hídrica e ambiental do Alto Descoberto. Está em andamento a elaboração de um projeto básico para recuperação hidroambiental da bacia, que vai determinar as ações de conservação de água e solo necessárias para a região e os custos destas intervenções.

No que se refere ao projeto de difusão de tecnologias por meio da parceria entre a SEAGRI e o SENAR, espera-se realizar capacitações gratuitas em temas relacionados ao setor rural, como, por exemplo, curso de tratorista.

Além disso, a SEAGRI submeteu diversos projetos aos Parlamentares, resultando em sete Convênios celebrados, com recurso de Emenda Parlamentar, para promover a infraestrutura rural do Distrito Federal, favorecendo diretamente os produtores rurais do DF.

JUSTIFICATIVA: com relação aos indicadores houve equívoco nos valores informados em 2018 (3º ano do PPA), sendo:

→ 1480 - Canal Recuperados: foi informado o valor de 17,486 km para o resultado alcançado, o correto é 13,66 km;

→ 1481 - Produtor Assistido em Doação de Insumos: na justificativa do indicador foi informado que foram entregues aos produtores 3.490 m³ de adubo, o correto é 3.640 m³.

EMATER-DF

Consolidar as cadeias produtivas rurais, incentivando a criação e desenvolvimento de empreendimentos, parcerias e agregação de valor a produção e a comercialização no Distrito Federal e RIDE.

A Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, serviço público prestado pela Emater é fundamental para as cadeias produtivas que predominam no Distrito Federal. A integração de esforços para o desenvolvimento de instrumentos e metodologia visando à implementação das ações, tem possibilitado aos produtores rurais acesso a informação e potencializado a interação entre os diferentes membros das cadeias, aprimorando suas habilidades, a fim de garantir o equilíbrio econômico, social e ambiental para o Distrito Federal.

As inovações tecnológicas sustentáveis têm sua relevância nas cadeias produtivas: olericultura, grãos, floricultura, avicultura, bovinocultura de leite, destacando-se pelo alto índice de produtividade. Apesar do ambiente de crise econômica, fatores ambientais como crise hídrica e fatores climáticos como escassez de chuva, o serviço de ATER continua proporcionando competitividade aos agricultores.

Os projetos que foram implementados através de parceria entre instituições públicas, ONG's, agricultores e movimentos sociais, bem como a organização de fóruns estratégicos para reflexão, encaminhamentos e desenvolvimento da Agroecologia e produção orgânica incentivaram a comercialização da produção orgânica no DF. Destacam-se 6 fatores cujo apoio governamental foi fundamental:

1. Aumento de feiras orgânicas, saltando de 37 para 51 pontos de venda de produtos orgânicos direto dos agricultores para os consumidores em todo o Distrito Federal;
2. Aumento significativo do número de agricultores orgânicos comercializando sua produção no Programa de Aquisição de Alimentos - PAAe no programa Distrital denominado Programa de Aquisição de Produtos da Agricultura - PAPA;
3. Implementação do mercado de varejo e atacado de produtos orgânicos na Ceasa no Centro de Comercialização e Capacitação da Agricultura Familiar;
4. Consolidação do associativismo e cooperativismo de produtores orgânicos;
5. Modernização nos processos de comercialização dos grupos associativos e cooperativos e intensificação da comercialização no atacado destes grupos;
6. Formação de sete Organizações de Controle Social e de uma Organização Participativa de Avaliação da Conformidade Orgânica - OPAC; visando o fortalecimento e consolidação no mercado local, oferecendo diferenciação de produtos e serviços.

Os empreendimentos rurais necessitam do registro em âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, denominado Cadastro Ambiental Rural - CAR, que tem por finalidade promover a regularização ambiental dos imóveis rurais permitindo a identificação, o controle, o monitoramento da vegetação nativa e em recuperação e o planejamento ambiental e econômico de imóveis rurais. Por meio do Convênio 001/2016-FUNAM, celebrado entre a Emater/Seagri/Sema, foram contratados 53 estagiários, todos capacitados pela equipe da Emater através da Gerência Ambiental e adquiridos 5 veículos, para ofertar aos pequenos produtores com área de até 4 módulos fiscais (20 hectares).

Estimular práticas inovadoras de restauração de vegetação do Cerrado como plantio direto, semeadura direta, condução da regeneração natural, e ainda a promoção de produção agrícola sustentável, por meio da agrofloresta, agroecologia e práticas de agricultura de baixo carbono, assim como divulgação de conhecimentos em práticas de restauração.

Houve um trabalho em conjunto visando atender as demandas das comunidades rurais e propor soluções para problemas enfrentados ao longo do ano 2018. Diversas ações foram realizadas em parcerias com diversos órgãos do Governo do Distrito Federal e Governo Federal:

- Em parceria com a SEDESTMIDHT, através da Fábrica Social, a Emater-DF ministrou o curso de produção de hortaliças em estufas, cujo objetivo foi promover a inclusão sócio produtiva por meio da educação profissional para pessoas em situação de vulnerabilidade social, com vistas a sua autonomia socioeconômica que capacitou 50 trabalhadores;

- Foram realizadas com a parceria da Secretaria de Saúde, por meio do Centro Estadual de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), Centro de Informação e Assistência Toxicológica (CIAT), Diretoria de Atenção Primária Saúde e Estratégica da Saúde da Família (DIAPS), Diretoria de Saúde do Trabalhador (DISAT), Laboratório Central (LACEN) e Diretoria de Vigilância Ambiental (DIVAL),

Corpo de Bombeiro do DF, NOVACAP e SLU, sendo a principal atividade o Dia Especial de Saúde, onde são realizadas palestras de promoção da saúde, orientações e alguns exames. Assim, em 2018, foram realizados 18 Dias especiais de saúde com atendimento de 461 beneficiários;

- Como subsídio à produção das hortas escolares e hortas comunitárias, foram disponibilizados insumos na forma de adubos, sementes e ferramentas, além de assistência técnica. Foram 119 hortas, entre escolas e creches beneficiando 50.000 alunos, 02 hortas comunitárias e 20 entidades assistenciais, tais como os Centros de Atendimento à População de Rua (Centro POP), CAPS, ONG's, além de hospitais e centros de saúde. Também foram atendidas, 11 unidades da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal;

- A EMATER-DF auxiliou na execução do Projeto REFLORESTAR da SEAGRI, e fez 224 visitas com repetições, beneficiando 181 produtores rurais;

- No Programa Produtor de Água, cujo objetivo é estimular a preservação dos mananciais por meio da política de pagamento por serviços ambientais voltados a proteção hídrica no Brasil. No DF, o programa foi implantado na bacia do Ribeirão do Pipiripau. Em 2018 foram elaborados 28 Projetos Individuais de Propriedade (PIP) e a EMATER-DF atuou na Restauração e Conservação de Área de Preservação Permanente e Vegetação Nativa, com o plantio de aproximadamente 35.250 mudas.

Em 2018, Brasília foi a cidade-sede do 8º Fórum Mundial da Água, maior evento global sobre o tema água. O Sistema Agricultura participou com aproximadamente 50 servidores e trouxe ao evento 08 temas vinculados à questão da água que foram apresentados em 35 momentos. Vale destacar que a participação da Empresa foi intensa, contando com 27 expositores e 15 palestrantes.

- A EMATER-DF, em parceria com a SEAGRI-DF e CAESB, somaram esforços para a revitalização do canal comunitário de irrigação do Núcleo Rural Santos Dumont, que é derivado do Ribeirão Pipiripau, tendo sido revestido aproximadamente 04 km do canal, até meados de novembro de 2018. Durante as ações para enfrentamento a crise hídrica na bacia do Ribeirão Pipiripau a EMATER-DF mobilizou os irrigantes e usuários de recursos hídricos em reuniões para acompanhamento das alocações negociadas anteriormente, com o total 217 participantes. Foram realizadas visitas para sensibilização, elaboração e acompanhamento do plano de manejo da irrigação em 199 propriedades, sendo instalados 60 equipamentos de monitoramento da umidade do solo, para manejo da irrigação, principalmente de hortaliças. Em duas dessas propriedades foram realizadas visitas de outros produtores para sensibilização quanto ao manejo correto da irrigação (unidades demonstrativas).

- Em parceria com a SEDESTMIDHT através do Programa PROSPERA foram aprovados 187 projetos resultando na aplicação de R\$ 3.327.160,05 nas atividades desenvolvidas por agricultores familiares.

- Na modalidade PAA Termo de Adesão, firmado entre o Governo do Distrito Federal e o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA contemplou a inscrição de 1.033 agricultores familiares em 2018, com um recurso financeiro disponibilizado de R\$ 2 milhões, que possibilitou a compra de frutas, hortaliças, frango caipira, doces de frutas e panificados que foram distribuídos para 151 entidades sócias assistenciais do DF (creches, asilos, institutos de combate às drogas, entre outros), totalizando a participação de 30 mil beneficiários nessas instituições. Na modalidade PAA Compra Institucional, cujo objetivo é a aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar pelos órgãos públicos federais, através de chamamento público, foi contratado pelo Ministério da Defesa (Ranchos da Marinha, Exército e Aeronáutica) o valor de R\$1.510.434,62 para suprir seus refeitórios de hortifrutigranjeiros e agroindustrializados.

- Em 2018 foram obtidos avanços significativos que foram contemplados na Chamada Pública do PNAE, resultado da atuação do grupo de trabalho composto por membros da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal - SEAGRI-DF, Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal - SEDF e EMATER-DF. Houve a execução financeira de R\$ 9.958.000,00 em 12 contratos.

Firmado Convênio entre o MAPA e a EMATER-DF, que estabelece como objetivo a realização de assistência técnica e extensão rural aos médios produtores rurais do Distrito Federal, com o compromisso de atender, com visitas e outros métodos coletivos de ATER, a um universo de 800 médios produtores. No ano 2018 os resultados alcançados nesse convênio foram: 535 Propriedades atendidas; 431 Diagnósticos elaborados; 214 Planos de ATER realizados; 461acompanhamentos técnicos efetuados, 13 Atividades coletivas (Dias de campo, Dias especial de saúde e cursos) coletivo, com um total de 510 participantes.

Destaca-se também a realização de uma Capacitação técnica para 07 profissionais, viabilizada através da participação desses colaboradores no XII Encontro e IV Simpósio Brasileiro de Hidroponia realizado em Santa Catarina.

Instrumento Específico ANATER – Mais Gestão - Trata-se de parceria firmada entre a ANATER e a EMATER- DF que tem por objetivo a qualificação em “Gestão de Empreendimentos da Agricultura Familiar”, a organizações sociais (Associações e Cooperativas); sendo 14 (quatorze) localizadas no Distrito Federal e 1 (uma) no localizada no município de Luziânia – GO. As ações previstas nessa parceria iniciaram-se, efetivamente, a partir de novembro de 2018, e apresentaram nesse período os seguintes resultados:

01 reunião de apresentação/socialização do Projeto junto às organizações sociais; 13 Formalizações de termos de adesão; 13 Cadastramentos das Organizações participantes; 01 Diagnóstico Inicial (T-0); 01 Plano de gestão de empreendimento; 80 Horas de assessoria técnica as organizações sociais (empreendimentos) eleitos

Os Acordos de Cooperação instituídos no exercício de 2018, para desenvolvimento e implantação dos Programas de Desenvolvimento, possuem como objetivos principais:

- EMBRAPA HORTALIÇAS - Formalizar a integração de esforços entre as partes para o desenvolvimento agropecuário e agroindustrial do DF.

- INCRA - SR(28) - Estabelecer parceria para viabilizar a operacionalização dos créditos Fomentos (Fomento Mulher e Fomento I e II), no ambiente do Sistema Informatizado de Assistência Técnica e Extensão Rural - SIATER para famílias beneficiárias e/ou reconhecidas do Programa Nacional de Reforma Agrária - (PNRA), que vivem nos assentamentos: Pequeno William, Márcia Cordeiro Leite, Contagem, Santarém, Nova Camapuã, Estrela da Lua, 15 de Agosto, 1º de Julho e 10 de julho, criados e/ou reconhecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

No ano de 2018 foram distribuídas através de eventos coletivos ramas de mandioca para 400 pequenos produtores familiares. Outra importante ação é a divulgação dos resultados obtidos nas unidades demonstrativas do Parque Ivaldo Censi através do Evento AgroBrasília. Foram realizados eventos como a Festa da Goiaba e palestras para produtores de abacate e soja, com apoio técnico dos pesquisadores da Embrapa Cerrados. As unidades demonstrativas também são utilizadas para capacitação dos técnicos que prestam Assistência Técnica através de visitas individualizadas ao longo de todo o ano.

CEASA-DF

A Ceasa em 2016, com a ampliação e regulamentação do Mercado de Agricultura Familiar conseguiu consolidar e aumentar espaços para comercialização da agricultura no Distrito Federal. Foram realizados diversos investimentos em infraestrutura, padronização dos espaços e um controle mais efetivo dos produtos comercializados. Além disso, a implantação de programas como o de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, boas práticas de comercialização, entre outros, auxiliou os agricultores e empresários na melhoria da qualidade dos serviços de comercialização oferecidos, além da consolidação da Ceasa como centro de distribuição de produtos hortigranjeiros no Distrito Federal. A ampliação dos dias de funcionamento da pedra e varejão proporcionou o atendimento e apoio a novos produtores rurais, que possuem garantia na comercialização de seus produtos, com ampla divulgação e apoio da empresa. Em 2016, foi iniciado também estudos para a construção da nova Ceasa, o processo, no entanto, é lento, mas o alcance de resultados proporcionará agregação de valor a agricultura do Distrito Federal. Por fim, a implantação e divulgação do novo regulamento de mercado da Ceasa proporcionou o aumento da organização da comercialização nos espaços disponíveis, foi possível consolidar esses espaços de forma a disponibilizá-los e oferecer apoio institucional aos agricultores, além de beneficiar os empresários de atacado, por trazer novos públicos para dentro da Ceasa.

Foi possível em 2017 à Ceasa ampliar sua segurança e conforto para os usuários, tanto interno, quanto externo. Essas melhorias ocorreram devido ao empenho da gestão da empresa no sentido de priorizar a qualidade dos serviços oferecidos, bem como a celeridade dos processos internos da empresa. Essas ações auxiliaram na ampliação da visibilidade da Ceasa no Distrito Federal e trouxeram confiança para o nosso usuário interno, o produtor rural e os empresários.

Em 2017 também foi iniciada a licitação para novos boxes nos novos pavilhões a serem construídos na Ceasa, o que gerará novas receitas e possibilidades para esta estatal não seja mais dependente.

A Ceasa promoveu o Programa de Refinanciamento de dívidas em atraso, de forma a viabilizar o recebimento de usuários inadimplentes. Houve adesão considerável e foi avaliado como muito positivo pela Direção da Empresa.

2018

A boa execução do conjunto de iniciativas e dos pilares estratégicos de sustentação impacta diretamente na atividade comercial da empresa e na sua relação com os permissionários, varejistas, produtores e sociedade em geral.

O enorme mercado de hortifrutigranjeiros do Distrito Federal exige uma posição de vanguarda e liderança da empresa, impondo a necessidade de modernização administrativa, de geração de novas receitas, de profissionalização do mercado, de responsabilidade socioambiental e de incremento da infraestrutura.

As diversas iniciativas desenvolvidas pela CEASA-DF estão norteadas pela busca contínua do equilíbrio financeiro. Os avanços estruturais são mais do que evidentes e fica claro o desafio para o médio prazo, para o qual, em nossa visão é necessário manter os investimentos em obras de infraestrutura que propiciem o aumento das receitas de serviços da empresa.

No ano de 2018 ocorreu aumento de capital, operação que está prevista no Código das Sociedades Comerciais, esta operação funciona como uma fonte de financiamento para a empresa, permitindo-lhe desenvolver novos projetos, por meio do aumento dos capitais próprios da organização.

A CEASA promoveu as seguintes ações que merecem destaque:

Aquisição e Implantação do novo módulo de Gestão de Pessoas – Folha Pagamento;

PDV – 20 empregados desligados, gerando economia mensal de R\$ 140.000,00;

Contratação de 08 empregados (04 Assistentes Adm., 03 Técnicos Comercialização e 01 Motorista), após o PDV;

ACT – reajuste salarial concedido em 2015 - 7,68%;

Implantação do PCS 91;

Admissão de Jovem Candango em parceria com a Secretaria da Criança;

Empregado da Tabela de Emprego Permanente passou a compor o Conselho de Administração;

Ampliação do efetivo de estagiários passando 17;

Aprovação do Manual do Processo de Avaliação de Desempenho dos empregados da CEASA/DF;

Expansão do sistema de videomonitoramento de 49 para 104 câmeras;

Aquisição de servidores de rede;

Interligação do CCC à rede GDFNet por meio de fibra óptica para uso da EMATER e SEAGRI;

Implantação do sistema de Estatística (SIEC);

Implantação de sistema open source na solução de sinalização digital (telões);

Implantação de outsourcing de impressão;

Contratação de serviço de vídeo vigilância – Operação do sistema de videomonitoramento;

Aquisição de novos computadores;

Aquisição de Projetor de mídia de alta capacidade;

Aquisição de equipamentos (câmeras, switches, nanocomputadores e etc);

Aquisição de Bens Patrimoniais no período de janeiro de 2015 a dez/2018. Total: R\$ 602.399,45;

Realização de Leilão Público 01/2018 para alienação de 430 bens patrimoniais (bens móveis e equipamentos de informática e audiovisual e mais 03 veículos). Total apurado no Leilão = R\$ 33.963,00;

Melhoria do Sistema de Administração de Patrimonial com aquisição de novo sistema.

O presente relatório de gestão permite uma oportunidade para análise do passado, compreensão do presente e projeção de futuro para essa empresa.

Cabe destacar ainda o enorme esforço da atual gestão para manter a CEASA-DF como uma empresa não dependente de recursos financeiros do Tesouro do Distrito Federal.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

005 – CIÊNCIA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA: Transformar Brasília em referência pela capacidade de realizar pesquisas científicas, desenvolvimento tecnológico e inovação, com a presença de institutos de pesquisa, centros de pesquisa científica, centros de educação tecnológica e de educação superior, e empresas intensivas no uso de tecnologia.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

09.101 – SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL, RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E SOCIAIS - CACI

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6207	BRASILIA COMPETITIVA	5	1	Ampliar a promoção de eventos técnicos científicos nacionais e internacionais para 4 eventos (CACI);	4	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	4	4	9		225,0
6207	BRASILIA COMPETITIVA	5	2	Implementar o Parque Tecnológico de Brasília (CACI) até 2019, segundo etapas: <ul style="list-style-type: none"> o Consolidar o arcabouço legal e institucional do Parque Tecnológico de Brasília até 2016; o Definir modelo de gestão e de negócios do Parque Tecnológico de Brasília e instituir sua unidade gestora até 2016; o Concluir a construção da sede da governança do Parque Tecnológico de Brasília até 2017; (EP) 	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	60	90	100		100,0
6207	BRASILIA COMPETITIVA	5	3	Disponibilizar internet sem fio gratuita (iluminação digital) de espaços públicos (CACI);	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100		100,0
6207	BRASILIA COMPETITIVA	5	4	Firmar Acordos de Cooperação entre o Governo de Brasília e entidades e empresas para instalação de projetos no Parque Tecnológico (CACI);	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	100		100,0
6207	BRASILIA COMPETITIVA	5	5	Adequar a capacidade operacional da FAP para fazer face ao crescimento da disponibilidade de recursos (FAP);	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	25	25		25,0
6207	BRASILIA COMPETITIVA	5	6	Aumentar e diversificar em 10% o número de editais para seleção de projetos de pesquisa e desenvolvimento a serem apoiados pela FAP (FAP);	10	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	3	4	4		40,0
6207	BRASILIA COMPETITIVA	5	7	Captar e sistematizar a oferta e demanda para novos conhecimentos em tecnologias rurais (EMATER).	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	40%	50%	100		100,0

*** Na avaliação anterior, a Unidade desmembrou a meta 2 em 3 partes. Considerando tratar-se da mesma meta, a avaliação deve ser única. Desta forma, solicitamos recalcular o alcance em 2016 em um único valor e preencher na planilha. Efetuar o mesmo a partir de 2017. No campo da "análise qualitativa", a Unidade pode descrever as realizações de cada ano, referente às etapas da meta.

Análise Qualitativa**1. Ampliar a promoção de eventos técnicos científicos nacionais e internacionais para 4 eventos (CACI);**

2016

- Participação na WCIT – World Conference of Information Technology;

- Participação na Semana Nacional de CTI-SNCTI;
- Prévia da Campus Party;
- Organização de Evento da Rede Distrital de Educação e Difusão.

2017

Não há realizações neste exercício.

2018

- Campus Party Brasília 2018
 - Semana Nacional de CTI-SNCTI
 - III Feira de Troca de Livros do Planetário
 - Minicurso: Astronomia para apressados
 - Encontro com as estrelas
 - Colônia de Férias do Planetário
 - II Minicurso: Astronomia para apressados
 - Exposição: O Túnel do Tempo da Evolução da Vida
 - IV Feira de Troca de Livros do Planetário

2. Implementar o Parque Tecnológico de Brasília (CACI) até 2019, segundo etapas no Quadro Acima;

2016

Atualmente a SACTI é responsável por acompanhar os processos inerentes a estruturação do projeto Parque Tecnológico BioTic, bem como subsidiar as atividades de outros órgãos do governo no mapeamento de informações de interesse e conceituações que abordem a CTI. Os próximos passos serão subsidiar a tomada de decisão no que tange à ocupação da Sede de Governança e definir e estruturar o modelo da aceleradora a ser instalada na Sede de Governança em parceria com a FAPDF.

- **Consolidar o arcabouço legal e institucional do Parque Tecnológico de Brasília até 2016**
O processo está sendo gerido pela Terracap.
- **Definir modelo de gestão e de negócios do Parque Tecnológico de Brasília e instituir sua unidade gestora até 2016**
O processo está sendo gerido pela Terracap.
- **Concluir a construção da sede da governança do Parque Tecnológico de Brasília até 2017; (EP)**
Projeto executado em 60% no exercício de 2016, dentro do previsto, com previsão de conclusão em outubro de 2017. Gerido pela Terracap.

2017

A composição da Governança do BIOTIC estipulada no Decreto nº 32.730 de 27 de janeiro de 2011, foi alterada pelo Decreto nº 38.215 de 2017.

Contudo, deve-se atentar para a reestruturação administrativa realizada pelo Decreto nº 38.456, de 30 de agosto de 2017, o qual transferiu a estrutura da Secretaria Adjunta de Ciência, Tecnologia e Inovação da Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal - CACI para a Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável - SDE (atualmente Secretaria de Estado de Economia, Desenvolvimento, Inovação, Ciência e Tecnologia – SEDICT), ficando a antiga SDE hoje representada pela Secretaria Adjunta de Ciência, Tecnologia e Inovação, com a seguinte composição: Secretaria Adjunta de Ciência, Tecnologia e Inovação – SACTI, Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – TERRACAP,

Federação das Indústrias do Distrito Federal – FIBRA, Banco Regional de Brasília – BRB e Secretaria de Estado de Economia, Desenvolvimento, Inovação, Ciência e Tecnologia - SEDICT (antiga SDE).

- Consolidar o arcabouço legal e institucional do Parque Tecnológico de Brasília até 2016;

Em abril de 2017, por meio do DECRETO Nº 38.126, DE 11 DE ABRIL DE 2017 foi instituída a Política Distrital de Ciência, Tecnologia e Inovação - Inova Brasília, alterando o Decreto nº 27.993, de 29 de maio de 2007, que dispõe sobre o Conselho de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal e dá outras providências. Nesse decreto foi estipulado o desenvolvimento do Parque Tecnológico de Brasília - BIOTIC, que estreitará a relação entre entidades geradoras de conhecimento e agentes promotores de inovação;

Encaminhamento à CLDF do PL 1536/2017 que trata da Lei de Inovação.

Em dezembro de 2017, foram encaminhados ao Comitê de Governança do BIOTIC o Termos de Referência (Agência de Inovação) e as propostas de editais para seleção dos ocupantes do Edifício de Governança (Empresas e Entidades de C&T), elaborados pela equipe técnica da TERRACAP.

- Definir modelo de gestão e de negócios do Parque Tecnológico de Brasília e instituir sua unidade gestora até 2016;

Em junho de 2017 foi assinada Portaria Conjunta BRB e Terracap criando o Grupo de Trabalho Executivo para constituição da subsidiária de propósito específico BioTIC S.A. Ainda em julho de 2017, o GTE aprovou a minuta de Estatuto e o Plano de Negócios da BioTIC S.A. Em 13/11/2017 foi realizada a Assembleia de Constituição da BIOTIC S/A, com a eleição dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e aprovação da Diretoria eleita pelo Conselho de Administração.

Em novembro de 2017 foi assinada a Escritura Pública de Constituição da BIOTIC S/A, junto ao Cartório do 4º Ofício de Notas do DF e realizado pela TERRACAP o aporte de 10% do capital inicial da BIOTIC S/A. Em 23/12/2017 foi iniciado o processo de registro da BIOTIC S/A na Junta Comercial do Distrito Federal (Protocolo DFP170008417). Da mesma forma, a Subsidiária da TERRACAP, BIOTIC S/A, encontra-se em processo de criação, conforme Decisão nº 22 do Conselho de Administração da TERRACAP e Ofício nº 1058/2017 - PRESI. Uma vez criada, ela será responsável pela implementação e gestão das ações relativas ao Lote 01, onde está previsto a instalação dos setores de pesquisa, desenvolvimento e inovação das empresas.

A entidade gestora do BIOTIC como um todo, bem como seu objetivo e critérios de seleção/contratação, foram definidos ainda no exercício de 2017, e sua implantação por meio da publicação de editais no ano de 2018.

- Concluir a construção da sede da governança do Parque Tecnológico de Brasília até 2017; (EP)

Projeto executado em 90%, no exercício de 2017, e inauguração em abril de 2018.

2018

Por meio do Comitê Gestor do Parque Tecnológico de Brasília - BIOTIC (CGBIOTIC) a Secretaria Adjunta de Ciência, Tecnologia e Inovação conduziu os trâmites que visassem a inauguração do Edifício Sede de Governança do Parque Tecnológico de Brasília em meados de 2018, a estruturação da BIOTIC S.A., entidade paraestatal gestora do Parque, e a seleção do Agente de Inovação. Foi lançado um Edital de Chamamento Público nos termos do Decreto 37.843 e da Lei 13.019 (MROSC) mas foi tomada a decisão por não dar continuidade à seleção e formalização da parceria com uma eventual Organização da Sociedade Civil. Atualmente a BIOTIC S.A. encontra-se com corpo técnico e orçamento próprios e não depende mais desta Secretaria, de forma que atuamos apenas por orientar e acompanhar as políticas públicas para o setor de C,T&I e, conseqüentemente, para o Parque.

3. Disponibilizar internet sem fio gratuita (iluminação digital) de espaços públicos (CACI);

2016

Em 2016, as áreas de cobertura do projeto Sinal Livre foram mantidas nos seguintes locais:

- a. Rodoviária do Plano Piloto de Brasília (RPP) – Plataforma Inferior, Mezanino e Plataforma Superior;
- b. Centro de Convenções Ulysses Guimarães (CCUG) – Área Externa e Ala Oeste (indoor) interior;
- c. Planetário de Brasília – Cobertura interna (indoor) e Área externa;
- d. Torre de TV – Feira da Torre e Praça das Fontes;
- e. Estádio Nacional de Brasília (ENB) – Perímetro Externo;
- f. Parque da Cidade Dona Sara Kubitschek – Próximo ao Parque Nicolândia;

- g. Setor Hoteleiro Norte e Sul – Quadra 05 (não operacionais);
- h. Estações do Metrô (Central, Galeria, Feira e Águas Claras).

Durante o exercício de 2016, não foram implementadas expansões da rede e novos pontos de cobertura. Pontos de Acesso com pendências de energização não foram ativados no Parque da Cidade e Setores Hoteleiros.

Está em andamento, em fase pré-licitatória, a contratação dos serviços de suporte e manutenção que visam garantir a disponibilidade e bom funcionamento do Sinal Livre. Nos meses de novembro e dezembro de 2016, a Equipe de Planejamento da Contratação, constituída por integrantes da Casa Civil, SECTI e SUTIC/SEPLAG, trabalhou no Termo de Referência para contratação dos mencionados serviços.

Encontram-se vigentes contratos de link de dados (Contrato nº 10/2014) e de energização de pontos de acesso (CEB), em atendimento ao projeto.

A rede do Projeto Sinal Livre – SACTI-DF atende em média 20.000 usuários/dia. O monitoramento é realizado diariamente por meio da ferramenta Cisco Prime Infrastructure, que permite visualizar informações e aspectos de uso da rede online, bem como a geração de relatórios gerenciais. Quando detectados problemas sanáveis que geram indisponibilidade do sinal, a equipe da SACTI-DF percorre os locais de cobertura para identificação e resolução da falha.

2017

Durante o exercício de 2017, foi implementado, a título de projeto piloto (teste de funcionalidades), em parceria com a Secretaria de Estado de Segurança Pública – SSP-DF, cinco pontos de presença do projeto na região central da Ceilândia. Foram iniciadas tratativas para consolidação de cooperação entre os órgãos para viabilização de instalação de novos pontos definitivos.

Durante o exercício de 2017, não foram implementadas expansões da rede e novos pontos de cobertura. Pontos de Acesso com pendências de energização não foram ativados no Parque da Cidade e Setores Hoteleiros, bem como instalados novos pontos. No entanto, houve tratativas de revisão conceitual do projeto Sinal Livre, bem como tratativas com outros órgãos governamentais para discussões acerca de um melhor aproveitamento e uso dos equipamentos, devendo sua consolidação ocorrer em 2018.

2018

Durante os exercícios de 2018, não foram implementadas expansões da rede e novos pontos de cobertura, inclusive em decorrência de pareceres e relatórios internos de órgãos de controle e da falta de contratos de manutenção e suporte técnico à rede e equipamentos.

Já no início do ano de 2018, por decisão estratégica dos gestores da Casa Civil, SEDICT/SACTI e Metrô-DF, foi deliberado que uma solução viável para o bom uso dos equipamentos seria a transferência dos equipamentos do Sinal Livre para o Metrô-DF, com o objetivo de atender à maior número de cidadãos e a localidades com dificuldade de acesso por ineficiência de sinal.

Os trâmites internos e interinstitucionais estão sendo efetuados por meio do processo SEI Nº 00370-00001968/2018-09. Já foram completadas as fases de levantamento da situação de patrimônio e a fase de levantamento da juridicidade e legalidade que eram pré-requisito para a transferência dos bens, a cargo da SUAG e devidamente aprovados pelo Gabinete da SEDICT em novembro de 2018.

O contrato de transmissão de dados – TIM Celular (Contrato nº 10/2014) está vigente e renovado pelo prazo de 06 (seis) meses, com cláusula resolutive de término pelo interesse da administração pública, até que sejam feitos os repasses dos bens, visto que a falta desse contrato geraria um impacto de indisponibilidade da solução nas localidades existentes do Sinal Livre, além do impacto ao próprio GDF, decorrente do acordo de colaboração técnica existente decorrente da Portaria Conjunta nº 10, de 29 de abril de 2014 em que a rede também é utilizada para provimento de conexão para a GDFNet.

O contrato da CEB (Contrato nº 28/2014) para energizar os pontos de presença do Sinal Livre já foram devidamente finalizados.

De forma concomitante, a Secretaria Adjunta deu início ao projeto dos Terminais Digitais. Presentes em diversas cidades do Brasil e do mundo, estes terminais, também denominados “árvores digitais”, têm como propósito democratizar o acesso à internet, por meio da oferta de serviços tecnológicos gratuitos aos cidadãos, bem como fomentar o uso dos espaços públicos pela comunidade.

O objetivo do projeto “Árvores Digitais” é elevar a qualidade dos espaços públicos, por meio da ampliação dos espaços de convivência e da promoção do desenvolvimento urbano, proporcionando maior inclusão digital e interação social aos cidadãos do Distrito Federal, além de prover o acesso à internet gratuita sem fio (Wi-Fi). Também são capazes de fornecer iluminação local, sistema de monitoramento por meio de câmeras e pontos de recarga de energia elétrica para periféricos diversos, preferencialmente, utilizando fonte de energia limpa e sustentável para a população do Distrito Federal.

Com esse esboço, importa registrar que esta Secretaria de Estado de Economia, Desenvolvimento, Inovação, Ciência e Tecnologia – SEDICT, por intermédio de sua Secretaria Adjunta de Ciência, Tecnologia e Inovação – SACTI, tem como atribuição institucional promover o desenvolvimento científico e tecnológico, criando condições para facilitar e alavancar iniciativas inovadoras baseadas em novos conhecimentos, visando o progresso do Distrito Federal.

Vale ressaltar que, tal iniciativa oportuniza a desoneração da Administração Pública quanto às despesas financeiras referentes ao projeto, obtida por meio do estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada, as quais absorvem os custos de implantação e manutenção das “árvores digitais”. O Governo do Distrito Federal vem buscando parcerias e alternativas que possam gerar sustentabilidade financeira e administrativa para esses projetos.

Registre-se, também, que tal projeto contempla o inc. III, do art. 2º, da Política Distrital de Ciência, Tecnologia e Inovação – Inova Brasília, instituída por meio do Decreto nº 38.126, de 11 de abril de 2017, o qual considera que ações de desenvolvimento de tecnologias sociais que privilegiem a inclusão, a educação e o desenvolvimento econômico e social do cidadão são ações estratégicas para o desenvolvimento socioeconômico do Distrito Federal.

À Administração Pública cabe determinar o direcionamento do serviço, orientando e articulando os trâmites para cessão do espaço público junto aos órgãos públicos interessados na instalação da “árvore digital”.

Esses serviços serão disponibilizados nas principais praças, bem como em outros locais públicos onde haja significativa concentração ou passagem de pessoas, nas Regiões Administrativas do Distrito Federal. A estratégia de disponibilização de internet em diversos equipamentos públicos melhora o conforto dos cidadãos que utilizam os serviços do governo.

Importa registrar a obrigatoriedade de a empresa cumprir e assegurar os princípios, garantias, direitos e deveres relativos ao livre uso da internet, lei Federal nº 12.965/2014, do Marco Civil da Internet, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.

Por oportuno, insta salientar que, a implantação do projeto “árvores digitais” compreende, num primeiro momento, a fase de testes, mediante licenciamento do Poder Público a título precário, pelo prazo de 12 (doze) meses.

A primeira árvore digital do DF foi instalada no dia 27 de março de 2018, na Praça do Relógio, em Taguatinga Norte, oferecendo internet via wi-fi em um raio de 50 a 100 metros para até 500 usuários conectados, conectores USB, iluminação e pontos de recarga de energia elétrica para periféricos. O segundo terminal foi instalado no dia 21 de abril de 2018 no aniversário de Brasília, localizada no estacionamento 13 do Parque da Cidade, com as mesmas configurações do terminal de Taguatinga, podendo esta ser alterada conforme demanda de usuários.

A empresa responsável pela implantação e manutenção é a SUNKIT PRODUTOS E SERVIÇOS PARA ENERGIA SOLAR LTDA, com sede em São Paulo, em caráter de teste, pelo período de 12 (doze) meses, sem nenhum custo para a Administração Pública, conforme processos SEI nº: 00370-00000746/2018-61, 37000000759/2018-30 e 00370-00000758/2018-95.

Assim, ao longo do período de testes, o Governo do Distrito Federal tentou regulamentar este tipo de serviço, haja vista que se encontrava-se em trâmite o Processo SEI-GDF/SEDICT nº 00370-00001055/201884, referente à proposta de uma Portaria Conjunta entre Secretaria de Economia, Desenvolvimento, Inovação, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal – SEDICT e Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal – SEGETH, cujo objetivo seria regulamentar a instalação e uso de pontos de acesso à internet sem fio gratuita em espaços públicos do Distrito Federal. Este trabalho foi descontinuado e agora a Secretaria concentra esforços na condução do projeto Wi-Fi Social DF.

Tal proposição poderá resultar em significativa mudança social de inclusão digital e marco na evolução tecnológica do Distrito Federal, afinal tal serviço impacta diretamente nos principais pilares governamentais, tais quais, segurança pública, inclusão social, sustentabilidade, ocupação de espaços públicos, desenvolvimento tecnológico, entre outros. Com a execução do projeto, os ideais de transformar Brasília na capital do conhecimento, cidade inteligente, centro de alta tecnologia, de economia sustentável e uma população gozando de uma qualidade de vida mais elevada e extensiva aos diferentes segmentos sociais ficam mais próximos da realidade.

4. Firmar Acordos de Cooperação entre o Governo de Brasília e entidades e empresas para instalação de projetos no Parque Tecnológico (CACI);

2016

O processo está sendo gerido pela Terracap.

2017

Ainda em 2017, foi firmado o Acordo de Cooperação Técnica nº 03/2017, entre a SEDICT e a FAP/DF com vistas a cooperação técnica, científica e operacional para desenvolvimento de ações para o BIOTIC.

2018

Agora o Parque Tecnológico de Brasília - BIOTIC é de responsabilidade da BIOTIC S.A., sendo esta responsável pela seleção e pelos acordos com entidades e empresas no âmbito do Parque. Vale ressaltar que diversas empresas e entidades já estão devidamente instaladas e em operação nas instalações do Edifício Sede de Governança.

De acordo com as informações levantadas junto à Diretoria da empresa Biotic S/A, atualmente o parque encontra-se com 11 empresas instaladas conforme quadro resumo abaixo:

Origem	Documento	Empresas	Assinatura
Acordo de Cooperação nº 1/2018	Termo de Permissão de Uso nº 1/2018	SEBRAELAB	30/04/2018
Edital de Chamada Pública – 01/2018 Parque Tecnológico de Brasília – BIOTIC Seleção e empresas de Base Tecnológica	Termo de Cessão de Uso nº 1/2018	MACOFREN	13/06/2018
	Termo de Cessão de Uso nº 2/2018	EASYTHINGS	28/05/2018
	Termo de Cessão de Uso nº 3/2018	SPIN	28/05/2018
	Termo de Cessão de Uso nº 4/2018	TERA SCIENCE	28/05/2018
	Termo de Cessão de Uso nº 5/2018	VOYAGER	28/05/2018
Edital de Chamada Pública – 02/2018 Parque Tecnológico de Brasília – BIOTIC Seleção pública de Entidades de Apoio à Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (EAICTs)	Termo de Cessão de Uso nº 6/2018	ANPROTEC	16/08/2018
	Termo de Cessão de Uso nº 7/2018	IBTI	10/09/2018
	Termo de Cessão de Uso nº 8/2018	ABIPTI	12/09/2018
	Termo de Cessão de Uso nº 9/2018	TECSOFT	27/09/2018
Acordo de Cooperação nº 2/2018		IFB	19/10/2018

5. Adequar a capacidade operacional da FAP para fazer face ao crescimento da disponibilidade de recursos (FAP);

2016

Em 2016, não houve alteração no quadro de servidores da FAPDF, permanecendo com mesma estrutura orgânica.

2017

A FAPDF teve incremento de 5 (cinco) servidores. A estrutura orgânica não foi alterada e as áreas que desempenham atividades fim são prioritárias para recebimento de novos servidores ou mão de obra que incremente a capacidade de execução dos recursos orçamentários da FAPDF.

2018

Nesse exercício não houve alteração do quadro de servidores da FAPDF, tendo em vista que aguardava a concretização de concurso público a ser realizado pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, para a Carreira de Políticas Públicas e Gestão Governamental.

6. Aumentar e diversificar em 10% o número de editais para seleção de projetos de pesquisa e desenvolvimento a serem apoiados pela FAP (FAP);

2016

Em 2016, a Fundação de Apoio à Pesquisa - FAP deu continuidade a diversos editais lançados e convênios firmados em razão dos compromissos previamente assumidos com instituições parceiras e com a comunidade científica, foram lançados 21 editais e chamadas para Seleção de Projetos, os quais estão distribuídos nos 07 Programas de trabalho, aprovados pelo Conselho Superior desta FAP, conforme descrito abaixo:

✓ 13 Editais:

- 12 editais com recursos exclusivos da FAPDF; e
- 01 edital com contrapartida do CNPq.

- ✓ 03 Chamadas:
 - 01 com recursos exclusivos da FAPDF em parceria; e
 - 02 em parceria.
- ✓ 05 Convênios
 - 03 internacionais; e 02 nacionais

2017

Foram apoiados pela FAPDF projetos de pesquisa e desenvolvimento contidos em 12 editais, sendo que um dos editais é inédito, a saber: Edital 11/2017 – Apoio ao desenvolvimento e inovação para Micro e Pequenas Empresas. Assim, em relação ao número base de 2014, por ocasião da elaboração do PPA em 2015 (9 editais), a FAPDF alcançou o aumento no número de editais em 3 (três) unidades e diversificou 1 (um) edital.

2018

Em 2018 não houve aumento e diversificação do número de editais, tendo em vista que com o advento da implantação do Parque Tecnológico de Brasília, juntamente com a sede definitiva desta Fundação, todos os esforços no primeiro semestre foram voltados à concretização do empreendimento. Já no segundo semestre, as atividades tiveram foco em editais tradicionais deste Ente, como os editais de participação e realização de eventos, bem como em editais em fase de execução.

7. Captar e sistematizar a oferta e demanda para novos conhecimentos em tecnologias rurais (EMATER);

2016

Foi criada em 2015 e continua em funcionamento a “Rede de Inovação Rural do DF”, coordenada pela Emater. Essa rede é integrada pelas seguintes instituições parceiras: Emater, Embrapa Cerrados, Embrapa Hortaliças, Embrapa Agroenergia, IFB, UNB e Upis. Esta rede tem a função de captar e sistematizar a oferta e demanda para novos conhecimentos.

Com a Embrapa Cerrados foram feitas reuniões com participação de técnicos da Emater e Embrapa para sistematizar as ofertas e demandas.

Com a Embrapa Hortaliças foi entregue documento com as “Demandas” dos produtores organizados pela Emater, a Embrapa analisou e elaborou um portfólio de ofertas tecnológicas disponíveis pela Embrapa Hortaliças.

Com a Embrapa Agroenergia/CCBP (Energias Renováveis) – foi construído um estande na Agrobrasília e ministrado o curso de capacitação para técnicos da Emater, multiplicadores e produtores e foram realizadas visitas aos escritórios para orientação sobre Energia Fotovoltaica. Com as outras instituições parceiras este trabalho é feito de forma pontual e eventual.

2017

A partir do grupo de trabalho interinstitucional REDE de INOVAÇÃO, criado para discutir as ofertas e demandas de tecnologias para o desenvolvimento Rural, realizou-se um levantamento de demandas dos produtores, por meio de reuniões e questionários aplicados aos escritórios locais e coordenadores de projetos. Este levantamento foi discutido no Grupo de Inovação. Realizou-se também Reuniões Técnicas sobre a parceria Embrapa, Emater e Produtor Rural, onde foi apresentado o portfólio de pesquisas existentes pela Embrapa, foi apresentada a demanda dos produtores, discutiram-se as prioridades e o consenso balizou os planejamentos posteriores. Em 2017 a REDE de INOVAÇÃO continuou trocando informações em meio digital e gerando novos projetos comuns entre os parceiros.

2018

Foram feitos vários encontros entre representantes de instituições a fim de atender às demandas levantadas. Alguns acordos de cooperação foram assinados e outros serão oficializados no ano de 2019. Na Floricultura foram feitas ações junto a importantes instituições como UNB, IFB e Jardim Botânico, para testar e difundir novas tecnologias para este setor, com os quais serão implementados planos de trabalhos específicos. Na UNB o projeto é referente à inovação no setor da floricultura e consiste no estabelecimento de estudos para a produção de flores

orgânicas, projeto denominado FLOREX. No Instituto Federal de Brasília, mais especificamente no campus de Planaltina foi elaborado um plano de trabalho para formação de técnicos na área de floricultura e a produção de trabalhos relativos a produção de nativas do cerrado com potencial ornamental para o DF. Ainda no Jardim Botânico o projeto consiste na produção de orquídeas, em laboratório em parceria com os produtores do setor, dando preferência as nativas do cerrado.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1490	ESPAÇO PÚBLICO DO DF ATENDIDO COM INTERNET WIFI GRATUITA	UNIDADE	10	30/06/2015	12	0	22	0	32	0	36	SAD CIENCIA, TEC, INOV/ CASA CIVIL / UO 09101 / OE 5
1491	START-UPS INSTALADAS NO PARQUE TECNOLÓGICO	UNIDADE	0	31/12/2017	50	0	75	0	125	0	200	SAD CIENCIA, TEC, INOV/ CASA CIVIL / UO 09101 / OE 5
1492	BENEFICIÁRIOS DE RECURSOS DA FAPDF	UNIDADE	250	30/06/2015	1.000	1.485	1.500	1702	2.000	1.290	2.000	FAPDF
1493	ACORDOS FIRMADOS COM CAPTAÇÃO DE RECURSO	UNIDADE	6	30/06/2015	10	7	15	0	20	0	20	FAPDF

Justificativas 2016

Indicador 1490 - Considerando que o Projeto WI-FI sofre com entraves orçamentários, não foi possível a ampliação da rede de cobertura. Vale ressaltar que há a dificuldade para manter em pleno funcionamento a rede existente. Todavia, tanto os contratos de manutenção existentes e futuros, quanto o modelo de gestão e ampliação da rede estão em fase de revisão e resolução.

Indicador 1491 - Considerando que o Projeto Parque Tecnológico encontra-se em fase de definição do modelo de gestão e implantação, não há o que se falar em implantação de startups dentro do escopo do Parque neste Momento. O objetivo é que, após a inauguração da Sede da Governança do Parque tecnológico, seja possível dar continuidade ao apoio startups e as inserir efetivamente dentro do contexto do parque.

Indicador 1492 - Foram lançados 12 editais com recursos exclusivos, 03 chamadas públicas, 03 convênios internacionais e 02 convênios nacionais.

Indicador 1493 - Alteração do novo acordo de resultados assinado em outubro de 2016.

Justificativas 2017

Indicador 1490 - Falhas no funcionamento da rede, tornando o sistema instável. Ações de melhoria estão sendo implantadas pelas SACTI/SEDICT, dentre elas a licitação dos serviços de suporte e manutenção

Indicador 1491 - Em 2017, para alavancar o projeto, a SACTI foi transferida para a SDE, hoje SEDICT, Dec. nº 38.456_2017. O Comitê de Governança e a FAP-DF trabalham na definição do termo de referência de um Agente de Inovação, e encontra-se em processo de criação a subsidiária da TERRACAP, BIOTIC S/A. Assim ainda não foi possível a implantação das start-ups.

Indicador 1492 - Em 2017 o número total de beneficiários de recursos da FAP DF alcançou o número de 1702 beneficiários, o que demonstra que o índice desejado foi superado. Tal fator deve-se ao chamamento público para apoio financeiro à demandas espontâneas de pesquisas científicas.

Indicador 1493 - No exercício de 2017 não foram firmados convênios com captação de recursos. Os recursos captados em 2015 ainda estão em execução e não fomos demandados no corrente ano com projetos que necessitassem de captação externa.

Justificativas 2018

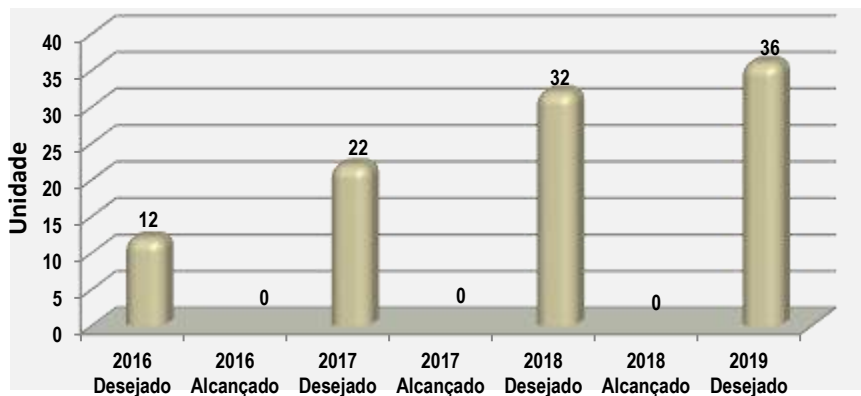
Indicador 1490 - No Exercício de 2018, em virtude dos altos Custos de Manutenção e Irregularidades Apontadas pela CGDF, o Projeto "Sinal Livre" Foi Inviabilizado nos moldes Inicialmente planejados.

Indicador 1491 - Em 2018, o novo prédio do Parque Tecnológico foi entregue e a Biotic S/A foi criada. Iniciou-se os procedimentos de chamamento público para escolha dos interessados, ainda não finalizado.

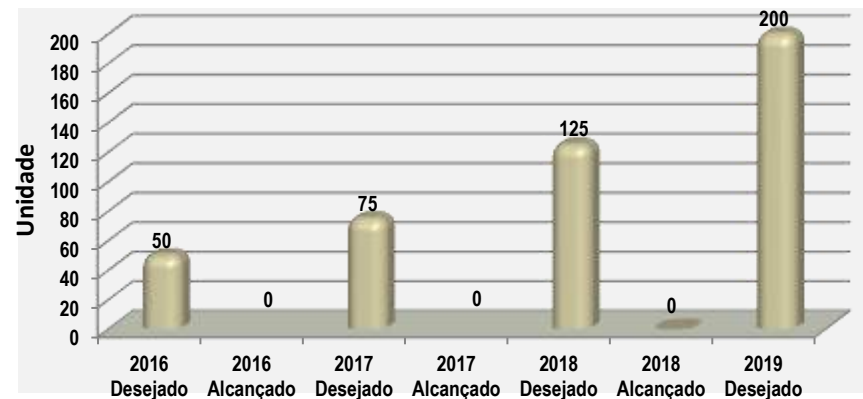
Indicador 1492 - No final do primeiro semestre de 2018 ocorreu a mudança da FAPDF para a sede definitiva no Parque Tecnológico de Brasília o que demandou esforços de áreas estratégicas da Fundação. Representações do MP de Contas junto ao TCDF levaram o Conselho Diretor a suspender temporariamente o processo seletivo dos editais 11 e 12/2017 afetando a contratação que foi prorrogada para 2019. Houve ainda a necessidade de adequação orçamentária nas propostas do edital 03/2018, também prorrogado para 2019.

Indicador 1493 - Assim como no exercício de 2017 não foram firmados novos convênios com captação de recursos da união, tendo em vista que os convênios firmados em 2015 ainda estão em execução e novamente não houve demanda com projetos que necessitassem de captação externa.

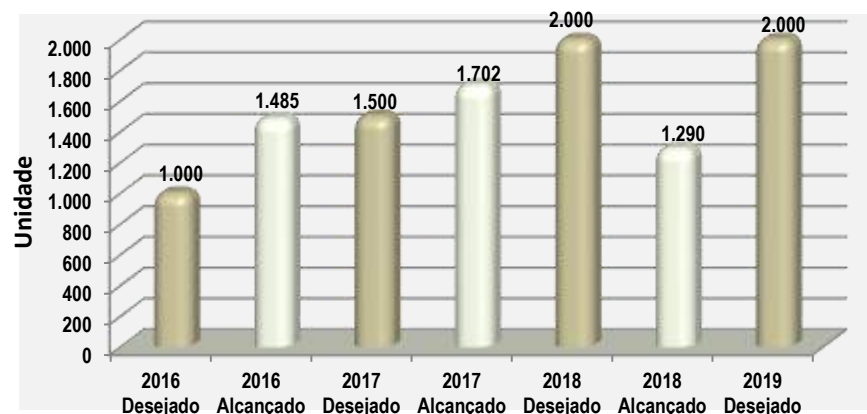
ESPAÇO PÚBLICO DO DF ATENDIDO COM INTERNET WIFI GRATUITA



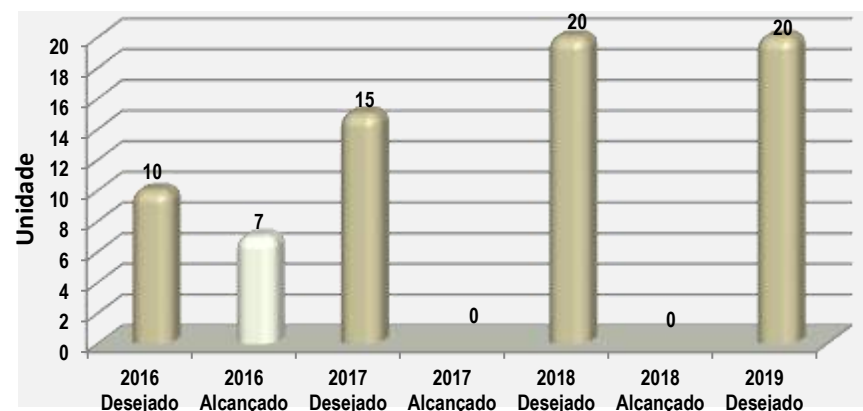
START-UPS INSTALADAS NO PARQUE TECNOLÓGICO



BENEFICIÁRIOS DE RECURSOS DA FAPDF



ACORDOS FIRMADOS COM CAPTAÇÃO DE RECURSO



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6207	5	1	Organização do WCIT – World Conference of Information Technology - em 2016 (CACI);	9101	100	<p>2016 A SECTI participou efetivamente da proposta de candidatura para o DF sediar o evento. Todavia, não houve a efetiva participação na execução.</p> <p>2017 O evento foi realizado em 2016.</p> <p>2018 O evento foi realizado em 2016</p>
6207	5	2	Fortalecimento do mecanismo de fomento à P&D (pesquisa e desenvolvimento) através da ampliação dos recursos disponíveis.	20202	24,11	<p>2016 Os recursos da FAPDF têm ampliação garantida até 2021 por dotação mínima da receita corrente líquida do Distrito Federal, que lhe será transferida mensalmente, em duodécimos, e acordos firmados com CNPQ e FINEP para aplicação no desenvolvimento científico e tecnológico do DF.</p> <p>2017 A FAPDF recebeu recursos de acordos firmados com o CNPQ e FINEP e teve incremento de 0,2% nos recursos orçamentário próprios, os quais são repassados pelo GDF.</p> <p>2018 Os recursos da FAPDF foram ampliados em 0,2% conforme previsão da Lei Orgânica do DF que prevê ampliação para 2% da receita corrente líquida. Todavia, não foram executados em sua totalidade pelo fato de 2018 ser um ano eleitoral, o qual restringe a realização de despesas já no último mês do primeiro semestre. Além disso, a FAPDF mobilizou esforços no primeiro semestre, tanto financeiro como operacional, para a conclusão das obras de construção do Edifício Sede desta instituição, bem como da transferência deste ente para a nova sede que requereu compra de mobiliário, divisórias, elaboração de layout etc</p>
6207	5	3	Formalização e implementação	20202	22,52	<p>2016</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			de convênios, acordos de cooperação e ajustes visando ampliar a fonte de recursos para financiamento de projetos de Pesquisas Científicas, Tecnológicas e de Inovação (C, T e I).			Seminário de Avaliação Final do Programa de Apoio a Núcleos de Excelência – PRONEX – Edital nº 03/2009 FAPDF/CNPq: programas de pós-graduação e de grupos de pesquisa; recuperação e a ampliação da infraestrutura laboratorial. Seminário de Avaliação Final do Programa de Apoio a Empresas de Base Tecnológica – PAPPE Integração: programas de pós-graduação e de grupos de pesquisa; recuperação e a ampliação da infraestrutura laboratorial; Iniciação Científica, Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado. Seminário de Avaliação do Programa de Pesquisa para o Sistema Único de Saúde (PPSUS): busca apoiar pesquisas voltadas para solução de problemas prioritários de saúde e o fortalecimento da gestão do SUS no DF. 2017 Foram mantidos os convênios já firmados e em 2017 ocorreram alguns repasses dos mesmos. 2018 Não foram firmados novos convênios. Permaneceram os que já estavam mantidos e em 2018 ocorreram alguns repasses dos mesmos
6207	5	4	Articulação com órgãos governamentais na esfera distrital e federal, com organismos nacionais e internacionais relacionados à área de C, T e I, com vistas a fortalecer e ampliar o número de parceiros da FAPDF.	20202	46,15	2016 A Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAPDF, em conjunto com outras Fundações de Amparo à Pesquisa dos estados e o INRIA e CNRS, em parceria com o CONFAP lançaram Chamada Pública para apoio a projetos de pesquisa colaborativos entre pesquisadores franceses e brasileiros. Parceria com o Conselho Britânico, o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa – CONFAP, o Fundo Newton recomendou 02 propostas referente workshops que serão coordenados por pesquisadores do DF. 2017 Foram mantidas as parcerias firmadas no ano de 2016, pois a execução perdura de um exercício para o outro. 2018 Foram mantidas as parcerias firmadas no ano de 2016, tendo em vista que ainda se encontravam em vigência.
6207	5	5	Instituição de Termos de Cooperação Técnica e Convênios com FAL/UNB, Embrapa, MCT, FAP-DF, Universidades Privadas com objetivo de integrar a pesquisa com extensão (EMATER);	14203	80	2016 Existe acordo de cooperação com a Embrapa Cerrados e Câmara de Comercio Brasil-Portugal - CCBP, outras instituições estão em processo de elaboração do acordo. 2017 Manutenção do Termo de Cooperação com a Embrapa, consolidado o Termo de Cooperação com a Câmara de Comércio Brasil-Portugal Centro-Oeste. Instituído o Termo de Cooperação com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB. 2018 Celebração de Acordo de Cooperação Técnica com o Jardim Botânico de Brasília-JBB.
6207	5	6	Articular com o Sistema S iniciativas de formação e qualificação de profissionais na área de design; (EP) (SEDICT) <i>(Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)</i>	20101	0	2016 Não há informação disponível na Secretaria relativa a esta entrega. 2017 Não houve realizações neste exercício. O objetivo está sendo reavaliado pelos órgãos responsáveis justamente com a Casa Civil. 2018 Visto que em 30 de agosto de 2017 a então Secretaria Adjunta de Ciência, Tecnologia e Inovação vinculada à Casa Civil do Distrito Federal fora transferida para a Secretaria de Estado de Economia, Desenvolvimento, Inovação, Ciência e Tecnologia e que os últimos registros quanto a estas ações datam de 2017 e tratam da reavaliação pelas áreas responsáveis (Casa Civil) entende-se que foi tomada a decisão pela não continuidade desta ação, motivo pelo qual não houve realizações nos exercícios referentes a este PPA 2016-2019.
6207	5	7	Promover a pesquisa, o desenvolvimento e a difusão de tecnologias voltadas para os Arranjos Produtivos Locais e para as cadeias produtivas consideradas estratégicas para a indústria do DF; (EP) (CAC)	9101	0	2016 Desenvolvido por meio do estudo elaborado pela CODEPLAN, no que tange aos arranjos produtivos locais. Considerando a necessidade de aprofundamento da análise, foi decidido que novo Acordo de Cooperação Técnica deve ser elaborado e executado a partir do segundo Semestre de 2017. 2017 Não houve realizações neste exercício. O objetivo está sendo reavaliado pelas áreas responsáveis. 2018

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						Visto que em 30 de agosto de 2017 a então Secretaria Adjunta de Ciência, Tecnologia e Inovação vinculada à Casa Civil do Distrito Federal fora transferida para a Secretaria de Estado de Economia, Desenvolvimento, Inovação, Ciência e Tecnologia e que os últimos registros quanto a estas ações datam de 2017 e tratam da reavaliação pelas áreas responsáveis (Casa Civil) entende-se que foi tomada a decisão pela não continuidade desta ação, motivo pelo qual não houve realizações nos exercícios referentes a este PPA 2016-2019
6207	5	8	Elaborar de forma participativa o Plano Ciência e Tecnologia, compatível com as metas globais de desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal. (EP) (CACI)	9101	100	2016 O processo será efetivado em 2017 com a publicação do decreto. 2017 Efetivado com a Publicação do Decreto 38.126 de 11 de abril de 2017. 2018 Efetivado com a Publicação do Decreto 38.126 de 11 de abril de 2017.

Análise do Resultado do Objetivo Específico

2016/2018

SECTI

Em 2016, houve o desenvolvimento das ações para a implantação, consolidação e coordenação do Sistema de Ciência. Entre essas ações, destacam-se a institucionalização do Marco Regulatório da CTI no DF, por meio do Decreto de Política de CTI e da Lei de Inovação, e ações a seguir:

- Identificação dos diversos atores e iniciativas, públicas e privadas, que compõem o ambiente de Ciência, Tecnologia e Inovação no Distrito Federal;
- Organização dos componentes do SDCTI para orientar o desenvolvimento econômico-social por meio de Políticas Públicas, investimentos e ações de base tecnológica;
- Incentivo à captação de recursos, públicos e privados, nacionais e internacionais, bem como o direcionamento orçamentário para as iniciativas de SDCTI;
- Melhoria do diálogo de seus integrantes e entre este e a sociedade civil, conferindo transparência, objetividade e colaboração nas ações em CTI.

No ano de 2017, destaca-se a publicação do Decreto nº 38.126/2017, que institui a Política Distrital de Ciência, Tecnologia e Inovação - Inova Brasília e do Decreto 38.456/2017, que transfere a Secretaria Adjunta de Ciência e Tecnologia para da Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável do Distrito Federal, com vistas a implementação das ações necessárias ao desenvolvimento dos destes objetivos e a metas.

No ano de 2018, destaca-se a concretização e o início das atividades do Parque Tecnológico de Brasília - BIOTIC e da BIOTIC S.A., a estruturação do Complexo de Educação e Difusão Científica e Tecnológica, por meio do fortalecimento das atividades no Planetário de Brasília, a 15ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, a Campus Party Brasília 2018, o lançamento de dois Terminais Digitais e os esforços que visassem findar o projeto Sinal Livre.

EMATER

A articulação da Extensão Rural, que intervém sobre a realidade mediante os preceitos da educação informal, com as instituições de pesquisa, que são importantíssimas para o desenvolvimento das ciências, conduzem a mudanças significativas nos processos de produção, sendo a aprendizagem baseada na troca de conhecimento e experiência para os profissionais e comunidade.

A inovação, diferentemente da lógica da invenção, não se baseia na busca de novas propriedades técnicas ou novos produtos, sua ênfase recai sobre a compatibilização entre o avanço tecnológico e as instituições sociais existentes. A estrutura organizacional deve ser assentada nos fluxos de informação que são essenciais. A escolha de determinadas tecnologias e a recusa de outras não são baseadas em critérios puramente econômicos ou racionais, mas sim na compatibilização, envolvendo crenças e interesses dos diversos grupos e setores estratégicos que se

encontram na atividade tecnológica. O conceito de redes de atores adquire importância crucial, pois através delas é possível detectar simultaneamente tanto o sentido das práticas sociais, como das inovações tecnológicas em implicações complexas e dinâmicas.

A Inovação Tecnológica no âmbito da Emater tem os seguintes objetivos:

- Identificar as necessidades de tecnologia das populações rurais;
- Qualificar esta demanda para escolher as prioridades;
- Criar as condições objetivas para circulação da informação e para retroalimentar o processo de inovação; e
- Avaliar se o impacto da tecnologia nas várias dimensões (tecnológica, econômica, social, cultural, política, legal e ambiental) de fato se tornou uma inovação.

As atividades de Inovação Tecnológica implementadas foram as seguintes: energias renováveis, meio ambiente, gestão, articulação, pesquisa e extensão, políticas públicas, agroecologia e produção orgânica e transferência de tecnologia.

Em trabalho conjunto, a Emater-DF, os produtores rurais e a Embrapa Cerrados, desenvolvem atividades para a validação da mandioca com o objetivo de selecionar os produtos mais lucrativos para o produtor e que são melhores aceitos pelo consumidor. Dentro deste objetivo foram implantadas 15 (quinze) unidades de experimentação e feito o acompanhamento das 05 unidades de experimentação já existentes. Foram ainda realizados 02 encontros de produtores de mandioca do Distrito Federal, a Festa da Mandioca e a distribuição de 400 kits de ramas de novos cultivares. Cabe salientar ainda a parceria com o CNPH (EMBRAPA HORTALIÇAS) onde foi realizada a capacitação de Extensionistas em irrigação, visando o enfrentamento mais concentrado da crise hídrica. Destaca-se igualmente os esforços da Emater-DF em instituir Termos de Cooperação com instituições de ensino e pesquisa para complementar a pesquisa com os serviços de ATER.

2018

O Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre EMATER-DF e o Jardim Botânico de Brasília-JBB, tem como foco principal, o intercâmbio de conhecimento técnico entre as partes signatárias deste instrumento, mediante pesquisa técnico-científica relativa a cadeia produtiva de flores e plantas ornamentais, transferência de tecnologia e do desenvolvimento de ações estruturantes aos produtores rurais do DF e RIDE bem como, o compartilhamento do conhecimento no tema e treinamento dos envolvidos na tecnologia estudada.

Com o foco na questão hídrica, visando divulgar tecnologias de reuso da água, no Programa de Agricultura Urbana foi instalado um sistema de captação de água dos bebedouros para uso na horta educativa. Assim busca-se difundir essa tecnologia para as demais escolas do programa. Em parceria com o Ministério (MAPA) foram adquiridos IRRIGAS para implementação de unidades demonstrativas com o intuito de monitorar e apoiar o produtor nas tomadas de decisão quanto à irrigação, ou seja, uso consciente da água. Dentro do assunto Irrigação iniciou-se uma parceria com o SERPRO para o desenvolvimento de um protótipo para o manejo de irrigação baseado na internet das coisas (IoT) com o objetivo de atender os produtores rurais do Distrito Federal.

FAPDF

A FAPDF apoiou nos últimos anos, e especificamente em 2017, diversas pesquisas financiadas com recursos próprios e, ao contrário de todas as demais FAPs do Brasil, mesmo em meio à crise e cortes orçamentários, o GDF tem mantido o volume de investimentos em Ciência e Tecnologia, demonstrando que esta é uma área prioritária e estratégica para o Governo.

Hoje, são executados convênios nacionais e internacionais, em parceria com as instituições públicas de pesquisas vinculadas ao governo federal, com o Conselho Nacional das Fundações de Pesquisa, com outras FAPS e com instituições internacionais. Tudo isso faz com que a FAPDF seja a instituição pública que mais investe em Ciência e Tecnologia no DF.

No dia 04 de novembro de 2017, a Fundação de Apoio a Pesquisa do Distrito federal – FAPDF comemorou 25 anos de existência. Para celebrar essa importante data a FAPDF organizou no dia 28 de novembro o Evento FAPDF 25 anos: CIENCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, TRANSFORMAÇÕES, ocorrido em um dos espaços símbolos do Distrito Federal, o Museu Nacional da Republica. A solenidade contou com a presença da comunidade científica de Brasília e representantes das Instituições de Ensino Superior do DF; do Governador do DF; representantes do setor produtivo: empresas, micro e pequenas empresas e das startups; de secretários de estado de governo do DF e representantes do legislativo; CNPq, CAPES, CONFAP e outras instituições parceiras da FAPDF. Foi convidada para realizar uma apresentação a professora e pesquisadora do Departamento de Biologia Celular da UNB, Beatriz Dolabela de Lima. Sua pesquisa foi financiada pela FAPDF via Programa de Pesquisa para o SUS, o PPSUS. Com esse financiamento foi possível implantar um laboratório de diagnóstico que melhora as chances de sobrevivência e cura de pacientes com câncer.

Outra frente de atuação da FAP é o financiamento e fomento de empresas de base tecnológica que constituem o ecossistema da região e podem abrir novos caminhos de desenvolvimento para o DF. Investir em Startups é uma das prioridades da Fundação. Muitas delas conseguiram sair da fase inicial e algumas já recebem recursos de aceleradoras interessadas em seu desenvolvimento.

Para finalizar o evento, foi anunciado o lançamento de 3 (três) novos editais de grande importância para diferentes segmentos do DF.

O primeiro é o Edital Nº 11/2017 - Seleção Pública de Propostas: Apoio ao desenvolvimento de pesquisa e inovação em Microempresas e Empresas de Pequeno Porte na Modalidade Subvenção Econômico. O segundo edital é a terceira Edição do Edital Nº 12/2017 - Startups Inova Brasília Seleção Pública De Propostas para Apoio Financeiro na Modalidade de Subvenção Econômica às Empresas Emergentes. Edital tão aguardado por este segmento, lembrando que em 2017 a FAPDF junto com o GDF e a Câmara Legislativa conseguiu regulamentar a relação entre entes públicos e startups para dar segurança jurídica a todas as partes envolvidas, e por isso foi lançando este novo edital.

Assim, em 2017, a FAPDF lançou 12 editais nacionais com recursos próprios e 7 editais internacionais em parceria com entidades nacionais e internacionais. Desde 2015, a FAPDF investiu R\$224 milhões no Distrito Federal, elevando a cada ano o volume de recursos em Ciência, Tecnologia e Inovação na região.

No âmbito do Programa Captação de Recursos – Convênios Nacionais destaque para o pagamento realizado a 4 propostas aprovadas na Chamada INCT – MCTI/CNPq/CAPES/FAPs nº 16/2014. Também foram realizados o pagamento para as propostas selecionadas no Edital 07/2016 - Programa de apoio a núcleos de Excelência PRONEX/FAPDF/CNPq. Nos Convênios Internacionais destaque para as 4 Chamadas: CHAMADA RESEARCHER LINKS WORKSHOPS CONFAP – 2016/2017; para o pagamento da CHAMADA DE PROJETOS CONFAP UK ACADEMIES – 2016; ESRC/CONFAP-FAPDF/CNPq e a CHAMADA DE PROJETOS Mobility CONFAP ITALY.

2018

Neste ano de 2018, a FAPDF mobilizou seus esforços no primeiro semestre, tanto financeiro como operacional, para a conclusão das obras de construção do Edifício Sede desta instituição, bem como da transferência deste ente para a nova sede que requereu compra de mobiliário, divisórias, elaboração de layout etc. No segundo semestre foram realizadas tratativas com organizações relacionadas com o ecossistema de empreendedorismo inovador com o fito de contribuir com a gestão do Parque Tecnológico de Brasília. Concomitante a isso, importante destacar que o Distrito Federal tem promovido políticas de ciência, tecnologia e inovação (CTI) que garantam à sociedade um avanço na promoção e disseminação do conhecimento científico e de todo ecossistema de inovação. Como medida das ações de promoção de políticas públicas, vale registrar o contexto das legislações que foram criadas para garantir tanto a segurança jurídica de matéria tão inovadora como também proporcionar ao gestor público condições de ação, já que em regra geral, seus atos administrativos devem estar vinculados com a legalidade. Nesse contexto, vale expor o histórico do avanço dos normativos legais que já se encontram em vigência no nosso ordenamento jurídico. Inicialmente, oportuno constar que a Constituição Federal de 1988 traz em seu Capítulo IV e especialmente no art. 218, art. 219-A e art. 219-B, diretrizes para o nominado Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, que abrangem todos os Entes Federados, de forma a possibilitar a construção da política de CTI em sua esfera de atuação. Nesse contexto, o Distrito Federal, por meio do Decreto Distrital nº 38.126, de 11 de abril de 2017, instituiu sua Política Distrital de Ciência, Tecnologia e Inovação, o Inova Brasília, criando estratégias para o desenvolvimento socioeconômico, bem como instituindo o Sistema Distrital de Ciência, Tecnologia e Inovação. Ainda, a Lei Distrital nº 6.140, de 3 de maio de 2018, tratou dos estímulos ao desenvolvimento da pesquisa em CTI, com fins a estimular a geração de riquezas. Nesse sentido, o Decreto Distrital nº 39.570, de 26 de dezembro de 2018, que regulamenta a Lei Federal nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, conhecida como a Lei da Inovação, dispõe em seu contexto o incentivo a inovação e a pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas ao desenvolvimento econômico, social, dentre outras finalidades. Importante acrescentar que a Lei Federal nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, recentemente alterada pela Lei Federal nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, constituiu o novo Marco Legal da CTI, com inéditas disposições acrescentadas, pormenorizando as medidas de incentivo, bem como apresentando princípios que possibilitam definir um arcabouço legal para a criação de políticas públicas capazes de oferecer ações que atendam aos anseios da sociedade, além da segurança jurídica aos gestores da Administração Pública. Ainda, está organizada em torno da constituição de ambiente propício a parcerias estratégicas entre universidades, institutos tecnológicos e empresas, ao estímulo à participação de institutos de ciência e tecnológica no processo de inovação. E é inserido nesse contexto que o Distrito Federal vem criando sua estrutura jurídica, a fim de proporcionar à FAPDF condições de desenvolver suas atividades voltadas à CTI, bem como em cumprir sua missão institucional. Assim, a FAPDF vem desenhando mecanismos capazes de abranger o ecossistema de CTI em sua esfera de atuação, a começar pelo dimensionamento do Parque Tecnológico de Brasília para, enfim, cumprir seu objetivo específico.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

006 – TRABALHO, EMPREGO E RENDA: Estimular o crescimento e o desenvolvimento econômico e social do DF por meio do fortalecimento do sistema público de emprego, garantindo a qualificação social e profissional de jovens e adultos, intermediação de mão de obra, seguro desemprego e trabalho decente, além de apoiar o setor produtivo, as micro e pequenas empresas, a economia solidária, o cooperativismo, o associativismo e o empreendedorismo.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

25.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS -SEDESTMIDH

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	6	1	Promover a inserção produtiva e a geração de renda por meio do cooperativismo, associativismo e da economia solidária, com a execução de 40 ações como a realização de eventos, encontros, feiras e fóruns até 2019 (SEDESTMIDH);	40	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	19	47	74		185,0
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	6	2	Ampliar em 30% o número de atendimento a pessoas beneficiárias de programas sociais por meio de qualificação na Fábrica Social até 2019. Incrementando o atendimento de 1.100 pessoas para 1.430 até 2019 (SEDESTMIDH).	1.430	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	1012	2264	3813		266,6
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	6	3	Realizar 10 eventos, tais como eventos, fóruns, encontros para os segmentos promissores do empreendedorismo até 2019 (SEDESTMIDH).	10	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	5	12	38		380,0
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	6	4	Ampliar o número e o volume de operações de crédito de 3.370 para 5.569 e de R\$ 24.660.042,00 para R\$ 55.692.000,00 até 2019, respectivamente (FUNGER).	2199	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	814	1662	2.342		106,5

Análise Qualitativa

1. Promover a inserção produtiva e a geração de renda por meio do cooperativismo, associativismo e da economia solidária, com a execução de 40 ações como a realização de eventos, encontros, feiras e fóruns, até 2019 (SEDESTMIDH);

2016

Projeto “Saber Cooperativo”

O circuito de palestras “Saber Cooperativo” é um projeto que consiste em compartilhar conhecimento sobre o cooperativismo para todos aqueles que estão em busca de uma oportunidade de trabalho. Essa iniciativa surge da ideia de difundir e fomentar as práticas do cooperativismo como uma importante ferramenta na geração de trabalho e renda sustentável.

A palestra Saber Cooperativo aborda temas relativos à história do cooperativismo; princípios e valores; direitos e deveres; ramos do cooperativismo; funcionamento das cooperativas e outros temas. No 2º semestre de 2016, foram realizadas **4 palestras** “Saber Cooperativo”, reunindo um total de 67 participantes, uma média de quase 17 pessoas por palestra.

Economia Solidária – ECOSOL

O circuito ECOSOL, Feira de Economia Solidária, surgiu da necessidade de comercialização dos Empreendimentos Econômicos Solidários e REDES, que encontravam barreiras para expor em feiras tradicionais. Em 2016, foram realizados **15 circuitos ECOSOL** em diversas regiões do Distrito Federal, reunindo uma média de 20 empreendimentos por circuito.

Outra importante iniciativa foi estabelecer o lugar onde será o Centro Público de Economia Solidária (CDEPS-DF), dando início a reforma estrutural do local. O espaço para o centro está localizado no Setor Comercial Norte, antigo SINE e sua inauguração está prevista para abril de 2017.

Além disso, a Secretaria participa da Coordenação do Fórum de Economia Solidária do DF e Entorno (FESDFE) e da comissão de análise do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL).

2017

Projeto “Saber Cooperativo”

O circuito de palestras “Saber Cooperativo” é um projeto que consiste em compartilhar conhecimento sobre o cooperativismo para todos aqueles que estão em busca de uma oportunidade de trabalho. Essa iniciativa surgiu da ideia de difundir e fomentar as práticas do cooperativismo como uma importante ferramenta para geração de trabalho e renda sustentável.

A palestra Saber Cooperativo aborda temas relativos à história do cooperativismo; princípios e valores; direitos e deveres; ramos do cooperativismo; funcionamento das cooperativas e outros temas.

Foram realizadas 6 palestras durante o ano de 2017.

Economia Solidária – Circuito ECOSOL.

O Circuito de Feiras da Economia Solidária e Agricultura Familiar que tem como proposta percorrer diversas Regiões Administrativas do DF e Entorno levando ao alcance da população os produtos criados e produzidos por este segmento, dando oportunidade de geração de trabalho e renda por parte deste empreendimento.

O público poderá também conhecer a diversidade da Economia Solidária, que reúne iniciativas de projetos produtivos coletivos, cooperativas populares, cooperativas de coleta e reciclagem de materiais recicláveis, redes de produção, comercialização e consumo, empresas autogestionárias, cooperativas de agricultura familiar e agroecologia, cooperativas de prestação de serviços, entre outras, que dinamizam as economias locais, garantem trabalho digno e renda às famílias envolvidas, além de promover preservação ambiental e exercício da cidadania.

Foram realizadas 22 edições do Circuito Ecosol, privilegiando o CEPES como ponto principal das atividades.

2018

Projeto “Saber Cooperativo”

O circuito de palestras “Saber Cooperativo” é um projeto que consiste em compartilhar conhecimento sobre o cooperativismo para todos aqueles que estão em busca de uma oportunidade de trabalho. Essa iniciativa surge da ideia de difundir e fomentar as práticas do cooperativismo como uma importante ferramenta na geração de trabalho e renda sustentável. A palestra Saber Cooperativo aborda temas relativos à história do cooperativismo; princípios e valores; direitos e deveres; ramos do cooperativismo; funcionamento das cooperativas e outros temas.

No ano de 2018, além do tema de cooperativismo acrescentamos o tema de empreendedorismo. Foram ministradas 06 palestras ofertadas pela CEMP/SME/SEATRAB/SEDESTMIDH em parceria com a Organização das Cooperativas do DF – OCDF, com uma movimentação de Público de 380 pessoas participantes.

Economia Solidária – Circuito ECOSOL.

Em 2018, foram realizadas 20 edições no CPES (de março a dezembro de 2018), além de uma edição no Shopping Venâncio 2.000 em dezembro. Em relação à movimentação de público, a média de visitantes por edição foi de 100 pessoas/dia, chegando a uma estimativa de mais de 3000 visitantes durante o ano de 2018

2. Ampliar em 30% o número de atendimento a pessoas beneficiárias de programas sociais por meio de qualificação na Fábrica Social até 2019. Incrementando o atendimento de 1.100 pessoas para 1.430, até 2019 (SEDESTMIDH);

2016

Alunos qualificados pelo Programa Fábrica Social:

Foram oferecidos cursos nas áreas de Construção Civil – com os módulos de instalação hidráulica, instalação elétrica, revestimento, alvenaria, pintura, acabamento, almoxarifado e telhado metálico; de Confeção de Vestuário, Acessórios e Materiais Esportivos – nas oficinas de bordado; serigrafia; corte e costura de laminados; confecção de bolas e de redes esportivas; corte e costura; operação e manuseio de máquinas e equipamentos industriais; de Produção e Cultivo de Alimentos Saudáveis – por meio de oficinas de metrologia, serralheria para a produção de estufas de hidropônicas, montagem de estufas, produção de mudas e cultivo em canteiros verticais e horizontais e instalação e manutenção de placas fotovoltaicas – nas oficinas de elétrica predial, EPI's, metrologia, placas fotovoltaicas e Marcenaria – em planejamento.

Benefícios sociais pagos:

Durante o ano de 2016, foram pagos em benefícios sociais o valor de R\$ 1.687.781,14 (um milhão seiscentos e oitenta e sete mil, setecentos e oitenta e um reais e quatorze centavos), beneficiando diretamente 1.012 alunos, em situação de vulnerabilidade social, e, em parceria com o PRONATEC Mulheres Mil foram capacitadas por meio da Fábrica Social, 55 mulheres.

População Atendida:

São contemplados pelo Programa pessoas em situação de vulnerabilidade social, inscritas no Cadastro Único dos programas de transferência de renda (CadÚnico), beneficiando as famílias de baixa renda de todo o Distrito Federal, principalmente os egressos do lixão da cidade Estrutural e residentes na Vila Santa Luzia.

2017

Alunos qualificados pelo Programa Fábrica Social:

Foram oferecidos cursos nas áreas de Construção Civil, Confeção de Vestuário, Acessórios e Materiais Esportivos, Produção e Cultivo de Alimentos Saudáveis, Instalação e manutenção de placas fotovoltaicas e Marcenaria com madeiras recicláveis.

Benefícios sociais pagos:

Durante o ano de 2017, foram pagos em benefícios sociais o valor de R\$ 2.653.665,76 (dois milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e setenta e seis centavos), beneficiando diretamente 1.252 alunos, em situação de vulnerabilidade social, além de, em parceria com o PRONATEC: 85 alunas (Mulheres Mil) e 35 alunos (Elétrica Predial/Hidráulica).

População Atendida:

São contemplados pelo Programa pessoas em situação de vulnerabilidade social, inscritas no Cadastro Único dos programas de transferência de renda (CadÚnico), beneficiando as famílias de baixa renda de todo o Distrito Federal, principalmente os egressos do lixão da cidade Estrutural e residentes na Vila Santa Luzia.

2018

Alunos qualificados pelo Programa Fábrica Social:

Foram oferecidos cursos nas áreas de Construção Civil, Confeção de Vestuário, Acessórios e Materiais Esportivos, Produção e Cultivo de Alimentos Saudáveis, Instalação e manutenção de placas fotovoltaicas e Marcenaria com madeiras recicláveis.

Benefícios sociais pagos:

Durante o ano de 2018, foram pagos em benefícios sociais o valor de R\$ 4.079.331,87 (quatro milhões, setenta e nove mil, trezentos e trinta e um reais e oitenta e sete centavos), beneficiando diretamente 1.549 alunos, em situação de vulnerabilidade social.

População Atendida:

São contemplados pelo Programa pessoas em situação de vulnerabilidade social, inscritas no Cadastro Único dos programas de transferência de renda (CadÚnico), beneficiando as famílias de baixa renda de todo o Distrito Federal, principalmente os egressos do lixão da cidade Estrutural e residentes na Vila Santa Luzia.

3. Realizar 10 eventos, tais como eventos, fóruns, encontros para os segmentos promissores do empreendedorismo até 2019 (SEDESTMIDH);

2016

Regulamentação Food Trucks

A Secretaria com o objetivo de fomentar o empreendedorismo articulou e construiu a lei que foi sancionada em março de 2016, que passou a ser legal a comercialização de alimentos em veículos automotores ou rebocáveis adaptados, os chamados food trucks, em áreas públicas de Brasília. Publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, a lei nº 5.627, de 15/03/2016, estipula locais, horários, regras de funcionamento, multas e outras normas para que a nova modalidade de negócio não conflite com as já regulamentadas, nem ofereça risco à população. No dia 21/12/2016 foi assinado pelo governador Rodrigo o Decreto de Regulamentação. Atualmente, existe cerca de 320 Food Trucks no Distrito Federal, com aproximadamente 1.000 empregos criados diretamente. O mercado fatura cerca de 8 milhões a 15 milhões de reais por mês.

Quinta Cultural

A Quinta Cultural, revitalização noturna do Setor Comercial Sul, teve 29 edições durante o ano, com público médio de 300 pessoas por edição, com duração de 6 horas e entrada gratuita. Presença de 8 Food Trucks em média por edição e 28 pessoas trabalhando diretamente no evento. Participaram 33 atrações musicais dos mais diversos ritmos.

Startups Brasília

A proposta do Startups Brasília é selecionar projetos que transformem ideias inovadoras em empreendimentos sustentáveis e que incorporem novas tecnologias, buscando formar um ambiente de inovação e empreendedorismo que estimule as pessoas a criar negócios, renda e empregos.

Durante a sessão de mentoria realizada por esta secretaria estiveram presentes mais de 100 empreendedores, 17 projetos que participaram foram aprovados na primeira fase do edital.

Coworking Público

O projeto do Coworking Público visa o fomento e o apoio ao ecossistema empreendedor no Distrito Federal incentivando a criação, o desenvolvimento, e a consolidação de empreendimentos e projetos nas seguintes áreas: inovação tecnológica, social e cultural. Nos últimos 6 meses foram realizados 52 eventos com aproximadamente 800 pessoas em diversas atividades.

Campus Day

O evento aconteceu no dia 5 de novembro de 2016 com 8 horas de conteúdo, das 14h às 22h, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães. Com público inscrito pelo site da Campus de 3.098 pessoas, com público presente de 1.700 pessoas. Foram realizadas 24 horas de palestras com conteúdo em diversas áreas, como: robótica, games empreendedorismo, desenvolvimento, inovação e evolução tecnológica. Apresentações realizadas em três espaços: palco Principal, palco Experience e Campus Drops. Houve transmissão ao vivo de todas as palestras por meio do site da Campus.

2017

Quinta Cultural

A Quinta Cultural, revitalização noturna do Setor Comercial Sul, teve 06 edições entre abril e maio de 2017, com movimentação média de 500 pessoas por edição, com duração de 11 horas, entrada gratuita, começando às 12:00 e encerrando às 23:00 horas, com a presença de 10 Food Trucks por edição, gerando trabalho informal em média de 28 pessoas diretamente no evento, mais a participação de 12 atrações musicais dos mais diversos ritmos. 1.D - Campus Party.

Campus Party

O evento aconteceu entre os dias 14 e 18 de junho de 2017, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, com público cerca de 69 mil pessoas, 5.000 pessoas, sendo a maior parte de jovens entre 18 e 25 anos.

Também tivemos cerca de 1.500 pessoas envolvidas com a organização do evento, 70 patrocinadores, apoiadores e parceiros de mídia, 39 comunidades de todo o Brasil, (empreendedores, grupos representativos da área de tecnologia, jogos, etc.), 300 jornalistas, blogueiros e profissionais de imprensa fazendo a cobertura do evento, 39 startups e 20 projetos acadêmicos em exposição e mais de 250 horas de conteúdo e 300 palestrantes.

Ocorreram as inscrições pelo site da Campus de 3.098 pessoas, com público presente de 1.700 pessoas e a Secretaria Adjunta do Trabalho também forneceu grande atenção para os estudantes do Distrito Federal, em especial os menos favorecidos, ao todo cerca de 870 ingressos de “campuseiro” foram distribuídos na forma de sorteio em diversas instituições de ensino do Distrito Federal. Também foram realizadas diversas visitas guiadas com jovens do sistema socioeducativo com o objetivo de gerar aproximação com o mercado e com as possibilidades que a tecnologia nos traz.

Foram oferecidas mais de 250 horas de conteúdo dentre, 24 horas de palestras com conteúdo em diversas áreas, como: robótica, games empreendedorismo, desenvolvimento, inovação e evolução tecnológica. Teve apresentações em três espaços: palco Principal, palco Experience e Campus Drops, com transmissão ao vivo de todas as palestras por meio do site da Campus.

Os investimentos foram feitos pelo fundo de Venture Capital Cedro Capital.

2018

"O Dia “C” - Dia de Cooperar foi um evento de iniciativas voluntárias de responsabilidade social, contínuas e transformadoras, feito pelas cooperativas brasileiras (SESCOOP/DF), que ocorreu na Praça Central de Santa Maria/DF, no dia 30 de junho de 2018, das 9h às 15h, levando as seguintes ações: orientações para emissão de CTPS; orientações e informações de vagas de emprego; divulgação do programa de microcrédito - Próspera DF e divulgação e orientação do curso de cooperativismo e empreendedorismo. A movimentação de público foi de cerca de 2.000 pessoas e 1.500 pessoas tiveram atendimentos realizados.

Projeto de Qualificação Profissional Inserir/Atualizar/Empreender – Etapa 2, na modalidade Ensino a Distância (EAD): atuado um processo para contratar empresa na prestação de serviços, com vistas à inserção, manutenção e fortalecimento do empreendedorismo.

O ‘Curso de Finanças Pessoais’ foi oferecido aos servidores no auditório da Secretaria, em duas edições (nos dias 04 e 09 de setembro de 2018). A movimentação de público foi de 81 interessados e 43 participantes.

A Feira de franquias foi um evento de franquias do Centro-Oeste, voltado para franquias de diversos segmentos, cujo objetivo era expor ao público selecionado os potenciais franqueados de Brasília e região. Ocorreu no Estádio Nacional de Brasília, nos dias 17 a 19 de maio de 2018, levando o empreendedorismo pela Economia Solidária e o Programa Próspera. A movimentação de público foi de aproximadamente 30.000 pessoas.

A Feira Mande in Japan foi um evento correalizado pela SEATRAB proposto pela Horikawa e Mikami Congressos e Eventos Ltda., em comemoração aos 110 anos da imigração japonesa para o Brasil e ocorreu no Mané Garrincha, entre os dias 30 de agosto a 02 de setembro de 2018, com público de 11.000 pessoas.

SEATRAB até você é um projeto criado em 2018, que visa à ação comunitária entre a Secretaria Adjunta do Trabalho/SEDESTMIDH e a Comunidade local, com o objetivo de levar à comunidade todos os serviços desta pasta

4. Ampliar o número e o volume de operações de crédito de 3.370 para 5.569 e de R\$ 24.660.042,00 para R\$ 55.692.000,00 até 2019, respectivamente (FUNGER).

2016

Quanto ao objetivo de ampliar o número e o volume de operações de crédito de 3.370 para 5.569 e de R\$ 24.660.042,00 para R\$ 55.692.000,00 até 2019, respectivamente (FUNGER), no exercício de 2016 o Programa de Microcrédito do Governo do Distrito Federal (Prospera), executado com recursos do FUNGER/DF, iniciou suas atividades de concessão de crédito em março e finalizou em dezembro. Entre julho e agosto houve uma interrupção na concessão para evitar reconhecimento de dívida, uma vez que o Contrato nº. 006/2011 terminou sua vigência em julho e ainda estava em fase final os procedimentos para a assinatura do novo contrato com o Banco de Brasília – BRB para operacionalização do Programa de Microcrédito. Em 2016 o Programa emprestou R\$ 9.816.479,80 (nove milhões, oitocentos e dezesseis mil, quatrocentos e setenta e nove reais e oitenta centavos). A diferença entre o valor liquidado e o efetivamente contratado deve-se a devolução de dois contratos de crédito no dia 27/12/2016 que ainda estavam pendentes de regularização contábil.

No período foram realizadas 22 reuniões do Comitê de Crédito do FUNGER/DF, que aprovou 834 operações de crédito. Destas, foram efetivamente contratadas 814 operações, sendo 542 da Carteira Urbana e 272 da Carteira Rural, representando, respectivamente, 66,6% e 33,4% das operações contratadas. Na Carteira de Crédito Urbana foi emprestado o montante de R\$ 5.411.395,41, o que corresponde a 55,1% do valor total emprestado. Na Carteira Rural foi emprestado o montante de R\$ 4.405.084,39 (quatro milhões, quatrocentos e cinco mil, oitenta e quatro reais e trinta e nove centavos), representando 44,9% do total emprestado. Esses valores apresentam um tíquete médio de R\$ 9.984,12 para os empreendedores urbanos e R\$ 16.195,16 para os empreendedores rurais.

2017

Em 2017 o Programa emprestou R\$ 9.645.533,07 (nove milhões, seiscentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e trinta e três reais e sete centavos).

No período foram realizadas 20 reuniões do Comitê de Crédito do FUNGER/DF, que aprovou 885 operações de crédito. Destas, foram efetivamente contratadas 848 operações, sendo 593 da Carteira Urbana e 255 da Carteira Rural, representando, respectivamente, 70% e 30% das operações contratadas. Na Carteira de Crédito Urbana foi emprestado o montante de R\$ 5.414.250,65 (cinco milhões, quatrocentos e quatorze mil, duzentos e cinquenta reais e sessenta e cinco centavos), o que corresponde a 56,13% do valor total emprestado. Na Carteira Rural foi emprestado o montante de R\$ 4.231.282,42 (quatro milhões, duzentos e trinta e um mil, duzentos e oitenta e dois reais e quarenta e dois centavos), representando 43,87% do total emprestado. Esses valores apresentam um tíquete médio de R\$ 8.971,79 para os empreendedores urbanos e R\$ 16.578,36 para os empreendedores rurais.

2018

No exercício de 2018, até 31 de dezembro, o Programa de Microcrédito emprestou R\$ 8.349.296,73 (oito milhões trezentos e quarenta e nove mil, duzentos e noventa e seis reais e setenta e três centavos).

No período foram realizadas 17 reuniões do Comitê de Crédito do FUNGER/DF, sendo que a primeira foi somente para renegociação de dívidas dos tomadores inadimplentes, não havendo, portanto, liberação de recursos. Assim, 696 (seiscentas e noventa e seis) operações de crédito foram aprovadas nas demais 16 reuniões. Destas, 680 operações foram efetivamente contratadas, sendo 493 da Carteira Urbana e 187 da Carteira Rural, representando, respectivamente, 72,5% e 27,5% das operações contratadas. Na Carteira de Crédito Urbana foi emprestado o montante de R\$ 5.023.136,75 (cinco milhões, vinte e três mil, cento e trinta e seis reais e setenta e cinco centavos), o que corresponde a 60% do valor total emprestado. Na Carteira Rural foi emprestado o montante de R\$ 3.326.159,98 (três milhões, trezentos e vinte e seis mil, cento e cinquenta e nove reais e noventa e oito centavos), representando 40% do total emprestado. Esses valores apresentam um tíquete médio de R\$ 10.188,91 (dez mil cento e oitenta e oito reais e noventa e um centavos) para os empreendedores urbanos e R\$ 17.786,95 (dezessete mil setecentos e oitenta e seis reais e noventa e cinco centavos) para os empreendedores rurais. Nota-se, comparativamente ao exercício de 2017 uma média estável dos valores de tíquete médio para ambas as carteiras, o que demonstra regularidade e a observância rigorosa quanto aos critérios de progressividade nas concessões dos empréstimos. No exercício de 2018 emprestou-se um montante de R\$1.296.236,34 (um milhão, duzentos e noventa e seis mil, duzentos e trinta e seis reais e trinta e quatro centavos), menor que no exercício de 2017, tendo em vista limitação dos recursos disponibilizados para o exercício de 2018.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1494	TRABALHADOR INSERIDO NO MERCADO DE TRABALHO	PESSOA	10.714	31/12/2014	9.000	4.283	11.000	4.406	13.000	1.947	6.500	MTE/ SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 6
1495	PESSOA QUALIFICADA PELA SEDESTMIDH	PESSOA	2.844	31/12/2014	5.000	11.572	6.500	8.103	8.450	6.277	10.945	SQP/ SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 6
1496	TAXA DE DESEMPREGO	%	14,2	30/06/2015	13,5	18,6	13	18,4	12,5	18,5	12	DIEESE/ SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 6

Justificativas 2016

Indicador 1494 - A meta não foi alcançada tendo em vista o cenário econômico desfavorável, com fechamento de postos de trabalho e consequente diminuição do número de vagas ofertadas pelas Agências do Trabalhador.

Indicador 1495 - Meta alcançada. Estão incluídas as capacitações presenciais e a distância – EAD.

Indicador 1496 - A redução da taxa de desemprego não foi alcançada uma vez que a pressão no mercado de trabalho foi superior ao número de postos de trabalho gerados, decorrente de um cenário econômico desfavorável. As taxas de desemprego se elevaram também em todas as regiões metropolitanas em que a Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED é realizada.

Justificativas 2017

Indicador 1494 - A meta não foi alcançada tendo em vista o cenário econômico desfavorável, com fechamento de postos de trabalho e consequente diminuição do número de vagas ofertadas pelas Agências do Trabalhador.

Indicador 1495 - Meta alcançada. Estão incluídas as capacitações presenciais e à distância - EAD.

Indicador 1496 - A redução da taxa de desemprego não foi alcançada uma vez que a pressão da PEA (População Economicamente Ativa), diante do mercado de trabalho, foi superior ao número de postos de trabalhos gerados, decorrente de um cenário econômico desfavorável. Vale salientar que as taxas de desemprego se elevaram também nas regiões metropolitanas em que a PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego) é realizada.

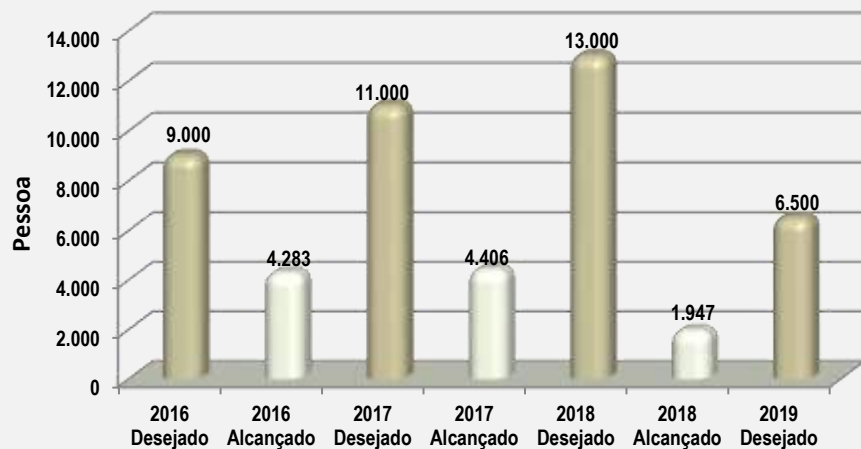
Justificativas 2018

Indicador 1494 - A meta não foi alcançada tendo em vista o cenário econômico desfavorável, com fechamento de postos de trabalho e consequente diminuição do número de vagas ofertadas pelas Agências do Trabalhador.

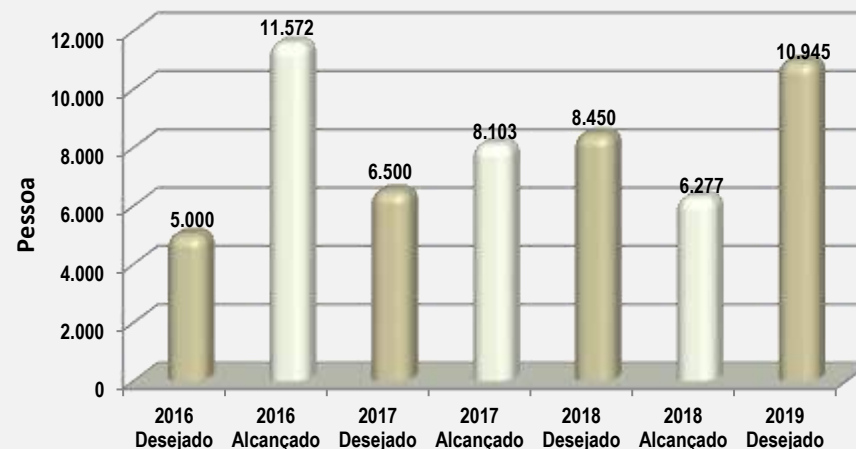
Indicador 1495 - Meta não alcançada. Não saiu em tempo hábil a 3ª Etapa do Qualifica Mais Brasília, que se encontra em processo licitatório.

Indicador 1496 - A redução da taxa de desemprego não foi alcançada uma vez que a pressão da PEA (população economicamente ativa), diante do mercado de trabalho, foi superior ao número de postos de trabalhos gerados, decorrente de um cenário econômico desfavorável. Vale salientar que as taxas de desemprego se elevaram também nas regiões metropolitanas em que a PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego) é realizada.

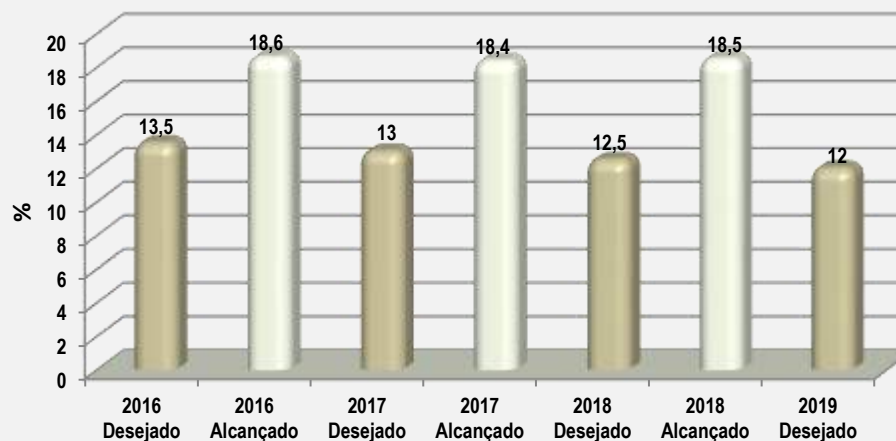
TRABALHADOR INSERIDO NO MERCADO DE TRABALHO



PESSOA QUALIFICADA PELA SEDESTMIDH



TAXA DE DESEMPREGO



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6207	6	1	Ampliação das ações de qualificação social e profissional por meio de parcerias; (SEDESTMIDH)	25101	50	<p>2016 O programa Qualifica Mais Brasília tem por objetivo promover ações de qualificação profissional por meio da execução de projetos institucionais, geridos pela Secretaria ou em parcerias com outras Secretarias do Governo de Brasília, bem como parcerias com entidades do Sistema S, tendo como foco a oferta de cursos, palestras e oficinas de qualificação profissional coerentes com os setores da economia local demandantes de vagas de emprego e de renda que estejam com perspectivas de crescimento.</p> <p>2017 Foi firmado em 21/12/2016 parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC/DF para realizar nas Agências do Trabalhador ou em locais indicados pela Secretaria Adjunta do Trabalho ações conjugadas em Educação Profissional no âmbito do Distrito Federal, por meio do Programa SENAC Gratuidade – PSG. Dentre os cursos previstos, foi executado o curso de Camareira com a oferta de 25 vagas, apresentando como resultado 25 inscrições e 14 certificações e 25 certificações em cursos realizados pelo SEBRAE para microempreendedores.</p> <p>2018 Parceria SENAC objetivou promover a qualificação profissional do trabalhador com interesse em cursos voltados para o segmento comércio/serviço e o público alvo são trabalhadores, com idade acima de 18 anos e os resultados em 2018: 30 vagas ofertadas. Acordo de Cooperação Técnica (ACT) o Sistema Fibra – Federação das Indústrias do Distrito Federal (IEL/DF), integrando o Programa Qualifica Mais Brasília por meio do Portal de Qualificação Profissional, intermediando o processo de Estágio. Os resultados de 2018: Vagas de estágio disponibilizadas pelo IEL à Secretaria – 2.539; Egressos do Programa Qualifica Mais Brasília encaminhados pela Secretaria ao IEL – 1.175.</p>
6207	6	2	Fomento à economia solidária por meio da criação de espaços para comercialização de produtos (SEDESTMIDH) (Ação alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	25101	50	<p>2016 Com o objetivo expandir a oferta dos serviços prestados, durante o ano de 2016, a Secretaria participou de diversos eventos onde foram disponibilizados ao público os serviços de intermediação de mão de obra e emissão de carteira de trabalho. Essa oferta foi realizada em parceria com diversos órgãos e entidades tais como: Secretaria de Estado da Criança, Secretaria de Estado de Educação, Fundação de Amparo ao Preso – FUNAP, Administrações Regionais e instituições sociais.</p> <p>2017 Com o objetivo expandir a oferta dos serviços prestados, durante o ano de 2016, a Secretaria participou de diversos eventos onde foram disponibilizados ao público os serviços de intermediação de mão de obra e emissão de carteira de trabalho. Essa oferta foi realizada em parceria com diversos órgãos e entidades tais como: Secretaria de Estado da Criança, Secretaria de Estado de Educação, Fundação de Amparo ao Preso – FUNAP, Administrações Regionais e instituições sociais.</p> <p>2018 Em 2018, foram realizadas 21 feiras do Circuito ECOSOL, que tem como proposta levar à população os produtos produzidos por segmentos da economia solidária, criando oportunidades de geração de trabalho e renda. Ademais, o público pôde conhecer a diversidade da Economia Solidária, que reúne iniciativas de projetos produtivos coletivos, cooperativas populares, cooperativas de coleta e reciclagem de materiais recicláveis, redes de produção, comercialização e consumo, empresas autogestionárias, cooperativas de agricultura familiar e agroecologia entre outras, que dinamizam as economias locais, garantem trabalho digno e renda às famílias envolvidas, além de promover preservação ambiental e exercício da cidadania</p>
6207	6	3	Realização de parcerias com associações e cooperativas para inserção produtiva de jovens e adultos em situação de vulnerabilidade; (SEDESTMIDH)	25101	40	<p>2016 Foram inseridas 120 Mulheres da Casa Abrigo 02 (duas parcerias). Uma parceria foi realizada com uma instituição de artesãos e outra com uma instituição de produção de bijuterias. Desse montante, 05 mulheres passaram a integrar fixamente a associação de artesanato.</p> <p>2017</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						<p>Em 2017, em parceria com uma associação de artesãs, 163 mulheres da Casa Abrigo participaram de oficinas de artesanato, destas, 17 passaram a integrar a associação.</p> <p>No mês de outubro foram realizados três cursos de capacitação, em parceria com o SEBRAE/DF, voltado para mulheres do Fórum Distrital Permanente de Mulheres do Campo e do Cerrado, visando participação na I Feira do Campo e do Cerrado, realizada no Parque da Cidade, nos dias 08,09,10,15,16 e 17 de dezembro.</p> <p>2018 Com o desenvolvimento do Projeto ELAS - Empoderamento, Liberdade e Autonomia Socioeconômica, foram desenvolvidas oficinas e as atividades vinculadas ao Projeto realizaram 75 oficinas.</p> <p>A participação nas oficinas tem possibilitado a geração de renda para as mulheres após seu desligamento do serviço, principalmente com a venda de produtos artesanais.</p>
6207	6	4	Fortalecimento do cooperativismo e o associativismo como fonte de geração de renda; (SEDESTMIDH) (Ação alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	25101	50	<p>2016 Não houve disponibilização de Cursos do PRONATEC Seguro Desemprego no ano de 2016 no âmbito do GDF.</p> <p>2017 Não houve disponibilização de Cursos do PRONATEC Seguro Desemprego no ano de 2017 no âmbito do GDF.</p> <p>2018 As 21 feiras do Circuito ECOSOL, além de levarem à população os produtos produzidos por segmentos da economia solidária, reúnem iniciativas cooperativas e associações populares cujo objetivo é a geração de trabalho e renda às famílias envolvidas.</p> <p>O CEPES/DF (Centro Público de Economia Popular e Solidária), espaço público multifuncional de gestão colaborativa, recebeu em 2018 o diálogo entre o poder público, a sociedade civil e o FESDFE (Fórum de Economia Solidária do DF e Entorno).</p>
6207	6	5	Desenvolvimento de ações com vista à promoção do "trabalho decente (contra trabalho infantil, escravo e exploração sexual)"; (SEDESTMIDH)	25101	0	<p>2016 Ação não desenvolvida em 2016 considerando a dificuldade técnica. Tal ação está sendo revista a fim de implementar o projeto</p> <p>2017 Ação não desenvolvida em 2017, está sendo revista a fim de implementar o projeto.</p> <p>2018 Ação não desenvolvida em 2018, está sendo revista a fim de implementar o projeto</p>
6207	6	6	Concessão de empréstimos e financiamentos a empreendedores econômicos no DF e RIDE. (FUNGER) (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	25902	-	<p>2016 O Programa de Microcrédito Prospera foi concebido como um instrumento de política pública governamental destinada a garantir o direito ao crédito aos segmentos sociais historicamente marginalizados pelo sistema financeiro tradicional. Seu objetivo primordial é permitir, nestes segmentos, que as pessoas possam, por meio do trabalho empreendedor, desenvolver seus negócios, gerar renda, manter e gerar ainda novas ocupações de trabalho.</p> <p>No período de março a dezembro de 2016 foram contratadas 814 operações de crédito, com expectativa de geração de 398 novas ocupações e a manutenção de outras 1.380 totalizando 1.778 ocupações.</p> <p>2017 Após análise, verificou-se que a informação é orçamentária e encontra-se em duplicidade. Diante disso, a Unidade formalizará a solicitação de exclusão da Ação Não Orçamentária.</p>

Análise do Resultado do Objetivo Específico

2016/2018

SEDESTMIDH

Food Trucks A Secretaria com o objetivo de fomentar o empreendedorismo articulou a criação da lei que foi sancionada em março de 2016, que passou a ser legal a comercialização de alimentos em veículos automotores ou rebocáveis adaptados, os chamados food trucks, em áreas públicas de Brasília. Publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, a lei nº 5.627, de 15/03/2016, estipula locais, horários, regras de funcionamento, multas e outras normas para que a nova modalidade de negócio não conflite com as já regulamentadas, nem ofereça risco à população. No dia 21/12/2016 foi assinado o Decreto de Regulamentação.

Atualmente, existe cerca de 320 Food Trucks no Distrito Federal, com aproximadamente 1.000 empregos criados diretamente. O mercado fatura cerca de 8 milhões a 15 milhões de reais por mês.

Quinta Cultural A Quinta cultural foi a revitalização noturna do Setor Comercial Sul. Movimentação média financeira de R\$ 7.000,00 por cada quinta-feira e o total da receita bruta no período de R\$ 203.000,00. A Quinta Cultural teve 29 edições durante o ano, com público médio de 300 pessoas por edição, com duração de 6 horas e entrada gratuita. Presença de 08 Food Trucks em média por edição e 28 pessoas trabalhando diretamente no evento. Participaram 33 atrações musicais dos mais diversos ritmos.

Startups Brasília A proposta do Startups Brasília é selecionar projetos que transformem ideias inovadoras em empreendimentos sustentáveis e que incorporem novas tecnologias, buscando formar um ambiente de inovação e empreendedorismo que estimule as pessoas a criar negócios, renda e empregos.

Já foram realizadas duas edições 2015 e 2016, oferecida pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAP/DF com apoio da Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos - SEDESTMIDH com inscrições gratuitas.

Durante a sessão de mentoria realizada pela secretaria estiveram presentes mais de 100 empreendedores, 17 projetos que participaram foram aprovados na primeira fase do edital.

Coworking Público Em Brasília, são mais de 10 espaços compartilhados, com cerca de 500 empresas formando um verdadeiro ecossistema de negócios. O projeto do Coworking Público visa o fomento e o apoio ao ecossistema empreendedor no Distrito Federal incentivando a criação, o desenvolvimento, e a consolidação de empreendimentos e projetos nas seguintes áreas: inovação tecnológica, social e cultural. Nos últimos 06 meses foram realizados 52 eventos com aproximadamente 800 pessoas em diversas atividades.

Campus Day O evento aconteceu no dia 5 de novembro de 2016 com 8 horas de conteúdo, das 14h às 22h, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães. Com público inscrito pelo site da Campus de 3.098 pessoas, com público presente de 1.700 pessoas.

Foram realizadas 24 horas de palestras com conteúdo em diversas áreas, como: robótica, games empreendedorismo, desenvolvimento, inovação e evolução tecnológica. Apresentações realizadas em três espaços: palco Principal, palco Experience e Campus Drops. Houve transmissão ao vivo de todas as palestras por meio do site da Campus.

Projeto “Saber Cooperativo” O circuito de palestras “Saber Cooperativo” é um projeto que consiste em compartilhar conhecimento sobre o cooperativismo para todos aqueles que estão em busca de uma oportunidade de trabalho. Essa iniciativa surge da ideia de difundir e fomentar as práticas do cooperativismo como uma importante ferramenta na geração de trabalho e renda sustentável.

A palestra Saber Cooperativo aborda temas relativos à história do cooperativismo; princípios e valores; direitos e deveres; ramos do cooperativismo; funcionamento das cooperativas e outros temas. No 2º semestre de 2016, foram realizadas 4 palestras “Saber Cooperativo”, reunindo um total de 67 participantes, uma média de quase 17 pessoas por palestra.

Economia Solidária – ECOSOL O circuito ECOSOL, Feira de Economia Solidária, surgiu da necessidade de comercialização dos Empreendimentos Econômicos Solidários e REDES, que encontravam barreiras para expor em feiras tradicionais. Em 2016, foram realizados 15 circuitos ECOSOL em diversas regiões do Distrito Federal, reunindo uma média de 20 empreendimentos por circuito.

Outra importante iniciativa foi estabelecer o lugar onde será o Centro Público de Economia Solidária (CDEPS-DF), dando início a reforma estrutural do local. O espaço para o centro está localizado no Setor Comercial Norte, antigo SINE e sua inauguração está prevista para abril de 2017.

Além disso, a Secretaria participa da Coordenação do Fórum de Economia Solidária do DF e Entorno (FESDFE) e da comissão de análise do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL).

Ações de intermediação de mão de obra No período de janeiro a dezembro de 2016, a Secretaria, por intermédio de suas 17 Agências do Trabalhador, localizadas nas regiões administrativas com maior concentração populacional e por meio da Agência Virtual atendeu e inscreveu, no sistema Mais Emprego do Ministério do Trabalho - MTE, mais de 58.171 trabalhadores.

Nesse mesmo período foram captadas junto aos empregadores do Distrito Federal 24.901 novas vagas de emprego e realizados 44.184 encaminhamentos ao mercado de trabalho.

Do total de trabalhadores encaminhados, 4.283 foram efetivamente inseridos, o que corresponde a um aproveitamento de 17,2% das vagas ofertadas.

O percentual de pessoas que foram inseridas, encaminhadas pelas Agências do Trabalhador em 2016 foi de 29,1%, o que corresponde a um aumento de 10,6% quando comparado ao desempenho de 2015. Nesse sentido, podemos inferir que houve uma melhora na qualidade dos encaminhamentos realizados.

Destaca-se que com o contexto econômico desfavorável e condições adversas para novas contratações em 2016, houve uma redução de 7.362 novas vagas a serem oferecidas, o que corresponde a 23%, comparado ao ano anterior.

Mesmo assim, foram inseridos 484 novos trabalhadores no mercado de trabalho, por intermédio das Agências do Trabalhador.

Seguro Desemprego que é um dispositivo importante para a garantia da proteção social do trabalhador, até 31 de dezembro de 2016, do número total de requerimentos, 96% foram habilitados a receberem o benefício, conforme dados abaixo.

Já no que se refere a concessão do benefício para o trabalhador doméstico, em relação ao ano de 2015, houve um acréscimo de 1.289% no número de requerentes, e um aumento 1.382% no número de segurados em 2016.

Implantação da Central de Atendimento ao Empregador – CAE A partir de setembro de 2016, em cumprimento ao Acordo de Resultados firmado com a Secretaria e o Governo do Distrito Federal, foi implantada a Central de Atendimento ao Empregador - CAE. O modelo adotado pela CAE, consiste em centralizar os captadores de vagas, reestruturando o modelo utilizado de gestão da vaga de emprego com o objetivo de potencializar, otimizar e padronizar os serviços de atendimento ao público empregador na Intermediação de Mão de Obra - IMO. Além de focar nas atividades desenvolvidas pelo Captador de Vagas; estreitar o relacionamento com os empregadores; ampliar a diversidade e a qualidade das vagas ofertadas pelas Agências do Trabalhador; efetivar a administração das vagas ofertadas no Sistema Mais Emprego.

No modelo utilizado até setembro de 2016, as vagas eram captadas e de responsabilidade dos gerentes das Agências. No modelo atual proposto a captação e gestão das vagas foram centralizadas e realizadas por 08 captadores.

Após a implantação da Central foi identificado uma melhora significativa no que tange a qualidade das vagas ofertadas, além de uma melhor gestão dessas vagas e relacionamento com o empregador.

Implantação do Núcleo de Orientação ao Trabalhador e Empregador – NOTE Também em cumprimento ao Acordo de Resultados, em outubro de 2016, foi implantado o Núcleo de Orientação ao Trabalhador e Empregador – NOTE. Inicialmente foi nomeado apenas uma profissional com formação em psicologia e disponibilizado o espaço físico necessário para desenvolvimento das atividades e serviços que serão ofertados ao cidadão.

Destacamos que em 2016, foi realizada apenas a implantação, e que os resultados concretos poderão ser aferidos a partir de 2017, desde que cumprido o exposto no processo 431.001.846/2016.

Carteira de Trabalho informatizada A Secretaria em parceria com a Superintendência Regional do Trabalho e o Ministério do Trabalho e Previdência Social – MTPS, desde outubro de 2015 deu início a emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS informatizada por intermédio das Agências do Trabalhador. Esse novo formato de carteira de trabalho, trouxe aos trabalhadores, mais segurança, por ser feita em papel-moeda e ser plastificada, evitando rasuras e fraudes contra o Seguro Desemprego, Fundo de Garantia pelo Tempo de Serviço (FGTS) e benefícios previdenciários, além da integração das informações sobre a vida funcional do trabalhador e seus principais benefícios. Foram realizados aproximadamente 80.000 (oitenta mil) atendimentos, considerando o número de carteiras emitidas e entregues.

Evento “DIA D” É um dia totalmente voltado para inclusão social e profissional das pessoas com deficiência e dos beneficiários reabilitados do INSS. Esse evento foi realizado dia 23 de setembro na Agência do Trabalhador do Plano Piloto, e de Taguatinga, tendo como principais parceiros o Ministério do Trabalho e Previdência Social, além de 33 (trinta e três) empresas, que disponibilizaram vagas de emprego para atender as demandas desse público.

Programa Qualifica Mais Brasília Tem por objetivo promover ações de qualificação profissional por meio da execução de projetos institucionais, geridos somente pela Secretaria ou em parcerias com outras Secretarias do Governo de Brasília, bem como parcerias com entidades do Sistema S, tendo como foco a oferta de cursos, palestras e oficinas de qualificação profissional coerentes com os setores da economia local demandantes de vagas de emprego e de renda que estejam com perspectivas de crescimento. Por meio do Portal de Qualificação Profissional foram ofertados 21 cursos, na modalidade Ensino a Distância, com a meta prevista de 10.000 (dez mil) vagas em cursos de qualificação profissional para a população do Distrito Federal, com idade a partir de 16 anos, no período compreendido entre 2016/2018.

Assim, das 10.000 certificações previstas para fins de atingimento da meta estabelecida, foram certificadas 11.458 pessoas, superando em 14,58% o alcance da meta. Ademais, quando se observa o número de inscritos, nota-se que a meta superou em 195,70%, ou seja, o Projeto EAD obteve uma aderência às necessidades do cidadão muito superior ao inicialmente planejado.

Pronatec Turismo é um programa do Governo Federal criado com a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projeto e ações de assistência técnica e financeira (Parceria entre o Ministério do Turismo e o Ministério da Educação). Vale esclarecer que a Secretaria de Educação é a instituição ofertante dos cursos.

Projeto de Recolocação Profissional Tem por objetivo prestar orientações aos alunos egressos dos cursos de qualificação profissional, promovidos pela Secretaria e/ou trabalhadores acima de 16 anos cadastrados no Sistema Nacional de Emprego – SINE em busca de inserção profissional. Tais orientações envolvem: elaboração de currículo, comportamento adequado para a entrevista de emprego, empregabilidade, meta prevista de 720 vagas em cursos e/ou palestras de recolocação profissional, no período de julho a novembro de 2016, superando em 5% a meta prevista.

Os egressos que porventura estivessem desempregados, eram encaminhados às Agências do Trabalhador para participarem do processo/rito de Intermediação de Trabalho, conforme às regras do SINE.

Alunos qualificados pelo Programa Fábrica Social Foram oferecidos cursos nas áreas de Construção Civil, de Confecção de Vestuário, Assessórios e Materiais Esportivos, de Produção e Cultivo de Alimentos Saudáveis e instalação e manutenção de placas.

Durante o ano de 2016, foram pagos em benefícios sociais o valor de R\$ 1.687.781,14 (um milhão seiscentos e oitenta e sete mil, setecentos e oitenta e um reais e quatorze centavos), beneficiando diretamente 1.012 alunos, em situação de vulnerabilidade social.

Projeto “Saber Cooperativo”

O circuito de palestras “Saber Cooperativo” é um projeto que consiste em compartilhar conhecimento sobre o cooperativismo para todos aqueles que estão em busca de uma oportunidade de trabalho. Essa iniciativa surgiu da ideia de difundir e fomentar as práticas do cooperativismo como uma importante ferramenta na geração de trabalho e renda sustentável.

A palestra Saber Cooperativo aborda temas relativos à história do cooperativismo; princípios e valores; direitos e deveres; ramos do cooperativismo; funcionamento das cooperativas e outros temas.

Foram realizadas 6 palestras durante o ano de 2017.

Centro Público de Economia Popular e Solidária do DF – CEPES

Em 21/06/2017, foi publicada a PORTARIA Nº 155, DODF Nº146, terça feira, 01 de agosto de 2017 pag. 109, acerca da criação do Centro Público de Economia Popular e Solidária do DF, cuja inauguração ocorreu em 31 de agosto de 2017. O Centro é um espaço público multifuncional de gestão colaborativa entre o poder público, sociedade civil e o Fórum de Economia Solidária do DF e Entorno - FESDFE, que abriga uma série de iniciativas e atividades voltadas para o fortalecimento da economia solidária do Distrito Federal e Região Integrada de Desenvolvimento do DF-RIDE, onde a partir de agosto, o Circuito ECOSOL passou a ser o ponto principal do evento, bem como o fortalecimento do circuito ECOSOL.

Economia Solidária – Circuito ECOSOL.

O Circuito de Feiras da Economia Solidária e Agricultura Familiar tem como proposta percorrer diversas Regiões Administrativas do DF e Entorno, levando ao alcance da população os produtos criados e produzidos por este segmento, dando oportunidade de geração de trabalho e renda por parte deste empreendimento.

O público poderá também conhecer a diversidade da Economia Solidária, que reúne iniciativas de projetos produtivos coletivos, cooperativas populares, cooperativas de coleta e reciclagem de materiais recicláveis, redes de produção, comercialização e consumo, empresas autogestionárias, cooperativas de agricultura familiar e agroecologia, cooperativas de prestação de serviços, entre outras, que dinamizam as economias locais, garantem trabalho digno e renda às famílias envolvidas, além de promover preservação ambiental e exercício da cidadania.

Em 2017 foram realizadas 22 edições do Circuito Ecosol, privilegiando o CEPES como ponto principal das atividades.

Ações de intermediação de mão de obra / Central de Atendimento ao Trabalhador (CAE)

No período de janeiro a dezembro de 2017, a Secretaria (por intermédio de suas 17 Agências do Trabalhador, localizadas nas regiões administrativas com maior concentração populacional e por meio da Agência Virtual) atendeu e inscreveu, no sistema Mais Emprego do Ministério do Trabalho - MTE, mais de 47.130 trabalhadores.

Nesse mesmo período foram captadas junto aos empregadores do Distrito Federal 17.169 novas vagas de emprego e realizados 33.746 encaminhamentos ao mercado de trabalho. Do total de trabalhadores encaminhados, 4.406 foram efetivamente inseridos, que corresponde a um aproveitamento de 25,66% das vagas ofertadas. O percentual de pessoas que foram inseridas, encaminhadas pelas Agências do Trabalhador em 2017 foi de 25%, podendo-se inferir que houve uma melhora na qualidade de captação dessas vagas e nos encaminhamentos realizados em comparação aos anos anteriores.

Destaca-se que com o contexto econômico desfavorável e condições adversas para novas contratações em 2017, houve uma redução de 7.732 novas vagas a serem oferecidas. Apesar disso, houve aumento do número de pessoas inseridas no mercado de trabalho, podendo-se inferir que houve uma melhora na qualidade de captação dessas vagas e nos encaminhamentos realizados, ao compararmos com os anos anteriores.

Ações de intermediação de mão de obra / Central de Atendimento ao Trabalhador (CAE)

No período de janeiro a dezembro de 2017, a Secretaria (por intermédio de suas 17 Agências do Trabalhador, localizadas nas regiões administrativas com maior concentração populacional e por meio da Agência Virtual) atendeu e inscreveu, no sistema Mais Emprego do Ministério do Trabalho - MTE, mais de 47.130 trabalhadores.

Nesse mesmo período foram captadas junto aos empregadores do Distrito Federal 17.169 novas vagas de emprego e realizados 33.746 encaminhamentos ao mercado de trabalho.

Do total de trabalhadores encaminhados, 4.406 foram efetivamente inseridos, que corresponde a um aproveitamento de 25,66% das vagas ofertadas. O percentual de pessoas que foram inseridas, encaminhadas pelas Agências do Trabalhador em 2017 foi de 25%, podendo-se inferir que houve uma melhora na qualidade de captação dessas vagas e nos encaminhamentos realizados em comparação aos anos anteriores.

Destaca-se que com o contexto econômico desfavorável e condições adversas para novas contratações em 2017, houve uma redução de 7.732 novas vagas a serem oferecidas. Apesar disso, houve aumento do número de pessoas inseridas no mercado de trabalho, podendo-se inferir que houve uma melhora na qualidade de captação dessas vagas e nos encaminhamentos realizados, ao compararmos com os anos anteriores.

Seguro Desemprego

O Seguro-Desemprego é um benefício integrante da seguridade social, tem por objetivo, além de prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado sem justa causa, auxiliá-lo na manutenção e na busca de emprego, promovendo para tanto, ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional. Até 31 de dezembro de 2017, do número total de requerimentos, 95,5% foram habilitados a receberem o benefício.

Em relação ao ano de 2016, houve uma redução de 19% no número de requerentes e no número de segurados.

Já no que refere a concessão do benefício para o trabalhador doméstico, em relação ao ano de 2016, houve um acréscimo de 48% no número de requerentes, e um aumento 53% no número de segurados em 2017.

Carteira de Trabalho informatizada

A Secretaria (em parceria com a Superintendência Regional do Trabalho e com o Ministério do Trabalho e Previdência Social – MTPS, desde outubro de 2015) deu início a emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS informatizada por intermédio das Agências do Trabalhador. Apesar das dificuldades enfrentadas com a operacionalização do Sistema CTPSWEB, de gestão e propriedade do MTE, em 2017 foram emitidas 42.705 carteiras em todas as Agências do Trabalhador.

Evento “DIA D”

É um dia totalmente voltado para inclusão social e profissional das pessoas com deficiência e dos beneficiários reabilitados do INSS. Esse evento foi realizado dia 29 de setembro de 2017 na Agência do Trabalhador do Plano Piloto, tendo como principais parceiros o Ministério do Trabalho e Previdência Social, além de 22 (vinte e duas) empresas, que disponibilizaram vagas de emprego para atender as demandas desse público. Foram oferecidas 368 vagas oferecidas para o público PCD do DF em diversos segmentos, realizados 250 encaminhamentos para entrevistas e

processos seletivos e inseridos 32 trabalhadores. Na ocasião foram ofertadas ações, tais como: palestras, oficinas, elaboração de curriculum, corte de cabelo, massoterapia, aferição de pressão arterial e controle glicêmico, dentre outros. Além disso, o evento do Dia D promoveu a conscientização do trabalhador PCD despertando o olhar do empregador e da população para as qualidades desse público.

Programa Qualifica Mais Brasília

Tem por objetivo a execução de ações de qualificação profissional por meio de projetos específicos. Apresentou o seguinte resultado em 2017: 1) execução da etapa 2 do Projeto de Qualificação Profissional na modalidade de ensino a distância- EAD, com a oferta para a população acima de 16 anos de 21 cursos, atingindo 23027 inscrições e 7809 certificações;

Recolocação Profissional

Tem por objetivo a realização de palestras na modalidade presencial realizadas na Agência do Trabalhador do Plano Piloto, dirigida aos alunos egressos do Projeto de Qualificação Profissional – EAD, alcançando 117 participantes.

Alunos qualificados pelo Programa Fábrica Social:

Foram oferecidos cursos nas áreas de Construção Civil, Confecção de Vestuário, Assessorias e Materiais Esportivos, Produção e Cultivo de Alimentos Saudáveis, Instalação e manutenção de placas fotovoltaicas e Marcenaria com madeiras recicláveis.

Benefícios sociais pagos:

Durante o ano de 2017, foram pagos em benefícios sociais o valor de R\$ 2.653.665,76 (dois milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e setenta e seis centavos), beneficiando diretamente 1.252 alunos, em situação de vulnerabilidade social, além de, em parceria com o PRONATEC: 85 alunas (Mulheres Mil) e 35 alunos (Elétrica Predial/Hidráulica)

População Atendida:

São contemplados pelo Programa pessoas em situação de vulnerabilidade social, inscritas no Cadastro Único dos programas de transferência de renda (CadÚnico), beneficiando as famílias de baixa renda de todo o Distrito Federal, principalmente os egressos do lixão da cidade Estrutural e residentes na Vila Santa Luzia.

2018

Seguro Desemprego - Até 31 de dezembro de 2018, do número total de requerimentos, 95,12% foram habilitados a receberem o benefício. Em relação ao ano de 2017, houve uma redução de 20,78% no número de requerentes e no número de segurados 21,73%. Já no que refere a concessão do benefício para o trabalhador doméstico, em relação ao ano de 2017, houve uma redução de 19,22% no número de requerentes, e redução de 20,44% no número de segurados em 2018.

Carteira De Trabalho Informatizada - Apesar das dificuldades enfrentadas com a operacionalização do Sistema CTPSWEB, de gestão e propriedade do Ministério do Trabalho - MTE, em 2018 foram emitidas mais de 50 mil carteiras em todas as Agências do Trabalhador.

Ações de Intermediação de Mão de Obra

No ano de 2018, a Secretaria, por intermédio de suas 17 Agências do Trabalhador e por meio da Agência Virtual atendeu e inscreveu, no sistema Mais Emprego do Ministério do Trabalho - MTE, mais de 35.591 trabalhadores. Nesse mesmo período foram captadas junto aos empregadores do Distrito Federal 17.031 novas vagas de emprego e realizados 19.069 encaminhamentos ao mercado de trabalho. Do total de trabalhadores encaminhados, 1.947 foram efetivamente inseridos, o que corresponde a um aproveitamento de 10,21% das vagas ofertadas.

Centro Público de Economia Popular e Solidária do DF – CEPES - Em 2018, no CEPES/DF, foi realizado o Circuito Ecosol, reunindo empreendimentos de artesãos e de agricultura familiar, com a participação de 16 empreendimentos como convidados em oportunidades de negócios (feiras). No campo da formação, tivemos a participaram de 54 pessoas em três rodas de conversas, com os temas: Política Pública e Artesanato no DF (parceria com a Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal - SETUR), Consumo Solidário e Produção (parceria com o Centro de Estudos e Assessoria e Cáritas Brasileira) e Economia Solidária e Saúde Mental (parceria Aldeia Mundo e Obsam/ UNB).

Aconteceu também a mostra solidária, onde foram apresentados e divulgados produtos de 15 empreendimentos.

Foram realizadas mensalmente reuniões de gestão da Central Cooperativa de Catadores de Material Reciclável do DF (CENTCOOP), reuniões do Grupo de Trabalho Saúde Mental e Ecosol - fruto do Plano de Trabalho Saúde e Trabalho – 2016 e que reúne técnicos de 06 CAPS, usuários, Observatório de Saúde Mental - Obsam/ UNB, FESDFE, SEDESTMIDH e DISAM/

Secretaria Saúde, bem como reuniões de grupos de trabalho para a Comercialização Solidária (formado por empreendimentos que participam das feiras, oportunidades de negócios e mostra solidária).

Ressalta-se que, em 02/04/2018, foi eleita nova Comissão do Cadastro Nacional de Empreendimento Econômicos Solidários – CADSOL, da qual a Secretaria faz parte. Entre os meses de junho/ 2017 a março/ 2018, foram contabilizados no CEPES um total de 820 atendimentos realizados neste espaço.

Circuito ECOSOL - Em 2018 já foram realizadas 20 edições no CPES, de março a dezembro de 2018, mais 1 edição realizada no Shopping Venâncio 2.000 no mês de dezembro/2018.

Em relação a movimentação de público, por cada edição a média de visitantes tivemos a visitação em média de 100 pessoas dia, chegando a uma estimativa de visitantes durante o ano de 2018, + de 3.000 visitantes.

CADSOL - Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL) - Em 2018, a CEMP participou da nova Comissão do Cadastro Nacional de Empreendimento Econômicos Solidários – CADSOL, eleita em 02/04/2018, do qual a Secretaria fez parte do Núcleo de Economia Solidária da SRTE - DF/ MTb, Incubadora de Cooperativas ITCP/ UNB Planaltina, e organizações de assessoria e empreendimento.

Ante às ações pendentes nos anos anteriores, dos 24 empreendimentos a serem visitados, a equipe da CEMP visitou 14 empresas no DF, das quais 03 foram reprovadas e 11 aprovadas.

Implantação do Conselho Distrital de Economia Popular e Solidária do Distrito Federal – CDEPS/DF - O Conselho Distrital de Economia Popular e Solidária do Distrito Federal – CDEPS/DF, criado pelo Decreto Distrital nº 35.601/14 (este posteriormente alterado pelo Decreto nº 38.462 de 31/08/2017), é órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo, vinculando à Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal – SEDESTMIDH.

Para ativação do Conselho, faz-se necessária sua inclusão na estrutura orgânica da Secretaria, via proposição de Decreto, acrescentando-o junto a Unidade Geral de Órgãos Colegiados, processo encaminhado para Assessoria Jurídica Legislativa - AJL, para ciência, análise e manifestação.

Projeto “SABER COOPERATIVO” - No ano de 2018, além do tema de cooperativismo, acrescentou-se o tema de empreendedorismo. Foram ministradas 06 palestras, ofertadas pela CEMP, em parceria com a Organização das Cooperativas do DF – OCDF, contando com uma presença de 380 pessoas.

O ‘Curso de Finanças Pessoais’ - contemplou palestras acerca de Finanças Pessoais (inteligência financeira, crenças financeiras, como ganhar e gastar com prudência, saber como e a onde investir), ofertado aos servidores da SEATRAB/SEDESTMIDH. O evento foi realizado no auditório da Secretaria, sendo ofertado em 02 edições (nos dias 04 e 09 de setembro de 2018), cujo público foi de 81 interessados e 43 participantes.

SEATRAB até você - é um projeto criado em 2018, que visa à ação comunitária entre a Secretaria Adjunta do Trabalho/SEDESTMIDH e a Comunidade local. Seu objetivo foi o de levar à comunidade todos os serviços desta pasta, quais sejam: emissão de carteira de trabalho e intermediação de mão de obra (IMO); seguro desemprego; Programa de Microcrédito produtivo e orientado – PRÓSPERA; empreendedorismo, cooperativismo e associativismo, divulgando seus cursos de qualificação profissional; Economia Solidária, divulgando o Centro Público de Economia Solidária do Distrito Federal (CEPES/DF) e o Circuito ECOSOL.

Feira Internacional de Artesanato (FINNAR) no DF - 12ª Edição - foi um evento voltado à amostra de produtos dos artesanatos, oferecendo ainda um circuito de palestras, workshops, oficinas e shows, ocorrida no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, entre os dias 13 a 22 de abril de 2018. Contou com um público de 90.000 pessoas.

A Secretaria foi correalizadora do evento, oportunizando ao Governo do Distrito Federal apresentar o empreendedorismo pela Economia Solidária e o Programa Próspera, criando novas pontes e parcerias e contando com um acréscimo de 25% de novos artesãos em relação ao ano passado. Participaram 14 artesãos da Economia Solidária, que além de comercializarem seus produtos, ofertaram oficinas, ocorridas no dia 14 e 15 de abril de 2018. O Programa PRÓSPERA também teve destaque na FINNAR, pois 45 pessoas manifestaram interesse na linha de microcrédito. Algumas se inscreveram no programa, visando dar prosseguimento ao atendimento.

Feira Temática Rua 25 de março em Brasília - 2ª Edição foi um evento que trouxe a gastronomia, o centro comercial e o mercado municipal Paulista à Brasília, realizado no Pavilhão do Parque da cidade e que ocorreu entre os dias 11 a 20 de maio de 2018. A movimentação de público foi em média de 110.000 pessoas.

A SEDESTMIDH foi correalizadora deste evento, oportunizando ao Governo do Distrito Federal a estar presente com o empreendedorismo pela Economia Solidária e o Programa Próspera.

A Hair Brasília and Beauty – 2018 - 10ª edição é o maior evento de beleza realizada no Centro Oeste, representando um grande estímulo para a economia de Brasília, uma vez que envolve uma grande movimentação dos mais diversos setores da economia, ocasionando um aumento na arrecadação das receitas e no número de empregos (diretos e indiretos). Além de criar

novas oportunidades para a população local, redistribuiu a renda individual e vai ao encontro das políticas públicas de fomento ao desenvolvimento de ações para o Empreendedorismo. O evento ocorreu no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, entre os dias 15 e 17 de julho de 2018.

A SEDESTMIDH foi correalizadora do evento, oportunizando ao Governo do Distrito Federal estar presente com o empreendedorismo, pela Economia Solidária, e com o Programa PROSPERA. A Movimentação de público foi de 44.794 pessoas.

Feira de Franquias - foi um evento voltado para franquias de diversos segmentos, cujo objetivo é expor ao público os potenciais de Brasília e região. Foi realizada no Estádio Nacional de Brasília, nos dias 17 a 19 de maio de 2018.

A Secretaria foi a convite da Secretaria de Economia, Desenvolvimento, Inovação, Ciência e Tecnologia - SEDICT, levando o empreendedorismo, pela Economia Solidária, e o Programa Próspera. A movimentação foi de 30.000 pessoas.

A Feira Mande in Japan - foi um evento proposto pela Horikawa e Mikami Congressos e Eventos Ltda, em comemoração aos 110 anos da imigração japonesa para o Brasil. Ocorreu no Estádio Nacional de Brasília, Mané Garrincha, entre os dias 30 de agosto e 02 de setembro de 2018.

A SEDESTMIDH foi correalizadora, oportunizando ao Governo do Distrito Federal participar. A movimentação de público foi de 11.000 pessoas circulando nestes dias de evento.

O Dia "C" Dia de Cooperar - foi um evento de iniciativas voluntárias de responsabilidade social, contínuas e transformadoras, feito pelas cooperativas brasileiras (SESCOOP/DF), que ocorreu na Praça Central de Santa Maria/DF, no dia 30 de junho de 2018, das 9h às 15h

O tema do evento foi "Atitudes simples movem o mundo", o qual abordou o desenvolvimento das habilidades, das capacidades e do poder de transformar vidas e realidades.

A SEDESTMIDH foi convidada pela SECCOP/DF, levando as seguintes ações: orientações para emissão de CTPS; orientações e informações de vagas de emprego; divulgação do programa de microcrédito - PROSPERA e divulgação e orientação do curso de cooperativismo e empreendedorismo.

A movimentação de público foi de cerca de 2.000 pessoas e 1.500 pessoas tiveram atendimentos realizados.

Projeto de Qualificação Profissional Inserir/Atualizar/Empreender – Etapa 2, na modalidade Ensino a Distância (EAD) - O Projeto oferta cursos de qualificação profissional, com vistas à inserção, manutenção e fortalecimento do empreendedorismo, para a população do Distrito Federal com idade a partir de 16 anos. Em parceria com a Coordenação de Qualificação Profissional SATE/SEATRAB/SEDESTMIDH, foi autuado um processo para contratar empresa na prestação de serviços, com vistas à inserção, manutenção e fortalecimento do empreendedorismo.

Através do Acordo de Cooperação Técnica SEATRAB, IEL e Sistema Fibra, no sentido de criar condições de integração entre o Programa Qualifica Mais Brasília, no contexto do Portal de Qualificação Profissional, e a intermediação do processo formação escolar desenvolvido no ambiente de trabalho que é o Estágio, foram disponibilizadas pelo IEL à Secretaria 2.539 vagas de estágio, sendo 1.175 preenchidas por egressos do Programa Qualifica Mais Brasília, encaminhados por esta Secretaria.

Alunos qualificados pelo Programa Fábrica Social - Foram oferecidos cursos nas áreas de Construção Civil, Confecção de Vestuário, Assessorios e Materiais Esportivos, Produção e Cultivo de Alimentos Saudáveis, Instalação e manutenção de placas fotovoltaicas e Marcenaria com madeiras recicláveis.

Foram pagos em benefícios sociais durante o ano de 2018 o valor de R\$ 4.079.331,87 (quatro milhões, setenta e nove mil, trezentos e trinta e um reais e oitenta e sete centavos), beneficiando diretamente 1.549 alunos, em situação de vulnerabilidade social.

População Atendida: São contemplados pelo Programa pessoas em situação de vulnerabilidade social, inscritas no Cadastro Único dos programas de transferência de renda (CadÚnico), beneficiando as famílias de baixa renda de todo o Distrito Federal, principalmente os egressos do lixão da cidade Estrutural e residentes na Vila Santa Luzi

FUNGER

Em 2016, a unidade apresentou resultados positivos. Foi efetivado um novo contrato entre a Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEDESTMIDH) e o BRB - Banco de Brasília (agente financeiro do FUNGER/DF e do Programa de Microcrédito Próspera). Este contrato prevê o desenvolvimento de um novo software para a operacionalização do Programa. Para tanto, foram realizadas 22 reuniões para o levantamento de requisitos necessários para o referido software, que propiciará mais confiabilidade, agilidade, produção de relatórios gerenciais e estatísticos para o Próspera. Outro ponto que merece atenção foi a elaboração do Manual de Procedimentos do Programa de Microcrédito Próspera que envolveu a participação de todos os servidores da Subsecretaria de Microcrédito e Empreendedorismo. Finalmente, em que pese o reduzido quadro de servidores da SME, a execução orçamentária do FUNGER/DF em 2016 alcançou o percentual de 89%, com uma inadimplência de 2,08%.

No atual momento econômico do país, que passa por um período difícil e recessivo, o segmento de microcrédito torna-se um importante instrumento para a geração de renda e de combate ao desemprego. Essa importância pode ser destacada ao considerarmos que o microcrédito se destina principalmente às populações menos favorecidas economicamente e, portanto, com maior dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal.

Em 2017, a unidade apresentou resultados positivos. Em que pese o reduzido quadro de servidores da Subsecretaria de Microcrédito e Empreendedorismo - SME, a execução orçamentária do FUNGER/DF em 2017 alcançou o percentual de 90%, com uma inadimplência de 4,48%.

No atual momento econômico do país, que passa por um período difícil e recessivo, o segmento de microcrédito torna-se um importante instrumento para a geração de renda e de combate ao desemprego. Essa importância pode ser destacada ao considerarmos que o microcrédito se destina principalmente às populações menos favorecidas economicamente e, portanto, com maior dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

007 – SANIDADE DOS REBANHOS E LAVOURAS: Garantir a sanidade dos rebanhos e das lavouras, por intermédio da execução de programas de prevenção, controle e erradicação de pragas e doenças de notificação obrigatória e zelar pela produção de um alimento seguro, por meio de ações de fiscalização e inspeção de produtos de origem vegetal e animal, visando a saúde e a segurança alimentar da população do Distrito Federal.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

14.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL - SEAGRI

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	7	1	Prevenir 100% da febre aftosa e das demais enfermidades sobre controle oficial; (SEAGRI)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	99,97	98,89	99,96		100,0
6207	BRASÍLIA COMPETITIVA	7	2	Prevenir e controlar 90% das pragas dos vegetais sujeitas a controle oficial. (SEAGRI)	90	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	37,5		41,7

Análise Qualitativa**1. Prevenir 100% da febre aftosa e das demais enfermidades sobre controle oficial; (SEAGRI)****2016**

Em 2016 houve um aumento na quantidade de fiscalizações realizadas na área de defesa sanitária animal e a Seagri passou a fazer fiscalização em propriedades para conferência de recebimento de animais oriundos de outros estados. Foi realizado ainda um inquérito de Peste Suína Clássica, com colheita de material e aplicação de questionário em aproximadamente 300 propriedades. A barreira móvel foi melhorada em eficiência, com um aumento na quantidade de cargas fiscalizadas e de autos de apreensão e de fiscalização emitidos. Em um rebanho de 94.436 bovinos e bubalinos foram encontrados apenas 26 animais que apresentaram resultado positivo para Brucelose e 27 que apresentaram tuberculose; essas duas doenças são endêmicas e o resultado foi acima do esperado, pois os números são decorrentes de inquérito sanitário, onde a avaliação do rebanho é feita de forma mais sistematizada. Num rebanho de 303.734 bovinos, bubalinos, caprinos, ovinos, equinos e suínos apenas 2 animais apresentaram raiva, e este número apresentou-se dentro da média anual para casos de raiva em herbívoros, sendo que o trabalho realizado com vacinações e controle de morcegos hematófagos preveniu uma ocorrência maior da doença, já que o Distrito Federal apresenta elevada população desse tipo de morcego. O Distrito Federal também é uma região endêmica para Anemia Infecciosa Equina, mas mesmo assim a ocorrência da doença foi controlada e só 18 animais apresentaram a doença no ano passado, de um rebanho de 21.413 equinos, asininos e muaras. No plantel de aves, que chega a ter 15.667.123 aves não foi registrado nenhum caso de doenças de notificação obrigatória em 2016. O desempenho da equipe foi acima do esperado na prevenção de doenças, devido principalmente ao uso e implementação de sistemas informatizados de auxílio no controle. Porém, um dos desafios ainda é educar sanitariamente a população e os parceiros da SEAGRI (Emater, médicos veterinários, Universidades e produtores) para que sejam participantes do sistema de controle de doenças e efetivamente convoquem o sistema de defesa sanitária em casos de desconfiança de ocorrência de determinada enfermidade em seus animais.

2017

Em 2017 observou-se um aumento na eficiência das atividades de vigilância e controle da movimentação de animais. Diversos resultados positivos foram observados resultantes do aumento de ações em educação sanitária, entre eles: aumento de quase 100%, em relação a 2016, no número de notificações; diminuição da quantidade de autos de infração emitidos e aumento de mais de 100%, em relação ao ano anterior, no número de cadastros novos realizados. O controle de trânsito animal se mostrou mais eficiente, apesar de leve diminuição de cargas fiscalizadas, com diagnóstico de casos de Brucelose Bovina e Anemia Infeciosa Equina. Dessa forma, o controle de trânsito foi responsável por evitar, pelo diagnóstico e sacrifício dos animais positivos, a disseminação dessas doenças no rebanho do Distrito Federal. Em relação à prevenção de febre aftosa, as atividades de vigilância ativa foram intensificadas, e foram realizados 22 atendimentos no ano, com colheita de material para diagnóstico de enfermidades vesiculares. Em todos os atendimentos, as doenças alvos de síndrome vesicular (febre aftosa e estomatite vesicular) foram descartadas. Em um rebanho de bovinos e bubalinos de aproximadamente 90.000 animais, foram detectados 12 casos de brucelose e 10 casos de tuberculose. A vigilância para a raiva de herbívoros resultou em 40 atendimentos, e 2 casos positivos em bovinos. Ainda tivemos o diagnóstico de 3 casos positivos em morcegos não hematófagos, da espécie *Artibeus lituratus*. O controle de doenças de notificação obrigatória em equídeos resultou em 14 casos de Anemia Infeciosa Equina, com o devido saneamento de todas as propriedades consideradas como focos e eliminação dos animais positivos. A suspeita de casos de mormo foi a que mais gerou notificações no período, sendo realizados 45 atendimentos. Desses atendimentos, foram registrados 4 casos, distribuídos em 2 focos, após mais de cinco anos sem registro da doença no Distrito Federal. Nenhuma doença de notificação obrigatória no plantel avícola foi diagnosticada em 2017, apesar do atendimento a 30 notificações. As atividades de vigilância ativa foram muito importantes para aumentar o número de notificações, especialmente de síndrome vesicular, e melhorar o relacionamento da Defesa Sanitária Animal com os produtores rurais. A disponibilização do Sidagro Produtor e a educação sanitária foram importantes instrumentos para incentivar a participação dos produtores rurais no sistema de controle de doenças animais e devem ser estimuladas nos próximos anos.

2018

As atividades de vigilância desenvolvidas em relação à prevenção de febre aftosa mantiveram-se dentro das metas estabelecidas sendo realizadas atividades como vacinação assistida, fiscalização in loco, inspeção clínica de animais e atendimentos às doenças de notificação obrigatória. Ressaltamos que as doenças alvos de síndrome vesicular - febre aftosa e estomatite vesicular - foram descartadas em todas as investigações de suspeita desse tipo de doença. A vigilância para a raiva de herbívoros resultou em 95 atendimentos e 4 casos positivos foram diagnosticados sendo 2 bovinos e 2 equinos. Houve ainda o diagnóstico de 3 casos positivos em morcegos no DF. Considerando as atividades preconizadas pelo Programa de brucelose e tuberculose, foram detectados 2 casos de brucelose e nenhum caso de tuberculose. O controle de doenças de notificação obrigatória em equídeos resultou em 24 casos de Anemia Infeciosa Equina, com o devido saneamento de todas as propriedades consideradas como focos e eliminação dos animais positivos. Suspeitas de casos de mormo geraram 16 notificações no período, resultando no registro de 1 caso confirmado em 1 foco no Distrito Federal no ano de 2018. Foram realizados 42 atendimentos às notificações em aves e diagnosticado um lote positivo para *SalmonellaTyphimurium*. Novamente em 2018, as atividades de vigilância ativa foram muito importantes para o controle de doenças, impactando no número de notificações, especialmente de síndrome vesicular, e no melhor relacionamento da Defesa Sanitária Animal com os produtores rurais. O projeto de educação sanitária iniciado em 2018 foi importante instrumento para incentivar a participação dos produtores rurais no sistema de controle de doenças animais, e devem ser estimuladas nos próximos anos.

2. Prevenir e controlar 90% das pragas dos vegetais sujeitas a controle oficial. (SEAGRI)

2016

A meta foi ultrapassada, pois nas inspeções realizadas em campo para a verificação das doenças de controle oficial não foram encontrados sinais e sintomas de nenhuma delas. Foi inspecionada uma área de 33,2 ha de citros para verificar a ocorrência de *Candidatus Liberibacter sp.*, *Xanthomonas citris subsp.* e *Guinardia citricarpa*. Foram inspecionados 53,62 ha de viticultura e não foi verificada a ocorrência de *Xanthomonas campestris pv viticola*. Nos cultivos de banana e helicônia buscou-se pela ocorrência de *Mycosphaerella fijiensis* e *Ralstonia solanacearum* raça 2, com área inspecionada de 20 ha. No caso da soja, foram inspecionados 68.900 hectares para verificar a ocorrência de *Phakopsora pachyrhizae* e no caso do feijão foram inspecionados 4.156 hectares para a ocorrência de *Bemisia tabaci* biótipo B (*B. argentifolli*). O ideal seria que uma maior área pudesse ser inspecionada, para que os resultados fossem mais precisos. Entretanto, a equipe é muito pequena, e a grande quantidade de funções que acumulam (controle de pragas quarentenárias, fiscalização de agrotóxicos, mudas, sementes, aplicação de vazios sanitários, etc) acabam por dificultar e atrasar a implementação de novas atividades e projetos. O desafio dessa equipe no momento é implementar um sistema de avaliação do risco de pragas para que a SEAGRI possa emitir alertas aos produtores rurais sobre a ocorrência do nível de controle das pragas, para que estes possam implementar medidas que diminuam a aplicação de agrotóxicos e diminuam o prejuízo causado pelas pragas nas lavouras do Distrito Federal.

2017

Para os programas fitossanitários executados, a meta foi ultrapassada, já que não foram detectados, nos levantamentos realizados, sinais e sintomas das pragas sob controle oficial pertinentes à agricultura local. Foram realizados levantamentos de detecção da ocorrência de *Candidatus liberibacter* sp, *Guinardia citricarpa* e *Xanthomonas citri* subsp *citri* nas culturas cítricas e de Sigatoka-negra (*M. fijiensis*) e Moko da bananeira (*R. solanacearum* raça 2) em banana e helicônia. Assim, o DF teve reconhecido pelo MAPA o status fitossanitário de Área com Praga Ausente de Cancro-cítrico, uma das principais doenças da citricultura no Brasil, além da manutenção do status de Área Livre de Sigatoka negra, doença bastante agressiva para a bananicultura. Foram fiscalizados cerca de 70.000 hectares de soja e de 4.000 hectares de feijão irrigado por ocasião dos vazios sanitários para minimização dos impactos causados pela ferrugem asiática da soja e do mosaico dourado do feijoeiro, respectivamente. Some-se às ações elencadas o levantamento de detecção de fitoplasmas com sintomas associados ao HLB em citros juntamente com a Embrapa Cenargen, cujo resultado foi apresentado em um workshop específico e encaminhado para publicação em revista científica, e ainda, o levantamento para detecção de enfezamentos na cultura do milho associados à cigarrinha em conjunto com a Embrapa Cerrados. Os principais desafios para a implementação de um plano fitossanitário mais abrangente para o Distrito Federal são os recursos humanos abaixo do satisfatório, o baixo suporte tecnológico oferecido pela instituição (aquisição e implementação de softwares, dificuldade de realização de análises de laboratório, etc) e a completa inexistência de recursos para a realização de cursos e treinamentos de servidores, responsáveis técnicos e produtores.

2018

Para os programas fitossanitários executados, a meta ficou comprometida em função da priorização do programa de educação sanitária, pela gestão à época, que demandou da equipe prioridade no cumprimento das metas e dos prazos estabelecidos pelo grupo de trabalho. O cronograma de educação sanitária executado em seis etapas (diagnóstico, tabulação dos dados, análise do conteúdo, painel de especialistas, elaboração do relatório final e planejamento das ações de intervenção), em virtude da complexidade, comprometeu o desenvolvimento das outras ações previstas, tendo a equipe sido absorvida por esta demanda. Dos seis levantamentos fitossanitários de pragas quarentenárias previstos foi possível a realização apenas do levantamento de ocorrência de *Xanthomonas campestris* pv. *viticola*. Não foram detectados no levantamento realizado sinais e sintomas da referida praga de controle oficial. Vale ressaltar que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representado no Distrito Federal pela Superintendência Federal de Agricultura, encontra-se desde 2018 sem profissional da área vegetal para acompanhamento e suporte às ações executadas por esta Unidade da Federação. Mesmo assim, foi possível fiscalizar cerca de 72.000 hectares de soja e de 4.000 hectares de feijão irrigado por ocasião dos vazios sanitários para minimização dos impactos causados pela ferrugem asiática da soja e do mosaico dourado do feijoeiro, respectivamente. Para a implantação de um Programa Fitossanitário no âmbito do Distrito Federal torna-se vital solucionar alguns desafios como: o planejamento estratégico deficitário; a definição de metas superestimadas para a estrutura existente; os recursos humanos abaixo do satisfatório; o baixo suporte tecnológico oferecido pela instituição (dificuldade de aquisição e implementação de softwares, de realização de análises de laboratório, etc); a carência dos materiais básicos inerentes à execução dos levantamentos e fiscalizações de insumos; a fiscalização de trânsito que desenvolve apenas ações voltadas à saúde animal; além da recorrente inviabilidade de recursos para a realização de cursos e treinamentos de servidores, responsáveis técnicos e produtores.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019	Fonte Informação
1497	FISCALIZAÇÃO REALIZADA EM ESTABELECIMENTOS E VEÍCULOS	UNIDADE	0	31/12/2016	7.500	7.938	7.500	6.668	7.500	4.549	7.800	SDA/ SEAGRI / UO 14101 / OE 7
1498	AÇÕES DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL	UNIDADE	0	31/12/2016	117.300	97.977	127.500	97.256	127.500	79.225	137.800	SDA/ SEAGRI / UO 14101 / OE 7

Justificativas 2016

Indicador 1497 - Mesmo com o número de servidores e veículos reduzidos, a equipe trabalhou intensamente para realizar as ações de inspeção em quantidade e qualidade necessária para a manutenção da segurança sanitária dos alimentos consumidos pela população do Distrito Federal, superando em 5,84% o índice do indicador.

Indicador 1498 - A Defesa Sanitária Animal aumentou a quantidade de fiscalizações realizadas e aumentou a eficiência. Foi feito um inquérito de Peste Suína Clássica, com colheita de material e aplicação de questionário em quase 300 propriedades. Passou-se ainda a fazer fiscalização em propriedades para conferência de recebimento de animais oriundos de outros estados. A barreira móvel melhorou a eficiência, aumentou a quantidade de cargas fiscalizadas e de autos de apreensão e de fiscalização emitidos.

Justificativas 2017

Indicador 1497 - O intervalo entre as inspeções nos estabelecimentos tem como tendência a aumentar, diminuindo a quantidade anual de vistorias em decorrência de melhorias nas condições de funcionamento das indústrias e implantação de programas de autocontrole nos estabelecimentos registrados, excetuando-se as inspeções permanentes em abatedouros. O número alcançado é consequência do comprometimento e capacidade dos servidores, apesar do déficit de veículos e servidores na área de fiscalização.

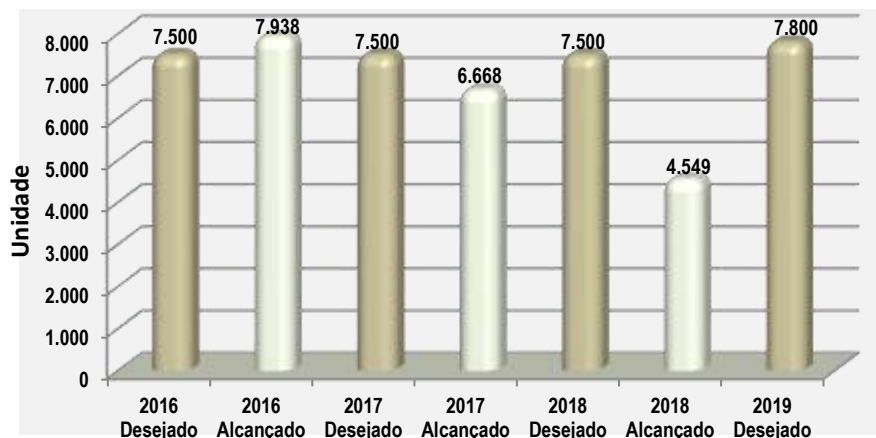
Indicador 1498 - O aumento na quantidade de cadastros de novas propriedades de criação de equídeos e passeriformes, de vacinações de bezerras e de atendimento a notificações de doenças de controle sanitário não foi suficiente para alcançarmos o índice desejado. Deve-se à redução nas fiscalizações de comércio de vacinas (o que se deve, basicamente, à descontinuidade na comercialização de vacinas contra febre aftosa por 7 revendas) e de carga em trânsito (extinção de uma barreira fixa).

Justificativas 2018

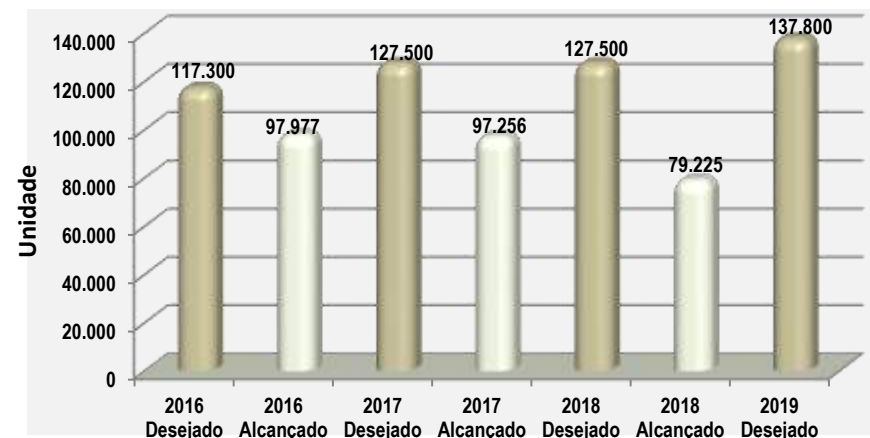
Indicador 1497 - O índice alcançado ficou 39,3% abaixo do desejado em razão da publicação do Decreto 38.981, de 10/04/18, pois a equipe da DIPOVA esteve empenhada em realizar ações de sensibilização e apresentação da nova legislação aos fiscalizados por meio de seminários e palestras, antes de retomar as inspeções rotineiras.

Indicador 1498 - A redução de 37,9% no índice é devido: ao fechamento de uma empresa do ramo da avicultura e suinocultura, que impactou diretamente em vários parâmetros utilizados na contabilização das ações da Def. Sanit. Animal; e redução das fiscalizações de uso e comércio de agrotóxicos em razão da intensificação das ações de educação sanitária, entretanto, o DF manteve-se como área livre p/ a Sigatoka negra na cultura da banana e ã teve registro de ocorrência de pragas regulamentadas das culturas cítricas.

FISCALIZAÇÃO REALIZADA EM ESTABELECIMENTOS E VEÍCULOS



AÇÕES DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL



Análise do Resultado do Objetivo Específico

2016/2018

O alcance dos objetivos pela SEAGRI tem avançado em algumas áreas, como mostram os números das metas e dos indicadores de desempenho, tendo sido realizadas cerca de 7.938 fiscalizações em estabelecimentos e veículos para garantir a qualidade dos produtos de origem animal e vegetal que chegam ao consumidor do Distrito Federal, e cerca de 97.977 ações de defesa sanitária animal e vegetal para evitar e controlar a ocorrência de pragas e doenças em vegetais e animais vivos que geram receita para os produtores do Distrito Federal.

Alguns números não puderam ser alcançados porque dependem de fatores externos e demandas do público alvo, neste caso os produtores rurais e criadores. É o caso do número de GTAs emitidas, que mais impactou o número de ações de defesa sanitária e animal. A diminuição ficou por conta da crise no setor avícola do Distrito Federal, que diminuiu drasticamente a emissão de GTAs pelos veterinários habilitados pelas empresas deste setor.

As ações de defesa vegetal também poderiam ter tido um desempenho superior caso dispusesse de uma equipe maior. Algumas metas não foram alcançadas durante o ano de 2016 pela diminuição da equipe (já defasada) com aposentadorias e transferências de técnicos para outras áreas da SEAGRI, também necessitadas. As ações mais prejudicadas foram a fiscalização do trânsito de vegetais, a fiscalização nos pontos de comercialização de hortifrutigranjeiros, a fiscalização do comércio de agrotóxicos e o levantamento de pragas quarentenárias.

De forma análoga, a fiscalização de estabelecimentos e de veículos também sofreu com a deficiência de pessoal para a execução da inspeção e fiscalização sanitária no Distrito Federal. As atividades primárias e de rotina acabam por absorver toda a disponibilidade técnica, gerando grande dificuldade de implantar programas como o de Educação Sanitária e outras ações complementares extremamente importantes para a manutenção dos indicadores e alcance do objetivo maior que é garantir a sanidade dos rebanhos e lavouras do Distrito Federal. A título de exemplificação, a inspeção de estabelecimentos de produtos de origem vegetal e artesanal (35 estabelecimentos), conta hoje com apenas 02 fiscais. Tal quadro reduzido implica em comprometimento na realização de novas vistorias para registros de estabelecimentos e avaliação de documentos internos como rotulagem e plantas para reforma/construção, uma vez que as atividades de inspeção são periódicas e não podem deixar de ser realizadas para a garantia da inocuidade dos alimentos que estão sendo produzidos. A inspeção de estabelecimentos de produtos de origem animal, (165 estabelecimentos), conta hoje com apenas 15 fiscais. A deficiência no quadro de Médicos Veterinários compromete diretamente a realização de inspeções em abatedouros, além da realização de

novas vistorias para registros de estabelecimentos e avaliação de documentos internos como rotulagem e plantas para reforma/construção. A área de inspeção de bebidas, que se encontra em implantação atualmente, conta apenas com um Químico para atuação no setor, e ainda sem capacitação para exercer tal atividade.

Cabe citar ainda as dificuldades encontradas em torno de problemas administrativos e burocráticos que fogem à competência da área fim, e que persistem apesar do aperfeiçoamento dos mecanismos internos da SEAGRI, relacionados aos procedimentos de aquisição. São recorrentes as dificuldades no andamento de procedimentos licitatórios, causando impactos notáveis na produtividade do serviço público e comprometendo a utilização de recursos oriundos de fontes diversas, inclusive aquelas de convênio. Ainda, cabe destacar que houve dificuldade das bases operacionais em atender de forma plena, rápida e eficiente o público externo devido ao deficiente aporte de internet nesses locais, o que gerou descontentamento e reclamações dos usuários.

Em 2016, com o auxílio orçamentário de convênio celebrado com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, foi possível modernizar o sistema de atendimento eletrônico, disponibilizando ao público e cliente externo a possibilidade de emissão de guias de trânsito para animais e vegetais, digitalmente, pelo produtor cadastrado, e emissão de PTV (permissão de trânsito vegetal) eletrônico pelos técnicos da área de Defesa Agropecuária da SEAGRI. Essas funcionalidades aumentam a eficiência da SEAGRI no atendimento ao público em geral e facilita o controle e acesso aos dados por parte dos fiscais.

Foi observada uma diminuição de ações de processamento, transporte e comércio de produtos clandestinos de origem vegetal e animal no ano de 2016. Esse fato pode ter sido impulsionado pelas ações de educação sanitária e as orientações realizadas tanto nas ações em trânsito quanto nas ações de fiscalização de estabelecimentos que visa orientar e educar produtores, manipuladores e transportadores dos produtos alimentícios de origem vegetal e animal. A SEAGRI conseguiu captar recursos por meio de convênio com o MAPA, o que possibilitará a aquisição de veículos para ampliar as ações de fiscalização e aquisição de câmara fria para aumentar a capacidade de armazenamento dos produtos apreendidos durante as fiscalizações de veículos nos próximos anos.

O intervalo entre as inspeções nos estabelecimentos tem como tendência a aumentar, diminuindo a quantidade anual de vistorias em decorrência de melhorias nas condições de funcionamento das indústrias e implantação de programas de controle e de educação sanitária, excetuando-se as inspeções permanentes em abatedouros, tendência essa acompanhada nos relatórios anuais de inspeção. As ações de fiscalização de trânsito seguem uma rotina padrão de atuação por meio de blitz realizadas em todo o Distrito Federal, sujeitas a alterações em seu quantitativo, relacionadas às demandas geradas por denúncias, às necessidades internas no apoio às atividades críticas da inspeção e nas demandas de atividades conjuntas com outros órgãos de fiscalização.

Ocorreram também avanços no desenvolvimento de propostas de novas normativas para as atividades da SEAGRI na área de Defesa Agropecuária, como a construção da proposta de portaria que visa formalizar o processo de doação e inutilização dos produtos apreendidos em decorrência de infrações sanitárias, a aprovação da nova lei de inspeção de produtos de origem vegetal e animal e a construção do novo Decreto regulamentador, a revisão da Lei Complementar que regula o Fundo Distrital de Sanidade, a criação da lei de apreensão de animais, a revisão da lei de agrotóxicos e a alteração no decreto vegetal que prevê o registro de micro estabelecimentos produtores.

Ainda que as metas de ações da Defesa Agropecuária não tenham sido completamente atingidas em 2017, observa-se, em relação ao ano anterior, um desempenho superior em diversas atividades importantes para a manutenção do status sanitário do Distrito Federal. O serviço vem sendo mais eficiente, e as equipes, até mesmo devido à reduzida quantidade de servidores, tem executado diversas atividades diferente em uma mesma visita a campo, o que gera economia de tempo e recursos.

As ações de educação sanitária tiveram resultado positivo com um aumento de quase 100% nas notificações recebidas e atendidas. Esse indicador é considerado um dos mais importantes para a Defesa Agropecuária, já que demonstra que o serviço de vigilância está atuante e que o produtor rural confia nessa atuação. Também houve aumento considerável nos novos cadastros de propriedades realizados, incrementando o conhecimento da Seagri sobre a pecuária do Distrito Federal. Esse aumento ocorreu devido principalmente à atualização cadastral das explorações de equídeos e ao cadastro de criadores de pássaros ornamentais.

Foi investido tempo e recurso para disponibilizar o Sidagro Produtor para a emissão de GTA (Guia de Transito Animal) para equídeos, com foco na desburocratização do sistema. Assim, o produto foi liberado em outubro de 2017 e já se nota um aumento significativo na emissão de GTA, apesar de ainda sentirem-se os efeitos da crise na avicultura industrial, que impacta negativamente no somatório dos dados de emissão deste documento de trânsito.

O DF teve status fitossanitário reconhecido de Área com Praga Ausente de Cancro Cítrico, manteve o status de Área Livre de Sigatoka negra, evitando assim os prejuízos que essas pragas poderiam causar à produção local de citros, banana e heliconias, além de permitir que seus produtos tenham o trânsito autorizado para outras unidades da federação. Relacionado a isso, a publicação de Portaria que exige o credenciamento de empresas higienizadoras de caixas plásticas para o transporte de banana permitiu normatizar no DF uma exigência de outros estados, impedindo assim a obstrução do comércio de frutos de banana.

Existiram ainda construções e entregas importantes à cadeia agroindustrial do DF, com a elaboração de normas importantes para a modernização do setor, como o regulamento da Lei nº 5.800/2017 e o Projeto de Lei para registro de agroindústrias de pequeno porte (ambos tramitando pela Casa Civil).

Foram oferecidos e aplicados pelas equipes de inspeção treinamento direcionado às boas práticas de fabricação em todas as agroindústrias de processamento de produtos de origem animal e vegetal registradas na Seagri, auxiliando na capacitação de centenas de manipuladores de alimentos. A implementação dos programas de autocontrole nas agroindústrias também tem permitido maior controle dos processos produtivos por parte das indústrias, refletindo em maior intervalo de tempo entre as inspeções a serem realizadas pela Seagri, de acordo com as análises de risco realizadas pelas equipes. Ações de combate à produção e comercialização de produtos de origem vegetal e animal clandestinos continuaram como atividades prioritárias dentro do Serviço de Inspeção Distrital, com foco na segurança da saúde da população, evitando que produtos impróprios para consumo chegassem até os pontos de venda.

Entretanto, a ausência do Decreto regulamentador da Lei nº 5.800/2017 trouxe dificuldades para a realização de muitas ações fiscais na área de fiscalização do trânsito de produtos agropecuários e na área de fiscalização de agroindústrias, diante das limitações que a própria Lei traz à atuação fiscal.

A utilização do sistema Sidagro para a emissão de Permissão de Trânsito de Vegetais - PTV - e dos outros documentos fitossanitários também foi um gargalo nas atividades de 2017 e deve ser considerado para a melhoria da prestação de serviço e otimização do trabalho dos técnicos. A aproximação do setor de Defesa Agropecuária com a Embrapa também deve ser buscada. Em parceria com esta empresa foi possível treinar alguns técnicos da Seagri sobre uma importante praga na cultura do milho e buscar assim a redução nas perdas de produção. A disponibilização de alguns técnicos para atuação no projeto de pesquisa da Embrapa para a detecção de fitoplasmas em citros geraram motivação e comprometimento nos servidores. Este projeto ainda permitiu o intercâmbio de informações, a realização de análises laboratoriais, um workshop técnico e uma publicação em revista científica. O apoio da Superintendência Federal de Agricultura (SFA-DF/MAPA), essencial para execução dos programas fitossanitários, tem se reduzido em comparação aos anos anteriores. Entretanto, foi possível contar mais uma vez com o Laboratório Nacional da Agropecuária de Goiás (LANAGRO-GO/MAPA) para realização dos diagnósticos fitossanitários.

Ressalta-se que todas as atividades foram impactadas pela falta de servidores e pela falta de recursos para a manutenção desta atividade de Estado. E as previsões são pessimistas, visto que a implementação dos programas de autocontrole pelas agroindústrias exigirá maior controle de seus produtos por meio de análises laboratoriais mais frequentes, demanda que o Serviço de Inspeção Distrital dificilmente conseguirá atender em razão de quantidade insuficiente de técnicos. Essa deficiência de mão-de-obra pode gerar elevação dos custos fixos nas agroindústrias, pois terão que recorrer à laboratórios particulares para realização de seus controles de qualidade. Com a publicação da Lei de agroindústria de pequeno porte, serão incluídas novas atividades a serem inspecionadas, como a de produção de cervejas, havendo apenas 02 servidores disponíveis para a atuação nessa área para realização de todo processo de registro e inspeção dos novos estabelecimentos, podendo gerar demora na regularização dessas atividades e comprometimento das ações de inspeção em todas as outras agroindústrias já registradas.

A deficiência específica no quadro de engenheiros agrônomos compromete diretamente ainda a realização de inspeções a campo, nas unidades de consolidação e em especial no trânsito de cargas de produtos vegetais, atividade bastante estratégica para a prevenção de introdução de pragas no DF. A situação é mais crítica porque o mesmo quadro que executa as atividades de sanidade vegetal, também realiza aquelas relacionadas à fiscalização de agrotóxicos e afins, sementes, mudas e todas aquelas decorrentes da ação fiscal.

Cabe citar ainda a manutenção das dificuldades encontradas em torno de problemas administrativos e burocráticos que fogem à competência da área fim, que persistem apesar do aperfeiçoamento dos mecanismos internos da Seagri, relacionados aos procedimentos de aquisição. São recorrentes as dificuldades no andamento de procedimentos licitatórios, causando impactos notáveis na produtividade do serviço público e comprometendo a utilização de recursos oriundos de fontes diversas, inclusive aquelas de convênio. Cabe destacar que houve dificuldade das bases operacionais em atender de forma plena, rápida e eficiente o público externo devido ao deficiente aporte de internet nesses locais, o que gerou descontentamento e reclamações dos usuários. Some-se a isso o lento aprimoramento no que diz respeito ao aspecto tecnológico, cuja dificuldade no desenvolvimento de softwares, aquisição de licenças e renovação de equipamentos é fator de sobrecarga e desmotivação para o já reduzido quadro de pessoal.

No ano de 2018 espera-se que as normas já propostas para a área de inspeção de produtos de origem vegetal e animal sejam aprovadas, que o DF possa participar dos eventos oficiais nacionais de Defesa Agropecuária para mostrar suas experiências e resultados, que os técnicos tenham treinamentos de reciclagem para que possam tornar o serviço mais eficiente, que seja realizado um concurso público para reposição do quadro (principalmente às áreas fim, que possuem qualificação específica para atuação), que novas alternativas orçamentárias sejam buscadas para o alcance das metas e que as inovações tecnológicas para que a execução das atividades possam ser implementadas a contento.

Por fim, apesar das dificuldades relatadas, espera-se continuar garantindo a sanidade dos rebanhos e lavouras do DF, buscar alternativas de gestão, orçamentárias e operacionais para o alcance das metas que não puderam ser satisfeitas no ano anterior, aumentar cada vez mais a credibilidade da Defesa Agropecuária perante a sociedade (por meio da garantia do oferecimento de produtos de origem vegetal e animal de boa qualidade) e ajudar o agronegócio do DF a prosperar de forma sustentável.

2018

Embora as metas de ações da Defesa Agropecuária não tenham sido cumpridas na íntegra, observa-se, em relação ao ano anterior, um foco maior em ações de planejamento e diagnóstico de extrema relevância ao serviço de defesa e ao desenvolvimento de estratégias que venham fomentar o setor agropecuário do Distrito Federal. O serviço vem sendo mais eficiente e as equipes, em função da redução constante do número de servidores, têm executado atividades múltiplas em uma mesma operação a campo, o que gera economia de tempo e um melhor aproveitamento de recursos.

As ações de educação sanitária tiveram resultado acima do esperado, com um aumento nas notificações recebidas e atendidas. Foi realizado trabalho de aplicação de 362 questionários pela GESAN e 85 questionários pela GESAV para um diagnóstico sobre a percepção do produtor rural em relação ao Serviço de Defesa Agropecuária. Esse projeto está na fase de análise dos dados e ainda serão desenvolvidas ações em decorrência desse estudo. Esse indicador de percepção é muito importante para o serviço de Defesa Agropecuária, e ajuda nos processos de tomadas de decisões. Cabe destacar que uma análise preliminar das respostas ao questionário demonstra que o serviço de vigilância está atuante e que o produtor rural conhece e confia nessa atuação.

Houve aumento considerável nos novos cadastros de propriedades realizados, incrementando o conhecimento e os dados utilizados pela SEAGRI sobre a pecuária do Distrito Federal. Ações de cadastramento da área vegetal também estão sendo definidas, com vistas a suprir a carência cadastral da produção agrícola do Distrito Federal.

O Sidagro, no tocante à emissão de PTVs, tem apresentando algumas novas funcionalidades que estão em fase de avaliação, como a emissão de PTVs pelo interessado com a chancela do estado, semelhante à GTA, visando-se desburocratizar do sistema e otimizar a equipe reduzida. Porém, trata-se de um sistema que exige compensação financeira para qualquer demanda evolutiva, fato este que trava em demasia o processo frente à escassez de recursos desta secretaria. A possibilidade de aquisição do software desenvolvido e utilizado pela AGRODEFESA (GO), de forma gratuita, foi iniciada em 2018, e talvez seja uma forma de solucionar o problema, caso venha a se concretizar. Ambas as possibilidades de utilização de softwares para emissão da PTV pelo próprio interessado estão bastante relacionadas à estruturação e intensificação da fiscalização do trânsito de vegetais.

O fortalecimento de parcerias com outras instituições é vital nas ações de Defesa Agropecuária devendo ser continuada e ampliada. A parceria com a EMBRAPA viabilizou o treinamento de nossos técnicos frente a uma importante praga na cultura do milho beneficiando diretamente o produtor, também assistido, com vistas à redução de perdas na produção. Ainda em parceria com a EMBRAPA houve a disponibilização de alguns técnicos da SEAGRI no projeto de pesquisa da Embrapa para a detecção de fitoplasmas em citros, contribuindo para uma maior capacitação de nossos técnicos em ações conjuntas com pesquisadores de referência, o que resulta em um maior comprometimento dos servidores. Esta ação permitiu o intercâmbio de informações, a realização de análises laboratoriais, um workshop técnico e uma publicação em revista científica. Um projeto em conjunto da EMBRAPA com a Seagri, mais abrangente às questões fitossanitárias, foi encaminhado à FAP-DF e encontra-se sob análise. Espera-se com o projeto a viabilização à Seagri de treinamentos, suporte laboratorial e apoio na identificação de pragas de importância para a agricultura do DF.

Nesse sentido, o mesmo não tem ocorrido com a Superintendência Federal de Agricultura (SFA-DF/MAPA), essencial para execução dos programas fitossanitários, uma vez que o apoio desta tem se reduzido em comparação aos anos anteriores. Entretanto, foi possível contar mais uma vez com o Laboratório Federal de Defesa Agropecuária de Goiás (LFDA-GO/SDA/MAPA) para realização dos diagnósticos fitossanitários.

O déficit de servidores, em especial de engenheiros agrônomos, têm comprometido a continuidade dos serviços de fiscalização e inspeção, o acompanhamento adequado das unidades de produção e de consolidação, e, em especial, a fiscalização do trânsito de cargas de produtos vegetais. Frente ao planejamento estratégico foi contemplado no 1º Encontro de Defesa Agropecuária entre o Estado de Goiás e o Distrito Federal (I ENDEA), como ação prioritária prevista em um futuro Acordo de Cooperação Técnica, o resgate da fiscalização de trânsito vegetal, bem como as diversas ações que envolvem este tema, com vistas à prevenção de introdução de pragas em nossa região. A situação é mais crítica porque a mesma equipe que executa as atividades de sanidade vegetal, também realiza aquelas relacionadas à fiscalização de agrotóxicos e afins, sementes e mudas, educação sanitária e todas aquelas decorrentes de ação fiscal, o que impacta no declínio do número de atividades ao longo dos anos.

Foi investido tempo e recurso em 2018 para disponibilizar o Sidagro Produtor para a emissão de GTA (Guia de Transito Animal) para equídeos, com foco na desburocratização do sistema, e notou-se um aumento significativo na emissão de GTA's para esse animais, apesar de ainda sentirem-se os efeitos da crise na avicultura industrial no somatório dos dados de emissão deste documento de trânsito.

Em 2018, manteve-se a política de modernização do serviço de Defesa Sanitária Animal com o aumento na eficiência das atividades de vigilância e controle da movimentação de animais. Diversos resultados positivos foram observados, resultantes do aumento de ações em educação sanitária, entre eles: incremento das notificações e diminuição da quantidade de autos de infração emitidos em quase 40% em relação a 2017.

O controle de trânsito animal, apesar da diminuição de cargas fiscalizadas, apreendeu animais positivos para Anemia Infecciosa Equina. Dessa forma, o controle de trânsito foi responsável por evitar, pelo diagnóstico e sacrifício dos animais positivos, a disseminação dessa doença no rebanho do Distrito Federal.

Alguns indicadores tiveram queda significativa no ano, como emissão de auto de infração (que parece ser um indicativo de êxito das ações de educação sanitária), o número de fiscalizações de comércio de vacinas (2 revendedoras fecharam no ano de 2018) e o número de cargas fiscalizadas.

Devido ao encerramento da maioria das atividades de uma empresa do ramo da Avicultura e Suinocultura no DF, além ao fato de outras granjas avícolas do DF suspenderem suas atividades em 2018 por não atendimento às exigências previstas pela IN nº 8/2017 do MAPA ocasionando na impossibilidade de registro das mesmas, a quantidade de cargas fiscalizadas pelas barreiras móvel e fixa diminuiu consideravelmente.

Indicadores importantes, como o número de notificações de suspeitas de doenças, mostraram semelhanças em relação ao ano anterior. Houve pequena diminuição nos cadastros novos realizados, dado que a atividade já é realizada constantemente há alguns anos e provavelmente a maioria das propriedades do DF já esteja cadastrada junto ao Serviço Veterinário Oficial – SVO.

Houveram ainda construções e entregas importantes à cadeia agroindustrial do DF, com a elaboração de normas importantes para a modernização do setor, como o regulamento da Lei nº 5.800/2017 e a redação do Projeto de Lei para registro de agroindústrias de pequeno porte (que ainda está em tramitação). Foram oferecidos e aplicados pelas equipes de inspeção treinamento direcionado às boas práticas de fabricação em todas as agroindústrias de processamento de produtos de origem animal e vegetal registradas na SEAGRI, auxiliando na capacitação de centenas de manipuladores de alimentos. A implementação dos programas de autocontrole nas agroindústrias também tem permitido maior controle dos processos produtivos por parte das indústrias, refletindo em maior intervalo de tempo entre as inspeções a serem realizadas pela SEAGRI, de acordo com as análises de risco realizadas pelas equipes. Ainda, as ações de combate à produção e comercialização de produtos de origem vegetal e animal clandestinos continuaram como atividades prioritárias dentro do Serviço de Inspeção Distrital, com foco na segurança da saúde da população, evitando que produtos impróprios para consumo chegassem até os pontos de venda. Entretanto, a ausência do Decreto regulamentador da Lei nº 5.800/2017 trouxe dificuldades para a realização de muitas ações fiscais na área de fiscalização do trânsito de produtos agropecuários e na área de fiscalização de agroindústrias, diante das limitações que a própria Lei traz à atuação fiscal.

Alguns indicadores avaliados tais como fiscalização de trânsito, fiscalização em propriedades rurais, vigilâncias ativas, manutenção e evolução do sistema eletrônico de Defesa Agropecuária, dentre outros podem ser ampliados, intensificados, reestruturados e melhorados mediante a melhora na disponibilização de recursos físicos e de pessoal técnico capacitado. Embora a meta geral não tenha sido alcançada, consideramos que as ações da Defesa Sanitária Animal continuam a atender, com algumas limitações, seus objetivos principais de garantir a sanidade dos rebanhos e orientar da melhor forma possível os produtores rurais do Distrito Federal.

Destaca-se ainda a dificuldade das bases operacionais para realizar atendimento de forma plena, rápida e eficiente o público externo devido ao deficiente sistema de fornecimento de internet nesses locais, o que gerou descontentamento e reclamações dos usuários. Some-se a isso o lento aprimoramento no que diz respeito ao aspecto tecnológico, cuja dificuldade no desenvolvimento de softwares, aquisição de licenças e renovação de equipamentos é fator de sobrecarga e desmotivação para o já reduzido quadro de pessoal.

No ano de 2019 espera-se que seja dado encaminhamento à atualização das normas para a sanidade vegetal, como às leis que regem o uso e comércio de agrotóxicos, de modo que se reparem as inconsistências existentes nas normas em vigência e se alcance mais segurança jurídica na atuação por parte dos técnicos. Espera-se ainda que novas alternativas orçamentárias sejam buscadas para o alcance das metas, e que as inovações tecnológicas para que a execução das atividades possa ser implementada a contento.

Por fim, espera-se ainda a busca por alternativas de gestão, orçamentárias e operacionais para o alcance das metas que não puderam ser satisfeitas no ano anterior, com a manutenção da credibilidade da Defesa Agropecuária perante a sociedade apesar das dificuldades relatadas, visando o fomento do agronegócio do DF de forma sustentável.

Justificativa: a unidade responsável pela gestão do indicador “1498 – Ações de Defesa Sanitária Animal e Vegetal” equivocou-se ao informar para o 3º Ano o resultado alcançado de 79.225 unidades, o correto é 90.572 unidades.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA: TERRITÓRIO PLANEJADO E ESTRUTURADO



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA FINANCEIRA POR DIRETRIZ E PROGRAMA (Valores em R\$)

Diretrizes/Objetivos Estratégicos	Programas Temáticos	Plano Plurianual	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	Emp/PPA %	Liq/PPA %
Território planejado e estruturado								
Ampliar a mobilidade tornando o transporte coletivo e não motorizado mais atrativos.	6216 - Mobilidade Integrada e Sustentável	1.868.992.016,00	1.318.436.825,00	1.201.920.608,95	1.089.230.446,87	997.668.359,86	58	53
Ampliar o acesso a serviços públicos de infraestrutura com qualidade e regularidade.	6210 - Infraestrutura e Sustentabilidade Socioambiental	2.025.559.493,00	3.069.076.319,00	3.129.903.198,26	1.254.708.703,73	1.470.290.876,40	62	73
Garantir a proteção e o uso sustentável do meio ambiente.								
Promover o planejamento, ordenamento e regularização territorial de forma integrada e sustentável.	6208 - Território da Gente	332.374.201,00	283.974.693,00	303.143.602,18	66.110.950,46	207.156.349,09	20	62
TOTAL		4.226.925.710,00	4.671.487.837,00	4.634.967.409,39	2.410.050.101,06	2.675.115.585,35	57	63

OBJETIVO ESTRATÉGICO: AMPLIAR A MOBILIDADE TORNANDO O TRANSPORTE COLETIVO E NÃO MOTORIZADO MAIS ATRATIVOS

**PROGRAMA TÊMÁTICO:
6216 – MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL**

**OBJETIVO GERAL:
Promover a mobilidade das pessoas, com qualidade, segurança e sustentabilidade**

OBJETIVO ESPECÍFICO

O Programa Temático é composto de 05 objetivos específicos, conforme seguem abaixo:

Unidade Responsável/Objetivo Especifico

26.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL - SEMOB

001 – PROMOÇÃO DA ATRATIVIDADE DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO: Promover a atratividade dos modais e serviços especiais, estimulando o uso do transporte público e incentivar e promover a qualidade do deslocamento não motorizado de pessoas.

002 - PROMOÇÃO DA MOBILIDADE ATIVA: Incentivar e promover a qualidade dos deslocamentos pelos modos ativos de transporte.

03 - SEGURANÇA E FLUIDEZ VIÁRIA: Promover a restauração, pavimentação e ampliação da capacidade das vias e das obras de artes especiais (passarelas, viadutos e pontes) com suas respectivas calçadas, aprimorando a segurança viária, oferecendo meios alternativos de transporte e de tecnologias inovadoras, reduzindo tempo de percurso e acidentes de trânsito.

04 - BRASÍLIA NOS TRILHOS: Melhorar e expandir o serviço de transporte ferroviário e elevar a satisfação do usuário com o transporte sobre trilhos.

05 - FORTALECIMENTO DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E REGULAÇÃO DO TRANSPORTE PÚBLICO: Fortalecer a gestão e melhorar a prestação dos serviços demandados pela sociedade, mediante a ampliação dos canais de participação social e novo arranjo institucional da área de mobilidade.

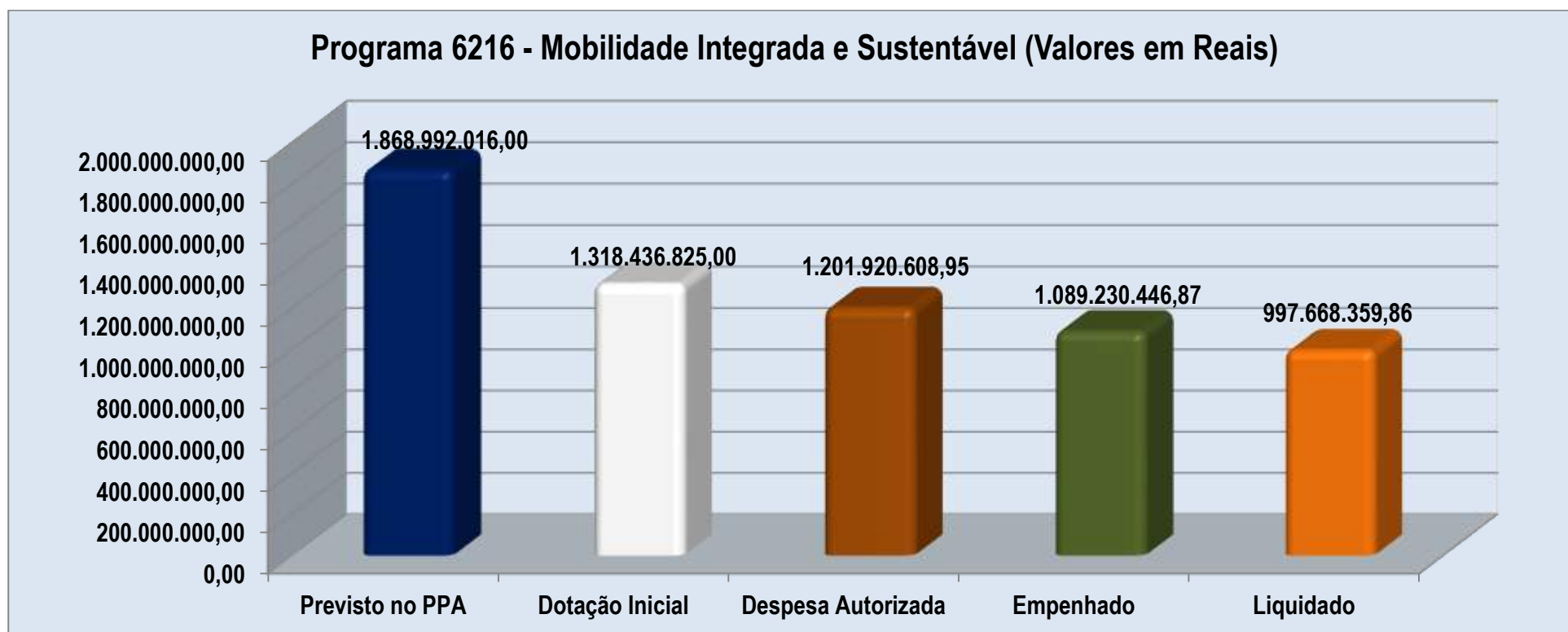
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA POR PROGRAMA E AÇÃO (Valores em Reais)

AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
1077 - CONSTRUÇÃO DA ESCOLA METROVIÁRIA .	1.200.000,00					0	0
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	6.179.000,00	2.523.000,00	3.099.999,19	2.731.299,19	2.358.794,66	44	38
1142 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	7.442.741,00	2.579.655,00	653.000,01	653.000,01	653.000,01	9	9
1223 - RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS	9.238.447,00	7.020.000,00	4.498.631,27	4.498.631,27	4.264.678,87	49	46
1223 - RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS	-	20.000,00	6.000,00	-	-	0	0
1226 - COMPENSAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREAS DE INTERESSE DO TRANSPORTE	50.000,00	3.120.000,00	1.431.619,17	1.343.181,26	1.241.613,30	2.686	2.483
1230 - RECUPERAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREAS DE INTERESSE DO TRANSPORTE	50.000,00	30.000,00	336.342,00	336.342,00	336.342,00	673	673
1284 - CONSTRUÇÃO DE TERMINAL DE ÔNIBUS URBANO	1.000,00					0	0
1347 - CONSTRUÇÃO DE PASSARELA	2.061.350,00	2.210.000,00	7.408.231,29	6.128.827,21	3.628.871,39	297	176
1460 - IMPLANTAÇÃO DE RODOVIAS	1.818.001,00					0	0
1475 - RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS	189.715.094,00	16.590.617,00	1.155.300,40	756.778,70	756.778,70	0	0
1506 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS	428.000,00	1.886.500,00	4.979.172,78	4.979.171,54	4.453.231,94	1.163	1.040
1689 - CONSTRUÇÃO DO ANEL VIÁRIO	6.810.000,00					0	0
1763 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	57.790.224,00	4.381.000,00	3.252.762,00	1.576.702,89	548.049,11	3	1
1794 - IMPLANTAÇÃO DE VEICULO LEVE SOBRE PNEUS - VLP EIXO SUL	177.403.876,00	149.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
1816 - IMPLEMENTAÇÃO DA LINHA 1 DO METRÔ	12.000.000,00	30.333.338,00	31.933.494,15	14.362.125,30	13.117.636,68	120	109
1873 - IMPLEMENTAÇÃO DA LINHA 2 DO METRÔ-DF	18.000.000,00	2.172.394,00	90.272,00	90.272,00	0,00	1	0
1881 - IMPLANTAÇÃO DE TRENS REGIONAIS	100.000,00					0	0
1888 - IMPLANTAR SISTEMA DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROGRAMA DE MOBILIDADE	11.500,00					0	0
1891 - REFORMA DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO	10.000.000,00	6.000.000,00	18.345.277,69	9.821.283,02	9.821.283,02	98	98
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	1.744.940,00	28.202.190,00	18.484.936,00	3.268.963,60	3.073.177,68	187	176
2316 - CONSERVAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS	5.250.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2319 - RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE ARTE CORRENTES - BUEIROS E CALHAS	1.050.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2329 - DESAPROPRIAÇÃO EM ÁREAS DE INTERESSE DO DER	50.000,00					0	0
2455 - MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO - STPC	230.825.875,00	235.000.000,00	274.996.187,08	274.996.187,08	268.093.947,78	119	116
2458 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO	4.608.811,00					0	0
2725 - MANUTENÇÃO DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO	12.460.000,00	6.182.000,00	2.099.703,69	2.099.703,69	1.885.419,36	17	15
2756 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO SISTEMA FERROVIÁRIO	191.902.145,00	140.127.745,00	132.922.314,62	132.852.760,14	118.999.894,18	69	62
2885 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	700.000,00	1.800.000,00	888.022,25	888.022,25	888.022,25	127	127
2886 - CONSERVAÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS EM RODOVIAS	2.050.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3005 - AMPLIAÇÃO DE RODOVIAS	50.000.000,00	37.413.925,00	15.782.237,12	4.907.292,50	715.487,35	10	1
3007 - AMPLIAÇÃO DA LINHA 1 DO METRÔ	57.873.120,00	6.293.346,00	3.266.966,13	3.266.966,13	3.266.966,13	6	6
3014 - IMPLANTAÇÃO DO METRÔ- LEVE - VLT	48.010.000,00					0	0
3054 - CONSTRUÇÃO DE TÚNEL	47.439.000,00	3.575.855,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3056 - CONSTRUÇÃO DO TREVÓ DE TRIAGEM NORTE	29.999.388,00	57.218.752,00	74.209.497,00	61.164.757,68	61.164.757,68	204	204
3071 - CONSTRUÇÃO DE PASSAGEM SUBTERRÂNEA NO EIXO MONUMENTAL	2.814.850,00					0	0
3087 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE	34.746.452,00	958.000,00	109.087,61	67.063,61	15.763,61	0	0
3090 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE CICLOVIAS	7.190.702,00	20.629.887,00	9.079.369,65	8.120.533,56	7.901.217,59	113	110
3090 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE CICLOVIAS	-	10.000,00	3.000,00	-	-	0	0

AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
3119 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DO EIXO OESTE (LINHA VERDE)	183.718.497,00	128.653.436,00	2.844.061,78	1.774.060,95	1.772.108,26	1	1
3125 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DO EIXO SUDOESTE	10.000,00					0	0
3126 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DO EIXO NORTE	33.010.000,00	59.650.813,00	74.155.712,18	52.715.342,40	48.753.211,25	160	148
3127 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DA ÁREA CENTRAL	10.000,00					0	0
3128 - IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE URBANO	100.000,00	4.330.000,00	3.029.485,53	1.679.466,34	935.781,05	1.679	936
3134 - AQUISIÇÃO DE TRENS	25.000.000,00					0	0
3180 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE INTELIGENTE - ITS	1.723.701,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3181 - REFORMA DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS	1.100.000,00	850.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3182 - REFORMA DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS	505.000,00	11.050.000,00	11.768.747,00	10.006.384,41	4.461.767,98	1.981	884
3205 - REMANEJAMENTO DE REDE	600.000,00	50.000,00	35.376,93	35.376,93	35.376,93	6	6
3207 - AMPLIAÇÃO DA DF-047- ESTRADA PARQUE AEROPORTO	1.000.000,00					0	0
3276 - ADEQUAÇÃO TÉCNICA DAS RODOVIAS EM SEUS PONTOS CRÍTICOS	2.750.000,00					0	0
3277 - MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA METROVIÁRIO	30.066.785,00	22.114.300,00	13.297.019,81	4.754.170,15	2.668.826,03	16	9
3279 - IMPLANTAÇÃO DA ESTRADA PARQUE TRANSBRASÍLIA - PPP	20.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3361 - CONSTRUÇÃO DE PONTES	68.175.228,00	5.917.856,00	7.908.146,64	7.908.146,30	7.832.588,03	12	11
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	3.463.600,00	4.100.000,00	7.106.556,69	6.612.556,66	6.612.556,66	191	191
3586 - DUPLICAÇÃO DA DF 001	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3650 - (EP)CONSTRUÇÃO DO RAMAL FERROVIÁRIO BRASÍLIA-GOIANIA	100.000,00					0	0
3659 - (EP)CONSTRUÇÃO DE RAMAL FERROVIÁRIO BRASÍLIA-LUZIÂNIA	100.000,00					0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	200.000,00	540.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	1.496.063,00	4.230.000,00	4.218.421,77	4.218.421,77	4.202.041,00	282	281
3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS	3.540.000,00	1.520.000,00	447.708,42	447.708,42	205.059,84	13	6
4002 - MANUTENÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS	22.079.596,00	8.832.000,00	8.906.305,10	8.906.305,10	7.864.068,11	40	36
4039 - MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	8.239.963,00	11.560.000,00	15.458.126,34	15.458.126,34	15.071.588,15	188	183
4082 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE BILHETAGEM AUTOMÁTICA	17.000.000,00	18.189.000,00	18.845.762,68	18.845.762,68	16.831.056,74	111	99
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	180.000,00	450.000,00	145.548,00	145.548,00	145.548,00	81	81
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	300.000,00					0	0
4195 - CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS	6.968.630,00	6.880.000,00	13.969.366,92	13.969.366,92	13.969.366,92	200	200
4202 - CONCESSÃO DE PASSE LIVRE	135.524.957,00	221.564.867,00	393.590.530,43	393.590.530,43	349.909.143,18	290	258
4233 - SUPERVISÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA EM RODOVIAS	50.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
4234 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA PARA O TRANSPORTE PÚBLICO INDIVIDUAL E DE PEQUENAS CARGAS	109.568,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
4993 - LICENCIAMENTO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RODOVIÁRIAS	65.000,00	700.000,00	558.655,86	558.655,86	558.655,86	859	859
5002 - REFORMA DAS EDIFICAÇÕES DO SISTEMA METROVIÁRIO	240.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
5024 - EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA PARA O TRANSPORTE PÚBLICO INDIVIDUAL E DE PEQUENAS CARGAS	107.055,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
5027 - IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO	500.000,00					0	0
5071 - CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTOS	2.453.347,00	750.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
5745 - EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	1.827.700,00	10.242.856,00	8.853.585,00	7.953.584,08	7.953.584,08	435	435
5902 - CONSTRUÇÃO DE VIADUTO	85.672.810,00	14.560.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
5902 - CONSTRUÇÃO DE VIADUTO		7.550.000,00	7.009.000,00	-	-	0	0

AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/PPA	% LIQ/PPA
	9.914.000,00						
7220 - CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS	100.000,00	5.460.000,00	293.670,00	293.669,73	293.669,73	294	294
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	870.000,00	1.392.493,00	447.398,77	447.398,77	407.428,77	51	47
ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS ESTATAIS	9.914.000,00	7.580.000,00	7.018.000,00	0,00	0,00	0	0
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	1.859.078.016,00	1.310.856.825,00	1.194.902.608,95	1.089.230.446,87	997.668.359,86	58	53
TOTAL GERAL DO PROGRAMA 6216 (ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL+ INVESTIMENTO)	1.868.992.016,00	1.318.436.825,00	1.201.920.608,95	1.089.230.446,87	997.668.359,86	58	53

Obs: Valores executados por diversas Unidades Orçamentárias (ex:26.101 – SEMOB, 26.204 – METRÔ, 22.101 – SINESP)



OBJETIVO ESPECÍFICO:

001 – PROMOÇÃO DA ATRATIVIDADE DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO: Promover a atratividade dos modais e serviços especiais, estimulando o uso do transporte público.
(Objetivo alterado, conforme Lei de Revisão do PPA nº 6.061, de 29/12/17)

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

26.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL – SEMOB

26.204 – TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL – DFTRANS

26.205 – DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM – DER

26.206 – COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL - METRÔ

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	1	1	Implantar o Bilhete Único (SEMOB e DFTRANS) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	10	90	100		100,0
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	1	2	Regularizar 100% do serviço de transporte complementar rural do DF (SEMOB);	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	10	20		20,0
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	1	3	Atender 100% das pessoas cadastradas no Serviço Especial para Pessoas com Deficiência (TCB) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0		0,0
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	1	4	Elaborar programa de Comunicação Visual para o Transporte Coletivo (SEMOB);	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100		100,0
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	1	5	Implantar aplicativo para disponibilizar horários, Itinerários e demais informações sobre as linhas de Ônibus em tempo real para os usuários do STPC/DF (DFTRANS) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	100	100		100,0
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	1	6	Instituir até 12 dias por ano de gratuidade no Transporte Público Coletivo para atividades de acesso à cidade (SEMOB); (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	12	DIA	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	1	7	Implantar 50% da etapa 1 do Corredor Norte (tronco e terminais) (DER) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	50	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0		0,0
6216	MOBILIDADE	1	8	Concluir 50% dos trechos 3 e 4 do Corredor Sul (DER) (Meta alterada,	50	%	ACUM	MAIOR,	0	0	0		0,0

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
	INTEGRADA E SUSTENTÁVEL			conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)				MELHOR					
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	1	9	Implantar áreas de estacionamento nos Terminais de integração (SEMOB). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	100	100		100,0
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	1	10	Participar como agente conscientizador de treinamento obrigatório de 4.000 rodoviários, no âmbito do Programa Mobilidade com Gentileza (DFTRANS) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	4.000	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	2.000	7.643	7.643		191,1

Análise Qualitativa

1. Implantar o Bilhete Único (SEMOB e DFTRANS). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Em 20 de janeiro de 2016, foi publicado o Decreto nº 37.067, que criou, no âmbito da SEMOB, o Comitê Regulamentador do Sistema da Bilhetagem Automática CRSBA, tendo em vista o disposto na Lei nº 4.011, de 12 de setembro de 2007. Também foi instituído um Grupo de Trabalho para identificar os atributos necessários para que o sistema utilizado pelo DFTRANS e pelo METRÔ sejam compatíveis, a fim de possibilitar a utilização do mesmo cartão em todos os modais.

Em 2017, foi publicado o Decreto nº 38.010, de 15 de fevereiro de 2017, com o regulamento do Sistema de Bilhetagem Automática-SBA e a implementação e a operação do Sistema Inteligente de Transportes - SIT, do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF.

Além disso, consta o início da implantação da nova identidade visual dos ônibus (vide meta nº 4), além de testes para o aplicativo *Mobile*. Também, foi iniciada a instalação de 8 (oito) validadores no Metrô, como também de equipamentos de Biometria para teste em linha de ônibus urbano.

2017

O processo de aperfeiçoamento do SBA/STPC/DF teve como marco o lançamento do Bilhete Único – BU, no dia 25 de setembro de 2017. O Bilhete Único é uma das inovações trazidas pelo novo modelo de bilhetagem automática do Distrito Federal, no qual permite que o usuário do transporte público coletivo, com apenas um cartão "Bilhete Único", utilize o ônibus e o metrô de forma integrada, no intervalo de três horas, pagando apenas R\$ 5,00 (cinco) reais.

Além da integração com o uso do Bilhete Único, foi lançado o serviço de recarga de cartões pela internet. O Governo do Distrito Federal, também, aumentou o número de postos para emissão de cartões, que passaram de 6 (seis) para 33 (trinta e três), sendo um posto em cada estação do Metrô, além dos postos do Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTrans.

Ademais, serão oferecidas 10 modalidades de cartões, incluindo 4 novas. Nesse primeiro momento, estão disponíveis as seguintes categorias de cartões:

- i) Brasília Cidadã: o cartão "comum", para quem não tem descontos ou gratuidades, mas pretende usar a integração e comprar múltiplos créditos de uma só vez;
- ii) Estudante: para alunos de escolas públicas e privadas, de ensino básico e superior. O cartão será recarregado com os créditos do Passe Livre Estudantil; e
- iii) Vale Transporte: similar ao que já existe hoje, para trabalhadores que recebem esse tipo de benefício dos empregadores.

Registra-se, ainda, que no dia 16 de novembro de 2017, iniciou-se o cadastro para pessoas com deficiência, para obtenção do cartão +Especial. A novidade do cartão + Especial é que o acompanhante de pessoas com deficiência também terá um cartão. Antes, o beneficiário principal recebia mais liberações de viagens para passar o cartão duas vezes na catraca a cada trajeto. Agora, o acompanhante terá um cartão que só é liberado na catraca se o da pessoa com deficiência passar.

2018

Em 2018 foram lançados os cartões Melhor Idade, Criança Candanga, + Turista e Multifuncional (com este último os cidadãos podem pagar as viagens no Sistema de Transporte Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF por meio de cartão de débito ou crédito com tecnologia sem contato), permitindo maior abrangência na prestação de serviço do Transporte Coletivo.

Com essa melhoria, aliada à expansão da rede de postos de emissão e recarga de cartões ocorrida no último ano, houve redução em 5% da circulação de dinheiro em espécie no sistema (na comparação entre outubro de 2016 a setembro de 2017 com outubro de 2017 a setembro de 2018), o que é benéfico para a segurança tanto de passageiros quanto dos rodoviários. Ademais, o fluxo de usuários pela catraca dos ônibus torna-se mais célere, um importante indicador de eficiência do sistema de transporte.

DFTRANS

O Bilhete Único foi lançado em setembro de 2017 e tinha como objetivo a integração tarifária entre todos os modais integrantes do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF, trazendo todas as facilidades e benefícios para os usuários do Distrito Federal. Ao longo de 2018 foram lançadas todas as famílias de cartões, atingindo sua totalidade.

Através da implementação do Bilhete Único foram ampliados os locais de ponto de cadastro para aquisição do cartão utilizado no sistema e os locais de ponto de recarga para compra de créditos para o uso no transporte público do Distrito Federal. Os locais com os principais serviços disponibilizados em 2018 foram: bilheterias BRT Sul, Postos do Sistema de Bilhetagem Automática -SBA e postos "Na Hora", distribuídos em diversas regiões administrativas do Distrito Federal, como por exemplo, Núcleo Bandeirante, Santa Maria, Park Way, Gama, dentre outros.

Além disso, em junho de 2018 foi lançado, através da Portaria nº 29 de 19 de junho, dois cartões do Bilhete Único: o Cartão + Melhor Idade, destinado a idosos a partir de 65 anos, e o Cartão Mais Criança Candanga, destinado a crianças de 3 a 5 anos. Essas medidas garantem mais comodidade e segurança aos dois públicos que já contam com a gratuidade no transporte público. As crianças que portarem o documento não precisarão mais saltar a roleta dos veículos e os idosos poderão ultrapassar a catraca, também sem custos.

2. Regularizar 100% do serviço de transporte complementar rural do DF (SEMOB);

2016

Em decorrência a condicionantes técnicos, a regularização do transporte rural não teve avanços em 2016.

Por meio da Portaria conjunta SEMOB, DFTRANS e TCB, de 22/03/2017, foi criado o Grupo de Trabalho com o objetivo de elaboração do Plano de Ação para Aperfeiçoamento do Transporte Rural no âmbito do STPC-DF. Foram iniciados os trabalhos técnicos no dia 28/03/2017 e o grupo terá um prazo de 90 dias para concluir e entregar o documento final.

2017

Conforme estabelecido no Acordo de Resultados, em 2017, foram entregues os estudos e pesquisas realizados pelo Grupo de Trabalho constituído pela Portaria Conjunta nº 03, de 21/03/17, que resultaram na apresentação de um Plano de Ação para o aperfeiçoamento do Sistema de Transporte Rural. O objetivo principal foi dotar o Governo do Distrito Federal de um documento técnico com um diagnóstico e propostas de melhoria do transporte rural no DF.

O processo, que versa sobre o Sistema de Transporte Rural, encontra-se em tramitação no DFTrans, para que a autarquia analise e se manifeste quanto às propostas apresentadas no Plano de Ação.

2018

Foi criado em 2017 pela Semob Grupo de Trabalho (GT) para elaboração do Plano de Transporte Rural, com a participação da TCB e DFTRANS. Em 2018, o DFTRANS vem implementando as propostas contidas no relatório final do GT, passando as linhas do Sistema Rural que já não possuem contratos válidos para as concessionárias operadoras das áreas mais próximas a essas linhas.

Dessa forma, em 2018, linhas rurais das regiões de Brazlândia, Park Way e Núcleo Bandeirante foram assumidas pelas empresas Viação São José e Pioneira.

3. Atender 100% das pessoas cadastradas no Serviço Especial para Pessoas com Deficiência (TCB). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)

2016

Em fase de reformulação do projeto "Mão na Roda", não houve nenhum avanço da meta em 2016. No entanto, está previsto para 2017 o início de um projeto de mobilidade com um novo escopo, que atenderá às pessoas com deficiência.

A Sociedade de Transporte Coletivos de Brasília está conduzindo um processo licitatório para oferta do serviço.

2017

O estudo para implantação do Serviço "Mais Acessível" foi desenvolvido com base em pesquisa da CODEPLAN de maio de 2013, que produziu um relatório com o perfil das pessoas com deficiência no DF.

Em 2010 o DF tinha 573.805 pessoas com deficiência - PCD, 22,23% da população, que equivale atualmente cerca de 661.836 pessoas com deficiência, sendo: visual (63,71%), deficiência motora (18,02%), auditiva (14,41%) e mental/intelectual (3,85%). O Mais Acessível irá atender as demandas dos portadores com deficiência motora severa, 18,02 %, ou seja, um total de 119.263 pessoas, porém, com renda "per capita" de até 2 salários mínimos. De acordo com a pesquisa, o percentual da população empregada com deficiência entre meio a dois salários mínimos é de 51,52%.

Assim, a estimativa de potenciais clientes do Mais Acessível será de 61.445 pessoas. Não há disponível, neste momento, elementos que indiquem do universo potencial de clientes (61.445) quantos são portadores de deficiência motora severa e necessitam de deslocamento diário. Se estimarmos apenas em 1%, teríamos aproximadamente 615 usuários se deslocando diariamente. Contudo, somente após a criação do Serviço e realização do cadastramento será conhecido o público a ser atendido. Registre-se que o projeto atenderá aos usuários que não tenham condições de utilizar o transporte público convencional, nos termos do artigo 93 da Lei nº 4.317/2009.

2018

Tendo em vista que o Serviço TCB Acessível não foi implantado, cujo decreto de criação ainda não foi deliberado pelos órgãos competentes e considerando que não houve atualização da pesquisa citada acima, os estudos inerentes ao Serviço em tela estão baseados na pesquisa da CODEPLAN de 2013. É importante ressaltar que imediatamente a edição do decreto e da regulamentação do Serviço, a TCB abrirá o prazo para inscrição dos possíveis beneficiários. Após essa fase, teremos condições de avaliar, observando os recursos orçamentários e financeiros a serem disponibilizados, se teremos condições de atender 100% das pessoas cadastradas até o final do exercício de 2019. Registre-se que parte destes recursos se encontra atualmente bloqueada pela Secretaria de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do DF.

4. Elaborar programa de Comunicação Visual para o Transporte Coletivo (SEMOB);

2016

O Programa de Comunicação Visual vem sendo conduzido pela SEMOB em parceria com a Subsecretaria de Publicidade, da Secretaria de Comunicação. No ano de 2016, teve como ação a criação da nova identidade visual para o Transporte Público Coletivo do DF. Para o ano de 2017, está previsto o seguimento desta meta, já com a nova identidade visual nos ônibus.

2017

Em 2017, começou a fase experimental da nova identidade visual do transporte público coletivo do DF, a qual foi aplicada a cerca de 100 veículos e rendeu à cidade de Brasília o 1º lugar no Concurso de Comunicação Visual e Pintura de Frotas realizado pela OTM Editora. O *layout* que chamou a atenção dos jurados utiliza o símbolo oficial da bandeira de Brasília e faz referência ao cruzamento entre o Eixo Monumental e o Eixo Rodoviário. Além disso, a identidade visual vencedora também representa as linhas nas quatro direções e usa as cores verde e amarelo que refletem a sustentabilidade. A alteração ocorre de forma gradual, de acordo com a renovação da frota das empresas.

2018

O novo layout foi aprovado pelo Conselho de Transporte Público Coletivo (reativado em 2018), resultando na Resolução SEI-GDF nº 4745, de 05 de novembro de 2018. Até setembro de 2018, a nova identidade havia alcançado 140 veículos e, com a aprovação formal do Conselho, será gradativamente implantado no restante da frota.

5. Implantar aplicativo para disponibilizar horários, Itinerários e demais informações sobre as linhas de Ônibus em tempo real para os usuários do STPC/DF (DFTRANS) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Em 2016, foi instituído através do Decreto nº 37.067/16, o Comitê Regulamentador do Sistema de Bilhetagem Automática do Distrito Federal com a atribuição de elaborar normas, para que as concessionárias assumam as atividades de comercialização de créditos do SBA, conforme previsto nos Contratos de Concessão, resultante da Licitação realizada em 2011.

Um dos produtos resultantes das diretrizes elaboradas pelo Comitê foi a publicação do Decreto nº 38.010/2017, que prevê implantação do Centro de Supervisão Operacional para a disponibilização de informações em tempo real sobre linhas, itinerários, horários, tarifas e dados operacionais que possibilitem o controle pelo órgão gestor bem como pelos usuários.

Destacamos que na Rodoviária do Plano Piloto, principal Terminal do Distrito Federal, existem totens interativos onde são disponibilizadas aos usuários informações sobre as linhas que operam no Terminal, por plataforma, empresa operadora, horários e itinerários.

2017

Em 2017, foi criado um novo site para consulta de horários das linhas de ônibus do STPC/DF chamado "DF no Ponto" (<http://www.sistemas.dftrans.df.gov.br/horarios>), com a implantação de consultas geoespaciais sobre rotas possíveis para integração entre o ponto de origem e o destino.

2018

Continuidade do aplicativo de consulta aos horários dos ônibus, itinerários, linhas e demais informações sobre trajetos e linhas que atendam às localidades do Distrito Federal, sendo assim, o mesmo foi 100% implantado e encontra-se em funcionamento.

O aplicativo DF NO PONTO propiciou facilidade na consulta das linhas, itinerários, horário dos ônibus, entre outras informações importantes do transporte público do Distrito Federal, gerando uma melhor qualidade e um maior controle por parte dos usuários do transporte público. Sendo assim, tal ferramenta proporciona que os usuários se programem de forma mais adequada, tendo em vista que possuem o conhecimento necessário de todas as linhas de ônibus que existem no Sistema STPC/DF.

Foram criadas também placas informativas instaladas em alguns pontos de parada de ônibus (aproximadamente 80 placas) contendo várias informações relativas à linhas que servem àquele ponto de parada, além de mapa da região ao redor com os pontos principais dentro de um raio de 500 metros que deve ser usado em conjunto com o mobile (DF NO PONTO).

6. Instituir até 12 dias por ano de gratuidade no Transporte Público Coletivo para atividades de acesso à cidade (SEMOB). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Em 2016, existiram algumas categorias com direito a desconto ou gratuidades no serviço de transporte público coletivo do DF. Cada segmento possui uma legislação e formas de controle específicas.

Não foi estabelecido dias de gratuidades até o momento.

7. Implantar 50% da etapa 1 do Corredor Norte (tronco e terminais); (DER) (Meta alterada, conforme Lei nº 6061/2017 de Revisão do PPA 2016-2019)

2016

Estudos de deslocamentos no DF mostraram a concentração de empregos no Plano Piloto e dispersão da urbanização no território distrital. No sentido de melhorar às condições de transporte para a população das cidades de Planaltina, Sobradinho, Sobradinho II, Varjão, Planaltina de Goiás, Formosa, e a população residente na divisa norte/nordeste do Distrito Federal, está sendo implantado o modo BRT (Bus Rapid Transit), um sistema de transporte moderno, confortável, rápido, confiável e com maior capacidade. A população a ser beneficiada corresponde a, aproximadamente, 300 mil habitantes, que representam cerca de 12% da população do DF.

O Expresso Norte com 68,8 Km de extensão, iniciará no Terminal de Planaltina, seguirá pela BR-020 e DF-003, até o acesso ao Noroeste, onde será construído o Terminal da Asa Norte. O projeto contempla a criação de outro terminal, na região de Mestre d'Armas, em Planaltina, e a colocação de uma estação do Expresso Norte nos terminais de Planaltina e de Sobradinho I e na Rodoviária do Plano Piloto.

O Projeto do Corredor Eixo Norte foi concluído e aprovado pela Caixa Econômica em 2016, contudo devido às mudanças no Cenário Político Nacional fizeram com que a Caixa retirasse o financiamento conforme demonstrado na Portaria nº 633 SEMOB/MCIDADES. Diante disto, a 1ª Etapa do Projeto ficou comprometida. Não havendo, até o momento, informação quanto a novo financiamento da obra.

2017

No exercício de 2017, o Projeto do Corredor Eixo Norte passou por adequações consequentes do deslocamento da adutora situada nas imediações, o que implicou em ajuste no projeto do Terminal de Integração Asa Norte - TAN.

Em decorrência do cancelamento dos recursos financeiros para implantação do Corredor, o DER segue acompanhando as tratativas governamentais de captação de recursos com vistas à execução da obra.

2018

No exercício de 2018 o Projeto do Corredor Eixo Norte foi concluído restando, apenas, o procedimento licitatório com vista à Contratação.

8. Concluir 50% dos trechos 3 e 4 do Corredor Sul (DER) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)

2016

O Projeto Executivo da obra do Corredor Sul constitui a implantação dos Trechos 3 e 4 , chamada de 2ª Etapa.

A Semob enviou ao DER diretrizes para atualização dos projetos executivos dos subtrechos 3 e 4. O DER iniciou o processo de licitação, com previsão para início das obras em 2017. Juntos, os dois subtrechos somam 7,3km e, quando concluídos, conectarão o Eixo-Sul ao Terminal da Asa Sul.

2017

Em 2017, o DER/DF iniciou o procedimento licitatório para execução de pavimento rígido e barreira de concreto na via do BRT Eixo Sul, segmento compreendido entre o final do pavimento rígido existente (próximo ao Túnel do BRT sob a DF-047) até o viaduto Camargo Corrêa, entroncamento da rodovia DF-047 com a DF-051(EPGU)/DF-004(EPNA). O órgão atualmente conduz o contrato de gerenciamento ambiental e execução dos programas ambientais do Corredor Sul - ligação das cidades do Gama e Santa Maria ao Plano Piloto, na DF-480/DF-065/DF-040/DF-003/DF-025/DF-047 e acesso ao Terminal Asa Sul.

2018

Tendo em vista a conexão de trechos, isto é, dos trechos 3 e 4 (FASE - 2) do BRT-SUL que está em fase de projeto, com o trecho do BRT-SUODESTE, que está também em fase de projeto, o DER/DF encaminhou ambos para a SEMOB, com o objetivo de adequação e compatibilidade de projetos e posterior fase de disponibilidade e início de execução prevista para o ano de 2019.

9. Implantar áreas de estacionamento nos Terminais de integração (SEMOB); (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)

2016

Não houve avanços na implementação de bolsões de estacionamento em 2016. No entanto, no pacote de entregas das obras de construção e de reforma nos terminais rodoviários do DF compreendeu também áreas destinadas a estacionamento, não tão abrangentes, em razão da delimitação dos lotes dos terminais.

2017

Os terminais inaugurados em 2017 passaram a ofertar 215 vagas para estacionamento de carros e mais 80 para estacionamento de bicicletas, distribuídos da seguinte forma:

Terminal	Vagas para carros	Vagas para bicicletas
Samambaia Norte	99	20
Samambaia Sul	29	20

Núcleo Bandeirante	14	20
Planaltina	73	20

2018

A meta foi concluída em 2017.

10. Participar como agente conscientizador de treinamento obrigatório de 4.000 rodoviários, no âmbito do Programa Mobilidade com Gentileza. (DFTRANS) (Meta alterada, conforme Lei nº 6061/2017 de Revisão do PPA 2016-2019)

2016

O DFTRANS, por meio de sua Ouvidoria, implementou ações de conscientização voltadas a motoristas e cobradores através de palestras de cunho sócio-educacional, nas quais participaram cerca de 250 rodoviários. No entanto, essas palestras não tiveram a intenção de treinamento, porque segundo o Decreto nº 30.584, de 16 de julho de 2009 DODF de 17.07.2009, tal responsabilidade seria dos delegatários do serviço oferecido pelas operadoras do STPC/DF.

Ressalta-se que todas as operadoras possuem programas de treinamento, qualificação e reciclagem de seus servidores, entre eles cerca de 12.000 motoristas, cobradores e apontadores, e que nestes programas há uma pauta específica voltada ao atendimento ao usuário. Neste tema, busca-se a melhoria do atendimento ao passageiro abrangendo a cortesia, amabilidade e gentileza dos prestadores de serviço para com os usuários do transporte público do DF.

A participação do DFTRANS é fundamental, como agente conscientizador na mudança do comportamento dos profissionais rodoviários junto às respectivas operadoras. E para o ano de 2017, o Programa Mobilidade e Gentileza, em parceria com a Secretaria de Mobilidade, remodelou o escopo deste projeto, dando suporte ao treinamento dos rodoviários junto às operadoras e ainda, disseminando o tema "Mobilidade e Gentileza" aos usuários do transporte público nos ônibus, e aos alunos do ensino médio e fundamental da rede pública, através de campanhas e ações de conscientização sobre o tema.

2017

Com o objetivo de conscientizar passageiros e rodoviários no Sistema de Transporte Público Coletivo do DF - STPC/DF, foi lançado em 25 de maio de 2017, o Projeto Mobilidade e Gentileza. A ação visou promover treinamentos para o exercício da cidadania e na adoção de comportamentos saudáveis de convivência, segurança e ética. Dentre os eventos, foi realizado o "Workshop de Gentileza" nos dias 21 e 22 de junho de 2017. Houve também o lançamento de concurso para eleger os motoristas e cobradores mais gentis do STPC/DF. Foram entregues certificados, bottons e placas para 204 rodoviários, em três etapas. Primeiro, a população escolheu os 50 profissionais mais gentis de cada concessionária. Em seguida, foram identificados os 30 rodoviários mais elogiados nas ouvidorias do DFTRANS e Secretaria de Mobilidade. Por fim, os gestores das empresas de transporte indicaram os funcionários que estavam com os exames periódicos em dia e que não apresentavam notificações nos registros. Além desses, foram ministrados ao longo do ano palestras e cursos de capacitação nas garagens das operadoras. Com isso, o resultado alcançado em 2017 de capacitação de 5.643 rodoviários superou em apenas um ano a meta proposta de treinamento de 4.000 rodoviários durante o período de vigência do PPA (2016 a 2019), contribuindo para o reconhecimento e valorização dos profissionais do transporte público do DF, para a redução de ocorrências relacionadas a situações de conflitos, para a satisfação dos usuários e principalmente, para a prática de atos de gentileza para com o próximo.

2018

Não houve continuidade ao Programa Mobilidade Com Gentileza por parte desta Autarquia. Entretanto, reuniões periódicas com os representantes das cinco operadoras do Distrito Federal foram realizadas, cujo objetivo era colocá-los a par do quantitativo de reclamações acerca de assuntos pertinentes, tais como: condutas dos motoristas e cobradores, descumprimento de tabela horária, desvio de itinerário, dentre outros. Essas reuniões contavam com constantes questionamentos por parte da Ouvidoria direcionados ao modo pelo qual cada operadora trabalhava a fim

de reduzir seus números negativos. Além disso, esteve sempre colocado à disposição de cada operadora, a fim de contribuir, a possibilidade de a Ouvidoria participar, caso julgasse necessários, dos treinamentos e palestras.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1651	ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO METROVIÁRIO. <i>(Itens alterados, conforme Lei nº 6061/2017 de Revisão do PPA 2016-2019)</i>	%	86	31/12/2014	86	0	86	85	86	0	90	METRÔ / UO 26206/ OE 1
1652	TAXA DE CRESCIMENTO DE USUÁRIO DO TRANSPORTE COLETIVO – RODOVIÁRIO. <i>(Itens alterados, conforme Lei nº 6061/2017 de Revisão do PPA 2016-2019)</i>	%			-	1,03	0,5	-7,32	1	6,77	1,5	DFTRANS / UO 26204 / OE 1
1720	NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS PELO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO <i>(Indicador incluído, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	UNIDADE	0	31/12/2017	-	-	31.988.000	34.701.123	32.947.640	349.174.169	33.936.069	DFTRANS/UO 26204/ OE 1
1721	NÚMERO DE PESSOAS QUE UTILIZAM O SISTEMA DE INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO RODOVIÁRIO <i>(Indicador incluído, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	UNIDADE	0	31/12/2017	-	-	3.358.000	37.239.241	3.458.740	42.410.136	3.562.502	DFTRANS/UO 26204/OE 1
1722	NÚMERO DE PESSOAS TRANSPORTADAS NAS LINHAS DO SISTEMABRT <i>(Indicador incluído, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	UNIDADE	0	31/12/2017	-	-	617.000	27.970.269	635.510	28.927.881	654.575	DFTRANS
1723	ÍNDICE DE PASSAGEIROS POR QUILOMETRO <i>(Indicador incluído, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	PASSAGEIRO/	0	31/12/2017	-	-	1,50	1,2624	1,545	1,35	1,591	DFTRANS/UO 26204/OE 1

Justificativas 2016

Indicador 1651 - Em 2016, em razão das limitações orçamentárias do GDF, a pesquisa de satisfação foi realizada no final de dezembro e os resultados serão finalizados no mês de fevereiro do ano corrente.

Indicador 1652 - Foram empreendidas diversas ações que tornaram os serviços de transporte mais atrativos, com a implantação de novos serviços (criação de linhas), com combate à pirataria e com o incentivo ao uso do Sistema Integrado.

Indicador 1653 - Dados ainda não consolidados. Prazo mínimo para apuração: 30 dias após o encerramento do ano (2016).

Justificativas 2017

Indicador 1651 – O índice alcançado refere-se ao ano de 2016, visto que o relatório final da Pesquisa de Satisfação dos Usuários foi divulgado em julho de 2017. Durante a coleta foram aplicadas 2.926 entrevistas, nas 24 estações do Metrô-DF, nos 7 (sete) dias da semana, em horário de pico e não-pico. Em razão das limitações orçamentárias, a contratação da Pesquisa referente a 2017 foi homologada em 18/01/2018, com previsão de entrega do resultado em abril/2018.

Indicador 1652 – Mesmo com a criação de linhas e a adaptação de linhas existentes, a taxa de crescimento do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF teve uma diminuição em relação ao exercício anterior.

Indicador 1720 - Devido ao aumento das tarifas do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF, o número de passageiros teve uma diminuição de 374.431.794 pessoas em 2016 para 347.011.239 pessoas em 2017.

Indicador 1721 - A implantação do Bilhete Único em 2017 colaborou para o crescimento de 4,41% no número de passageiros que utilizam a integração no Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF.

Indicador 1722 - O número de pessoas transportadas no BRT teve uma diminuição de 4,11% em relação ao índice alcançado no exercício anterior, de 29.169.709 em 2016 para 27.970.629 em 2017.

Justificativas 2018

Indicador 1651 - Em 2018 o procedimento licitatório para a contratação da Pesquisa de Satisfação do Usuário não foi concluído dentro do prazo estimado, devido a necessidade de adequação à Lei nº. 13.303/2016.

Indicador 1652 - Em dezembro, a quantidade total de viagens diárias realizadas foram 25.810.383, aumento de 6,77% em relação ao mês de janeiro (24.173.431).

Indicador 1720 - Número total de viagens diárias em cada ônibus do STPC/DF (primeiros acessos nas catracas) correspondentes a utilização dos cartões destinados a Pessoas com Deficiência, Passe Livre Estudantil, Vale Transporte, Vale Cidadão e usuários pagantes em espécie conforme dados da Diretoria Técnica e Indicadores de Gestão (Acordo de Resultados) do site do Sistema Integrado de Monitoramento e Gestão do Distrito Federal - Gestão/DF.

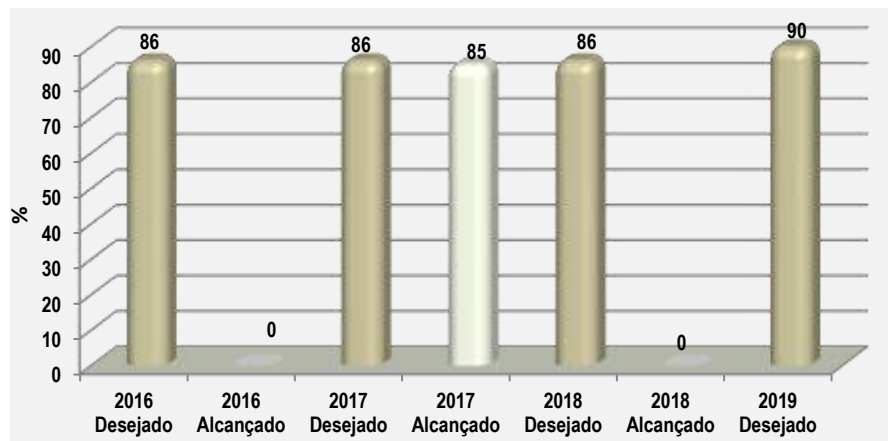
Indicador 1721 - Número total de viagens diárias realizadas pelos usuários que realizam um ou mais transbordos para alcançar seu destino final em cada ônibus do STPC/DF (segundos e terceiros acessos nas catracas) conforme dados da Diretoria Técnica e Indicadores de Gestão (Acordo de Resultados) do site do Sistema Integrado de Monitoramento e Gestão do Distrito Federal - Gestão/DF.

Indicador 1722 - Número total de viagens diárias realizadas nas linhas cadastradas dos corredores exclusivos do Sistema do BRT conforme dados da Diretoria Técnica e Indicadores de Gestão (Acordo de Resultados) do site do Sistema Integrado de Monitoramento e Gestão do Distrito Federal - Gestão/DF.

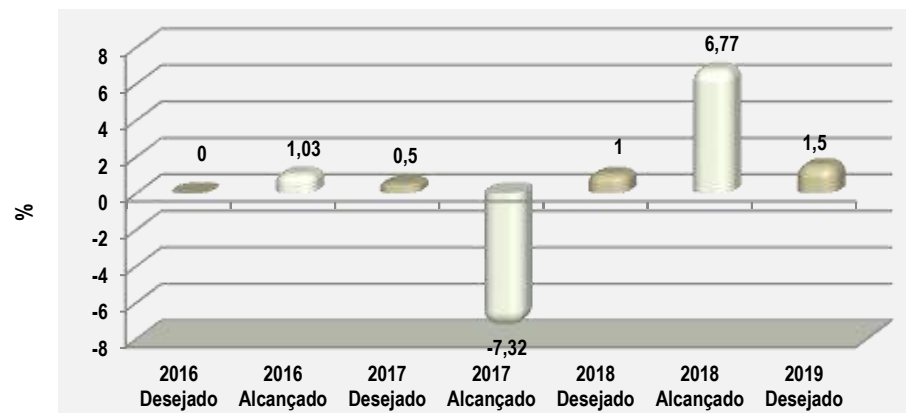
Indicador 1723 - O número de acessos nas catracas dividido pela quilometragem realizada até dezembro conforme dados do Sistema TDMAX Reports disponibilizados pela Diretoria Técnica e site do Sistema Integrado de Monitoramento e Gestão do Distrito Federal - Gestão/DF.

- O Índice de Passageiros por Quilômetro - IPK teve uma diminuição de 5,30% em relação ao exercício anterior.

ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO DO METRÔ



TAXA DE CRESCIMENTO DE USUÁRIO DO TRANSPORTE COLETIVO - RODOVIÁRIO



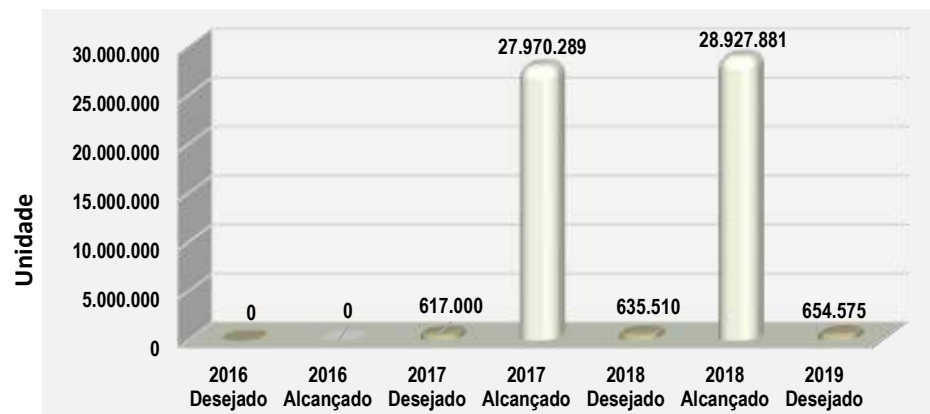
NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS PELO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO



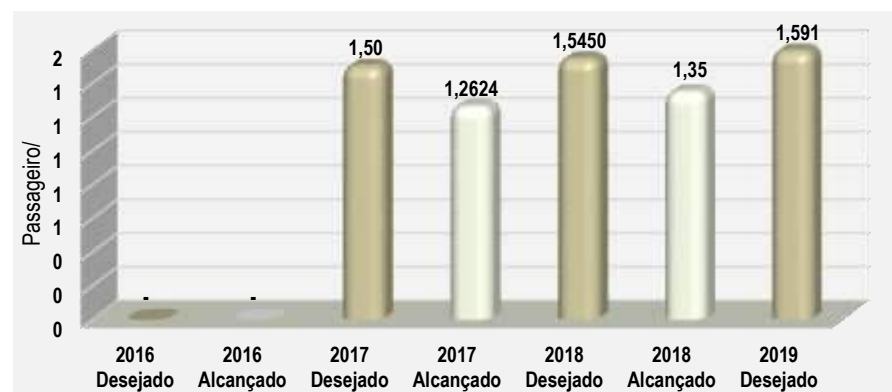
NÚMERO DE PESSOAS QUE UTILIZAM O SISTEMA DE INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO RODOVIÁRIO



NÚMERO DE PESSOAS TRANSPORTADAS NAS LINHAS DO SISTEMA BRT



ÍNDICE DE PASSAGEIROS POR QUILOMETRO



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6216	1	1	Estabelecimento de concessões para gestão de terminais, estações, abrigos, estacionamentos de integração e pontos de parada (SEMOB); <i>(Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	26101	X	<p>2016 Em 2016, foi elaborado o Termo de Referência para a construção de 500 novos abrigos com acessibilidade e demais normas que propiciem condições satisfatórias ao conforto dos usuários. Elaborado também Termo de Referência para revitalização de 700 abrigos em pontos de parada de ônibus do Sistema de Transporte Público Coletivo em todo o Distrito Federal. Os abrigos estão em fase de licitação. Esta ação não orçamentária está sendo reavaliada.</p>
6216	1	2	Fortalecimento da estratégia de comunicação no STPC (SEMOB).	26101	75	<p>2016 Em 2016, todas as alterações operacionais e inovações no STPC/DF, com informações sobre linhas, horários, trajetos, tarifas, operadoras e demais aspectos operacionais, que possibilitem o controle social do STPC/DF pelo usuário, foram disponibilizados no: Portal da DFTrans, Facebook e Twitter. Posteriormente, também será disponibilizado aplicativo, após a implantação do CSO, para divulgação dessas informações.</p> <p>2017 Em 2017, foi desenvolvida a plataforma informatizada para o lançamento, em 31 de janeiro de 2018, do aplicativo "+ Ônibus", que permite ao passageiro consultar os horários dos ônibus em tempo real e traçar destinos. A posição dos veículos é monitorada por GPS. O +Ônibus Brasília também possibilita acesso à localização dos pontos de coletivos e às linhas existentes em todo o DF, com a previsão das próximas viagens.</p> <p>2018 Inicialmente, o +Ônibus contou com os dados de duas das cinco concessionárias de transporte público do DF. Logo em fevereiro de 2018, foi realizada a notificação de todos os delegatários, determinando a instalação dos equipamentos e demais elementos para o funcionamento do</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						rastreamento da frota via GPS, bem como disponibilização à Transporte Urbano do DF - DFTrans de informações em tempo real das linhas, itinerários e informações gerenciais em formato adequado para sua utilização pelo órgão. Desse modo, atualmente conta-se com os dados de GPS das cinco operadoras, estando prevista para o próximo ano a inserção de todos dados no referido aplicativo. Para além de alimentar a base de dados do +Ônibus, as informações de GPS da frota do STPC cumpre o importante objetivo de viabilizar o monitoramento da operação pela DFTrans, tarefa que está em fase de teste. Em 25 de outubro de 2018, havia 2000 veículos sob o monitoramento da autarquia. O aplicativo +Ônibus funcionou em fase de teste até o final do ano
6216	1	3	Elaboração de Termos de Referência e realização de licitações para a implantação de 500 novos abrigos e revitalização dos 700 abrigos existentes (DFTRANS). <i>(Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	26204	50	2017 Em 2017, foi: i) dada continuidade ao certame para contratação de empresa especializada na fabricação, fornecimento e instalação de abrigos de passageiros tipo C Pré-moldado iniciado em 2016 conforme Processo 0098.001.218/2016; ii) elaborado Termo de Referência e publicado o Edital do Pregão Eletrônico por SRP nº 001/2017; iii) determinada suspensão pelo Tribunal de Contas do DF até deliberação posterior com a finalidade de adoção de medidas sanatórias das impropriedades identificadas. 2018 Em 2018, foi: i) dado continuidade ao Pregão Eletrônico nº 01/2017 - SRP e conforme homologação e adjudicação, foram celebrados contratos para a fabricação, fornecimento e instalação de abrigos de passageiros tipo C pré-moldado em paradas de ônibus do Sistema de Transporte Público Coletivo em diferentes pontos do Distrito Federal. Esses contratos foram responsáveis pela implementação de 346 abrigos em diversas regiões do Distrito Federal conforme Processo nº 0098-001218/2016.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

2016/2018

SEMOB

A Secretaria de Estado de Mobilidade e suas vinculadas (DFTRANS, DER, Metrô e TCB) têm se comprometido em promover a atratividade dos modos de transporte público coletivo e incentivar a qualidade do deslocamento não motorizado de pessoas.

Lançado em maio de 2016, o "Circula Brasília", primeiro programa estruturante de mobilidade do Distrito Federal, prioriza investimentos para os meios de transporte coletivo e os não motorizados, tendo como objetivo a integração multimodal, o desenvolvimento sustentável, a melhoria na prestação dos serviços e, conseqüentemente, na qualidade de vida da população de Brasília. O Programa tem como objetivo atender à expectativa de mudar o transporte no DF, fazendo com que as pessoas deixem o carro na garagem e se desloquem por outros meios, como ônibus, metrô, bicicleta e a pé. Segundo levantamento da Secretaria de Mobilidade do ano de 2005 a 2015, a frota de veículos no DF aumentou 99,63%, chegando a 1.649.563 unidades.

Com o intuito de promover a atratividade da mobilidade sustentável à sociedade e usuários do transporte público coletivo, o Circula Brasília foi planejado com vistas aos padrões de mobilidade multimodais integrados, já utilizados em algumas metrópoles do país.

Para que este Programa fosse viável, as ações traçadas dentro do PPA foram subdivididas entre todos os órgãos vinculados à Secretaria de Mobilidade (DFTRANS, DER, Metrô e TCB). Estes receberem metas, indicadores, e Projetos específicos para contemplarem o Programa por completo, entrega esta que tange o objetivo específico aqui avaliado.

O Circula Brasília pactuou construções e melhorias no sistema viário urbano e rodoviário do Distrito Federal, com o estabelecimento de vias exclusivas para ônibus, construção de terminais nos principais pontos de transferência de passageiros de transporte público coletivo, implementação de bilhetagem automática e um amplo conjunto de ações no âmbito da gestão e do fortalecimento institucional do Sistema de Transporte Urbano do Distrito Federal.

Ações da Mobilidade

- Eixo Norte – Além do acompanhamento técnico do Projeto Executivo, sob responsabilidade do DER, a SEMOB definiu as diretrizes operacionais do ITS e acompanhou as definições do corredor exclusivo e do modelo operacional (definição de linhas troncais, alimentadoras e de ligação, especificação do perfil da frota operante, definição do sistema de controle operacional e informação ao público e da infraestrutura de apoio, terminais e estações).

- Eixo Sudoeste – Além do acompanhamento técnico do Projeto Executivo, sob responsabilidade do DER, a SEMOB acompanhou as definições operacionais, que contemplam corredor exclusivo e modelo operacional (definição de linhas troncais, alimentadoras e de ligação, especificação do perfil da frota operante, definição do sistema de controle operacional e informação ao público e da infraestrutura de apoio, terminais e estações).

- BRT Sul – Para a melhoria da operação do BRT-Sul, a SEMOB realizou visita técnica aos terminais do Gama e Santa Maria, com pesquisa operacional neste último. Buscou-se dar maior fluidez à circulação de ônibus e à organização de filas.

- Eixo Oeste – Em 2016 a SEMOB analisou proposta técnica apresentada por empresa operadora da Bacia 4 para adequação de pontos de parada do corredor da EPTG, visando à operação com veículos com porta à direita. O posicionamento defendido, no entanto, foi de manutenção da proposta original, com veículos com porta à esquerda, o que demanda apenas adequação dos veículos, frente à complexa e onerosa adequação dos pontos de parada.

- A Secretaria também definiu diretrizes, junto à SINESP, quanto a obras de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização na via de ligação da Avenida Hélio Prates à Avenida Principal do Sol Nascente, parte do Eixo Oeste.

- BRT Aeroporto – Em consonância com o importante empreendimento que se dará no sítio aeroportuário de Brasília, a SEMOB definiu a solução de mobilidade urbana para o aeroporto. Utilizando a tecnologia BRT, logrou-se encontrar uma alternativa de impacto ambiental insignificante e de baixo custo.

- Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV. No âmbito da Comissão Permanente interinstitucional, coordenada pela SEGETH, a SEMOB participou da elaboração de minuta do Termo de Referência, dos seguintes empreendimentos: Praça Capital/DF; Túnel e *Boulevard* na Avenida Central de Taguatinga; e Projeto de Parcelamento de Solo para área localizada na Região Administrativa de Sobradinho RAV, Paranoazinho.

- Através do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal – PTU/DF, e visando à compensação ambiental em atendimento às demandas dos órgãos de fiscalização ambiental relativas às obras dos terminais de ônibus, e em cumprimento ao Termo de Compromisso de Compensação Florestal Nº 100.000.005/2012-IBRAM e ao PGAS/ RAAE (Relatório de Avaliação Ambiental Estratégica), foi realizado o plantio de 67.164 mudas de espécies nativas do cerrado no Jardim Botânico de Brasília, de um total de 87.885 mudas previstas, conforme contrato nº 01/2015 – SEMOB, em andamento. Como componente de Custos Diretos do PTU/DF, foi concluído em 2016 o processo de contratação de serviços de “Elaboração de Projeto Executivo e Construção das Passarelas nº 6 e 7 na DF-095 (EPCL) e Passarela nº 4 na DF-003 (EPIA)”, com a assinatura do contrato nº 08/2016-SEMOB em dezembro/2016.

- Em 2016 a SEMOB, por meio da Junta de Recursos de Infrações – JARI, responsável pelo julgamento de recursos administrativos atinentes à aplicação de penalidades por infrações à legislação do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF, bem como dos serviços de táxi e mototáxi do DF, realizou análise e julgamento de 2.315 (dois mil, trezentos e quinze) processos relativos a recursos e infrações, sendo 153 (cento e cinquenta e três) processos referentes a operadores de táxi e 2.162 (dois mil, cento e sessenta e dois) processos referentes ao Sistema de Transporte Público Coletivo – STPC.

Para uma melhoria constante do transporte coletivo no DF, ao longo do ano de 2016, principalmente por meio do direcionamento e acompanhamento dos projetos e obras à SEMOB avançou seu Planejamento com grandes obras de infraestrutura, como as relacionadas aos corredores de ônibus (Expressos) e alterações na operação.

Até o fim do ano de 2016, nove terminais rodoviários (sendo 7 reformados e 2 novos) foram entregues à população. Esses projetos foram financiados com recursos provenientes com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Com finalidade de melhorar as condições de mobilidade e acessibilidade da população do DF, aumentando a integração entre os núcleos urbanos locais, em 2016, o pacote de entregas das obras de construção e de reforma nos terminais rodoviários incluiu 2 (duas) novas unidades (em operação no Recanto das Emas I, Recanto das Emas II) e 7 (sete) reformados, nas

seguintes cidades: Guará II, Paranoá, Guará I, Cruzeiro Novo, Taguatinga Sul, P Sul (Ceilândia) e M Norte (Taguatinga). Adicionalmente, em 2017, a conclusão da execução da obra de reforma do terminal do Núcleo Bandeirante e dos novos terminais de Samambaia Norte e Samambaia Sul. A obra do terminal de Planaltina está em andamento (23%) e tem previsão de entrega para 2017.

Estrategicamente, pode-se analisar que dentro do objetivo específico planejado para 2016-2019 que compõe a promoção da atratividade dos modais e serviços especiais, através do uso do transporte público e incentivar a qualidade do deslocamento não motorizado de pessoas, a mobilidade urbana do DF surge como um novo desafio às políticas públicas e urbanas, em um cenário de constante desenvolvimento social e econômico do país.

Com as crescentes taxas de urbanização, afetadas pelo aumento expressivo da motorização individual (automóveis e motocicletas), torna-se um desafio esta realidade para o planejamento de mobilidade urbana. Em outras palavras, o padrão de mobilidade centrado no transporte motorizado individual mostra-se insustentável, tanto no que se refere à proteção ambiental quanto no atendimento das necessidades de deslocamento que caracterizam a vida urbana. A resposta tradicional aos problemas de congestionamento, por meio do aumento da capacidade viária, estimula o uso do carro e gera novos congestionamentos, além dos impactos ambientais com a da degradação da qualidade do ar, aquecimento global e comprometimento da qualidade de vida nas cidades como um todo.

A Secretaria de Mobilidade pode contextualizar através de suas ações e projetos entregues resultados positivos que contribuíram para a melhoria das políticas públicas, gestão da infraestrutura, aqui mencionadas, realizou mudanças profundas nos padrões tradicionais de mobilidade, na perspectiva de uma cidade mais sustentável, atendendo não só aos objetivos traçados dentro de um Plano mas à Lei Federal nº 12.587 de 2012, que trata da Política Nacional de Mobilidade Urbana e contém princípios, diretrizes e instrumentos fundamentais para o processo transitório de meios de transportes não motorizados sobre os motorizados. E ainda, dos serviços de transporte público coletivo sobre o transporte individual motorizado, com vistas à integração entre os modos e serviços de transporte urbano.

Norteadas pelo primeiro programa estruturante de mobilidade do Distrito Federal, o “Circula Brasília”, lançado em maio de 2016, a Semob seguiu com a priorização de investimentos para os meios de transporte coletivo e os não motorizados, tendo como objetivo a integração multimodal, o desenvolvimento sustentável, a melhoria na prestação dos serviços e, consequentemente, na qualidade de vida da população de Brasília.

Em 2017, destacaram-se as ações de modernização do transporte público coletivo no DF. Esforços intensivos foram aplicados no aperfeiçoamento do Sistema de Bilhetagem Automática, não somente em aspectos tecnológicos, mas também quanto à estrutura de regulação. O principal marco desse processo foi o lançamento do Bilhete Único – BU, no dia 25 de setembro de 2017, apenas alguns meses após o Decreto nº 38.010, de 15 de fevereiro de 2017, que estabeleceu o Regulamento do Sistema de Bilhetagem Automática e do Sistema Inteligente de Transportes do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal. O Bilhete Único permite ao usuário do transporte público coletivo a utilização de apenas um cartão, “Bilhete Único”, no ônibus e no metrô, de forma integrada. Junto ao BU foi lançado ainda o serviço de recarga de cartões pela internet e elevado o número de postos para emissão de cartões, que passaram de 6 (seis) para 33 (trinta e três).

Como parte das entregas que compõem o Circula Brasília, o primeiro ônibus 100% elétrico do Distrito Federal entrará em operação em 2018, no Sistema de Transporte Público do Distrito Federal, que já conta com nove ônibus movidos a biodiesel B-20.

Também foi implantada a Biometria Facial, por meio da instalação de câmeras de reconhecimento no interior dos ônibus, tendo em vista a necessidade de coibir as fraudes no uso da gratuidade concedida aos cartões de Pessoa com Deficiência – PCD e do Passe Livre Estudantil – PLE. Em dezembro de 2017, havia 1400 veículos com a nova tecnologia implantada, cerca de 50% da frota.

Atendendo a anseio histórico da população usuária do transporte público, em 2017, foi desenvolvida a plataforma informatizada que permite ao passageiro consultar os horários dos ônibus em tempo real e traçar destinos, por meio do aplicativo “+ Ônibus”, lançado em 31 de janeiro de 2018. A posição dos veículos é monitorada por GPS. O +Ônibus Brasília também possibilita acesso à localização dos pontos de coletivos e às linhas existentes em todo o DF, com a previsão das próximas viagens.

Ainda, visando às ações de melhoria no transporte público coletivo, como solução de mobilidade urbana para o aeroporto, o sistema viário passará a ter um tratamento prioritário para o transporte coletivo, com a integração com o metrô e BRT.

Como parte das melhorias no transporte coletivo, foram inaugurados 2 novos terminais de ônibus urbano (em Samambaia Norte e em Samambaia Sul) e reformados outros dois (Terminal do Núcleo Bandeirante e de Planaltina).

Dando continuidade às ações da mobilidade urbana, reforçando a priorização do transporte coletivo sobre o privado, como preconizado na Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei Federal nº 12.587 de 2012), vale citar as manifestações desta Secretaria e de entidades vinculadas em defesa da prerrogativa de priorização dos ônibus no uso das faixas exclusivas no DF. Ainda quanto ao aperfeiçoamento do quadro legal regulador do transporte público, destaca-se a sanção de Lei Distrital nº 5.984, de 30 de agosto de 2017, que torna todos os assentos de ônibus e do Metrô prioritários para idosos, grávidas, mulheres com crianças de colo e pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. A medida, principalmente educativa, tem por objetivo incentivar valores de respeito e cidadania à população.

Foi iniciada a fase experimental da nova identidade visual do transporte público coletivo do DF, a qual foi aplicada a cerca de 100 veículos e rendeu à cidade de Brasília o 1º lugar no Concurso de Comunicação Visual e Pintura de Frotas realizado pela OTM Editora. O *layout* que chamou a atenção dos jurados utiliza o símbolo oficial da bandeira de Brasília e faz referência ao cruzamento entre o Eixo Monumental e o Eixo Rodoviário. Além disso, a identidade visual vencedora também representa as linhas nas quatro direções e usa as cores verde e amarelo que refletem a sustentabilidade.

Na vertente da fiscalização do transporte público, ação essencial ao melhoramento contínuo da prestação desse serviço, a Semob, por meio da Junta de Recursos de Infrações – JARI, unidade responsável pelo julgamento de recursos administrativos atinentes à aplicação de penalidades por infrações à legislação do STPC/DF, incluindo os serviços de táxi e mototáxi, realizou análise e julgamento de 3.158 processos relativos a recursos e infrações, sendo 9 processos referentes a operadores de táxi e 3.149 processos referentes ao STPC/DF.

As ações de modernização são importantes à ampliação da atratividade do transporte público, proporcionando melhores condições aos atuais usuários e ganhando a adesão de novos. Em 2017, a implementação das iniciativas acima referidas, lograram aproximar Brasília das referências de qualidade na prestação desse serviço.

Em 2018, a modernização do STPC/DF teve como marco a continuidade da programação referente ao Bilhete Único, lançado em 2017, de modo que, em 2018, foram disponibilizados para uso da população os cartões Melhor Idade, Criança Candanga, + Turista e Multifuncional (com esse último os cidadãos podem pagar as viagens no Sistema de Transporte Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF por meio de cartão de débito ou crédito com tecnologia sem contato), completando a família de 10 cartões desse sistema. Com essa melhoria, aliada à expansão da rede de postos de emissão e recarga de cartões ocorrida no último ano, houve redução em 5% da circulação de dinheiro em espécie no sistema - benefício para a segurança de passageiros e rodoviários, além de tornar o fluxo de usuários pela catraca dos ônibus mais célere.

Ademais, expandiu-se a tecnologia de biometria facial para a totalidade da frota das concessionárias do STPC/DF. Como resultado desse investimento, reduziu-se significativamente as fraudes que ocorriam com uso indevido dos cartões de usuários com direito a gratuidades. Das mais de 15 mil irregularidades identificadas, com consequente bloqueio do cartão, 86% foi realizado em 2018, evidenciando evolução da tarefa de fiscalização.

Outra frente importante da modernização do STPC/DF foi o lançamento da versão beta do aplicativo +Ônibus, que permite ao passageiro consultar os horários dos ônibus em tempo real e traçar destinos, além de possibilitar acesso à localização dos pontos de coletivos e às linhas existentes em todo o DF, com a previsão das próximas viagens.

Com relação ao Plano de Transporte Rural, foi criado um grupo de Trabalho criado pela SEMOB com a participação da TCB e DFTRANS, em 2017, que elaborou o Plano de Transporte Rural composto de um diagnóstico da situação atual do transporte complementar rural, levantamento das atuais linhas e demais dados operacionais, bem como a situação dos contratos. Foram elaboradas propostas de medidas de caráter técnico para a racionalização das linhas atuais e apresentadas alternativas para a continuidade da prestação dos serviços na área rural do DF. Em 2018, acatando recomendação do Grupo de Trabalho criado pela SEMOB, o DFTRANS vem implementando proposta contida no relatório final do GT, passando para as concessionárias que operam por área operacional as linhas que do Sistema Rural que já não possuem contratos válidos.

DER

Em 2017, o Departamento de Estradas de Rodagem tem envidado esforços para viabilizar a implantação dos corredores a fim de promover o transporte público coletivo mediante aumento de sua atratividade, segurança e conforto aos usuários de forma sustentável. Contudo, em razão de equipe reduzida de técnicos e a existência de outras prioridades de governo, o procedimento licitatório dos Subtrechos 3 e 4 foi tratado em reuniões semanais específicas com a participação de membros da SEMOB. Cabe salientar que existem impedimentos ambientais e administrativos que precisam ser resolvidos para viabilizar a licitação

Em 2018 os objetivos não foram alcançados por impedimentos técnicos, ambientais, orçamentários e de readequações de projetos, onde foram apontados trechos que futuramente poderão ser conectados, trazendo mais conforto e segurança, além de proporcionar uma melhor fluidez no trânsito dos trechos das rodovias onde estes diminuirão o número de veículos do transporte individual priorizando o de transporte de massa como o "BRT".

DFTRANS

Em 2017, houve ações buscando reformular a rede de transportes com ajustes continuados. Dentre as realizações, destacamos a eliminação de linhas redundantes, a criação de 70 (setenta) linhas de ônibus em regiões administrativas como Brazlândia, Ceilândia, Guará, Paranoá, Riacho Fundo II e Santa Maria, e cerca de 1.700 (mil e setecentos) intervenções no STPC/DF como ajustes de itinerários, horários e outros, baseadas nas demandas dos usuários para melhoria da qualidade da prestação de serviço em cada região administrativa. Assim como, a ampliação do Serviço Noturno de Transporte Público do DF (Corujão) mediante adequações de itinerários, exemplificando as linhas que operam de Taguatinga Norte para Águas Claras, além do Paranoá, Planaltina e Riacho Fundo II e o tronco alimentação, nos horários de entropico em Planaltina.

Estudos foram feitos para ajustes no Sistema de Transporte Rural. Em relação a estrutura física, foram inauguradas e entregues à população, em conjunto com a Secretaria de Estado de Mobilidade, 02 (duas) novas Estações do BRT (Vargem Bonita e Granja do ipê), de 02 (dois) Terminais Rodoviários situados nas regiões administrativas de Samambaia Norte e Samambaia Sul, e reforma dos Terminais do Núcleo Bandeirante e Planaltina, totalizando 44 (quarenta e quatro) terminais em operação. Como também, a implantação de 67 (sessenta e sete) placas de sinalização de ponto de ônibus, aumento de 191% em relação ao Exercício de 2016, implantação de 37 (trinta e sete) abrigos de passageiros de ônibus, aumento de 37% em relação a 2016 e a construção de 50 (cinquenta) baias/recuo para parada de ônibus.

Foram elaborados materiais gráficos juntamente com a Secretaria de Publicidade para informação, divulgação e campanhas educativas para conscientizar os usuários sobre as práticas de boas maneiras no uso do transporte coletivo. O DFTRANS foi o órgão mais demandado do Distrito Federal no ano de 2017, respondendo por 19% de todas as manifestações de Ouvidoria registradas no sistema OUV-DF, sendo o assunto "Cartão Estudante - Passe Livre Estudantil – SBA" o mais manifestado no âmbito desta Autarquia. Tentou-se resolver as ocorrências da melhor maneira possível, no qual segundo a percepção do cidadão, a Ouvidoria deste DFTRANS ficou entre as três ouvidorias mais elogiadas em 2017. Esse cenário de elogio pela melhora na prestação do serviço público foi refletido em dois prêmios recebidos: Prêmio destinado ao Projeto Ciclo de Palestras para Instituições de Ensino, e o prêmio por resolutividade.

Houve o início do projeto Ouvidoria Itinerante, com encontros sempre no último sábado de cada mês, tendo sua inauguração em 24/03/2017. Nesse primeiro encontro, foram atendidas, das 08h às 14h, em torno de 90 pessoas em busca de informações/esclarecimentos acerca dos serviços e benefícios ofertados e/ou mantidos pelo DFTRANS. As dificuldades encontradas para alcance do objetivo se deram ao fato do número reduzido de servidores, da não aquisição de ferramentas de ponto para a gestão em si, na falta de informações das áreas técnicas relacionadas a macro decisões do sistema (concentração de ações e informações na alta cúpula), assimetria de informações entre operadores e DFTRANS e pela não implantação do rastreamento da frota.

Em 2018 foram realizadas diversas atividades objetivando a reformulação da Rede de Transportes mediante a criação e reativação de mais de 50 linhas em diversas regiões administrativas como Planaltina, Vicente Pires, Ceilândia, Santa Maria, Recanto das Emas, Águas Claras, Paranoá dentre outras. Além da inauguração e operacionalização de duas estações do BRT - Catetinho e Park Way.

A Portaria Conjunta nº 01, de 11 de junho de 2018, com a Secretaria de Estado de Educação do DF dispôs sobre a distribuição e entrega dos cartões do Passe Livre Estudantil dos alunos da Rede Pública de Ensino que passaram a receber o cartão +Estudante diretamente nas escolas.

Foi realizado acordo com a Defensoria Pública para atendimentos de pessoas com deficiência que buscam ajuda jurídica por encontrar dificuldades no processo de concessão do benefício.

Iniciados os procedimentos para viabilizar a contratação de empresas especializadas na prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva para o atendimento dos terminais rodoviários (00098-00005014/2018-14) e para a Rodoviária de Brasília (00112-00019717/2018-22). A contratação para os terminais está em fase de elaboração do termo de referência pela NOVACAP.

Em se tratando de manifestações por parte da população, a Autarquia foi o órgão mais demandado do GDF, respondendo por 21% de todas as solicitações por meio da Ouvidoria (OUV-DF), sendo destaque o assunto "Cartão Estudante - Passe Livre Estudantil - SBA". Foram recebidas mais de 35.800 manifestações e as demandas classificadas pelo cidadão como resolvidas foram de 57%. No entanto, segundo a percepção do cidadão, uma das quatro ouvidorias mais elogiadas em 2018, fato refletido através do recebimento dos prêmios do Projeto CICLO DE PALESTRAS NAS REGIONAIS DE ENSINO DO DF e o prêmio por RESOLUTIVIDADE das demandas dos usuários do STPC/DF.

Buscou-se a aproximação com o usuário através do Projeto Ouvidoria Itinerante para suprir a busca de informações e propiciar esclarecimentos acerca dos serviços e benefícios ofertados, assim como, a realização de ciclos de palestras sobre o Passe Livre Estudantil nas 14 regionais de ensino do DF com a presença dos representantes (coordenadores/secretários/professores) das respectivas escolas dos Ensinos Fundamental e Médio.

METRÔ

Índice De Satisfação Do Usuário: em 2017, foi mensurado por meio de pesquisa feita com empresa especializada, contratada para o devido fim, mediante entrevista individual junto aos usuários do METRÔ-DF para avaliação do nível de satisfação dos serviços prestados, caracterização socioeconômica e, ainda, avaliar itens identificados pelas áreas técnicas. O relatório conclusivo (diagnóstico) da pesquisa identifica, de forma geral, o nível de satisfação dos usuários, com o objetivo de fornecer subsídios para o desenvolvimento de estudos, projetos e ações que visem atender as demandas e a melhoria do sistema metroferroviário, identificando atributos - Bilheteria, Infraestrutura e serviços nas estações e trens e serviços de transporte.

Em 2017, 65,65% dos usuários do metrô utilizaram o sistema diariamente, contra 57,18% que manifestaram a mesma opinião em 2016. O posicionamento das estações permite que 63,63% dos passageiros cheguem a elas a pé. Outros 25,21% utilizam o ônibus, o segundo meio mais utilizado. Houve pouca variação em relação a 2017. A bicicleta é utilizada por menos de 1,5% dos brasilienses. Observa-se que mesmo com a implantação do Bilhete Único em setembro de 2016 a movimentação da utilização do ônibus para se chegar ao metrô caiu dois pontos percentuais: de 27,03% em 2016 para 24,88% em 2017. Para 78,57% dos brasilienses usuários do METRÔ-DF, o atual horário de pico, com 24 trens, (das 6h às 08h45 e das 16h45 às 19h45) atende as suas necessidades.

Em 2017, a apresentação pessoal dos empregados nas estações foi satisfatória para 96,05% dos entrevistados e o atendimento prestado alcança 82,82% de satisfação. Ambos os atributos têm menos de 4% de insatisfação. A pesquisa revela ainda que 5,60% foram vítimas ou já presenciaram algum furto ou roubo dentro do metrô, o que explica os 5,40% de insatisfação com seu sistema de segurança, que é aprovado por 69,85% dos passageiros.

No que se refere à fiscalização com ambulantes e pedintes, em 2017, o nível de satisfação alcança 38,61%. Outros 25% consideram regular e 21,03% estão insatisfeitos.

O número de pessoas que já presenciou ou necessitou de atendimento em primeiros socorros é alto. Ao todo, 17,12% dos entrevistados disseram já ter necessitado ou presenciado alguma ação de primeiros socorros. O serviço teve aprovação de 87,31% e rejeição de 3,47%.

Após análise de todos os atributos, os usuários do metrô são convidados a oferecer uma nota final ao serviço prestado pela companhia à população do Distrito Federal. Ao responder à pergunta, "de uma maneira geral, qual nota de 1 a 10, você dá para o serviço prestado pelo METRÔ-DF?", os usuários deram-lhe nota média 7,62, o que representa 83,37% de aprovação. Um total de 38,41% os entrevistados deram nota 8 e 21,26% notas 9 e 10.

Além de traçar o perfil de usuários do Metrô-DF e seus hábitos de viagem, a pesquisa de avaliação dos serviços prestados tem como objetivo identificar o grau de satisfação com os serviços oferecidos pela Companhia por meio de seus diversos atributos. Após análise dos dados coletados nas entrevistas, houve destaque para itens questionados, como "A fiscalização do vagão exclusivo para mulheres" que foi aprovada por 57,8% dos entrevistados e 5,6% de rejeição e a fiscalização de ambulantes e pedintes é aprovada por 47,4%, rejeitada por 16,2% dos entrevistados e 30,2% são neutros neste atributo.

A apresentação pessoal dos funcionários nas estações é satisfatória para 98,4% dos entrevistados e o atendimento prestado obteve 88,8% de aprovação.

Ainda em relação aos resultados, 4,3% foram vítimas ou já presenciaram algum furto ou roubo dentro do Metrô-DF, o que pode explicar os 2,3% de rejeição dos usuários com o sistema de segurança, que é aprovado por 82,4% dos usuários. Os entrevistados que já presenciaram ou necessitaram de atendimento em primeiros socorros foi de 11,9%, deste total, que aprovaram o serviço foi 79,1% e rejeitaram foi de 8,3%.

A ampliação do horário operacional aos domingos e feriados continua sendo o item que mais se espera que seja realizado no Metrô-DF, apontado por 27,4% dos usuários, que gostariam também que comércios e serviços como Farmácia, Lanchonete, Conveniência, Lotéricas e postos do "Na Hora" sejam disponibilizados nas dependências de nossas estações.

Após análise de todos os atributos, os usuários do metrô são convidados a oferecer uma nota final ao serviço prestado pela companhia à população do Distrito Federal. Ao responder à pergunta, "de uma maneira geral, qual a nota de 1 a 10, você dá para o serviço prestado pelo Metrô-DF?", a nota média de 7,8 com 1,2 desvio padrão.

Pela nota final avaliada pelos entrevistados é possível identificar 87,9% de satisfação com o serviço prestado pelo Metrô-DF em 2018. Dos entrevistados 23,6% avaliaram com notas 9 e 10 o serviço prestado pelo Metrô-DF, e 38,8% avaliaram com nota 8. Percebemos uma melhora na avaliação dos nossos usuários em 4,5 pontos percentuais em relação ao ano de 2017, onde a satisfação geral estava em 83,4%, se aproximando mais da nossa meta de atingir o nível de satisfação em 90%, conforme estipulado para este indicador.

TCB

Os estudos para implantação do Serviço Especial para Pessoas com Deficiência, previsto no Programa Mão na Roda criado pela Lei nº 4.317, de 9 de abril de 2009, compõe o processo nº 095.000.759/2017. O programa denominado " Mais Acessível" será um Serviço de Transporte Complementar do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF, e terá a finalidade de possibilitar o deslocamento de pessoas portadoras de deficiência com comprometimento severo de mobilidade temporária ou permanente, que não tenham condições de utilizar o transporte público convencional. O Serviço irá compreender trajetos regulares ou esporádicos no âmbito do Distrito Federal, com características e equipamentos diferenciados dos demais serviços de transportes do STPC/DF, bem como atenderá a uma coletividade específica de usuários.

Para criação do Serviço Mais Acessível, a TCB preparou uma minuta de Decreto, objeto do processo 095.000.759/2017, que está tramitando junto à Casa Civil, SEPLAG - Governança e SEMOB, para instrução. Recentemente, foi solicitada pela SEPLAG - Governança à SEMOB a instrução do processo quanto às seguintes questões: a) Estimativa do impacto financeiro no exercício de 2018, 2019 e 2020 e suas respectivas metodologias de cálculo utilizadas; b) A compatibilidade do aumento de despesas com a Lei de Diretrizes Orçamentárias; e c) Informação da fonte de financiamento da despesa para os exercícios de 2018, 2019 e 2020.

Em razão de a TCB não possuir recursos orçamentários/financeiros para cobertura da despesa neste exercício e nos subsequentes, a Empresa aguarda a liberação dos recursos por parte da SEMOB. É importante ressaltar que somente após a publicação do Decreto de criação do Serviço Mais Acessível e da aprovação da sua Regulamentação, a TCB iniciará o processo de cadastramento dos potenciais usuários do serviço. Após, o cadastramento, com a ajuda de um software específico a empresa elaborará a roteirização do atendimento, a fim de verificar se será possível atender a 100% das pessoas cadastradas até 2019, em conformidade com a disponibilidade de recursos orçamentários alocados no projeto. Registre-se que em virtude da escassez de motoristas à disposição da TCB e por não possuir os veículos adaptados, a empresa deverá licitar empresa especializada para prestar o serviço, com fornecimento da mão de obra e veículos específicos. Com o propósito de agilizar a implantação do Serviço Mais Acessível, a TCB já elaborou minutas do Regulamento do Serviço e da Especificação completa dos veículos. Os trabalhos relativos à preparação das minutas dos termos de referência para contratação do Sistema Informatizado e da prestadora do serviço estão em fase de conclusão.

A respeito da implantação do Serviço Mais Acessível e complementando as informações mencionadas anteriormente, a TCB encaminhou o processo de nº 095.000.759/2017, com minuta de decreto para criação do Serviço. No entanto, no decorrer do exercício de 2018, os autos foram tramitados no âmbito da Governança/DF e da Secretaria de Estado de Mobilidade do DF sem alcançar o objetivo desejado. Conforme manifestação da Coordenação de Orçamento, Finanças e Contratos da SEMOB, despacho SEI 6937078, foi informado o seguinte: "Diante da solicitação constante do Despacho SEI-GDF SEMOB/SUAG, de 10 de abril de 2018, (6876014), informamos que consta da Proposta Orçamentária, (6931844), bem como do Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD, (6937052), na Ação 26.782.6217.1142.0006 - Aquisição de Veículos - Implantação de Projeto de Transporte Solidário Mais Acessibilidade - Distrito Federal, o valor total de R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais). Contudo, durante a revisão da Lei Orçamentária Anual - LOA nº 6.060, de 29 de dezembro de 2017, o valor total para custear às despesas com a presente demanda foi alterado para R\$ 3.560.040,00 (três milhões, quinhentos e sessenta mil e quarenta reais). Deste valor só temos disponível hoje o saldo de R\$ 39.960,00 (trinta e nove mil, novecentos e sessenta reais), a diferença do crédito orçamentário encontra-se bloqueada pela Subsecretaria de Orçamento Público - SUOP/SEPLAG. Cumpre destacar que por se tratar de Ação

proveniente de Emenda Parlamentar Individual, conforme especificação do Identificador nº 6, faz-se necessária a autorização formal do autor da EPI, conforme Lei 5.950, de 02 de agosto de 2017, e demais tramites elencados na Nota Técnica 83 (57144430). " Em seguida, os autos foram instruídos pelo Subsecretário de Administração Geral da SEMOB, SEI 7011977, ressaltando que a despesa poderia ser por Emenda Parlamentar Individual. Porém, o processo não teve seguimento no âmbito da SEMOB, e não houve decisão para edição do citado Decreto. No início da nova gestão da TCB em 2019, o Diretor Presidente da empresa solicitou ao Sr. Secretário da SEMOB o andamento do processo, para que seja editado o decreto de criação do Serviço. Registre-se, ainda, que no Orçamento da TCB, aprovado para este exercício de 2019, foi criado o Programa de Trabalho nº 26.782.6216.3128.0002 – Implantação do Projeto Mais Acessível – TCB – Distrito Federal, destinando a importância de R\$ 4.850.000,00 (quatro milhões e oitocentos e cinquenta mil reais), conforme Quadro Detalhamento de Despesa da TCB - QDD, SEI 19514923. No tocante à preparação das minutas da regulamentação do serviço e dos termos de referência, a TCB já elaborou tais documentos, porém, aguarda a aprovação do decreto para, se for o caso, promover os ajustes necessários.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

002 PROMOÇÃO DA MOBILIDADE ATIVA: Incentivar e promover a qualidade dos deslocamentos pelos modos ativos de transporte (*Objetivo alterado, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6.060, de 29/12/17*)

UNIDADES RESPONSÁVEIS PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

26.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL – SEMOB

26.205 – DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM – DER

26.206 – COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL – METRÔ

28.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO - SEGETH

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	2	1	Revisar e ampliar o plano cicloviário; (SEMOB) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	33	X	X	X	X
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	2	2	Elaborar o Plano de Mobilidade a pé; (SEMOB) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	33	X	X	X	X
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	2	3	Instalar paraciclos em terminais rodoviários; (SEMOB) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	48,38	58	58		58,0
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	2	4	Implantar 150 km de infraestrutura cicloviária em vias urbanas do DF; (SEMOB) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	150	KM	ACUM	MAIOR, MELHOR	7,22	X	X	X	X
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	2	5	Implantar 120 km de infraestrutura cicloviária em rodovias no DF; (SEMOB) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	120	KM	ACUM	MAIOR, MELHOR	1,48	X	X	X	X
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	2	6	Elaborar 30 projetos de rotas acessíveis no DF; (SEGETH) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	30	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	9	24	58		193,3
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	2	7	Implantar sistemas de bicicleta compartilhada em mais 3 cidades do DF; (SEMOB) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	>3	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	1		33,3
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	2	8	Modernizar a acessibilidade em 12 estações do Metrô (Metrô) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	12	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	1	6	6		50,0

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
	SUSTENTÁVEL												
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	2	9	Elaborar o Plano de Mobilidade Ativa (SEMOB). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	35	100		100,0
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	2	10	Implantar 217 km de infraestrutura cicloviária em vias urbanas e rodovias do DF (SEMOB/ DER/SEGETH) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	217	KM	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	25,1	31,2		14,4

Análise Qualitativa

1. Revisar e ampliar o plano cicloviário (SEMOB). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

A Secretaria de Estado e Mobilidade vem trabalhando no intuito de ampliar a Infraestrutura cicloviária para todo o Distrito Federal e integrar a bicicleta ao sistema de transporte coletivo, bem como estabelecer formalmente as diretrizes dessa política pública, gerando inclusão social e propiciando acesso à cidade à população. Assim, concluiu-se, em 2016, a minuta do Projeto de Lei que formalizará a Política de Ciclomobilidade do Distrito Federal, incorporando todos os conceitos atuais de infraestruturas cicloviárias e prevendo o Plano de Ciclomobilidade como o instrumento para sua efetivação. Será a primeira Lei no campo da ciclomobilidade elaborada pelo Poder Executivo. A ação preparatória incluiu a elaboração de pesquisa junto à sociedade através de questionário via internet, com o objetivo de buscar sugestões que embasassem a minuta do Projeto de Lei, a qual será submetida à consulta pública posteriormente. Vale destacar, ainda, a elaboração de minuta de Decreto para instituição do Projeto Zona 30, que regulamenta a delimitação de ruas compartilhadas entre carros e bicicletas com velocidade máxima permitida de 30km/h, com prioridade para a bicicleta.

No âmbito do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal (Contrato de Empréstimo BID – 1957/OC-BR), encontra-se em processo de licitação a contratação de consultoria para Elaboração de Estudos Técnicos de Avaliação, Readequação e Projeção das Ciclovias Implantadas no DF. Os produtos previstos incluem: Planejamento Global, Levantamento de Campo – Diagnóstico por RA; Reanálise dos Projetos - Proposta de Readequação e Definição de Novos Projetos; Projetos Executivos de Readequação e de Novos Trechos de Ciclovias; e Relatório Final. O início dos serviços está previsto para o 1º semestre/2017, com tempo de execução de 120 dias.

2. Elaborar o Plano de Mobilidade a pé (SEMOB). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Foi elaborada a Minuta de Projeto de Lei para instituir a Política de Mobilidade a Pé no DF. Tal qual a política de ciclomobilidade, a ação preparatória incluiu o desenvolvimento de questionário para pesquisa via internet, com o objetivo de buscar sugestões para embasar texto final da minuta do Projeto de Lei. Ademais, no âmbito do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal (Contrato de Empréstimo BID – 1957/OC-BR), encontra-se em processo de licitação a contratação de consultoria especializada para elaboração de Diretrizes para o Plano de Mobilidade de Pedestres do DF. Os produtos previstos incluem: Plano de Trabalho; Diagnóstico; Relatório de Trabalho; e Documento de Referência para a Política de Mobilidade para Pedestres no DF. O início dos serviços está previsto para o 1º semestre/2017, com tempo de execução de 120 dias.

3. Instalar paraciclos em todas as estações de metrô e terminais rodoviários (SEMOB). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Foram instalados paraciclos em 15 dos 31 terminais rodoviários existentes. No entanto, em 2017, a SEMOB pretende ampliar essa meta, para a instalação de paraciclos em diversos pontos da cidade.

No que se refere aos paraciclos no Metrô, em virtude de recessão orçamentária, não foi possível implementar as medidas planejadas na sua integralidade. Destaca-se que na Carta de Serviços ao Cidadão do METRÔ-DF, pág. 20 - Paraciclos (bicicletários) - Ciclistas que desejam complementar o trajeto com o metrô podem estacionar suas bicicletas nos paraciclos localizados próximos às estações. O usuário deve utilizar dispositivos de proteção contra furtos, pois o Metrô não se responsabiliza por furtos de bicicletas nos paraciclos. Cabe destacar a existência de bicicletários em 10 Estações como segue: 102 Sul, 112 Sul, Guará, Ceilândia Sul, Guariroba, Ceilândia Centro, Ceilândia Norte, Ceilândia, Samambaia Sul e Samambaia.

2017

Dando prosseguimento às implementações de 2016, foram instalados paraciclos em mais 3 terminais rodoviários no ano de 2017: Núcleo Bandeirante, Samambaia Norte e Samambaia Sul. Assim, somados aos 15 terminais contemplados com paraciclos em 2016, o DF chegou ao fim de 2017 com 18 terminais rodoviários equipados com paraciclos.

2018

Foram desenvolvidas atividades para viabilizar a implantação de paraciclos em todo o Distrito Federal. Dentre elas, destaca-se o mapeamento de 1.000 pontos para instalação dos 3.000 paraciclos previstos.

4. Implantar 150 km de infraestrutura cicloviária em vias urbanas do DF. (SEMOB) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

A ciclovia é a mais importante infraestrutura de circulação para as bicicletas nas áreas urbanas, sendo constituída de estrutura totalmente segregada do tráfego motorizado e, portanto, é a via que apresenta o maior nível de segurança e conforto aos ciclistas. A ciclovia é parte de um sistema cicloviário que consiste em uma rede integrada composta por diversos elementos com características que atendam o usuário da bicicleta em seus deslocamentos em áreas urbanas, especialmente em termos de segurança e conforto. Em 2016, foi revisado o Plano de ciclomobilidade do DF, objetivando estabelecer novas diretrizes e prioridades no desenvolvimento de projetos e investimentos de infraestrutura cicloviária no Distrito Federal. Além dos planos de mobilidade, está em fase de contratação um estudo para elaboração de um diagnóstico da malha cicloviária existente no Distrito Federal, que deverá apontar suas deficiências e propor melhorias na malha cicloviária existente. Como exemplo de entrega citamos que, em 2016, a Região Administrativa de Águas Claras recebeu 7,2 km de ciclofaixa, infraestrutura que estimula o desenvolvimento de uma cultura voltada para o transporte sustentável. Esta RA apresentou um índice de 0,58% de pessoas que se locomovem até o trabalho de bicicleta, após a implantação desta infraestrutura, estima-se que esse índice aumente.

5. Implantar 120 km de infraestrutura cicloviária em rodovias no DF (SEMOB). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

No caso específico das rodovias, O Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF é o órgão executivo rodoviário de trânsito do Distrito Federal responsável pelo Sistema Rodoviário do DF (SRDF) e tem como uma de suas finalidades construir, manter, conservar, operar e fiscalizar as vias do SRDF e respectivas faixas de domínio. Atualmente verifica-se que aproximadamente 1913 km de rodovias são mantidos pelos cinco Distritos Rodoviários (DER), hoje existentes. Como entrega, em 2016, de ciclovias em rodovias citamos 1,48 km na Vila Basevi (Sobradinho). O Projeto Cicloviário do Distrito Federal objetiva, por meio da implantação de ciclovias, a redução do trânsito de veículos promovendo melhoria na qualidade de vida dos cidadãos e tornando a cidade mais sustentável.

A fim de alcançar a meta de 120 km de infraestrutura cicloviária em rodovias do DF, o DER implantou em 2016, 4 km de espaço cicloviário na DF-035 entre a Estrada Parque Dom Bosco e a DF-001, próximo à Escola de Administração Fazendária (Esaf) e está em andamento mais de 3,852 Km de ciclovia na VC-533, no trecho compreendido entre o seu entroncamento com as rodovias BR-080/251/DF-180 e a divisa com o estado de Goiás (acesso ao Núcleo Rural Padre Lúcio). Espaço cicloviário executado em 2016 na VC-533 – 3,4km. Neste mês de abril o DER/DF inicia, por meio das empresas licitadas, a obra de implantação de 23,566 km de Ciclovia na DF-085 (EPTG), no trecho: entroncamento da Rodovia DF-003 (EPIA) ao entroncamento da Rodovia DF-001 (EPCT) – Pistão Sul/Norte. Inicia ainda a elaboração de Projeto Executivo de Engenharia para execução da pavimentação de vias de acesso às Escolas Rurais “ Caminho das Escolas” (várias Rodovias Distritais e Vicinais do SRDF) - Lote 1 e 2 beneficiando 28 escolas rurais contemplando as rodovias Distritais - 108,70 Km; Estradas Vicinais - 64,80 Km; Vias Locais - 45,75 Km e totalizará

219,25 Km de vias e espaço cicloviário; e a construção de ciclovia na rodovia DF-290 Trecho: entroncamento de acesso ao Gama, entroncamento com a rodovia BR-040/BR-05), extensão de 8,90Km; ciclovia do Lago Oeste com 12,5km, além das ciclovias que estão contempladas nas obras do Trevo de Triagem Norte e na Ligação Torto Colorado.

6. Elaborar 30 projetos de rotas acessíveis no DF (SEGETH). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

De acordo com a informação da Coordenação de Projetos da Secretaria de Gestão do Território e Habitação (SEGETH), unidade responsável por essa meta, em 2016 foram elaborados 9 (nove) projetos, alguns dos quais de setores inteiros como o caso do SAFSul e do Setor de Rádio e TV Sul. São eles:

Projetos executivos de rota acessível: no entorno do Hospital Regional de Ceilândia (7.000 m²); no entorno do Hospital Regional de Taguatinga (17.000 m²); à Escola de Música (1.315 m²); ligando o Terminal Asa Sul ao Setor Hospitalar Local Sul (3.500 m²); da estação 114 Sul do Metrô ao Setor Médico Hospitalar Local Sul (17.740 m²). Projeto de Acessibilidade: do Setor Médico Hospitalar Local Sul (25.000 m²); do Setor Hoteleiro Sul (4.500 m²). Projeto de acessibilidade e inserção de malha cicloviária no SAFSul (10.000 m²). Rota Acessível na 610 norte em direção ao Instituto Federal de Brasília (2.500 m²).

O início da execução das obras está previsto para 2017.

2017

Meta não avaliada em 2017.

2018

Cumprir esclarecer que a presente Meta foi alterada na ocasião da revisão do PPA ocorrida no final de 2017, por meio da Lei nº 6.061, de 29/12/2017, assim não há avaliação para o ano de 2017, inclusive o Objetivo Específico também foi alterado pela mesma Lei. No intuito de cumprir a Meta a SEGETH desenvolveu os seguintes projetos de rotas acessíveis no ano de 2018:

Rota Acessível ao Centro de Ensino Especial 2 Ceilândia (Área de projeto de 58.722,39m²);

Projeto de Rota Acessível ao Centro de Ensino Especial 01 do Gama (Área de projeto de 37.923,53m²);

Projeto de Rota Acessível a SGAS 603/604 e SQS 403/404- Escola Superior do Ministério Público (Área de projeto de 6.668,32m²);

Rota acessível escola de música de Brasília (Área de projeto de 3.945,80m²);

Projeto de Infraestrutura cicloviária na Via W5 em frente ao Uniceub (Área de projeto de 5.576,94m²);

Infraestrutura cicloviária e Rota Acessível no SAUS - Via S3 Sul - Via L2 Sul (Área de projeto de 4.770,58m²);

Rota acessível ao centro de ensino especial nº1 de Samambaia (Área de projeto de 39.594,38m²);

Projeto Rotas Acessíveis - Centro de Ensino - Santa Maria (Área de projeto de 28.284,96m²);

Projeto de Sistema Viário de Ligação do Polo JK com Valparaíso de Goiás (Área de projeto de 19.426,28m²);

Rota acessível ao Centro de Ensino Especial 01 de Sobradinho (Área de projeto de 14.680,10m²);

Projeto de duplicação da via QNJ de Taguatinga (Área de projeto de 24.401,39m²);

Calçada e ciclovia do SAF- SUL (Área de projeto de 2.430,45m²);

Rota acessível CEE1 - QNJ 20 – Taguatinga (Área de projeto de 14.882,44m²);

Rota Acessível ao Centro de Ensino Fundamental da quadra 308 de Santa Maria PSG-MDE 098/2017. (Área de projeto de 28.284,96m²).

7. Implantar sistemas de bicicleta compartilhada em mais 3 cidades do DF (SEMOB). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Em 2016 foi desenvolvido um Plano de Ampliação do Sistema de Bicicletas compartilhadas no DF que apresenta elementos conceituais e aspectos metodológicos, para orientar a proposição de implantação, operação e manutenção de um Sistema de Bicicletas Compartilhadas – SBC/DF, dando continuidade e ampliando a atual oferta de bicicletas compartilhadas no Plano Piloto, e estendendo o sistema para outras regiões administrativas, priorizando a implantação em pontos que proporcionem integração entre o modal cicloviário e sistema de transporte coletivo, notadamente os sistemas de BRT e Metrô. Em 2017, o edital para chamamento público será lançado.

2017

Em 2017, foi consolidado o estudo de expansão do sistema de bicicletas compartilhadas, com a indicação de mais 80 estações em 5 Regiões Administrativas do DF atendidas pelo Metrô-DF, além do Plano Piloto: Guará, Águas Claras, Taguatinga, Ceilândia e Samambaia. As três primeiras foram definidas como prioritárias, onde foram previstas 40 das 80 estações.

Além do sistema convencional de bicicletas compartilhadas, foi também realizado o estudo de implantação do sistema de bicicletas compartilhadas, no modelo integração, com a definição de implantação em 3 estações do BRT: Park Way, Gama e Santa Maria. Nesse modelo, as estações comportam até 50 bicicletas e permitem o aluguel por até 14 horas, excepcionalmente, visando atender às necessidades dos usuários de transporte público daquela região.

Ambas as ações foram apresentadas no lançamento do Plano de Ciclomobilidade +BIKE, em agosto de 2017.

2018

Em relação à ampliação do Sistema de Bicicletas Compartilhadas, em 2018 foram instaladas 6 estações em 4 novas localidades, duas nas quadras da Asa Norte, EQN 408/9 e EQN 410/11, e nos parques DECK Sul e Asa Delta. Em cada um desses parques, junto às estações padrão para uso de adultos, foram inauguradas também estações para crianças, contando com 10 bicicletas infantis em cada uma. Essa novidade no DF conforma as estações do tipo Bike da Família, tornando o sistema de bicicletas compartilhadas acessível para todas as idades.

Considerando o sistema como um todo, conta-se atualmente com 50 estações. Em 2018, na comparação com janeiro a outubro de 2017, houve aumento de 89% do número de viagens em bicicletas compartilhadas, totalizando 370.137 viagens.

O referido Sistema alcançou, em 2018, a viagem de número 1 milhão, e até novembro de 2018 já havia alcançado a marca de 1,2 milhão de viagens, o que reforça a utilidade desse modal para a população do DF.

8. Modernizar a acessibilidade em 12 estações do Metrô (Metrô). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

As estações do METRÔ-DF são todas acessíveis, no entanto com o objetivo de atender a NBR Nº 9050/2015 (define aspectos relacionados às condições de acessibilidade no meio urbano), esta Companhia está procedendo adequação à acessibilidade, como : instalação de pisos táteis, instalação de corrimões, guarda corpo e etc.

2017

Execução do Contrato n. 003/2017 para "Fornecimento e Instalação de corrimãos, guarda-corpos e piso táteis para 11 Estações do Metrô (102 Sul, 108 Sul, 112 Sul, 114 Sul, Guará, Centro Metropolitano, Ceilândia Sul, Guariroba, Ceilândia Centro, Ceilândia Norte e Terminal da Ceilândia)." Execução de 41,46% do valor total contratado de R\$840.271,70 (oitocentos e quarenta mil duzentos e setenta e um reais e setenta centavos).

2018

Devido à judicialização do Contrato nº 003/2017, cujo objeto é o “Fornecimento e Instalação de corrimãos, guarda-corpos e piso táteis para 11 Estações do Metrô (102 Sul, 108 Sul, 112 Sul, 114 Sul, Guará, Centro Metropolitano, Ceilândia Sul, Guariroba, Ceilândia Centro, Ceilândia Norte e Terminal da Ceilândia)”, ocorrida após a execução de 43,42% do objeto pactuado, os serviços foram paralisados. Porém outras diversas ações foram realizadas no sentido de adequação das dependências do Metrô às Normas vigentes, com o objetivo principal de torná-las inclusivas e acessíveis a todos os usuários do sistema. Como uma forma de sistematização, foram definidas ações prioritárias, divididas de acordo com escopo de projeto/serviço necessário para sua implementação. Além de uma gama de projetos apresentados, foi contratada também empresa de engenharia para realização de obras de acessibilidade no acesso ao lote e às edificações do Complexo Administrativo e Operacional – CAO, esta contratação visou atender notificação da Agência de Fiscalização do Distrito Federal - AGEFIS.

9. Elaborar o Plano de Mobilidade Ativa (SEMOB). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

Com relação à Mobilidade Ativa, no tocante à Ciclomobilidade, destaca-se a condução de diagnóstico da malha cicloviária, como componente do Programa de Transporte Urbano (PTU/DF), que permitirá indicar, de maneira mais adequada, as soluções para as ciclovias implantadas no DF, bem como as prioridades de locais que devem receber esse tipo de infraestrutura. Com este propósito, em 2017, foi firmado contrato para “Elaboração de Estudos Técnicos visando a Avaliação, Readequação e Projeção das Ciclovias Implantadas no Distrito Federal” (contrato nº 06/2017-SEMOB), cujos serviços foram iniciados em agosto/2017, com conclusão prevista para abril/2018.

A partir do mapa da malha cicloviária do Distrito Federal, foi feito um amplo levantamento de informações sobre a infraestrutura cicloviária de forma a oferecer informações acerca da qualidade do pavimento, sinalização, sombreamento, continuidade, dentre outros. As próximas etapas, a serem realizadas em 2018, contemplam a elaboração e a adequação de projetos cicloviários existentes e implantados.

Ainda no escopo da Mobilidade Ativa, no âmbito do PTU/DF, foram contratados em 2017 os serviços para “Elaboração de Diretrizes para o Plano de Mobilidade de Pedestres do Distrito Federal” (contrato nº 03/2017-SEMOB), visando subsidiar o Plano de Mobilidade de Pedestres do Distrito Federal, instrumento de implementação da Política de Mobilidade a Pé no DF.

Também, foi realizada pesquisa com um total de 2.395 entrevistas em 50 pontos de acesso ao sistema de transporte público coletivo de alta e média capacidade, sendo esses terminais, paradas de ônibus, estações de BRT e todas as estações metroviárias em funcionamento. A partir disso, foram selecionadas 138 rotas de acesso por pedestres a esses pontos, que foram analisadas *in loco*. Esse levantamento permitiu que, em 2018, seja desenvolvido um documento base para estabelecimento de prioridades de adequação das condições de acessibilidade nessas rotas.

2018

Para fortalecer essa frente de atuação, em 2018 a SEMOB avançou nas tratativas para formalizar parcerias com instituições amplamente renomadas no âmbito da mobilidade urbana, por meio de protocolo de intenções com a WRI BRASIL e o Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP). A WRI BRASIL é uma organização da sociedade civil, que atua em colaboração com lideranças locais, para aplicação de projetos que contribuam com a proteção do meio ambiente e tem sido importante parceira para tornar mais transparente e participativa a construção do Plano de Mobilidade Ativa - PMA-DF, de modo que o documento reflita os anseios da população, tendo atuado nas seguintes ações junto à SEMOB:

- Organização de oficina de participação social do PMA-DF em conjunto com o GDF;
- Organização de oficina interna em conjunto com o GDF, com a presença de representantes de diferentes órgãos do Governo para diálogo sobre o processo de elaboração do PMA-DF;
- Condução da oficina de participação social e da oficina interna e aplicação de metodologia para moderação dos debates acerca dos tópicos pré-definidos;
- Elaboração de relatório técnico com os resultados da oficina de participação social e da oficina interna do PMA-DF;
- Apoio técnico para a elaboração e revisão do caderno do PMA-DF.

Já o ITDP é uma organização sem fins lucrativos, que contribui com governos locais para implementar projetos de transporte e desenvolvimento urbano que reduzam as emissões de gases de efeito estufa e a poluição, ao mesmo tempo que impulsionam a habitabilidade urbana e as oportunidades econômicas. A instituição, sem custos para o GDF, presta suporte técnico à SEMOB em diversos projetos e, no escopo do PMA-DF, apoiou sua elaboração por meio de reuniões, virtuais e presenciais, contribuiu com documentos técnicos para a referência bibliográfica e com a revisão da minuta do Plano propriamente dito.

Em 2018, logrou-se concluir o conteúdo técnico do PMA-DF e, em 2019, está previsto submeter o Plano à consulta pública, incorporando as contribuições da sociedade civil.

10. Implantar 217 km de infraestrutura cicloviária em vias urbanas e rodovias do DF (SEMOB/ DER/SEGETH). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).

2017

Integrante do Circula Brasília, o Plano de Ciclomobilidade, + Bike, lançado em agosto de 2017, tem como meta implementar 218 km de infraestrutura cicloviária até o fim de 2018 e transformar Brasília na cidade com maior malha da América Latina. Portanto, com essa meta, em 2017, foram concluídas as obras da DF 290 (8,0 km), Via S3 (1,5 km), Projeto Orla (4 km) e Rodovia Vicinal VC 533 (3,7 km). Além disso, o acostamento circulável da EPPN (7,9 km) foi requalificado em ciclofaixa, sem, contudo, somar na extensão total da malha cicloviária. Importante ressaltar que a extensão da malha cicloviária é continuamente revisada, em função do levantamento de mais detalhes dos trechos mapeados. Da infraestrutura cicloviária prevista para 2017, as obras da EPTG (25 km) e Lago Oeste - DF 001 (12,6 km) estão em execução e previstas para serem concluídas em 2018 e ainda não foram concluídas. Ambas intervenções estão em execução e serão lançadas em 2018.

2018

Em 2018, foi concluída a obra civil da ciclovia de Planaltina que conecta a BR-030 ao Bairro de Arapoanga, num total de 6,1km. A finalização desta infraestrutura cicloviária contempla ainda o projeto de sinalização, feito pela Coordenação de Mobilidade Ativa, que está sob análise do órgão de trânsito responsável.

O Departamento de Trânsito de Brasília, responsável pela implantação de infraestrutura viária nas rodovias do DF, executou em 2018, total de 40 Km, dos quais 12 Km foram implantados na rodovia DF-001; 25 Km na rodovia DF-085(EPTG) e 3 Km na DF-087, que correspondem a 75,1% do alcance pretendido. Quanto à implantação de ciclovias em vias urbanas compete à Secretaria de Mobilidade Urbana, a qual desenvolve atividades para viabilizar a implantação de paraciclos em todo o Distrito Federal. Dentre elas, destaca-se o mapeamento de 1.000 pontos para instalação dos 3.000 paraciclos previstos.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1724	EXTENSÃO DA MALHA CICLOVIÁRIA	KM	420	31/12/2016	-	-	471	442	548	465	637	SEMOB/UO 26101/OE 2

Justificativas 2016

Indicador 1654

7,2 km em Águas Claras; 1,48 km na Vila Basevir (Sobradinho); 2,12 km na Orla do Lago Sul; 1,98 km na QI 23 do Lago Sul (DF 035). O Plano de Ciclomobilidade está sendo revisto, objetivando estabelecer novas diretrizes e prioridades no desenvolvimento de projetos e investimentos de infraestrutura cicloviária no DF. Em fase, estudo diagnóstico da malha cicloviária existente.

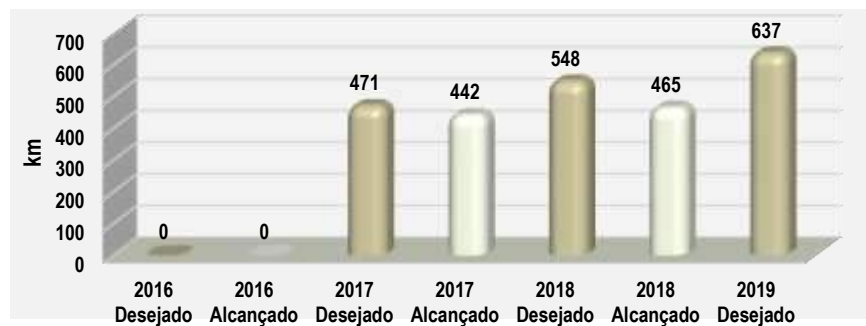
Justificativas 2017

Indicador 1724 - Da infraestrutura ciclo viária prevista para 2017, a Semob aguarda a conclusão das obras da EPTG (25 km) e Lago Oeste - DF 001 (12,6 km). Ambas intervenções são conduzidas pelo DER e serão lançadas em 2018.

Justificativas 2018

Indicador 1724 - A meta de 548 km de ciclovias para 2018 não foi atingida, pois as construções de algumas ciclovias estavam atreladas a outros projetos, como é o caso das ciclovias do TTN - Trevo de Triagem Norte, Ligação TortoColorado e EPAR, que fazem parte de projetos de aumento de capacidade viária que não foram concluídos. Além destas, a obra da ciclovia da EPTG sofreu atrasos e as ciclovias previstas dentro do âmbito do corredor de transporte Eixo Oeste dependem da implantação de projeto de Drenagem Urbana.

EXTENSÃO DA MALHA CICLOVIÁRIA



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6216	2	1	Atrair a implantação de uma Fábrica de Bicicletas no DF; (SEMOB) (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	26101	X	2016 Não houve registro de evolução desta ação.
6216	2	2	Criação de parceria com a iniciativa privada para a Implantação de bicicletários (SEMOB);	26101	40	2016 Não houve evolução desta ação. 2017 Ficou acordado com as 5 empresas operadoras do STPC/DF a implantação de bicicletários em 2 terminais de cada uma das 5 bacias.

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						totalizando 10 bicicletários em terminais rodoviários. A previsão é de que esses bicicletários sejam instalados ao longo do ano de 2018. 2018 Ao longo de 2018, foram instalados bicicletários nos terminais do Cruzeiro, Núcleo Bandeirante, Recanto das Emas e Sobradinho II.
6216	2	3	Amparo à Ampliação da oferta de bicicletas compartilhadas no DF; (SEMOB)	26101	100	2016 Elaborado o Plano de Ampliação do Sistema de Bicicletas compartilhadas no DF que apresenta elementos conceituais e aspectos metodológicos, para orientar a proposição de implantação, operação e manutenção de um Sistema de Bicicletas Compartilhadas – SBC/DF. 2017 Em 2017, foi consolidado o estudo de expansão do sistema de bicicletas compartilhadas, com a indicação de mais 80 estações em 5 Regiões Administrativas do DF servidas pelo Metrô-DF, além do Plano Piloto: Guará, Águas Claras, Taguatinga, Ceilândia e Samambaia. As três primeiras foram definidas como prioritárias, onde foram previstas 40 das 80 estações. Além do sistema convencional de bicicletas compartilhadas, foi também realizado o estudo de implantação do sistema de bicicletas compartilhadas, no modelo integração, com a definição de implantação em 3 estações do BRT: Parway, Gama e Santa Maria. Neste modelo, as estações comportam até 50 bicicletas e permitem o aluguel por até 14 horas. Ambas as ações foram apresentadas no lançamento do Plano de Ciclomobilidade +BIKE, em agosto de 2017. 2018 Sobre o sistema de bicicletas compartilhadas, registra-se como atividade da ciclomobilidade o acompanhamento da execução do Termo de Cooperação com a SERTTEL, que contou com a ampliação do número de estações de 45 para 48, sendo que as duas alocadas nos parques DECK Sul e Asa Delta são do tipo Bike da Família, ou seja, contam com 10 bicicletas para adultos e 10 para crianças. No que tange ao acompanhamento e monitoramento do contrato, foi desenvolvida uma metodologia de analisar semanalmente o número de bicicletas disponíveis aos usuários

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

2016/2018

SEMOB

No esteio da priorização das políticas de desenvolvimento urbano, em 2016, a Secretaria de Estado de Mobilidade trabalhou no intuito de ampliar a Infraestrutura cicloviária para todo o Distrito Federal e integrar o modo não motorizado de pessoas ao Sistema de Transporte Público, bem como estabelecer formalmente as diretrizes dessa política pública, gerando inclusão social e propiciando acesso da população à cidade.

Assim, concluiu-se, em 2016, a minuta do Projeto de Lei que formalizará a Política de Ciclomobilidade do Distrito Federal, incorporando todos os conceitos atuais de infraestruturas cicloviárias e prevendo o Plano de Ciclomobilidade como o instrumento para sua efetivação. Será a primeira Lei no campo da ciclomobilidade elaborada pelo Poder Executivo. A ação preparatória incluiu a elaboração de pesquisa junto à sociedade através de questionário via internet, com o objetivo de buscar sugestões que embasassem a minuta do Projeto de Lei, a qual será submetida à consulta pública.

Vale destacar, ainda, a elaboração de minuta de Decreto para instituição do Projeto Zona 30, que regulamenta a delimitação de ruas compartilhadas entre carros e bicicletas com velocidade máxima permitida de 30km/h, com prioridade para a bicicleta.

Tendo em vista tanto a ampliação do modal quanto a integração da bicicleta com os demais modais de transporte, a SEMOB preparou o Plano de Ampliação do Sistema Bicicletas Compartilhadas (Bike Brasília), que hoje compreende 40 estações no Plano Piloto. Ao longo do ano, o acompanhamento da execução do Termo de Cooperação com a empresa Serttel, operadora do Bike Brasília, mostrou ser viável a instalação de mais estações de bicicletas em regiões onde há metrô e BRT. Desse modo, foi elaborado novo edital para a ampliação do Sistema, a ser publicado.

Sobre o Programa Bike Brasília, o ano de 2016 registrou, de forma consolidada, 120.656 (cento e vinte mil, seiscentos e cinquenta e seis) usuários cadastrados. Com isso, já deixaram de ser emitidas 217.18 toneladas de CO2 na atmosfera.

Destaca-se, ainda, a condução de diagnóstico da malha cicloviária, componente do Programa de Transporte Urbano (PTU-BID), que permitirá indicar, de maneira mais adequada, as soluções para as ciclovias implantadas no DF, bem como as prioridades de locais que devem receber esse tipo de infraestrutura. Em 2016, deu-se início ao processo licitatório de contratação desse estudo, que produzirá um diagnóstico da malha cicloviária do DF.

No tocante à orientação estratégica exercida pela SEMOB, pode-se citar os seguintes projetos em que a Secretaria atuou: ciclovia na BR-040/BR-050 (trecho do entroncamento de acesso ao Gama com entroncamento com a rodovia); na DF-047 (EPAR), na rodovia DF-001 (Lago Oeste) e na DF-085 (EPTG). Cabe destacar, ainda, a implantação de ciclofaixas em Águas Claras, com quase 8km de extensão, e da ciclovia no Setor Comercial Sul, como parte da revitalização das vias S1 e S2.

No caso da ciclovia prevista no projeto do Trevo de Triagem Norte, cujas obras foram iniciadas no segundo semestre de 2016, a SEMOB conduziu a revisão do trajeto cicloviário projetado. O projeto da ciclovia foi alvo de críticas de organizações da sociedade civil, as quais foram, após diversas oitivas, recepcionadas pela Semob. A adequação da ciclovia do TTN foi incorporada ao projeto da obra. Essa infraestrutura oferecerá mais comodidade ao ciclista, com cerca de 10 km a mais de ciclovias na região norte de Brasília.

Ressalta-se, por fim, o progresso no desenvolvimento do Plano de Mobilidade Ativa em Brasília em parceria com a SEGETH para a definição de prioridades em projetos e na aplicação de recursos para a Política Cicloviária.

Foi elaborada a Minuta de Projeto de Lei para instituir a Política de Mobilidade a Pé no DF. Tal qual a política de ciclomobilidade, a ação preparatória incluiu o desenvolvimento de questionário para pesquisa via internet, com o objetivo de buscar sugestões para embasar texto final da minuta do Projeto de Lei.

Ademais, no âmbito do PTU-BID, deu-se início ao processo de contratação de estudo para definição de diretrizes do Plano de Mobilidade a pé do Distrito Federal, instrumento de implementação da política.

Dada a interface das ações de gestão do território com a mobilidade a pé, a SEMOB acompanhou as discussões sobre rotas acessíveis e avançou, em parceria com a SEGETH, no desenvolvimento do Plano de Mobilidade Ativa em Brasília, para a definição de prioridades no desenvolvimento de projetos e aplicação de recursos para a Política de Mobilidade a Pé.

Junto a outros órgãos, a SEMOB também tem atuado na elaboração do Plano de Acessibilidade do DF – um estudo global sobre as condições gerais de acessibilidade nas Edificações e Áreas Urbanas das diversas unidades Administrativas do Governo do Distrito Federal, com vistas à criação de um plano de ação para elaboração de projetos executivos e realização de obras para adequação das edificações, vias, acessos e áreas urbanas às normas técnicas vigentes.

Foi desenvolvido o projeto Centro Vivo, na Semana Nacional de Trânsito, ocorrida entre 19 e 27 de setembro de 2016. Na ocasião, sob coordenação da SEMOB, foi fechado o estacionamento da Quadra 6 do Setor Comercial Sul para demonstração da possibilidade de múltiplos usos daquele espaço público. Contou-se com a participação de diversos órgãos do governo.

Também, foi realizada oficina de mobilidade ativa na Estrutural. A atividade foi desenvolvida, em setembro de 2016, por meio de uma dinâmica com a população para identificar as principais rotas feitas a pé e por bicicleta; envolver a população no desenvolvimento de diretrizes de intervenção; abrir um diálogo com a população; identificar atores locais que tenham interesse em dar continuidade aos estudos e ao Programa Mobilidade Ativa. Como resultado, foram criados dois mapas, sendo o primeiro com as principais rotas de ciclistas e o segundo com a proposta de infraestrutura para a Região.

A SEMOB tem como missão institucional “assegurar à população o direito de ir e vir e o acesso à cidade de forma integrada, com qualidade, sustentabilidade e justiça social”. Considerando que no DF os deslocamentos a pé e por bicicleta constituem uma parcela significativa do total de viagens na cidade, a SEMOB tem se empenhado na política e na ampliação da infraestrutura dos modos não motorizados, como ampliação de ciclovias, ciclofaixas, paraciclos, calçadas, iluminação e sinalização adjacentes, para garantir à população um melhor acesso à cidade e, ao mesmo tempo, contribuir para a redução dos impactos ambientais e de mortes no trânsito.

A SEMOB em parceria com a WRI Brasil realizou o Workshop "Ruas Completas" que teve duração de 8 horas, no dia 23 de agosto de 2017, e contou com palestra, discussões e atividade prática, com o objetivo de capacitar técnicos e grupos da sociedade civil quanto ao conceito de Ruas Completas e subsidiar a elaboração do projeto de requalificação da Av. Independência de Planaltina, de competência da SEGETH. Ainda, realizou duas Oficinas de Participação de Elaboração do PMA-DF, a fim de promover a participação e a contribuição efetiva dos órgãos do GDF envolvidos no tema e da sociedade civil na elaboração do Plano de Mobilidade Ativa do Distrito Federal, no dia 13 de dezembro de 2017.

Podemos relatar diversas ações importantes desenvolvidas pela SEMOB em 2017, tais como:

i) O Dia Mundial Sem Carro, realizado no dia 22 de setembro, onde foram realizadas diversas atividades a fim de se promover a conscientização em defesa de cidades mais humanizadas, com maior equidade no uso dos espaços públicos e melhor qualidade de vida para as pessoas, estimulando uma reflexão sobre o uso excessivo do automóvel e seus impactos diretos e indiretos, como a poluição ambiental, os acidentes viários e a deterioração dos espaços urbanos;

ii) A requalificação viária da EPPN, com a necessidade e a relevância da redução da velocidade da EPPN e requalificação da infraestrutura cicloviária da via EPPN no Lago Norte, passando a velocidade máxima permitida de 70 km/h para 60 km/h. Tal medida foi executada pelo DER/DF e teve por objetivo a implantação de ciclofaixa contínua, eliminando o acostamento e as faixas de aceleração e desaceleração, propiciando mais segurança na via e contribuindo para a redução de acidentes de trânsito envolvendo ciclistas, bem como atenuando os seus efeitos;

iii) O mutirão da cidadania na Região Administrativa de Planaltina, onde a atividade permitiu identificar as principais rotas feitas a pé e por bicicleta na cidade. Esse evento permitiu à população o desenvolvimento de diretrizes de intervenção, bem como identificar atores locais que tenham interesse em dar continuidade a essa participação social dialogada; e

iv) O mutirão da cidadania na Região Administrativa Estrutural, no qual a atividade desenvolvida com a população, por meio de uma dinâmica com a aplicação de questionário piloto, servirá para embasamento na consulta pública a ser realizada na composição do Plano de Mobilidade Ativa.

Vale destacar que o Plano de Ciclomobilidade +BIKE foi lançado em agosto de 2017, e teve como principais componentes, a proposta de expansão da malha cicloviária estruturante do DF, de 420 km para 1.200 km, ao longo dos próximos 6 anos. A primeira fase conta com 218 km que serão concluídos até o fim de 2018; O lançamento de 5 novas estações de bicicletas compartilhadas na UnB; Como atividade da ciclomobilidade consta, também, o acompanhamento da execução do Termo de Cooperação com a SERTTEL sobre as bicicletas compartilhadas, que contou com a ampliação do número de estações de 40 para 45 e definição, via aditivo contratual, de quantitativo mínimo de bicicletas em efetiva operação; O estudo para ampliação do sistema de bicicletas compartilhadas (com incremento de 40 a 80 estações) nas Regiões Administrativas do Guará, Águas Claras, Taguatinga, Ceilândia e Samambaia e elaboração do respectivo Termo de Referência; O estudo para implantação de estações do sistema de bicicletas compartilhadas, modo integração, em 3 estações do BRT: Park Way, Santa Maria e Gama e elaboração do respectivo Termo de Referência; A elaboração de projetos conceituais e orçamentos para implantação de bicicletários em salas sem uso em 10 terminais rodoviários novos ou reformados, e articulação institucional visando ao apoio das operadoras das respectivas bacias do STPC/DF para implantá-los; e O estudo para implantação de 3 mil paraciclos em todo o Distrito Federal e elaboração do respectivo Termo de Referência.

No que se refere ao Programa Bike Brasília, o ano de 2017 registrou, de forma consolidada, 166.997 usuários cadastrados e 240.411 viagens.

A fim de se consolidar o planejamento cicloviário e subsidiar o Plano de Mobilidade Ativa do Distrito Federal – PMA-DF, em agosto de 2017, foi contratada consultoria para Elaboração de Estudos Técnicos com vistas à Avaliação, Readequação e Projeção das Ciclovias Implantadas no Distrito Federal (contrato nº 06/2017-SEMOB), decorrente do cumprimento do Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS), instrumento norteador das ações mitigadoras e compensatórias previsto no PTU/DF. A partir do mapa da malha cicloviária do Distrito Federal, foi feito um amplo levantamento de informações sobre a infraestrutura cicloviária de forma a oferecer informações acerca da qualidade do pavimento, sinalização, sombreamento, continuidade, dentre outros.

A SEMOB tem como missão institucional “assegurar à população o direito de ir e vir e o acesso à cidade de forma integrada, com qualidade, sustentabilidade e justiça social”. Considerando que no DF os deslocamentos a pé e por bicicleta constituem uma parcela significativa do total de viagens na cidade, a SEMOB tem se empenhado na política e na ampliação da infraestrutura dos modos não motorizados, como ampliação de ciclovias, ciclofaixas, paraciclos, calçadas, iluminação e sinalização adjacentes, para garantir à população um melhor acesso à cidade e, ao mesmo tempo, contribuir para a redução dos impactos ambientais e de mortes no trânsito.

Sobre a Mobilidade Ativa no Distrito Federal, em conformidade com o Estatuto da Cidade, Art. 41 § 3º da Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, com a Política Nacional de Mobilidade Urbana, Art. 6º inciso II da Lei 12.587, de 03 de janeiro de 2012, e a Lei Distrital nº 4.566, de 4 de maio de 2011, Arts. 19 a 23, destacam-se as ações de estruturação do Plano de Mobilidade Ativa, o lançamento do Plano de Ciclomobilidade +BIKE, que reúne diversas iniciativas em prol da expansão desse modal no DF, e as ações de promoção da mobilidade a pé.

Em relação ao Plano de Mobilidade Ativa – PMA/DF, seu objetivo principal é fomentar e sistematizar as ações de governo de forma eficiente e sustentável, fortalecendo e assegurando o direito das pessoas se deslocarem a pé e de bicicleta de forma segura e contínua, reforçando a liberdade e autonomia das pessoas. O Plano também introduz um normativo estratégico, visando criar uma cidade mais caminhável, ciclável e confortável, com a redução de barreiras físicas, sociais e institucionais que limitam a mobilidade ativa, além de incentivar e melhorar as condições de acesso ao transporte público.

Para fortalecer essa frente de atuação, em 2018 a SEMOB avançou nas tratativas para formalizar parcerias com instituições amplamente renomadas no âmbito da mobilidade urbana, por meio de protocolo de intenções com a WRI BRASIL e o Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP).

A WRI BRASIL é uma organização da sociedade civil, que atua em colaboração com lideranças locais, para aplicação de projetos que contribuam com a proteção do meio ambiente e tem sido importante parceira para tornar mais transparente e participativa a construção do PMA-DF, de modo que o documento reflita os anseios da população, tendo atuado nas seguintes ações junto à SEMOB: organização de oficina de participação social do PMA-DF em conjunto com o GDF; organização de oficina interna em conjunto com o GDF, com a presença de representantes de diferentes órgãos do Governo para diálogo sobre o processo de elaboração do PMA-DF; condução da oficina de participação social e da oficina interna e aplicação de metodologia para moderação dos debates acerca dos tópicos pré-definidos; elaboração de relatório técnico com os resultados da oficina de participação social e da oficina interna do PMA-DF; apoio técnico para a elaboração e revisão do caderno do PMA-DF.

Já o ITDP é uma organização sem fins lucrativos, que contribui com governos locais para implementar projetos de transporte e desenvolvimento urbano que reduzam as emissões de gases de efeito estufa e a poluição, ao mesmo tempo que impulsionam a habitabilidade urbana e as oportunidades econômicas. A instituição, sem custos para o GDF, presta suporte técnico à SEMOB em diversos projetos e, no escopo do PMA-DF, apoiou sua elaboração por meio de reuniões, virtuais e presenciais, contribuiu com documentos técnicos para a referência bibliográfica e com a revisão da minuta do Plano propriamente dito.

Em 2018, logrou-se concluir o conteúdo técnico do PMA-DF e, em 2019, está previsto submeter o Plano à consulta pública, incorporando as contribuições da sociedade civil.

No tocante à Ciclomobilidade, destacam-se os encaminhamentos decorrentes do lançamento, em agosto de 2017, do Plano de Ciclomobilidade +BIKE, especialmente a ampliação do Sistema de Bicicletas Compartilhadas e a elaboração de projetos executivos de ciclovias.

Em relação à ampliação do Sistema de Bicicletas Compartilhadas, em 2018 foram instaladas 6 estações em 4 novas localidades – em duas quadras da Asa Norte, EQN 408/9 e EQN 410/11, e nos parques DECK Sul e Asa Delta. Em cada um desses parques, junto às estações padrão para uso de adultos, foram inauguradas também estações para crianças, contando com 10 bicicletas infantis em cada uma. Essa novidade no DF conforma as estações do tipo Bike da Família, tornando o sistema de bicicletas compartilhadas acessível para todas as idades.

Considerando o sistema como um todo, conta-se atualmente com 50 estações. Em 2018, na comparação com janeiro a outubro de 2017, houve aumento de 89% do número de viagens em bicicletas compartilhadas, totalizando 370.137 viagens. O referido Sistema alcançou, em 2018, a viagem de número 1 milhão, e até novembro de 2018 já havia alcançado a marca de 1,2 milhão de viagens, o que reforça a utilidade desse modal para a população do DF.

Quanto à elaboração de projetos executivos para expansão da infraestrutura cicloviária no Distrito Federal, que contribui para a consolidação do planejamento cicloviário e do PMA-DF, deu-se continuidade ao trabalho de Elaboração de Estudos Técnicos com vistas à Avaliação, Readequação e Projeção das Ciclovias Implantadas no Distrito Federal (contrato nº 06/2017-SEMOB), decorrente do cumprimento do Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS), instrumento norteador das ações mitigadoras e compensatórias previsto no PTU/DF.

Após a primeira etapa do trabalho, que consistiu em levantamento de informações sobre a infraestrutura cicloviária e consolidação da malha cicloviária prevista para os anos futuros, foram definidos os trechos para elaboração, ao longo do ano de 2018, de novos projetos e adequação de projetos existentes e implantados, em nível executivo, totalizando 95 km, conforme previsto contratualmente.

Assim, foram desenvolvidos novos projetos nas Regiões Administrativas do Setor de Indústria e Automóveis, Plano Piloto, Taguatinga e Samambaia. Além disso, também foram readequados diversos projetos pré-existent em Sobradinho, Planaltina, Lago Norte, Plano Piloto, Sudoeste/Octogonal, Lago Sul, Guará, Samambaia, São Sebastião e Brazlândia.

A fim de viabilizar a execução da ampliação da malha cicloviária a partir dos referidos projetos elaborados, a SEMOB conseguiu, por meio de emendas parlamentares federais do orçamento de 2018, celebrar dois Contratos de Repasse junto ao Ministério das Cidades, por meio da Caixa Econômica Federal, com a captação de R\$1.372.829,77 (um milhão, trezentos e setenta e dois mil, oitocentos e vinte e nove reais e setenta e sete centavos), favorecendo ligações de trechos cicloviários existentes nas Regiões Administrativas do Lago Norte e do Plano Piloto.

Também com recursos referenciados por emenda parlamentar e com contrapartida do GDF, a Secretaria de Mobilidade é responsável por gerenciar o projeto em andamento, em parceria com o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER, para a execução de ciclovia segregada por canteiro na DF-459, entre Ceilândia e Samambaia, compreendendo extensão de aproximadamente 3km, em substituição ao acostamento ciclável existente nessa rodovia. Essa obra visa oferecer aos ciclistas melhores condições de deslocamento, além de vias mais seguras para o transporte por bicicleta.

Além desses trechos, a SEMOB desenvolveu, em parceria com o Detran, projetos de sinalização para infraestruturas cicloviárias existentes. Um dos projetos refere-se à ciclovia implantada em Planaltina, que conecta a BR-030 ao Bairro de Arapoanga. O outro projeto foi o de readequação da ciclorrota no entorno do Parque da Cidade, a fim de aumentar a segurança dos ciclistas usuários.

A fim de fomentar a integração entre os deslocamentos por bicicleta e por transporte público, a SEMOB elaborou projetos de bicicletários para serem implantados em salas sem uso de terminais rodoviários novos ou reformados. Desta forma, ao longo de 2018, foram instalados bicicletários nos terminais do Cruzeiro, Núcleo Bandeirante, Recanto das Emas e Sobradinho II.

Ainda referente ao Plano de Ciclomobilidade +BIKE, foram desenvolvidas atividades para viabilizar a implantação de paraciclos em todo o Distrito Federal. Dentre elas, destaca-se o mapeamento de 1.000 pontos para instalação dos 3.000 paraciclos previstos. Por fim, com o objetivo de contribuir para o acesso universal à cidade e estabelecer um marco legal, normativo e estratégico para planos, programas e ações referentes à mobilidade por bicicleta e demais ciclos, a minuta de Projeto de Lei para instituir a Política de Ciclomobilidade no DF, cuja elaboração teve início em 2017, foi consolidada em 2018. O próximo passo é submetê-la à consulta pública.

No tocante à outra vertente da política de Mobilidade Ativa, a Mobilidade a Pé, em 2018 esta SEMOB deu continuidade ao trabalho de elaboração do Plano de Mobilidade de Pedestres do Distrito Federal (contrato nº 03/2017-SEMOB). O Plano tem o objetivo de contribuir para a criação de um espaço público mais democrático, equânime, com enfoque no acesso universal à cidade e com o objetivo de estabelecer um planejamento estratégico para o DF, referente à mobilidade a pé. Em abril de 2018 foi concluído esse trabalho, decorrente do cumprimento do Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS), instrumento norteador das ações mitigadoras e compensatórias previsto no PTU/DF. Seus resultados foram incorporados ao PMA/DF.

O estudo apresentou de forma ampla os maiores desafios para o fomento de uma mobilidade a pé sustentável no DF, tendo sido desenvolvido para o limite geográfico do Distrito Federal, cuja população estimada pelo Instituto Brasileiro de Estatísticas – IBGE, em 2018, é de 2.974.703 habitantes e área de 5.802 km². O trabalho contemplou inventários urbano e 2.395 pesquisas a pedestres em 50 estações e terminais do BRT, metrô e paradas de ônibus. Em outra etapa, foram realizados mapeamento das calçadas, definição de tipologias e soluções de mobilidade a pé, por meio de projetos para a requalificação urbana dos passeios públicos, além de proposta de etapas de execução e orçamento orientativo, com valores de implantação estimados em nível de estudo preliminar, e um cronograma físico-financeiro das ações propostas.

O documento conta ainda com propostas de diretrizes para a Política de Mobilidade do Pedestres, incluindo programas, plano de ações, indicadores e metas, com o estabelecimento de modelos de rota pedonal para as tipologias de calçadas identificadas e com recomendações para a gestão do sistema de circulação de pedestres.

Além das ações referentes à promoção da ciclomobilidade e da mobilidade a pé, diversas ações importantes para fomentar a mobilidade ativa foram desenvolvidas pela SEMOB em 2018, tais como:

Zona 30: Com o objetivo de estimular o uso dos espaços públicos e dos meios de transporte não motorizados, de forma segura, inclusiva e sustentável, foi implantada, em parceria com Detran e a Secretaria de Gestão do Território e Habitação, a Zona 30 em vias do Campus Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília (UnB). Além disso, foram elaborados projetos de Zona 30 para outras regiões do DF: Ceilândia, Águas Claras e Setor Comercial Sul.

Dia Mundial Sem Carro: Em Brasília as ações do Dia Mundial Sem Carro acontecem desde 2016 e fazem parte do calendário de atividades da Semana da Mobilidade. Neste ano as atividades ocorreram durante dois dias (21 e 22 de setembro) e engajaram muitos profissionais, órgãos governamentais, embaixadas, ONGs e iniciativa privada que se dedicaram em prol desta causa. Ao viabilizar projetos e realizar ações que conscientizem a população sobre a importância da mobilidade ativa, esta SEMOB converge com a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas. O principal objetivo deste engajamento é conscientizar a população acerca da mobilidade ativa (mobilidade a pé e ciclomobilidade), priorizar o transporte público coletivo, evitar o uso excessivo do transporte individual motorizado e envolver a população numa reflexão sobre a ocupação dos espaços públicos de forma mais acessível e humana, em detrimento da ocupação por veículos automotores particulares.

Em 2018, a SEMOB também trabalhou no engajamento em projetos internacionais de mobilidade sustentável. A partir da participação do GDF na Rede Nacional para a Mobilidade de Baixo Carbono (RNMBC), criada com o objetivo de ampliar as discussões e ações nesse tema, a SEMOB, com o suporte técnico da WRI BRASIL, vem atuando nas seguintes ações relacionadas ao Projeto Ruas Completas: organização de oficina de capacitação do conceito de Ruas Completas; elaboração do projeto conceitual de redesenho urbano da Avenida Independência em Planaltina/DF, bem como elaboração de enquête para consulta pública acerca desse projeto; apoio técnico para elaboração de estudos de impacto do projeto Ruas Completas; organização da agenda dedicada ao Projeto Ruas Completas na 73ª Reunião Geral da Frente Nacional de Prefeitos da qual participaram as cidades componentes da RNMBC em 2018.

No âmbito da parceria já mencionada com o ITDP, foi realizada a contagem de ciclistas em diversos pontos do DF que pretende avaliar a evolução do uso da bicicleta com a implantação de infraestrutura.

No segundo semestre de 2018, esta Secretaria assinou parceria internacional iniciada pelos governos francês e alemão que apoia governos nacionais e locais em países em desenvolvimento e emergentes no planejamento de mobilidade urbana sustentável intitulada Mobilise Your City. O Mobilise Your City tem por objetivo desenvolver cidades mais inclusivas, habitáveis e

economicamente eficientes para reduzir as emissões de GEE provenientes da mobilidade urbana. Até 2020, os parceiros do Mobilise Your City pretendem trabalhar em estreita colaboração com outras 100 cidades em 20 países para desenvolver planos de Mobilidade Urbana Sustentável.

O Programa Brasília Vida Segura tem como objetivo a conjugação de esforços para aperfeiçoar a capacidade dos órgãos públicos e, também, contribuir para o desenvolvimento e a gestão de ações e projetos no escopo do Plano denominado Brasília Vida Segura, visando maior relevância, eficácia, eficiência, impacto e sustentabilidade desse Plano e das iniciativas relacionadas à segurança no trânsito e das causas de mortes não naturais relacionadas a hipertensão, consumo nocivo de álcool e obesidade.

O Programa deriva de um Protocolo de Intenções, assinado pelo Governador do Distrito Federal e a Vice-Presidente do CLP, que delegou a coordenação do Plano a esta Pasta, que celebrou o Acordo de Cooperação nº 01/2016 – SEMOB, em 16 de setembro de 2016.

Em 20 de novembro de 2018, foi publicado o Decreto nº 39.463, de 19 de novembro de 2018 que institui o Programa Brasília Vida Segura no âmbito do Distrito Federal com o objetivo de reduzir o número de óbitos e feridos decorrentes de acidentes de trânsito. O Programa permite o fortalecimento de políticas de prevenção de feridos e óbitos no trânsito por meio da qualificação, planejamento, monitoramento, acompanhamento e avaliação das ações em complemento ao Programa Paz no Trânsito.

O Programa busca a conjugação de esforços para aperfeiçoar a capacidade dos órgãos públicos e, também, contribuir para o desenvolvimento e a gestão de ações e projetos no escopo do Plano denominado Brasília Vida Segura.

Com a implantação do Programa em setembro de 2016, e considerando o engajamento de outros órgãos do Governo do Distrito Federal, no contexto de segurança viária foi possível alcançar uma redução de 203 óbitos no Distrito Federal de janeiro de 2017 a setembro de 2018 com relação ao ano de 2016.

Um novo Acordo de Cooperação foi celebrado com o Instituto TELLUS, para dar continuidade ao Programa. Acordo de Cooperação nº 01/2018 – SEMOB.

SEGETH

2017

A mobilidade ativa constitui-se premissa dos projetos em desenvolvimento da SEGETH, resultando em possibilidades de ampliação das infraestruturas de mobilidade destes espaços após a execução dos projetos desenvolvidos. Em 2017 foram elaborados projetos agrupados segundo sua natureza: projetos voltados à Urbanização, Requalificação, Paisagismo e Acessibilidade de espaços públicos e projetos voltados à Infraestrutura de Mobilidade Ativa e Sistema Viário, ambos com abrangência em todo o território do Distrito Federal. O primeiro conjunto contabilizou 8 projetos, com área total de 1.475.654 m², enquanto o segundo totalizou 7 projetos com área total de 1.026.688 m².

2018

Em 2018 foram elaborados projetos agrupados segundo sua natureza: projetos voltados à Urbanização, Requalificação, Paisagismo e Acessibilidade de espaços públicos e projetos voltados à Infraestrutura de Mobilidade Ativa e Sistema Viário, ambos com abrangência em todo o território do Distrito Federal. O primeiro conjunto contabilizou 18 projetos, enquanto o segundo totalizou 16 projetos. Nesse sentido, a partir da disponibilização dos projetos aprovados, serão possíveis a captação de recursos e a construção de tais infraestruturas de mobilidade.

METRÔ

Em 2016, o eixo PROMOVER A ACESSIBILIDADE UNIVERSAL nos transportes públicos foi amparado por um arcabouço de leis federais, distritais e normas técnicas. No que se refere ao sistema metroferroviário, o Decreto Federal nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004 estabeleceu o prazo de dez anos para os sistemas (infraestrutura e material rodante) ficarem totalmente acessíveis. Reserva-se ainda a necessidade de atender a NBR N° 9050/2015 (define aspectos relacionados às condições de acessibilidade no meio urbano).

Em que pese às estações metroviárias serem acessíveis, os dispositivos legais aplicáveis à época da elaboração do projeto de arquitetura foram alterados ou criados no decorrer dos anos.

Dessa forma, uma das metas estratégicas para promoção da acessibilidade universal é a modernização das estações metroviárias operacionais para adequá-las à legislação de acessibilidade em vigor, tendo sido estabelecidas as seguintes ações:

- Adequação dos corrimãos, guarda-corpos e pisos táteis de 11 (onze) Estações e respectivas Passagens de Pedestres, contemplando a execução dos referidos serviços nas Estações 102 Sul, 108 Sul, 112 Sul, 114 Sul, Guará, Centro Metropolitano, Ceilândia Sul, Guariroba, Ceilândia Centro, Ceilândia Norte e Ceilândia.
- Contratação das obras de reforma da Estação Arnieiras.

Em 2017, o eixo em questão cumpriu os objetivos estabelecidos a partir de metas estratégicas para adequar à legislação de acessibilidade em vigor. Execução do Contrato n. 003/2017 para "Fornecimento e Instalação de corrimãos, guarda-corpos e piso táteis para 11 Estações do Metrô, com execução de 41,46% do valor total contratado. Entretanto, a realização da Licitação para Reforma da Estação Arnieiras (Concorrência n. 1/2017), o contrato não foi assinado em virtude da indisponibilidade de recursos financeiros.

Em 2018 ocorreu a judicialização do Contrato nº 003/2017, impedindo o prosseguimento dos serviços de adequação da acessibilidade em 11 estações metroviárias, após a execução de 43,42% do objeto contratado. A licitação de contratação da prestação de serviços para a Realização de Obras de Acessibilidade com a implantação de escadas rolantes na Estação Arnieiras foi homologada em 2018 e em virtude de bloqueio orçamentário no exercício de 2018, será contratada no ano de 2019, no valor de R\$ 1.153.854,00 que será custeada com Fonte de Recursos Próprios.

DER

Com a execução de 40 km de ciclovia no ano de 2018, este Departamento encontra-se com projetos para início de execução no ano de 2019, e outras já em fase de execução com entrega prevista para esse mesmo ano como as ciclovias da Ligação Torto Colorado, Trevo de Triagem Norte, DF-015 (Parque Paranoá), DF-483 que liga a cidade de Santa Maria ao Gama e a ciclovia da DF-003 (EPIA) sul e norte, trazendo assim conexão com as demais ciclovias que interligam as cidades satélites ao setor central de Brasília

OBJETIVO ESPECÍFICO:

003 - SEGURANÇA E FLUIDEZ VIÁRIA: Promover a restauração, pavimentação e ampliação da capacidade das vias e das obras de artes especiais (passarelas, viadutos e pontes) com suas respectivas calçadas, aprimorando a capacidade e a segurança viária, oferecendo meios alternativos de transporte e de tecnologias inovadoras, reduzindo tempo de percurso e acidentes de trânsito. (Objetivo alterado, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

26.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL – SEMOB

26.205 – DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM – DER

22.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS – SINESP

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	3	1	Elaborar Projetos do Anel Viário do DF (DER) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	42,91	68,4		68,4
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	3	2	Elaborar projetos do "Caminho das Escolas" (DER) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	24,51	38,60		38,6
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	3	3	Promover melhorias em 55 pontos críticos em rodovias do DF (DER) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	55	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	13	25	48		87,3
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	3	4	Restaurar 5 obras de arte e/ou trechos de rodovias (DER) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	5	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	3	4		80,0
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	3	5	Implantar a ligação: Torto – Colorado (DER) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	29,84	32,62	88,9		88,9
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	3	6	Adequar e melhorar com aumento de capacidade o TTN – Trevo de Triagem Norte (DER) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	11	30	80		80,0
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	3	7	Construir Ponte Paralela à Barragem do Paranoá; (SEMOB) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	x	x	x	x
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	3	8	Construir 3 passarelas em rodovias (SEMOB) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	3	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0		0,0
6216	MOBILIDADE	3	9	Construir 9 pontes em rodovias (DER/SEMOB) (Meta alterada,	9	UNID	ACUM	MAIOR,	0	2	8		88,9

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
	INTEGRADA E SUSTENTÁVEL			conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)				MELHOR					
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	3	10	Construir 12 viadutos em rodovias (DER) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	12	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	8	11		91,7
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	3	11	Realizar o plantio de 20.721 mudas nativas do cerrado como compensação ambiental (SEMOB) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	20.721	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	20.721	87.885		424,1

Análise Qualitativa

1. Elaborar Projetos do Anel Viário do DF (DER). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

O Projeto Anel Viário do DF nasceu da necessidade de promover o desvio do tráfego de passagem (cargas e passageiros) na região central de Brasília e de retirar o tráfego de longa distância do Sistema Viário local, especialmente da Estrada Parque Indústria e Abastecimento (EPIA), de modo a possibilitar opções para o tráfego regional de passagem. Tais soluções reduzirão de modo eficiente os problemas de mobilidade existentes hoje no Distrito Federal. A concepção do Anel Viário busca a composição de rodovias existentes que interliguem os vetores de tráfego regional que acessam o DF, e circundam a região central de Brasília com o objetivo de desafogar o tráfego em curto espaço de tempo. A implantação do Anel Viário representa importante papel na integração dos Corredores Estratégicos de Transporte. Serão 320 km, integrando estes corredores de transporte, oferecendo deslocamentos com maior eficiência e segurança.

Em 2016 foram realizados 32% de estudos e projetos básico da implantação do Anel Viário do Distrito Federal, e estão previstos mais 34% para a 2ª quinzena de abril referentes à parte do Projeto Executivo.

2017

O projeto referente ao Anel Viário teve um avanço significativo no ano de 2017. Entretanto, alguns trechos estão em fase de revisão enquanto a DF-205 se encontra para análise no órgão.

2018

Os projetos tiveram continuidade com ênfase nas rodovias DF-270, DF-100, DF-205 e DF-180, tendo sido concluído todos os estudos básicos e desenvolvidos os projetos (básicos) das Obras de Artes Especiais-OAE (pontes) constantes naquelas rodovias. Ademais, foram iniciados os detalhamentos EXECUTIVOS de todos os produtos entregues anteriormente, mas que não avançaram em razão das exigências do órgão ambiental na apresentação e condicionantes a serem aplicadas nestes projetos.

2. Elaborar Projetos do “Caminho das Escolas” (DER). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Com o objetivo de aumentar a segurança no transporte de estudantes na zona rural por meio da melhoria na qualidade das vias; Ampliar e facilitar o acesso aos estudantes e servidores às escolas rurais; Aumentar a segurança dos trajetos; Diminuir a insalubridade devido às más condições das estradas; Reduzir os custos de manutenção dos veículos utilizados para o transporte escolar; Oferecer maior conforto no transporte aos estudantes da zona rural - O DER/DF pavimentará as rodovias e construirá ciclovias que dão acesso às escolas rurais, a fim de promover o acesso dos estudantes às instituições de ensino e reduzir os custos de manutenção dos veículos escolares utilizados.

O projeto beneficiará 28 escolas rurais contemplando as rodovias Distritais - 108,70 Km; Estradas Vicinais - 64,80 Km; Vias Locais - 45,75 Km e totalizará 219,25 Km de vias e espaço ciclo viário.

A Ordem de Serviço para o desenvolvimento dos Projetos Executivos dos Lotes 1 e 2 foi emitida em 14/12/2016, contudo o novo empenho foi realizado após publicação do superávit do Banco do Brasil, em 24/03. Os serviços topográficos foram iniciados.

2017

Em 2017, a elaboração dos projetos de vias de acesso às escolas rurais, "Caminho das Escolas, Lotes 1 e 2", tiveram um avanço acumulado médio de 24,51%, abrangendo a entrega de relatórios conclusivos dos estudos preliminares referentes a trechos de rodovias em diversas áreas do Distrito Federal.

2018

Foram concluídos estudos preliminares e estão em fase de conclusão os projetos básicos das rodovias e os acessos as Escolas Classe conforme o que se segue: DF-206 (complementação até a EC Almécegas), DF-180 (complementação até a EC Córrego Barreiro), DF-326 -EC Lobeiral, VC-201 EC Sonhém de Cima e EC Córrego do Ouro, VC-257 EC Sítio das Araucárias, DF-440 EC Santa Helena, DF-415/DF-445 EC Bucanhão e na VC-561 EC INCRA.

3. Promover melhorias em 55 pontos críticos em rodovias do DF. (DER) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

No sentido de reduzir o número de acidentes de trânsito causados por problemas nas vias, o DER/DF elencou 55 pontos críticos, sendo realizados em 2016 as seguintes intervenções : DF-003 - em frente ao Shopping Popular - taper e faixa para retorno, construção de baía de ônibus; DF-011 – acesso SWO, complexo PC e Parque, adequação de semáforos, retornos, acessos e construção de baía de ônibus; DF-001/035 – Balão da ESAF, adequação geométrica; DF-001 – Setor Comercial dos Condomínios/ESAF - construção de baias de ônibus; DF-001 - acesso Boca da Mata, adequação geométrica; DF-075 - acesso Núcleo Bandeirante, adequação geométrica; DF-430 - construção de baias de ônibus; DF-128 – ao lado da igreja – sinalização, adequação geométrica e duplicação.

Destaca-se o trabalho integrado da Secretaria de Estado de Mobilidade e vinculadas, com outros órgãos do GDF e parceiros privados no “Plano Brasília Vida Segura”, que tem por finalidade reduzir pela metade o número de mortes em acidentes de trânsito até 2020, conforme meta estabelecida pelo plano Década de Ações para Segurança Viária, lançado pela Organização das Nações Unidas (ONU).

2017

Em 2017, o DER/DF trabalhou na adequação de importantes rodovias, eliminando pontos de estrangulamento de alguns trechos que se encontram sobrecarregados. Essas intervenções visam a melhoria da capacidade operacional de importantes fluxos de transporte, em especial, daqueles que se encontram saturados e que estão submetidos a condições de trafegabilidade desfavoráveis ou que apresentam elevado número de acidentes. Em 2017, foram realizadas intervenções nas seguintes rodovias: DF-004 - Canalização de veículos com uso de balizadores no km 19, em frente à Vila Telebrasilândia; DF-451 - Canalização de veículos com uso de balizadores no entroncamento com a BR-070; DF-003 - Canalização de veículos com uso de balizadores no Km 18, próximo ao SOF SUL; DF-003 - Canalização de veículos com uso de balizadores no Km 19, próximo ao Park Shopping; DF-003 - Canalização de veículos com uso de balizadores no Km 12, próximo ao SMU (Setor Militar Urbano); DF-001 - Itapoã -Adequação Geométrica e Sinalização entre os km 10 e 11; DF-015 - Paranoá - Adequação Geométrica e Sinalização entre os km 00 e 01; DF-250 - Itapoã/Paranoá - Adequação Geométrica e Sinalização entre os km 00 e 01; DF005 - Lago Norte - Criação de baía de ônibus entre km 00 e 01; DF-005 - Lago Norte - Criação de Retorno entre km 04 e 05; DF-290 - Adequação Geométrica do acesso à VC-379; DF-003 - Adequação da terceira faixa no entroncamento com a DF001.

2018

Foram implantados projetos de melhoria na circulação eliminando pontos críticos como "Operação Israel Pinheiro" no horário de pico da tarde, nos dias úteis. Readequação de faixas de rolamento com segregação de pistas no Viaduto do Catetinho, diminuindo o trânsito de veículos nas quadras internas no Park Way.

4. Restaurar 5 obras de arte e/ou trechos de rodovias. (DER) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Não houve registro de evolução dessa meta em 2016, segundo o DER.

2017

Com o objetivo de promover a segurança e a fluidez viária, o DER/DF entregou, em 2017, 03 (três) obras de restauração em rodovias, aprimorando a segurança viária e reduzindo tempo de percurso e o número de acidentes de trânsito.

Restauração da DF-001(EPCT) "Caminho para Brazlândia": Execução das obras de restauração da rodovia distrital DF-001 (EPCT) - "Caminho de Brazlândia", no trecho compreendido entre o entroncamento BR-070/DF-095 (EPCL), até o entroncamento BR-080/BR-251 (B), com extensão aproximada de 9.070,00 m, sendo 540,00 m de trecho em pista dupla e 7.760,00 m em pista simples e, ainda 770,00 m de 03 (três) alças existentes: alça de ligação da DF-001 para a BR-070; alça de ligação da DF-095 para a DF-001 e alça de ligação da DF-001 para a DF-095 (operação de reversão da EPCL), incluindo acostamento em toda a extensão do trecho, em ambos os sentidos (exceto nas alças), abrangendo também os serviços de drenagem, baias de parada de ônibus e a sinalização horizontal e vertical. Situação do contrato: concluído.

Restauração da rodovia DF-001 (EPCT) – Lago Oeste 1ª Etapa: Execução das obras de restauração da rodovia DF-001 (EPCT), entroncamento da DF-170 ao entroncamento BR-010/020/030/450/DF-001/003/150-Parque Rodoviário do DER/DF, trecho compreendido do km 119,3 ao km 131,8 (Lago Oeste – 1ª Etapa), incluídos os serviços de sinalização vertical e horizontal. Situação do contrato: concluído.

Restauração da rodovia DF-001 (EPCT) - Lago Oeste - 2ª Etapa: Restauração da DF-001 (EPCT) - Lago Oeste, entroncamento da DF-170 ao entroncamento da BR-010/020/030/DF-003/DF-150 (Parque Rodoviário do DER/DF) - 2ª Etapa. Extensão de 8,8 km. Situação do contrato: concluído.

Além das obras entregues, se encontra em andamento a elaboração do projeto de restauração da rodovia DF-463, São Sebastião, e a obra de restauração da rodovia DF-087 (EPVL).

2018

Na continuidade de atingir o objetivo inicial em promover a segurança e a fluidez viária, em 2018 conforme planejado foi concluída 01 (uma) obra de restauração em rodovia, aprimorando a segurança viária e reduzindo tempo de percurso e o número de acidentes nas rodovias do DF:

Foi concluída a restauração da Rodovia DF- 463 que liga o Jardins Mangueiral a São Sebastião, inclusive com acessos e retornos;

A restauração da rodovia DF-087 (EPVL) foi paralisada no dia 20/12/2018 por 120 (cento e vinte) dias, até que o DER/DF defina sobre as diretrizes de reequilíbrio financeiro do Material Betuminoso, que sofreu alteração de preço, voltando assim sua execução no mês de maio/2019, ano este em que será concluída a obra.

5. Implantar a ligação: Torto – Colorado (DER). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

A obra de Ligação Torto Colorado em conjunto com a obra do Trevo de Triagem Norte prevê medidas, para desafogar o trânsito na saída norte, beneficiará cerca de 100 mil motoristas que passam diariamente pelo local. As medidas vêm para eliminar problemas antigos, como a necessidade de recorrer à faixa reversa em horários de pico.

Com a obra de Ligação Torto-Colorado haverá: Ampliação da capacidade viária da saída norte e ordenamento do tráfego local, proporcionando menor tempo de deslocamento e facilitando os acessos à Rodovia DF-003, com maior segurança e facilidade, por meio do aumento da capacidade de trecho da Estrada Parque Indústria e Abastecimento (EPIA); Diminuição no tempo de percurso; Redução do número de acidentes; Aumento da segurança viária; Aumento no conforto na circulação de todos os modos de transporte; Duplicação de capacidade do tráfego entre o Balão do Torto e o Balão do Colorado; Ordenamento do fluxo com a eliminação dos pontos de conflito; Acesso direto a DF-001, DF-150 e Bairro Taquari; Viabilização do uso de transporte não motorizado na região através de ciclovias; e Reduzir os congestionamentos.

O Lote 01 corresponde à execução de obras de reabilitação de pavimento com melhoramentos e adequação de capacidade da rodovia DF-003 (EPIA), no trecho compreendido do entroncamento das rodovias DF-001 e DF-150 (Balão do Colorado) ao entroncamento com a DF-007 (Balão do Torto), do km 0,0 ao km 2,5, denominado Ligação Torto-Colorado. Foram executados até o momento 6,94%.

O Lote 02 corresponde à execução de obras de reabilitação de pavimento com melhoramentos e adequação de capacidade da rodovia DF-003 (EPIA), no trecho compreendido do entroncamento das rodovias DF-001 e DF-150 (Balão do Colorado) ao entroncamento com a DF-007 (Balão do Torto), do km 2,5 ao km 5,2, denominado Ligação Torto-Colorado. Foram executados 22,9%.

2017

A execução de obras de reabilitação de pavimento com melhorias e adequação de capacidade da rodovia DF-003 (EPIA), Ligação Torto-Colorado, segue em andamento em 2017 com avanço acumulado médio de 32,62% compreendendo os Lotes 1 e 2. Foi concluída em 2017 a execução da drenagem superficial e a remoção da rede de energia elétrica. Foram iniciados os ramais de drenagem, conclusão da OAE (Obra de Arte Especial) 01A e provação das OAE-03 e OAE-01C.

2018

Concluída a ponte do Km 4,0 sentido crescente da Ligação Torto Colorado e início da pavimentação e Viaduto de ligação da pista Norte ao Taquarí que ficou com 26,5% de conclusão no ano de 2018, acumulando uma execução neste último ano de 88,9% e com a previsão de entrega da obra no segundo semestre de 2019, entregando assim para a população um trecho com capacidade ampliada e adequação viária para todos os usuários que se deslocam na parte norte do Distrito Federal em direção ao centro da capital (Plano Piloto).

6. Adequar e melhorar com aumento de capacidade o TTN – Trevo de Triagem Norte (DER). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

A construção do Trevo de Triagem Norte visa ampliar a capacidade viária da saída norte e ordenar o tráfego local, melhorando significativamente a segurança e o fluxo de veículos na região.

Atualmente, a saída da extremidade norte comporta um tráfego intenso em horário de pico, que vai das 17h30min até às 20h, apresenta diversos pontos de conflito de fluxos em seus entrecruzamentos, o que causa alto índice de acidentes; grande retenção dos fluxos, congestionamentos que afetam à fluência do tráfego, lentidão no escoamento, além da insuficiência da ponte do Braghetto que já não atende a quantidade de veículos que necessitam ultrapassá-la, apresenta desgastes estruturais e necessita de reforma e readequação à quantidade de veículos para oferecer deslocamentos eficientes e seguros na região. Além da ausência de ciclovias e passeios para circulação de pedestres ao longo das vias; inexistência de obras de artes especiais (passarelas, viadutos e pontes) que complementem de forma eficiente a mobilidade.

Esta obra tem por objetivo a diminuição no tempo de percurso; Redução do número de acidentes; Aumento da segurança viária; Aumento no conforto na circulação de todos os modos de transporte; Duplicação de capacidade do tráfego entre final da Asa Norte e o Balão do Torto; Ordenamento do fluxo com a eliminação dos pontos de conflito; Acesso direto ao Lago Norte por meio das vias L4 e W3 Norte; Viabilização do uso de transporte não motorizado na região.

A obra do TTN, em 2016, teve 11% executado. Neste ano, foram iniciadas as fundações da OAE 2, 3, 4.

2017

A execução de obras para Implantação do Trevo de Triagem Norte (TTN) segue em andamento com avanço acumulado de 30%. Foi concluída em 2017 a execução do das Obras de Arte Especiais OAE 01, OAE 02, OAE 03, OAE 04, OAE 08, OAE 10 e OAE 12; pavimentação das vias laterais 1L e 2 W; execução de 50% OAE 09C do ramo 9W, ligação entre Eixo Rodoviário (DF-002) e Eixo Oeste.

2018

A execução de obras para implantação do Trevo de Triagem Norte (TTN) segue em andamento com avanço acumulado de 80%. No ano de 2018 observou-se a conclusão das Obras de arte Especiais OAE 08, OAE 11 e OAE 09C que configura a conclusão das obras do conjunto de viadutos 09C, 09L e 09W. Observa-se ainda o início da execução das pontes OAE 06 e OAE 07 com avanço acelerado na execução destes serviços bem como o início da execução dos viadutos 05 e 05A. Desta forma o ano de 2018 conclui a execução acumulada de 11 viadutos dos 13 previstos na implantação do Trevo de Triagem Norte iniciando a execução das pontes vicinais à ponte do Braghetto em ritmo avançado chegando a 82% da execução referente a OAE 06 e 98% da execução referente a OAE 07 além de atingir 95% da execução referente a OAE 05 e 40% da execução referente a OAE 05A.

Realizou-se ainda aterro na pista lateral 3W entre as estacas 1+000 e 1+120, anteriormente projetado como parte da ponte OAE 07, com a execução de plataforma de rachão para reforço do solo e a contenção de aterros em sistema misto Terramesh System e Terramesh Verde. Houve ainda avanço nos serviços de pavimentação das vias com realização das pistas transversais 1WL, 2LW e dos ramos 2L, 3L, 4L, 5L, 6W, 7W, 8W, 9W, 10W, 11L e 12L totalizando a execução de 75% da pavimentação de vias. Teve início também da execução das obras complementares com

implantação de defensas metálicas e do plantio de grama em mudas e em placas ao longo das áreas definidas em projeto, com previsão de entrega da obra no ano de 2019, como previsto no planejamento de metas a serem atingidas no plano plurianual 2016-2019.

7. Construir Ponte Paralela à Barragem do Paranoá (SEMOB). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

A construção da Ponte Paralela à Barragem do Paranoá se faz necessária em razão do acréscimo do número de veículos originários das regiões administrativas do Paranoá e condomínios existentes nas imediações, além da grande quantidade de veículos de cargas que passam sobre a DF-001 (EPCT). Esse cenário agravado pelas más condições topográficas, pode gerar impactos negativos tanto na estrutura quanto no aumento de número de acidentes de trânsito.

A fim de dar maior segurança e fluidez retirando o fluxo de veículos no local, o DER/DF abriu o processo nº 113.006.095/2015 para a realização de estudo técnico e a elaboração de Termo de Referência que dará origem a contratação de Concurso Público para a Construção da Ponte sobre a Barragem do Paranoá.

8. Construir 3 passarelas em rodovias; (SEMOB) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)

2016

No âmbito do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal (Contrato de Empréstimo BID – 1957/OC-BR), após licitação, foi assinado, em 29/12/2016, o contrato nº 08/2016-SEMOB/DF para Elaboração de Projeto Executivo e Construção de 3 (três) Passarelas: nº 6 e nº 7 na DF-095 (EPCL) e nº 4 na DF-003 (EPIA). O início dos serviços está previsto para janeiro/2017, com tempo de execução de 120 dias.

2017

Em 2017, alterou-se a localização da passarela nº 4, anteriormente prevista para a DF-003 (EPIA), para a DF-095 (EPCL). A Ordem de Serviço autorizando o início das obras foi assinada em 26/07/2017. Contudo, a execução das obras está suspensa por força da Decisão nº 5587 do Tribunal de Contas do Distrito Federal, de 16/11/2017.

2018

Após suspensão pelo Tribunal de Contas do DF, foram retomadas as obras de construção das passarelas nº6 e 7 na DF-095 (EPCL, a via Estrutural). Está em análise a viabilidade de implantação de outra passarela na EPCL.

9. Construir 9 pontes em rodovias. (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

No âmbito do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal (Contrato de Empréstimo BID – 1957/OC-BR), em processo de preparação a licitação para contratação das obras de Alargamento das Pontes sobre o Córrego Samambaia e o Córrego Vicente Pires e dos Viadutos sobre a “FCA – Ferrovia Centro-Atlântica” na DF-085 (EPTG), totalizando 4 pontes e 2 viadutos (considerados os dois sentidos da via). O orçamento e os projetos básicos foram revisados e entregues pelo DER-DF em dezembro/2016. No mesmo mês, a minuta do edital foi encaminhada ao BID para análise e não objeção.

Ponte sobre o Rio Córrego do Torto (Prevista na obra de Ligação Torto Colorado – LTC; vide item 5) e 02 pontes sobre o Lago Paranoá (Previstas na obra do Trevo de Triagem Norte – TTN, vide item 6). Ponte sobre o Rio VC-533, iniciada no mês 04/2017. Ponte sobre a DF-290, licitação prevista para o primeiro semestre de 2017.

2017

Em 2017, das nove obras previstas na meta, quatro pontes e dois viadutos estão sob a alçada da SEMOB. Importantes obras, no sentido de melhorar a segurança viária, consistem no alargamento das Pontes sobre os Córregos Samambaia (1 em cada sentido da via) e Vicente Pires (1 em cada sentido da via) e Viadutos sobre a FCA (Ferrovia Centro-Atlântica) na DF-085 (EPTG), que tiveram a Ordem de Serviço para o início das obras assinada em 19/12/2017 e têm previsão de conclusão de 120 dias.

Com o objetivo de promover a fluidez viária, o DER/DF concluiu, em 2017, a execução de 02 pontes: Ponte sobre o Rio Descoberto VC-533: Execução das obras para Construção de Ponte sobre o Rio Descoberto na VC-533 Brazlândia - Divisa DF/GO. Entroncamento BR-080/BR-251. Situação do contrato: concluído. Ponte sobre o Rio Alagado, rodovia DF-290: Construção de ponte sobre o Rio Alagado e passagem de fauna. Trecho: acesso ao Gama/entroncamento Avenida Alagados (Santa Maria). Situação do contrato: concluído.

Além daquelas já concluídas, o DER/DF realizou a licitação do alargamento da ponte sobre o Ribeirão Rodeador, DF-445.

2018

SEMOB

Em junho de 2018 foram concluídas e entregues as obras de alargamento das pontes sobre os Córregos Samambaia e Vicente Pires, uma em cada sentido das vias totalizando quatro pontes. Já em outubro foi concluído o alargamento dos dois viadutos sobre a FCA.

DER

Alargamento na DF-085 (EPTG) Córrego Samambaia sentido Taguatinga (1) e Sentido Plano Piloto (2), Alargamento na DF-085 (EPTG) Córrego Vicente Pires sentido Taguatinga (1) e sentido Plano Piloto (2), Alargamento Viaduto Rede Férrea sentido Taguatinga (1) e Plano Piloto (2). Alargamento da Ponte sobre o Córrego Rodeador na DF-445.

Como já citado na explanação de 2017, sito "Em 2017, das nove obras previstas na meta, quatro pontes e dois viadutos estão sob a alçada da SEMOB. Importantes obras, no sentido de melhorar a segurança viária, consistem no alargamento das Pontes sobre os Córregos Samambaia (1 em cada sentido da via) e Vicente Pires (1 em cada sentido da via) e Viadutos sobre a FCA (Ferrovia Centro-Atlântica) na DF-085 (EPTG), que tiveram a Ordem de Serviço para o início das obras assinada em 19/12/2017 e têm previsão de conclusão de 120 dias", assim distribuídas:

Alargamento de 02 pontes do Córrego Samambaia localizadas nos sentidos crescente e decrescente da rodovia DF-085, Alargamento de 02 pontes do Córrego Vicente Pires localizadas nos sentidos crescente e decrescente da rodovia DF-085, Alargamento de 02 pontes sobre a FCA (Ferrovia Centro-Atlântica) localizadas nos sentidos crescente e decrescente da rodovia DF-085 e Alargamento da Ponte sobre o Córrego Rodeador na DF-445 nas mediações da cidade de Brazlândia-DF, totalizando 07 (sete) alargamentos que foram considerados como Construção de Pontes em rodovias do SRDF.

10. Construir 12 viadutos em rodovias (DER). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Em 2016, foram previstos 8 viadutos que, embora ainda não construídos, fazem parte das obras em andamento como o Trevo de Triagem Norte – TTN e Ligação Torto Colorado, citadas nos itens 5 e 6. Por meio de Convênio celebrado entre o DER/DF e a TERRACAP em 14.03.2016, serão repassados ao Departamento R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para a execução de cinco obras de Arte Especiais (viadutos), que fazem parte das obras necessárias à ampliação do Sistema Viário da Rodovia DF-003 – EPIA – Ligação Torto-Colorado. OAE – 01ª, OAE - 01BW, OAE – 01C, OAE-03 e OAE-04.

Aguardando a definição do modelo de licitação (RDC ou Lei 8.666/93) a Implantação de 3 viadutos no entroncamento das rodovias DF-001/DF-015/DF-250- Recanto das Emas/Riacho Fundo, II.

2017

Em 2017, ainda com o objetivo de promover a fluidez viária, o DER/DF concluiu 08 (oito) viadutos, sendo 07 (sete) integrantes da implantação do Trevo de Triagem Norte e 01 (um) da Ligação Torto-Colorado.

2018

Foram concluídas as obras de construção de 03 (três) viadutos do LTC, restando apenas 01 (um) para o ano de 2019 e conclusão das obras no trecho.

11. Realizar o plantio de 20.721 mudas nativas do cerrado como compensação ambiental (SEMOB). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).

2017

Em 2017, foram plantadas, no Jardim Botânico de Brasília, 20.721 mudas de espécies nativas do cerrado, atingindo a meta estipulada. Além do plantio, está previsto o monitoramento das mudas por mais dois anos.

2018

Visando à compensação ambiental do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal – PTU/DF, em cumprimento ao Termo de Compromisso de Compensação Florestal Nº 100.000.006/2012-IBRAM e ao PGAS/ RAAE (Relatório de Avaliação Ambiental Estratégica), foi realizado em 2018 o monitoramento e a manutenção das 87.885 mudas de espécies nativas do cerrado plantadas no Jardim Botânico de Brasília.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1656	Extensão das Faixas de Rolamento Pavimentadas do Sistema Rodoviário do Distrito Federal – SRDF <i>Indicador alterado, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	KM	2706	31/12/2014	2756	3039	3.064	3.064	3.089	3.122	3.114	DER / UO 26205 / OE 3
1657	Índice da Malha Rodoviária Pavimentada em "bom e ótimo" Estado <i>(Indicador alterado, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	%	58	31/12/2014	64	51	65	48	68	54	71	DER / UO 26205/ OE 3
1725	Índice de Mortos no Trânsito do DF Por 100.000 Habitantes <i>(Indicador incluído, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	VÍTIMAS FATAIS/HABIT	13,23	31/12/2016	-	-	11,65	-	10,27	9,38	9,05	DER/DETRAN/DNI 26205/OE 3
1726	Índice da Malha Rodoviária Pavimentada com Sinalização Vertical em "Bom e Ótimo" Estado. <i>(Indicador incluído, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	%	79	31/12/2016	-	-	65	84	68	66	71	DER/UO 26205/OE 3
1727	Índice da Malha Rodoviária Pavimentada Com Sinalização Horizontal em "Bom e Ótimo" Estado. <i>(Indicador incluído, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	%	58	31/12/2017	-	-	62	62	65	86	68	DER/UO 26205/OE 3

Justificativas 2016

Indicador 1655

Dados ainda não consolidados pelo DER/DF. Prazo mínimo para apuração: 30 (trinta) dias após o encerramento do ano.

Indicador 1656 - Foram consideradas as rodovias do BRT SUL, bem como as atualizações nas pavimentações das rodovias do Sistema Rodoviário do Distrito Federal. Somatório da extensão nas rodovias pavimentadas x número de faixas x 2 (acumulativo).

Indicador 1657 - Em virtude de restrição orçamentária, não foi possível implementar todas as medidas planejadas. Destaca-se que o contrato de fornecimento de Concreto Betuminoso Usinado a Quente - CBUQ só foi realizado no final do último trimestre (outubro) de 2016. Fórmula: número de quilômetros da malha rodoviária pavimentada em "ótimo e bom" estado / total malha pavimentada.

Indicador 1658 - Em virtude de recessão orçamentária, não foi possível implementar todas as medidas planejadas.

Indicador 1659 - Esse corredor ainda não foi implantado. O DER executou as obras em apenas um trecho do total, que foi na DF-085 (EPTG). A complementação deverá ser feita após licitação sob responsabilidade da SINESP.

Indicador 1660 - Ainda será licitada a obra para a implantação dos Trechos 3 e 4, chamado de 2º Trecho ou 2ª Etapa. O Projeto Executivo de toda a extensão do BRT foi concluído antes da implantação dos Trechos 1 e 2, logo não é possível quantificar valores para a parte do projeto que se refere apenas aos Trechos finais (3 e 4).

Indicador 1661 - O Projeto já está concluído e foi entregue à CAIXA para análise. Ainda não há um valor fechado para a obra, nem previsão de licitação. O que se tem é uma estimativa de quanto custará a obra, aproximadamente, R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais). O Projeto foi concluído com valor final de R\$15.219.344,98.

Justificativas 2017

Indicador 1656 - Por meio de contratos de pavimentação e duplicação de rodovias, o DER/DF alcançou o índice desejado para o aumento da extensão das faixas de rolamento pavimentadas no Sistema Rodoviário do Distrito Federal.

Indicador 1657 - A queda na avaliação do pavimento foi decorrente de que as obras de restauração da DF-001, Entroncamento BR-070/DF-095(EPCL) ao Entroncamento BR-080/251 (B) 080/251(B), "Caminho para Brazlândia" e Entroncamento DF-170 ao Entroncamento BR-010/020/030/DF-003/DF-150 (Parque Rodoviário do DER-DF), " 2ª etapa Lago Oeste" não foram avaliadas como concluídas.

Indicador 1659 - O resultado ficou muito abaixo do pretendido devido a alterações em projetos ou impedimentos para continuação de certames e para o prosseguimento de intervenção contratada, pelos efeitos de Decisões do TCDF e do TJDFT. Embora já tenham sido licitados 59,35% das intervenções do Corredor Oeste, outros 17,74% restantes não tiveram seus procedimentos licitatórios iniciados, pois apesar dos projetos de engenharia desenvolvidos, houve necessidade de ajustes, solicitados pela SEMOB, SEGETH e/ou IPHAN.

Indicador 1725 - O indicador dimensiona o número de mortos no trânsito do DF a cada 100 mil habitantes do Distrito Federal. Dessa forma, envolve os óbitos ocorridos tanto nas vias urbanas, rodovias federais bem como nas rodovias pertencentes ao Sistema Rodoviário do Distrito Federal. Com isso, o prazo para a consolidação das informações dos órgãos envolvidos (DER/DF/DETRAN/DNIT) é de 90 dias após o encerramento do ano.

Indicador 1726 - No exercício de 2017, o DER/DF superou o índice desejado para sinalização vertical classificada como em "bom e ótimo estado" no Sistema Rodoviário do Distrito Federal, alcançando a marca de 84%.

Indicador 1727 - No exercício de 2017, o DER/DF alcançou o índice desejado de 62% para sinalização horizontal classificada como em "bom e ótimo estado" no Sistema Rodoviário do Distrito Federal.

Justificativas 2018

Indicador 1656 - O aumento no total na extensão das Faixas de Rolamentos no ano de 2018 se deve à atualização do cadastro das interseções rodoviárias e à revisão do Sistema Rodoviário do Distrito Federal - SRDF. Fonte: GEGEO.

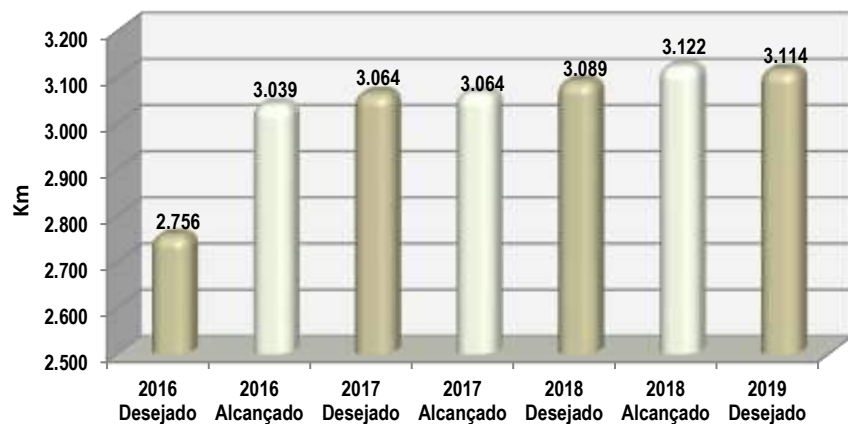
Indicador 1657 - Durante o ano de 2018 inúmeras foram as ações nas rodovias do SRDF, sendo as principais intervenções tida na DF-001 (região do Lago Oeste), DF-001 (Caminho para Brazlândia), VC-533 e DF-047 (EPAR), além de inúmeras intervenções pontuais como na BR-020, DF-001 (Jardim Botânico) e DF-075 (EPNB).

Indicador 1725 - O indicador dimenciona o número de mortos no trânsito do DF a cada 100 mil habitantes do Distrito Federal, dessa forma envolve os óbitos ocorridos tanto nas vias urbanas, rodovias federais bem como nas rodovias pertencentes ao Sistema Rodoviário do Distrito Federal - SRDF. Com isso, o prazo para a consolidação das informações dos órgãos envolvidos (DER-DF/DETRAN/DNIT) é de 90 dias após o encerramento do ano. Fonte: GESET (obs: dados preliminares).

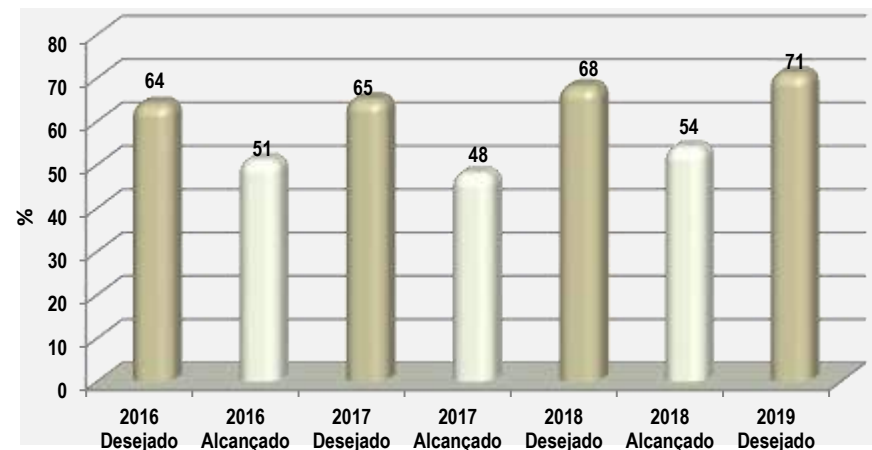
Indicador 1726 - Durante o ano de 2018 inúmeras foram as ações nas rodovias do SRDF, sendo as principais intervenções tida na DF-001 (região do Lago Oeste), DF-001 (Caminho para Brazlândia), VC-533 e DF-047 (EPAR), além de inúmeras intervenções pontuais como na BR-020, DF-001 (Jardim Botânico) e DF-075 (EPNB).

Indicador 1727 - A Superintendência de Obras e a Superintendência de Operações no ano de 2018 tiveram um trabalho em conjunto na revitalização da sinalização horizontal da malha pavimentada, apesar da refletância sofrer continuamente pelo excesso de poeira. O DER/DF manteve ainda o Contrato de revitalização com a empresa responsável pela manutenção, o que colaborou com o aumento na qualidade de sinalização horizontal.

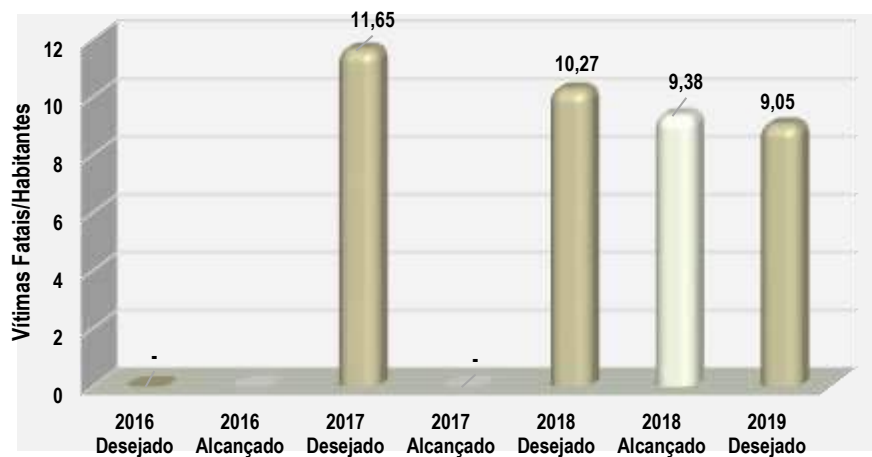
EXTENSÃO DAS FAIXAS DE ROLAMENTO PAVIMENTADAS DO SISTEMA RODOVIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL - SRDF



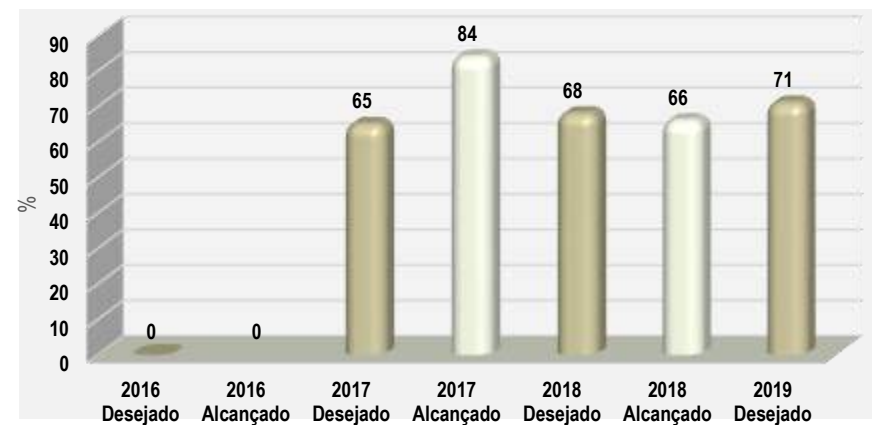
ÍNDICE DA MALHA RODOVIÁRIA PAVIMENTADA EM "BOM E ÓTIMO" ESTADO



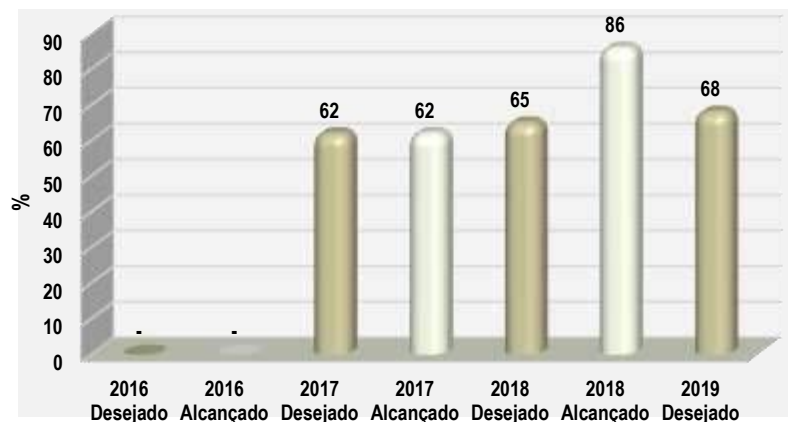
ÍNDICE DE MORTOS NO TRÂNSITO DO DF POR 100.000 HABITANTES



ÍNDICE DA MALHA RODOVIÁRIA PAVIMENTADA COM SINALIZAÇÃO VERTICAL EM "BOM E ÓTIMO" ESTADO



ÍNDICE DE MALHA RODOVIÁRIA PAVIMENTA COM SINALIZAÇÃO HORIZONTAL EM "BOM E ÓTIMO" ESTADO.



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2017 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6216	3	1	Articular a Implantação de estacionamentos rotativos (<i>Item alterado, conforme Lei nº 6061/2017 de Revisão do PPA 2016-2019</i>)	58101	20	<p>2016 Foi instituída, por meio do Decreto nº 37.436, de 23 de junho de 2016, a Comissão Interinstitucional para elaborar a regulamentação das áreas destinadas a estacionamentos no Distrito Federal - CIRAE-DF). Em 21 de outubro de 2016, foi publicado o Decreto nº 37.719 que transferiu à Secretaria das Cidades a Coordenação da CIRAE-DF. Segundo à Secretaria das Cidades, não houve avanço nesta ação em 2016.</p> <p>2017 A SECID coordenou e concluiu a Comissão para implantação dos Estacionamentos Rotativos no DF. O Edital do Procedimento de Manifestação de Interesse-PMI, para os estudos dos estacionamentos do DF foi elaborado. A Coordenação do projeto foi transferida para o IPREV.</p> <p>2018 A responsabilidade pela organização do uso de espaços públicos destinados a estacionamentos rotativos foi transferida ao IPREV.</p>

Análise dos Resultados dos Objetivos Especificos

2016/2018

SEMOB

O Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF, autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Mobilidade, tem como missão Assegurar a Qualidade da Infraestrutura Viária, do Trânsito e da Mobilidade nas Rodovias do Distrito Federal, comprometida com o Desenvolvimento Sustentável.

Visando promover a segurança e fluidez viária, o DER atua na modernização e na manutenção da infraestrutura do Sistema Rodoviário do Distrito Federal, incluindo, em 2016, ações de adequação, melhoramento, aumento de capacidade nas rodovias, duplicação e restaurações. Estavam em andamento ou foram finalizadas em 2016 diversas obras nas Rodovias: DF-463, DF-480, VC-533, DF-440, DF-035, DF-001 (EPCT)-Lago Oeste, ligação Torto- Colorado e no Eixo Norte com a implantação do Trevo de Triagem Norte. Constam em elaboração diversos projetos executivos de engenharia e de EIA/RIMA, destinados à implantação do Sistema de Transporte Coletivo de Passageiros denominados Corredor Eixo Norte, consultoria em engenharia para análise e adequações nos produtos oriundos do contrato 040/2008 e a elaboração dos projetos básico e executivo para implantação do Anel Viário, elaboração do Plano de Controle Ambiental e Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PCA/PRAD para a obra de pavimentação da DF-285, elaboração do Plano de Controle de Recuperação de Áreas Degradadas – PCA/PRAD para a obra de pavimentação da DF-001 (EPCT), incluindo a construção de ponte de concreto sobre o Rio da Palma, gerenciamento ambiental dos Programas Ambientais do Corredor de Transporte Público Coletivo Eixo Sul e supervisão das obras de implantação do Trevo de Triagem Norte (TTN).

De acordo com as diretrizes governamentais, sendo o responsável pela administração de uma expressiva carteira de obras de construção totalizando, 16 contratos de obras, projetos rodoviários e serviços de engenharia administrados ao mesmo tempo, o DER foi responsável por 1.015 km de rodovias pavimentadas, conforme dados constantes do (SRDF) de 2016, e por uma malha rodoviária total de 1.913 km, cabendo-lhe ainda a execução de serviços de expansão ou recuperação, bem como contribuir para a educação no trânsito, zelar pela segurança viária, fiscalizar o trânsito em que compete o SRDF.

A grande diretriz para o período 2016-2019 é a priorização do transporte coletivo sobre o individual e do não motorizado sobre o motorizado. Todavia, dado o alto índice de motorização da capital do país, também são importantes ações para garantir a fluidez e a segurança viária.

Em 2017, no âmbito do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal (PTU/DF), dentre outras ações, foram autorizadas importantes obras para a segurança e fluidez viária, que consistem no alargamento das Pontes sobre os Córregos Samambaia (1 em cada sentido da via) e Vicente Pires (1 em cada sentido da via) e Viadutos sobre a FCA (Ferrovia Centro-Atlântica) na DF-085 (EPTG), que tiveram a Ordem de Serviço para o início das obras assinada em 19/12/2017 e têm previsão de conclusão de 120 dias. Estas pontes e viadutos auxiliarão na fluidez na EPTG, assegurando, ainda, um maior nível de segurança e conforto para os motoristas que utilizam a DF-085 diariamente.

Visando à compensação ambiental do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal – PTU/DF, em cumprimento ao Termo de Compromisso de Compensação Florestal Nº 100.000.006/2012-IBRAM e ao PGAS/RAAE (Relatório de Avaliação Ambiental Estratégica), foi concluído o plantio de 87.885 mudas de espécies nativas do cerrado no Jardim Botânico de Brasília, representando 100% do total previsto, conforme contrato nº 01/2015 – SEMOB.

Como componente de Custos Diretos do PTU/DF, visando à Melhoria da Segurança Viária para Transporte Motorizado e Não Motorizado, foram iniciados em julho/2017 os serviços de “Elaboração de Projeto Executivo e Construção das Passarelas nº 6 e 7 na DF-095 (EPCL) e Passarela nº 4 na DF-003 (EPIA)” (contrato nº 08/2016-SEMOB). Com o intuito de abranger uma maior parcela da população usuária das passarelas, o equipamento previsto para ser instalado na DF-003 (EPIA) foi transferido para a DF-095 (EPCL).

2018

No que compete à SEMOB, em 2018 iniciou-se a reforma do terminal de Sobradinho Centro, com previsão de término para fevereiro de 2019, e a construção de duas passarelas na Via Estrutural, ambas em fase de conclusão. Foram concluídos os alargamentos das pontes sobre o córrego Samambaia, Vicente Pires e Viadutos sobre a Ferrovia Centro Atlântica, melhorando a fluidez viária nessas áreas.

Visando à compensação ambiental do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal – PTU/DF, em cumprimento ao Termo de Compromisso de Compensação Florestal Nº 100.000.006/2012-IBRAM e ao PGAS/ RAAE (Relatório de Avaliação Ambiental Estratégica), foi realizado em 2018 o monitoramento e a manutenção das 87.885 mudas de espécies nativas do cerrado plantadas no Jardim Botânico de Brasília. Ainda, como compensação ambiental, conforme Termo de Compromisso nº 100.02/2016-IBRAM, encontra-se em andamento na SEPLAG o processo de licitação, por pregão eletrônico, para aquisição de veículos de apoio ao combate a incêndios florestais destinados às seguintes Unidades de Conservação: Parque Ecológico Ezechias Heringer e Reserva Biológica do Guará.

SINESP

A SINESP contribui para a segurança e fluidez viária do Programa Mobilidade Integrada e Sustentável com a execução da ação da implantação do eixo oeste e vem enfrentando alguns entraves para a execução desta ação. Segue abaixo as considerações à respeito do **Indicador de Desempenho da Implantação do Expresso Oeste:**

O resultado ficou muito abaixo do pretendido devido a alterações em projetos ou impedimentos para continuação de certames e para o prosseguimento de intervenção contratada, pelos efeitos de Decisões do TCDF e do TJDF. Embora já tenham sido licitados 59,35% das intervenções do Corredor Oeste, outros 17,74% restantes não tiveram seus procedimentos licitatórios iniciados, pois apesar dos projetos de engenharia desenvolvidos, houve necessidade de ajustes, solicitados pela Semob, Segeth e/ou Iphan.

Assim a Implantação do Expresso Oeste finalizou o exercício de 2017 com, apenas, 3,41% implantados, e encontra-se em execução os trechos: Sol Nascente/Hélio Prates e Viaduto EPTG/EPCT. A causa do baixo desempenho, como já observado, deu-se pela ausência de desfechos esperados de procedimentos licitatórios, cujas intervenções objeto dos certames influenciaram a elaboração da meta que restou prejudicada conforme o cenário apresentado abaixo.

Houve alteração de expectativa com relação a meta que para ser alcançada dependia, sobretudo, da evolução da intervenção do Túnel de Taguatinga até o Viaduto da EPTG, que teve impedido seu prosseguimento, por meio da Decisão nº 2375/2016 - TCDF, que determinou à SINESP e à NOVACAP absterem-se em dar continuidade na execução do Contrato nº 004/2016-Sinesp.

E, também houve a necessidade de se adequar os projetos já existentes dos seguintes trechos:

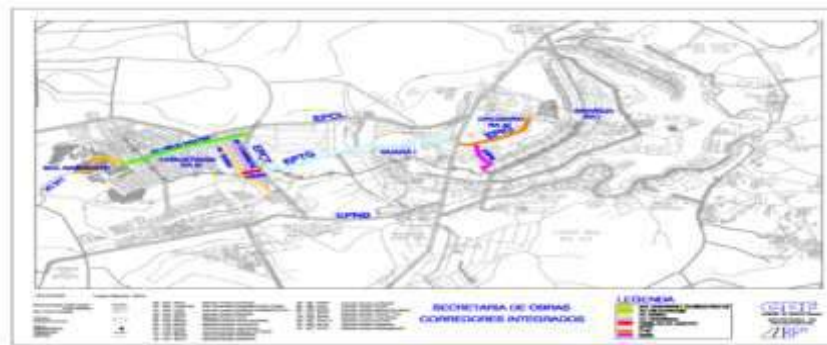
- Av. Hélio Prates e o trecho Samdu e Comercial Norte e Sul (Semob apresentou novas diretrizes para a Operação do Sistema de Transporte),
- EPIG – Trecho SIG (foi necessário destacá-lo do restante das obras face à negativa do Iphan com relação aos demais trechos),
- EPIG – Trechos restantes (ajustes face a novas diretrizes do Iphan e Semob),
- ESPM – entre a EPIG e o Viaduto da W3 Sul (fase final de orçamento), e
- ESPM – entre o Viaduto W3 Sul e o Terminal da Asa Sul - TAS (aguarda conclusão do trecho entre a EPIG e o Viaduto da W3 Sul).

Já em relação ao trecho EPIG – Viaduto Parque da Cidade, até o final do exercício, não houve liberação de recursos, por parte do Ministério das Cidades, que possibilitasse a realização de certame. Há previsão que a liberação ocorra no início de 2018.

Expresso Oeste (Corredor de Transporte Coletivo do Eixo Oeste) – PAC MOBILIDADE GRANDES CIDADES

O Eixo Oeste é considerado o principal eixo de transporte público coletivo do Distrito Federal, pois sua implantação irá melhorar a mobilidade entre várias Regiões Administrativas, desde o Plano Piloto, como outras áreas bastante populosas, que compreendem as Regiões Administrativas de Brazlândia, Ceilândia, Taguatinga, Samambaia, Águas Claras, Vicente Pires e Guará, além do município de Águas Lindas/GO.

A concepção da proposta se baseia na implantação de um sistema integrado com eixos estruturantes servidos por linhas troncais, circulares, de ligação e alimentadoras/distribuidoras, visando a redução dos tempos de espera e de viagens nas linhas alimentadoras e troncais, com o mínimo de superposição de itinerários, com foco principal nas questões de mobilidade e acessibilidade.



LOCALIZAÇÃO: Plano Piloto, Taguatinga e Ceilândia

Por uma questão de estratégia, tanto para a elaboração de projetos como para a implantação das obras, o corredor de transporte do eixo oeste foi dividido nos seguintes trechos:

- Estrada Parque Indústrias Gráficas – EPIG;
- Estrada do Setor Policial – ESPM,
- Estrada Parque Taguatinga / Guará – EPTG,
- Túnel de Taguatinga;
- Avenidas Comercial e SAMDU;
- Avenida Hélio Prates; e
- Acesso à Avenida Principal do Sol Nascente.

Estes trechos atingem a extensão total de 30,12 km (sem considerar os 25,84 km correspondentes às vias transversais às Avenidas Comercial e Samdu); O valor total estimado para a implantação de todo o Eixo Oeste é de R\$ 650 milhões.

As obras relativas à Avenida Hélio Prates e à EPIG serão realizadas com recursos oriundos do OGU; as demais, com recursos do FGTS e o trecho correspondente à EPTG foi implantado pelo DER.

Agrupando-se as obras/projetos dos diferentes trechos em função do estágio em que se encontram, e tomando-se como base o valor estimado para todo o empreendimento, obtêm-se os seguintes dados:

SITUAÇÃO DAS OBRAS OU PROJETOS	EXTENSÃO km	PERCENTUAL SOBRE O VALOR TOTAL A SER INVESTIDO EM TODO O EMPREENDIMENTO %
Obras concluídas	0,18	2,27
Obras licitadas ou em execução	2,16	59,35
Obras com licitação prevista para início de 2018	17,08	20,65
Obras com projetos que necessitam de novos ajustes	10,7	17,74
Total	30,12	100

Dessa forma, estima-se que até o final de 2018 já terão sido iniciadas as ações para a implantação de 82% das obras que compõem o corredor de transporte; as obras já licitadas correspondem a 59,35% e os 17,74 % restantes não foram iniciados devido a fatores específicos de projeto, em função de alterações solicitadas pela Semob, Segeth e/ou Iphan, após a conclusão dos mesmos. No entanto, ao se considerar o percentual de obras executadas sobre a extensão total do Eixo Oeste, obtêm-se o índice de 3,41% de obras implantadas.

Por fim, apresenta-se abaixo, as justificativas detalhadas para o atraso na implantação de cada trecho do corredor de transporte do Eixo Oeste, ao longo de todo o processo:

LOCAL DAS OBRAS	SITUAÇÃO DO ANDAMENTO DAS OBRAS
ACESSO SOL NASCENTE / HÉLIO PRATES	Obra em Andamento
AV. HÉLIO PRATES	A obra não poderá ser realizada concomitantemente à obra do Túnel. Após a conclusão dos projetos, em 2014, a Semob apresentou novas diretrizes para a operação do sistema de transporte, sendo necessária a adequação do projeto existente.
SAMDU E COMERCIAL NORTE E SUL	Após a conclusão dos projetos, em 2014, a Semob apresentou novas diretrizes para a operação do sistema de transporte, sendo necessária a adequação do projeto existente. Os novos projetos executivos estão em fase final de orçamento para posterior envio para licitação.

LOCAL DAS OBRAS	SITUAÇÃO DO ANDAMENTO DAS OBRAS
TRANSVERSAIS SAMDU E COMERCIAL	Projeto incluído recentemente no empreendimento. Certames lançados, mas suspensos pelo TCDF.
DRENAR TAGUATINGA	Obra licitada, aguardando recursos para contrapartida.
TÚNEL (ATÉ O VIADUTO DA EPTG)	Obra contratada, porém prosseguimento interrompido por Decisão do TCDF, em consequência de Ação Judicial que questiona o certame.
VIADUTO EPTG/EPCT	Obra em Andamento.
EPIG – VIADUTO PARQUE DA CIDADE	Projeto concluído, porém até o encerramento do exercício de 2017, não houve liberação de recursos, por parte do Ministério das Cidades que possibilitasse a realização de certame. Há previsão que a liberação ocorra no início de 2018.
EPIG – TRECHO SIG	Único trecho autorizado pelo Iphan - projeto concluído em fase final de orçamento (houve necessidade de destacá-lo do restante das obras, face à negativa do Iphan com relação aos demais trechos).
EPIG – TRECHOS RESTANTES	Projeto concluído, mas com necessidade de ajustes face à nova orientação do IPHAN e Semob.
ESPM – ENTRE A EPIG E O VIADUTO DA W3	Projeto refeito face às novas diretrizes da Segeth e Semob, eliminando as trincheiras; projeto concluído e em fase final de orçamento para posterior licitação.
ESPM - VIADUTO W3	Obra concluída.
ESPM – ENTRE O VIADUTO W3 e o Terminal da Asa Sul	Projeto pronto para licitação, aguardando o trecho entre a EPIG e o viaduto da W3.

2018

Indicador excluído a partir de 2018 conforme Decreto nº 39.461/2018 de Revisão do PPA 2016/2019 (DODF nº 218, de 16/11/2018).

DER

No ano de 2017, houve aumento nas Faixas de Rolamento em decorrência da ampliação das rodovias pavimentadas, bem como na melhoria da metodologia de aferição proporcionada pelo Sistema de Cadastro de Rodovias - SCR, utilizado pelo DER/DF.

O Índice de Sinalização Vertical em "Bom e Ótimo" estado foi superado em 2017, enquanto índice referente à Sinalização Horizontal atingiu o esperado.

A queda na avaliação do pavimento é consequência de que as obras de restauração da DF-001 ("Caminho para Brasília" e "2ª Etapa do Lago Oeste") não foram avaliadas como concluídas quando da aferição quadrimestral. Ambas se encontram finalizadas e somam 21,59 km, sendo que a restauração do "Caminho para Brasília" tem extensão aproximada de 9,07 km, e a 2ª Etapa do Lago Oeste, 12,52 km.

O indicador de Mortos no Trânsito do DF por 100.000 Habitantes dimensiona o número de mortos no trânsito do DF a cada 100 mil habitantes do Distrito Federal. Dessa forma, envolve os óbitos ocorridos tanto nas vias urbanas, rodovias federais bem como nas rodovias pertencentes ao Sistema Rodoviário do Distrito Federal. Com isso, o prazo para a consolidação das informações dos órgãos envolvidos (DER/DF/DETRAN/DNIT) é de 90 dias após o encerramento do ano.

Houve aumento no total na extensão das Faixas de Rolamentos no ano de 2018 resultado da atualização do cadastro das interseções rodoviárias e à revisão do Sistema Rodoviário do Distrito Federal - SRDF.

No que refere-se ao Índice de Sinalização Vertical em "Bom e Ótimo", inúmeras as ações que foram realizadas nas rodovias do SRDF, sendo as principais intervenções tida na DF-001 (região do Lago Oeste), DF-001 (Caminho para Brasília), VC-533 e DF-047 (EPAR), além de inúmeras intervenções pontuais como na BR-020, DF-001 (Jardim Botânico) e DF-075 (EPNB) enquanto o índice referente à Sinalização Horizontal atingiu o esperado.

Registramos que atinente ao Índice da Malha Rodoviária Pavimentada em "bom e ótimo" estado, foram realizadas as ações nas rodovias no SRDF, sendo as principais intervenções tida na DF-001 (região do Lago Oeste), DF-001 (Caminho para Brasília), VC-533 e DF-047 (EPAR), além de inúmeras intervenções pontuais como na BR-020, DF-001 (Jardim Botânico) e DF-075 (EPNB).

O indicador de Mortos no Trânsito do DF por 100.000 Habitantes dimensiona o número de mortos no trânsito do DF a cada 100 mil habitantes do Distrito Federal. Dessa forma, envolve os óbitos ocorridos tanto nas vias urbanas, rodovias federais bem como nas rodovias pertencentes ao Sistema Rodoviário do Distrito Federal.

SECID

Todo trabalho técnico e edital de PMI foi desenvolvido pela Secretaria das Cidades. Com a aprovação da Lei Complementar 932 de 2017 que institui o regime de previdência complementar do DF, os recursos decorrentes da cessão do direito de superfície sobre os espaços públicos destinados a estacionamento de veículos automotores e o direito de superfície sobre áreas destinadas à regularização fundiária urbana e rural de propriedade do Distrito Federal e de suas empresas públicas, observada a regulamentação específica definida em lei, serão destinados ao Fundo da Previdência. Isto posto, a coordenação da implantação do projeto de estacionamentos rotativos anteriormente designada à Secretaria de Estado das Cidades, foi transferida ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - IPREV. Os estudos e trabalhos desenvolvidos por esta Secretaria foram oficialmente repassados aos novos coordenadores, com a finalidade de proporcionar celeridade e devida continuidade ao processo já iniciado.

2018

Com o advento da Lei Complementar nº 932, de 03 de outubro de 2017, que institui, reestrutura, reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal, e que instituí o “Fundo Solidário Garantidor”, cujos recursos, originam-se, dentre outros, do uso de espaços públicos destinados a estacionamentos, impõe a este órgão o re-exame da ação com vistas ao ajuste do PPA no exercício de 2019.

Art. 73-A. Fica instituído o Fundo Solidário Garantidor, com a seguinte destinação e características:

I - destinado a ser reserva garantidora da solvência parcial ou total das obrigações previdenciárias dos fundos de que trata o art. 73, §§ 1º e 2º;

II - baseado em sistema de monetização e rentabilização de ativos que implique ampliação de suas reserva patrimoniais, que são devidamente aplicadas nas condições de mercado, com observância de regras de segurança, solvência, liquidez, rentabilidade, desenvolvimento socioeconômico regional, proteção e prudência financeira;

III - composto pelos seguintes bens, ativos, direitos e receitas extraordinárias:

a) recursos financeiros, imóveis e direitos destinados por lei;

(...)

c) os recursos decorrentes da cessão do direito de superfície sobre os espaços públicos destinados a estacionamento de veículos automotores e o direito de superfície sobre áreas destinadas à regularização fundiária urbana e rural de propriedade do Distrito Federal e de suas empresas públicas, observada a regulamentação específica definida em lei.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

04 - BRASÍLIA NOS TRILHOS: Melhorar e expandir o serviço de transporte ferroviário e elevar a satisfação do usuário com o transporte sobre trilhos. *(Objetivo alterado, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)*

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

26.206 – COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL - METRÔ

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	4	1	Implantar a Expansão da rede metroviária - linha 1, Samambaia (METRÔ) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0		0,0
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	4	2	Concluir 3 estações do metrô na Asa Sul (104 Sul, 106 Sul e 110 Sul) (METRÔ) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	3	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0,4		13,3
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	4	3	Elaborar o Plano de Desenvolvimento de Transporte Sobre Trilhos – PDTT (METRÔ) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	65,79	77,62	100		100,0
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	4	4	Concluir projeto executivo dos VLTs na W3 Sul, Eixo Monumental e Sol Nascente – Ceilândia / Taguatinga/ Riacho Fundo I; (SEMOB) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	4	5	Reduzir o intervalo dos trens do metrô para 3 minutos, por meio da modernização do Sistema Metroviário (METRÔ) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	3:00	MINUTO	ACUM	MENOR, MELHOR	3:40	3:40	3:40		77,8
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	4	6	Ampliar frota em 10 novos Trens; (SEMOB) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	10	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	4	7	Implantar a Escola de Formação Metroferroviária de Brasília (METRÔ) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	30	50	100		100,0
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	4	8	Elaboração e implantação de plano de eficiência energética do Metrô (METRÔ) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17 e excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	94	X	X	X
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	4	9	Modernizar o Sistema de Telecomunicação do Metrô (Sistema de Radiotelefonia, Sistema de telefonia fixa, Sistema de Transmissão de Dados e Sistema de Sonorização) (METRÔ) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	63,5	76,9		76,9

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	4	10	Concluir os Estudos de Modelagem e Macrossimulação de Demanda na Área Central de Brasília para Expansão do Transporte sobre Trilhos/Metrô na Área Central (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0	0,70		0,7

Análise Qualitativa

1. Implantar a Expansão da rede metroviária - linha 1, Samambaia (METRÔ). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

O Termo de Compromisso n.º 445.443-62/2015 foi assinado em 28/12/2015 e a Síntese do Projeto Aprovado – SPA referente à 1ª Etapa foi homologada em 24/03/2016. Por meio da Concorrência n.º 003/2016 está sendo realizada a licitação para “Contratação de Serviços Especializados de Engenharia para Elaboração de Estudo, Modelagem e Macrossimulação de Demanda na Área Central de Brasília para a análise de Projetos Metroferroviários”, cuja abertura ocorreu no dia 21 de novembro de 2016. No momento encontram-se em análise as propostas técnicas.

2017

No decorrer de 2017, o METRÔ-DF continuou aguardando a homologação pelo Ministério das Cidades da SPA referente ao empreendimento "Expansão e Modernização da Linha 1 do METRÔ-DF".

2018

Após tratativas com o Ministério das Cidades e com a Caixa Econômica Federal, o referido projeto foi dividido em etapas:

- Expansão da Linha 1 - Trecho Samambaia;
- Expansão da Linha 1 - Trecho Ceilândia;
- Expansão da Linha 1 - Trecho Asa Norte.

O edital de Licitação foi publicado em 2018, entretanto, foi suspensa por decisão do TCDF com recomendações de adequações no Edital. E será relançada em 2019, após o cumprimento das determinações do Tribunal.

2. Concluir 3 estações do metrô na Asa Sul (104 Sul, 106 Sul e 110 Sul) (METRÔ). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Esta Meta estava vinculada à Operação de Crédito n.º 445.237-66, selecionada pela Portaria/Ministério das Cidades n.º 406, de 21 de julho de 2014. Foram providenciados pelo Metrô-DF os documentos técnicos solicitados, que se encontravam aprovados pela Caixa Econômica Federal. Todavia, em virtude de pendências na análise de risco do GDF para efetivar tal contratação a Operação de Crédito foi cancelada pela Portaria/Ministério das Cidades n.º 632, de 29 de dezembro de 2016.

2017

Tendo em vista o cancelamento dos recursos em 2016, essa Meta foi reavaliada em função dos recursos disponíveis: os empreendimentos passaram a ser custeados com recursos de financiamento junto ao Banco do Brasil, a Estação 104 foi suprimida e inserida a Estação Estrada Parque, em Águas Claras. Foram realizadas as 03 licitações para a realização das obras de Conclusão das Estações 106 Sul (Concorrência n.º 004/2017); 110 Sul (Concorrência n.º 005/2017) e Estrada Parque (Concorrência n.º 006/2017).

2018

As ações do ano de 2018 se concentraram principalmente nas Estações Estrada Parque, 106 Sul e 110 Sul, em suas obras de passagens de pedestre e acesso ao METRÔ-DF. Todas as três estações já tiveram suas etapas de conclusão iniciadas e deverão ser concluídas em 2019. O panorama de execução dos contratos no ano de 2018 foi o seguinte:

Contrato Nº 009/2018 – Conclusão da Estação 110 Sul: 41,07%.

Contrato Nº 010/2018 – Conclusão da Estação Estrada Parque: 37,70%.

Contrato Nº 011/2018 – Conclusão da Estação 106 Sul: 38,80%.

3. Elaborar o Plano de Desenvolvimento de Transporte Sobre Trilhos – PDTT (METRÔ). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

A elaboração do Plano de Desenvolvimento de Transporte Sobre Trilhos – PDTT foi contrato em 23/07/2015, Contrato n.º 005/2015 e encontra-se com andamento normal, tendo sofrido reprogramação do respectivo cronograma em virtude da greve dos metroviários ocorrida em meados de 2016. Em dezembro de 2016 foi concluída a coleta de dados da Pesquisa de Mobilidade Urbana do Distrito Federal – PMU/DF que, após o respectivo processamento, fornecerá os subsídios para a elaboração do PDTT/DF.

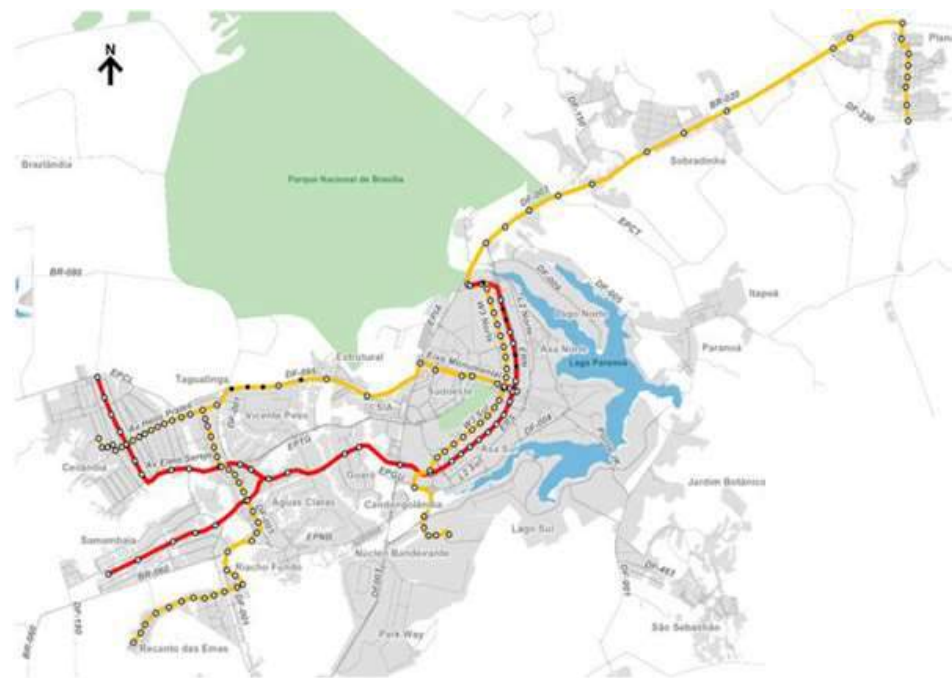
2017

Em 2017, foi concluída a Pesquisa de Mobilidade Urbana – PMU/DF (estudo traz disponibilidade de dados precisos, atualizados, concatenados e segregados por todos os modos de transporte, inclusive aquele sobre trilhos – acerca do padrão das viagens urbanas realizadas diariamente no Distrito Federal). Continuidade do Contrato n.º 005/2015, com execução de 77,62% do valor total do PDTT/DF. O PDTT/DF tem como finalidade o planejamento, a médio e a longo prazos, do Sistema de Transporte Público sobre Trilhos do Distrito Federal – STPT/DF, segundo um modelo de desenvolvimento físico-funcional sustentável e adequado ao padrão de atendimento da demanda por transporte urbano no Distrito Federal – DF, idealizado para um horizonte futuro de 20 anos e, em observância, principalmente, ao disposto no PDTU/DF de 2011 e às prescrições do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT, de 2009, e de suas alterações (Lei Complementar n.º 854 de 15/10/12).

2018

O Plano Diretor de Transporte Urbano sobre Trilhos – PDTT-DF propõe uma Rede Estratégica da qual se obtém a Rede Sobre Trilhos a ser implantada nos próximos 20 anos no DF, segundo um modelo de desenvolvimento físico-funcional sustentável e adequado ao padrão de atendimento da demanda por transporte urbano no Distrito Federal - DF, idealizado para como orientação para futuros investimentos Governamentais. Tais estudos foram concluídos em 2018, por meio do Contrato Nº 005/2015, no valor total de R\$ 5.683.160,88 (cinco milhões seiscientos e oitenta e três mil, cento e sessenta reais e oitenta e oito centavos), custeados com a Fonte de Recursos Próprios da Companhia.

O mapa a seguir apresenta o produto final, ou seja, a projeção para os próximos 20 anos da ampliação do Sistema de Transporte sobre Trilhos no Distrito Federal:



Cenário 20 anos: Eixos Prioritários - Fonte: PDTT

4. Concluir projeto executivo dos VLTs na W3 Sul, Eixo Monumental e Sol Nascente – Ceilândia / Taguatinga/ Riacho Fundo I; (SEMOB). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Quanto ao VLT na W3 Sul, o Termo de Compromisso n.º 445.450-67/2015 foi assinado em 28/12/2015. Aguarda a homologação pelo Ministério das Cidades da Síntese do Projetos Aprovado - SPA. O VLT Monumental é desdobramento da Meta 1. O VLT Sol Nascente/Ceilândia/Taguatinga/Riacho Fundo I está em fase de estudo de traçado, não havendo recursos vinculados.

5. Reduzir o intervalo dos trens do metrô para 3 minutos, por meio da modernização do Sistema Metroviário (METRÔ). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Em 2014 e 2015, a modernização não foi possível devido às limitações orçamentárias motivadas pela recessão econômica, como consequência, os serviços foram mantidos nos mesmos níveis com intervalo nos horários de pico de 3 minutos e 40 segundos. Dentro das limitações e da maior demanda das estações do ramal Ceilândia foi implantada ainda em setembro de 2015

(Y2) uma modificação no esquema de circulação de trens de maneira a atender aquelas estações. A modernização de diversos subsistemas (radiotelefoneia, sonorização, sistema de transmissão de dados, etc.) e com os estudos que estão sendo conduzidos para reduzir as despesas com energia elétrica contribuirão para melhores condições do sistema e conseqüentemente dos usuários do sistema, quer de conforto quer de segurança.

2017

Em 2017, a priorização da contratação do Sistema de Modernização do Metrô (Sistema de Radiotelefoneia, Sistema de telefonia fixa, Sistema de Transmissão de Dados e Sistema de Sonorização), e sua implementação, bem como melhorias no sistema de energia, trarão condições para alcançar a redução do intervalo dos trens do metrô para 3 minutos no tronco.

2018

Em 2018, o índice do intervalo dos trens permaneceu o mesmo (3 minutos e 40 segundos), todavia após a implementação da Modernização do Metrô (Sistema de Radiotelefoneia, Sistema de telefonia fixa, Sistema de Transmissão de Dados e Sistema de Sonorização), e melhorias no sistema de energia, haverá condições para se atingir a redução do intervalo dos trens do Metrô-DF para 3 minutos no tronco, conforme o Projeto Básico e o Projeto Conceitual do sistema aprovados e contratados na fase de implantação inicial. Em 2018 houve aumento do índice de regularidade, quantidade de viagens realizadas diante das viagens programadas, resultando assim a diminuição de paralisações do sistema beneficiando significativamente o usuário do transporte Metroviário.

6. Ampliar frota em 10 novos Trens (SEMOB). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Meta vinculada à Operação de Crédito n.º 445.236-52, selecionada pela Portaria/Ministério das Cidades n.º 406, de 21 de julho de 2014. Foram providenciados pelo Metrô-DF os documentos técnicos solicitados, que se encontravam aprovados pela Caixa Econômica Federal. Todavia, haviam pendências na análise de risco do GDF. A Operação de Crédito foi cancelada pela Portaria/Ministério das Cidades n.º 632, de 29 de dezembro de 2016.

7. Implantar a Escola de Formação Metroferroviária de Brasília (METRÔ). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Em 2016, foi concluído o Projeto para reforma do prédio que abrigará as instalações da Escola Metroferroviária de Brasília. O Projeto encontra-se em fase de licitação com vistas ao início das obras.

No ano de 2016, a Escola Metroferroviária de Brasília capacitou 138 (cento e trinta e oito) empregados da área meio, e 987 (novecentos e oitenta e sete) empregados da área fim, num total de 1.125 (mil, cento e vinte e cinco) empregados capacitados em cursos das áreas administrativa e operacional.

Por meio de parcerias com a Escola de Governo do Distrito Federal, Tribunal de Contas do DF, Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos e Controladoria Geral do Distrito Federal, foram ofertados 130 cursos nas áreas de contratos, riscos, controle, processos, normatizações, informática, cerimonial, legislação de pessoal e combate ao racismo institucional.

2017

Em 2017, foi efetivada a licitação para Contratação de Serviços Especializados de Engenharia para Reforma das Edificações e da Primeira Etapa da Escola Metroferroviária na sede do METRÔ-DF (Concorrência nº 002/2017).

A implantação do Laboratório de Inovações Metroferroviárias tem como objetivo comprovar e desenhar viabilidade técnica ou funcional de novos produtos, sistemas ou processos que impactam no usuário, trazendo soluções simples para situações incômodas. 1º Produto de inovação (tecnologia desenvolvida exclusivamente por técnicos do Metrô-DF) - instalação de 56 painéis nas Estações (Águas Claras, Arniquireas, Central, Praça do Relógio, Ceilândia Centro, Ceilândia Sul, Terminal Ceilândia, Furnas, Concessionárias, Terminal Samambaia, 114 Sul, Shopping, Metropolitana, Guará e Galeria) do Sistema de Sinalização Online, que informam o horário exato em que os trens chegam às plataformas. O usuário pode se programar melhor ao saber o horário em que o trem chega à estação.

Implantação de programa de visitas técnicas/orientadas para público externo - 359 pessoas participaram dos passeios/visitas monitoradas do Projeto Educação nos Trilhos

2018

Inaugurada em 15/12/2018, a Escola de Formação Metroviária nasceu com a missão de treinar empregados para disseminar, com excelência, conhecimentos e tecnologias do setor de transporte sobre trilhos, além de desenvolver soluções para a mobilidade urbana, semiurbana e regional. A intenção é contribuir para o desenvolvimento sustentável do país e melhorar a qualidade de vida dos usuários do transporte público.

Para isso, o Centro de Treinamento Metroferroviário de Brasília Tereza Eeico vem desenvolvendo diversas ações, tais como:

- Desenvolver programas de capacitação por meio da promoção de formação, cursos, palestras e eventos que contribuem com o desenvolvimento profissional e pessoal dos empregados da Companhia com o objetivo de alinhar suas competências técnicas, administrativas, operacionais e gerenciais, preparando-os para um melhor desempenho das atribuições de seu emprego;

- Ofertar ao público externo de eventos de natureza educativa por meio de visitas monitoradas, de forma a disseminar conhecimentos na área de transporte sobre trilhos e conscientizar a comunidade sobre a importância do uso da energia limpa para o crescimento sustentável do País;

- Promover e realizar pesquisas no campo da inovação tecnológica com foco no desenvolvimento sustentável do Metrô-DF.

8. Elaboração e implantação de plano de eficiência energética do Metrô (METRÔ). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Esta meta apresenta relação com a Modernização de Energia – 1ª Etapa (Implantação de miniusina fotovoltaica na Estação Guariroba), uma vez que fornecerá subsídios para verificar a viabilidade técnica e econômica de utilização da energia solar em todas as 16 estações operacionais ou em trecho do sistema. A contratação de implantação de Placas Fotovoltaicas, montagem e instalação de sistema de energia solar fotovoltaica na Guariroba efetivará em 2017, no valor total de R\$ 873.874,00 (oitocentos e setenta e três mil, oitocentos e setenta e quatro reais).

2017

Modernização de Energia – em 2017, trabalhou-se na implantação do Sistema de Energia Solar Fotovoltaica na Estação Guariroba (Ceilândia) que é um projeto piloto que conta com 578 placas fotovoltaicas, responsáveis por gerar energia limpa com utilização de recursos naturais renováveis - 94% de execução.

9. Modernizar o Sistema de Telecomunicação do Metrô (Sistema de Radiotelefonia, Sistema de telefonia fixa, Sistema de Transmissão de Dados e Sistema de Sonorização) (METRÔ). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

Modernização do Sistema de Radiotelefonia (O sistema melhorará a comunicação entre os trens, estações e o Centro de Controle Operacional (CCO) e é fundamental para a expansão da via do Metrô-DF em Samambaia, Ceilândia e Asa Norte) - 71% de execução;

Modernização do Sistema de Transmissão de Dados (Ampliará a capacidade de transmissão de dados do sistema metroviário para garantir melhor prestação de serviço ao usuário do metrô) - 69% de execução;

Modernização do Sistema de Telefonia (Ampliará a capacidade do sistema telefônico para garantir melhor prestação de serviço ao usuário do metrô) - 57% de execução; Modernização do Sistema de Sonorização (Melhorará a sonorização das estações, possibilitando a comunicação remota via Centro de Controle Operacional (CCO) que passa a se comunicar diretamente com as plataformas) - 67% de execução;

2018

No decorrer de 2018, também foi dada continuidade à execução dos itens do Projeto de Modernização dos Sistemas da Linha 1. Segue abaixo o andamento das suas etapas, divididas por contrato:

- Modernização do Sistema de Radiotelefonia da Linha 1 - Executado 75,69% de todo o projeto.
- Modernização do Sistema de Transmissão de Dados da Linha 1 - Executado 75,53% de todo o projeto.
- Modernização do Sistema de Telefonia da Linha 1 - Executado 78,14% de todo o projeto.
- Modernização do Sistema de Sonorização da Linha 1 - Executado 78,35% de todo o projeto.

10. Concluir os Estudos de Modelagem e Macrossimulação de Demanda na Área Central de Brasília para Expansão do Transporte sobre Trilhos/Metrô na Área Central (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)

2017

Em 2017, foi concluída a Concorrência nº 003/2016 e foi assinado o Contrato nº 018/2017 para elaboração dos estudos de Modelagem e Macrossimulação. Documentação referente ao procedimento licitatório foi enviada e aprovada pela Caixa Econômica Federal. Em sequência, foi remetida ao Ministério das Cidades para a Autorização da Início de Execução do Objeto (AIO), o que não ocorreu em 2017.

2018

Outro grande projeto contratado no ano de 2018 foi de Implementação da Linha 2, que visa a execução de Serviços de Elaboração de Estudo, Modelagem e Macrossimulação de Demanda na Área Central de Brasília. Para este projeto, foi realizada contratação de serviços especializados, relativos aos seguintes empreendimentos:

1. Implantação da Linha 2 do METRÔ a partir da Estação Central até o futuro Terminal Asa Norte - TAN;
2. Implantação da Linha 1 do Veículo Leve Sobre Trilhos - VLT, ligando o Aeroporto Internacional de Brasília - Juscelino Kubistchek ao Terminal Asa Sul - TAS, percorrendo a Avenida W3, da Asa Sul chegando ao Terminal Asa Norte - TAN e
3. Implantação da Linha 2 do VLT, percorrendo, majoritariamente, o Eixo Monumental, entre a Rodoferroviária e a Praça dos Três Poderes, no Plano Piloto

Em 2018 a execução do Contrato N ° 018/2017, relativo a elaboração de estudo, modelagem e macrossimulação da demanda, foi de 0,7%.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1663	ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO DO METRÔ (Indicador alterado, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	%	86	31/12/2014	86	0	86	85	86	0	90	METRÔ / UO 26206 OE 4
1664	NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS PELO METRÔ (MÊS X 1000) (Indicador alterado, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	UNIDADE	3.474	31/12/2015	4160	2996	3.626	3.050	3.916	3.549	4.112	METRÔ / UO 26206/ OE 4
1728	ÍNDICE DE REGULARIDADE (Indicador incluído, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	%	96	31/12/2015	-	-	97	91,64	97	96,56	97	METRÔ/UO 26206/OE 4
1729	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS QUE CAUSARAM INTERRUPTÃO DO SISTEMA (Indicador incluído, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	UNIDADE	45	31/12/2016	-	-	45	73	38	49	35	METRÔ/UO 26206/OE 4

Justificativas 2016

Indicador 1663 - Em 2016, em razão das limitações orçamentárias do GDF, a pesquisa de Satisfação foi realizada no final de dezembro e os resultados serão finalizados no mês de fevereiro do ano corrente.

Indicador 1664 - Em 2016, a média foi de 2,99 milhões de usuários. Verificou-se assim, que a diminuição de usuários em relação a 2015 ocorreu devido a ampla greve dos metroviários que durou 72 dias (junho, julho e meados de agosto) refletindo uma redução de 13,76%.

Justificativas 2017

Indicador 1663 - O índice alcançado refere-se ao ano de 2016, visto que o relatório final da Pesquisa de Satisfação dos Usuários foi divulgado em Julho de 2017. Durante a coleta foram aplicadas 2.926 entrevistas, nas 24 estações do Metrô-DF, nos 7 (sete) dias da semana, em horário de pico e não-pico. Em razão das limitações orçamentárias, a contratação da Pesquisa referente a 2017 foi homologada em 18/01/2018, com previsão de entrega do resultado em Abril/2018.

Indicador 1664 - Em 2017, a média foi de 3,05 milhões de usuários ao mês, contra uma média mensal de 2,99 milhões em 2016. Verificou-se um pequeno aumento 2% entre os dois períodos. A manutenção da média entre os dois anos pode ser creditada à redução da oferta de viagens devido às greves, que no ano de 2016 ocorreu nos meses de junho, julho e agosto, e em 2017 nos meses de novembro e dezembro, além de paralisações pontuais nos meses de abril e junho.

Indicador 1728 - Em 2017, foram realizadas um total de 112.584 viagens frente a 122.853 programadas, o que corresponde a uma execução total de 91,64%. A prolongada greve, que ocorreu entre 06/11 e 18/12, foi a responsável pela execução inferior à programação. Durante os meses de janeiro e fevereiro, a oferta de trens foi reduzida para um total de 22 trens nos horários de pico, ofertando um serviço melhor em relação ao ano de 2016, quando a oferta foi reduzida para 20 trens.

Indicador 1729 - Em 2016, foram registrados 56 Incidentes Notáveis. Em 2017, ocorreram 73 Incidentes Notáveis.

Justificativas 2018

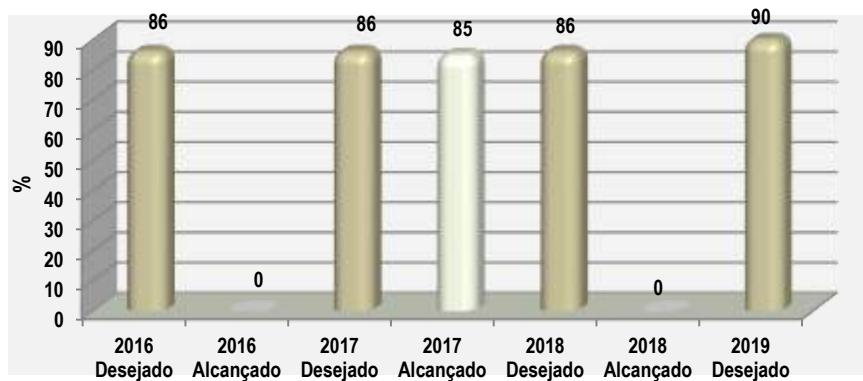
Indicador 1663 - Em 2018 o procedimento licitatório para a contratação da Pesquisa de Satisfação do Usuário não foi concluído dentro do prazo estimado, devido a necessidade de adequação à Lei nº. 13.303/2016.

Indicador 1664 - O METRÔ-DF transportou, em 2018 uma média de 3,55 milhões de usuários ao mês, contra uma média mensal de 3,05 milhões em 2017. Verificou-se uma variação de 12,74% entre os dois períodos, totalizando 42.582.991 usuários transportados ao longo do ano de 2018, segundo os dados apurados junto sistema de Business Intelligence (Qlick Sense). O aumento verificado pode ser creditado à não ocorrência de movimento grevista, que no ano de 2017 ocorreram nos meses de novembro e dezembro.

Indicador 1728 - Em 2018 o Metrô-DF realizou um total de 117.805 viagens frente a 122.004 programadas, o que corresponde a uma execução total de 96,56%. No período entre 26/12/2017 até 18/02/2018 e entre 16/07 a 27/07/2018 a oferta de trens foi reduzida para um total de 20 trens nos horários de pico por conta da redução da demanda devido ao período de férias letivas. Durante a realização da Copa do Mundo de Futebol FIFA ocorreram operações diferenciadas nos dias de jogos, nos horários de pico e vale.

Indicador 1729 - Diversas ações contribuíram para o fortalecimento dos serviços operacionais e de manutenção, bem como, viabilizaram o investimento sistematizado em equipamentos, peças sobressalentes e contratações de serviços. Como resultado obtivemos uma melhora substancial nas manutenções preventivas e corretivas dos sistemas, resultando na prestação de um serviço de maior qualidade aos nossos clientes. Contudo, devido a limitações de créditos alguns projetos ainda não foram implantados.

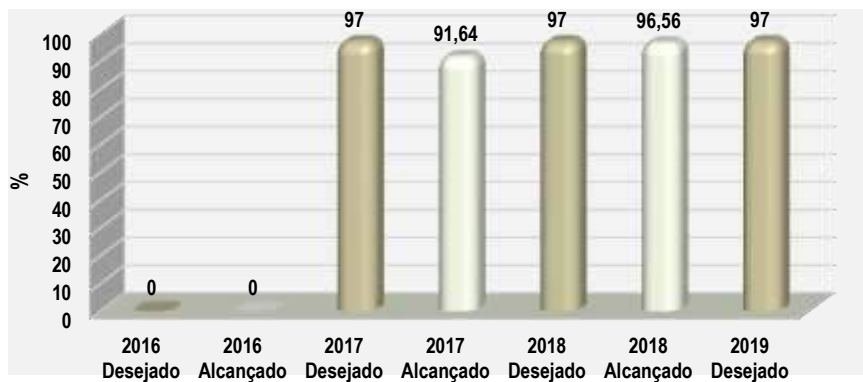
ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO DO METRÔ



NÚMERO DE PASSAGEIROS DO METRÔ (MÊS X 1000)



ÍNDICE DE REGULARIDADE



NÚMERO DE OCORRÊNCIAS QUE CAUSARAM INTERRUÇÃO DO SISTEMA



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6216	4	1	Realização de estudos para expansão de veículos elétricos na frota de apoio do Metrô; (SEMOB) <i>(Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	26101	X	<p>2016</p> <p>Realização de estudos para expansão de veículos elétricos na frota de apoio do Metrô - Ação para reduzir o impacto ao meio ambiente é a utilização de carros elétricos em substituição aos de gasolina. Foi publicada no <i>Diário Oficial do DF</i> a cessão gratuita de dois veículos elétricos, por 30 dias, fabricados pela empresa chinesa BYD para que sejam realizados testes dessa tecnologia em prol da redução da emissão de gás carbônico. Em 2016, o METRO em razão das limitações orçamentárias do GDF e alto valor da alfândega e limitações administrativas suspendeu esta ação.</p>
6216	4	2	Elaboração de estudos visando à expansão comercial do Metrô; (SEMOB)	26101	70	<p>2016</p> <p>A Expansão Comercial do Metrô - Implantação do Programa de Comercialização dos Espaços nas Estações Metrô engloba:</p> <p>Etapa 1 - Implantação da comercialização dos espaços destinados a painéis publicitários e adesivamento das estações e trens.</p> <p>Etapa 2 – Implantação da comercialização dos espaços destinados a quiosques, eventos, máquinas dispensadoras, entre outros. As ações: locação de lojas, implantação de quiosques, estandes e máquinas dispensadoras - ainda não foram implementadas devido a necessidade de <u>regularização dos terrenos das Estações</u>, bem como a necessidade de <u>definição do endereçamento dos espaços</u>, demanda que encontra-se em análise pela SEGETH.</p> <p>Etapa 3 – Licitação das Lojas das Estações.</p> <p>Etapa 4 – Shopping no Metrô - O Projeto da Estação 19 – encontra-se na Câmara Legislativa, via Projeto de Lei Complementar, para autorização de alteração da destinação do terreno.</p> <p>2017</p> <p>Estudos internos no METRÔ-DF foram realizados desde 2016, com orientações e possibilidades de arrecadação extratratifária, composta de ações que visam explorar os espaços disponíveis nas estações e trens. Uma das formas de utilização desses espaços se dá por meio das Feiras nas estações, que foram intensificadas após a publicação do regulamento em 2017 (exploração de espaços físicos destinados à realização de ações publicitárias, promocionais, comerciais e de serviços nas áreas da Companhia do Metropolitan do Distrito Federal – METRÔ-DF, mediante credenciamento), e que se mostraram uma importante fonte de receita, além de outros benefícios indiretos gerados para a população/usuários. Já na parte da publicidade, outra iniciativa foi a elevação de receita extratratifária, com a locação de espaços publicitários e ações comerciais, onde angariou R\$ 4,6 milhões em 2016, um aumento de 43%, e se projeta aumentar a arrecadação de publicidade em pelo menos R\$ 2 milhões para 2018</p> <p>2018</p> <p>As ações publicitárias contribuíram para um incremento na receita de mais de R\$ 50 mil por mês, em média. A disponibilização dos espaços para exploração por meio de estandes promocionais e por meio de máquinas dispensadoras de produtos aumentou a visibilidade dos produtos comerciais. As feiras, que são realizadas em 4 estações da Companhia, com destaque para a Estação Central, além de proporcionar uma arrecadação média de R\$ 80 mil por mês, cumprem um importante papel econômico e social quanto à obrigação de exposição de produtos artesanais e geração de emprego e renda.</p> <p>Além disso, em 2018 o METRÔ-DF deu continuidade às tratativas a fim de estabelecer um empreendimento comercial e reforma das instalações da Estação 19 – Estrada Parque, por meio de Concessão Comum ou Patrocinada (PPP). Em fevereiro de 2018, o METRÔ-DF e a empresa Fibra Construções Eireli EPP firmaram o Contrato nº 010/2018, cujo objeto é a contratação de serviços especializados de engenharia para obras de conclusão da referida estação</p>
6216	4	3	Articulação para implantação de trens regionais; (SEMOB)	26101	-	<p>2016</p> <p>Houve várias reuniões em 2016 para articulação dessa temática, com a participação do Governador e do Secretário de Estado de</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						<p>Mobilidade. 2017 O METRÔ-DF articula e monitora junto à ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) a implantação do transporte ferroviário regional e semiurbano de passageiros no trecho Brasília (DF), Anápolis (GO) e Goiânia (GO) e do transporte de cargas entre Brasília e Goiânia. Mas, para que seja viabilizado, o projeto sinaliza seu desenvolvimento por meio de uma PPP (Parceria Público-Privada). O levantamento conduzido pela ANTT analisa a viabilidade técnica, econômica, socioambiental e jurídico-legal, necessários à outorga da exploração do serviço. Os documentos abarcam a avaliação de alternativas de traçado e de localização das estações, de tecnologias, além dos aspectos econômico-financeiros e socioambientais de modo a dotar a região de trens de passageiros modernos, confortáveis e seguros. Segundo os estudos, a previsão é que, no primeiro ano de operação, mais de 40 milhões de passageiros sejam transportados numa velocidade de até 160 quilômetros por hora, em um percurso de 95 minutos entre Brasília e Goiânia.</p> <p>2018 Em 2018, as tratativas prosseguiram em nível federal e a contribuição do METRÔ-DF se restringiu ao fornecimento de dados técnicos para subsidiar tomadas de decisão do GDF junto a ANTT. Dando continuidade aos encaminhamentos operacionais da implantação de um transporte ferroviário regional Brasília/DF-Goiânia/GO, foram realizadas reuniões com o intuito de implantar uma "Operação Experimental" de transporte de passageiros no trecho inicial Brasília/DF-Valparaíso/GO. O intuito é de analisar dados para um futuro estudo de viabilidade técnica econômica da linha. Foi realizada inspeção local pelo corpo técnico da Coordenação de Via Permanente da CBTU/STU/REC, resultando em um documento com recomendações a respeito de melhorias que devem ocorrer na infraestrutura existente para a realização da dita "Operação Experimental". Em dezembro foi firmado um Termo de Compromisso entre a CBTU e a concessionária FCA, com interveniência da EPL e a anuência da ANTT, com o objetivo de regularizar a operação de passageiros em trecho onde até o presente momento só era feito o transporte de cargas.</p>
6216	4	4	Criação de projeto piloto de implantação de energia solar na estação. (SEMOB) (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	26101	X	<p>2016 A contratação de implantação de Placas Fotovoltaicas, Montagem e instalação de sistema de energia solar fotovoltaica na Guariroba efetivará em 2017, no valor total de R\$ 873.874,00 (oitocentos e setenta e três mil, oitocentos e setenta e quatro reais).</p>

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

2016/2018

METRÔ

Como é sabido, o METRÔ-DF é empresa pública dependente do Distrito Federal. Tem por objeto promover e explorar o transporte público coletivo sobre trilhos no Distrito Federal. O projeto METRÔ-DF é composto por 29 estações, das quais 24 estão em funcionamento. Com uma frota de 32 trens, transporta em média 160 mil passageiros por dia. Toda a via tem extensão de 42,38 km e liga a região administrativa de Brasília à de Ceilândia e Samambaia, passando pela Asa Sul, Setor Policial Sul, Estrada Parque Indústria e Abastecimento (EPIA), Guará, Park Way, Águas Claras e Taguatinga.

Em alinhamento à Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, incorporou-se ao Plano Estratégico Institucional - PEI a metodologia ISO 31000:2009 e o COSO 2013. De forma complementar, seguiu-se a Declaração de Posicionamento do Institute of Internal Auditors – IIA com relação às melhores práticas em gestão de riscos.

A base estratégica adotada na elaboração do PEI – METRÔ-DF segue abordagem descendente, iniciando-se na observação dos Programas do Governo Federal, do Programa do Governo de Brasília e sua interação com o PPA-METRÔ/DF e outros Órgãos de Gestão Distrital, tais como a Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAG, Secretaria de Estado de Mobilidade – SEMOB e Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA.

Desde a sua criação, o METRÔ-DF sempre dependeu de recursos provenientes do erário distrital, pois sua arrecadação própria não assegura recursos suficientes para tornar-se não dependente do Tesouro distrital. Ainda que o grau de dependência tenha diminuído em 2016 com relação aos anos anteriores (agora em 65%; redução de 8% com relação a 2015), tem-se um cenário claro de dependência dos recursos previstos na Lei Orçamentária Anual.

Como desafio para reduzir ainda mais a dependência financeira, além de reduzir seus custos operacionais, o METRÔ-DF buscou incrementar suas receitas (fontes extratratifárias - exploração comercial de lojas, outros espaços físicos, espaços publicitários, etc.). Por outro lado, as receitas extratratifárias podem ser majoradas por meio de esforço de comercialização junto aos interessados, ainda que representem pequena parcela do total de arrecadação do METRÔ-DF (em 2016, apenas 3,3%). Cabe também ressaltar a intenção de abrir ao setor privado a exploração da área da Estação 19, cujo potencial de incremento de recursos tarifários e extratratifários mostra-se superior ao seu custo operacional.

Em 2016 houve muitos valores contingenciados, fato que prejudica a execução da programação financeira e das atividades cotidianas da Companhia. Em especial, o período atual de crise institucional, política e financeira no Brasil e no Distrito Federal afeta diretamente o METRÔ-DF por depender do tesouro distrital, o qual sofre com a queda de arrecadação de tributos.

Outra dificuldade que se apresenta é a escassez do quadro de empregados do METRÔ-DF, que se mostra insuficiente para assegurar o funcionamento do sistema de modo ideal. Dadas as suas características, o quantitativo atual de empregados assegura o funcionamento com segurança operacional suficiente. Não obstante, esse quadro induz a categoria à deflagração de greves e à perda de arrecadação tarifária quando há necessidade de se preferir a segurança operacional à cobrança de tarifas.

Por outro lado, a crise do Distrito Federal culminou em algumas boas práticas na gestão da empresa. Notadamente, destaca-se o início da implementação da gestão de risco com base na ISO 31.000:2009, reforçando os mecanismos de identificação e de controle dos riscos para aprimorar o processo de tomada de decisões.

Ademais, conseguiu-se reduzir despesas operacionais, no quadro de terceirizados, de empregos de livre provimento e nas licitações públicas. Em especial, o custo do serviço de manutenção do sistema foi reduzido em 50% (aproximadamente cinquenta milhões de reais por ano), com pequena diferença no escopo dos contratos. O serviço de vigilância patrimonial também foi reduzido, alcançando-se economia de 28% (aproximadamente 7,5 milhões de reais por ano) com a limitação dos serviços para os postos de vigilância armada.

Não obstante, ainda há possibilidade de se otimizar as despesas do METRÔ-DF, especialmente com a recente retomada do controle científico da manutenção do sistema, com a modernização de diversos subsistemas (radiotelefonia, sonorização, sistema de transmissão de dados, etc.) e com os estudos que estão sendo conduzidos para reduzir as despesas com energia elétrica. Essas atividades também propiciam melhores condições aos usuários do sistema, quer de conforto quer de segurança.

Em 2016, dadas as consequências da crise institucional, política e econômica que assolou o Brasil, foram fortemente afetados os investimentos de maior vulto para a contratação de novos trens e de projetos e construção do VLT que trariam mais recursos tarifários, mas também demandariam a contratação de novos empregados e a majoração das despesas operacionais.

Em 2017, houve relativa melhora da economia, mas persistiu a crise institucional e política. O ano de 2018 não trouxe maior estabilidade por tratar-se de ano eleitoral. Considerando, contudo, o processo de descentralização, a pressão social oriunda de sucessivas crises econômicas e o conseqüente acúmulo de demandas locais, vêm fazendo com que a geração e disseminação periódica de controles e monitoramento passem a assumir um caráter ainda mais relevante no processo de planejamento, sobretudo para subsidiar o processo de implantação, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

A consolidação da exploração comercial dos espaços do Metrô-DF, incluindo a abertura de novas possibilidades de exploração dos espaços comerciais, bem como o aprimoramento das existentes, possui o objetivo de aumentar a arrecadação extratratifária. Estas ações publicitárias contribuíram para um incremento nesta receita de mais de R\$ 50 mil por mês, em média. A disponibilização dos espaços para exploração por meio de estandes promocionais e por meio de máquinas dispensadoras de produtos aumentou a visibilidade de nossos produtos comerciais. As feiras, que são realizadas em 4 estações desta Companhia, com destaque para a Estação Central, além de proporcionar uma arrecadação média de R\$ 80 mil por mês, cumprem um importante papel econômico e social quanto à obrigação de exposição de produtos artesanais e geração de emprego e renda.

Destacamos que o número global de falhas nos trens vem diminuindo ao longo dos três últimos anos. Apesar disso, o número de incidentes notáveis (IN) cresceu entre 2015 e 2017, demonstrando um aumento da duração das falhas. O aumento observado nos anos anteriores ocorreu em função da obsolescência dos sistemas operacionais, os quais não permitem agilidade no reestabelecimento do Sistema, a exemplo do Sistema Rádio, contudo, como consequência dos resultados do novo modelo de manutenção, houve redução dos IN entre janeiro e julho de 2018, quando comparado aos anos anteriores. Essa situação deve ser modificada com a conclusão dos contratos do Programa de Modernização do Sistema Metroviário.

Em 2018, a despeito da crise econômica e política, ressalta-se expressivo empenho do METRÔ-DF, a partir das assinaturas dos contratos das obras de conclusão das Estações 106 Sul, 110 Sul (Estação e Acesso ao Eixo W) e EPQ (Estação 19 – Estrada Parque), assim como a licitação pública de acessibilidade e modernização da Estação Arnieiras, para instalação de quatro

escadas rolantes; a execução de sete contratos para a Modernização dos Sistemas Fixos da Linha 1, dentre outras publicações de editais de licitação.

Todavia, a expectativa de melhora da economia pode se reverter em razão da crise institucional e política que ainda persiste no país e no Distrito Federal, com maior instabilidade política. Com isso, não se pode afirmar que o METRÔ-DF terá sucesso em captar novos investimentos, locais ou federais, para os grandes projetos que ainda estão sobrestados.

No tocante ao planejamento, no âmbito do Distrito Federal, o METRÔ-DF tem ganhado destaque com as boas práticas de gestão de risco e de governança corporativa que vem implementando, inclusive com informações online sobre o andamento dos contratos de ações estratégicas no site www.metro.df.gov.br, (aba "Acesso à Informação").

Notadamente, além da continuidade da implementação da gestão de risco com base na ISO 31.000:2009 está sendo realizada a reestruturação societária do METRÔ-DF em atendimento à nova Lei nº 13.303/16, o que fortalece a governança corporativa, a transparência e traz maior agilidade para a atividade empresarial. Outra ferramenta de gestão bastante utilizada nesta gestão tem sido o benchmarking, na busca por boas práticas, aperfeiçoamento dos processos, e maior eficiência organizacional a partir da interação com outras instituições nacionais e internacionais.

Mostra-se relevante também, a captação de recursos por meio da comercialização de espaços publicitários e de emendas parlamentares, projeções não realizadas nas gestões anteriores ao ano de 2015. Através dos recursos de emenda foi possível viabilizar contratações como: a aquisição e instalação de placas fotovoltaicas na Estação Samambaia Sul, viaturas de resgate médico e painéis eletrônicos, além de obras de acessibilidade.

Quanto ao tema sustentabilidade corporativa, nota-se um grande progresso na instituição, percebendo ações efetivas por meio dos Programas: Metrô Solidário; Qualidade de Vida; Escola Metroferroviária e Metrô Sustentável. Este último tendo viabilizado à empresa a realização e inauguração da primeira estação fotovoltaica da América Latina. Além do Programa Qualidade de Vida, que se destaca também pela atuação em políticas de desenvolvimento de gestão de recursos humanos, nas áreas de apoio psicológico, bem-estar no ambiente de trabalho, dentre outras ações.

Em 2018 também foi possível a convocação de 156 aprovados no concurso de 2013, o qual teve sua validade expirada em dezembro/2018.

Portanto, reforçamos nosso empenho em cumprir nossa missão de transportar pessoas com confiabilidade, eficiência e sustentabilidade e, dessa forma, entregar um serviço público de qualidade e que atenda aos anseios da população.

Por fim, à exceção das consequências nefastas da crise institucional, política e econômica que assola o Brasil, o cenário atual poderá sofrer grande variação apenas em razão dos investimentos de maior vulto para a contratação de novos trens e de contratação de projetos e construção do VLT que trarão mais recursos tarifários, mas também demandarão a contratação de novos empregados e a majoração das despesas operacionais.

2018

A consolidação da exploração comercial dos espaços do Metrô-DF, incluindo a abertura de novas possibilidades de exploração dos espaços comerciais, bem como o aprimoramento das existentes, possui o objetivo de aumentar a arrecadação extratarifária. Estas ações publicitárias contribuíram para um incremento nesta receita de mais de R\$ 50 mil por mês, em média. A disponibilização dos espaços para exploração por meio de estandes promocionais e por meio de máquinas dispensadoras de produtos aumentou a visibilidade de nossos produtos comerciais. As feiras, que são realizadas em 4 estações desta Companhia, com destaque para a Estação Central, além de proporcionar uma arrecadação média de R\$ 80 mil por mês, cumprem um importante papel econômico e social quanto à obrigação de exposição de produtos artesanais e geração de emprego e renda.

No tocante ao planejamento, no âmbito do Distrito Federal, o METRÔ-DF tem ganhado destaque com as boas práticas de gestão de risco e de governança corporativa que vem implementando, inclusive com informações online sobre o andamento dos contratos de ações estratégicas no site www.metro.df.gov.br, (aba "Acesso à Informação").

Notadamente, além da continuidade da implementação da gestão de risco com base na ISO 31.000:2009 está sendo realizada a reestruturação societária do METRÔ-DF em atendimento à nova Lei nº 13.303/16, o que fortalece a governança corporativa, a transparência e traz maior agilidade para a atividade empresarial. Outra ferramenta de gestão bastante utilizada nesta gestão tem sido o benchmarking, na busca por boas práticas, aperfeiçoamento dos processos, e maior eficiência organizacional a partir da interação com outras instituições nacionais e internacionais.

Mostra-se relevante também, a captação de recursos por meio da comercialização de espaços publicitários e de emendas parlamentares, projeções não realizadas nas gestões anteriores ao ano de 2015. Através dos recursos de emenda foi possível viabilizar contratações como: a aquisição e instalação de placas fotovoltaicas na Estação Samambaia Sul, viaturas de resgate médico e painéis eletrônicos, além de obras de acessibilidade.

Quanto aos trens regionais, em 2018, iniciaram-se as tratativas a respeito da implantação de uma "Operação Experimental" de transporte de passageiros no trecho Brasília/DF-Valparaíso/GO. O intuito é de analisar dados para um futuro estudo de viabilidade técnica econômica da linha. A operação ficaria a cargo da CBTU (Companhia Brasileira de Transportes Urbanos), responsável atualmente pela operação de trens de passageiros nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Recife, Maceió, João Pessoa e Natal. Uma vez que em Recife/PE alguns trens estão parados em função da incompatibilidade da infraestrutura local com o maquinário, a ideia é de que um deles seja usado para a operação experimental no DF. Quando começar a fase de testes com passageiros, o VLT deverá fazer até duas viagens de 45 km por dia (compreendido entre o km 199 e o km 244), cada uma com capacidade para 600 pessoas. Pela manhã, o trem sairá de Valparaíso rumo à Rodoferroviária de Brasília, e à tarde fará o caminho inverso.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

05 - FORTALECIMENTO DO PLANEJAMENTO, DA GESTÃO, DA FISCALIZAÇÃO E DA REGULAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO: Fortalecer o planejamento, a gestão, a fiscalização, a regulação, para melhorar a prestação dos serviços de transporte demandados pela sociedade, priorizando os canais de participação social e fortalecimento institucional. *(Objetivo alterado, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)*

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

26.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL – SEMOB

26.201 – SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA - TCB

26.204 –TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL – DFTRANS

26.205 – DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM – DER

26.206 – COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL – METRÔ

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	5	1	Atualizar o Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal – PDTU/DF; (SEMOB) <i>(Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).</i>	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	5	2	Revisar 100% dos cadastros de gratuidades do Sistema de Transporte Público Coletivo; (DFTRANS).	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	81	75	100		
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	5	3	Instituir o Sistema de Participação Popular da Mobilidade composto pelas seguintes instâncias de participação social: I – Conselho de Mobilidade do Distrito Federal; II – Conselho do Transporte Público Coletivo do Distrito Federal; III – Comitês Regionais de Mobilidade; e IV – Comitês de Transportes Coletivos. (SEMOB) <i>(Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).</i>	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	25	25	X	X	X
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	5	4	Modernizar o Sistema do Transporte Público (Nova identidade visual dos ônibus, Sistema Mobile, Sistema de Bilihetagem Automática e Bilhete Único) <i>(Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).</i>	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	5	70	90		90,0
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	5	5	Promover novo arranjo institucional para o sistema do DF e da Área Metropolitana; (SEMOB) <i>(Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).</i>	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	5	6	Garantir a oferta de taxi em todo DF na proporção de no mínimo 1 para cada 700 habitantes. (SEMOB) <i>(Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).</i>	1/ 700	PROPORÇÃO	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	X
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	5	7	Promover a capacitação de 160 gerentes e técnicos da SEMOB e órgãos co-executores em gestão de transportes públicos (SEMOB) <i>(Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).</i>	160	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	-	160	174		108,8

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	5	8	Promover a capacitação, no âmbito do STPC/DF, de 600 agentes multiplicadores de práticas socioambientais (educação socioambiental) (SEMOB) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).	600	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	-	600	600		100,0
6216	MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	5	9	Implantação da metodologia de aferição do Índice de Qualidade no Transporte - IQT, a partir dos estudos técnicos concluídos por consultoria especializada (SEMOB) (Item incluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	X	X	20		20,0

Análise Qualitativa

1. Atualizar o Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal – PDTU/DF (SEMOB). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Não houve avanço na atualização Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal – PDTU/DF em 2016.

2. Revisar 100% dos cadastros de gratuidades no Sistema de Transporte Público Coletivo (DFTRANS);

2016

De um total de 307.464 beneficiários de gratuidades no transporte público coletivo do Distrito Federal, em 2016, foram recadastrados 249.134 estudantes, sendo criados novos procedimentos e rotinas para cruzamento de dados das informações das instituições de ensino, bem como com a base de dados da Receita Federal para conferência dos CPF's dos estudantes usuários do STPC/DF. Quanto às gratuidades relativas às pessoas com deficiência, o total de cadastro existente é de 58.330, sendo que 33.732 usuários precisam fazer o recadastramento. A SEDESTMIDH é a Secretaria responsável pelo recebimento dos pedidos, efetua os cadastros e atesta que o requerente tem direito ao benefício. Ao DFTrans cabe a emissão do cartão PNE.

2017

Em 2017, foram implantadas medidas para a atualização do cadastro de Passe Livre Estudantil, dentre as quais, a necessidade de as instituições de ensino apresentarem declaração eletrônica dos alunos regularmente matriculados para o ano letivo de 2017. O canal para a apresentação dos dados foi através da Internet conforme Portaria Conjunta nº 01, de 20/01/2017, entre este DFTRANS e a Secretaria de Estado de Mobilidade. Em relação ao benefício da gratuidade para pessoas com deficiência, foi necessária a atualização do cadastro pela internet, no portal do Bilhete Único e para os novos beneficiários, e o encaminhamento da documentação comprobatória. Salienta-se o aprimoramento do sistema para análise da utilização do benefício do passe livre através do georreferenciamento dos dados cadastrais, indicando a necessidade ou não de utilização do benefício e o aumento ou redução na quantidade de viagens. Todas essas medidas possibilitou a revisão de 75% (setenta e cinco por cento) dos cadastros de beneficiários dos Programas Passe Livre Estudantil e Passe para Portadores de Necessidades Especiais.

2018

Em 2018, em referência ao Passe Livre Estudantil, 420.241 cadastros foram aprovados, 70.663 pendentes de entrega de alguma documentação e 19.384 rejeitados por duplicidade de benefício ou CPF.

Em relação ao Programa Passe Livre para Pessoas com Deficiência, foram validados 29.755 cadastros com a realização de toda a análise documental, 29.954 pendentes de documentação e 280 rejeitados por duplicidade de benefício ou CPF. Ressalta-se que os usuários do transporte público com deficiência ou doença crônica tiveram até 02 de março de 2018 para realizarem atualização cadastral para recebimento do benefício. O beneficiário que não efetuou a renovação cadastral teve a suspensão dos créditos temporariamente até a regularização.

Em referência ao Cartão Melhor Idade, foram 18.602 cadastros aprovados, 2.691 cadastros pendentes de documentação e 27 rejeitados por duplicidade de benefício ou CPF.

Em referência ao Cartão Criança Candanga (de 03 a 05 anos), foram 544 cadastros aprovados, 240 cadastros pendentes de documentação e 36 rejeitados por duplicidade de benefício ou CPF.

3. Instituir o Sistema de Participação Popular da Mobilidade composto pelas seguintes instâncias de participação social: I – Conselho de Mobilidade do Distrito Federal; II – Conselho do Transporte Público Coletivo do Distrito Federal; III – Comitês Regionais de Mobilidade; e IV – Comitês de Transportes Coletivos. (SEMOB) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17 e excluída, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019);

2016

Conforme prevê a Lei nº 12.587/2012, que estabelece a Política Nacional de Mobilidade, o Decreto 36.772/2015 instituiu o Sistema de Participação Popular da Mobilidade no âmbito do Distrito Federal (SPPM/DF) que compreende os seguintes projetos: o Conselho de Mobilidade do Distrito Federal, os Conselhos Regionais de Mobilidade, o Observatório de Mobilidade do Distrito Federal e o Sistema de Informações de Mobilidade.

O Conselho de Mobilidade (Distrital) e os Conselhos Regionais não foram efetivamente implantados, pois está sendo realizada uma reestruturação pela Subsecretaria de Planejamento da Mobilidade em parceria com a Coordenação de Participação Social da Unidade Especial de Planejamento e Gestão Estratégica da SEMOB para um sistema de Conselhos mais enxuto, a fim de diminuir a quantidade de membros e com isso tornar mais eficaz o trabalho e os resultados nestes Conselhos junto aos cidadãos.

Já o Observatório de Mobilidade do Distrito Federal, agora chamado de “Mobilidade em Discussão” constituído por grupo de especialistas, ativistas da mobilidade e acadêmicos, integrado por instituições da sociedade civil e da área pública do DF e Entorno, tem por objetivo ampliar o debate, acompanhar os resultados e contribuir para os estudos e ações voltados para a construção da política de mobilidade urbana sustentável. Além, da alteração na terminologia a fim de alcançar uma melhor interface com o cidadão, com vistas à transparência, o Portal passou por uma reestruturação em seu escopo, de forma à ser viável sua implementação. O Projeto está em andamento e sua entrega está prevista para este ano, integrando o de Acordo de Resultados de 2017.

Encerrando o pacote de Projetos, temos o Sistema de Informações da Mobilidade – INFOMOB/DF, constituído pelo conjunto organizado, coordenado e integrado dos meios que visam propiciar aos usuários dos serviços de mobilidade o acesso às informações através de interfaces interativas e tecnológicas. O INFOMOB/DF não avançou devido ao alto custo que o projeto necessitaria em investimentos. Foi previsto no Decreto, itens como painéis/displays eletrônicos embarcados, sistemas de som a bordo e displays de itinerário eletrônico, totens interativos. Devido à restrição orçamentária, ficou inviável a implementação desse projeto.

Conclui-se que o Sistema de Participação Popular da Mobilidade no âmbito do Distrito Federal atingiu 25% da meta estabelecida até 2016.

2017

O Conselho de Mobilidade (Distrital) e os Conselhos Regionais foram concebidos e sua estrutura e governança definidas. Entretanto, após ampla discussão sobre seu funcionamento, optou-se por promover uma revisão desses Conselhos, buscando imprimir maior eficácia nos trabalhos desses colegiados através de uma composição nacionalizada.

Em 2017, as ações de participação social realizadas junto à sociedade civil se destacaram, principalmente, na esfera da mobilidade ativa (a pé e por bicicleta), em especial, na realização de reuniões mensais com grupos através de oficinas com a participação de ciclistas e representantes das empresas e cooperativas de ônibus, órgãos e entidades visando interface e/ou interesse em pautas ligadas a Mobilidade. Atividades estas, com o intuito de promover discussões focadas na busca de soluções rápidas, através de proposições e priorização de políticas públicas.

Os resultados destas discussões, provenientes desses debates, têm elevado a sinergia entre o Estado e o cidadão, possibilitando à Secretaria de Mobilidade gerenciar de forma mais eficiente todas as demandas recebidas pela sociedade, seja através dos grupos de discussões da mobilidade ativa, ou até mesmo, através das redes sociais da mobilidade, como o *Facebook*, site da secretaria e ouvidoria.

Conclui-se que mesmo o SPPM-DF não tendo avançado da forma planejada, a participação social dessa Secretaria avançou através de outros canais de comunicação e houve tentativa de suprir a participação social e reforçar o andamento das proposições solicitadas pela população na tentativa de atender de forma igualitária as políticas públicas da mobilidade do Governo do Distrito Federal.

2018

Meta excluída pelo Decreto nº 39.461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019

4. Modernizar o Sistema do Transporte Público (Nova identidade visual dos ônibus, Sistema Mobile, Sistema de Bilhetagem Automática e Bilhete Único. DFTRANS (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Em 2016 foi criado o Comitê Regulamentador do Sistema da Bilhetagem Automática - CRSBA, conforme o Decreto nº 37.067, de 20 de janeiro de 2016, publicado DODF - Nº 14, de 21 de janeiro de 2016. O referido comitê elaborou minuta de Decreto objetivando a regulamentação do Sistema de Bilhetagem Automática – SBA e o Sistema Inteligente de Transporte (da sigla em inglês ITS – *Intelligent Transportation System*) SIT, o qual prevê as funcionalidades de apoio à operação que equipam todos os veículos e terminais de integração do STPC/DF, homologadas pela Entidade Gestora, por disposição contratual, e materializadas pelo conjunto de tecnologias de bilhetagem eletrônica e monitoramento da operação da frota do STPC/DF. O Sistema de Bilhetagem Automática – SBA e o Sistema Inteligente de Transporte (da sigla em inglês ITS - *Intelligent Transportation System*) SIT foram implantados em 2017.

2017

Em 2017, foi publicado o Decreto nº 38.010, de 15 de fevereiro de 2017, com o regulamento do Sistema de Bilhetagem Automática-SBA e da implementação e a operação do Sistema Inteligente de Transportes - SIT, do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF.

O processo de aperfeiçoamento do SBA/STPC/DF teve como marco o lançamento do Bilhete Único – BU, no dia 25 de setembro de 2017. O Bilhete Único é uma das inovações trazidas pelo novo modelo de bilhetagem automática do Distrito Federal, no qual permite que o usuário do transporte público coletivo com apenas um cartão “Bilhete Único” utilize no ônibus e no metrô, de forma integrada, ou seja, os usuários poderão pagar R\$ 5,00 (cinco) reais para pegar até três trajetos diferentes no mesmo sentido e no intervalo de duas horas. Junto ao BU foi lançado ainda o serviço de recarga de cartões pela internet.

Além da integração, o Governo do Distrito Federal aumentou o número de postos para emissão de cartões, que passaram de 6 (seis) para 33 (trinta e três), sendo um posto em cada estação do Metrô, além dos postos do Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTrans.

Ademais, serão oferecidas 10 (dez) modalidades de cartões, incluindo 4 (quatro) novas. Nesse primeiro momento estão disponíveis as seguintes categorias de cartões:

- i) Brasília Cidadã: o cartão "comum", para quem não tem descontos ou gratuidades, mas pretende usar a integração e comprar múltiplos créditos de uma só vez;
- ii) Estudante: para alunos de escolas públicas e privadas, de ensino básico e superior. O cartão será recarregado com os créditos do Passe Livre Estudantil; e
- iii) Vale Transporte: similar ao que já existe hoje, para trabalhadores que recebem esse tipo de benefício dos empregadores.

Registra-se ainda que no dia 16 de novembro de 2017, iniciou-se o cadastro para pessoas com deficiência, para obtenção do cartão +Especial. A novidade do cartão +Especial é que o acompanhante de pessoas com deficiência também terá um cartão. Antes, o beneficiário principal recebia mais liberações de viagens para passar o cartão duas vezes na catraca a cada trajeto. Agora o acompanhante terá um cartão que só é liberado na catraca se o da pessoa com deficiência passar.

Atendendo a umas das demandas mais importantes dos usuários de transporte público, o provimento de fácil acesso a informações sobre horários e itinerários dos ônibus, foi desenvolvida a plataforma informatizada para o lançamento, em 31 de janeiro de 2018, do aplicativo de celular “+ Ônibus”. O aplicativo permite ao passageiro consultar os horários dos ônibus em tempo real e traçar destinos. A posição dos veículos é monitorada por GPS. O +Ônibus Brasília também possibilita acesso à localização dos pontos de coletivos e às linhas existentes em todo o DF, com a previsão das próximas viagens.

Começou a fase experimental da nova identidade visual do transporte público coletivo do DF, a qual foi aplicada a cerca de 100 veículos e rendeu à cidade de Brasília o 1º lugar no Concurso de Comunicação Visual e Pintura de Frotas realizado pela OTM Editora. O layout que chamou a atenção dos jurados utiliza o símbolo oficial da bandeira de Brasília e faz referência ao cruzamento entre o Eixo Monumental e o Eixo Rodoviário. Além disso, a identidade visual vencedora também representa as linhas nas quatro direções e usa as cores verde e amarelo que refletem a sustentabilidade.

2018

O novo layout foi aprovado pelo Conselho de Transporte Público Coletivo (reativado por esta Pasta em 2018), resultando na Resolução SEI-GDF nº 4.745, de 05 de novembro de 2018. Até setembro de 2018, a nova identidade havia alcançado 140 veículos e, com a aprovação formal do Conselho, será gradativamente implantado no restante da frota.

Em 2018, a SEMOB dedicou-se ao aperfeiçoamento do Sistema de Bilhetagem Automática – SBA, com o lançamento do Cartão Melhor Idade, do Cartão Multifuncional, complementando a família de 10 cartões, quatro deles novos (Cartão Criança Candanga, Cartão Especial do Acompanhante, Cartão Melhor Idade, cartão multifuncional e Cartão Brasília Turista). Dessa forma, foi possível maior abrangência na prestação de serviço do Transporte Coletivo a uma parcela da população que não possuía o acesso por meio do SBA ao serviço. Com o lançamento dos novos cartões em 2017 e implementados também em 2018, a integração do transporte público além de mais fácil, teve um forte incremento, com economia para o cidadão e redução do custo do sistema com otimização de linhas do STPC/DF, que foi possível com o sistema totalmente integrado.

A biometria facial, implantada, exceto nos veículos da TCB, passou a estar presente integralmente no STPC/DF. Tal medida reduziu drasticamente as fraudes que ocorriam com uso indevido dos cartões de usuários com direito a gratuidades. A biometria facial implantada experimentalmente em 2017 visava coibir a utilização indevida do benefício da gratuidade no transporte público, que foi efetivamente reduzida com implementação integral em 2018.

Dando sequência à modernização do Sistema de Transporte Público Coletivo, outra novidade em 2018, ocorrida logo no início do ano, foi o lançamento da versão beta do aplicativo +Ônibus, já que a demanda por informação é uma das principais dentre os usuários do transporte público. O aplicativo permite ao passageiro consultar os horários dos ônibus em tempo real e traçar destinos. A posição dos veículos é monitorada por GPS. O +Ônibus Brasília também possibilita acesso à localização dos pontos de coletivos e às linhas existentes em todo o DF, com a previsão das próximas viagens.

Inicialmente, o +Ônibus contou com os dados de duas das cinco concessionárias de transporte público do DF. Logo em fevereiro de 2018, foi realizada a notificação de todos os delegatários, determinando a instalação dos equipamentos e demais elementos para o funcionamento do rastreamento da frota via GPS, bem como disponibilização à Transporte Urbano do DF - DFTrans de informações em tempo real das linhas, itinerários e informações gerenciais em formato adequado para sua utilização pelo órgão.

Desse modo, atualmente conta-se com os dados de GPS das cinco operadoras, estando prevista para o próximo ano a inserção de todos dados no referido aplicativo. Para além de alimentar a base de dados do +Ônibus, as informações de GPS da frota do STPC cumpre o importante objetivo de viabilizar o monitoramento da operação pela DFTrans, tarefa que está em fase de teste. Em 25 de outubro de 2018, havia 2000 veículos sob o monitoramento da autarquia. O aplicativo funcionou em versão de teste até o final do ano de 2018.

DFTRANS

A Portaria nº 11, de 28 de março de 2018, estabeleceu a obrigação para todos os delegatários do STPC/DF de utilização da Biometria Facial como forma de combate às fraudes no uso de gratuidades tarifárias e do vale-transporte. A Portaria nº 15, de 30 de abril de 2018, regulamentou aspectos jurídicos para a prestação do serviço, o tempo para aquisição de equipamentos, a transição tecnológica e os testes de funcionalidade necessários para a sua implantação.

Dessa forma, o equipamento de biometria facial, antes utilizado em apenas alguns ônibus, tornou-se obrigatório em todas as catracas, correspondente a cerca de 2,8 mil veículos. Isso foi devido à necessidade de se exercer o efetivo controle do uso dos benefícios tarifários e gratuidades, de forma a coibir o uso indevido ou fraudulento do Cartão do Passe Livre Estudantil - PLE e das Pessoas com Deficiência - PCD, e assim promover a prática de uma justa política de benefícios no âmbito do transporte coletivo do Distrito Federal.

A fiscalização no intuito de verificar se todos os coletivos já cumpriram a norma coube à SUFISA da SEMOB.

Além disso, as concessionárias só receberão repasse do governo referente às gratuidades dos passageiros que passarem pelo equipamento. É imprescindível destacar também que os custos da tecnologia são arcados pelas próprias empresas (Marechal, Pioneira, Piracicabana, São José e Urbi).

A biometria facial faz parte do Bilhete Único, lançado em setembro de 2017, integrante do Programa de Mobilidade Urbana do DF, o Circula Brasília, e está relacionada à implementação e operação do Sistema Inteligente de Transportes – SIT.

Em relação ao Sistema Mobile, foram desenvolvidas ações no sentido do desenvolvimento de uma ferramenta mobile (DF NO PONTO para mobile), no qual encontra-se em processo de implementação e desenvolvimento.

Em relação ao Sistema de Bilhetagem Automática e ao Bilhete Único, foram realizadas ações no sentido de criação de cartões por categorias (Vale Transporte, Cidadão, Criança e Idoso), e implementadas algumas ações no sentido de controle das gratuidades e implantação de mais pontos de recarga de cartões.

5. Promover novo arranjo institucional para o sistema do DF e da Área Metropolitana (SEMOB). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

A meta versa sobre a possível formalização de um acordo (Consórcio) entre o DF, a União e os estados de Goiás e Minas, para a gestão do transporte público do entorno do DF.

6. Garantir a oferta de taxi em todo DF na proporção de no mínimo 1 para cada 700 habitantes (SEMOB). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

O Sistema Público de Transporte Individual está passando por uma série de mudanças, inclusive com a implantação do transporte privado individual de passageiros por aplicativos, já disponível à população. Portanto, essa meta será revista em 2017.

Destaca-se que o serviço de transporte privado individual de passageiros foi aprovado pela CLDF a Lei 5.691 de 2016, faltando ainda sua regulamentação.

7. Promover a capacitação de 160 gerentes e técnicos da SEMOB e órgãos co-executores em gestão de transportes públicos. (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

Voltado ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de gerentes e técnicos da SEMOB e Co-Executoras, o programa de Capacitação em Gestão de Transportes Públicos teve como resultado, em 2017, 160 profissionais capacitados incluindo servidores da SEMOB, DFTRANS, DER-DF, NOVACAP, Metrô-DF, TCB e DETRAN-DF.

A Secretaria de Estado de Mobilidade – SEMOB por meio de licitação internacional contratou o Consórcio ENGIMIND, IMEP, COMAP para Elaboração e Execução de Ações de Capacitação em Gestão de Transportes Públicos a profissionais servidores da Secretaria e das co-executoras do PTU/DF. Com base nas premissas constantes no Termo de Referência e no Contrato nº 04/2017 – SEMOB, foi ministrada a Capacitação aos seguintes órgãos, entidades e empresas: Secretaria de Estado de Mobilidade – SEMOB; Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTRANS; Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF; Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília – TCB; Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – METRÔ/DF; Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN/DF; e Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP.

A capacitação abarcou as principais temáticas do uso e ocupação do solo, sistema de transporte individual, do transporte público, da mobilidade ativa e ferramentas de gestão. Foi abordado entre outros temas, legislação de trânsito, programação semaforica, sistemas viários, tópicos de geoprocessamento aplicado aos transportes, simulação de transportes, programação de transportes, custos e tarifas entre outros temas.

2018

Além das ações de capacitação realizadas no ano anterior, como a execução do Programa de Educação Socioambiental e a Capacitação em Gestão de Transportes Públicos, em 2018 foram concluídos os processos licitatórios para aquisição de softwares e treinamento. O objetivo é dotar a Secretaria e órgãos vinculados de recursos tecnológicos para a elaboração de projetos, planejamento de tráfego e de sistemas de transportes (macrossimulações e microssimulações multimodais), geoprocessamento (GIS) e automatização de projetos viários em ferramenta CAD, dentre outros. Foram treinados 14 servidores no software de macrossimulação VISUM e de microssimulação VISSIM.

8. Promover a capacitação, no âmbito do STPC/DF, de 600 agentes multiplicadores de práticas socioambientais (educação socioambiental). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

Iniciada em 2016, a implementação do Programa de Educação Socioambiental resultou, em 2017, na capacitação de 600 agentes multiplicadores, formados em 17 oficinas realizadas, e campanhas de sensibilização, com mais de 10 mil pessoas. Destacam-se no âmbito das turmas capacitadas, 3 turmas formadas por catadores de materiais recicláveis, originados no antigo lixão da via Estrutural. O programa contou, ainda, com o envolvimento e a colaboração das empresas operadoras do Sistema de Transporte Público do DF e dos seguintes órgãos e instituições: Sociedade de

Transportes Coletivos de Brasília – TCB, Portal do Voluntariado – Brasília Cidadã, Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Social do Distrito Federal – SEDEST/MIDH, Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB, Instituto Federal de Brasília/Ministério da Educação – IFB, Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF, Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTrans, Departamento de Trânsito do Distrito Federal – Detran/DF e Coordenação de Estratégia e Políticas Intersetoriais da Governadoria do Distrito Federal.

2018

No ano de 2018 não foi desenvolvida nenhuma atividade de capacitação de agentes multiplicadores de práticas socioambientais. No entanto, a meta estabelecida foi atingida no ano de 2017.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1731	ENTREGAS DO ACORDO DE RESULTADOS/GESTÃO DF – SEMOB (Indicador incluído, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	%	56	31/12/2016	-	-	75	40	85	41	100	SEMOB/UO 26101/OE 5
1732	ENTREGAS DO ACORDO DE RESULTADOS/GESTÃO DF – DFTRANS (Indicador incluído, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	%	25	31/12/2016	-	-	75	0	85	71,6	100	DFTRANS/UO 26204/OE 5
1733	ENTREGAS DO ACORDO DE RESULTADOS/GESTÃO DF – DER (Indicador incluído, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	%	41	31/12/2016	-	-	75	18	85	50	100	DER/UO 26205/OE 5
1734	ENTREGAS DO ACORDO DE RESULTADOS/GESTÃO DF- METRÔ (Indicador Incluído, Conforme Lei de Revisão do Ppa Nº. 6061, de 29/12/17)	%	35	31.12.16	-	-	75	92,85	85	42	100	METRÔ/UO 26206/OE 5
1735	ENTREGAS DO ACORDO DE RESULTADOS/GESTÃO DF – TCB (Indicador incluído, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	%	66,7	31/12/2016	-	-	75	75	85	100	100	TCB/UO 26201/OE 5

Justificativas 2016

Indicador 1665

A unidade de medida foi cadastrada equivocadamente como "unidade", quando deveria ser percentual "%". Considerando as metas previstas no objetivo específico nº 05, foi alcançado o índice de 30%, que retrata o alcance global do referido objetivo específico no ano.

Justificativas 2017

Indicador 1730 - Com relação ao IQT, sua não apuração deve-se ao fato de a SEMOB não ter os insumos necessários para o seu cálculo que é composto por 8 indicadores. Mas vale lembrar que um dos objetos do contrato celebrado entre a Semob e a FGV, para avaliação dos contratos de concessão do Sistema de Transporte Público Coletivo - STPC, é a viabilização do cálculo esse Índice.

Indicador 1731 - Devido ao Aditivo do Acordo de Resultados de 2017, as datas de várias entregas foram repactuadas para 2018.

Indicador 1732 - Devido a suspensão pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF do procedimento de licitação para construção de abrigos para passageiros de ônibus, o cumprimento desta meta ficou comprometido neste exercício. Como em janeiro de 2018 houve a liberação para continuidade deste projeto, há a expectativa de implantação de 500 abrigos referente ao Programa Circula Brasília. Até dezembro, foram construídos 358 abrigos de 500 previstos no Pregão Eletrônico nº 001/2017 em diversas regiões administrativas do DF.

Indicador 1733 - O índice alcançado de 18% de entregas concluídas do Acordo de Resultados se justifica pelos atrasos na entrega de Autorizações de Supressão Vegetal (ASV) assim como pelos atrasos nas entregas e aprovações de projetos executivos, ambos requisitos para conclusão dos empreendimentos.

Indicador 1734 - Índice alcançado em 2016: 46,87%. Índice alcançado em 2017: 92,85%

Indicador 1735 - A TCB cumpriu as metas estabelecidas no Acordo de Resultados de 2017. As Ações previstas foram as seguintes: 1) - Aquisição de 04 ônibus para o serviço básico do STPC/DF, até 30/11/2017. Os 4 veículos foram adquiridos e entraram em operação no mês de Outubro/2017; 2) Estudo de viabilidade, demanda impacto financeiro do serviço de transporte denominado porta a porta, para pessoas com deficiências e portadores de mobilidade reduzida, até 30/04/2017 - A TCB apresentou o projeto no prazo.

Justificativas 2018

Indicador 1731 - O índice de 85% das entregas para 2018 não foi atingida, tendo em vista que das 17 entregas prevista do Acordo de Resultados/Gestão DF- SEMOB, foram realizadas 7, correspondente a 41% do total.

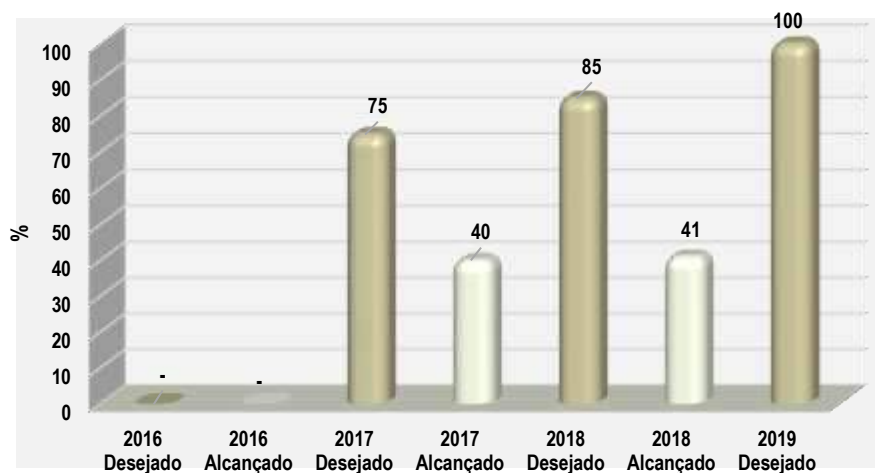
Indicador 1732 - Até dezembro, foram construídos 358 abrigos de 500 previstos no Pregão Eletrônico nº 001/2017 em diversas regiões administrativas do DF.

Indicador 1733 - O índice alcançado de 50 % de entregas concluídas das obras inclusas no Acordo de Resultados se justifica pela necessidade de adequação e aprovações de alguns projetos, requisitos para a conclusão dos empreendimentos.

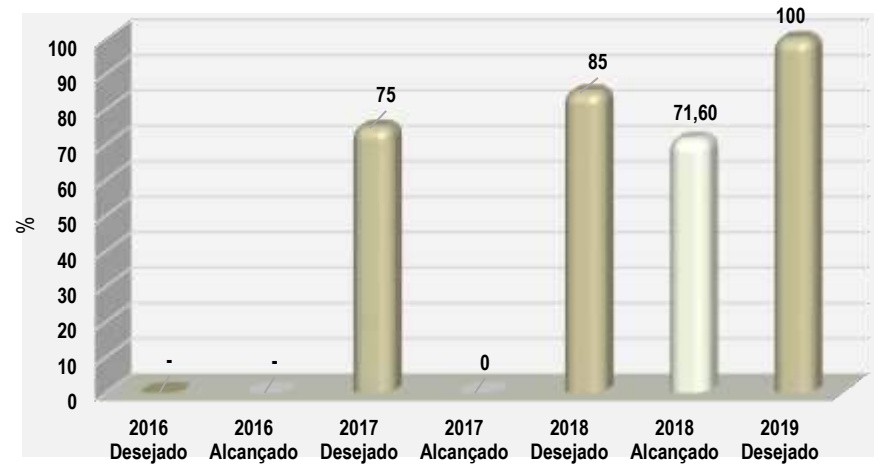
Indicador 1734 - Para o índice de 42% do cumprimento da meta levou em consideração a premissa de que não ficou estabelecido, no momento da formalização do acordo de resultado, os critérios de avaliação. Sendo assim, ficou estabelecido o uso de valor médio da soma do percentual de execução, conforme documento da Diretoria Técnica do Metrô-DF, de dez/2018 de todos os projetos.

Indicador 1735 - 2017 - a TCB cumpriu as metas estabelecidas no AR/2017. As Ações previstas foram as seguintes: 1 - Aquisição de 4 ônibus para o serviço básico do STPC/DF, até 30/11/2017. Meta cumprida em Outubro/2017; 2 - Estudo de viabilidade, demanda impacto financeiro do serviço de transporte denominado porta-a-porta, para pessoas com deficiências e portadores de mobilidade reduzida, até 30/04/2017 - A TCB apresentou o projeto no prazo, contudo não foi editado decreto de criação do serviço.

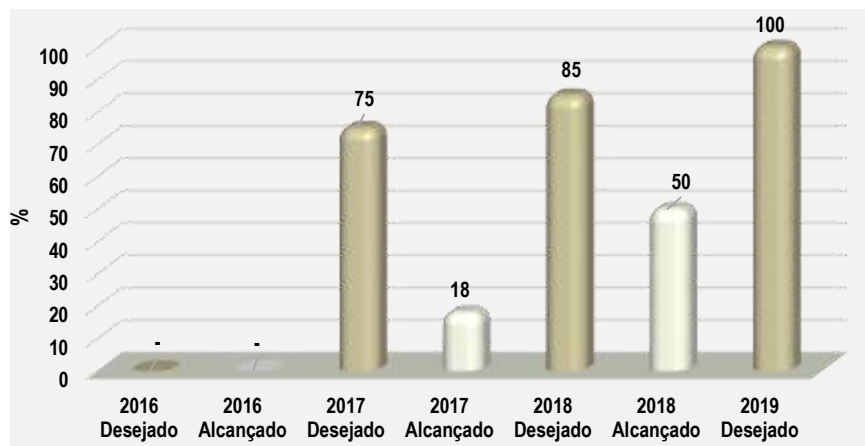
ENTREGAS DO ACORDO DE RESULTADOS/GESTÃO DF - SEMOB



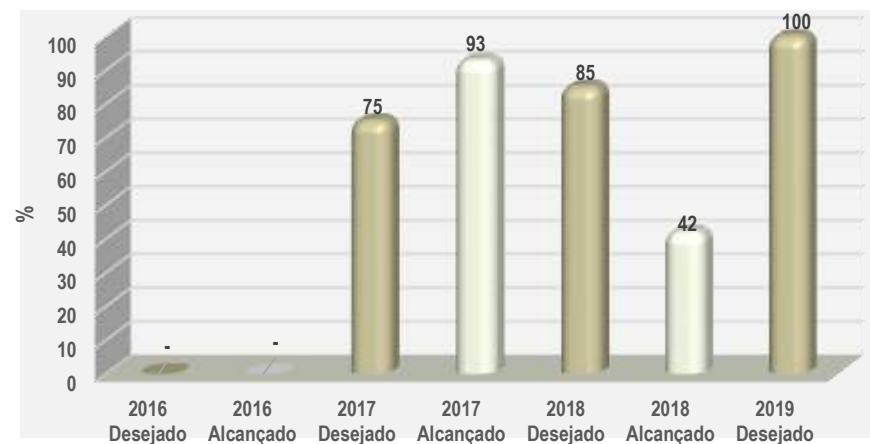
ENTREGAS DO ACORDO DE RESULTADOS/GESTÃO DF - DFTRANS



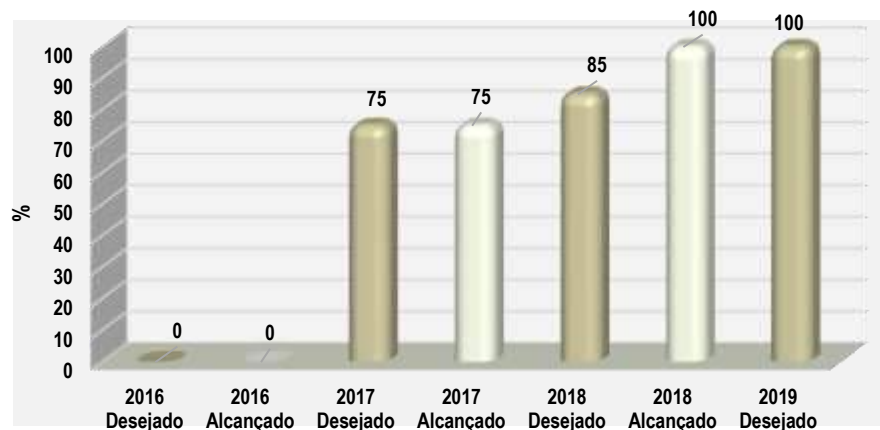
ENTREGAS DO ACORDO DE RESULTADOS/GESTÃO DF - DER



ENTREGAS DO ACORDO DE RESULTADOS/GESTÃO DF - METRÔ



ENTREGAS DO ACORDO DE RESULTADOS/GESTÃO DF - TCB



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6216	5	1	Expedição de autorizações para os Serviços de Táxi e Moto Táxi ;(SEMOB) (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	26101	X	2016 - Não houve avanço em 2016.
6216	5	2	Promoção para a implantação de Linhas de Financiamento para a Infraestrutura do Sistema de Transporte Público do DF;(SEMOB)	26101	100	<p>2016 Essa é uma ação contínua de relacionamento da SEMOB com o Governo Federal, com fontes de financiamento (incluindo bancos nacionais e estrangeiros) para fomentar novas linhas de financiamento para o Sistema de Transporte do DF.</p> <p>2017 Em 2017, tendo em vista o lançamento pelo Ministério das Cidades do Programa Avançar Cidades, voltado ao financiamento de infraestrutura urbana e a expectativa de abertura de linha de crédito para estados (categoria na qual, segundo o órgão federal, o DF enquadrar-se-á), a Semob iniciou a elaboração de proposta para financiamento de diversos projetos e empreendimentos na área de mobilidade no DF.</p> <p>2018 Foram desenvolvidos projetos visando a captação de recursos voltados para a melhoria da Infraestrutura do Sistema de Transporte Público do DF, como o projeto executivo de construção do Terminal de Transporte Público Coletivo da Quadra 401 da RA de Santa Maria. No entanto, não houve avanços na captação de recursos para execução dos mesmos.</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6216	5	3	Desoneração do ICMS de Óleo Diesel para o STPC; (SEMOB)	26101	100	<p>2016 Já há previsão de desoneração de óleo Diesel (ICMS) no DF para as operadoras do STPC. O Decreto 35.767, de 29/08/2014 (DODF de 01/09/2014) alterou o Decreto 18.955, de 22/12/97, estabelecendo normas para isenção do imposto nas saídas internas promovidas por distribuidora de combustível que destinem óleo diesel às empresas de transporte público coletivo.</p> <p>2017 Em 2017, não houve alteração na previsão legal de desoneração do Diesel para as Operadoras do STPC.</p> <p>2018 Em 2018, não houve alteração na previsão legal de desoneração do Diesel para as Operadoras do STPC.</p>
6216	5	4	Estímulo às iniciativas de Sustentabilidade Ambiental na Mobilidade. (SEMOB).	26101	100	<p>2016 Ação contínua da SEMOB. A exemplo, em 2016, houve a aquisição de 9 ônibus novos movidos a biodiesel e a elaboração de Termo de Referência para a aquisição de células fotovoltaicas para os terminais.</p> <p>2017 É ação contínua da SEMOB. A exemplo, cita-se o Plano +Bike, lançado em agosto de 2017, o qual está contido na estratégia de redução da motorização e, conseqüentemente, das emissões de gases e efeito estufa. Ainda, como parte das entregas que compõem o Circula Brasília, além dos nove ônibus que já operam com biocombustível, o DF também contará, em 2018, com um ônibus elétrico no Sistema de Transporte Coletivo. O objetivo é a substituição gradativa da frota pelas novas tecnologias, visando à sustentabilidade no transporte com a emissão mínima possível de poluentes.</p> <p>2018 Destaca-se a entrega do primeiro ônibus 100% elétrico, que passou a fazer parte da frota da capital a partir de julho de 2018, trata-se da linha 109. O ônibus 100% elétrico traz mais conforto para os usuários do Sistema de Transporte Público do DF (STPC/DF). O veículo é silencioso, possui ar condicionado, piso baixo, acessibilidade e emissão zero de poluentes. O ônibus elétrico reduz cerca de 46,8 toneladas de Co2, o que representa o plantio de 343 árvores/ano. O ônibus faz parte de uma das ações sustentáveis do programa Circula Brasília. Em agosto de 2018, mais um ônibus elétrico entrou para o sistema de transporte público do Distrito Federal. O veículo é responsável pela linha 110 que faz o trajeto Rodoviária do Plano Piloto – Universidade de Brasília (UNB). Outra atividade importante foi a conclusão do conteúdo técnico do Plano de Mobilidade Ativa (PMA/DF), a ser submetido à consulta pública, da minuta de Projeto de Lei para instituir a Política de Ciclomobilidade no DF, e das diretrizes do Plano de Mobilidade de Pedestres, incorporadas ao PMA/DF. Destaca-se, ainda, o lançamento do Plano de Ciclomobilidade +Bike, por meio do qual atingiu-se a expansão do sistema de bicicletas compartilhadas, que alcançou mais de 1,2 milhão de viagens em 2018 e concluiu 92km em projetos para expansão da malha cicloviária em todo DF.</p>

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

2016/2018

SEMOB/DFTRANS

No intuito de fortalecer a gestão e melhorar a prestação dos serviços demandados pela sociedade, a Secretaria de Mobilidade reúne esforços para implementação do Bilhete Único, através de um novo conceito tecnológico, no qual o usuário terá maior facilidade para chegar ao seu destino, podendo fazer integração de qualquer modo de transporte público disponível no sistema: metrô, micro-ônibus ou ônibus, incluindo o BRT e as bicicletas compartilhadas, com menor custo.

Ressaltam-se, ainda, os avanços na regulamentação do Serviço de Transporte Individual Privado de Passageiros baseado em tecnologia de comunicação em rede, um serviço inovador que permite maior tranquilidade da convivência desse serviço com o tradicional transporte público individual. O DF é a primeira unidade federativa a regulamentar o serviço de transporte individual por meio de aplicativos.

Já com relação às gratuidades, a fim de assegurar aos estudantes (do ensino superior, médio e fundamental da área urbana e rural, inclusive alunos de cursos técnicos e profissionalizantes) o benefício ao Passe Livre Estudantil, foi realizado o cadastramento dos estudantes, com o objetivo de atualizar a base de dados e evitar fraudes, deixando no sistema apenas quem estiver matriculado. Esse trabalho revelou 50 mil cadastros irregulares que oneravam o Sistema de Transporte Público Coletivo.

No tocante ao Sistema de Participação Popular, considerando a Política Nacional de Mobilidade instituída por meio da Lei nº 12.587/2012, bem como do Decreto Federal nº 8.243, de 23 de maio de 2014, que institui a Política Nacional de Participação Social e o Sistema Nacional de Participação Social, a SEMOB vem atuando para aperfeiçoar as políticas públicas na área de mobilidade, institucionalizando canais de participação popular, bem como promovendo a adoção de mecanismos de participação popular e a integração dos agentes governamentais e não governamentais que atuam na área de mobilidade, como a Celebração de Termos de Cooperação Técnica, bem como a instalação de canais de participação efetiva e permanente da sociedade.

Em 2017, a Semob se dedicou ao aperfeiçoamento do SBA/STPC/DF, um processo essencial ao programa Circula Brasília, programa estruturante de mobilidade urbana do DF, e que teve como destaque o lançamento do Bilhete Único (BU). Com ele, o usuário pode realizar a integração no STPC utilizando um ou mais modos de transporte do sistema e até dois transbordos no mesmo sentido em um período de três horas, pagando uma tarifa única total de cinco reais.

Outra mudança significativa implementada em 2017 foi a melhoria no processo de aquisição de créditos por meio da ampliação dos postos de emissão e recarga dos cartões. O usuário pode adquirir créditos em 33 pontos de atendimento, distribuídos nas estações do metrô, nos postos do DFTrans e nos terminais do BRT. Ainda, foi disponibilizada a recarga pela internet, um benefício adicional aos cidadãos.

A expectativa para 2018 é de que, com as facilidades trazidas pelo Bilhete Único, o número de usuários do transporte público no DF aumente, bem como daqueles que utilizam a integração. Também é esperada uma maior aderência de grupos específicos ao sistema com a disponibilização de novos cartões, como o cartão +Turista e o +Criança Candanga.

No que se refere ao acesso à informação, a Secretaria, em conjunto com o DFTrans, concentrou esforços no sentido de desenvolver, para lançamento em 2018, um aplicativo onde os usuários pudessem obter informações em tempo real sobre horários e itinerários dos ônibus. No início do corrente ano, a plataforma já dispunha dos dados das empresas Marechal e Piracicabana. Com a aderência de todas as operadoras ao aplicativo, prevista para ocorrer ainda em 2018, os usuários terão acesso às informações de todas as linhas existentes no STPC/DF.

No esteio do processo de modernização do Sistema de Transporte Público Coletivo, destaca-se, ainda, a implantação de equipamentos de biometria facial na frota de ônibus das operadoras do STPC/DF. A ação, impulsionada pela Secretaria de Mobilidade e pelo DFTrans, visa combater as fraudes no uso de gratuidades e a evasão de receitas. Os testes iniciais, realizados em maio de 2017, apontaram, por exemplo, que cerca de 15% dos usuários das linhas observadas faziam uso irregular do Passe Livre Estudantil.

Tais mudanças representam um grande avanço para a população do Distrito Federal, pois proporcionam mais economia, segurança e agilidade ao usuário. Do ponto de vista da governança, a modernização do sistema de bilhetagem também contribui para maior transparência, controle das gratuidades e melhoria na gestão do sistema.

Ainda como forma de aperfeiçoar o controle e a gestão da mobilidade no DF, a Semob se dedicou, em 2017, a construir uma proposta de reestruturação no modelo de participação social estabelecido pelo Decreto nº 36.772/2015 - e alterado pelo Decreto nº 37.396/2016 - que instituiu o Sistema de Participação Popular da Mobilidade do Distrito Federal – SPPM/DF. No entendimento da Semob, o modelo vigente inviabiliza as atividades inerentes ao diálogo com a sociedade, uma vez que possui uma estrutura demasiadamente ampla e que não proporciona interface entre suas instâncias.

O intuito da reestruturação é promover, com efetividade e cidadania, a participação social nas ações de planejamento e gestão das políticas de mobilidade. Deste modo, a minuta de decreto proposta para o SPPM/DF mantém sua finalidade, seus objetivos e diretrizes, porém diminui o quantitativo de instâncias de forma a viabilizar sua implantação e promover a sinergia e o diálogo entre tais instâncias, alcançando, efetivamente, o objetivo da norma, que é a participação popular.

No tocante à capacitação de servidores, o programa de Capacitação em Gestão de Transportes Públicos, realizado em 2017, foi um passo importante em direção ao aperfeiçoamento da gestão na Secretaria e nas co-executoras do Programa de Transporte Urbano – PTU/DF. A capacitação abordou uma série de tópicos relacionados à gestão de transportes, permitindo que os cerca de 160 servidores participantes ampliassem seus conhecimentos em temas técnicos e de interesse da mobilidade, conhecimentos estes que ficarão como legado para os órgãos envolvidos.

Ainda, a Secretaria coordenou o Programa de Educação Socioambiental – PEA, que integra o Programa de Transporte Urbano, uma das exigências para o licenciamento ambiental de empreendimentos relativos ao PTU/DF. O Programa, destinado à população do DF, capacitou mais de 600 multiplicadores em temas relacionados ao transporte público e ao meio ambiente. No âmbito

do PEA, também foram realizadas atividades de sensibilização com o objetivo de promover a mobilidade no DF, a sustentabilidade ambiental e boas práticas no uso consciente do transporte coletivo. As atividades impactaram mais de 15 mil pessoas diretamente, um marco na promoção da cidadania no transporte público.

O Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2018 foi firmado com o Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico - CODESE/DF com o escopo de viabilizar a consecução não onerosa de serviços técnicos especializados em engenharia de transportes e tecnologia de informação com fornecimento de licença de uso permanente de um conjunto de sistemas computacionais de ITS (Intelligent Transport Systems), com vistas à implantação e operação de Centro de Supervisão Operacional - CSO para os serviços de transporte de passageiros no Distrito Federal.

Através de tratativas junto ao Banco de Brasília, houve a alteração contratual dos procedimentos de entrada e saída dos recursos financeiros do STPC/DF e ajuste no Sistema Integrado de Gestão Governamental - SIGGO para ingresso dos recursos do sistema via conta corrente e pagamento dos valores diários dos resgates pela prestação de serviços de transportes públicos referentes aos créditos de viagem vale-transporte e Cartão-Cidadão às operadoras via Ordens Bancárias eletronicamente.

No DODF nº 153, de 13 de agosto de 2018, foi publicado a Portaria nº 48, de 10 de agosto de 2018, definindo os procedimentos para esses pagamentos diários do STPC/DF.

Relatórios de ouvidoria são publicados trimestralmente no sítio do órgão e encaminhados aos gestores com recomendações e sugestões baseadas nas manifestações dos próprios usuários do transporte público.

O Planejamento Estratégico Institucional - PEI foi revisto e aprovado e reanalisados a matriz SWOT, os objetivos estratégicos, bem como os planos e projetos da Autarquia, utilizando como metodologia de trabalho o Balanced Scorecard (BSC).

O novo layout foi aprovado pelo Conselho de Transporte Público Coletivo (reativado por esta Pasta em 2018), resultando na Resolução SEI-GDF nº 4745, de 05 de novembro de 2018. Até setembro de 2018, a nova identidade havia alcançado 140 veículos e, com a aprovação formal do Conselho, será gradativamente implantado no restante da frota.

Em 2018, a SEMOB dedicou-se ao aperfeiçoamento do Sistema de Bilhetagem Automática – SBA, com o lançamento do Cartão Melhor Idade, do Cartão Multifuncional, complementando a família de 10 cartões, quatro deles novos (Cartão Criança Candanga, Cartão Especial do Acompanhante, Cartão Melhor Idade, cartão multifuncional e Cartão Brasília Turista). Dessa forma, foi possível maior abrangência na prestação de serviço do Transporte Coletivo a uma parcela da população que não possuía o acesso por meio do SBA ao serviço. Com o lançamento dos novos cartões em 2017 e implementados também em 2018, a integração do transporte público além de mais fácil, teve um forte incremento, com economia para o cidadão e redução do custo do sistema com otimização de linhas do STPC/DF, que foi possível com o sistema totalmente integrado.

A biometria facial, implantada, exceto nos veículos da TCB, passou a estar presente integralmente no STPC/DF. Tal medida reduziu drasticamente as fraudes que ocorriam com uso indevido dos cartões de usuários com direito a gratuidades. A biometria facial implantada experimentalmente em 2017 visava coibir a utilização indevida do benefício da gratuidade no transporte público, que foi efetivamente reduzida com implementação integral em 2018.

Dando sequência à modernização do Sistema de Transporte Público Coletivo, outra novidade em 2018, ocorrida logo no início do ano, foi o lançamento da versão beta do aplicativo +Ônibus, já que a demanda por informação é uma das principais dentre os usuários do transporte público. O aplicativo permite ao passageiro consultar os horários dos ônibus em tempo real e traçar destinos. A posição dos veículos é monitorada por GPS. O +Ônibus Brasília também possibilita acesso à localização dos pontos de coletivos e às linhas existentes em todo o DF, com a previsão das próximas viagens.

Inicialmente, o +Ônibus contou com os dados de duas das cinco concessionárias de transporte público do DF. Logo em fevereiro de 2018, foi realizada a notificação de todos os delegatários, determinando a instalação dos equipamentos e demais elementos para o funcionamento do rastreamento da frota via GPS, bem como disponibilização à Transporte Urbano do DF - DFTrans de informações em tempo real das linhas, itinerários e informações gerenciais em formato adequado para sua utilização pelo órgão.

Desse modo, atualmente conta-se com os dados de GPS das cinco operadoras, estando prevista para o próximo ano a inserção de todos dados no referido aplicativo. Para além de alimentar a base de dados do +Ônibus, as informações de GPS da frota do STPC cumpre o importante objetivo de viabilizar o monitoramento da operação pela DFTrans, tarefa que está em fase de teste. Em 25 de outubro de 2018, havia 2000 veículos sob o monitoramento da autarquia. O aplicativo funcionou em versão de teste até o final do ano de 2018.

Em 2018, a Secretaria seguiu com as atividades de aperfeiçoamento do Sistema de Bilhetagem Automática do Sistema de Transporte Público Coletivo do DF (SBA/STPC), um processo essencial do Programa Circula Brasília, programa estruturante de mobilidade urbana do DF e que teve como destaque o lançamento do Bilhete Único, em 2017. Com ele, o usuário pode realizar a integração no STPC utilizando um ou mais modos de transporte do sistema e até dois transbordos no mesmo sentido em um período de três horas, pagando uma tarifa única total de cinco reais.

Outro ponto de grande relevância foi a biometria facial presente integralmente no STPC/DF, reduzindo drasticamente as fraudes que ocorriam com uso indevido dos cartões de usuários com direito a gratuidades. A biometria facial implantada experimentalmente em 2017 visava coibir a utilização indevida do benefício da gratuidade no transporte público, o que efetivamente aconteceu com implementação integral em 2018.

No âmbito do Programa de Transporte Urbano – PTU, que tem como objetivos, entre outros, o fortalecimento institucional da SEMOB, foi adquirido solução tecnológica em geoprocessamento, sendo 4 licenças da ferramenta ArcGIS Desktop e Analyst, sendo cedida uma licença para o Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTrans. Também foram adquiridos softwares de planejamento de transporte público, de tráfego, rede de transportes individual e de cargas, sendo ferramenta de macrossimulação e microssimulação, PTV – VISUM, VISSIM e VISWALK. Pacote completo da ferramenta AUTODESK e de Sinalização Horizontal, Vertical e de Raio de Giro, que é o pacote TRANSYS.

Adicionalmente estão sendo treinados servidores da Semob e DFTrans na ferramenta de macrossimulação – VISUM e de microssimulação – VISSIM e VISWLAK, servidores da Semob, DER e DETRAN. Também já contratado em processo de formação de turma está o treinamento da ferramenta ArcGIS, que será para servidores da Semob e DFTrans.

Outra medida importante no âmbito do STPC/DF foi a avaliação dos contratos de concessão realizada pela Fundação Getúlio Vargas ao longo de 2017 e concluída em 2018 (Contrato nº 01/2017 – SEMOB/DF). Essa avaliação incluiu detalhada análise sobre o SBA, resultando em diagnóstico completo da atual situação desse sistema e seus pontos de aperfeiçoamento, material que foi devidamente encaminhado ao órgão gestor do SBA, a DFTrans.

A avaliação da FGV também abrangeu avaliação contábil e econômico-financeira dos contratos de concessão do STPC/DF, análise dos contratos entre as concessionárias e as empresas de publicidade, da adequação do Índice de Qualidade do Serviço Básico do STPC/DF – IQT e estudo da taxa interna de retorno e da tarifa técnica.

Como resultado, ressaltam-se algumas ações executadas ou em andamento. No âmbito do STPC/DF, existe uma composição de indicadores que formam o Índice de Qualidade do Transporte, o IQT, cuja apuração visa mensurar a qualidade da operação do Sistema. A apuração de cada indicador do IQT enfrentava dificuldades metodológicas, de modo que a análise da FGV realizou proposições com vistas à viabilizar a mensuração do Índice. Concluída essa avaliação, em abril de 2018, a Semob elaborou plano de trabalho para implantação do IQT, prevendo fase inicial de teste, a partir de monitoramento periódico dos resultados obtidos da aplicação experimental do Índice. Além disso, paralelamente, acompanham-se os trabalhos que vem sendo desenvolvidos pelo Transporte Urbano do Distrito Federal - DFTrans para implementação de um sistema de controle operacional do STPC/DF, ferramenta que ofertará insumos essenciais à devida aferição do IQT. Outra articulação importante foi feita junto a Polícia Civil para recepção de dados sobre acidentes envolvendo os veículos do transporte coletivo, pois essa informação compõe um dos indicadores.

Outro importante desdobramento da avaliação da FGV subsidiar a decisão desta Semob acerca da revisão tarifária, culminando na publicação das Portarias nº 56 a 60, de 02 de agosto de 2018, que alteraram as tarifas técnicas das empresas operadoras do STPC/DF.

Sem perder de vista a importância dada à sustentabilidade no âmbito das ações de mobilidade, destaca-se a entrega do primeiro ônibus 100% elétrico, que passou a fazer parte da frota da capital a partir de julho de 2018, trata-se da linha 109. O ônibus 100% elétrico traz mais conforto para os usuários do Sistema de Transporte Público do DF (STPC/DF). O veículo é silencioso, possui ar condicionado, piso baixo, acessibilidade e emissão zero de poluentes. O ônibus elétrico reduz cerca de 46,8 toneladas de Co2, o que representa o plantio de 343 árvores/ano. O ônibus faz parte de uma das ações sustentáveis do programa Circula Brasília. Em agosto de 2018, mais um ônibus elétrico entrou para o sistema de transporte público do Distrito Federal. O veículo é responsável pela linha 110 que faz o trajeto Rodoviária do Plano Piloto – Universidade de Brasília (UNB).

No que tange à mobilidade ativa, ressaltam-se os avanços nas ações estruturantes dessa política, competência primordial desta Pasta, a partir da conclusão do conteúdo técnico do Plano de Mobilidade Ativa (PMA/DF), a ser submetido à consulta pública, da minuta de Projeto de Lei para instituir a Política de Ciclomobilidade no DF, e das diretrizes do Plano de Mobilidade de Pedestres, incorporadas ao PMA/DF.

Destaca-se, ainda, o lançamento do Plano de Ciclomobilidade +Bike, por meio do qual atingiu-se a expansão do sistema de bicicletas compartilhadas, que alcançou mais de 1,2 milhão de viagens em 2018 e concluiu 92km em projetos para expansão da malha ciclovária em todo DF.

TCB

Conforme Acordo de Resultados assinado em 13 de fevereiro de 2017, a TCB se comprometeu em cumprir 02 (dois) projetos: 1) RENOVAÇÃO DA FROTA DO SERVIÇO DO STPC/DF, que refere-se a aquisição de 04 (quatro) ônibus para o Serviço Básico do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF, com entrega até 30/11/2017; e 2) SERVIÇO DE TRANSPORTE PORTA A PORTA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E PORTADORES DE MOBILIDADE REDUZIDA, estabelecendo que até 30/04/2017, fosse apresentado estudo de viabilidade, demanda e impacto financeiro do Serviço Porta-a-Porta.

Com relação ao primeiro projeto, a TCB adquiriu por meio de licitação 04 (quatro) novos veículos, equipados com ar condicionado, câmbio automático, motor traseiro, piso baixo, rampa de acesso para pessoas com deficiência e outros acessórios do tipo padron. Os veículos entraram em operação em outubro de 2017. No tocante ao segundo projeto, por meio do processo 095.000.189/2017, a empresa apresentou os estudos relativos ao Porta a Porta, que naquele momento foi denominado de TCB Mais Acessível. O processo com os estudos iniciais, acompanhado de minutas de projeto de lei, de decreto e de regulamento, foi remetido à SEMOB no prazo estabelecido.

Contudo, em razão da indisponibilidade de recursos no Orçamento da TCB, a Governança não aprovou o andamento do projeto. No final do exercício de 2017, por orientação da SEMOB, a empresa autuou novo processo, de nº 095.000.759/2017, apresentando minuta de criação do serviço em comento por meio de decreto, regulamentando o Programa Mão na Roda estabelecido pela Lei nº 4.317, de 9 de abril de 2009. O processo encontra-se neste momento na SEMOB para fins de complementação das instruções relativas ao impacto financeiro nos exercícios de 2018, 2019 e 2020; compatibilidade do aumento da despesa com a LDO e informação quanto a fonte de financiamento da despesa em 2018, 2019 e 2020. Portanto, as questões pertinentes à TCB foram apresentadas de forma tempestiva, entretanto, para implantação do projeto, demandará comprometimento de vários órgãos, principalmente da SEMOB, SEPLAG, Governança e Casa Civil.

De acordo com o percentual alcançado pela TCB no Indicador (Entregas do Acordo de Resultado/Gestão DF), 100%, demonstra que a TCB cumpriu as suas metas relativas aos 2 Projetos estabelecidos: 1) - Aquisição de 04 ônibus para o serviço básico do STPC/DF, até 30/11/2017. Os 4 veículos foram adquiridos e entraram em operação no mês de Outubro/2017; 2) Estudo de viabilidade, demanda impacto financeiro do serviço de transporte denominado porta a porta, para pessoas com deficiências e portadores de mobilidade reduzida severa, até 30/04/2017 - A TCB apresentou o projeto no prazo. Contudo não foi editado decreto de criação do serviço. Desta forma, a implementação desse Serviço, denominado atualmente de TCB Acessível depende de autorização superior

DER

As prioridades e metas do DER/DF em 2017 seguiram um alinhamento entre a programação estabelecida no PPA 2016-2019, o Acordo de Resultados firmado com o Governo do Distrito Federal e as diretrizes internas do órgão. Os índices do Acordo de Resultados reflete a complexidade inerente à execução de contratos de infraestrutura urbana, os quais estão sujeitos à interação com outras instituições e condicionados às dinâmicas próprias do Orçamento Público estabelecidas em leis e decretos -- por exemplo, a apuração de superávit, que ocorreu somente no final de abril de 2017, impedindo o avanço de contratos com recursos de financiamentos e da CIDE-Combustíveis.

Ademais, o Departamento exerceu um gerenciamento constante, que envolveu diferentes níveis de gestão da instituição visando o aperfeiçoamento e a integração entre o Planejamento e o Orçamento na gestão pública.

As prioridades e metas do DER/DF em 2018 seguiram com andamento programado no PPA 2016-2019 até o presente momento e o Acordo de Resultados firmado com o Governo do Distrito Federal e as diretrizes internas do Órgão. Os índices do Acordo de Resultados refletem a complexidade inerente à execução de contratos de infraestrutura urbana, os quais estão sujeitos à interação com outras instituições e condicionados às dinâmicas próprias do Orçamento Público estabelecidas em leis e decretos. Por exemplo, a apuração de superávit, que ocorreu somente no final de abril de 2018.

Ademais, o Departamento exerceu um gerenciamento constante, que envolveu diferentes níveis de gestão da instituição visando o aperfeiçoamento e a integração entre o Planejamento e o Orçamento na gestão pública.

METRÔ

Em 2017, o Plano Estratégico Institucional – PEI adotado pela Companhia do Metropolitano do Distrito Federal cumpriu seus objetivos de Fortalecimento do planejamento, da gestão, da fiscalização, e da regulação, na finalidade de melhorar a prestação dos serviços de transporte demandados pela sociedade, priorizando os canais de participação social e fortalecimento institucional, a partir da produção de documentos fundamentais, como o Plano de Negócios do METRÔ-DF, alinhado ao pensar estratégico, seguindo uma abordagem descendente, iniciando-se na observação dos Programas do Governo Federal, do Programa do Governo de Brasília e na arquitetura do PPA-METRÔ/DF, com interlocução a outros órgãos de gestão distrital. Ressalta-se também a referência base do Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal – PDTU/DF. Todos os resultados alcançados neste documento estão balizados nas premissas apresentadas no PEI.

Em 2018, atendendo o compromisso do Governo de Brasília em aperfeiçoar a gestão pública e buscar excelência na qualidade de serviços prestados à população, observa-se disposto no art. 5º, §1º, do Decreto nº 37.621, de 14 de setembro de 2016, que: “Os órgãos e entidades da Administração Pública do Distrito Federal devem estar alinhados à Estratégia de Governo, no âmbito de suas competências, mediante pactuação anual de resultados”.

Em 2018 foram propostas 19 ações no Acordo de Resultados, sendo mantidas 16 ações, que constituem em sua totalidade as metas do PPA 2016 – 2019. Foi apurado o índice de 42% do cumprimento da meta do Acordo de Resultados, em razão do estabelecimento de valor médio da soma do percentual de execução dos projetos técnicos, conforme documento da Diretoria Técnica do Metrô-DF de dezembro de 2018.

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Ampliar o acesso a serviços públicos de infraestrutura com qualidade e regularidade.
Garantir a proteção e o uso sustentável do meio ambiente.

PROGRAMA TEMÁTICO:
6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL

OBJETIVO GERAL:

Assegurar Brasília como modelo de território sustentável por meio de planejamento e gestão que integre a prestação de serviços, a promoção da cidadania e a inclusão socioambiental com a garantia da proteção do meio ambiente para as gerações futuras.

OBJETIVO ESPECÍFICO

O Programa Temático é composto de 06 objetivos específicos, conforme seguem abaixo:

Unidade Responsável/Objetivo Específico

21.101 – SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA

001 – CIDADANIA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: Promover cidadania para os desafios socioambientais com inclusão social, cultural, boas práticas e tecnologias para uma governança efetiva, transversal e participativa.

002 – CAPITAL DAS ÁGUAS: Promover a cultura do cuidado com a água, o aperfeiçoamento do marco normativo e institucional e garantir a oferta de água em quantidade e qualidade para a população e os ecossistemas naturais, a conservação e a recuperação das áreas de recarga de aquífero, nascentes e matas ciliares e áreas de proteção de mananciais.

003 – ENERGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS: Garantir o fornecimento de energia elétrica, a eficiência energética e diversificação da matriz, bem como adaptar e mitigar as mudanças climáticas.

22.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS DO DF – SINESP

004 – SANEAMENTO AMBIENTAL: Garantir serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial e gestão de resíduos sólidos, com regularidade e qualidade, assegurando a proteção ao meio ambiente e à saúde da população.

21.208 – INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL – IBRAM

005 – BRASÍLIA VERDE: Conservar a biodiversidade e uso do cerrado por meio da criação, implementação e manutenção das unidades de conservação, corredores ecológicos e demais áreas protegidas, bem como promover a recuperação ambiental.

21.101 – SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA

006 – DIREITOS DOS ANIMAIS: Garantir a execução da política de proteção, defesa e bem estar dos animais domésticos e silvestres.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA POR PROGRAMA E AÇÃO (Valores em Reais)

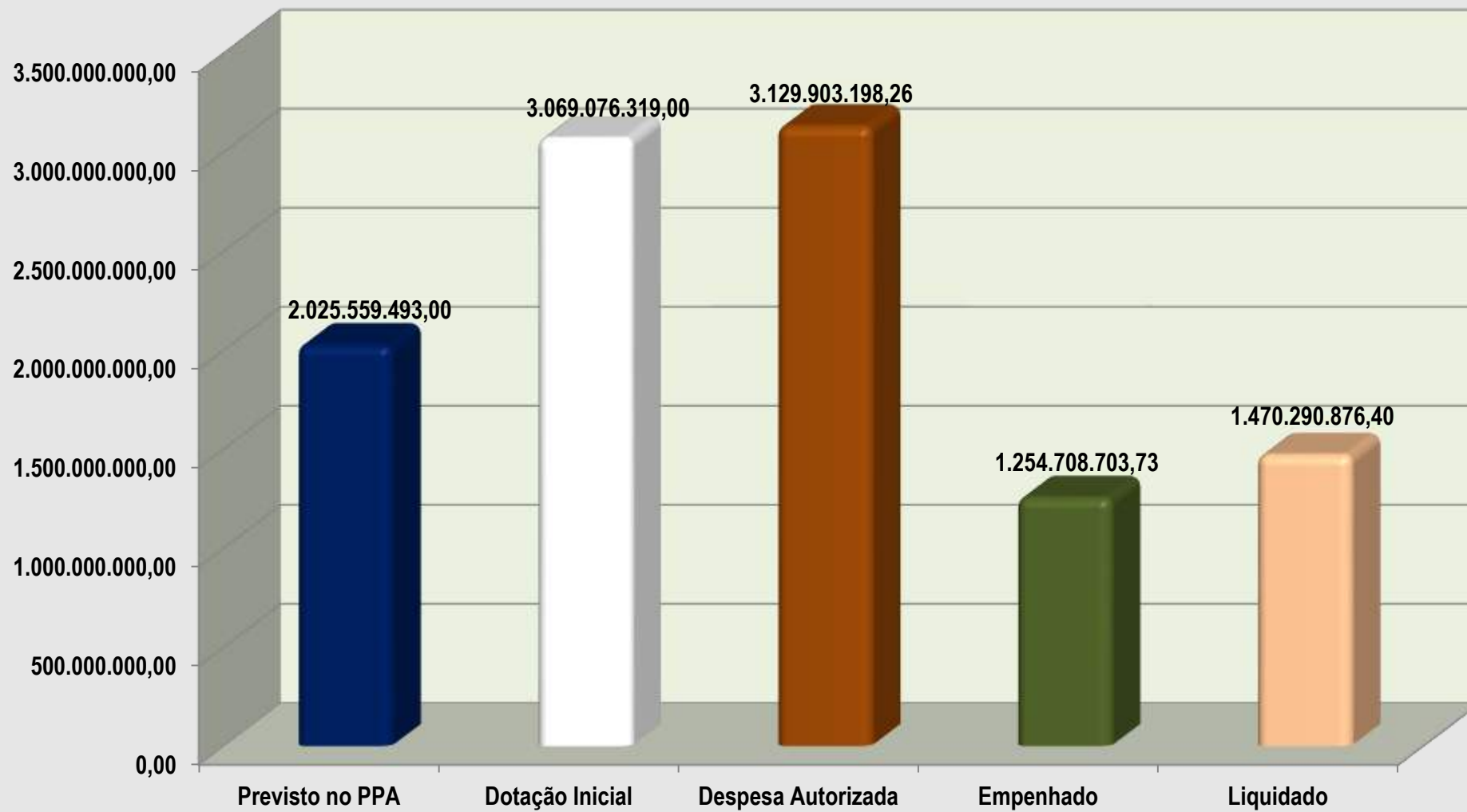
AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/PPA	% LIQ/PPA
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	156.107.993,00	341.827.747,00	256.767.076,93	147.852.653,19	138.406.522,16	95	89
1133 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	150.600.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
1133 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	-	159.100.000,00	155.980.000,00	-	60.516.287,00	0	0
1337 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS	105.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
1347 - CONSTRUÇÃO DE PASSARELA	500.000,00					0	0
1460 - IMPLANTAÇÃO DE RODOVIAS	500.000,00					0	0
1475 - RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS	800.000,00					0	0
1732 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE TRANSBORDO	1.000.000,00	109.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
1763 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	769.372,00	2.883.836,00	4.970.317,00	3.376.166,01	1.826.166,01	439	237
1766 - CONSTRUÇÃO DE RECINTOS PARA ANIMAIS NO JARDIM ZOOLOGICO	540.000,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
1768 - IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA PARA DISTRIBUIÇÃO DE GÁS	410.000,00					0	0
1812 - MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS ELÉTRICOS, MECÂNICOS E OBRAS CIVIS DAS UNIDADES GERADORAS	480.562,00	1.500.000,00	2.085.909,00	-	1.697.618,14	0	353
1827 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA		0,00	94,00	93,80	93,80	0	0
1827 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	64.462.002,00	60.462.000,00	57.695.000,00	-	6.454.933,29	0	10
1831 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - CORUMBÁ	10.650.076,00	62.000.000,00	118.409.000,00	-	92.390.131,56	0	868
1832 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	111.021.620,00	79.021.000,00	92.149.000,00	-	40.725.554,76	0	37
1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.883.158,00	50.774.500,00	36.858.260,74	35.956.927,06	18.426.984,86	1.909	979
1848 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA ÁREA RURAL	1.887.600,00	1.582.000,00	1.582.000,00	-	847.783,63	0	45
1859 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE SANEAMENTO ÁGUAS LINDAS - GO	10.650.076,00	28.200.000,00	28.200.000,00	-	8.033.651,93	0	75
1866 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA METRÔ SUSTENTÁVEL	550.000,00	480.000,00	18.348,56	18.348,56	18.348,56	3	3
1948 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DRENAR/DF	119.197.000,00	271.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
1950 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	1.000.000,00	1.300.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	59.835,00	27.371.200,00	1.581.768,89	1.232.539,58	1.079.207,04	2.060	1.804
1998 - PROJETO - ZÔO DE CONSCIENTIZAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	5.000,00	10.000,00	7.323,29	7.323,29	7.323,29	146	146
2079 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PÚBLICA	319.760.484,00	350.607.032,00	428.733.578,90	428.733.578,90	391.412.786,85	134	122
2485 - CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA FLORA	5.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2535 - GESTÃO DA FAUNA	11.855,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2536 - SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA	138.794,00	772.000,00	3.610.540,00	3.610.540,00	3.513.990,00	2.601	2.532
2543 - PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS	268.251,00	30.000,00	250.288,98	250.288,98	250.288,98	93	93
2551 - ATUALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO ACERVO E DOCUMENTOS AMBIENTAIS	54.267,00	18.000,00	14.336,10	14.336,10	14.336,10	26	26
2562 - MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	622.344,00	1.014.856,00	607.622,68	607.622,68	498.009,48	98	80
2567 - GESTÃO DE FLORA E RECURSOS FLORESTAIS	1.000,00	10.000,00	6.771,50	6.771,50	6.771,50	677	677
2573 - CONSOLIDAÇÃO DAS ÁREAS DE AMORTECIMENTO DA EEJBB	68.000,00					0	0
2577 - GESTÃO DO CENTRO DE EXCELÊNCIA DO CERRADO	20.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2580 - CONSERVAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	36.744,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2582 - MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE RECUPERAÇÃO DE RESÍDUOS - IRR	2.300.000,00	5.706.577,00	1.448.157,75	1.448.157,75	1.416.066,79	63	62
2654 - TRATAMENTO E MANEJO DE RESÍDUOS DE SAÚDE	1.000.000,00	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0

AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/PPA	% LIQ/PPA
2671 - MONITORAMENTO DA REDE HIDROMETEOROLÓGICA E TELEMÉTRICA DO DF	4.409.349,00	1.260.891,00	1.327.173,81	1.327.173,81	1.086.882,97	30	25
2679 - OUTORGA DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS	100.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2683 - REGULAÇÃO DOS USOS DOS RECURSOS HÍDRICOS NO DF	1.500.000,00	876.500,00	817.026,00	110.697,79	77.797,79	7	5
2689 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOAMBIENTAIS	3.090.000,00					0	0
2692 - FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	360.000,00	124.127,00	216.960,51	216.960,51	216.960,51	60	60
2695 - REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	1.575.000,00	585.763,00	365.214,42	365.214,42	365.214,42	23	23
2699 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BRÁSILIA NOS PARQUES	450.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2701 - INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE RECUPERAÇÃO DO CERRADO.	400.000,00	10.000,00	1.140,00	1.140,00	1.140,00	0	0
2705 - ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL PARA CONSERVAÇÃO DA FAUNA E DEFESA DOS DIREITOS ANIMAIS	115.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2717 - GESTÃO DE RISCOS CLIMÁTICOS	399.427,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2903 - MANUTENÇÃO DE REDES DE ÁGUAS PLUVIAIS	13.304.000,00	7.177.785,00	9.711.830,99	9.711.830,82	9.064.467,05	73	68
2930 - COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA	130.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2932 - PRESERVAÇÃO DAS ÁREAS DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA E DO JARDIM BOTÂNICO DE BRÁSILIA	166.174,00	122.915,00	87.638,77	87.638,77	87.638,77	53	53
3000 - IMPLANTAÇÃO DA BIBLIOTECA DIGITAL DO CERRADO	10.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3001 - FECHAMENTO DO ATERRO DO JÓQUEI E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL	1.200.000,00	55.891,00	5.463,34	5.463,34	5.463,34	0	0
3002 - CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA - PEV'S	2.000.000,00	4.101.000,00	478.623,36	478.622,36	478.622,36	24	24
3004 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS	13.200.000,00	17.074.002,00	17.677.086,58	12.026.609,20	8.376.903,47	91	63
3004 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS	-	3.302.000,00	3.977.000,00	-	-	0	0
3005 - AMPLIAÇÃO DE RODOVIAS	500.000,00					0	0
3006 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE BURLE MARX	7.500.000,00	6.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3006 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE BURLE MARX	-	48.000.000,00	26.457.663,00	-	-	0	0
3008 - IMPLANTAÇÃO DO HERBÁRIO VIRTUAL	14.000,00	10.000,00	123,00	123,00	123,00	1	1
3013 - RECUPERAÇÃO DE UNIDADES OPERACIONAIS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	635.699,00	1.500.000,00	3.829.123,00	3.829.071,99	3.829.071,99	602	602
3015 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL	600.000,00					0	0
3016 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES OPERACIONAIS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	600.000,00	1.500.000,00	4.024.336,44	3.959.269,17	3.959.269,17	660	660
3023 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC	127.620.402,00	296.995.857,00	344.267.786,48	134.668.235,70	123.115.224,73	106	96
3043 - ADEQUAÇÃO AMBIENTAL DE ÁREAS RURAIS	10.000,00	882.000,00	3.937.319,51	378.806,79	378.806,79	3.788	3.788
3058 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - PRÓ-MORADIA	70.862.011,00	118.624.575,00	113.202.822,22	53.400.650,24	53.364.665,66	75	75
3067 - CONSTRUÇÃO DO MUSEU DA ÁGUA	100.000,00					0	0
3068 - REALIZAÇÃO DO 8º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA	3.115.038,00	18.513.444,00	19.660.361,38	19.552.757,80	19.312.307,30	628	620
3070 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	1.000,00	1.120.000,00	204.000,00	204.000,00	204.000,00	20.400	20.400
3076 - REALIZAÇÃO DO PROJETO VIRADA DO CERRADO	700.000,00	10.014,00	214.250,00	209.759,48	178.239,48	30	25
3094 - AMPLIAÇÃO NA PARTICIPAÇÃO EM EMPRESAS DE ENERGIA	25.000.000,00	583.876.828,00	583.876.828,00	-	19.711.000,00	0	79
3101 - CONSTRUÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO OESTE	1.500.000,00	101.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3122 - CONSTRUÇÃO DE COMPLEXO VETERINÁRIO	10.000,00					0	0
3123 - CONSTRUÇÃO DE COMPLEXO ALIMENTAR E NUTRICIONAL	916.000,00					0	0
3129 - REFORMA DE RECINTOS PARA ANIMAIS	520.000,00	150.000,00	20.556,00	20.556,00	10.278,00	4	2
3159 - REALIZAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL PARA PARCELAMENTO DO SOLO	8.071.000,00	10.122.000,00	6.240.414,00	-	2.187.227,37	0	27
3210 - EXECUÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL	110.000,00	100.000,00	34.994,99	34.994,99	27.860,00	32	25
3221 - IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS	290.000,00	5.278.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3247 - REFORMA DE FEIRAS	500.000,00					0	0
3256 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO INTERNACIONAL DE REF. EM ÁGUA E TRANSDISCIPLINARIDADE -	450.000,00					0	0

AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/PPA	% LIQ/PPA
CIRAT							
3266 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO DAS ÁGUAS - ÁGUA BOA NO DF	404.919,00					0	0
3489 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	25.000,00	33.000,00	11.363,00	11.363,00	11.363,00	45	45
3584 - (EP)CONSTRUÇÃO DE CENTRO CULTURAL EM BRAZLÂNDIA	1.000.000,00					0	0
3586 - (EP)DUPLICAÇÃO DA DF 001	1.000.000,00					0	0
3590 - IMPLANTAÇÃO DE ADUTORAS	14.952.592,00	14.952.592,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3622 - (EP)REFORMA E REVITALIZAÇÃO DO BALNEÁRIO VEREDINHA	1.000.000,00					0	0
3631 - (EP)IMPLANTAÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO EZECHIAS HERINGER	300.000,00					0	0
3637 - (EP)IMPLANTAÇÃO DO PARQUE VIVENCIAL DO SETOR NORTE DO GAMA	300.000,00					0	0
3671 - REFORMA DE CENTRO DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS	1.100.000,00	3.822.000,00	478.500,00	-	-	0	0
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	2.450.000,00	2.450.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3720 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BRASÍLIA SOLAR	1.238.124,00	10.001,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3902 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	440.000,00					0	0
4086 - ASSISTÊNCIA A ANIMAIS	1.686.562,00	1.670.000,00	1.376.362,64	1.376.362,64	973.429,33	82	58
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	30.000,00					0	0
4094 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS	1.490.920,00	460.000,00	389.010,00	389.009,67	384.976,04	26	26
4098 - CONSERVAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS E BIODIVERSIDADE	1.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
4100 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL	31.117,00	100.000,00	6.153,50	6.153,50	6.153,50	20	20
4113 - PRODUÇÃO DE MUDAS DA FLORA DO CERRADO	30.000,00	20.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	13	13
4116 - DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL	52.650,00	50.000,00	1.069.125,04	219.082,43	219.082,43	416	416
4119 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO SETOR AGROPECUÁRIO	3.431.385,00	3.731.385,00	0,00	0,00	0,00	0	0
4135 - FISCALIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	500.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
4136 - REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	800.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
4235 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL	200.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
5006 - EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA EM PARCELAMENTOS	125.800.000,00	206.687.000,00	147.059.270,00	-	18.560.336,97	0	15
5076 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE SANEAMENTO AMBIENTAL - "PROGR BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II"	66.836.878,00	30.793.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
5183 - REVITALIZAÇÃO DE PARQUES	200.000,00					0	0
5695 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE PREVENÇÃO, CONTROLE E COMBATE À EROÇÃO	3.066.236,00	100.000,00	4.653,51	4.653,51	4.653,51	0	0
5713 - CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA	10.000,00					0	0
5902 - CONSTRUÇÃO DE VIADUTO	500.000,00					0	0
7006 - MELHORIAS NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	38.161.986,00	80.608.000,00	162.196.000,00	-	62.174.058,45	0	163
7012 - MELHORIAS NOS SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	76.126.590,00	71.735.000,00	78.232.000,00	-	25.066.504,38	0	33
7038 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	500.000,00					0	0
7046 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ARMAZENAGEM E DISTRIBUIÇÃO DE GÁS	160.000,00					0	0
7316 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	500.000,00	51.023,00	0,00	0,00	0,00	0	0
8507 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	239.146.900,00	198.061.179,00	217.385.536,84	217.385.536,84	195.439.629,98	91	82
8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	192.575.764,00	149.170.907,00	190.080.093,61	171.607.618,56	153.864.668,91	89	80
9039 - FINANCIAMENTOS VINCULADOS À POLÍTICA AMBIENTAL	10.737,00	892,00	0,00	0,00	0,00	0	0
ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS ESTATAIS	473.411.512,00	1.400.017.828,00	1.464.618.584,00	0,00	338.365.087,48	0	71
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	1.552.147.981,00	1.669.058.491,00	1.665.284.614,26	1.254.708.703,73	1.131.925.788,92	81	73
TOTAL GERAL DO PROGRAMA 6210 (ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL+ INVESTIMENTO)	2.025.559.493,00	3.069.076.319,00	3.129.903.198,26	1.254.708.703,73	1.470.290.876,40	62	73

Obs: Valores executados por diversas Unidades Orçamentárias (ex:21.101 – SEMA e 22.101 – SINESP)

Programa 6210 - Infraestrutura e Sustentabilidade Socioambiental (Valores em Reais)



PROGRAMA TEMÁTICO:**6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL****OBJETIVO GERAL:**

Assegurar Brasília como modelo de território sustentável por meio de planejamento e gestão que integre a prestação de serviços, a promoção da cidadania e a inclusão socioambiental com a garantia da proteção do meio ambiente para as gerações futuras.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

001 – CIDADANIA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: Promover cidadania para os desafios socioambientais com inclusão social, cultural, boas práticas e tecnologias para uma governança efetiva, transversal e participativa.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

21.101 – SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	1	1	Elaborar o Plano Distrital de Educação Ambiental; (SEMA) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	20	50	100		100,0
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	1	2	Implementar o Programa Virada do Cerrado;(SEMA) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	25	50	75		75,0
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	1	3	Realizar pelo menos duas campanhas de conscientização sobre resíduos sólidos; (SLU)	2	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	1	6	12		600,0
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	1	4	Atender pelo menos 6.200 (seis mil e duzentas) pessoas em ações de Educação Ambiental; (SLU)	6.200	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	11.357	23.700	34.691		559,5
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	1	5	Implantar a Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P; Conscientizar os usuários (interno/externo) do Metrô quanto ao uso racional natural e consumo consciente (METRÔ) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/2017)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	10	45	50		50,0
6210	INFRAESTRUTURA E	1	6	Conscientizar os usuários do Metrô quanto ao uso racional dos recursos	100	%	ACUM	MAIOR,	15	60	65		65,0

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
	SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL			naturais e consumo consciente (METRÔ)				MELHOR					
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	1	7	Implementar o Programa Brasília nos Parques; (SEMA) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	10	10	33		33,0
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	1	8	Criar 10 Conselhos de Unidades de Conservação; (SEMA) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	10	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	2	2	4		40,0
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	1	9	Criar projeto piloto/implantar energia solar na estação da Guariroba (METRÔ) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	94	100		100,0
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	1	10	Capacitar 100% das Comissões Gestoras da Coleta Seletiva Solidária dos órgãos da Administração Pública do DF (SEMA). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	34	59		59,0
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	1	11	Dar conhecimento a 100% dos órgãos da Administração Pública do DF a respeito do Programa A3P do MMA e estimular sua implementação (SEMA). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	34	59		59,0

Análise Qualitativa

1. Elaborar o Plano Distrital de Educação Ambiental (SEMA). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016);

2016

Em março de 2016 iniciou-se a elaboração do Termo de Referência para a contratação de uma consultoria para elaboração do Plano Distrital de Educação Ambiental (PDEA). De acordo com a lei 3.833 de 27 de março de 2006 as ações de Educação Ambiental formal e não formal devem ser debatidas na Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA). Compete a CIEA, na forma da lei, o acompanhamento e avaliação da implementação da Política de Educação Ambiental do Distrito Federal. Assim o termo de referência foi debatido e aprovado nesta instância em 13 de abril de 2016. Durante a discussão e aprovação do PDEA na CIEA, surgiu a necessidade de em parceria com a CODEPLAN implementar uma pesquisa sobre o estado da arte da Educação Ambiental para orientar a elaboração do PDEA. A pesquisa foi realizada ao longo de 2016. Por motivos administrativos o termo de referência foi publicado em 17 de novembro de 2016.. Os desafios encontrados foram administrativos, a Secretaria de Meio Ambiente, todavia não tinha realizado uma licitação com esses objetivos, não tinha um banco de preços para esse serviço, além de ser uma Secretaria pequena com muitas demandas e poucos funcionários. Assim a finalização do PDEA ficou para 2017.

2017

Em março de 2017, foi finalizada a consulta da CODEPLAN e iniciadas as ações da consultora contratada. Os diálogos e concertações entre diferentes atores sociais, ao longo de todo o ano de 2017, foram promovidos em oficinas executadas com o uso de metodologias colaborativas que estimularam a troca de saberes. Adicionalmente, foram entrevistados atores sociais de grande relevância na história da Educação Ambiental (EA) no DF, oriundos tanto de instituições de ensino, quanto de organizações governamentais e do terceiro setor. A CIEA, em cumprimento de suas atribuições, organizou todas essas contribuições e aportes no documento.

A consultora executou o plano até a metade do ano de 2017, quando decidiu rescindir o contrato. Assim, a CIEA e as equipes da SEMA e IBRAM assumiram o trabalho, com conclusão prevista para 2018.

2018

O Plano foi objeto de discussão nas reuniões da CIEA, tendo sido criada uma Câmara Técnica específica para construção coletiva do Plano na Comissão. Foi apresentado um quadro impresso onde cada instituição presente preencheu com as ações de educação ambiental que desenvolve. No período de 06 de fevereiro até 08 de março de 2018, pelo endereço eletrônico <http://www.consultapublicavirtual.df.gov.br/>, foi aberta a consulta pública virtual do Plano Distrital de Educação Ambiental – PDEA. Todas as contribuições foram apresentadas no Fórum de Educação Ambiental realizado em março de 2018 e submetidas à aprovação da CIEA.

O Plano Distrital de Educação Ambiental (PDEA), previsto na Lei Distrital nº 3.833 de 2006 e no Acordo de resultados (SEPLAG), foi lançado pela SEMA em 6 de abril de 2018, com a participação dos seguintes órgãos: SLU, SEMA, IBRAM, ADASA, Jardim Zoológico, ICMBio, MMA, Instituto BRB, CAESB e RA III – Taguatinga.

Esse Plano se insere no contexto da Agenda 2030 e os objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que incorporam contribuições resultantes de diálogo entre governos e sociedade civil, construídos desde a Rio +20, que são frutos do consenso das negociações obtidas entre delegados e representantes dos países membros da Organização das Nações Unidas (ONU). Os ODS sucedem ao ciclo dos objetivos de Desenvolvimento do Milênio- ODS (2000 a 2015), que teve o Brasil como um dos principais interlocutores na fase internacional de negociações.

2. Implementar o Programa Virada do Cerrado (SEMA). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016);

2016

Em 2016, a Virada do Cerrado, aconteceu em 28 regiões administrativas do DF, além de uma atividade realizada em Padre Bernardo-GO. O tema deste ano foi Mudança Climática. Foram mais de oitenta (80) organizações articuladas em duzentas e vinte (220) ações e aproximadamente quinhentas e trinta (530) atividades socioambientais, educativas, esportivas e culturais espalhadas por todo o território, com participação de milhares de pessoas.

Estima-se que 508.939 (quinhentas e oito mil, novecentas e trinta e nove mil) pessoas foram envolvidas indiretamente no período de 13 de agosto a 13 de setembro, por meio das mídias sociais, o que ultrapassa a taxa de participação popular prevista, estimada em 7%, que corresponde a 200 mil pessoas. Mais 45.000 pessoas foram envolvidas diretamente. Meta apresentada e cumprida no Acordo de Resultados para 2016.

Quanto ao apoio financeiro, a grande maioria das atividades foi autogestionada, ou seja, não necessitou de capital externo para sua execução. O recurso utilizado foi disponibilizado pelo Fundo Único de Meio Ambiente (FUNAM), que destinou R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) via edital de demanda espontânea. Para a realização da Corrida pelo Clima foi utilizado recurso do orçamento LOA/SEMA, no total de R\$ 101.525,00 (cento e um mil, quinhentos e vinte e cinco reais) e o recurso utilizado para a compensação de carbono foi no valor de 32.470,00 (trinta e dois mil quatrocentos e setenta reais) da LOA/SEMA.

Desempenho: A Virada do Cerrado teve início em 2015 e vem cumprindo as metas de mobilização socioambiental estabelecidas até então, aumentando em mais de 100% os resultados comparativos entre 2015 e 2016.

Desafios de realização: O principal desafio para a continuidade do programa é a pouca estrutura da Secretaria de Meio Ambiente para comportar um programa tão grande e complexo. É necessária melhor infraestrutura (computadores, software, espaço, mobiliário, materiais de apoio/expediente para oficinas), mais pessoal para apoiar o programa e garantia de liberação de recursos no tempo previsto para a execução adequada do planejamento. Em 2016, a SEMA teve um grande desafio no processo de adesão de ata de eventos para a realização da Virada do Cerrado.

2017

A Virada de 2017 foi registrada como evento preparatório para o Fórum Mundial da Água, a acontecer em março de 2018. Assim, o tema não poderia ser outro, a Água, e teve como slogan “Cuidando das Águas”.

Foram 27 Regiões Administrativas envolvidas, mais de 90 organizações articuladas em 99 ações e, aproximadamente, 340 atividades socioambientais, educativas, esportivas e culturais espalhadas por todo o território.

As 27 regiões administrativas do DF que participaram da Virada do Cerrado, desenvolvendo as atividades da 3ª edição, foram: Águas Claras; Brazlândia; Ceilândia, Cruzeiro; Fercal; Gama; Guará; Itapoã; Jardim Botânico; Lago Sul; Lago Norte; Varjão; Planaltina; Plano Piloto; Riacho Fundo I; Riacho Fundo II; Sobradinho; Sobradinho 2; Taguatinga; São Sebastião; Candangolândia; Recanto das Emas; Paranoá; Park Way; Sudoeste; Santa Maria e Samambaia.

O público-alvo consistiu em crianças e jovens de escolas públicas, famílias, ambientalistas, movimentos socioambientais e culturais, jovens e idosos. Estima-se que 30.000 pessoas foram envolvidas diretamente e 200.000 pessoas envolvidas indiretamente no período de 01 de março a 12 de dezembro, por meio das mídias sociais.

Houve apresentação dos artistas Ellen Oléria, Hamilton de Holanda e Manassés, que acompanharam a Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Claudio Santoro (OSTNCS).

2018

Em decorrência do ano eleitoral, a Virada do Cerrado em 2018 foi realizada nos dias 29 e 30 de junho e 01 de julho com o tema “Coleta Seletiva”, com o desafio de auxiliar na implementação da coleta seletiva no Distrito Federal. Os eventos nas regiões administrativas ocorreram simultaneamente, nas mesmas datas.

Mais de 12 mil pessoas participaram das atividades durante a Virada do Cerrado. As 31 RAs participantes do Distrito Federal mostraram maior engajamento e reafirmaram seu importante papel na sensibilização da população nessa pauta referente ao tema Resíduos Sólidos, com enfoque na Coleta Seletiva.

Além de todas as atividades realizadas no final de junho e início de julho, ocorreu no dia 8 de dezembro o mutirão de plantio para neutralizar o carbono emitido durante as ações da Virada do Cerrado 2018, com o total de 500 mudas plantadas. As mudas foram doadas pelo Viveiro do Lago Norte (400 mudas) e sociedade civil (100 mudas), trabalhando, na prática, o conceito de sustentabilidade. O plantio foi realizado na ARIE do Córrego Mato Grande, localizada na área denominada Área de Risco, composta pela margem direita do Córrego Mato Grande, a margem esquerda do Ribeirão Santo Antônio da Papuda, sendo esta a área verde da cidade de São Sebastião.

3. Realizar pelo menos duas campanhas de conscientização sobre resíduos sólidos (SLU);

2016

Embora a falta de execução financeira no programa de trabalho “Promoção da educação ambiental e ações sustentáveis”, o SLU desenvolveu programas de educação que envolveu os diversos segmentos sociais do DF em um diálogo aberto e participativo para a construção de um modelo de gestão democrático. Nesse contexto, a campanha “Brasília Limpa - Sua Atitude Faz a Diferença”, desenvolvida desde julho de 2015 e em 2016, promoveu, principalmente, as seguintes atitudes positivas pela limpeza urbana: 1 - Descarte de resíduos nas lixeiras mais próximas; 2 - Uso de lixeirinhas no interior dos automóveis; 3 - Descarte adequado de entulhos e resíduos volumosos; 4 - Disposição de resíduos nos dias e horários de coleta; 5 - Separação adequada dos resíduos para disposição para a coleta seletiva e a coleta convencional. Foram distribuídos 15.000 cartazes e desenvolvidas mídias no site do SLU sobre estas 5 atitudes. Houve ainda uma campanha publicitária na TV estimulando a população a não dispor incorretamente resíduos em áreas públicas e privadas. Há urgência na ampliação da participação da população na manutenção da limpeza das cidades e na segregação dos resíduos em seco e úmido para coleta seletiva e convencional. Sem uma coleta seletiva efetiva, o Aterro Sanitário de Brasília será esgotado rapidamente, os catadores de materiais recicláveis não obterão renda satisfatória para o seu sustento e uma enorme quantidade de recursos naturais será desperdiçada. Para o sucesso da coleta seletiva, há que se promover intensa campanha em mídias diversas, com o intuito de explicitar a metodologia e o cronograma de coleta para todos os públicos envolvidos. Percebe-se a relevância e a urgência em se criar os meios necessários para o tratamento adequado dos resíduos sólidos no Distrito Federal e, nesse processo, é imprescindível engajar a população. Desta forma, é preciso encontrar meios para superar a falta de sensibilização, informação, credibilidade e adesão efetiva da população do Distrito Federal no processo. Nesse sentido, foram realizadas a segunda edição da Corrida dos Garis e a premiação dos Blocos Carnavalescos parceiros da limpeza, além de diversas outras atividades de educação ambiental. Houve paralisação, por 24 horas, dos serviços de limpeza em Taguatinga centro para chamar atenção para o quantitativo de resíduos gerados e lançados no chão, como também, ações de mobilização para coleta seletiva com a inclusão das cooperativas, com entrega de 30 mil panfletos e 45 mil imãs de geladeira patrocinados por empresa do setor de embalagens.

2017

A campanha de conscientização denominada "Labirinto do Lixo" construiu um labirinto com fardos de materiais recicláveis. A obra ficou exposta no Museu Nacional entre os dias 07/10/2017 e 04/11/2017. Ao longo do percurso diversos painéis informavam sobre a gestão dos resíduos sólidos no Distrito Federal e abordavam temas como o fechamento do Lixão e a Coleta Seletiva. Já a campanha "Agentes de cidadania ambiental", capacitou mensalmente 900 catadores de materiais recicláveis que atuavam no Aterro Controlado do Jóquei. O "Bloco Brasília Limpa" mobilizou os organizadores de blocos da Capital, assim como vendedores ambulantes e teve como objetivo reduzir a geração de rejeitos nas festas e eventos do carnaval, bem como reduzir a

quantidade de lixo dispensado nas ruas. Cumpre ressaltar que o órgão criou uma campanha para arregimentar voluntários, que disseminassem ações e informações acerca da gestão dos resíduos sólidos e boas práticas de gestão de resíduos, como compostagem e reciclagem, através do portal do Voluntariado. Outra campanha de grande impacto foi a denominada "Eu ajudei a fechar o Lixão", que mobilizou a sociedade civil.

2018

Com o fechamento do Lixão em janeiro, a Secretaria de Estado de Comunicação - SECOM realizou campanha publicitária nos meios de comunicação para informar a população sobre o novo tempo da gestão de resíduos e a importância de cada um participar da coleta seletiva. O SLU, por sua vez, fez intensa distribuição de 70.000 imãs de geladeira para marcação dos dias e horários da coleta seletiva na região. Na Unidade de Recebimento de Entulho (URE), inaugurada em janeiro de 2018, o trabalho de orientação foi realizado para alertar os motoristas dos caminhões que transportam resíduos da construção civil (RCC) e entulhos da obrigatoriedade da utilização do sistema de autorização de coleta, transporte e destinação final de RCC'S e volumosos do SLU, bem como da necessidade de gerar o Controle de Transporte de Resíduos (CTR). Nos locais onde foram instalados novos papa-lixos, foram realizadas visitas nas casas próximas aos equipamentos com repasse de informações sobre a utilização do papa-lixo. As Regiões Administrativas contempladas foram: Ceilândia, Areal, Estrutural e Vicente Pires. O SLU lançou a campanha "Voluntários da Coleta Seletiva" com o objetivo de ampliar o conhecimento da população sobre como separar o resíduo reciclável. Nesta campanha, 87 voluntários foram capacitados pelo SLU e se dispuseram a disseminar a informação correta em sua vizinhança, escola ou local de trabalho. No Fórum mundial da Água, no mês de março, o SLU montou um estande para apresentar maquetes mostrando as diferenças entre um aterro sanitário e um lixão e atraiu centenas de crianças para participar do jogo interativo sobre coleta seletiva. Outra ação de sensibilização da população foi a campanha Bloco Brasília Limpa, em sua quarta edição em 2018. Todos os blocos que fizeram alguma iniciativa para orientar os foliões a diminuir a sujeira durante o carnaval receberam o Certificado Bloco Brasília Limpa. A campanha, lançada em 2015, já se tornou tradicional no DF. Em 2018 foram certificados 23 blocos. Outra ação importante em 2018 foi a campanha de Boas Práticas de Coleta Seletiva em Condomínios, realizada em parceria com a Associação dos Síndicos de Condomínios Comerciais e Residenciais (Assosíndicos-DF). Foi lançado um concurso público, no qual 23 condomínios apresentaram suas boas práticas. Cada candidatura foi avaliada por comissão julgadora formada por servidores do SLU. No final, três condomínios foram premiados, mas o mais importante foi a difusão das iniciativas sustentáveis postas em prática pelos participantes

4. Atender pelo menos 6.200 (seis mil e duzentas) pessoas em ações de Educação Ambiental (SLU);

2016

A apresentação de palestras, histórias contadas, apresentações teatrais, capacitações e cursos, acompanhamentos em visitas técnicas às usinas de tratamento de lixo da Asa Sul e Ceilândia e nos aterros controlado do Jóquei e sanitário de Brasília, o acompanhamento nas visitas ao Museu da Limpeza Urbana, o programa de voluntariado para a coleta seletiva na ocasião das Olimpíadas, as reuniões comunitárias nas Regiões Administrativas, a participação em exposições, entre outras ações, representaram 128 ações de educação desenvolvidas, atingindo 11.357 participantes. O Programa de Educação Ambiental do SLU aborda temas que se refletem em não geração, redução, reutilização e a reciclagem dos resíduos sólidos, além da limpeza das vias públicas. Assim, pretende-se tratar da temática de produção e consumo sustentáveis, bem como da destinação adequada dos resíduos e da coleta seletiva, como também atuar, principalmente sobre 3 aspectos relacionados aos resíduos sólidos no Distrito Federal: a alta geração de resíduos per capita, o descarte de resíduos de todos os tipos nas vias públicas e a baixa participação da população no descarte adequado dos resíduos, em especial para a coleta seletiva. A população do Distrito Federal tem um dos maiores índices de geração per capita de resíduos do Brasil. Assim, projetos que abordem o consumo consciente, minimizando-se a geração de resíduos, mostram-se urgentes. Fica evidente a necessidade da realização de um conjunto de ações estratégicas, programáticas e continuadas, utilizando diferentes meios, com vistas à sensibilização e informação do público do Distrito Federal em relação aos impactos socioambientais causados pela gestão inadequada dos resíduos sólidos, ressaltando a importância da responsabilidade compartilhada, em especial no que diz respeito à segregação dos resíduos para a coleta seletiva.

2017

As ações de educação ambiental desenvolvidas pelo SLU no ano de 2017 contaram com a participação de 12.343 pessoas. Essas ações compreenderam atividades como "teatro, visitas às unidades do SLU (Lixão, Aterro Sanitário, Usinas de Compostagem, Museu da limpeza urbana e demais unidades do SLU). Além disso, foram realizados cursos para professores da rede pública e privada do Distrito Federal, capacitação para ambulantes do carnaval e eventos, como a corrida do Gari e a inauguração do Aterro Sanitário de Brasília.

2018

As atividades de mobilização e educação ambiental em 2018 resultaram em 350 ações de mobilização, com atendimento a 10.991 pessoas. Os destaques foram as palestras e apresentações teatrais que alcançaram 1.813 pessoas, com enfoque nos resíduos sólidos e na coleta, assim como agendamentos de visitas guiadas em unidades do SLU como as Usinas de Tratamento Mecânico Biológico da Ceilândia e da Asa Sul, ao Museu da Limpeza Urbana na Ceilândia e ao Aterro Sanitário de Brasília (ASB), alcançando 1.461 pessoas. Essas atividades proporcionam maior conhecimento na área de tratamento de resíduos sólidos e têm como principal público, escolas, universidades, instituições públicas e privadas e frequentadores de eventos. Também foram ofertadas palestras e oficinas a diversos grupos, bem como participação de servidores do SLU em encontros e eventos para falar sobre coleta seletiva

5. Implantar a Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P; Conscientizar os usuários (interno/externo) do Metrô quanto ao uso racional natural e consumo consciente (METRÔ). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)

2016

O METRÔ-DF iniciou a implantação da Agenda A3P com a adesão ao instrumento do Ministério do Meio Ambiente – MMA e a preparação institucional para as adequações empresariais correspondentes. Dentre elas se encontra a consolidação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, que demanda a realização de licitações para aquisição de lixeiras, containers e outros equipamentos, contratação de empresa especializada em gerenciamento de resíduos sólidos nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento, disposição ou destinação final de resíduos sólidos orgânicos e resíduos indiferenciados. Também se encontra em análise a substituição dos copos descartáveis e a edição de uma norma organizacional definindo responsabilidades e procedimentos de gerenciamento de resíduos sólidos.

2017

Em 2017, a meta de Implantar a Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P foi desdobrada em várias ações prioritárias em função de preferências institucionais e da ausência de recurso para o processo de contratação do referido Plano. Foi priorizada institucionalmente nova ação para contratação de empresa especializada para realização de estudos técnicos e elaboração de projeto básico de engenharia para a adequação dos pontos de medição de energia fornecida pela CEB ao Metrô-DF. Foi firmada a parceria com a ONG Metarreciclagem, disponibilizando um contêiner na Estação Águas Claras para recolhimento de Lixo Eletrônico e pilhas usadas. Campanha para conscientização dos usuários e funcionários do Metrô à destinação correta, através de banners fixados e através de mídia divulgada pela TV Minuto em todos os trens do Metrô. Foram realizadas palestras na SIPAT de 2017, para o público interno e externo com os temas Sustentabilidade e 3R Reduzir, Reutilizar e Reciclar.

2018

Em 2018, uma das ações da A3P de grande impacto foi a Implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI-GDF), que foi um dos elementos essenciais na redução do consumo de papel anual e de folhas desperdiçadas na Companhia. Com essa prática contribuimos para redução dos aspectos ambientais: Esgotamento de recursos naturais; Poluição das águas; Poluição do ar e ainda obteremos benefícios econômicos e mudança de cultura. No comparativo com o ano de 2017, observou-se uma redução do consumo de 42% de Toner para impressão, 32% de resmas de papel A4, 15% de canetas esferográficas azuis, e 84% de caixas de grampos para grampeador, além disso, boa parte do gasto com o material de montagem dos processos, como capas e grampos também foram reduzidos. Outra iniciativa foi a conscientização dos usuários e funcionários do Metrô realizada através de Campanhas, banners fixados e de mídia divulgada pela TV Minuto e em todos os trens do Metrô-DF quanto ao uso racional de recursos naturais e bens públicos, tais como: o uso racional de energia, água e madeira além do consumo de papel, copos plásticos e outros materiais de expediente.

Também foi firmada parceria entre a Novacap e o METRÔ-DF para implantação de projeto de paisagismo na Estação Central, a fim de oferecer um ambiente mais verde, com uma composição de valor estético, harmonizado às características do local proporcionando assim bem-estar aos usuários e empregados que transitam àquela Estação, ou seja, mais de 100 mil usuários alcançados por dia.

6. Conscientizar os usuários do Metrô quanto ao uso racional dos recursos naturais e consumo consciente (METRÔ);

2016

O METRÔ-DF realiza campanhas de conscientização da população e usuários do sistema metroviário através de campanha de educação ambiental executada pela Secretaria de Mobilidade Urbana através de um Programa de Educação Ambiental – PEA que integra o Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal, que realiza várias atividades de educação ambiental nas estações operacionais do METRÔ, dentre outros locais. O METRÔ também aderiu aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS que realiza atividades de conscientização e educação, como campanhas de publicidade com a divulgação dos Objetivos nos trens do METRÔ-DF com materiais publicitários.

2017

Campanha de conscientização ao correto uso dos recursos hídricos com a afixação de cartazes em todos os departamentos e Divisões da Companhia, com publicações na intranet, foi disparada a partir da crise hídrica em 2017 e teve o enfoque na redução do consumo de água com o Plano de Redução de Consumo no Uso da Água, que contempla diversas ações: incentivo ao uso racional da água evitando desperdícios, por vazamentos na rede hidráulica, falta de conscientização dos empregados da Companhia e de usuários que usam o serviço. Outras ações foram necessárias como: perfuração de dois poços artesianos destinados à irrigação dos jardins e lavagem dos trens no Complexo Administrativo e Operacional (CAO) e irrigação. A limpeza pesada nas estações e centro administrativo passou a ser em dias alternados, houve também o rebaixamento do nível das boias das caixas de descargas de todos os banheiros, todas as torneiras externas das estações foram fechadas para evitar o uso da água por “flanelinhas”, criação de adesivos de conscientização sobre o fechamento correto das torneiras após o uso em todas as torneiras do Metrô. Com todas essas ações a empresa reduziu 49% do consumo, representando em valor contábeis R\$ 246.975,47.

2018

Em março de 2018 foi instalado o projeto de captação de águas providas de ar condicionado, que contempla 05 pontos de coletas de água. Esse projeto está gerando em média 480 litros/dia, significando uma economia R\$ 354,69 por mês.

Historicamente, esta Companhia utilizava água potável oriunda da rede da CAESB com a finalidade de lavagem das composições dos trens no Complexo de Manutenção e irrigação. Como forma de reduzir o consumo e a utilização desse recurso foi pleiteado junto à Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal – ADASA a perfuração de dois poços artesianos no Complexo Administrativo – CAO, destinados à lavagem de trens e irrigação dos jardins. Em fevereiro de 2018 foi finalizada a perfuração de 02 poços tubulares profundos, gerando uma economia 284.300 litros no exercício de 2018. Este programa contemplou também a continuidade de dois outros projetos já realizados pela Companhia, quais sejam: Plano de Redução no Consumo de Água, que abrange diversas ações de incentivo ao uso racional da água, e o diagnóstico de vazamentos em toda a Companhia. Com essas ações a empresa cumpriu com excelência o disposto no Decreto nº 37.644, de 20 de setembro de 2016, e reduziu 60% do consumo, representando em valor contábeis uma média de economia mensal de R\$ 62.528,28. (2017 e 2018).

Finalizando, ainda em 2018 foram realizadas Campanhas de conscientização ao correto uso dos recursos hídricos, com o envelopamento de 01 Trem, afixação de cartazes em todos os Departamentos e Divisões da Companhia, publicações na intranet, que foi disparada a partir da crise hídrica em 2017 e teve o enfoque na redução do consumo de água com o Plano de Redução de Consumo no uso da Água, que contemplou diversas ações, tais como: incentivo ao uso racional da água evitando desperdícios por meio de conscientização dos empregados e usuários do Metrô-DF, além de solucionar vazamentos na rede hidráulica.

7. Implementar o Programa Brasília nos Parques (SEMA). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016);

2016

Formulação, supervisão, coordenação e desenvolvimento do Programa Brasília nos Parques, garantindo ações integradas de governo com diferentes secretarias de estado, órgãos públicos e organizações da sociedade civil.

Implementar o Programa nos parques selecionados, com atividades permanentes e continuadas.

O Programa teve dificuldades em desenvolver ações permanentes e continuadas. Prevalece nas administrações regionais apenas o interesse de uso do espaço para eventos, pouco em atividades continuadas. Prevalece o interesse no atendimento de demandas próprias e não em atividades que promovam e fortaleçam a própria área protegida e a conservação de sua biodiversidade.

A sociedade civil (DF em Movimento) promoveu, com o apoio da Sema e do IBRAM, um seminário com o objetivo de organizar os movimentos sociais para apoiar o governo e articular ações integradas para a gestão de parques e unidades de conservação.

2017

O Programa Brasília nos Parques, criado pelo Decreto nº 37.115, de 15 de fevereiro de 2016, tem por finalidade aprimorar o uso público dos parques e unidades de conservação distritais, coordenando os esforços dos diversos órgãos e entidades do Distrito Federal (DF). No sentido de atender ao disposto no citado Decreto, a Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal - SEMA e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF firmaram, em portaria conjunta, o compromisso de implementar, dentre outras ações, o Projeto Parque Educador, que visa ressignificar os espaços dos Parques Ecológicos/Unidades de Conservação (UC) do DF como espaços educadores para que a comunidade restabeleça sua relação de pertencimento àquele local, auxiliando na valorização das UCs do DF, por meio de ações de educação integral, ambiental e patrimonial. Considerando a importância da Educação Integral, Ambiental e Patrimonial como eixo transversal na educação, esse projeto permitirá aos docentes e discentes o acesso aos Parques Ecológicos/Unidades de Conservação (UC) Sucupira/ESECAE, Três Meninas, Águas Claras e Saburo Onoyama, para a realização de atividades pedagógicas voltadas ao uso sustentável desses espaços educadores. O Projeto Parque Educador é coordenado por um Comitê Gestor tripartite, no qual fazem parte 2 (dois) representantes da SEMA, 2 (dois) da SEEDF e também 2 (dois) do Instituto Brasília Ambiental - IBRAM. Esse Comitê tem, dentre outras atribuições, a incumbência de elaborar o Plano de Gestão desse projeto, que será assinado pelo Secretário de Meio Ambiente do Distrito Federal, pelo Secretário de Educação do Distrito Federal e pelo Presidente do IBRAM.

Em 2017, o Comitê Gestor do Programa Brasília nos Parques se reuniu apenas no início do ano. Seja pela falta de servidores e alterações nas estruturas dos órgãos e entidades parceiras do programa, seja pela prioridade de outras demandas dessa Secretaria, o Programa Brasília nos Parques ficou paralisado momentaneamente. Vale ressaltar que algumas ações que compunham o programa se desenvolveram de forma independente. São elas:

a) Parque Educador: as dificuldades orçamentárias inibiram as ações do Parque Educador. As articulações entre Secretaria de Estado de Educação - SEE, Instituto Brasília Ambiental - IBRAM e Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA foram retomadas no segundo semestre de 2017, com o repasse de recurso da SEMA para o IBRAM com a finalidade de contratação de empresa para garantir o transporte dos alunos aos Parques selecionados. Outra ação iniciada foi a organização do concurso interno, elaborado pela SEE/DF, para seleção dos professores da rede pública para o programa.

b) Feira nos Parques: a Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – SEAGRI decidiu pela paralisação das ações e aguardar o Decreto que trataria o desenvolvimento das feiras orgânicas nos espaços públicos. Visto que as Unidades de Conservação são competências do IBRAM, as negociações foram retomadas. Foi lançado edital de chamamento das associações de produtores orgânicos para seleção e desenvolvimento das atividades nos Parques, mas todas as propostas entregues foram desclassificadas por não atenderem o edital supracitado. Aguarda-se a republicação do edital.

2018

O Parque Educador tem como foco principal o receptivo de alunos de escolas públicas do DF para a realização de atividades de educação integral, ambiental e patrimonial nas Unidades de Conservação, visando à sensibilização e fortalecimento das políticas de conservação, além de formar multiplicadores em Educação Ambiental, fortalecendo o conhecimento e a conservação das Unidades de Conservação.

O Programa abrange 04 Parques, a saber: Três Meninas (Samambaia), Saburo Onoyama (Taguatinga), Águas Claras e Sucupira (Planaltina). No primeiro ano de projeto foram atendidas 57 escolas públicas, 2.400 alunos e mais de 18.000 mil atendimentos. Até 30 de outubro de 2018, o Programa realizou 2.260 atendimentos para 4.576 alunos em 16 escolas, em 08 Regiões Administrativas.

Retomada no Programa e do Comitê Gestor, com 01 (uma) reunião realizada em 2018.

Projetos desenvolvidos:

a) Parque Educador: O projeto, lançado em 06/03/2018 no Parque Ecológico de Águas Claras, tem como foco principal o receptivo de alunos da rede pública do DF, do ensino integral, para realizar ações de educação ambiental e patrimonial nos Parques e Unidades de Conservação. As atividades são desenvolvidas por 08 (oito) professores especializados da rede pública de ensino, sendo 02 (dois) professores em cada Parque atendido. São eles: Águas Claras, Saburo Onoyama, Três Meninas e Sucupira/ESECAE. Consta Portaria Conjunta, nº 02 de 2015, assinada entre a SEMA e a SEE/DF. Aguardando assinatura do Termo de Cooperação Técnica - TCT, entre a SEMA, SEE/DF e IBRAM, a quem compete a gestão dos Parques e Unidades de Conservação do Distrito Federal.

Atendimentos do projeto:

- 2130 (dois mil cento e trinta) Alunos;

- 57 (cinquenta e sete) escolas em 8 (oito) Regiões Administrativas do Distrito Federal + 1 da RIDE.

b) Feira nos Parques: Projeto que conta com parceria da SEMA, SEAGRI, IBRAM e posteriormente a EMATER. Publicado edital de chamamento público para seleção de produtores orgânicos para desenvolvimento de atividades de feiras orgânicas em 03 (três) parques do Distrito Federal. O objetivo é estimular a população do DF a frequentar os parques, movimentar a economia local e inserir produtos rurais e orgânicos na dieta dos brasilienses. O projeto foi lançado em 16/06/2018 e está localizado nos Parques de Águas Claras, Olhos D'Água, Bosque Sudoeste.

Projeto não desenvolvido:

c) Projeto Piloto de Segurança no Parque Saburo Onoyama: O Parque, situado na Região Administrativa de Taguatinga e conhecido popularmente como "Vai quem quer", com base no diagnóstico de segurança nos parques, elaborado pela Secretaria de Segurança Pública e Paz Social - SSP/DF, constante no programa "VIVA BRASÍLIA", principal política de segurança pública do Governo do Distrito Federal, foi apontado como um dos parques mais sensíveis no quesito segurança. No dia 30/05/2018, durante reunião que contou com participação de vários órgãos do governo, após vistoria in loco para levantamentos das demandas, iniciou-se a elaboração do protocolo de intenções para intervenção no Parque. As demandas identificadas foram encaminhadas aos respectivos órgãos competentes.

8. Criar 10 Conselhos de Unidades de Conservação (SEMA). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016);

2016

Coordenação das ações para mobilização, formação e implantação dos conselhos dos parques e unidades de conservação do DF.

Implantação dos conselhos gestores consultivos da ARIE Granja do Ipê e Parque Ecológico Burle Marx.

Recriação e apoio à implementação do Conselho Gestor da Reserva da Biosfera do Cerrado do Distrito Federal, apoiando a estruturação de sua Secretaria Executiva.

Representação da Sema no Conselho da APA do Planalto Central.

Apoio à criação de conselho gestor consultivo da ARIE JK e recriação do conselho gestor consultivo da APA Gama-Cabeça de Veado.

Condução dos GTs Parque das Esculturas e Parques do Gama.

Proposição de minuta de regulamentação do artigo 17 da lei do SDUC (Lei Complementar nº 827, de 22 de julho de 2010), para criação de mosaicos de unidades de conservação.

A criação dos conselhos consultivos depende de discussão com as instituições de governo e sociedade civil interessadas, tramitação administrativa e jurídica, que muitas vezes demoram no tempo próprio da burocracia. Neste processo, há necessidade de administrar fatores externos que fogem, em parte, à governabilidade da Secretaria.

2017

Os conselhos da Granja do Ipê e do Parque Ecológico Burle Marx, bem como o Comitê da Reserva da Biosfera do Cerrado continuaram funcionando regularmente. A secretaria executiva do comitê foi exercida pelo Jardim Botânico de Brasília. A SEMA também acompanhou os trabalhos do Conselho Gestor da APA do Planalto Central, como membro efetivo. Em 21 de junho de 2017, o Decreto nº 38.286 instituiu o Conselho Gestor Consultivo da Área de Proteção Ambiental das bacias Gama e Cabeça de Veado. Em 26 de julho de 2017, o Decreto nº 38.363 instituiu o Conselho Gestor Consultivo do Parque Juscelino Kubitschek. Logo em seguida, foi lançado chamamento público para que as instituições da sociedade civil apresentassem suas candidaturas aos dois

conselhos (um chamamento para cada), tendo se apresentado instituições que preencheram parcialmente as vagas. Foram encaminhados ofícios às instituições de governo para que nomeassem representantes. Dada a demora de resposta de boa parte dessas instituições públicas, não foi possível dar posse aos conselheiros em 2017.

A SEMA encaminhou à Governadoria minuta de decreto de regulamentação do artigo 24 do SDUC, de criação de mosaicos de unidades de conservação e seus respectivos conselhos. Essa minuta foi e voltou à SEMA algumas vezes para alterações sugeridas pela Governadoria e ainda não foi assinada.

A continuidade dos trabalhos do GT Parques do Gama depende da assinatura desse Decreto pelo Chefe do Poder Executivo, criando o mecanismo legal que permitirá que o GT discuta e aprove a minuta de decreto de criação do mosaico dos parques do Gama e do respectivo conselho deste mosaico.

O GT Parque das Esculturas teve o ritmo de seus trabalhos reduzidos. Por se tratar de um parque de uso múltiplo, o IBRAM avaliou que deveria ser desenvolvida uma metodologia de gestão compartilhada entre o próprio instituto, a Administração do Paranoá e a comunidade local, para que fosse aberta a possibilidade de que a comunidade e a administração colaborassem com sua manutenção, entre outros aspectos. Além disso, houve a necessidade de melhor entendimento com os autores do projeto do parque, com vistas a apresentação do projeto ao IBRAM para aprovação formal, consulta aos moradores locais para que o conhecessem e opinassem sobre o mesmo e busca de meios/recursos para sua implantação.

Ressalta-se que o resultado alcançado para a meta no exercício de 2016 foi alterado em razão de ter sido verificado erro material (havia sido calculado em porcentagem ao invés de unidade).

2018

A SEMA continuou participando dos Conselhos anteriormente implantados, conforme informações supracitadas, mas houve entendimento de que não havia necessidade e/ou demanda para criação de novos conselhos

9. Criar projeto piloto/implantar energia solar na estação da Guariroba (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).

2017

Implantação do Sistema de Energia Solar Fotovoltaica e Fornecimento de Equipamentos com Montagem e Instalação de Sistema de Energia Solar Fotovoltaica na Estação Guariroba. Empresa contratada: CAPUA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. no valor total de R\$1.060.592,32 (um milhão e sessenta mil quinhentos e noventa e dois reais e trinta e dois centavos). O METRÔ-DF lançou em 20/10/2017, a primeira estação com captação de energia solar e totalmente sustentável da América Latina, a Estação Solar Guariroba (Ceilândia), projeto piloto que conta com 578 placas fotovoltaicas, sendo capaz de gerar 288 mil kWh (quilowatts-hora) por ano, equivalente a 100% do consumo da Estação Guariroba e mais outras 2 do mesmo porte. A área de captação da energia solar é de 1.087,56 m², na QNN 14, Setor N – Ceilândia/DF. O sistema está conectado à rede da distribuidora local, e o excedente da energia solar beneficiará todo o sistema metroviário de Brasília. Esse sistema significa uma economia entre R\$ 50 mil a R\$ 60 mil por mês para o Metrô. Execução de 94%.

2018

Foi concluído o Projeto de minigeração de energia limpa, proveniente de recursos naturais renováveis com a inauguração em 21/12/2018, na Estação Samambaia Sul. Com isso, Brasília passa a contar com duas Estações de Metrô totalmente abastecidas por energia solar fotovoltaica. O primeiro terminal desse tipo é a Estação Guariroba, em Ceilândia. Em Samambaia foram instalados 561 painéis, com capacidade para gerar 308 mil quilowatts-hora por ano, o equivalente a 100% do consumo da Estação. As placas fotovoltaicas possuem garantia de eficiência de 25 anos. Com as duas Estações, serão economizadas, em média, R\$ 260 mil por ano em gastos com energia. Além disso, o sistema está conectado à rede da distribuidora local e o excedente da energia solar beneficiará todo o Sistema Metroviário da capital do País. O valor do contrato com a empresa vencedora da licitação foi de R\$ 883.985,99. Os recursos foram provenientes de Emenda Parlamentar.

10. Capacitar 100% das Comissões Gestoras da Coleta Seletiva Solidária dos órgãos da Administração Pública do DF. (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

Coleta seletiva solidária

Em 2017, o Decreto que regulamenta a Lei nº 4792/2012 foi atualizado. O novo Decreto nº 38.246/2017 trouxe alguns pontos de maior facilidade na implementação da Coleta Seletiva Solidária nos órgãos públicos do DF. Segundo o novo Decreto, cabe à SEMA a mobilização, sensibilização e acompanhamento dos órgãos, além do estímulo à implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública-A3P.

No dia 5 de julho de 2017, foi realizada reunião aberta, sendo convidados 89 órgãos da Administração Pública Direta e Indireta, dos quais 53 compareceram. Na oportunidade, a SEMA e o SLU realizaram apresentação explicativa de como deveria ser a implementação da Coleta Seletiva Solidária, bem como quais eram os prazos de implementação e demais procedimentos. Para recebimento das informações dos órgãos públicos, foram elaborados 3 Formulários para preenchimento online. As informações recebidas foram compiladas em uma planilha/relatório.

A SEMA prestou auxílio ainda elaborando materiais de divulgação (folders, vídeo, cartilhas), que tem previsão de serem expedidos pela CACI em 2018. Ademais, outras reuniões foram realizadas com o pessoal da TI da Casa Civil para delimitar e elaborar um sistema de recebimento e compilação das informações prestadas pelos órgãos públicos a respeito da implantação da Coleta Seletiva Solidária e da quantidade de resíduo produzido nos órgãos, bem como recebimento dos relatórios trimestrais para controle tanto da CACI como SEMA e SLU.

2018

No que se refere à Coleta Seletiva Solidária, em 2018, a SEMA realizou 16 momentos de capacitação e sensibilização dos servidores que compõem as Comissões Gestoras de Coleta Seletiva Solidária, contando com 570 participantes de diversos órgãos/instituições.

Dos 86 órgãos da administração pública direta e indireta do Governo de Distrito Federal, apenas 6 deixaram de participar das capacitações em 2018 (Administrações Regionais do Recanto das Emas e de Brazlândia; Secretaria de Estado de Projetos Estratégicos; Instituto de Previdência dos Servidores; Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal; FUNAP), ou seja, foram atingidos mais de 93% dos órgãos da administração pública direta e indireta do Governo de Distrito. Além disso, 60 das 86 instituições do GDF formaram comissões de CSS, ou seja, 70% das instituições.

Foram publicados 2 novos Decretos que impactam na Coleta Seletiva Solidária: Decreto nº 39.228/2018, que adiou o prazo para cadastro dos Grandes Geradores Públicos junto ao SLU para 30/06/2019, e o Decreto 39.507/2018, que instituiu o sistema de gerenciamento das atividades de coleta seletiva solidária E-coleta e definiu que compete à SEMA promover a capacitação e o cadastramento dos agentes públicos dos órgãos e entidades da Administração Pública do Distrito Federal no referido sistema.

O Decreto 39.507/2018 (lançado em 28 de novembro de 2018) instituiu que os órgãos e entidades da Administração Pública do Distrito Federal deverão apresentar no sítio eletrônico www.e-coleta.df.gov.br a situação atualizada da coleta seletiva solidária, o plano de implementação da coleta e o relatório trimestral, no qual deverão apresentar trimestralmente ao SLU relatório dos resultados e do desenvolvimento da coleta seletiva solidária, conforme modelo a ser definido pelo SLU.

11. Dar conhecimento a 100% dos órgãos da Administração Pública do DF a respeito do Programa A3P do MMA e estimular sua implementação. (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).

2017

Coleta seletiva solidária

No ano de 2017, o Decreto que regulamenta a Lei nº 4792/2012 foi atualizado. O novo Decreto nº 38.246/2017 determina que cabe à SEMA, além de outras atividades, o estímulo à implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública-A3P.

No dia 5 de julho de 2017, foi realizada reunião aberta, sendo convidados todos os órgãos da Administração Pública Direta e Indireta. Foi apresentado o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), o que deu visibilidade ao programa e estimulou sua implementação.

2018

Para fortalecer as políticas públicas e os projetos realizados em âmbito federal, a SEMA, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), adotou a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). Tal agenda objetiva estimular os órgãos públicos a implementarem práticas de sustentabilidade. A adoção da A3P demonstra a preocupação do órgão em obter eficiência na atividade pública enquanto promove a preservação do meio ambiente. Adotar uma agenda ambiental no órgão é uma exigência dos tempos modernos, quando a população do planeta se vê diante

de uma crise provocada pelas mudanças climáticas e o aquecimento global. A SEMA tem feito esforço especial para fortalecer os órgãos vinculados, implementando plenamente a Coleta Seletiva Solidária e aderindo ao Programa Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P.

A SEMA fez um esforço especial para fortalecer os órgãos vinculados (IBRAM, JBB e ZOO) na implementação a A3P. Durante o lançamento do Plano Distrital de Educação Ambiental (PDEA), realizado dia 6 de abril de 2018, a SEMA convidou a equipe da Coordenação Geral do Programa A3P do Ministério do Meio Ambiente (MMA), que esteve presente, destacando a importância da adoção e consolidação A3P.

O IBRAM aderiu à A3P em 2010, a SEMA, em 2015 e, por sua vez, o Jardim Zoológico e Jardim Botânico em 2018, após a interlocução e fortalecimento dessas ações nesses órgãos. Na cerimônia de lançamento do PDEA, foram entregues os certificados de adesão.

Ainda no “III Encontro de Multiplicadores da Coleta Seletiva Solidária”, promovido pela SEMA, no dia 19 de abril de 2018, na Escola de Governo (EGOV), a SEMA convidou o Coordenador Geral da A3P do Ministério do Meio Ambiente (MMA), que abordou a Agenda Ambiental na Administração Pública com foco no gerenciamento de resíduos sólidos. O objetivo foi estimular todos os órgãos públicos a adotarem uma agenda socioambiental. O Instituto Brasília Ambiental (IBRAM) abordou as ações da Comissão da A3P no órgão, seus pontos positivos e desafios. Participaram 92 servidores de 45 instituições diferentes.

É importante ressaltar que a SEMA não tem a competência de implementar a A3P nos órgãos do GDF, mas sim estimular a sua implementação, atividade que tem sido desenvolvida por meio dos encontros citados.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1626	TAXA DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROJETO VIRADA DO CERRADO	%			6	7	7	7	9	4,9	10	SEMA / UO 21101 / OE 1
1627	TAXA DE CAPACITAÇÃO DE MENORES EM LIBERDADE ASSISTIDA	%	0	31/12/2017	50	50	60	1	70	0	70	JBB / UO 21106 / OE 1
1693	TAXA DE PARQUES COM PROGRAMA BRASÍLIA NOS PARQUES IMPLANTADOS	UNIDADE			04	5	08	0	12	0	16	SEMA/ UO 21101/ OE 01

Justificativas 2016

Indicador 1626 - O projeto Virada no Cerrado foi um sucesso. Contou com a participação aproximada de 200 mil pessoas.

Indicador 1627 - O resultado estipulado para o primeiro ano foi alcançado em parceria com a Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude, através de ações educativas que compreendem a realização de oficinas de implantação de jardins, manutenção de hortas e paisagismo, a fim de propiciar Prestação de Serviços à comunidade, sendo capacitados 34 internos, que participaram de forma voluntária das atividades propostas.

Indicador 1693 - Instalação e Comitê Gestor e Decreto de criação para escolha de cinco parques; Parque Ecológico Águas Claras, Parque Ecológico Três Meninas, Parque Ecológico Saburo Onoyama, Parque Recreativo Sucupira, Parque Ecológico Ezequias Heringer.

Justificativas 2017

Indicador 1626 - Foram envolvidas 30.000 (trinta mil) pessoas diretamente e 200.000 (duzentas mil) pessoas indiretamente.

Indicador 1627 - Foi renovada a parceria firmada entre a Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Governo do Distrito Federal e o Jardim Botânico de Brasília - JBB. Esta parceria foi considerada muito eficaz por parte da UAMA. No entanto, em 2017, foi encaminhado apenas um adolescente para este Órgão.

Indicador 1693 - A política de implantação do Programa Brasília nos Parques impõe várias atividades, as quais ao longo de 2017 foram continuadas principalmente nos cinco parques: Parque Ecológico Águas Claras, Três Meninas, Saburo Onoyama, Parque Recreativo Sucupira, Ezequias Heringer, objeto de cumprimento da Meta de 2016. Desta forma, foi verificado que o indicador ora apresentado pela SEMA não condiz com a melhor forma de mensuração da política. Será proposta alteração do indicador.

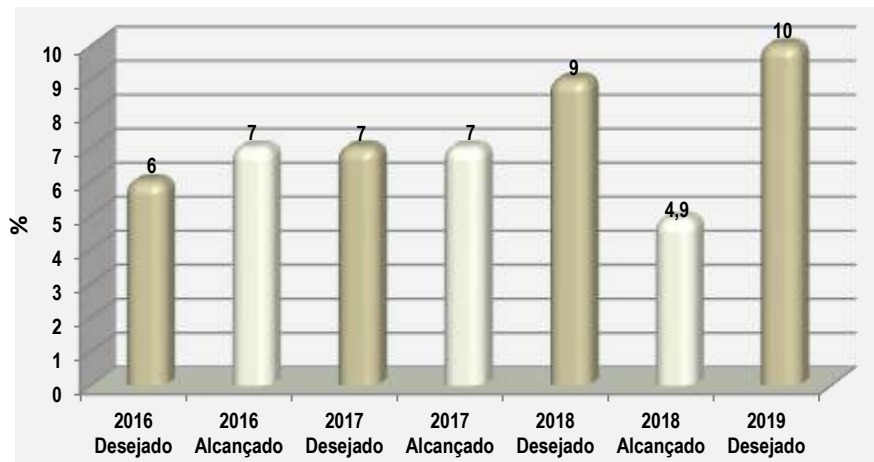
Justificativas 2018

Indicador 1626 - A Virada do Cerrado é atualmente o principal Programa de Educação Ambiental da SEMA, voltado para a sensibilização e envolvimento da sociedade com os temas ambientais e de sustentabilidade. Em 2018 mais de 12 mil pessoas participaram das atividades durante a Virada do Cerrado. As 13 RAs participantes do Distrito Federal mostraram maior engajamento e reafirmaram seu importante papel na sensibilização da população nessa pauta referente ao tema Resíduo Sólidos, com enfoque na Coleta Seletiva.

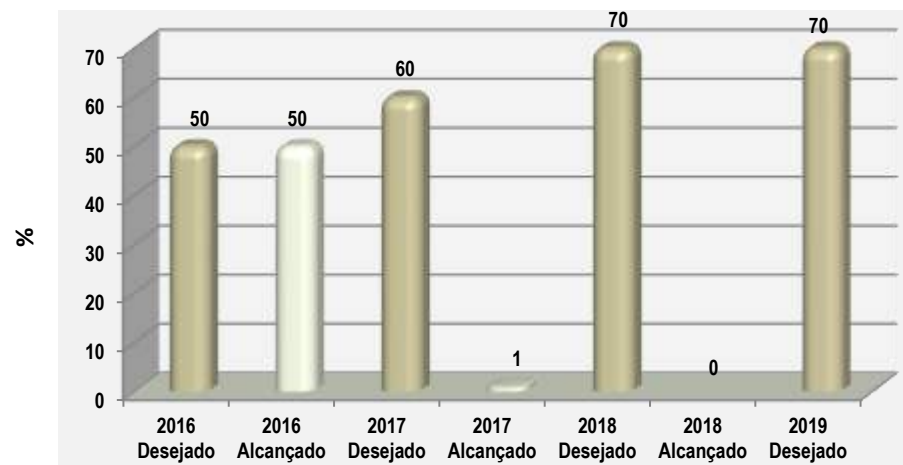
Indicador 1627 - As taxas alcançadas ficaram aquém do planejado. O JBB recebe e realiza a capacitação dos menores encaminhados pelas UAMAS do Paranoá e de São Sebastião. Estas instituições, ligadas à SECRIANÇA, são as responsáveis pela triagem e encaminhamento dos menores para o JBB. Em 2018 as UAMAS não encaminharam os menores para capacitação. Apesar da previsão inicial, as ausências e a taxa de evasão prejudicaram a realização das atividades estabelecidas na parceria.

Indicador 1693 - A política de implantação do Programa Brasília nos Parques impõe várias atividades, as quais ao longo de 2017 foram continuadas principalmente nos cinco parques: Parque Ecológico Águas Claras, Três Meninas, Saburo Onoyama, Parque Recreativo Sucupira, Ezequias Heringer, objeto de cumprimento da Meta de 2016. Desta forma, foi verificado que o indicador ora apresentado pela SEMA não condiz com a melhor forma de mensuração da política. Será proposta alteração do indicador.

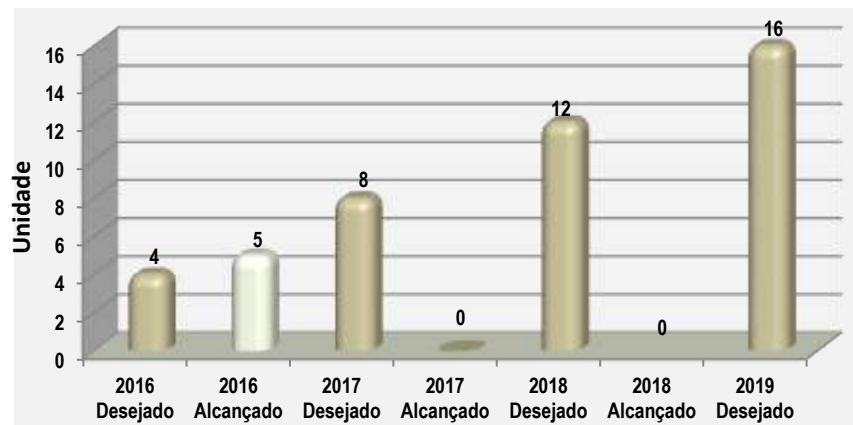
TAXA DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROJETO VIRADA DO CERRADO



TAXA DE CAPACITAÇÃO DE MENORES EM LIBERDADE ASSISTIDA



TAXA DE PARQUES COM PROGRAMA BRASÍLIA NOS PARQUES IMPLANTADOS



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6210	1	1	Criação de Grupo de Trabalho Intergovernamental de Educação Ambiental; (SEMA)	21101	100	<p>2016 Grupo criado e em atividade, criado pela Portaria Nº 14 de 23 março de 2015, com representantes de 26 órgãos públicos. Realizou 25 reuniões com as pautas: Fauna, Resíduos, EA em Unidades de Conservação, Água e ações intersetoriais como EA no carnaval, Semana do Meio Ambiente, Virada do Cerrado.</p> <p>2017 Em 2017, o Grupo de Trabalho decidiu ter as atividades concentradas nas reuniões de construção do Plano Distrital de Educação Ambiental, no âmbito da CIEA.</p> <p>2018 No primeiro semestre foram realizadas aproximadamente vinte (20) reuniões, com pautas ligadas à Política de Educação Ambiental, trabalhadas de forma integrada e transversal pelas diferentes áreas do governo. No segundo semestre, devido ao período eleitoral e a alterações nas composições dos órgãos, não ocorreram reuniões da CIEA.</p>
6210	1	2	Revisão do Decreto de regulamentação da Lei nº 3833, de 27 de março de 2006; (SEMA)	21101	0	<p>2016 A Secretaria de Meio ambiente apresentou uma proposta de regulamentação da Lei à CIEA (Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental) coordenada pelo IBRAM que não concordou e não convocou reunião para debater a proposta de regulamentação. Esperamos que a revisão entre na pauta em 2017.</p> <p>2017 Em 2017, a CIEA decidiu ter como foco a construção do Plano Distrital de Educação Ambiental, deixando a revisão do Decreto para o ano de 2018.</p> <p>2018 Em 2018, a CIEA reuniu-se para finalizar o Plano Distrital de Educação Ambiental. A revisão do Decreto será retomada em 2019.</p>
6210	1	3	Acompanhamento da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental; (SEMA)	21101	100	<p>2016 Acompanhamento integral de todas as reuniões da Comissão e inserção de algumas pautas importantes como a Pesquisa de Educação Ambiental e a construção do Plano de Educação Ambiental.</p> <p>2017 Em 2017, as reuniões da CIEA foram produtivas e tiveram como foco a construção do Plano Distrital de Educação Ambiental, previsto para ser concluído em 2018.</p> <p>2018 A SEMA acompanhou as reuniões da CIEA para finalizar o Plano Distrital de Educação Ambiental. Após o período eleitoral, solicitou ao IBRAM agendamento de reunião, que ficou prejudicada pelas mudanças de pessoal e reestruturações do órgão.</p>
6210	1	4	Regulamentação da Lei 4772/12; (SEMA)	21101	100	<p>2016 A regulamentação da Lei nº 4772, de 24, de fevereiro de 2012, que dispõe sobre diretrizes para as políticas de apoio à agricultura urbana e Peri urbana no Distrito Federal não é de competência da Secretaria de Meio Ambiente e sim da Secretaria de Agricultura. Solicitamos a retirada dessa ação não orçamentária do PPA.</p> <p>2017 2018 Foi publicado o Decreto nº 39.314, de 29 de agosto de 2018, que Regulamenta a Lei nº 4.772, de 24 de fevereiro</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						de 2012, que dispõe sobre as diretrizes para as Políticas de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana no Distrito Federal.
6210	1	5	Realização de cursos de jardinagem/produção de mudas para jovens aprendizes. (NOVACAP).	22201	75	<p>2016 Foram realizadas ações educativas pela equipe dos Viveiros da NOVACAP, de modo especial, junto às escolas da Rede Pública e Privada. Em 2016 foram contempladas 28 escolas com 50 alunos, em média, por escola, tendo sido alcançados cerca de 1.400 alunos. Foram realizadas visitas aos Viveiros, também, pelos alunos universitários, podendo-se destacar: UnB, UCB, ICESP, entre outras. Foi ministrado um curso de Produção de Plantas Ornamentais, em conjunto com a EMATER, para cerca de 30 produtores rurais, além de cursos para 2 profissionais da Aeronáutica.</p> <p>2017 Foram realizadas ações educativas pelas equipes dos Viveiros da NOVACAP, atendendo, de modo especial, alunos da Educação Básica. Foram contempladas 20 escolas com 50 alunos, em média, por escola, alcançando cerca de 1000 alunos. Foram realizadas visitas aos Viveiros, também, pelos alunos universitários, podendo-se destacar: ICESP e UCB, entre outras.</p> <p>2018 No exercício de 2018 foram realizadas 1.426 visitas educativas em nossos viveiros de produção de plantas ornamentais (Viveiros I e II), sendo 672 alunos da Educação Infantil; 378 do Ensino Fundamental; 312 do Ensino Médio e 64 do Ensino Superior. Além disso, foram atendidos 08 cidadãos que buscavam descobrir informações quanto à atividade de jardinagem e suas diversas etapas, desde o preparo do solo até a manutenção dos canteiros já constituídos e floridos. Nessas ocasiões, foram abordados assuntos relacionados ao campo de conhecimento referente às plantas, suas estratégias reprodutivas, autoproteção, e nossa dependência quanto aos benefícios ecológicos trazidos pelos diversos tipos de vegetais. E ainda, como os jovens podem contribuir e conviver em harmonia com a natureza.</p>

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

2016/ 2018

SEMA

A SEMA tem contribuído com esse objetivo específico com duas ações principais, que visam, principalmente, aumentar a efetivação e a ocupação das unidades de conservação e parques do DF, tanto com a maior presença do governo em suas diversas instâncias, quanto da sociedade. Para isso, estão sendo desenvolvidas as ações do Programa "Brasília nos Parques e o apoio à criação de colegiados, na forma de conselhos gestores consultivos, como fóruns de concertação entre governo e sociedade na gestão dos parques e UCs.

No caso do Brasília nos Parques, a SEMA coordena um conselho gestor, que tem a presença de representantes dos setores de governo que tem afinidade com o tema. Devido às dificuldades intrínsecas ao Governo como um todo (carência de recursos e de pessoal, p.ex.), diversas secretarias participantes tiveram dificuldades em aportar esforços para contribuir com o programa. Atualmente, a SEMA está finalizando os procedimentos para a implantação de duas ações concretas: i) o Programa Parque Educador, que levará alunos das escolas públicas aos parques para visitas guiadas com o objetivo de trazer o tema da conservação da natureza para o currículo escolar com uma vivência prática da realidade destas áreas protegidas. Serão contemplados os

alunos de tempo integral, em programa continuado ao longo do ano, sendo complementado com o atendimento a outras escolas com visitas únicas. A ação será executada por equipe conjunta da Secretaria de Educação (professores selecionados por edital interno para o trabalho permanente no programa ao longo do ano) e pela equipe de educação ambiental do IBRAM; ii) as feiras orgânicas nos parques, num entendimento com a Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (SEAGRI), para a organização de feiras dentro de alguns parques que possuem bastante afluência de público que tem interesse no tema.

No caso da criação dos conselhos gestores consultivos, a SEMA se responsabiliza pela articulação com a sociedade e os setores de governo para a criação dos conselhos que, a partir do momento que são criados, passam à coordenação do IBRAM, continuando a participação da SEMA como membro destes conselhos. Essa ação resgata uma previsão legal da existência destes colegiados para garantir a concertação entre governo e sociedade civil na gestão das áreas protegidas. Os conselhos que antes existiam no DF foram extintos ou deixaram de funcionar até 2007. Assim, foram criados, em 2016, atendendo à mobilização da sociedade, os Conselhos Gestores Consultivos da Área de Relevante Interesse Ecológico da Granja do Ipê e do Parque Ecológico Burle Marx. Foram encaminhadas ao Chefe do Poder Executivo as minutas de decretos para a recriação dos conselhos da APA Gama-Cabeça de Veado e ARIE JK. Foram criados grupos de trabalho, que estão em andamento, para a criação dos conselhos do Parque das Esculturas, no Altiplano Leste, e de um mosaico, a ser instituído, dos Parques do Gama. A SEMA continuará atenta, até o final da gestão, para a mobilização da sociedade para demandas de criação destes colegiados, por considerá-los fundamentais para a efetivação dos parques e UCs do DF.

A SEMA também está muito articulada com o IBRAM para apoiá-lo em suas atribuições de criação e gestão de UCs. Existe, atualmente, uma ênfase maior na gestão, tendo em vista os passivos existentes nas unidades já criadas. Assim, a SEMA repassou recursos orçamentários ao IBRAM, possibilitando o reforço dos esforços de manutenção das áreas protegidas existentes e de conclusão de algumas obras de infraestrutura necessárias para garantir um melhor uso da população destes parques, como, p.ex., o antigo Parque Urbano e Vivencial do Gama, agora em processo de recategorização para Parque Ecológico, que receberá algumas obras complementares, como cercamento, iluminação e construção de galpão multiuso, que tornarão mais efetiva a proteção da unidade e sua melhor utilização pela comunidade.

Por último, cabe lembrar o apoio da SEMA, em conjunto com o IBRAM, a uma iniciativa da sociedade civil organizada (DF em Movimento) na realização de um seminário para discutir os principais problemas das áreas protegidas do DF e estabelecer estratégias de maior participação da sociedade civil na solução desses problemas e no aumento de atividades nessas unidades, em estreita colaboração com o governo.

O Programa Brasília nos Parques, criado pelo Decreto nº 37.115, de 15 de fevereiro de 2016, tem por finalidade aprimorar o uso público dos parques e unidades de conservação distritais, coordenando os esforços dos diversos órgãos e entidades do Distrito Federal (DF). No sentido de atender ao disposto no citado Decreto, a Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal - SEMA e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF firmaram, em Portaria Conjunta, o compromisso de implementar, dentre outras ações, o Projeto Parque Educador, que visa ressignificar os espaços dos Parques Ecológicos/Unidades de Conservação (UC) do DF como espaços educadores para que a comunidade restabeleça sua relação de pertencimento àquele local, auxiliando na valorização das UCs do DF, por meio de ações de educação integral, ambiental e patrimonial. Considerando a importância da Educação Integral, Ambiental e Patrimonial como eixo transversal na educação, esse Projeto permitirá aos docentes e discentes o acesso aos Parques Ecológicos/Unidades de Conservação (UC) Sucupira/ESECAE, Três Meninas, Águas Claras e Saburo Onoyama, para a realização de atividades pedagógicas voltadas ao uso sustentável desses espaços educadores. O Projeto Parque Educador é coordenado por um Comitê Gestor tripartite, no qual fazem parte 2 (dois) representantes da SEMA, 2 (dois) da SEEDF e também 2 (dois) do Instituto Brasília Ambiental - IBRAM, autarquia vinculada à SEMA. Esse Comitê tem, dentre outras atribuições, a incumbência de elaborar o Plano de Gestão desse Projeto, que será assinado pelo Secretário de Meio Ambiente do Distrito Federal, pelo Secretário de Educação do Distrito Federal e pelo Presidente do IBRAM. Cabe à SEMA garantir recursos para o transporte dos alunos para o segundo semestre de 2018. Outra estratégia de formação foi o Curso de Gestão Sustentável da Água e dos Resíduos Sólidos nas Escolas do Distrito Federal – 2ª edição, ofertado pela EAPE (Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação) da Secretaria de Educação do DF, em parceria com ADASA, IBRAM, SLU, CAESB e SEMA, com o objetivo de promover a difusão de conhecimentos técnico-pedagógicos sobre a gestão responsável e compartilhada da água e dos resíduos sólidos nas bacias hidrográficas do Descoberto e do Paranoá, a fim de instrumentalizar o professor para o trabalho dos conteúdos relacionados aos eixos transversais em suas respectivas escolas. Possibilitou-se aos cursistas a vivência de estudos e diálogos que trataram da inserção e engajamento das pessoas na gestão sustentável e participativa das Águas e resíduos passando pelo nível individual, coletivo e institucional, tratando de temas de relevância técnica e política.

Os conselhos da Granja do Ipê, Parque Ecológico Burle Marx continuaram funcionando regularmente. O Comitê da Reserva da Biosfera do Cerrado também, com a secretaria executiva exercida pelo Jardim Botânico de Brasília. A SEMA também acompanhou os trabalhos do Conselho Gestor da APA do Planalto Central, como membro efetivo. Em 21 de junho de 2017, o Decreto nº 38.286 instituiu o Conselho Gestor Consultivo da Área de Proteção Ambiental das bacias Gama e Cabeça de Veado. Em 26 de julho de 2017, o Decreto nº 38.363 instituiu o Conselho Gestor Consultivo do Parque Juscelino Kubitschek. Logo em seguida, foi lançado chamamento público para que as instituições da sociedade civil apresentassem suas candidaturas aos dois

conselhos (um chamamento para cada), tendo se apresentado instituições que preencheram parcialmente as vagas. Foram encaminhados ofícios às instituições de governo para que nomeassem representantes. Dada a demora de resposta de boa parte dessas instituições públicas, não foi possível dar posse aos conselhos em 2017.

A SEMA encaminhou à Governadoria minuta de decreto de regulamentação do artigo 24 do SDUC, de criação de mosaicos de unidades de conservação e seus respectivos conselhos. Essa minuta foi e voltou à SEMA algumas vezes, para alterações sugeridas pela Governadoria, e ainda não foi assinada.

A continuidade dos trabalhos do GT Parques do Gama depende da assinatura do Decreto pelo Chefe do Poder Executivo, criando o mecanismo legal que permitirá que o GT discuta e aprobe a minuta de decreto de criação do mosaico dos parques do Gama e do respectivo conselho deste mosaico.

2018

Foi retomado no Programa Brasília nos Parques, juntamente com o Comitê Gestor do Programa, com 01 (uma) reunião realizada em 2018.

Projetos desenvolvidos:

a) Parque Educador: O projeto, lançado em 06/03/2018 no Parque Ecológico de Águas Claras, tem como foco principal o receptivo de alunos da rede pública do DF, do ensino integral, para realizar ações de educação ambiental e patrimonial nos Parques e Unidades de Conservação. As atividades são desenvolvidas por 08 (oito) professores especializados, da rede pública de ensino, sendo 02 (dois) professores em cada Parque atendido. São eles: Águas Claras, Saburo Onoyama, Três Meninas e Sucupira/ESECAE. Consta Portaria Conjunta, nº 02 de 2015, assinada entre a SEMA e a SEE/DF. Aguardando assinatura do Termo de Cooperação Técnica - TCT, entre a SEMA, SEE/DF e IBRAM, a quem compete a gestão dos Parques e Unidades de Conservação do Distrito Federal. Atendimentos do projeto:

- 2130 (dois mil cento e trinta) Alunos

- 57 (cinquenta e sete) escolas em 8 (oito) Regiões Administrativas do Distrito Federal + 1 da RIDE.

b) Feira nos Parques: Projeto, que conta com parceria da SEMA, SEAGRI, IBRAM e posteriormente a EMATER, realizou edital de chamamento público para seleção de produtores orgânicos para desenvolvimento de atividades de feiras orgânicas em 03 (três) parques do Distrito Federal. O objetivo é estimular a população do DF a frequentarem os parques, movimentar a economia local e inserir produtos rurais e orgânicos na dieta dos brasileiros. O projeto foi lançado em 16/06/2018 e está localizado nos Parques de Águas Claras, Olhos D'Água, Bosque Sudoeste.

c) Projeto Piloto de Segurança no Parque Saburo Onoyama: O Parque, situado na Região Administrativa de Taguatinga e conhecido popularmente como "Vai quem quer", com base no diagnóstico de segurança nos parques, elaborado pela Secretaria de Segurança Pública e Paz Social - SSP/DF, constante no programa "VIVA BRASÍLIA", principal política de segurança pública do Governo do Distrito Federal, foi apontado como um dos parques mais sensíveis no quesito segurança. No dia 30/05/2018, durante reunião que contou com participação de vários órgãos do governo, após vistoria in loco para levantamentos das demandas, iniciou-se a elaboração do protocolo de intenções para intervenção no Parque. As demandas identificadas foram encaminhadas aos respectivos órgãos competentes.

Sobre os Conselhos, a SEMA continuou participando daqueles já instituídos, mas houve o entendimento de que no momento não havia necessidade e/ou demanda para criação de novos conselhos.

JBB

Em 2016, foi assinado o Plano de Trabalho com a Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude, com a finalidade de propiciar a execução da medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC – no Distrito Federal, prevista no art. 117 do Estatuto da Criança e do Adolescente, mediante Portaria Conjunta nº 12, de 07 de agosto de 2012. O objetivo desta parceria, estabelecido no Plano de Trabalho, foi utilizar Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), determinada por decisão judicial, na realização de tarefas por parte dos adolescentes/jovens de forma voluntária, porém num contexto educativo e de reflexão viável por meio de trabalhos gratuitos e orientação pessoal. Esta parceria contribui para suprir a necessidade de criação de programas de atendimento que possibilitem ao jovem em conflito com a lei uma leitura diferenciada da sua condição pessoal, passando a compreender-se como sujeito capaz de mudar a realidade de risco e exclusão a qual foi submetido.

Em 2017, foi renovada a parceria firmada entre a Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Governo do Distrito Federal e o Jardim Botânico de Brasília - JBB. Essa parceria é considerada muito eficaz por parte da UAMA. No entanto, foi encaminhado apenas um adolescente o JBB, que cumpriu medida socioeducativa durante 8 semanas. O jovem acompanhou as equipes de jardinagem e cultivo de mudas no viveiro do JBB, no viveiro de Orquídeas, Orquidário e Jardim Sensorial. O JBB tem enorme potencial para proporcionar a jovens em situação de vulnerabilidade social novas perspectivas de vida. Se, por um lado, a imersão em um ambiente belo, em contato direto com a natureza, cercado de calma, por si só já contribui muito com o bem-estar de qualquer pessoa, no JBB também é possível contribuir com a formação profissional desses jovens em atividades como viveirismo, produção agroflorestal, educação ambiental, jardinagem, tecnologias socioambientais, artesanato sustentável, entre outras. Por esse motivo, em 2018, o JBB continuará disponível para receber jovens em execução de medida socioeducativa de PSC – Prestação de Serviços à Comunidade da UAMA (Unidade de Atendimento Aberto do Paranoá).

Em 2018, considerando a renovação do Acordo firmado com a Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude, o Jardim Botânico de Brasília permanece disponível para receber e capacitar os jovens selecionados e encaminhados pelas Unidades de Atendimento Aberto.

SLU

2016

Foi dada continuidade ao esforço para desenvolver em cada cidadão do DF o sentimento de responsabilidade e compromisso com a manutenção da limpeza e a motivação para a prática de atitudes sustentáveis.

2017

Foi dada continuidade ao esforço para desenvolver em cada cidadão do DF o sentimento de responsabilidade e compromisso com a manutenção da limpeza e a motivação para a prática de atitudes sustentáveis. Em 2017, as campanhas e eventos de educação ambiental arrematados pelo SLU atingiram grande parte da população do Distrito Federal. Foram atividades lúdicas, focadas em informar diversos extratos da sociedade, assim como, dar especial atenção às crianças e estudantes.

2018

O trabalho de sensibilização da população sobre a importância da separação dos resíduos domiciliares e a disponibilização para a coleta seletiva em dias e horários corretos é permanente e só obterá resultados concretos com o envolvimento de parceiros e da população mais consciente. Daí a importância do Programa de Voluntários e as parcerias estabelecidas pelo SLU, porque a mudança de hábitos da população é essencial para se alcançar resultado mais expressivo na reciclagem. O SLU conta com apoio e parceria de diversos meios de comunicação e instituições, que contribuem para divulgar a informação correta. Ao mesmo tempo, o SLU divulga vídeos e postagens em seu site, no facebook e no whatsapp, buscando ampliar o número de pessoas que sabem fazer a separação dos recicláveis para a coleta seletiva. E acompanha o trabalho das cooperativas de catadores que realizam o serviço de coleta seletiva de orientação dos moradores.

NOVACAP

Como uma forma de contribuir com o objetivo específico na promoção da cidadania para os desafios socioambientais com inclusão social, a NOVACAP vem desenvolvendo de forma contínua cursos de jardinagem/produção de mudas para jovens aprendizes. O atendimento contempla alunos da Educação Básica, onde eles recebem informações acerca da importância do meio ambiente. Entre os temas abordados, pode-se destacar: gestão ambiental, produção de mudas, adubação, controle de espécies, entre outros. Neste contexto, a Companhia muito tem contribuído com o processo de conscientização, quanto à preservação ambiental e urbanística.

Além desse atendimento, a Companhia continua atuando junto à sociedade, de modo especial, junto às escolas de nível superior, corroborando com a formação de multiplicadores, pesquisadores, e especialização de professores.

METRÔ

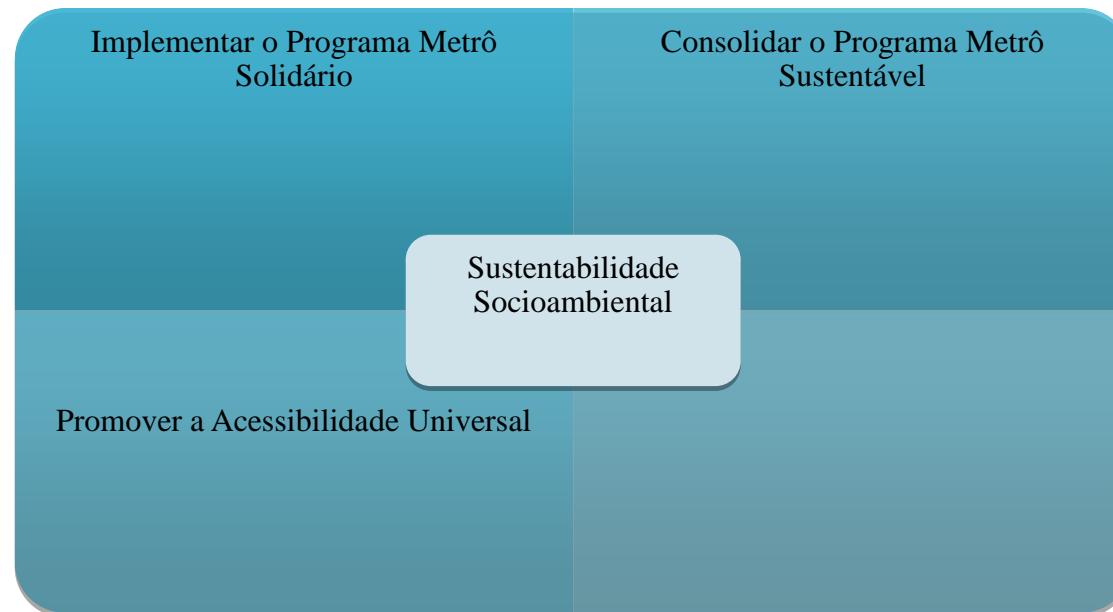
O transporte metro ferroviário é um serviço público, de cunho social e ambiental e, ao mesmo tempo em que desloca grande número de pessoas, estrutura o transporte urbano, promove a redução das emissões atmosféricas, poluição sonora, e faz uso de combustível fóssil como fonte de energia.

Cabe destacar que o foco na Responsabilidade Social Corporativa em estreita articulação com a coletividade proporcionará à Empresa uma trajetória de maior reconhecimento junto à Sociedade. Essa prática evidencia o papel da Companhia como parceira do Estado, buscando a mediação entre a atuação corporativa e às questões sociais. Tais iniciativas estimularam em 2016 a conquista de premiações e selos no campo da responsabilidade social junto às comunidades do DF.

Tomando como base a metodologia exposta à realidade empresarial e à base estratégica do METRÔ-DF, em plena consonância com os interesses públicos perseguidos, com os objetivos de governo e igualmente de Estado, voltados para o planejamento estratégico de longo prazo, sustentável e eficiente, o mapeamento estratégico desta Companhia culminou nas medidas de alto impacto estratégico – atreladas às oportunidades e riscos envolvidos:



Na identificação das medidas de alto impacto estratégico, destaca-se a medida 5.7 – Buscar Responsabilidade Social e Sustentabilidade Ambiental, com os seguintes eixos:



O PROGRAMA METRÔ SUSTENTÁVEL objetiva a promoção da sustentabilidade ambiental nas operações e atividades do METRÔ-DF, através do desenvolvimento de ações que reduzam ao máximo o impacto dessas atividades ao meio ambiente e à saúde humana. Para mitigar o impacto das atividades, o Programa estabelece metas de eficiência energética, melhorias operacionais, gerenciamento de resíduos sólidos, pesquisa, fontes renováveis e uso eficiente de recursos naturais, produtos, serviços e materiais.

Busca-se o aperfeiçoamento de produtos e processos do sistema metroviário, visando racionalizar o consumo de água e energia elétrica nas operações do METRÔ-DF, alcançando padrões desejáveis de eficiência energética, implantação de tecnologias menos intensivas de uso da água e otimização de processos, ou seja, um conjunto de mecanismos de planejamento e gestão e de procedimentos operacionais, que são exigidos diante da atual etapa de Mudanças Climáticas e aquecimento global por que passa o Planeta, bem como, daqueles determinados pela legislação.

Dessa forma, o METRÔ-DF definiu as seguintes diretrizes prioritárias para o PROGRAMA METRÔ SUSTENTÁVEL:

1. Racionalização do consumo de energia elétrica.
2. Racionalização do consumo de água potável.
3. Implantação do Plano de Resíduos Sólidos do METRÔ-DF.
4. Adesão à Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P.
5. Preparação institucional para certificação ISO 14.001.

Com isso, espera-se dar uma guinada em direção à profissionalização da gestão da Companhia na condução dos seus recursos humanos, materiais e financeiros, em respeito aos princípios da transparência e da eficiência da Administração Pública e em prol dos usuários/sociedade.

Em 2017, os objetivos propostos na temática Cidadania e Sustentabilidade Socioambiental se cumpriram nessa Companhia a partir da Promoção da Acessibilidade Universal, e do "Programa Metrô Sustentável" e do "Programa Metrô Solidário". O Programa Metrô Solidário tem como premissa a responsabilidade social a partir da valorização do ser humano através de ações de

cidadania, com vistas a tornar o Metrô-DF, uma empresa exemplo em ações sociais, com foco na solidariedade, e assim, despertar a consciência humana dos metroviários junto aos usuários. Vivenciar a cidadania, apoiando ações, em parceria com os setores público e privado, além das organizações da sociedade civil, e despertar junto à comunidade, os valores de solidariedade e inclusão social, de forma a fortalecer a imagem do Metrô/DF como uma empresa exemplo em participação social. Esse programa persegue os objetivos específicos de despertar a consciência crítico-social dos metroviários, visando o resgate da dignidade humana, possibilitando uma ação solidária dos mesmos, junto às comunidades carentes mais próximas; Promover eventos culturais e atividades para incentivar a participação social, envolvendo a nossa comunidade em ações de solidariedade; Estimular parcerias com empresas públicas e privadas e demais esferas do governo no âmbito da responsabilidade social, como segue:

EIXOS (2017)	Inclusão Social	Sócio cultural	Direito e Cidadania	Educação	Saúde nos Trilhos	Todo Mundo no Metrô	TOTAL
Projetos Corporativos:							
✓ <u>Cultura no Metrô</u> (músicos, exposições, teatro, dança).	—	59 (*)	—	—	—	—	59
✓ <u>Educação nos Trilhos</u> (escolas de ensino especial e regular, jovens e pacientes).	30 crianças	—	—	202 alunos	50 pacientes	20 jovens	302
✓ <u>Semana da Saúde nos Trilhos</u> (campanhas, serviços, feiras).	—	—	—	—	14.585 usuários	—	14.585
Eventos	01	01	05	01	05	—	13
Campanhas Sociais	04	01	06	01	05	—	17
Termos de Cooperação (HeForShe, Banco de Leite, SECRIANÇA, SECULT).	—	02	01*	01*	02	01	05
Selo Social	—	—	01	—	01	—	02

Obs: (*) Outras atividades culturais serão contabilizadas pela ACS no Projeto Cultura no Metrô.

Maiores detalhes estão inseridos no Relatório Anual denominado Balanço Social 2017, disponibilizado no site: www.metro.df.gov.br, aba Metrô Solidário. No contexto do "Programa Metrô Sustentável", destaca-se as ações de racionalização do consumo de energia elétrica, racionalização do consumo de água potável e a adesão à Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P. Investimentos adequados também podem favorecer o equilíbrio financeiro da companhia, nesse sentido, a estação Solar Guariroba (Ceilândia) é responsável por gerar energia limpa com utilização de recursos naturais renováveis. Além de Guariroba, a primeira fase da estratégia corporativa do Metrô de Brasília é implantar mais três plantas de energia solar, com planejamento para conclusão de instalação até final 2019, sendo outras duas estações solares de passageiros (Estação Samambaia Sul e Estação Feira do Guará) e uma Usina Solar com capacidade instalada de 3,5 MW no Centro Operacional da Companhia, que somadas, poderão gerar cerca de 5 MW de energia, o que representa em torno de 33% da demanda de energia contratada pela Companhia, atualmente de 15 MW por mês ao custo de R\$ 3,5 milhões.

O METRÔ-DF está alinhado à vertente da responsabilidade sustentável como compromisso institucional que permite a adoção de uma nova cultura de práticas sustentáveis, visando à racionalização dos gastos e tornando a empresa mais eficiente na sua gestão. As ações de Responsabilidade Social e de Sustentabilidade cresceram significativamente entre 2015 e 2018, ampliando a relação com os stakeholders e em especial com as comunidades beneficiárias, agregando valor à imagem da Companhia. Ao mesmo tempo atende as exigências legais, a partir da Lei nº 13.303/2016, expressamente justificada de acordo com a sua função social.

A partir desse modelo de gestão, os resultados passaram a ser divulgados anualmente em balanço social, em que, do universo de ações selecionadas após o “Regulamento para Cessão de Espaço, Seleção e Promoção de Eventos, Campanhas e Projetos nas Estações”, os resultados foram 27 projetos, 25 eventos e 29 campanhas, além de 05 termos de parceria e cooperação técnica para execução de projetos corporativos, fortalecendo a imagem da empresa como exemplo de responsabilidade social.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

002 – CAPITAL DAS ÁGUAS: Promover a cultura do cuidado com a água, o aperfeiçoamento do marco normativo e institucional e garantir a oferta de água em quantidade e qualidade para a população e os ecossistemas naturais, a conservação e a recuperação das áreas de recarga de aquífero, nascentes e matas ciliares e áreas de proteção de mananciais.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

21.101 – SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS

Análise Quantitativa

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	2	1	Organizar e realizar eventos preparatórios para o 8º Fórum Mundial da Água; (ADASA) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	3	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	1	2	0		0,0
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	2	2	Organizar e realizar o 8º Fórum Mundial da Água; (ADASA) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	-	100		100,0
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	2	3	Estimular a captação e o reuso de águas (SEMA) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-		X	X	X
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	2	4	Fortalecer a gestão democrática e sustentável das águas (SEMA);	14	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	3	5	11		78,6
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	2	5	Realizar a Conferência Distrital de Meio Ambiente com o tema “Águas de Brasília”; (SEMA) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	8	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	1	8	8		100,0
6210	INFRAESTRUTURA E	2	6	Realizar 15 reuniões de articulações com instituições distritais e federais, visando	15	UNID	ACUM	MAIOR,	5	10	20		133,3

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
	SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL			promover a redução da erosão dos solos e do assoreamento de mananciais no meio rural, contribuindo com o sistema de monitoramento de investimento governamental (EMATER);				MELHOR					
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	2	7	Elaborar 400 pedidos de outorga de água para os pequenos e médios produtores rurais (EMATER);	400	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	55	55	110		27,5

Análise Qualitativa

1. Organizar e realizar eventos preparatórios para o 8º Fórum Mundial da Água; (ADASA). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Em dezembro de 2016 a SEMA-DF juntamente com diversos parceiros do GDF e da sociedade civil realizaram o evento de lançamento da Aliança pelo Descoberto que inaugurou um trabalho conjunto de vários projetos em prol da conservação da bacia do Descoberto. Este trabalho coordenado de diversos atores daquela bacia é uma ação que contribui para a preparação para o 8º Fórum Mundial da Água e para a consolidação de Brasília como Capital das Águas.

Um segundo evento realizado em 2016 e que colabora para a realização do 8º Fórum Mundial da Água de 2018 foi o lançamento da sede do CIRAT (Centro Internacional de Água e Transdisciplinaridade) no Jardim Botânico de Brasília. O CIRAT está em processo de qualificação como Centro Categoria 02 sob os auspícios da UNESCO. A proposta é finalizar este processo de qualificação como centro de excelência antes da realização do 8º Fórum em Brasília.

Para 2017 a previsão é a realização de dois outros eventos preparatórios: o “5º Encontro Nacional Formativo de Educação Ambiental para a Gestão das Águas” em Maio e o “2º Seminário Internacional de Água e Transdisciplinaridade: Águas pela Paz” em Outubro de 2017.

2017

No ano de 2017, foi realizado pela ADASA o evento "Contribuições para o 8º Fórum Mundial da Água - Brasília 2018", com o intuito de lançar o fórum para o setor agrícola durante a Feira Internacional dos Cerrados - Agro Brasília.

Em 25 de abril de 2017, foi publicado o Decreto nº 38.150. Instituiu-se o Comitê Gestor e o Comitê Executivo do 8º Fórum Mundial da Água 2018 no âmbito do Distrito Federal, com a função de coordenar e executar, respectivamente, as ações distritais que contribuam com os objetivos centrais do Fórum e as atividades correlatas voltadas à realização do evento. A Assessoria Técnica Especializada da ADASA coordenou e acompanhou os subgrupos estabelecidos dentro do Comitê Executivo. Foram realizadas, semanalmente, reuniões entre os subgrupos de Logística, Projetos Estratégico, Comunicação Interna e Externa e Ações Transversais para tratar do assunto Fórum no âmbito do GDF

2018

No ano de 2018, foi realizado o 8º Fórum Mundial da Água, Expo, Vila Cidadã e Vila Criança Candanga, dos dias 17 ao 23 de março no Centro de Convenções Ulysses Guimarães e no Estádio Mané Garrincha, em Brasília. O evento contou com a presença de 120.181 participantes.

2. Organizar e realizar o 8º Fórum Mundial da Água; (ADASA). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Por meio do Ofício nº 490/2016-PRES/ADASA foi autorizada a alteração da responsabilidade pela presente Meta para a ADASA.

2017

No início de 2017, O secretariado do 8º Fórum Mundial da Água foi estabelecido na Agência Nacional de Águas – ANA, e não mais na ADASA, que ficou responsável pela parte que envolve o GDF no Fórum, além do pagamento de todas as taxas do Conselho Mundial da Água. A Agência se encarregou da reserva dos locais para realização dos eventos preparatórios e do próprio Fórum em 2018. Responsabilizou-se, igualmente, em estabelecer um contato e uma parceria com os Órgãos do GDF que poderiam contribuir de alguma forma com o Fórum

2018

No ano de 2018, foi realizado o 8º Fórum Mundial da Água, Expo, Vila Cidadã e Vila Criança Candanga, dos dias 17 ao 23 de março no Centro de Convenções Ulysses Guimarães e no Estádio Mané Garrincha, em Brasília. O evento contou com a presença de 120.181 participantes.

3. Estimular a captação e o reúso de águas (SEMA) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016);

2016

A SEMA-DF investiu esforços no primeiro semestre de 2016 em buscar captar recursos para a implementação do Cultivando Água BOA no DF tendo em vista a situação financeira desafiadora do GDF. Uma importante conquista foi a escrita e refinamento, com apoio de consultoras contratadas pelo GEF, do Projeto GEF Cidades Sustentáveis para implementação de algumas agendas de sustentabilidade no DF. O valor em captação com o Projeto GEF Cidades Sustentáveis é da ordem de 06 milhões de dólares para o período entre 2017 e 2021. Neste projeto foram incluídos recursos para a implementação do Cultivando Água Boa na bacia do Descoberto e Paranoá (recuperação florestal, boas práticas conservacionistas, estímulo a agroecologia e educação ambiental).

Outra articulação liderada pela SEMA foi atrair para o DF, de forma mais expressiva, o Programa Água Brasil Fase 02. Este programa é conduzido pela ANA, WWF, Fundação Banco do Brasil e Banco do Brasil e na renovação do novo ciclo do projeto (2016-2020) 02 das 04 bacias selecionadas estão localizadas no DF (Descoberto e São Bartolomeu).

Em 2016 aconteceu o fortalecimento do Programa Cultivando Água Boa no DF com o início das atividades do Comitê Gestor do CAB no Paranoá, que realizou três reuniões para definição de ações estratégicas e escrita de um projeto para captação de recurso. No Descoberto foi lançada a Aliança pelo Descoberto que abarca atores dos 10 projetos que são realizados na bacia. Foi criada uma matriz de convergência destes 10 projetos e no momento estes atores governamentais, da academia e da sociedade civil estão montando um plano de trabalho que abarque as frentes desenvolvidas por todos os projetos com metas, indicadores e responsáveis. Também foram definidas microbacias prioritárias de atuação e realizadas 03 Oficinas do Futuro com a comunidade na micro bacia do Guariroba. Vale destacar que o Descoberto é o manancial responsável por 67% do abastecimento de água do DF e uma gestão eficiente daquele território será um legado significativo para o Objetivo Específico 02- Capital das Águas do PPA do GDF.

Outro destaque na implementação do Cultivando Água Boa no DF nas bacias do DF foi a realização, no dia 29 de junho de 2016, do “1 Curso de Adequação de Estradas Rurais com Ênfase em Conservação de Micro bacias” realizado na EMATER de Brazlândia. O curso, liderado pela SEMA com o apoio de parceiros como SEAGRI, Itaipu-Binacional, EMATER e DER-DF, capacitou 40 operadores de máquinas (tratoristas) do GDF em como fazer adequações de estradas rurais de maneira mais ecológica retendo a água no terreno e não deixando que sedimentos sigam para os mananciais.

2018- Não informado pela unidade.

4. Fortalecer a gestão democrática e sustentável das águas (SEMA);

2016

A SEMA-DF investiu esforços no primeiro semestre de 2016 em buscar captar recursos para a implementação do Cultivando Água BOA no DF tendo em vista a situação financeira desafiadora do GDF. Uma importante conquista foi a escrita e refinamento, com apoio de consultoras contratadas pelo GEF, do Projeto GEF Cidades Sustentáveis para implementação de algumas agendas de sustentabilidade no DF. O valor em captação com o Projeto GEF Cidades Sustentáveis é da ordem de 06 milhões de dólares para o período entre 2017 e 2021. Neste projeto foram incluídos recursos para a implementação do Cultivando Água Boa na bacia do Descoberto e Paranoá (recuperação florestal, boas práticas conservacionistas, estímulo a agroecologia e educação ambiental).

Outra articulação liderada pela SEMA foi atrair para o DF, de forma mais expressiva, o Programa Água Brasil Fase 02. Este programa é conduzido pela ANA, WWF, Fundação Banco do Brasil e Banco do Brasil e na renovação do novo ciclo do projeto (2016-2020) 02 das 04 bacias selecionadas estão localizadas no DF (Descoberto e São Bartolomeu).

Em 2016 aconteceu o fortalecimento do Programa Cultivando Água Boa no DF com o início das atividades do Comitê Gestor do CAB no Paranoá, que realizou três reuniões para definição de ações estratégicas e escrita de um projeto para captação de recurso. No Descoberto foi lançada a Aliança pelo Descoberto que abarca atores dos 10 projetos que são realizados na bacia. Foi criada uma matriz de convergência destes 10 projetos e no momento estes atores governamentais, da academia e da sociedade civil estão montando um plano de trabalho que abarque as frentes desenvolvidas por todos os projetos com metas, indicadores e responsáveis. Também foram definidas microbacias prioritárias de atuação e realizadas 03 Oficinas do Futuro com a comunidade na microbacia do Guariroba. Vale destacar que o Descoberto é o manancial responsável por 67% do abastecimento de água do DF e uma gestão eficiente daquele território será um legado significativo para o Objetivo Específico 02- Capital das Águas do PPA do GDF.

Outro destaque na implementação do Cultivando Água Boa no DF nas bacias do DF foi a realização, no dia 29 de junho de 2016, do "1 Curso de Adequação de Estradas Rurais com Ênfase em Conservação de Microbacias" realizado na EMATER de Brazlândia. O curso, liderado pela SEMA com o apoio de parceiros como SEAGRI, Itaipu-Binacional, EMATER e DER-DF, capacitou 40 operadores de máquinas (tratoristas) do GDF em como fazer adequações de estradas rurais de maneira mais ecológica retendo a água no terreno e não deixando que sedimentos sigam para os mananciais.

2017

O segundo semestre de 2016 já começou a dar sinais de que um desafio iminente aconteceria no tema da água no DF. Em novembro de 2016, foi lançada a "Aliança pelo Descoberto", uma junção de 10 projetos que atuam na bacia do Descoberto para um trabalho mais integrado e sistêmico da bacia. Em janeiro de 2017, foi iniciado o racionamento de água no Distrito Federal e teve início uma situação de estresse hídrico nunca antes experimentado. Foi criado pelo Governo do Distrito Federal o Plano Integrado de Enfrentamento da Crise Hídrica (PICH), sob coordenação da Casa Civil. Nesse contexto, a Unidade Estratégica de Água da SEMA-DF, que possuía apenas 01 pessoas da área técnica, foi acionada para acompanhar o PICH e liderar algumas frentes para a superação da crise hídrica, como a coordenação do GT de redução do consumo de água no âmbito das instituições da administração direta e indireta do GDF e a participação no GT dos usos não-prioritários da água. Adicionalmente, a aproximação do 8º Fórum Mundial da Água e de os seus eventos preparatórios também representaram um importante desafio para a compatibilização das agendas.

A intensa mobilização que aconteceu em 2015 e 2016 na Bacia do Descoberto, no intuito de construção de uma visão de longo prazo que envolvesse os produtores rurais, foi bastante reduzida em 2017 em razão de toda a estrutura de governo ter sido mobilizada para superar a crise hídrica que colocou o DF a um passo de uma situação de desabastecimento, com o Reservatório do Descoberto atingindo a marca dos 5% do volume útil. O foco naquele momento eram ações de curtíssimo prazo que favorecessem o abastecimento da cidade, como a limitação da irrigação pelo setor agropecuário, o revestimento de canais e a implantação de sistemas mais eficientes de irrigação. Nesse contexto, os processos de construção coletiva no âmbito da Aliança pelo Descoberto tiveram uma interrupção, pois houve uma inversão de prioridades. Outro fator que também acabou retardando o seguimento na construção coletiva com as comunidades no Descoberto foi o atraso na assinatura e chegada do recurso do projeto GEF-Cidades Sustentáveis, de 6,5 milhões de dólares, que deveria chegar ainda no primeiro semestre de 2017.

Um avanço que ocorreu no ano de 2017 foi a construção institucional para a formalização do Acordo de Cooperação Técnica da Aliança pelo Descoberto entre 20 instituições do Governo Federal, Governo do Distrito Federal, academia e instituições da sociedade civil. Todas as reuniões preparatórias e articulações políticas foram feitas em 2017 e o referido ACT será assinado durante a realização do 8º Fórum Mundial da Água em 2018.

Outra ação que colaborou para o fortalecimento de gestão democrática da água foi a realização da Virada do Cerrado, com o tema "Cuidando das Águas". A Terceira Virada do Cerrado aconteceu entre os dias 1º e 3 de setembro de 2017 e envolveu comunidades de 29 regiões administrativas do Distrito Federal, mais de 90 organizações articuladas em cerca de 100 ações e mais de 340 atividades socioambientais, educativas, esportivas e culturais. Contou com a participação de aproximadamente 40 mil de pessoas e colaborou com a reflexão e o fortalecimento da gestão democrática e participativa da água.

Outro destaque foi o apoio da SEMA ao Encontro Nacional Formativo de EA para a Gestão da Água de 09 a 12 de Maio de 2017, uma ação oficial preparatória para o 8º Fórum Mundial da Água.

Outra estratégia de formação foi o Curso de Gestão Sustentável da Água e dos Resíduos Sólidos nas Escolas do Distrito Federal – 2ª edição, ofertado pela EAPE (Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação) da Secretaria de Educação do DF, em parceria com ADASA, IBRAM, SLU, CAESB e SEMA, com o objetivo de promover a difusão de conhecimentos técnico-pedagógicos sobre a gestão responsável e compartilhada da água e dos resíduos sólidos nas bacias hidrográficas do Descoberto e do Paranoá, a fim de instrumentalizar o professor para o trabalho dos conteúdos relacionados aos eixos transversais em suas respectivas escolas. Possibilitou-se aos cursistas a vivência de estudos e diálogos que trataram da inserção e engajamento das pessoas na gestão sustentável e participativa das Águas e resíduos passando pelo nível individual, coletivo e institucional, tratando de temas de relevância técnica e política.

2018

Em março de 2018, foi assinado o contrato do Projeto GEF Cidades Sustentáveis para implementação de algumas agendas de sustentabilidade no DF. Na agenda de água foram destinados recursos para a contratação de serviços visando a implantação de Boas Práticas Agrícolas, Inovação e Pesquisas para a Conservação de Água e Solo nas Bacias do Descoberto e Paranoá, bem como para a Recuperação de Nascentes, APPs de Cursos d'água e áreas de recarga de aquíferos degradadas, nessas mesmas bacias. Assim, a partir de julho de 2018 foi iniciada a elaboração dos Termos de Referência para a contratação desses serviços. Tendo em vista a grande complexidade dos TRs, o processo seletivo para a contratação de Boas Práticas, Inovação e Pesquisas só ocorreu em dezembro de 2018. Quanto ao TR de Nascentes, sua elaboração não foi concluída no ano de 2018.

Ainda em 2018, o Distrito Federal/Secretaria de Estado do Meio Ambiente foi selecionada pelo IUC/LAC – Programa Internacional de Cooperação Urbana da União Europeia, América Latina e Caribe, para realizar cooperação técnica com a região da Boêmia do Sul, na República Tcheca, beneficiando ambas as regiões pelo intercâmbio de informações e tecnologia, não estando prevista a transferência de recursos financeiros. Foram eleitos dois grandes temas para o intercâmbio, sendo eles "Água" e "Energias Renováveis (distribuição descentralizada)". No âmbito do tema "ÁGUA", foi desenhado um projeto que engloba o reuso de água, implantação de Sistemas Agroflorestais Mecanizados, pesquisa em Água Estruturada para irrigação e Soluções Baseadas na Natureza e Produção de Alimentos com Denominação de Origem, completando o ciclo donexo água-alimento. De agosto a dezembro/2018, o projeto foi desenhado por meio de reuniões locais e videoconferências com os técnicos da South Bohemia. Estão previstas para 2019 missões de intercâmbio na República Tcheca/Boêmia do Sul e no Brasil/Distrito Federal.

Durante o ano de 2018, a Estação Ecológica de Águas Emendadas foi agraciada com o Escudo de Água e Patrimônio, concedido pelo International Council on Monuments and Sites (ICOMOS-Holanda). Este Escudo é concedido para locais, em todo o mundo, que sejam significativos na conexão entre o tema das paisagens hídricas, a cultura e o patrimônio. Esse Escudo havia sido concedido anteriormente para apenas cinco locais em todo o mundo, sendo a ESECAE/DF o primeiro local no Brasil e América Latina a recebê-lo.

A partir de julho/2018, a SEMA, por meio da área de recursos hídricos, coordenou a elaboração de minuta de decreto para a criação do Programa de Otimização do Uso Prioritário da Água - POUPA DF. Esse Programa visa fundamentalmente promover a redução progressiva do consumo de água das edificações públicas por meio de ações planejadas, gerando e consolidando uma cultura do uso eficiente da água. O Decreto nº 39.514 de 06 de dezembro de 2018 foi publicado em 07/12/2018, sendo a SEMA a responsável pela coordenação geral do Programa, que envolve todos os órgãos do GDF.

Não obstante, a SEMA participou de diversas discussões visando a celebração de Acordo de Cooperação Técnica entre diversas instituições (governo e sociedade civil) para integração de esforços objetivando o desenvolvimento e aplicação de instrumentos e metodologias para orientar e incentivar práticas de uso sustentável dos recursos naturais, visando a proteção da água na bacia do Descoberto, uma vez que o ACT assinado por algumas entidades durante o 8º Fórum Mundial da Água acabou sendo posteriormente tornado sem efeito pela própria ANA. Em dezembro de 2018, foi deliberado que o novo ACT, contendo 20 instituições parceiras, passaria a se chamar "Produtor de Água no Descoberto", prevendo-se sua assinatura para 2019.

No âmbito do Comitê de Bacias dos Afluentes do Rio Paranaíba no DF, a SEMA participou de discussões para pactuação e aprovação de metas para o PROCOMITÉS, programa da Agência Nacional das Águas - ANA, que visa o fortalecimento dos comitês de bacia.

5. Realizar a Conferência Distrital de Meio Ambiente com o tema “Águas de Brasília” (SEMA). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016);

2016

A Conferência de Meio Ambiente do DF vai acontecer somente em novembro de 2017, mas em 2016 já foram dados alguns passos para sua realização. Em dezembro de 2016 durante o lançamento da sede do CIRAT foi realizada uma oficina para colheita das contribuições dos presentes sobre caminhos, temas e formato para a Conferência. Estas contribuições foram formatadas em um relatório que, ainda no primeiro trimestre de 2017, será a base para a construção do texto-base da Conferência.

2017

Entre 09 e 11 de maio de 2017, a SEMA-DF apoiou a realização do V Encontro Formativo Nacional de Educação Ambiental para Gestão das Águas em Brasília como um evento oficial preparatório para o 8º Fórum Mundial da Água. Outros eventos preparatórios para o 8º Fórum Mundial da Água realizados pela SEMA foram as 06 (seis) pré-conferências nas bacias hidrográficas do DF e a posterior realização da Conferência de Meio Ambiente do DF (CDMA), nos dias 25 e 26 de novembro de 2017. Foram seis etapas prévias de 1 dia cada, abrangendo todas as Regiões Administrativas do DF. Em 25 e 26 de novembro, houve a Conferência Distrital com a participação dos delegados eleitos. Os eixos temáticos trabalhados foram seis: Gestão Territorial e Gestão Hídrica, Uso Econômico da Água, Educação Ambiental, Cidadania e Participação, Biodiversidade e Cerrado, Clima, Resíduos sólidos, Saneamento e Saúde. Para a realização do processo da Conferência, foi firmado um Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto Federal de Brasília- IFB, que cedeu seu campus para a realização das seis pré-Conferências, e foram firmadas parcerias com a Frente Nacional de Prefeitos, que elaborou todas as artes gráficas, e com a Secretaria de Educação do DF, que cedeu a sede da EAPE para realização do evento final. Como resultado final da Conferência, foram elaboradas e ranqueadas 60 Diretrizes Prioritárias para orientar as Políticas de Água (10 por eixo temático) e foram lidas e aprovadas pela plenária final 13 moções, que já foram encaminhadas e endereçadas aos órgãos pertinentes. O número total de participantes foi de 989 (novecentos e oitenta e nove) pessoas. Um terceiro evento preparatório em 2017 seria o Seminário Águas pela Paz, que estava previsto para acontecer em outubro de 2017, mas o Comitê Deliberativo do Seminário, do qual a SEMA-DF faz parte, decidiu por postergar o evento para os dias 11 e 12 de janeiro de 2018, para finalizar alguns processos de captação de recursos.

No segundo semestre de 2017, ocorreu a realização das 5 pré-conferências regionais de meio ambiente e da Conferência Distrital de Meio Ambiente, que teve como tema “Cuidando das Águas”. Os resultados das pré-conferências foram consolidados em 05 linhas temáticas para a elaboração do caderno de propostas que foi a base para a realização da Conferência final. As propostas que foram construídas nas 5 pré-conferências foram votadas pelos delegados eleitos durante a Conferência Distrital de Meio Ambiente, que aconteceu nos dias 25 e 26 de Novembro de 2017.

Três projetos de pesquisa foram apoiados pela SEMA nesse ano de 2017. O primeiro versa sobre a realização de pesquisa sobre a contaminação de mananciais do DF (Descoberto, Corumbá 04 e Preto) por agrotóxicos no âmbito do edital FAP-DF sobre água. O segundo trata da utilização de água em unidades de saúde, tendo como perspectiva um uso mais eficiente da água, buscando entender como está a qualidade do efluente lançado pelas unidades de saúde. O terceiro diz respeito à educação ambiental para a água e conservação das áreas ripárias no âmbito de escolas do DF. Os três projetos de pesquisa supracitados foram viabilizados com recurso de edital da Fundação de Amparo à Pesquisa do DF (FAP-DF), sem necessidade de investimentos pela SEMA-DF. Nos dias 06 e 07 de dezembro de 2017, a SEMA apoiou a realização do 2º Encontro de Pesquisadores e Parceiros do Centro Internacional de Água e Transdisciplinaridade – CIRAT. Uma parte dos recursos foi investida no apoio à realização do encontro de pesquisadores.

2018

A Conferência ocorreu em 2017. Nos dias 11 e 12 de Janeiro de 2018 aconteceu o “2º Seminário Internacional de Água e Transdisciplinaridade: Águas pela Paz” onde a SEMA-DF foi uma das instituições realizadoras. Foram mais de mil pessoas participando nos dois dias do evento que contou com a participação de palestrantes de diversos países abordando as múltiplas facetas de gestão compartilhada e da cooperação para o tema da água. O evento aconteceu no Museu da República com informações no website do evento www.aguaspelapaz.eco.br.

Outro destaque foi a realização do 8º Fórum Mundial da Água que aconteceu de 18 a 23 de março de 2018, com a participação de 120 mil pessoas, sendo a maior edição do Fórum de todo o mundo.

6. Realizar 15 reuniões de articulações com instituições distritais e federais, visando promover a redução da erosão dos solos e do assoreamento de mananciais no meio rural, contribuindo com o sistema de monitoramento de investimento governamental (EMATER);

2016

Os espaços abertos nessas reuniões são para tratativas do Plano de Manejo de Água e Solo, iniciado na Bacia do Rodeador que fica na Área de Proteção Ambiental - APA do Descoberto, tendo a participação de instituições distritais que fazem parte do Projeto Descoberto-Coberto.

2017

Em função da crise hídrica, os espaços abertos nas reuniões foram concentrados na elaboração do projeto executivo de revitalização do sistema coletivo de distribuição de água – Canal Rodeador. Além disso, foi realizado um censo dos irrigantes do Rodeador com vistas à implantação do Plano de Qualificação da Agricultura (Irrigação).

2018

No ano de 2018 foram realizadas atividades de mobilização e sensibilização dos produtores rurais visando a implantação de políticas públicas ambientais, tais como, Aliança pelo Descoberto, elaboração de Projetos Individuais da Propriedade - PIPs, participação no Comitê de Bacias do Afluente do Paranaíba, dentre outros.

7. Elaborar 400 pedidos de outorga de água para os pequenos e médios produtores rurais (EMATER).

2016

Através de três mutirões de pedidos de outorga foram elaborados na Bacia do Descoberto, os 55 pedidos.

2017

Não foram realizados mutirões em função da suspensão de emissão de outorga como medida do enfrentamento à crise hídrica.

2018

Devido ao ocorrido no ano de 2017 (crise hídrica), não está sendo emitida a outorga do direito de uso de recursos hídricos na Bacia do Descoberto.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1630	AÇÕES PARA ENQUADRAMENTO DOS CORPOS HÍDRICOS SUPERFICIAIS	UNIDADE			2	3	3	0	4	2	5	SEMA / UO 21101 / OE 2
1631	AÇÕES IMPLEMENTADAS NO PROJETO "CULTIVANDO ÁGUA BOA"	UNIDADE	0	31/12/2016	1	2	2	0	3	0	3	SEMA/ UO 21101 / OE 2

Justificativas 2016

Indicador 1630 - Aprovação de três resoluções: 01, 02 e 03 pelo CRH em 2016.

Indicador 1631 - Atividades: Aliança do Descoberto e Microbacia do Guararoba.

Justificativas 2017

Indicador 1630 - Em virtude da crise hídrica, os esforços da SEMA e do Conselho de Recursos Hídricos foram direcionados, no exercício de 2017, para a resolução do problema.

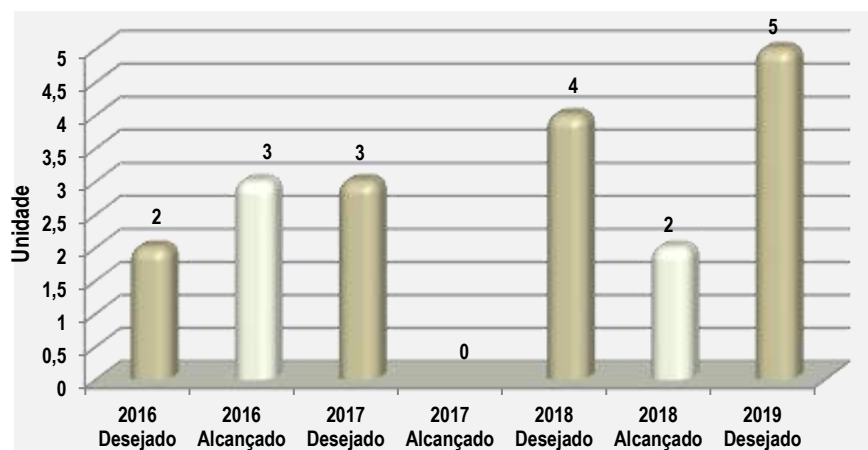
Indicador 1631 - Em virtude da crise hídrica, os esforços da SEMA e do Conselho de Recursos Hídricos foram direcionados, no exercício de 2017, para a resolução do problema.

Justificativas 2018

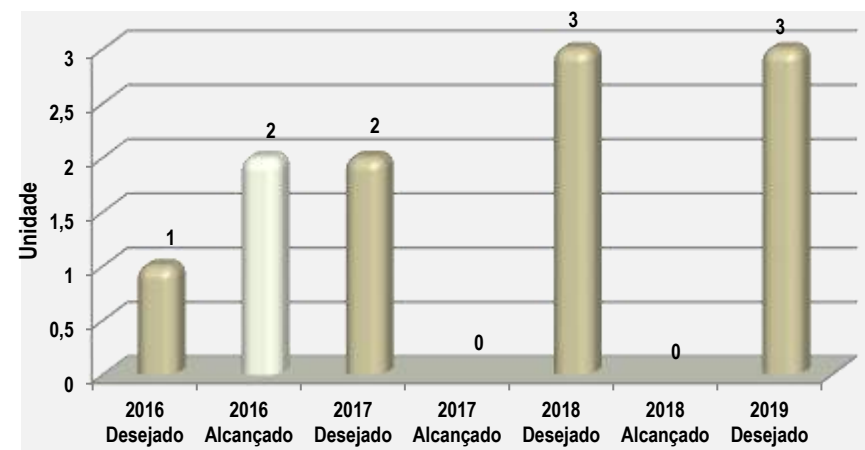
Indicador 1630 - No ano de 2016 foram aprovadas as resoluções 01,02 e 03 CRH DF 2016 referentes ao tema. No ano de 2017 em virtude da crise hídrica, os esforços da SEMA e do CRH DF foram direcionados para a resolução desse problema. No ano de 2018 foi retomado o Grupo de Trabalho previsto na Resolução nº 02 de 2014 do CRH DF, responsável pelo acompanhamento das atividades de enquadramento, tendo sido publicada, no dia 7/12/2018, a Resolução nº 03/2018 do CRH DF, que alterou o prazo de algumas atividades prevista

Indicador 1631 - No ano de 2018, em decorrência de atraso na contratação de instituição para a realização dos "Serviços técnicos especializados para apoiar a implantação de boas práticas agrícolas, desenvolver pesquisas e inovações que colaborem para uma melhor gestão, entendimento e intervenção nas bacias do Descoberto e do Lago Paranoá" no âmbito do Projeto GEF, onde estão previstas oficinas de Cultivando Água Boa, nenhum resultado foi alcançado nesse ano, contudo a contratação ocorreu em 08/01/2019.

AÇÕES PARA ENQUADRAMENTO DOS CORPOS HÍDRICOS SUPERFICIAIS



AÇÕES IMPLEMENTADAS NO PROJETO "CULTIVANDO ÁGUA BOA"



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6210	2	1	Editar Resolução do Conselho de Recursos Hídricos – CRH com metas intermediárias de enquadramento de recursos hídricos para o Distrito Federal (SEMA);	21101	70	<p>2016 Foi criado um GT no âmbito da Câmara Técnica de Assessoramento ao Conselho de Recursos Hídricos, para discutir o assunto dentre outros. No entanto, ainda está sendo aguardado o Plano da Bacia do Rio Paranaíba, para que então o GT possa iniciar a definição de Metas Intermediária de enquadramento de recursos hídricos do DF.</p> <p>2017 RESOLUÇÃO CRH/DF Nº 02, DE 30 DE MAIO DE 2017. (DODF Nº 103, quarta-feira, 31 de maio de 2017). Aprova a criação do Grupo de Trabalho para realizar estudo preliminar das Normas Gerais de Outorgas e consolidar proposta para apresentar a Câmara Técnica Permanente de Assessoramento- CTPA do CRH.</p> <p>2018 O relatório do GT instituído para realização de estudo preliminar de Normas Gerais de Outorga está em fase final de elaboração, para apresentação à CTPA e posterior aprovação do CRH - DF. Foram retomados os trabalhos do GT para acompanhamento das atividades de enquadramento. Para isso, foi aprovada e publicada a Resolução nº 3/2018 de 05 de dezembro de 2018, que prorroga os prazos instituídos no artigo 4º da Resolução CRH-DF nº 02/2014</p>
6210	2	2	Elaborar três planos de Bacias Hidrográficas (ADASA) (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 5.787/2016)	21206	x	
6210	2	3	Criar a primeira base hidrográfica para todo o DF (SEMA);	21101	100	<p>2016 Base hidrográfica para o DF criada e mapa impresso e disponibilizado em meio digital para a comunidade em dezembro de 2016.</p> <p>2017 Meta já atingida.</p> <p>2018 Meta já atingida.</p>
6210	2	4	Implementar modelo de governança do projeto “Cultivando Água Boa” para conservação e recuperação de áreas estratégicas de água do DF (SEMA);	21101	38	<p>2016 Comitê Gestor do Cultivando Água Boa implementado na bacia do Paranoá. Na bacia do Descoberto foi lançada a Aliança pelo Descoberto que congrega todos os principais atores da região, realizado curso de capacitação de 40 operadores de máquinas e realizadas 03 oficinas do Futuro com a comunidade do Guarairoba.</p> <p>2017 Em 2017, apesar dos desafios advindos da crise hídrica, foi construída, durante 04 reuniões no segundo semestre de 2017, a minuta do Acordo de Cooperação Técnica da Aliança pelo Descoberto e todo o alinhamento entre as áreas jurídicas das 20 instituições signatárias do Acordo. A data definida, no final do ano de 2017, para a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica foi durante a realização do 8 Fórum Mundial da Água em 2018. Com o início da crise hídrica, atores estratégicos para a agenda de água como ADASA, EMATAER, SEAGRI, CAESB e SEMA focalizaram esforços na implementação do Plano de Enfrentamento da Crise Hídrica sob a coordenação da Casa Civil. O foco do Plano está em ações de curto prazo como revestimentos de canais, modernização dos sistemas de irrigação e fiscalização das captações de água na área rural da bacia</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						do Descoberto. Vale destacar também que o recurso do GEF-Cidades Sustentáveis (6,5 milhões de dólares) captado pela SEMA-DF para trabalho com a agenda de recuperação de bacias no Descoberto e Paranoá estava previsto para chegar no início de 2017, porém foi postergado para o início de 2018, o que acarretou atraso na implementação de ações de campo naqueles territórios. Não foi possível o cumprimento da meta referente às ações de enquadramento dos corpos hídricos. Juntamente com o cumprimento do Indicador tema Água – “Ações implementadas no Projeto Cultivando Água Boa” –, para o Ano 02 (2017) estavam previstas a implementação de duas ações do projeto Cultivando Água Boa. 2018 No ano de 2018, em decorrência de atraso na contratação de instituição para a realização dos "Serviços técnicos especializados para apoiar a implantação de boas práticas agrícolas, desenvolver pesquisas e inovações que colaborem para uma melhor gestão, entendimento e intervenção nas bacias do Descoberto e do Lago Paranoá" no âmbito do Projeto GEF, onde estão previstas oficinas de Cultivando Água Boa, nenhum resultado foi alcançado, estando a contratação prevista para o início de 2019, quando as metas respectivas a esse ano devem ser superadas
6210	2	5	Criar sistema de monitoramento de investimento governamental para a agenda de água (SEMA); (Ação excluída, conforme Decreto nº 39.461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019);	21101	X	2016 Solicitada a retirada desta ação orçamentária na revisão do PPA de 2016 2017 Solicitou-se a retirada desta ação orçamentária na revisão do PPA.
6210	2	6	Elaborar Mapa do Caminho das Águas (SEMA);	21101	100	2016 Mapa do Caminho das Águas elaborado e apresentado no Conselho de Recursos Hídricos 2017 Mapa já elaborado em 2016. 2018 Mapa já elaborado em 2018
6210	2	7	Controle de processos erosivos em áreas destinadas à produção agropecuária (EMATER);	14203	80	2016 O Plano de Manejo de Água e Solo iniciou suas atividades de intervenção preservacionista na Bacia do Rio Descoberto. 2017 Ações Continuadas do Plano de Manejo de Água e Solo nas Bacias Hidrográficas do Alto Descoberto e Alto Jardim, com os seguintes resultados: 1) 107 hectares de terraceamento; 2) 25,4 Km de terraplanagem; 3) Construção de 180 Bacias de Retenção; 4) Limpeza de 53 Bacias de Retenção; 5) Construção de 116 Ondulações Transversais. Sendo que os itens de 2 a 5 estão contemplados dentro de Adequação técnica e ambiental de estradas rurais. 2018 Na Bacia do Descoberto foram adequados 3,2 km de estradas rurais, construídas 20 bacias de retenção, revestimento de 22 reservatórios de água, recuperação de 08 nascentes, elaboração de 22 PIP's (Projeto Individual de Propriedade) em imóveis rurais nas Bacias do Capão da Onça e Barrocão/Bucanhão e plantio por semeadura direta em 29,5 ha na REBIO do Lago Descoberto.
6210	2	8	Adoção da bacia hidrográfica como unidade referência para o planejamento das ações preservacionistas de forma integrada e articulada com instituições Distritais e Federais (EMATER);	14203	100	2016 O Plano de Manejo de água e solo adotou a bacia hidrográfica como unidade de referência para o planejamento das ações preservacionistas. 2017 Foram estabelecidas tratativas interinstitucionais para implantação do Programa Produtor de Água na Bacia do Alto Rio Descoberto, culminando na criação do projeto Aliança do Cerrado.

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						2018 Meta atingida no ano de 2017, porém foi definido que será implantado o Programa Produtor de Água em 2019.
6210	2	9	Orientação quanto à qualidade e ao uso racional dos recursos hídricos (EMATER);	14203	100	2016 Capacitação dos produtores rurais em manejo de irrigação com o uso do densímetro. 2017 Capacitação dos produtores rurais em manejo de irrigação com o uso do densímetro, por meio de cursos e oficinas com foco na Bacia do Alto Descoberto. 2018 Visitas específicas nas propriedades rurais e realização de cursos e encontros técnicos junto aos beneficiários.
6210	2	10	Incentivo à utilização de sistemas de irrigação poupadores de água e energia (EMATER);	14203	80	2016 Através da assistência técnica e extensão rural é estimulado o uso do sistema de irrigação por gotejamento. Em fase de implantação de projetos com sistemas poupadores de água, convênio com o MAPA. 2017 Estimular o uso do sistema de irrigação por gotejamento, por meio de cursos e oficinas em diversos eventos promovidos pela Emater, tais como: festa do morango em Brazlândia e no encontro dos produtores de folhosas em Vargem Bonita. 2018 Realização de cursos de Manejo de Irrigação, além das visitas técnicas individuais aos irrigantes.
6210	2	11	Incentivo à utilização de tecnologias que otimizem o uso de água em sistema de irrigação e outros usos da agropecuária (EMATER);	14203	80	2016 Através da assistência técnica e extensão rural é estimulado o uso de lona plástica em tanques de irrigação e em piscicultura. 2017 Capacitação dos produtores rurais em manejo de irrigação com o uso do tensiômetro, por meio de cursos, oficinas com foco na Bacia do Alto Descoberto. Incentivar ao uso de lona plástica em tanques de irrigação e em piscicultura. 2018 Realização de cursos de manejo e irrigação.
6210	2	12	Identificação de canais de irrigação a seres revitalizados (EMATER).	14203	100	2016 Identificado 5 canais de irrigação: Olaria, Vargem Bonita, Tabatinga, Recanto da Conquista e Santos Dumont (alguns trechos). 2017 Foi identificada a necessidade de recuperar 213 km de diversos canais. Foram implantadas, por meio de ação conjunta Seagri, Emater e Adasa, a revitalização (tubulação) de canais de irrigação nos Córregos Guariroba, Capão Comprido e Índio. 2018 Em parceria com a SEAGRI e a CAESB, a EMATER-DF contribuiu na revitalização dos canais de irrigação: Guariroba, Cristal, Rodeador, Índio e Santos Dumont. Vale destacar que no Canal do Santos Dumont foram revitalizados 6,6 Km em ramais secundários.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

2016/2018

SEMA

De um modo geral esse objetivo vem avançando, com ações normativas, bem como, com ações de mobilização da sociedade.

.Em 2017, apesar dos desafios advindos da crise hídrica, foi construída, durante 04 reuniões no segundo semestre de 2017, a minuta do Acordo de Cooperação Técnica da Aliança pelo Descoberto e todo o alinhamento entre as áreas jurídicas das 20 instituições signatárias do Acordo.

O Acordo de Cooperação Técnica será assinado durante a realização do 8º Fórum Mundial da Água em 2018.

No ano de 2018, em decorrência de atraso na contratação de instituição para a realização, entre outras ações, de oficinas de Cultivando Água Boa, nenhum resultado foi alcançado, e a contratação está prevista para o início de 2019.

Em 2018, foram realizadas novas reuniões no intuito de assinatura do Acordo de Cooperação Técnica da Aliança pelo Descoberto, uma vez que o ACT assinado por algumas entidades durante o 8º Fórum Mundial da Água acabou sendo posteriormente tornado sem efeito pela própria ANA. Em dezembro de 2018, foi deliberado que o ACT passaria a se chamar Produtor de Água no Descoberto, prevendo sua assinatura para 2019.

O relatório do Grupo de trabalho criado por meio da Resolução CRH/DF nº 02, de 30 de maio de 2017 para realização de estudo preliminar de Normas gerais de Outorga está em fase final de elaboração, para apresentação à CTPA e posterior aprovação do CRH - DF. Outra ação importante ocorreu com relação ao enquadramento dos corpos d'água do DF, tendo sido retomado os trabalhos do GT, interinstitucional e coordenado pela SEMA, para acompanhamento das atividades de enquadramento. Como fruto desse trabalho foi aprovada e publicada a Resolução nº 3/2018 de 05 de dezembro de 2018, que prorroga os prazos instituídos no artigo 4º da Resolução CRH-DF nº 02/2014 e dá outras providências.

ADASA

O 8º Fórum Mundial da Água contribuirá muito para o alcance do Objetivo Específico "Capital das Águas", especialmente no que diz respeito ao cuidado com a água, pois será um evento que reunirá pessoas de diversas partes do Brasil e do mundo, em que serão compartilhadas maneiras diversas de se ter um uso consciente desse bem natural tão precioso. Serão também apresentadas experiências de sucesso de reaproveitamento da água e realizadas várias palestras conscientizadoras e instrutivas, voltadas para os cuidados que se deve ter com a água. Nesse intuito, em 2017, foram selecionados projetos que serão apresentados no evento com o objetivo de sensibilizar as pessoas para o uso consciente dos recursos hídricos e representarão um verdadeiro legado para a cidade de Brasília: Projetos Produtor de Água na Bacia do Ribeirão Pípiripau, ADASA na Escola, Águas Emendadas, Escola Sustentável e Sala de Leitura.

2018

Realizado na cidade de Brasília entre os dias 17 e 23 de março de 2018, o 8º Fórum Mundial da Água, foi a maior edição da história dos Fóruns, trazendo a água para o centro tanto da agenda política como da agenda social.

O 8º Fórum Mundial da Água contribuiu muito para o alcance do Objetivo Específico "Capital das Águas", especialmente no que diz respeito ao cuidado com a água, pois foi um evento que reuniu pessoas de diversas partes do Brasil e do mundo, em que foram compartilhadas maneiras diversas de se ter um uso consciente desse bem natural tão precioso. Também foram apresentadas experiências de sucesso de reaproveitamento da água e realizadas várias palestras conscientizadoras e instrutivas, voltadas para os cuidados que se deve ter com a água. Nesse intuito, em 2017, foram selecionados projetos para serem apresentados no evento com o objetivo de sensibilizar as pessoas para o uso consciente dos recursos hídricos, representando um verdadeiro legado para a cidade de Brasília, como, por exemplo: Projetos Produtor de Água na Bacia do Ribeirão Pípiripau, Adasa na Escola, Águas Emendadas, Escola Sustentável e Sala de Leitura.

EMATER

A EMATER tem papel fundamental na consolidação do desenvolvimento sustentável, como processo da extensão rural, no fator de mudanças, em ações da ética socioambiental. A Gestão Ambiental contribui na transformação do cenário atual e na mudança comportamental, com tomada de decisão e o desenvolvimento de mecanismos, a fim de garantir a sustentabilidade nos processos produtivos e, sobretudo, na consciência ambiental.

A Gestão Ambiental é uma das diretrizes operacionais que a EMATER vem desenvolvendo para adequar as propriedades rurais, conforme a legislação ambiental vigente. Tem como objetivo: minimizar os impactos ambientais produzidos nos processos de produção de bens e serviços das propriedades rurais no Distrito Federal.

Propiciar às gerações futuras um ambiente que lhes garanta qualidade de vida e perspectiva de futuro é o ponto de partida para as transformações que deixarão um ambiente mais equilibrado e harmonioso a todos. Nesse contexto, a EMATER atua em comissões, conselhos, comitês ambientais e grupos de trabalho.

Dentre esses, destacam-se as ações no Programa Produtor de Água, iniciativa da Agência Nacional de Águas - ANA, cujo objetivo é estimular a política de pagamento por serviços ambientais voltados à proteção hídrica no Brasil. No Distrito Federal, o programa foi implantado na bacia do Ribeirão do Pípiripau e recebeu o nome de Projeto Produtor de Água no Pípiripau. Desde o início do Projeto até o ano de 2016, na modalidade Conservação de Solo, foram realizadas 1005 ondulações transversais, construção e/ou manutenção de 545 bacias de retenção, readequação de 315 km de estradas e recuperação e/ou construção de 1200 ha de terraceamento. Na modalidade Restauração e Conservação de Área de Preservação Permanente e/ou Vegetação Nativa, no ciclo 2012/2016, houve o plantio de 323.500 mudas. A modalidade Conservação de Remanescentes de Vegetação Nativa se detém na manutenção da vegetação existente. Destaca-se a implantação de 12 km de cercas para proteção de áreas destinadas a conservação e/ou restauração, especialmente em propriedades com criação de animais.

A EMATER também integra as ações do Projeto Descoberto Coberto, realizado na bacia hidrográfica do rio Descoberto, principal manancial de água do DF. O Projeto é desenvolvido por meio da adesão voluntária dos produtores rurais da região, com o apoio governamental, em busca da reversão do desmatamento, dos processos erosivos e da sedimentação do Lago do Descoberto. Entre 2009 e 2013, foi realizada a revegetação com espécies nativas do cerrado, totalizando 163.102 mudas distribuídas em 36 propriedades na orla do Lago do Descoberto e em 60 propriedades nas áreas contribuintes do Lago. Em 2014, essas propriedades foram orientadas quanto ao manejo das áreas recuperadas e entre, 2015-2016, houve ações de educação ambiental para sensibilizar os moradores da região quanto à importância hídrica do rio Descoberto. Cabe destacar ainda em 2015 a assinatura do acordo do Governo do Distrito Federal com o Projeto Cultivando Água Boa de Itaipu Binacional, bem como o lançamento do Plano de Manejo e Conservação de Água e Solo, ambos estão em fase de implementação na bacia hidrográfica do rio Descoberto.

O Plano de Manejo e Conservação da Água e do Solo em Áreas de Produção Rural no Distrito Federal busca promover a adoção de boas práticas voltadas para adequação ambiental da infraestrutura e da produção rural, pois propõe a construção de uma política pública estruturante, envolvendo o setor rural e as diversas organizações de apoio, com responsabilidade compartilhada, visando à sustentabilidade das atividades agrossilvopastoris no DF e como consequência, a melhoria da qualidade de vida da população. Ele é dividido em quatro programas que são Água, Solos, Regularização Ambiental e Ações Transversais. Tem como base a do planejamento da unidade hidrográfica do DF, e, iniciados os trabalhos de conservação de solo em imóveis rurais, reparo e manutenção de estradas rurais na bacia do Rodeador em Brazlândia. Nesse contexto, em 2016 houve a construção de 14 bacias de retenção, implantação e manutenção de 41,09 hectares de terraços, adequação de 1,1 km de estradas rurais e realização de um curso de treinamento para operadores referente à adequação de estradas rurais. Houve ainda, a realização de 5 campanhas de outorga em conjunto com a ADASA. A bacia do Rodeador foi região prioritária para preenchimento do Cadastro Ambiental Rural - CAR e foram realizadas 2 oficinas com a comunidade Guariroba, para discussão da realidade local.

Além da construção do Plano, a EMATER, em parceria com a SEAGRI e CAESB, contribuiu na revitalização de 5 canais de irrigação: Olaria, Vargem Bonita, Tabatinga, Recanto da Conquista e Santos Dumont (alguns trechos).

Foram realizados diversos cursos, oficinas, palestras, dia de campo, entre outros, para capacitar e sensibilizar os produtores com metodologias que são eficazes e reduzem a perda ou a quantidade de água utilizada na irrigação. Metodologias utilizadas: manejo de irrigação com o uso de tensiômetro, irrigação por gotejamento, tanques lonados, revitalização (tubulação) de canais de irrigação.

Estudo ambiental para se conseguir a Autorização do Órgão Ambiental do DF para revitalização dos canais de irrigação tem contribuído para minimizar perdas de água ao longo dos canais. A capacitação em manejo de irrigação com o uso de tensiômetros tem reduzido o gasto de água em irrigação em até 40%. A utilização de lona plástica em tanques de irrigação e em piscicultura reduz significativamente a perda de água por infiltração no solo.

2018

A Gestão ambiental é uma das diretrizes de ATER que a EMATER-DF vem desenvolvendo para adequar as propriedades rurais conforme a legislação ambiental vigente. Estudo ambiental para conseguir a Autorização do Órgão Ambiental do DF para revitalização dos canais de irrigação tem contribuído para minimizar perdas de água ao longo dos canais. Salienta-se que a capacitação em manejo de irrigação com o uso de tensiômetros tem reduzido o gasto de água em irrigação em até 40%. A utilização de lona plástica em tanques de irrigação e em piscicultura reduz significativamente a perda de água por infiltração no solo.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

003 – ENERGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS: Garantir o fornecimento de energia elétrica, a eficiência energética e diversificação da matriz, bem como adaptar e mitigar as mudanças climáticas.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

21.101 – SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	3	1	Elaborar e implantar plano de eficiência energética; (SINESP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	28	198,79	111,97		112,0
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	3	2	Formulação do Decreto de Criação do Programa Brasília Solar para a elaboração da política de energia solar do Distrito Federal; (SEMA) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100		100,0
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	3	3	Implantar o Programa Brasília Solar; (SEMA) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	50	60	60		60,0
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	3	4	Expandir, revitalizar e modernizar as redes de distribuição de energia elétrica; (CEB)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	37,8	53,8	68,5		68,5
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	3	5	Fortalecer a gestão de riscos climáticos; (SEMA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	30	40	50		50,0
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	3	6	Implantar quatro projetos ambientais em energia solar e eficiência energética no período 2016 a 2019; (SEMA)	4	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0		0,0
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	3	7	Fortalecer a gestão das mudanças climáticas (riscos e opções de enfrentamento) com a elaboração da regulamentação da Lei de Clima do DF e a Integração dos parâmetros de clima nas políticas públicas distritais, planos, programas e projetos; (SEMA) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	20	30	30		30,0
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE	3	8	Priorizar ações nos 50 circuitos elétricos com pior índice de continuidade em relação ao índice global da CEB(CEB). (Meta alterada, conforme Lei de	50	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	50	-		0,0

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
	SÓCIOAMBIENTAL			Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)									
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	3	9	Suprir todo o parque de iluminação pública do Distrito Federal com tecnologia de LED e instalar novos pontos luminosos em todas as áreas ainda não atingidas (CEB). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	-	*		0,0
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	3	10	Implantar o terceiro Posto de Gás Natural Veicular (GNV) e negociar a instalação de Kits de GNV nos táxis do DF; (CEB GÁS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0		0,0
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	3	11	Expandir a distribuição do gás natural canalizado no Distrito Federal. (CEB GÁS)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0		0,0
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	3	12	Elaboração e implantação de plano de eficiência energética no Metrô (METRÔ) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17) e excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	0	X	X	X

Análise Qualitativa

1. Elaborar e implantar plano de eficiência energética (SINESP);

2016

A CEB Distribuição S.A. concessionária de energia elétrica possui um Programa de Eficiência Energética – PEE que é executado anualmente. Este Programa determina a aplicação anual do valor equivalente a 0,5 % (meio por cento) de sua Receita Operacional Líquida (ROL) anual para o incremento da eficiência energética no uso final de energia elétrica, através de projetos executados em instalações de consumidores.

A aplicação dos recursos é definida pelas Resoluções e Manuais da ANEEL. Dentre as possibilidades de aplicação existem os projetos cooperados que podem ser executados com os diversos segmentos do DF e que visam difundir o conceito de eficiência energética e desenvolvimento sustentável, promovendo a mudança de hábitos de consumo de energia elétrica, além da substituição de equipamentos ineficientes.

2017

O Programa de Eficiência Energética determina a aplicação anual do valor equivalente a 0,4 % da ROL, em projetos executados em instalações de consumidores. Além, da aplicação de 0,1% da ROL ao PROCEL o qual é responsável pelo desenvolvimento de projetos voltados a racionalização da energia dos consumidores de energia elétrica.

Neste ano foi finalizada a implementação dos projetos selecionados na chamada pública de PEE de 2015. As ações previstas foram:

Eficientização das Instalações do Garvey Park Hotel no valor de R\$ 860.889,96 que compreende as seguintes ações: Substituição de toda a iluminação das áreas comuns do hotel por Lâmpadas LED; Instalação de um sistema de aquecimento solar da água de banho com 36 placas com 60 tubos de vácuo cada; Instalação de 30,6 kWp de geração fotovoltaica.

Eficientização das Instalações do UniCEUB Campus Asa Norte no valor de R\$ 1.010.305,41 que compreende as seguintes ações: Substituição de toda a iluminação do campus por Lâmpadas LED; Substituição de 10 chuveiros elétricos existentes por um sistema de aquecimento solar com duas placas com 60 tubos de vácuo cada; Instalação de 40,8 kWp de geração fotovoltaica.

Em ambos os projetos no ano de 2017 foram realizadas as substituições dos equipamentos de iluminação, que correspondia à última ação de eficiência energética prevista. Os projetos foram finalizados e todas as ações previstas foram implementadas. Os valores efetivamente investidos ficaram abaixo do valor previsto devido à redução dos preços de alguns itens e aumento da contrapartida dos clientes contemplados. O valor efetivamente investido com recursos do PEE no projeto do Garvey Park Hotel foi de R\$ 814.314,48 e a contrapartida do consumidor foi de R\$ 52.715,60. Já o valor efetivamente investido com recursos do PEE no projeto do UniCEUB foi de R\$ 893.934,08 e a contrapartida do consumidor foi de R\$ 161.767,28.

Em 2016 foram publicadas as licitações para contratação do projeto de eficiência do edifício da ANEEL. Este projeto será o primeiro projeto de eficiência na tipologia Poder Público realizado por Contrato de Desempenho, ou seja, os recursos investidos pela CEB-D serão devolvidos pela ANEEL ao final do projeto, no prazo limitado pela vida útil das ações de eficiência. A licitação para a substituição da iluminação e ar condicionado terminou fracassada e houve modificações no projeto, e a nova licitação será realizada em 2018 somente para substituição do ar condicionado já que a substituição da iluminação será contratada pela ANEEL.

2018

Nesse ano foram executados os projetos provenientes das Chamadas Públicas de Eficiência Energética de 2016 e 2017, de parte do Projeto Piloto com a ANEEL e o Projeto Prioritário de EE com a UnB.

Dos projetos selecionados na Chamada Pública de 2016 oito projetos tiveram parte de sua execução em 2018 sendo (AGU, Parque Cidade, Victoria Office, Casa Thomas Jefferson Asa Norte, Casa Thomas Jefferson Asa Sul, Lake Side, Metropolitan Flat e Seconci-DF).

Dos projetos selecionados na Chamada Pública de 2017 nove projetos iniciaram sua execução em 2018 sendo (COOPA, Casa Thomas Jefferson Lago Sul, Iate Clube de Brasília, UDF, Colégio La Salle Águas Claras, SENAC, Imprensa Nacional, SERPRO Regional e SERPRO Sede), outros três projetos dessa chamada (Fiocruz, IFB Planaltina e Sinesp) ao final de 2018 encontram-se em fase de assinatura de contrato.

De forma geral os projetos selecionados nas Chamadas Públicas de Eficiência Energética, contemplam a substituição dos equipamentos de iluminação e ar condicionado, com a instalação de sistemas de aquecimento de água, além da instalação de plantas fotovoltaicas em alguns casos. Todos os projetos preveem a realização de campanhas de treinamento com marketing, além do descarte ecológico dos equipamentos substituídos.

Nesse ano foi concluída a instalação da usina fotovoltaica com potência de 501,34 KWp referente ao projeto piloto do prédio da ANEEL, no valor de R\$ 1.890.000,00. A eficiência da iluminação e do sistema de ar-condicionado não foi executada devido a alterações no projeto proposto pela ANEEL. Essas ações serão desenvolvidas a partir de 2019.

A CEB D, após realização de uma Chamada Pública, selecionou a Universidade de Brasília (UnB), que apresentou a proposta “Geração Distribuída no Campus da Universidade de Brasília Integrada a Rede de Distribuição da CEB” com valor da proposta de PEE de R\$ 2.263.252,57. A execução do projeto foi iniciada em 2018 e até dezembro de 2018 foram investidos R\$ 163.574,41 com treinamentos e aquisição de equipamentos.

2. Formulação do Decreto de Criação do Programa Brasília Solar para a elaboração da política de energia solar do Distrito Federal (SEMA). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016);

2016

Atividade: Formulação Decreto Nº 37717 DE 19/10/2016. Meta atingida em 2016. Principais resultados: Publicado no DOE em 20 outubro de 2016 o Decreto Nº 37717 DE 19/10/2016 que Cria o programa de estímulo ao uso de Energia Solar Fotovoltaica no Distrito Federal - Programa Brasília Solar, e dá outras providências.

2017

Em 2017, para o alcance dessas ações, procedeu-se à continuidade quanto à elaboração do projeto, participação em negociação e captação junto ao Projeto Cidades Sustentáveis (MCTIC-PNUMA-GEF) de recursos para a implantação de projetos solares em 2018. Do mesmo modo, foi negociada e captada a doação de 240 placas solares fotovoltaicas junto ao MME-PRODEEM, ou 14 toneladas de equipamentos recebidos em doação, para início de solarização do Zoológico de Brasília em 2018. Objetivando a disseminação e ampliação de iniciativas solares, foi realizado o engajamento de atores do setor público e privado ao GT Brasília Solar, realizando uma reunião ampliada em meados de 2017 com atores do setor da energia solar fotovoltaica. Do mesmo modo, foram realizadas reuniões bilaterais entre a SEMA e a Secretaria da Educação para a celebração de acordo de cooperação para a implantação de projetos solares junto a edifícios escolares. Os Projetos de Energia Solar ainda não foram implantados. O processo para elaboração dos Projetos Executivos foi encaminhado à NOVACAP em agosto de 2017 para aproveitamento de instrumento contratual daquela Unidade, mas não foi possível a contratação em tempo hábil. Essa ação está reprogramada para 2018.

2018

Participação da SEMA em eventos de sensibilização e disseminação de informação sobre o Programa Brasília Solar e participação, junto à UNB no evento Escola interacional de Energia Solar durante o mês de agosto de 2018

3. Implantar o Programa Brasília Solar (SEMA);

2016

Atividade: Governança/ Consulta Pública/ Minuta Programa Brasília Solar. Período: Janeiro a fevereiro/ 2016. Alvo: Público em geral. Principais resultados: 40 contribuições + 1.000 downloads da Minuta disponibilizada no site da SEMA. Boa inserção na mídia (escrita e radiodifusão). Sistematização das contribuições.

Atividade: Governança/ Reunião GT Brasília Solar. Período: Março e Julho. Alvo: Atores engajados no GT Brasília Solar. Principais resultados: Apresentados os resultados da consulta pública sobre o Programa Brasília Solar. Reunião realizada para apresentação de propostas de trabalho ou de comunicação de ações em realização: Secretaria da Saúde (Carta de Adesão), SEMA-CEB-Eletronorte-UnB (Estrutural), SETRAB-SENAI (Escola Social), etc. Encaminhada a criação de três subgrupos executivos para a condução dos trabalhos futuros. Subgrupos não aconteceram; muito dependentes da disponibilidade do Secretário. Diminuir demanda sobre o Secretário, viabilizar reuniões de trabalho dos subgrupos para produzirem eles as entregas ao Secretário. Adotar com urgência caráter mais executivo, tendo em vista execuções orçamentárias previstas para 2017.

2017

Objetivando a disseminação e ampliação de iniciativas solares, a SEMA trabalhou para o engajamento de atores do setor público e privado ao GT Brasília Solar, realizando uma reunião ampliada em meados de 2017 com atores do setor da energia solar fotovoltaica. Do mesmo modo, foram realizadas reuniões bilaterais entre a SEMA e a Secretaria da Educação para a celebração de acordo de cooperação para a implantação de projetos solares junto a edifícios escolares.

2018

Discussão e fortalecimento do Programa Brasília Solar via sensibilização da população do DF para apropriação dos benefícios das tecnologias fotovoltaicas. Implementação da iniciativa, via BRB, de disponibilização de financiamento com taxas baixas e longo prazo para amortização tanto para pessoas jurídicas quanto para pessoas físicas instalarem placas e outros equipamentos de energia fotovoltaica.

4. Expandir, revitalizar e modernizar as redes de distribuição de energia elétrica (CEB);

2016

O planejamento das obras realizadas pela CEB D no sistema elétrico, para o período, teve suas demandas compiladas do Plano de Desenvolvimento da Distribuição (PDD), apresentado anualmente à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Com um horizonte de 5 e 10 anos, esse plano é composto por projetos de média e baixa tensão, além de ações de subtransmissão. Os estudos que alicerçaram esse planejamento fizeram uso de análises mercadológicas acerca do consumo e, conseqüentemente, da carga a ser disponibilizada, bem como da

condição dos sistemas elétricos que abastecem os clientes da CEB D. As análises tiveram como premissas básicas a garantia do fornecimento de energia elétrica à população do Distrito Federal e a qualidade do serviço de distribuição aos seus clientes.

Sobre os projetos de subtransmissão, houve a modernização da Subestação de 138 kV – SE 06, com o objetivo de reduzir a frequência de duração de falta de energia e ampliação da carga disponível para a região, com implantação em finalização, com 96% de execução em 2016 e Acordo de Resultados em 2016 aditivado com o cancelamento da entrega desse projeto nesse ano. Ademais, houve ampliação da Subestação de 138 kV - Embaixada Sul, para ampliação da carga disponível na região, com 99% de execução em 2016 e Acordo de Resultados aditivado para execução de 95% dessas obras de ampliação em 2016.

Quanto aos projetos referentes à instalação de Religadores e Chaves Telecomandadas, o Acordo de Resultados foi aditivado para instalação de 41 Religadores e de 35 Chaves, o que corresponde a 100% de execução que foi realizada em 2016.

2017

O planejamento das obras realizadas pela CEB D no sistema elétrico, para o período, teve suas demandas compiladas do Plano de Desenvolvimento da Distribuição (PDD), apresentado anualmente à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Com um horizonte de 5 e 10 anos, esse plano é composto por projetos de média e baixa tensão, além de ações de subtransmissão. Os estudos que alicerçaram esse planejamento fizeram uso de análises mercadológicas acerca do consumo e, conseqüentemente, da carga a ser disponibilizada, bem como da condição dos sistemas elétricos que abastecem os clientes da CEB D. As análises tiveram como premissas básicas a garantia do fornecimento de energia elétrica à população do Distrito Federal e a qualidade do serviço de distribuição aos seus clientes.

Sobre os projetos de subtransmissão, houve a modernização da Subestação de 138 kV – SE 06, com o objetivo de reduzir a frequência de duração de falta de energia e ampliação da carga disponível para a região, e a ampliação da Subestação de 138 kV - Embaixada Sul, para ampliação da carga disponível na região, ambas concluídas 100% em maio de 2017.

Quanto aos projetos referentes à instalação de Religadores e Chaves Telecomandadas, o Acordo de Resultados foi aditivado para 2017 prevendo a instalação de 275 Religadores e automação de 100 Chaves Telecomandadas. Desse montante de 275 Religadores, até dez/17, foram instalados 142 representando 51,64% de execução. Em referência à automação das 100 Chaves Telecomandadas esclarecemos que foram instalados 76 equipamentos em 2016. O restante dos equipamentos apresentou defeito e foram devolvidos à fábrica para manutenção.

2018

O planejamento das obras realizadas pela CEB D no sistema elétrico, para o período, teve suas demandas compiladas do Plano de Desenvolvimento da Distribuição (PDD), apresentado anualmente à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Com um horizonte de 5 e 10 anos, esse plano é composto por projetos de média e baixa tensão, além de ações de subtransmissão. Os estudos que alicerçaram esse planejamento fizeram uso de análises mercadológicas acerca do consumo e, conseqüentemente, da carga a ser disponibilizada, bem como da condição dos sistemas elétricos que abastecem os clientes da CEB D. As análises tiveram como premissas básicas a garantia do fornecimento de energia elétrica à população do Distrito Federal e a qualidade do serviço de distribuição aos seus clientes.

5. Fortalecer a gestão de riscos climáticos (SEMA);

2016

Atividade: Reporte/ MRV/ Inventário DF/ Publicação impressa do Inventário De Emissões Por Fontes E Remoções Por Sumidouros De Gases De Efeito Estufa (GEE) do Distrito Federal, com Nota Técnica e apresentações dos secretários de meio ambiente e agricultura. Período: Julho a Dezembro. Atores envolvidos: SEMA, SEAGRI, WayCarbon. Principais resultados: Publicação impressa do Inventário de Emissões do DF (2005-2012), acompanhado de Nota Técnica e prefácio e apresentação dos secretários de meio ambiente e agricultura. 500 exemplares. 96 páginas. Catalogação na fonte ISBN:978-85-68931-02-8. Divulgação e distribuição do relatório. Internalização para a formulação de políticas e planos de mitigação.

Atividade: Elaboração e publicação impressa da Nota Técnica a Formuladores de Políticas e Tomadores de Decisão Sobre Mudanças Climáticas no DF e na RIDE. Período: Julho a Dezembro. Atores envolvidos: UEC, INPE, INMET, EMBRAPA CERRADOS, ANA, NASA, IBRAM. Principais resultados: Formulação e Publicação impressa da Nota Técnica sobre dados de detecção

e projeção de cenários de mudanças climáticas para o DF e RIDE. 500 exemplares. 192 páginas. Catalogação na fonte ISBN:978-85-68931-03-5. Divulgação e internalização dos dados de clima detectados e esperados para o DF junto à formuladores de políticas e tomadores de decisão, para a formulação de políticas e planos de adaptação.

2017

Em 2017, para o alcance destas ações, a SEMA deu continuidade à elaboração do projeto, participou de negociação e captou junto ao Projeto Cidades Sustentáveis (MCTIC-PNUMA-GEF) recursos para: a realização de estudos de avaliação dos impactos esperados para os setores de água, uso do solo e energia; a contratação de assessor para facilitar a formulação do Plano Distrital de Mitigação; a contratação de assessor para facilitar a formulação do Plano Distrital de Adaptação; e a contratação de assessor para facilitar a formulação da minuta de regulamentação da Política de Clima do DF; manutenção do Fórum Distrital de Mudanças Climáticas; e manutenção do Painel Distrital de Mudanças Climáticas. Portanto, o processo está no seu início, pois o dinheiro para esta ação não foi disponibilizado em 2017.

2018

Assinatura do Projeto GEF e determinação da realização de novos termos de referência visando revisão e atualização do Inventário de Gases de Efeito Estufa e geração dos cenários de mudanças climáticas para a RIDE/DF e entorno. Elaboração de minuta de Decreto para criação do Fórum Distrital de Mudanças Climáticas e respectivo painel científico. Encontros temáticos relativos à redução de emissões no DF, incluindo monitoramento de emissões de fontes veiculares.

6. Implantar quatro projetos ambientais em energia solar e eficiência energética no período 2016 a 2019 (SEMA);

2016

A realizar. Processo ainda a ocorrer. Em 2016, captou-se, junto ao Projeto Cidades Sustentáveis (MCTIC-PNUMA-GEF), recursos para a implantação de projetos solares.

2017

Em 2017, para o alcance destas ações, a SEMA deu continuidade à elaboração do projeto, participou de negociação e captou junto ao Projeto Cidades Sustentáveis (MCTIC-PNUMA-GEF) recursos para a implantação de projetos solares, para implantação em 2018. Portanto, o processo está no seu início, pois o dinheiro não foi disponibilizado no exercício. A SEMA elaborou projeto, participou de negociação e captou doação de 240 placas solares fotovoltaicas junto ao MME-PRODEEM, ou 14 toneladas de equipamentos recebidos em doação, para início de solarização do Zoológico de Brasília em 2018. Foi desenhado o projeto demonstrativo de sistema fotovoltaico para 4 escolas da rede de ensino da Secretaria de Educação do DF, cujas tratativas para implantação prosseguirão em 2018.

2018

Capacitação na Fábrica Social - curso profissionalizante para instalação e manutenção de energia fotovoltaica para 150 técnicos e disseminação de informações em geral sobre o Programa.

7. Fortalecer a gestão das mudanças climáticas (riscos e opções de enfrentamento) com a elaboração da regulamentação da Lei de Clima do DF e a Integração dos parâmetros de clima nas políticas públicas distritais, planos, programas e projetos (SEMA). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016);

2016

Atividade: Elaboração de projetos/ Captação de Recursos/ GEF Cidades Sustentáveis. Período: Janeiro a junho/ 2016. Atores envolvidos: SEMA e parceiros externos. Principais resultados: Proposta apresentada. Pré-aprovada. Principais linhas estratégicas da Unidade Estratégica de Clima com previsão orçamentária para a sua realização.

Atividade: Elaboração de projetos/ Captação de Recursos/ BID PBL Sustentabilidade do Gasto Público. Janeiro a julho/ 2016. Atores envolvidos: SEMA, SEPLAG, SEF. Principais resultados; Proposta elaborada, apresentada ao COFIEX. Sólida parceria entre os entes envolvidos

Atividade; Integração de agendas/ ZEE. Período: Maio a Setembro. Atores envolvidos: UEC, SUPLAM, CODEPLAN. Principais resultados: A Unidade Estratégica de Clima produziu três textos e participou de reuniões de produção de cenários de desenvolvimento socioeconômico para o DF que considerem a variável da mudança climática. A UEC também produziu texto final sobre cenários de clima para o DF contribuindo para a construção de texto sobre cenários de desenvolvimento socioeconômico para o DF que considerem a variável da mudança climática

Atividade: Integração de agendas/ Engajamento de atores/ Governança climática / Fórum Mudanças Climáticas DF. Período: Dezembro 13. Atores envolvidos: SEMA, Secretarias de Estados, órgãos públicos, setor privado, academia e universidades, organizações da sociedade civil. Principais resultados: Realização da primeira reunião preparatória do Fórum de Mudanças Climáticas do DF e lançamento de duas ferramentas de trabalho Inventário de Emissões e NT Mudanças Climáticas no DF. Número de participantes 70 pessoas. Local: Torre de TV. Publicação de relatório da reunião no dia 23 de Dezembro no site da SEMA. Abertura de consulta pública sobre a construção do Fórum em Janeiro de 2017.

2017

Além de coordenar várias reuniões para a formulação da minuta do decreto de criação do Fórum, em 2017 a SEMA deu continuidade e encerrou o processo de ampla consulta pública iniciado em janeiro para a construção do Fórum Distrital de Mudanças Climáticas. Realizou a segunda reunião preparatória do Fórum, em junho na UnB, com 80 participantes, e a terceira reunião preparatória do Fórum, em novembro, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, com 400 participantes, entre representantes de órgãos de governo, do setor privado, da academia e da sociedade civil organizada. Juntos com a SEMA, representantes de todos estes setores formularam a minuta do Decreto de criação do Fórum de Clima do DF. Também em 2017, a SEMA ocupou-se da criação do Painel Científico Distrital de Mudanças Climáticas, mobilizando cientistas de vários centros de referência local e nacional. Realizou cinco reuniões preparatórias com cientistas do DF para estruturar o Painel e para a construção de acordos para a criação do Painel, contando com o engajamento principal das seguintes instituições: INMET, UNB/CDS, UnB/Hidrologia, INPE, Embrapa Cerrados. Juntos com a SEMA, estes atores elaboraram a minuta da Portaria de criação do Painel Científico Distrital de Mudanças Climáticas. Entre 2016 e 2017, a SEMA atuou fortemente em ações de integração da agenda de clima junto a outras secretarias e áreas, tais como: transporte, agricultura, zoneamento ecológico econômico, meio ambiente, água, incêndios florestais, energia, mobilização social etc., realizando palestras em mais de 30 eventos e alcançando um público estimado de cerca de 1000 pessoas, entre representantes de órgãos de governo, sociedade civil, academia e setor privado. Realizou-se formulação e reporte público anual do Distrito Federal sobre dados de emissões e medidas de mitigação, junto às plataformas: CARBON DISCLOSURE PROGRAM (<http://www.cdpla.net/pt-br/iniciativas/cities>) e COMPACT OF MAYORS (<https://www.compactofmayors.org/cities/brasil/>).

2018

Aprimoramento do marco regulatório - via redação de propostas de Decreto. Contratação do estudo - Projeções em alta resolução espacial de Clima para a Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno sobre os cenários de mudanças climáticas. O estudo objetiva subsidiar a SEMA em estudos de impacto das mudanças climáticas sobre as Bacias Hidrográficas, usos múltiplos da água, na geração de energia, nos usos do solo e na gestão das Unidades de Conservação, além de subsidiar os futuros Planos de mitigação e adaptação.

8. Priorizar ações nos 50 circuitos elétricos com pior índice de continuidade em relação ao índice global da CEB (CEB). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

*Ofício nº 887/2016-GAB/Sema solicitou alteração da responsabilidade para a SINESP que concordou por meio do Ofício nº 1270/2016-GAB/SINESP.

2017

De acordo como Plano de Resultados negociado com a Aneel, a CEB realizou obras de melhoria e ações de manutenção nos 50 piores circuitos elétricos em relação aos indicadores de continuidade.

2018

Processo Concluído em 2017

9. Suprir todo o parque de iluminação pública do Distrito Federal com tecnologia de LED e instalar novos pontos luminosos em todas as áreas ainda não atingidas (CEB). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Ofício nº 887/2016-GAB/Sema solicitou alteração da responsabilidade para a SINESP que concordou por meio do Ofício nº 1270/2016-GAB/SINESP.

2017

Não definida pela Secretaria de Obras. A CEB é demandada.

2018

*Com relação às metas estabelecidas pelo Plano Plurianual 2016/2019, que são atribuídas à Companhia Energética de Brasília, no que tange "Suprir todo o parque de iluminação pública do Distrito Federal com tecnologia LED e instalar novos pontos luminosos em todas as áreas ainda não atingidas", cabe esclarecer que tal meta atribuída de forma equivocada, tendo em vista que a Companhia não determina a política de iluminação pública do Distrito Federal. Esse serviço público é, constitucionalmente, atribuição do Governo do Distrito Federal. À CEB, cabe executá-lo, como mera contratada do poder público, mediante contratos específicos.

10. Implantar o terceiro Posto de Gás Natural Veicular (GNV) e negociar a instalação de Kits de GNV nos táxis do DF (CEB GÁS);

2016

A demanda do gás natural veicular- GNV, no Distrito Federal, como também em outras Unidades da Federação, vem apresentando uma redução progressiva, por uma série de fatores, dentre os quais destacamos: a pouca competitividade frente à variação dos preços dos outros combustíveis, a adequação dos veículos para utilização do GNV, e a falta de incentivo de políticas governamentais para o estímulo ao consumo do gás natural veicular, impediram que as metas previstas para o ano de 2016 fossem alcançadas.

A alternativa para suprimento de Gás Natural com custos menores e volumes interessantes, será o aproveitamento do BIOGÁS que será liberado após a implantação do aterro do Distrito Federal e das estações de tratamento de esgoto.

2017

O implemento do terceiro Posto de Gás Natural Veicular, acordado com a Petrobrás encontra-se em atraso devido a mudanças estruturais naquela companhia através da venda de ativos, o governo por outro lado, busca criar condições para que o setor privado assuma um papel importante na expansão da indústria através de mudanças regulatórias.

O governo neste momento está promovendo a iniciativa "Gás para crescer" cujo objetivo são "*medidas efetivas de aprimoramento das normas do setor visando um mercado com diversidade de agentes, competitividade e que contribua para o crescimento do país*".

2018

O implemento do terceiro posto se dará a partir de uma nova alternativa de suprimento de gás natural para o Distrito Federal. A CEBGAS vem desenvolvendo em conjunto com agentes do setor, a viabilização do Gás Natural a partir da purificação do BIOGÁS produzido e gerado a partir da decomposição dos resíduos orgânicos.

11. Expandir a distribuição do gás natural canalizado no Distrito Federal (CEB GÁS);

2016

A inexistência de suprimento de gás natural por gasoduto de transporte, a não implantação de mais um posto de GNV que permitiria a expansão e diversificação geográfica da distribuição do produto, as dificuldades existentes para conversão de veículos, redução do consumo de GNV e a pouca competitividade frente aos outros combustíveis impediram a expansão da distribuição de Gás.

2017

A distribuição a granel em locais ainda não atendidos pela malha de gasodutos pode ser benéfica para a sua expansão, ao propiciar um consumo incipiente do gás, deslocando energéticos substitutos. Assim, no longo prazo, a chegada dos dutos já contaria com algum mercado consolidado. De fato, os projetos estruturantes de “gasodutos virtuais”, empreendidos pelas próprias distribuidoras, se apoiam nessa lógica de prospecção.

Se por um lado o gás canalizado desloca o gás transportado a granel, em princípio mais custoso, por outro pode impedir a expansão da rede de gasodutos ao capturar clientes-âncoras – grandes consumidores capazes de ancorar elevados investimentos em infraestrutura, imprescindíveis para a expansão.

2018

A expansão da distribuição do gás natural no Distrito Federal, se dará a partir da viabilização técnica e econômica de uma nova alternativa de suprimento do Gás Natural, neste caso, o BIOMETANO, que é produzido a partir da purificação do BIOGÁS.

12. Elaboração e implantação de plano de eficiência energética no Metrô (METRÔ). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17 e excluída, conforme Decreto nº 39.461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019).

Não informado pela Unidade.

Em 2018, esta meta foi excluída do PPA, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019).

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1632	VOLUME DE GÁS COMERCIALIZADO	M³/DIA	6.000	30/06/2015	6.000	5.109	7.000	3.966	7.500	5.115	8.000	CEBGAS / UO 22210 / OE 3
1633	DEC - DURAÇÃO EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR CONSUMIDOR	HORA	15,88	31/12/2014	15,14	9,69	13,09	8,43	10,58	8,57	8,49	CEB / UO 22211 / OE 3
1634	FEC - FREQUÊNCIA EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR CONSUMIDOR	UNIDADE	11,86	31/12/2014	11,33	8,08	9,83	7,10	7,99	6,03	6,43	CEB / UO 22211 / OE 3
1635	TAXA DE EFETIVIDADE DO PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - PEE	%	100	31/12/2014	100	57	100	172	100	78	100	CEB / UO 22211 / OE 3
1694	INSTITUCIONALIZAÇÃO DE 3 INSTRUMENTOS DE FORTALECIMENTO DA POLÍTICA CLIMÁTICA DO DF	UNIDADE	0	31/12/2017	-	-	1	0	2	0	-	SEMA/ UO 21101/ OE 03

Justificativas 2016

Indicador 1632 - Redução progressiva do consumo de GNV no Distrito Federal pela inexistência de suprimento de gás natural por gasoduto de transporte, a não implantação de mais um posto de GNV que permitiria a expansão e diversificação geográfica da distribuição do produto, as dificuldades existentes para conversão de veículos e a pouca competitividade frente aos outros combustíveis.

Indicador 1633 - Com a realização bem-sucedida do Plano de Resultados encaminhado à ANEEL, executado em 2015 e em 2016, o indicador DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora- atingiu a meta estabelecida para dezembro de 2016, visto que a polaridade do indicador é "menor melhor".

Indicador 1634 - Com a realização bem-sucedida do Plano de Resultados encaminhado à ANEEL, executado em 2015 e 2016, o indicador FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora- atingiu a meta estabelecida para dezembro de 2016, visto que a polaridade desse indicador é "menor melhor".

Indicador 1635 - As metas estabelecidas não foram cumpridas devido, principalmente, aos atrasos nas contratações, as quais adiaram o início dos projetos previstos para serem executados em 2016. Desse modo, a previsão é a aplicação de todo o recurso de 2017 acrescido do saldo remanescente de 2016, até o final de 2017.

Indicador 1694 - Sem índice desejado para 2016.

Justificativas 2017

Indicador 1632 - No exercício de 2017 ainda persistem as justificativas apontadas no ano de 2016, acrescidas pelas dificuldades econômicas e políticas ocorridas no cenário nacional.

Indicador 1633 - Com a realização bem-sucedida do Plano de Resultados encaminhado à ANEEL, executado em 2015 e 2016, o indicador DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - atingiu a meta estabelecida para dezembro de 2017, visto que a polaridade do indicador é "menor melhor".

Indicador 1634 - Com a realização bem-sucedida do Plano de Resultados encaminhado à ANEEL, executado em 2015 e 2016, o indicador FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - atingiu a meta estabelecida para dezembro de 2017, visto que a polaridade do indicador é "menor melhor".

Indicador 1635 - O montante investido em 2017 foi maior do que o previsto, visando ajustar o desvio a menor do ano anterior, mantendo-se a meta de investir anualmente 100% da obrigação da empresa em todos os anos do horizonte do PPA 2016-2019.

Indicador 1694 - O processo para elaboração dos Projetos Executivos foi encaminhado à NOVACAP em agosto de 2017 para aproveitamento de instrumento contratual daquela Unidade, mas não foi possível a contratação em tempo hábil.

Justificativas 2018

Indicador 1632 - Embora tendo registrado um crescimento de 29% no volume comercializado, ainda não foi possível alcançar a meta, em virtude da redução progressiva do consumo de GNV e da baixa competitividade frente aos demais combustíveis;

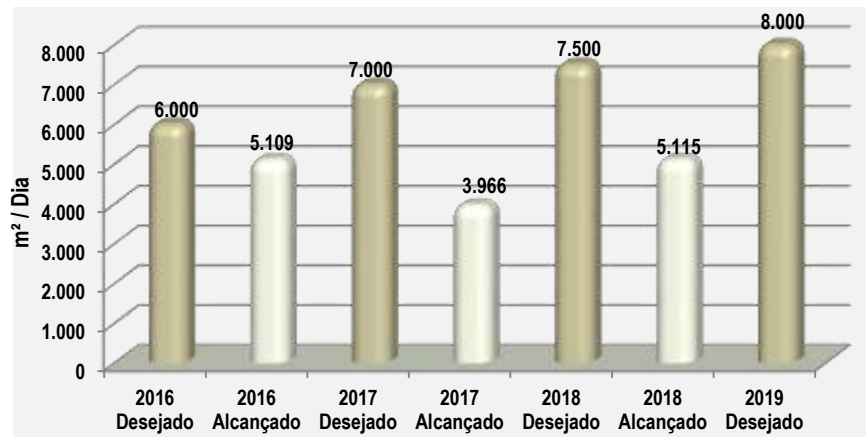
Indicador 1633 - É possível verificar uma piora sensível no DEC se compararmos novembro de 2018 com o resultado final de 2017. O indicador passou de 8,43 em dezembro de 2017, para 8,57 em novembro de 2018 (valor acumulado móvel). O indicador fechou o ano de 2017 dentro da meta estabelecida pela ANEEL, que era 9,46 para o DEC. No ano de 2018 o resultado para o DEC está 7,3% abaixo do limite regulatório de 9,24 horas.

Indicador 1634 - O FEC melhorou significativamente, passando de 7,10 em dezembro de 2017 para 6,03 em novembro de 2018 (valor acumulado móvel). No ano de 2018 o resultado para o FEC está demonstrando uma evolução considerável apresentando um desempenho 20,3% abaixo da meta regulatória de 7,57 interrupções.

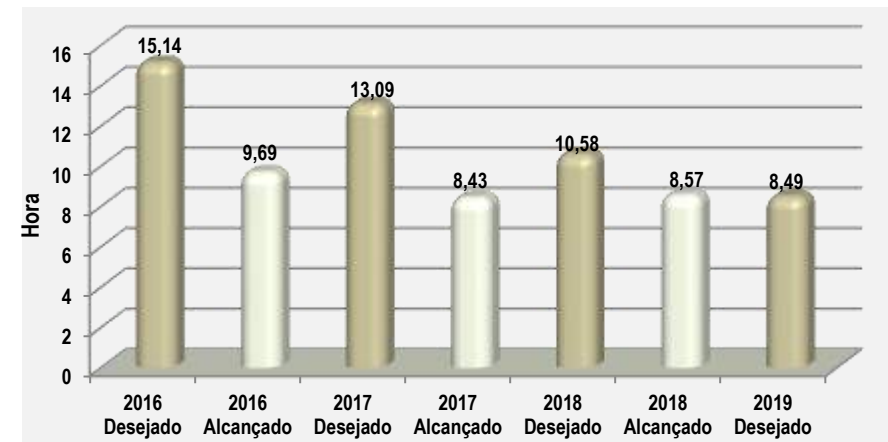
Indicador 1635 - Valor informado é parcial devido ao fechamento da Receita Operacional Líquida (ROL) e Aplicações do mês de Dezembro/18 ainda não terem sido contabilizados, foi feito cálculo da média da ROL com a contabilização dos valores controlados pela área responsável pelo indicador.

Indicador 1694 - Em 2017 e 2018 não foram identificados registros de execução ou entregas concretas de instrumentos que permitam relatar o progresso. No entanto, frente à necessidade de atualização e refinamento da base de dados, foi possível identificados esforços para mobilização de recursos e identificação de parceiros e elaboração de termos de referência para contratação de serviços, visando à realização da meta prevista.

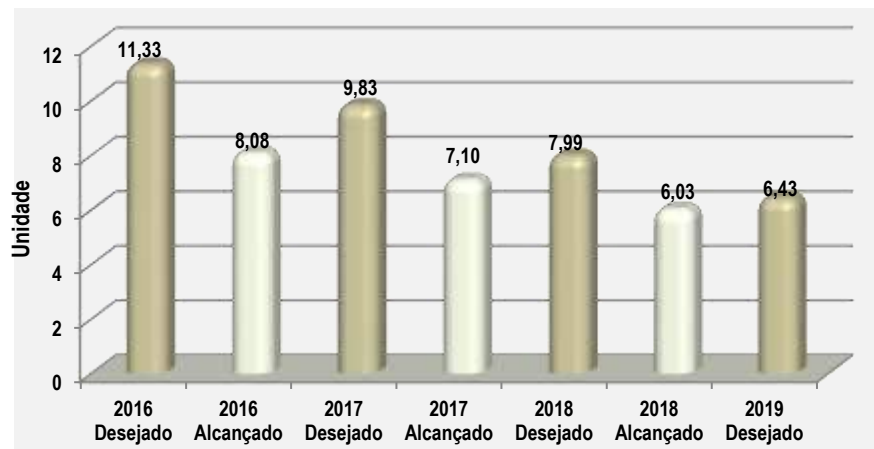
VOLUME DE GÁS COMERCIALIZADO



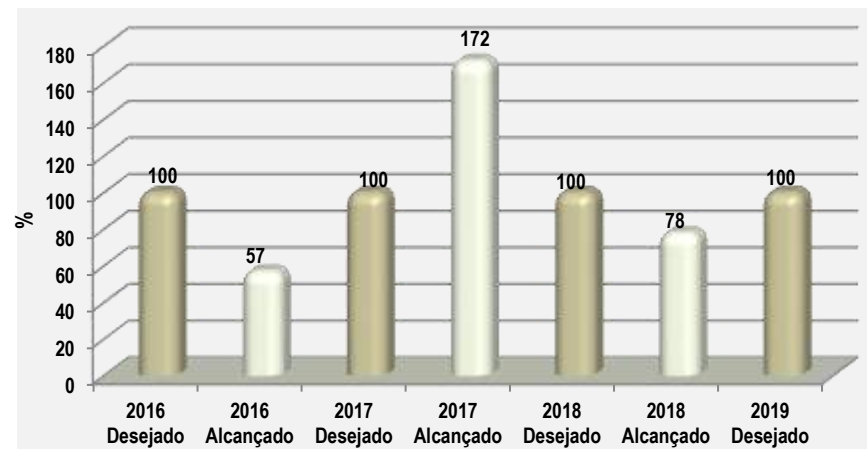
DEC - DURAÇÃO EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR CONSUMIDOR



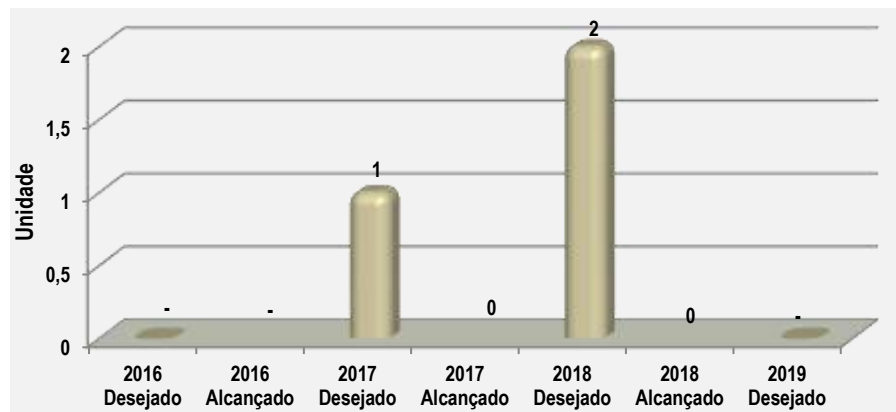
FEC - FREQUÊNCIA EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR CONSUMIDOR



TAXA DE EFETIVIDADE DO PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - PEE



INSTITUCIONALIZAÇÃO DE 3 INSTRUMENTOS DE FORTALECIMENTO DA POLÍTICA CLIMÁTICA DO DF



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6210	3	1	Elaboração e implantação do plano de eficiência energética, destinando 0,5% da receita operacional líquida da CEB para o atendimento à comunidade de baixo poder aquisitivo em projetos educacionais e/ou a projetos cooperados destinados aos diversos segmentos da sociedade (SINESP);	22101	111,97	<p>2016 O valor do Programa de Eficiência Energética de 2016 (0,5% da ROL) foi calculado em R\$ 9.845.329,79, tendo sido aplicado R\$ 1.428.559,61 em projetos de EE, e empenhado R\$ 1.296.303,70 para o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL, conforme previsto na Lei nº 13.280, publicada em 04/05/2016, que destina 20% do recurso de Eficiência Energética - EE para ações ligadas ao PROCEL, instituído pela Portaria Interministerial nº 1.877, de 30/12/1985, e ratificado pelo Decreto de 18/07/1991. Portanto em 2016 foi aplicado 28% do valor total previsto.</p> <p>2017 O valor do Programa de Eficiência Energética de 2017 (0,5% da ROL) foi calculado em R\$ 12.718.789, tendo sido aplicado R\$ 22.739872 em projetos de EE, e empenhado R\$ 2.543.757 para o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL, conforme previsto na Lei nº 13.280, publicada em 04/05/2016, que destina 20% do recurso de Eficiência Energética - EE para ações ligadas ao PROCEL, instituído pela Portaria Interministerial nº 1.877, de 30/12/1985, e ratificado pelo Decreto de 18/07/1991. Portanto em 2017 foi aplicado 198,79% do valor total previsto.</p> <p>*Nota 2017 – Considerando o acumulado de 2016 a 2017, tem-se um valor total calculado de R\$ 22.564.118,79 de 0,5% da ROL, com uma aplicação e provisionamento de R\$ 28.008.492,31, representando 124,13% acumulado.</p> <p>2018 O valor do Programa de Eficiência Energética de 2018 (0,5% da ROL) foi calculado em R\$ 11.754.607,30, tendo sido aplicado R\$ 8.066.626,44 em projetos de EE, e empenhado R\$ 2.350.921,46 para o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL, conforme previsto na Lei nº 13.280, publicada em 04/05/2016, que destina 20% do recurso de Eficiência Energética - EE para ações ligadas ao PROCEL, instituído pela Portaria Interministerial nº 1.877, de 30/12/1985, e ratificado pelo Decreto de 18/07/1991. Portanto em 2018 foi aplicado 88,63% do valor total previsto. Considerando o acumulado de 2016 a 2018, tem-se um valor total calculado de R\$ 34.318.726,09 de 0,5% da ROL, com uma aplicação e provisionamento de R\$ 38.426.040,21, representando 111,97% acumulado.</p>
6210	3	2	Elaboração e implantação de plano de eficiência energética no Metrô (METRÔ) (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	26206		<p>2016 O METRÔ-DF firmou Protocolo de Intenções e está firmando Acordo de Cooperação Técnica com o IBICT/MCT para o desenvolvimento de um Plano de Trabalho conjunto entre METRÔ e IBICT para realizar os estudos e levantamentos necessários para a formulação do Projeto de Eficiência Energética das instalações do METRÔ-DF. Com a consolidação do Plano de Eficiência o METRÔ-DF poderá realizar a concorrência pública para executar o projeto de substituição de equipamentos elétrico e luminárias por outros de maior eficiência energética e também proporcionará a captação de recursos financeiros externos para o financiamento da execução do projeto.</p>
6210	3	3	Elaboração e implantação de plano de eficiência energética na CAESB (CAESB);	22202	76%	<p>2016 O Plano de Eficiência Energética da Caesb foi concluído com a elaboração dos estudos, relatórios e gráficos gerenciais e de manutenção. A implantação do Plano encontra-se em fase de contratação dos projetos.</p> <p>2017 O Plano de Eficiência Energética foi implementado na etapa de contratação dos projetos –</p> <p>2018 O Plano de Eficiência Energética avançou com a entrega de diversos produtos dos 5 projetos, além de aditivos de prazo (12 meses) e escopo (Projetos de Biogás e de substituição do CMB do Santa Maria);</p>
6210	3	4	Avaliação de impactos climáticos esperados e alternativas de adaptação nos seguintes setores: água; uso do solo; e energia (SEMA);	21101	10	<p>2016 Processo ainda a ocorrer (2017-2018)</p> <p>2017 Processo em andamento, com financiamento garantido pelo Projeto GEF-PNUMA-MCTI-SEMA e entrega prevista para 2018-2019.</p> <p>2018 Estudos de impactos do clima contratados.</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6210	3	5	Divulgação de Projetos Demonstrativos de Geração de Energia Solar e Eficiência Energética em escolas, postos de saúde e prédios públicos (SEMA);	21101	10	<p>2016 Processo ainda a ocorrer, posto que nenhum Projeto Demonstrativo foi ainda implementado. Em 2016, captou-se junto ao GEF recursos para a implementação de projetos demonstrativos (2017-2018)</p> <p>2017 Processo iniciado com o apoio à solarização do Zoológico de Brasília, com financiamento garantido de uma Usina Fotovoltaica, pelo Projeto GEF-PNUMA-MCTI-SEMA, e entrega prevista para 2018-2019.</p> <p>2018 Discussão interna e com o CGEE para proposta de Termos de Referência. Divulgação e disseminação sobre o Programa Brasília Sola.</p>
6210	3	6	Implantação de Planejamento Estratégico voltado para a adequação dos custos operacionais e de investimento suportados por uma tarifa justa que permita a inovação tecnológica em benefício da qualidade do fornecimento de Energia Elétrica (CEB);	22204	100	<p>2016 Com o desdobramento de suas diretrizes estratégicas, a CEB - D definiu grandes objetivos a serem perseguidos de maneira contínua, que são: orientar a empresa para as demandas dos seus consumidores atuais e potenciais; obter lucro suficiente para promover sempre a justa remuneração do capital investido; assegurar a racionalidade nas operações da empresa; garantir qualidade e confiabilidade na prestação dos serviços; assegurar a responsabilidade socioambiental; ter um relacionamento com a força de trabalho que privilegie a competência e a produtividade. Com base no Planejamento Estratégico 2016 a 2019, foi possível definir projetos e ações que visam à correção de rumos e a busca permanente do equilíbrio operacional e econômico-financeiro da empresa. As ações manifestam, de forma clara e objetiva, as transformações necessárias na Companhia para garantir a sua sustentabilidade e perpetuidade, sempre com o foco na prestação de um serviço de excelência à sociedade do Distrito Federal.</p> <p>2017 Em 2017 foi realizada a revisão do Plano Estratégico, que passou a vigorar até 2021, possibilitando definir projetos e ações que visaram a correção de rumos e a busca permanente do equilíbrio operacional e econômico-financeiro da empresa. As ações manifestaram, de forma clara e objetiva, as transformações necessárias na Companhia para garantir a sua sustentabilidade e perpetuidade, sempre com o foco na prestação de um serviço de excelência à sociedade do Distrito Federal.</p> <p>2018 Em 2018 foi realizada a revisão do Plano Estratégico, que passou a vigorar para o período de 2018 a 2022.</p>
6210	3	7	Consolidação, validação e atualização do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEAGRI E SEMA);	14101/ 21101	100	<p>2016 SEAGRI – Processo nº 070.022.753/ 2012 – Objeto contratual: elaboração de inventário Distrital de emissão por fontes e remoção por sumidouros de Gases de Efeito Estufa - GEE. Produto entregue em 19/12/2014, sendo inexistente e não foram estabelecidas ações posteriores de: consolidação, validação e atualização do inventário de emissões de gases de efeito estufa. SEMA – Inventário de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa (2005-2012), publicado (ISBN:978-85-68931-02-8) e validado pelo Conselho de Meio Ambiente do DF. Atualização do Inventário ainda a ocorrer.</p> <p>2017- Não foram estabelecidas ações. SEMA 2016 Inventário de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa (2005-2012), publicado (ISBN:978-85-68931-02-8) e validado pelo Conselho de Meio Ambiente do DF. Atualização do Inventário ainda a ocorrer.</p> <p>2017 Processo em andamento, com financiamento garantido pelo Projeto GEF-PNUMA-MCTI-SEMA e entrega prevista para 2018-2019.</p> <p>2018 SEAGRI Em 19/12/2014 foi entregue o Produto referente ao inventário Distrital de emissão por fontes e remoção por sumidouros de Gases de Efeito Estufa -</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						GEE. Porém, desde a entrega do produto, não foram estabelecidas ações posteriores de: consolidação, validação e atualização do inventário de emissões de gases de efeito estufa. Diante disso, a atualização do inventário não foi feita. Em 19/12/2014 foi entregue o Produto referente ao inventário Distrital de emissão por fontes e remoção por sumidouros de Gases de Efeito Estufa - GEE. Porém, desde a entrega do produto, não foram estabelecidas ações posteriores de: consolidação, validação e atualização do inventário de emissões de gases de efeito estufa. Diante disso, a atualização do inventário não foi feita
6210	3	8	Coordenação da elaboração do Plano Climático de Mitigação para o Distrito Federal;(SEMA)	21101	10	2016 Processo ainda a ocorrer 2017 Processo iniciado com a formulação do Decreto de Criação do Fórum Distrital de Mudanças Climáticas, que prevê a criação da Câmara Técnica de Mitigação, para a formulação do Plano de Mitigação do DF. O financiamento foi garantido pelo Projeto GEF-PNUMA-MCTI-SEMA, e entrega prevista para o projeto é 2018-2019 2018 Discussão e elaboração de termos de referência.
6210	3	9	Implementação do Plano de Controle de Poluição Veicular; (IBRAM) (Meta alterada, conforme Lei nº 6061/2017 de Revisão do PPA 2016-2019);	21208	40	2016 Em processo. De 10/08/2015 a 02/03/2016, foram realizadas 08 reuniões com equipes técnicas da SEMA e do IBRAM para análise das condições da atual gestão para a implementação do PCPV. Em 25/05/2016, novo Termo de Referência foi apresentado, juntamente com três novas cotações de preços. Em 26/10/2016 a UEC emite Nota Técnica 001/2016 com questionamentos. Em 15/11/2016 o IBRAM apresenta revisão do Plano de Controle de Poluição Veicular, minuta do Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso (Programa I/M); e Plano de Monitoramento da Qualidade do Ar Voltado à Emissão veicular (PCPV - I/M-DF) para o Triênio 2018-2020. 2017 A SEMA analisou as propostas apresentadas pelo IBRAM e iniciou as tratativas para retomar o assunto com o DETRAN. 2018 Considerando-se a alteração de prazos para início de medidas de monitoramento da frota pelo CONTRAN, houve necessidade de reavaliação interna do Programa e discussão com o Ministério Público sobre medidas a serem adotadas.
6210	3	10	Construção, consolidação, divulgação e publicação da ferramenta de gestão e tomada de decisão "Regionalização de modelos climáticos para o DF quanto a cenários esperados para temperatura, precipitação, umidade, ventos e eventos externos" (SEMA);	21101	90	2016 Meta parcialmente cumprida com a publicação do documento "Mudanças Climáticas no DF e RIDE: Detecção e Projeções das Mudanças Climáticas para o Distrito Federal e Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno, Nota Técnica Endereçada aos Formuladores de Políticas Públicas e Tomadores de Decisão (SEMA, 2016), ISBN:978-85-68931-03-5. O estudo abordou apenas duas variáveis climáticas (temperatura e precipitação), entretanto, das mais importantes. Ainda está em processo de divulgação. 2017 Processo em andamento, com financiamento garantido pelo Projeto GEF-PNUMA-MCTI-SEMA e entrega prevista para 2018. 2018 Assinatura de contrato do estudo com previsão de término em 2019.
6210	3	11	Construção do Fórum Distrital de Mudanças Climáticas (SEMA);	21101	40	2016 Processo ainda em construção. Para a construção do Fórum Distrital de Mudanças Climáticas estão previstas reuniões periódicas abertas ao conjunto da sociedade (em 2016 realizou-se uma). As reuniões previstas são de nivelamento de conteúdo e para a definição do processo e regras de funcionamento. 2017 Realização da terceira reunião preparatória do Fórum de Mudanças Climáticas do Distrito Federal, para encerramento do processo de consulta pública do Decreto de Criação do Fórum (dias 28 e 29 de novembro de 2017). Público presente: 400 participantes. Decreto de Criação do Fórum formulado, com encerramento de consulta pública e encaminhamento à Subsecretária de Serviços Ecosistêmicos. Processo de organização de duas outras

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						edições do Fórum em andamento, com financiamento garantido pelo Projeto GEF-PNUMA-MCTI-SEMA e entrega prevista para 2018-2019. 2018 Avaliação dos resultados de discussão das reuniões do Fórum.
6210	3	12	Coordenação da Elaboração do Plano de Adaptação às Mudanças Climáticas;(SEMA)	21101	10	2016 Processo ainda a ocorrer 2017 Processo iniciado, com a formulação do Decreto de Criação do Fórum Distrital de Mudanças Climáticas que prevê a criação da Câmara Técnica de Mitigação para a formulação do Plano de Mitigação do DF, financiamento garantido pelo Projeto GEF-PNUMA-MCTI-SEMA e entrega prevista para 2018-2019. 2018 Processo em avaliação.
6210	3	13	Coordenação da Elaboração da Minuta de regulamentação da Política Distrital de Mudanças Climáticas. (SEMA)	21101	10	2016 Processo ainda a ocorrer 2017 Processo em andamento, com financiamento garantido pelo Projeto GEF-PNUMA-MCTI-SEMA e entrega prevista para 2018. 2018 Processo em avaliação.

Análise dos Resultados do Objetivo Específico

2016/2018

SEMA

Em 2016, avançou-se na elaboração e disponibilização de ferramentas de gestão climática, tais como o Inventário e a Regionalização dos cenários de Clima.

Em 2017, para o alcance das ações, a SEMA deu continuidade aos trabalhos, participou de negociação e captou junto ao Projeto Cidades Sustentáveis (MCTIC-PNUMA-GEF) recursos para: a realização de estudos de avaliação dos impactos esperados para os setores de água, uso do solo e energia; a contratação de assessor para facilitar a formulação do Plano Distrital de Mitigação; a contratação de assessor para facilitar a formulação do Plano Distrital de Adaptação; a contratação de assessor para facilitar a formulação da minuta de regulamentação da Política de Clima do DF; manutenção do Fórum Distrital de Mudanças Climáticas; e manutenção do Painel Distrital de Mudanças Climáticas. Além de coordenar várias reuniões para a formulação da minuta do decreto de criação do Fórum, em 2017 foi encerrado o processo de ampla consulta pública iniciado em janeiro, com a realização da segunda reunião preparatória do Fórum, em junho na UnB, com 80 participantes. Já a terceira reunião preparatória do Fórum foi realizada em novembro no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, com 400 participantes, entre representantes de órgãos de governo, do setor privado, da academia e da sociedade civil organizada. Juntos com a SEMA, representantes de todos esses setores formularam a Minuta do Decreto de criação do Fórum de Clima do DF. Também em 2017, a SEMA ocupou-se da criação do Painel Científico Distrital de Mudanças Climáticas, mobilizando cientistas de vários centros de referência local e nacional. Foram realizadas cinco reuniões preparatórias com cientistas do DF para estruturar o Painel e para a construção de acordos para a criação do Painel, contando com o engajamento principal das seguintes instituições: INMET, UNB/CDS, UnB/Hidrologia, INPE, Embrapa Cerrados. Juntos, esses atores elaboraram a minuta da portaria de criação do Painel Científico Distrital de Mudanças Climáticas. Entre 2016 e 2017, a SEMA atuou fortemente em ações de integração da agenda de clima junto a outras secretarias e áreas, tais como: transporte, agricultura, zoneamento ecológico econômico, meio ambiente, água, incêndios florestais, energia, mobilização social, etc., realizando palestras em mais de 30 eventos e alcançando um público estimado de cerca de 1000 pessoas, entre representantes de órgãos de governo, sociedade civil, academia e setor privado. Os recursos foram destinados ao apoio dos eventos para implantação do Fórum Distrital de Clima. Boa parte das ações foram

realizadas sem o aporte de recursos. Esse objetivo ainda está em processo de consolidação. Avançou-se na elaboração e disponibilização de ferramentas de gestão climática, tais como o Inventário e a Regionalização dos cenários de Clima. Espera-se que, com os recursos do GEF, sejam implementadas as demais ações previstas para esse objetivo até o final de 2018.

Em 2018, foi aprimorada a Minuta de Decreto para criação do Fórum Distrital de Mudanças Climáticas e Painel Científico, assim como foi realizada a assinatura do Projeto GEF e dos seus primeiros contratos. Concluiu-se também o processo de negociação e assinatura de ACT para intercâmbio de informações - base de dados do DF.

SEAGRI

A SEAGRI, por meio do Processo nº 070.022.753/ 2012 – Objeto contratual: elaboração de inventário Distrital de emissão por fontes e remoção por sumidouros de Gases de Efeito Estufa – GEE, contratou serviço referente ao objeto contratual supramencionado. O Produto em referência foi entregue em 19/12/2014, sendo sua publicação realizada no ano de 2016, cumprindo-se 100% da ação não orçamentária nº 7. Desde a entrega do produto não foram estabelecidas ações posteriores de consolidação, validação e atualização do inventário de emissões de gases de efeito estufa.

SINESP

Em 2016 as licitações para contratação do Projeto de efficientização do edifício sede da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, no valor previsto de R\$7.485.754,00, foram publicadas no fechamento do exercício e a execução do projeto deu-se em 2017. Este projeto foi o primeiro projeto de efficientização na tipologia Poder Público realizado por Contrato de Desempenho, ou seja, os recursos investidos pela CEB-D foram devolvidos pela ANEEL ao final do projeto, no prazo limitado pela vida útil das ações de eficiência. Foi iniciada também a implementação do “Projeto Agente CEB 3” para atendimento a comunidades de baixa renda. Esse projeto previu o investimento de R\$ 16.630.992,79 para a execução das seguintes ações:

- 30.000 entrevistas de orientação para o uso eficiente de energia;
- 50 palestras socioeducativas;
- Substituição de 7.000 refrigeradores por novos mais econômicos;
- Substituição de 80.000 lâmpadas incandescentes e fluorescentes compactas por Lâmpadas LED; e
- Instalação de 2.000 aquecedores solares, para redução dos gastos com chuveiro elétrico;

Durante o ano de 2016 foram realizadas 3.000 entrevistas, substituídas 4.000 lâmpadas e 777 refrigeradores, além de 25 palestras em Órgãos Públicos, escolas e orientação a grandes clientes, capacitando cerca de 2.000 participantes sobre o uso consciente de energia elétrica tanto em casa quanto no trabalho. Proporcionou-se assim economia de energia nas edificações. Foram disponibilizadas para os centros de ensino e a comunidade em geral sete maquetes energizadas de simulação do consumo de energia elétrica, em residências típicas.

O processo de seleção de projetos de eficiência energética por meio da Chamada Pública EE 2016 teve seu início em 2016, com o objetivo de aportar 10 milhões de reais em benefícios energéticos voltados a todas as classes de clientes da CEB-D.

Quanto a 2017, a licitação referente a instalação da usina solar fotovoltaica foi realizada com sucesso e o contrato foi firmado com valor de R\$ 1.879.000,00. A execução foi iniciada em 2017 os desembolsos estão previstos para 2018.

Finalizou-se a implementação do “Projeto Agente CEB 3” para atendimento a comunidades de baixa renda. O Projeto sofreu um aditivo e o investimento total foi de R\$ 20.616.337,62 para a execução das seguintes ações:

- 37.500 visitas técnicas contemplando cadastramento dos consumidores; orientações para redução de consumo de energia; e identificações de lâmpadas e refrigeradores passíveis de substituição;
- 62 palestras sócio educativas;
- Substituição de 8.750 refrigeradores;
- Substituição de 100.000 lâmpadas incandescentes e fluorescentes compactas por lâmpadas tipo LED;

- Instalação de 2.600 aquecedores solares.

Durante o ano de 2017 foram realizadas 34.500 visitas e foram substituídas 96.000 lâmpadas, 7.973 refrigeradores e instalados 2.600 aquecedores solares, além de 62 palestras em escolas, capacitando cerca de 1.750 participantes sobre o uso consciente de energia elétrica tanto em casa quanto no trabalho proporcionando assim economia de energia nas edificações. Foram disponibilizadas também 3 maquetes energizadas de simulação do consumo de energia elétrica, em residências típicas, para os centros de ensino e a comunidade em geral.

Houve a seleção de 8 Projetos de Eficiência Energética decorrentes da Chamada Pública de PEE 001-2016, cujas execuções estão previstas para 2018, conforme especificado na tabela seguinte:

Descrição	Valor
PEE SECONCI DF	R\$ 342.297,90
PEE CONDOMÍNIO VICTÓRIA OFFICE	R\$ 564.544,94
PEE CONDOMÍNIO LAKE SIDE	R\$ 1.001.770,77
PEE CASA THOMAS JEFFERSON ASA SUL	R\$ 993.442,51
PEE CONDOMÍNIO PARQUE CIDADE	R\$ 757.356,22
PEE ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO	R\$ 1.250.171,81
PEE CASA THOMAS JEFFERSON ASA NORTE	R\$ 807.355,39
PEE CONDOMÍNIO METROPOLITAN FLAT	R\$ 350.736,00
Total	R\$ 6.067.675,54

Foi iniciado em 2017 o processo de seleção de projetos de eficiência energética por meio da Chamada Pública de EE 2017, que têm o objetivo de aportar R\$ 10 milhões em projetos de eficiência energética voltados a todas as classes de clientes da CEB-DIS.

2018

O processo de seleção de projetos de eficiência energética por meio de Chamadas Públicas vem se tornando um método eficaz e capaz de captar projetos que atendam as regras estabelecidas pelo Procedimento do Programa de Eficiência Energética (PROPEE). Esse método iniciou-se em 2015, porém foi aprimorando ao longo dos últimos anos, buscando-se principalmente em 2018 um maior estreitamento com os clientes, através de campanhas de marketing para promover a divulgação dos benefícios e possibilidades de participação no Programa de EE. Obteve-se nesse ano uma grande participação de todas as classes de clientes, com um aumento na quantidade de empresas de conservação de energia (ESCOS) que dão suporte aos interessados. A tendência é que esse método seja ampliado de forma a atender mais clientes, para isso uma fatia maior do orçamento será direcionada para essa aplicação.

A CEB-DIS com o objetivo de atender a comunidades de baixa renda e escolas públicas do DF iniciou a elaboração de dois projetos o primeiro que visa a substituição de lâmpadas e refrigeradores por equipamentos mais eficientes, substituição de chuveiros elétricos equipamentos com reaproveitamento de calor, além da realização de campanhas de conscientização da comunidade, e o segundo projeto que visa à capacitação de professores, para a conscientização de alunos e familiares na metodologia Natureza da Paisagem (PROCEL), que busca a melhoria dos hábitos de consumo de energia pela população. Ambos os projetos estão previstos para início da execução em 2019.

Essas ações fazem parte de algumas estratégias para o alcance dos objetivos do Programa de Eficiência Energética da ANEEL, além de atender a agenda estratégica da CEB-DIS.

CEB

Com a realização bem-sucedida do Plano de Resultados encaminhado à ANEEL, executado em 2015 e 2016, os indicadores de qualidade e confiabilidade no fornecimento de energia elétrica (DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) atingiram a meta estabelecida para dezembro de 2016. Houve grande melhora no DEC, que passou de 15,50 em 2015 para 9,69 em 2016. O FEC, por sua vez, também melhorou consideravelmente, passando de 11,66 em 2015 para 8,08 em 2016. Já em 2017, tínhamos uma meta de DEC estipulada de 13,09 h e alcançamos 8,43h sendo 4,66h melhor do que o planejado. Em relação ao FEC, a meta era de 9,83 interrupções e atingimos 7,10, assim ficamos com 2,73 interrupções melhor do que o planejado para 2017.

Comparando com os resultados de 2016, o DEC passou de 9,69 h para 8,43h em 2017, uma melhoria de 1,26h. O FEC, por sua vez, também melhorou passando de 8,04 interrupções em 2016 para 7,10 em 2017, uma melhoria de 0,94 interrupções por Unidade Consumidora.

Esta grande melhoria nos indicadores DEC e FEC resultou numa excelente avaliação dos clientes da CEB, e assim conquistamos o Prêmio IASC (Índice Aneel de Satisfação do Cliente) de Melhor Distribuidora da Região Centro-Oeste, acima de 400.000 consumidores, além de passarmos do 18º para o 9º lugar na classificação geral entre todas as Distribuidoras de Energia Elétrica do Brasil.

Os indicadores de qualidade e confiabilidade no fornecimento de energia elétrica (DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora e FEC – Frequência equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) atingiram a meta estabelecida para dezembro de 2018. Houve uma pequena variação no DEC, que passou de 8,43 em 2017 para 8,56 em 2018, enquanto que a meta ANEEL para o exercício era de 9,24. O FEC, por sua vez, melhorou consideravelmente, passando de 7,10 em 2017 para 6,03 em 2018, já a meta ANEEL, para este indicador, era de 7,57.

CAESB

A energia elétrica é um dos principais insumos dos processos de produção da Caesb e representa a segunda maior despesa de exploração da Companhia. Com a escassez de energia ocorrida nos últimos anos e consequente aumento das tarifas, especialmente no ano de 2016, o tema se tornou ainda mais relevante para a melhoria operacional da empresa. Dessa forma, buscando garantir a eficiência dos processos operacionais e em atenção ao princípio institucional da responsabilidade ambiental, a Caesb dispõe de um Programa de Eficiência Energética. Em 2016, a Caesb concluiu o Plano de Eficiência Energética que incluiu os estudos e relatórios sobre o tema, bem como a avaliação de viabilidade econômica e financeira dos investimentos a serem realizados. Assim, as ações que contribuíram para os resultados apresentados nesse ano foram:

- Elaboração do Relatório Anual do Consumo de Energia Elétrica da Caesb do ano de 2015;
- Melhorias no Sistema de Gestão de Energia e Eficiência Energética (GCEN);
- Aprovação do Estudo de Viabilidade Técnico-Econômico de Aproveitamento Energético do Biogás, com vistas a construção de usina de biogás na Estação de Tratamento de Esgotos Sul, em parceria com a “U.S. Trade and Development Agency” (USTDA)
- Elaboração do projeto básico e termo de referência da Usina Minigeradora Fotovoltaica de 700kWp para o edifício sede da Caesb;
- Participação da Caesb no Projeto Brasil-Alemanha de Fomento ao Aproveitamento Energético de Biogás no Brasil (PROBIOGÁS);
- Elaboração de relatório sobre avaliação de eficiência energética, viabilidade financeira e competitividade do mercado de motores elétricos em baixa tensão e;
- Publicação da solicitação de proposta para contratação de projetos de eficiência energética e melhorias operacionais em Estações de Tratamento da Caesb, incluindo: eficiência energética em água, eficiência energética em esgoto, substituição de sopradores em quatro estações de tratamento de esgotos (ETE's), implantação de hidrelétrica da ETE Melchior e Melhorias da ETE Sul e Norte, envolvendo a modelagem hidrodinâmica do Lago Paranoá.

Em 2017, a Caesb contratou os projetos do Plano de Eficiência Energética. Assim, as ações que contribuíram para os resultados apresentados foram:

- Contratação de 5 Projetos de Eficiência Energética e melhorias operacionais em Estações de Tratamento da Caesb, incluindo: eficiência energética em água, eficiência energética em esgoto, substituição de sopradores em quatro estações de tratamento de esgotos (ETE's), implantação de hidrelétrica da ETE Melchior e Melhorias da ETE Sul e Norte, envolvendo a modelagem hidrodinâmica do Lago Paranoá.
- Nota Técnica sobre o Mercado Livre de Energia na CAESB;
- Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica de Usina de Biogás na ETE Sul;
- Contratação da obra da Usina Minigeradora Fotovoltaica de 700 kWp para a Sede (parceria com SSA);
- Implementação do Ateste Eletrônico de faturas de energia elétrica via sistema GCEN (parceria com PRT, CCO, PGO e PPA);
- Emissão de Relatórios Anual e Trimestrais sobre Consumo de Energia Elétrica na CAESB.

Em 2018, a CAESB desenvolveu as seguintes ações que contribuíram para o Plano de Eficiência Energética:

- Projeto de Hidrelétrica na ETE Melchior / Samambaia. Envio para licitação da obra;
- Projeto de Eficiência Energética da EAB Santa Maria (substituição dos Conjuntos Motor-Bombas). Envio para licitação da obra;
- Inauguração da Usina Minigeradora Fotovoltaica de 700 kWp para a Sede da CAESB;
- Gestão de 5 Projetos de Eficiência Energética;
- Contratação de projetos de Biogás para 5 ETES;
- Ateste Eletrônico mensal de faturas de energia elétrica via sistema GCEN;
- Emissão de Relatórios Anual e Trimestrais sobre Consumo de Energia Elétrica na CAESB;

METRÔ

Em 2016, o METRÔ-DF definiu diretrizes prioritárias para o Programa Metrô Sustentável que se destacam:

- Racionalização do consumo de energia elétrica

Nesse sentido, o METRÔ-DF está alinhada à vertente da responsabilidade sustentável como compromisso institucional. Destaca-se a contratação de implantação de Placas Fotovoltaicas, montagem e instalação de sistema de energia solar fotovoltaica na Guariroba que efetivará no início de 2017, no valor total de R\$ 873.874,00 (oitocentos e setenta e três mil, oitocentos e setenta e quatro reais).

Em 2017, o sistema de energia solar fotovoltaica na Guariroba foi implantado e encontra-se na fase de operação assistida (monitoramento).

2018

A contribuição do Metrô para o Objetivo Específico 003 – ENERGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS: Garantir o fornecimento de energia elétrica, a eficiência energética e diversificação da matriz, bem como adaptar e mitigar as mudanças climáticas, está diretamente ligada a meta número 12 a qual foi excluída do PPA, conforme Decreto nº 39.461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019. Diante disto não há contribuição desta Companhia para este objetivo.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

004 – SANEAMENTO AMBIENTAL: Garantir serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial e gestão de resíduos sólidos, com regularidade e qualidade, assegurando a proteção ao meio ambiente e à saúde da população.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

22.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS DO DF – SINESP

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	4	1	Expandir a infraestrutura para resíduos sólidos; (SLU)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	10	50	80		80,0
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	4	2	Fortalecer a gestão de saneamento básico; (SINESP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	15	80	90		90,0
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	4	3	Implantar sistema de logística reversa para tipos prioritários de resíduos – construção civil, perigosos, hospitalares, tóxicos, pneus e PET; (SINESP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	20	30	45		45,0
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	4	4	Otimizar e expandir o sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário; (CAESB)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	19	56	19		19,0
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	4	5	Ampliar a capacidade de atendimento e cobertura de serviços – condomínios horizontais, áreas de baixa renda e região do Grande Colorado e Vicente Pires; (CAESB)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	33	43	12		12,0
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	4	6	Automatizar os sistemas operacionais; (CAESB)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	9	76	82		82,0
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	4	7	Otimizar e expandir os sistemas de manejo/drenagem de águas pluviais urbano e rural; (SINESP)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	20	50	55		55,0
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	4	8	Elaborar 550 Projetos Individuais da Propriedade – PIP; (EMATER)	500	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	137	182	352		70,4
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	4	9	Construção e operacionalização de 3 Áreas de Transbordo e Triagem – ATTR, até 2018. (EP) (SLU)	3	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0		0,0
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	4	10	Construção de 03 centros de triagem de resíduos e 01 Central de Comercialização; (SEMA) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	10	20	63		63,0

Análise Qualitativa**1. Expandir a infraestrutura para resíduos sólidos (SLU);**

2016

Em áreas como o Sol Nascente e o Pôr do Sol foram incluídos os caminhões compactadores de pequeno porte para fazerem a coleta porta a porta em regiões de difícil acesso, assim como implantados os papa lixos que são containers semienterrados de 5 m3 para acondicionamento dos resíduos indiferenciados. 10 containers semienterrados foram instalados. Foi ainda contratada a coleta seletiva operada por catadores de materiais recicláveis em 5 regiões administrativas. Visando um maior controle na prestação dos serviços sob responsabilidade do SLU, tem-se trabalhado no sentido de modernizar seu parque tecnológico. O sistema, para o cadastramento de grandes geradores, de coletores de resíduos da construção civil, além de sistema online de medição das pesagens está em andamento e alguns destes serviços estão implantados. Foi inovado o mecanismo de pintura de meio fio, utilizando-se de pintura mecanizada visando maior segurança aos trabalhadores em pistas de rolamento de alta velocidade, em canteiros centrais de pistas e avenidas, sendo gerado ainda ganhos na produtividade e na qualidade da aplicação do produto. Com a aprovação da Lei 5.610/2016 regulamentada pelo Decreto 37.568/2016 que desobriga o Estado do gerenciamento dos resíduos dos grandes geradores o SLU se capacitou para a implantação deste novo modelo que terá sua implementação definitiva a partir de 2017. Com relação à Lei que regulamenta a gestão dos Resíduos da Construção Civil, foi aprovado no âmbito do Comitê Gestor de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos (CORC) e publicado em 18/11/2016, o Decreto Nº 37.782/2016 que regulamenta o manejo destes resíduos no Distrito Federal. Coube ao SLU o desenvolvimento e a implantação do sistema que viabilizará o acompanhamento do cumprimento de todas as atividades dos contratantes, dos contratados e da disposição final dos resíduos. A construção de Pontos de Entrega Voluntária – PEV's, posteriormente denominados "Papa entulhos", teve início em setembro de 2016, com 7 unidades em obras ao final do ano. O Aterro Sanitário de Brasília, licenciado pelo IBRAM, atingiu condições operacionais, sendo sua inauguração postergada para início do ano 2017.

2017

A expansão da infraestrutura de resíduos sólidos é um programa pertinente, que envolve, além da construção de novas unidades, a reforma e ampliação das unidades existentes. Nesse sentido, no ano de 2017 foi inaugurado o Aterro Sanitário de Brasília. Esse empreendimento é a principal ampliação da infraestrutura de gestão de resíduos sólidos no Distrito Federal. Além disso, o SLU locou 5 galpões para abrigar provisoriamente os catadores de materiais recicláveis que atuavam no Lixão da Estrutural. Isso porque estão sendo construídas duas Instalações de Recuperação de Resíduos (IRR) para abrigar definitivamente esses trabalhadores e, outras duas unidades, encontram-se em fase final de licitação. Ademais, foram construídas 7 unidades do tipo "papa entulho", destinada a receber e armazenar resíduos da construção civil, reduzindo, assim, a quantidade desses resíduos disposta irregularmente nas ruas e logradouros públicos. Por fim, cumpre ressaltar a instalação de mais três unidades de "papa lixo" no Sol Nascente, onde já funcionavam dez unidades, destinadas a recepcionar os resíduos sólidos urbanos gerados em locais de difícil acesso aos caminhões de coleta.

2018

Dando continuidade à expansão da infraestrutura para resíduos sólidos, foram instalados outros 86 papa-lixos, totalizando 99 papa-lixos instalados em áreas de difícil acesso. Com o encerramento das atividades de deposição de resíduos domiciliares no aterro do Jóquei, foi inaugurado no mesmo local a Unidade de Recebimento de Entulhos - URE, com a finalidade de receber, sob controle do sistema e-RCC, os resíduos da construção civil e entulhos. Controles de transporte de resíduos - CTR's foram emitidos pelos transportadores de resíduos da construção civil, documento necessário para o recebimento de cargas na URE. Foram inauguradas outras duas unidades de papa-entulhos, na Asa Sul e Brazlândia, sendo que outra unidade localizada na Ceilândia está prevista para inauguração no início do ano 2019. Foi construído Centro de Triagem de Materiais Recicláveis na área da usina do P-sul, bem como ampliada outra unidade localizada no SCIA. Foram desalugados 2 galpões adaptados para centros de triagem. O sistema para cadastramento de grandes geradores, realizado pelo sistema de gestão integrado - SGI implantado desde o ano 2016, está operando normalmente, com adesão gradativa dos grandes geradores e transportadores. A reforma e readequação da operação das usinas de compostagem e tratamento mecânico-biológico da Asa Sul e do P-Sul, com recursos do GDF e do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID são ações previstas no planejamento estratégico dentro do programa Brasília Sustentável II, porém ainda não efetivadas. Agregando-se estas infraestruturas ao sistema de gestão de resíduos sólidos, o SLU oferece à população do DF melhores condições para recepção e tratamento dos resíduos sólidos gerados.

2. Fortalecer a gestão de saneamento básico (SINESP);

2016

Está em fase de elaboração o Plano Distrital de Saneamento Básico - PDSB e o Plano Distrital de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos – PDGIR, esses dois Planos apresentarão uma série de programas, objetivos, metas e mecanismos de controle, que vão permitir uma maior eficiência na gestão do saneamento básico e fortalecerão as instituições do Distrito Federal, além de possibilitar o melhor planejamento nos investimentos a serem realizados. Os Planos estão sendo elaborados pelo GDF, por meio de uma Comissão Técnica composta pelos seguintes órgãos: SINESP, SEMA, ADASA, NOVACAP, SLU e CAESB, presidido pela SINESP, também foi contratada uma empresa de consultoria com o objetivo de prestar apoio na elaboração dos Planos, contratada pela ADASA (Contrato nº 22/2016 - ADASA), para lastrear tecnicamente as propostas que serão apresentadas à Câmara Legislativa, como projeto de lei. A expectativa é de que até o mês de outubro de 2017 o texto, dos Planos estejam prontos para envio à Casa Legislativa do Distrito Federal. Quanto ao andamento dos trabalhos reportamos que foi finalizada a fase de diagnóstico situacional, sendo realizada Audiência Pública para divulgação dos dados levantados e coleta de críticas e sugestões para refinamento do produto, atualmente estamos na fase de prognóstico e **definição de metas e mecanismos para a aferição dos avanços na gestão do saneamento no DF. Oportunamente ressaltamos a importância de se garantir a disponibilização de recursos financeiros** para a finalização dos trabalhos de elaboração dos Planos PDSB / PDGIRS, o valor a ser destacado para o cumprimento desta meta: R\$ 2.468.556,25.

2017

Finalizada a fase de elaboração do Plano Distrital de Saneamento Básico - PDSB e do Plano Distrital de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos – PDGIRS, restando os trâmites para a posituação dos dois instrumentos, sendo o primeiro por meio de Lei e o segundo por Decreto, com expectativa de publicação em 2018. Esses dois Planos apresentarão uma série de programas, objetivos, metas e mecanismos de controle que vão permitir uma maior eficiência na gestão do saneamento básico e fortalecerão as instituições do Distrito Federal, além de possibilitar o melhor planejamento nos investimentos a serem realizados. Oportunamente destaca-se a importância de se considerar as metas e diretrizes consignadas nos dois Planos para o estabelecimento da próxima política orçamentária para o Distrito Federal, com vistas à execução dos projetos propostos nas respectivas políticas.

2018

No ano de 2018 a SINESP instruiu o processo de envio do Projeto de Lei para a instituição do Plano Distrital de Saneamento Básico - PDSB, sendo protocolado na Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF o Projeto de Lei nº 1.924/2018, distribuído às Comissões de Constituição e Justiça – CCJ e de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo – CDESCTMAT, não tendo obtido aprovação da Casa Legislativa até o encerramento do exercício.

Com a aprovação do Projeto de Lei e respectiva edição de Lei de implementação deste instrumento em 2019, deverá ser iniciado o acompanhamento quanto ao cumprimento dos objetivos e metas definidos pelo PDSB e atuação de forma ativa para a estruturação de políticas que auxiliem no atendimento das diretrizes previstas no Plano.

Quanto ao Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PDGIRS, em 2018 foi editado o Decreto nº 38.903, de 06 de março de 2018, que aprova o Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

Ainda em relação ao fortalecimento da gestão de saneamento básico cabe destacar que no ano de 2018 foi instalado o Conselho de Saneamento Básico do Distrito Federal – CONSAB, sendo realizadas 07 (sete) reuniões, com discussões de temas afetos a gestão do saneamento no DF e emitida recomendação ao Governador do Distrito Federal quanto a prioridade de proposição de Projeto Lei do PDSB, providência esta adotada pelo então Chefe do Poder Executivo

3. Implantar sistema de logística reversa para tipos prioritários de resíduos – construção civil, perigosos, hospitalares, tóxicos, pneus e PET (SINESP);

2016

No que se refere à implementação da logística reversa dos resíduos da construção civil, em 2016 foi publicada o Decreto nº 37.782, de 18/11/2016, que regulamenta o art. 24 da Lei nº 4.704, de 20/12/2011, que dispõe sobre a gestão integrada de resíduos da construção civil e de resíduos volumosos. O decreto institui o Sistema de Informações sobre a Gestão de Resíduos da Construção Civil do Distrito Federal, que foi objeto de regulamentação pelo CORC/DF. O SLU realizou o certame licitatório para a contratação do desenvolvimento do Sistema, porém, a execução foi frustrada, assim o Serviço de Limpeza Urbana está finalizando a instrução para lançamento de nova licitação. Concomitantes as ações do SLU, a SINESP vem trabalhando juntamente a TERRACAP e ao SLU para a elaboração do Projeto Básico, que subsidiará o certame para a cessão dos terrenos onde deverão ser instalados as Áreas de Transbordo e Triagem de Resíduos da Construção Civil e Volumosos – ATTRs, tal ação deverá estar finalizada até o final do ano de 2017.

Quanto aos demais tipos de resíduos previstos no programa de logística reversa não são de responsabilidade desta Secretaria, sendo os acordos setoriais para a implantação da logística reversa responsabilidade da Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA, por força da Lei Federal nº 12.305, de 02/08/2010, que *Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12/02/1998; e dá outras providências.*

2017

Foi lançado edital de licitação para unidades de transbordo, triagem e reciclagem de RCC – ATTR. A implantação do Sistema de Gestão de Resíduos de Construção Civil, (e-RCC) foi complementada com a publicação da resolução 1/2017 do Comitê Gestor do Plano Distrital de Gestão de Resíduos de Construção Civil – CORC/DF, que estabeleceu procedimentos de cadastramento de transportadores de Resíduos de Construção Civil e Volumosos no Distrito Federal, bem como especificou a sinalização a ser incluída nos equipamentos e veículos utilizados para coleta e transporte. Foram instalados pontos de entrega de resíduos para pequenos geradores de RCC e volumosos (papa entulho), e iniciou-se o procedimento de cadastramento de grandes geradores, que passaram a ser responsáveis pela coleta e transporte de seus resíduos recicláveis, que juntos compõem a estratégia de gestão de resíduo visando reduzir a disposição inadequada do material em áreas públicas.

2018

No ano de 2018 o Sistema e-RCC passou a ser operado e com isso a entrada de resíduos sólidos provenientes de construção civil na Unidade de Recebimento da Estrutural – URE (antigo aterro controlado da estrutural) passou a ser controlada, porém como todo novo sistema constata-se necessidade de alguns ajustes para seu pleno funcionamento. Quanto ao procedimento licitatório referentes à cessão das áreas onde deverão ser instalados as Áreas de Transbordo e Triagem de Resíduos da Construção Civil e Volumosos – ATTRs, este teve sua tramitação paralisada por decisão do TCDF que solicitou esclarecimentos à TERRACAP, assim tão logo se realize o julgamento das questões apresentadas pela Corte de Contas o certame poderá ser retomado.

4. Otimizar e expandir o sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário (CAESB);

2016

A Caesb tem investido significativamente em obras para otimizar e expandir o sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Os principais empreendimentos que contribuíram para o alcance dos resultados em 2016 foram:

- Recuperação do reservatório de Sobradinho (concluído);
- Implantação de melhorias operacionais nas Estações de Tratamento de Esgotos Sul e Norte de Brasília (concluído);
- Implantação do sistema de reservação do Noroeste (concluído)
- Implantação da 1ª etapa do sistema de esgotamento sanitário do Noroeste (concluído);
- Ampliação do sistema de abastecimento de água do SMPW e Aeroporto Internacional JK (em andamento);
- Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Setor de Clubes Esportivos Sul no Lago Sul (em andamento);

- Implantação da unidade de gerenciamento de lodo na Estação de Tratamento de Esgoto de Melchior (em andamento);
- Implantação da Estação de Tratamento de Água de Corumbá (em andamento), dentre outros.

2017

Os principais empreendimentos que contribuíram para o alcance dos resultados em 2017 foram:

- Subsistema Produtor de Água do Bananal (concluído);
- Remanejamento das adutoras de água tratada da EPIG no Sudoeste/DF (concluído);
- Perfuração de 4 poços nos núcleos rurais de Rajadinha, Chapada, Capão Seco, e Cerâmica Dom Bosco (concluído);
- Implantação de redes de abastecimento nos Núcleos Rurais de Taquara, Fazenda Larga e Capão Seco (concluído);
- Implantação de sistema de abastecimento do Núcleo Rural Ozziel Alves, incluindo poço, UTS e Reservatório (concluído);
- Implantação de 02 reservatórios metálicos de 50 m³ nos Núcleos Rurais de Buriti Vermelho e Capão Seco (concluído);
- Subsistema Produtor de Água do Lago Norte (concluído);
- Reabilitação da captação do Alagado (concluído);
- Interligação do Total Ville à rede de abastecimento do Pólo JK (concluído);
- Melhorias na Estação de Tratamento de Água de Brasília (concluído);
- Reforço no sistema de distribuição de água dos Hospitais de Base, Sarah Kubitschek e Forças Armadas (concluído);
- Implantação de novo poço profundo em São Sebastião/DF (concluído)
- Sistema Produtor de Água do Corumbá (em andamento);
- Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do SMPW e Adutoras de Reforço do SMPW e Aeroporto Internacional JK no Park Way (em andamento);
- Complementação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Lago Sul (5ª Etapa) (em andamento);
- Implantação da Unidade de Gerenciamento de Lodo na Estação de Tratamento de Esgoto Melchior em Samambaia (em andamento);
- Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Setor de Clubes Esportivos Sul no Lago Sul (em andamento);
- Complementação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Setor Residencial Oeste de Samambaia (em andamento);
- Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário nas regiões do Setor de Mansões Park Way, Colônia Agrícola Águas Claras, Vila IAPI e Colônia Agrícola Bernardo Sayão no Park Way (em andamento);
- Complementação das obras do sistema de exportação de esgotos, abrangendo linha de recalque, interceptor e Estação Elevatória de Esgotos Águas Claras, Estação Elevatória de Esgotos Parque Águas Claras e QS 11 em Taguatinga (em andamento)

2018

- 1) Sistema Produtor de Água do Corumbá (**Em andamento**); **Execução 90%**
- 2) Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do SMPW e Adutoras de Reforço do SMPW e Aeroporto Internacional JK no Park Way; **Executado 90%**
- 3) Complementação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Lago Sul (5ª Etapa) (**Concluída**);
- 4) Implantação da Unidade de Gerenciamento de Lodo na Estação de Tratamento de Esgoto Melchior em Samambaia (**Concluída**);
- 5) Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Setor de Clubes Esportivos Sul no Lago Sul (**Em fase de conclusão**); **Execução 95%**
- 6) Complementação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Setor Residencial Oeste de Samambaia (**concluído**);
- 7) Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário nas regiões do Setor de Mansões Park Way, Colônia Agrícola Águas Claras, Vila IAPI e Colônia Agrícola Bernardo Sayão no Park Way (**em andamento**); **Execução 24%**.
- 8) Complementação das obras do sistema de exportação de esgotos, abrangendo linha de recalque, interceptor e Estação Elevatória de Esgotos Águas Claras, Estação Elevatória de Esgotos Parque Águas Claras e QS 11 em Taguatinga (**Concluída**);
 - i. Esgotos Parque Águas Claras e QS 11 em Taguatinga (**Concluída**);

- 9) Execução das obras/serviços de implantação do Centro de Reservação no Sistema de Abastecimento de Água do Descoberto, Balão do Periquito (reservatório Apoiado - RAP.RF2.001 e segunda câmara do Reservatório de Equalização existente REQ-GAM e rede de interligação) em Riacho Fundo II, Brasília/DF. **(Em andamento) Execução 5%**;
- 10) Execução de obras/serviços de implantação das redes coletoras públicas, ramais condominiais, sifão invertido e estações elevatórias de esgotos com suas linhas de recalque, no Setor de Mansões Sobradinho, 2ª Etapa, em Sobradinho, no Distrito Federal. **(Em andamento) Execução 90%**;
- 11) Contratação de empresa para execução de remanejamento de quatro interceptores: Interceptor 414 Sul - ETE Sul - Brasília; Interceptor AE 2 AE 4 - IAPI - Guará; Intereceptor AR24 - Sobradinho II; e Interceptor Q 07 ETE Sobradinho - Sobradinho, localizador no Distrito Federal. **(Em andamento) Execução 90%**;
- 12) Execução de obras/serviços das Estações Elevatórias de Esgoto E.EEB.SPW.002 (EEB 6) e E.EEB.RF1.001 (EEB7) e suas respectivas Linhas de Recalque, que integram o sistema de esgotamento sanitário do SMPW Qd. 01 a 05, Colônia Agrícola de Águas Claras e outras. **(Em andamento) Execução 30%**;
- 13) Execução de obras de implantação das melhorias no sistema de abastecimento de água da Fercal, Sobradinho II/DF. **(Em andamento) Execução 35%**;
- 14) Obras de implantação do Interceptor São Sebastião 05 (E.INT.SSB.005) para atendimento de Complexo Penitenciário da Papuda, no Distrito Federal. **Executado 47%**;
- 15) Execução de Obras de Revitalização da EEB Lago Norte AE IV (EEB.LNT.003), que contempla as melhorias operacionais em sua linha de recalque E.LRE.LNT.003. **(Concluída)**;
- 16) Fornecimento, Instalação, Comissionamento e Operação Assistida de Sistema de Tratamento de Água para Abastecimento Público, utilizando Membranas de Ultrafiltração, com capacidade de produção de 320 L/s, a ser implantado no Setor EQ 1/2, no Gama, no Distrito Federal. (ETA Gama) **(Em fase de conclusão)**;
- 17) Execução das obras de remanejamento do interceptor Planaltina 03, no trecho do Setor Tradicional - Planaltina/DF. **(Em andamento) Execução 90%**;
- 18) Execução de obras de implantação das adutoras Alagado e Olho D'Água e do Interceptor de rejeito da Estação de Tratamento de Água Gama, no Gama, Distrito Federal. **(Em fase de conclusão) Execução 75%**;
- 19) Execução das obras para implantação das redes coletoras públicas, ramais condominiais e uma estação elevatória de esgotos com sua linha de recalque, no Setor de Mansões de Sobradinho, em Sobradinho II - DF. **(Em conclusão)**.

5. Ampliar a capacidade de atendimento e cobertura de serviços – condomínios horizontais, áreas de baixa renda e região do Grande Colorado e Vicente Pires (CAESB);

2016

A ampliação da capacidade de atendimento e cobertura de serviços aos Condomínios Horizontais, às áreas de baixa renda e à região do Grande Colorado e Vicente Pires busca oferecer serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos em áreas de ocupação espontânea e em processo de regularização. Os principais investimentos que contribuíram para os resultados alcançados foram:

- Complementação do sistema de esgotamento sanitário do Setor Sol Nascente em Ceilândia (em andamento);
- Implantação da Estação Elevatória de Esgotos, Linha de Recalque e Poço de Segurança no Setor Habitacional Ribeirão em Santa Maria (em andamento);
- Implantação do sistema de esgotamento sanitário de Águas Lindas (em andamento);
- Interligação do sistema de esgotamento da região oeste de Vicente Pires (conclusão de 6.000 novas ligações);
- Implantação da 1ª etapa do sistema de esgotamento sanitário do Setor de Mansões de Sobradinho II (em andamento);
- Implantação da 3ª etapa do sistema de esgotamento sanitário na região do Grande Colorado, Setor Colorado, em Sobradinho II (em andamento);
- Implantação da 1ª etapa do sistema de esgotamento sanitário na região do Grande Colorado, Setor Bela Vista e Condomínio RK, em Sobradinho II (em andamento);
- Implantação do sistema de esgotamento sanitário do Setor de Mansões Dom Bosco (em andamento);
- Implantação do sistema de esgotamento sanitário nos condomínios La Font no Paranoá; Mansões Entre Lagos e Novo Horizonte no Itapoã; (em andamento);
- Implantação da 1ª etapa do sistema de esgotamento sanitário do Setor Habitacional São Bartolomeu no Jardim Botânico (em andamento), dentro outros.

Importante faz-se destacar que os empreendimentos realizados tanto para consecução da meta 4, quanto da meta 5, implicam diretamente na melhoria dos indicadores de Aumento da Capacidade Instalada de Produção e do Índice de Atendimento Urbano de Esgoto. Este último indicador superou, em 2016, as expectativas de resultados desejáveis para o período de 2017 e 2018.

2017

Os principais investimentos que contribuíram para os resultados alcançados nesse ano foram:

- Complementação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Sol Nascente em Ceilândia - bacias B e C (concluído);
- Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Inkra 08 em Brazlândia, incluindo Estação Elevatória de Esgotos, linha de recalque, sifão invertido e complementação das redes públicas e ramais condominiais (concluído);
- Implantação da Estação Elevatória de Esgotos, Linha de Recalque e Poço de Segurança no Setor Habitacional Ribeirão em Santa Maria (concluído);
- Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário no Setor de Mansões Dom Bosco no Lago Sul (concluído);
- Implantação de Estação Elevatória de Esgoto e linha de recalque do Setor ARIS Burity em Sobradinho (concluído);
- Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário no Setor Habitacional Porto Rico, em Santa Maria (concluído);
- Adequação e recuperação das redes de esgoto (incluindo travessias aéreas) em Vicente Pires (concluído);
- Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Setor de Mansões de Sobradinho II - 1ª Etapa (em andamento);
- Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Águas Lindas/GO-Entorno (em andamento);
- Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário na Região do Grande Colorado - Setor Colorado em Sobradinho II - 3ª Etapa (em andamento);
- Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário da 1ª Etapa da Região do Grande Colorado em Sobradinho - Setor Boa Vista I, II, III e IV e Condomínio Residencial RK, constituído de rede pública, ramal condominial, coletor tronco, sifões e interceptor (em andamento);
- Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário nos Condomínios La Font no Paranoá; Mansões entre Lagos e Novo Horizonte no Itapoã (em andamento);
- Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Setor de Mansões de Sobradinho II - 2ª Etapa (em andamento).

2018

- 1) Obras de implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário da 2ª Etapa da Região do Grande Colorado, no Setor Habitacional Contagem I. **(Em andamento) Execução 95%; 2) Execução, pela CONTRATADA, das obras/serviços de implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário no Setor Habitacional Sol Nascente - Trecho 3 - Região D, abrangendo redes coletoras públicas, ramais condominiais, ligações prediais e remanejamento dos interceptores 01 e 05 de Ceilândia. (Em andamento) Execução 60%; 3) Execução das obras de Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário na Bacia G do Setor Sol Nascente, em Ceilândia/DF. (Em andamento) Execução 24%;**
- 2) Implantação, pela CONTRATADA, da Subadutora de Água Tratada Grande Colorado/Sobradinho 033 (1º Trecho), em Sobradinho/DF. **(Em fase de conclusão) Execução 80%;**
- 3) Execução das obras de remanejamento dos Interceptores Ceilândia 01 (INT.CEI.001) e Ceilândia 03 (INT.CEI.003), em Ceilândia/DF. **(Em andamento) Execução 9%;**
- 4) Adequação do Sistema de Abastecimento de Águas Lindas de Goiás, composto pela implantação do reservatório RAP-AL1, juntamente com a implantação de uma UTS (Unidade de Tratamento Simplificado) e dois Boosters, readequação de 14 (quatorze) poços profundos, implantação das subadutoras da zona alta e baixa, interligação da rede de distribuição existente nas adutoras da zona 01 (um) e adequação e remanejamento de redes existentes, em Águas Lindas de Goiás/GO. **(Em andamento) Execução 40%;**

6. Automatizar os sistemas operacionais (CAESB);

2016

A meta de automação dos sistemas operacionais se refere ao programa corporativo de infraestrutura tecnológica que oferece serviços mais confiáveis e sem a necessidade de atuação humana na execução de atividades operacionais da Caesb e que exijam exposição a agentes danosos à saúde. O programa possibilita, também, a utilização de recursos de forma mais eficiente e eficaz, gerando economia e maior disponibilidade operacional. Entre os objetivos específicos do programa têm-se:

- Utilização de tecnologias eficientes, incluindo a substituição de equipamentos obsoletos;
- Sistematização dos procedimentos;
- Monitoramento de resultados operacionais;
- Otimização de recursos;
- Maximização do uso da infraestrutura;
- Melhoria da qualidade dos serviços prestados aos consumidores;
- Padronização de soluções operacionais da Caesb; e
- Redução dos custos operacionais e de manutenção dos sistemas.

Dessa forma, em 2016 foram adquiridos equipamentos e materiais, tanto para automação do sistema de esgotamento sanitário, de forma geral, quanto para o sistema de abastecimento de água, os quais foram instalados em diversas unidades operacionais da Caesb.

2017

As aquisições e instalações de equipamentos para automação das unidades industriais do sistema de abastecimento de água e de esgotamento sanitário continuaram em 2017, visando a maximização na utilização das instalações industriais, gerando economia e maior disponibilidade operacional.

Em 2017 foi iniciado um programa de automatização do completa do controle do sistema de produção de água, estando funcionando no sistema de produção de Brazlândia um projeto piloto, que tem obtido ótimos resultados.

Os objetivos do programa forma mantidos, visando uma gestão mais eficiente e eficaz do parque industrial.

2018

- Execução de 50% do contrato de automação dos Distritos de Medição Controlada (DMC), com a entrega de 75% das unidades funcionando por supervisão remota.
- Melhoria no sistema de Aeração da ETE.BSB.001 com maior eficiência e confiabilidade.
- Funcionamento da ETA.PRN.001 de forma autônoma e desassistida durante período noturno.
- Início do contrato de implantação da supervisão e controle de 56 unidades rurais.
- Os resultados da implantação do sistema de produção autônomo de Brazlândia foram consolidados com ótimos resultados em eficiência energética, eficiência operacional e serão expandidos em 2019.

7. Otimizar e expandir os sistemas de manejo/drenagem de águas pluviais urbano e rural (SINESP);

2016

A Secretaria está trabalhando em duas frentes. A primeira no âmbito das obras civis de infraestrutura nas áreas desprovidas de sistemas de manejo de águas pluviais, tais como, os Setores Habitacionais Sol Nascente, Buritizinho, Ribeirão (Porto Rico), Bernardo Sayão, entre outras áreas inseridas na estratégia de regularização do Distrito Federal, constante do Plano Diretor de Ordenamento do Território – PDOT, além do desenvolvimento de projetos para a requalificação de sistemas existentes como no caso do Drenar DF, que estão em fase final de contratação para sua execução. E a segunda na área de planejamento, gestão e fortalecimento institucional, por meio da elaboração do Plano Distrital de Saneamento Básico - PDSB e do Plano Distrital de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos – PDGIRS. Esses dois Planos possibilitarão a tomada de decisão dos gestores do sistema de drenagem pluvial, quanto aos investimentos necessários para ampliar e aperfeiçoar o sistema e definição das áreas prioritárias para recebimento desses investimentos. Outro ponto relevante para a otimização do sistema e que será apresentado no PDSB, é uma proposta

de solução estruturante (financeira e administrativa) para a gestão do sistema de drenagem pluvial. Oportunamente destaca-se a importância de se garantir a disponibilização de recursos financeiros para a finalização dos trabalhos de elaboração dos Planos PDSB / PDGIRS. O valor a ser alocado para o cumprimento desta meta é de R\$ 2.468.556,25.

2017

Neste ano deu-se continuidade a duas frentes anteriormente descritas, sendo promovidas obras civis de infraestrutura nas áreas desprovidas de sistemas de manejo de águas pluviais, tais como, nos Setores Habitacionais Sol Nascente, Buritizinho, Ribeirão (Porto Rico), Bernardo Sayão, entre outras áreas inseridas na estratégia de regularização do Distrito Federal, constante do Plano Diretor de Ordenamento do Território – PDOT, além do desenvolvimento de projetos para a requalificação de sistemas existentes como no caso do Drenar DF, que estão em fase final de contratação para sua execução. Em relação a segunda frente foi finalizada a fase de elaboração do Plano Distrital de Saneamento Básico - PDSB e do Plano Distrital de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos – PDGIRS, restando os trâmites para a positivação dos dois instrumentos, sendo o primeiro por meio de Lei e o segundo por Decreto, que deverão ser publicados no ano de 2018. Esses dois Planos possibilitarão a tomada de decisões dos gestores do sistema de drenagem pluvial, quanto aos investimentos necessários para ampliar e aperfeiçoar o sistema e definição das áreas prioritárias para recebimento desses investimentos. Outro ponto relevante para a otimização do sistema, e que será apresentado no PDSB, é uma proposta de solução estruturante (financeira e administrativa) para a gestão do sistema de drenagem pluvial. Oportunamente destaca-se a importância de se considerar as metas e diretrizes consignadas nos dois Planos para o estabelecimento da próxima política orçamentária para o Distrito Federal, com vistas à execução dos projetos propostos nas respectivas políticas.

2018

No ano de 2018 foi dada continuidade as obras civis de infraestrutura nas áreas desprovidas de sistemas de manejo de águas pluviais, tais como, nos Setores Habitacionais Sol Nascente, Buritizinho, Ribeirão (Porto Rico), Vicente Pires, entre outras áreas inseridas na estratégia de regularização do Distrito Federal, constante do Plano Diretor de Ordenamento do Território – PDOT, além do desenvolvimento de projetos para a requalificação de sistemas existentes. No que concerne às contratações dos certames relativos ao denominado Programa Drenar DF previstas para intervenções de drenagem pluvial no Plano Piloto e em Taguatinga, estas não foram efetivadas em cumprimento a Decisões proferidas pelo TCDF.

Em relação ao Plano Distrital de Saneamento Básico – PDSB e ao Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PDGIRS, conforme relatado no pronunciamento acerca da meta 2 - *Fortalecer a gestão de saneamento básico*, em 2018, a SINESP instruiu o processo de envio do Projeto de Lei para a instituição do PDSB, sendo protocolado na Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF o Projeto de Lei nº 1.924/2018, distribuído às Comissões de Constituição e Justiça – CCJ e de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo – CDESCTMAT, não tendo obtido aprovação da Casa Legislativa até o encerramento do exercício. Com a aprovação do Projeto de Lei e respectiva edição de Lei de implementação deste instrumento em 2019, deverá ser iniciado o acompanhamento quanto ao cumprimento dos objetivos e metas definidos pelo PDSB e atuação de forma ativa para a estruturação de políticas que auxiliem no atendimento das diretrizes previstas no Plano. Quanto ao PPDGIRS, em 2018 foi editado o Decreto nº 38.903, de 06 de março de 2018, que aprova o Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

8. Elaborar 550 Projetos Individuais da Propriedade – PIP (EMATER);

2016

Os Projetos Individuais da Propriedade - PIP é um importante projeto de intervenção na área em estudo para minimizar os impactos ambientais utilizando práticas conservacionistas como proposta de ação, contemplando os usos do solo e as práticas ambientalmente adequadas a serem implementadas, para que o produtor possa ser remunerado pelos serviços ambientais prestados.

2017

Os projetos individuais da PIP elaborados para intervenção na área em estudo atenderam a contento em relação a minimização dos impactos ambientais antrópicas conforme proposta de ação para 2017.

2018

Foram elaborados 33 Projetos Individuais de Propriedade - PIP's no ano de 2018.

9. Construção e operacionalização de 3 Áreas de Transbordo e Triagem – ATTR, até 2018 (EP) (SLU);

2016

Não houve execução financeira no programa de trabalho “Construção de áreas de transbordo e triagem – ATTR”. Esta responsabilidade ficou por conta da SINESP. Uma área cedida pela Secretaria do Patrimônio da União – SPU, em Sobradinho, será utilizada em consonância com as indicações do Plano Distrital de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos Urbanos em elaboração. O SLU tem como desafio para 2017 elaborar o projeto de uso desta área, indicada para área de transbordo e triagem.

2017

Não houve execução financeira no programa de trabalho “Construção de áreas de transbordo e triagem – ATTR”. Esta responsabilidade ficou a cargo da SINESP. No dia 29 de março de 2018 foram publicados os editais de licitação de duas ATTRs, uma localizada no Gama e a outra em Samambaia.

2018

Foi lançado edital de licitação para unidades de transbordo, triagem e reciclagem de RCC – ATTR no ano 2017 pela Terracap, com o apoio da Comissão Especial para a Licitação dessas Áreas, constituída pela Portaria Conjunta nº 5/2017, que teve por finalidade exclusiva a elaboração de Termo de Referência a subsidiar o Edital, cujo objeto é a concessão onerosa de uso de área da TERRACAP para implantação e operação de Áreas de Transbordo Triagem e Reciclagem de Resíduos da Construção, porém houve suspensão deste certame, a cargo do Tribunal de Contas do DF, para definir outro modelo de gestão. A implantação do Sistema de Gestão de Resíduos de Construção Civil, (e-RCC) foi complementada com a publicação da resolução 1/2017 do Comitê Gestor do Plano Distrital de Gestão de Resíduos de Construção Civil – CORC/DF, que estabeleceu procedimentos de cadastramento de transportadores de Resíduos de Construção Civil e Volumosos no Distrito Federal, bem como especificou a sinalização a ser incluída nos equipamentos e veículos utilizados para coleta e transporte. A emissão dos controles de transporte de resíduos pelo sistema e-RCC ocorre normalmente. Foram instalados mais 2 pontos de entrega de resíduos para pequenos geradores de RCC e volumosos (papa entulho), totalizando 9 papa-entulhos instalados. O procedimento de cadastramento de grandes geradores que geram mais de 120 litros diários de resíduos indiferenciados foi iniciado no ano 2018, que passaram a ser responsáveis pela coleta e transporte de seus resíduos. O contrato de operação da unidade de recebimento de entulhos - URE prevê a britagem de resíduos da construção civil e sua reutilização na cobertura das vias da URE tendo a previsão também da utilização em obras públicas.

10. Construção de 03 centros de triagem de resíduos e 01 Central de Comercialização (SEMA) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016);

2016

Em 2016 foram realizadas ações pela SEMA para lograr a referida meta, entre elas: a) Reestruturação do Conselho Gestor do Projeto BNDES/GDF com Portaria Nº 28, de 02 de Maio de 2016; b) Revisão do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para o Centros de Triagem visando atender ao requisito obrigatório para solicitação da Licença Ambiental Simplificada para a construção dos Centros e Central de Comercialização – LAS a ser emitida pelo IBRAM; c) Nota Técnica sobre a Viabilidade e sustentabilidade da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos da Estrutural elaborada em 29 de Agosto de 2016 que tem interface diretamente relacionada à construção dos Centros de Triagem; d) Firmado Convênio de cooperação técnica, administrativa e financeira entre SEMA/ NOVACAP/CENTCOOP Nº 02/2016 para repasse de verbas para a construção dos Centros de Triagem. Extrato do convênio publicado DODF no dia 14 de Setembro de 2016; e) Elaborado e firmado junto com a ADASA Termo de Referência para a contratação de consultor destinado a identificar, detalhar e dimensionar os equipamentos necessários a implantação e operação de Centros de Triagem de Materiais Recicláveis e da Central de Comercialização, considerando o programa de coleta seletiva do Distrito Federal; f) Elaboração de Projeto de Lei de

compensação financeira aos catadores de materiais recicláveis do Aterro do Jóquei durante o período compreendido entre o início da destinação de resíduos oriundos da coleta pública do Distrito Federal ao Aterro Sanitário de Brasília, situado em Samambaia, e o pleno funcionamento dos Centros de Triagem de Resíduos – CTRs do Distrito Federal e g) Proposta de modelo de coleta seletiva a ser adotado no Distrito Federal apresentada pela SEMA. Isto posto, as atividades executadas pela SEMA apresenta desempenho satisfatório quanto à meta estipulada e possui como principal desafio a articulação interinstitucional com os demais órgãos que estão envolvidos direta e indiretamente com a gestão de resíduos sólidos no Distrito Federal.

2017

No ano de 2017, algumas medidas foram tomadas, além de ajustes administrativos internos, tais como: processo licitatório para três centros de triagem e um centro de comercialização. Porém, o BNDES decidiu financiar apenas dois centros de triagem e um de comercialização. Assim, o orçamento anterior deverá ser revisto para que seja adequado a essa nova realidade, o que momentaneamente impede o prosseguimento do processo licitatório.

Em 05 de dezembro de 2017, a SEMA-DF, por meio da Portaria Conjunta nº 06, descentralizou a execução de crédito orçamentário referentes ao pagamento de Autorização de supressão vegetal - ASV no terreno da SPU cedido à CENTCOOP, destinado à construção de 03 centros de triagem de resíduos – CTR e um centro de comercialização de materiais recicláveis-CC.

Os recursos do Contrato para a construção de 02 (dois) Centros de Triagem e 01 (um) de comercialização estão programados para subsidiar o início das obras em março de 2018, além da compra de equipamentos, assistência técnica e capacitação programada para julho de 2018. De acordo com as contrapartidas estabelecidas, foram cadastrados 2499 catadores, sendo 403 da Rede Alternativa e 2096 da CENTCOOP. Desse total, 310 catadores (250 da Cooperativa Construir e 60 da Cooperativa Planalto) estão atualmente utilizando os Centros de Triagem nos galpões alugados do SLU no SCIA e Sobradinho, aguardando a construção dos Centros de Triagem do Convênio do BNDES.

2018

Obras civis para a construção de 02 (dois) Centros de Triagem e 01 (um) de comercialização: As obras iniciaram em abril e já foram realizadas 9 medições no valor total de R\$ 8.376.903,47 dos recursos; b) Capacitação: foi elaborado o Termo de Referência para a capacitação de 1.600 catadores de materiais recicláveis; c) Equipamentos dos Centros de Triagem e Comercialização: Termo de Referência em elaboração; d) Assessoria Técnica: A assessoria técnica dos catadores de materiais recicláveis iniciará apenas após a entrega das obras. A elaboração do TR ficará para o ano de 2019; e) Previsão de 750 novos postos de trabalho com a entrega de 02 Centrais de Triagem e 01 Central de Comercialização de materiais recicláveis.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1636	TAXA DE RECUPERAÇÃO DOS RESÍDUOS COLETADOS	%	8,07	31/12/2014	9	8,92	11	10,72	13	11,37	15	SLU / UO 22214 / OE 4
1637	TAXA DE DISPOSIÇÃO FINAL EM ATERRO SANITÁRIO	%	0	31/12/2016	80	1	100	31,57	100	95,56	100	SLU / UO 22214 / OE 4
1638	CAPACIDADE INSTALADA DE PRODUÇÃO	L/S	9.565	31/12/2014	9565	9606	10065	10.829	12865	10.887	12865	CAESB / UO 22202 / OE 4
1639	ÍNDICE DE PERDAS POR LIGAÇÃO	L.DIA/LIGAÇÃ	303	31/12/2014	303	376,69	300	317	280	318	250	CAESB / UO 22202 / OE 4
1640	ÍNDICE DE ATENDIMENTO URBANO DE ESGOTO	%	82,11	31/12/2014	82,89	85,23	83,68	85,10	84,55	89	85,42	CAESB / UO 22202 / OE 4
1641	TAXA DE CATADORES ATENDIDOS PELO CONTRATO 13.2.0402.1/BNDES	%			-	-	10	0	40	56,2	100	SEMA/ UO 21101 /OE 4

Justificativas 2016

Indicador 1636 - O programa de coleta seletiva está em avaliação para verificação dos locais com maior possibilidade de eficácia. Interrupção da coleta seletiva em algumas RA's prejudicou a obtenção de melhores índices.

Indicador 1637 - A previsão de início de operação do Aterro Sanitário de Brasília não ocorreu em agosto de 2016. Apenas 1% dos resíduos gerados no DF foram aterrados fora do DF.

Indicador 1638 - Meta atingida. Reativação da capacidade do Crispim, acréscimo de 30 litros/segundo e operação de poço profundo em São Sebastião, acréscimo de 11 litros/segundo.

Indicador 1639 - Em setembro de 2015, a Caesb realizou revisão da metodologia de apuração do indicador Índice de Perdas por Ligação, alinhando o método de cálculo aos padrões internacionais da International Water Association (IWA). Essa alteração conferiu maior robustez ao método de apuração e implicou em uma adequação de toda a série histórica do indicador, inclusive do valor apurado em 2015 que, após recalculado, resultou no valor de 381 litros/ligação/dia.

Indicador 1640 - Meta atingida. Houve incremento de 15.077 nas ligações de esgotos em Sol Nascente, Vicente Pires e outras localidades.

Indicador 1641 - Sem índice desejado para 2016.

Justificativas 2017

Indicador 1636 - As ausências de prestação de informações pelas associações de catadores contratadas, bem como o atraso na construção das instalações de recuperação de resíduos, prejudicaram a obtenção do índice previsto.

Indicador 1637 - Mesmo com a inauguração do aterro sanitário em janeiro de 2017, manteve-se o funcionamento do aterro controlado do Jóquei - ACJ, devido à falta de local adequado para os catadores de materiais realizarem o trabalho de triagem dos recicláveis. A baixa cobertura da coleta seletiva também contribuiu para o resultado.

Indicador 1638 - Meta atingida. Implantação do Subsistema Bananal com capacidade de produção de 700L/s, implantação do Subsistema Lago Norte com capacidade de produção de 700L/s, reabilitação da captação do Alagado com acréscimo de 50L/s e implantação de poços profundos.

Indicador 1639 - Média dos últimos 12 meses. Devido a revisão da metodologia de apuração do indicador de Perdas para adequação aos padrões internacionais da International Water Association (IWA), os valores de toda a série histórica do indicador foram recalculados, o que implicou em uma revisão das metas projetadas para os anos de 2015 a 2019, sendo: 381; 373; 349; 308 e 250L/ligação/dia, respectivamente.

Indicador 1640 - Meta atingida. Ativação de 19.814 novas ligações de esgoto em localidades como Setor de Mansões Dom Bosco, INCRA 08, os condomínios da Região do Grande Colorado, dentre outras.

Indicador 1641 - Esse indicador foi substituído pelo 1751 e será objeto de revisão na Lei do PPA.

Indicador 1751 - Os recursos do Contrato para a construção de 2 (dois) Centros de Triagem e 1 (um) de comercialização estão programados para início de obras em março de 2018, além da compra de equipamentos, assistência técnica e capacitação programada para julho de 2018. De acordo com as contrapartidas realizadas, foram cadastrados 2499 catadores, sendo 403 da Rede Alternativa e 2096 da CENTCOOP. Desse total, 310 catadores (250 da Cooperativa Construir e 60 da Cooperativa Planalto).

Justificativas 2018

Indicador 1636 - Grande parte da triagem ocorrida no próprio aterro controlado do Jóquei foi transferida para locais adequados (galpões de triagem alugados, reformados e construídos), porém ocasionou adaptações das associações de catadores quanto à nova organização de trabalho. A coleta seletiva encaminhada às associações ainda precisa ser melhorada, junto à população, nos aspectos quanti-qualitativos.

Indicador 1637 - O aterro controlado do Jóquei permaneceu em funcionamento até o dia 20 de janeiro de 2018, devido negociações com associações de catadores que atuam naquele local.

Indicador 1638 - Implantação de poços em Sobradinho I e II, São Sebastião e Brazlândia possibilitaram aumento de 58L/s. Além disso, as obras de implantação da primeira etapa do Sistema Corumbá, em fase de conclusão, e do subsistema Gama acrescentarão 1.400 L/s e 320 L/s à Capacidade Instalada de Produção até o final de 2019.

Indicador 1639 - Concluída a setorização de 16 regiões administrativas e a instalação de 94 equipamentos de telemetria em macromedidores de 11 Distritos de Medição. Implantação de projeto de 'haste de escuta eletrônica' que permitirá maior eficiência da pesquisa de vazamento. Substituição de 260 mil hidrômetros em todo o Distrito Federal.

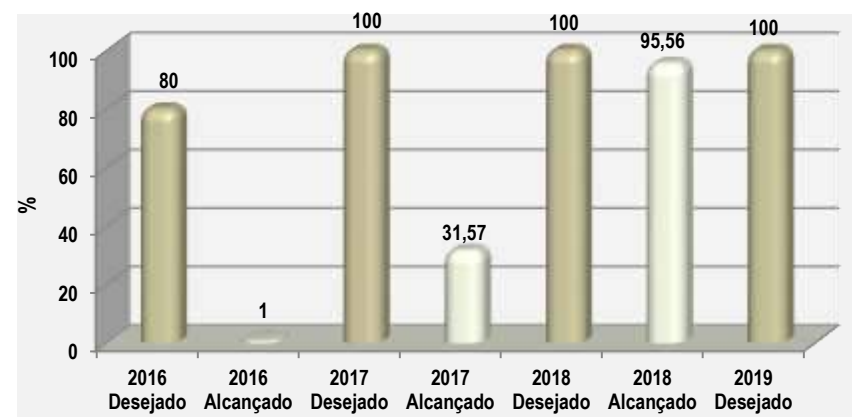
Indicador 1640 - Meta alcançada. Ativação de 19.914 novas ligações de esgoto em todo o DF.

Indicador 1641 - O Projeto de Desativação do Lixão da Estrutural tornou-se um dos projetos prioritários de realização.

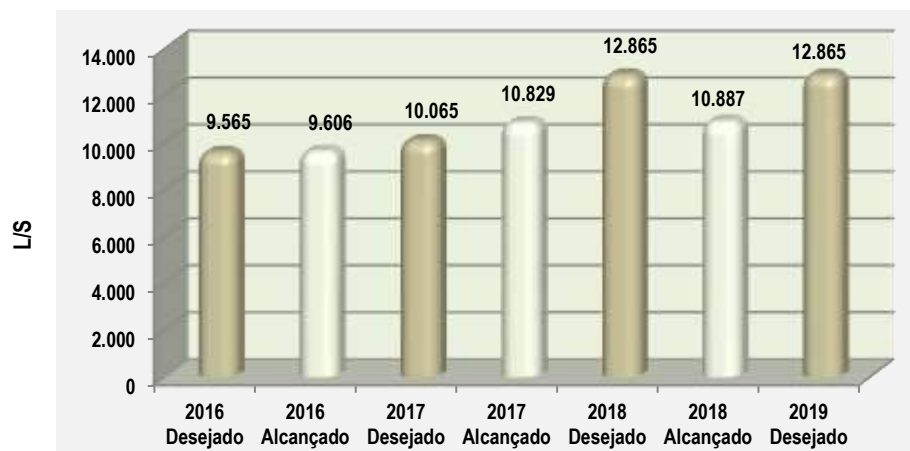
TAXA DE RECUPERAÇÃO DOS RESÍDUOS COLETADOS



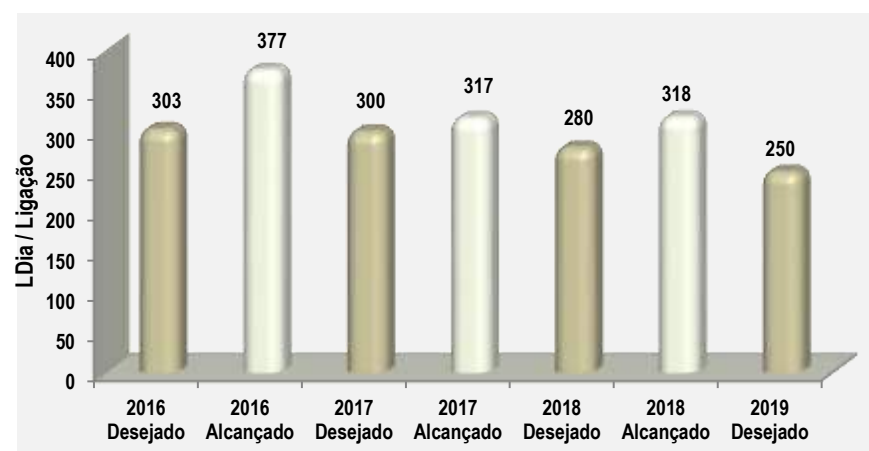
TAXA DE DISPOSIÇÃO FINAL EM ATERRO SANITÁRIO



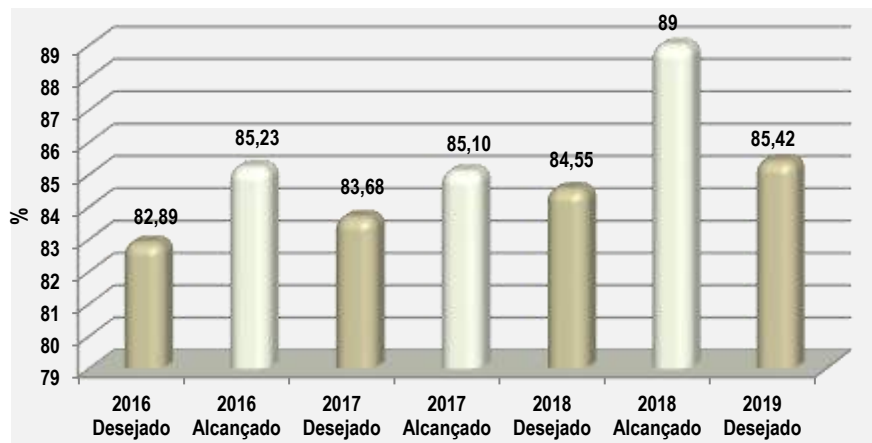
CAPACIDADE INSTALADA DE PRODUÇÃO



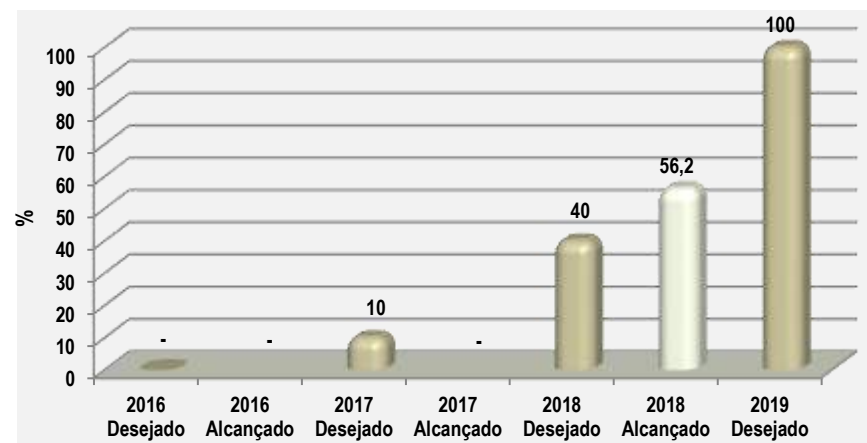
ÍNDICE DE PERDAS POR LIGAÇÃO



ÍNDICE DE ATENDIMENTO URBANO DE ESGOTO



TAXA DE CATADORES ATENDIDOS PELO CONTRATO 13.2.0402.1/BNDES



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6210	4	1	Elaboração do Plano de Saneamento Básico Distrital; (SINESP)	22101	95	<p>2016 O Plano Distrital de Saneamento Básico – PDSB sob elaboração pelo GDF, por meio de uma Comissão Técnica composta pelos seguintes órgãos: SINESP, SEMA, ADASA, NOVACAP, SLU e CAESB, presidida pela SINESP. Também foi contratada uma empresa de consultoria com o objetivo de prestar apoio na elaboração dos Planos, contratada pela ADASA (Contrato nº 22/2016 - ADASA), para lastrear as propostas que serão apresentadas à Câmara Legislativa, como projeto de lei. A expectativa é de que até o mês de outubro de 2017 o texto do Plano esteja pronto para envio à casa legislativa do Distrito Federal. Quanto ao andamento dos trabalhos destaca-se que foi finalizada a fase de diagnóstico situacional, sendo realizada Audiência Pública para divulgação dos dados levantados e coleta de críticas e sugestões para refinamento do produto. Atualmente dá-se continuidade à fase de prognóstico e definição de metas e mecanismos para a aferição dos avanços na gestão do saneamento no DF. Tais definições são importantes, para permitir uma maior eficiência na gestão do saneamento básico, além de possibilitar o melhor planejamento nos investimentos a serem realizados. Oportunamente destaca-se a importância de se garantir a disponibilização de recursos financeiros para a finalização dos trabalhos de elaboração dos Planos PDSB / PDGIRS. O valor a ser alocado para o cumprimento desta meta é de R\$ 2.468.556,25.</p> <p>2017 Finalizada a fase de elaboração do Plano Distrital de Saneamento Básico - PDSB, restando os trâmites para a positivação do instrumento, mediante Lei, que esperamos serem publicados no ano de 2018. Para o desenvolvimento da minuta do Plano foram realizadas 5 (cinco) Audiências Públicas, bem como Consultas Públicas, com o intuito de colher contribuições da população. Foram também feitas apresentações aos Conselhos de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Planejamento Urbano e de Desenvolvimento Rural. O Plano apresentará uma série de programas, objetivos, metas e mecanismos de controle, que vão permitir uma maior eficiência na gestão do saneamento básico e fortalecerão as instituições do Distrito Federal, além de possibilitar o melhor planejamento nos investimentos a serem realizados. Oportunamente destaca-se a importância de se considerar as metas e diretrizes consignadas no</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						Plano para o estabelecimento da próxima política orçamentária para o Distrito Federal, com vistas à execução dos projetos propostos. 2018 No ano de 2018, foi encaminhado a Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF o Projeto de Lei que institui o Plano Distrital de Saneamento Básico – PDSB, no entanto o PL não foi votado nas comissões e recentemente o Governo do Distrito Federal - GDF solicitou a devolução do Projeto. Destaca-se que no ano de 2018 o Conselho de Saneamento Básico do Distrito Federal – CONSAB emitiu uma recomendação apontando a importância de se aprovar o Plano.
6210	4	2	Regulamentação a Lei de Resíduos Sólidos; (SINESP)	22101	40	2016 Conforme preconiza a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, nº 8.036, de 11 de maio de 1990, nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências, através da definição das espécies de saneamento básico e atribuição de competências, o Distrito Federal, de forma análoga, distribui a competência por gestão e regulamentação dos serviços de saneamento, cabendo à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos – SINESP a gestão dos chamados serviços públicos, tais como: coleta e distribuição de água tratada, coleta, tratamento e destinação final de esgoto, manejo das águas pluviais e de forma compartilhada a gestão dos resíduos sólidos. Como são acolhidas as competências estabelecidas na esfera Federal, os procedimentos relacionados à política de resíduos sólidos são de responsabilidade da SEMA, envolvendo especialmente ações relativas aos resíduos não públicos e sob logística reversa. Quanto aos resíduos públicos, provenientes da coleta e limpeza urbana o SLU, responsável pela execução do serviço, ligado à SINESP, tem normatizado procedimentos, especialmente no que se refere aos grandes geradores. Outra forma de atuação quanto à regulação da Lei de Resíduos Sólidos tem sido por meio da atuação do Comitê Gestor do Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil e Volumosos do Distrito Federal – CORC, definido na Lei nº 4.704, no qual a SINESP atua como coordenador dos trabalhos. A publicação do Decreto nº 37.782, de 18/11/2016, que define procedimentos de cadastro e licença de transportadores de RCC, foi uma das propostas apresentadas, pelo CORC/DF, e que aguarda a definição de sistema informatizado do SLU para publicação de regulamentação de procedimentos através de resolução do comitê, é importante também destacar a atuação do Conselho de Limpeza Urbana – CONLUB que tem por finalidade zelar pela correta aplicação das normas legais e regulamentares relacionadas à Política Distrital de Resíduos Sólidos do Distrito Federal, com vistas ao acompanhamento e avaliação da gestão dos serviços prestados. 2017 As ações para implementação da política distrital de resíduos sólidos envolveram a finalização da minuta do Plano Distrital de Gestão de Resíduos e do Plano Distrital de Saneamento Básico. Publicação do edital de licitação de áreas de trasbordo, triagem e reciclagem de resíduos de construção civil. Instalação de unidades de papa entulho para recebimento de resíduos de construção civil de pequenos geradores e implantação do Sistema informatizado para gestão de resíduos de construção civil – e-RCC. 2018 No ano de 2018 foi publicado o Decreto nº 38.903, de 06 de março de 2018, que aprova o PDGIRS; o Projeto de Lei que institui o Plano Distrital de Saneamento Básico – PDSB foi encaminhado à CLDF, porém recentemente o GDF solicitou seu retorno; O sistema e-RCC iniciou a operar, cabendo alguns ajustes para melhorar sua operação; e os certames para a disponibilização das áreas onde serão instaladas as ATTRs encontram-se paralisados devido a decisão do TCDF, no entanto as informações necessárias para a liberação do certame já foram prestadas e tão logo sejam liberadas os processos serão finalizados.
6210	4	3	Formulação, regulamentação e monitoramento da política de resíduos sólidos; (SEMA)	21101	60	2016 Como atividades realizadas pela SEMA podemos citar a participação na Comissão Técnica de Elaboração do Plano de Distrital de Saneamento Básico (PDSB) e Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos; articulação de parcerias que envolvem a gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos no Distrito Federal, visando a implementação da Logística Reversa (Art. 33 da Lei 12.305/10), do Polo de Reciclagem do DF; Resíduos de Construção Civil; Projeto do Fundo Mundial para o Ambiente (GEF) voltado ao estudo da contaminação das águas subsuperficiais e subterrâneas, do solo e do ar área do Lixão da Estrutural do DF e entorno; Coleta Seletiva Solidária; Fomento de captação de recursos junto à CEB para firmar parcerias entre CEB, UnB e SEMA de inovação tecnológica para Estudo do Potencial Energético da área do Lixão da Estrutural e participação da elaboração da minuta de Decreto para formação da Comissão Distrital de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida à Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos – P2R2. 2017

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						<p>A elaboração do Plano Distrital de Saneamento Básico (PDSB) e do Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PDGIRS) foi iniciada em abril/2016, data da assinatura do contrato. Para a elaboração dos diagnósticos, foram realizadas 11 (onze) Pré-Audiências em todo o território do DF de forma regionalizada. Para tratar de maneira mais aprofundada questões de Logística Reversa, Resíduos de Serviços de Saúde, Resíduos da Construção Civil e Resíduos Especiais (Agrossilvopastoris, Industriais, Mineração, Saneamento e Transporte), foram realizadas 04 (quatro) Oficinas Setoriais específicas para cada um dos temas. Em 2017, o PDSB e o PDGIRS foram finalizados e aprovados, faltando somente a publicação. Salienta-se que, de acordo com a Lei Orgânica do DF, o Plano Distrital de Saneamento Básico precisa ser convertido em lei.</p> <p>2018 Elaboração de minuta do Termo de Compromisso dos Eletroeletrônicos conforme metas do PDGIRS; articulação para tratativas ao fomento da Logística reversa de vidros, pneus, pilhas e baterias; Elaboração de Termo de Referência para a Contratação de estudos para Diagnóstico e projetos pilotos para a remediação do lixão; Início de projeto de P&D pela CEB de estudo de potencial energético da área de lixão da Estrutural; participação de Conselheiro nas reuniões do Conselho de Saneamento Básico do DF, cujo regimento interno foi definido em 2018, para monitoramento das ações do PDGIRS e PDSB</p>
6210	4	4	Elaboração e implantação do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos; (SINESP)	22101	98	<p>2016 O Plano Distrital de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos – PDGIRS está sendo elaborado pelo GDF, por meio de uma Comissão Técnica composta pelos seguintes órgãos: SINESP, SEMA, ADASA, NOVACAP, SLU e CAESB, presidido pela SINESP, também foi contratada uma empresa de consultoria com o objetivo de prestar apoio na elaboração dos Planos, contratada pela ADASA (Contrato nº 22/2016 - ADASA), para lastrear as propostas que serão apresentadas à Câmara Legislativa, como projeto de lei. A expectativa é de que até o mês de outubro de 2017 o texto do Plano esteja pronto para envio a casa legislativa do Distrito Federal. Quanto ao andamento dos trabalhos reportamos que foi finalizada a fase de diagnóstico situacional, sendo realizada Audiência Pública para divulgação dos dados levantados, bem como coleta de críticas e sugestões para refinamento do produto, atualmente estamos na fase de prognóstico e definição de metas e mecanismos para a aferição dos avanços na gestão dos resíduos no DF, essas definições são muito importantes, pois vão permitir uma maior eficiência na gestão integrada dos resíduos sólidos no Distrito Federal, além de possibilitar o melhor planejamento nos investimentos a serem realizados. Oportunamente ressaltamos a importância de se garantir a disponibilização de recursos financeiros para a finalização dos trabalhos de elaboração dos Planos PDSB / PDGIRS, valor a ser destacado para o cumprimento desta meta: R\$ 2.468.556,25.</p> <p>2017 Foi finalizada a fase de elaboração do Plano Distrital de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos – PDGIRS, restando os trâmites para a positivação do instrumento, mediante Decreto, que esperamos serem publicados no ano de 2018. Para o desenvolvimento da Minuta do Plano foram realizadas 05 (cinco) Audiências Públicas, bem como Consultas Públicas, com o intuito de colher contribuições da população. Também, foram feitas apresentações aos Conselhos de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Planejamento Urbano e de Desenvolvimento Rural. O Plano apresentará uma série de programas, objetivos, metas e mecanismos de controle que vão permitir uma maior eficiência na gestão dos resíduos sólidos e fortalecimento das instituições do Distrito Federal, além de possibilitar o melhor planejamento nos investimentos a serem realizados. Oportunamente destaca-se a importância de se considerar as metas e diretrizes consignadas no Plano para o estabelecimento da próxima política orçamentária para o Distrito Federal com vistas à execução dos projetos propostos.</p> <p>2018 Foi publicado o Decreto nº 38.903, de 06 de março de 2018, que aprova o PDGIRS, restando agora realizar ações de implementação do Plano que apresenta uma série de programas, objetivos, metas e mecanismos de controle que permitem uma maior eficiência na gestão dos resíduos sólidos e fortalecimento das instituições do Distrito Federal, além de possibilitar o melhor planejamento nos investimentos a serem realizados. Oportunamente destaca-se a importância de se considerar as metas, diretrizes e competências consignadas no Plano para o estabelecimento da próxima política orçamentária para o Distrito Federal com vistas à execução dos projetos propostos.</p>
6210	4	5	Redução de perdas no sistema de abastecimento de água; (CAESB)	22202	76	<p>2016 Foi concluída a etapa de planejamento do Programa de Melhoria da Medição do Consumo de Água que consistiu em informatizar o processo de gestão e operação dos serviços. Também foram estabelecidos os critérios de priorização de substituição dos hidrômetros e de previsão dos resultados econômicos.</p> <p>2017 Foi dada continuidade ao programa de substituição de hidrômetros antigo. Foi contratado e desenvolvido 25% do Projeto Executivo de Setorização de Redes, ação que antecede a contratação das obras de implantação dessa setorização. Foi contratado o serviço de telemetria para monitoramento e controle de 11 Distritos de Medição e Controle e monitoramento de 100 macromedidores. Foi concluída a licitação dos serviços de melhoria do cadastro</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						técnico, para início em janeiro/2018. 2018 Concluído o programa de substituição de hidrômetros dentro do Programa BID. Foi desenvolvido 95% do Projeto Executivo de Setorização de Redes, ação que antecede a contratação das obras de implantação dessa setorização. Foi executado 50% do serviço de telemetria para monitoramento e controle de 11 distritos de medição e controle e monitoramento de 100 macromedidores. Foi executado 40% dos serviços de melhoria do cadastro técnico. Foi executado internamente na Caesb sistema de Balanço Hídrico, com 80% de execução. Licitados os projetos de setorização de Taguatinga, Ceilândia e São Sebastião.
6210	4	6	Apoio à implantação de sistemas de abastecimento de água para áreas rurais do DF; (EMATER)	14203	100	2016 A EMATER apoia as comunidades rurais que necessitam da implantação de um sistema de abastecimento de água através da mobilização da comunidade e encaminhamento do pedido através da implantação do sistema junto à Caesb, bem como estender o convite a mesma para participar de reuniões junto à comunidade. 2017 A EMATER-DF apoia as comunidades rurais que necessitam de implantar um sistema de abastecimento de água através de mobilização da comunidade e encaminhamento ao pedido de implantação do sistema para a Caesb, bem como convida a Caesb para participar de reuniões junto à comunidade. 2018 A EMATER-DF apoia as comunidades rurais que necessitam de implantar um sistema de abastecimento de água através de mobilização da comunidade e encaminhamento ao pedido de implantação do sistema para a CAESB, bem como convida a CAESB para participar de reuniões junto à comunidade.
6210	4	7	Identificação de fossas e poços de captação de águas que possam ser encerrados na área rural do DF; (EMATER)	14203	100	2016 A participação da EMATER é de orientar o produtor rural, no intuito de substituir sua fossa negra por fossa séptica ou fossa de evapotranspiração. 2017 Esse serviço é exclusivo dos Órgãos ambientais IBRAM e ADASA A participação da EMATER-DF é orientar o produtor a substituir sua fossa negra por fossa séptica ou fossa de evapotranspiração. 2018 Esse serviço é exclusivo dos Órgãos ambientais IBRAM e ADASA. A participação da EMATER-DF é orientar o produtor a substituir sua fossa negra por fossa séptica ou fossa de evapotranspiração.
6210	4	8	Orientação para o plantio e a escolha de espécies destinadas à recuperação de áreas degradadas; (EMATER)	14203	100	2016 As orientações são repassadas quando da visita à propriedade do demandante visando atendimento do projeto Reflorestar. O técnico da EMATER faz o levantamento das áreas degradadas em Área de Preservação Permanente - APPe calcula a quantidade de mudas a serem requeridas ao viveiro da SEAGRI. 2017 O interessado entra em contato com o escritório da EMATER-DF para pedir uma visita de um técnico visando atendimento do projeto Reflorestar. O técnico da EMATER-DF faz levantamento das áreas degradadas em APP e calcula a quantidade de mudas a serem pedidas para o viveiro da SEAGRI. Devido as ações ao enfrentamento à crise hídrica, as mudas do programa foram direcionadas à Bacia do Alto Descoberto 2018 O interessado entra em contato com o escritório da EMATER-DF para pedir uma visita de um técnico visando atendimento do projeto Reflorestar. O técnico da EMATER-DF faz levantamento das áreas degradadas em APP e calcula a quantidade de mudas a serem pedidas para o viveiro da SEAGRI. Devido a baixa produção de mudas na Granja do Ipê, houve uma redução significativa de plantio de mudas do cerrado.
6210	4	9	Acompanhar a evolução de áreas degradadas em recuperação; (EMATER)	14203	100	2016 A cada seis meses técnicos da EMATER visitam as áreas revegetadas para acompanhar a evolução do desenvolvimento da recuperação da área degradada. 2017 A cada seis meses técnicos da EMATER-DF visitam as áreas revegetadas para acompanhar a evolução do desenvolvimento da recuperação da área degradada. 2018

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						A cada seis meses técnicos da EMATER visitam as áreas revegetadas para acompanhar a evolução do desenvolvimento da recuperação da área degradada.
6210	4	10	Suporte à organização de catadores; (SLU)	22214	100	<p>2016 Para dialogar e auxiliar as cooperativas e associações de catadores, o SLU dispõe de uma equipe exclusiva para tratar das demandas dessas organizações. Recorrentes reuniões são realizadas utilizando painéis ilustrativos e dinâmicas em grupo para garantir uma comunicação efetiva. Foi criado em 2013 pelo GDF o Comitê Inter setorial de Inclusão Social de Catadores (CIISC/DF), onde membros do SLU também participam das negociações feitas entre o poder público e representantes dos catadores. A construção de Centros de triagem (CTR) está sendo contratada pela NOVACAP e serão inaugurados em breve para alocar diversas organizações de catadores, onde terão a oportunidade de se profissionalizarem. A construção do modelo de gestão, operação e manutenção desses CTR vem sendo discutida junto aos catadores para garantir uma melhor eficiência e produtividade nos empreendimentos. O SLU firmou contrato com 4 organizações de catadores para a prestação do serviço de coleta seletiva em 5 Regiões Administrativas e pretende ampliar para o total de 10 contratos. A triagem de materiais recicláveis passará a ser remunerada por meio de contratação do SLU de acordo com a quantidade comercializada de materiais recicláveis.</p> <p>2017 O SLU contratou nove cooperativas para realizar o serviço de triagem nos cinco galpões alugados para abrigar as cooperativas de catadores que atuavam no Aterro Controlado do Jóquei. Também desenvolveu, no ano de 2017, o programa de capacitação "agente de cidadania ambiental", destinado a capacitar profissionalmente os catadores que trabalhavam no Aterro Controlado do Jóquei. Além disso, expandiu a coleta seletiva abrangendo cerca de 60% do Distrito Federal.</p> <p>2018 As ações desenvolvidas relacionadas ao cumprimento das Políticas Nacional e Distrital de Resíduos Sólidos no que concerne a cooperativas e associações de catadores de recicláveis atingiram um 2º estágio. Estas ações, previstas como não orçamentárias, tornaram-se orçamentárias. Atualmente o SLU tem 29 contratos, entre coleta seletiva e triagem em execução. Esses contratos atingem diretamente 1.213 catadores de recicláveis do Distrito Federal. O custo unitário/tonelada triada foi reajustado para as primeiras cooperativas contratadas no ano 2017, como forma de realinhar ao custo real dos serviços. Com a ocupação das Instalações de recuperação de resíduos - IRR's pelas associações de catadores, e visando dar condições de trabalho e dignidade a estes trabalhadores, houve necessidade de aquisições de equipamentos e mobiliários. Com a ampliação da coleta seletiva no DF, haverá necessidade de expansão dos locais de triagem e contratação de organizações de catadores para esta finalidade.</p>
6210	4	11	Reavaliação do programa de coleta seletiva. (SLU)	22214	80%	<p>2016 O Programa de Coleta Seletiva se encontra em reformulação, tendo como embasamento produtos de consultores contratados pela ADASA, inovações tecnológicas e sistematização de informações. Os novos contratos preveem a ampliação do serviço de coleta seletiva para todas as RA do DF até o final do ano de 2017, podendo ser atendida pelo sistema porta a porta ou ponto a ponto. O modelo atual contempla a prestação de serviço feita parte por empresa privada e parte por organizações de catadores de materiais recicláveis.</p> <p>2017 O novo modelo de coleta seletiva para o Distrito Federal encontra-se em implementação. Esse modelo conta com a presença de cooperativas de catadores na realização da coleta e aguarda a publicação do edital de licitação dos novos lotes de limpeza urbana. Esse novo modelo também está integrado com os centros de triagem que estão em funcionamento, assim como os que irão entrar em operação quando as obras forem concluídas.</p> <p>2018 Face a suspensão temporária do Pregão eletrônico que definirá a contratação dos novos lotes de serviços de limpeza urbana, o programa de coleta seletiva está em desenvolvimento com base nas ações publicitárias desenvolvidas, já que os lotes atualmente contratados de forma emergencial não permitem uma estratégia a médio e longo prazo deste programa. A construção paulatina de unidades de recuperação de resíduos (3 construídas e/ou reformadas) contribui para a adequação do local de tratamento e destino adequado dos materiais coletados.</p>

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

2016/2018

SINESP

A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos - SINESP tem agido de modo a apresentar políticas e executar projetos buscando o cumprimento dos objetivos específicos inerentes ao Programa 004 – Saneamento Ambiental. A seguir apresentamos um breve relato das ações desenvolvidas no ano de 2017.

A SINESP finalizou juntamente com a Comissão Técnica dos Planos, composta pela ADASA, SEMA, CAESB, NOVACAP e SINESP (presidência), a elaboração das minutas referentes aos Planos Distritais de Saneamento Básico – PDSB e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PDGIRS, as quais foram encaminhadas para finalização dos textos legais e posterior publicação, essa ação busca apresentar uma série de programas, objetivos, metas e mecanismos de controle, que vão permitir uma maior eficiência na gestão do saneamento básico e fortalecerão as instituições do Distrito Federal.

Outra ação desenvolvida com vistas à melhoria da gestão dos serviços públicos de saneamento básico no Distrito Federal foi a instituição do Conselho de Saneamento Básico – CONSAB que busca atender ao disposto na Política Nacional de Saneamento Básico (Lei nº 11.455/07) no que se refere ao controle social dos serviços públicos prestados. O CONSAB, de caráter consultivo e articulador, foi instituído mediante o Decreto nº 38.458/2017 e estabelece formalmente o instrumento de controle social focado nos serviços de saneamento básico, permitindo a participação da sociedade organizada na viabilização dos princípios fundamentais previstos na Política Nacional de Saneamento Básico – Lei Federal nº 11.445/2007, além do acompanhamento da implementação do PDSB e PDGIRS.

Em relação à política de resíduos foram realizadas ações no âmbito do Comitê Gestor do Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil e Volumosos – CORC/DF no sentido de se regular a atividade dos transportadores de RCC, por meio da edição da Resolução nº 01, de 1º de novembro de 2017, que *estabelece procedimentos de cadastramento de transportadores de Resíduos de Construção Civil e Volumosos no Distrito Federal, bem como especifica a sinalização a ser incluída nos equipamentos e veículos utilizados para coleta e transporte*. Aliado à citada Resolução foi implantado o Sistema Informatizado para Gestão de Resíduos de Construção Civil – e-RCC que permite o controle, monitoramento e fiscalização dos serviços prestados pelos transportadores de RCC.

Outra ação realizada pela SINESP, no âmbito do programa 004, foi a finalização da elaboração e lançamento do edital de licitação para unidades de transbordo, triagem e reciclagem de RCC – ATTR, para que se possa dar uso aos resíduos provenientes das construções do Distrito Federal, diminuindo assim sensivelmente a demanda por áreas para deposição de tais materiais.

No ano em análise, também foram executadas diversas obras de infraestrutura e urbanização, buscando a melhoria das condições sanitárias da população do Distrito Federal, destacando-se as intervenções nas áreas definidas dentro da estratégia de regularização do Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, nos Setores Habitacionais: Vicente Pires, Buritizinho, Porto Rico, Bernardo Sayão e Sol Nascente.

2018

No ano de 2018 foi dada continuidade as obras de infraestrutura e urbanização, buscando a melhoria das condições sanitárias da população do Distrito Federal, destacando-se as intervenções nas áreas definidas dentro da estratégia de regularização do Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, nos Setores Habitacionais: Vicente Pires, Buritizinho, Porto Rico, Bernardo Sayão e Sol Nascente. Todavia, há dificuldades operacionais que tem impactado nos cronogramas de execução desses empreendimentos, dentre as principais: dinâmica urbana das regiões das intervenções, que levam os projetos originais a sofrerem alterações significativas; questões de situação fundiária indefinida; o fato dos empreendimentos localizarem-se em áreas ambientalmente sensíveis que requerem o atendimento integral da legislação urbanística e das condicionantes ambientais (licenças ambientais, outorgas de lançamentos de águas pluviais, supressões vegetais e recuperação de áreas degradadas), em consonância e aderência às normas vigentes.

Em relação ao Plano Distrital de Saneamento Básico – PDSB e ao Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PDGIRS, conforme relatado no pronunciamento acerca da meta 2 - *Fortalecer a gestão de saneamento básico*, em 2018, a SINESP instruiu o processo de envio do Projeto de Lei para a instituição do PDSB, sendo protocolado na Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF o Projeto de Lei nº 1.924/2018, distribuído às Comissões de Constituição e Justiça – CCJ e de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo – CDESCMAT, não tendo obtido aprovação da Casa Legislativa até o encerramento do exercício. Com a aprovação do Projeto de Lei e respectiva edição de Lei de implementação deste instrumento em 2019, deverá ser iniciado o acompanhamento quanto ao cumprimento dos objetivos e metas definidos pelo PDSB e atuação de forma ativa para a estruturação de políticas que auxiliem no atendimento das diretrizes previstas no Plano. Quanto ao PPDGIRS, em 2018 foi editado o Decreto nº 38.903, de 06 de março de 2018, que aprova o Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

EMATER

A atuação da EMATER em três projetos estratégicos para recuperação de área degradada, o Produtor de Água na Bacia do Pipiripau, O Projeto Descoberto-Coberto na Bacia do Descoberto e o Reflorestar em todo o DF, visa garantir a assistência técnica adequada aos agricultores e em todos os projetos mencionados, a participação é voluntária. As mudas são fornecidas pelo Viveiro da SEAGRI, que tem uma produção de aproximadamente 150 mil mudas por ano o que equivale na recuperação de 90ha por ano. Geralmente há uma perda de 10% de mudas em cada plantio, devido a doenças e ataques de formigas. Os técnicos da EMATER expedem recomendações técnicas, solicitando o espaçamento das covas, adubação, coroamento, estaquiamento, controle de formiga e aceiro para queimada.

Após o plantio, há acompanhamento da evolução da área em recuperação para levantar substituição ou replantio de mudas, controle de pragas e doenças e a manutenção do produtor rural das mudas plantadas.

Como o saneamento básico é um dos fatores determinantes e condicionantes na promoção da saúde, foi realizado trabalho educativo através de atendimentos, palestras, mutirões, capacitações, reuniões técnicas, dias especiais e outras metodologias, em que a EMATER orienta o público rural sobre sistemas de saneamento (fossa séptica, ecológica); importância da análise de água, tanto para o consumo humano quanto para qualidade final dos alimentos; limpeza dos arredores de casas e propriedades; pragas domésticas; destino do lixo; limpeza de caixa d'água; proteção de cisternas; tratamento de água.

Em 2016, foram realizados 4 mutirões de limpeza em comunidades rurais, curso de capacitação em saneamento (água e esgoto) para técnicos e análises de água para consumo humano, em parceria com o DIPOVA/SEAGRI.

Em decorrência da crise hídrica no ano de 2017, as mudas do viveiro da SEAGRI destinadas ao Programa Reflorestar foram destinadas preferencialmente às propriedades rurais localizadas na região do Descoberto.

A cada seis meses técnicos da EMATER visitam as áreas revegetadas para acompanhar a evolução do desenvolvimento da recuperação da área degradada.

CAESB

O Programa de Redução e Controle de Perdas da Caesb consiste em um programa com diversas ações previstas para melhoria da medição de consumo, modernização da micromedição e macromedição, melhorias no cadastro das redes de água, serviços de telemetria e controle, setorização e substituição de redes, controle ativo de vazamentos e desenvolvimento de sistema de TI para acompanhamento e controle de indicadores de perdas. Em 2016, os principais projetos desenvolvidos foram:

- Aquisição e substituição de 68 mil hidrômetros em diversas localidades do distrito Federal;
- Construção do Laboratório de Monitoramento da estação de Tratamento de Água de Brasília;
- Modernização da micromedição com a aquisição de equipamentos.

Em 2017, as principais ações implementadas foram:

-Substituição de 49.375 hidrômetros, em diversas localidades do Distrito Federal. De dezembro de 2014 a dezembro de 2017 a Caesb já adquiriu e substituiu 186.686 hidrômetros antigos. A meta é substituir 250.000 hidrômetros até o último trimestre de 2019.

-Contratação do desenvolvimento do Projeto Executivo de Setorização e Adequação de Redes de Distribuição de Água para 24 localidades do DF. Até dezembro/2017, a primeira versão dos projetos para 7 localidades já havia sido entregue à Caesb para análise. Após a aprovação dos projetos pela Caesb, as obras de implantação da setorização serão licitadas.

-Contratação de sistema de telemetria para monitoramento de 100 macromedidores, e monitoramento e controle de 11 distritos de medição e controle (DMCs). A contratação engloba projeto, fornecimento e instalação dos equipamentos e software, e prestação dos serviços de operação e manutenção por 36 meses.

-Contratação de serviços para melhoria do cadastro técnico das redes de distribuição de água do DF, englobando complementações, atualizações, correções e levantamentos de campo

Em 2018, as principais ações implementadas foram:

- -Aquisição de 75.783 hidrômetros. Substituição de 65.333 hidrômetros, em diversas localidades do Distrito Federal. De dezembro de 2014 a dezembro de 2018 a Caesb já adquiriu 367.665 hidrômetros. A meta de substituir 250.000 hidrômetros já foi atingida.

- -Contratação do desenvolvimento do Projeto Executivo de Setorização e Adequação de Redes de Distribuição de Água para 24 localidades do DF. Até dezembro/2018, já estavam concluídos todos os projetos, sendo acrescentado a setorização do SMDB (Lago Sul) prorrogando a finalização do mesmo para meados de 2019. Licitados os projetos de setorização de Taguatinga, Ceilândia e São Sebastião.

- -Contratação de sistema de telemetria para monitoramento de 100 macromedidores, e monitoramento e controle de 11 distritos de medição e controle (DMCs). A contratação engloba projeto, fornecimento e instalação dos equipamentos e software, e prestação dos serviços de operação e manutenção por 36 meses. O projeto está em fase de monitoramento e ajustes de alguns DMCs.

- -Contratação de serviços para melhoria do cadastro técnico das redes de distribuição de água do DF, englobando complementações, atualizações, correções e levantamentos de campo, já sendo levantados vários trechos de redes de água e esgoto (40% do contrato).

- Desenvolvimento por parte da TI da Caesb sistema de Balanço Hídrico para o cálculo de indicadores de perdas (80% concluído).

SEMA

A elaboração do Plano Distrital de Saneamento Básico (PDSB) e do Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PDGIRS) foi iniciada em abril/2016, data da assinatura do contrato. Para a elaboração dos diagnósticos, foram realizadas 11 (onze) Pré-Audiências em todo o território do DF de forma regionalizada. Para tratar de maneira mais aprofundada questões de Logística Reversa, Resíduos de Serviços de Saúde, Resíduos da Construção Civil e Resíduos Especiais (Agrossilvopastoris, Industriais, Mineração, Saneamento e Transporte), foram realizadas 04 Oficinas Setoriais específicas para cada um dos temas. O site e a página do Facebook também são meios de postagem de contribuições por parte da população. No site <http://www.planodesaneamentodf.com.br/> podem ser encontradas maiores informações. Em 2017, o PDSB e o PDGIRS foram finalizados e aprovados, faltando somente a publicação. Cumpre informar que, de acordo com a Lei Orgânica do DF, o Plano Distrital de Saneamento Básico precisa virar lei.

Todas as ações e atividades realizadas pela SEMA no âmbito do Saneamento Ambiental, em especial aos resíduos sólidos, são consideradas significativas e de impacto positivo para o alcance do objetivo específico exposto e convergem a uma política de inserção ambiental, cultural, econômica e social.

A SEMA, como formuladora de políticas públicas ambientais do DF, tem a responsabilidade de fomentar a implementação da logística reversa com objetivo de promover ações para destinação ambientalmente correta dos resíduos da logística reversa, além de atender demandas da população que prima por dar um destino correto aos resíduos gerados em pontos de entrega voluntária, em atendimento às legislações federal e distrital dos resíduos sólidos. A SEMA, em 2018, articulou com integrantes das cadeias de produtos sujeitos à Logística Reversa para definir ações e estratégias e os subsídios necessários para elaborar termos de compromisso para a implementação da logística reversa no DF, priorizando embalagens de vidros, pneus e eletroeletrônicos. Houve participação nas reuniões do Conselho de Saneamento Básico do DF, cujo regimento interno foi definido em 2018, para monitoramento das ações do PDGIRS e PDSB. Criou-se Grupo de Trabalho

com o objetivo de: “Analisar a legislação e as ações desenvolvidas no âmbito do controle de poluição de corpos hídricos no Distrito Federal, considerando a interface dos sistemas de drenagem urbana e esgotamento sanitário, propondo medidas e normatizações integradas” no âmbito do CONSAB.

Elaborou-se Termo de Referência para Diagnóstico da área do Lixão e proposta de remediação por meio do Projeto GEF Cidades Sustentáveis. Realizada articulação com a CEB para adequação de Termo de Referência e estudos complementares com vistas a estudo de potencial energético da área do lixão.

A SEMA participou das reuniões do Comitê Gestor Intersetorial para Inclusão Social e Econômica de Catadores de Materiais Recicláveis do Distrito Federal - CIISC, no âmbito do Programa de Desativação do Lixão da Estrutural, e da condução da transição, junto aos catadores, do fechamento do lixão ocorrido em janeiro de 2018.

Foi elaborado em 2018 o Regimento Interno da Comissão Distrital do Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos - CD-P2R2.

SLU

As ações de expansão da infraestrutura para coleta, recepção de resíduos, tratamento e destinação adequada desenvolvidas nestes 3 primeiros anos contribuíram para melhorar a gestão dos resíduos sólidos no DF. O suporte a organização de associações de catadores de materiais recicláveis, que trabalhavam, em sua maioria, de forma individualizada, sem precisar cumprir horário, organizar espaço, prestar contas ou sequer fazer o registro de entrada, sem uso de equipamentos de proteção individual, entre outros aspectos inadequados de trabalho é fundamental para o retorno do material reciclável ao ciclo produtivo com agregação de renda adequada às associações com este serviço. Para apoiar as cooperativas e associações, foi estruturado, em reuniões organizadas pelo Comitê Interministerial de Inclusão Sócio produtiva de Catadores - CIISC, um plano de capacitação para as cooperativas e associações de catadores, com conteúdo específico para atender às exigências de um contrato com o poder público. O governo buscou parcerias com outras instituições de forma a ampliar o apoio às organizações de catadores, que precisavam se adequar à nova realidade de prestadoras de serviços contratadas pelo SLU, de acordo com o contrato assinado, nos locais disponibilizados pelo poder público, com equipamentos para melhorar a produção. O SLU ministrou diversas capacitações com conteúdo diversos, como compostagem, logística reversa e até gestão de finanças pessoais, contando com o apoio de parceiros. A Fábrica Social, ligada à SEDES, ofereceu oportunidades de capacitação em corte e costura, hidroponia, placas de energia solar, fabricação de bolas e construção civil. Foram atendidos nesta modalidade 166 catadores com cursos de 40 horas por semana, que receberam, em contrapartida, bolsa no valor de R\$ 330/mês. Foi firmado Termo de Cooperação Técnica com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) para realizar curso de 160h para catadores que atuavam no antigo lixão e estavam trabalhando em galpões de triagem, contratados pelo SLU. Foram inscritos 707 alunos, distribuídos em 20 turmas, com média de 35 alunos em cada turma, com conteúdo voltados para gestão, operação e manutenção de equipamentos, em seis módulos. Também, foi realizado curso de informática de 40 horas, ministrado pelo Senai e pelo SLU, direcionado aos 60 catadores responsáveis pela prestação de contas dos contratos com o SLU. Foi formalizada parceria com o Instituto Federal de Brasília (IFB), para ofertar curso de Letramento e de Informática, com 25 inscritos.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

005 – BRASÍLIA VERDE: Conservar a biodiversidade e uso do cerrado por meio da criação, implementação e manutenção das unidades de conservação, corredores ecológicos e demais áreas protegidas, bem como promover a recuperação ambiental.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

21.208 – INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL – IBRAM

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	5	1	Estabelecer um plano de recuperação da cobertura florestal no bioma Cerrado no Distrito Federal; (SEMA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	10	70	80		80,0
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	5	2	Implantar o projeto "Brasília nos Parques"; (SEMA) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-		X		X
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	5	3	Implantar o projeto "Recupera Cerrado", com a consolidação da Aliança Cerrado; (SEMA) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	20	60	90		90,0
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	5	4	Implantar o projeto "Cerrataenses: preservação e conservação dos recursos naturais do bioma cerrado";(SEMA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	20	60	100		100,0
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	5	5	Criar, estruturar e/ou implementar, recuperar Unidades de Conservação e Parques; (IBRAM) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	20	50	60		60,0
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	5	6	Ampliar as ações de gestão e conservação da água e do solo baseadas em Pagamentos por Serviços Ambientais – PSA; (ADASA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	32	46	55		55,0
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	5	7	Planejar ações de manejo e conservação da água e do solo em áreas de produção rural; (SEAGRI)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	25	25	25		25,0
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	5	8	Promover a revegetação de 500 hectares em estabelecimentos rurais; (SEAGRI)	500	HA	ACUM	MAIOR, MELHOR	98	146	62		12,4
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	5	9	Recuperar 200 hectares de APP (área de preservação permanente) e 350 hectares de reservas legais; (EMATER)	550	HA	ACUM	MAIOR, MELHOR	168	193	384		69,8
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE	5	10	Promover a oferta de serviços públicos à população nos 73 parques do Distrito Federal; (SEMA) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão	73	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	-	X	X	X	X

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
	SÓCIOAMBIENTAL			do PPA nº 5787/2016)									
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	5	11	Elaborar 600 requerimentos de planos de utilização das propriedades, abordando a adoção de práticas conservacionistas de manejo de solo e água e recuperação de áreas degradadas; (EMATER)	600	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	15	61	110		18,3
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	5	12	Elaborar 07 licenças ambientais, 400 Declarações de Conformidade de Atividade Agropecuária – DCAA, 10 Autorizações, 12 Projetos de Recuperação de Área Degradada – PRAD, e 500 Dispensas de Licenciamento; (EMATER)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100		100,0
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	5	13	Capacitar 3.150 produtores rurais no período de quatro anos (EMATER);	3.150	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	1104	1.882	3.816		121,1
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	5	14	Recuperar 50% das áreas degradadas do Jardim Botânico e de sua Estação Ecológica; (JBB)	50	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	35	40	47,5		95,0
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	5	15	Produzir 350.000 mudas de espécies nativas do Cerrado; (JBB)	350.000	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	10.000	22500	49500		14,1
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	5	16	Reduzir em 50% os incêndios florestais nas áreas administradas pelo JBB; (JBB)	50	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	99,8	99,9	99,5		199,0
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	5	17	Implantar a infraestrutura da biblioteca digital e Herbário Virtual do JBB; (JBB)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	40	60	80		80,0
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	5	18	Recuperar 80% do cercamento do perímetro do JBB e de EEJBB; (JBB)	80	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	5	5	15		18,8
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	5	19	100% do Centro de Excelência do Cerrado equipado e em operação; (JBB)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	70	80	90		90,0
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	5	20	Elaborar mapa de risco de incêndios florestais para as Unidades de Conservação geridas pelo IBRAM; (IBRAM) <i>(Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)</i>	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	X	X	X
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	5	21	Elaborar Planos Integrados de Combate a Incêndios Florestais para todas as Unidades de Conservação geridas pelo IBRAM; (IBRAM) <i>(Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)</i>	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	76	89,47	X	X	X
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	5	22	Elaborar Mapa de Risco associado a atividades licenciáveis no DF; (IBRAM)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	50	65	65		65,0
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	5	23	Ampliar o diagnóstico das áreas erodidas nas Unidades de Conservação geridas pelo IBRAM para 100% das áreas; (IBRAM)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	39	44,7	89,4		89,4
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	5	24	Cadastrar no Cadastro Ambiental Rural – CAR, 90% da malha cadastrável, até o final de 2017; (IBRAM)	90	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	77	100	100		111,1

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
	SÓCIOAMBIENTAL												
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	5	25	Validar 50% dos imóveis cadastrados no CAR até o final de 2019; (IBRAM)	50	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0,88		2,9
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	5	26	Elaborar e publicar 10 planos de manejo de Unidades de Conservação até 2019; (IBRAM)	10	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	4	9	13		130,0
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	5	27	Implementar o Banco de Dados Geoespaciais do IBRAM até 2019; (IBRAM)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	28	44	55		55,0
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	5	28	Atualizar o acervo bibliográfico e o acervo de normas técnicas da Biblioteca do Cerrado; (IBRAM) <i>(Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)</i>	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	X	X	X
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	5	29	Ampliar em 3.000 unidades o acervo digital de Estudos Ambientais e de Publicações Institucionais. (IBRAM)	3.000	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	123	35	449		20,8
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	5	30	Elaborar mapa de ocorrência de incêndios florestais para as Unidades de Conservação geridas pelo IBRAM (IBRAM) <i>(Item incluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)</i>	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	X	X	100		100,0

Análise Qualitativa

1. Estabelecer um plano de recuperação da cobertura florestal no bioma Cerrado no Distrito Federal (SEMA);

2016

Coordenação dos trabalhos da Comissão de Coordenação do CAR – (Sema/Seagri/Ibram), com prioridades e metas acordadas com Gabinete Sema, Ibram, Seagri e Emater-DF. Regulamentação da implementação do CAR no Distrito Federal.

As atividades elencadas no Convênio 001/2016 realizadas em 2016 foram consideradas satisfatórias pelos executores do convênio.

Temos sido questionados pelos produtores rurais sobre a possibilidade de flexibilizar ainda mais as exigências previstas na legislação sobre o licenciamento de atividades rurais, pré-requisito na aprovação de solicitações de financiamento com recursos do Pró-Rural, no caso de atividades que trabalhem com irrigação. Os produtores querem que seja exigido apenas o protocolo de pedidos de licenciamento no IBRAM. A AJL/Sema é contra essa flexibilização e a área técnica do licenciamento do IBRAM também. A matéria ainda não foi examinada no Conselho.

2017

Estabelecimento de ações, procedimentos e regulamentos necessários à implantação do programa-piloto “Recupera Cerrado”, instituído pelo Decreto Distrital nº 23.585, de 21 de setembro de 2016, com articulação de acordo de cooperação técnica entre SEMA, IBRAM, Serviço Florestal Brasileiro e Fundação Banco do Brasil e elaboração de edital de financiamento de projetos de recomposição da vegetação em áreas prioritárias. Realização de entendimentos com a Fundação Banco do Brasil – FBB, para viabilizar sua participação na cooperação, como Fundo receptor de recursos e contratador de projetos, com apoio e assistência técnica da SEMA, IBRAM e Serviço Florestal Brasileiro. O Acordo de Cooperação Técnica foi assinado e todos os mecanismos relacionados ao edital estão prontos para publicação, dependendo de depósito de parte do saldo devedor da TERRACAP, principal instituição devedora de compensação ambiental do DF, que já manifestou interesse em aderir ao programa. O depósito dos recursos é condição essencial expressada pela Fundação Banco do Brasil para publicação do edital.

Com a prorrogação do prazo de cadastramento dos produtores no CAR pela Câmara Federal, a EMATER solicitou um termo aditivo de prazo no respectivo convênio para continuar os trabalhos de cadastramento até meados de 2018, que já alcançaram cerca de 5.500 dos 10.000 cadastramentos previstos. Quanto à solicitação de simplificação do licenciamento de atividades rurais, a matéria passou a ser examinada pelo Conselho de Meio Ambiente do DF - CONAM.

A consultoria SEMA/MMA/GIZ foi concluída e os resultados foram apresentados à Secretaria de Agricultura, que solicitou que os estudos sobre instrumentos econômicos associados ao Programa de Regularização Ambiental - PRA/DF fossem ampliados para propor benefícios que atingissem todos os tributos existentes a partir da regularização ambiental da atividade dos produtores rurais, e não ficasse restringido apenas ao PAPA-DF e à merenda escolar.

2018

Foram realizados 13.586 cadastramentos dos produtores no CAR, que correspondem a 97% da área rural cadastrada no DF. Devido à dificuldade em realizar a poligonal da propriedade por conta da baixa resolução espacial da imagem utilizada no CAR (RAPIDEYE), não foram aprovados nenhuma Proposta de PRA registrado na DIFLO/IBRAM

2. Implantar o projeto “Brasília nos Parques” (SEMA) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016);

3. Implantar o projeto “Recupera Cerrado”, com a consolidação da Aliança Cerrado (SEMA) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016);

2016

Coordenação e desenvolvimento da “Aliança Cerrado”, em articulação com o Cerrateses, com o desenvolvimento de diversos grupos de trabalho, visando estabelecer, em conjunto com as instituições de governo e sociedade envolvidas, as estratégias e ações para conservação e recuperação do Cerrado do Distrito Federal, com produção de mapas, minutas de legislação e de um Plano com metas de recuperação do Bioma no DF.

Estabelecimento de ações, procedimentos e regulamentos necessários à implantação do Programa-piloto “Recupera Cerrado”, instituído pelo Decreto Distrital nº 23.585, de 21 de setembro de 2016, com articulação de acordo de cooperação técnica entre Sema, IBRAM, Serviço Florestal Brasileiro e Fundação Banco do Brasil e elaboração de edital de financiamento de projetos de recomposição da vegetação em áreas prioritárias. Realização de entendimentos com a Fundação Banco do Brasil – FBB, para viabilizar sua participação na cooperação, como Fundo receptor de recursos e contratador de projetos, com apoio e assistência técnica da SEMA, IBRAM e Serviço Florestal Brasileiro.

2017

No âmbito dos trabalhos da Aliança Cerrado, avançou-se em três pontos: i) elaboração, lançamento e publicação do Plano Recupera Cerrado, com a proposição de uma meta de restauração de 14 mil hectares até 2030 e o delineamento dos mecanismos necessários ao cumprimento dessa meta; ii) dentre os instrumentos, destaca-se o Mapa de Áreas Prioritárias para Recomposição e Conservação no Distrito Federal, que delimita no território do DF as áreas ambientalmente mais relevantes e orienta o esforço de compensação e conservação para essas áreas; iii) a minuta de decreto que estabelece novas regras para a recomposição de áreas degradadas e alteradas no DF, com dois aspectos principais, quais sejam: a) a aceitação de métodos diversos de recomposição de áreas degradadas, superando o paradigma do plantio de mudas como método preferencial ou exclusivo; e b) o foco nos resultados e o sucesso da recomposição, a partir de indicadores claros e objetivos, em contraposição ao foco na forma como ela foi iniciada. Assim, o objetivo central da compensação é assegurar, em outra área, as funções ambientais da área que foi convertida, de forma que preferencialmente ela ocorrerá mediante a conservação ou recuperação de área por ação direta ou indireta do empreendedor. Nessa nova regra, a compensação ocorrerá mediante a preservação voluntária de remanescentes de cerrado (assegurada por meio de servidão ambiental, reserva legal adicional à mínima necessária ou RPPN), assim como com a recomposição da vegetação nativa em áreas com algum nível de proteção permanente (APP, RL, servidão, UC). A recuperação de APPs e RLs só será considerada válida para fins de compensação se estas tiverem sido desmatadas anteriormente a 2008 e no imóvel não houver área rural consolidada incidente sobre as mesmas. A compensação será guiada pelo mapa de áreas prioritárias, que, por sua vez, incentiva a concentração das ações de conservação e recomposição do Cerrado nas regiões ambientalmente mais relevantes do DF. Para a realização da meta de restauração, foi articulada a elaboração de um projeto de captação de recursos internacionais, cuja aprovação ocorreu em 2017, com previsão de início das ações em janeiro de 2018. O Projeto foi aprovado no âmbito do Global Environmental Fund – GE F. Essa iniciativa irá permitir o cumprimento de nossa meta de restauração até o final desse PPA.

Os técnicos das quatro instituições envolvidas no Programa (SEMA, IBRAM, SFB e FBB) construíram o 1º edital do Programa. Devido ao tempo necessário às tratativas entre as quatro instituições para assinatura do Acordo de Cooperação Técnica, o mesmo só foi assinado em 11 de setembro de 2017. Pronto o edital, assinado o ACT e tomadas as providências administrativas

necessárias ao repasse de recursos, havia necessidade de que a primeira instituição devedora de compensação ambiental a aderir ao Programa, a TERRACAP, depositasse pelo menos parte de sua dívida, o que não ocorreu até o final do ano, impedindo que a implementação do Programa prosseguisse.

2018

O 1º edital do Programa foi consolidado, publicado e divulgado, mas nenhuma empresa que manifestou interesse em participar atendeu o perfil do contrato, razão pela qual não houve a adjudicação do contrato. Foram necessárias novas tratativas entre as quatro instituições que assinaram o ACT para definição de uma nova forma de seleção das empresas para que ocorra o repasse do recurso, que se encontra disponível na Fundação Banco do Brasil

4. Implantar o projeto “Cerratenses: preservação e conservação dos recursos naturais do bioma cerrado”(SEMA);

2016

Apoio no processo de implantação do Centro de Excelência do Cerrado – Cerra tenses, sob responsabilidade do Jardim Botânico de Brasília, como espaço para mobilização de ações de governo e sociedade para conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos do Bioma.

Realização de diversas reuniões e atividades para andamento do Programa.

2017

Centro de convergência, desenvolvimento e difusão de conhecimento sobre o Bioma Cerrado, foi implantado em prédio próprio no Jardim Botânico de Brasília e está em pleno funcionamento, atuando na função de Secretaria Executiva do Fórum Aliança Cerrado, rede de 58 entidades que atuam para a proteção do cerrado. Em 2017, o Cerra tenses atendeu aproximadamente 3.000 pessoas, entre técnicos de meio ambiente e áreas afins, estudantes, profissionais, representantes de governo, ONGs, academia, setor privado e público em geral. Também nesse ano, o Cerra tenses abrigou mais de 50 eventos, em sua maioria voltados ao desenvolvimento de subsídios e à construção de políticas públicas para o Cerrado, por meio da gestão e consolidação da informação e do fortalecimento institucional entre entidades do campo governamental, do acadêmico, da pesquisa e da sociedade civil organizada.

O Cerra tenses atuou em 2017 como secretaria executiva da Aliança Cerrado, rede de 58 entidades que atuam para a proteção do Cerrado. Além disso, o Cerra tenses vem realizando seu objetivo como centro de difusão de conhecimento sobre o Bioma Cerrado e recebeu mais de 50 eventos ao longo de 2017, com atendimento de cerca de 3000 pessoas. Além disso, foram desenvolvidos inúmeros trabalhos no contexto dos grupos de trabalho criados pela Aliança, com destaque para o lançamento do Plano Recupera Cerrado, que tem como objetivo promover a recomposição das áreas desmatadas e degradadas dos DF, por meio de técnicas inovadoras de recuperação e produção sustentável e estabelecimento de mecanismos financeiros e incentivos econômicos para tanto. Além disso, foi lançado, com o Plano, o Mapa de Áreas Prioritárias para Conservação e Restauração e a minuta de um decreto de novos mecanismos de compensação florestal e gestão da arborização urbana.

2018

O Centro de convergência, desenvolvimento e difusão de conhecimento sobre o Bioma Cerrado, conhecido como Cerratenses, está implantado no Jardim Botânico de Brasília e em pleno funcionamento, como um centro de difusão de conhecimento sobre o Bioma Cerrado. Em 2018, o Cerratenses atendeu aproximadamente 3.000 pessoas, entre técnicos de meio ambiente e áreas afins, estudantes, profissionais, representantes de governo, ONGs, academia, setor privado e público em geral. Também nesse ano, o Cerratenses realizou alguns eventos voltados principalmente à construção de políticas públicas para o Cerrado.

5. Criar, estruturar e/ou implementar, recuperar Unidades de Conservação e Parques (IBRAM) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016);

2016

Durante o ano de 2016 foi desobstruída parte das áreas dos Parques Vivencial do Anfiteatro Natural do Lago Sul e Ecológico Península Sul, com posterior recuperação do cerrado e realização de reformas e ampliação da pista de caminhada e ciclovias, além de melhorias paisagísticas com o plantio de árvores nativas do cerrado.

2017

Em relação à criação de Unidades de Conservação, estão em andamento as seguintes: 1) Parque Ecológico do Gama; 2) Parque Ecológico de Águas Claras; 3) ARIE Bananal. Quanto à implementação, apenas o Parque Ecológico do Gama recebeu infraestruturas entre os anos de 2016 e 2017. Além disso, cinco parques foram recuperados durante o ano: Saburo Onoyama, Paranoá, Lago Norte, Olhos d'Água e Três Meninas – acumulado de 50%.

2018

Quanto à criação de Unidades de Conservação (UCs), em 2018 foi publicada a criação do Parque de Águas Claras pelo Decreto nº 39.607 de 31 de dezembro de 2018. Encontram-se em andamento a criação das seguintes UCs: Parque Ecológico do Gama; Parque Ecológico Cachoeirinha; Unidade de Conservação nas nascentes do Córrego Taboquinha. O Parque Ecológico de Uso Múltiplo do Cortado, localizado em Taguatinga/DF, obteve a implementação de obras referentes a melhorias de infraestrutura executadas por responsabilidade de empresa privada após audiência de saneamento/conciliação, onde o IBRAM foi incluído para o recebimento de benfeitorias no Parque do Cortado, sendo implementados: uma Coopervia; Quadra de Areia; Quadra Poliesportiva; Academia ao ar Livre; Parque Infantil; Bicicletário; Instalação de Sistema de Captação de Águas Pluviais e Sistema de Usina de Energia Fotovoltaica; Oito unidades de Postes de iluminação; Torre Metálica para Vigilância; Mirante de Madeira; vinte unidades de bancos de concreto; e manutenção de passarela de madeira. Para 2019, estão previstas a criação de Unidades de Conservação no Ribeirão Sobradinho.

6. Ampliar as ações de gestão e conservação da água e do solo baseadas em Pagamentos por Serviços Ambientais – PSA (ADASA);

2016

Com o objetivo de possibilitar o atendimento satisfatório aos usos múltiplos, resguardar a vazão mínima remanescente e melhorar a qualidade da água do ribeirão Pipiripau, encontra-se em execução o Projeto Pipiripau – Produtor de Água, que reúne 18 parceiros, de várias institucionalidades, colaborando para melhorar o manejo do solo e da água nessa bacia hidrográfica, com vistas ao aumento da disponibilidade de água através da aplicação de técnicas de conservação do solo, de reposição da cobertura vegetal em Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal.

Este Projeto, cuja adesão é de caráter voluntário, promove uma condição inovadora à medida que se aposta na inversão da lógica em relação à conservação ambiental. Em suma, impera o sistema do poluidor-pagador, onde alguém que provoque danos ambientais é compelido a pagar por sua ação, enquanto que nesta nova visão, os produtores são convencidos a cuidar do meio ambiente e recebem por isso, constituindo-se assim a lógica do provedor-recebedor.

A meta até 2019 será atingir 60% das propriedades da Bacia do Pipiripau, ou seja, 354 propriedades de um total de 591.

Em 2016, as ações de gestão de conservação da água e do solo atingiram 113 propriedades, o que representa que 32% da meta proposta foi alcançada.

Para 2017, a meta é alcançar 150 propriedades – 42%; para 2018, 250 propriedades – 71%; em 2019, espera-se alcançar com as ações o total de 354 propriedades da Bacia.

O Projeto foca suas ações na melhoria da saúde da bacia, provendo maior qualidade e quantidade de água, agindo assim efetivamente na Gestão dos Recursos hídricos.

2017

Em 2017, as ações de gestão de conservação da água e do solo realizadas no âmbito do Projeto Pipiripau atingiram 162 propriedades da Bacia do Pipiripau, o que significa que 46% da meta já foi alcançada.

Para 2018, a meta é alcançar 250 propriedades (71%) e, em 2019, espera-se alcançar com as ações o total de 354 propriedades da Bacia (100%).

O Projeto foca suas ações na melhoria da qualidade e quantidade de água, agindo assim efetivamente na gestão dos recursos hídricos do Distrito Federal.

2018

Em 2018, as ações de gestão de conservação da água e do solo realizadas no âmbito do Projeto Pipiripau atingiram 193 propriedades da Bacia do Pipiripau, o que significa que 55% da meta já foi alcançada. Para este cálculo levou-se em conta o total de propriedades (354) que se pretende atingir até o final do contrato, ou seja, 2019.

Em 2019, espera-se alcançar com as ações o total de 354 propriedades da Bacia (100%).

O Projeto foca suas ações na melhoria da qualidade e quantidade de água, agindo assim efetivamente na gestão dos recursos hídricos do Distrito Federal.

7. Planejar ações de manejo e conservação da água e do solo em áreas de produção rural (SEAGRI);

2016

No exercício de 2016 a SEAGRI alcançou 25% da meta estabelecida no PPA 2016-2019, foram: Criadas 02 Unidades Hidrográficas (UH) Manejo e conservação da água em áreas de produção rural; Dentro da ação de ampliar o número e adequar os reservatórios de água para agricultores, foram construídos 02 novos reservatórios na BR 251 km 05 – AgroBrasília – Rod. Júlio Garcia; 01 reparo no reservatório na DF 250 km 7,5 Chácara R em Paranoá; 01 novo reservatório na DF 250 km 8,5 – Chácara Canaã nº7; 01 novo reservatório no Assentamento Pequeno Willian em Planaltina; 01 novo reservatório no Núcleo Rural Fazenda Larga em Planaltina e 01 reparo no reservatório do Assentamento Nova Vitória em São Sebastião, assim sendo atendidos dentro demanda ocorrida em 2016.

A SEAGRI entregou, por meio de transferência de patrimônio, equipamentos agrícolas para as Administrações Regionais de São Sebastião e de Brazlândia para atendimento de serviços diversos a produtores rurais do Distrito Federal, sendo para:

➤ A.R. de São Sebastião: 1 Carreta Agrícola em madeira; 1 Trator Agrícola; 1 Roçadeira Hidráulica; 1 Grade Aradora de Arrasto; 1 Pá Carregadeira; 1 Perfurador de Solo; 2 Carretas Agrícolas; 1 Plantadeira Semeadora e Adubadora; 2 Roçadeira Hidráulica; 2 Sulcador de Linha; 2 Cultivador; e 1 Rolo Compactador de pé de carneiro duplo.

➤ A.R. de Brazlândia: 1 Roçadeira Hidráulica; 2 Pá Carregadeira; 1 Grade Aradora de Arrasto; 1 Carreta Tanque; 2 Motoniveladora; 1 Perfurador de Solo; 1 Carreta Agrícola em madeira; 1 Colhedora de Forragens; 1 Sulcador de Linha; 2 Plantadeira Adubadeira; e 1 Distribuidora de Corretivo e Fertilizante.

A realização de serviços de levantamento de terraços alcançou 3.800 metros lineares, atendendo todas as demandas solicitadas, sendo: Núcleo Rural Rodeador – Brazlândia 1.800 metros lineares e Núcleo Rural Pipiripau 2.000 metros lineares. Foram executados serviços de preparo de solos (por demanda): 40 hectares de aração; 569,2 hectares de gradagem; 04 hectares de sulcagem; 50,2 metros quadrados de mistura de matéria orgânica em canteiros; 31 unidades de destoca; 03 hectares de construção de canteiros; 90 toneladas de distribuição de adubo; 04 hectares de sulcagem; 04 hectares de abertura de covas e também 90 covas individuais.

2017

No ano de 2017 as ações do Plano de Manejo se concentraram, devido à crise hídrica, na Bacia Hidrográfica do Alto Descoberto, composta pelas Unidades Hidrográficas do Rodeador, Alto Descoberto e Riacho das Pedras, muito embora também tenha sido implementado na Unidade Hidrográfica do Extrema, na Bacia Hidrográfica do Preto.

Na Bacia Hidrográfica do Alto Descoberto o desempenho das ações foi o seguinte: Revitalização de Canais de Irrigação – 5,9 Km; Implantação de Reservatórios Lonados – 72 ud; Estradas Rurais – Terraplanagem – 22,4 Km.

Na Unidade Hidrográfica do Extrema foi realizado um curso sobre Manejo de Irrigação – com a participação de 16 treinandos.

2018

No ano de 2018, as ações de Adequação Ambiental de Estradas Rurais do Plano de Manejo continuaram a ser executadas na Bacia Hidrográfica do Alto Descoberto, composta pelas Unidades Hidrográficas do Rodeador, Alto Descoberto e Riacho das Pedras. Nesse mesmo ano a Unidade Hidrográfica do Rio Pipiripau foi incorporada ao PMCAS.

Na BH do Alto Descoberto o desempenho das ações foi o seguinte: Revitalização de Canais de Irrigação – 2,5 Km no canal do Rodeador; Estradas Rurais – Terraplanagem – 22,8 Km.

Na UH do Rio Pipiripau foram executados os serviços de Revitalização de Canais de Irrigação – 6,5 Km no canal do Santos Dumont.

8. Promover a revegetação de 500 hectares em estabelecimentos rurais (SEAGRI);

2016

No exercício de 2016 a SEAGRI realizou a revegetação de 98 hectares, baseada na disponibilidade de mudas produzidas e condições ambientais de pluviosidade (chuvas).

2017

A meta estabelecida foi de 500 hectares, porém, baseada na disponibilidade de mudas de espécies nativas do Bioma Cerrado produzidas no viveiro da Granja Modelo do Ipê, e condições ambientais de pluviosidade (chuvas), a SEAGRI realizou a revegetação de 48 hectares no ano de 2017. Destaca-se que no ano de 2017, devido à crise hídrica, as ações de plantio se concentraram na Bacia Hidrográfica do Alto Descoberto, composta pelas Unidades Hidrográficas do Rodeador, Alto Descoberto e Riacho das Pedras, muito embora também tenham sido realizadas ações em outras áreas rurais do DF. Ainda neste viés, frisa-se a inexistência de recursos financeiros para a aquisição de insumos e contratação de mão de obra para a realização das atividades de revegetação, posto que a SEAGRI possui a estrutura de viveiro, mas são necessários os itens supracitados tanto para a produção das mudas utilizadas na revegetação quanto na mão de obra para produzi-las, bem como realizar o plantio nas áreas degradadas.

2018

A SEAGRI realizou a revegetação de 62 hectares em áreas rurais onde é tecnicamente permitida, que são as áreas sensíveis ambientalmente: Áreas de Preservação Permanente - APP e de Reserva Legal - RL. As mudas são produzidas na Granja Modelo do Ipê, unidade que pertence à estrutura da SEAGRI, a qual coordena a produção de mudas nativas do cerrado, no intuito de abastecer os Programas REFLORESTAR e Produtor de Água do Pipiripau, além de dar suporte a eventos e demandas dos órgãos no Distrito Federal. Destaca-se que a produção e o plantio das mudas estão diretamente relacionados à disponibilização de recurso financeiro, justificando-se o valor inferior à meta estabelecida.

9. Recuperar 200 hectares de APP (área de preservação permanente) e 350 hectares de reservas legais (EMATER);

2016

A recuperação de Área de Preservação Permanente- APP é uma importante ação para proteger as águas em quantidade e qualidade. A APP e a Reserva Legal são obrigações imposta pelo Código Florestal (Lei 12.651/2012) que limita o uso dessas áreas pelo proprietário ou posseiro do imóvel rural.

2017

O programa de reabilitação ambiental (PRAR), conforme exigido no código florestal (Lei 12.651 de 25 de maio de 2012) foca na recuperação de área degradada em Área de Proteção Permanente (APP) e reserva legal. Ação esta que visa exclusivamente as águas (qualidade e quantidade), a fauna e a flora nativa do cerrado.

2018

A recuperação de APP é uma importante ação para proteger as águas em quantidade e qualidade. A APP e a Reserva Legal são obrigações imposta pelo Código Florestal (Lei 12.651/2012) que limita o uso dessas áreas pelo proprietário ou posseiro do imóvel rural. Com a atualização da legislação que versa sobre a DCAA (Declaração de Conformidade da Atividade Agropecuária), os casos de dispensa de licenciamento sem DCAA não se faz necessário emitir documento comprobatório.

10. Promover a oferta de serviços públicos à população nos 73 parques do Distrito Federal (SEMA). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016);

11. Elaborar 600 requerimentos de planos de utilização das propriedades, abordando a adoção de práticas conservacionistas de manejo de solo e água e recuperação de áreas degradadas (EMATER);

2016

O Plano de Utilização é um dos principais projetos de utilização do imóvel público pelo atual posseiro da área. Esse documento faz parte do processo de regularização fundiária das terras rurais da TERRACAP que são administradas pela SEAGRI. O Plano de Utilização comprova o uso do imóvel por atividades rurais e a necessidade de adoção de práticas conservacionista para minimizar os impactos produzidos pela atividade em questão. O requerimento do P.U. é uma solicitação junto a SEAGRI, no sentido de iniciar o processo de regularização pelo atual posseiro em terras públicas, que é feito pelos técnicos da EMATER. O pedido é voluntário e a EMATER faz os requerimentos, conforme demanda, após o mesmo ser aprovado pela SEAGRI.

2017

Em virtude de que uma das principais políticas públicas do GDF é a regularização fundiária das terras rurais de propriedade da TERRACAP, para dar segurança jurídica aos posseiros que elas produzem, um dos principais requisitos exigidos pela SEAGRI nesse processo de regularização é o plano de utilização. Entre as metas exigidas pelo plano de utilização é a produção agropecuária e a conservação de água e do solo. A EMATER tem como prioridade a elaboração de PU gratuitamente aos produtores familiares.

2018

O Plano de Utilização é um dos principais projetos de utilização do imóvel público pelo atual posseiro da área. Esse documento faz parte do processo de regularização fundiária das terras rurais da TERRACAP que são administradas pela SEAGRI. O Plano de Utilização comprova a utilização do imóvel por atividades rurais e a necessidade de adoção de práticas conservacionistas para minimizar os impactos produzidos pela atividade em questão. O requerimento do P.U. é um pedido junto a SEAGRI que faz parte do processo de regularização pelo atual posseiro em terras públicas que é feito pelos técnicos da EMATER. O pedido é voluntário do interessado e a EMATER faz os requerimentos conforme demanda. Após o requerimento ser aprovado pela SEAGRI, é pedido para que se faça o PU do imóvel rural. Foram elaboradas, 1 licença, 106 DCAA e 3 autorizações.

12. Elaborar 07 licenças ambientais, 400 Declarações de Conformidade de Atividade Agropecuária – DCAA, 10 Autorizações, 12 Projetos de Recuperação de Área Degradada – PRAD, e 500 Dispensas de Licenciamento (EMATER);

2016

Os processos de licenciamento ambiental: Licença Ambiental Simplificado, Licença Ambiental Convencional, Dispensa de Licenciamento com Declaração de Conformidade de Atividade Agropecuária - DCAA e autorização são instrumentos obrigatórios para regularização ambiental da atividade agropecuária. Quando feito o documento de licenciamento, é exigido que o imóvel rural se adeque conforme a legislação ambiental faz-se um estudo de todos os impactos ambientais causados pela a atividade e é realizado um projeto de controle ambiental com práticas para minimizar os impactos ambientais causados pela atividade desenvolvida ou proposta.

2017

Todas as atividades agrosilvopastoril são exigidos licenciamento ambiental. Existem atividades mais impactantes ambientalmente que outras e são exigidos estudos diversos conforme o nível de impacto, entre estes: Licenciamento ambiental ou DCAA ou dispensa de licença ambiental ou autorização ou licenciamento ambiental simplificado ou licenciamento ambiental ordinário.

2018

Os processos de licenciamento ambiental que são: Dispensa de Licenciamento Ambiental, Declaração de Conformidade de Atividade Agropecuária (DCAA), Autorização Ambiental, Licenciamento Ambiental Simplificado e Licenciamento Ambiental Ordinário. São instrumentos obrigatórios para regularização ambiental da atividade agropecuária. Quando feito o documento de licenciamento, é exigido que o imóvel rural se adeque conforme a legislação ambiental, fazendo um estudo de todos os impactos ambientais causados pela a atividade e fazendo um projeto de controle ambiental que são práticas para minimizar os impactos ambientais causados pela atividade desenvolvida ou proposta.

13. Capacitar 3.150 produtores rurais no período de quatro anos (EMATER);

2016

Capacitação de produtores rurais através de campanhas de recolhimento de agrotóxicos, mutirão de elaboração de Cadastro Ambiental Rural - CAR, mutirão de requerimento de pedido de outorga, reunião técnica sobre os diferentes processos de licenciamento ambiental, dia de campo sobre ILPF – Integração Lavoura – Floresta e Pecuária e dia de campo sobre o Plano de Manejo de água e solo.

2017

Capacitação de produtores rurais através de campanhas de recolhimentos de agrotóxicos, mutirão de elaboração de Cadastro Ambiental Rural (CAR), mutirão de requerimento de pedido de outorga, reunião técnica sobre os diferentes processos de licenciamento ambiental, dia de campo sobre ILPF – Integração Lavoura-Floresta e Pecuária e dia de campo sobre o Plano de Manejo de água e solo.

2018

Capacitação de produtores rurais através de campanhas de recolhimentos de agrotóxicos, mutirão de elaboração de Cadastro Ambiental Rural (CAR), mutirão de requerimento de pedido de outorga, reunião técnica sobre os diferentes processos de licenciamento ambiental, dia de campo sobre ILPF – Integração Lavoura-Floresta e Pecuária e dia de campo sobre o Plano de Manejo de água e solo.

14. Recuperar 50% das áreas degradadas do Jardim Botânico e de sua Estação Ecológica (JBB);

2016

Foram recuperados, inicialmente 10 hectares de áreas degradadas com o plantio de aproximadamente 40 mil mudas de árvores nativas do bioma Cerrado na área de antiga exploração de cascalho na EEJBB que se encontrava invadida e colonizada por gramíneas exóticas e indesejáveis, sendo finalizada a recuperação de 20 hectares com o plantio de mais 90 mil mudas de árvores, originárias de compensação florestal devida pela Secretaria de Estado de Mobilidade/DF.

2017

Dentre os projetos de recuperação propostos, em 2017 houve a continuidade da Compensação Florestal decorrente da supressão de indivíduos arbóreos para implantação e pavimentação de 3ª faixa e vias marginais da DF-085 (Estrada Parque Taguatinga – EPTG), através do contrato nº 001/2015-SEMOB que trata do fornecimento, plantio, manutenção e monitoramento de mudas de espécies nativas do bioma Cerrado para recuperação de área degradada por mineração de cascalho na Estação Ecológica do Jardim Botânico – EEJBB. Dessa forma, foi realizado um plantio de complementação da área da cascalheira com cerca de 3.000 mudas e manutenção dos plantios como roçagem, coroamento e tratamento fitossanitário ao longo do ano. Ademais, a empresa responsável pela Compensação Florestal fez a roçagem de 3 hectares em uma nova área de cascalheira para o restante do plantio de aproximadamente 26.000 mudas de espécies nativas do bioma Cerrado. Elaborou-se projeto para a continuidade do uso de lodo de esgoto da CAESB na recuperação dessa área, sendo protocolado junto ao Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal Brasília Ambiental – IBRAM.

Foi realizado, também, o plantio de aproximadamente 01 hectare com mudas de espécies nativas do bioma Cerrado devido pela NOVACAP em Compensação Florestal pelas obras da Terceira Ponte (Ponte JK). O plantio consistiu de 10.000 mudas em área a ser recuperada na junção dos córregos Tapera e Taquara e ao longo de seu curso. O preparo do solo e o transporte das mudas foram realizados em dezembro de 2016. Porém, o plantio foi realizado em janeiro e fevereiro deste ano de 2017. Por fim, foi realizado um Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) para duas áreas do Jardim Botânico, sendo retirados indivíduos de Pinheiros e Eucaliptos. As áreas das quadras K e L eram áreas de experimento de plantios realizados pela extinta Fundação Zoobotânica, anteriormente à criação do Jardim Botânico de Brasília, numa área total de 5,72 hectares

2018

Em 2018, foi garantida a continuidade dos projetos de recuperação, com a manutenção das mudas plantadas (coroamento, adubação, tratamento fitossanitário) e reposição das que morreram no projeto desenvolvido pela NOVACAP. Foi efetuado, ainda, o corte de 2 ha de Pinus, projeto desenvolvido pelos técnicos do JBB. Com o objetivo de impedir a rebrota, foi realizado o plantio direto de sementes de espécies herbáceo-arbustivas do cerrado para recomposição do local. Para 2019, serão testadas as metodologias para o combate das espécies como o Baccharis, Pteridium (samambaião) e Trembleya.

15. Produzir 350.000 mudas de espécies nativas do Cerrado (JBB);

2016

Em 2016, o viveiro do JBB inovou na produção de Ninfeias e outras plantas aquáticas. Além destas, foram produzidas aproximadamente 10.000 mudas de árvores nativas do Cerrado, as quais estão sendo plantadas no projeto Orla do Lago e na recuperação de áreas degradadas do JBB e da EEJBB. Foram realizadas ainda coletas de sementes de 48 espécies nativas do Cerrado beneficiadas e armazenadas estando prontas para a semeadura, bem como, pesquisas nas áreas de germinação de sementes e de produção de mudas de espécies da flora do Cerrado de diversas famílias. Para o ano de 2017 está prevista a assinatura de convênio com a TERRACAP, que irá viabilizar a produção de mudas nativas do cerrado.

2017

No viveiro do Jardim Botânico de Brasília foram produzidas ao longo do ano de 2017 o quantitativo de 12.500 mudas das diversas espécies do cerrado. Ressalta-se que a Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP e o Jardim Botânico de Brasília visam realizar ação conjunta na preservação e manutenção dos ecossistemas naturais, com a finalidade de produzir mudas nativas do Bioma Cerrado para a recuperação e/ou revegetação de áreas degradadas ou perturbadas do Distrito Federal, oriundos de compensação ambiental da TERRACAP. A assinatura de Convênio entre as partes não foi assinada em 2017 por motivo de contenção de gastos.

2018

Em 2018, o quantitativo de mudas produzidas mais que dobrou em relação às 12.500 mudas plantadas em 2017, chegando a 27.000 mudas, aproximadamente. Isso se deve ao valioso auxílio de 4 estagiários da Engenharia Florestal, além do emprego de novas técnicas de produção. A diversificação dos hábitos de vidas das espécies merece destaque, considerando que, além das espécies nativas destinadas à recuperação de áreas degradadas, ervas ornamentais de uso paisagístico e espécies aquáticas deram contribuição importante para dar sustentabilidade às coleções vivas expostas no Centro de Visitantes. No viveiro, a diversidade atingiu 140 espécies, demonstrando o potencial da equipe e técnicas empregadas na produção.

Ressalte-se, no entanto, que o convênio previsto com a TERRACAP, com vistas à continuidade da produção e revitalização do Viveiro Jorge Pelles, não se concretizou no exercício 2018, influenciando sobremaneira no quantitativo de mudas produzidas para o período compreendido neste PPA.

Considerando que a real capacidade de produção de mudas do JBB é de 40 mil unidades/ano, observa-se que a previsão de 350.000 para o quadriênio 2016-2019 pode ter sido superestimada, na quantidade se contava com a parceria de convênio com a TERRACAP que não logrou êxito, e por questões orçamentárias alheias ao JBB.

16. Reduzir em 50% os incêndios florestais nas áreas administradas pelo JBB (JBB);

2016

A meta foi superada. A incidência de incêndios florestais nas áreas administradas pelo JBB nos últimos dois anos caiu a praticamente zero. Houve apenas um incêndio em 2015 e outro em 2016, na mesma área limítrofe com as casas da SHIS QI 19. Esta significativa melhora na prevenção aos incêndios florestais foi possível com o apoio da TERRACAP e da Secretaria de Agricultura - SEAGRI, que disponibilizaram equipamentos e mão-de-obra para abrir os aceiros e melhorar as vias internas de forma a facilitar o tráfego de veículos de combate a incêndios e de fiscalização. Foram realizadas campanhas educativas para sensibilizar os vizinhos das Unidades de Conservação do mosaico para os riscos, causas, consequências dos incêndios florestais antrópicos em área de Cerrado e a divulgação da Lei que proíbe a queima de lixo no DF, visando à redução das áreas queimadas, de gastos públicos no combate aos incêndios e a preservação ambiental do bioma. O aplicativo DF100Fogo foi aperfeiçoado introduzindo novas funções. A nova versão está disponível na Google Store, sendo o up load gratuito para celulares do sistema Android. O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal se comprometeu a montar uma sala de emergência para recebimento de notificações de incêndios, continuamente. Está sendo discutida a logística para que esse serviço seja montado até o início da estação seca de 2017.

2017

Em 2017, a meta de redução de incêndios florestais foi superada novamente. Destaca-se que, apesar da seca prolongada de 2017, apenas 1 hectare de área foi queimada no JBB. As atividades realizadas para diminuir a vulnerabilidade destas áreas aos incêndios foram o combate imediato de todas as ocorrências avistadas do Mirante e demais focos nas áreas vizinhas; rescaldo

minucioso e monitoramento no perímetro do Jardim e da Estação Ecológica, principalmente próxima a matas de galeria e ciliares; bem como o mapeamento da área queimada com a utilização de GPS, organização e treinamento da equipe para a fiscalização e ações eficazes de combate aos incêndios. Foram adquiridos equipamentos para garantir a segurança dos servidores em todas as atividades. Em parceria com a NOVACAP, GAT e PREVFOGO, foi realizado aceiro mecânico e aceiro negro nas margens da DF – 001 em colaboração com as unidades vizinhas e os órgãos envolvidos no PPCIF, além de reparos em todas as estradas da EEJBB e roçagem lateral de vias internas e supressão de vegetação exótica em toda a extensão da DF 001, que corta o mosaico de UCs, até a BR-040, bem como corte e poda de árvores caídas sobre as estradas e acessos à Unidade de Conservação, para garantir a livre circulação, principalmente nos casos de emergências.

No total, foram realizados 30 km de aceiro negro ao longo da DF – 001, em toda a extensão que borda as unidades de conservação. Essa prática é fundamental para a proteção das unidades e é realizada com apoio de vários órgãos, entre eles: JBB, IBGE, FAL, 6º COMAR, PREVFOGO, CBMDF, DER, CIAB/Marinha.

A Brigada de Incêndio do Jardim Botânico de Brasília está apta a dar o primeiro combate aos incêndios florestais até a chegada dos bombeiros, tanto dentro de sua área quanto na área do mosaico de unidades de conservação da APA Gama-Cabeça-de-Veado. Essa atuação, na maioria das vezes, garantiu a contenção dos focos de incêndio em pequenas áreas e em áreas mais distantes, incluindo o combate a incêndios na Floresta Nacional de Brasília (Taguatinga), no Mosteiro Eisho-Ji (Pirenópolis) e também no incêndio de grandes proporções da Chapada dos Veadeiros.

Ressalta-se que o resultado alcançado para essa meta no exercício de 2016 foi alterado em razão de ter sido verificada inconsistência no critério de cálculo.

2018

As medidas preventivas e de atenção no período da estiagem possibilitaram ao JBB ultrapassar a meta estabelecida para o quadriênio. Em 2018, ocorreu apenas um foco de incêndio, provocado por raio com a queima de 2,5 hectares, o que representa 0,05% da área total.

17. Implantar a infraestrutura da biblioteca digital e Herbário Virtual do JBB (JBB);

2016

A biblioteca digital está em funcionamento e vem sendo alimentada pela equipe do JBB. Ainda existem algumas falhas na Plataforma DSpace, que estão sendo sanadas pela equipe do IBICT, com apoio técnico do Núcleo de informática do JBB. Estão em fase de aquisição os equipamentos necessários para obtenção da autonomia completa da base de dados que permanece hospedada no IBICT. No que se refere ao Herbário Virtual foi adquirido a título de empréstimo, em parceria com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, uma estação fotográfica a fim de digitalizar todas as exsicatas existentes, inserir no sistema com código de barras. Em três meses foram fotografadas 4060 exsicatas o que corresponde a 13% da meta. Logo que este trabalho estiver encerrado, as imagens serão transferidas para o Herbário Virtual do JBB.

A Fundação Flora tem apoiado os herbários brasileiros para a digitalização de seus acervos, no âmbito da segunda fase do projeto Herbário Virtual Reflora, iniciativa da qual participam mais de 60 herbários brasileiros e cerca de 10 herbários estrangeiros. As imagens digitalizadas estão sendo disponibilizadas no site: <http://www.herbariovirtualreflora.jbrj.gov.br/reflora/herbarioVirtual/ConsultaPublicoHVUC/ConsultaPublicoHVUC>. Tornando essa informação acessível a taxonomistas do mundo todo interessados na flora brasileira.

2017

Em parceria com o IBICT, a Biblioteca Digital do Cerrado está em fase final de implementação e logo será retomada a alimentação do acervo. A biblioteca está localizada no Centro de Excelência do Cerrado, recebendo várias doações no ano de 2017. Autores relevantes ao tema Cerrado aumentaram muito a qualidade da coleção. No primeiro semestre de 2017, foram recebidos 72 livros provenientes da biblioteca física do IBRAM, totalizando 165 obras recebidas ao longo do ano, além de 10 molduras com vidro e um scanner de mesa HP Scanjet 200/300. A classificação, catalogação e a indexação de obras físicas, ou em suporte físico, tem sido a atividade principal exercida pela biblioteca devido às doações recebidas. Em 2017, foram gerados 2 (dois) tipos de catálogos das obras físicas, com aproximadamente 65 (sessenta e cinco) páginas cada um, os quais se encontram na entrada da Biblioteca do Cerrado. Atualmente, estão catalogados 1.250 livros, 40 títulos de revistas e 1720 exemplares diversos.

Quanto ao Herbário Virtual, o Jardim Botânico de Brasília, em parceria com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, dentro do Projeto Reflora, está digitalizando sua coleção de plantas herborizadas para divulgação do seu acervo em nível nacional e internacional no site Herbário Virtual Reflora < <http://reflora.jbrj.gov.br/reflora/herbarioVirtual>>. Até o momento, foram digitalizadas 18.000 exsicatas do acervo ou 55% do total da coleção.

O Herbário Ezechias Paulo Heringer - HEPH conta com o acervo atual de 33.500 espécimes, constituído principalmente por plantas do Cerrado em diferentes quantidades entre famílias botânicas mais representativas, em termos de número de exsicatas, sendo cadastradas 28.500 delas. O HEPH realiza atendimentos a professores, alunos e visitantes, além de identificar diversas imagens para pesquisadores, amantes da natureza e pesquisadores/taxonomistas, estes últimos colaboradores nas identificações botânicas em suas áreas de especialização.

O HEPH participa do INCT - Herbário Virtual da Flora e dos Fungos desde 2013 e já está com seus dados disponibilizados no site do programa SpeciesLink: <http://splink.cria.org.br/>. Atualmente, encontram-se disponíveis 27.577 exsicatas online. Por meio da parceria realizada com o IBICT/MCTI, está sendo criado o site do herbário virtual, no qual estarão disponíveis todas as fotos de exsicatas e dados do acervo de plantas do JBB e EEJBB.

2018

Após vários ajustes na programação, realizados pelo parceiro IBICT, a Biblioteca Digital do Cerrado - BDC - voltou a ser alimentada. Em 2018, foram disponibilizados 540 objetos digitais. O acervo da Biblioteca Física atingiu 6.000 itens, entre livros, periódicos, DVD's, CD's, folhetos e mapas.

Quanto à parceria com o Projeto Reflora, ao final de 2018, O JBB alcançou 25.000 imagens que serão disponibilizadas no Herbário Virtual, o que representa 74,6% do número atual de exsicatas do Herbário Ezechias Paulo Heringer. No Herbário Virtual da Flora e dos Fungos, estão disponíveis atualmente 32.612 espécies. Para 2019, estão previstas a aquisição de servidor que deve alojar o site da BDC e a memória física de todos os documentos depositados digitalmente. De igual forma, servirá para o herbário virtual, com a aquisição da estação digitalizadora própria.

18. Recuperar 80% do cercamento do perímetro do JBB e de EEJBB (JBB);

2016

A meta proposta não foi atingida no ano de 2016 devido à dificuldade para a aquisição do material necessário e à ação constante de vândalos. Até o momento foram adquiridos apenas arame e esticadores e a licitação para compra dos mourões de concreto está em andamento na Central de Compras. Dessa forma, estão sendo realizados contínuos reparos na cerca, com fechamento das áreas consideradas mais críticas, a fim de evitar a entrada de invasores e pessoas não autorizadas.

2017

A meta não foi atingida em 2017. O processo para a compra dos mourões está em fase final de licitação. Até o momento, foram adquiridos arames e esticadores que estão sendo utilizados para reparos na cerca e fechamento das áreas consideradas mais críticas. Para evitar a entrada de invasores e pessoas não autorizadas, está sendo realizada a fiscalização com rondas diárias internas e externas durante todo o ano, com intervenções no perímetro do JBB e da Estação Ecológica

2018

Em 2018, foram adquiridos os mourões para cercamento de parte da Estação Ecológica do JBB. Nos meses de novembro e dezembro foi implantado 1 km de cerca nos limites da Estação Ecológica Jardim Botânico e a via de ligação das QI 19 e 21 do Lago Sul, área selecionada como prioritária em virtude da vulnerabilidade à entrada de invasores. Os trabalhos de cercamento terão continuidade em 2019.

19. 100% do Centro de Excelência do Cerrado equipado e em operação (JBB);

2016

O Centro de Excelência do Cerrado, em um ano de funcionamento, vem alcançando os objetivos propostos de promover a integração de instituições para a construção de políticas ambientais, atividades e pesquisas voltadas para conservação, recuperação e uso sustentável do Cerrado, com a criação do Fórum Aliança Cerrado, formado por mais de 55 instituições. As exposições, a gastronomia, a poesia e as apresentações musicais apresentaram ao público a proposta de valorização do Cerrado e sua conservação.

2017

O Centro de Excelência do Cerrado está em pleno funcionamento e cumprindo a missão de subsidiar a construção de políticas públicas, por meio da gestão e consolidação da informação e do fortalecimento institucional entre entidades dos campos governamental e acadêmico, da pesquisa e da sociedade civil organizada, empresas e entidades em geral.

Está prevista para o próximo ano a contratação de empresa especializada para instalação de internet e aquisição de equipamentos de informática.

2018

O Centro de Excelência do Cerrado será destinado à implantação da Escola Superior do Cerrado, que se encontra em fase de credenciamento junto à Secretaria de Educação do Distrito Federal. Para tanto, foi necessário realizar reforma e ampliação do espaço, a construção de 3 novas salas e ampliação de 3 salas já existentes, bem como o fechamento do espaço da biblioteca para instalação dos equipamentos de climatização. As obras de ampliação foram concluídas em dezembro/2018 e as salas já estão mobiliadas. Para 2019, está prevista a aquisição de equipamentos de informática.

20. Elaborar mapa de risco de incêndios florestais para as Unidades de Conservação geridas pelo IBRAM; (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)

2016

No ano de 2016, foram mapeados 100 % dos parques e unidades de conservação onde ocorreram incêndios florestais. Adicionalmente ao que foi estabelecido pela meta foi realizado o estudo de reincidências, sendo desenvolvidos mapas de reincidência para 10 unidades de conservação e mapas de vulnerabilidade para outras 05 unidades de conservação.

2017

Para viabilizar a realização do trabalho, em novembro de 2017, foi contratado o fornecimento de imagens da constelação de satélites Planet, que conta com 150 satélites imageando sistematicamente a cada 3 dias todo o Estado, com imagens detalhadas, ortorretificadas de 3 metros de resolução espacial, e com bandas multiespectrais adquiridas na faixa do visível e do infravermelho próximo. Em função da aquisição tardia das imagens, a elaboração dos mapas foi prejudicada, tendo início apenas em 2018, portanto, a meta 2017 só será concluída em 2018.

21. Elaborar Planos Integrados de Combate a Incêndios Florestais para todas as Unidades de Conservação geridas pelo IBRAM; (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)

2016

Do total de 95 parques e unidades de conservação geridas pelo Instituto, após análise de suas características como infraestrutura física, cercamento, acesso e sede, foram elencados 38 unidades de conservação, sendo possível realizar esse trabalho em 29 delas. Para a realização desse trabalho nas demais unidades, melhorias de gestão na unidade e na estrutura física são necessários, visto que esses atributos fazem parte do Plano Integrado. Considerando o universo de 38 unidades e que foram feitos 29 planos, tem-se que 76,31 % estão concluídos.

2017

Do total de 38 unidades de conservação eleitas para a composição dos planos integrados de combate a incêndios florestais, foram concluídos em 2017 a elaboração de planos para 5 parques, totalizando um acumulado de 34 unidades de conservação (89,47% da meta estabelecida para até 2019).

22. Elaborar Mapa de Risco associado a atividades licenciáveis no DF (IBRAM);

2016

Este trabalho está sendo desenvolvido no âmbito do Zoneamento Ecológico Econômico, com a participação do IBRAM nos trabalhos coordenados pela SEMA. Pretende-se extrair do ZEE dois instrumentos para o licenciamento ambiental: os mapas de riscos e a matriz multicritério, que deve ser utilizada no enquadramento das atividades licenciadas. Este trabalho somente será finalizado após publicação da Lei do ZEE e regulamentação de seus instrumentos.

2017

Buscou-se padronização e organização das informações para banco georreferenciado do IBRAM. Iniciou-se trabalho, via convênio IBRAM/MMA, na contratação de serviço especializado de desenvolvimento e implementação de uma solução de geoprocessamento para auxiliar com inteligência geográfica o processo de licenciamento ambiental, que será integrado com o sistema SIBRAM, permitindo um mapeamento em camadas. Este trabalho está em conexão com as diretrizes ambientais propostas pelo Projeto do ZEE, totalizando, até o momento, o cumprimento de 65% da meta pactuada até 2019.

2018

Foi dada continuidade, via convênio IBRAM/MMA, na contratação de serviço especializado de desenvolvimento e implementação de uma solução de geoprocessamento para auxiliar com inteligência geográfica o processo de licenciamento ambiental, devendo ser efetuada em 2019. Por meio da SEMA, com a participação do IBRAM na construção do modelo de contratação, foi realizada a contratação de consultoria para a construção da matriz multicritério e da revisão do licenciamento a partir das diretrizes ambientais propostas pelo Projeto do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE). Entretanto, esta contratação não foi efetivada, ficando pendente esta etapa de regulamentação dos instrumentos do ZEE e dos mapas de forma posterior à publicação da Lei do ZEE em 2019.

23. Ampliar o diagnóstico das áreas erodidas nas Unidades de Conservação geridas pelo IBRAM para 100% das áreas;

2016

Para esta meta foi feito um recorte das UCs administradas pela IBRAM considerando uma série de critérios, como tamanho das áreas e dificuldades de acesso para realização de vistorias, chegando a total de 38 Unidades de Conservação passíveis de vistoria, sendo este o universo considerado para o cumprimento integral da meta. Assim, em 2016 foi cumprido 39% da meta o que equivale a 15 parques administrados pelo IBRAM. Para 2017 a expectativa é ampliar esse diagnóstico com a utilização de técnicas de geoprocessamento e análise de imagens de sensoriamento remoto.

2017

Em 2017, o diagnóstico foi elaborado com a utilização de técnicas de geoprocessamento e análise de imagens de sensoriamento remoto, contemplando 17 parques, totalizando o alcance de 44,7% da meta estabelecida para até 2019. Com a contratação de fornecimento de imagens ocorrida ao final de 2017, serão feitos testes de confiabilidade a partir de 2018.

2018

Em 2018, deu-se continuidade à identificação e avaliação de processos erosivos e se procedeu à apuração das informações geoespaciais existentes, bem como a inclusão dos shapes das áreas levantadas no banco de dados do IBRAM, com vistas a dar maior transparência as ações do Programa. Foram adotadas ações técnicas e gerenciais para aquisição de materiais e serviços que contribuam para os estudos de monitoramento de processos erosivos, como drones e softwares para obtenção 3D com imagens de extensão, profundidade e declividade. Reformulou-se o Programa, o qual foi submetido à aprovação da UCAF, para aquisição dos equipamentos necessários ao desenvolvimento da atividade proposta. Para 2019, o IBRAM aguarda as aquisições, uma vez que o projeto foi aprovado pela Câmara de Compensação em dezembro de 2018.

Em relação às metas do PROMAE, vale ressaltar que foram apontadas 38 Unidades de Conservação (UC's) prioritárias, as quais apresentavam estrutura mínima para execução da atividade, como cercamento, vigilância e sede. Cumpre esclarecer que as porcentagens alcançadas são baseadas apenas nas áreas prioritárias das 38 UC's que apresentavam estrutura de segurança, e não no total das UC's geridas por esse Instituto.

OBS: 38 UC's = RECORTE pelo que se considerou UCs passíveis de monitoramento em 2016 como 100%.

2016 = 15 Parques equivalente a 39%

2017 = 17 parques equivalente a 44,7%

2018 = 34 parques equivalente a 89,4%

24. Cadastrar no Cadastro Ambiental Rural – CAR, 90% da malha cadastrável, até o final de 2017 (IBRAM);

2016

Conforme Boletim Informativo (dez 2016) emitido pelo Serviço Florestal Brasileiro – SFB, o Distrito Federal já possui 70% da sua malha prevista cadastrada no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural – SICAR. A entrada no sistema ocorre por iniciativa própria dos detentores de imóveis rurais ou através do apoio técnico oferecido pelo IBRAM e EMATER/DF, destacando que a EMATER/DF tem o apoio do Fundo Único do Meio Ambiente – FUNAM, através do Programa de assistência à inscrição no Cadastro Ambiental Rural – CAR dos imóveis rurais de até 4 módulos fiscais no Distrito Federal, que prevê o atendimento a todos os pequenos imóveis rurais no Distrito Federal, atendendo a previsão do Capítulo XII da Lei 12.651/2012 e Art. 8º do Decreto 7.830/2012.

2017

Com as ações de orientação e incentivo desempenhadas no transcorrer do ano, foi possível superar a marca de 90% da malha cadastral, alcançando assim a totalidade da meta estabelecida.

2018

Com todos os esforços realizados, o DF encerra o ano de 2018 com 97% da área cadastrável do DF registrada no CAR. Com o aumento das análises, a busca ativa de lacunas no território poderá ser visualizada e trabalhada.

25. Validar 50% dos imóveis cadastrados no CAR até o final de 2019 (IBRAM);

2016

Baseado em Acordo de Cooperação Técnica – ACT assinado em 2013, o Distrito Federal é uma das unidades da federação que utilizam dos recursos tecnológicos e seguem o cronograma adotada pelo Governo Federal, através do Serviço Florestal Brasileiro – SFB para a implementação do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural – SICAR. Neste ponto, em 2016 a equipe da Gerência de Cadastro Ambiental Rural – GECAR foi treinada pelo SFB para utilização do Módulo de Análise do SICAR, meio em que os cadastros serão validados, contudo, a ferramenta não foi lançada para utilização oficial, não permitindo ainda o início das análises que tem previsão para 2017.

2017

Não houve avanços neste período, em razão da não ocorrência da capacitação dos servidores do IBRAM por parte do SFB - Sistema Florestal Brasileiro. O curso foi adiado para o início de 2018, ano em que se espera que a validação dos imóveis cadastrados ocorra com mais intensidade.

2018

O lançamento do módulo de análise para utilização no DF ocorreu em março de 2018. No mês de março, ainda ocorreram capacitações e implementações assistidas junto ao Serviço Florestal Brasileiro - SFB (gestor do sistema do CAR). Desde abril de 2018, todas as análises do CAR estão sendo realizadas dentro do sistema. No entanto, o módulo ainda não está totalmente estável, possuindo ainda problemas que atrasam o processo de análise, como demoras nas retificações, erros de sistema que solicitam comunicação ao administrador, entre outras questões. Além disso, a reestruturação que ocorreu no IBRAM em junho aumentou as atribuições de analistas que antes se dedicavam exclusivamente ao CAR e agora fazem parte da Diretoria de Flora e Recuperação Ambiental, responsável pela gestão florestal, recuperação de áreas degradadas e CAR. Além de questões de sistema, as seguintes situações são encontradas e requerem a retificação do ocupante para que a validação aconteça: 1.Classificação de uso da terra errado, 2.Erros de digitação na documentação pessoal, 3.Erros no acesso a Central do Proprietário/Possuidor, 4.Muitas sobreposições requerem comprovação de domínio, 5.Erro no entendimento do conceito de imóvel rural no SICAR (área contínuo de mesmo domínio), 6.Dificuldade em realizar o polígono por conta da resolução espacial das imagens de satélite. Assim, no ano de 2018, 5% dos registros passaram por algum nível de análise, sendo que, desses, apenas 3% foram validados. Em relação ao total de imóveis registrados, apenas 0,88% foram validados, pois a meta depende que o interessado realize as retificações indicadas no CAR. Para o ano de 2019, o IBRAM buscará recursos para melhorar o avanço das análises, incluindo parcerias institucionais.

26. Elaborar e publicar 10 planos de manejo de Unidades de Conservação até 2019 (IBRAM);

2016

Contratação da elaboração do plano de manejo do Refúgio de Vida Silvestre mata Seca. Elaboração do Plano de Manejo do Parque Ecológico Bernardo Sayão, Monumento Natural do Morro da Pedreira e Reserva Biológica do Guará. Para o ano de 2017 teremos a contratação do Plano de manejo do Parque Ecológico Burle Marx, Parque Ecológico Península Sul, Parque Vivencial do Anfiteatro Natural, Parque Distrital Salto do Tororó, Monumento Natural Dom Bosco (ARIE Dom Bosco e Parque Ecológico Dom Bosco), Refúgio de Vida Silvestre Gatumé, Parque Três Meninas, Parque Ecológico Saburo Onoyama e Parque Ecológico Cortado. Além do Diagnóstico ambiental dos Parques de Sobradinho. Em 2017 está prevista a publicação dos seguintes planos de manejo: ARIE Cruis, ARIE Bananal, Parque Vila Estrutural e ARIE Estrutural.

2017

Em 2017 foram publicados 5 planos de manejo, a saber:

	Unidade de Conservação	Publicação
1	ARIE Cabeceira do Valo	Instrução nº 724, de 22 de novembro de 2017
2	ARIE Vila Estrutural	Instrução nº 724, de 22 de novembro de 2017
3	Parque Urbano da Vila Estrutural	Instrução nº 724, de 22 de novembro de 2017
4	Parque Ecológico Burle Marx	Instrução nº 706, de 13 de novembro de 2017
5	Parque Ecológico Ezechias Heringer	Instrução nº 686 de 26 de outubro de 2017.

Para os anos de 2018/2019, estão previstas as seguintes publicações de planos de manejo: 1) Reserva Biológica do Guará;; 2) Parque Ecológico Bernardo Sayão; 3) Parque Ecológico Asa Sul, 4) Parque Ecológico Veredinha e; 5) Parque Bosque dos Tribunais.

2018

Em 2018 foram publicados 04 (quatro) planos de manejo, a saber:

	Unidade de Conservação	Publicação
1	Parque Ecológico Veredinha	Instrução normativa 59 de 05 de março de 2018
2	Parque Ecológico Bernardo Sayão	Instrução nº 282 de 17 de julho de 2018
3	Parque Bosque dos Tribunais	Instrução nº 243 de 17 de outubro de 2018 (DODF 19/10/2018)
4	Parque de Uso Múltiplo da Asa Sul	Instrução nº 481 de 17 de dezembro de 2018 (DODF 21/12/2018)

Em 2018, foi finalizado o plano de manejo da REBIO do Guará, porém o mesmo ainda aguarda publicação.

Estão previstos para serem publicados em 2019 os seguintes planos de manejo:

1) REBIO do Guará; 2) ARIE Cruis; 3) ARIE do Bosque; 4) Parque Ecológico Burle Marx (revisão); 5) MONA Morro da Pedreira; 6) RVS Mata Seca; 7) ARIE JK (revisão); 8) Parque Ecológico Saburo Onoyama; 9) Parque Cortado; 10) Parque Distrital Boca da Mata; 11) Parque três meninas; 12) Parque Distrital Salto do Tororó; 13) Parque Ecológico Sucupira.

27. Implementar o Banco de Dados Geoespaciais do IBRAM até 2019 (IBRAM);

2016

Esta meta (100%) foi subdividida em 4 etapas: 1. Instalação de banco de dados em servidores – que corresponde a 20% da meta; 2. Inserção de tabelas com dados espaciais – corresponde a 40% da meta; 3. Elaboração de formulários para entrada de dados – correspondendo a 30% da meta e 4. Capacitação interna para utilização do banco de dados – 10% da meta. Destas etapas a primeira foi completamente alcançada em 2016. Em relação às demais foram parcialmente alcançadas e seus resultados somados correspondem a aproximadamente 8% do total. Assim, em relação a esta meta o IBRAM avançou 28%. As ações desenvolvidas para o alcance do percentual informado foram: instalação em ambiente GDFNET, INTERNET e INTRANET bancos de dados espaciais POSTGRESQL+POSTGIS para inclusão de dados especializados do IBRAM. Atualmente o banco BDGEINF que foi apelidado de Carcará e está instalado no servidor 10.233.36.10 na SUTIC e conta com 101 tabelas espaciais que podem ser consultadas por todos os servidores do IBRAM pelo software Qgis com acesso por login e senha. Além disso, foram desenvolvidos

formulários eletrônicos para a inclusão de dados espaciais sobre Poluição Sonora e Postos de Gasolina, bem como a capacitação dos servidores envolvidos. As perspectivas para 2017 são a unificação da validação de usuário por login e senha compatível com o login e senha da rede intranet e incorporação de dados da fiscalização e licenciamento.

2017

Foi obtida a "unificação da validação de usuário por login e senha compatível com o login e senha da rede intranet" para o banco de dados geoespaciais institucional, o Carcará. Quanto a incorporação de dados do licenciamento e fiscalização ao banco Carcará, reporta-se o andamento da atividade a partir do assessoramento das áreas para levantamento e padronização dos dados geoespaciais. No entanto, ainda não foram atingidos os resultados esperados. Os resultados de inserção de tabelas no Carcará encontram-se na fase inicial, correspondendo 25% da Etapa 2 [10% da meta total] da massa de geoinformação produzida pelo IBRAM. Foram realizados 20% da meta 3 [6% da meta total]. Ainda em 2017, foi efetivada a publicação dos dados do IBRAM através do compartilhamento de geoserviços [Geoserviços IBRAM] por sua Infraestrutura de Dados Espaciais - IDE-IBRAM, efetivando-a como nó próprio na IDE-DF [Geoportal.df.gov.br] em sua temática "Ambiental". Dessa forma, e considerando o alcance acumulado entre os anos de 2016 e 2017, tem-se a realização de 44% da meta total estipulada para até 2019.

2018

A perspectiva é que em 2019, assim que terminadas as validações pelas partes, terá início a capacitação dos servidores envolvidos. O Geoserviço IBRAM está sendo alimentado de informação sob demanda, assim que as mesmas são validadas pelas áreas finalísticas desse Instituto, bem como o Catálogo de Metadados IBRAM, correspondendo ao nó Ambiental da IDE-DF, Geoportal GDF. As metas somadas dos anos de 2016, 2017 e 2018 alcançaram a realização de 55% da meta total determinada para até 2019.

28. Atualizar o acervo bibliográfico e o acervo de normas técnicas da Biblioteca do Cerrado (IBRAM); (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)

2016

Durante o ano de 2016, foram feitas correções da base de dados do acervo técnico, recebidas e registradas doações de dezenas de títulos, e selecionadas e descartadas obras bibliográficas. Além disso, houve a celebração de um novo contrato de manutenção e suporte do software de gestão de bibliotecas. Apesar das ações realizadas, isto não implicou numa atualização do acervo bibliográfico e das normas técnicas, portanto, não houve avanço em relação à meta estabelecida.

2017

Foram realizadas atividades rotineiras para a manutenção da base de dados bibliográfica, recebimento de doações, seleção e descarte de obras bibliográficas, mas não a atualização propriamente dita do acervo conforme descrito na meta estabelecida.

29. Ampliar em 3.000 unidades o acervo digital de Estudos Ambientais e de Publicações Institucionais (IBRAM);

2016

Para a ampliação do acervo digital e conseqüente extensão do universo de informações disponíveis no âmbito de todo o IBRAM, definiu-se que o passivo de Estudos Ambientais e Publicações Institucionais (Coleção da Memória Ambiental) serão digitalizados. Os trabalhos foram iniciados em 2016 e, para potencializar esta ação, foi elaborado um projeto básico com vistas à aquisição de scanners em 2017. A viabilização desta aquisição possibilitará maior eficiência na consecução da meta estabelecida.

2017

Para a ampliação do acervo digital, o passivo de Estudos Ambientais e Publicações Institucionais devem ser digitalizados. O Projeto Básico para referenciar a aquisição dos scanners foi elaborado, já com vistas à licitação dos equipamentos. Espera-se que após a conclusão da compra, os trabalhos sejam iniciados e o alcance da meta se dê nos dois anos restantes deste PPA.

Ressalta-se que o resultado alcançado para essa meta no exercício de 2016 foi alterado em razão de erro material.

2018

Houve um considerável acréscimo de itens inseridos no acervo digital em comparação com os anos anteriores, devido à contratação do serviço de digitalização de parte do acervo impresso de Estudos Ambientais (processo SEI-GDF 00391-00001874/2018-29). Vale ressaltar que as atividades de inserção deste acervo impresso digitalizado ainda estão em andamento, o que impactará positivamente nos resultados a serem mensurados em 2019.

30 - Elaborar mapa de ocorrência de incêndios florestais para as Unidades de Conservação geridas pelo IBRAM (IBRAM) (Item incluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)

2018

Todas as Unidades de Conservação geridas pelo IBRAM foram monitoradas e todas aquelas que apresentaram focos de incêndios foram mapeados e estão inseridas no relatório 2018 disponível no site do IBRAM (<http://www.ibram.df.gov.br/programas-e-projetos-do-ibram/- PROMAQ>).

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1642	TAXA DE ÁREAS DEGRADADAS DO JBB EM RECUPERAÇÃO	%	0	31/12/2016	30	35	40	40	50	47,5	60	JBB / UO 21106 / OE 5
1643	TAXA DE ÁREA DO JBB ATINGIDA POR INCÊNDIO	%	10	31/12/2014	8	2	6	1	4	0,5	2	JBB / UO 21106 / OE 5
1644	TAXA DE ÁREA PROTEGIDA QUEIMADA	%	16,93	31/12/2014	15,2	11,28	14,4	17,32	13,5	10,76	12,7	IBRAM / UO 21208 / OE 5
1645	RECUPERAÇÃO DE APP E RESERVA LEGAL	HA	20	31/12/2014	105	99	120	59,43	150	22,71	185	EMATER-DF / UO 14203 / OE 5

Justificativas 2016

Indicador 1642 - A meta foi superada com o plantio de 40 mil mudas de árvores nativas do cerrado na antiga cascalheira da EEJBB e ainda o plantio de mais 90 mil mudas de árvores originárias de compensação florestal devida pela Secretaria de Estado de Mobilidade/DF.

Indicador 1643 - A meta foi superada (quanto mais próximo de um, melhor o desempenho do indicador) com o apoio de diferentes instituições e órgãos parceiros, que disponibilizaram máquinas, equipamentos e mão de obra para a realização de aceiros e melhorias do acesso nas vias internas do JBB facilitando o tráfego de veículos para o combate e prevenção de incêndio florestal no Jardim Botânico de Brasília, com o uso de aplicativo DF100FOGO e ainda por meio de campanhas educativas junto à comunidade com uso de aplicativo DF100FOGO.

Indicador 1644 - Apesar da meta ter sido superada, o total da área queimada em 2016 foi superior aos 9% apurados em 2015. Tal fato decorreu da impossibilidade da realização de aceiros, em razão da inexistência de contrato de Prestação de serviços na NOVACAP e da não autorização da SEPLAG para a contratação de brigadistas de combate a incêndio, por meio da realização de concurso público temporário.

Indicador 1645 - Em 2016 foram alcançados 99 hectares de área de recuperação de APP e reserva legal correspondendo a 95% do índice desejado. Devido ao longo período de estiagem durante o ano, observou-se uma redução da solicitação de mudas retiradas no viveiro, o que pode justificar os 5% restantes para o alcance do índice.

Justificativas 2017

Indicador 1642 - Foi realizado o plantio de aproximadamente 01 hectare com mudas de espécies nativas do bioma Cerrado devido pela NOVACAP, em Compensação Florestal pelas obras da Terceira Ponte (Ponte JK). O plantio consistiu de 10.000 mudas em área a ser recuperada na junção dos córregos Tapera e Taquara e ao longo de seu curso. Foi realizado ainda o plantio de 3.000 mudas na área da cascalheira e manutenção dos plantios, como: roçagem, coroamento e tratamento fitossanitário ao longo do ano.

Indicador 1643 - A taxa de área atingida por incêndio no JBB tem sofrido um decréscimo significativo a cada ano. Destaca-se que, apesar da seca prolongada de 2017, apenas 1 hectare de área foi queimada no JBB. Como medida de prevenção, foram adquiridos, por meio de doação, equipamentos de combate a incêndios e realizados diversos tipos de aceiros, com o apoio dos órgãos: JBB, GAT, IBGE, FAL, 6º COMAR, PREVFOGO, CBMDF, DER, CIAB/Marinha.

Indicador 1644 - Das 70 unidades de conservação vistoriadas, 17,32% das áreas foram atingidas pelo fogo. Foram mapeados 3249,52ha de área queimada de unidades conservação que perfazem 20817,96 ha. Dentre os motivos pela taxa alcançada ser superior à desejada, destaca-se a mudança no regime de chuvas observado no DF nos últimos anos, com a estação seca mais severa e a não autorização para contratação de brigadistas de combate a incêndio, por meio de concurso público temporário.

Indicador 1645 - No exercício de 2017, a meta para recuperação de APP e reserva legal era de 120 hectares. No entanto, foram alcançados apenas 59,43 hectares, o que corresponde a 49,52% da meta. Devido ao longo período de estiagem durante o ano, observou-se uma redução da solicitação de mudas retiradas no viveiro, o que pode justificar os 50,48% restantes para o alcance da meta.

Justificativas 2018

Indicador 1642 - Foram efetivamente recuperados 57 ha, equivalente a 47,5% da área degradada. O valor aquém da meta se deve à aplicação de nova metodologia de plantio, que reduziu o espaçamento entre as mudas. Embora o Plano de Manejo recomende o espaçamento de 3x2m, utilizamos 1x1m. Esta estratégia, apesar de reduzir a área recuperada, permite maior sombreamento e sobrevivência das mudas, reduz o aparecimento de espécies invasoras e o custo de manutenção.

Indicador 1643 - Desde o início da aferição do indicador, a área queimada tem ficado abaixo do previsto em virtude do trabalho preventivo de manutenção das estradas e de aceiros mecânicos no interior da área protegida, dos aceiros negros à margem da DF 001, e do treinamento da brigada do JBB e parcerias com brigadas das unidades de conservação. Em 2018 foi registrada a ocorrência de um único incêndio, com a queima de 2,5 ha, causado pela queda de um raio, fator não controlável pela equipe.

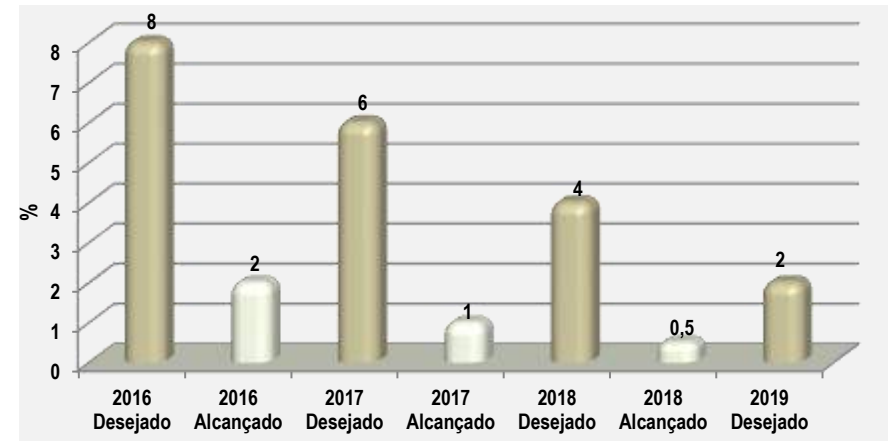
Indicador 1644 - Com os avanços metodológicos n/detecção das áreas queimadas c/uso das imagens PlanetScope, esperava-se elevação n/área detectada. Contudo, a ação de contratação d/brigada, além d/impactar d/forma significativa na identificação de focos d/incêndios florestais, resulta em ações rápidas d/primeiro combate, impedindo o avanço d/cabeça de fogo, bem como, sua simples presença e a vigilância (realização d/rondas) nas UCs inibe a ação d/vândalos e incendiários. Como destaque as condições climáticas.

Indicador 1645 - A meta para recuperação de APP e reserva legal para o terceiro ano era de 150 hectares. Foi alcançado, porém, 22,71 hectares o que corresponde a 15,14% da Meta, em virtude da baixa produção de mudas do Viveiro Granja do Ipê, da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

TAXA DE ÁREAS DEGRADADAS DO JBB EM RECUPERAÇÃO



TAXA DE ÁREA DO JBB ATINGIDA POR INCÊNDIO



TAXA DE ÁREA PROTEGIDA QUEIMADA



RECUPERAÇÃO DE APP E RESERVA LEGAL



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6210	5	1	Implementação dos Conselhos consultivos dos parques, com participação de governo e sociedade, de acordo com a estratégia de mosaicos de áreas protegidas; (SEMA/IBRAM)	21101	30	<p>2016</p> <p>SEMA Dois conselhos encontram-se em pleno funcionamento (ARIE Granja do Ipê e Parque Ecológico Burle Marx). Outros dois estão com as minutas de decretos prontas para assinatura do Governador (recriação do conselho gestor consultivo da APA Gama-Cabeça de Veado e criação do conselho gestor consultivo da ARIE JK). Estão em andamento dois GTs criados para implementar conselhos consultivos, atendendo á solicitações da sociedade organizada (Parque das Esculturas, na região do Altiplano Leste e Parques do Gama, que direciona para a criação de um conselho gestor consultivo de um futuro mosaico dos três parques existentes na região do Gama). Há também a possibilidade de formação de mais um GT, que abrange as unidades de conservação existentes na bacia do ribeirão Sobradinho.</p> <p>IBRAM Foram realizadas reuniões com a SEMA, objetivando ações que contemple o mosaico de áreas protegidas. As tratativas foram parcialmente suspensas, em função de alterações na estrutura da SEMA e retomadas no início de 2017</p> <p>2017</p> <p>SEMA Os dois conselhos continuam funcionando regularmente. Em 21 de junho de 2017, o Decreto nº 38.286 instituiu o Conselho Gestor Consultivo da Área de Proteção Ambiental das bacias Gama e Cabeça de Veado. Em 26 de julho de 2017, o Decreto nº 38.363 instituiu o Conselho Gestor Consultivo do Parque Juscelino Kubitschek. Logo em seguida, foi lançado chamamento público para que as instituições da sociedade civil apresentassem suas candidaturas aos dois conselhos (um chamamento para cada), tendo se apresentado instituições que preencheram parcialmente as vagas. Foram encaminhados ofícios às instituições de governo para que nomeassem representantes. Dada a demora de resposta de boa parte dessas instituições públicas, não foi possível dar posse aos conselhos em 2017.</p> <p>A SEMA encaminhou à Governadoria minuta de decreto de regulamentação do artigo 24 do SDUC, de criação de mosaicos de unidades de conservação e seus respectivos conselhos. Essa minuta foi e voltou à SEMA algumas vezes, para alterações sugeridas pela Governadoria e ainda não foi assinada pelo senhor Governador. Cada um deles dispõe de quatorze vagas para instituições da sociedade civil e quatorze para as instituições de governo previamente escolhidas. Para dar posse ao conselho e início dos trabalhos, aguarda-se a manifestação de algumas instituições de governo sobre nomes para representá-las. Proposição de minuta de regulamentação do artigo 24 da lei do SDUC (Lei Complementa nº 827, de 22 de julho de 2010), para criação de mosaicos de unidades de conservação, antecedendo à criação de conselhos de mosaico: essa minuta de decreto foi discutida internamente com o IBRAM e encaminhada à Governadoria, a qual, após alguns ajustes solicitados naquela instância, está aguardando a assinatura do Governador e publicação. Nessa minuta de decreto, a SEMA propôs que os mosaicos devam ser criados gradativamente a partir de demandas efetivas, uma vez que essa Secretaria entende que essa estratégia proporciona melhores condições de êxito. Condução dos GT Parques do Gama: o grupo de trabalho (GT) Parques do Gama foi instituído pela Portaria Sema nº 80, de 11 de outubro de 2016, tendo os prazos de sua existência prorrogados pela Portaria Sema nº 47, de 25 de maio de 2017. Com a publicação do decreto de regulamentação do art. 24 do SDUC, os trabalhos do GT serão retomados com a discussão da minuta de decreto de criação desse mosaico e do conselho de gestão do mesmo. Condução do GT Parque das Esculturas, criado por solicitação da comunidade do Altiplano Leste: criado pela Portaria Sema nº 81, de 11 de outubro de 2016, tendo seus prazos prorrogados pela Portaria Sema nº 46, de 25 de maio de 2017. Recentemente, foi realizada reunião entre IBRAM, Administração Regional do Paranoá e 03 associações representativas dos moradores do entorno do parque, para discutir a proposta de gestão compartilhada.</p> <p>IBRAM Foram instituídos dois Conselhos, por meio de Decretos: Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE Parque JK (Decreto nº 38.363, de 26 de julho de 2017), e Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental das bacias do Gama e Cabeça de Veado (Decreto nº 38.286, de 21 de junho de 2017)</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						<p>2018 SEMA Houve entendimento de que em 2018 não era ideal criar outros conselhos.</p> <p>IBRAM Considerando os esforços empreendidos nos anos anteriores para a implementação dos conselhos consultivos, foram designados os membros para os seguintes conselhos: - ARIE JK – portaria nº 03 de 27/03/2018 – designa os membros do Conselho da ARIE JK; - ARIE Granja do Ipê – Portaria Conjunta nº 01 de 05/01/2018 – designa membros do Conselho da ARIE Granja do Ipê; - APA Gama Cabeça de veado – Portaria conjunta 2 de 27/03/2018 – designa membros do Conselho da APA das Bacias do Gama Cabeça de veado</p>
6210	5	2	Implementação de novos modelos de gestão das Unidades de Conservação; (IBRAM)	21208	30	<p>2016 Foram iniciadas as tratativas com a Administração Regional do Sudoeste para a gestão compartilhada do Parque Urbano Bosque do Sudoeste, com o envio de Acordo de Cooperação Técnica para a análise da Procuradoria Jurídica do IBRAM. Além disso, encontra-se em andamento uma negociação junto ao SEBRAE para celebração de uma parceria, com o objetivo de criação de um modelo de sustentabilidade financeira para os parques. A expectativa é que em 2017 o acordo seja formalizado e um piloto seja implantado em um dos parques administrados pelo IBRAM.</p> <p>2017 As tratativas com a Administração Regional do Sudoeste não evoluíram, o que inviabilizou a assinatura do acordo para gestão compartilhada daquele parque. Ao final de 2017, houve o início das negociações com a SEGETH, TST, STJ e TSE para a celebração de um acordo de cooperação técnica para gestão compartilhada do Parque Bosque dos Tribunais. Sua vigência se dará a partir de 2018. A pretensa parceria com o SEBRAE não prosperou, estando prevista a retomada das negociações em 2018. Esses fatores impediram a evolução da meta durante o ano de 2017.</p> <p>2018 Formalizado o Acordo de Cooperação Técnica nº 003/2018, entre o IBRAM e a Rede de Sementes do Cerrado, objetivando executar ações e programas relativos a valorização do bioma Cerrado. Por meio desse ACT, foram realizadas atividades de capacitação, oficinas de paisagismo com espécies nativas e implantação de um jardim ornamental no parque da Asa Sul. Foi realizada também a sementeira direta de espécies nativas no Parque do Cortado. Foi firmado junto ao TST, STJ e TSE um Acordo de Cooperação Técnica para a gestão compartilhada do Parque Bosque dos Tribunais, sendo que, nesse mesmo ano, foi finalizado o seu Plano de Manejo (Instrução 243 de 17 de outubro de 2018).</p>
6210	5	3	Regulamentação de métodos, padrões e mecanismos para financiar a recuperação do cerrado; (SEMA/IBRAM)	21101	50	<p>2016 SEMA Criou-se o Programa Recupera Cerrado (Dec. 37.646, de 20 de setembro de 2016), com o objetivo de permitir que as instituições devedoras de compensação florestal, no valor equivalente aos 50% de plantio obrigatórios, depositassem esse valor em um fundo destinado a financiar editais de contratação de projetos de recuperação da vegetação do DF em bacias prioritárias. Com esse decreto, abriu-se também para a utilização de diversas técnicas de recuperação já utilizadas em todo o Brasil, permitindo que a(s) técnicas que mais se adaptassem à área a ser recuperada fossem utilizadas. Este programa está em fase de assinatura do acordo de cooperação técnica entre as instituições envolvidas (Sema, IBRAM, SFB e Fundação Banco do Brasil), que permitirá o lançamento do primeiro edital (já pronto), com recursos da TERRACAP, provenientes de parte de seu passivo de recuperação ambiental. Paralelamente, o Plano Recupera Cerrado desenvolveu um capítulo de instrumentos econômicos, onde se estudam novos mecanismos de financiamento.</p> <p>IBRAM Publicação do Decreto 37646/2016 e 37931/2016.</p> <p>2017</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						<p>SEMA Os técnicos das quatro instituições envolvidas no Programa (SEMA, IBRAM, SFB e FBB) construíram o 1º edital. Devido ao tempo necessário às tratativas entre as quatro instituições para assinatura do Acordo de Cooperação Técnica, o mesmo só foi assinado em 11 de setembro de 2017. Finalizado o edital, assinado o ACT e tomadas as providências administrativas necessárias ao repasse de recursos, havia necessidade de que a primeira instituição devedora de compensação ambiental a aderir ao Programa, a TERRACAP, depositasse pelo menos parte de sua dívida, o que não ocorreu até o final do ano, impedindo que a implementação do Programa prosseguisse.</p> <p>IBRAM Foi assinado um Acordo de Cooperação Técnica com a Fundação Banco do Brasil, IBRAM, Serviço Florestal Brasileiro, com resultados previstos para os próximos anos. Além disso, foi finalizado o Edital Recupera Cerrado</p> <p>2018 SEMA Não informado pela unidade. IBRAM Foi publicado o Edital de Seleção Pública nº 2018/010 - Recupera Cerrado. O objeto do Edital foi a seleção e apoio a projetos voltados para a recomposição da vegetação nativa em áreas degradadas ou alteradas, visando à regularização ambiental de imóveis rurais em bacias hidrográficas no Distrito Federal. Porém, das 03 instituições que concorreram ao edital, nenhuma conseguiu atender às exigências da etapa de habilitação. Hoje, os parceiros avaliam a possibilidade de um novo edital.</p>
6210	5	4	Implementação de Conselhos de Unidades de Conservação; (IBRAM) (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	21208	X	<p>2016 Foram criados os conselhos gestores da ARIE da Granja do Ipê e do Parque Ecológico Burle Marx.</p> <p>2017 Foram instituídos dois Conselhos, mediante Decretos: Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE Parque JK (Decreto nº 38.363, de 26 de julho de 2017), e Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental das bacias do Gama e Cabeça de Veado (Decreto nº 38.286, de 21 de junho de 2017).</p>
6210	5	5*	Transformação da natureza jurídica do Jardim Botânico de Brasília em fundação pública; (JBB)	21106	85	<p>2016 Processo em tramitação entre órgãos do GDF, para análise e manifestações técnicas sobre o pleito apresentado.</p> <p>2017 Processo com os trâmites administrativos conclusos e apto à submissão da matéria ao crivo do Sr. Governador.</p> <p>2018 Projeto de Lei 20.831/2018 em tramitação da Câmara Legislativa do Distrito Federal dispõe sobre a Criação da Fundação do Jardim Botânico de Brasília - Situação: 01/08/2018 - Lido na CLDF foi destinado às Comissões de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo (CDESCMAT), Economia, Orçamento e Finanças (CEOF), Constituição e Justiça (CCJ). Até o final de 2018, ainda não haviam sido emitidos os relatórios. Na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o relator emitiu parecer favorável à aprovação, houve pedido de vistas, mas sem nova manifestação</p>
6210	5	6	Orientação aos ocupantes de terras públicas rurais quanto aos procedimentos necessários à regularização fundiária; (EMATER)	14203	100	<p>2016 As orientações aos atuais ocupantes de terras públicas sobre os procedimentos necessários para a regularização fundiária acontecem por demanda. Aqueles que não providenciaram o pedido de requerimento e elaboração de P.U. estão sendo notificados pela SEAGRI.</p> <p>2017 A Emater-DF continua a orientar os ocupantes de terras públicas por meio de atendimentos individuais e reuniões a partir da demanda do produtor.</p> <p>2018 A EMATER-DF continua a orientar os ocupantes de terras públicas por meio de atendimento individuais e reuniões a partir da demanda do</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						produtor.
6210	5	7	Elaboração de estudos ambientais específicos para os diferentes processos de licenciamento de atividades agrosilvipastoris, de agroindústrias, de ecoturismo e de turismo rural (EMATER);	14203	100	<p>2016 A implementação dos processos de licenciamento ambiental é por demanda. Os estudos ambientais realizados são feitos em visita ao imóvel rural, relatório de impactos ambientais e projeto de controle ambiental. A proposta de regularidade ambiental obriga que o imóvel rural seja adequado, conforme legislação ambiental vigente.</p> <p>2017 Os técnicos da Emater-DF atuam continuamente na elaboração de estudos ambientais que visem a adequação ambiental das atividades agropecuárias e do imóvel rural como um todo.</p> <p>2018 Os técnicos da EMATER-DF atuam continuamente na elaboração de estudos ambientais que visem a adequação ambiental das atividades agropecuárias e do imóvel rural como um todo.</p>
6210	5	8	Revisão e Regulamentação da Legislação Ambiental Distrital aplicada à Conservação do Cerrado e Biodiversidade (IBRAM)	21208	80	<p>2016 Durante o ano de 2016 foram publicados o Decreto 37.646/16, que criou o Programa Recupera Cerrado e o Decreto 37.931/16, que regulamentou, no âmbito do Distrito Federal, a Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, estabelecendo regras complementares para o funcionamento do Cadastro Ambiental Rural - CAR e do Programa de Regularização Ambiental de Imóveis Rurais - PRA/DF</p> <p>2017 Foi publicada a Instrução Normativa IBRAM nº 723 de 22/11/2017, estabelecendo as diretrizes e critérios para a recomposição da vegetação nativa em áreas degradadas e alteradas no DF.</p> <p>2018 Foi publicado o Decreto 39.419/18 alterando o Decreto 37.506/16, que, por sua vez, regulamentou a Lei Distrital 041/1989, no que tange ao procedimento de apuração e aplicação de sanções administrativas em decorrência de infração administrativa ambiental ocorrida no âmbito do DF; o Decreto 39558/2018, que aprovou o novo Regimento Interno do IBRAM; publicada a Instrução Normativa IBRAM nº 473 de 22/11/2018, que dispõe sobre os procedimentos no IBRAM-DF para a implementação e funcionamento do Programa Adote uma Nascente, instituído pelo Decreto Distrital nº 32.045 de 10 de agosto de 2010; a Nota Técnica 01/2018 - COFLORA/SUGAP/IBRAM, que estipula indicadores ecológicos para avaliação dos resultados da recomposição da vegetação nativa, permitindo a métrica indicada na Instrução Normativa nº 723, de 22/11/2017; a Instrução Normativa nº 409/2018 - IBRAM/PRESI, que consolida a Lista de Espécies Exóticas Invasoras de Fauna e Flora no DF; e o Decreto 39.469, que dispõe sobre a autorização de supressão de vegetação nativa, a compensação florestal, o manejo da arborização urbana em áreas verdes públicas e privadas e a declaração de imunidade ao corte de indivíduos arbóreos situados no âmbito do DF.</p>

* Em 2017, o processo administrativo contendo o projeto de lei que propõe a criação da Fundação Jardim Botânico de Brasília foi objeto de análise pelos órgãos e unidades competentes. Foram apreciados o mérito e os aspectos jurídicos, orçamentários e financeiros, não tendo sido apontado qualquer óbice. Portanto, do ponto de vista administrativo, o processo cumpre todos os requisitos para que possa ser enviado à CLDF.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

2016/2018

IBRAM

Em 2016, houve a implementação de dois importantes conselhos gestores, o da Arie da Granja do Ipê e do Parque Ecológico Burle Marx, e já se encontra sob análise da Consultoria Jurídica da Casa Civil a proposta para o Conselho da ARIE JK. Para a suplementação de novos modelos de gestão das unidades de conservação, havia uma expectativa de que o Plano de Manejo do

Monumento Natural Morro da Pedreira apontasse propostas para a participação da comunidade do entorno na gestão da unidade, porém, a empresa executora dos estudos atrasou a entrega. Nesta linha, encontra-se em análise a proposta de gestão compartilhada para o Parque Urbano Bosque do Sudoeste, em parceria com a associação local.

Em 2017, dando sequência à política de implantação de conselhos gestores de unidades de conservação, foram instituídos em 2017 o da ARIE JK e o da APA Gama Cabeça de Veado. Com isso, amplia-se o modelo de gestão participativa com a presença tanto do poder público quanto da sociedade organizada.

Quanto às ações relacionadas à conservação do cerrado e biodiversidade, além da publicação da Instrução IBRAM, que estabeleceu diretrizes para a recomposição de vegetação nativa, foram iniciados os trabalhos de revisão e criação de novos regimentos relativos a árvores tombadas, espécies exóticas e compensação florestal. A expectativa é que em 2018 estejam publicados os novos normativos sobre esses temas.

Em 2018, foi publicada a Nota Técnica 01/2018 - COFLORA/SUGAP/IBRAM, a qual estipula indicadores ecológicos para avaliação dos resultados da recomposição da vegetação nativa, permitindo a métrica indicada na Instrução Normativa nº 723, de 22/11/2017. Em outubro de 2018, foi publicado a Lista Oficial de Espécies Exóticas Invasoras do Distrito Federal, por meio da Instrução Normativa nº 409/2018. Este tema é de grande importância, considerando que a presença de espécies exóticas invasoras (EEI) é tida como a segunda maior causa de extinção de espécies no mundo, afetando diretamente a biodiversidade, a economia e a saúde humana. Além da lista de espécies invasoras, no sítio eletrônico do IBRAM foram publicadas, também, as listas de fauna e flora com potencial de invasão. As espécies nelas relacionadas precisam ser monitoradas, pois podem se tornar invasoras e, conseqüentemente, gerar prejuízos para a biodiversidade local. Em novembro de 2018, foi publicado o Decreto Distrital nº 39.469, que dispõe sobre a autorização de supressão de vegetação nativa, a compensação florestal, o manejo da arborização urbana em áreas verdes públicas e privadas e a declaração de imunidade ao corte de indivíduos arbóreos situados no âmbito do Distrito Federal. Esta norma traz um novo regimento da compensação florestal e atualiza outros regimentos que possuíam lacunas relacionados ao tema no Distrito Federal.

Em 2018, em decorrência da implementação dos conselhos gestores consultivos nos anos anteriores, foram designados os membros para os conselhos da Arie JK, Arie Granja do Ipê e APA das Bacias do Gama e Cabeça de Veado, com o objetivo de viabilizar a gestão participativa e a representação da sociedade civil organizada nesses espaços, com vistas ao desenvolvimento de ações de conservação do Cerrado.

ADASA

A conservação e a preservação dos mananciais de água no Distrito Federal são fundamentais para a sustentabilidade ambiental da região e merecem grande atenção de todos os envolvidos. Um dos mecanismos adotados para alcançar este objetivo envolve o Pagamento por Serviços Ambientais – PSA, através do Programa Produtor de Água. O Programa Produtor de Água tem como objetivo o controle da poluição difusa rural em bacias de importância estratégica; seu foco é a redução da erosão, melhoria da quantidade e qualidade da água e regulação do regime hidrológico dos rios por meio de práticas vegetativas e mecânicas de conservação.

Além de garantir proteção e a manutenção de nascentes, o programa investe pesadamente na conservação do solo, e isso contribui diretamente para o alcance do objetivo específico “Conservar a biodiversidade e uso do cerrado por meio da criação, implementação e manutenção das unidades de conservação, corredores ecológicos e demais áreas protegidas, bem como promover a recuperação ambiental.

O Projeto Pipiripau vem colaborando para melhorar o manejo do solo e da água nessa bacia hidrográfica, com vistas ao aumento da disponibilidade de água através da aplicação de técnicas de conservação do solo, de reposição da cobertura vegetal em Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal. Os produtores rurais que adotarem, com sucesso, práticas e manejos conservacionistas recomendados para as suas propriedades, fazem jus a receber o pagamento pelos serviços ambientais prestados.

As ações desenvolvidas no projeto incluem o reflorestamento de Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal, adequação de estradas rurais e a conservação de solo e água em áreas produtivas, para permitir a infiltração da água e o aumento do volume do lençol freático. Nos últimos seis anos, o projeto tem atuado na restauração de áreas degradadas, no apoio a produtores rurais para a recuperação e conservação de solo e água, no fomento ao uso de novas tecnologias poupadoras de água e Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) aos produtores que preservam suas áreas e voluntariamente aderem às práticas sustentáveis propostas.

Além de garantir proteção e a manutenção de nascentes, o projeto investe pesadamente na conservação do solo, e isso contribui diretamente para o alcance do objetivo específico “Brasília Verde.

A conservação e a preservação dos mananciais de água no Distrito Federal são fundamentais para a sustentabilidade ambiental da região e merecem grande atenção de todos os envolvidos. Um dos mecanismos adotados para alcançar este objetivo envolve o Pagamento por Serviços Ambientais – PSA, através do Programa Produtor de Água. O Programa Produtor de Água tem como objetivo o controle da poluição difusa rural em bacias de importância estratégica; seu foco é a redução da erosão, melhoria da quantidade e qualidade da água e regulação do regime hidrológico dos rios por meio de práticas vegetativas e mecânicas de conservação.

Além de garantir proteção e a manutenção de nascentes, o programa investe pesadamente na conservação do solo, e isso contribui diretamente para o alcance do objetivo específico “Conservar a biodiversidade e uso do cerrado por meio da criação, implementação e manutenção das unidades de conservação, corredores ecológicos e demais áreas protegidas, bem como promover a recuperação ambiental.

O Projeto Pipiripau vem colaborando para melhorar o manejo do solo e da água nessa bacia hidrográfica, com vistas ao aumento da disponibilidade de água através da aplicação de técnicas de conservação do solo, de reposição da cobertura vegetal em Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal. Os produtores rurais que adotarem, com sucesso, práticas e manejos conservacionistas recomendados para as suas propriedades, fazem jus a receber o pagamento pelos serviços ambientais prestados.

As ações desenvolvidas no projeto incluem o reflorestamento de Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal, adequação de estradas rurais e a conservação de solo e água em áreas produtivas, para permitir a infiltração da água e o aumento do volume do lençol freático. Nos últimos seis anos, o projeto tem atuado na restauração de áreas degradadas, no apoio a produtores rurais para a recuperação e conservação de solo e água, no fomento ao uso de novas tecnologias poupadoras de água e Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) aos produtores que preservam suas áreas e voluntariamente aderem às práticas sustentáveis propostas.

Além de garantir proteção e a manutenção de nascentes, o projeto investe pesadamente na conservação do solo, o que contribui diretamente para o alcance do objetivo específico “Brasília Verde.

O Programa Produtor de Água no Pipiripau, projeto em parceria com outros órgãos, promove a recuperação ambiental da bacia, utilizando o pagamento por serviços ambientais como estratégia para incentivar a adoção das práticas de conservação do solo, conservação de nascentes, de vegetação nativa e de restauração ou conservação de APPs. Desde o início do Projeto até o final de 2018, foram assinados 193 contratos com produtores rurais.

EMATER-DF

Dado a grande importância ecológica na preservação e conservação dos recursos naturais como os recursos hídricos e a preservação da biodiversidade, a EMATER preconiza a sua atuação em metodologias de assistência técnica e extensão rural apropriadas para adequação ambiental das propriedades rurais, tendo o diagnóstico que identifica os aspectos produtivos e ambientais e para gestão, planejamento e recuperação das Áreas de Preservação Permanente - APP e Reserva Legal - RL, realizados através de orientações, conforme a legislação ambiental. As ações são planejadas pela área técnica, especialmente relacionada ao licenciamento ambiental de empreendimentos familiares e agroindústrias. Os processos de licenciamento ambiental Licença Ambiental Simplificado, Licença Ambiental Convencional, Dispensa de Licenciamento com DCAA (Declaração de Conformidade de Atividade Agropecuária), autorização, são instrumentos obrigatórios para regularização ambiental da atividade agropecuária. Quando feito o documento de licenciamento é exigido que o imóvel rural se adeque conforme a legislação ambiental, contemplando um estudo de todos os impactos ambientais causados pela atividade e plano de controle ambiental. Em seguida deve-se executar o previsto no projeto para minimizar os impactos ambientais causados pela atividade desenvolvida ou proposta.

Os processos de licenciamento ambiental Licença Ambiental Simplificado, Licença Ambiental Convencional, Dispensa de Licenciamento com DCAA (Declaração de Conformidade de Atividade Agropecuária), autorização, são instrumentos obrigatórios para regularização ambiental da atividade agropecuária. Quando feito o documento de licenciamento, é exigido que o imóvel rural se adeque conforme a legislação ambiental, contemplando um estudo de todos os impactos ambientais causados pela atividade e plano de controle ambiental. Em seguida deve executar o previsto no projeto para minimizar os impactos ambientais causados pela atividade desenvolvida ou proposta.

JBB

Nos últimos anos, o Jardim Botânico de Brasília investiu na melhoria de sua infraestrutura, na consolidação de seus espaços e coleções, viabilizando suas ações por intermédio de emendas parlamentares, recursos de projetos e parcerias. Dessa forma, em 2016, foi possível realizar a construção de mais três estufas na área de visitação pública para abrigar as coleções existentes e a reforma do Parque Infantil, cumprindo com a missão institucional de promover a conservação e a preservação do bioma Cerrado, dar subsídios aos trabalhos de pesquisas de flora, apoiar a Educação Ambiental nos programas desenvolvidos para atendimento à Rede de Ensino do Distrito Federal, além de oferecer mais opções de visitação.

As parcerias institucionais estabelecidas pelo JBB têm se mostrado estratégicas na busca do cumprimento de sua missão. Além disso, têm gerado capacidade de diversificação de atividades para atingir as metas do PPA, tendo em vista a escassez de recursos humanos e financeiros.

Em 2016, foi realizado no Jardim Botânico de Brasília o Fórum Aliança Cerrado, que teve como prioridade a elaboração do Plano de Recuperação do Cerrado no Distrito Federal, definindo mecanismos legais das áreas prioritárias de recomposição florestal, bem como metas de reflorestamento para os próximos anos, valorização cultural do Cerrado e melhoria da pesquisa e gestão de unidades de conservação. Nesta ocasião, foram assinados o Decreto do Programa Recupera Cerrado, o Decreto do Comitê Distrital da Reserva da Biosfera do Cerrado e o Projeto de Lei para constituição da Fundação Jardim Botânico de Brasília, contribuindo para o cumprimento do objetivo do programa da SEMA-DF de promoção e construção de políticas socioambientais para o Cerrado.

Já o Centro de Excelência do Cerrado do Jardim Botânico de Brasília vem realizando o seu objetivo como centro de difusão de conhecimento sobre o bioma Cerrado e recebeu no ano de 2017 mais de 50 eventos. Atuou como Secretaria executiva no Fórum Aliança Cerrado e na coordenação dos encontros quadrimestrais dos Grupos de Trabalho Recupera Cerrado, com o objetivo de levantar demandas e contribuições para a revisão da legislação distrital sobre a recuperação do Cerrado no DF e subsidiar a formulação de políticas públicas capazes de promovê-la. No total, foram atendidas aproximadamente 3.000 pessoas em 2017, entre técnicos de meio ambiente e áreas afins, estudantes, profissionais, representantes de governo, ONGs, academia, setor privado e público em geral. Em decorrência do trabalho desenvolvido no Cerrados e uma parceria com a Atman Filmes, foi aprovado, no Fundo de Apoio à Cultura –FAC, o Memorial dos Cerrados, projeto que homenageia personalidades do Cerrado In Memoriam e que tem no centro um espaço de congregação do histórico destes notáveis seres humanos.

Em parceria com instituições da Aliança Cerrado, foi realizado o “Jardim Cerradense”, evento de promoção da inclusão e organização produtiva de comunidades rurais dedicadas à agricultura e ao extrativismo de espécies nativas do Cerrado, e de celebração da diversidade de culturas tradicionais dos povos do Cerrado. Idealizado e promovido coletivamente por diferentes iniciativas, foi um ambiente de construção de boas práticas, de difusão de políticas públicas de fomento e subvenção à produção agroextrativista e de intercâmbio cultural, tanto entre os representantes das comunidades que tem a sociobiodiversidade do Cerrado como base de seus meios de vida e de sua reprodução sociocultural, como entre estes e a sociedade brasileira, atualmente o maior mercado consumidor, efetivo e potencial, para os produtos ecossociais do agroextrativismo. São apresentadas políticas públicas e realizadas rodas de conversa em torno das principais temáticas que envolvem a Sociobiodiversidade do Cerrado: a produção agroextrativista e o acesso aos mercados; a comercialização, o consumo e reconhecimento do consumidor de produtos que valorizam o bioma; linhas de pesquisa e projetos de extensão para atender à demanda social; marcos regulatórios que constituem entraves ou aprimoram os processos de produção e comercialização. O projeto contou com público estimado de 500 pessoas e foi realizado entre os parceiros da Aliança Cerrado, Centro de Excelência do Cerrado – Cerradenses, CONAB/MMA, Projetos Sociobiocerrado, Inova Cerrado (UnB, CAPES, CNPq, CIRAD, Agropolis Foundation) e ISPN, com apoio da Embaixada da França e do Instituto Caixa Seguradora.

Conquanto tenham sido alcançadas praticamente todas as metas estabelecidas para o quadriênio ainda em curso do PPA, cumpre salientar que, por dificuldades e superveniências alheias, o Jardim Botânico de Brasília conta com recursos que se apresentam aquém das necessidades.

No entanto, foram intensificados os entendimentos para a manutenção das parcerias com o IBICT, o ICMBIO, Bancorbrás, EMATER, UnB, PREVFOGO/IBAMA, FUNAB, FAP, entre outras já estabelecidas com a iniciativa privada e órgãos da administração pública para dar condições de aperfeiçoar o funcionamento, enquanto se aguarda a decisão a respeito do Projeto de Lei 20.831/2018, ora tramitando na Câmara Legislativa, o qual, em última instância, poderá definir maior autonomia financeira deste JBB, na medida em que o transformaria em Fundação, e, portanto, autorizado a angariar recursos de terceiros e a formalizar convênios que atualmente são vedados.

Acresce notar, ainda, os preparativos para o funcionamento da Escola Superior do Cerrado - ESC, cuja aprovação se encontra tramitando, e que visa suprir lacuna de vagas para o ensino superior do DF e região do entorno, com o objetivo, além de formar profissionais especializados para atender demanda específica dos problemas do Cerrado, também visa auxiliar na superação da escassez de recursos humanos do JBB e de outras instituições de vocação ambiental, uma vez que a ESC propõe metodologia prática com trabalho de campo

SEAGRI-DF

A SEAGRI realizou a revegetação de 98 hectares em áreas rurais onde é tecnicamente permitida, que são as áreas sensíveis ambientalmente: Áreas de Preservação Permanente - APP e de Reservas Legais. As mudas são produzidas na Granja Modelo do Ipê, unidade que pertence a estrutura da SEAGRI, a qual coordena a produção de mudas nativas do cerrado, no intuito de abastecer os Programas Reflorestar, Produtor de Água do Píripau, Descoberto e dar suporte a eventos e demandas dos órgãos no Distrito Federal.

Em referência a revegetações dependem de investimentos para que seja possível alcançar os quantitativos propostos. A SEAGRI realizou a revegetação de 62 hectares em áreas rurais onde é tecnicamente permitida a intervenção, que são as áreas sensíveis ambientalmente: Áreas de Preservação Permanente - APP e de Reservas Legais. As mudas de espécies nativas do bioma Cerrado são produzidas na Granja Modelo do Ipê, unidade que pertence à estrutura da SEAGRI, a qual coordena a produção de mudas nativas do Cerrado, no intuito de abastecer os Programas Reflorestar, Produtor de Água do Píripau, Descoberto, e dar suporte a eventos e demandas dos órgãos no Distrito Federal.

SEMA

Em 2016, houve o estabelecimento de ações, procedimentos e regulamentos necessários à implantação do Programa-piloto "Recupera Cerrado", instituído pelo Decreto Distrital nº 23.585, de 21 de setembro de 2016, com articulação de acordo de cooperação técnica entre Sema, IBRAM, Serviço Florestal Brasileiro e Fundação Banco do Brasil e elaboração de edital de financiamento de projetos de recomposição da vegetação em áreas prioritárias. Realização de entendimentos com a Fundação Banco do Brasil – FBB, para viabilizar sua participação na cooperação, como Fundo receptor de recursos e contratador de projetos, com apoio e assistência técnica da Sema, IBRAM e Serviço Florestal Brasileiro.

Em 2017, com a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica, em 11 de setembro de 2017, e a elaboração do primeiro edital com os técnicos das instituições envolvidas, foram desenvolvidos os mecanismos necessários para a plena implementação do Programa Recupera Cerrado, faltando apenas o depósito da primeira instituição devedora a aderir ao programa, a TERRACAP, o que não aconteceu em 2017.

OBJETIVO ESPECÍFICO:**006 – DIREITOS DOS ANIMAIS: Garantir a execução da política de proteção, defesa e bem-estar dos animais domésticos e silvestres.****UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:****21.101 – SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA****ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS****Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	6	1	Fortalecer a gestão da fauna silvestre, a defesa e o bem estar dos animais domésticos; (SEMA)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	30	30	Não informado		0,0
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	6	2	Implementar o Hospital Público Veterinário; (IBRAM) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	100		100,0
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	6	3	Ampliar o número de castrações anuais, por meio do Castramóvel, e promover 5.000 castrações por meio do Hospital Público Veterinário; (IBRAM) (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	49,12	99,3	X	X	X
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	6	4	Implementar política de controle dos animais. (SEMA) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016 e Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	40	70	Mão informado		0,0
6210	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	6	5	Ampliar o número de animais que receberam atendimentos veterinários até atingir o quantitativo de 20.000 animais por ano (IBRAM) (Item incluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	40.000	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	X	X	7.946		19,9

Análise Qualitativa**1. Fortalecer a gestão da fauna silvestre, a defesa e o bem estar dos animais domésticos (SEMA);****2016**

As metas para o fortalecimento da gestão da fauna silvestre e a defesa e o bem-estar dos animais domésticos é feita por meio da coordenação do Comitê Interinstitucional da Política Distrital para os Animais – CIPDA (Decreto no. 36.477/2015 e alterado pelo Decreto no. 38.087/2017), presidido pela SEMA. No ano 2016 foram realizadas 10 reuniões. O CIPDA é um colegiado de natureza executiva de assessoramento, de caráter permanente e consultivo, tem como principais atribuições: I – Propor ações integradas entre os órgãos e entidades participantes para a defesa e proteção dos animais; II – Propor e acompanhar políticas públicas de defesa e proteção dos animais; e III – Avaliar e emitir parecer referente às questões de defesa e proteção dos animais. São membros do CIPDA órgãos de governo, federal e distrital, Conselho Regional de Medicina Veterinária – DF, OAB-DF, Universidade de Brasília e organizações não governamentais.

2017

Os membros do CIPDA se articulam por meio dos canais de comunicação interna, principalmente a fiscalização para atender denúncias, resgate da fauna silvestre, apreensão de animais domésticos, solicitação de apoio para abrigar cães e gatos apreendidos com a parceria dos protetores de animais e ONGs, orientações jurídicas, dentre outros.

O CIPDA elaborou texto substitutivo ao Projeto de lei n. 717/2015, que tramita na Câmara Legislativa do DF, com finalidade de tipificar maus-tratos aos animais e também dar mais eficiência às ações de fiscalização.

Apoio às atividades para viabilização do Programa de Manejo Populacional de Animais Domésticos - Castramóvel: por meio do Projeto Unidade Móvel para Educação em Saúde, Guarda Responsável e Controle Populacional de Cães e Gatos no Distrito Federal - Castramóvel, foram realizadas três mil castrações. Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica entre Sema, IBRAM e UNB para operacionalizar o Castramóvel até dezembro de 2018.

Ampliação dos canais de comunicação para denúncias de maus tratos aos animais. Elaboração de projeto e aprovação no FUNAM para execução de aproximadamente 7mil procedimentos cirúrgicos de castração.

Resposta aos questionamentos da PGDF sobre a contratação de consultoria para apoiar a elaboração da política distrital para a proteção dos animais domésticos.

2018

Foram realizadas 3 reuniões do CIPDA.

Elaborada e publicada atualização da Lei de Maus Tratos, Lei 4060/2007 atualizada pela Lei 6142/2018, com significativos avanços na proteção de animais.

2. Implementar o Hospital Público Veterinário (IBRAM); (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)

2016

A SEMA enviou Ofício nº 743/2016-GAB/SEMA para o IBRAM requerendo alteração da responsabilidade e até o momento não foi aprovado. Pelo Ofício nº 254/2017-GAB/SEMA o pleito foi reiterado.

2017

Com a publicação do Decreto Distrital nº 37.843/2016, ocorrida nos últimos dias daquele ano, vislumbrou-se, em 2017, a possibilidade de celebração de parceria com uma Organização da Sociedade Civil para gestão e operacionalização do HVEP. A previsão é que o Hospital Público Veterinário seja inaugurado em 2018.

2018

Foi firmado o Termo de Colaboração nº 1/2018, entre IBRAM e ANCLIVEPA/SP, para a implantação do Hospital veterinário Público (HVEP), que iniciou suas atividades em abril/2018.

3. Ampliar o número de castrações anuais, por meio do Castramóvel, e promover 5.000 castrações por meio do Hospital Público Veterinário (IBRAM); (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)

2016

Considerando o total de castrações realizadas no castramóvel no ano de 2015, foi apurado um aumento de 370% em 2016. Esta evolução se deu por meio de parcerias com a Fundação Universidade de Brasília e com a iniciativa privada, sendo esta última viabilizada com recursos de compensação ambiental. Em relação ao Hospital Público Veterinário, em razão de pendências na obra da edificação e documentação necessária à sua operação, sua inauguração foi adiada para o ano de 2017.

2017

No ano de 2017, o cadastro para castração se deu por duas formas: I) campanhas de cadastramento de pessoas que possuem até 10 animais; e II) processos de parceria para castração de grandes plantéis, para pessoas físicas ou jurídicas interessadas na castração de mais de 10 animais. Para o público em geral, foram realizadas 03 campanhas, nos meses de abril, setembro e outubro. Para realizar esse cadastro, foi elaborado um formulário virtual, no qual cada interessado, além de preencher seus dados, encaminha a documentação necessária e, após o envio da documentação de todos interessados, sua análise é realizada pela Equipe da Coordenação de Fauna do IBRAM, que classifica ou não o interessado para receber o Termo de Encaminhamento para castração. Além disso, a partir da segunda campanha de 2017, o cadastramento também pôde ser feito presencialmente. Na segunda campanha, o atendimento presencial ocorreu somente no IBRAM, enquanto que na terceira campanha o atendimento também ocorreu nas Administrações Regionais de Sobradinho I, Paranoá e Jardim Botânico. A segunda modalidade de captação de interessados para a castração foi a parceria para castração de grandes planteis, na qual pessoas físicas ou jurídicas que desejam indicar mais de dez bichos para a castração podem apresentar

proposta de parceria com o IBRAM. Somente para a parceria para castração de grandes plantéis, foram abertos 29 processos, com encaminhamentos para 1.197 castrações. A ampliação em relação ao ano de 2016 foi pequena, de 2.458 para 2.509 cirurgias realizadas, o que representa uma ampliação de 2%. As castrações não foram realizadas no Hospital Veterinário, pois além de este hospital ter previsão de inauguração para 2018, não estão previstas realizações de castrações nele. Destaca-se que a meta de 5.000 castrações para o PPA 2016-2019 foi praticamente atingida em dois anos.

4. Implementar política de controle dos animais. (SEMA). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016 e Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Devido à grande demanda acumulada a UEDAN/SEMA tem priorizado atividades relacionadas aos animais domésticos. Políticas públicas para animais como cães e gatos não existem no Distrito Federal e ainda é um tema pouco conhecido entre os órgãos governamentais que, historicamente, atuavam somente em ações referentes à fauna silvestre. Ainda há um longo caminho a percorrer, necessitando elaborar conceitos, definir competências, modernizar a legislação, articular e consolidar arranjos entre as instituições de governo e sociedade civil. Apesar da questão dos maus-tratos aos animais domésticos estar contemplada na Lei de Crimes Ambientais, ainda há pouco entendimento do tema por parte dos profissionais de meio ambiente. Em relação ao Programa de Controle Reprodutivo de Animais Domésticos – cães e gatos, a UEDAN/SEMA e a COFAU/IBRAM têm somado esforços para buscar fontes de recursos para ampliar o número de cirurgias de castrações, tendo em vista que os recursos orçamentários são insuficientes para um programa continuado. Em 2016 foi realizada uma campanha utilizando o Castramóvel que atendeu três mil animais com recursos de Compensação Ambiental. No sentido de melhorar a eficiência no atendimento, em 2016, o IBRAM lançou edital para cadastramento de clínicas veterinárias visando proporcionar maior organização no cadastro e conforto para os animais atendidos e seus tutores.

2017

Credenciamento de Clínicas Veterinárias: mediante projeto aprovado no Fundo Único do Meio Ambiente - FUNAM, o valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) para a realização de aproximadamente sete mil castrações em clínicas veterinárias credenciadas pelo IBRAM. O projeto será executado em 18 meses.

2018

Foi garantida a continuidade do programa de controle populacional de animais domésticos através de cirurgias de castração realizadas em clínica credenciada. Inaugurado e mantido o primeiro hospital veterinário público do DF.

5 - Ampliar o número de animais que receberam atendimentos veterinários até atingir o quantitativo de 20.000 animais por ano (IBRAM) (Item incluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)

2018

De abril (quando o HVEP foi inaugurado) a dezembro de 2018, foram realizados 56.729 procedimentos veterinários, em 14.977 atendimentos, com 7.946 animais.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1647	TAXA DE ATENDIMENTOS A ANIMAIS DOMÉSTICOS	%	0	31/12/2016	30	4,39	50	4,18	70	34,4	100	IBRAM / UO 21208 / OE 6)
1648	TAXA DE CONTROLE DE REPRODUÇÃO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS	%	0	31/12/2016	30	93,31	50	97,63	70	27,4	100	IBRAM / UO 21208 / OE 6

Justificativas 2016

Indicador 1647 - Os atendimentos realizados se restringiram as esterilizações feitas no castramóvel. A meta não foi cumprida em razão do Hospital Veterinário Público não ter iniciado as operações. O IBRAM está envidando esforços para o recebimento do prédio, definição do modelo de gestão do hospital e início das operações.

Indicador 1648 - A meta foi superada, graças a celebração de um Acordo de Cooperação Técnica entre IBRAM, SEMA e FUB que viabilizou a operação do castramóvel no ano de 2016.

Justificativas 2017

Indicador 1647 - As metas estão diretamente relacionadas à operação do Hospital Veterinário Público do GDF. Por ainda não estar em funcionamento, não foi possível o cumprimento da meta. Os únicos atendimentos realizados pelos IBRAM foram as esterilizações realizadas em clínicas veterinárias credenciadas e no Castra móvel. Foram atendidos 2.570 animais, sendo 61 considerados como simples atendimento clínico, visto que foram animais negados para o procedimento cirúrgico. Os demais 2509 animais foram de fato operados.

Indicador 1648 - A utilização do total de atendimentos como referência para a meta de cirurgias de esterilização gerou esse percentual alto de 97,63%. Entretanto, o número de cirurgias realizadas equivaleria a 16,73% do total esperado caso ambas as metas fossem atingidas, que seriam 15.000 castrações. Ressalta-se que ambos indicadores devem ser revistos.

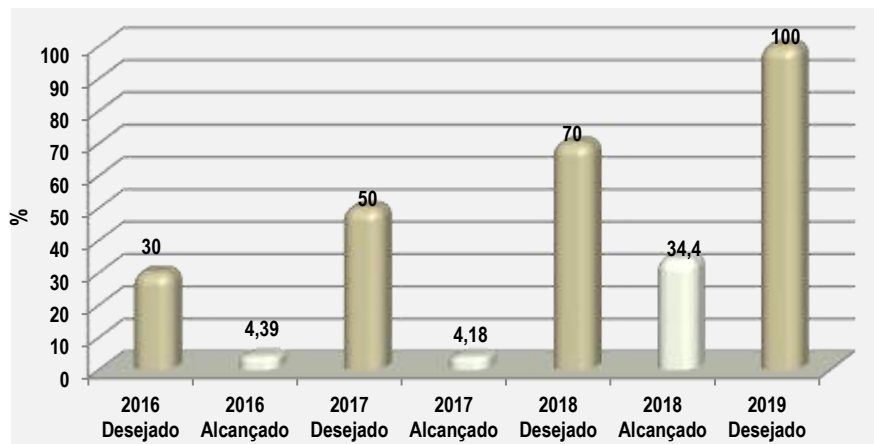
Justificativas 2018

Indicador 1647 - Com a inauguração do HVEP, em abril de 2018, a taxa de atendimento à animais domésticos obteve grande incremento, mas como no início do projeto, hospital fora dimensionado para atender cerca do triplo do que se atende hoje, as metas precisam ser revistas, pois a dimensão atual do HVEP não tem capacidade de realizar 60 mil atendimentos por ano, que era a previsão para 2019.

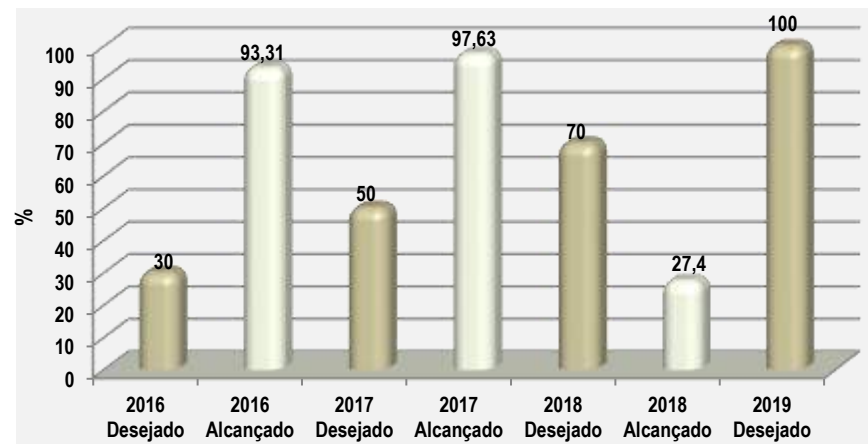
Indicador 1648 - A utilização do total d/atendimentos como referência p/meta de cirurgias d/esterilização gerou 27,4%. Entretanto, o nº d/cirurgias realizadas equivaleria a 19,26% do total esperado caso ambas as metas fossem atingidas, que seriam 29.400 castrações. Apesar de existir aparente redução no atingimento da meta, de 97,63% para 27,4%, a redução ocorreu pois nos anos anteriores não existia atendimento no HVEP, mas em nº totais houve uma ampliação da quant. d/castrações de 2.509 p/5.663 (125,7%).

ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

TAXA DE ATENDIMENTOS A ANIMAIS DOMÉSTICOS



TAXA DE CONTROLE DE REPRODUÇÃO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS



COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6210	6	1	Implantação da política distrital de proteção e defesa dos animais domésticos; (SEMA)	21101	70	<p>2016 Apesar da questão do mau-tratos aos animais domésticos estar contemplada na Lei de Crimes Ambientais, ainda há pouco entendimento do tema por parte dos profissionais de meio ambiente. Para que haja uma política de proteção aos animais domésticos há muitas etapas a serem vencidas como elaborar conceitos, definir competências, modernizar a legislação, articular e consolidar arranjos entre as instituições de governo e sociedade civil.</p> <p>2017 Foi elaborado o Termo de Referência – TR para a Política de Defesa e Proteção dos Animais Domésticos no Distrito Federal – cães e gatos e para realizar Diagnóstico Socioeconômico com foco nos grupos sociais que dependem da utilização de veículo de tração animal – VTA. Identificar na estrutura do Governo do Distrito Federal e na iniciativa privada arranjos institucionais para promover a inclusão social desses grupos e elaborar uma proposta de regulamentação da Lei no 5.756/2016, bem como propor um arranjo institucional para a sua execução. Infelizmente, devido à vagarosidade da tramitação, não foi possível contratar os serviços em 2017. Destaca-se que esse processo deve ter continuidade em 2018, sendo de extrema importância ter diretrizes claras para a Política Distrital dos Direitos Animais no DF, tendo em vista que é uma área nova no âmbito do Governo do Distrito Federal.</p> <p>2018 Análise e recomendação de veto do PL que visava regulamentar a criação de cães de raça no DF. Atualização da Lei de Maus tratos. Abertura do Hospital Veterinário Público no Parque do Cortado.</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6210	6	2	Implementação da política distrital de controle populacional, com definição de diretrizes (registro, chipagem, prioridade de atendimento/região; (SEMA) (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 5787/2016)	21101	-	
6210	6	3	Implantação do Comitê Interinstitucional de Políticas Distritais aos Animais – CIPDA (SEMA)	21101	100	<p>2016 A constituição do CIPDA foi um avanço na política de meio ambiente no DF por reunir profissionais de diversas formações proporcionando uma riqueza de informações e o auxílio técnico na elaboração de documentos e proposições. A articulação entre os órgãos de Governo, em especial a fiscalização, tem avançado e várias parcerias têm sido estabelecidas. Por outro lado, para que as políticas públicas para os animais domésticos se tornem efetivas é necessária a revisão para a modernização da Lei no 41, de 13 de setembro de 1989, que dispõe sobre a Política Ambiental do Distrito Federal. Acreditamos que implementação de políticas públicas para defesa e proteção dos animais será um ganho para o Governo do Distrito Federal, pois visa à redução de gastos públicos e torna as ações de seus entes governamentais mais eficientes.</p> <p>2017 Foi promovida a reestruturação e coordenação das atividades do Comitê Interinstitucional da Política Distrital para os Animais - CIPDA, tendo sido realizadas 22 (vinte e duas) reuniões ordinárias e uma extraordinária. Apoio à gestão do Centro de Controle de Zoonoses do DF, com realização de gestões com a Secretaria de Saúde, com vistas a melhorar a gestão daquele Centro.</p> <p>2018 Foram realizadas 3 reuniões. Cumpre salientar que o CIPDA existe desde 2013, totalmente implementado.</p>
6210	6	4	Publicar a lista de espécies da fauna ameaçada de extinção (IBRAM) (Item incluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	21208	0	Não foi possível realizar a ação em virtude da falta de pessoal para implementar os estudos necessários à elaboração da lista de espécies ameaçadas de extinção

Análise dos Resultados do Objetivo Específico

2016/2018

SEMA

A política Distrital de defesa de direitos dos animais ainda está em processo de contratação. Em 2016, através da parceria com o IBRAM, foi possível avançar nas castrações através do castra-móvel. Foi aprovado também novos recursos para continuar o apoio das castrações através de recursos do Fundo de meio ambiente – FUNAM.

Em 2017, foi promovida a reestruturação e coordenação das atividades do Comitê Interinstitucional da Política Distrital para os Animais - CIPDA, tendo sido realizadas 22 ordinárias e uma extraordinária. Apoio à gestão do Centro de Controle de Zoonoses do DF, com realização de gestões com a Secretaria de Saúde, com vistas a melhorar a gestão daquele Centro, com os seguintes encaminhamentos: descentralização da campanha de vacinação antirrábica com credenciamento de clínicas veterinárias, com edital previsto para ser lançado em janeiro de 2018; elaboração de Acordo de Cooperação Técnica entre a Secretaria de Saúde, Secretaria do Meio Ambiente e organização da sociedade civil para apoiar e acompanhar a gestão do Centro de Controle de Zoonoses; elaboração de Termos de Referência – TR para a Política de Defesa e Proteção dos Animais Domésticos no Distrito Federal – cães e gatos e para realizar Diagnóstico Socioeconômico com foco nos grupos sociais que dependem da utilização de veículo de tração animal – VTA; identificar na estrutura do Governo do Distrito Federal e na iniciativa privada arranjos institucionais para

promover a inclusão social desses grupos e elaborar uma proposta de regulamentação da Lei no 5.756/2016, bem como propor um arranjo institucional para a sua execução. Infelizmente, devido à vagarosidade da tramitação, não foi possível contratar os serviços em 2017. Destaca-se que esse processo deve ter continuidade em 2018, sendo de extrema importância ter diretrizes claras para a Política Distrital dos Direitos Animais no DF, tendo em vista que é uma área nova no âmbito do Governo do Distrito Federal.

IBRAM

Em 2016, para viabilização da atividade, celebrou-se um Acordo de Cooperação Técnica definindo que IBRAM e SEMA seriam os responsáveis pelo cadastramento inicial das demandas e aquisição dos materiais consumíveis necessários à realização das castrações, enquanto que a Fundação Universidade de Brasília contribuiria com a cessão dos profissionais médicos veterinários. A celebração desta parceria possibilitou o alcance de 93,31% da meta estabelecida.

Para viabilização das cirurgias em 2017, foi publicado, ainda em 2016, um edital de credenciamento de clínicas veterinárias para prestação do serviço de esterilização de cães e gatos. Duas clínicas foram credenciadas para este fim. Além disso, o Castramóvel foi cedido via acordo de cooperação técnica para UnB para que fossem realizadas operações em animais da R.A. da Candangolândia em um projeto acadêmico específico daquela universidade.

De abril a dezembro/2018, o funcionamento do Hospital Veterinário Público (HVEP) gerou a seguinte estatística dos procedimentos abaixo:

- Administração de Medicamentos: 17.080;
- Cirurgias: 660;
- Consultas: 7.240;
- Exames de imagem: 2.967;
- Serviços laboratoriais: 7.614;
- Ações de educação em Saúde: 16;
- Satisfação do usuário: 82%.

OBJETIVO ESTRATÉGICO: PROMOVER O PLANEJAMENTO, ORDENAMENTO E REGULARIZAÇÃO TERRITORIAL DE FORMA INTEGRADA E SUSTENTÁVEL.

PROGRAMA TEMÁTICO:

6208 – TERRITÓRIO DA GENTE

OBJETIVO GERAL:

Resgatar a capacidade do Estado de planejar e projetar, fiscalizar e controlar, segundo uma concepção integrada e transversal, com participação, controle social e transparência, visando ao desenvolvimento sustentável, e assegurando a preservação do patrimônio cultural urbanístico e a promoção ambiental.

OBJETIVO ESPECÍFICO

O Programa Temático é composto de 03 objetivos específicos, conforme seguem abaixo:

Unidade Responsável/Objetivo

28.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - SEGETH

001 – PRESERVAÇÃO E PLANEJAMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: Qualificar, disciplinar e reestabelecer o uso e ocupação sustentáveis do solo do DF conforme as diretrizes do ZEE, PDOT e planos diretores setoriais, bem como consolidar mecanismos interfederativos de articulação e governança metropolitana.

21.101 - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE- SEMA

002 – PACTO PELO LICENCIAMENTO INTEGRADO E GOVERNANÇA DO TERRITÓRIO: Definir o regramento para os processos de licenciamento (normas, procedimentos, requisitos, governança, corresponsabilidade e prazos), de forma a assegurar a transparência, a regulação do uso do solo, constantes às premissas socioambientais, urbanísticas, sanitárias e territoriais, tendo assegurado infraestrutura, logística, e equipe multidisciplinar especializada.

28.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - SEGETH

003 – HABITAÇÃO COM CIDADANIA: Definir e endereçar a demanda real habitacional por faixa socioeconômica, especialmente para a população de baixa renda, seguindo uma concepção que integre ocupação territorial, mobilidade, atividade econômica, infraestrutura, lazer, áreas verdes e prestação de serviços públicos.

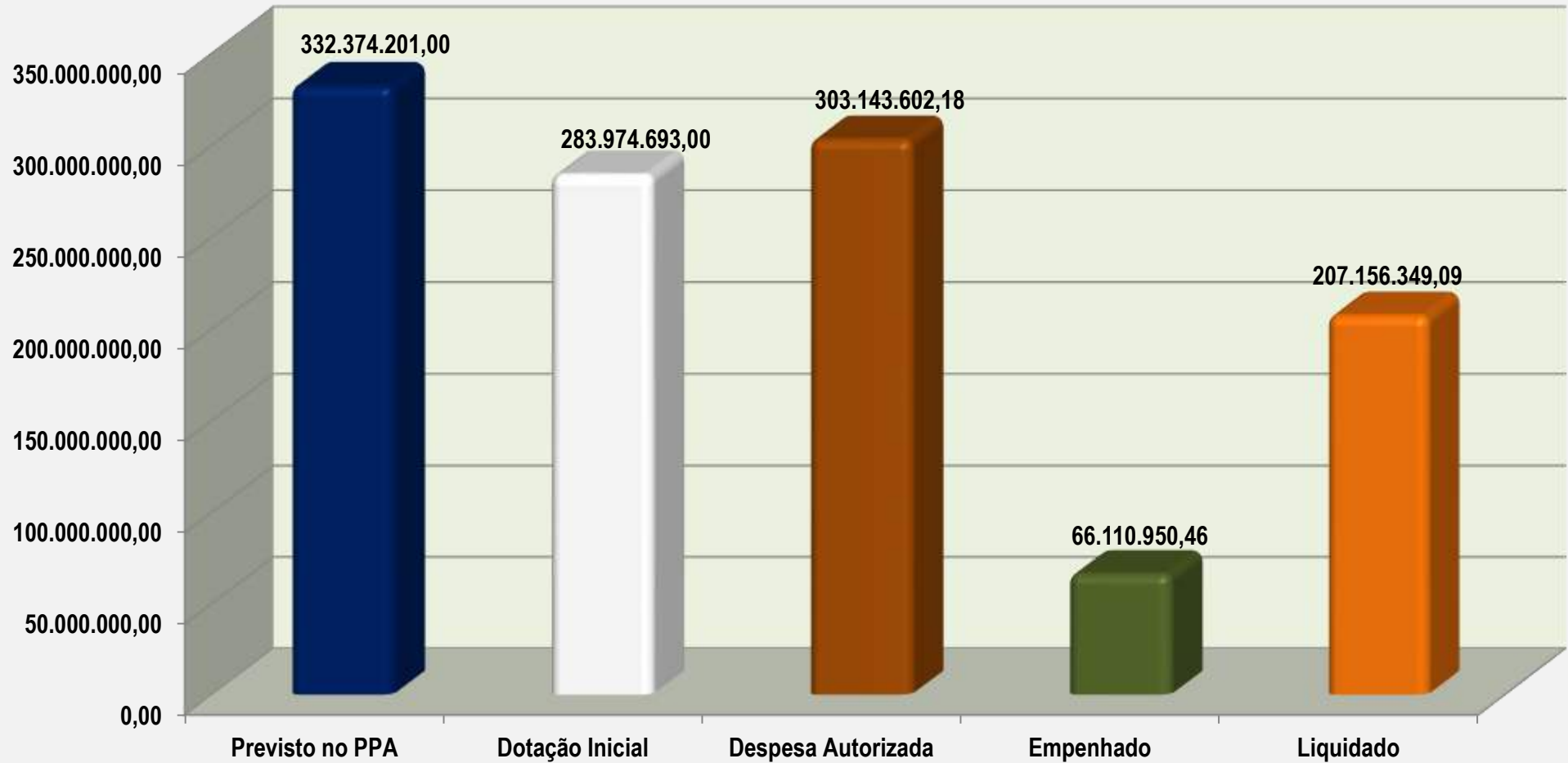
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA POR PROGRAMA E AÇÃO (Valores em Reais)

AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
1085 - AQUISIÇÃO E RECUPERAÇÃO DE IMÓVEIS	6.889.000,00	54.000.000,00	148.148.000,00	-	147.651.705,25	0	2.143
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	0,00	21.504.000,00	53.940.011,95	20.288.936,22	17.550.953,19	81	70
1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	25.061.000,00	24.257.000,00	14.455.335,00	-	3.085.796,50	0!	0!
1213 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS	15.788.358,00	18.956.000,00	27.829.747,09	27.447.612,03	19.037.076,90	174	121
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	8.490.399,00	1.666.440,00	962.742,40	962.742,40	857.733,40	11	10
1823 - IMPLANTAÇÃO DE RESERVA INDÍGENA	7.500.000,00	7.500.000,00	1.904.350,00	-	-	0	0
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	28.992.631,00	6.860.000,00	5.186.914,91	5.186.914,91	4.147.664,35	14	11
1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	8.313.000,00	421.000,00	2.863.000,00	-	737.012,06	0	0
1994 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL	1.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
1999 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	1.000,00	10.000,00	8.882,00	8.882,00	8.882,00	888	888
2402 - MONITORAMENTO DAS ÁREAS DO TERRITÓRIO DO DISTRITO FEDERAL	407.287,00	60.991,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2534 - MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO MONITORAMENTO AMBIENTAL	178.706,00	28.000,00	19.694,97	19.694,97	19.694,97	11	11
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	341.934,00	205.851,00	160.328,74	160.328,74	160.131,44	47	47
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	1.425.803,00	618.320,00	956.120,00	956.120,00	940.417,59	67	66
2630 - FORTALECIMENTO DA FISCALIZAÇÃO, MONITORAMENTO E CONTROLE DO TERRITÓRIO	677.855,00	49.572,00	1.464,30	1.464,30	1.464,30	0	0
3010 - REALIZAÇÃO DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL EM HABITAÇÃO	12.934.954,00	12.345.000,00	22.962.986,50	2.267.710,48	386.478,48	18	3
3052 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE URBANIZAÇÃO - " PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II"	45.000.000,00	9.444.800,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3053 - EDUCAÇÃO URBANA	496.860,00	50.000,00	4.400,00	4.400,00	4.400,00	1	1
3059 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS - PRÓ-MORADIA	35.408.379,00	35.593.670,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3089 - REQUALIFICAÇÃO E REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS	22.645.244,00	9.585.867,00	1.738.513,68	1.738.513,68	1.738.513,68	8	8
3100 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3144 - REALIZAÇÃO DE PARCELAMENTO RURAL	10.000,00	500.000,00	132.000,00	-	-	0	0
3145 - APRIMORAMENTO E INTEGRAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL	278.437,00	275.000,00	118.529,25	118.529,25	118.529,25	43	43
3160 - REGULARIZAÇÃO DE PARCELAMENTOS URBANOS	8.606.000,00	25.567.000,00	7.974.987,00	-	1.356.578,59	0	16
3163 - REALIZAÇÃO DO MAPEAMENTO REMOTO DO TERRITÓRIO DO DF	6.912.000,00	6.912.000,00	6.249.000,00	-	2.764.472,63	0	40
3216 - IMPLANTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO	270.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3220 - PUBLICAÇÃO DO ATLAS AMBIENTAL	1.500.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3285 - INTEGRAÇÃO DE PROCESSOS DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO	20.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	17.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3571 - MELHORIAS HABITACIONAIS	16.158.798,00	10.257.222,00	3.078.178,65	3.078.178,65	2.994.637,76	19	19
3588 - (EP)REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÃO	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3615 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO URBANÍSTICA	26.000.000,00	11.703,00	382.918,74	382.918,74	382.918,74	1	1
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	2.804.375,00	1.175.954,00	122.904,51	122.904,51	122.904,51	4	4
3941 - REFORMA DE EDIFICAÇÕES	4.831.875,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0

AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADADO	% EMP/ PPA	% LIQ/ PPA
3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS	750.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
4011 - REGULARIZAÇÃO DE ÁREAS DE INTERESSE SOCIAL	7.000.000,00	1.700.000,00	848.910,35	848.909,44	840.376,69	12	12
4033 - MANUTENÇÃO DO SETOR HABITACIONAL MANGUEIRAL - PPP	3.700.000,00	5.971.889,00	1.568.208,36	1.568.208,36	1.568.208,36	42	42
4045 - GESTÃO DE POLÍTICA HABITACIONAL	2.375.278,00	10.101.280,00	281.944,88	281.944,88	95.334,89	12	4
4053 - ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS	290.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	10.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
4095 - REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	53.263,00	30.000,00	22.679,40	22.679,40	22.679,40	43	43
4096 - REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	73.993,00	20.000,00	19.721,60	19.721,60	19.721,60	27	27
4109 - IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS RURAIS	10.000,00	0,00	500.000,00	508,00	508,00	5	5
4142 - OTIMIZAÇÃO DO PLANO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE PARCELAMENTOS	1.147.437,00	51.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
4214 - IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO	290.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
5003 - CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE GEOPROCESSAMENTO	1.019.000,00	206.000,00	78.000,00	-	-	0	0
5006 - EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA EM PARCELAMENTOS	20.268.335,00	6.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
5035 - RECUPERAÇÃO DOS CRÉDITOS DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIÁVEIS SALARIAIS - FCVS	7.000.000,00	7.000.000,00	264.174,56	264.174,56	264.174,56	4	4
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	110.000,00	600.134,00	358.953,34	358.953,34	277.380,00	326	252
ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS ESTATAIS	64.310.000,00	123.152.000,00	181.804.672,00	0,00	155.595.565,03	0	503
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	268.064.201,00	160.822.693,00	121.338.930,18	66.110.950,46	51.560.784,06	22	17
TOTAL GERAL DO PROGRAMA 6208 (ORÇAMENTOS VFISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL+ INVESTIMENTO)	332.374.201,00	283.974.693,00	303.143.602,18	66.110.950,46	207.156.349,09	20	62

Obs: Valores executados por diversas Unidades Orçamentárias (SEGETH, SEMA,, 09.201; 14101; 20.201; 21.101; 21.208; 22.101; 22.201; 28.101; 28.117; 28.122; 28.209; 28.901; 28.905, etc.)

Programa 6208 - Território da Gente (Valores em Reais)



OBJETIVO ESPECÍFICO:

001 – PRESERVAÇÃO E PLANEJAMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: Qualificar, disciplinar e reestabelecer o uso e ocupação sustentáveis do solo do DF conforme as diretrizes do ZEE, PDOT e planos diretores setoriais, bem como consolidar mecanismos interfederativos de articulação e governança metropolitana.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

28.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - SEGETH

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	1	1	Aprimorar e integrar os instrumentos legais de planejamento e gestão territorial (SEGETH);	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	50	70	80		80,0
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	1	2	Criar e implementar instâncias e mecanismos de transparência e participação social no planejamento e gestão territorial (SEGETH);	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	60	77	77		77,0
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	1	3	Instalar incremento do Instituto de Preservação e Planejamento Territorial Metropolitano – IPLAM Brasília (SEGETH);	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	50	50	50		50,0
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	1	4	Implementar estratégias e instrumentos previstos no Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT (SEGETH);	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	40	56	80		80,0
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	1	5	Aprimorar gestão da informação territorial (SEGETH);	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100		100,0
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	1	6	Gerir de forma centralizada lotes destinados a equipamentos públicos comunitários e urbanos, como a elaboração do cadastro georeferenciado de lotes e a implantação do portal “Nós Urbanos”. (SEGETH)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	80	100	100		100,0
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	1	7	Elaborar e implementar política de assentamento rural (SEGETH); <i>(Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	0,0
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	1	8	Elaborar projetos para a promoção de intervenções estruturantes visando qualificação e reabilitação de espaços públicos urbanos; (SEGETH)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	40	83	88		88,0
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	1	9	Implementar portal “Nós Urbanos”. (SEGETH)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100		100,0
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	1	10	Entregar a Minuta do projeto de lei e do Decreto de regulamentação do Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE-DF (SEMA) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	60	75	90		90,0

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	1	11	Realizar Seminário de apresentação da legislação proposta a CLDF (SEMA); (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	1000		100,0
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	1	12	Entregar 32 patrulhas mecanizadas (SEAGRI);	32	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	13	13		0,0
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	1	13	Construir 2 centros de comercialização , 10 pontos e 5 urdas de comercialização no DF e RIDE (SEAGRI);	17	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0		0,0
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	1	14	Criar quatro projetos de assentamentos rurais, considerando o CAR (cadastro ambiental rural) e o PRA (programa de regularização ambiental); (SEAGRI) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	4	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	1	2	2		0,0
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	1	15	Criar o Sistema Distrital de Informações Ambientais integrado com os Bancos de Dados Governamentais; (SEMA) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	10	30	50		50,0
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	1	16	Implementar e monitorar o Zoneamento Econômico Ecológico do Distrito Federal ZEE-DF (SEMA).	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	10	20		20,0

Análise Qualitativa

1. Aprimorar e integrar os instrumentos legais de planejamento e gestão territorial (SEGETH);

2016

Diversos instrumentos legais de planejamento e gestão territorial foram aprimorados, sendo os principais: Início da revisão do novo Código de Edificações do DF e sua regulamentação, publicação do Decreto de regulamentação da Lei referente ao licenciamento da atividade de “ food truck”, iniciada a elaboração do Projeto de Lei que trata do cercamento de ocupação de área pública lindeira às áreas residenciais no DF, iniciada a elaboração do Decreto que trata de aprovação da Tabela de Classificação de Usos e Atividades Urbanas e Rurais do DF, publicação das portarias de aprovação de Planos de Ocupação de Quiosques e Trailers; aprovação do Plano de Ocupação de Quiosques e Trailers das Regiões Administrativas SCIA e Gama, encaminhamento de propostas de leis complementares para definição dos parâmetros de uso e ocupação do solo em Águas Claras, Sobradinho, Guará e Gama. Quanto ao Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), foram iniciadas as etapas de base conceitual, discussão de temas em fóruns, elaboração de planilhas de parâmetros com georreferenciamento e confecção do PLC e da Memória Técnica. Foi desenvolvida a metodologia de “Avaliação de Inserção Urbana”. Elaborada a Nota Técnica de ZEIS resultando na proposição de Decreto de criação de seis ZEIS de Regularização e dez ZEIS de Provisão Habitacional, integrando por meio deste instrumento a Política de Regularização Fundiária e a Política Habitacional. Realizado estudo “Leitura Territorial da Disposição dos Equipamentos Públicos e Dinamização da Atividade Econômica no Distrito Federal” e o estudo de compatibilização entre os princípios e as diretrizes constantes no Projeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo do DF e do Projeto de Lei do Zoneamento Ecológico e Econômico do DF – ZEE, visando subsidiar a LUOS. Foram iniciados estudos dos instrumentos previstos no PDOT – Outorga Onerosa de Alteração de Uso e Outorga Onerosa do Direito de Construir. Estudos sobre vagas de estacionamento como subsídio à alteração do Código de Edificações – COE e para integrar o capítulo da LUOS. Revisão do Decreto nº 33741/2012, que originou o Decreto nº 38.047, de 09 de março de 2017, que regulamenta o art. 20, da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, no que se refere às normas viárias e aos conceitos e parâmetros para o dimensionamento de sistema viário urbano do Distrito Federal, para o planejamento, elaboração e modificação de projetos urbanísticos, e dá outras providências. Revisão da Norma Técnica nº02- IPDF, que dispõe sobre os procedimentos para a apresentação de Projetos de Urbanismo e dá outras providências, cujo Decreto encontra-se na Casa Civil para aprovação.

2017

O aprimoramento e integração dos instrumentos legais de planejamento e gestão territorial são atividades constantes no desenvolvimento do trabalho realizado pela SEGETH. O percentual apresentado na tabela acima tem como base os instrumentos urbanísticos listados abaixo, os quais tiveram execução em 2017:

1. Atualização do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB):
 - Etapas previstas:
 - Base Conceitual – 25%. (100% em 2017);
 - Temas do PPCUB – 25% (80% em 2017);
 - Planilhas de Parâmetros Urbanísticos e de Preservação (georreferenciamento) – 25% (70% em 2017);
 - Atualização da minuta de PLC e da Memória Técnica – 25% (50% em 2017).
 - Realização de duas Audiências Públicas do PPCUB;
 - Realização de vinte e uma reuniões ordinárias da Câmara Técnica – CT/PPCUB;
 - Revisão do Documento-Base do PPCUB – definição de conceitos e critérios para aplicação dos Instrumentos de política urbana (ONALT, ODIR, OUC e outros) nas áreas do CUB (concluído);
 - Revisão da estrutura institucional para a gestão compartilhada do CUB, em conjunto com a Secretaria de Estado de Cultura, em razão da recente aprovação da Lei Orgânica de Cultura – LOC (em andamento);
 - Revisão e complementação dos dados urbanísticos do CUB na base georreferenciada do Geoportal (concluído);
 - Revisão das Planilhas de Parâmetros Urbanísticos e de Preservação – PURP das Unidades de Preservação – UP (em andamento);
 - Revisão dos mapas e respectivas poligonais dos Territórios de Preservação - TP e das Unidade de Preservação – UP da Minuta de PLC (documento-base) do PPCUB (concluído);
 - Conferência e linkagem dos dados urbanísticos das áreas do CUB (link dos parâmetros normativos vigentes com as PURPs do PPCUB) – mapa dinâmico (em andamento);
 - Elaboração da Minuta de PLC do PPCUB: revisão de trechos do texto da minuta do PLC (documento-base) que já foram discutidos e endossados pela Câmara Técnica do PPCUB, Grupo de Trabalho constituído (em andamento);
 - Reunião de apresentação do processo de sistematização dos instrumentos normativos dos Setores Centrais do Plano Piloto e propostas do PPCUB para esses Setores, para a DIHAB/COPLAN (concluído).
2. Elaboração e aprovação do Decreto nº 37.951, de 12/01/2017 – Regulamentação da Lei Complementar nº 766, de 19/06/2008 (“Puxadinhos” da Asa Sul).
3. Elaboração e aprovação do Decreto nº 38.172, de 03/05/2017 – Regulamentação da Lei Complementar nº 883, de 25/06/2014 (“Puxadinhos” da Asa Norte).
4. Elaboração da minuta de Decreto para criação de Zona Especial de Interesse Social – ZEIS Pôr do Sol, na Região Administrativa de Ceilândia, para provimento de novas áreas habitacionais.
5. Elaboração de minuta de Projeto de Lei para criação de Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS e análise do substitutivo do Projeto de Lei.
6. Elaboração de minuta de Decreto da linha de ação Aluguel Legal do Programa Habita Brasília.
7. Elaboração de minuta de Decreto para a Gestão Compartilhada de Áreas de Proteção de Manancial, por meio da participação na Dimensão Socioeconômica do Programa Integrado de enfrentamento da Crise Hídrica – PICH, junto da Casa Civil e diversos órgãos. Trabalhando conjunto com a SEMA, CAESB, ADASA, SEAGRI, EMATER; NOVACAP e AGEFIS.
8. Início dos trabalhos de regulamentação da Lei Distrital nº 4.996/2012, devido à publicação da Lei Federal nº 13.465/2017 que trata de regularização fundiária urbana, com a constituição de Grupo de Trabalho para regulamentação da Lei Federal coordenado pela CACI - Decreto Nº 38.433, de 24 de agosto de 2017.
9. Elaborada, aprovada e sancionada a Lei Complementar sobre o Código de Edificações do DF nº 6.138, de 26 de abril de 2018, iniciada em 2017 e em fase de elaboração em 2018, a minuta do decreto de regulamentação da Lei do novo COE.
10. Elaborado e publicado o Decreto nº 37.966, de 20 de janeiro de 2017, que aprova Tabela de Classificação de Usos e Atividades Urbanas e Rurais do DF.

11. Elaborada e aprovada a Lei de Permeabilidade nº 929, de 28 de julho de 2017, que trata de dispositivos de captação de águas pluviais, aproveitamento e recarga artificial de aquíferos em unidades imobiliárias.
12. Elaborada e aprovada a Lei nº 940, de 12 de janeiro de 2018, que dispõe sobre o instrumento da compensação urbanística para fins urbanos previsto no Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT.
13. Encaminhado à Câmara Legislativa do DF projetos de leis complementares para definição dos parâmetros de uso e ocupação do solo: a) altera parâmetros de uso e ocupação do solo do lote único, usina termoelétrica, trecho 6, SAI (PLC 120/2017); b) define parâmetros urbanísticos para as quadras QI 1 a 7 do Setor Leste Industrial do Gama (PLC 119/2017); c) altera parâmetros urbanísticos do Setor de Postos e Motéis Sul (PLC 133/2018); d) altera parâmetros urbanísticos dos lotes 1 a 23 da avenida comercial do Setor Habitacional Taquari (PLC 134/2018); e) define parâmetros de uso e ocupação do solo para área destinada ao hospital regional de Santa Maria (PLC 100/2017); f) define parâmetros de uso e ocupação do solo para lote 4.450 da avenida as araucárias em Águas Claras (PLC 102/2017); g) define parâmetros de uso e ocupação do solo para trecho 1 e Centro de Vivência do STRC (PLC 103/2017); h) define parâmetros de uso e ocupação do solo para Área Especial para indústria 01 da rua G do Setor de Indústria de Sobradinho(PLC 107/2017); i) altera a destinação de uso de áreas do Setor Habitacional Jardim Botânico (PLC 114/2017).
14. Elaboração de minuta de projeto de lei que trata de ocupação de área pública lindeira aos lotes não-residenciais no DF.
15. Elaboração do projeto de lei que regulamenta a implantação de infraestrutura de telecomunicação.
16. Elaboração do projeto de lei complementar que regulamenta a aplicação da outorga onerosa de alteração de uso – ONALT da transformação do uso rural para urbano.
17. Elaboração do decreto que regulamenta a adoção de praças e espaços públicos.

2018

No exercício de 2018 a SEGETH deu continuidade às atividades relativas ao aprimoramento e integração dos instrumentos legais de planejamento e gestão territorial, para tanto, elaborou diversos normativos a seguir listados, os quais serviram como base para apresentação do percentual de 80%, constante da tabela acima, relativa a análise quantitativa da Meta 1, desse Objetivo Específico.

1. Atualização do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB):

Etapas previstas:

- Base Conceitual – 100%;
- Temas do PPCUB – 100%;
- Planilhas de Parâmetros Urbanísticos e de Preservação - PURP (georreferenciamento) – 100%;
- Mapas e Quadros anexos – 100%;
- Atualização da minuta de PLC – 100% e elaboração da Memória Técnica.

2. Elaborada e aprovada a Lei nº 940, de 12 de janeiro de 2018, que dispõe sobre o instrumento da compensação urbanística para fins urbanos previsto no Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT.

3. Finalizada a minuta do Projeto de Lei Complementar que define os critérios e parâmetros urbanísticos gerais para a implantação de infraestrutura de suporte para redes de telecomunicações Distrito Federal;

4. Aplicação da outorga onerosa de alteração de uso – ONALT da transformação do uso rural para urbano: Publicado o Decreto nº 39.151, de 27 de junho de 2018, que regulamenta o §2º do art. 176 da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprovou a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT

5. Aprovação do decreto que regulamenta a adoção de praças e espaços públicos.

6. Aprovação da Lei nº 6.138, de 26 de abril de 2018, que instituiu o Código de Obras e Edificações do Distrito Federal – COE;

7. Aprovação do Decreto nº 39.272, de 2 de agosto de 2018, que Regulamenta a Lei nº 6.138, de 26 de abril de 2018, que dispõe sobre o Código de Edificações do Distrito Federal - COE/DF, e dá outras providências;

8. Aprovação da Lei Complementar nº 948, de 16 de janeiro de 2019, que aprovou a Lei de Uso e Ocupação do Solo dos Distrito Federal – LUOS.
9. Elaboração de minuta de Projeto de Lei de alteração da Lei nº 5.022 de 04/02/2013, que regulamenta o Estudo de Impacto de Vizinhança, coordenando Grupo de Trabalho relativo à questão. (50% em 2018);
10. Elaboração e aprovação do Decreto nº 39.330, de 12 de setembro de 2018, que regulamenta o controle de acesso aos loteamentos de acesso controlado, previsto no § 8º do art. 2º da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. (100% - concluído)
11. Elaboração e aprovação do Decreto nº 39.151, de 27 de junho de 2018, que regulamenta o §2º do art. 176 da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que trata da Outorga Onerosa de Alteração de Uso na transformação da destinação do solo de rural para urbano. (100% - concluído).

2. Criar e implementar instâncias e mecanismos de transparência e participação social no planejamento e gestão territorial (SEGETH);

2016

Visando atingir a meta foram criados os Conselhos Locais de Planejamento, conforme Decreto nº 37.556, de 17 de agosto de 2016, com o objetivo de atender a demanda crescente de participação popular nas ações de Planejamento e Gestão Territorial. No ano de 2016 foram criados 19 (dezenove) Conselhos Locais, dos 31 (trinta e um) necessários. Desta forma, foram possíveis discussões, análises e acompanhamento das questões relativas ao ordenamento e à gestão territorial local, através do controle social e participação democrática no planejamento territorial e urbano local em cada Região Administrativa.

2017

Em continuação ao trabalho iniciado com o Decreto nº 37.556, de 17 de agosto de 2016, foram criados mais 05 (cinco) Conselhos Locais de Planejamento. Visando promover a participação popular e dar mais transparência às realizações do Governo, em 2017, a SEGETH, publicou o Decreto nº 37.337, de 16 de maio de 2016, que convocou a 6ª Conferência Distrital das Cidades e a Portaria nº 68, de 17 de maio de 2017, da SEGETH, constituindo a 6ª Comissão Preparatória, composta por cinco Subcomissões: Metodologia e Sistematização; Recursal e de Validação; Mobilização e Articulação e Infraestrutura e Logística. Nesse sentido em 2017, foram realizadas cerca de dez reuniões com a Comissão Preparatória e com a Subcomissão de Metodologia e Sistematização, além de uma apresentação para o Conselho Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial e Metropolitano do Distrito Federal - CCPTM. Foi construído um documento de Metodologia, a ser complementado por consultor especializado na organização deste tipo de evento e elaborado o Regimento, que sofrerá ajustes após o trabalho com o consultor. Houve também a preparação do Termo de Referência para contratação do Consultor.

Estão previstas as Conferências Preparatórias em cada uma das sete Unidades de Planejamento Territorial nos meses de julho a setembro de 2018 e a 6ª Conferência Distrital das Cidades em novembro de 2018. Destaca-se também a criação das câmaras técnicas no CONPLAN e CCPPTM para acompanhar a elaboração dos instrumentos complementares de política urbana: Lei de Uso e Ocupação do Solo – LUOS e Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB.

Diversas audiências públicas foram realizadas, como também, reuniões públicas, consultas públicas e enquetes com a sociedade para apresentação e debate de diversos temas e proposições afetas ao planejamento e gestão urbana e ainda o Seminário de Habitação em Áreas Centrais do Distrito Federal.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de reuniões realizadas com o intuito de promover a participação social no planejamento e gestão territorial:

Discriminação	Reuniões Realizadas
Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal - CONPLAN	15
Conselho Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial e Metropolitano do Distrito Federal - CCPTM/DF	6
Comissão Permanente de Monitoramento do Código de Edificações do Distrito Federal - CPCOE	16
Conselho de Administração de Fundos do Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal - FUNDURB	6

Discriminação	Reuniões Realizadas
Conselho Gestor do Fundo Distrital de habitação e Interesse Social - FUNDHIS	7
Consulta Pública	40
Audiência Pública	13
Lei De Permeabilidade	3
Lei De Antenas	2
Diálogos Por Brasília	3
Câmara Técnica – Aprovação De Projetos – Conplan	5
Câmara Temática – LUOS	33
Câmara Temática – PPCUB	21
Grupo De Trabalho – CEDS/LUOS	5
Comissão EIV – Guará	1
Projeto Masterplan – Orla	3
Apresentação de Projetos GDF- SEF e TERRACAP	2
TOTAL DE REUNIÕES	181

2018

A atuação da SEGETH, no ano de 2018, no intuito de cumprir o propósito de alcançar essa Meta, deu-se, basicamente, quanto a realização da 6º Conferência Distrital das Cidades do Distrito Federal. Das atividades nesse sentido, vale destacar as seguintes:

1. Elaboração do Regimento e Regulamento da 6ª Conferência Distrital das Cidades, bem como alterações do Decreto que convoca a 6ª Conferência Distrital das Cidades a ser realizada no Distrito Federal;
2. Coordenação e preparação dos documentos diversos para realização da 6º Conferência Distrital das Cidades do Distrito Federal;
3. Organizar as reuniões da Comissão Preparatória da 6º Conferência Distrital das Cidades do Distrito Federal, as reuniões das Comissões de Apoio da 6º Conferência Distrital das Cidades do Distrito Federal e o treinamento de Moderadores para a 6ª Conferência Distrital das Cidades, ministrada pela consultora Adriana Cabral. (09/10/2018, 8h30, IFB Brasília);
4. Realização do lançamento da 6ª Conferência Distrital das Cidades - 6ª CDC e abertura das Conferências Livres. (01/11/18, 16h, auditório da Fundação Fiocruz Brasília), bem como a reunião para discussão da criação de Comissão Popular para 6º Conferência Distrital das Cidades do Distrito Federal. (07/11/18, 18h, auditório da SEGETH).

As conferências livres antecedem à realização da 6ª CDC e delas são escolhidos 600 representantes da sociedade civil que participam do evento principal. O processo que culmina com a realização da 6ª CDC é construído por etapas, sendo necessário intervalos entre as etapas de construção.

A 6ª Conferência Distrital das Cidades é uma etapa da **6ª Conferência Nacional das Cidades** e tem como objetivo debater de forma ampla e democrática as questões relacionadas à política urbana, nas esferas distrital e nacional. Trata-se de evento cuja realização das etapas preparatórias e da Conferência em si demanda considerável dispêndio de recursos por parte da Secretaria. No entanto, ainda não há confirmação por parte do Governo Federal sobre a realização da Conferência Nacional, motivo pelo qual ainda não foi dado prosseguimento a essas etapas.

Acrescenta-se a essas ações visando cumprir a Meta, a SEGETH também realizou diversas audiências públicas, como também, reuniões públicas, consultas públicas e enquetes com a sociedade para apresentação e debate de muitos temas e proposições afetas ao planejamento e gestão urbana.

Ainda, apresenta-se a tabela abaixo demonstrando a quantidade de reuniões realizadas com o intuito de promover a participação social no planejamento e gestão territorial:

Discriminação	Reuniões Realizadas
CONPLAN	16
CCPPTM/DF	03
CPCOE	24
FUNDURB	6
FUNDHIS	1
CONSULTA PÚBLICA	02
AUDIÊNCIA PÚBLICA	04
REUNIÃO PÚBLICA	07
CÂMARA TÉCNICA – APROVAÇÃO DE PROJETOS – CONPLAN	4
PLANDHIS	11
LEI DAS ANTENAS	06
PROJETO MASTERPLAN – ORLA	01
CÂMARA TÉCNICA PPCUB	19
REUNIÕES DE MEDIAÇÃO	4
TOTAL DE REUNIÕES	108

3. Instalar incremento do Instituto de Preservação e Planejamento Territorial Metropolitano – IPLAM Brasília (SEGETH);

2016

O intuito da criação do Instituto de Preservação e Planejamento Territorial Metropolitano – IPLAM, era no sentido do Governo dispor de uma autarquia independente, visando garantir a atuação em pesquisa e planejamento, melhorando a qualidade das ações e imprimindo permanência e institucionalidade as essas atividades.

A minuta do Projeto de Lei que prevê a criação do Instituto, bem como a exposição dos motivos, as planilhas e quadro funcional, foi encaminhada para a SEPLAG em 2016 para avaliação, no entanto, a sua criação não foi possível em virtude da Lei de Responsabilidade Fiscal, que não permitiu a criação de novos cargos, bem como aumento de despesas.

2017

A implantação do Instituto de Preservação e Planejamento Territorial Metropolitano – IPLAM permanece inalterável em virtude da impossibilidade de criação de novos cargos e conseqüentemente aumentar despesas.

2018

Nesse exercício, a implantação do Instituto de Preservação e Planejamento Territorial Metropolitano – IPLAM, ainda permaneceu inalterada, pelas mesmas razões que inviabilizaram sua implantação desde 2016 (impossibilidade de criação de novos cargos e conseqüentemente aumentar despesas).

As atribuições previstas para o IPLAM estão inseridas nas unidades orgânicas da Secretaria de Estado, no entanto, podemos constatar uma perda relativa com a não implantação do mencionado Instituto, pois a autonomia e perenidade que um instituto público de planejamento traz para a cidade ficaram comprometidos.

Caberia ao Instituto coordenar o processo de planejamento e monitoramento territoriais, além das ações de articulação com a área metropolitana e elaboração de projetos urbanísticos estruturantes. Nesse sentido a sobreposição dessas atribuições no âmbito da Secretaria, aproxima o planejamento e a gestão, mas traz sobrecarga de funções.

4. Implementar estratégias e instrumentos previstos no Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT (SEGETH);

2016

Elaboração do anteprojeto de Lei Complementar de Uso e Ocupação do Solo, sendo as seguintes atividades desenvolvidas em 2016: a) Vistorias visando a verificação da conformidade ou não da proposta contida no PLC 79/13, com o uso e ocupação atual, nas Regiões Administrativas abrangidas pela LUOS. Foram comparados os seguintes aspectos: nº de pavimentos, uso do solo, existência ou não de marquises e beirais; b) Atualização do banco de dados da LUOS com os coeficientes do PDOT- Base de dados georeferenciada para a LUOS, c) Desenvolvimento de metodologia para estudo de densidade, modelagem de parâmetros e cálculos estatísticos, d) Estudos para modelagem da volumetria das edificações e do terreno, nas áreas de abrangência da LUOS, com vistas à possibilitar estudos da paisagem; e) Observância das Estratégias do PDOT – mapeamento das estratégias em relação as áreas abrangidas pela LUOS; f) Consideração dos estudos em elaboração no âmbito do ZEE, quanto às áreas para desenvolvimento de atividades econômicas e aos aspectos relativos à disponibilidade hídrica. g) Sintaxe Espacial – (oficina de treinamento a ser realizada) - uma compreensão da ferramenta e seu apoio para a interpretação do espaço urbano, h) Ajuste dos critérios para definição das Unidades de Uso e Ocupação do Solo – UOS, que remetem à: uso, atividade, localização, ocupação do solo, desenho urbano; i) Elaboração dos Mapas de uso do solo – UOS das Regiões Administrativas abrangidas pela LUOS, j) Base de dados da LUOS - Correção dos dados referentes aos projetos urbanísticos - Preenchimento dos dados dos projetos e PDL, k) Definição dos Parâmetros de ocupação para os lotes – estabelecimento das faixas de tamanho de lotes.

Alguns estudos foram realizados visando subsidiar as ações acima: caracterização e demarcação de poligonais de Parcelamentos Urbanos Isolados (PUI), que resultou na definição de três poligonais de PUI e os estudos para formulação de Projeto de Lei para criação de seis áreas de ZEIS de Regularização e dez áreas de ZEIS de Provisão Habitacional, em conjunto com a DIHAB/COPLAN. Foram iniciados estudos e elaborada a proposta de decreto para regulamentar a Lei nº 5.135/2013 que dispõe sobre a alienação de imóveis na Vila Planalto. Foi iniciada, a proposta de Decreto de Regularização Fundiária para regulamentação da Lei 4.996/2012. Em função da edição da Medida Provisória 759/2016, aprovada recentemente no Congresso Nacional, os trabalhos serão reiniciados visando proposta de lei, e não mais de decreto, uma vez que a MP 759 revoga o capítulo de regularização fundiária urbana da Lei Federal nº 11.977/2009, inteiramente recepcionado pela lei distrital de regularização - Lei 4.996/2012.

2017

Elaborado o anteprojeto de Lei Complementar de Uso e Ocupação do Solo - LUOS, sendo as seguintes atividades desenvolvidas em 2017: a) Definição dos parâmetros de ocupação do solo para os lotes abrangidos pela LUOS estabelecidos por faixas de tamanho de lotes por Unidade de Uso do solo UOS e elaboração das planilhas de parâmetros por Região Administrativa; b) Atualização do banco de dados da LUOS – disponibilização de uma Base de dados georeferenciada para a LUOS, c) Desenvolvimento de estudos específicos para subsidiar a elaboração da proposição, como da sintaxe espacial, estudo de densidade, modelagem de parâmetros e cálculos estatísticos, d) Ajuste dos critérios para definição dos parâmetros de uso e ocupação; e) definições quanto a parâmetro de estacionamento para os lotes; f) definições quanto ao instrumentos urbanísticos de outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso, compensação urbanística; g) definições quanto ao parcelamento do solo e remembramento de lotes; h) consolidação do texto completo do anteprojeto de lei complementar da LUOS; i) elaboração de documento de memória técnica da LUOS; e j) realização de amplo processo participativo para debate do proposta da LUOS (audiências públicas, consultas públicas on-line e presenciais em cada uma das Regiões

Administrativas, reuniões públicas, reuniões da câmara técnica do CONPLAN e CCPPTM e reunião no CONPLA para a aprovação da proposta). O Projeto de Lei da LUOS encontra-se na Câmara Legislativa do DF para aprovação.

As realizações quanto a Habitação e Regularização destacam-se:

- Desenvolvimento da descrição programática do serviço de locação social para a sua modelagem e estudos e modelagem da linha de ação Aluguel Legal do Programa Habita e apresentação em Conselhos;

- Estudos sobre déficit e demanda habitacional no Distrito Federal;

- Ferramenta de avaliação de inserção urbana para os empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida” em nove glebas disponibilizadas para o Programa Habita Brasília.

Nota Técnica nº 2 – DIPLAN/2017;

- Elaboração do Caderno de Estudo para Avaliação das novas áreas destinadas à criação de Zonas Específica de Interesse Social – ZEIS para provimento de novas áreas habitacionais de Interesse Social, visando atender ao Programa Habita Brasília e suprir o Déficit Habitacional no Distrito Federal e elaboração, em conjunto com a DIREG, da Minuta do Projeto de Lei para criação de Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS;

- Elaboração do Caderno de Estudo para Avaliação da criação de Zonas Específica de Interesse Social – ZEIS de regularização fundiária; e elaboração, em conjunto com a DIHAB, da Minuta do Projeto de Lei para criação de Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS;

- Elaboração de Caderno nº 2 sobre a definição de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS/ARIS). Em revisão ortográfica;

- Elaboração de Caderno nº 3 sobre o processo de regularização fundiária / etapa titulação da Vila Planalto. Em revisão ortográfica;

- Regulamentação da Lei Distrital nº 4.996/2012, devido à publicação da Lei Federal nº 13.465/2017 que trata de regularização fundiária urbana, com a constituição de Grupo de Trabalho para regulamentação da Lei Federal coordenado pela CACI - Decreto nº 38.433, de 24 de agosto de 2017.

Em relação aos instrumentos urbanísticos e de controle urbano, foram realizados:

- Elaboração de estudos técnicos e proposição de minuta de lei sobre a temática “cobrança de ODIR e ONALT” a ser incorporado no Projeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo do DF – LUOS/DF;

- Elaboração de estudos técnicos e proposição de minuta de lei sobre a temática de “exigência de vagas de garagem” para o Projeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo do DF.

Quanto aos Instrumentos de monitoramento e transparência ativa:

- Índice de Bem-Estar Urbano do DF – IBEU/DF seguindo a metodologia elaborada pelo Observatório das Metrôpoles. Nota Técnica nº3 – DIPLAN/2017.

No que se refere aos estudos de subsídio ao planejamento e revisão do PDOT:

- Redefinição das poligonais indicativas das Áreas de Desenvolvimento Produtivo - ADP I e da ADP II, (DIPLAN e SUGEST) em conjunto com a SEMA e a TERRACAP para o ZEE.

Estratégia de revitalização prevista no PDOT:

- R1 – Setores Centrais de Brasília.

Elaboração dos Projetos de Urbanização, Requalificação, Paisagismo e Acessibilidade no Setor de Rádio e TV Sul, SCS, Setor Hoteleiro Sul, SAUN.

Estratégia de dinamização prevista no PDOT:

- Eixo Ceilândia;

- Adequação de sistema viário, implantação de sistema cicloviário e acessibilidade na ADE Setor de Indústrias e ADE Setor de Depósitos de Materiais de Construção em Ceilândia;

- Projeto urbanístico do subcentro 400/600 do Recanto das Emas como parte das ações do Programa Habita Brasília.

Estratégia de oferta de áreas habitacionais prevista no PDOT:

- Projeto urbanístico das quadras 100 ímpares e subcentro oeste de Samambaia;

- Projeto urbanístico do centro urbano do Recanto das Emas como parte das ações do Programa Habita Brasília;

- Projeto urbanístico do subcentro 400/600 do Recanto das Emas como parte das ações do Programa Habita Brasília.

Gestão Compartilhada da Áreas de Proteção de Manancial:

Crise Hídrica – PICH, junto da Casa Civil e diversos órgãos. Trabalho conjunto com a SEMA, CAESB, ADASA, SEAGRI, EMATER; NOVACAP e AGEFIS.

2018

Em relação aos Instrumentos de **Gestão Urbana**, foram desenvolvidos as seguintes estratégias e instrumentos previstos no Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito

Federal:

- Aplicação da outorga onerosa de alteração de uso – ONALT da transformação do uso rural para urbano: Publicado o Decreto nº 39.151, de 27 de junho de 2018, que regulamenta o

§2º do

- Art. 176 da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprovou a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT;
- Aprovação da Lei nº 6.138, de 26 de abril de 2018, que instituiu o Código de Obras e Edificações do Distrito Federal – COE;
- Aprovação do Decreto nº 39.272, de 2 de agosto de 2018, que Regulamenta a Lei nº 6.138, de 26 de abril de 2018, que dispõe sobre o Código de Edificações do Distrito Federal -

COE/DF, e dá outras providências;

- Aprovação da Lei Complementar nº 948, de 16 de janeiro de 2019, que aprovou a Lei de Uso e Ocupação do Solo dos Distrito Federal – LUOS na Câmara Legislativa do DF, após discussões, reuniões e formação de Grupo de Trabalho para analisar a matéria.

A implementação das estratégias e instrumentos previstos no PDOT, é fundamental para o planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades visando o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade privada.

Consequentemente a não criação desses normativos implicaria no desordenamento da ocupação e do uso do solo do Distrito Federal, comprometendo a qualidade do bem estar coletivo e do ambiente urbano e rural.

Tanto a Lei de Uso e Ocupação do Solo quanto a revisão do Código de Edificações do Distrito Federal trouxeram significativa simplificação normativa que facilitam a atuação dos agentes públicos e privados no território do Distrito Federal, conferem maior celeridade aos atos da administração pública, diminuem a discricionariedade na interpretação da norma urbanística e facilitam as ações fiscalizatórias do Estado, já que trazem regras mais claras e isonomia normativa aos diversos núcleos urbanos.

Em relação aos Instrumentos de **Planejamento Territorial**, foram desenvolvidos as seguintes estratégias e instrumentos previstos no Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal:

• Publicado o Decreto Nº 39.037, de 08 de maio de 2018, que demarca as poligonais para regularização fundiária urbana de Parcelamentos Urbanos Isolados - PUI listados na Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT.

• Demarcadas as poligonais das seguintes áreas categorizadas como Parcelamentos Urbanos Isolados - PUI: I - Residencial Victória, localizado na Região Administrativa do Gama - RA II; II - Comunidade Boa Vista, localizado na Região Administrativa de Sobradinho - RA V; III - Comunidade Lobeiral, localizado na Região Administrativa de Sobradinho - RA V; IV - Serra Verde, localizado na Região Administrativa de Sobradinho - RA V; V - Arrozal, localizado na Região Administrativa de Planaltina - RA VI; VI - Jardim do Oriente, localizado na Região Administrativa de Planaltina - RA VI; VII - Privé Morada Norte, localizado na Região Administrativa de Planaltina - RA VI; VIII - Parque Sol Nascente, localizado na Região Administrativa de Planaltina - RA VI; IX - Granja Modelo I, localizado na Região Administrativa de Riacho Fundo - RA XVII.

A delimitação das poligonais dos PUI resultam na efetivação de um comando dado no Plano Diretor, garantido à população residente o direito ao início do processo de regularização, seja ela de Interesse Específico ou Social.

5. Aprimorar gestão da informação territorial (SEGETH);

2016

Elaboração e publicação do Decreto que institui a Infraestrutura de Dados Espaciais do Distrito Federal – IDE/DF e lançamento do Geoportal - Mapa Dinâmico de Brasília. Este Geoportal possui um visualizador do Sistema de Informações Territoriais e Urbanas do DF – SITURB que disponibiliza na Web, para consulta e download, todos os dados georreferenciados do Distrito Federal. Ele tem ferramentas de interoperabilidade que permitem que cada órgão disponibilize seus dados a partir de seus bancos de dados, garantindo assim a constante atualização e a responsabilidade pela informação. Desta forma, os usuários poderão sobrepor os dados oriundos dos diversos órgãos para análises setoriais, obtendo de forma rápida as informações necessárias para o planejamento de ações governamentais. Este Geoportal disponibiliza também o acesso aos metadados, geoserviços, cartografia, rede geodésica e o Sistema de Documentação Urbanística - SISDUC. Foi instituído também um Comitê Gestor de Geoinformação com o objetivo de deliberar sobre os assuntos que envolvam a Política de Geoinformação e Infraestrutura de Dados Espaciais do Distrito Federal.

2017

Atualização do Geoportal para uma nova versão com responsividade, o que tornou possível a utilização do Geoportal em computadores, tablets e celulares. Foram também implementadas melhorias nessa nova versão do Geoportal tornando a ferramenta mais ágil e interativa aos usuários. Tais melhorias implantadas dizem respeito a seleção espacial, análise de áreas de abrangências por pontos, linhas e polígonos, busca por endereço, correção nos processos de busca e análise de proximidade. Foram disponibilizadas também novas ferramentas no Geoportal com a possibilidade de visualização de imagens e documentos nos menus laterais, atividade desenvolvida especificamente para o portal Nós Urbanos e que foi incorporada ao Geoportal. Nos ambientes internos, foram implementadas melhorias de segurança e atualização das informações com relatórios de edições, automação de processos de exportação de camadas e geração de cache. Nos ambientes do Sistema de Documentação Urbanística - SISDUC, foram realizadas melhorias de performance e correção de erros nos sistemas de arquivos.

2018

Implantação de novas ferramentas do Geoportal com diversas melhorias disponíveis nessa nova versão, tornando a ferramenta mais ágil e interativa aos usuários. Foram implementadas a possibilidade de geração de mapas temáticos, consultas por endereços e consulta por coordenadas. Também foi implementada a consulta espacial, favorecendo a localização de objetos dentro de uma área ou próximo a algum objeto tendo como exemplo a localização de postos policiais próximos a escolas ou escolas dentro de uma Região Administrativa. Nos ambientes internos, foram implementadas melhorias de segurança com a implementação de certificados de segurança para o Geoportal. Foram também implementados no banco de dados relatórios de edições, com capacidade de verificação do número de edições nas camadas realizadas por dia. O ambiente foi duplicado com a implantação de um novo servidor de dados, tornando o Geoportal um sistema de alta disponibilidade, evitando assim a falha no atendimento aos usuários da internet, decorrente de quedas ou lentidão em face do elevado número de acesso. Nos ambientes do Sistema de Documentação Urbanística - SISDUC, foram realizadas melhorias de performance e correção de erros nos sistemas de arquivos.

O Geoportal é uma ferramenta de Geoinformação que favorece de forma abrangente o acesso democrático às informações e mapas digitais produzidos pela Secretaria e demais órgãos do Governo do Distrito Federal, contribuindo para a sua disseminação na esfera pública e privada, acadêmica e empresarial.

6. Gerir de forma centralizada lotes destinados a equipamentos públicos comunitários e urbanos, como a elaboração do cadastro georeferenciado de lotes e a implantação do portal “Nós Urbanos” (SEGETH);

2016

Foram realizadas a atualização da base de equipamentos públicos e próprios do Distrito Federal com base nos dados da COPAT/Secretaria de Fazenda; resposta conjunta com a SUGEST quanto à demanda por lotes para Equipamentos Públicos, procurando acomodar as solicitações nos lotes subutilizados; elaboração da minuta de decreto de procedimentos para

transferência de unidades imobiliárias destinadas a equipamentos públicos e regularização de concessões de áreas para equipamentos públicos repassados aos órgãos setoriais do Governo do Distrito Federal – Processo nº 309.000.403/2015, pendente de publicação. O portal Nós Urbanos está em pleno funcionamento.

2017

Publicado o Decreto nº 38.427, de 3 de agosto de 2017, que dispõe sobre os procedimentos para distribuição de unidades imobiliárias e concessão de áreas de domínio público destinadas a equipamentos públicos aos órgãos do Distrito Federal. Foram implementados os procedimentos e a estruturação de banco de dados georreferenciado para acompanhamento e registro dos lotes e áreas concedidos a implantação de equipamentos públicos, é uma ação constante.

O Portal Nós Urbanos, foi atualizado para a mesma plataforma do Geoportal. Dessa forma, foi possível o aproveitamento de todas as ferramentas desenvolvidas para o Geoportal no Portal Nós Urbanos. A estrutura de arquivos foi também otimizada para a publicação de documentos e fotos, arquivos e dados visualizados diretamente no Portal do Nós Urbanos.

2018

O Portal Nós Urbanos, foi atualizado para a mesma plataforma do Geoportal. Dessa forma, foi possível o aproveitamento de todas as ferramentas desenvolvidas para o Geoportal no Portal Nós Urbanos. A estrutura de arquivos foi também otimizada para a publicação de documentos e fotos, arquivos e dados visualizados diretamente no Portal do Nós Urbanos.

No exercício de 2018 foram complementados os projetos, com ações específicas visando a implementação da gestão compartilhada dos imóveis integrantes do Patrimônio do Distrito Federal. A SEGETH participou do Grupo de Trabalho, instituído com o objetivo de realizar levantamento dos imóveis pertencentes ao Governo do Distrito Federal que não estivessem atingindo todo o seu potencial de utilização, conforme consta do Processo SEI nº 00002-00003132/2018-74. O Grupo de Trabalho foi composto por membros da Secretaria de Estado de Fazenda -SEF, da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal – SEPLAG, da Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal – CACI e da então Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal – SEGETH. O grupo concluiu as atividades em setembro de 2018. Os resultados dos trabalhos desenvolvidos encontram-se sistematizados no Relatório Circunstanciado SEI-GDF nº 3/2018 - SEPLAG/SAGA/UIP (13331879), que aponta a existência de 1.601 imóveis que não atingem o seu potencial de uso, sendo:

- a) 802 imóveis vagos sem nenhuma edificação;
- b) 120 imóveis subutilizados;
- c) 649 imóveis edificados com baixo potencial construtivo (edificados com potencial construtivo abaixo de 20 %); e
- d) 30 imóveis edificado desocupados.

A delimitação deste conjunto permitirá à administração pública orientar os investimentos, o compartilhamento destes imóveis entre as suas unidades administrativas e a disponibilização dos mesmos para alienação, caso seja de interesse público.

A base de lotes destinados a equipamentos públicos comunitários e urbanos foi integralmente digitalizada até a edição do Decreto nº 38.427, de 3 de agosto de 2017, após o que foi transferida para a Coordenação de Patrimônio do Distrito Federal (COPAT), e está acessível no Geoportal.

Considera-se que a meta foi alcançada frente aos objetivos estabelecidos à época. No entanto, a continuidade da atualização e manutenção da base de dados depende de ações próprias da COPAT.

7. Elaborar e implementar política de assentamento rural (SEGETH); (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Segundo a SEAGRI, cinco assentamentos foram regularizados: Sobradinho; Paranoá; Gama; São Sebastião e Centro de capacitação de assentados Luzia Alves. Ressalte-se que a SEGETH não tem participação direta em políticas de assentamento rural. No novo Código de Edificações, está sendo discutida a aprovação de atividades urbanas em áreas rurais e atividades rurais em áreas urbanas.

8. Elaborar projetos para a promoção de intervenções estruturantes visando qualificação e reabilitação de espaços públicos urbanos. (SEGETH);

2016

Em março de 2016, a SEGETH foi reestruturada, e entre suas atribuições há atividades relativas ao desenvolvimento de projetos de urbanização, mobilidade e acessibilidade; projetos de parcelamentos do solo; projetos de parques e espaços livres públicos. Neste período, foram elaborados os seguintes projetos: 1) projetos de requalificação das áreas centrais: projeto executivo de urbanização do canteiro central da via S3-etapas 2; projeto de urbanização, acessibilidade e malha cicloviária para a ADE- setor de materiais de construção e setor de indústrias de Ceilândia, como parte do Programa Pró-Cidades; projeto de acessibilidade do setor hoteleiro sul; projetos de requalificação e acessibilidade do setor hospitalar local sul; 2) projetos de parques e espaços livres públicos: projeto de urbanização e paisagismo da orla livre-fase 1 – etapa 1 - SHIS QL 12 – península dos ministros; projeto de requalificação da praça do povo na quadra 03 do setor comercial sul; projeto do parque sol nascente- Ceilândia; 3) projetos de sistema viário: proposta de revisão de sistema viário e proposta de estacionamentos entre a 616 a 612 sul; projeto de revisão do sistema viário do setor de autarquias norte; 4) projetos de parcelamento do solo: projeto urbanístico para concessão da infraestrutura e das estações do metrô; projeto urbanístico para concessão da galeria dos estados; projeto urbanístico do setor de embaixadas norte; projeto urbanístico para regularização dos lotes dos terminais rodoviários norte e sul de Samambaia; projeto urbanístico do terminal rodoviário Asa Norte; projeto urbanístico do terminal rodoviário do subcentro 400-600 do Recanto das Emas. Destaca-se que parte dos projetos elaborados pela SEGETH integram o *Programa 6216 - Mobilidade integrada e sustentável, objetivo 2. Promoção do transporte não motorizado: Incentivar e promover a qualidade do deslocamento não motorizado de pessoas*, tais ações totalizaram 60.000 m² de projetos de acessibilidade, sendo eles: Projeto executivo de rota acessível no entorno do hospital regional de Ceilândia - HRC; projeto executivo de rota acessível no entorno do hospital regional de Taguatinga - HRT;

Objetivando alcançar a meta, também foram realizadas as seguintes ações: elaboração do projeto executivo de rota acessível à escola de música; projeto executivo de rota acessível ligando o terminal asa sul ao setor hospitalar local sul; projeto executivo de rota acessível da estação 114 sul do metrô ao setor médico hospitalar local sul; rota acessível na 610 norte em direção ao Instituto Federal de Brasília; projeto de acessibilidade do setor médico hospitalar local sul; projeto de acessibilidade do setor hoteleiro sul; projeto de acessibilidade e inserção de malha cicloviária no SAFSul.

2017

Projetos urbanísticos aprovados por decreto ou portaria, desenvolvidos em 2017:

1. Projetos de Urbanização, Requalificação, Paisagismo e Acessibilidade – Área total de projeto de 1.475.654 m²
 - a. Projeto de Acessibilidade e Espaços Livres do Setor de Autarquias Norte (Área de projeto de 501.627 m²);
 - b. Projeto de Requalificação do Setor de Rádio e TV Sul (Área de projeto de 66.465 m²);
 - c. Projeto de Urbanização e paisagismo da Orla Livre- Fase 1 – Etapa 2A - SHIS QL 10 (Área de projeto de 478.786 m²);
 - d. Projeto de Urbanização e Paisagismo da Orla Livre-Trecho SHIS QL 8 a 10, e conexões via ponte das Garças ao Deque Sul (Área de projeto de 336.835 m²);
 - e. Projeto de Urbanização Via L2 Sul – SGAS 613 a 616 e SES 813 e 815/816 – estacionamentos e calçadas (Área de projeto de 2.186 m²);
 - f. Projeto de Acessibilidade da Quadra 03 do SCS (Área de projeto de 25.502 m²);
 - g. Projeto de Acessibilidade da Quadra 05 e da Praça do Povo do SCS (Área de projeto de 39.253 m²);
 - h. Projeto de Acessibilidade do Setor Hospitalar Local Sul (Área de projeto de 25.000 m²).
2. Projetos de Infraestrutura de Mobilidade Ativa e Sistema Viário – Área total de projeto de 1.026.688 m²
 - a. Projeto1 de adequação de sistema viário, implantação de sistema cicloviário e acessibilidade na ADE Setor de Indústrias e ADE Setor de Depósitos de Materiais de Construção em Ceilândia (Área de projeto de 784.630 m²);
 - b. Projeto de criação de via de acesso ao Fórum do Itapoã (Área de projeto de 76.492 m²);

- c. Projeto1 de Rota Acessível ao Centro de Ensino Especial CEE 01 Samambaia QS 303 - Conj 04 - Lt 01, Gama EQ 55/56 - AE 02., Brazlândia, Sobradinho e Taguatinga (Área de projeto de 39.594 m²);
 - d. Projeto de Sistema Viário das Quadras 1 a 6 do Setor Hoteleiro Sul (Área de projeto de 21.096 m²);
 - e. Projeto1 executivo de rota acessível da Estação 112 Sul do Metrô à W3 e via L2 (Área de projeto de 51.031 m²);
 - f. Projeto1 Mobilidade ativa em Ceilândia- rotas de acessibilidade e malha cicloviária do SESC em direção à Estação Central de Ceilândia – QNN 17 (Área de projeto de 32.302 m²);
 - g. Projeto1 Mobilidade ativa em Ceilândia- rotas de acessibilidade e malha cicloviária em direção à Estação Central de Ceilândia – QNN 20 (Área de projeto de 21.543 m²).
3. Projetos de Urbanismo – Área total de projeto de 2.540.555 m²
- a. Projeto Urbanístico de criação de lote - Administração da Candangolândia (Área de projeto de 10.529 m²);
 - b. Projeto Urbanístico do Centro Urbano do Recanto das Emas como parte das ações do Programa Habita Brasília (Área de projeto de 404.487 m²);
 - c. Projeto Urbanístico do Setor de Embaixadas Norte (Área de projeto de 594.120 m²);
 - d. Projeto Urbanístico do Subcentro 400/600 do Recanto das Emas como parte das ações do Programa Habita Brasília (Área de projeto de 185.591 m²);
 - e. Projeto Urbanístico para concessão da Galeria dos Estados (Área de projeto de 8.593 m²);
 - f. Projeto Urbanístico para concessão da infraestrutura e das estações do metrô (Área de projeto de 711.121 m²);
 - g. Projeto Urbanístico Quadras 100 ímpares e Subcentro oeste de Samambaia (Área de projeto de 626.114+ m²).

2018

1. Projetos de Urbanização, Requalificação, Paisagismo e Acessibilidade:

- a. Parque Sol Nascente (Área de projeto de 247.672,65m²);
- b. Projeto de Paisagismo do Parque do Abadião (Área de projeto de 20.500,94m²);
- c. Projeto de Paisagismo da Praça da CNN2 (Área de projeto de 14.280m²);
- d. Projeto de Sistema Viário, Acessibilidade e Paisagismo do SGCV, SIA e SMAS (Área de projeto de 65.761,63m²);
- e. Projeto de Paisagismo da Praça Comunal I - EQ 23-25 (Área de projeto de 32.593,53m²);
- f. Projeto de Reformulação da Avenida Central do Guará II (Área de projeto de 70.915,21m²);
- g. Sistema Viário de Ajustes de Lotes na QI 21 (Área de projeto de 78.990,23m²);
- h. Requalificação da Avenida Independência (Área de projeto de 68.534,75m²);
- i. Recuperação da Praça dos Orixás (Área de projeto de 20.806,53m²);
- j. Projeto de requalificação do setor hoteleiro norte (Área de projeto de 71.946,89m²);
- k. W3 /W2 511 e 512 Sul (Área de projeto de 66.112,56m²);
- l. Praça Internacional da Paz – SEN (Área de projeto de 5.943,16m²);
- m. Projeto de Paisagismo do Centro Urbano Recanto Das Emas (Área de projeto de 404.487,40m²);
- n. Projeto de paisagismo para as Quadras 100 ímpares e Subcentro Oeste Qd. 103 a 115 e 121 a 123 (Área de projeto de 626.114,28m²);
- o. Paisagismo e Mobilidade na Etapa 1 do Polo JK (Área de projeto de 444.031,92m²);
- p. Regularização de estacionamentos do sudoeste econômico (Área de projeto de 404.966,52m²);
- q. Binário SAMDU-Comercial Norte Taguatinga – Comercial (Área de projeto de 75.903,12m²);
- r. Binário SAMDU-Comercial Norte Taguatinga – SAMDU (Área de projeto de 75.903,12m²).

2. Projetos de Infraestrutura de Mobilidade Ativa e Sistema Viário:

- a. Mobilidade Ativa em Águas Claras- Infraestrutura Cicloviária Nas Avenidas Castanheiras, Araucárias (Área de projeto de 220.569,16 m²);
- b. Sinalização Bulevares Norte/Sul Águas Claras (Área de projeto de 2.430,45m²);
- c. Rota Acessível Ao Centro de Ensino Especial 2 Ceilândia (Área de projeto de 58.722,39m²);
- d. Projeto de Rota Acessível ao Centro de Ensino Especial 01 do Gama (Área de projeto de 37.923,53m²);
- e. Projeto de Rota Acessível a SGAS 603/604 e SQS 403/404- Escola Superior do Ministério Público (Área de projeto de 6668,32m²);
- f. Rota acessível escola de música de Brasília (Área de projeto de 3945,80m²);
- g. Projeto de Infraestrutura Cicloviária na Via W5 em Frente ao Uniceub (Área de projeto de 5576,94m²);
- h. Infraestrutura Cicloviária e Rota Acessível no SAUS - Via S3 Sul - Via L2 Sul (Área de projeto de 4.770,58m²);
- i. Rota acessível ao centro de ensino especial nº1 de samambaia (Área de projeto de 39.594,38m²);
- j. Projeto Rotas Acessíveis - Centro De Ensino - Santa Maria (Área de projeto de 28.284,96m²);
- k. Projeto de Sistema Viário de Ligação do Polo JK com Valparaíso de Goiás (Área de projeto de 19.426,28m²);
- l. Rota acessível ao centro de ensino especial 01 de sobradinho (Área de projeto de 14.680,10m²);
- m. Projeto de duplicação da via QNJ de Taguatinga (Área de projeto de 24.401,39m²);
- n. Calçada e ciclovia do SAF- SUL (Área de projeto de 2.430,45m²);
- o. Rota acessível cee1 - QNJ 20 – Taguatinga (Área de projeto de 14.882,44m²);
- p. Rota Acessível ao Centro de Ensino Fundamental da Quadra 308 de Santa Maria PSG-MDE 098/2017. (Área de projeto de 28.284,96m²).

3. Projetos de Urbanismo:

- a. Estádio Maria de Lourdes Abadia - Abadião/Ceilândia (Área de projeto de 308.781,18m²);
- b. Projeto de Ajuste de Parcelamento Relativo e Relocação dos Lotes 1 A 4 E 6 A 8 da EQ 31/33 - Centro Comunal II (Área de projeto de 36.012,90m²);
- c. Projeto de relocação de lote - banca de revista sudoeste (Área de projeto de 25,00m²);
- d. Centro Urbano do Recanto Das Emas (Área de projeto de 404.487,40m²);
- e. Subcentro 400/600 do Recanto Das Emas (Área de projeto de 185.591,97m²);
- f. Projeto das quadras 100 ímpares e Subcentro oeste (Área de projeto de 626.114,28m²);
- g. Projeto urbanístico do terminal Sobradinho II (Área de projeto de 7.574,96m²);
- h. Cria o Lote 11, Qs-3, Bairro Águas Claras de Taguatinga, Destinado a Equipamento Público (SAMU).

Os obstáculos urbanos encontrados na deficiência das infraestruturas viárias, nos espaços vazios residuais não projetados e não qualificados, em áreas institucionais degradadas, fazem com que a cidade não seja amplamente usufruída, contradizendo assim um princípio fundamental que é o direito do cidadão à cidade.

Tais projetos visam ampliar as condições de urbanidade dos núcleos urbanos e as infraestruturas de mobilidade ativa no território.

Especificamente com relação às rotas acessíveis aos grandes equipamentos públicos como hospitais, escolas e Metrô, os projetos favorecem o deslocamento e acesso da população e dos portadores de deficiência ou necessidades especiais aos meios de transporte e serviços públicos disponíveis. Esses projetos incluem a execução e requalificação das calçadas para adequá-las aos princípios da acessibilidade universal.

Os projetos de parcelamento e qualificação urbana visam conferir maior urbanidade às cidades do Distrito Federal, contribuindo em alguns casos para a constituição de centralidades que proporcionam incremento de atividades econômicas, menores deslocamentos e conferem maior autonomia àqueles núcleos urbanos.

9. Implementar portal “Nós Urbanos” (SEGETH);

2016

Foi implantado o Portal “Nós Urbanos” que reúne as ações e projetos de planejamento e gestão urbana do Distrito Federal desenvolvidos pela Secretaria de Gestão do Território e Habitação. Neste portal o cidadão pode entender como o trabalho da Secretaria impacta o cotidiano da vida urbana. Para isso, o site usa pontos no mapa em que é possível conhecer as ações em desenvolvimento por Região Administrativa e tipo de obra. O “Nós Urbanos” também é um canal institucional para a difusão de conceitos e princípios urbanísticos, constituindo instrumento de educação urbana e patrimonial. Tudo isso privilegiando o diálogo com a comunidade de forma transparente.

2017

O Portal Nós Urbanos, foi atualizado para a mesma plataforma do Geoportal. Dessa forma, foi possível o aproveitamento de todas as ferramentas desenvolvidas para o Geoportal no portal Nós Urbanos. A estrutura de arquivos foi também otimizada para a publicação de documentos e fotos, arquivos e dados visualizados diretamente no portal do Nós Urbanos.

2018

O Portal Nós Urbanos foi implementado em 2016, como informado no Relatório daquele ano. Neste exercício a SEGETH dispendeu recursos no sentido de promover sua atualização, a qual foi realizada na mesma plataforma do Geoportal. Dessa forma, foi possível o aproveitamento de todas as ferramentas desenvolvidas para o Geoportal no portal Nós Urbanos. A estrutura de arquivos foi também otimizada para a publicação de documentos e fotos, arquivos e dados visualizados diretamente no portal do Nós Urbanos.

Os projetos, em desenvolvimento ou finalizados, estão disponíveis para a população, em um processo de transparência ativa, no qual o público alvo, quer seja a administração pública ou a sociedade civil, tem acesso à descrição do projeto, com as referências para acesso ao conteúdo, memorial e projeto urbanístico. Desta forma, a análise de interferências com projetos em desenvolvimento e a verificação de projetos finalizados disponíveis para captação de recursos torna-se mais célere e efetiva.

10. Entregar a Minuta do projeto de lei e do Decreto de regulamentação do Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE-DF (SEMA). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016);

2016

Foram realizadas diversas reuniões de trabalho e apresentações, conforme o que segue abaixo:

Apresentações do ZEE-DF em 07 (sete) Conselhos Distritais, sendo: no Conselho de Meio Ambiente (CONAM-DF); no Conselho de Recursos Hídricos (CRH-DF); no Conselho de Planejamento Territorial e Urbano (CONPLAN); no Conselho Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial e Metropolitano (CCPTM); no Conselho de Política de Desenvolvimento Rural (CPDR); no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES); no Comitê Interinstitucional da Política Distrital para os Animais (CIPDA).

A qualificação da Base de Dados do ZEE-DF, que atualmente conta com cerca de 150 usuários cadastrados em órgãos do GDF e no MPDFT, com projeto em andamento para disponibilização a usuários de órgãos federais;

O lançamento do Portal Eletrônico do ZEE-DF em março/2016, cujo número de consultas ao referido portal, ao longo do ano de 2016, alcançou a marca de 16.360 acessos, superando a meta de 200 acessos prevista para 2016;

A disponibilização do texto de referência para o Anteprojeto de Lei do ZEE/DF com vistas à consulta pública online (<http://www.zee.df.gov.br/ozee/consulta-publica.html>) em outubro/2016.

Realização de quatro consultas públicas presenciais nas Regiões Administrativas de Sobradinho, Samambaia, Plano Piloto e Ceilândia (público total: mais de 170 pessoas).

É válido esclarecer que, em razão das 10 reuniões realizadas no âmbito da Coordenação Política do ZEE/DF durante os meses de outubro a novembro de 2016, para consolidação do texto de referência do Anteprojeto de Lei do ZEE/DF, e por decisão da referida Coordenação, instituída pelo Decreto Distrital nº 36.473/2015, a realização da Audiência Pública e a tramitação do Projeto de Lei do ZEE-DF à Câmara Legislativa do Distrito Federal, previstos para novembro de 2016, ocorrerão no 1º semestre de 2017.

O novo texto consolidado no âmbito da Coordenação Política foi publicado para consulta pública no Portal Eletrônico do ZEE/DF em 20 de dezembro de 2016. Para a divulgação da Audiência Pública do ZEE-DF, que prevista para o mês de março de 2017, foi elaborado conteúdo técnico para a impressão de 4.000 folderes e cerca de 5.000 exemplares da Revista/Cartilha, publicação explicativa do ZEE/DF.

2017

Foram realizadas diversas reuniões de trabalho, apresentações e Audiências Públicas, conforme segue:

27 (vinte e sete) reuniões da Coordenação Geral Política do ZEE-DF, instituída pelo Decreto nº 36.473, de 30 de abril de 2015, sob a coordenação da Casa Civil e com a participação de outros órgãos do Governo de Brasília; 89 (oitenta e nove) reuniões da Coordenação Geral Técnica do ZEE-DF, instituída pela Portaria Conjunta nº 19, de 17 de abril de 2015, e composta pela SEMA, SEGETH, SEAGRI e SEDS –, com a participação de outros órgãos de governo (distrital e federal); 01 reunião da Comissão Distrital do ZEE-DF, instituída pela Portaria Conjunta nº 19, de 17 de abril de 2015, inicialmente com representantes de 25 órgãos de governo (distrital e federal); 15 reuniões de participação popular para o ZEE-DF com representantes da sociedade civil, associações de moradores, organizações não-governamentais, entidades de classe, representações do setor produtivo etc., incluindo uma apresentação no Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal (CONAM/DF); 02 (duas) Audiências Públicas do ZEE-DF, sendo a primeira realizada em 11 de março de 2017, com a participação de 326 cidadãos, e a segunda, em 28 de outubro de 2017, com a participação de 100 cidadãos.

Além disso, foi encaminhada minuta do Projeto de Lei do ZEE-DF para análise da Casa Civil foi realizado em 17 de novembro de 2017.

Ao longo do ano de 2017, o Portal Eletrônico do ZEE-DF (www.zee.df.gov.br) alcançou a marca de 30.664 acessos, superando a meta inicialmente prevista de 25.000 acessos. A Base de Dados do ZEE-DF possui, atualmente, 182 usuários cadastrados em órgãos do Governo de Brasília e no MPDFT, com projeto em andamento para disponibilização a usuários de órgãos federais.

2018

Refinamento do texto do Projeto de Lei do ZEE-DF mediante coordenação da Casa Civil no período de janeiro a março de 2018.

Envio do Projeto de Lei do ZEE-DF pelo Executivo para a Câmara Legislativa em 11 de abril de 2018 para apreciação e aprovação, tendo sido realizadas 03 reuniões com os técnicos legislativos para esclarecimentos.

Ao longo do ano de 2018, o Portal Eletrônico do ZEE-DF (www.zee.df.gov.br) alcançou a marca de 39.500 acessos.

11. Realizar Seminário de apresentação da legislação proposta a CLDF (SEMA). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Projeto de LEI – PL será apresentado pela Secretária de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

2017

A realização do Seminário de apresentação do Projeto de Lei do ZEE-DF à Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF ocorrerá em 10 de maio de 2018. O referido Projeto de Lei foi enviado à CLDF em 11 de abril de 2018.

2018

Realização da apresentação do Projeto de Lei do ZEE-DF à Câmara Legislativa do DF em 17 de maio de 2018.

Ao longo do ano de 2018, o Portal Eletrônico do ZEE-DF (www.zee.df.gov.br) foi melhorado e alcançou a marca de 39.500 acessos. Ademais, a Base de Dados do ZEE-DF possui, atualmente, 182 usuários internos do Governo de Brasília e alguns acessos pelo MPDFT. Há previsão para 2019 de (i) abertura da base de dados do ZEE-DF para toda a população (ii) compartilhamento dos dados ao Tribunal de Justiça do DF e Ministério Público do DF

12. Entregar 32 patrulhas mecanizadas (SEAGRI);

2016

Com a finalidade de promover o desenvolvimento da Agricultura Familiar no Distrito Federal por meio de fomento à mecanização agrícola nos assentamentos rurais, foram adquiridas cinco patrulhas mecanizadas e nove cultivadores motorizados com implementos. Aguarda-se a realização de chamamento público para disponibiliza-las a organização selecionada. Esta meta tem como objetivo geral o apoio à estruturação produtiva de assentamentos de reforma agrária e comunidades de agricultores familiares do DF e RIDE DF através da aquisição de patrulhas agrícolas para disponibilização de serviços de mecanização. O Chamamento Público é procedimento destinado a selecionar organização da sociedade civil para firmar parceria por meio de termo de colaboração ou de fomento, no qual se garanta a observância dos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

2017

Foram entregues 13 patrulhas mecanizadas, cumprindo o Convênio SICONV nº 795520/2013, firmado entre o a SEAGRI-DF, o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e a Caixa Econômica Federal, para possibilitar a estruturação produtiva de assentamentos oriundos de reforma agrária, dando cumprimento à determinação constitucional de dar à terra a sua função social.

2018

Face ao cenário orçamentário à época e a impossibilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA em disponibilizar a totalidade dos recursos foi solicitado à Secretaria de Agricultura uma redução do valor total do Contrato Siconv nº 795520, em que já havia sido disponibilizado em 12/01/2016 o valor de R\$ 4.000.000,00 da 1º e única parcela prevista. Com isso, houve a necessidade de ajustes do Plano de Trabalho, solicitado pelo MDA, para adequação dos novos valores levando-se em consideração os novos quantitativos, os valores da licitação e dos projetos já aprovados pela CAIXA.

A quantidade de patrulhas reduziu-se de 32 para 5 unidades. Essas unidades foram entregues no ano 2017. Nesse mesmo ano foram entregues 8 cultivadores motorizados. Totalizando 13 patrulhas que já foram informadas em 2017.

13. Construir 2 centros de comercialização, 10 pontos e 5 urdas de comercialização no DF e RIDE (SEAGRI);

2016

Não foram construídos os centros, os pontos e as URDAS. Estão em fase de licitação. Esta meta tem como objetivo geral o apoio à estruturação produtiva de assentamentos de reforma agrária e comunidades de agricultores familiares do DF e RIDE DF através da construção de edificações para apoio ao transporte e comercialização da produção.

2017

Para a realização das obras a SEAGRI já obteve as autorizações para construção, tanto da Terracap quanto do Incra, em cada área de sua respectiva propriedade, os projetos estão prontos no setor de Engenharia e Obras desta Pasta. Restam pendentes as autorizações dos órgãos ambientais e daqueles fornecedores de serviços públicos de água, luz, sanitário, de tráfego e coleta de lixo.

2018

Face a impossibilidade do MDA disponibilizar a totalidade dos recursos, foi solicitada à Secretaria de Agricultura uma redução do valor total do Contrato Siconv nº 795520, em que já havia sido disponibilizado em 12/01/2016 o valor de R\$ 4.000.000,00 da 1º e única parcela prevista, com isto, houve a necessidade de ajustes do Plano de Trabalho, solicitado pelo MDA, para adequação dos novos valores levando-se em consideração os novos quantitativos, os valores da licitação e dos projetos já aprovados pela CAIXA.

A construção de 2 centros de comercialização, 10 pontos de obras, dentre os 12 originalmente previstos, na nova reprogramação apenas dois Assentamentos Santarém e 15 de Agosto serão construídos.

Em atendimento da correspondência eletrônica - CE 584/2018/GIGOVBR: Pendências de reprogramação Meta Obras - CR 795520, 1011.570-73/2013 - SEAGRI/DF, de 10 abril de 2018 foi apresentamos a documentação demandada e aguarda-se análise da Caixa e o encaminhamento dos documentos referentes ao projeto de engenharia que estão sendo providenciados e serão apresentados à GIGOV/BR.

A construção de 5 urdas de comercialização não poderá ser concretizada tendo em vista que o Convênio nº 776751/2012 não ter sido prorrogado, a despeito dos esforços empreendido pela SEAGRI no sentido de suprir as demandas da Sudeco.

14. Criar quatro projetos de assentamentos rurais, considerando o CAR (cadastro ambiental rural) e o PRA (programa de regularização ambiental). (SEAGRI) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016);

2016

Foi criado o projeto de assentamento Patrícia e Aparecida e foi incluído o Cadastro Ambiental Rural – CAR. As principais realizações em relação ao proposto, desempenho, desafios de implementação foram os seguintes: fazer o relatório de viabilidade ambiental social, solicitar outorga de uso de água e o licenciamento ambiental.

2017

Em 2017 foi realizado o processo seletivo para seleção de famílias a serem assentadas nas áreas dos assentamentos Patrícia & Aparecida e 10 de Junho, este último finalizará o procedimento até o primeiro quadrimestre de 2018. O procedimento foi realizado por meio de procedimento de Chamamento Público seguindo as orientações da Procuradoria do Distrito Federal.

2018

As áreas dos projetos Pinheiral e Fascinação não foram liberadas pelo órgão ambiental, responsável pelo licenciamento. Assim a criação dos assentamentos ainda se encontram em fase de licenciamento. Contudo a SEAGRI vem atuando junto ao IBRAM para sanar todas as pendências requeridas pelo órgão, elaborou o RIMA – Relatório de Impacto Ambiental – e apresentou informações complementares quanto ao RVASA – Relatório de Viabilidade Ambiental, Social e Agrícola, porém a SESGRI não logrou êxito nas respostas, o que dificultou a continuidade dos referidos projetos. O maior gargalo para criação efetiva dos assentamentos tem sido a demora das licenças ambientais. Meta: Criação dos Assentamentos: Pinheiral (71 unidades familiares); Fascinação (7 unidades familiares).

15. Criar o Sistema Distrital de Informações Ambientais integrado com os Bancos de Dados Governamentais (SEMA). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5787/2016);

2016

Para a implantação do Sistema Distrital de Informações Ambientais - SISDIA, instituído pelo art.279, inciso IX, da Lei Orgânica, e a Lei Distrital Nº 3.944/2007, foram realizadas diversas reuniões de trabalho para elaboração do projeto de implantação em 2017, o qual foi aprovado para receber financiamento de recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (Global Environment Facility - GEF), no âmbito do programa Cidades Sustentáveis.

No que concerne ao projeto de implantação do SISDIA, importa ressaltar sua apresentação na Agência Espacial Europeia em setembro, para início dos trabalhos de desenvolvimento de indicadores ambientais, evento no qual o SISDIA obteve destaque internacional em virtude de seu caráter inovador, ao trazer o entendimento da gestão territorial a partir dos riscos ambientais e a capacidade de suporte ambiental.

Importante destacar ainda as seguintes ações finalísticas:

Participação efetiva na elaboração do decreto da Infraestrutura de Dados Espaciais do Distrito Federal - IDE/DF, Decreto nº 37.612, de 09 de setembro de 2016, tendo por um dos principais objetivos a promoção do adequado ordenamento na geração, no armazenamento, no acesso, no compartilhamento, na disponibilização e no uso da geoinformação sobre o território e a população do Distrito Federal, aos órgãos ou entidades públicas pertencentes à Administração do Distrito Federal;

Elaboração de 155 mapas temáticos para apoio em relatórios, apresentações, pareceres técnicos, etc.

Fornecimento de geoserviço e manutenção de banco de dados espaciais (software livre) para 151 usuários GDF-NET com dois grandes nichos informacionais abrangendo 387 arquivos shapefiles (dez 2016)

Contribuição técnica na construção da Matriz de Prioridade de Combate à Grilagem (MARIS) e fornecimento de informações ambientais para a elaboração do Mapa de Combate à grilagem e Ocupação Irregular no Distrito Federal;

Participação e fornecimento de informações ambientais para a elaboração do mapa de prioridade de áreas de recuperação.

2017

No tocante ao Sistema Distrital de Informações Ambientais - SISDIA, foi iniciada a etapa de elaboração dos termos de referência, com a realização de reuniões de trabalho entre a Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA, a CODEPLAN (Companhia de Desenvolvimento do Distrito Federal), o CGEE (Centro de Gestão e Estudos Estratégicos), o MCTIC (Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações) e a UNEP (Organizações das Nações Unidas – Meio Ambiente), para aprimoramento dos conceitos do sistema, de modo que as contratações/aquisições relativas ao projeto de implantação possam ter eficácia e eficiência em sua construção. Os termos de referência se dividem, resumidamente, em dois grupos: um para a compra e desenvolvimento de software, e o outro para a análise de requisitos e modelagem do banco de dados do sistema.

Destacaram-se ainda as seguintes ações finalísticas: elaboração de 1500 arquivos, compreendendo mapas temáticos para apoio em relatórios, apresentações, pareceres técnicos etc. (arquivados em rede corporativa da SEMA); fornecimento de geoserviço e manutenção de banco de dados espaciais (software livre) para 180 usuários GDF-NET, com dois grandes nichos informacionais, abrangendo 265 arquivos shapefiles; suporte técnico para as demais áreas finalísticas da SEMA em mapas temáticos e para pareceres técnicos; desenvolvimento e suporte em estudos geoespaciais para alocação de recursos no território, tais como recuperação florestal, áreas prioritárias para combate à grilagem, etc.

2018

A implantação do SISDIA é um componente do “Projeto GEF - Promoção de Cidades Sustentáveis por meio de planejamento urbano integrado e investimento em tecnologias inovadoras” que está em execução no âmbito da SEMA com duração até 2021 (processo SEI 0393-000068/2016).

Neste sentido, foram cumpridos os primeiros 9 meses do Plano de Trabalho do Projeto GEF, com a execução das seguintes etapas: i) aquisição das licenças GIS; ii) contratação de consultores e iii) contratação (em curso) da modelagem do sistema em andamento com previsão para início da implementação no 2º trimestre de 2019.

Em novembro de 2018, também foi celebrado Acordo de Cooperação Técnica entre o DF, por intermédio da SEMA, e a Universidade de Brasília para o compartilhamento inédito de dados geo referenciados (de teses de iniciação, mestrado e doutorado), informações e estudos capazes de fortalecer e qualificar as políticas públicas do território, bem como alavancar competências de ambas instituições contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Distrito Federal. O referido ACT tem previsão de 4 anos de execução (processo SEI 00393-00001377/2018-74).

O SISDIA foi compatibilizado com a base de dados do ZEE-DF.

16. Implementar e monitorar o Zoneamento Econômico Ecológico do Distrito Federal ZEE-DF (SEMA).

2016

A aprovação do Projeto de Lei do Zoneamento Ecológico Econômico do Distrito Federal na Câmara Legislativa do DF constitui elemento condicional para o desenvolvimento de ferramentas e indicadores da capacidade de suporte ambiental e socioeconômica do território, bem como para a elaboração e publicação do Atlas Ecológico e Socioeconômico do Distrito Federal, cuja produção acontecerá em 2017.

Para a elaboração e publicação do Atlas Ecológico e Socioeconômico do Distrito Federal foi iniciada, ao final de 2016, a elaboração do Termo de Referência para contratação de serviços técnico-profissionais com vistas à definição do modelo conceitual e dimensionamento do conteúdo técnico, projeto gráfico e impressão do Atlas Ecológico e Socioeconômico do Distrito Federal nas seguintes versões: (i) edição para sistema educacional (crianças e adolescentes); (ii) edição para os técnicos (estudos técnicos aprofundados); (iii) edição de luxo em diversos idiomas (idiomas a definir); (iv) edição específica para o Fórum Mundial das Águas (2018).

2017

Foram elaborados diversos termos de referência para a contratação da elaboração das quatro versões do Atlas Ecológico e Socioeconômico do Distrito Federal: I) edição para sistema educacional (crianças e adolescentes); II) edição para os técnicos (estudos técnicos aprofundados); (iii) edição de luxo em diversos idiomas (idiomas a definir); (iv) edição específica para o Fórum Mundial da Água (2018)

No entanto, em razão do valor autorizado para contratação da elaboração do Atlas ter sido bastante reduzido, além da proximidade da realização da 8ª edição do Fórum Mundial da Água, optou-se inicialmente pela elaboração da versão específica para o referido evento, com fundamento nos estudos realizados sobre a disponibilidade hídrica do DF no âmbito do Grupo de Trabalho do Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal - ZEE/DF.

Para a contratação dos serviços de design gráfico/diagramação/arte final, foi autuado processo, em agosto de 2017, que se encontra em fase de diligências para atualização da pesquisa de orçamentos com vistas ao encaminhamento à SEPLAG para realização da licitação.

Está em andamento a contratação dos serviços gráficos para a impressão de 20.000 exemplares do Atlas para o Fórum Mundial da Água.

2018

A meta prevista para este ano correspondeu à entrega - em versão digital - do Atlas Ecológico-Econômico do DF, que ocorreu em 21 de dezembro de 2018, em sua 1ª versão, durante a 66ª Reunião Ordinária do CONPLAN. A versão impressa (possível entrega adicional) não foi concluída devido às dificuldades orçamentárias para a contratação dos serviços de diagramação e posterior impressão, conforme consta do processo SEI 00393-00000994/2018-52 (processo de contratação interrompido).

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1713	PERCENTUAL DE LOTES INFORMAIS <i>(Indicador incluído, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	%	44,42	31/12/2016	-	-	34,7	34,68	24,19	30,98	12,78	SEGETH/CODHAB/28101/OE 1
1714	POPULAÇÃO RESIDENTE PRÓXIMA À INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE ATIVA <i>(Indicador incluído, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	KM/1000 HAB	33,43	31/07/2017	-	-	34,76	33,43	38,24	33,85	42,06	SEGETH/PDAD/PN 28101/OE 1

Justificativas 2017

Indicador 1713 - Polaridade: Quanto menor melhor. Índice criado em 2017. Devido falha no sistema SIGGO o índice mais recente está errado. Onde se lê 44,42, leia-se 34,68%, pois é o primeiro ano que o indicador é apurado. O indicador parte do total de lotes nas áreas de regularização de interesse social - ARIS, definidas no PDOT e afere a regressão do percentual de lotes que não receberam escrituras da CODHAB. O índice mais recente superou a meta desejada para o ano de 2017.

Indicador 1714 - Polaridade: Quanto maior melhor. Índice criado em 2017. O indicador População residente próxima à infraestrutura de mobilidade ativa mede a razão entre a extensão da infraestrutura de mobilidade ativa (destinada a pedestres e ciclistas) no DF e o número de habitantes, para avaliar a capacidade de atendimento dessa infraestrutura e subsidiar o planejamento de sua expansão.

Obs: Em 2017 a Diretoria de Planejamento e Sustentabilidade Urbana da Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano firmou uma parceria com a Companhia de Planejamento do Distrito Federal, visando definir alguns indicadores de Qualidade e Sustentabilidade Territorial do DF. Dessa parceria, surgiram alguns indicadores dentre eles o "Percentual de Lotes Informais" e "População residente próxima à infraestrutura de mobilidade ativa", os quais foram inseridos no PPA em 2017.

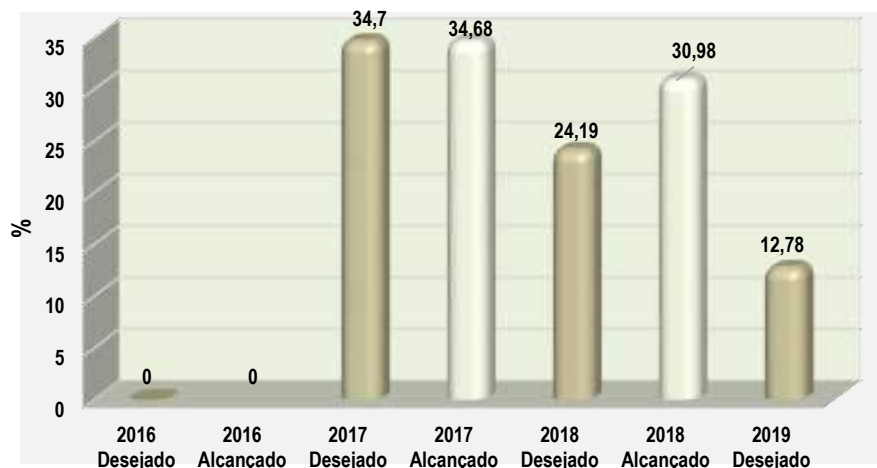
O indicador 1713, percentual de lotes Informais parte do total de lotes nas áreas de regularização de interesse social – ARIS, definidas no PDOT e afere a regressão do percentual de lotes que não receberam escrituras da CODHAB. O índice mais recente superou a meta desejada para o ano de 2017, resultando em 34,68% de lotes em ARIS que ainda não tem escrituras entregues.

Justificativas 2018

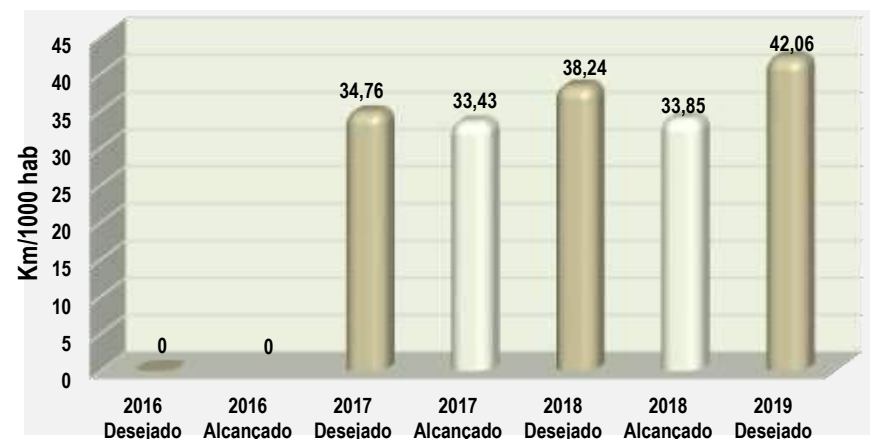
Indicador 1713 - A redução ficou aquém da meta em virtude do aprimoramento da base de dados que subsidia o indicador. Esse aprimoramento significou um aumento do nº de terrenos situados em ARIS em relação à medição anterior, ou seja, uma elevação do denominador da fórmula de cálculo. Esse indicador possui inadequações metodológicas: considera o passivo de escrituras entregues pela CODHAB em relação ao nº de terrenos identificados na restituição de 2016/2017.

Indicador 1714 - Limitação identificada: Anualmente são usados os dados populacionais da PNAD que só pode ser feita para o DF observando o todo. Com esses dados pode ser desagregado por RA, porém essa pesquisa é feita somente bianualmente. Observações: a) Os dados quanto à infraestrutura de mobilidade ativa foi retirada do SITURB, do shape de linhas que permite cálculo da extensão em quilômetros (SDE.SITURB. nos urbanos completo linhas), caso o shape não esteja atualizado a extensão pode estar desatualizada.

PERCENTUAL DE LOTES INFORMAIS



POPULAÇÃO RESIDENTE PRÓXIMA À INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE ATIVA



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6208	1	1	Instalação incremental do Instituto de Preservação e Planejamento Territorial Metropolitano – IPLAM Brasília (SEGETH);	28101	50	<p>2016 O intuito da criação do Instituto de Preservação e Planejamento Territorial Metropolitano – IPLAM, era no sentido de que o DF pudesse dispor de uma autarquia independente, visando garantir a atuação em pesquisa e planejamento, melhorando a qualidade das ações e imprimindo permanência e institucionalidade às essas atividades. A minuta do Projeto de Lei que prevê a criação do Instituto, bem como a exposição dos motivos, as planilhas e quadro funcional, foi encaminhada para a SEPLAG em 2016 para avaliação, no entanto, a sua criação não foi possível em virtude da Lei de Responsabilidade Fiscal, que não permitiu a criação de novos cargos, bem como aumento de despesas.</p> <p>2017 Situação mantida inalterada, conforme mencionado na análise de 2016.</p> <p>2018 Situação mantida inalterada, conforme mencionado nas análises de 2016/2017.</p>
6208	1	2	Elaboração de cadastro georreferenciado de lotes destinados a equipamentos públicos comunitários e urbanos (EPC/EPU), associando-o a estratégia de gestão de demandas das políticas setoriais (SEGETH);	28101	100	<p>2016 O cadastro georreferenciado de lotes de propriedade do Governo do Distrito Federal foi concluído e atualizado até novembro de 2016. O decreto elaborado aguarda a publicação para efetivação dos procedimentos detalhados no instrumento legal. (Processo nº 309.000.403/2015).</p> <p>2017 Publicado o Decreto nº 38.427, de 24 de agosto de 2017 que dispõe sobre os procedimentos para distribuição de unidades imobiliárias e concessão de áreas de domínio público destinadas a equipamentos públicos aos órgãos do Distrito Federal. Elaboração de cadastro georreferenciado de lotes destinados a equipamentos públicos comunitários e urbanos (EPC/EPU), associando-o a estratégia de gestão de demandas das políticas setoriais, no GEOPORTAL.</p> <p>2018 Elaboração de cadastro georreferenciado de lotes destinados a equipamentos públicos comunitários e urbanos (EPC/EPU), associando-o a estratégia de gestão de demandas das políticas setoriais, no GEOPORTAL.</p> <p>No exercício de 2018 foram complementados os projetos, com ações específicas visando a implementação da gestão compartilhada. A SEGETH participou do Grupo de Trabalho, instituído com o objetivo de realizar levantamento dos imóveis pertencentes ao Governo do Distrito Federal que não estivessem atingindo todo o seu potencial de utilização. O grupo concluiu as atividades em setembro de 2018. Os resultados dos trabalhos desenvolvidos encontram-se sistematizados em um Relatório Circunstanciado SEI-GDF n.º 3/2018 - SEPLAG/SAGA/UIPI, que aponta a existência de 1.601 imóveis, sendo:</p> <p>a) 802 imóveis vagos sem nenhuma edificação;</p> <p>b) 120 imóveis subutilizados;</p> <p>c) 649 imóveis edificados com baixo potencial construtivo (edificados com potencial construtivo abaixo de 20 %); e</p> <p>d) 30 imóveis edificado desocupados.</p>
6208	1	3	Construção de banco de dados para gerenciar a disponibilidade de terras públicas destinadas à implantação de equipamentos públicos no	28101	100	<p>2016 Foram realizadas a atualização da base de equipamentos públicos e próprios do Distrito Federal com base nos dados da COPAT/Secretaria de Fazenda; resposta conjunta com a SUGEST quanto à demanda por lotes para Equipamentos Públicos, procurando acomodar as solicitações nos lotes subutilizados; elaboração da minuta de decreto de procedimentos para transferência de unidades imobiliárias destinadas a equipamentos públicos e regularização de concessões de áreas para equipamentos públicos repassados aos órgãos setoriais do Governo do Distrito Federal – Processo nº 309.000.403/2015, pendente de publicação. O portal Nós Urbanos foi lançado em 2016, é uma ferramenta que reúne as ações de planejamento, projeto e gestão urbana no</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			DF (SEGETH);			<p>DF, o site usa pontos no mapa em que é possível conhecer as ações em desenvolvimento por Região Administrativa e tipo de obra, está em pleno funcionamento por meio do site http://www.nosurbanos.segeth.df.gov.br/.</p> <p>2017 Elaboração da minuta de decreto de procedimentos para transferência de unidades imobiliárias destinadas a equipamentos públicos e regularização de concessões de áreas para equipamentos públicos repassados aos órgãos setoriais do Governo do Distrito Federal – Processo nº 309.000.403/2015, pendente de publicação.</p> <p>2018 Base de dados para gerenciar a disponibilidade de terras públicas destinadas à implantação de equipamentos públicos no DF foi incorporada à Camada Próprios no Geoportal. A incorporação da base permite a administração pública e a sociedade civil consultar os imóveis disponíveis, edificados ou subutilizados, inclusive com a respectiva carga patrimonial, sem a necessidade de autuação de processo para consulta da carga patrimonial..</p>
6208	1	4	Participação no Comitê Gestor do ZEE-DF – (SEGETH) (Ação alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	28101	100	<p>2016 A SEGETH integra a Coordenação Geral Técnica (CGT) do ZEE, em conjunto com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (SEAGRI) e Secretaria de Economia e Desenvolvimento Sustentável. Foram realizadas 10 (dez) reuniões no âmbito da Coordenação Política do ZEE/DF durante os meses de outubro a dezembro de 2016, para consolidação do texto de referência do Anteprojeto de Lei do ZEE/DF, e por decisão da referida Coordenação, instituída pelo Decreto Distrital nº 36.473/2015, a realização da Audiência Pública e a tramitação do Projeto de Lei do ZEE-DF à Câmara Legislativa do Distrito Federal ocorrerão no 1º semestre de 2017. No que concerne ao decreto de regulamentação, esta ação somente será implementada após a aprovação do Projeto de Lei na Câmara Legislativa do Distrito Federal. A SEGETH Coordenou no primeiro semestre de 2016 a elaboração de dois Cadernos Técnicos, que compõem a relação de documentos técnicos que serviram de embasamento para a proposta do projeto de lei do ZEE, quais sejam: i) Alocação Territorial de Empreendimentos Produtivos; ii) Avaliação das Estratégias de Ordenamento e Monitoramento Territorial no Período 1997-2015.</p> <p>2017 A SEGETH integra a Coordenação Geral Técnica (CGT) do Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal - ZEE-DF ZEE, em conjunto com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (SEAGRI) e Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável. Foram realizadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 27 (vinte e sete) reuniões da Coordenação Geral Política do ZEE-DF – instituída pelo Decreto Distrital nº 36.473, de 30 de abril de 2015 –, sob a coordenação da Casa Civil e com a participação de outros órgãos do Governo de Brasília. • 89 (oitenta e nove) reuniões da Coordenação Geral Técnica do ZEE-DF – instituída pela Portaria Conjunta nº 19, de 17 de abril de 2015, e composta pela SEMA, SEGETH, SEAGRI e SEDS –, com a participação de outros órgãos de governo (distrital e federal). • 01 (uma) reunião da Comissão Distrital do ZEE-DF – instituída pela Portaria Conjunta nº 19, de 17 de abril de 2015, inicialmente com representantes de 25 órgãos de governo (distrital e federal). • 15 (quinze) reuniões de participação popular para o ZEE-DF com representantes da sociedade civil, associações de moradores, organizações não-governamentais, entidades de classe, representações do setor produtivo, etc., incluindo uma apresentação no Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal (CONAM/DF). • 02 (duas) Audiências Públicas do ZEE-DF; a primeira em 11 de março de 2017, com a participação de 326 cidadãos, e a segunda em 28 de outubro de 2017, com a participação de 100 cidadãos. <p>O envio da minuta do Projeto de Lei do ZEE-DF para análise da Casa Civil foi realizado em 17 de novembro de 2017. Ao longo do ano de 2017, o Portal Eletrônico do ZEE-DF (www.zee.df.gov.br) alcançou a marca de 30.664 acessos, superando a meta inicialmente prevista de 25.000 acessos. A Base de Dados do ZEE-DF possui, atualmente, 182 usuários cadastrados em órgãos do Governo de Brasília e no MPDFT, com projeto em andamento para disponibilização a usuários de órgãos federais.</p> <p>2018 Participação em conjunto com os demais integrantes da Comissão Técnica das discussões sobre o Projeto de Lei do ZEE-DF na CLDF, auxiliando na articulação para aprovação. Essa participação garante à sociedade a elaboração de um instrumento legal e normativo aderente aos demais instrumentos</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						de planejamento elaborados ou sob a responsabilidade desta Secretaria de Estado, como o Plano Diretor de Ordenamento Territorial. Ademais o ZEE-DF traz diretrizes para a revisão da legislação de ordenamento territorial, e, ainda, indica políticas públicas, planos, programas e estudos técnicos, dos quais alguns são de competência da SEDUH, a exemplo do plano distrital de sistema de áreas verdes permeáveis intraurbanas, e outros como o plano distrital de desenvolvimento rural sustentável, o plano distrital de turismo e o plano de adaptação às mudanças climáticas têm forte relação com o trabalho da Secretaria.
6208	1	5	Elaboração ou revisão de legislação referente a instrumentos de planejamento territorial e urbano (SEGETH);	28101	56	<p>2016</p> <p>Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB). No ano de 2016 foram instituídos Grupos de Trabalho da SEGETH (Portaria nº 15, de 23 de fevereiro de 2016) e as Câmaras Técnicas do Conselho Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial e Metropolitano do Distrito Federal - CCPPTM/DF (Portaria nº 59, de 30 de julho de 2016). Desta forma, a SEGETH busca a participação popular, discutindo os princípios, conceitos, Planilhas de parâmetros Urbanísticos (PURP) do PPCUB. A partir dessas discussões foi possível o início da Minuta de Projeto de Lei a ser apresentado em audiência pública.</p> <p>Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (PDOT). De acordo com a Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF) o prazo de vigência do PDOT, aprovado em 2009, é de 10 (dez) anos. São admitidas modificações em prazo diferente para adequação ao Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal (ZEE/DF). O Projeto de Lei do ZEE/DF já teve audiência pública, realizada em 11/03/2017, e está em fase final de ajustes para envio à Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF). Portanto, a revisão do PDOT deverá ter início após o envio à CLDF do Projeto de Lei do ZEE.</p> <p>Projeto de Lei de para criação de novas Áreas de Regularização Fundiária de Interesse Social (ARIS) e de novas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), para provisão habitacional.</p> <p>A delimitação dessas novas ZEIS denota o reconhecimento pelo Poder Público do passivo socioambiental no Distrito Federal, e a necessidade de uma Política Corretiva de Regularização Fundiária. Viabiliza, ainda, o estabelecimento de uma reserva de áreas para a produção de habitação de interesse social, com a delimitação de áreas vazias no âmbito da construção da Política de Planejamento Urbano e Ordenamento Territorial. Os trabalhos executados em 2016 correspondem à 80%.</p> <p>CÁLCULO DA PARTICIPAÇÃO RELATIVA NO COMPUTO DA SUPLAN: PPCUB - 40%; PDOT - 40%; Lei de ZEIS – 20%</p> <p>Executados : PPCUP (0,40x0,15) – 6% PDOT – 0% Lei de ZEIS (0,80x0,20) – 16%TOTAL – 22% na SUPLAN Lei Complementar de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal.</p> <p>No ano de 2016 foram realizadas vistorias: foram comparados aspectos de uso de solo; número de pavimentos; existência ou não de marquises; beiras; atualização do banco de dados da LUOS com os coeficientes do PDOT- Base de dados georreferenciada para a Luos e desenvolvimento de metodologia para estudo de densidade; modelagem de parâmetros e cálculos estatísticos.</p> <p>Foram iniciados os estudos dos instrumentos da Outorga Onerosa de Alteração de Uso (ONALT) e Outorga Onerosa do Direito de Construir (ODIR), previstos no PDOT.</p> <p>Elaboração do Projeto de Lei do instrumento de Compensação Urbanística previsto no PDOT.</p> <p>2017</p> <p>Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB):</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Das quatro etapas previstas, foram finalizadas a (1) Base Conceitual; a etapa (2) Temas do PPCUB encontra-se 80% finalizada; a etapa (3) Planilhas de Parâmetros Urbanísticos e de Preservação está no estágio de 70% de desenvolvimento; a etapa (4) de Atualização da Minuta de PLC e da Memória Técnica está 50% desenvolvida; ▪ Realizadas duas audiências públicas do PPCUB; ▪ 21 reuniões ordinárias da Câmara Técnica – CT/PPCUB. ▪ Revisão do Documento-Base do PPCUB (definição de conceitos e critérios para aplicação dos Instrumentos de política urbana

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						<p>(ONALT/ODIR/OUIC e outros) nas áreas do CUB (concluído);</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Revisão da estrutura institucional para a gestão compartilhada do CUB, em conjunto com a Secretaria de Estado de Cultura, em razão da recente aprovação da Lei Orgânica de Cultura – LOC (em andamento); ▪ Revisão e complementação dos dados urbanísticos do CUB na base georreferenciada do Geoportal (concluído); ▪ Revisão das Planilhas de Parâmetros Urbanísticos e de Preservação – PURP das Unidades de Preservação – UP (em andamento). ▪ Revisão dos mapas e respectivas poligonais dos Territórios de Preservação - TP e das Unidade de Preservação – UP da Minuta de PLC (documento-base) do PPCUB (concluído). ▪ Conferência e linkagem dos dados urbanísticos das áreas do CUB (link dos parâmetros normativos vigentes com as PURPs do PPCUB) – mapa dinâmico (em andamento). ▪ Elaboração da minuta de PLC do PPCUB: revisão de trechos do texto da minuta do PLC (documento-base) que já foram discutidos e endossados pela Câmara Técnica do PPCUB, Grupo de Trabalho constituído (em andamento) ▪ Reunião de apresentação do processo de sistematização dos instrumentos normativos dos Setores Centrais do Plano Piloto e propostas do PPCUB para esses Setores, para a DIHAB/COPLAN (concluído). <p>Foram elaborados, também, os seguintes instrumentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Minuta do Decreto nº 37.951, de 12/01/2017 – Regulamentação da Lei Complementar nº 766, de 19/06/2008 (“Puxadinhos” da Asa Sul); ▪ Minuta do Decreto nº 38.172, de 03/05/2017 – Regulamentação da Lei Complementar nº 883, de 25/06/2014 (“Puxadinhos” da Asa Norte); ▪ Minuta de Decreto para criação de Zona Especial de Interesse Social – ZEIS Pôr do Sol, na Região Administrativa de Ceilândia, para provimento de novas áreas habitacionais; ▪ Minuta de Projeto de Lei para criação de Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS e análise do substitutivo do Projeto de Lei; ▪ Minuta de Decreto da linha de ação Aluguel Legal do Programa Habita Brasília; ▪ Minuta de Decreto para a Gestão Compartilhada de Áreas de Proteção de Manancial, por meio da participação na Dimensão Socioeconômica do Programa Integrado de enfrentamento da Crise Hídrica – PICH, junto da Casa Civil e diversos órgãos. Trabalhando conjunto com a SEMA, CAESB, ADASA, SEAGRI, EMATER; NOVACAP e AGEFIS; ▪ minuta do Decreto nº 38.433, de 24 de agosto de 2017, para constituição do Grupo de Trabalho com o objetivo de propor a regulamentação da Lei Distrital nº 4.996/2012, devido à publicação da Lei Federal nº 13.465/2017 que trata de regularização fundiária urbana, com a constituição de Grupo de Trabalho para regulamentação da Lei Federal coordenado pela CACI. <p>2018</p> <p>No ano de 2018 a Segeth realizou a complementação dos projetos, com ações específicas visando suas implementações, no sentido de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foi publicado o Decreto Nº 39.037, de 08 de maio de 2018, que demarca as poligonais para regularização fundiária urbana de Parcelamentos Urbanos Isolados - PUI listados na Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT; - Foram emarcadas as poligonais das seguintes áreas categorizadas como Parcelamentos Urbanos Isolados - PUI: I - Residencial Victória, localizado na Região Administrativa do Gama - RA II; II - Comunidade Boa Vista, localizado na Região Administrativa de Sobradinho - RA V; III - Comunidade Lobeiral, localizado na Região Administrativa de Sobradinho - RA V; IV - Serra Verde, localizado na Região Administrativa de Sobradinho - RA V; V - Arrozal, localizado na Região Administrativa de Planaltina - RA VI; VI - Jardim do Oriente, localizado na Região Administrativa de Planaltina - RA VI; VII - Privé Morada Norte, localizado na Região Administrativa de Planaltina - RA VI; VIII - Parque Sol Nascente, localizado na Região Administrativa de Planaltina - RA VI; IX - Granja Modelo I, localizado na Região Administrativa de Riacho Fundo - RA XVII; - Proposta de alteração da Lei Distrital nº 4.996/2012, que regulamenta a Legitimação Fundiária no DF, em função da Lei Federal nº 13465/2017 de regularização fundiária urbana. SEI 00390-00004362/2018-004362/2018-42. PLC encaminhado à AJL/ SEGETH/SEDUH; - Elaboração de Minuta de Decreto para regulamentação da Legitimação Fundiária no DF, em função da Lei Federal nº 13465/2017 de regularização fundiária urbana. Minuta de Decreto encaminhada à Casa Civil; - Elaboração de PLC para alterar o PDOT no que diz respeito à Estratégia de Regularização Fundiária em função da Lei Federal nº 13465/2017 de regularização fundiária urbana.

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						<p>95% PPCUB (Resultado de 0,38 no total) – Projeto de Lei finalizado, aguardando posicionamento do órgão de Preservação Federal – IPHAN sobre o documento enviado para análise. Restam para finalização do processo: ajustes decorrentes da análise do IPHAN, realização de Audiência Pública, aprovação pelo CONPLAN e envio a CLDF.</p> <p>5% PDOT (Resultado de 0,02 no total) - Realização de três oficinas temáticas “Olhares sobre o Território” que deram início ao processo de revisão do PDOT.</p> <p>100% LEI DAS ZEIS (Resultado de 0,2 no total)</p> <p>Total de 60% concluído</p> <p>CÁLCULO DA PARTICIPAÇÃO RELATIVA NO COMPUTO DA SUPLAN:</p> <p>PPCUB - 40%; PDOT - 40%; Lei de ZEIS – 20%</p> <p>O resultado consiste em uma evolução dos três principais instrumentos para gestão do território sob a coordenação da SUPLAN em 2019, sendo que em 2016 foi definido que o PPCUB e o PDOT apresentariam peso de 40%, respectivamente, em relação ao resultado final desta ação orçamentária. O principal benefício para a sociedade consiste na sistematização dos instrumentos de planejamento de forma a dar mais transparência, segurança e a garantia da função social da propriedade em prol da sociedade.</p> <p>O Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (PDOT) é o instrumento básico das políticas de ordenamento territorial e de expansão e desenvolvimento urbanos. Abrange todo o território do DF e estabelece o macrozoneamento com critérios e diretrizes gerais para o uso e ocupação do solo, apontando os programas e projetos prioritários para atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à preservação do meio ambiente, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas.</p> <p>O Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) é um instrumento de consolidação do regulamento de ordenação urbanística, de preservação do conjunto tombado e das diretrizes de planejamento, de controle de sua evolução espacial e de promoção do desenvolvimento econômico e social. Estabelece os parâmetros de uso e ocupação do solo e as diretrizes de preservação e revitalização do sítio histórico urbano tombado.</p> <p>O PDOT e o PPCUB são instrumentos previstos na Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF).</p>
6208	1	6	Participação no processo de elaboração ou revisão de legislação referente a instrumentos de planejamento territorial e urbano (SEGETH) (Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	28101	X	<p>2016 A SEGETH participa ativamente como protagonistas na elaboração das legislações referente a instrumentos de planejamento territorial e urbano, não houve a elaboração de instrumentos relacionados à planejamento territorial em outros órgãos no ano de 2016.</p> <p>2017 Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17.</p> <p>2018 Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17.</p>
6208	1	7	Articulação para encaminhamento para aprovação junto à CLDF de legislação referente a instrumentos de planejamento territorial e urbano (SEGETH);	28101	100	<p>2016 A SEGETH mantém a constante articulação em conjunto com a Casa Civil junto à CLDF visando a aprovação das legislações referente aos instrumentos de planejamento territorial e urbano.</p> <p>2017 A SEGETH mantém a constante articulação em conjunto com a Casa Civil junto à CLDF visando a aprovação das legislações referente aos instrumentos de planejamento territorial e urbano. Foram aprovadas no ano de 2017 A Lei de Permeabilidade, A Lei de Compensação Urbanística, O novo Código de Edificações e entregue a Lei de Uso e Ocupação do Solo.</p> <p>2018 A SEGETH manteve constante articulação em conjunto com a Casa Civil junto à CLDF visando a aprovação das legislações referente aos instrumentos de planejamento territorial e urbano. No ano de 2018 foram realizadas as articulações junto à CLDF sobre a Lei de Uso e Ocupação do Solo, o qual foram aprovadas nesse ano as Leis nº 6.138, de 26 de abril de 2018, que instituiu o Código de Obras e Edificações do Distrito Federal – COE e nº 948, de 16 de</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						janeiro de 2019, referente à LUOS - Lei de Uso e Ocupação do Solo dos Distrito Federal. Em ambos os casos, a Secretaria manteve total articulação com aquela Câmara Legislativa, com reuniões técnicas e audiências públicas, que tiveram a finalidade de subsidiar tecnicamente a Casa Legislativa quanto às propostas encaminhadas, prestando os esclarecimentos requeridos e conferindo maior celeridade aos procedimentos de aprovação dos instrumentos junto ao Legislativo.
6208	1	8	Elaboração de projetos para requalificação de espaços públicos no que se refere à temática de mobilidade e acessibilidade (SEGETH);	28101	88	<p>2016 Os projetos elaborados pela COPROJ/SEGETH integram o Programa 6216 - Mobilidade integrada e sustentável, objetivo 2. PROMOÇÃO DO TRANSPORTE NÃO MOTORIZADO: Incentivar e promover a qualidade do deslocamento não motorizado de pessoas, totalizando 60.000 m2 de projetos de acessibilidade. Os projetos elaborados estão descritos no item referente à análise qualitativa do Objetivo 1 Meta 8.</p> <p>2017 Projetos aprovados por decreto ou portaria:</p> <p>1. Projetos de Urbanização, Requalificação, Paisagismo e Acessibilidade – Área total de projeto de 1.475.654 m²</p> <ol style="list-style-type: none"> Projeto de Acessibilidade e Espaços Livres do Setor de Autarquias Norte (Área de projeto de 501.627 m²) Projeto de Requalificação do Setor de Rádio e TV Sul (Área de projeto de 66.465 m²). Projeto de urbanização e paisagismo da Orla Livre- Fase 1 – Etapa 2A - SHIS QL 10 (Área de projeto de 478.786 m²). Projeto de Urbanização e Paisagismo da Orla Livre-Trecho SHIS QL 8 a 10, e conexões via ponte das Garças ao Deque Sul (Área de projeto de 336.835 m²). Projeto de Urbanização Via L2 Sul – SGAS 613 a 616 e SES 813 e 815/816 – estacionamentos e calçadas (Área de projeto de 2.186 m²). Projeto de Acessibilidade da Quadra 03 do SCS (Área de projeto de 25.502 m²). Projeto de Acessibilidade da Quadra 05 e da Praça do Povo do SCS (Área de projeto de 39.253 m²) Projeto de Acessibilidade do Setor Hospitalar Local Sul (Área de projeto de 25.000 m²). <p>2. Projetos de Infraestrutura de Mobilidade Ativa e Sistema Viário – Área total de projeto de 1.026.688 m²</p> <ol style="list-style-type: none"> Projeto¹ de adequação de sistema viário, implantação de sistema cicloviário e acessibilidade na ADE Setor de Indústrias e ADE Setor de Depósitos de Materiais de Construção em Ceilândia (Área de projeto de 784.630 m²). Projeto de criação de via de acesso ao Fórum do Itapoã (Área de projeto de 76.492 m²). Projeto¹ de Rota Acessível ao Centro de Ensino Especial CEE 01 Samambaia QS 303 - CONJ 04 - LT 01, GAMA EQ 55/56 - AE 02., BRAZLÂNDIA, SOBRADINHO e TAGUATINGA (Área de projeto de 39.594 m²) Projeto de Sistema Viário das Quadras 1 a 6 do Setor Hoteleiro Sul (Área de projeto de 21.096 m²). Projeto¹ executivo de rota acessível da Estação 112 Sul do Metrô à W3 e via L2 (Área de projeto de 51.031 m²). Projeto¹ Mobilidade ativa em Ceilândia- rotas de acessibilidade e malha cicloviária do SESC em direção à Estação Central de Ceilândia – QNN 17 (Área de projeto de 32.302 m²). Projeto¹ Mobilidade ativa em Ceilândia- rotas de acessibilidade e malha cicloviária em direção à Estação Central de Ceilândia – QNN 20 (Área de projeto de 21.543 m²). <p>3. Projetos de Urbanismo – Área total de projeto de 2.540.555 m²</p> <ol style="list-style-type: none"> Projeto Urbanístico de criação de lote - Administração da Candangolândia (Área de projeto de 10.529 m²) Projeto Urbanístico do Centro Urbano do Recanto das Emas como parte das ações do Programa Habita Brasília (Área de projeto de 404.487 m²). Projeto Urbanístico do Setor de Embaixadas Norte (Área de projeto de 594.120 m²). Projeto Urbanístico do Subcentro 400/600 do Recanto das Emas como parte das ações do Programa Habita Brasília (Área de projeto de 185.591 m²). Projeto Urbanístico para concessão da Galeria dos Estados (Área de projeto de 8.593 m²). Projeto Urbanístico para concessão da infraestrutura e das estações do metrô (Área de projeto de 711.121 m²). Projeto Urbanístico Quadras 100 ímpares e Subcentro oeste de Samambaia (Área de projeto de 626.114+ m²). <p>¹ Os projetos indicados elaborados pela COPROJ/SEGETH integram o Programa 6216 - Mobilidade integrada e sustentável, objetivo 2. PROMOÇÃO DO</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						TRANSPORTE NÃO MOTORIZADO: Incentivar e promover a qualidade do deslocamento não motorizado de pessoas, totalizando 60.000 m2 de projetos de acessibilidade. Os projetos elaborados estão descritos no item referente à análise qualitativa do Objetivo 1 Meta 8. 2018 Os projetos desenvolvidos de urbanização, requalificação, paisagismo, acessibilidade, infraestrutura de mobilidade ativa e sistema viário promovendo melhorias relativas ao espaço público, à mobilidade dos moradores e visam ampliar as condições de urbanidade dos núcleos urbanos e as infraestruturas de mobilidade ativa no território. Da meta estipulada inicialmente de 83%, a Secretaria desenvolveu 88% até o ano de 2015 a 2018.
6208	1	9	Criação e implementação de instâncias e mecanismos de transparência e participação social no planejamento e gestão territorial (SEGETH);	28101	100	2016 Foram criados os Conselhos Locais de Planejamento Territorial e Urbano – CLP, por meio do Decreto nº 37.556 de 17, de agosto de 2016 e Portaria nº 90. Dada continuidade nos trabalhos desenvolvidos pelo Conselho Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial e Metropolitano do Distrito Federal - CCPPTM e da Comissão Permanente de Monitoramento do Código de Edificações – CPCOE. 2017 Desenvolvidos trabalhos pelo Conselho de Planejamento Territorial - CONPLAN e pelas Câmaras Técnicas da LUOS E PPCUB. Realizadas diversas audiências, reuniões e consultas públicas conforme detalhamento do quadro na Análise dos Resultados. 2018 Foram desenvolvidas uma série de realizações atinentes a essa Ação Não Orçamentárias, principalmente no que diz respeito a todos os procedimentos visando a realização da 6ª Conferência Distrital das Cidades. Há que destacar também as realizações de reuniões com o Conselho Permanente de Planejamento Territorial e Urbano, Conselho de Preservação e Planejamento Territorial e Metropolitano, Comissão Permanente de Monitoramento do Código de Obras, Fundurb, Fundhis, audiências públicas, câmaras técnicas, consultas públicas, reuniões de mediação.
6208	1	10	Participação no comitê gestor do ZEE-DF, no qual elaborará a minuta do projeto de lei e do decreto do ZEE-DF (SEMA).	21101	100	2016 Foram realizadas 10 reuniões no âmbito da Coordenação Política do ZEE/DF durante os meses de outubro a dezembro de 2016, para consolidação do texto de referência do Anteprojeto de Lei do ZEE/DF, e por decisão da referida Coordenação, instituída pelo Decreto Distrital nº 36.473/2015, a realização da Audiência Pública e a tramitação do Projeto de Lei do ZEE-DF à Câmara Legislativa do Distrito Federal ocorrerão no 1º semestre de 2017. No que concerne ao decreto de regulamentação, esta ação somente será implementada após a aprovação do Projeto de Lei na Câmara Legislativa do Distrito Federal. 2017 No ano de 2017, foram realizadas duas audiências públicas e, no período de março a outubro, ocorreram dezenas de reuniões interinstitucionais no âmbito das Coordenações Política e Técnica do ZEE-DF, convocadas pela Casa Civil, para o refinamento da minuta do Projeto de Lei do ZEE-DF, a qual foi enviada para apreciação final da Casa Civil em novembro de 2017. Em razão da mudança na direção da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, o Projeto de Lei do ZEE-DF retornou à SEMA para apreciação do novo Secretário de Estado na segunda quinzena de dezembro, o que postergou o envio do referido Projeto de Lei à Câmara Legislativa para o ano de 2018, e, conseqüentemente, sua regulamentação. 2018 Refinamento do texto do Projeto de Lei do ZEE-DF mediante coordenação da Casa Civil no período de janeiro a março de 2018 e os debates na CLDF em relação às emendas, antes da votação do PL em dezembro de 2018
6208	1	11	Articulação interinstitucional com órgãos planejamento e gestão territorial distrital com foco nos dados e informações relevantes ao planejamento e gestão ambiental (SEMA);	21101	100	2016 Entrada em operação preliminar da base de dados do ZEE/DF, mediante o cadastramento de acesso de 150 usuários (já cadastrados) referentes a 10 (dez) instituições governamentais. 2017 Fornecimento de geoserviço e manutenção de banco de dados espaciais (software livre) para 180 usuários GDF-NET com dois grandes nichos informacionais, abrangendo 265 arquivos shapefiles. 2018

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						Realização de reuniões interinstitucionais para divulgação e parcerias para o fortalecimento do fluxo de dados e informações ambientais relevantes para o planejamento territorial. Fortalecimento do banco de dados espaciais ambientais e aumento dos acessos a usuários por geoserviço (em dez/2018 - 180 usuários GDF-NET e cerca de 800 acessos/consultas por mês por analistas do governo distrital)
6208	1	12	Articulação interinstitucional para integração do ZEE/DF nos instrumentos de planejamento e gestão territorial distrital, (SEMA);	21101	75	<p>2016 Refinamento da minuta do anteprojeto de lei para inclusão de políticas estruturantes para o território, a partir das análises dos instrumentos setoriais legais vigentes, à exemplo de uma política de desenvolvimento produtivo sustentável (incluindo os cinco tipos de naturezas de empreendimentos produtivos, dentre os quais a rural, e a industrial); da política de fiscalização integrada. Por outro lado, avança na proposição de instrumento disciplinador do licenciamento tais como uma matriz de licenciamento, o mapa de combate à grilagem, o mapa de áreas prioritárias de Cerrado (para orientar a compensação), dentre outros.</p> <p>2017 Realizou-se aprofundamento acerca dos riscos ecológicos como elementos subsídios à revisão do PDOT no âmbito da Coordenação Técnica e Coordenação Política do ZEE. O ZEE foi apresentado à equipe técnica da SEGETH envolvida na revisão do PDOT.</p> <p>2018 Realização de diagnóstico exploratório de potenciais arestas entre o ZEE-DF e (i) os zoneamentos ambientais; (ii) PDOT, e (iii) Diretrizes Urbanísticas</p>
6208	1	13	Articulação intergovernamental para retomada do ZEE da RIDE (Região Integrada de Desenvolvimento Econômico), com Governo de Brasília, Governo Federal (MMA e M. da Integração), Governo de Goiás, Governo de Minas Gerais e Prefeituras, (SEMA), e	21101	5	<p>2016 A referida articulação intergovernamental para a retomada do ZEE da RIDE é uma das metas pactuadas no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério do Meio Ambiente na etapa de implementação do ZEE-DF, após aprovação do Projeto de Lei na Câmara Legislativa do DF. Há necessidade de finalização da minuta do ZEE para dar os encaminhamentos necessários.</p> <p>2017 Nesse exercício, houve apenas a manutenção das conversações.</p> <p>2018 Nesse exercício, houve apenas a manutenção das conversações em face de desafios internos da alçada federal</p>
6208	1	14	Formulação da regulamentação do ZEE/DF, (SEMA).	21101	10	<p>2016 A formulação da regulamentação do ZEE-DF depende da aprovação do Projeto de Lei do ZEE-DF na Câmara Legislativa do Distrito Federal. No referido Projeto de Lei há indicação de regulamentações específicas para vários dispositivos materializados na lei.</p> <p>2017 Organização preliminar das frentes de trabalho para regulamentação do ZEE-DF. Especificamente, a regulamentação do ZEE-DF depende da aprovação do Projeto de Lei do ZEE-DF pela Câmara Legislativa do Distrito Federal. No referido Projeto de Lei há indicação de regulamentações específicas para vários de seus dispositivos.</p> <p>2018 A regulamentação do ZEE-DF depende da aprovação do seu Projeto de Lei pela Câmara Legislativa do Distrito Federal. No referido Projeto de Lei, há indicação de regulamentações específicas para vários de seus dispositivos. Organização preliminar das frentes de trabalho para regulamentação do ZEE-DF</p>

Análise dos Resultados do Objetivo Específico

2016/2018

SEGETH

O objetivo geral desta Secretaria visa resgatar a capacidade do Estado de planejar, projetar, fiscalizar e controlar, segundo um concepção integrada e transversal, com participação, controle social e transparência, para isso, destaca-se algumas ações de extrema importância que foram desempenhadas para atingir o **Objetivo Específico 001 – Preservação e Planejamento Territorial Sustentável**, tais como as revisões e uniformizações de instrumentos legais de planejamento e gestão territorial, em que pese destacar o novo Código de Edificações do Distrito Federal - COE, instrumento indispensável no processo de licenciamento, impactando expressamente no desenvolvimento das cidades e no processo da construção civil. No final de 2016, 40% do COE estava revisado, sendo a previsão de publicação do Projeto de Lei e o decreto de regulamentação para o ano de 2017.

A Lei Complementar de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal, foi amplamente discutida no ano de 2016, com a participação da comunidade e de instituições diretamente relacionadas ao tema, visando estabelecer a transição da base normativa de uso e ocupação do solo atual, composta de inúmeras normas, fragmentadas e sem uniformidade, para uma base normativa única e padronizada em termos de tipos de uso e parâmetros de ocupação.

Outro Plano fundamental nesse processo de integração da legislação referente ao Planejamento Urbano, é o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB, onde foram iniciadas as etapas de base conceitual, definidos os parâmetros por meio do georreferenciamento e iniciada a confecção da Minuta do Projeto de Lei Complementar e da Memória Técnica.

Outras legislações revisadas ou publicadas, no sentido de melhor gerir o Território do Distrito Federal, tratam da proteção de áreas públicas limdeiras às áreas residenciais, classificação de usos e atividades urbanas e rurais do DF, ocupação de quiosques e trailers e uso e ocupação do solo.

Destaca-se ainda a metodologia desenvolvida “Avaliação de Inserção Urbana”, visando avaliar e qualificar as áreas do Habita Brasília e subsidiar a proposta de decreto de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), sendo utilizado na análise e seleção de áreas de ZEIS para Provimento Habitacional. Foi proposto o Decreto de criação de seis ZEIS de Regularização e dez ZEIS de Provisão Habitacional, integrando por meio deste instrumento a Política de Regularização Fundiária e a Política Habitacional. A delimitação dessas novas ZEIS denota o reconhecimento pelo Poder Público do passivo socioambiental no Distrito Federal, e a necessidade de uma Política Corretiva de Regularização Fundiária. Viabiliza, ainda, o estabelecimento de uma reserva de áreas para a produção de habitação de interesse social, com a delimitação de áreas vazias no âmbito da construção da Política de Planejamento Urbano e Ordenamento Territorial.

No entanto, não basta somente a revisão dessas legislações de forma autônoma, o intuito inicialmente proposto foi sempre equacionar e integrar as ações de planejamento e de gestão de forma participativa e democrática, aprimorando e agilizando o atendimento ao cidadão, imprimindo transparência às ações, articulando as políticas e grandes planos setoriais com vistas à melhoria e ampliação dos serviços, dos equipamentos coletivos e das atividades econômicas e culturais. Desta forma, foram realizadas reuniões com o Conselho Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial e Metropolitano do Distrito Federal - CCPPTM, com a Comissão Permanente de Monitoramento do Código de Edificações – CPCOE e criados os Conselhos Locais de Planejamento Territorial e Urbano - CLP.

Nesse sentido a SEGETH adotou práticas ancoradas no princípio da democracia participativa com a inclusão de vários setores da sociedade civil. Assim, foram realizadas 151 reuniões com a participação da sociedade civil, profissionais de conselhos, comissões e o Estado, da seguinte forma:

Discriminação	Reuniões Realizadas
Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal - CONPLAN	18
Conselho Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial e Metropolitano do Distrito Federal - CCPTM/DF	9
Comissão Permanente de Monitoramento do Código de Edificações do Distrito Federal - CPCOE	30
Conselho de Administração de Fundos do Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal - FUNDURB	4
Conselho Gestor do Fundo Distrital de habitação e Interesse Social - FUNDHIS	2

Discriminação	Reuniões Realizadas
Audiência Pública/Consulta Pública	12
Lei de Permeabilidade	18
Lei de Antenas	5
LUOS	16
PPCUB	15
Lei dos Puxadinhos	4
Vila Planalto	3
Comitê Gestor do Habita Brasília	3
Mediações	2
Câmara Temática - Aprovação de Projetos, ARINE e ARIS	5
Fórum de Regularização Fundiária	5
TOTAL DE REUNIÕES	151

No tocante ainda ao Objeto Específico em questão, importa dizer que apesar de todo o estudo, desenvolvimento do PL de constituição do Instituto de Preservação e Planejamento Territorial Metropolitano – IPLAM, não foi possível a sua criação em virtude de restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, a qual limitou os gastos públicos e criação de novas estruturas no ano de 2016.

Um dos maiores avanços que se pode destacar, foi a publicação do Decreto nº 37.612, de 09 de setembro de 2016, que se trata de uma infraestrutura de dados espaciais e regulamentou e definiu a IDE/DF, SITURB, GEOPORTAL que é o portal web que disponibiliza acesso às geoinformações, metadados e aos geoserviços das entidades participantes da IDE/DF, possui um mapa dinâmico, onde qualquer cidadão, instituição pública ou privada, órgãos do governo, estudantes, enfim, qualquer pessoa pode acessar todos os dados georreferenciados do território e da população do Distrito Federal. Com isso, foi possível reunir em um só local, as mais variadas informações, que vão da malha cicloviária, até lotes escriturados, áreas passíveis de regularização, obras públicas, redes de infraestrutura e outras informações.

Por fim, corroborando com o objetivo em questão, foram desenvolvidos projetos para a promoção de intervenções estruturantes, visando qualificação e reabilitação de espaços públicos, dentre os previstos, 40% foram desenvolvidos no ano de 2016, projetos esses relacionados à acessibilidade, parques, espaços livres públicos, praças, sistema viários, parcelamento do solo, infraestrutura, estações do metrô e terminal rodoviário.

Como mencionado quando da avaliação relativa ao ano de 2016, o intuito inicialmente proposto foi sempre equacionar e integrar as ações de planejamento e de gestão de forma participativa e democrática, aprimorando e agilizando o atendimento ao cidadão, imprimindo transparência às ações, articulando as políticas e grandes planos setoriais com vistas à melhoria e ampliação dos serviços, dos equipamentos coletivos e das atividades econômicas e culturais. Contudo, a integração das ações de planejamento e gestão territorial foram acompanhadas de diversas reuniões com a comunidade por meio de audiências, consultas e reuniões públicas, com o Conselho Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial e Metropolitano do Distrito Federal - CCPPTM, com a Comissão Permanente de Monitoramento do Código de Edificações – CPCOE e com os Conselhos Locais de Planejamento Territorial e Urbano – CLP, conforme quadro demonstrativo abaixo:

Discriminação	Reuniões Realizadas
Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal - CONPLAN	15
Conselho Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial e Metropolitano do Distrito Federal - CCPTM/DF	6
Comissão Permanente de Monitoramento do Código de Edificações do Distrito Federal - CPCOE	16
Conselho de Administração de Fundos do Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal - FUNDURB	6
Conselho Gestor do Fundo Distrital de habitação e Interesse Social - FUNDHIS	7
Consulta Pública	40
Audiência Pública	13
Lei De Permeabilidade	3
Lei De Antenas	2
Diálogos Por Brasília	3
Câmara Técnica – Aprovação De Projetos – Conplan	5
Câmara Temática – LUOS	33
Câmara Temática – PPCUB	21
Grupo De Trabalho – CEDS/LUOS	5
Comissão EIV – Guará	1
Projeto Masterplan – Orla	3
Apresentação de Projetos GDF- SEF e TERRACAP	2
TOTAL DE REUNIÕES	181

Pode-se considerar que 2017 foi um ano de muitas consolidações e entregas, como a publicação da Lei de Permeabilidade, a Lei de Compensação Urbanística, e a entrega na CLDF do Novo Código de Obras, o qual foi aprovado e sancionado em 2018.

Alguns projetos urbanísticos foram aprovados por meio de Decreto ou Portaria, sendo eles:

1. Projeto urbanístico de regularização da área do Hospital Regional de Santa Maria;
2. Projeto de desmembramento do AE 28 do SAI Sudoeste, projeto urbanístico de regularização de parte das quadras 5 e 6 da Vila Burity – Setor Residencial Leste – Planaltina;
3. Projeto de criação de estacionamento e acessibilidade na Av. Pau Brasil e entorno do Lote 2 na Quadra 207 em Águas Claras;
4. Publicado Lei Complementar nº 935, de 21 de dezembro de 2017, que define os parâmetros urbanísticos para as Quadras QI 1 a 7 do Setor Leste Industrial do Gama.

Outros projetos relacionados à gestão territorial foram aprovados pelo Conselho de Planejamento – CONPLAN e encaminhados à Casa Civil do Distrito Federal, tais como:

1. Alteração dos parâmetros urbanísticos dos lotes 1 a 23 da Avenida Comercial do Setor Habitacional Taquari;
2. Definição de parâmetros de uso e ocupação do solo para lotes destinados à H4, HC4 e C relacionados no MDE11/92 e MDE 86/92 – Santa Maria;
3. Altera parâmetros de uso e ocupação do solo do Lote Único da Usina Termoelétrica – Trecho 6 – SAI.

Algumas minutas de Lei estão em elaboração:

1. Minuta de Lei Complementar que regulamenta a outorga onerosa de transformação de uso rural em urbano – ONURB;
2. Minuta de Lei de Implantação de Infraestrutura de Telecomunicação;
3. Minuta do Projeto de Lei para a criação de Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS;
4. Revisão do Anteprojeto de Lei do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB;

5. Proposta de regulamentação da Lei Distrital nº 4.996/2012, que será alterada em função da Lei Federal nº 13.465/2017 de regularização fundiária urbana, com a participação desta Secretaria no Grupo de Trabalho coordenado pela Casa Civil e o Decreto de Adoção de Praças.

Acrescenta-se, a cerca dos instrumentos de planejamento territorial a finalização das minutas de decretos referente à criação de Zona Especial de Interesse Social – ZEIS no Pôr do Sol - Ceilândia, para provimento de Novas Áreas Habitacionais e para a Criação da Linha de Ação Aluguel Legal do Programa Habita Brasília. E ainda, a emissão de 5 (cinco) Diretrizes Urbanísticas e 16 (dezesesseis) Diretrizes Urbanísticas Específicas, documentos oficiais que dispõem sobre o parcelamento do solo com fins urbanos, para elaboração de projetos preliminares de parcelamento do solo.

Pode-se considerar que 2018 foi um ano de consolidações dos trabalhos desenvolvidos no período anterior, com entregas pontuais, porém relevantes. A efetividade da ação da secretaria restou comprometida pelo Decreto No. 38.800, de 08 de janeiro de 2018, visto que houve vedação do envio e aprovação de diversos projetos elaborados no período a minuta de Projeto de Lei de alteração da Lei nº 5.022 de 04/02/2013, que regulamenta o Estudo de Impacto de Vizinhança, coordenando Grupo de Trabalho relativo à questão, bem como o Decreto nº 39.151, de 27 de junho de 2018, que regulamenta o §2º do art. 176 da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que trata da Outorga Onerosa de Alteração de Uso na transformação da destinação do solo de rural para urbano.

Com a nova lei nacional de regularização, a Lei No. 13.465/2017, vários esforços foram empreendidos no sentido de atualizar a base normativa local. Foi aprovado o Decreto nº 39.330, de 12 de setembro de 2018, que regulamentou o controle de acesso aos loteamentos de acesso controlado, bem como elaboradas diversas minutas de instrumentos, como a Legitimação Fundiária e a consequente revisão do marco normativo local, com minutas de alteração da Lei Distrital 4.996/2012 e alterações do próprio Plano Diretor.

No âmbito da participação social, foi dada continuidade à organização da 6ª Conferência Distrital das Cidades, tendo sido desenvolvido o Regimento e Regulamento da 6ª Conferência Distrital das Cidades, bem como alterações do Decreto de sua convocação. Além destas atividades, foram exercidas a coordenação e preparação dos documentos diversos para realização da 6ª Conferência Distrital das Cidades do Distrito Federal. Por fim, foi realizado o lançamento da 6ª Conferência Distrital das Cidades - 6ª CDC e abertura das Conferências Livres. (01/11/18, 16h, auditório Fundação Fiocruz Brasília), bem como a reunião para discussão da criação de Comissão Popular para 6ª Conferência Distrital das Cidades do Distrito Federal.

Diversas ações com vistas à implementação do atual PDOT foram realizadas, desde a elaboração de projetos de urbanismos específicos das áreas integrantes das estratégias de revitalização, como os projetos do SCS, do SRTVS e do SHS, outros projetos definidos na estratégia de dinamização, como o projeto do Abadião, vinculados à região administrativa de Ceilândia. Ainda no detalhamento das ações do plano, foi publicado o Decreto Nº 39.037, de 08 de maio de 2018, que demarca as poligonais para regularização fundiária urbana de Parcelamentos Urbanos Isolados - PUI listados na Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009.

No campo da gestão territorial do patrimônio do Estado, a Secretaria participou do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Conjunta nº 08/2018 – CACI/SEPLAG/SEF/SEGETH, de 23 de maio de 2018, que tinha como objetivo realizar levantamento dos imóveis pertencentes ao Governo do Distrito Federal que não estivessem atingindo todo o seu potencial de utilização, conforme consta do Processo SEI nº 00002-00003132/2018-74. Os resultados encontram-se sistematizados no Relatório Circunstanciado SEI-GDF nº 3/2018 - SEPLAG/SAGA/UPI.

A retomada da capacidade de elaboração de projeto da Secretaria foi consolidada no ano de 2018, como pode ser observado pelos números apresentados, tendo sido aprovados 18 projetos de Urbanização, Requalificação, Paisagismo e Acessibilidade; 16 Projetos de Infraestrutura de Mobilidade Ativa e Sistema Viário e 8 projetos urbanístico de parcelamento.

Em relação à Gestão Urbana, visando o alcance do Objetivo “Preservação e Planejamento Territorial Sustentável”, foram concluídas as seguintes atividades em 2018:

1. Alteração dos parâmetros urbanísticos dos lotes 1 a 23 da Avenida Comercial do Setor Habitacional Taquari;
2. Definição de parâmetros de uso e ocupação do solo para lotes destinados à H4, HC4 e C relacionados no MDE11/92 e MDE 86/92 – Santa Maria;
3. Alteração dos parâmetros de uso e ocupação do solo do Lote Único da Usina Termoelétrica – Trecho 6 – SAI;
4. Minuta de Lei Complementar que regulamenta a outorga onerosa de transformação de uso rural em urbano – ONURB;
5. Finalizada a minuta do Projeto de Lei Complementar que define os critérios e parâmetros urbanísticos gerais para a implantação de infraestrutura de suporte para redes de telecomunicações no Distrito Federal;
6. Minuta do Projeto de Lei para a criação de Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS;
7. Revisão do Anteprojeto de Lei do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB;
8. Proposta de regulamentação da Lei Distrital nº 4.996/2012, que será alterada em função da Lei Federal nº 13.465/2017 de regularização fundiária urbana, com a participação desta Secretaria no Grupo de Trabalho coordenado pela Casa Civil e o Decreto de Adoção de Praças;

9. Aprovação da Lei nº 6.138, de 26 de abril de 2018, que instituiu o Código de Obras e Edificações do Distrito Federal – COE;
10. Aprovação do Decreto nº 39.272, de 2 de agosto de 2018, que Regulamenta a Lei nº 6.138, de 26 de abril de 2018, que dispõe sobre o Código de Edificações do Distrito Federal - COE/DF, e dá outras providências;
11. Aprovação da Lei Complementar nº 948, de 16 de janeiro de 2019, que aprovou a Lei de Uso e Ocupação do Solo dos Distrito Federal – LUOS;
12. Acordo de Cooperação Técnica IPHAN e GDF - Nº 01/2015 – Gestão Compartilhada do Conjunto Urbanístico de Brasília - Total de Reuniões em 2018: 28 reuniões - Ordinárias: 21 (71ª à 91ª) e Extraordinárias: 7 (27ª à 33ª).

No que se refere ao Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB, foram concluídas as etapas da base conceitual; sistematizados os parâmetros de uso e ocupação do solo e as diretrizes de planejamento e preservação nas Planilhas das Unidades de Preservação – PURP, bem como o respectivo georreferenciamento; e concluída a confecção da Minuta do Projeto de Lei Complementar, encaminhada ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, para apreciação.

Quanto às ações de planejamento e de gestão de forma participativa e democrática, as quais aprimoram e agilizam o atendimento ao cidadão, foram realizadas reuniões com o Conselho Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial e Metropolitano do Distrito Federal - CCPPTM, com a Comissão Permanente de Monitoramento do Código de Edificações – CPCOE e criados os Conselhos Locais de Planejamento Territorial e Urbano – CLP, sendo que alguns já estão operando, com seus representantes devidamente designados.

Discriminação	Reuniões Realizadas
CONPLAN	16
CCPPTM/DF	03
CPCOE	24
FUNDURB	6
FUNDHIS	1
CONSULTA PÚBLICA	02
AUDIÊNCIA PÚBLICA	04
REUNIÃO PÚBLICA	07
CÂMARA TÉCNICA – APROVAÇÃO DE PROJETOS – CONPLAN	4
PLANDHIS	11
LEI DAS ANTENAS	06
PROJETO MASTERPLAN – ORLA	01
CÂMARA TÉCNICA PPCUB	19
REUNIÕES DE MEDIAÇÃO	4
TOTAL DE REUNIÕES	108

Contudo, considerando que o objetivo em questão busca superar a segregação espacial, dinamizar as cidades e a área rural de Brasília, descentralizar a geração de emprego e renda, incorporando e compatibilizando as bases e diretrizes do processo de planejamento traduzidas nos projetos estratégicos definidos para as várias áreas de atuação governamental, entende-se que está sendo atingido com o resultado apresentado nos anos de 2016 a 2018.

A consolidação dos instrumentos de uso e ocupação do solo por meio da Lei Complementar nº 948, a qual foi utilizada uma metodologia de construção coletiva, com participação intensa da sociedade civil, que resultou na aprovação unânime do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – CONPLAN.

Outras ações realizadas e de extrema importância para disciplinar a ocupação organizada e de forma sustentável do território, foram as emissões Diretrizes Urbanísticas, que orientam sobre conexões viárias, centralidade, sistema de áreas verdes, e áreas de preservação ambiental; o Zoneamento Ecológico e Econômico – ZEE aprovado nesse ano, que auxilia na condução do

crescimento do DF de forma mais sustentável, no que diz respeito às atividades econômicas, com a estruturação do território urbano-rural, o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, que é um instrumento central das políticas de preservação, de planejamento e gestão do Conjunto Urbanístico de Brasília, cujos programas, projetos e ações devem ser incorporados aos demais instrumentos de planejamento e gestão das áreas do Distrito Federal.

O objetivo ainda previa a construção de uma infraestrutura de Dados Espaciais, que foi atendida com a implementação do Geoportal, as melhorias implementadas no Sistema de Informações Territoriais e Urbanas do DF – SITURB e a implantação da Camada no Geoportal referente aos Lotes destinadas à Equipamentos Públicos (Nós Urbanos).

Das ações previstas por esta Secretaria para atingir esse objetivo restam o envio da minuta de Lei do PPCUB à CLDF, o qual já foi encaminhada para o Iphan para análise, e a revisão do PDOT que está em andamento.

SEAGRI-DF

Os assentamentos de reforma agrária se consolidaram, nas últimas décadas, como uma das principais políticas de estado que melhor conjugam os esforços para aliar desenvolvimento social, econômico e sustentabilidade ambiental. O público da reforma agrária é, em sua imensa maioria, composta por trabalhadores excluídos dos processos produtivos e do mercado formal, sendo posseiros, meeiros, trabalhadores rurais assalariados, bem como ex-moradores das periferias dos centros urbanos. Dada as condições econômicas, também são grupos de grande vulnerabilidade social, com altos índices de insegurança alimentar. Nesse sentido, todo projeto de assentamento é também um projeto de reforma social, de superação da pobreza e da vulnerabilidade que assola os grupos sociais menos abastados.

Por outro lado, os assentamentos de reforma agrária também cumprem um papel importante em projetos de desenvolvimento econômico e regional. Além de serem potenciais polos produtores de alimentos, contribuindo assim para uma política mais ampla de abastecimento, são também responsáveis por atrair investimentos públicos significativos – como é o caso do Crédito Instalação – dinamizando a economia local. Cabe destacar também como a nova política de habitação rural tem sido responsável por uma relevante retomada do setor de construção civil, sobretudo de micro e pequenas empresas de construção civil e de materiais de construção.

O Acampamento Patrícia e Aparecida foi constituído em novembro de 2013 com a ocupação inicial de 87 famílias vinculadas ao Movimento Brasileiro de Sem Terra – MBST, na BR 251, km 21 na Região Administrativa de São Sebastião, na Fazenda Quebrada dos Neres. A SEAGRI já possui o pré-cadastro dessas famílias.

O Projeto de Assentamento Distrital Patrícia & Aparecida foi criado no âmbito do Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais - PRAT, situado no imóvel Quebrada dos Neres, em Terras Desapropriadas, pertencentes ao patrimônio da TERRACAP, conforme matrículas nº 47 e nº 77, às fls. 35 e 69, respectivamente, do Livro 3 do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal. O assentamento possui área total de 377,14 hectares. O assentamento possui capacidade para instalação de 24 unidades agrícolas familiares. Compete à SEAGRI a coordenação do processo de implantação e desenvolvimento do assentamento criado pelo Decreto 37.932 de 30 de dezembro de 2016, devendo ser observadas as etapas e responsabilidades dos diversos órgãos envolvidos no PRAT, conforme previsto na Lei nº 1.572, de 22 de julho de 1977, regulamentada pelo Decreto nº 34.289, de 17 de abril de 2013.

Para dar cumprimento a este objetivo a SEAGRI vem trabalhando em emendas parlamentares voltadas ao desenvolvimento agricultura familiar sustentável, por meio do desenvolvimento de projetos.

Criar Assentamentos Rurais permite que o Planejamento Territorial seja mantido conforme previsto no PDOT, diminuindo assim as ocupações irregulares de solo. O PRAT não busca apenas assentar famílias em terras disponíveis, procura também enfrentar problemas sociais já instalados, razão pela qual se postula um entendimento no sentido de realizar a seleções de candidatos, de forma aberta para participação de todos os interessados, garantindo assim os pressupostos isonômicos previstos na legislação.

EMATER-DF

Quando da elaboração a EMATER irá envidar esforços no âmbito da sua competência.

SEMA

No que concerne aos mecanismos interfederativos de articulação e governança, o processo de formulação da Lei do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) tem contribuído de forma essencial para o seu alcance, posto que implica na articulação de 23 órgãos distritais e 2 federais, acompanhamento pelo Ministério Público do Distrito Federal, pelo Tribunal de Justiça e Tribunal de Contas do DF, bem como supervisão do Ministério do Meio Ambiente. Essa supervisão é meio de resguardo da metodologia nacional na elaboração do instrumento.

Com relação ao Projeto de Lei do ZEE-DF, o mesmo dá diretrizes para revisões necessárias nos instrumentos de planejamento e gestão territorial, o que converge com a qualificação, disciplina e restabelecimento do uso e ocupação sustentáveis do solo, tais como: revisão do PDOT e LUOS, levando em consideração os riscos ecológicos e a capacidade de suporte do território, a compatibilização dos planos de manejo de áreas de proteção ambiental e unidades de conservação, estudo da disponibilidade hídrica, saneamento no processo de geoinformação temática ambiental, apontamento da necessidade da criação de políticas de desenvolvimento econômico, social e rural, bem como de fiscalização integrada para combate à grilagem.

Em 2017, foram finalizados os arranjos intergovernamentais para apresentação da minuta do PL do ZEE ao Chefe do Poder Executivo.

No período de janeiro a março de 2018, foram realizadas reuniões semanais com a participação da Coordenação Política e Coordenação Geral Técnica do ZEE-DF, convocadas pela Casa Civil, para o refinamento do texto do Projeto de Lei, o qual foi enviado à Câmara Legislativa no mês de abril de 2018, para apreciação. A gestão foi feita pelo Executivo (SEMA e Casa Civil) na CLDF, inclusive o diálogo com setores proponentes de emendas por meio dos parlamentares, chegando a bom porto no plenário para uma votação em arestas do projeto de lei em dezembro de 2019.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

002 – PACTO PELO LICENCIAMENTO INTEGRADO E GOVERNANÇA DO TERRITÓRIO: Definir o regramento para os processos de licenciamento (normas, procedimentos, requisitos, governança, corresponsabilidade e prazos), de forma a assegurar a transparência, a regulação do uso do solo, constantes às premissas socioambientais, urbanísticas, sanitárias e territoriais, tendo assegurado infraestrutura, logística, e equipe multidisciplinar especializada.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

21.101 - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE- SEMA

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	2	1	Efetivar a integração interinstitucional do Licenciamento com o SISDIA e ZEE; (SEMA) (Item alterado, conforme Lei nº 6061/2017 e Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	10	10	30		30,0
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	2	2	Entregar 2250 CDRU – Contrato de Concessão de Direito real de Uso; (SEAGRI)	2.250	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0		0,0
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	2	3	Efetuar a regularização fundiária de áreas públicas rurais com a entrega de 1578 documentos de legitimação da Ocupação; (SEAGRI)	1.578	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	81	127	180		11,4
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	2	4	Elaborar política de regularização das áreas públicas rurais do DF; (SEAGRI)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	33,33	66,67	66,67		0,0
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	2	5	Reduzir em 15% da quantidade de áreas de interesse social pendentes de regularização fundiária, com a regularização de 09 projetos de interesse social das 64 ARIS existentes (CODHAB)	15	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	1	4,7	7,8		52,0
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	2	6	Redefinir e normatizar 100% do fluxo de documentos e procedimentos internos do setor de Licenciamento Ambiental do IBRAM; (IBRAM) (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	22,5	70,75	X	X	0,0
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	2	7	Elaborar mapeamento de tendências para a ocupação irregular do território do DF; (IBRAM) (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	30	X	X	0,0
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	2	8	Reprimir à ocupação irregular em Unidades de Conservação Ambiental em 10% em 2017, 20% em 2018 e 30% em 2019; (IBRAM)	30	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	1.750	1.775		5916,7

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	2	9	Realizar uma ação de fiscalização integrada por mês a partir do ano de 2017; (AGEFIS) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	36	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	289	X	X	X	0,0
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	2	10	Realizar um evento de educação urbana por bimestre no primeiro ano, passando a um evento de educação urbana por mês até o fim do ano de 2019; (AGEFIS) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	42	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	29	X	X	X	0,0
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	2	11	Gerar relatórios gerenciais mensais de monitoramento territorial como subsídio à fiscalização integrada. (AGEFIS) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	242	X	X	X	0,0
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	2	12	Georreferenciar 100% das ações de fiscalização ambiental, com atualização do passivo (IBRAM) (Item incluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	X	X	80		80,0

Análise Qualitativa

1. Efetivar a integração interinstitucional do Licenciamento com o SISDIA e ZEE (IBRAM); (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)

2016

Articulação interinstitucional, no âmbito da Coordenação Geral Técnica e Política do Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal – ZEE-DF, entre a SEMA, o IBRAM, a SEGETH, a ADASA, a SEAGRI, a TERRACAP, a SINESP etc., para elaboração e refinamento da minuta do anteprojeto de lei do ZEE-DF, que propõe um instrumento disciplinador para o licenciamento consubstanciado em uma Matriz Multicritérios de Pontuação, Priorização e Aprovação para o Licenciamento Ambiental, o Licenciamento Urbanístico e a Outorga de Uso da Água.

2017

A articulação interinstitucional dos órgãos distritais integrantes da Coordenação Política e Técnica do ZEE-DF prosseguiu no trabalho de refinamento do Anteprojeto de Lei do ZEE-DF após a realização da 1ª e 2ª Audiência Pública. No tocante ao instrumento disciplinador para o licenciamento, a etapa de regulamentação da Matriz Multicritérios de Pontuação, Priorização e Aprovação para o Licenciamento Ambiental, o Licenciamento Urbanístico deverá acontecer em 2018, após a aprovação da Lei do ZEE-DF pela Câmara Legislativa do DF. Com respeito à integração do Sistema Distrital de Informações Ambientais - SISDIA, Licenciamento e ZEE, a base de dados do referido sistema, utilizando as informações produzidas pelo ZEE-DF, está sendo utilizada por 77 analistas do IBRAM para as análises de processos de licenciamento e formulação de documentos técnicos. Ademais, o sistema propiciou no ano de 2017 o fornecimento de geoserviço e manutenção de banco de dados espaciais (software livre) para 151 usuários GDF-NET, com dois grandes nichos informacionais, abrangendo 387 arquivos shapefiles.

2018

A SEMA iniciou, em maio de 2018, os diálogos formais entre a SEMA, SEGETH, IBRAM e SEPE, sob a coordenação desta última, para um trabalho de proposição de fluxo integrado do licenciamento ambiental e urbanístico. Os trabalhos prosseguiram com a formalização do Comitê Interinstitucional em outubro, por meio do Decreto nº 39.387/2018, e do Programa de Reestruturação dos Licenciamentos Ambiental e Urbanístico, com uma abordagem de integração entre os órgãos formuladores e operadores do licenciamento no âmbito do Governo do DF (processo SEI - 04003-00000153/2018-98). A 1ª etapa foi finalizada em dezembro de 2018 com o desenho do protótipo do novo fluxo e a elaboração do modelo de integração do banco de dados, os quais necessitam ser detalhados. O fluxo prototipado obteve excelente acolhimento na apresentação e discussão preliminar com dirigentes das concessionárias de serviços públicos e Terracap. Próximos

passos incluem (i) detalhamento da proposta de fluxo e da articulação dos dados espaciais ambientais para trazer celeridade ao processo, com segurança técnica e jurídica. Os trabalhos envolvem o desenvolvimento de uma Matriz Multicritérios de Pontuação, Priorização para o licenciamento ambiental, de forma a tornar mais proativo o empreendedor, cujo conceito foi trazido pela SUPLAM/SEMA para a Coordenação Técnica e Coordenação Política do ZEE-DF em 2017 e que requer detalhamento (2019).

2. Entregar 2250 CDRU – Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (SEAGRI);

2016

O potencial de entrega de CDRU's pela SEAGRI são de 24 glebas em processo de individualização da Fazenda Várzeas pertencente ao Patrimônio do Distrito Federal, sendo atribuição específica da SEAGRI todo o trâmite para o alcance desta meta e no ano de 2016 com a individualização das 24 Glebas da Fazenda Várzeas.

A entrega de aproximadamente 560 Contratos de Concessão de Direito Real de Uso – CDRU, dividindo o quantitativo de 2.250 por 04 (quatro) anos, previstos para o ano de 2016 está condicionado ao acertamento fundiário, após efetuação do registro da individualização do imóvel rural, e a legislação específica que instituiu a Política de Regularização de Terras Públicas Rurais pertencentes ao Distrito Federal ou à Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – TERRACAP – Companhia Imobiliária de Brasília, advinda após amplo debate com o setor produtivo e entidades interessadas culminando no Projeto de Lei que institui a Política de Regularização de Terras Públicas Rurais pertencentes ao Distrito Federal ou à Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – TERRACAP – Companhia Imobiliária de Brasília, ou seja, com a iminência desta norma no meio jurídico, além do mais a SEAGRI trabalhou no ano de 2016 uma Minuta de Decreto, para regulamentação do possível Projeto de Lei autorizando a TERRACAP e o Distrito Federal a efetuarem o registro da individualização da terra pública rural, que alcançará as devidas assinaturas das CDU's.

2017

Os contratos de Concessão de Direito Real de Uso – CDRU previstos na Lei Distrital nº 5.803, de 11 de janeiro de 2017 para a regularização dos imóveis rurais pertencentes ao patrimônio da TERRACAP ou do Distrito Federal são firmados nos casos onde a ocupação esteja individualizada em uma unidade imobiliária individualizada, com matrícula própria.

Para os imóveis de propriedade da TERRACAP foram individualizadas as Fazendas Boa Vista e Barra Alta, resultando em 40 lotes (12 CDRUs firmadas) e 118 lotes (1 CDRU firmada), respectivamente.

A competência para a entrega das CDRUs em propriedade da TERRACAP é daquela Companhia, participando a SEAGRI na instrumentalização do processo de regularização e da análise quanto à ocupação e às atividades rurais ali desenvolvidas, culminando com a declaração por parte desta pasta quanto ao interessado ser Legítimo Ocupante quando atendido todos os requisitos legais.

Para a SEAGRI, enquanto entrega de CDRUs, compete fazê-lo nos imóveis que pertencem ao Governo do Distrito Federal, inicialmente, em uma única Fazenda denominada Várzeas.

A Fazenda Várzeas possui dois quinhões sendo que, um primeiro já se encontra individualizado e o segundo necessita da individualização, identificando 25 lotes para o primeiro quinhão e aproximadamente 13 lotes para o segundo, sendo que nenhum deles foi firmado CDRU.

2018

Mais um imóvel (Sítio Novo), localizado na Região Administrativa de Planaltina, teve a individualização de 44 lotes (aptos à CDRU). Desse total, apenas 3 áreas ainda não possuem processo de regularização. 14 lotes já possuem CDU assinada e encontram-se aptos à assinatura da CDRU. Entretanto, considerando todos os imóveis com lotes individualizados (Boa Vista, Barra Alta, Várzeas e Sítio Novo), em 2018, nenhum contrato de concessão de direito real de uso foi assinado.

3. Efetuar a regularização fundiária de áreas públicas rurais com a entrega de 1578 documentos de legitimação da Ocupação (SEAGRI);

2016

Foram entregues 81 documentos de legitimação de ocupação. A SEAGRI foi reestruturada em 2016 e durante o ano foram realizados os ajustes a nova estrutura e com isso houve alterações no fluxograma da Regularização Fundiária, dessa forma afetando a tramitação dos processos de regularização. Cabe ressaltar que o andamento do processo depende do comprometimento do requerente em atender as notificações da SEAGRI ao longo do processo e dessa forma sendo a inércia do requerente o maior empecilho para o andamento ágil do processo. Devemos levar em consideração ainda a quantidade de processos que foram indeferidos por parcelamento irregular do solo e não comprovação da ocupação, inclusive apresentação da documentação mínima exigida por lei.

2017

Foram entregues apenas 46 documentos de legitimação de ocupação. Tendo em vista a edição da Lei Distrital nº 5.803, de 11 de janeiro de 2017, foi necessária a readequação de todo o normativo e de alguns fluxos de trabalho, o que produziu uma baixa produtividade quanto à efetividade do processo no período.

2018

Foram entregues 180 contratos de Concessão de Uso – CDUs, número bem acima dos anos anteriores (2016/2017), provavelmente em decorrência da implantação do sistema SEI. Entretanto, considerando o objetivo estabelecido, dificilmente se alcançará a meta estabelecida (1578 contratos). O baixo número de servidores efetivos (menor relação analistas/técnicos dentre todas as subsecretarias), aliado à ausência de um procedimento formalmente estabelecido, impacta diretamente no alcance de resultados.

4. Elaborar política de regularização das áreas públicas rurais do DF (SEAGRI);

2016

Elaboração de Minuta de Projeto de Lei, que institui a Política de Regularização de Terras Públicas Rurais pertencentes ao Distrito Federal ou à Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – TERRACAP – Companhia Imobiliária de Brasília e dá outras providências e elaboração da Minuta do Decreto que regulamentará a Lei a ser publicada, após amplo debate com o setor produtivo.

2017

Foi efetivada em 100%. A Política foi instituída pela Lei Distrital nº 5.803, de 11 de janeiro de 2017 e regulamentada no Decreto nº 38.125, de 11 de abril de 2017.

2018

Meta foi concluída no exercício de 2017 com a publicação da Lei Distrital nº 5.803, de 11 de janeiro de 2017 e regulamentada no Decreto nº 38.125, de 11 de abril de 2017.

5. Reduzir em 15% da quantidade de áreas de interesse social pendentes de regularização fundiária, com a regularização de 09 projetos de interesse social das 64 ARIS existentes (CODHAB);

2016

Promover a regularização urbanística, ambiental e fundiária de áreas declaradas integrantes de programas habitacionais de interesse social do Distrito Federal está entre as competências da CODHAB e nesse sentido, a Empresa regularizou, em 2016, a ARIS SÃO SEBASTIÃO e adiantou a regularização de mais 03 (três) ARIS, sendo elas NOVA PLANALTINA, SOL NASCENTE ETAPA 2 TRECHO II e PONTAS DE QUADRAS DE SOBRADINHO, que serão finalizadas em 2017. O maior desafio encontrado para cumprimento desta meta é o tempo despendido na obtenção do licenciamento ambiental. Sob a coordenação da CODHAB encontram-se os Projetos Integrados de Regularização das Áreas em Áreas de Regularização de Interesse Social – ARIS. Em

2016, a CODHAB deu importantes passos para a consolidação de importantes projetos de regularização, concluindo 06 Projetos de Regularização Fundiária, contendo Planta Urbana, Memorial Descritivo, Norma Geral de Gabarito – NGT.

2017

Em 2017 a CODHAB seguiu executando suas competências legais, em que pesem as dificuldades encontradas, importantes passos foram dados para a conclusão dos Projetos de Regularização Fundiária iniciados em 2016, como: Nova Planaltina, SOL NASCENTE ETAPA 2 TRECHO II e PONTAS DE QUADRAS DE SOBRADINHO, que se encontravam pendente de registro cartorial e licenciamento ambiental e adiantou a regularização de mais 03 (três) áreas RECANTO DAS EMAS QD 406, PONTAS DE QUADRA DE TAGUATINGA - QSC e BURITIZINHO QD 01, 02 e Conj. N da QD 03 . O maior desafio encontrado para cumprimento desta meta é o tempo despendido na obtenção do licenciamento ambiental. Nesse sentido, sob a coordenação da CODHAB encontram-se os Projetos Integrados de Regularização das Áreas em Área Regularização de Interesse Social – ARIS e das áreas declaradas de interesse social por Lei Complementar específica (Pontas de Quadras e Becos).

Quanto a consolidação de importantes projetos de regularização, nesse exercício foi iniciando a elaboração de 07 de Projetos de Regularização Fundiária e revisando 06 Projetos de Regularização Fundiária os quais contêm Planta Urbana - URB, Memorial Descritivo - MDE, Norma de Edificações, Uso e Gabarito - NGB e Quadro Demonstrativo de Unidades Imobiliários - QDUI.

2018

Nos últimos quatro anos a CODHAB aprovou 04 parcelamentos mediante registro em cartório, sendo eles:

- Sol Nascente, Trecho 2, Etapa 2;
- Setor Residencial Leste(Vila Buritis) – Quadra 5 e 6 Planaltina;
- Pontas de Quadras de Sobradinho - 2a etapas ;e
- São Sebastião – URB 114/09

Ressalte-se que o maior desafio encontrado para cumprimento dessa Meta é o tempo despendido na obtenção do licenciamento ambiental. O tempo de resposta do Órgão Ambiental é de aproximadamente 6 (seis) meses. Os procedimentos iniciais para obtenção de licenciamentos ambientais iniciam-se no momento em que a CODHAB solicita ao IBRAM - Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal, a emissão do Termo de Referência (TR). Vencida essa fase e havendo disponibilidade orçamentária e financeira, inicia-se o processo licitatório, a fim de promover a contratação dos estudos ambientais, os quais podem demorar até 12 (doze) meses para serem concluídos. O custo de desses estudos ambientais é elevado, ultrapassando em média, R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Com os estudos ambientais devidamente concluídos, os mesmos são apresentados para o IBRAM analisar e em seguida emitir a licença ambiental do empreendimento, cujo prazo de retorno à CODHAB gira em torno de 8 (oito) meses.

Os projetos aprovados já passaram por todas as fases. A meta até 2020 é reduzir 15% da quantidade de ARIS pendente de regularização. Até o momento atingiu-se 7,8% da meta, ou seja, foram regularizados 4 projetos das 64 ARIS existentes, restando 5 para a meta proposta.

6. Redefinir e normatizar 100% do fluxo de documentos e procedimentos internos do setor de Licenciamento Ambiental do IBRAM (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)

2016

Esta meta está subdividida em 6 etapas, quais sejam: 1) Diagnóstico e prognóstico da situação do licenciamento ambiental realizado por empresa de consultoria (20% do total da meta); 2) Execução das principais melhorias levantadas na etapa 1, a saber: elaboração de checklist para entrada de documentos externos, elaboração de modelos de pareceres estruturados, elaboração de termos de referência, elaboração de banco de condicionantes (50% do total); 3) Implantação do SEI – Sistema Eletrônico de Informações (10% do total); 4) Elaboração de Norma relativa ao fluxo de documentos e procedimentos administrativos e técnicos (10% do total); 5) Elaboração de Normas específicas por atividade licenciável (5% do total); 6) Sintetização das informações anteriores (etapas de 1 a 5) em um manual do licenciamento, no site do IBRAM (5% do total).

Do conjunto de etapas/atividades, a 1ª foi integralmente concluída em 2016 (20% da meta total para os 4 anos) e a 2ª evoluiu em 5% do que foi estabelecido (2,5% da meta total para os 4 anos). Assim, o total executado em 2016 foi de 22,5%.

2017

Durante o ano de 2017, foi concluída uma grande parte das entregas que compõem a etapa 2 - check list, pareceres estruturados e termos de referência, e iniciada a elaboração do banco de condicionantes, correspondendo a 38,75% do total da meta. Estes produtos compõem um conjunto de soluções para melhoria da performance e da eficiência do licenciamento ambiental, idealizadas e testadas pela empresa de Consultoria em Gestão por Processos contratada em 2016 pelo Escritório de Processos do IBRAM e pela equipe de trabalho da unidade de Licenciamento. Em relação à etapa 3, destaca-se a conclusão da implantação do SEI - Sistema Eletrônico de Informações, não apenas para o licenciamento ambiental, mas para todos os processos do IBRAM. Quanto à etapa 5, teve início a elaboração das normas específicas aplicadas às atividades licenciáveis. Em relação às etapas 4 e 6, o início dos trabalhos se dará em 2018, com previsão de conclusão em 2019. Assim, considerando a evolução acumulada ao final de 2017, tem-se um total de 70,75% de alcance da meta estabelecida para ser atingida em 2019.

7. Elaborar mapeamento de tendências para a ocupação irregular do território do DF (IBRAM) (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019);

2016

Com o objetivo de estabelecer prioridades nas ações de desobstrução das ocupações, a fim de evitar e/ou mitigar o processo continuado e agressivo de ocupação irregular de áreas urbanas e rurais do Distrito Federal, a Fiscalização Ambiental do IBRAM, em conjunto com os Órgãos do Comitê de Governança do Território do Distrito Federal, contribuiu ativamente com a criação do método Matriz Multicriterial de Análise Territorial – MARIT. A MARIT permite que o Comitê de Governança classifique as áreas irregulares conforme suas vulnerabilidades territoriais, seja de ordem urbana, fundiária, ambiental ou social, promovendo medidas de remoção das ocupações e invasões. Ainda, no âmbito do Comitê de Gestão do Território, a Fiscalização Ambiental contribuiu com a criação do Mapa de Informações Geoespaciais que reúne base de dados georreferenciadas das ocupações irregulares e das ações de desobstrução, estando em processo contínuo de revisão e atualização. Apesar de todos os esforços na promoção do combate as ocupações irregulares, a Fiscalização Ambiental do IBRAM não conseguiu mapear as tendências das áreas sujeitas a ocupações irregulares. O desafio para a Fiscalização Ambiental será contribuir na criação, normatização e estruturação, material e humana, de uma Gerência de Fiscalização com a temática de Uso e Ocupação do Solo, com o objetivo de realizar ações especializadas para identificar, avaliar e acompanhar ameaças reais ou potenciais atinentes às ocupações irregulares. Essa medida, em conjunto com as melhorias processuais que estão em curso, irá proporcionar ganho de eficiência e maior efetividade nas ações de Fiscalização Ambiental já em 2017.

2017

No ano de 2017, houve a criação de uma nova unidade interna específica para fiscalização de uso de ocupação de solo (Decreto nº 38.149, de 24 de abril de 2017), com o objetivo de fiscalizar, combater e desestimular o uso e ocupações irregulares em áreas ambientalmente sensíveis. Além disso, foi desenvolvido um aplicativo que possibilitará maior eficiência na gestão de demandas de fiscalização para os gerentes e criará um mapa de incidência de ações fiscais, possibilitando a geração de mapa de calor e verificação de quais são as áreas mais suscetíveis. Todavia, não foi possível concluir o aplicativo no ano de 2017.

8. Reprimir a ocupação irregular em Unidades de Conservação Ambiental em 10% em 2017, 20% em 2018 e 30% em 2019 (IBRAM).

2016

No ano de 2016 a Fiscalização Ambiental do IBRAM realizou diversas ações fiscais, em conjunto com o Comitê de Gestão do Território, para desocupação nas Unidades de Conservação Distrital. As ações foram realizadas nas seguintes Unidades de Conservação: ARIE Cruls, Parque Ecológico e Vivencial do Retirinho, Parque de Uso Múltiplo do Lago Norte, Parque Vivencial do Anfiteatro Natural do Lago Sul, Parque Ecológico Península Sul, Parque Ecológico Bernardo Sayão (Rasgado), sendo desconstituído o total de 81 (oitenta e uma) edificações e removido cercas, alambrados e muros. O desempenho da fiscalização restou prejudicado em razão das leis de criação de algumas Unidades de Conservação terem sido declaradas inconstitucionais pelo Poder Judiciário, existindo de fato, mas não de direito, e de algumas Unidades não possuírem poligonais e plano de manejo elaborados, aprovados e publicados. Para o cálculo da meta de 2017 serão

utilizados, como linha de base, os índices de 2016 aqui apresentados. Ressalta-se que o cumprimento dessa meta está associado ao alcance da Meta 5, da Temática de Infraestrutura e Sustentabilidade, em que o IBRAM se compromete a criar, estruturar e/ou implementar, recuperar Unidades de Conservação e Parques.

2017

Ao longo do ano de 2017, foram realizadas diversas ações fiscais em Unidades de Conservação Ambiental, proteção integral e de uso sustentável. Na APA do Descoberto, foram vistoriados 177 pontos em Área de Preservação Permanente – APP, sendo lavrados 25 autos de infração, sendo aplicadas as penalidades de advertência, embargo e multa. Em atendimento à demanda do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF para avaliar o cumprimento de Autos de Infração aplicados no ano de 2009, na Quadra 17 da RA XVI, foram lavrados 27 Autos de Infração e determinada a recuperação das áreas degradadas. No Parque Ecológico Ezechias Heringer - PEEH, houve a remoção de 320 (trezentos e vinte) edificações, em conjunto com diversos órgãos do GDF. Foram executadas três ações no Parque do Retirinho. Na primeira, foram removidas aproximadamente 600 edificações, após "rescaldo" mais 90 e, novamente, no mês de setembro/2017, outras 40. Na execução de desocupação do Parque Burle Marx, houve a remoção de mais de 20 barracos. Houve a execução de desocupação do Parque da Candangolândia, com a derrubada de 05 barracos. Por fim, até 08/12/2017, a orla da península do Lago Norte teve um total de 671.000 m² de área desobstruída, com um recuo de 139 lotes. Já a orla do Lago Sul teve uma área de 1.007.836,36m² (hum milhão e sete mil metros quadrados) desobstruída. Houve uma evolução significativa que supera as expectativas preestabelecidas. Em comparação com o ano de 2016, houve um crescimento de 1.750% das ações de proteção a unidades de conservação, muito acima do estimado.

2018

No ano de 2018, foram realizadas ações fiscais, tanto de levantamento da situação ambiental quanto de desocupações, nos Parques Copaibas (Lago Sul), Parque Bernardo Sayão (Lago Sul), Parque Três Meninas (Samambaia), Parque Sementes do Itapoã (Itapoã), Parque do Cortado (Taguatinga), Parque Recanto das Emas (Recanto das Emas), Parque do DER e Retirinho (Planaltina), Parque Burle Marx (Asa Norte), Parque do Riacho Fundo (Riacho Fundo) e Parque Ezechias Heringer e Reserva Biológica do Guará (ambos no Guará). Algumas dessas Unidades de Conservação (UC's) foram objeto de diversas ações no decorrer do ano de 2018.

Foram realizadas, ainda, operações no âmbito do Comitê de Governança do Território, que tiveram apoio e participação de diversos órgãos do GDF, tais como AGEFIS, DEMA/PCDF, CBMDF, PMDF, CAESB, CEB, SEAGRI, dentre outros. Dentre outros fins, essas ações tiveram o objetivo de desocupação das áreas públicas inseridas no interior dessas UC's do DF e que foram ocupadas irregularmente pela população.

9. Realizar uma ação de fiscalização integrada por mês a partir do ano de 2017; (AGEFIS). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Entende-se por operações de fiscalização integrada todas as ações de fiscalização pautadas pelo Comitê de Governança do Território, realizadas diariamente, quais sejam as Grandes Operações e as Operações de Pronta Resposta. Assim, o representativo valor alcançado justifica-se pela afinização inter órgãos propiciada pela criação do Comitê. Portanto, posteriormente, solicitar-se-á a alteração da meta pelos canais apropriados.

Foram realizadas 289 operações de desobstrução de áreas ocupadas ilegalmente, empreendidas em operações integradas de fiscalização, sendo 107 grandes operações e 182 pequenas e médias operações, perfazendo um total de 10.001.839,0m² de áreas desobstruídas.

As operações foram realizadas em parceria com os demais órgãos do governo, com logística e planejamento integrados, regidas pelo Comitê de Governança, de acordo com o Planejamento Estratégico do Governo. (FONTE: Relatório de Atividades 2016).

10. Realizar um evento de educação urbana por bimestre no primeiro ano, passando a um evento de educação urbana por mês até o fim do ano de 2019; (AGEFIS). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Atualmente, entende-se por evento de educação urbana, os seminários, as palestras, os workshops, dentre outros, promovidos com o objetivo de sensibilizar os cidadãos acerca das ações da AGEFIS atinentes à acessibilidade, à limpeza urbana e às atividades econômicas, aprimorando para a melhoria da qualidade de vida no DF. Esses eventos compreendem: sensibilização em acessibilidade; sensibilização em limpeza urbana; sensibilização em atividades econômicas.

No ano de 2016 a AGEFIS realizou 30 eventos, com a participação de 1.713 pessoas, sendo:

23 eventos com temática acessibilidade e 779 pessoas sensibilizadas;

05 eventos da limpeza urbana com 703 participantes; e

02 Caminhadas Urbanas, com 29 participantes. (FONTE: Reportes Sistema Gestão DF)

11. Gerar relatórios gerenciais mensais de monitoramento territorial como subsídio à fiscalização integrada. (AGEFIS). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).

2016

Será solicitada a alteração da descrição da meta e sua mensuração pelos canais apropriados, pois atualmente para cada operação realizada é produzido um relatório gerencial de monitoramento territorial correspondente. Isto posto, tem-se para o ano de 2016 o total de 242 relatórios gerados.

12 - Georreferenciar 100% das ações de fiscalização ambiental, com atualização do passivo (IBRAM) (Item incluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)

2018

Em relação ao georreferenciamento das ações de fiscalização ambiental, todos os Relatórios de Auditoria e Fiscalização Ambiental emitidos pela SUFAM/IBRAM já são preenchidos com as coordenadas geográficas dos locais vistoriados. Tais informações passaram a ser compiladas em formato de planilha, separadas por diretorias, e tem sido realizado esforço para atualizá-las também com as informações referentes aos anos anteriores. A partir de 2018, iniciou-se a migração dessas informações para o banco de dados georreferenciado do IBRAM (Carcará), que será concluída em 2019. Quando essas informações estiverem disponíveis no sistema Carcará, poderão ser acessadas com mais facilidade pelas outras áreas do IBRAM, bem como outros órgãos do GDF.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1414	DOMICÍLIOS EM PROJETOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA/TOTAL DE DOMICÍLIO NO DF	UNIDADE	120730	30/04/2012	108.657	-	97.791	73.213	88.012	0	79.210	PDAD/ CODEPLAN / UO 28101 / OE 2

Justificativas 2016

Indicador 1414 - Não foi apurado por que o indicador foi mal formulado, e será revisto.

Justificativas 2017

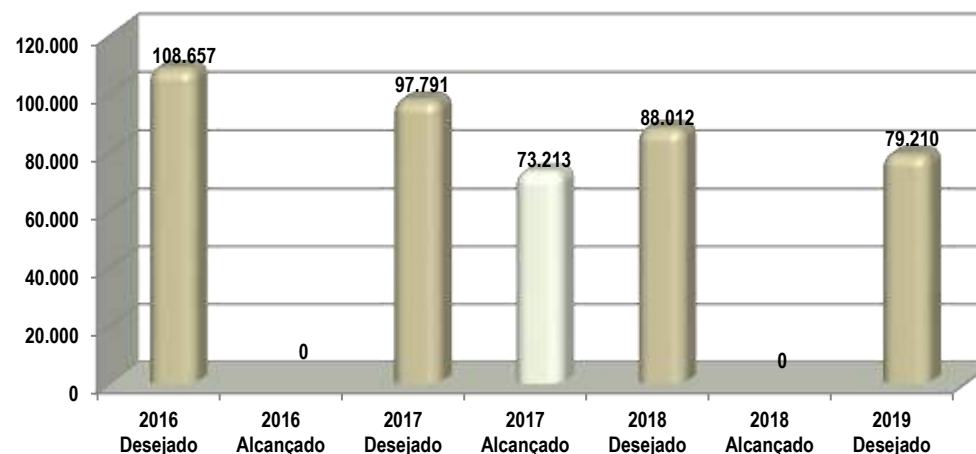
Indicador 1414 - Polaridade: Quanto menor melhor. O índice foi mensurado por meio dos dados de domicílios com projeto de regularização em ARIS informados pela CODHAB, e em ARINE informados pela TERRACAP, sendo, respectivamente, 143.978 e 19.387 domicílios. Perfazendo um total de 163.365 de domicílios com projeto de um total de 236.578 domicílios no DF. O índice desejado considera o total de domicílios menos a quantidade de domicílios em projetos de regularização, sendo $236.578 - 163.365 = 73.213$.

Obs: O indicador Domicílios em projetos de regularização fundiária/total de domicílios no DF foi definido no início do PPA, porém, por se tratar de um indicador com informações de outros órgãos, no ano de 2016 não foi possível identificar o resultado alcançado. No ano de 2017, o indicador em questão foi mensurado por meio dos dados de domicílios com projeto de regularização em ARIS informados pela CODHAB, e em ARINE informados pela TERRACAP, sendo, respectivamente, 143.978 e 19.387 domicílios. Perfazendo um total de 163.365 de domicílios com projeto de um total de 236.578 domicílios em ARIS e ARINE que temos no DF. Já temos, portanto, um total de 69% ($163.365 / 236.578$) de domicílios com projeto de regularização fundiária. Apesar do indicador ter sido criado em número absoluto, o resultado apresentado se faz em percentual.

Justificativas 2018

Indicador 1414 - Indicador necessita ser trocado para refletir melhor o objetivo. Novo. Indicador deverá ser: Domicílio em projetos de regularização fundiária/Total de domicílio em ARIS e ARINE no DF.

DOMICÍLIOS EM PROJETOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA/TOTAL DE DOMICÍLIO NO DF



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6208	2	1	Articulação interinstitucional entre o IBRAM, SEMA, ADASA, SEGETH, SEAGRI, TERRACAP, SINESP e Concessionárias, e PGDF para implementação do presente Objetivo Específico (<i>Ação alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17</i>)	21208	15	<p>2016 Articulação interinstitucional, no âmbito da Coordenação Geral Técnica e Política do Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal – ZEE-DF, entre a SEMA, o IBRAM, a SEGETH, a ADASA, a SEAGRI, a TERRACAP, a SINESP etc, para elaboração e refinamento da minuta do anteprojeto de lei do ZEE-DF, que propõe um instrumento disciplinador para o licenciamento consubstanciado em uma Matriz Multicritérios de Pontuação, Priorização e Aprovação para o Licenciamento Ambiental, o Licenciamento Urbanístico e a Outorga de Uso da Água.</p> <p>2017 O refinamento e a conclusão do Anteprojeto de Lei do ZEE-DF pelas Coordenações Política e Técnica foram finalizados em novembro de 2017. No tocante ao instrumento disciplinador para o licenciamento, foram propostas regras para simplificação, objetividade e segurança jurídica, devendo a regulamentação deste regramento, por intermédio da criação de um Grupo de Trabalho interinstitucional, acontecer após a aprovação da Lei do ZEE-DF pela Câmara Legislativa do DF (ano de 2018). O SISDIA, instituído no Anteprojeto de Lei do ZEE-DF, propiciou no ano de 2017 o fornecimento de geoserviço e manutenção de banco de dados espaciais (software livre) para 151 usuários GDF-NET, com dois grandes nichos informacionais abrangendo 387 arquivos shapefiles.</p> <p>2018 As articulações interinstitucionais foram realizadas em duas fases: (i) estabeleceu-se o diálogo entre a SEMA, SEGETH, IBRAM e SEPE, para a prototipagem da integração do licenciamento ambiental e urbanístico especificamente para o parcelamento de solos, através de um fluxo único e célere. (ii) A articulação interinstitucional avançou de forma preliminar para a apresentação e discussão do protótipo de fluxo com as concessionárias</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						de serviços públicos e TERRACAP - que se expressaram favoravelmente ao desenho da integração. Requer detalhamento do fluxo e da Matriz Multicritérios de Pontuação, Priorização do Licenciamento Ambiental e aprofundamento dos diálogos (2019).
6208	2	2	Criação de GT via expedição de Decreto com vista à elaboração de fluxos de trabalho e procedimentos para o Licenciamento Integrado; (SEMA)	21101	100	<p>2016 A criação do referido GT, com as respectivas atribuições de seus integrantes, depende dos avanços na definição da proposta da Matriz Multicritérios de Pontuação, Priorização e Aprovação para o Licenciamento Ambiental, o Licenciamento Urbanístico e a Outorga de Uso da Água no anteprojeto de Lei do ZEE-DF (2º semestre de 2017).</p> <p>2017 Durante o refinamento do Projeto de Lei do ZEE-DF, pactuou-se regras para a simplificação nos procedimentos do Licenciamento Ambiental, as quais serão objeto de regulamentação específica. Estas discussões foram levadas para o CONAM-DF para aprimoramento da revisão da resolução do LAS, AA e DL, que aconteceram durante o ano de 2017, com vistas à finalização em 2018. Quanto ao GT para a elaboração dos fluxos com vistas ao ATO LICENCIADOR INTEGRADO, sua instauração ocorrerá em 2018.</p> <p>2018 Formalização do Comitê Interinstitucional em outubro, por meio do Decreto nº 39.387/2018, com a participação da SEPE, SEGETH, SEMA e IBRAM.</p>
6208	2	3	Consultas e validações em Conselhos Distritais acerca dos novos fluxos e etapas para integração dos licenciamentos; (SEMA)	21101	10	<p>2016 Etapa de regulamentação da Matriz Multicritérios de Pontuação, Priorização e Aprovação para o Licenciamento Ambiental, o Licenciamento Urbanístico e a Outorga de Uso da Água, após a aprovação da Lei do ZEE-DF pela Câmara Legislativa do DF (ano de 2018).</p> <p>2017 Etapa de regulamentação da Matriz Multicritérios de Pontuação, Priorização e Aprovação para o Licenciamento Ambiental, o Licenciamento Urbanístico deverá acontecer em 2018, posteriormente à aprovação da Lei do ZEE-DF pela Câmara Legislativa do DF. No entanto, já houve avanço nas discussões sobre a simplificação do LA no âmbito do CONAM-DF.</p> <p>2018 Publicado o Decreto Distrital nº 39.419/2018, que altera o Decreto nº 37.506, de 22 de julho de 2016, que dispõe sobre o procedimento de apuração e aplicação de sanções administrativas em decorrência de infração administrativa ambiental ocorrida no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências</p>
6208	2	4	Atendimento das Famílias nos Postos de Assistência Técnica (CODHAB);	28209	36	<p>2016 Pretende-se atingir o número de 252.000 famílias nos postos de assistência técnica da CODHAB, estima-se que cerca de 6.000 famílias serão atendidas por mês nesses postos a partir de 2017. Em 2016 o atendimento se intensificou a partir do 2º semestre.</p> <p>2017 Foram atendidas 29.251 famílias nos Postos de Assistências Técnica, localizados na ARIS.</p> <p>2018 Foram atendidas 26.089 nos postos de Assistência Técnica, localizados na ARIS, totalizando 91.609 atendimentos até 2018</p>
6208	2	5	Análise de processos de emissão de escrituras (CODHAB);	28209	78	<p>2016 Em 2016, a Gerência de Crédito Imobiliário/DIFIN analisou 1.905 processos do total de 13.000 processos a serem analisados até 2019. A Gerência de Cadastro/DIREG analisou 12.452 processos dos 63.000 que deverão ser analisados até 2019.</p> <p>2017 A Gerência de Crédito Imobiliário/DAGES analisou 1.934 processos do total de 13.000 processos a serem analisados até 2019. A Gerência de Cadastro/DIREG analisou 20.519 processos dos 63.000 que deverão ser analisados até 2019.</p> <p>2018 A Gerência de Crédito Imobiliário/DAGES emitiu o total de 945 escrituras no exercício de 2018, sendo que o objetivo é de 4.800 escrituras emitidas até 2019. A Gerência de Cadastro/DIREG emitiu 18.788 Escrituras das 44.100 que se pretende emitir até 2019.</p>
6208	2	6	Emissão de Escritura públicas para os contemplados pelos	28209	71	<p>2016 A Gerência de Crédito Imobiliário emitiu o total de 1.197 escrituras no exercício de 2016, sendo que o objetivo é de 4.800 escrituras emitidas até 2019. A Gerência de Cadastro emitiu 8.198 escrituras das 44.100 que se pretende emitir até final de 2019.</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			Programas da CODHAB (CODHAB);			<p>2017 A Gerência de Crédito Imobiliário/DAGES emitiu o total de 1.297 escrituras no exercício de 2017, sendo que o objetivo é de 4.800 escrituras emitidas até 2019. A Gerência de Cadastro/DIREG emitiu 4.335 Escrituras das 44.100 que se pretende emitir até 2019.</p> <p>2018 A Gerência de Crédito Imobiliário/DAGES emitiu o total de 945 escrituras no exercício de 2018, sendo que o objetivo é de 4.800 escrituras emitidas até 2019. A Gerência de Cadastro/DIREG emitiu 18.788 Escrituras das 44.100 que se pretende emitir até 2019.</p>
6208	2	7	Emissão de Termo de Concessão de Uso para os contemplados pelos Programas da CODHAB (CODHAB);	28209	89	<p>2016 A partir de 2016 o Termo de Concessão de Uso foi substituído pela Escritura de Reconhecimento de Ocupação para os lotes não registrados mais passíveis de regularização. Em 2016 foram emitidas 3.513 escrituras das 18.900 que se pretende emitir até 2019.</p> <p>2017 Foram emitidas 13.304 escrituras de reconhecimento de Ocupação das 18.900 que se pretende emitir até 2019.</p> <p>2018 Em 2018 não foram emitidas escrituras de reconhecimento de ocupação, somente foram entregues escrituras definitivas. As escrituras de reconhecimento de ocupação (de caráter provisório) entregues até 2017, transformaram-se em escrituras definitivas.</p>
6208	2	8	Reestruturação (Revisão) do processo de julgamento dos Autos de Infração Ambiental; (IBRAM)	21208	100	<p>2016 O IBRAM, em parceria com uma empresa de consultoria especializada em modelagem de processos, definiu uma nova forma de julgamento dos autos de infração, a partir da criação de uma Câmara de Instrução e Julgamento. Uma equipe técnica avalia o processo administrativo ao qual o auto de infração está vinculado, os procedimentos adotados e a legislação pertinente e, em seguida, encaminha para julgamento, que é feito por um dentre quatro Superintendentes, com acompanhamento e gestão da Secretaria Geral do Instituto. Em 2016, o novo processo foi idealizado, testado e aprovado, restando para 2017 a publicação da Instrução Normativa que regulamentará a implantação do novo processo de julgamento.</p> <p>2017 Houve o desenvolvimento de um novo modelo de julgamento de autos de infração, a partir da remodelagem de todo o processo, tornando-o mais célere e efetivo. Em março de 2017, com a publicação da Instrução Normativa nº. 411 do IBRAM, a Comissão de Instrução e Julgamento de Auto de Infração Ambiental foi criada com a participação efetiva de 05 (cinco) Auditores Fiscais para a elaboração de Parecer Técnico de Julgamento, estando 100% implantado.</p> <p>2018 Após a criação da Câmara de Instrução e Julgamento de Auto de Infração – CIJU, mostrou-se necessária a consolidação do novo processo de análise e julgamento, em primeira instância, na estrutura do Ibram. Assim, foi instituída pelo Decreto de Reestrutura do Ibram nº 39.158/2018, a Unidade de Julgamento de Auto de Infração – UJAI. Dessa forma, de 01/01/2018 a 31/12/2018, foram julgados 1.158 autos de infração, exaradas 2.107 notificações, e arrecado em pagamento de multa o valor de 1.501.864,57.</p>
6208	2	9	Revisão e atualização da legislação ambiental afeta as infrações ambientais; (IBRAM)	21208	60	<p>2016 Publicado o Decreto nº 37.506/16, dispondo sobre o procedimento de apuração e aplicação de sanções administrativas em decorrência de infração administrativa ambiental ocorrida no âmbito do DF.</p> <p>2017 Considerando que cabe à Secretaria de Meio Ambiente a definição da política ambiental do Distrito Federal, será avaliada a possibilidade de alteração da responsabilidade por esta meta durante o exercício de 2018.</p> <p>2018 Publicado o Decreto Distrital nº 39.419/2018, que altera o Decreto nº 37.506, de 22 de julho de 2016, que dispõe sobre o procedimento de apuração e aplicação de sanções administrativas em decorrência de infração administrativa ambiental ocorrida no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6208	2	10	Elaboração de Instruções Normativas para as atividades licenciáveis; (IBRAM) (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	21208	X	<p>2016 Esta ação está inserida na meta 6, e teve como principal atividade de 2016 o diagnóstico e prognóstico elaborado por empresa de consultoria. Esta ação somente será concluída após publicação das instruções pelo IBRAM, ou seja, nas etapas 4 e 5 elencadas na META 6.</p> <p>2017 Esta ação está inserida na meta 6 e teve como principal atividade de 2017 o mapeamento do fluxo de processos do licenciamento ambiental. Esta ação somente será concluída após publicação das instruções pelo IBRAM, ou seja, nas etapas 4 e 5 elencadas na meta 6, previstas para os anos de 2018 e 2019.</p>
6208	2	11	Revisão das Normas Ambientais aplicáveis ao Licenciamento Ambiental; (IBRAM)	21208	45	<p>2016 Esta ação será executada simultaneamente a etapa 4 e 5, ou seja, juntamente com a elaboração das instruções pelo IBRAM, de forma que as instruções publicadas façam a revisão das normas ambientais aplicadas ao licenciamento.</p> <p>2017 Esta ação será executada simultaneamente às etapas 4 e 5 da meta 6, ou seja, juntamente com a elaboração das instruções pelo IBRAM. Em 2017, foram publicadas as Resoluções CONAM nº 09 - disciplinando as normas para emissão de autorização ambiental; nº10 - dispondo sobre a dispensa de licenciamento ambiental para empreendimentos/atividades de baixo potencial poluidor/degradador ou baixo impacto ambiental; e nº11 - instituindo a Declaração de Conformidade de Atividade Agropecuária - DCAA, nas modalidades facultativa e compulsória, e elencando o rol de atividades agrossilvopastoris dispensadas de licenciamento ambiental.</p> <p>2018 Foi publicada a Resolução nº 01, que define parâmetros e procedimentos para o Licenciamento Ambiental Simplificado no âmbito do Distrito Federal, além da Resolução nº 03 que estabelece os procedimentos para o licenciamento ambiental de postos revendedores, pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e posto revendedor lacustre. Além dessas, foi publicado o Decreto nº 39.469, que dispõe sobre a autorização de supressão de vegetação nativa, a compensação florestal, o manejo da arborização urbana em áreas verdes públicas e privadas e a declaração de imunidade ao corte de indivíduos arbóreos, o qual possui estrito vínculo com o licenciamento. Foram instruídas outras iniciativas, que ainda tramitam, para alteração e criação de outros normativos</p>
6208	2	12	Preparação para realização de Seminários do Licenciamento Ambiental; (IBRAM) (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	21208	X	<p>2016 Esta ação será executada simultaneamente a etapa 5, ou seja, juntamente com a elaboração das instruções pelo IBRAM, de forma a absorver as contribuições da população e profissionais da área.</p> <p>2017 Esta ação será executada simultaneamente a etapa 5 da meta 6, ou seja, juntamente com a elaboração das instruções pelo IBRAM, de forma a absorver as contribuições da população e profissionais da área.</p>
6208	2	13	Revisão do Manual de Licenciamento Ambiental. (IBRAM) (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	21208	X	<p>2016 Esta ação será executada na etapa 6, ou seja, posteriormente a publicação das instruções pelo IBRAM.</p> <p>2017 Esta ação será executada na etapa 6 da meta 6, ou seja, posteriormente a publicação das instruções pelo IBRAM.</p>
6208	2	14	Disponibilizar informações ambientais (SISDIA) e territoriais (ZEE) para fortalecimento de	21101	60	<p>2016 77 analistas do IBRAM com acesso à Base de Dados Geográficos do Zoneamento Ecológico-Econômico do DF – ZEE-DF; Subsídios das informações ambientais e territoriais da Base de Dados do ZEE-DF para relatórios e análise de processos de licenciamento no Conselho de Meio Ambiente do DF – CONAM e no Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do DF – CONPLAN;</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			informações para o licenciamento. (SEMA) (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 5787/2016)			Fornecimento de geoserviço e manutenção de banco de dados espaciais (software livre) para 151 usuários GDF-NET com dois grandes nichos informacionais abrangendo 387 arquivos shapefiles. 2017 Fornecimento de dados mediante geoserviço e manutenção de banco de dados espaciais (software livre) a 180 usuários GDF-NET de 19 órgãos, abrangendo 265 arquivos shapefiles em uso. 2018 Fornecimento de dados mediante geoserviço e manutenção de banco de dados espaciais (software livre) a 180 usuários GDF-NET, com cerca de 9.000 acessos/consultas por mês.

Análise dos Resultados do Objetivo Específico

2016/2018

SEMA

A SEMA tem trabalhado na proposição de instrumentos para aprimorar, simplificar e dar celeridade ao ato autorizativo de licenciamento. Neste sentido, a primeira ação consistiu na construção de um olhar integrador das leis e regras que incidem nos atos autorizativos ao nível do território no Anteprojeto de lei do Zoneamento Ecológico Econômico do DF (ZEE/DF), visando minimizar ou eliminar as dubiedades que resultam em interpretações contraditórias nos atos autorizativos. A segunda ação consistiu na instituição, no âmbito do texto do Anteprojeto de Lei do ZEE/DF, de novo instrumento, específico para regramento do licenciamento ambiental, do licenciamento urbanístico, bem como da outorga do uso da água, a qual prevê critérios técnicos claros para a tomada de decisão dos atos autorizativos, com vistas a maior transparência, controle social, agilidade e redução da discricionariedade dos servidores públicos durante a análise e tomada de decisão.

Este instrumento está nominado como “Matriz Multicritério de Pontuação, Priorização, Aprovação para o Licenciamento Ambiental, Licenciamento Urbanístico e Outorga do Uso da Água” e será objeto de regulamentações específicas a partir da aprovação da Lei do ZEE/DF. Estas três matrizes passam a ser requisitos para a aprovação dos projetos relativos à fase de Viabilidade Ambiental (pré-requisito para a expedição de Licença Prévia), Licenciamento Urbanístico (pré-requisito para a expedição de Licença Prévia, após aprovação no CONPLAN) e outorga pelo uso da água (pré-requisito a ambas licenças ambientais).

Em 2017, o material serviu de subsídio à revisão das resoluções de simplificação do Licenciamento Ambiental, no âmbito do CONAM-DF, instituídas em 2014 e revistas em 2017 (Licenciamento Ambiental Simplificado, Autorização Ambiental e Dispensa de Licenciamento).

SEAGRI

No ano de 2016 elaborou-se a Minuta do Projeto de Lei para instituir a Política de Regularização de Terras Públicas Rurais pertencentes ao Distrito Federal ou à Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal - TERRACAP – Companhia Imobiliária de Brasília e a Minuta de Decreto que Regularizará a Lei mencionada e encaminhadas à Casa Civil e à Câmara Legislativa, de acordo com cada atribuição entre os poderes.

A concretização da Política de Regularização de Terras Públicas Rurais pertencentes ao Distrito Federal ou à Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – TERRACAP foi um ganho imensurável para a regularização das ocupações e o desenvolvimento rural, criando regimentos próprios e oferecendo ao produtor a segurança jurídica necessária.

Com o devido respaldo legal, a área rural resolveu uma questão que se arrastava a anos e que possibilita, definitivamente, proporcionar a regularização das ocupações históricas e propicia o olhar mais promissor ao produtor rural.

A SEAGRI, voltando seu olhar aos procedimentos necessários para o alcance da regularização, formalizou junto à TERRACAP o Acordo de Cooperação Técnica nº 014-2017 que transferiu à SEAGRI a competência para a celebração dos contratos de Concessão de Uso – CDUs, o que, traz à SEAGRI o controle integral do processo regulatório, possibilitando maior agilidade nos procedimentos, a redução do lapso temporal entre a autuação do requerimento, visando a regularização e a efetiva formalização do contrato de concessão para as áreas que não possuem matrícula própria, nessa excetuadas as áreas urbanas para contrato específico.

Desde o início do processo de regularização (2011), o número de requerimentos de regularização aumentou consideravelmente (aproximadamente 4.000). Além disso, o baixo número de servidores (destacadamente de analistas – 1 analista) aliado à falta do estabelecimento de procedimentos contribuiu para o baixo resultado. Por outro lado, a implantação do Sistema SEI (segundo semestre de 2017) impactou positivamente para o aumento do número de contrato de Concessão de Uso em 2018.

CODHAB

Objetivando desenvolver programas na regularização de áreas de interesse social, em 2016 a CODHAB realizou ações no sentido de ser capazes de enfrentar o processo de desenvolvimento urbano informal e promover a integração dessas áreas irregulares à cidade formal. Esse processo tem implicado na implementação de ações interventivas em áreas prioritárias estabelecidas no PDOT, Núcleos Urbanos implantados inicialmente pelo poder público, que envolve a regularização do registro cartorário e titulação das unidades habitacionais localizadas nessas áreas.

Outras ações desenvolvidas no intuito de alcançar esse Objetivo Específico destacam-se: disponibilização de 11.771 Escrituras Públicas de Doação e 11.711 Escrituras Públicas de Reconhecimento de Ocupação, distribuídas em 18 Regiões Administrativas do Distrito Federal. Sob a coordenação da CODHAB encontram-se os Projetos Integrados de Regularização das Áreas em Áreas de Regularização de Interesse Social - ARIS. No ano de 2016, a CODHAB deu importantes passos para a consolidação de importantes projetos de regularização, sendo que São Sebastião foi regularizado ainda em 2016 e foram quase concluídas as regularizações da Etapa 2 do Trecho II do Sol Nascente, Pontas de Quadras de Sobradinho e Nova Planaltina.

No exercício de 2017, a CODHAB desenvolveu uma arte gráfica própria para a confecção das escrituras, com isto, as Escrituras passaram a ser lavradas por esta Companhia em formulário de segurança específico, permitindo desta forma a gratuidade ao menos da lavratura aos Beneficiários com renda familiar de até 05 salários mínimos (o primeiro registro, contudo, ainda é cobrado no DF pelos cartórios de registro de imóveis).

Sob a coordenação da CODHAB encontram-se os Projetos Integrados de Regularização das Áreas em Área Regularização de Interesse Social – ARIS e das áreas declaradas de interesse social por Lei Complementar específica (Pontas de Quadras e Becos). Em 2017, a CODHAB deu importantes passos para a conclusão dos Projetos de Regularização Fundiária iniciados em 2016. Em 2017 foi iniciada a elaboração de 07 Projetos Urbanísticos e realizado a revisão de 06 Projetos Urbanísticos.

No ano de 2017, a Medida Provisória 759 de 22/12/2016 que dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal, institui mecanismo para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União (revoga o capítulo da regularização fundiária urbana da Lei nº 11.977/2009, artigos 46/71-A), foi transformada na Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017. Destacamos que o Decreto nº 38.333, de 13 de julho de 2017, dispõe sobre a aplicação da Lei Federal nº 13.465/2017 no âmbito do Distrito Federal. Salientamos ainda que, por meio do Decreto nº 38.433, de 24 de agosto de 2017, foi instituído o Grupo para regulamentação da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, no âmbito do Distrito Federal.

No ano de 2017, a CODHAB consolidou importantes projetos dentro do eixo Lote Legal, com contemplação de famílias nas regiões de Sobradinho II - Buritizinho, Sol Nascente e Porto Rico - Santa Maria, foram emitidos 294 Termos de Ocupação De Uso Precário.

Outra ação desenvolvida pela Empresa foi a estruturação de ambiente de trabalho dos espaços institucionais localizados nas ARIS, nas quais estão instalados os escritórios de Assistência Técnica com o objetivo de facilitar o deslocamento e acesso do cidadão, possibilitando a resolução de problemas de forma mais eficiente. Após a consolidação dos espaços de trabalho nas ARIS, com a implementação do subprograma Melhorias Habitacionais (Habita Brasília), contribuiu para elevar os atendimentos às famílias. Pretende-se que a partir de 2018 todos os atendimentos e convocações serão realizados nestes espaços institucionais.

Em 2018 foram instalados os escritórios de Assistência Técnica com o objetivo de facilitar o deslocamento e acesso do cidadão, possibilitando a resolução de problemas de forma mais eficiente, nas seguintes localidades: ARIS Itapoã – aberto em: julho/2018; ARIS Primavera – aberto em: julho/2018; ARIS Água Quente (Recanto das Emas) - aberto em: julho/2018; e ARIS Nova Colina (Sobradinho): aberto em julho/2018.

Vale destacar que nos últimos dois anos (2016/2017) a CODHAB, por meio da Gerência de Cadastro/DIREG analisou e entregou 24.904 escrituras de um total de 63.000 previstas para serem entregues até 2019.

No ano de 2018 a Empresa, cumprindo o compromisso, com a regularização fundiária do Distrito Federal, promoveu uma série de iniciativas nesse sentido, a exemplo da realização de eventos para entrega de escrituras e como resultado somente em 2018 foram entregues 18.788 escrituras para os moradores ocupantes, devidamente analisadas, de um total de 63.000 a serem entregues até 2019. O objetivo principal desta ação é tirar da informalidade os moradores/ocupantes que detêm a posse dos imóveis, porém não tem o documento formal de propriedade.

SEGETH

Vale destacar a participação da SEGETH quanto ao início dos estudos para efetuar o projeto de regularização de parcelamentos urbanos, o qual foi suspenso em virtude da Medida Provisória 759, de 2016, que dispõe sobre a regularização fundiária urbana e rural no Brasil, que revogou a Lei nº 11.997, de 07/07/2009, que, por sua vez, foi recepcionada no DF por meio da Lei nº 4.996/2012. Com isso, restou prudente a paralisação do projeto do decreto de regulamentação da Lei nº 4.996/2012, até que a MP seja convertida em lei e se reestabeleça a segurança jurídica do tema em questão. Tão logo a MP 759 for aprovada no Congresso, haverá a possibilidade de ser retomado os estudos referente ao projeto citado.

Destaca-se, também, que duas outras legislações foram discutidas no ano de referência, sendo elaborada minuta de projeto de lei de compensação urbanística, visando sanar o problema de inúmeros empreendimentos, em lote ou projeção registrado no Cartório de Ofício de Registro de Imóveis competente, que estão em desacordo com os índices de parâmetros urbanísticos estabelecidos na legislação urbanística vigente, possibilitando assim, a regularização e o licenciamento de empreendimentos executados em desacordo com os índices e parâmetros urbanísticos estabelecidos na legislação mediante indenização pecuniária ao Estado, ou seja, a norma poderá trazer a regularidade a uma série de empreendimentos no Distrito Federal. A outra legislação trata-se do projeto de lei de permeabilidade, acarretando a consolidação do marco legal sobre dispositivos de infiltração e de retenção de águas pluviais, e de se mitigarem incompatibilidade e conflitos de normas urbanísticas entre a ocupação do solo e subsolo e a taxa de permeabilidade prevista para o lote.

Em 2017 foram retomados os trabalhos de regulamentação da Lei Federal de Regularização Fundiária urbana e rural no Brasil, por meio de um Grupo de Trabalho coordenado pela Casa Civil do DF. Houve também a publicação da Lei de Compensação Urbanística, visando sanar o problema de inúmeros empreendimentos, em lote ou projeção registrado no Cartório de Ofício de Registro de Imóveis competente, que estão em desacordo com os índices de parâmetros urbanísticos estabelecidos na legislação urbanística vigente, possibilitando assim a regularização e o licenciamento de empreendimentos executados em desacordo com os índices e parâmetros urbanísticos estabelecidos na legislação mediante indenização pecuniária ao Estado.

Nesse exercício foi publicada a Lei de Permeabilidade, acarretando a consolidação do marco legal sobre dispositivos de infiltração e de retenção de águas pluviais e de se mitigarem incompatibilidade e conflitos de normas urbanísticas entre a ocupação do solo e subsolo e a taxa de permeabilidade prevista para o lote.

A lei que dispõe sobre o Novo Código de Obras e Edificações do Distrito Federal foi encaminhada à CLDF em 2017 e sancionada em 2018. O texto do novo código substitui a legislação que vigia desde 1998, esse Código recepciona normas da Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT), resolvendo conflitos legais, atualizando o código por inteiro.

Objetivando alcançar esse Objetivo Específico, há que destacar também a implantação do Sistema da Central de Aprovação de Projetos – SISCAP, o qual possibilita maior agilidade no controle dos processos de aprovação de projetos edílios e foi possível dar início ao desenvolvimento do CAP WEB, sistema, o qual, permite que o interessado peticione projetos de arquitetura por meio digital, sem papel e sem a necessidade de comparecer fisicamente na SEGETH. O CAP WEB foi efetivamente implantado em 2018.

Em 2018 a Secretaria de Gestão do Território – SEGETH continuou articulando junto à Câmara Legislativa do Distrito Federal o acompanhamento do Projeto de Lei Complementar - PLC de Zonas Sociais de Interesse Social – ZEIS, que prevê a criação de novas áreas de regularização fundiária e provisão habitacional em Zonas Especiais de Interesse Social. As zonas foram escolhidas conforme critérios como: ocupação por famílias carentes, localização, oferta de infraestrutura básica, proximidade com serviços e equipamentos públicos, potencial para interligação com áreas urbanas já consolidadas.

Ainda no que diz respeito a ações visando contribuir para o alcance desse Objetivo Específico, no que se refere ao regramento territorial, a SEGETH deu continuidade aos estudos para regularização da Lei Distrital nº 4.996/2012, devido a Lei Federal nº13.465/2017, que trata de regularização fundiária urbana, para tanto, realizou reuniões para concepção da regulamentação da Legitimação Fundiária no DF com um Consultor Legislativo do Senado Federal e especialistas em Direito Urbanístico, cuja proposta de alteração da Lei foi concluída pela área técnica, contudo ainda encontra-se no jurídico da Secretaria para análise.

Houve também a realização da 1ª e a 2ª Consulta Pública acerca do PLC e do Decreto de Legitimação Fundiária. Acrescenta-se às ações quanto ao tema à elaboração PLC para alterar o PDOT no que diz respeito à Estratégia de Regularização Fundiária em função da Lei Federal nº 13465, de 11 de julho de 2017. Tal lei dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana no âmbito federal, necessitando de legislação específica para os Estados.

Uma importante iniciativa da Secretaria no que diz respeito ao registro de projetos de arquitetura edilícia se refere a efetiva implantação do Sistema CAP WEB, possibilitando que o interessado dê entrada nos projetos edifícios via internet, ou seja, pode-se peticionar projetos de arquitetura por meio digital e sem a necessidade de comparecer fisicamente à SEGETH, gerando maior confiabilidade das informações e agilidade de tempo no processo de aprovação.

No que se refere à Integração dos Licenciamentos Ambiental e Urbanístico, ressalta-se o trabalho de elaboração do Programa de Reestruturação dos Licenciamentos Ambiental e Urbanístico, o qual estava sendo conduzido pelo Escritório de Processos da Secretaria de Projetos Estratégicos do Governo. O Programa foi dividido em fases, sendo que no ano de 2018 foi possível a realização dos estudos o que resultou em um relatório final, no entanto, a equipe daquele Escritório de Processos foi extinta e os trabalhos sobrestados. Não foi possível a realização das fases práticas de implantação das melhorias discutidas durante a fase de estudos

IBRAM

Em 2016, os resultados apurados se deram a partir da contratação de uma empresa especializada em mapeamento e modelagem de processos. A seleção da empresa e a celebração desse contrato foram viabilizadas por meio de um Acordo de Cooperação Internacional firmado entre o IBRAM, a UNESCO e a ABC – Agência Brasileira de Cooperação.

Em 2017, por meio do Acordo de Cooperação Internacional firmado junto à UNESCO, foi possível, em parceria com empresa de consultoria especializada, realizar a remodelagem de uma parte dos processos de licenciamento ambiental que haviam sido mapeados no ano anterior. Houve ainda a implantação de parte das soluções que haviam sido idealizadas e testadas no âmbito dos serviços de consultoria e do Escritório de Processos do IBRAM, bem como o início das ações para contratação da fábrica de software que irá desenvolver o sistema de gestão ambiental do Instituto, tendo como prioridade, inicialmente, o processo de licenciamento ambiental. Esse sistema já dispõe de seus requisitos devidamente documentados, contemplando uma ferramenta de workflow e permitindo a criação automatizada de fluxo dos processos. Caberá à empresa contratada o desenvolvimento deste sistema durante o ano de 2018.

Em 2018, foi dada continuidade à contratação de empresa para o desenvolvimento do sistema de gestão ambiental, com foco no licenciamento ambiental. Foi realizada a revisão dos requisitos do sistema e realizado o acompanhamento e fiscalização da entrega dos produtos contratados. Entretanto, no final de 2018, a empresa contratada não realizou as entregas acordadas, tendo sido então realizado o cancelamento do contrato. Ainda em 2018, o IBRAM iniciou a discussão para busca de outra solução para dar continuidade à implantação de um sistema de licenciamento ambiental, o que deve avançar bastante em 2019. No que se refere à gestão processual, o trabalho de implementação das melhorias foi iniciado, bem como aprimorado, por meio de ação do Escritório de Projetos Especiais da Governadoria e com a criação do Comitê Interinstitucional para a execução do Programa de Reestruturação dos Licenciamentos Ambiental e Urbanístico, PORTARIA Nº 01, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2018. Além disso, foram realizadas as discussões para a edição do Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE e de sua interface com o licenciamento ambiental. Na área de informatização, foi aprimorada a integração do sistema RLE Digital dentro do fluxo processual do licenciamento ambiental e encaminhada a contratação de consultoria para o desenvolvimento dos requisitos visando a contratação de empresa para a criação de sistema de Módulo GEO, para atender ao licenciamento e as demais unidades do IBRAM. Por fim, foi realizado o fortalecimento, mesmo que tímido, da equipe de licenciamento ambiental, a partir da instituição da Força Tarefa (Decreto nº. 38.334/2017), tendo início as discussões para a revisão de normativos de licenciamento ambiental.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

003 – HABITAÇÃO COM CIDADANIA: Definir e endereçar a demanda real habitacional por faixa socioeconômica, especialmente para a população de baixa renda, seguindo uma concepção que integre ocupação territorial, mobilidade, atividade econômica, infraestrutura, lazer, áreas verdes e prestação de serviços públicos.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

28.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - SEGETH

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	3	1	Regulamentar a Lei 5.485, de 8 de junho de 2015 – Assistência Técnica a Habitação de Interesse Social; (SEGETH)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	80	80	80		80,0
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	3	2	Implementar estratégias e instrumentos previstos no Plano Distrital de Habitação de Interesse Social – PLANDHIS; (SEGETH)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	20	50	70		70,0
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	3	3	Atualizar os Instrumentos Legais que regulamentam atuação do poder público no enfrentamento ao déficit habitacional no DF; (SEGETH)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	50	60	60		60,0
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	3	4	Constituir Política de Locação Social da Moradia às famílias de renda equivalente a 3 salários mínimos que tem comprometimento de mais de 30% da sua renda domiciliar com aluguel; (SEGETH)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	70	100	100		100,0
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	3	5	Criar Linha de Assistência Técnica às famílias de baixa e média renda com recursos do FNHIS e do FUNDHIS a adequação da moradia; (SEGETH)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100		100,0
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	3	6	Estabelecer fonte de recursos permanente para a ação com direcionamento a arrecadação por tributos específicos; (SEGETH)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100		100,0
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	3	7	Criar e integrar os sistemas de monitoramento de ações de enfrentamento do déficit habitacional. (SEGETH)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	50	80	80		80,0
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	3	8	Atender com moradia adequada 20% dos candidatos habilitados do Programa Morar Bem, com o atendimento de 30.000 dentre os 140.000 habilitados (CODHAB)	30.000	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	4.901	6.298	1407,00		4,7
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	3	9	Recuperar em sua totalidade os créditos oriundos dos contratos junto ao FCVS, no valor de R\$ 380.000.000,00 (CODHAB)	380.000.000	R\$	ANUAL	MAIOR, MELHOR	8.392.972	0	0		0,0
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	3	10	Quitar a dívida imobiliária junto a Caixa Econômica Federal, num total de R\$ 182.000.000,00 (CODHAB)	182.000.000	R\$	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	0	0		0,0

Análise Qualitativa

1. Regulamentar a Lei 5.485, de 8 de junho de 2015 – Assistência Técnica a Habitação de Interesse Social; (SEGETH)

2016

Foi elaborada minuta de decreto de regulamentação da lei em tela, à qual foi submetida à Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal, que sugeriu modificações a fim de aprimorar o instrumento. Estima-se que 80% da meta foi alcançada.

2017

Nesse exercício não houve avanço quanto a edição do decreto de regulamentação da lei de que trata a presente Meta.

2018

A Minuta do Decreto de regulamentação da Lei foi submetida pela CODHAB à SEGETH para análise e finalização do conteúdo. Em razão da elaboração do Plano Distrital de Interesse Social – PLANDHIS, o tema foi incorporado ao programa de trabalho do PLANDHIS, cujo cronograma remeteu ao ano de 2019 a discussão do objeto.

2. Implementar estratégias e instrumentos previstos no Plano Distrital de Habitação de Interesse Social – PLANDHIS; (SEGETH)

2016

Em relação aos componentes do PLANDHIS implementados no ano de 2016, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Entrega de 4.901 unidades habitacionais por meio do programa habitacional Morar Bem.
- Realização de estudos e pesquisas para identificação e criação de novas áreas de provisão habitacional em Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS e Áreas de Regularização de Interesse Social – ARIS;
- Realização de estudos e pesquisas para dispor sobre a implantação da linha de ação Serviço de Locação Social do Programa Habita Brasília;
- Realização de estudos e pesquisas para dispor sobre a regulamentação da Lei 5485/2015 – para serviço de assistência técnica a habitação de interesse social;
- Realização de cursos de capacitação familiar em construção civil para famílias beneficiárias do Programa Habitacional Habita Brasília;
- Criação das linhas de ação “melhorias habitacionais” e “ações urbanas”.

Com base nas ações supracitadas, a meta foi atingida em 20%.

2017

Nesse exercício foram realizadas ações no âmbito do projeto de Locação Social onde foi realizada uma oficina com especialistas externos para discussão sobre a linha de ação Aluguel Legal do Programa Habita Brasília, desenvolvida a Descrição Programática do Serviço de Locação Social, realizados estudos e Modelagem da Linha de Ação Aluguel Legal do Programa Habita e apresentação em Conselhos. Publicada a Nota Técnica Nº 1/2017, que trata da demanda habitacional no DF. Publicada a Nota Técnica nº 2, que dispõe sobre a Ferramenta de Avaliação de Inserção Urbana para os empreendimentos do programa “Minha Casa Minha Vida” em nove glebas disponibilizadas para o Programa Habita Brasília. Quanto as Zonas Especiais de Interesse Social, foram elaborados o Caderno de Estudo para Avaliação das novas áreas destinadas à criação de Zonas Específicas de Interesse Social – ZEIS para provimento de novas áreas habitacionais de Interesse Social e Minuta do Projeto de Lei para criação de Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS e Caderno de Estudo – ZEIS Pôr do Sol e Minuta do Projeto de Lei para criação de Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS. Realizado o Seminário de Habitação em Áreas Centrais do Distrito Federal. Considerando as ações supracitadas e as desenvolvidas em 2016, pode-se dizer que a meta foi atingida em 50%.

2018

Neste exercício foram realizadas vistorias para identificação de vazios urbanos e imóveis subutilizados na área central do CUB – Conjunto Urbanístico de Brasília para delimitação das áreas como projeto piloto do Serviço de Locação Social, com a criação das ZEIS do Setor Comercial Sul – SCS na Minuta do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB. Também na Minuta foram inseridas estratégias do PLANDHIS no capítulo da Política Habitacional no CUB, relativas à revisão dos usos nos centros urbanos por meio da inserção de habitação, à redução dos vazios urbanos, à inserção de diversas faixas de renda nos empreendimentos habitacionais, à reabilitação de edifícios, ao mesmo tempo que abre novas possibilidades para inserção de novas ZEIS de centralidades na área do CUB, de acordo com seus condicionantes e promoção da rede de proteção social da população. Nesse sentido, toda e qualquer ação prevista no PLANDHIS é relevante para o cumprimento dos objetivos e diretrizes definidas não somente no PLANDHIS, como nos demais instrumentos de planejamento e ordenamento territorial.

3. Atualizar os Instrumentos Legais que regulamentam atuação do poder público no enfrentamento ao déficit habitacional no DF; (SEGETH)

2016

Foi elaborado o Decreto nº 37.438/2016, que institui o Programa Habita Brasília no âmbito da Política Habitacional do Distrito Federal, e foi criado o Comitê Gestor e o Grupo Técnico Executivo para desenvolvimento das ações de implantação do Programa. As cinco modalidades do Programa – Lote Legal; Projeto na Medida; Morar Bem; Aluguel Legal e Portas Abertas— atendem a inscritos nas listas da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do DF (CODHAB). No mesmo ano se iniciaram os trabalhos para regulamentação da linha de ação Aluguel Legal, com reuniões de alinhamento técnico e elaboração do plano de trabalho previstos para ocorrer em 2017.

Além disso, foram realizados estudos para a proposição de novas Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS de provimento habitacional, os quais se consubstanciaram em um caderno técnico.

Elaborou-se ainda o plano de trabalho do acordo de cooperação técnica para construção de qualidade e sustentabilidade, firmado entre a SEGETH e a CODEPLAN, onde figura um eixo de indicadores de habitação, destinados a aprimorar o acompanhamento do déficit habitacional no Distrito Federal, que poderão subsidiar o aprimoramento da legislação afeta. Estima-se que 50 % da meta foi alcançada.

2017

Foram desenvolvidas, nesse exercício apenas duas minutas de projetos de lei criando novas Zonas Especiais de Interesse Social no DF:

- PLC 129/2017: Dispõe sobre a criação de Áreas de Regularização de Interesse Social - ARIS e Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS de Provisão Habitacional, altera a lei nº 5.022 de 04 de fevereiro de 2013 e dá outras providências;
- Minuta de PLC ZEIS Pôr do Sol (Processo SEI-GDF nº 00390-00010273/2017-54). Alcançando somente nesse exercício o índice de 10% da Meta.

2018

A ação precisou ser sobrestada, em função do Decreto nº 38.800, de 8 de janeiro de 2018, que dispõe sobre as condutas vedadas aos agentes públicos da Administração Pública direta e indireta do Distrito Federal no período eleitoral de 2018, a política de comunicação nesse período. Importante ressaltar que qualquer ação que retarde o cumprimento das metas estabelecidas é prejudicial para o planejamento e ordenamento territorial.

4. Constituir Política de Locação Social da Moradia às famílias de renda equivalente a 3 salários mínimos que tem comprometimento de mais de 30% da sua renda domiciliar com aluguel; (SEGETH)

2016

Foi iniciada a modelagem da linha de ação e iniciados os projetos de arquitetura e complementares para a construção do edifício cujas unidades habitacionais, com as tipologias 1, 2 e 3 quartos, serão destinadas para o atendimento ao público alvo que se encontra em ônus excessivo com aluguel.

2017

Foi realizada oficina com especialistas externos para discussão sobre a linha de ação Aluguel Legal do Programa Habita Brasília, com as seguintes ações: Desenvolvimento da descrição programática do Serviço de Locação Social; continuação dos estudos e modelagem da Linha de Ação Aluguel Legal do Programa Habita; e apresentação dos estudos em Conselhos.

2018

Nesse exercício foi elaborada a Minuta do Decreto do Serviço de Locação Social, discutido na Câmara Técnica do Plano Distrital de Interesse Social – PLANDHIS como parte do processo participativo. O projeto destina-se às famílias com renda máxima equivalente a 3 salários mínimos e que compromete mais de 30% da renda com aluguel. Uma das áreas identificadas para a aplicação do projeto piloto é a área central do CUB – Conjunto Urbanístico de Brasília, com a criação da ZEIS do Setor Comercial Sul – SCS na minuta do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB.

5. Criar Linha de Assistência Técnica às famílias de baixa e média renda com recursos do FNHIS e do FUNDHIS a adequação da moradia; (SEGETH)

2016

Foram criadas linhas de assistência técnica às famílias de baixa e média renda, linhas que tratam de melhorias habitacionais e ações urbanas. Em 2016, 2860 moradias foram melhoradas, recebendo reboco e/ou pintura, pintura de painel artístico e ainda construção de fossas. No final do ano de 2016 foi firmado contrato para atuação na linha “Melhorias Habitacionais” que serão realizadas no ano de 2017.

2017

Não houve evolução quanto a regulamentação da Lei, em razão da minuta ainda aguardar posicionamento da CODHAB. Assim, a meta de criação da linha de assistência foi alcançada, contudo ainda carece o desenvolvimento de ações visando a regulamentação.

2018

Nesse exercício, a exemplo do ano de 2017, não houve evolução quanto a regulamentação da Lei, em razão da minuta ainda aguardar posicionamento da CODHAB. Assim, a meta de criação da linha de assistência foi alcançada, contudo ainda carece o desenvolvimento de ações visando a regulamentação.

A Linha de Assistência Técnica destina-se às famílias de baixa e média renda com recursos do FNHIS e do FUNDHIS. Apesar da Lei nº 5.485/2015 ainda não ter sido objeto de regulamentação, os postos de atendimento nas Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS foram instalados visando a requalificação das moradias e promover a melhoria de moradias inadequadas, de forma pública e gratuita, com a elaboração de projetos e construção de habitação de interesse social.

6. Estabelecer fonte de recursos permanente para a ação com direcionamento a arrecadação por tributos específicos; (SEGETH)

2016

Revisão da legislação específica que trata da ONALT e ODIR.

2017

Não houve evolução, visto que a Meta já foi alcançada em 2016.

2018

Meta alcançada em 2016. Com a revisão e implementação das Leis das Outorgas Onerosas do Direito de Construir e de Alteração de Uso, o recurso da aplicação das outorgas deve destinar-se ao FUNDHIS para fazer frente às necessidades da moradia digna e FUNDURB para a requalificação de espaços públicos.

7. Criar e integrar os sistemas de monitoramento de ações de enfrentamento do déficit habitacional; (SEGETH)

2016

Firmado o plano de trabalho do Acordo de Cooperação Técnica para Construção de Qualidade e Sustentabilidade, entre a SEGETH e a CODEPLAN, onde figura um eixo de indicadores de habitação, destinados a aprimorar o acompanhamento do déficit habitacional no Distrito Federal. Será possível acompanhar anualmente, por meio de pesquisa amostral, os quatro componentes do déficit habitacional, segundo método da Fundação João Pinheiro, nos quais embasa-se o Programa Habitacional Habita Brasília: domicílios em situação de coabitação, domicílios em situação de ônus excessivo com aluguel, domicílios com adensamento excessivo e domicílios apresentando déficit por precariedade. Além disso iniciaram-se os trabalhos para elaboração de nota técnica sobre a aplicação do método da Caixa Econômica Federal para estimativa da Demanda Habitacional Domiciliar, apto a aperfeiçoar análises sobre a precariedade habitacional.

2017

O Acordo de Cooperação Técnica - ACT desenvolveu produto que trata dos indicadores urbanos. Uma linha temática é focada na habitação, de forma a gerar dados para monitoramento, avaliação e proposição da Política Pública relativa ao tema. Assim, o alcance da Meta acumulada soma-se 80%.

2018

Não houve evolução. A Meta se mantém em 80% em razão das ações de revisão e elaboração do PLANDHIS, que deverá propor novos instrumentos e indicadores de avaliação da política pública.

8. Atender com moradia adequada 20% dos candidatos habilitados do Programa Morar Bem, com o atendimento de 30.000 dentre os 140.000 habilitados; (CODHAB)

2016

Da perspectiva traçada para 2016, foram entregues 4.901 Unidades habitacionais aos candidatos habilitados do Programa Morar Bem, nas localidades do: Riacho Fundo II - 4ª (1.392), Riacho Fundo II - 5ª etapa (1.116), Paranoá (2.304), Samambaia (56) e Sobradinho II – COER (33), promovida no âmbito do Programa MCMV, com recursos procedentes do FGTS e FAR.

2017

Da meta prevista para 2017 foram construídas 1.992 unidades habitacionais e foram entregues 1.103 aos candidatos habilitados do Programa Morar Bem, nas localidades do Riacho Fundo II - 4ª (759) e Samambaia (344), promovida no âmbito do Programa MCMV, com recursos procedentes do FGTS. Dentro do eixo Lote Legal, foram entregues 294 Lotes urbanizados, destinados ao assentamento de famílias em processo de remoção/relocação e vulnerabilidade, nas localidades de Sol Nascente - Ceilândia (229), Sobradinho II - Buritizinho (64) e Porto Rico (1).

2018

Da meta prevista para 2018 foram entregues 1407 unidades habitacionais, sendo 161 no Sol Nascente, 972 na 4ª etapa do Riacho Fundo II, 218 em Samambaia H4 e 56 em Samambaia AIUTAG. Dentro do eixo Lote Legal, foram entregues lotes destinados ao assentamento de famílias em processo de remoção/relocação, nas localidades de Nova Planaltina e Nova Petrópolis num total de 81 lotes, de acordo com o Relatório de Atividades da Codhab/2018.

9. Recuperar em sua totalidade os créditos oriundos dos contratos junto ao FCVS, no valor de R\$ 380.000.000,00; (CODHAB)

2016

No período 2015/2016, ocorreu à habilitação de outros 23.420 contratos junto ao FCVS, e foi dada celeridade aos trabalhos das etapas seguintes, quais sejam: a definição junto à CAIXA/FCVS da quantidade de processos a serem homologados, com a indicação de 2.500 mensais, a adoção de critérios para agilizar a validação de créditos homologados, além de monitoramento “on line” de diferenças porventura ocorridas na depuração pelo Agente Operador do FCVS, com vistas à pronta atualização de documentação requerida a par da manutenção da regularidade do Agente Financeiro/CODHAB no processo. Dessa forma, no final de 2016 remanesciam 11.925 contratos com créditos a habilitar. É importante ressaltar que após o procedimento de habilitação junto à CAIXA/FCVS, inicia-se a etapa de reconhecimento dos créditos (novação) por aquela entidade e só a partir desse momento ocorrerá à liberação dos respectivos créditos. Está em processo de novação o valor aproximado de R\$ 112.000.000,00.

2017

No Final de 2017, remanesciam 2.171 contratos a habilitar. Ressalte-se novamente, após o procedimento de habilitação junto à CAIXA/FCVS, inicia-se a etapa de reconhecimento dos créditos (novação) por aquela entidade e só a partir desse momento ocorrerá à liberação dos respectivos créditos. Está em processo de novação o valor aproximado de **R\$ 117,0 Milhões**. Assim, como no exercício de 2017 não houve nenhum reconhecimento de crédito junto a CEF também não houve nenhuma recuperação de crédito oriundo dos contratos com FCVS.

2018

No Final de 2018, remanesciam 1.779 contratos a habilitar. Ressalte-se novamente, após o procedimento de habilitação junto à CAIXA/FCVS, inicia-se a etapa de reconhecimento dos créditos (novação) por aquela entidade e só a partir desse momento ocorrerá à liberação dos créditos. Está em processo de novação o valor aproximado de R\$ 250,0 Milhões. Assim, como no exercício de 2017 não houve nenhum reconhecimento de crédito junto a CEF, também não houve nenhuma recuperação de crédito oriundo dos contratos com FCVS. A Codhab vem realizando inúmeras tratativas junto à Caixa Econômica Federal buscando a recuperação dos respectivos créditos. O intuito é utilizar parte desses créditos para pagamento da dívida imobiliária existente junto a CEF. No caso de não novação, ficará inviável o pagamento da dívida com os referidos créditos, afetando diretamente as contas do Tesouro.

10. Quitar a dívida imobiliária junto à Caixa Econômica Federal, num total de R\$ 182.000.000,00. (CODHAB)

2016

Com o processo de recuperação dos créditos do FCVS, estimados em 371,7 milhões, considerando os créditos já habilitados. Desse valor, já foram reconhecidos pela CAIXA/FCVS 299,7 milhões de reais (posição em 31/12/2016 e sujeita a atualizações), por meio das atividades Habilitação/Homologação/Novação onde será possível a efetiva quitação da dívida fundada com a CAIXA/FGTS, a qual gira em torno de 178,6 milhões de reais e ainda restar um saldo positivo para utilização no programa habitacional do Distrito Federal. Com a suspensão da dívida com a garantia dos créditos junto ao FCVS, não houve pagamento da dívida imobiliária junto à Caixa Econômica Federal no exercício de 2016.

2017

Em 2017, continuou suspenso o desembolso da dívida da CODHAB-DF com a Caixa/FGTS, tendo ainda como indicativo de garantia de pagamento de tal dívida, os créditos da CODHAB-DF, junto à Caixa/FCVS. Que ao final do exercício de 2017 o saldo devedor girava em torno de R\$ 186,2 milhões. Assim, em 2017, ocorreu aumento da dívida e não houve desembolso relativo ao pagamento da dívida imobiliária. Espera-se que em 2018 haja a recuperação de crédito a fim de viabilizar o atingimento dessa meta.

2018

Foi assinado com a CEF, Termo Aditivo que tratou da renegociação da dívida junto ao FGTS, assim continuou suspenso o desembolso da dívida, tendo ainda como indicativo de garantia de pagamento os créditos da CODHAB-DF junto à CAIXA/FCVS. Ao final do exercício de 2017, o saldo devedor girava em torno de R\$ 192 Milhões. A renegociação da dívida é uma tratativa que a Companhia vem realizando sistematicamente com o intuito de atingir a meta.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1418	NOVAS HABITAÇÕES ENTREGUES/TOTAL DE CANDIDATOS HABILITADOS PROG. MORAR BEM	%	1,5	31/12/2014	1,5	3,5	1,5	1,0	1,5	2,2	1,5	CODHAB / UO 28209 / OE 3
1419	NÚMERO DE MORADIAS MELHORADAS <i>(Indicador alterado, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	UNIDADE	0	31/12/2016	500	2.860	4.000	4.709	4.000	1.105	4.000	CODHAB / UO 28209 / OE 3
1420	PERCENTUAL DE CRÉDITOS HOMOLOGADOS <i>(Indicador alterado, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	%	0	31/12/2016	25	31	50	78	75	83	100	CODHAB / UO 28209 / OE 3

Justificativas 2016

Indicador 1418 - Riacho Fundo II (5ª etapa) Parque do Riacho 1.392 Riacho Fundo II (4ª etapa) AMMVS 1.116 Paranoá Paranoá Parque 2.304 Samambaia H4 - ASMARF 56 Sobradinho II COER 33 Total 4.901.

Indicador 1419 – Moradias beneficiadas direta e indiretamente pelas Ações Urbanas Comunitárias com melhorias habitacionais. O índice desejado foi ultrapassado devido à alta taxa de adesão das comunidades alvo.

Indicador 1420 - Foram homologados em 2016 pela Caixa Econômica 10.494 contratos, de um total de aproximadamente 32.752 contratos com cobertura do FCVS. Esta homologação (reconhecimento de direito) gerou a suspensão do pagamento da dívida no valor aproximado de R\$ 180.000.000,00.

Justificativas 2017

Indicador 1418 - Entregas de 1.103 UH: Em Samambaia (empreendimentos H4) - 344 UHs, no Riacho Fundo II (4ª etapa) AMMVS: 759 UHs. Em 2017 estavam previstas entregas no total de 1.992UHs, porém, houve atrasos operacionais em relação a 889 UHs. Após atualização cadastral o número de beneficiários da CODHAB reduziu de 140.000 para 110.000.

Indicador 1419 - Moradias beneficiadas direta e indiretamente pelas ações urbanas comunitárias e melhorias habitacionais com projetos e serviços de reforma.

Indicador 1420 - Foram homologados até o ano de 2017 pela CEF, 31.267 contratos, de um total de aproximadamente 40.000 contratos encontrados com cobertura de FCVS. Esta homologação (reconhecimento de direito) manteve a suspensão do pagamento da dívida no valor aproximado neste momento de R\$ 185,0 milhões.

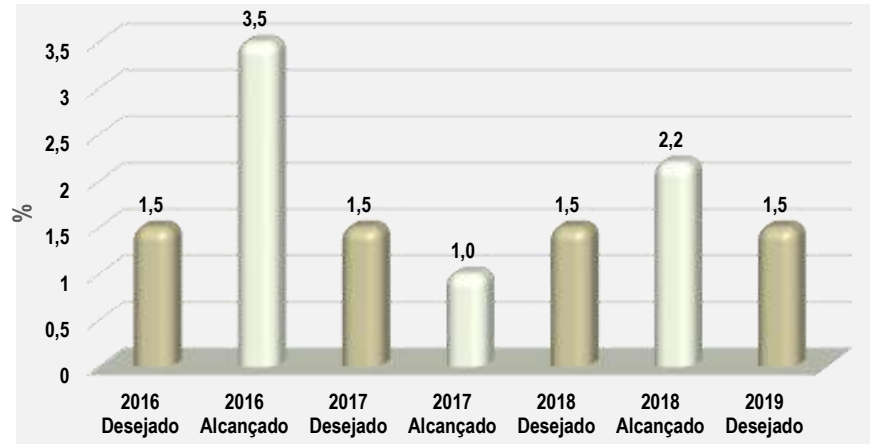
Justificativas 2018

Indicador 1418 - Foram entregues 2.216 uh's nas seguintes localidades: Sol Nascente Quadra 105 Projeto CODHAB 161 uh's; Riacho Fundo II (4ª etapa) AMMVS 1.987 uh's; Samambaia entidades 56 uh's e Sol Nascente Protótipo (Alexandre Rangel) 12 uh's.

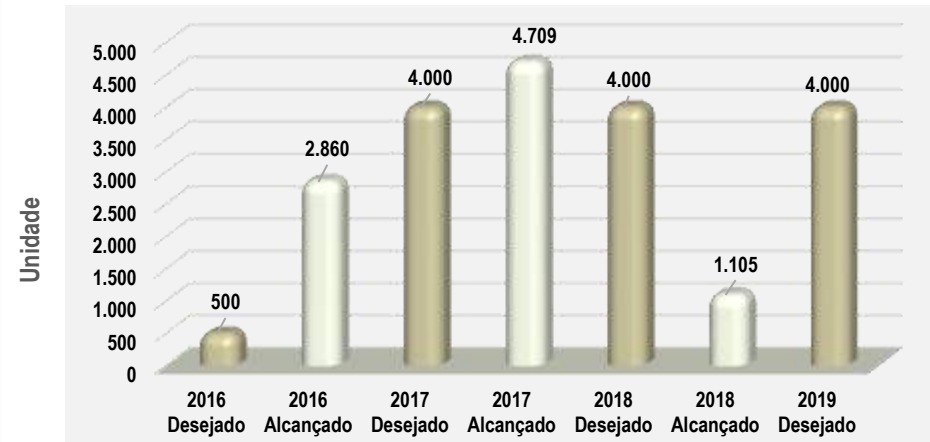
Indicador 1419 - 1105 famílias beneficiadas com ações urbanas comunitárias e diretamente com pequenas reformas residenciais, somente até o mês de abril, tendo em vista as vedações referentes ao período eleitoral.

Indicador 1420 - Foram homologados até o ano de 2018 pela Caixa Econômica Federal 33.051 contratos, de um total de aproximadamente 40.064 contratos com cobertura do FCVS. Esta homologação (reconhecimento de direito) manteve a suspensão do pagamento da dívida no valor aproximado neste momento de R\$ 190,2 Milhões.

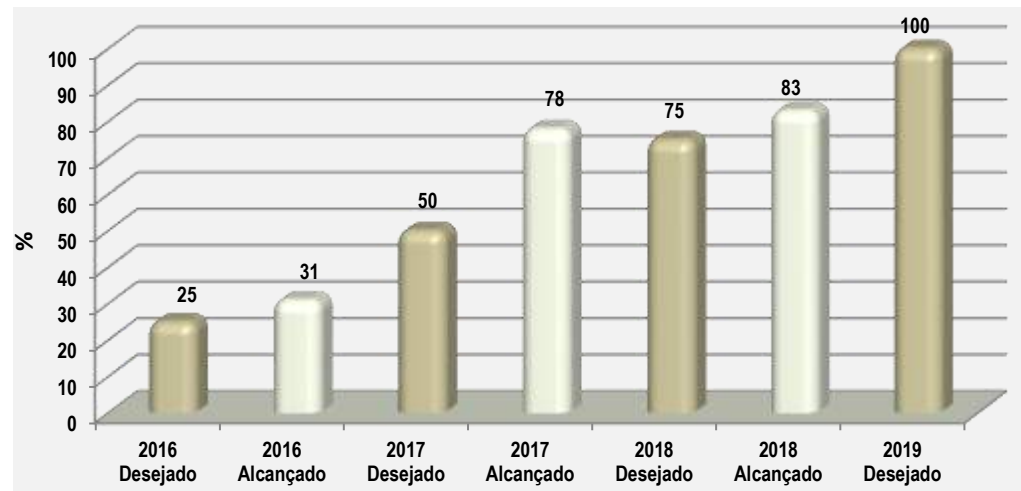
**NOVAS HABITAÇÕES ENTREGUES/TOTAL DE CANDIDATOS HABILITADOS
PROG. MORAR BEM**



NÚMERO DE MORADIAS MELHORADAS



PERCENTUAL DE CRÉDITOS HOMOLOGADOS



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6208	3	1	Elaboração de Minuta da Regulamentação da Lei 5.485/2015; (SEGETH)	28101	80	<p>2016 Embora não tenha ocorrido a regulamentação da legislação, a Lei nº 5.485/2015, que estabelece os princípios, diretrizes, objetivos, metas e estratégias para a política de assistência técnica pública e gratuita para projetos e construção de habitação de interesse social, está sendo cumprida por meio da assistência nos postos de atendimento nas Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, visando a requalificação das moradias promovendo melhoria de moradias inadequadas.</p> <p>2017 Não houve avanço quanto ao alcance dessa Ação não Orçamentária.</p> <p>2018 A minuta do Decreto de regulamentação da Lei foi submetida pela Codhab à Segeth para análise e finalização do conteúdo</p>
6208	3	2	Revisão e implementação das Leis das Outorgas Onerosas do Direito de Construir e de Alteração de Uso, com o viés de aporte de recursos ao FUNDHIS para fazer frente às necessidades da moradia digna; (SEGETH)	28101	100	<p>2016 Revisão e implementação das Leis ONALT e ODIR realizadas em 2015.</p> <p>2017 Ação alcançada no final do exercício de 2015.</p> <p>2018 Ação realizada no final do exercício de 2015.</p>
6208	3	3	Atualização dos instrumentos legais de promoção de moradia digna da Política Habitacional do Distrito Federal; (SEGETH)	28101	55	<p>2016 Início de entendimentos com a Secretaria do Meio Ambiente, visando a Compensação Florestal nos empreendimentos do Programa Habita Brasília do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 37.438, de 24 de junho de 2016. A Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB/DF, estabeleceu com missão da empresa “Promover habitação de qualidade, com cidadania”, assim, a Política Habitacional e de Regularização do DF foi estruturado em três linhas estratégicas de ação: a) Provisão de Moradias, que ocorreu com a continuidade do Programa Morar Bem, implementado em parceria com o programa federal Minha Casa Minha Vida, houve o lançamento de programas habitacionais com utilização de recursos próprios da CODHAB, b) Requalificação de Moradias, que vem ocorrendo com as assistências técnicas gratuitas, e c) Regularização Fundiária de Interesse Social, o qual tratava-se de um Projeto Estratégico para a SEGETH, no entanto, foi necessária a sua paralisação em virtude da Medida Provisória 759, de 2016, que dispõe sobre a regularização urbana e rural no Brasil, revogando a Lei nº 11.997, de 07/07/2009, que, por sua vez, foi recepcionada no DF por meio da Lei Distrital nº 4.996/2012.</p> <p>2017 Modelagem da linha de ação Aluguel Legal, referente ao serviço de locação social previsto no Decreto nº 37.438, de 24 de junho de 2016, que institui o Programa Habita Brasília, no âmbito da Política Habitacional do Distrito Federal, e cria o Comitê Gestor e o Grupo Técnico Executivo para desenvolvimento das ações de implantação do Programa. Foram elaborados dois estudos para demarcação de novas ZEIS no território, que resultaram no PLC 129/2017, que dispõe sobre a criação de Áreas de Regularização de Interesse Social - ARIS e Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS de Provisão Habitacional, e na minuta de PLC ZEIS Pôr do Sol, no âmbito do Processo SEI-GDF nº 00390-00010273/2017-54.</p> <p>2018 Não houve avanço em função da edição do Decreto nº 38.800, de 8 de janeiro de 2018.</p>
6208	3	4	Promoção de audiências públicas para a atualização	28101	100	<p>2016 Não houve a realização de audiências públicas.</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			dos instrumentos legais referentes a Política habitacional no DF; (SEGETH)			<p>2017 Realização de audiências públicas referentes à minuta de Projeto de Lei para criação de Áreas de Regularização de Interesse Social – ARIS e Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS de Provisão Habitacional, no Distrito Federal e à minuta de Projeto de Lei para criação de Zona Especial de Interesse Social – ZEIS Pôr do Sol, na Região Administrativa de Ceilândia, para provimento de novas áreas habitacionais.</p> <p>2018 Esta ação também ficou prejudicada em função da edição do Decreto nº 38.800, de 8 de janeiro de 2018.</p>
6208	3	5	Realização do levantamento socioeconômico de famílias a serem beneficiadas com melhorias habitacionais; (CODHAB).	28209	90	<p>2016 Em 2016 a implementação desta ação foi realizada com recursos humanos próprios, sendo que em 2017 serão utilizados recursos de empresas contratadas. Das 2.000 famílias que se pretende beneficiar com melhorias, somente 77 foram atendidas.</p> <p>2017 Em 2017 a implementação desta ação foi realizada com empresas contratadas por meio de procedimento licitatório realizado o último bimestre de 2016. Das 500 famílias que se pretendeu realizar o levantamento socioeconômico, foram alcançadas 220 famílias.</p> <p>2018 Das 500 famílias que se pretendeu realizar o levantamento Socioeconômico, foram alcançadas 210 famílias, um número razoável, utilizando recursos das empresas contratadas. Esta ação destina-se a promover melhorias habitacionais com o objetivo de proporcionar melhor qualidade de vida às famílias beneficiadas com os programas habitacionais.</p>
6208	3	6	Realização de ações referentes à remoção e relocação de famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social; (CODHAB).	28209	78	<p>2016 Estima-se que em 4 anos a CODHAB terá que realocar cerca de 850 famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Em 2016, foram realocadas 287 famílias.</p> <p>2017 Foram realocadas 294 famílias nas ARIS: Sol Nascente (229), Sobradinho - Buritizinho (64) e Ribeirão-Porto Rico (1). Estas realocações ocorreram devido às obras de execução de infraestrutura de saneamento básico e pavimentação de acordo com projetos urbanísticos incompatíveis com a realidade local.</p> <p>2018 Foram realocadas 81 famílias nas ARIS: 56 em Nova Planaltina e 15 em Nova Petrópolis. Remoção e realocação somente ocorrem quando há a necessidade de retirada de ocupantes de áreas de risco e de intervenção, e em 2018 somente foram necessárias nas áreas de Nova Planaltina e Nova Petrópolis.</p>
6208	3	7	Desenvolvimento de projetos arquitetônicos de unidades habitacionais, realizados por servidores do Órgão. (CODHAB).	28209	53	<p>2016 A meta era atingir cerca de 400 projetos. Até 2016, os projetos eram elaborados apenas por servidores da CODHAB, foram desenvolvidos 77. A partir de 2017, os projetos serão elaborados por empresas contratadas.</p> <p>2017 Os projetos arquitetônicos de readequação habitacional foram elaborados em grande parte por empresas contratadas por meio de procedimento licitatório. A CODHAB desenvolveu com recursos próprio 40 projetos na ARIS Estrutural.</p> <p>2018 A CODHAB desenvolveu com recursos próprios 95 projetos na ARIS Estrutural, área esta onde existia à época Posto Técnico com Equipe Multidisciplinar composta por arquitetos, engenheiros e assistentes sociais que permitiram desenvolvimento e execução direta do Programa Na Medida e Subprograma melhorias habitacionais, o que não ocorria nas demais localidades nas quais estavam implantados os demais escritórios técnicos sob a responsabilidade desta companhia.</p>

Análise dos Resultados do Objetivo Específico

2016/2018

SEGETH

Com o intuito de disponibilizar habitação digna à população a SEGETH elaborou 80% do Decreto de regulamentação da Lei nº 5.485, de 08 de junho de 2015, que estabelece princípios, diretrizes, objetivos, metas e estratégias para a política de assistência técnica pública e gratuita para projetos e construção de habitação de interesse social e desenvolveu as ações de assistência técnica às moradias

A provisão de moradias, realizadas em 2016, ocorreu com a continuidade do *Programa Morar Bem*, implementado em parceria com o Programa Federal Minha Casa Minha Vida, havendo lançamento de programas habitacionais com utilização de recursos próprios da CODHAB.

A assistência técnica permitiu que os proprietários dos lotes requalificação de moradias contasse serviços de assistência técnica gratuita, melhorando a habitabilidade e retirando famílias do déficit habitacional qualitativo.

O projeto de regularização fundiária de Interesse Social, teve início na SEGETH no ano de 2016, no entanto foi necessária à sua paralisação em virtude da Medida Provisória 759, de 2016, que dispõe sobre a regularização urbana e rural no Brasil, revogando a Lei nº 11.997, de 07/07/2009, que, por sua vez, foi recepcionada no DF por meio da Lei Distrital nº 4.996/2012.

O Plano Distrital de Habitação de Interesse Social – PLANDHIS tem impacto direto nesse Objetivo Específico, tendo como objetivo planejar a política habitacional de interesse social do Distrito Federal, que será executada pelo governo. Compõem o PLANDHIS todas as ações e estratégias do Governo para o enfrentamento do déficit habitacional do DF de forma ambientalmente sustentável, em especial para as famílias com renda na faixa 1 (até R\$ 1.600,00) do Programa Morar Bem. No ano de 2016 foram entregues 4.901 unidades habitacionais por meio do *Programa Morar Bem*, garantindo a segurança jurídica e regularização dessas moradias. Também foram realizados vários estudos referentes à identificação e criação de novas áreas de provisão habitacional em Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS e Áreas de Regularização de Interesse Social – ARIS, viabilizando assim novas entregas para o ano de 2017.

A modelagem da linha de ação Aluguel Legal, realizada durante o ano de 2017, visou promover a provisão de unidades habitacionais, por meio da concessão de subsídio para o público alvo, consolidando o conceito de moradia como serviço propiciado pelo Estado, em detrimento à concepção da moradia como bem de consumo e a seus efeitos no mercado imobiliário – altas de preços de imóveis, gentrificação de áreas reabilitadas etc. Buscou-se o atendimento à faixa da população em déficit habitacional com ônus excessivo com aluguel, maior componente do déficit no Distrito Federal; a modelagem de concessão de subsídios à população com maior comprometimento de renda com moradia; a consolidação da moradia como serviço propiciado pelo Estado em detrimento concepção da moradia como bem de consumo e a seus efeitos no mercado imobiliário. Foi realizado seminário sobre Habitação em Áreas Centrais, com o intuito de discutir possibilidades e estratégias de reabilitação de imóveis públicos e privados para provisão habitacional. Foram elaborados dois estudos para demarcação de novas ZEIS no território, que resultaram no PLC 129/2017, que dispõe sobre a criação de Áreas de Regularização de Interesse Social - ARIS e Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS de Provisão Habitacional, e na minuta de PLC ZEIS Pôr do Sol, no âmbito do Processo SEI-GDF nº 00390-00010273/2017-54. No período ainda foram desenvolvidos estudos sobre o tema habitação, para suporte às ações de planejamento.

Com o intuito de disponibilizar habitação digna à população, a CODHAB devolveu a Minuta do Decreto de regulamentação da Lei 5.485, de 8 de junho de 2015 – Assistência Técnica a Habitação de Interesse Social à SEGETH para análise e finalização do conteúdo. Nesta etapa, foi realizado um realinhamento do Decreto com as estratégias do PLANDHIS, em reuniões realizadas junto à CODHAB e nas Câmaras Técnicas do PLANDHIS. Foram realizadas vistorias para identificação de vazios urbanos e imóveis subutilizados na área central do CUB para delimitação das áreas como projeto piloto do Serviço de Locação Social, com a criação das ZEIS do Setor Comercial Sul – SCS na Minuta do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB. Também na Minuta foram inseridas estratégias do PLANDHIS no capítulo da Política Habitacional no CUB, relativas à revisão dos usos nos centros urbanos por meio da inserção de habitação, à redução dos vazios urbanos, à inserção de diversas faixas de renda nos empreendimentos habitacionais, à reabilitação de edifícios, ao mesmo tempo que abre novas possibilidades para inserção de novas ZEIS de centralidades na área do CUB, de acordo com seus condicionantes e promoção da rede de proteção social da população. Nesse exercício foi elaborada a Minuta do Decreto do Serviço de Locação Social, discutido na Câmara Técnica do PLANDHIS, principal instância do processo participativo de elaboração do Plano. Foi autuado processo junto ao SEI com a Minuta do Decreto do Serviço de Locação Social juntamente com a Nota Técnica e Exposição de Motivos.

Por motivo do Decreto N° 38.800, de 8 de janeiro de 2018, que dispõe sobre as condutas vedadas aos agentes públicos da Administração Pública direta e indireta do Distrito Federal no período eleitoral de 2018, a política de comunicação nesse período e dá outras providências, diversas ações não puderam ser realizadas a contento. Nesse sentido, como não havia previsão prevista em lei para a despesa que seria criada pela linha de ação do Serviço de Locação Social, não foi possível a implementação do serviço.

Contudo, todas as linhas de ação estão sendo contempladas na revisão do PLANDHIS, que deverá ser submetido como projeto de lei, que dará regularidade às linhas de ações que permitirá a redução dos indicadores de monitoramento da política habitacional.

CODHAB

Com a execução de obras de urbanização foram realizados os serviços de implantação da infraestrutura externa aos empreendimentos habitacionais contratados no âmbito dos Programas Morar Bem/MCMV, localizados no Riacho Fundo II – 4ª e 5ª etapa, na expansão do Paranoá, Recanto das Emas Quadras 117/118, Setor Central Gama e COER (Sobradinho II). A implantação da infraestrutura contempla a execução dos serviços de: drenagem, terraplenagem, pavimentação, calçadas, Sistema de Abastecimento de Água, Sistema de Esgotamento Sanitário e Rede de Distribuição Urbana de Energia Elétrica de Alta e Baixa Tensão e iluminação pública, serviços necessários para dar habitabilidade aos empreendimentos previstos para atendimento habitacional a famílias.

A produção habitacional em 2016 foi promovida no âmbito do Programa MCMV, com recursos procedentes do FGTS e FAR, tendo sido concluído e entregues 4.901 unidades habitacionais. Imbuída da obrigação legal em promover habitação de qualidade e com cidadania, Governo de Brasília, por meio da CODHAB desenvolveu ações de Melhorias Habitacionais e efetivou as contratações para elaboração de projetos por meio da realização de Concursos Públicos Nacionais visando à seleção de projetos tanto de Unidades Habitacionais quanto de Equipamentos Públicos Comunitários para as regiões do Riacho Fundo II, Sobradinho, Samambaia, Santa Maria, Sol Nascente Trecho I, Sol Nascente Trecho II. Em paralelo aos concursos públicos nacionais, também foram desenvolvidos, através da equipe de projetos da CODHAB, projetos de habitação para Sol Nascente, Samambaia, Vila Estrutural, e ainda projetos de calçadas para o Riacho Fundo II - 4ª Etapa e Recanto das Emas Quadras 117/118.

O Programa é desenvolvido exclusivamente pela CODHAB com empresas contratadas, entretanto as comunidades onde o programa está em operação são parceiras em potencial e está em operação em cinco comunidades: Porto Rico/Santa Maria, Fercal/DF, QNR/Ceilândia, Estrutural/SCIA/DF e Sol Nascente.

Continuando as ações desenvolvidas em 2016 em relação a execução de obras de urbanização, neste exercício foram realizados os serviços de implantação da infraestrutura externa aos empreendimentos habitacionais contratados no âmbito dos Programas Morar Bem/MCMV, localizados no Riacho Fundo II – 4ª etapa, na expansão do Paranoá, Recanto das Emas Quadras 117/118 e Sol Nascente. Quanto à implantação da infraestrutura foram executados os seguintes serviços: drenagem, terraplenagem, pavimentação, calçadas, sistema de abastecimento de água, sistema de esgotamento sanitário, fossas sépticas e rede de distribuição urbana de energia elétrica e iluminação pública, serviços necessários para dar habitabilidade aos empreendimentos previstos para atendimento habitacional a famílias.

Em 2017 a produção habitacional em 2017, também, foi promovida no âmbito do Programa MCMV, com recursos procedentes do FGTS, tendo sido concluído 1.992 UH construídas e entregues 1.103 unidades habitacionais. Imbuída da obrigação legal em promover habitação de qualidade e com cidadania, Governo de Brasília, por meio da CODHAB efetivou as contratações para elaboração de projetos por meio da realização de Concursos Públicos Nacionais visando à seleção de projetos tanto de Unidades Habitacionais para as regiões do Pôr do Sol e Sol Nascente Trecho II.

Com a aplicação do Programa de Melhorias Habitacionais obteve êxito em quatro localidades nas quais os Postos de Assistência Técnica (PAT) estão em funcionamento, sendo: Porto Rico/Santa Maria, Fercal/DF, QNR/Ceilândia e Sol Nascente/Ceilândia, totalizando assim um universo possível de 350 famílias a serem atendidas pelo primeiro Edital nº 012/2016. Ao longo de 2017

foram atendidas 132 famílias com projetos e obras executadas, ficando o remanescente para 2018. Para 2018 há a previsão de novo edital para atendimento de 1.050 famílias distribuídas em 07 localidades.

Para o alcance do objetivo específico a CODHAB implementou algumas adequações, cuja finalidade é a obtenção de maior efetividade na aplicação do Programa Temático. Como alguns exemplos: a) investimento na capacitação dos executores de contrato; b) reuniões com o corpo técnico, formado por mais de 10 (dez) profissionais, entre arquitetos e engenheiros, para debate e proposição de melhorias de processo; c) desenvolvimento, para as empresas responsáveis pela elaboração do projeto arquitetônico, de um Caderno de Orientações Técnicas (COT); d) Para as empresas responsáveis pela execução das obras, desenvolvimento de um novo processo de credenciamento mais ágil e interativo, por meio de um módulo web (0392- 004464/2017); e) aconselhamento jurídico, proporcionado pela Procuradoria Jurídica (PROJU) desta Empresa, no intuito de, no tocante aos aspectos jurídicos - formais, deixar as disposições contratuais mais efetivas; f) análise dos contratemplos sofrido anteriormente, nos diversos âmbitos nos quais constaram, com vistas a implementação de aperfeiçoamentos; g) criação de um sistema eletrônico para o gerenciamento de todos os processos de qualificações de moradias, por meio do qual, teremos um controle eficiente e célere.

Em 2018 foram realizados 210 projetos executivos, que atenderam as regiões de Ceilândia, Santa Maria, Fercal e Estrutural. Nas visitas sociais, foram encontradas condições sociais diversas em cada uma das localidades, assim, a CODHAB optou-se por efetuar uma classificação qualitativa e excludente dos casos, sendo considerados, apenas, os casos mais graves.

No que se refere ao levantamento socioeconômico de famílias alvo dos benefícios do “Programa/projeto de Melhorias Habitacionais”, em 2016 a estimativa era de atender 2.000 famílias. Contudo, em 2017 essa estimativa foi revista e findou reduzida para 500 famílias.

Os índices de vulnerabilidade das comunidades mais pobres do Distrito Federal nortearam e fortaleceram a escolha da atuação da Companhia, visando a execução da política habitacional enquanto ao atendimento do déficit qualitativo proveniente da autoconstrução realizada em assentamentos que estão em processo de regularização ou foram regularizados no último exercício.

IBRAM

Em 2016, os resultados apurados se deram a partir da contratação de uma empresa especializada em mapeamento e modelagem de processos. A seleção da empresa e a celebração desse contrato foram viabilizadas por meio de um Acordo de Cooperação Internacional firmado entre o IBRAM, a UNESCO e a ABC – Agência Brasileira de Cooperação.

Em 2017, por meio do Acordo de Cooperação Internacional firmado junto à UNESCO, foi possível, em parceria com empresa de consultoria especializada, realizar a remodelagem de uma parte dos processos de licenciamento ambiental que haviam sido mapeados no ano anterior. Houve ainda a implantação de parte das soluções que haviam sido idealizadas e testadas no âmbito dos serviços de consultoria e do Escritório de Processos do IBRAM, bem como o início das ações para contratação da fábrica de software que irá desenvolver o sistema de gestão ambiental do Instituto, tendo como prioridade, inicialmente, o processo de licenciamento ambiental. Esse sistema já dispõe de seus requisitos devidamente documentados, contemplando uma ferramenta de workflow e permitindo a criação automatizada de fluxo dos processos. Caberá à empresa contratada o desenvolvimento deste sistema durante o ano de 2018.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

004 – PACTO PELA FISCALIZAÇÃO INTEGRADA E GOVERNANÇA DO TERRITÓRIO: Definir os regramentos para os procedimentos de fiscalização (normas, procedimentos, monitoramentos, programações e governança) e assegurar a eficiência e eficácia nas ações fiscais, em consonância com os princípios de sustentabilidade, no ordenamento das atividades urbanas, ambientais e econômicas do território.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

09.201 – AGÊNCIA DE FISCALIZADORA DO DISTRITO FEDERAL – AGEFIS

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	4	1	Desobstruir e combater 16.000.000 m2 de ocupações irregulares no Distrito Federal; (AGEFIS) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	16.000.000	m²	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	20.815.426	33.016.532		206,4
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	4	2	Elaborar "Projeto de Monitoramento da Dinâmica do Território; (AGEFIS) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	100	50	-	50,0
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	4	3	Realizar ações de fiscalização integrada; (AGEFIS) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	100	100		100,0
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	4	4	Executar 21.000 fiscalizações no comércio estabelecido; (AGEFIS) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	21.000	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	7.722	12485		59,5
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	4	5	Realizar ações de capacitação do quadro de pessoal; (AGEFIS) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	100	132		132,0
6208	TERRITÓRIO DA GENTE	4	6	Realizar eventos de educação em fiscalização em Unidades Educacionais do Distrito Federal. (AGEFIS) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	100	98		98,0

Análise Qualitativa

1. Desobstruir e combater 16.000.000 m2 de ocupações irregulares no Distrito Federal (AGEFIS). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

O indicador acumula para 2017 o total de 20.815.426 m2 de áreas desobstruídas em ações de fiscalização executadas pela AGEFIS, em áreas rurais e urbanas. A superação da meta se deve a melhorias implantadas no planejamento pré-operacional e do geoprocessamento das ações. Dentre as ações de desobstrução consideradas no indicador, figuram as realizadas na Orla do Lago Paranoá, a desobstrução de Parques Ecológicos e operações de Pronto Resposta.

2018

No ano de 2018, manteve-se o foco na desocupação de áreas irregularmente ocupadas no Distrito Federal. Foram incluídas desocupações em Parques Ecológicos, operações de pronta resposta (operações de pequeno porte em ocupações irregulares na fase inicial) e grandes operações, somando uma área total desobstruída de 12.201.106 M2, o que corresponde a 407% da meta anual pactuada.

2. Elaborar “Projeto de Monitoramento da Dinâmica do Território; (AGEFIS) (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

O projeto foi elaborado no Sistema Gestão DF e encontra-se sob o ID nº 1655-Monitoramento da Dinâmica do Território, sendo concluída a metodologia de trabalho em 2017. Em destaque, nessa metodologia, encontram-se as Unidades Territoriais de Monitoramento Fiscal (UTMF), instituídas pela Instrução Normativa Nº 122, de 28 de agosto de 2017, que subsidiam o Monitoramento da Dinâmica do Território e consiste em um marco que pretende garantir, dentre outros aspectos, a regularização fundiária sustentável no Distrito Federal, o direito à cidade sustentável e a diminuição da segregação sócio-espacial.

2018

Em 2018, as Unidades Territoriais (UTMF) foram desenhadas segundo critérios estabelecidos, quais sejam: sistema viário (primordialmente) e acidentes geográficos (quando necessário).

Todo o Distrito Federal foi devidamente inserido na divisão prevista (Distrito/ Módulos/ Unidades); o Distrito foi definido como a menor parcela geográfica para efeito de cálculo estatístico censitário.

Concluído tal estudo, foi realizado o desenho do território, o qual foi utilizado para orientar os estudos da MARIT relacionados à classificação do território e ao dimensionamento do impacto da ocupação irregular, realizado a partir dos dados existentes na base de dados da AGEFIS e o dos dados disponíveis no Geoportall/ SEGETH.

3. Realizar ações de fiscalização integrada (AGEFIS). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

A meta da fiscalização integrada foi cumprida em 100%, tendo como resultado a desobstrução em 2017 do total de 20.815.426 m2 de áreas desobstruídas no território do DF.

Esse indicador apresenta os resultados das ações integradas com vários órgãos distritais para melhor alocação dos meios operacionais necessários para sua execução, entre eles: PMDF, CMBDF, CEB, CAESB, IBRAM, TERRACAP e NOVACAP, com o objetivo de estabelecer procedimentos para definir, planejar e executar as operações de erradicação, remoção e demolição de ocupações irregulares e de uso do solo com suporte em critérios técnicos.

2018

No ano de 2018 foram desobstruídos 12.201.106 m² de áreas irregularmente ocupadas em todo Distrito Federal. Com tal realização, a meta para o ano foi cumprida em sua totalidade.

A fiscalização por meio de uma interface direta que a AGEFIS possui com outros os órgãos do Distrito Federal, que possuem cadeia no Comitê de Governança e atuam nas ações operacionais, potencializando, deste modo, a capacidade fiscalizatória da Agência.

4. Executar 21.000 fiscalizações no comércio estabelecido (AGEFIS). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

Tem-se no acumulado de 2017 o total de 7.722 estabelecimentos fiscalizados no comércio estabelecido, tendo em vista a necessidade de inibir o exercício irregular de atividade econômica no Distrito Federal.

2018

A meta pactuada para o ano de 2018 foi de 4000 estabelecimentos fiscalizados, sendo de fato realizado o número de 4763 estabelecimentos comerciais fiscalizados, correspondente a um percentual de 119,25%.

5. Realizar ações de capacitação do quadro de pessoal (AGEFIS). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2017

As ações previstas no Plano Anual de Capacitação dos Servidores (PACS), ano 2017, da AGEFIS obtiveram o resultado total de 3.843 eventos/cursos de capacitação para servidores. Entre os destaques, encontram-se: Seminário de Combate à Grilagem de Terras Públicas no Distrito Federal (822 participantes) e treinamentos no SEI-DF (373 cursistas).

2018

Essa Meta visa capacitação e aprimoramento dos servidores da AGEFIS, nesse sentido foi realizada capacitação com o intuito de promover atualização dos procedimentos relacionados à habilitação de projetos, aos procedimentos de vistorias e às auditorias e das novas terminologias, foram capacitados de 121 auditores e auditores fiscais da especialidade de obras e edificações quanto ao novo Código de Obras.

Outro evento de capacitação promovido abordou o “Uso de Talonário e SISAF Mobile e GEO”, o qual teve como objetivo capacitar o servidor para utilização do Talonário Eletrônico (SISAF Mobile), auxiliando-o quanto ao uso de equipamentos e programas relacionados às ações fiscais de campo. Nesse treinamento foram habilitados 543 servidores, incluindo os auditores fiscais, auditores e inspetores fiscais.

Assim, alcançou-se em 2018 um total de 664 servidores capacitados.

6. Realizar eventos de educação em fiscalização em Unidades Educacionais do Distrito Federal (AGEFIS). (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).

2017

A meta foi alcançada pelo Projeto AGEFIS nas Escolas, tendo em vista o atendimento de 100% do público-alvo previsto para o ano de 2017, totalizando 131 (cento e trinta e um) alunos em 06 turmas do 5º ano do Ensino Fundamental na Escola Classe 01, situada no INCRA 08 em Brazlândia-DF. Esse evento ocorreu após a celebração do Acordo de Cooperação Técnica nº 09, de 18/10/2017 (DODF nº 209, p. 37, 31/10/2017), entre SEE-DF e AGEFIS, com vista a viabilizar o referido projeto na Rede Pública de Ensino.

2018

No primeiro semestre de 2018 o Projeto AGEFIS nas Escolas atuou em escolas localizadas em Taguatinga-DF, alcançando um número de 491 (quatrocentos e noventa e um) alunos em turmas do 5º ano do Ensino Fundamental. No segundo semestre de 2018, o Projeto foi suspenso por recomendação da Assessoria Jurídica da Agefis, conforme Nota Técnica SEI-GDF Nº19/2018-AGEFIS/DG//PROJU, em cumprimento da legislação eleitoral.

Assim, o Projeto obteve em 2018 98% da meta pactuada, que era de 500 alunos sensibilizados.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1715	PESSOAS SENSIBILIZADAS EM AÇÕES DE EDUCAÇÃO PARA FISCALIZAÇÃO	PESSOA	1.713	31/12/2017	-	-	1.500	4.288	1.000	5.342	1.000	AGEFIS/UO 09201/OE 4
1716	EXECUÇÃO DE AÇÃO FISCAL NO COMÉRCIO ESTABELECIDO	UNIDADE	0	31/12/2017	-	-	7.000	7.722	7.000	4.763	7.000	AGEFIS/UO 09201/OE 4
1717	ÁREAS DESOBSTRUÍDAS NO TERRITÓRIO	M2	10.126.168	31/12/2016	-	-	10.000.000	20.815.426	3.000.000	12.201.106	3.000.000	AGEFIS/UO 09201/OE 4
1719	DESOBSTRUÇÃO E COMBATE ÀS OCUPAÇÕES IRREGULARES DO LAGO PARANOÁ	UNIDADE	57	31/12/2016	-	-	112	330	100	0	100	AGEFIS / UO 09201 / OE 4
1758	TEMPO MÉDIO DE EMISSÃO DO RVH (RELATÓRIO DE VISTORIA DO HABITE-SE (Item incluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019	DIA	23	30/06/2018	-	-	-	-	30	23	30	SUOB / AGEFIS

Justificativas 2017

Indicador 1715 - Este indicador foi criado para sensibilizar os participantes acerca das ações da AGEFIS em prol da acessibilidade e da educação para fiscalização com foco na formação de cidadãos mais conscientes e com estreitamento da relação entre a instituição e a Sociedade. São eventos que compõe este indicador: Palestras sobre acessibilidade em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos e as ações de sensibilização em feiras livres, permanentes e eventuais do DF.

Indicador 1716 – O indicador tem como finalidade mensurar a fiscalização de comércios estabelecidos no âmbito do Distrito Federal e verificar se as ações fiscais estão inibindo o exercício irregular de atividade econômica no Distrito Federal.

Indicador 1717 – O indicador acumula o total de áreas desobstruídas em ações de fiscalização executadas pela AGEFIS, em áreas rurais e urbanas. A superação da meta se deve a melhorias implantadas no serviço decorrentes do planejamento pré-operacional e do geoprocessamento das ações. Dentre as ações de desobstrução consideradas no indicador, figuram as realizadas na Orla do Lago Paranoá, a desobstrução de Parques Ecológicos e operações de Pronto Resposta.

Indicador 1718 - No ano de 2017, foram realizadas 85 vistorias em obras no Setor Habitacional Vicente Pires, área objeto deste indicador, que estão em desacordo com a DIUR, tendo sido lavradas 2.282 ações fiscais, incluindo lacre e interdição das obras e apreensão de materiais de construção. Destacamos o excesso de liminares judiciais concedidas pela Justiça Federal em desfavor da AGEFIS, como um limitador à atuação deste órgão nesta região.

Indicador 1719 - Para o cumprimento das obrigações estipuladas na sentença proferida na Ação Civil Pública nº 2005011090580-7, a AGEFIS executou o Plano de Fiscalização e Remoção de Construções e Instalações erguidas na APP do Lago Paranoá em uma faixa de 30 metros da margem do Lago. A desobstrução foi iniciada em agosto de 2015 e concluída em dezembro de 2017, com um total de 454 lotes desocupados em todo o processo, sendo 330 lotes somente em 2017.

Justificativas 2018

Indicador 1716 - Para o Indicador 001716- Execução de Ação Fiscal no Comércio Estabelecido, a meta pactuada para o ano de 2018 é de 4.000 estabelecimentos fiscalizados, pois foram objeto de fiscalização 4.763 estabelecimentos.

Indicador 1717 - O total de áreas ocupadas irregularmente no Distrito Federal desobstruídas nos Parques Ecológicos, Pronto-resposta e grandes operações, o que corresponde a 407% do realizado em relação à meta anual pactuada.

Indicador 1719 - O objetivo do indicador era acompanhar a execução Plano de Fiscalização e Remoção de construções e instalações na APP do Lago Paranoá, executado no contexto do Projeto Governamental Orla Livre - cuja meta foi baseada na sentença proferida na Ação Civil Pública nº 2005011090580-7. A meta pactuada foi totalmente cumprida com as desobstruções ocorridas em 2015, 2016 e 2017, não cabendo novas desobstruções a partir de 2018.

Indicador 1758 – Para Indicador 001758 - Tempo Médio de Emissão de RVH (Relatório de Vistoria do Habite-se), a meta pactuada foi de 20 dias, porém devido a ajustes no SISTEMA SISAF GEO e publicação do novo COE – Código de Edificações do DF, o tempo real alcançado pela AGEFIS em 2018 foi de 23 dias.

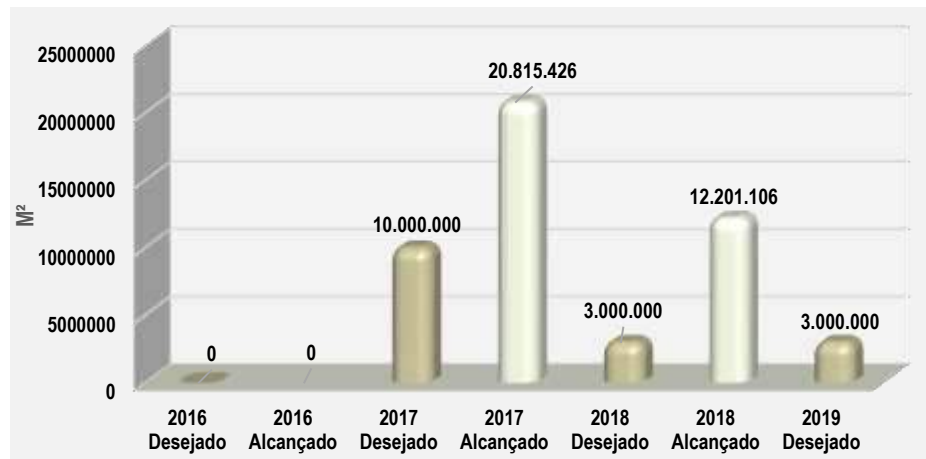
PESSOA SENSIBILIZADAS EM AÇÕES DE EDUCAÇÃO PARA FISCALIZAÇÃO



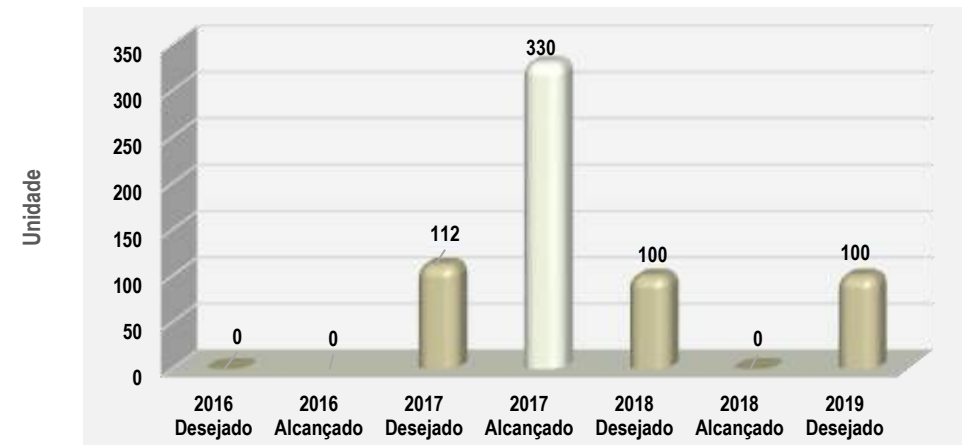
EXECUÇÃO DE AÇÃO FISCAL NO COMÉRCIAL ESTABELECIDO



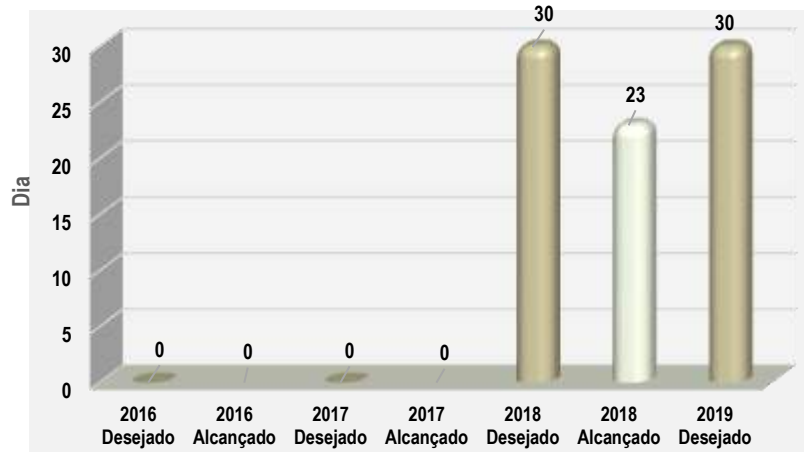
ÁREAS DESOBSTRUÍDAS NO TERRITÓRIO



DESOBSTRUÇÃO E COMBATE ÀS OCUPAÇÕES IRREGULARES DO LAGO PARANOÁ



TEMPO MÉDIO DE EMISSÃO DO RVH (RELATÓRIO DE VISTORIA DO HABITE-SE)



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6208	4	1	Elaborar a Política de Fiscalização de Atividades Urbanas do DF (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	09201	100	<p>2017 A Política de Fiscalização de Atividades Urbanas do Distrito Federal foi elaborada em 2016 e publicada pelo Decreto nº 37.239, de 07/04/2016, que regulamenta a referida política prevista na Lei nº 4.150, de 05/06/2008, que dispõe sobre a criação da Agência de Fiscalização do Distrito Federal – AGEFIS.</p> <p>2018 A execução da Política de Fiscalização de Atividades Urbanas, bem como a supervisão, o planejamento e a coordenação de ações de fiscais de competência da AGEFIS, vem contribuindo para o alcance do Objetivo Estratégico do Governo do Distrito Federal: "Promover o planejamento, ordenamento e regularização territorial de forma integrada e sustentável".</p>
6208	4	2	Elaborar o Plano de Ação para a implantação da Fiscalização Integrada (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	09201	100	<p>2017 Plano de Fiscalização de Atividades Urbanas do Distrito Federal foi concluído em 2016 no Projeto Gestão DF de ID nº 742- Fiscalização Integrada de Atividades Urbanas, sendo aplicado por meio de deliberações do Comitê de Governança do Território do Distrito Federal, instituído pelo Decreto 36.694, de 25/08/2015.</p> <p>2018 Durante o ano de 2018, o plano permaneceu sendo executado por meio das deliberações do Comitê de Governança do</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						Território do Distrito Federal, fórum em que a AGEFIS promoveu o aprimoramento da interface com os demais órgãos participantes.
6208	4	3	Elaborar o Mapa de Combate à Grilagem e Ocupações Irregulares (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	09201	100	2017 O mapa de combate à grilagem e ocupações irregulares no Distrito Federal encontra-se disponível no endereço eletrônico: http://portal.agefis.df.gov.br:8080/portal/public/maps/grilagem.html 2018 O mapa permaneceu disponível no endereço eletrônico: http://portal.agefis.df.gov.br:8080/portal/public/maps/grilagem.html
6208	4	4	Elaborar o Mapa do Índice de Impacto Territorial, com base no Método MARIT (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	09201	100	2017 O Mapa do Índice de Impacto Territorial, foi elaborado com base no método da Matriz Multicriterial de Impacto Territorial - MARIT, a qual consiste em uma ferramenta que caracteriza e classifica áreas no Distrito Federal de forma objetiva a fim de auxiliar nas tomadas de decisões do Comitê de Governança do Distrito Federal - CGT/DF. Pela aplicação dos cálculos propostos obtém-se o Índice de Impacto Territorial - IT - de cada porção do território do Distrito Federal. Quanto mais negativo o IT, maior o impacto da ocupação irregular sobre território e quanto menos negativo, menor o impacto. Vale ressaltar que o CGT/DF, instituído pelo Decreto nº 36.694/2015, possui a finalidade de assegurar a ordem urbanística, fundiária e ambiental, por meio de ações estratégicas de preservação, prevenção, proteção, operacionalização e controle, para prevenir, coibir, conter e fazer cessar práticas ilícitas afetas ao uso, ocupação ou parcelamento irregular do solo e das áreas de interesse ambiental. 2018 A aplicação da MARIT norteou de forma técnica a definição da prioridade de ações fiscais realizadas em áreas de ocupação irregular do solo no âmbito do Distrito Federal.
6208	4	5	Celebrar Acordo de Cooperação com a TERRACAP para obtenção de serviço de monitoramento do território via satélite (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	09201	100	2017 Celebrado Termo de Cooperação Técnica, em 11/11/2015, entre a AGEFIS e a TERRACAP (DODF nº 220, p. 31, 17/11/2015). 2018 Permanece ativo o Termo de Cooperação Técnica entre a AGEFIS e a TERRACAP no contexto de governança, visando atender a operacionalização das desobstruções de áreas ocupadas ilegalmente/irregularmente no Território do Distrito Federal.
6208	4	6	Celebrar Acordos de Cooperação com a NOVACAP para compartilhamento operacional; (AGEFIS) (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17, e excluída, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019).	09201	x	2017 Ação não executada, tendo em vista que foram priorizadas a celebração de Acordos de Cooperação firmados para atendimento de demandas estratégicas da AGEFIS, entre eles, destacam-se os celebrados com a Fundação Jardim Zoológico de Brasília, Defensoria Pública, Controladoria-Geral do Distrito Federal e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.
6208	4	7	Implantar Central de Fiscalização Integrada (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	09201	90	2017 A implantação da Central de Fiscalização Integrada se deu por meio do projeto de Solução de Sala de Situação, ID Gestão DF nº 1701, no âmbito da AGEFIS, sendo concluída a infraestrutura necessária para o recebimento das imagens a serem disponibilizadas pelo Centro Integrado de Comando e Controle Regional, vinculado à Secretaria de Estado de Segurança Pública e da Paz Social - SSPDF. Essa solução visa a disponibilização de dados relativos aos acompanhamentos e monitoramentos quantitativos e qualitativos das operações da AGEFIS, em tempo real ou não, propiciando uma visão holística, concisa e detalhada das suas operações de fiscalização e/ou de desobstrução no Distrito Federal. 2018 Em razão de decisão gerencial não foi dado prosseguimento à implantação da ação propriamente dita durante o ano de 2018.
6208	4	8	Elaborar Programações Fiscais Táticas e	09201	100	2017

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			Operacionais (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)			<p>Em 2017, as Programações Fiscais Táticas (PFT) passaram por um processo de modernização, onde o esforço foi em torno de aperfeiçoar da sua metodologia de trabalho, tornando-as mais intuitivas aos procedimentos relativos as ações fiscais para cada tema abordado. Conforme a legislação vigente para cada tema abordado, foram acrescentados e disponibilizados os fluxogramas de ações fiscais e modelos de Autos vinculados a cada uma das PFT's.</p> <p>O projeto de modernização das Programações Fiscais foi executado de forma efetiva, sendo estas 40 Programações Fiscais revisadas a colocadas numa nova formatação, inseridos os fluxos de ação fiscal e, ainda, itens que remetem ao Planejamento Estratégico, ciclo 2017/2020, da AGEFIS.</p> <p>Com base das Programações Fiscais Táticas, as diretorias das áreas fins elaboram as Programações Fiscais Operacionais (PFO) que estabelecem os detalhes das ações fiscais em termos de "quando, onde e quem" conduzirá o processo de fiscalização</p> <p>2018</p> <p>A metodologia foi segmentada por todas as Diretorias vinculadas às Superintendências pertencentes a estrutura da AGEFIS. Contudo, em 2018, houve uma alteração nos procedimentos da Fase de "Diagnóstico" em todas as Programações Fiscais Táticas, devido à criação de Unidade de Georreferenciamento e Monitoramento, que encampou a fase de Diagnóstico para todas as Programações Fiscais, trabalho esse considerado carro chefe da UGMON, não das Diretorias.</p>
6208	4	9	Elaborar Plano de Arrecadação da AGEFIS (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	09201	100	<p>2017</p> <p>Plano foi concluído e culminou na arrecadação de cerca de R\$ 1 milhão para investimento nas impressoras portáteis que compõem a solução do Talonário Eletrônico da AGEFIS.</p> <p>2018</p> <p>Problemas no sistema informatizado atual da AGEFIS, falta de lançamentos de taxas de ofício e indisponibilidade de boletos para pagamento no sítio da AGEFIS em vários períodos do ano contribuíram para um decréscimo na arrecadação da AGEFIS.</p>
6208	4	10	Rever o Plano Estratégico da AGEFIS (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	09201	100	<p>2017</p> <p>O Plano Estratégico, ciclo 2017/2020, foi ajustado e alinhado às estratégias governamentais e institucionais, aprovado pela IN nº 113/2017-AGEFIS.</p> <p>2018</p> <p>O Plano Estratégico, ciclo 2017/2020, aprovado pela IN nº 113/2017-AGEFIS, instituiu o Modelo de Gestão para Resultados e o Sistema GestãoDF, que trouxe como uma das ferramentas o "Acordo de Resultados".</p> <p>Tal ferramenta, implantada com viés institucional de modo a potencializar o alcance das metas e ações estipuladas dentro de cada unidade organizacional da Agefis para o ano de 2018, corroborou para o sucesso dos trabalhos desenvolvidos pelas aludidas unidades.</p>
6208	4	11	Elaborar Projeto AGEFIS nas Escolas (Ação incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	09201	100	<p>2017</p> <p>Projeto foi elaborado e implantado em 2017, sendo celebrado Termo de Cooperação nº 09/2017, entre SEE/DF e AGEFIS, para expansão do referido Projeto na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.</p> <p>2018</p> <p>O Projeto AGEFIS NAS ESCOLAS, executado no primeiro semestre de 2018, obteve sucesso e possibilitou a compreensão, por parte da sociedade, do papel real da AGEFIS na qualidade de vida da população do Distrito Federal.</p> <p>Tal Projeto foi suspenso no segundo semestre em virtude da orientação da PROJUR/AGEFIS, por meio da Nota Técnica nº SEI-GDF Nº19/2018-AGEFIS/DG/PROJU.</p>

Análise dos Resultados do Objetivo Específico

2016/2018

A AGEFIS realizou grandes conquistas no ano de 2017.

A revisão e o alinhamento dos instrumentos de planejamento, como o Planejamento Estratégico Institucional, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) e o Plano Plurianual (PPA), e a adoção ao Modelo de Gestão para Resultados (GpR), trouxeram grandes benefícios para o órgão, na medida em que as ações passam a focar resultados que agreguem valor à instituição e à Sociedade.

Entre os Resultados desse alinhamento registra-se 2017 como o ano com maiores aquisições em tecnologia da informação, entre eles, destacam-se: Drone - tipo quadricóptero, impressoras termos sensíveis e portáteis da solução de talonário eletrônico, equipamentos para infraestrutura da solução sala de situação e estações de trabalho avançadas (workstations), que corresponderão ao investimento no montante de R\$ 1.101.022,50.

Ainda, registram-se os excelentes resultados obtidos no principal indicador da AGEFIS, intitulado Índice de Áreas Desobstruídas no Território, que objetiva a mensurar o desempenho do governo na promoção do ordenamento e regularização territorial, por meio da desobstrução de áreas ocupadas ilegalmente, em área urbana ou rural. Em 2017, foram desobstruídos 20.815.425,26 m² em 503 operações realizadas pela AGEFIS na Orla, nos Parques Ecológicos e nas Equipes de Pronto-Resposta.

Consideramos de suma importância o reconhecimento da população do Distrito Federal sobre a atuação da AGEFIS, conforme o resultado da Pesquisa de Opinião da AGEFIS desenvolvida e aplicada pela CODEPLAN, em março de 2017, que foi finalista no Prêmio Inova Brasília, tendo como principais resultados:

- 1) 51% dos pesquisados consideram boas ou ótimas as ações da AGEFIS;
- 2) 80% apoiam as ações da AGEFIS na Orla do Lago Paranoá.

A AGEFIS, também, deslumbra a oportunidade de não apenas reagir às situações consolidadas, mas também de promover a cidadania, como agente transformador da sociedade, na medida em que tenta conscientizar as futuras gerações da importância com o cuidado com o meio ambiente em prol do desenvolvimento sustentável da comunidade a preservação da qualidade de vida para todos.

Em iniciativas como o AGEFIS nas Escolas, Acessibilidade no Jardim Zoológico e Calçadas Acessíveis em Águas Claras, onde se pretende conscientizar a nova geração sobre a importância do respeito aos espaços públicos e dos cuidados com a ocupação, conservação e limpeza das áreas de circulação e convivência, assim como, propiciar a compreensão da acessibilidade como meio de inclusão para todas as pessoas no uso de espaços públicos e privados.

A AGEFIS permanece buscando a excelência no exercício de sua missão institucional, sendo consciente do papel fundamental que desempenha na busca de promover o planejamento, ordenamento e regularização territorial de forma integrada e sustentável.

Foram mantidas as atividades correntes e aquelas implantadas nos anos anteriores, como fruto do Planejamento Estratégico e do Acordo de Resultados da autarquia e do Governo, tais como as ações educativas de sensibilização, a desobstrução de território público ocupado - que teve um resultado expressivo, a redução do tempo de emissão dos Relatórios de Vistorias de Habite-se, o atendimento ao cidadão, diretamente ou por sistema de Ouvidoria, o atendimento às demandas das Administrações Regionais, dentre outros. Com isso, a AGEFIS manteve os níveis satisfatórios de atendimento à sociedade já alcançados em anos anteriores.

Contudo, problemas internos decorrentes de reestruturação e de mudanças acentuadas na distribuição do trabalho interno e externo, na forma de trabalhar com os processos técnicos e administrativos, além da adoção de ferramentas tecnológicas ainda não totalmente sedimentadas, geraram limitações para o pleno desenvolvimento da força de trabalho interno. Ressalte-se, ainda, que o crescimento acelerado da população acarreta uma gama de problemas relacionados ao crescimento desordenado. Por essa razão, o consequente aumento da demanda combinado com as restrições de pessoal e orçamentária aponta para um agravamento da situação nos próximos anos.

Dessa forma, observa-se a necessidade de atenção maior, seja/ no Plano Estratégico, seja nas ferramentas de gestão a serem utilizadas e/ou nas definições de metas e indicadores, a fim de que sejam promovidas adequações e melhorias para o próximo exercício.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS: TODOS POR BRASÍLIA

GOVERNO ÉTICO TRANSPARENTE E COM FOCO EM RESULTADOS



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA POR DIRETRIZ E PROGRAMA (Valores em Reais)

Diretrizes/Objetivos Estratégicos	Programas Temáticos	Plano Plurianual	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	Emp/PPA %	Liq/PPA %
Todos por Brasília								
Tornar o cidadão protagonista na formulação e controle de políticas públicas.	6203 - Gestão para resultados	633.181.155,00	266.327.315,00	222.102.355,55	216.541.505,74	193.298.663,21	34	31
Tornar o servidor público elemento fundamental para a implementação da estratégia do Governo.								
Governo ético, transparente e com foco em resultados								
Assegurar o equilíbrio fiscal para garantir a capacidade de investimento do Governo.	6204 -Atuação Legislativa	1.631.836,00	2.876.800,00	571.800,00	318.167,34	307.838,88	19	19
Dotar o Governo de mecanismos que ampliem a capacidade de execução e de gestão para resultados.								
Todos por Brasília e Governo ético, transparente e com foco em resultados - TOTAL		634.812.991,00	269.204.115,00	222.674.155,55	216.859.673,08	193.606.502,09	34	30

**PROGRAMA TEMÁTICO:
6203 – GESTÃO PARA RESULTADOS**

OBJETIVO GERAL:

Promover a eficiência e eficácia da máquina administrativa, visando o equilíbrio fiscal, gestão eficiente de recursos financeiros, orçamentários, humanos e tecnológicos e assegurar transparência e controle social no processo de planejamento e implementação de políticas públicas e ações do Governo.

OBJETIVO ESPECÍFICO

O Programa Temático é composto de 07 objetivos específicos, conforme seguem abaixo:

Unidade Responsável/Objetivo Específico

45.101 – CONTROLADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL - CGDF
001 – GESTÃO TRANSPARENTE, ÉTICA E COLABORATIVA: Tornar o cidadão protagonista do processo de transformação da sua realidade, instituindo a transparência das ações do governo, implementando e fortalecendo mecanismos para o engajamento do cidadão na formulação e controle das políticas públicas.
19.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL - SEF
002 – EQUILÍBRIO FISCAL: Elevar a capacidade do Estado de gerar receita tributária e não tributária e de aplicar adequadamente os recursos públicos por meio da promoção da eficiência e eficácia da máquina administrativa.
32.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLAG
003 – EFICIÊNCIA DA GESTÃO: Promover a eficiência da máquina pública para elevar a capacidade do Estado de entregar resultados à sociedade pela implementação de uma estrutura mais enxuta e ágil, de melhores práticas de gestão e governança com foco na otimização dos processos críticos à estratégia do Governo Brasília.
004 – GESTÃO DE PESSOAS: Implementar uma política que vise a readequação de pessoas com base no perfil de competências, necessidades das unidades, buscando ainda a valorização por resultado, mérito e qualidade dos serviços prestados.
005 – GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO CORPORATIVA: Utilizar tecnologias de informação e comunicação (TIC) adequadas para gerar valor à prestação de serviços públicos com foco na eficiência e efetividade das funções governamentais.
09.101 – SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL, RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E SOCIAIS - CACI
006 – COMUNICAÇÃO SOCIAL: Difundir informações de interesse público sobre os objetivos, diretrizes e metas do governo, os direitos e deveres dos cidadãos, projetos e ações desenvolvidas pelo Distrito Federal nas diversas áreas de interesse da sociedade e estimular a participação da sociedade no debate com vistas ao aprimoramento das políticas e investimentos públicos.
09.102 - ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL - ArPDF
007 – GESTÃO DE DOCUMENTOS: Aperfeiçoar a gestão de documentos de arquivo de modo integrado às ações que visem promover o acesso à informação pública, bem assim a conservação e preservação do patrimônio arquivístico histórico do Distrito Federal e sua difusão.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA POR PROGRAMA E AÇÃO (Valores em Reais)

AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/PPA	% LIQ/PPA
1072 - EXECUÇÃO DA PPP DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO DF	279.518.182,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
1329 - GESTÃO DE PROCEDIMENTOS ARQUIVÍSTICOS	18.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0	0
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	33.442.018,00	19.104.517,00	14.559.522,61	11.619.896,86	11.577.920,31	35	35
1692 - IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - CETIC	24.501.795,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
1988 - IMPLANTAÇÃO DE CASAS COMUNITÁRIAS	35.763,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2415 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE GESTÃO INTEGRADA - CGI	50.828.343,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2465 - PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DOCUMENTAL DO DF E RIDE	23.500,00	203.000,00	223.973,98	44.769,58	44.769,58	191	191
2499 - EXPRESSO DA CIDADANIA	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2502 - MANUTENÇÃO DA CASA DA CIDADANIA	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	31.285.063,00	32.409.474,00	22.614.284,11	22.614.284,11	19.113.486,05	72	61
2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	10.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2895 - INCENTIVO AS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO, LANÇAMENTO E COBRANÇA ADMIISTRATIVA	100.000,00	6.442.500,00	0,00	0,00	0,00	0	0
2912 - ESTUDOS E PESQUISAS SÓCIO-ECONÔMICAS	161.705,00	786.446,00	1.215.465,92	1.215.465,92	1.215.465,92	752	752
2985 - MANUTENÇÃO DA REDE GDF - NET / INTERNET	1.300.000,00	2.974.675,00	5.388.443,41	4.618.321,83	4.618.321,83	355	355
3042 - REALIZAÇÃO DE CONSULTORIAS TÉCNICAS EM GESTÃO PÚBLICA	1.443.854,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	8.675.000,00	287.333,00	370.980,00	370.980,00	0,00	4	0
3069 - DESENVOLVIMENTO DE PLATAFORMAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOGRÁFICAS	43.443,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
03086 - AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	2.300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3102 - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO A GESTÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS - PNAFM	7.100.000,00	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3104 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO FAZENDÁRIO DO DF - PRODEFAP-PROFISCO	4.100.000,00	36.058.414,00	39.726.715,50	38.567.219,03	26.068.853,20	941	636
3667 - EDUCAÇÃO FISCAL	500.053,00	217.590,00	0,00	0,00	0,00	0	0
3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	40.225,00					0	0
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	6.994.412,00	4.689.610,00	1.785.591,66	1.460.591,66	1.460.591,66	21	21
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	5.315.484,00	835.433,00	11.550,00	11.550,00	11.550,00	0	0
4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	44.220,00	3.443.457,00	0,00	0,00	0,00	0	0
4090 - APOIO A EVENTOS	100.000,00	1.780.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
4093 - CONTROLE, CORREIÇÃO E TRANSPARÊNCIA NAS APLICAÇÕES DOS RECURSOS PÚBLICOS	31.000,00	50.000,00	572.225,00	572.225,00	563.725,00	1.846	1.818
4105 - ESTUDOS, ANÁLISES E ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS SOCIAIS	129.524,00	404.896,00	18.480,46	18.480,46	18.480,46	14	14
4180 - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS	251.694,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	5.812.983,00	316.333,00	0,00	0,00	0,00	0	0
4949 - MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO	11.818.479,00	13.799.122,00	21.080.911,20	21.080.911,20	19.597.097,79	178	166
5098 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE REFORÇO INSTITUCIONAL - "PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II"	14.200.000,00	2.350.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
5119 - IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE DE GERENCIAMENTO "PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II"	5.422.630,00	2.453.353,00	0,00	0,00	0,00	0	0
5126 - MODERNIZAÇÃO DA REDE GDF - NET/INTERNET	40.020.000,00	18.935.340,00	14.404.418,97	14.217.017,36	14.217.017,36	36	36
6057 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	1.077.840,00	13.000.000,00	346.602,22	346.602,22	52.800,00	32	5

AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/PPA	% LIQ/PPA
6066 - AÇÃO DE INCENTIVO A ARRECADAÇÃO E EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA - PINAT	11.092.699,00	15.465.000,00	29.999.890,54	29.999.890,54	26.422.432,66	270	238
6195 - CONCESSÃO DE PLANO DE SAÚDE AOS SERVIDORES	4.200.000,00					0	0
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	79.712.746,00	84.579.322,00	69.783.299,97	69.783.299,97	68.316.151,39	88	86
TOTAL GERAL DO PROGRAMA 6203 (ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL)	633.181.155,00	266.327.315,00	222.102.355,55	216.541.505,74	193.298.663,21	34	31

Obs.: Valores executados por diversas Unidades Orçamentárias (ex: 19.101 – SEF; 32.101 – SEPLAG e 45.101 – CGDF)



OBJETIVO ESPECÍFICO:

001 – GESTÃO TRANSPARENTE, ÉTICA E COLABORATIVA: Tornar o cidadão protagonista do processo de transformação da sua realidade, instituindo a transparência das ações do governo, implementando e fortalecendo mecanismos para o engajamento do cidadão na formulação e controle das políticas públicas.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

45.101 – CONTROLADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL - CGDF

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	1	1	Fomentar a fiscalização e o controle por meio do aperfeiçoamento de técnicas de auditoria e de controle interno do GDF, especialmente pela implantação do modelo IA-CM e da Gestão de Riscos; (CGDF) (Alterado, conforme Decreto nº. 37517/2016)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	16	40	40		40,0
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	1	2	Fortalecer os mecanismos de combate à fraude e à corrupção no GDF; (CGDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	25	50	60		60,0
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	1	3	Aprimorar os procedimentos de instrução/condução de processos administrativos disciplinares no GDF; (CGDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	30	55	65		65,0
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	1	4	Aprimorar os procedimentos de apuração de danos ao erário e sua recuperação ao GDF; (CGDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	25	50	60		60,0
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	1	5	Fortalecer os mecanismos de transparência e controle social das ações do GDF; (CGDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	25	50	75		75,0
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	1	6	Aprimorar a integração do sistema de ouvidorias do GDF; (CGDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	59	80	90		90,0
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	1	7	Otimizar os processos de planejamento e gestão da CGDF alinhados aos do GDF; (CGDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	25	50	75		75,0
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	1	8	Implantar 01 Casa da Cidadania, com ambientes adequados aos objetivos do projeto (CACI) (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019);	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	-	X	X	X
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	1	9	Implantar 19 Casas Comunitárias (CACI) (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019);	19	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	X	X	X
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	1	10	Implantar 07 Bibliotecas para movimentos sociais (CACI) (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019);	7	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	X	X	X
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	1	11	Capacitar 3.400 pessoas (CACI) (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019);	3.400	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	X	X	X
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	1	12	Disponibilizar 1 unidade móvel para atendimento às comunidades (CACI) (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA	1	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	X	X	X

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
				2016-2019);									
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	1	13	Promover o atendimento social a 20.000 pessoas (CACI).	20.000	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	55.700	90.950	90.950		454,8

Análise Qualitativa

1. Fomentar a fiscalização e o controle por meio do aperfeiçoamento de técnicas de auditoria e de controle interno do GDF, especialmente pela implantação do modelo IA-CM e da Gestão de Riscos (CGDF). (Alterado, conforme Decreto nº. 37517/2016);

2016

Com vistas ao aperfeiçoamento de técnicas de auditoria e de controle interno, foi implantado na CGDF o Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (Modelo IA-CM), integrante do Acordo de Resultados da CGDF, projeto consiste em uma estrutura que identifica os fundamentos necessários para uma auditoria interna eficaz no governo e no setor público em geral e ilustra os níveis e estágios por meio dos quais a atividade de auditoria interna deve evoluir. O Modelo traz uma autoavaliação, construção de capacidades e promoção da profissão, com vistas a melhorar a eficácia da auditoria interna, e contempla macroprocessos-chaves (Key Process Area - KPA) de auditoria interna, constituídos por atividades que devem ser institucionalizadas para que o órgão de controle seja considerado eficaz no governo e no setor público em geral.

Esses macroprocessos também estão relacionados a seis elementos: serviços e papel da auditoria interna; gerenciamento de pessoas; práticas profissionais; gerenciamento do desempenho e *accountability*; cultura e relacionamento organizacional e estruturas de governança. Tais elementos correlacionam-se ainda com os cinco níveis de maturidade de auditoria interna propostos pelo Modelo: 1-Inicial, 2-Infraestrutura, 3-Integrado, 4-Gerenciado e 5-Otimizado. A Controladoria-Geral objetiva alcançar até 2019 o nível 4 do Modelo e atualmente encontra-se no nível 2 do Modelo.

Além disso, iniciou-se o projeto, também integrante do Acordo de Resultados, de fomento e implantação da Gestão de Riscos em órgãos considerados de alta complexidade no Poder executivo do DF. A iniciativa busca integrar a gestão de riscos como elemento-chave da responsabilidade gerencial, de modo a promover a integridade e prevenir a improbidade, os desvios e a corrupção, com o desenvolvimento de atividades e ações destinadas a controlar os riscos da organização, neutralizando seu impacto. Em 2016, a meta de implantação em 15% das unidades programadas de alta complexidade foi alcançada, quais sejam: Hemocentro, SEAGRI e Metrô.

2017

Em relação ao projeto IA-CM, a meta estabelecida é atingir o nível 4 até 2019. Isso implica na institucionalização de 34 KPAs.

A meta de 2016 foi cumprida com a institucionalização de 10 KPAS. Para 2017, a meta também foi cumprida com a institucionalização de 7 KPAS, que consistiram na implantação dos seguintes produtos, entre outros: gestão por competências, custos, programa de avaliação de qualidade, relatórios de gestão, auditorias de desempenho.

Ou seja, até 2017 foram institucionalizados no total 17 KPAS que correspondem a 50% do total de KPAS necessários para atingimento do nível 4.

Em continuação ao processo de agregação de novas ferramentas de trabalho, com proposição inclusive advinda do Modelo IA-CM, foi iniciado o processo de fomento à gestão de riscos no GDF pela CGDF. Com esse intuito, o corpo funcional da CGDF foi capacitado e certificado para atuar junto às unidades que compõem o complexo administrativo do Poder Executivo do Distrito Federal.

Dessa forma, em 2017, a CGDF capacitou 180 (cento e oitenta) servidores por meio do curso Gestão de Riscos com base na ISO 31000:2009, sendo 22 (vinte e dois) servidores desta Controladoria Geral e 158 (cento e cinquenta e oito) servidores de outros órgãos do Governo do Distrito Federal.

A premissa adotada para o apoio à implantação da gestão de riscos no GDF é da CGDF atuar como uma consultoria às unidades integrantes do Poder Executivo. Nesse sentido foi adotada como metodologia a ser aplicada nos processos de implantação a ISO 31.000:2009. Esse padrão é utilizado para agregar os princípios da gestão de riscos à gestão da unidade, constituir uma estrutura formal com alocação de responsabilidades e objetivos para gerir riscos e integração de um processo de identificação, análise, avaliação e tratamento de riscos associados à rotina administrativa e finalística da unidade. Além disso, faz parte dos mecanismos implantados a revisão contínua e comunicação interna e externa constante como forma de manutenção da eficiência e eficácia da gestão de riscos. Em 2017, a matriz de riscos foi implantada nos seguintes órgãos: Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal - SEMA; Secretaria de Estado do Esporte, Turismo e Lazer - SETUL; Agência de Fiscalização do Distrito Federal - AGEFIS-DF; e Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal - TERRACAP.

2018

A CGDF realizou, em 2018, eventos de capacitação de seus servidores em técnicas de negociação avançada em acordos de leniência, além de eventos de capacitação corporativa, como a semana de capacitação. Tais iniciativas contribuíram para o fomento das ações de controle por meio do aperfeiçoamento de técnicas de auditoria e de controle interno do GDF.

Ainda, em 2018, em continuidade ao projeto IA-CM, foram realizadas diversas palestras para a disseminação da implantação do modelo e foram firmados Acordos de Cooperação Técnica com a Controladoria Geral da União e com o Serviço de Processamento de Dados Federal - SERPRO, para avanço na institucionalização do modelo IA-CM nos diversos órgãos de controle interno do Brasil. Nível e KPAs institucionalizados em 2018.

Com relação à gestão de riscos, em 2018 foi estabelecida a matriz de riscos nos seguintes órgãos: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Empresa de Assistência e Extensão Rural – EMATER/DF, Detran –DF, DFTRANS-DF, Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos, Secretaria de Estado de Fazenda e Secretaria de Estado de Saúde, além do início de trabalhos na Secretaria de Educação.

2. Fortalecer os mecanismos de combate à fraude e à corrupção no GDF (CGDF);

2016

Visando fortalecer os mecanismos institucionais de combate à corrupção, ao longo do ano de 2016 foram priorizadas, as seguintes ações vinculadas ao tema, quais sejam:

- realização de Inspeções Correcionais nos órgãos e entidades do DF, com a finalidade de promover a supervisão técnica das atividades de correição, bem como corrigir as falhas porventura identificadas. Em 2016, foi realizada inspeção correcional na Administração Regional do Cruzeiro, a qual recomendou a implantação de um sistema de gestão de documentos pela Secretaria das Cidades e a realização de parceria entre aquela Administração e a CGDF para o aperfeiçoamento prático, com troca de experiências entre as duas jurisdições, o que resultou no arquivamento de 4 processos de acompanhamento, após cumprimento das recomendações;
- ações com vistas à implantação de 2 (duas) unidades especializadas de correição na Casa Civil, relações Institucionais e Sociais e Secretaria de Estado de Mobilidade, com o objetivo de aprimorar e fornecer os elementos necessários ao pleno exercício das competências originárias das jurisdições;
- ações com vistas à implementação de Comissão de Ética em 21 (vinte e um) órgãos e entidades do Distrito Federal;
- realização de visitas técnicas, sendo 05 (cinco) de cunho correcional e 05 (cinco) de tomada de contas especial nos órgãos e entidades do DF, para definir, padronizar e sistematizar procedimentos; e
- capacitação de 423 (quatrocentos e vinte e três) servidores em mecanismos de combate à corrupção e disponibilização de modelos de atos processuais aos integrantes das comissões processantes.

2017

Com o objetivo de fortalecer os mecanismos institucionais de combate à corrupção, foram definidos indicadores vinculados ao referido objetivo estratégico, assim esta CGDF, em 2017, efetuou as seguintes ações:

- 1- realização de 09 (nove) visitas técnicas nos órgãos e entidades que compõem a estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal.
- 2- implementação de 01 unidade especializada de correição e de comissões de ética nos órgãos e entidades que compõem a estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal.
- 3- capacitação de 277 (duzentos e setenta e sete) servidores em mecanismos de combate à corrupção.

2018

Foram estabelecidas iniciativas para fortalecimento dos mecanismos de combate à corrupção, realizados ao longo de 2018, com definição e fortalecimento de algumas ações presentes nos indicadores previamente acordados, conforme segue:

1. publicação da Ordem de Serviço nº 11, de 02 de abril de 2018 com o intuito de normatizar o procedimento relacionado à realização de Visitas Técnicas de Tomada de Contas Especial nos órgãos e entidades supervisionados;
2. realização de 02 (duas) inspeções correcionais, nos seguintes órgãos: Administração Regional do Cruzeiro e Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos;
3. realização de 05 (cinco) visitas técnicas na área de Tomada de Contas Especial, nos seguintes órgãos: Secretaria de Estado de Saúde, Secretaria de Estado de Agricultura, Secretaria de Estado de Gestão do Território, Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras e Secretaria de Estado de Justiça;
4. realização de 05 (cinco) visitas técnicas na área de Correição, nos seguintes órgãos: Administração Regional da Fercal, Administração Regional de Sobradinho, Administração Regional de Sobradinho II, Administração Regional do Varjão, Administração Regional do Setor de Indústria e Abastecimento;
5. realização de 25 (vinte e cinco) reuniões técnicas nos órgãos e entidades que compõem a estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal sobre TCE;
6. realização de capacitação de 1148 (mil, cento e quarenta e oito) servidores em Processo Administrativo Disciplinar, Processo Administrativo de Responsabilização e Tomada de Contas Especial;
7. realização de 04 (quatro) procedimentos de mediação de conflitos entre agentes públicos;
8. realização de 02 (dois) encontros técnicos visando elucidar questionamentos acerca dos métodos de resolução consensual de conflitos;
9. promoção do curso de Negociação Avançada em Acordo de Leniência - FGV;

3. Aprimorar os procedimentos de instrução/condução de processos administrativos disciplinares no GDF (CGDF);

2016

Em relação aos procedimentos de instrução/condução de processos administrativos disciplinares foi editada a Portaria nº 235, de 26 de outubro de 2016 – que dispõe sobre a criação do Cadastro de Presidentes, Membros, Assistente Técnicos e Peritos para atuarem em Procedimento Apuratório em Comissões de Sindicância Investigatória, Sindicância Patrimonial, processo Administrativo Disciplinar, Processo de Investigação Preliminar, Processo Administrativo de Fornecedores, bem como em Processo de Tomada de Contas Especial no âmbito de Correição do Distrito Federal. Ademais, visando à implantação do módulo Sistema Correcional Integrado no SAEWEB foi feita a contratação de empresa objetivando o desenvolvimento do Sistema. Além disso, foi elaborado o Documento de Visão para a consecução dos trabalhos de concepção e mapeamento dos procedimentos disciplinares que irão possibilitar um monitoramento, em tempo real, dos processos disciplinares desenvolvidos em todos os Órgãos e Entidades do Governo do Distrito Federal.

2017

Em alinhamento ao papel desta CGDF como órgão superior do Sistema de Correição do Distrito Federal, conforme previsto pela Lei nº 4.938/2012, foram promovidas as seguintes ações, visando à uniformização dos procedimentos disciplinares instaurados no âmbito da Administração Distrital.

Destaca-se, inicialmente, a participação de servidores nas atividades de mapeamento e concepção do Sistema Correcional Integrado – SCI, em desenvolvimento pela equipe desta Controladoria-Geral do Distrito Federal, que possibilitará o acompanhamento informatizado de procedimentos disciplinares instaurados no âmbito dos órgãos e autarquias distritais.

Foram realizados, também, 315 (trezentos e quinze) atendimentos aos servidores atualmente encarregados da condução dos procedimentos disciplinares, no âmbito da Administração distrital, visando esclarecer dúvidas e evitar a prática de atos processuais eivados de nulidades.

Finalmente, registra-se a capacitação de 52 servidores da Secretaria de Estado de Saúde, na ocasião da realização da Inspeção Correcional Extraordinária na Corregedoria Geral da Saúde.

2018

Em razão da Lei nº 4.938/2012, estabeleceram-se as seguintes ações:

1. realização de mais de 250 (duzentos e cinquenta) atendimentos prestados a servidores de diversos órgãos da Administração Pública do Distrito Federal, com o objetivo de fornecer orientações técnicas a respeito da condução de processos disciplinares e de fornecedores e, assim, prevenir possíveis nulidades;

2. criação de processo nº 00480-00001482/2018-89 na base de conhecimento do sistema SEI, contendo modelos de documentos pertinentes à área de correição, conforme Circular SEI-GDF n.º 1/2018 - CGDF/SUCOR/COPDF;

3. continuidade no desenvolvimento do SCI - Sistema Correcional Integrado – módulo PAD que proporcionará uma atuação mais efetiva desta Controladoria-Geral no controle e no acompanhamento dos procedimentos disciplinares instaurados nos órgãos e entidades do DF;

4. requisições de servidores para atuarem em comissões no âmbito desta CGDF, com amparo no inciso VII do artigo 4º e inciso VI do artigo 5º da Lei nº 4.938, de 19 de setembro de 2012, c/c no inciso XIII do artigo 7º da Lei nº 3.105, de 27 de dezembro de 2002;

Finalmente, buscou-se, ainda, maior aproximação com o Poder Judiciário e com os demais órgãos de controle, no sentido de facilitar o compartilhamento de provas, contribuindo para a melhor elucidação dos fatos apurados no âmbito de processos conduzidos por esta Casa Correcional.

4. Aprimorar os procedimentos de apuração de danos ao erário e sua recuperação ao GDF (CGDF);

2016

Em relação ao aprimoramento dos procedimentos de apuração de danos ao Erário e sua recuperação, destaca-se a edição da Instrução Normativa nº 1/2016-CGDF, de 31 de maio de 2016, publicada no DODF nº 103, de 1º de junho de 2016, que instituiu o Termo Circunstanciado Administrativo em alternativa ao processo administrativo disciplinar e à sindicância administrativa em caso de extravio ou dano a bem público, que implicar em prejuízo de pequeno valor. E a revisão da Instrução Normativa nº 5/2012 - STC, revogada pela Instrução Normativa nº 4/2016-CGDF, que estabeleceu normas de instauração, organização e processamento de tomadas de contas especiais no âmbito do Poder Executivo do Distrito Federal.

2017

Em relação ao aprimoramento dos procedimentos de apuração de danos ao Erário e sua recuperação, destaca-se:

- A promoção de 05 (cinco) Workshops de Tomada de Contas Especial, com vistas ao conhecimento de instrução preliminar e execução de Tomadas de Contas Especiais e as formas de reposição do débito;

- A realização de 09 (nove) Visitas Técnicas junto a jurisdicionadas, objetivando orientar acerca das atividades relacionadas às tomadas de contas especiais e coletar informações dos processos dos órgãos/entidades que envolvam prejuízos. Registra-se que nessas visitas são verificadas se estão ocorrendo as devidas instaurações, bem como a correta condução dos trabalhos nos termos das legislações vigentes;

- Firmou-se também 07 (sete) parcerias com órgãos e entidades do GDF, a fim de promover maior celeridade na apuração de TCEs instauradas por eles, mediante orientação técnica e acompanhamento periódico por esta Pasta. Importa ressaltar a parceria realizada com a Secretaria de Estado de Saúde resultou em Cronograma junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, visando à orientação e à instrução inicialmente de 40 (quarenta) TCEs, com a presença in loco de 16 (dezesesseis) servidores da SES ;

- Implementação do ‘módulo auditado’ dentro do Sistema de Auditoria do Distrito Federal – SAEWEB ;

- Conclusão de apuração de 169 (cento e sessenta e nove) processos de TCE, sendo que 145 (cento e quarenta e cinco) procedimentos foram encerrados no âmbito desta CGDF e 24 (vinte e quatro) finalizados em parceria com outros órgãos. Encerrou-se o ano com um estoque de 155 (cento e cinquenta e cinco) TCEs em apuração.

Os esforços empreendidos nas apurações em sede de TCE proporcionaram um considerável aporte no ressarcimento de danos em favor do Governo do Distrito Federal, cujo montante de potencial retorno, no exercício de 2017, atingiu a cifra de R\$ 235.707.624,24 (duzentos e trinta e cinco milhões, setecentos e sete mil, seiscentos e vinte e quatro reais e vinte e quatro centavos).

2018

Em relação ao aprimoramento dos procedimentos de apuração de danos ao Erário e sua recuperação, destaca-se:

1. realização de 05 (cinco) Workshops de Tomada de Contas Especial - TCE, visando orientar os servidores quanto à instrução preliminar, execução de Tomadas de Contas Especiais e as formas de reposição do débito;

2. realização de 05 (cinco) visitas técnicas junto às jurisdicionadas, objetivando orientar acerca das atividades relacionadas às tomadas de contas especiais e coletar informações dos processos dos órgãos/entidades que envolvam prejuízos. Registra-se que nessas visitas são verificadas se estão ocorrendo as devidas instaurações, bem como a correta condução dos trabalhos nos termos das legislações vigentes;

3. conclusão da apuração de 177 (cento e setenta e sete) processos de TCE. Encerrou-se o ano de 2018 com um estoque de 277 (duzentos e setenta e sete) processos de TCE em apuração, dos quais 169 processos tratam de Indenização de Transporte da Polícia Militar do DF;

Os esforços empreendidos nas apurações em sede de TCE proporcionaram um considerável aporte no ressarcimento de danos em favor do Governo do Distrito Federal, cujo montante de potencial retorno, no exercício de 2018, atingiu a cifra de R\$ 330.569.079,76 (trezentos e trinta milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, setenta e nove reais e setenta e seis centavos).

5.Fortalecer os mecanismos de transparência e controle social das ações do GDF (CGDF);

2016

Em 2016, é possível constatar o atingimento de 25% da lacuna identificada por meio do fomento ao monitoramento da Lei de Acesso à Informação, ao monitoramento da transparência passiva, que atualmente possui uma taxa de respostas correspondendo a noventa e oito por cento dos pedidos realizados, ao monitoramento dos requerimentos de acesso a informação, tendo sido respondidos aproximadamente setecentos e sessenta recursos em 2016, ao desenvolvimento de ações que atuem diretamente sobre o índice de transparência ativa dos órgãos do governo do distrito federal, ao desenvolvimento da formação “espaço aberto” em que as unidades do governo são treinadas quanto à legislação de acesso a informação pela equipe da CGDF e ao desenvolvimento e incremento do portal de transparência do distrito federal que, em 2016, recebeu novos recursos e foi avaliado com a nota máxima pelo observatório social de Brasília. Além disso, foram realizadas ações que apoiem a transparência do Distrito Federal, quais sejam, reativação do aplicativo Siga Brasília no ano de 2016 que, até o presente momento já computa mais de duzentos mil acessos, a web tv transparência que garante o acompanhamento em tempo real das reuniões do conselho de transparência do Distrito Federal e a publicação dos painéis de transparência que produziram mais de setenta informações relativas à gestão do governo e que foram disponibilizadas ao público através de canais abertos no metrô e em alguns órgãos do GDF, além do próprio portal de transparência. Por fim no que concerne o controle social foram realizadas, em 2016, sessenta e três auditorias cívicas nas unidades básicas de saúde no Distrito Federal. Esta ação contempla, em sua metodologia, o envolvimento direto da comunidade na atividade de controle social e auditoria cívica. Também foi realizado o projeto “Controladoria na escola” que foi responsável por implantar a metodologia desenvolvida em 10 escolas do distrito federal tendo impactado aproximadamente 1022 alunos diretamente.

2017

Em 2017, constatou-se o atingimento de 25% da lacuna identificada por meio do aprimoramento das ações a seguir: 1. Aprimoramento contínuo do Portal da Transparência e do aplicativo Siga Brasília, assim como o incremento da WEB TV Transparência. Com essas ações, o número de acessos a esses instrumento teve um aumento de 50% em 2017, perfazendo um total de 4,3 milhões. O Portal da Transparência contou com 268 mil usuários e o Aplicativo Siga Brasília com 47 mil. 2. Em 2017 foram publicadas 165 informações por meio dos painéis de transparência, relativas à aplicação dos recursos públicos, disponibilizadas várias vezes ao dia nos totens onde se encontram os horários dos ônibus na Rodoviária do Plano Piloto. 3. Em 2017, foi instituída a

Política de Dados Abertos da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal e foi lançado o Portal de Dados Abertos do Governo de Brasília (www.dados.df.gov.br), para publicação das bases dos órgãos e entidades em formato aberto. 4. O Governo de Brasília atingiu, em 2017, 78,5% do cumprimento à Lei de Acesso à Informação, em função da criação do Índice de Transparência Ativa, cuja taxa atual de atendimento é de 59% e do monitoramento contínuo da transparência passiva, que atualmente possui uma taxa de respostas correspondendo a 98%. 5. O projeto “Espaço Aberto” ofereceu treinamento sobre a Lei de Acesso à Informação a 700 servidores em 2017. 6. Conclusão do retorno do projeto “Auditoria cívica na saúde” sendo concluído o retorno nas 63 unidades básicas de saúde e finalizado o relatório com a mensuração da taxa de resolução da auditoria cívica na saúde. Foram resolvidos 24,2% do total dos apontamentos da auditoria cívica. Foram mensurados 1524 apontamentos e resolvidos 369 itens, sendo que 17,3% da Estrutura física; 24,5% da Estrutura da farmácia; 38,2% dos Equipamentos; 7. Ampliação do projeto “Controladoria na Escola” com a gamificação através do 1º Prêmio Escola de Atitude que visa premiar as melhores iniciativas das escolas participantes e permitiu a participação de 104 escolas, capacitando 280 professores orientadores e com a participação de 4.000 alunos da rede pública de ensino do DF. O projeto premiou 10 escolas e 30 professores.

2018

Em 2018, constatou-se o atingimento de 75% da meta por meio do aprimoramento das seguintes ações: foram capacitados 640 servidores, que receberam treinamento sobre a aplicação da Lei de Acesso à Informação. Foi realizado o monitoramento e acompanhamento dos prazos dos 7.858 pedidos de acesso à informação, encaminhados ao Governo do Distrito Federal. Destes, 7.716 já foram respondidos (98%). No que se refere à Transparência Ativa, visando aprimorar o atendimento da Lei de Acesso à Informação, em 2018, 40 órgãos alcançaram a totalidade do Índice de Transparência Ativa. No Portal da Transparência do Distrito Federal, foram implementadas, ainda, novas consultas, como Emendas Parlamentares, Conselhos, Entidades Beneficiadas e Ressarcimento de Requisitados. Destaca-se que, com essas melhorias, o número de acessos ao Portal ultrapassou 2,7 milhões de visualizações de página e 366 mil usuários no ano de 2018. O aplicativo do Siga Brasília teve a inclusão dos dados de beneficiários de programas sociais. Destacando que no exercício de 2018, o Siga Brasília contou com cerca de 2,5 milhões de visualizações de página e 55 mil usuários. O Programa Controladoria na Escola capacitou 109 unidades escolares, envolvendo 4.716 estudantes inscritos no projeto e 278 professores orientadores. Esse resultado foi alcançado por meio do 2º Prêmio Controladoria na Escola. O Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal – CTCS, órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa e de acompanhamento das políticas de transparência e controle social, vinculado à Controladoria-Geral, realizou 09 reuniões do colegiado e foram submetidos 10 requerimentos aos diversos órgãos do GDF.

6. Aprimorar a integração do sistema de ouvidorias do GDF (CGDF);

2016

Com intuito de aprimorar a integração entre os projetos e programas das ouvidorias que compõem o Sistema de Gestão de Ouvidorias do Distrito Federal – SIGO-DF em 2016 foi realizado um planejamento estratégico integrado, que teve como produto a Agenda Estratégica do SIGO-DF, representada no mapa estratégico abaixo. Esse trabalho teve como objetivo instituir uma atuação sistêmica entre as unidades especializadas de ouvidoria dos órgãos e das entidades, denominadas unidades seccionais do SIGO/DF. Essa iniciativa tem como objetivo final colaborar com o cumprimento dos desafios impostos a nova administração do Governo do Distrito Federal, conforme planejamento estratégico governamental, no que se refere às melhorias dos serviços públicos que impactam diretamente na vida do cidadão do DF.

Uma vez construída a Agenda Estratégica, verificou-se a necessidade de elaborar um plano de ação, instrumento que dimensiona de forma prática o que deverá ser executado, contribuindo tanto para medidas de correção de problemas quanto para sua prevenção. Como primeira etapa desse planejamento estratégico realizou-se diagnóstico onde foram contemplados registros históricos, relatórios de visitas técnicas às unidades seccionais, memórias de reuniões, pesquisas de satisfação e outros relatórios gerenciais com informações sobre as demandas do cidadão e infraestrutura física disponível no âmbito do SIGO, o que constituiu uma gama de fontes de informações relevantes para elaboração desse plano, tornando-o mais consistente. Vale ressaltar que a construção da Agenda Estratégica contou com a participação de 49 ouvidorias, representando 59% de todo o SIGO-DF. Esse percentual representa o quanto houve de integração inicial com o desenvolvimento desse trabalho, para os próximos anos busca-se atingir um aumento de 30% para cada exercício.



2017

Em 2017, o desempenho da rede foi bastante satisfatório, com a execução de mais de 80% das iniciativas previstas. Com a execução implementada em parcerias com as ouvidorias seccionais, com a utilização de Grupos de Trabalho multidisciplinares, a proposta de trabalho obteve êxito em seu primeiro exercício de execução. Dentre as ações executadas pelos grupos de trabalho, destacamos o modelo de monitoramento compartilhado, com Grupos de Trabalho, a equipe de Gestão da Estratégia e o Conselho de Gestão Estratégica. Destaque deve ser dado ao desempenho dos grupos de trabalho, com a participação de diversos órgãos e entidades da Rede de Ouvidorias, com destaque para os seguintes:



- Qualidade da Resposta
- Formação Continuada
- Carta de Serviços ao Cidadão
- Projeto Ouvindo os Ouvidores
- Manual de Atendimento de Ouvidoria



Formação lógica do Business Intelligence - Em nas ouvidorias públicas, a fim de dar conta das ouvidorias de, ao realizar o tratamento das manifestações, transforma-las já em informações estratégicas para os órgãos, com uma tecnologia confiável dentro do próprio sistema informatizado, capaz de processar a coleta, organização, compartilhamento e monitoramento dessas informações para o suporte da gestão do negócio público por meio dos Dashboards/Painéis de Monitoramento da Ouvidoria desenvolvidos no OUV-DF.

Com o sistema OUV-DF e a revisão da pesquisa de satisfação realizada, a interação com o cidadão se tornou mais clara, amigável e objetiva, possibilitando agregar indicadores de medição de desempenho ao Sistema de Gestão de Ouvidorias do Distrito Federal – SIGO/DF de forma automática e em tempo real. Estes indicadores foram desenvolvidos de forma a poder avaliar

todos os processos internos de uma ouvidoria bem como a resolutividade do serviço prestado pelo órgão ou entidade pertencente ao governo com critérios de gestão que podem empoderar a figura do “Ouvidor-Gestor” baseado em uma “consultoria gratuita do cidadão” dentro do conceito de Inteligência e Governança do Serviço de Ouvidoria.

7. Otimizar os processos de planejamento e gestão da CGDF alinhados aos do GDF (CGDF);

2016

Como parte do processo de planejamento e gestão da estratégia da Controladoria-Geral do DF - CGDF, em 2016, foram realizadas ações para a implantação do modelo de gestão voltada para resultados, adotado pelo Governo de Brasília. A estratégia da CGDF foi traduzida para o Mapa Estratégico e para o Plano Estratégico Institucional da Controladoria-Geral - PEI 2016-2019:



No Mapa Estratégico da CGDF, foram estabelecidos 13 objetivos estratégicos, divididos em 3 (três) perspectivas, Cliente e sociedade, Processos Internos e Aprendizagem e Crescimento, e busca o fortalecimento da CGDF para ser reconhecida como órgão permanente de controle, cujas ações contribuem para melhorar a vida do cidadão.

A ferramenta utilizada para monitorar a execução da estratégia, é o Sistema Gestão-DF, desenvolvido pelo corpo técnico da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão. Ela representa o principal repositório de informações da estratégia da Pasta, sejam elas referentes aos compromissos assumidos no Acordo de Resultados ou relacionados ao Plano Estratégico Institucional da CGDF.

Além disso, em 2016, foram realizadas capacitações de 15 servidores em duas oficinas promovidas pela Subsecretaria de Gestão de Programas e Projetos Estratégicos da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão. Ocorridas em maio e em julho de 2016, as oficinas trataram do “Modelo de Gestão adotado pelo Governo” e “Monitoramento da Execução da Estratégia com a utilização do Sistema Gestão-DF”.

2017

Na continuidade ao modelo de gestão voltado para resultados, adotado pelo Governo de Brasília, a CGDF acompanha, monitora e orienta seus setores bem como os usuários internos para a consecução tempestiva de seus Objetivos Específicos, descritos nos indicadores constantes no seu Plano Estratégico Institucional - PEI, sendo que tal Plano está devidamente alinhado ao Mapa Estratégico do Governo de Brasília.

Tendo por base as diretrizes oriundas da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLAG, por meio da Subsecretaria de Gestão de Programas e Projetos Estratégicos - SUPPE, esta CGDF tem cumprido seus compromissos pactuados em seus Indicadores de Processos Críticos e Estratégicos, constantes no Acordo de Resultados firmado entre o titular desta Pasta e o Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, e ainda, aqueles constantes em seu Plano Estratégico Institucional.

Para tanto, a Controladoria Geral mantém o monitoramento tempestivo de seus Indicadores e Projetos, mediante acompanhamento da evolução quantitativa e qualitativa das metas propostas, e com isso alimentando o Sistema Integrado de Monitoramento e Gestão - GESTÃO-DF, principal repositório das informações da estratégia governamental.

Dessa forma, mediante tais ações, esta CGDF tem mantido o devido alinhamento aos macroprocessos do Governo de Brasília, o qual tem por missão precípua promover um governo ético, democrático, transparente e com foco em resultados, ofertando aos seus cidadãos oportunidades igualitárias, bem como, o orgulho de viver em Brasília.

2018

Como parte do processo de planejamento e gestão da estratégia da Controladoria-Geral do DF - CGDF, em 2018, foram realizadas ações para a implantação do modelo de gestão voltada para resultados, adotado pelo Governo de Brasília. Na continuidade ao modelo de gestão voltado para resultados, adotado pelo Governo de Brasília, a Controladoria Geral do Distrito Federal - CGDF acompanha, monitora e orienta seus setores bem como os usuários internos para a consecução tempestiva de seus Objetivos Específicos, descritos nos indicadores constantes no seu Plano Estratégico Institucional - PEI, sendo que tal Plano está devidamente alinhado ao Mapa Estratégico do Governo de Brasília.

Visando a otimização dos processos de planejamento e gestão desta Controladoria-Geral, foram promovidas iniciativas, entre as quais se destaca a realização do Prêmio Boas Práticas da CGDF, cujo objetivo consiste em estimular a cultura da inovação, disseminar boas práticas e valorizar servidores públicos que atuam na busca pela melhoria da qualidade dos serviços e da gestão pública.

8. Implantar 01 Casa da Cidadania, com ambientes adequados aos objetivos do projeto (CACI) (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019);

2016

Em 2016 passou a chamar-se Casa Comunitária e suas realizações passaram para a Secretaria de Estado das Cidades, acompanhadas pela Saris.

2017

Desde 2016, as atribuições referentes à Casa da Cidadania foram transferidas para a Secretaria de Estado das Cidades.

9. Implantar 19 Casas Comunitárias (CACI) (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019);

2016

Foram destinados recursos exíguos e insuficientes para promover as ações necessárias ao cumprimento das metas no ano de 2016. O projeto será realizado pelas Administrações Regionais, sob o acompanhamento da Subsecretaria de Movimentos Sociais e Participação Popular-SUBMOP.

2017

Após repactuação de metas para o aditivo do Acordo de Resultados 2017-2018, definiu-se que o projeto será realizado pelas Administrações Regionais.

10. Implantar 07 Bibliotecas para movimentos sociais (CACI) (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019);

2016

A insuficiência de recursos orçamentários inviabilizou sua implantação neste exercício.

2017

A atual conjuntura econômica não permitiu implantar o projeto que encontra-se em fase de revisão.

11. Capacitar 3.400 pessoas (CACI) (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019);

2016

Os recursos ofertados foram exíguos e insuficientes para promover as ações necessárias a atingir a meta em 2016.

2017

A atual conjuntura econômica não permitiu implantar o projeto.

12. Disponibilizar 1 unidade móvel para atendimento às comunidades (CACI) (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019);

2016

A inexistência de recursos orçamentários impediu a disponibilização da unidade móvel para atendimento às comunidades.

2017

A carência de recursos orçamentários impediu atingir a meta.

13. Promover o atendimento social a 20.000 pessoas (CACI).

2016

Foram realizados atendimentos nas unidades da Subsecretaria de Movimentos Sociais, por servidores do setor, que superaram o número de 20.000 pessoas, conforme demonstram as estatísticas de participação:

- I. MST-DF- 12.000 pessoas em diversos acampamentos;
- II. Associação de Feirantes do Gama, Rodoviária e Shopping Popular – 1.500 pessoas;
- III. UES-DF – Representa todos os estudantes secundaristas do DF;
- IV. FNL – 10.000 pessoas em acampamentos diversos;
- V. MTST-DF – 3.000 Pessoas;
- VI. MDT – 3.000 pessoas;
- VII. ANALC – 5.000 pessoas;
- VIII. Comunidade Cigana Calon – 200 pessoas;
- IX. FETRAF-DF – 7.000 Pessoas;
- X. MATR – 5.000 pessoas;
- XI. MBST – 5.000 pessoas;
- XII. MLT – 4.000 pessoas.

2017

As ações desenvolvidas pela Subsecretaria de Movimentos Sociais, por servidores do setor, superaram o quantitativo de 20.000 pessoas, de acordo com os levantamentos feitos, em destaque:

- I - ANALC – 5.000 pessoas;
- II - FNL – 11.000 pessoas em diversos acampamentos;
- II - Associação das Mulheres de Sobradinho – 250 pessoas;
- IV- UMES E FESB – 2.000 pessoas;

V - Prefeituras comunitárias e Associação de Moradores – 2.000 pessoas;

VI - MST DF – 15.000 pessoas em diversos acampamentos.

2018

Prosseguindo no desenvolvimento de Políticas de Participação Popular, a Subsecretaria de Movimentos Sociais, já superado a estimativa de atendimentos social, implementou mecanismos de avaliação e acompanhamento das ações de políticas e participação popular, sendo as principais:

- Mapeamento e Mobilização das Entidades e Movimentos Sociais, utilizando tecnologia de código aberto,
- Programa de Formação Cidadã, e;
- Calendário de Encontros "Governo de Brasília e Movimentos Sociais"
- Mediação de conflitos sociais
- Atendimento de movimentos sociais (MST, FNL, outros movimentos de luta pela terra).

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1680	NÍVEL DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DO DISTRITO FEDERAL NA AVALIAÇÃO IA-CM DO IIA, CONACI E BANCO MUNDIAL (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	NÍVEL	1	31/10/2015	2	1	3	2	3	2	3	SUBCI / CGDF / UO 45101/ OE 1
1681	ATENDIMENTO SATISFATÓRIO DAS RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA CONSEQUENTES DE FALHAS GRAVES	%			30	45	35	47	40	38	45	SUBCI / CGDF / UO 45101/ OE 1
1682	TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO DE MATRIZES DE RISCO (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	%			15	15	30	30	45	54	60	SUBCI / CGDF / UO 45101/ OE 1
1683	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES ESPECIALIZADAS DE CORREIÇÃO	%	10	31/12/2015	30	22	50	91,66	80	91,66	100	SUCOR/ CGDF / UO 45101/ OE 1
1684	IMPLEMENTAÇÃO DE COMISSÃO DE ÉTICA NOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO DISTRITO FEDERAL	%			30	87	50	96	80	100	100	SUCOR/ CGDF / UO 45101/ OE 1
1685	TAXA DE SATISFAÇÃO COM O SERVIÇO DE OUVIDORIA (Indicador alterado, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	%	50	31/12/2015	55	56	56	58,25	58	70	60	OUVIDORIA GERAL/ CGDF / UO 45101/ OE 1

Justificativas 2016

Indicador 1680 - Para o atingimento do nível 2, há atividades remanescentes que se encontram em fase de revisão com previsão de entrega até 30/03/2017. Em 2016, não foi possível alcançar o nível 2, por conta de necessárias revisões dos textos normativos que surgiram durante todo processo.

Indicador 1681 - Meta atingida em 45,73%. O monitoramento das falhas de auditoria no exercício de 2016 obteve o quantitativo de 293 recomendações.

Indicador 1682 - Foram entregues 3 matrizes de risco em 2016: HEMOCENTRO, SEAGRI e METRÔ-DF.

Indicador 1683 - Inobstante os esforços empreendidos por esta Controladoria no sentido de fomentar, orientar e recomendar os órgãos e entidades do DF sobre a necessidade de implantação das unidades correccionais, o resultado alcançado foi de 22,22% de instituição de unidades especializadas.

Indicador 1684 - Foi estabelecido o indicador relativo à implementação de Comissões de Ética nos órgãos e entidades que compõem a estrutura administrativa do DF. Para tanto, os órgãos foram definidos como de alta complexidade. Destes órgãos, 87% já implementaram suas Comissões de Ética. Portanto, foi superada a meta estabelecida em 2016.

Indicador 1685 - O índice alcançado é de 56%. A satisfação foi medida pelo Sistema Informatizado de Ouvidoria - Ouv-DF, no qual o cidadão tem a opção de indicar se sua manifestação foi ou não resolvida.

Indicador 1686 - A meta prevista para o indicador em 2016 é de 55%. Houve 290 respondentes, dentre os quais, 137 declararam-se muito satisfeitos, 47 satisfeitos, 39 insatisfeitos e 67 muito insatisfeitos. A soma dos que se declaram satisfeitos e muito satisfeitos corresponde a 63% do total o que fez com que a meta fosse superada em 8%.

Justificativas 2017

Indicador 1680 - No ano de 2017 foram implantados 7 KPAs que correspondem a 50% do nível 3 do modelo IA-CM: Estrutura de Gestão da Qualidade; Informações de Custos; Planos de Auditoria baseados em risco; Relatório de Gestão de AI; Coordenação com outros Grupos de Revisão; Criação de Equipes e Competências; e Auditorias de Desempenho/Operacionais.

Indicador 1681 - 47% representa o total de 88 recomendações atendidas nos relatórios de auditoria de monitoramento. Esse resultado é a divisão de 88 por 187 (Total de recomendações nos relatórios de monitoramento).

Indicador 1682 - No ano de 2017 foram implementadas as matrizes nos seguintes Órgãos: SEMA, TERRACAP, SETUL E AGEFIS. Somadas às matrizes implementadas no ano de 2016 (HEMOCENTRO, SEAGRI e METRO), foram implantadas até o momento a metodologia de gestão de riscos em 7 unidades, num total de 24 unidades de alta complexidade do Poder Executivo do DF. Para o ano de 2018 o quadro de servidores da CGDF foi fortemente reforçado, o que deve ajudar no trabalho com fins de atingimento das metas para este ano.

Indicador 1683 - O índice alcançado de 91,66% refere-se a 11 Órgãos da Administração Direta, de um total de 12 Órgãos. Dessa feita, foram implantadas 11 unidades especializadas de correição/comissões

Indicador 1684 - O Indicador "Implementação de Comissão de Ética nos Órgãos e Entidades do DF" alcançou a meta de 96%, restando apenas o Departamento de Estradas de Rodagem do DF - DER/DF para implementar a referida Comissão de Ética. A Polícia Militar do Distrito Federal não se enquadra na legislação distrital, pois possui regimento próprio aplicado à Corporação, razão pela qual deixou de constituir a comissão de ética.

Indicador 1685 - A avaliação cidadã acerca das demandas de Ouvidoria é feita de forma automática no sistema informatizado de ouvidoria, disponível em www.ouv.df.gov.br, logo após o recebimento da resposta de sua demanda. O cidadão qualifica a resposta recebida como "resolvida" ou "não resolvida" e preenche uma pesquisa de satisfação com relação ao serviço de ouvidoria. Os dados apresentados são referentes ao período de janeiro a outubro de 2017

Indicador 1686 - Em razão das limitações de recursos financeiros e de recursos humanos especializados para implementação nos demais instrumentos, a pesquisa de opinião só foi implementada no Portal da Transparência em 9 de dezembro de 2016 e ainda está em fase de aperfeiçoamento, uma vez que a forma como é apresentada atualmente pode gerar resultados enviesados.

Justificativas 2018

Indicador 1680 - Até 31/10/2018 foram institucionalizados 10 processos chaves, que representam 67% do nível 3.

Indicador 1681 - B) Total de Recomendações nos Relatórios de Monitoramento/SAC'S até out/2017 = 374(A) Total de Recomendações Atendidas Nos Relatórios de Auditoria de Monitoramento = 142(A/B %) = 38,0%

Indicador 1682 - Meta atingida: Até 31/12, foram implementadas matrizes de risco em 13 unidades (54%).

Indicador 1683 - Meta cumprida: Foram identificados entraves para o cumprimento do objeto deste indicador se devem a fatores alheios à atuação desta Controladoria, haja vista que compete a este Órgão apenas fomentar, orientar e recomendar a implantação das unidades correcionais; enquanto que compete aos órgãos e entidades do DF a reestruturação física, a contratação ou a realocação de servidores que possuam os requisitos legais para atuação na área.

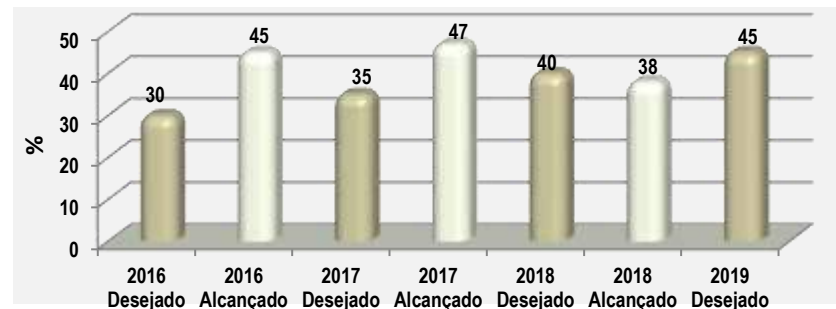
Indicador 1684 - Meta alcançada - Foram implementadas Comissões de Ética em 100% dos órgãos definidos como de alta complexidade.

Indicador 1685 - O resultado alcançado aponta para o cumprimento da meta.

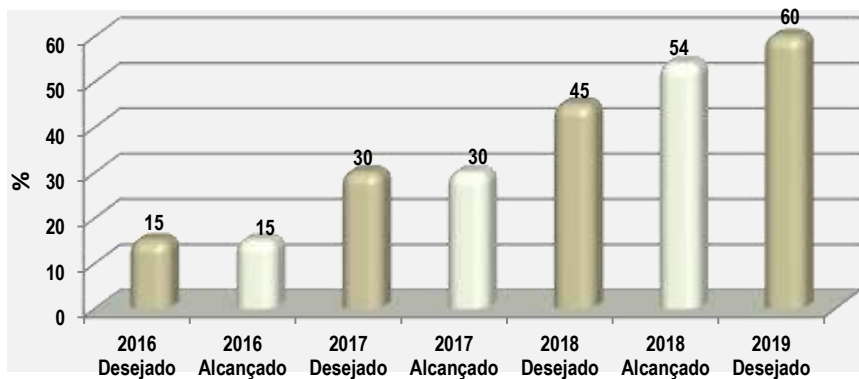
NÍVEL DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DO DISTRITO FEDERAL NA AVALIAÇÃO IA-CM DO IIA, CONACI E BANCO MUNDIAL



ATENDIMENTO SATISFATÓRIO DAS RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA CONSEQUENTES DE FALHAS GRAVES



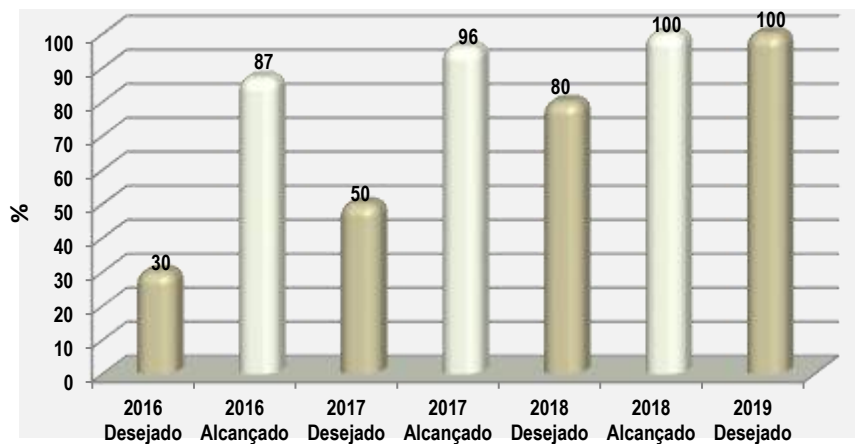
TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO DE MATRIZES DE RISCO



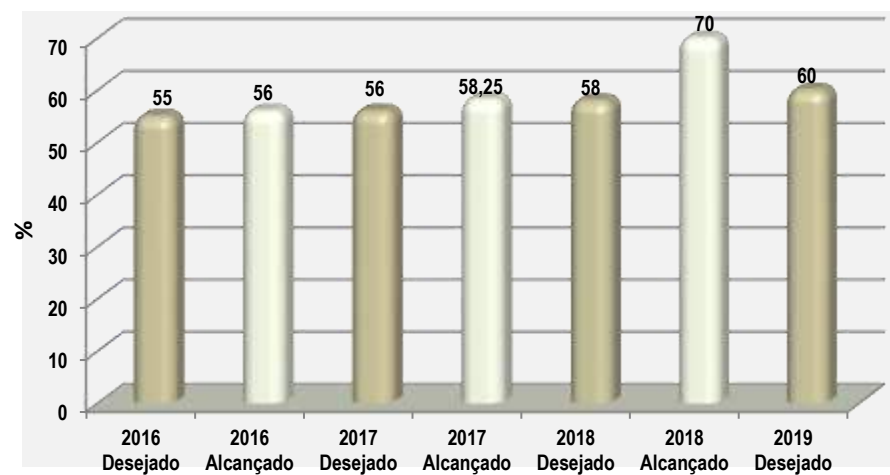
IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES ESPECIALIZADAS DE CORREÇÃO



IMPLEMENTAÇÃO DE COMISSÃO DE ÉTICA NOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO DISTRITO FEDERAL



TAXA DE SATISFAÇÃO COM O SERVIÇO DE OUVIDORIA



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6203	1	1	Implantação da Carta de Serviços ao Cidadão nos órgãos públicos do DF (CGDF);	45101	100%	<p>2016 Ação concluída. Foram implantadas 83 (oitenta e três) Cartas de Serviços em todos os órgãos do Poder Executivo do Distrito Federal. Elas foram disponibilizadas nos endereços eletrônicos das instituições e encontram-se à disposição do cidadão no endereço eletrônico do Governo.</p> <p>2017 Ação concluída em 2016.</p> <p>2018 Ação concluída em 2016</p>
6203	1	2	Regulamentação da Lei Anticorrupção (CGDF);	45101	100%	<p>2016 Ação concluída. Foi publicado o Decreto nº 37.296, de 29 de abril de 2016 que disciplina, no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal, a aplicação da Lei nº 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.</p> <p>2017 Ação concluída em 2016.</p> <p>2018 Ação concluída em 2016</p>
6203	1	3	Elaboração e publicação do Código de Ética do Governo (CGDF);	45101	100%	<p>2016 Ação concluída. Foi publicado o Decreto nº 37.297, de 29 de abril de 2016, que aprovou o Código de Conduta da Alta Administração, o Código de Ética dos Servidores e Empregados Públicos Cíveis do Poder Executivo, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal, e instituiu as Comissões de Ética do Poder Executivo do Distrito. (DODF nº 94, de 18/05/2016).</p> <p>2017 Ação concluída em 2016.</p> <p>2018 Ação concluída em 2016</p>
6203	1	4	Aprimoramento do aplicativo SIGA BRASÍLIA (CGDF);	45101	100	<p>2016 O aplicativo SIGA Brasília, disponível através do link http://sigabrasilia.df.gov.br/ e nas plataformas Android e IOS, possui ao final de 2016 cinco telas quais sejam: "Despesa", "Receita", "Remuneração", "Escalas da Saúde" e "Pesquisa DODF". Estão planejadas até o final de 2017 a implementação de mais duas telas e para 2018 a implementação de uma tela, totalizando 8 telas. O que faz com que, ao término de 2016, o aprimoramento estivesse com um percentual de 63% concluído em relação ao planejado.</p> <p>2017 Foi aprimorada a versão do Aplicativo Siga Brasília para a plataforma iOS, que se encontra disponível na Apple Store. Além disso, foram inseridas no aplicativo, as remunerações dos empregados do BRB. Por falta de recursos suficientes não foi possível realizar a implementação de novas telas em 2017, ficando a implementação de duas telas para 2018 e a implementação de uma tela em 2019.</p> <p>2018 O aplicativo do Siga Brasília teve a inclusão dos dados de beneficiários de programas sociais, com a informação disponibilizada, é possível consultar quem recebe o Bolsa Família ou o DF Sem Miséria. Destacando que no exercício de 2018, o Siga Brasília contou com cerca de 2,5 milhões de visualizações de página e 55 mil usuários.</p>
6203	1	5	Fomento à criação do Sistema de Gestão de Tomada de Contas	45101	X	

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			Especial (CGDF) (Ação excluída, conforme Decreto nº. 37517/2016)			
6203	1	6	Remodelagem dos Procedimentos de Tomada de Contas Especial (CGDF) (Ação Alterada, conforme Decreto nº. 37517/2016);	45101	100%	<p>2016 Ação concluída. Foi publicado o Decreto nº 37.096, de 02 fevereiro de 2016, o qual define procedimentos para a instauração de tomadas de contas especiais no âmbito do Poder Executivo do Distrito Federal, alterando a competência de instrução, instauração e acompanhamentos das tomadas de contas especiais para os Órgãos de origem do fato ensejador de prejuízo ao Erário Distrital. Além disso, foi publicada a IN nº 04/2016, de 21 de dezembro de 2016, que estabelece normas de instauração, organização e processamento de tomadas de contas especiais no âmbito do Poder Executivo do Distrito Federal.</p> <p>2017 Ação concluída em 2016.</p> <p>2018 Ação concluída em 2016</p>
6203	1	7	Apoio ao projeto Controladoria nas Escolas (CGDF) (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	45101	X	<p>2016 Ação parcialmente concluída. O projeto "Controladoria na Escola" foi implementado, com o apoio da Controladoria Geral do DF, em 8 escolas do Distrito Federal no ano de 2016 e contemplou a capacitação de 1.022 alunos da rede pública de ensino do DF.</p> <p>2017 Com a inclusão do Projeto no acordo de resultados as metas do projeto Controladoria na Escola (CNE) foram repactuadas para permitir uma ampliação do projeto, assim em 2017 a meta foi de 100 escolas, para 2018 serão 200 escolas e em 2019 mais 100 escolas. Essa mudança nas metas modificou o cálculo e houve redução na implementação em 2017, considerando o total de 410 escolas o projeto já foi implementado em 112 escolas. Em 2017, o projeto lançou o 1º Premio Escola de Atitude e foi realizado em 104 escolas públicas, capacitou 280 professores orientadores e teve a participação de 4.000 alunos da rede pública de ensino do DF. O projeto premiou 10 escolas e 30 professores.</p>
6203	1	8	Elaboração de Conteúdo para Painéis Digitais (CGDF);	45101	100%	<p>2016 Ação concluída. A elaboração de conteúdo para Painéis Digitais de Transparência fez parte de uma das etapas do projeto "Painéis de Transparência", integrante do Acordo de Resultados da CGDF. Os Painéis foram lançados na Semana de combate à Corrupção, em 9 de dezembro de 2016, e possibilitam ao cidadão conhecer onde é aplicado o dinheiro pago com impostos e taxas.</p> <p>2017 Ação concluída em 2016.</p> <p>2018 Ação concluída em 2016.</p>
6203	1	9	Fortalecimento do Conselho de Transparência (CGDF);	45101	100%	<p>2016 Ação concluída. O Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal – CTCS foi instituído por meio do Decreto nº 36.307, de 26 de janeiro de 2015, e são compostos por 17 (dezesete) conselheiros, todos representantes da sociedade civil, designados por decreto assinado pelo Governador do Distrito Federal. É o órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa e de acompanhamento das políticas de transparência e controle social, vinculado à Controladoria-Geral, tem como finalidade sugerir e debater medidas de aperfeiçoamento do controle social e incremento da transparência na gestão do Poder Executivo Distrital.</p> <p>2017 Ação concluída em 2016.</p> <p>2018 Ação concluída em 2016.</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6203	1	10	Realização de Reuniões dos Conselhos Comunitários (CACI) (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019);	9101	X	2016 Não foram realizadas ações neste exercício com vistas a atingir o objetivo. Ações voltadas a aproximação destes conselhos estão sendo elaboradas para o próximo exercício. 2017 Não houve avanços na execução da ação. Atualmente está em fase de revisão pelos órgão gestores para implementação no exercício de 2018.
6203	1	11	Realização de Exposição de Produção de Artistas Locais (CACI) (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019);;	9101	X	2016 Ação não desenvolvida neste exercício. 2017 Ação não implementada. Encontra-se em fase de revisão pelos órgãos envolvidos.
6203	1	12	Realização de Campanhas Educativas (CACI) (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019);;	9101	X	2016 Ação não desenvolvida neste exercício. 2017 Ação não implementada. Encontra-se em fase de revisão pelos órgãos envolvidos.
6203	1	13	Realização de reuniões para construção e implementação das melhores práticas em participação popular e diálogo social (CACI).	9101	100	2016 Estabeleceu vários instrumentos para este fim, sob responsabilidade da SUBMOP, quais sejam: a. Mesas de diálogo: realizadas geralmente às quartas-feiras à tarde, visando estabelecer pontes de mediação de conflitos e atendimento entre as secretarias finalísticas e as lideranças sociais para aproximação e atendimento às demandas específicas; b. Grupos de Trabalho: compostos por membros do governo e de movimentos sociais, são realizados em casos específicos, que necessitam de acompanhamento prolongado e/ou envolvendo um grande número de pessoas, tais como atendimento à Marcha das Margaridas, o Fórum da Reforma Agrária, dentre outros; c. Encontros Governo de Brasília e Movimentos Sociais em 2016: 1. Encontro Governo de Brasília Movimento de Mulheres (março de 2016); . Local: CAVE/Guará. Participantes: 400 pessoas; 2. Encontro Governo de Brasília e Representantes de Conselhos (agosto de 2016); Local: Escola de Governo. Participantes: 100 pessoas; 3. Encontro Governo de Brasília Movimentos Sociais (dezembro de 2016). Local: Centro de Convenções (Fórum Brasília Cidadã). 500 participantes. 2017 Sob responsabilidade da Secretaria, destacam-se: a) Organização do II Encontro de Líderes Comunitários; b) Reuniões com portadores de deficiência com vistas a levantamento, acompanhamento e solução de demandas relacionada; c) Reunião com Movimentos Sociais com vistas a encaminhamento, acompanhamento de demandas em diferentes órgãos, nas áreas de transporte escolar cedido, acessibilidade; d) Suporte na organização e implementação do Idjovem no Distrito Federal, através da organização de eventos em Planaltina, Ceilândia, Recanto das Emas e Santa Maria; e) Convocação e participação de reuniões com vista a solução de demandas da Umesb e Fesb; f) Acompanhamento e suporte a Conferências realizadas em 2017; g) Reuniões com diferentes setores do Governo de Brasília e a Comunidade do Alagado da Suzana, resultando no início das obras do Centro

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						<p>de Internação de menores infratores do sexo feminino no Gama;</p> <p>h) Encaminhamento e acompanhamento de demandas referentes à Associação das Mulheres de Sobradinho e Guarda Mirim de Sobradinho II;</p> <p>i) Encaminhamento de demandas relacionadas a Prefeituras Comunitárias e Associação de Moradores;</p> <p>j) Gestões para permanência da Academia Taguatinguense de Letras;</p> <p>k) Reuniões na Ouvidoria Agrária Nacional para negociação com movimentos de Sem Terra. 15. Reuniões na SOPS para tratar de reintegrações e saídas pacíficas de ocupações de Sem Terra;</p> <p>l) Realização do 2º Encontro de Movimentos Sociais e o Governo de Brasília;</p> <p>m) Mobilização para o evento do Brasília Cidadã, com a presença de mais de 500 militantes da questão agrária e do movimento popular;</p> <p>n) Reuniões com órgãos do GDF, principalmente Terracap, SEAGRI e CODHAB;</p> <p>o) Reuniões om órgãos do GDF necessárias à realização do Encontro Nacional Pescadores e Pescadoras Artesanais;</p> <p>p) Visita a mais de uma dezena de assentamentos de Sem Terra;</p> <p>q) Acordo com a Defensoria Pública do Distrito Federal para intervenções jurídicas em defesa aos movimentos populares e entidades ligadas a questão agrária.</p> <p>2018</p> <p>Atendimento a movimentos sociais em destaque realizadas pela Secretaria:</p> <p>Reuniões com o IBRAM, ICMBIO, INCRA e outros para permanência dos ocupantes do movimento no Canaã.</p> <p>- Suspensão de reintegração de posse do assentamento 8 de março em planaltina, nas proximidades da BR-040.</p> <p>- Roda de conversa em Brazlândia.</p> <p>- I encontro Governo de Brasília Movimentos Sociais, realizado no auditório da câmara legislativa.</p> <p>- Entregas pela SUBMOP dezenas de redes de futebol e de vôlei, bolas fornecidas pela Secretaria de Esporte e recuperados campos de futebol nos assentamentos.</p> <p>- Apoio ao congresso do MST na escola Florestan Fernandes.</p> <p>- Apoio ao encontro dos sem Terrinha, disponibilizando galpão no parque da cidade e garantindo a segurança do evento.</p> <p>- Articulações e acordos para desocupação pacífica em reintegrações de posse.</p>

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

2016/2018

CGDF

O Objetivo Específico vinculado à CGDF é tornar o cidadão protagonista do processo de transformação da sua realidade, instituindo a transparência das ações do governo, implementando e fortalecendo mecanismos para o engajamento do cidadão na formulação e controle das políticas públicas. A CGDF tem desenvolvido e fortalecido ações que contribuem para o alcance desse objetivo, especialmente no que tange aos serviços de ouvidoria, transparência e controle social, promovendo o empoderamento do cidadão.

Em 2016, a implantação das Cartas de Serviços ao Cidadão se consolidou enquanto Programa de Governo, sendo incorporada como instrumento de Transparência Ativa das instituições públicas, incrementado o rol de informações disponibilizadas ao cidadão. Tendo em vista que a perspectiva do programa é de longa duração, com avanços importantes a cada ano, a proposta para 2016 foi de finalização e revisão das informações apresentadas, bem como a padronização visual do instrumento. Dentre as ações executadas nesse exercício, merecem destaque:

- 83 Cartas de Serviços publicadas, tanto nos sítios governamentais como no Portal do Governo de Brasília – <http://df.gov.br/index.php/category/servicos/>;

- Convergência entre as atribuições apresentadas nas Cartas de Serviços de cada órgão e entidade e o processo de atendimento de ouvidoria, representado na implantação do novo sistema informatizado- Ouv-DF, sobretudo em se tratando de conflito de responsabilidades pela prestação de serviços;
- Auxílio na melhoria de processos e procedimentos de trabalho no que se refere à prestação de serviços;
- Campanha Publicitária on-line no período de 17 a 22/12/2016 para incentivar a leitura. Durante o ano a média de acessos/mês ficou em 40.383;

Explorador

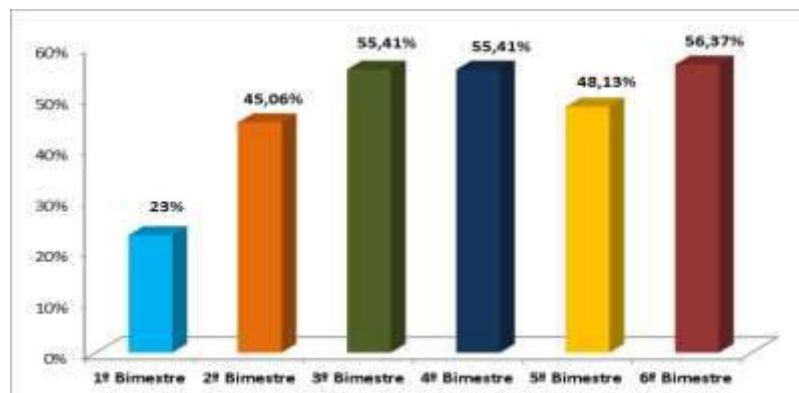
● Visualizações de página



Relatório do Google Analytics fornecido pela Subchefia de Interação Social da Governadoria.

*Fonte:

- 06 ciclos de revisão e monitoramento das Cartas de Serviços ao longo do exercício. Além da revisão e recomendações iniciais realizadas em 2015. O indicador que verificou o conteúdo e a padronização de publicação ao longo superou a meta de 2016, que era 20%.



Em complemento à implantação das Cartas de Serviços, foi lançado, no segundo semestre de 2016, o projeto Ouvidoria Itinerante que consiste na integração real entre sociedade civil e instituições estatais, por meio da ação comunicativa. O objetivo do projeto é a aproximação do cidadão e a divulgação das Cartas de Serviços - esclarecer ao cidadão de forma presencial quais são os serviços prestados e como funcionam. No segundo semestre, foram realizados 15 eventos em diversas regiões administrativas, facilitando o acesso do cidadão ao serviço de ouvidoria.

Outra ferramenta que contribui com o objetivo de tornar o cidadão protagonista do processo de transformação da sua realidade é o novo Sistema de Ouvidoria – Ouv-DF, lançado em 5 de setembro de 2016. O novo sistema permite que o cidadão faça consultas do seu histórico de solicitações e manifestações junto ao órgão, além de vincular uma solicitação não atendida a conteúdo a sua posterior reclamação de forma a gerar a estatística correta entre os serviços deficitários aos seus motivos e causas, resultando assim em uma pesquisa de satisfação do usuário dos serviços de ouvidoria.

No âmbito da transparência passiva, é de suma importância que o índice de respostas aos pedidos de acesso a informação realizados pelos cidadãos mantenha alto padrão de efetividade. Em 2016, o índice foi de 98% (noventa e oito por cento) e não deixaram de ser apreciados nenhum dos setecentos e sessenta recursos relativos as respostas fornecidas. O público alvo contemplado é variado, porém é possível identificar dentre os perfis contemplados nos pedidos a presença de representantes do setor público, federal e distrital, além de representantes da mídia e da academia. Após quatro anos de implementação da Lei de Acesso a Informação, foram realizados mais de duzentos mil solicitações ao Governo de Brasília.

No âmbito do controle social, com a implementação da metodologia de auditoria cívica em 63 (sessenta e três) unidades de saúde e da metodologia de auditoria cívica em 8 escolas por meio do projeto “controladoria na escola” foram impactadas diretamente 1.322 (mil trezentos e vinte e dois) cidadãos, sendo 300 (trezentos) voluntários compondo a mobilização das comunidades e parceiros no projeto de auditoria cívica na saúde e 1.022 (mil e vinte e dois) alunos da rede pública de ensino do Distrito Federal.

Dessa forma, verifica-se que há contribuições diretas para a consecução do objetivo específico em questão, uma vez que o cidadão encontra nas atividades da CGDF um canal direto de relacionamento amparado por diferentes sistemas e metodologias para que possa participar diretamente das etapas do ciclo de vida de políticas públicas.

Dando continuidade às ações que contribuem para o alcance do Objetivo Específico, esta Controladoria Geral do Distrito Federal, no decorrer do exercício de 2017 implementou bem como fortaleceu diversas ações, especialmente às referentes aos serviços de ouvidoria, transparência e controle social, objetivando a participação plena do cidadão.

Em 2017, um dos principais desafios desta GDF foi o de fortalecer os espaços de participação popular e das instâncias de controle social com o objetivo de fomentar a gestão colaborativa e consolidar um governo ético, democrático e transparente, por meio da qualificação do Sistema de Gestão de Ouvidorias – SIGO/DF, de forma a estabelecê-lo como elo entre a sociedade e o Estado. Assim, a Controladoria Geral do Governo do Distrito Federal funciona como um sistema orgânico de ouvidorias públicas e tem a finalidade de garantir a participação popular e contribuir para desenvolver a cultura de cidadania, aprimorando os serviços públicos prestados pelo Poder Executivo do Distrito Federal, com foco na Gestão para resultados efetivos.

Atualmente, a rede de Ouvidorias do Governo do Distrito Federal está estruturada e é percebida pela comunidade como o espaço de participação no Estado. A estrutura do SIGO-DF garante amplo acesso ao serviço tanto por estar (i) acessível a qualquer tempo via internet (www.ouv.df.gov.br), ou via Central 162 em horários bastante diversificados, como por estar (ii) espacialmente difundida, uma vez que o SIGO/DF dispõe de ouvidorias em todos os órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal, com destaque à existência de unidade de atendimento em todas as administrações regionais e todos os hospitais públicos, bem como a implantação de linha direta nas centrais de atendimento do Na Hora – telefone disponibilizado em ambiente reservado para o cidadão registrar sua manifestação junto à Central 162.

Ainda, ressalta-se que o Governo do Distrito Federal já atende aos dispositivos constantes na Lei Federal nº 13.460, de 13/06/2017, que dispõe acerca dos direitos dos usuários dos serviços públicos, no tocante ao papel das ouvidorias públicas e à obrigatoriedade de divulgação das Cartas de Serviços a todos os órgãos públicos, colocando-se inclusive como exemplo de boas práticas para outras unidades da federação.

Segue abaixo ampliação do atendimento ao cidadão:

A- Sistema informatizado Ouv-DF - o referido Sistema o Ouv-DF foi reconhecido como uma experiência bem sucedida, tanto pelo cidadão, em forma de elogios e no aumento substancial de cidadãos cadastrados, como em premiações nacionais de inovação no setor público, a saber: 21º Concurso Inovação no Setor Público da Escola Nacional de Administração; e, Prêmio Excelência em Governo Eletrônico, promovida pela Associação Comunicação – Abep e pelo Ministério

Destaca-se também que Distrito Federal e Territórios (MPDFT), Município de São Paulo, e está entes da federação.

B- Ouvidorias Itinerantes: Em 2017, 43 e equipamentos públicos – o públicos, como restaurantes outros, aproximando o governo do diálogo.

C- Atendimento pela Central 162 de Ouvidoria-Geral do Distrito Federal com atendimento de ouvidoria. As ligações

D- Implantação da Rede Ouvir-DF – Formalizado por protocolo de intenções para promover a atuação integrada das ouvidorias das instituições parceiras, representantes dos dois poderes do Governo de Brasília e do Poder Judiciário do Governo Federal. Além disso, a rede permitirá uma resposta mais completa para casos que envolvam mais de uma instituição. O protocolo foi firmado entre: Ouvidorias do Governo de Brasília, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios-MPDFT, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios-TJDFT, Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF e Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF.

E- Gestão da informação compartilhada em tempo real: Com a utilização de um sistema e base de dados únicos para registro de manifestações em todo o governo, e com o auxílio de ferramentas de Business Intelligence – BI, a gestão das informações de ouvidoria foi incrementada e potencializada.

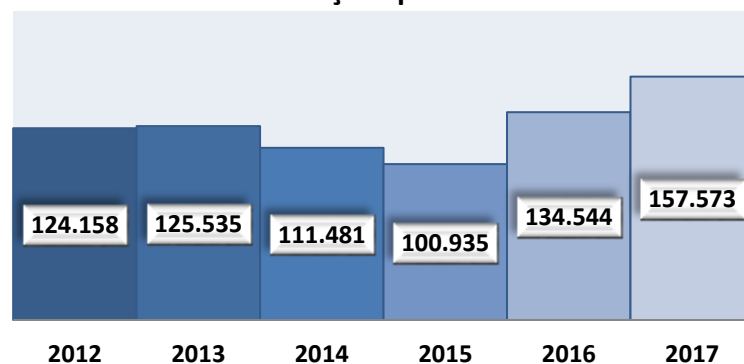
F- Serviço de Informações ao Cidadão – SIC: No âmbito do Distrito Federal, as ouvidorias atuam também como SIC, sendo a Ouvidoria-Geral responsável pela capacitação das equipes com intuito de orientar sobre as normas para registro e encaminhamento de pedido de acesso à informação, disponível no sítio www.e-sic.df.gov.br. Em 2017, a rede de ouvidorias do Distrito Federal recebeu 6.668 pedidos de informações, tendo respondido 98% destes pedidos.

G- Programas de capacitação e formação continuada: A estruturação da rede teve foco intenso na capacitação de seus membros. Em três anos, foram capacitados 936 servidores do complexo administrativo do Governo do Distrito Federal, nos mais diversos temas.

H- Publicação do Manual de Atendimento de Ouvidoria - O objetivo do manual é aprimorar o atendimento ao cidadão que utiliza os serviços públicos do Distrito Federal e que demanda ações das ouvidorias, contribuindo para consolidar a participação social e fortalecer uma cultura organizacional voltada para o interesse público. O arquivo está disponível no Portal das Ouvidorias – www.ouvidoria.df.gov.br, no link: <https://goo.gl/3gBCgb>

No tocante ao controle social é cediço que o acesso às informações produzidas e armazenadas pelo Estado é um direito fundamental do cidadão, garantido pela Constituição Federal de 1988. No Distrito Federal, esse direito é regulamentado pela Lei Distrital nº 4.990, de 12 de dezembro de 2012, conhecida como Lei de Acesso à Informação – LAI. Em 2017, cerca de 3.700 cidadãos e 130 empresas utilizaram a Lei de Acesso à Informação para solicitar informações ao Governo de Brasília.

Total de Manifestações por exercício



Brasileira de Entidades Estaduais de Tecnologia da Informação e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

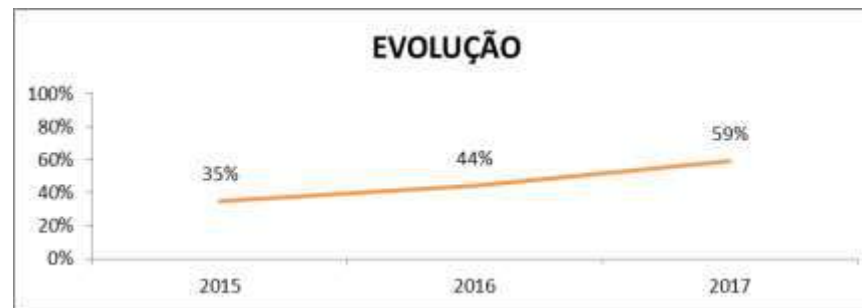
o Sistema já foi cedido sem custos para o Ministério Público do membro da Rede Ouvir-DF, e para a Controladoria-Geral do disponível para outras instituições do Distrito Federal e de demais

seccionais realizaram ao todo 62 Ouvidorias Itinerantes em eventos atendimento realizado em eventos externos e em equipamentos comunitários, cemitérios, postos de atendimento do Detran, dentre cidadão e disseminando o papel da ouvidoria como canal direto de

ligações oriundas de celulares (2017) – demanda antiga da a preocupação de ampliar o acesso da população aos canais de podem ser realizadas por qualquer operadora de celular.

Visando aprimorar o atendimento da Lei de Acesso à Informação, estimulando os órgãos a disponibilizarem maior quantidade de informações aos cidadãos em seus sítios institucionais, a CGDF instituiu o Índice de Transparência Ativa. Para orientar os órgãos na divulgação das informações exigidas pela LAI foi publicada a Instrução Normativa nº 02/2015 e disponibilizado o passo a passo por meio do Guia de Transparência Ativa. Com base na referida IN é feita a avaliação dos sítios oficiais e com o resultado, obtido pela razão entre os requisitos exigidos e os atendidos, é elaborado o Ranking da Transparência Ativa.

A 1ª edição do Índice, apresentada em dezembro de 2016, contou com 5 órgãos atingindo o percentual de 100%. Em 2017, a segunda edição contou com 27 órgãos atingindo a totalidade do índice.



Obs: Evolução do atendimento à transparência ativa pelo Governo do Distrito Federal com a instituição do Índice de Transparência Ativa.

Um dos aspectos previstos na Lei Distrital de Acesso à Informação – LAI/DF, nº 4.990/2012, é a adoção de meios eletrônicos para a disponibilização de dados públicos, que devem ser divulgados de forma que facilite sua reutilização e que permitam o acesso simplificado para os seus usuários.

Neste sentido, são registrados grandes avanços na transparência pública em 2017 com a instituição da Política de Dados Abertos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, por meio do Decreto nº 38.354, de 24 de julho de 2017, e o lançamento do Portal de Dados Abertos do Distrito Federal (www.dados.df.gov.br), em 05 de dezembro de 2017. O Portal de Dados Abertos do Distrito Federal é a ferramenta disponibilizada pelo governo para que todos possam encontrar e utilizar os dados e as informações públicas sobre diversos temas em formato bruto e aberto. A disponibilização de dados abertos possui potenciais variados, como a melhoria da gestão pública, o incremento da transparência, o fomento ao controle e participação social, a geração de emprego e renda e o incentivo à inovação.

Dos 268 mil usuários do Portal da Transparência em 2017, cerca de 60% têm de 18 a 34 anos, sendo que 54% são do sexo masculino, de acordo com os dados do Google Analytics.

Quanto ao aplicativo Siga Brasília, foi desenvolvida a versão para a plataforma iOS, disponibilizada na Apple Store. Este aplicativo teve 59 mil usuários em 2017, sendo que 60% têm de 18 a 34 anos e 54% são do sexo masculino, de acordo com os dados do Google Analytics.

Consigna-se também que foram finalizadas a realização das atividades da auditoria cívica na Secretaria de Estado de Saúde, com o retorno nas 63 (sessenta e três) unidades de saúde, essa ação contou com o engajamento de 70 (setenta) voluntários.

Outro projeto de sucesso desta CGDF é o projeto “Controladoria na Escola”, o qual foi gamificado através do 1º Prêmio Escola de Atitude que visa premiar as melhores iniciativas das escolas participantes. O projeto capacitou 280 (duzentos e oitenta) professores orientadores nas metodologias de controle social e na auditoria cívica e contou com a participação de 4.000 alunos da rede pública de ensino do DF. Foi realizada uma apresentação para 4.000 (quatro mil) alunos no Centro de Convenções Ulysses Guimarães onde foi apresentada a peça de teatro Auto da Barca da Cidadania, que visa estimular através de uma ação cultural e de maneira divertida apresentar temas como transparência, controle social, ética, cidadania e prevenção primária a corrupção.

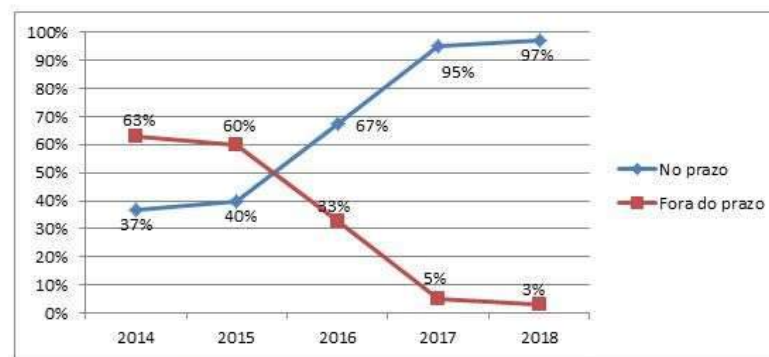
Dessa forma, verifica-se que há contribuições diretas para a consecução do objetivo específico em questão, uma vez que o cidadão encontra nas atividades da CGDF um canal direto de relacionamento amparado por diferentes sistemas e metodologias para que possa participar diretamente das etapas do ciclo de vida de políticas públicas.

Em 2018, esta Controladoria-Geral empreendeu diversas ações, especialmente as referentes aos serviços de ouvidoria, transparência e controle social para o alcance do Objetivo Específico que consiste em tornar o cidadão protagonista do processo de transformação da sua realidade, instituindo a transparência das ações do governo, implementando e fortalecendo mecanismos para o engajamento do cidadão na formulação e controle das políticas públicas.

Com o foco na participação popular, a avaliação cidadã acerca das manifestações realizadas pelo canal de Ouvidoria se tornou o melhor canal de avaliação dos seus serviços. Essas avaliações são realizadas de forma automática no Sistema Informatizado de Ouvidoria – OUV/DF, disponível em www.ouv.df.gov.br, logo após o recebimento das respostas das demandas pelos cidadãos. O cidadão qualifica a resposta recebida como “resolvida” ou “não resolvida”, avaliando a eficácia da ação do órgão ou entidade além poder preencher uma pesquisa de satisfação com relação aos serviços de ouvidoria prestados. Em 2018, foi alcançado o resultado de 70% de satisfação com o serviço de ouvidoria. Este resultado alcançado confirma as orientações repassadas por meio das capacitações e ações de sensibilização realizadas junto ao Sistema de Gestão de Ouvidorias do Distrito Federal – SIGO/DF, bem como a sinergia alcançada com alta gestão dos órgãos no que se refere ao valor da ouvidoria perante a sociedade.

Até 31 de dezembro de 2018, esta Controladoria-Geral, pelo serviço de Ouvidoria, recebeu 193.044 manifestações, o que já representa um acréscimo de 23% de registros em relação ao exercício anterior. Tal efetivo comporta uma média de 16.087 registros por mês e de 536 por dia demonstrando a relevância do serviço de Ouvidoria para a população do Distrito Federal e para o Governo. Do montante de manifestações registradas, em 2018, 62% correspondem a reclamações, 23% de solicitações de serviços e 7% de denúncias.

Sobre o cumprimento dos prazos de respostas de manifestações de ouvidoria destaca-se o percentual de 97% de manifestações respondidas em 2018 dentro do prazo legal instituído pela Lei n 4.896/2012.



Evolução do Índice de Cumprimento do Prazo Legal no Sistema de Gestão de Ouvidorias – SIGO/DF

Orientada pela missão de promover o aprimoramento contínuo da transparência dos gastos públicos, esta Controladoria-Geral - CGDF tem atuado firmemente no sentido de incentivar o controle social para que as práticas da administração pública sejam pautadas pela legalidade e pela ética. Para tanto, foram desenvolvidas, no exercício de 2018, as seguintes ações e projetos: treinamento de 640 servidores sobre a aplicação da Lei de Acesso à Informação, monitoramento e acompanhamento dos prazos dos 7.858 pedidos de acesso à informação, encaminhados ao Governo do Distrito Federal. Destes, 7.716 já foram respondidos (98%) e 100 pedidos ainda se encontram dentro do prazo para resposta. Esse índice reflete os esforços dessa Unidade no fomento à cultura de transparência, na conscientização sobre o direito fundamental de acesso à informação e no treinamento dos servidores.

Visando aprimorar o atendimento da Lei de Acesso à Informação, estimulando os órgãos a disponibilizarem maior quantidade de informações aos cidadãos em seus sítios institucionais, a CGDF instituiu o Índice de Transparência Ativa. Na 3ª edição, apresentada em 2018, 40 órgãos alcançaram a totalidade do referido índice.

Em relação ao Portal da Transparência do Distrito Federal (www.transparencia.df.gov.br), foram implementadas novas consultas, como Emendas Parlamentares, Conselhos, Entidades Beneficiadas e Ressarcimento de Requisitados. Além disso, agora a sociedade pode acessar a remuneração de todos os servidores do Poder Executivo Distrital, incluindo as empresas públicas, com exceção do BRB cuja divulgação foi suspensa por liminar da justiça. Destaca-se que, com essas melhorias, o número de acessos ao Portal teve um incremento de mais de 100%, em relação a 2016, ultrapassando 2,7 milhões de visualizações de página em 2018 e 366 mil usuários só neste exercício.

O aplicativo do Siga Brasília foi atualizado com a inclusão dos dados de beneficiários de programas sociais. Com essa informação disponibilizada, é possível consultar quem recebe o Bolsa Família ou o DF Sem Miséria. Destacando que, no exercício de 2018, o Siga Brasília contou com cerca de 2,5 milhões de visualizações de página e 55 mil usuários.

Acerca do Programa Controladoria na Escola, em 2018, 109 unidades escolares foram capacitadas para a realização de atividades de fomento à cidadania, envolvendo 4.716 estudantes inscritos no projeto e 278 professores orientadores. Esse resultado foi alcançado por meio do 2º Prêmio Controladoria na Escola. A participação na etapa de apresentação do relatório pela comunidade escolar contou com 9.032 pessoas participando em 79 escolas e na etapa de execução do desafio um total de 16.441 pessoas participaram em 67 escolas que chegaram à etapa final do projeto. Foram realizadas três tarefas especiais que debateu nas escolas os temas de educação fiscal, integridade e corrupção.

O Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal – CTCS, órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa e de acompanhamento das políticas de transparência e controle social, vinculado à Controladoria-Geral, tem como finalidade sugerir e debater medidas de aperfeiçoamento do controle social e incremento da transparência na gestão do Poder Executivo Distrital. Em 2018, foram realizadas 09 reuniões do colegiado e foram submetidos 10 requerimentos aos diversos órgãos do GDF. A nova composição do conselho tomou posse em julho e foram eleitos como presidente e vice-presidente do conselho os representantes do DF em Movimento e da OAB-DF.

CACI

As ações exercidas por essa Secretaria objetivaram a busca de ampliação e aprimoramento dos canais de diálogo e criação de políticas públicas que aumentem o número de pessoas capacitadas, buscando o aperfeiçoamento das relações, da participação popular e do controle social entre o Governo de Brasília e os movimentos sociais.

Dessa maneira, busca-se a promoção de diálogo direto entre Governo de Brasília e Sociedade Civil, planejando e contribuindo para o desenvolvimento das cidades de acordo com as demandas sociais, trazendo assim um fortalecimento a institucionalidade das políticas para que se firmem como política de Estado e não apenas deste governo.

A atuação da Unidade na medição destes conflitos e na construção de soluções por meio do diálogo resultou na proposição de um Decreto para normatizar o atendimento a estas populações por parte do Governo do Distrito Federal, como forma de estabelecer os marcos legais necessários para garantir direitos e acesso à serviços públicos e possibilitar melhores condições de inserção desta população, que já se encontra em nossa cidade, enfrentando embaraços no acesso a serviços públicos, além das dificuldades naturais de sua condição de imigrantes nas políticas sociais de governo.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

002 – EQUILÍBRIO FISCAL: Elevar a capacidade do Estado de gerar receita tributária e não tributária e de aplicar adequadamente os recursos públicos por meio da promoção da eficiência e eficácia da máquina administrativa.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

19.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL - SEF

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	2	1	Implementar medidas de incremento da receita (SEF);	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	30	32,23	59		59,0
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	2	2	Manter nível de endividamento menor que o estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (SEF);	< 100	%	ACUM	MENOR, MELHOR	29,89	33,78	35,17		164,8
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	2	3	Elevar o crescimento real da arrecadação nos seguintes percentuais: 3% em 2016, 2% em 2017, 2% em 2018 e 2% em 2019 (SEF);	9	%	ANUAL	MAIOR, MELHOR	1,41	1,35	2,65		29,4
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	2	4	Reduzir o estoque de processos aguardando julgamento em 10% ao ano (SEF);	40	%	ACUM	MENOR, MELHOR	88,6	53,5	67,67		169,2
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	2	5	Manter o Rito Especial de Cobrança atualizado, com intervalo máximo de 90 dias entre o fato gerador e a inclusão dos débitos em dívida ativa (SEF);	< 90	DIA	ANUAL	MENOR, MELHOR	137	164	135		50,0
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	2	6	Apoiar a elaboração de Cartas Consultas de projetos estratégicos do governo para captação externa (SEPLAG) (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019);	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	30	60	X	X	X
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	2	7	Estreitar as relações com os agentes financeiros internacionais (SEPLAG) (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019).	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	40	90	X	X	X

Análise Qualitativa**1. Implementar medidas de incremento da receita (SEF);**

2016

Para alcance desta meta, foram implementados os projetos de Mineração de Dados, Cobrança do Diferencial de Alíquota e Comércio Eletrônico:

Mineração de Dados – trata do desenvolvimento de uma ferramenta que permita a apuração do ICMS ST das Notas fiscais de mercadorias que estão destinadas aos contribuintes localizados no DF; os valores calculados por notas fiscais são disponibilizados na internet juntamente com o DAR para pagamento pelos contribuintes. Se não é identificado o pagamento do imposto, é emitida uma notificação para o contribuinte, iniciando assim o processo de cobrança. Essa ferramenta ainda está em processo de aquisição, porém foi desenvolvido pela GEFMT um aplicativo em Excell, como ação paliativa, até que o SISAUDIT entre em operação. Com a implementação desse aplicativo, em 2016 se obteve como arrecadação de R\$ 109.893.038,57, o que redundou numa variação de 45,33% em relação à arrecadação de 2015.

Cobrança do Diferencial de Alíquota – consiste em dotar a SEF/DF de mecanismos de monitoramento e fiscalização das empresas optantes pelo regime de tributação do Simples Nacional por meio do desenvolvimento de um piloto de monitoramento e fiscalização até o final do ano de 2016 que será posteriormente utilizado na rotina diária do setor. O incremento de arrecadação do ICMS relativos às aquisições interestaduais de empresas tributadas pelo Simples Nacional busca eliminar a distorção entre as aquisições interestaduais, menos onerosa, do que a compra no próprio estado, sujeita à alíquota interna, e igualar as condições de concorrência. Aumentar a percepção de risco do contribuinte estimulando a arrecadação espontânea. Reduzir a guerra fiscal entre os estados. Este projeto se desenvolverá de forma constante, com o monitoramento dos contribuintes do Simples Nacional que efetuarem compras fora do DF e as respectivas ações de cobrança do imposto devido, buscando incrementar cada vez mais o recolhimento espontâneo do imposto.

2017

Cobrança do Diferencial de Alíquota - No ano de 2017, a Coordenação de Cobrança Tributária – CBRAT deu prosseguimento à cobrança do diferencial de alíquotas nas vendas efetuadas a consumidor final, localizado no Distrito Federal, por remetentes estabelecidos em outras unidades da federação, estabelecido pela Emenda Constitucional 87/2015 e Convênio n.º 93/2015, sob responsabilidade do Núcleo de Gestão do Comércio Eletrônico – NGCEL, alocado na Gerência do Rito Especial - GCORE. Nessas operações, ao invés do destaque da alíquota interna do estado remetente, passa a ser destacada na NFe a alíquota interestadual e a diferença de alíquotas entre esta e a interna do estado de destino, partilhada entre as duas UF's envolvidas. Nesta partilha, coube ao Estado de destino 60% da diferença de alíquotas no ano de 2017 e caberá 80% no ano de 2018 e, a partir de 2019, 100% da mesma, consoante art. 99 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias –ADCT. Para o monitoramento dessas operações o NGCEL utiliza um painel na ferramenta QlikView, na qual foi desenvolvido o cálculo do imposto devido em cada nota fiscal, possibilitando a cobrança efetiva dos valores devidos. Já foi testada por meio de POC a exportação desses cálculos e do DAR para consulta pelo contribuinte na área restrita do Agênci@Net, por meio do aplicativo QAP, estando atualmente em processo de aquisição da ferramenta. Até o mês de dezembro/2017, foi calculado o total de R\$ 273.564.752,30 de diferencial de alíquotas devido em função das notas fiscais enviadas para o DF, destinadas ao consumidor final. Desse total, R\$ 210.954.668,85 foram pagos, perfazendo 77,11%, restando a cobrar o valor de R\$ 62.610.083,45 que, após procedimentos de cobrança administrativa, se não pagos, serão inscritos na Dívida Ativa do Distrito Federal. No ano de 2017, a CBRAT, por meio de Núcleo de Cobrança do Simples Nacional – NUCSN, alocado na Gerência de Cobrança Tributária – GBRAT, deu-se prosseguimento à cobrança do diferencial de alíquotas incidente sobre as mercadorias para comercialização, adquiridas por empresas optantes pelo Simples Nacional, localizadas no DF, de fornecedores estabelecidos em outras unidades da federação, em decorrência de previsão constante da Lei Complementar nº 123/2006, que rege o regime do Simples Nacional e da Lei n.º 5.558/2015. A Lei n.º 5.558/2015 limitou o valor do imposto apurado nesta diferença a 5% do valor da operação, limitação esta, vigente até 2019. Em 2017, foram enviados, 204.534 comunicados aos contribuintes do DF, optantes pelo Simples Nacional, informando a existência de notas fiscais a eles endereçadas, em operações oriundas de outros estados, no valor total de R\$ 3.522.169.773,93, que poderiam estar sujeitas ao recolhimento do diferencial de alíquotas. Deste montante, R\$ 74.573.305,19 foram recolhidos a título de diferencial de alíquotas. Ressalta-se que está em desenvolvimento um painel na ferramenta Qlik View, para monitoramento dessas operações, que irá calcular o imposto devido em cada nota fiscal, possibilitando o início da cobrança efetiva dos valores devidos. Até então, tem sido realizado um trabalho por telefone, visando à cobrança e o esclarecimento de dúvidas dos contribuintes sobre a matéria. As duas modalidades de Diferencial de Alíquotas proporcionaram, no ano de 2017, um aporte financeiro à receita tributária do Distrito Federal na ordem de R\$ 285.527.974,04. **Mineração de dados** - Continua em processo de aquisição de ferramenta para cálculo do ICMS. Sendo assim, continua sendo utilizada a ferramenta excel.

2018

Cobrança do Diferencial de Alíquota do Comércio Eletrônico – No ano de 2018, a Coordenação de Cobrança Tributária – CBRAT, deu prosseguimento à cobrança do diferencial de alíquotas nas vendas efetuadas a consumidor final, localizado no Distrito Federal, por remetentes estabelecidos em outras unidades da federação, estabelecido pela Emenda Constitucional 87/2015 e Convênio nº 93/2015, sob responsabilidade do Núcleo de Gestão do Comércio Eletrônico – NGCEL, alocado na Gerência do Rito Especial - GCORE. Nessas operações, ao invés do destaque da alíquota interna do estado remetente, passa a ser destacada na NFe a alíquota interestadual e a diferença de alíquotas entre esta e a interna do estado de destino, partilhada entre as duas UF's envolvidas. Nesta partilha, coube ao estado de destino 80% da diferença de alíquotas no ano de 2018 e, a partir de 2019, 100% da mesma. Para o monitoramento dessas operações o NGCEL utiliza

um painel na ferramenta QlikView, na qual foi desenvolvido o cálculo do imposto devido em cada nota fiscal, possibilitando a cobrança efetiva dos valores devidos. Até o mês de dezembro/2018, foram recolhidos R\$ 380.453.288,70 a título de Diferencial de Alíquotas do Comércio Eletrônico.

Cobrança do Diferencial de Alíquota do Simples Nacional – No ano de 2018, a CBRAT, por meio do Núcleo de Cobrança do Simples Nacional – NUCSN, alocado na Gerência de Cobrança Tributária – GBRAT, deu prosseguimento à cobrança do diferencial de alíquotas incidente sobre as mercadorias para comercialização, adquiridas por empresas optantes pelo Simples Nacional, localizadas no DF, de fornecedores estabelecidos em outras unidades da federação, em decorrência de previsão constante da Lei Complementar nº 123/2006, que rege o regime do Simples Nacional e da Lei nº 5.558/2015. A Lei nº 5.558/2015 limitou o valor do imposto apurado nesta diferença a 5% do valor da operação, limitação esta, vigente até 2019. Em 2018, foram enviados, 122.403 comunicados aos contribuintes do DF, optantes pelo Simples Nacional, informando a existência de notas fiscais a eles endereçadas, em operações oriundas de outros estados, no valor total de R\$ 2.180.165.794,66, que poderiam estar sujeitas ao recolhimento do diferencial de alíquotas. Deste montante, R\$ 73.408.644,64 foram recolhidos a título de diferencial de alíquotas. Está em desenvolvimento um painel na ferramenta QlikView, para monitoramento dessas operações, que irá calcular o imposto devido em cada nota fiscal, possibilitando o início da cobrança efetiva dos valores devidos. Até então, tem sido realizado um trabalho por telefone, visando à cobrança e o esclarecimento de dúvidas dos contribuintes sobre a matéria. As duas modalidades de Diferencial de Alíquotas proporcionaram, no ano de 2018, um aporte financeiro à receita tributária do Distrito Federal na ordem de R\$ 453.861.933,34, superando em 59% o montante recolhido em 2017.

2. Manter nível de endividamento menor que o estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (SEF);

2016

A relação Dívida Consolidada Líquida versus Receita Corrente Líquida DCL/RCL nos três quadrimestres de apuração do exercício esteve abaixo de 180% do limite de alerta estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF com base no máximo definido pelo Senado Federal- SF.

2017

Ao final do 3º quadrimestre de 2017, a Dívida Consolidada apresentou saldo de R\$ 7,8 bilhões, sendo R\$ 3,3 bilhões originários da dívida interna, R\$ 774 milhões da dívida externa e os precatórios posteriores a maio de 2000 no montante de R\$ 3,8 bilhões. Salienta-se que o Distrito Federal possui uma baixa relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida. Ao final do 3º quadrimestre de 2017, esta relação correspondeu a 33,78%, inferior ao limite definido pelo Senado Federal, de 200% sobre a RCL, indicando que o DF possui uma alta capacidade de endividamento.

2018

Ao final do 3º quadrimestre de 2018, a Dívida Consolidada apresentou saldo de R\$ 8,6 bilhões, sendo R\$ 3,7 bilhões originários da dívida interna, R\$ 905 milhões da dívida externa e os precatórios posteriores a maio de 2000 no montante de R\$ 4,0 bilhões. Salienta-se que o Distrito Federal possui uma baixa relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida. Em 2018, esta relação correspondeu a 35,17%, inferior ao limite definido pelo Senado Federal, de 200% sobre a RCL, indicando que o DF possui uma alta capacidade de endividamento.

3. Elevar o crescimento real da arrecadação nos seguintes percentuais: 3% em 2016, 2% em 2017, 2% em 2018 e 2% em 2019(SEF);

2016

A presente meta apresentou o resultado a seguir:

Janeiro a dezembro de 2016 (A) = 12.176.295.117,02

Janeiro a dezembro de 2015 (B) = 12.006.802.745,13

Resultado 3º Quadrimestre/2016 (%) = $((A/B)-1) \times 100 = 1,41\%$

O mencionado indicador refere-se ao desempenho do total da arrecadação de origem tributária, a qual inclui a receita de impostos, exceto o Imposto de Renda Retido na Fonte, e as receitas de taxas, da dívida ativa tributária e de multas e juros tributários. O resultado em questão, de 1,41%, é o percentual de variação do total arrecadado nos meses de janeiro a dezembro de 2016 na comparação com o total arrecadado nos meses de janeiro a dezembro de 2015.

Na comparação com a meta de 3% para o ano de 2016, o percentual de 1,41%, apesar de representar apenas 47,0% da meta, indicou melhora da arrecadação de maneira crescente ao longo do ano quando comparado com o resultado de 0,06% apurado para o primeiro quadrimestre de 2016 e de 0,83% apurado para o segundo quadrimestre.

O crescimento real de 1,41% acumulado até o terceiro quadrimestre de 2016 reflete o impacto das medidas fiscais de elevação de alíquotas do ICMS e do IPVA adotadas ao final de 2015. No acumulado até o terceiro quadrimestre de 2016, a receita do ICMS apresentou incremento real de 4,05%, enquanto a do IPVA registrou aumento real de 6,92%. As receitas do IPTU, da TLP, de Multas e Juros de débitos tributários não inscritos na dívida ativa e de Multas e Juros da dívida ativa também apresentaram aumento real, respectivamente, de 8,25%, 4,98%, 21,22% e 11,34%.

Por outro lado, os incrementos reais das receitas do ICMS, IPVA, IPTU, TLP e Multas e Juros foram parcialmente anulados pelas quedas reais das receitas do ISS, Simples Nacional, ITBI, ITCD e da Dívida Ativa. As receitas do ISS e do Simples Nacional, que não sofreram aumento de alíquotas, tiveram o desempenho impactado desfavoravelmente pelo cenário econômico adverso. O ITBI e o ITCD, embora tenham sofrido aumento de alíquota, tem registrado queda real de receita atribuída ao fraco movimento do mercado imobiliário.

2017

A presente meta apresentou o seguinte resultado:

- Janeiro a dezembro de 2017 (A) = 12.595.245.868,25

- Janeiro a dezembro de 2016 (B) = 12.427.970.731,11

- Resultado 3º Quadrimestre/2017 (%) = $((A/B) - 1) \times 100 = 1,35\%$

O indicador refere-se ao desempenho do total da arrecadação de origem tributária, a qual inclui a receita de impostos, exceto o Imposto de Renda Retido na Fonte, e as receitas de taxas, da dívida ativa tributária e de multas e juros tributários. O resultado em questão, de 1,35%, é o percentual de variação do total arrecadado nos meses de janeiro a dezembro de 2017 na comparação com o total arrecadado nos meses de janeiro a dezembro de 2016, sendo que os valores mensais do total da arrecadação foram atualizados monetariamente para o mês de dezembro de 2017 pelo INPC/IBGE.

Na comparação com a meta de 4,27% para o ano de 2017, o percentual de 1,35%, representou apenas 31,6% da meta.

No entanto, o resultado de 1,35%, embora esteja abaixo da meta estipulada de 4,27%, representa uma melhora de 218,49% em relação ao 2º quadrimestre.

O crescimento real de 1,35% deveu-se principalmente aos aumentos reais de 11,0% do ITBI (+R\$ 36,9 milhões), 4,9% do ISS (+R\$ 76,5 milhões) e de 4,4% do IPVA (+R\$ 41,9 milhões) suficientes para compensar a queda real de 0,5% ocorrida na arrecadação do ICMS (-R\$ 37,2 milhões) e de 5,7% (-R\$ 17,6 milhões) da Dívida Ativa.

As receitas de Multas e Juros da Dívida Ativa, ITCD, Multas e Juros dos Tributos e ITBI, também apresentaram aumentos reais expressivos, de 25,1%, 23,4%, 12,4% e 11,0%, respectivamente.

2018

A presente meta apresentou o seguinte resultado:

Janeiro a dezembro de 2018 (A) = 13.373.096.061,

Janeiro a dezembro de 2017 (B) = 13.027.760.800,90

Resultado 2018/2017 (%) = $((A/B) - 1) \times 100 = 2,65\%$

O indicador refere-se ao desempenho do total da arrecadação de origem tributária, a qual inclui a receita de impostos, exceto o Imposto de Renda Retido na Fonte, e as receitas de taxas, da dívida ativa tributária e de multas e juros tributários. O resultado em questão, de 2,65%, é o percentual de variação do total arrecadado nos meses de janeiro a dezembro de 2018 na comparação com o total arrecadado nos meses de janeiro a dezembro de 2017, sendo que os valores mensais do total da arrecadação foram atualizados monetariamente para o mês de dezembro de 2018 pelo INPC/IBGE.

Essa performance superou a meta estipulada para o ano de 2018 e o percentual de 2,65% representou 132,54% da meta.

O crescimento real de 2,65% está atrelado de sobremaneira aos aumentos reais de 2,7% do ICMS (+R\$ 215,8 milhões), 6,3% do IPTU (+R\$ 47,4 milhões) e 4,2% do IPVA (+R\$ 44,1 milhões). Para as receitas decorrente de débitos tributários, depreende-se que o incremento real de 15% da Dívida Ativa (+R\$ 45,4 milhões), que suplantou as perdas de 5,5% e 5,9% computadas em multas e juros dos tributos (-R\$ 7,0 milhões) e em multas e juros da Dívida Ativa (-R\$ 5,7 milhões), respectivamente.

4. Reduzir o estoque de processos aguardando julgamento em 10% ao ano (SEF);

2016

As ações implementadas para o alcance da **meta 4 reduziram o estoque de processos aguardando julgamento em 10% ao ano**, que redundaram no desempenho auferido pela Primeira Instância durante o exercício de 2016, tanto em termos de valor de crédito tributário decidido, quanto em termos de quantidade de processos julgados, evidenciam reflexos positivos das iniciativas de automação e racionalização de procedimentos no âmbito da Secretaria e, também, das ações voltadas para o incremento da arrecadação própria do Distrito Federal, segundo as quais se buscou a seleção e distribuição de grupos de processos para julgamento por tema e similitude das autuações objetivando maior eficiência e celeridade na atividade jurisdicional, maior valor de crédito tributário, otimização do tempo/trabalho de análise/relatoria e da avaliação/decisão da lide pelo corpo técnico.

Com a finalidade de contribuir para o incremento de receitas, para a redução do tempo de resolução dos lançamentos sob impugnação administrativa, e para maior transparência externa e interna, a SEF vem atuando fortemente nas ações de modernização, automação e padronização de procedimentos.

O eixo principal desse processo de modernização tem sido o sistema SGEJUC, que tem contribuído para o considerável desempenho desta GEJUC neste exercício de 2016. No entanto, a consecução de maior eficiência envolve, também, a busca de um fluxo ágil/constante de informações com as unidades responsáveis pelos lançamentos tributários impugnados, visando aprimoramento do processo de constituição do crédito e do cumprimento de diligências/determinações. Merece registro, também, o permanente contato com as áreas atuantes na recuperação de créditos tributários, isto a fim de acelerar a recuperação/realização dos lançamentos tributários julgados em primeira instância, em vista da soma expressiva dos créditos tributários envolvidos.

No que diz respeito ao SGEJUC, cabe consignar que a equipe da GEJUC vem atuando em demandas que envolvem ajustes, correção e implementação de novas funcionalidades desse Sistema. Trata-se de evoluções, modernizações e correções necessárias e prementes, em face das metas definidas no planejamento estratégico da SEF; das alterações no campo jurídico institucional e da premissa de maior transparência e do melhor atendimento aos contribuintes.

2017

Em dezembro de 2016, o estoque final de processos a distribuir para julgamento era de 2.131 processos, contra 3.163 processos em dezembro de 2015 e 3.161 processos em dezembro de 2014. Em 2017 esse quantitativo somou 1.476, menos da metade do estoque de 2014.

A variação absoluta do estoque de processos a distribuir para julgamento, entre 2016 e 2017, correspondeu a cerca de 655 processos, o que em termos relativos equivalerá a uma redução de 30,73%. Comparado o estoque existente, em dezembro de 2017, com o valor de referência constante do PPA, 3.300 processos, o percentual de redução alcança 53,30%. Como se pode constatar, trata-se de resultado bastante favorável, em confronto com a meta final fixada que pretende redução de 40% até 2019.

Em síntese, a meta indica que o estoque de processos que aguardam julgamento de primeira instância deve no ano de 2019 estar num patamar numérico que seja 40% menor do que aquele posto como parâmetro do PPA. A interpretação é no sentido de que a meta foi quase totalmente alcançada em 2016, pois o estoque de processos a julgar ao final desse ano já foi 35,4% menor que o valor de referência, fixado em 3.300 processos.

No final de 2017, a meta de redução de 40% foi superada, pois o estoque de processos ao final desse exercício, comparado com o valor de referência, evidenciou uma redução da ordem de 53,30%, em relação a meta. Isso significou mais de 100% de cumprimento da meta, na verdade 133,25%.

Importante destacar que esse resultado é realmente bastante positivo, sobretudo quando se leva em conta que a redução do estoque de processos ocorreu mesmo em face da dinamização das atividades do fisco, que redundou em expressivo volume de novos processos encaminhados para julgamento.

Em 2017, foram julgados 1.421 processos, equivalendo a 2,09 bilhões, tendo sido inscrito R\$ 193,5 milhões em Dívida Ativa.

Não é demais lembrar que os resultados auferidos e a melhoria no nível de eficiência alcançado foram possíveis e viabilizados, notadamente, em razão da automação de rotinas, revisão, simplificação e padronização de procedimentos.

2018

Entre 2017 e 2018 a variação de estoque foi 409 processos em termos absolutos, equivalendo a uma redução de 27,7%, correspondendo a 67,67% de redução de estoque na comparação com o estoque de referência. Como se pode constatar, tratam-se de resultados favoráveis, em confronto com a meta final fixada que pretende redução de 40% somente em 2019.

5. Manter o Rito Especial de Cobrança atualizado, com intervalo máximo de 90 dias entre o fato gerador e a inclusão dos débitos em dívida ativa (SEF);

2016

A sistemática do Rito Especial consiste em rotina que efetua o cruzamento entre as informações prestadas pelos contribuintes em seus Livros Fiscais Eletrônicos e os valores recolhidos nos respectivos períodos. Esta sistemática tem se revelado de suma importância para a elevação da percepção de risco por parte do contribuinte, quanto à eficiência da administração tributária no controle das informações prestadas.

Apesar dos esforços em sanear diversas situações antecipadamente a sua inscrição em dívida ativa, seja por meio de execução de rotinas preliminares, contatos telefônicos e comunicados via Agênci@Net, muitos contribuintes cometem erros quando do preenchimento do Documento de Arrecadação – DAR, o que leva à não identificação, pelo sistema, do pagamento realizado.

Mesmo alertados pelos comunicados enviados, só formalizam suas reclamações junto à Secretaria de Fazenda do DF por ocasião da inscrição de seus débitos em dívida ativa. Em razão disso, ocorrem inúmeras demandas de reclamação acerca dos débitos inscritos, por meio de processos administrativos, SIGAC ou encaminhados pela PGDF, para análise dos pleitos e manifestação a respeito de sua pertinência.

Parcela substancial desses erros tem origem na estrutura atual do próprio documento de arrecadação, cujos campos são livres, dando margem a incorreções quando do seu preenchimento. Buscando solucionar o problema, a SEF, no ano de 2016, deu início ao processo de alteração da estrutura do documento de arrecadação, vinculando seus campos às informações de cadastro do contribuinte e aos tipos de operações que o contribuinte realiza, fazendo com que, ao acessar o sistema do novo DAR e iniciar o preenchimento, ele seja direcionado para as informações corretas da sua atividade.

Em vista da complexidade das alterações necessárias, que afetam vários sistemas, o projeto está atualmente em fase final de homologação, antes da sua disponibilização para os usuários.

O trabalho desenvolvido pela GCORE, no ano de 2016, consistiu na execução da rotina do Rito relativa ao 1º semestre daquele ano, até o mês de abril e pescagens para os anos de 2013, 2014 e 2015, com a identificação de diferenças tributáveis no montante de R\$ 546.871.847,72, em desfavor de 53.167 contribuintes, tendo sido pago, a vista ou parcelado o montante de R\$ 73.169.812,06, correspondente a 13,38% do total identificado. Para os meses de maio a outubro de 2016, a rotina foi executada em fevereiro de 2017 e, para os meses de novembro e dezembro, a execução ocorreu em março de 2017.

Aqueles que não pagaram ou regularizaram as pendências foram inscritos na Dívida Ativa, no mês seguinte. Por esses motivos, restou inviável se atingir a meta estabelecida, pelo Rito Especial, para o ano de 2016, do prazo de 90 dias entre a ocorrência do fato gerador e a inscrição do débito em dívida ativa, alcançando a média anual de 137 dias para tanto, dentro do que foi possível de ser realizado pelos sistemas desta SEF/DF.

2017

A sistemática do Rito Especial consiste em rotina que efetua o cruzamento entre as informações prestadas pelos contribuintes em seus Livros Fiscais Eletrônicos e os valores recolhidos nos respectivos períodos. Esta sistemática tem se revelado de suma importância para a elevação da percepção de risco por parte do contribuinte, quanto à eficiência da administração tributária no controle das informações prestadas.

Apesar de todo o esforço do NURIT/GCORE em sanear diversas situações antecipadamente à sua inscrição em dívida ativa, seja por meio de execução de rotinas preliminares, contatos telefônicos e comunicados via Agênci@Net, muitos contribuintes cometiam muitos erros quando do preenchimento do Documento de Arrecadação, o que levava à não identificação, pelo sistema, do pagamento realizado.

Mesmo alertados pelos comunicados enviados, só formalizavam suas reclamações junto à Secretaria de Fazenda do DF por ocasião da inscrição de seus débitos em dívida ativa. Em razão disso, chegam ao NURIT/GCORE inúmeras demandas de reclamação acerca dos débitos inscritos, por meio de processos administrativos, SIGAC ou encaminhados pela PGDF, para análise dos pleitos e manifestação a respeito de sua pertinência.

Parcela substancial desses erros tinha origem na estrutura do próprio documento de arrecadação, cujos campos são livres, dando margem a incorreções quando do seu preenchimento. Buscando solucionar o problema, a Subsecretaria da Receita – SUREC, implementou, no final do ano de 2017, um novo modelo de documento de arrecadação, vinculando seus campos às informações de cadastro do contribuinte e aos tipos de operações que o contribuinte realiza, fazendo com que, ao acessar o sistema do novo DAR e iniciar o preenchimento, ele seja direcionado para as informações corretas da sua atividade. Com a implantação do novo DAR estima-se que, em 2018, haja significativa redução da quantidade de erros cometidos pelos contribuintes quando dos respectivos pagamentos.

Para o ano de 2017, a meta inicial prevista, de 90 dias de prazo entre a ocorrência do fato gerador e a inscrição do débito em dívida ativa, tendo em vista a impossibilidade de ser alcançada em função dos motivos expostos acima, foi alterada para a execução quadrimestral da rotina do Rito. Neste sentido, no ano de 2017, a rotina do Rito, relativa ao 1º quadrimestre, alcançou os meses de maio a dezembro de 2016. No segundo quadrimestre, a rotina alcançou os meses de janeiro a março de 2017 e uma repescagem dos anos de 2011 e 2012. No terceiro quadrimestre, a rotina alcançou os meses de abril a junho de 2017 para os Livros Fiscais Eletrônicos e de janeiro a junho de 2017 para as “Guias Nacionais de Informação e Apuração do ICMS Substituição Tributária – GIA/ST”. No total foram identificadas diferenças tributáveis no montante de R\$ 572.186.105,12 (quinhentos e setenta e dois milhões, cento e oitenta e seis mil e cento e cinco reais e doze centavos), em desfavor de 75.903 contribuintes, tendo sido pagos, à vista ou parcelado, R\$ 45.988.552,47 (quarenta e cinco milhões, novecentos e oitenta e oito mil e quinhentos e cinquenta e dois reais e quarenta e sete centavos), correspondente a 8,04% do total identificado no ano. Aqueles que não pagaram ou regularizaram as pendências foram inscritos na Dívida Ativa. Assim, com a nova sistemática o prazo entre a ocorrência do fato gerador e a inscrição dos débitos em dívida ativa, atingiu 164 dias em média, o que consideramos compatível com a atual estrutura do sistema do Rito Especial. Para 2018, ao se concretizarem os efeitos das alterações produzidas, principalmente a implantação do novo DAR e a conseqüente redução da incidência de erros no recolhimento entendemos que será possível a otimização desses resultados.

2018

Rito Especial – A sistemática do Rito Especial consiste em rotina que efetua o cruzamento entre as informações prestadas pelos contribuintes em seus Livros Fiscais Eletrônicos e os valores recolhidos nos respectivos períodos. Esta sistemática tem se revelado de suma importância para a elevação da percepção de risco por parte do contribuinte, quanto à eficiência da administração tributária no controle das informações prestadas. Apesar de todo o esforço do NURIT/GCORE em sanear diversas situações antecipadamente à sua inscrição em dívida ativa, seja por meio de execução de rotinas preliminares, contatos telefônicos e comunicados via Agência@Net, muitos contribuintes cometiam erros quando do preenchimento do Documento de Arrecadação, o que levava à não identificação, pelos sistemas da SEF, do pagamento realizado. Mesmo alertados pelos comunicados enviados, só formalizavam suas reclamações junto à Secretaria de Fazenda do DF por ocasião da inscrição de seus débitos em dívida ativa. Em razão disso, chegam ao NURIT/GCORE inúmeras demandas de reclamação acerca dos débitos inscritos, por meio de processos administrativos, SIGAC ou já por via judicial, encaminhados pela PGDF, para análise dos pleitos e manifestação a respeito de sua pertinência. Parcela substancial desses erros tinha origem na estrutura do próprio documento de arrecadação, cujos campos são livres, dando margem a incorreções quando do seu preenchimento. Buscando solucionar o problema, a Subsecretaria da Receita – SUREC, implementou, no início de 2018, o novo modelo de documento de arrecadação, vinculando seus campos às informações de cadastro do contribuinte e aos tipos de operações que o contribuinte realiza, fazendo com que, ao acessar o sistema do novo DAR e iniciar o preenchimento, ele seja direcionado para as informações corretas da sua atividade. Com a implantação do novo DAR, houve expressiva redução da quantidade de erros cometidos pelos contribuintes quando dos respectivos pagamentos, tornando os débitos identificados pelo Rito mais fidedignos à inadimplência real. Para o ano de 2018, a meta inicial prevista, de 90 dias de prazo entre a ocorrência do fato gerador e a inscrição do débito em dívida ativa, foi alterada para a execução quadrimestral da rotina do Rito, o que a tornou mais compatível com a atual estrutura do sistema do Rito Especial. Neste sentido, no ano de 2018, a rotina do Rito, relativa ao 1º quadrimestre, alcançou os meses de julho a setembro de 2017. No segundo quadrimestre, a rotina alcançou os meses de outubro a dezembro de 2017 e janeiro a abril de 2018. No terceiro quadrimestre, a rotina alcançou os meses de maio e junho de 2018 e foi realizada uma repescagem para os anos de 2014, 2015 e 2016. No total foram identificadas diferenças tributáveis no montante de R\$ 854.845.935,94, em desfavor de 107.399 contribuintes, tendo sido pagos, à vista ou parcelado, R\$ 91.224.665,44, correspondente a 9,55% do total identificado no ano. Aqueles que não pagaram ou regularizaram as pendências, foram inscritos na Dívida Ativa. Assim, com a nova sistemática o prazo entre a ocorrência do fato gerador e a inscrição dos débitos em dívida ativa, atingiu a média de 210 dias no 1º quadrimestre, 240 dias no 2º quadrimestre e 135 dias no terceiro quadrimestre. Em 2018, com a entrada em operação do SISLANCA – Sistema de Lançamento de Créditos Tributários e Não Tributários, foi introduzida uma importante funcionalidade na ferramenta, com o lançamento neste sistema, dos débitos de valores entre R\$ 10,00 e 387,00, identificados pelo Rito Especial e que, por força da legislação vigente, não são inscritos na Dívida Ativa. Com este lançamento, esses débitos passam a constar das Certidões de Débito dos respectivos contribuintes, o que contribui em muito para a sua quitação.

6. Apoiar a elaboração de Cartas Consultas de projetos estratégicos do governo para captação externa (SEPLAG);

2016

No ano de 2016 a SUCAP participou da elaboração da Carta Consulta do Policy Based Loan – PBL: Programa elaborado pelo Planejamento, Fazenda e Meio Ambiente, com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com metas e objetivos elaborados baseados no Plano Plurianual - PPA, destinado ao financiamento de políticas públicas de Gestão Fiscal alinhada com as mudanças climáticas observando-se os impactos dos recursos planejados de forma sustentável. Não exige contrapartida do governo sendo o recurso proveniente do financiamento

internalizado pelo Tesouro do DF e aplicado posteriormente em investimentos, condicionado ao atingimento de 100% das metas e objetivos pactuados. Situação: Carta Consulta cadastrada na SEAIN/MPOG dia 06/07/2016. Valor estimado: US\$ 103 milhões.

Na Captação Nacional a SUCAP participou da elaboração da Carta Consulta do Programa de Infraestrutura Urbana e Social – destinado a financiar aporte de contrapartida de recursos do tesouro distrital; infraestrutura urbana e social; e, desenvolvimento institucional. Os recursos vão oferecer suporte a uma série de projetos em andamento envolvendo mobilidade, agregando projetos de transporte público integrado, melhorias na utilização do espaço e acessibilidade; Saneamento Básico com a melhoria dos sistemas de abastecimento d'água, de esgotos sanitários, de drenagem pluvial e de tratamento de resíduos; Infraestrutura Social com a construção e a ampliação dos equipamentos sociais; e, Desenvolvimento Institucional com a implantação de projetos que garantam a melhoria dos sistemas de gestão e dos serviços à população. Valor: R\$ 600 milhões. Contratado em 29/12/2016.

2017

No ano de 2017 a SUCAP participou da elaboração da Carta Consulta do Programa Brasília Capital das Águas que visa promover o desenvolvimento sustentável e a inclusão socioproductiva da população do Distrito Federal, tendo a bacia hidrográfica como unidade de planejamento, com foco na segurança hídrica e a reabilitação ambiental. Estão previstas ações relacionadas ao uso sustentável da água na agropecuária e na agricultura irrigada, infraestrutura rural, atividades ambientais e educativas, infraestrutura urbana na orla do Lago Paranoá, recuperação de áreas degradadas e o fortalecimento institucional dos coexecutores. Valor estimado: R\$ 199 milhões, sendo US\$ 41 milhões junto ao FONPLATA e contrapartida local de US\$ 20 milhões.

2018

Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019.

7. Estreitar as relações com os agentes financeiros internacionais (SEPLAG).

2016

No ano de 2016, a SUCAP estreitou as relações com vários agentes financiadores internacionais, por meio de reuniões, visitas e tratativas para verificar possibilidades de captação de recursos reembolsáveis e não reembolsáveis dentre eles:

✓ Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA – é um organismo financeiro internacional de caráter intergovernamental, estabelecido, em 1974, por cinco países: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai;

✓ MLW Intermed- Export-Import – Financiamento do Governo Alemão;

✓ Empresa de Planejamento e Logística S.AEPL - Projeto Embaixada Reino Unido; e

✓ Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

As reuniões resultaram em negociações que atualmente estão em andamento, são elas:

✓ Programa Brasília Capital das Águas que visa promover o desenvolvimento sustentável e a inclusão socioproductiva da população do Distrito Federal, tendo a bacia hidrográfica como unidade de planejamento, com foco na segurança hídrica e a reabilitação ambiental. Estão previstas ações relacionadas ao uso sustentável da água na agropecuária e na agricultura irrigada, infraestrutura rural, atividades ambientais e educativas, infraestrutura urbana na orla do Lago Paranoá, recuperação de áreas degradadas e o fortalecimento institucional dos coexecutores. Valor: US\$ 41 milhões de financiamento junto ao FONPLATA e contrapartida local de US\$ 20 milhões; e

✓ Brasília Sustentável II: O Programa de Saneamento Ambiental e Gestão Territorial do DF - Prevê a melhoria na gestão dos resíduos sólidos e na qualidade ambiental do DF, por meio da implantação de serviços de infraestrutura urbana e recuperação de áreas degradadas. Estão previstos o fortalecimento institucional dos órgãos partícipes, a requalificação de estações de compostagem dos resíduos sólidos e também a readequação urbana no Condomínio Pôr do Sol. Valor: US\$ 100 milhões de financiamento junto ao BID e contrapartida local de US\$ 50 milhões.

2017

No ano de 2017, a SUCAP estreitou as relações com vários agentes financiadores nacionais e internacionais, por meio de reuniões, visitas e tratativas para verificar possibilidades de captação de recursos reembolsáveis e não reembolsáveis dentre eles:

- Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA – organismo financeiro internacional de caráter intergovernamental, estabelecido, em 1974, por cinco países: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai;

- Banco do Brasil – BB;

- Caixa Econômica Federal – CAIXA;

- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES;

- Banco ABC (Arab Banking Corporation);

- Banco Santander; e

- Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

As reuniões resultaram em negociações de novas operações e desembolso de recursos das operações que atualmente estão em andamento.

2018

Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	Desejado 2018	2018 Alcançado	Desejado 2019	Fonte Informação
1435	ICMS (TAXA DE ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	%	9,24	31/12/2014	3,7	13	4,9	2,5	7,8	5,7	7,8	SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2
1436	ISS (TAXA DE ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	%	11,03	31/12/2014	9,5	3,0	7,6	8,00	7	1,7	6,6	SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2
1437	IPTU (TAXA DE ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	%	4,78	31/12/2014	5,7	18,3	5,1	2,5	4,9	9,9	4,8	SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2
1438	IPVA (TAXA DE ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	%	16,31	31/12/2014	4,8	17,5	5,1	8,1	4,9	6,5	4,8	SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2
1439	ITBI (TAXA DE ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	%	-3,53	31/12/2014	65,3	5,5	7,2	14,2	6,6	11,6	6,2	SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2
1440	ITCD (TAXA DE ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	%	-41,83	31/12/2014	-17,5	-18,2	9,8	27,2	9,1	-18,6	8,4	SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2
1441	TLP (TAXA DE ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	%	2,03	31/12/2014	38,5	14,7	5,4	4,7	5,2	6,7	5,1	SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2
1666	LIMITE DA DESPESA DE PESSOAL/RCL	%	48,01	31/01/2015	<=49	46,82	<=48	46,07	<=47	<=43,46	<=46,55	SUOP/ SEPLAG / UO 32101 / OE 2
1667	TOTAL DOS INVESTIMENTO/RCL	%	9,39	31/01/2015	10	3,44	10	4,15	10	4,55	10	SUOP/ SEPLAG / UO 32101 / OE 2
1671	RESULTADO PRIMÁRIO ORÇAMENTÁRIO (EM MIL) (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	R\$	-514	31/01/2015	-1.422	- 686	-610	-975	-305	-528	A definir	SUOP/ SEPLAG / UO 32101 / OE 2

Justificativas 2016

Indicador 1435 - Resultado alcançado superior ao desejado é reflexo da elevação de alíquotas, bem como da implementação das cobranças do ICMS sobre o comércio interestadual de bens destinados ao consumidor final (Emenda Constitucional 87/15) e de mercadorias adquiridas por contribuintes do regime Simples Nacional. (MEM.08/2017 - Assessoria de Estudos Econômicos/GAB/SEF/DF).

Indicador 1436 - O menor resultado alcançado decorre do cenário econômico desfavorável, no qual a atividade de serviços, base tributável do ISS, recuou 0,6% no terceiro trimestre de 2016 (último dado disponível), segundo o IBGE. (MEM.08/2017 - Assessoria de Estudos Econômicos/GAB/SEF/DF).

Indicador 1437 - De acordo com o Decreto nº 37.039/2015, a pauta de valores venais de terrenos e edificações do Distrito Federal, para efeito do IPTU/2016, foi atualizada em 10,97%. (MEM.08/2017 - Assessoria de Estudos Econômicos/GAB/SEF/DF).

Indicador 1438 - O bom desempenho da arrecadação do IPVA está atrelado ao aumento de 0,5 ponto percentual da alíquota do imposto sobre automóveis e motocicletas. (MEM.08/2017 - Assessoria de Estudos Econômicos/GAB/SEF/DF).

Indicador 1439 - Embora a alíquota do ITBI tenha passado de 2% para 3%, o fraco movimento do mercado imobiliário impactou negativamente sobre a arrecadação do imposto. (MEM.08/2017 - Assessoria de Estudos Econômicos/GAB/SEF/DF).

Indicador 1440 - De acordo com Subsecretaria da Receita - SEF/DF, houve queda do número de transações tributadas pelo ITCD em 2016, que foi de 19.722, contra 38.588 em 2015. (MEM.08/2017 - Assessoria de Estudos Econômicos/GAB/SEF/DF).

Indicador 1441 - Os valores básicos de referência considerados no lançamento da TLP/2016 sofreram atualização de 10,97% na comparação com 2015, por força do Decreto 37.039/2015. (MEM.08/2017 - Assessoria de Estudos Econômicos/GAB/SEF/DF).

Indicador 1666 - A meta foi atingida, pois o índice apurado ficou abaixo do desejado. Apesar disto, está acima do limite prudencial de 46,55%, determinado pela LRF.

Indicador 1667 - O comprometimento dos recursos orçamentários com despesas de pessoal e custeio, bem como o impacto da crise econômica, não permitiram o atingimento do percentual proposto.

Indicador 1671 - Segundo a LRF, a meta de Resultado Primário é estabelecida na LDO. A LDO 2016 sofreu uma alteração e a meta inicial de -1.422 ficou alterada para -1.927. A meta foi atingida, sendo o valor apurado melhor do que o desejado.

Justificativas 2017

Indicador 1435 - Apesar das ações de monitoramento e cobrança da administração tributária, a receita do ICMS sofreu o impacto do fraco desempenho do consumo em 2017, o que refletiu no resultado alcançado.

Indicador 1436 - Com um resultado alcançado próximo do desejado, a receita do ISS apresentou crescimento cujo destaque foram as retenções do imposto pela administração pública federal, em razão de serviços prestados pelo setor privado a órgãos públicos.

Indicador 1437 - Embora o lançamento do IPTU para o exercício de 2017 tenha sido efetuado com base nas áreas construídas e de terrenos identificadas por mapeamento aerofotogramétrico, o nível de inadimplência do tributo impediu um resultado alcançado maior.

Indicador 1438 - Na comparação com 2016, o valor do lançamento do IPVA para o exercício de 2017 sofreu acréscimo de 7,86%, tendo ainda as ações de cobrança pela administração tributária sido intensificadas no segundo semestre de 2017 .

Indicador 1439 - De acordo com dados da SUREC, embora o número de transações imobiliárias tributadas pelo ITBI em 2017 tenha sido inferior ao de 2016, o valor lançado em 2017 superou o do ano anterior, de tal forma que o valor médio lançado por transação aumentou 20% em relação a 2016.

Indicador 1440 - O resultado alcançado acima do desejado se deu por influência da tributação do ITCD sobre doações

Indicador 1441 - Apesar do aumento de 7,4% dos valores básicos de referência utilizados na cobrança da TLP em 2017, o nível de inadimplência comprometeu o resultado

Indicador 1666 - O índice ficou abaixo da meta estipulada, pois a despesa de pessoal não cresceu na mesma proporção da RCL.

Indicador 1667 - O índice não foi obtido devido a frustração no ingresso de operações de crédito, ocasionando o cancelamento de cerca de R\$ 200 milhões de investimento e, ainda, pelo equacionamento do déficit existente, não permitindo maior destinação de recursos de fonte do tesouro para investimentos.

Indicador 1671 - A Subsecretaria de Orçamento Público-SUOP informou que a meta estipulada foi super dimensionada, uma vez que o previsto na LDO/2017 foi de -2.067.

Justificativas 2018

Indicador 1435 Apesar das ações de cobrança da administração tributária, o resultado para a arrecadação do ICMS decorre do fraco desempenho da atividade econômica em 2018 (crescimento real de 1,1% para o PIB Brasil e de 1,0% para o Idecon-DF/CODEPLAN). Indicador 1436 O fraco desempenho da atividade econômica em 2018 também refletiu sobre a arrecadação do ISS, a qual foi ainda impactada pelos efeitos da Lei Complementar Federal nº 157/2016, que estabeleceu no caso da prestação de alguns serviços financeiros que o imposto é devido ao município onde houve a prestação do serviço.

Indicador 1437 O resultado reflete esforços da administração tributária no saneamento de inconsistências dos diversos cadastros de contribuintes e na melhoria dos processos de lançamento e dos tributos diretos. Além disso, aponta-se o impacto do mapeamento aerofotogramétrico sobre o lançamento do IPTU.

Indicador 1438 Além do crescimento de 4,42% do valor do lançamento do IPVA em 2018, a arrecadação do IPVA continuou sendo influenciada positivamente pelas ações de cobrança administrativa.

Indicador 1439 A arrecadação do ITBI foi positivamente impactada pelo aumento do valor lançado do tributo, da ordem de 15,8% em 2018.

Indicador 1440 A queda na arrecadação do ITCD resultou da diminuição de 5% do valor do lançamento para o tributo.

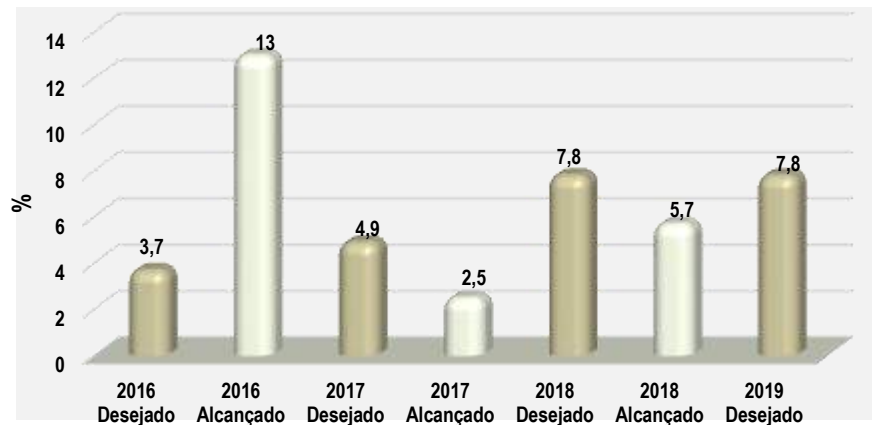
Indicador 1441 Apesar da baixa elevação dos valores básicos de referência utilizados na cobrança da TLP (+1,94%), o resultado superou a expectativa.

Indicador 1666 - A meta foi atingida: o índice apurado (43,46%) ficou abaixo do desejado (47%).

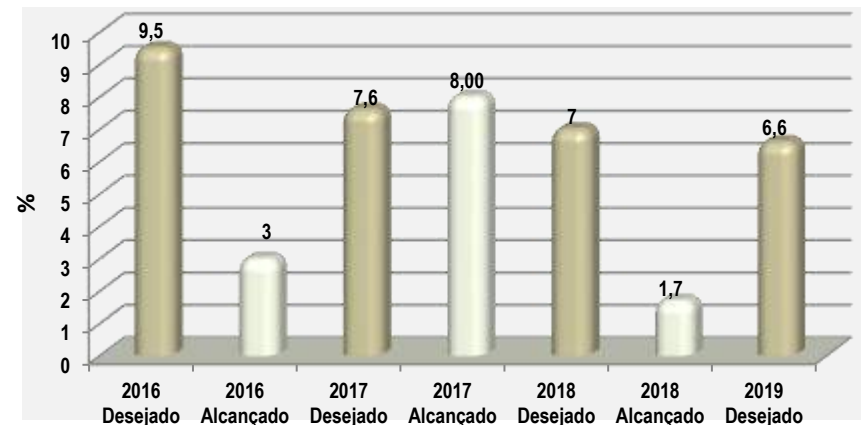
Indicador 1667 - A aferição do indicador foi efetuada com os dados contidos no Relatório de Gestão Fiscal - RGF e no Relatório Resumido de Execução Orçamentária, ambos divulgados pela Subsecretaria de Contabilidade da Secretaria de Fazenda do Distrito Federal. O comprometimento dos recursos orçamentários com despesas de pessoal e custeio, bem como o impacto da crise econômica, impossibilitaram o atingimento da meta inicial de 10%: o valor apurado em 2018 equivale a 4,55%.

Indicador 1671 - A aferição do indicador foi efetuada com os dados contidos no Relatório de Gestão Fiscal - RGF e no Relatório Resumido de Execução Orçamentária, ambos divulgados pela Subsecretaria de Contabilidade da Secretaria de Fazenda do Distrito Federal. A meta inicial de -305 não foi atingida, tendo em vista que o valor apurado em 2018 equivale a -528.

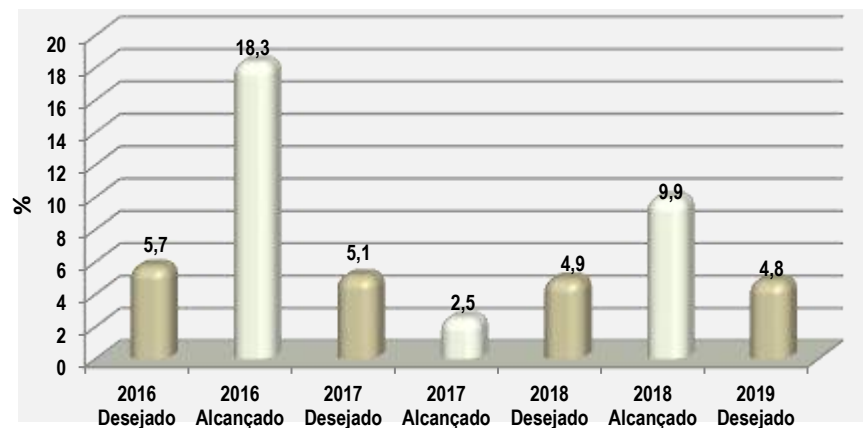
ICMS (TAXA DE ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)



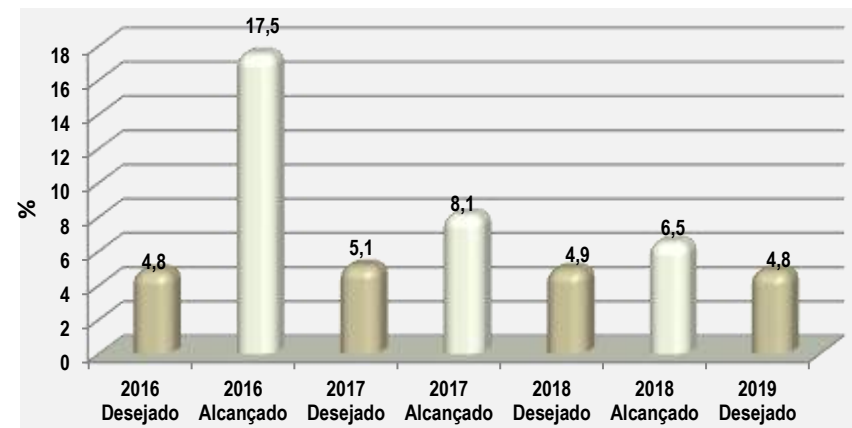
ISS (TAXA DE ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)



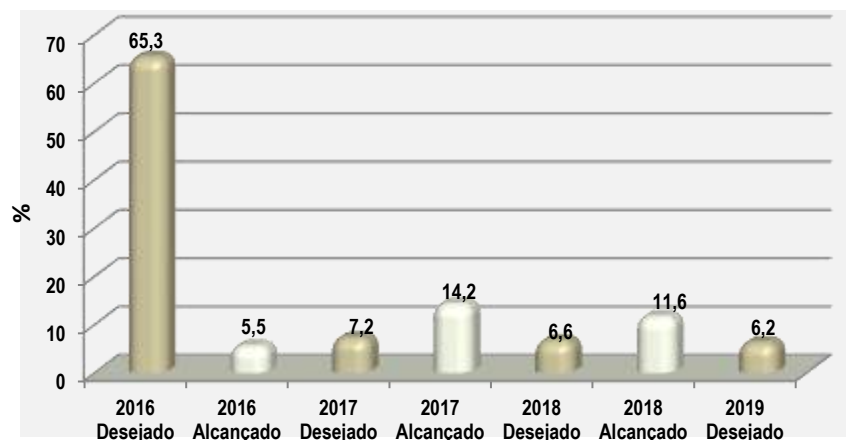
IPJU (TAXA DE ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)



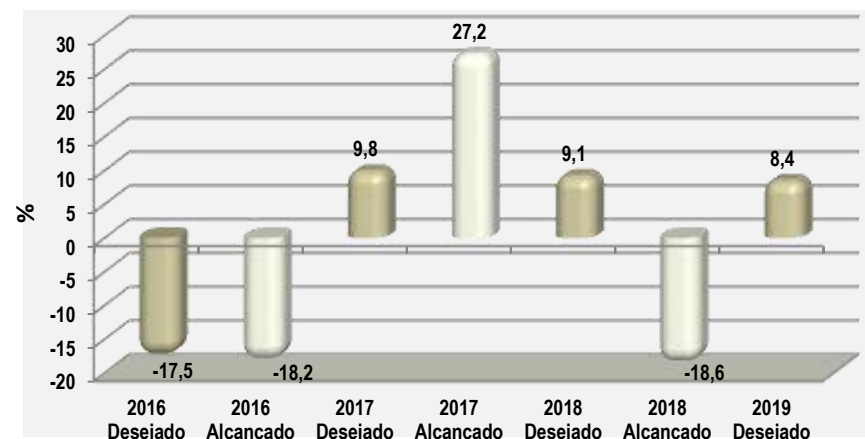
IPVA (TAXA DE ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)



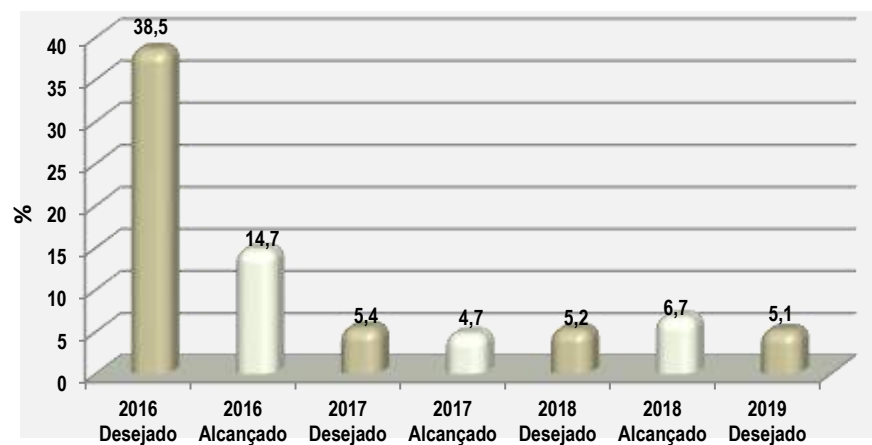
ITBI (TAXA DE ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)



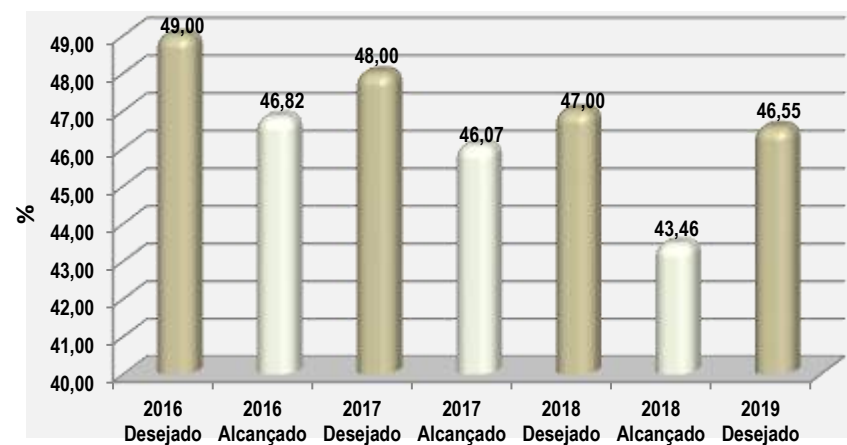
ITCD (TAXA DE ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)



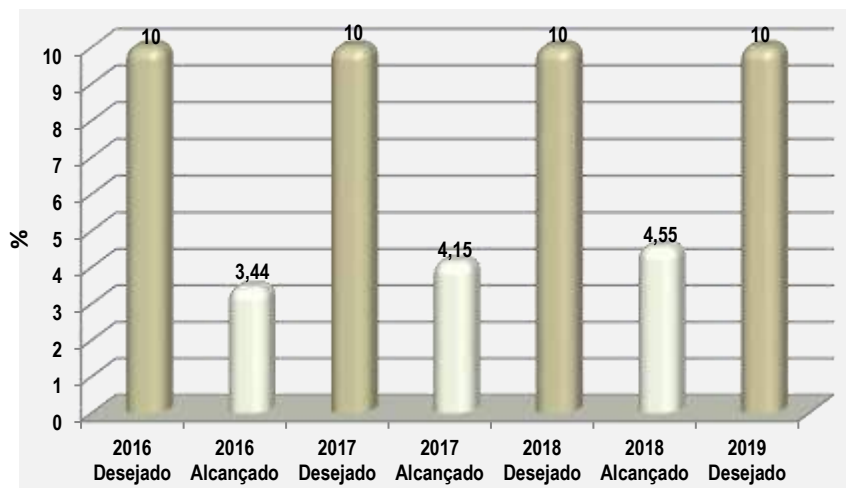
TLP (TAXA DE ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)



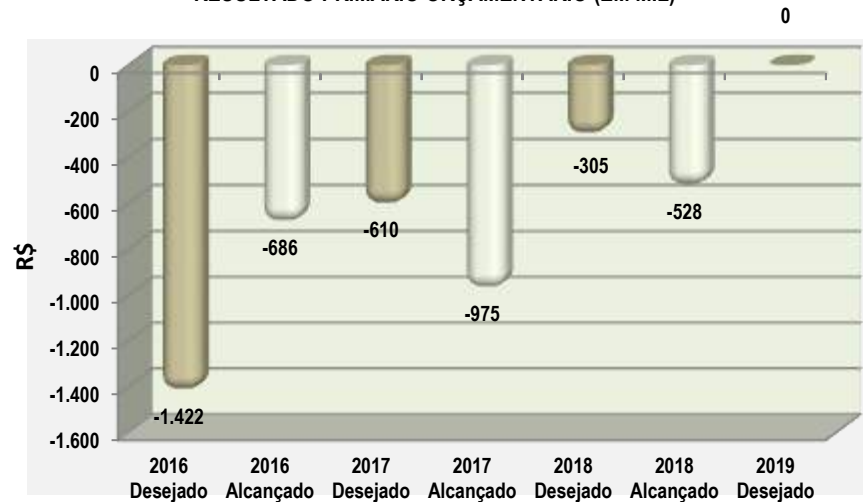
LIMITE DA DESPESA DE PESSOAL/RCL



TOTAL DOS INVESTIMENTO/RCL



RESULTADO PRIMÁRIO ORÇAMENTÁRIO (EM MIL)



Análise do Resultado do Objetivo Específico

2016/2018

SEF

Conforme Relatório de Gestão Fiscal do Distrito Federal referente ao 3º Quadrimestre de 2016, as Receitas realizadas até o 3º quadrimestre do ano de 2016, nelas compreendidas as receitas Correntes e de Capital, totalizaram R\$ 26,3 bilhões, representando uma variação nominal positiva de 1,52% em relação ao mesmo período do ano anterior. Foram realizadas 78,84% das receitas previstas pelo Distrito Federal para o ano de 2016. Na composição das receitas realizadas, destacaram-se as receitas tributárias e as transferências correntes, com R\$ 14,4 bilhões e R\$ 7,3 bilhões, respectivamente.

As Receitas Tributárias, principal item das Receitas Correntes, totalizaram R\$ 14,4 bilhões, com um aumento nominal de 9,11% na arrecadação em relação ao realizado no mesmo período do ano anterior.

Na comparação acumulada de janeiro a dezembro de 2016 com correspondente período de 2015, observam-se acréscimos reais significativos de ICMS de 4,0% (+R\$ 291,6 milhões), decorrente de medidas legislativas implementadas em dezembro de 2015; de IPTU/TLP de 7,7% (+R\$ 60,7 milhões); e de IPVA de 6,9% (+R\$ 61,0 milhões), decorrente do incremento de alíquota promovido pela Lei nº 5.452/2015.

Por outro lado, foram registradas quedas reais expressivas de arrecadação do IRRF de 8,7% (-R\$ 276,6 milhões), provavelmente devido às medidas de contenção com despesa de pessoal; da Dívida Ativa de 24,9% (- R\$ 100,9 milhões), decorrente da elevada base comparativa de 2015 alavancada pelo programa de recuperação de créditos REFIS; do ISS de 5,8% (-R\$ 93,5 milhões); do Simples Nacional de 6,4% (-R\$ 24,1 milhões), decorrentes do cenário econômico; do ITCD (-R\$ 35,7 milhões), apesar da implementação da progressividade do imposto através da Lei nº

5.549/2015; como também do ITBI de 3,6% (-R\$ 12,3 milhões), apesar do incremento de alíquota promovido pela Lei 5.452/2015, devido à deterioração do mercado imobiliário. Para esses dois últimos impostos, foi verificada redução na quantidade de transações tributadas.

As Receitas realizadas até o 3º quadrimestre do ano de 2017, nelas compreendidas as receitas Correntes e de Capital, totalizaram R\$ 21,7 bilhões, representando uma variação nominal negativa de 17,34% em relação ao mesmo período do ano anterior. Foram realizadas 78,10% das receitas previstas pelo Distrito Federal para o ano de 2017.

As receitas correntes decorrem das receitas realizadas pelo Distrito Federal, suas autarquias, fundações, fundos e empresas estatais dependentes, por meio de impostos, taxas, transferências constitucionais, transferências voluntárias, legais e outras. Foram realizados, nesta categoria, R\$ 20,7 bilhões, representando 92,02% das receitas correntes anuais previstas e uma variação nominal negativa de 19,19% em relação ao mesmo período do ano anterior. A mudança na forma de ingressar os recursos do FCDF, explicada no tópico anterior, impactou significativamente essa categoria de receitas.

As receitas de capital atingiram o valor de R\$ 901,7 milhões e contemplaram os ingressos referentes às operações de crédito - R\$ 517,20 milhões, alienação de bens - R\$ 29,7 milhão, amortizações de empréstimos - R\$ 14,00 milhões, transferências de capital - R\$ 73,90 milhões e outras receitas de capital - R\$ 266,80 milhões.

Na composição das receitas realizadas, destacaram-se as receitas tributárias e as transferências correntes, com R\$ 14,8 bilhões e R\$ 2,0 bilhões, respectivamente.

A significativa variação negativa de 17,35% na realização das receitas de 2017 em relação ao mesmo período de 2016 deve-se ao fato das receitas do Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF, destinadas ao pagamento das áreas de saúde e de educação, terem saído do orçamento de 2017 do Distrito Federal e retornado seu registro no Sistema Integrado de Administração Financeira-SIAFI da União. Nos exercícios de 2015 e 2016, os valores foram contabilizados no orçamento do Governo do Distrito Federal.

No mês de dezembro de 2017, a receita de origem tributária totalizou o montante de R\$ 1.326,6 milhões em valores correntes. No confronto com dezembro de 2016, aponta-se um decréscimo nominal de 2,6%, que corresponde a um decréscimo real de 4,5%, tendo como índice de correção monetária o INPC/IBGE.

No resultado acumulado no período de janeiro a dezembro de 2017, a receita de origem tributária alcançou o montante de R\$ 15,30 bilhões em valores correntes, que corresponde a um aumento nominal de 3,1% e real de 0,1%, em relação ao mesmo período de 2016.

Na comparação acumulada do ano de 2017 com 2016, foram observados acréscimos reais de R\$ 76,5 milhões do ISS (+4,9%), R\$ 41,8 milhões do IPVA (+4,4%), R\$ 36,9 milhões do ITBI (+11,0%) e R\$ 26,5 milhões do ITCD (+23,4%).

Por outro lado, foram registradas quedas reais de R\$ 149,7 milhões do IRRF (-5,1%); R\$ 60,3 milhões do ICMS (-0,8%), com o expurgo da receita do incentivado; e de R\$ 17,6 milhões de Dívida Ativa (-5,7%).

2018

Conforme relatório de Gestão Fiscal do Distrito Federal do 3º quadrimestre de 2018, nelas compreendidas as receitas Correntes e de Capital, totalizaram R\$ 22,8 bilhões, representando uma variação nominal positiva de 5,32% em relação ao mesmo período do ano anterior. Foram realizadas 87,14% das receitas previstas pelo Distrito Federal para o ano de 2018.

As receitas de capital atingiram o valor de R\$ 920,8 milhões e contemplaram os ingressos referentes às operações de crédito - R\$ 561,8 milhões, alienação de bens - R\$ 59,2 milhões, amortizações de empréstimos - R\$ 21,3 milhões, transferências de capital - R\$ 43,9 milhões e outras receitas de capital - R\$ 234,6 milhões, que se trata de receitas decorrentes de depósitos judiciais com base na Lei Complementar Federal nº 151/2015.

As receitas correntes decorrem das receitas realizadas pelo Distrito Federal, suas autarquias, fundações, fundos e empresas estatais dependentes, por meio de impostos, taxas, transferências constitucionais, transferências voluntárias e outras. Foram realizados, nesta categoria, R\$ 21,9 bilhões, representando 94,26% das receitas correntes anuais previstas e uma variação nominal positiva de 5,46% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Na composição das receitas correntes, destacaram-se as receitas tributárias e as transferências correntes, com R\$ 15,8 bilhões e R\$ 2,1 bilhões, respectivamente. As Transferências Correntes representaram 9,50% das Receitas Correntes realizadas, sendo compostas pelas transferências constitucionais e legais da União, totalizando, no 3º quadrimestre do exercício de 2018, R\$ 2,1 bilhões, já deduzidas as receitas para formação do FUNDEB (R\$ 2,5 bilhões).

As receitas tributárias, principal item das receitas correntes, totalizaram R\$ 15,8 bilhões, com um aumento nominal de 6,98% na arrecadação em relação ao realizado no mesmo período do ano anterior.

Em 2018, a receita de origem tributária alcançou o montante de R\$ 16,40 bilhões em valores correntes, que corresponde a um aumento nominal de 7,1% e real de 4,1%, em relação ao mesmo período de 2017. Na comparação com 2017, os destaques observados foram os acréscimos reais de R\$ 300,4 milhões do IRRF (+10,3%), R\$ 215,8 milhões do ICMS (+2,7%), R\$ 47,4 milhões do IPTU (+6,3%), R\$ 45,4 milhões da Dívida Ativa (+15,0%), R\$ 44,1 milhões do IPVA (+4,2%) e R\$ 32,5 milhões do ITBI (+8,5%). Por outro lado, foram registradas quedas reais significativas de R\$ 30,2 milhões do ITCD (-20,8%) e R\$ 20,4 milhões do ISS (-1,2%).

SEPLAG

Em 2016 e 2017 a SUCAP/SEPLAG contribuiu para alcance do Objetivo Específico, captando recursos para investimentos nas áreas de Saneamento Básico, Infraestrutura Urbana e Social, gestão tributária e fiscal e mobilidade.

Em 2016:

✓ PRODEFAZ/PROFISCO: Valor: R\$ 146,8 milhões - Projeto financiado pelo BID, para realizar investimentos na gestão tributária e fiscal, contemplando a modernização dos instrumentos arrecadatários, de modo a garantir o equilíbrio das contas públicas do GDF.

✓ Valor: R\$ 146,1 milhões - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES recursos para realizar obras viárias na Saída Norte de Brasília, para as seguintes obras:

- Trevo de Triagem Norte - TTN prevê a execução de um complexo viário composto por três grandes intersecções, com cruzamentos da DF-002 com as vias W1/W3 no Plano Piloto, e de seu prolongamento, a DF-007, com as vias DF-009 e DF-006. Em outras palavras, são obras que permitirão uma melhor fluidez no trânsito do final do Eixão Norte; Avenida das Nações e respectivas intersecções com a Ponte do Braghetto, entrada do Lago Norte e acesso à Granja do Torto.
- A obra de Ligação Torto-Colorado – LTC, por sua vez, envolve um complexo viário que se estenderá entre o Balão do Torto e o Balão do Colorado, por meio da construção de pista marginal à DF 003 e novos acessos aos condomínios situados as suas margens, diminuindo os constantes engarrafamentos existentes naquela via.

✓ Programa de Infraestrutura Urbana e Social – Valor: R\$ 600 milhões - destinados a financiar aporte de contrapartida de recursos do tesouro distrital; infraestrutura urbana e social; e, desenvolvimento institucional. Os recursos vão oferecer suporte a uma série de projetos em andamento envolvendo mobilidade, agregando projetos de transporte público integrado, melhorias na utilização do espaço e acessibilidade; Saneamento Básico com a melhoria dos sistemas de abastecimento d'água, de esgotos sanitários, de drenagem pluvial e de tratamento de resíduos; Infraestrutura Social com a construção e a ampliação dos equipamentos sociais; e, Desenvolvimento Institucional com a implantação de projetos que garantam a melhoria dos sistemas de gestão e dos serviços à população; e

✓ Programa Nacional de Apoio a Gestão Fiscal dos Municípios – PNAFM - Valor R\$ 30 milhões - contratado com a Caixa Econômica Federal, destinado a custear, no âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda, despesas com aquisição de microcomputadores e equipamentos de informática, aquisição de licenças de softwares, implantação e melhoria de sistemas de tecnologia da informação e treinamento de servidores.

Valor total de Captação em 2016: R\$ 922,9 milhões.

Em 2017, com a publicação do Decreto nº 38.144, de 20 de abril de 2017, que altera a estrutura administrativa da SEPLAG, foi criada a Coordenação de Desempenho da Carteira de Financiamentos da SUCAP, que atuou de forma ativa na gestão do restante dos recursos a serem executados no Contrato de Mobilidade Integrada, bem como dos recursos do Contrato de Mobilidade Urbana e Social, assinado no mês de dezembro de 2016, que contemplou o valor de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) disponibilizados em 3 (três) parcelas, sendo a 1ª parcela de até R\$ 300.000.000,00 até 30/12/2017; 2ª parcela de até R\$ 200.000.000,00 até 30/12/2018 e 3ª parcela de até R\$ 100.000.000,00 até 30/12/2019.

O desembolso de R\$ 300 milhões contemplou cerca de 35 (trinta e cinco) projetos distribuídos entre 13 (treze) órgãos e entidades do Distrito Federal, nas áreas de Infraestrutura Urbana e Social e de Desenvolvimento Institucional.

Devido à dinâmica do setor público e das peculiaridades que envolvem a execução das obras, em alguns casos, no decorrer dos desembolsos e da execução das obras, é necessário promover ajustes ou até mesmo complementações orçamentárias.

Esses ajustes e remanejamentos são decididos em reuniões estratégicas que acontecem com a participação do Chefe do Executivo e da Secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão, secretários de estados e/ou representantes de todos os órgãos executores das obras, objetivando a melhor qualidade do gasto.

Foram promovidas articulações necessárias ao acompanhamento do andamento dos projetos, o que possibilitou aos órgãos maior agilidade no desembolso dos recursos, bem como na efetivação da prestação de contas.

No mês de dezembro de 2017, ocorreu o último desembolso do Contrato de Mobilidade Integrada num valor de aproximadamente R\$ 49 milhões , os quais deverão ser gastos e comprovados até dezembro de 2018.

A SUCAP atuou fortemente na gestão da liberação de recursos dos Contratos do GDF com a Caixa Econômica Federal – CEF e com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES por meio de ações na melhoria da execução de tais contratos.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

003 – EFICIÊNCIA DA GESTÃO: Promover a eficiência da máquina pública para elevar a capacidade do Estado de entregar resultados à sociedade pela implementação de uma estrutura mais enxuta e ágil, de melhores práticas de gestão e governança com foco na otimização dos processos críticos à estratégia do Governo Brasília.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

32.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLAG

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	3	1	Implementar, nas unidades do Governo, a metodologia de gestão para resultados (SEPLAG);	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100		100,0
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	3	2	Identificar o perfil profissional necessário para as funções e atividades mapeadas – exercício 2018 (SEPLAG) <i>(Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	0,0
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	3	3	Identificar os principais gargalos e vulnerabilidades para as quais serão necessárias a realização de concurso público ou terceirização de mão de obra – exercício 2018 (SEPLAG) <i>(Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	0,0
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	3	4	Concluir a mudança das estruturas administrativas para o Centro Administrativo (SEPLAG);	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0		0,0
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	3	5	Definir os novos processos integrados de administração, como protocolo, almoxarifado e manutenção (SEPLAG);	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	5	5	0		0,0
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	3	6	Instituir controles de movimentação de documentos em um ambiente de protocolo integrado (SEPLAG);	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	5	5	0		0,0
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	3	7	Estudar, mapear e elaborar normativos para desburocratizar os gargalos das ações de licenciamento (exercício de 2016 e 2017) (SEPLAG) <i>(Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	0,0
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	3	8	Monitorar e avaliar as ações de desburocratização de atividades de licenciamentos e administrativas (exercício de 2018 e 2019) (SEPLAG) <i>(Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	0,0
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	3	9	Realizar auto avaliação assistida (2º semestre de 2016) (SEPLAG) <i>(Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	0,0
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	3	10	Implantar, monitorar e avaliar o Plano de Excelência da Gestão (exercício de 2017 a 2019), respectivamente (SEPLAG);	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	X	X	0,0
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	3	11	Implementar 01 sistema de informação, monitoramento e avaliação da SEDHS com três Subsistemas (SEDESTMIDH);	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	37	46	51		51,0
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	3	12	Implementar 01 subsistema de informação, monitoramento e avaliação do Sistema Único de Assistência Social no DF; 01 subsistema de Segurança Alimentar e Nutricional no DF; 01 subsistema de Transferência de Renda (SEDESTMIDH);	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	37	46	51		51,0

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	3	13	Implementar 01 Sistema de Vigilância Sócioassistencial (SEDESTMIDH);	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	0	0		0,0
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	3	14	Realizar 24 estudos e 09 pesquisas sobre temas relacionados ao desenvolvimento humano e às políticas de proteção social no DF (SEDESTMIDH);	33	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	3	5		15,2
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	3	15	Realizar 48 estudos, pesquisas e diagnósticos anuais de natureza social, econômica, demográfica, cartográfica e georeferenciadas, para avaliação das políticas de desenvolvimento econômico; pesquisas na área de economia, comércio e serviços, indústria, turismo, trabalho, cadeias e setores produtivos locais, desenvolvimento e vocações econômicas regionais e locais, demografia e indicadores econômicos para o planejamento e promoção do desenvolvimento do Distrito Federal, da RIDE e de outras áreas de influência do DF. (CODEPLAN);	48	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	12	36	77		160,4
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	3	16	Realizar 48 estudos, pesquisas e diagnósticos anuais para avaliação das políticas sociais implementadas, nas áreas de saúde, assistência social, educação, cultura, transferência de renda, inclusão produtiva, agricultura familiar, segurança alimentar, direitos humanos e segurança pública, qualidade de vida, pobreza, desigualdades e indicadores sociais, subsidiando o Governo de Brasília nas ações de planejamento e aperfeiçoamento das políticas públicas. (CODEPLAN);	48	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	9	23	39		81,3
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	3	17	Realizar 24 estudos, pesquisas e diagnósticos anuais na área de planejamento urbano, desenvolvimento sustentável, meio ambiente, política fundiária, habitação, transporte e mobilidade urbana, para avaliação das políticas urbanas e ambientais. (CODEPLAN);	24	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	16	34	46		191,7
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	3	18	Gerar 2 (duas) plataformas e sistemas de informações estatísticas e geográficas. (CODEPLAN);	2	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	2	12	13		650,0
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	3	19	Realizar 150.000 (cento e cinquenta mil) atendimentos telefônicos/mês através das Centrais 156, 160, 162 e 192, visando prestar informações sobre procedimentos dos diversos serviços prestados pelo Governo de Brasília, bem como, registros de reclamações, sugestões e denúncias. (CODEPLAN);	150.000	UNID	ACUM	MAIOR, MELHOR	186.068	394.898	883.515		589,0
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	3	20	Gerar 4 (quatro) consultorias técnicas em gestão pública nas prefeituras dos municípios localizados na região metropolitana de Brasília. (CODEPLAN). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	4	UNID	ANUAL	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	0,0

Análise Qualitativa

1. Implementar, nas unidades do Governo, a metodologia de gestão para resultados (SEPLAG);

2016

O Governo do Distrito Federal publicou o Decreto 37.621, de 14 de setembro de 2016, o qual prevê a implantação do Modelo de Gestão para Resultados do Distrito Federal.

O ano de 2016 foi de aprimoramento da estratégia. Fixado para o período de 2016 a 2019, o mapa estratégico foi construído com base no Plano de Governo, no diagnóstico realizado durante a transição da gestão do Executivo e por meio das reuniões do secretariado e norteou a apuração dos projetos estratégicos para o Acordo de Resultados de 2016, que continha metas e indicadores.

Com o apoio técnico e metodológico da Secretaria-Adjunta de Gestão da Estratégia e da Subsecretaria de Programas e Projetos Estratégicos, 46 órgãos e entidades da Administração Pública do DF iniciaram a adesão ao Modelo de Gestão para Resultados por meio da assinatura de 20 Acordos de Resultados.

Ao final do ano foi realizado balanço dos acordos de resultados pactuados, que serviu para avaliação das melhorias a serem implementadas pelos órgãos.

A metodologia de gestão para resultados foi implementada em 100% dos órgãos do Distrito Federal. Cada órgão possui um acordo de resultados composto por projetos e indicadores estratégicos. O acordo de resultados é monitorado semanalmente presidido pelo Governador do Distrito Federal com a participação das secretarias e órgãos vinculados.

2017

Em 2017, foram elaborados os Acordos de Resultados com órgãos e entidades do GDF, instrumentos de contratualização de metas de realizações para o ano. A SUPPE realizou trabalho de articulação para pactuação das metas relativas aos projetos estratégicos do Governo enquanto a Unidade de Gestão da Estratégia e Informação ficou responsável pela pactuação de metas para indicadores.

No total, foram celebrados 27 Acordos, assinados em 13 de fevereiro de 2017 por secretarias e órgãos vinculados. No segundo semestre de 2017, foram articuladas reuniões de revisão dos Acordos para repactuação das metas propostas. Com isso, o total pactuado passou para 29 Acordos. Os acordos são subscritos pelos dirigentes de secretarias e pelos responsáveis pelos órgãos vinculados.

A metodologia de gestão para resultados foi implementada em 100% dos órgãos do Distrito Federal. Cada órgão possui um acordo de resultados composto por projetos e indicadores estratégicos.

2018

O primeiro quadrimestre de 2018 foi destinado à preparação do portal do portal balanço de prioridades, que envolveu a construção da plataforma, o levantamento, a qualificação e a validação de informações sobre entregas estratégicas de governo que estavam concluídas ou em andamento no período.

A partir de abril, foi retomado o processo de monitoramento de projetos prioritários e das entregas previstas nos acordos de resultados repactuados no ano anterior com previsão de metas para o período 2017-2018. O sistema Gestão-DF foi utilizado como ferramenta de monitoramento e de consolidação de informações estratégicas. Foram monitorados 231 projetos, dos quais foram gerenciados 12 considerados prioritários; foram realizadas 361 reuniões de monitoramento e 19 reuniões de avaliação do acordos de resultados.

Em setembro foi realizado, em parceria com a EGOV, curso de capacitação para Assessores de Gestão da Estratégia e de Projetos – AGEP's, com duração de 20 horas, no qual foram capacitados 34 servidores com conteúdo elaborado e aulas ministradas por servidores da Subsecretaria de Programas e Projetos e da Estratégicos – SUPPE - e da Unidade de Gestão da Estratégia e Informação - UGEI.

Em dezembro, foi realizado evento de balanço de governo, envolvendo a elaboração de um portal (Portal Gestão 2015-2018), novamente com apoio dos servidores da SUPPE e UGEI para construção da plataforma, levantamento, qualificação e validação de informações estratégicas de Governo.

A metodologia de gestão para resultados foi implementada em 100% dos órgãos do Distrito Federal, por meio da capacitação de AGEP's e de servidores de 29 órgãos e respectivos vinculados envolvidos no processo de gestão estratégica e com as metas previstas nos acordos de resultados.

2. Identificar o perfil profissional necessário para as funções e atividades mapeadas – exercício 2018 (SEPLAG) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Para esta meta não houve análise, devido a mesma, ter sido definida pela Subsecretaria de Desburocratização e Modernização Institucional/SEGAD, Subsecretaria esta, extinta na junção da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal e Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal, onde a SEPLAG incorporou a SEGAD por meio da publicação do Decreto nº 36.825, de 22 de outubro de 2015.

3. Identificar os principais gargalos e vulnerabilidades para as quais serão necessárias a realização de concurso público ou terceirização de mão de obra – exercício 2018 (SEPLAG) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)

2016

Importante dizer que esta meta está associada à ação descrita no PPA 2016-2019 “mapeamento de competências”, tendo sido formulada pela extinta Secretaria de Gestão Administrativa e Desburocratização – SEGAD a qual teve por finalidade a execução de ações envolvendo a contratação de consultoria com capacitação em mapeamento de competências, as quais estavam previstas para serem realizadas no ano de 2015. Em sequência, seriam realizadas outras contratações no sentido de prover a capacitação de servidores e melhoria de processos e, ainda, uma terceira contratação para capacitação e dimensionamento da força de trabalho. A partir desses levantamentos, realizado por meio das citadas contratações, estava previsto dispor de informações a respeito de quais gargalos e vulnerabilidades estariam sendo superadas por meio de concurso público, isso em 2018.

Ocorre que não houve nenhuma destas capacitações pretendidas, tendo em vista a incorporação da SEGAD pela SEPLAG. Em virtude de contenção de recursos financeiros, as metas, previstas para serem cumpridas pela SEGAD, não foram alcançadas. Está-se diligenciando no sentido de promover a execução destas ações ainda este ano, porém, por meio da EGOV ou ENAP. Sendo assim, considera-se necessária a revisão das metas estabelecidas para os projetos previstos, anteriormente, com execução pela extinta SEGAD.

4. Concluir a mudança das estruturas administrativas para o Centro Administrativo (SEPLAG);

2016

Não foi iniciada a mudança das estruturas administrativas do Distrito Federal para o Centro Administrativo do Distrito Federal – CADF, pois depende da solução de divergências contratuais, tais como medidas mitigadoras do Relatório de impacto de Transito (RIT), infraestrutura de energia elétrica e aditivos, bem assim da emissão da Carta de Habite-se.

Ressalte-se, entretanto, que esta Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG), com o objetivo de avaliar o Contrato do CADF e solucionar suas divergências, firmou Acordo de Cooperação Técnica Internacional (Projeto UNOPS 16/01) em 11 de agosto de 2016 com o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS).

Além disso, destaque-se que a Concessionária do Centro Administrativo (CENTRAD) solicitou rescisão amigável do Contrato, o que vem sendo negociado, inclusive com base nos estudos que estão sendo apresentados pelo UNOPS.

Em 2017, foram divulgadas pela mídia, no âmbito da Operação Lava-Jato, notícias envolvendo o Centro Administrativo do Distrito Federal, no que se refere à corrupção durante o processo licitatório do empreendimento, passíveis de ocasionar a anulação do contrato da PPP. Inobstante, a Controladoria-Geral do Distrito Federal, por meio da Portaria nº 42, de 17 de abril de 2017, instituiu o Grupo de Ações Integradas de Controle (GAIC), com o objetivo de avaliar e propor ações quanto aos ilícitos administrativos ocorridos no âmbito do Governo do Distrito Federal, a despeito de colaborações premiadas em depoimentos tornados públicos na “Operação Lava-Jato”. Ressalta-se que foi editada a Portaria Conjunta nº 35, de 30 de junho de 2017, posteriormente reconduzida pela Portaria nº 76, de 21 de dezembro de 2017 por meio da qual a Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão e o Controlador-Geral do Distrito Federal instituíram Comissão para “I - apurar os indícios de fraude à Concorrência nº 01/2008-Codeplan; e II - instaurar procedimento administrativo para, observados o contraditório e a ampla defesa, avaliar a recomendação de declaração de nulidade da Concorrência nº 01/2008-Codeplan e do Contrato de Concessão Administrativa”. A Comissão instituída pela Portaria nº 76/2017 tem o prazo de 90 dias, prorrogáveis, para conclusão e apresentação dos trabalhos, que podem ensejar a anulação do Contrato de PPP. Nesse contexto o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS), com a qual a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG) firmou Acordo de Cooperação Técnica Internacional, com o objetivo de avaliar o Contrato do CADF e solucionar suas divergências, vem desenvolvendo suas atividades, junto com a Seplag, no sentido de buscar a melhor solução para o desfazimento do contrato.

2017

Em 2017, foram divulgadas pela mídia, no âmbito da Operação Lava-Jato, notícias envolvendo o Centro Administrativo do Distrito Federal, no que se refere à corrupção durante o processo licitatório do empreendimento, passíveis de ocasionar a anulação do contrato da PPP. Inobstante, a Controladoria-Geral do Distrito Federal, por meio da Portaria nº 42, de 17 de abril de 2017, instituiu o Grupo de Ações Integradas de Controle (GAIC), com o objetivo de avaliar e propor ações quanto aos ilícitos administrativos ocorridos no âmbito do Governo do Distrito Federal, a despeito de colaborações premiadas em depoimentos tornados públicos na “Operação Lava-Jato”. Ressalta-se que foi editada a Portaria Conjunta nº 35, de 30 de junho de 2017, posteriormente reconduzida pela Portaria nº 76, de 21 de dezembro de 2017 por meio da qual a Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão e o Controlador-Geral do Distrito Federal instituíram Comissão para “I - apurar os indícios de fraude à Concorrência nº 01/2008-Codeplan; e II - instaurar procedimento administrativo para, observados o contraditório e a ampla defesa, avaliar a recomendação de declaração de nulidade da Concorrência nº 01/2008-Codeplan e do Contrato de Concessão Administrativa”. A Comissão instituída pela Portaria nº 76/2017 tem o prazo de 90 dias, prorrogáveis, para conclusão e apresentação dos trabalhos, que podem ensejar a anulação do Contrato de PPP. Nesse contexto o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS), com a qual a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG) firmou Acordo de Cooperação Técnica Internacional, com o objetivo de avaliar o Contrato do CADF e solucionar suas divergências, vem desenvolvendo suas atividades, junto com a Seplag, no sentido de buscar a melhor solução para o desfazimento do contrato.

2018

A ausência da Carta de Habite-se combinada com a manutenção das divergências contratuais sobre as medidas mitigadoras do Relatório de Impacto de Trânsito (RIT), a infraestrutura de energia elétrica e os aditivos contratuais, impediram a ocupação do CADF. O Acordo de Cooperação Técnica Internacional (Projeto UNOPS 16/01) foi concluído em dezembro de 2018, e resultou na entrega de avaliação multidisciplinar para nortear futuras ações governamentais sobre a utilização do CADF.

5. Definir os novos processos integrados de administração, como protocolo, almoxarifado e manutenção (SEPLAG);

2016

Por meio da Portaria Conjunta nº 05, de 17 de agosto de 2016, foi instituído o Grupo de Trabalho (GT-DOC) para promover estudos e propostas relacionadas ao processo de mudança para a ocupação do Centro Administrativo do Distrito Federal (CADF), no que se refere ao arquivo e protocolo. As indicações de membros e atividades do referido Grupo de Trabalho estão registradas no Processo SEI nº 00410.000.11050/2017-56.

2017

Em, 17 de agosto de 2016, foi editada a Portaria Conjunta nº 05, que instituiu o Grupo de Trabalho (GT-DOC) para promover estudos e propostas relacionadas ao processo de mudança para a ocupação do Centro Administrativo do Distrito Federal (CADF), no que se refere ao arquivo e protocolo. As indicações de membros e atividades do referido Grupo de Trabalho estão registrada no Processo SEI nº 00410.000.11050/2017-56. Os trabalhos foram desenvolvidos e coletados nas unidades que seriam transferidas para o CADF, baseados na ocupação definida pelo Conselho Gestor responsável pela definição da ocupação do empreendimento. No decorrer do ano de 2017, a mídia divulgou, no âmbito da “Operação Lava Jato” delações de corrupção durante o processo licitatório do empreendimento, passíveis de ocasionar a anulação do contrato da PPP, conforme mencionado na meta nº 04 da presente avaliação. Dessa feita foi sugerida, no Processo SEI nº 00410.000.11050/2017-56, a suspensão dos trabalhos enquanto não houver uma solução para o Contrato da Parceria Público-Privada do Centro Administrativo do Distrito Federal.

2018

Os entraves no processo de ocupação do CADF impediram avançar na modelagem de novos processos integrados de administração.

6. Instituir controles de movimentação de documentos em um ambiente de protocolo integrado (SEPLAG);

2016

O Grupo de Trabalho GT-DOC, instituído pela Portaria Conjunta nº 05/2016, foi criado para promover estudos e propostas relacionados ao processo de mudança para ocupação do Centro Administrativo do Distrito Federal (CADF), no que se refere ao arquivo e protocolo.

2017

Em 2017, trabalhos foram desenvolvidos e coletados nas unidades que seriam transferidas para o CADF, baseados na ocupação definida pelo Conselho Gestor responsável pela definição da ocupação do empreendimento entretanto, os trabalhos foram suspensos conforme razões apresentadas anteriormente, nas metas nºs 04 e 05. Ademais em 2017 houve a implantação do Sistema Eletrônico de Informações - SEI em quase totalidade dos órgãos passíveis de ocupar o CADF, o que ensejaria uma nova coleta de dados para continuidade dos trabalhos. Dessa feita foi sugerido, no Processo SEI nº 00410.000.11050/2017-56, a suspensão dos trabalhos enquanto não houver uma solução para o Contrato da Parceria Público-Privada do Centro Administrativo do Distrito Federal.

2018

Os entraves no processo de ocupação do CADF impediram avançar na modelagem de novos controles de movimentação de documentos em um ambiente de protocolo integrado.

7. Estudar, mapear e elaborar normativos para desburocratizar os gargalos das ações de licenciamento (exercício de 2016 e 2017) (SEPLAG) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Para esta meta não houve análise, devido ter sido definida pela Subsecretaria de Desburocratização e Modernização Institucional/SEGAD, Subsecretaria esta extinta na junção da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal e Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal, onde a SEPLAG incorporou a SEGAD por meio da publicação do Decreto nº 36.825, de 22 de outubro de 2015.

8. Monitorar e avaliar as ações de desburocratização de atividades de licenciamentos e administrativas (exercício de 2018 e 2019) (SEPLAG) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Para esta meta não houve análise, devido, a mesma, ter sido definida pela Subsecretaria de Desburocratização e Modernização Institucional/SEGAD, Subsecretaria esta, extinta na junção da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal e Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal, onde a SEPLAG incorporou a SEGAD por meio da publicação do Decreto nº 36.825, de 22 de outubro de 2015.

9. Realizar auto avaliação assistida (2º semestre de 2016) (SEPLAG) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Para esta meta não houve análise, devido, a mesma, ter sido definida pela Subsecretaria de Desburocratização e Modernização Institucional/SEGAD, Subsecretaria esta, extinta na junção da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal e Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal, quando a SEPLAG incorporou a SEGAD por meio da publicação do Decreto nº 36.825, de 22 de outubro de 2015.

10. Implantar, monitorar e avaliar o Plano de Excelência da Gestão (exercício de 2017 a 2019), respectivamente (SEPLAG);

2016

Para esta meta não houve análise, devido, a mesma, ter sido definida pela Subsecretaria de Desburocratização e Modernização Institucional/SEGAD, Subsecretaria esta, extinta na junção da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal e Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal, onde a SEPLAG incorporou a SEGAD por meio da publicação do Decreto nº 36.825, de 22 de outubro de 2015.

2017

Para esta meta não houve análise no exercício de 2017, devido, a mesma, ter sido definida pela Subsecretaria de Desburocratização e Modernização Institucional/SEGAD, Subsecretaria esta, extinta na junção da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal e Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal, onde a SEPLAG incorporou a SEGAD por meio da publicação do Decreto nº 36.825, de 22 de outubro de 2015.

11. Implementar 01 sistema de informação, monitoramento e avaliação da SEDHS com três Subsistemas (SEDESTMIDH) (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)

2016

Sistema em implementação, sua consolidação constitui desafio, face limitação de recursos orçamentários, financeiros e humanos, em termos quantitativos e qualitativos. Em relação aos recursos humanos, destaca-se a necessidade de perfil adequado às atividades requeridas pela implementação de um sistema de informação, monitoramento e avaliação, complexo, por abranger políticas de proteção social com locus específico (assistência social) e políticas transversais (segurança alimentar), que requerem alinhamento conceitual, disponibilização de dados e informações por várias áreas de políticas públicas, numa relação dialógica, Inter sistemas, ainda insipiente e em construção.

2017

Foram realizadas ações que incidem no monitoramento e avaliação, tais como: Publicação da Portaria nº 239, de 09 de outubro de 2017 da Política de Monitoramento e Avaliação da SEDESTMIDH; Instituição do Comitê Permanente de Gestão da Informação; Tramite para aquisição de TVs para acompanhamento de indicadores por parte dos gestores da SEDESTMIDH; Reuniões técnicas e elaboração do processo para realização de Acordo de Cooperação Técnica com a Universidade de Brasília – UNB, o qual permitirá parceria na produção de estudos e pesquisa a partir dos

dados e ações da SEDESTMIDH; Participação em parceria com a Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN na elaboração do questionário de pesquisa em relação ao público alvo dos restaurantes comunitários; Participação na elaboração do Plano Distrital de Segurança Alimentar na perspectiva de subsídio ao planejamento em relação a gestão da informação, assim como em posterior monitoramento com informações para acompanhamento, planejamento e tomada de decisão; Elaboração e apresentação do plano de ação. Os avanços e desafios dos 3 subsistemas que formam o sistema de informação, monitoramento e avaliação está especificado na meta 12.

É importante ressaltar a limitação de recursos orçamentários e humanos que dificulta significativamente a execução do projeto. Em relação aos recursos humanos existe um número insuficiente para o tamanho e complexidade do projeto em questão. Além disso, vale destacar a necessidade de perfil adequado dos servidores às atividades requeridas por se tratar de políticas de proteção social e políticas transversais. Encontra-se ainda dificuldades de padronização nos processos de trabalho, desalinhamento conceitual e insuficiência de recursos humanos. Tal padronização de processo e conceitos é essencial em todo o processo de implementação, especialmente nas fases de levantamento de requisitos, homologação, capacitação e implantação dos módulos do Sistema.

2018

Apesar de melhorias feitas nos módulos dos subsistemas, não houve grandes avanços na parte de monitoramento e avaliação das políticas. Ainda assim, novo projeto de monitoramento e avaliação está em estudo e programado para iniciar em 2019.

12. Implementar 01 subsistema de informação, monitoramento e avaliação do Sistema Único de Assistência Social no DF). 01 subsistema de Segurança Alimentar e Nutricional no DF; 01 subsistema de Transferência de Renda (SEDESTMIDH);

2016

Meta em processo de implementação, prevista sua consolidação em 2019. Em 2016 foi priorizado o Subsistema de Assistência Social, que integrado ao Subsistema de Transferência de Renda apresenta 60% de consolidação, enquanto o Subsistema de Segurança Alimentar e Nutricional apresenta 36 % de consolidação do trabalho de desenho e implementação, perfazendo juntos, os três módulos, percentual de implementação de 37% em sua totalidade. Constitui desafio para os próximos exercícios a garantia de recursos orçamentários e financeiros necessários à consultorias e capacitação de servidores – busca da excelência técnica - para realização das atividades requeridas ao processo de implementação dos subsistemas e consequente alcance da meta no prazo previsto.

2017

Foram realizadas as seguintes ações de implementação e respectivos percentuais: 1 - Subsistema de Assistência Social – 40% a) Cesta Emergencial/Cesta Verde Orgânica: Viabilização da concessão de cestas orgânicas de alimentos, possibilitando a coleta dos registros da concessão do benefício e do beneficiário; b) Automatização Parcial das Sinopses de Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS: Os dados de atendimento não são mais computados/coletados manualmente; c) Benefício Excepcional: O processo ganhou agilidade e transparência, o usuário passou a receber o benefício em menor tempo; d) Fase 1 da Reformulação do Cadastro de Usuários da Assistência Social: Incluídas variáveis para o atendimento nas unidades de média e alta complexidade, tornando possível traçar o perfil de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade, risco social e violação de direitos. 2 - Subsistema de Transferência de Renda – 60% a) Agendamento Setor de Cadastro e Transferência de Renda (SECAT): Registro das atividades relativas ao Cadastro Único, contempla a geração e disponibilização das vagas, atendimento nas unidades e as informações do atendimento do cidadão via telefone 156. Possibilita à identificação da demanda reprimida para agendamento, dados de atendimento das unidades, identificação do público prioritário, cancelamento e reagendamento do atendimento, constando os dados na evolução do histórico detalhado do cidadão. b) Folhas de pagamentos do PBF e DFSM foram integradas ao Sistema. 3 - Subsistema de Segurança Alimentar e Nutricional – 40% a) Relatório de Pagamento e Controle de Acesso: A implantação fomentaram o acompanhamento, monitoramento e controle dos serviços dos restaurantes comunitários, e facilitaram o acesso dos usuários do Cadastro Único à Tarifa Reduzida, o controle em tempo real por meio do painel de gestão do quantitativo de refeições servidas, a coleta de informações por tipo de refeição e tipo de tarifa, relatórios de usuários e de refeições servidas por período, relatório de pagamento e lista de cartões extraviados, e controle e monitoramento na produção de alimentos. Entre os 14 restaurantes, 11 já estão com o novo modelo de Controle de Acesso implantado. Constitui desafio a garantia de recursos orçamentários e financeiros para realização das atividades requeridas ao processo de implementação dos subsistemas e alcance da meta no prazo previsto. Dessa forma, a porcentagem parcial dos três subsistemas nos leva a uma implementação total de 46%.

2018

Implementação do Sistema de Controle dos Restaurantes Comunitário em todas as 14 unidades da SEDESTMIDH. Reformulação da gestão de cestas emergenciais em substituição ao antigo. Desenvolvimento do novo sistema 156 com possibilidade de remarcação de vagas, deverá ser finalizado em 2019.

Implantação do junto com a Secretaria de Planejamento e Gestão do APP "NA HORA DF" com as funcionalidades de consulta ao Auxílio Natalidade, Auxílio por morte, Vulnerabilidade Temporária e Benefício Excepcional

13. Implementar 01 Sistema de Vigilância Sócioassistencial (SEDESTMIDH);

2016

Meta não implementada, prevista consolidação até 2019. Depende da implementação das metas 12 e 14 (consolidação do sistema de informação, monitoramento e avaliação e dos três subsistemas - assistência social, segurança alimentar e transferência de renda - e da implementação da meta 14 – realização de estudos e pesquisas relacionadas ao desenvolvimento humano e às políticas de proteção social no DF – para sua consolidação. Meta referenciada no Sistema Único de Assistência Social – SUAS – constitui compromisso do GDF, pactuado com o Governo Federal, com impacto significativo na identificação de vulnerabilidades (população/território) e potencialidades (pessoas/instituições), por Região Administrativa do DF. O mapeamento das vulnerabilidades e potencialidades por território, resultante dos dados e informações consolidados a partir do atendimento à população em situação de vulnerabilidade e os estudos e pesquisas, deles decorrentes, constitui ação relevante para a garantia de proteção social, enfrentamento das desigualdades e melhoria da qualidade de vida da população do DF. Constitui, ainda, desafio e condição para adequação da oferta de serviços e benefícios sócio- assistenciais ao perfil da população em cada território – Região Administrativa do Distrito Federal.

2017

Meta não implementada de acordo com o descrito no ano de 2016 e prevista consolidação até 2019.

2018

Foi iniciado estudo e descrito um modelo de vigilância socioassistencial, para efetivação no Distrito Federal. O referido processo encontra-se no SEI para análise e implementação em 2019. A meta não implementada de acordo com o descrito no ano de 2016 e prevista consolidação até 2019.

14. Realizar 24 estudos e 09 pesquisas sobre temas relacionados ao desenvolvimento humano e às políticas de proteção social no DF (SEDESTMIDH);

2016

Em 2016 não foram implementadas ações relacionadas à meta 14 – Realização de 06 Estudos e 02 Pesquisas - observado o contingenciamento de recursos orçamentários e financeiros. Contudo, foi consolidado o estudo iniciado em 2015 – “Diagnóstico da gestão das Unidades Descentralizadas responsáveis pela execução da Política de Assistência Social no DF”, base para identificação de variáveis e construção de indicadores, que permitam mensurar, monitorar e avaliar o desempenho das Unidades e da Secretaria na implementação de serviços e benefícios da Assistência Social, ou seja, na garantia à população do DF do direito à proteção social, mediante um atendimento de qualidade em sintonia com suas demandas e necessidades. O estudo “Diagnóstico da Gestão das Unidades Descentralizadas” possibilitou identificar a necessidade de capacitação para gerentes, subsidiando a realização do 1º Curso de Formação para Gerentes, numa parceria Secretaria e Escola de Governo – EGOV, com a capacitação de 157 servidores e previsão de continuidade em 2017, mediante realização de curso de formação para ocupação de cargo de gerente, diretor e coordenador. Previsto para o primeiro semestre de 2017 o mapeamento de estudos e pesquisas a serem implementados no período de 2017 a 2019, com definição de prioridades e busca de interlocução e parcerias com Instituições públicas e privadas em âmbito local e nacional. Prevista a realização em 2017 de duas (02) pesquisas relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional (“Pesquisa de satisfação dos usuários dos Restaurantes Comunitários”) e à Assistência Social (“População em situação de rua”). As pesquisas subsidiaram a análise da adequação de serviços, redesenho de atividades, revisão e projeção de metas.

2017

Em 2017 houve a realização de 02 Estudos e 01 Pesquisa – relacionada à meta 14. As demais ações para cumprimento da meta não ocorreram observando o contingenciamento de recursos orçamentários e financeiros. Contudo, foi consolidado o estudo do “Perfil do Negro no DF Escolaridade, Ocupação e Rendimento e Inclusão Digital”, uma reflexão sobre a condição dos negros comparados aos não negros no que se refere à escolaridade, ocupação e rendimento. Além disso, foi apresentado o Estudo “Um olhar sobre a população LGBT do Distrito Federal”, que expôs os dados escassos e falhos existentes sobre esse público. Foi aplicada em 2017 a pesquisa relacionada à Segurança Alimentar e Nutricional (“Pesquisa de satisfação de usuários dos Restaurantes

Comunitários”). Prevista a realização em 2018 da pesquisa relacionada à Assistência Social (“População em situação de rua”). As pesquisas visam subsidiar a análise da adequação de serviços, redesenho de atividades, revisão e projeção de metas.

2018

Em 2018 foi publicada a **2ª Pesquisa de Identificação e Percepção Social dos Usuários** das 14 unidades de Restaurante Comunitário espalhadas no Distrito Federal. A pesquisas subsidia a análise da adequação de serviços, redesenho de atividades, revisão e projeção de metas. Realizado estudo para desenvolvimento de um sistema para a Secretaria da Mulher, nomeado EMPODERA-DF. O estudo realizou grupos focais, entrevistas semi-estruturadas e elaborou fluxos. Além, em cooperação técnica com a FAP-DF, termo em finalização para pesquisas sobre igualdade racial.

15. Realizar 48 estudos, pesquisas e diagnósticos anuais de natureza social, econômica, demográfica, cartográfica e georeferenciadas, para avaliação das políticas de desenvolvimento econômico; pesquisas na área de economia, comércio e serviços, indústria, turismo, trabalho, cadeias e setores produtivos locais, desenvolvimento e vocações econômicas regionais e locais, demografia e indicadores econômicos para o planejamento e promoção do desenvolvimento do Distrito Federal, da RIDE e de outras áreas de influência do DF. (CODEPLAN);

2016

A meta foi plenamente atingida, uma vez que foram desenvolvidas as 12 pesquisas e estudos de natureza social, econômica, demográfica e cartográfica, previstas: 1. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD; 2. Pesquisa Complementar; 3. Índice de Desempenho Econômico – IDECON; 4. Projeções Populacionais do DF; 5. Produto Interno Bruto do DF; 6. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED/DF; 7. Anuário Estatístico do DF; 8. Migração, Fecundidade e Mortalidade no DF e da Área Demográfica; 9. Estudos Área de Influência Regional de Brasília – PERGEB; 10. Eixo de Estudos Brasília/Anápolis/Goiânia; 11. Pesquisa de Emprego e Desemprego – Periferia Metropolitana do DF; 12. Estudos Metropolitanos e Regionais.

A disponibilização de informações socioeconômicas para o planejamento governamental vem a contribuir com a eficiência e eficácia da máquina pública, permitindo que sejam implementadas políticas públicas adequadas e possibilitando atingir melhores resultados na gestão pública.

2017

Em relação à referida meta, foram desenvolvidas 24 pesquisas e estudos de natureza social, econômica, demográfica e cartográfica, sendo: - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2017; -. Pesquisas Complementares da PDA/2017, realizadas no complexo do Morar Bem no Riacho Fundo, no Paranoá Park e no Setor Noroeste do Plano Piloto; - Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Foram realizadas 12 pesquisas mensais e um balanço anual; - Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios – PMAD 2017 realizadas coletas de dados mediante amostra probabilística em 7 municípios; - Produto Interno Bruto do Distrito Federal – PIB/DF; - Índice de Desempenho Econômico do Distrito Federal – IDECON; - Implantação de Painel de Indicadores da Economia Criativa do Distrito Federal (ACT Secretaria de Estado de Cultura do DF).

2018

Durante o exercício de 2018 foram realizadas 41 pesquisas pertinentes à Meta 15, entre as quais encontra-se a PDAD – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios, realizada nas 31 (trinta e uma) Regiões Administrativas do Distrito Federal. Além da PDAD, a CODEPLAN realizou a PMAD – Pesquisa Municipal por Amostra de Domicílios em 5 (cinco) municípios da Região Metropolitana: Águas Lindas, Cocalzinho, Padre Bernardo, Planaltina e Valparaíso. Foram desenvolvidas, ainda, a Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, o Produto Interno Bruto – PIB/DF, o Índice de Desempenho Econômico do Distrito Federal – IDECON, cuja periodicidade é trimestral, além do desenvolvimento de aplicações e infraestrutura de dados.

Deste modo, a meta 15, que prevê a realização de 48 pesquisas até o final de 2019, já foi superada, uma vez que o valor executado acumulado entre 2016 e 2018 equivale a 77 pesquisas.

16. Realizar 48 estudos, pesquisas e diagnósticos anuais para avaliação das políticas sociais implementadas, nas áreas de saúde, assistência social, educação, cultura, transferência de renda, inclusão produtiva, agricultura familiar, segurança alimentar, direitos humanos e segurança pública, qualidade de vida, pobreza, desigualdades e indicadores sociais, subsidiando o Governo de Brasília nas ações de planejamento e aperfeiçoamento das políticas públicas (CODEPLAN);

2016

A meta estabelecida para o exercício de 2016 foi de 13 estudos e análises de políticas sociais, não obtendo o alcance desejado. A meta atingida mostrou-se inferior ao quantitativo previsto, sendo realizados 9 estudos e análises e acompanhamento de políticas sociais de governo: 1. Perfil do Afroempreendedor no Distrito federal; 2. Trajetória das Mulheres no Distrito Federal – 50 anos de conquistas; 3. Aplicação do Critério Brasil aos dados da PDAD 2013 e 2015; 4. Motivações para o Consumo de Alimentos Orgânicos – Possibilidades do Distrito Federal; 5. Levantamento de Base de Dados/2º semestre de 2016 – Notas Fiscais Eletrônicas; 6. O Perfil dos Conselheiros Tutelares eleitos para o mandato 2015 – 2019; 7. Estrutura dos Conselhos Tutelares do DF; 8. Perfil da Juventude do DF – Uma análise a partir dos dados da PDAD 2015/2016; 9. Conhecimento tecnológico e Inovação para o Desenvolvimento de Brasília.

A realização de estudos e análises sobre as políticas sociais implementadas pelo governo, serve de instrumento para o planejamento governamental, contribuindo para corrigir distorções e atingir melhores resultados sobre a sociedade como um todo, possibilitando atingir melhores resultados na gestão pública.

2017

Em relação à referida meta, foram desenvolvidos 14 estudos, pesquisas e diagnósticos de políticas sociais, sendo: 1. Pesquisa de identificação e percepção Social dos Usuários do Restaurantes Comunitários do DF; 2. Pesquisas de Percepção da Violência Escolar por Alunos e Professores; 3. Pesquisa de Satisfação dos Beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida – Paranoá Parque; 4. O Perfil dos Conselheiros Tutelares eleitos para o mandato 2015/19; 5. Os Desafios de ser Mulher no Distrito Federal; 6. Um Olhar Sobre a População LGBT; 7. A Importância da Articulação Intersetorial na Administração Pública; 8. Defasagem Escolar no Distrito Federal; 9. Estudos de Acompanhamento das metas 1 e 2 do Plano Distrital de Educação- PDE; 10. Segurança Alimentar e Nutricional no Distrito Federal; 11. Nascidos Vivos no Distrito Federal – 2000 a 2015; 12 – Indicadores demográficos do Brasil Central – 2000/2010/2015; 13. Pesquisa Sobre o Sistema Socioeducativo do Distrito Federal; 14. Estrutura dos Conselhos Tutelares do DF.

2018

Durante o exercício de 2018, a Companhia desenvolveu 16 (dezesesseis) estudos e análises de políticas sociais, conforme detalhamento a seguir: 1. Violência de Gênero e Desconstrução de Crenças; 2. Pesquisa de satisfação dos Beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida; 3. Plano Distrital de Políticas para Mulheres; 4. Pesquisa de Satisfação “Estratégia Saúde da Família no DF”; 5. Um Olhar sobre a Violência Contra o Idoso no DF 2011 a 2017; 6. Projeção da Capacidade /Necessidade de Leitos Hospitalares; 7. Planos Setoriais; 8. Estudo – Educação em Perspectiva; 9. Busca Ativa de Crianças na Educação Infantil no DF; 10. Educação Especial no Distrito Federal: Um Panorama da Demanda e Atendimento; 11. Violência Escolar; 8. Cenários Demográficos, Educacionais e de Saúde para o ano de 2015; 12. Desigualdade Intraurbana da Fecundidade no DF; 13. A Natalidade no DF entre 1999 e 2016; 14. Evolução/Características – Projeção da Mortalidade Prematura por Doenças Crônicas não Transmissíveis entre 2015 e 2013 – Uma Análise para o DF e Brasil; 15. Projeções Populacionais para as Regiões Administrativas do DF 2010/2030; 16. A Natalidade no DF entre 1999 e 2016.

17. Realizar 24 estudos, pesquisas e diagnósticos anuais na área de planejamento urbano, desenvolvimento sustentável, meio ambiente, política fundiária, habitação, transporte e mobilidade urbana, para avaliação das políticas urbanas e ambientais (CODEPLAN);

2016

A meta atingida superou em 11 o quantitativo previsto, sendo realizados 16 estudos e pesquisas urbano e ambientais: 1. Estudos urbanos e Ambientais de 18 Regiões Administrativas do DF e Estudo Urbano e Ambiental Consolidado do DF; 2. Estudo urbano e Ambiental da Unidade de Planejamento Territorial UPT SUL; 3. Informalidade Territorial e Mercado de Terras Urbanas no DF; 4. Densidades Urbanas das Regiões Administrativas do DF; 5. Estudos Urbanos e Ambientais dos Municípios da Periferia Metropolitana de Brasília; 6. Novas Áreas de Centralidade e Mobilidade Urbana no DF; 7. Estudo de Diagnóstico Físico, de Acessibilidade e Demográfico na Região de Influência da Rodoferroviária de Brasília, para possível instalação de posto do NA HORA; 8. Identificação de Intermodalidade nas estações do Metrô em Águas Claras e Samambaia; 9. Estacionamento em Quadras Comerciais do Plano Piloto. O caso da Entrepraça 207/208 Norte “Rua da Informática”; 10. Estudo das paradas de ônibus na via W3 Sul; 11. Transporte Noturno para Pessoas que Trabalham nos Bares e Restaurantes do Plano Piloto; 12. Estudos das Crenças Salientes e da Intenção do Condutor em respeitar as Velocidade Limite em Vias Urbanas; 13. Análise Sobre recursos Hídricos no DF; 14. Construção de Indicadores de Qualidade Ambiental e Urbana; 15. Análise Sobre Energia e Uso de Energias Alternativas no DF; 16. Pesquisa: Brasília Resiliente – Desastres Ambientais.

A realização de estudos e pesquisas urbano e ambientais servem de forte instrumento para o planejamento governamental, contribuindo com o ordenamento territorial e a preservação do meio ambiente, fornecendo subsídios para implementação de políticas públicas adequadas e possibilitando atingir melhores resultados na gestão pública.

2017

Em relação à referida meta, foram realizados 18 estudos e pesquisas urbano e ambientais, sendo: 1. Caracterização Urbana e Ambiental da Unidade de Planejamento Territorial – UPT Sul; 2. Caracterização Urbana e Ambiental da Unidade de Planejamento Territorial – UPT Norte; 3. Estudo Urbano e ambiental do Município de Águas Lindas de Goiás; 4. Estudo Urbano e Ambiental do Município de Padre Bernardo – GO; 5. Texto para Discussão “ Densidades Urbanas das regiões Administrativas do DF”; 6. Estudo do Desempenho de uma Interseção da Via W3 Sul após implantação da faixa exclusiva de ônibus; 7. Plano Diretor de Transportes e Mobilidade do Distrito federal – PDTU DF: Instrumento de Mobilidade Urbana Sustentável; 8. Indicador de Mobilidade - Taxa de Mobilidade da População do Distrito Federal; 9. Aplicação da Moderação do Tráfego no Distrito Federal; 10. Nota Técnica DFTRANS; 11. Estudo das Crenças Salientes e da Intenção do Condutor em Respeitar a Velocidade limite em Vias Urbanas; 12. Indicadores de Qualidade Ambiental Urbana; 13. Recursos Hídricos no Distrito federal; 14. Zoneamento ecológico Econômico do Distrito federal; 15. Desastres Naturais – Brasília Resiliente; 16. Atlas Temático do Distrito Federal; 17. Construção de Indicadores de Qualidade Urbana e Ambiental para o DF; 18. Cenários de Longo Prazo para a Coordenação do ZEE.

2018

Em relação à referida meta, foram realizados 12 (doze) estudos e pesquisas urbano e ambientais, sendo: 1. Caracterização Urbana e Ambiental – UPT Norte; 2. Caracterização Urbana e Ambiental – UPT Leste; 3. Caracterização Urbana e Ambiental UPT Central ADJ 1; 4. Caracterização Urbana e Ambiental UPT Central 2; 5. Foram ao todo 7 (sete) Estudos Urbanos e Ambientais da Área Metropolitana do Distrito Federal e, 6. Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios nos aspectos urbanos e ambientais.

18. Gerar 2 (duas) plataformas e sistemas de informações estatísticas e geográficas (CODEPLAN);

2016

A meta de gerar 2 plataformas foi atingida, sendo: 1. Brasília em Números e 2. Brasília em Mapas.

2017

Em relação à referida meta, foram geradas 10 (dez) plataformas e sistemas de informações estatísticas e geográficas, sendo: 1. Portal “Brasília em Números” – melhorias; 2. Portal “Brasília em Mapas”; 3. Geocode (antigo OpenLBS); 4. Codeplan na WEB; 5. Morar bem; 6. Questionários Codeplan; 7. Monitor do Mercado de Trabalho; 8. Geoserviços; 9. PROCULT; 10. Brasília Metropolitana.

2018

A nova plataforma denominada Portal “Sistemas de Informações Estatísticas do Distrito Federal – SIEDF” integrou dois portais – o Portal “Brasília em Mapas” e o Portal “Brasília em Números” e, deste modo, tornou mais ágil o acesso a informações relevantes para os gestores públicos. A ferramenta ganhou novas aplicações e um novo modelo de gestão. Aplicações: Brasília Metropolitana, Brasília em Painéis, Pesquisas SIEDF, Monitor do Mercado de Trabalho, Portal Brasília em Mapas, Geoserviço (ortofoto), Catálogo, Geocode.

19. Realizar 150.000 (cento e cinquenta mil) atendimentos telefônicos/mês através das Centrais 156, 160, 162 e 192, visando prestar informações sobre procedimentos dos diversos serviços prestados pelo Governo de Brasília, bem como, registros de reclamações, sugestões e denúncias (CODEPLAN);

2016

A meta atingida superou em 36.068 o quantitativo de ligações recebidas/atendidas.

2017

No que se refere à esta meta, em 2017 foram recebidas/atendidas 394.898 ligações telefônicas através das centrais 156, 160, 162 e 192, na prestação de informações sobre procedimentos dos diversos serviços prestados pelo Governo de Brasília, além de reclamações, sugestões e denúncias.

2018

Em decorrência da edição do Decreto nº 38.952, de 26 de março de 2018, a gestão da Central de Atendimento telefônico ao Cidadão passou para a SEFP/DF, sendo que suas atividades se mantiveram na Codeplan até o mês de Julho de 2018. Durante tal período, foram recebidas/atendidas pela CODEPLAN 302.549 ligações telefônicas.

20. Gerar 4 (quatro) consultorias técnicas em gestão pública nas prefeituras dos municípios localizados na região metropolitana de Brasília. (CODEPLAN). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).

2016

A meta prevista não foi atingida, não sendo realizadas consultorias técnicas.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	Desejado 2018	2018 Alcançado	Desejado 2019	Fonte Informação
1442	SISTEMA DE INFORMAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO CONSOLIDADO (Item alterado, conforme Lei nº 5787/2016 de Revisão do PPA 2016-2019)	%	0	31/12/2016	60	37	90	50	100	50	100	SEDESTMIDH / UO 25101 / OE 3
1445	ESTUDOS E PESQUISAS DE NATUREZA SOCIAL, ECONÔMICA, DEMOGRÁFICA E CARTOGRÁFICA (Item alterado, conforme Lei nº 6061/2017 de Revisão do PPA 2016-2019)	UNIDADE	14	31/01/2015	12	12	20	23	21	41	22	CODEPLAN / DIEPS / UO 32201 / OE 3
1446	ESTUDOS, ANÁLISES E ACOMPANHAMENTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS DE GOVERNO	UNIDADE	12	31/01/2015	13	9	11	14	12	16	12	CODEPLAN / DIPOS / UO 32201 / OE 3
1447	ESTUDOS E PESQUISAS URBANO E AMBIENTAIS (Item alterado, conforme Lei nº 6061/2017 de Revisão do PPA 2016-2019)	UNIDADE	5	31/01/2015	5	16	8	18	8	12	8	CODEPLAN / DEURA / UO 32201 / OE 3
1449	MANTER E OPERACIONAR A CENTRAL ÚNICA DE ATENDIMENTO TELEFÔNICO DO GOVERNO DE BRASÍLIA (Item alterado, conforme Lei nº 6061/2017 de Revisão do PPA 2016-2019)	LIGAÇÕES REC/ ATEND	230.000	31/01/2015	150.000	186.068	230.000	394.898	230.000	302.549	230.000	CODEPLAN / GECAC / UO 32201 / OE 3
1699	ÍNDICE DE MONITORAMENTO DOS INDICADORES DOS ACORDOS DE RESULTADOS (Item incluído, conforme Lei nº 6061/2017 de Revisão do PPA 2016-2019)	%	100	31/12/2016	-	-	100	100	100	100	100	SAGE / SEPLAG / UO 32101 / OE3
1700	ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO DE AGEPS (Item incluído, conforme Lei nº 6061/2017 de Revisão do PPA 2016-2019)	%	100	31/12/2016	-	-	100	100	100	100	100	SUPPE / SAGE / SEP 32101 / OE 3
1701	ÍNDICE DE REALIZAÇÃO DE REUNIÕES PREPARATÓRIAS – PRÉRARS (Item incluído, conforme Lei nº 6061/2017 de Revisão do PPA 2016-2019)	%	100	31/12/2016	-	-	100	100	100	100	100	SUPPE / SAGE / SEP 32101 / OE3
1702	PLATAFORMAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOGRÁFICAS (Item incluído, conforme Lei nº 6061/2017 de Revisão do PPA 2016-2019)	UNIDADE	2	30/06/2015	-	-	2	10	2	2	2	CODEPLAN / UO 32201 / OE 3
1703	TAXA DE CONCLUSÃO DE PROCESSOS DE AQUISIÇÃO NA SCG (Item incluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	%	74,39	31/12/2016	-	-	80	95,5	85	75,5	90	COPLAM / SCG / SEP 32101 / OE 3
1756	ECONOMIA DO PROCESSO LICITATÓRIO DO PREGÃO (Item incluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	%	14,86	02/01/2018	-	-	-	-	15	17	20	CODEPLAN / SCG / SEPLAG
1757	PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS EM LICITAÇÕES HOMOLOGADAS (EM VALOR) (Item incluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	%	30	30/04/2018	-	-	-	-	30	25	35	COPLAM / SCG / SEPLAG

Justificativas 2016

Indicador 1442 - Justifica-se pela insuficiência e ou ausência de condições técnicas operacionais: aporte de recursos orçamentários e financeiros, recursos humanos em termos quantitativos e qualitativos, observada especificidade e complexidade das atividades requeridas à consolidação de um Sistema Integrado de Informação, Monitoramento e Avaliação de políticas sociais.

Indicador 1443 - O indicador em questão foi proposto pela extinta Subsecretaria de Gestão Estratégica - SUGEST e não é operacional. O resultado destes indicadores depende exclusivamente do desempenho da Secretaria signatárias do Acordo de Resultados. Por essa razão, o índice não pode ser alcançado pela Secretaria Adjunta de Gestão Estratégica.

Indicador 1444 - O indicador em questão foi proposto pela extinta Subsecretaria de Gestão Estratégica - SUGEST. O resultado deste indicador depende exclusivamente do desempenho da Secretaria signatárias do Acordo de Resultados. Por essa razão, o índice não pode ser alcançado pela Secretaria Adjunta de Gestão Estratégica.

Indicador 1445 - Foram realizados 12 (doze) estudos, pesquisas e diagnósticos anuais de natureza social, econômica, demográfica, cartográfica e georeferenciadas, para avaliação das políticas de desenvolvimento econômico, pesquisas na área de economia, comércio, serviços, indústria, turismo, trabalho, setores produtivos locais, desenvolvimento e vocações econômicas regionais e locais, demografia e indicadores econômicos para o planejamento e promoção do desenvolvimento do DF e da RIDE.

Indicador 1446 - Mudanças na gestão da unidade responsável, cargo do diretor vago e evasão de técnicos requisitado, levaram ao não alcance do índice desejado. Foram realizados 9(nove) estudos, pesquisas e diagnósticos anuais para avaliação das políticas sociais implementadas nas áreas de saúde, assistência social, educação, cultura, transferência de renda, inclusão produtiva, agricultura familiar, segurança alimentar, direitos humanos e segurança pública, qualidade de vida, pobreza, desigualdades, etc.

Indicador 1447- Equipe reconstituída e gestão determinada. Foram realizados 5 (cinco) estudos, pesquisas e diagnósticos anuais na área de planejamento urbano, desenvolvimento sustentável, meio ambiente, política fundiária, habitação, transporte e mobilidade urbana, para avaliação das políticas urbanas e ambientais.

Indicador 1448 - Implementadas as plataformas: Brasília em Números e Brasília em Mapas.

Indicador 1449 - Sistema de atendimento ao cidadão, melhorado. Foram atendidas 186.068 ligações telefônicas/mês, através das Centrais 156, 160 e 192, visando prestar informações sobre procedimentos dos diversos serviços prestados pelo Governo do Distrito Federal, bem como, registros e reclamações, sugestões e denúncias.

Justificativas 2017

Indicador 1442 - O índice parcial não foi alcançado face a limitação e a não disponibilidade de recursos financeiros, impactando em termos quantitativos e qualitativos na área de recursos humanos, acrescido pela aposentadoria de servidores, alterações da estrutura orgânica das unidades diretamente envolvidas na ação, além da redução de equipe e movimentação do pessoal alocado no projeto. A especificidade e complexidade das atividades requeridas à consolidação de um Sistema Integrado de Informação, Monitoramento

Indicador 1445 - A Empresa não somente alcançou como ultrapassou em 3 (três) o quantitativo de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas realizados no decorrer do exercício, resultado de esforço conjunto e dedicação da equipe que compõe a atual gestão.

Indicador 1446 - A Companhia ultrapassou a previsão de estudos e pesquisas realizadas em Políticas Sociais, tendo alcançado 14 (catorze) estudos e pesquisas realizadas. Tal resultado decorre de esforço e dedicação da equipe de técnicos e gestores.

Indicador 1447- Os resultados alcançados em estudos e pesquisas urbano e ambientais, ao ultrapassar em mais que o dobro o quantitativo previsto inicialmente, demonstram que a Companhia, em seu processo de reestruturação, tem aumentado, significativamente, o número de informações disponibilizadas ao GDF, para implementação de políticas públicas.

Indicador 1449 - O Serviço de Atendimento ao Cidadão, mantido sob a coordenação da Codeplan, tem sido objeto de crescente demanda por parte do cidadão residente no Distrito Federal e da Região adjacente. Em 2017, passou a ser usado, complementarmente, como instrumento nas pesquisas da Codeplan (Pesquisa por telefone - CATI), para diversos órgãos do GDF, como a Secretaria de Segurança Pública, Serviço de Limpeza Urbana, Secretaria de Mobilidade, Secretaria de Fazenda e outros, elevando o número de ligações.

Indicador 1699 - Todos os 240 indicadores pactuados nos Acordos de resultados foram monitorados pela Coordenação de Acompanhamento de Indicadores, com frequência mínima mensal. Alguns indicadores possuem periodicidade bianual, como o IDEB por exemplo, porém os mesmos foram monitorados via reporte no sistema Gestão DF.

Indicador 1700 - Todos os 58 Ageps responsáveis pelas informações de seus respectivos órgãos receberam ao menos uma capacitação em 2017, seja em gestão de projetos ou em alimentação de indicadores, tendo como base o sistema Gestão DF o que reflete 100% da meta cumprida.

Indicador 1701 - Um total de 30 reuniões preparatórias foram realizadas no ano de 2017, com vistas a subsidiar e preparar não apenas as reuniões de Acordo de Resultados, mas também Reuniões dos Projetos especiais e Reuniões de Alinhamento da Estratégia.

Indicador 1702 - 1. Portal "Brasília em Números (melhorias) A ferramenta ganhou novas aplicações e um novo modelo de gestão; 2. Portal "Brasília em Mapas" A ferramenta abrigará todas as plataformas de dados espaciais disponíveis na Codeplan; 3. Geocode; 4 Codeplan Web; 5. Morar Bem; 6. Questionários Codeplan; 7 Monitor do Mercado de trabalho; 8 Geoserviço (ortofoto); 9 API SIEDF; 10 Brasília Metropolitana; e, PROCULT.

Justificativas 2018

Indicador 1442 - Justifica-se pela insuficiência e ou ausência de condições técnicas operacionais: aporte de recursos orçamentários e financeiros, recursos humanos em termos quantitativos e qualitativos, observada especificidade e complexidade das atividades requeridas à consolidação de um Sistema Integrado de Informação, Monitoramento e Avaliação de políticas sociais.

Indicador 1445 - Foram realizadas 12 (doze) estudos, pesquisas e diagnósticos anuais de natureza social, econômica, demográfica, cartográfica e georeferenciadas, para avaliação das políticas de desenvolvimento econômico; pesquisas na área de economia, comércio, serviços, indústria, turismo, trabalho, cidades e setores produtivos locais, desenvolvimento e vocações econômicas regionais e locais, demografia e indicadores econômicos para o planejamento e promoção do desenvolvimento do DF e da RIDE.

Indicador 1446 - Mudanças na gestão da unidade responsável, cargo do diretor vago e evasão de técnicos requisitados, levaram ao não alcance do índice desejado. Foram realizados 9 (nove) estudos, pesquisas e diagnósticos anuais para avaliação das políticas sociais implementadas, nas áreas de saúde, assistência social, educação, cultura, transferência de renda, inclusão produtiva, agricultura familiar, segurança alimentar, direitos humanos e segurança pública, qualidade de vida, pobreza, desigualdades etc...

Indicador 1447 - Equipe reconstituída e Gestão determinada. Foram realizados 5 (cinco) estudos, pesquisas e diagnósticos anuais na área de planejamento urbano, desenvolvimento sustentável, meio ambiente, política fundiária, habitação, transporte e mobilidade urbana, para avaliação das políticas urbanas e ambientais.

Indicador 1449 - Sistema de atendimento ao cidadão melhorado. Foram atendidas 186.068 ligações telefônica/mês, através das Centrais 156, 160, 162 e 192, visando prestar informações sobre procedimentos dos diversos serviços prestados pelo governo de Brasília, bem como, registros de reclamações, sugestões e denúncias.

Indicador 1699 – Não Informado pela Unidade no SIGGO

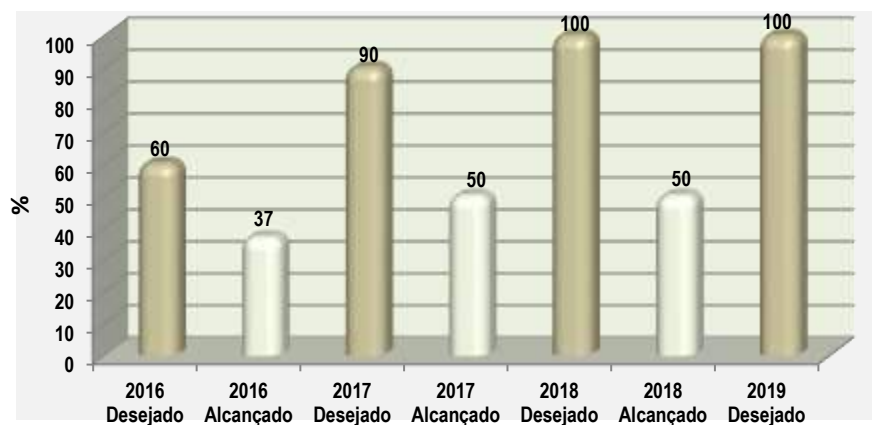
Indicador 1700 - Não Informado pela Unidade no SIGGO

Indicador 1701 - Não Informado pela Unidade no SIGGO

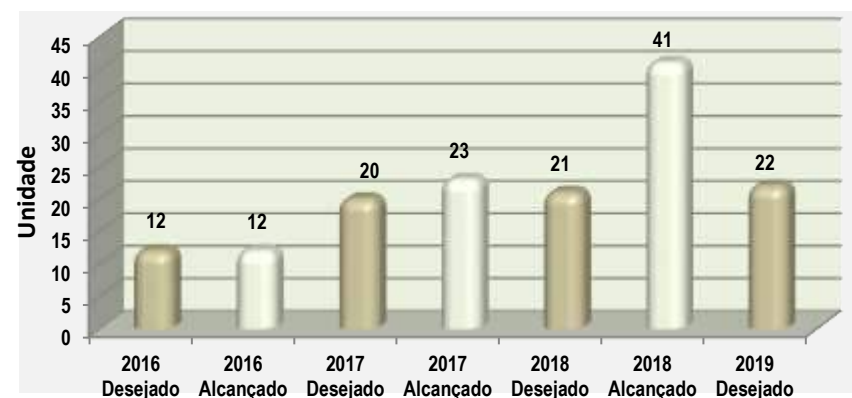
Indicador 1702 - Não Informado pela Unidade no SIGGO

Indicador 1703 - Não Informado pela Unidade no SIGGO

SISTEMA DE INFORMAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO CONSOLIDADO



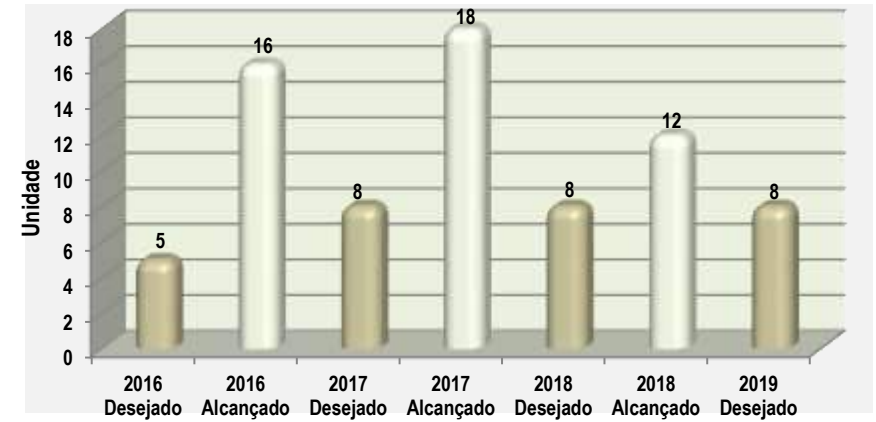
ESTUDOS E PESQUISAS DE NATUREZA SOCIAL, ECONÔMICA, DEMOGRÁFICA E CARTOGRÁFICA



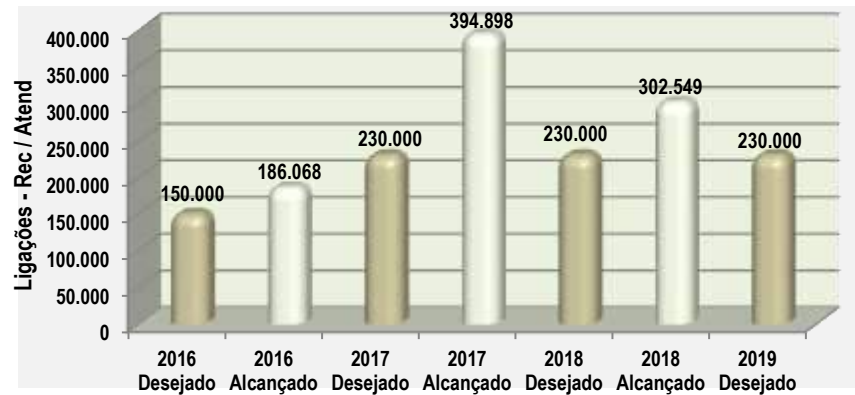
ESTUDOS, ANÁLISES E ACOMPANHAMENTO DAS POLÍTICAS SÓCIAS DE GOVERNO



ESTUDOS E PESQUISAS URBANO E AMBIENTAIS



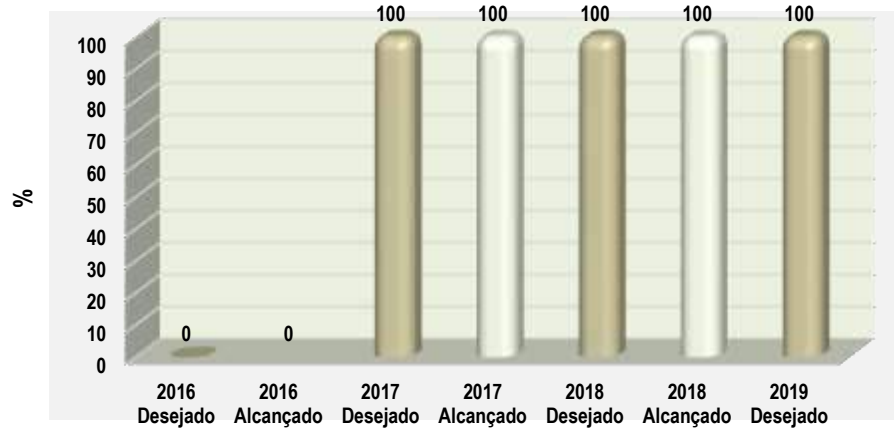
MANTER E OPERACIONAR A CENTRAL ÚNICA DE ATENDIMENTO TELEFÔNICO DO GOVERNO DE BRASÍLIA



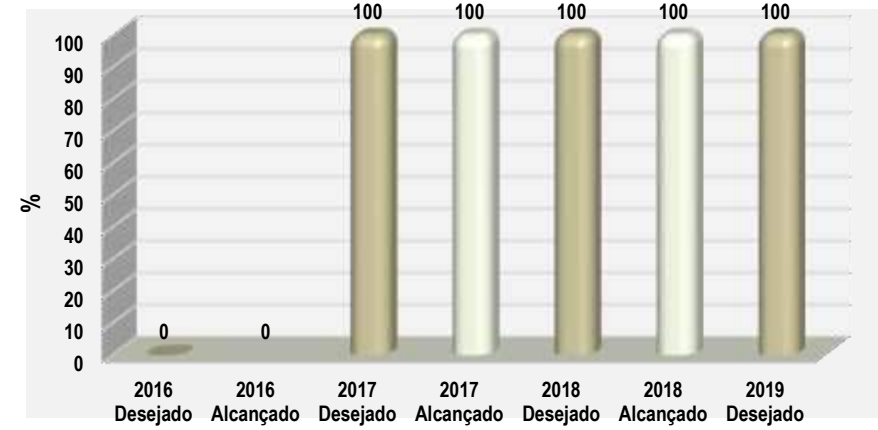
ÍNDICE DE MONITORAMENTO DOS INDICADORES DOS ACORDOS DE RESULTADOS



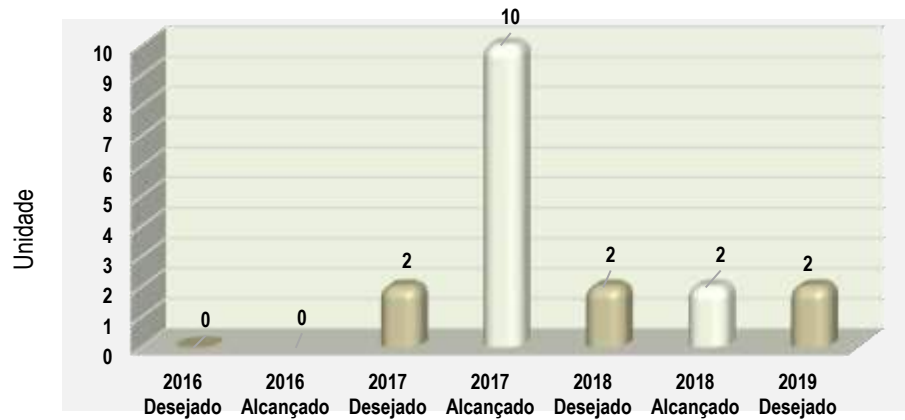
ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO DE AGEPS



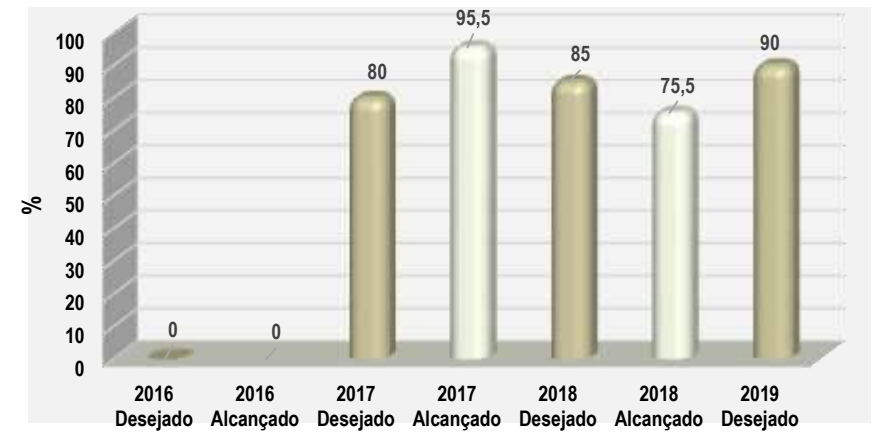
ÍNDICE DE REALIZAÇÃO DE REUNIÕES PREPARATÓRIAS - PREPARS



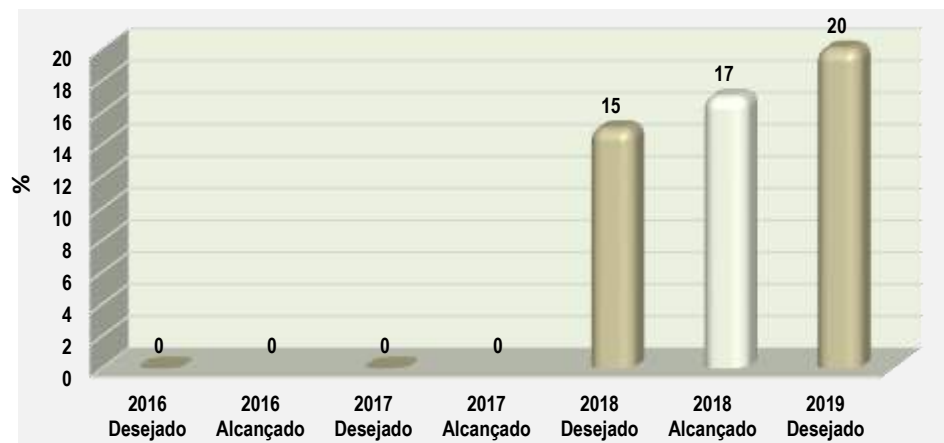
PLATAFORMAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOGRÁFICAS



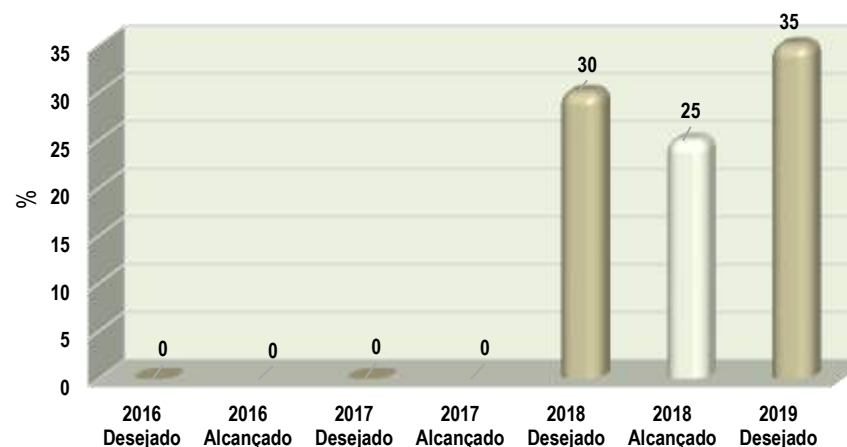
TAXA DE CONCLUSÃO DE PROCESSOS DE AQUISIÇÃO NA SCG



ECONOMIA DO PROCESSO LICITATÓRIO DO PREGÃO



PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS EM LICITAÇÕES HOMOLOGADAS (EM VALORES)



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6203	3	1	Elaboração de normas específicas para execução dos projetos a serem desenvolvidos (SEPLAG);	32101	0	<p>2016</p> <p>- Por meio da Portaria Conjunta nº 5, de 17 de agosto de 2016, foi instituído o Grupo de Trabalho (GT-DOC) para promover estudos e propostas relacionadas ao processo de mudança para ocupação do Centro Administrativo do Distrito Federal (CADF), no que se refere ao arquivo e protocolo;</p> <p>- Por meio do processo SEI nº 00410.00011050/2017-56, foi solicitada a indicação de servidores para compor grupo de discussão a fim de estudar solução viável para o almoxarifado do CADF;</p> <p>2017</p> <p>Por meio do processo SEI nº 00410.00011050/2017-56, foi sugerida a suspensão dos trabalhos enquanto não houver uma solução para o Contrato da Parceria Público-Privada do Centro Administrativo do Distrito Federal.</p> <p>2018</p> <p>A ausência da Carta de Habite-se combinada com a manutenção das divergências contratuais sobre as medidas mitigadoras do Relatório de Impacto de Trânsito (RIT), a infraestrutura de energia elétrica e os aditivos contratuais, impediram a ocupação do CADF. Dessa forma, fica impossibilitada a análise dos resultados dos objetivos específicos, uma vez que o projeto não foi executado.</p>
6203	3	2	Criação de Grupo de Trabalho, por meio de Portaria, para a desburocratização de licenças para obras e	32101	X	<p>2016</p> <p>Não houve a implementação dessa ação, pois a mesma foi prevista pela Subsecretaria de Desburocratização e Modernização Institucional/SEGAD, a qual foi extinta das competências da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, devido a junção da SEGAD e SEPLAG, que com a publicação do Decreto nº 36.825, de 22 de outubro de 2015, no DODF nº 2015 de 23/10/2015 e republicado no Suplemento-A do DODF nº 205 de</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
			atividades econômicas e administrativas (SEPLAG); <i>(Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>			23/10/2015, Artigo 1º, a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, passou a absorver a Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal.
6203	3	3	Monitoramento e avaliação dos resultados das ações de desburocratização de licenciamentos (SEPLAG); <i>(Ação excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)</i>	32101	X	2016 Não houve a implementação dessa ação, pois a mesma foi prevista pela Subsecretaria de Desburocratização e Modernização Institucional/SEGAD, a qual foi extinta das competências da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, devido a junção da SEGAD e SEPLAG, que com a publicação do Decreto nº 36.825, de 22 de outubro de 2015, no DODF nº 2015 de 23/10/2015 e republicado no Suplemento-A do DODF nº 205 de 23/10/2015, Artigo 1º, a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, passou a absorver a Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal.
6203	3	4	Criação de Comitê Gestor do Plano de Excelência da Gestão com pontos focais em todos os órgãos (monitoramento das ações previstas no Plano) (SEPLAG (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019);	32101	X	2016 Não houve a implementação dessa ação, pois a mesma foi prevista pela Subsecretaria de Desburocratização e Modernização Institucional/SEGAD, a qual foi extinta das competências da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, devido a junção da SEGAD e SEPLAG, que com a publicação do Decreto nº 36.825, de 22 de outubro de 2015, no DODF nº 2015 de 23/10/2015 e republicado no Suplemento-A do DODF nº 205 de 23/10/2015, Artigo 1º, a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, passou a absorver a Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal. 2017 Não houve a implementação dessa ação durante o exercício de 2017, pois a mesma foi prevista pela extinta Subsecretaria de Desburocratização e Modernização Institucional/SEGAD.
6203	3	5	Capacitação de Pessoas no MEG – Modelo de Excelência da Gestão (SEPLAG) (Item excluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019);	32101	X	2016 Quanto à capacitação de servidores, a Escola de Governo do Governo do Distrito Federal (EGOV) buscou suprir as necessidades de capacitação dos órgãos do Governo, com o total de 16.982 servidores certificados no exercício de 2016. 2017 Houve um total de 18.937 servidores inscritos NA Escola de Governo do Distrito Federal, sendo 3.030 na modalidade EAD e 15.907 em cursos presenciais.
6203	3	6	Padronização dos conceitos necessários à implementação dos requisitos do sistema integrado (SEDESTMIDH);	25101	85	2016 A interlocução estabelecida com Unidades finalísticas responsáveis pela execução das políticas de assistência social, transferência de renda e segurança alimentar, oportunizou a identificação de inconsistências e/ou divergências na apreensão e aplicação de conceitos necessários à implementação dos requisitos do Sistema Integrado de Informação, monitoramento e avaliação, o que resultou na busca por revisão dos conceitos adotados, a serem consolidados em um caderno de terminologias, em execução, referência para o mapeamento de processos de trabalho e melhoria da qualidade da oferta de serviços, junto à população do DF, contribuindo para um melhor desempenho dos servidores públicos e unidades, responsáveis pelo atendimento à população no âmbito das políticas de assistência social, transferência de renda e segurança alimentar no Distrito Federal. 2017 Em relação a padronização dos conceitos estabelecidos em 2016 houve pouco avanço no ano de 2017, isto devido a mudança de pessoal e não continuidade do trabalho de interlocução com as unidades finalísticas na metodologia de trabalho que vinha sendo implementado até então. Porém, com o avanço da meta 12, sucedeu a padronização de conceitos para implementação dos requisitos do sistema e o avanço no trabalho de definição de conceitos por parte da gestão administrativa. 2018 Em relação a padronização dos conceitos estabelecidos em 2016 houve pouco avanço no ano de 2018, isto devido a mudança de pessoal e não

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						continuidade do trabalho de interlocução com as unidades finalísticas na metodologia de trabalho que vinha sendo implementado até então.
6203	3	7	Revisão e mapeamento dos processos de trabalho (SEDESTMIDH).	25101	75	<p>2016 A implementação vem ocorrendo de modo sistemático, embora impactada pela fragilidade das Unidades - finalísticas e centrais – no que tange à disponibilidade de Recursos Humanos, necessários à sua realização. A implementação da revisão e mapeamento dos processos de trabalho tem possibilitado conhecer, mapear e aprimorar o desenho das ações desenvolvidas por Unidades finalísticas, o que certamente resultará em maior eficiência e eficácia na resposta às demandas da população, com otimização da gestão de recursos físicos, humanos, orçamentários e financeiros, possibilitando maiores e melhores resultados e, conseqüentemente, maior efetividade, ou seja, impacto na ampliação e garantia da qualidade de vida da população atendida nas unidades integrantes do Sistema Único de Assistência Social - /SUAS e do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional – SISISAN no Distrito Federal.</p> <p>2017 O mapeamento dos processos de trabalho também foi impactado pela mudança de pessoal e metodologia de trabalho em relação ao ano anterior, assim a progressão percentual, que se deu neste item, refere-se ao avanço da meta 12 e conseqüente padronização dos processos de trabalho.</p> <p>2018 O mapeamento dos processos de trabalho também foi impactado pela mudança de pessoal e metodologia de trabalho em relação ao ano anterior. Porém, os avanços percentuais decorrem dos fluxos de trabalho implementados e nas melhorias de processo efetuados no desenvolvimento do sistema EMPODERA-DF, na Secretaria da Mulher.</p>

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

2016/2018

SEPLAG

Em relação ao Objetivo Específico EFICIÊNCIA DA GESTÃO, no período sob análise, a SEPLAG desenvolveu diversas atividades no sentido de profissionalizar a gestão pública no âmbito do GDF. Com o apoio técnico e metodológico da Secretaria-Adjunta de Gestão da Estratégia e da Subsecretaria de Programas e Projetos Estratégicos – SUPPE, dos 53 órgãos e entidades que compõem o Complexo Administrativo do Governo do Distrito Federal, 46 iniciaram a adesão ao Modelo de Gestão para Resultados por meio da assinatura de 20 Acordos de Resultados agrupados por temáticas que envolvem secretarias de estado e suas respectivas entidades vinculadas.

A partir dos Acordos de Resultado assinados em 2016, foram pactuadas 574 metas, que foram monitoradas pela SUPPE e apreciadas em 44 Reuniões de Acordos de Resultados – RAR's, presididas pelo Exmo. Sr. Governador, com a presença dos signatários dos respectivos acordos, além da SEPLAG, que atua como interveniente e da Casa Civil.

Importante ressaltar que, antecedendo cada RAR, a SAGE e SUPPE realizaram pelo menos uma reunião prévia no órgão monitorado com a presença dos dirigentes e principais colaboradores dos projetos.

Em 2016, foram realizadas mais de 400 agendas com representantes de órgãos do DF e instituições diversas para:

1. Articulação para realização de projetos.
2. orientação sobre as ferramentas de gestão.
3. levantamento de informações.
4. preparação para as reuniões de avaliação dos Acordos de Resultados.
5. reuniões para tratar de obras sob responsabilidade da Novacap e de interesse de diversos órgãos do DF.
6. Levantamento e demanda de ajustes e melhorias no Sistema Gestão DF.

No exercício sob análise, a Subsecretaria de Gestão de Programas e Projetos Estratégicos participou de reuniões de articulação de projetos com a Caixa relativas à execução de empreendimentos da carteira do PAC – obras de saneamento, educação, infraestrutura e moradia.

Também foram monitoradas, pela SUPPE, outras ações e obras relacionadas a Políticas Sociais (Ex.: Unidades de internação, reforma e ampliação de penitenciárias etc.).

Em 2017 a SUPPE realizou trabalho de articulação para pactuar as metas relativas aos projetos estratégicos do Governo. Nesse sentido foram confeccionados, em conjunto com os órgãos e instituições vinculadas, 27 Acordos de Resultados para o ano de 2017, assinados em 13 de fevereiro de 2017 por secretarias e órgãos vinculados, totalizando 565 metas.

No segundo semestre de 2017, foram articuladas reuniões de revisão dos Acordos para repactuação das metas propostas. Com isso, o total pactuado passou para 29 Acordos e 335 metas. Destas, 138 foram concluídas.

Em relação ao Planejamento Governamental, as principais contribuições da SEPLAG para o alcance do Objetivo Específico se refere à elaboração dos instrumentos de planejamento, acompanhamento e avaliação das ações de governo, realizadas em conjunto com os Órgãos e Entidades do GDF e sua disponibilização à apreciação dos Órgãos de Controle Interno, Externo e à população do DF.

O Plano Plurianual PPA 2016-2019 (aprovado pela nº 5.602, de 30/12/2016 e suas alteração), define diretrizes, programas, ações, objetivos, metas e indicadores do governo para o período de quatro anos, com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas orientando a elaboração das Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e das Leis Orçamentárias Anuais (LOA). Para o acompanhamento das ações e dos recursos previstos no PPA e na LOA, a SEPLAG publica bimestralmente o Relatório de Desempenho Físico-Financeiro, documento que consolida as informações dos órgãos governamentais e visa dar transparência à execução do orçamento do DF. Em 2016 foram acompanhadas 1.983 etapas cadastradas no Sistema de Acompanhamento Governamental-SAG que abrangem tanto ações relativas a pagamento de pessoal, manutenção das unidades do governo, obras e serviços em andamento ou concluídas no período de janeiro a dezembro. Do total de etapas cadastradas, 1.713 foram concluídas e 141 estavam em andamento normal no final do exercício. Em 2017 foram acompanhadas 2.303 etapas cadastradas no Sistema de Acompanhamento Governamental – SAG que abrangem tanto ações relativas a pagamento de pessoal, manutenção das unidades do governo, obras e serviços em andamento ou concluídas no período de janeiro a dezembro. Do total de etapas cadastradas, 226 estavam em andamento normal no final do exercício, 10 paralisadas e 19 não iniciadas e 1.854 foram concluídas.

A Avaliação do Plano Plurianual – 2016 e 2017 tem por finalidade identificar os resultados alcançados pelas políticas públicas. Nesta fase do processo de planejamento foram analisados os resultados dos Programas Temáticos, Objetivos Específicos, Metas, Indicadores, Ações Orçamentárias e Não Orçamentárias em coerência com as diretrizes do planejamento estratégico de governo. A Avaliação do PPA é parte fundamental do ciclo de planejamento e sua elaboração tem por principais objetivos, acompanhar a execução do PPA identificando os avanços ou não das Políticas Públicas, retroalimentar o ciclo para manutenção, adequação ou redefinição de rumos em busca de um aperfeiçoamento contínuo do desenvolvimento das Políticas Públicas.

Ainda em consonância com o Objetivo Geral desse Programa, foram elaborados o Relatório de Atividades do Governo e de Indicadores de Desempenho que integram a Prestação de Contas Anual do Governador. Os documentos refletem as realizações do Governo durante o exercício e conferem transparência às ações governamentais, demonstrando como o governo aplicou os recursos durante o ano, tendo como parâmetros as metas estipuladas no Plano Plurianual e os recursos previstos na Lei Orçamentária Anual.

A SEPLAG, em conjunto com os órgãos e Entidades do GDF elaborou a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual e realizou audiências públicas com a participação da Câmara Legislativa do Distrito Federal para apresentação e discussão da LDO/2017, LDO/2018, da Lei Orçamentária/2017 e da Lei Orçamentária/2018 à sociedade civil e a representantes de comunidades ligadas às Regiões Administrativas.

Durante os exercícios de 2016 e 2017 foram realizadas orientações às unidades do GDF quanto às alterações do orçamento e sua execução e ainda, o acompanhamento e controle dos recursos aplicados nas áreas de Educação e Saúde do Distrito Federal, objetivando o cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal e aos limites estabelecidos na Emenda Constitucional nº 29/2000, respectivamente, tanto no processo de elaboração do orçamento para os exercícios de 2017 e 2018, quanto na execução orçamentária dos 02 exercícios.

A Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão através de sua Escola de Governo – EGOV desenvolveu ações que buscaram ampliar a capacidade do governo na gestão das políticas públicas, contribuindo para o fortalecimento da gestão e para a melhoria dos serviços públicos e buscou suprir as necessidades de capacitação dos órgãos do Governo. Em 2016 foram 16.982 servidores certificados e em 2017, houve um total de 18.937 servidores inscritos, sendo 3.030 na modalidade EAD e 15.907 em cursos presenciais.

Na Ouvidoria foram recebidas durante o exercício de 2016 o total de 1.088 (mil e oitenta e oito), manifestações superando em 64% (sessenta e quatro por cento) os resultados esperados.

Em 2017 foram 1.261 manifestações, sendo 665 registradas no Sistema de Ouvidoria – DF.

Em 2016, o Programa COMPRASDF, que preconizou uma nova metodologia para o ciclo de compras, está em desenvolvimento e será doravante aperfeiçoada por meio de utilização de consultorias, bem como pela contribuição motivada das partes interessadas. Será este o legado da SCG/SEPLAG para as futuras administrações das compras do GDF.

Em 2017 houve grandes avanços de planejamento e de modernização, destacando-se a implementação do Sistema e.PACC, acompanhado do seu Plano de Gerenciamento de Riscos; elaboração do Guia de Compras Públicas Sustentáveis (GCPS); elaboração do Caderno Técnico de Transportes de Passageiros e Caderno Técnico de Eventos; acompanhamento da parceria com a CAESB para a customização e implantação do Sistema de Gestão do Contrato (e-Contratos DF).

Entre os meses de janeiro até o final do mês de novembro de 2016 ocorreu a fase de implantação, nos órgãos e entidades da Administração Pública do Distrito Federal, do Sistema Eletrônico de Informação SEII. Nesta fase, foram adotadas ações focadas especialmente na parametrização desse sistema, na elaboração de normas, manuais e instrumentos de gestão internas, no planejamento e acompanhamento do projeto nos órgãos e entidades aderentes ao SEII.

A Subsecretaria de Segurança e Saúde no Trabalho – SUBSAÚDE atuou em 2016 de maneira proativa, buscando um atendimento ágil no cumprimento de suas obrigações. O foco dos trabalhos da Subsecretaria foi a saúde do servidor, mediante inovações como: o agendamento das perícias por meio eletrônico e informatizado; atendimento aos periciandos por perfis (sistema senhas); a ampliação do horário de atendimento aos servidores para homologação de licenças; e por meio de uma Gestão participativa e compartilhada.

A Secretaria por meio da Subsecretaria de Captação de Recursos – SUCAP atuou na atividade de captação de recursos financeiros, nas modalidades de transferências voluntárias do Orçamento Fiscal e Seguridade Social da União e de operações de créditos (internas e externas), para suporte financeiro aos projetos do Governo de Brasília, em benefício à população do Distrito Federal e áreas de influência.

A Seplag, por meio da Governança-DF atuou de forma a contribuir para o objetivo específico que trata da Eficiência da Gestão buscando “promover a eficiência da máquina pública para elevar a capacidade do Estado de entregar resultados à sociedade pela implementação de uma estrutura mais enxuta e ágil, de melhores práticas de gestão e governança com foco na otimização dos processos críticos à estratégia do Governo de Brasília”, considerando as premissas então utilizadas para criação dos Colegiados:

1. estabelecer medidas visando a redução do custo da máquina pública distrital, assegurando o funcionamento contínuo dos serviços públicos prestados;
2. necessidade de manter as obras e os investimentos públicos indispensáveis ao incremento da economia local;
3. preservar os empregos públicos, bem como assegurar a regularidade dos pagamentos a fornecedores e aos servidores públicos do Distrito Federal.

A partir destas premissas destaque-se que nos últimos dois anos a Câmara de Governança e seus Comitês: Políticas de Pessoal, Empresas Públicas e Qualidade do Gasto Público vêm estabelecendo parâmetros de gestão orçamentária e financeira, com o intuito de criar condições para garantir o seu equilíbrio, de acordo com os Decretos publicados, como se segue:

- Decreto nº 36.240/2015 (alterado pelo Decreto nº 37.173/2016), que dispõe sobre os mecanismos de Governança no âmbito do Distrito Federal;
- Decreto nº 37.121/2016 que dispõe sobre a racionalização e o controle de despesas públicas no âmbito do Governo do Distrito Federal;
- Decreto nº 37.427/2016 que dispõe sobre a descentralização orçamentária e financeira no âmbito do Distrito Federal ;
- Decreto nº 37.594/2016 que dispõe sobre o reconhecimento de dívida de exercícios anteriores;
- Instrução Normativa Governança nº 01/2016, que trata da tramitação dos processos enviados à Câmara e seus Comitês, bem como estabelece procedimentos de análise pelas áreas técnicas das diversas matérias: pessoal, orçamento, financeiro, licitações e contratos, dentre outros.

Dentre as atribuições dadas à Câmara, destacam-se as reprogramações orçamentárias, realizadas em 2015, 2016 e 2017, cujo resultado foi satisfatório do ponto de vista de ajuste orçamentário sempre em busca do equilíbrio.

Outro importante destaque foram as reestruturações publicadas a partir de outubro de 2015, fazendo com que reduzisse os valores de pessoal e auxiliando na redução do percentual da Lei de Responsabilidade Fiscal de 50,08% para 46,93% naquele exercício, porém ainda acima do Limite Prudencial que é de 46,55%, permanecendo nesta faixa, encerrando o 1º Quadrimestre de 2017 em 47,19%.

Com relação aos contratos e convênios houve significativa redução com base nas decisões do Colegiado, a exemplo da Decisão 01/2016: “Considerando a situação econômica brasileira de grande recessão, aliada à queda do PIB, bem como às restrições orçamentárias do Distrito Federal, a GOVERNANÇA-DF decidiu comunicar a todas as unidades orçamentárias que tenham contratos de serviços terceirizados, que o percentual de repactuação concedido aos contratos deverá corresponder a uma redução de igual proporção no contrato, a fim de manter o equilíbrio

das contas públicas. Tal medida se faz necessária tendo em vista a dificuldade de conceder suplementação orçamentária às unidades. As unidades gestoras deverão repassar esta informação a todas as empresas que tenham contratos com o poder público do Distrito Federal”.

Em 2017, foram realizadas 113 reuniões da GOVERNANÇA-DF, com 1.075 propostas analisadas.

Quanto à conclusão da mudança das estruturas administrativas para o Centro Administrativo, em 02 de fevereiro de 2016, foi publicado o Decreto nº 37.097, o qual deu nova estrutura do Conselho Deliberativo do CADF. O Decreto transferiu a gestão da parceria a esta Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG). Todavia, em 18 de outubro de 2016, o Decreto foi revogado pelo de nº 37.713, o qual, em que pese dissolvendo referido Conselho, manteve a gestão do Contrato nesta Pasta.

Com a revogação, a competência para o tratamento da parceria retornou ao Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas (CGP), o qual, por meio da Resolução nº 81, de 28 de setembro de 2016, criou, em sua estrutura, o Comitê Deliberativo do CADF (CD-CADF), com competência para deliberar sobre as questões afetas ao Contrato do CADF. Também a coordenação deste Conselho é atribuída a SEPLAG. Assim, atribuiu-se a Unidade de Parceria Público-Privada (UPPP) subsidiar a SEPLAG na gestão do Contrato ora em comento.

Em 2016, ainda, a SEPLAG firmou com o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS), Agência da Organização das Nações Unidas (ONU), em 11 de agosto de 2016, Acordo de Cooperação Técnica Internacional (Projeto UNOPS 16/01). O acordo visa à avaliação do Contrato, permeando a avaliação do seu equilíbrio econômico-financeiro, a ocupação racional do CADF e a capacitação de servidores tanto para lidar com reequilíbrios em PPPs, quanto para gerir o empreendimento.

Em 2017, a SEPLAG juntamente com o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS), visando a avaliação do Contrato da PPP do CADF vem desenvolvendo suas atividades com objetivo de buscar a melhor solução para o desfazimento do contrato.

Além disso, destaque-se que a Concessionária do Centro Administrativo (CENTRAD) solicitou rescisão amigável do Contrato, o que vem sendo negociado, inclusive com base nos estudos que estão sendo apresentados pelo UNOPS.

Em 2017, a definição dos novos processos integrados de administração, como protocolo, almoxarifado e manutenção, e ainda da Instituição dos controles de movimentação de documentos em um ambiente de protocolo integrado, aguarda-se a definição quanto uma solução para o Contrato da Parceria Público Privada do Centro Administrativo do Distrito Federal.

A Unidade do Terceiro Setor da SEPLAG atendeu diversas demandas do Tribunal de Contas do Distrito Federal e Territórios em decorrência do interesse do Governo de Brasília em firmar contratos de gestão, mais especificamente, na área de Saúde. Atualmente existem 01 (uma) entidade qualificada como Organização Social na área de Saúde e 01 (uma) na área de Ciência e Tecnologia no âmbito do Distrito Federal. Apenas o Instituto do Câncer Infantil e Pediatria Especializada – ICIPE, Organização Social, está com o contrato de gestão em vigor com o Governo do Distrito Federal.

No final de 2017 foram confeccionados, em conjunto com os órgãos e instituições, os Acordos de Resultados, com metas para o período 2017/2018.

Para 2018, foram pactuadas 178 metas, das quais 42 foram concluídas até 29/11/2018.

São monitorados, atualmente, 231 projetos previstos nos Acordos de Resultados, que possuem diferentes níveis de gestão.

Em 2018, até o mês de novembro, foram realizadas 361 reuniões para gerenciamento de projetos especiais, sendo algumas organizadas pela Subsecretaria e outras convocadas pelo órgão executor:

- Hospital da Criança: 85 reuniões organizadas pela SUPPE.
- CEUs das Artes – QNR 02 e QNM 28: 34 reuniões organizadas e participação em outras 22.
- Criança Candanga: 39 reuniões organizadas e participação em outras 11.
- Construção de 04 novos CDPs: 08 reuniões organizadas e participação em outras 04.
- Videomonitoramento: 17 reuniões organizadas e participação em outras 11.
- Trevo de Triagem Norte e Ligação Torto-Colorado (LTC e TTN): participação em 62 reuniões.
- Implantação das Estações do Metrô – 106 Sul, 110 Sul e Estrada Parque: 08 reuniões organizadas e participação em outras 39.
- Implantação da Penitenciária do Distrito Federal III – 21 reuniões organizadas.

Até novembro de 2018, foram obtidos os seguintes resultados nos projetos gerenciados/monitorados pela Subsecretaria: implantação de dois CEUs das Artes em Ceilândia, um na QNR 02 e outro na QNM 28; abertura do Bloco II do Hospital da Criança; entrega parcial das obras do Trevo de Triagem Norte; início das obras de implantação das estações 106 Sul, 110 Sul e Estrada Parque; conclusão da instalação das 400 câmeras de Videomonitoramento; Confecção da cartilha do Programa Criança Candanga.

Como parte do Modelo de Gestão, são realizadas periodicamente Reuniões Periódicas de Avaliação de Resultados - RAR, as quais são coordenadas pela Secretaria de Planejamento e organizada pela SUPPE. Tais Reuniões e destinam-se a apresentar ao Governador, diante dos dirigentes dos órgãos selecionados, informações acerca do andamento das entregas previstas nos acordos, eventuais entraves identificados durante a execução dos projetos e soluções formuladas, bem como obter diretrizes para a tomada de decisão.

No início deste ano, as Reuniões de Avaliação de Resultados - RAR's - foram suspensas devido ao trabalho de estruturação do Portal Balanço de Prioridades, que ficou a cargo da equipe desta SUPPE.

Após o lançamento do Portal, foram realizadas 19 Reuniões de Avaliação de Resultados (RAR's), divididas entre reuniões organizadas por esta Subsecretaria e outras promovidas pela Secretaria de Estado de Projetos Estratégicos. A SUPPE coordenou, ainda, oito reuniões prévias de alinhamento de informações com dirigentes.

Em abril, em razão da necessidade de afastamento dos dirigentes que concorreram às eleições, houve grande mudança no secretariado de Governo, havendo necessidade de apresentação do Modelo de Gestão para Resultados aos novos dirigentes.

Por fim, em razão da priorização de agenda do Governador, as reuniões de projeto especiais e as RAR's, desde junho, passaram a ser coordenadas pelo Secretário Chefe da Casa Civil e Chefe de Gabinete da Governadoria.

Em novembro, a SUPPE foi designada para colaborar com o evento de prestação de contas dos 4 anos de Governo na condição de responsável pela consolidação de informações e provedora de subsídios para a criação de portal de realizações contendo os principais resultados da gestão 2015-2018.

A Subsecretaria utilizou como base os dados do portal de balanço de prioridades e, por meio da rede de gestão, validou as informações junto aos gestores de cada área. Em parceria com a UGEI/SEPLAG, também colaborou com a formatação da estrutura do site e reuniu, ainda, outros materiais relevantes para publicação no referido portal.

O portal foi publicado em 14/12/2018 e encontra-se disponível no link: <http://gestao2015-2018.df.gov.br/>

Quanto à ocupação do Centro Administrativo do Distrito Federal - CADF, a ausência da Carta de Habite-se combinada com a manutenção das divergências contratuais sobre as medidas mitigadoras do Relatório de Impacto de Trânsito (RIT), a questão da infraestrutura de energia elétrica e dos aditivos contratuais, impediram a ocupação do CADF. Dessa forma, fica impossibilitada a análise dos resultados dos objetivos específicos, uma vez que o projeto não foi executado.

CODEPLAN

Entre os anos de 2016 e 2017, a CODEPLAN disponibilizou ao Governo do Distrito Federal de informações atualizadas, decorrentes de estudos e pesquisas socioeconômicas, estudos e análises de políticas sociais e estudos e pesquisas urbano e ambientais, voltadas para o planejamento governamental, retratou a situação atual em que se encontra o Distrito Federal e Região de Desenvolvimento Integrado – RIDE, contribuindo sobremaneira, com a promoção da eficiência da máquina pública, elevando a capacidade do Estado de implementar políticas públicas mais adequadas à realidade territorial, urbana, social, econômica, populacional e ambiental do Distrito Federal e de sua RIDE, permitindo, ainda, melhorar os resultados dos serviços públicos prestados à sociedade e alcançar melhores práticas de gestão e governança, otimizando e agilizando a tomada de decisão e os processos críticos, identificando os desafios que se apresentam e as potencialidades a serem exploradas e, delineando os rumos a serem tomados de forma integrada e estratégica pelos gestores públicos.

Para o alcance das metas estabelecidas pelos diversos órgãos do GDF, melhora da capacidade de gestão e resultados, contribuindo com maior eficiência da máquina pública, a Companhia disponibilizou informações decorrentes de pesquisas e estudos socioeconômicos, estudos e análises de políticas sociais, urbano e ambientais sobre o Distrito Federal e de sua Região

Metropolitana. Tais informações contribuíram para melhorar os resultados dos serviços públicos prestados à sociedade, tornando mais eficientes as políticas públicas implementadas. Também participou efetivamente da construção e definição de indicadores para o Planejamento Estratégico do Governo do Distrito Federal.

SEDESTMIDH

Maior conhecimento do processo de gestão no âmbito da SEDESTMIDH, com identificação de problemas e busca de alternativas e/ou estratégias de solução, que signifiquem respostas mais efetivas à população em sua necessidade de proteção social.

Ampliação do compromisso Institucional com o processo de coleta e tratamento de dados, mediante disponibilização de informações quantitativas e qualitativas, necessárias ao processo de gestão e a transparência na implementação de serviços e benefícios sociais, base do controle social sobre a aplicação de recursos e efetividade das políticas públicas no Distrito Federal.

Construção do Sistema de Informação, Monitoramento e Avaliação, com base em relação dialogada, interna e externa, consolidando o processo de participação e compromisso de servidores e gestores com a entrega de serviços e benefícios de qualidade à população do Distrito Federal. "Compromisso com a qualidade dos serviços e a garantia de direitos".

Os avanços dos subsistemas em desenvolvimento possibilitaram eficiência e evolução na coleta de dados e na qualidade de atendimento ao público, resultando em agilidade e transparência no processo de trabalho, além da recepção dos benefícios e do atendimento ao cidadão em menor tempo. A coleta de dados via sistema também agilizou a produção de informações que podem subsidiar a gestão no alcance dos benefícios aos usuários da política social do Distrito Federal. Semelhantemente, as pesquisas e os estudos realizados contribuem para nortear a implementação de atividades no âmbito do serviço público, principalmente no que se refere à gestão de políticas públicas voltadas a pessoas em situação de vulnerabilidade social. Esses avanços são essenciais e necessários ao processo de gestão, transparência e governança na implementação de serviços aos usuários objeto das políticas sociais.

Os subsistemas desenvolvidos até o momento estão passando por reformulação dos seus fluxos e processos, visando o atendimento mais ágil e eficiente a população do Distrito Federal. Apesar dos percentuais não mostrarem avanços significativos no desenvolvimento dos sistemas existentes, a busca pela maior gestão e governança com o auxílio dos dados coletados estão em execução.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

004 – GESTÃO DE PESSOAS: Implementar uma política que vise a readequação de pessoas com base no perfil de competências, necessidades das unidades, buscando ainda a valorização por resultado, mérito e qualidade dos serviços prestados.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

32.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLAG

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	4	1	Definir metodologia de mapeamento de competências e respectivos indicadores de avaliação – 2016-2019 (SEPLAG) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	20	25	25		25,0
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	4	2	Traçar perfil profissiográfico necessário às funções e atividades estratégicas da administração pública – 2017-2018 (SEPLAG) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	20	25	25		25,0
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	4	3	Propor diretrizes para adequação e lotação de servidores nos locais de trabalho, observando-se a escolaridade, o perfil profissional e as atividades a serem executadas – 2018 (SEPLAG) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	50	50		50,0
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	4	4	Elaborar cronograma para constituição do acervo documental relativo aos assentamentos funcionais do servidor, para atualização de dados no Novo Sistema de Gestão de Pessoas do GDF – 2017-2018 (SEPLAG) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	50	70	70		70,0
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	4	5	Apresentar projeto de lei instituindo Plano Geral de Carreiras do Governo do Distrito Federal com base em estudos técnicos para ajustamento das carreiras públicas – 2017-2018 (SEPLAG) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	50	60	60		60,0
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	4	6	Definir diretrizes básicas para adequação da estrutura administrativa e de cargos dos órgãos – 2017 (SEPLAG) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100		100,0

Análise Qualitativa

1. Definir metodologia de mapeamento de competências e respectivos indicadores de avaliação – 2016-2019 (SEPLAG). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Considera-se o andamento regular da ação, posto ser a meta de execução até 2019.

No início do ano de 2016 foi elaborado o termo de referência para contratação de consultoria especializada, com definição do escopo e abrangência da ação de mapeamento de competências. O termo foi submetido à Subsecretaria de Compras Governamentais para revisão. Ainda no ano de 2016, em vista da escassez de recursos financeiros, optou-se por sobrestar a licitação. Importante mencionar que uma das razões para o sobrestamento do referido procedimento licitatório foi o fato de ter havido tratativas no sentido da utilização de recursos do *FCO Strategic Programme Fund*, da Inglaterra. O projeto foi selecionado para provável financiamento internacional, tendo restado prejudicado em virtude do contexto nacional, à época. Após resposta negativa ao financiamento pretendido, a minuta do Termo de Referência foi encaminhada à Subsecretaria de Compras Governamentais, para contratação com recursos próprios, momento em que não houve oportunidade para prosseguimento do pleito, posto o cenário financeiro do Distrito Federal.

2017

Em 2017 foi elaborada pela Coordenação de Gestão de Cargos e Carreiras – COGEC e Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas – DIDEP documentação relativa a capacitação em análise profissiográfica e mapeamento de competências dos servidores do Governo do Distrito Federal, a ser ministrada na Escola de Governo - EGOV. Tal capacitação será realizada por meio da metodologia de “mentoring” no qual as técnicas devem ser repassadas aos alunos, que além de aplicar a metodologia poderão ser multiplicadores nos diversos órgãos do GDF.

2018

As metas 1 e 2 foram descritas separadamente e, em 2017 foi decidido contemplar as duas temáticas numa única contratação, conforme segue a análise qualitativa na meta 2.

2. Traçar perfil profissiográfico necessário às funções e atividades estratégicas da administração pública – 2017-2018 (SEPLAG). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Considera-se o andamento regular da ação, posto ser a meta de execução até 2018.

Dada a proximidade de temas entre as metas 1 e 2 e o cenário fiscal, optou-se por capacitar os servidores da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAG, junto com servidores de outros órgãos, na metodologia de análise de perfil profissiográfico e proposição de diretrizes para melhor alocação de pessoal nas funções e atividades consideradas estratégicas, para que atuem como multiplicadores para execução da ação. Assim, houve antecipação de atividades relacionadas à meta, tendo sido iniciadas tratativas junto à Escola de Governo – EGOV. Neste ano de 2017 foi elaborada minuta de “Plano de Curso” para execução pela EGOV, com previsão de realização do curso no segundo semestre de 2017.

2017

A temática constante desta meta 2 será objeto de capacitação em conjunto com a meta 1, considerando a consonância entre ambos, bem como a inegável importância de execução do processo de forma a implantar ações orientadas para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de competências individuais, ampliação do nível de escolaridade e profissionalização da gestão, bem como a formação de equipes preparadas para o desempenho da missão institucional, metas e objetivos visando adequar o perfil do servidor às demandas relacionadas ao ambiente de trabalho e aos processos de forma a possibilitar que a atividade seja executada em termos de competências e resultados esperados.

2018

Em setembro de 2017, foi aberto processo SEI nº 00410-00018567/2017-76 para tratar da proposta de contratação de capacitação em Análise Profissiográfica e Mapeamento de Competências, por inexigibilidade, no valor total de R\$ 83.200,00. Após análise da Assessoria Jurídico Legislativa – AJL, da Subsecretaria de Compras Governamentais/SCG e da Unidade do Fundo Pró-Gestão, os autos foram encaminhados ao Gabinete da Pasta para análise final da demanda. Após tal análise foi solicitada à SUGEP apresentação do quadro resumo com a relação de contratos já utilizados anteriormente como referência para a pesquisa de preços, além do valor global das propostas, conforme recomendação do Parecer Jurídico 773/2017 – PRCON/PGDF. Em atenção à solicitação da AJL, foram acrescentadas aos autos as tabelas solicitadas, ressaltando que a proposta apresentada para contratação era “diferenciada do que vem sendo feito na esfera de cursos de gestão de pessoas”, reiterando-se a inviabilidade de comparação, uma vez que se trata de produto “distinto das propostas encontradas no mercado”, atendendo ao inciso II, art. 25, da Lei nº 8.666/1993. Contudo, a AJL e o Secretário Adjunto de Gestão Administrativa consideraram que não fora possível atender aos requisitos apontados pela AJL e, tendo em vista o contexto de final do

governo, foi decidido pelo Gabinete que a demanda não seria atendida naquele momento. Muito embora não tenha havido prosseguimento na contratação, foi considerado nos anos de 2016 e 2017 o esforço para execução da ação.

3. Propor diretrizes para adequação e lotação de servidores nos locais de trabalho, observando-se a escolaridade, o perfil profissional e as atividades a serem executadas – 2018 (SEPLAG). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Ação não iniciada – a ser executada no ano de 2018 por depender das ações anteriores. Considera-se o andamento regular da ação, posto ser a meta de execução em 2018.

2017

Ação iniciada por meio de contratação de consultoria especializada em Dimensionamento da Força de Trabalho, para capacitação, transferência de conhecimento da metodologia e execução conjunta do dimensionamento da força de trabalho da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAG. A fase I que constava de elaboração de plano de trabalho para execução de todas as atividades/etapas já foi concluída e, no momento (2018), encontra-se na fase II onde serão capacitados 40 (quarenta) servidores da SEPLAG para aplicação, transferência da metodologia e execução conjunta do dimensionamento da força de trabalho da SEPLAG. As fases seguintes dizem respeito ao levantamento das competências organizacionais, gerenciais e técnicas da secretaria, bem como elaborar “manual” a ser utilizado pela SEPLAG contendo especificações de todos os passos, fluxograma, formulários, tabelas e critérios a serem observados para dimensionamento da força de trabalho ideal e mínima, por unidade de trabalho, o qual poderá ser multiplicado para outros órgãos do Governo do Distrito Federal.

2018

Foi realizada a contratação de consultoria especializada em Dimensionamento da Força de Trabalho para dimensionar a força de trabalho da extinta Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLAG, atual Secretaria de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão - SEFP. A empresa RHUMO Consultoria Empresarial Ltda., foi contratada mediante processo licitatório, modalidade Pregão Eletrônico, conforme Processo SEI nº 00410-00016224/2017-77. A execução do referido dimensionamento foi realizada em 3 etapas: elaboração de plano de trabalho, capacitação de 40 servidores, identificação da quantidade ideal e a mínima de servidores em cada unidade da Secretaria e elaboração de relatório de execução e, por fim, elaboração de Manual contendo as especificações de todos os passos e critérios a serem observados no dimensionamento da força de trabalho. Conforme relatório de execução, Processo SEI nº 00410-00003387/2018-71, o dimensionamento da força de trabalho da SEPLAG foi finalizado em DEZ/2018. A elaboração de proposta de diretrizes conforme disposto na Meta 3 não foi contemplada na contratação referida acima.

4. Elaborar cronograma para constituição do acervo documental relativo aos assentamentos funcionais do servidor, para atualização de dados no Novo Sistema de Gestão de Pessoas do GDF – 2017-2018 (SEPLAG). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

Considera-se a ação em atraso, com nova meta de execução para o segundo semestre de 2017.

Esta ação é vinculada ao recadastramento dos servidores, conforme processo n 0410.001037/2016. A minuta de Decreto foi elaborada, entretanto ainda não foi submetida à autoridade competente.

2017

Foram realizadas reuniões entre o órgão central e unidades setoriais de Gestão de Pessoas, para levantamento da documentação necessária à constituição do acervo documental do servidor, desde sua entrada no serviço público até a aposentadoria. Foi elaborada minuta de Decreto referente ao Recadastramento Anual de servidores públicos da Administração Direta, Autárquica e fundacional do Distrito Federal, e dos Empregados públicos de Empresas dependentes do Tesouro do Distrito Federal, ativos, temporários, inativos e pensionistas, que se encontra em trâmite de aprovação pelas autoridades competentes.

2018

Foi publicado o Decreto nº 39.276 de 06 de agosto de 2018, que instituiu o Recadastramento Anual de Servidores Públicos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, e dos Empregados Públicos de Empresas dependentes do Tesouro do Distrito Federal, ativos, temporários, inativos e pensionistas. Entretanto, a realização do recadastramento ficou marcada para se iniciar em 2019. Cumpre salientar que o referido decreto não abarca a reorganização do acervo documental relativo aos assentamentos funcionais dos servidores, atendo-se à obtenção de dados e documentos de forma eletrônica que subsidiarão a migração de dados para o novo Sistema Integrado de Gestão de Pessoas (SIGEPE-DF), em fase de implantação.

5. Apresentar projeto de lei instituindo Plano Geral de Carreiras do Governo do Distrito Federal com base em estudos técnicos para ajustamento das carreiras públicas – 2017-2018 (SEPLAG). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).

2016

Considera-se a ação em atraso, com nova meta de execução para o segundo semestre de 2017.

Foi elaborada a proposta preliminar com base em estudos de outras normas similares existentes nos diversos Estados brasileiros, além de algumas experiências internacionais. Observou-se necessidade de aprimoramento da proposta.

2017

Elaborado projeto Básico para capacitação de servidores da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAG com o objetivo de elaboração do Plano Geral de Carreiras e Cargos – PGCC, com a respectiva proposta sobre a estrutura normativa das carreiras do GDF.

2018

Considera-se a ação em atraso. Foi elaborada a proposta preliminar com base em estudos de outras normas similares existentes nos diversos Estados brasileiros, além de algumas experiências internacionais. Observou-se necessidade de aprimoramento da proposta. Foi elaborado projeto Básico para capacitação de servidores da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAG - com o objetivo de elaborar do Plano Geral de Carreiras e Cargos – PGCC - com a respectiva proposta para estrutura normativa das carreiras do GDF.

Não houve licitação devido ao término da gestão e às alterações significativas ocorridas na estrutura administrativa, uma vez que a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão foi absorvida pela Secretaria de Fazenda, fato que fez surgirem novas prioridades e tratativas. Por isso, projeto segue aguardando.

6. Definir diretrizes básicas para adequação da estrutura administrativa e de cargos dos órgãos – 2017 (SEPLAG) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).

2016

Sugere-se que seja adotada uma interpretação para este descritor de forma que se tenha a seguinte meta: “Definir diretrizes básicas para adequação da estrutura administrativa e de cargos dos órgãos”.

2017

Ação iniciada no primeiro semestre de 2017. Foram estabelecidas as diretrizes básicas para adequação da estrutura administrativa e de cargos dos órgãos. Considera-se o andamento regular da ação, posto ser a meta de execução em 2018.

2018

Ação concluída no segundo semestre de 2018. Foram estabelecidas as diretrizes básicas para adequação da estrutura administrativa e de cargos dos órgãos. Projeto concluído mediante publicação do Decreto nº 39.614, de 4 de janeiro de 2019.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1450	SERVIDORES CAPACITADOS	PESSOA			6.000	14.226	7.000	11.861	7.000	11.044	7.000	EGOV / SUGEP/ SEPLAG / UO 32101 / OE 4
1452	ATENDIMENTO AO CIDADÃO (OUV-DF) (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	PESSOA			700	1.088	750	1.261	750	918	800	OUISE/SEPLAG / UO 32101 / OE 4

Justificativas 2016

Indicador 1450 - O indicador reflete o número de servidores atendidos nos cursos e eventos presenciais realizados com instrutoria interna e cursos na modalidade de ensino a distância (EAD): Cursos presenciais: 12.407 servidores capacitados; Cursos a distância: 1.859 servidores capacitados.

Indicador 1452 - Durante o exercício de 2016 as manifestações direcionadas a Ouvidoria da SEPLAG atingiu o total de 1.088 (mil e oitenta e oito) atendimentos: - Atendimentos aos servidores: 535; - Atendimentos aos cidadãos: 553.

Justificativas 2017

Indicador 1450 - Em 2017, a EGOV capacitou 11.861 servidores que concluíram as atividades e receberam certificados. Isso representa um resultado 68% maior do que a meta, de 7.000 capacitações. Desses, 9.766 foram capacitados em cursos presenciais e 1.456 em cursos de EaD. Também integram o número de capacitações os 639 servidores que participaram do X Consad com recursos do Fundo Pró-Gestão.

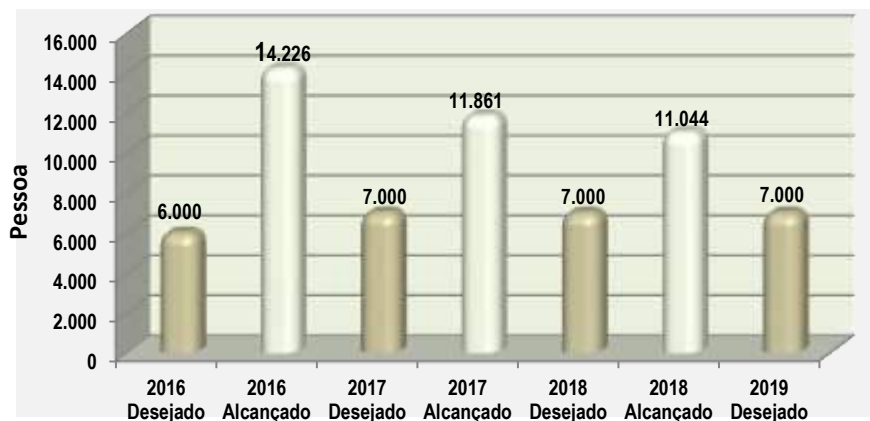
Indicador 1452 - Os atendimentos da Ouvidoria-SEPLAG contemplam, não apenas as demandas provenientes dos servidores do GDF, mas todos os atendimentos à população do DF. No período de janeiro a dezembro de 2017, foram recebidas 1.261 manifestações na Ouvidoria-SEPLAG, sendo 665 registradas no Sistema de Ouvidoria-DF e 596 registradas no Sistema e-SIC. Do total de atendimentos de 2017, 220 foram reencaminhadas para outros órgãos do Distrito Federal e 1.041 direcionadas para áreas técnicas da SEPLAG.

Justificativas 2018

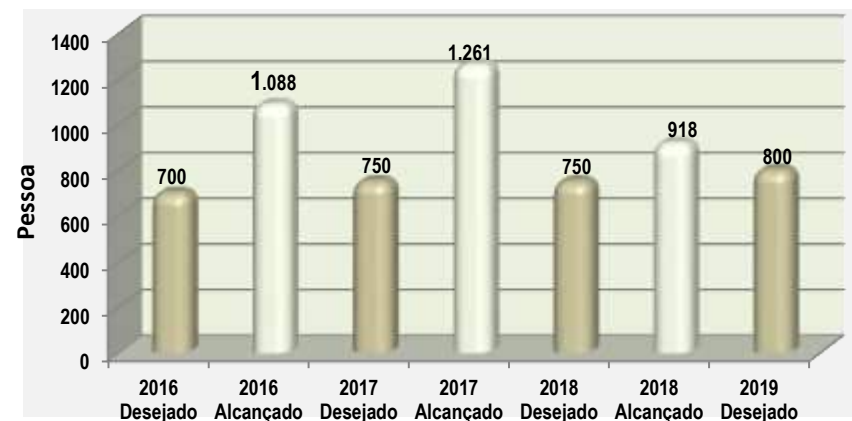
Indicador 1450 - O indicador reflete o número de servidores atendidos nos cursos e eventos presenciais realizados com instrutoria interna e cursos na modalidade de ensino a distância (EAD): Cursos presenciais: 12.407 servidores capacitados; Cursos a distância: 1.859 servidores capacitados.

Indicador 1452 - Em 2018, a Ouvidoria recebeu 498 protocolos pelo Sistema de Ouvidoria do Distrito Federal-Ouv-DF e 420 protocolos pelo Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC)..

SERVIDORES CAPACITADOS



ATENDIMENTO AO CIDADÃO (OUV-DF)



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6203	4	1	Elaboração de normas específicas para execução dos projetos a serem desenvolvidos (SEPLAG);	32101	10	<p>2016 Apenas a meta de nº 4 requer norma específica para sua execução. A minuta de norma consta do processo 0410001037/2016, não tendo sido, entretanto, levada à consideração superior.</p> <p>2017 A minuta do Decreto referente ao Recadastramento Anual de servidores públicos já foi elaborada e encontra-se em trâmite de aprovação pelas autoridades competentes.</p> <p>2018 Em relação ao Recadastramento, foi publicado o Decreto nº 39.276 de 06 de agosto de 2018 que instituiu o Recadastramento Anual de Servidores Públicos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, e dos Empregados Públicos de Empresas dependentes do Tesouro do Distrito Federal.</p>
6203	4	2	Definição de equipe para execução dos trabalhos com envolvimento de sindicatos das carreiras (SEPLAG).	32101	0	<p>2016 Essa ação se iniciará após conclusão da meta 5, quando deverão ser iniciados os estudos individualizados das carreiras. Previsão de início em 2018.</p> <p>2017 Foi instituído o Ciclo de Debates, entre representantes das carreiras, governo e sociedade civil (acadêmicos, servidores de outras esferas de poder), para discussão dos institutos que fundamentam o Plano Geral de Carreiras. Houve uma rodada sobre Avaliação de Desempenho e uma sobre Reestruturação de Carreiras.</p> <p>2018 O entendimento havido quanto ao Plano Geral de Carreiras foi no sentido de se aguardar contratação de consultoria para colaboração nos trabalhos. Não foram realizadas novas reuniões com grupos de interesse.</p>

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

2016/2018

No exercício de 2016, destacam-se os projetos estratégicos, sob responsabilidade da Subsecretaria de Gestão de Pessoas, que foram executadas de forma satisfatória: Aprovação de Decreto instituindo a Política de Valorização de Servidores; realização dos jogos dos servidores, elaboração de cartilhas tratando de temas de interesse dos servidores; instituição do Prêmio INOVADF.

Muito embora não tenha havido possibilidade da contratação de consultoria especializada para realização do mapeamento de competências, a Subsecretaria de Gestão de Pessoas/SEPLAG tem interesse na execução do projeto.

Importante destacar que foi elaborado termo de referência para a contratação pretendida, entretanto, não se chegou a constituir processo formal. Também é importante mencionar que uma das razões para não se ter dado prosseguimento ao procedimento licitatório foi o fato de que houve tratativas no sentido de sua apresentação ao FCO Strategic Programme Fund, da Inglaterra, para que concorresse a um financiamento internacional, o que não aconteceu.

Após o recebimento de resposta negativa ao financiamento pretendido, procederão à coleta de preços.

Submetida a minuta do Termo de Referência à Subsecretaria de Compras Governamentais, foram sugeridos alguns ajustes. Considerando, porém, a perspectiva de gastos em torno de um milhão de reais, entendeu-se que não era possível realizar a licitação no ano de 2016.

A SEPLAG está redesenhando o projeto e também buscando proceder à contratação dos especialistas, detentores de metodologia de mapeamento de competências na forma pretendida, são professores e consultores independentes, com a possibilidade de contratação por meio da EGOV/SEPLAG.

Em 2017, foram diligenciados encontros de trabalho para viabilização do projeto. Já houve reuniões prévias e isoladas, entre técnicos da SEPLAG e especialistas da EGOV, quanto a possibilidade de um programa de capacitação específica para servidores do GDF visando a execução do projeto de forma menos onerosa, porém, com a mesma qualidade.

No ano de 2017 instituiu-se o Fórum de Gestão de Pessoas, encontro mensal da Subsecretaria de Gestão de Pessoas – SUGEP/SEPLAG com os setoriais de pessoal dos diversos órgãos do GDF onde trata-se de diversos temas importantes de apoio aos servidores que realizam as atividades de gestão de pessoas.

Também, há de se destacar a aquisição do novo Sistema de Gestão de Pessoas – SIGEPE, que se encontra na fase de Prova de Conceito - POC, do Pregão Eletrônico 103/2016, que após finalização de todo processo, visa alcançar os seguintes benefícios: 1. Utilização de tecnologias mais modernas; 2. Portabilidade por ser arquitetura Web; 3. Padronização das telas e interfaces; 4. Automatização e otimização dos processos de trabalho das áreas de recursos humanos; 5. Utilização de boas práticas de mercado no que se refere a gestão de pessoas; 6. Diminuição da probabilidade de inserção de erros e retrabalho; 7. Visão integrada das informações; 8. Mapeamento e padronização dos processos de trabalho; 9. Transparência nos processos de trabalho; 10. Diminuição da dependência da unidade funcional a ferramenta específica; 11. Acesso seguro e controlado às informações; 12. Economia com relação a valores calculados ao invés de informados, o que diminui o risco de falhas humanas e o retrabalho; 13. Economia quanto à automatização da folha e possibilidade de que os processamentos sejam programados e 14. Utilização de ferramentas para implantação da Governança em TI.

No exercício de 2017, o Governador do Distrito Federal nomeou 4.238 candidatos aprovados em concursos públicos para cargos efetivos em diversos Órgãos.

Instituiu-se a revisão e regularização das cessões de servidores dos diversos Órgãos do Governo do Distrito Federal.

Foi realizado o primeiro ciclo do Prêmio Inovação na Gestão Pública do Distrito Federal - INOVA BRASÍLIA, instituído pelo Decreto Nº 34.648, de 22 de setembro de 2016, publicado no DODF Nº 181, de 23/09/2016, que instituiu a Política de Valorização de Servidores no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal.

Neste ano foram realizadas, também, revisão e padronização de normas e capacitação das unidades setoriais com cursos referentes ao Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH (cadastro, ferramenta do SIGRHWEB - Extrator de dados, SIGRHWEB e ferramenta do SIGRHWEB - GFIP – SEFIP).

Realizou-se, ainda, de 24 de novembro a 03 de dezembro, a 7ª edição do Festival Esportivo e Cultural dos Servidores, onde os servidores e empregados públicos do Distrito Federal puderam revelar suas habilidades nas quadras e nos palcos.

Os principais resultados e realizações da Subsecretaria de Gestão de Pessoas em 2018 são:

1. AQUISIÇÃO DO NOVO SISTEMA DE GESTÃO DE PESSOAS - SIGEPE-DF

Trata-se da aquisição de solução integrada, parametrizável e customizada de Tecnologia da Informação (TI) para suporte às atividades inerentes à Gestão de Pessoas no âmbito do Governo do Distrito Federal, conforme condições, quantidades e exigências constantes no Edital de Licitação de Pregão Eletrônico nº 103/2016 – SCG/SEPLAG. A ferramenta tecnológica adquirida apresentou-se de forma moderna e segura, com funcionalidades que permitem automatização de processos, vinculação de regras, extração de informações com qualidade, rapidez e precisão, visando subsidiar decisões relativas à Gestão de Pessoas.

Conforme extrato publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 164, de 28 de agosto de 2018, foi firmado o Contrato nº 36930/2018 entre a SEPLAG e a empresa DIGIDATA CONSULTORIA E SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA em 24 de agosto do mesmo ano, com vigência de 36 (trinta e seis meses) a contar da assinatura.

Tal aquisição permitirá à SEPLAG, bem como a todos os órgãos integrantes do Sistema de Gestão de Pessoas:

- a) utilização de tecnologias mais modernas;
- b) portabilidade por ser arquitetura Web;
- c) padronização das telas e interfaces;
- d) automatização e otimização dos processos de trabalho das áreas de gestão de pessoas;
- e) utilização de boas práticas de mercado no que se refere à gestão de pessoas;
- f) diminuição da probabilidade de inserção de erros e retrabalho;
- g) visão integrada das informações;
- h) mapeamento e padronização dos processos de trabalho;
- i) transparência nos processos de trabalho;
- j) acesso seguro e controlado às informações;
- k) economia de recursos humanos e precisão no que tange aos acertos de contas, benefícios e vantagens, com automatização de cálculos, diminuindo o risco de falhas humanas e o retrabalho;
- l) economia quanto à automatização da folha e possibilidade programação de processamentos, entre outras vantagens.

Foi constituída a Comissão Executora do Contrato nº 36930/2018, na qual quatro servidores da SUGEP atuam como Fiscais Requisitantes.

No momento, encontra-se em fase de proposição minuta de Decreto que estabelece o Sistema Integrado de Gestão de Pessoas (SIGEPE-DF) como sistema oficial para a gestão de pessoal dos órgãos do Governo do Distrito Federal. Após a publicação do referido decreto, deverá ser nomeada a Comissão de Implantação com servidores da SUGEP, além da SUTIC e da UIP, para executarem o processo de implantação, parametrização e customização da solução adquirida.

Situação atual: o sistema SIGEPE-DF encontra-se com o documento de aquisição de licença vitalícia disponibilizado pela empresa, instalado e com configuração de ambientes finalizado.

A instalação do software contemplou as seguintes atividades:

- Planejamento das atividades;
- Dimensionamento do hardware necessário;
- Validação dos hardwares disponibilizados;
- Preparação do Ambiente de Desenvolvimento para contratada e contratante;
- Preparação dos ambientes de Teste, Homologação e Produção;
- Testes do ambiente para liberação da instalação do sistema;
- Validação dos servidores de aplicação e banco de dados;
- Instalação do Sistema em sua versão base;
- Elaboração de artefatos da fase; e
- Manutenção corretiva.

Em novembro iniciou-se a implementação do macroprocesso 1 que consiste na estrutura administrativa, composta pelas estruturas organizacional e funcional.

Nesta fase, a parametrização e customização do sistema terá como principais objetivos:

- Registrar e controlar a estrutura organizacional (Organograma);
- Manter o cadastro da unidade organizacional;
- Vincular cargos e funções comissionadas à estrutura organizacional;
- Gerenciar a estrutura de carreiras, cargos e funções comissionadas; e
- Manter o organograma, com histórico de criação, alteração, fusão, transformação, subdivisão e extinção de unidade.

Em 19/12/2018, foi publicado no DODF nº 240, o Decreto nº 39.533, de 18/12/2018 com a estrutura da equipe que ficará exclusiva para a implantação do SIGEPE

2. FÓRUM DE GESTÃO DE PESSOAS

A realização de reuniões do Fórum de Gestão de Pessoas alinha-se a uma das competências da Subsecretaria de Gestão de Pessoas enquanto órgão de coordenação gerencial do Sistema. Nos termos do Art. 7º do Decreto nº 29.814/2008, trata-se de reuniões de serviços periódicas, para aproximação dos diversos órgãos setoriais de gestão de pessoas, visando à troca de informações e conhecimentos, com vistas à constante modernização e melhoria do Sistema de Gestão de Pessoas.

Em 2018 foram realizadas 8 reuniões do Fórum, que, cada vez mais, se transformam em eventos relevantes no sentido da modernização e uniformização das práticas de gestão de pessoas e, nesse sentido, contribuem para a realização de três outras metas buscadas pela SUGEP:

1. Fomentar a criação de estratégias para que os diversos integrantes do Sistema de Gestão de Pessoas possam contribuir de forma significativa no sentido de permitir que seus respectivos órgãos alcancem suas metas e cumpram suas respectivas missões institucionais;
2. Fomentar a democratização das relações de trabalho e o estabelecimento de processos participativos para solução de problemas relacionados à gestão de pessoas;

3. Fomentar a implantação de planos, programas e projetos relativos às ações de melhoria da qualidade de vida no trabalho, valorização do servidor e a responsabilidade sócio-ambiental nos diversos órgãos integrantes da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal.

3. MODERNIZAÇÃO DO ARCAFOUÇO NORMATIVO

Na esteira das funções de órgão central do Sistema de Gestão de Pessoas do GDF, foram produzidas diversas normas, orientações e procedimentos, visando aprimorar os processos de trabalho e garantir a padronização de entendimentos, no que tange ao tema, dentre os quais se destacam:

- Decreto nº 39.002, 24/04/2018 – Dispõe de Substituição de ocupante de cargo ou função;
- Decreto nº 39.009, 27/04/2018 – Regulamenta a Cessão e a disposição;
- Decreto nº 39.133, 15/06/2018 - Dispõe sobre a competência para a prática de atos de gestão de pessoal e dá outras providências;
- Decreto nº 39.276, 06/08/2018 - Institui o Recadastramento Anual de Servidores Públicos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, e dos Empregados Públicos de Empresas dependentes do Tesouro do Distrito Federal, ativos, temporários, inativos e pensionistas.de Recadastramento;
- Decreto nº 39.282, 09/08/2018 – Dispõem sobre a criação GT para definição das Diretrizes Gerais para implantação de Políticas e Programas de Qualidade de Vida no Trabalho;
- Decreto nº 39.368, 04/10/2018 – Institui e regulamenta o Teletrabalho e dá outras providências.

4. DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO

Compete à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLAG a execução de ações em diversas frentes no âmbito da governança pública, dentre elas, busca-se proceder à adequação dos perfis profissionais dos servidores às atividades, verificando a formação e os conhecimentos necessários à execução dos processos de trabalho, visando à correção dos procedimentos de lotação e redistribuição de servidores, de forma a que se possa colocar o servidor no local mais adequado ao pleno aproveitamento de suas competências, respeitados limites de cada cargo e carreira.

Assim, foi firmado o Contrato de Prestação de Serviços nº 004/2018 - SEPLAG/DF, com a empresa RHUMO Consultoria Empresarial, de Belo Horizonte/MG, mediante processo licitatório (pregão eletrônico), Processo SEI nº: 00410-00016224/2017-77.

5. CONSULTORIA EM ANÁLISE PROFISSIOGRÁFICA E MAPEAMENTO DE COMPETÊNCIAS

Um dos objetivos estratégicos do Governo do Distrito Federal é “tornar o servidor público elemento fundamental para implementação da estratégia do Governo”, conforme o Plano Plurianual do Governo do Distrito Federal, publicado por meio da Lei nº 5.602/2015.

Para tanto, foi elaborado o Programa Temático “Gestão para resultados” com o objetivo geral de “promover a eficiência e eficácia da máquina administrativa, visando o equilíbrio fiscal, gestão eficiente de recursos financeiros, orçamentários, humanos e tecnológicos e assegurar transparência e controle social no processo de planejamento e implementação de políticas públicas e ações do Governo”.

Decorrente do objetivo geral acima citado foi inserido o objetivo específico Gestão de Pessoas que pretende “implementar uma política que vise a readequação de pessoas com base no perfil de competências, necessidades das unidades, buscando ainda a valorização por resultado, mérito e qualidade dos serviços prestados”.

6. CAPACITAÇÃO: GESTÃO POR COMPETÊNCIAS

Em 11/08/2018 foi encaminhado o Projeto Básico para realização do Curso Gestão por Competências, destinado à capacitação de servidores que atuam nas Subsecretarias de Gestão de Pessoas e nas Unidades de Gestão de Pessoas dos órgãos do GDF, conforme Processo SEI nº 00410-00011252/2018-89.

O objetivo da capacitação é o desenvolvimento e aperfeiçoamento de competências individuais dos servidores, bem como a formação de equipes preparadas para o desempenho da missão institucional, metas e objetivos do Distrito Federal. Tal capacitação visa adequar o perfil do servidor às demandas relacionadas ao ambiente de trabalho e aos processos, de forma a possibilitar que a atividade executada gere os resultados esperados com excelência na qualidade dos serviços prestados ao cidadão.

O curso deverá ser realizado na Escola de Governo - EGOV para 30 servidores indicados pelos setoriais de gestão de pessoas e com carga horária de 40 horas. O processo foi analisado pelo Gabinete/SEPLAG e pela EGOV/SEPLAG.

Situação atual: Aguarda disponibilidade orçamentária.

7. TREINAMENTO EM MAPEAMENTO DE PROCESSOS

Trata-se da realização do Curso de Gestão de Processos de Negócio - Business Process Management (BPM) - Básico para servidores do Governo do Distrito Federal, prioritariamente, para servidores das áreas de Gestão de Pessoas, visando o mapeamento de processos inerentes às atividades desses setoriais e que os servidores sejam capazes de replicar a técnica aprendida em suas respectivas unidades.

O Gerenciamento de Processos de Negócios utiliza as melhores práticas de gestão, tais como: mapeamento de processos, modelagem, definição de nível de maturidade, documentação, plano de comunicação, automação, monitoramento mediante indicadores de desempenho e ciclo de melhoria e transformação contínua. O objetivo é a melhoria e transformação contínua dos processos para se atingir os resultados esperados.

Dessa forma, a capacitação em Gestão de Processos de Negócio, para os servidores do Governo do Distrito Federal, foi estruturada da seguinte forma:

1. Parte teórica com aulas presenciais para apresentação e discussão do tema.
2. Parte Prática: Atividade de dispersão para a aplicação do aprendizado em análise de processos.

O curso foi composto por 7 módulos, desenvolvidos em 40 horas, conforme descrito no Plano de Curso e Cronograma apresentados no processo SEI 00410-00019662/2017-97.

A capacitação foi ministrada por meio de instrutoria interna, mediante os serviços de servidores do Governo do Distrito Federal nas instalações da EGOV/SEPLAG para 20 servidores.

Ao final do curso, os servidores apresentaram como produto os seguintes processos mapeados: Concessão de Auxílio Funeral, Averbação de Tempo de Serviço, Controle de Frequência e Concessão de férias, como forma de atividade prática do treinamento.

8. QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Visando contribuir para o desenvolvimento de habilidades e competências comportamentais relacionadas à temática de Qualidade de Vida no Trabalho - QVT, a Gerência de Qualidade de Vida da SUGEP/SEPLAG instituiu um Fórum de Discussão sobre QVT, solicitando a indicação de um servidor de cada órgão e entidade para atuarem como agentes de QVT.

Mensalmente o Fórum reúne todos os agentes a fim de tratar assuntos como: atualizações sobre a QVT e palestras com estudiosos ou com servidores de órgãos que já desenvolvem a QVT.

No ano de 2018 foram realizados 05 encontros com os Agentes de QVT,

Foi proposto, também, Decreto para criação de Grupo de Trabalho para discutir e definir as diretrizes gerais para formulação de Políticas e Programas de Qualidade de Vida no Trabalho no âmbito do Governo do Distrito Federal. O Decreto nº 39.282, de 09 de agosto de 2018, foi publicado no DODF Nº 152, de 10 de agosto de 2018. Como produto deste grupo de trabalho foi proposta minuta de Decreto com as diretrizes gerais da QVT. Esta minuta foi encaminhada aos setoriais de gestão de pessoas a fim de obter sugestões e envolvê-los, além de dar ciência da importância da temática.

9. TELETRABALHO

O Governo do Distrito Federal, após estudo e proposição de minuta por parte da SUGEP, publicou no Diário Oficial de 5 de outubro do corrente ano, o Decreto nº 39.368, que regulamenta o teletrabalho no âmbito do Executivo local.

A norma traz as diretrizes para que os órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal implementem experiência-piloto.

A proposta da modalidade de teletrabalho é promover melhor qualidade de vida ao servidor que apresente aumento de produtividade, com qualidade das atividades. Nessa modalidade, o servidor economiza tempo e reduz custo de deslocamento, além de outros ganhos. Ganha também a administração com o aumento da produtividade e redução de gastos de consumo.

Essa modalidade de trabalho é facultativa e poderá ser desempenhada em regime parcial, por servidores efetivos que tenham perfil com capacidade de organização e autodisciplina, proativos na resolução de problemas e na orientação para resultados. Para os participantes, a produtividade em regime de teletrabalho deve ser, no mínimo, superior a 20% dos servidores que trabalham nas dependências do órgão.

10. PAINEL ESTATÍSTICO DE PESSOAL - PEP-DF

Com o objetivo de dar maior transparência e facilitar o acesso às informações de pessoal, a Subsecretaria de Gestão de Pessoas/SEPLAG desenvolveu o Painel Estatístico de Pessoal - PEP-DF, utilizando como fonte os dados do Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos do Distrito Federal - SIGRH, de forma prática e moderna. Tal ação proporciona maior autonomia nas buscas às informações por parte dos gestores públicos e público interno da SUGEP, subsidiando a tomada de decisão.

Os benefícios alcançados com a implantação do PEP-DF são diversos: desde a forma intuitiva de acessar as informações sem a necessidade de que a pessoa seja especialista em ferramentas de estratificação de dados, até o grande ganho de eficiência na consulta de grandes volumes de dados, o que facilita o agrupamento e o cruzamento das informações. As visualizações dos dados em formatos de gráficos dinâmicos também facilitaram a identificação de situações pontuais e interpretação das informações com maior acuidade. Também é possível visualizar séries históricas, analisando a evolução dos gastos de folha de pagamento e quantitativo de servidores no decorrer dos últimos anos.

Situação atual: O PEP-DF foi disponibilizado para a sociedade como um todo, no sítio da SEPLAG na internet, na primeira quinzena de novembro/2018.

11. eSOCIAL

O Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial foi instituído pelo Decreto Federal nº 8.373, de 2014, e Resolução do Comitê Diretivo do eSocial nº 2, de 30 de agosto de 2016, que teve sua redação atualizada pela Resolução nº 5, de 05 de outubro de 2017, onde estabeleceu o cronograma de implementação do eSocial, conforme figura abaixo. Este sistema deverá ser utilizado para que os empregadores comuniquem ao Governo, de forma unificada, as informações relativas aos trabalhadores, como vínculos, contribuições previdenciárias, folha de pagamento, comunicações de acidente de trabalho, aviso prévio, escriturações fiscais e informações sobre o FGTS.

De acordo com cronograma do Comitê Gestor do eSocial, a implantação do sistema foi dividida em cinco fases. Desde 1º de janeiro de 2018, a obrigatoriedade de utilização do eSocial Empresas foi para os empregadores e contribuintes com faturamento apurado, no ano de 2016, superior a R\$ 78 milhões. A partir de 1º de julho de 2018, a obrigatoriedade foi estendida aos demais empregadores e contribuintes, independentemente do valor de faturamento anual.

No caso dos órgãos públicos, excetuando-se as empresas públicas que passaram a utilizá-lo no segundo semestre deste ano, o prazo para aderir ao novo sistema é janeiro de 2020 para a primeira fase que consiste no cadastro do empregador e tabelas. As fases subsequentes deverão ser implementadas nos meses seguintes, conforme cronograma: trabalhistas, previdenciários, fiscais e de apuração de tributos e do FGTS do empregado e empregador, integrando e compartilhando com todos os órgãos competentes como Secretaria da Receita Federal (RFB), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), bem como a Justiça do Trabalho.

Em novembro de 2017, constituiu-se comissão, com representantes de vários órgãos do Distrito Federal, coordenada pela SUGEP, com o objetivo de apresentar e propor as medidas necessárias visando à implantação do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial, no âmbito do Administração Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, conforme portaria nº 593.

Em fevereiro de 2018, encerrou-se o trabalho da comissão, com a elaboração de relatório que identificou importantes informações, visando apoiar os órgãos do Governo do Distrito Federal durante a fase de preparação para o novo cenário com a implementação do eSocial.

Em março de 2018, após apreciação do relatório da comissão, o gabinete da SEPLAG solicitou à SEPLAG/SUTIC o desenvolvimento de ferramenta para extração de dados do SIGRH, geração de arquivos no formato XML, sistema de mensageria e controle de envio de arquivos dos eventos exigidos pelo eSocial.

Vencida a etapa de informações de cadastros, a ferramenta foi publicada para uso pelas empresas públicas e, paralelamente, já se trabalha no levantamento de regras de negócios e mapeamento das informações existentes no SIGRH dos eventos de dados dos trabalhadores e seus vínculos com as empresas (eventos não periódicos), fase se inicia em Outubro de 2018, identificada como a etapa mais complexa do projeto.

Diante da implantação do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial, o Governo do Distrito Federal - GDF tem envidado esforços no sentido de instruir os diversos órgãos que compõem o seu complexo administrativo acerca da legislação e operacionalização do referido sistema. Nessa busca, foi identificada a disponibilização do curso online “eSocial Ponto a Ponto” produzido pela ENIT, ligada à Secretaria de Inspeção do Trabalho, órgão do Ministério do Trabalho, que apresenta uma série de vídeos produzidos em conjunto com os Auditores-Fiscais do Trabalho integrantes da equipe de desenvolvimento do eSocial, que abordam todos os aspectos, com explicações detalhadas, fruto das principais dúvidas dos usuários. No entanto, os vídeos do curso encontram-se hospedados no Canal da ENIT no YouTube e, em razão da política de segurança utilizada pelo Governo do Distrito Federal, tal plataforma tem seu acesso restrito na rede de computadores, GDFNet.

Assim, diante da importância de que as Unidades de Gestão de Pessoas do GDF acessem o material e inteirem-se a respeito do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial, solicitou-se autorização da ENIT para disponibilização dos vídeos diretamente na página da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal (<http://www.seplag.df.gov.br/>), no link “Apoio aos Setoriais”, disponível na aba Gestão Administrativa – Gestão de Pessoas, informando a fonte de onde foram extraídos, bem como os créditos de produção destes.

Situação atual: Adaptação do sistema no campo nome de 50 caracteres para 70, conforme padrão utilizado pelo eSocial, para posterior envio aos órgãos públicos do governo do Distrito Federal os cadastros de servidores que apresentam inconsistências nas bases de dados da Receita Federal e entes participantes do projeto eSocial.

12. RECADASTRAMENTO ANUAL DE SERVIDORES

Por iniciativa da SUGEP, em conjunto com o IPREV, foi elaborado e publicado o Decreto Nº 39.276, de 06 de agosto de 2018, que institui o Recadastramento Anual de Servidores Públicos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, e dos Empregados Públicos de Empresas dependentes do Tesouro do Distrito Federal, ativos, temporários, inativos e pensionistas, no DODF Nº 151, de 9 de agosto de 2018.

Este decreto busca a atualização constante dos dados dos servidores e terá importância ímpar neste primeiro ciclo, em 2019, pois contribuirá para a higienização dos dados cadastrais dos servidores a serem migrados para o Sistema Integrado de Gestão de Pessoas - SIGEPE-DF. O recadastramento ocorrerá em três fases:

I – Primeira: recadastramento realizado pelo servidor ou empregado público no período estabelecido no Decreto nº 39.276/2018;

II – Segunda: confirmação de lotação por parte da chefia imediata, superior hierárquico ou servidor indicado em submódulo próprio, no mesmo período estabelecido para o recadastramento;

III – Terceira: homologação do recadastramento pelas unidades de gestão de pessoas, por meio do SIGRHWEB no prazo de até 30 dias, após o recadastramento realizado pelo servidor.

O recadastramento será realizado por meio do módulo “Recadastramento”, no Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos - SIGRH no SIGRHNET, disponível no portal oficial de informações e serviços do servidor, no sítio: www.seplag.df.gov.br/recadastramento.

O referido módulo está dividido em três submódulos principais: Recadastramento de Ativos, Imprime Comprovante e Confirma Lotação do Servidor. Situação atual: O módulo "Recadastramento" encontra-se em fase de homologação e foi disponibilizado em dezembro um projeto piloto com a empresa NOVACAP. No DODF nº 247, de 31/12/2018, foi publicado a portaria que prorroga o recadastramento para março/2019.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

005 – GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO CORPORATIVA: Utilizar tecnologias de informação e comunicação (TIC) adequadas para gerar valor à prestação de serviços públicos com foco na eficiência e efetividade das funções governamentais.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

32.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLAG

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	5	1	Garantir a disponibilidade de 97% ao ano de todos os sistemas e serviços dos órgãos do GDF hospedados e gerenciados pelo CeTIC (SEPLAG) (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	97	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	99,56	99,84	99,78		102,9
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	5	2	Ativar 100% do Data Center Planejado até 2019, com site secundário de Backup (SEPLAG)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	15	40	50		50,0
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	5	3	Realizar cruzamento de dados, auditorias, otimização dos recursos disponibilizados, abrangendo todos os órgãos do GDF (SEPLAG) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	0,0
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	5	4	Implementar, homologar o Sistema de Contratos do GDF, em pleno funcionamento (100% do planejado até 2019) (SEPLAG)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	30	100	85		85,0
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	5	5	Expandir a infraestrutura de comunicação de alta velocidade da Rede GDFNet que permita a prestação de serviços públicos por meio digital e o acesso a Internet para órgãos do governo (SEPLAG) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	0,0
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	5	6	Expandir a Rede GDFNet em 100% do planejado até 2019 (SEPLAG);	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	20	35	80		80,0
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	5	7	Permitir ao GDF a gestão e controle das compras de modo eficiente, eficaz e transparente (SEPLAG)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	75,68	95,5	46		75,5
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	5	8	Agilizar a Atividade de Licenciamento de Obras (SEPLAG) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6060, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	0,0
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	5	9	Redefinir os processos e a legislação referente ao licenciamento de obras e implantação de sistema eletrônico para sua operação (SEPLAG) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6060, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	0,0
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	5	10	Implementar governança corporativa de TIC que permita a estruturação da política e da unidade central de TI (SEPLAG)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	60	70	85		85,0
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	5	11	Estruturar política e unidade central de TI, com sistemas eficientes e informação avaliável em 100% do planejado até 2019, no âmbito do GDF e da SEPLAG	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	0	X	X	X	0,0

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
				(SEPLAG) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)									
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	5	12	Implantar Sistema Eletrônico de Informações - SEI na SEPLAG, ArPDF, CAP/SEGETH e CBMDF (novembro de 2015); implantar SEI nas restantes Secretarias e órgãos (até julho/2016); manter e monitorar as ações do SEI nos órgãos (2017 a 2019) (SEPLAG)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	12	86	100		100,0
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	5	13	Proporcionar a virtualização de novos processos e de novos documentos, permitindo a atuação simultânea de várias unidades, reduzindo o tempo de realização das atividades (SEPLAG) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	12	X	X	X	0,0

Análise Qualitativa

1. Garantir a disponibilidade de 97% ao ano de todos os sistemas e serviços dos órgãos do GDF hospedados e gerenciados pelo CeTIC (SEPLAG). (Meta alterada, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

A continuidade dos serviços prestados pelo CeTIC foram realizadas a contento no ano de 2016, garantindo a integridade, segurança e alta disponibilidade de todos os sistemas e serviços hospedados e gerenciados. Todavia, cabe evidenciar que a SUTIC tem como meta interna de disponibilidade dos serviços prestados pelo CeTIC o percentual de 97% e obteve os seguintes percentuais no decorrer de 2016.

Indicadores	Meta	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Disponibilidade de Serviços e Recursos de TIC - Taxa de Disponibilidade de Serviços e Recursos de TIC	97%	99,76%	99,78%	99,81%	99,84%	99,86%	99,87%	99,89%	99,90%	99,91%
Análise do Indicador:										
O Tempo Total - TT considerado para o período de 365 dias de 2016 corresponde a 8.760 horas. Neste mesmo período foram contabilizadas 8 horas de indisponibilidade dos serviços de TI prestados pelo CeTIC. Dessa forma, o Tempo de Funcionamento Sem Falhas para o período-base - TFSF foi de 8.752 horas (8.760 - 8). Sendo assim, aplicando-se a fórmula $(8.752 / 8.760) * 100$, é obtido o percentual de 99,91% de disponibilidade.										

2017

No ano de 2017 a disponibilidade dos sistemas e serviços prestados pelo Data Center Corporativo – CeTIC foram aferidos de acordo com a tabela abaixo:

Indicadores	Meta	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Disponibilidade de Serviços e Recursos de TIC - Taxa de Disponibilidade de Serviços e Recursos de TIC	97%	99,81%	99,81%	99,81%	99,79%	99,79%	99,79%	99,63%	99,63%	99,63%	99,89%	99,89%	99,89%
Análise do Indicador:													
O Tempo Total - TT considerado para o período de 365 dias dos meses de janeiro a dezembro de 2017 correspondem a 8.760 horas. Neste mesmo período foram contabilizadas 14 horas de indisponibilidade dos serviços de TI prestados pelo CeTIC. Dessa forma, o Tempo de Funcionamento Sem Falhas para o período-base - TFSF foi de 8.746 horas (8.760 - 14). Sendo assim, aplicando-se a fórmula $(8.746 / 8.760) * 100$, obtemos o percentual de 99,84% de disponibilidade para o ano de 2017.													

Dessa forma, observa-se o alcance da meta, não apenas no exercício de 2017, como em todos os meses daquele ano, garantindo a integridade, segurança e alta disponibilidade de todos os sistemas e serviços hospedados e gerenciados.

2018

No ano de 2018 a disponibilidade dos sistemas e serviços prestados pelo Data Center Corporativo – CeTIC foram aferidos trimestralmente de acordo com a tabela abaixo:

Indicadores	Meta	Jan-Mar	Abr-Jun	Jul-Set	Out-Dez
Disponibilidade de Serviços e Recursos de TIC - Taxa de Disponibilidade de Serviços e Recursos de TIC	97%	99,81	99,81	99,73	99,77
Análise do Indicador:					
O Tempo Total - TT considerado para o período de 365 dias dos meses de janeiro a dezembro de 2018 correspondem a 8.760 horas. Neste mesmo período foram contabilizadas 19 horas de indisponibilidade dos serviços de TI prestados pelo CeTIC. Dessa forma, o Tempo de Funcionamento Sem Falhas para o período-base - TFSF foi de 8.741 horas (8.760 - 19). Sendo assim, aplicando-se a fórmula $(8.741 / 8.760) * 100$, obtemos o percentual de 99,78% de disponibilidade para o ano de 2018.					

Dessa forma, observa-se o alcance da meta no exercício, como em todos os meses daquele ano, garantindo a integridade, segurança e alta disponibilidade de todos os sistemas e serviços hospedados e gerenciados.

2. Ativar 100% do Data Center Planejado até 2019, com site secundário de Backup (SEPLAG);

2016

A SUTIC promoveu a expansão do ambiente do CeTIC, localizado no Ed. Sede CODEPLAN – 1º andar, com um aumento considerável da área útil para alocação de equipamentos, a fim de receber novas demandas e possibilitar a expansão dos serviços do Sistema Eletrônico de Informações – SEI!. Entretanto, em virtude do grande investimento necessário, a construção de novo ambiente foi despriorizada no âmbito desta SEPLAG, não fazendo mais parte do escopo dos projetos desta SUTIC até 2018, tendo toda a atenção da equipe direcionada para a implementação de soluções de melhoria no atual CeTIC.

2017

Após a expansão física do ambiente do CeTIC em 2016, foi realizada a aquisição de equipamentos e o licenciamento de softwares que permitiram um aumento em 40% na capacidade de processamento e armazenamento do Data Center Corporativo. Com relação aos equipamentos, foram adquiridos Servidores High End, Storage e Robô de Backup. O licenciamento de software foi realizado para Sistemas Operacionais, Servidores de Aplicação, Banco de Dados e Solução de Monitoramento de Aplicações. Como alternativa ao ambiente secundário, foi realizado acordo de cooperação técnica com a Secretaria de Estado da Fazenda do DF para o compartilhamento do seu ambiente localizado no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA), por meio da Portaria Conjunta nº10, de 20 de junho de 2017.

2018

Em 2018, a SUTIC adquiriu licenças de software de virtualização, item essencial para a expansão dos serviços prestados às unidades administrativas usuárias do Data Center e implantação do site secundário.

Outrossim, a SUTIC migrou um conjunto de equipamentos para o Datacenter da Secretaria de Estado da Fazenda do DF, localizado no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA), conforme o Acordo de Cooperação Técnica formalizado por meio da Portaria Conjunta nº10, de 20 de junho de 2017.

A unidade logrou êxito também na destinação de área para a construção do seu ambiente secundário. Entretanto, devido a ausência de tempo hábil, as iniciativas para a contratação de serviços de construção/adequação da área não puderam ser iniciadas no exercício, o que impactará diretamente no pleno cumprimento da meta em 2019.

3. Realizar cruzamento de dados, auditorias, otimização dos recursos disponibilizados, abrangendo todos os órgãos do GDF (SEPLAG) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17);

2016

A meta proposta é inadequada às competências regimentais desta SUTIC. A possibilidade de realizar o cruzamento de dados, auditorias, otimização dos recursos disponibilizados, abrangendo todos os órgãos do GDF será o resultado da implementação de um sistema de Contratos e Convênios, sendo este a meta nº 4 dessa relação.

4. Implementar, homologar o Sistema de Contratos do GDF, em pleno funcionamento (100% do planejado até 2019) (SEPLAG);

2016

A SUTIC produziu internamente para atendimento do pleito o Sistema de Contratos e Convênios – SISCON, que encontra-se implantado e em uso no GDF. Todavia, a Subsecretaria de Compras Governamentais entende que o sistema não atende as necessidades de Governo e solicitou a substituição do SISCON por solução que disponha de mais recursos e funcionalidades.

2017

Para êxito da solução acertadamente escolhida (e-ContratosDF), inicialmente, desenvolvido e implantado na CAESB, a SEPLAG optou por implantá-lo em dois módulos sequenciais, em razão das integrações com outros sistemas de grande repercussão e complexidade funcional (SIGRH, SEI, SFCC e SIGGO).

O primeiro de Gestão Contratual ou Gestão Administrativa, encontra-se em perfeito funcionamento na SEPLAG e SEF desde 15/01/2018, com a expansão do Piloto em todas as Secretarias e algumas entidades. Na SEPLAG e SEF, inclusive, os contratos em vigor estão todos sendo operacionalizado no Sistema e-ContratosDF. Já o segundo módulo, é o de faturamento cuja especificação de demanda de serviços foi finalizada dia 28/02/2018, com perspectiva de desenvolvimento e implantação a partir da segunda quinzena de MAIO/2018.

2018

O sistema e-ContratosDF foi implantado no GDF após a publicação do Decreto Nº 39.211 de 5 de Julho de 2018 e Portaria 314, de 6 de Julho de 2018. Até o dia 28/12/2018 o sistema contabilizava 1835 contratos cadastrados que equivalem a 85% dos contratos informados pelos órgãos (2.159) em resposta a circular desta Pasta. No período foram envidados esforços no sentido de ampliar o alcance do sistema, bem como realizar governança dos dados através de cruzamentos de informações do SIGGO com o e-ContratosDF.

Após análise das informações prestadas em 2016 e 2017 verifica-se que, de acordo com a fórmula de cálculo adotada, há discrepâncias nos valores informados, uma vez que o sistema e-ContratosDF foi cedido, sem ônus, apenas em outubro de 2017, por meio do Acordo de Cooperação Técnica nº 02/2017, celebrado com a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB.

5. Expandir a infraestrutura de comunicação de alta velocidade da Rede GDFNet que permita a prestação de serviços públicos por meio digital e o acesso a Internet para órgãos do governo (SEPLAG) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)

2016

As metas nº 5 e nº 6 tratam de um mesmo assunto, a expansão da Rede GDFNet, sendo a meta nº 5 apenas uma descrição mais detalhada da meta nº 6. A expansão da rede GDFNet no segmento fibra ótica não obteve o êxito esperado no ano de 2016, considerando as dificuldades orçamentárias e as dificuldades da contratada em entregar as conexões com a temporalidade adequada. Apesar disso, foram conectados 34 novos pontos a rede GDFNet. A manutenção dos serviços existentes foi realizada a contento.

6. Expandir a Rede GDFNet em 100% do planejado até 2019 (SEPLAG);

2016

As metas nº 5 e nº 6 tratam de um mesmo assunto, a expansão da Rede GDFNet, sendo a meta nº 5 apenas uma descrição mais detalhada da meta nº 6. A expansão da rede GDFNet no segmento fibra ótica não obteve o êxito esperado no ano de 2016, considerando as dificuldades orçamentárias e as dificuldades da contratada em entregar as conexões com a temporalidade adequada. Apesar disso, foram conectados 34 novos pontos a rede GDFNet. A manutenção dos serviços existentes foi realizada a contento.

2017

Novamente, a expansão da Rede Metropolitana de Dados do DF - GDFNet no segmento fibra ótica não obteve o êxito esperado, considerando as dificuldades administrativas para contratação do serviço. Somam-se a isso as dificuldades para execução das ordens de serviço devido à greve da Companhia Energética de Brasília - CEB (Responsável pela aprovação de projetos dessa natureza). Apesar do exposto, foram conectadas 20 novas localidades, incluindo Escolas Públicas, unidades da Secretaria de Estado da Fazenda, Polícia Militar do DF e Administrações Regionais. Além disso, foram realizados investimentos em equipamentos ativos de rede e contratação do serviço de manutenção da GDFNet no segmento de fibra ótica.

2018

A Rede GDFNet é uma rede metropolitana corporativa em que prevalece a utilização de diversas tecnologias de comunicação interligando todo o GDF, em fibra ótica, rádio, provedores contratados, e também por meio de infraestrutura de redes conveniadas e parcerias com o poder público de um modo em geral.

Com os investimentos realizados em 2018, foi possível aumentar de forma substancial a capilaridade da infraestrutura própria da GDFNet, conectando por fibra ótica 173 novas unidades de governo, substituindo serviços de provedores contratados, proporcionando uma melhoria na qualidade dos serviços e na segurança dos dados e das informações das unidades atendidas.

Expansão do segmento de Fibra Ótica da Rede GDFNet		
ANO	CONSTRUÍDA	
	Rede Ótica construída (KM)	Quantidade de Unidades atendidas
2016	24	19
2017	76	36
2018	132	173
TOTAL	232 (KM)	228 UNIDADES

Com isso, a GDFNet passou a atender um total de 647 unidades de governo, atendendo aproximadamente toda a sua demanda inicial planejada.

Entretanto, dado o aumento visível da qualidade dos serviços prestados pela GDFNet às unidades administrativas atendidas, bem como as determinações de órgãos de controle para adesão à referida rede e utilização dos serviços prestados pela SUTIC, houve um aumento impactante de novas demandas, criando a necessidade de expandir o escopo de atendimento.

Para tanto, esta SUTIC iniciou em 2018 levantamento de novas demandas de unidades do Complexo Administrativo do DF. Até o presente momento, foram mapeadas aproximadamente 1200 novas demandas de unidades/localidades de governo que almejam integrar o rol de unidades atendidas, o que implicará também na necessidade de crescer a velocidade dos links de comunicação.

7. Permitir ao GDF a gestão e controle das compras de modo eficiente, eficaz e transparente (SEPLAG);

2016

A Subsecretaria de Compras Governamentais é responsável pela centralização, padronização e planejamento das compras e licitações do governo de Brasília, levando em conta critérios de sustentabilidade e priorizando micro e pequenas empresas e empreendedores individuais do Distrito Federal.

No exercício de 2016, foram agendadas 93 sessões de pregões eletrônicos. O total de 93 procedimentos agendados corresponderam a 1.860 itens, sendo que 1.539 itens foram efetivamente licitados, dos quais 1.266 foram adjudicados e homologados, o que representa 82% de sucesso nas aquisições/contratações realizadas.

Destaca-se ainda que 41 procedimentos, dos 93 realizados, apresentaram 100% de sucesso na adjudicação dos itens. Com base nessa informação, foi apurado o percentual de 16,25% de economia na realização dos aludidos procedimentos, considerando a redução média dos valores em relação às respectivas estimativas iniciais. Insta esclarecer que as licitações realizadas envolvem objetos diversos, como aquisição de materiais de consumo e permanente, softwares, serviços de manutenção de equipamentos, locação de materiais, prestação de serviços para eventos, contratações de serviços de terceirização, dentre outros e são realizadas por meio dos sistemas e-Compras (www.compras.df.gov.br) e COMPRASNET (www.comprasgovernamentais.gov.br).

Por fim, cabe mencionar que foi atingida a meta de 75,68% comparando a quantidade de processos licitatórios homologados, 84 (oitenta e quatro) no exercício em avaliação com a quantidade de processos licitatórios demandados, 111 (cento e onze).

2017

A Subsecretaria de Compras Governamentais – SCG/SEPLAG foi criada com a missão de planejar e implementar as mudanças almejadas pelo atual governo, a se iniciar pelo compromisso de centralizar e normatizar as compras públicas do governo do Distrito Federal, de forma a que a compra com qualidade contribua para a redução das despesas e o equilíbrio financeiro do GDF.

Tal desafio pode ser avaliado, considerando as dimensões estruturais da administração direta e indireta do GDF, composta por 21 secretarias, 31 Administrações Regionais, 28 entidades e 5 órgãos especializados, alguns dos quais, atualmente, realizam suas compras e contratações, visando atender as demandas da sociedade, utilizando sistemas e metodologias distintos.

Grandes avanços foram realizados no âmbito da SCG/SEPLAG, podendo destacar na Coordenação de Planejamento e Modernização (COPLAM/SCG) as seguintes entregas: implementação do Sistema e.PACC, acompanhado do seu Plano de Gerenciamento de Riscos; elaboração do Guia de Compras Públicas Sustentáveis (GCPS); elaboração do Caderno Técnico de Transportes de Passageiros e Caderno Técnico de Eventos; acompanhamento da parceria com a CAESB para a customização e implantação do Sistema de Gestão de Contrato (e-ContratosDF), que se encontra em testes e será implantado em produção no presente exercício, na SEPLAG e SEF.

No tocante aos procedimentos licitatórios realizados pela Coordenação de Licitações (COLIC/SCG), entre importantes certames para atender de forma eficiente as atividades meio e/ou finalísticas dos órgãos e entidades distritais, o destaque fica para o Pregão nº 15/2017 – SCG/SEPLAG, visando à contratação de serviços de vigilância para diversas unidades do Distrito Federal, que gerou uma economia de R\$ 51.067.452,48 (cinquenta e um milhões sessenta e sete mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e quarenta e oito centavos) ao ano.

Em relação à Coordenação de Gestão de Suprimentos, os esforços foram concentrados no atendimento às solicitações de compras de itens registrados por esta Pasta para diversos órgãos do Governo do Distrito Federal, ressaltando um acréscimo da ordem de 60% em relação ao exercício anterior (o valor autorizado em 2017, foi da ordem de R\$ 47.228.593,10, os quais se somam ao montante das Atas de Contratos Cooperativos da ordem de R\$ 563.662.509,21), o que reforça a eficiência do Sistema de Compras implantado pela SCG.

No que tange aos contratos corporativos celebrados neste exercício, vale ressaltar a celeridade e assertividade nas instruções processuais implantadas pela Coordenação de Contratos e Convênios, formalizando até a presente data, 47 novos instrumentos, 2 importantes acordos de cooperação técnica (SEBRAE/DF e CAESB), e finalização da instrução de todos os pedidos de repactuação, sobretudo, o levantamento de requisitos do e-ContratosDF, o que possibilitou, entre outras atividades, a homologação do referido sistema antes do prazo acordado, o que demonstra um resultado significativo quando confrontado com os 23 contratos celebrados em 2016.

A adoção de tecnologias de gestão consolidadas pelo mercado (Business Process Management - BPM) segue em 2017 como orientação da SCG/SEPLAG, face aos recursos financeiros reduzidos, ao iniciar o mapeamento de seus processos rumo a melhorias com base no fluxograma otimizado do ciclo de compras e em indicadores quantitativos, projeto conduzido a custo zero, em parceria com a academia (Departamento de Engenharia de Produção da UnB) e a Casa Civil do GDF, mas que já evidencia sua relevância.

O Programa COMPRASDF preconizou uma nova metodologia para o ciclo de compras e vem sendo implementada e será continuamente aperfeiçoada, pela melhor das consultorias - a contribuição motivada das partes interessadas.

O quadro abaixo traz os resultados de alguns dos indicadores do Programa que são parciais frente ao almejado e a SCG/SEPLAG vem monitorando.



Dessa forma, a SCG/SEPLAG vem se empenhando diuturnamente no sentido de implementar um conjunto de sistemas de apoio às compras (e-ComprasDF), de gestão contratual (e-ContratosDF) e de suprimentos no GDF (e-SupriDF), com a finalidade de padronizar as compras públicas no âmbito do Governo do Distrito Federal, primando pela economicidade, controle e transparência, resultando em uma maior eficiência no atendimento às necessidades da população, o que gerou somente no ano de 2017 uma economia aos cofres públicos de R\$ 91.291.657,56 (noventa e um milhões duzentos e noventa e um mil seiscentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e seis centavos).

2018

A meta reflete a taxa acumulada de execução do desenvolvimento do sistema e-ComprasDF, ainda em desenvolvimento, o qual permitirá ao GDF o controle e gestão de suas compras, garantindo a padronização dos procedimentos licitatórios em uma única plataforma de compras,

Em 2018, verificou-se valor executado acumulado de 46%, razão pela qual as informações prestadas em 2016 e 2017 necessitam de revisão.

8. Agilizar a Atividade de Licenciamento de Obras (SEPLAG); (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6060, de 29/12/17);

2016

Meta excluída, pois foi definida pela Subsecretaria de Desburocratização e Modernização Institucional, subsecretaria da extinta SEGAD, devido a junção da SEGAD e SEPLAG, que, com a publicação do Decreto nº 36.825, de 22 de outubro de 2015, no DODF nº 2015 de 23/10/2015 e republicado no Suplemento-A do DODF nº 205 de 23/10/2015, Artigo 1º, a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, passou a absorver a Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal.

A referida Subsecretaria era responsável, em articulação com a SEGETH – Secretaria de Estado de Gestão do Território e SEDS – Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Econômico e Sustentável, pela gestão de projeto relacionado ao mapeamento de processos de licenciamentos de obras e de atividades econômicas do Governo.

Por este motivo, essa meta restou sem sua devida análise de alcance (quantitativas, qualitativas e das ações não orçamentárias).

9. Redefinir os processos e a legislação referente ao licenciamento de obras e implantação de sistema eletrônico para sua operação (SEPLAG) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6060, de 29/12/17);

2016

Meta excluída, pois foi definida pela Subsecretaria de Desburocratização e Modernização Institucional, subsecretaria da extinta SEGAD, devido a junção da SEGAD e SEPLAG, conforme a publicação do Decreto nº 36.825, de 22 de outubro de 2015, no DODF nº 2015 de 23/10/2015, republicado no Suplemento-A do DODF nº 205 de 23/10/2015, Artigo 1º, a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, passou a absorver a Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal.

A referida Subsecretaria era responsável, em articulação com a SEGETH – Secretaria de Estado de Gestão do Território e SEDS – Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Econômico e Sustentável, pela gestão de projeto relacionado ao mapeamento de processos de licenciamentos de obras e de atividades econômicas do Governo.

Por este motivo, essa meta restou sem sua devida análise de alcance (quantitativas, qualitativas e das ações não orçamentárias).

10. Implementar governança corporativa de TIC que permita a estruturação da política e da unidade central de TI (SEPLAG);

2016

No ano de 2016, por meio do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação – CGTIC, foram publicados a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação do GDF e o acolhimento da Instrução Normativa 04/2014, que versa sobre as normas para contratações de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Internamente, a SUTIC iniciou a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação PDTIC, a ser concluído em 2017.

2017

As principais realizações do CGTIC em 2017, tomando por base as diretrizes estabelecidas na Estratégia Geral de TI do Distrito Federal foram:

-Foco principal na implementação dos projetos de Serviços Eletrônicos ao Cidadão (acesso a serviços públicos via plataformas digitais – app e web) e Nuvem Privada do Distrito Federal (aperfeiçoamento e ampliação dos serviços do Data Center Corporativo do DF);

-Dos grupos temáticos definidos para a atuação do CGTIC, foram feitas as seguintes entregas:

*Portal de Dados Abertos do DF (www.dados.df.gov.br);

*Definição das rubricas orçamentárias de TIC;

*Recepção de Software e Metodologia de Desenvolvimento de Softwares;

*Levantamento dos PDTIC's dos órgãos.

Além disso, foram elaboradas respostas a diversas Decisões do TCDF referentes a Governança e Gestão de TIC no complexo administrativo distrital e, juntamente com as respostas, elaborados planos de ação para orientação dos órgãos sobre a necessidade de observância dos normativos vigentes e da melhoria dos seus processos internos de TIC.

2018

Em 2018, por meio da Portaria nº 484, de 25 de outubro de 2018, a SUTIC normatizou os procedimentos básicos a serem observados pelos órgãos do Complexo Administrativo do DF para solicitação dos serviços providos pelo Data Center Corporativo do GDF e pela GDFNet.

Foi realizada também a revisão do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, onde foram indetificadas novas demandas da Secretaria e realizada a avaliação do andamento das ações de TIC.

Quanto ao desenvolvimento da equipe, os servidores da SUTIC foram capacitados no framework de boas práticas COBIT 5.

No tocante ao Comitê Gestor de TIC, cuja Secretaria Executiva é coordenada pela SUTIC, foram as ações realizadas em 2018:

- Revisão e Publicação da Política de Segurança da Informação - POSIC;
- Emissão de circular aos órgãos do complexo administrativo do Distrito Federal com alerta sobre a urgência e obrigatoriedade da elaboração dos respectivos Planos Diretores de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC's) – Observância ao Decreto nº 37.574/2016 (EGTI) e a decisões do TCDF;
- Circular aos órgãos do Distrito Federal orientando sobre a necessidade de adoção de todos os meios que permitam a rastreabilidade dos serviços prestados por empresas contratadas (IN 04/2014, Portal de Compras Governamentais, SISCON etc) – Cumprimento à Decisão nº 4631/2017 do TCDF;
- Levantamento do quantitativo de servidores atuantes na área de TIC no complexo administrativo do Distrito Federal;
- Finalização dos estudos sobre Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas e Recepção de Softwares – Elaboração de cartilhas – Circular aos órgãos do Distrito Federal recomendando a sua observância;

- Circular aos órgãos do Distrito Federal orientando sobre a necessidade de adoção de todos os meios que permitam a rastreabilidade dos serviços prestados por empresas contratadas (IN 04/2014, Portal de Compras Governamentais, SISCON etc) – Cumprimento à Decisão nº 4631/2017 do TCDF.

11. Estruturar política e unidade central de TI, com sistemas eficientes e informação avaliável em 100% do planejado até 2019, no âmbito do GDF e da SEPLAG (SEPLAG) (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17)

2016

As metas nº 10 e nº 11 tratam de um mesmo assunto, Estruturação da TIC. Todavia, a meta nº 11 dispõe de um conjunto de ações que agregam todas as demais metas do Objetivo Específico 005, podendo ser considerada, portanto, um projeto.

12. Implantar Sistema Eletrônico de Informações - SEI na SEPLAG, ArPDF, CAP/SEGETH e CBMDF (novembro de 2015); implantar SEI nas restantes Secretarias e órgãos (até julho/2016); manter e monitorar as ações do SEI nos órgãos (2017 a 2019) (SEPLAG);

2016

Para adequar a meta do Projeto de Implantação do SEI, no início de 2016 foi elaborado um novo Termo de Aprovação de Projeto e estabelecidas alterações no Plano de Implantação do SEI. Houve a revisão e elaboração dos instrumentos legais, a definição do método de implantação, o dimensionamento de pessoal e equipamentos e o estabelecimento de órgãos que implantariam até o final de 2016, também foram definidos o Plano de Comunicação, Plano de Capacitação, Plano de Adequação das necessidades de Tecnologia da Informação e foi realizada uma avaliação sobre a integração de sistemas atualmente em uso.

Foi realizada a parametrização e alimentação de tabelas do sistema e a reestruturação da Unidade responsável pela Implantação do SEI-GDF, com alocação de pessoal por meio de chamamento, para gerenciamento e atendimento aos órgãos.

Em agosto de 2016 foi instituída a Unidade de Central de Gestão do Sistema SEI-GDF e em novembro o Projeto passou a ser gerido pela Coordenação de Implantação de Projetos - CPROJ na Secretaria Adjunta de Gestão da Estratégia - SAGE.

Foi definida a Metodologia para a capacitação dos usuários junto à Escola de Governo – EGOV. A EGOV montou laboratório com 20 computadores e foram disponibilizadas turmas para treinamento aos usuários do SEI, bem como do curso à distância SEI-USAR da ENAP.

Foi definida a metodologia de implantação nos órgãos com a assinatura de Portarias Conjuntas entre o órgão que irá implantar o SEI-GDF e a SEPLAG. Esta portaria institui Comitês Setoriais de Gestão do SEI-GDF e apresenta a data da implantação e definem alguns parâmetros do projeto.

Alterações havidas no Projeto fizeram com que o ArPDF realizasse a implantação em 02/01/2017. Entretanto, a SEMOB, IBRAM, Casa Civil, Casa Militar, CGDF, PGDF, SEPLAG e SEGETH implantaram o SEI-GDF entre julho e novembro de 2016, fazendo com que a meta fosse alcançada por meio dessas implantações.

2017

Em 2017 o SEI foi implantado em 30 (trinta) órgãos da administração direta e indireta do Governo do Distrito Federal: ArPDF, PMDF, SES, SEF, TERRACAP, SEE, INAS, SINESP, SEDESTMIDTH, IPREV, DFTRANS, SECRIANÇA, AGEFIS, SSP, CODEPLAN, DETRAN, SEAGRI, PROCON, SECID, SLU, SEMA, ADASA, SEDICT, SEPE, BRB, SEC, DER, FAP, FEPECS e HEMOCENTRO.

Em agosto de 2017 o cronograma de implantação foi revisto, alterando a previsão de meta do ano de 2017 para 86% e do ano de 2018 para 100%. Ressalta-se que o projeto tem novo prazo de conclusão previsto para 23 de maio de 2018, estando a meta de 2019 antecipada para essa data.

2018

Em 23/05/2018 o cronograma de implantação foi finalizado e os 92 órgãos e entidades que compõem o Governo do Distrito Federal finalizaram a implantação do SEI. Considera-se que todos os órgãos se tornaram 100% eletrônicos. Em 2018 foram implantadas todas as 32 Administrações Regionais e os seguintes órgãos: SETUL, EMATER-DF, PCDF, SEJUS, FJZB, VGDF, SECOM, NOVACAP, FUNAB, FUNAP, METRÔ, DPDF, CEASA, TCB, JBB, CEB, DFGESTÃO, CAESB, SAB S/A e PROFLOSA S/A. Foi dada continuidade às ações de estabilização e sustentação do sistema com as ações de gestão e orientação aos órgãos, foram realizadas visitas técnicas, workshops e ações de monitoramento. Além disso, em 03 e 04 de dezembro de 2018 foi realizado o

Seminário: O Impacto da Implantação do SEI e a Preservação Digital. Entre outubro e dezembro de 2018 foram realizadas ações estratégicas de preparação para a transição de governo, de forma a minimizar os impactos causados pelas reestruturações e criação de novos órgãos.

13. Proporcionar a virtualização de novos processos e de novos documentos, permitindo a atuação simultânea de várias unidades, reduzindo o tempo de realização das atividades (SEPLAG). (Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº. 6061, de 29/12/17).

2016

As metas nº 12 e nº 13 tratam de um mesmo assunto, a Implantação do Sistema Eletrônico de Informações, sendo a meta nº 13 apenas uma descrição dos resultados a serem alcançados com o sucesso da implementação da meta nº 12.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1453	IMPLEMENTAR, HOMOLOGAR O NOVO SISTEMA DE RECURSOS HUMANOS	%			5	0	35	0	40	3	20	SUGEP/ SEPLAG / UO 32101 / OE 5
1756	Economia do Processo Licitatório do Pregão (Item incluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	%	14,86	02/jan/18	-	-	-	-	15	17	20	COPLAM/ SCG/ SEPLAG OE 5
1757	Participação de microempresas em licitações homologadas (em valor) (Item incluído, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	%	30	30/abr/18	-	-	-	-	30	25	35	COPLAM/ SCG/ SEPLAG OE 5

Justificativas 2016

Indicador 1453 - O trâmite de contratação para o desenvolvimento do referido projeto encontra-se no bojo do processo 414.000.869/2015. Em 2016, ocorreu a produção do termo de referência, mas a publicação do Pregão Eletrônico apenas ocorreu no dia 02 de janeiro de 2017, ficando para o novo exercício a aquisição do novo sistema. Por essa razão, o índice não foi alcançado, pois o alcance da meta dependia diretamente da contratação almejada.

Indicador 1454 - O indicador em questão foi definido pela gestão anterior à atual Subsecretaria de Compras Governamentais (SCG), visando acompanhar um projeto de sistema eletrônico de compras, desenvolvido à época, mas que não teve continuidade na mudança de estrutura da unidade, acontecida em março de 2016. Por esta razão não houve acompanhamento do desempenho do referido projeto e resultando no não atingimento da meta.

Justificativas 2017

Indicador 1453 - Realizado o Pregão Eletrônico 103/2016 alusivo a contratação da Solução Integrada de Gestão de Pessoas, que atualmente encontra-se suspenso pela Decisão nº 36/2018, de 18 de janeiro de 2018. Desta forma, considerando que ainda não houve a indicação do vencedor do Pregão 103/2016 e respectivo início do processo de implantação do novo sistema, informamos que não houve avanço em relação a porcentagem informada em 2017.

Indicador 1703 - Os resultados superiores na conclusão de processos de aquisição, observados no período, se devem à implementação de práticas atualizadas de gestão do processo licitatório e da política gerencial em curso da busca permanente por melhorias contínuas.

Indicador 1704 - O Sistema teve sua taxa de conclusão reduzida em razão de propostas de melhorias introduzidas no escopo de funcionalidades e na agenda de desenvolvimento do produto.

Indicador 1705 - A taxa de implantação foi concluída em prazo anterior ao previsto em razão da parceria da SEPLSG/SCG com a CAESB que destinou a sua fábrica para participação no desenvolvimento e customização do sistema, que já se encontra em operação.

Indicador 1706 - A taxa de implantação do e.SupriDF foi ampliada no período em razão da curva de aprendizagem do técnico responsável pelo desenvolvimento do sistema e da maior interação do mesmo com a área deandante.

Justificativas 2018

Indicador 1453 - Em virtude dos diversos recursos impetrados pela Empresa Wipro*, o contrato com a Empresa Digidata somente foi assinado em agosto de 2018.A primeira Ordem de Serviço se deu somente em 21 de setembro de 2018, após definição do planejamento.Em novembro e dezembro de 2018 foi realizado o mapeamento do primeiro Macroprocesso.O projeto do novo Sistema de Gestão de Pessoas possui um total de 29 Macroprocessos.

Indicador 1703 - A SCG/SEFP tem relativo controle sobre todas as variáveis que impactam na taxa de conclusão dos procedimentos licitatórios. São exemplos a paralisação de licitações pelo TCDF e TJDFT, a morosidade na correção de Termos de Referências e/ou outros documentos da fase interna dos processos licitatórios pelos órgãos demandantes, bem como a desistências de processos licitatórios pelos órgãos demandantes da SCG/SEFP.

Indicador 1704 - Não informado pela Unidade no SIGGO

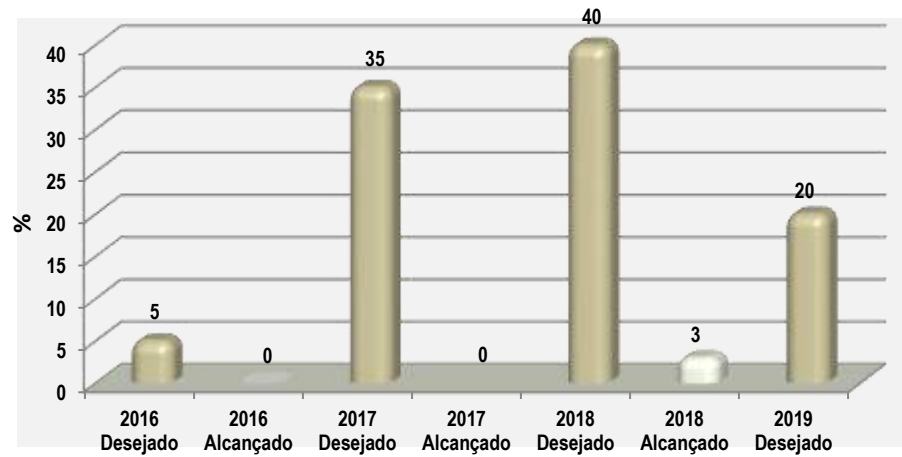
Indicador 1705 - Não informado pela Unidade no SIGGO

Indicador 1706 - Não informado pela Unidade no SIGGO

Indicador 1756 - Os dados que compõem o indicador, extraídos dos Sistemas e-Compras e ComprasNet, evidenciam a eficiência da máquina pública para elevar a capacidade do Estado de entregar resultados à sociedade.

Indicador 1757 - Houve uma redução no percentual em razão da homologação do Pregão Eletrônico nº 113/2018-SCG/SEPLAG, cujo objeto é o Registro de Preços visando eventual contratação de empresa para prestação de serviço de intermediação, administração e gerenciamento informatizado e integrado de frota para atender às unidades do GDF. Todavia, empresas enquadradas no perfil de microempresas e empresas de pequeno porte não lograram êxito no referido processo.

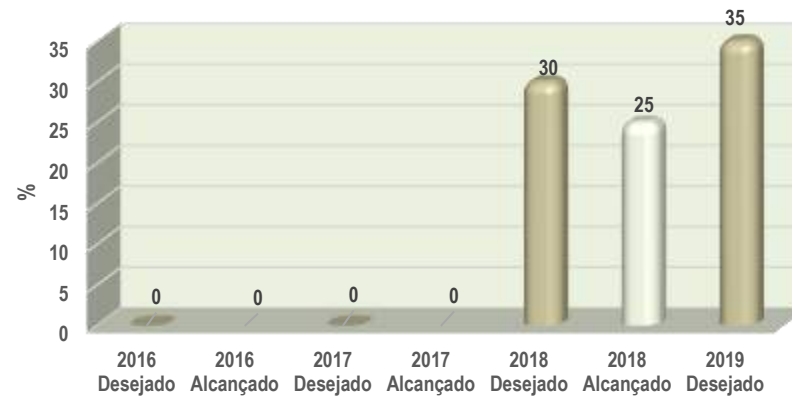
IMPLEMENTAR, HOMOLOGAR O NOVO SISTEMA DE RECURSOS HUMANOS



ECONOMIA DO PROCESSO LICITATÓRIO DO PREGÃO



PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS EM LICITAÇÕES HOMOLOGADAS (EM VALORES)



COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6203	5	1	Elaboração de normas específicas dos projetos a serem desenvolvidos (SEPLAG);	32101	100	<p>2016 Instrumento legais publicados para a implantação do Processo de Informações SEI-GDF: - Decreto Nº 37.565, de 23/08/2016, altera o Decreto nº 36.756, de 16/09/2015, que estabelece o Sistema Eletrônico de Informações - SEI como sistema oficial; - Portaria SEPLAG nº 389 de 10/10/2016 - Estabelece procedimentos para a utilização do Sistema Eletrônico de Informações -SEI-GDF; - Portarias Conjuntas que estabelecem procedimentos para a utilização do Sistema Eletrônico de Informações (SEI-GDF): - Portaria Conjunta SEPLAG e CACI nº31, de 14/10/2016; - Portaria Conjunta SEPLAG e CGDF nº26, de 16/09/2016; - Portaria Conjunta SEPLAG e SEMOB nº25, de 09/09/2016; - Portaria Conjunta SEPLAG e IBRAM nº30, de 27/09/2016; - Conjunta SEPLAG e IBRAM nº30, de 27/09/2016; - Portaria Conjunta SEPLAG e SEGETH, nº 34 de 28/11/2016; Além desses atos, foram feitos encaminhamentos dos seguintes produtos: - Portaria SEPLAG nº 459, de 25/11/2016; - Minuta Decreto do Processo Administrativo Eletrônico no âmbito do GDF - Processo SEI nº 00410-00010247/2016-97; - Minuta Portaria Conjunta SEPLAG e CBMDF, SICOP 410.001839/2016; - Minuta Decreto do Número Único de Protocolo - NUP – SICOP nº410.3253/2016; - Minuta de Portaria Conjunta SEPLAG e PGDF – Processo SEI nº 00410-00010063/2016-27 (na AJL/SEPLAG).</p> <p>2017 Portaria nº337, de 11/07/2017, disciplina o uso institucional da Internet por meio da rede GDFNET, estabelecendo o bloqueio e/ou limite de acessos a determinados sítios e aplicações, além de restrições de horários para os acessos.</p> <p>2018 - Meta cumprida em 2017</p>
6203	5	2	Definição de equipe para execução das ações de coordenação da formação da base de dados e de depuração da base de dados atual, que migrará para o novo sistema (SEPLAG);	32101	100	<p>2016 O trâmite de contratação para o desenvolvimento do referido projeto encontra-se no bojo do processo 414.000.869/2015. Em 2016, ocorreu a produção do termo de referência, mas a publicação do Pregão Eletrônico apenas ocorreu no dia 02 de janeiro de 2017, ficando para o novo exercício a aquisição do novo sistema.</p> <p>2017 O Pregão Eletrônico 103/2016 teve o seu primeiro agendamento para 27/01/2017, porém foi impugnado e suspenso pelo TCDF. Após ajustes recomendados pela corte de contas o PE foi realizado no dia 18/10/2017. Atualmente, encontra-se em fase final de habilitação da licitante aprovada na Prova de Conceito. A definição da equipe para execução das ações de coordenação da formação da base de dados e de depuração da base de dados atual, que migrará para o novo sistema já foi realizada, e será oficializada assim que o contrato for assinado.</p> <p>2018 Foi formalizado o Contrato nº 36930/2018 para a substituição do Sistema de Gestão de Pessoas. A execução contratual foi iniciada ainda em 2018 e tem previsão de conclusão em 36 meses. A comissão indicada para a coordenação da formação da base de dados e de depuração da base de dados atual, que migrará para o novo sistema já encontra-se formalmente designada no processo 414.000.869/2015.</p>
6203	5	3	Ajustes da lotação de pessoas para a implantação do SEI (SEPLAG);	32101	100	<p>2016 A unidade responsável pela implantação do SEI, a Coordenação de Documentação, Informação e Conhecimento da Subsecretaria de Administração Geral (CDOC/SUAG) foi reestruturada e realizou chamamento público de servidores efetivos do GDF para alocar novos colaboradores à equipe. Esses novos colaboradores passaram a atuar na implantação, gestão e atendimento do projeto SEI-GDF. Posteriormente foi realizada a reestruturação da gestão do projeto, passando a Coordenação de Implantação de Projetos da Secretaria Adjunta de Gestão da Estratégia da SEPLAG a ser a unidade responsável por toda a gestão e implantação do SEI no âmbito do GDF.</p> <p>2017 A gestão do projeto passou a ser vinculada à Secretaria Adjunta de Gestão da Administrativa (SAGA), tendo sido criada a Unidade de Implantação de Projetos e Inovação.</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						<p>2018 A gestão do projeto permaneceu na Secretaria Adjunta de Gestão da Administrativa (SAGA), na Unidade de Implantação de Projetos e Inovação.</p>
6203	5	4	<p>Suporte técnico de gestão documental ao Sistema Eletrônico de Informações - SEI (SEPLAG);</p>	32101	100	<p>2016 O SEI está em pleno funcionamento e é mantido pela Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC), unidade técnica de gestão responsável por prover as condições necessárias à implantação, utilização, manutenção e sustentação do sistema. Ainda como suporte técnico na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), o projeto conta com o apoio das Unidades de TIC dos órgãos para prover suporte tecnológico local referente à implantação e utilização do SEI-GDF. O suporte aos órgãos que utilizam o sistema é centralizado na CPROJ e ocorre a partir da fase de implantação no órgão com a realização de reuniões, visitas técnicas e atendimento a chamados no sistema Hesk. As principais demandas são relacionadas ao cadastro das tabelas de usuários, unidades, assinaturas, esclarecimento de dúvidas e reporte de erros do sistema. Os arquivistas da CPROJ prestam suporte técnico de gestão documental relacionado ao cadastro de tipos de processos e documentos, atendimento presencial e acompanhamento da implantação.</p> <p>2017 Em 2017 a SUTIC manteve a sustentação do projeto com as atualizações e manutenções necessárias. A Unidade de Implantação de Projetos e Inovação - UIPI manteve as ações de gestão das implantações e o suporte aos órgãos que já utilizam o SEI. Ao todo foram atendidos 3.028 (três mil e vinte e oito) chamados de comitês setoriais de implantação e unidades setoriais de gestão do SEI dos órgãos do Governo do Distrito Federal. Foi iniciada a integração via Webservices do SEI com os Sistemas Corporativos do GDF. A Terracap foi o primeiro órgão a iniciar a integração, além da SEMOB, CGDF, CODAHB e SEPLAG.</p> <p>2018 Foi dada continuidade às ações de estabilização e sustentação do sistema com as ações de gestão e orientação aos órgãos, bem como foram realizadas visitas técnicas, workshops e ações de monitoramento. Além disso, em 03 e 04 de dezembro de 2018 foi realizado o Seminário: O Impacto da Implantação do SEI e a Preservação Digital. Em 2018 a SUTIC manteve a sustentação do projeto com as atualizações e manutenções necessárias. A Unidade de Implantação de Projetos e Inovação -UIPI manteve as ações de gestão das implantações e o suporte aos órgãos que já utilizam o SEI. Ao todo, foram atendidos 4.872 (quatro mil oitocentos e setenta e dois) chamados de comitês setoriais de implantação e unidades setoriais de gestão do SEI dos órgãos do Governo do Distrito Federal. Continuou a integração via Webservices do SEI com os Sistemas Corporativos do GDF dos seguintes órgãos: PCDF, DFTRANS, Agefis, SES, CBMDF, SEF.</p>
6203	5	5	<p>Elaboração de diretrizes, normas e instrumentos controle e procedimentos de gestão de documentos (SEPLAG);</p>	32101	100	<p>2016 Foram elaborados os seguintes normativos para o projeto: - Publicação do Decreto Nº 37.565, de 23 de agosto de 2016 Altera o Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, que estabelece o Sistema Eletrônico de Informações – SEI como sistema oficial para a gestão de documentos e processos administrativos no âmbito dos órgãos e entidades do Distrito Federal, e dá outras providências. - Portaria Nº 459, de 25 de novembro de 2016 - Define parâmetros para uso e gestão do Sistema Eletrônico de Informações (SEI-GDF) no âmbito dos órgãos e entidades do Distrito Federal. - Portaria Nº 389, de 10 de outubro de 2016 - Estabelece procedimentos para a utilização do Sistema Eletrônico de Informações (SEI-GDF), no âmbito da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG), institui o Comitê Setorial de Gestão do Sistema e dá outras providências. - Portarias Conjuntas entre a SEPLAG e os seguintes órgãos: Secretaria da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais o Distrito Federal (CACI); Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF); Casa Militar do Distrito Federal (CM); Instituto Brasília Ambiental (IBRAM); Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal (SEMOB); - Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação o Distrito Federal (SEGETH); e Secretaria de Estado de Fazenda (SEF). Em relação aos procedimentos de controle, gestão e diretrizes do projeto, foram produzidos os seguintes documentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Termo de Abertura do Projeto: contendo as informações estratégicas do projeto; • Canvas: com o detalhamento das principais ações do projeto; • Plano de Capacitação: contendo a metodologia, plano de aula e cronograma de treinamento. Foi encaminhado e aprovado pela Escola de Governo – EGOV e executado pela equipe de gestão do SEI-GDF;

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						<ul style="list-style-type: none"> • Guia de Implantação: contendo todas as informações para orientação aos órgãos que desejam implantar o Sistema, o guia está publicado no Portal SEI-GDF; • Planejamento do Portal SEI-GDF, com espaço para divulgação das informações do Projeto. (http://www.portalsei.df.gov.br/) <p>2017</p> <p>Estabelecimento de Portarias Conjuntas entre a SEPLAG e os seguintes órgãos:</p> <p>- Procuradoria Geral do Distrito Federal (PGDF); - Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF); - Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF); - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos (SINESP); - Agência de Fiscalização do Distrito Federal (AGEFIS); - Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal (TERRACAP); - Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN); - Transporte Urbano do Distrito Federal (DFTRANS); - Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEDESTMIDH); - Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF); - Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (SEAGRI); - Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal (Iprev/DF); - Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude (SECRIANÇA); - Departamento de Trânsito do Distrito Federal (DETRAN/DF); - Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal (SSP/DF); - Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do DF (INAS); - Serviço de Limpeza Urbana (SLU); - Secretaria de Estado de Cultura (SEC); - Banco de Brasília (BRB); - Secretaria de Estado de Cidades (SECID); - Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (ADASA); - Departamento de Estradas de Rodagem (DER/DF); - Secretaria de Estado de Projetos Estratégicos (SEPE); - Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA); - Fundação Hemocentro de Brasília (FHB); - Vice Governadoria do Distrito Federal; - Secretaria de Estado de Economia, Desenvolvimento, Inovação, Ciência e Tecnologia (SEDICT); - Administração Regional de Brazlândia – RA IV, Administração Regional de Samambaia – RA XII, Administração Regional de Taguatinga – RA III, Administração Regional do Lago Norte – RA XVIII, Administração Regional de Santa Maria – RA XIII, Administração Regional de São Sebastião – RA XIV, Administração Regional do Varjão – RA XXXIII - Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (FEPECS); - Secretaria de Projetos Estratégicos (SEPE); - Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB/DF); Publicação de Portaria Conjunta entre a SEPLAG e a Secretaria de Fazenda visando a Cooperação Técnica para fornecimento de equipamentos, softwares e certificados digitais visando apoio ao Projeto de Implantação do SEI. O Portal do SEI (http://www.portalsei.df.gov.br) foi lançado em março de 2017 com o objetivo de disponibilizar acesso a funcionalidades e informações sobre o projeto SEI-GDF. Por meio do portal é possível realizar pesquisa processual, conferência de autenticidade de documentos, cadastro como usuário externo, acessar notícias sobre o SEI, obter orientações, realizar capacitações, entre outras ações destinadas aos servidores do GDF e a sociedade civil.</p> <p>Além de normativos do projeto, em 2017 a UIPI produziu e divulgou tutoriais de orientação aos usuários do SEI-GDF:</p> <p>- Tutorial para Conversão de Processo Físico para Eletrônico, - Tutorial para Cadastro e Acesso do Usuário Externo,- Tutorial para Liberação de Usuário Externo (Unidade Setorial de Gestão),- Tutorial para Cadastro de Processo com Número Informado, - Tutorial para Utilização de Certificado Digital E-CPF (ICP-Brasil), e - Tutorial sobre Extensões permitidas no SEI-GDF – padrão ePING</p> <p>Montagem e disponibilização de Laboratório de Informática exclusivo para treinamentos do Projeto de Implantação do SEI-GDF, os equipamentos foram doados pela CACI e a sala e móveis foram disponibilizados pela EGOV.</p> <p>Realização de mais de 40 Palestras de Sensibilização nos órgãos que estão implantando o SEI-GDF.</p> <p>Realização de 3 Workshops sobre a Lei de Acesso a Informação (LAI) e o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) em parceria com a CGDF e o Núcleo de Segurança da Informação da Casa Militar.</p> <p>Apresentação do projeto no X Congresso do Conselho Nacional de Secretários de Estado de Administração (Consad), tendo composto os painéis 31 - Governo Eletrônico & Transparência e 51 – Processo Eletrônico Nacional.</p> <p>O projeto foi apresentado e Habilitado no Prêmio Inova Brasília, ficando em 2º Lugar na categoria “Uso eficiente dos recursos públicos”.</p> <p>2018</p> <p>Além de normativos do projeto, em 2018 a UIPI produziu e divulgou tutoriais de orientação em manuais aos usuários do SEI-GDF:</p> <p>-Tutorial do Fluxo do Recebimento de Requerimentos de Projetos nas RAs, -Tutorial de Pesquisa, -Manual do Sistema de Permissões (SIP), -Manual de Reestruturação,</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						<p>-Manual de Padronização de Máquinas de Usuários do SEI-GDF, -Listagem de Códigos de Autuação de Processos. Estabelecimento de Portarias Conjuntas entre a SEPLAG e os seguintes órgãos: Biotic, SECID/RA-XXX, RA-XXV, RA-XI, RA-I, RA-XXII, RAXXIX, CEB, DFGA, FUNAB, DPDF, JBB, SEJUS, SECID/RA-VIII/RA-V/RA-XXVI/RAIX/RAXXXI/RA-XXIV/RA-XIX/RA-VI, TCB, Ceasa, Emater, FJZB, FUNAP, Novacap, SECOM, PCDF, Metrô, Setul, FAPDF. Foram emitidos pela SEF e SEPLAG, conforme Portaria Conjunta SEPLAG/SEF n.º 10, de 20 de junho de 2017, 62 (sessenta e dois) certificados digitais aos servidores dos seguintes órgãos: Secretaria de Estado de Gestão do Território (SEGETH): 08 (oito) servidores; Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG): 18 (dezoito) servidores; Controladoria Geral do Distrito Federal (CGDF): 31 (trinta e um) servidores; Secretaria de Estado de Saúde (SES): 01 (um) servidor; Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF): 04 (quatro) servidores. Realização de Workshop sobre a Lei de Acesso à Informação para a PMDF, em parceria com o Núcleo de Segurança da Informação da Casa Militar. Realização de 5 (cinco) Workshops sobre a legislação e aplicabilidade da Lei de Acesso a Informação (LAI) em parceria com a CGDF, com o Núcleo de Segurança da Informação da Casa Militar e com a Escola de Governo. Realização do Workshop sobre preservação digital 3/12/2018. Realização do Seminário sobre o impacto da Implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e a preservação digital 4/12/2018. Realização do Workshop sobre o módulo de arquivamento do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) – 22/10/2018; Implantações finalizadas, totalizando 94 órgãos do Governo do Distrito Federal. Abaixo relacionamos 53 órgãos implantados em 2018:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1.Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB) 09/01/2018 2.Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer (SETUL) 16/01/2018 3.Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (EMATER-DF) 23/01/2018 4.Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) 30/01/2018 5.Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania (SEJUS) 06/02/2018 6.Fundação Jardim Zoológico de Brasília (FJZB) 20/02/2018 7.Administração Regional de Samambaia – RA XII 20/02/2018 8.Administração Regional de Santa Maria – RA XIII 20/02/2018 9.Administração Regional de São Sebastião – RA XIV 20/02/2018 10.Administração Regional de Taguatinga – RA III 20/02/2018 11.Administração Regional do Lago Norte – RA XVIII 20/02/2018 12.Administração Regional do Varjão – RA XXIII 20/02/2018 13.Administração Regional de Brazlândia – RA IV 20/02/2018 14.Vice-Governadoria do Distrito Federal (VGDF) 27/02/2018 15.Secretaria de Estado de Comunicação (SECOM) 06/03/2018 16.Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP) 13/03/2018 17.Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal (FUNAB) 19/03/2018 18.Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (FUNAP) 20/03/2018 19.Administração Regional de Planaltina – RA VI 20/03/2018 20.Administração Regional de Sobradinho I – RA V 20/03/2018 21.Administração Regional do Núcleo Bandeirante – RA VIII 20/03/2018 22.Administração Regional da Candangolândia – RA XIX 20/03/2018 23.Administração Regional do Park Way – RA XXIV 20/03/2018 24.Administração Regional de Ceilândia – RA IX 20/03/2018 25.Administração Regional de Sobradinho II – RA XXVI 20/03/2018 26.Administração Regional da Fercal – RA XXXI 20/03/2018 27.Companhia do Metropolitano do Distrito Federal (METRÔ) 27/03/2018 28.Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF) 03/04/2018 29.Centrais de Abastecimento do Distrito Federal (CEASA) 10/04/2018 30.Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília LTDA (TCB) 17/04/2018

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						<p>31. Administração Regional do Cruzeiro – RA XI 24/04/2018 32. Administração Regional do Sudoeste e Octogonal –RA XXII 24/04/2018 33. Administração Regional de Águas Claras –RA XX 24/04/2018 34. Administração Regional de Vicente Pires –RA XXX 24/04/2018 35. Administração Regional do Plano Piloto –RA I 24/04/2018 36. Administração Regional do Setor de Indústria e Abastecimento –RA XXIX 24/04/2018 37. Fundação Jardim Botânico de Brasília (JBB) 03/05/2018 38. Companhia Energética de Brasília (CEB) 15/05/2018 39. DF Gestão de Ativos S.A (DFGESTÃO) 17/05/2018 40. Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB) 22/05/2018 41. Administração Regional do Gama – RA II 23/05/2018 42. Administração Regional do Guarã – RA X 23/05/2018 43. Administração Regional do Itapoã – RA XXVIII 23/05/2018 44. Administração Regional do Lago Sul – RA XVI 23/05/2018 45. Administração Regional do Jardim Botânico – XXVII 23/05/2018 46. Administração Regional do Paranoá – RA VII 23/05/2018 47. Administração Regional do Recanto das Emas – RA XV 23/05/2018 48. Administração Regional do Riacho Fundo I – RA XVII 23/05/2018 49. Administração Regional do Riacho Fundo II – RA XXI 23/05/2018 50. Administração Regional do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento (Estrutural) – RA XXV 23/05/2018 51. Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A (SAB) – Em Liquidação 23/05/2018 52. PROFLORA S/A –Florestamento e Reflorestamento – Em Liquidação 23/05/2018 53. BIOTIC S/A – Parque Tecnológico de Brasília 06/08/2018</p> <p>Finalizada a implantação do SEI em todos os órgãos do GDF, iniciou-se a atividade de monitoramento visando identificar as necessidades de padronização, mapeamentos e definições de fluxo, capacitação, entre outros encaminhamentos necessários à manutenção do SEI. Foram ainda implantados o SEI na Biotic e DF Previcom.</p> <p>Foram realizadas 17 (dezesete) visitas técnicas à Administrações Regionais.</p> <p>Peticionamento eletrônico: O Peticionamento Eletrônico foi implantado na PGDF, como projeto piloto, tendo sido escolhido para a implantação o Processo de Acordo direto: Precatórios. No total foram gerados 1919 (mil novecentos e dezenove) processos através do módulo.</p> <p>Foram definidos os seguintes processos a serem implantados: Recursos de Multas (DETRAN); Processos da Vigilância Sanitária (SES).</p> <p>Dos processos escolhidos, os dois últimos estão em fase de parametrização e cadastro.</p> <p>Boletim Eletrônico de Atos Oficiais do Distrito Federal (BDF-E)</p> <p>Após a finalização da implantação do SEI-GDF em todos os órgãos e entidades do GDF, foi identificada a necessidade de análise e implementação de Boletim Eletrônico de Atos Oficiais do Distrito Federal (BDF-e), que proporcionará a publicação eletrônica de matérias administrativas, garantindo maior transparência, agilidade e diminuição de gastos para a Administração Pública.</p> <p>Para a execução desta atividade, foi criado um Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Conjunta nº 53, de 19 de setembro de 2018 e composto pela Secretariade Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal, Controladoria-Geral do Distrito Federal e a Procuradoria-Geral do Distrito Federal. Como resultado dos estudos deste grupo, foi elaborada uma minuta de Decreto que institui o BDF-e. Essa minuta encontra-se em tramitação para publicação.</p> <p>Capacitação</p> <p>Em parceria com a Escola de Governo do Distrito Federal (EGOV) e sob coordenação e execução da UIPI, foram disponibilizadas 40 (quarenta) turmas para capacitação na operacionalização do sistema no período de implantação (janeiro a maio de 2018), tendo sido capacitados</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						<p>aproximadamente 800 (oitocentos) servidores nos seguintes modelos de treinamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Curso SEI ADMINISTRAR: 11 (onze) turmas - Treinamento disponibilizado aos servidores membros de Comitês Setoriais de Implantação e Unidades Setoriais de Gestão do sistema; •Curso SEI MULTIPLICAR: 15 (quinze) turmas - Treinamento disponibilizado aos servidores que atuarão como multiplicadores do conhecimento relacionado à operacionalização do sistema; •Curso SEI IMPLANTAR: 11 (onze) turmas -Treinamento disponibilizado aos servidores membros de Comitês Setoriais de Implantação e Unidades Setoriais de Gestão do sistema. <p>Além da capacitação voltada à implantação, foi elaborado o Projeto Básico do Curso SEI USAR para a capacitação de usuários do SEI em livre demanda sob coordenação da EGOV e com monitoramento da UIPI.</p> <p>Foram capacitados pela UIPI 13 (treze) servidores do GDF para atuar como instrutores do Curso SEI USAR. Esses servidores ministraram mais de 70 (setenta) turmas até o momento.</p> <p>Preparação para transição de Governo: Realização de reuniões com a nova equipe de governo e elaboração de manuais para a reestruturação.</p>
6203	5	6	Edição de normativos de TIC a serem aprovados pelo comitê interno de TIC da SEPLAG (SEPLAG);	32101	100	<p>2016 A SUTIC encaminhou ao Comitê desta Secretaria a criação de grupo de trabalho para a elaboração do PDTIC.</p> <p>2017 Portaria nº87, de 14/03/2017, dispõe sobre a aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal.</p> <p>2018 Em que pese o atingimento da meta já em 2017, foram aprovados os seguintes normativos em 2018: Portaria nº 484, de 25 de outubro de 2018, que normatizou os procedimentos básicos a serem observados pelos órgãos do Complexo Administrativo do DF para solicitação dos serviços providos pelo Data Center Corporativo do GDF e pela GDFNet; Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (revisão), em que foram identificadas novas demandas da Secretaria e realizada a avaliação do andamento das ações de TIC.</p>
6203	5	7	Estudo e proposição de metodologias e normativos de TIC a serem avaliados e aprovados pelo Comitê de governança de TIC do GDF, em consonância com as orientações do TCDF (SEPLAG).	32101	100	<p>2016 A SUTIC coordenou e concluiu dois grupos temáticos no CGTIC-GDF, sendo:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Rubricas orçamentárias; e 2. Recepção de softwares de terceiros. <p>Resta pendente a publicação dos normativos elaborados.</p> <p>2017 O CGTIC deu início a revisão da Política de Segurança da Informação que deverá ser seguida por toda administração distrital.</p> <p>2018 Em que pese o atingimento da meta já em 2017, foram realizadas em 2018 as seguintes ações: Revisão e Publicação da Política de Segurança da Informação - POSIC; Emissão de circular aos órgãos do complexo administrativo do Distrito Federal com alerta sobre a urgência e obrigatoriedade da elaboração dos respectivos Planos Diretores de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC's) – Observância ao Decreto nº 37.574/2016 (EGTI) e a decisões do TCDF; Levantamento do quantitativo de servidores atuantes na área de TIC no complexo administrativo do Distrito Federal; Finalização dos estudos sobre Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas e Recepção de Softwares – Elaboração de cartilhas – Circular aos órgãos do Distrito Federal recomendando a sua observância.</p>

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

2016/2018

O desafio de aprimorar os usos da Tecnologia da Informação (TI) no Poder Executivo Distrital envolve questões que vão muito além da tecnologia: pessoas, estruturas, processos e, sobretudo, o conhecimento devem ser articulados para que os recursos de informática de fato respondam adequadamente às aspirações da Administração Pública e da Sociedade, seja no que se refere à eficiência/eficácia de processos administrativos, seja na melhoria da prestação de serviços públicos, das condições para exercício do controle social e da participação popular.

A importância da TI na prestação de serviços públicos de qualidade à população é inquestionável. Porém, os investimentos necessários a essa agregação de valor carecem de planejamento e de uma abordagem sistêmica que contemple uma estratégia que tenha foco nos seguintes aspectos: no atendimento às necessidades atuais e futuras do cidadão; na responsabilização dos gestores nas tomadas de decisão; um desempenho que garanta o atendimento dos níveis de serviço requeridos pelas áreas finalísticas; no respeito pelas pessoas no processo; na conformidade com a legislação e os normativos; e em decisões de aquisição que equilibrem benefícios, custos, oportunidades e riscos.

Com o advento e massificação da Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, qualquer organização produz uma significativa quantidade de dados e informações, essenciais ao desempenho de suas atividades fins e tomadas de decisão. Estes dados e informações necessitam estar sempre disponíveis, íntegros, seguros, com qualidade e ao menor custo. A TI tornou-se um recurso de grande valor estratégico, possuindo o mesmo status em relação às demais áreas de governo, sendo capaz de proporcionar às áreas de negócios ferramentas para o cumprimento de metas e objetivos organizacionais.

A racionalização da Gestão de TI passa, principalmente, pelo alinhamento das ações da área em relação às ações da organização a qual está inserida, objetivando evitar o desperdício de recursos em projetos que não trarão melhoria à área de negócio e nem em valor ao cidadão.

A Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação é a unidade da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão responsável por gerir as ações de TIC em nível corporativo, tendo recebido a incumbência por meio do Decreto 30.034/2009, de armazenar todos os sistemas e serviços do Complexo Administrativo do Distrito Federal no Datacenter Corporativo e por meio das Decisões nº 1138/2012-TCDF e nº 188/2015-TCDF, de fornecer acesso, sempre que possível, à Rede Metropolitana GDFNet, por quaisquer uma das tecnologias de rede disponíveis.

O Datacenter Corporativo, também conhecido como Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação (CeTIC), é um ambiente seguro, aparelhado com sistema de combate a incêndios, ar de precisão, energia e segurança, com soluções integradas de hardware e software com a finalidade de prover serviços corporativos de tecnologia da informação e comunicação, como: armazenamento de dados, acesso a rede mundial de computadores e hospedagem de aplicações e sistemas, geridos por equipe técnica especializada, com funcionamento 24h por dia, 7 dias na semana.

No Data Center Corporativo, foram realizados investimentos para aumentar a capacidade de processamento e armazenamento de dados, com a aquisição de Storages elevando a capacidade de armazenamento para 2,5 petabytes e aquisição de Servidores High End incrementando em 40% a capacidade de processamento. Além destes, investimentos em licenciamento de software também foram realizados seja para garantir o direito de atualização e suporte das soluções adquiridas anteriormente, seja para obter o direito de uso perpétuo de novas soluções.

A Rede Metropolitana GDFNet é uma rede corporativa de diversas tecnologias de comunicação interligando todo o GDF, em fibra ótica, rádio, provedoras contratadas, e também por meio de infraestrutura de redes conveniadas e parcerias com o poder público de um modo em geral.

Em 2016, a manutenção e continuidade dos serviços e sistemas corporativos, a hospedagem de sistemas do CeTIC e a manutenção do serviço de fornecimento de acesso à Rede GDFNet a seus usuários atenderam aos requisitos do negócio, havendo durante todo o exercício pequenas ocorrências que não trouxeram prejuízos à administração pública.

Com relação a expansão e a manutenção da Rede GDFNet, foram adquiridos 200 switches de borda e contratados serviços especializados tanto para manutenção quanto para expansão do segmento de fibra ótica, possibilitando a conexão de mais 20 unidades administrativas, dentre elas: 14 escolas públicas de Ceilândia, 01 unidade da Secretaria de Estado da Fazenda em Taguatinga, 01 unidade da EMATER no Gama, Administração de Santa Maria, Restaurante Comunitário de Santa Maria, 26º BPM (Santa Maria) e o Presídio Feminino (Colméia).

Com o intuito de aumentar a capacidade de atendimento de novas demandas, foi realizada em 2016 a expansão da sala segura, com o aumento da área de alocação de equipamentos e dos sistemas de sustentação do ambiente (condicionadores de ar de precisão, nobreak e sistema de geração de energia), possibilitando a expansão das unidades atendidas pelo SEII, bem como a expansão do segmento de fibra ótica da Rede GDFNet, provendo nesta fase acesso de qualidade à rede e à internet a escolas e hospitais definidos em conjunto com as Secretarias de Estado de Educação e Secretaria de Estado de Saúde, respectivamente.

Os serviços ofertados pela SUTIC/SEPLAG de armazenamento de informações e conexões de rede têm como principais beneficiados os demais órgãos de governo. Com isso, esses órgãos reduzem consideravelmente seus custos financeiros e de pessoal com infraestrutura de TI, permitindo o enfoque principal em agregar valor às atividades fins de suas unidades.

No tocante ao desenvolvimento e implantação de sistemas, foram colocados em produção o Sistema Eletrônico de Informação – SEII, utilizado a pleno vapor na SEPLAG e em outras unidades do Complexo Administrativo. Além desse, foram implementadas as seguintes soluções, desenvolvidas pela equipe técnica desta SUTIC e disponibilizadas para melhoria dos processos de trabalho e o aumento da produtividade dos clientes internos desta SEPLAG: Sistema de Relatórios de Atividades Gerenciais – SISTRAG, Sistema de Fiscalização de Contratos Corporativos – SFCC, Sistema de Controle de Emendas Parlamentares, SICOPWEB – sistema de tramitação de processos na web, Sistema de Chamados da SEMOB, Sistema de Chamados da Administração Predial e Sistema de Chamados dos Contratos Corporativos.

Em 2017 foram realizadas diversas ações para a manutenção e continuidade dos serviços e sistemas corporativos, hospedagem de novos sistemas e a manutenção e ampliação do serviço de acesso à Rede GDFNet. No tocante ao desenvolvimento e implantação de sistemas, destacam-se o Portal do Voluntariado, o Sistema de Agendamento de Perícias Médicas e o Sistema de Identificação de Concessões e Permissões. O primeiro focado diretamente na população permitindo que ações voluntárias sejam divulgadas e organizadas por qualquer indivíduo/instituição. O segundo voltado para administração pública trazendo eficiência para procedimentos administrativos que antes dificultavam a vida do servidor público afastado por licença médica. E o terceiro, também para uso corporativo da administração pública, com a finalidade de realizar a gestão da concessões e permissões do GDF. Além destes, foram implementadas manutenções evolutivas no Sistema de Controle de Emendas Parlamentares e no Sistema Eletrônico de Informações. Este último, tem previsão de conclusão de implantação em todo Complexo Administrativo do DF no segundo semestre de 2018.

Dentre as ações da Secretaria Executiva do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação, coordenada pela SUTIC, destacam-se no Assunto Governança, em 2016 a aprovação da Estratégia Geral de TI, documento norteador das ações de TIC dos órgãos e entidades da Administração Distrital. Foram criados também diversos grupos de trabalho com temas críticos à área, tendo sido concluídos os de Rubricas Orçamentárias e Recepção de softwares de terceiros, que restaram sob a responsabilidade da SUTIC/SEPLAG.

Em 2017, no que diz respeito a Governança de TI, o Comitê Gestor de TIC do GDF, presidido e coordenado pela SEPLAG iniciou estudos para a implementação dos projetos de Serviços Eletrônicos ao Cidadão e Nuvem Privada do Distrito Federal. Realizou o levantamento dos Planos Diretores de TI dos órgãos da administração direta. Implantou o Portal de Dados Abertos do DF (www.dados.df.gov.br), sob coordenação da Controladoria-Geral do DF. No âmbito da SEPLAG, foi aprovado o PDTIC 2017-2019, por meio da Portaria nº 87, de 14/03/2017.

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), essenciais para que empresas, instituições ou órgãos públicos sejam capazes de avançar em seus resultados, otimizar seus custos, melhorar a qualidade dos serviços prestados e/ou modernizar-se como um todo, têm assumido um papel estratégico na melhoria e na inovação dos serviços.

No decorrer dos últimos anos, o foco da SUTIC esteve voltado principalmente para a expansão da capacidade da infraestrutura corporativa de Data Center e da GDFNet, de forma a atender a diversas unidades do Complexo Administrativo do DF. Como resultado da centralização de infraestrutura, das aquisições corporativas e da extinção da terceirização da gestão de TIC possibilitou-se a geração de economia aos cofres públicos.

O crescimento da TIC Corporativa é sustentado principalmente pelo comprometimento da equipe técnica da SUTIC, pela segurança e pela credibilidade dos serviços do Datacenter e da GDFNet, pelo aumento dos investimentos e pelo entendimento do papel estratégico da TIC, atributos que justificam as demandas remetidas à Subsecretaria, inclusive oriundas de unidades essenciais de governo, como a Secretaria de Estado de Saúde, a Secretaria de Educação e a TERRACAP.

Outrossim, os esforços envidados para o crescimento do segmento de fibra ótica da GDFNet em 2018 merecem grande destaque, uma vez que poderão produzir resultados significativos em políticas públicas de educação, em especial devido ao projeto piloto de conexão de 90 unidades escolares da Ceilândia à referida rede, iniciativa que possibilitará à Secretaria de Estado de Educação do DF o desenvolvimento de atividades educacionais digitais no ambiente de ensino público do DF.

Ademais, a partir de 2018, a modernização de serviços prestados pela administração pública passou a ganhar prioridade no rol de ações da SUTIC, com o incremento de recursos e de pessoas no desenvolvimento de soluções com foco na desburocratização e aproximação do Estado ao Cidadão, bem como na automação e simplificação dos processos de trabalho realizados por

servidores. Neste contexto se insere a implantação de novos sistemas de informação, tais como o projeto piloto do Na-Hora Digital - plataforma de atendimento direto ao cidadão, o novo sistema de RH - adquirido em agosto de 2018 e cuja implantação deverá ocorrer em 3 anos - e as integrações dos sistemas administrativos por meio de serviços web (webservices), dentre outros.

Para que as entregas de sistemas como o Sistema de Fiscalização de Contratos Corporativos - SFCC, o Sistema de Patrimônio Público - SPP e o Sistema de Agendamento de Perícia Médica de Servidores Públicos do Governo do Distrito Federal – SIAPMED pudessem ocorrer, foram essenciais a adoção de metodologia de desenvolvimento ágil e o comprometimento das áreas de negócio, que resultaram na melhoria da qualidade dos processos de trabalho, na redução de tempo e de custo.

Por fim, deve ser considerado que o crescimento vegetativo dos atuais serviços e o incremento de novos serviços mantidos por essa SUTIC tem demandado um esforço de ampliação da atual área (tanto lógica, quanto física), tornando imperativos o sucesso da expansão dos recursos de Data Center, a melhoria dos processos de trabalho e a continuidade dos investimentos para a sustentação dos serviços prestados.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

006 – COMUNICAÇÃO SOCIAL: Difundir informações de interesse público sobre os objetivos, diretrizes e metas do governo, os direitos e deveres dos cidadãos, projetos e ações desenvolvidas pelo Distrito Federal nas diversas áreas de interesse da sociedade e estimular a participação da sociedade no debate com vistas ao aprimoramento das políticas e investimentos públicos.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECIFICO

15.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL – SECOM (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	6	1	Divulgar anualmente, de modo eficaz, 100% das ações, atos, fatos e políticas públicas de interesse do governo do Distrito Federal e da sociedade em geral, em atendimento aos princípios da administração pública (SECOM) (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	100	100	100		100,0

Análise Qualitativa

1. Divulgar anualmente, de modo eficaz, 100% das ações, atos, fatos e políticas públicas de interesse do governo do Distrito Federal e da sociedade em geral, em atendimento aos princípios da administração pública. (Casa Civil).

2016

A Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais utilizou os veículos de comunicação da Imprensa Nacional para a divulgação e publicação das atividades da administração pública direta, publicações referentes a licitações, citações e avisos dos órgãos da Administração direta, por meio do Diário oficial da União, de matérias de interesse do Governo do Distrito Federal.

A Comunicação Institucional e Interação Social da Governadoria, por intermédio da Subchefia de Publicidade e Propaganda, coordenou e realizou 55 (cinquenta e cinco) campanhas publicitárias institucionais neste exercício sendo: 46 (quarenta e seis) com custos e 9 (nove) sem custos para o Governo. E, realizou outras 39 (trinta e nove) campanhas publicitárias de utilidade Pública, sendo: 36 (trinta e seis) com custos e 3 (três) sem custos para o Governo, durante o período de janeiro a dezembro de 2016.

2017

As atividades de comunicação, foram coordenadas pela Comunicação Institucional e Interação Social da Governadoria do Distrito Federal, que se utilizou por meio de serviços de clipping de mídia impressa e eletrônica, local e nacional, sobre matérias jornalísticas de interesse do Governo do Distrito Federal e do agenciamento de publicações um total de vinte campanhas publicitárias institucionais (PI) e de utilidade pública (PU) foram realizadas no período de janeiro a abril de 2017. A execução iniciou-se na Casa Civil e, com a edição do Decreto nº 38.116, de 6 de abril de 2017, que criou a Secretaria de Estado de Comunicação do Distrito Federal, foi transferida e continuada na nova Secretaria.

Destaca-se o cumprimento do disposto no parágrafo 9º do artigo 149 da Lei Orgânica do Distrito Federal, que destina 10% do orçamento de publicidade do Poder Executivo para contratação de veículos alternativos de comunicação comunitária impressa, falada, televisiva e online, sediados no Distrito Federal.

A Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais utilizou os veículos de comunicação da Imprensa Nacional para a divulgação e publicação das atividades da administração pública direta, publicações referentes a licitações, citações e avisos dos órgãos da Administração direta, por meio do Diário oficial da União, de matérias de interesse do Governo do Distrito Federal.

2018

A Secretaria de Comunicação veiculou publicações referentes a publicidade legal, como licitações, citações e avisos dos órgãos da Administração Direta em jornais de grande circulação, por intermédio das Agências de Publicidade, e no Diário Oficial da União.

Realizou e coordenou, por intermédio da Subsecretaria de Publicidade e Propaganda, 21 (vinte e uma) campanhas e ações publicitárias institucionais e 6 (seis) campanhas de Utilidade Pública no período de janeiro e dezembro de 2018, produzindo e divulgando conteúdos informativos institucionais do Governo do Distrito Federal junto a população do Distrito Federal.

Com a finalidade de disciplinar as realizações das campanhas publicitárias para os órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do DF, nos três meses antecedentes a eleição, em cumprimento a legislação eleitoral Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, a Secom/DF editou a Instrução Normativa nº 02, de 05 de junho de 2018 suspendendo a publicidade sujeita ao controle da legislação eleitoral em todos os meios de comunicação e veiculação dos órgãos integrantes da Administração Pública Direta e Indireta do DF, excetuando-se a publicidade legal e a que possa ser reconhecida com grave e urgente necessidade pública, previamente autorizada pela Justiça Eleitoral.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1455	Taxa de efetividade da divulgação das ações, atos, fatos e políticas públicas (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	%	100	31/12/2014	100	78,62	100	64,15	100	65,26	100	SECOM / UO 15101 / OE 6

Justificativas 2016

Indicador 1455 - A ausência de tecnologia suficiente para aferir todos os meios propostos em um plano de mídia impossibilitou o alcance dos resultados pretendidos. Os meios aferidos são: rádio, jornal, revista, televisão, possibilitando variações conforme o público selecionado. As avaliações mudam conforme os sistemas utilizados para aferir os resultados. Existem variações que podem alterar os resultados, como: período de exposição da mensagem, falhas técnicas, falhas na programação e situações adversas.

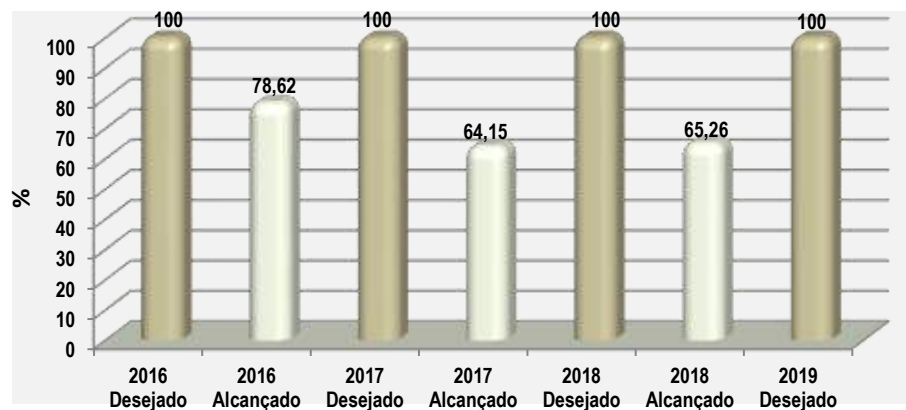
Justificativas 2017

Indicador 1455 - As avaliações mudam conforme os sistemas utilizados para aferir os resultados. Existem variáveis que podem alterar os resultados/objetivos, tais como: falhas na programação, tipo de mensagem, horário e tempo de exposição da mensagem, falhas técnicas e outras situações adversas que interferem na comunicação. Essa dificuldade é agravada pela ausência de tecnologia eficiente e eficaz para aferição dos resultados prejudicando a avaliação. Os meios aferidos são: rádio, jornal, revista, televisão, entre outros, possibilitando variações conforme o público selecionado.

Justificativas 2018

Indicador 1455 - A ausência de tecnologia suficiente para aferir todos os veículos que compõem meios propostos em um plano de mídia impossibilita a medição exata dos resultados pretendidos. Executar as ações planejadas e atingir 100% do público alvo de cada ação é a expectativa de uma meta a ser atingida, o cenário perfeito. Mas dentro do universo de avaliação de alcance da publicidade em meios aferidos pelas áreas técnicas, o índice de 70% já é considerado eficaz e ideal a ser alcançado.

TAXA DE EFETIVIDADE DA DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES, ATOS, FATOS E POLÍTICAS PÚBLICAS



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6203	6	1	Elaboração e publicação, anualmente, do Plano Anual de Publicidade, com as demandas dos órgãos da Administração Direita do Governo do DF, nos termos da Instrução Normativa nº 02/2015-CACI, de 20/02/2015, publicada no DODF nº 37, de 23/02/2015; (SECOM) (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	15101	100	<p>2016 O Plano Anual de Publicidade é publicado no Diário Oficial do Distrito Federal a cada ano. Em 2016 a divulgação foi feita de acordo com a Instrução Normativa nº 01, de 27 de janeiro de 2017, DODF nº 21 de 30/01/2017.</p> <p>2017 O Plano Anual de Publicidade é publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, Instrução Normativa nº 01, de 30 de janeiro de 2017, DODF nº 21 de 30/01/2017.</p> <p>2018 O Plano Anual de Publicidade é publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, Instrução Normativa nº 01, de 11 de janeiro de 2018, DODF nº 09, de 12/01/2018</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEMENTAÇÃO ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6203	6	2	Divulgação, em canal próprio, dos gastos efetivos com a publicidade e propaganda governamental, com esteio no artigo 22, § 2º da Lei Orgânica do Distrito Federal; Lei nº 3.184, de 29 de agosto de 2003 e artigo 16 da Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010. (SECOM) (Item alterado, conforme Decreto nº 39461/2018 de Revisão do PPA 2016-2019)	15101	100	<p>2016 Trimestralmente é publicado no DODF e divulgado no site da Transparência e da Casa Civil os gastos efetivos com publicidade e propaganda governamental, sendo: - 1º Trimestre de 2016 – DODF nº 69, de 12-04-2016, pág. 3; - 2º Trimestre de 2016 – DODF nº 130, de 08-07-2016, pág. 3; - 3º Trimestre de 2016 – DODF nº 192, de 10-10-2016, pág. 6; - 4º Trimestre de 2016 – DODF nº 005, de 06-01-2017, pág. 3, Links internet: www.transparencia.df.gov.br/#/prestando-contas/gastospublicidade e www.casacivil.df.gov.br.</p> <p>2017 Trimestralmente é publicado no DODF e divulgado no site da Transparência e da Casa Civil os gastos efetivos com publicidade e propaganda governamental, sendo: - 1º Trimestre de 2017–DODF nº 70, de 11-04-2017, págs. 3 a 6; - 2º Trimestre de 2017 – DODF nº 129, de 7-07-2017, págs. 1 a 6; - 3º Trimestre de 2017 – DODF nº 194, de 9-10-2017, págs. 1 a 6; - 4º Trimestre de 2017 – DODF nº 4, de 5-01-2018, pág. 45, Links internet: www.transparencia.df.gov.br/#/prestando-contas/gastospublicidade e www.casacivil.df.gov.br.</p> <p>2018 Trimestralmente é publicado no DODF e divulgado, nos sites da Transparência, dos Dados Abertos e da Secretaria de Comunicação, os gastos efetivos com publicidade e propaganda governamental, sendo: 1º Trimestre de 2018 - DODF Nº 67, de 09/04/2018, págs. 2 a 5; 2º Trimestre de 2018 - DODF Nº 129, de 10/07/2018, págs 6 a 14; 3º Trimestre de 2018 - DODF Nº 196, de 15/10/2018, págs 1 a 6 4º Trimestre de 2018 - DODF Nº 5, de 08/01/2019; págs 19 a 22 Links internet: http://www.transparencia.df.gov.br/#/prestando-contas/gastos-publicidade ; http://www.dados.df.gov.br/dataset/gastos-com-publicidade; http://www.secom.df.gov.br/</p>

Análise do Resultado do Objetivo Específico

2016/ 2018

A realização de publicidade no curto prazo e com baixos orçamentos dificulta o atingimento das metas previstas. Faz-se necessário dispor de um orçamento considerável para que se possa investir em testes e pesquisas antes de se ter uma visão mais precisa de suas possibilidades de retorno. A publicidade é tão mais eficiente quanto maior o valor investido, isto é, faz-se mais com mais, sempre. Quanto mais exposição da propaganda, mais eficiente ela será.

Em tempos de crise econômica, como a que assola o país, com orçamentos de pouca monta, torna-se imperioso fazer mais com menos; com vistas a se maximizar o atingimento da meta proposta.

Ao elaborar o plano de publicidade anual tendo por base as demandas encaminhadas pelos órgãos que compõem a Administração Direta do GDF, é buscado, antes de tudo, o uso de instrumentos que mostrem a eficiência e eficácia da máquina administrativa para assegurar o bem-estar e a tranquilidade da sociedade. Com isso, o objetivo principal é difundir informações de

interesse público, traduzidas nas ações das diversas áreas de governo, buscando estimular a participação da sociedade no debate que leve ao aprimoramento das políticas de investimento público, além de tornar público.

A meta, portanto, é executar todas as ações planejadas e atingir 100% do público alvo de cada ação. Embora a Casa Civil esteja sujeita a mudanças de percurso que independem da sua vontade, não pode começar a trabalhar reduzindo as expectativas.

Afora os problemas orçamentários, na concretização do que foi planejado, a Unidade se depara, por vezes, com outras realidades e consequentes demandas que não existiam quando foi feita a programação. Em 2016, um exemplo dessa situação foi as campanhas de combate ao Aedes Aegypt. Quando a Unidade se deparou com novas doenças associadas ao mosquito, são provocadas novas demandas, em detrimento de outras ações planejadas. A escassez no abastecimento de água é outro exemplo. Os fatos inesperados, associados ao problema orçamentário, são fortes fatores que podem contribuir para a redução do alcance das metas. Isso não significa, contudo, que o esforço da Comunicação Social tenha sido em vão, principalmente porque em todas as ações o público impactado é superior a 70%.

Dentro do universo de avaliação de alcance da publicidade em meios aferidos pelas áreas técnicas, o índice de 70% já é considerado eficaz e ideal a ser alcançado. Em 2017, se forem analisadas individualmente algumas campanhas, como IPTU JULHO, o índice apurado ultrapassou o estimado de 70%, atingindo 95,21% de alcance. Já em determinadas campanhas, como as relativas à Programas de Rádio, Consumo Consciente Água – Produtor Rural, Febre aftosa, os índices tendem a baixar conforme a peculiaridade da campanha onde há a necessidade de utilização de veículos não auditados.

Atualmente, a forma de se aferir a publicidade é por meio do Relatório de Análise de Resultados encaminhado pelas Agências de Publicidade que prestam serviço ao Governo do DF, que compilam as informações de diversos meios e apresentam os índices finais.,

Com relação a 2018, o Plano Anual de Publicidade do exercício trouxe um tratamento especial à execução das ações publicitárias, visto que se tratava de ano eleitoral, em que foram vedadas a realização de campanhas nos três meses anteriores ao dia das eleições, por imposição da Lei Eleitoral nº 9504/1997. Deu-se atenção especial a prestação de contas dos serviços prestados pelo governo, por se tratar do último ano da administração, sem descuidar das outras ações, como Campanhas de Combate à Dengue, visando informar a população das ações governamentais e conscientização da população em assuntos importantes.

Vislumbrou-se atingir 100% do público alvo de cada ação planejada, sendo esta uma expectativa de uma meta a ser atingida, o cenário ideal. Mantendo-se o índice de 70% de alcance considerado eficaz e ideal a ser alcançado, os relatórios de Análise de Resultados encaminhados pelas agências contratadas apresentaram individualmente índices superiores, como no caso da Campanha Balanço Final, com atingimento de 92,6 % do público alvo e também bem inferiores, como a Campanha Programas de Rádio, com índice de 26% de cobertura. As oscilações ocorrem devido a ausência de tecnologia suficiente para aferir todos os veículos que compõem os meios propostos em um plano de mídia, impossibilitando a medição exata dos resultados pretendidos. Os meios aferidos são: rádio, jornal, revista, televisão, entre outros, possibilitando variações conforme o público selecionado. As avaliações mudam conforme os sistemas utilizados para aferir os resultados. Existem variações que podem alterar os resultados, como: período de exposição da mensagem, falhas técnicas, falhas na programação e situações adversas. O índice alcançado de 65,26%, apurado ao final do somatório das campanhas com Análise de Resultados, considerando a meta de 70% de alcance pode ser considerado um índice eficaz.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

007 – GESTÃO DE DOCUMENTOS: Aperfeiçoar a gestão de documentos de arquivo de modo integrado às ações que visem promover o acesso à informação pública, bem assim a conservação e preservação do patrimônio arquivístico histórico do Distrito Federal e sua difusão.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECIFICO:

09.102 - ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL - ArPDF

ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS**Análise Quantitativa**

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (D/A)
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	7	1	Gestão, Pesquisa e Divulgação do Acervo Documental de Valor Permanente (ArPDF);	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	25	50	75		75,0
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	7	2	Consolidação e Fortalecimento do Sistema de Arquivos do DF – SIARDF e da Política Distrital de Arquivos (ArPDF).	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	25	50	75		75,0
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	7	3	Realizar Projetos Educativos e Exposições para divulgação de Memória do Distrito Federal (ARPDF) (Ação Excluída, conforme Decreto nº. 37517/2016)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	X	X	X	0,0
6203	GESTÃO PARA RESULTADOS	7	4	Participar do processo de implementação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI (ArPDF) (Ação Excluída, conforme Decreto nº. 37517/2016)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	-	X	X	X	0,0

Análise Qualitativa**1. Gestão, Pesquisa e Divulgação do Acervo Documental de Valor Permanente (ArPDF);****2016**

Desde 2015, o Arquivo Público vem destinando esforços para a melhoria na gestão, pesquisa e divulgação de seu acervo permanente, a fim de facilitar o acesso aos estudantes, professores, pesquisadores e instituições públicas e privadas, visando à disseminação seletiva e o acesso democratizado a publicações, dados, informações e referências documentais sobre Arquivologia e sobre a História de Brasília, do DF e da RIDE. Esse esforço se comprova quando se observa a superação do valor previsto para o indicador 1687, que se refere ao número de atendimentos esperados em 2016 (330), em 47,57 % (487 atendimentos realizados).

2017

O Arquivo Público do Distrito Federal, em 2017, continuou colhendo os frutos das ações iniciadas em 2016, quanto ao acesso e divulgação do acervo documental de valor permanente custodiado pela Instituição. Além da superação do valor previsto no indicador "1687 - Atendimento ao Público" para o período em 60% (foram previstos 340 atendimentos e realizados 546), houve, também, aumento significativo da procura por visitas ao ArPDF, a fim de conhecer suas dependências, competências institucionais e atividades técnicas.

Ao longo do ano, foram recebidas 28 visitas dos públicos mais diversos, dentre os quais destacam-se: alunos da Universidade de Brasília; de cursos técnicos do Instituto Federal de Brasília, representantes da Aliança Mulheres que Amam Brasília - AMA; do Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES; pesquisadores do Projeto "Memória e Invenção do Distrito Federal",

financiado pela FAP e coordenado pela Universidade de Brasília; de representantes do Município de Cocalzinho/GO; representantes do Planejamento do Desenvolvimento Nacional da República da Indonésia e integrantes da Embaixada da República da Indonésia.

Tanto o incremento no número de atendimentos ao público realizados em 2017, quanto a quantidade de visitas recebidas demonstram que a constante preocupação do Órgão, quanto ao aprimoramento na gestão, pesquisa e divulgação do acervo permanente sob sua custódia, tem facilitado o acesso democratizado à Memória do Distrito Federal.

2018

No ano de 2018, o Arquivo Público do Distrito Federal superou a meta do indicador "1687 - Atendimento ao Público" para o período - foram previstos 350 atendimentos e se alcançou a marca de 438.

Além de atendimento realizado ao público em geral, o ArPDF recebeu, no ano de 2018, 17 visitas ao todo, com destaque para os jornalistas de rede de televisão, da Agência Francesa de desenvolvimento, do corpo diplomático da Indonésia; do Secretário de Gestão do Território e Habitação, da equipe do BNDES (escritório Brasília, de professores e alunos dos cursos de graduação em História, Jornalismo e Arquivologia do Centro Universitário UNIEURO, da Universidade de Brasília, do Instituto Federal de Brasília, dos alunos do curso de "Tratamento de Acervos Arquivísticos" oferecido pelo ArPDF na Escola de Governo, entre outros.

2. Consolidação e Fortalecimento do Sistema de Arquivos do DF – SIArDF e da Política de Distrital de Arquivos (ArPDF);

2016

Dentre as atividades previstas para a consolidação e o fortalecimento do Sistema de Arquivos do DF - SIARD, encontram-se as orientações técnicas às unidades organizacionais; o aprimoramento da capacitação de servidores e a busca da atualização da base legal e normativa; além da melhoria dos procedimentos e da infraestrutura física e tecnológica para a gestão de documentos no GDF.

Analisando especificamente o indicador 1457, cujas atividades consistem em orientar os diversos órgãos que compõem o Governo do Distrito Federal quanto à aplicação da legislação arquivística, no que se refere à elaboração e aplicação de instrumentos de gestão de documentos arquivísticos (códigos de classificação e tabelas de temporalidade), além dos procedimentos a serem observados para a eliminação de documentos, recolhimento e transferência de acervos, dentre outros, observa-se que a meta prevista para o ano de 2016, que eram de 40 orientações prestadas, foi superada em 112,5% (2016).

Isso demonstra melhora significativa na prestação de serviços finalísticos pelo Arquivo Público, e também o reforço e fortalecimento da sua atuação como Órgão Central do Sistema de Arquivos do Distrito Federal – SIArDF, de onde advém sua responsabilidade de orientar os Órgãos e Entidades do Governo do DF para uma melhor gestão documental e na elaboração da Política Distrital de Arquivos. Alguns dos órgãos que foram parte dessas orientações técnicas realizadas em 2016, cujos indicadores superaram o desejado em 45 orientações, foram: CEASA, IPREV, SEAGRI, Conselho Tutelar do Lago Norte, Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, Administração Regional do SIA, PGDF, PROCON, Administração Regional do Gama, SSP/DF, NOVACAP, CBMDF, HEMOCENTRO, DETRAN, Administração Regional do Núcleo Bandeirante, Administração Regional de Planaltina, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, Administração Regional do Plano Piloto, CODHAB, SEGETH, Fundação Hemocentro de Brasília, DER, Unidade Básica de Saúde de Brazlândia, Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional, CODEPLAN, Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, CAESB, SEJUS, e Agência Brasília. Diante dos resultados apresentados, pode-se afirmar que a meta prevista para 2016 foi atingida devidamente.

2017

Durante o ano de 2017, o Arquivo Público seguiu as mesmas diretrizes traçadas em 2016, no que diz respeito ao fortalecimento do Sistema de Arquivos do DF - SIArDF, tendo continuado na busca pelo aprimoramento dos procedimentos e da infraestrutura física e tecnológica para a gestão de documentos no âmbito do Governo do Distrito Federal, por meio da prestação de orientações técnicas a seus órgãos e entidades quanto à gestão de documentos, e da capacitação de servidores na mesma matéria.

Como em 2016, o índice registrado pelo indicador "1457 - Orientações Técnicas Prestadas quanto aos Procedimentos de Gestão de Documentos" superou o esperado. Enquanto se previa a realização de 40 orientações técnicas, foram realizadas 60, ou seja, o órgão prestou 50% a mais de assistências do que o previsto. Em que pese o indicador alcançado tenha sido menor que o atingido no ano anterior, continua demonstrando sucesso nas ações empreendidas pelo Arquivo Público.

Os órgãos que foram objeto dessas orientações técnicas foram: 1. Administrações Regionais: Plano Piloto; São Sebastião; Gama; Sobradinho II Recanto das Emas; Santa Maria; Ceilândia; Riacho Fundo II; Guará; SIA; Lago Norte; Sudoeste/Octogonal, Jardim Botânico; Lago Sul, Itapoã, Paranoá, Riacho Fundo; Varjão, e Taguatinga; 2. Secretarias de Estado: Secretaria das Cidades; SEMOB; SEDESTMIDH; SECRIA; SSP, SECULT; Casa Militar; SEJUS; SEAGRI; SEGETH; Secretaria de Educação e SEF; 3. Entidades: CGDF; PGDF; METRODF; DER; Agência Brasília; PMDF; DETRAN; FAPDF; PCDF; NOVACAP; Fundação Hemocentro, IBRAM; EMATER, AGEFIS; TERRACAP; CODEPLAN; CAESB e FEPECS.

2018

No exercício 2018, o índice registrado pelo indicador "1457 - Orientações Técnicas Prestadas quanto aos Procedimentos de Gestão de Documentos" foi mais que o triplo do desejado para o período. Assim observa-se que, desde 2016, o ArPDF vem exercendo suas competências com o objetivo de fortalecer sua posição enquanto Órgão Central do SIARDF e também de manter-se em uma atuação próxima aos órgãos setoriais do Sistema.

3. Realizar Projetos Educativos e Exposições para divulgação de Memória do Distrito Federal (ARPDF). (Item excluído, conforme Decreto nº. 37517/2016);

4. Participar do processo de implementação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI (ArPDF). (Item excluído, conforme Decreto nº. 37517/2016).

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1457	ORIENTAÇÕES TÉCNICAS PRESTADAS QUANTO AOS PROCEDIMENTOS DE GESTÃO DE DOCUMENTOS.	UNIDADE	0	31/12/2016	40	85	40	106	40	150	40	ArPDF / UO 09102/ OE 7
1687	ATENDIMENTO AO PÚBLICO	UNIDADE	200	31/05/2015	330	487	340	546	350	438	360	ArPDF / UO 09102/ OE 7

Justificativas 2016

Indicador 1457- Atividade que consiste em orientar os diversos órgãos do Governo do Distrito Federal quanto à aplicação da legislação arquivísticas Federal e do DF no que se refere à elaboração e aplicação de instrumentos de Gestão de documentos arquivísticos.

Indicador 1687- O trabalho de preservação e conservação dos acervos realizados pelo ArPDF serve como subsídio para a disponibilização de informações sobre a memória de Brasília e do Distrito Federal para a sociedade. Assim sendo, em 2016, houve uma maior procura ao acervo.

Justificativas 2017

Indicador 1457- Atividade que consiste em orientar os diversos órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal quanto à aplicação da legislação arquivísticas Federal e do DF no que se refere à elaboração e à aplicação de instrumentos de Gestão de documentos arquivísticos. Desempenho alcançado devido ao aprimoramento e ao fortalecimento da atuação do ArPDF como Órgão Central do Sistema de Arquivos do DF - SIARDF.

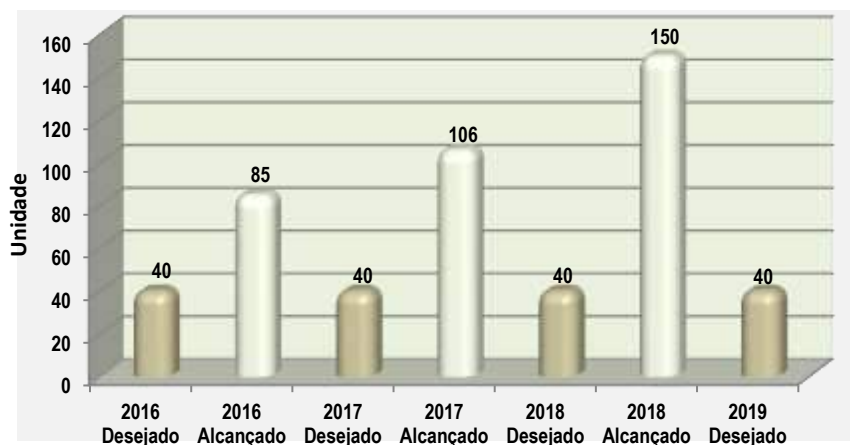
Indicador 1687- O trabalho de preservação e conservação dos acervos realizados pelo ArPDF serve como subsídio para a disponibilização de informações sobre a memória de Brasília e do Distrito Federal para a sociedade. Assim sendo, em 2017, houve uma maior procura ao acervo disponibilizado pelo ArPDF pelo público em geral, o que se deve, também, à grande divulgação das atividades do órgão realizada no período.

Justificativas 2018

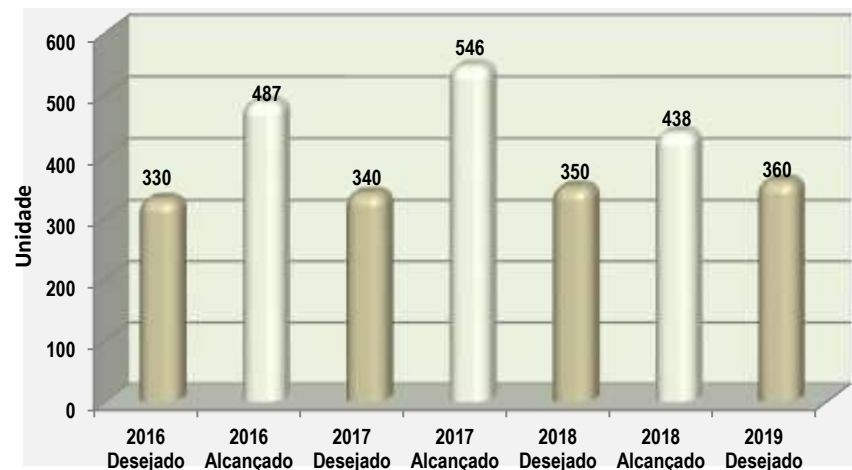
Indicador 1457 - O desempenho superou o esperado para 2018 devido às ações que vem sendo tomadas desde 2016 quanto à aproximação do ArPDF dos demais órgãos do SIARDF e do fortalecimento de sua atuação como seu Órgão Central.

Indicador 1687 - Em 2018 a meta de 350 atendimentos foi superada em razão da grande quantidade de fundos e peças do acervo que passaram por tratamento, incluindo aquelas que foram objeto de reformatação, o que possibilitou ampliação da difusão do acervo permanente do ArPDF ao público, resultando no aumento pela procura para acesso.

ORIENTAÇÕES TÉCNICAS PRESTADAS QUANTO AOS PROCEDIMENTOS DE GESTÃO DE DOCUMENTOS



ATENDIMENTO AO PÚBLICO



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6203	7	1	Acompanhamento da Comissão Central de Arquivo - CCA (ArPDF);	9102	75	<p>2016 Durante o ano de 2016, o Arquivo Público presidiu a Comissão Central de Arquivos do Distrito Federal – CCA/DF. De acordo com as suas atribuições, os trabalhos da Comissão consistem na análise das propostas de eliminação de documentos apresentadas pelos órgãos do GDF; análise das propostas de códigos de classificação e tabelas de temporalidade de documentos das atividades-fim dos órgãos do GDF, e na análise de propostas de alterações nos códigos de classificação e tabelas de temporalidade de documento vigentes. Em 2016, foram realizadas 13 reuniões, tanto para análise das propostas de eliminação de documentos, quanto para a realização de visitas in loco, a fim de inspecionar a documentação apresentada para descarte, por meio das respectivas listagens. Enviaram processos de eliminação de documentos para análise da CCA/DF, os seguintes órgãos: a. Secretaria de Estado de Saúde do DF; b. Controladoria-Geral do Distrito Federal; c. CEB Distribuição S.A.; d. Administração Regional de Vicente Pires, e. Banco de Brasília S.A., e f. Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTRANS. Quanto às propostas de códigos de classificação e tabela de temporalidade, somente foi apresentada e analisada pela CCA, aquela apresentada pela CEB Distribuição S.A. Como demandas extraordinárias, a CCA também se manifestou acerca de pedido de orientação de cancelamento e incineração de selos de licença de funcionamento apresentado pela Administração Regional de Vicente Pires e em proposta de recolhimento de documentos da atividade meio formulada pela Secretaria de Estado de Saúde do DF. Todas as atividades realizadas corroboraram para o alcance da implementação esperada no período.</p> <p>2017 Em 2017, a Comissão Central de Arquivos do Distrito Federal - CCA/DF, constituída por meio da Portaria CACI nº 42, de 13 de junho de 2017 realizou 13 reuniões, sendo que 7 dessas tiveram como objetivo a análise de listagens de eliminação de documentos formuladas pelo DETRAN, pelo DFTRANS e pela CEASA. As demais foram utilizadas para análise da Proposta de fluxo de recolhimento de documentos arquivísticos produzidos e recebidos pelos órgãos e entidades do GDF ao ArPDF, em caráter extraordinário, devido à urgência da matéria. Não foram apresentadas à CCA propostas de códigos de classificação e tabela de temporalidade e destinação de documentos durante o ano em questão. Como em 2016, as atividades realizadas foram responsáveis pelo alcance da implementação esperada no em 2017.</p> <p>2018 Em 2018, o ArPDF implementou o "Dia E", com o objetivo de fomentar a elaboração de listagem de eliminação pelos órgãos e entidades da Administração Pública do Distrito Federal. Para participar do projeto piloto foram convidados 15 órgãos e entidades, sendo que destes, 9 aderiram ao projeto: CAESB, PMDF, DETRAN, CEB, FHB, SEMOB, BRB, SEF e ArPDF. A implantação do Sistema Eletrônico de Informação - SEI em 100% alterou a abrangência de atuação das CCAs que passou a se limitar a análise das listagens de eliminação de documentos e das propostas de alteração dos Planos de Classificação e Tabelas de Temporalidade e Destinação de documentos das áreas fim do GDF.</p>
6203	7	2	Acompanhamento Técnico do Desenvolvimento de soluções de tecnologia da informação em gestão de documentos (ArPDF);	9102	75	<p>2016 Durante o ano de 2016, representantes do ArPDF participaram de reuniões com o Comitê Central da SEPLAG, responsável pela implementação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI no âmbito do GDF, para tratar da sua implantação no Órgão. Também foi realizada a capacitação de todos os servidores do ArPDF para utilização do referido sistema, e dos servidores da UGED, unidade definida pelo Comitê Central - SEPLAG para coordenar a implantação e manutenção do SEI no ArPDF. O referido sistema passou a ser utilizado no Órgão a partir do dia 02/01/2017, assim as ações realizadas no período em análise foram suficientes para sustentar o atendimento das expectativas para o ano de 2016.</p> <p>2017 Em janeiro de 2017, foi implementando o Sistema Eletrônico de Informações - SEI em todos os processos de trabalho do ArPDF, o que foi formalizado com a publicação da Portaria Conjunta SEPLAG/CACI nº 24, de 23 de maio de 2017. Os fluxos de trabalho no âmbito do Sistema foram definidos pelo Comitê Setorial de Implantação do SEI do ArPDF, composto por representantes de todas as Unidades e coordenado pela Unidade de Gestão de Documentos - UGED do Órgão. Ao todo, desde sua implantação, até o dia 31/12/2017, foram recebidos 3.926 documentos e gerados 1.190 processos, os quais foram integrados por 6.490 documentos digitais. A implantação do Processo Eletrônico no ArPDF trouxe significativa agilidade ao atendimento das demandas e da atividade administrativa, além de ter auxiliado a revisão e aprimoramento de alguns dos fluxos das atividades de rotina. Para abordar os resultados obtidos na primeira fase de implementação do sistema, foi realizado o evento "100 dias de SEI no ArPDF", que contou com a participação de todos os servidores, e resultou em significativo momento de troca de experiências, esclarecimentos de dúvidas e harmonização de conhecimento</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						<p>quanto ao manejo do SEI. As atividades realizadas em 2017 foram de grande relevância para o alcance dos resultados esperados na presente ação. Em 2018, prevê-se o aprimoramento da utilização das ferramentas disponíveis no SEI, bem assim dos fluxos de trabalho utilizados pelo ArPDF na execução de suas atividades e competências.</p> <p>2018 Em 2018, continuou-se com a utilização do Sistema Eletrônico de Informação - SEI em todos os processos de trabalho. O Sistema trouxe, principalmente após a implantação em todos os órgãos do Governo do Distrito Federal, trouxe significativa agilidade ao atendimento das demandas e da atividade administrativa, além de ter auxiliado à revisão e aprimoramento de alguns fluxos e processos de determinadas atividades de relevância para o órgão.</p>
6203	7	3	Otimização do Atendimento ao Público (ArPDF) (Ação Incluída, conforme Decreto nº. 37517/2016)	9102	75	<p>2016 Em 2016 a meta prevista de 330 atendimentos realizados foi superada em 47,57%, tendo o ArPDF atingido 487 atendimentos realizados de janeiro a dezembro do referido ano. Além do incremento do número de pessoas que acessaram o acervo permanente sob custódia da Instituição, as seguintes ações foram realizadas visando à otimização do atendimento ao público e ao acesso à informação pública, garantindo a superação do indicador esperado: 1. Elaboração do Guia de Fundos do ArPDF, com as informações acerca de todos os fundos que integram o acervo permanente, o qual foi lançado em 14 de março de 2016, em comemoração ao aniversário de 31 anos do Órgão; 2. Atualização e impressão do instrumento de pesquisa "Registro Topográfico", referente aos Fundos: Gladson da Rocha; Jethro Bello Torres, Taguatinga e Cartografia do Fundo Novacap; 3. Início da elaboração da biografia do fundador do ArPDF, Walter Melo, e 4. Preparação dos textos e imagens dos articulistas, realizada revisão textual e a editoração gráfica do Guia de Cartografia Histórica de Goyaz, cuja elaboração foi iniciada em 2015. Também se procedeu à adequação dos procedimentos de acesso e pesquisa ao conjunto documental do Centro de Informações da Secretaria de Segurança Pública, cujo acesso será realizado a partir de 2017.</p> <p>2017 Em 2017, a meta prevista de 340 atendimentos foi superada em 50%, tendo o ArPDF atingido 546 atendimentos realizados, de janeiro a dezembro. Visando ao aprimoramento do atendimento ao público e ao acesso à informação pública, foram realizadas as seguintes ações: 1. Levantamento da situação dos conjuntos documentais de valor permanente existentes no ArPDF. Foram localizados 26 fundos públicos, 53 fundos privados e 5 fundos em custódia provisória, de pessoas físicas e entidades privadas. As informações servirão para a atualização futura do Guia de Fundos, lançado em 2016. 2. Digitalização de documentos, plantas arquitetônicas, mapas, eslaides e fotografias que passaram a estar disponíveis para acesso pelos usuários; 3. Tratamento dos depósitos onde está acondicionado o acervo permanente, visando ao monitoramento, controle e saneamento de eventuais problemas que afetassem a preservação e a conservação dos documentos históricos; 4. A implantação de ambiente de teste do AtoM, que servirá como mais um instrumento para acesso ao acervo histórico custodiado pelo ArPDF pelos pesquisadores; 5. A continuidade na elaboração da Biografia do fundador do ArPDF, Walter Melo; 6. A instrução do processo administrativo para a impressão do Guia de Cartografia Histórica do Goiás, que será lançado no primeiro semestre de 2018, e 7. O Tratamento documental e liberação do acesso público ao conjunto documental do Centro de Informações da Secretaria de Segurança Pública. Todo o trabalho de preservação e conservação dos acervos realizado pelo ArPDF durante o ano de 2017 serve como subsídio para a disponibilização de informações sobre a Memória de Brasília e do Distrito Federal para a sociedade. Dessa forma, foram alcançados os objetivos esperados para o período, quando da construção do PPA 2016/2019.</p> <p>2018 No ano de 2018, o Arquivo Público do Distrito Federal superou a meta do indicador "1687 - Atendimento ao Público" para o período - foram previstos 350 atendimentos e se alcançou a marca de 438. Além de atendimento realizado ao público em geral, o ArPDF recebeu no ano de 2018 ao todo 17 visitas, com destaque para os jornalistas da rede televisiva, da Agência Francesa de desenvolvimento, do corpo diplomático da Indonésia; do Secretário de Gestão do Território e Habitação, da equipe do BNDES (escritório Brasília, de professores e alunos dos cursos de graduação em História, Jornalismo e Arquivologia do Centro Universitário UNIEURO, da Universidade de Brasília, do Instituto Federal de Brasília, dos alunos do curso de "Tratamento de Acervos Arquivísticos" oferecido pelo ArPDF na Escola de Governo, entre outros.</p>

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

2016/2018

Para o alcance do objetivo específico 007 – GESTÃO DE DOCUMENTOS, durante o ano de 2016, o Arquivo Público do Distrito Federal adotou diversas estratégias no sentido de aperfeiçoar a gestão de documentos de arquivo integrando às ações que visam à promoção e o acesso à informação pública à conservação e preservação do patrimônio arquivístico histórico do Distrito Federal e sua difusão. Assim, os serviços especializados prestados pelo Órgão abrangeram tanto a orientação, a capacitação e o acompanhamento da gestão de documentos, quanto o recolhimento, a guarda, a preservação e o acesso aos documentos que guardam a memória de Brasília - datados desde o período anterior à fase da construção da Nova Capital até os dias atuais e a realização de pesquisas e do atendimento ao público interessado pelo acervo que narra a história da Capital.

Como Órgão Central do Sistema de Arquivos do Distrito Federal, conforme o Decreto nº 24.204, de 10 de novembro de 2003, além das orientações técnicas, o ArPDF realizou, durante o ano de 2016, 20 inspeções técnicas com o objetivo de conhecer o espaço físico de alguns arquivos, de órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal, a fim de tratar de temas como gestão de documentos, ambiente adequado para o armazenamento de documentos em fase intermediária, avaliação de acervos para recolhimento, e gestão de acervos resultante da fusão de órgãos.

Além disso, visando fortalecer e harmonizar a gestão de documentos nos órgãos que compõem tal Sistema, foram instituídos os seguintes Grupos de Trabalho: **1.** Grupo de Trabalho para a atualização do Plano de Classificação e da Tabela de Temporalidade da Atividade Meio do GDF, que data de 1998 (Portaria CACI nº 106, de 20 de agosto de 2015) - Presidido pelo ArPDF, conta com a participação de representantes da Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais, Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, Polícia Militar e Controladoria Geral do Distrito Federal. A atualização do PCTT-Meio foi concluída em 2016 e em 2017 irá para consulta pública; **2.** Grupo de Trabalho para elaboração do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documento das Administrações Regionais (Portaria CACI nº 01, de 6 de março de 2016) – Integrado por representantes das Administrações Regionais do Lago Norte, Águas Claras, Octogonal, Sudoeste e Ceilândia é coordenado pelo ArPDF. A elaboração do Plano de Classificação foi concluída em outubro de 2016, estando em andamento a construção dos prazos da respectiva Tabela de Temporalidade. Pretende-se, em 2017, realizar uma reunião técnica com todos os Administradores Regionais, chefes e servidores das unidades de protocolo e arquivos das RAs, a fim de apresentar os instrumentos, sensibilizá-los acerca da importância da sua implementação e de dar início ao período de validação dos mesmos; e **3.** Grupo de Trabalho para Análise da Legislação Arquivística em vigor no Distrito Federal, que tem como objetivo propor alterações na legislação distrital sobre gestão de documentos, a fim de harmonizá-la com a realidade contemporânea do Governo do Distrito Federal (instituído por meio da Ordem de Serviço nº 6, de 8 de abril de 2016).

Ainda no âmbito da gestão de documentos, durante todo o ano de 2016, o ArPDF adotou ações a fim de integrar os órgãos que compõem o SIArDF e de fortalecer seu papel como Órgão Central do mesmo. Dentre tais ações, podem ser citadas a orientação quanto à necessidade de criação das Comissões Setoriais de Avaliação de Documentos – CSADs em todos os órgãos e entidades do GDF, uma vez que estas são responsáveis pela condução do processo de avaliação documental, que consiste na determinação do ciclo de vida dos documentos, fixação de prazos de guarda e sua destinação final nos respectivos órgãos. Devido a essa iniciativa, foi realizado levantamento acerca da quantidade de CSADs constituídas no GDF, no qual constatou-se que até dezembro de 2016, 33 CSADs foram constituídas.

Outra importante iniciativa para a gestão de documentos no DF foi a apresentação do Projeto de Diagnóstico Arquivístico, que consistirá no levantamento da situação de todos os arquivos dos Órgãos e Entidades do Distrito Federal, para traçar um diagnóstico que subsidiará a construção da Política Distrital de Arquivos do DF. O projeto foi selecionado pela FAP/DF em setembro de 2016, e suas atividades iniciadas em fevereiro de 2017.

Quanto à Preservação e Difusão da Memória Documental da Construção da Capital Federal, que, traz à tona duas grandes áreas de atuação do ArPDF: o tratamento e preservação do acervo arquivístico de valor permanente e o acesso a essa documentação, estando incluídas neste último, as atividades de pesquisa, difusão e atendimento ao público, também muito se trabalhou para o alcance dos objetivos estratégicos estabelecidos.

Com relação ao acervo textual sob a custódia do Arquivo Público, em 2016, deu-se continuidade às atividades de tratamento técnico e conservação preventiva (higienização, organização, classificação, descrição, digitalização e elaboração do quadro de arranjo). Foi realizada a identificação topográfica do Depósito Honestino Guimarães, em várias etapas, foram identificadas 942 caixas dos fundos Administração Regional de Taguatinga, Brasília Palace Hotel, Gabinete do Governador do Distrito Federal, Secretaria de Educação do Distrito Federal, Secretaria de Segurança Pública, Yvonne Jean e 1275 caixas do fundo Fundação Cultural e identificados os conteúdos, até então desconhecidos, de 9 caixas do fundo Gabinete do Governador do Distrito Federal, provenientes do cerimonial. Também foi estabelecida metodologia para sistematização dos dados dos Fundos que o Arquivo Público do Distrito Federal tem sob sua guarda, trabalhou-se na localização de termos de recolhimento e de doação de acervos ao ArPDF e no mapeamento da situação dos fundos com o objetivo de regularizar alguns procedimentos de recolhimento e doação,

além da revisão e organização da listagem de recolhimento do fundo SEDUMA. Foi realizado, também, um pequeno diagnóstico sobre o mobiliário instalado no depósito onde está o acervo permanente, a fim de identificar a capacidade atual de armazenamento do mesmo. Procedeu-se, ainda, ao tratamento do acervo Paulo de Tarso Santos, doado ao Órgão em 2015, e dos acervos digital, audiovisual e cartográfico sob sua guarda.

Sob o aspecto da difusão do acervo e da Memória do Distrito Federal, o ArPDF desenvolveu 8 pesquisas em seu acervo, as quais abrangeram os seguintes temas: **1.** Projeto do Programa de História Oral: Pesquisa em 15 publicações do acervo bibliográfico do ArPDF para elaboração do novo Projeto do Programa de História Oral, para o período de 2016 a 2018; **2.** Lúcio Costa: Pesquisa fotográfica e textual para elaboração da exposição de painéis temáticos: “Brasília, cidade que inventei”, sobre o Plano Piloto de Lúcio Costa, lançada por ocasião do Aniversário do ArPDF; **3.** Planaltina/DF: Pesquisa (textual, iconográfica, bibliográfica) sobre o prédio da “Prefeitura Velha” de Planaltina-DF, por solicitação da PRODEMA - Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural; **4.** Biografia de Walter Mello: Foram realizadas pesquisas nas pastas funcionais do Sr. Walter Albuquerque Mello, idealizador e fundador do Arquivo Público do Distrito Federal. Também foram realizadas pesquisas na Secretaria de Cultura e no Correio Braziliense, sobre eventos relativos ao mesmo, para elaboração de sua biografia; **5.** Comissões Cruls: Pesquisa (textual, iconográfica, bibliográfica) para pesquisadora belga. Temas pesquisados: Luis Cruls, Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil (1892) e Comissão de Estudos da Nova Capital da União (1894-1895); **6.** Israel Pinheiro: Pesquisa textual e iconográfica para elaboração de 10 painéis temáticos (2,34m x 1,25m): “Israel Pinheiro – o homem que dirigiu a construção de Brasília”, sobre a vida de Israel Pinheiro, com vistas à participação do ArPDF no aniversário de 60 anos da Novacap, em setembro/2016; **7.** Honestino Guimarães e Agenor de Faria: Pesquisa no acervo do Fundo ArPDF e no arquivo intermediário do órgão - com vistas à localização de documentos que justificassem e relatassem a história do nome do depósito Honestino Guimarães e da doação do acervo privado do Sr. Agenor Gomes de Faria, fotógrafo durante a construção de Brasília, e **8.** O Primeiro Mapa do DF: Pesquisa para o artigo “O primeiro mapa do Distrito Federal – um ilustre desconhecido”, apresentado no Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, realizado em outubro/2016.

Importante iniciativa para a preservação e difusão da Memória do DF e também para a compreensão de peças do acervo sob guarda do ArPDF, o Projeto do Programa de História Oral mencionado acima, consiste em registrar depoimentos orais dos pioneiros acerca do cotidiano na época da construção da Capital. Ele foi apresentado à Fundação de Apoio à Pesquisa - FAP/DF e selecionado para ser realizado com suporte da Instituição. As atividades serão iniciadas em fevereiro de 2017.

Além das pesquisas mencionadas, em homenagem ao aniversário de 31 anos do ArPDF, no dia 14/04, foi lançado, em parceria com a Rádio Cultura FM, o Projeto “Minuto da Memória Candanga”. O programa de rádio vai ao ar todas às segundas-feiras, às 12h, com reprise às 18h55, na Rádio Cultura FM, 100.9, com cerca de 5 minutos de duração. Ele apresenta a história de Brasília a partir do acervo textual e sonoro do Arquivo Público. Neles, os documentos públicos e livros servem de base para os textos lidos pelos radialistas da emissora e as vinhetas sonoras são viabilizadas por meio das dezenas de depoimentos de pioneiros que ajudaram a construir Brasília, os quais compõem o Programa de História Oral do ArPDF. Ao todo, em 2016, foram transmitidos 37 programas.

O Arquivo Público também executou projetos para impressão dos painéis temáticos “Brasília, cidade que inventei”, sobre o Plano Piloto de Lúcio Costa e “Israel Pinheiro – o homem que dirigiu a construção de Brasília”, sobre a vida do próprio Israel Pinheiro. Tais exposições estão em circulação por diversos espaços na Cidade. Todo o trabalho de preservação e conservação dos acervos realizado pelo ArPDF serve como subsídio para a disponibilização de informações sobre a memória de Brasília e do Distrito Federal para a sociedade. Assim sendo, 2016 foi um ano de muito trabalho, o que ficou registrado, também, no âmbito do atendimento ao público.

Como se observa nos quadros de indicadores, em 2016, os números propostos pelo ArPDF foram superados. Isso se deve, em grande parte, às modificações ocorridas nos últimos dois anos, como a mudança de estrutura ocorrida em dezembro de 2015, que possibilitou à Instituição o estabelecimento de corpo técnico mais especializado e qualificado para o exercício das atividades de sua competência. Tal superação vem se refletindo não só nos indicadores, mas em toda a produção da Instituição, que tem tomado proporções cada vez maiores.

Pode-se dizer, portanto, que o ano de 2016, para o Arquivo Público do Distrito Federal foi um ano produtivo, uma vez que se conseguiu adquirir e construir instrumentos importantes para a gestão documental interna do órgão e no DF, bem assim para a preservação e o tratamento do seu acervo permanente. Todo o esforço empreendido pelo ArPDF, mesmo com quadro de pessoal e orçamento limitados, juntamente com o apoio institucional do Governo do Distrito Federal, fez com que a gestão de documentos e a preservação da memória do DF fossem elevados à tema prioritário na agenda de governo, o que fortaleceu o Arquivo Público e fez com o que fosse possível sua reafirmação enquanto Órgão Central do Sistema de Arquivos do DF.

Para o próximo exercício, ainda há desafios a serem enfrentados, entretanto, pretende-se seguir nesse mesmo caminho, buscando o aprimoramento da infraestrutura física do ArPDF, da gestão de documentos no âmbito do GDF, bem como o acesso à informação histórica e recuperação de informações de forma mais rápida e fácil. Tudo isso, por meio de ações que promovam os avanços necessários ao bom desempenho institucional e à geração de resultados eficazes na prestação de serviços ao cidadão. Buscar-se-á, portanto, dar continuidade e efetividade às ações e

responsabilidades históricas, culturais, sociais e administrativas da Instituição, além de possibilitar a concretização de produtos e a realização de serviços que agreguem valor às políticas públicas com impacto positivo para a sociedade.

Em 2017, para o alcance do objetivo específico 007 – GESTÃO DE DOCUMENTOS, o Arquivo Público do Distrito Federal manteve a mesma linha de trabalho utilizada em 2016, no que diz respeito a promover ações visando ao aperfeiçoamento da gestão de documentos de arquivo, à conservação e preservação do patrimônio arquivístico histórico do Distrito Federal e sua difusão e ao acesso à informação pública.

Com vistas a continuar na busca pela eficiência na gestão e tratamento dos documentos arquivísticos da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal e com o fortalecimento do seu papel enquanto Órgão Central do Sistema de Arquivos do Distrito Federal - SIARDF, o ArPDF deu continuidade às ações iniciadas em 2016. Do resultado de tais ações, destaca-se a ativação de 60 (criação de 28 novas e reconstituição de 32 já existentes) Comissões Setoriais de Avaliação de Documentos - CSADs nos órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal, em 2017. Diante dessa nova realidade, foram realizadas, em dezembro de 2017, as primeiras Reuniões de Integração das Comissões Setoriais de Avaliação de Documentos, as quais tiveram como objetivo orientar e trocar experiências de boas práticas com cada órgão no âmbito da gestão de documentos, as quais contaram com a participação de 68 representantes de 31 órgãos e entidades do GDF, com exceção das administrações regionais.

Outras duas importantes iniciativas para a gestão de documentos no DF foram: 1. o início das atividades do Projeto de Diagnóstico Arquivístico, que consiste no levantamento da situação dos arquivos da Administração Pública do Distrito Federal, para traçar um diagnóstico que subsidiará a construção da Política Distrital de Arquivos. O projeto, financiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa - FAP/DF possibilitou o conhecimento do estado de 81 arquivos de órgãos e entidades do GDF, e teve sua duração prorrogada até o dia 12 de junho de 2018, quando deverão ser apresentados o relatório final - composto pelos dados mais relevantes, obtidos no levantamento e gráficos -, e suas recomendações, e 2. A continuidade das atividades no âmbito de Grupo de Trabalhos criados em anos anteriores, descritas abaixo.

O Grupo de Trabalho para atualização do Plano de Classificação e da Tabela de Temporalidade da Atividade-Meio do GDF (datada de 1998), foi instituído em 2015, por meio da Portaria CACI nº 106, de 20 de agosto de 2015, e reconduzido pela Portaria CACI nº 15, de 18 de maio de 2016. Coordenador pelo Arquivo Público, conta com a participação de representantes da Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais, Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, Polícia Militar e Controladoria-Geral do Distrito Federal. A atualização do PCTT-Meio foi concluída em 2016, e durante todo o ano de 2017, os instrumentos passaram por edição final e formatação, tendo sido elaborado seu Índice Remissivo e a Tabela de Equivalência entre o PCTT novo e o em vigor no GDF. Após a conclusão dos trabalhos, os textos finais foram colocados em Consulta Pública, cujo prazo encerrou-se em 10 de fevereiro de 2018. As atividades serão retomadas em 2018, para que seja possível a análise das contribuições recebidas e o encaminhamento do texto final à Comissão Central de Arquivos do Distrito Federal, para aprovação e publicação no DODF.

Por meio da Portaria Conjunta nº 05, de 23 de novembro de 2017, da Casa Civil e Secretaria das Cidades, foi reconduzido o Grupo de Trabalho instituído para elaboração do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos das Administrações Regionais, o qual é integrado por representantes das Administrações Regionais do Lago Norte, Águas Claras, Octogonal, Sudoeste e Ceilândia e da Secretaria de Estado das Cidades, e coordenado pelo ArPDF. Embora a elaboração do PCTT-Fim das Administrações Regionais tenha sido concluída em outubro de 2016, durante todo o ano de 2017, o GT continuou atuando na revisão dos textos dos instrumentos e realizando testes quanto a sua aplicação prática junto às Administrações Regionais, por meio de oficinas de capacitação. Além disso, foi realizada reunião técnica com todos os Administradores Regionais, chefes e servidores das unidades de protocolo e arquivos das RAs, para apresentação dos instrumentos arquivísticos, a fim de sensibilizá-los quanto à importância da sua implementação e observância. O PCTT-Fim esteve em Consulta Pública no período de 24 de maio a 24 de agosto de 2017, após o qual foram inseridas no texto as contribuições recebidas, para ser enviado para análise da Comissão Central de Arquivos do DF no início de 2018.

Enquanto Órgão Central, o ArPDF tem como competência, também, a de "Capacitar os servidores da Administração Direta e Indireta das unidades integrantes do SIARDF," quanto ao ciclo vital de documentos, no que se refere ao tratamento técnico dos arquivos em fase corrente e intermediária, quanto ao cumprimento dos prazos de guarda, até sua destinação final. Nesse sentido, deu-se continuidade à parceria estabelecida, em 2016, com a Escola de Governo do Distrito Federal - EGOV, para a realização do Curso de Tratamento de Acervos Arquivísticos. O curso possui carga horária de 20 horas semanais e é ministrado pelos técnicos do Arquivo Público nas dependências da EGOV. Em 2017, as 4 turmas realizadas resultaram na capacitação de 107 servidores, representando 48 órgãos do Governo do Distrito Federal, todos integrantes das Unidades de Protocolo e Arquivo ou das Comissões Setoriais de Avaliação de Documentos - CSAD.

Parceria semelhante foi estabelecida com a Escola dos Profissionais da Educação do Distrito Federal - EAP, para a realização do Curso "Noções Básicas sobre tratamento de Acervos Arquivísticos, com 18 horas aulas, realizadas somente às terças-feiras. Nas duas turmas realizadas entre abril e maio, e setembro e outubro de 2017, foram capacitados 9 servidores da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

A busca pelo fortalecimento do ArPDF como Órgão Central do SIARDF e responsável pela preservação da informação relativa à Memória da Construção de Brasília tem se demonstrado, também, através do crescimento da procura pela realização de visitas às suas dependências. Ao longo de 2017, foram recebidas 28 visitas do público mais diversos, desde alunos dos cursos de arquivologia, museologia e história da Universidade de Brasília, a representantes de governos estrangeiros como foi o caso do Assessor Especial do Ministro do Planejamento do Desenvolvimento Nacional da República da Indonésia.

Além de suas atribuições e competências como Órgão Central do Sistema de Arquivos do DF, O Arquivo Público possui duas grandes áreas de atuação que são: 1. O tratamento e a preservação do acervo arquivístico de valor permanente, e 2. O acesso a informação pública existente nessa documentação. Na segunda, estão incluídas as atividades de pesquisa, difusão e atendimento ao público. Dessa forma, antes falar de acesso à documentação de valor permanente, é preciso abordar ações que foram realizadas pelo ArPDF em 2017, que dizem respeito ao tratamento e à preservação desse acervo.

TRATAMENTO DE ACERVOS - Quanto às atividades de tratamento e preservação do acervo permanente, foi realizado levantamento da situação dos conjuntos documentais existentes no ArPDF, ocasião em que foram localizados alguns acervos que necessitam de formalização da transferência ao ArPDF por meio de Termos de Recolhimento, no caso dos Fundos Públicos e de Termos de Doação, em se tratando de Fundos Privados. A atividade resultou na catalogação para controle dos conjuntos documentais custodiados pelo ArPDF e seus respectivos registros de entrada, além de ter dado início às tratativas necessárias com os produtores originais da documentação, para a regularização dos procedimentos.

Em 2017, boa parte do acervo permanente foi objeto de tratamento, uma vez que se trata de ação contínua. Foram tratados os seguintes Fundos Públicos: Secretaria de Segurança Pública - SSP; Companhia Urbanizadora da Nova Capital - NOVACAP; SEDUMA; Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal - DEPHA, e Secretaria de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal - SEGETH. Quanto aos acervos privados, foram tratados os Fundos Paulo de Tarso Santos; Gladson da Rocha; Ernesto Silva; Jethro Bello Torres; Stênio Bastos; José Joffili e Asta-Rose Alcaide.

Também foram digitalizadas documentações que integram os Fundos: Secretaria de Comunicação Social; Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - SEDUMA; Secretaria de Segurança Pública - SSP/DF; Companhia Urbanizadora da Nova Capital - NOVACAP; Fundação Cultural do Distrito Federal; Paulo de Tarso Santos; Gladson da Rocha e Jethro Bello Torres.

Outra importante realização ArPDF, em 2017, no que diz respeito à Política de recebimento de acervos permanentes por recolhimento ou doação, foi a criação da Comissão Permanente de Análise de Acervos Privados - COPAP, por meio da Ordem de Serviço nº 07, de 16 de março de 2017, publicada no DODF do dia 17 subsequente. A Comissão foi criada devido à necessidade de estabelecer critérios para a custódia de arquivos privados e para a padronização dos procedimentos envolvidos com esta atividade, bem assim de estabelecer os procedimentos técnicos que determinariam a necessidade de declarar arquivos privados como de interesse público e social, e seu trabalho resultou na elaboração das diretrizes para aquisição de arquivos privados por doação, no fluxograma para a doação de acervos arquivísticos privados ao ArPDF, nos formulários de análise preliminar de doação de acervo arquivístico privado e no modelo de Termo de Doação de acervo privado, que passarão a ser utilizados pelo ArPDF nas suas atividades.

Também foi responsável pela elaboração da minuta do ato que estabelece os procedimentos relativos à declaração de interesse público e social de arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento regional, a qual foi aprovada e publicada por meio da Portaria Conjunta nº 06, de 24 de novembro de 2017, da Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais e o Arquivo Público.

Quanto à difusão da Memória do Distrito Federal, o Arquivo Público desenvolveu, 11 pesquisas em seu acervo permanente, com os objetivos de: elaborar os painéis temáticos "Os Candangos"; localizar documentos referentes a edições anteriores do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro; localizar, nos Fundos SEDUMA e NOVACAP, desenhos originais do mobiliário dos Palácios do Planalto e da Alvorada; elaborar catálogo de documentos dos Fundos Gabinete do Governador e José Aparecido de Oliveira; localizar documentos referentes à Declaração de Brasília como Patrimônio Histórico da Humanidade pela UNESCO; localizar informações sobre liberdade de imprensa no Fundo Secretaria de Segurança Pública; produzir material de divulgação para a XIV Semana Nacional de Ciência e Tecnologia; obter informação dos Fundos NOVACAP, ArPDF e Jethro Bello Torres, e dar continuidade à elaboração da Biografia do Sr. Walter Albuquerque Mello, idealizador e fundador do Arquivo Público do Distrito Federal, iniciada em 2016.

Outra importante iniciativa para a compreensão de peças do acervo sob guarda do ArPDF, foi a reformatação do Projeto do Programa de História Oral, que, a partir de fevereiro de 2017, passou a ter como objeto o registro depoimentos orais dos pioneiros que atuam na área rural e da saúde, e que se caracterizam pelo protagonismo no complexo processo de criação e desenvolvimento dessas áreas a partir do início da construção da Capital. Executado com aporte financeiro da Fundação de Apoio à Pesquisa - FAP, até 31 de dezembro, resultou na realização de 97 entrevistas.

Ainda sobre o aspecto da difusão, foi instruído durante 2017, o processo para a impressão do Guia de Cartografia Histórica do Goiás, que deve ser lançado no primeiro semestre de 2018, e foram executados projetos para a realização da Exposição "Brasilis a Brasília", em parceria com o Arquivo Nacional e a Presidência da República; para impressão dos painéis temáticos para o Chá da Memória sobre "O Papel das Mulheres na Construção de Brasília", realizado na Residência Oficial de Águas Claras; para execução da Exposição virtual "Taguatinga 59 anos" e da Exposição "A Construção de Brasília segundo os Humoristas", a qual será composta por charges publicadas em jornais de Brasília durante sua construção que compõem o Fundo NOVACAP, e é objeto de parceria entre o ArPDF e a Faculdade de Ciências da Informação da Universidade de Brasília e será realizada durante as comemorações do Aniversário de Brasília, em 2018.

Por fim, dentre tantas distintas e importantes realizações, merece destaque, ainda, a publicação do Novo Regimento Interno do Arquivo Público, que se deu por meio do Decreto nº 38.725, de 20 de dezembro de 2017, publicado no Diário Oficial de 21 de dezembro de 2017, e republicado no dia 03 de janeiro de 2018, em face de erro material. Após 11 anos desde o último Regimento Interno, datado de 2005 (Portaria nº 01, de 20 de maio de 2005, da Secretaria da Cultura), o novo texto traz as atribuições e competências da Instituição de forma mais adequada à sua e à realidade atual do Governo do Distrito Federal, além de trazer mais segurança jurídica para a realização de suas atividades.

Diante do exposto, todo o aperfeiçoamento e o crescimento do Órgão não vem sendo demonstrado somente pela superação dos indicadores esperados para o Exercício de 2017, mas também em toda sua produção e capacidade de solução de conflitos, que vem tornando proporções cada vez maiores. Dessa forma, pode-se dizer que o ano de 2017, para o Arquivo Público do Distrito Federal foi um ano produtivo, de fortalecimento de competências, e de crescimento, no qual se conseguiu alcançar os resultados pretendidos no âmbito de todas as suas competências.

Para o próximo ano, ainda há desafios a serem enfrentados, entretanto, pretende-se seguir nesse mesmo caminho, buscando o aprimoramento da infraestrutura física do ArPDF, da gestão de documentos no âmbito do GDF, bem como do acesso à informação histórica e recuperação de informações de forma mais rápida e eficiente. Tudo isso se dará por meio de ações que promovam os avanços necessários ao bom desempenho institucional e à geração de resultados na prestação de serviços ao cidadão.

Em 2018, foram adotadas diversas ações para promover o aperfeiçoamento da gestão de documentos de arquivo, à conservação e preservação do patrimônio arquivístico histórico do Distrito Federal e sua difusão e ao acesso à informação pública.

Em 2018, foram realizadas reuniões de integração das Comissões Setoriais de Avaliação de Documentos, com o objetivo de orientar as ações de gestão de documentos, conhecer as principais demandas e fomentar a troca de experiências e boas práticas no âmbito dos órgãos setoriais. Participaram das reuniões 68 representantes de 31 órgãos e entidades do GDF.

Quanto a eliminação de documentos, em 2018, o ArPDF implantou o "Dia E", com o objetivo de fomentar a elaboração de listagem de eliminação pelos órgãos e entidades da Administração Pública do Distrito Federal. Foram convidados para participar do projeto 15 órgãos e entidades, sendo que destes, 9 aderiram ao projeto.

Houve significativa alteração no fluxo de trabalho da CCA - Comissão Central de Arquivos - em razão da interpretação do artigo 7º do Decreto nº 24.204/2003, seu campo de atuação passou a se delimitar à análise das listagens de eliminação de documentos, e das propostas de alteração de Planos de Classificação e Tabelas de Temporalidade e Destinação de documentos das áreas fim do GDF.

Dessa forma, os pedidos de aprovação dos novos Planos de Classificação e Tabelas de Temporalidade e Destinação de Documentos das áreas fim dos órgãos setoriais do SIARDF passaram a ser analisados pela equipe técnica do Arquivo Público, mudança que trouxe mais celeridade à análise dos pedidos.

O quantitativo alcançado em 2018 no que se refere às atividades desempenhadas pela Comissão Central de Arquivos do Distrito Federal - CCA DF foram: Reuniões do CCA 16; análise de Propostas de listagem para eliminação de documentos 5; Listagem de eliminação de documentos aprovadas 6 e Propostas de Planos de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos analisadas 2.

As atividades de tratamento e preservação do acervo foram norteadas pelo projeto de Gestão de Depósitos Textual e Cartográfico. Esse projeto abarcou as ações de organização do espaço físico, remanejamento dos fundos com a separação entre públicos e privados; limpeza e manutenção dos ambientes, mobiliário e embalagens; organização do acervo; adoção de medidas de conservação preventiva, elaboração de inventário topográfico com endereçamento dos fundos nos respectivos depósito textual, cartográfico e audiovisual; monitoramento das condições climáticas dos ambientes e elaboração do Relatório Consolidado de Gestão dos Depósitos Textual e Cartográfico.

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Dotar o Governo de mecanismos que ampliem a capacidade de execução e de gestão para resultados.

PROGRAMA TEMÁTICO:
6204 – ATUAÇÃO LEGISLATIVA

OBJETIVO GERAL:

Promover a cidadania por meio da instituição de políticas públicas, da representação popular, do exercício da função fiscalizadora e demais prerrogativas legais.

OBJETIVO ESPECÍFICO

O Programa Temático é composto de 01 objetivo específico, conforme seguem abaixo:

Unidade Responsável/Objetivo Específico

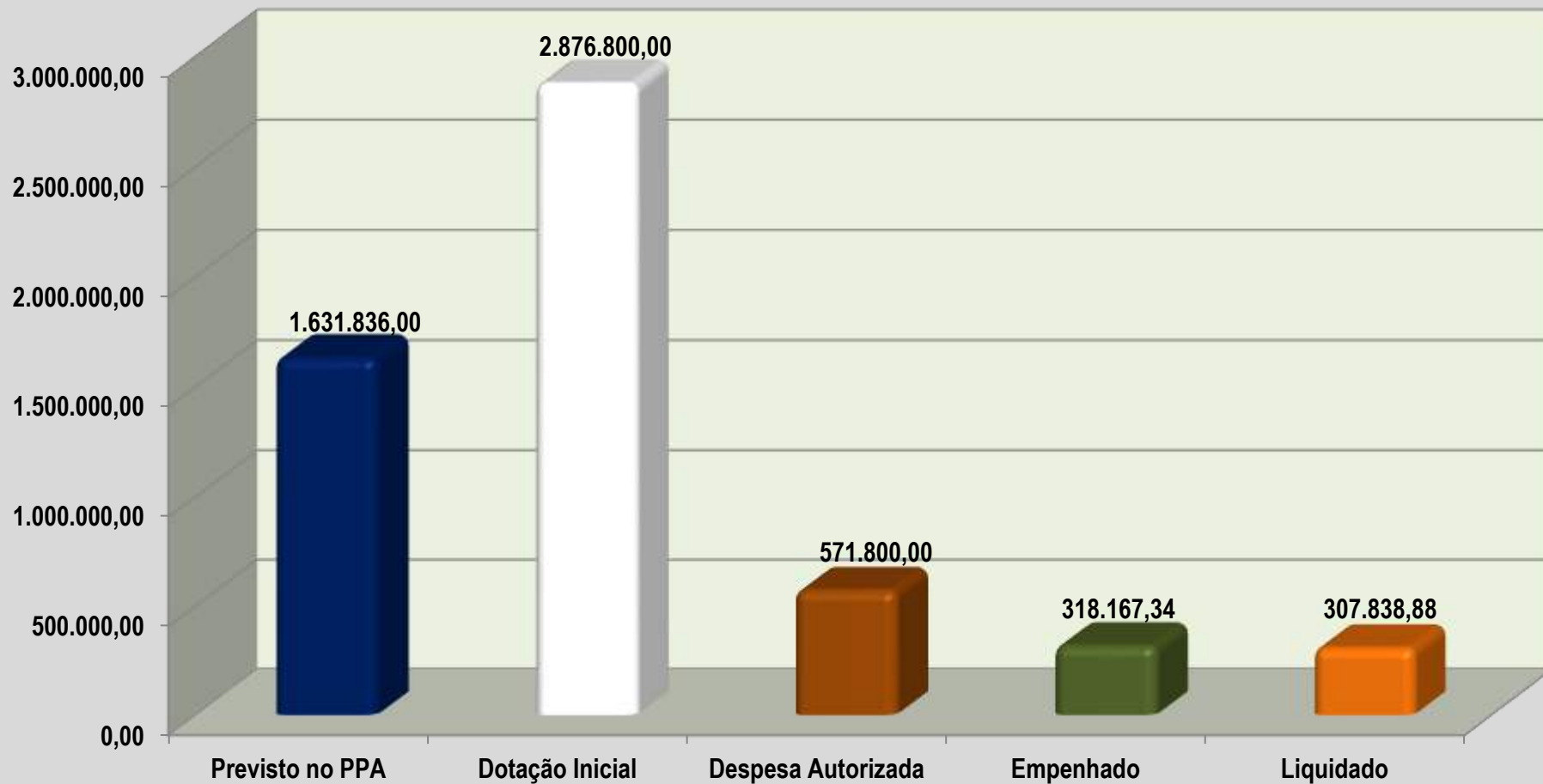
01.101 – CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL - CLDF

001 – Promover a cidadania, por meio da instituição de políticas públicas, da representação popular, da produção de leis, do exercício da função fiscalizadora e demais prerrogativas legais.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA FINANCEIRA POR PROGRAMA E AÇÃO (Valores em Reais)

AÇÃO	PPA	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	% EMP/PPA	% LIQ/PPA
4143 - EXECUÇÃO DE PROJETOS DE EDUCAÇÃO POLÍTICA PELA CLDF	642.656,00	630.800,00	400.800,00	290.919,07	290.919,07	45	45
4192 - DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE CAPTAÇÃO E TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES PELA OUVIDORIA DA CLDF	139.180,00	40.000,00	5.000,00	391,27	119,81	0	0
4193 - PROMOÇÃO DE EVENTOS DE INTEGRAÇÃO DA CLDF COM A SOCIEDADE	850.000,00	2.206.000,00	166.000,00	26.857,00	16.800,00	3	2
TOTAL GERAL DO PROGRAMA 6204 (ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL)	1.631.836,00	2.876.800,00	571.800,00	318.167,34	307.838,88	19	19

Programa 6204 - Atuação Legislativa (Valores em Reais)



OBJETIVO ESPECÍFICO:

001 – Promover a cidadania, por meio da instituição de políticas públicas, da representação popular, da produção de leis, do exercício da função fiscalizadora e demais prerrogativas legais.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO OBJETIVO ESPECÍFICO:

01.101 – CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL - CLDF

Análise Quantitativa

COD PROG	PROGRAMA	COD OBJ	Nº META	DESCRIÇÃO DA META	META ATÉ 2019 (A)	UNID DE MEDIDA	FORMA DE APURAÇÃO	TENDÊNCIA	2016 (B)	2017 (C)	2018 (D)	2019 (E)	% DE ALCANCE TOTAL (F/A)
6204	ATUAÇÃO LEGISLATIVA	1	1	Desenvolver capacidades de formulação, avaliação e aprimoramento de políticas públicas; (CLDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	82,8	88,8	94,6		94,6
6204	ATUAÇÃO LEGISLATIVA	1	2	Criar e aperfeiçoar mecanismos de aproximação da CLDF com a população; (CLDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	85,6	95,7	98,7		98,7
6204	ATUAÇÃO LEGISLATIVA	1	3	Desenvolver estratégias de captação de informações junto à população, construção de indicadores de participação popular, transparência e resolubilidade das demandas; (CLDF)	100	%	ACUM	MAIOR, MELHOR	104,4	112,8	124,2		124,2

Análise Qualitativa**1. Desenvolver capacidades de formulação, avaliação e aprimoramento de políticas públicas (CLDF);****2016**

Ocorreu aumento na quantidade de eventos relativos a reuniões ordinárias, reuniões extraordinárias, sessões ordinárias e leis aprovadas em 2016 relativamente a 2015. Por outro lado, ocorreu redução de 33% no número de projetos de lei apresentados tendo em vista ter sido a meta fixada sobre os quantitativos do primeiro ano da legislatura.

2017

Em 2017, foram atingidos 88,8% da meta 1, um avanço frente os 82,8% alcançados no ano anterior, resultado obtido graças a um aumento da ordem de 70% do número de leis aprovadas em relação a 2015, incluídos Projetos de Lei Ordinária, Projetos de Lei Complementar, Projetos de Emenda à Lei Orgânica, Projetos de Decreto Legislativo e Projetos de Resolução.

2018

Em 2018, os indicadores legislativos registram nova tendência de alta, contribuindo para atingimento de 94,6% da meta. Dentre os indicadores de eficiência, 78,05% dos Projetos de Lei apresentados foram aprovados, aumento de 12% frente a 2017. Já o número de proposições aprovadas registrou tempo médio de aprovação – 1,27 meses – significativamente reduzido em

comparação a 2015, primeiro ano da legislatura, que registrou tempo médio de 14,39 meses para aprovação, o que indica um aumento significativo na eficiência do processo de tramitação legislativa. 90,63% dos projetos aprovados, além disso, resultaram em Leis substantivas – isto é, produto legislativo perfeito, não tendo sofrido veto total, revogação ou declaração de inconstitucionalidade, o que reflete alta de 11% na comparação com 2017. Por último, apesar da redução no número de Sessões Plenárias e Reuniões Ordinárias e Extraordinárias realizadas, o ano contou com a realização de duas Comissões Parlamentares de Inquérito – a CPI da Pedofilia e a CPI da Saúde, o que também contribuiu para o atingimento da meta estabelecida.

2. Criar e aperfeiçoar mecanismos de aproximação da CLDF com a população (CLDF);

2016

O total de audiências públicas, comissões gerais, sessões solenes, solenidades e reuniões com a comunidade reduziu-se em aproximadamente em 14%, tendo em vista a intensificação das atividades em relação a meta 1 em 2016.

2017

No que se refere à promoção da participação popular, observou-se um aumento no número de solenidades, sessões solenes, seminários e reuniões com a comunidade, os quais foram apenas parcialmente compensados pela redução de 12 audiências públicas e 6 Comissões Gerais.

2018

Através da implementação do Plano de Transparência e Participação, a Câmara Legislativa conta, em 2018, com uma nova gama de formas de comunicação e participação, aproximando cidadãos ao Parlamento: o Portal e-Democracia de participação virtual, a TV Legislativa, que ao longo de 2018 transmite sessões plenárias, reuniões de comissões, audiências públicas, e outros eventos, ao vivo e gravados; a Câmara em Movimento, que garante a participação presencial através da descentralização geográfica das Sessões Plenárias da CLDF, e o Laboratório Hacker de Inovação – LabHinova. Em 2018 a Câmara em Movimento descentraliza as Sessões Plenárias para 9 cidades em 2018, conta com a participação de 1955 cidadãos e resulta em 723 proposições analisadas referentes a 92 demandas prioritárias definidas pelas comunidades, qualificando, através do processo legislativo, a atuação do parlamento local. O Laboratório Hacker de Inovação – LabHinova, também contribui para o engajamento cidadão no parlamento distrital, com espaço físico dotado de infraestrutura para receber as pessoas, inaugurado em 2017, recebendo reuniões e eventos em 2018. Essa participação presencial do cidadão complementa o espaço virtual criado pelo Portal e-Democracia da CLDF, que proporciona uma plataforma para participação popular à distância em Audiências Públicas, um espaço de discussão virtual com Parlamentares e Comissões e também o WikiLegis, uma ferramenta para contribuições por escrito em Projetos de Lei em tramitação.

3. Desenvolver estratégias de captação de informações junto à população, construção de indicadores de participação popular, transparência e resolubilidade das demandas; (CLDF)

2016

O percentual observado em 2016 superou a meta de participação 2,5% da população para aquele exercício tendo sido registrada quantidade de demandas correspondentes 3,4 % da população no ano em que se encerrou. Os indicadores de transparência e de resolubilidade atingiram percentuais superiores a 85% o que indica um desempenho institucional satisfatório no que se refere a resolução dos questionamentos dos cidadãos, o que, não obstante pode ser aperfeiçoado

2017

Os indicadores de Transparência, Resolubilidade e Participação Popular registraram avanço em 2017 frente a 2016, resultado que se reflete em indicadores muito próximos a 100% nos dois primeiros casos. No caso da Participação Popular, a CLDF tem emvidado esforços para que um percentual cada vez mais expressivo da população seja atendida pela Ouvidoria, cuja meta estabelecida em 2015 foi superada em significativos 43,6%.

2018

Em 2018, destaca-se uma sensível melhoria na meta de transparência e participação popular na CLDF que demonstra crescente conscientização política do cidadão, mas também a crescente capacidade da CLDF de engajá-lo. O Portal da CLDF foi modernizado, para incluir as seis principais ações do Plano de Transparência e Participação em 2018: Transparência Passiva e Ouvidoria e Transparência Ativa com o Portal de Dados Abertos, além dos portais de participação popular, destacados anteriormente. Como principais resultados destacamos o aumento não apenas nas solicitações de informação com base na Lei Nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação, mas também do indicador de resolubilidade da totalidade das demandas (informação, denúncia, elogio, manifestação, reclamação, solicitação e sugestão) feitas à Ouvidoria, que atingiu 97,6%. O Serviço Eletrônico de Informações ao Cidadão (e-Sic) foi licitado e começa a ser implantado em 2018, devendo produzir resultados a partir de 2019. A Política de Dados Abertos começa a ser implantada em 2018, e o primeiro conjunto de Dados Parlamentares Abertos são publicados, incluindo as Emendas Orçamentárias, a Execução Orçamentária, as Verbas Indenizatórias e os Projetos de Lei.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Código	Indicador Descrição	Unidade Medida	Índice mais Recente	Data de Apuração	2016 Desejado	2016 Alcançado	2017 Desejado	2017 Alcançado	2018 Desejado	2018 Alcançado	2019 Desejado	Fonte Informação
1460	EVENTOS DO PROJETO CIDADÃO DO FUTURO(ENSINO FUNDAMENTAL)	%	97,14	30/11/2014	100	173	100	336,6	100	93,4	100	Relatório da ELEGIS CLDF / UO 01101 / OE 1
1461	EVENTOS DO PROJETO JOVEM CIDADÃO (ENSINO MÉDIO)	%	13,33	30/11/2014	100	127	100	50	100	101,3	100	Relatório da ELEGIS CLDF / UO 01101 / OE 1
1462	EVENTOS DO PROJETO CIDADANIA PARA TODOS (TERCEIRA IDADE)	%	50	30/11/2014	100	50	100	50	100	0	100	Relatório da ELEGIS CLDF / UO 01101 / OE 1)
1463	SEMINÁRIOS/CICLO DE PALESTRAS (SOCIEDADE)	%	100	30/11/2014	100	33	100	150	100	105,8	100	Relatório da ELEGIS CLDF / UO 01101 / OE 1
1464	CURSO DE EDUCAÇÃO POLÍTICA (SOCIEDADE)	%	150	30/11/2014	100	100	100	550	100	104	100	Relatório da ELEGIS CLDF / UO 01101 / OE 1
1465	INDICADOR DE TRANSPARÊNCIA (Item alterado, conforme Lei nº 6061/2017 de Revisão do PPA 2016-2019)	%	0	31/12/2016	70	31	100	98,4	100	98,3	100	CLDF / UO 01101 / OE 1
1466	INDICADOR DE RESOLUBILIDADE	%	90	31/12/2014	100	86	100	96,53	100	96,52	100	CLDF / UO 01101 / OE 1
1467	INDICADOR DE PARTICIPAÇÃO POPULAR (Item alterado, conforme Lei nº 6061/2017 de Revisão do PPA 2016-2019)	%	0,0249	31/12/2014	1,5	0,04	0,0251	0,0359	0,0252	0,0252	0,0253	CLDF / UO 01101 / OE 1

Justificativas 2016

Indicador 1460 - Foram realizadas 52 edições do Projeto Cidadão do Futuro, representando 173% do programado, com participação de 4702 estudantes do ensino fundamental e 310 professores. Foram realizadas palestras sobre os 3 Poderes, com ênfase nas funções da Câmara Legislativa e do Deputado Distrital, por Consultores Técnico-Legislativos da ELEGIS; visita orientada ao Plenário; e distribuição de Kit Cidadão composto por mochila contendo, bloco de anotações, caneta e marcador de página.

Indicador 1461 - Foram realizadas 38 edições do Projeto Jovem Cidadão, representando 127% do programado, com participação de 2675 estudantes e 05 professores do ensino médio e 242 estudantes e 10 professores de três instituições de nível superior. Nesse projeto também foi realizada palestra sobre os 3 Poderes, com ênfase nas funções da Câmara Legislativa e do Deputado Distrital, por Consultores Técnico-Legislativos da ELEGIS; visita orientada ao Plenário; e distribuição de Kit Cidadão.

Indicador 1462 - Foi realizada 01edição do Projeto Cidadania para Todos, representando 50% do programado, com 16 participantes da Ação Social Comunitária AFMA, de Taguatinga Norte. Foi realizada palestra sobre as funções da Câmara Legislativa e do Deputado Distrital e sobre a legislação do DF referente a idoso, por Consultora Técnico-Legislativa da ELEGIS.

Indicador 1463 - Consiste em realização de seminários e ciclo de palestras sobre temas de interesse geral que podem contribuir para a educação política e para as funções legiferante e fiscalizadora, e Cursos de Educação Política, com conteúdos relacionados a Estado e Sociedade, Poderes de Estado, Sistemas de Governo, Sistema Político, Representação Política, História e Autonomia Política do DF, Teorias da Escolha Social, Orçamento e outros afins. Esse foi o único projeto que ficou abaixo do desejado.

Indicador 1464 - Consiste em um programa na TV Distrital de debate entre estudantes dos ensinos médio e superior com Deputados Distritais sobre temas relacionados a políticas sociais e públicas, democracia, representatividade, papel do Parlamentar, função da Câmara Legislativa e outros de interesse coletivo afetos ao Legislativo.

Indicador 1465 - No ano de 2016, foram contabilizadas 1030 demandas. O número de demandas em relação a 2015 manteve-se no mesmo nível, porém, considerando os eventos "Câmara em Movimento" realizados conclui-se que a participação por iniciativa própria da população foi maior em 2016.

Indicador 1466 - Com relação ao número de demandas solucionadas, ao longo do exercício de 2016, constatamos que o resultado alcançado atingiu um percentual abaixo do esperado. Essa situação deve ser imputada à falta de recursos tecnológicos e humanos para captação e tratamento de informações.

Indicador 1467 - Com relação ao indicador Participação Popular, constatamos que este ficou muito abaixo do esperado, indicando que foi superestimado e que deve ser futuramente revisto.

Justificativas 2017

Indicador 1460 - Foram realizadas 101 edições do Projeto Cidadão do Futuro, representando 336,6 % do programado, com participação de 6097 estudantes do ensino fundamental e 44 professores.

Indicador 1461 - Foram realizadas 15 edições do Projeto Jovem Cidadão (ensino médio e superior), representando apenas 50% do programado, com participação de 898 alunos, sendo 85 de nível superior, além de 39 professores, sendo destes 2 de nível superior. Ressalte-se que, devido à extensão do currículo que compõe o ensino médio, é difícil sensibilizar alunos e professores daquele nível a participarem desse tipo de evento.

Indicador 1462 - Foi realizada apenas uma edição do Projeto Cidadania para Todos, representando 50% do programado, contando com a participação de 80 cidadãos (todos situados na faixa da 3ª idade). As dificuldades de locomoção desse público-alvo contribuíram para que o resultado desejado não fosse alcançado.

Indicador 1463 - Foram realizados 4 seminários ao longo do ano, a saber: Fórum de Combate à Corrupção; Mais Mulheres na Política; Renovação Política e Transparência Pública - Você faz parte.

Indicador 1464 - Foram realizadas 11 edições do Projeto Polis, representando 550% do programado, contando com a participação de 595 cidadãos. Constatou-se um incremento do número de participantes devido à redefinição do conteúdo do projeto, que passou a incluir temas com conteúdo relacionados a Estado e Sociedade; Poderes de Estado; Sistemas de Governo; Sistema Político; Representação Política; História e Autonomia Política do DF; Teoria da Escolha Social e Orçamento.

Indicador 1465 - O indicador deve refletir o grau de transparência alcançado pela Ouvidoria no efetivo atendimento às demandas de acesso à informação, especificamente no que se refere aos procedimentos previstos na Lei nº 12.527/2011 e no Ato da Mesa Diretora da CLDF nº 57/2016.

Indicador 1466 - Este indicador engloba todos os tipos de demandas recebidas pela Ouvidoria. Acrescenta-se que as demandas oriundas de órgãos externos são consideradas finalizadas assim que formalmente respondidas. As demais demandas são consideradas atendidas quando respondidas diretamente pela Ouvidoria ou pelas respectivas unidades organizacionais da CLDF. Em que pese não ter sido alcançado o resultado desejado, constata-se que houve um aumento em relação ao ano anterior.

Indicador 1467 - Com relação a este indicador, constatou-se que o resultado se situou acima do esperado, considerando, inclusive, que houve o registro do crescimento da população em referência à última aferição.

Justificativas 2018

Indicador 1460 - Para o exercício de 2018 foi prevista a participação de 6900 estudantes nas atividades ligadas ao Projeto Cidadão do Futuro, destinado aos alunos da rede de ensino fundamental do DF. Foram efetivamente atendidos 6449 alunos, alcançando-se o índice de 93,4% no atingimento da meta estabelecida para o ano encerrado.

Indicador 1461 - Para o exercício de 2018 foi prevista a participação de 1900 estudantes no projeto Jovem Cidadão, tendo sido efetivamente atendidos 1925 alunos da rede de ensino, alcançando-se o índice de 101,3% no atingimento da meta estabelecida para o ano encerrado.

Indicador 1462 - O projeto Cidadania para Todos visa promover eventos informativos ao público da Terceira Idade. Como em 2018 não houve demanda nesse projeto por parte da sociedade, também não houve execução.

Indicador 1463 - No exercício de 2018, a meta prevista era atender 500 participantes, tendo alcançado um total de 529 participantes distribuídos em 3 seminários promovidos pela Escola do Legislativo.

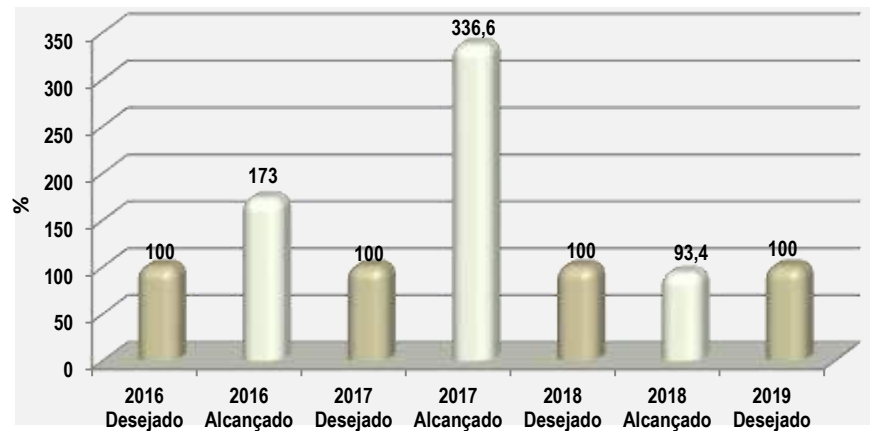
Indicador 1464 - Para o exercício de 2018 foram previstos 50 participantes nos projetos de Educação Política, tendo sido efetivamente atendidos 52 pessoas em dois eventos ao longo do exercício.

Indicador 1465 - O indicador se manteve praticamente inalterado em relação ao ano anterior, superando a marca de 98% de efetivo atendimento a pedidos de informação formulados pela população.

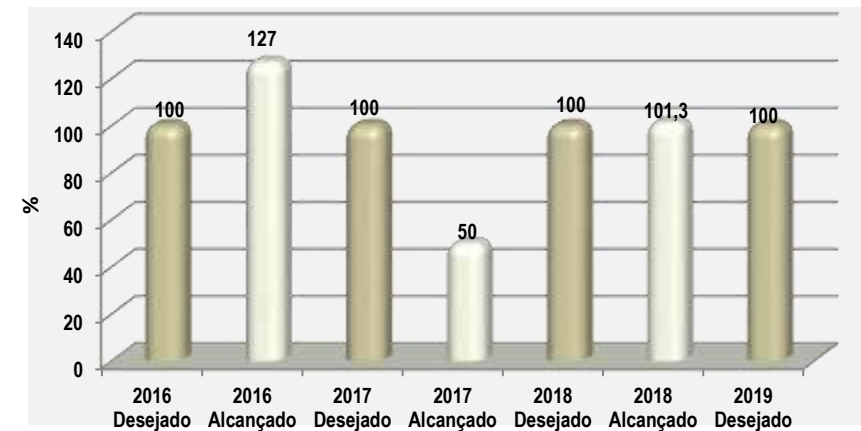
Indicador 1466 - O indicador se manteve praticamente inalterado em relação ao ano anterior, em marca superior a 96% de atendimentos das demandas recebidas.

Indicador 1467 - O resultado alcançado para o indicador em 2018 equivale a 0,0322% da população atendida, um avanço de 27,7% em relação ao índice projetado para o exercício, o que reflete um aprimoramento nos serviços de atendimento às demandas apresentadas pela população pelas áreas competentes da Casa.

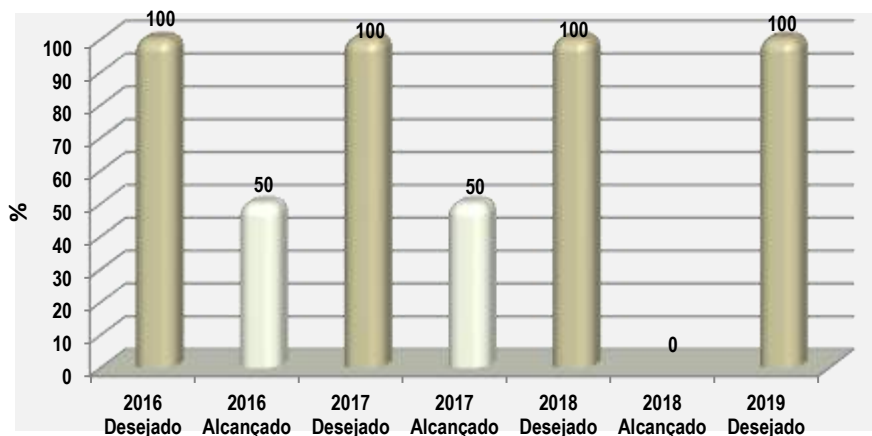
EVENTOS DO PROJETO CIDADÃO DO FUTURO (ENSINO FUNDAMENTAL)



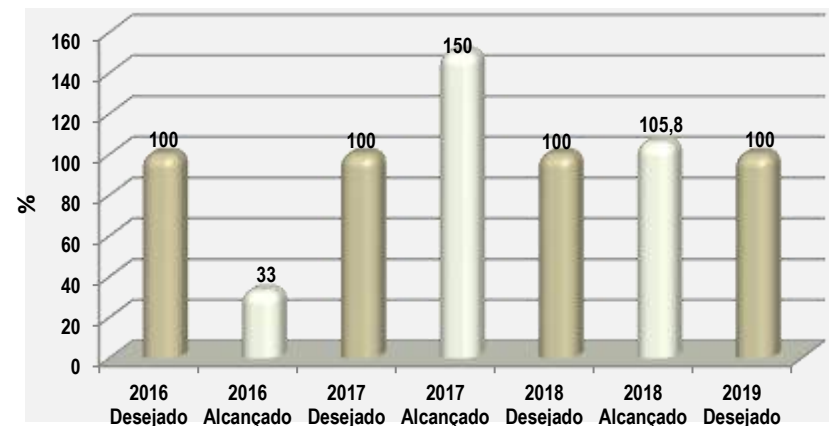
EVENTOS DO PROJETO JOVEM CIDADÃO (ENSINO MÉDIO)



EVENTOS DO PROJETO CIDADANIA PARA TODOS (TERCEIRA IDADE)



SEMINÁRIOS/CICLO DE PALESTRAS (SOCIEDADE)



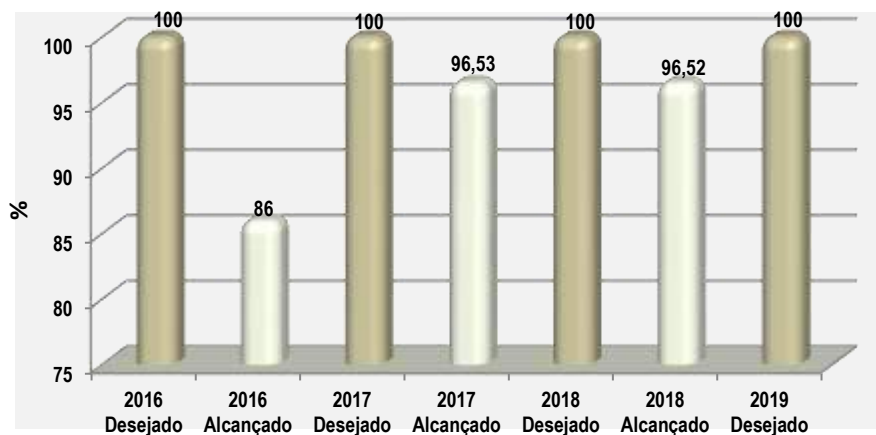
CURSO DE EDUCAÇÃO POLÍTICA (SOCIEDADE)



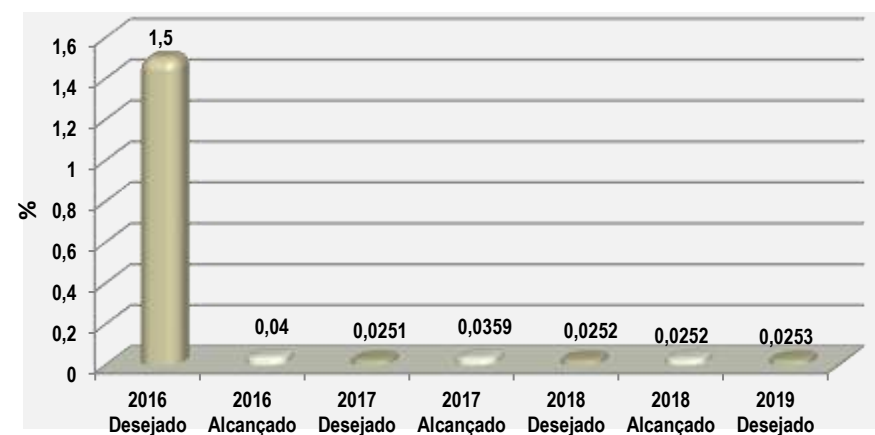
INDICADOR DE TRANSPARÊNCIA



INDICADOR DE RESOLUBILIDADE



INDICADOR DE PARTICIPAÇÃO POPULAR



ANÁLISE DAS AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
6204	1	1	Exercício da representação política com participação da sociedade; (CLDF)	1101	100	<p>2016 Por tratar-se de ação cujos resultados são de difícil mensuração atribui-se percentual de 100% de implementação por ter sido o desempenho institucional considerado altamente satisfatório, no que se refere aos objetivos não orçamentários originalmente propostos.</p> <p>2017 Atribuiu-se 100% conforme ano anterior</p> <p>2018 Trata-se de ação cujos resultados são de difícil mensuração, e por esse motivo atribui-se o percentual de 100% de implementação, como nos anos anteriores. A participação da sociedade no processo legislativo foi aprimorada e modernizada, sobretudo através do Programa Conhecendo o Parlamento, cujas 122 edições com 1.925 participantes representaram 203% do planejado e trouxeram para a CLDF públicos de diferentes idades; e do Plano de Transparência e Participação, cuja implementação foi iniciada em 2018. Neste último, ações para engajamento do cidadão no processo legislativo incluem a implantação da plataforma Wiki Legis de coparticipação popular na elaboração de Projetos de Lei, a atuação do Laboratório Hacker de Inovação - LabHinova; o Projeto Câmara em Movimento, realizado em 9 cidades com a presença de 1955 cidadãos. Finalmente, ressaltamos o alto grau de Resolubibilidade de Demandas de Cidadãos alcançado (97,61%).</p>
6204	1	2	Fortalecimento da democracia e da cidadania; (CLDF)	1101	100	<p>2016 - Por tratar-se de ação cujos resultados são de difícil mensuração atribui-se percentual de 100% de implementação por ter sido o desempenho institucional considerado altamente satisfatório, no que se refere aos objetivos não orçamentários originalmente propostos.</p> <p>2017 Atribuiu-se 100% conforme ano anterior</p> <p>2018</p>

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						Trata-se de ação cujos resultados são de difícil mensuração, e por esse motivo atribui-se o percentual de 100% de implementação, como nos anos anteriores, considerando um desempenho institucional altamente satisfatório. Destacam-se ações de educação política e educação para a cidadania do Programa Câmara Legislativa e Cidadania , que contabilizou 7 eventos de grande porte com diversos parceiros – incluindo o II Congresso de Direito Eleitoral de Brasília , a II Semana Legislativa pela Mulher , o Seminário "Reconhecimento de Diferenças na Escola no Contexto de Vulnerabilidades da Democracia" , além da própria ambientação dos novos Deputados Distritais, eleitos em 2018
6204	1	3	Tomar-se referência na discussão das estratégias e políticas públicas para o DF; (CLDF)	1101	100	2016 Por tratar-se de ação cujos resultados são de difícil mensuração atribui-se percentual de 100% de implementação por ter sido o desempenho institucional considerado altamente satisfatório, no que se refere aos objetivos não orçamentários originalmente propostos. 2017 Atribuiu-se 100% conforme ano anterior 2018 Atribuiu-se 100%, pelos motivos elencados acima. Destacam-se as novas tecnologias de interação com a sociedade para o debate de políticas públicas, implantadas sob a égide do Programa e-Cidadania , que conta atualmente com três módulos: Audiências Interativas (acompanhamento ao vivo de Audiências Públicas, com participação à distância dos cidadãos); Expressão (debates públicos ocorrendo concomitantemente nos ambientes virtual e presencial), e Wiki Legis (elaboração de projetos de lei elaborados com a coparticipação dos cidadãos). As políticas públicas da área de saúde foram extensamente debatidas com a sociedade, tanto no âmbito da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, por meio da realização de Audiências Públicas Quadrimestrais para apresentação, pelo Secretário de Estado de Saúde do DF, dos Relatórios de Gestão da pasta, quanto no âmbito da CPI da Saúde.
6204	1	4	Produção de leis para o desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida; (CLDF)	1101	100	2016 Por tratar-se de ação cujos resultados são de difícil mensuração atribui-se percentual de 100% de implementação por ter sido o desempenho institucional considerado altamente satisfatório, no que se refere aos objetivos não orçamentários originalmente propostos. 2017 Atribuiu-se 100% conforme ano anterior 2018 Atribuiu-se o percentual de 100% de implementação por ter sido o desempenho institucional considerado altamente satisfatório, sobretudo devido ao aumento do grau de eficiência legislativa (alta porcentagem de proposições aprovadas e redução significativa no tempo médio de sua tramitação legislativa) e de qualidade da produção legislativa (baixo índice de aplicação de veto total, revogação ou declaração de inconstitucionalidade).
6204	1	5	Acompanhamento e fiscalização, com independência dos atos do Poder Executivo; (CLDF)	1101	100	2016 Por tratar-se de ação cujos resultados são de difícil mensuração atribui-se percentual de 100% de implementação por ter sido o desempenho institucional considerado altamente satisfatório, no que se refere aos objetivos não orçamentários originalmente propostos. 2018. Atribuiu-se 100%, conforme justificativa apresentada na análise referente ao ano de 2016
6204	1	6	Monitoramento e avaliação de políticas públicas com foco em resultados; (CLDF)	1101	100	2016 Por tratar-se de ação cujos resultados são de difícil mensuração atribui-se percentual de 100% de implementação por ter sido o desempenho institucional considerado altamente satisfatório, no que se refere aos objetivos não orçamentários originalmente propostos. 2017 Atribuiu-se 100% conforme ano anterior 2018 Atribuiu-se 100%, conforme justificativa apresentada na análise referente ao ano de 2016.
6204	1	7	Aprimoramento do processo de debate sobre políticas públicas com a sociedade; (CLDF)	1101	100	2016 Por tratar-se de ação cujos resultados são de difícil mensuração atribui-se percentual de 100% de implementação por ter sido o desempenho institucional considerado altamente satisfatório, no que se refere aos objetivos não orçamentários originalmente propostos. 2017

COD PROG	COD OBJ	Nº AÇÃO NÃO ORÇAM.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO NÃO ORÇAMENTÁRIA	UO RESP.	IMPLEM. ATÉ 2018 (%)	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO
						Atribuiu-se 100% conforme ano anterior 2018 Atribuiu-se 100%, conforme justificativa apresentada na análise referente ao ano de 2016.
6204	1	8	Garantia da transparência da ação parlamentar. (CLDF)	1101	100	2016 - Por tratar-se de ação cujos resultados são de difícil mensuração atribui-se percentual de 100% de implementação por ter sido o desempenho institucional considerado altamente satisfatório, no que se refere aos objetivos não orçamentários originalmente propostos. 2017 Atribuiu-se 100% conforme ano anterior 2018 Por tratar-se de ação cujos resultados são de difícil mensuração atribui-se percentual de 100% de implementação por ter sido o desempenho institucional considerado altamente satisfatório. Através da implementação do Plano de Transparência e Participação , a Câmara Legislativa conta, em 2018, com uma nova gama de formas de comunicação e participação, aproximando os cidadãos do Parlamento. Ações direcionadas para a transparência dividiram-se em Transparência Passiva e Ouvidoria e Transparência Ativa com o Portal de Dados Abertos . O grau de Transparência Passiva alcançado (98,58%), é destaque da primeira ação; enquanto o Portal de Dados Abertos publicou o primeiro conjunto de Dados Parlamentares Abertos, incluindo as Emendas Orçamentárias, a Execução Orçamentária, as Verbas Indenizatórias e os Projetos de Lei, com destaque não apenas para o número de acessos, mas também ao trabalho desenvolvido no LabHInova – Laboratório Hacker de Inovação junto à sociedade, incluindo o HackDay das Emendas Parlamentares, que geraram ideias de novos aplicativos que permitam à população leiga acompanhar as emendas ao orçamento através de seus smartphones.

Análise dos Resultados dos Objetivos Específicos

2016/2018

Os objetivos específicos relacionados à Unidade Orçamentária da Câmara Legislativa do Distrito Federal caracterizam-se pela obediência aos princípios da autonomia, independência e harmonia do Poder Legislativo, bem como do exercício constitucionalmente instituído de suas funções de fiscalização, legiferação e representação.

Além disso, a CLDF identifica-se como local de defesa do interesse coletivo e de aprimoramento e normatização das políticas públicas, em um contexto democrático garantido pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Distrito Federal.

Para tanto, utiliza-se do processo legislativo na discussão e deliberação das proposições formuladas pelos Deputados Distritais ou pelo Poder Executivo, exercendo, ainda, atividade de fiscalização do funcionamento da Administração Pública, os quais, plenamente exercidos, contribuem decididamente para o aprimoramento da consciência cidadã, o desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal e o fortalecimento da democracia.

Com o intuito de possibilitar o acompanhamento, por gestores e pela sociedade, das atividades que buscam ao atingimento de tais objetivos, a Câmara Legislativa vem empenhando esforços no sentido de fazer constar no Plano Plurianual os resultados obtidos em cada uma das três metas propostas, buscando a satisfação de seu papel social de produção e aperfeiçoamento legislativo e de fiscalização da Administração Pública.

Para isso, tomou-se como referência o exercício de 2015, último ano do Plano Plurianual anterior, buscando-se, no quadriênio 2016-2019, privilegiar o aprimoramento qualitativo da produção legislativa, de atividades de fiscalização e da promoção de uma relação cada vez mais transparente com a sociedade, muito embora os resultados quantitativos também tenham sido satisfatórios ao fim do primeiro ano de vigência do PPA atual.

Conforme se observa dos dados acerca das metas e ações, verificam-se elevados os indicadores de participação popular, de produção legislativa e dos mecanismos de transparência, evidenciando-se que, apesar de eventuais imperfeições, a instituição tem sido bem sucedida em seu objetivo de promover a cidadania e a participação popular na elaboração e acompanhamento das políticas públicas, aprimorando-se a representação popular e propiciando um ambiente cada vez mais democrático de promoção de bem estar ao cidadão.

No ano de 2017, a Câmara Legislativa do Distrito Federal obteve um desempenho geral de 99,1% das metas alcançadas, ao passo que, em 2016, o alcance foi de 85,9% dos objetivos planejados. Tal aprimoramento deveu-se a um maior número de projetos de lei apresentados e aprovados, à maior ocorrência de eventos de promoção da participação popular, assim como pela maior eficiência no atendimento das demandas de cidadãos que acionam a instituição em busca de informação.

Esses números demonstram um expressivo ganho de eficiência nas atividades institucionais ao longo do exercício, tendo em vista que o gasto no Programa Atividade Legislativa foi de R\$ 307.417,56 em 2016, enquanto que, em 2017, os gastos foram reduzidos a R\$ 237.300,39.

O exercício de 2018 foi marcado pelo foco na transparência – tanto ativa quanto passiva – da atuação parlamentar, bem como pela implementação de uma nova gama de meios de comunicação e participação da sociedade no processo legislativo, resultando no claro fortalecimento da democracia e na aproximação dos cidadãos de Brasília ao seu Parlamento. A implementação do Plano de Transparência e Participação, com estabelecimento do Portal e-Cidadania; a continuidade dos Programas Conhecendo o Parlamento e Câmara Legislativa e Cidadania; o aprimoramento do debate sobre políticas públicas através da interação entre participações presenciais e virtuais e a fiscalização da gestão da área da saúde levaram a uma sensível melhoria dos indicadores relacionados às ações não orçamentárias da CLDF. Apesar de o último ano da legislatura passada contabilizar a aprovação de um número menor de proposições, os indicadores legislativos refletem um aumento na eficiência na aprovação de leis ordinárias, além de um aumento de qualidade nas leis aprovadas, com redução significativa do número de leis que sofreram vetos totais, revogação ou declaração de inconstitucionalidade.

ANEXOS

Execução Orçamentária e Financeira - 2018

Programas Temáticos, Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, (Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, Orçamento de Investimentos das Estatais e Fundo Constitucional - inclui programa 0001 e 9999)

PROGRAMA	AÇÃO	PPA 2018	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	% EMP/PPA	% LIQ/PPA
0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	129.502.031,00	459.355.107,05	458.554.189,72	457.553.780,71	#DIV/0!	#DIV/0!
	9002 - RETORNO DE FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DO SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO	0,00	0,00	240.000,00	240.000,00	240.000,00	#DIV/0!	#DIV/0!
	9003 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA EM EMPRESAS DO DISTRITO FEDERAL	0,00	119.401.300,00	170.385.472,00	102.887.047,21	102.887.047,21	#DIV/0!	#DIV/0!
	9004 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL	0,00	3.116.250.562,00	4.225.875.105,75	4.225.875.105,75	4.225.803.203,51	#DIV/0!	#DIV/0!
	9009 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE MULTAS DE TRÂNSITO	0,00	300.000,00	203.281,76	203.281,76	203.281,76	#DIV/0!	#DIV/0!
	9029 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - EXTERNA	0,00	97.646.344,00	112.436.769,35	109.384.897,35	109.384.897,35	#DIV/0!	#DIV/0!
	9030 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA	0,00	494.943.123,00	441.197.373,85	441.197.373,84	441.197.373,84	#DIV/0!	#DIV/0!
	9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	0,00	168.423.242,00	227.428.749,49	227.305.152,86	202.657.060,84	#DIV/0!	#DIV/0!
	9035 - COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA DE EX-EMPREGADO DE EMPRESA ESTATAL - LEI DISTRITAL Nº 701/94	0,00	18.443.730,00	17.266.405,19	17.266.405,19	17.266.405,19	#DIV/0!	#DIV/0!
	9037 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA	0,00	283.608,00	291.705,20	291.705,20	291.705,20	#DIV/0!	#DIV/0!
	9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	0,00	250.045.236,00	147.286.133,04	146.034.606,15	145.319.987,64	#DIV/0!	#DIV/0!
	9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	197.922.054,00	338.210.194,74	324.544.480,61	314.836.174,98	#DIV/0!	#DIV/0!
	9055 - TARIFAS E ENCARGOS FINANCEIROS	0,00	715.833,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	#DIV/0!
	9064 - APORTE ANTECIPADO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNCIONAMENTO DA DF - PREVICOM	0,00	0,00	5.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00	#DIV/0!	#DIV/0!
	9096 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA RELATIVA AO INSS E PASEP	0,00	15.910.533,00	7.340.864,09	7.340.864,09	7.312.039,14	#DIV/0!	#DIV/0!
9097 - RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS	0,00	861.789.360,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	#DIV/0!	
9100 - NOMEAÇÕES DECORRENTES DE CONCURSOS PÚBLICOS	0,00	62.473.170,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	#DIV/0!	
9106 - APOIO FINANCEIRO A CANDIDATO EM CURSO DE FORMAÇÃO	0,00	1.870.000,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	#DIV/0!	
TOTAL GERAL DO PROGRAMA(ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL)		0,00	5.535.920.126,00	6.152.517.161,51	6.066.125.109,73	6.029.952.957,37	#DIV/0!	#DIV/0!
6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOL	1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	34.136.526,00	20.773.602,00	19.735.374,22	4.090.685,22	3.991.777,40	12	12
	1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	48.678.137,00	58.673.636,00	52.198.581,00	0,00	15.752.077,26	0	32
	1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	7.133.695,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	16.381.208,00	18.701.738,00	9.118.671,73	5.120.613,30	4.758.675,56	31	29
	1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	16.654.293,00	1.673.000,00	1.666.000,00	-	-	0	0
	2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	34.215.576,00	36.609.454,00	35.835.407,46	9.307.807,46	8.015.306,85	27	23
	2422 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	784.995,00	520.000,00	496.217,10	496.217,10	496.167,10	63	63
	2554 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	39.966.936,00	19.544.212,00	15.931.800,25	12.931.800,25	12.248.742,41	32	31
	2595 - ADMINISTRAÇÃO NA SUA QUADRA	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0

PROGRAMA	AÇÃO	PPA 2018	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	% EMP/PPA	% LIQ/PPA
	2619 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	664.000,00	100.000,00	9.750,00	9.750,00	9.750,00	1	1
	2984 - MANUTENÇÃO DA FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS	2.490,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	25.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3086 - AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	1.200.000,00	1.820.500,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3201 - IMPLANTAÇÃO DE CENTROS ESPECIAIS DE PRÁTICAS TECNOLÓGICAS	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	30.000,00	450.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	17.816.284,00	2.290.000,00	4.091.000,00	-	57.701,81	0	0
	3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	2.499.499,00	501.000,00	596.728,20	596.728,20	593.971,26	24	24
	3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	5.569.726,00	24.235.289,00	20.493.995,33	12.093.474,54	11.192.655,43	217	201
	3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	15.140.000,00	4.324.000,00	1.556.000,00	-	718.535,32	0	5
	3995 - DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS EMPRESARIAIS	13.000.000,00	49.203.000,00	53.832.000,00	-	30.496.922,80	0	235
	4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	6.060.016,00	1.591.690,00	1.181.609,48	1.181.609,48	1.165.120,08	19	19
	4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	115.000,00	10.000,00	2.960,00	2.960,00	2.960,00	3	3
	4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	1.588.726,00	220.000,00	36.675,49	36.675,49	29.195,49	2	2
	4231 - TRATAMENTO DE ACERVO DOCUMENTAL	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	1.600.346.648,00	1.359.867.187,00	1.385.715.086,78	1.385.485.373,12	1.383.564.120,63	87	86
	8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	231.134.665,00	156.579.230,00	154.724.109,32	153.592.645,00	153.001.123,09	66	66
	8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	14.618.781,00	5.417.010,00	3.299.840,13	3.296.992,49	2.875.097,76	23	20
	8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	315.738.080,00	191.362.500,00	164.616.381,36	132.757.333,17	123.882.851,89	42	39
	ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS ESTATAIS	111.288.714,00	116.163.636,00	113.343.581,00	0,00	47.025.237,19	0	42
	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	2.313.342.567,00	1.838.333.412,00	1.811.794.606,85	1.721.000.664,82	1.705.827.514,95	74	74
	TOTAL GERAL DO PROGRAMA 6001 (ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL+ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO)	2.424.631.281,00	1.954.497.048,00	1.925.138.187,85	1.721.000.664,82	1.752.852.752,14	71	72
6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL	1001 - CONSTRUÇÃO DE CRECHES	2.000.000,00					0	0
	1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	44.113.036,00	7.154.691,00	3.480.564,81	3.480.564,81	3.095.764,81	8	7
	1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	100.000,00	10.156,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	12.197.426,00	4.520.556,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	63.668.575,00	52.657.856,00	91.486.778,65	91.313.189,47	77.400.195,06	143	122
	2422 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	2.700.000,00	4.700.000,00	4.700.000,00	3.408.205,77	3.008.205,77	126	111
	2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	32.746.058,00	25.493.178,00	26.731.800,48	24.948.703,29	20.233.627,91	76	62
	2570 - AUXÍLIO MORADIA	175.638.759,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2619 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2884 - (EP) VETADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	#DIV/0!
	3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	9.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3086 - AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	1.617.826,00	146.080,00	195.144,00	195.144,00	191.344,00	12	12
	3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	3.708.258,00	620.218,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	4052 - PLANO DE SEGURO DE VIDA E ACIDENTE PESSOAL	2.111.745,00	1.344.000,00	1.219.331,14	1.219.331,14	1.219.331,14	58	58
	4057 - ASSISTÊNCIA MÉDICA	72.446.400,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	5.872.260,00	2.555.598,00	888.870,00	750.432,00	546.409,71	13	9
	4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	525.000,00	376.000,00	256.000,00	256.000,00	217.153,73	49	41
	6195 - CONCESSÃO DE PLANO DE SAÚDE AOS SERVIDORES	1.000,00	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0	0
	8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	6.978.292.158,00	6.466.615.705,00	6.813.816.846,09	6.802.972.369,02	6.777.789.683,37	97	97
	8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	910.189.573,00	505.248.725,00	596.698.618,43	596.219.672,54	596.194.008,43	66	66

PROGRAMA	AÇÃO	PPA 2018	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	% EMP/PPA	% LIQ/PPA
	8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	16.983.000,00	11.328.000,00	15.055.294,35	15.055.294,35	10.552.380,77	89	62
	8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	589.917.264,00	435.196.557,00	609.774.229,31	606.494.997,21	490.722.566,45	103	83
	FUNDO CONSTITUCIONAL DO DF (SEGURANÇA PÚBLICA, SAÚDE E EDUCAÇÃO)	8.539.305.114,00	7.338.121.102,78	6.795.134.057,26	6.795.131.379,36	6.792.732.680,35	80	80
	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	8.926.178.338,00	7.518.318.320,00	8.164.304.477,26	8.146.313.903,60	7.981.170.671,15	91	89
	TOTAL GERAL DO PROGRAMA 6002 (ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL+FCDF)	17.465.483.452,00	14.856.439.422,78	14.959.438.534,52	14.941.445.282,96	14.773.903.351,50	86	85
6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO P	1006 - REFORMA E BENFEITORIAS NO EDIFÍCIO SEDE DA CLDF	550.000,00	2.065.000,00	2.065.000,00	594.060,00	106.865,48	108	19
	1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	19.841.000,00	23.656.322,00	16.324.899,82	12.678.471,91	9.221.161,00	64	46
	1767 - PROMOÇÃO DO DISTRITO FEDERAL EM ÂMBITO INTERNACIONAL	380.000,00	100.000,00	101.298,98	101.298,98	91.249,22	27	24
	1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	979.078,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	280.090,00	4.658.614,00	3.657.235,00	3.657.235,00	1.393.452,69	1.306	498
	2042 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES DA CLDF	27.600.000,00	37.386.771,00	53.787.959,00	49.020.763,29	31.149.036,43	178	113
	2386 - MODERNIZAÇÃO DO CONTROLE EXTERNO	350.000,00	110.000,00	64.296,00	64.296,00	64.296,00	18	18
	2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	14.627.305,00	11.605.951,00	9.085.658,43	8.825.341,63	6.971.919,68	60	48
	2414 - PARTICIPAÇÃO DA CÂMARA LEGISLATIVA EM INSTITUIÇÕES LIGADAS ÀS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO	155.000,00	143.400,00	118.400,00	113.891,04	104.775,12	73	68
	2422 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	23.722.965,00	20.935.000,00	13.132.847,88	13.132.847,02	12.788.196,34	55	54
	2484 - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	4.840.000,00	13.002.920,00	11.244.032,00	11.244.032,00	10.119.864,73	232	209
	2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	14.767.440,00	17.983.516,00	6.786.234,94	5.517.964,98	4.931.884,89	37	33
	2578 - CERIMONIAL DO GOVERNADOR	290.000,00	570.000,00	262.831,88	142.831,88	28.630,95	49	10
	2619 - ATENÇÃO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	10.713.637,00	1.003.500,00	371.962,00	301.826,08	299.831,90	3	3
	2901 - MODERNIZAÇÃO E EDIÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL	5.548.264,00	2.690.756,00	1.450.000,00	1.450.000,00	1.036.285,40	26	19
	2984 - MANUTENÇÃO DA FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS	46.674.479,00	32.203.333,00	30.137.173,94	30.137.173,94	30.137.173,94	65	65
	2990 - MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO GDF	450.000.000,00	298.018.151,00	401.997.493,52	401.997.493,52	401.838.972,70	89	89
	3087 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE	252.707,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	250.000,00	46.000,00	92.993,39	62.993,39	60.103,39	25	24
	3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	13.642.490,00	13.015.537,00	309.031,00	309.030,95	282.241,30	2	2
	3943 - REFORMA DO ANEXO DO PALÁCIO DO BURITI	6.600.000,00	5.895.896,00	914.008,86	914.008,86	680.275,72	14	10
	4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	6.484.824,00	6.394.563,00	4.191.199,09	4.113.572,52	4.085.225,42	63	63
	4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	12.525.262,00	8.181.786,00	4.408.537,42	4.408.537,42	3.974.347,11	35	32
	6195 - CONCESSÃO DE PLANO DE SAÚDE AOS SERVIDORES	2.604.656,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	7325 - REALIZAÇÃO DE INTERCÂMBIO E COOPERAÇÃO TÉCNICA	60.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	2.338.039.945,00	1.782.448.494,00	1.647.888.580,50	1.638.742.229,67	1.629.075.987,10	70	70
	8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	111.453.439,00	128.778.466,00	120.771.425,89	118.923.922,98	118.310.713,11	107	106
	8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	42.037.737,00	34.794.000,00	24.980.737,00	24.005.857,89	12.282.119,78	57	29
	8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	170.878.029,00	128.665.516,00	101.145.946,88	95.504.651,44	85.849.349,30	56	50
	9044 - CONSÓRCIO BRASIL CENTRAL	1.000.000,00	1.900.000,00	1.900.000,00	1.900.000,00	1.900.000,00	190	190
	09051 - PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	9083 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO	50.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
		TOTAL GERAL DO PROGRAMA 6003 (ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL)	3.327.348.347,00	2.576.523.492,00	2.457.189.783,42	2.427.864.332,39	2.366.783.958,70	73
6202 - BRASÍLIA SAUDÁVEL	1141 - REFORMA DO HEMOCENTRO	1.002.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	21.000.000,00	10.104.000,00	4.621.267,66	4.607.667,85	3.784.980,75	22	18
	1743 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	60.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	7.500.000,00	3.000.000,00	1.236.687,94	1.128.611,94	523.450,94	15	7
	2060 - ATENDIMENTO DE URGÊNCIA PRÉ-HOSPITALAR	13.000.000,00	5.269.152,00	13.023.589,62	5.767.654,80	4.384.989,16	44	34

PROGRAMA	AÇÃO	PPA 2018	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	% EMP/PPA	% LIQ/PPA
	2083 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO	50.000,00	10.000,00	7.241,78	7.241,78	7.241,78	14	14
	2119 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	300.000,00	50.000,00	421,08	421,08	421,08	0	0
	2145 - SERVIÇOS ASSISTENCIAIS COMPLEMENTARES EM SAÚDE	155.000.000,00	195.755.692,00	257.241.154,51	235.313.560,09	146.672.301,57	152	95
	2175 - FOMENTO À PESQUISA	450.000,00	50.000,00	442.550,00	442.550,00	442.550,00	98	98
	2230 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO	2.248.289,00	29.783,00	17.673,17	17.673,17	17.673,17	1	1
	2554 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	866.000,00	50.000,00	48.916,29	48.916,29	48.916,29	6	6
	2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	6.625.000,00	22.060.000,00	14.534.744,34	14.382.365,34	8.278.981,58	217	125
	2581 - LOGÍSTICA PARA ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MÉDICO- HOSPITALARES	3.000.000,00	5.136.000,00	1.344.711,81	1.344.711,81	1.026.698,48	45	34
	2585 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA REDE DE ATENÇÃO AO USUÁRIO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS	7.500.000,00	6.000.000,00	2.563.398,30	1.929.435,14	1.061.976,00	26	14
	2596 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DO LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA	4.100.000,00	5.578.110,00	3.217.493,57	2.894.790,47	1.485.326,52	71	36
	2598 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR	1.400.000,00	1.400.000,00	35.446,61	3.425,61	2.916,87	0	0
	2601 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL	2.600.000,00	4.511.645,00	299.533,43	299.533,43	299.533,43	12	12
	2602 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	4.700.000,00	2.270.184,00	1.457.645,43	814.209,93	716.961,10	17	15
	2605 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICAS	2.900.000,00	2.899.000,00	754.423,00	459.186,00	459.186,00	16	16
	2610 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS	4.000.000,00	2.506.000,00	2.256.000,00	1.437.934,76	923.551,41	36	23
	2654 - TRATAMENTO E MANEJO DE RESÍDUOS DE SAÚDE	4.667.000,00	3.374.149,00	4.885.924,00	4.468.615,54	3.662.757,24	96	78
	2655 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO EM SAÚDE	26.045.142,00	12.625.851,00	12.782.484,08	12.782.484,08	8.432.840,98	49	32
	2811 - CAPTAÇÃO DE DOADORES, COLETA E PROCESSAMENTO DE SANGUE	8.455.000,00	7.466.000,00	8.016.564,00	6.333.549,97	6.131.042,00	75	73
	2812 - ANÁLISES LABORATORIAIS NAS AMOSTRAS DE SANGUE DE DOADORES	13.509.255,00	8.407.000,00	6.607.000,00	6.015.875,08	5.932.106,19	45	44
	02876 - (EP) CAPTAÇÃO DE DOADORES DE TECIDOS, ÓRGÃOS E PARTES DO CORPO HUMANO PARA FINS DE TRANSPLANTE E TRATAMENTO	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2885 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	77.495.148,00	59.899.700,00	82.064.222,04	80.868.977,49	42.661.235,01	104	55
	2899 - CONTRATUALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO	173.609.311,00	180.645.287,00	148.197.588,78	142.793.799,70	127.736.562,00	82	74
	3009 - CONSTRUÇÃO DE SEDE DE CONSELHO	600.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3012 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA RESÍDUOS DE SAÚDE	1.500.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3025 - REFORMA DE BASES DO SAMU	500.000,00	1.000.000,00	146.126,00	0,00	0,00	0	0
	3028 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA	2.500.000,00	50.000,00	15.802.487,00	1.007.030,89	1.007.030,89	40	40
	3109 - REFORMA DO NÚCLEO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA	59.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3135 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	36.800.000,00	20.029.600,00	8.231.164,68	4.393.013,07	3.224.156,17	12	9
	3136 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	720.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3140 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	28.690.000,00	123.598.888,00	867.322,19	719.117,19	648.942,19	3	2
	3141 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	8.000.000,00	5.020.000,00	27.541.426,00	18.288.917,43	18.288.916,84	229	229
	3153 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	500.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3154 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	400.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3155 - REFORMA DE UNIDADE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	3.360.000,00	2.300.000,00	5.073.780,00	4.503.780,00	3.948.587,13	134	118
	3165 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL	647.936,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3166 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3173 - CONSTRUÇÃO DAS BASES DO SAMU	1.520.000,00	240.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3222 - REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	17.000.000,00	30.394.841,00	2.864.394,00	0,00	0,00	0	0
	3223 - REFORMA DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	35.000.000,00	18.198.058,00	32.882.979,35	6.740.022,26	4.605.327,70	19	13
	3224 - REFORMA DE UNIDADES DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL	2.000.000,00	520.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3225 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL	9.500.000,00	580.000,00	1.014.525,90	173.861,57	173.861,57	2	2
	3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	6.302.330,00	24.687.840,00	13.457.912,00	7.294.254,78	1.309.337,80	116	21

PROGRAMA	AÇÃO	PPA 2018	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	% EMP/PPA	% LIQ/PPA
	3642 - (EP)CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA UTI NO HOSPITAL REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	650.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3663 - CONSTRUÇÃO DO POSTO DE SAÚDE DO CURRALINHO EM BRAZLÂNDIA	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3664 - CONSTRUÇÃO DO POSTO DE SAÚDE DO INCRA 08 EM BRAZLÂNDIA	2.300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3680 - AMPLIAÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR DE SAÚDE - CRDF	1.557.062,00	10.000,00	2.227.128,00	0,00	0,00	0	0
	3689 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE APOIO	10.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	60.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	4054 - ANÁLISES LABORATORIAIS NAS AMOSTRAS DE SANGUE DE PACIENTES	13.509.000,00	9.016.000,00	10.836.000,00	9.172.266,54	9.122.743,77	68	68
	4060 - BANCO DE SANGUE DE CORDÃO UMBILICAL E PLACENTÁRIO	1.569.000,00	2.407.000,00	2.007.000,00	952.789,45	928.099,45	61	59
	4068 - ALIMENTAÇÃO ESPECIAL E NUTRIÇÃO NA INTEGRALIDADE DO SUS	23.600.000,00	18.548.346,00	16.380.074,64	15.501.665,47	13.408.027,69	66	57
	4081 - PROCEDIMENTOS HEMOTERÁPICOS NA HEMORREDE	4.562.000,00	4.439.000,00	4.289.000,00	2.447.976,95	2.207.869,88	54	48
	4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	1.100.000,00	200.000,00	9.208.232,19	71.744,18	71.744,18	7	7
	4091 - APOIO A PROJETOS	20.000,00	5.000,00	4.004.463,00	0,00	0,00	0	0
	4133 - ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DE ADOLESCENTES EM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM REGIME FECHADO	936.882,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	4137 - CONTRATUALIZAÇÃO DOS HOSPITAIS DE ENSINO	14.376.970,00	10.424.198,00	3.728.388,00	2.558.651,97	165.083,55	18	1
	4138 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE SERVIÇOS SOCIAIS	200.000,00	825.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	4145 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES INTEGRADAS DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	3.700.000,00	1.400.000,00	249.972,49	114.493,03	99.493,03	3	3
	4165 - QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	800.000,00	547.000,00	4.153.793,00	2.167.917,51	1.634.347,51	271	204
	4166 - PLANEJAMENTO E GESTÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA	17.000.000,00	11.000.000,00	16.149.999,97	16.149.999,97	16.091.965,00	95	95
	4205 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	150.076.525,00	139.303.874,00	143.013.695,06	132.677.460,03	96.603.909,67	88	64
	4206 - EXECUÇÃO DE CONTRATOS DE GESTÃO	129.329.540,00	80.515.000,00	128.120.719,33	128.120.719,33	118.774.540,06	99	92
	4208 - DESENVOLVIMENTOS DAS AÇÕES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	105.000.000,00	59.355.230,00	21.534.050,00	11.834.458,94	5.975.568,10	11	6
	4215 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA	2.677.573,00	3.500.000,00	8.168.101,09	7.237.596,79	5.592.040,45	270	209
	4216 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS	262.354.894,00	207.338.763,00	243.081.709,21	242.583.450,26	197.439.944,83	92	75
	4225 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO ÀS REDES DE SAÚDE	16.000.000,00	31.622.766,00	35.729.311,29	25.122.335,47	19.033.914,38	157	119
	4226 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES NAS UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA	9.700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	4227 - FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO HOSPITALAR	108.606.789,00	120.000.000,00	137.930.929,48	137.930.929,48	119.300.863,89	127	110
	6016 - FORNECIMENTO DE APARELHOS DE ÓRTESES E PRÓTESES	24.369.048,00	36.189.638,00	20.451.434,50	19.153.389,26	15.167.752,92	79	62
	6049 - ATENÇÃO À SAÚDE BUCAL	3.495.109,00	4.588.135,00	4.061.928,00	1.162.273,60	384.223,34	33	11
	6052 - ASSISTÊNCIA VOLTADA À ATENÇÃO DOMICILIAR	24.000.000,00	18.500.000,00	23.975.008,86	23.499.328,91	15.392.882,23	98	64
	6055 - ASSISTÊNCIA À SAÚDE NO SISTEMA PRISIONAL	3.903.950,00	98.790,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	6.000.000,00	1.900.000,00	2.818.796,69	2.394.961,04	2.381.785,49	40	40
	9038 - CONCESSÃO DE BOLSA DOCENTE-COLABORADOR	354.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	9060 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA	549.120,00	255.150,00	436.050,00	436.050,00	436.050,00	79	79
	9083 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO	54.508.386,00	77.291.557,00	87.713.167,57	87.713.167,57	87.713.167,57	161	161
	9108 - CONCESSÃO DE BOLSA MONITORIA	86.400,00	44.000,00	59.680,00	59.680,00	59.680,00	69	69
	FUNDO CONSTITUCIONAL DO DF (Saúde)	1.914.289,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	1.683.879.370,00	1.606.441.227,00	1.603.867.430,93	1.436.346.494,29	1.125.886.056,83	85	67
	TOTAL GERAL DO PROGRAMA 6202 (ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADES SOCIAL+ FCDF)	1.685.793.659,00	1.606.441.227,00	1.603.867.430,93	1.436.346.494,29	1.125.886.056,83	85	67
6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	1072 - EXECUÇÃO DA PPP DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO DF	279.518.182,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	1329 - GESTÃO DE PROCEDIMENTOS ARQUIVÍSTICOS	18.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	33.442.018,00	19.104.517,00	14.559.522,61	11.619.896,86	11.577.920,31	35	35
	1692 - IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - CETIC	24.501.795,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	1988 - IMPLANTAÇÃO DE CASAS COMUNITÁRIAS	35.763,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0

PROGRAMA	AÇÃO	PPA 2018	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	% EMP/PPA	% LIQ/PPA
	2415 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE GESTÃO INTEGRADA - CGI	50.828.343,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2465 - PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DOCUMENTAL DO DF E RIDE	23.500,00	203.000,00	223.973,98	44.769,58	44.769,58	191	191
	2499 - EXPRESSO DA CIDADANIA	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2502 - MANUTENÇÃO DA CASA DA CIDADANIA	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	31.285.063,00	32.409.474,00	22.614.284,11	22.614.284,11	19.113.486,05	72	61
	2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	10.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2895 - INCENTIVO AS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO, LANÇAMENTO E COBRANÇA ADMINISTRATIVA	100.000,00	6.442.500,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2912 - ESTUDOS E PESQUISAS SÓCIO-ECONÔMICAS	161.705,00	786.446,00	1.215.465,92	1.215.465,92	1.215.465,92	752	752
	2985 - MANUTENÇÃO DA REDE GDF - NET / INTERNET	1.300.000,00	2.974.675,00	5.388.443,41	4.618.321,83	4.618.321,83	355	355
	3042 - REALIZAÇÃO DE CONSULTORIAS TÉCNICAS EM GESTÃO PÚBLICA	1.443.854,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	8.675.000,00	287.333,00	370.980,00	370.980,00	0,00	4	0
	3069 - DESENVOLVIMENTO DE PLATAFORMAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOGRÁFICAS	43.443,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	03086 - AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	2.300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3102 - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO A GESTÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS - PNAFM	7.100.000,00	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3104 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO FAZENDÁRIO DO DF - PRODEFAZ-PROFISCO	4.100.000,00	36.058.414,00	39.726.715,50	38.567.219,03	26.068.853,20	941	636
	3667 - EDUCAÇÃO FISCAL	500.053,00	217.590,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	40.225,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	6.994.412,00	4.689.610,00	1.785.591,66	1.460.591,66	1.460.591,66	21	21
	3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	5.315.484,00	835.433,00	11.550,00	11.550,00	11.550,00	0	0
	4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	44.220,00	3.443.457,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	4090 - APOIO A EVENTOS	100.000,00	1.780.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	4093 - CONTROLE, CORREIÇÃO E TRANSPARÊNCIA NAS APLICAÇÕES DOS RECURSOS PÚBLICOS	31.000,00	50.000,00	572.225,00	572.225,00	563.725,00	1.846	1.818
	4105 - ESTUDOS, ANÁLISES E ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS SOCIAIS	129.524,00	404.896,00	18.480,46	18.480,46	18.480,46	14	14
	4180 - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS	251.694,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	5.812.983,00	316.333,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	4949 - MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO	11.818.479,00	13.799.122,00	21.080.911,20	21.080.911,20	19.597.097,79	178	166
	5098 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE REFORÇO INSTITUCIONAL - "PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II"	14.200.000,00	2.350.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	5119 - IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE DE GERENCIAMENTO "PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II"	5.422.630,00	2.453.353,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	5126 - MODERNIZAÇÃO DA REDE GDF - NET/INTERNET	40.020.000,00	18.935.340,00	14.404.418,97	14.217.017,36	14.217.017,36	36	36
	6057 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	1.077.840,00	13.000.000,00	346.602,22	346.602,22	52.800,00	32	5
	6066 - AÇÃO DE INCENTIVO A ARRECADAÇÃO E EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA - PINAT	11.092.699,00	15.465.000,00	29.999.890,54	29.999.890,54	26.422.432,66	270	238
	6195 - CONCESSÃO DE PLANO DE SAÚDE AOS SERVIDORES	4.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	79.712.746,00	84.579.322,00	69.783.299,97	69.783.299,97	68.316.151,39	88	86
TOTAL GERAL DO PROGRAMA 6203 (ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL)		633.181.155,00	266.327.315,00	222.102.355,55	216.541.505,74	193.298.663,21	34	31
6204 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA	4143 - EXECUÇÃO DE PROJETOS DE EDUCAÇÃO POLÍTICA PELA CLDF	642.656,00	630.800,00	400.800,00	290.919,07	290.919,07	45	45
	4192 - DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE CAPTAÇÃO E TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES PELA OUVIDORIA DA CLDF	139.180,00	40.000,00	5.000,00	391,27	119,81	0	0
	4193 - PROMOÇÃO DE EVENTOS DE INTEGRAÇÃO DA CLDF COM A SOCIEDADE	850.000,00	2.206.000,00	166.000,00	26.857,00	16.800,00	3	2

PROGRAMA	AÇÃO	PPA 2018	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	% EMP/PPA	% LIQ/PPA
TOTAL GERAL DO PROGRAMA 6204 (ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL)		1.631.836,00	2.876.800,00	571.800,00	318.167,34	307.838,88	19	19
6206 - CIDADE DO ESPORTE E LAZER	1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	441.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	1745 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	7.955.014,00	25.167.332,00	2.026.086,62	2.026.085,09	1.062.930,16	25	13
	1745 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES		10.000,00	69.000,00	-	-	#DIV/0!	#DIV/0!
	1950 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	8.184.989,00	3.807.023,00	1,00	0,00	0,00	0	0
	1950 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	1.442.000,00	28221000	23931400	-	1964553,59	0	136
	2024 - APOIO AO DESPORTO E LAZER	2.622.050,00	1.401.000,00	3.211.351,31	3.011.350,23	2.695.027,64	115	103
	2425 - MANUTENÇÃO DE ESTÁDIOS DESPORTIVOS	2.325.085,00	3.062.458,00	2.253.468,97	2.031.919,94	1.819.140,15	87	78
	2474 - MANUTENÇÃO DE PRAÇA DE ESPORTE E CULTURA	110.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	441.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2631 - APOIO AO COMPETE BRASÍLIA	915.050,00	3.300.000,00	5.629.952,46	5.629.952,46	4.538.248,32	615	496
	2875 - PROJETO BOLEIROS	6.500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3023 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC	1.297.074,00	7.849.294,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3047 - IMPLANTAÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	611.000,00	4.520.000,00	3.922.325,15	3.922.324,93	3.356.800,39	642	549
	3048 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	591.814,00	2.425.500,00	700.000,00	700.000,00	344.376,93	118	58
	3048 - REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	100.000,00	10.000,00	4.000,00	-	-	0	0
	3175 - IMPLANTAÇÃO DE MUSEU	110.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3440 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES	1.921.787,00	10.129.956,00	3.872.628,00	2.935.427,75	1.378.126,77	153	72
	3440 - REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES		10.000,00	3.000,00	-	-	#DIV/0!	#DIV/0!
	3507 - BRASÍLIA CIDADE OLÍMPICA	100.000,00	1.500.000,00	274.210,00	274.210,00	274.210,00	274	274
	3596 - IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA	14.124.117,00	3.992.734,00	1.699.195,73	1.699.194,74	1.489.357,54	12	11
	3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	1.728.085,00	3.250.600,00	845.033,66	829.544,47	829.543,97	48	48
	3902 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	5.334.177,00	3.551.500,00	2.232.414,00	2.232.411,02	1.224.259,38	42	23
	4035 - MANUTENÇÃO DE CENTROS ESPORTIVOS	34.959.833,00	32.481.215,00	39.652.897,49	39.652.897,49	34.636.698,06	113	99
	4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	114.480,00	155.060,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	4090 - APOIO A EVENTOS	2.133.991,00	7.344.683,00	5.637.429,79	5.637.426,17	5.586.475,04	264	262
	4091 - APOIO A PROJETOS	3.600.875,00	3.686.884,00	995.518,00	995.516,84	979.635,24	28	27
	4092 - MANUTENÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	525.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	4170 - MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS	2.574.338,00	2.300.600,00	2.043.600,00	2.043.600,00	1.892.737,75	79	74
	4177 - INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO DE ATLETAS EM EVENTOS ESPORTIVOS	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	4178 - APOIO AO ESPORTE PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS	11.025,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	5183 - REVITALIZAÇÃO DE PARQUES	820.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	7112 - CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTES	14.613.531,00	14.314.803,00	13.419.248,00	13.419.246,75	13.419.246,75	92	92
	7244 - REFORMA DE ESTÁDIO	10.446.044,00	80.000,00	35.760,00	35.760,00	13.771,17	0	0
9084 - CONCESSAO DE BOLSA ATLETA	1.957.513,00	2.018.798,00	1.763.455,16	1.763.455,16	1.679.859,69	90	86	
ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS ESTATAIS		1.542.000,00	28.251.000,00	24.007.400,00	0,00	1.964.553,59	0	127
ORÇAMENTOS FISCAL E SEGURIDADE SOCIAL		127.180.122,00	136.942.440,00	90.214.475,34	88.840.323,04	77.220.444,95	70	61
TOTAL GERAL DO PROGRAMA 6206 (ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL+ INVESTIMENTO)		128.722.122,00	165.193.440,00	114.221.875,34	88.840.323,04	79.184.998,54	69	62
6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	1176 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO BIBLIOTECA DIGITAL	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	1302 - CONSTRUÇÃO DE FEIRAS	10.280.000,00	3.734.182,00	1.001.624,39	1.001.623,76	830.819,40	10	8
	1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	221.762,00	500.000,00	574.549,00	574.548,83	52.748,84	259	24
	1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	138.832.687,00	157.883.833,00	157.883.833,00	-	27.382.252,86	0	20

PROGRAMA	AÇÃO	PPA 2018	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	% EMP/PPA	% LIQ/PPA
	1715 - IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA EM PISCICULTURA	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	1758 - REFORMA DE CENTRO DE ATENDIMENTO AO TURISTA	4.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	96.464,00	300.429,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	18.088.787,00	30.500.000,00	30.000.000,00	1.411.570,93	1.411.570,93	8	8
	1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	2.925.000,00	6.778.860,00	18.874.496,00	-	-	0	0
	2173 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	807.356,00	250.000,00	5.156.613,09	2.015.354,53	1.367.046,76	250	169
	2239 - BOLSA DO MENOR APRENDIZ	89.505,00	116.000,00	103.383,16	103.383,16	101.877,23	116	114
	2465 - PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DOCUMENTAL DO DF E RIDE	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	567.922,00	160.000,00	148.569,91	148.569,91	136.216,30	26	24
	2575 - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTÁVEL DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS	7.000.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2590 - FOMENTO A EMPREENDIMENTOS E TERRITÓRIOS CRIATIVOS	7.240.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2612 - FOMENTO À DEFESA AGROPECUÁRIA	20.000,00	16.000,00	913.609,50	473.005,01	473.005,01	2.365	2.365
	2614 - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	10.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2620 - FOMENTO ÀS ATIVIDADES RURAIS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2639 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DE PARQUE DE EXPOSIÇÕES	237.013,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2643 - FOMENTO À AGROINDUSTRIALIZAÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2661 - FORTALECIMENTO DO COOPERATIVISMO, ASSOCIATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA	200.890,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2667 - PROMOÇÃO DE AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL PARA PESSOAS VULNERÁVEIS	4.827.587,00	7.712.000,00	7.328.341,66	7.328.341,66	6.908.072,52	152	143
	2668 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA OS SEGMENTOS DO EMPREENDEDORISMO	245.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2772 - FOMENTO À DEFESA SANITÁRIA VEGETAL E ANIMAL	10.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2780 - INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL E ANIMAL	10.000,00	20.000,00	644,00	644,00	644,00	6	6
	2781 - INCENTIVO À CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2786 - DIFUSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	9.000.000,00	37.000.000,00	37.000.000,00	19.241.431,20	19.241.431,20	214	214
	2846 - RODADAS DE NEGÓCIOS DA LEI DE INCENTIVO À CULTURA	121.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2856 - IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE MICROCRÉDITO CULTURAL	300.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2873 - (EP)PROMOÇÃO E DIFUSÃO NACIONAL E INTERNACIONAL DA PRODUÇÃO DE DESIGN DO DISTRITO FEDERAL	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2885 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	42.152,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2889 - APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR	40.000,00	350.000,00	11.032.801,29	0,00	0,00	0	0
	2900 - EXPANSÃO DA OFERTA DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL PROFISSIONAL PARA JOVENS E ADULTOS	6.300.000,00	500.000,00	1.745.871,00	1.704.896,68	1.704.896,68	27	27
	2998 - MANUTENÇÃO DO PLANETÁRIO	5.351.469,00	4.400.000,00	5.124.182,18	5.124.182,18	5.037.689,28	96	94
	3032 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE DAS AVES	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3033 - INSTALAÇÃO DA TORRE DE TV DIGITAL	20.000,00	70.000,00	2.183.665,00	1.740.125,40	1.740.125,40	8.701	8.701
	3035 - REVITALIZAÇÃO DA VILA PLANALTO	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3036 - AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE CONVENÇÕES	1.000,00	50.000,00	989.197,00	321.978,46	321.978,46	32.198	32.198
	3039 - IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ARTESANATO E ARTE POPULAR BRASILEIRA	157.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3040 - REVITALIZAÇÃO DO PARQUE DA CIDADE	104.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3041 - IMPLANTAÇÃO DE POLO DE INSTALAÇÃO DE AGROINDUSTRIAS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0

PROGRAMA	AÇÃO	PPA 2018	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	% EMP/PPA	% LIQ/PPA
	3045 - INSTALAÇÃO DE PONTOS DE ATENDIMENTO	10.420.000,00	1.685.250,00	1.685.250,00	-	-	0	0
	3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	199.187,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3064 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO EMPREGA MAIS DF	250.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3066 - CONSTRUÇÃO DA ESTAÇÃO TRABALHO	230.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3074 - MELHORIAS NA SINALIZAÇÃO TURÍSTICA	54.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3087 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE	4.000,00	100.000,00	490.418,78	490.418,78	56.752,22	12,260	1.419
	3092 - IMPLANTAÇÃO DE AGENDAS AMBIENTAIS	14.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3093 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE ATENDIMENTO AO TURISTA	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3174 - BRASÍLIA CAPITAL CRIATIVA	400.000,00	120.000,00	119.414,23	88.794,40	87.996,40	22	22
	3176 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO CIDADE AEROPORTUÁRIA	4.273.986,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3191 - REFORMA DAS ESTRUTURAS FÍSICAS	9.000.000,00	1.607.900,00	1.457.900,00	-	-	0	0
	3213 - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO	304.000,00	200.000,00	168.213,00	168.212,30	168.212,30	55	55
	3226 - IMPLANTAÇÃO DA ILUMINAÇÃO DIGITAL	412.512,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3247 - REFORMA DE FEIRAS	10.390.000,00	8.748.809,00	3.853.484,00	3.839.497,27	3.298.117,54	37	32
	3247 - REFORMA DE FEIRAS	0,00	90.000,00	24.000,00	-	-	#DIV/0!	#DIV/0!
	3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	2.762.743,00	735.130,00	1.336.789,80	872.068,87	872.068,87	#REF!	#REF!
	3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	507.375,00	305.420,00	355.420,00	-	-	0	0
	3486 - PROPOSIÇÃO DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS	300.000,00	1.816.500,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3501 - REFORMA DE PONTOS DE ATENDIMENTO	7.678.519,00	6.115.925,00	6.115.925,00	-	119.300,28	0	2
	3534 - CONSTRUÇÃO DE GALPÃO	50.000,00	3.280.000,00	6.071.120,21	548.141,06	548.141,06	1,096	1,096
	3619 - REVITALIZAÇÃO DO PROJETO ORLA	13.109.501,00	100.000,00	2.020.500,00	-	-	0	0
	3676 - CAPTAÇÃO DE EVENTOS	3.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	390.000,00	901.000,00	3.915.314,32	3.915.312,86	3.915.312,86	1,004	1,004
	3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	559.300,00	410.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	500.000,00	5.762.000,00	5.536.000,00	-	5.535.929,00	0	1,107
	3936 - REVITALIZAÇÃO DA TORRE DE TV	7.000,00	100.000,00	480.952,00	480.952,00	395.548,56	6,871	5,651
	3936 - REVITALIZAÇÃO DA TORRE DE TV	0,00	10.000,00	3000	-	0	#DIV/0!	#DIV/0!
	4067 - CONCESSÃO DE BOLSA UNIVERSITÁRIA	1.000.000,00	2.376.357,00	2.376.357,00	0,00	0,00	0	0
	4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	54.000,00	461.000,00	920.533,96	920.533,46	920.533,46	1,705	1,705
	4090 - APOIO A EVENTOS	17.534.000,00	1.191.000,00	541.666,00	326.272,90	319.986,59	2	2
	4091 - APOIO A PROJETOS	250.532,00	460.000,00	531.001,00	531.000,00	31.000,00	212	12
	4102 - APOIO AO TRABALHADOR NO ÂMBITO DO SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO	3.599.719,00	7.663.985,00	2.596.615,09	2.596.615,09	2.208.543,54	72	61
	4107 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	221.762,00	192.643,00	1.562.940,09	1.458.538,86	1.164.549,33	658	525
	4115 - APOIO ÀS COMPRAS DIRETAS DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	4119 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO SETOR AGROPECUÁRIO	10.000,00	300.000,00	799.977,00	745.255,85	745.255,85	7,453	7,453
	4120 - EXECUÇÃO DE SERVIÇOS MOTOMECANIZADOS	10.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	4199 - PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DE BRASÍLIA COMO DESTINO TURÍSTICO	739.117,00	1.371.671,00	479.822,28	479.822,28	379.302,19	65	51
	4200 - SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO TURISTA	203.000,00	100.000,00	59.414,26	59.414,26	59.414,26	29	29
	4210 - GESTÃO DA ILUMINAÇÃO DIGITAL	4.000.000,00	1.052.000,00	607.551,24	607.551,24	553.393,56	15	14
	4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	20.000,00	206.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	5011 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA E INTEGRAÇÃO DA RIDE	600.000,00	5.000,00	597.094,80	597.094,80	597.094,80	100	100

PROGRAMA	AÇÃO	PPA 2018	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	% EMP/PPA	% LIQ/PPA
	5021 - MODERNIZAÇÃO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DAS ÁREAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DF - PROCIDADES	14.263.605,00	129.647.815,00	131.049.633,00	9.305.130,52	4.937.206,79	65	35
	5523 - REFORMA DE GALPÃO	53.100,00	20.000,00	49.620,00	49.620,00	49.620,00	93	93
	5832 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO CAPITAL DIGITAL	150.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	6026 - FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	130.558.830,00	135.000.000,00	128.984.094,00	3.512.050,91	3.303.166,04	3	3
	6037 - ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE PROCEDIMENTOS E PROJETOS	6.500.000,00	5.500.000,00	4.650.628,00	0,00	0,00	0	0
	8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	3.000.000,00	3.500.000,00	3.500.000,00	504.950,00	367.110,00	17	12
	9061 - FINANCIAMENTOS VINCULADOS A INCENTIVOS CREDITÍCIOS	184.368.151,00	140.000.000,00	42.622.173,42	42.622.173,42	42.622.173,42	23	23
	9062 - EMPRÉSTIMO ESPECIAL PARA O DESENVOLVIMENTO	110.000.000,00	130.300.000,00	35.128.431,66	35.128.431,66	35.128.431,66	32	32
	9081 - FINANCIAMENTO A PEQUENOS EMPREENDEDORES ECONÔMICOS	12.500.339,00	8.386.525,00	8.349.296,73	8.349.296,73	8.349.296,73	67	67
	9083 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO	18.000.000,00	25.000.000,00	25.000.000,00	15.675.319,00	2.834.319,00	87	16
	9089 - GARANTIA DE AVAL AOS PRODUTORES RURAIS	544.738,00	552.763,00	27.438,47	27.438,47	27.438,47	5	5
	9107 - APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES	240.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	9109 - APOIO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL	2.815.112,00	4.180.075,00	950.396,63	950.396,63	950.396,63	34	34
	9110 - RESSARCIMENTO A PRODUTORES RURAIS	130.706,00	135.884,00	45.056,11	45.056,11	45.056,11	34	34
	ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS ESTATAIS	169.863.581,00	180.239.188,00	191.935.824,00	0,00	33.037.482,14	0	19
	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	618.832.847,00	701.720.768,00	511.168.498,26	176.085.015,44	154.263.560,25	28	25
	TOTAL GERAL DO PROGRAMA 6207 (ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL+INVESTIMENTO)	788.696.428,00	881.959.956,00	703.104.322,26	176.085.015,44	187.301.042,39	22	24
	1085 - AQUISIÇÃO E RECUPERAÇÃO DE IMÓVEIS	6.889.000,00	54.000.000,00	148.148.000,00	-	147.651.705,25	0	2.143
	1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	0,00	21.504.000,00	53.940.011,95	20.288.936,22	17.550.953,19	#DIV/0!	#DIV/0!
	1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	25.061.000,00	24.257.000,00	14.455.335,00	-	3.085.796,50	0	12
	1213 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS	15.788.358,00	18.956.000,00	27.829.747,09	27.447.612,03	19.037.076,90	174	121
	1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	8.490.399,00	1.666.440,00	962.742,40	962.742,40	857.733,40	11	10
	1823 - IMPLANTAÇÃO DE RESERVA INDÍGENA	7.500.000,00	7.500.000,00	1.904.350,00	-	-	0	0
	1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	28.992.631,00	6.860.000,00	5.186.914,91	5.186.914,91	4.147.664,35	18	14
	1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	8.313.000,00	4210000	2863000	-	737012,06	0	9
	1994 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL	1.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	1999 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	1.000,00	10.000,00	8.882,00	8.882,00	8.882,00	888	888
	2402 - MONITORAMENTO DAS ÁREAS DO TERRITÓRIO DO DISTRITO FEDERAL	407.287,00	60.991,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2534 - MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO MONITORAMENTO AMBIENTAL	178.706,00	28.000,00	19.694,97	19.694,97	19.694,97	11	11
	2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	341.934,00	205.851,00	160.328,74	160.328,74	160.131,44	47	47
	2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	1.425.803,00	618.320,00	956.120,00	956.120,00	940.417,59	67	66
	2630 - FORTALECIMENTO DA FISCALIZAÇÃO, MONITORAMENTO E CONTROLE DO TERRITÓRIO	677.855,00	49.572,00	1.464,30	1.464,30	1.464,30	0	0
	3010 - REALIZAÇÃO DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL EM HABITAÇÃO	12.934.954,00	12.345.000,00	22.962.986,50	2.267.710,48	386.478,48	18	3
	3052 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE URBANIZAÇÃO - "PROGRAMA BRÁSILIA SUSTENTÁVEL II"	45.000.000,00	9.444.800,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3053 - EDUCAÇÃO URBANA	496.860,00	50.000,00	4.400,00	4.400,00	4.400,00	1	1
	3059 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS - PRÓ-MORADIA	35.408.379,00	35.593.670,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3089 - REQUALIFICAÇÃO E REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS	22.645.244,00	9.585.867,00	1.738.513,68	1.738.513,68	1.738.513,68	8	8
	3100 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO	15.000,00					0	0
	3144 - REALIZAÇÃO DE PARCELAMENTO RURAL	10.000,00	500.000,00	132.000,00	-	-	0	0
6208 - TERRITÓRIO DA GENTE								

PROGRAMA	AÇÃO	PPA 2018	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	% EMP/PPA	% LIQ/PPA
	3145 - APRIMORAMENTO E INTEGRAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL	278.437,00	275.000,00	118.529,25	118.529,25	118.529,25	43	43
	3160 - REGULARIZAÇÃO DE PARCELAMENTOS URBANOS	8.606.000,00	25.567.000,00	7.974.987,00	-	1.356.578,59	0	16
	3163 - REALIZAÇÃO DO MAPEAMENTO REMOTO DO TERRITÓRIO DO DF	6.912.000,00	6.912.000,00	6.249.000,00	-	2.764.472,63	0	40
	3216 - IMPLANTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO	270.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3220 - PUBLICAÇÃO DO ATLAS AMBIENTAL	1.500.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3285 - INTEGRAÇÃO DE PROCESSOS DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO	20.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	17.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3571 - MELHORIAS HABITACIONAIS	16.158.798,00	10.257.222,00	3.078.178,65	3.078.178,65	2.994.637,76	19	19
	3588 - (EP)REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÃO	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3615 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO URBANÍSTICA	26.000.000,00	11.703,00	382.918,74	382.918,74	382.918,74	1	1
	3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	2.804.375,00	1.175.954,00	122.904,51	122.904,51	122.904,51	4	4
	3941 - REFORMA DE EDIFICAÇÕES	4.831.875,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS	750.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	4011 - REGULARIZAÇÃO DE ÁREAS DE INTERESSE SOCIAL	7.000.000,00	1.700.000,00	848.910,35	848.909,44	840.376,69	12	12
	4033 - MANUTENÇÃO DO SETOR HABITACIONAL MANGUEIRAL - PPP	3.700.000,00	5.971.889,00	1.568.208,36	1.568.208,36	1.568.208,36	42	42
	4045 - GESTÃO DE POLÍTICA HABITACIONAL	2.375.278,00	10.101.280,00	281.944,88	281.944,88	95.334,89	12	4
	4053 - ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS	290.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	10.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	4095 - REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	53.263,00	30.000,00	22.679,40	22.679,40	22.679,40	43	43
	4096 - REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	73.993,00	20.000,00	19.721,60	19.721,60	19.721,60	27	27
	4109 - IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS RURAIS	10.000,00	0,00	500.000,00	508,00	508,00	5	5
	4142 - OTIMIZAÇÃO DO PLANO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE PARCELAMENTOS	1.147.437,00	51.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	4214 - IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO	290.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	5003 - CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE GEOPROCESSAMENTO	1.019.000,00	206.000,00	78.000,00	-	-	0	0
	5006 - EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA EM PARCELAMENTOS	20.268.335,00	6.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	5035 - RECUPERAÇÃO DOS CRÉDITOS DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIÁVEIS SALARIAIS - FCVS	7.000.000,00	7.000.000,00	264.174,56	264.174,56	264.174,56	4	4
	8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	110.000,00	600.134,00	358.953,34	358.953,34	277.380,00	326	252
	ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS ESTATAIS	64.310.000,00	123.152.000,00	181.804.672,00	0,00	155.595.565,03	0	242
	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	268.064.201,00	160.822.693,00	121.338.930,18	66.110.950,46	51.560.784,06	25	19
	TOTAL GERAL DO PROGRAMA 6208 (ORÇAMENTOS VFISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL+ INVESTIMENTO)	332.374.201,00	283.974.693,00	303.143.602,18	66.110.950,46	207.156.349,09	20	62
6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL	1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	156.107.993,00	341.827.747,00	256.767.076,93	147.852.653,19	138.406.522,16	95	89
	1133 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	600.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	1133 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	150.000.000,00	159.100.000,00	155.980.000,00	-	60.516.287,00	0	40
	1337 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS	105.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	1347 - CONSTRUÇÃO DE PASSARELA	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	1460 - IMPLANTAÇÃO DE RODOVIAS	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	1475 - RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	1732 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE TRANSBORDO	1.000.000,00	109.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	1763 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	769.372,00	2.883.836,00	4.970.317,00	3.376.166,01	1.826.166,01	439	237
	1766 - CONSTRUÇÃO DE RECINTOS PARA ANIMAIS NO JARDIM ZOOLOGICO	540.000,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
1768 - IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA PARA DISTRIBUIÇÃO DE GÁS	410.000,00					0	0	

PROGRAMA	AÇÃO	PPA 2018	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	% EMP/PPA	% LIQ/PPA
	1812 - MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS ELÉTRICOS, MECÂNICOS E OBRAS CIVIS DAS UNIDADES GERADORAS	480.562,00	1.500.000,00	2.085.909,00	-	1.697.618,14	0	353
	1827 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	0,00	0,00	94,00	93,80	93,80	#DIV/0!	#DIV/0!
	1827 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	64.462.002,00	60.462.000,00	57.695.000,00	-	6.454.933,29	0	10
	1831 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - CORUMBÁ	10.650.076,00	62.000.000,00	118.409.000,00	-	92.390.131,56	0	868
	1832 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	111.021.620,00	79.021.000,00	92.149.000,00	-	40.725.554,76	0	37
	1836 - AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.883.158,00	50.774.500,00	36.858.260,74	35.956.927,06	18.426.984,86	1.909	979
	1848 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA ÁREA RURAL	1.887.600,00	1.582.000,00	1.582.000,00	-	847.783,63	0	45
	1859 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE SANEAMENTO ÁGUAS LINDAS - GO	10.650.076,00	28.200.000,00	28.200.000,00	-	8.033.651,93	0	75
	1866 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA METRÔ SUSTENTÁVEL	550.000,00	480.000,00	18.348,56	18.348,56	18.348,56	3	3
	1948 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DRENAR/DF	119.197.000,00	271.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	1950 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	1.000.000,00	1.300.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	59.835,00	27.371.200,00	1.581.768,89	1.232.539,58	1.079.207,04	2.060	1.804
	1998 - PROJETO - ZÔO DE CONSCIENTIZAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	5.000,00	10.000,00	7.323,29	7.323,29	7.323,29	146	146
	2079 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PÚBLICA	319.760.484,00	350.607.032,00	428.733.578,90	428.733.578,90	391.412.786,85	134	122
	2485 - CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA FLORA	5.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2535 - GESTÃO DA FAUNA	11.855,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2536 - SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA	138.794,00	772.000,00	3.610.540,00	3.610.540,00	3.513.990,00	2.601	2.532
	2543 - PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS	268.251,00	30.000,00	250.288,98	250.288,98	250.288,98	93	93
	2551 - ATUALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO ACERVO E DOCUMENTOS AMBIENTAIS	54.267,00	18.000,00	14.336,10	14.336,10	14.336,10	26	26
	2562 - MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	622.344,00	1.014.856,00	607.622,68	607.622,68	498.009,48	98	80
	2567 - GESTÃO DE FLORA E RECURSOS FLORESTAIS	1.000,00	10.000,00	6.771,50	6.771,50	6.771,50	677	677
	2573 - CONSOLIDAÇÃO DAS ÁREAS DE AMORTECIMENTO DA EEJBB	68.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2577 - GESTÃO DO CENTRO DE EXCELENCIA DO CERRADO	20.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2580 - CONSERVAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	36.744,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2582 - MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE RECUPERAÇÃO DE RESÍDUOS - IRR	2.300.000,00	5.706.577,00	1.448.157,75	1.448.157,75	1.416.066,79	63	62
	2654 - TRATAMENTO E MANEJO DE RESÍDUOS DE SAÚDE	1.000.000,00	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2671 - MONITORAMENTO DA REDE HIDROMETEOROLÓGICA E TELEMÉTRICA DO DF	4.409.349,00	1.260.891,00	1.327.173,81	1.327.173,81	1.086.882,97	30	25
	2679 - OUTORGA DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS	100.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2683 - REGULAÇÃO DOS USOS DOS RECURSOS HÍDRICOS NO DF	1.500.000,00	876.500,00	817.026,00	110.697,79	77.797,79	7	5
	2689 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOAMBIENTAIS	3.090.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2692 - FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	360.000,00	124.127,00	216.960,51	216.960,51	216.960,51	60	60
	2695 - REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	1.575.000,00	585.763,00	365.214,42	365.214,42	365.214,42	23	23
	2699 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BRASÍLIA NOS PARQUES	450.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2701 - INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE RECUPERAÇÃO DO CERRADO.	400.000,00	10.000,00	1.140,00	1.140,00	1.140,00	0	0
	2705 - ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL PARA CONSERVAÇÃO DA FAUNA E DEFESA DOS DIREITOS ANIMAIS	115.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2717 - GESTÃO DE RISCOS CLIMÁTICOS	399.427,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2903 - MANUTENÇÃO DE REDES DE ÁGUAS PLUVIAIS	13.304.000,00	7.177.785,00	9.711.830,99	9.711.830,82	9.064.467,05	73	68
	2930 - COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA	130.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2932 - PRESERVAÇÃO DAS ÁREAS DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA E DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	166.174,00	122.915,00	87.638,77	87.638,77	87.638,77	53	53

PROGRAMA	AÇÃO	PPA 2018	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	% EMP/PPA	% LIQ/PPA
	3000 - IMPLANTAÇÃO DA BIBLIOTECA DIGITAL DO CERRADO	10.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3001 - FECHAMENTO DO ATERRO DO JÓQUEI E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL	1.200.000,00	55.891,00	5.463,34	5.463,34	5.463,34	0	0
	3002 - CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA - PEV'S	2.000.000,00	4.101.000,00	478.623,36	478.622,36	478.622,36	24	24
	3004 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS	11.200.000,00	17.074.002,00	17.677.086,58	12.026.609,20	8.376.903,47	107	75
	3004 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS	2.000.000,00	3.302.000,00	3.977.000,00	-	-	0	0
	3005 - AMPLIAÇÃO DE RODOVIAS	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3006 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE BURLE MARX	1.000.000,00	6.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3006 - IMPLANTAÇÃO DO PARQUE BURLE MARX	6.500.000,00	48.000.000,00	26.457.663,00	-	-	0	0
	3008 - IMPLANTAÇÃO DO HERBÁRIO VIRTUAL	14.000,00	10.000,00	123,00	123,00	123,00	1	1
	3013 - RECUPERAÇÃO DE UNIDADES OPERACIONAIS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	635.699,00	1.500.000,00	3.829.123,00	3.829.071,99	3.829.071,99	602	602
	3015 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3016 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES OPERACIONAIS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	600.000,00	1.500.000,00	4.024.336,44	3.959.269,17	3.959.269,17	660	660
	3023 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC	127.620.402,00	296.995.857,00	344.267.786,48	134.668.235,70	123.115.224,73	106	96
	3043 - ADEQUAÇÃO AMBIENTAL DE ÁREAS RURAIS	10.000,00	882.000,00	3.937.319,51	378.806,79	378.806,79	3.788	3.788
	3058 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - PRÓ-MORADIA	70.862.011,00	118.624.575,00	113.202.822,22	53.400.650,24	53.364.665,66	75	75
	3067 - CONSTRUÇÃO DO MUSEU DA ÁGUA	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3068 - REALIZAÇÃO DO 8º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA	3.115.038,00	18.513.444,00	19.660.361,38	19.552.757,80	19.312.307,30	628	620
	3070 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	1.000,00	1.120.000,00	204.000,00	204.000,00	204.000,00	20.400	20.400
	3076 - REALIZAÇÃO DO PROJETO VIRADA DO CERRADO	700.000,00	10.014,00	214.250,00	209.759,48	178.239,48	30	25
	3094 - AMPLIAÇÃO NA PARTICIPAÇÃO EM EMPRESAS DE ENERGIA	25.000.000,00	583.876.828,00	583.876.828,00	-	19.711.000,00	0	79
	3101 - CONSTRUÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO OESTE	1.500.000,00	101.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3122 - CONSTRUÇÃO DE COMPLEXO VETERINÁRIO	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3123 - CONSTRUÇÃO DE COMPLEXO ALIMENTAR E NUTRICIONAL	916.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3129 - REFORMA DE RECINTOS PARA ANIMAIS	520.000,00	150.000,00	20.556,00	20.556,00	10.278,00	4	2
	3159 - REALIZAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL PARA PARCELAMENTO DO SOLO	8.071.000,00	10.122.000,00	6.240.414,00	-	2.187.227,37	0	27
	3210 - EXECUÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL	110.000,00	100.000,00	34.994,99	34.994,99	27.860,00	32	25
	3221 - IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS	290.000,00	5.278.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3247 - REFORMA DE FEIRAS	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3256 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO INTERNACIONAL DE REF. EM ÁGUA E TRANSDISCIPLINARIDADE - CIRAT	450.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3266 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO DAS ÁGUAS - ÁGUA BOA NO DF	404.919,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3489 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	25.000,00	33.000,00	11.363,00	11.363,00	11.363,00	45	45
	3584 - (EP)CONSTRUÇÃO DE CENTRO CULTURAL EM BRAZILÂNDIA	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3586 - (EP)DUPLICAÇÃO DA DF 001	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3590 - IMPLANTAÇÃO DE ADUTORAS	14.952.592,00	14.952.592,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3622 - (EP)REFORMA E REVITALIZAÇÃO DO BALNEÁRIO VEREDINHA	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3631 - (EP)IMPLANTAÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO EZECHIAS HERINGER	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3637 - (EP)IMPLANTAÇÃO DO PARQUE VIVENCIAL DO SETOR NORTE DO GAMA	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3671 - REFORMA DE CENTRO DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS	1.100.000,00	3.822.000,00	478.500,00	-	-	0	0
	3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	2.450.000,00	2.450.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3720 - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BRASÍLIA SOLAR	1.238.124,00	10.001,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3902 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	440.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0

PROGRAMA	AÇÃO	PPA 2018	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	% EMP/PPA	% LIQ/PPA
	4086 - ASSISTÊNCIA A ANIMAIS	1.686.562,00	1.670.000,00	1.376.362,64	1.376.362,64	973.429,33	82	58
	4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	4094 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS	1.490.920,00	460.000,00	389.010,00	389.009,67	384.976,04	26	26
	4098 - CONSERVAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS E BIODIVERSIDADE	1.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	4100 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL	31.117,00	100.000,00	6.153,50	6.153,50	6.153,50	20	20
	4113 - PRODUÇÃO DE MUDAS DA FLORA DO CERRADO	30.000,00	20.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	13	13
	4116 - DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL	52.650,00	50.000,00	1.069.125,04	219.082,43	219.082,43	416	416
	4119 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO SETOR AGROPECUÁRIO	3.431.385,00	3.731.385,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	4135 - FISCALIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	500.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	4136 - REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	800.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	4235 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL	200.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	5006 - EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA EM PARCELAMENTOS	125.800.000,00	206.687.000,00	147.059.270,00	-	18.560.336,97	0	15
	5076 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE SANEAMENTO AMBIENTAL - "PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II"	66.836.878,00	30.793.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	5183 - REVITALIZAÇÃO DE PARQUES	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	5695 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE PREVENÇÃO, CONTROLE E COMBATE À EROSÃO	3.066.236,00	100.000,00	4.653,51	4.653,51	4.653,51	0	0
	5713 - CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	5902 - CONSTRUÇÃO DE VIADUTO	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	7006 - MELHORIAS NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	38.161.986,00	80.608.000,00	162.196.000,00	-	62.174.058,45	0	163
	7012 - MELHORIAS NOS SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	76.126.590,00	71.735.000,00	78.232.000,00	-	25.066.504,38	0	33
	7038 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	7046 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ARMAZENAGEM E DISTRIBUIÇÃO DE GÁS	160.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	7316 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	500.000,00	51.023,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	8507 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	239.146.900,00	198.061.179,00	217.385.536,84	217.385.536,84	195.439.629,98	91	82
	8508 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	192.575.764,00	149.170.907,00	190.080.093,61	171.607.618,56	153.864.668,91	89	80
	9039 - FINANCIAMENTOS VINCULADOS À POLÍTICA AMBIENTAL	10.737,00	892,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS ESTATAIS	632.481.512,00	1.400.017.828,00	1.464.618.584,00	0,00	338.365.087,48	0	53
	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	1.393.077.981,00	1.669.058.491,00	1.665.284.614,26	1.254.708.703,73	1.131.925.788,92	90	81
	TOTAL GERAL DO PROGRAMA 6210 (ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL+ INVESTIMENTO)	2.025.559.493,00	3.069.076.319,00	3.129.903.198,26	1.254.708.703,73	1.470.290.876,40	62	73
6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	1.530.000,00	2.100.000,00	200.760,00	200.760,00	200.760,00	13	13
	1709 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	1720 - REFORMA DE UNIDADES DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	1.828.125,00	800.001,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	595.868,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2094 - PROMOÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMUNITÁRIA	283.162,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2267 - ASSISTÊNCIA AO CONSUMIDOR	2.837.619,00	2.094.140,00	260.516,52	260.516,52	260.516,52	9	9
	2268 - ASSISTÊNCIA AO IDOSO	1.287.662,00	835.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2360 - IDENTIDADE SOLIDÁRIA	87.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	41.513.200,00	68.355.036,00	55.829.388,79	55.705.388,79	37.189.321,29	134	90
	2512 - COORDENAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DA COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA	10.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2516 - COORDENAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE INCLUSÃO SOCIAL E ECONÔMICA DOS CATADORES	10.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2540 - FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO AOS PRESIDIÁRIOS	33.570.962,00	60.000.000,00	85.500.432,91	85.500.432,91	76.310.085,23	255	227
	2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	390.000,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	1.385.000,00	170.000,00	214.704,74	214.704,74	214.704,74	16	16

PROGRAMA	AÇÃO	PPA 2018	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	% EMP/PPA	% LIQ/PPA
	2583 - INCLUSÃO PRODUTIVA DOS CATADORES	2.800.000,00	4.815.858,00	852.538,69	547.538,77	547.538,77	20	20
	2593 - PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS, TESTEMUNHAS E SEUS FAMILIARES - PROVITA	700.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2628 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE DIREITOS HUMANOS	700.000,00	1.410.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2667 - PROMOÇÃO DE AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL PARA PESSOAS VULNERÁVEIS	750.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2726 - MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DO SISTEMA PRISIONAL	5.040.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2727 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO DF	43.500.000,00	38.511.566,00	49.046.671,51	49.046.671,51	44.511.238,09	113	102
	2764 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE JUSTIÇA E CIDADANIA	239.634,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2877 - (EP)PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	5.050.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2890 - REALIZAÇÃO DE AÇÕES ALTERNATIVAS PENAIS	800.000,00	1.000.000,00	200.000,00	200.000,00	56.102,94	25	7
	2931 - BRASÍLIA CIDADÃ	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2965 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - PROJUR	172.237,00	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0	0
	2989 - MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO INTEGRADO - NA HORA	26.300.000,00	9.688.867,00	14.461.956,30	14.461.956,30	13.444.206,39	55	51
	3030 - MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA DPDF	6.831.920,00	2.890.107,00	5.611.107,00	196.350,00	196.350,00	3	3
	3072 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL AO PACIENTE JUDICIÁRIO	2.000.000,00	236.967,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3073 - CONSTRUÇÃO DE COZINHA PARA PREPARAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO DOS INTERNOS	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3077 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE DETENÇÃO PROVISÓRIA - CDP	2.000.000,00	49.243.198,00	77.703.564,00	0,00	0,00	0	0
	3189 - REFORMA DE CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA - CRE POP	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3190 - REFORMA DE UNIDADES DE ACOLHIMENTO - UACs	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3481 - CONSTRUÇÃO DA ESCOLA PENITENCIÁRIA - SESIPE	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3568 - (EP)CONSTRUÇÃO DE CENTRO-DIA DO IDOSO - CDI	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	1.412.500,00	510.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3779 - AMPLIAÇÃO DO MODELO DE ATENDIMENTO INTEGRADO - NA HORA	1.000.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	1.212.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	4111 - PROMOÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA DA POPULAÇÃO RURAL	100.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	4121 - ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	1.712.500,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	4123 - PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	1.212.500,00	10.000,00	733.000,00	733.000,00	733.000,00	60	60
	4126 - MANUTENÇÃO DE ESCOLA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA	150.000,00	70.000,00	70.000,00	5.929,01	5.929,01	4	4
	4127 - DEFENSORIA PÚBLICA NA COMUNIDADE	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	4128 - SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E AUTOCOMPOSIÇÃO	110.000,00	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0	0
	4129 - REALIZAÇÃO DE EXAME DE DNA	400.000,00	200.000,00	200.000,00	18.000,00	14.622,22	5	4
	4138 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE SERVIÇOS SOCIAIS	110.000,00	30.000,00	30.000,00	12.760,00	12.096,00	12	11
	4207 - AÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE A HOMOFOBIA	1.212.500,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	4.833.041,00	2.807.130,00	53.547.622,34	10.357.963,96	9.585.535,32	214	198
	4240 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE DEFESA, GARANTIA E AMPLIAÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER	1.000.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	1.000,00	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0	0
	TOTAL GERAL DO PROGRAMA 6211 (ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL)	203.778.930,00	247.084.870,00	344.584.262,80	217.461.972,51	183.282.006,52	107	90
6216 - MOBILIDADE INTEGRADA E SUSTENTÁVEL	1077 - CONSTRUÇÃO DA ESCOLA METROVIÁRIA .	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	1110 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	6.179.000,00	2.523.000,00	3.099.999,19	2.731.299,19	2.358.794,66	44	38
	1142 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	7.442.741,00	2.579.655,00	653.000,01	653.000,01	653.000,01	9	9
	1223 - RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS	9.238.447,00	7.020.000,00	4.498.631,27	4.498.631,27	4.264.678,87	49	46

PROGRAMA	AÇÃO	PPA 2018	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	% EMP/PPA	% LIQ/PPA
	1223 - RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS	0,00	20.000,00	6.000,00	-	-	#DIV/0!	#DIV/0!
	1226 - COMPENSAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREAS DE INTERESSE DO TRANSPORTE	50.000,00	3.120.000,00	1.431.619,17	1.343.181,26	1.241.613,30	2,686	2,483
	1230 - RECUPERAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREAS DE INTERESSE DO TRANSPORTE	50.000,00	30.000,00	336.342,00	336.342,00	336.342,00	673	673
	1284 - CONSTRUÇÃO DE TERMINAL DE ÔNIBUS URBANO	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	1347 - CONSTRUÇÃO DE PASSARELA	2.061.350,00	2.210.000,00	7.408.231,29	6.128.827,21	3.628.871,39	297	176
	1460 - IMPLANTAÇÃO DE RODOVIAS	1.818.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	1475 - RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS	189.715.094,00	16.590.617,00	1.155.300,40	756.778,70	756.778,70	0	0
	1506 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS	428.000,00	1.886.500,00	4.979.172,78	4.979.171,54	4.453.231,94	1.163	1.040
	1689 - CONSTRUÇÃO DO ANEL VIÁRIO	6.810.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	1763 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	57.790.224,00	4.381.000,00	3.252.762,00	1.576.702,89	548.049,11	3	1
	1794 - IMPLANTAÇÃO DE VEÍCULO LEVE SOBRE PNEUS - VLP EIXO SUL	177.403.876,00	149.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	1816 - IMPLEMENTAÇÃO DA LINHA 1 DO METRÔ	12.000.000,00	30.333.338,00	31.933.494,15	14.362.125,30	13.117.636,68	120	109
	1873 - IMPLEMENTAÇÃO DA LINHA 2 DO METRÔ-DF	18.000.000,00	2.172.394,00	90.272,00	90.272,00	0,00	1	0
	1881 - IMPLANTAÇÃO DE TRENS REGIONAIS	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	1888 - IMPLANTAR SISTEMA DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROGRAMA DE MOBILIDADE	11.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	1891 - REFORMA DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO	10.000.000,00	6.000.000,00	18.345.277,69	9.821.283,02	9.821.283,02	98	98
	1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	1.744.940,00	28.202.190,00	18.484.936,00	3.268.963,60	3.073.177,68	187	176
	2316 - CONSERVAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS	5.250.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2319 - RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE ARTE CORRENTES - BUEIROS E CALHAS	1.050.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2329 - DESAPROPRIAÇÃO EM ÁREAS DE INTERESSE DO DER	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2455 - MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO - STPC	230.825.875,00	235.000.000,00	274.996.187,08	274.996.187,08	268.093.947,78	119	116
	2458 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO	4.608.811,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2725 - MANUTENÇÃO DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO	12.460.000,00	6.182.000,00	2.099.703,69	2.099.703,69	1.885.419,36	17	15
	2756 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO SISTEMA FERROVIÁRIO	191.902.145,00	140.127.745,00	132.922.314,62	132.852.760,14	118.999.894,18	69	62
	2885 - MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	700.000,00	1.800.000,00	888.022,25	888.022,25	888.022,25	127	127
	2886 - CONSERVAÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS EM RODOVIAS	2.050.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3005 - AMPLIAÇÃO DE RODOVIAS	50.000.000,00	37.413.925,00	15.782.237,12	4.907.292,50	715.487,35	10	1
	3007 - AMPLIAÇÃO DA LINHA 1 DO METRÔ	57.873.120,00	6.293.346,00	3.266.966,13	3.266.966,13	3.266.966,13	6	6
	3014 - IMPLANTAÇÃO DO METRÔ- LEVE - VLT	48.010.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3054 - CONSTRUÇÃO DE TÚNEL	47.439.000,00	3.575.855,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3056 - CONSTRUÇÃO DO TREVO DE TRIAGEM NORTE	29.999.388,00	57.218.752,00	74.209.497,00	61.164.757,68	61.164.757,68	204	204
	3071 - CONSTRUÇÃO DE PASSAGEM SUBTERRÂNEA NO EIXO MONUMENTAL	2.814.850,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3087 - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE	34.746.452,00	958.000,00	109.087,61	67.063,61	15.763,61	0	0
	3090 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE CICLOVIAS	7.190.702,00	20.629.887,00	9.079.369,65	8.120.533,56	7.901.217,59	113	110
	3090 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE CICLOVIAS	0,00	10.000,00	3.000,00	-	-	#DIV/0!	#DIV/0!
	3119 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DO EIXO OESTE (LINHA VERDE)	183.718.497,00	128.653.436,00	2.844.061,78	1.774.060,95	1.772.108,26	1	1
	3125 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DO EIXO SUDOESTE	10.000,00					0	0
	3126 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DO EIXO NORTE	33.010.000,00	59.650.813,00	74.155.712,18	52.715.342,40	48.753.211,25	160	148
	3127 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DA ÁREA CENTRAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3128 - IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE URBANO	100.000,00	4.330.000,00	3.029.485,53	1.679.466,34	935.781,05	1.679	936
	3134 - AQUISIÇÃO DE TRENS	25.000.000,00					0	0
	3180 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE INTELIGENTE - ITS	1.723.701,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0

PROGRAMA	AÇÃO	PPA 2018	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	% EMP/PPA	% LIQ/PPA
	3181 - REFORMA DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS	1.100.000,00	850.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3182 - REFORMA DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS	505.000,00	11.050.000,00	11.768.747,00	10.006.384,41	4.461.767,98	1.981	884
	3205 - REMANEJAMENTO DE REDE	600.000,00	50.000,00	35.376,93	35.376,93	35.376,93	6	6
	3207 - AMPLIAÇÃO DA DF-047- ESTRADA PARQUE AEROPORTO	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3276 - ADEQUAÇÃO TÉCNICA DAS RODOVIAS EM SEUS PONTOS CRÍTICOS	2.750.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3277 - MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA METROVIÁRIO	30.066.785,00	22.114.300,00	13.297.019,81	4.754.170,15	2.668.826,03	16	9
	3279 - IMPLANTAÇÃO DA ESTRADA PARQUE TRANSBRASÍLIA - PPP	20.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3361 - CONSTRUÇÃO DE PONTES	68.175.228,00	5.917.856,00	7.908.146,64	7.908.146,30	7.832.588,03	12	11
	3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	3.463.600,00	4.100.000,00	7.106.556,69	6.612.556,66	6.612.556,66	191	191
	3586 - DUPLICAÇÃO DA DF 001	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3650 - (EP)CONSTRUÇÃO DO RAMAL FERROVIÁRIO BRASÍLIA-GOIANIA	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3659 - (EP)CONSTRUÇÃO DE RAMAL FERROVIÁRIO BRASÍLIA-LUZIÂNIA	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	200.000,00	540.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	1.496.063,00	4.230.000,00	4.218.421,77	4.218.421,77	4.202.041,00	282	281
	3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS	3.540.000,00	1.520.000,00	447.708,42	447.708,42	205.059,84	13	6
	4002 - MANUTENÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS	22.079.596,00	8.832.000,00	8.906.305,10	8.906.305,10	7.864.068,11	40	36
	4039 - MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	8.239.963,00	11.560.000,00	15.458.126,34	15.458.126,34	15.071.588,15	188	183
	4082 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE BILHETAGEM AUTOMÁTICA	17.000.000,00	18.189.000,00	18.845.762,68	18.845.762,68	16.831.056,74	111	99
	4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	180.000,00	450.000,00	145.548,00	145.548,00	145.548,00	81	81
	4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	4195 - CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS	6.968.630,00	6.880.000,00	13.969.366,92	13.969.366,92	13.969.366,92	200	200
	4202 - CONCESSÃO DE PASSE LIVRE	135.524.957,00	221.564.867,00	393.590.530,43	393.590.530,43	349.909.143,18	290	258
	4233 - SUPERVISÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA EM RODOVIAS	50.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	4234 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA PARA O TRANSPORTE PÚBLICO INDIVIDUAL E DE PEQUENAS CARGAS	109.568,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	4993 - LICENCIAMENTO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RODOVIÁRIAS	65.000,00	700.000,00	558.655,86	558.655,86	558.655,86	859	859
	5002 - REFORMA DAS EDIFICAÇÕES DO SISTEMA METROVIÁRIO	240.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	5024 - EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA PARA O TRANSPORTE PÚBLICO INDIVIDUAL E DE PEQUENAS CARGAS	107.055,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	5027 - IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	5071 - CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTOS	2.453.347,00	750.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	5745 - EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	1.827.700,00	10.242.856,00	8.853.585,00	7.953.584,08	7.953.584,08	435	435
	5902 - CONSTRUÇÃO DE VIADUTO	75.758.810,00	14.560.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	5902 - CONSTRUÇÃO DE VIADUTO	9.914.000,00	7.550.000,00	7.009.000,00	-	-	0	0
	7220 - CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS	100.000,00	5.460.000,00	293.670,00	293.669,73	293.669,73	294	294
	8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	870.000,00	1.392.493,00	447.398,77	447.398,77	407.428,77	51	47
	ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS ESTATAIS	9.914.000,00	7.580.000,00	7.018.000,00	0,00	0,00	0	0
	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	1.859.078.016,00	1.310.856.825,00	1.194.902.608,95	1.089.230.446,87	997.668.359,86	59	54
	TOTAL GERAL DO PROGRAMA 6216 (ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL+ INVESTIMENTO)	1.868.992.016,00	1.318.436.825,00	1.201.920.608,95	1.089.230.446,87	997.668.359,86	58	53
6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	1094 - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA INFORMATIZADA	12.426.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	1142 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	9.000.000,00	4.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	5.272.186,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	1474 - CONSTRUÇÃO DE QUARTÉIS	12.641.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	1482 - REFORMA DE QUARTÉIS	5.194.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	1564 - REFORMA DE UNIDADE DE ATENDIMENTO	300.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	1569 - DESENVOLVIMENTO DOS PROGRAMAS NACIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA	2.411.056,00	14.220.000,00	47.819.476,39	32.426.084,31	29.588.687,92	1.345	1.227

PROGRAMA	AÇÃO	PPA 2018	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	% EMP/PPA	% LIQ/PPA
	1571 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE ATENDIMENTO	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	400.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2060 - ATENDIMENTO DE URGÊNCIA PRÉ-HOSPITALAR	81.242,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2205 - ENFRENTAMENTO DAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	214.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2322 - BOMBEIRO AMIGO	48.441,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2334 - COLETA DOMICILIAR DE LEITE MATERNO	20.360,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2340 - BOMBEIRO MIRIM	25.999,00	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0	0
	2360 - IDENTIDADE SOLIDÁRIA	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2362 - CENTRO PILOTO DE PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS	140.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2412 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO A CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL	380.866,00	250.000,00	41.100,00	40.858,40	30.616,58	11	8
	02412 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO A CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	#DIV/0!
	2460 - CAMPANHAS EDUCATIVAS DE TRÂNSITO	3.100.000,00	3.930.000,00	945.672,01	945.672,01	945.672,01	31	31
	2469 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE ENGENHARIA DE TRÂNSITO	47.316.320,00	20.732.563,00	53.452.852,50	53.452.852,50	47.820.289,48	113	101
	2541 - POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	29.912.189,00	23.940.786,00	34.991.139,96	34.991.139,96	34.991.139,96	117	117
	2554 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	10.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2.515.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2627 - MANUTENÇÃO DA CASA DA MULHER BRASILEIRA	1.212.500,00	3.500.000,00	2.648.154,64	655.633,60	402.471,72	54	33
	2629 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO DETRAN-DF	26.400.000,00	29.152.323,00	24.115.938,11	24.115.938,11	17.539.165,86	91	66
	2698 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE FROTA	7.100.000,00	6.700.000,00	12.272.773,22	12.272.773,22	9.965.603,65	173	140
	2773 - MANUTENÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE COMANDO E CONTROLE REGIONAL - CICCRR	5.464.806,00	400.000,00	264.454,32	264.454,32	244.393,61	5	4
	2775 - FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA PREVENTIVA DE SEGURANÇA CIDADÃ	5.880.266,00	1.250.000,00	80.107,00	80.107,00	80.107,00	1	1
	2776 - PREVENÇÃO E REPOSTAS ÀS EMERGÊNCIAS E DESASTRES	333.105,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2779 - ATENDIMENTO ÀS SITUAÇÕES DE DESORDEM PÚBLICA (INCIVILIDADES)	334.999,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2783 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA PRIMEIRA INFÂNCIA	160.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2784 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO	6.400.000,00	6.050.000,00	7.389.822,80	7.389.822,80	7.024.640,24	115	110
	2801 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	10.000.000,00	5.250.000,00	16.521.658,43	16.521.658,43	12.520.180,91	165	125
	2904 - MANUTENÇÃO DA ESCOLA VIVENCIAL DE TRÂNSITO	2.320.000,00	2.200.000,00	299.351,22	299.351,22	299.351,22	13	13
	2984 - MANUTENÇÃO DA FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS	6.647.408,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3029 - MODERNIZAÇÃO E REEQUIPAMENTO DAS UNIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA	22.429.710,00	19.758.316,00	36.952.031,43	27.495.751,23	25.262.374,83	123	113
	3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	9.550.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3051 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO ESPECIALIZADO DE ATENDIMENTO À MULHER	58.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3061 - IMPLANTAÇÃO DE ESCRITÓRIO DE GÊNERO	8.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3062 - CONSTRUÇÃO DA SEDE DO INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3063 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE COORDENAÇÃO OPERACIONAL - UCOP	11.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3080 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL	583.763,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3083 - AMPLIAÇÃO DOS POSTOS DE ATENDIMENTO DO PRÓ-VÍTIMA	100.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3088 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS	100.000,00	710.000,00	700.000,00	700.000,00	700.000,00	700	700
	3095 - CONSTRUÇÃO DA ACADEMIA DE TRÂNSITO	200.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3097 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES POLICIAIS E DELEGACIAS	15.983.487,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3098 - REFORMA DE UNIDADES POLICIAIS E DELEGACIAS	2.685.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3138 - IMPLANTAÇÃO DO OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA	210.185,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0

PROGRAMA	AÇÃO	PPA 2018	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	% EMP/PPA	% LIQ/PPA
	3139 - APRIMORAMENTO DA EFETIVIDADE POLICIAL E DA PREVENÇÃO - SEGURANÇA CIDADÃ	1.932.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3175 - IMPLANTAÇÃO DE MUSEU	63.266,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3208 - IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA	500.000,00	1.000.000,00	459.999,97	459.999,97	459.999,97	92	92
	3209 - IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO ESTATIGRÁFICA	3.500.000,00	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3269 - IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL	321.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3419 - REEQUIPAMENTO E REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES DA SEGURANÇA PÚBLICA	21.175.940,00	1.250.000,00	3.737.096,81	3.337.096,81	3.128.546,81	16	15
	3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	500.000,00	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3646 - (EP)CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL	12.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	4.565.687,00	1.557.931,00	1.632.256,50	1.632.255,84	1.349.286,94	36	30
	3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	1.204.582,00	600.000,00	205.307,69	205.307,69	205.307,69	17	17
	4031 - MONITORAMENTO POR CÂMERA DE VÍDEO	14.075.248,00	3.300.000,00	1.377.628,30	1.377.627,70	1.377.627,70	10	10
	4034 - INTEGRAÇÃO DER/DETRAN - GERENCIAMENTO DE TRÁFEGO - TRÂNSITO INTELIGENTE	200.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	4039 - MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	7.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	6.468.921,00	5.000,00	370.474,00	335.289,33	335.289,33	5	5
	4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	1.845.289,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	4101 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL	13.700.000,00	13.216.000,00	10.060.893,48	10.060.893,48	7.930.277,24	73	58
	4122 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO - PROVÍTIMA	135.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	4189 - IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS JUNTO À COMUNIDADE - PM	15.823.705,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	4197 - MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO ESTATIGRÁFICA	5.000.000,00	3.780.000,00	2.698.313,17	2.698.313,17	2.698.313,17	54	54
	4198 - MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA	2.200.000,00	2.000.000,00	1.749.438,14	1.749.438,14	1.749.438,14	80	80
	4211 - MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO À VÍTIMA E AO AGRESSOR	1.012.020,00	950.000,00	610.140,11	610.140,11	581.152,79	60	57
	4213 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES RELACIONADAS AO PACTO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	1.000.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	10.932.769,00	6.281.892,00	613.192,40	613.192,40	495.751,30	6	5
	5027 - IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO	273.921,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	FUNDO CONSTITUCIONAL DO DF (Segurança Pública)	345.905.476,00	1.655.318.655,00	1.602.221.450,00	1.601.901.341,04	1.380.727.478,73	463	399
	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	69.337.060,00	181.034.811,00	262.014.272,60	234.731.651,75	207.725.686,07	339	300
	TOTAL GERAL DO PROGRAMA 6217 (ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL+ FPDF)	415.242.536,00	1.836.353.466,00	1.864.235.722,60	1.836.632.992,79	1.588.453.164,80	442	383
6219 - CAPITAL CULTURAL	1161 - CONSTRUÇÃO DE MUSEU	51.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	190.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	1606 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE ESPORTE E CULTURA	104.000,00	134.000,00	4.483.405,41	3.733.037,33	2.373.557,74	3.589	2.282
	2417 - MANUTENÇÃO DA RÁDIO CULTURA	40.000,00	188.000,00	139.358,08	139.358,08	93.895,52	348	235
	2478 - MANUTENÇÃO DA ORQUESTRA SINFÔNICA DO TEATRO NACIONAL CLÁUDIO SANTORO	263.408,00	210.000,00	459.282,22	459.282,22	408.712,25	174	155
	2803 - REALIZAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DE BRASÍLIA	2.300.000,00	50.000,00	1.318.346,94	1.318.346,94	1.318.202,62	57	57
	2810 - APOIO AO PROJETO CULTURA EDUCA	1.545.000,00	10.000,00	16.900,00	16.900,00	16.900,00	1	1
	2815 - APOIO AO CARNAVAL DE BRASÍLIA	3.000.000,00	5.050.000,00	4.543.206,27	4.543.206,27	4.543.000,36	151	151
	2817 - REALIZAÇÃO DO FESTIVAL DE CINEMA DE BRASÍLIA DO CINEMA BRASILEIRO	4.500.000,00	1.500.000,00	2.491.000,00	2.491.000,00	2.491.000,00	55	55
	2831 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS	5.190.304,00	2.950.000,00	11.419.011,22	10.779.059,03	9.478.880,60	208	183
	2837 - REALIZAÇÃO DE PROJETOS ESPECIAIS DA ORQUESTRA SINFÔNICA	840.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2844 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA CULTURA E CIDADANIA	5.000.000,00	350.000,00	4.696.330,67	3.208.295,51	3.187.075,01	64	64
	2845 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO RAÍZES	200.000,00	300.000,00	1.800.000,00	1.800.000,00	1.800.000,00	900	900
	2880 - REALIZAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DE SÃO SEBASTIÃO	180.000,00	50.000,00	43.492,23	43.492,23	43.492,23	24	24

PROGRAMA	AÇÃO	PPA 2018	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	% EMP/PPA	% LIQ/PPA
	2911 - REALIZAÇÃO DE AÇÕES CULTURAIS - CONEXÃO CULTURA FAC	2.000.000,00	3.500.000,00	4.760.500,00	3.235.723,81	3.105.779,68	162	155
	2978 - APOIO A ATIVIDADES CULTURAIS	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3178 - REFORMA DE EDIFICAÇÕES E ESPAÇOS CULTURAIS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO	1.350.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3178 - REFORMA DE EDIFICAÇÕES E ESPAÇOS CULTURAIS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO	11.149.000,00	10.000,00	103.000,00	-	23.173,00	0	0
	3304 - APOIO ÀS AÇÕES DE PROMOÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL	1.280.000,00	400.000,00	1.474.720,90	1.470.339,62	1.470.339,62	115	115
	3308 - APOIO À AÇÕES DE LIVRO, LEITURA E LITERATURA	5.000.000,00	200.000,00	42.010,96	42.010,96	38.723,60	1	1
	3313 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO FINANCIA CULTURA	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3340 - IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE ARTE E CULTURA DO DF	17.735.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3348 - PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	10.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3364 - REFORMA DO MUSEU DE ARTE DE BRASÍLIA	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3402 - REFORMA DO ESPAÇO CULTURAL RENATO RUSSO	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3458 - REFORMA DO CENTRO DE DANÇA	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3508 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE EQUIPAMENTOS E ESPAÇOS CULTURAIS	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3510 - FOMENTO E INCENTIVO PARA A CULTURA E AS ARTES	300.000,00	1.210.000,00	1.960.000,00	1.875.000,00	1.395.000,00	625	465
	3531 - AMPLIAÇÃO DE CENTRO CULTURAL	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3576 - REVITALIZAÇÃO DE ESPAÇOS CULTURAIS NO DISTRITO FEDERAL	1.000.000,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3577 - REFORMA DE ESPAÇO CULTURAL NO DISTRITO FEDERAL	400.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3580 - REFORMA DE ESPAÇO CULTURAL CINE ITAPOÃ	500.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3582 - (EP)CONSTRUÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES AGROPECUÁRIA DE BRAZLÂNDIA	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	3.610.220,00	6.472.987,00	14.981.840,72	14.924.025,25	14.854.045,91	413	411
	3693 - REALIZAÇÃO DO PROJETO CULTURA VIVA DF	400.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3696 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA CULTURAL	2.565.000,00	2.315.000,00	310.114,85	180.139,85	150.840,85	7	6
	3706 - FORTALECIMENTO DA PROGRAMAÇÃO E GESTÃO DOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS E PRÓPRIOS	1.900.000,00	400.000,00	2.308.309,21	2.308.309,21	2.305.615,79	121	121
	3710 - IMPLEMENTAÇÃO DO PARQUE AUDIOVISUAL	120.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3718 - IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA CULTURAL	530.000,00	450.000,00	1.100.668,61	339.691,56	339.691,56	64	64
	4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	4090 - APOIO A EVENTOS	1.977.708,00	9.533.155,00	20.164.089,56	20.163.770,56	20.086.894,44	1.020	1.016
	4091 - APOIO A PROJETOS	61.108.600,00	62.475.154,00	60.697.141,00	53.978.348,48	51.887.782,48	88	85
	4196 - APOIO A PROGRAMAS CULTURAIS PELA CLDF	567.000,00	374.000,00	274.000,00	270.499,89	261.499,89	48	46
	4220 - GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS	3.587.068,00	2.351.128,00	3.051.128,00	1.976.110,60	1.130.253,70	55	32
	5928 - IMPLANTAÇÃO DE BIBLIOTECAS	1.140.449,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	5968 - CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO CULTURAL	1.365.096,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	9112 - APOIO FINANCEIRO AO MEMORIAL JK	2.000.000,00	3.985.784,00	3.477.098,49	3.477.098,49	3.477.098,49	174	174
	ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS ESTATAIS	11.149.000,00	10.000,00	103.000,00	0,00	23.173,00	0	0
	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	137.089.853,00	107.724.208,00	146.011.955,34	132.773.045,89	126.258.282,34	97	92
	TOTAL GERAL DO PROGRAMA 6219 (ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL E DE INVESTIMENTO)	148.238.853,00	107.734.208,00	146.114.955,34	132.773.045,89	126.281.455,34	90	85
6221 - EDUCA MAIS BRASÍLIA	1001 - CONSTRUÇÃO DE CRECHES	16.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	1161 - CONSTRUÇÃO DE MUSEU	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	4.872.000,00	13.921,00	252.414,00	252.413,70	252.413,70	5	5
	1731 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO E SEGURANÇA ESCOLAR	435.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	1745 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	1.000.000,00	600.000,00	1,00	0,00	0,00	0	0
	1755 - PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TECNICO E EMPREGO - PRONATEC	3.828.000,00	20.006.600,00	38.594.402,00	11.972.020,70	9.890.092,64	313	258

PROGRAMA	AÇÃO	PPA 2018	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	% EMP/PPA	% LIQ/PPA
	1813 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO	409.071,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS	632.817,00	61.770,00	249.084,00	242.789,84	240.331,88	38	38
	2083 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO	367.671,00	200.000,00	235.426,56	235.426,56	235.426,56	64	64
	2160 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FÍSICA	2.923.050,00	1.804.826,00	59.237,00	58.966,66	56.626,66	2	2
	2175 - FOMENTO À PESQUISA	97.235,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2230 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO	436.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2387 - DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS	59.778.600,00	163.790.136,00	147.108.312,51	147.108.312,51	142.536.136,01	246	238
	2388 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	198.757.089,00	195.576.182,00	239.879.859,00	220.310.496,86	212.198.805,25	111	107
	2389 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	280.781.380,00	271.950.805,00	423.930.249,00	404.895.578,60	365.534.610,17	144	130
	2390 - MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO	96.868.783,00	86.172.878,00	177.774.753,00	151.066.702,66	120.909.602,08	156	125
	2391 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	15.411.522,00	5.051.399,00	6.087.273,00	4.364.504,34	3.852.959,53	28	25
	2392 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	9.035.445,00	11.508.912,00	9.835.357,66	9.712.366,84	9.589.216,53	107	106
	2393 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	3.429.210,00	4.452.011,00	5.011.510,00	4.634.774,57	3.983.681,66	135	116
	2442 - CARTÃO CRECHE	239.250,00	1.392.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2446 - CARTÃO MATERIAL ESCOLAR	4.176.000,00	4.674.681,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2554 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	176.776,00	200.000,00	165.137,40	165.137,40	165.137,40	93	93
	2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	14.790.000,00	13.640,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2618 - DESENVOLVIMENTO DE CURSOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	102.268,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2874 - (EP)MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO ESPECIAL - EQUOTERAPIA	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2921 - DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE PESQUISAS	54.315,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2939 - PROGRAMA BOLSA LIVRO DE IDIOMAS	245.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2964 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	30.080.000,00	64.963.917,00	81.448.231,95	77.572.369,69	74.306.509,24	258	247
	3023 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC	60.482.700,00	1.687.850,00	16.710.262,00	7.768.987,97	2.659.311,73	13	4
	3191 - REFORMA DAS ESTRUTURAS FÍSICAS	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3230 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL	2.254.838,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3231 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO	1.697.143,00	520.901,00	500.000,00	0,00	0,00	0	0
	3232 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	2.122.200,00	1.371.679,00	1.259.496,00	0,00	0,00	0	0
	3234 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE	14.324.850,00	165.000,00	17.311.147,00	4.078.629,73	2.607.614,59	28	18
	3235 - RECONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	5.093.280,00	190.729,00	14.549.874,00	2.904.482,18	1.988.068,81	57	39
	3236 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	1.061.100,00	8.706.004,00	13.410.240,00	1.505.717,05	1.505.717,05	142	142
	3237 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO	14.189.410,00	10.754.217,00	50.001,00	0,00	0,00	0	0
	3238 - REFORMA DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL	1.167.210,00	809.754,00	154.028,00	154.027,16	154.027,16	13	13
	3239 - REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO PROFISSIONAL	500.000,00	450.100,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3241 - RECONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO MÉDIO	3.501.630,00	22.915,00	640.207,00	640.206,58	640.206,58	18	18
	3271 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL	44.291.250,00	30.185.843,00	68.159.983,00	18.196.632,04	16.373.512,96	41	37
	3272 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO MÉDIO	10.170.470,00	4.367.158,00	6.910.000,00	0,00	0,00	0	0
	3482 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE	371.385,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3632 - SAÚDE ESCOLAR	2.861.623,00	517.003,00	138.277,00	102.021,33	102.021,33	4	4
	3636 - (EP)CONSTRUÇÃO DE ESCOLA TÉCNICA EM BRAZLÂNDIA	350.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	5.940.599,00	941.766,00	877.255,00	635.860,00	466.841,50	11	8
	3983 - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS	909.045,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	90.904,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	90.904,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	4090 - APOIO A EVENTOS	56.815,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	4091 - APOIO A PROJETOS	35.355,00	0,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	283	283
	4976 - TRANSPORTE DE ALUNOS	47.583.419,00	107.495.726,00	141.524.809,00	134.706.797,80	120.756.964,74	283	254

PROGRAMA	AÇÃO	PPA 2018	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	% EMP/PPA	% LIQ/PPA
	5023 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO	12.960.316,00	76.277,00	1.770.000,00	0,00	0,00	0	0
	5051 - REFORMA DE UNIDADES DO ENSINO ESPECIAL	327.853,00	511.673,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	5112 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO ESPECIAL	5.344.703,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	5924 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	5.213.850,00	9.313.133,00	15.285.172,00	1.335.056,73	560.220,73	26	11
	8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	110.465,00	7.000,00	6.870,00	6.870,00	6.870,00	6	6
	9060 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA	119.961,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	9083 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO	119.961,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	9108 - CONCESSÃO DE BOLSA MONITORIA	12.661,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	FUNDO CONSTITUCIONAL DO DF (Educação)	8.487.200,00	0	0	0	0	0	0
	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	981.195.282,00	1.011.220.406,00	1.429.988.869,08	1.204.727.149,50	1.091.672.926,49	123	111
	TOTAL GERAL DO PROGRAMA 6221 (ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL+ FCDF)	989.682.482,00	1.011.220.406,00	1.429.988.869,08	1.204.727.149,50	1.091.672.926,49	122	110
6228 - FAMÍLIAS FORTES	1235 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL - CRAS	1.635.916,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	1237 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS DO SUAS	408.979,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	214.000,00	10.000,00	1.587.087,49	1.587.087,49	1.587.087,49	742	742
	1583 - REFORMA DE CENTRO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS	703.388,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	1754 - REFORMA DE UNIDADES DE ATENDIMENTO À CRIANÇA, AO ADOLESCENTE E SEUS FAMILIARES.	1.067.860,00	440.000,00	1.229.276,00	1.228.772,98	1.228.772,98	115	115
	1825 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO	2.919.561,00	1.860.997,00	16.251.830,00	14.410.833,00	10.575.877,80	494	362
	2102 - ASSISTÊNCIA AOS ADOLESCENTES EM RISCO PESSOAL E SOCIAL	13.068.014,00	27.015.136,00	51.793.715,00	12.983.925,77	12.983.925,77	99	99
	2179 - ASSISTÊNCIA AOS DEPENDENTES QUÍMICOS DO DISTRITO FEDERAL	2.145.349,00	1.784.744,00	3.254.580,08	3.254.580,08	3.117.388,36	152	145
	2411 - GESTÃO DESCENTRALIZADA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - IGDSUAS	302.007,00	472.164,00	515.000,00	14.558,56	11.023,47	5	4
	2461 - APOIO ÀS AÇÕES INTERSETORIAIS DE PROTEÇÃO ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	7.067.632,00	9.981.279,00	5.277.738,00	1.770.000,00	1.770.000,00	25	25
	2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	588.500,00	3.500.000,00	24.926,34	24.926,34	24.476,34	4	4
	2579 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	3.606.256,00	4.024.706,00	2.663.145,77	2.412.953,64	2.084.214,60	67	58
	2623 - CUIDANDO DA VIDA	1.900.540,00	10.000,00	420.791,95	383.901,95	237.081,95	20	12
	2737 - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE REINserÇÃO SOCIAL E PREVENÇÃO ÀS DROGAS	400.000,00	10.000,00	1.596.639,03	1.592.866,69	1.592.866,69	398	398
	2754 - PROGRAMA RENDA JOVEM CIDADANIA	428.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2761 - FORNECIMENTO DE CAFÉ DA MANHÃ AO TRABALHADOR	966.504,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	2794 - ASSISTÊNCIA AO JOVEM	37.731.259,00	26.097.856,00	57.246.197,00	57.246.194,72	52.400.941,95	152	139
	2914 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	25.764.237,00	15.980.270,00	21.988.992,46	20.418.615,35	19.353.289,04	79	75
	2917 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	30.534.840,00	22.903.825,00	34.945.242,87	33.428.128,66	30.693.714,96	109	101
	2924 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	15.776.296,00	15.867.442,00	21.509.773,24	21.161.273,05	18.980.749,50	134	120
	3009 - CONSTRUÇÃO DE SEDE DE CONSELHO	1.070.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3044 - AMPLIAÇÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO SUAS - CRAS	572.571,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3049 - AMPLIAÇÃO DE CENTRO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS (COSE)	190.857,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3079 - IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA DE CONSELHOS	382.609,00	972.824,00	962.824,00	0,00	0,00	0	0
	3177 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENDIMENTO À JUVENTUDE	108.070,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3184 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	654.366,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3185 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA - CRE POP	327.183,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0

PROGRAMA	AÇÃO	PPA 2018	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	% EMP/PPA	% LIQ/PPA
	3186 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ACOLHIMENTO - UACs	1.516.432,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3188 - REFORMA DE CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS	755.082,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3192 - REFORMA DE CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS	503.388,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3195 - CONSTRUÇÃO DE COZINHA COMUNITÁRIA	545.306,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3233 - IMPLANTAÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO À JUVENTUDE	214.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3270 - REFORMA DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO À JUVENTUDE	107.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	3487 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO REGIME SOCIOEDUCATIVO	8.572.076,00	13.479.532,00	13.879.766,00	9.180.000,00	8.160.000,00	107	95
	3678 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS	1.758.083,00	2.603.342,00	2.503.342,00	489.588,55	489.588,55	28	28
	3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	2.763.437,00	1.829.365,00	1.829.365,00	0,00	0,00	0	0
	4072 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO À JUVENTUDE	1.316.100,00	500.000,00	369.700,00	369.440,57	328.710,18	28	25
	4089 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	1.123.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	4091 - APOIO A PROJETOS	214.000,00	567.000,00	1.239.641,00	1.239.639,80	1.239.639,80	579	579
	4118 - ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	736.483,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	4159 - AÇÕES COMPLEMENTARES DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	198.528,00	49.395,00	8.532,60	8.532,60	6.803,70	4	3
	4161 - GESTÃO E APRIMORAMENTO DE BENEFÍCIOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	4.897.711,00	2.427.836,00	11.118.933,87	3.708.952,66	3.465.631,21	76	71
	4162 - TRANSFERÊNCIA DE RENDA PARA FAMÍLIAS DO DF CADASTRADAS NO CADÚNICO	111.579.274,00	74.740.912,00	92.162.068,64	92.145.617,39	91.573.206,45	83	82
	4172 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA CÂMARA GOVERNAMENTAL INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	97.975,00	6.000,00	432.274,00	412.448,65	412.448,65	421	421
	4173 - FORNECIMENTO EMERGENCIAL DE ALIMENTOS	11.998.761,00	6.000.000,00	12.300.564,56	12.300.564,56	12.072.669,92	103	101
	4174 - FORNECIMENTO CONTINUADO DE ALIMENTOS	7.703.784,00	2.950.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	4175 - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES NOS RESTAURANTES COMUNITÁRIOS	39.826.498,00	15.900.000,00	29.454.405,29	29.454.405,29	23.478.677,29	74	59
	4176 - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES NAS COZINHAS COMUNITÁRIAS	2.120.268,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	4181 - VIGILÂNCIA SOCIAL NOS TERRITÓRIOS	302.007,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	4182 - GESTÃO DO TRABALHO E CAPACITAÇÃO NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS	604.015,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	4183 - DIVULGAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DAS AÇÕES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS	362.409,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	4185 - CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV		10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	#DIV/0!	#DIV/0!
	4187 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	8.596.648,00	10.059.275,00	12.265.980,59	12.265.980,59	12.216.229,62	143	142
	4188 - AÇÕES COMPLEMENTARES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	319.300,00	2.186.000,00	3.896.000,00	903.877,06	884.802,48	283	277
	4217 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO	25.122.203,00	24.750.000,00	21.968.854,00	21.958.811,93	19.285.943,60	87	77
	4232 - AÇÕES COMPLEMENTARES AO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	1.531.672,00	330.000,00	329.999,35	329.999,35	198.523,36	22	13
	5004 - REFORMA DE UNIDADES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO	963.000,00	2.042.795,00	1.442.795,00	1.442.328,60	1.442.328,60	150	150
	5762 - CONSTRUÇÃO DE RESTAURANTE COMUNITÁRIO	717.958,00					0	0
	7294 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS	500.000,00					0	0
	TOTAL GERAL DO PROGRAMA 6228 (ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL)	388.101.692,00	291.617.695,00	426.479.981,13	358.128.805,88	331.896.614,31	92	86
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	9045 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA EM DECORRÊNCIA DE VETO	25.381.798,00					0	0
	9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		1.762.926.176,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	#DIV/0!
	OFSS - TOTAL RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.381.798,00	1.762.926.176,00	0,00	0,00	0,00	0	0
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	OFSS - TOTAL PROGRAMA 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS	0,00	5.535.920.126,00	6.152.517.161,51	6.066.125.109,73	6.029.952.957,37	#DIV/0!	#DIV/0!
	OFSS - TOTAL PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	14.566.869.252,00	11.933.175.224,00	12.433.288.867,53	12.295.178.900,81	12.053.782.144,80	84	83
	OFSS - TOTAL PROGRAMAS TEMÁTICOS	8.364.428.345,00	7.693.728.549,00	8.018.530.054,42	6.476.004.232,44	5.672.967.012,69	77	68
	OFSS - TOTAL GERAL	22.956.679.395,00	26.925.750.075,00	26.604.336.083,46	24.837.308.242,98	23.756.702.114,86	108	103

PROGRAMA	AÇÃO	PPA 2018	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	% EMP/PPA	% LIQ/PPA
ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	OI - TOTAL PROGRAMAS TEMÁTICOS	889.260.093,00	1.739.250.016,00	1.869.487.480,00	0,00	528.985.861,24	0	59
	OI - TOTAL PROGRAMAS DE DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	111.288.714,00	116.163.636,00	113.343.581,00	0,00	47.025.237,19	0	42
	OI - TOTAL PROGRAMAS TEMÁTICOS E DE DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	1.000.548.807,00	1.855.413.652,00	1.982.831.061,00	0,00	576.011.098,43	0	58
FUNDO CONSTITUCIONAL DO DF	FCDF - PROGRAMAS TEMÁTICOS	356.306.965,00	1.655.318.655,00	1.602.221.450,00	1.601.901.341,04	1.380.727.478,73	450	388
	FCDF - PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	8.539.305.114,00	7.338.121.102,78	6.795.134.057,26	6.795.131.379,36	6.792.732.680,35	80	80
	FCDF TOTAL- Fundo Constitucional do DF (Segurança Pública, Saúde e Educação - Exceto Inativos) - Integra o valor do PPA, transferência da União/SIAFI	8.895.612.079,00	8.993.439.757,78	8.397.355.507,26	8.397.032.720,40	8.173.460.159,08	94	92
TOTAL GERAL	TOTAL GERAL (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, Orçamento de Investimentos das Estadais e Fundo Constitucional)	32.852.840.281,00	37.774.603.484,78	36.984.522.651,72	33.234.340.963,38	32.506.173.372,37	101	99
Programas Temáticos	TOTAL GERAL DOS Programas Temáticos (OFSS+OI+FCDF)	9.609.995.403,00	11.088.297.220,00	11.490.238.984,42	8.077.905.573,48	7.582.680.352,66	84	79
Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	TOTAL GERAL DOS Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado(OFSS+OI+FCDF)	23.217.463.080,00	19.387.459.962,78	19.341.766.505,79	19.090.310.280,17	18.893.540.062,34	82	81